00100.118617/2026-08

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. ÚNICO AO Nº 81, TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 6

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Abril de 2026 (em conjunto com a 27ª Reunião da CDH e 13ª Reunião da CE)**(Vide item 1.5)**

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 35

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 152

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 190

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Maio de 2026 274

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 313

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 338

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 342

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 390

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 594

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Abril de 2026 (em conjunto com a 27ª Reunião da CDH e 18ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.5)**

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 637

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de Abril de 2026 (em conjunto com a 1ª Reunião da CMA) 659

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 707

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Maio de 2026 747

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Maio de 2026 769

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.118617/2026-08

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2026 804

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2024 844

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 885

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 917

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 973

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Março de 2026 1010

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Abril de 2026 1065

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 1136

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2026 1185

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Abril de 2026 1272

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 1319

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2026 1370

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2026 1425

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Abril de 2026 (em conjunto com a 13ª Reunião da CE e 18ª Reunião da CAS) 1494

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 1554

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2026 1568

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Abril de 2026 1604

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Abril de 2026 1609

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 1643

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Maio de 2026 1662

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 1708

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 1718

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 1754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 1780

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Fevereiro de 2026 1798

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Fevereiro de 2026 1816

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2026 1845

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2026 1850

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2026 1878

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2026 1906

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 1947

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 1979

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2026 2025

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de Abril de 2026 (em conjunto com a 15ª Reunião da CE)**(Vide item 1.3)**

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 2081

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 2119

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2026 2185

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Jorge Seif, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2745, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2203, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre as despesas processuais das pessoas jurídicas de direito privado que atuam, sem fins lucrativos, no cuidado e tratamento, preventivo e combativo, da saúde humana e na área de assistência social." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2563, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2864, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2480, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE (de redação) e 2-CE (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE-CAS (de redação) e 2-CE-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 29, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2944, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o superendividamento de consumidores." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2 e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 118/2025, – que debaterá o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens –, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 119/2025, – que debaterá a rotulagem nutricional de produtos alimentícios ultraprocessados e o uso de edulcorantes, seus impactos na saúde pública e as estratégias regulatórias necessárias à proteção do consumidor –, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3518/2019, que "dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em moda e beleza”." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com hemofilia no acesso às terapias, medicamentos e demais cuidados indispensáveis ao tratamento da doença." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2480/2021, que “institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2745/2021, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma ,informações falsas sobre as vacinas"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimento todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

– Moção nº 1, de 2026, do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, com considerações sobre prazos estabelecidos para análise de programações financeiras oriundas de emendas parlamentares no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

– Correspondência eletrônica de cidadão, o qual encaminha considerações sobre alegadas irregularidades em processo de inexigibilidade de licitações em contratos públicos de saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição da Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo do Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 1 e 2, Projetos de Lei nºs 2.745, de 2021, e 801, de 2024, foram retirados de pauta a pedido da Relatora, Senadora Soraya Thronicke.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2745, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 8/4/2026, foi concedida vista à Senadora Damares Alves, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 801, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Não apresentado

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com pareceres favoráveis ao Projeto.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2480, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE (de redação) e 2-CE (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada também pela inversão da pauta. Eu vou presidir a Comissão de Educação.

Sr. Presidente, colegas, Senadores e Senadoras, vou direto à análise.

Falo hoje com o coração voltado a uma parcela da nossa população que ainda vive na invisibilidade: as pessoas com transtorno de personalidade borderline. O sofrimento aqui é compartilhado e urgente. O paciente enfrenta uma dor emocional avassaladora e o estigma do preconceito. A família adoece junto, exausta pelo medo constante e pela falta de orientação. E o profissional de saúde sente-se impotente e sem o suporte técnico adequado. Mas há um quarto pilar crítico: a escola. Professores e educadores hoje estão na linha de frente, muitas vezes sem saber como lidar com crises de automutilação e instabilidade dos nossos jovens. Precisamos tirar esse transtorno das sombras e garantir que o acolhimento da sala de aula ao consultório substitua o isolamento.

Como Relatora dessa matéria na Comissão de Educação, tive a oportunidade de mergulhar em relatos e números que não nos permitem ficar inertes. Estamos falando de brasileiros e brasileiras, muitos deles jovens, que vivem uma montanha-russa emocional constante. No Brasil, estimamos mais de 2 milhões de casos. E os dados da Associação Brasileira de Psiquiatria confirmam uma realidade dura: cerca de 10% desses pacientes acabam desistindo da própria vida.

O Brasil ainda carece de uma notificação compulsória segmentada por transtorno, respeitando o sigilo, é claro. A notificação não visa marcar o cidadão, mas, sim, gerar o dado epidemiológico. Sem saber quem está adoecendo e onde, o Estado gasta mal o recurso da saúde mental. Muitos óbitos são registrados como lesões autoprovocadas, sem mencionar o transtorno de base, *borderline*, bipolaridade ou depressão. Precisamos de políticas de conscientização. Portanto, o mês Maio Borderline, para que o diagnóstico apareça e os dados se tornem visíveis, nos permite destacar políticas públicas eficazes.

O PL 2.480, de 2021, quer transformar o mês de maio em um marco de esperança; quer que o Estado brasileiro, através de parcerias com escolas e universidades, leve informação para onde ela é necessária; e quer que a família de quem sofre saiba onde buscar ajuda e que o profissional da ponta, lá no postinho de saúde, saiba acolher sem julgar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, hoje é o dia 15 de abril. Estamos a apenas duas semanas do início de maio. Não podemos deixar que mais um ano se passe sem que o Maio Borderline seja uma realidade oficial em nosso calendário.

Nós realizamos também, Sr. Presidente, uma audiência pública para instruir o projeto, em que dados foram muito bem colocados.

O parecer, nesse sentido, é pela aprovação, considerando as duas emendas de redação oriundas da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer da nobre Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CE/CAS, de redação, e nº 2, da CE/CAS, de redação também.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria vai ao Plenário.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... gostaria de pedir urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento de urgência da nobre Senadora Teresa Leitão à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência da nobre Senadora Teresa Leitão.

Vamos ao item 8 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2944, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o superendividamento de consumidores.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2 e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wilder Morais, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vamos à análise, Presidente.

A proposição trata de uma matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII da Constituição Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – ... segundo o qual compete à União legislar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Temos um orador na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – ... concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa Parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61, *caput,* da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de lei – é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Do ponto de vista regimental, e nos termos do art. 100, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre assuntos correlatos de relevância social.

Embora a matéria tenha origem no Direito do Consumidor, seu conteúdo material transcende a disciplina estrita das relações de consumo, ao incidir diretamente sobre a preservação do mínimo existencial e sobre a proteção do cidadão em situação de vulnerabilidade econômica.

O fenômeno do superendividamento, tal como tratado na proposição, apresenta nítida dimensão social, na medida em que compromete a subsistência do indivíduo e de sua família, aproximando-se de temas próprios da assistência social e da proteção à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a competência desta Comissão justifica-se não pelo aspecto consumerista da norma, mas por seu impacto direto sobre condições materiais de vida.

Assim, a proposição revela-se socialmente relevante e oportuna, ao enfrentar um fenômeno estrutural que afeta parcela significativa da população brasileira, qual seja, o superendividamento das famílias, especialmente nas faixas de menor renda.

A iniciativa parte de diagnóstico consistente, amparado em dados empíricos de instituições renomadas, que demonstram a ampliação do endividamento em modalidades de crédito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onerosas, como cartão de crédito e empréstimos pessoais, bem como o consequente aumento da inadimplência.

Nesse contexto, o projeto busca conferir maior efetividade à legislação vigente, ao revisar a definição de mínimo existencial, atualmente estabelecida por norma infralegal, considerada insuficiente para assegurar a subsistência digna do consumidor.

A proposta avança, ao afastar a rigidez de critérios fixos e ao adotar uma abordagem mais aderente às circunstâncias concretas do consumidor, permitindo a consideração de despesas essenciais, como alimentação, moradia e serviços básicos, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que privilegia a dignidade da pessoa humana e a proteção do mínimo existencial em relações contratuais.

Sob essa perspectiva, a iniciativa contribui para fortalecer a função social do crédito e para mitigar situações em que o comprometimento excessivo da renda inviabiliza a subsistência do consumidor e de sua família.

A iniciativa se sustenta em sólida base constitucional, o que confere legitimidade inequívoca à medida proposta.

O mínimo existencial configura expressão normativa da dignidade da pessoa humana no plano econômico, funcionando como limite material à autonomia privada e à liberdade contratual, de modo a assegurar a preservação das condições mínimas de subsistência do indivíduo. Sua consagração encontra fundamento nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da proteção do consumidor (art. 5º, XXXII e art. 170, V), da função social dos contratos (art. 5º, XXIII e art. 170, III), do princípio implícito da proporcionalidade e da vedação do excesso, da erradicação da pobreza (art. 3º, III) e da efetividade dos direitos sociais (art. 6º), operando como mecanismo de contenção de situações de vulnerabilidade econômica extrema, como o superendividamento.

No que concerne às emendas apresentadas, pontuamos que a Emenda nº 1 apresenta baixa densidade normativa e redundância em relação à Emenda nº 2, que resolve o problema de forma mais precisa e eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos do parecer, a Emenda nº 1 limita-se a promover ajuste redacional, substituindo a expressão “dívidas contraídas em” por “dívidas cujo credor seja” estabelecimento comercial de pequeno porte.

Embora a alteração busque corrigir possível ambiguidade quanto à identificação do credor nas operações de consumo, especialmente naquelas intermediadas por instituições financeiras, ela não resolve adequadamente o problema central da norma, que é delimitar com precisão quais dívidas devem ser excluídas do regime de superendividamento.

Isso ocorre porque a referência genérica a “estabelecimentos de pequeno porte” permanece aberta, indeterminada e operacionalmente complexa, sobretudo diante da realidade das transações modernas, em que o credor efetivo frequentemente não é o fornecedor direto, mas o agente financeiro intermediador. Assim, a emenda não elimina o risco de interpretações divergentes nem de exclusão indevida de dívidas do cômputo do superendividamento.

Por outro lado, a Emenda nº 2 avança, ao substituir esse critério por um recorte jurídico mais objetivo, os microempreendedores individuais (MEIs), permitindo identificar com maior clareza o sujeito protegido e evitando distorções decorrentes da intermediação financeira.

Assim, secundamos o relatório anterior.

Com efeito, a Emenda nº 2 aperfeiçoa o escopo do projeto, superando a Emenda nº 1, lavrada com o mesmo objetivo de clarificação e precisão jurídica.

Diante do exposto, a matéria revela-se adequada à competência desta Comissão e meritória sob a ótica social, ao buscar aprimorar a proteção do consumidor superendividado e assegurar condições mínimas de dignidade econômica.

Por fim, acerca da técnica legislativa, no geral, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, Presidente, o nosso voto: à vista do exposto, a manifestação é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.944, de 2022, com o acolhimento da Emenda nº 2 e rejeição da Emenda nº 1.

Presidente, esse é um projeto importante. Nós estamos acompanhando hoje a situação do endividamento dos brasileiros, e, para se ter uma ideia, hoje são 117 milhões de brasileiros endividados e 30%, 30 milhões, superendividados. Para se ter uma ideia, no meu Estado de Goiás, hoje 40,6% da população de 7 milhões de habitantes encontram-se endividados.

Então, Presidente, a maneira como nós estamos fazendo os créditos, cartão de crédito com 400% de juros e as taxas de contas de talão de cheque, cheque especial, em torno de 130%, você pode ter certeza de que, no rumo que nós estamos tomando no nosso país, daqui uns dias o país vai parar.

A cada dia que passa, nós não reconhecemos que nós somos um país pobre, que nós precisamos produzir e gerar prosperidade, e, a cada minuto...

Como nós estamos vendo aí, na questão do grande incidente do Banco Master, os créditos que foram ampliados nos estados afora, esse aqui é o reflexo de uma população brasileira de 210, 220 milhões de habitantes, a metade toda endividada, e é o que está acontecendo hoje.

E nós ainda com o discurso que o Brasil está crescendo, que o PIB está crescendo, mas essa não é a sensação que o brasileiro tem no seu poder de compra, na feira, no supermercado.

É o que nós estamos sentindo hoje, Presidente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Wilder Moraes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2–CAS.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Vamos aos itens 5 e 6, dos quais a Senadora Jussara Lima é Relatora.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a votação em bloco dos itens 5 e 6 – Projetos de Lei nºs 2.563, de 2021, e 2.864, de 2025. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo ao anúncio dos itens.

Item 5 da pauta, Projeto de Lei nº 2.563, de 2021, terminativo, votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2563, DE 2021

- Terminativo -

Institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 27/11/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima, para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estimados espectadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo diretamente à análise, visto que o relatório do PL 2.563, de 2021, já se encontra disponível a todos os membros desta Comissão.

Cabe apontar que, apesar dos avanços promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a área da saúde bucal ainda enfrenta grandes desafios para seu desenvolvimento.

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal de 2023 demonstram, de forma inequívoca, que o país precisa avançar de maneira firme e contínua na ampliação e na qualificação das ações de saúde bucal.

De fato, a persistência de indicadores negativos da prevalência de lesões e de agravos bucais revela que a cobertura assistencial atual ainda é insuficiente para responder às necessidades da população, especialmente entre grupos vulneráveis.

A combinação entre ações clínicas e iniciativas de educação em saúde cria um ambiente favorável para mudanças de comportamento, contribuindo para reduzir desigualdades e para promover melhores condições de saúde bucal em todo o território nacional.

É nessa direção que caminha o projeto em análise, visto que busca reservar um mês inteiro para a realização de campanhas sobre a importância da saúde bucal.

Não há dúvida de que será valiosa para a sociedade em geral a criação do mês da saúde bucal. Essa iniciativa dará um passo em prol de uma cultura de prevenção de lesões que afetam o sorriso e o bem-estar dos brasileiros.

Por essas razões, é meritório o PL 2.563, de 2021.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Jussara Lima. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao item 6 da pauta, Projeto de Lei nº 2.864, de 2025, também terminativo – vamos fazer conjuntamente.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2864, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Com a palavra V. Exa., para a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, eu não sou contra o projeto, mas tenho um pedido. Eu gostaria de pedir a vista, para a gente fazer um complemento aqui, a pedido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, vista concedida.

Vamos então submeter à votação nominal... (*Pausa.*)

Podemos iniciar a votação nominal.

Enquanto as Sras. e os Srs. Senadores fazem a votação nominal, vamos ao item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2203, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre as despesas processuais das pessoas jurídicas de direito privado que atuam, sem fins lucrativos, no cuidado e tratamento, preventivo e combativo, da saúde humana e na área de assistência social.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao nobre Senador Laércio Oliveira, para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro. Cumprimento meus colegas Senadoras e Senadores aqui presentes e todos que estão nos acompanhando aqui na nossa Comissão. Quero cumprimentar também o autor do projeto, o Deputado Covatti Filho.

Com sua permissão, Presidente, eu vou à análise e, em sequência, ao voto, para apreciação dos meus colegas.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS analisar proposições que versem sobre seguridade social e sobre proteção e defesa da saúde. No caso em tela, o PL nº 2.203, de 2022, dispõe sobre entidades sem fins lucrativos que atuam na área da assistência social e prestam atenção à saúde à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), o que justifica a sua análise por parte deste Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, o projeto de lei em comento acrescenta dispositivo ao CPC para dispensar as pessoas jurídicas de direito privado que atuam, sem fins lucrativos, no cuidado à saúde humana e na assistência social do pagamento dos encargos processuais nas ações judiciais em que estiverem envolvidas.

Em nosso entendimento, a proposição é meritória, pois institui medida que pode contribuir para o equilíbrio financeiro das entidades filantrópicas e sem fins lucrativos. Tais instituições, apesar de prestarem serviço público relevante nas áreas de saúde, educação e assistência social, sabidamente têm enfrentado problemas crônicos de financiamento.

O rompimento do equilíbrio econômico-financeiro dessas entidades ocorre por diversas causas, como o subfinanciamento persistente, problemas gerenciais, aumento dos custos dos insumos e da mão de obra, incorporação tecnológica e de novos medicamentos, e a própria judicialização da saúde, fenômeno em que o número de demandas judiciais relacionadas à assistência à saúde é crescente e acarreta mais custos para os prestadores de serviços de saúde, públicos e privados, inclusive as entidades em questão.

Assim, reconhecemos como benéfica a gratuidade judiciária para as entidades sem fins lucrativos que atuam no campo da saúde e da assistência social, conforme propõe o PL, pois tal medida deve minimizar o impacto das ações judiciais, cujos custos podem comprometer a sua capacidade assistencial e, por consequência, prejudicar as populações que dependem de seus serviços.

Contudo, alguns ajustes são salutares para que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados se insira adequadamente na lógica macroscópica do ordenamento jurídico.

Com efeito, inicialmente, entendemos que algumas emendas redacionais são necessárias.

Em primeiro lugar, é mais acertado, de fato, acrescer o novo dispositivo ao art. 98 do CPC, como inicialmente constante na proposição.

Isso porque referido dispositivo é o que trata, de modo específico, sobre o instituto da gratuidade de justiça, ao passo que o art. 82 do CPC trata das despesas processuais de modo geral. Como se está tutelando uma nova hipótese de gratuidade, sustenta-se que o melhor é, de fato, modificar o pertinente dispositivo do Código.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, entende-se que é melhor, em vez de enumerar as isenções no dispositivo legal, fazer uma simples referência genérica à gratuidade de justiça de modo amplo, cujo objeto já é tratado no próprio §1º do art. 98 do CPC, inclusive, de modo mais amplo do que aquele aprovado na Câmara dos Deputados.

Em terceiro lugar, em termos redacionais, aprimoramos o texto para se referir ao campo de atuação das entidades beneficiadas.

Vou ao voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.203, de 2022, na forma do seguinte dispositivo:

E segue o dispositivo anexo ao projeto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Laércio Oliveira.

A Comissão de Assuntos Sociais, por meu intermédio, lhe dá os parabéns pelo seu aniversário natalício hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ah! É hoje, rapaz! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... desejando-lhe muitos anos de vida, saúde, muito sucesso e prosperidade.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu declaro encerrada a discussão.

Submeto-o à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório aprovado e passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com hemofilia no acesso às terapias, medicamentos e demais cuidados indispensáveis ao tratamento da doença.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Passo a palavra ao nobre Senador Girão para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o nosso querido irmão Senador Laércio pelo aniversário hoje. Que Deus dê muita saúde, sabedoria, muita luz para sua vida.

Presidente, o nosso Senador Flávio Arns está em uma breve licença – se Deus quiser, vai voltar rapidamente –, mas eu subscrevi esse requerimento, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com hemofilia no acesso às terapias, medicamentos e demais cuidados indispensáveis ao tratamento da doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; a Sra. Mariana Battazza, representante da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia; a Sra. Paula Villaça, representante da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular da ABHH; a Dra. Andrea Garcia, hematologista do Hemocentro de São José do Rio Preto.

Da justificação.

Sr. Presidente, a hemofilia é uma condição crônica, rara e potencialmente incapacitante, que exige diagnóstico precoce, acompanhamento especializado e oferta regular de terapias adequadas, sob pena de agravamento do quadro clínico. A evolução científica e tecnológica na área tem produzido alternativas terapêuticas inovadoras, capazes de melhorar o controle clínico da doença, reduzir episódios hemorrágicos e ampliar a qualidade de vida dos pacientes. No entanto, o acesso a essas soluções ainda se mostra limitado, desigual ou insuficientemente debatido sob a ótica da política pública, do planejamento orçamentário e da organização da rede assistencial.

Promover este debate no âmbito do Senado é também reafirmar o compromisso desta Casa com a defesa do direito à saúde, com a redução das desigualdades no acesso ao tratamento e com a construção de respostas institucionais mais eficazes para uma população que ainda enfrenta barreiras relevantes para ter assegurado o direito de quem necessita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria dos nobres Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir, se o senhor puder, por gentileza. Tem um requerimento extrapauta para a gente fazer uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.745, que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. É um requerimento que está aí assinado por já alguns colegas e eu queria fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Requerimento extrapauta. Consulto às Sras e aos Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 28, de 2026-CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Girão, para fazer uma audiência pública para instruir esse projeto que está aqui tramitando na Casa. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, muito obrigado aos colegas. É apenas uma... Já que nós vamos votar, né, votar essa matéria, como o senhor colocou no início da sessão, no dia 29, né, no dia 29, eu sugiro que a gente possa fazer... Se a Secretaria tiver agenda para o dia 28, na véspera, a gente fazer este debate aqui na Casa, né? Eu estarei aqui e se o Presidente não puder conduzir, eu me coloco à disposição.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2745/2021, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma ,informações falsas sobre as vacinas".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.

Eu proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Dr. José Hiran da Silva Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; o Sr. Francisco Cardoso, Infectologista; Sr. Roberto Zeballos, Imunologista; Sr. Paulo Porto de Melo, Neurologista; representante da Associação Brasileira de Infectologia; representante da Free Speech Union Brasil; representante do Instituto Sivis; o Sr. André Marsiglia, Advogado, especialista em liberdade de expressão.

A justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, justifica-se pela necessidade de aprofundamento do debate acerca da matéria, que envolve, Sr. Presidente, não apenas a proteção da saúde pública, mas também princípios estruturantes do desenvolvimento científico e do Estado democrático de direito. Ao longo da história, diversas teorias, inicialmente aceitas como verdadeiras, foram posteriormente revistas ou refutadas à luz de novas evidências, o que evidencia o caráter evolutivo do conhecimento científico. Nesse sentido, o livre debate de ideias constitui elemento essencial para o progresso da ciência. A possibilidade de questionamento, de divergência e da reavaliação crítica de entendimentos consolidados é o que permite o avanço do saber e a construção dos consensos científicos sólidos, baseados em evidências robustas e amplamente testadas.

Inclusive, Sr. Presidente, nós temos o voto da Senadora Soraya Thronicke, que não pôde vir hoje, e temos também um voto em separado da Senadora Damares Alves. Então, é por isso que eu acho até bem propício este debate nesse contexto.

Então, diante disso, de propostas legislativas que possam, de certa forma, interferir, ainda que indiretamente, no ambiente de produção e circulação do conhecimento científico, que demandam uma análise criteriosa e plural, é que a gente propõe esta sessão.

A delimitação do que se entende por informação falsa ou sem comprovação científica, sobretudo em áreas sujeitas à constante evolução, pode suscitar controvérsias relevantes e potenciais impactos sobre a liberdade acadêmica e a livre manifestação de pensamento.

Assim, a realização da audiência pública revela-se instrumento adequado e necessário para a oitiva de especialistas, pesquisadores, juristas e representantes da sociedade civil, de modo a assegurar que o debate legislativo seja enriquecido por diferentes perspectivas técnicas e científicas.

E, Sr. Presidente, aqui foram apenas alguns nomes sugeridos, mas, se o senhor quiser sugerir nomes, minha querida Senadora Zenaide, Senador Laércio, aniversariante do dia, Senadora Jussara, Senadora Roberta, nossa Senadora Eudócia e todos aqueles outros Senadores que quiserem indicar nomes à mesa, se não puderem fazer agora, serão muito bem aceitos na audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria inserir instituições, porque os nomes... Eu queria inserir quem faz estudos científicos de vacina, como Fiocruz, Instituto Butantan e Instituto Evandro Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

A Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente, com sua permissão, Senador Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só vou encerrar aqui a votação...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... Senador Laércio.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 10 votos SIM.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Pois não, Senador Laércio Oliveira. V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria subscrever o Requerimento 12, de 2026. O requerimento do Jayme Campos é o 12. Acho que é o item 9 da pauta. Deixe-me checar só aqui. Acho que eu mexi aqui. (*Pausa.*)

Pronto. É este, o Requerimento 12, de 2026, de autoria do Senador Jayme Campos. Ele não está presente, mas eu gostaria de subscrever esse requerimento para fazermos uma audiência pública aqui na nossa Comissão para debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós temos dois requerimentos aqui do Senador Jayme Campos: o item 9 e o 10.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E o 10 também. Esse também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos lá.

Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 118/2025, – que debaterá o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens –, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) e outros

Autoria: Senador Jayme Campos e Senador Laércio Oliveira.

Passo a palavra ao Senador Laércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nobres colegas, o Senador Jayme Campos apresentou esse requerimento pela importância dele – de igual modo, o item seguinte. Eu os subscrevi para que a gente promova aqui, na nossa reunião, como eu falei, um debate sobre o impacto negativo de alimentos processados e ultraprocessados, com referência à saúde pública, principalmente entre os jovens...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos fazer o item 9 e o 10 conjuntamente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... subscritos por V. Exa...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e pela Senadora Zenaide também.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 119/2025, – que debaterá a rotulagem nutricional de produtos alimentícios ultraprocessados e o uso de edulcorantes, seus impactos na saúde pública e as estratégias regulatórias necessárias à proteção do consumidor –, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para encaminhar.) – Então, é isso, Sr. Presidente, tenho os nomes já citados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E a gente gostaria que a Comissão os convidasse. Peço o voto de todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto à votação os itens 9 e 10, requerimentos de autoria dos Senadores Jayme Campos, Laércio e Zenaide Maia.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos. (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, primeiro eu quero começar a minha fala parabenizando o meu grande amigo Laércio.

Que o nosso bom Deus te dê vida longa, Senador. Você é uma pessoa maravilhosa, luta pelo seu povo sergipano. Você é uma pessoa incrível, de Deus e faz tanta diferença aqui no Senado, Senador Laércio. Eu tenho você como meu amigo pessoal, que Deus me deu de presente, e depois um colega Senador. Parabéns. E que você possa curtir este dia com sua família, com todos, mas está aqui trabalhando no seu mister. Parabéns por isso, Senador Laércio. E os sergipanos vão reconhecer tudo isso, pode ter certeza.

Depois, eu quero só comentar, Presidente, que eu lamento muito ter tido o pedido de vista para o projeto de lei de que a Senadora Jussara Lima foi Relatora, o projeto de lei que fala sobre a prorrogação do luto da mãe e até do pai também para quando a criança é natimorta, quando a criança já nasce sem vida.

E aí eu lamento, porque só sabe o que é perder um filho, parir um filho morto quem já passou por isso. E aí vem a sensibilidade de todos nós para ver que essa mãe precisa ser cuidada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e o pai também, porque o pai está passando pelo mesmo momento de dor, tem que acompanhar a esposa.

E aqui eu coloquei um detalhe bem importante, e eu acho que quem pediu vista não teve a oportunidade de se ater a essa questão. É que será uma semana de repouso para a mãe que teve o bebê natimorto e para o pai também, mas dando direito a mais uma semana, para que ela possa se recompor e o pai também. Isso combinado com o empregador.

Então, eu acho muito importante esse projeto. Aparentemente, ele é simples, mas ele tem uma complexidade incrível, uma complexidade que só sabe quem é mulher, quem é mãe e quem é pai também que têm um bebê natimorto.

Então, eu espero que o Parlamentar que solicitou vista possa rever essa vista que foi pedida e que ele possa ter essa consciência.

E que o senhor, Sr. Presidente, possa pautar regimentalmente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Ah, foi coletiva? Entendi. É, pode ser. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode, Presidente? (*Pausa.*)

Então, que bom!

Então, vista coletiva, para que a gente possa dar celeridade a esse projeto e que o Sr. Presidente possa já pautar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, sem nenhuma dúvida.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito obrigada. Um grande abraço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 28/2026 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 30/2026 - CAS, de autoria Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 33/2026 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 35/2026 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 36/2026 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2745, de 2021, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas". **Participantes:** Jamil Assis, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Sivis; Lauro Ferreira da Silva Pinto, Membro do Comitê Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Infectologia - SBI; Cicero Galli Coimbra, Neurologista e Internista, Professor Associado da Unifesp; André Marsiglia, Advogado, Professor de Direito e Comentarista Jurídico; Roberto Zeballos, Médico Imunologista; Eli Vieira, Presidente da Free Speech Union Brasil; Filipe Rafaeli, Cidadão; Isabel Braga, Doutora em Saúde Pública e Meio Ambiente; e Rafael Lima Freire, Representante da Associação Brasileira de Vítimas de Vacinas e Medicamentos – Abravac. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês. Em primeiro lugar, peço desculpa pelo atraso. Muita coisa está acontecendo aqui hoje no Senado Federal, é uma semana de esforço concentrado, e acabamos nos atrasando. Quero pedir desculpa às pessoas que aqui vieram participar e às que estão também conectadas pelo sistema aqui.

Eu estou vendo o Dr. André Marsiglia, Dr. Roberto Zeballos, Jamil Assis, Dr. Lauro, Dr. Cicero, a todos vocês aqui, muito obrigado e perdão pela demora neste início. Vamos procurar ser bem ágeis aqui, para que a gente possa instruir – a ideia é essa – uma votação muito importante que vai acontecer, que deve acontecer – está marcada como item 1 da pauta – amanhã, aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais, que é o PL, exatamente, que nós vamos deliberar, sobre essa questão da Lei 2.745, de 2021, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas". Então, esse é o objeto desta nossa audiência pública.

É a 19ª Reunião, Extraordinária, da CAS (Comissão de Assuntos Sociais) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Já temos número regimental.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 28, 30, 33, 35 e 36, de 2026, da CAS, de minha autoria e de autoria dos Senadores Magno Malta, Damares Alves, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes e Humberto Costa, que assinaram para que realizássemos esta audiência pública de hoje.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e no e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, que já está transmitindo ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet. Já temos, inclusive, aqui várias perguntas que chegaram, porque estava agendada esta reunião, e, ao longo aqui da nossa audiência, eu vou passá-las para aqueles expositores, os nossos convidados que aqui estão, presencialmente e virtualmente, que possam se sentir confortáveis para respondê-las.

Eu quero iniciar aqui, neste momento, chamando presencialmente para compor a mesa a Dra. Isabel Braga, Doutora em Saúde Pública e Meio Ambiente.

Muito obrigado pela sua presença aqui. Daqui a pouco a senhora já inicia a sua fala.

A SRA. ISABEL BRAGA (*Fora do microfone*.) – Obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querida. Muito obrigado pela presença.

Eu vou chamar aqui, para iniciar, o Dr. André Marsiglia, que está falando acho que de São Paulo. Eu já vou lhe conceder a palavra, Dr. André Marsiglia, por dez minutos, com a tolerância da Casa. Se o senhor puder já iniciar falando sobre esta audiência importante que a gente está tendo aqui, que é colocada como a criminalização desse tema de informações falsas de vacinas...

O senhor tem a palavra.

Muito obrigado, muitíssimo obrigado, mesmo, pela sua presença aqui, que engrandece esta audiência pública, Dr. André.

O SR. ANDRÉ MARSIGLIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a todos: bom dia; bom dia a toda a mesa; a todos os que nos ouvem, presencialmente, virtualmente.

Eu agradeço ao Senador o convite. Muito me honra participar desta audiência, e espero poder contribuir com algumas considerações não apenas sobre o risco que me parece esse projeto trazer ao debate público e à liberdade de expressão de uma forma abrangente, mas especialmente sobre o potencial que esse projeto tem de, se aprovado, inibir o debate científico. Eu acho que essa é uma questão que me perturba em especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fala muito a respeito de liberdade de expressão, sempre no sentido de que a liberdade de expressão se constitui ou se forma a partir do debate, e isso parece sempre um pouco vago, né? Como é possível o debate promover ideias, o debate alcançar uma melhoria de reflexões...? Sempre a gente está num terreno um pouco abstrato quando fala disso.

Eu acho que o debate científico concretiza essa ideia a respeito da liberdade de expressão perfeitamente.

Quando a gente fala que o debate científico melhora as ideias, aqui a gente tem questões muito concretas, mas muito concretas, porque, se nós não tivéssemos promovido o debate científico com liberdade durante o transcorrer da nossa história, talvez estivéssemos em um lugar tenebroso, talvez estivéssemos ainda em um lugar sombrio.

Eu quero aqui apenas citar alguns exemplos, algumas ideias que foram levadas ou alçadas a rigor científico durante a história, como, por exemplo, o higienismo, a ideia de que havia pessoas ou classes que eram mais higiênicas que outras, ou, por exemplo, dentro do aspecto do âmbito do direito. Quem não conhece, no primeiro ano todo mundo que estuda Direito, em algum momento, se depara com o lombroso. O lombroso era um estudo alçado à ciência, era uma visão científica, e ele dizia que o assassino, ou aquele que cometia crimes, tinha características físicas específicas, então tinha um crânio mais assim ou mais assado... E, claro, isso levou a diversos constrangimentos, até mesmo racismo, etc, etc. O determinismo geográfico também, no último século, foi responsável por preconceitos.

Agora, o ponto é o seguinte: como é que nós nos livramos dessas pessoas, ou nos livramos dessas ideias? Com debate. Se não tivesse havido a possibilidade de essas ideias serem propaladas – para usar um termo aqui do próprio projeto –, se não houvesse a possibilidade de essas ideias serem discutidas, nós estaríamos absolutamente presos a essas ideias que ainda hoje são indigestas.

Eu lembro também que tem um livro famoso do Foucault, que inclusive é um personagem de esquerda da história. Foucault tem um livro chamado *História da Loucura*, em que ele mostra, durante mil páginas, como o tratamento da loucura foi evoluindo. Antigamente se dava choque, se internava, se tratava aquela pessoa com banho quente. Acreditava-se, por exemplo, que, se você entregasse bebidas quentes a um homem, ele se tornaria mais feminino. Então, essas ideias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas... Porque a ideia do quente estava relacionada à desrazão, ou a uma perda da sua essência natural. Quer dizer, tudo isso, se não pudesse ter sido propalado, discutido, debatido, nós ainda estaríamos sequestrados por essas ideias, estaríamos reféns dessas tolices.

Então me parece aqui que a tentativa de colocar a ciência como algo estanque, a ciência como algo que a gente simplesmente engessa e coloca na prateleira e fala "é isso aqui e acabou" é de uma tolice incompatível com uma democracia, incompatível com a inteligência humana. Nada, absolutamente nada que hoje nos é motivo de orgulho na humanidade foi resultado de algo que se conquistou lá atrás e acabou. Não. Conquistou-se lá atrás e se aprimorou com o passar do tempo, e como é que se aprimorou? Com debate. Não há nenhuma possibilidade de você aprimorar uma ideia que não seja a partir do debate.

Então o meu receio em relação a esse projeto, o impedimento de se propalar, divulgar informações falsas a respeito do que for – no caso sobre vacinas –, mas sobre o que for, é de nós estancarmos, engessarmos, impedirmos o debate científico, sendo que a ciência se faz fazendo, sendo que o debate constrói uma melhoria a respeito das ideias.

A ciência, assim como qualquer melhoria nas ideias humanas, é como um carro cujo pneu murcha e você troca o pneu com ele andando. Você não tem como parar e ficar aguardando o mundo consolidar se aquela ideia é verdade ou não. O que é a verdade? O que é falso e o que é verdade no momento em que você divulga uma ideia? Esse conceito é totalmente vago, totalmente vago! Aristóteles perseguiu durante a vida toda o conceito de verdade; Aristóteles, Platão perseguiram a vida toda o conceito de verdade e falsidade, e não alcançaram um resultado final. Como é que a gente agora vai alcançar esse resultado para decidir – ou um juiz vai alcançar, ou um Parlamentar vai alcançar –, para saber se aquela ideia pode ou não ser propalada? Quer dizer, quando a gente diz que uma ideia pode ser propalada apenas se ela for verdadeira, pressupõe-se no Estado a possibilidade de nos dizer a todos o que é a verdade. E como é que a gente vai ter do Estado aquilo que é a verdade, se a verdade se constitui justamente durante o debate ou durante a discussão de ideias?

Eu também, Senador e demais presentes, incomodo-me muito com o fato de que esse projeto de lei não dialoga, do ponto de vista jurídico, com uma prerrogativa da própria legislação a respeito do que seriam crimes ou ilícitos decorrentes da palavra, porque todos os crimes contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a honra que existem hoje, dentro do Brasil, partem de um ponto específico: a intenção, o dolo, como a gente chama no direito, o dolo. Então, quando, por exemplo, alguém comete uma calúnia, quando alguém comete uma difamação ou uma injúria, o que se exige no Código Penal, o que se exige na sistemática penal é dolo, é intenção.

Então, além dessa questão do debate, incomoda-me que, nesse projeto, nós tenhamos desconsiderado completamente a intenção dolosa na discussão, debate ou o "propalar-se" ou seja o que for a respeito das ideias sobre vacinas. Então, a intenção sendo, por exemplo, científica, a intenção sendo de debate, a intenção sendo opinativa ou a intenção sendo dolosa, tanto faz para o projeto, ele não se preocupa com isso. Quem emite a mensagem pode, por exemplo, querer destruir o debate ou melhorar o debate, não importa; importa se é verdadeiro ou não. E quem dirá o que é verdadeiro? O Estado. Bom, então, estamos na mão do Estado, dos juízes, assim por diante, para nos dizer o que é a verdade daquilo que está sendo ainda construído, que são justamente ideias a serem debatidas.

Como é que a gente pode pressupor que alguém vá nos dizer o que é verdade se o debate é justamente uma construção em que a verdade ainda não está posta? O debate pode chegar – pode, não deve necessariamente –, pode chegar à verdade, mas não, aqui pressupõe-se a verdade para que o debate comece a existir ou possa existir, quer dizer, a gente estabelece uma premissa para o debate que é inviável; portanto, resulta em censura.

Se você exige a verdade para promover o debate, você não tem debate, porque a verdade não existe antes do debate. É só depois do debate, do amadurecimento do debate, que a verdade aparece, é pelo debate que a verdade aparece, e aqui ela é pressuposto para a existência do debate, e não a intenção dolosa, que no máximo poderia ser um pressuposto para a existência do debate: "Ah, existe a intenção dolosa de destruir o debate, ou de degradar-se alguém, ou degradar-se alguma pessoa". Bom, se fosse isso, ainda a gente conseguiria, pelo menos, estabelecer dentro da sistemática jurídica a intenção desse projeto, mas nem isso.

Repito: ali a intenção de quem emite a mensagem é desconsiderada, se a pessoa teve uma boa intenção ou não, se a pessoa teve um interesse científico ou não, se ali a gente... Por exemplo, essa lei pode ser aplicada a alguém que escreve um livro, pode ser aplicada, por exemplo – e resultar em prisão –, a uma pessoa que defende uma tese de mestrado, uma pessoa que defende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma tese de doutorado. Por exemplo, pode resultar que uma pessoa saia da sua tese de doutorado presa, porque tratou de uma forma que o Estado não gostou a respeito do tema vacina. Isso é totalmente impossível e não condiz com uma democracia que se supõe desejar a partir da nossa sistemática legal, da legislação que seria vigente.

Senador e demais presentes, eu encerro dizendo isto: me preocupa não apenas a censura, mas me preocupa que nós inibamos o debate científico. Se o debate científico for inibido, não há ciência mais, estamos condenando o Brasil a não ter ciência e estamos condenando médicos e cientistas a terem medo de estudar, a terem medo de ventilar suas ideias, de contar as suas ideias aos outros. Talvez criemos confrarias de médicos que, a *bocca chiusa*, amiúde, digam as suas ideias um para o outro com receio de o Estado classificar essas ideias como inverdades. Isso é muito ruim, isso é indesejável, isso não pode acontecer num país que deseja, pelo menos, alcançar em algum dia o conceito de democracia.

Com isso, eu agradeço, deixo as minhas considerações iniciais e permaneço à disposição de todos vocês, da mesa.

E, mais uma vez, agradeço o honroso convite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe, Dr. André Marsiglia, eu quero lhe agradecer demais. Eu já acompanho o seu trabalho, um jurista hoje proeminente no Brasil, que as pessoas têm acompanhado de norte a sul, de leste a oeste. A sua defesa é uma referência hoje em liberdade de expressão. Faz uma exposição aqui muito oportuna, na véspera de uma votação decisiva aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Eu quero registrar que, há pouco tempo, o Presidente desta Comissão, o Senador Marcelo Castro, do Piauí, que foi Ministro da Saúde, passou por aqui, assistiu a uma parte da sua exposição, Dr. André, e teve que sair, mas vai ficar acompanhando o debate, que é fundamental, eu repito, para que a gente possa ter todas as informações – os Senadores, as suas assessorias – para amanhã ter uma decisão correta neste momento que vive o Brasil.

E, depois do que nós tivemos aqui na covid, por exemplo... A gente vai ouvir outros médicos, cientistas. Nós tivemos na covid muito questionamento sobre vacinas, o que chegou não a vias de prisão, mas a ameaças, perseguições a muitos médicos que questionavam certas vacinas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certos métodos. Efetivamente, depois – é o que o meu pai diz: o tempo é o senhor da razão –, se ficou claro que o que aqueles médicos alertavam... Teve até vacina que foi retirada do mercado. Alguma coisa tem aí.

Então, eu acho que é prudência, cautela neste momento. E a decisão acertada a gente precisa buscar, para evitar uma criminalização de algo com que o brasileiro já está escaldado, com relação a essa questão de censura hoje. Teremos até, amanhã, a sabatina de um Ministro da AGU que criou um departamento dito em defesa da democracia, que infelizmente tem censurado, tem intimidado muita gente no Brasil.

Então, o assunto é importante, mas a gente precisa ter essa cautela.

Eu faço isso e já passo a palavra, daqui a pouco, aqui, para a gente ouvir agora... Vamos alternar. Ouvimos um jurista e vamos agora ouvir, daqui a pouco – já peço para se preparar –, o Dr. Cicero Galli Coimbra, Neurologista e Internista, Professor Associado da Unifesp, registrando que nós convidamos, até para ouvir o contraponto também, alguns nomes. Um deles faltou aqui, não confirmou, que é o representante da Fiocruz, o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz Manoel Barral Netto; estava confirmada a videoconferência, e acabou cancelando. E era importante que a gente pudesse ouvir. A Senadora Zenaide Maia, inclusive, sugeriu o nome dele, representante da Fiocruz, e um do Butantan. Eu espero... O Butantan ainda não entrou aqui, não se conectou no sistema, mas a gente espera que, até o final, a gente possa ouvir esses institutos importantes do Brasil.

Este debate, eu o faço e tento conduzi-lo aqui com um senso de responsabilidade e sobretudo com a convicção de que é um tema que exige equilíbrio, serenidade, compromisso com valores fundamentais da nossa democracia, que eu vejo – respeito quem pensa diferentemente – que está em frangalhos hoje, no Brasil.

A discussão que hoje iniciamos não é simples; ela se concentra no cruzamento entre três pilares essenciais: a proteção da saúde pública, a integridade da informação científica e a salvaguarda da liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivemos, nas últimas décadas, uma transformação profunda na forma como a informação circula. A velocidade com que dados, opiniões e interpretações se espalham desafia instituições, governos e a própria sociedade.

No campo da saúde, isso ganha contornos ainda mais sensíveis, pois decisões individuais podem ter impactos coletivos significativos. Ao mesmo tempo, precisamos reconhecer que a ciência não é estatística; ela evolui. Estudos são constantemente revisados, contestados e, por vezes, superados. O que hoje é considerado consenso pode amanhã ser reformulado à luz de novas evidências. Esse processo não é uma fragilidade; é, na verdade, a força do método científico.

É justamente por isso que devemos tratar com cautela qualquer iniciativa que envolva a criminalização de condutas relacionadas à divulgação de informações. Há uma linha tênue e perigosa entre combater a desinformação deliberada e restringir o debate legítimo, a crítica fundamentada ou mesmo o questionamento que impulsiona o avanço do conhecimento.

Não podemos ignorar que há, sim, práticas irresponsáveis e até maliciosas de disseminação de conteúdos falsos, especialmente quando colocam vidas em risco. Isso precisa ser enfrentado com firmeza. No entanto, a resposta do Estado deve ser cuidadosamente calibrada para que não produza efeitos colaterais indesejados. A criminalização pode gerar insegurança jurídica, inibir profissionais, pesquisadores e cidadãos de participarem do debate público e, em última instância, enfraquecer a própria confiança social que se busca proteger.

Encerrando já, a liberdade de expressão não é um valor acessório; é um dos fundamentos do Estado democrático de direito. Ela não protege apenas opiniões confortáveis ou consensuais, mas também aquelas que desafiam, provocam e questionam. Evidentemente, como todo direito, não é absoluto, mas qualquer limitação deve ser excepcional, proporcional e claramente definida.

Esta audiência pública, portanto, cumpre um papel especial e essencial: ouvir diferentes perspectivas, especialistas, juristas, profissionais da saúde, representantes da sociedade civil, para que possamos construir uma compreensão mais completa e responsável sobre o tema. Nosso dever, como legisladores, não é oferecer respostas simplistas para problemas complexos; é buscar soluções que protejam a coletividade, sem comprometer liberdades fundamentais, é legislar com prudência hoje, para não lamentar excessos amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que este seja um espaço de diálogo qualificado, respeitoso e produtivo.

Então, já passo aqui a palavra, imediatamente, para o Dr. Cicero Galli Coimbra, que é Neurologista, Internista, Professor associado da Unifesp.

Muito obrigado pela sua presença, Dr. Cicero. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para a sua exposição.

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Agradeço muito o honroso convite.

Eu tenho 70 anos, eu tenho 46 anos de prática médica e, ao longo desse período, além de graduação na área médica, eu fiz especialização em Neurologia. Eu fui aos Estados Unidos e fiz um *fellowship* de Neurologia Pediátrica. Eu estive na Universidade de Lund, na década de 80, que, na época, era o maior centro de neurociências, para fazer pesquisa em neurociências.

E o que eu trago aqui é um material extremamente denso de informações. E essa apresentação representa um esforço muito grande, Senador, no sentido de trazer essa informação de uma forma palatável ao grande público. Por isso, eu peço a sua tolerância, porque eu não vou conseguir fazer isso em dez minutos, mas eu vou tentar. Vou fazer o mais rápido possível

Nós passamos de um caso de autista para cada 10 mil crianças em 1970 para um caso para cada 22 crianças atualmente. Entre os meninos, nós temos um caso para cada 12 meninos. Não é só isso. E nível mundial, adolescentes e adultos jovens com depressão severa praticam automutilação, cometem suicídio. Isso está acontecendo com uma frequência inédita.

De acordo com a OMS, uma em cada seis crianças e adolescentes, no mundo, é afetada por um transtorno mental atualmente. Isso nunca aconteceu. Ao longo de 46 anos da minha vida profissional, nunca aconteceu.

Quando eu estava, na década de 80, na Universidade de Miami, fazendo um *fellowship* de Neurologia Pediátrica, eu nunca ouvi falar em um caso de autismo. Eu não ouvia falar em adolescentes e crianças com risco de suicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu coloco para vocês a afirmação que foi colocada em 19 de novembro de 2025 pelo Governo norte-americano, oficialmente, no centro do CDC. Ele disse, textualmente, a afirmação de que as vacinas não causam autismo. Não se baseiam em evidências. Não se baseiam em evidências, pois estudos não descartaram a possibilidade de que vacinas infantis causem autismo. E mais ainda: os estudos que mostraram essa ligação entre autismo e vacinas foram ignorados pelas autoridades de saúde, incluindo a própria OMS.

O U.S. Department of Health and Human Services, nos Estados Unidos, está sendo atualmente dirigido pelo Sr. Robert Kennedy Jr., que tem sido um crítico de vacinas há bastante tempo, não de vacinas em geral, mas dos componentes das vacinas. Eu queria deixar isso muito bem claro: não são as vacinas; são os componentes das vacinas.

As pessoas não têm ideia do que é autismo. O que eu tenho visto... Estou tratando autismo desde 2014. Então, estou trazendo uma experiência da busca da causa do autismo de 12 anos.

Um em cada cinco autistas desenvolve epilepsia. Em comparação com a população geral, que seria menos do que 1%, isso seria 25%.

No autismo profundo, chamado também de grau 3, a criança tem um QI abaixo de 50. Isso é uma verdadeira tragédia se você considerar que a quantidade de crianças com autismo profundo, a proporção delas está aumentando dentro do aumento do total de crianças com autismo.

Crianças com autismo estão sendo acorrentadas, estão sendo mantidas acorrentadas em casa, porque muitas delas são extremamente agressivas, e, no momento em que chegam à adolescência, elas se tornam um risco à própria família. Então, se vocês colocarem na busca do seu navegador "YouTube, autismo, acorrentado", vocês vão encontrar vários vídeos demonstrando isso.

Esse é um caso de um autista adulto, um jovem autista, que sofreu uma frustração porque não ligaram a televisão. Ele está se mordendo e emitindo estes sons – prestem atenção.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (*Por videoconferência*.) – Parecem sons de animais. Isso está descrito na literatura.

Essa criança também é uma criança que sofreu uma frustração, e olhem como ela reage.

(*Procede-se à exibição do vídeo*.)

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (*Por videoconferência*.) – O ensino fundamental está falindo no mundo inteiro, esse é um fenômeno mundial. O autismo não é um problema do Brasil; esse tsunâmi de crianças e adultos jovens com ideação em suicídio e depressão severa é um fenômeno mundial. O ensino fundamental está falindo no mundo inteiro por causa da quantidade de crianças com problemas no neurodesenvolvimento que estão nas salas de aula, particularmente em escolas públicas. E aí eu sugiro que os senhores solicitem que professoras do ensino fundamental venham depor no Congresso Nacional.

Isso é da autoria de Jill Escher, que é a mãe de duas crianças com autismo grave. Ela mostra o crescimento do autismo a partir de dados publicados no sistema de saúde pública norte-americano, mostrando que isso é uma onda que começou com os nascimentos no final da década de 80 e continua sem parar. Agora dizem que autismo não é uma doença, dizem que é uma neuroatipia, é um ser diferente, de comportamento diferente que sempre existiu e nós não notávamos. Então, eu não notava? Eu tenho 46 anos de profissão e eu não notava adultos jovens usando fraldas e tendo convulsões como na figura que nós mostramos anteriormente?

Por outro lado, você solicita exames de sangue, de laboratório, que estão disponíveis no Brasil. Pede exame de neurofilamento de cadeia leve, que demonstra, se estiver alterado, que está havendo uma lesão cerebral em atividade, estão morrendo neurônios, estão morrendo células nervosas. Você pede o exame de enolase específica de neurônios, que demonstra que o cérebro do autista está sofrendo um processo inflamatório, que está provocando degeneração de células nervosas e essas células, à medida que vão degenerando, morrendo, liberam substâncias como a enolase específica de neurônios.

A Academia Americana de Pediatria diz que nada disso está acontecendo, que o autismo é um problema genético e que sempre esteve aí. Robert Kennedy disse o contrário, disse que gênios não causam epidemias. Então, para nós desvendarmos essa questão, nós vamos usar de duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velhas e poderosas ferramentas. Uma ferramenta é o princípio da parcimônia; e outra, os chamados critérios de causalidade.

Então, de acordo com o princípio da parcimônia, que foi proposto na Idade Média por esse frade franciscano William of Ockham e que foi depois confirmado em estudos de estatística muito profundos por Hans Reichenbach, o princípio da parcimônia funciona assim – todas as ciências médicas usam, muitas médicas e não médicas o utilizam e muitos não sabem exatamente que o estão utilizando na sua prática clínica –: por exemplo, quando o médico vai fazer um diagnóstico, ele tem todas essas manifestações que estão representadas por esses círculos amarelos. Então, um médico levanta a possibilidade que um diagnóstico é B, o outro diz que é A. Nem A nem B explicam todas as manifestações de sintomas, todos os sinais ao exame físico e todas as alterações laboratoriais. O princípio da parcimônia diz que as duas hipóteses diagnósticas estão erradas e que você tem que buscar uma hipótese diagnóstica C, que explica todas essas manifestações dessa doença.

Então, isso é o princípio da parcimônia, e isso (*Falha no áudio.*) ... é considerado o fundador da estatística moderna.

Aí, você tem todas essas alterações que têm sido descritas por pesquisadores em relação ao autismo: alteração do metabolismo da vitamina B9, que são os folatos; depleção, redução do maior antioxidante do nosso organismo, que é a glutationa; fungos crescendo em grande quantidade no intestino dos autistas; formas de fungos que se encontram circulando na corrente sanguínea dos autistas, chamadas de formas L, sem provocar febre, sem provocar alteração do hemograma; anomalias estruturais do cérebro; acúmulo de alumínio, partículas de alumínio, no tecido nervoso em grande quantidade, em quantidades extraordinárias no cérebro dos autistas; alterações da neurotransmissão cerebral, que são responsáveis pela alteração do comportamento dos autistas; baixos níveis da forma ativa da vitamina B6, que é necessária para a produção desses neurotransmissores; e produção de anticorpos contra o próprio cérebro.

Tudo isso faz com que alguns pesquisadores digam que a causa do autismo é multifatorial. Dizer que é multifatorial representa uma ruptura completa com o básico, fundamental princípio da parcimônia. De acordo com o princípio da parcimônia, o autismo não pode ter múltiplas causas; sob o ponto de vista estatístico, isso seria virtualmente impossível. Então, nós temos que juntar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as peças desse quebra-cabeças para saber qual é a causa do autismo, qual é a causa raiz do autismo.

Os folatos: o metabolismo da vitamina B9 está alterado no autismo, isso foi documentado. O antioxidante mestre do corpo está em níveis baixíssimos no organismo do autista. O intestino delgado do autista está repleto de fungos, especialmente do gênero *Candida*. Os fungos estão circulando no sangue dos autistas e nas mães, e são os mesmos que são encontrados no sangue das mães dos autistas. Existem estudos de imagens de ressonância magnética que demonstram alterações estruturais e funcionais no cérebro do autista.

Este pesquisador e seu grupo fizeram um trabalho fundamental para a compreensão da causa do autismo: o nome dele é Christopher Exley, do Reino Unido. Eles demonstraram que o alumínio, sob a forma de partículas microscópicas, existe em quantidades extraordinárias no cérebro dos autistas.

As alterações dos neurotransmissores dos autistas explicam as alterações emocionais, o comportamento social, a perda da fala, a quase incapacidade de manter mais do que duas ou três horas de sono durante a noite. Os autistas têm dificuldade de ativar a vitamina B6, transformando-a de piridoxina em piridoxal fosfato.

As crianças com autismo produzem anticorpos contra o seu próprio cérebro; então, sim, autismo também é uma doença autoimune. A mitocôndria, que é a estrutura que existe dentro das nossas células e que é responsável pela produção de energia, de queima de oxigênio e nutrientes para a produção de energia na nossa célula, está morfologicamente e funcionalmente desestruturada.

Hipócrates, 2,4 mil anos atrás, disse que, se você quiser tratar corretamente uma doença, não deve tratar somente as suas manifestações, mas também a causa fundamental delas. E aí nós estamos enviando para psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, ao custo mensal de R$25 mil, crianças que estão com uma doença orgânica, indiscutivelmente orgânica. Então, todas essas manifestações têm que ter uma causa raiz. Qual é a causa raiz do autismo que provoca tudo isso, que, de acordo com o princípio da parcimônia, somente ela é capaz de explicar todas as alterações que pesquisadores de grupos diferentes têm demonstrado no autismo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós nos socorremos da segunda das ferramentas, que são os critérios de causalidade propostos por esse pesquisador e professor universitário Austin Bradford Hill, em 1965. Prestem atenção, foi graças ao estudo dele, às propostas dele, que definitivamente o cigarro foi aceito pelo mundo científico e pela comunidade médica como causa de câncer de pulmão, essa é a importância desse pesquisador.

Então, nós temos, por exemplo, o critério dose-resposta, o critério temporalidade, o critério do mecanismo. Nós vamos ver como que isso pode ser usado para determinar a causa raiz do autismo. Então, nós vemos, por exemplo, o critério dose-resposta. Você vê esse crescimento exponencial do autismo, a partir de 1970 até os dias atuais, e você tem que procurar uma causa, um fator que esteja provocando isso e esteja crescendo proporcionalmente. Você aumenta a causa, aumenta a resposta; você aumenta a causa da doença, você aumenta o número de indivíduos em uma comunidade que é portadora dessa doença. Então, você olha o aumento da quantidade de vacinas que aconteceu nesse mesmo período, de 1983 a 2025, e você superpõe os dois dados. Então, você vê que o autismo, o crescimento do autismo é compatível com o crescimento do número de vacinas que estão sendo administradas. Você aumenta a causa, você aumenta o efeito. Você aumenta a causa, você aumenta o número de indivíduos portadores da doença autismo.

Muito bem. E o critério temporalidade? O que diz o critério temporalidade? Diz que a causa vem antes do efeito. A causa da doença vem antes da doença. Se nós transportarmos isso para o cigarro, se o cigarro provoca câncer de pulmão, primeiro começo a fumar e depois é que vem o câncer de pulmão, talvez duas, três décadas depois. Então, o critério da temporalidade está satisfeito no autismo, porque o uso regular de alumínio nas vacinas começou na década de 1930 e, 13 anos depois, o autismo foi descrito pela primeira vez. Começou a causa; depois veio o efeito.

Aí você quer saber se o critério do mecanismo também é satisfeito, ou seja, o que significa o critério do mecanismo? Se as vacinas que estão sendo usadas, devido aos seus componentes, provocam autismo, tem que haver um mecanismo através do qual a vacina provoque autismo. Então, você vai olhar qual é a composição das vacinas e você vê que todas essas vacinas que estão aqui nesse quadrado assinalado em vermelho contêm alumínio – no lado esquerdo em círculo. A vacina do HPV também contém alumínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você joga no Google Acadêmico e vários meses atrás, no ano passado, talvez quase um ano atrás, havia 2 milhões de publicações falando a respeito da toxicidade desse metal alumínio, que é injetado nas vacinas. Então, você tem um mecanismo através do qual – que é a presença do alumínio – a vacina pode provocar autismo.

Então, você vai ao trabalho desses dois pesquisadores da Colúmbia Britânica, no Canadá, e eles mostraram que todos os critérios fundamentais de Austin Bradford Hill de causalidade estão satisfeitos, quando se considera a possibilidade de que vacinas ou componentes delas estejam provocando autismo.

Muito bem. É tão fundamental esse trabalho que eu preciso assinalar que o Christopher Exley e seus colaboradores em 2018... Partículas de alumínio no cérebro do autista, quantidades extraordinárias... O que eles viram no microscópio? Veja, todos os médicos são treinados a aceitar o que o patologista vê no microscópio. Se ele viu, num produto de biópsia, a presença do bacilo da tuberculose, vai dizer "Esse paciente tem tuberculose", e nenhum médico vai ousar dizer que o bacilo da tuberculose estava apenas passeando por ali, fazendo turismo, não estava participando da causa do problema. Então, você olha o que eles viram no microscópio: quantidades extraordinárias de partículas de alumínio. Vejam, todos esses pontos luminosos são partículas de alumínio no cérebro dos autistas, eles têm quantidades extraordinariamente altas. Não são moléculas de alumínio, são partículas. Isto é fundamental: são partículas, não são moléculas. Moléculas não se veem no microscópio; partículas se veem em microscópio. E aí você vê que todas as alterações que foram descritas por diversos pesquisadores, trabalhando de forma diferente sob ângulos diferentes do mesmo problema, todas essas manifestações podem ser determinadas pela presença de alumínio.

Então, você tem, por exemplo, o alumínio que altera o metabolismo dos folatos – explicando, os níveis baixos da forma ativa da vitamina B9 –; você vê que o alumínio pode ser captado no sítio de inoculação, "engolido", entre aspas, fagocitado pelas células do sistema imunológico e pode atravessar a barreira que separa o cérebro do sangue no interior das células do sistema imunológico, isso é chamado de mecanismo do cavalo de Troia. Você vê que a neuroinflamação compromete a poda sináptica. Não vou entrar muito nesse assunto, mas a poda sináptica é um fenômeno natural em que sinapses que foram formadas em excesso no cérebro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma criança que está com o cérebro em desenvolvimento têm que ser podadas para que isso não altere o funcionamento do tecido nervoso.

Então, também tem sido encontrada no cérebro dos autistas essa perda da poda neural; e o alumínio, ao se ligar aos átomos de fosfato, impede que a usina da nossa célula, a mitocôndria, produza energia, porque a energia depende da disponibilidade de fosfato. Por isso, a mitocôndria está completamente disfuncional no autismo. O alumínio explica por que a mitocôndria está disfuncional.

A mucosa intestinal é particularmente vulnerável ao efeito tóxico do alumínio. As células do sistema imunológico não carregam partículas de alumínio apenas para o cérebro, elas carregam também para a mucosa intestinal. O alumínio, na mucosa intestinal, destrói bactérias benéficas e permite, então, que fungos, cujo crescimento estava sendo limitado por essas bactérias, proliferem desordenadamente. Então, 70% dos autistas têm odor insuportável nos gases intestinais e nas fezes, em decorrência do supercrescimento de fungos do intestino. Quando fungos, como *Candida*, crescem no intestino, formam esse biofilme, como se fosse uma espécie de gel que os protegem e não permite que os agentes antifúngicos penetrem nesse gel para não destruí-los – isso quando a *Candida* atinge um estágio filamentoso, agressivo e altamente nocivo, destruindo a barreira intestinal.

Então, aqui vocês têm a barreira intestinal rompida, provavelmente não só pelo alumínio, mas também pelo crescimento dos fungos, como a *Candida* no intestino. E aí você tem o fato de que fungos, no cérebro, estão circulando no organismo das pessoas e são encontrados, por exemplo, no cérebro das pessoas com Alzheimer.

Por que a epilepsia afeta de 12% a 30% dos autistas? Porque o alumínio provoca a epilepsia, provoca a perda da fala. Por que há quatro meninos para cada uma menina diagnosticada com autismo? Porque as meninas têm um gene que poupa fosfato, que protege contra a eliminação de fosfato provocada pelo alumínio. As meninas têm esse gene duplicado, que está ligado ao cromossoma X, e meninos só têm um cromossoma X. Os portadores de autismo possuem níveis baixos de fosfato no sangue e na urina. Eles possuem níveis baixos, como eu já disse.

Os níveis de alumínio, no cabelo das crianças autistas, são inacreditáveis. Se você pegar o cabelo de um autista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Cícero, por gentileza, eu estou adorando a sua explanação. Eu tenho muito interesse nesse tema. Eu só peço, se o senhor puder, que vá para a conclusão. Eu até já lhe concedi 15 minutos extras. É porque têm os outros expositores e a gente tem um horário também para terminar. Então, se o senhor puder partir para a conclusão em relação ao PL, porque... Eu sei que o que o senhor está falando aqui é com muita coragem.

A gente não tem esse PL aprovado e, se Deus quiser, não vai ter, apesar de a gente saber que não vai ser fácil amanhã, mas o senhor poderia estar aqui... Se esse PL virar lei, minha querida Deputada Bia Kicis, que está presente aqui e também vai se manifestar daqui a pouco, ele estimulará a detenção de seis meses a dois anos, ele estipula de seis meses a dois anos. Então, isso aqui pode ser considerado uma pesquisa científica, que o senhor fez, bem embasada, e pode chegar lá na frente, um PL desse passando aqui, Deus nos livre, e o senhor ser preso porque está colocando isso.

Nós já recebemos aqui, em outras audiências, uma médica, que, inclusive, é dos Estados Unidos, é uma brasileira que estuda lá – daqui a pouco, eu dou o nome dela –, falando da relação de autismo com o paracetamol também, que as mulheres usam na gravidez. Entendeu? Então, quer dizer, esse tipo de coisa não vai poder ser mais debatido, não vai poder ser mais exposto? Então, é muito preocupante.

Como a gente tem que ir aqui para a questão específica do PL e o que pode cercear nesse debate científico importante de esclarecimento para as pessoas, eu peço só para o senhor encaminhar para o final, já lhe agradecendo e lhe pedindo desculpa.

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (*Por videoconferência*.) – Sim.

A gestante toma a vacina contendo alumínio e tem febre; toma o paracetamol, e a culpa é do paracetamol – interessante isso. O alumínio proporciona um fluxo de fungos e bactérias a partir do intestino para a circulação e, a partir daí, para o cérebro.

Eu vou acelerar a nossa parte, mas eu queria falar sobre o CTC (Centro de Tecnologia de Vacinas). Uma pesquisadora do centro está dizendo que o bebê ingere mais alumínio pela alimentação do que todas as doses de vacinas que recebe. Ela está repetindo o que diz o Dr. Paul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Offit, que recebe *royalties* de vacinas, algumas delas ele mesmo desenvolveu. Na realidade, o que as pessoas recebem são moléculas de alumínio que são ingeridas, contaminando a água, e, dessas, só 0,5% é absorvida e eliminada rapidamente pelo rim. O alumínio que você injeta na vacina não sai mais do organismo.

Se esse CT-Vacinas começar a produzir em larga escala partículas adjuvantes de alumínio, vai envenenar o cérebro de milhares de crianças.

A Academia Americana de Pediatria, que tem se oposto a Robert Kennedy, recebe financiamento de várias indústrias farmacêuticas, como está se vendo ali, e não é pouco dinheiro que recebe.

Muito bem. Vamos lá até o final, então.

Isso aí mostra o lucro das vacinas, da venda de vacinas. Está crescendo o lucro da venda de medicamentos para tratamento que não tratam a causa do autismo, a quantidade de recursos que está sendo financiada, e Robert Kennedy dizendo que genes não causam autismo.

É importante dizer: os americanos podem questionar se as recomendações da Academia Americana de Pediatria refletem o interesse da saúde pública ou se são talvez apenas um esquema de troca de favores para promover as ambições comerciais dos grandes financiadores farmacêuticos.

Bom, isso aqui eu vou passar.

Não sei se vale a pena passar esse vídeo, devido ao tempo, mas recomendo que as pessoas que estão nos assistindo procurem esse vídeo na internet.

Finalmente, o último eslaide, para não atrapalhá-lo mais, Senador.

Em nossa sociedade atual... Diz Robert Kennedy em entrevista a Tucker Carlson: "Em nossa sociedade atual, nada é mais lucrativo do que uma criança doente, porque os pais vão vender tudo o que tem para conseguirem a cura da criança". E muitas dessas mães que estão com autistas tendo convulsões, usando fraldas aos 18 anos me dizem: "Doutor, quem é que vai cuidar do meu filho quando eu morrer?".

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Cicero, muitíssimo obrigado pela sua apresentação aqui, rica com dados, e que nos traz aí uma preocupação extra, porque esse projeto, Deputada Bia Kicis, de que foi dada entrada aqui no Senado Federal, pelo Senador Kajuru, que inclusive já está um pouco incomodado com esse assunto, com a repercussão dele... Talvez ele já não o apoie; pelo que eu tive oportunidade de conversar, ele já não pensa da mesma forma como em 2021.

Isso foi logo depois da questão da covid, quando muitos médicos foram intimidados, perseguidos por suas colocações, por seu direito de exercer a medicina, de fazer o tratamento, enfim. Então, a gente sabe do *lobby* do laboratório que existe aqui, o *lobby* da indústria farmacêutica não é brincadeira, é um dos maiores que atua no Congresso Nacional. Isso aí a gente não tem dúvida, e nós precisamos ter muita responsabilidade aqui neste momento, porque esse PL – e respeito quem pense diferente – me parece algo muito perigoso. Mas amanhã a gente vai ter uma decisão aqui nesta Comissão, que é uma Comissão importantíssima do Senado Federal.

Eu agradeço ao Dr. Cicero Coimbra, neurologista e internista, professor associado da Unifesp muito importante.

Eu peço inclusive ao senhor, que o senhor autorize que o Senado Federal, a nossa Comissão de Assuntos Sociais, possa deixar disponibilizado o material que o senhor expôs aqui, as lâminas todas, inclusive as que o senhor não teve tempo para colocar. Se puder deixar esse material autorizado para estudos depois da população, de médicos, outras pessoas que queiram pesquisar, o senhor autoriza para a gente, Dr. Cicero?

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (*Por videoconferência*.) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Então, a gente já pede à nossa atenciosa Secretaria aqui da nossa mesa para deixar esse material como fonte de pesquisa, porque esta audiência vai ficar no YouTube por décadas, se Deus quiser, e aqui e é um importante marco.

Porque ninguém sabe, Deputada Bia Kicis, se a gente vai poder fazer outra sessão desta, do jeito que está criminalizada inclusive a política, o STF querendo enquadrar um Senador por relatar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no seu relatório do crime organizado aqui, Ministros da Suprema Corte, indiciar... É uma atividade meramente política, e ele tem prerrogativa para isso. Hoje em dia, nós estamos com tudo tão invertido aqui no Brasil que a gente não sabe se amanhã a gente vai ter oportunidade de fazer uma audiência desta.

Aqui eu falei, Dr. Cicero, respeitando muito o senhor; não foi criticando, muito pelo contrário! Eu também confesso que já tinha ouvido falar dessa questão da relação de vacina com o autismo. E você sabe que, segundo as projeções, cada núcleo até 2040 – se eu não me engano, é esse o dado –, cada núcleo familiar do Brasil vai ter um autista. Está uma... As escolas não têm estrutura para isso, as APAEs – que a gente visita, eu visito muito pelo interior do Ceará – estão superlotadas. E a gente vê as famílias assim numa situação... Não sabem a quem pedir socorro. E o Estado não está preparado para isso. Então, o que o senhor traz aqui realmente é a causa, é uma análise da causa, o senhor está indo na causa! Isso é muito importante.

Mas a médica que veio aqui ao Senado Federal e efetivamente trouxe a relação... Está, aí nos *Anais* aqui da Casa, uma sessão que eu não lembro se foi aqui ou foi na CDH; eu acho que foi aqui na CAS que a gente realizou uma sessão em que Dra. Bruna Pitaluga esteve aqui, veio dos Estados Unidos e apresentou, junto com outros médicos, cientistas, uma relação também – uma coisa não anula a outra, pode ser que seja um complemento; eu não sei, eu não sou médico, eu não posso dizer –, mas ela trouxe relações com dados estatísticos sobre o paracetamol, que é o Tylenol, vamos dizer assim, o nome vendido é o Tylenol. E aí você diz: "Mas é diferente". Tudo bem, é diferente, do ponto de vista científico, mas para mim é algo externo, como vacina, tem uns medicamentos também. Daqui a pouco, a evolução dum projeto de lei vai ser para não questionar também medicamentos? Porque a gente não sabe onde é que isso vai parar.

Eu passo... O Dr. Zeballos tem um compromisso daqui a pouquinho. Dr. Zeballos, eu peço ao senhor só um tempinho; o senhor é o próximo a falar, mas a Deputada Bia Kicis veio aqui, fez questão de estar presente, e eu gostaria de passar a palavra para ela e depois eu já emendo aqui com o senhor, que é outro corajoso...

O SR. ROBERTO ZEBALLOS (*Por videoconferência.*) – Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que sofreu muita coisa durante a pandemia de covid, nós acompanhamos aqui, inclusive em debates aqui no Senado Federal.

Deputada Bia Kicis, muito obrigado pela sua presença. A senhora tem o tempo para se posicionar.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentar o convidado Dr. Zeballos, que está aí de forma virtual, por quem eu tenho uma profunda admiração.

E quero dizer que tão importante quanto a ciência são os nossos valores, como a liberdade, a liberdade de expressão, o pátrio poder, o poder familiar dos pais sobre os filhos – tanta coisa que é envolvida –, o ato médico, a promessa, o juramento dos médicos, quando se formam, de usar todos os meios possíveis para salvar vidas. Então, tudo isso está envolvido. E um projeto como esse...

Eu não posso falar como médica, que não sou, mas posso falar como representante do povo e como jurista, que sou, para dizer que primeiramente são muito preciosas as informações trazidas pelos médicos, porque esse projeto vai impactar diretamente na liberdade dos médicos, no exercício de sua profissão e na liberdade de eles se expressarem, inclusive cientificamente.

Eu vejo que este projeto, que pretende tipificar como crime a chamada desinformação sobre vacinas, até pode surgir como uma capa, um manto de algo que poderia ser benéfico, nobre, que é querer combater a desinformação sobre a vacina... Ah, como eles dizem, vacinas salvam vidas. Mas isto virou um dogma: vacinas salvam? Pelo que a gente está vendo aqui, sim, há vacinas que salvam vidas e há outras que podem causar danos terríveis à vida de crianças e prejudicar famílias e prejudicar a sociedade como um todo.

Então, esse debate é um debate científico, de um lado, que não pode ser tolhido, e é um debate jurídico e político, por outro lado, porque nós temos que defender aquilo que este projeto pode atacar de forma fatal que é a liberdade de expressão e a liberdade de também se debater, o que é algo inerente à ciência. Pelo amor de Deus, a ciência não é estática! Ela é tudo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estática. Hoje, algo que é tido como verdade, amanhã, vai ser comprovado como errado, ultrapassado. Novas verdades científicas irão surgir.

Então, a gente não pode impedir esse debate e simplesmente colocar sobre a cabeça dos médicos essa espada de Dâmocles de que eles não vão poder debater. Nós estamos ouvindo aqui médicos, cientistas, pessoas de reconhecimento até internacional que estão trazendo para o debate a questão da segurança das vacinas. Imaginem: se este projeto for aprovado e virar lei, esses médicos serão calados, serão tidos como criminosos.

Além disso, quem é que vai dizer o que é verdade, o que é mentira, o que é desinformação? Isso é altamente subjetivo, mas o risco maior – e é algo que a gente não pode tolerar – é deixar nas mãos do Estado decidir o que é desinformação, o que é verdade. Não pode! O Estado não pode ter esse poder de forma alguma. Toda vez que se deu ao Estado o poder de dizer o que é verdade, o que é mentira, se instalou uma ditadura. E nós sabemos que já não vivemos uma democracia.

Este projeto... Se o Senador Kajuru já está até mesmo repensando, eu quero dizer que este projeto conversa muito bem, é muito alinhado com o cenário político que nós temos hoje de um inquérito, o tal inquérito das *fake news*, que não se encerra jamais, que já tem sete anos e que é usado como um balaio de gato para você jogar ali todos os opositores do regime. Tudo que se fala agora... Parece que até o Governador Zema, que, diga-se de passagem, não é bolsonarista, porque nós bolsonaristas é que estávamos sempre com a pecha de pessoas que fazem desinformações, de pessoas que fazem *fake news*, negacionistas... E aí temos um inquérito aberto, só que, agora, nesse inquérito, outras pessoas, jornalistas, Governadores estão sendo colocados lá dentro – até um Senador da República também, que também não é bolsonarista.

Há muito tempo, a gente vem informando do risco que é dar ao Estado o poder de dizer o que é mentira e o que é verdade e ainda usar o direito penal, que deve ser o último, deve ser a última camada, que é quando realmente a pessoa pratica um crime ser punida... Agora, você querer punir o debate? Então, isso é muito sério.

Esse projeto é um grande risco a tudo: à liberdade de expressão, ao desenvolvimento da ciência. A tudo ele é um grande risco, e é por isso que ele precisa ser rechaçado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, Presidente desta sessão, eu parabenizo V. Exa., que sempre – sempre – está disponível e aguerrido naquelas pautas mais importantes, que são as pautas da liberdade, as pautas das garantias, as pautas pró-vida. Daqui a pouco, você questionar também a questão da origem da vida, se pode ter aborto ou não também pode virar crime. Até questionar, você se colocar contra uma agenda pode virar crime – uma agenda globalista de matar bebês no ventre das mães.

Então, nós estamos vivendo um momento muito delicado, mas é neste momento que nós precisamos de homens e mulheres de coragem, de pessoas firmes, que não tenham medo de fazer o que é certo. E eu parabenizo V. Exa. por ser um desses grandes homens, e eu estou aqui também porque sou uma pessoa que não tem medo de lutar por aquilo que é certo.

E esse projeto é extremamente perigoso, embora venha coberto por um manto nobre: "Queremos combater a desinformação". Ora, não há nada mais subjetivo do que o que é desinformação – nada mais subjetivo do que isso. E colocar nas mãos do Estado é um erro gravíssimo, que nunca deu certo, em país nenhum no mundo, em democracia nenhuma. Num país que se diz um Estado de direito, isso não é possível, só que a gente sabe do risco, porque não estamos vivendo num Estado de direito.

Então, Presidente, muito obrigada por este espaço, eu não vou me alongar, até porque não quero fazer esse grande médico, esse grande homem, esse admirável guerreiro da liberdade e da medicina esperar por mais tempo, que é o Dr. Zeballos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputada Bia Kicis.

É isto: a quem interessa, né? A quem interessa cercear este debate? É o quê? É laboratório, é indústria farmacêutica que vão dizer o que é verdade e o que não é? São eles que vão dizer? Não me parece algo razoável.

Dr. Roberto Zeballos, muito obrigado pela sua presença, que também, assim como todos os que estão convidados e vão fazer suas exposições, engrandece o Senado Federal com a sua presença nessa véspera de uma decisão importante que vai ter aqui. O brasileiro não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabendo. Tem tanta coisa acontecendo no país que o brasileiro não está sabendo que amanhã, no dia da sabatina do indicado ao STF do Governo Lula, vamos ter uma votação aqui tão importante, mas esta audiência pública vai cumprir o seu dever.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO ZEBALLOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gente, eu que agradeço os elogios de vocês, os elogios da Bia Kicis, mas o que eu faço não é política, eu vejo o que é melhor para o meu paciente. Então, como é que eu vou fazer? Eu vou fazer algumas considerações gerais sobre o que é questionamento e o prejuízo de abafar o questionamento e depois eu vou citar o que eu enxerguei de fragilidade desse projeto de lei. Quer dizer, como é que pode? Vai criminalizar quem questiona?

Uma coisa que tenho que deixar claro é que eu não dependo de recurso de Governo, não dependo de hospital ou laboratório; eu dependo dos meus pacientes, o que me dá muita satisfação – sou apaixonado pelo que faço e a minha motivação é o bem comum.

Criminalizar esse tipo de questionamento, como todo mundo falou, mas eu vou repetir, abre um precedente perigoso para a censura, prejudicando o debate democrático para o bem coletivo e o debate científico. Quando essa premissa... Uma coisa que nós temos que saber: temos que parar de misturar política, ideologia com ciência e medicina. Ciência e medicina estão muito acima disso, porque, na hora do vamos ver, no beiro do leito da morte, todo mundo é igual. Eu sei, porque, na época da covid, quando a gente virou referência, eu atendia gente de tudo quanto é partido, e a minha obrigação é atender bem, independentemente da ideologia desse cidadão. Então, estão misturando de novo. E vou dizer: com uma limitação intelectual que me assusta, porque é tão simples a gente entender que a ciência é dinâmica – o que é verdade hoje, amanhã não é.

Então, quando essa premissa é violada, acontecem consequências graves, como foi com a Dengvaxia lá nas Filipinas, que matou crianças, o que fez com que a Anvisa tivesse que mudar a bula, porque quem nunca tinha tido a doença e tomava vacina tinha um índice de fatalidade altíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda sobre o questionamento, a história mostra que o questionamento não é um obstáculo; ele garante proteção e o principal, que é a evolução da humanidade. Toda evolução aparece com um questionamento. E eu não acho nada mais lindo do que a capacidade criativa do ser humano, quando o desejo vem do coração, de ter ideias para solucionar problemas – quer dizer que nós vamos inibir isso? Isso é realmente...

Sabe o que eu fiz? Acho que é uma das razões por que eu estou aqui hoje. A primeira coisa que eu fiz, no meu primeiro caso de covid, quando entendi o mecanismo da doença, foi questionar por que eu não podia dar corticoide se eu via que o meu paciente ficava doente no sétimo dia, que é quando a resposta imunológica começa a crescer. E o corticoide é um medicamento que a gente usava há décadas. Como é que eu não podia usar? É que eles se basearam... Tinha uma supressão para não dar, mas eles se basearam no estudo que dizia que aumentaria a replicação. Só que eles não foram ver o desfecho do estudo. O desfecho do estudo: quem tomava corticoide tinha um prognóstico melhor. Então, o questionamento comigo já começou aqui.

Eu adoro questionar, fazer diagnósticos, conversar. Então, ao longo da história, questionar salvou vidas, mesmo quando inicialmente foi rejeitado. E é comum uma rejeição quando alguém abre uma coisa nova.

Um exemplo clássico é aquele médico húngaro que demonstrou que, quando você lavava as mãos – isso foi no século XIX – diminuíam as infecções nas puérperas, nas mulheres que tinham tido criança. Ele foi ignorado, foi isolado e infelizmente ele morreu num hospício antes de ter o seu trabalho reconhecido – porque hoje é básico lavar as mãos. Hoje, em uma cirurgia, é muito mais do que lavar as mãos; você faz uma lavagem mais profunda.

Outro caso marcante foi o da talidomida. O pessoal começou a observar que as crianças nasciam com encurtamento de membros. Graças a essa observação e a esse questionamento, prevenimos que isso continuasse acontecendo. Aqui no Brasil, infelizmente, demoraram três anos em relação ao mundo para suspender.

Então, o mesmo padrão se percebe, por exemplo, se repete quando você pega aquelas pessoas, hemofílicos, que se contaminavam com o vírus da Aids, porque o tratamento era feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com plasma, e os doadores de plasma, muitas vezes, estavam infectados com HIV. Alguém questionou isso e foi resolvida a questão.

Então, esses episódios deixam uma lição clara: o silêncio e a ausência de questionamento custam vidas. Isso é um fato!

Por exemplo, a gente, com corticoide... E me ignoraram, mas o tratamento era tão resolutivo que o Brasil inteiro abraçou, o mundo inteiro abraçou. Por que isso? Porque estava resolvendo, mesmo com a supressão que ocorreu.

Então, o que é que acontece... Vamos falar um pouquinho da fragilidade desse projeto de lei. Ninguém deixou muito claro isso.

Qual era o propósito inicial? O propósito inicial era diminuir a hesitação vacinal e aumentar a adesão a vacinas. Esse foi o primeiro propósito.

Mas só que o pessoal não entende que, antes de você botar uma atitude limitada de proibir o questionamento das vacinas, eles têm que entender que o que gera hesitação é a desconfiança do ser humano.

E por que é que o ser humano desconfia? Porque ele também olha para o lado, vê eventos de fatalidades acontecendo, e ele não sabe o que é, até vir alguém com transparência: "Não, isso não tem nada a ver com a vacina, os estudos mostraram que a vacina protege...". Ou, como acontece hoje, ainda falta...

A Anvisa aprovou algumas vacinas por uma questão emergencial. E, como você mesmo viu... E o que é que significa isso? Que não precisa alcançar todas as fases de demonstrar segurança eficaz. Então, você vê: a Coronavac não existe mais. Tiraram, de uma maneira bem discreta, a AstraZeneca – lá na Austrália é muito claro isso –, porque associaram a uma incidência importante de trombose, com fatalidade...

Então, quer dizer, esses questionamentos são claros, e esses questionamentos só tendem a ajudar a população.

Então, como é que você consegue isso? Você consegue isso evitando ocultar dados e abrindo com transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o projeto apresenta essa fragilidade porque ele trata o tema de forma genérica, superficial, demonstrando – quem pensou nisso – total desconhecimento sobre o tema ciência ou de que a natureza da ciência é dinâmica.

O ovo era um alimento proibido nos anos 90. Hoje é um alimento extremamente recomendado. O que é que mudou? Conhecimento.

O que é que você vai fazer se inibir o questionamento? Você vai inibir o desenvolvimento e o conhecimento.

Eu, lá atrás, no meu livro *Desejo, logo realizo*, eu já observei e escrevi: "A medicina e a ciência são feitas de verdades transitórias e circunstanciais". Essa "circunstanciais" envolve desde o conhecimento do ambiente até os interesses, sim, interesses de algumas minorias. Por que não?

Essa conclusão veio da pura observação. Eu vou fazer 40 anos de formado, agora, no final do ano, e a gente já tem alguma experiência. Então, a gente sabe como era no passado. Então, fica difícil a gente ser ludibriado com algumas informações.

Por isso que, hoje, o ser humano precisa observar o que acontece ao seu entorno, porque o John Ioannidis escreveu um trabalho famoso, que mostra que... O tema é "por que a maioria das evidências científicas e os trabalhos não são replicáveis ou são falsos?". É porque envolvem interesses, viés, patrocínio. E ele documentou em evidências.

Então, tem que tomar muito cuidado com o que ela fala. "Eu sigo a ciência". Qual você segue? Então, você tem que observar o que está acontecendo ao seu entorno ou tem que observar como falar comigo da época da pandemia, eu estava *in loco*, eu sabia o que eu estava vendo. Ou pego a doutora que eu admiro, a Isabel Braga, que está aí, ela estava lá dentro, ela sabe o que acontece. Então, quer dizer, é aí que a gente pega, porque, se fala para o jardineiro que a grama é vermelha e ele vê todo dia a grama verde, como é que vão dizer que alguém vai espalhar que é *fake news* que a grama é vermelha? Então, fica difícil.

Aliás, essa foi uma das vantagens que eu tive, porque eu coloquei sempre o meu paciente em primeiro lugar e ia tomando as decisões baseadas nisso. Então, divulgar informações falsas, que é a crítica, pressupõe a existência de uma verdade única, o que é impossível e incompatível com a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criminalização – espero que isso não seja o principal fator, porque o pretexto é aumentar a adesão de vacina – pode ser utilizada como uma ferramenta de censura, prejudicando o debate científico, a liberdade de expressão. E nós temos visto, nesses últimos seis anos, várias medidas para controle social. Isso aí vai ser mais um deles, mas não vai ser, porque no final eu vou concluir que, mesmo quem quer que isso passe, vai entender que ele vai ser prejudicado com a falta do questionamento. A solução para a adesão da vacina, que é o que eles querem, ou evitar a hesitação para fortalecer a confiança, não está em proibir o questionamento, mas em ampliar a transparência, qualificar o debate e garantir acesso à informação de qualidade. Por isso é fundamental estimular todos a pensarem duas vezes antes de aprovar essa lei autoritária, genérica e superficial, que dá margem a várias interpretações regidas pela conveniência daquele que interpreta.

Imagino, pelo menos desejo, que as decisões aqui sejam tomadas para o bem comum e não para interesses de minorias. Acredito que só existe um caminho para evolução e proteção da comunidade: deixar o ser humano livre para pensar e questionar. Todo mundo ganha com isso, e isso independe de ideologia. A evolução da humanidade depende da liberdade de pensar e questionar. Todos ganham.

Agora, àqueles que querem votar a favor dessa PL, eu quero que eles saibam que os pais, os avós, os filhos, os sobrinhos vão ser prejudicados, porque, se você questiona uma vacina, que nem foi a Dengvaxia lá nas Filipinas, se é proibido e vai preso, vai morrer um monte de criança, como foi documentado. Isso só aconteceu após um questionamento. Mas o que me preocupa, além disso – seria um pretexto essa de adesão, que não vai ter adesão nenhuma, porque a desconfiança vai aumentar quando colocarem isso como um tabu – me preocupa, sim, para que caminho estamos tomando aqui no Brasil, onde uma pessoa, como eu, que adoro a minha profissão, adoro fazer diagnóstico, quando se desconfiar que eu tenho uma tese do reservatório intestinal para covid... Publiquei um trabalho; ideologia, tiraram o meu estudo lá do controle de casos, mas estou fazendo outro, arrumei patrocínio privado. E o que acontece? O meu objetivo é ajudar. E, se eu ficar inibido... Eu amo o meu país, mas eu não sei como é que vai ser daqui para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos torcer para mentes brilhantes como o Senador Girão, para mentes brilhantes, como a Bia Kicis, porque não é somente... Não são só ideias: vocês tomam ação, e ideias sem ação não valem nada.

Então, muito obrigado.

Espero que tenha ajudado, espero que as pessoas saibam que todos serão prejudicados, mesmo quem é a favor desse PL! Como eu falo nas minhas redes: vamos em frente, com otimismo sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Roberto Zeballos, pela sua participação aqui.

Interessante que o que falou o Dr. André Marsiglia depois complementou o Dr. Cícero, e o senhor vem sempre com dados novos – isso é que é interessante, né? –, complementando aqui a discussão desse assunto tão importante, e me parece totalmente inoportuno, depois de tudo que veio à tona...

O senhor trouxe o caso das Filipinas... É Dengvaxia que se chama, não é isso?

O SR. ROBERTO ZEBALLOS (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Trouxe o caso das Filipinas, trouxe o caso... Trouxe exatamente situações que ocorreram...

O SR. ROBERTO ZEBALLOS (*Por videoconferência.*) – A lavagem das mãos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da lavagem das mãos... Vou pegar isso tudo, porque amanhã nós vamos usar aqui como argumentos. Vou pedir até à nossa assessoria para anotar com os nomes certinhos, porque a gente precisa relembrar esse tipo de situação, para que os Senadores tomem a decisão correta.

Eu até entendo, no momento ali daquela tensão, do medo da época da covid – um tempo que foi um pouco preocupante para todo mundo –, que se tomasse uma decisão de fazer um PL desse e tal, mas o senhor colocou um dado aqui interessante: não é na imposição que nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir, que é o pretexto de ampliar a vacinação... Não é nessa cobertura, não é na imposição; muito pelo contrário, as pessoas vão ficar com a pulga atrás da orelha: "Mas por que querem...?". Vai aumentar, eu acho... Vai ter um efeito inverso isso aí, é lógico de se pensar, com uma verdade única. Que história é essa? Isso não existe! Na ciência ainda mais, não existe isso.

Então, muito obrigado, Dr. Roberto Zeballos, pela sua participação. A gente compreende que o senhor vai ter que sair daqui a pouco. Estou vendo aí... Estou com uma inveja sua, porque a rede é bem tradicional do meu Ceará, e eu estou vendo ali na sua câmara que tem uma rede bonita ali, com um visual...!

Tudo de bom para o senhor.

Vamos partir imediatamente para o nosso próximo convidado.

Agora, eu gostaria... O Dr. Esper Georges Kallás, do Instituto Butantan, já se conectou? (*Pausa.*)

Ainda não. Confirmou também ou não? (*Pausa.*)

Nós estamos ainda na expectativa, porque o Dr. Manoel Barral Netto, pesquisador da Fiocruz, já declinou, e era importante a gente ouvir aqui as opiniões diversas; é para isso que a gente faz audiência pública.

Daqui a pouco eu vou abrir a palavra – depois que a gente ouvir todos os que estão já aqui, convidados, palestrantes – para a sociedade civil que aqui está, alguém de alguma associação que queira se manifestar. É para isto a audiência pública: para a gente ver o contraditório, algum complemento.

Eu passo agora a palavra para o Dr. Jamil Assis, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Sivis.

O senhor tem a palavra.

Muito obrigado pela sua participação, por estar conosco aqui desde o início.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, Dr. Jamil.

O SR. JAMIL ASSIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua pessoa cumprimento todos os colegas aqui presentes e todos que estão assistindo à palestra. Também agradeço ao intérprete de libras, ao pessoal que está tornando acessível esta nossa fala.

Eu agradeço a oportunidade aqui de falar em nome do Instituto Sivis, que é uma organização apartidária dedicada ao fortalecimento de valores democráticos, da cultura cívica e da liberdade de expressão, em prol de uma sociedade próspera e virtuosa.

A discussão de hoje, a princípio, não deve ser reduzida, como já foi bem dito aqui, entre a escolha de ser contra ou a favor de certa vacina ou de outra, essa não é realmente a questão da proposta da lei. As vacinas são parte essencial na discussão de saúde pública e a circulação de informações falsas, independente do assunto e inclusive sobre o tema de vacinação, pode, sim, produzir efeitos relevantes. A pergunta real aqui é outra, que é qual a resposta legítima, eficaz e tolerável, dentro de uma democracia, diante desse problema.

O Instituto Sivis defende que a criminalização ampla de conduta, de divulgar ou propalar informações falsas sobre vacinas é uma resposta inadequada e perigosa.

O primeiro motivo é que o projeto trata de forma homogênea fenômenos que são muito diferentes. Há, de um lado, aquela informação incorreta, que é compartilhada sem intenção de enganar, que foi dita aqui pelo Dr. Marsiglia, é a tal da *misinformation*; há, de outro lado, a desinformação propriamente dita, que é a informação falsa, divulgada deliberadamente para causar dano ou manipular; e há, por fim, a informação verdadeira, mas que é escolhida, usada de modo seletivo, fora de contexto ou com intenção maliciosa, *malinformation*. Tudo isso são fenômenos diferentes que causam efeitos negativos no debate público, mas, do ponto de vista moral, jurídico e institucional, têm que ser tratados como fenômenos diferentes. O direito penal precisa distinguir o erro honesto da mentira deliberada. A dúvida legítima é diferente da fraude. A crítica científica é diferente de uma campanha coordenada de manipulação. Distinguir esses conceitos é importante e esse projeto acho que falha nesse quesito.

O segundo motivo é que estamos tratando de um campo que permanentemente evolui, que é a discussão científica. Em temas de saúde pública, inclusive a vacinação, as evidências são sempre revisadas, as hipóteses são testadas, recomendações mudam, riscos raros são monitorados e consensos vão se aperfeiçoando. A ciência não é um conjunto fechado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdades administradas pelo Estado. Ela depende de crítica, revisão por pares, debate público, contestação e falseamento. Por isso que é especialmente problemático transformar uma noção genérica de informação falsa em um tipo penal, não só no tema de saúde pública.

A pergunta que é inevitável, caso adiantemos esse assunto: quem definirá o que é falso? Uma autoridade sanitária, pode ficar na mão de um juiz criminal, de agências de checagem, de consenso científico do atual momento no qual esse projeto de lei é defendido. E o que acontece quando uma orientação muda com o tempo? Quem questionou antes se torna criminoso ou simplesmente era uma dúvida, uma revisão legítima do debate?

Esse risco não é abstrato, as leis penais vagas sobre discurso geram autocensura, medo de defender posições no debate público. Médicos podem evitar discutir questões raras, assuntos de riscos raros, jornalistas podem hesitar em investigar as falhas de políticas públicas e pesquisadores podem deixar de investigar hipóteses que talvez pareçam minoritárias, e o pior de tudo: cidadãos podem ter medo de expressar dúvidas sinceras. O resultado é um debate público mais pobre e uma confiança social muito menor.

Como foi dito aqui anteriormente, e esse é o nosso terceiro ponto, a criminalização vai ser e pode ser contraproducente. Em saúde pública o que importa e é essencial é confiança. Quando o Estado responde a dúvidas, boatos, erros, enfim, com uma ameaça penal, ele justamente pode fortalecer a narrativa de grupos conspiratórios, a ideia de que algo está sendo escondido, perguntas são proibidas, não se pode questionar o consenso.

A própria OMS, na época da pandemia de covid, tratou da tal da infodemia e recomendou que disseminar informações confiáveis, baseadas em ciência, comunicação rápida e acessível, escutando comunidades e respeitando a liberdade de expressão, é a saída.

A Anistia Internacional, junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, afirma que proibições amplas, baseadas em conceitos vagos, como *false news* ou informações falsas, ou *spreading misinformation*, espalhando "misinformação" ou desinformação, são incompatíveis com padrões internacionais de direitos humanos. A OMS também afirma que a hesitação vacinal é um fenômeno complexo, influenciado por n fatores, como a confiança, a complacência, a conveniência, acesso a recursos, preocupações de segurança, experiências pessoais anteriores e relações com profissionais de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a desinformação é importante, mas ela não explica tudo dessa hesitação vacinal. Criminalizar discurso pode atingir um sintoma talvez mais visível e ignorar causas mais profundas, como essa falta de confiança nas instituições, uma comunicação pública ruim, a falta de transparência ou a dificuldade de acesso às vezes a recursos.

Novamente, isso não significa ausência de responsabilização, o estado tem mecanismos e pode agir contra falsificação de documentos, venda de falsas curas, exercício ilegal da medicina, publicidade enganosa, fraude comercial, campanhas coordenadas com dolo específico de manipulação. Para tudo isso já há instrumentos para o Estado agir para punir, mas isso é muito diferente de criminalizar genericamente quem divulga ou propala informação falsa, como se propõe nesse projeto de lei.

A primeira opção, dita anteriormente, com os mecanismos já existentes de que o estado dispõe, mira condutas fraudulentas e danosas; a segunda opção abre espaço para punir discurso, para punir dúvida, para punir até o erro e a controvérsia.

Por fim, a posição do Instituto Sivis, então, é de que o Senado deve evitar criminalizar de maneira ampla e apostar em uma agenda mais eficaz: a transparência ativa sobre vacinas, a comunicação pública mais clara, resposta mais rápida a boatos, educação sobre o processo científico, educação midiática, cooperação com plataformas para se encontrar campanhas coordenadas e dolosas que buscam manipulação e oferecem risco concreto. Enfim, democracias não devem combater falsidades criando o medo de se falar, elas devem combater falsidades criando melhores condições para que a verdade apareça, seja testada, defendida, debatida e compreendida.

Muito obrigado novamente pelo espaço. Cumprimento os colegas e permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Poxa, muitíssimo obrigado, Dr. Jamil Assis, que é do Instituto Sivis, é exatamente Diretor de Relações Institucionais do Instituto Sivis.

Muito obrigado pela sua participação aqui na nossa audiência pública sobre esse PL 2.745, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imediatamente passo para o Dr. Lauro Ferreira da Silva Pinto, que é membro do Comitê Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). Muito obrigado também pela sua presença, Dr. Lauro.

O senhor tem dez minutos com a tolerância da Casa.

O SR. LAURO FERREIRA DA SILVA PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, é um prazer estar numa audiência pública do Senado. Eu já tive a oportunidade de estar na Câmara dos Deputados anos atrás, na Comissão de Saúde.

Eu trabalho com vacina há muitos anos.

Eu sou professor da Escola da Santa Casa de Vitória, aqui, na Emescam, e já tive a oportunidade de trabalhar no Comitê Técnico Assessor do Ministério da Saúde, alguns anos atrás. Atualmente assessoro a Secretaria Estadual de Saúde em eventos adversos em vacina.

Eu ia fazer uma apresentação, mas eu não vou fazer apresentação. Eu vou conversar um pouquinho sobre o que eu acredito, sobre o que eu acho que está acontecendo.

Quando nós vivemos a epidemia de covid, os Srs. Senadores, vocês colegas, todos devem se lembrar de alguns momentos em que nós tivemos 3 mil mortes por dia, em nosso país – 3 mil! E tivemos situações de dificuldade de enterrar as pessoas, de deixar corpos em frigoríficos de serviço público, com uma dificuldade enorme. As pessoas morriam iguais moscas. Naquele momento não havia hesitação vacinal. E a hesitação vacinal é um problema hoje que não afeta só a vacina de covid; afeta outras vacinas também.

Eu defendo o debate científico. Foram citadas várias discussões maravilhosas, desde a história de Semmelweis, que foi o húngaro que descobriu que lavar a mão antes da cirurgia fazia com que as gestantes não morressem de febre puerperal. É uma história linda do debate científico.

Mas o debate científico, o verdadeiro debate científico, se dá na imprensa científica. Existe um monte de revistas médicas sérias e existem revistas não sérias, porque se publica de tudo. Você pode publicar qualquer coisa, mas de maneira geral, os professores, as pessoas que vivem no ambiente universitário e os médicos estão acostumados a valorizar mais algumas revistas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm citações maiores e que raramente publicam besteira, porque elas têm um nome a zelar, e besteiras não são aceitas.

Então, no debate científico, claro... Surgiu uma vacina de dengue da Sanofi, que salvou muitas vidas, até se descobrir nas Filipinas que, quando uma pessoa nunca tinha tido dengue e, por acaso se infectava, usava vacina, tinha um risco de ter uma doença mais grave. E aí, desde então, a OMS determinou e várias instituições regulatórias, como a Anvisa, mudaram esse dado na bula, dizendo que só poderia aplicar a vacina em quem tinha pelo menos tido um episódio de dengue. Depois surgiram vacinas melhores. Tem uma vacina agora da Takeda e tem a vacina do Butantan, que a gente tem esperança que venha a ajudar.

Então, a história da medicina evolui em discussão, no contraditório, e isso é muito importante. Agora, nós estamos vivendo uma situação absolutamente nova, que são as redes sociais. Duas situações novas, né? Primeiro que covid deixou de apavorar. A gente tinha morte de 3 mil pessoas por dia, e o último boletim do Ministério da Saúde fala alguma coisa de menos de 2 mil mortes em 2025. Então, imagina: o que se morria por dia se morre em um ano.

Eu iria botar no eslaide, mas não vou colocar, até para não me alongar demais, mas o Dr. Stanley Plotkin, que é talvez o vacinologista mais famoso dos Estados Unidos, tem 95 anos de idade e viveu muito, deu a seguinte declaração: "Eu não devia ter vivido tanto. Eu me arrependo de ter vivido tanto para assistir ao que eu estou assistindo. Estamos indo ladeira abaixo nos Estados Unidos. Como as pessoas não viveram as misérias das doenças infantis, estão ouvindo todos os boatos, e as doenças estão voltando. Vamos viver surtos e epidemias até as pessoas reaprenderem o que é verdade".

É o que a gente está vivendo hoje na covid. Isso aconteceu com várias doenças. O pico da proteção vacinal aconteceu lá por mais ou menos 2016, 2017, no mundo todo.

Eu sou de uma época – vou fazer 50 anos de formado – em que o hospital infantil tinha várias alas, aqui, em Vitória, com crianças desnutridas morrendo de diarreia, e hoje tem a vacina de rotavírus, que é usada no Estado do Ceará, do Senador Girão, e em Brasília, da Deputada Bia Kicis, e faz com que nem no Ceará, nem em Brasília, nem no meu estado a gente tenha criança morrendo de diarreia como tinha no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei a idade do nobre Senador Girão, mas a expectativa de vida dos pais ou dos avós do Senador Girão, no início do século passado, era de quarenta e poucos anos. Eu ia botar na minha apresentação uma reportagem do jornal do Rio de Janeiro, do início do século passado, que falava que um ônibus atropelou uma velhinha de 42 anos. Então, no início do século passado, 42 anos era velhinha, e, hoje em dia, nós temos pessoas na ativa com 70 anos, 80 anos produzindo, e uma das conquistas são as vacinas.

O meu colega mostrou uma criança com um monte de picadas, mas isso fez com que as enfermarias de pediatria desaparecessem, absolutamente desaparecessem. Hoje em dia, você tem muito menos enfermarias de pediatria. Se procurar nos CTIs de maneira geral do país inteiro, você tem um monte de idosos. Aliás, morrer virou uma coisa que acontece no hospital, não acontece mais em casa, e a gente tem até que discutir morte digna, sem tanta intervenção, quando a medicina tem que apenas ajudar, em vez de curar.

Então, o debate científico – e é muito importante que ele ocorra – acontece, e verdades são desfeitas – é isso mesmo –, só que nós estamos vivendo em uma época diferente: a época das redes sociais. Numa revista científica, você não pode falar uma bobagem porque seu artigo não é aceito; ou você faz um trabalho sério ou o artigo não é aceito.

O doutor que me antecedeu, meu colega Cicero, falou da relação de autismo com vacinas e desenvolveu uma aula, que impressionou o Senador Girão, só que o que o CDC coloca lá, sob a liderança do Dr. Kennedy – que é um advogado, não é uma pessoa da área de saúde –, é que não há evidência que vacinas não causem autismo. Nem com a loucura toda do Kennedy, ele teve a coragem de dizer que vacinas causam autismo.

Na verdade, a Sociedade Americana de Pediatria, o Colégio Americano de Cirurgiões, a Associação Médica Americana, a Sociedade Americana de Doenças Infecciosas e todas as sociedades científicas descartam o autismo como correlação com vacina. Assim, teve agora um estudo dinamarquês com milhões de crianças acompanhadas, que descartou qualquer influência do mercúrio ou de vacina em autismo. Aliás, são poucas as vacinas que ainda têm mercúrio, e a quantidade de mercúrio é tão pequena, tão pequena que é muito menos do que você tem na vida real, e isso já foi comprovado. Então, essa tese já caiu há muito tempo. Essa é a discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente está enfrentando. Essa tese não existe na ciência médica, nenhuma revista científica médica coloca. Agora, existe nas redes sociais e assusta muita gente – existe nas redes sociais.

Então, eu perdi, aqui em Vitória e no sul do Espírito Santo, algumas senhoras idosas com covid que não se vacinaram porque acreditaram no que tinha nas redes sociais. A grande verdade é que hoje a gente está perdendo idoso imunodeprimido e criancinha pequena porque a mãe não se vacina de autismo... desculpe-me, não se vacina de covid. Na verdade, não tem o mesmo impacto de 3 mil mortes por dia. Como a doença diminuiu de importância, as pessoas ouvem o que está nas redes sociais, se assustam e não se vacinam.

Então, eu acho que existe um desafio. Eu acho que interditar debate é uma coisa séria. Eu defendo a liberdade de expressão. Eu sou, por índole, um democrata, sempre fui um democrata, mas eu acho que nós vivemos uma coisa complicada na medicina hoje, que é a influência das redes sociais, que aceitam tudo – tudo! – e acabam comprometendo boas campanhas e boas iniciativas.

Essa história da vacina de covid comprometeu todas as vacinas. Nós estamos tendo mortes por gripe, hoje, no Brasil, muito mais do que tivemos no passado. Nossa campanha de vacinação da gripe está no chão; tem três anos que a gente não vacina vulneráveis. Sabem por quê, o que os pacientes aqui me falam? Que eles têm medo, porque ouviram falar que a vacina de gripe tem o *chip* da vacina de covid junto, porque ouviram isso na rede social.

Então, eu acho que esse é um desafio que têm os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, porque a gente vive uma história de rede social que aceita tudo – tudo! –, que influencia a vida das pessoas e que pode levá-las à morte por não se protegerem.

O que fazer em relação a essa nova realidade? Eu acho que esse é um dilema que é mundial e não afeta só vocês.

Só para comentar, por último: por que as outras vacinas de covid saíram do mercado? A CoronaVac era a vacina mais fraca, e com muita dificuldade de se atualizar para as novas cepas; a AstraZeneca... Eu tomei a AstraZeneca, foi uma vacina que salvou milhares, milhões de vidas no Brasil. Quando as outras vacinas ficaram disponíveis, descobriu-se que, numa razão de 1 a 2 para 100 mil, ela causava trombose por queda de plaquetas, e ela foi retirada do mercado. Sobraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as vacinas de RNA mensageiro, vacinas essas cujo risco, por exemplo o citado, que é um risco de miocardite, é muito inferior do que o da própria doença. Não causa morte súbita, não causa trombose, e virou a desgraça das vacinas, fazendo com que as pessoas tenham medo!

Eu só lanço um desafio: um dos grandes crescimentos no tratamento de câncer são vacinas de RNA mensageiro. Está em estudo agora: um dos cânceres que mais crescem no mundo e no país é o câncer de pâncreas, que está matando gente cada vez mais jovem, e a arma mais poderosa que está surgindo é uma vacina de RNA mensageiro para câncer de pâncreas. Essas vacinas... Como é que nós vamos fazer? Nós vamos também ter medo delas, demonizá-las e morrer de câncer por causa disso?

Então, eu acho que o desafio que se coloca para os senhores – e eu agradeço imensamente a fala, em nome da Sociedade Brasileira de Infectologia – é que as redes sociais não têm filtro: qualquer coisa pode ser falada, qualquer coisa pode chegar até as pessoas e fazê-las não se protegerem de uma doença que ainda mata aquelas pessoas mais vulneráveis.

Muito obrigado, muito obrigado pelo tempo, muito obrigado pela paciência. É uma honra estar numa Comissão do Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

A honra é nossa, Dr. Lauro Ferreira da Silva Pinto. De forma muito didática, o senhor fez o contraponto; é o primeiro contraponto que a gente tem aqui. Pelo que eu entendi, o senhor é favorável – é isso? – ao PL, que é exatamente o 2.745, de 2021, correto?

O SR. LAURO FERREIRA DA SILVA PINTO (*Por videoconferência*.) – Boa pergunta.

Eu não li o PL na íntegra – eu não li o PL na íntegra – e não sei...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

O SR. LAURO FERREIRA DA SILVA PINTO (*Por videoconferência*.) – Eu assisti ao que o... ao que o... Meu Deus, o advogado... Perdoem-me.

Ele falou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Dr. André Marsiglia.

O SR. LAURO FERREIRA DA SILVA PINTO (*Por videoconferência*.) – É.

Eu, particularmente, acho cuidadoso olhar as intervenções do Estado no dia a dia do cidadão. Agora, eu não sei, não tenho o detalhe todo do PL, mas eu acho que não dá... Não é aceitável, no mundo de hoje, que qualquer coisa possa ser falada na rede social em relação à saúde que possa colocar vidas em risco. Isso, eu acho, é uma coisa que tem... Alguma forma de controle disso eu acredito que deva haver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Entendi, perfeitamente.

Eu lhe agradeço a sua exposição, Dr. Lauro, de forma muito serena, respeitosa; isso é importantíssimo para o debate.

Nós convidamos aqui o Instituto Butantan, o instituto Fiocruz, que não puderam estar presentes aqui, mas o senhor traz um contraponto, que é interessante que a gente ouça e sobre o qual a gente reflita.

O senhor, embora não tenha uma posição conclusiva sobre o PL, que pode chegar até dois anos de detenção para criminalização... Isso é um questionamento preocupante para a desinformação: quem é que vai – aí é que vem o questionamento – dizer o que é verdade e o que não é? É outro dilema, porque a ciência vai evoluindo, e você tem posicionamentos divergentes. Inclusive, ela vai...

Ontem mesmo, eu estava assistindo ao Fantástico – não sou nem de assistir, mas estava assistindo a um debate, que aconteceu lá no Porto, sobre essa questão de experiência de quase morte. É alguma coisa em que a ciência vem evoluindo muito, ouvindo os céticos, ouvindo aqueles que têm, vamos dizer, outras vertentes, que explicam de outra forma a questão, porque muitos dizem sentir, perceber... O coração ficou parado por um tempo, foram declarados praticamente como mortos, voltam ali e falam o que vivenciaram. Aquilo é um negócio, é um assunto de que muita gente se afasta, porque já tacha como algo que é transcendental, que não tem nada a ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com ciência, mas foi um debate fabuloso que a gente viu no Fantástico, de duas correntes, e é assim que vai evoluindo!

Um dia, quem sabe... Lá atrás era uma coisa, era internado em hospício quem falava sobre isso – totalmente cancelado é a palavra atual –, quem falava dessa questão de experiência de quase morte; hoje em dia, há seminários inteiros dedicados a isso, grupos de pesquisa nas grandes universidades do planeta estudando... Então, é evolução.

A partir do momento que você pode tolher com prisão – porque aqui caminha um pouco para isso – desinformação... Para uns, esse assunto era desinformação até pouco tempo atrás; hoje já se estuda nas universidades. Então, a preocupação é em tolher o avanço da própria ciência.

O senhor foi muito feliz na defesa da sua tese, e, daqui a pouco, a gente vai passar, a gente vai voltar para todos os que se manifestaram, e que ainda estiverem *online*, fazerem suas colocações, fazerem um fechamento, responderem aqui a algumas perguntas, aqueles palestrantes que se sintam confortáveis em respondê-las. Daqui a pouco eu vou ler as perguntas, e eu volto para os senhores poderem fazer um complemento, aqui, a partir deste debate.

Eu agradeço mais uma vez a presença do Dr. Lauro Ferreira da Silva Pinto, que é membro do Comitê Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI).

A Senadora Damares acabou de chegar aqui também. Já quer utilizar a palavra?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ela tem sido muito ativa também aqui nesse assunto, desde que esse projeto começou a tramitar na Casa, né?

Eu passo a palavra à Senadora Damares Alves, daqui, do Distrito Federal.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Girão e próximo expositor, expositora. É assim que funciona a Casa: a gente tem que sair correndo. Estou em três Comissões ao mesmo tempo, e lamentando, Senador Girão.

Mas antes de lamentar, deixe-me dar um abraço na Isabel. Sou apaixonada por ela! Vem cá, Isabel. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não imaginei que a Dra. Isabel estivesse presencialmente, Girão, que alegria! Que alegria, Dra. Isabel, uma mulher corajosa. Coragem é a palavra que te define, doutora. Fica firme, tá? Nenhum passo atrás.

Senador Girão, eu lamento que esta audiência esteja acontecendo hoje. Você sabe por que marcaram hoje? É para dizer assim: "A gente deu oportunidade de debate", mas dão oportunidade de debate numa terça-feira, a essa hora, numa semana em que a gente está tomando grandes decisões para o Brasil. Está todo mundo louco aqui, no Senado, hoje, com tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo. Então, assim: "Depois não digam que não dei oportunidade de os seus especialistas debaterem".

Olha o currículo dos nossos debatedores aqui. Olha quem são os debatedores que vieram aqui se manifestar com relação a esse projeto. Chega a ser vergonhoso para mim trazer esses cérebros para debater o tema numa terça-feira em que a gente não consegue colocar os Senadores aqui para ouvi-los.

Perdão aos doutores, aos debatedores que se prontificaram a vir, mas é assim nossa luta. A gente não ia perder essa oportunidade também, mas o que fizeram? O debate hoje, porque amanhã vai para a pauta, tipo assim "A gente vai passar o trator mesmo, então, para eles não ficarem chorando, vamos fazer uma audiência pública, item um da pauta".

Mas vou dizer uma coisa, Senador Girão: ninguém, eu acho que neste Senado – desculpem os colegas –, ninguém ama mais criança do que eu; é a minha pauta, é a minha vida. Aí estão dizendo que não amo criança, que eu quero ver crianças morrendo, porque eu não quero aprovar esse projeto que diz respeito à vacina. Olha a loucura – olha a loucura!

Fui Ministra da pasta num momento difícil, Dra. Isabel, na pandemia, e o tema vacina estava posto. Eu tive que fazer opções, eu tive que me manifestar, eu fui, fiz o debate. Não foi fácil ser ministra da infância e ter que ouvir que as vacinas, naquele momento, poderiam colocar a vida de milhões de crianças em risco, e não o vírus. Não foi fácil tomar decisões no Governo anterior. É muito fácil ser ministro hoje, que pega um pós-pandemia, uma nova abertura econômica, que tem um Congresso com maioria e uma imprensa com maioria deles. Vai ser ministro no Governo anterior, em que tinha que tomar decisões que podiam salvar ou matar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a gente vem aqui tomar uma decisão que vai ou não colocar pessoas na cadeia, que vai ou não colocar cientistas na cadeia, que vai ou não colocar comentaristas na cadeia, jornalistas, pai e mãe na cadeia. Deixe-me te falar, Girão, trabalho com as famílias lá na ponta; a preocupação com essa proposta aqui, da criminalização, é tão grande, Girão, e o Congresso Nacional, no meio de tantas confusões, votar um assunto tão delicado que poderá colocar uma simples mãe do interior, semianalfabeta, se ela perguntar: "Mas vai fazer mal para o meu filho?". Ela tem o direito de perguntar.

E aí, Senador Girão, quando Ministra, logo na primeira semana como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, das crianças, eu fui ao Acre. Quando cheguei ao Acre para entregar carros de conselho tutelar, numa assembleia legislativa, eu tinha 16 mães com 16 meninas na cadeira de rodas, e as que não puderam vir na cadeira de rodas estavam em camas, por causa de uma variação da vacina do HPV; era um lote – era um lote. Essa história é emblemática no Brasil, e Dra. Isabel sabe disso – as meninas do Acre. Por que não trazem essas mães?

E tudo que essas mães estavam perguntando para mim: "O que aconteceu com as minhas filhas?". Meninas de 11, 12 anos lindas que estão amarradas numa cama até hoje por causa da reação de uma vacina. Naquele momento era uma vacina ainda experimental, Dra. Isabel. Aquelas mães, se esse projeto passar, que estão com suas filhas amarradas em camas porque estão inválidas para a vida inteira, Senador, foi uma reação de um lote, mas acontece? Cientistas falaram aqui se não acontece a contento; basta o péssimo armazenamento dessa vacina, basta o não cuidado. Aquelas mães, se viessem aqui depois da aprovação dessa lei e apenas perguntassem: "O que aconteceu com as minhas filhas"; ou fizessem um vídeo: "Olha a minha filha, por causa de um lote estragado, está numa cama para o resto da vida", essa mãe iria para a cadeia?

Então, assim, Senador Girão, existem tantos detalhes em torno desta criminalização. Nós não podemos correr este risco. Até podemos discutir quem fala, quem inventa mentiras. Vamos ver aí o que a gente pode fazer com quem inventa mentiras contra a ciência, mas eu posso, numa nação com tantas pessoas humildes, uma nação de povos tradicionais, uma indígena quando questionar, um pajé? Você sabe o trabalho que eu tive, Dra. Isabel, durante a pandemia, para conversar com os pajés no Brasil, o medo deles da vacina do branco? Os pajés vão para a cadeia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, por causa desse projeto de lei? Uma nação com tantos povos tradicionais, nós vamos colocar líderes de povos tradicionais na cadeia?

Não estão pensando nos detalhes. Gente, eu não estou aqui dizendo de vacina ou não vacina; estou falando que esta é uma nação plural, Girão, uma nação em que tenho de considerar os povos tradicionais, e eles têm o direito de acreditar na planta deles. E a gente, com toda a nossa habilidade, dizer: "A sua planta está aqui, que tem efeito, os conhecimentos tradicionais precisam ser considerados, mas nós temos uma vacina".

Então, tão somente se um pajé questionar, esse projeto vai colocar pajés na cadeia? Vai colocar curandeiros na cadeia? Vai colocar parteiras tradicionais na cadeia? Vai colocar líderes de comunidades tradicionais na cadeia? Gente, esta é uma nação plural. Não se aprova uma matéria penal dessa sem discutir na Comissão de Direitos Humanos, os povos tradicionais têm que vir discutir.

Então, Senador Girão, estou muito preocupada. Uma audiência que poderia dar norte acontecendo numa terça-feira, mas parabéns por não ter desistido dela. Estou trabalhando para que esse projeto seja redistribuído para outras Comissões.

Eu quero sentar com calma, Senador Girão, com todos os povos do Brasil e fazer essa discussão com maturidade, e não por uma questão política, trazer mais uma pena para o Código Penal, apenas por uma disputa política. A disputa aqui é ideológica e política, não é pensando na saúde de criança, na saúde do nosso povo, não. É porque esse tema virou um tema de disputa política no Brasil, mas eu não vou permitir que uma disputa política não nos dê a oportunidade de fazer o verdadeiro debate sobre a criminalização, numa nação em que eu tenho conhecimentos tradicionais e líderes de povos tradicionais que vão querer questionar algumas coisas.

Então, fica aqui a minha colaboração e o cumprimento a todos os doutores e especialistas que aceitaram, numa terça-feira de manhã, gastar o seu tempo conosco, o seu precioso tempo, para que o Senado tivesse norte.

Parabéns, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves. É importante a sua participação aqui.

É aquela coisa, a gente não pode reduzir um debate tão profundo como esse a quem é contra a vacina e quem é a favor de vacina – não se trata disso. Absolutamente, isso está completamente fora de questionamento. Isso é jogar uma venda nos olhos de quem quer fazer um debate sério – não é absolutamente nada disso.

Eu sei que ideológica e politicamente, esse assunto vai trazer amanhã, e já está trazendo, esse tipo de colocação: "São os negacionistas e os que não são". Não se trata disso, a gente sabe do efeito importante das vacinas.

Eu não entendo realmente... eu, pelo que eu ouvi de médicos e especialistas, aqui, durante muitos debates nesta Casa, na época da covid, como é que o Brasil insiste ainda... é o único país do mundo que insiste em vacinar crianças contra covid. Eu não entendo isso, a obrigação de um público que não é alvo, exatamente, do vírus. Todo mundo sabe disso, todo mundo já percebeu, e a gente vê o Brasil insistindo.

O que é que está por trás disso tudo? É o único país! Os outros já viram: "Não, isso aqui não é público-alvo, não tem que ter vacinação para criança, deixa...". Não obrigam pelo menos, mas o Brasil insiste nisso. É coisa assim, assustadora, coisa de ditadura mesmo esse tipo de coisa, e não é por aí, não é na imposição.

Então, o debate é muito maior do que isso. A Senadora Damares foi muito feliz aqui, nas suas colocações com relação às pessoas comuns, aos cidadãos que estão aí num Brasil continental e que não podem questionar! Então, isso está realmente... é preocupante esse projeto. Amanhã deve ser definido o caminho dele aqui.

Eu já passo a palavra imediatamente aqui à Dra. Isabel Braga, Doutora em saúde pública e meio ambiente. Muito obrigado pela sua presença.

A senhora tem dez minutos com a tolerância aqui da Casa.

A SRA. ISABEL BRAGA (Para expor.) – A minha apresentação tem como... (*Pausa.*)

Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a gente está votando, quer dizer, amanhã será votado um PL que criminaliza quem supostamente deu opinião. Hoje, eu, como servidora da Fiocruz, não represento a Fiocruz; a Fiocruz não me representa.

Aqui, graças ao Senador Girão, eu quebro a minha confidencialidade em relação aos dados de neoplasia, fertilidade e afastamento da população da Fiocruz, a população mais vacinada do país.

Esse é o meu currículo. Eu não vou me ater ao meu currículo, porque eu acho que aqui está na hora de a gente lidar com os fatos. Meus conflitos de interesse são: eu sou servidora da Fiocruz concursada; hoje eu respondo um processo administrativo – posso estar aqui hoje porque fui afastada por 60 dias das minhas funções pelo que falei.

Sou filiada ao Novo. E o meu último conflito de interesse – que o Senador não sabia, mas quem estava na minha rede social sabia – é que eu tive uma experiência de quase morte, tá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Hum!

A SRA. ISABEL BRAGA – Foi uma coincidência, só para não parecer que foi combinado.

A minha fonte de dados aqui são os dados da perícia médica da Fiocruz; os afastamentos e isenções para Imposto de Renda. O Governo Federal possui um sistema similar ao INSS, chamado Siass (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), de onde esses dados saíram – eu não tenho mais como atualizar porque a minha senha me foi retirada juntamente com o *site* do Ministério da Saúde.

O que nós faremos? Eu vou apresentar os dados do que aconteceu com a população mais vacinada do país, a Fiocruz; vou comparar os dados – agradeço aqui à Manuela Amorelli, que me ajudou nessa comparação – e eu vou comparar com os dados do Datasus, presentes no Ministério da Saúde.

Escolhi aqui dois estados, tá? Mato Grosso do Sul e Goiás, os estados dos Senadores proponentes desse PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para deixar claro, porque não vai dar tempo de mostrar tudo, o Brasil inteiro vai ter o mesmo padrão temporal. A gente vai realizar uma série temporal e a gente vai ver, conforme o colega falou, nos critérios de *reel* da temporalidade, o que aconteceu com o país e com os servidores depois da pandemia.

Primeira coisa: redução de 50% dos afastamentos por causas obstétricas no país, aumento no número percentual de abortamentos em relação aos nascidos vivos, e os dados são corroboráveis pelas inscrições realizadas na creche da Fiocruz. Hoje sobra vaga e, inclusive, para não pegar mal, está se abrindo – não tenho nada contra –, como sobra vaga, para terceirizados, porque as servidoras pararam de engravidar.

Agora vamos. Taxa de anomalias congênitas em Goiás, de 2014 a 2024. Percebam que a partir de 2020, 2021, eu tenho um crescimento brutal das taxas de anomalias congênitas. Se a gente vai falar de proteger crianças, justificar pseudovacina, para colocar, a gente vai ter que colocar o que está acontecendo com as crianças. Inclusive, para que elas sejam vacinadas, precisam nascer.

Mato Grosso do Sul, crescimento exponencial a partir de 2021 – Senadora Thronicke – dos números de anomalias, tá?

Nascidos vivos em Goiás. Percebam, as crianças não nascem mais. A partir de 2020, 2021, eu tenho uma queda no país inteiro de pelo menos 20% no número de nascidos vivos, se eu comparar o ano de 2018 com 2024. Lembrando que eu terminei em 2024, porque o Datasus ainda não colocou 2025.

Então, é o que está acontecendo. Os nascimentos do país estão no chão, e eu calculo taxa de aborto porque as mulheres pararam de engravidar.

Mato Grosso do Sul. Queda nos nascidos vivos brutal. A partir de 2020, quando eu tenho a vacina – lembrando que uma gestação demora nove meses – as pessoas tenderam a não engravidar durante o período de 2020.

Em 2021, a queda é brutal: 20% no país inteiro. Eu coloquei os estados dos Senadores apenas para deixar ilustrado e para que a população desses estados comece a pressionar por essas informações, porque aqui é sobre dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isenção de Imposto de Renda, perícia médica da Fiocruz. Podem checar no meu CPF as informações dadas à Receita Federal. Parkinson – alguém, né? Aumento de pelo menos três vezes. Câncer: aumento superior a cinco vezes. Câncer de base epitelial: mama, cólon, próstata, tireoide e demais cânceres, cuja embriologia se relacionava ao epitélio. Não só isso. Se eu calcular o número de dias de afastamento por câncer dos servidores da Fiocruz, eu passo a ter um problema, porque hoje as pessoas morrem mais rápido. O padrão acelerado do crescimento dos tumores em relação comum. Um câncer de colo de útero, que demoraria de cinco a dez anos para levar ao desfecho morte, está matando em um ano. Porque será que dois vice-presidentes do local faleceram? Sinto muito pelas famílias, mas isso precisa acabar.

Surto de herpes-zóster no Instituto Fernandes Figueira, assinado por mim. Doze casos em cerca de uma centena de enfermeiras. No entanto, a Fiocruz e o responsável pelos efeitos colaterais, vamos chamar assim, desse produto farmacêutico se recusaram a fazer a notificação, que teria parado o *trial*. Ele não notificou, porque ele argumentava que eu só precisava não fazer notificação de vacina até a quarta semana. Bem-vindos ao grande problema da vacina! A vacina... Hoje, se o senhor fizer uma gotinha de pólio em uma criança, e ela, em uma semana, tiver pólio, ela vai ter pólio vacinal.

No entanto, na vacina de covid, quem tinha acabado de tomar a vacina e fazia a chamada *antibody-dependent enhancement*, aumento da doença pelos anticorpos, o grande problema da vacina da dengue que ocorreu no *trial* da Takeda, e agora, depois de cinco anos, eles querem fazer um *booster,* tá? Eu tenho todos os documentos. Inclusive, eles publicaram isso.

E aí eu coloco essa quinta semana do zóster, e eu não notifico. E foi assim que o país inteiro está atrás de efeitos colaterais que nunca foram registrados. Não existe banco de dados, porque ninguém aceitava as notificações a partir da quinta semana. Não só isso: os eventos eram não notificados pelos pesquisadores, e as diferenças do tempo de considerar vacinado e o tempo de avaliação dos efeitos adversos.

Então, vamos lá.

Eu tinha até quatro semanas da pessoa ser vacinada para considerar que ela era vacinada. No entanto, se eu morresse com uma semana de vacinado de covid, a estatística vinha como não vacinado. É só vocês olharem os *trials*. Eles fizeram isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complicações pré e pós-operatórias, em geral, têm uma taxa de basal de 1% a 5% dos indivíduos. No entanto, eu tenho aumento em mais de dez vezes nas taxas de trombose, infecção e ausência de cicatrização nas operadas, nas perícias e nos hospitais. Em outras palavras, os dentes caem. Eu vou explicar por quê. É porque o ligamento periodontal não funciona. As pessoas estão perdendo os seus implantes e, não só isso, as cirurgias não cicatrizam. E dentro do IFF, vocês podem olhar o protocolo de limpeza para a cirurgia neurológica, que envolvia a colocação de hidrocefalia, já mudou três vezes, porque não param de infectar, porque as crianças vacinadas têm uma alteração – vocês vão ver aqui –, porque a fabricante avisou. Esse artigo aqui da *Nature* mostra, tá?

Vou explicar aqui bem simplesmente, vou explicar uma metáfora.

Vocês imaginem que vocês têm uma impressora de proteína no corpo que se chama ribossomo. Essa impressora precisa que eu diga: "Imprima uma cópia e pare". No entanto, para eu parar essa impressão de cópia, o código que precisa disso depende de uridina. Como a vacina de RNA, publicação da *Nature*, já que o colega da Sociedade Brasileira de Imunologia queria que a gente falasse em artigos *Nature*. O que acontece? A proteína S não para de ser produzida, porque a vacina tem pseudouridina, e eu dependo de uridina para parar. É como uma impressora sem foco.

A maioria dos colegas focou na hiperprodução da proteína S, a proteína tóxica da covid. No entanto, ninguém parou para pensar na quantidade de colágeno que eu parei de produzir. É por isso que as pessoas parecem estar envelhecendo e os ligamentos não param de romper espontaneamente. Se for lá na polícia, num jiu-jitsu, está todo mundo com o ligamento do ombro rompido em taxas absurdas. A gente opera as pessoas e as cicatrizes não fecham. Vocês já devem ter reparado isso. Todo mundo tem um colega que foi reoperado.

Não só isso.

Vacina e risco de suicídio teórico. Artigos de 2022 mostram que... Eu tenho aqui... Eu não vou chamar a serotonina de neurotransmissor da felicidade, porque seria um erro, mas eu tenho a conversão do triptofano em serotonina e depois em melatonina. No entanto, quando eu gero ativação hiperinflamatória do sistema nervoso central, causada pelo fato de que a vacina fica fazendo a gente produzir proteína S *ad aeternum*, eu desvio isso para a via das quinureninas e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho aumento de taxa de suicídio e depressão. Eu inflamo. E inflamar o meu cérebro é um dos mecanismos do que hoje se chama de autismo.

Vacina e insônia: alteração de sono pós-vacinal. Para quem tivesse visto os papéis da Fiocruz, eu me dei o trabalho de ler todos eles, alteração de sono pós-vacinal é um evento neurológico, tá? Alteração de sono, insônia que acontece do nada, é evento neurológico. Ele tem que parar o *trial*. Eu não posso ficar com todo mundo com sonolência e achar que isso é normal, porque, se eu tenho um idoso com sonolência, eu penso: "Será que ele não está tendo alguma infecção? Será que ele não está tendo um AVC?". Ele está alterando o nível de consciência. E a insônia tem relação com a consciência, e é isso que a gente precisava estar vendo. Então, eu tenho redução de melatonina pelo mecanismo anterior, eu tenho a neuroinflamação, eu tenho circulação de estamina. Para quem não sabe, alérgicos dormem pior porque a estamina acorda o ser humano. E aquela dor de cabeça que a maioria das pessoas tinha, que parecia uma facada aqui na testa, era hiperprodução de estamina.

Não só isso. Aquele primeiro artigo ali, persistência da proteína de covid... A proteína da covid parece persistir em casos de covid por mais de 15 meses nos indivíduos. E nunca se viu por quanto tempo ela para, porque o estudo foi interrompido. Imagina a da vacina, tá? Além disso, eu vou ter resistência à insulina etc.

Problemas envolvendo experimentação animal das vacinas. Para quem viu o jornal, eu fiz uma denúncia reclamando do uso de cartão corporativo para uso de cocaína. Ninguém abriu o cartão ainda. Eu já disse, inclusive, quais são os cartões em questão. E aí, nesse mesmo local, desde 2016, nós temos um problema de experimentação animal, tuberculose nos primatas, liberada pela Dra. Margareth Dalcolmo, a senhora da vacina. Para voltar para a colônia, quando houve uma morte em massa dos primatas. Eu tenho todos esses documentos. E o que foi proposto foi que simplesmente se eutanasiasse, sem motivo algum, animais idosos, porque – os veterinários que me explicaram – os primatas são sacrificados quando eles têm tuberculose, porque eles não conseguem tomar comprimido.

Então, além de tortura animal, coisa em massa, animais desse tipo com tuberculose... Para quem não sabe, tuberculose e micoplasma alteram a resposta imunológica via linfócito, e isso faz com que os animais sejam inúteis para experimentação. Em outras palavras, os estudos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizaram esses animais não têm resultados confiáveis. Isso é ciência ou é *fake news*? Porque hoje eu posso falar isso. Amanhã, graças a esse PL, podem me mandar presa, porque eu questionei um documento que vocês estão vendo aqui.

O documento está visto, inclusive a cópia de todas essas atas está com a Dra. Damares. Não só isso. Os roedores do local – esse documento eu não trouxe hoje – estão amplamente contaminados por micoplasma. Novamente, o uso desses roedores para testes em vacinas é inútil.

Problemas envolvendo as pesquisas com as vacinas de covid. Vocês podem dar Google, tá? Conecte SUS, quando eu coloco o mandato e obrigo todo mundo a se vacinar, eu perco o cegamento. Eu sei quem vacinou, um. Dois, mas também não usaram o Conecte SUS. Por isso, uma série de pesquisas envolvendo o Instituto Nacional de Infectologia, que já foram devidamente denunciadas ao Conselho Federal de Medicina, porque as pesquisadoras eram médicas – cobrem deles –, a ausência de registro no Conecte SUS e a entrada dos mandatos vacinais fizeram com que esses indivíduos fossem revacinados. Esse fato jamais foi registrado no Conep, e as pesquisas foram fraudulentas. Continuando, porque eles foram revacinados, e, quando eu refazia a vacina, eu fazia picos de serotonina, que me deixavam um tempo mais sem ter covid, e aí a vacina parecia muito mais eficaz do que parecia.

Código de Nuremberg e mandato vacinal. A instituição – e hoje eu vou cumprir a minha promessa – que fazia a pesquisa de vacina não poderia nos obrigar a mandato. Nesse dia, eu fiz uma promessa: "Se vocês continuarem me pressionando, eu vou a público com uma estrela de Davi mostrar exatamente o que aconteceu quando se acreditou que, porque alguém tinha mais valor do que os outros – à época, os judeus não tinham valor nenhum –, eu pude experimentar em cima das pessoas".

No país, o que nós vimos em Campinas, com aquele roubo, pseudoroubo, a circulação de vírus é a prática comum do país, todo mundo faz. E eu quero que vocês descubram por que tem antraz no Instituto Nacional de Qualidade, se lá não tem laboratório próprio. Onde eles estão publicando isso?

Hoje o Brasil vive um problema de ética em pesquisa, lé com lé, cré com cré, porque houve um tempo em que só os clérigos tinham acesso ao conhecimento e se achavam superiores às pessoas – e aqui não é nada contra religião. Hoje o Brasil vive um problema de pesquisador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre achar que pode estender um pouquinho o limite ético e fazer o que ele estava fazendo. A circulação de vírus e o que aconteceu em Campinas é a prática comum de praticamente todos os laboratórios de microbiologia do país.

E, voltando aqui, só para vocês saberem, o próprio fabricante... Isso aqui é a Fase II do estudo da Pfizer, publicado na *Nature*. O colega da Sociedade Braseira de Imunologia disse que a gente tem que falar sobre revistas conceituadas. Na *Nature*, 50% das pessoas apresentavam uma alteração imune chamada linfopenia. Quando os pesquisadores maus-caracteres do país inteiro afirmaram para vocês que não havia efeito colateral, eu quero saber se eles mentiram ou se não leram esse artigo, porque metade das pessoas tinha isso. Quando esse estudo foi reproduzido na China, chegou a 100%. No meu consultório, eu vi um paciente que, com quatro para cinco semanas, não tinha linfopenia. Em outras palavras, lembra daquele caso de zóster? Com quatro semanas, eu fazia a linfopenia. Linfopenia é a redução de uma célula do corpo de defesa, até relacionada ao HIV, mas a gente não vai discutir isso agora. Essa célula, se cair muito, eu perco as defesas, e aí eu faço zóster. Por isso, na população a gente vê zóster o tempo inteiro. Gente, eu me formei em 2008. Se a gente via um zóster, a gente pedia HIV e procurava o câncer; hoje em dia, todo mundo tem, e a gente está normalizando um padrão na sociedade que é um equívoco.

Problemas envolvendo a contaminação dos institutos por radioisótopos. Podem pesquisar e olhar as licitações.

Primeiramente, o uso indevido, no país inteiro, de acetato de uranila, um derivado de urânio radioativo, sem qualquer contenção. Quando eu fiz a denúncia de que a Fiocruz e várias instituições estavam fazendo isso, a Fiocruz emitiu uma nota como *fake news*, dizendo que usava acetato de uranila, sim, e o que eu dizia que fazia mal era *fake news*, mas nenhum laboratório tinha contenção radiológica adequada. Isso é descartado na pia do país inteiro. A UFRJ faz a mesma coisa, lembrando que a UFRJ tem áreas, como o Instituto de Química, que poderiam usar acetato de uranila, mas, no entanto, várias áreas da medicina o usam sem qualquer autorização. Não só isso. O Brasil é signatário de um decreto: o decreto do urânio e do terrorismo radioativo de 2019, que proíbe esse tipo de compra sem autorização da Polícia Federal. No entanto, quem responde processo sou eu, e não a pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora a gente vai falar de outra coisa. Essa capa aqui, isso aqui é foto, gente, dessa tese de doutorado, que fez o favor, podem olhar – vou chamar de titulação; essas pessoas, os químicos vão discutir –, de titular o urânio, semear no laboratório urânio em pó. Onde ele comprou esse negócio, gente? Eu não estou entendendo por que quem está respondendo o processo sou eu. Ele titulou o urânio dentro do Instituto Nacional de Qualidade, e a tese ainda foi premiada pela Capes. Depois, ele pegou essas placas desse urânio em pó, que ele jogava no lixo, e botou numa autoclave a 200 graus. Só que a sala do lado é essa sala aqui de que eu tirei foto. "Oi, gente, aqui tem vacina, mas vocês fiquem tranquilos." Teoricamente, onde se testa vacina, e vacina testada, que eu já abri a ampola, o frasco ou como vocês quiserem chamar, não volta para as pessoas. Então, ele foi para o instituto contaminado, que aqui nem... Inclusive fechou o laboratório, e eles ignoraram, tá? Tem documento. E aí não fiquem tranquilos porque esse resto aí só foi aplicado nos servidores, porque, como tudo valia à época, alguns servidores do INCQS receberam essas vacinas do laboratório do lado. A área de autoclave nunca foi checada, e hoje, por causa dessa tese aí... Vocês podem ver, gente, que eu não estou inventando, né?

Urânio. Alguém aqui... Só para deixar claro porque, às vezes, a gente tem que perguntar. Todo mundo sabe que não pode comprar urânio e plutônio sem autorização de polícia. Dessas coisas, aparentemente, o Governo Federal não estava sabendo, o que pode gerar um incidente diplomático mundial, e as pessoas não estão vendo.

Conflitos de interesses financeiros envolvendo a Fiocruz e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná, que todo mundo trata como uma instituição federal, mas, na verdade, é uma ONG, na qual circularam R$2 bilhões de recursos federais, incluindo emendas parlamentares de R$25 milhões. E aí eu vou pedir porque, provavelmente, eu devo ter alguma limitação de QI. Entraram R$2 bilhões, saiu R$1,5 milhão, e eu não estou conseguindo achar R$500 milhões em nota. Alguém, por favor, faça esse trabalho porque deve ser alguma limitação intelectual minha. Isso aqui é uma ONG – o.k.? –, cujos administradores e aprovadores do conselho administrativo são todos servidores da Fiocruz.

Alguma dúvida? (*Pausa.*)

Bom, agora vamos aos conflitos de interesses envolvendo palestrantes e cientistas. Eu ia falar do Eder Gatti, mas, felizmente, para ele – brincadeira, gente –, ele não veio. O Instituto Lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lado pela Vida é uma ONG, cujo apoiador financeiro é uma casa de aposta e cuja maioria dos médicos, que esteve aqui nas últimas plenárias – vocês podem procurar –, recebeu ou, pelo menos supostamente, estava fazendo palestras para essa instituição. Eu não estava sabendo que podia, mas a gente pode continuar. Vocês podem olhar ali: casa de aposta.

Para quem der um Google, é só entrar nesse instituto. Algumas pessoas muito importantes fizeram palestras, é só olhar quem foi.

Vamos, só isso.

Conflitos de interesse – ninguém está falando sobre isso –: *hashtag* #PfizerPatrocina. Estava muita gente recebendo por um patrocínio contra *fake news* da Pfizer.

Vocês sabem como o Governo Federal financiou *influencer*? É muito simples: eles colocam essas *hashtags*; esses *influencers* todos estão fazendo vacina de HPV. É só olhar lá, é tudo publicidade, tá? A população pressiona, é obrigada, e no final o Governo Federal gasta bilhões de reais com vacinas de cunho duvidoso, resultados duvidosos. Para quem quiser aqui, depois eu falo sobre a vacina de HPV – porque não vai dar tempo –, que eu vou explicar por que a base da vacina está errada: a base é sobre anticorpo, e nada na pele é anticorpo. E a gente está falando de uma coisa cutânea, para enfiar dentro do corpo das pessoas, gerando o que aconteceu na Suécia, com a proteína da H1N1!

Podem procurar o documento – procurem em sueco, que é mais fácil. Na Suécia... A proteína da H1N1 se assemelha a um sistema do nosso cérebro humano chamado orexina, relacionado ao sono, e esse sistema é confundido com a proteína da H1N1. A Suécia suspendeu as vacinas de gripe no mundo inteiro, quer dizer, no país inteiro, quando dezenas, centenas de pessoas começaram a abrir narcolepsia por essa produção autoimune.

A gente mantém essa vacina, e ninguém está checando as alterações de sono nos indivíduos. Vocês podem procurar aí na internet.

Mas vamos lá.

Não há crime aqui – e nem venham falar em injúria e difamação, uma vez que a regra, a lei da propaganda permite que eu mostre a propaganda das pessoas! Tem algo errado? Aquele moço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali, que falou que iam morrer 3 milhões de pessoas, estava na *hashtag* #PfizerPatrocina. O país inteiro se submeteu intelectualmente a pessoas que diziam que eram idôneas, quando todas elas, muitas delas estavam recebendo #PfizerPatrocina.

Hoje, o Governo Federal, à medida que está enchendo as farmacêuticas de dinheiro com essas vacinas... Porque isto aqui é sobre dinheiro, tá? O Governo Federal, enchendo as farmacêuticas de vacina, banca indiretamente os *influencers* com o nosso dinheiro, e eu acho que isso está errado.

Vamos lá.

Riscos para a sociedade – porque, no final, quando a gente começar a mandar prender pai e mãe, tirar pai e mãe, vocês sabem para quem a gente vai estar entregando as crianças? Para os conselhos tutelares, como supostamente aconteceu em Arroio Grande.

Porque, no final, quando o Estado, para ganhar dinheiro, começa a fazer você se submeter a abrir mão do seu filho, do que você pensa sobre o seu filho, da opinião que você tem sobre o seu filho, o que acontece é isto aqui: abusos de conselhos tutelares e crianças que estão dentro dos conselhos tutelares sumindo. Isso aqui são reportagens públicas, em vários locais.

Porque, no final, ou vai ser sobre dinheiro ou vai ser sobre sacanear criança, e eu não vou participar disso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Agradeço à Dra. Isabel Braga, Doutora em Saúde Pública e Meio Ambiente, pela exposição.

Inclusive, aproveitando aqui, eu recebi até algumas mensagens – a audiência é muito boa, a TV Senado entra no país inteiro, não só as redes sociais, mas a própria TV, a Rádio Senado também, Senador Seif, aqui presente, Senador Magno Malta – e as pessoas perguntaram: "Cadê o Ministério da Saúde?".

Porque, como eu já falei: a Fiocruz foi convidada, não veio; o Instituto Butantan também foi convidado, não veio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu quero deixar claro que nós convidamos – é óbvio que nós o convidamos – o Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. Não compareceu. Não mandou representante. E o Ministério da Saúde é aqui do lado, literalmente.

Então, eu quero deixar claro também que nós, amanhã, temos uma votação importante, e pouca gente está se dando conta disso, porque essa semana é uma semana de esforço concentrado, principalmente para sabatinar amanhã... Durante o horário em que vai ter a votação desse PL, aqui, da criminalização, da desinformação sobre vacinas, vai ter a sabatina do Jorge Messias. E, no dia seguinte, a questão do PL da dosimetria, do veto.

Então, a mobilização é... Isso aqui está passando, assim, abaixo do radar, Senador. E o senhor foi o primeiro. Temos que deixar claro para o povo brasileiro que o senhor foi o primeiro a alertar sobre esse PL aqui, do risco dele. Nesta Comissão... O senhor ficou sozinho naquele período, né? A gente estava aí... Eu e o Senador Magno Malta estávamos em outros embates aí e o senhor, corajosamente, ficou debatendo fortemente aqui, defendendo a liberdade, defendendo um debate mais profundo sobre isso.

Então, eu passo, imediatamente, a palavra ao Senador Magno Malta.

Daqui a pouco a gente vai ouvir o Dr. Eli Vieira, vai ouvir o Dr. Filipe Rafaeli também, que são os dois últimos convidados que vão fazer apresentações.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

Obrigado pela sua presença.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Girão, Senador Jorge Seif, quero cumprimentar todos que aqui estão, Vereadores do meu estado também, lá de Sergipe. Aqui nós temos o Vereador Pastor Dinho, o Lucas Casagrande, que é lá da cidade de Viana, o Pastor Dinho, de Serra, a Maguinha Malta, minha filha aqui também, a minha primogênita.

Dra. Isabel Braga, eu acho que o Brasil todo... Dra. Isabel Braga, eu acho que... Eu acho não, eu lhe sigo nas redes sociais de pouco tempo para cá e, sinceramente, é muita informação, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é? É muita informação. Aliás, aconselho ao Brasil que está me vendo a seguir a Dra. Isabel Braga, porque eu passei a segui-la, porque esse tema me interessa muito.

A época da covid foi a época em que mais fiz enfrentamento e tive mais bloqueio do Supremo. Na minha rede social, eu fui proibido de falar até no nome de Dória. Por causa do Butantan, eu estava proibido de falar no nome João Dória. Eu estava proibido de falar as outras coisas que os outros também não podiam falar nas redes sociais, de falar em vacina, de falar em covid. Eu estava sem mandato e, graças a Deus, eu não coloquei essa desgraça dentro de mim e fui um dos arautos que enfrentei... Não vou dizer que eu apanhei. Não apanhei, porque quem faz artes marciais sabe que bater e apanhar é a mesma coisa, é do mesmo tamanho.

Mas o seu desprendimento, a sua coragem, acima de tudo, de falar o que está falando... Eu venho acompanhando, tentando acompanhar – é muita informação – nas redes sociais, nas suas redes sociais, Dra. Isabel. Eu quero parabenizá-la pela sua coragem.

Tem uma frase na parede do meu gabinete, que a minha mãe, que era uma frasista, D. Dadá, deixou, e essa frase está escrita lá: "Deus não tem compromisso com o frouxo."

E, em sendo mulher, essa coragem também não me traz muito susto, porque mulher é mais corajosa que homem, mais determinada que homem. Você vê uma teia de corrupção, se tiver uma mulher no meio, deve ter uns 200 homens já envolvidos, não é? E mulher, normalmente, é corajosa nas suas atividades, porque tem uma peça diferente de nós: mulher tem útero, e o útero faz diferença em tudo.

Eu costumo dizer que um homem arranca um dente, pega um atestado de sete dias e fica deitado no sofá, gemendo, querendo as coisas na mão, e a mulher, não: mulher pariu, ficou em pé, e a vida que vai.

E o seu desprendimento, numa área como essa, a sua coragem, assim, me dá esperança, até porque, Senador Jorge, durante o período da covid, em que eu militei ali e fiz um enfrentamento, dando nome aos bois – eu gosto muito de quem dá nome aos bois, de quem não se acovarda –, saiba que essa perseguição que você vem sofrendo, e eu estou acompanhando na sua rede social, essa perseguição, saiba que tem gente como nós, que estamos do mesmo lado e para engrossar essa fileira daqueles que zelam pela vida humana e estão preocupados, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso nada mais é do que a execução da Agenda 2030, que agora já é 2045, da ONU, que matou mais de 1,5 milhão de pessoas, encurralando essas pessoas de forma covarde, implantando o pânico, com elas quatro meses fechadas dentro de casa, passando álcool gel na boca, nos dentes, em tudo que é lugar.

E esse pânico fez com que esse povo clamasse, e eu fui para as ruas dizer: “Olha, eu vou voltar para o Senado e, se eu voltar, eu vou desmantelar essa farsa, eu vou para a tribuna.”

Comecei a estudar as bulas de todas as vacinas. Eu estou aqui com a bula da Pfizer; eu estou aqui com a bula da Johnson. Brasil, que está assistindo a gente agora, eu estou com a bula aqui da Bio-Manguinhos; estou com aqui a bula do Butantan, que, inclusive, não é nem nosso mais, pertence à China, dentro daquela escrotice feita pelo João Doria, entregando o Butantan para a China. Não nos pertence, num contrato em que não se falava em número de doses e não se falava também em valores, não é?

E a passagem dele pelo governo deixou esse rastro nefasto: o Butantan, que sempre foi uma referência, a gente escutava falar disso no primário, na escola, que o Instituto Butantan tira o veneno da cobra, faz o antídoto contra alguém que é picado e tal. E tocaram o terror, colocaram medo em um povo que se apavorou, quatro meses trancado dentro de casa, e tudo que o povo queria era a vacina.

Agora, há uma coisa interessante em tudo isso: é que eles se protegeram. Aqui teve uma CPI de covid, em que os cientistas, de verdade, pareciam... a ciência se curvou ao dinheiro dos políticos, e os políticos passaram a ser cientistas.

Aquela esquerdista doente, Presidente da "organização mundial do comunismo", que nunca foi Organização Mundial de Saúde, que depois vem reconhecer a morte por fome de 1,5 bilhão de pessoas, trancafiadas dentro de casa, aparece a senhora, Dra. Isabel, com seu desprendimento, conhecimento, profundidade e coragem, neste momento, e trazendo um símbolo judaico, que eu tenho aqui no pescoço, para mostrar que o ser humano, de fato, não vale nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eles fizeram na covid? Gente que morria de bala perdida era covid. Acabou AVC, acabou trombose, acabou infarto, acabou tudo! Era só isso! E cada corpo valia dezenove mil reais. Que vergonha para classe médica, a classe da ciência, que assinou isso.

Um dos mais respeitados, durante muito tempo, se dizia, na América Latina e aqui no Brasil, que é o infectologista – que eu tinha como amigo porque, quando eu tive dengue, eu me internei e foi ele que cuidou de mim – David Uip. Que vergonha pública, eu tenho vergonha de falar o nome dele, cara. Davi Uip! Esse cara se curou com cloroquina. Ele estava internado, foi um dos primeiros a pegar covid e ele se automedicou, fez uma receita para ele. E, sendo entrevistado ao vivo pelo Datena, o Datena perguntou: "Como é que o senhor ficou bom? Como é que o senhor curou?"; e ele falou: "É, eu não posso porque é ética médica falar do meu colega que me receitou"... E alguém, lá dentro, revoltado, pegou a receita que ele mesmo passou para ele, internado, e se curou com cloroquina, pô!

Hoje está aí provado que a ivermectina desmascarou todo mundo! Agora, aparece Jair Bolsonaro, é porque a Agenda 2030, da ONU... E que era para matar todo mundo... Na verdade, a intenção era matar parte do mundo e fazer parte do mundo os fiéis, como se diz, clientes dos laboratórios da indústria farmacêutica, que nós teremos para a frente, agora... Bom, essa geração, duas ou três gerações, e que isso vai perpetuar... Aumentou, como a senhora disse aqui, o número de enfermidades de todo tipo, inclusive o número de câncer e mortes súbitas para pessoas saudáveis e de baixa idade, de baixa faixa etária.

Eu trouxe, então, e fui lendo. Eles, para se protegerem, aqui dentro da bula da Pfizer, eles dizem, aqui no meio – entre aspas: "Você, tomando a vacina do covid, você pode ter de novo". Aí, a pessoa: "Bom, 'você pode ter de novo'. Por que eu tomei se eu posso ter de novo?". Aí começa a dizer: "Taquicardia, coceira, AVC, trombose, câncer"... E, embaixo, põe entre parênteses, está aqui: "Placebo, experimento". Está aqui nessa porcaria. Já ia soltar um palavrão aqui e Jesus me segurou. Está aqui dentro dessa porcaria! Ninguém se deu ao trabalho? Nem o médico se deu ao trabalho de ler essa porcaria? Nenhum político se deu ao trabalho de ler essa porcaria? Porque eu vou ler amanhã, de novo, na tribuna! Eu já fiz isso seis vezes na tribuna e ninguém me aparteia! Os cientistas da CPI da covid, cadê eles? Cadê eles? Todas elas aqui se resguardam, todas falam: experimento placebo. Então, o cara falou assim: "Não, eu estou morrendo, eu vou processar você".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Processa como? Você tomou porque você quis. Olha aqui o que eu escrevi para você: experimento placebo. E eu falei que você ia ter trombose, mas você quis tomar".

Mas, aí, o doido era Jair Bolsonaro. Ele é que foi chamado de genocida. Ninguém no mundo foi chamado, só ele. A esquerda, aqui... Por quê? Porque ele foi o único que, a exemplo do Chapolin Colorado, não contavam com a minha astúcia, ele apareceu em uma *live,* mostrando cloroquina e ivermectina com a caixa na mão: "Eu ouvi dizer que, se o pessoal tomar isso aqui, evita de...".

Pronto, aí lascou. A pobre da ivermectina virou tarja preta...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Começaram a pedir receita.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Receita.

Ivermectina mata tudo. Hoje o mundo científico afirma, sobre a ivermectina, o que ela pode fazer, o que ela pode deter.

Eu não tenho a profundidade do seu conhecimento. Eu devo ter o seu nível de coragem, mas conhecimento, não.

Pastor Dinho, o Brasil todo, o Senado todo tinha que ouvir. Pelo menos, o Senado tinha que ouvir. O Relator desse projeto que vai ser votado amanhã, Senador Jorge, tinha que estar aqui.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Dessa aberração.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Dessa aberração, dessa anomalia. Isso é uma anomalia. E, amanhã, Senadores vão dar o voto, por orientação de liderança, sem saber de nada.

Eles insistem nessa questão de vacina, quando eles próprios avisam aqui que não é próprio para criança de 0 a 5 anos de idade. Quando eles querem falar que somos contra – "eles são contra a vacina" –, eles não dizem que nós somos contra a vacina da covid. Ninguém é contra a vacina de poliomielite, vacina de sarampo. Ninguém é contra nada disso; mas eles não especificam. É uma sutileza diabólica dessa esquerda diabólica – uma sutileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse navio iraniano que aportou aqui, e depois somem as ampolas...

A SRA. ISABEL BRAGA (*Fora do microfone*.) – Posso?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode. O aparte está dado. A senhora merece.

A SRA. ISABEL BRAGA – Vou fazer uma pergunta para o senhor e fazer o pedido de dois favores. Posso?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode.

A SRA. ISABEL BRAGA – A primeira pergunta é: se o urânio brasileiro todo pertence às indústrias nucleares do Brasil, será que seria possível que o senhor pedisse o relatório dos caminhões que saíam das indústrias nucleares do Brasil com combustível, supostamente, para Angra, para ver se eles se dirigiram, supostamente, aos portos, quando o navio estava aqui e houve essa perda? Não só isso. O senhor faria esse favor para mim?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Farei agora. Minha assessoria está ouvindo? Já faça esse requerimento, Jana.

A SRA. ISABEL BRAGA – Obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vamos convocá-los para virem...

A SRA. ISABEL BRAGA – Supostamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... à Comissão de Segurança Pública.

A SRA. ISABEL BRAGA – Segunda coisa – já tem reportagem sobre isto –: Angra está vazando, vai dar problema.

A própria Eletronuclear colocou na página dela – depois que o R7 colocou que estava vazando o reator – que era *fake news*. Já que a gente vai falar de *fake news*, vamos falar dessa *fake news*. A própria Eletronuclear colocou, na página dela, que está vazando só o segundo selo, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

litro por dia, mas que está tudo bem, gente, está tudo bem, está tudo o.k., que o vazamento não é esse.

O senhor pode fazer essa gentileza para mim, já que o senhor gosta de mim? O senhor me faz esse favor?

Obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu gosto da sua coragem e gosto do meu povo.

A esquerda não... O ser humano não vale nada. Direitos humanos, para eles, é conversa para boi dormir; direitos humanos é para alimentar ONGs. Alimentam ONGs, que alimentam corruptos e que põem um país numa situação deplorável, como a que o Brasil está vivendo.

Assim, eu quero agradecer. Eu não tenho, eu não tenho... Você já vai falar, Seif.

O que a Dra. Isabel colocou aqui... Cheguei no andamento porque eu estava na Comissão de Segurança Pública, votando coisas importantes também, como o Cadastro de Pedófilos, que acabamos de votar agora, de apresentar. Inclusive, o Cadastro de Pedófilos foi aprovado na Assembleia Legislativa do meu estado e foi vetado pelo Governador. Como se veta um Cadastro de Pedófilos?

E eu venho lutando aqui desde 2006, meu querido Vereador.

Também estou vendo a nossa querida Vereadora lá do Maranhão, esqueci o seu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Flávia e Flávio. Flávio é Vereador de Sergipe, e a nossa querida Vereadora é Flávia Berthier.

Pela sua gama de informação, eu já vou fazer exatamente essa convocação e gostaria de convidá-la, se me permitir. Já vou fazer o requerimento convidando-a também para que a senhora esteja aqui no dia em que eles estiverem, porque será mais do que um debate. Será um debate com acareação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, assim, sinceramente, em nome do Brasil, em nome das nossas crianças e por respeito a um homem que comprou vacina. O Brasil foi um dos primeiros a vacinar. Comprou. No dia seguinte, o Brasil começou a vacinar.

Mesmo sem acreditar, nunca escondeu. As pessoas falam "ah, ele perdeu a eleição porque falava contra a vacina". Não, ele não perdeu foi a autenticidade dele por causa da eleição.

Eu também não me vacinei não, graças a Deus, e todo o tempo eu me levantei contra essa desgraça, e olhem que eu não tinha imunidade parlamentar, mas eu tinha aqui representantes muito fortes como o Senador Girão, nessa tal CPI do Covid, inadequada, desnecessária tão somente com a intenção de atacar o Presidente da República, de desmoralizar, de descredenciar, de desumanizar.

Já desumanizaram ele, Jair Bolsonaro. Está dentro de casa, esfaqueado, e fez tudo.

O mundo aprova, o mundo aprova e prova, nos seus estudos, no mundo inteiro, que um dos países que melhor conduziu, entre os cinco do mundo, estava o Brasil, mesmo tirando os poderes dele, esse Supremo Tribunal Federal que nós temos aí, que não pratica a Justiça. São, na verdade, lobistas e peritos em *lobby*, injustos. Tiraram os poderes, as suas credenciais, dados pela Constituição, para repassar para Governadores e Prefeitos. E passamos quase cinco anos com o Brasil operando sem licitação nos estados. Uma malandragem só, uma vagabundagem só.

Então, eu agradeço muito ter ouvido. Tenho lido, tenho parado para ouvir tudo o que a senhora fala ou a senhorita fala nas redes sociais. Foi um prazer ter recebido um vídeo seu e ter seguido imediatamente, pela sua forma desprendida.

E eu espero tê-la aqui conosco quando essas pessoas forem convocadas, porque não é enfrentamento a pessoas. É cuidado com um país, com uma nação, com as nossas crianças, com as futuras gerações cheias de comorbidade.

Alguém já havia me dito isso, do Conselho Federal de Medicina, Dr. Francisco: "Magno, se o cara tinha um câncer, e ele ia se manifestar daqui 20 anos, a vacina potencializou, ele apareceu agora".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo o que é doença foi potencializada. Hoje todo mundo que tomou essa miséria está tomando anticoagulante. Todo mundo tem que tomar um ASzinho todo dia para afinar o sangue. Tem que fazer parte da vida da pessoa daqui para a frente, quem tomou essa miséria.

Eu estou com minha filha aqui, apresentei-a no começo: Maguinha. Eu falei: "Filha, não toma. Não vai tomar, por isso, isso, isso, isso... Não tome, não tome". Ela não tomou. Ela não tomou.

E muita gente teve essa coragem de, mesmo no pânico, dizer: "Esse troço é muito novato. Isso aconteceu da noite para o dia, não vou botar isso dentro de mim, não. Não vou botar isso dentro de mim, não, porque daqui a pouco a verdade vai aparecer".

E veja bem, esta audiência pública aqui. Votar um projeto amanhã no Plenário do Senado. É uma...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não, é aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Votar aqui. É uma vergonha, porque essa máscara já caiu, o mundo já derrubou essa máscara. O mundo já celebrou a ivermectina e derrubou essa máscara. Já baixaram o preço da ivermectina; ela continua nas farmácias, bem baratinho mesmo, boazinha como sempre. Continue tomando, só quatro comprimidinhos. Todo dia 30, tome; ponha na sua cabeceira, todo dia 30. Eu não quero nem saber com que peso eu estou, eu tomo a ivermectina, mesmo sem ter tomado essa porcaria, porque ela mata lombriga, ela mata qualquer coisa que estiver dentro de você, não é?

E Jair Bolsonaro apareceu numa *live* com a caixinha. Aí ele virou o vilão, ele é "o cara que matou 700 mil pessoas": Jair Bolsonaro; quando, na verdade, quem matou 700 mil pessoas foi quem recomendou essa vacina desgraçada, esse veneno para matar 700 mil pessoas no Brasil. A culpa é de vocês, e não de Jair Bolsonaro.

Eu vou encerrar minha fala por aqui, porque eu não tenho a profundidade desse conteúdo da Dra. Isabel, agradecendo a presença dela. Sei que a Julia está aqui, o Seif, eles vão falar. Mas os senhores que estão em casa, se quiserem continuar com o assunto, Srs. Vereadores, para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescer o seu conteúdo e poder levar para o seu povo no seu estado, sigam o perfil dela no Instagram, porque, certamente, a mim acrescentou muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Inclusive, os Vereadores, se quiserem depois fazer uso da palavra, a gente vai abrir. É uma audiência pública. Em audiência pública, a gente tem que ouvir quem quer se manifestar da sociedade.

Quero só dizer, Senador Magno Malta, que amanhã é às 9h da manhã, tá? Amanhã, às 9h. É o item 1 da pauta da CAS.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – E a sabatina de Messias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, na mesma hora, vai ter a votação aqui. Espero que o bom senso prevaleça e que se retire de pauta. Como a Senadora Damares aqui falou, tem que passar por outras Comissões, como a CDH, enfim.

Esse é um tema muito caro para a população brasileira, que já está... É aquela coisa: "gato escaldado tem medo de água fria".

Senador Jorge Seif, muito obrigado pela sua presença. Mais uma vez, até como cidadão, eu agradeço ao senhor por ter tido a coragem aqui de segurar no peito e na raça, porque talvez já tivesse sido votado, se não fosse o senhor naquele enfrentamento histórico que o senhor fez aqui. Amanhã temos outra batalha. A sua presença é importante.

Foi muito bom ouvir, está sendo muito bom ouvir esses especialistas, médicos, juristas, para que a gente possa... Como o Senador Magno Malta falou, infelizmente, eu queria que tivesse aqui mais Senadores, porque a gente fez este debate chamando os dois lados – tá? –, chamando os dois lados; e, infelizmente, a gente só teve aqui Senador de um lado, vamos dizer assim, do lado de um debate mais profundo, das consequências para a ciência de serem tolhidas essas discussões, e a sociedade também, que está preocupada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif, o senhor tem a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Senhoras e senhores presentes, é muito bom a gente estar discutindo aqui, e eu queria, só para quem está nos acompanhando de todo o Brasil, Senador Magno, Senador Girão, Julia Zanatta, demais autoridades e pessoas que estão nos acompanhando aqui... Sobre o que é este debate? Nós estamos debatendo vacina? Não, não estamos debatendo vacina; nós estamos debatendo um projeto de lei que quer calar as pessoas que querem discutir vacina. E que fique muito claro: ninguém aqui é contra vacina coisa nenhuma, o que foi um dos embates que eu tive na minha primeira discussão aqui com a Relatora, que deveria estar aqui. Correu, né? Correu porque não tem defesa – não tem defesa. E eu faço outra pergunta para vocês: como o debate aqui, o que é uma audiência pública? É um debate de alto nível. Vocês viram aqui a Dra. Isabel Braga. Quem é que se atreve a discutir com uma mulher dessas? Quero ver macho... Sabe muito!

Eu queria chamar a atenção de vocês de por que nós defendemos a liberdade. O Dr. Roberto Zeballos – não sei se ainda está aí, eu tenho conversado com ele, eu o sigo nas redes sociais – é um cara que, acima de tudo, além de ser médico, formado lá fora, conhecer vários cientistas do mundo inteiro... A maior qualidade de um ser humano, Senador Magno, Senador Girão, Julia, é a coragem! Olha o que essa mulher fez aqui! Já está sendo perseguida pela Justiça e já meteu o dedo na cara aqui de um monte de gente que publica coisa mentirosa. Coragem é o que falta no Brasil! Aí eu pergunto: cadê a coragem? Com todo o respeito, mas nós precisamos cobrá-los; vocês foram convidados para vir aqui debater uma lei sem-vergonha, sem noção, para calar nossa classe médica, para calar Zeballos, para calar Isabel Braga e para calar tantos cientistas que vêm a público, alertar para que vocês mantenham-se vivos, não sejam contaminados ou não sejam enganados pela ganância.

Então eu queria perguntar: cadê o representante do Conselho Federal de Medicina? Eu sou administrador; cadê vocês? Por que não vieram aqui? Vocês foram convidados. Cadê o Francisco Cardoso, médico infectologista? Dr. Francisco, o senhor faz falta; quero te ouvir, quero que o senhor defenda a mordaça para médico, eu quero que apoie Soraya Thronicke. Cadê o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dizer assim: "Médico tem que ser calado mesmo, esse projeto tem que passar amanhã!"? Cadê o senhor?

Obrigado, Zeballos, por comparecer.

Obrigado, Dr. Lauro Ferreira, por comparecer.

Obrigado, Dr. Eli Vieira, Presidente da Free Speech.

Obrigado, Jamil Assis, pela sua participação.

Obrigado, André Marsiglia, jornalista que eu respeito, que eu acompanho; obrigado pela tua presença, um grande defensor da liberdade.

Cadê a Fundação Oswaldo Cruz? Cadê a Fundação Oswaldo Cruz? Cadê o Instituto Butantan, para defender mordaça da classe médica e dos pesquisadores? Eu queria ouvir vocês aqui falando: "Não, tem que aprovar a mordaça! Não pode falar nada!". Vocês vão defender isso? Porque o silêncio de vocês me mostra que vocês são a favor da mordaça.

Obrigado, Isabel Braga. Que mulher, hein, rapaz? Meu Deus do Céu. Inspiram-me essas mulheres corajosas: Julia Zanatta, Isabel Braga, Cássia Kis. Eu fico impressionado com a coragem de mulher que mete a cara e... pau! Admiro!

Cadê o Instituto Evandro Chagas para discutir esse projeto ridículo que quer calar vocês? E cadê o Dr. Paulo Porto, neurologista? Cadê o Ministério da Saúde, Julia? Cadê, hein?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Está obrigando vacina da covid em bebê e criança. Único país no mundo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com contraindicação da bula, Dra. Isabel.

A SRA. ISABEL BRAGA – Na verdade, o Ministério da Saúde está ocupado num contrato de R$300 milhões de insulina, que está faltando no país, e que vai dar problema porque está relacionado àquela empresa do Vorcaro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, obrigado pela informação. Agora está justificada a ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pessoal, o que nós estamos falando aqui é que todos somos a favor de vacina, desde que devidamente estudada, etc, etc.

Segunda questão: o projeto não é sobre vacina ou não, é sobre a criminalização de opiniões diversas, especialmente da classe médica. Várias vacinas, Isabel, de que o Dr. Zeballos lá atrás falava "olha, eu tenho um grupo, nós estamos estudando os malefícios, os efeitos colaterais são mais positivos do que os efeitos benéficos", várias dessas vacinas foram simplesmente extirpadas da medicina mundial. Foram expulsas, foram canceladas, sei lá como é que se diz... descontinuadas.

Mas se esse projeto, Isabel, estivesse em vigor lá atrás, você não estaria aqui, estaria atrás das grades, e Zeballos também, e quantos mais são corajosos de denunciar e de mostrar... Não é nem só coragem, a senhora é uma cientista, a senhora pode chegar, botar aqui o negócio e falar: "O meu ensaio aqui está dizendo que essa vacina é complicada". Aí eu faço o meu exame lá, eu sou cientista também: "Não, a minha deu positivo, vamos discutir?". Não, se a senhora falar que o seu teste... "Não, que dê...", não, prisão! Cala a tua boca! É o projeto de Soraya Thronicke.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Mas o Kajuru é o autor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, Kajuru... Espera aí, eu preciso defender Kajuru. Kajuru falou que o relatório dela ficou uma porcaria, falou no Plenário do Senado para mim.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Mas o projeto dele já era uma porcaria.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem, aí ela conseguiu agravar.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ela... ele... mas...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, eu só estou te falando que o autor...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – O projeto do Kajuru também é uma porcaria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então ficou uma porcaria completa.

É contra isso que nós estamos lutando. Eu não vou... As outras pessoas querem falar, mas eu só quero dizer, deixar claro, que é uma audiência sobre liberdade de opinião, liberdade de se quer vacinar ou não. Ninguém está falando contra a vacina, nós somos todos a favor da vida, da medicina, da ciência, e queremos que médicas como a Dra. Isabel, como o Zeballos e tantos outros que se atrevem contra o sistema, que não se vendem para a *big pharma*, que não se vendem por interesses pessoais, mas estão preocupados com a saúde pública, tenham a coragem de meter a cara aqui.

Rapaz, isso aqui dá dez horas de audiência, se pegar tudo que essa mulher falou. Pelo amor de Deus, já vai render, só essas coisinhas que ela falou aí e o quanto ela mostrou aqui no telão.

Então eu quero parabenizar a todos que estão participando e falar que é sobre liberdade médica – especialmente liberdade médica –, liberdade dos pesquisadores, médicos e pesquisadores, contra e a favor das vacinas. Estou aqui pela sua liberdade, para ouvir a sua opinião, para ninguém criminalizar a sua opinião, seja ela qual for!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif.

Quero pedir um pouquinho mais de paciência ao Dr. Eli Vieira, que vai daqui a pouco fazer a sua exposição, assim como ao Dr. Filipe Rafaeli, que também, daqui a pouco, fará a sua exposição, para a gente encerrar, aqui, a sessão.

Tem as perguntas do público, que eu vou fazer para a rodada final de todos os que aqui estão, que vieram debater este assunto, se quiserem responder às dúvidas da população aqui – para isso é a audiência pública.

Com a palavra a Deputada Julia Zanatta, de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para expor.) – Obrigada, Senador Girão, Senador Magno Malta, Dra. Isabel, todos os que estão participando aqui, Dr. Filipe, que vai falar depois – é muito interessante o que ele tem a falar.

Quero, primeiro, cumprimentar os Vereadores de Iomerê, que estão aqui, o Itamar, nosso amigo Vereador, mas tem o Presidente da Câmara de Iomerê, e a Vereadora Rutineia Rossi – ainda está aqui? –, de Concórdia. Então, obrigada pela participação aqui, nesta audiência. Inclusive eles também, nas cidades deles, enfrentam esses problemas relativos à obrigatoriedade da vacina da covid em bebês e crianças, sendo que o Brasil é o único país do mundo que obriga! Alguns nem sequer recomendam, como é o caso dos Estados Unidos agora, que não recomendam mais, mas nunca foi obrigatório.

E Santa Catarina tem enfrentado dias difíceis, com conselheiros tutelares e Ministério Público dando apoio a essa obrigatoriedade em bebês e crianças, sendo que ela foi colocada de uma maneira juridicamente incorreta e ilegítima no PNI, por meio de uma nota técnica, para depois ninguém ser responsabilizado. Mas, se Deus quiser, essa agonia vai acabar no ano que vem; e eu, inclusive, apresentei um projeto de lei para anistiar – foi na semana passada – os pais das multas e para que os pais possam cobrar do Estado depois tudo o que pagaram, R$20 mil, R$30 mil; gente com ameaça de perder o poder familiar sobre os seus filhos!

Agora, eu quero dizer para quem está em casa: você tem não é o direito, é o dever de questionar absolutamente tudo que venha do Estado, porque hoje existem pessoas que querem dizer para questionar o que vem de Deus, os nossos direitos naturais, mas, se for para questionar o deus Estado, aí não pode, é prisão, é esse projeto estapafúrdio, aqui, do Senador Kajuru. O projeto dele já era muito ruim, e aí a Senadora Soraya Thronicke fez um relatório ainda mais estapafúrdio, ainda mais censurador, ainda mais perseguidor. Essa Senadora, inclusive, se elegeu nas costas do Bolsonaro e depois virou a casaca. Outro dia, acusou aqui o Presidente da CPMI, enfim, de ter tido relações com uma menor. Ele teve que se submeter... Ela o acusou de estupro mesmo, né? Então, assim, é um absurdo completo o que essa senhora tem feito aqui, no Senado – é só censura e perseguição.

Mas vamos aqui ao fato. Eu quero dizer aqui uma coisa, porque aqui no relatório está escrito que é para melhorar a cobertura vacinal no Brasil. Sabem o que piorou a cobertura vacinal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil? Sabem qual foi o marco que prejudicou a cobertura vacinal no Brasil? A pandemia, a covid-19. E sabem o que fez as pessoas questionarem não só a vacina da covid, mas todas as outras? A postura das autoridades públicas, durante a pandemia, de perseguição, de passaporte vacinal, de enfiar vacina goela abaixo. Todo mundo antes ia se vacinar e não questionava absolutamente nada, desde criança. Quem não se lembra disso? As pessoas passaram a questionar depois da covid-19, porque, claro, tudo que é enfiado goela abaixo... E que fique muito claro aqui: eu acho que o Estado tem que fornecer as vacinas, tem que informar, mas jamais perseguir, humilhar, ameaçar, como está fazendo, porque daí dá o efeito exatamente contrário.

E sabem o que esse projeto aqui vai fazer, se ele passar? Vai dar ainda mais problema, porque as pessoas sabem que existe uma agenda global em curso. A soberania nacional não pode ser afetada pela OMS. Alguns países, inclusive, já saíram da OMS: Argentina, Estados Unidos... Como é que é? Então, se tiver uma nova pandemia, os nossos poderes de representantes eleitos serão totalmente anulados, para impor uma ditadura de burocratas não eleitos a serviço de uma elite mundial, global? Elite que, inclusive, tem em seu plano diminuir a população, porque querem os recursos disponíveis no mundo para privilegiados, para essa elite. É isso que é verdade. E tudo que se fala sobre isso eles vão lá e colocam como teoria da conspiração, como *fake news*.

Vou repetir: você cidadão pagador de imposto, você brasileiro tem não o direito, mas o dever de questionar tudo que vem do Estado, de questionar contratos bilionários de vacinas, que têm sigilo, inclusive. Sabiam que tem uma sala aí em que não se pode entrar, porque tem um contrato da Pfizer? Por que o povo não pode questionar? É direito do povo. Além de obrigarem a vacinação, ainda não se pode questionar? Desde quando a ciência se tornou esse absurdo que você não pode questionar? A ciência nada mais é do que o próprio questionamento.

Estudos tem para todos os lados, mas o que querem aqui é impor aquele que vai ser escolhido por esse órgão aí, a OMS. Já tem aquela nova questão do pacto pandêmico ali, que votaram, com a anuência do Brasil, para a próxima pandemia, que já estão anunciando aí. Já se fala aí sobre isso.

Então, a gente tem o direito de questionar. E eu, inclusive, fui além, depois de todo esse absurdo que a gente viu na pandemia, porque eu sempre fui contra o "fique em casa". Bolsonaro foi criticado, mas ele foi o nosso maior orgulho! Foi o único líder mundial que teve coragem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deixar a população em casa. Imaginem a situação econômica brasileira... E outra, vou dizer mais: quem garante que o "fique em casa" foi bom para a saúde do brasileiro? Idosos deixaram de pegar sol, policial pegando gente na praia. Quando que a praia passou a ser prejudicial para a saúde? Então, são várias questões que a gente deve, sim, questionar.

E digo mais: o dono da Meta, Facebook e Instagram, Sr. Zuckerberg, confessou, no Congresso americano, que foi pressionado pelo Governo americano, que na época era o Biden, para censurar, fazer retirada de materiais sobre a pandemia, sobre a covid-19, sobre a origem do vírus...

Lembra quando a gente postava lá que o vírus veio da China, e o Instagram, o Facebook removia, lhe dava punição? Tudo isso ficou provado. E o Zuckerberg – só que a mídia aqui no Brasil não dá tanto eco – confessou, no Congresso americano, que foi pressionado pelo Governo.

Isso é muito grave, minha gente, é muito grave. Eles impuseram uma visão "científica", entre aspas, durante a pandemia, de *lockdown*, de uso de máscaras, de vacinação.

E, após tudo isso...

Eu sempre tive... Meu pai, graças a Deus, sempre, desde criança, me ensinou a questionar tudo que vem do Estado. Então, o que é que acontece? Depois de tudo isso, passaporte vacinal... Eu nunca vou me esquecer, e você que está escutando em casa, nunca perdoe um político que apoiou toda essa palhaçada na pandemia, que foi lacrar comércios na pandemia. Eu tenho nojo! Gente assim tem que ser eliminada da vida pública. Nunca perdoe um político que a fez ser escrava do Estado durante essa situação, usando a saúde como meio para amedrontar. Não perdoe! Até perdoe outras coisas; agora, isso aí, realmente, não.

Agora, o que acontece? Depois disso, eu apresentei, inclusive, e pode me chamar, dizer que isso... Eu apresentei um projeto que veda a vacinação compulsória de todos, todas as vacinas, e eu tenho coragem de dizer.

Eu não sou contra as vacinas. Eu sou contra a obrigatoriedade, a compulsória no território nacional. Assegura o direito a consentimento livre e informado e tipifica o crime de coação vacinal, porque eu vi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quando eu decidi fazer isso aqui? Um pai de Cunha Porã me ligando com polícia militar na porta dele, oficial de Justiça na porta dele e o pessoal da prefeitura, porque queriam levar a criança à força.

Nem o Supremo Tribunal Federal, na liminar dada pelo Sr. Lewandowski, permitiu vacinação à força. Diz que poderia restrição de direitos – ou seja, perder carteira, passaporte etc., restrição de direitos, que já é um absurdo –, mas ele disse que não; você pegar à força alguém e levar para vacinar seria um absurdo.

Então, depois disso, eu criei esse projeto de lei, eu apresentei esse Projeto de Lei 2.641, para criar o crime de coação vacinal.

Porque a gente não sabe o que está por vir, Senadores. A gente não sabe o que está por vir.

O nosso poder de representantes do povo vai estar abaixo desses burocratas não eleitos, que estão a serviço de uma elite global. A gente não sabe o que está por vir. Então, nós temos que nos proteger.

E o que criou isso? Essa mania de perseguição durante a pandemia.

E também apresentei outro projeto de lei, o 2.643, para desobrigar os pais ou responsáveis de vacinar menor mediante apresentação de atestado médico que contraindique a aplicação do imunizante.

Porque veja bem: promotores e juízes agora querem dizer o atestado médico, se vale ou se não vale, e isso é ferir...

Isso aqui, esse projeto aqui não é contra vacina; é defesa da autonomia médica. Porque o promotor fez faculdade de Direito, o juiz fez faculdade de Direito, e eu fiz faculdade de Direito, e não me lembro de ter aprendido Medicina na faculdade. Então, é um absurdo.

E, se os médicos não se levantarem, como foi falado aqui, serão calados.

Então, eu espero que este Senado da República, que já é muito desacreditado na rua, em que pese tenhamos pessoas aqui bem-intencionadas, como é o caso dos Senadores que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui agora, dando cara a tapa, mas a maioria realmente tem sido uma vergonha. É censura atrás de censura! E nós vamos deixar aprovar mais isso aqui? Mais uma perseguição ao povo brasileiro?

Deixem o povo em paz! Vão trabalhar!

Tem Senadora que está preocupada em perseguir até o que não pode, porque nunca mais vai se eleger para absolutamente nada, porque a política adora a traição, mas odeia o traidor – odeia o traidor –, e traidor do povo tem que ser exposto.

Isso aqui é um absurdo, e eu estou muito preocupada com o rumo que a gente está tomando aqui no Brasil. É censura atrás de censura.

Um dia, a gente falava que o Brasil iria virar uma Venezuela. Ontem, parece que teve uma notícia de que Ministros do Supremo, da Venezuela, foram destituídos. Hoje, a gente está muito pior que a Venezuela.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só para fazer uma complementação aqui, Senador Girão e Julia...

Quando o Doria fez um evento – aliás, ele adora eventos, e alguns foram patrocinados pelo Master, agora a gente sabe – em São Paulo e levou Governadores de todos os estados, dos estados principalmente de esquerda, que queriam vacinar, – eu quero lembrar dos respiradores do consórcio do Nordeste, do Sr. Rui Costa, juntamente com o Sr. Flávio Dino e o Wellington Fagundes, do Piauí... Foram R$45 milhões numa empresa de maconha especialista em *cannabis,* que nunca apareceu, e o povo do Nordeste perdeu o seu dinheiro nesse consórcio.

Tem um no Supremo que virou um deus: ele julga, ele prende, ele solta e ele agora está pegando os seus desafetos na política e investigando. Onde também há indicação de amigos, ele está investigando – as emendas para onde mandaram –, posando de homem mais honesto do Brasil neste momento, mas esses respiradores desapareceram.

A CPI feita no Rio Grande do Norte mostrou toda a molecagem, o roubo, o desvio, o dinheiro, mas, quando a gente termina uma CPI séria, o relatório final é entregue ao PGR, para que o PGR dê continuidade. Mas agora é assim: você entrega ao PGR, para ele colocar um fim, e ele coloca um fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu naquele evento em São Paulo? Estava sobrando vacina da China, fabricada pelo Butantan – estava sobrando. Então, tinha que desovar. Ele fez um evento, e um dos que discursaram, que lá estava, foi o Governador do meu estado. Renato Casagrande foi o primeiro a oferecer as crianças do Estado do Espírito Santo – dois Vereadores aqui do Espírito Santo – para serem vacinadas com a vacina da China. E eu dizia naquela época: "Ei, cobaia é rato? As crianças do meu estado não são rato! Elas não vão servir de cobaia!".

E houve um levante daqueles que tinham coragem de botar a cara, outros não tinham coragem de botar a cara, e outros não colocavam a cara porque estavam tão comprometidos com o poder público...

E é uma coisa que, no meu estado, urgentemente tem que mudar: separar o público do privado, porque lá o público e o privado se embolaram.

Agora, se esse troço é aprovado aqui, para quem lá atrás, destemidamente...

Porque esse pessoal da esquerda é assim: entregou as nossas crianças de zero a cinco anos para serem vacinadas com a porcaria da vacina da China... Todas elas são uma porcaria!

Na verdade, o cara: "Tomei três doses.". Você tomou três doses de uma coisa só! "Não, eu só tomei uma.". É a mesma porcaria de ter tomado três, porque era uma coisa só.

Normalmente vacina, em criança – eu não sou especialista em nada, mas é pré-requisito aqui –, o bebê toma aquele... Faz aquele furinho aqui, fica dodói, chora, tal. Depois tem que voltar com a carteirinha de vacina, porque aquilo ali é pré-requisito para o segundo. O segundo é pré-requisito para o terceiro.

A da covid não era pré-requisito de nada não. Você tinha que tomar três ou quatro, não é? Como muitos fizeram, e trouxeram para dentro de si essa carga horrorosa de enfermidades e enfermidades que virão, abastecendo, assim, a indústria farmacêutica.

As nossas crianças lá no Espírito Santo, Pastor Dinho...

Você é Casagrande também?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Senador, deixe-me só fazer uma... O Dr. Francisco Cardoso... Ele o avisou – né? – que ele estaria em voo. Durante a audiência, ele me mandou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensagem aqui, por isso é que foi inviabilizada a participação dele, mas ele gostaria muito de estar aqui presente, o Dr. Francisco Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Francisco... – só para colocar, Deputada Julia Zanatta – o Dr. Francisco Cardoso é um amigo de praticamente todas as pautas, a gente não tem dúvida, né? Agora, eu não entendo é o Conselho Federal de Medicina – do qual ele faz parte, que é um parceiro nosso, também, de muitas causas – não estar aqui hoje. É estranho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas é um guerreiro, é um guerreiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não, o Dr. Francisco Cardoso... Não tenha dúvida, e ele está realmente impossibilitado. Agora, ninguém do Conselho Federal de Medicina? Porque o Conselho Federal de Medicina foi convidado. Eu não entendi realmente a ausência do Conselho Federal de Medicina.

"Ah, está tendo um evento não sei onde..." – parece que é lá em Aracaju, não sei –, "Está tendo um evento e tal, está todo mundo lá.". Foi essa informação que eu tive. Mas, poxa, sai ali numa salinha, participa, como está aqui... Já tivemos vários convidados.

Senador Magno Malta, terminou ou não?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu estava concluindo, só dizendo que foram as crianças capixabas que foram oferecidas no evento do Doria para que elas tomassem a vacina, e eu me lembro que meu discurso tinha esse tom: as nossas crianças não são rato; elas não são rato de laboratório.

Quer testar? Testar nas nossas crianças? Por que é que o Doria não fez essa proposta para São Paulo? – o que também está errado. Por que outros Governadores não se ofereceram? O nosso se ofereceu, lá do Espírito Santo. E, quem sabe, o ano que vem ele está pleiteando estar por aqui para poder defender essas pautas.

Certamente, se aqui estivesse, estaria fazendo um coro com esse projeto miserável, infame – não é? –, que, com a graça de Deus, a gente vai impedir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria fazer esse recorte aqui, porque muita coisa aconteceu.

A Luiza, doutora, essa garota que está ali filmando, Késia, é filha do Clezão, que morreu lá na Papuda. Ela veio ao meu ouvido dizer assim: "Até as visitas *online* à Papuda... – *online* – você tinha que ser vacinado, ou então não podia visitar.". *Online*!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu lembro. Como se o vírus se transmitisse pela internet.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É. Chegamos ao cúmulo. O cúmulo é tão grande que nós estamos aqui discutindo isso aqui. Depois disso tudo.

Então, eu me lembrei desse fato, das crianças do nosso estado, e realmente muita ameaça de tirar os filhos dos pais, de levar para o Conselho Tutelar.

Se os municípios não cuidam direito nem do Conselho Tutelar, como é que o Conselho Tutelar vai cuidar de criança, gente? Pelo amor de Deus! Nós não estaríamos aqui.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador Magno Malta.

Imediatamente, eu já passo a palavra para o Sr. Eli Vieira, que vai falar agora, ele, que também é um grande defensor do movimento Free Speech, grande defensor da liberdade de expressão.

Parece-me que está fora do Brasil – não é isso, Eli? –, se eu não me engano.

O senhor tem a palavra por dez minutos, com a tolerância aqui da Presidência.

O SR. ELI VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Correto, Senador Girão. Obrigado pelo convite.

Sim, correto, eu estou fora do Brasil. Estou no Reino Unido, e foi aqui que foi fundada essa rede de associações pela liberdade de expressão, são as Free Speech Unions.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem nome em português também: União pela Liberdade de Expressão. Quem quiser nos conhecer, estamos lá em fsu.org.br.

Já obtivemos uma vitória para o Monark, o *podcaster*, o apresentador de *podcast*, que foi perseguido por muito tempo, inclusive pelo Moraes. Só que, numa manobra muito estranha, o Ministério Público, depois de recuar da perseguição ao Monark, por conta da nossa ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só não sei se... Só um minutinho, Dr. Eli. Eu não sei se... Nós tivemos um problema técnico aqui, só fazendo aqui...

A população o está ouvindo. Mas está vendo? Não, né? Porque no telão não está passando a imagem dele como a dos demais palestrantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está vendo?

Ah, então pronto.

Eu recebi a informação de que está vendo. Então, não...

Dessa vez não foi o Moraes, não. (*Risos.*)

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigado, Senador.

Então, numa manobra muito estranha, o Ministério Público, primeiro, perseguiu o Monark, alegando a mentira de que o Monark defendeu o nazismo. Ele defendeu a liberdade de expressão para todos, ele é um anarquista, e a pessoa tem o direito de ser anarquista no Brasil, até onde eu sei. Aí, o Ministério Público desistiu de perseguir o Monark, depois da ajuda que nós, a FSU, prestamos a ele, e desistiu da desistência, recuou do recuo, e voltou a acusar o Monark de uma falsidade, que seria o Monark a favor do nazismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, sim, vamos voltar para o nosso tema hoje, que também é muito caro para nós: nós ajudamos os censurados. Então, quem quiser já se precaver, ter a nossa ajuda, por favor, se filie lá em fsu.org.br.

Girão, demais Senadores, Deputados presentes e...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mais uma vez, Dr. Eli, desculpe-me interrompê-lo de novo.

Eu confirmei aqui, no YouTube da TV Senado, que o senhor não está, a sua imagem não está aparecendo. Eu vou pedir só para o senhor segurar um pouquinho, para iniciar de novo, porque é importante.

Foi um problema técnico aqui, mas, rapidamente, a nossa equipe sempre muito competente da TV Senado, do Prodasen, vai retificar isso, porque foi só agora, no finalzinho aqui da sessão, que a gente está tendo esse problema técnico.

Quando o senhor estiver ali no telão... Deixe-me ver...

O pessoal está vendo aqui exatamente o que foi que aconteceu. O Dr. Felipe Rafaeli também que está conosco.

Eu vou aproveitar este momento – a gente volta com o Dr. Eli já, já – para ler as perguntas.

Chegaram muitas perguntas aqui para todos os senhores. Nós vamos ter a rodada final. Eu vi que o Dr. Lauro está conectado ainda, e a gente vai ter perguntas, daqui a pouco, para quem quiser responder às perguntas na rodada final.

O Eduardo, de Rondônia, faz a seguinte colocação: "Como [esse] [...] PL define, objetivamente, 'informação falsa' sem abrir margem para interpretação excessiva?".

A Leandra, de Santa Catarina, pergunta: "Com base em quais critérios científicos ou institucionais serão definidas as informações como falsas?".

O Sr. Arthur, do Rio de Janeiro: "A simples informação desacompanhada da comprovação científica de que determinada vacina faz mal à saúde caracterizará crime?".

Pergunta do Arthur.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Vinícius, do Rio de Janeiro: "O PL 105 [na verdade, o número dele é, exatamente, 2.645, de 2021, não é 105; é 2.645], de 2021, sugere pena de dois a oito anos de prisão se a desinformação for [...] por agentes públicos. Qual a pena para o agente de saúde?" – está perguntando aqui o Vinícius.

Henrique, do Distrito Federal: "Esse [...] [projeto de lei] é de [...] [suma] importância, haja vista que o ex-Presidente fez de tudo para destruir a sociedade civil com negacionismo".

Opinião aqui do Henrique, do Distrito Federal.

Gilberto, de Minas Gerais: "O Estado tem como dever [...] intervir e proteger a população de doenças graves. A desinformação é uma ferramenta que causa mortes reais".

O Gilberto, fazendo aqui a sua... Dando a sua opinião.

O Vitor, de São Paulo: "O PL 2.745, de 2021, é desnecessário: leis como calúnia e difamação já punem *fake news* maliciosas. Risco à liberdade de expressão e à vacinação [...].

Opinião aqui do Vitor.

A Cláudia, de Sergipe – olha aí, Sergipe: "Vacinas previnem doenças, [mas] vacina em fase de teste, não aprovada pela Anvisa, é [...] risco à saúde pública; precisam de controle de qualidade".

Lá do Maranhão... Olha aí, temos a Vereadora Flávia Berthier, que está aqui. Daqui a pouco vou conceder a palavra. Ela é lá do Maranhão. A Lislleidy, do Maranhão: "A criminalização de *fake news* sobre vacinas é eficaz para proteger a saúde pública?".

A Valéria, do Paraná: "Quais foram as informações falsas divulgadas? Quem as divulgou tinha conflito de interesses? E quais pesquisas comprovam que eram falsas?".

O Eduardo, de Rondônia: "Há previsão de sanções proporcionais ou o modelo pode gerar punições excessivas?".

A Gonesa, da Bahia: "O projeto de lei é uma iniciativa que, dando certo, pode servir como base para combater outros tipos de informações falsas?".

Olha aí, já está indo aqui para uma outra etapa que, realmente, é preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pedro, de São Paulo: "A ciência não tem verdades imutáveis. Como o [...] Projeto de Lei 2.745, de 2021, vai separar o dolo da desinformação do nosso legítimo direito à dúvida?".

O Ronan, do Paraná: "[...] Quem não toma [vacina], só não toma até precisar e mudar de ideia".

A Isabel, do Rio de Janeiro: "Precisamos de leis mais severas para punir aqueles que propagam informação informações falsas, porque a vida das pessoas é colocada em risco".

A Ana, de São Paulo: "Tem que identificar essas pessoas e responsabilizá-las. Como tem gente ignorante [...] em relação [ainda] às vacinas".

O Lucimar, de Minas Gerais: "Não adianta alterar o [...] [Código Penal] se houver letargia na divulgação desmentindo as *fake news*".

O Arthur, do Rio de Janeiro, coloca o seguinte: "O [...] [projeto de lei] veio em boa hora, haja vista o caos que [...] [ocorreu] à época da covid-19, com tantas mentiras acerca das vacinas [...]".

Então, a gente tem aqui opiniões favoráveis e contrárias ao PL. Essa é a democracia, por isso é importante a gente ler, a gente colocar.

Não sei se já está restabelecido aí? Já? Então, já está, olhe, eu não falei que a equipe aqui é muito atenciosa e competente? Parabéns à Secretaria aqui da CAS, também ao Prodasen e ao pessoal da nossa técnica.

Então, com a palavra... Eli Vieira, a gente o ouviu, mas se você puder iniciar de novo fica completinha aí a sua exposição.

Muito obrigado. Tem dez minutos com a tolerância aqui da Presidência.

O SR. ELI VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Girão. Espero que vocês me vejam agora, até porque eu quero mostrar algumas informações para vocês.

Ótimo, obrigado.

Eu acompanhei as falas de todos, estou aqui desde o começo. Eu gostei da fala do Dr. Lauro Ferreira, da Sociedade Brasileira de Infectologia, porque eu acho que foi uma das falas mais cientificamente embasadas até agora. Porém, como ele falou, ele não leu o PL que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatendo, não é? Eu vou ler agora porque ele é supercurtinho. Então, alteraria o decreto-lei, o Código Penal, para colocar o seguinte crime novo: divulgar informações falsas sobre as vacinas, divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas ou sem comprovação científica sobre as vacinas; pena: detenção de seis meses a dois anos e multa.

Eu tenho a desconfiança de que, agora que o Dr. Lauro ouviu, ele vai concordar com todo mundo presente na audiência que isso é muito perigoso, isso é uma criminalização de opiniões. Eu, como Presidente da Free Speech Union Brasil... A gente se opõe firmemente contra e a gente já classificou... A gente tem um projeto de monitoramento legislativo e já classificamos como uma ameaça à liberdade de expressão esse projeto – está lá no nosso semáforo da censura –, mas, Senador Girão e colegas, além de eu ser Presidente da Associação pela Liberdade de Expressão, eu sou também um biólogo geneticista com mestrado em Genética pela Universidade de Cambridge, aqui no Reino Unido, onde eu estou no momento, e eu quero comentar bem rapidamente sobre umas coisas que foram faladas sobre autismo, está ali já uma informação para a gente.

O gráfico na direita é um artigo da *Nature Genetics*, uma super-respeitada revista de genética do mundo. Basicamente, metade da variação do autismo, que é como a gente começa a desconfiar de quais são as causas, são variações genéticas. Seria assim, como uma metáfora que torna as coisas fáceis de entender: as variações genéticas podem ser comuns, mas a combinação delas num indivíduo autista é rara. Pense numa mão de baralho: a mão de baralho que vai te dar ali o *royal flush*, que vai fazer você vencer o truco, é mais rara do que as outras combinações que vão perder, que são as mãos mais fracas no jogo.

Então, já é sabido... Eu tive essa preocupação de que pode ter sido sugerido que a genética não é importante... É, sim, está ali o gráfico na direita, e tem uma parte inexplicada, sim, de que o ambiente pode ser responsável por isso. Porém, depois que se procuraram muito causas ambientais como as vacinas, por exemplo... Estão aí duas revisões; na ciência é muito importante a gente ir para as revisões, porque elas pegam os estudos... Elas são estudos dos estudos: pegam vários estudos e tentam compilar todas as informações.

Então aí, a Cochrane, que é uma super-respeitada entidade médica de revisões científicas, agregou 1,194 milhão de crianças no estudo dela e não achou ligação entre autismo e vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesma coisa este estudo aqui, Taylor, 2014, mais de 1 milhão de crianças, mais uma vez, não achou conexão com as vacinas. Então, entre as causas ambientais que o autismo pode ter, a vacina não é uma causa plausível.

E até o que foi mostrado, que o Robert Kennedy, o chefe de saúde lá do Governo americano mostrou, falou, o jeito que ele colocou as coisas foi muito cuidadoso lá no CDC. Ele falou assim, "não é baseado em evidências afirmar que não é causado pela vacina o autismo." Mas a ciência não trabalha em mostrar que as coisas não são. Não é assim que a gente trabalha. Então a gente tem que mostrar que as coisas são. Quem alega ainda, depois de todos esses estudos com milhões de crianças, que a vacina causa autismo, essas pessoas que têm o ônus de provar que é verdade.

Então, a opinião mais atualizada que a gente tem é que não, não tem uma conexão. Inclusive, aquela coisa do paracetamol também, Girão, não passou no teste por enquanto. E este gráfico aqui à esquerda, bem rapidamente, mostrando também que essa epidemia do autismo é uma epidemia, na verdade, de diagnósticos de autismo.

Algumas semanas atrás, o neuropediatra Salomão Schwartzman foi lá ao Roda Viva e falou uma coisa muito correta, que o que aumentou foram os diagnósticos. Então, aquelas pessoas que eram casos leves, que antes a gente chamava de síndrome de Asperger, foi tudo enfiado na mesma coisa, chamaram de espectro autista. Então, são decisões que são conceituais, como tratar os conceitos, as ideias, não são decisões da medicina, que tem a ver com as evidências.

Esta linha vermelha, que está mais estável, lá no começo e lá no final, está mais ou menos lá no mesmo nível, é o escore do autismo. É quando testa o autismo nas pessoas, isto aqui é uma amostra da Suécia, de jovens de 18 anos, de 1993 a 2001, o escore ficou a mesma coisa, na verdade. O que aumentou, a linha azul ali, são os diagnósticos. Então, há uma diferença.

A ideia de que há uma epidemia de autistas no mundo não é muito bem corroborada, pode ser uma ilusão. Então, eu só queria... Eu achei que minha responsabilidade como biólogo é também falar essa parte.

Voltemos agora a falar do projeto de lei. Tem uma coisa que eu chamei, é um padrão de autoritarismo que a gente vê no Brasil. E esse projeto de lei faz parte disso. Ali, quando eu trabalhava para a Gazeta do Povo, como jornalista de ciência também, eu escrevi estas duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reportagens: "Projetos de prisão por até oito anos para quem duvidar de vacinas tramitam no Congresso". Então eu escrevi isso em 2023, e eram cinco projetos de lei que estavam me preocupando naquele momento, nem concluíam o que a gente está discutindo agora. Então são mais de cinco.

E assim, é uma coisa que me preocupa, até falo para os queridos Parlamentares pensarem nisto: parece que tem, assim, tem uma tempestade midiática sobre certo assunto, aí um monte de solução autoritária sobre aquele assunto. Então, se uma coisa é boa, ela tem que ser obrigatória. Se uma coisa é ruim, ela tem que ser proibida. Parece que é assim que... Eu acho que "obrigatório ou proibido" é o que deveria estar na bandeira, em vez de "ordem e progresso", porque é assim que as coisas parecem funcionar no Brasil. O algoritmo brasileiro, parece que é esse. É autoritarismo ou autoritarismo. Se eu sou a favor, eu obrigo; se eu sou contra, eu proíbo. Precisa parar essa mania de autoritarismo no país.

E já foi mencionado, acho que a Deputada Zanatta mencionou, o Brasil está sozinho no mundo a obrigar crianças a tomar vacina da covid-19. E se você for lá à IA do Google e perguntar se isso é verdade, ela vai dizer que é mentira, vai ignorar essa minha reportagem, que é baseada num estudo da *Nature*, tá? Então, foi um furo meu como jornalista em 2024, fevereiro de 2024. Aí o que a IA do Google faz? Ela pega uma nota do Ministério da Saúde, do mês anterior, e a nota é desonesta, porque ela fala: não, é mentira que o Brasil é o único país que recomenda a vacina.

Então, muda o que está sendo falado, no meio, não é de recomendação que a gente está falando. Outros países, sim, recomendam vacinas para crianças pequenas, da covid, mas o Brasil é o único que obriga. É uma obrigação porque impõe um monte de sanções aos pais, se eles não toparem. Então, assim, está tudo errado e eu fico feliz de ver que a Deputada Julia Zanatta já tem projeto de lei para tentar conter o autoritarismo nisso aí.

Aqui à direita a gente tem o Martin Kulldorff, um cientista muito bom, um epidemiologista que estava, na época, em Harvard. Ele disse que as vacinas da covid não eram necessárias para as crianças. Está aqui no finalzinho dessa declaração dele. Essa é uma manifestação no Twitter. O que acontecia na época, em 2021, 2022, 2020? Recebeu uma tarja de que o que ele está dizendo é enganoso, quando está tudo correto. Ele foi vingado pelas evidências, depois, e foi censurado também. Ele foi, inclusive, demitido de Harvard, pela opinião dele. Então, se fosse brasileiro e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passasse esse PL que a gente está discutindo hoje, iria, inclusive, para a cadeia por dois anos. Então, a gente tem que parar com a mania de autoritarismo. É urgente que o brasileiro aprenda a conviver com a diferença de opinião.

E a gente viu outros exemplos. Um cara lá colocou um adjetivo, um mero adjetivo – ladrão – e nem falou em quem. Recebeu visita da Polícia Federal. E, assim, ele é um de mais de dez casos de pessoas que sofreram tentativa de intimidação por opinião política. Inclusive, eu mostrei na "vaza toga 2", junto com o David Ágape, que pessoas foram presas, mantidas presas, no Brasil, por opinião política. Isso é muito grave!

Então, eu faço um apelo aos Senadores que têm uma oportunidade nas mãos: rejeitem esse projeto de lei para mostrar que o Brasil não está se transformando numa ditadura. Olhem a responsabilidade que os senhores e as senhoras têm.

A liberdade de expressão inclui o nosso direito de errar. Muito da hesitação vacinal é um erro. Então, quem tenta resolver um problema educacional com censura só prova que não acredita na educação. É esse o problema: não acredita na educação.

Eu vou mostrar, eu tenho pouco tempo, rapidamente... Por favor, Girão, peço um pouco de leniência para mostrar que, inclusive, a gente tem estudos mostrando que não funciona a censura para diminuir a hesitação vacinal, ou seja, essa coisa de não querer vacinar as crianças.

Esse especialista da Universidade de Nottingham, aqui do Reino Unido, disse o seguinte, nesse artigo, já em 2020:

> O movimento antivacina representa uma grande ameaça à saúde pública global, especialmente na era da covid. Contudo, é improvável que a censura e a remoção de perfis melhorem essa situação. Podem exacerbá-la.

Ele estava correto, ele foi profético aqui. Exacerba. Por quê? Porque a hesitação vacinal é um problema de confiança. O Brasil já é um país com baixa confiança interpessoal. As pessoas não confiam umas nas outras. Aí vem o Estado e criminaliza uma opinião. Isso vai tornar o Estado mais ou menos confiável aos olhos dessas pessoas, ainda que elas tenham ideias erradas sobre vacinas? Censura não é cura, repito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um estudo aqui da *Science Advances*, uma revista muito boa: "Não observamos quedas no engajamento geral com o conteúdo antivacinas", depois de aplicar um monte de censura lá no Facebook. Foi mencionado aqui. A Zanatta também mencionou. O Zuckerberg foi pressionado pelo Governo Biden a censurar opiniões. Inclusive, teve também, Zanatta, os Twitter Files, os arquivos internos do Twitter, lá nos Estados Unidos. Eu fui ver a edição brasileira também, com David Ágape e Michael Shellenberger. A gente sabe, é um fato, que até pessoas que iam lá na rede social e falavam "eu tomei essa vacina, senti isso e aquilo de ruim, me deu esse e aquele efeito colateral" eram censuradas também. E é uma verdade. A verdade é uma das vítimas da censura, tá?

E qual foi o efeito disso naquele grupo antivacina? Eu estou reconhecendo aqui que o movimento antivacina é perigoso. Eles até têm um negócio lá de colocar uma solução de água sanitária no intestino das crianças. Isso causa danos, porque é muito tóxico. Aí o intestino expele uma pele morta ali, um epitélio morto e eles falam que está saindo, que é a toxina que está deixando o organismo da criança. Então, é horroroso o que é feito por esse movimento antivacina.

Mas qual foi o efeito de eles serem alvos de censura? Eles ficaram mais radicais, mais politicamente polarizados. Eles dobraram a aposta na desinformação e o conteúdo ficou até mais visível. Não adiantou tentar censurar, porque censura é uma péssima ferramenta.

Mais esse estudo aqui, para encerrar, mostrando que muito desse impulso político pela censura da suposta desinformação, que é uma moda intelectual que surgiu na universidade, tem um monte de premissa falsa. E esse estudo aqui da *Nature*, de 2024, mostrou, olha: "A exposição à desinformação tem porcentagem baixa na dieta informacional das pessoas". São só 5,9%, menos de 6% da audiência de notícias em geral da internet que são *fake news*.

Enquanto esse artigo, esse estudo científico era publicado, muita gente até estimulava: "é PL das *fake news*", "é disso", "é daquilo", tudo desculpa para censurar, ignorando fatos científicos demonstrados aqui nesse estudo.

E, para encerrar, o Butantan seria punido se já fosse lei esse PL, porque o Butantan publicou uma informação falsa – 100% de eficácia da CoronaVac. O Dr. Lauro também falou que a CoronaVac era mais fraca. Esse 100% de eficácia aqui é uma falsa informação. O projeto que está aqui na íntegra de novo nem coloca, assim, que a informação falsa que vai ser censurada é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



contrária da vacina. Essa aqui é uma informação falsa a favor. Seria crime também – seria crime também.

E outros possíveis punidos seriam os envolvidos no relatório final da CPI da covid, que disse assim, olha: "A imunidade de rebanho pela exposição ao vírus seria impossível de ser atingida". Falso. Por quê? O conceito de imunidade de rebanho, que é um conceito científico, apesar de ter sido muito atacado pelos autoritários durante a pandemia, não diferencia a proteção vacinal da proteção natural adquirida se você já teve o vírus. Essa é outra falsidade sobre vacina. Então, acho que também puniriam o relatório final da CPI da covid.

Bom, a minha mensagem final é essa, Senador Girão, colegas queridos e concidadãos: precisamos aprender a ser um país menos autoritário, independentemente de onde a gente vem, independentemente de sermos de direita ou de esquerda. E a Free Speech Union Brasil, a União pela Liberdade de Expressão veio também com essa meta. Nós queremos uma cultura da liberdade no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado.

Agradeço demais, Eli Vieira.

Sou uma pessoa que acompanha o seu trabalho, corajoso, nesses tempos difíceis que vive o Brasil, especialmente de ditadura da toga, né? Hoje nós temos um regime em que alguns desses togados, que fazem arbítrio de manhã, de tarde e de noite, estão juntos com esse Governo de plantão aí que, infelizmente, de democrata não tem nada.

O doutor teve que sair aqui, o Filipe. Ele queria participar agora, o Filipe Rafaeli, a quem eu agradeço demais. Realmente, é porque nós estendemos muito aqui e não conseguimos. Teve esse problema técnico também, mas agradeço demais ao Dr. Filipe.

Eu vou fazer a rodada final agora, tá? Antes, eu quero passar três minutos aqui para os Vereadores que aqui estão, para as pessoas da sociedade civil. Eu queria, porque a gente está aqui numa audiência pública, ouvir todo mundo – não é, Senador Magno Malta? E aí, é para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem representantes da sociedade que vieram aqui participar e estão desde o início, e eu vou passar a palavra, inicialmente, para o Rafael Lima Freire. Ele é advogado e representante da Associação Brasileira de Vítimas de Vacinas e Medicamentos (Abravac).

O senhor tem, se puder ser, três minutos, para a gente poder caminhar aqui para o encerramento, e eu lhe agradeço muito.

O SR. RAFAEL LIMA FREIRE (Para expor.) – Boa tarde a todos. Como dito, meu nome é Rafael Lima Freire, sou advogado e tenho atuado em defesa das vítimas e, recentemente, fui eleito Presidente da Associação Brasileira de Vítimas de Vacinas e Medicamentos.

Então, estou aqui falando em nome das vítimas, em especial de vítimas que a gente tem autorização para falar, como o caso da Maria Eduarda Fernandes Souza, de 22 anos, que morreu após uma dose de AstraZeneca; o Bruno Oscar Graf, de 28, que também morreu após uma dose de AstraZeneca – inclusive, foi o que motivou a Lei Bruno Graf, em São Paulo, com um trabalho incansável da mãe dele, que transformou esse luto em luta, em defesa de sua imagem e de sua memória –; a Isabelli Borges Valentim, cuja mãe eu conheci pessoalmente e soube da história triste dela, que, aos 16 anos de idade, foi vitimada e morreu oito dias depois de tomar uma dose de Pfizer.

E a vacina, ela tomou para poder viajar, porque a Anvisa, à época, regulamentou o direito de a gente sair e entrar no país e também em outros países – para a gente poder sair do Brasil e entrar em outros países –: tinha que ter vacina, mesmo que ainda fossem experimentais.

E também falo em homenagem à memória da Vanessa Martins Figueiredo, de 13 anos, que morreu depois de uma Pfizer.

E, voltando à Isabelli, eu quero também mencionar uma pessoa que não veio aqui, que é o Eder Gatti, que deveria estar aqui, porque ele é o responsável pela nota técnica – eu vou falar mesmo – fraudulenta, que ele utilizou para incluir a vacina da Pfizer no PNI. Não foi nem um ato do Ministro da Saúde, foi uma nota técnica de uma pessoa que não deveria ter feito uma nota técnica com esse poder de incluir no PNI.

E, no caso da ação judicial da Isabelli, ele também liderou a investigação do óbito e tentou afastar a vacina como causa, mas o perito, no âmbito do processo judicial, durante a causa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu reverter essa falsa manifestação técnica do Eder Gatti, que não está aqui para se defender.

Então, também quero falar de pessoas que não estão aqui, como o Presidente do Conselho Federal de Medicina, que, pelo visto, tem algo mais interessante do que estar aqui discutindo a sua omissão legal.

Eu fiz um pedido de informações, em 2022, ao Presidente do Conselho Federal de Medicina sobre quais regulamentos ele adotou, sob o ponto de vista da regulamentação do ato médico experimental, que é essa vacinação contra a covid.

Por ser experimental, a Lei do Ato Médico atribui ao Conselho Federal de Medicina a competência para regulamentar a matéria. O que ele fez? Ele não regulamentou.

Meu pedido de informações, com 29 questões, foi respondido por um simples ofício, com o nome Conjur – então, foi um ofício jurídico, que foi utilizado para me responder – e esse ofício simplesmente fala que não tem, basicamente, nada a declarar, que o CFM é uma instituição que fiscaliza outros conselhos, e também não respondeu nada. Eu recorri, tiraram do sistema o meu recurso. Então, isso, inclusive, é crime, omissão de dados do sistema.

Também quero falar sobre as pessoas, os Senadores que não estão aqui também. Eles criaram esse problema para nós, estão ocupando o nosso tempo para que a gente tenha que lutar contra um erro grosseiro de quem fez esse projeto de lei, com todo respeito ao Senador Kajuru, e também o erro grosseiro da Senadora que veio defender a pauta e não está aqui também.

Então, falando em nome das vítimas, eu também quero fazer aqui uma homenagem à minha mãe, D. Joana Darc, que teve um câncer, colangiocarcinoma, grave, raro, infra-hepático, e teve que tirar 68% do fígado. Graças a Deus, ela está viva, mas depois de uma quimio, uma radioablação, uma imuno, outra quimio, outra imuno e essa semana ela começa a quimio de novo. Então, assim, é muito difícil, porque minha mãe teve um suporte técnico médico adequado, um hospital bom, um plano bom; mas um cliente meu, que foi demitido em São Paulo porque não tomou a vacina, o pai dele, que tomou a mesma dose da vacina que minha mãe, as mesmas duas, teve o mesmo câncer que ela, só que ele deu metástase e morreu porque ele não teve o mesmo suporte médico que a minha mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, é uma causa humanitária e é global. O mesmo problema, o mesmo esquema de manipulação foi utilizado no Brasil e foi utilizado na Europa e foi utilizado nos Estados Unidos e foi utilizado na Oceania e em vários países, e o nome disso é captura regulatória, que é quando a indústria se imiscui, ela adentra nas competências – de forma secreta, é claro – das agências reguladoras, cooptando os membros das agências reguladoras para aprovarem as suas pautas. E assim não foi diferente no caso da Anvisa.

A Anvisa, gente, para vocês entenderem a gravidade, a Anvisa aprovou a vacina Pfizer de forma fraudulenta. De forma fraudulenta, isso mesmo! O gerente geral de medicamentos da Anvisa, antes de a vacina sair, ele explicava que as vacinas eram experimentais, emergenciais, que ia ter acompanhamento, que ia ter farmacovigilância, que tudo isso ia ser observado, que as pessoas iam ter acesso a um termo de consentimento livre e esclarecido e que tudo ia ser feito conforme o procedimento científico; só que, quando saiu a vacina, o que ele fez? Ele concedeu registros emergenciais para as outras vacinas e, para a Pfizer, sob pressão da própria Pfizer, ele concedeu um registro definitivo. Então, a Pfizer já entrou com registro, mesmo com a Lei 14.121, de 2021, art. 11, assumindo publicamente que os imunizantes autorizados pela Anvisa eram, sim, experimentais e emergenciais.

E essa própria lei, de forma inconstitucional e contrária aos direitos humanos, foi aprovada para retirar, de 200 milhões de pessoas, o termo de consentimento livre e esclarecido; ou seja, por que você tomou vacinas, uma, duas, três, quatro, cinco, seis doses de vacina, sem saber que era experimental, sem ter acesso à bula e sem conhecer os efeitos, os riscos e os problemas? Porque aprovaram a lei no nosso Congresso e o Presidente, à época, sancionou uma lei que tirou isso das pessoas.

Então, assim, além de tudo isso, as fraudes da indústria farmacêutica, as fraudes científicas que foram expostas aqui, já viraram uma realidade de conhecimento geral da população. A ciência é justamente o questionamento dos resultados dos estudos. Um estudo é atualizado depois de outro, um estudo atualiza outro, corrige. E a gente vai descobrindo a verdade por meio do questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí se fala em criminalizar as pessoas que propagam supostas notícias falsas contra as vacinas, mas não se fala em criminalizar os agentes públicos sanitários que venderam informações falsas em favor das vacinas.

Então, não se trata de demonizar a indústria farmacêutica, não se trata de a gente polarizar, mais uma vez, o país em torno de negacionistas e pessoas que acreditam na ciência. Trata-se de a gente buscar informações, de a gente entender que é uma questão de saúde,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL LIMA FREIRE – ... não é uma questão de direita nem de esquerda, e também que a gente precisa ter farmacovigilância.

A Anvisa tem um sistema de farmacovigilância; o Estado de São Paulo tem um sistema de farmacovigilância; o Ministério da Saúde tem um sistema de farmacovigilância; e nenhum se comunica, nenhum dado é passado, ninguém é acompanhado.

Então, eu fiz outro pedido de informação que, dessa vez, foi para a Anvisa. Eu perguntei para a Anvisa quais estudos que ela fez em relação a grávidas, já que a vacinação de gestantes não era prevista na bula. Ela respondeu que não fez estudos e que não existem estudos. A despeito disso, o Ministro da Saúde anterior assumiu, publicamente, que vacinou as nossas gestantes sem previsão na bula, o que ele chama de *off-label*, fora do bulário. Então, a gente vacinou as nossas grávidas. Muitas grávidas morreram. A gente não tem esses dados – é claro –, porque não tem farmacovigilância,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL LIMA FREIRE – ... mas quem teve condições de lutar pelos seus direitos – como a Promotora Thais Possati, que infelizmente veio a óbito junto com o bebê –, teve condições de entrar na justiça e ganhou uma indenização de 3,7 milhões em favor da família.

Então, o que a gente precisa, pessoal? A gente precisa ampliar o acesso à informação, não reduzir o acesso à informação; a gente precisa que o CFM responda; a gente precisa que a Anvisa responda; a gente precisa que o Ministério assuma a sua atribuição. Se ele quer incluir a vacina de covid, que ainda é experimental, que não é obrigatória em outros países para crianças, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, então, assine uma portaria com o nome dele, para que essa vacina seja incluída e que não delegue a um terceiro que faça uma nota técnica para incluir essa vacina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. RAFAEL LIMA FREIRE – E também os juízes, membros do Ministério Público e agentes que estão utilizando o conselho tutelar para perseguir os pais. Parem com isso. Vocês estão cometendo crime, vocês estão piorando a vida das pessoas.

Eu agradeço muito, Senador Girão, mais uma vez. É uma honra estar aqui. Agradecemos por estar lutando por esta causa e que Deus nos dê clareza e nos abençoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado. Eu que agradeço, Rafael Lima Freire, advogado e representante da Associação Brasileira de Vítimas de Vacinas e Medicamentos (Abravac). Importante sua fala nesta audiência pública.

Amanhã, nós vamos ter uma votação muito importante, e hoje é a véspera dessa decisão sobre criminalização de *fake news*, de notícias falsas sobre vacinas. Então, é muito importante. Isso mobiliza a sociedade.

Eu passo a palavra imediatamente para o Lúcio Flávio Miranda da Rocha, Vereador de Aracaju, Sergipe, fundador da Marcha da Família pela Liberdade.

Obrigado pela sua presença, Lúcio Flávio. Peço, se puder, que fique entre três e cinco minutos, e lhe agradeço.

O SR. LÚCIO FLÁVIO MIRANDA DA ROCHA (Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu queria começar a minha fala parabenizando a Dra. Isabel Braga. Eu troquei o sobrenome dela para "Isabel Braba", porque eu gostei demais da coragem da doutora. Já vou providenciar segui-la como orientação dos Senadores que aqui me antecederam.

Eu quero começar a minha fala, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que essas pessoas não suportam ouvir um pensamento contrário? Tem na Bíblia isso. Em 2 Timóteo, diz-se assim:

> Pois vai chegar o tempo em que as pessoas não vão dar atenção ao verdadeiro ensinamento, mas seguirão seus próprios desejos ou fábulas e arranjarão para si mesmo uma porção de mestres que só vão dizer aquilo que elas querem ouvir. Essas pessoas deixarão de ouvir a verdade para dar atenção a lendas.

A Bíblia já nos mostrava o que aconteceria.

Por que tem esse ímpeto de censurar, de calar? Que ímpeto é esse que um certo grupo ideológico tem?

Antes de eu ter mandato, inclusive, lá no meu Estado de Sergipe, na época da pandemia, houve-se uma lei que obrigava todo mundo a usar máscaras indistintamente em qualquer espaço público, aberto ou fechado. E uma determinada mãe, uma avó de um autista disse: o meu neto está confinado em casa, Senador Magno Malta, porque ele não entendia, por ser autista, o que era usar aquela máscara.

E sem ter mandato, antes mesmo de ter mandato, nesse arroubo ditatorial, preparei um projeto de lei, apresentei a um amigo Deputado na Assembleia Legislativa, e foi aprovada essa liberação para as crianças autistas.

Por que eu estou dizendo isso?

Eu quero parabenizar, porque cada gesto no combate à tirania conta, esta audiência pública conta, essa discussão, as pessoas que o senhor citou – V. Exa. citou pessoas de vários estados aí – contam.

Eu lembro, Senador Eduardo Girão, que o STF se inclinou, por exemplo, a descriminalizar o aborto, e o país tomou conta da discussão, e ele teve que recuar. Eu lembro que V. Exa. trouxe a discussão aqui sobre o combate às *bets*, e, lá na minha cidade de Aracaju, eu era a única voz contrária no Parlamento, e a gente derrubou aquele projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta audiência pública conta muito. Eu quero parabenizá-lo. Por isso eu admiro tanto o mandato de V. Exa., do Senador Magno Malta, da Senadora Damares, que são meus padrinhos políticos, inclusive.

Quero só lembrar, para a gente já encaminhar para a conclusão da minha fala, que, neste mês, estamos comemorando cinco anos da Marcha da Família pela Liberdade, que V. Exa. inclusive ajudou a divulgar cinco anos atrás, no ápice da pandemia, no ápice dos arroubos ditatoriais que fecharam igrejas, escolas e abriram bares e motéis. Nós nos levantamos neste país, em todos os estados, inclusive a minha querida Vereadora Flávia estava conosco lá no Maranhão, todos os estados nos levantamos contra essa tirania.

Encerro, lembrando que, neste tempo que a gente vive, em que não se pode falar sobre certas coisas. Por exemplo, não se pode falar sobre urnas, criminalizado. Não se pode falar sobre vacinas, criminalizado. Não se pode falar sobre o STF, criminalizado.

É tempo de termos políticos com a coragem que V. Exas. têm de estar aqui até esta hora, discutindo algo tão importante quanto a nossa liberdade.

Conte com o mandato deste Vereador na cidade de Aracaju, Sergipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Vereador Lúcio Flávio Miranda da Rocha, Vereador de Aracaju, Sergipe, fundador da Marcha da Família pela Liberdade. É uma honra ter o senhor aqui. Já o tivemos em outras causas, como você falou, como a questão da jogatina, contra.

Parabéns pela vitória que o senhor teve lá na Câmara Municipal. Fiquei muito feliz.

Tudo que a gente avisou que ia acontecer... Infelizmente, em nível nacional está liberado, está regulamentado, e está aí o estrago. E este Governo não tem coragem; este Governo que diz que protege pobre, que protege gente vulnerável. Quem está sendo mais devastada são as famílias. Nunca teve tanto suicídio, nunca teve tanta perda de emprego, porque esse dinheiro sai do comércio e vai para os magnatas, vai para o crime organizado, lavagem de dinheiro. Nunca ganharam tanto essas facções criminosas, e a gente está vendo aí, mas a gente vai barrar. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho um projeto para acabar com isso, o Senador Magno Malta aqui também. A gente apoia um ao outro para tentar que o Brasil dê um basta nessa questão de ... Ainda tem gente que tem coragem de defender a liberação de cassino e bingo. Olhem só que loucura! Aqui dentro ainda. Isso aí é uma ameaça constante. Mas parabéns pela sua fala.

Também eu quero dizer para o senhor: questão de droga. O STF foi lá na canetada, de forma ativista, político, foi lá e fez o porte, liberou o porte de droga. Mas nós aqui reagimos. O Senado reagiu – está parado na Câmara –, a tolerância é zero às drogas, que é como já foi votado várias vezes no Congresso Nacional nos últimos 20 anos: tolerância zero. Aí, o STF quer liberar 40 gramas e liberou, à revelia da população. Isso, nós somos eleitos para debater esse tema, como a gente está fazendo aqui.

Eu passo, imediatamente, a palavra para a Vereadora Flávia Berthier, de São Luís do Maranhão.

Obrigado pela sua presença.

A SRA. FLÁVIA BERTHIER (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde ao Senador General Girão, Senador Magno Malta e a todos que se fazem presentes.

Em 2020... Girão. (*Risos.*)

Em 2020... É verdade. Sabe quem falou general? Foi você quando a gente chegou, não foi? Enfim...

Quando eu cheguei, em 2020, logo no início da pandemia, em São Luís, nós fizemos uma carreata, saímos às ruas, exatamente para impedir, ou tentar impedir essa ação de colocar a vacina como algo que fosse obrigatório, e levando essa informação, até porque o Presidente Bolsonaro – vale ressaltar – foi verdadeiramente o único líder corajoso que saiu à frente dizendo que a vacina não tinha nenhuma comprovação do efeito eficaz – que tinha sua eficácia –, e por essa razão ele não indicava, na época. Quem quisesse tomar que ficasse livre para tomar, mas ele não iria tomar.

Então, baseado nisso, nós fomos para as ruas fazendo essa carreta em São Luís do Maranhão, onde o Governador, na época, era Flávio Dino. E pasmem, somente com três carros nas ruas, o Flávio Dino mandou nos prender numa megaoperação de mais de cem policiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortemente armados, com todas as polícias na rua, polícia velada, com helicóptero. E nós fomos, sim, detidos. Eu, inclusive, era tratada como a líder dessa carreata e nós fomos presos. Tivemos nossos carros retidos por meses, celulares apreendidos. E isso é o Governador comunista, esse é o Governador petista, esse é o Governador esquerdista.

E, na época também, ele fez parte do Consórcio, o Maranhão fez parte do Consórcio Nordeste, em que teve, Senador Magno Malta, não R$45 milhões, mas R$48 milhões perdidos na fraude, enviados para uma...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Hempcare.

A SRA. FLÁVIA BERTHIER – É, uma rede...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Uma empresa de maconha.

A SRA. FLÁVIA BERTHIER – ... uma empresa de maconha, uma *hemp care*, e, na época... Agora, hoje, já como Ministro, ele mesmo julgou a sua causa. Inocentado, certamente. Quem julga a si mesmo e vai se julgar culpado, né?

Então, a gente vive isso hoje e eu acredito que a desistência não faz parte do nosso vocabulário. Eu bem sei que a esquerda tem levantado muitas situações, muitas questões para nos deixarmos ocupados, como foi falado por alguém aqui. Estamos sempre ocupados em desfazer todas as artimanhas que a esquerda tem levantado, todos os absurdos, todas as aberrações que a esquerda tem levantado, mas o que eles não sabiam – esse sistema – é que nós somos "indesistíveis"; nós vamos continuar lutando pela nossa nação, nós vamos continuar lutando para que a ordem volte a ser estabelecida em nossa nação, e nós sabemos que vai acontecer no seu devido tempo, e nós estamos aqui prontos para continuar nessa luta em favor da nossa nação.

Quero parabenizar por esta audiência pública. Eu mesma fiz audiência pública em São Luís, não para esse determinado assunto, mas falando sobre as drogas em São Luís – inclusive, nós temos diversas cracolândias. Então, a gente tem esse trabalho em São Luís de levar informação, de tratamento, de levar, de conduzir até as comunidades terapêuticas para tratamento. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem trabalhado, e eu parabenizo mais uma vez os Senadores por esta audiência pública tão importante.

Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém. Obrigado, Vereadora Flávia Berthier, Vereadora lá de São Luís do Maranhão.

É como a senhora falou: essa turma aí – os *lobbies* que aqui frequentam o Congresso – são *lobbies* pesados. É indústria farmacêutica, o *lobby* das drogas, da maconha – maconha está aí, o que foi liberado –, e tem Ministro do STF querendo liberar é tudo, inclusive cocaína e as outras drogas. O Gilmar Mendes deu uma declaração agora há pouco nesse sentido, poucos dias atrás. É brincadeira.

Eu passo imediatamente a palavra aqui ao Vereador Lucas Casagrande, de Viana, Espírito Santo, que também é Presidente do PL lá da cidade.

Muito obrigado pela sua presença, o senhor tem a palavra.

Eu peço só que fique entre três e cinco minutos, porque o adiantar já foi bastante. Começamos às 10h esta sessão aqui, dez e pouco.

O SR. LUCAS CASAGRANDE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero aqui agradecer, primeiramente, o convite do meu Senador Magno Malta para estar aqui nesse dia e também poder participar desse debate, da recepção, Senador Girão.

Dra. Isabel, parabéns pela coragem da senhora por não se intimidar contra aqueles que realmente fazem *fake news*, que vêm mentindo, prevaricando, cometendo crimes e, mesmo assim, mentem mais uma vez, dizendo que é a senhora que é a criminosa.

Quero aqui também saudar todos que estão nesta tarde.

Serei muito breve, mas, como eu disse, agradeço ao Senador Magno Malta por eu poder compartilhar com esta audiência pública.

Eu, como morador de Viana, hoje vou falar como cidadão, como pai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS CASAGRANDE – Isso. Viana, Espírito Santo. Vou falar como cidadão, como pai e como alguém que viveu na pele essa mentira que foi a vacinação da covid.

Em dezembro de 2020, a Ufes (Universidade Federal de Espírito Santo) fez uma nota, que inclusive está no *site* deles ainda, dizendo que a meia-dose da vacina é altamente recomendável porque tem 99,8% de chance de agir com agentes neutralizantes no corpo do ser humano, e eu tive o desprivilégio – desprivilégio! – de Viana ser a primeira cidade do Brasil a fazer esse teste com a meia-dose da vacina. Lá, foram vacinadas pessoas, inclusive idosos, adolescentes também, e como podemos ver hoje com os fatos que a doutora trouxe aqui, na realidade injetaram foi veneno em seus corpos. Não têm nenhuma eficácia, ao contrário, trazem riscos a médio e longo prazo. Muitas delas, como vimos aqui o Sr. Rafael dizendo, vieram a óbito.

Nesse mesmo tempo também trabalhei num hospital privado em Vitória, não vou dizer o nome aqui, mas eu ficava responsável, Dra. Isabel, pelo morgue. Para quem não conhece, o morgue é aquele lugar no hospital aonde vão os corpos daqueles que falecem, até virem buscar e levar para o IML, e eu era responsável por esse morgue.

Esse hospital era especializado em atender idosos, e de dez idosos que chegavam com covid, sete a oito iam para o morgue. Interessante, Senador Girão, que, quando eu ia até a equipe médica e perguntava: "Essa pessoa pegou essa doença. Ela tomou vacina?". E os dez casos, sim, tomaram a vacina da covid. Então a pergunta que fica é: se a vacina era tão eficaz assim, por que, de dez pessoas que se vacinavam, oito não saíram daquele hospital e vinham a óbito? Por que pessoas que tomaram duas, três, quatro doses pegaram essa doença e morreram por ela?

Fica outra indagação também: essas pessoas que divulgaram informações falsas da bula, dessa vacina – que, para mim, é um veneno –, essas pessoas irão pagar pelos seus crimes de *fake news*? Elas irão pagar pelas centenas, se não milhares de pessoas aqui no Brasil que morreram por causa da vacina?

E outra pergunta que fica também: esse projeto que hoje quer criminalizar quem espalha "*fake news*" sobre vacinas, para quem é de direito? A quem isso interessa? Porque vimos aqui hoje, através de fatos, de dados que a doutora trouxe aqui, a irrelevância dessa vacina, ao contrário, as mortes que tivemos por causa disso. E nós, mesmo assim, somos taxados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentirosos, de propagadores de *fake news*, de assassinos, de sermos contra a ciência, contra os dados que estão aí. Mas e hoje? Quem será condenado por isso? A quem interessa que essa lei passe hoje? Realmente aqueles que propagam a *fake news*, que ajudaram essas pessoas a vir a óbito, ou nós, que a todo tempo falamos a verdade?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS CASAGRANDE – A quem interessa?

Então quero deixar aqui, como eu disse, essa minha vivência que eu tive nessa covid, de alguém que... Inclusive, como o Rafael disse aqui, pais estão sendo perseguidos, eu fui obrigado a vacinar meu filho, mas não vacinei. E disse: "Vocês podem retirar meu filho da escola, vocês podem me prender, mas o meu filho eu não irei vacinar". Graças a Deus, eu não vacinei, meu filho não se vacinou e hoje não estou preso, pela graça de Deus. Mas hoje ainda, muitas pessoas, muitos pais, estão sendo criminalizados e com perigo de ser presos por fazer o que é correto, que é defender a sua vida e a dos seus filhos.

Então fica aqui minha participação e peço encarecidamente aos Senadores que amanhã venham a esta sessão e votem contra esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Vereador Lucas Casagrande, que é de Viana, Espírito Santo, e também é Presidente do PL de Viana. Inclusive, o senhor está convidado para vir aqui também, participar, acompanhar. É a sociedade civil, esta Casa é da população, esta Casa é do povo brasileiro, que está preocupado com isso. E o senhor é representante de Viana, da população querida lá de Viana, e é muito bem-vindo amanhã, como todos os que estão assistindo a nós, aqui de Brasília, de Goiás, da região. Se quiserem vir aqui amanhã, nós vamos estar às 9h da manhã na primeira fila aqui, para fazer esse enfrentamento.

Imediatamente, eu passo a palavra à Magda Santos Malta, de Vila Velha, Espírito Santo.

Obrigado pela sua presença aqui.

A SRA. MAGDA SANTOS MALTA – Boa tarde, Senador Girão, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-los por esta iniciativa desta audiência pública tão importante. Quero parabenizar muito mais a Dra. Isabel, pela coragem. Por mais mulheres corajosas no Brasil, como a senhora! Quero citar, aqui, a presença da Vereadora, corajosa também demais, Flávia Berthier, lá do Maranhão, que tem feito um enfrentamento muito corajoso naquele estado e tem sido muito perseguida.

E, graças a Deus, no Brasil têm se levantado mulheres fortes. Eu fico muito feliz de poder estar aqui e conhecer mais uma hoje, que é a Dra. Isabel, diante de tudo o que expôs e nos mostrou aqui sobre o que tem acontecido no Brasil com relação, principalmente, à desinformação.

Como cidadã comum e como parte da sociedade civil, fico muito feliz de poder participar desta audiência pública e poder, aqui, Senador Girão, trazer o meu relato, enquanto cidadã que optou por assumir os riscos de não tomar essa vacina da covid-19 à época. Inclusive, enquanto cidadã, militei muito no meu estado contra a questão do passaporte vacinal.

Eu me lembro de ter feito uma ligação... Fiquei procurando a quem eu pudesse recorrer de Vereadores ou Deputados no meu estado na época, no ano de 2021, e ouvi falar de um Vereador muito corajoso da cidade de Vitória, que estava fazendo um ótimo trabalho, chamado Gilvan da Federal. Hoje, meu amigo e Deputado Federal pelo PL, do Espírito Santo, que tem feito um grande trabalho na Câmara Federal. Então, liguei para ele – não o conhecia – e falei: "Olha, estou te ligando como uma cidadã que está altamente indignada, porque eu não tomei vacina e eu não posso entrar num restaurante, eu não posso ir à academia, porque eu não tenho um passaporte vacinal para mostrar, e eu me recuso. Eu recuso que o Estado seja o dono da minha vida. E eu tenho certeza de que, assim como eu, muitas pessoas". E ele falou: "Com certeza, e eu estou propondo um projeto de lei para tirar a obrigação do passaporte vacinal no Município de Vitória".

Ele, então, me disse a data em que aconteceria a votação, nós estivemos juntos. Eu pude fazer vídeos, ajudando na conscientização da população como um todo, para que aquele projeto fosse aprovado. Foi aprovado na Câmara de Vitória o projeto de lei para tirar a obrigação do passaporte vacinal na capital do Espírito Santo. No entanto, depois de sancionado, olhem o que aconteceu: o Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu uma ação de inconstitucionalidade movida pelo Estado do Espírito Santo. E aí, Senador Girão, o projeto de lei foi derrubado numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canetada do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, como a gente vê acontecer aqui, em Brasília, dia e noite, noite e dia, como o Supremo Tribunal Federal, como o senhor bem falou agora há pouco, tem feito, ocupando o lugar do Legislativo e dando canetadas com relação a projetos de lei, derrubando projetos de lei votados aqui à exaustão. Falamos agora há pouco sobre a questão da liberação do porte de 40g de maconha: o Parlamento brasileiro tem uma história de mais de 20 anos contra projetos de lei para a aprovação da liberação das drogas no Brasil; e, simplesmente, numa canetada, o STF fez isso.

Eu me envergonho de, nesta audiência pública, dizer que, no meu Estado do Espírito Santo, uma lei que foi aprovada na Câmara da capital, Vitória, para desobrigar o passaporte vacinal, em 2022, foi aprovada, foi sancionada e, logo após, foi derrubada por uma ação de inconstitucionalidade movida pelo estado, por um Governo esquerdista. O Governador Renato Casagrande, à época, moveu a ação no tribunal do estado, e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, então, derrubou a lei. E a gente continuou... quem não tinha passaporte vacinal continuou proibido, sendo cerceado do seu direito de ir e vir. Nós estamos vivendo isso no Brasil, não é? Eles não puderam entrar num restaurante, numa academia, porque não tinham o passaporte vacinal.

Então, fico muito feliz de poder estar aqui, enquanto cidadã brasileira, e de saber que ainda temos homens e mulheres – poucos aqui nesta Casa, no Senado – que têm feito o enfrentamento necessário, como você, o Senador Magno Malta e a Senadora Damares também.

Também, enquanto cidadã brasileira, quero registrar que esta Casa, este Senado, principalmente com o seu líder, que está na Presidência, Davi Alcolumbre, muito tem envergonhado os brasileiros pelas constantes omissões que nós temos visto acontecer aqui, principalmente com esse projeto de lei sendo colocado na calada, num dia – amanhã – em que o Senado vai estar em torno da sabatina de Jorge Messias para o STF. E esse projeto de lei ser colocado na calada da noite... na calada da manhã, né? Porque eles estão fazendo as coisas aí em plena luz do dia, por debaixo dos panos, no mesmo horário da sabatina, para que isso passe batido, um projeto que criminaliza a pessoa que disser qualquer coisa contra a vacina que eles acharem... Porque, hoje, aqui no Brasil, é assim: se eles acharem que eu estou fazendo desinformação, se eles acharem que eu estou fazendo *fake news*, então podem me criminalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí um cidadão que ousar falar contra a vacina poder pegar dois anos de cadeia, isso é um absurdo, isso me envergonha muito enquanto cidadã brasileira.

Então, eu quero muito agradecer a vocês por fazerem esta audiência pública e darem voz à população brasileira que assiste a nós, à sociedade civil que pode vir aqui, como eu posso vir aqui, como cidadã, e também falar, dizer da revolta de nós, enquanto brasileiros, vivermos num tempo em que nós estamos sendo cerceados de todas as formas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, minha querida Maguinha – que é como a gente a chama, não é? Maguinha Malta. (*Risos.*)

Eu quero registrar a presença do Senador Rogerio Marinho, também, aqui nesta audiência pública – muito obrigado pela presença –, ele que é do Rio Grande do Norte.

Passo a palavra, imediatamente, para o também Vereador de Serra, no Espírito Santo, Vereador Dinho Souza.

Muito obrigado pela sua presença.

Peço que a gente fique entre três e cinco minutos, para a gente encerrar.

Antes disso, eu queria também registrar a presença aqui de dois Vereadores. Olhe, Espírito Santo em peso aqui! A presença do Vereador Saulo Ribeiro, que é também do PL, de Nova Venécia; e José Gomes, que é assessor do Vereador presente aqui. Muito obrigado pela presença, um abraço lá ao povo de Nova Venécia.

Passo a palavra imediatamente agora ao Sr. Dinho Souza, e a gente vai ouvir, na sequência, o Filipe Rafaeli, o Dr. Filipe, que está desde o início também desta sessão e vai fazer o fechamento aqui desta audiência pública.

Com a palavra, Dinho Souza, Vereador de Serra, no Espírito Santo.

O SR. PASTOR DINHO SOUZA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Girão, boa tarde a todos. Boa tarde ao nosso Senador Magno Malta, o grande mestre da oratória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, em especial, parabenizar a Dra. Isabel Braga por sua coragem, por sua valentia. Eu costumo dar honra a pessoas que conseguem sobressair em ambientes hostis, e certamente esse ambiente é hostil, não falo o ambiente físico, mas o ambiente que se criou dessa PL. Eu queria deixar um versículo bíblico aqui para senhora, que está em João, 10, 41, que diz que João não fez nenhum milagre, mas tudo quanto disse a respeito de Jesus era verdade. Não sabemos qual é o resultado desse nosso trabalho, mas fato é que a senhora foi corajosa e disse toda a verdade que precisaria ser dita.

O que nós vemos acontecer aqui, propriamente, não é a punição daqueles que questionaram anteriormente essa vacina. Sabemos que pessoas foram punidas, foram presas, pessoas foram arrastadas da beira da praia, vimos pessoas sendo mortas. O que nós vemos, propriamente, nesse PL, ao meu ver, é a punição futura dos possíveis questionamentos que estão por vir. Nós sabemos que o nosso Brasil passa por uma ditadura da toga, isso é algo que devemos falar com clareza, com braveza e com coragem, porque é isso que o povo brasileiro precisa. Mais uma vez, querem calar, silenciar mais representantes da sociedade civil, que são os médicos, que são aqueles que deveriam, de fato, opinar, e não nós políticos. Eu vi aqui o advogado dizer algo do que eu discordo: nós sabemos que a saúde não é a pauta de esquerda nem de direita, mas nós sabemos que quem quer calar e silenciar aqueles que questionam é a esquerda.

Essa PL não gira, propriamente, em torno de se a vacina tem eficácia ou não, porque nós sabemos que os cientistas, os doutores, os médicos acabaram de dizer, e nós podemos afirmar com base no que a Dra. Isabel acabou de falar, que, sim, é questionável, nós devemos questionar; mas já se tornou... Na verdade se tornou desde o início um debate político. Nós sabemos que tudo o que aconteceu, desde que o Presidente Bolsonaro estava no poder, foi: aqueles que questionaram, aqueles que ousaram ir contra uma vacina que nós sabemos que trouxe males à nossa saúde, trouxe males às nossas crianças, levou muitas pessoas ao caixão; aqueles que pegaram para si uma pauta que não deveria ser política e politizaram a pauta nos trouxeram até aqui.

Eu, como pastor, fui fazer o enterro de uma senhora e, até hoje, eu faço os meus questionamentos. Uma senhora que tinha lá seus 65kg e no caixão, certamente, nós carregamos mais ou menos uns 100kg, 150kg ali. Eu, até hoje, me questiono sobre o que teria dentro daquele caixão e, obviamente, esse questionamento não fiz para a família, foi um questionamento pessoal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas esses fatores, que não foram isolados, nos deixaram grandes questionamentos e grandes interrogações. O que nós vivemos, de fato, foi algo de saúde pública ou foi algo plantado politicamente para destruir governos, para destruir aqueles que, de fato, precisavam ser destruídos, como o caso do Presidente Jair Messias Bolsonaro? Eu tenho o dever moral, como pai, como pastor e como um Vereador da minha cidade, de me posicionar em defesa de pessoas que estão se posicionando contra essa vacina.

Eu acho que o nosso posicionamento político não deve ser sobre a eficácia da vacina, mas sobre defender quem está se posicionando contra. Aqui não é meramente um debate, repito, contra a eficácia de um produto, de um remédio, mas é em defesa daqueles que estão ousando se posicionar contra uma vacina que nós vimos que, inclusive na sua bula, deixa inúmeros questionamentos. Ao nosso estado, por exemplo, foram enviados R$16 bilhões pelo Governo Bolsonaro para um Governo que, certamente ou possivelmente, tem usado esse dinheiro não para combater o vírus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PASTOR DINHO SOUZA – ... que estava possivelmente no nosso corpo, mas para conseguir prolongar e propagar o vírus da corrupção, que ainda segue o nosso país.

Então, de maneira sucinta e rápida, eu quero, mais uma vez, parabenizar a Dra. Isabel. Repito: não tenho conhecimento técnico para falar sobre a vacina, mas tenho muita coragem para defender mulheres como a senhora, que estão dispostas a nos defender cientificamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado pela sua participação, Dinho Souza, Vereador de Serra, do Espírito Santo.

Já vou agora, para a gente encerrar a sessão, passar a palavra para o Dr. Filipe Rafaeli. Mas antes, Dr. Filipe – o problema é este "mas" que eu falo aqui, aí demora um pouco a passar, mas agora está tudo tranquilo –, é o seguinte: é porque a gente recebeu aqui... E se falou muito do Conselho Federal de Medicina, sobre a ausência aqui do Conselho Federal de Medicina, que é um parceiro das boas causas, está sempre muito presente aqui. Inclusive nesta Comissão é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

firme e presente. Agora, hoje não enviou representantes, eu estou recebendo a informação de que está tendo um evento. Na verdade, eu falei Sergipe, mas não, é em São Luís do Maranhão que está tendo um evento de todo o conselho federal e tudo. Então, alguns dos conselheiros me mandaram mensagem dizendo que está todo mundo lá. Assim, eu compreendo, mas acho que o assunto é tão importante que seria bom que tivesse alguém aqui participando. Amanhã, eu espero que esteja aqui, porque o conselho é muito respeitado por todos. Amanhã, não vai poder falar, porque são só os Senadores que vão votar, debater e tudo, mas a presença seria importante – se puder vir. Então, eu quero mandar um abraço ao Dr. Raphael Câmara, ao Dr. Francisco Cardoso e ao Presidente Dr. Hiran Gallo. E, se puderem estar aqui, amanhã é importante. Infelizmente, hoje, sentimos a falta de vocês, que foram convidados com antecedência.

Agora, tem uma nota do Conselho Federal de Medicina, e eu vou ler aqui a nota. É uma manifestação do Conselho Federal de Medicina sobre o PL 2.745, de 2021, é o posicionamento fundamentado sobre a viabilidade técnica do projeto de lei.

O posicionamento é contrário. A relevância da proposição para o CFM é moderada. Então, não é alta. Eles consideram moderada; também não é de baixa ou de nenhuma relevância, mas é moderada. Manifestação referente ao texto original. Então, olhem aqui o que diz o Conselho Federal de Medicina – é muito importante. Eu chamo atenção de todos em relação a isso.

O Conselho Federal de Medicina reitera seu compromisso histórico e científico com a saúde pública, manifestando-se de forma favorável e contundente quanto à importância da imunização e à preservação do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Essa autarquia reconhece as vacinas como uma das maiores conquistas da medicina moderna, essenciais para o controle e a erradicação de enfermidades. Não obstante, o apoio à política de vacinação não exclui o dever crítico de analisar propostas legislativas que possam comprometer a segurança jurídica e a autonomia do exercício profissional.

Qualquer vacina disponibilizada no país passa por rigorosa avaliação sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que não só aponta a indicação, mas também contraindicações e efeitos colaterais – o que, conforme disposto na proposta legislativa ora em análise, tornaria impossível o debate sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, propõe a inserção do art. 268-A no Código Penal, tipificando como crime a conduta de – abro aspas – "divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas ou sem comprovação científica sobre as vacinas" – fecho aspas –, sob pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

A despeito da legitimidade do combate à desinformação, a análise técnica aponta óbices intransponíveis à viabilidade da proposta no tocante:

1) à violação ao princípio da taxatividade.

A redação proposta afronta o princípio da legalidade estrita. O art. 5º da Constituição Federal, ao utilizar termos vagos como "informações falsas" ou "sem comprovação científica"... – abro aspas, nos dois casos. O tipo penal torna-se uma – abro aspas – "norma penal em branco" – fecho aspas –, de interpretação subjetiva. A ausência de uma delimitação técnica e objetiva transfere ao julgador a competência discricionária de definir o que constitui – abro aspas – "verdade científica" – fecho aspas – em um dado momento;

2) à ameaça à liberdade científica e de expressão.

A criminalização de manifestações que divirjam de consensos temporários gera um – abro aspas – "efeito inibitório" – fecho aspas – sobre o debate acadêmico. A ciência é, por definição, dinâmica e sujeita a revisões de paradigmas. O Direito Penal não é um instrumento adequado para mediar controvérsias técnico-científicas, em constante evolução;

3) ao conflito com o regime de contraindicação.

A Lei nº 6.259, de 1975, e o Decreto nº 78.231, de 1976, estabelecem que a obrigatoriedade vacinal pode ser afastada mediante critério médico e contraindicação individualizada. A proposta do PL 2.745, de 2021, não ressalva a manifestação técnica do médico no exercício de sua autonomia, criando um cenário de insegurança jurídica em que orientações clínicas individualizadas podem ser erroneamente tipificadas como crime.

Quarto: inexistência de distinção de dolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto falha ao não diferenciar o dolo específico de desinformar – com intuito de prejudicar a saúde pública – da crítica científica fundamentada ou do alerta sanitário legítimo. Tal omissão permite a instrumentalização da norma para cerceamento de liberdade profissional.

Quinto e último: existência, no ordenamento jurídico vigente, de mecanismos coibitivos de abusos e condutas lesivas.

Crimes contra a saúde pública, o estelionato, a publicidade enganosa (Código de Defesa do Consumidor) e as infrações previstas no Código de Ética Médica são suficientes para o controle de desvios, tornando desnecessária e desproporcional a criação de um tipo penal aberto e expansivo.

Diante da flagrante insegurança jurídica, do risco de inibição do progresso científico e da potencial ameaça à autonomia médica constitucionalmente protegida, manifesta-se posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 2.745, de 2021, na forma como se encontra apresentado.

Então, o Conselho Federal de Medicina emitiu essa nota oficial e mandou aqui para a nossa secretaria da CAS. Eu li, e está muito clara a posição contrária ao PL.

Então, sem mais delongas, agora finalmente ouviremos o Dr. Felipe Rafaeli.

Ele está aqui como cidadão, mas ele também escreve sobre a pandemia em seu Substack e tem artigos publicados em veículos internacionais, incluindo o jornal francês *François*, o *Brownstone Institute*, dos Estados Unidos, e também o *site* americano *TrialSite News*, mas ele está aqui como cidadão fazendo esta exposição.

O senhor tem dez minutos com a tolerância da casa.

Obrigado pela sua paciência. Agradeço. Está desde o início.

O senhor tem aqui a palavra nesta sessão de debates, uma sessão de audiência pública importantíssima.

Muito obrigado.

O SR. FELIPE RAFAELI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que estejam me ouvindo.

Muito obrigado pelo convite para vir falar aqui.

Eu estou com o olho aqui meio irritado, estou com uma conjuntivite. Então, é só essa questão.

Eu queria, para poupar tempo e para ficar rigorosamente até menos do que dez minutos, abrir uma apresentação aqui.

Está desativado o compartilhamento de tela. Se for possível me liberar, porque eu tenho a guia da apresentação rápida aqui de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos providenciar agora aqui, só um minutinho.

Já está aberto. Pronto.

Já está aberto? Mas eu preciso saber se... Janela de aplicativo, documentos, avançado... Eu vou pôr aqui para compartilhar. Pronto.

Eu acho... (*Pausa.*)

Estão vendo grande?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos vendo bem.

O SR. FELIPE RAFAELI (*Por videoconferência.*) – O.k. Então, deixe-me só tirar um pouco aqui da frente o...

Bom, projeto... Eu montei esta apresentação rápida: "Projeto que torna crime propagar *fake news* sobre vacinas – os motivos de ser uma ideia ruim". Então, eu já organizei o pensamento, para ficar meio rápido.

Quem sou eu? Eu sou um cidadão comum, mas um cidadão que é monitorado pelo Governo. Deixe-me tentar tirar da frente aqui um negócio. Eu sou um cidadão monitorado pelo... Vocês estão vendo a apresentação ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora não, agora saiu. Estava direitinho...

O SR. FELIPE RAFAELI (*Por videoconferência*.) – Espera aí um pouquinho.

De novo vou pôr para compartilhar. Aqui. Compartilhar. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Estamos vendo já.

Perfeito – perfeito.

O SR. FELIPE RAFAELI (*Por videoconferência*.) – Eu sou um cidadão comum, só que eu sou monitorado pelo Governo.

Então, sobre o relatório ICEPi sobre desinformação. Como pode ser visto ali nos logos desse relatório, tem o logotipo do SUS, tem o da universidade federal, do Governo do Espírito Santo e tudo mais. Então, quem patrocina esse relatório? O Governo. Tema do relatório em que sou citado: o tema é "Desinformação vacinal".

Antes de a gente falar do relatório, precisamos falar um pouco do contexto que existe no Brasil para esse projeto de lei. O Brasil é o país mais alienado do mundo em relação às vacinas, não há senso crítico na sociedade em relação às vacinas. Por que é o mais alienado – e a gente consegue falar isso com absoluta certeza? Vejam o fato diante da gente. Eu vou falar, assim, isso já foi falado aqui nesta audiência, mas eu vou repetir, para que as pessoas entendam o tamanho do absurdo: o Brasil é o único país do mundo – único país do mundo – obrigando vacinas contra a covid em crianças de 6 meses a 5 anos. Único, nenhum outro país do mundo faz isso. São 200 países no mundo, só o Brasil faz isso. Olha aqui, ó, isso aqui foi noticiado na *Gazeta do Povo*.

Vamos lá, aprofundar um pouco mais nesse detalhe.

Enquanto o Brasil obriga, países como Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Japão, Suíça, apenas para citar alguns exemplos, sequer recomendam para as crianças. Não é que eles não obrigam, não; não está recomendado para crianças saudáveis – crianças saudáveis, que são a imensa maioria das crianças. Esses países recomendam, apenas para uma ou outra – exceções, uma criança com comorbidades, doente –, depois de um exame médico rigoroso nessa criança e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo assim, se sair uma recomendação – saiu uma recomendação –, jamais uma obrigação às crianças desses países.

O motivo disso é absolutamente simples: os riscos superam os benefícios. Isso está na literatura científica, não a literatura científica marginal, isso está publicado na *BMJ* (*British Medical Journal*), que é uma das mais conceituadas revistas científicas do mundo, feita por professores como o Vinay Prasad, neste estudo. Ele mostrou que para uma criança, um jovem, o risco de ser internado por um efeito colateral da vacina é maior do que o de ser internado por uma covid. Então, é maior o risco da vacina, por isso que esses países sequer recomendam, ou seja... Vamos falar de um jeito bastante simples: ou seja, o Brasil é desova de produtos farmacêuticos rejeitados no mundo todo. Só o Brasil obriga, ou seja, é desova.

Agora, vamos voltar ao relatório governamental. Isso aqui foi um dia... Está no relatório, eu publiquei no Twitter, era uma crítica ao Psol; inclusive, é uma crítica de dentro porque a vida inteira votei no Psol, elegi o Ivan Valente todas as vezes. Eu chamei o Psol, que fazia ações pela obrigatoriedade, defendendo a obrigatoriedade, de "puxadinho da *big pharma*", e eu pus esse fato, para gerar um senso crítico, no meio desta minha postagem: "[O Brasil é] o único país do mundo a fazer isso. Na Europa, sequer recomendam para a crianças saudáveis. Aqui, para todas". E isso aqui é o meu Twitter, a minha afirmação, que foi parar no relatório da ICEPi. Eu disse algum fato errado? Não, eu não disse nada errado. Aqui como eles... No relatório oficial governamental, eu fui classificado. "Por fim, uma série de publicações busca estabelecer comparações [...]", ou seja, eu fui acusado de inferiorizar a política pública brasileira, no contexto comparativo com postagens que afirmam que o Brasil... Ficou aqui na frente e eu não estou conseguindo ler. Com as nações desenvolvidas.

Eu narrei um fato: o Brasil ser o único do mundo e outros países do mundo sequer... Outros países que, historicamente, a gente sempre respeitou, como a Alemanha, o Reino Unido, simplesmente não fazem isso. E eu fui acusado, num relatório oficial de desinformação, de não ter desinformação, mas alegações minhas inferiorizam a política de saúde brasileira. E o engraçado disso aqui foi a pessoa que escreveu colocar: comparando com países "desenvolvidos", entre aspas o "desenvolvidos". Acho que ele está querendo dizer que a Alemanha, o Reino Unido... Sei lá, se é o país antivacina, não é desenvolvido, é republiqueta de bananas. É um ufanismo delirante de achar que só o Brasil está certo. Não, não está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou numa lista negra do Governo, de desinformação, porque, se isso virar uma lei aqui, posso ser preso, posso ter um processo criminal. Só que listas negras do governo, agora vamos um pouco para o lado pessoal, as memórias familiares de estarmos em listas negras do governo têm certos traumas na minha família.

Este aqui era o meu avô. Ele foi sequestrado, em 1971, por militares armados. Ele foi sequestrado, o crime dele foi a opinião dele, mais ou menos igual ao que fizeram, a mesma cena de sequestro que fizeram no filme Ainda Estou Aqui. Mas no caso dele, ele não foi morto depois, ele voltou.

Aí nós temos uma questão: 1964 foi golpe de Estado ou foi revolução? Porque nós temos aqui a seguinte questão, vamos deixar o governo decidir qual opinião é a certa ou a errada? Dependendo do governo que for, se eu falar que é um golpe, eu acho que foi um golpe de Estado, se eu falar que foi um golpe de Estado, eu sou um criminoso? Ou alguém falar... Isso tem que estar no mercado de ideias. Foi um golpe de Estado, eu defendo que foi um golpe de Estado, mas se alguém disser que foi revolução, ninguém pode ser preso por isso. Tem que ser... Ou o contrário, dependendo do governo, se eu falar que foi um golpe de Estado, eu posso ser preso? Essa é a grande questão.

Governo de ocasião decide se foi revolução ou golpe, criminaliza quem discorda, ou seja, eu estou aqui falando como uma pessoa que está no relatório do Governo, acusado de desinformação de vacina, e não tem desinformação nenhuma no relatório. Eu só falei fatos. Essa lei não pode passar. Na minha opinião, isso pode gerar traumas.

Muito obrigado. Espero que tenha gasto menos que os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom, Dr. Felipe Rafaeli. Valeu a pena, valeu a pena.

O SR. FELIPE RAFAELI (*Por videoconferência*.) – Não sou doutor, sou só um cidadão comum. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, muito bem, mas valeu a pena mesmo a gente esperar aqui pela sua exposição, muito boa, muito didática, bem direto, eu gostei demais mesmo. E eu lhe agradeço demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor puder ficar mais um pouquinho, a Dra. Isabel Braga está aqui, e a gente vai encerrar colocando cinco minutos para cada um, para, se puder, fazer as suas considerações finais ou responder àquelas perguntas que eu fiz aqui, da população, tá?

Então me parece que só tem o senhor conectado, a Isabel, tem mais alguém? O Dr. Lauro e o Dr. Cícero também, pronto.

Então vamos fazer o seguinte: vamos na mesma ordem em que a gente fez, na mesma ordem, na sequência que a gente fez no início das exposições. Então, Dr. Cícero, o senhor está com a palavra, por cinco minutos, se puder ficar nesse tempo, para fazer aí as suas considerações finais ou, se quiser, responder a algumas dessas perguntas. Enfim, muito obrigado, mais uma vez, pela sua participação conosco aqui desde o início da reunião. A reunião já está correndo aí para quanto? Cinco horas? Mais? Cinco horas de reunião. Vai ficar na história aqui do Senado também.

O Dr. Cícero Galli Coimbra é neurologista internista, professor associado da Unifesp.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem 5 minutos para as considerações finais ou se quiser responder a alguma das perguntas dos internautas aqui.

Obrigado.

O SR. CICERO GALLI COIMBRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Em primeiro lugar, foi reiterado aqui, por um dos expositores, que o problema é genético. Então, nós temos que aceitar que a genética humana mudou tanto, em três décadas, o que não mudou – nem perto – em milênios. Isso, para quem tem o mínimo, mínimo, conhecimento de biologia ou de genética, é absolutamente impossível.

Outra coisa que se disse aqui é que houve uma maior percepção... se repetiu essa história de que houve uma maior percepção da existência de pessoas neuroatípicas. Aliás, isso é puramente uma especulação, não tem nenhum fundamento se dizer isso. É apenas buscar cavar, no fundo do baú, alguma explicação para tentar dizer alguma coisa ao público. Outra coisa que se disse, dentro desse espectro de maior percepção, é que houve uma mudança dos critérios de diagnóstico. De novo, se repetiu essa falácia, porque os critérios de diagnóstico foram mudados pelo DSM- 5, em maio de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A curva de crescimento do autismo e de outros distúrbios do neurodesenvolvimento já estava aumentando e continua a aumentar cada vez mais a cada ano, a cada nova mensuração. Então, também isso carece de qualquer validade.

É muito fácil você acessar a literatura. Eu fui pesquisador do CNPq, trabalhei em pesquisa científica na Suécia. Sei perfeitamente bem que você pode manipular pesquisas científicas, que você pode utilizar recursos como critérios de exclusão: eu quero ter determinados resultados, então eu excluo aqueles indivíduos do estudo.

Volto a repetir – eu estou trazendo como uma obrigação, aos 70 anos de idade, 46 anos de profissão, histórico de pesquisador, décadas de trabalho como pesquisador e como professor universitário livre-docente da Unifesp, com formação em Neuropediatria nos Estados Unidos – que todas as manifestações, as alterações biológicas que ocorrem no organismo do autista só podem ser explicadas por intoxicação com alumínio. Essa intoxicação do alumínio não pode vir da água, porque na água, nos alimentos, nós temos moléculas, e o que os pesquisadores viram no cérebro são partículas de alumínio. Essas partículas de alumínio... Como elas poderiam ser transportadas até o cérebro? Então, existe uma barreira que impede coisas que estão circulando de ultrapassarem para o tecido nervoso.

Essa barreira só pode ser ultrapassada pelas células do sistema imunológico, que, nós sabemos, elas têm a função de engolir, fagocitar as partículas de alumínio que foram injetadas junto com um fragmento do germe para começar o processo de produção de anticorpos. Somente essas células podem ultrapassar a barreira hematoencefálica, porque elas têm a função de vasculhar os tecidos em busca de germes que possam vir a provocar infecções.

Então, nós não temos outra explicação, só tem essa explicação e não há outra que possa ser aventada. As publicações que demonstram, que falam a respeito de todas essas coisas que nós colocamos estão disponíveis na literatura médica para serem acessadas pelos senhores quando lhes aprouver.

E aí, se ficou alguma coisa em relação à minha fala, se ficou uma dúvida, um questionamento, por favor, podem fazer agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, muitíssimo obrigado pela sua participação aqui, Dr. Lauro... Dr. Lauro, que... Perdão! Dr. Cicero, Dr. Cicero. É exatamente aqui que a cabeça... Nessa hora, quando... Eu não almocei ainda e nem comi a minha barrinha, e aí começa... Perdão, Dr. Cicero.

Dr. Cicero Coimbra, que está conosco desde o início, fez uma apresentação bem robusta aqui, eu agradeço demais pela sua participação, o senhor que é neurologista e internista, professor associado da Unifesp. Muito obrigado pela sua participação.

Dentro da sequência, já passo aqui para... O Dr. Lauro não está mais. O Dr. Lauro saiu, não está mais conectado, se até a fala do Dr. Filipe, que é o último que vai se manifestar nos cinco minutos, não tiver chegado, eu vou encerrar com o Dr. Filipe.

Mas Dr. Cicero, muito obrigado, e a Dra. Isabel Braga que está agora com a palavra. Cinco minutos para as suas considerações finais ou tentar responder algum desses questionamentos que a gente leu aqui da população brasileira.

A SRA. ISABEL BRAGA (Para expor.) – Obrigada, Senador Girão. Eu vou ser bem breve, acho que dá para responder todos os questionamentos ao mesmo tempo.

Eu acho que o que eu apresentei aqui foram fatos e eu não só sou a favor da liberdade, como sou a favor da coerência, então já está respondido na minha apresentação aos que foram contra a criminalização de *fake news*, e eu gostaria de deixar um recado para quem foi a favor de *fake news*: se vocês são a favor, então que sejam coerentes e mandem prender todos aqueles pesquisadores que eu citei, que realmente foram os verdadeiros propagadores de *fake news*. Que eles sejam presos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dra. Isabel Braga, pela sua participação aqui.

E já passo a palavra agora para o Doutor... Doutor, não, ele já me repreendeu aqui (*Risos.*), o Filipe Rafaeli, que também muito nos honra, assim como a Dra. Isabel, Dr. Cicero, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros que participaram, e eu compreendo que foi muito... Nos estendemos demais hoje aqui, mas eu acho que, para quem está prestando atenção, deu para tirar boas conclusões.

Então, com a palavra Filipe Rafaeli, mais uma vez, agradecendo pela sua presença.

O SR. FILIPE RAFAELI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Usarei menos do que cinco minutos.

Primeiro, é um prazer estar aqui com pessoas importantes, lutadoras contra o maior *lobby* do mundo – eu acho isso absolutamente importante –, a Isabel, o Cicero Coimbra. Eu posso falar com tranquilidade – conheço o trabalho dele – que, se o mundo fosse justo, se a medicina não fosse capturada pela *big pharma*, o Cicero, provavelmente, já teria um Nobel de Medicina pelo Protocolo Coimbra.

Quero fazer aqui mais uma observação. Durante minha fala, eu mostrei meu posicionamento político. Meu posicionamento político é de esquerda – acho que isso ficou bastante claro para as pessoas. Também acho importante ter falado isso para que não fique uma impressão de que esse assunto é um assunto de direita. Liberdade de expressão é uma bandeira histórica da esquerda e não devemos, durante uma ocasião ou outra, mudar e soltar essa bandeira, ou entregar essa bandeira.

A liberdade de expressão para se poder criticar produtos de grandes corporações imperialistas não deve ser criminalizada, porque, no fim das contas, nós estamos fazendo... Criticar grandes corporações imperialistas é a função da esquerda. Não é calar quem critica grandes... É subverter o objetivo da esquerda querer calar quem critica produtos de grandes corporações imperialistas. É o contrário.

Então, termino assim.

Obrigado pela luta de vocês, de todos.

Admiro bastante gente que esteve aqui.

Obrigado, Senador.

Obrigado, Deputados, Vereadores que estavam aí na luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E desculpa aqui a visão. Estou com uma...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não.

Melhoras. Melhoras para o senhor.

O SR. FILIPE RAFAELI (*Por videoconferência.*) – Estou com uma...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Conjuntivite.

O SR. FILIPE RAFAELI – ... uma conjuntivite chata aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Melhoras para o senhor.

E eu acho muito bonito isso... De forma respeitosa, de forma extremamente civilizada, a gente ouviu aqui direita, esquerda, pessoas que não têm um posicionamento, cientistas, médicos, juristas. É isso. Isso é a democracia. A gente não precisa concordar com as pautas, com as causas de todos, mas a gente tem, primeiro, no meu modo de entender, o dever de respeitar, de ouvir e de não querer censurar.

Então, você foi brilhante nesse encerramento, não apenas na sua exposição, que foi muito boa.

O senhor autoriza que fique nos *Anais* aqui da Casa também o material que o senhor compartilhou conosco, né?

O SR. FILIPE RAFAELI (*Por videoconferência.*) – Fico lisonjeado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Então, estará aqui nos *Anais* da Casa revisora da República.

Será um prazer lhe conhecer pessoalmente também em qualquer momento desses, assim como ao Dr. Cicero Coimbra e os outros que não puderam estar presentes e que vão vir.

Se Deus quiser, a gente vai se encontrar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar a sessão agradecendo às brasileiras e aos brasileiros que estão aqui nos acompanhando até este momento, e dizendo: muita gratidão por poder coordenar. Peço desculpas por qualquer situação, eu sou um pouco prolixo mesmo, assim, mas o objetivo é acertar, o objetivo é esclarecer toda essa situação que amanhã vai ser decidida aqui.

Um grande abraço.

Só para dizer também: amanhã nós temos uma sessão aqui, né? Amanhã nós temos, além da sessão de votação, às 9h da manhã, aqui, deliberativa da Casa, uma outra audiência pública, que eu devo também presidir. Passei um tempo sem presidir aqui, mas amanhã eu devo presidir, que é uma sessão sobre o parto humanizado, não é isso?

Nós teremos aqui... (*Pausa.*)

... exatamente, a sessão amanhã, a audiência interativa para debater – olha só, Dr. Filipe e Dr. Cicero –, nós vamos debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica.

Então, amanhã vai ser bem interessante, muitos convidados aqui participando amanhã: Dr. Mariana Abreu Almeida; Larissa da Silva Lomba Serafim; Wellington Callegari; Raphael Câmara, que é do Conselho Federal de Medicina, confirmado amanhã; Heloísa Ferreira Lessa; Marcelo Marsillac Matias; Cristianne Britto, que foi Ministra, inclusive, é ex-Ministra; Alinne Duarte. Tem uma turma boa amanhã, que vai estar aqui conosco.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muita paz a todos.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Jorge Seif, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2745, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CRA (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CRA-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2864, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2888, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2514, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021 (Estatuto da Pessoa com Câncer), para garantir o acesso à terapia nutricional à pessoa com câncer." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3518/2019, que "dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural em moda e beleza"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 27, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre glaucoma no Brasil." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos sociais, sanitários, regulatórios e orçamentários decorrentes do Projeto de Lei nº 411, de 2024, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa no que se refere ao funcionamento das instituições de longa permanência para pessoas idosas (ILPIs)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 34, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário da saúde ocular no Brasil." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Lei Complementar n° 18, de 2021 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a saúde mental das mães." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 39, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2026 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/29

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, colegas Senadores, colegas Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

- Carta da Sociedade Brasileira de Dermatologia com considerações sobre saúde, segurança do paciente e prerrogativas da medicina e da dermatologia;

- Cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e associações, contendo considerações sobre assistência social, saúde e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 1, 3 e 6 – Projetos de Lei nºs 2.745, de 2021; 2.864, de 2025; e 2.514, de 2023 – foram retirados de pauta, a pedido dos Relatores: Senadores Soraya Thronicke, Jussara Lima e Nelsinho Trad.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2745, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 8/4/2026, foi concedida vista à Senadora Damares Alves, nos termos regimentais.

2- Em 15/4/2026, foi apresentado voto em separado contrário ao Projeto pelos Senadores Damares Alves, Magno Malta, Eduardo Girão, Plínio Valério, Roberta Acioly, Esperidião Amin, Wilder Morais, Jorge Seif e Rogério Marinho.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2864, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 15/04/2026, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2514, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021 (Estatuto da Pessoa com Câncer), para garantir o acesso à terapia nutricional à pessoa com câncer.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto.)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sra. Presidente Dra. Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não. Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Nós estamos aqui com o Relator de um projeto...

Bom dia, Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Sr. Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... Senador Wilder. É um prazer estar ladeado por esses grandes Senadores da República do nosso país.

Aqui estamos com vários comandantes de corpo de bombeiros do Brasil afora no sentido de acompanhar a votação de um projeto que deve tramitar aqui nesta Comissão. E, logo depois de pedido de extrapauta, nós vamos pedir urgência para ver se vai para o Plenário hoje, vez que é um projeto pacífico. O Senador Wilder organizou o relatório para que ele não volte para a Câmara. E há uma necessidade muito premente de ele ser aprovado, para a gente poder valorizar cada vez mais a instituição do corpo de bombeiros, que é uma das instituições com maior credibilidade do nosso país.

Então, o pedido é que esse projeto possa ser colocado extrapauta, é isso.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não. Com a palavra o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, também reforço o pedido do nobre Senador Nelsinho Trad, que tem feito um grande trabalho, me ajudou muito nesse relatório, para que a gente pudesse colocar essa matéria importante hoje extrapauta. Eu queria que a senhora colocasse em análise para a gente não só ler o relatório, mas também pedir urgência para que a gente possa votar em Plenário hoje ainda também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senador Wilder Morais, Senador Nelsinho Trad, minha querida Senadora Damares, que sempre está aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente na CAS, colaborando com todos os trabalhos aqui desta Comissão, o pedido está acatado. Vou consultar aqui os Senadores.

Mas, antes, eu queria fazer uma colocação. Eu sou médica da Polícia Militar do meu querido Estado de Alagoas, fui médica por 18 anos na ativa, hoje estou na reserva. Fui também médica do Corpo de Bombeiros de Alagoas durante dois anos. Por isso o motivo de muita alegria poder estar aqui com os senhores.

Quero cumprimentar todos os comandantes dos corpos de bombeiros de vários estados do nosso Brasil que se fazem aqui presentes. Vocês são muito bem-vindos aqui na Casa. Parabéns, Senador Nelsinho Trad. É um projeto de lei muito pertinente. E todos que fazem parte do corpo de bombeiros merecem toda a nossa atenção aqui no Senado Federal. E, dessa forma, eu quero mandar um abraço para o Coronel Sérgio André Silva, que é o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros do meu querido Estado de Alagoas.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Aproveitando a deixa, queria mandar um abraço para o meu Comandante-Geral Coronel Frederico, do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E eu queria ao meu. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, com a palavra Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Só registrar um abraço para o meu.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está ótimo, registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre o requerimento do Senador Wilder Morais para a inclusão extrapauta do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2021.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

E aqui eu quero mais uma vez parabenizá-lo, Senador Wilder Morais, por ser o Relator, e a gente ter esse item extrapauta de tanta relevância aqui na CAS. Sinto-me muito honrada por esse projeto de lei, sinto-me honrada também.

E agora eu concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para a leitura do relatório.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, Presidente, eu queria cumprimentar o autor, que é o Deputado Derrite e também o Deputado Pedro Aihara, que também fez um grande trabalho conosco, acompanhando aqui a nossa relatoria e que, eu acho, é o único Deputado que também é do corpo de bombeiros, atualmente aqui do nosso Brasil. Então, é um grande interessado nesse projeto e assim também eu faço referência aqui ao Nelsinho Trad, que também participou conosco, à nossa assessoria inteira que tem defendido tanto esse projeto, à senhora também, Senadora, neste momento, que é de conhecimento nosso que também é médica, conhecedora da matéria e também o coloca extrapauta. Também cumprimento a Senadora Damares, que também é uma Senadora que tanto nos orgulha e, com certeza, de pronto, também defende essa matéria.

Eu queria cumprimentar aqui, antes de ler o relatório, o Coronel Fabiano de Souza, que é Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e Presidente Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. E também deixar aqui o nosso cumprimento para o Coronel Washington, que é o Comandante do Corpo de Bombeiros do meu Estado de Goiás, e a todos os representantes que se encontram aqui nesta manhã acompanhando essa matéria importante.

Vamos então à análise do projeto.

A distribuição do PLP nº 18, de 2021, para a CAS está amparada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui a esta Comissão competência para opinar sobre matérias que digam respeito a proteção e defesa da saúde.

O projeto em análise altera a Lei Complementar 141, de 2012, com o objetivo de permitir que os serviços de atendimento pré-hospitalar prestados pelos Corpos de Bombeiros Militares possam ser contemplados com recursos oriundos de emendas parlamentares destinadas às ações e aos serviços públicos de saúde.

No mérito, a proposição reconhece a relevância dos serviços prestados pelos CBMs, cuja atuação tem contribuído de forma expressiva para a preservação de vidas e a redução de sequelas decorrentes de agravos à saúde. A iniciativa reforça a diretriz da integralidade do cuidado ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer que a atenção às urgências se inicia no local da ocorrência e se desenvolve de forma articulada ao longo da rede assistencial. De fato, o fortalecimento da resposta rápida em situações de urgência e emergência é componente essencial da Política Nacional de Atenção às Urgências, sendo desejável a articulação entre os sistemas de saúde, de segurança pública e de defesa civil.

Sob o prisma técnico e jurídico, a inclusão das ações de resgate pré-hospitalar dos CBMs no rol das ASPS depende de algumas condicionantes importantes. Notadamente, o art. 2º da Lei Complementar nº 141, de 2012, estabelece que somente podem ser considerados, para fins de aplicação dos recursos vinculados à saúde, as ações e os serviços públicos de saúde que atendam a requisitos de acesso universal, igualitário e gratuito; conformidade com objetivos e metas explicitados nos planos de saúde de cada ente da Federação; e vinculação às responsabilidades próprias da área de saúde.

Nesse contexto, para adequada compreensão da matéria, cumpre observar que os serviços prestados pelos corpos de bombeiros militares apresentam dupla natureza: de um lado, possuem caráter operacional, relacionado a atividades típicas de segurança pública, como salvamento, resgates e ações de defesa civil; de outro lado, exercem função assistencial, quando realizam atendimentos pré-hospitalares de urgência e emergência, muitas vezes de forma integrada e pactuada com o Sistema Único de Saúde (SUS).

É precisamente sobre essa dimensão assistencial que incide o PLP nº 18, de 2021, por meio de alteração pontual na Lei Complementar nº 141, de 2012. Ao inserir o inciso XIV no art. 3º, a proposição passa a admitir, no âmbito das ASPS, o custeio e o investimento relacionados aos atendimentos pré-hospitalares realizados pelos Corpos de Bombeiros Militares dos estados e também do Distrito Federal.

O enquadramento desses serviços como ASPS, contudo, é expressamente condicionado. O texto do projeto estabelece que tal reconhecimento dependerá do cumprimento de requisitos a serem definidos pelo Poder Executivo, da apreciação das despesas pelo Ministério da Saúde e da observância das diretrizes e demais determinações constantes da própria Lei Complementar nº 141, de 2012. Com isso, assegura-se que apenas os atendimentos efetivamente inseridos na lógica assistencial do SUS e compatíveis com seus instrumentos de planejamento e regulação possam ser considerados para fins de aplicação dos recursos vinculados à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, com o inciso XII ao art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 2012, o projeto explicita, em sentido complementar, que permanecem excluídas do cômputo das ASPS as despesas com remuneração de pessoal ativo e inativo dos corpos de bombeiros militares, bem como aquelas de custeio e investimento que não atendam às condições estabelecidas no novo inciso XIV do art. 3º.

Esse conjunto de condicionantes afasta o risco de que atividades típicas de segurança pública, defesa civil ou outras funções institucionais dos corpos de bombeiros militares venham a ser indevidamente classificadas como ações e serviços públicos de saúde. Ao restringir o enquadramento às hipóteses que atendam aos critérios legais e à supervisão do Ministério da Saúde, o projeto delimita com precisão o alcance da medida.

Desse modo, o desenho normativo proposto viabiliza o reconhecimento, no âmbito das políticas de saúde, dos atendimentos pré-hospitalares realizados pelos corpos de bombeiros militares, e preserva a coerência do regime jurídico das ASPS estabelecida pela Lei Complementar nº 141, de 2012. Ao mesmo tempo, cria condições para o reconhecimento de arranjos institucionais já existentes, desde que formalmente integrados ao SUS e submetidos a mecanismos de regulação.

Assim, a proposição favorece a articulação entre diferentes setores da administração pública, especialmente em contextos que demandam resposta coordenada, como acidentes, violências e desastres. Tal integração é essencial para maior eficiência na utilização dos recursos públicos e para a ampliação da capacidade de resposta do Estado.

Diante do exposto, o nosso voto é para aprovação, Presidente.

Eu queria, Presidente, ressaltar aqui, bastante rápido e muito claro, o que esse projeto representa para a nossa sociedade. O PLP 18, de 2021, é de autoria do Deputado Derrite, é um projeto de extrema importância para o Brasil, pois fortalece uma área essencial que impacta diretamente a vida da população. Trata-se de uma iniciativa que valoriza o corpo de bombeiros militar, uma instituição mais respeitada e mais bem avaliada pela sociedade, reconhecida pelo seu trabalho incansável no salvamento de vidas, com atendimento pré-hospitalar e na resposta rápida à situação de emergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao garantir melhor condição e recurso para essa atuação, o projeto contribui de forma direta para a saúde pública, ampliando a capacidade de atendimento em momentos críticos, reduzindo o tempo de resposta, o que, muitas vezes, significa a diferença entre a vida e a morte.

Estamos prontos diante de uma proposta que não apenas fortalece uma instituição essencial, mas que também promove segurança, eficiência e cuidado com a população brasileira.

Diante disso, peço o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação dessa importante matéria, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com certeza, eu quero parabenizá-lo pelo seu relatório brilhante, Senador Wilder Morais, e pelas suas considerações.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Senador, deixe-me só colocar a questão daqui do rito. Coloco agora essa matéria em discussão e, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero pedir vista desse projeto e queria justificar o porquê.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Veja, primeiro, eu reconheço e valorizo profundamente o trabalho dos Corpos de Bombeiros Militares. E digo, inclusive, que eles são essenciais no que diz respeito ao atendimento de emergência pré-hospitalar.

E eu sou uma pessoa que estudou profundamente esse tema do atendimento pré-hospitalar, porque talvez as pessoas não saibam, mas fui eu que criei o Samu no período em que eu era Ministro da Saúde; e nós trabalhamos na preparação do projeto que gerou o Samu, inclusive conhecendo todos os sistemas de atendimento pré-hospitalar de urgência no mundo inteiro. Fizemos a opção pelo modelo francês, mas, em todos os países, existe uma relação direta nesse atendimento entre a atenção – o atendimento médico propriamente dito – e o trabalho com os profissionais do corpo de bombeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não cabe aqui nenhum tipo de questionamento à importância, à relevância, inclusive à necessidade de nós termos recursos para ajudar no financiamento do atendimento pré-hospitalar que é feito pelos Corpos de Bombeiros Militares. Porém, o que está em discussão aqui é a fonte desses recursos.

Veja, nós temos um sistema de saúde que já é subfinanciado estruturalmente – é um problema estrutural. Conseguimos, com muita luta, que nós tivéssemos os mínimos de gastos definidos para a saúde, em nível municipal, em nível estadual e em nível federal, mas, ainda assim, nós temos um subfinanciamento.

Além disso, existe uma legislação que define o que é serviço de saúde. Então, o trabalho que os corpos de bombeiros fazem é relevante e tal, mas estabelecer uma concorrência com esses recursos, que já são poucos, do Ministério da Saúde, da área de saúde, me parece que talvez não seja a melhor forma de nós resolvermos o fortalecimento do financiamento do trabalho dos profissionais dos corpos de bombeiros.

Além do mais, V. Exa. conhece sobejamente a situação da saúde no Brasil, os custos de saúde têm se ampliado extremamente. Por quê? A população está vivendo mais, está envelhecendo mais, as doenças da velhice são mais caras e todos os dias surgem novas tecnologias. Aqui mesmo, de vez em quando, nós aprovamos medicamento que deve ser dado para toda a população no SUS, tudo isso é dinheiro.

Então, se nós temos, por exemplo, a possibilidade de emendas parlamentares que hoje podem ser encaminhadas para a área de segurança pública, para a área dos corpos de bombeiros, para a área do atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros, por que, então, nós vamos entrar nos recursos que são da saúde, que já são recursos extremamente curtos? Por outro lado, aqui se fala também dos hospitais militares, que hoje são atribuições dos governos estaduais.

Então, veja, eu pedi vista porque o pessoal do Ministério da Saúde conversou comigo e disse que estava tentando ter um entendimento com o Relator, com a sua assessoria, para encontrar uma forma como pudesse esse projeto ser aprovado, mas que não comprometesse esses recursos que são da área da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço vista desse projeto e peço que o pessoal do ministério possa procurar o Relator, conversar, mostrar as razões e tentarmos encontrar uma saída que reforce pesadamente a atuação dos corpos de bombeiros, mas não entre nos recursos que são já limitados da saúde.

Eu, inclusive, estou muito preocupado com essas coisas porque, eu não sei se vocês viram agora, o Governador do Mato Grosso, não sei se vocês viram, que tomou a decisão de acabar com o Samu no Estado do Mato Grosso, transferir toda a atividade do Samu para os corpos de bombeiros, inclusive, sobrecarregando o trabalho dos bombeiros militares. Parece que o Ministério da Saúde foi lá, conversou, não sei se resolveu. Mas o Samu, gente, é a política pública da União que é mais bem avaliada pela população brasileira. Talvez seja a única política pública no Brasil que seja efetivamente universal – universal: é para rico, é para pobre, é para todo mundo. Portanto, eu acho que a gente precisa reforçar isso.

Então, eu peço, vênia ao Senador Relator. Vou pedir vista e peço que o Ministério da Saúde o procure para encontrar uma saída, porque a causa, o objetivo é extremamente nobre, mas a maneira como a gente está utilizando para fazer talvez não seja a melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com a palavra agora o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Dra. Eudócia, nossa Presidente, médica também, assim como o Senador Humberto Costa e a minha pessoa, o pedido de vista é regimental. Nós estamos numa Casa onde a divergência faz parte do contexto do Colegiado e todo pedido de vista, na minha avaliação, deve ser considerado.

Porém, algumas situações precisam ser colocadas nessa questão. A gente sabe que hoje é um dia meio atípico aqui, há a votação do Ministro do Supremo, é uma vez a cada ano que isso acontece, e as atenções estão todas focadas para essa questão. Apesar do respeito a todos aqueles que se dirigiram dos seus estados, com gastos de passagem, largando os seus afazeres, cada um na sua localidade, as suas famílias para poderem aqui estar, eu entendo que o pedido de vista é inerente a cada Parlamentar, e digo que, junto a esse pedido, possa ser acrescido que, na próxima sessão, na próxima quarta-feira – se é que vai ser na próxima quarta-feira, em não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo na terça ou na quinta –, a próxima sessão deliberativa da Comissão, ser o item 1 da pauta da próxima sessão.

Há tempo suficiente para que o Parlamentar possa tirar todas as dúvidas inerentes a essa questão, assim como o ministério afim, que é o Ministério da Saúde, que eu tenho a certeza de que, ao procurar o Relator, não vai encontrar nenhuma dificuldade, nenhum óbice no sentido de achar um caminho para que a gente possa adequar a essa situação.

Apenas um registro: ao tomar conhecimento da matéria e ao lê-la, eu vejo que é algo facultativo do Parlamentar; não é imperativo, ou seja, quem quiser colocar a emenda da saúde para destinar à área da saúde do corpo de bombeiros pode pôr – quem não quiser não põe. Então, é algo ainda que precisa é ser analisado sob esse aspecto. Não vai tirar nenhum percentual maior do orçamento da saúde, porque a gente sabe – eu já fui Prefeito – que todo orçamento da saúde, ainda assim, é pouco. Porém, uma situação como essa tem como agregar valor, com certeza, na atividade afim, que a atividade de socorro que o corpo de bombeiros muito bem presta junto com o Samu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que já foi pedida vista e que a discussão está suspensa, mas eu queria participar dessa construção.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Queria pedir ao Senador Humberto e ao Senador Wilder que eu pudesse participar, junto com o Ministério da Saúde, da construção, para a gente encontrar uma alternativa, porque, para mim, aprovar esse projeto seria, confesso para os senhores, uma bênção. Eu, que trabalho, Senadora Eudócia, na prevenção do suicídio e da automutilação – estou com um número enorme de meninos no DF se automutilando –, com certeza, são os bombeiros que acabam socorrendo.

Se eu pudesse trabalhar com o corpo de bombeiros como fazer o atendimento a esses meninos, porque nem sempre o Samu chega junto, mas eles estão do lado da casa do menino – isso acontece muito aqui. Se eu pudesse ter essa liberdade de destinar um pouco da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda de saúde para esse tipo de atendimento aqui, no DF, para mim, seria extraordinário, porque eu sei o compromisso desses homens valorosos.

Então, vai estar tudo na saúde. Eu acho que o que está precisando aqui é só a gente se organizar: quem vai executar esse programa? Sem, claro, enfraquecer o Samu, mas eu acho que, para mim, aqui, no DF, Humberto, seria extraordinário. Eu acho que dá para a gente sentar com o Ministério da Saúde...

E aqui gente, ó, Senador Humberto, é o papel enquanto representante de Governo. Se o Ministério da Saúde tem dúvida de como vai operacionalizar, um Parlamentar tem que pedir vista.

Por favor, corpo de bombeiros do estado dele: ele ama o corpo de bombeiros – por favor. É tudo uma questão técnica, e é melhor que se façam os ajustes esta semana. Imaginem se passa sem os ajustes; depois, a gente vai ter problema de veto lá na frente, a gente vai ter problema de judicialização.

Então, se for necessária essa semana para a gente conversar, eu quero fazer parte dessa conversa, porque eu entendo a importância disso. Para mim – eu estou pensando muito em mim – e alguns colegas que já conversaram comigo sobre essa matéria, seria extremamente necessário eu ter a faculdade de indicar ou não o corpo de bombeiro. Não seria obrigada, mas teria essa liberdade.

Então, vamos em uma semana. Eu quero ajudá-lo na construção, e o Ministério da Saúde, que está aqui.

Eu quero muito falar sobre algumas situações bem pontuais para que eles entendam que esta matéria é oportuna.

Obrigada, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com a palavra agora o Senador Wilder Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sra. Presidente, como houve pedido de vista e é regimental, nós pedimos uma vista coletiva para que a gente já possa votar na semana que vem.

E eu queria, Presidente, só ressaltar que nós estamos dispostos aqui. Já de pronto, aceitamos a Senadora Damares para que a gente possa participar desse projeto, assim como o Senador Humberto Costa, que é conhecedor, é médico e, neste momento aqui, representa o Governo, foi Ministro, um dos grandes Senadores aqui desta Casa.

Nós estamos à disposição.

Agora, o projeto, eu tenho certeza de que não vai ter nenhuma dificuldade até com o Ministério da Saúde, como bem retratou aqui o Senador Nelsinho Trad.

Primeiro, é uma opção do Parlamentar colocar a sua emenda. Nós não estamos mexendo nos 15% que já são constitucionais. E, tem razão, todo recurso na saúde é pouco. Os estados gastam muito mais que isso, chega a 30%, 30 e tantos por cento de investimento nos estados.

Esta matéria é muito clara quando a gente deixa muito explícito que os recursos são pré-hospitalares, também são acompanhados pelo Ministério da Saúde e em conjunto com o SUS. Eu acho que é um mecanismo a mais a instituição do corpo de bombeiros do Brasil inteiro. E aqui eu ressalto o nosso Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, que, todos os anos, é eleita a melhor instituição disparada de todos os serviços prestados como serviço público do Estado de Goiás.

Então, eu tenho muita segurança nas emendas colocadas nessa área de saúde, que é pré-hospitalar, e eu não tenho dúvida da aplicação delas, da eficiência e da correção com esse recurso público.

Mas nós estamos dispostos aqui, abertos, para que a gente possa discutir. E, como o Regimento diz, que a gente possa colocar como primeiro item da pauta da próxima sessão nossa aqui.

Agradeço a participação de cada um dos colegas Senadores para que a gente possa aprovar esta matéria importante na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Concedo vista coletiva, nos termos regimentais, afirmando que este projeto de lei deve ser colocado imediatamente na próxima semana. Faço só uma observação: aqui, na CAS, a gente está discutindo o mérito; na CAE, Senador Humberto, ele vai ser rediscutido com essa questão do impacto orçamentário na saúde.

Quero ressaltar a importância, como os senhores colocaram, todos os senhores e senhoras, do corpo de bombeiros para o nosso país nesse atendimento pré-hospitalar, que é tão importante. O Samu é de suma importância, mas vocês trabalham em paralelo. E, quanto mais a gente tiver instituições trabalhando juntas em prol da saúde no nosso país, quem ganha é o povo.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Apenas um esclarecimento, pela fala do Senador Humberto, eu sou do Mato Grosso do Sul. O meu estado vizinho é o Mato Grosso, mas, mesmo assim, eu quero dar o esclarecimento. O Governador voltou atrás, se retratou, alinhou uma parceria com o corpo de bombeiros e o Samu para ser uma parceria modelo para o restante do Brasil. Então, eu quero fazer esse registro. Com esse projeto aprovado, com certeza algum Senador lá do Mato Grosso haverá de colocar uma emenda para firmar essa parceria e ser realmente o modelo para o restante do Brasil. Apenas esse esclarecimento.

E viva o Mato Grosso do Sul!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vamos para o item 5.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

V. Exa. podia suspender a sessão por dois minutos porque eles queriam fazer uma foto com V. Exa. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não. É uma honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode ser?

Podem vir aqui os oficiais, junto com o Senador Wilder, com a Senadora Damares, com o Senador Humberto.

(*Suspensa às 10 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 31 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora, vamos para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2888, DE 2021

- Terminativo -

Institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 13/04/2026, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como o texto já foi publicado, eu vou direto ao mérito de forma resumida, inclusive reforçando que tivemos uma audiência recentemente aqui para a gente confirmar a data, o período e o que se propõe este projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto apresenta técnica legislativa apropriada, não tem nada inconstitucional, nenhum problema jurídico. E, no que diz respeito aos requisitos previstos na lei, a gente fez audiência pública e, nesta audiência, ficou confirmado que realmente é o que o segmento quer, exatamente como o texto.

O parecer, então, é favorável ao projeto.

A proposta encontra respaldo em evidências científicas que demonstram elevada prevalência de alterações oclusais em crianças de seis a 12 anos – e a campanha vai alcançar muito as crianças nessa faixa etária –, frequentemente associadas a distúrbios respiratórios, dificuldades cognitivas e impactos emocionais decorrente de situações de *bullying*.

Temos aqui uma Senadora dentista que participou da audiência pública.

Fazer esses exames nesse período de seis a 12 anos não é só o rostinho ficar bonito. Existem as questões respiratórias. A gente vai aqui salvar vidas.

A antecipação do diagnóstico e o tratamento adequado dessas condições contribuem não apenas para o desenvolvimento físico e psicológico adequado das crianças, mas também para a melhoria de indicadores de saúde coletiva, em consonância com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde.

Além disso, meses como o Outubro Rosa e o Novembro Azul deram certo, por que não termos um mês dedicado, Senadora, a diversas campanhas ampliando o debate sobre a saúde dentária das crianças e os exames?

Assim, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.881, de 2021, que nasceu lá na Câmara com um Deputado do nosso partido, meu e de Roberta, um Deputado aqui do DF, o nosso Deputado querido Julio Ribeiro.

E, assim, a gente institui, aprovando hoje o projeto de forma terminativa, no calendário oficial, o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual das crianças de seis a 12 anos de idade.

Este é o relatório, e eu peço o apoio de todos os pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela relatoria, Senadora Damares Alves.

Quero também parabenizar o Deputado que teve a iniciativa de ser o autor dessa ideia sobre a importância de tratar a saúde bucal das nossas crianças.

Coloco a matéria agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

A votação é nominal.

Solicito aos Senadores e às Senadoras que possam votar neste projeto de lei que a Senadora Damares Alves acabou de relatar.

O painel está aberto.

Nós temos quórum de 21 Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu solicito que os assessores aqui presentes possam entrar em contato com os seus respectivos Senadores e Senadoras, uma vez que esta votação também pode ser feita por modo remoto.

Durante a votação, aguardando o resultado da votação, nós vamos passar ao item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater os impactos sociais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanitários, regulatórios e orçamentários decorrentes do Projeto de Lei nº 411, de 2024, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa no que se refere ao funcionamento das instituições de longa permanência para pessoas idosas (ILPIs).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Agora eu passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento já foi publicado. É apenas para a realização de uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater os impactos sociais, sanitários, regulatórios e orçamentários decorrentes do Projeto de Lei nº 411, de 2024, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa no que se refere ao funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs).

Vejam só, o que a gente quer aqui? Uma ILPI é assistência social, mas a gente tem, dentro da ILPI, Senadora, nos nossos abrigos, pessoas no oxigênio, pessoas muito doentes. Por que essas instituições não podem ser híbridas? Serem assistenciais e também, aquelas que se habilitarem, serem da área da saúde e, ali, a gente poder receber pessoas em aparelhos? Assim, essas instituições, que já cuidam tão bem, poderiam continuar o trabalho na área da saúde e receber por isso, porque hoje só recebem da assistência social. Onde estão os nossos idosos, doentes crônicos, por exemplo? Onde ficam? Lotando hospitais. Eles poderiam estar numa instituição, com cuidados paliativos, sendo bem tratados. Às vezes, é uma instituição em que ele já morou anos. Aí ele vai para o hospital e fica lá jogado no hospital. Poderia voltar à instituição, que teria um lugar especial para recepcioná-lo. Todo mundo já conhece, já ama aquele idoso, mas, no Brasil, as ILPIs são só assistenciais, não são serviços de saúde. Então, esse é o debate. Tem um projeto para que elas agora se tornem híbridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer fazer um debate nas duas Comissões, fechar todas as arestas e, quem sabe, já aprovar esse projeto e beneficiar centenas de instituições no Brasil, centenas que já cuidam da pessoa idosa doente.

Então, esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Mais uma vez, eu a parabenizo, Senadora Damares, pela sua iniciativa. Essa é a nossa realidade mesmo.

Só fazendo alguma consideração sobre o que você colocou no seu requerimento, os idosos já se sentem em casa nesses abrigos e tirá-los para a unidade hospitalar, muitas vezes, torna célere o óbito desses pacientes. Então, temos que acolhê-los, e essa é a melhor forma.

Parabéns, Senadora Damares Alves.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, os Requerimentos 10 e 11 são do colega Senador Girão, que está preso lá na CCJ, e do Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente com a gente.

E o Requerimento 8 também, se a senhora me permitir, é do Senador Hiran.

São requerimentos de audiência pública, há consenso, e eu concordo com esses requerimentos, quero essas audiências, quero, inclusive, participar de todas elas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, Senadora Damares.

Vamos para o item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre glaucoma no Brasil.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento como Relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senadora, o requerimento que eu subscrevo, que é de autoria do Senador Hiran, é para realização de uma audiência pública com o objetivo de debater sobre o glaucoma no Brasil. Olhem que audiência incrível!

Ele traz aqui representantes de diversas instituições, inclusive do Ministério da Saúde, para esse debate.

Então, eu peço aos pares que a gente aprove, a gente agilize e agende de imediato essa audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, Senadora Damares.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para fazer a leitura *ad hoc* do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é um requerimento para realização de mais uma importante e necessária audiência pública, e essa tem o objetivo de debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas *online* (*bets*) no Brasil. Ele traz aqui uma série de instituições e especialistas para o debate do tema.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora para o item 11.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cenário da saúde ocular no Brasil.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

É subscrito pela Senadora Damares Alves. Dessa forma, passo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é um requerimento para realização de audiência pública, nos termos regimentais, e o tema é extremamente parecido com o do outro requerimento.

O Senador Flávio Arns requer a realização de uma audiência pública para discutir o cenário da saúde ocular no Brasil e ele indica aqui especialistas. Eu acho até que seria possível juntar as duas audiências, falar com os dois autores – eu tenho muito interesse nesse debate –, juntar os dois requerimentos numa única audiência, mas vamos aprovar o requerimento para fazer a garantia desse pedido do Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, Senadora.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faltam ainda dois votos. Já deu quórum, pessoal. Já deu quórum, caros Sras. e Srs. Senadores.

Minha querida Senadora Damares, vote, querida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Imaginem se eu não vou votar no meu voto, no meu relatório?

Vê se computou. Foi?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Foi.

Votou também, Senadora Roberta?

Agora vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Vamos ver o resultado: 10 colegas votaram SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Houve 11 votos favoráveis.

Dessa forma, o resultado foi: aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns, Senadora Damares Alves, pela sua relatoria desse projeto tão importante!

E agora eu passo para dois requerimentos, extrapauta, da minha autoria.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento nº 38, de 2026, da CAS, apresentado por esta Vice-Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a saúde mental das mães.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)

E proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: a Dra. Fernanda Bezerra Martins Feitoza, que é mãe atípica e advogada especialista nos direitos de pessoa com TEA e deficiência; a Sra. Kely Cristina Lopes dos Santos; a Sra. Sharlene Lima Gonçalves Pereira, que é mãe atípica e líder de comunidade de mães atípicas no Distrito Federal; a Dra. Marluce Caldas, que é Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento, extrapauta, da minha autoria.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento nº 39, de 2026, da CAS, apresentado por esta Vice-Presidência.

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2026 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, e nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 22, de 2026, da CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: a Dra. Ludhmila Abrahão Hajjar, cardiologista, emergencista, intensivista e coordenadora do ITMI; representante da Conitec; representante do A.C.Camargo Cancer Center; representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica; representante do Hospital Israelita Albert Einstein.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Agora passo para o item 2, que é o Projeto de Lei nº 801, de 2024.

Ele é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 801, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CRA (substitutivo).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com pareceres favoráveis ao Projeto.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. A votação será nominal.

Agora, concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura do relatório.

Com a palavra V. Exa., minha querida Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Como Relatora.) – Bom dia, querida Presidente, Senadora Eudócia.

Bom dia, Senador Giordano.

Bom dia a todos os colegas presentes, servidores e quem nos acompanha.

Dias atrás eu relatei este projeto na CRA, então ele já está bastante introjetado aqui, está muito dentro de mim, já.

Bom dia. Bom dia, doutoras... Senadoras, perdão. (*Fora do microfone.*)

Então, eu vou tentar ser o mais didática possível e o menos enfadonha possível.

Este projeto de lei do Senador Giordano, que é de 2024... Fico muito feliz, Senador, porque fizemos caminhar este mês, este ano, e estou vendo esse seu esforço justamente por conta da questão meritória dele – algo que nos incomodava, nos incomoda sobremaneira –, que é o desperdício de alimentos no nosso país, que hoje consegue alimentar 1,4 bilhão de pessoas no mundo e, ao mesmo tempo, temos pessoas ainda passando fome aqui e somos obrigados a jogar no lixo alimentos pela impossibilidade de doar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que, lógico, há uma preocupação de esses alimentos estarem deteriorados, alimentos que podem estar vencidos, enfim, mas, nos termos do projeto de lei do Senador Giordano, aqui a gente consegue sanar esses problemas.

Este projeto de lei dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos, bem como as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

A proposição é composta por dez artigos e o art. 1º define o seu escopo. Já o art. 2º estabelece que os donatários de alimentos serão previamente cadastrados e se responsabilizam pela verificação dos produtos doados, devendo firmar, em contrato com as entidades doadoras, as características de sua parceria em relação a essa doação.

O art. 3º, por sua vez, determina que apenas alimentos que atendam aos requisitos sanitários podem ser doados, incluindo aqueles que tenham perdido sua condição de comercialização. O art. 4º ressalva que as entidades empresariais doadoras e donatárias ficam isentas de responsabilidade civil e penal, em caso de dano para o consumidor final dos alimentos doados, quando agirem sem dolo ou culpa. Sem dolo ou culpa, porque não podemos também ter uma... A pessoa agir simplesmente com desídia, assumir de repente uma culpa.

O art. 5º permite que a empresa donatária doe alimentos para outras empresas, desde que elas também se caracterizem como donatárias nos termos legais. Já o art. 6º estatui que, além de contrato com as donatárias, as empresas doadoras devem manter registro de controle das doações realizadas e suas características, pelo prazo fixado em regulamento.

O 7º faculta a empresas doadoras que apurem o imposto, os tributos, sobre a renda pelo lucro real a dedução, da base de cálculo desse tributo, dos valores de alimentos doados. Os arts. 8º e 9º incluem as doações de pessoas naturais a entidades e organizações sem fins lucrativos de proteção de animais entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda, limitando-as a 6% do montante devido a esse tributo.

O art. 10 do projeto, cláusula de vigência, determina que a lei gerada por sua eventual aprovação passe a vigorar em noventa dias após a data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificativa, o autor argumenta que muitos brasileiros têm vivido em condição de pobreza e, assim, enfrentam algum nível de insegurança alimentar. Defende, então, que a regulamentação da doação de alimentos entre pessoas jurídicas pode trazer transformações em relação ao problema da fome. Ademais, o Senador Giordano, proponente, explica que a possibilidade de dedução de doações a entidades protetoras dos animais contribui para fomentar uma cultura de respeito a esses seres.

Foi despachado para a CAE, para a CAS e para a CRA. Na CAE e na CAS, V. Exa., Presidente, já relatou a tramitação do projeto, então eu vou pular certos itens, porque chegamos aqui, obviamente, com a aprovação nas duas Comissões, e vou partir para a análise.

Compete à CAS, sem dúvida nenhuma, opinar sobre essa proposição, justamente porque a defesa da saúde é uma matéria de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Portanto, a competência é cabível aqui.

No mérito, registra-se que diversas entidades atuantes no setor de filantropia relatavam no passado que a legislação brasileira acabava por incentivar indiretamente o desperdício de alimentos. Isso porque entidades que dispunham de excedentes próprios para consumo humano – no caso, mercados, restaurantes, etc. – deixavam de doá-los por receio de eventual responsabilização por danos causados após a doação, especialmente porque consideravam inviável controlar o manuseio, o transporte e o acondicionamento dos alimentos após serem transferidos a terceiros.

Com o agravamento das condições sociais durante a pandemia da covid-19, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano, regramento que representou importante marco ao estabelecer a isenção de responsabilidade civil e administrativa do doador de boa-fé, desde que observadas as normas sanitárias e ausentes dolo e culpa.

Além disso, esse diploma legal autorizou a doação de alimentos fora dos padrões comerciais, mas ainda próprios para consumo, e buscou estimular a atuação articulada entre setor privado, poder público e organizações da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os avanços promovidos por essa legislação permitiram que inúmeras iniciativas solidárias se expandissem durante a pandemia, viabilizando a destinação de alimentos a populações vulneráveis e contribuindo para mitigar os efeitos da insegurança alimentar.

Naquele contexto, a redução do risco jurídico para os doadores revelou-se fundamental para ampliar, em algum nível, a oferta de alimentos e fortalecer redes de solidariedade em todo o país.

Mais recentemente, a Lei nº 15.224, de 2025, trouxe novos aperfeiçoamentos ao instituir a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos, promover a articulação entre diferentes atores e criar instrumentos como o Selo Doador de Alimentos, além de estabelecer diretrizes gerais para a doação de alimentos próprios para o consumo humano e animal.

Esse novo diploma legal também reforçou a importância da observância de normas sanitárias e da atuação coordenada entre os diversos agentes envolvidos no processo. Assim, observa-se que o Congresso Nacional tem caminhado no sentido de facilitar e desburocratizar a doação de alimentos, sem deixar de assegurar o cumprimento de requisitos sanitários indispensáveis à proteção da saúde pública.

Foi nesse contexto que o PL nº 801, de 2024, segue na mesma direção ao propor mecanismos que conferem maior institucionalidade às doações, como é o caso do cadastro de entidades receptoras e a formalização contratual, instrumentos que favorecem a rastreabilidade e o controle das operações de doação, ou seja, o projeto do Senador Giordano vem suprir lacunas que restaram dessas três legislações que avançaram no mesmo sentido.

De fato, importa destacar que o projeto não se limita a incentivar a doação de alimentos, mas também busca estruturar um modelo seguro e transparente para a sua operacionalização. Ao prever mecanismos, como o cadastro das entidades receptoras, a formalização de instrumentos contratuais e a manutenção de registros das doações, a proposição contribui para a rastreabilidade das doações e para a mitigação de riscos sanitários e jurídicos, fortalecendo a confiança e a segurança jurídica entre doadores, intermediários e consumidores finais desses alimentos. Também merece destaque o aperfeiçoamento promovido no regime de responsabilidade dos doadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao reforçar a proteção jurídica aos agentes que atuam de boa-fé, sem, obviamente, afastar a responsabilização em caso de dolo ou culpa, a proposta equilibra adequadamente o incentivo à doação, com a necessidade de resguardar a saúde dos beneficiários. Esse equilíbrio é essencial para evitar tanto a retração das doações quanto a flexibilização indevida de padrões sanitários. Dessa forma, a proposição revela-se inegavelmente meritória em sua essência no que se refere também à proteção e à defesa da saúde.

Ainda assim, destaco que as sugestões de aperfeiçoamento aprovadas no âmbito da CAE e da CRA mostram-se pertinentes na medida em que corrigem questões formais, como a ausência de estimativa de impacto decorrente da instituição de benefícios fiscais, como a criação de novas possibilidades de deduções de Imposto de Renda e ampliam o alcance da proposta ao incluir, por exemplo, o transporte dos alimentos doados como parte integrante do processo, reforçando sua segurança e efetividade.

Com efeito, a Emenda 1-T traz aspecto relevante no que diz respeito ao tratamento mais detalhado da logística das doações, especialmente quanto ao transporte dos alimentos, considerando que a legislação vigente ainda não disciplina de forma suficiente essa etapa, que é crucial para a preservação da qualidade da segurança sanitária dos produtos. *Vide* produtos que precisam ser refrigerados e o transporte sai do doador, vai para o donatário, e o dano ocorre exatamente no meio do caminho, no transporte.

Ao incorporar o transporte como parte integrante do processo de doação, com exigências de cadastro prévio e conformidade sanitária, tal emenda ao projeto supre lacuna normativa importante e contribui para a integridade de toda a cadeia de distribuição.

Por essas razões, entendemos adequado acompanhar integralmente o entendimento da CRA sobre a matéria, inclusive quanto aos aperfeiçoamentos do texto, na forma do substitutivo proposto naquele Colegiado.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 801, de 2024, com as Emendas de nºs 1-T, 3-CAE e 4-CAE, e pela rejeição da Emenda nº 2-T, na forma da Emenda nº 5-CRA.

É este o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabenizo a propositura deste projeto de lei do Senador Giordano, pelos fatos já amplamente destacados e narrados aqui e, terminativo, peço para os colegas que votem, que votem rápido porque a agenda está cheia.

E agora, Senador Giordano, a missão nossa vai ser lá na Câmara. Espero que tenham a mesma sensibilidade que esta Casa teve em agilizar a tramitação deste PL tão importante.

Parabéns mais uma vez.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela relatoria, Senadora Soraya Thronicke, e parabéns pela autoria, Senador Giordano.

Realmente é um tema muito importante, especialmente para o nosso país, em que o índice ainda é muito alto de desnutrição; avançou muito, mas ainda é muito alto, não só de desnutrição infantil, mas também de adultos e idosos. Então, iria contribuir bastante e a sua relatoria foi meritória e foi completa.

Parabéns, Senadora Soraya Thronicke.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

Quero colocar que a votação será nominal.

O painel já está aberto e convido os colegas Senadores e Senadoras para votarem.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Também coloco aqui para todos os assessores e assessoras presentes para entrarem em contato com seus respectivos Senadores e Senadoras, para darmos celeridade a esse processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos agora aguardar a votação dos pares para que a gente tenha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de discutir mais e de permanecer aqui, mas justamente por conta da sabatina, hoje, de Jorge Messias, eu preciso retornar ao Plenário da CCJ, Presidente. Mas espero ter contribuído e conte comigo para as votações, eu estou votando de lá – essa aqui eu já votei, votei na primeira –, e conte comigo para a gente zerar essa pauta.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Quero aqui cumprimentar o meu querido Vereador Cal Moreira, lá do meu Estado de Alagoas, Vereador pela nossa capital, capital de todos os alagoanos, Maceió. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os Vereadores da nossa Maceió.

Seja muito bem-vindo, Vereador Cal. Você que tem feito toda a diferença lá em Maceió com o seu trabalho árduo e aguerrido, destemido, lutando em prol do nosso povo, do povo da nossa querida Maceió e – por que não dizer? – do nosso povo de todo o Estado de Alagoas. Você tem feito um trabalho incrível e é motivo de muita honra tê-lo aqui no Senado Federal, especialmente, aqui na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Seja muito bem-vindo.

Também quero cumprimentar o nosso querido Pastor Allan Jefferson e, na sua pessoa, Pastor Allan Jefferson, cumprimentar todos os pastores da nossa querida Maceió e de todo o nosso Estado de Alagoas. Sejam muito bem-vindos.

Agora, estamos ainda aguardando... Mais uma vez solicito aos nossos colaboradores, aos nossos assessores e assessoras, que possam solicitar aos nossos Senadores e Senadoras para votarem.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Acabamos de atingir o quórum de votação.

Está encerrada a votação nominal e agora vamos para o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Foram 11 votos SIM; não teve nenhum voto contrário.

Abstenção: 0.

Então, foram 11 votos favoráveis num quórum de 12 votos.

Parabéns, Senador Giordano, pelo seu projeto de lei. Espero que você tenha êxito lá na Câmara dos Deputados e que os colegas Deputados tenham essa sensibilidade que o Senado teve. E com certeza será um projeto de lei vitorioso. E, mais uma vez, parabéns pela sua grande contribuição para o nosso país e especialmente para o seu estado.

Um grande abraço a todos aqui presentes, Senadores e Senadoras.

Para encerrar, quero lembrar que hoje, às 14h30 minutos, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e ao combate à violência obstétrica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Jorge Seif, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eliziane Gama, Weverton e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 61/2025 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica. **Participantes:** Wellington Callegari, Deputado Estadual; Heloísa Ferreira Lessa, Membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Saúde da Mulher do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN; Raphael Câmara Medeiros Parente, Conselheiro Federal pelo estado do Rio de Janeiro do Conselho Federal de Medicina - CFM; Larissa da Silva Lomba Serafim, Psicóloga Obstétrica e Perinatal, voluntária do Instituto Vida Maria - IVM; Cristiane Britto, Secretária-Geral Executiva da Executiva Nacional do Mulheres Republicanas; e Marcelo Marsillac Matias, Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - Simers. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/29

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês, pedindo mil desculpas. Eu sempre sou muito pontual em tudo aquilo que eu me proponho a fazer, mas hoje, realmente, essa sabatina... Eu nunca vi o Senado desse jeito, e olhe que eu já participei de outras sabatinas.

Mas eu quero agradecer muito a paciência de vocês, pedir perdão também a quem não pôde esperar, que realmente teve um cancelamento, que foi... Daqui a pouco eu falo.

Já há número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 61, de 2025 – ainda –, desta CAS, de minha autoria e de autoria dos Senadores Dr. Hiran e Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes e o combate à violência obstétrica.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, que, a partir do momento que eu toquei aquela campainha, já começaram a transmitir, e fica no YouTube, nas redes sociais, durante décadas, tudo para fonte de pesquisas. Inclusive, o material, se tiver algum material aqui que for feita a exposição, ficará também nos nossos arquivos. E também vai contar com a interatividade do cidadão, através da Ouvidoria, no telefone 0800 0612211, e pelo Portal e-Cidadania, que é www.senado.leg.br/ecidadania, que também transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já quero aqui fazer a composição da mesa.

Nós temos aqui o Deputado Estadual Wellington Callegari. Por favor, Deputado. Deputado que foi extremamente... (*Palmas.*)

É um idealista dessa causa e desenvolve esse trabalho no seu estado, Espírito Santo, com muita galhardia, e aqui a gente vai discutir e aprender juntos. Eu, por exemplo, vou aprender muito sobre esse tema hoje, eu tenho certeza.

Larissa da Silva Lomba Serafim, Psicóloga Obstétrica e Perinatal, voluntária do Instituto Vida Maria. Muito obrigado.

Dr. Raphael Câmara Medeiros Parente, vai fazer remotamente, desde cedo ele tinha confirmado. (*Pausa.*)

Dra. Heloísa Ferreira Lessa, que é Membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Saúde da Mulher do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Muito obrigado pela sua presença. (*Pausa.*)

O Marcelo está vindo aqui. Ele estava aqui nessa sala, ele saiu, mas já deve estar voltando, que é o Presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul, Marcelo Marcillac Matias. Já avisou a ele? Pronto. (*Pausa.*)

E a ex-Ministra Cristianne Britto, Secretária-Geral Executiva, hoje, da Executiva Nacional das Mulheres Republicanas. Então, ela também, daqui a pouco, está aqui.

Então vamos iniciar com as exposições.

O microfone está funcionando? Estou achando meio baixinho aqui, não sei o que foi que houve.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Alô, alô, alô? Probleminha técnico...

Vamos ver se o pessoal, pelo menos em casa, está ouvindo. Não perdeu, não, não é? Também não precisa dessa forma, não. Não perdeu, não, não é, o início? Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar, Deputado. Eu gostaria muito de ouvi-lo. O senhor foi um inspirador, a gente conversou no gabinete, acho que no ano passado, e o senhor me explicou, assim, os olhos brilhavam quando o senhor falava do projeto de lei que o senhor conseguiu aprovar e que gostaria de ver no país. Eu até perguntei sobre o meu estado, como é que estava a situação, já fiz até alguns contatos, mas eu gostaria de ouvi-lo. Então, muito obrigado por o senhor ter vindo, do Espírito Santo, para cá. É uma honra, mesmo, tê-lo aqui no Senado Federal.

O senhor tem uma exposição que, enquanto o senhor vai falando, vai passando para quem está em casa assistindo e fica também registrada aqui nos *Anais*.

Então, muito obrigado, Deputado Wellington Callegari, que tem a palavra por dez minutos com a tolerância desta Presidência, porque este é um assunto muito importante.

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (Para expor.) – Oi! Olá! Uma boa tarde a todos!

Quero aqui cumprimentar o nosso proponente, nosso querido Senador, que está presidindo a nossa sessão, Senador Girão, esse combatente da vida, combatente pelas causas, pelas boas causas da família brasileira. Vou cumprimentar também a Dra. Larissa, a Dra. Heloísa e o nosso Dr. Marcelo, que compõem aqui a mesa deste assunto tão importante, e todos os demais que estão na Casa.

Indo direto ao tema – nós estamos falando da dignidade materna –, eu acho até melhor trabalhar dessa forma, porque muita gente fala muito da violência obstétrica, e eu sei que isso gera muita resistência, Girão, nos profissionais de saúde, nos médicos. Claro, é o termo correto, porque se trata da ciência obstétrica. Não se trata aqui de acusar o obstetra de ser um sádico, de ser uma pessoa que quer esmagar. Não! Eu tenho muito respeito – nós todos temos, acredito – e admiração pelos nossos médicos, mas o termo acaba sendo violência obstétrica por causa de certos atos que agridem a dignidade da pessoa humana, da mãe, da gestante, dentro do ambiente obstétrico. Mas, para melhorar isso, eu prefiro colocar desta forma: dignidade materna.

Nós vamos entrar aqui naquela questão que é a Lei do Parto Livre. Por que eu estou trazendo aqui, graças a essa proposição do Senador Girão, o parto livre? Nós temos hoje alguns projetos de lei aqui, no Congresso Nacional, que estão causando uma certa polêmica. Tem projeto que, de certa forma, está criminalizando a ação médica, está proibindo... Claro que eu não estou aqui para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer um julgamento dos projetos em si, mas eu ouvi coisas deles também que me assustaram e – eu tenho certeza de que o Dr. Raphael Câmara vai falar, depois, melhor sobre o tema – assustaram vários profissionais da saúde – vários. O que eu quero trazer com isso? Eu quero trazer a experiência capixaba.

Eu acho que algumas das pessoas que defendem esses projetos são bem-intencionadas, são pessoas que realmente querem combater essa violência que ocorre nos hospitais, mas que, às vezes, estão pegando pela perspectiva errada. Por exemplo, para combater a violência obstétrica, vamos primeiro definir o que é essa violência, porque, às vezes, tem um ambiente tão ideológico, que... Você tem o parto cesariana, você tem o parto normal e você tem a via cesariana de nascimento. O debate é, mais ou menos, esse. E aí o que acontece? Você tem os cesaristas em alguns casos, pessoas que defendem de forma acirrada: "Não, a cesariana é mais segura, é mais rápida". E você tem os naturalistas, vamos chamar assim, que defendem o parto normal como a forma mais humanizada de ter o bebê, de trazer a criança ao mundo. Eu entendo que ambos, se forem extremados, estão errados. Eu falo isso, tendo ouvido vários profissionais de saúde, conversado com muitos. Eu entendo que existe o parto adequado, que pode ser a cesariana e pode ser o parto normal.

"Ah, Deus fez o parto normal". Óbvio, mas nós sabemos também que o estilo de vida da mulher moderna mudou, mudou muito. A mulher moderna tem estilo de vestimenta, estilo de alimentação, uso de remédios, uso de anticoncepcionais, uma série de coisas que dificultam o parto normal. Essa mulher moderna precisa, então, construir esse parto. Ela tem que construir. Estava aqui conversando com a Dra. Larissa há pouco tempo sobre isso.

Só que muitas vezes nós temos duas realidades: a mulher pobre e a mulher com condições sociais. A mulher que tem condições socioeconômicas vai contratar doula, vai contratar fisioterapeuta, vai aprender as técnicas respiratórias, vai investir nesse parto normal dela, que, obviamente, terá mais chances de ser bem-sucedido. Mas nós também temos aquela mulher da periferia que nunca ouviu falar disso, que nem pensa sobre o parto, que nem pensa sobre isso e que chega lá na ponta do chicote que é o hospital totalmente despreparada.

E aí, eu falo, é o x da questão. Vamos forçar essa mãe a ter um parto normal porque é o melhor para ela ou porque é a minha crença que está aqui em jogo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso porque nós temos casos de mulheres no meu Estado do Espírito Santo que perderam a vida no parto normal, mulheres cujo filho morreu.

Eu vou dar um exemplo. Em Colatina, nós tivemos um caso de uma mãe que foi forçada a ter um parto normal de um bebê de sete quilos. Essa mãe teve que levar 55 pontos. Ela foi estraçalhada, e o bebê sofreu uma lesão gravíssima de tendão e no braço. Agora, temos a dúvida: será que essa criança vai ter a plenitude dos movimentos daquele braço ao longo da vida? Então, aquilo foi uma escolha, e o que é pior: não foi uma escolha feita pela mãe. Foi uma escolha feita por alguém que agora não tem que arcar com essa responsabilidade.

E aí, vendo essas questões, eu como Deputado Estadual propus a Lei do Parto Livre, que, graças a Deus, foi aprovada e sancionada.

Como a gente faz nessa lei? Ela não foca no problema isolado. Ela constrói uma rede de segurança que tem as três questões que estão envolvidas. E quais são as questões a nosso ver que estão envolvidas? Um: a autonomia, que é garantir a voz da mãe. Aí, que me perdoem os defensores seja da cesariana seja do parto normal, a mãe, no meu ver, tem que ter a palavra final, dentro das condições técnicas.

Não sei se eu estou sendo bem claro.

Proteção: blindar o momento do nascimento, porque a autonomia da mãe também não pode ser maior que a vida do bebê e dela própria. E nós sabemos que o médico tem esse juramento de Hipócrates de garantir a vida da pessoa, e ele tem a garantia da autonomia dele por meio do ato médico e tudo o mais.

Agora, dentro das possibilidades técnicas, entra o sistema. Nós temos regras hospitalares punitivas. É aí que eu quero chegar. Quando eu comecei a averiguar nos hospitais, com o que eu me deparei? Existe uma meta, existia pelo menos, de que até 30% de cesarianas seriam toleradas nos hospitais públicos. Acima desses 30%, se o hospital tivesse mais de que 30% de cesariana, ele seria financeiramente punido.

Eu estou falando que isso ocorre em muitos estados, e era a realidade do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeiramente punido, por quê? Porque era uma meta. E eu digo, eu quero dizer aqui: a meta, eu não sou contra a meta, não sou contra. Como eu disse, eu não estou defendendo aqui cesariana, eu estou defendendo o melhor.

A OMS constatou que o Brasil era campeão, é campeão de cesariana, nós sabemos disso. É um problema o excesso de cirurgias. Mas a maneira de solucionar o problema é que estava errada: chegar para o hospital, botar uma arma na cabeça dele e falar: "Olhe, reduza a cesariana". Aí, o diretor do hospital, por sua vez, chega no médico e diz: "Reduza a cesariana". E esse médico... porque isso aí vira uma fábrica. O hospital deixa de ser um ambiente humanizado com uma meta dessa e se transforma numa fábrica. E aí, a mãe... Chega início de mês – vamos pensar aqui –, início de mês, o diretor do hospital pensando: "Olha, nós temos que bater a meta, é no início do mês. Doutor, segura aí". Acaba acontecendo inevitavelmente.

Então, vejam bem: a autonomia do médico estava sendo quebrada, e a autonomia da mãe, porque o médico, em vez de estar pensando apenas nas condições clínicas, está pensando numa meta. Eu estou falando a realidade do nosso estado até a aprovação da lei. Resultado: pode ser um caso desse o do bebê de Colatina. Pode ter sido um caso desse que levou à morte de um bebê em Aracruz, morto pelo excesso de uso do vácuo extrator, que acabou quebrando a cabeça do bebê; o bebê teve múltiplas fraturas cranianas. E isso, para mim, era inadmissível, é inadmissível. "Mas Callegari, você não falou que a meta é boa". Sim, mas a meta não tem que ser cumprida pelo hospital.

O problema nós sabemos que é na atenção básica. É a reclamação de todos os hospitais: "A mãe chega aqui sem preparo, sem um pré-natal adequado, e aí eu tenho que dar conta de fazer o parto normal?". Aquela mulher que chega ali despreparada, também nunca ouviu falar, não sabe nem... nem imagina a dor que vai sentir.

Então, o que acontece? A lei entrou, e aí fizemos reuniões, o Conselho Regional de Medicina nos apoiou. E aí, "Callegari, como é que foi?". Fizemos conversas, tivemos muito apoio do Conselho Regional de Medicina, e conseguimos... Eu falo que é quase impossível, mas a gente conseguiu: que foi conciliar a posição das doulas – da associação espírito-santense de doulas –, Conselho Regional de Medicina, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. Você veja, instituições que, muitas vezes, estão batendo cabeça, estão brigando, porque a doula está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo uma coisa, os médicos estão defendendo outra, mas, ali, nós conseguimos entrar num consenso. Foram oito audiências públicas que nós fizemos – oito –, no interior inclusive, e daí foi surgindo esse consenso.

Então, você tem a via clínica... O que eu estou querendo dizer com isso? As três pontas – o sistema, a mãe e o médico –, respeitados e trabalhando para a mesma coisa, que é o nascimento seguro dessa criança, com respeito à dignidade da mãe. E eu vou sempre bater nessa questão da dignidade da mãe, por quê? Eu não posso dizer que eu respeito a dignidade de uma pessoa se eu não a ouço. Eu não posso dizer que eu a respeito. Só há respeito quando eu te ouço. E, da mesma forma que você tem a violência de se negar uma cesariana a uma mãe que deveria estar tendo a cesariana, também tem a violência da mulher que gostaria de ter um parto normal, mas também lhe foi negado sem motivo técnico. Porque é lógico, e a lei prevê isso: se a mãe quer o parto normal, mas não há condições, o médico não vai poder respeitar essa vontade dela. É lógico! Temos que salvar essa vida. Mas ele vai ter que justificar isso tecnicamente, e não porque "ah...", igual temos casos de médicos que queriam esvaziar a maternidade e não respeitaram o tempo daquela mãe.

Então, a questão toda é essa: doutor, você está agindo em nome da sua vontade? Porque, na minha opinião, o médico não tem que ter vontade numa situação dessa; o médico tem que ter a técnica. Você está agindo por causa da realidade dos fatos: é a realidade que impõe esse parto normal, é a realidade que está impondo essa cesariana. E, dentro das possibilidades, dá para fazer a vontade da mãe? Basicamente, é isso. E aí... (*Pausa.*)

Primeiro ponto, nós temos aqui um pilar, que é o plano de parto como documento oficial. É claro que o plano de parto é uma recomendação da OMS, que é o planejamento da mãe, a gestante, já ir para o hospital com o seu documento. "Eu quero parto desse jeito, de cócoras, com água...", e não sei o quê, que é uma coisa que as pessoas das classes mais altas vêm fazendo – porque elas pagam –, mas, agora, no Estado do Espírito Santo, o plano de parto tem que ser aceito no hospital. "Mas tem, Callegari? Como é isso?" Sempre assusta, né? "Tem?" Não, calma: tem, dentro das possibilidades técnicas.

Não é impor o impossível, mas, se o médico não pôde respeitar o plano de parto, tudo bem, justifique – justifique tecnicamente. E aí, o que eu acho importante? Isso resguarda o médico. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico também tem o seu resguardo ali, porque ele tinha um roteiro para cumprir – que ele cumpriu –, mas aquilo que ele não pôde cumprir foi tecnicamente justificado, então fica ali no partograma, fica ali na documentação pós-parto, todo o roteiro do que aconteceu. Então, você tem a mãe respeitada e o médico resguardado – resguardado –, conciliando a dignidade e a vontade da mãe com a autoridade técnica. Repito: o médico é a autoridade técnica; a mãe tem a soberania da sua vontade, que, na medida do possível, deve ser respeitada.

Aí, tem ali um texto: a verdadeira medicina não impõe, ela ampara. Essa legislação busca a harmonização perfeita no centro cirúrgico: equilibrar a autoridade técnica indispensável do médico com a dignidade inegociável e a vontade soberana da mãe – soberana dentro das limitações, obviamente, que a realidade impõe.

E aí, o que eu acho importante salientar? A partir do momento em que a mãe está ali e que ela tem esse direito de escolha, nós devemos lutar pelo parto normal, Senador Girão? Eu acho que sim. Devemos lutar pelo parto normal, humanizado. Mas a luta não se faz com imposição dentro de um hospital. A luta começa bem antes nas prefeituras, com a atenção primária. A mãe... Eu penso o seguinte: se eu quero que aquela mãe faça o parto normal, eu devo convencê-la, e não impor, mas esse convencimento vem desde o primeiro dia em que ela descobriu que está grávida. Mas, no Brasil, nós não temos a cultura do parto, nós sabemos disso. Eu já encontrei mães grávidas no sexto mês de gestação, que você pergunta para ela: você já pensou na via do parto? E ela diz: "Não". Mas, espere aí, está no sexto mês! O brasileiro, em média, não pensa nisso. E aí, isso acaba levando a situações de violência obstétrica que, muitas vezes, não é uma violência intencional; é um choque que está havendo ali. É um choque causado pela desinformação, pela ignorância, pela falta de estrutura.

Os hospitais não podem mais ser forçados a bater metas de parto normal sob a ameaça de perder recurso no Espírito Santo. Desde que a lei foi implantada, isso não é mais critério para perda de recursos hospitalares, acabou. Então, não há mais justificativa financeira do hospital para negar a vontade da mãe, ele está apto a conciliar a necessidade técnica com a vontade da mãe e não mais há uma imposição de um terceiro, que é o Governo – "Se fizer, vai tomar punição" –, porque essa pressão gera um ambiente propício à violência. Então, nós acabamos com uma meta artificial, porque não é ali no hospital que a gente vai cumprir essa meta. Se nós queremos reduzir, eu acho que há um consenso que não é ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é outra questão que está na lei, porque eu estou até agora falando basicamente de parto, via de parto e escolha, mas existem outras agressões no parto. Nenhuma intervenção no corpo da gestante deve ser uma surpresa: estabelecemos uma limitação rigorosa de práticas invasivas e violentas, condicionando obrigatoriamente qualquer procedimento a informação transparente por parte da equipe e autorização prévia e expressa da mãe. Estamos falando aqui de técnicas que são brutais, como é a episiotomia, o uso de toques por parte de pessoas que não são o médico da mãe – estou falando de hospital-escola, que tem lá um monte de...

Callegari, mas você é contra isso? Não, olha só, é aí que eu acho que nós precisamos... Eu entendo quando os médicos se colocam contra qualquer lei e tal, porque não é proibir, mas espera aí, existe uma distância entre proibir e avisar, informar. Eu tenho casos, relatos de mães – eu não quis trazer aqui para não ficar uma coisa sensacionalista e nem ficar me alongando muito –, tenho vários vídeos de mães, dizendo: "Callegari, no dia do meu parto eu fui tocada por umas oito pessoas diferentes". Como é isso? Eu, como homem, eu tento imaginar como é isso para uma mulher, oito pessoas diferentes. Claro, eu estou falando de pessoas de baixa renda, isso não vai acontecer com nossa esposa, com a esposa de quem pode pagar, não, são pessoas de baixa renda.

Aí a pessoa vai retrucar: "Mas o aluno não tem que aprender?". Tem, mas isso tem que ser de forma humanizada, com a autorização dela. E se ela não quiser estar sendo usada ali para conhecimento científico de terceiro? É um direito dela, é um direito da mãe. Então tem que conversar com essa mãe, tem que questioná-la: "Mãe, a gente pode aqui trazer...". Se ela estiver se sentindo à vontade para isso, aí sim.

A mesma coisa com a episiotomia, a mãe tem que ser avisada, tem que ser pedida a autorização, sabe por quê? Porque nós estamos falando de parto, e isso tem que ser avisado à mãe antes de ela começar o trabalho de indução: "Mãe, a gente vai começar a indução, mas, se não der certo lá na frente, nós vamos ter que cortar a senhora". E aí, então: "Espera aí, eu estou abrindo mão de uma cirurgia no ventre por uma cirurgia no meu órgão sexual? Então, espera aí, se for para correr esse risco, eu quero saber. É isso?".

Porque muitas vezes o parto normal é vendido... Eu não estou... Não tenho posição, nem a favor, nem contra parto normal ou cesariana, acho que já ficou claro isso, mas eu quero dizer aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seguinte: muitas vezes é vendido que o parto normal é um parto sem risco e somente a cesariana tem risco, e não é isso que a gente vê, ambos têm problemas, ambos têm. Claro, quando o parto é normal, o bebê escorrega, vamos dizer assim, é lógico que é dez vezes, mil vezes melhor que uma cesariana, mas quando se trata de um parto forçado, trabalho de parto longo, doloroso, com o bebê muitas vezes defecando dentro da mãe, com você tendo que, no final, cortar a mãe no órgão sexual dela... Como dizer que isso aí é melhor do que a cesariana? Como dizer que mães que estão aí vão ficar a vida inteira – vida inteira, não –, crianças que vão ficar a vida inteira com paralisia cerebral por causa de acidentes no parto? E eu até uma vez perguntei a uma doutora: "A senhora tem números [porque ela tinha números de casos de infecção pós-parto em cesariana] de crianças que ficaram com paralisia cerebral em parto normal, para a gente comparar com cesariana?". Aí não tem, aí esse número não tem. Então existe uma situação grave aí também, a qual a gente entra contra na nossa lei.

A lei também estabelece a presença tanto de doulas como de acompanhantes, porque já existiam muitas leis municipais, Senador Girão, que permitiam ou doula ou acompanhante; agora, não, agora são os dois, ambos são permitidos. Mas aí vem novamente a questão: tá, mas estamos falando de uma sala de parto, numa cirurgia; aí o médico, obviamente, por questões técnicas: "Temos que tirar as pessoas". A autoridade técnica do médico tem que ser respeitada. Agora, se está ali no parto normal, por que não permitir? Por uma questão de que eu não gosto da presença de terceiro? Não, a lei é clara.

Então, vejam bem, o médico sempre terá o comando do processo, desde que ele haja de forma técnica, desde que ele haja em cima de argumentos claros, e não em torno de opiniões pessoais: "Ah, eu não gosto de parto normal, acho perigoso, eu não gosto de cesariana, porque a mãe tem que se sentir mais viva na hora do parto, plena". Não, nenhuma coisa nem outra – nenhuma coisa nem outra.

Então foi disto que nós saímos: do modelo ultrapassado que havia no Espírito Santo, de metas cegas e punitivas, para a escolha individual respeitada; de decisões médicas unilaterais, muitas vezes, embora quero aqui destacar que nem sempre eram decisões médicas unilaterais, eram decisões administrativas impostas por metas absurdas e burocráticas, com um burocrata atrás do médico impondo, para o plano de parto como documento oficial; de procedimento surpresa, em que a mãe foi cortada – nem sabe onde –, e fica por isso mesmo, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consentimento prévio exigido; de risco de isolamento da mãe na sala de parto, que não há mais, para a presença garantida de doulas e acompanhantes.

Então, encerrando aqui minha fala, minha exposição, o que eu quero deixar para a Comissão e deixar nesta audiência pública? Qual contribuição? Dentro deste debate, que eu vejo que muitas vezes é acalorado – e eu passei por isso, Senador, lá no Espírito Santo, em que foi acalorado também –, nós conseguimos conciliar uma lei que, a meu ver, foi uma alternativa que respeitou o trabalho dos médicos – e, por isso, teve o apoio do CRM –, garantiu o direito e a dignidade da mãe, e, ao mesmo tempo, eu acho que ela é um convite ao sistema, um convite ao poder público a agir de forma mais efetiva na atenção básica, porque, se eu quero bater essas metas, não é artificialmente no hospital, é nos municípios, é atuando junto às secretarias municipais de saúde, para nós envolvermos mais as gestantes.

Por exemplo, o Espírito Santo tem boas maternidades, mas aí eu chegava e via lá toda uma estrutura, com banheira, aquela coisa maravilhosa, tudo para a mãe, e aí eu perguntava: "E, aí, as mães vêm conhecer?". Muitas vezes não.

Então, eu estou falando mesmo de municípios que, muitas vezes, lavam as mãos, porque não têm maternidade – municípios pequenos... "Ah, eu não tenho maternidade, e ela sai daqui para ter o filho não sei onde", como se ele não tivesse o problema, mas ele tem, ele tem gestante no município dele. Esses municípios têm que ser chamados à responsabilidade também, eles têm que ser confrontados: "Esperem aí, por que vocês não organizam, por exemplo, excursões das mães do seu município, para conhecerem o município onde elas vão ter seus filhos e para entenderem o que está acontecendo?"

Eu acho também que outra coisa em que se tem que investir mais é na questão do conhecimento do plano de parto, porque, mesmo no nosso Estado do Espírito Santo, nós ainda temos muitas pessoas – a maioria, talvez – que ainda não conhecem o que é um plano de parto, que não sabem do papel das doulas, e por aí vai.

Então, foi uma lei construída para garantir o direito da mãe, a dignidade da gestante, junto com a autoridade técnica do médico, e para estimular os poderes públicos a tomarem, nas suas mãos, esse processo, para a gente construir uma cultura do parto que não há em nosso país, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero encerrar a minha fala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Olhem, eu vou falar uma coisa: uma exposição dessa, Deputado, fica na história.

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E outra coisa: aumenta a nossa responsabilidade, não é? Porque o senhor conseguiu construir algo pioneiro, que, aí sim, é legislar a favor da vida. Isso joga uma responsabilidade para nós nos estados e para cá, no Senado Federal, grande, porque essa é a construção democrática.

O senhor ouviu quantas audiências? Oito?

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Foram oito audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foram oito audiências públicas que o senhor conduziu, inclusive no interior do Espírito Santo, ouvindo as diferentes correntes. E o senhor conseguiu um ponto de união e teve uma lei aprovada, sancionada pelo Governador. Dá uma certa tranquilidade, não é? Como o senhor falou ali, é respeito à dignidade dos dois, da mãe e do bebê.

Então, realmente, eu o cumprimento e, mais uma vez, agradeço-lhe a presença aqui no Senado Federal.

Daqui a pouco, a gente vai fazer a rodada final... Quando a gente ouvir todos os expositores, nós vamos fazer, depois, uma rodada final de perguntas que possam surgir, inclusive dos internautas, para quem quiser fazer as suas considerações finais e perguntar especificamente.

Eu vou pedir licença; o Dr. Raphael Câmara vai ter que sair agora. Eu pergunto até: quem está pegando o voo? Tem alguém pegando o voo daqui a pouco?

(*Manifestação da plateia.*)

Conseguiu? Ah, graças a Deus! Muito obrigado, Heloísa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês são daqui de Brasília? É de Brasília? A Cristianne é de Brasília?

(*Manifestação da plateia.*)

Mas a gente vai ser bem ágil aqui.

Eu passo a palavra para o Dr. Raphael Câmara, outro grande homem por quem eu tenho muita admiração. É um defensor da causa da vida e se aprofunda bastante nos temas. Eu tenho certeza de que ele vai... Ele é do Conselho Federal de Medicina e é alguém que eu sei, eu sou testemunha, que tem muita influência lá dentro do Conselho Federal de Medicina, que é presidido, hoje, pelo Dr. Hiran Gallo.

Várias perguntas já chegaram aqui; depois, eu as faço na rodada final, para quem se sentir confortável para responder.

Dr. Raphael Câmara, muito obrigado. Desculpe-me por demorar demais. Eu sei que o senhor estava também com um olho aqui e outro lá na sabatina. Inclusive, entramos num tema de que o senhor é muito *expert*. E que a verdade venha toda à tona. Muito obrigado.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição sobre esse tema de que nós estamos tratando aqui.

Obrigado.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Dr. Girão, boa tarde, grande amigo. É uma honra estar aqui.

Antes, eu não tenho como, no dia de hoje... Como o senhor fala, é a causa das causas a defesa da vida. Estou hoje representando o Conselho Federal de Medicina. E a gente antes gostaria, sim, muito, de solicitar ao sabatinado para mudar esse parecer dele contra a resolução do Conselho Federal de Medicina da assistolia fetal, de que eu fui o relator. Enquanto essa resolução está revogada, está suspensa, dois a três bebês de oito, nove meses morrem por semana. Então, não tenho como não deixar esse pedido aqui, que eu sei que é uma causa sua.

Dito isso, eu quero fazer aqui... Eu tenho que compartilhar, certo? Então, por favor, me ajudem aí, se der problema, eu peço que só conte o tempo quando tiver, porque pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nossa equipe está vendo aqui como é que pode compartilhar... Opa. Está entrando aqui, olhe.

Deu.

Olhe aqui, violência institucional...

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Tem que apertar em...

E depois tem que colocar em...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Chegou a entrar, agora saiu.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Não, é que tem que colocar em modo...

Eu vou colocar aqui a apresentação, aí peço só que o pessoal veja se está tudo o.k. aí.

Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o senhor precisa compartilhar novamente.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Então, vamos fazer o seguinte? Que eu acho que... (*Falha no áudio.*) porque, eu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Chegou a entrar, viu? No primeiro momento...

Agora é o seu sinal que está ruim.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Eu sei, é...

Está ruim? (*Pausa.*)

Continua ruim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, melhorou – melhorou.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Então, faça o seguinte: vocês podem colocar aí e eu vou falando próximo? É o que dá para fazer, talvez seja a forma mais rápida para não atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos colocar aqui agora, só um minutinho, que aí o senhor vai falando próximo, aí eles vão mudando aqui. Acho que dá. Não dá, pessoal?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Isso, eu acho que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O pessoal da Secretaria está... Opa, já está, vamos ver aqui.

Pronto.

Vai ter um pequeno *delay*, mas aí o senhor vai acompanhando.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – É do jogo, não tem problema nenhum

É importante a apresentação: eu sou Raphael Câmara, Conselheiro Federal de Medicina, médico ginecologista obstetra, com mestrado, doutorado, trabalho com isso o tempo inteiro. Então, não sou um leigo falando, além de representar o Conselho Federal de Medicina.

Dito isso, a gente até, como provocação, Senador... Nós não aceitamos o termo violência obstétrica. Isso é uma posição que está em resolução do Conselho Federal de Medicina. A gente entende que o termo violência obstétrica estigmatiza o obstetra, então a gente entende que o termo correto... Não é uma posição só do conselho federal, é também da Febrasgo, e olhe que eu falo com tranquilidade, que eu tenho n desavenças com a Febrasgo, inclusive eu não pago a Febrasgo, porque ela foi defender a descriminalização do aborto em 2018. Essa é a posição do Ministério da Saúde, que foi de uma portaria de 2019 pelo que me antecedeu no ministério, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erro que não tenha sido revogada. Então, o termo que nós entendemos seja esse: violência institucional; ou seja, a culpa é do gestor do sistema, e não do obstetra.

Bom, então está aí o que eu acabei de falar, tanto o parecer do CFM quanto o que a gente entende.

Pode passar. Eu combinei só com a assessoria, 15 minutos.

Bom, aqui também o Cremerj. Pode passar também, é só para mostrar que as instituições médicas não concordam com esse termo.

Então, no contexto legislativo, qual é o problema? Como o Deputado falou também, meu grande amigo, a Cris, Ministra, nossa ex-Ministra, sempre Ministra, que também vai falar depois, que me deu a medalha Princesa Isabel, os projetos em tramitação buscam tipificar condutas. A nossa posição é clara: se esses PLs, como estão, passarem, a orientação, sinceramente, vai ser para os obstetras saírem dos hospitais. O risco que eles vão correr de serem presos, a cada plantão, é enorme. Interferem na autonomia técnica, há uma possível interferência na autonomia técnica do médico baseada em evidências.

Ampliação do conceito para abarcar outros clínicos e aspectos da comunicação. A criminalização clínica, criminalização de intervenções reconhecidas, essenciais, que eu vou mostrar a seguir, e procedimentos sob risco. Por exemplo, tudo é considerado violência obstétrica na cabeça dessas pessoas. Indução do parto é violência obstétrica, ocitocina, fórceps, analgesia, cesariana – o pessoal tem ojeriza à cesariana. Sobre tudo isso eu vou falar.

Próximo.

A aprovação dessas propostas pode produzir efeitos contrários aos pretendidos. Um é insegurança jurídica: o profissional enfrenta risco de responsabilização penal em contextos clínicos complexos, que é a decisão de um segundo, para você decidir se faz isso ou não faz aquilo, pode significar duas vidas, não é somente uma vida. Vai provocar hesitação decisória, ou seja, você vai ficar pensando nisto na hora de tomar uma decisão: "Eu vou ser preso ou não vou ser preso?". "Faço a cesárea ou não faço a cesárea?". "Passo fórceps ou não passo o fórceps?" O retardo na tomada de decisão em momentos críticos pode ser determinante para a sobrevivência do binômio mãe-bebê e a perda de autonomia. A gente fica sujeito a leigos: o que leigos pensam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que leigos decidem, com a redução da autonomia técnica. Ninguém se decide, por exemplo, ninguém se mete.

A ignorância, Senador, é uma virtude, muitas vezes, é uma dádiva, porque, eu, como sei de todos os riscos de uma cirurgia, jamais me aventuraria, por exemplo, a fazer uma cirurgia no coração, a uma cirurgia no cérebro, a uma cirurgia onde for, porque eu fui treinado para fazer cirurgia na barriga, no aparelho reprodutivo, e nas mamas. Mas tem pessoas que acham que isso é a coisa mais tranquila do mundo, fazer uma cirurgia, abrir uma barriga, a especialidade que mais sangra na vida é a obstetrícia. Então, a redução da autonomia técnica, baseada em evidências, compromete a qualidade essencial.

Próximo.

Risco de desassistência. Não tenha dúvida de que, se esses projetos de violência obstétrica – eu estou focando aqui na questão dos projetos de violência obstétrica – passarem como estão, é só conversar com os colegas obstétricos: vai todo mundo abandonar o SUS. No privado, não; porque, no privado, o preço que você vai colocar já está incluído ali o risco de processo. Mas, no SUS, que você tem um salário fixo – 99% das vezes um salário horrível –, os médicos vão abandonar os plantões. Quem vai sofrer? A mulher pobre, a gestante pobre. Risco de criminalização profissional de saúde, condições adversas de trabalho já existentes. Eu chamava, antes de entrar no ministério... É importante dizer que, com as minhas condutas – o senhor sabe disso –, o Brasil teve a menor mortalidade materna da história em 2022. Isso foi logo após o caos, numa política baseada em técnica e ciência, contra o aborto, e a gente conseguiu isso, com pressão jurídica crescente sobre obstetras, que já é a segunda especialidade com maior processo, só perde para a cirurgia plástica, em impacto direto. A obstetrícia torna-se especialidade de alto risco, comprometendo o acesso à população à assistência, sobretudo no SUS.

Próximo.

Ampliação excessiva do conceito. Os textos legislativos em questão adotam definições amplas e imprecisas, que podem enquadrar com violência. Condutas clínicas, procedimentos médicos reconhecidos e baseados em evidências científicas passam a ser violência obstétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicação, formas de expressão e linguagem utilizadas. Por exemplo, não sei por que esse pessoal odeia... Eu não chamo, mas geralmente é comum se chamar a gestante de "mãe" ou "mãezinha"; aí "Isso também é violência obstétrica". Muitas vezes, no momento do desespero, você não consegue nem perguntar o nome da pessoa. Termos afetivos, expressões coloquiais carinhosas, interpretadas como ofensivas, também gerando responsabilização penal.

Próximo.

Quais projetos de lei são esses?

Então, se não fosse esse "nós fomos vistos", nós, no desespero, sabendo que no mês dito – em março –, em que a qualquer momento poderiam aprovar dois projetos de lei, nós fizemos um vídeo e foi esse vídeo que salvou a obstetrícia e as gestantes pobres do país.

Esse vídeo deu mais de 2 milhões de visualizações, só o nosso – eu, o Francisco e o Diogo –, e com o *tracking* deu mais de 10 milhões de visualizações. Com isso, os Parlamentares entenderam o que eles iriam aprovar sem saber que estavam aprovando – porque o senhor, como Senador, sabe que muitas vezes esses projetos entram de supetão; ninguém sabe nem o que está votando e se coloca. Então, esse nosso vídeo realmente foi um verdadeiro sucesso e com isso a gente conseguiu, pelo menos, postergar.

Próximo.

Três conselheiros federais.

Bom, agora eu vou falar especificamente do seu projeto de lei – até então eu não estava falando –, aqui sempre no sentido de aprimorar, de melhorar, porque o senhor sempre nos ouviu. Eu falo com tranquilidade que o senhor hoje é um Senador um dos mais parceiros, se não o mais parceiro, do Conselho Federal de Medicina – essa, pelo menos, é uma opinião pessoal minha; não estou falando pelo CFM neste momento, nesse exato segundo.

Autoria: Senador Eduardo Girão. Dispõe sobre a garantia da atenção humanizada.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, quais são as questões que a gente tem? Bom, o art. 3º, que dá... – eu não vou ler tudo – mas basicamente é a questão de autorizar a filmagem, passar a ser um direito, um dever do médico de brigar.

Eu, inclusive, recentemente, em março... Um parecer meu, do Cremerj, dizendo que quem autoriza ou não a filmagem na sala de parto é o obstetra, por motivos óbvios. Primeiro: você vai ter uma situação em que a pessoa que está do outro lado, num possível litígio, vai ter todas as armas contra você, e você nenhuma, porque obviamente ela vai ter a gravação – ela edita como quiser, usa o que ela quiser – e o médico lá, completamente desassistido nessa situação.

Além disso, existe a questão que é o direito de imagem. Você não é obrigado a querer participar de um evento de outra pessoa como um ator daquele evento e, muitas vezes – quando não sempre –, você completamente ensanguentado, defecado e urinado, porque essa é a realidade do obstetra. Você no chão, muitas vezes, e aparecendo, depois, numa imagem que vai durar décadas aquilo ali sendo passado, e sabe-se lá como vai ser passado.

Então, não é possível que você tenha esse direito de poder expor uma outra pessoa. "Ah, mas você não vai aparecer." – eu quero saber como que pode ter uma imagem de um parto em que o obstetra não apareça. Quem conseguir isso daí... só se for tapando, escondendo a imagem do obstetra, e certamente ninguém vai querer isso.

Então, a posição nossa é de que isso tem que ser autorizado e combinado com o médico, e não imposto.

Próximo.

Durante o pré-natal, será abordada, pela equipe de saúde, a questão do plano de parto.

E aí, no plano de parto, Senador, a gente já vê as maiores loucuras. Eu vou colocar alguns exemplos aqui. Inclusive, tem uma resolução minha, no Rio, vigente, que desobriga o médico de assinar maluquices. Tentaram derrubar na Justiça e não conseguiram.

Inclusive, às vezes tem processos em que a pessoa assina, no plano de parto, que não quer anestesia de jeito nenhum, e aí depois, na hora, tem que dar anestesia – a pessoa ainda fala assim: "Ah, eu não quero! Mesmo que eu peça, mesmo que eu grite e tal, não faça!'' – e depois a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que recebeu a anestesia vai e processa o médico. Isso é só procurar na Justiça que vocês vão ver que não tem nada de *fake news*.

> § 3º O parto cirúrgico somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:
> I – quando o parto pela via vaginal representar risco para a gestante ou para o nascituro;
> II – por decisão da gestante [...] [ou seja, informado]

Isso é totalmente... Está muito amplo, não dá margem... dá margem, na verdade, à criminalização desnecessária. Eu acho que tem que se discutir também essa questão.

Próximo.

Caracteriza-se como violência obstétrica... A mesma coisa daqueles lá de violência obstétrica, que não dizia quem iria dizer o que é violência obstétrica. No PL de violência obstétrica que colocava 15 anos de cadeia para o obstetra, dizia que era uma suposta autoridade de saúde. Quem é a autoridade de saúde? Quem seria? Por exemplo, no Ministério da Saúde, o que está vigente é o meu manual de 2022, em que a gente autoriza tudo isso, mas certamente isso não agrada a turma do termo "violência obstétrica". E entendam que essa turma, Senador, geralmente é a turma que defende a descriminalização do aborto. Isso é, sim, uma questão muito bem dividida no Brasil. Tem que entender também essa questão.

Então, "não permitir que a mulher escolha sua posição de parto, obrigando-a a parir deitada [...]", ou seja, a posição de litotomia – eu vou falar sobre isso aqui. Os estudos mostram que muitas vezes é a melhor posição, muitas vezes a mulher não tem como escolher a posição de parto. A gente está falando de uma situação de risco de morte, do que eu também vou falar um pouco na frente.

"Efetuar exame de toque repetidas vezes, por mais de uma pessoa, sem o devido esclarecimento e sem o consentimento [...]", o que é "repetidas vezes"? Tudo que fica vago... Mais do que duas vezes já pode ser "repetidas vezes". Muitas vezes você tem que fazer um toque mais repetido, outras vezes não há necessidade. Então, tudo que fica muito vago, coloca em risco o obstetra.

"Realizar cirurgia cesariana, sem autorização e sem informar à parturiente sobre seus riscos, ou ao seu acompanhante [...]", mas como assim "sem autorização"? A cirurgia cesariana, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, é uma cirurgia de emergência. Seria que nem você solicitar autorização para fazer massagem cardíaca em alguém. Como é que, no momento em que está morrendo a mãe, a mulher, eu vou solicitar autorização ou falar com sei lá quem? É uma situação de emergência. Isso, muitas vezes, vem de quem nunca entrou numa maternidade na vida, que não tem noção do que seja uma maternidade. Aí acha: "Não, senhora. A senhora está morrendo agora tal e tal, assina isso aqui". Não é assim que a coisa funciona na vida real.

Próximo. Então, acabei o seu projeto e entrei no do José Guimarães, que é esse que a gente estava discutindo antes – pode passar –, de 2025. Mais cinco minutinhos e eu acabo. Dos crimes, que coloca por ofender a integridade corporal três anos.

Pode passar.

Se a lesão resulta em incapacidade, vai aumentando, seis anos de cadeia para o obstetra.

Pode passar.

E pode chegar a 15 anos, ou seja, se, por exemplo, a mulher tiver a perda ou inutilização de um membro, sentido, ou seja, se perder o útero por um motivo que tenha que perder – muitas vezes você tem que fazer a histerectomia para salvar a mulher –, 15 anos de cadeia. É o que está escrito aí – é o que está escrito. "Ah, mas não é bem isso". Não, não é bem isso, não. O que está escrito é que se a lesão resulta em perda de membro, ou seja, caso perca a função reprodutiva por perder o útero, o obstetra vai ter 15 anos de cadeia. Então, tudo que fica vago não dá para ser criminalizado.

Próximo.

Causar dano emocional à gestante. O que é dano emocional? É uma coisa dificílima de você provar, eu falo isso agora como perito. Então, dois anos de cadeia para uma coisa tão subjetiva dessa. Você vai chegar e criminalizar o obstetra. "Ridicularização, humilhação, constrangimento". Se eu provocar constrangimento na cabeça daquela pessoa – não é na cabeça de uma outra pessoa, é na cabeça daquela pessoa – que for me denunciar no plantão, eu posso ficar dois anos na cadeia.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para entender que esse termo "violência obstétrica" vem da Venezuela, encampado pela Fundação Perseu Abramo do PT. Então, é um termo ideológico de esquerda, é importante que isso fique claro.

Próximo.

E aqui vamos falar rapidamente do que eu tinha avisado, de alguns procedimentos que são demonizados por essa turma da violência obstétrica e do dito parto humanizado.

"Não pode fazer episiotomia, de jeito nenhum". É óbvio que a episiotomia de rotina não deve ser feita, mas CFM, Febrasgo, Ministério da Saúde, lá no meu manual de 2022, feito pelo maior time de especialistas do Brasil, e junto com a Febrasgo, porque o atual Ministério não consegue colocar pessoas técnicas para fazer – tentaram puxar o de 2017, usaram o nome do CFM; o CFM mandou tirar, não sei se já tiraram, porque eles não conseguiram fazer um documento novo... Mostra aqui, eu não vou entrar em cada detalhe, mas está em amarelo, dizendo que a episiotomia, quando indicada, pode e deve ser feita.

Próximo eslaide.

Está aí sempre a referência, porque, se eu for ler tudo, a gente não acaba.

Inventam situações, né? Estão aqui, também, estudos mostrando que, sem episiotomia, você, inclusive, aumenta o número de laceração em determinadas situações. Aí, olha como é que o *Estadão* coloca: "Não me corta" – o não me corta é fazer episiotomia, que às vezes é necessária –, "mulheres imploram" – imploram –, "mas mesmo assim são mutiladas". Olha como a mídia coloca! Um procedimento que, às vezes, é necessário, sendo colocado como uma mutilação, como algo de tortura, que você faz para salvar a vida da mãe e do bebê.

Próximo.

Mais uma vez, colocam como violência obstétrica o fórceps. Fórceps, se aquele bebê estiver no período expulsivo, pode ser a única solução para salvá-lo. É o fórceps ou o Kiwi; ou o que eu vou falar depois, a manobra de Kristeller. A própria cesariana também é colocada como violência obstétrica. E aí, a gente tem que ouvir situações do tipo: "Entre mulheres negras, é comum ouvir relatos de médicos que recusam a aplicação de anestesias". Isso é absurdo! Médico nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recusa aplicação de anestesia nenhuma, são mentiras que colocam para dizer que médico, de forma geral – essa demonização do médico, que foi feita de forma recente –, é racista. "Segundo elas, esses profissionais se valem de uma máxima racista de que a mulher negra é mais forte". Eu nunca ouvi isso, como obstetra formado pela UFRJ; fiz residência pela Uerj e nunca ouvi isso, desde 2001, quando eu me formei – vinte e cinco anos de formado.

Próximo.

E aqui, Kristeller. Por esse "porra" aqui eu peço desculpa, mas é o que estava na internet. O que eles fazem? Eles querem dizer que a manobra de Kristeller é você sentar, subir em cima da barriga da mulher. Não é. A manobra de Kristeller é você fazer uma pressão por cima – assim, dessa forma – na barriga da mulher, para ajudar o bebê a nascer. Isso é manobra de Kristeller. Se a pessoa sobe, senta ou qualquer coisa, eu sei lá que diabo é isso, mas não é manobra de Kristeller. Isso também querem colocar como violência obstétrica, manobra que, também, às vezes, é necessária; manobra que a Febrasgo também orienta a fazer, que não é proscrita, não é proibida, é só ir lá no *site* da Febrasgo.

Então, assim, a gente não pode... Porque, às vezes, é a única manobra, Senador, que a gente tem para fazer para evitar a morte da mulher. E aí, vai fazer o quê? "Não, não vou fazer nada, porque está proibido, porque não sei quem falou, porque a doula falou, porque a leiga falou, porque a promotora falou". Mas, enquanto isso, todas as sociedades de especialidades dizem que pode fazer.

Próximo.

E aí, a manobra de Kristeller, muitas vezes, está equivocadamente classificada como proscrita, mas não há qualquer evidência científica de que não deva ser utilizada. A Febrasgo ratificou a manobra de Kristeller para as situações necessárias e excepcionais – concordo, excepcionais, mas, no momento em que você proíbe, você não pode fazer em situação nenhuma.

Próximo.

Aqui – e aí, eu estou mostrando a Cochrane, de que o senhor gosta bastante –, mostrando que, se necessário, essa pressão fúndica, que é o termo usado em inglês, pode e deve ser feita, e que não há estudos que digam que ela é proibida. Eu estou mostrando a Cochrane – que é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse pessoal mais gosta de dizer –, que é o máximo da evidência científica. Onde que está escrito aí que essa manobra é proibida? Está aí, está aí a referência, não vou ler tudo para eu respeitar o tempo.

Próximo. Já está acabando.

E aí também há essas outras mentiras, o pontinho do marido, nunca ouvi falar nisso, só que a mídia, a *Intercept*, gosta de inventar essas mentiras para dizer que médico faz violência obstétrica. "O ponto para o marido não é só um mito [...]"; é um mito sim, ninguém nunca ouviu falar nisso, não existe essa situação.

Próximo.

E aqui, fechando já, são exemplos retirados de planos de parto reais. Eu tenho esses planos de parto comigo, eu não botei aqui por uma questão de sigilo.

"Desejo não ter medicação para dor". Em 90% dos partos que um obstetra faz, a mulher vai dizer que aquele é o momento em que ela mais sentiu dor na história da vida dela. Essa história de que parto não dói... Dói e dói muito, dói demais o parto na maioria das mulheres – algumas poucas não sentem.

"Não permito episiotomia em hipótese nenhuma". E se for necessário? "Não, eu não permito". O médico se assinar isso, ele fica complicado.

"Não quero que seja oferecida analgesia por nenhum membro da equipe. Eu mesma pedirei caso deseje alívio de dor". Não pode nem ser oferecido, se alguém oferecer à senhora: "Quer anestesia?", está indo contra o plano de parto.

"Não permito que minha barriga seja empurrada [...]". É a questão da manobra.

"Não autorizo o uso de colírio ou nitrato de prata". A gente está falando aqui da profilaxia de gonococcia ou de clamídia no bebê, que hoje é feita até com... Com outra substância, mas pode ser que não tenha e tenha que fazer com isso. Isso previne, Senador, a criança de ficar cega, e tem gente que acha que isso também é violência obstétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Deixar o bebê nascer naturalmente, sem puxos dirigidos ou giros e manobras manuais no expulsivo". Muitas vezes você tem que fazer manobra, por exemplo, numa distocia de ombro, você tem que fazer manobra. Se você deixar aquela mulher ali sem fazer manobra, ela vai morrer, o bebê vai morrer.

Próximo.

Aqui eu estou mostrando também – *January, 2019, US Taskforce* – que deve ser feito. Deve ser feito. Então, você não pode dizer que não pode fazer o que tem que ser feito.

Próximo.

Bom, este aqui é um artigo meu de alguns anos atrás, mostrando toda a questão do parto, da história, da evolução do parto desde 400 milhões de anos atrás, quando o primeiro peixinho foi indo para a terra. Parto não é doença de jeito nenhum, mas não há momento na vida da mulher em que ela corra mais risco de morrer do que no parto; por exemplo, de quatro bisavós, duas minhas morreram no parto. É só você pegar países como o Chade, em que você tem uma mortalidade materna de mais de 200 a cada 100 mil nascidos vivos.

Então, é uma coisa muito grande e perigosa, não dá para a gente querer romantizar. O parto tem que ser com obstetra, em hospital, com todo o cuidado. Só se diz que o parto é de baixo risco após o parto ocorrer, jamais antes; não existe parto de baixo risco antes, é só depois. Então, é atenção máxima, cuidado máximo, porque nunca na vida aquela mulher vai ter tanto risco de morrer do que durante aquele momento. Isso é a vida real, não é a vida que querem passar, romântica.

É por isso que países como Itália, Coreia do Sul, tem três a cada 100 mil – praticamente zero – mortes, e um país como o Brasil tem 57, na minha gestão foi a menor, e outros países da África Subsaariana têm mais de mil. Então, é para você ver o quanto faz diferença um bom atendimento.

Próximo.

Essa é a comparação entre o parto da mulher, do *Australopithecus* e do chimpanzé para ver o quanto que a bacia da mulher... O parto é complicado, porque a cabeça é maior do que a bacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a Acog, a associação mais importante do mundo de ginecologia e obstetrícia, dizendo que pode ser feita, sem problema nenhum, a cesariana a pedido materno. Não pode ser demonizada.

Próximo.

Bom, se quiserem acabar, podem acabar.

Essa história da OMS também: "A OMS fala 15%". Mentira, já há muito tempo a OMS acabou com essa história de 15%. Deve ser feito o que tiver que ser feito.

Então vamos parar de mentir falando desse negócio de 10% a 15%, porque isso já acabou. Nenhum país mais do mundo, nem aqueles da Escandinávia, ainda segue esse negócio de 15%, tá?

E o Brasil também não é o país do mundo que mais tem cesariana, não, tem outros que têm mais, República Dominicana e outros. E ter mais cesariana também não é pecado, é problema nenhum, não. Se tiver que fazer, se tiver que ser 100% de cesariana, que se tenha 100% de cesariana.

E eu não defendo cesariana. Inclusive tem muito mais parto vaginal na minha vida do que cesariana. Tem que ser feito o que tiver que ser feito. Cada situação é uma situação. Por exemplo, a mulher que tiver muitos filhos, ela tem que ter parto vaginal, porque senão, ela vai ter problemas. Aquela mulher que tiver que ter um filho só...

Pode passar ao próximo.

Inclusive os estudos mostram que ela vai ter menos risco se tiver cesariana, que é aqui o que está mostrando isto aqui, da Acog. Quem quer ter o parto vaginal, você tem maiores riscos, no caso da cesariana, de ter hemorragia. Então, assim, mostrando as diferenças entre parto vaginal e cesariana, desvantagens de um e vantagens de outro.

Então obviamente, se você quiser, no caso de cesariana, você vai ter menos hemorragia, sim, menos hemorragia. Com mais de 40 semanas, você vai ter menos morte. No caso de parto vaginal, você vai ficar menos tempo, lógico, não é uma cirurgia, você, dependendo da época, vai ter menos problemas respiratórios para o bebê, menos placenta prévia e acreta e menos rutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uterina e cesariana em cirurgias posteriores. Então tem vantagens para uma e vantagens para a outra.

Na idade a termo, os estudos não mostram qual é melhor. Então quem falar que a cesariana ou o parto vaginal é melhor numa primípara, primeiro filho, de 40 semanas está inventando. Os estudos ainda não mostraram.

Próximo.

É a mesma coisa aqui, de dor, a gente está mostrando que, muitas vezes, deve ser feita a anestesia, a farmacologia. E querem colocar anestesia...

Na verdade, Senador, o que querem colocar, é violência obstétrica o que só um obstetra pode fazer. Qual a intenção disso? Tirar o obstetra da cena de parto, para arrumar emprego para outras pessoas e baratear a assistência. O médico é mais caro. Todo gestor sabe que você colocar um obstetra na maternidade é mais caro do que colocar um médico não obstetra ou colocar outra profissão para fazer o parto. Só tem um objetivo: baratear. Aí têm que começar esses discursos todos de parto humanizado, sei lá o que, para tirar isso.

Próximo.

Posição de litotomia, também mostrando que a posição que não é de litotomia, que dizem que é que nem frango, sei lá o que, frango na padaria, sei lá, que é a posição melhor para se fazer o parto. Ela tem menos chance de sangramento do que a posição, por exemplo, de cócoras, que é o que o pessoal do parto humanizado diz que é a melhor posição do mundo. Não é a melhor posição, sangra mais e para o obstetra então é terrível. E é o obstetra que, caso tenha um problema, vai ter que resolver. E ele vai estar no chão, deitado, sentado, sei lá como. Eu, por exemplo, a minha coluna nem aguenta eu conseguir ficar. Se eu ficar dez minutos naquela posição, eu já fui embora, o paciente vai virar eu.

Próximo.

E aí, recentemente a mídia achou lindo, o máximo um pai, com a questão do acompanhante, cair duro no meio de um parto. Eu não sei o que é que tem isso de máximo. Isso é um absurdo, porque você, muitas vezes, na vida do SUS, você está sozinho, como eu já tive, eu venho fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três partos ao mesmo tempo, não porque eu queria, porque não tinha mais obstetra. Eu fazendo três partos ao mesmo tempo, você imagina, o marmanjo cai no chão, bate com a cabeça, e eu, em vez de cuidar do bebê e da mãe, vou ter que cuidar do marmanjo no chão.

Então, assim, quem não tem condição de estar no parto não pode estar no parto. Não é bonitinho cair duro numa sala de parto. Isso tem que ser falado com todas as letras. Alguém tem que falar isso. Isso coloca em risco a mulher, o bebê e o obstetra, que pode responder depois criminalmente, ou por não ter atendido quem caiu duro no chão, ou por ter acontecido uma coisa com a mãe e com o bebê. Então quem entra num cenário de parto, seja cesárea ou seja vaginal, tem que saber que está entrando num procedimento cirúrgico, estéril, que a pessoa tem que estar preparada para aquilo ali, porque senão ele vai colocar em risco a sua mulher, o seu filho e o obstetra, e às vezes, outras pacientes também.

Próximo.

Bom, então é o último eslaide. É o que o CFM defende. Eu peço desculpas por ter me alongado. É o último eslaide. É só passar que a gente acaba já neste.

É o último, pode passar para o próximo.

O ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de mecanismos eficazes para coibir abusos. O Código Penal prevê crimes com lesão corporal, maus-tratos e homicídio culposo. As resoluções do CFM, os pareceres e as resoluções que regulam a prática profissional com base técnica e ética... Tudo o que o médico errar já está prescrito nos pareceres e nas resoluções, no Código Penal, no Código Civil e administrativo. O Código de Ética Médica também – é só ler lá – tem todos esses artigos.

A posição do CFM repudia qualquer forma de violência, obviamente institucional, no parto, e defende a assistência respeitosa e de qualidade, que preserve, obviamente, a autonomia do médico que, se fizer bobagem, vai responder por ela na justiça e no CRM.

Eu acho que esse é o último eslaide. Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito obrigado pela sua participação, Dr. Raphael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareceu muito, muito. Isso é importante, é importante. O nosso próprio projeto, o que a gente deu entrada no ano passado, foi um pouco inspirado no parto livre, que foi aprovado pelo Deputado Callegari e sancionado já pelo Governador do Espírito Santo, também com colaborações da Janaína Paschoal. É uma das causas da Janaína, a quem eu mando o meu abraço. Ela também colaborou. Mas eu já vi ali que tem ajustes a fazer, isso faz parte.

Esta reunião é uma instrução do nosso projeto. Só que tem uns dois detalhezinhos que o senhor colocou ali. Um deles é a questão da filmagem. Talvez o senhor não tenha visto ali, está em uma linha. É com a permissão do médico. Isso aí ficou muito claro lá no nosso texto. E também a questão do toque, a gente precisa definir isso. O que o Deputado falou – e eu concordo com ele – é que não é o do obstetra que está ali responsável, o do médico que está responsável pela gestante, são outros que chegam, alunos. E está lá no nosso projeto, inclusive, com a devida autorização da gestante. A questão do toque também. São detalhes que a gente vai aprimorando juntos.

Como o senhor falou, eu tenho uma admiração grande pelo Conselho Federal de Medicina. O senhor é, hoje – considero importante que as pessoas saibam –, o Conselheiro Federal, pelo Estado do Rio de Janeiro, do Conselho Federal de Medicina. Eu o considero um grande profissional, uma pessoa que entende bem desse assunto, que debate no Brasil inteiro. O senhor transcendeu, trabalhou no Governo anterior, com muita firmeza.

E por falar em Governo anterior – já registro que a falha foi minha – a Coordenadora da Rede Alyne, do Ministério da Saúde, estava aqui. A falha foi nossa, por isso que ela não pôde ficar. Mas eu peço, depois, ao Ministério da Saúde que, se puder, envie colaborações, o que ela falaria – a Dra. Thatiane Torres – para a gente instruir esse PL. Eu agradeço ao Ministério da Saúde do Brasil.

Do Governo anterior, nós estamos aqui nada menos do que com a Ministra. Foi a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. É a Cristiane Britto, hoje Secretária-Geral Executiva Nacional do Mulheres Republicanas.

Muito obrigado, Cristiane Britto. Você tem a palavra por dez minutos, com a tolerância da Casa. E eu peço desculpas aqui publicamente por esse grande atraso no início desta nossa sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Obrigada, Senador Girão. É uma honra estar aqui ao seu lado.

E eu esperaria o tempo que fosse. Eu estava aqui no corredor do lado, porque, para mim, toda pauta que fala sobre proteção da mulher, de verdade, sem ideologia... A gente está querendo só cuidar da vida desde a concepção, mas cuidar também da mulher mãe. Esse olhar que o senhor sempre tem, para mim, é prioridade máxima.

Peço licença para cumprimentar toda a mesa na pessoa da Larissa. Eu cheguei aqui e passei umas duas horas conversando com ela, com o Deputado Wellington. A gente trocou ideias, né, Larissa?

Parabéns pela sua disposição e pelo seu olhar humano!

Senador, eu vou falar aqui não só como ex-gestora que fui da pauta do Ministério da Família, o primeiro Ministério da Família que este país já teve. Infelizmente, não existe mais nenhuma pasta que cuide da família, da criança também, que era ali naquele ministério, da mulher. Enfim, sobre todos esses pontos sensíveis que norteiam o que foi falado aqui pelo nosso amigo Raphael, pelo nosso Deputado, eu vou falar também como mãe, do que sofri no meu parto, no meu pós-parto.

Eu quero, primeiramente, já pontuar dizendo da alegria que foi ler o seu projeto, que realmente vem para esse vácuo que nós temos na nossa legislação, mas de uma forma humana. A todo momento, quando a gente lê aquele texto, a gente vê a forma humana como o senhor trata a mulher gestante.

E quero pontuar que também sou extremamente contrária, como advogada também que sou, há 23 anos, ao termo "violência obstétrica". Eu acho que rotula... Ninguém pensa, por exemplo, que, se alguém sofreu uma situação por meio de uma profissional da enfermagem – eu falei sobre isso com a Larissa mais cedo –, ninguém vai lembrar; vai se lembrar do médico obstetra.

Então, acho que isso rotula a profissão. Eu sou a favor de um termo como "violência institucional no parto" ou "violação aos direitos da mulher gestante" – simples assim. Porque nós mulheres gestantes temos direitos peculiares; temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sofri uma violação dos meus direitos como mãe logo após o parto, quando eu não consegui amamentar. Meu bebê nasceu prematuro, com 1,4kg, e a enfermeira responsável pela ala de ensinar aquela mulher que acabou de ter o bebê a amamentar, Larissa, falava que, se eu não o amamentasse corretamente, nos próximos cinco dias, meu filho iria voltar para a UTI, ou eu tão cedo não teria alta. E aquilo foi me incomodando. E eu não conseguia fazer a tal da pega.

Veja, eu estou passando uma situação... O sofrimento por que eu passei foi pela enfermagem. Eu não conseguia fazer a tal da pega. E se você não fizer a pega direito... E aí se tentaram vários artifícios, com o copinho, e eu não conseguia. E eu ficava frustrada, porque o sonho de toda mulher... Eu passei 19 anos para ser mãe. O meu bebê, o Flavinho, que hoje tem sete anos, é um milagre. Eu era estéril, mas eu tinha uma promessa de Deus de que eu iria ser mãe. E, depois de 19 anos, o que é que eu queria? Eu queria amamentar – eu queria amamentar. E, se fechar os olhos, eu me lembro, depois, da sensação de amamentar pela primeira vez. Quando eu olhei nos olhos dele, foi como se fosse... "Meu Deus! É uma vida, é um milagre!" É algo muito sublime para a mulher quando amamenta pela primeira vez.

Então, eu queria amamentar. E aquela pressão em cima de mim – "Você não está conseguindo" –, e aí ele perdia peso, ele começava a ter crise de hipoglicemia, Deputado. E aí, se tivesse crise de hipoglicemia, era risco. Enfim, eu comecei a ficar apavorada. Resultado: depois de 15 dias, eu já internada na maternidade no hospital particular aqui de Brasília, uma enfermeira me manuseou de uma forma que eu tive muita dor, e ela falou: "Ou você coopera comigo, ou então seu filho vai voltar para a UTI, e você não tem previsão de sair daqui. Você só sai quando você amamentar".

O que aconteceu? Naquele dia, eu entrei em pânico, eu me senti frustrada como mãe, eu achei que eu não iria ser capaz e que meu filho ia voltar para a UTI – o medo de perdê-lo –, e eu tive uma eclâmpsia pós-parto, minha pressão foi a 24, eu tive uma eclâmpsia pós-parto e eu fui para a UTI. Eu passei sete dias internada na UTI.

Houve aquele processo todo, depois o médico conversou comigo, mas ele também não cuidou de mim. O médico que fez o meu parto podia ter me acompanhado, ter me orientado... Eu me senti sozinha. A mulher, quando acaba de parir, gente, se sente só. É uma solidão! Quando você olha para aquele bebê, ele depende de você, agora a sobrevivência dele depende só de você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de mais ninguém, de Deus; é uma solidão. Eu não conseguia compartilhar com ninguém o que eu estava sentindo. E o meu psicológico foi a zero. Eu não me sentia nada. Ali, eu não era advogada, eu não era especialista em proteção da mulher, eu era a Cristiane, mãe que estava falhando porque eu não conseguia alimentar o meu filho. Foi assim que eu me senti.

E, depois de dias na UTI, eu comecei a me libertar daquela cobrança, e eu entendi que o meu filho poderia sobreviver mesmo sem o leite materno. Depois de um mês, eu comecei a relaxar e consegui amamentar. Eu realizei o meu sonho de amamentar.

E eu conheço também colegas, amigas... Eu conheço uma mulher que foi uma das mais altas autoridades na Justiça do nosso país. Uma mulher que você olha para ela e fala: essa daí, sabe, nada vai atingi-la. E eu me lembro de quando ela relatou para mim que teve um dia em que ela também não conseguiu amamentar, e ela sofria pressão para ter... senão ela não poderia ter alta. A criança não poderia ter alta, também prematura. Ela foi para o corredor do hospital, se jogou no chão e chorava de urrar. Ali ela não era a doutora, a bambambã, não; ela era a mulher, ela era a minha amiga, mulher comum.

Eu estou falando isso porque, todas nós, esse tipo de violência institucional no parto acomete qualquer mulher, de qualquer classe social: a mulher ribeirinha, mas também a mulher aqui do centro de Brasília. Só que eu tive um apoio, um suporte que talvez a mulher ribeirinha lá não tenha, e eu acho que é isso que a gente tem que falar.

Eu acho que a gente tem que fugir dessa questão só de criminalizar, de trazer o médico ou o profissional da enfermagem também para o centro. Vamos falar da precariedade do nosso sistema? Vamos falar sobre isso? Vamos falar dos municípios que não têm uma política pública de preparar aquelas mulheres gestantes?

Poxa, se você sabe que a gestação dura tantos... x semanas e que pode ter um parto prematuro, por que o município não se programa de forma adequada? Quem é que está fiscalizando isso? Enfim, qual o compromisso que tem aquele município, de verdade, em cuidar dos direitos da mulher gestante? Eu acho que é sobre isso.

E aqui eu trago uma contribuição, prezados, que eu fiz como técnica, como advogada, como ex-gestora, porque fui muito cobrada sobre essa pauta; mas eu era cobrada, enquanto Secretária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Política para as Mulheres, só do ponto de vista de criminalizar os médicos. E aí, eu falei: não, essa situação da violação dos direitos da mulher gestante vai muito mais além do que isso. Enquanto a gente não colocar todo mundo na mesa para conversar, eu me recuso a construir uma política pública só para agradar uma ala da esquerda, porque era para isso que eu estava sendo cobrada.

E eu trouxe aqui uma contribuição, dizendo que há temas que pedem mais do que um posicionamento, e acho que é isso que esta audiência pública simboliza aqui nesta tarde, nesta noite; pedem maturidade. Então, eu vi a explanação do Deputado, do meu amigo Raphael Câmara, vi o projeto de lei, e acho que é isto: a gente está trazendo, para esta mesa, maturidade para dialogar.

E poucos temas são tão sensíveis quanto aquele que trata da gestação, do parto e da vida que começa, porque estamos falando de um dos momentos mais profundos e divinos da experiência humana. Gerar uma vida não é apenas um processo biológico, é um processo físico, emocional e, muitas vezes, também, espiritual. É assim que eu acredito. E é um momento de entrega, de vulnerabilidade da mulher, de confiança, um momento em que a mulher precisa ser vista, ser ouvida e, acima de tudo, ela precisa ser respeitada. Essa autonomia, de que tanto se falou aqui, é primordial. Ela precisa ser ouvida e ela precisa dessa autonomia dela para decidir.

Durante muito tempo, o debate sobre o parto no Brasil tem sido marcado por extremos. De um lado, mulheres que relatam experiências de dor, de desinformação, intervenções desnecessárias e falta de autonomia. E de outro lado, profissionais da saúde que enfrentam jornadas exaustivas, estruturas precárias e uma pressão constante por resultados em um sistema que, muitas vezes, opera no limite. E aqui é importante dizer com todas as letras: não existem dois lados opostos; existem duas realidades que precisam caminhar juntas. E, aqui, temos essa oportunidade, no Senado Federal, de construir isso.

Os dados mostram que o Brasil ainda enfrenta desafios importantes na assistência ao parto, foi falado aqui sobre isso, que temos taxas elevadas de cesarianas, taxas que, na rede privada, ultrapassam 80% dos partos e nos colocam muito acima dos parâmetros recomendados internacionalmente. E, ao mesmo tempo, nós temos a taxa de mortalidade materna alta, considerável, que, embora tenha melhorado ao longo dos anos... Eu tenho muito orgulho de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito parte de um Governo que... O Raphael tem números sobre isso, Senador, nós tivemos a menor taxa de mortalidade das últimas décadas no Governo Bolsonaro. Mas, agora, infelizmente, as políticas públicas foram interrompidas e revelam desigualdade regionais alarmantes.

Esses números, mais uma vez, não apontam culpados; apontam um sistema que a gente precisa evoluir, mas criminalizar, tão somente, não é a única saída. E é nesse ponto que eu penso que o debate sobre esse projeto, esse alarmante, na Câmara dos Deputados, que quer penalizar, com 15 anos de reclusão, um profissional da especialidade da obstetrícia, não é o caminho. A discussão, que antes se concentrava na tipificação de um crime, agora, no Senado, a gente tem a oportunidade de concentrar nos direitos da mulher e da humanização desse momento tão importante para a nossa vida. E essa mudança não pode ser interpretada, mulheres que nos assistem, como recuo. Não é isso. Nós não estamos recuando em nenhum momento. A gente está qualificando o debate para que todos os direitos das nossas mulheres sejam respeitados.

Porque proteger a mulher não é necessariamente criminalizar o médico. Longe disso, proteger a mulher é garantir informação clara, consentimento, garantir autonomia, dignidade, acolhimento, segurança; é assegurar que ela seja protagonista de um dos momentos mais importantes da sua vida e, ao mesmo tempo, é reconhecer que o profissional de saúde não é um adversário – ele é nosso aliado. Quando a gente procura um médico obstetra para participar do momento mais importante da nossa vida, eu tenho certeza de que a gente pede recomendação. Se a gente não tem direito de opinar quando não temos um plano de saúde, a gente vai atrás de uma recomendação de qual é a melhor maternidade. Eu conheço mulheres que até se mudam para determinada localidade – lá no interior da minha Bahia é assim – onde tem um município que tem a melhor maternidade. A gente quer o melhor médico.

Então, é um aliado. O nosso profissional da medicina é um aliado que precisa de condições dignas de trabalho, de segurança jurídica, de estrutura adequada para exercer a sua função. E nós não podemos construir uma política pública baseada no medo. Imagina, se nós já temos um sistema precário, se a gente for criminalizar e colocar os poucos médicos que nós temos dessa especialidade com medo de entrar numa sala de parto, que cenário nós teremos para as próximas gerações? Nem no medo da mulher, nem no medo do profissional de medicina. Política pública se constrói com equilíbrio, com responsabilidade, com visão de longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, ao caminhar para um texto que consolide esses direitos, o apelo que eu faço aqui é o de se deixar de lado o ponto de vista só de penalidade. Nós já temos um Código Penal que criminaliza o profissional da medicina que cometeu uma imperícia. Se for o caso, no máximo, ponderar, Senador, um aumento de pena quando ficar provado que essa imperícia se deu no parto. Talvez! Mas não criar um tipo penal específico para esse profissional da medicina.

Eu acho que essa legislação – e nós temos, sim, um limbo legislativo – fortalece, incentiva a política do cuidado – é preciso também a gente ter esse olhar atento –, valoriza a relação de confiança entre o paciente e o profissional, e reconhece que o parto não pode ser tratado como um campo de disputa. Eu penso que é isto que, às vezes, a esquerda quer: trazer, para dentro de uma sala de parto, um campo de disputa, um campo de disputa entre a doula e o profissional de medicina, entre a enfermeira e a doula. Não é isso. É um espaço de cooperação, é um espaço de privilegiar a vida, de privilegiar o nascimento de um ser. O que precisamos é garantir, daqui para a frente, que esses direitos não fiquem apenas no papel.

A legislação é urgente por quê? Nós estamos vendo muitos – e aqui me desculpem os profissionais do Ministério Público – agindo de forma inadequada contra os profissionais da medicina, como se tudo fosse crime, trazendo a subjetividade para a linha de frente.

Como o Raphael falou, o que é a violência psicológica contra uma mulher que está no momento de parto? É muito subjetivo, porque, primeiro, nós estamos ali com os nervos à flor da pele. Ela precisa de aconselhamento; ela precisa de orientação. Uma mulher sem orientação – a psicóloga Larissa sabe muito mais do que eu – não vai saber nem verbalizar o que ela está sentindo. Então, essa violência obstétrica emocional é mais perigosa ainda. É muito subjetivo.

Então, eu penso que o Parlamento já está à altura de encarar esse desafio, Senador, com sensibilidade para ouvir – e esta audiência pública representa isso –, com firmeza para decidir. Que seja um marco que proteja a vida, que respeite e que evolua.

Meu apelo aqui, Senador, é que a gente fale sob o ponto de vista das penalidades em relação à violação ou não dos direitos da mulher gestante, e que não se traga para o centro a figura do profissional da medicina ou da enfermagem ou de qualquer profissional ali que esteja participando do momento do parto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por esta oportunidade.

Desculpem o desabafo da minha experiência pessoal, mas é porque, quando eu me lembro, é algo que eu sinto na pele de volta. Que bom – eu louvo a Deus – que eu consegui amamentar o Flavinho, mas eu poderia não ter sobrevivido, porque eu fui vítima, infelizmente, de um profissional que não me acolheu, que não me viu ali como ser humano, que só queria me obrigar simplesmente a cumprir o protocolo de que eu tinha que amamentar de qualquer jeito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém! Muito bom.

Olha, quem tem que agradecer somos nós aqui do Senado, Ministra. Não é à toa que a senhora foi uma grande Ministra, junto com a Senadora Damares, hoje nossa colega Senadora. E os resultados estão aí para a gente entender e compreender.

Mas o seu testemunho aqui foi muito forte.

Eu não estou falando que esta audiência é histórica? Porque é um tema que tem um limbo para a gente legislar. E uma fala está complementando a outra. O que eu estou achando bacana é isso. E eu fico muito feliz por estar conduzindo isso, e a responsabilidade só aumentando. Vou precisar do seu apoio.

Eu acho que o nosso projeto não foi ainda deliberado pelo Presidente da Casa, para as Comissões. Quem sabe possa ir, deve ir, com certeza, à Comissão de Direitos Humanos, à CAS. Vou cobrar o Presidente para ver se ele agiliza isso.

Não foi distribuído ainda não, né? Nossa Secretaria, se puder pegar aí na distribuição... Mas eu acho que não foi distribuído ainda, não. Já está há um tempão lá, quase um ano que está na Presidência, para saber em que Comissões vai tramitar.

Sem mais delongas, eu passo a palavra à Dra. Heloísa Ferreira Lessa, membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Saúde da Mulher do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Muito obrigado pela sua presença, Heloísa. Mais uma vez, desculpa pelo atraso absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem dez minutos também, com a tolerância da Casa, para sua exposição. (*Pausa.*)

A equipe vai resolver agora esse problema técnico.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS (*Fora do microfone.*) – Ah, consegui!

A SRA. HELOÍSA FERREIRA LESSA (*Fora do microfone.*) – Conseguiu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deu certo? Pronto.

A SRA. HELOÍSA FERREIRA LESSA (Para expor.) – Desculpa, eu sou baixinha. Prefiro falar em pé.

Agradeço à Presidência da mesa, a esta Comissão. Acho que é muito importante esta discussão que a gente traz.

Como o Dr. Raphael se apresentou, eu também tenho mestrado e doutorado na área. Sou enfermeira obstetra e atuo na assistência ao parto há 45 anos. Então, vou falar também com alguma experiência nesse sentido.

A violência obstétrica é entendida na literatura científica como qualquer ação ou omissão por parte de profissionais de saúde que cause dano físico, psicológico ou emocional à mulher durante o pré-natal, parto, nascimento ou puerpério, incluindo a negação da autonomia, desrespeito e intervenções desnecessárias.

Então, primeira coisa aqui: vamos tirar a palavra "médico", porque a gente está falando de profissionais na assistência ao parto. E a enfermagem hoje é um profissional na assistência ao parto, no Brasil e no mundo inteiro.

A gente fala de violência física, que é a episiotomia sem indicação clínica. Eu acho que vale a pena a gente falar os dados que a gente tem. Uma coisa é a indicação clínica, os números serão baixíssimos. Eu, pessoalmente, não faço uma episiotomia há pelo menos 30 anos. E muitas pessoas trabalham assim, a gente sabe desses resultados. Então, uma coisa é falar de uma episiotomia necessária numa situação de morte, que não é o que acontece na maioria dos casos. Quando a gente está falando de episiotomia, de liberar a episiotomia, isso é uma questão grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala da manobra de Kristeller, a gente tem que lembrar quantas mulheres tiveram costelas quebradas por uma manobra de Kristeller, quantas mulheres tiveram colos uterinos lacerados pela manobra de Kristeller. Então, em lugar nenhum do mundo – eu fiz meu doutorado, inclusive, em parceria com a Inglaterra –, em nenhum lugar do mundo se faz Kristeller. Isso é uma coisa importante.

Quando um parto começa a ficar difícil, isso acho que é importante de a gente falar, a gente consegue perceber. A emergência obstétrica não é assim. O parto começa a mostrar que não está indo bem, o partograma começa a mudar. Então, hoje em dia, com o advento de uma cesárea tão segura como a nossa, não se justifica a gente chegar no momento do período expulsivo nessa situação-limite. Então, essa situação de uma emergência obstétrica, isso não é bem assim. A emergência vai acontecendo e ela vai se mostrando. A questão é ter um profissional competente, gabaritado, para identificar essa distocia no princípio e não chegar no final. E aí, no final, qualquer coisa... Aí, corta a mulher, puxa o bebê, e a gente não pensa nas consequências a longo prazo do que significa, por exemplo, um bebê nascido a fórceps, do que significa uma laceração desse grau. Então, acho que isso é uma coisa importante de a gente falar.

Quando a gente fala de violência verbal e psicológica, a gente sabe: "se não fizer força, vai morrer"; "está fazendo tudo errado". A gente já ouviu isso muitas vezes. Então, essa violência existe, sim, e não é só do profissional médico, é do profissional que está na ponta, pelo modelo todo. Então, eu incluo as enfermeiras também.

A violência institucional: negar o acompanhante – o que a gente já sabe –, a demora no atendimento, a falta de analgesia quando indicada ou solicitada também, e, obviamente, a violação da autonomia – são os procedimentos sem o consentimento informado, a falta de explicação sobre as condutas, impossibilidade de escolha informada. Muitas vezes, um toque... Se a gente explica para essa mulher o que foi feito nesse toque, o que ele está vendo, isso é diferente. Eu já vi milhares de vezes a pessoa ser tocada, ser tocada, a gente vai, vira as costas e nem explica o que está havendo, o que aconteceu. Então a questão é muito além só do procedimento, vai além disso.

Quem sofre violência obstétrica? Todas as mulheres, mas, com certeza, a gente sabe que as negras são mais vulneráveis e sofrem mais. Isso é uma realidade no Brasil. A OMS reconhece que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres em todo o mundo sofrem desrespeito e abuso durante o parto institucional, o que constitui uma violação dos direitos humanos.

O modelo de assistência obstétrica no Brasil é majoritariamente médico-centrado, com o profissional ocupando o papel central nas decisões e o parto sendo conduzido como um evento predominantemente técnico e hospitalar. Esse é o nosso modelo. E a gente não pode esquecer que 98% dos partos no Brasil ocorrem nas instituições de saúde. É lá que o povo está morrendo. Que contradição, não é? A gente falar de violência no espaço onde a gente deveria falar de cuidado. Isso é grave. Isso é muito grave.

E qual é o cenário brasileiro? Claro que a cesariana tem que ser feita, mas 60% de cesariana? Será que as nossas mulheres são tão diferentes das mulheres mundo afora, que a gente vai precisar fazer tanta cesariana? Não é possível. Tem alguma coisa errada. A gente tem uma crescente e elevada taxa de prematuridade. Isso é grave. A gente tem uma mortalidade materna que não cai, mesmo aumentando a quantidade de cesariana. E a gente tem um coeficiente de mortalidade neonatal de sete óbitos por mil nascidos vivos – isso é muito. E 98% dos partos acontecem nas instituições hospitalares. É lá que está tendo problema, inclusive.

Eu não posso deixar de falar o que é necessário para um parto acontecer de forma natural. A gente tem um coquetel de hormônios que tem origem no nosso cérebro primitivo: a ocitocina. É bom a gente lembrar que a gente aprendeu tem pouco tempo que a ocitocina é o mesmo hormônio que é liberado na amamentação e em qualquer evento da vida sexual. Isso me diz que a ocitocina é um hormônio tímido, que ela não é liberada em qualquer ambiente. E a gente precisa facilitar esse tipo de liberação para que realmente esse processo possa acontecer. E isso a gente não faz; isso a gente não faz. Quando a gente coloca a mulher com a luz acesa e com todas as intervenções no hospital, a gente não está favorecendo o processo de parto normal.

Então, não é só a informação; é o que a gente oferece para essa mulher naquela hora. Isso faz a diferença. Se a gente tem essa possibilidade, a gente vai ter, inclusive, a endorfina. A endorfina é uma potência de anestésico. Muitas mulheres não pedem e não precisam da anestesia.

Assim como todos os mamíferos, as mulheres precisam se sentir seguras para parir; precisam de um ambiente com pouca luz, um ambiente aquecido; precisam de um pré-natal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade; precisam de informação, sem dúvida nenhuma, e podem, sim, precisar de intervenções, que serão sempre muito bem-vindas quando necessárias. Então, isso é uma coisa clara. Ninguém está lutando aqui por parto normal, por cesariana; a gente está lutando por saúde, mas intervenções que sejam necessárias. Essa que é a questão. A gente está indo muito além do que é necessário, porque a gente não dá essas condições para as mulheres.

O parto é um evento fisiológico... A Dra. Cristiane falou muito bonito sobre isso, e foi muito emocionante, realmente, a sua fala. Então, quando a gente fala de um parto normal, a gente fala de um menor risco de complicação materna, como hemorragia, infecção e eventos tromboembólicos; a gente fala de uma recuperação de pós-parto mais rápida; a gente reduz a incidência de desconforto respiratório do recém-nascido.

É importante a gente saber, por exemplo, que no Brasil existe uma categoria que são os prematuros tardios. Só no Brasil existe isso, olha que coisa interessante. Prematuros tardios são aqueles bebês que nascem por cesárias agendadas antes da hora, e esses bebês nascem como prematuros. Eles estão com 37, 38 semanas, mas eles não estavam prontos para nascer. Percebe? Então, olha a iatrogenia. Nós estamos criando essa iatrogenia.

A formação do microbioma que dá origem a 80% do sistema imunológico – isso é um dado que a ciência traz e que é muito recente, não tem mais do que dez anos esse dado. E eu acho que é importante a gente falar: o bebê na barriga da mãe é germe *free*, ele não tem nenhum contato com bactéria. Quando ele passa pelo canal vaginal, ele é contaminado por milhares e milhares de micro-organismos, de bactérias. Essas bactérias que ocupam o corpo do bebê vão formar 80% da flora intestinal. A flora intestinal é responsável pelo nosso sistema imunológico, então os germes que vão ocupar o corpo do bebê, logo após o nascimento, vão dizer lá na frente, ao longo da vida inteira do ser humano, qual é a capacidade imunológica desse bebê. E isso só de parto normal, não tem jeito. Se esse bebê nascer de cesariana, como é que eu faço? Como é que eu melhoro essa questão? Existe uma forma, que é a hora de ouro, que é colocar o bebê pele a pele com a mãe na primeira hora do pós-parto, uma coisa que é absolutamente negligenciada nos hospitais, porque eu tenho que ir rápido. Então a gente esquece que o bebê tem que nascer e ter segurança pelo resto da vida. Não é só nascer e estar vivo, e está tudo bem. Não, a gente está falando de segurança e a gente está falando de futuro. A gente está falando do futuro da humanidade, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parto fisiológico está associado a melhores taxas de amamentação, fortalecimento do vínculo mãe-bebê, claro, e a importância da hora de ouro, que eu acabo de falar aqui. É uma coisa tão simples de a gente fazer, a hora de ouro. Numa cesariana, é tão simples de a gente fazer, e como é difícil o modelo médico – ou o modelo medicalizado, o modelo hospitalar – nos permitir isso. Percebe assim? É uma briga simplesmente para deixar o bebê no colo da mãe, e isso deveria ser caracterizado, sim, como uma violência.

A gente não pode deixar de falar da potência da água no alívio da dor. E, quando a gente fala de banho, de piscina, de chuveiro, não é para ser romântico ou para ser legal ou para ser gostoso; é porque, realmente, quando uma mulher entra em franco trabalho de parto numa banheira, em duas horas esse trabalho de parto evolui absurdamente. É importante saber, por exemplo, que na Inglaterra não tem uma maternidade que não tenha uma piscina de parto. Então isso é uma loucura, por que a gente não... E teve um caso grave, inclusive, banheiras de parto que foram quebradas na maternidade lá de Belo Horizonte, porque parece que é frescura. Isso não é frescura, isso é ciência, isso é diminuir a intervenção. A gente sabe que a anestesia tem risco, claro que tem risco. Você coloca um anestésico e muitas vezes o bebê, inclusive, bradicardiza ali na hora. Não é uma coisa sem risco, e coisas que são simples a gente deixa de falar. E parece que é romântico, que é brincadeira, que é curtição, isso não é curtição, isso é ciência.

A gente tem as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal e a gente sabe, hoje em dia, das boas práticas obstétricas, que são as condutas baseadas em evidências que respeitam a fisiologia do parto e o protagonismo da mulher, incluem o acolhimento e a oferta de informação clara, o direito a acompanhante e a liberdade de posição e movimento dentro do trabalho de parto.

Isso é tão bonito de ver. Eu às vezes não acredito, mas até hoje eu vejo mulheres fazendo posições para parir diferentes de todas que eu já vi, e elas fazem essas posições em função do bebê. O bebê tem que fazer um giro, então, em função desse giro do bebê e dessa posição da pelve é que a mãe vai escolher a posição de parto. Então não é porque ela acha legal, porque ela quer isso ou porque ela quer aquilo, é porque o corpo dela está mandando. E a gente tem que escutar isso, essa que é a questão. Percebe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez eu tive um parto e foi uma coisa incrível: a mãe tinha uma necessidade de... no período expulsivo, ela juntava, uma coisa assim, eu nunca tinha visto aquela posição. Quando o bebê nasceu, que eu fui colocar no colo da mãe, o cordão era tão curtinho que o bebê ficava na altura da cicatriz umbilical da mãe. Percebam, quando ela fazia esse movimento, se o cordão está ligado na placenta e a placenta está no final, no fundo do útero, isso diminuía a distância. Se ela estivesse deitada numa posição litotômica, esse bebê nunca teria nascido. Então, quando a gente fala de posição, de liberdade de posição, a gente não está falando porque qualquer coisa, porque a mulher tem que... é porque aquilo é um comando, porque a mulher sabe qual é a posição em que ela vai ficar.

Recomenda-se evitar intervenções de rotina, como a episiotomia, a amniotomia precoce, que é a rotura da bolsa, e o uso indiscriminado da ocitocina, que é uma coisa clássica: entra no hospital e vamos botar aí para nascer todo mundo, e aí a gente aumenta a contração, a dor, o sofrimento fetal. Um grande absurdo que a gente já sabe. Também o contato pele a pele imediato, estímulo ao aleitamento materno na primeira hora de vida e o clampeamento oportuno do cordão umbilical dentro de um modelo de cuidado seguro, respeitoso e centrado na mulher. Isso são as Diretrizes do Ministério da Saúde de Assistência ao Parto Normal.

E aí eu acho que vale a pena a gente falar, porque por enquanto a gente falou muito pouco de enfermagem aqui. A gente falou muito pouco da enfermeira como tendo uma possibilidade... Eu digo que tenho muita honra, porque eu acho que a enfermeira junta o cuidado da parteira com a ciência moderna. Então esse profissional é o profissional que, no mundo inteiro, trabalha com partos de baixo risco. Existe parto de baixo risco, sim. E é completamente diferente do de uma mulher diabética, de uma mulher com hipertensão. É claro que ela pode, sim, virar um fator de risco, e por isso a gente tem que trabalhar em equipe multidisciplinar. Em nenhum momento a gente está falando de uma assistência solitária, é uma assistência em equipes multidisciplinares.

O Brasil tem cerca de 13 mil enfermeiras obstétricas. Há uma subutilização dessa força de trabalho, principalmente nos hospitais. Mesmo com evidências e políticas públicas, como a Rede Cegonha e o Apice On, a maioria dos partos ainda não é conduzida por enfermeiras no Brasil. Porém, quando o modelo de cuidado favorece a atuação da enfermagem, como em casas de parto, a participação chega a até 90% dos partos, e esses partos têm grandes resultados, como os de médicos, obviamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É chegada a hora de a gente trabalhar em equipe – médico, enfermeira, doula! É chegada a hora da gente abrir o coração e, realmente, Dra. Cristiane, eu acho que acabar com a briga. E aí eu tenho que dizer que eu mesma – e aí eu não posso deixar de contar a minha experiência – sofri pelo Cremerj (Conselho de Medicina do Rio de Janeiro), fui perseguida durante 12 anos, sem ter nenhum caso de gravidade. Nenhuma mãe, nenhum pai ou nenhum familiar foi dizer que, em nenhum parto que eu assisti, eu tive uma complicação – e eu fui perseguida, eu fui perseguida.

E o último processo foi uma ação civil pública que o Cremerj abriu contra Heloísa Lessa, Halyne Pessanha e o Cofen, no qual ele exigia que nós deixássemos de fazer o parto. Ganhamos na primeira instância, perdemos na segunda instância e fomos parar no STJ. E, por incrível que pareça, o Ministro, que era o Dr. Gurgel Faria, levou quatro minutos – apenas quatro minutos – para dizer que a enfermeira tem competência legal e técnica para assistir o parto de baixo risco sem a presença do médico – em quatro minutos, em quatro minutos. Foram 12 anos de processo.

Então, assim, isso é uma questão clara. A gente precisa acabar com a briga e precisa acabar com esses processos absurdos. É preciso entender que a enfermagem está na cena do parto, e a gente precisa trabalhar junto, até porque a gente tem muito médico obstetra. O médico entende da patologia, mas quem entende da fisiologia é a enfermeira; quem cuida é a enfermeira. O médico não tem essa *expertise*; a *expertise* do médico não é o cuidado, e a grande questão do parto é o cuidado. A mulher precisa se sentir cuidada, e, quando ela se sente cuidada, o hormônio acontece e o parto acontece. Então o parto não acontece não é por nada, é porque muitas vezes... Não é porque ela não está preparada, é porque ela não tem condições para isso. A gente não dá condições a essa mulher para ter esse evento.

Acabou de sair, em 19 de março de 2026, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um órgão da OEA:

> A Comissão Interamericana de Direitos Humanos expressa sua preocupação com os obstáculos ao exercício do direito ao parto humanizado e com a perseguição de pessoas que implementam e defendem esse direito no Brasil. Nesse contexto, insta o Estado a prevenir a violência obstétrica e assegurar que profissionais de saúde, bem como doulas e parteiras tradicionais, possam realizar seu trabalho livres de intimidação, represálias ou interferências indevidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma saída, pessoal – isso que é bacana –, e a sociedade civil já está vendo isso: é a reforma obstétrica, é a gente pensar num outro modelo de assistência. A reforma obstétrica está aí. E do que ela fala, então? Ela fala de uma transição de um modelo historicamente médico-centrado, intervencionista e hospitalar para um modelo de atenção ao parto baseado em evidências, centrado na mulher e no respeito à fisiologia do nascimento.

Esse movimento é sustentado por políticas públicas, como a Rede Alyne, pelas Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal do Ministério da Saúde, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde.

A enfermeira obstétrica ocupa papel estratégico e fundamental, é uma profissional qualificada para acompanhar o pré-natal de risco habitual, o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato, utilizando tecnologias leves, escuta qualificada e práticas baseadas em evidências.

Estudos nacionais e internacionais demonstram que a atuação da enfermagem obstétrica está associada a melhores desfechos, com maior taxa de partos vaginais, menor uso de intervenções desnecessárias, maior satisfação materna e melhores indicadores de segurança. Eu não estou falando de romantismo; estou falando de segurança, estou falando de saúde a médio e a longo prazo, não só no nascimento.

A inserção da enfermeira obstétrica contribui para a reorganização do modelo assistencial, ampliando o acesso, qualificando o cuidado e promovendo a humanização da assistência.

Realmente, a enfermagem é um profissional mais barato, o que é uma pena – a gente não consegue nem garantir o piso. Mas seria muito importante se a grande maioria dos médicos obstetras pudessem se concentrar no que eles precisam se concentrar, que é o parto de alto risco, de uma quantidade absurda, e a mortalidade materna. É nisso aí. E eles poderiam perfeitamente entender que o parto de baixo risco, aqui e no mundo inteiro, pode ser feito pela enfermagem obstétrica.

A Figo (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia) e o ICM, que são as grandes entidades, confirmam e concordam, assinam embaixo da reforma obstétrica.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bom.

Olha, que audiência, hein! Que audiência!

Parabéns, Dra. Heloísa Ferreira Lessa, que, de uma forma até conciliadora, fez uma apresentação com dados, com experiência de quem vive e de quem é apaixonada pelo que faz. A gente percebe isso aqui. E esse tom conciliador é o que a gente precisa, né? Eu acho que foi falado aqui.

E vamos lá. É um desafio grande. Este aqui tem esse talento grande de conseguir aprovar.

Foi por unanimidade lá ou não?

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (*Fora do microfone*.) – Foi por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por unanimidade.

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (*Fora do microfone*.) – Esquerda e direita votaram...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esquerda e direita. É assim que tem que ser, tem que ser com diálogo.

E, poxa, vamos lá, vamos tentar!

Muito bom, muito bom.

Eu já passo a palavra, imediatamente, para a Dra. Larissa da Silva Serafim, Psicóloga Obstétrica e Perinatal, voluntária do Instituto Vida Maria.

A senhora tem, por dez minutos, a palavra.

Muito obrigado e me desculpe pelo atraso que eu tive aqui.

A SRA. LARISSA DA SILVA LOMBA SERAFIM (Para expor.) – Sem problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer ao Exmo. Senador, ilustre, por também nos proporcionar este momento. Que falas ricas, né? Eu estou impressionada, realmente, com a convergência das falas, mesmo que nem todas concordantes, mas com a convergência. E eu acredito justamente nesse modelo.

É interessante a gente falar sobre a garantia dos direitos das mulheres gestantes e parturientes, que é a nossa proposta. Eu achei lindíssimas as falas, ricas, como eu apreciei. E quero somar também, quando a gente precisa lembrar que muito do que a gente está vendo de problema lá na assistência ao parto... A gente precisa começar antes, a gente precisa começar a olhar para essa mulher lá quando ela engravidou.

"Então, Larissa, mas, olha..." São 16 anos na prática de psicologia obstétrica e perinatal, com relatos, com maternidades, com formação aí de equipes. E é muito interessante a gente perceber que, na gestação, quando a gente evita algumas coisas, a gente chega lá na ponta totalmente diferente. Se a gente consegue munir essa mulher não só de informação, mas também de instrução... Porque informação nós temos muita. Nós podemos abrir a internet, nós temos à nossa disposição muita informação. Mas essa mulher precisa ser instruída com intencionalidade. Ela precisa chegar lá no dia do parto; ela precisa chegar lá, muitas vezes, inclusive, no luto, de que se fala pouco ainda, e nós precisamos falar...

Inclusive, o instituto tem um braço muito importante nessa área, no luto perinatal, nos diagnósticos reservados, nas mulheres encarceradas.

Nós não estamos falando aqui só de uma rede particular, nós estamos aqui tentando pensar e levantar falas que possam agregar para qualquer mulher, para qualquer gestante, para qualquer parturiente. Então, o parto, além de um evento físico, muito além, é um evento emocional, é um evento que é multidisciplinar. Então, cabe todo mundo, cada um com o seu olhar, cada um com a sua história, porque a gente não dissocia a nossa história da nossa prática. Eu não vou impor a uma paciente, eu não vou impor a uma gestante, a uma parturiente a minha visão, mas a minha visão, sim, impacta a minha prática.

Então, nós precisamos estar atualizados, nós precisamos de centros obstétricos onde os profissionais sejam mais humanos. E sabe por que muitas vezes eles não conseguem ser tão humanos e muitas vezes são mais técnicos? Porque eles não estão sendo cuidados como humanos. Nós vemos profissionais cansados, nós vemos profissionais, muitas vezes... Como num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

treinamento que eu fui dar aqui no Hospital do Paranoá uma vez, treinamento para o centro obstétrico. Quando eu falei de luto, não foi uma, não foram duas, não foram três profissionais, tínhamos obstetras, tínhamos técnicos, tínhamos enfermeiros, tínhamos pessoas que estavam ali que quiseram participar, todos comovidos, porque não trabalharam o próprio luto. Como que eu dou assistência para alguém se essa dor ainda é minha? Como que eu dou uma assistência e entrego o meu melhor para alguém se eu realmente me vi naquele lugar de dor, de falta de assistência?

Então, nós precisamos, além de uma formação técnica, que é extremamente importante, de um espaço verdadeiro de escuta. A nossa escuta precisa ser qualificada, então a gente não pode dissociar isso de um pré-natal psicológico também. O pré-natal psicológico é uma ferramenta poderosíssima, porque eu escuto essa mulher às vezes antes da concepção. Eu já tive pacientes que vieram antes: "Olhe, eu quero tentar engravidar, eu quero começar o processo". Não só um processo, muitas vezes, que é uma FIV, uma fertilização, mas às vezes um processo natural. Mas se esse casamento não está fundamentado, se essa relação não está fundamentada, se esse lugar, se essa moradia, se as questões financeiras... Tudo isso leva essa mulher, lá no dia do parto, ao sofrimento, porque às vezes ela é pressionada, ela às vezes está à mercê de um plano, ou às vezes ela está à mercê de um hospital que não tem estrutura, como eu já vivi aqui, de uma toalha. Então, isso a gente pode falar de uma violência institucional, como foi dito aqui por outros. A violência institucional é muito mais ampla, porque, no momento que eu não tenho o básico também para assistir essa mulher, seja em que lugar, em que município, em que local ela esteja espalhada pelo Brasil, eu fico limitada, e o profissional que está dando assistência também fica limitado.

Então, nós não podemos deixar de entender que às vezes a depressão, que muitas vezes é a preocupação das pessoas... Eu vejo muito essa preocupação da classe médica, e é muito importante mesmo, porque eu tenho trabalho com excelentes obstetras aqui em Brasília e fora de Brasília que têm esse olhar sensível para o puerpério. A gente tem que falar de um ciclo gravídico-puerperal. Eu não posso olhar só para um evento, porque tudo isso que a gente está falando também precisa começar antes. Então, a atenção primária realmente precisa acontecer, mas lá na ponta também precisa funcionar. Eu preciso ter braços em todas essas esferas, para que eu possa construir, então, realmente, uma legislação que ampare e que não discrimine, realmente que eu possa sustentar esse profissional, que muitas vezes está dando o seu melhor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que às vezes ele sai de um parto e ele precisa entrar em outro, porque ele não quer falhar com aquela assistência. Ele também tem família, essa mulher muitas vezes também tem dores. Muitas obstetras também atendem grávidas, estão ali dando a coluna... Quantas enfermeiras estão ali muitas vezes se dividindo e acionam *backup*? Por quê? Porque é um trabalho exaustivo.

Então, essa mulher que também está nessa assistência também precisa ser cuidada. A gente fala tanto de cuidar das gestantes, que é muito importante, mas a gente precisa cuidar de quem cuida também. Então, a gente precisa ter um olhar mais convergente, mais carinhoso, mais humano, porque a técnica é muito importante, mas o olhar para o outro ser humano, enquanto humano, vai ser o diferencial do profissional. Então, quando a gente pega uma mulher que está enlutada, que quer se despedir do corpinho do seu bebê – como eu já vivi várias vezes na maternidade –, e é negado isso a ela, a gente não vai usar o termo violência? Se isso não é uma violência, é o quê? "Ah, não, mas é um corpo". Não é um corpo: é o bebê que ela gestou. "Ah, mas ele já estava na geladeirinha", como eu já escutei de alguns profissionais. Mande trazer da geladeirinha, coloque-o enroladinho, coloque a toquinha que todos os bebês que nascem recebem; deixe essa mãe ter um momento com esse bebê; deixe esse pai chorar a perda de um filho que começa muito antes. A gente começa a gestar um bebê na mente, no coração, muitas vezes antes do positivo. Então, se a gente não tem um olhar humano, a gente perde essa capacidade. Aqui, não é sobre lado, e nós vivemos uma sociedade muito polarizada. Aqui, é sobre convergir e falar: "Eu quero o bem dessa mulher", "Eu quero o bem desse bebê". A assistência que eu der para essa gestante vai impactar no parto, vai impactar no puerpério.

Gente, a estatística é muito séria! Hoje, no Brasil, a gente tem a estatística de que uma em cada cinco mulheres entra no adoecimento depressivo. Eu vou falar hoje no sentido de depressão perinatal, como a gente fala. A gente não fala mais só em depressão pós-parto, porque a literatura mostra que essa depressão, muitas vezes, já deu sinal na gestação, mas ela é subdiagnosticada. Então, se eu tenho essa mulher no pré-natal psicológico, se eu tenho essa mulher sendo olhada nesse período e a troca entre profissionais... Eu sou a favor da equipe multi, mas eu sou a favor da equipe inter. Interdisciplinaridade quer dizer quando há troca, porque a gente, às vezes, tem profissionais parceiros, mas quantas trocas realmente existem? De ligar para o obstetra, de gravar um áudio, de pegar e falar com a enfermeira, sabe? De saber desse hospital, de ter pessoas que possam realmente ser pontes. Então, a pessoa que recebe essa parturiente lá no SUS, ou seja, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança precisa de treinamento, ele precisa saber reconhecer essa mulher, esse acompanhante. Ele precisa conhecer a legislação, os direitos dessa mulher, mas ele precisa ser humano, saber acolher, saber dar uma cadeira, saber dar uma informação correta de se aquela mulher pode dar entrada ali ou não. Então, isso, sim, é uma violência institucional.

Então, nós precisamos de preparo em todas as esferas. E quando a gente fala de saúde mental materna, a gente está falando desse ciclo completo, porque eu evito muitas intercorrências se essa mulher está segura, se essa mulher está consciente, e não é só simplesmente, como eu disse, ter informação, mas ela precisa entender como aquilo é para ela, é como ela recebe.

A secretária colocou sobre a questão da amamentação. Existem, sim, políticas que têm que incentivar, sabemos de todos os benefícios, mas volto a dizer: como isso é feito? O "como" importa! A forma com que eu falo, a forma como eu comunico isso para aquela mulher, e mais, para aquela família. Quando nós estamos falando de gestantes, quando nós estamos falando de nascimento, quando nós estamos falando de pré-natal psicológico, nós estamos falando de família. Nós não estamos falando só sobre o binômio mãe-bebê. Nós estamos falando sobre família. Às vezes, essa mulher já tem dois, três filhos que a estão esperando em casa. Às vezes, ela é uma microempresária que precisa se recuperar bem, que precisa ter uma via de parto que facilite isso, inclusive uma boa recuperação. Isso passa por um emocional seguro e não por uma violência. Quer dizer, ela teve uma internação por um quadro no pós-parto. Então, se essa mulher quer voltar logo – ela precisa às vezes fazer a venda dela até para sobreviver –, ou quer voltar para perto desses outros filhos, o médico precisa, sim, analisar a condição dela; precisa, sim, ver o tempo de alta; precisa, sim, ver protocolos que sejam seguros.

Então, nós não podemos olhar só para uma classe. Como eu disse: e as encarceradas? E esse bebê que nasce lá dentro? Esse bebê... Como essa mulher vive a gestação, o bebê vai ter o seu desenvolvimento infantil afetado. Nós precisamos pensar nessas mulheres, nós precisamos pensar – entende? – no pai, que muitas vezes nem sabe.

Nós trabalhamos no pré-natal, inclusive, com os avós, porque às vezes a violência vem de dentro de casa, com falas. Como, por exemplo, eu já atendi uma paciente – uma não, várias – com essa queixa: "Ah, na minha família – minha avó, minha sogra, minha tia –, todo mundo fala assim: 'Não, aqui na nossa família ninguém pare, todo mundo é cesariana.'". Mas não é um time, gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não é um time: "Quem é da cesárea levanta a mão; quem é do parto normal...". Não é sobre isso. É sobre saúde, é sobre avaliar bem aquele quadro.

E quantas mulheres, quando não são trabalhadas nessa área, desistem? Elas desistem antes mesmo de tentar, e aí a saúde obstétrica dela é comprometida, porque eu também já recebi várias mulheres que, por não terem tido um apoio durante a gestação, não terem sido, inclusive, diagnosticadas...

E, quando a gente fala, inclusive, de quadros ansiosos, essa taxa, Senador, sobe para 30% de quadros ansiosos no puerpério. Muito se fala da depressão, mas quadros ansiosos também; às vezes até estresse pós-traumático, em que essa mulher não consegue se vincular com esse bebê. E um bebê que não se vincula com sua mãe e uma mãe que não se vincula com o bebê, a gente sabe dos danos ao longo do desenvolvimento dele.

Então, quando a gente tem esse olhar... A gente precisa ter um olhar de construção. A gente precisa ter e falar: o.k., eu quero a vida, eu quero o bem dessa família. Então, preciso trabalhar para isso de uma maneira intencional, de uma maneira concreta. A gente não pode ver e permitir que as escolhas dessa mulher sejam ignoradas, mas o problema é quando, lá na frente, ela opta por um tipo de parto – vamos colocar assim – ou quando ela, inclusive, deixa de amamentar, por exemplo, não porque ela não teve informação, mas porque ela não foi tratada em seus medos. É o que eu mais pego!

Hoje, o que eu mais encontro no pré-natal é medo, e gestação não precisa ser confundida com medo, mas o medo tem sido o protagonista das gestações, e nós lutamos para que a mulher seja a protagonista, juntamente com o seu bebê, desse processo, e não o medo.

Então, são quadros, às vezes, que se estabelecem, que impactam, porque nós somos feitos seres integrais. Quem aqui nunca foi fazer uma prova de concurso, uma prova de vestibular, ficou com um friozinho na barriga e teve um desarranjo intestinal? É normal. Você teve um pensamento, uma lembrança, uma época ali em que você se lembrou da perda de um ente querido e você ficou prostrado, gripou. Nós somos seres integrais, o nosso corpo está integrado a nossas emoções. Então, se eu não trato a minha mente, se eu não trato o meu coração, se eu não trato as minhas vivências, se eu não trato a minha história, a história dessa mulher, que muitas vezes está lá sozinha tendo esse neném, assustada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas adolescentes gestantes que não têm suporte? Às vezes a gente quer dar um suporte escolar, apenas, e ela precisa de muito mais. Ela, às vezes, está repetindo uma história que ela nem tratou. Ela, às vezes, está sendo, até hoje, excluída dessa família, desse contexto, e ninguém faz nada. São crianças, muitas vezes.

Então, esse olhar que nós precisamos ter para a saúde mental materna é um papel de todos nós, por isso, que rica esta audiência pública, este debate, essa conversa! Porque os cidadãos precisam saber disso! A gente precisa falar mais de morte, de luto. Porque se fala muito de vida, é claro, mas, gente, existe uma taxa ali de abortos, existe ali uma realidade de mulheres que perdem seus bebês, de fertilizações que não conseguem ser concluídas com êxito, da forma que essa família esperava.

E esse médico sofre junto, esse enfermeiro sofre junto, muitas vezes a gente chora mesmo com os que estão chorando. Não é fácil, não é uma realidade fácil, mas nós precisamos levantar a cabeça e saber que é conosco, que não passe de nós – não passe de nós –, dessa geração, trabalhar e lutar por mais direitos dessas mulheres, para que elas possam ser saudáveis desde o início do processo. Que nós possamos dar as mãos, porque a *expertise* que um tem, às vezes, não é a que o outro tem, mas somando e tendo olhares profissionais... Técnicos, sim, mas jamais sem humanidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom. Rapaz, que bacana isto: cada exposição trazendo mais elementos do que a outra, e complementando. Uma audiência muito emblemática, simbólica demais, e olhe que é num dia difícil aqui, um dia histórico também do ponto de vista desta Casa. Não é todo dia que você sabatina um Ministro do STF aqui. Eu estou aqui desde 2019 e tive cinco sabatinas como esta, mas hoje está diferente, hoje está um negócio mais puxado. Mas esta audiência pública é a cereja do bolo deste dia tão importante aqui, eu fico feliz. É uma audiência pública para a gente rever depois e agir.

Então, parabéns, Larissa da Silva Serafim, psicóloga obstétrica e perinatal, voluntária do Instituto Vida Maria. Muito obrigado pela sua exposição.

E quero dizer o seguinte: aconteceu um fato comigo – já lhe passo a palavra, doutor –, nesta semana, e não existe coincidência, a gente aprende na vida que nada é coincidência. Eu sou muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de observar os sinais. E eu fui ao interior do Ceará, neste final de semana, em Chaval, que é entre o Ceará e o Piauí. É a última cidade do Ceará na fronteira – na fronteira, não; ali na divisa com o Piauí. E eu fui a um hospital... Não tem um hospital do Ceará a que a gente não mandou emenda, e a gente faz questão de verificar o que é que foi feito. E é impressionante como o pessoal faz de poucos limões uma limonada, para você ver como precisa de apoio. E as enfermeiras chegando para mim, sobre os projetos aqui, as pessoas estão acompanhando o que está acontecendo, precisando de melhores condições. E uma coisa me marcou muito: uma criança – não era bebê, mas uma criança – estava num daqueles leitos, muitas pessoas e tudo, e essa estava com a mãe porque o pai dela estava lá dentro e tinha atentado pela terceira vez contra a própria vida. E a secretária dizendo: "O senhor tem que ver alguma coisa de saúde mental. A gente não está aguentando, está se reproduzindo muito por causa das *bets*, das casas de aposta. Isso está se multiplicando de uma forma que a gente não tem ideia, e aqui está chegando e tal". E aí eu parei tudo, tinha outra e eu disse... E fui conversar com a família, fiquei lá acho que uma hora, uma hora e meia conversando, e o que mais me marcou de tudo, estava com a mãe, e a mãe desse rapaz disse – e ele com a filha de sete anos, com a esposa –, e a mãe disse: "Olha, a família, os irmãos dele, ele tem oito irmãos e nenhum quer mais saber dele, já desistiram e tudo; e eu estou aqui. O senhor imagina a dor?".

Eu digo: "Não imagino, mas eu não consigo imaginar, só a senhora sabe". E o que mais me marcou, Heloísa, foi o olhar da criança vivendo aquilo tudo. Teve uma hora em que ela entrou na sala, eu estava conversando com o pai, ela olhou assim para o pai, e aí a mãe disse: "Ela não vai mais para a escola, ela está tomando remédio, já está há um mês e meio sem ir para a escola".

Aquilo... Isso foi no final de semana, eu já liguei duas vezes para o Prefeito, que estava lá conosco. E é bacana o seguinte: eu sou de um partido e o Prefeito é de um partido que é oposição. Isso é que é legal, né? A gente manda para todos os municípios, independentemente de serem administrados pelo PT, pelo PL, pelo PSB, e esse Prefeito pensa muita coisa diferente da gente, enfim, mas ali a gente está conversando direto, ele já está me dando *feedback* de como é que está a criança. Ela vai voltar para a escola, se Deus quiser, semana que vem, está tentando encontrar um caminho para o...

Então, é essa humanidade, é essa solidariedade, sabe? Aquele olhar não me deixou dormir algumas noites. Aquele olhar ainda está aqui, porque eu sei que – e tem, inclusive, estudos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso se repete –, quando acontece esse tipo de tentativa, o trauma fica tão grande, tem alguma coisa que se repete nas gerações. Então, a vida é uma coisa que a gente tem que buscar preservar em todas as etapas, de todo mundo. Isso aí é importante.

Então, vamos agora, com muita honra, com muita alegria, ouvir aqui o Dr. Marcelo Marsillac Matias, ele que é Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Começamos com o homem aqui, o nosso Deputado, que foi a inspiração, e eu agradeço, de coração, por a gente estar aqui propiciando este momento, vivenciando e aprendendo.

Dr. Marcelo, me desculpa o atraso, e muito obrigado por ter ficado. O senhor fecha, depois eu vou ler as perguntas e quem quiser e se sentir confortável para responder as perguntas da população, nos três minutos finais de considerações, com a tolerância também, a gente pode responder.

Dr. Marcelo, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS (Para expor.) – Senador, eu quero lhe agradecer muitíssimo pela possibilidade para falar de algo que, para mim, é absolutamente fundamental. Eu também sou ginecologista obstetra, sou professor da faculdade de Medicina e participei da formação de pós-graduação de dezenas de médicos obstetras, o que me traz muito orgulho.

E quero dizer, claramente, que concordo com o Dr. Raphael Câmara: violência obstétrica não existe. Violência obstétrica é um termo político-ideológico que surgiu na Venezuela e foi proliferado com interesses que são absolutamente inadequados. Toda política nós devemos avaliar pelo resultado, e não pela ideia, e o resultado foi a criminalização da obstetrícia e foi, certamente, inclusive no Rio Grande do Sul, o fechamento de centros obstétricos e o abandono da especialidade. Eu faço questão de dizer isso porque é extremamente importante a gente deixar isso muito claro, porque é uma das bases da nossa conversa e, por isso, agradeço-lhe profundamente.

A segunda questão que eu acho que nós devemos tratar é que nós não estamos tratando, ao meu entender, de uma disputa de parto *versus* cesárea. Quero dizer para todos aqui: parto ou cesárea é um meio; o que nós estamos buscando é o fim, que é a saúde da mãe e do bebê, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, eu vou ter, e em indicações precisas, ambos como sendo a melhor opção, ambos tendo o melhor resultado. Então, isso é absolutamente importante.

O grande galho é que nós temos dois problemas conflitantes.

O primeiro deles é que, em 1985, na cidade de Fortaleza, a OMS reuniu um conjunto de pessoas que não eram médicas, na sua grande maioria – não sei nem se tinha algum médico –, e ali foi decidido, sem nenhuma base de literatura, que o índice máximo de cesarianas deveria ser de 15%, que é um número absolutamente falacioso, mas ele produziu um impacto muito grande porque, nesse exato momento, faço questão de dizer que o Brasil era o campeão mundial de cesarianas. E aí tem um ponto que vale um dia fazer um debate de se isso é causa ou consequência.

Eu tenho uma aula que eu dou para a residência em que eu explico exatamente os motivos pelos quais o Brasil virou recordista, naquele momento, de cesarianas – e não é mais hoje em dia, isso é importante que seja dito. Ele virou por consequência do sistema de saúde brasileiro, que é bastante exótico. E o certo é que, se eu tenho uma consequência, que é o aumento de cesarianas, que era absolutamente factual, e eu tenho o obstetra como o indivíduo que executa cesarianas, o que se criou de maneira extremamente problemática? A culpa é do obstetra, portanto, foi feita uma campanha de *marketing* violentíssima em todos os meios possíveis, da forma mais violenta possível – isso sim, era violência – para atacar o obstetra. E foi nesse bojo que surgiu o termo "violência obstétrica".

É interessante, Senador, que em 2002 a OMS definiu violência e, na definição de violência, tinha que ter a intenção daquele que executa, o que é algo muito razoável. Ao oposto disso, nunca vi, não conheço – e tenho mais de 30 anos de experiência – alguém que deliberadamente produz uma violência numa gestante, numa puérpera ou numa grávida, em um sentido mais amplo, que não precisa estar em trabalho de parto.

Portanto, a entrada da política foi problemática e, no Brasil, a definição brasileira incluiu coisas com as quais eu até concordaria, se houvesse abuso físico, sexual, verbal – eu concordo, eu não tenho qualquer problema com relação a isso –, mas se ampliou de forma que – o Dr. Raphael foi muito preciso nisso – coisas carinhosas, tipo "Força, mãezinha", viraram violência. Nós ampliamos de tal sorte a questão que, mal é um relacionamento, já vira violência, e, como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência sempre é produzida supostamente pelo agente de saúde, nós estamos aqui aumentando, e não reduzindo, o tumulto, a dificuldade, os problemas. Nesse aspecto, o Dr. Raphael foi muito preciso e colocou vários pontos, e eu não vou perder tanto tempo com isso porque, cientificamente, é fundamental que nós tragamos o que é efetivamente violência, que para mim é nada, mas o que está certo, o que está errado e o que é argumentado do ponto de vista de violência.

Fala-se, usualmente, que o jejum seria uma violência. Em primeiro lugar, os hospitais hoje em dia não deixam mais as pacientes em jejum. Entretanto, nos livros, pacientes de altíssimo risco podem, sim, se beneficiar do jejum para redução de risco de morbidades puerperais e, justamente por isso, não é violência deixar, em casos selecionados, que são a esmagadora minoria, as pacientes em jejum.

É muito problemático, e o Dr. Raphael mostrou quando ele disse que fórcipe é uma violência. Fórcipe é um excepcional instrumento, que é melhor, inclusive, que a cesariana, no momento em que eu tenho uma distocia, que tem várias causas, no final do parto, especialmente depois que já passou uma determinada altura, na qual a cesariana é perigosa. Portanto, é verdade que tem tocotraumatismo, é verdade que tem complicações, obviamente, mas, dentro da indicação científica, em torno de 3% a 5% dos partos, ele produz um resultado magnífico, de melhor resultado para a mãe e para o bebê.

Nesse aspecto, a episiotomia talvez seja, dos procedimentos que são óbvios, o mais atacado. Não é uma violência: é um procedimento cirúrgico, e esse procedimento cirúrgico, pela própria OMS, é importante que seja dito, deve ter um limite de 10%. O detalhe é que a OMS coloca toda a assistência obstétrica, no mundo e no Brasil – e a maioria dos países aceita como perfeitamente normal – algo entre 10% e 30%. Quando eu digo 10% a 30%, ou o próprio 10%, eu já digo de antemão: obviamente não é violência, porque a execução rotineira de episiotomia é uma má conduta médica, mas a execução dentro dos parâmetros da própria Organização Mundial da Saúde não é violência, é um procedimento médico.

Isso vale, por exemplo, para a questão da posição de litotomia, que é aquela posição que mais se utiliza. É verdade, não há uma necessidade que ela seja feita, mas quando da necessidade de procedimentos que são coisas fundamentais para o alto risco, aquela posição facilita em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes. Portanto, mesmo que ela não seja obrigatória, ela não é, sob qualquer hipótese, violência.

E vale para a ocitocina, que é tão falada como sendo uma violência, mas a realidade é a seguinte: ela é um tratamento excelente quando eu tenho um parto cuja velocidade é inadequada, com uma causa específica, que é a redução da força da contração. Portanto, não é violência. O que nós precisamos ter basicamente é uma indicação adequada.

E aí, coloca-se como violência no Brasil algo com que eu concordo, que é a falta de estrutura. Então eu vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Doutor, eu estou muito atento, feliz aqui com a sua fala, trazendo muitos dados. Inclusive, Fortaleza é a minha terra, onde começou essa questão aí que o senhor colocou, desses dados, os 15%.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Quinze por cento, *fake*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só peço o seguinte: eu vou me ausentar rapidinho para votar e já volto.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor pode falar, eu vou dar aqui um tempinho.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como a gente está tendo agora a votação no Plenário, aí eu volto em sete minutos, no máximo, tá? O senhor pode...

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Perfeito. Muito obrigado, Senador.

Mas eu quero concordar com o que foi dito aqui, que a falta de estrutura, sim, é uma violência. Eu não tenho a menor dúvida. E isso é em sentido mais amplo. A falta de estrutura é muito mais do que pura e simplesmente a ausência de um instrumento para facilitar o parto e, sim, falta de estrutura no sentido mais amplo: é não ter uma equipe completa, não ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de fazer um procedimento de emergência, não ter um leito de UTI, não ter exames ou não ter a condição de transferir aquela paciente do local onde ela está para um local onde tem a capacidade de fazer alto risco. Então, eu concordo plenamente que, se eu for falar de uma violência, a verdadeira violência é a violência institucional, que obviamente existe.

E aí, o meu problema com o termo violência obstétrica é porque ele obviamente serviu a interesses, e quando eu digo que serve a interesses, ele talvez não sirva ao melhor interesse da saúde ou especificamente das mães, mas ele acabou sendo dragado por determinadas profissões que, no meu entender, acabaram antagonizando os obstetras, quando deveriam trabalhar junto dos mesmos.

É muito interessante porque eu sou um indivíduo que, até dois anos atrás, antes de assumir novamente a Presidência do sindicato, fazia plantão em centro obstétrico e eu ficava muito feliz quando eu tinha uma enfermeira obstétrica, porque em várias situações ela era extremamente importante como uma parceira da equipe. Portanto, eu não tenho nenhum problema com a existência da enfermeira obstétrica. E assim, da mesma forma, a doula. Eu sei ler artigo científico, e, portanto, obviamente melhora a qualidade quando eu tenho a capacidade do atendimento por alguém que vai dar para a paciente um apoio emocional e, muitas vezes, físico. Inclusive tem trabalhos que demonstram a redução de dor, o que é uma coisa bastante importante.

Portanto, considerando que eu sou favorável, aí eu entro num outro problema: que a profissão de doula no Brasil foi fortemente politizada, e não deveria ser, de forma que supostamente eu tenho que ter uma doula para combater a violência obstétrica. Mas, ora, se violência obstétrica não existe, eu não preciso da doula. Porque, afinal de contas, nós politizamos esse assunto, e, em algum aspecto, várias obstetrizes ou enfermeiras obstétricas, que certamente são excelentes parceiras para o trabalho de parto, querem fazê-lo para enfrentar a violência obstétrica. Bom, aí ela não é necessária. O que nós precisamos é ter a técnica, a capacidade, a parceria, que é muito importante.

E, neste momento, faço questão de dizer que, dentro da violência institucional, que claramente existe, nós temos a pior das violências, que é a violência legislativa. Esse projeto de lei da Câmara dos Deputados que criminaliza a obstetrícia é, no meu entender, o pior projeto de lei feito para a saúde, para a obstetrícia e para o futuro do nosso país, inclusive para as mães e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as crianças, em toda a história. Nunca houve um projeto pior. E, claro, ele pode satisfazer algumas pessoas, pode satisfazer alguns interesses, mas o resultado desse projeto vai ser o que já está acontecendo: a inexistência de médicos para fazer o plantão, inclusive para ajudar as enfermeiras obstetrizes, quanto da necessidade de uma intervenção, porque ninguém vai querer fazer algo que pode colocá-lo dentro da cadeia. Porque, diga-se de passagem, qualquer obstetra sério que faça alto risco, como eu fiz durante 30 anos, já fez uma histerectomia puerperal, que é um procedimento que salvou vidas e que faz muita diferença. Mas, se vira crime, eu não quero fazer. Eu não quero ficar exposto a ter que fazer alguma coisa que pode me levar para a prisão. Eu entro como médico num plantão e saio como indiciado por crime. Isso é absolutamente inaceitável, e parece ser uma grande ideia.

A segunda maior violência que nós estamos vendo hoje para a obstetrícia – e que causa um impacto violentíssimo e que só piora as relações – é a violência de mídia. A violência de mídia é algo que acontece no Estado do Rio Grande do Sul com muita frequência. Vereadores resolvem caçar *likes* invadindo emergências. Mas dentro da obstetrícia esse é um assunto fundamental, porque dentro da obstetrícia nós vemos todas as campanhas que foram feitas em jornais, revistas, na televisão, no cinema, em tudo o que tem e mais um pouco. E a gente vê muito fortemente, hoje, na rede social. A gente entra no Instagram e vai ver muita campanha contra a violência obstétrica. Vamos traduzir isso: é uma campanha contra os obstetras. E essa violência que é feita sequencialmente produz danos gigantescos e faz com que o obstetra abandone, especialmente, o seu contato com o Sistema Único de Saúde, porque ele não vai ter essa dificuldade com as suas pacientes dentro do seu consultório, com a sua equipe.

É justamente por isso que nós estamos lançando, no próximo mês, uma campanha que vai ser local – mas muito possivelmente vire nacional – de enfrentamento à violência digital contra médicos. Vai ser uma excelente campanha, tenho certeza de que virará na notícia.

Em terceiro lugar, a violência mais complexa que nós enfrentamos, no Estado do Rio Grande do Sul – em grande parte, em consequência disso que nós estamos discutindo aqui, e por isso agradeço ao Deputado por aqui estar e gostaria bastante que o Senador tivesse essa informação, porque faz diferença –, é o fechamento das maternidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 2018 e 2022, nós tivemos o fechamento de 35% dos leitos de obstetrícia no estado, de 35%. Nós temos hoje, no Estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente um terço só das cidades que têm maternidade. E nós temos, dentro dessas maternidades, hoje, escalas que são impossíveis de serem completadas porque não tem quem queira trabalhar no Sistema Único de Saúde diante do risco de sair e ser acusado de violento, de agressivo ou de criminoso, que é o que está acontecendo em vários aspectos.

Nesse sentido, eu quero dizer, acerca da questão do plano de parto, que eu tenho problemas com o plano de parto pela forma como ele é escrito. O Dr. Raphael Câmara foi muito preciso nesse aspecto, porque o plano de parto é nada mais que um plano. Mas ele é encarado como uma ordem em vários aspectos, a partir do momento em que tem dito ali que eu não vou fazer episiotomia.

Se eu digo que não vou fazer episiotomia, não vou botar um fórcipe, não vou fazer uma cesariana, eu não tenho como atender essa paciente, porque, na prática, o que vai acontecer é que, se eu for compelido a... E todas as pacientes nos centros obstétricos do país hoje, sérios, assinam consentimentos, informados desde o início, dizendo precisamente isso, e não importa que ela assinou que poderia fazer uma episiotomia, um fórcipe ou uma cesariana: ela vai usar o seu plano de parto e vai judicializar contra o obstetra. Portanto, fica extremamente ruim o conflito jurídico que é gerado a partir da forma como esses planos de parto são feitos.

E, pior, eu sou favorável ao plano de parto. O meu problema é que eles são feitos de uma determinada forma na qual eles são unilaterais. É mais ou menos a mesma lógica de que eu vou fazer uma cirurgia cardíaca e eu faço meu plano de cirurgia cardíaca. "Não, eu quero uma incisão menor. Eu quero não ter dor no pós-operatório. Eu quero que não seja cortado o meu esterno. Eu quero que preservem as minhas artérias, as minhas veias." Sinto muito, pode ser um excelente plano, mas ele é obrigatoriamente dependente do momento e das necessidades que vão acontecer. E esse é um problema que gerou extremos problemas.

Nesse aspecto, faço questão de chamar a atenção para uma coisa. No meu entender, e é claro que aqui é só uma organização de pensamento, todo o tumulto que nós tivemos da, entre aspas, "violência obstétrica", surgiu lá atrás, quando a OMS se reuniu e definiu que o número máximo de cesarianas era 15%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de dizer, eu vou chamar a atenção para um detalhe: só tem hoje em dia, no mundo, quatro países desenvolvidos que têm esse índice, somente quatro, e os resultados perinatais desses são piores do que os resultados perinatais de países que fazem entre 10% e 30%. Especialmente na África Subsaariana, onde eu tenho o índice de cesarianas sempre abaixo de 10%, eu tenho resultados piores para todos os índices, maternos e infantis, portanto, eles refletem muito mais desassistência do que humanização.

É justamente por isso que utilizar índice de cesárias como um índice de resultado é uma calamidade, porque eu vou ter hospitais de altíssima referência que terão índices mais altos de cesarianas pelas intercorrências necessárias do alto risco. E, ao oposto, eu posso ter, obrigatoriamente, locais onde eu tenho um índice maior de parto normal, ao que eu sou plenamente favorável.

O problema de tudo isso é que tudo isso surgiu a partir desse trabalho malfeito, e escrito numa revista importante médica, a *The Lancet*. E, no final das contas, em 2015, a OMS olhou para os seus dados e disse assim: "Ops, errei". E eles assumiram que o número de 15% era ruim e, portanto, eles aceitam como bom índice de cesarianas até 30%.

Isso não muda o fato de que o Brasil ainda faz o índice de cesarianas mais alto, e por isso eu digo: se um dia quiserem conversar com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, onde nós temos o maior núcleo de obstetrícia do país, nós podemos explicar por que isso acontece. Eu digo para vocês: essa é uma consequência, e não uma causa. Eu posso, tranquilamente, trazer um pouco de luz sobre o que acontece e aconteceu no Brasil que justificou isso.

Mas eu não posso trazer só essa minha fala sem trazer soluções, porque isso é o mais importante. Em primeiro lugar, nós precisamos aumentar a segurança jurídica dos centros obstétricos, o que inclui todos que ali trabalham – médicos, enfermeiros, técnicos –, o próprio hospital em si, porque, hoje em dia, querem fechar o centro obstétrico, porque é um lugar de baixo faturamento e alto risco jurídico.

E nós temos hospitais, só para se ter ideia, em Porto Alegre, cujo nome é vinculado ao nascimento de Jesus, que fecharam a maternidade, porque a maternidade tornou-se algo, do ponto de vista econômico, inviável, porque, no Brasil, diferentemente do Rio de Janeiro, onde o Dr. Raphael trabalha, a obstetrícia é a especialidade mais processada e, portanto, ela é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialidade que menos tem interesse, porque ela paga mal e processa muito. Isso significa que eu preciso aumentar a remuneração, e essa remuneração tem que ser maior, não é só para o médico, é para toda a equipe, justamente para ter um interesse em que se faça aquilo, mas, mais do que isso, também para o hospital, porque o hospital precisa ter uma remuneração adequada para que nele seja viável a manutenção dos leitos de obstetrícia, para evitar o fechamento.

E eu vou dizer, sem a menor dúvida, dentro do Senado da República, talvez algo mais importante seja algo por que nós lutamos há longa data, em algum momento conseguimos isso e foi suspenso, que é proibir, em documentos oficiais, o termo violência obstétrica, porque ele é um termo danoso, que produz resultados que nós estamos avaliando que são extremamente ruins.

No fim, como somos favoráveis à atuação da doula ao nosso lado, especialmente, nós precisamos, urgentemente, já que virou uma profissão definida em lei, que se crie um código SUS para a remuneração dessas profissionais. Isso é absolutamente fundamental. Nós estamos entrando, inclusive, com um projeto de lei aqui no Congresso Nacional, porque, afinal de contas, se elas são profissionais importantes, como eu acho que são e o nosso núcleo acha que são, precisa ter um código. Nós não podemos deixar que as pacientes, especialmente as mais humildes, não tenham acesso à profissional porque não existe uma remuneração do próprio Sistema Único de Saúde. Não esqueçamos: o Sistema Único de Saúde é integral, universal e gratuito. Para isso, eu preciso que todas as pacientes tenham acesso à doula, e a doula precisa ser remunerada por isso, para que a paciente não seja onerada.

Nesse aspecto, eu vou dizer a última coisa que eu preciso dizer, e já disse algumas vezes, mas é fundamental: não existe violência obstétrica. Nós precisamos, urgentemente, acabar com o termo, porque a verdadeira violência é o fechamento dos centros obstétricos.

E é justamente por isso, Senador – que bom que o senhor voltou na minha última frase – que eu lhe digo o seguinte: eu faço a questão mais absoluta de poder ajudá-lo nesse projeto – e em vários também do Deputado –, porque nós temos um conjunto grande de projetos dentro da obstetrícia, e faço a mais absoluta questão; vou ao estado de vocês para falar sobre as coisas que nós sabemos, porque seria muito importante nós trazermos, primeiro, um pouco mais de ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco menos de política e, afinal de contas, defender todos os profissionais – médicos, enfermeiras, obstetrizes, doulas –, mas, de maneira muito mais importante, defender as pacientes.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Olha, o que nos une é justamente essa convergência, a união que foi pregada aqui, e eu aprendi muito, embora essas idas e vindas ali para votar... Mas, depois, eu vou assistir a toda a sessão novamente com a nossa equipe. Desculpa, estou ofegante aqui, porque eu vinha correndo.

Inclusive, tem uma notícia – eu disse que era um histórico. Vocês não têm ideia da simbologia disso aqui. Há 134 anos, o Senado não rejeitava um nome para a Suprema Corte.

De tudo que a gente está vendo – de lamaçal, de Banco Master, de INSS, abusos para lá, abusos para cá –, o Senado, hoje, cumpre uma função de tentar se aproximar da população. Nós temos uma esperança maior de voltarmos a ter a separação entre os Poderes, a independência entre eles, que um Poder não esmague o outro. Então, foi uma vitória, acredito, do Brasil, respeitando quem pensa diferente, isso transcende questão de direita e esquerda. Acabou de ter o resultado e a gente vai ter a possibilidade, aqui, de seguir e fazer as considerações finais.

Muito obrigado, viu, Dr. Marcelo? Muito obrigado pela sua exposição, Dr. Marcelo Marcillac Matias, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul.

O senhor mora aqui em Brasília?

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Não, moramos no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E veio exclusivamente?

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Eu vim exclusivamente para isso. E saio daqui, vou, inclusive, junto com o Senador Hiran Gonçalves, para Natal, onde nós temos o Congresso da Fenam, e chego só domingo em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que honra, que honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS – Mas fico muito feliz de estar aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom, a felicidade é nossa.

Então, vamos para as perguntas. A gente vai sequenciar na mesma... Não sei se o Dr. Raphael está conectado... Pronto.

Nós vamos sequenciar na mesma... vai ser a mesma sequência. O senhor começa a falar, depois a gente vai para o Dr. Raphael, depois a Ministra Cristianne, depois a Dra. Heloísa, a Dra. Larissa e fecha com o Dr. Marcelo, não é isso? Então, vamos lá.

Mas, antes, as perguntas da população. Aí, vocês anotam aí o que vocês acham que podem responder.

A Ana, de São Paulo – olha a participação aqui de todo o país. A Ana, de São Paulo: "Como o Estado pode estruturar políticas públicas para prevenir a violência obstétrica e garantir um parto digno e seguro?".

A Luma, do Pará: "Quais práticas médicas são mais frequentemente denunciadas como violência obstétrica no Brasil?".

O Eduardo, de Rondônia: "Como evitar que a lei exista formalmente, mas não seja efetiva no cotidiano das unidades?". O Eduardo sempre participa, a gente fez uma sessão de debates ontem aqui também e ele participou com algumas perguntas. Obrigado, Eduardo.

Vanessa, de São Paulo: "Quais medidas federais garantirão responsabilização efetiva por violência obstétrica e respeito ao consentimento no parto?".

Jonas, de São Paulo: "Presença de acompanhantes e doulas não é concessão, é direito garantido. O apoio emocional reduz riscos [...]". Ele fez um comentário.

A Natália, do Rio de Janeiro: "Justiça reprodutiva para mulheres PCD, [...] [com] acessibilidade, respeito ao plano de parto [...] e acolhimento!".

Patrícia, de Minas Gerais: "[...] o poder público deve prever campanhas" e políticas para mulheres grávidas, principalmente no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Poliana, do Distrito Federal: "Muitas mulheres não encontram condições adequadas para dar à luz em hospitais públicos, por falta de médicos, medicamentos e dignidade".

A Mariana, da Bahia: "Como a Lei nº 11.108/2005 contribui para um parto mais digno e seguro?".

Danielle, do Distrito Federal: "A precarização da saúde pública contribui para a persistência da violência obstétrica e dificulta [...] protocolos humanizados?". É uma pergunta que ela faz.

Eduardo, de Rondônia, de novo, ontem também foram duas perguntas dele: "A dignidade da pessoa humana será traduzida em quais obrigações objetivas para os serviços de saúde?".

Vanessa, de São Paulo: "Como o Estado enfrentará a violência obstétrica no SUS, sobretudo contra mulheres negras e pobres, garantindo parto digno?".

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS (*Fora do microfone.*) – Deixe-me lhe pedir mil desculpas. Descobri que vou perder o avião se eu não sair agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não. Vá, vá, vá. Pode ir. Vá com Deus.

Obrigado, Dr. Marcelo.

Tranquilo! O que é isso? Quem tem que pedir desculpa somos nós pelo atraso.

Boa viagem para o senhor. A gente mantém contato.

O SR. MARCELO MARSILLAC MATIAS (*Fora do microfone.*) – Agradeço a oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém! Obrigado.

Eu vou virar a última página aqui das perguntas. Até agora, nenhuma do Ceará e nenhuma do Espírito Santo. Mas vamos ver aqui. (*Pausa.*)

Ô rapaz, dessa vez você perdeu. Olhe, esse seu projeto valeu o seu mandato. Eu sei que o seu mandato é muito atuante – são muitas causas, pautas e princípios –, mas esse projeto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você aprovou – eu sei o quanto é difícil, o quanto custou e o quanto está beneficiando as pessoas – valeu o mandato. Só isso aí é muito importante saber.

Anderson, do Rio de Janeiro: "Não vejo iniciativa [...] sobre violência neonatal. Trabalhos de parto prolongados podem levar a danos neurológicos para o feto". O Anderson está fazendo uma afirmação.

Letícia, do Ceará – obrigado, Letícia –: "Para garantir dignidade à parturiente, é importante oferecer a presença de uma doula auxiliando nas etapas do parto [...]".

Yorjanis, da Bahia: "Ter todo o apoio do governo para garantir o direito das mulheres grávida e parturientes é de suma importância [...] para a saúde".

Muito bem! Muito obrigado pela participação.

Já começo aqui, dando a palavra para o nosso querido Wellington Callegari, Deputado Estadual pelo Estado do Espírito Santo.

Parabéns, capixabas, por esse presente para a Assembleia Legislativa do Estado.

O senhor tem três minutos, com a tolerância sempre da Casa, para fazer as suas contribuições finais, considerações finais e também, se quiser, responder a alguma pergunta.

O SR. WELLINGTON CALLEGARI (Para expor.) – Em primeiro lugar, agradeço a esta Comissão, ao Senador Girão e a todos os presentes, porque foi um dia realmente especial por vários motivos. Hoje está sendo um dia fantástico.

Eu tenho que dizer que o debate aqui foi muito legal, porque foi um debate muito produtivo. Você vê pessoas que não concordam em tudo, mas eu senti que houve, sim, uma convergência em alguns temas importantes.

Eu, inclusive, me permitindo, quanto às perguntas que o Senador leu, vou tentar responder a duas só.

Como o Estado pode estruturar políticas públicas? Eu acho que a Lei do Parto Livre que nós aprovamos no estado consegue isso, basicamente conciliando opiniões divergentes. A gente conseguiu, lá no estado, chamar as doulas. Até peço perdão para a Dra. Heloísa, poque eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente esqueci de citar, naquele momento, os enfermeiros, e os enfermeiros são fundamentais nesse processo mesmo. Eu tenho muita amizade com o pessoal do Coren, do Espírito Santo (Conselho Regional de Enfermagem). Eles não participaram da confecção do projeto, mas, quando ele foi aprovado, eles entraram junto. Tenho grandes amigos do Conselho Regional de Enfermagem, e realmente é fundamental essa participação.

Considero, sim, que muitos partos podem, claramente, e são bem conduzidos pelo enfermeiro obstetra, pelo menos pelo que nós ouvimos falar, pesquisando o setor.

Pela Lei do Parto Livre, a gente consegue fazer uma estruturação de uma política pública, pelo menos eu entendo dessa forma.

E como dar efetividade a essas leis? Aí, realmente, é uma pergunta muito interessante.

Se me permite, nós não só aprovamos a Lei do Parto Livre, Senador Girão, como – eu concordo, lei é tinta no papel se você não conscientizar as pessoas, não fiscalizar – eu estou rodando, neste exato momento, neste momento, aqui no Estado do Espírito Santo. Eu rodo o estado, eu tenho feito um trabalho de divulgação.

Gostaria que a imprensa ajudasse mais, mas muitas vezes a imprensa peca porque prefere dar mais abertura para as coisas mais sensacionalistas, para os temas um pouco mais polêmicos e evita, às vezes, um tema, por exemplo, uma lei que realmente contribui para a saúde pública dos capixabas. Às vezes, divulga muito pouco ou divulga muito mal.

Mas nós estamos rodando, e eu estou indo nas maternidades conversar, não para chegar lá intimidando. Nunca tive esse perfil. Não é essa a nossa intenção, mas é conversar. O que está faltando?

Graças a Deus, os hospitais, os médicos, a resposta tem sido muito positiva. A área da saúde pública no Estado do Espírito Santo gostou, aprovou a Lei do Parto Livre e está nos ajudando a dar-lhe a efetividade.

Dito isso, o que eu quero dizer? Só algumas colocações aqui das falas. São muitas. Obviamente, não vou ler todas, mas só a respeito da colocação... O Dr. Raphael é um cara fantástico, é um profissional extremamente gabaritado. Eu concordo com praticamente tudo, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase tudo o que o Dr. Raphael disse. Eu vou fazer só esta observação daquela questão dos toques. Realmente, na nossa Lei do Parto Livre e no projeto apresentado pelo Senador Girão, não é que se proíbe o toque, mas, no caso dos toques múltiplos, de múltiplas pessoas, se pede, se solicita a autorização da mãe. Eu acho isso extremamente necessário, isso é uma coisa que eu defendo. Eu acho que a mãe tem que ter essa autoridade sobre o seu corpo. Não estamos falando do toque de um médico só. Estamos falando de hospitais, de casos de hospitais-escola em que muitas vezes não se tem esse cuidado de conversar com a mãe, de explicar à mãe o toque, caso ela permita. E eu acho que ela tem que ter esse poder.

Isto é algo de que eu não abro mão: eu acho que a mãe tem que ter. Tem certas coisas que já passam da questão da técnica. Não vai contribuir para o melhor parto dela ela ser tocada por um monte de alunos. Vai contribuir, sim, para o conhecimento científico deles, que é necessário para a sociedade, mas não afeta a qualidade do parto dela. Então, espera aí, ela tem que ter essa autoridade.

E aí eu vou entrar na questão do plano de parto. O plano de parto é uma expressão de desejos.

O Dr. Marcelo falou muito bem algumas coisas, eu concordo também: não podemos criminalizar a obstetrícia, não podemos politizar esse tema, jamais. E realmente é um perigo nós deixarmos de ter especialistas por não ter segurança jurídica.

No caso do plano de parto, lá na Lei do Parto Livre no Espírito Santo, ele virou um documento oficial, mas o médico não é forçado a obedecer. O médico ou qualquer outro profissional que estiver fazendo o parto não é obrigado a obedecer se tecnicamente isso for nocivo à mãe. Então, eu acho que aí já está equilibrado.

Acho que eu não vejo... Não é um roteiro de impossibilidades. Eu sei que... Ele deu um exemplo da cirurgia cardíaca. Não, eu não vejo dessa forma. Eu vejo que o plano de parto é um conjunto, é uma demonstração de desejos da mãe. E aí vem a questão dos... Eu quero até parabenizar a Dra. Heloísa quanto a essa questão que ela falou das posições. Assim, longe de mim, não sou especialista, não sou enfermeiro, não sou médico; sou um político que gosta de ouvir todo mundo, mas, assim, eu acho também que, se formos adotar o parto natural – é a escolha da mãe –, então, realmente, nessa questão da posição, a mãe tem que ter essa autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que sim, porque a natureza – e eu concordo muito com o que a senhora disse – escolhe os seus caminhos. Então, realmente, a pessoa vai se posicionar da maneira que for mais confortável para ela. E não é fácil. Nem todos os hospitais têm essas estruturas, e deveriam ter.

Dito isso, uma coisa que é fundamental: não politizar. A politização é péssima. A pior coisa que pode acontecer com qualquer política pública voltada para a saúde, voltada para a área social, é a politização. Nós precisamos, isso, sim, claro, valorizar... Os valores sagrados, que são a vida, a dignidade da pessoa humana – isso não é ideologia, isso são valores sagrados – têm que ser o nosso parâmetro, e a possibilidade técnica é o que vai definir como esses valores vão ser concretizados em qualquer política pública.

Dito isso, eu acredito que – volto a repetir e encerro a minha fala aqui – é importante garantir a dignidade da mãe, ao mesmo tempo, harmonizar essa liberdade da mãe com a autoridade técnica de quem está fazendo o parto; os dois têm que estar juntos. E o problema, para ser resolvido no Brasil, vai na atenção primária. E os municípios precisam ser responsabilizados, independentemente de haver ou não maternidade neles. Não se pode mais aceitar que municípios lavem as mãos a respeito. Eu falo isso porque muitos municípios do interior não têm maternidade e realmente as prefeituras lavam a mão nesse assunto, só que as suas gestantes estão sem educação relacionada ao parto, estão tendo problemas por causa disso nos hospitais, e isso precisa ser resolvido.

Então, encerro a minha fala agradecendo mais uma vez a todos e torcendo para que o parto, no Brasil, se torne cada vez mais humano e menos violento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Muito obrigado, Deputado Estadual Wellington Callegari.

Imediatamente, já passo aqui a palavra para o Dr. Raphael Câmara, que... Está em São Luís, Dr. Raphael? Você estava ontem em São Luís?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, eu estou no Rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, voltou para o Rio.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Todo mundo está lá em São Luís, só que eu estava em outra reunião do CFM ao mesmo tempo. E estava...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu imagino.

O senhor tem aí três minutos, com a tolerância da Casa, para responder a alguma questão ou fazer algum comentário e as suas considerações finais.

Muito obrigado, Dr. Raphael.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador.

Primeiro, estou emocionado pela decisão agora do Senado. Parabéns ao senhor por essa vitória nossa a favor da vida. Quem vota contra a resolução do CFM não pode ser ministro do Supremo Tribunal Federal. A partir de agora, a resolução do CFM sobre assistolia fetal passa a ser um marco e quem for contra já sabe o resultado que poderá ter.

Bom, dito isso, violência institucional, que alguns chamam de violência obstétrica... Primeiro, achei excelentes as falas, independentemente de ser contra ou a favor. O Wellington Callegari é meu amigo; estivemos com ele no Espírito Santo. A fala da Cris... Foi excelente a fala da Cris. Falou tudo: tem que criminalizar o gestor, não é voltar isso para o médico. É isso, o objetivo é este, Senador: penalizar o obstetra. É o obstetra. O nome é "violência obstétrica" por causa disso. Aí vêm outros profissionais, não sei o quê... Não: é ferrar o obstetra. A gente sabe disso. Então, são questões ideológicas e tudo mais.

Qual é a forma de resolver isso? É simples, é fazer o que eu fiz enquanto Secretário: dinheiro, dinheiro e dinheiro para melhorar a assistência, e vai se conseguir a menor mortalidade materna da história; equipar maternidades; bons salários para os profissionais que cuidam do parto; todo parto em hospital, com presença de obstetra e toda a equipe, inclusive de enfermagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que quem assinou o piso da enfermagem foi Bolsonaro, Queiroga e eu – essas pessoas não sabem desse pequeno detalhe. Hoje, lamentavelmente, como dito, a enfermagem não recebe – deveria receber pelo excelente trabalho que tem.

Mas não pode ter parto sem obstetra, e quem manda no cenário do parto é quem vai responder. Senador, uma coisa que ninguém falou aqui é o seguinte: quando acontece um problema, você acha que alguém vai processar os outros profissionais, ou a doula, ou o fotógrafo? Só se processa o obstetra, por quinhentos motivos. Inclusive, porque, na cabeça da população, quem tem dinheiro é o obstetra. Então, se quem responde no final serei eu, como obstetra, quem manda sou eu... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão, querido. Perdão, entrou aqui... É automático, mas eu já coloquei aqui mais cinco minutos, fique tranquilo.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Por videoconferência.*) – Não, não. Não preciso de cinco minutos, não. (*Risos.*)

Então, é simples: a forma de resolver é dinheiro para ambiência, dinheiro para as maternidades, dinheiro para contratar bons profissionais, um pré-natal que tem que ser bem-feito – sem pré-natal bem-feito, não tem parto bem-feito.

Reitero o que eu disse: só existe parto de baixo risco após o parto ocorrido. Qualquer parto pode complicar, sim. Existem situações que complicam no exato segundo, como, por exemplo, um prolapso de cordão; está tudo indo bem, todo mundo maravilhoso, todo mundo tirando foto, mamãe para lá, mamãe para cá, e "vráu": de repente, o cordão aparece na frente da cabeça, e é imediato. Então, são poucos minutos para você colocar esse bebê e fazer uma cesariana; se não fizer, morre o bebê. E não tem nenhum sinal de que aquilo ali vai acontecer. Eu estou dando um exemplo – poderia dar vários outros –, mas às vezes quem não lida com alto risco não sabe dessas coisas que podem acontecer.

Então, acho que todos nós aqui defendemos um parto seguro, um parto legal para a mãe, um parto sem violência – todos nós defendemos. A forma é como vamos chegar. Cabe ao CFM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender a medicina, a saúde, as gestantes e o bebê, e, para isso, nós entendemos – como eu falei de forma demorada – tudo que tem que ser feito.

A gente entende que o Código Civil, o Código Penal e os Códigos de Ética Médica e da Enfermagem também – e das parteiras formadas – já preveem punições para todas as situações que podem acontecer. Já é previsto isso, não precisa de novas criminalizações.

Agora, quanto ao seu projeto de lei, nós colocamos aquelas posições: tem que ser bem descrito; não pode ficar uma coisa no ar, como a Cris falou. Não pode. Tem que... O que são múltiplos toques? O que são múltiplos toques? Eu, de repente, jogo até para o senhor: o que são múltiplos toques? De repente, mais do que um já são múltiplos para um; para outro, podem ser 10; para outros, podem ser 30. E a gente está falando de ir para cadeia, porque quem fizer múltiplos toques vai para cadeia, então é essa a preocupação. Ninguém discute... Como professor que sou, eu não discuto que, obviamente, alunos... Tem que avisar, tem que autorizar. Não é disso que a gente está falando. Eu estou falando do profissional médico que está cuidando do parto e, na cabeça dele, por sua autonomia, ele acha que tem que dar mais de um toque. E aí, se ele der dois, o português entende que dois são múltiplos, entendeu? Então, é essa... Estou pegando esse exemplo, mas a gente poderia falar de vários exemplos.

Agradeço muito a oportunidade. Hoje é um dia histórico.

E, por último, se o senhor me permite, eu queria chamar todos à Marcha pela Vida, domingo, contra o aborto, na Praia de Copacabana, às 10h da manhã. Que todos vão, porque, lamentavelmente, embora 80% da população no Brasil seja contra o aborto, na hora da marcha, tem meia dúzia de gatos pingados. Vai ter o *show* da Shakira no dia anterior, de que quase ninguém do Brasil gosta, que vai ter 2 milhões de pessoas. E, aí, na marcha contra o aborto, a gente espera que também tenha um público bastante aumentado lá. Eu estarei lá para a gente comemorar esse dia histórico hoje pelo Brasil.

Muito obrigado, Senador. Estamos à disposição para qualquer situação que o senhor queira, o senhor é parceiro e amigo do CFM.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão, Dr. Raphael Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só deixando assim... A gente estava ouvindo atentamente o que o senhor falou, já lhe agradecendo, mas na questão do toque múltiplo, a preocupação não é com o obstetra – não é com o obstetra –, porque ele ali já está familiarizado, ele está trabalhando, já não... Vamos dizer assim: tem um acompanhamento. A preocupação é com outras pessoas. Eu não sei do projeto do José Guimarães, do PT, pode ser que o senhor esteja se referindo a esse. Mas a nossa preocupação... O obstetra é claro que vai ter que avaliar, vai ter que ficar acompanhando ali em todos os momentos. Então, sobre o múltiplo toque, como foi colocado aqui pelo Deputado Callegari, a questão dos alunos em hospitais-escola, não é isso?, essa é que é a preocupação, entendeu? Mas vamos conversar. Eu aguardo as sugestões do senhor. Já tem muita sugestão dada, vou pedir para nossa equipe enviar também, assim como para a Dra. Heloísa, para o Dr. Marcelo, a Dra. Larissa e também para a Dra. Cristianne Britto, que agora vai falar.

Mas, antes, eu tenho que registrar a presença ilustre, e eu falei já dela aqui hoje – falei ou não falei? –, dessa que foi a grande Ministra da Família, dos Direitos Humanos, da Mulher, Senadora hoje pelo Distrito Federal, Damares Alves, que Deus me deu o privilégio, a bênção de conhecer lá atrás, quando eu era ativista e ela era assessora. E a gente está junto hoje aqui. Só tem uma explicação para isso: é Deus.

A Senadora Damares está voltando do Plenário agora. Eu ficava, com a paciência dos nossos expositores aqui, dos nossos convidados, indo e voltando, correndo. Eu nunca corri tanto na minha vida, viu? Meu preparo hoje passou... Meu preparo físico. E aí, a Senadora Damares, que foi muito bem sucedida aqui pela Ministra Cristianne...

Senadora Damares, quer fazer uso da palavra agora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador. Eu quero cumprimentar os expositores, os que estão presencialmente, os que estão *online*.

O debate precisa continuar, Presidente. A gente estava querendo muito que esta audiência acontecesse, mas o dia, para a gente, foi um dia difícil. Inclusive, eu estou rouca de tanto gritar: "Aleluia!", "Glória a Deus!", "O Brasil venceu!", "Acabou para eles!". Hoje a gente fez um dia histórico nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, mas o assunto, em especial, me interessa demais, e o senhor sabe disso. Quem está lá na ponta, com mulheres, há 45 anos, como eu... Eu não sabia que essa violência se chamava obstétrica até eu chegar ao Congresso Nacional há 30 anos; e a gente vê as pessoas dando nome àquilo que eu dizia que era sofrimento. E a gente sabe que o tema nos divide em alguns momentos, mas nos une na crença de que é o momento mais sublime para uma mulher.

Eu não tive a honra de parir, eu não tive a honra de gestar, e tudo por causa de um pedófilo, que me tirou a honra e a graça de gerar um bebê. Eu não passei pelo parto e confesso que, claro, o Senhor Deus me deu outros filhos, me deu uma filha adotiva e me deu milhões de crianças no Brasil para eu cuidar, mas entendo desse momento tão nobre e sublime para uma mulher. E, quando eu comecei a militar lá atrás, no campo, aquilo me incomodava, eu já entendia que havia sofrimento excessivo.

Mas, Senador, a gente tem uma nação também de povos tradicionais, e eu não sei se as senhoras e os senhores sabem que existem, inclusive, rituais para algumas indígenas. Nós temos um povo em que a mulher, para parir, na hora de parir, Senador, tem que ficar de joelho, apenas com uma perna de joelho – e a nossa assessora Aurini fala muito isto para nós, porque ela é uma indígena. Ela fica em pé com uma perna e ajoelhada com outra, porque é um momento difícil, e ela tem que sentir mais dor do que o necessário. Inclusive, essa forma de a mulher parir, às vezes, atrapalha a saída do bebê.

E a gente sempre questionou isto: como lidar, inclusive, com questões culturais com relação ao parto? Assim, eu estou sendo aquela chata de ir a todas as discussões no Congresso Nacional e dizer: nós não podemos tomar mais nenhuma decisão neste país sem considerar a pluralidade cultural da minha nação. Eu preciso trazer para este debate 305 povos diferentes, e grande parte deles tem uma forma ímpar, diferente de lidar com o parto e com esse momento tão sublime. Então, esta discussão precisa continuar, Senador – precisa –, com todo o respeito à classe médica, e a classe médica nos ajuda muito.

Aí, quando eu vou para os povos tradicionais, eu vou à mulher negra, Senador. Eu acho que vocês já colocaram aqui na mesa que havia um conceito já vencido, contra o qual a gente tem lutado muito, que, por ser negra, filha e neta de escrava, ela aguenta mais a dor, então, ela é a última a ser atendida, ela é a última a ser socorrida, e pode gritar, porque: "Você é negra, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguenta". A gente tem isso no Brasil, sim; não é perpetuado pelos médicos, pela classe médica, mas é por uma questão cultural também.

Então, quando a gente enfrentar este tema aqui, a gente vai ter que trazer, também, algumas compreensões culturais do nosso país, Senador Girão, e eu quero continuar este debate; tem projetos de lei. É muito fácil a gente ir para uma palestra, como tem sido fácil para mim falar de violência contra a mulher e listar todas elas, e, ao chegar lá: violência obstétrica. As pessoas se assustam e perguntam o que é isso; e acho que estão generalizando muita coisa, realmente, e a gente vai ter que ter certos cuidados, mas o tema está posto. Eu estou, pelo menos, há 20 anos, no Congresso Nacional, vendo, de uma forma ou outra, o tema ser debatido. Mais cedo ou mais tarde, uma legislação vai ser construída, especificamente com esses termos. Não dá para a gente correr disso; vai ter um projeto de lei. Então, que a gente faça o debate da forma como o senhor está conduzindo, de forma madura, pé no chão, trazendo para a discussão toda a especificidade cultural que nós temos nesta nação. Eu precisava trazer mais esse ingrediente e quero continuar, Senador Girão, neste debate.

Hoje, realmente, eu me esforcei para estar aqui, mas foram tantas coisas que aconteceram nesta Casa. De manhã, eu tive que me dividir em diversas Comissões, porque os colegas estavam presos na CCJ. Já passei mal agora à tarde – eu estou num processo de recuperação de saúde, todo mundo sabe. O Plenário foi tenso e puxado, mas eu fiz questão de vir aqui e dizer que este debate não se encerra numa audiência. A gente vai precisar continuar falando sobre isso; e, todas as vezes que este debate acontecer nesta Casa, eu vou trazer os povos tradicionais para a mesa e vou lembrar: "Epa, isso acontece no Brasil e, às vezes, com dor excessiva, em nome de manifestação cultural". Então, vamos fazer, com toda a delicadeza e maturidade, este debate.

E eu cumprimento todos que participaram: obrigada pelas contribuições que trouxeram. Esta audiência vai produzir relatórios, e nós vamos distribuí-los. As exposições, que foram espetaculares, eu já estou recebendo por WhatsApp.

Parabéns, Girão. Mesmo num dia como este, você não desistiu do debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E que dia emblemático, não é? Só tenho que agradecer aos convidados que aqui estiveram. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, a senhora tinha que vir. Eu sei que não foi fácil para a senhora – eu acompanhei, sou testemunha –, mas a senhora tinha que dar uma passada aqui. E eu tenho certeza de que a senhora vai assistir depois a esta audiência – a sua equipe estava aqui o tempo todo. A senhora vai se emocionar com todas as falas, sem exceção, a capacidade técnica e o compromisso de cada um que aqui está – e o Dr. Raphael também – com a vida, com a gestante, com o bebê. E eu achei muito bonito isso, porque, embora tenha divergências, o tom aqui foi de pacificação mesmo, de conciliação, de busca da união.

Uma coisa que me deixou aqui muito sensibilizado é que se deve deixar a política do lado de fora da sala. Ele conseguiu aprovar por unanimidade a Lei do Parto Livre, lá no Espírito Santo, ele conseguiu unir a todos. Isso é uma habilidade muito grande, um dom que o senhor tem, e nós vamos tentar buscar aqui com relação a isso.

Com a palavra a nossa querida Ministra Cristianne Brito, que foi Ministra da Família, dos Direitos Humanos, da Mulher, que hoje é Secretária-Geral Executiva da Executiva Nacional do Mulheres Republicanas.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua participação. A senhora tem três minutos, com a tolerância da Casa, para fazer as considerações finais, tentar fazer algum comentário ou responder a algumas dessas perguntas – a população participou bastante.

Você está de parabéns também.

A SRA. CRISTIANNE BRITTO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu queria, Senador, parabenizar mais uma vez, dizer do debate maduro que está sendo feito aqui nesta Casa e chamar a atenção para o tema que a Larissa trouxe. Essa realidade da depressão perinatal e pós-parto – a gente só fala da pós-parto, mas a gente não fala da perinatal –, esse dado assustador de que uma a cada cinco mulheres passa por esse cenário, é assustadora.

A SRA. LARISSA DA SILVA LOMBA SERAFIM (*Fora do microfone*.) – Subnotificado. Com certeza, são mais.

A SRA. CRISTIANNE BRITTO – Imagino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, Senador, talvez seja um olhar específico, peculiar e urgente que esse projeto de lei de sua autoria tenha que avaliar e ampliar, debater mais ainda. Você imagine esse cenário que a Senadora colocou aqui, das mulheres indígenas. Imagine o da mulher ribeirinha. Então, essa realidade, o cuidado com a saúde mental das mulheres, eu acho que é algo relevante para a gente debater.

Essa terminologia do pré-natal psicológico é outra coisa também, Larissa, que a gente pode continuar debatendo, trazer mais para a nossa realidade. Essa é uma pauta, como foi falado aqui, que une direita e esquerda, e, quando a gente deixa de lado as ideologias, as preferências políticas, quem ganha? A cultura da vida. Então, é esse olhar que eu vi aqui de todos os profissionais. Parabéns a todos os expositores.

Parabéns à enfermeira. Como que eu queria ter tido o privilégio de ter uma enfermeira como a senhora no meu parto! Parabéns! Eu tenho certeza de que muitas vidas passaram pelas suas mãos e passarão ainda. Que a senhora continue orgulhando as enfermeiras do nosso Brasil. A gente precisa muito de profissionais como a senhora.

Deputado, parabéns também pela sua luta. É um privilégio estar aqui ao seu lado, de todos vocês.

E é isso, Senador. Enquanto vida tiver, que a gente continue lutando pela cultura da vida. É essa que importa.

Eu acho, só para não deixar de tocar no assunto do que acabou de acontecer no Plenário, eu penso que a decisão do Plenário diz muito sobre o que queremos hoje no STF: quem defende a cultura da morte ou quem defende a cultura da vida? Acho que essa decisão hoje do Plenário do Senado diz muito sobre isso.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado, querida.

Inclusive, esse tema foi... O tempo todo saía Senador, voltava Senador ou Senadora, foi um tema abordado essa questão do Conselho Federal de Medicina. Muitos colegas falaram exatamente sobre isso. Esse foi um tema que circundou todo esse debate da sabatina do Messias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esses gritos – que muita gente estava me perguntando aqui no zap, o pessoal que está assistindo, porque deu para ouvir os gritos – são do pessoal comemorando. É impressionante como o brasileiro, Senadora Damares, não estava acreditando. Porque é normal. É tanta derrota, não é? Mas hoje eu acho que o brasileiro... Eu sei que tem alguns que não estão felizes, faz parte, e nada contra a pessoa do Ministro Jorge Messias, absolutamente nada contra a pessoa dele, mas algumas atitudes ficaram muito evidentes, algumas contradições, pelo menos para mim e acho que para outros colegas também.

Eu imediatamente passo a palavra à Dra. Heloísa Ferreira Lessa, que é, exatamente, Membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Saúde da Mulher do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que muito nos honrou – e honra ainda, porque não terminou a sessão – com a sua presença. Uma exposição, Senadora Damares, firme a da Dra. Heloísa também. Eu acho que foi uma complementando a outra aqui, uma exposição firme de quem conhece, de quem tem paixão pelo que faz e trouxe aqui informações importantes para a gente refletir, para a gente tentar aprimorar os projetos, enfim.

Então, Dra. Heloísa, muito obrigado pela sua presença. A senhora tem três minutos, com a tolerância, sempre, da Casa, para fazer suas considerações finais ou responder a alguma pergunta ou a algum comentário.

Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA FERREIRA LESSA (Para expor.) – Obrigada, então, Senador Eduardo Girão.

Eu queria começar falando da grata surpresa, Dra. Senadora Damares, ouvindo a senhora falar da questão da dor das negras e desse sofrimento que quem acompanha as mulheres, a gente, sabe que existe. Se de alguma maneira isso surgiu, talvez não com o melhor tema, violência obstétrica, foi a maneira como a sociedade conseguiu dizer: precisamos dar limite aos abusos que acontecem. Então, fiquei muito grata de ter ouvido, porque isso, em algum momento, hoje, na mesa, parece que passou despercebido, porque quem sofre essa violência são as negras, são elas que morrem, são as indígenas, a gente sabe disso. Eu trabalhei muito com população indígena, então, eu conheço um pouco essa realidade. E queria dizer da minha franca alegria de ouvir esse comentário, porque eu acho que é muito importante a gente entender que não dá para voltar atrás, essa violência existe. E se existe, eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E gostei muito do que o Dr. Marcelo falou, da importância de as doulas terem entrado no cenário do parto, e entraram, muitas vezes, numa briga mesmo, botando limites. O plano de parto, talvez, realmente, não seja a coisa mais legal, mas foi a forma que a sociedade civil encontrou de ter algum limite, de dizer: "Eu preciso ser ouvida enquanto mulher!". Então, o plano de parto entra para isso.

Agora, me parece... Há uma coisa que é importante que a gente não escamoteie – aí eu falo, não sei se o Dr. Raphael está me ouvindo, porque é uma pena que o Dr. Raphael não entenda a autonomia da enfermeira obstetra na assistência ao parto. A enfermeira obstetra pode, sim, assistir, sem o médico, porque a ciência já falou isso, a lei já falou isso, e a gente... Se isso não for base, vai ficar difícil a união – vai ficar difícil a união –, porque essa briga no cenário do parto não dá, percebe? Já está comprovada a efetividade dessa profissional. Então, isso é muito importante, ainda mais quando a gente fala no Brasil, com esse território, com as parteiras tradicionais. Em quantos lugares os médicos não estão? Aí a enfermeira faz o parto, e está tudo bem. Depois ele assina a AIH.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOÍSA FERREIRA LESSA – Quanta vitória foi a gente ter conseguido uma AIH, a enfermagem assinar o parto que ela fez, porque a gente sabe que era isso que acontecia. O médico estava dormindo, e não era a enfermeira, não; era o técnico de enfermagem que fazia. Então, tem coisas que não dá para a gente escamotear, para a gente poder ir junto. E para a gente poder ir junto, a enfermagem obstétrica e as obstetrizes precisam ser respeitadas – precisam ser respeitadas inclusive pelos conselhos de medicina.

Então, eu acho que é muito importante que os Senadores, que esta Casa tome noção e se atente para isso, porque é uma questão grave que acontece, senão a gente não vai mudar esse cenário. Desse jeito que está, não vai mudar esse cenário.

Eu queria só dizer, respondendo à população: o que a gente faz para as leis? Sobre o que a gente faz para a lei, é isto que a gente está fazendo aqui: é política, não tem jeito. A gente tem que fazer política, a gente tem que entender. A gente tem que ter Deputado, a gente tem que ter Senador, a gente tem que estar na rua, a gente tem que estar junto nos sindicatos. Então, eu acho que a gente está vivendo um momento político de uma certa efervescência. E que bom! Que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população acorde e vá para a rua! É o que a gente tem que fazer para defender o que a gente acredita.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Excelente. É isso aí. Isso é um passo importante e a gente sabe que cada um defende exatamente aquilo em que acredita, do local em que está também, representando as entidades. Isso é um passo importante, o que a gente ouviu aqui tanto da Dra. Heloísa quanto do Dr. Raphael também, porque a gente vai conciliar, não tenho a menor dúvida, porque o interesse é o foco nas pessoas. Então, isso é que é o mais importante. E às vezes não é do jeito que a gente quer, a vida não é assim. Então, é através do ouvir, do dialogar que a gente vai conseguindo chegar a um ponto em comum.

Eu acho que é muito legítima a colocação da Dra. Heloísa e do Dr. Raphael também, que eu conheço há mais tempo – a Dra. Heloísa eu estou conhecendo hoje, estou tendo esse prazer, mas o Dr. Raphael eu conheço há mais tempo, e é uma pessoa também que tem opiniões fortes, firmes, mas é uma pessoa de um coração que busca também sempre o consenso.

Eu acho que chegou a hora, cada vez mais, de a gente olhar para esse assunto aqui, que é um assunto que tem um limbo – como colocou a Ministra Cristianne Britto – há algum tempo já no Brasil, e nós vamos sequenciar.

A Senadora Damares tem quatro anos – viu, Deputado Callegari? –, isso aqui é uma referência no Brasil. O Deputado Callegari aprovou essa lei por unanimidade no Espírito Santo. O Governador sancionou, já está valendo. É pioneiro, é algo inédito no Brasil, e a gente... A Senadora Damares tem mais quatro anos aqui, se Deus quiser. Eu estou terminando agora, não venho para reeleição – sou contra, sempre deixei isso muito claro –, mas a Senadora Damares não é por acaso também que está aqui.

Esta é a única sessão – sabia? – que está acontecendo na Casa agora; já terminou tudo. Quem está ligado na TV Senado está assistindo à gente agora. Então, eu fico feliz, porque nós vamos ter essa honra de ser sequenciada. E ela é nada menos, hoje, do que a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, entendeu? Isso aqui tem tudo a ver com direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humano. Isso aqui que a gente está conversando tem tudo a ver. Então, olha, eu tenho responsabilidade. Eu não tenho mais um tempo para tentar construir, mas você vai ser a nossa madrinha desse projeto.

Para fechar a sessão, Dra. Larissa da Silva Serafim, Psicóloga Obstétrica e Perinatal, voluntária do Instituto Vida Maria.

Você sabe de quem ela é filha?

Você é filha do Paulo?

A SRA. LARISSA DA SILVA LOMBA SERAFIM (*Fora do microfone*.) – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Filha do Paulo Lomba. Olha aí!

Você vai...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Estudei... Larissa quando era adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí.

Fez também aqui uma exposição fantástica e vai encerrar esta sessão.

Muito obrigado.

A senhora tem três minutos, com a tolerância da Casa, para fazer considerações finais ou tentar responder a algumas das perguntas ou para algum comentário. Fique à vontade.

A SRA. LARISSA DA SILVA LOMBA SERAFIM – O.k.

Primeiramente quero agradecer ao Senador, à Mesa.

Que debate rico! – como eu falei. A gente está saindo daqui mais encorajada e eu estou saindo daqui feliz, porque esse tema está sendo levantado e eu sei que a gente vai colher frutos, como eu falei, nesta geração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também à Laís Cabalero, minha amiga Psicóloga Obstétrica, e, na pessoa dela, ao Instituto Vida Maria, que tem militado nessas causas; à minha família, que sempre me apoia. A gente está falando aqui sobre família, então, eles me apoiaram para estar aqui: minha mãe, Débora; minha irmã Raíssa, que está aqui também; minha sogra, meu esposo, minhas filhas – todos me apoiaram, e as meninas estão aqui mandando mensagem –, meu pai, com certeza – meu pai é demais, ele tem um coração enorme.

Quero também deixar, sim, algumas questões registradas para a gente pensar aqui para continuar o nosso debate.

Primeira coisa, tentando responder a algumas das perguntas que foram feitas: como a gente pode realmente tornar viável isso? Eu queria sugerir que a gente incluísse educação continuada para os nossos profissionais de saúde. A gente precisa rever alguns currículos acadêmicos, a gente precisa olhar lá para antes, como eu disse, porque a gente não fala da perspectiva emocional, ou fala muito pouco, ainda, da perspectiva – como eu disse – do luto perinatal dessa mulher, que está lá na ponta. Então, a gente precisa incluir mais coisas da perspectiva emocional, da perspectiva psíquica, para realmente a formação dos nossos colegas – geral, mesmo – na área de saúde.

Outra coisa que a gente precisa é de ter mais psicólogas obstétricas. Essas mulheres precisam estar lá nessa assistência. A gente pensa na atenção primária, a gente pensa na política pública, mas a gente também precisa de um braço lá. Então, essa mulher está ali, precisou no parto... A gente sabe dessa importância, e, inclusive, a psicóloga obstétrica não atua só com a parturiente; ela atua com a família, como eu disse, com os avós, com o sistema, com o médico – que muitas vezes está chorando junto, ou não sabe a condição daquela paciente, ou está exausto –, então, a gente faz muito essa ponte.

E eu queria convidar e fazer um clamor aos meus amigos psicólogos para se sensibilizarem e também se especializarem nessa área, que é muito rica. A gente tem um campo ainda muito grande a ser desbravado. E também, falando diretamente para a nossa população, "Ah, Larissa, mas o que eu posso fazer?": você pode começar trabalhando a sua consciência. Cuidar de gestantes é dever de todos nós. Se a gente viu uma gestante, a gente precisa ser mais humano. A gente precisa parar de condenar a quantidade de filhos que aquela mulher ou aquela família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolheu ter. A gente precisa sair de um lugar de crença comum, de um discurso que não é intencional, de um discurso que não tem pensamento, é simplesmente uma fala que a gente reproduz.

Então, quando a gente revê a nossa fala – a mulher perdeu o neném – e eu paro de dizer: "Ah, mas já vem o próximo; já, já vem o próximo", isso não substitui essa criança. Então, quando eu revejo a minha fala enquanto população, eu também estou fazendo política, eu também estou mudando a realidade da minha casa. Mudando a realidade da minha casa, eu mudo a realidade da minha vizinhança; mudando a realidade da minha vizinhança, eu mudo a do meu município, e assim eu vou, e a gente muda o Brasil. E eu acho que é por isso que todos nós estamos aqui. Então, não despreze os pequenos começos. Os pequenos começos não podem ser desprezados. Hoje, eu vejo que é um grande começo, mas essas pequenas atitudes precisam ser consideradas.

E, por último, a escuta. Nós não podemos deixar de lado a escuta sincera e intencional dessas gestantes, dessas parturientes, desses profissionais, como foi feito aqui. Então, Senador, continuar com audiência, com relatórios, com projetos, porque aquilo que nasce aqui precisa chegar, e vai ser através da nossa atitude.

Então, esse tema foi brilhante, e eu me sinto agradecida e honrada por fazer parte hoje desta mesa. Espero poder contribuir. Contem comigo também e, com certeza – como eu disse e repito, vou terminar falando isto –, nós vamos colher frutos das nossas pequenas ações. Quem começa grande é monstro. Nós precisamos realmente começar como uma gestação: começa pequenininho, mas a gente vê o fruto, a gente vê crescer, a gente investe. E a gestação é feita no secreto. Então, a gente vai se desenvolvendo, desenvolvendo e, quando está pronto, aí, a gente vai parir, porque, se parir antes também, é um aborto. Então, tem tempo certo. Que a gente não perca o tempo correto, o *timing*, realmente, de fazer a diferença no Brasil na área obstétrica.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Para fechar com chave de ouro, né?

Quero agradecer a todos os presentes a participação, agradecer às pessoas que vieram aqui, grupos, aos que tiveram que sair. Quero pedir desculpa à Dra. Thatiane Torres, Coordenadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Rede Alyne do Ministério da Saúde, porque ela esteve aqui, nós demoramos muito, e a falha, a culpa é minha. Peço desculpa ao Ministério da Saúde, e solicito, se for possível, que depois envie as colocações da Dra. Thatiane, as sugestões para o nosso projeto, para que a gente possa refletir, dentro desse espírito de união, para a gente conseguir fazer como esse garoto, esse grande Deputado, o Wellington Callegari, lá do Espírito Santo, conseguiu fazer na terra dele.

Eu tenho que agradecer aqui ao Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro, Secretário aqui da CAS, sempre muito atencioso, e também ao Ivan Cerqueira Filho, Secretário Adjunto. Muito obrigado à equipe técnica aqui da nossa TV Senado, todos merecem. (*Palmas.*)

O que veio servir aqui o café, o nosso copeiro, como é o nome dele? Não sabe, não, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Alisson. Está ali o Alisson, de prontidão. (*Palmas.*)

Obrigado, Alisson. Tudo de bom.

Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 16 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eliziane Gama e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Jorge Seif, Humberto Costa, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2026 - CAS, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer do colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher. **Participantes:** Guacyra Magalhães Pires Bezerra, Diretora do Departamento de Atenção ao Câncer da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; Roberto de Almeida Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer - INCA; Thais Piazza de Melo, Tecnologista do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde - CONITEC; Daniele Assad Suzuki, Diretora da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica - SBOC; Agnaldo Lopes da Silva Filho, Diretor Científico da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO; e Marcella Salvadori, Coordenadora de Advocacy e Apoio do Paciente do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos - EVA. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/05

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes, colegas Senadores, colegas Senadoras que estão remotamente em casa.

Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 8, de 2026, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Marcelo Castro, para a realização de audiência pública destinada a debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer do colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A finalidade desta audiência pública é debater o cenário epidemiológico, os desafios assistenciais e as perspectivas de aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao câncer de ovário e ao câncer do colo do útero, com especial atenção às estratégias de prevenção, diagnóstico oportuno, organização da rede assistencial e qualificação das bases de dados em saúde da mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, via internet, e também da Ouvidoria, da qual já relatei aqui o contato telefônico.

O requerimento de realização da audiência é o Requerimento nº 8, de 2026, da CAS, do Senador Marcelo Castro.

Nós temos como convidados a Dra. Guacyra Magalhães Pires Bezerra, que é Diretora do Departamento de Atenção ao Câncer da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde. Ela está aqui presencialmente. Por gentileza, convido-a para compor a mesa. Obrigada por ter aceito o nosso convite.

O Dr. Roberto de Almeida Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca), está conosco através de videoconferência.

A Dra. Thais Piazza de Melo, Tecnologista do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde (Conitec), também está em videoconferência. Sua presença está confirmada.

Quero cumprimentar a Dra. Daniele Assad Suzuki, Diretora da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. Sua presença está confirmada. Ela está aqui presencialmente.

Doutora, prazer em revê-la. Estamos aqui com a Dra. Daniele presencialmente para discutirmos esse tema tão importante.

O Dr. Agnaldo Lopes da Silva Filho, Diretor Científico da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), tem a sua presença confirmada. Está aqui conosco o Dr. Agnaldo.

Muito grata a todos vocês pela presença, mesmo os nossos colegas que estão através de videoconferência. A participação de cada um de vocês é de suma importância.

O tema é um tema para o que realmente nós temos que estar vigilantes, participando de cada momento da evolução das doenças oncológicas, dessa vez no trato genital.

A Dra. Marcella Salvadori, Coordenadora de Advocacy e Apoio do Paciente do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, Grupo EVA, através de videoconferência, já está confirmada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, quero, mais uma vez, cumprimentar e agradecer a cada um dos senhores e das senhoras por estarem aqui presentes nesta audiência pública e por terem aceito o nosso convite.

Agora vamos dar início à nossa sessão para os debates.

Convido a Dra. Guacyra Magalhães, que está representando o Ministério da Saúde, para sua explanação.

Dra. Guacyra, a senhora tem cinco minutos para sua exposição.

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA (Para expor.) – Hoje o Ministério da Saúde conta com a implementação do rastreio organizado do câncer de colo uterino com a pesquisa do DNA-HPV oncogênico, que iniciou há alguns meses e que tem uma estratégia para ampliação para todo o país.

Hoje pelo menos um município – e tem estado que tem mais que isso –, durante este ano de 2026, pelo menos um município... iniciar a coleta dessa forma. Até o final do ano, todos os municípios do país.

O Ministério da Saúde tem disponibilizado o *kit* de coleta, o *kit* de extração e amplificação e também a estratégia da citologia reflexa em meio líquido, com treinamento de equipe, disponibilidade de testes, indo até a população mais distante no Brasil e tentando fazer com que a gente consiga, realmente, implementar essa estratégia nacionalmente.

É o câncer que a gente mais consegue prevenir, depois do de pele. Realmente, a gente tem um cenário difícil de uma incidência ainda elevada do câncer de colo uterino no Brasil, com a mortalidade elevada – como terceira causa de morte entre as mulheres, especialmente as mulheres nordestinas e do Norte do Brasil. Então, a gente tem que mudar essa realidade, e não é só fazendo rastreio. Também precisamos intensificar a vacinação contra o HPV para as meninas de 9 a 15 anos – e meninos também – e, com isso, ao longo dos anos, a gente vai conseguir eliminar ou quase eliminar o câncer de colo uterino. Os países desenvolvidos possuem essa estratégia e têm conseguido uma redução ou quase eliminação do câncer de colo uterino, e o Brasil tem como conseguir isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao câncer de ovário, recentemente a Conitec aprovou o teste BRCA1 e BRCA2 – acho que tem menos de dez dias, se não me falha a memória – e a gente, enquanto ministério, está estudando como fazer a precificação dentro do SUS, colocar dentro da tabela do Sigtap, para que realmente seja operacionalizado e ofertado para aquelas mulheres que tiverem a indicação de testagem do BRCA1 e BRCA2. Porque diferentemente das estratégias para prevenção do câncer de colo de útero, no câncer de ovário a estratégia de prevenção é controversa; mas quando a paciente tem uma história familiar muito importante de câncer de mama e ovário, tem uma mutação BRCA1 e BRCA2, ela realmente precisa ser melhor acompanhada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua explanação, Dra. Guacyra.

De uma forma bem objetiva e clara, você colocou as ações do Ministério da Saúde para o... Eu sempre chamo de guerra contra o câncer, por isso que eu ia falar combate; porque é uma verdadeira guerra, uma vez que os estudos mostram que, hoje, as doenças cardiovasculares são as doenças que mais matam e as doenças oncológicas estão em segundo lugar. Porém, até 2030, os estudos científicos mostram que as doenças oncológicas ficarão em primeiro lugar. E nós temos que chegar na frente, porque são políticas públicas de suma importância nós conseguirmos detectar – e aqui vou focar no câncer de ovário e no câncer de colo uterino.

Se nós tivermos diretrizes práticas, objetivas e que cheguem à população para diagnóstico precoce desses dois tipos de cânceres, como você até mencionou, Dra. Guacyra, a genotipagem para BRCA1 e BRCA2, que são o tipo de câncer...

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA (*Fora do microfone*.) – Mutação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... que mais avança. Exato, que mais ocorre, né? São esses dois tipos genéticos que são os mais prevalentes e são os tumores mais agressivos.

Então, se a gente foca, se a gente amplia essa política pública do Ministério da Saúde – como você até mencionou – para todo o país... Eu não sei, especificamente – depois você me responda –, se a genotipagem para BRCA1 e BRCA2 já tem em todo o Brasil, mas eu entendi que o DNA-HPV vocês colocaram em um estado, por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – Hoje... São dois tumores que a gente rastreia de forma diferente: o câncer de colo uterino, com a pesquisa do DNA-HPV oncogênico; e, no caso da paciente ter detecção de um desses, que normalmente é o 16 e o 18, tendo essa positividade na pesquisa, a paciente parte para a colposcopia e aí, os diagnósticos: se ela tiver um NIC 2, um NIC 3, o que ela vai fazer? Vai fazer uma CAF. É um carcinoma invasivo, vai para a cirurgia, dependendo do estágio da doença. Mas tudo se inicia realmente... A forma mais eficaz do rastreio é com o DNA-HPV para o câncer de colo uterino.

Em relação ao de ovário, em torno de 10% das pacientes é que possuem essa mutação do BRCA1 e BRCA2, que é um exame de sangue realizado nas pacientes e que tem grande chance de ter relação com a presença dessa mutação nessa paciente – aí o câncer é hereditário. No caso do de ovário, nesse percentual de pacientes que eu falei, em torno de 10%. Mas a imensa maioria das mulheres, em relação ao câncer de ovário, é ao acaso, e aí existem outras situações ao redor: o envelhecimento, a questão hormonal, a obesidade...

Então tudo isso tem relação também com o câncer de ovário e ele é um tumor, é um tipo de câncer que é silencioso. Então, é uma paciente que não sente nada e também não tem sentido, na população geral, ficar fazendo ultrassom aleatoriamente. É um tumor que é diferente de rastrear, porque a gente não tem rastreamento para ele de forma eficaz. No câncer de colo uterino, existe, sim, a gente tem como fazer a prevenção, tem como dar o diagnóstico precoce e evitar muitas e muitas mortes. Quantas mulheres hoje a gente vê com insuficiência renal, sangramento importante e morrendo de forma desnecessária, porque é uma morte evitável, é uma doença evitável?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Correto, mas, Dra. Guacyra, a minha pergunta foi o seguinte: você mencionou que o exame do DNA para o HPV – que é o exame que realmente detecta o gene do vírus HPV – começou em um estado do Brasil, mas que tem previsão para isso ser ampliado para todo o Brasil. Por que eu estou fazendo essa pergunta? Porque quanto a esse exame de DNA-HPV, já passamos do prazo, vamos dizer assim, do prazo de validade. Já era para estar em todo o território nacional...

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – Está em todo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... porque o Papanicolau só mostra... aliás, mostra...

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – ... mas em um município apenas, pelo menos em um município por estado. Então está em todo o Brasil, mas pelo menos em um município do estado, porque é a estratégia de implementação. Tem estado que possui diversos municípios já envolvidos. Essa é a implementação, que vai durar em torno de dois meses, e, a partir daí, o restante do ano será já com a estratégia nacional para os quase 5,5 mil municípios do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Tá, então, no momento, é só uma cidade por cada estado.

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – Pelo menos um município por estado. Pelo menos um.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Tá. E até colocar nos quase 6 mil municípios, vocês irão fazer como para as outras cidades daquele estado terem a mesma oportunidade? Para chegar naquela cidade e ter direito também ao rastreio do câncer de colo de útero?

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – Já estamos fazendo treinamento com os estados – inclusive tem gente da nossa equipe aqui que participa desses treinamentos –, então estamos indo presencialmente nos estados fazendo treinamento, mas, ao mesmo tempo, ofertando treinamento *online* para os estados. Então já teve treinamento *online* de quase 300 pessoas ao mesmo tempo; um único treinamento, por exemplo. Então a gente está expandindo o treinar as pessoas, informar sobre a estratégia e divulgar culturalmente também – porque a gente precisa mudar a cultura.

Antes era só um rastreio, que era oportunístico: a mulher chegava no posto de saúde e fazia o exame dela. Agora não: é um rastreio organizado, para as mulheres entre 25 e 64 anos; tem que haver a organização da atenção primária em saúde, para que aquelas mulheres nessa faixa etária sejam resgatadas – o agente comunitário de saúde vai ter um papel muito importante nisso, além,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obviamente, do posto de saúde perto lá da casa da paciente, da sua área, para que ela seja resgatada, que seja feito o exame.

Se a paciente tiver um teste, uma pesquisa de DNA-HPV negativa, ela só vai precisar fazer novamente o teste com cinco anos. Olha que maravilha! Para quantas mulheres... A gente sabe que elas deixam às vezes de fazer o exame porque têm vergonha, porque esquecem, e tem locais mais difíceis de acesso. A gente, pensando enquanto cidade, é até razoável chegar no posto, mas para quem mora numa região feito a Amazônia, que pega barco, que pega estrada de barro, é toda uma dificuldade de se conseguir ir. Então, tem que pensar realmente, e são estratégias também diferentes a depender das dificuldades de acesso daquela população feminina.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero reforçar que a vacina contra o HPV realmente protege a mulher e, dessa forma, assim que nós conseguirmos atingir toda essa população de mulheres que está... Você falou aí da vacinação dos jovens, e aí depois ampliarmos para a idade que seja sexualmente ativa. A gente sabe que tem como, sim, quebrar esse ciclo de câncer do colo de útero devido ao HPV, porque o vírus HPV causa 99% dos cânceres de colo de útero.

Se a gente consegue vacinar as mulheres sexualmente ativas e os nossos pré-adolescentes e adolescentes, então nós vamos ter uma cobertura muito boa, podendo até chegar numa estimativa de as mulheres não terem mais câncer de colo de útero. E isso é a nossa luta, para que a gente não escute mais falar em câncer de colo de útero. Então, a tendência mundial – não é só no Brasil, não, é mundial – é esta: é darmos as mãos, darmos os braços e trabalharmos juntos, para que a gente chegue nesse patamar, e não ficando para trás dos outros países que estão mais avançados.

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA – Reforço que não são só as meninas: são meninas e meninos de 9 a 15 anos. E, além da prevenção do câncer de colo uterino, a vacina contra o HPV também previne contra o câncer de cabeça e pescoço, então tem que estimular, é o que vai fazer a diferença. A gente não vai encontrar uma mudança de realidade de forma rápida – de forma alguma –, mas, se a gente cumpre o nosso papel de conseguir vacinar 90% dessa população de 9 a 15 anos, a gente vai conseguir reduzir – e com o diagnóstico precoce, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem pacientes que já passaram dessa faixa etária –, a gente vai conseguir mudar a realidade dessas mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com certeza, sem sombra de dúvidas.

E, realmente, nós temos câncer de laringe, de cavidade oral, que pode dar metástase para os gânglios do pescoço e, enfim, para qualquer outra parte do corpo. Por isso, a importância da vacinação. Inclusive, eu tenho um projeto de lei aqui no Senado Federal, que é da vacina nonavalente contra o vírus HPV. Nós sabemos que a vacina quadrivalente já cobre bem, ela já cobre bem, mas, se a gente pode cobrir muito mais, pegar os nove sorotipos do HPV que mais causam o câncer de colo de útero... Tem países já estudando 21 sorotipos. Eu estive em missão oficial na China e lá eles já estão estudando 21 sorotipos. E assim por diante.

Então, cada vez mais que a gente aumenta a cobertura vacinal, inclusive a biotecnologia dessa vacina para mais sorotipos, nós estamos garantindo àquela mulher, àquele jovem, àquele menino, àquele adolescente, àquela menina adolescente, àquelas mulheres em fases sexualmente ativas uma possibilidade muito maior de se prevenirem contra o câncer.

Quero lhe agradecer pelas dúvidas, Dra. Guacyra, até porque, como vocês viram que eu li aqui, nesta audiência pública não estamos só nós, nem os colegas que estão por videoconferência. Está todo o Brasil nos assistindo e querendo, depois, tirar um monte de dúvidas, que serão tiradas através do e-Cidadania. Nós iremos mandar para vocês essas perguntas e vocês irão responder a cada uma dessas pessoas para que essas pessoas que estão aqui interagindo, porque é uma reunião interativa, possam também tirar suas dúvidas nos assistindo.

Mais uma vez, quero lhe agradecer, Dra. Guacyra, pela sua explanação.

E agora eu passo a palavra para o Dr. Roberto de Almeida Gil, que, como já falei, é Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, o Inca, e está por videoconferência.

Você tem a palavra, Dr. Roberto.

Seja muito bem-vindo a esta audiência pública!

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos. Boa tarde, Dra. Guacyra também, minha colega aí de Ministério.

Eu acho que a gente está diante de uma questão importante, que é o câncer na mulher, o câncer ginecológico. A gente acabou de publicar as estimativas do Inca e nessas estimativas a gente vê que o câncer de colo uterino, como foi falado, é o terceiro em incidência que a gente tem no Brasil. A gente tem também o tumor de corpo uterino aumentando a incidência, o câncer de endométrio, por razões de envelhecimento, obesidade, outros fatores que atingem as mulheres. Esse é o sexto em incidência nas mulheres e o câncer de ovário é o oitavo em incidência nas mulheres.

Então, a gente tem hoje um ambiente que, entre as dez principais causas de mortalidade por câncer em mulheres, tem três cânceres ginecológicos muito significativos e com evoluções clínicas diferentes.

O primeiro já foi bem falado aqui sobre o câncer de colo...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Roberto, só um instante.

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (*Por videoconferência.*) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Roberto, só um instante.

Daria para o senhor se aproximar mais do microfone, porque a gente está lhe escutando, porém está muito baixo o volume.

O senhor poderia fazer isso, por gentileza?

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (*Por videoconferência.*) – Posso, sim.

Melhorou agora?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, melhorou.

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou...

Voltando, então, dizendo que o câncer de colo uterino é um câncer de uma incidência muito grande. Nós publicamos agora as estimativas do câncer, e a gente sabe que ele é o terceiro câncer em incidência que a gente tem no Brasil – um câncer evitável, prevenível, que a gente tem. O câncer de corpo uterino está aumentando a sua incidência, o câncer de endométrio, é o sexto; e o câncer de ovário é o oitavo em incidência nas mulheres. Então, entre os dez principais tipos de câncer nas mulheres, três são cânceres ginecológicos, e eles têm atividades biológicas diferentes, têm abordagens diferentes.

O câncer de colo uterino, como já foi falado, é um câncer prevenível através da vacina contra o HPV. E a gente lembra, hoje, que a cobertura no Brasil da quadrivalente ainda é muito significativa, já que a grande maioria dos nossos casos são 16 e 18, e a gente não tem transferência de tecnologia, ainda, da nonavalente, quer dizer, de custo muito mais elevado, mas a gente vai precisar disso no futuro. É um câncer rastreável, é um câncer que, hoje, a gente pode fazer o rastreamento. A gente tem o rastreamento do Papanicolau, que hoje tem uma nova tecnologia, que é o teste molecular, a pesquisa do HPV. Essa pesquisa do HPV traz vantagem de maior sensibilidade e de um intervalo maior, mas ela traz algumas dificuldades, talvez a necessidade de um ambiente melhor de colposcopia e de tratamento das doenças pré-cancerosas com o CAF, e a gente precisa... O Inca fez um modelo hoje de previsão com base populacional para que você tenha a previsão do número de colposcopias que você vai precisar fazer, de CAFs que você vai precisar realizar, para você ter uma parametrização para os gestores poderem se organizar, porque só o rastreamento organizado é que consegue, realmente, ser efetivo.

A gente tem, hoje, o processo de prevenção do câncer de colo do útero desde 1965, e a gente reduziu pouco, ainda, a mortalidade por esse câncer, como foi falado aqui, que é o segundo câncer em mortalidade da Região Norte e Nordeste – isso é inaceitável.

O câncer de ovário é um câncer mais complicado, ele não tem uma estrutura, a gente não conseguiu fazer o rastreamento; a gente chama de *silent killer*, porque, normalmente, quando a gente faz o diagnóstico, a gente já faz em uma fase mais avançada da doença. A gente tem, sim, essas mutações de BRCA1 e BRCA2, que devem ser testadas. Em todos os pacientes de ovário, deve ser feito esse teste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa hoje ter... A gente tem os tratamentos tanto cirúrgicos como de quimioterapia incorporados dentro do SUS, mas a gente precisa incorporar uma droga, que é o inibidor de Parp, que já foi aprovada na Conitec e está em vias, hoje, de ser liberada pelo Ministério da Saúde, após uma negociação, para que a gente possa chegar a um preço compatível com a sustentabilidade e introdução, para que ela possa ser feita.

Então, eu acho que a gente está diante de um ambiente, de um cenário onde é possível, hoje, melhorar os indicadores no câncer ginecológico.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Roberto de Almeida, muito grata pela sua participação. Quero lhe parabenizar, Dr. Roberto, pela brilhante explanação.

O Inca vem contribuindo muito nessa guerra contra o câncer – é essa palavra que eu uso, porque é uma verdadeira guerra – e, quanto mais o Poder Legislativo e o Executivo estiverem unidos em prol das doenças oncológicas, mais teremos como avançar no combate a essa doença, que causa tantas mortes nas mulheres, já que estamos falando, especificamente, aqui de câncer de colo do útero e câncer de ovário.

Aqui eu quero cumprimentar a minha amiga Baby, agora que a vi. Baby e eu me esqueci da nossa colega...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Expedita.

Expedita e Baby, sejam muito bem-vindas. Vocês, que fazem parte da ONG Unidas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Vencedoras Unidas.

Parabéns! É uma ONG que não falta aqui nas discussões, nos debates, nas audiências públicas. Vocês estão de parabéns por vestir a camisa e representar a sociedade civil organizada aqui nesses debates. Parabéns mais uma vez. Deixo o meu abraço carinhoso para todas vocês, nas pessoas de vocês duas, Baby e Expedita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todas as ONGs e institutos que fazem parte desse movimento contra o câncer. Mais uma vez, parabéns por estarem aqui e muito grata pela participação.

Agora eu quero convidar a Dra. Thais Piazza de Melo, que é Tecnologista do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde, pela Conitec. Está por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Thais.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode dar início à sua fala, sim, à sua explanação.

Seja muito bem-vinda.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Estou compartilhando a tela. Vocês já conseguem ver?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está perfeito.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Bom, eu vou falar um pouquinho aqui...

Não está passando ou está passando para vocês? Para mim, está... (*Pausa.*)

Ela já está. Eu acho que não está... Eu vou fechar e abrir de novo, porque para mim já está no modo apresentação.

Só um segundo. (*Pausa.*)

Agora foi?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Thais, primeiro você tem que abrir em modo de apresentação e depois você coloca no modo compartilhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Beleza.

Eu fiz o teste, exatamente o que eu fiz... (*Pausa.*)

Agora foi?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora deu, tudo certo.

Pode começar a sua fala.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom, eu vou falar um pouquinho da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, que é a Conitec. Ela é responsável justamente pela avaliação para incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde no SUS, bem como pela constituição dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Então, ela tem o papel de assessorar o Ministério da Saúde nessas decisões. É composta por três comitês e pela Secretaria-Executiva, da qual quem é a responsável é a Dgits, que é o departamento em que eu trabalho e que estou aqui representando. São três comitês temáticos, cada um deles trata de um aspecto. Então, cada um deles tem 17 membros, que têm direito a voto, incluindo uma cadeira rotativa para organizações da sociedade civil, de acordo com o tema que está sendo debatido.

A Conitec é responsável pela incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias do SUS, também pela constituição dos protocolos clínicos; e também pela atualização da relação de medicamentos.

Aqui eu trago – bem rapidamente, por conta do tempo – a composição de cada um dos comitês, todas as secretarias do ministério e vários representantes de outras instituições. A gente tem membros ouvintes, inclusive do Conselho Nacional da Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Superior da...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Thais, só um instante, por favor.

Dra. Thais, por gentileza, você pode falar um pouquinho mais alto? É porque eu estou vendo que o microfone está bem adaptado aí para você falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... mas ainda está saindo um pouco baixa a sua voz. Se você puder falar um pouquinho mais alto...

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito obrigada.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Por nada.

Nessa parte da composição, tudo bem? Posso seguir?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode sim, tudo bem.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Aqui é um resumo das etapas do processo de incorporação de tecnologias.

Inicialmente, a Conitec precisa receber uma solicitação de incorporação, que pode ser uma demanda externa ao Ministério da Saúde ou interna, e ela é composta pelo quê? Por evidências científicas, sejam de eficácia, de segurança, de efetividade sobre o que está presente, assim como os dados da avaliação econômica, de custo-efetividade e de impacto orçamentário.

Essa avaliação pela Conitec precisa ocorrer em um intervalo de 180 dias, renovados por mais 90, e ela vai ter uma deliberação. Essa deliberação – que é final, depois desse período também vai acontecer consulta pública, enfim –, essa decisão final da Conitec é uma recomendação para o Ministério da Saúde. É o Ministério da Saúde que vai, de fato, publicar uma portaria que vai incorporar ou não essa tecnologia. E, após 180 dias, essa tecnologia precisa ser disponibilizada pelas áreas finalísticas do Ministério da Saúde.

A composição, a estrutura desses relatórios é bem detalhada, bem complexa; todo esse detalhamento está disponível no *site* da Conitec, então tem todas as análises realizadas, cada uma das etapas, a recomendação preliminar da Conitec, as discussões que aconteceram, a consulta pública, a deliberação final e a decisão. E toda essa tomada de decisão envolve, basicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro grandes grupos de parâmetros, que são os parâmetros clínicos, os parâmetros econômicos, os parâmetros do paciente – a perspectiva do paciente – e a organização do SUS, como sistema de saúde, para dispor de cada uma dessas tecnologias. No âmbito da transparência e participação social, a Conitec tem várias iniciativas, a disponibilização das gravações das reuniões, as pautas e atas que estão disponíveis e outras questões, que estão – todas – informadas lá no *site* da Conitec, está tudo disponível.

Então, eu trago aqui, especificamente para o câncer de ovário e depois para o câncer de colo do útero: quais foram as tecnologias que a Conitec já avaliou? Ela já avaliou a dosagem do antígeno CA125 para o câncer de ovário, e essa tecnologia foi incorporada lá em 2012. A Conitec também avaliou o Olaparibe, e ele foi incorporado em 2012. A gente avaliou também o Niraparibe, em que a decisão foi de não incorporação pela Conitec – e essa decisão foi acatada pelo Ministério da Saúde no ano passado.

Para o câncer do colo do útero, a gente teve a avaliação da vacina contra o HPV, em 2013, que foi incorporada; o Bevacizumabe, que não foi incorporado, em 2017; a citologia em meio líquido para o rastreamento do câncer de colo do útero, que foi incorporada em 2019; e também a testagem molecular para a detecção do HPV, que – já foi colocado aqui – foi incorporada em 2024.

Além disso, eu trago agora algumas tecnologias que estão em avaliação neste momento. Então, a gente tem o PET-CT para o câncer de ovário; o Pembrolizumabe está sendo avaliado para o câncer de colo do útero. E a gente tem que processar outra tecnologia que não é para nenhum desses dois tipos de câncer, mas é de um câncer que tem uma relação com o câncer de endométrio, que é o dostarlimabe.

Além disso, eu trago aqui as diretrizes clínicas que hoje existem no Ministério da Saúde, que foram elaboradas ou estão sendo elaboradas pela Conitec, e aqui é como essas diretrizes clínicas passam a ser demandadas pelo Ministério da Saúde, seja pela incorporação com a tecnologia, seja por uma área do Ministério da Saúde que solicita à Conitec – "Olha, a gente precisa dessa diretriz." – ou pela atualização de uma evidência que se modificou ao longo do tempo. Então, esses três motivos geram a demanda, e eles podem ou não estar associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a gente tem vigente a Diretriz Diagnóstica e Terapêutica da Neoplasia Maligna Epitelial de Ovário, e essa diretriz está em atualização. A gente também tem, no âmbito do colo do útero – que foi publicada no ano passado –, justamente a Diretriz Brasileira para o Rastreamento, que trata do teste de detecção de DNA-HPV – que já foi bastante falado –, e essa é a Parte I.

Estão em elaboração outras duas diretrizes: a Parte II dessa diretriz, que vai justamente trazer as informações da avaliação, do tratamento e do seguimento dessas mulheres com a lesão inicial ou com as lesões precursoras; e a gente tem o PCDT de câncer de colo do útero também, que está em elaboração – foi uma demanda recente –, para trazer mais o diagnóstico, o tratamento e o monitoramento das mulheres com o câncer de colo do útero com uma característica mais avançada, com os sintomas.

Então, essas diretrizes – Parte I e Parte II – estão mais voltadas para o rastreamento, para mulheres assintomáticas; já o PCDT, para aquelas mulheres sintomáticas com o câncer, mais nos estágios... geralmente, o sintoma vem no estágio mais avançado.

Só para finalizar, a Conitec preza pela ciência, pelas evidências, pela transparência, sempre em prol dos serviços do próprio Sistema Único de Saúde. Então, todo o trabalho é realizado para apoiar as decisões do Ministério da Saúde e garantir que a população tenha acesso às tecnologias de forma eficaz, promovendo equidade, qualidade e sustentabilidade no SUS.

Eu me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para interpelar.) – Dra. Thais, parabéns pela sua explanação. Realmente, é algo em que a gente tem que avançar cada vez mais, as políticas públicas na área de oncologia. E aqui nós estamos falando de doenças oncológicas ginecológicas – as que mais acometem as mulheres –, que são o câncer de colo de útero e ovário.

Queria só fazer uma pergunta a você, Dra. Thais. É o seguinte: o pembrolizumabe já está incorporado ao SUS, porém tem algumas indicações que... A gente sabe que ele é indicado em vários outros tipos de cânceres, não só em câncer ginecológico. A minha pergunta é: todos os pacientes... E aqui eu vou abranger um pouco, Dra. Thais, a minha pergunta, porque já serve também para todas as outras audiências públicas que já aconteceram aqui na CAS: essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunoterapia está disponível para todo e qualquer paciente que necessite dessa droga em tempo recorde? – porque a doença oncológica é tempo dependente.

Então, a minha pergunta é: o pembrolizumabe está disponível para qualquer indicação dos oncologistas para diversos casos de cânceres? Se sim, por que existem tantas judicializações e – vamos voltar para a questão da mulher – tantas mulheres que, infelizmente, padecem na fila, esperando receber a primeira dose dessa medicação?

Obrigada.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço pela pergunta.

Bom, primeiro, eu vou poder responder no âmbito da Conitec, porque não é a Conitec que disponibiliza para o sistema de saúde a tecnologia. Como comentei, ela recomenda para o Ministério da Saúde uma determinada decisão, que decide incorporá-la ou não.

Então, sobre a questão de tempo de disponibilização, eu não sou a melhor pessoa para responder a esse tipo de pergunta. Mas, com relação à incorporação dessa tecnologia, hoje, para o câncer de ovário, o pembrolizumabe está em avaliação pela Conitec. A decisão ainda não aconteceu.

Então, está sendo avaliado neste momento pela Conitec esse medicamento para cinco indicações. Uma delas é para o câncer de ovário, mas, neste momento, a decisão ainda não foi emitida, a decisão final.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O.k., Dra. Thais. Muito grata.

Mas, já que a Canitec, como você bem falou, cuida realmente dessa parte de incorporação, então vem uma segunda pergunta.

Eu fui Relatora do projeto de lei de imunoterapia aqui no Senado Federal. Esse projeto, depois de seis anos que estava parado aqui no Congresso Nacional, eu consegui trazê-lo para colocá-lo em pauta. Fui Relatora, com muita alegria, e ele foi aprovado aqui no Senado Federal. Ele foi sancionado e se tornou lei agora, esse projeto de lei, que é a Lei nº 15.379, de 2026,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando todas as imunoterapias que estão no rol da ANS dentro do escopo do projeto de lei, agora da lei, porque se tornou lei. Todas as imunoterapias que fazem parte da ANS agora fazem parte também do rol do SUS.

Então, a minha pergunta é: a Conitec já colocou... Todas essas imunoterapias que fazem parte do rol da ANS já fazem parte agora da Conitec? Se não, quanto tempo vai levar isso? Porque, mais uma vez, eu repito: o câncer não espera.

O câncer é tempo dependente, e nós já estamos atrasados para isso. Já era para as imunoterapias terem sido colocadas no rol do SUS há muito tempo, porque os nossos pacientes que dependem totalmente do SUS ficam aguardando numa fila gigante e, às vezes, acontece que, quando o paciente tem acesso à primeira dose dessa imunoterapia, já é muito tarde. Ele já é um paciente com doença metastática e, às vezes, morre sem receber a primeira dose.

Então, a minha pergunta é, Dra. Thais: essa lei já está incorporada, a das imunoterapias, em 100% na Conitec? Se não, quanto tempo vai levar para ela ser incorporada?

Muito obrigada.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Obrigada pela pergunta.

Bom, com relação às imunoterapias, todas as demandas de qualquer tipo de tecnologia, seja ela medicamento, produtos ou procedimentos, precisam acontecer, como falei lá no início, seja dentro de uma área do Ministério da Saúde, seja por uma área externa; a própria indústria pode demandar, isso acontece o tempo inteiro. E também, durante o processo de elaboração de diretrizes clínicas, essas demandas surgem e se tornam avaliações

Então, para cada item, isso já vem sendo feito, obviamente, conforme a demanda, seja interna, seja externa, considerando as tecnologias; esse é o fluxo que vem acontecendo.

E, com relação ao tempo de disponibilização, realmente eu não consigo responder para a senhora. Talvez a área assistencial consiga ter uma dimensão maior, justamente por conta do fornecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Thais, só fazendo uma consideração: essa lei deixou bem claro que vocês, que fazem parte da Conitec,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vão analisar caso a caso. Uma vez indicada pelo oncologista que acompanha esse paciente ou essa paciente, ela tem que ser disponibilizada de imediato para o paciente do SUS – isso ficou muito claro.

E a rotina de vocês, na Conitec, é caso a caso. Então, foi indicado, vocês vão analisar; tem um prazo de até 180 dias para analisar, para depois o paciente receber. Isso não poderá acontecer mais depois dessa lei.

Então, só fazendo uma consideração, uma vez que você já respondeu, é para dizer que a Conitec não mais vai analisar caso a caso. Vocês vão ter que incorporar todas essas medicações na Conitec, para quando o médico oncologista ou a médica oncologista indicar para determinado paciente, vocês poderem estar disponibilizando para esses pacientes.

Só queria fazer essa consideração e muito obrigada pela sua participação. (*Pausa.*)

Com a palavra o Dr. Roberto Gil.

Pois não, Dr. Roberto, o senhor tem a palavra.

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, sim.

O SR. ROBERTO DE ALMEIDA GIL (*Por videoconferência*.) – Eu só fico preocupado, Senadora, por uma questão: a gente tem 49 indicações de imunoterapia; o custo de cada frasco de imunoterapia é de R$15 mil. E o que acontece nisso?

A gente, hoje, está no momento de discutir transferência de tecnologia, negociações. Eu acho que, quando a gente fizer isso, a gente vai ter um impacto orçamentário de tal modo que a gente torna insustentável o sistema que a gente tem.

Outra coisa: a resposta à imunoterapia é diferente em cada um dos casos. Então, ela tem uma relação (*Falha no áudio.*) que é uma determinação que a gente estabeleceu hoje, de quanto é o valor, de como é que a gente pode, porque é um mecanismo que a gente faz para a gente ter alguma lógica de incorporação, porque as respostas não são, necessariamente, iguais. Você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas patologias em que a incorporação é muito significativa e outras em que ela é muito limítrofe.

Então, eu temo, um pouquinho, uma lei que pode, em vez de trazer um benefício, trazer uma... A análise individualizada de cada uma das indicações é necessária porque ela tem um peso de equivalência completamente diferente.

Lógico, quem tem a doença tem sempre a necessidade de querer, mesmo que seja um ganho mínimo, mas a gente tem que racionalizar isso em busca de uma sustentabilidade.

Um país que tem um Sistema Único de Saúde para 200 milhões de habitantes pode ter, e uma estatística de incidência de câncer como nós temos, pode trazer um desequilíbrio de tal forma que desorganize mais do que organize.

Então a gente está em um momento hoje em que a gente tem a oportunidade de negociação de transferência de produção nacional e de barateamento do custo, porque ninguém discute o preço de uma medicação que foi precificada com uma indicação e mesmo tendo 49 indicações hoje manteve o mesmo padrão de preço que tinha antes. Isso é impossível de ser aceitável, porque, como qualquer tecnologia, à medida que você aumenta o consumo, você dilui o seu ganho em nível dos pacientes em que se está utilizando, só que isso não acontece na indústria farmacêutica.

Então eu vejo a lei com muita preocupação. E o conceito de imunoterapia é muito amplo: ele envolve não uma droga; o CAR-T Cell imunoterapia é R$200 mil cada aplicação. A gente tem outras formas, tem desenvolvimento de outras possibilidades. A gente aprova por ano, hoje, 25 medicações diferentes para câncer, todas a um custo elevadíssimo, de R$30 a 40 mil. Claro que elas são necessárias para os pacientes, mas isso cria uma insustentabilidade.

Daí o mecanismo da Conitec ser tão importante, porque ela é uma comissão de avaliação de incorporação de tecnologia. Ela avalia custo-efetividade, ganho, e ela tem uma parametrização. O que eu acho que não pode acontecer é, uma vez aprovada na Conitec, ela não ser ofertada no sistema público. E isso eu concordo inteiramente: ela passou por um crivo prévio e deve ser incorporada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe, mas eu acho que isso é uma coisa que eu não poderia me furtar de falar, enquanto Instituto Nacional do Câncer.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não, não precisa pedir desculpas, não, Dr. Roberto Gil. A audiência pública é para isto: é para nós escutarmos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o povo que está nos assistindo...

Eu entendi o seu esclarecimento, mas eu quero fazer uma ressalva: quem vai analisar esses resultados não sou eu, não é o senhor, do Inca; quem vai analisar os resultados são os colegas oncologistas que estão acompanhando esses pacientes. O oncologista, sim, vai avaliar se a droga X, Y, Z é indicada ou não é indicada, quando é que tem que aumentar a dose, quando é que tem que diminuir, quando é que tem que ser substituída... Não somos nós.

E a minha preocupação com o Conitec... Eu entendo a sua preocupação com a questão orçamentária, mas eu me preocupo mais ainda com a morte das pessoas com doença oncológica que não podem esperar receber a primeira dose depois de 180 dias.

Outra colocação que eu vou fazer é o seguinte: sobre a questão que o senhor falou, Dr. Roberto, que tem em média 30, 40 ou mais imunoterapias, certo? Mas eu não estou falando aqui dessa quantidade de imunoterapias passando de 30, 40 imunoterapias, eu estou falando de 8 imunoterapias que já tem no rol da ANS, 8 imunoterapias que são as imunoterapias básicas para tratar os diversos cânceres que mais matam a nossa população. E aqui a gente não tem como pensar em orçamento. Quanto vale uma vida? Quanto vale uma vida? Então a gente tem que avaliar por esse ângulo.

Eu vou falar aqui para o senhor, Dr. Roberto Gil, do caso de uma paciente chamada... que a gente chama de Dany, Dany Catunda, uma paciente que lutou durante cinco anos, foi diagnosticada, recebeu algumas doses da imunoterapia, mas depois faltou a imunoterapia para ela e ela veio a óbito. E aí? Ela veio a óbito porque não tinha imunoterapia para dar continuidade ao seu tratamento. Algumas doses ela teve que comprar. Ela teve que ter ajuda da família, de colegas, enfim... Mas chegou a hora em que ela não tinha mais condições, não tinha recurso para continuar, e a gente sabe... E outra coisa, ela estava evoluindo muito, muito bem, até faltar a droga, até parar de receber as infusões e até vir a óbito. Então, é sobre isso que eu estou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez repito, Dr. Roberto Gil, não estou falando de 30 ou 40 imunoterapias, eu estou falando de oito imunoterapias que fazem parte do rol da ANS. E nós não aceitamos... Aliás, não sou eu que não aceito, não é sobre isso, é que se tornou lei. Lei a gente segue; lei a gente executa. Projeto de lei a gente discute; lei a gente não discute, a gente executa. É para isso que tem o Senado Federal, é para isso que tem a Câmara dos Deputados e outros órgãos mais legislativos para formularem lei.

Sobre o projeto de lei de que eu fui Relatora – para o qual tanto lutei junto com várias ONGs, com vários institutos que sempre estiveram aqui presentes no Senado –, os colegas Senadores entenderam a importância. E quero aqui, mais uma vez, agradecer aos colegas Senadores e Senadoras que – de uma forma, vamos dizer assim, em larga escala, não vou dizer por unanimidade, mas quase por unanimidade – aprovaram esse projeto de lei aqui no Senado, que foi para sanção presidencial. O Presidente da República sancionou e se tornou lei, é a Lei – mais uma vez repito – 15.379, de 2026. Então, já é lei, tem que ser executada. E é isso que nós esperamos.

Por isso é que eu fiz a pergunta à Dra. Thais sobre a previsão de incorporação dessa nova lei, dessas oito imunoterapias pela Conitec, e ela falou que estariam analisando, enfim... Qual é a previsão da Conitec absorver essas oito imunoterapias no rol do SUS? Mais uma vez, repito: para quem é da rede suplementar e quem é da rede particular, está tudo certo, não precisam do SUS diretamente – apesar de terem direito a ser tratado pelo SUS, que é universal –, mas quem tem plano de saúde, quem pode pagar, não tem problema, tudo bem, tem condições, que bom! Mas e quem precisa totalmente, inteiramente, da rede SUS para não morrer de câncer? Então, era essa consideração que eu queria fazer.

Eu passo agora a palavra para a Dra. Daniele Assad Suzuki, que é Diretora da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (Sboc).

Dra. Suzuki, que prazer tê-la aqui, presencialmente, compondo aqui a mesa, neste debate tão importante para os nossos pacientes oncológicos e, especialmente, para as nossas mulheres com doenças oncológicas ginecológicas.

Seja muito bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem a palavra por cinco minutos.

Muito obrigada.

A SRA. DANIELE ASSAD SUZUKI (Para expor.) – Boa tarde, cumprimento a Senadora Dra. Eudócia.

Eu sou da Diretoria da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, que entende que, quando a gente fala de câncer de colo do útero – como já foi dito, são 17 mil novos casos estimados por ano – , a gente não pode deixar de falar da prevenção.

A Organização Mundial de Saúde estabeleceu algumas metas para erradicar essa doença, e essas metas envolvem vacinar 90% das crianças, meninas e meninos entre 9 a 14 anos. E nós estamos aquém dessa meta. Quando a gente olha os nossos números, a gente não atinge 80% de vacinação das meninas, nem 70% dos meninos.

Algumas coisas a gente pensa que são necessárias: voltar a vacinar de fato nas escolas; tentar realmente conscientizar a população de que a vacinação contra o HPV previne mortes – isso precisa ficar muito claro –, com uma campanha maciça, envolvendo isso.

Eu acho que é organização. Como a gente sabe, a gente tem a tecnologia disponível, a vacina quadrivalente que previne contra 70% dos casos, mas nem ela está sendo ofertada a 100% da população. Então, é preciso a gente organizar para poder conseguir os maiores benefícios.

Quando a gente fala de diagnóstico precoce, a gente está falando de rastreamento. A meta da OMS é 70% com o teste de alto rendimento, que é o do DNA do HPV. A nossa abrangência da citologia está bem inferior. A gente tem estatísticas de 30% a 50% apenas da citologia. O nosso rastreamento não é organizado, como é em outros países. A mulher procura espontaneamente o Sistema Único de Saúde, o centro de saúde, mas não tem uma organização. Então, sem isso, a gente não vai conseguir resolver esse problema.

Sabemos que o teste de DNA de HPV foi sancionado, essa incorporação, mas a gente acompanha de perto essa implementação e a gente espera que isso esteja disponível o mais breve possível para essas mulheres, mas não só isso, que seja organizado, porque senão a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter... E eu já estou pensando aqui, Agnaldo, que uma mulher vai, todo ano, lá fazer o teste molecular do DNA do HPV, se não tiver organizado – se não tiver organizado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELE ASSAD SUZUKI – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A palavra está com a Dra. Daniele.

Obrigada.

A SRA. DANIELE ASSAD SUZUKI – Então, eu penso que precisa realmente ter essa organização.

Alguns mitos ainda existem. A gente tem quase 12% das mulheres que nunca fizeram teste, um preventivo, por vergonha, medo, desconhecimento familiar, pressão. Enfim, temos muitas coisas a fazer nesse sentido.

E, para finalizar, ao falar do câncer de ovário, a gente entende que realmente não é uma doença rastreável como o câncer de colo do útero, porque a gente não tem estudos populacionais que mostrem a evidência de algum benefício com um teste, mas sabemos que o rastreamento é baseado em riscos. Então, as mulheres que têm câncer de ovário precisam ser testadas com BRCA1, BRCA2, porque, em um teste positivo, você consegue deflagrar, na história dessa família, uma cirurgia redutora de risco, caso seja mutação patogênica. Na rede privada, a gente já tem essa incorporação recente – que bom que a gente tem essa incorporação recente – , e a gente vai também acompanhar.

Por último, eu deixo o papel da sociedade como uma parceira nessas discussões. A gente está trabalhando em conjunto com o Ministério da Saúde, como órgão consultor. A sociedade desenvolveu o Índice de Priorização de Medicamentos. Nós temos as diretrizes clínicas para orientar os tratamentos. O que a gente coloca na diretriz é baseado em evidência científica randomizada, Fase III, estudos clínicos. E, nessas diretrizes, é o que a gente entende de melhor tratamento para a população. Entendemos que esses nossos papéis dessa interação é que vão fazer com que o acesso às nossas mulheres melhore.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Daniele, muito grata pela sua participação, pela sua explanação.

Realmente essa questão da imunização contra o HPV está bem aquém do esperado, porque, como você falou e a Dra. Guacyra também, às vezes as mulheres têm algum receio, assim, sem conhecimento suficiente da importância desse exame. Mas a gente pode, sim, fazer políticas públicas e se comunicar com essas mulheres, divulgando e tornando algo bem amplo mesmo para todo o Brasil, fazendo uma força-tarefa mesmo – não é? – para que a gente possa avançar nessa imunização contra o câncer de colo de útero, vacinando contra o vírus HPV.

E como você falou, Dra. Daniele, é muito importante essa genotipagem. Que bom que a Dra. Guacyra nos colocou aqui que já começou essa genotipagem para BRCA1 e BRCA2. E aí, como você falou, é fazer a cirurgia que seria a redutora.

A SRA. DANIELE ASSAD SUZUKI – Redutora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Exatamente.

Que vai resolver o problema, na verdade.

A SRA. DANIELE ASSAD SUZUKI – Vai cortar a cascata.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Vai cortar a cascata, não é?

Então, é motivo de muita alegria ter essa informação agora, sabendo que vocês vão ampliar para todo o país.

E aí, Dra. Guacyra, eu coloco só mais uma questão. É que esse avanço, nos quase 6 mil municípios, seja realmente, assim, bem rápido, mais célere, para que a gente evite que as nossas pacientes morram de câncer de ovário, por conta do BRCA1 e BRCA2, podendo causar...

A SRA. GUACYRA MAGALHÃES PIRES BEZERRA (*Fora do microfone.*) – É para o câncer de útero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – É verdade, é de útero, desculpa.

E também do câncer de ovário, para que a gente possa... É tanto para o câncer de ovário, como para o câncer de útero. E aqui, especialmente, colo de útero, podendo também evoluir, obviamente, para endométrio, corpo do útero, e tudo o mais.

Mas o fato é que vocês do Ministério da Saúde possam avançar de uma forma célere, para que a gente tenha êxito nesse programa e as nossas mulheres aumentem a sobrevida e o diagnóstico precoce, para que elas não tenham a doença instalada.

Depois eu lhe dou a palavra, Dra. Guacyra.

Eu quero, mais uma vez, agradecer à Dra. Daniele e parabenizá-la.

Agora eu passo a palavra para o Dr. Agnaldo Lopes da Silva Filho, que está aqui conosco, que é Diretor Científico da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

Dr. Agnaldo, muito grata pela sua presença, mais uma vez. Você sempre está aqui, quando a gente o convida.

E você tem, Dr. Agnaldo, cinco minutos, para colocar para nós todo o seu conhecimento. Se é que você consegue, em cinco minutinhos, colocar para nós.

Muito grata.

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO (Para expor.) – Perfeito.

Uma boa tarde, Senadora Dra. Eudócia. É um prazer estar aqui. Quero parabenizá-la por todo o trabalho que você tem feito, nesta Comissão, e parabenizo... Boa tarde a todos os colegas aqui. Há importância a gente estar aqui.

Eu represento a Febrasgo. Hoje são 35 mil ginecologistas no Brasil, a nossa associação tem 17 mil profissionais de saúde que atuam na ginecologia e obstetrícia do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostro um ponto um pouquinho diferente do que foi falado até aqui. Acho que as evidências estão todas aí, especialmente em relação a câncer de colo. Talvez o momento mais importante seja a gente tomar ações, seja a gente mudar o que a gente tem feito.

O câncer ginecológico tem importância muito grande: o câncer de colo do útero é o segundo ou terceiro câncer mais prevalente em todas as regiões brasileiras. A gente fala muito da Região Norte, mas é importante em todas elas. Dois terços das mulheres são diagnosticadas em fases avançadas da doença. A gente já está há bastante tempo discutindo isso, e a gente tem que falar algo que vai além da biologia, talvez sobre algumas questões de diversidade, equidade e inclusão.

A questão de gênero talvez tenha uma importância muito grande em relação a isso. Esse é um estudo... Foi uma publicação do Lancet, muito recente, num hospital oncológico na Índia, mostrando que a cada dois meninos, só uma menina era atendida naquele hospital. No final das contas, em Mumbai, mostrou que a vida de uma mulher tem menos valor do que a vida de um homem. Então, a questão de gênero tem uma importância muito grande, sabe? Eu acho que, se essas questões... Eu fico muito feliz de ver uma mesa com mulheres, líderes, como vocês aqui, e até tomo esse partido em relação às mulheres. Com uma visão – não gosto do termo feminista – olhando para mulher, várias mortes poderiam ser evitáveis, e câncer de colo é um exemplo.

Outra questão superimportante é onde você mora. A gente acha que o problema é estadiamento de câncer ou biologia. Se você me falar seu CEP, provavelmente eu te falo a mortalidade em relação a câncer. Tem uma disparidade muito grande em relação a isso. Se eu tenho acesso a um outro sistema de saúde... Então, quando eu vejo a senhora com a Senadora falando sobre essa questão da lei, não é admissível no Brasil a gente ter dois modelos de saúde. Eu posso viajar de primeira classe ou segunda classe, ou turístico, ou não viajar. Agora, viver ou morrer por eu ter acesso ao SUS, medicina privada ou suplementar, isso não é admissível no Brasil.

A taxa de sobrevida de câncer em um país desenvolvido, de uma forma geral, chega a mais de 70%; em país de baixa renda, menos de 20%. Sobre o câncer de colo tem mais de 40 anos que a gente tem tentado fazer essas questões, e a mortalidade por câncer de colo está estável em todos esses anos. Não mudou a mortalidade por câncer de colo. As estimativas do Inca, recentes: os que eram 17 mil novos casos por ano, são 19 mil novos casos por ano em relação ao colo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já conhece muito bem a história natural da doença, e a gente realmente não mudou as nossas estatísticas. E não é aceitável: a incidência em Minas Gerais, 6,4%; no Amapá, 31%. Então, uma menina que nasce na Região Norte tem cinco vezes mais chance de morrer, por câncer de colo, do que uma menina que nasce na Região Sudeste. Isso não é aceitável para o Brasil. Então, essa questão não é a geografia do tumor, é a geografia da pobreza de acesso à saúde que a gente vive, de uma forma geral.

Sobre os tumores de colo, em dois terços da doença localmente avançada, nós fizemos um estudo recente mostrando nas regiões brasileiras, especialmente na Região Norte, onde tem maior mortalidade, maior taxa de população não branca, maior nível socioeconômico, o que reflete em acesso à saúde, a menor número de equipamentos de radioterapia, menor número de médicos, o que aumenta a mortalidade por câncer de colo. Então, nós estamos discutindo uma geografia da pobreza e de gênero, em relação à câncer de colo, que passa por tudo.

A vacinação a gente melhorou muito no Brasil e a gente pode melhorar. Esse desafio em relação ao rastreamento do câncer de colo com essas mudanças vai de encontro ao *call for action* da Organização Mundial de Saúde. A lei está aí – por exemplo, a Lei dos 60 dias –, mas quantas mulheres efetivamente são tratadas com mais de 60 dias? A lei está aí, mas a gente oferece imunoterapia para as pacientes? Provavelmente não. Então, a gente tem que repensar muito essa questão do câncer de colo. Tem a questão de vacina, rastreamento e tratamento, mas há a questão social, e é extremamente importante a gente valorizar essas mulheres.

Agora nós vamos fazer um pacto – a gente encaminhou também para o Ministério da Saúde – com todas as federadas da Febrasgo, as 27 federadas, com a gente se comprometendo, para que ele seja seguido e que as medidas com relação a isso sejam realizadas em todos os estados brasileiros.

Câncer de ovário acaba sendo um pouquinho diferente. É um tumor que mata muito, sem rastreamento eficaz, mas a gente tem algumas alternativas que podem ser interessantes. Por exemplo, a salpingectomia, retirar a tuba uterina, que pode diminuir em até 70%... Isso tem que ser discutido de uma forma geral para um tumor que não tem rastreamento eficaz.

E a gente já sabe o que a gente tem que fazer: centros muito especializados, de alto volume, têm o melhor prognóstico das pacientes com câncer de ovário. Nas Regiões Norte, Nordeste e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Centro-Oeste, menos de 5% dos centros teriam condição, equipe multidisciplinar – com multidisciplinar, eu falo de oncologista, cirurgião, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo... – para atender essas pacientes. Então, acaba sendo um problema muito grande.

A questão genética, que foi discutida aqui: eu não posso oferecer isso ao paciente de convênio e não ter acesso a isso no SUS. Isso é extremamente importante.

Respeitar a Lei dos 60 Dias: você vê que no próprio câncer de colo – dados do ministério – a maior parte das mulheres não são tratadas depois do diagnóstico em 60 dias.

E este aqui, para terminar: o Tedros, Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, diz que, a cada mulher que morre por câncer de colo, isso tem que ser visto como uma tragédia. Não pode ser cova rasa e vala comum, né? É uma mãe, é uma filha, é uma avó, e houve algo de muito errado em toda a jornada daquela paciente. Talvez ela não tenha sido vacinada, talvez o câncer não tenha sido rastreado de uma forma adequada, talvez ela tenha tido um sangramento que não foi valorizado, e ela não teve acesso a um serviço de excelência. Então, a gente tem que valorizar isso, e essa é a questão.

Com uma visão, um olhar para a mulher em relação a câncer, a gente pode evitar 800 mil mortes por ano no mundo em relação a isso. Homens tomam a decisão e homens talvez não tenham optado, lá atrás, por ter um rastreamento eficaz, valorizar essas mulheres.

Então, eu fico muito feliz pelo trabalho da Senadora e por este grupo de mulheres – aqui tem duas colegas que fazem esse trabalho também. Espero que o futuro mude, com mulheres na liderança.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela sua explanação, Dr. Agnaldo, e pelas suas palavras também. Muito grata.

Dr. Agnaldo, eu tenho uma pergunta a fazer ao senhor. É o seguinte: o senhor colocou que o problema não é geográfico. O tumor não é geográfico, mas as políticas públicas do nosso país, sim, são geográficas. A minha pergunta é: o senhor mostrou os problemas; agora me fale qual seria a solução, quais seriam os itens de solução para que a gente resolvesse – não é nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minimizar, é resolver – essa questão do Norte e Nordeste, para que esses tratamentos, esses diagnósticos precoces fossem equitativos, universais e igualitários para todo o nosso país?

Quero ouvir do senhor.

Muito grata.

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Senadora, é uma pergunta importante.

Eu acho que, quando a gente pensa em rastreamento, uma questão em que se pode pensar é vincular algum benefício social a isso – não é algo excludente –, como, por exemplo, o Bolsa Família.

Olha, você tem seu teste de DNA-HPV nos últimos cinco anos? Sim ou não? Não tem? Vamos colher aqui para você poder ter acesso a isso. Mamografia, mesma coisa. Ovário, infelizmente, a gente não tem um rastreamento eficaz, então isso não seria possível.

E a outra questão é, efetivamente, que o câncer seja uma prioridade para o Brasil. Eu acho que isso é fato. Quando a gente discute essas questões de custo, eu entendo toda essa questão. Eu acho que tem um custo que tem que ser muito levado em consideração para tornar a questão sustentável, mas tem que ser uma prioridade para o Brasil. Câncer não espera, câncer mata muito. Você comentou sobre doença cardiovascular, mas a gente tem, efetivamente, que valorizar muito isso e levando a sério do ponto de vista de investimento e centros de excelência em câncer. Nós não temos.

É um Brasil que tem duas medicinas bastante diferentes. Eu falo de um fator prognóstico do sistema público de saúde; ela pode dar sorte de ter – e tem vários centros – muitos de altíssimo nível no Brasil, de sistema público, mas não dá conta da demanda. A gente tem que ter mais centros em relação a isso. Então, a mulher tem que estar na prioridade, câncer tem que ser prioridade, a gente tem que lutar a cada dia, porque as mulheres estão morrendo, em algumas situações, por questões evitáveis.

Câncer de colo é basicamente isso: tem 40 anos que a gente mantém a mesma mortalidade por câncer de colo no Brasil. Para câncer de colo, a gente não precisa mais de evidência, não precisa de mais nada. A gente tem que ter ação para mudar essa realidade – essa triste realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– que a gente vive no Brasil, e em outros países do mundo também, mas, no Brasil, isso realmente nos envergonha bastante, toda essa questão.

Ovário é outra discussão: é levar a sério desde a formação dos profissionais, equipes multidisciplinares; eu acho que isso faz muita diferença para as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito obrigada por ter respondido a minha pergunta, Dr. Agnaldo.

E quero dizer, sobre os centros de excelência que o senhor colocou, que, de repente, nós poderíamos pensar nessa possibilidade de colocar centros de excelência no Nordeste.

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso está faltando...

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Faz toda a diferença.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... para nós.

É triste ouvir do senhor que a estatística em relação ao câncer de colo de útero há 40 anos é a mesma.

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Não mudou. Mortalidade não mudou.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Só que há 40 anos avançou muito a medicina, e nós paramos no tempo. Mas isso não pode continuar.

Então, precisamos, sim, fazer políticas públicas voltadas à orientação, para que as mulheres possam fazer ao menos a cada cinco anos o DNA-HPV e possamos avançar mais e mais, orientando as mulheres, vacinando mais as nossas crianças...

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... nossos adolescentes – pré-adolescentes e adolescentes –, e as mulheres que estão na fase sexualmente ativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. Eu quero agradecer a sua grande contribuição, Dr. Agnaldo...

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Eu que agradeço, é um prazer estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... para essa discussão nesta audiência pública.

O SR. AGNALDO LOPES DA SILVA FILHO – Parabéns, eu acho que isso é superoportuno, e as brasileiras merecem esse tipo de discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito obrigada, Dr. Agnaldo.

E agora eu passo a palavra à Dra. Marcella Salvadori. Ela é Coordenadora de *Advocacy* e Apoio do Paciente do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, do Grupo EVA.

Está por videoconferência a Dra. Marcella.

A senhora tem cinco minutos para sua explanação, e muito obrigada por ter aceitado o nosso convite de participar dessa audiência pública.

A SRA. MARCELLA SALVADORI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exma. Senadora Dra. Eudócia, Sras. e Srs. Parlamentares, colegas e representantes da sociedade civil.

Em nome do EVA, eu agradeço o convite para contribuir com esse relevante debate para a saúde pública do Brasil.

O EVA é um grupo multidisciplinar com mais de mil membros, majoritariamente médicos, dedicado à promoção do controle integral do câncer ginecológico, por meio de educação, pesquisa, prevenção, tratamento e suporte aos pacientes em todo o território brasileiro, tentando reduzir essas disparidades, como o Agnaldo trouxe, com o compromisso de difundir a oncoginecologia de qualidade nos quatro cantos do país.

Vocês já falaram destas estimativas do câncer: 19 mil casos novos, segundo as últimas estatísticas do Inca, de câncer de colo de útero; 8 mil novos casos em câncer de ovário; e, em mortalidade, 7 mil mortes para câncer de colo do útero, enquanto 4 mil mortes por câncer de ovário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vê esses dados, a gente sabe que o câncer de colo do útero permanece como importante problema de saúde pública, marcado por essas desigualdades regionais e com forte associação com vulnerabilidade social, e é uma doença, em grande parte, evitável, o que reforça o papel de discussões como esta de hoje e das políticas públicas.

Por outro lado, o ovário, embora menos incidente, quando a gente fala desses dados, tem alta letalidade, é frequentemente diagnosticado em estágios avançados, uma vez que é uma doença, como já dita, não passível de rastreamento. A gente não tem nenhum método de rastreamento eficaz, o que impacta diretamente nos desfechos e sobrevidas das pacientes.

Então, o que eu posso contribuir a mais, depois de todo o dito aí pelos colegas, é, diante desse cenário, com a prevenção.

Nós sabemos que a vacinação contra o HPV representa uma das estratégias mais efetivas em saúde pública. A gente teve uma queda da vacinação durante a pandemia e depois a gente foi observando uma retomada da cobertura vacinal. No ano de 2024, o Brasil alcançou 83% entre as meninas e 67% entre os meninos de 9 a 14 anos, ainda abaixo das metas estipuladas pela Organização Mundial de Saúde, como a Dra. Daniele falou. Ainda assim, persistem desigualdades regionais relevantes e a adoção do recente esquema de dose única exige cautela na interpretação desses resultados e aprimoramento das nossas análises epidemiológicas, quando nós estamos falando de qualidade de dados.

A qualificação do sistema de informação, como o SI-PNI, é fundamental para a gente garantir precisão e rastreabilidade do nosso problema.

Nesse contexto, eu destaco a Lei nº 14.886, de 2024, que fortalece a vacinação em ambiente escolar como estratégia de ampliação de cobertura, ao integrar escolas e serviços de saúde e reduzir perda de oportunidade. Como a Senadora Eudócia disse, isso é lei, tem que ser cumprida, e isso não está sendo cumprido no nosso Brasil afora.

No eixo do diagnóstico, o exame citopatológico permanece como a principal estratégia de rastreamento no SUS. Nós ainda não observamos a redução proporcional da mortalidade do país desde a sua implementação, como o Agnaldo disse, já há 40 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma importante discrepância entre as coberturas autorreferidas e os dados reais de saúde, que parece ser só cerca de 30% da nossa população alvo, realizando a citopatologia. Ou seja, inferior ao esperado e com grande...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARCELLA SALVADORI – ... variação regional.

Além disso, persiste um desafio crítico na continuidade do cuidado. Nós não dispomos, até o momento, de um indicador nacional que estabeleça o tempo entre um exame alterado e uma investigação diagnóstica. Estudos brasileiros mostram atrasos frequentes e seguimento muitas vezes incompatível com os protocolos, evidenciando fragilidades na coordenação da linha do cuidado.

O país avança agora na implantação do teste molecular do DNA-HPV, mas nós temos que saber que haverá desafios. A técnica de PCR para HPV exige estrutura laboratorial, padronização e equipe qualificada. Além disso, vai ter um aumento por demanda de colposcopia, etapa crítica para definição de conduta. Nesse contexto, a qualificação da força de trabalho vai se tornar central, tanto em volume quanto em capacitação técnica.

Para fechar, em vista do tempo, no câncer de ovário, como eu já falei, nós não temos rastreamento. Nós temos inclusive o Projeto de Lei 5.181, de 2023, em tramitação, quando a gente fala de ampliação a acesso de testagem, mas eu quero falar de um ponto essencial aqui: além de avançar na disponibilidade do teste, nós defendemos a estruturação de uma linha de cuidado integral que inclua aconselhamento genético pré e pós-teste, orientação familiar adequada e definição de fluxos assistenciais para o encaminhamento oportuno das pacientes elegíveis às estratégias de redução de risco, incluindo cirurgias profiláticas. Então nada adianta nós temos a disponibilidade do teste e não temos essa linha de cuidado para essas pacientes.

Dessa maneira, esta audiência pública representa uma oportunidade concreta para avançarmos de forma estruturada na construção das políticas públicas mais efetivas para o controle dos tumores ginecológicos no Brasil. O EVA se coloca à disposição desta Comissão e do Parlamento para contribuir tecnicamente com esse processo, apoiando a construção de políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas baseadas em evidência, com foco na redução das desigualdades e na melhoria dos desfechos das nossas pacientes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Marcella Salvadori, muito grata pela sua participação, brilhante explanação, brilhante explanação! Eu acho que você ficou por último, acho que foi assim uma boa coincidência, não é, Dr. Agnaldo? Ela conseguiu resumir, não foi, Dra. Daniele e Dra. Guacyra, conseguiu resumir tudo que foi falado aqui e ainda colocou tudo o que nós devemos fazer para avançar, deu diagnóstico e tratamento, então foi uma consulta completa e é isso.

Mas, olha, Dra. Marcella, a sua preocupação é uma preocupação de todos nós, todos nós colegas médicos e também do Governo Federal, do Legislativo e assim por diante. É como você falou, Dra. Marcella, não adianta fazer testes, diversos tipos de testes, enfim, sem ter uma linha de cuidado, porque, como você colocou, se o exame vier alterado, e aí, qual vai ser o próximo passo? Quando será o primeiro atendimento? E, depois do primeiro atendimento, se vai ser seguido o protocolo, os protocolos clínicos para o tratamento, porque existe protocolo para todo tipo de doença. Então, o que o paciente precisa e merece e tem que ser feito é seguir os protocolos clínicos, seguir as *guidelines*.

Então, os nossos pacientes não podem ir para os colegas oncologistas, ginecologistas, clínicos gerais, enfim, terem o diagnóstico precoce, mas não terem a linha de cuidado. Então, é aquela questão de você avançar e parar. Isso não pode acontecer, nós temos que ter início, meio e fim.

Caso contrário, Dra. Daniele, a gente vai passar mais 40 anos com as mesmas estatísticas. E nós não queremos isso para os nossos pacientes brasileiros e nossas pacientes brasileiras. Nós não queremos. Por isso que estamos aqui, nessa mesa, e os colegas aí do outro lado, os nossos cidadãos e cidadãs brasileiras e brasileiros, assistindo aqui, interativamente, este debate. Então, esse não é o nosso propósito, porque, se assim o fosse, não estaríamos aqui, discutindo alguma coisa que a gente quer que avance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que chegou o momento de nós darmos forças, nos darmos as mãos, e a gente poder avançar nas políticas públicas na área da saúde, mas especialmente na área oncológica, já que a discussão aqui são tumores ginecológicos, a área de tumores ginecológicos, que matam tantas mulheres no nosso Brasil. Nós estamos no século XXI, a medicina avançou e muito. Os outros países avançaram muito. Tive a oportunidade de visitar, Dr. Agnaldo, Dra. Daniele, Dra. Guacyra, e todos os colegas que estão aqui, neste debate tão importante, a China, de visitar o Reino Unido, de visitar a Rússia, e de estudar um pouco dessa biotecnologia que eles desenvolvem lá fora.

Inclusive, eu quero aqui colocar uma vacina que está em estudo. Temos que colocar isto: que está em estudo, mas já está na fase clínica, dos países mais avançados, que é a vacina RNA mensageiro contra o câncer. Obviamente que está em estudo. Ainda vão ver, na fase clínica, como é que vai evoluir, se tem segurança, se tem eficácia, se tem segurança para os nossos pacientes. Eficácia demonstrou a nível de fase pré-clínica, agora vamos ver na fase clínica.

A Rússia já começou e já fez a primeira dose da vacina em uma paciente oncológico. Eles estão aguardando agora como vai evoluir. Mas, quando eu estive lá, que estava na fase pré-clínica, eles já tinham esse estudo, que era muito promissor. E espero que, na fase clínica, o resultado seja o mesmo. E daqui a dois anos – eles colocam daqui a dois anos, no máximo, três anos –, essa vacina RNA mensageiro contra o câncer já vai ser colocada para toda a população – isso nos países que eu visitei: Rússia, China e Reino Unido.

E aí a minha visita foi justamente para isto, Dra. Daniele, para que a gente não fique atrás, para que a gente acompanhe essa evolução na medicina – e aqui estou falando na área oncológica –, para que o Brasil possa andar lado a lado dessas terapias de ponta.

Inclusive, eu fui autora do marco regulatório da vacina contra o câncer, que foi para a sanção presidencial, já foi sancionada e agora é lei. É a Lei 15.385, de 2025, que coloca os avanços, os estudos clínicos, os estudos científicos em relação a essa vacina ou a outras vacinas que estão desenvolvendo e colocar essa questão da troca de biotecnologia desses grandes países para o Brasil, para que, uma vez mostrando a sua eficácia, possa ser produzida aqui também no nosso país, no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui me coloco, assim, feliz de saber que o Poder Executivo vem acompanhando esse meu trabalho aqui no Senado, tanto é que foi assinado o convênio em Oxford. E eu estive lá, no Oxford Cancer Center, com o Dr. Lennard Lee e Dr. Tim. E aí a gente viu o avanço do estudo dessa vacina terapêutica. E inclusive eles já estão estudando vacina profilática contra o câncer. Olha como eles estão avançados. Estão estudando já vacinas profiláticas. Estão começando pelo câncer colorretal e de pulmão, mas querem avançar.

E aí eu fico feliz de saber que agora temos uma lei, que é a Lei 15.385, de 2025, e saber que o Ministério da Saúde já assinou esse convênio, junto com os colegas lá de Oxford, para que essa biotecnologia venha para o país e comecemos a produzir aqui no nosso país, inclusive também as imunoterapias, outras imunoterapias, porque vacina de câncer também é imunoterapia.

Então, é motivo de muita alegria poder fazer parte dessa história.

E aqui eu quero agradecer cada um dos senhores que participaram deste momento tão importante, que tiveram a sensibilidade de vir aqui presencialmente, e também os colegas que estão virtualmente, através da videoconferência. Muito grata a todos vocês.

Quero também agradecer a participação da Lilaidys, de São Paulo; Alina, de Pernambuco; Maria, de São Paulo; Bianca, de São Paulo, e Tervânio, do Rio de Janeiro. Vocês que fizeram essas perguntas, através do Portal e-Cidadania, terão suas perguntas respondidas pelos colegas que acompanham aqui a mesa e pelos colegas que estão através de videoconferência. Uma vez que iremos mandar as suas perguntas para os palestrantes, eles irão nos responder e nós iremos mandar para o *e-mail* que vocês colocaram aqui no e-Cidadania. Muito grata pela participação.

E quero só colocar aqui, antes de terminar a nossa audiência, a questão do projeto que coloquei aqui no Senado Federal, que é o projeto de lei da vacina nonavalente, o Projeto de Lei nº 3.907, de 2025, entendendo que, se nós avançarmos da quadrivalente para a nonavalente, teremos mais mulheres com cobertura vacinal para que a gente possa avançar nessa guerra contra o câncer de colo de útero.

Mais uma vez, grata a todos.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezoito minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Romário, Wellington Fagundes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Eduardo Girão, Hermes Klann, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4940, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde", estabelece critérios para sua concessão e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3907, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a inclusão da vacina nonavalente contra o HPV, no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 592, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental a educação alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 121, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CAS e 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CAS e 2-PLEN. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 51, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1986, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, a fim de instituir campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais tipos de câncer infantil para permitir seu diagnóstico precoce." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3518/2019, que “dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural em moda e beleza”." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 40, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias em saúde." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 42, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2026 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de valorizar Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 44, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 50, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar n° 18, de 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 51, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 121/2015, que "regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimento todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 359, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.007, de 2026, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades na composição do piso constitucional de ações e serviços públicos de saúde no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício de 2023; e Ofício nº 152, de 2026, do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, o qual encaminha nota técnica sobre o Projeto de Lei 2.199, de 2022, que estabelece a utilização do símbolo internacional da acessibilidade, altera a Lei 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente. (*Pausa.*)

Senadora Teresa Leitão, seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4940, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde", estabelece critérios para sua concessão e dá outras providências.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Votação nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de passar à análise, porque peço a V. Exa. que dispense o relatório, eu quero agradecer a inclusão desse item da pauta no dia de hoje, pois recentemente o Ministério da Saúde realizou um seminário, em Salvador, sobre práticas integrativas – desculpe a redundância – já bastante praticadas pelas políticas públicas do ministério, e onde foi também aprovado um decreto que vai regulamentar melhor ainda a existência dessas práticas nos municípios e nos estados dentro da rede SUS. Portanto, esse projeto do Senador Rogério Carvalho está bastante integrado a essa decisão.

Indo direto para a análise, cumpre apontar que o PL 4.940, de 2024, foi distribuído à apreciação deste Colegiado com fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e a competência do SUS.

No tocante ao mérito, é preciso destacar a importância das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) para a implementação de uma assistência mais humanizada no âmbito do SUS. Elas representam um conjunto de abordagens terapêuticas que visam à prevenção de agravos, à promoção e recuperação da saúde, com ênfase na escuta acolhedora, no vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade.

No país, essas práticas foram institucionalizadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), estabelecida pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. A política busca incorporar esses serviços à atenção primária, com o objetivo de contribuir para o aumento da resolubilidade do SUS, para a ampliação do acesso às Pics e para garantir a qualidade, eficácia, eficiência e segurança na sua utilização. Também tenta promover a racionalização das ações de saúde estimulando a adoção de alternativas terapêuticas inovadoras, contribuindo para a mitigação da "medicalização" excessiva. Atualmente, o SUS oferece, de forma gratuita, 29 modalidades de Pics à população, incluindo acupuntura, homeopatia, fisioterapia, ioga, constelação familiar, reiki, entre outras.

Desde a implementação da política, observou-se uma expansão significativa das Pics no território nacional. De acordo com o Ministério da Saúde, até 2023, mais de 4.800 municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros ofertavam algum tipo de prática integrativa no SUS, crescimento que demonstra o reconhecimento e a aceitação dessas práticas, tanto por gestores como pela população.

Com a implementação das medidas previstas no PL 4.940, de 2024, espera-se acelerar esse processo, aumentando, por meio de parceria com a iniciativa privada, a oferta de Pics à população usuária do SUS. Ademais, a instituição do selo poderá contribuir para a qualificação dos serviços prestados pelos terapeutas, uma vez que os critérios para a sua concessão e renovação são bastante rigorosos: apenas profissionais devidamente cadastrados poderão participar do programa, mediante comprovação da formação necessária, e sua atuação será supervisionada pelo estado, além de submetida à avaliação dos próprios usuários.

Não obstante seu mérito, a proposição pode ser aprimorada, o que propomos por meio do substitutivo apresentado ao final.

De fato, o texto original contém detalhamento excessivo dos procedimentos a serem adotados na condução do programa, o que pode comprometer sua execução e não constitui matéria a ser tratada em lei ordinária, mas por meio de norma infralegal. Com efeito, o arcabouço normativo sanitário vigente é suficientemente amplo para regular o funcionamento dos serviços de saúde que integrarão a iniciativa, sem necessidade de reiterar exigências há muito estabelecidas nas normas sanitárias.

Também no sentido de desburocratizar o programa de concessão do selo e compatibilizá-lo com o princípio constitucional de descentralização do SUS, julgamos importante retirar a obrigatoriedade de cadastro junto aos órgãos federais e a exigência de que o consultório do terapeuta seja próprio, além de ampliar a validade do selo de dois para quatro anos. Com isso, espera-se maior adesão de profissionais à iniciativa, sem comprometer a segurança dos pacientes atendidos.

Note-se que o substitutivo oferecido suprime o art. 7º do PL nº 4.940, de 2024, que concede ao Poder Executivo prazo de 90 dias para a regulamentação da matéria, com o fito de afastar inconstitucionalidade formal por violação do princípio da separação dos Poderes.

Cabe destacar, por fim, que não se identificam outros óbices quanto à constitucionalidade formal ou material da proposta, pois ela está inserida na competência legislativa concorrente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição. Da mesma forma, promovidos os ajustes apontados, não se observam impedimentos à aprovação da matéria no que concerne à juridicidade e à técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.940, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 4.940, DE 2024
Institui o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde".
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica instituído o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde" (Selo Amigo das PICS), destinado a reconhecer pessoas físicas e jurídicas que ofereçam práticas integrativas e complementares de saúde alinhadas à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) e que contribuam gratuitamente com usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
Art. 2º Poderão postular o Selo Amigo das PICS, em observância aos princípios e diretrizes da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, as pessoas físicas ou jurídicas que:
I – ofereçam, de forma gratuita, no mínimo 4 (quatro) horas semanais de práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) reconhecidas pela PNPIC a usuários do SUS;
II – disponibilizem essas atividades em espaço próprio ou compartilhado, observadas as normas sanitárias aplicáveis;
III – confiram ampla publicidade ao fato de que as práticas não substituem tratamentos convencionais e possuem caráter complementar.
Art. 3º A concessão do Selo observará procedimento baseado na apresentação dos seguintes documentos:
I – identificação da pessoa física ou jurídica requerente;
II – comprovação de regularidade sanitária do local de atendimento, conforme a modalidade e as exigências da legislação local aplicáveis;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – descrição das práticas oferecidas, com indicação de correspondência na PNPIC;
IV – declaração de compromisso de oferta gratuita das atividades previstas no inciso I do art. 2º;
V – termo de responsabilidade quanto à segurança, ética e informações fornecidas ao usuário, conforme disposto em regulamento.
§1º Será exigida da pessoa física requerente comprovação de experiência profissional na respectiva modalidade de PICS pelo período mínimo de 2 (dois) anos, além de outras comprovações exigidas em legislação sanitária ou profissional aplicável.
§2º No caso de requerente pessoa jurídica, a exigência de que trata o § 1º se aplica aos profissionais de PICS a ela vinculados responsáveis pela execução das atividades de que trata o inciso I do art. 2º.
§3º O modelo físico do certificado de obtenção do Selo e o procedimento de verificação das informações requeridas serão definidos em regulamento, observada a autonomia e as políticas locais de gestão de cada ente federativo.
Art. 4º Cada profissional poderá cadastrar-se em até 3 (três) modalidades de PICS.
Art. 5º O Selo terá validade de 4 (quatro) anos e seu certificado de obtenção será afixado em local visível no estabelecimento.
Parágrafo único. A renovação do Selo será condicionada à:
I – atualização das informações apresentadas no cadastro;
II – comprovação da manutenção da oferta gratuita prevista no inciso I do art. 2º;
III – inexistência de ocorrências que representem risco sanitário ou desrespeito à natureza complementar das PICS;
IV – apresentação de relatório consolidado dos atendimentos ao órgão gestor de saúde competente, conforme regulamento;
V – avaliação positiva dos serviços pelos pacientes.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação. Vou colocar em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal, é matéria terminativa.

Vou abrir o painel aqui para as Sras. e os Srs. Senadores poderem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Oportunamente, eu tenho dois requerimentos a pedido de Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto, procede-se à votação, Senadora, a senhora pode solicitar o requerimento que V. Exa. está querendo. (*Pausa.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, enquanto o pessoal está votando, eu gostaria de fazer uma questão de ordem aqui com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, na semana passada, quem presidiu a sessão foi a Senadora Eudócia e tinha um projeto em que eu sou Relator, o PLP 18, é uma matéria que trata das emendas parlamentares da saúde para os corpos de bombeiro militar de todo o país. E ficamos acordados que a gente traria essa matéria hoje aqui, estando em pauta.

Eu queria pedir para V. Exa. se a gente pode colocar essa matéria em pauta na próxima sessão. É uma matéria importante, já veio muito trabalhada da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essa é a nossa ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Para a próxima semana, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, era isso, Presidente, o que eu queria. Estamos de acordo, então.

Obrigado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Então, vou para os meus, está bem, Presidente?

O primeiro é o requerimento do Senador Humberto Costa, que ele pede que coloque extrapauta, para a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2021, que trata exatamente dessa matéria que o Senador acabou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esse PLP 18...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... de falar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Certo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não sei se o Senador concordaria...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, com certeza.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... com que a gente fizesse a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria está em discussão, é regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, não tem nenhum problema. Eu queria que, então, se marcasse a audiência pública para a próxima terça-feira, e, na sequência, nós fazemos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, mas nós temos que ver com o autor do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois é, ele é quem vai, inclusive, convocar as pessoas.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É, Presidente, mas esse projeto é um projeto de dois artigos, muito claro. Então, a gente vai só protelar a votação.

Eu queria que a gente pudesse dar uma data dessa audiência pública. A gente poderia colocar, aí, não sei se na semana que vem ou na outra... Com duas semanas, a gente tem condição de convocar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os argumentos de V. Exa. são irretocáveis. O problema...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E aceitáveis.

Eu tenho certeza de que o Senador Humberto Costa não vai... A intenção não é protelar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A intenção é esclarecer alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas é um direito regimental dele de pedir a audiência pública.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2021.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Então, submeto à aprovação do requerimento apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos marcar, posteriormente, a audiência pública para instruir a matéria.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O outro requerimento, Sr. Presidente, é da Senadora Eudócia. É uma audiência que já está aprovada, e o objeto é apenas acrescentar uma convidada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ela está acrescentando a Sra. Angela Sousa, Presidente da Retina Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) –

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2026 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL) e outros

Passo a palavra à nobre Senadora Teresa Leitão, para a leitura do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 27, de 2026, da CAS, seja incluída a seguinte convidada: a Sra. Angela Sousa, Presidente da Retina Brasil.

A Retina Brasil é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2002, que atua em prol da saúde ocular no país, oferecendo suporte, informação e representação a pacientes com doenças da retina, desde condições raras hereditárias até as mais prevalentes. Atualmente, conta com mais de 8,5 mil associados e presença em 62% do território nacional, por meio de 16 grupos regionais. Além disso, integra o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), contribuindo diretamente para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas na área.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento de autoria da Senadora Eudócia, subscrito pela Senadora Teresa Leitão.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, já que é regimental a questão do requerimento e a data do nobre Senador Humberto Costa para fazer esta audiência, de cumprimentar aqui e agradecer a presença de todos os coronéis que vieram aqui acompanhar esta sessão nossa hoje: o Coronel José Rêgo, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Piauí; o Coronel Charles, que é Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar do Acre; também o Coronel Frederico, que é do Mato Grosso do Sul; o Subcomandante-Geral de Minas Gerais também, Coronel Moisés; e todos os membros do nosso Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, na pessoa do Coronel Washington aqui. Quero agradecer a presença deles e o empenho para que a gente possa votar essa matéria importante.

Eu peço aqui que o Senador Humberto Costa faça essa audiência o mais rápido possível, para a gente votar essa matéria que é tão importante para o nosso país.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, Senador Wilder.

Obrigado pela colaboração.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu transmitirei ao Senador Humberto Costa, Senador. Pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Teresa. (*Pausa.*)

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2015

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CAS e 2-PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto.

2- Matéria em reexame na CAS.

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom dia, Senadora Mara Gabrilli.

Seja bem-vinda.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada. Agradeço ao senhor por incluir o PLC 121, de 2015, na pauta da CAS.

Temos recebido, Presidente, muitos pedidos e apelos da sociedade civil, sobretudo da Abotec (Associação Brasileira de Ortopedia Técnica) e outras associações. Todos aguardam o avanço da regulamentação dessa profissão tão relevante à sociedade.

Como o nosso relatório está publicado desde novembro de 2023, pronto para deliberação da CAS, eu peço licença para ir direto à análise.

A Comissão de Assuntos Sociais é competente para a apreciação do projeto, conforme o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está afeta ao direito do trabalho, que se encontra no rol daquelas cuja competência legislativa recai exclusivamente sobre a União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A constitucionalidade formal e material do projeto foi tópico de análise da CCJ, que se orientou por sua admissibilidade e idoneidade, pelo que deixamos de efetuar a análise desses aspectos.

No mérito, entendemos justa e oportuna a proposição, pelo que, mais uma vez, nos orientamos por sua aprovação.

Outra vez mais, repetimos os argumentos que utilizamos na CCJ, por cabíveis e oportunos:

> No tocante à fase material do PLC nº 121, de 2015, inexistem impedimentos à regulamentação das profissões em exame.
> Sabe-se que a confecção de órteses e próteses, quando realizada por pessoas sem o devido conhecimento técnico para tanto, ocasiona risco ao direito indisponível do corpo social, qual seja: a saúde do povo brasileiro.
> Em face disso, nos termos do art. 5º, XIII, da Carta Magna, há amparo constitucional para que se imponham barreiras de entrada ao desempenho do mencionado ofício.
> Nesse sentido, temos jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e, ao relatar o Recurso Extraordinário 635023-ED, o Ministro Celso de Mello expôs, de maneira didática, as razões que vedam, assim como as que recomendam a regulamentação de determinada profissão.
> Confiram-se os ensinamentos do referido Ministro:
> "Torna-se evidente, pois, que não é qualquer atividade profissional que poderá ser validamente submetida a restrições impostas pelo Estado, eis que profissões, empregos ou ofícios cujo exercício não faça instaurar situações impregnadas de potencialidade lesiva constituem atividades insuscetíveis de regulação normativa por parte do poder público, porque desnecessário, quanto a tais profissões, o atendimento de requisitos mínimos de caráter técnico-científico ou de determinadas condições de capacidade.
> Resulta claro que a regulamentação, por lei, de atividades profissionais implica, sempre, o estabelecimento de restrições normativas que interferem no plano da liberdade de ofício ou de profissão. É por tal motivo que a intervenção normativa do Estado na esfera da liberdade profissional somente se legitima quando presentes razões impostas pela necessidade social de preservação e proteção do interesse público, sob pena de essa atividade do Congresso Nacional configurar abuso do poder de legislar, que tem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência o reconhecimento da inconstitucionalidade do próprio diploma legislativo".

Com base na jurisprudência da Suprema Corte, portanto, chegamos à conclusão de que o PLC nº 121, de 2015, é consentâneo com o art. 5º, XIII, da Carta Magna, visto que regulamenta profissão cujo exercício coloca em xeque interesse indisponível do corpo social, qual seja, a saúde do destinatário das órteses e próteses utilizadas em território nacional.

Em face disso, a proposição merece ser aprovada.

Quanto às emendas a ela apresentadas, cabem as seguintes considerações.

No parecer proferido na CAS em 24 de maio de 2017, foi acolhida a Emenda nº 1 – CAS, e rejeitada a Emenda nº 2 – PLEN.

Naquela oportunidade, restou consignado que a prescrição de órteses e próteses deve ficar a cargo dos médicos – deveria –, profissionais qualificados para avaliar os seus impactos no organismo como um todo. Entretanto, não nos parece razoável a limitação imposta pela Emenda nº 1 – CAS. Isso porque, dentro das respectivas áreas de atuação, médicos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais ostentam os conhecimentos técnicos indispensáveis para determinar a necessidade, ou não, da utilização de órteses e próteses para o tratamento de seus pacientes.

No mesmo sentido, caminha, inclusive, a Portaria SAS/MS nº 661, de 2 de dezembro de 2010, por meio da qual o Ministério da Saúde inclui órteses e próteses não relacionadas ao ato cirúrgico na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Assim, não há amparo técnico para a aprovação da Emenda nº 1 da CAS, que deve ser rejeitada. A rejeição da Emenda nº 1 da CAS acarreta a rejeição da Emenda nº 2 de Plenário, que fica sem objeto.

Destarte, por essas razões, mantemos na CAS nossa orientação apresentada e aprovada na CCJ.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 121, de 2015, com a rejeição das Emendas nº 1 da CAS e nº 2 de Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Lembro que hoje, quando a gente fala de órteses e próteses, a gente está falando de mais profissionais envolvidos, que são aqueles da tecnologia da informação, porque as órteses e as próteses estão sendo feitas de uma forma tridimensional, 3D, e é inevitável que o fisioterapeuta, o terapeuta ocupacional e o outro grupo multiprofissional estejam abertos, mas que a voz dos terapeutas e desses profissionais de saúde seja ouvida, porque é quem está no dia a dia com esse paciente.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Somos nós que agradecemos a colaboração de V. Exa.

Coloco o relatório da Senadora Mara Gabrilli em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 da CAS e nº 2 de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, devido à urgência da matéria, todo o tempo que essa matéria ficou tramitando na Casa, e a gente, com o SUS que a gente tem, que tem a obrigação de dispensar órteses e próteses, isso vai facilitar tanto a vida do brasileiro e do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUS, eu queria apresentar ao senhor um requerimento de urgência para ir para Plenário esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Mara Gabrilli.

Submeto o requerimento de urgência da Senadora Mara Gabrilli à decisão do Plenário.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Vou encerrar a votação nominal do Projeto de Lei 4.940, de 2024.

Então, resultado da votação: 11 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado, nos termos da Emenda nº 1, da CAS, Substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias em saúde.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Passo a palavra à nobre Senadora para a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

O Requerimento da CAS nº 40, de 2026, requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias em saúde.

A gente fez o pedido em conjunto com o Requerimento 47, também de minha autoria, no qual incluímos mais um convidado na audiência. Podemos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação, requerimento de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

E ainda tem mais um, Presidente, posso aproveitar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Mara Gabrilli.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – É o Requerimento 47, de 2026, da CAS, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 40, de 2026, da CAS, seja incluído o convidado que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A Senadora Mara Gabrilli requer inclusão na pauta deste requerimento.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada e acrescenta aos convidados representante do Conselho Federal de Medicina.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3518/2019, que "dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural em moda e beleza".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passa a palavra ao nobre Senador, o grande representante gaúcho, o Senador Paulo Paim. Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras. Todos sabem que eu estou atravessando um período de tratamento de saúde, por isso estou, neste momento, ainda falando aqui à distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3.518, de 2019, que “dispõe sobre o exercício da profissão de agente cultural em moda e beleza”.

Eu digo que, sobre esse requerimento, depois de uma conversa com a Senadora Damares, que é a Relatora, chegamos ao entendimento de seria boa uma audiência pública.

Justificação.

O Projeto de Lei 3.518, de 2019, trata da regulamentação da profissão de agente cultural na área de moda e beleza, representando um dos segmentos mais dinâmicos da economia e que gera milhões de empregos no Brasil.

Nesse sentido, entendemos tanto eu como também a Relatora que seria importante um debate nesta Comissão na escuta dos interessados, especialistas, representantes dos trabalhadores, do poder público, entidades de solidariedade civil e demais atores envolvidos com o tema. A audiência pública permitirá esclarecer pontos sensíveis do projeto, avaliar sua viabilidade e aprimorar seu conteúdo, contribuindo para uma deliberação que vai, na verdade, atender a todos.

Por isso – com o maior respeito à categoria, que vai ser no fundo a mais contemplada, que tirará todas as dúvidas – que requeremos a realização de audiência pública para instruir o PL 3.518, de 2019, a fim de ampliar o debate.

O autor é o Senador Paulo Paim; a Relatora do projeto é a Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 7 da pauta.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 801, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.*

Autoria do Projeto: Senador Giordano (MDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório:

Observações:

1- Em 29/04/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2336, de 2022, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião desta Comissão destinada à deliberação de indicações às programações decorrentes das Emendas RP 8 da CAS à LOA 2026.

Convoco para o dia 20 de maio, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária da Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e sete minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Eduardo Girão, Hermes Klann, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 46 indicações, conforme planilhas anexas, e deliberou e rejeitou, por unanimidade, 36 indicações (sendo 5 relativas a indicações aprovadas em reunião anterior), conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4218842273

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas, da Comissão de Assuntos Sociais, RP 8 à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A coordenação e relatoria das indicações da Casa ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emenda de Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026 (Lei 15.346, de 2026).

Na LOA 2026, esta Comissão apresentou emendas RP 8 nas programações:

- 2E89 – incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas (Emenda 60060001); e

- 2E90 – incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento de metas (Emenda 60060002).

No prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 82 novas sugestões de indicações. Posteriormente, foram retiradas 31, por terem sido cadastradas com erro. Há também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

36 indicações não apreciadas na última reunião realizada pela Comissão. Foram apresentadas ainda 24 solicitações de cancelamento de indicações aprovadas anteriormente em virtude de impedimento técnico.

É o relatório.

Análise.

Após análise, concluímos que 46 sugestões de indicações cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar 210, de 2024, e na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional; 36 devem ser rejeitadas, sendo cinco relativas às indicações aprovadas em reuniões anteriores; 41 sugestões e indicações terão sua votação adiada.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação das indicações constantes dos Anexos I e II e pela rejeição das indicações listadas no Anexo III.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação as planilhas constantes dos Anexos I, II e III, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: as indicações decorrentes das planilhas dos Anexos I e II são aprovadas e as constantes do Anexo III são rejeitadas.

A decisão desta Comissão será anunciada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Cid Gomes, Marcos do Val e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 23/2026 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Discutir o cenário atual da Atrofia Geográfica, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e suplementar de saúde. **Participantes:** Mauro Goldbaum, Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO; Maurício Maia, Médico Oftalmologista, especialista em doenças de retina; Raphael Sanches Pereira, Gerente-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Jorge Carlos Pessoa Rocha, Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo - SBRV; Angela Maria de Sousa Bezerra, Presidente da Associação Nacional Retina Brasil; e Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todos, Sras. e Srs. Senadores, ilustres convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Seção Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 23, de 2026, da CAS, de minha autoria para a realização de audiência pública destinada a discutir o cenário atual da atrofia geográfica, as barreiras ao diagnóstico precoce e a incorporação de novas terapias no sistema público e na saúde suplementar do Brasil.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão pela Ouvidoria, através do telefone 0800 061 22 11, e pelo e-cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Para participar dessa audiência pública, nós convidamos:

– Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Mauro Goldbaum;

– Dr. Jorge Carlos Pessoa Rocha, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo;

– Angela Maria de Sousa Bezerra, Presidente da Associação Nacional Retina Brasil;

– Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde;

– Maurício Maia, Médico Oftalmologista, especialista em doenças da retina; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Raphael Sanches Pereira, Gerente-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Eu vou passar a palavra, inicialmente, para o Dr. Mauro Goldbaum, Secretário-Geral do Conselho do CBO (Conselho Brasileiro de Oftalmologia), inicialmente por dez minutos. Se tiver necessidade de aumentarmos o seu tempo, fique à vontade, meu querido amigo.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Boa tarde.

Muitíssimo obrigado.

Eu queria parabenizar V. Exa., Senador Hiran, pela iniciativa dessa audiência pública e também parabenizar os nossos colegas da mesa.

Eu tenho alguns eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mauro, você me dá licença? É só para anunciar também que, por solicitação da Angela, Presidente da Associação de Pacientes Retina Brasil, nós convidamos para compor também a mesa, como convidada, a D. Zenaide Rodrigues da Silva, que é uma paciente portadora de degeneração macular em relação à idade.

Então, seja muito bem-vinda, D. Zenaide, aqui, à Casa do Povo.

E me desculpe interromper a sua fala, Mauro.

O SR. MAURO GOLDBAUM – Imagina.

Muito obrigado novamente pelo convite. É um prazer e uma honra participar.

Eu trouxe alguns eslaides, então, para falar sobre atrofia geográfica secundária, a degeneração macular relacionada à idade.

Conflito de interesses

Eu participei, como consultor de desenvolvimento, de um dos medicamentos que a gente provavelmente vai discutir aqui. Eu participei até julho de 2024. Não mais participo. Sou médico oftalmologista focado na área de doenças de retina, em clínica privada, hospital secundário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUS e voluntário no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo há 30 anos. Há 12 anos eu trabalho voluntariamente na Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, na discussão de incorporação de medicamentos e desenvolvimento de protocolos junto a agências reguladoras, e estou aqui representando o CBO voluntariamente.

A gente já apresentou esse eslaide pela SBRV (Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo), oito anos atrás, na ANS, e continua sendo um norte para a gente a ideia é utilizar a medicina baseada em evidências, seguindo diretrizes de órgãos reguladores reconhecidos, pensando principalmente, como objetivo final, na saúde ocular dos pacientes, mas, tendo em vista também, fundamentalmente, o equilíbrio do sistema de saúde como um todo. A ideia é que o paciente é, obviamente, o beneficiado final, mas a gente tem que pensar no sistema de saúde como um todo, em todos os *players*, para que a gente consiga esse objetivo.

A retina é essa camada que fica no fundo do olho, onde estão as células que enxergam, e a mácula é a porção central da retina e é a parte responsável por nos dar a visão central, a melhor visão, que nos permite ler, reconhecer face, etc. Essa é uma foto da retina normal; com a idade, a gente pode começar a desenvolver essas alterações amarelas, que se chamam drusas, que vão impedir ou dificultar a nutrição desses fotorreceptores das células que enxergam, e isso pode levar a uma atrofia, a uma lesão, a uma perda das células que enxergam, com esse formato geográfico. A gente chama, então, de atrofia geográfica, em que há uma diminuição da visão se for extensa dessa forma.

Essa é a forma seca da doença. Às vezes, essa má nutrição leva o organismo a tentar formar neovasos ou vaso doentes, que vão sangrar. Quando eles sangram, a gente chama, então, essa degeneração de forma úmida, a forma úmida da doença, que é a forma mais grave, em geral, dessa doença.

Geralmente, muitos pacientes são assintomáticos, mas nas formas avançadas há uma perda, então, da visão central.

Traçando um panorama, qual é o impacto? Qual é a importância da doença? Ela é extremamente comum, há 200 milhões de pacientes no mundo com degeneração macular relacionada à idade, e são previstas 300 milhões. Uma em cada oito pessoas 60+ tem essa doença. Ela, comumente, leva a uma baixa visual, 8 milhões de pessoas com baixa de visão, com cegueira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal, em 2021, crescendo rapidamente: eram 4 milhões em 1990; são estimados 21 milhões em 2050. Esses são os dados dos Estados Unidos. No Brasil, a gente não tem dados tão abrangentes em nível nacional, mas estima-se que 15% da população 60+ possam ter degeneração macular relacionada à idade no Brasil em qualquer fase.

Passando ao tratamento, a gente tem um excelente tratamento para degeneração forma úmida, mas para a forma seca, que é a mais comum, a gente não tem nenhum tratamento eficiente, pelo menos para a atrofia geográfica. Em 2001, começaram a sair os resultados do estudo Areds, um estudo americano que mostrou que o uso por via oral de altas doses de vitaminas, cinco vezes o necessário diariamente, levava a uma diminuição da progressão da degeneração macular, mas basicamente o que acontecia é que diminuía a chance de conversão para a forma úmida – não tinha ação sobre atrofia geográfica ou sobre a forma seca. Em 2005 saíram vários artigos mostrando uma relação entre o sistema de complemento, que faz parte do nosso sistema de imunidade, e a degeneração macular relacionada à idade. Começaram a estudar, então, medicamentos, drogas que pudessem inibir o sistema complemento e com isso diminuir a progressão de atrofia geográfica. Nessa linha, duas medicações, duas drogas foram aprovadas nos Estados Unidos dois anos atrás, o pegcetacoplan e a avacincaptad, que são duas drogas que inibem o sistema complemento em diferentes níveis.

Essa é a bula americana do pegcetacoplan, o Syfovre, indicado, então, para o tratamento de atrofia geográfica secundária, a degeneração macular relacionada à idade.

Esses são os dois estudos de fase 3 que levaram à aprovação dessa medicação.

O desfecho primário era o crescimento médio da atrofia geográfica, e o que a gente vê é que existiu uma redução no crescimento de atrofia geográfica – da área de atrofia geográfica –, de mais ou menos 20%, em dois anos. Quer dizer, continuava crescendo, mas crescia 20% a menos nos dois estudos, e foi então aprovado. Infelizmente, não havia uma repercussão exata na função. Havia um benefício anatômico, a atrofia geográfica crescia menos, mas a gente não viu um correlato funcional.

Então, a acuidade visual, a sensibilidade de contraste, a rapidez e a velocidade de leitura eram as mesmas. A gente não conseguia mostrar que esse tratamento trazia um benefício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcional. E havia também uma questão de segurança: os pacientes tratados tinham uma maior incidência da forma úmida, uma maior conversão para a forma úmida da doença.

Sobre essa questão de o porquê a gente não ter uma correlação tão forte entre a anatomia e a função, acho intuitivo de ver aqui: a gente vê essa área de atrofia, essa área mais clara crescendo no decorrer do tempo, mas, como não afeta exatamente o centro da retina, não há uma diminuição da acuidade visual.

Alguns desfechos secundários funcionais nesses estudos começaram já a apresentar algum benefício, mas são resultados ainda *ad hoc*, não são pré-especificados.

Aqui são os resultados do avacincaptad, que é a outra medicação, o Izervay, e, na bula, há a mesma indicação, também baseada em dois estudos fase 3, que mostraram resultados bastante semelhantes. Tinha mais ou menos 14% de benefício em dois anos, com uma redução do crescimento. De novo, continuava crescendo, mas crescia menos no estudo Gather 2. No estudo Gather 1 tinha 35%, mas era um estudo menor, com "m" menor. Também não havia... Eles não conseguiram mostrar um benefício funcional com os desfechos que foram estudados e também tinha a questão da neovasculização, da conversão para DMRI neovascular.

Especialmente pela questão da não comprovação do benefício funcional, a gente acredita que está havendo uma dificuldade na aprovação dessas medicações pelas agências reguladoras. Elas foram aprovadas nos Estados Unidos, Japão e Austrália, mas, se a gente vê na Europa e aqui na resolução do Nice (National Institute for Health and Care Excellence), sobre o que é dito e aprovado no sistema público inglês, a gente vê que não foi aprovado: na verdade, foi retirado o pleito pelo avacincaptad. No fundo, não foi aprovado também pela EMA (Agência Médica Europeia), mas eu trouxe, em especial, esse do Nice, porque ele tem uma correlação com algumas agências reguladoras nossas.

Então, o Nice, no fundo... A aprovação pelo Nice implica que essa medicação ou esse tratamento vai ser coberto no sistema público inglês. E eu acho que tem, então, paralelo com a ANS e com a Conitec.

Como a gente falou no primeiro eslaide, a gente é superconsciente em relação à questão da cobertura, não é só a aprovação, mas é a cobertura pelo sistema. Mas cada uma dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades, dessas agências reguladoras, tem funções um pouco diferentes. Então, com certeza, a discussão com a ANS e com a Conitec sobre se isso vai ser coberto no sistema de saúde suplementar, no sistema de saúde, é uma discussão mais complicada. A discussão do ganho funcional, do benefício funcional, com certeza tem um peso, e isso deve ser levado em consideração.

Mas a Anvisa, tradicionalmente, é a agência que regula o registro da medicação. Se a medicação teve os seus estudos, na fase 3, positivos, mostrou sua eficácia com um perfil de segurança favorável.

E a gente entende que, tal qual foi entendido pelas outras agências reguladoras, essas medicações encontraram o objetivo primário nos dois estudos e tiveram perfil de segurança positivo. Acreditamos que, frente a esses dados, tais quais outras medicações que a gente usa, elas deveriam ter o seu registro pela Anvisa aprovado. Obviamente – de novo –, isso não implica que elas vão ter a cobertura, apenas vão poder ser comercializadas no Brasil, o que vai, obviamente, diminuir o preço. Atualmente, essas medicações podem ser importadas.

Eu trouxe aqui um exemplo do meu consultório, de um paciente de olho único. É o único olho do paciente. Se ele perder a visão nesse, ele não vai enxergar. Em cima, é o exame de 2022; embaixo, de 2024. A gente vê a atrofia geográfica, nessa área mais clara no centro, piorando, e, na seta vermelha, a gente a vê, aproximando-se do centro da visão.

De novo, é um tratamento que não vai servir para todos os pacientes, mas, para alguns pacientes, ele vai ser bastante interessante, e, aprovado pela Anvisa, a gente também tem a facilidade de poder fazer pesquisa. Sou do Hospital das Clínicas, e a gente recebe doação de alguns laboratórios de medicações que a gente, de outra forma, não teria possibilidade de utilizar.

Por essas e outras, a gente, enfim, novamente, seria favorável à aprovação pela Anvisa dessas medicações – de novo –, completamente consciente da necessidade de preservar e cuidar do sistema de saúde como um todo, mas a gente aqui gostaria não só de se colocar à disposição, mas enfatizar, sublinhar o nosso interesse em participar da discussão, da aprovação dessas medicações e protocolos de tratamento para essa doença frente às agências reguladoras dos fóruns apropriados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigado.

Se alguém tiver alguma pergunta, será um prazer respondê-las. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Até para uma dinâmica mais adequada da nossa audiência pública, eu vou pedir, para quem queira fazer pergunta, que formule as perguntas, porque, quando terminarmos com as exposições dos nossos convidados, a gente as direciona para quem vocês tiverem interesse em arguir.

Secretário Mauro, muito obrigado pela sua participação. Meu querido amigo, você é sempre disponível para nos brindar aqui com o seu conhecimento, que, aliás, é consagrado por todo o nosso grupo de oftalmologistas do nosso país. Você é uma referência para todos nós. Muito obrigado pela sua participação.

Passo aqui também para outro velho amigo, meu querido Jorge Carlos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, para a sua exposição.

Querido amigo, por dez minutos ou, eventualmente, um pouco mais se você solicitar.

Um abraço!

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de parabenizar o nosso Senador e colega Dr. Hiran Gonçalves pela iniciativa extremamente importante, para esclarecimento a todos de uma doença que, com o envelhecimento da população, cada dia toma mais relevância, e da qualidade de vida que esse tratamento pode realmente proporcionar de agora em diante.

Nós estamos com uma população que tem envelhecimento contínuo. Graças a Deus, nós estamos envelhecendo, vivendo mais, mas temos que ter qualidade, e a visão é importantíssima.

Meu conflito de interesse principal é que eu sou o atual Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo. Só estou corrigindo, porque está como Vice-Presidente, mas assumi já há um mês. É uma sociedade com, mais ou menos, 1,5 mil membros especialistas em retina e vítreo e tem como objetivo maior preservar, educar e estimular o desenvolvimento das ciências da retina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como regular e manter o mais alto padrão do tratamento das doenças da retina em nossa população brasileira.

Então não vou querer ser repetitivo, vou tentar trazer algo um pouquinho diferente em relação ao nosso colega, que fez uma explanação brilhantíssima, deu um resumo extremamente complexo em dez minutos, de uma forma extremamente didática.

O passado. O passado, até 2023, não tinha nada a se fazer. Você tinha um paciente com atrofia geográfica e você o via no consultório, você sabia que ele tinha, mas nem se esforçava para entender a doença dele, as necessidades dele, porque você não tinha nada a fazer. Era um paciente que era relegado. Isso era relegado no mundo inteiro, já que os próprios congressos quase não tinham momentos dedicados à atrofia geográfica. Sabia-se muito pouco sobre essa doença e tinha-se muito pouco interesse, já que você não tinha nada a fazer.

Você imagina que eu acabei de chegar hoje dos Estados Unidos, do Congresso Mundial de Retina, umas quatro horas foram dedicadas só à atrofia geográfica. Muita coisa nova vai vir, e nós estamos só mostrando o início da conversa.

E aí, o presente. Aquele mesmo paciente, do lado direito, foi tratado e se manteve com 20/60 depois de três anos. Teve progressão? Sim, teve progressão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Jorge, tem que explicar o que é 20/60, porque tem gente que vai achar que isso é o número do sapato, 20 de um lado e 60 do outro.

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA – Então me desculpe a minha ignorância.

Habitualmente a oftalmologia tenta medir o quanto você enxerga. E isto, aquelas letras de quando a gente vai ao consultório, cada linha de letra daquela corresponde a um tamanho de letra, um ângulo de visão, uma qualidade de visão. Então o paciente que iniciou com 20/40 de visão já tinha perdido mais ou menos 10% da visão. E, depois de três anos, ele estava com 20/60, ele perdeu somente 30%. Não perdeu muito. Enquanto o outro paciente, do lado esquerdo, que também não tratou nada, saiu para a conta dedos: ele perdeu 80% da visão no mesmo período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que eu quero exemplificar é que o paciente teve progressão? Sim, teve, não vamos negar o que temos na ciência hoje; mas a situação dele, no olho tratado, foi muito melhor do que não fazer nada.

Então, esse... Acabei de adicionar isso, chegando hoje dos Estados Unidos, isso foi um artigo que foi apresentado. Peço desculpa, está em inglês, porque não tive como hoje traduzi-lo.

Então é um trabalho que mostrou o quê? A correlação da estrutura da visão, ou seja, lá atrás, a gente tem uma celulazinha chamada fotorreceptor. Ele queria dizer quantos fotorreceptores, com a doença, a gente perde, e se você preservar, qual é a correlação disso com uma nova forma de você medir função.

Que nova forma eles estavam sugerindo de medir função? É através de medir a função com baixa luz. O que é isso? É um método em que você vai ter uma câmara, ou seja, uma sala escurecida, em que esse paciente vai ter que ler essas letras numa penumbra, e não numa sala clara, porque isso salta muito mais à evidência, porque essa doença, uma das primeiras coisas que ela começa a deteriorar é sua visão no escuro. É você ir ao cinema e não conseguir sair da cadeira, porque você não está vendo aonde pode ir, porque você não vê a cadeira na frente, você não vê ao lado, você não se adapta ao escuro, mesmo com o passar do tempo.

Então foi essa a ideia desse novo estudo.

E esse novo estudo mostrou o seguinte: Ó, com o passar do tempo, nos pacientes que foram tratados, essa adaptação de escuro é preservada por muito tempo, muito mais tempo, do que naquele paciente que não fez nada.

Então, existe um ganho nesse tratamento, funcional, de que você estava preservando a visão dele num momento do escuro, que é o primeiro detector de visão.

E a outra coisa que eu queria salientar com vocês é o passado, porque relembrar a história é muito salutar. Muita gente jovem lembra mais que, antes de existirem as injeções das medicações a que a gente chama de anti-VEGF, para alteração de mácula exsudativa, sobre o que meu colega explanou muito bem, veio a terapia fotodinâmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que era essa terapia fotodinâmica? Era uma medicação por meio da qual você injetava o remédio na veia, no braço, e depois você aplicava um *laser* que não queimava. Com isso, você conseguia segurar a doença. O conceito era muito semelhante ao que atualmente nós estamos discutindo agora na atrofia geográfica.

Então, o conceito regulatório que foi usado naquele momento pela nossa querida Anvisa não era ganho de visão, era retardar a perda de visão. Isso foi em 2002. E aí, só para lembrar a vocês, no maior estudo sobre terapia fotodinâmica naquela época, a TAP, 61% dos pacientes perderam menos de 15 letras, ou seja, naquela tabelazinha que você vê no consultório, eles perderam menos de 30% da visão, enquanto, daqueles pacientes que não tomavam a medicação, somente 46% preservaram a visão; ou seja, a medicação preservava um pouquinho a visão, não curava ninguém. E essa medicação foi autorizada para uso no Brasil em 2002.

Esse foi um grande avanço no nosso tratamento, foi o precursor de tudo que a gente tem hoje, do anti-VEGF, que chegou ao Brasil em 2006 e foi aprovado pela Anvisa em 2008. Esse foi um marco inaugural para tudo que existe hoje.

Então, senhores, sendo breve, o que eu gostaria de salientar? A alteração de mácula da forma atrofia geográfica é uma doença órfã. O que significa isso? Não tem nada a se fazer. O que nós estamos propondo é uma medicação que vai retardar a evolução dessa doença, preservar a visão do paciente por um tempo, como na oncologia temos um arsenal de medicações que não curam o paciente, mas dão uma sobrevida ao paciente. O paciente que teria um desfecho final com seis meses, começa certos tratamentos e consegue um ano, dois anos de vida. Isso é bom? Isso é muito bom. Quem de nós não queria ter mais um ano de vida ou dois? Ou quem de nós, sabendo que só tem um olho e vai ter mais dois anos de visão? – e teria somente seis meses.

Então, eu acho que, neste momento em que nós nos encontramos, a entrada da medicação e a possibilidade de a população brasileira ter a oportunidade de escolher... Eu não estou nem entrando no âmbito de medicação a nível populacional, eu estou falando, neste momento, de aqueles que conseguem optar terem essa oportunidade. Eu acho que é uma obrigação nossa, como de toda a medicina mundial, do que existe, a gente poder oferecer o melhor a cada paciente.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente Jorge, e perdoe a falha de informação da assessoria que o colocou ainda como Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo.

Desejo a você, querido amigo, uma gestão muito profícua à frente dessa sociedade que é tão importante para a preservação da saúde ocular do nosso povo, porque aí nós temos algo que nos preocupa muito... Eu sou um oftalmologista de segmento anterior, mas a gente tem o exame de retina na clínica e eu vejo o impacto da retinopatia diabética, que é endêmica, tão importante no nosso país e no mundo, e que cega de maneira irreversível as pessoas que são acometidas por essa patologia. E vocês têm aí um trabalho muito importante para combater a cegueira do ponto de vista dessas patologias que, como a retinopatia diabética, acometem o fundo do olho dos nossos pacientes.

Então seja muito feliz nessa sua gestão frente à sociedade, e muito obrigado por ter aquiescido ao nosso convite para vir aqui abrilhantar a nossa sessão de hoje.

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA – Senador, agradeço-lhe de coração e contamos com a sua parceria. Sei que em toda a sua jornada, a sua luta para apoiar e proteger a população brasileira dá o melhor que for possível para preservar e cuidar da visão de todos nós. Ninguém faz nada só, e iniciativas como essa e muito mais que você tem feito são de extrema importância para a população brasileira e para a Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo. Nossa casa está aberta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido amigo.

Passo, em seguida, a palavra à Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, que é a Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos. Dra. Carmen, a senhora nos acompanha?

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Boa tarde, Senador, é uma satisfação muito grande estarmos aqui hoje para discutir um tema de extrema importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Carmen, só um momento...

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me visualizando?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós não estamos visualizando a senhora. Aguarde só um momentinho.

Mas eu também queria dizer à senhora que eu pedi licença à Sra. Angela Maria, da Presidência da Associação Nacional Retina Brasil, porque ela me informou que a senhora gostaria de entrar antes das 15h, então estou cumprindo aqui...

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... o que a gente combinou. Seja muito bem-vinda!

Agora sim, nós a estamos vendo perfeitamente.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Eu agradeço a gentileza, peço desculpas, mas eu já tinha uma agenda prévia às 16h, então às 15h30 eu vou precisar me ausentar, mas fiz questão de estar aqui para poder falar um pouco.

Eu trouxe também uma apresentação sobre o desafio que tem se apresentado à oftalmologia no país e algumas ações que nós estamos fazendo, não só para as doenças da retina, mas também para as doenças da retina.

Eu vou colocar a apresentação, só um minuto. (*Pausa.*)

Os senhores estão visualizando? Estão visualizando?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, perfeitamente.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – O.k.

Então, eu acho que os colegas que me antecederam já colocaram algumas questões referentes à doença, e eu não vou me dedicar aqui a falar, porque estou diante dos maiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialistas do país. Então, eles já explicaram sobre as questões relativas, e eu vou me ater a falar sobre a linha de cuidado e o que nós estamos fazendo na rede de atenção.

Então, nós temos a atenção primária, a saúde como a porta de entrada, e a identificação dos sinais e sintomas. É o primeiro contato da população a qualquer sintoma que venha a ter relacionado a doença oftalmológica. E, a partir daí, sim, o encaminhamento à atenção especializada.

Hoje, nós temos, pela primeira vez no país, uma política nacional de atenção especializada, e uma das primeiras especialidades que nós trabalhamos foi oftalmologia. Nós temos então aqui um código, que é o que nós utilizamos para falar sobre a... É o CID H35.3, que fala da degeneração da mácula. Não existe um CID específico relacionado à atrofia geográfica.

Então, todos os dados que eu vou apresentar aqui são relacionados a esse CID. Mas, como eu estava falando, pela primeira vez nós temos uma política nacional, e, com ela, veio um programa chamado Mais Acesso a Especialistas, que atualmente é o programa Agora Tem Especialistas, e, dentro dele, nós temos várias ações relacionadas à oftalmologia.

A primeira ação que nós desenvolvemos foi a oferta de cuidado integral. E as ofertas de cuidado integral trouxeram algumas – cinco; na verdade, seis – relacionadas à oftalmologia: a avaliação inicial para crianças, a avaliação inicial a partir de 9 anos, a avaliação da retinopatia diabética, a avaliação do estrabismo na oncologia, e a neuro-oftalmologia. E também uma só para exames.

Atualmente nós temos também os combos de cirurgias oftalmológicas, que estão sendo distribuídos no país. São cerca de cem combos que trazem microscópios, vitreófagos, *laser*, fotocoagulador, entre outros equipamentos, e eles visam fortalecer toda a estrutura.

E, desde que nós publicamos a portaria, nós temos um avanço relacionado aos diagnósticos. Então, aqui os senhores podem observar uma produção: em 2023, nós tínhamos cerca de 207 mil tomografias de coerência óptica sendo realizadas no país; hoje, nós fechamos o ano de 2025 com 316 mil. Então, conseguimos fazer mais diagnósticos relacionados às doenças da retina.

Já foi dito aqui também pelo Dr. Jorge sobre a questão do envelhecimento populacional, o aumento da prevalência das doenças degenerativas da retina e alguns gargalos que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no país, como a desigualdade regional, pois nós temos uma concentração de especialistas nas Regiões Sul e Sudeste. Então, isso tudo faz com que a gente tenha estratégias para levar o atendimento inicial em oftalmologia e o encaminhamento para procedimentos, cirurgias, tratamentos às Regiões Norte e Nordeste. O diagnóstico precoce é o mecanismo atual para monitoramento da progressão. Então, nós estamos tentando melhorar a questão do diagnóstico e disponibilizar o tratamento oportuno para pessoas não só com doenças degenerativas, mas com todas as doenças oftalmológicas.

Aqui estão três ações específicas em que nós temos trabalhado, que são: a ampliação do acesso, como eu já falei, com o diagnóstico oportuno na atenção especializada para tentar evitar a progressão das doenças, para não chegar até a perda visual; a qualificação das linhas de cuidado junto aos estados e municípios, para estruturar protocolos, identificar e monitorar não só a atrofia geográfica, mas todas as doenças oftalmológicas; e o fortalecimento da capacidade instalada, estamos construindo 101 policlínicas, todas elas terão consultórios oftalmológicos equipados para fazer esse diagnóstico inicial, temos as carretas oftalmológicas, que estão rodando todo o país, além do fortalecimento de serviços já existentes, com a distribuição dos combos de oftalmologia previstos no PAC, que visam a expandir a rede.

Acho que o que eu tinha para trazer, especificamente, sobre... Nós não temos – deixe-me só parar aqui – nenhum PCDT específico, não temos nenhuma solicitação de incorporação de medicamentos específicos para atrofia geográfica, mas eles estão previstos dentro de outros protocolos, como a DMRI mesmo.

Acho que é isso.

Estou à disposição aqui para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade de estarmos aqui fazendo esta importante discussão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Carmen, pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transmita aí aos nossos secretários nacionais e ao Ministro nossas saudações aqui, da nossa Comissão de Assuntos Sociais, que trata de temas da saúde aqui no nosso Congresso Nacional, mais especificamente no Senado da República.

Passo, em seguida, a palavra à Presidente da Associação Nacional Retina Brasil, D. Angela Maria de Sousa Bezerra, por dez minutos.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de fazer aqui a minha autodescrição, porque, assim, as pessoas com atrofia geográfica e outras doenças da retina, que já perderam a visão central ou a visão periférica ou que já chegaram à cegueira, conseguem identificar a forma como você é através das palavras.

Sou uma mulher branca, tenho cabelos grisalhos lisos na altura dos ombros, estou usando uma camisa verde de mangas até o cotovelo e uma pantalona preta. Estou usando óculos simuladores de quem tem atrofia geográfica. Nossa, é terrível! Eu fiquei tentando acessar o celular, procurando um campo visual. Eu até compartilhei com o Dr. Hiran. Ele já deu meu diagnóstico: ele disse que é o início.

Tirando os óculos, eu quero primeiramente agradecer ao Senador Hiran Gonçalves por ser um oftalmologista, ser um Parlamentar de excelência, ser um parceiro da Retina Brasil e do povo brasileiro com as causas das doenças oculares e muitas outras pautas – porque quem está aqui no Senado tem que abraçar todas as pautas de que o brasileiro precisa, correto?

Também agradeço a presença da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, na pessoa do nosso Presidente, Dr. Jorge Rocha, que é um grande parceiro da Retina Brasil, e também do... O nome dele é difícil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA – Mauro – vou só chamar de Mauro. Eu quero aprender esses nomes, mas é difícil. Mauro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA – É outra história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui do meu lado, está a Zenaide, uma pessoa com atrofia geográfica, porque, na Retina Brasil, nós lutamos também pelo movimento da pessoa com deficiência e, no caso, a deficiência visual. E nada sobre nós sem nós. E está aqui o meu amigo César Achkar, que mora aqui, que todo mundo conhece em Brasília e que também é um grande militante pela causa.

Como eu tenho um déficit de atenção e não quero perder tempo e não quero perder a minha fala, eu escrevi.

Dr. Hiran Gonçalves, mais uma vez, eu agradeço.

Escrevi minha fala por motivo de tempo e alinhamento das ideias, para que eu possa me concentrar, pois tenho déficit de atenção.

Agradeço profundamente também a vocês, dos Grupos DMRI e de Retinopatia Diabética e dos 15 grupos regionais da Retina Brasil, que estão nos assistindo; aos amigos também, porque eu compartilhei com a Universidade Federal do Ceará, na qual eu trabalho, com os amigos da igreja, a família, os familiares e todo mundo; e a muitas outras associações.

Antes de falar especificamente da atrofia geográfica, é preciso reconhecer um problema grave que afeta milhares de brasileiros. Existem tratamentos para doenças da retina, sim, foi falado aqui pelos nossos especialistas, inclusive pela Sra. Carmen, como DMRI e também glaucoma – nós estamos no mês Maio Verde, de prevenção contra o glaucoma –; há medicações que são já recomendadas pela Conitec, aprovadas no SUS, mas que simplesmente não chegam ao paciente nos centros de referência, onde eles possam ser tratados. Isso mostra que não estamos falhando apenas em incorporar tecnologias; há falha também em entregar aquilo que já foi aprovado.

E, quando falamos de atrofia geográfica, o cenário se repete. Enquanto os Estados Unidos e outros países de grande referência, onde seus órgãos, assim como a nossa querida Anvisa, que, como foi falado aqui pelo Dr. Jorge Rocha, é um órgão de excelência – que maravilha –, e o nosso Ministério da Saúde, já estão com essa medicação aprovada, o brasileiro também precisa ter essa medicação aprovada, como essas duas tecnologias que estão sendo discutidas aqui.

Bom, primeiramente... Ah, já fiz esse agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que discutimos aqui hoje não é apenas uma pauta científica ou regulatória. Estamos falando de vidas humanas – minha colega Zenaide pode muito bem dar verdade a essa minha fala –; estamos falando de pessoas que estão perdendo, pouco a pouco, a capacidade de enxergar o mundo, seus familiares, seus caminhos, suas cores e sua independência.

A minha amiga Alzeni disse assim: "Ângela, você me dá um desses óculos de simulação para eu levar para a minha casa e mostrar para os meus filhos e os meus netos como é que eu enxergo?". (*Manifestação de emoção.*)

Eu estive aqui usando esses óculos também, porque eu tenho um filho que não sabe mais como é o meu rosto. Ele tem retinose pigmentar. É um impacto muito grande.

A atrofia geográfica atinge principalmente pessoas acima de 60 anos, como foi muito bem aqui relatado, numa fase da vida em que muitos já contribuíram, durante décadas, com trabalho, esforço e pagamento de impostos – como todos nós aqui, como todos vocês que estão assistindo – para o nosso país. São cidadãos e cidadãs que passaram a vida inteira ajudando a construir esta nação – não é, Alzeni? –, contribuindo com a Previdência, com o sistema de saúde, com os impostos que sustentam as políticas públicas e os próprios tratamentos em saúde que o SUS disponibiliza. E é muito doloroso imaginar que, justamente quando essas pessoas mais precisam de cuidado, dignidade e oportunidade terapêutica, elas não tenham sequer a possibilidade de acesso a tratamentos que já estão trazendo esperança em outros países.

Temos uma política de saúde para o idoso. Maravilha! Essas questões de saúde ocular devem ser contempladas nessa política.

E aqui eu gostaria de trazer uma reflexão absolutamente central para esta audiência, porque em todas as audiências... E é comum, ninguém faz nada sem dinheiro, não é, Dr. Hiran? Nada... Com recursos econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Faz.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA – Faz? (*Pausa.*)

É, faz. Eu faço. Por exemplo, eu estou aqui exatamente como voluntária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não vou falar da minha esposa aqui, mas faz.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA – Ela vai ficar mais apaixonada pelo senhor.

Qual é o custo de não tratar? Porque, quando falamos de doenças da retina, como DMRI, etc., especialmente atrofia, o maior custo não está no tratamento, o maior custo está no não tratamento. É você saber que existe uma medicação – uma, duas, três – para a mesma doença, e a pessoa diz assim: "Poxa vida, eu não posso nem experimentar, porque ainda não está aprovada pela Anvisa". O sistema, muitas vezes, olha apenas o custo imediato da tecnologia – é importante, nada vem de graça –, mas não enxerga o custo humano, o custo social, o custo econômico, o custo da incapacidade, o custo da dependência, o custo da perda de autonomia, o custo da judicialização, o custo da aposentadoria precoce, o custo da perda de produtividade e o custo emocional e psicológico para toda a família. Qual é o custo de uma pessoa perder visão de forma irreversível, quando isso poderia ser evitado ou retardado? Qual é o custo de uma família reorganizar toda a sua vida para cuidar de alguém que poderia manter a autonomia? Qual é o custo de um idoso deixar de reconhecer o rosto de quem ama? Qual é o custo de uma pessoa cair, fraturar o fêmur, bater com a cabeça no chão, ser internada, perder a independência, tudo porque não teve acesso a um tratamento que já existe, e ela se tornou deficiente visual?

O custo de tratar é mensurável. O custo de não tratar é incalculável. E isso dialoga diretamente com o princípio da questão do SUS: tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Não é fornecer a mesma coisa para todos, é garantir que quem mais precisa...

E eu peço ao Dr. Hiran... Eu sei do horário, estou concluindo, Dr. Hiran. É porque isso é muito importante para nós.

É garantir que quem mais precisa tenha acesso ao que é necessário.

E, quando falamos de doença progressiva e irreversível, como a atrofia geográfica, o tempo é um fator clínico. Cada mês importa, cada célula retiniana importa. Isso foi muito bem apresentado aqui pelos médicos. Cada linha de visão preservada importa – correto, Doutores?

Existe ainda um outro custo, muitas vezes invisível: o custo da demora regulatória e da não implementação. O Brasil tem casos de medicamentos aprovados pela Conitec há anos que nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram ao paciente por falta de código, logística ou organização. Isso é devastador. Eles já estão no SUS, mas não chegaram ainda lá ao centro de referência. A pessoa luta, participa de consultas públicas, dá depoimento, espera anos, e, quando finalmente o medicamento é incorporado, ele não chega. Isso não pode continuar acontecendo, assim como no caso da atrofia geográfica. Muitos trabalharam a vida toda acreditando que, quando chegasse o momento da necessidade, teriam amparo.

Isso gera um sofrimento profundo, porque não estamos falando apenas de perder visão. Estamos falando de perder autonomia, independência, segurança e o direito de continuar enxergando o mundo. Perder visão não afeta apenas os olhos; afeta a dignidade humana afeta a autonomia, afeta o psicológico – principalmente depois da pandemia –, afeta a saúde mental e, muitas vezes, mata internamente. A deficiência visual talvez não mate diretamente o corpo, mas pode destruir emocionalmente uma pessoa, pode levá-la ao isolamento, à depressão profunda, à perda de autoestima e do sentido de viver.

Eu conheço casos de pessoas que sofreram acidentes domésticos graves pela perda da visão e perderam a vida num choque elétrico dentro de casa. Conheço relatos de pessoas que passaram a depender totalmente de terceiros para fazer coisas simples do cotidiano, inclusive uma pessoa jovem que faleceu agora há pouco.

O paciente com doença ocular crônica vive uma rotina permanente de tratamento. São consultas frequentes, exames constantes, quando tem. E, muitas vezes, o familiar também precisa reorganizar toda a sua rotina, deixar de trabalhar, pagar transporte ou até contratar alguém mesmo sem poder para acompanhar aquele paciente. Isso gera impacto emocional e financeiro.

Em outros países, já existem terapias inovadoras capazes de reduzir a progressão de uma doença como a atrofia geográfica e até de espaçar aplicações e procedimentos de injeções intraoculares. E nós estamos falando de pessoas idosas, que muitas vezes não têm tempo a perder. Cada mês importa, cada preservação visual importa, cada rosto também importa. Nós sabemos que essas terapias não representam cura definitiva, mas muitos medicamentos aprovados no Brasil também não curam doenças e, ainda assim, são fundamentais, porque mantêm pessoas vivas. Alguns pacientes poderão buscar acesso pela saúde suplementar pelos planos de saúde, mas usuários do SUS não. Eles nem sempre conseguem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou me adiantar aqui.

É exatamente por reconhecer a importância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária... E ela deve ser criteriosa, rigorosa não só nesta pauta, mas em todas as pautas em que tenha os seus objetivos, enquanto instituição Anvisa, de realizar. Todo mundo, depois da pandemia, como aquele senhorzinho que não sabe nem ler e escrever, já ouviu falar da Anvisa, já sabe o que é a Anvisa, o que é o Supremo Tribunal Federal – isso eles sabem. O Brasil tem capacidade técnica... Estamos aqui com o próprio Dr. Hiran, ele é oftalmologista, é um médico. O Brasil tem profissionais qualificados. E é exatamente por reconhecer a importância da Anvisa que nós queremos fazer um encaminhamento – depois eu passo, já vai ficar gravado – muito respeitoso e muito necessário nesta audiência. Do ponto de vista da Retina Brasil e da comunidade de pacientes, Dr. Hiran, entendemos que um importante próximo passo seria a convocação, pela Anvisa, de uma Cateme, comissão de assessoramento técnico-científico em medicamentos e produtos biológicos. Não sei se os parceiros das instituições médicas concordam conosco, mas acreditamos que seja de muita importância a instalação dessa comissão.

Para você que está nos ouvindo, cidadão brasileiro comum, eu quero dizer que a Cateme permite que a Anvisa reúna especialistas externos, pesquisadores, universidades, hospitais, institutos de pesquisa, sociedades médicas e representantes da sociedade civil, como a Retina Brasil, para auxiliar tecnicamente nas discussões sobre medicamentos e terapias inovadoras. É um espaço qualificado de diálogo científico e técnico, em que diferentes especialistas podem contribuir com conhecimento, evidências e experiências para fortalecer as decisões regulatórias da Anvisa com segurança, transparência e responsabilidade. É somar com vocês, nós queremos participar.

Estou concluindo.

Isso amplia o debate técnico, fortalece a análise científica. A sociedade civil também já pode se cadastrar na Conitec, estamos lá; e por que não, aqui na Anvisa, a voz dos pacientes nas discussões sobre inovação em saúde? E temos esperança de que, futuramente, após os avanços regulatórios e científicos, essas discussões possam seguir para avaliações de incorporação no sistema público de saúde, por meio da Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que existem etapas, mas precisamos começar, e a porta é pela Anvisa – aliás, já começamos aqui nesta audiência. O senhor abriu essa porta, do Senado Federal, Dr. Hiran, para que nós possamos, como os que nos antecederam... Acredito que o Ministério da Saúde vai falar ainda e tem outras pessoas aqui, mas eu fico muito feliz. Sou da área da educação, sou pedagoga, mestre em Educação da Universidade Federal do Ceará, há 41 anos, já podia ter me aposentado, mas as pessoas com deficiência visual, inclusive com atrofia geográfica, estão indo para a faculdade. E concluo: nós sabemos, sim, que existem etapas, mas podemos começar, porque o tempo da doença não espera... Espera, Alzeni?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA – Estamos falando de esperança... Perdão, é Zenaide; é porque tem uma Alzeni.

Estamos falando de esperança, estamos falando de qualidade de vida, estamos falando de possibilidade de uma pessoa continuar a enxergar o sorriso de quem ama.

E lembro: o custo de tratar é mensurável; o custo de não tratar é incalculável, porque se mede em autonomia, visão e dignidade. E a atrofia geográfica não espera, a visão não volta. O Brasil não pode continuar atrasado enquanto o mundo já protege os seus pacientes com atrofia geográfica e outras doenças oculares.

Obrigada, Dr. Hiran.

E obrigada a você. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Profa. Angela.

E passo em seguida a palavra ao Dr. Maurício Maia, Oftalmologista, Especialista em Doenças da Retina, que vai participar desta audiência remotamente.

Dr. Maurício Maia, caro colega, está presente? (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, Maurício. Eu não vou ser muito condescendente com você em relação ao tempo, porque a Angela comeu cinco minutos do seu tempo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não há problema, nós estamos em um ambiente democrático, meu querido amigo Senador Hiran. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estou brincando. Fique à vontade! (*Risos.*)

O SR. MAURÍCIO MAIA (*Por videoconferência*.) – Nós estamos aqui na nossa Casa do povo; então, para mim é um orgulho, um prazer muito grande estar aqui.

Gostaria de enaltecer as ações do Senador, que sempre são em prol da nossa população. Gostaria de parabenizar o Senador Hiran, grande companheiro de luta, e, na pessoa do Senador Hiran, estendo meus cumprimentos a todos os presentes.

Quero agradecer também à Anvisa por esta possibilidade democrática de podermos discutir esse assunto de uma forma tão democrática, como é a característica do nosso país.

Bom, estar aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para mim é uma grande honra. Eu venho aqui representando a Universidade Federal de São Paulo, como Professor Adjunto, Livre-Docente em Oftalmologia, na área de cirurgia de retina e clínica em retina. Sou Pesquisador nível 1 do CNPq, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, muito conhecido dos meus grandes amigos que me antecederam, pessoas por quem eu tenho enorme respeito. Sou Vice-Presidente da Fundação Pan-Americana de Oftalmologia e atual Presidente da Sociedade Pan-Americana de Retina e Vítreo. Então, em nome dessa sociedade, mas, sobretudo, em nome do povo brasileiro, eu gostaria de expor aqui a minha opinião e a verdade sobre essa doença e deixar os Senadores e todas as autoridades presentes com um conhecimento mais adequado em relação a este tema.

Eu não tenho relação comercial nenhuma com a empresa Astellas, venho aqui em nome do povo brasileiro.

Nós sabemos que no Brasil temos um número enorme de pacientes cegos: são 4 milhões de pacientes cegos, 8 milhões com deficiência visual. Isso gera 1 bilhão de gastos diretos. E, quando nós pegamos a degeneração macular relacionada à idade, ela tem uma prevalência de 20% da população acima de 65 anos, quer dizer, são cerca de 5 milhões de brasileiros portadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de degeneração macular relacionada à idade – nos Estados Unidos, esse número ainda é maior. Então, de fato, é uma doença de saúde pública importante. Eu não vou bater muito nessa tecla.

Nós temos atualmente um tratamento para as drusas. Esse tratamento é o número 1 – esta é a referência bibliográfica –, é um tratamento que diminui a progressão das drusas.

Nós temos também aqui o número 2, que são os pacientes dos quais 10% evoluem para a forma úmida da doença, como os nossos colegas já falaram, e para isso nós temos drogas que inclusive foram incorporadas à Conitec durante a minha gestão na Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, com o auxílio de inúmeras pessoas, inclusive do Senador Hiran. Isso economizaria R$5 bilhões anuais com os tratamentos do edema macular diabético, retinopatia diabética e também a cicatriz disciforme. Então, temos um histórico gigantesco de contribuição, graças a Deus, com o povo brasileiro.

Nós não temos tratamento específico para atrofia geográfica, está em vermelho aqui, o que os senhores podem observar muito bem; mas atualmente nós temos a possibilidade, através de uma simples injeção intravítrea, como vocês podem ver, de frear essa doença, diminuir a progressão dessa doença ou até mesmo manter os pacientes que já perderam a visão de um dos olhos enxergando com o outro olho. Isso é uma evolução muito importante.

A injeção é feita dessa forma, como eu demonstrei para os senhores e para as senhoras, e nós temos duas drogas: o Izervay e o Syfovre. Um chama-se avacincaptad pegol – é um nome difícil de se falar – e o outro é o pegcetacoplan. Essas drogas são drogas já aprovadas nos Estados Unidos, hoje nós estamos conversando sobre essa medicação, que é o Izervay. A minha experiência pessoal com o Izervay vem do estudo Gather 2, que é esse ensaio clínico publicado na revista *Lancet*, que demonstrou uma diminuição expressiva na progressão da doença, e ela vai aumentando, essa diminuição, Deputado Hiran e colegas, conforme mais tempo de uso; ou seja, quanto mais nós utilizamos a droga, mais nós temos diminuição na progressão, na velocidade de progressão, ou até paralisação da doença, em até mais de 60% dos pacientes após três anos de tratamento.

Então, vejam aqui, aqui são exemplos que eu trouxe práticos para mostrar para os senhores. O que nos faz enxergar é a região central da visão, a fóvea. Onde vocês veem a região em preto, bem na região central aí, é onde a doença começa a atingir esse paciente. Esse paciente foi parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse estudo Gather 2, é um paciente que evoluiu dessa forma, com uma progressão da doença, e, depois de quatro anos, três anos no estudo, uma atrofia total do centro da visão e uma cegueira legal, como já falado, de uma forma muito emocionante, por uma das portadoras dessa doença.

Vejam que esse é o olho contralateral, o olho tratado do mesmo paciente no mesmo período. Durante esses três anos, foi tratado. Vejam que a lesão mantém a fóvea desse paciente sem ser atingida. É interessante que a fóvea do paciente se mantém de uma forma intacta. Por quê? Porque existe uma reação imunológica, a reação imunológica das drusas que se formam é inibida por essa medicação, que é feita atualmente a cada dois meses e com mínimas complicações que são totalmente tratáveis.

Vejam aqui um outro exemplo desse olho tratado, em que a fóvea do paciente está preservada, mantendo uma visão no paciente de 20/20, ou seja, 100% de visão, e o paciente conseguindo ler.

Aqui, um outro exemplo desse mesmo paciente, no final do terceiro ano, mantendo a visão, sendo que perdeu a visão do outro olho.

Aqui, vários outros pacientes. Casos práticos que eu queria mostrar para vocês, mas, vejam, o olho direito do paciente não tratado, o olho esquerdo do paciente tratado, onde vocês podem ver, em verde, a fóvea, o centro da visão, onde nós vemos formas e cores, como foi dito pela nossa irmã brasileira, essa paciente tão sofrida que tem essa doença. A fóvea desses pacientes é, sim, preservada, mantendo função desses pacientes de uma forma significativa. Manter função desses pacientes é fundamental para evitar a cegueira legal e todas as mazelas de ter um cego na família, mas a mazela também financeira de termos um paciente com todos os benefícios sociais, etc., que precisam ser dados a esses pacientes.

Aqui, uma série de pacientes em que o olho direito não foi tratado, e o olho esquerdo, onde vocês veem essa região central, preservado depois de anos de tratamento – três anos de tratamento –, mostrando então a eficácia dessa medicação.

Vejam o que acontece nos pacientes não tratados. A história natural é extremamente agressiva; os pacientes vão para cegueira legal e, com o tratamento, nós temos uma chance, depois do terceiro ano, de mais de 50% até, de evitarmos essa situação. Cabe a nós mantermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a fóvea do paciente, que são essas áreas que estão em verde, que eu estou mostrando para vocês, que tem algum limite, e por isso esses pacientes conseguem ter um benefício significativo.

Então, como minhas mensagens finais, eu diria para vocês, Deputado, e agradecendo mais uma vez esse fórum tão democrático, que os inibidores dos imunomoduladores – tanto o C3 quanto o C5 – são uma nova era para o controle da atrofia geográfica. É uma maneira de nós podermos aprender, de uma forma muito interessante, e isso vai evoluir de uma forma significativa. Quando houve a extensão desse estudo, do Gather 2, houve uma comemoração enorme tanto dos médicos quanto dos pacientes, trabalhadores braçais, pacientes de alto nível, médicos que eram também voluntários nesse estudo, de conseguir ter a oportunidade de manter a sua visão. Portanto, eu sugiro humildemente a aprovação à nossa Anvisa, tão democrática e tão preocupada com a saúde dos nossos pacientes.

E aqui vai meu depoimento pessoal, porque hoje eu tenho 53 pacientes em tratamento na minha clínica privada, importando essa droga a cada dois meses, a R$20 mil a ampola, com impostos, entendeu? Então, o que significa isso? Que só uma parcela da população que tem condições financeiras – como foi colocado anteriormente, de uma forma emocionante, pela nossa irmã brasileira portadora dessa doença – tem acesso a essa medicação.

Então, a nossa ideia, enquanto Presidente da Sociedade Pan-Americana de Retina e Vítreo, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo e pesquisador do CNPq, é que devemos, sim, aprovar essa droga pela Anvisa. E por quê? Porque vai ser um grande avanço aos nossos pacientes.

Eu gostaria de agradecer a atenção de todos e estou aqui disponível para qualquer tipo de pergunta que possa vir a acontecer. Eu vou estar até o fim da nossa reunião.

E, mais uma vez, muito obrigado, Deputado Hiran... Senador Hiran, perdão, por abrir as portas aí do Senado brasileiro, essa nossa Casa de Leis, para que nós possamos ter esse diálogo tão democrático e importante para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Maurício. Obrigado pela participação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Anvisa foi muito citada aqui. Nós temos aqui a participação do Gerente-Geral da área de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, essa agência que é uma referência mundial e que nos honra muito com sua presença aqui, que é o Raphael Sanches Pereira.

O Raphael estava aí assistindo desde o início. Muito obrigado pela sua presença, Raphael. Transmita a todos os diretores da agência e ao seu presidente meu respeito e minhas saudações.

Você tem dez minutos para as suas considerações.

O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Primeiramente, muito obrigado pela oportunidade desta discussão.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui, tenho uma apresentação rápida. Realmente, a ideia aqui é a gente ter um tempo para discussão, responder perguntas, se for o caso, então a ideia da minha apresentação é ela ser rápida mesmo.

Mais uma vez, quero agradecer, Senador, pelo convite; agradecer também aos colegas que falaram antes, todas as falas foram muito importantes.

Eu vou colocar aqui as questões da Anvisa. De nenhuma forma a gente considera o debate fechado ou nada nesse sentido, então é muito importante nós termos este momento de debate e até já adiantando momentos posteriores, como muito bem sugerido pela Angela na fala dela.

Rapidamente aqui... Só para confirmar, vocês veem a minha tela, né?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, muito bem.

O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA (*Por videoconferência*.) – O.k. Então, rapidamente aqui, a Anvisa tem a classificação de vários tipos de medicamentos. Aqui nós estamos falando de um medicamento... Esses dois medicamentos que foram citados são medicamentos sintéticos, classificados como novos por serem novas moléculas. Teríamos muitas outras categorias regulatórias.

Nós temos aqui dentro da Segunda Diretoria, que é a parte de registro de medicamentos, três áreas importantes que teriam interface dependendo do tipo de medicamento. Nesse caso, estamos falando aqui da Gerência-Geral de Medicamentos, por ser um medicamento sintético,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerência de que, no momento, eu estou à frente, por isso estou aqui também para falar com os senhores.

Em fluxos gerais, nós temos aqui: um registro começa com o pedido de uma empresa interessada; passa por uma triagem, em que é feita uma pré-análise, digamos assim – se a documentação está completa, se não está faltando nada –; e aí nós temos a análise efetivamente, temos uma fila, seguimos a ordem cronológica, mas temos mecanismos de priorização.

Bem rapidamente aqui, só para passar algumas ferramentas de transparência que a Anvisa tem quanto à fila, quanto a produtos aguardando análise... Inclusive, se o painel for consultado hoje, vai ser notada a presença de um dos fármacos mencionados lá, porque houve uma submissão, na verdade, uma ressubmissão de um dos produtos que eu vou mencionar posteriormente na nossa discussão aqui.

Os requisitos para registro são vários, não vou entrar em detalhes aqui, mas temos análises conjuntas de várias partes do registro do medicamento. Isso é importante para garantir segurança, eficácia e qualidade do medicamento.

E aqui, quanto à forma de priorização, também quero só mencionar, nós temos alguns mecanismos para priorização.

No caso dos medicamentos para atrofia geográfica, eles são considerados prioritários pela RDC 1.001, citada aqui à esquerda – a RDC 1.001 prioriza terapias para necessidade médicas não atendidas. Nós temos também uma RDC específica para doenças raras, que eu não vou citar aqui – tecnicamente essa não é doença rara.

A quantidade de petições priorizadas – é importante ressaltar isto também – tem sido um desafio não só para a Anvisa, mas para as agências reguladoras de uma forma geral. Tem sido crescente a quantidade de priorizações, e por isso, até recentemente, tivemos que alterar a nossa norma de priorização, para conseguir justamente atender com mais celeridade esse tipo de produto, já que, numa frase muito famosa, quando muita coisa é prioridade, acaba que nada é prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, recentemente até fizemos uma alteração da nossa norma de priorização, mantendo o critério de priorização para esse tipo de produto que nós estamos mencionando aqui, justamente por considerar a sua importância.

Quero mencionar aqui também que, como já foi falado – só reforçando –, a Anvisa é uma porta de entrada para medicamentos, mas ela não é a única garantidora de que o medicamento vai chegar no paciente. Nós fizemos até alguns levantamentos recentes: a quantidade de medicamentos que são registrados e não são comercializados chega a 40%; e até dos medicamentos registrados priorizados, que a Anvisa considerou priorizados, cerca de 30% não chegam a ser comercializados em um ano após o registro.

Então, só ressalto que a Anvisa tem, obviamente, um papel fundamental na disponibilidade das terapias, mas há também que se destacar o papel da empresa na comercialização do produto, no caso de incorporação da Conitec e do Ministério da Saúde, e observamos muitas vezes que mesmo produtos que são aprovados não chegam, infelizmente, ao paciente – e isso até foi mencionado pela Angela na fala dela.

Falando um pouco aqui especificamente dos dois produtos que foram citados, o primeiro, o pegcetacoplana, foi submetido e não foi aprovado pela Anvisa; ele foi reprovado – houve o indeferimento. Pelo fluxo, após o indeferimento, há uma chance de recurso, e aí é uma outra instância que avalia. Esse produto está em fase de recurso, o que significa que ele ainda não foi avaliado pela segunda instância. A GGMED tomou a decisão pela reprovação, mas ele não foi avaliado ainda por essa segunda instância.

É importante mencionar que a pegcetacoplana, de fato, foi aprovada pelos Estados Unidos, como já mencionado, mas não foi aprovada pela União Europeia. Então, nós temos, até entre algumas das agências consideradas de referência, uma certa dissonância, como até já foi mencionado na primeira apresentação.

A principal questão que levou a essa decisão, ainda preliminar, da Anvisa – não é uma decisão definitiva, porque, como eu disse, existe o recurso – é o fato de que nós entendemos que o benefício clínico direto não foi demonstrado. O que acontece é que o estudo clínico teve resultados na questão anatômica – houve uma melhora da lesão –, mas ele não demonstrou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhora, por exemplo, da acuidade visual, que é um desfecho clinicamente relevante, como nós chamamos, um desfecho que, realmente, entre aspas, "faz diferença para o paciente".

Então, no nosso entendimento, quando fizemos essa avaliação, o produto não demonstrou eficácia no seu principal benefício.

É importante mencionar que custo não é uma das questões que a Anvisa avalia. A Anvisa não se debruça sobre questões de custo, porque, de fato, a função da Anvisa é assegurar eficácia, segurança e qualidade. Custo-efetividade vai ser avaliado posteriormente pela Conitec, no caso da incorporação no SUS; ou pela ANS, no caso da incorporação nos convênios. Então, não estamos falando aqui de critérios que se relacionam a custo. Mais uma vez, estamos plenamente disponíveis para discutir isso, mas a questão é que no *endpoint*, ou no resultado clinicamente relevante, entendemos que esse produto não teve uma demonstração. Então, ele mostrou uma melhora em exames, mas ele não mostrou uma melhora clínica.

No caso do segundo medicamento também já citado aqui, o Izervay, o princípio ativo é o avacincaptad pegol, ele também não foi aprovado, houve um indeferimento no final de 2025. A questão é muito parecida com alguns detalhes para o Izervay. Por exemplo, nos estudos até mencionados aqui, os estudos Gather 1 e 2, houve, em determinado ponto, uma mudança do seu protocolo. O desfecho primário, ou seja, o alvo principal do estudo clínico, inicialmente, era a questão da acuidade visual, que é um desfecho clinicamente relevante, que é algo que entendemos que faz diferença para o paciente. Porém, em determinado momento, ele foi trocado para um desfecho anatômico, para lesão em si, para as questões de imagens de lesão que foram mostradas. O que observamos ali é que não houve uma... Nesse desfecho clinicamente relevante, a acuidade visual, não houve uma diferença em relação ao tratamento de controle.

Mais uma vez, temos total disponibilidade para discutir. A própria empresa fez uma ressubmissão com alguns dados que ela não tinha considerado. Então, a ressubmissão está novamente em análise pela Anvisa, então foi reprovado. A empresa, em um primeiro momento, recorreu, mas em um segundo momento ela ressubmeteu com mais dados, e neste momento estamos avaliando para fazer uma tomada de decisão, inclusive com dados novos, que até incluem alguns dados de outros países, já que esse produto foi aprovado há determinado tempo já em alguns outros países. No caso do Izervay, ele foi aprovado nos Estados Unidos, na União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeia, entre outros países, mas entendemos que há essa diferença... aliás, há essa semelhança em relação ao outro caso, e principalmente temos dificuldade de demonstrar, pelo menos no momento, o benefício clínico efetivamente. Há uma melhora em exames, mas temos tido dificuldade de demonstrar o benefício clínico.

Só para fechar a minha fala, eu termino por aqui, uma das sugestões que foi trazida – muito bem trazida – foi a questão de levar isso à Cateme. A Cateme é uma instância que a Anvisa tem para tratamento de inovações, de outros casos. É algo que a gente pode considerar, mas eu desde já destaco que a Cateme tem diversas especialidades médicas, talvez não seja produtivo levar para uma discussão com tantas especialidades, já que há uma especialização em oftalmologia aqui muito clara.

Então, a alternativa que nós podemos considerar é uma discussão, de fato, com os médicos oftalmologistas – inclusive, agradeceria muito a participação dos doutores que estão participando desta audiência –, para que nós possamos realmente tomar uma decisão baseada nas evidências.

À primeira vista, as evidências que a gente observou, num primeiro momento, foram preocupantes no sentido de eficácia, mas, como eu falei, nós não nos consideramos donos da verdade e estamos completamente abertos a uma discussão qualificada sobre essas questões.

Eu termino aqui a minha fala e fico totalmente à disposição para o caso de questionamentos ou sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Raphael.

Nós temos aqui algumas participações pelo e-Cidadania, e eu vou passar as perguntas para os nossos expositores, que terão aí dois minutos para responder aos questionamentos.

O primeiro foi feito pela Denise, do Rio Grande do Sul, que pergunta: "A atrofia geográfica tem relação com o diabetes tipo 1 ou [tipo] 2? Esse fator (diabetes) pode contribuir para o aparecimento precoce [da atrofia]?".

Os dois colegas... Jorge, você quer responder? O próximo eu faço para você, Mauro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA (*Fora do microfone*.) – É Denise, se eu não me engano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Denise, do Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA (Para expor.) – Denise, boa tarde. Obrigado por ter feito a pergunta e por ter se manifestado. Aqui é a Casa do povo e tem que acolher qualquer dúvida, qualquer necessidade.

Quanto à pergunta sua, se o diabetes tem relação direta com a atrofia geográfica: o diabetes não tem relação direta com a atrofia geográfica. A atrofia geográfica é uma doença degenerativa relacionada principalmente à idade. Ela começa a aparecer após os 50 anos de idade; e, quanto mais você vai vivendo, mais essa chance de você ter a doença aumenta.

O diabetes é responsável por uma grande quantidade de cegueira, principalmente no nosso país – ressaltando que é a principal causa de cegueira prevenível quando você faz o diagnóstico no momento certo, e que hoje nós temos recursos para tratar o diabetes –, mas ele não é causa de atrofia geográfica.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Jorge, eu vou fazer uma complementação da pergunta.

Eu vivo numa região equatorial, onde há uma incidência solar muito grande, muita radiação. Eu queria que você comentasse para todos que nos assistem se existem trabalhos que comprovem uma maior incidência de DMRI (degeneração macular relacionada à idade) nesses lugares e se o fato de as pessoas não se protegerem adequadamente usando óculos com proteção UV anteciparia o aparecimento dessa doença. É só à guisa de informação.

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA – Então, a atrofia geográfica é uma das fases finais da degeneração de mácula. A principal causa é a idade, e um dos outros fatores de causa que realmente nós sabemos é o uso do fumo – fumar é uma causa de aumento de incidência de atrofia geográfica –; qualidade de vida, obesidade e alterações cardíacas são causas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem estudos, realmente, como o senhor salientou, com extrema sabedoria, que correlacionam a exposição à luz solar, principalmente à luz azul, ao aumento de incidência de alterações na mácula. Isso existe, isso tem um poder, mas não é tão grande quanto a idade, quanto a falta de alimentação adequada, quanto o fumo, quanto a obesidade.

Então, a proteção à luz azul, através dos óculos, é importante, mas não é o principal fator. Tanto é que um dos fatores é o fato de as pessoas caucasianas, de descendência europeia, terem uma incidência maior. Então, a incidência de atrofia geográfica na região Sul-Sudeste é maior do que na Norte-Nordeste por causa do fenótipo de pele branca, que aumenta bastante a chance.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Jorge.

Vou passar a palavra em seguida ao Mauro Goldbaum, que vai responder à segunda pergunta, que vem da Ana, do Paraná: "Como estruturar protocolos de elegibilidade e monitoramento para terapias da atrofia geográfica, assegurando custo-efetividade e equidade?", que, aliás, é um dos princípios do tripé pétreo do nosso SUS, que juntamente com universalidade e... Tem a outra, meu Deus, estou esquecendo aqui.

O SR. MAURO GOLDBAUM (*Fora do microfone*.) – Equidade...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, a equidade está aqui. Universalidade, equidade e... Qual é a terceira aí? Ajudem-me.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, essa eu já falei. Equidade, universalidade e... Esqueci.

Vou já ver aqui, mas, olhe, a equidade é um princípio do SUS, e eu vou passar a palavra aqui para o Mauro responder a essa pergunta.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Agradeço à Ana, a pergunta é muito interessante.

No fundo, o primeiro passo, acho que, principalmente no que estamos discutindo aqui, seria o registro da Anvisa, que é o que permite a comercialização no país; mas, como a gente colocou, a cobertura ou como vai ser utilizada, no fundo, depende da discussão com outras agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reguladoras, seja com a ANS, que define como vai ser coberto e utilizado na saúde suplementar, através da cobertura; da diretriz de utilização; e da discussão com a Conitec, que discute como isso, essa tecnologia, essa medicação, seria incorporada no Sistema Único de Saúde, e a sua utilização seria definida por um Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas.

É um longo processo em que todas essas etapas, desde o registro até as aprovações ou incorporações, coberturas, nos diferentes âmbitos da saúde, e a definição desses protocolos... É uma discussão de anos e de vários passos, em que a gente consegue, então, chegar a um acordo entre todas as partes e definir como isso vai ser utilizado, seguindo todas essas características que você trouxe, pensando na disponibilidade, na universalidade, mas também na saúde do sistema de saúde, enfim, na sustentabilidade do sistema de saúde como um todo. Acho que vai muito ao encontro da fala do Dr. Raphael.

A gente até fica surpreso, é uma situação muito... É uma situação relativamente única, é uma situação única. Em oftalmologia, até pouco tempo atrás, na verdade, os estudos pivotais para aprovação de droga, o desfecho primário eram desfechos clínicos, geralmente eram a acuidade visual, eram a visão. A degeneração macular relacionada à idade, essa atrofia geográfica é uma doença muito mais difícil, e houve uma discussão de décadas junto ao FDA para definir qual seria o desfecho primário. Encontrou-se esse biomarcador, que é a progressão, o crescimento da atrofia geográfica, o crescimento da área da atrofia geográfica, e a expectativa era de que isso se refletisse de uma forma mais fácil e natural, junto à acuidade visual, e é uma surpresa que os dois estudos não mostrem essa correlação entre a área da atrofia geográfica e a visão de uma forma tão nítida. Para a gente, também, é uma surpresa, e é uma discussão bastante interessante a ser discutida, a ser tomada junto a todas essas agências reguladoras.

De novo, estamos à disposição, muito interessados em ter essa discussão com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Mauro.

Vou fazer agora uma pergunta para o Maurício, que nos assiste remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou perguntar a você, Maurício, é uma pergunta que foi feita pela Renata, do Distrito Federal: "A atrofia geográfica poderia ser bem controlada com suplementos dietéticos específicos e também com injeções oculares, com a ajuda do SUS[?]".

Eu acho que ela está confundindo DMRI seca com úmida aí, Maurício, mas você pode fazer as suas considerações, por favor.

E o último direito pétreo do SUS é a integralidade; estava faltando essa palavra aqui. Muito obrigado à minha assessoria tão competente, que me deu a cola.

Maurício, vai lá. (*Risos.*)

O SR. MAURÍCIO MAIA (*Por videoconferência.*) – É, eu mandei integralidade no grupo, porque o meu microfone estava fechado, Deputado Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. MAURÍCIO MAIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Deputado Hiran, primeiro eu queria direcionar aqui as minhas palavras à Renata.

Sra. Renata é do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Distrito Federal.

O SR. MAURÍCIO MAIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Distrito Federal.

Renata, primeiro, é um prazer estar com você aqui. Quero agradecer a sua presença aqui.

A diminuição da atrofia geográfica, dos casos de atrofia geográfica, está muito mais relacionada – que é um subtipo de degeneração macular relacionada à idade – está muito mais associada aos fatores de risco já mencionados pelo meu colega Jorge Rocha, que são a questão genética, que eu diria que é o principal fator; a questão da alimentação, a questão do tabagismo; a questão... – quer dizer, dietas mediterrâneas diminuem essa possibilidade.

A ideia, tentando responder à sua pergunta, é que, através da aprovação da Anvisa de uma medicação que diminua a autoimunidade, quer dizer, o organismo atacar essas gorduras dentro do olho, o que levaria ao desfecho final dessa atrofia geográfica; nós ficarmos injetando inibidores do complemento para diminuir a reação imune que a pessoa tem contra essas próprias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gordurinhas que se formam no fundo do olho, essa, sim, é a estratégia que está sendo apresentada na Anvisa e que está gerando toda essa discussão.

Então, diminui, sim, o nível de progressão da doença de uma forma significativa, por isso foi aprovado nos Estados Unidos, mas não foi aprovado em alguns países europeus, como já foi colocado aqui, mas, de fato, a forma que nós temos de diminuição dessa doença são essas mencionadas, e agora nós temos uma nova linha de tratamento que, sem dúvida, vai prosperar de uma forma significativa.

Então, no nosso entendimento, pelo que passamos na nossa vida como pesquisadores e ex-Presidente de sociedades nacionais – agora internacional –, o que a gente vê fora é que deixar de fora o Brasil de uma possibilidade de termos uma experiência com essa medicação que diminui, sim, a progressão da doença não me parece ser o caminho mais adequado, com todo o respeito à Anvisa, que sempre foi – e é – uma das entidades mais respeitadas de todo o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar agora a palavra ao Raphael.

Raphael, tem uma pergunta aqui que veio da Raíssa, do Mato Grosso. Ela pergunta assim: "Quais [...] entraves regulatórios na Anvisa e [se você quiser, ela fala na] Conitec [também; como você conhece bem esse ecossistema, eu acho que você pode responder] atrasam a chegada de tratamentos que evitam a cegueira dos pacientes?". Eu acho que ela quer dizer assim: qual a dificuldade de a gente inserir nos sistemas de saúde, tanto no SUS quanto na saúde suplementar, inovações que eventualmente acontecem no mundo e são submetidas à avaliação da agência técnica e, depois, do Ministério da Saúde?

O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Certo.

Obrigado, Senador, e obrigado, Raíssa, pela pergunta.

Acho que eu poderia ficar, talvez, uma hora falando sobre isso, mas para falar de maneira geral, a Anvisa tem uma avaliação bastante focada em processos. Nós temos, sim, dificuldades técnicas, eu não estou aqui para ignorar as dificuldades que nós temos... Por exemplo, quando comparamos a Anvisa com a própria FDA, nós temos um corpo técnico menor tanto em número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto em qualificação, principalmente se eu mencionar médicos. A Anvisa, por exemplo, tem poucos médicos e, muitas vezes, nos estudos clínicos, na parte clínica, nós acabamos não conseguindo avaliar de acordo com a especialidade, ter uma avaliação, por um profissional médico, pela especialidade correspondente àquela, o que não é a realidade, por exemplo, da FDA, principalmente. A agência europeia tem o CHMP, o conselho médico que, de certa forma, a apoia; a Anvisa tem a Cateme, como eu mencionei. A Cateme auxilia em várias decisões, mas ela também acaba ficando muito sobrecarregada; se nós levássemos todas as inovações para a Cateme, ela ficaria sobrecarregada.

Então, nós temos entraves em termos de quantidade e qualificação de pessoal. Um entrave que, muitas vezes, acaba colaborando é o fato de que o registro demora para ser submetido no Brasil – e aí, eu vou... Nesses mesmos exemplos desses dois produtos que a gente mencionou: foi aprovado nos Estados Unidos em 2023, foi submetido no Brasil em 2025. Temos alguns incentivos para que as empresas submetam no Brasil o mais rapidamente possível, mas não temos como obrigar uma empresa a submeter o registro no Brasil.

Então, temos dificuldades da própria Anvisa, como eu mencionei; temos hoje uma grande quantidade de processos que, infelizmente, estamos demorando para decidir, principalmente por uma questão de desbalanço entre demanda e quantidade a que a gente consegue dar vazão – estamos resolvendo isso, tivemos um aporte de pessoas recentemente, isso é uma questão temporária. Então, temos uma dificuldade na questão de pessoal, temos uma dificuldade no sentido da submissão mesmo, como eu mencionei. Muitas vezes, os produtos existem lá fora e não são submetidos no Brasil por uma opção da empresa que detém o produto. E aí, nós realmente não temos, a princípio, muito o que fazer.

E quanto à Conitec, eu não vou, enfim, me aprofundar, eu conheço, é claro, o sistema da Conitec, mas até poderia cometer algum erro grave aqui, por ser um sistema mais complexo.

Mas lembrando que a Anvisa foca em eficácia, segurança e qualidade, e aí, a Conitec vai entrar na questão do custo, pela característica do que ela aponta.

Para resumir, destacaria algumas dificuldades de quantidade e qualificação da própria Anvisa, de terapias, inclusive com dificuldade crescente. Temos terapias novas chegando, cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com particularidades maiores, e é difícil de acompanhar. E também uma questão de que muitas vezes, a Anvisa não recebe o pedido da inovação que existe lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Raphael.

Em seguida, eu quero fazer uma pergunta para a D. Zenaide. D. Zenaide, a senhora vai ter dois minutos para responder.

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Boa noite, Sr. Presidente. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tudo bem. A senhora vai falar aqui no microfone que está pertinho da senhora.

Eu vou perguntar à senhora, para a senhora dizer, assim, qual o impacto psicológico e social da perda progressiva de visão causada pela atrofia geográfica? A senhora vai me dizer, muito rapidamente, como é que a senhora sentiu a evolução dessa doença e como ela limita a senhora para fazer as coisas mais simples do seu dia a dia, de uma maneira muito sucinta, por favor.

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA (Para expor.) – Bom, eu vou ser rápida, mas eu venho acompanhando, desde décadas, o que era chamado de drusas secas, depois passou para DMR, depois DMRI, até que chegou à atrofia geográfica.

Aí eu sou impactada, assim, com tudo. Para fazer uma atividade doméstica, para interagir com netos. Eu, domingo, estava emocionada, porque eu não consegui fazer um bolinho do meu aniversário para elas, e elas, "Vovó, não fez nada?" Eu falei, não, não tive condições de ir para o fogão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora está com que idade, por favor?

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – Setenta e sete anos.

Em 1998, suspeitaram já da degeneração, mas falaram que iam cuidar de mim. Então eu estou naquela espera de ser cuidada até hoje. Então essa esperança não vai parar aqui, tanto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu estou aqui para solicitar à Anvisa esse tratamento para milhares de pessoas do Brasil que necessitam, para não chegar aonde eu já estou chegando, cada vez pior.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora pode explicar para nós, porque aqui tem uns craques aqui na frente. Eu não sou craque, eu sou meio... Estou jogando já no... Já não jogo mais na Champions, mas eles aqui jogam na Champions. Deixe-me lhe dizer: diga para as pessoas como é que a senhora enxerga. Eu sei mais ou menos como a senhora enxerga, porque eu já estou há 44 anos nessa, eu já sei mais ou menos como é. Felizmente a gente não fica totalmente cego quando tem DMRI, não é? Então explica para eles como é que é o negócio, vai lá, para o povo que está nos assistindo.

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – É complicado eu explicar. Bom, melhor usar esses óculos, que vocês vão saber.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E explica com as suas palavras, porque a gente vai entender, pronto.

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – Eu vejo assim, zigue-zague, tanto um lado... E embaçado. Eu tenho que estar pertinho para definir o senhor, desta distância, eu só vejo o vulto. E tanto que eu uso a bengala verde, para ter um apoio, para eu não cair, não quebrar.

Ela falou muito bem, no texto dela, sobre como é a nossa visão, de quem tem a degeneração com atrofia geográfica. Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora... Assim, o centro da sua visão é muito mais apagado que na periferia, não é verdade?

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – Sim, aí eu tenho que ficar fazendo muito assim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso... Procurando um ladinho para ver, um ladinho da visão. Isso, muito bem.

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – É, e para andar também. Se eu não tiver a bengala, eu vou tropeçando nas pessoas. Então, o meu rótulo é de estabanada, porque é assim que acontece comigo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA – Obrigada ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu tenho aqui um outro portador da patologia que está na plateia. Como é o nome dele?

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Fora do microfone*.) – César.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o César. César...

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Fora do microfone*.) – Não, o César tem Stargardt, mas tem um senhor que tem atrofia geográfica.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, espere aí...

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Fora do microfone*.) – Foi o César que pediu para fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O César pediu para fazer uma pergunta.

Ligue o seu... Ajudem-no aí.

Você quer fazer uma pergunta para quem, César?

O SR. CÉSAR ACHKAR – Eu não sei se ainda está presente a representante do Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela disse que sairia às 15h30, então ela não deve estar presente.

O SR. CÉSAR ACHKAR – Mas, independentemente de ela estar ou não, eu queria comentar.

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo, Senador, pela iniciativa desta audiência sobre esse tema.

Eu tenho Stargardt, que é outra patologia, mas que tem essa semelhança da perda da visão central. Então, o tema me interessa muito. E também sou Presidente de uma associação de pacientes, do grupo regional da Retina Brasil. Eu sou da Retina Brasil também, responsável pelo Retina Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na fala da representante do Ministério da Saúde, me chamou a atenção quando ela disse que não tem dados precisos sobre a atrofia geográfica porque está no mesmo CID das outras patologias. Mas, olhe: as decisões são tomadas com base num CID? Eu fiquei querendo saber mais sobre isso, porque, na hora que um doutor me indica um medicamento para tomar, eu acho que não é com base no CID e sim na patologia. Na hora que o pesquisador toma suas decisões... Espero que o Ministério também tome suas decisões baseado nas patologias, que os protocolos sejam baseados nas patologias. Por que, na hora dos dados, se junta tudo? Isso ficou meio confuso para mim. Isso me chamou muito a atenção.

Outra coisa, Dr. Hiran, que, em toda audiência em que eu tenho oportunidade, eu tenho cobrado, é a questão da reabilitação, porque, se a patologia aqui em discussão não tem cura – cura, cura mesmo – para botar a gente enxergando novamente, se a minha patologia hoje não tem cura, também não podemos, como sociedade, dizer "Bom, então fique aí esperando, porque não tem cura". Não tem cura, mas tem outros caminhos para a qualidade de vida, e um deles é a reabilitação; o outro são esses medicamentos que retardam a piora da nossa visão. Uma coisa é perder a visão rapidamente, outra coisa é perder a visão aos poucos e ter mais tempo para aprender os novos caminhos, para se readaptar. Tudo isso faz diferença para a vida da gente enquanto paciente, enquanto ser humano.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ô, César, olhe, é para isso que nós fazemos audiências públicas, entendeu? É para a gente aprender, para a gente discutir como aperfeiçoar os marcos legais que nós fazemos nesta Casa.

Para você ter uma ideia, César, eu trabalhei aqui ainda... O Maurício me chama de Deputado, porque eu fiquei como Deputado aqui por muito tempo e eu passei dez anos fazendo andar um projeto de lei que é fundamental para quem tem doenças raras, de difícil tratamento, cânceres, para dar acesso a essas pessoas a inovações, que foi o projeto de lei da pesquisa clínica.

Olha só, nós passamos dez anos. Quando eu saí da Câmara e vim para o Senado, eu deixei o projeto, depois de ele passar em todas as Comissões, com uma oposição muito forte do Partido dos Trabalhadores, que me atrapalhou muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vim para o Senado e Deus quis que esse projeto fosse aprovado lá na Câmara, que eu deixei com urgência constitucional, e ele parou. Aí o Pedro Westphalen, Deputado Federal, nosso colega, médico, ele o pegou, relatou-o, aprovou-o com um quórum de PEC. O que é quórum de PEC? Aprovou com mais de 308 votos, com 344 votos, se não me engano. Aí veio para cá.

Aqui eu peguei a relatoria e nós aprovamos um marco legal superadequado, moderno, pareado com os Brics, para trazer investimentos, inovações, estimular parcerias público-privadas com universidades, enfim, com centros de inovação no nosso país. Para quê? Para que aqui a gente começasse a pesquisar sobre anticorpos monoclonais, biofármacos, que têm sido pesquisados no mundo todo e que não eram pesquisados aqui porque a gente não tinha lei que regulamentasse pesquisa clínica. Tudo era feito aqui através de resoluções, normas infralegais.

Então, tinham prazos que não eram respeitados, direitos dos pacientes, direito ao fornecimento de medicamento no pós-estudo, uma série de coisas. Sabem o que aconteceu? Depois que nós aprovamos, por unanimidade, no Senado, essa lei foi vetada pelo Presidente da República. E aí passou um ano e um mês a gente esperando aqui para ter uma sessão congressual para que a gente conseguisse pautar esse projeto de lei aqui e aprová-lo depois do veto, derrubar o veto presidencial.

Então, depois de 11 anos – 11 anos –, nós aprovamos uma lei que é fundamental para dar acesso à inovação para o povo brasileiro, seja da saúde suplementar, do SUS, enfim.

Então, isso que nós fazemos aqui faz com que as coisas, às vezes, andem, nos ensinam, a nós que somos médicos, que estamos lutando para incorporar essas inovações, aprová-las na Anvisa e incorporá-las na Conitec, mas também sempre levando em conta custo, efetividade, porque, às vezes, a gente aprova uma medicação que custa 1 milhão de dólares uma dose e a gente termina privilegiando o individual em detrimento do coletivo.

Isso é uma questão bioética, uma coisa muito complexa. A gente tinha que tomar um vinho para ficar batendo papo contigo, discutindo essas coisas, porque esse é um negócio muito complexo, mas nós estamos aqui fazendo isso.

Eu acho que os colegas sacrificaram aí um dia deles... Eles vêm para cá, saem dos seus estados para virem... Os técnicos, nossos colegas que participam aí remotamente estão aqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarde toda a discutir isso e, certamente, tudo o que se discutiu aqui terá uma repercussão em algum setor e vai ajudar para que as coisas sejam aperfeiçoadas.

Então, eu quero agradecer a tua colocação, uma colocação muito pertinente e passo aí a palavra para o meu querido colega Mauro, que quer fazer uma consideração sobre o assunto.

Muito obrigado, querido amigo, pela tua participação.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Muito obrigado.

É só um esclarecimento em relação ao CID, que é uma questão bastante interessante.

O CID, o Código Internacional de Doenças, na verdade, é um instrumento que buscava facilitar porque, assim, se, em cada pedido de exames, a gente colocasse o diagnóstico... O diagnóstico, na verdade, tem muitos sinônimos, e isso dificulta um tanto. Então, a ideia era facilitar ao ter esse instrumento. Esse código é um número que facilita a identificação do diagnóstico. O problema é que, como todo instrumento, há limitações. Às vezes, o código é muito específico. Então, H35.1 é retinopatia da prematuridade. É fácil, toda retinopatia da prematuridade vai ser H35.1. Agora, H35.3 é degeneração macular, mas a gente tem várias formas e não tem um modo fácil de se diferenciar essas diferentes formas. E vale a mesma para as distrofias hereditárias retinianas, que é H35.5, ou seja, ele facilita a identificação desses códigos, mas ele dificulta a individualização das doenças.

Enfim, prós e contras. Infelizmente, o SUS se baseia no CID, não no diagnóstico específico que a gente coloca. Então, facilita muito as políticas, a elaboração de políticas, assim, ver em termos gerais que tipo de doença que os pacientes têm, mas, obviamente, para algumas situações... Aqui, no caso, para diferenciar quais pacientes têm DMRI úmida e quais têm DMRI seca, dificulta bastante, da mesma forma que entre quem tem Stargardt e retinose pigmentar, enfim, a gente tem muita dificuldade de diferenciar. A gente tem, no fundo, esses códigos que, de novo, trazem uma grande vantagem, mas trazem limitações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, nós temos aqui um exemplo, também, que a gente discutiu muito aqui, a neuromielite óptica e esclerose múltipla, por exemplo, que é um grande problema porque tem tratamentos distintos e, às vezes, o CID confunde, e se confundem, inclusive, os direitos de cada um. Então, são coisas que são muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente vai discutindo para aperfeiçoar, o que nós estamos fazendo aqui é isso. Sempre terá uma boa consequência essa discussão aqui. Como ela falou aqui, nada se faz só, e é por isso que estamos discutindo.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Jorge porque ele quer fazer alguma consideração a respeito do que nós estamos falando.

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA (Para expor.) – César, sua palavra foi de extrema importância. Uma foi que você mencionou sobre a forma como o SUS coleta dados e como é, na realidade. Outro fator é que a medicina tem evoluído e a cada dia a gente tem aprofundado o diagnóstico e os diagnósticos vão se subdividindo. Degeneração de mácula é uma doença extremamente complexa, que tem a forma exsudativa e a forma seca. Dentro dessa forma exsudativa e forma seca, tem milhares de outras subdivisões. Quando foi feita essa classificação, lá atrás, foi feito o melhor naquela época, mas concordo com você que tem que ser revisado para que a gente consiga atender melhor a população para a gente conseguir, realmente, suprir isso.

A sua outra fala, muito importante, foi: quanto mais tempo a gente tem retardado da doença, a gente vai se preparando. Pode se preparar para uma adaptação ou pode se preparar para coisas novas que podem vir. A medicina tem evoluído de uma forma tremenda. Acabo de chegar do Congresso Mundial hoje, diretamente para aqui, e deve ter mais ou menos umas 50 medicações sendo testadas para degeneração macular seca a atrofia geográfica. A gente está falando de uma que já está testada e que já está no mercado. Já está aprovada nos Estados Unidos, na Austrália, no Japão e foi aprovada recentemente em Macau, e o objetivo deles, como todo mundo, é dar tempo à população. Então, sua palavra foi muito importante. Obrigado.

E, Angela, também suas palavras foram muito importantes, levantando um fato que pode ser de grande ajuda: a Anvisa levar esse fato tão importante para a população brasileira, à Cateme, uma comissão de especialistas, para realmente debater e ver o melhor caminho para a população brasileira.

O Raphael foi incrível. Pelo trabalho da Anvisa eu tenho o maior respeito, o trabalho dele é muito importante. É uma responsabilidade incrível garantir a qualidade e a segurança das medicações que o Brasil dispõe para a população, mas ele também mencionou a possibilidade da Cateme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que seja um processo que pode ser levantado para realmente chegarmos a uma conclusão, já que essa medicação, como outras no passado, não garante melhora visual imediata, mas retarda a doença. E não tem outra medicação para essa doença, não tem nada. Se tivesse qualquer outra, acho que a gente não estaria a debater. Então, como não tem nada, eu acho muito importante a gente voltar, debater e fazer o melhor que a gente puder fazer.

E obrigado, Senador Hiran. Este momento aqui é de extrema importância para a saúde visual da população brasileira. Acho que sua iniciativa está sendo cada hora mais brilhante por essa ajuda que tem dado a todos nós.

E queria salientar que a Sociedade Brasileira de Retina e Vitreo está completamente aberta para ajudar no que for preciso: especialista, debate, qualquer coisa para ajudar uma causa tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Jorge.

Agora, eu lamento, vai começar a Ordem do Dia, e eu tenho que participar, tenho reunião com o Presidente, mas eu procurei dar espaço a todos.

E quero, antes de começar os agradecimentos, falar também de algo que nós organizamos aqui, com o Conselho Brasileiro de Oftomologia, que é o órgão que mais nos representa, além da Sociedade Brasileira de Oftomologia também, que funciona no Rio. O CBO tem nos representado muito bem na nossa formação e na orientação dos oftalmologistas brasileiros, e eu quero saudar a Dra. Maria Auxiliadora e toda a sua diretoria. Transmita, Dra. Maria Auxiliadora, o nosso carinho, o nosso respeito. Estivemos agora no congresso, que é o segundo maior congresso do mundo na especialidade, o Brascrs.Tive a honra de participar da abertura, fui lá só para isso. Foi um dia muito corrido para mim, mas não pude deixar de participar, foi uma honra!

E gostaria de dizer aos queridos colegas que participaram aqui, o Maurício, o Mauro e o Jorge, que vocês sabem que, através da nossa Frente Parlamentar Mista da Medicina, em parceria com uma empresa farmacêutica importante no Brasil, a União Química – que nos proporcionou e nos apoiou através da Genom, que fabrica quase 70% dos medicamentos da oftalmologia brasileira –, nós conseguimos fazer uma parceria Genom, CBO e frente parlamentar e trouxemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui para Brasília, no dia 24 de abril passado, 500 oftalmologistas residentes, R2, R3, de todos os serviços credenciados pelo CBO no Brasil.

Fizemos aqui um evento que foi coordenado pelo CBO junto com a frente parlamentar, no qual nós discutimos não questões relacionadas à técnica oftalmológica, conhecimento científico oftalmológico; não aprendemos aqui a fazer catarata, pterígio, estrabismo, a tratar infecções oculares, uveítes, enfim; nós procuramos apresentar aqui aos nossos residentes, que vão chegar ao mercado de trabalho – a partir do próximo ano, os R3 e, no outro ano, os R2 –, todo esse ambiente que eles vão encontrar ao começar a sua vida profissional. Então, fizemos uma grade extremamente importante. O Jorge participou, a diretoria toda do CBO e os chefes de serviços também estiveram aqui.

Eu acho – a gente estava comentando aqui, não é, Jorge? – que foi um dos maiores eventos organizados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia na última década. O impacto foi tão grande, Jorge, que os alunos das residências já estão entrando em contato conosco e perguntando quando vai ser no próximo ano. Vai ser em maio. Vamos procurar não conflitar com o Brascrs, que vai ser em Salvador, mas nós já garantimos que, como o 1º Fórum Nacional de Residentes em Oftalmologia foi um sucesso, o próximo vai acontecer em maio e será aperfeiçoado, porque foi um grande desafio para nós fazermos algo tão grandioso sem termos nunca feito isso na oftalmologia brasileira. Os residentes saíram muito impactados daqui, eu acho, com uma visão muito realista do mundo que eles vão encontrar, sabendo para que serve a Anvisa, a ANS, o que é saúde suplementar, o que a gente pode fazer em termos de publicidade médica para a gente evitar inverter o ônus da prova, evitar mostrar para o paciente que a nossa ciência, em vez de ser de meio, é de resultado e que há complicações cíveis em relação a isso. Enfim, nós discutimos coisas que os colegas residentes normalmente não têm no seu dia a dia, nos seus currículos. Então, foi uma coisa muito legal, foi muito interessante.

Eu quero aqui agradecer ao CBO, cujo Secretário-Geral está aqui e certamente vai transmitir à nossa querida Presidente Maria Auxiliadora a eterna gratidão da gente a todos aqueles que contribuíram para organizar esse evento grandioso. Infelizmente, o Mauro estava no estaleiro, teve que fazer uma cirurgia e não pôde participar, mas o Jorge esteve aqui e realmente foi uma coisa muito interessante, não é, Jorge? Foi sensacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer falar?

O SR. JORGE CARLOS PESSOA ROCHA (Para expor.) – Realmente estive aqui. Foi um dos maiores eventos que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia realizou nos últimos dez anos. Eu também fui Primeiro-Secretário, depois fui Secretário-Geral do CBO, passei a serviço do CBO por quatro anos. O congresso do CBO é grandioso, mas esse fórum de residentes foi algo fora do comum. Os residentes saíram muito agradecidos, mas eu acho que a contribuição para a sociedade brasileira é muito grande, porque você prepara um médico para todas as adversidades e para como ele vai contribuir melhor para a sociedade brasileira.

Então, eu espero que continuem realizando-o, espero frutificá-lo ano a ano, porque tem grande valor para a formação dos novos médicos um evento de tal nível como o que você proporcionou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Inclusive, o CBO estabeleceu que o Fonaro faz parte agora do calendário oficial dos eventos do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, e eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês.

Mauro, saúde! Que você se recupere plenamente.

Dr. Jorge, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo, se Deus quiser vamos nos encontrar na Bahia, no congresso brasileiro.

Angela, Presidente da Associação Nacional Retina Brasil, muito obrigado pela sua participação.

A D. Zenaide. Muito obrigado, D. Zenaide...

A SRA. ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... nos visite sempre.

A Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu colega, querido amigo, Maurício Maia, que nos brindou com seus conhecimentos já consagrados na subespecialidade de retina e vitreo, um abraço para você e muito obrigado.

Raphael Sanches, transmita a toda a diretoria e a todos os servidores da Anvisa o nosso respeito e a nossa gratidão pela sua participação. Disponha sempre da gente aqui, no Senado da República, para discutir temas e aperfeiçoar modelos para dar mais acesso à inovação às pessoas que precisam de inovação no nosso país.

Quero agradecer a todos vocês aqui da plateia que nos atenderam, que nos assistiram, a todos que nos assistem remotamente, àqueles que participaram através do e-Cidadania. Tem mais outras perguntas que serão encaminhadas aos expositores e que serão respondidas através da internet.

Um grande abraço a todos vocês, e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Filho, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Jayme Campos, Marcelo Castro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Giordano, Zequinha Marinho, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Sergio Moro, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Leila Barros, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Teresa Leitão, Angelo Coronel, Dra. Eudócia e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência registra a presença dos Senhores: José Múcio Monteiro Filho, Ministro de Estado da Defesa; Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Cláudio Mascarenhas Brandão, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Desembargadora Ivana Mércia Nilo de Magaldi, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; Desembargador convocado José Pedro Camargo no Tribunal Superior do Trabalho (TST); Ministra Edilene Lobo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Desembargadora Daniele Maranhão, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1); e do Dr. Jarbas Soares, Ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Ministro Mauro Campbell Marques, Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 8, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, com 17 votos favoráveis, 9 votos contrários e 1 abstenção. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 13, de 2026 - CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Eduardo Braga. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 12, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome da Senhora Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Cardoso de Magalhães." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora TARCIJANY LINHARES AGUIAR MACHADO, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, com 23 votos favoráveis e 4 votos contrários. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 14, de 2026 - CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Eduardo Braga. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, com 16 votos favoráveis e 11 votos contrários. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 12, de 2026 - CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Eduardo Braga. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 11, de 2026** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 1/2026, que "altera com eficácia a partir de 2027, o art. 195, I, 'a', da Constituição Federal"." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 12, de 2026** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para Mensagem (SF) n° 7, de 2026." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 13, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2026 que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para Mensagem (SF) n°8, de 2026." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 14, de 2026** que: "Requer, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para Mensagem (SF) n°12, de 2026." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/29

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Peço silêncio aos convidados para iniciarmos a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, Extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de sabatina dos indicados ao Supremo Tribunal Federal, ao TST e ao DPU.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 15/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Eu peço que se conduza à Comissão de Constituição e Justiça, a indicada Dra. Margareth Rodrigues Costa para o Tribunal Regional do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome da Senhora Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral Federal na Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Cardoso de Magalhães.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Camilo Santana

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 15/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Também peço que se conduza a Dra. Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para exercer o cargo de Defensora Pública Federal na Defensoria Pública da União.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem. É só um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – ... para procedimento, Sr. Bahia... A inscrição para os oradores começa agora? A gente... Eu cheguei mais cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu combinei que, assim que terminassem as duas indicadas, nós começássemos a tomar os nomes. Mas V. Exa. será, sem nenhuma dúvida, relacionado aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Relacionado, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então pronto. V. Exa. entendeu, então, o que eu vou fazer depois. (*Risos.*) Depois nós faremos, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só não se esqueça de que eu fui um dos primeiros a sentar aqui. Depois que V. Exa. chegou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... eu cheguei logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. será contemplado como merece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A indicação da Dra. Margareth Rodrigues Costa tem como Relator o Senador Jaques Wagner, a quem eu passo a palavra. Senador Jaques Wagner, Relator da Dra. Margareth.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Presidente, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar as duas indicadas – para o TST e para a Defensoria Pública da União –, cumprimentar os colegas e dizer que o relatório já foi lido, no meu caso, da Dra. Margareth.

Com muito orgulho, militou sempre na Bahia e eu a considero, como já li no relatório, ser uma servidora extremamente preparada para realmente ter uma atuação brilhante, como já teve em todos os cargos pelos quais passou, contribuindo para que a democracia brasileira cada vez seja mais equilibrada e mais justa socialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era só o que eu queria colocar.

E quero parabenizar as duas pela indicação, particularmente a Dra. Margareth, de quem eu fui o Relator.

Como o relatório já foi lido, eu prefiro só dizer que a Dra. Margareth está completamente habilitada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jaques Wagner.

Passo a palavra, em seguida, ao Relator da indicada Dra. Tarcijany Linhares Aguiar Machado, o Senador Camilo Santana.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Otto e todos os colegas desta Comissão, Senadores e Senadoras, e dizer, Presidente, que a Sra. Tarcijany Linhares Aguiar Machado, além de ter todas as condições e prerrogativas profissionais, além de também ter toda uma formação acadêmica preparada, a história dela, principalmente pelo conhecimento, a origem da Tarcijany, escola pública, uma mulher que foi uma lutadora para vencer na vida e chegou à Defensoria Pública Federal, ocupou vários cargos importantes de chefe, de chefia, em estados diferentes: Pará, Piauí e Ceará.

Portanto, Sr. Presidente, nós entendemos que os Senadores e as Senadoras que integram esta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação da Tarcijany Linhares para o cargo de Defensora Pública-Geral da Defensoria Pública da União.

Eu queria só colocar para a defensora, primeiro, que a Defensoria Pública da União, defensora, hoje ainda enfrenta um cenário de vácuo assistencial muito grande. Portanto, eu queria saber um pouco da senhora como pretende ampliar a presença da Defensoria Pública Federal no nosso país para cada vez mais garantir oportunidade e direitos para homens e mulheres deste país, principalmente no momento em que eu sei que a senhora tem uma larga trajetória de defesa dos direitos humanos, mas nós sabemos que hoje nós enfrentamos um grave problema, que é a questão dos feminicídios, da violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, eu queria apenas testemunhar a qualidade da Tarcijany e dizer que ela está preparadíssima para representar a Defensoria Pública Federal e liderar esse processo no nosso país.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Antes de passar a palavra às duas doutoras indicadas, eu quero registrar a presença do Ministro José Múcio, da Defesa; do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; do Dr. Cláudio Mascarenhas Brandão, Ministro do Superior do Trabalho; do Dr. Alexandre Belmonte, Ministro do Superior do Trabalho; da Desembargadora Ivana Magaldi; Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; do Desembargador José Pedro Camargo, da Ministra Edilene Lôbo; da Desembargadora Daniele Maranhão; e do Dr. Jarbas Soares, que está presente, além de outras tantas autoridades que se reúnem hoje nessa sabatina.

Eu passo a palavra à Dra. Margareth Rodrigues Costa para sua exposição, pelo tempo de dez minutos.

A SRA. MARGARETH RODRIGUES COSTA (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todos, formalmente.

Eu quero cumprimentar o Senador Otto Alencar, meu conterrâneo, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça; também o Senador Jaques Wagner, que foi o Relator do meu parecer; ainda o Senador Camilo Santana, Relator do parecer; também cumprimentando a colega Tarcijany, aqui indicada para a Defensoria Pública da União.

Nas pessoas dos Senadores citados, eu cumprimento todos os Senadores presentes, que nos receberam nesse longo trânsito de visita com as portas abertas, com toda a deferência, com toda a educação, com todos os cuidados, permitindo conhecer e adentrar a um mundo que, para nós do Judiciário, é diferenciado, mas foi...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH RODRIGUES COSTA – ... uma grande alegria e uma grande surpresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pediria aos convidados, que nós permitimos a entrada e é um número muito grande hoje, que pudessem ouvir em silêncio as exposições que serão feitas, até por um ato de educação parlamentar.

Pois não. Pode seguir.

A SRA. MARGARETH RODRIGUES COSTA – Obrigada, Presidente.

Cumprimento o Presidente Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente do meu tribunal, do Tribunal Superior do Trabalho, aqui presente, agradecendo toda a sua trajetória, inclusive a coragem de propor e trazer uma lista de mulheres, e, em razão disso, estou aqui como a que foi nomeada. Na pessoa dele, eu cumprimento os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho aqui presentes, e tantos outros que não puderam comparecer; ainda, a Desembargadora Ivana Magaldi, que é a Presidente do Tribunal da Bahia, de onde eu provenho, por todo o sustentáculo; e, na pessoa dela, os desembargadores, colegas de longa data, magistrados; ainda, demais autoridades aqui presentes ou representadas, Senadores, servidores, inúmeros amigos.

Eu vou tentar ser breve e ser muito clara, porque, como os currículos foram distribuídos, todos têm acesso a ele. Então vou fazer só um pequeno resumo, mas me parecia necessário começar agradecendo – parece óbvio – a Deus por estar aqui; aos meus pais, que me permitiram a vida, Rosalina e Pedro, e particularmente já são falecidos. A minha mãe foi um modelo, quando, em 1964, já era Juíza do Trabalho. Então, serviu de modelo de retidão, de dedicação, de investimento no ser humano, na educação que nos permitiu, e no seu amor em forma de doação irrestrita a quem quer que chegasse, porque os braços e as portas de nossas casas estavam sempre abertos.

Eu agradeço o conjunto coeso da minha família – que acredito que todos têm família – e a oportunidade de ter família. Ela é espraiada, e ela é miscigenada, e ela é diversificada neste Brasil inteiro, mas passa pelo Sertão da Bahia, em Juazeiro e Salvador; passa por São Borja, no Rio Grande do Sul, de onde veio um dos avós; passa por São Paulo, com outra avó, os imigrantes que vieram fugidos da guerra; passa pelos que estão em São Luís do Maranhão; e por onde estiverem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do meu marido, Sérgio Costa, que está aqui; nele, a minha filha, Catarina, representa os filhos que geramos, o meu genro muito querido, Herbert Júnior, e a minha neta, Valentina, e todo o sustentáculo que eles nos permitem.

Agradeço, particularmente, a todos que comigo seguiram, seguem e seguirão – porque ninguém chega aqui sozinho, e eu não chego sozinha –, por acreditarem num projeto pessoal de vida que têm na justiça as balizas de retidão, de ética, de respeito ao semelhante, de gentileza para contrato, de paz, de quem traz na própria consciência o próprio juiz e a responsabilidade de agir em harmonia consigo, com o direito, com a justiça e com o mundo. É necessário.

Ainda agradeço a possibilidade de ser feliz com a profissão que eu escolhi, porque só imaginei ser juíza a vida inteira. A surpresa é estar aqui, é poder chegar a este momento. Como eu disse, não chego sozinha: eu trago, particularmente, a representatividade de muitas mulheres, mulheres muito corajosas; e homens, também, que impulsionaram toda a minha trajetória. E trago a Bahia na minha alma, com toda a sua mistura, com toda a sua miscigenação, com toda a sua força, com toda a sua beleza. Eu sou baiana, soteropolitana, nordestina. Com muito orgulho, trago essa conformação e contornos especiais, com a esperança de quantos que ainda se doam e ainda acreditam no bem.

São mais de 35 anos de magistratura; para ser exata, no dia 14 de maio, eu completo 36 anos como magistrada do trabalho. Eu estive em todas as instâncias do tribunal: na primeira instância, na segunda instância – consegui galgar por merecimento. Nisso a gente vai conhecendo a judicatura em seus contextos, diversos deles, sociais e econômicos, diante da realidade das relações de trabalho que vão permitindo travar esses contatos e atuar sempre sob uma perspectiva que deve ter equilíbrio, equilíbrio constitucional, bom senso, ponderação e muitos cuidados.

Eu tive a oportunidade de ser convocada e estar trabalhando no Tribunal Superior do Trabalho, há quatro anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH RODRIGUES COSTA – ... ali participando de discussões nacionais, conhecendo um outro lado da Justiça que me vincula à própria existência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, na coordenação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e com novas perspectivas de conhecer, de forma sistêmica e institucional, todos os 24 tribunais e o que daí advém, participando de políticas do meu tribunal que permitem moldá-lo ao que há de melhor para nosso Judiciário.

Ainda exerci funções na formação judicial, como Diretora da Escola Judicial do meu tribunal, como Conselheira da Escola Nacional de Magistratura Trabalhista, refletindo sempre um cuidado, uma atuação institucional e um cuidado permanente com os princípios constitucionais e a efetividade do que buscamos.

Tenho mantido sempre um tipo de conduta ética, cuidando particularmente da retidão, da reputação ilibada, porque nós precisamos disso. Nós damos esse exemplo. Começa de cima e vem até embaixo. O Judiciário é a última porta na qual as pessoas vão pedir acesso, buscar direitos. Nós temos de estar hábeis, preparados, com toda a consciência e retidão daquilo que nos cabe fazer, não importa quem seja, não importa de que lado esteja, não importa quanto represente cada uma das questões que venham para as nossas decisões.

Exerço há anos, há décadas, atividades voluntárias na área social e de educação. Por quê? Porque isso reforça compromissos pessoais comigo mesma, com valores humanitários em que acredito, com o serviço público sempre orientado no interesse coletivo.

Não basta ser, tem de estar, tem de se fazer representar na comunidade onde nos inserimos, naquilo para que servimos de instrumento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH RODRIGUES COSTA – Eu coloco-me à disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos que entendam necessários, com muita tranquilidade, com muita humildade, como fui a cada um dos gabinetes, como fui bem recebida, como fui pedir os votos, reafirmando o meu respeito profundo ao papel constitucional do Senado Federal, que traz, como seu patrono, um outro conterrâneo ilustre, Ruy Barbosa, e traz como patrono dessa Comissão de Constituição e Justiça outro baiano, Josaphat Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no processo de escolha dos ministros de tribunais superiores, mais do que corretamente, aguardo que os senhores possam decidir, confiando ao que há de melhor e a possibilidade de estar aqui.

Agradeço a atenção de todos e desejo a nós todos um bom dia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Dra. Margareth.

Passo a palavra à indicada Dra. Tarcijany Linhares Aguiar Machado, para sua exposição por dez minutos.

A SRA. TARCIJANY LINHARES AGUIAR MACHADO (Para expor.) – Bom dia. Cumprimento o Senador, o Presidente da Comissão, o Senador Otto Alencar; o Sr. Relator Camilo Santana, na pessoa de quem cumprimento a todos os Senadores e a todos os colaboradores aqui presentes; a Senadora Eliziane, na pessoa de quem cumprimento a todas as mulheres e colaboradoras aqui presentes; a nossa presidente da associação, na pessoa de quem cumprimento a todos os defensores públicos que nos assistem. Registo também a honra de compartilhar com a Dra. Margareth esta sabatina. A todos e a todas meu respeitoso cumprimento.

A Defensoria Pública da União existe para perceber e compreender as pessoas que mais precisam do Estado brasileiro. É para garantir direitos que seus direitos efetivamente sejam reconhecidos. A história da Defensoria Pública da União, até aqui, é motivo de muito orgulho. Avançamos muito. Chegamos a lugares onde nunca estivemos. Criamos novas formas de atender, de estar presente, de levar orientação jurídica a quem mais precisa. Mas há muito ainda pela frente.

Hoje, a Defensoria Pública da União está presente em menos de um quarto das subseções da Justiça Federal. Quase 65 milhões de brasileiros e brasileiras não têm condições de pagar um advogado e ainda aguardam um dia em que um defensor público federal estará ao alcance deles. É esse propósito que me fez chegar até aqui. Essa é a extensão natural de tudo que nós já construímos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nesse contexto que se insere a minha trajetória, que percorro com o coração cheio de gratidão. A minha maior gratidão é a Deus. A razão da minha existência, minha força em cada momento de dúvida e meu amparo. Sou filha do Seu Tarcísio e da D. Regiane, cujos nomes compõem meu nome, Tarcijany. Nosso Nordeste tem muito disso, foram eles que plantaram em mim os valores que eu carrego até hoje: amor ao próximo, honestidade e perseverança. Valores que, ao lado do meu esposo Walter, meu companheiro de vida, dos sonhos de cada cidade que a defensoria nos apresentou. Nessa cidade tivemos nossos filhos, Dom e Isabela. Eles são os meus principais incentivadores nessa jornada. Cada conquista tem o nome deles. Obrigada, minha família! (*Manifestação de emoção.*)

Nasci em Mucambo, onde cresci e estudei. Um município com pouco mais de 14 mil habitantes, no Sertão Noroeste do Ceará. Lá frequentei escola pública e nunca me acostumei com a insuficiência dos recursos públicos. Mas aprendi, em comunidade, a viver com essa falta de direitos tão básicos.

Deixo Mucambo para conquistar o meu diploma pela Universidade de Fortaleza. É com muito orgulho que tenho esse diploma, que foi somente possível em razão das políticas públicas para o amplo acesso à educação.

Isso verdadeiramente transforma destino, pessoas e instituições. Eu deixei Mucambo, mas Mucambo segue em mim e nas minhas escolhas e decisões diárias.

Sras. e Srs. Senadores, poderia apresentar minha trajetória com uma lista de cargos e funções que eu já exerci, mas isso seria insuficiente para conhecerem a Defensora Tarcijany. Prefiro começar por palavras que ouvi, de repente, numa fila: "Tô com muita dor, não aguento ficar de pé". Durante uma ação itinerante no Município de Boca do Acre, encontrei o Seu Francisco. Ele mancava, e seu corpo não conseguia esconder tanta dor que ele sentia naquela ação. Olhei nos olhos dele e perguntei: "Seu Francisco, você já recebeu algum benefício?". "Já sim, Doutora, eu já pedi, mas eu nunca consegui, apesar de ter pedido várias vezes." Eu olhei nos olhos do Seu Francisco e disse: "Vem comigo, Seu Francisco, hoje vai ser diferente".

Providenciei uma cadeira de rodas. Fomos juntos atualizar o Cadastro Único, realizei a perícia médica e participei de uma audiência de conciliação. A proposta de acordo para o Seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco foi quase imediata. Seu Francisco chorou, me abraçou e disse: "Muito obrigado, Doutora, vim aqui tirar um RG e saí com o benefício".

Naquele momento, eu entendi com clareza, e sempre soube no fundo: Seu Francisco não precisava apenas de um atendimento, ele precisava ser percebido, ser compreendido e ser lembrado. É isso que a Defensoria Pública representa na vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Sras. e Srs. Senadores, iniciei minha carreira lá na cidade de Óbidos, nas comarcas de Faro e Óbidos, no coração da Amazônia, no Estado do Pará. Em 2013, ingressei na Defensoria Pública da União naquele mesmo Estado do Pará, na cidade de Santarém. Depois fui para Teresina, onde também assumi a chefia da instituição e levei atendimento naquele estado para municípios que ainda não tinham atendimento de um defensor.

Atualmente, sou Defensora Pública em Sobral e atendo 42 municípios naquela região. Mucambo, Faro, Óbidos, Santarém, Teresina, Sobral, cada cidade me ensinou. Cada comunidade deixou um pedaço dela em mim. A população vulnerável de cada uma dessas cidades em que eu passei está presente hoje aqui, em cada gesto, cada olhar e cada palavra que eu profiro nesta Comissão. E é essa trajetória que me traz aqui, perante V. Exas., para esta sabatina.

Esta sabatina representa um marco histórico. Passados mais de 20 anos da reforma do Judiciário, esta Casa avalia pela primeira vez uma defensora pública eleita pelos seus pares, uma mulher para chefiar a Defensoria Pública da União. Somos quase 290 mulheres, 42% do quadro atual, mulheres que diariamente estão na linha de frente de atendimento, ao lado de quem mais precisa. Se esta Casa assim entender, será uma honra e uma responsabilidade que carregarei com todo cuidado. Estou pronta.

Registro com humildade o significado de que essa indicação ultrapassa a minha trajetória pessoal. Uma defensora que promove e defende direitos ganha coerência quando pratica internamente aquilo que a sociedade exige dela.

Enquanto jovem defensora, acompanhei com o coração aquecido os debates que culminaram com a Emenda Constitucional 80. Ver o sonho Defensoria em todas as comarcas ganhar forma na Constituição foi um dos momentos mais bonitos na minha vida. Eu estava aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta Casa. A DPU avançou, e esse avanço contou muito com o apoio do Congresso Nacional. Cada emenda, cada lei, cada destaque foi um passo importante nessa construção.

Tenho a certeza de que, caso seja aprovada por esta Comissão, seguiremos caminhando juntos e juntas, colocando a Defensoria Pública da União cada vez mais perto de quem precisa.

Encerro voltando à Mucambo. Quando eu era criança, a Justiça era tão distante... Para muitos brasileiros, ela parece assim, e, se há uma instituição capaz de mudar essa realidade, é a Defensoria Pública da União. A DPU existe para ver, compreender os inúmeros franciscos que existem neste Brasil e entregar a eles aquilo que sempre foi de direito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Dra. Tarcijany Linhares Machado. Parabenizo-a pela sua exposição.

A discussão está aberta, se quiserem fazer perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Fabiano e a Senadora Eliziane estão inscritos.

Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu transfiro prioritariamente a palavra à Senadora Eliziane, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Fabiano.

Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, eu quero dizer da minha felicidade, Presidente, de participar desta sessão na Comissão de Constituição e Justiça, quando nós estamos diante de duas mulheres incríveis, mulheres extraordinárias, mulheres que marcam o tempo pela posição histórica e, sobretudo, pela representação que vocês têm para este momento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente faz todo um levantamento sobre a participação das mulheres, sobretudo nos órgãos de cúpula no Brasil, seja no Judiciário, seja no Executivo, seja no Legislativo, nós vamos ver uma participação muito minoritária das mulheres, em média de 15%; muito embora, quando na inserção, sobretudo por questões de mérito, de concurso público, de competência técnica, você vê uma participação quase que igualitária. Nesse sentido, nós precisamos reunir forças para ampliar esses espaços, seja num marco regulatório importante, portanto uma legislação forte, impositiva, com cotas para um tempo da sociedade, porque é necessário, seja pela decisão daqueles que comandam a coisa pública no Brasil.

Nesse sentido, eu trago os meus cumprimentos ao Presidente Lula, porque o Presidente Lula tem tido essa sensibilidade ao indicar.

E aí, Dra. Tarcijany, V. Exa. lembra que é a junção do nome dos pais... Eu também sou nordestina, lá em casa nós somos oito irmãos, Tarcijany, e são cinco com a letra "e", todos começam com "e". É uma prática bem importante das nossas regiões.

Mas eu quero parabenizá-la, porque V. Exa. vai assumir uma posição que é muito importante, sobretudo para a população minoritária, que é a Defensoria Pública. A Defensoria Pública existe para estender a mão àqueles que estão em situação de vulnerabilidade, àqueles que precisam, de fato, de uma compensação do poder público para poder existir, para poder participar da coisa pública, ter acesso à educação, à saúde e ter acesso a direitos.

Quando V. Exa. relatou o caso específico do senhor que foi tirar um RG e acabou tendo, de fato, um benefício, esta é a realidade. Às vezes, por falta de uma leitura, por falta de uma informação básica, essa população minoritária do Brasil acaba não tendo acesso, de fato, a esses direitos. E é por isso que é muito importante a função da Defensoria Pública ser liderada por alguém que tenha essa sensibilidade. E V. Exa. apresenta isso muito bem ao mostrar a sua sensibilidade e o seu olhar para essas populações de todo o Brasil. Portanto, eu quero apenas parabenizá-la, da mesma forma também como parabenizo a Margareth.

Até que na Justiça do Trabalho a gente conseguiu evoluir um pouquinho mais e o percentual chega a 37%. Então, isso é importante, porque a gente vê várias Ministras e Juízas do Trabalho participando e dando, de fato, a sua contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero apenas desejar a vocês muito sucesso. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V. Exas. passarão com uma relativa folga aqui na CCJ e da mesma forma também no Plenário. O fato é que nós teremos duas mulheres fortes, duas mulheres aguerridas para cumprir um papel que é fundamental para o Brasil.

E nós, Teresa, precisamos fazer pela nossa função e pelas mulheres que nos acompanham, porque, às vezes, Tarcijany, quando falhamos em alguma situação, não é uma falha individual de uma mulher, coloca-se como uma falha das mulheres – são as mulheres que não têm competência, são as mulheres que não conseguem –, e acaba-se, às vezes, até desestimulando outras mulheres. Então, nós, de fato, temos uma responsabilidade muito grande sobre nós pela exclusão, pela falta de participação feminina, por tudo, na verdade, que a gente vive. É fazer por nós, fazer pela nossa geração e fazer pelas mulheres também que estão nos acompanhando, porque vocês são mulheres que inspiram outras mulheres.

Então, eu desejo realmente muito sucesso. Se Deus quiser, em breve, o meu discurso, ou o discurso das próximas que virão depois de nós, será um outro discurso, será um discurso realmente de comemorar a isonomia entre homens e mulheres no Brasil.

Parabéns e muito sucesso a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Eliziane.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar V. Exa., ao passo que eu quero também parabenizar tanto a Dra. Margareth como a Dra. Tarcijany, mas, acima de tudo, eu quero também reforçar a gratidão que eu tenho ao Presidente Lula por fazer essas indicações. Eu acho que essa representatividade, para mim, é de fundamental importância.

Eu só tomo a liberdade, para as indicadas, de fazer um depoimento pessoal da minha história na Defensoria Pública e na Justiça do Trabalho. Eu era estudante de Direito quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estagiava na Justiça do Trabalho, especificamente nos sindicatos dos metalúrgicos, vendo ali efetivamente a dificuldade de se efetivar e garantir os direitos às verbas resilitórias e quão distante a Justiça estava dos trabalhadores. Depois, na Defensoria Pública, quando estagiei na vara de família, vi que, nas separações conjugais, dividiam-se até talheres e eletrodomésticos daquelas residências. Essa é a realidade.

Eu sempre vejo aqui, Dra. Tarcijany, que... Eu faço uma reflexão: você quer ver como um governo quer bem à sua população? Olhe como ele trata a Defensoria Pública, porque é a Defensoria Pública que luta pelos mais pobres, é a Defensoria Pública que luta pela efetivação dos direitos humanos, é a Defensoria Pública que luta pela efetivação da igualdade entre homens e mulheres, é a Defensoria Pública que luta para erradicar toda e qualquer forma de discriminação, que tem um olhar humanizador com a população pobre e preta, que tanto é discriminada, porque infelizmente o Estado – e depois eu pude presenciar isso como delegado – criminaliza a pobreza e criminaliza a cor da pele, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre ou preto. Daí a importância da Defensoria Pública, seja ela estadual, seja ela da União. Então, eu quero fazer o meu agradecimento a todas as defensoras públicas, a todos os defensores públicos, a todos os juízes do trabalho que têm essa vocação para entender que o salário tem uma função social, ele está para além daquele valor ali.

E nós estamos diante de um momento muito delicado, porque, quando esta Casa se debruça, por exemplo, para derrubar a famigerada escala 6x1, vem-se com o discurso de empresários de que se vai quebrar o país. Aconteceu o mesmo discurso quando as mulheres conquistaram o direito à licença-maternidade, aconteceu o mesmo discurso quando tivemos o direito ao décimo terceiro. Sempre quando é para atender o trabalhador mais pobre, esta Casa infelizmente fecha as portas.

Então, eu não posso deixar de fazer esse desabafo, porque eu queria muito que o Congresso Nacional representasse efetivamente a população mais pobre, mas eu queria muito que entrasse por essa porta, na Comissão de Constituição e Justiça, mais representantes dos trabalhadores que estão aí precarizados, uberizados, que não têm nenhuma garantia, verba resilitória. Eu queria muito que entrasse mais representantes das mulheres, da população preta, da população LGBTQIA+...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... da população que mais precisa, porque dizer que o Congresso Nacional representa a população brasileira, com todo respeito, está longe de uma realidade. Infelizmente nós temos uma representatividade de castas, mas que essa casta não se perpetue na Justiça do Trabalho!

Eu tenho certeza e plena convicção do mérito de V. Exas. Eu ouso subtrair uma fala da minha querida Eliziane, quando ela fala que, em todo encontro, quando tem uma indicação de uma mulher, a gente olha para essas mulheres e fala: "Olha, você é muito boa, você é muito competente", porque nós temos, sim, um sexismo, nós temos, sim, um preconceito. Nós diuturnamente presenciamos aqui Senadores falando e todos ficam calados. Agora, quando uma mulher está falando, parece que ali há um momento em que há o salvo-conduto para interromper aquelas mulheres.

Então, eu quero aqui elogiar, agradecer ao Presidente Lula, parabenizar tanto a Dra. Margareth quanto a Tarcijany e falar: continuem tendo esse olhar humanizador, tendo empatia pelos mais pobres, porque o que me move a estar na política efetivamente é lutar pela população que mais precisa. Eu tenho a plena convicção do lado que escolhi e não quero mudar de lado. Eu quero estar do lado para acabar com essa famigerada escala 6x1, eu quero estar do lado para dar um piso salarial para os garis e margaridas – que é uma necessidade –, mas eu não quero ficar aqui estendendo tapete para aquelas camadas, castas de funcionários públicos, de 20 mil funcionários públicos no país que ganham R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil – e agora foi oficializado para terem um teto de R$80 mil, quando um trabalhador, para trabalhar 44 horas semanais, ganha R$1.621.

Eu queria fazer um desafio, com todo respeito aos meus colegas: vivam com R$1.621. Vivam com R$1.621, trabalhando numa escala 6x1, sendo uma mulher que não tem uma creche para botar o filho na escola, não tendo dinheiro para pagar um plano de saúde, não tendo condição de botar o filho numa escola de tempo integral.

Todos somos iguais perante a lei, essa é a premissa constitucional prevista no art. 5º. Infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Eu sonho com o dia em que eu vou chegar aqui e vou falar: eu tenho orgulho de dizer que vivemos num Estado brasileiro em que todos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual, somos iguais perante a lei.

Parabéns e sucesso na carreira de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

Nós vamos agora... As duas indicadas podem esperar o resultado da votação, que será feita ao final da última arguição, que é do indicado na Mensagem 7.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 15/04/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço ao Senador Weverton que possa conduzir aqui à mesa o Dr. Jorge Messias. E Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma pergunta de encaminhamento dos trabalhos.

A votação das representantes que acabaram de falar aqui, das postulantes será ao mesmo tempo que a do Sr. Jorge Messias, no final da sessão? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em determinado momento da sessão, eu posso abrir, inclusive, a votação, depois da exposição e da arguição dos Srs. Senadores, da maioria dos Srs. Senadores.

Inclusive, Senador Rogerio Marinho, Senadores e Senadoras, pela ordem pediram inscrição para a arguição do indicado Dr. Jorge Messias: o Senador Weverton, que é o Relator; depois, o Senador Flávio Bolsonaro; depois, o Senador Contarato; depois, o Senador Magno Malta; o Senador Jaques Wagner; o Senador Rogerio Marinho; a Senadora Eliziane Gama; o Senador Marcio Bittar; o Senador Sergio Moro; o Senador Camilo Santana; o Senador Rogério Carvalho; o Senador Giordano; e o Senador Mourão. O Senador Esperidião, que chega aqui, é o décimo segundo.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente Otto, eu também gostaria de me inscrever: Senador Renan Filho.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu tinha me inscrito ali. Acho que ele esqueceu. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Informo a todos os interessados em assistir à sabatina que o Plenário nº 6 está aberto na Ala Nilo Coelho, com telão, para que aqueles que queiram assistir possam se dirigir ao telão. Até porque são muitos assessores, representantes da imprensa e de outros órgãos que estão presentes, e eu vou solicitar silêncio para que aqueles que estão assistindo possam permitir a exposição do Dr. Jorge Messias. Nós vamos observar, e aqueles que insistirem em falar dentro do Plenário em voz alta, nós vamos pedir à Polícia Legislativa que os retire do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho bons ouvidos e olhos e vou realmente tomar essa decisão.

Eu passo a palavra, para a sua exposição, ao Dr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Barroso. O Dr. Jorge Messias tem a palavra.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Muito bom dia a todas e todos, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Sr. Presidente desta CCJ, Senador Otto Alencar, Sr. Relator, Senador Weverton Rocha, Sras. e Srs. Senadores, nação brasileira.

Saúdo todas as autoridades aqui presentes, de modo muito especial, todos os Parlamentares que sempre me receberam muito bem nesta Casa, durante toda esta minha peregrinação. Quero felicitar, de uma forma muito carinhosa, a Dra. Margareth Costa, indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, e a Dra. Tarcijany Linhares, indicada para o cargo de Defensora Pública-Geral da União, com as quais tenho a alegria de dividir a bancada nesta sabatina – aqui, as duas indicadas me antecederam.

Muito obrigado, Presidente Otto, por ter concedido esta prerrogativa às nossas duas indicadas.

Também cumprimento aqui o público presente e o que nos acompanha nas transmissões pela internet.

Cumprimento, de modo também muito carinhoso, todos os profissionais de imprensa que aqui acompanham esta sabatina por diversos veículos da imprensa profissional do Brasil. Aqui, destaco o papel essencial exercido pela imprensa na transparência e na defesa da liberdade de expressão em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também os membros do Poder Executivo, e o faço aqui na pessoa do Ministro José Múcio, o nosso Ministro da Defesa.

Quero cumprimentar também os membros do Poder Judiciário na pessoa do Ministro Carlos Brandão, estendendo, de modo muito especial, meu apreço a todas as juízas e juízes brasileiros de nosso país.

Cumprimento a advocacia na pessoa do Dr. Felipe Sarmento, que representa o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição que tenho a honra de integrar há mais de 20 anos.

Também saúdo todos os integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, em nome do Presidente da Conamp, o Dr. Tarcísio Bonfim.

Também gostaria de cumprimentar os membros e servidores da minha casa de origem, a Advocacia-Geral da União, na pessoa do Dr. Flavio Roman, que é atualmente o Advogado-Geral da União Substituto.

Ministros de tribunais superiores, presidentes de tribunais, associações de magistrados, do Ministério Público, da Defensoria, das advocacias pública e privada, e entidades da sociedade civil e privada; sou muito grato pela confiança.

À academia, quero registrar o apoio que recebi de grandes centros de ensino e pesquisa. Em nome de todos, destaco a generosidade da minha *alma mater*, a Faculdade de Direito do Recife, berço dos cursos jurídicos no Brasil – e cumprimento o Senador Fernando Bezerra, também da minha terra, Pernambuco – e formadora de 40 Ministros na história do Supremo Tribunal Federal. Sinto-me privilegiado por todo o apoio que recebi ao longo desta jornada.

Sras. e Srs. Senadores, aprendi na vida que quem só sabe direito, nem direito sabe, como nos inspirou em preciosa lição o mestre Pontes de Miranda. Apresento-me com a consciência de que a Constituição somente concretiza seus valores fundamentais quando aplicada com o humanismo e a diversidade de saberes, aqui nesta Casa tão presentes.

Sr. Presidente Otto Alencar, gostaria, se V. Exa. me permitir, de dividir a minha fala em três breves partes. Na primeira, gostaria de destacar como cheguei até aqui. Em segundo lugar, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penso sobre o constitucionalismo e sobre o Supremo Tribunal Federal. Por fim, quero expressar a V. Exas. alguns compromissos como postulante ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Primeiro, nasci no Recife, filho de Edna e Edson.

Aos meus três anos, nossa família se mudou para Teresina. Meu pai, bancário, foi assumir a gerência de um banco privado no Piauí. Vivemos em Teresina até os meus 17 anos, mas sempre mantivemos as referências em Pernambuco. Meus pais são pernambucanos.

Ingressei na Faculdade de Direito do Recife em 1998. No período da Casa de Tobias, participei do movimento estudantil, estagiei em órgãos públicos, Ministério Público e Procuradoria do Estado e, para me sustentar financeiramente, prestei concurso para a Caixa Econômica Federal – sim, fui economiário –, onde atuei como Técnico Bancário e Gerente de Relacionamento daquela instituição.

Bom dia, Senador Viana. Muito obrigado.

Graduado no ano de 2003, fui aprovado, por concurso público, como Analista Judiciário e Procurador de diversos tribunais de contas estaduais. Em 2005, fui aprovado para concursos da Advocacia-Geral da União, também concurso público. Primeiro, como Procurador do Banco Central do Brasil, quando iniciei minha carreira e a minha trajetória em Brasília.

Aqui constituí minha família, com minha esposa, que me acompanha, Karina, mãe de meus dois filhos, Vitória e João Pedro, meus alicerces.

Em 2006, fui aprovado, também regularmente por concurso público, para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, cargo que ocupo até hoje.

Na AGU, Sr. Presidente, tive o privilégio de atuar em diferentes áreas do serviço público federal. Fui Consultor Jurídico no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Consultor Jurídico e Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Portanto, minha trajetória no serviço público foi dedicada, desde o começo, às pessoas e aos setores que interagem com o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2015 e 2016, exerci o cargo de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil no Governo da Presidente Dilma Rousseff, uma função técnica, de assessoramento direto da Presidência da República. Foi um período desafiador. Cumpri meus deveres até o fim daquele ciclo, com fidelidade e responsabilidade profissional. Ao término, Senador Fabiano Contarato, mergulhei em projetos acadêmicos e fui explorar novas experiências profissionais. O mestre Ariano Suassuna me inspirou, dizendo que "o tempo duro tudo esfarela".

Sou mestre e doutor pela Universidade de Brasília. No currículo que fiz chegar e distribuir a V. Exas., consta, de forma pormenorizada, minha experiência e formação complementar, as atividades acadêmicas, como docente e integrante de bancas de pós-graduação, bem como as publicações científicas, produção técnica – mais de uma centena –, as homenagens e condecorações – mais de duas dezenas –, além de outras atividades.

Em 2019, Senador Jaques Wagner, fui acolhido na Assessoria de V. Exa.

Aqui, Senador Otto Alencar, nesta Casa, percorrendo os tapetes, o tapete azul, experimentei um período virtuoso da minha vida, diria até de epifanias. Esta Casa foi uma espécie de escola, que me permitiu amadurecer vivências passadas, superar feridas, se não pelo convencimento de tudo, ao menos pela possibilidade de compreender o todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Experimentar o suprapartidarismo abriu meus horizontes sobre os significados de democracia e República. Aprendi a dimensionar a atividade política como um espaço nobre de solução de conflitos e definição de rumos e de administração do nosso país.

V. Exas. aprimoraram minha valência no diálogo e no poder da escuta. Aprofundaram meu discernimento de que a vida pública se exerce com serenidade e vocação conciliatória; e, sobretudo, de que posições antagônicas são oportunidades para o amadurecimento de consensos. Aqui constatei, graças ao acolhimento fraternal de V. Exas., o protagonismo do Poder Legislativo, Senador Eduardo Braga, nos grandes temas nacionais. V. Exas. fizeram muito bem a mim, Senadora Eliziane Gama. Dessa experiência carrego o aprendizado de Ruy Barbosa, patrono desta Casa, de que "a política é a higiene dos países moralmente sadios".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi neste Senado que amadureci para o desafio seguinte, o de Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União. Assumi o comando da Advocacia-Geral da União no ano de 2023. Minha gestão tem sido pautada em três eixos. Primeiro, o trabalho diuturno pela segurança jurídica. Segundo, a responsabilidade fiscal e orçamentária. Terceiro, e diria até o mais importante, o diálogo permanente entre as instituições de nosso país, Senador Rogério Carvalho. Essas diretrizes, que têm guiado o meu trabalho, têm se revelado extremamente eficazes para o Estado brasileiro.

Não quero aqui cansá-los com o inventário de minha gestão na AGU – distribuí a V. Exas. um relatório pormenorizado e estou à disposição para verticalizar qualquer tema, caso desejem. Aqui importa destacar que a chefia na Advocacia-Geral da União aprofundou meu conhecimento sobre a nossa Suprema Corte, onde atuei por prerrogativa constitucional em defesa da União e da constitucionalidade das leis brasileiras.

Gostaria de expor a V. Exas. o que penso sobre o nosso Supremo Tribunal Federal. (*Pausa.*)

Primeiro, como advogado-geral da União, sou testemunha privilegiada da importância do Supremo Tribunal Federal para o nosso país. O Supremo Tribunal Federal, Senador Sérgio Petecão, completou 135 anos no último dia 28 de fevereiro, um marco de coragem e independência. Desde 1891, o Supremo vem lidando com todas as espécies de desafios da nação brasileira, Senador Jader Barbalho. Entre erros e acertos, vem se mantendo firme como guardião da supremacia constitucional e do nosso Estado de direito.

É um dos responsáveis por assegurar liberdades públicas, garantir a diversidade, proteger minorias e concretizar direitos fundamentais a milhões de brasileiros de nosso país. Grandes agendas econômicas e de direitos fundamentais, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, direito criminal, políticas públicas, relações entre Poderes, democracia, processo eleitoral, direitos humanos, entre outras, são pautas permanentes no Supremo Tribunal Federal.

É um tribunal, Senador Otto Alencar, participativo, dialógico e de ampla acessibilidade digital. Uma Corte aberta à academia, à sociedade civil e às organizações sociais e políticas. Uma Corte, eu diria, muito produtiva, que julga mais processos do que recebe, e experimenta, hoje, o seu menor acervo nos últimos 31 anos. Portanto, não tenho dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal integra o amadurecimento cívico, Senadora Zenaide Maia, do Brasil, e é a instituição central do nosso arranjo democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente que precisamos falar do seu aperfeiçoamento. A credibilidade da Corte, Senador Magno Malta, é um compromisso e uma necessidade. Precisamos, por sua importância, de que o Supremo Tribunal Federal se mantenha aberto permanentemente ao aperfeiçoamento. A percepção pública de que cortes supremas resistem à autocrítica e ao aperfeiçoamento institucional tende a pressionar a relação entre a jurisdição e a nossa democracia. Em uma república, todo poder deve se sujeitar a regras e contenções. Por isso, demandas da sociedade por transparência, prestação de contas, escrutínio público não devem causar constrangimentos a nenhuma instituição republicana de nosso país.

Recalibragens institucionais, Senador Sergio Moro, e ajustes de rotas não são signos de fraqueza. Ao contrário, fortalecem, sim, o Poder Judiciário, enquanto são capazes de neutralizar discursos destrutivos e de inibir narrativas autoritárias que visam, na realidade, a enfraquecê-lo. Portanto, é dever do Supremo aprimorar-se com lucidez institucional para permanecer pujante e respeitado, Senador Rogério Carvalho, como o Brasil dele necessita. O Supremo deve convencer a sociedade de que dispõe de ferramentas efetivas de transparência e controle.

A democracia começa pela ética dos nossos juízes, enfatizou recentemente o Ministro Celso de Mello. Juízes constitucionais devem ser farol de uma ética judicial que projete, por seus comportamentos, um modelo de integridade replicável para o conjunto da magistratura nacional. Tenho clareza de que a todos os juízes brasileiros, do topo à base, impõem-se regras de integridade, transparência, discrição, sobriedade, equidistância e liturgia no cargo.

Quero falar sobre segurança jurídica e o respeito às regras do jogo. Regras são especialmente importantes em cortes constitucionais, sim, mas como ferramenta de controle de poder. O respeito às regras criadas pelos representantes eleitos, V. Exas., define o poder do juiz, tanto pelo que pode quanto pelo muito que não pode, Senador Weverton, fazer. Regras protegem a sociedade contra o voluntarismo judicial. A percepção de que juízes são refratários ao cumprimento de regras, na minha opinião, solapa a legitimidade das cortes constitucionais. É a estabilidade das regras que conduz a coerência das decisões, Senador Renan Calheiros Filho.

É célebre a advertência que nos fez Ruy Barbosa de que o Supremo não dispõe de soldados, nem de tesouros. Sua autoridade não se funda na força ou temor, mas na fidelidade que deve ter a Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as leis... E, por isso, na confiança pública de que o tribunal é capaz de transmitir por meio de suas sentenças. Sim, são as sentenças que falam pelo tribunal.

Legitimidade se dá pela colegialidade. Nessa direção, a legitimidade das cortes também passa por expressar, Senador Vanderlan, precipuamente, por vozes colegiadas. Quanto mais individualizada a atuação de Ministros, mais se reduz a dimensão institucional do Supremo Tribunal Federal. A colegialidade preserva o tribunal de estigmas de arbítrio, Senador Giordano, protege a percepção pública de politização dos julgamentos, despersonaliza o processo e promove segurança jurídica.

Por isso, considero extremamente importante a preocupação deste Congresso Nacional com a agenda da colegialidade no Supremo Tribunal Federal.

Aqui, em especial, eu gostaria, de forma muito carinhosa, de enaltecer o altíssimo nível do debate promovido pelo Senador Presidente Rodrigo Pacheco, que conduziu a votação de forma primorosa na PEC nº 8, de 2021. Assim como valorizo também as reivindicações da advocacia nacional por uma colegialidade sempre qualificada, por um plenário virtual com direito pleno ao contraditório e à ampla defesa, mas desde que substantivos, e que se aprimore, sobretudo, para as sustentações orais dos advogados e advogadas brasileiros.

Gostaria de tratar sobre autocontenção e deferência institucional. Cortes constitucionais também se afirmam por suas virtudes passivas e devem ser cautelosas em operar mudanças divisivas que interfiram em desacordos morais razoáveis da nossa sociedade. Tenho clareza de que a prudência e a gestão do tempo decisório são ferramentas importantes para decantar agendas ainda não amadurecidas no debate democrático parlamentar. Assim como também compreendo que o comportamento não expansionista confere legitimidade democrática às cortes e aplaca as críticas, tanto as justas quanto as injustas, de politização da justiça e de ativismo judicial. Nem ativismo, nem passivismo; a palavra é equilíbrio.

Nesse sentido, Senador Jayme Campos, a tarefa de preservar a harmonia entre as instituições exige do juiz constitucional um exercício autocontido de suas competências, autocontido nas prerrogativas de outros Poderes, tais como na interpretação do Estatuto dos Congressistas, no reexame dos atos *interna corporis* do Parlamento e na interferência no processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas políticas públicas, o Judiciário deve sempre cumprir papel residual e complementar, não como protagonista ou substituto dos gestores e legisladores, e autocontido na restrição de direitos fundamentais, como as liberdades de expressão, cuja glosa não se deve apoiar em fundamentações vagas ou imprecisas que camuflam percepções subjetivas do julgador. Direitos não se comprimem por estados de espírito, mas apenas por razões constitucionais estritas, desde que juridicamente fundamentadas em processo com altíssimo rigor técnico, Senadora Teresa Leitão.

Nesse ponto, tenho presente que encontrar arranjos de resistência institucional que se conciliem com os limites do Estado de direito é um desafio que vivenciamos. A minha posição é clara: as ferramentas judiciais de defesa da democracia não podem comprometer a legalidade que fundamentam preservar. Quer dizer, a proteção da ordem constitucional só é legítima quando respeita os próprios limites do Estado de direito, Presidente Otto Alencar. Decorre que invocar direitos fundamentais para justificar violações à lei representa uma contradição insuperável, eu entendo. Precisamente aqui neste ponto, Senador Fabiano Contarato, a autocontenção nas zonas punitivas do direito emerge para um direito penal sério e eficiente, mas reservado, um sistema criminal que preserve de forma absoluta a presunção de inocência, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e que saiba distanciar de apelos populistas e de linchamentos morais. Comprovada a culpa, não basta condenar, é preciso condenar da maneira correta, do jeito certo e na proporção certa – repito: na proporção certa –, com regras, razões e controles, um processo penal a serviço do equilíbrio entre a limitação do poder punitivo do Estado e a proteção da nossa sociedade.

A jurisdição constitucional demanda sempre um diálogo sadio entre Poderes. O que separa a política da jurisdição constitucional não é o assunto, mas o método, o modo de proceder, a processualidade, o processo de tomada de decisão que judicialmente devem ser marcados por discrição, autocontenção, deferência institucional aos outros Poderes – sim, deferência institucional aos outros Poderes – e, sobretudo, fidelidade ao direito posto pelo Parlamento, por esta Casa. São práticas que edificam, na minha opinião, a confiança de um tribunal comprometido com única e exclusiva perspectiva, a defesa desta Constituição Federal, não com indivíduos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desafio não é afastar o tribunal de temas políticos, que são inevitáveis, mas o de concretizar medidas que reforcem a percepção de imparcialidade dos nossos juízes. A política, a mais nobre das legitimações, se funda no princípio majoritário, no domínio da vontade e na soberania popular. Já a jurisdição constitucional se ancora apenas no primado da lei e no domínio da razão juridicamente fundamentada. Nas palavras do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Ribeiro da Costa, a justiça, quaisquer que sejam as circunstâncias políticas, não toma partido, Senador Rogerio Marinho, não é a favor nem contra, não aplaude nem censura.

Acredito que esse acatamento respeitoso de identidades institucionais é o ponto de partida para uma interação sadia entre a jurisdição constitucional e a política, ao que me comprometo a exercitar, caso venha a ser aprovado por V. Exas.

O papel da jurisdição constitucional está exatamente colocado no processo de equilíbrio entre os Poderes, na busca pela harmonia e não o revés. Como defende o Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, o Congresso é o espaço de mediação política por excelência em nosso país, e disso não podemos nos afastar. Este Congresso, Presidente Otto Alencar, é o centro de força e o ponto de encontro da República. Quando a temperatura institucional se eleva, cabe a este Parlamento, em primeiro lugar, arbitrar pela pacificação entre os Poderes. "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus", como ensina o Livro da Bíblia, em Mateus, 5, 9.

No que importa à jurisdição constitucional, a concepção moderna da harmonia entre os Poderes exige das cortes constitucionais a abertura sempre e necessariamente democrática para compartilhar os significados da Constituição. O juiz constitucional não exerce de modo privativo a interpretação da Constituição. Tenho clareza de que a contribuição do Supremo Tribunal Federal para o equilíbrio institucional também passa pela abertura aos pontos de vista dos demais Poderes e das diferentes instâncias da sociedade civil, na tarefa de definir os sentidos da Constituição. Compreendo a interpretação constitucional como um processo coletivo, concretizado de forma contínua por via de diálogo entre os Poderes e da participação popular, não como um ato solitário de juízes.

Quero dizer a V. Exas. que estou aberto a essas perspectivas do constitucionalismo participativo. Tenho bem presente que uma jurisdição constitucional que dialoga por correções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recíprocas entre os Poderes é mais construtiva do que aquela que se acomoda ao modelo pouco colaborativo, segundo o qual o Supremo teria o direito de errar por último. E a decisão do Supremo é, sem dúvida, um momento importante, mas não exclusivo – tampouco definitivo – do processo de interpretação constitucional.

Encaminho-me para o final – não quero cansar V. Exas.

Eu gostaria de dizer, com muita clareza, para a nação brasileira e para V. Exas.: aqui vos fala um servo de Deus. Eu caminho com Deus há 40 anos, que me acolheu desde criança. Tive a fortuna de nascer em uma família de evangélicos. Meus pais, Edna e Edson, que me assistem, plantaram muito cedo a semente da fé, o que, sem dúvida, salvou a minha vida. (*Manifestação de emoção.*)

Para mim, ser evangélico é uma bênção; não um ativo. A minha identidade é evangélica. Todavia, eu tenho plena clareza, Senador Fabiano Contarato, de que o Estado constitucional é laico. Há uma laicidade, clara, mas colaborativa, que fomenta o diálogo construtivo entre o Estado e todas as religiões, em prol da fraternidade e da inclusão, sem admitir favorecimentos ou discriminações entre as diversas confissões religiosas de nosso país.

A laicidade nos acompanha desde a Constituição Republicana, em 1891. Essa tradição de neutralidade estatal em matéria de fé é a célula da nossa identidade nacional, na condição de nação diversa em formações e culturas, Presidente Otto Alencar. É a laicidade do Estado que assegura a todos o exercício da fé com tranquilidade. O juiz constitucional deve ser leal a isso. Juiz que coloca suas convicções religiosas acima da Constituição não é juiz.

Pois bem, firmado o respeito absoluto à laicidade, devo lhes dizer, como servo de Deus, que os princípios cristãos me acompanham em qualquer jornada da minha vida. Tenho clareza de que o Estado laico não interdita considerar a base ética cristã que cimenta nossa Constituição.

É possível interpretar a Constituição com fé, e não pela fé. Nossa Carta foi promulgada sob a proteção de Deus, como declara o preâmbulo. Afirma que somos uma sociedade fraterna, justa, solidária e inclusiva, um chamado a ver o outro como um irmão, e não um adversário.

Os objetivos fundamentais da República, assim como preconiza o art. 3º da nossa Carta Magna, Senador Eduardo Braga, refletem essa visão: promover o bem de todos, erradicar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobreza, reduzir as desigualdades, sem preconceitos e sem discriminações. O edifício cristão também evoca a proteção irrestrita da família, no seu art. 226; a proteção integral das nossas crianças e adolescentes e a defesa da inviolabilidade do direito à vida, claramente no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, princípios que orientam a interpretação da Constituição, simplesmente porque estão na Constituição.

Portanto, asseguro aos meus irmãos que todos esses valores espirituais me acompanharão na tarefa a que me estou propondo, caso tenha a honra de ser aprovado por este Senado Federal.

É tempo de concluir, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Atravesso este processo de indicação com a absoluta paz de espírito. Estar aqui já é em si um privilégio. (*Manifestação de emoção.*) Compreendi muito cedo que o múnus público se exerce com moderação, mas com serenidade, com coragem, mas sem afrontas, Senador Camilo, e que elevadas funções, como a que ora postulo, exigem disciplina e sacrifícios. Aliás, estes também são predicados dos bons juízes: disciplina e sacrifício.

Sinto-me honrado em participar deste itinerário que reafirma a harmonia entre as nossas instituições. Um brasileiro comum, indicado pelo Presidente da República – a quem agradeço, Presidente Lula, pela minha indicação –, que se submete ao escrutínio do Senado Federal em busca da confiança para ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário da nossa nação. Três Poderes em equilíbrio, é o diálogo respeitoso e paciente entre os três Poderes que me trouxe até aqui. Esse mesmo diálogo que me orientará, orientará a minha atuação no respeito rigoroso aos espaços de cada Poder, se assim decidirem V. Exas.

Sou nordestino, evangélico, filho da classe média brasileira, sem tradição hereditária no Poder Judiciário. Chego aqui pelo estudo, pelo trabalho, pela minha família, pelos meus amigos e irmãos, pela fé em Deus e, consequentemente, pela confiança da minha trajetória de vida, uma vida de disciplina e humildade, portanto, uma vida verdadeiramente cristã.

Tenho a absoluta consciência do tamanho do desafio, mas assim, Senadora Teresa Leitão, como nos inspirou D. Hélder Câmara, quero dizer: com Ele nada temo. (*Manifestação de emoção.*)

Quando os problemas se tornam grandes, absurdos, os desafios se tornam apaixonantes. Desafios novos que exigem aberturas de novas fronteiras e fechamento de antigos ciclos. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante dizer que passo por um rito de passagem, este é um rito de passagem, em que, aprovado por V. Exas., encerro um ciclo e inicio um novo ciclo. Novas fronteiras regidas, quero destacar, pela imparcialidade, pela isenção e pela equidistância.

O meu compromisso é exercer uma jurisdição séria, discreta e operacional em favor do Brasil. Que no Supremo eu possa ser um instrumento de justiça, sem perder a misericórdia, que possa decidir com firmeza, sem jamais perder a humanidade, sustentar o rigor da lei, sem jamais me afastar do coração das pessoas, Senador Wellington Dias. (*Manifestação de emoção.*)

Trabalharei, sim, pela democracia e defenderei a liberdade, porque sem justiça não há liberdade. Como disse o Dr. Ulysses Guimarães: "Liberdade, soberania, justiça, sobre estas ideias simples construíram-se as maiores nações da história".

Muito obrigado a todos, a todos os meus irmãos, amigos, Senadoras, Senadores, por me terem feito chegar até aqui com dignidade, com integridade e com o coração leve. Que Deus nos abençoe grandemente durante esta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Dr. Jorge Rodrigo Araújo Messias pela sua fala, sobretudo pelos tópicos importantes que ele pontuou, e tenho certeza absoluta de que, com o apoio desta Casa, exercerá no Supremo Tribunal Federal. Eu valorizo muito aquele que vem construindo uma história passo a passo pelo concurso público, como é o caso do Dr. Jorge Messias.

Portanto, eu o parabenizo e passo a palavra, como é do processo legislativo e do Regimento Interno, ao Relator da proposta, o Senador Weverton Rocha.

Quero dizer que nós temos já 22 Senadores inscritos. Portanto, nós vamos pedir a manutenção dos dez minutos regimentais.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Como Líder do PL e membro da CCJ, foi formalizado ontem um pedido de substituição da minha cadeira para atender ao Senador Marcio Bittar. Eu estou pedindo para ratificar isso agora, porque eu estou vendo no painel que não foi feito. Como Líder, eu tenho o lugar de palavra, e o Senador Marcio Bittar assume, ele integra recentemente o PL, é uma cortesia que eu faço ao colega, para essa substituição.

O Senador Sergio Moro já consta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, quem faz a substituição é a Mesa Diretora do Senado Federal, mas o Senador Marcio Bittar já está inscrito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas eu digo pelo direito de voto e de palavra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, pois não.

Eu peço aí à Mesa da Comissão que entre em contato com a Mesa Diretora do Senado Federal, o Senador Davi Alcolumbre, para que autorize a inscrição, como pede o Senador Carlos Portinho.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, Senadoras, membros do Judiciário, cumprimento-os na pessoa do Ministro Brandão; todos os membros do Poder Executivo, na pessoa do Ministro Múcio; imprensa.

Passaram-se pouco mais de quatro meses e tive a oportunidade – mesmo antes de ser oficializada a documentação necessária para o rito desse processo, da sabatina do indicado Ministro Jorge Messias – de participar, em alguns momentos, desse diálogo franco e aberto, como ele acabou de fazer aqui, de forma resumida.

E passou aqui um filme na minha cabeça. Primeiro porque, nesta Comissão, como diz a Constituição, cabe a nós analisarmos os critérios técnicos do indicado do Presidente da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de que partido ele seja. É do Presidente da República o direito constitucional de fazer a escolha de um cidadão brasileiro para ocupar a vaga da Suprema Corte. Este indicado, ele, no meu relatório, todos aqui acompanharam, cumpre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... de forma plena, todas as exigências: notório saber jurídico, reputação ilibada, e todas as exigências necessárias ele cumpriu, de forma que apresentamos aqui o relatório a favor.

Eu poderia agora, Ministro Messias, nesses 135 anos do Supremo Tribunal Federal, trazer aqui alguns temas que tratam do dia a dia, principalmente aqui desta relevante Comissão, a CCJ, presidida pelo Senador Otto, temas que, no dia a dia, nós discutimos ou em que percebemos esse sentimento aqui da Casa. E eu não vou fazê-lo, mas vou registrar temas para pedir aqui... Por exemplo – em alguns casos, V. Exa. já registrou aqui no seu relatório sobre o que V. Exa. pensa –, a questão dos inquéritos, sobre prazo para eles, as ADPFs; a questão dos juízes de garantias, que foi votada pelo Congresso Nacional e está parada lá no Supremo Tribunal Federal; a questão da Lei do Impeachment, em que estamos num processo de adaptação e formulação dessa lei, Senador Otto, proposição que é do Senador Rodrigo Pacheco, em que você moderniza uma lei que precisa ser rediscutida, que é de 1950.

Nós temos a questão das decisões monocráticas, que foi votada já pelo Senado Federal e que está lá, e V. Exa. também fez essa referência sobre as questões colegiadas; o Código de Ética, e até o momento nós não temos acesso a ele, apenas a um artigo, mas se tem, se fala dele e da necessidade de se discutir; essa questão da presença do STF no CNJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... porque, desde quando foi criado o Conselho Nacional de Justiça, um órgão de correição, o STF, através de liminar, não participa, não se submete a esse conselho, que precisa ser repensado e discutido.

Nós temos a questão de temas importantes que eu não tenho dúvida que a gente poderia aprofundar, mas hoje, como V. Exa. acompanhou aí no dia a dia nos gabinetes, há muita politização, muita politização do debate. Pouco se discutiu esse currículo que foi apresentado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco se discutiu essa trajetória formidável: mais um membro da AGU, técnico, com capacidade, com vivência, com experiência, com muita vontade de fazer com que dê certo lá no Supremo Tribunal Federal.

Mas, infelizmente, se veem muitos temas da política e temas políticos que acabam fazendo com que a gente perca, muitas vezes, o foco ou a importância de se fazer, no momento do debate, as perguntas necessárias. Mesmo assim, além de tudo que nós vivemos nesse dia a dia aqui, no Senado Federal, eu vou deixar três perguntas – e eu peço para depois o Ednaldo até entregar, por escrito, para o Ministro Messias, viu, Ednaldo? Eu vou deixar essas três perguntas aqui e vou lê-las agora ao Ministro Messias, porque eu percebi que esse é um sentimento e até para se fazer esse esclarecimento também para a população brasileira, além dos Senadores e das Senadoras que não estão aqui dentro da CCJ, mas estão acompanhando através dos seus gabinetes.

A primeira, Ministro, é sobre o aborto. O senhor frequentemente reafirma seus valores cristãos e compromisso com a defesa da vida. No entanto, durante a sua gestão na AGU, o órgão se manifestou de forma a viabilizar procedimentos de interrupção de gravidez em estágios avançados, inclusive em casos de viabilidade extrauterina. Como o senhor concilia sua base ética e religiosa com a assinatura de atos que facilitam a prática do aborto? Caso aprovado, sua bússola no STF será a proteção integral da vida desde a concepção ou a agenda técnica que o senhor defendeu no Poder Executivo?

A minha segunda, Sr. Ministro, é considerando as manifestações públicas do 8 de janeiro. Como é que V. Exa. distingue a atuação jurídica da AGU nas medidas de natureza penal que são próprias de outros órgãos? Aqui eu gostaria que V. Exa. esclarecesse o teor de um vídeo disseminado em que o senhor se vangloria das prisões dos manifestantes do 8 de janeiro e se diz responsável pelo encarceramento ocorrido naquela data. Qual foi a posição da AGU com relação àqueles atos? O senhor representou pela prisão preventiva desses manifestantes?

Por último, Sr. Presidente e Sr. Ministro, eu quero fazer a pergunta sobre o ativismo judicial. O país assiste a uma crescente percepção de que o Poder Judiciário tem agido como um legislador positivo, muitas vezes atropelando deliberações aqui desta Casa. O senhor, que participou de negociações complexas com o Executivo, acredita que o STF deve ter limites claros em sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência para corrigir e interferir em atos de outros Poderes? Como é que o senhor pretende atuar para que a corte não se torne uma instância de revisão da vontade política do Parlamento?

São essas três, e eu as faço de forma muito tranquila porque eu vi, recebi e... Obviamente, como sei que a Casa e todos que estão em casa querem esses esclarecimentos, eu me foco nessas três e, obviamente, o parabenizo pela andança por essa trajetória, que, sem dúvida nenhuma, é uma trajetória vitoriosa.

No dia de hoje, como V. Exa. mesmo disse, que Deus toque no coração de cada homem e de cada mulher que vai ter direito ao seu voto secreto, com a sua consciência, para compreender que não se trata de derrotar o Presidente Lula nesta votação. Quem quiser derrotá-lo, enfrentá-lo, vai poder fazê-lo em outubro, na urna.

Hoje, trata-se de dizer se se encerra ou não a carreira de um jovem que começou sem padrinho político, sem ninguém botando a mão por cima, só ele, Deus, a vida e lutando para passar no seu concurso, para chegar aonde chegou e, de forma exitosa, poder continuar com a sua juventude. Todos aqui que são pais e mães sabem o que eu estou dizendo: não é justo encerrar a carreira de um jovem, como a dele, simplesmente porque queremos derrotar quem nós podemos enfrentar num ringue próprio, que não é esse daqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Weverton, obrigado pelas suas considerações, até perguntas que foram feitas, V. Exa., que é o Relator.

O sabatinado Messias, o senhor quer usar a palavra?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (*Fora do microfone*.) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de V. Exa. usar a palavra, vou retornar à cadeira aqui ao Presidente. (*Risos.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Bom, pois não. Presidente, com a sua permissão, eu gostaria de responder, de forma muito objetiva e clara, essas três questões formuladas pelo Relator, o Relator do meu processo, Senador Weverton Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o senhor trata do tema da resolução do Conselho Federal de Medicina cuja Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1.141 foi apresentada perante o Supremo Tribunal Federal. Primeiramente, eu queria fazer um destaque que considero de extrema importância neste tema. Repito, mais uma vez, eu compreendo que este processo de escrutínio público, de sabatina é fundamental para que a sociedade brasileira conheça profundamente as credenciais do indicado do processo constitucional pelo Presidente da República. O papel da sabatina republicana – sabiamente, assim é estabelecido pelo Constituinte de 1988 – é um dos atos mais nobres do processo de indicação e aprovação de um Ministro da Suprema Corte, porque o nosso modelo constitucional estabelece a vitaliciedade com a aposentadoria compulsória. Portanto, o escrutínio constitucional, dentro do processo de sabatina e submissão de currículo e de demonstração das credenciais constitucionais a V. Exas., é um momento dos mais nobres do processo de integração entre os três Poderes da República.

Quero dizer com muita objetividade, eu quero deixar claro, completamente claro este tema para toda a nação brasileira, completamente claro! Sou totalmente contra o aborto, absolutamente! Da minha parte não haverá qualquer tipo de ação, de ativismo em relação ao tema aborto, na minha jurisdição constitucional. Eu quero deixar absolutamente V. Exas. tranquilos quanto a isso. Agora, é importante que nós separemos três coisas: primeiro, a convicção pessoal; segundo, a posição institucional; terceiro, a decisão jurisdicional.

E eu queria que V. Exas., a partir dessa perspectiva, entendessem isso muito claramente. Na condição de Advogado-Geral da União, apresentei um parecer perante o Supremo Tribunal Federal em que defendi, de forma muito clara e categórica, a competência privativa do Congresso Nacional para legislar sobre o tema do aborto. Ponto.

Por quê? Porque assim diz a Constituição Federal. E por que assim diz a Constituição Federal? Porque é matéria penal. Dentro do que compreendemos do sistema penal, nós temos que defender o princípio, e o princípio é o princípio da legalidade estrita. O aborto é crime, e isso está dito na introdução da manifestação que apresentei ao Supremo Tribunal Federal. E disse mais: disse que naquela manifestação não iria se discutir se o aborto era ou não era crime. Disse: o aborto é crime e continuará sendo crime. O que foi feito, do ponto de vista estritamente técnico, numa posição institucional, como um ato jurídico próprio, complexo de uma instituição chamada Advocacia-Geral da União, foi dizer, com todas as letras, que na matéria penal a legalidade estrita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser preservada. E, dentro da matéria penal, com a legalidade estrita sendo preservada, o poder competente é o Poder Legislativo. Não foi feita nenhuma consideração de cunho moral, religioso, filosófico a respeito de apologia à prática do aborto.

Quero até dizer que nenhuma prática de aborto pode ser comemorada ou celebrada. Muito pelo contrário. Deve ser objeto de reprimenda, mas isso é a minha concepção pessoal, filosófica, cristã.

Eu quero até destacar que eu fui confrontado em relação ao tema específico da ADPF 1.141, em que se discutia a prática terrível da assistolia fetal. Eu fico pensando, até porque fui confrontado por alguns Senadores... Eu acho que não há prática qualquer que seja positiva. Qualquer prática é dolorosa. Um aborto, qualquer que seja a circunstância, é uma tragédia humana. Agora, a gente precisa olhar também com humanidade: há uma mulher, há uma criança, há uma adolescente, há uma vida.

É por isso que a lei estabeleceu hipóteses muito restritas de excludentes da ilicitude – e isso há décadas. Nós estamos falando quando a mãe, a genitora corre risco de vida; nós estamos falando do momento trágico – porque é preciso dizer – que precede um crime, o estupro; e, mais recentemente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, do caso da anencefalia. São essas três hipóteses, estabelecidas dentro do nosso ordenamento jurídico, de forma absolutamente restritiva.

Eu, na minha vida profissional, aprendi a defender princípios. Aliás, aprendi com uma sábia professora que, na vida, se você quebra o princípio, o princípio o quebra. Ou a gente é coerente e defende o princípio da separação de Poderes e defende o princípio da legalidade, ou o atalho que se toma pelo direito vai trazer, embora a pretexto de boas causas, decisões extremamente complexas e perigosas, que criam precedentes muito perigosos.

Eu quero lembrar que, ao lado dessa resolução do Conselho Federal de Medicina que estabeleceu, a pretexto de disciplinar a conduta ética profissional do médico... E aqui eu estou ao lado do Presidente Otto Alencar, que é médico. E compete, sim, ao Conselho Federal de Medicina disciplinar a conduta ética do profissional médico.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Tenho duas irmãs médicas que trabalham no Sistema Único de Saúde, que são pediatras, que conhecem a dor, o dia a dia, de trabalhar no Sistema Único de Saúde.

Eu quero dizer que, quando se trata de competência, nós temos que ter objetividade. Quem tem a competência deve exercê-la. Nós não podemos estabelecer atalhos. Portanto, defendi o princípio da legalidade, defendi o princípio da separação de Poderes. E queria fazer um alerta: quem aplaude, neste momento, uma decisão fora – fora – da competência estrita estabelecida pela Constituição corre o risco de se ver confrontado, no futuro, por uma decisão que desagrade, porque, se eu quebro o princípio da legalidade e autorizo que um conselho, que não tem competência para legislar, aprove uma medida restritiva, eu poderia imaginar que este mesmo conselho, no futuro, poderia criar uma medida ampliativa – e não é disso que tenho certeza de que V. Exas. gostariam de ver. Portanto, o que fiz foi defender V. Exas. – o poder do voto que cada Senador e Senadora recebeu nas urnas.

Segundo ponto: 8 de janeiro. Eu quero dizer, Presidente Otto Alencar, que o 8 de janeiro foi um dos episódios mais tristes que vivi durante a minha vida. Eu estava na minha casa, voltando do culto dominical com a minha família, tinha acabado de almoçar, estava indo descansar, quando fui chamado pela minha filha, que me dizia: "Papai, papai, estão quebrando o seu trabalho", porque a minha filha ainda tinha na ideia – na época, ela tinha oito anos – que eu trabalhava aqui neste Senado, onde eu tive a honra de trabalhar por quatro anos. E, simplesmente, acudi, corri e fui ver o que estava se passando, onde eu vi pessoas invadindo este Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. Imediatamente, convoquei meus advogados, os advogados que trabalham comigo, para irem à Advocacia-Geral da União adotar as medidas necessárias, porque o meu papel, na condição de Advogado-Geral da União, assim como preconiza a Constituição e a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, é a defesa do patrimônio da União, é a defesa do patrimônio público.

Eu quero deixar muito claro o que eu fiz e o que eu não fiz. O que eu fiz? Foi a defesa do patrimônio da União. E por que eu fiz? Porque é meu dever constitucional. Se eu não tivesse feito o pedido que fiz, eu teria, Presidente Otto, prevaricado – e prevaricador nunca fui e não serei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não me alegro, em nenhuma situação na vida, com violência; aliás, a violência nunca é uma opção para a democracia – nunca, nunca, nunca. O dissenso, a crítica dura, a liberdade de expressão são as opções, mas não a violência; a violência não é uma opção para a democracia. Fui à Advocacia-Geral da União adotar as providências jurídicas que me competiam.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – E o que pedi? A prisão, em flagrante – e não preventiva – das pessoas que estavam onde? Aqui, neste prédio, no Palácio do Planalto, no Supremo Tribunal Federal, fazendo o quê? Quebrando tudo.

Eu quero até fazer aqui uma saudação especial aos policiais legislativos desta Casa que nos acompanham, porque foram corajosos, todos aqui.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Então, não foi preventiva? Não foi preventiva?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Não foi preventiva.

Pedi a prisão em flagrante, que era o que eu poderia fazer, até porque não tenho competência em matéria penal. Qualquer cidadão pode pedir a prisão preventiva... a prisão em flagrante, quando em flagrante delito; e foi o que fiz.

Por que fiz? Porque, naquele momento, naquela circunstância, existiam diversas pessoas divulgando, nas redes sociais, um chamado: retomada do poder. Como assim retomada do poder quando, há oito dias, nós tínhamos acabado de empossar um Presidente democraticamente eleito? Isso não é democracia.

Esta Casa foi invadida. Eu estou aqui com um relatório encaminhado a mim pelo Presidente do Senado Federal – e eu faço até chegar ao conhecimento do Senador Presidente Otto Alencar. Este relatório foi encaminhado a mim pelo Senado Federal: 3,5 milhões de prejuízos estimados, e só não foi mais porque os policiais legislativos arriscaram a sua vida com bravura para defender esta Casa. O que fiz – e eu posso dizer a vocês que não me alegro, nunca vou me alegrar em adotar medidas constritivas de liberdade de alguém –, o fiz por obrigação, por dever de ofício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, também quero dizer o que não fiz. Não sou órgão de persecução criminal. A Advocacia-Geral da União não é órgão de persecução criminal. Não pedimos prisão preventiva, há uma tecnicidade naquela fala – peço perdão –, não apresentei denúncia, não pedi condenação, não julguei, não defini pena e não designei pessoas à prisão. O que eu fiz foi no estrito cumprimento do dever legal para preservar o patrimônio público federal dentro do mandato constitucional que esta Constituição, por que devo jurar, me conferiu, e nada mais.

E quero dizer que tivemos, naquele momento, que adotar medidas excepcionais porque, obviamente, o momento era excepcional. Desde a República, nunca se viu o que nós testemunhamos aqui no dia 8 de janeiro. Eu não quero adentrar, até porque não posso fazer prejulgamento, nas questões individuais. As questões individuais serão tratadas e devem ser tratadas de forma individual, conforme preconiza a Constituição. O que eu quero dizer é que, no 8 de janeiro, eu atuei no estrito cumprimento do meu dever constitucional na defesa estrita do patrimônio público federal.

Terceira e última questão. O ativismo judicial, Senador Weverton Rocha, tem ganhado corpo no mundo inteiro; não é diferente no Brasil, Senador e querido Relator. V. Exa. me coloca um dos temas mais debatidos pelos constitucionalistas da atualidade.

O ativismo judicial sempre representa, para qualquer juiz constitucional, quero entender, um momento de extrema preocupação. Por quê? Porque, ao falar em ativismo judicial, a própria expressão já carrega um elemento extremamente perigoso. E qual é este elemento? A violação ao princípio da separação de Poderes. Essa é uma questão importante, porque a separação de Poderes é o princípio que nos permite viver de forma civilizada, cada poder exercendo o seu papel.

O poder soberano exercido soberanamente pelo povo é exercido por V. Exas., pelos Deputados Federais, pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República, com auxílio de seus Ministros de Estado, e não pelo Poder Judiciário.

O que é que eu entendo de Supremo Tribunal Federal, de Corte Constitucional? Eu entendo, começando pelo que ele é – e ele é simplesmente uma coisa: o guardião dessa Constituição – e o que ele não é – ele não é Casa Legislativa, ele não é Casa Executiva, ele não é órgão de controle moral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Poder Legislativo guarda os fundamentos desta Constituição Federal. Essa é a principal função.

Agora, eu preciso dizer que, na dinâmica do equilíbrio entre os Poderes, os desafios políticos que se apresentam e são colocados à apreciação do Poder Judiciário têm se avolumado. É uma realidade. A política tem sido levada a uma espécie de terceiro turno e tensionado na perspectiva de transformar o Supremo Tribunal Federal em uma espécie de terceira casa legislativa. Não tenho concordância com essa visão.

Na minha visão, entendo que o Supremo Tribunal Federal não deve ser o Procon da política, que esse não é o espaço do Supremo Tribunal Federal. Agora, o Supremo Tribunal Federal não pode ser omisso, posto que a própria Constituição estabelece hipóteses muito restritas de atuação do Supremo Tribunal Federal na proteção e defesa da dignidade da pessoa humana, na vedação à discriminação, na defesa da igualdade, na proteção de minorias, na proteção de vulneráveis. Essas questões são as questões centrais, que devem guiar um juízo constitucional. E, por fim, dentro desta perspectiva de atuação jurisdicional, o respeito às regras do jogo democrático. E nada mais fora disso.

Portanto, no juízo constitucional, antes de qualquer coisa, há de se ter prudência, há de se ter autocontenção.

E finalizo dizendo que, nesse ponto, sou adepto à doutrina do Prof. Pedro Lenza e Larry Kramer, do que se chama de teoria dos diálogos institucionais. Toda vez – toda vez – em que nós chegamos a uma situação de conflito entre Poderes, a melhor forma de se resolver é a partir do diálogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Jorge Messias.

Faremos como sempre fizemos: três Senadores farão as perguntas, depois o Dr. Jorge Messias vai responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente Otto Alencar, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Exa. e aos demais pares aqui que resumam um pouco. Por exemplo, o senhor deu dez minutos para cada Senador fazer suas indagações. Eu sugeriria, para o bom andamento do trabalho aqui, na nossa Comissão, cinco minutos e que o nosso sabatinado, o nosso Ministro Jorge Messias, fosse também bastante breve nas suas argumentações. São 22 inscritos que nós já temos aqui, se não tiver mais já. Por volta de 19h, com certeza, já estará terminada esta sabatina em relação ao Ministro. A título de sugestão para celeridade, para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, para discordar.

Nós estamos sabatinando um candidato à Suprema Corte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta, eu sequer respondi ao Senador Jayme Campos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, o senhor vai responder ainda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então eu nem sequer respondi...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, mas esse negócio não é capoeira, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao questionamento dele, à questão de ordem. E respondo dizendo que manterei os dez minutos, mas os Senadores que quiserem falar por três ou quatro ou cinco podem falar, mas o...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sempre foi assim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ou passar o tempo para mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, também não permitirei, como é de praxe, que o Senador Magno Malta passe de dez minutos – eu vou interromper a palavra dele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É uma das preocupações minhas aqui, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a palavra, Senador Magno Malta, Senador Contarato e a Senadora Eliziane Gama.

Senador Magno Malta, por dez minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabatinado Sr. Messias, eu já fiz muitas sabatinas aqui e nenhuma delas nunca me surpreendeu. Na verdade eu participo de sabatina, assim como qualquer cidadão simples que faz uma faculdade é ouvido por uma banca no seu TCC.

Na sua fala... Eu já ouvi falas profundas, significativas e que geraram alguma expectativa em mim, principalmente a de Alexandre de Moraes; nunca ouvi ninguém falar sobre liberdade com tanta propriedade e profundidade. Eu disse ao sabatinado Fachin aqui um dia: não se separa um homem das suas convicções. Porque ele disse a mim: "Senador, depois que o homem põe a toga nas costas, começa uma nova vida, muda tudo"; eu disse: "Não, um homem nunca será separado das suas convicções". Veja o comportamento deles: o maior violador de direitos humanos do mundo hoje, um dos *top* 5, chama-se Alexandre de Moraes – fez aqui uma sabatina falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade, um verdadeiro encanto, e é um violador de direitos humanos, um verdadeiro tirano, hoje, na Suprema Corte do Brasil.

Se eu pudesse colocar o áudio aqui, Sr. Messias... Eu não vou colocar, mas eu tenho aqui a fotografia desse dia da sua entrevista, e o seu timbre é totalmente diferente, porque aqui, nessa sua entrevista, o seu timbre de voz e a sua maneira de colocar não são a mesma produção da sua repetição hoje. Eu quero ler aqui um trecho, em que o senhor diz: "Nós pedimos a prisão preventiva [...] dos envolvidos; foi pedida por mim como Advogado-Geral da União ao Ministro Alexandre de Moraes" – não podia ter outro resultado – "e ele [...] [determinou] a prisão dessas pessoas a meu pedido".

As minhas posições são conhecidas e divulgadas há muito tempo: nada contra a pessoa do cidadão, mas contra as suas atitudes. E assim eu faço na tribuna do Senado e aqui, ao longo de três mandatos nesta Casa.

O senhor está vendo essa menina de preto aqui? Isso aqui é luto, ela é a filha do Clezão. Ele morreu nas vísceras do Estado, preso nesse dia em que o senhor dá uma entrevista na qual se gloria de ter feito esse feito. Um homem foi preso aqui dentro.

As suas respostas e as perguntas do Senador Weverton realmente mudam o meu roteiro, porque não sei, em 2016, quando o MST, quando os *black blocs*, quando a CUT invadiram a Esplanada dos Ministérios e queimaram tudo e deram um prejuízo absolutamente maior do que houve. Aliás, não tinha pessoas ali com características de terrorismo ou de qualquer tipo de invasão e violação do Estado de direito; tinha vandalismo? Tinha sim, mas como classificar essas pessoas como terroristas e os vândalos em 2016? Invadiram a Câmara dos Deputados, o MST, invadiram o Supremo Tribunal Federal, quebraram também e nada foi feito, eram só movimentos em que estavam reivindicando.

Por isso, eu pergunto a V. Exa.: a pena de Débora do Batom por que ela pichou um patrimônio público, essa pena é justa? O senhor, no Supremo Tribunal Federal, numa condição de Ministro, daria uma pena de 14 anos para uma mulher que escreveu uma frase do Presidente da Suprema Corte? Cabe a um Presidente de uma Suprema Corte olhar para o seu povo e chamá-los de "mané"? "Perdeu mané"? Eu faço uma pergunta: quem botou fogo na Estátua do Borba Gato? Claro que não foi V. Exa., mas eles eram vândalos ou era só um movimento? Eles não foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos. E Débora tem duas crianças e está presa com pena de 14 anos e escrevendo ali uma frase do Presidente da Suprema Corte.

Aqueles que estão presos e já julgados e com multas altíssimas, 14, 15, 17 anos, multas altíssimas pessoas idosas; eu visitei muitas vezes a Colmeia, visitei muitas vezes a Papuda, eu estive ali e exerci a minha fé, como V. Exa. diz que é a sua, orando por aquelas mulheres com aqueles homens que lá estavam, doentes, gente com câncer, onde é que existe golpe de Estado sem forças armadas, sem arma, sem coturno? Mas essas pessoas estão pagando até hoje por isso.

Mudo o rumo da minha fala, porque, na verdade, eu começaria por um outro lado, que é essa tentativa de dividir, até recebi um panfleto, até guardei, não vou falar o nome de quem estava distribuindo isso aqui, tentando dizer que o servidor público, no exercício da sua função, tem que exercer a sua função, e isso o separa das suas emoções. A resposta que o senhor dá como AGU para a assistolia fetal... É uma vida pronta, V. Exa. sabe disso. Isso aqui é uma vida pronta, tem 22 semanas. Uma resposta para quem? Para Alexandre de Moraes, que não tem sentimento, não tem empatia... Aliás, eu acho que aquilo ali é um cadáver com uma entidade numa mente de alta periculosidade, sem qualquer simpatia ou empatia.

Aqui nas suas respostas – está aqui na minha mão o que a AGU fez – não tem essa conotação que o senhor colocou aí agora. Ninguém nunca me deu essa surpresa de ser sabatinado aqui.

Aqui eu escuto os melhores discursos, eu escuto as melhores respostas. E hoje nós temos uma Suprema Corte.

A Suprema Corte que V. Exa. colocou não existe nem no país de Alice. Nós temos hoje uma Suprema Corte que é um grupo ideológico e malvado, um grupo de militantes.

Eu quase não vou lhe fazer pergunta, mas eu pergunto: é normal um Ministro de Suprema Corte fazer apologia ao crime ou se manter no crime, enquanto esse Poder Legislativo, e o senhor diz que respeita a separação dos Poderes... E aí um Ministro ser relator de um processo de que ele faz parte, porque ele tem um cassino, que é proibido no país, isso é normal? V. Exa., na Suprema Corte, que tipo de procedimento, de que lado V. Exa. ficaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os escândalos do Banco Master que envolvem Ministros viajando em avião de Vorcaro, viajando com advogado de Vorcaro, e tanto dinheiro dentro de um só escritório de um Ministro da Suprema Corte... Nós estamos vivendo dias de normalidade?

V. Exa. citou o voto monocrático...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... a canetada monocrática.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta, o tempo de V. Exa. está esgotado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou concluir, vou concluir.

Uma Suprema Corte que submete o país às afrontas de Gilmar Mendes, por exemplo... Ele é homofóbico quando ele ataca o Zema dizendo que poderia chamá-lo de homossexual? V. Exa. que fala em inclusão. Eu teria muita coisa... Porque, hoje, não tocar nesses assuntos é não fazer justiça a esse cidadão aqui, que morreu nas vísceras do Estado quando o próprio PGR pediu a sua soltura.

Então, a mim tem muita contradição, e eu gostaria de ouvir – o tempo é curto e já se encerrou o meu tempo, muito curto – V. Sa. a respeito desses assuntos.

Eu não tive tempo de fazer a pergunta sobre a sua peça quando a assistolia fetal, um assassinato altamente brutal...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... mata uma criança com injeção no coração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para seguirmos o Regimento, eu peço a compreensão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, infelizmente o tempo é muito curto, mas eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, com a palavra o Senador Fabiano Contarato e, em seguida, a Senadora Eliziane Gama.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a exposição do querido Jorge Messias, falando que eu tenho a consciência tranquila de que V. Exa. preenche os requisitos estabelecidos na Constituição Federal.

Mas também, Ministro Jorge Messias, eu tenho que, por dever de ofício, enquanto professor, corrigir, com toda a humildade, algumas inverdades que eu tenho ouvido já aqui.

A primeira é que o art. 301 do Código de Processo Penal determina que "Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito". Então, o que V. Exa. fez no dia 8 foi provocar uma coisa que é inerente para qualquer cidadão, que é o auto de prisão em flagrante delito. Não é verdadeira... E aí eu quero aqui fazer uma ressalva clara do art. 311 do Código de Processo Penal, que diz que, em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, o juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, ou a representação do delegado de polícia é que podem representar pela prisão preventiva. Então, nem se V. Exa. quisesse representar a prisão preventiva de quem quer que esteja praticando um ato aqui ou como aconteceu no dia 8, V. Exa. teria legitimidade, porque o Código de Processo Penal é claro, no 311, quando diz que é "pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público [...], ou mediante representação da autoridade policial". Fiz questão de restabelecer a verdade nesse aspecto.

Eu queria também fazer algumas considerações com V. Exa. de tópicos que eu reputo importantes.

Muito se verifica aqui com colegas Senadores – e não é diferente na Câmara – quando se fala que o Supremo está legislando. Olha, com todo o respeito, eu sou Senador, eu ocupo a Casa de uma representação de um poder majoritário, mas nós temos que entender quais são as funções do poder das supremas cortes no mundo, e não é diferente no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, não legislar é uma escolha. A omissão, Ministro, é uma escolha. E a Constituição Federal... Quando se diz, Ministro Messias, que há um ativismo judicial e que o Supremo estaria legislando, mais uma vez, eu tenho que me reportar à Constituição Federal.

Eu vou ler *ipsis litteris* o que está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... no art. 5º, item XXV:

> Art. 5º.....
> XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
> .....

Então, se nós, legisladores, que temos a função de legislar, optamos por não legislar, compete ao Supremo Tribunal Federal dizer o direito. O Supremo exerce uma função contramajoritária para invalidar as leis, quando elas estão vinculadas ou eivadas com vício por inconstitucionalidade, mas ele também exerce a função representativa de dizer o direito ao seu tempo e à sua hora.

Falo com muita tranquilidade de um assunto que é muito caro – e aí eu questiono a V. Exa. –, que é a minha vida. Olha, é público e notório porque, infelizmente, num Brasil em que mais mata a população LGBTQIA+, em que mais mata a população negra – nós temos um país que ainda é homofóbico –, por uma decisão do Parlamento em não legislar, eu só tive o direito de ter a minha união civil ou o meu casamento homoafetivo por decisão do Supremo. Mas por que o Supremo fez isso? Ante a inação desta Casa Legislativa. Volto a falar: "XXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Ora, eu só pude ter os meus dois filhos, que são a razão da minha vida, que não são pela via biológica, foi pela via da adoção, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, você veja: casamento entre pessoas do mesmo sexo, direito à adoção, criminalização da homofobia, declaração de Imposto de Renda em conjunto, direito a recebimento de pensão em caso de falecimento; todos esses direitos se deram não pela via do Poder Legislativo, mas, sim, pela via do Poder Judiciário, mas não porque houve um ativismo judicial, e, sim, porque houve uma inação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma omissão, um acovardamento do próprio legislador em não se debruçar sobre temas dessa natureza.

Então eu queria saber de V. Exa., como já é uma questão pacificada, em como V. Exa. vê a união civil ou o casamento civil ou o direito à adoção por pessoas do mesmo sexo.

Queria também ter ouvido o senhor... Porque no Brasil, com todo o respeito, de desdentados, desvalidos, sem vez, sem voz, sem teto, sem dignidade, sem plano de saúde, sem nada, um trabalhador ganhando R$1.621, trabalhando numa famigerada escala 6x1, como é que o senhor vê o Supremo Tribunal Federal autorizando o extrateto para chegar até R$80 mil por mês? Se esse extrapolamento do extrateto V. Exa. não entende que estaria violando o princípio da moralidade previsto no art. 37 da Constituição? – são os princípios que regem a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Qual a opinião de V. Exa. com relação a isso, diante de tanta desigualdade, uberização, precarização?

Queria também ouvir de V. Exa. como o senhor avalia a conduta do Supremo Tribunal Federal quando ele acolhe reclamações constitucionais tirando a atribuição e a competência da Justiça do Trabalho, em especial do TST? – hoje nós tivemos aqui a oitiva ou a sabatina da Ministra Margareth, a quem eu faço aqui a minha saudação mais uma vez. Mas, no Supremo, nós sabemos que nós só tivemos uma Ministra que era egressa da Justiça do Trabalho, que era a Ministra Rosa Weber.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Como é que V. Exa., em sendo Ministro do Supremo Tribunal Federal, avalia essas reclamações constitucionais que, infelizmente, têm esvaziado a competência do Tribunal Superior do Trabalho? – que é quem tem efetivamente *expertise*, capacidade, empatia para com o trabalhador e para a relação que ali está.

Queria também ouvir de V. Exa. a manifestação sobre... Olha, eu fui delegado, com muito orgulho, mas qualquer ato que eu praticasse contrário à lei, eu tinha um órgão de fiscalização e controle, corregedoria. Toda ação ou omissão humana pode ser passível de responsabilidade penal, civil ou administrativa, e, com todo o respeito, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, quando praticam determinados atos graves, são agraciados com aposentadoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compulsória. Olha, eu não tenho como explicar isso para um guarda municipal que está lá ganhando um salário mínimo, para um agente de trânsito, um soldado da polícia militar, um policial civil, um agente de saúde, um enfermeiro que, se ele fizer qualquer ato, ele vai ser exonerado, ele vai ser demitido, ele vai ser responsabilizado penal, civil ou administrativamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E nós temos casos de juízes e promotores que tenham praticado condutas muitas vezes correlatas a criminosas e que são agraciados com a aposentadoria compulsória.

E eu também queria ouvir de V. Exa. como o senhor avalia... Eu presidi a Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado e observei um esvaziamento da competência da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... que é um instrumento de minoria, por parte do Supremo Tribunal Federal, e eu quero aqui a opinião de V. Exa. Como V. Exa. avalia essa limitação da CPI?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ou seja, nós aprovávamos oitiva de testemunha; o Supremo vinha e falava: "Testemunha não é obrigada a comparecer". Convocávamos uma pessoa envolvida, não é obrigada a comparecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Fazíamos a quebra de sigilo bancário, não é obrigado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Faltam 40 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, já...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não era obrigada a comparecer.

Então, eu queria saber de V. Exa., em sendo... E aí terá o meu voto, obviamente, aprovado como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Como V. Exa. avalia essa conduta do esvaziamento de um direito de minoria, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito praticada pelo Supremo Tribunal Federal?

Mais uma vez quero parabenizar V. Exa. pela sobriedade, serenidade, equilíbrio, e tenho certeza de que V. Exa. em muito dignificará o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, Senadores, eu estou aqui já completando oito anos e acompanhei algumas sabatinas nesta Casa, mas confesso a V. Exa., Ministro Messias, que esta foi a sabatina com a maior carga de emoção que nós já acompanhamos: com verdade, com transparência, com o coração aberto, para além daquilo a que a gente se rende muito neste Plenário, que é reputação ilibada, notório saber jurídico, que claramente V. Exa. apresenta neste Plenário.

Na verdade, eu vejo que a indicação do seu nome, Ministro, aponta para um perfil, para a legitimidade, para o papel do Supremo Tribunal Federal, mas quando, na verdade, a gente vê a sua fala aqui, neste Plenário – a gente viu as palmas demoradas aqui, em Plenário –, a gente conseguiu, na verdade, detectar para além de uma casa de juristas, mas uma casa que represente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o povo brasileiro, que represente a ansiedade da sociedade brasileira, porque o Supremo Tribunal Federal não é um espaço apartado do Estado democrático de direito, não é um espaço apartado da sociedade brasileira, não é um espaço fora do Brasil; integra o Brasil, integra a sociedade brasileira. E V. Exa. demonstrou isso claramente na sua exposição aqui, no Plenário.

Presidente, eu queria pedir aqui que a gente pudesse ter um pouquinho de silêncio, até para a gente poder se concentrar, Presidente, porque realmente fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço ao Plenário, aos assessores que estão presentes, Parlamentares, Senadores, que façam silêncio para que a Senadora Eliziane possa externar aquilo que ela deseja ao Dr. Jorge Messias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ministro Messias, V. Exa. fez, na sua exposição, a sua trajetória, ocupando os cargos exatamente pela sua competência técnica, nas mais variadas posições, mas também deixou clara a sua posição de aperfeiçoamento, se for necessário, no Supremo Tribunal Federal, demonstrando a sua isenção e, sobretudo, o seu olhar para o Brasil, para um sentimento realmente de nação brasileira.

Nesse sentido, eu queria, Presidente, cumprimentar o Presidente Lula. O Presidente Lula, ao indicar o Ministro Messias para integrar a Suprema Corte brasileira, olha para um Brasil plural, para um Brasil diverso, para um Brasil que, na verdade, não tem apenas uma posição, mas um Brasil que tem, na verdade, uma variedade de posições.

Quando alguém diz, por exemplo, que o Presidente Lula é um Presidente contra os evangélicos, é um Presidente, na verdade, que não vê a fé do povo brasileiro, é um Presidente Lula que não atenta para o que é o Brasil de todas as religiões, muito embora o Presidente Lula, Ministro Wellington Dias, seja um Presidente que respeita o estado laico e não usa a fé, e não instrumentaliza a fé, o Presidente Lula também diz: "Olha, eu quero um evangélico na Suprema Corte brasileira", porque é exatamente isso que é o Ministro Messias. Ele diz: "Olha, eu não estarei no Supremo Tribunal Federal porque sou evangélico, mas não sou apartado da fé". E essa interpretação é muito importante, porque quando você fala da interpretação da Constituição brasileira – e é bom lembrar a guardiã da Constituição brasileira, a Suprema Corte brasileira –, é bom também a gente destacar que a interpretação é também feita pela visão humana, respeitando cada homem do Brasil, respeitando cada mulher do Brasil, respeitando as regiões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso país. E quando a gente fala, por exemplo, de um evangélico nos espaços institucionais, o que muitas vezes é visto com estranheza, porque eu muitas vezes sou vista e sou apontada como alguém que é estranha por ser evangélica nos espaços de poder, o Presidente Lula diz: "Olha, nós temos que ter evangélicos ou não evangélicos, quem crê, quem não crê, quem tem fé e quem não tem fé, porque isso é o Brasil". E é exatamente nessa linha que nós precisamos, na verdade, atentar para o que nós estamos acompanhando hoje nas composições da Suprema Corte brasileira.

E, Ministro Messias, V. Exa. é o exemplo de um homem que defende a democracia do Brasil, o Estado laico, o Estado democrático brasileiro, porque nós acompanhamos isso na sua posição na AGU, quando V. Exa. defendeu a democracia do Brasil, quando não admitiu que vândalos ficassem impunes. Temos a dosimetria – daqui a pouco, inclusive, vamos fazer um debate –, mas nós não podemos aceitar que quem quer que seja venha aqui, no Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, quebre tudo e fique impune. Isso não é defesa do Brasil, isso não é defesa de fato da democracia.

E lá na AGU V. Exa., respeitando, na verdade, a Constituição do Brasil, deixou claro que quem comete algum tipo de erro ou de agressão tem que ser punido. E, nesse sentido, V. Exa. foi grande, V. Exa. realmente cumpriu seu papel na AGU.

E, por fim, Presidente, eu quero cumprimentar o Jorge Messias pela sua posição. Eu não tenho dúvida de que V. Exa. vai ser aprovado. A vida do cristão, Jorge Messias, não é fácil, parece que, às vezes, é mais difícil do que para outros. Mas eu tenho muita certeza de que V. Exa. será aprovado no plenário daqui desta Comissão, também no Plenário do Senado Federal e, na Suprema Corte do Brasil, vai cumprir o seu papel como um guardião, juntamente com os demais integrantes que estarão lá na Suprema Corte, fazendo valer o direito das minorias do Brasil, fazendo valer o direito das mulheres, fazendo valer os direitos dos quilombolas deste país, das populações ribeirinhas, daqueles que menos têm, daqueles que menos sabem, daqueles que menos podem.

V. Exa. usou o termo "misericórdia", eu acho que esse é um termo muito bom para ser utilizado por quem está na Suprema Corte do Brasil, porque vários temas chegam lá e, quando chegam lá, nós precisamos estar olhando para este Brasil continental, para o Nordeste do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Sul, para as comunidades indígenas do Brasil, para a população preta, para a população quilombola, para as mulheres, que são minorias neste Brasil e que são excluídas e que não ocupam os espaços de poder, mas, com a sensibilidade de homens de bem, nós haveremos de avançar e ocupar os nossos espaços.

A minha torcida por V. Exa. e a minha certeza plena de que V. Exa. será aprovado aqui, no Plenário do Senado Federal!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Jorge Messias, para responder às perguntas.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Bom, boa tarde. Muito obrigado a todos os Senadores pelas questões.

Eu respondo objetivamente ao Senador Magno Malta. Eu percebo, Senador Magno Malta, na sua fala, um elevado sentimento de justiça e misericórdia, e eu quero dizer para o senhor que justiça caminha ao lado da misericórdia; justiça sem misericórdia é tirania; misericórdia sem justiça é complacência. O grande desafio do juiz é o equilíbrio, é a proporcionalidade, é o devido processo legal substantivo, em que as condições da ampla defesa e do contraditório sejam efetivamente asseguradas a todos os réus em nosso país. Eu compreendo o que o senhor fala porque também visitei muitos presídios, evangelizando, e eu conheço a realidade do sistema prisional deste país da forma mais dura possível porque fui evangelizar vidas que estavam ali numa situação de muita vulnerabilidade. Eu quero dizer para o senhor que eu compreendo a sua dor e a sua preocupação, mas, repito, cumpri uma função estritamente constitucional, que a Constituição Federal me atribuiu. E não fiz com alegria, não fiz com alegria, fiz com dor, mas também não fui eu que pedi a prisão preventiva. Falei de uma forma, no calor do momento de uma entrevista, expliquei claramente que o termo foi atécnico e me desculpei aqui. Eu quero dizer que essa questão está, para mim, esclarecida.

Agora, quanto à questão da assistolia, eu gostaria de voltar a repetir: nenhum método que interrompa a gravidez pode ser considerado aceitável. Todo ele é um sofrimento porque é uma tragédia humana. O que nós não podemos, Senador, é ignorar que o Estado de direito nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submete, a mim como operador do direito e – caso V. Exas. me aprovem – como juiz constitucional, ao império da lei e ao império da Constituição. Preciso defender a separação de Poderes e preciso defender a legalidade. Não assino um parecer, com alegria, por convicção pessoal, moral, religiosa, eu o faço pelo dever do cumprimento legal. Agora, repito: encerro um ciclo, inicio outro ciclo, em que serei devoto e escravo desta Constituição.

Eu quero dizer, Senador Fabiano Contarato, que V. Exa. coloca pontos muito importantes. Ao longo de toda a trajetória do Supremo Tribunal Federal, no recorte da Constituição de 1988, nós tivemos uma série de avanços que foram implementados a partir de uma atitude do Supremo Tribunal Federal, exatamente em razão do que o senhor coloca, porque o legislador, a quem caberia em primeira face desenvolver os temas dentro de uma solução política, se omitiu.

O casamento civil homoafetivo é um desses temas. Demorou mais de duas décadas, após a Constituição, para que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse e, posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça estabelecesse os critérios. Portanto, da minha parte, o que eu tenho que defender é o núcleo fundamental desta Constituição, que veda a discriminação, que determina a igualdade, e toda forma de preconceito deve ser combatida.

Sou devoto ao sistema de precedentes. Acho que o sistema de precedentes deve ser prestigiado em nosso país, porque este sistema de precedentes é o sistema que assegura a segurança jurídica para mim, para o senhor, para todos nós que estamos aqui nesta Casa.

Quero dizer também algo muito importante. O senhor me questiona sobre um tema extremamente relevante a que a sociedade brasileira também está atenta, que é o pagamento extrateto. Veja, o Constituinte estabeleceu algo que é muito importante numa República, que é o teto constitucional, que é a transparência. Nenhum servidor público... E todo ocupante de função pública deve estar submetido ao teto constitucional, e hoje nós temos um único teto constitucional. Eu acho que é muito importante... Eu não posso antecipar meu voto, porque é uma questão que eu posso ter de votar, mas quero dizer que o princípio que eu defendo é o princípio da transparência, é o princípio da moralidade, é o princípio do teto constitucional.

Outro ponto que o senhor coloca é a questão das reclamações trabalhistas que vão ao Supremo, que diz respeito à competência ou não da Justiça do Trabalho para julgar diversos temas relacionados à vida do trabalhador. Este é um tema também que está hoje em julgamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Supremo Tribunal Federal, e eu peço a compreensão de V. Exa. para não antecipar meu voto, mas eu quero dizer com clareza para V. Exas. algo que é muito importante: é preciso prestigiar a Justiça especializada, que tem mais condições de avaliar, na minha opinião, teoricamente falando, as questões relacionadas às relações de trabalho.

Aposentadoria compulsória com a vitaliciedade, junto à vitaliciedade, é uma garantia e um princípio constitucional. Eu sou favorável a qualquer tipo de aperfeiçoamento do nosso sistema de justiça, desde que ele seja feito a partir de um diálogo entre Poderes e que preserve a independência judicial. O preceito maior que nós temos que defender é a independência judicial.

Por fim, no que diz respeito à CPI do Crime Organizado, eu gostaria de dizer que o grande desafio do juiz constitucional é compatibilizar as prerrogativas constitucionais dos Parlamentares de fazer ampla investigação, a partir de um instrumento próprio e legítimo previsto na nossa Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... que são as CPIs ou as CPMIs, com os direitos e garantias fundamentais. Nós não temos, dentro da perspectiva do nosso sistema constitucional, que retirar ou simplesmente alijar o Parlamentar de exercer com plenitude a sua função de investigar, até porque é uma função própria desta Casa. Portanto, qualquer tipo de demanda apresentada pelo cidadão ao Supremo Tribunal Federal deve ser avaliada com prudência e serenidade dentro dessa zona limite, para que não esvazie o poder de atuação Parlamentar desta Casa. Esta é uma preocupação que eu tenho e um compromisso que levo também como operador de direito e assumo perante V. Exas.

Eu trato, portanto, dessas questões, agradeço as palavras da Senadora Eliziane Gama e...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Dr. Messias, o senhor não respondeu sobre o Supremo. Eu fiz uma pergunta ao senhor...

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Senador, perdão. Eu vou tratar especificamente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor respondeu tudo certinho ao Fabiano, vai responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Mas vou responder. Fique em paz, eu vou responder a V. Exa.

O Supremo Tribunal Federal, hoje, eu não posso aqui negar que tem sido, não só por V. Exas. mas por toda a sociedade, questionado por diversas decisões que têm sido tomadas em diversos temas, desde questões políticas até questões de ordem criminal.

Eu gostaria de dizer a V. Exas., com muita tranquilidade, algo que, para mim, é muito caro: o exercício do poder jurisdicional, na minha vida, deve observar três pontos. E eu gostaria de pedir a compreensão de V. Exas., porque eu preciso falar por mim. Nesta condição de sabatinado, o compromisso que eu assumo é perante V. Exas. a partir da conduta que eu devo ostentar. Não acho que o exercício de poder deva ser tirânico. Não acho que o exercício de poder deva ser espaço de corrupção para lisonja. Não acho que o espaço de poder seja em benefício da autoindulgência. O exercício de poder deve ser um ato de sabedoria. E a sabedoria está na temperança – na temperança – da avaliação precisa das consequências das suas decisões. Esta é a sabedoria.

Um Senador muito querido, cujo nome não vou dizer para preservá-lo, uma vez me deu um livro chamado *As Sandálias do Pescador*, de Morris West. E ali, como que profeticamente, me dizia que eu devo me dirigir a qualquer espaço de poder com esta preocupação: não ser tirânico, não me corromper pela lisonja e nem ser autoindulgente.

Não creio que o Supremo Tribunal Federal...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Tem muita gente que não sabe o que é lisonja. Eu sou nordestino e sei. Eu queria que V. Exa. descrevesse o que é lisonja para que as pessoas possam entender. Eu sei também, mas parte do Brasil não é nordestina e não sabe.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu sou nordestino, senhora.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu peço desculpas a V. Exa., mas é porque eu estou reproduzindo as expressões que Morris West utilizou no livro *As Sandálias do Pescador*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão. E o Senador que me concedeu, que me deu este livro de presente sabe que fez muito bem a mim.

Pois bem, quero dizer a V. Exa. que cabe a mim, na condição de indicado, responder pelas minhas condutas. E eu quero assumir perante V. Exas. este compromisso de vida, de que me portarei com a sabedoria que precede a prudência e a multidão de conselheiros. Não creio que nenhum espaço de poder seja espaço para tirania, corrupção por lisonja ou autoindulgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, pela ordem de inscrição, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Marcio Bittar e Senador Camilo Santana.

Nós estamos fazendo de três em três Senadores e depois o Dr. Jorge Messias responde.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, indicado Sr. Jorge Messias. Bom dia a todos.

O tempo é curto, vou tentar ser bastante objetivo e vou fazer quatro perguntas a V. Exa.

Primeiro, é sobre a questão do 8 de janeiro. Quanto mais passa o tempo, mais se percebe a farsa que houve nesse julgamento: pessoas julgadas sem foro por prerrogativa, tendo suas vidas decididas apenas pela Primeira Turma do Supremo, sem individualização das condutas; as denúncias como um copia e cola, mudando só nome e qualificação; um cerceamento de defesa nunca antes visto na história deste Brasil; e algumas pessoas, algumas centenas de pessoas e famílias que tiveram suas vidas destruídas pela articulação especial de um Ministro do Supremo.

Iraci Megumi Nagoshi, 73 anos de idade, Sr. Messias. Participou do quebra-quebra aqui na Praça dos Três Poderes. No máximo – como o senhor falou também em outra resposta –, responderia por depredação de patrimônio ou dano material. Condenação: 14 anos de cadeia, essa senhora aqui.

Mais recentemente, aqui na Sexta-Feira da Paixão, o Sr. Alcides Hahn, 71 anos, um empresário de Santa Catarina... Olhe a tipificação por que ele foi condenado, Sr. Messias: abolição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. Sabe o que ele fez? Quinhentos reais de Pix para fretar um ônibus. Condenação: 14 anos de prisão.

E, como foi dito aqui pelo Senador Magno, a gente tem a Késia aqui, essa menina de preto, que está aqui assistindo pessoalmente a esta audiência, mais uma de várias de que ela tem participado aqui, em memória de sua família, do seu pai, Clezão, que morreu na prisão, depois de mais de oito pedidos ignorados pelo Sr. Alexandre de Moraes, com parecer favorável da PGR, para que ele pudesse sair de lá e tratar da sua saúde.

Eu queria fazer uma primeira pergunta ao senhor, com toda sinceridade: se o senhor acha que essas pessoas são de fato uma ameaça à democracia. E nós aqui no Congresso, Senadores e Deputados, nós temos lutado muito por aprovação de uma anistia ampla, geral e restrita a essas pessoas, pessoas simples, via de regra, Sr. Messias, trabalhadoras, sem nenhum antecedente criminal, com residência fixa e que estavam apenas inconformadas com a forma como as eleições de 2022 foram conduzidas pelo Sr. Alexandre de Moraes, enquanto Presidente do TSE, porque de fato ele desequilibrou essa disputa.

E o senhor declarou num veículo de comunicação, eu vou abrir aspas aqui: "Nós, que lutamos e vivemos pela democracia, nos sentimos indignados com qualquer projeto que fale em anistia para golpista", quando a Constituição é muito clara. Já que o senhor aqui está se propondo a ser um seguidor da Constituição, submisso à letra do seu texto: se essa competência é exclusiva do Congresso Nacional ou se existe algum outro crime que não seja suscetível de anistia, à exceção daqueles quatro previstos na própria Constituição Federal.

E o debate foi iniciado aqui no Congresso Nacional, Sr. Messias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o debate foi iniciado aqui no Congresso Nacional e ele foi interditado, porque mais uma vez um Ministro do Supremo Tribunal Federal parecia que estava pilotando o Relator desse projeto lá na Câmara dos Deputados, inclusive com a suspeita de que ele próprio tenha redigido o texto final, que deixou de ser anistia e passou a ser algo chamado de dosimetria, que está longe de fazer justiça a essas pessoas, grande parte delas totalmente inocentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fica outra pergunta aqui: o senhor concorda que um Ministro do STF possa interferir assim em outro Poder?

Inclusive, um Senador declarou ontem – vou abrir aspas aqui – que "a oposição precisa escolher entre derrubar a indicação do Messias para o STF ou derrubar o veto da dosimetria", ou seja, se o senhor não for aprovado, a ameaça é a de que o Governo vá trabalhar para manter o veto do PL da dosimetria. Eu queria saber se isso é verdade, se tem alguma correlação.

E o segundo tema aqui, para concluir, é sobre o escândalo do INSS, que completou um ano semana passada, mais um escândalo do Governo Lula. Aliás, que coincidência: sempre ele o Presidente da República nos maiores escândalos de corrupção deste país. Foi assim no mensalão em 2003, petrolão em 2007, agora Banco Master, roubo dos aposentados do INSS... E o senhor, enquanto AGU, pediu bloqueio de recursos de vários sindicatos e associações para ressarcir os aposentados que foram roubados – mais de 4 milhões já fizeram pedido e estão sendo ressarcidos –, mas o senhor deixou de fora algumas associações e sindicatos. Por exemplo, Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), que tinha como Vice-Presidente o Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, por acaso irmão do Presidente Lula. Outro exemplo é a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores), que recebeu a bagatela de R$426 milhões só em 2023, com desconto ilegal no contracheque dos aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC. E aqui matéria do *Metrópoles:* "INSS silencia sobre poupar sindicato de irmão de Lula de ação judicial". Quer dizer que nem a AGU à época e nem o INSS explicaram exatamente por quê. Eu queria perguntar ao senhor, para finalizar aqui – a minha última pergunta –, por que o senhor não quis bloquear as contas dessas entidades também, se era por que entre elas tinha um irmão do Presidente Lula na diretoria.

Eram essas as perguntas, Sr. Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senador Marcio Bittar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, com todo o respeito que todas as pessoas merecem, não passa pela minha cabeça que alguém candidato a esse cargo vá sentar nessa cadeira e dizer que é a favor do aborto, porque sabe que perderia a votação. Nenhuma pessoa sentada nessa cadeira vai dizer que é a favor da interferência desmedida do Judiciário, inclusive em CPMI e em CPI. Não me passa pela cabeça que alguém sentado nessa cadeira vá dizer que é normal a interferência do Poder Judiciário sobre o Congresso Nacional. Ninguém vai sentar nessa cadeira e dizer que as penas para várias pessoas que o nosso Flávio Bolsonaro citou sejam penas justas. Claro que não.

É claro que alguém sentado nessa cadeira vai se pronunciar contra o aborto, vai dizer que é contra a interferência, a judicialização da política pelo Supremo Tribunal Federal, como não vai também deixar de dizer que as penas à Débora e a essas pessoas sejam justas. Portanto, com todo respeito, em campanha, é preciso que a gente verifique o passado do que candidato está se propondo, para perceber se tem coerência ou não com o que fala neste momento.

Bom, dito isso, Sr. Presidente, eu venho dizendo, desde o ano passado, que eu sou contra que o Senado da República – vou me levantar, porque não estou conseguindo enxergar... Eu sou contra que o Senado da República sabatine qualquer pessoa. O ambiente está contaminado. É indiscutível que há denúncias gravíssimas envolvendo, inclusive, um Ministro do Supremo Tribunal Federal, por tráfico de influência, por relação promíscua com o Banco Master, e que este Senado tinha obrigação constitucional, e era seu dever investigar, e ele não investigou.

Muitas vezes, o Supremo mudou o entendimento de leis aprovadas aqui. Um Senado que não cumpriu com o seu dever, não cumpriu com a sua obrigação, que legitimidade tem para aprovar, às vésperas de uma eleição, novos membros do Supremo Tribunal Federal?

No Supremo falta uma cadeira. Alguém está sentindo falta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Ninguém está sentindo falta dessa cadeira. Portanto, eu vinha dizendo, desde o ano passado, que eu entendo que o Congresso Nacional, o Senado da República, particularmente esta Casa, deveriam, como respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao povo brasileiro, esperar o resultado das eleições, para que aqueles que serão sabatinados nela, que passarem pela sabatina e forem eleitos, o novo Presidente possa indicar quem queira, e o Senado aprovar ou não. Tirando isso, nós vamos fazer mais do mesmo.

Mas, como nós estamos diante dessa possibilidade, eu quero dizer a V. Sa. que – em que pese isso, de certa maneira me surpreende – vários amigos, pessoas caras ao meu coração, amigos mesmo, amigos importantes da minha vida, me ligaram pedindo para interferir no meu voto, e eu os escutei com todo o carinho e com toda a atenção. É claro que todos nós temos pessoas que são muito caras, mas, felizmente, aquilo que é mais caro para mim é dormir com a minha consciência em paz. Eu não gosto de contrariar amigos tão importantes na minha vida, mas eu não posso contrariar, em primeiro lugar, a minha consciência.

E é por isso, Sr. Presidente, V. Sa., que está sendo hoje sabatinado, V. Sa. faz parte de uma narrativa que criminalizou o dia 8 e colocou na cadeia um monte de homens e mulheres inocentes. Está aqui na minha frente alguém importante, que teve a dignidade e a coragem – e eu aplaudo – de dizer, e não retirou o que disse, que pode ter havido qualquer coisa, menos tentativa de golpe de Estado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Esse Ministro é sério.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Esse aqui, que disse isso, e eu louvo a coragem, a iniciativa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Esse Ministro é cabra macho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Então, como é que eu posso votar com alguém que entende que, no dia 8, houve uma tentativa de golpe armado no Brasil?

Amanhã... amanhã, nós vamos votar a diminuição de pena. Eu acho uma coisa incrível...

Eu fui do PCB quando era jovem, morei na União Soviética em 1984 – fui aprender o que não prestava, Magno Malta; aprendi o que não prestava, agora eu sei. E na literatura, nos livros, eu sabia da maldade do coração do homem, de um Stalin, de um Che Guevara, de um Mao Tsé Tung... Eu só não imaginava, meu querido amigo Jaime, do Mato Grosso, ver essa maldade hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho incrível como as pessoas têm a capacidade de encenação. Pessoas que falam aqui de direitos humanos, que fazem discurso dizendo da importância de respeitar a lei, a Constituição, mas são contra a anistia para pessoas que não pegaram em arma, para pessoas que jamais atentaram contra o Estado democrático de direito. Essas mesmas pessoas, que encenam esse discurso de direitos humanos, são aquelas que foram beneficiadas em 1979 por uma anistia! Eu não entendo como o coração dessas pessoas pode ser tão mau, tão perverso! Foram beneficiados, e eles, sim, trabalharam para fazer um golpe de Estado. Eu já disse e vou repetir, Fernando Gabeira, até o Caetano Veloso, no momento de lucidez, admitiu isso, os dois disseram isso: "Nós não lutávamos pela democracia, nós lutávamos pela implantação da ditadura do proletariado". Em nome disso, pegaram em arma, foram para a guerrilha urbana e rural, mataram pessoas, fizeram justiçamento e todas foram perdoadas e anistiadas em 1979. Mas as pessoas, algumas delas que depredaram, essas têm que pegar pena que nem estuprador no Brasil pega, que nem assassino no Brasil pega! E olhe a maldade que não tem limite: até para diminuir a pena de quem não cometeu crime, o Lula é contra e a sua base é contra. E isso tudo em nome de quê? Dos direitos humanos?

Então, Sr. Presidente, não me agrada contrariar amigos de longa data, não me agrada. Eu o recebi em meu gabinete e mencionei amigos que fazem parte da minha biografia, mas, como eu disse, eu preciso dormir com a minha consciência em paz, porque isso é insubstituível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu quero encaminhar, para terminar, Sr. Presidente, dizendo que a outra coisa que me preocupa é escutar o pedido de voto de alguns colegas, ou fora da Casa, que diz assim: "Um dia você pode precisar". Mas o que é essa frase senão uma ameaça de que eu possa ser retaliado? Claro que é. Então, acaba prevalecendo aqui, não o raciocínio da imparcialidade, mas se vai ser meu colega ou não, se eu vou ter acesso ou não. Claro – encaminhando para terminar –, eu não sou aqui um valentão que não tem medo de nada, não, Presidente Otto. É claro que ninguém quer ser retaliado. É claro que ninguém quer um Ministro correndo atrás da sua vida. Há poucos dias, Jorge Viana, ex-tudo no Acre, entrou, com o Ministro Flávio Dino, pedindo para averiguar minhas emendas. Já recebi a intimação; é ligeiro, é a toque de caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente e V. Sa., eu sou um homem que tem receio e também tenho o amor a Deus. Deus está do lado de quem bateu o pênalti e está do lado do goleiro também. Mas o maior medo que eu tenho é de envergonhar a memória do meu pai. O maior medo que eu tenho é de envergonhar as pessoas que me amam. Por isso, eu sou obrigado a votar contra a sua indicação.

Duas perguntas.

V. Sa. foi avisado das fraudes contra os aposentados do INSS, para mim, o escândalo mais cruel, porque foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... em cima dos mais vulneráveis dos mais vulneráveis, particularmente na Amazônia?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – A segunda e última: a AGU recebeu 6 bilhões. Na gestão, além do seu salário, V. Sa. recebeu, desse valor, por honorários, R$700 mil reais em um ano. V. Sa. disse, agora há pouco, que é contra os funcionários públicos receberem extrateto.

Se puder responder às duas perguntas...

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcio Bittar, apenas peço que V. Exa. retire da sua fala... Caetano Veloso nunca pegou em arma, só pegou, a vida inteira, em violão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Não, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Por favor, por favor.

Eu repeti uma frase dele, onde ele diz que, na época, eles queriam... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Camilo Santana. (*Risos.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia, caros colegas Senadores. Cumprimento também os representantes da Defensoria Pública, do STJ, do TST.

Queria, primeiramente, parabenizar meu ex-colega e Ministro da AGU, com o qual eu tive a oportunidade de conviver durante mais de três anos e três meses, como colegas Ministros. Primeiro, parabenizo-o pela sua fala, movida por um currículo que mostra a vida das pessoas, a sua história, movida com muita emoção. Eu sei a sua história, a sua luta, para chegar aonde você chegou, com muito mérito.

Portanto, eu queria, meu Presidente, dizer, primeiro, que nós estamos avaliando aqui as exigências legais constitucionais para o cargo do Supremo Tribunal Federal. A gente observa a formação acadêmica do candidato: mestrado; doutorado; sua carreira profissional jurídica, meu caro Messias; aprovado em três concursos públicos; foi da AGU; do Ministério da Ciência e Tecnologia; do MEC, Secretário do Ministério da Educação; da Casa Civil; desta Casa; professor; coautor de livros, artigos, capítulos; enfim, uma ampla experiência profissional, um amplo conhecimento jurídico, que mostrou nesta sua sabatina.

Mas eu queria destacar aqui, Presidente, o perfil humano do Messias, a sua capacidade de trabalho, a sua serenidade, o seu perfil conciliador e de diálogo. Para mim, isso é fundamental na sociedade em que nós vivemos.

No seu histórico, Ministro, fala do grande Acordo do Rio Doce – anos esperando esse acordo, e a sua capacidade de conciliação –, do acordo de Alcântara. Mas quero aqui destacar o acordo dos precatórios do Fundef.

Eu fui Governador do Estado – aqui eu queria cumprimentar meu Senador, ex-Governador, Wellington Dias –, passei oito anos, Ministro, lutando para receber o precatório de mais de 20 anos do meu estado e não consegui. Aqui está presente o ex-Prefeito de Recife.

O senhor fez um grande trabalho em nove estados, em 91 municípios, grandes capitais deste país. O João Campos, que está aqui, sabe de um processo ainda de 1998 em que foi feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acordo agora, depois de 20 anos, no qual não só foram investimentos para a educação, mas se garantiu o fim dessa morosidade de tantos anos numa questão que estava judicializada. Uma economia, meu caro Ministro, de R$19 bilhões só nos precatórios do Fundef! Então eu quero parabenizá-lo.

Além disso, Messias, você é um homem de fé, cristão, humano, de família, justo – valores fundamentais na sociedade de hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Isso significa... É a sua história e o seu passado. Portanto, meu Presidente, o candidato atende todos os requisitos constitucionais e legais para assumir esse cargo: reputação ilibada, notória qualificação técnica, notável saber jurídico, experiência profissional, formação acadêmica; é um servidor público – todos nós somos servidores públicos –, defensor das instituições, da soberania, da democracia, da liberdade e da justiça social.

No seu discurso aqui, Ministro Messias, o senhor falou do aperfeiçoamento e da transparência e da ética da corte, que são preocupações reais, hoje, no momento que nós estamos vivendo, da transparência e da ética da Suprema Corte Federal, que é a guardiã da nossa Constituição. Nesse caso, eu queria – encerrando, meu Presidente – fazer aqui duas perguntas e duas indagações.

Ministro, a confiança da sociedade na Suprema Corte repousa na percepção de absoluta imparcialidade de seus membros. Portanto, diante de processos que envolvem instituições financeiras, com forte trânsito nos bastidores do poder, como o senhor pretende balizar a sua conduta? O senhor enxerga comprometimento institucional do STF no caso Master? Essa é uma pergunta muito objetiva.

Gostaria de dizer que a moralidade administrativa e a ética judicial, meu caro colega Messias, exigem que o magistrado não apenas seja honesto, mas que também pareça honesto aos olhos do público. Como o senhor avalia a exposição de membros de tribunais superiores em eventos ou situações que sugiram proximidade excessiva com partes interessadas em litígios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual será o seu critério para preservar a liturgia do cargo e garantir que o STF não seja percebido como ambiente permeável a influências externas de grandes grupos econômicos?

Diante desses episódios, meu caro Ministro, o senhor acredita que o fortalecimento de um código de ética e de conduta mais rigoroso no Supremo Tribunal Federal seria o caminho para blindar a corte de questionamentos sobre a lisura dos seus membros? Acho que essa é uma grande indagação que a sociedade e o Brasil hoje cobra, e eu não tenho dúvida, Messias, pela sua história, pelo seu currículo, de que você tem todo o perfil ético, moral, todos os valores para que possa representar, sendo escolhido.

Eu quero aqui declarar o meu apoio, o meu voto, por conhecer e por conviver melhor e saber o ser humano que você é, nesses três anos e três meses em que fomos Ministros, colegas Ministros do Governo do Presidente Lula. Parabenizo o Presidente Lula pela sua indicação. Nós estamos aqui para avaliar a sua história, o seu legado e o seu comprometimento com a nossa Constituição, com a democracia e com este país.

Então, parabéns, e que Deus o abençoe para que você possa não só passar nesta Comissão, ser aprovado, e aqui eu peço aos nossos colegas... Eu estou voltando agora para o Senado e quero dar esse testemunho da qualidade do Messias, para que a gente possa aprová-lo hoje, no Plenário. E que você possa cumprir essa missão para o Brasil olhando sempre para aqueles que mais precisam, com justiça e com ética, para o nosso país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra ao Dr. Jorge Messias para responder as indagações.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Primeiro eu queria cumprimentar o Senador Flávio Bolsonaro, agradeço, Senador, as questões que o senhor me coloca. A primeira delas diz respeito aos presos do 8 de janeiro e a sua compreensão jurídico-política de que efetivamente estariam ou não ali a ameaçar a democracia.

Eu quero dizer que o 8 de janeiro, como já pude declarar, foi um dos episódios mais tristes da história recente e acho que fez muito mal ao país. Efetivamente, as pessoas que foram presas no 8 de janeiro foram submetidas a um processo, foram processadas, muitas foram condenadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas assinaram um acordo de não persecução penal, algumas estão presas ainda, e essa é uma situação, evidentemente... Porque a prisão em si e o processo penal sempre carregam uma tragédia pessoal e familiar. Nós não podemos desconhecer.

O que eu posso dizer em relação a este caso, até porque eu não posso antecipar julgamento no sentido de não me colocar em posição de impedimento, é que o sistema penal brasileiro prevê mecanismos próprios de correção pela revisão criminal, portanto essas questões podem estar sendo submetidas ainda à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, e eu não vou me colocar em situação de impedimento. Mas quero dizer que, do ponto de vista do direito penal, nós temos que voltar, na minha compreensão, àquilo que é básico: à legalidade estrita, à taxatividade das condutas, à proporcionalidade das penas, à individualização da conduta e à individualização da pena. Essas questões são basilares, e nós temos que a elas nos ater dentro de um julgamento de qualquer processo penal. Processo penal não é ato de vingança, processo penal é ato de justiça. O sucesso do sistema penal, a eficiência do sistema penal, Senador Renan Calheiros, não está em empreender mais, está em reduzir a criminalidade – dito isso em geral, e não no caso em particular.

O senhor coloca uma outra questão que é muito importante e que está no debate público atual: a discussão acerca de anistia é própria do ambiente político institucional. A crítica pública também é própria, a liberdade de expressão permite que se critique qualquer tipo de posição. Agora, a definição acerca deste tema compete a V. Exas., e não a mim, na condição de operador do direito. A anistia é um ato jurídico, político e institucional que cabe ao Parlamento. Portanto, é algo que está ou poderá estar em debate nesta Casa.

Não acredito que meu papel, caso aprovado por V. Exas., Senador Flávio Bolsonaro, seja apresentar manifestações antecipadas a respeito de qualquer assunto, muito menos interferir, Senador, num debate político. Eu acho que o Ministro da Suprema Corte pode atuar dentro do debate político quando solicitado, a bem de mediar conflitos, porque é essa a posição em que eu acredito e é como tenho levado a minha vida inteira, na minha vida de conciliador, de pacificador. Eu acredito na conciliação como método de solução de conflitos.

Eu queria trazer, por fim, um dado que é muito importante em relação à fraude dos aposentados e pensionistas do INSS. O senhor me questionou se eu pedi ou não pedi bloqueio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de valores do Sindnapi. Eu quero afirmar categoricamente que pedi, e digo aqui até o número da ação, a Ação 11140437320254013400, contra o sindicato e seus dirigentes, foi protocolada perante a Justiça Federal. A Advocacia-Geral da União cumpriu seu papel de forma absolutamente técnica e republicana. Nós apresentamos três lotes de ações, cobrando integralmente de todas as entidades envolvidas com a fraude de aposentados e pensionistas – aliás, um dos capítulos mais tristes da história de fraudes contra o INSS, até porque ali estava colocada uma quadrilha de atores dos setores público e privado para lesar os mais vulneráveis deste país. Mas todas as entidades foram processadas. Eu tenho aqui o documento, posso fazer chegar ao conhecimento de V. Exas.

Eu quero dizer que nós já bloqueamos mais de R$2,33 bilhões em valores e bens. E quero dizer também que, neste processo, nós já conseguimos devolver para mais de 4,5 milhões de aposentados e pensionistas os valores que foram indevidamente descontados, integralmente corrigidos, e isso se deu a partir de uma postura que eu, ainda na condição de Advogado-Geral da União, Ministro Wellington Dias, resolvi adotar, que foi a postura em que eu acredito, Senador Rogério Carvalho, que é a postura da conciliação. Eu não fiquei discutindo a responsabilidade do Estado. Eu fui ao Supremo Tribunal Federal, mas não fui só, conversei com a Ordem dos Advogados do Brasil, conversei com o Ministério Público Federal, conversei com a Defensoria Pública Federal, colocamos o problema, levamos o tema ao Supremo Tribunal Federal e concluímos um grande entendimento em benefício de aposentados e pensionistas. E, ao lado de devolvermos os dinheiros dos aposentados e pensionistas desta nação que foram fraudados, nós fomos imediatamente atrás daqueles que causaram fraude. A Advocacia-Geral da União foi a primeira instituição a agir após a elucidação das fraudes e a divulgação pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União. Todas as ações foram protocoladas, apresentadas e são de conhecimento da CPMI do INSS.

Senador Marcio Bittar, cumprimento também V. Exa., agradeço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... de forma muito sincera o senhor ter me recebido em seu gabinete. O senhor foi muito gentil, foi muito cordato, o senhor demonstrou com toda clareza a sua posição, eu respeito. Eu acredito que a democracia tem espaço para todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as posições políticas. A democracia é o regime do contraditório, é o regime do dissenso. A crítica política existe, ela deve existir, porque a liberdade de expressão, a liberdade de opinião, o pluralismo político são as coisas mais belas da nossa democracia.

Eu quero dizer que o que mais me impactou na reunião que tive com V. Exa. não foi a sua negativa de voto; foi a gentileza com que o senhor me recebeu, porque o senhor foi uma pessoa extremamente gentil, educada, me recebeu com toda atenção, me dedicou um tempo precioso da sua agenda, e eu sou grato ao senhor por isso.

Quero dizer ao senhor, Senador, com muita tranquilidade e franqueza, que, caso V. Exa. me veja e eu tenha a honra de ser aprovado por V. Exas., da minha parte, o meu espírito é sempre republicano. Eu não olho processo por nome de capa. A minha vida inteira, como operador do direito, é fazer o que é certo, da forma certa, pela razão certa; essa é a minha conduta. Durante três anos e três meses, no meu gabinete da Advocacia-Geral da União, passaram Parlamentares de diferentes espectros políticos, e eu nunca deixei de atender um Parlamentar porque é do partido A, do partido B, do partido C. Todos os Parlamentares de que eu recebi pedidos e que tinham razão saíram com seu direito ali reconhecido e deferido, porque essa é a minha conduta. Eu sou, já como Advogado-Geral da União, escravo desta Constituição, que jurei proteger ainda quando ocupei o cargo de Advogado-Geral da União.

Senador, a questão das fraudes contra os aposentados, como eu lhe disse – e a propósito da pergunta formulada pelo Senador Flávio Bolsonaro – e repito, foi um dos capítulos mais tristes da história deste país. Só que eu quero dizer uma coisa para o senhor: eu tenho muito orgulho de ter trabalhado desde o primeiro dia em que a fraude foi revelada, a partir da Operação Sem Desconto, a partir do trabalho dos órgãos de controle, da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal, no ano de 2025, de duas formas: primeiro, combater a fraude do ponto de vista sistêmico; segundo, reparar os aposentados, mas, ao mesmo tempo, proteger o patrimônio público federal porque, como eu disse, é a minha função na condição de Advogado-Geral da União.

Por fim, em relação a...

Qual é essa última questão aqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o senhor trata de um tema superimportante que é a questão dos honorários advocatícios, Senador. Essa questão foi recentemente objeto de uma importante ação direta de inconstitucionalidade, de um importante julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, que, na minha opinião, endereçou bem a questão, limitando o pagamento de honorários e submetendo esse pagamento ao teto constitucional.

Eu quero dizer que, na minha função de Advogado-Geral da União, antes dessa discussão ocorrer no Supremo Tribunal Federal, já apresentei, por minha conta, a partir do meu compromisso com a moralidade pública e com a transparência, medidas concretas, na condição de gestor daquela casa, de uma governança pública robusta, com auditoria, com prestação de contas, com auditabilidade.

Criamos um portal da transparência para que o cidadão possa acessar, de forma detalhada, o valor que cada advogado público federal recebe, a matrícula, o CPF, a fonte, a razão legal pela qual ele recebe, mas eu preciso dizer também que, ao passo de apresentar essas informações detalhadas a respeito dos honorários que cada membro recebe, eu também tive a alegria de dizer a respeito do trabalho que esses nossos 8 mil colegas do Brasil desenvolvem em prol da sociedade brasileira. Eu tenho muito orgulho de hoje ainda – estou afastado para me dedicar à sabatina – dirigir uma instituição que conseguiu reduzir, em três anos, R$1,35 trilhão do risco fiscal judicial, e que aumentou em quase 400% o aumento da arrecadação federal nos últimos anos, pela recuperação de créditos da dívida ativa, que é o que me compete, porque são créditos devidos à União.

Eu quero dizer a V. Exa. que hoje a Advocacia-Geral da União é uma instituição que, depois de três anos e três meses, apresentou pela primeira vez, Ministro Camilo, uma redução de quase R$30 bilhões do pagamento de dívidas decorrentes de despesas judiciais. Esse dinheiro vai se reverter para quê? Para o orçamento público federal, a benefício da sociedade, na saúde, na educação, na assistência social, Ministro Wellington Dias. Eu tenho muito orgulho de participar de uma gestão, porque ninguém faz nada sozinho, eu sou muito grato de ter uma equipe muito dedicada. Nós somos o maior escritório de advocacia do mundo, é a Advocacia-Geral da União. Eu não tenho orgulho de dizer que nós respondemos por 25 milhões de processos, porque, na verdade, isso revela um problema, que é o excesso de litigância deste país. Acho que esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema até que nós temos que enfrentar de forma muito precisa, porque eu sempre digo que a litigância é a irmã gêmea da insegurança jurídica.

Portanto, eu quero tranquilizar V. Exa., Senador Marcio Bittar, porque eu sei, a partir até da conversa que nós tivemos, que a sua preocupação é genuína. A moralidade pública, a impessoalidade, a prestação de contas impõem a todos os servidores públicos o respeito ao teto constitucional, o respeito ao regime de subsídio, o respeito à transparência. A sociedade, o cidadão, tem o direito de saber quanto cada funcionário público ganha, e esses princípios são muito caros para mim, porque eu cresci na democracia e tenho muito apreço pela democracia.

O senhor colocou questões que são muito profundas para mim. Eu sou filho da redemocratização. Meus pais viveram um outro regime, eu vivo num regime democrático, eu fui formado num regime democrático, eu sou filho e produto desta Constituição. Eu fui formado, graduado numa universidade pública, fiz mestrado e doutorado numa universidade pública, eu sou estudante de uma universidade pública, dei aula numa universidade pública. Eu sou beneficiário dos direitos sociais que o Constituinte de 1988 legou ao povo brasileiro. Essa é a minha história de vida. E, se consigo chegar até aqui, a partir do concurso público, porque o concurso público pressupõe a impessoalidade, porque o concurso público pressupõe a meritocracia, sem ter parentes no Judiciário, sem ter parentes em nenhum outro cargo... Eu fui a primeira pessoa da minha família a conseguir um cargo público pelo concurso. (*Manifestação de emoção.*) Depois as minhas irmãs, que são médicas do SUS, também são concursadas. Para quem é filho da classe média e não tem parente, não tem padrinho num país que ainda luta para tirar os traços do Estado patrimonialista, isso é muito difícil. Eu venho de um estado... Aliás, eu venho de dois estados, porque eu tenho orgulho de ter nascido em Pernambuco, mas tido a minha vida escolar no Estado do Piauí, no estado do Senador Marcelo Castro, no estado do Senador Wellington Dias, que me acolheu com muito carinho. Esse estado me deu régua e compasso – foi onde eu tive minha vida escolar –, e pelo estudo, porque meus pais eram humildes, mas meus pais nunca deixaram de investir na educação.

Eu sou um privilegiado, porque acendi à universidade pública mediante o vestibular; me formei trabalhando – me formei trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para o senhor que os princípios constitucionais com que eu tenho certeza – até porque nós conversamos – de que V. Exa. tem enorme preocupação, são os mesmos princípios e valores que eu tenho nutrido a minha vida inteira. Então, eu agradeço a V. Exa. por tratar de um tema tão importante para a sociedade.

Por fim, respondendo ao meu querido Ministro, Senador Camilo Santana, a quem agradeço, Senador, de forma muito sensibilizada, as suas palavras carinhosas e seu depoimento a meu respeito. O senhor falou algo que também me traz muito orgulho. Nós, quando chegamos na Advocacia-Geral da União, Senador Otto Alencar, encontramos centenas, milhares de processos que duravam anos e que não tinham solução, em que a conduta da administração era recorrer, recorrer, recorrer, e não simplesmente reconhecer direitos, e isso em desfavor do povo brasileiro, em desfavor da economia que nós precisamos oferecer à sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Nós tivemos a coragem – e fiz isso com V. Exa., porque V. Exa. também teve a coragem de comigo construir esta solução do acordo dos precatórios do Fundef – de fazer acordo em nove estados. É um recurso que hoje está fluindo para a educação, para investimento em educação, para os nossos professores, em benefício da sociedade. Resolvemos problemas históricos e economizamos para o Erário. Isso é a beleza da conciliação.

Eu quero dizer a V. Exa., com muita tranquilidade, que o Código de Conduta Ética, que é um tema que está colocado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, que está hoje na relatoria da Ministra Cármen Lúcia, é uma proposta que está colocada num contexto de aperfeiçoamento da transparência do Poder Judiciário, da prestação de contas ao Poder Judiciário, mas eu quero dizer a V. Exas., tranquilizando aqui o coração de todos vocês: o meu primeiro código de ética está aqui, é a Constituição. Esta Constituição é o meu primeiro código de ética. O meu segundo código de ética é a minha formação de vida. O meu terceiro código de ética é o meu currículo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Agora, quero dizer, com toda tranquilidade, que qualquer medida de aperfeiçoamento do Poder Judiciário, em benefício da sociedade, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício da confiança que a sociedade precisa depositar neste Poder, que é um Poder sem voto, terá em mim apoio total.

Agora, quero dizer que, dentro do Supremo Tribunal Federal, Senador Camilo, nós temos que construir as coisas, as decisões de forma colegiada e de forma institucionalizada, respeitando as comissões regimentais.

Concluo dizendo que tenho, em meu favor, o meu depoimento pessoal. Na Advocacia-Geral da União, eu fui o primeiro Advogado-Geral da União, depois de 33 anos de criação da AGU, a aprovar o primeiro Código de Ética e de conduta da Casa. Fiz isso de forma participativa, dialógica, respeitando todos os nossos advogados – mais de 8 mil no país.

Esse é o meu depoimento, esse é o meu compromisso de vida.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Dr. Jorge Messias e passo a palavra ao Senador Sergio Moro...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao Senador Rogério Carvalho, depois ao Senador Jayme Campos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a V. Exa., considerando que já estamos, eu acho que quase no meio da sabatina, que V. Exa. pudesse abrir o painel, Presidente, para a gente iniciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senadora Eliziane, eu farei como pede V. Exa.: abrirei o painel para a votação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque as perguntas são repetitivas agora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro. Senador Sergio Moro, Senador Rogério Carvalho...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para interpelar.) – Só retomar o tempo ali, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. Eu peço silêncio ao Plenário, ao ponto de mandar sair os assessores. Estão fazendo muito barulho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu peço para retomar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, sem dúvida nenhuma, Senador Sergio Moro. Terei a maior paciência com V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Presidente, restabelecer meu tempo aí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já falei para...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Um minuto e trinta já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Restabeleça o tempo do Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Presidente, primeiro quero cumprimentar aqui o indicado, o Ministro Jorge Messias. E as perguntas que faço fazem parte do processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor, o pessoal do lado que está falando alto aí, por favor, vamos parar. Ou vou ter que mandar a Polícia Legislativa esvaziar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – ... da sabatina.

As minhas indagações fazem parte do processo de sabatina e tem várias questões aqui que gostaria de colocar.

Ministro, eu li aqui a sua tese de doutorado, "O Centro de Governo e a AGU", e teria aqui algumas indagações. É um trabalho acadêmico, é um trabalho que V. Exa. faz e em que coloca uma série de questões.

Mas, por exemplo, na fl. 229, V. Exa. se refere ao golpe de 2016. Eu gostaria de saber o que o senhor quer dizer com esse golpe de 2016, se é relativo ao *impeachment* da Presidente Dilma. E essa indagação, a meu ver, é importante, Ministro, porque nós temos várias pessoas aqui na composição desta Comissão que votaram a favor do *impeachment* e têm uma opinião diferente em relação àquilo que aconteceu. Senador Davi, inclusive, e Senador Pacheco votaram a favor desse *impeachment*.

Na fl. 230, Ministro, V. Exa. fala do papel do Judiciário no combate à desinformação, inclusive, V. Exa. fala em sentido favorável à Resolução do TSE 23.714, que foi aquela resolução que regulou as eleições naquele período. É claro que todo mundo é contrário à desinformação no período eleitoral, mas, no entanto, aquela resolução, a aplicação dela, gerou uma série de críticas. Por exemplo, quando a oposição – agora oposição – foi proibida de fazer uma relação entre Lula e Maduro, que haveria alguma relação especial entre eles, e depois os fatos, até posteriormente à eleição, confirmaram que haveria essa proximidade entre ambos. Qual é o nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de intensidade que V. Exa. entende da possibilidade de atuação do Supremo, do Poder Judiciário, no controle da desinformação? V. Exa., por exemplo, proibiria que fosse feito esse relacionamento entre Lula e Maduro na eleição de 2022 ou mesmo nessa nova eleição?

V. Exa., ali na fl. 233, fala do papel da AGU, a Procuradoria da Defesa da Democracia. Aí é uma pergunta, Ministro, que eu particularmente entendo que à AGU não cabe ficar patrulhando a internet, como tem sido feito desde 2023, até porque essa atuação da AGU acaba gerando uma série de distorções.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Vou dar um exemplo aqui. Recentemente, a AGU começou a notificar pessoas responsáveis por postagens relacionadas ao PL da misoginia. Eu sei que estava no período de férias de V. Exa., mas isso foi feito com base na construção que V. Exa. fez da instituição. Isso foi feito, aliás, a pedido da Deputada Erika Hilton, como interessada.

E eu até aproveitaria para fazer uma pergunta, Ministro: se V. Exa. acha correto esse papel de patrulhamento da internet pela AGU. É papel realmente da AGU ficar se preocupando com essas postagens colocadas na internet, principalmente quando aqui não tem risco nenhum? Qual é o risco de se discutir o PL da misoginia dentro ali da rede social? Indagaria, igualmente, se teve algum Parlamentar de oposição que fez, que provocou a AGU para que a AGU exercesse também esse papel de controle das postagens e se a AGU atendeu algum Parlamentar da oposição que fez peticionamento junto à AGU.

O país ficou, aliás, chocado, Ministro, recentemente, dias atrás, quando a Polícia Federal foi pedir a retirada de uma faixa que dizia "ladrão" no momento em que o Presidente da República, o Lula, iria fazer alguma espécie de ato naquela localidade. E isso foi muito criticado, inclusive, pelo Senador Flávio Bolsonaro, e eu também critiquei, se é o papel da Polícia Federal fazer isso. Claro que V. Exa. não é responsável pela Polícia Federal, mas queria ver a opinião de V. Exa., até porque a AGU tem exercido um papel semelhante, de certa maneira, em relação a postagens na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, uma outra indagação que, a meu ver, é bastante importante. À AGU, segundo o art. 103, §3º, da Constituição, no processo de constitucionalidade, cabe defender a constitucionalidade da lei. Até o AGU anterior, o José Levi, fala: exercer a curadoria da lei. Ou seja, a AGU tem que defender a constitucionalidade da lei quando ela é impugnada no processo constitucional. Com exceção – e essa é uma cota do José Levi, que foi um dos seus predecessores – quando se tem jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal a favor da inconstitucionalidade da norma. Nessa perspectiva, eu queria indagar a V. Exa.: por qual motivo a AGU deu parecer favorável à parcial inconstitucionalidade da ação de inconstitucionalidade proposta pelo PCdoB contra a Lei das Estatais?

A Lei das Estatais, todos nós sabemos, foi um avanço no que se refere à melhoria da governança corporativa, lá de 2016 – em decorrência do roubo da Petrobras, que aconteceu naquele período, durante o Governo Lula –, e foi aprovada como uma melhoria.

A meu ver, é um grande avanço. E, quando a gente fala hoje em Código de Ética, ali a gente tem, por excelência, medidas para prevenir o roubo às estatais. Mas o PCdoB, dizem aí que impulsionado pelo Governo Lula, propôs essa ação de inconstitucionalidade exatamente para que fosse declarada inconstitucional parte dessas normas. Não era papel da AGU naquele momento defender a constitucionalidade integral da lei das estatais? Como que V. Exa. pode explicar esse posicionamento peculiar da AGU nesse caso, numa ação que fragilizou a governança das nossas estatais? E agora nós estamos vendo esses rombos enormes que estão acontecendo, inclusive aí no caso dos Correios.

Por fim, Ministro, eu também tenho um questionamento aqui que sou obrigado a fazer em relação ao posicionamento da AGU no tema da assistolia fetal, até porque eu faço um comparativo, porque o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, se posicionou favorável à validade da resolução editada pelo Conselho Federal de Medicina. Então há espaço, sim, para defender a legalidade e a constitucionalidade daquela norma, até porque ela não estende a criminalização, ela não muda a norma penal, mas apenas ela faz uma ressalva em relação à gestação tardia. Até porque o legislador penal não entra naquelas minúcias, mas eu tenho certeza de que ninguém em bom senso pode defender um aborto a oito meses ou nove meses de gestação. Então não seria possível – e aqui eu rogo a V. Exa. – que a AGU modifique esse parecer? Ainda há a possibilidade, Ministro, de apresentar um parecer novo defendendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade dessa resolução, porque um aborto em oito meses, nove meses de gestação é inaceitável em qualquer circunstância. Isso não afeta a vigência da norma penal, da lei penal. Então esse é um posicionamento que inclusive a AGU poderia tomar em seguida ao posicionamento do PGR. E aí V. Exa. poderia, de uma maneira mais clara, afirmar, sim, que de fato é contra o aborto ou a interrupção voluntária da gravidez fora das hipóteses legais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Para finalizar, Presidente, o Código de Ética do Supremo Tribunal Federal, regras de suspeição e impedimento. Nós temos visto essas regras do processo serem ignoradas por ministros do Supremo Tribunal Federal. Em particular, eu me refiro aqui às decisões do Ministro Dias Toffoli, no caso do Banco Master, antes de ele ser, vamos dizer assim, afastado ou ele se afastar do processo. Como é que vai ser o procedimento de V. Exa.?

E, para finalizar, Ministro, aqui eu vou deixar muito claro: não tenho nada contra a pessoa de V. Exa., mas eu entendo, e aqui faço minhas as palavras do Senador Marcio Bittar, que não é o momento de nós preenchermos essa vaga no Supremo Tribunal Federal. Temos uma eleição logo mais, daqui a alguns meses, e o tema Supremo Tribunal Federal será objeto dessas eleições. Deixemos ao próximo Presidente da República que faça essa escolha, porque a população vai poder escolher se quer a continuidade desse modelo de um Supremo Tribunal Federal intimamente ligado ao Presidente Lula ou se quer um modelo diferente. E quem sabe o próximo Presidente, não sendo o Lula, pode fazer o que ele prometeu em 2022, mas não cumpriu, indicar pessoas que não sejam tão próximas a ele, porque, quando indica pessoas tão próximas a ele, como foi o advogado pessoal dele, o Ministro que era muito próximo também politicamente a ele nas eleições de 2022 e agora V. Exa., Advogado-Geral da União, isso, de certa maneira, fragiliza a visão que nós temos de o Supremo Tribunal Federal ser uma corte que tem que estar distante e independente do Poder Executivo. Por isso, como disse, nada pessoal em relação a V. Exa.

Tenho essas questões, que são importantes, a meu ver, serem respondidas, mas entendo que não é o momento do preenchimento dessa vaga ao Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, eu lamento muito nós estarmos numa democracia, todo mundo falar em nome da democracia, mas falar de uma democracia parcial. Eu pergunto se aqui, por conta do término ou da proximidade do término do mandato de vários Senadores, algum Senador abriria mão da sua prerrogativa de votar num candidato que está em sabatina, neste momento, ao STF, porque o mandato está no último ano.

Quando a gente fala em democracia e quando a gente fala no voto popular, se a gente acreditasse de fato... Quando eu falo a gente é a totalidade, a maioria que eu acredito que concorda e defende essa democracia. O povo delegou poderes plenos a um Presidente da República por quatro anos, e ninguém tem o direito de levantar suspeição sobre a autoridade de um Presidente eleito pela vontade popular, pela maioria dos brasileiros.

Isto, sim, é o que nós vimos em 8 de janeiro e antes do 8 de janeiro de 2023: o desrespeito. Vilipendiaram a nossa democracia e vêm aqui, a esta Comissão, falar em coitadinhos. Não existe coitadinho para aqueles que agridem o Estado democrático de direito, a democracia e o respeito às liberdades efetivas que o povo exerceu ao escolher um Presidente da República. Nós não podemos achar isso normal e normalizar esse tipo de atitude no Parlamento, num Parlamento onde as pessoas são eleitas, num Parlamento em que as pessoas deveriam estar aqui respeitando a supremacia do voto e da vontade popular.

Eu fico extremamente indignado, não é com raiva, é com indignação, porque no discurso todo mundo é democrático, mas, ao se manifestar, revelam o seu autoritarismo intrínseco e imanente a uma forma de pensar o Brasil e as instituições.

Então, eu quero aqui me dirigir ao sabatinado Jorge Messias. Com certeza, creio na sua aprovação, porque V. Sa. hoje aqui demonstrou com as suas palavras qual deve ser o papel de um magistrado, de um juiz da Suprema Corte. Um juiz da Suprema Corte tem que ter como elemento não a sua vontade pessoal, não a sua posição político-ideológica construída ao longo da história, que todos têm, porque alguns vêm aqui e tentam passar a ideia de que são desprovidos de ideologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos têm a sua ideologia, mas, quando se senta naquela cadeira e se veste aquela toga, ali a ideologia tem como referência a Constituição para construir justiça e garantir os direitos fundamentais de um povo, esta que conduz uma nação, que é a Constituição Federal.

Portanto, eu acredito que este Senado não vai incorrer no erro – mais um erro – de praticar a antidemocracia ou a agressão à democracia com este argumento falho, fraco de que V. Exa. foi indicado e que a indicação... Por quê? Porque esse Presidente não é o da vontade, o que eles queriam impor pela força? Porque este Presidente foi imposto pela força do povo, do voto popular. Que esse discurso não prevaleça neste momento, porque estaria este Senado reforçando aquilo que nós vimos com o questionamento das eleições, aquilo que nós vimos na tentativa de um golpe e mais na tentativa de praticar um homicídio contra o Presidente eleito, contra o Vice-Presidente e contra o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral! E não foi só uma tentativa, foi o ato de destruir os símbolos da República: o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a Presidência da República, que não é de Lula nem de ninguém; é do povo brasileiro, é do Brasil. E aqui, agora, vêm com o mesmo discurso? Eles não aprenderam.

E espero que essa dosimetria não passe sabe por quê? Porque, se passar essa dosimetria, passará qualquer coisa por debaixo dessa ponte. Esse rio vai continuar querendo desvirtuar uma democracia grande como é o Brasil. Nós estamos dando exemplo para o mundo: os Estados Unidos não conseguiram punir uma tentativa de golpe com o ex-Presidente e atual Presidente; nós punimos – isso é pedagógico, isso mostra a força das nossas instituições e da nossa democracia.

E, por fim, eu quero dizer que a sua indicação e que a aprovação do seu nome vão trazer para o STF maturidade, experiência, competência. V. Exa. não estará lá a serviço nem da CIA, nem do FBI, nem de interesses externos ao Brasil que tentaram destruir a nossa economia. Todos os grandes campos da nossa economia foram atingidos, sabe por quê? Porque hoje nós seríamos a maior indústria da construção civil do mundo, porque a Petrobras era a quarta empresa petrolífera do mundo, voltou a ser a primeira da América Latina, mas tudo isso foi atacado, vilipendiado, porque se exerceu a magistratura com o objetivo de atender interesses escusos externos, subterrâneos; criaram-se fundos para manipular o dinheiro público que deveria ser devolvido ao Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acredito que V. Exa., Ministro do STF, honrará cada brasileiro e cada brasileira sentado naquela cadeira. Boa sorte e parabéns por estar aqui neste dia, porque, para chegar aqui, V. Exa. já trilhou um grande caminho!

Cabe a nós fazer justiça de verdade, com honradez, e dar valor a quem de fato construiu uma vida de valor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, querido Senador Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero lembrar que o painel está aberto, os Senadores podem votar no painel.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, Senador Otto, Sras. e Srs. Senadores, senhor sabatinado Dr. Jorge Messias, eu quero, antes de mais nada, saudar aqui, com a devida vênia e permissão, o velho e querido amigo nosso Ministro Zé Múcio, que nos honra com sua presença hoje nesta Comissão aqui.

Dr. Jorge, serei rápido e vou mudar um pouco o foco das indagações aqui, das falas que ouvi, até porque são assuntos relevantes e importantes para a minha região do Centro-Oeste, sobretudo para Mato Grosso. São temas de interesse nacional, claro, mas sobretudo para Mato Grosso.

Em relação ao marco temporal das terras indígenas e às questões de segurança jurídica, o setor produtivo de Mato Grosso enfrenta crescente insegurança jurídica diante da controvérsia sobre o marco temporal das terras indígenas, especialmente em áreas consolidadas há décadas com produção agrícola intensiva e relevante para a contribuição do PIB nacional. Caso venha integrar o STF, V. Exa. entende que a corte deve prestigiar situações consolidadas de boa-fé dos produtores rurais? Quais critérios objetivos defende para evitar a revisão indefinida de títulos de propriedades e assegurar a previsibilidade ao agronegócio? Essa é a pergunta primeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda, sobre Ferrogrão e o impacto logístico em relação ao nosso agronegócio. É fundamental que tenhamos essa ferrovia. A ferrovia considerada Ferrogrão é essencial para reduzir os nossos custos de logística e aumentar a competitividade do agronegócio mato-grossense no mercado internacional. No entanto, a obra permanece paralisada por decisões judiciais e questionamentos ambientais. Qual deve ser, na visão de V. Exa., o papel do STF para impedir que controvérsias jurídicas se convertam em entraves permanentes ao desenvolvimento econômico? E é possível – indago a V. Exa. – compatibilizar a proteção ambiental com a execução célebre de obras estruturantes dessa magnitude?

Terceira pergunta, Sr. Ministro, sobre licenciamento ambiental, regularização fundiária e previsibilidade ao produtor. Produtores rurais têm enfrentado insegurança e morosidade em processos de licenciamento ambiental, regularização fundiária, o que impacta diretamente em nosso crédito, investimento e expansão da produção. Como V. Exa. avalia a possibilidade de o STF fixar parâmetros mais claros e vinculantes que reduzam a subjetividade administrativa e judicial nesse processo? Em sua visão, até que ponto o Judiciário pode atuar para garantir maior previsibilidade, sem invadir a esfera legislativa?

Concluindo, Sr. Presidente.

Quarta pergunta, sobre fronteiras, tráfico e impactos diretos no campo.

Mato Grosso possui, Sr. Ministro, extensa fronteira com a Bolívia, sendo uma rota relevante para o tráfico de drogas e crimes correlatos que afetam diretamente propriedades rurais, a logística e a segurança do campo. V. Exa. entende que o STF pode contribuir para fortalecer o enfrentamento ao crime organizado em regiões de fronteira, especialmente no que diz respeito à cooperação entre União, estados e à validação de instrumentos jurídicos para tornar eficaz a repressão?

Ainda nesse contexto, Ministro, indago qual seria a sua opinião sobre a descriminalização de drogas levada a cabo pelo próprio Judiciário, notadamente pelo Supremo Tribunal Federal. Essas são as indagações que eu quero fazer a V. Exa., e desejo boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Jorge Messias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Bom, eu agradeço as questões formuladas pelo Senador Sergio Moro. Vou me ater, atentamente, Senador, às questões que V. Exa. me coloca.

Primeiro, o senhor coloca a minha tese de doutorado, e agradeço, estou sensibilizado, pelo fato de o senhor ter lido este trabalho. Como o senhor mesmo lembrou e foi honesto ao dizer, é um trabalho acadêmico realizado dentro de uma perspectiva acadêmica, dentro da liberdade acadêmica que a gente tem, a partir de um rigor científico, metodológico, que é sustentar uma tese perante uma banca de doutorado.

Veja, quando eu coloco a discussão a respeito do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma e o qualifico como um golpe de 2016, eu claramente coloco na perspectiva de uma visão política de uma parte da sociedade brasileira que assim entendeu. Eu, em momento algum, desqualifico o processo institucional levado a cargo por este Parlamento. Até porque, naquela oportunidade, também estava acompanhando a Presidenta Dilma Rousseff em todas as sessões deste *impeachment* e estive com ela aqui no dia em que ela veio fazer a defesa pública, processo este que foi presidido pelo ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski. Então, coloco a expressão da forma como ela é: uma crítica política ao processo.

Na questão relacionada ao papel do Judiciário no combate à desinformação e à atuação do Supremo, trago à tona uma reflexão que faço a partir do tema central da minha tese.

O que é que eu discuto na minha tese – e é importante explicar para a sociedade brasileira? Eu trato a minha tese a partir da teoria dos riscos globais e chamo a atenção de que os riscos globais, que estão hoje deslocalizados, de difícil previsão e que causam grande impacto a toda a sociedade, eles precisam ser respondidos a partir de um centro de governo muito bem estruturado do Estado brasileiro para responder a esses desafios. Nós estamos falando de pandemia, nós estamos falando de crises financeiras, nós estamos falando de riscos digitais, nós estamos falando de fraudes financeiras, nós estamos falando de uma série de questões que afetam a vida de milhões de brasileiros e que o Estado brasileiro precisa se organizar para responder a essas questões.

Dentro da minha perspectiva acadêmica, sustentei que a unidade jurídica responsável por integrar, por excelência, o centro de Governo que auxiliaria o Estado brasileiro a responder esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riscos globais, uma teoria do sociólogo Ulrick Beck, seria a Advocacia-Geral da União. E trago, evidentemente a partir de dados e evidências empíricas, essas questões.

Obviamente que o papel do Judiciário no combate à desinformação está limitado ao devido processo legal. E o devido processo legal pressupõe o quê? Um juiz natural, pressupõe a ampla defesa e o contraditório, mas – ainda, que eu gostaria de chamar a atenção, até porque é o que eu acredito – a liberdade de expressão é sempre o farol que nós devemos perseguir. A democracia, que é um valor fundamental que eu defendo, um princípio democrático, ele é sempre o princípio continente. Por quê? Porque as liberdades individuais, as liberdades de imprensa, a liberdade de expressão, o direito à crítica, dele decorrem. Não é nada fácil uma decisão judicial, seja do primeiro grau ou do Supremo Tribunal Federal, em qualquer tema que envolva o tema de desinformação, até porque, como o senhor lembrou, desinformação ainda é um conceito vago.

Eu advogo a tese de que o melhor espaço para que este tema seja tratado seja o Parlamento. O Parlamento federal, hoje, pode dar uma grande contribuição para discutir o tema do ponto de vista da sua legalidade, definindo, de forma taxativa, o que compreende por desinformação. Eu acho que o Senado Federal, quero lembrar, estava aqui nesta Casa, aprovou o chamado PL das *fake news;* aprovou e levou o tema para apreciação da Câmara dos Deputados. Portanto, o tema está, hoje, em análise pelo Parlamento federal.

Quando o senhor fala da resolução do Tribunal Superior Eleitoral, no contexto das eleições de 2022, esta resolução se dá exatamente como uma resposta a uma ausência de regulação do tema pelo Parlamento. E eu quero lembrar que este assunto foi levado ao Supremo Tribunal Federal, a partir de uma ação direta de inconstitucionalidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... e o Supremo Tribunal Federal entendeu pela constitucionalidade desta resolução. Mas eu concordo com o senhor. Eu acredito que, do ponto de vista jurídico, como operador do direito, nós temos que sempre nos afastar de conceitos vagos, porque são perigosos do ponto de vista da interpretação judicial e da aplicação da norma ao caso concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que o senhor traz, que eu gostaria de responder com toda a franqueza, é o tema do PL da misoginia, que é um tema recente. Veja, o senhor bem lembrou, eu estou afastado da Advocacia-Geral da União desde o começo do mês para me dedicar integralmente à sabatina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu não participei de nenhuma decisão em relação a este caso concreto, mas eu também não posso me eximir da responsabilidade do que foi feito do ponto de vista institucional. O que é que estava em jogo ali? Foi feita uma representação por uma Parlamentar federal, esta representação foi examinada e, concretamente, houve uma avaliação técnica, por servidores públicos técnicos, que têm autonomia técnica, e ali entenderam que havia presente elementos de desinformação a partir da regulamentação que foi feita pela PNDD, até porque eu quero esclarecer o que é que aconteceu no caso concreto.

O projeto de criminalização à misoginia foi aprovado por unanimidade por esta Casa. Esse projeto foi do Senado Federal e foi à Câmara dos Deputados para a votação. O que aconteceu? Algumas pessoas passaram a divulgar o projeto com trechos inautênticos, incluíram no projeto artigos, dispositivos, que não foram aprovados por esta Casa, levando o debate público a conclusões equivocadas.

Portanto, a Parlamentar federal provocou a Advocacia-Geral da União. E lá o exame não é personalíssimo, é feito a partir da base legal, dos elementos fáticos que são apresentados, da prova da ilicitude, e a conclusão é técnica.

Agora, eu quero dizer com toda a franqueza para V. Exa., aproveitando e agradecendo a pergunta: ninguém está imune a erro – ninguém está imune a erro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Toda vez em que nós estamos diante de um debate difícil, que é o tema de liberdade de expressão, direita à crítica, ainda que dura, você, muitas vezes, entra em zona gris, e essa zona pode levar o operador do direito a tomar decisões que não são as melhores.

Não há qualquer problema em revisar condutas, em ajustar os rumos, e foi isso o que eu fiz imediatamente, quando eu interagi com o responsável pela casa, o Dr. Flávio Roman – que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanha –, e lhe pedi que checasse especificamente o tema da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A casa, de forma correta, corrigiu os seus rumos.

Então, eu quero dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... que a crítica foi ouvida e foi respondida dentro daquilo que nós compreendemos do Estado de direito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Presidente, só uma questão antes de prosseguir – agradeço as respostas –: eu tenho tréplica depois ou não? (*Pausa.*)

Eu tenho direito a tréplica, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nenhum Senador, até porque nós temos ainda 20 Senadores inscritos, e todos tiveram direito à palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Então, só peço um esclarecimento, Presidente, porque eu fiz uma pergunta objetiva sobre a questão do Maduro, que foi proibido a ora oposição, agora, mas, em 2022, de divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele não terminou ainda de responder, Senador Sergio Moro. Acredito que ele vai responder, porque ele não concluiu ainda. Houve antecipação de V. Exa., mas ele ainda não concluiu a fala dele.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Agradeço ao Presidente Otto.

Senador Sergio Moro, especificamente em relação ao caso que o senhor me questiona, do Sr. Maduro, eu quero dizer a V. Exa. que não compete a mim a discussão a respeito da política externa deste país. Essa é uma competência privativa do Presidente da República, com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores. O que eu defendo é o que está na Constituição, que é a relação pacífica entre os povos, o respeito à soberania, o respeito à autodeterminação dos povos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se o senhor quer saber – e posso lhe dizer com tranquilidade – qual é o meu conceito de democracia, eu lhe digo. O meu conceito de democracia, Senador Sergio Moro, é o conceito em que nós temos um Estado de direito que respeita as liberdades; o meu conceito de democracia é um conceito que expresse a maior forma de prestigiar a sociedade, que é o voto popular; o meu conceito de democracia é a liberdade à crítica, é a liberdade à opinião; o meu conceito de democracia é o respeito à oposição, é o respeito às minorias. Esse é o meu conceito de democracia. Eu não tenho condições, nem na função que eu ocupei nem na minha atual condição de sabatinado ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de me imiscuir em questões relacionadas à política externa. Eu estaria entrando...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mas, Ministro, desculpe-me, a pergunta era se o vídeo foi proibido...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, V. Exa. não pode interromper. O Regimento não permite.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Não foi isso que eu perguntei; não foi isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, o Regimento não permite a interrupção.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mas não foi isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está terminando...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Foi da proibição de divulgação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa. não pode...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – ... do vínculo entre Maduro e Lula na eleição de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... não deve interromper o que ele está falando.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – A opinião do sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está infringindo o Regimento do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas V. Exa. está infringindo o Senado Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, Presidente Otto, pela ordem. Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando ele concluir, eu passo a ordem para V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, pois bem. É uma questão de ordem sobre exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixa-o concluir.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu agradeço V. Exa. me assegurar o direito à palavra e quero deixar mais uma vez assentado: não compete ao Advogado-Geral da União nem à minha condição atual de sabatinado me imiscuir em agenda de política externa ou de relações internacionais. Esta é uma competência privativa do Presidente da República com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores. O que eu posso lhe dizer, do ponto de vista principiológico, é o que eu acredito de democracia efetiva. E, em relação à democracia efetiva, quero crer que nós temos, comungamos dos mesmos valores e dos mesmos princípios.

Quero continuar respondendo a V. Exa. quando o senhor traz o tema da questão relacionada à Lei das Estatais. O senhor toca num ponto fundamental. O senhor realmente lembrou um ponto, Senador Sergio Moro, muito importante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... que é o dispositivo constitucional do art. 103, §3º, que estabelece o papel do Advogado-Geral da União. E é muito importante a gente separar o papel do Advogado-Geral da União da instituição Advogado-Geral da União. A condição própria de Advogado-Geral da União está estabelecida na Constituição pela defesa da constitucionalidade das normas. Agora, é bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, por diversas vezes, avançou nesta compreensão, dando liberdade ao Advogado-Geral da União para expressar um posicionamento jurídico, também da forma como o senhor lembrou, desde que lastreado em precedentes consolidados.

O que aconteceu no caso concreto, que eu gostaria de explicar para V. Exa.? O que aconteceu foi que um partido político manejou uma ação direta de inconstitucionalidade que pedia a declaração da inconstitucionalidade da norma. Este processo foi levado ao Supremo Tribunal Federal, foi distribuído a um relator. O relator, de forma monocrática, antes de ouvir a posição da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral da República, deu uma decisão. A decisão acolheu pedidos, de forma parcial, desse partido político e entendeu pela inconstitucionalidade pontual de dois dispositivos: um que vedava a ocupação de cargos em diretorias e em conselhos de administração de empresas estatais por ocupantes de cargo em comissão, de livre provimento; e um outro, específico, relacionado às questões de participação na política, na vida pública, na vida partidária.

Após a decisão monocrática do Ministro relator Ricardo Lewandowski, o tema foi ao Advogado-Geral da União, assim como foi ao Procurador-Geral da República, para manifestação. Nesse interstício, a aplicação da medida liminar passou a ter efeitos numa série de situações. E o que acontece concretamente é que, quando a manifestação foi apresentada, foi apresentada considerando esta realidade, até porque o próprio Ministro relator fundamentou a sua decisão com precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Agora eu quero dizer que eu acho que o grande problema deste tema foi a demora do Supremo Tribunal Federal em julgar um assunto tão importante.

Eu quero dizer que, na condição de Procurador da Fazenda Nacional, eu me engajei na construção da Lei 13.303, que é a Lei das Estatais, assim como também, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... do Decreto 8.595, que é o decreto que regulamenta a lei. Eu gostaria de aqui, até nesta oportunidade, se o Presidente me permite, louvar a iniciativa do Senador Renan Calheiros, porque foi na Presidência de V. Exa., Senador Renan Calheiros, que, por sua iniciativa, o senhor conduziu uma ampla agenda voltada ao desenvolvimento nacional e de superação de temas, do ponto de vista legislativo e de históricos. A disposição de uma regra geral para todas as estatais já estava há muito tempo no 173 da Constituição e nunca havia sido regulamentada.

O Presidente Renan Calheiros teve a coragem de assumir essa discussão, e o benefício que à sociedade trouxe, a partir da melhoria da governança das estatais, é inegável. Eu, inclusive, na peça, fiz questão de destacar isto: da importância que foi a Lei das Estatais – e ainda é – para a melhoria da governança das nossas empresas: carta de serviços, transparência total, um novo regime de licitações e contratos, um maior rigor técnico na indicação de cargos de gestão e de conselho fiscal, dos comitês... Portanto, eu tenho total acordo com V. Exa. em relação ao avanço que foi a Lei das Estatais.

E quero dizer o seguinte: tão logo o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento, eu me apressei em parabenizar o julgamento e a solução encontrada, porque pacificou o tema. A melhor perspectiva que nós temos que ter para as grandes questões de ordem constitucional é um julgamento célere, porque estabiliza as relações jurídicas, oferece segurança jurídica, dá previsibilidade aos gestores. Essa é a questão central. Portanto, agradeço também o questionamento de V. Exa. em relação a um tema tão importante.

Bom, o senhor coloca também o tema da assistolia fetal e me apresenta a posição do Procurador-Geral da República, que, de forma diferente, se manifestou pela constitucionalidade da norma do Conselho Federal de Medicina e que tem todo o meu respeito, tem todo o meu apreço. Aliás, o Dr. Paulo Gonet é um dos constitucionalistas mais brilhantes que este país possui – um homem de bem, um homem íntegro, um homem digno e que orgulha o trabalho do Ministério Público Federal do nosso país.

Eu quero dizer que, quando nós somos confrontados com posições jurídicas diferentes, nós não nos utilizamos dessas posições jurídicas diferentes para estabelecer dissensos, mas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir convergências. Eu não tenho problema nenhum de acatar o pedido de V. Exa. e estudar o parecer do Procurador-Geral da República e rever o tema. Posso fazê-lo, vou estudar o assunto, me comprometo a estudar o assunto, mas eu quero dizer que o entendimento que eu expressei, defendendo a legalidade, defendendo a separação de Poderes, o fiz com clareza, porque acredito nesses princípios. Agora, não me diminui em nada estudar novos argumentos, dialogar com novos atores ou ser confrontado com novos fundamentos.

Aliás, eu queria até fazer um elogio – viu, Senador Otto Alencar? Para o senhor que é médico –, porque eu fui recebido, com muita gentileza, com muita fidalguia pelo Dr. Hiran Gallo. E quem é o Dr. Hiran Gallo? É o Presidente do Conselho Federal de Medicina. O Presidente do Conselho Federal de Medicina me deu um abraço, me recebeu e, naquele momento, me comprometi com ele, sobre todos os temas relacionados à saúde deste país, caso eu seja aprovado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de ouvir o Conselho Federal de Medicina antes de tomar qualquer decisão. Eu acho que esse é um bom passo sempre, porque o diálogo sempre nos ajuda a evoluir.

Finalmente, quanto ao Código de Ética do Supremo Tribunal Federal, eu quero renovar a minha posição, trazida aqui em outras questões, em outras questões formuladas por seus pares. O meu compromisso sempre será com o aperfeiçoamento do sistema de justiça. Acredito que a democracia está sempre se democratizando. Eu tenho total engajamento em qualquer medida que seja colocada para o aperfeiçoamento do sistema de justiça, para a ampliação da transparência, para a ampliação da prestação de contas, porque eu não me considero... Eu sou um funcionário público a vida inteira, eu não conheço nenhuma outra função que não seja a função pública. Eu sempre exerci o ofício de servidor público. Eu não acho que Ministro da Suprema Corte seja diferente de qualquer outro servidor público e, como servidor público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... deve ter transparência, deve prestar contas. E quero assumir perante V. Exas. um compromisso, inclusive, independente de aprovação ou não, do Código de Ética, porque, como disse, o meu primeiro código de ética está aqui. Caso V. Exas. me deem essa confiança, eu me comprometo com V. Exas. a publicar integralmente no *site* do Supremo Tribunal Federal as minhas agendas, com o nome das partes, os processos, os temas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu irei tratar, meus compromissos acadêmicos. Tenho total franqueza de dizer isso para V. Exas., porque essa é a minha conduta atual. Quem é servidor do Poder Executivo já está submetido a regras de condutas e regras éticas muito rigorosas. Eu me submeto à Comissão de Ética Pública. Eu preciso, anualmente, prestar contas da minha evolução patrimonial. São questões normais para mim.

Portanto, eu agradeço a V. Exa. pela oportunidade que me confere de tratar de um tema de tamanha importância.

Por fim, Senador Jayme Campos, o senhor me coloca temas muito importantes e quero lhe dizer aqui, com absoluta objetividade, por conta do tempo, e o nosso Presidente, atento aqui, já me cobra com razão: marco temporal e o tema do julgamento do Supremo Tribunal Federal... Eu acredito que o Supremo Tribunal Federal adotou recentemente uma posição... O julgamento ocorreu. Ele está em sede de embargo de declaração. Eu terei, eventualmente, que julgar, caso V. Exas. me aprovem. Portanto, eu não posso antecipar julgamento, mas eu posso antecipar princípios, que são mais importantes neste momento. Eu acho que o grande papel do juiz, seja juiz de primeiro grau ou juiz constitucional, é olhar sempre qualquer decisão buscando a paz social, buscando a segurança jurídica, buscando a previsibilidade. Eu não acredito, Senador, que, no direito, necessariamente, o papel do juiz é trabalhar dentro de uma perspectiva de jogo de soma zero: um ganha, o outro perde. Eu aprendi na vida que a melhor forma como nós temos de compor os conflitos de interesse deste país, principalmente conflitos fundiários, é a conciliação, é o diálogo, é a pacificação. Este que vos fala foi o primeiro Advogado-Geral da União a ter a coragem de assinar um acordo no Supremo Tribunal Federal reconhecendo o direito ao pagamento de indenização justa ao proprietário de terra que tinha um justo título no Estado do Mato Grosso, numa terra indígena que estava há anos em conflito.

A pacificação social se dá por aí, pelo reconhecimento de direitos. Nós não podemos transigir naquilo que a Constituição estabelece, mas nós também não podemos retirar do proprietário de terra legítimo o direito à justa indenização ou a uma pacificação. Não acho que a solução esteja colocada com uma única ferramenta. Nós temos como julgador, caso V. Exa. me dê esse voto de confiança, a compreensão de compor interesses olhando sempre esta perspectiva: como é que nós vamos encontrar a melhor solução para a paz social, para respeitar o direito à propriedade privada e para respeitar o direito aos povos indígenas? É possível conciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos um acordo histórico, na região do Paraná, na terra do Ministro Sergio Moro. Após 40 anos, nós conseguimos entregar, a partir do pagamento por compra de terra, os direitos dos indígenas avá-guaranis, que foram ali deslocados com a Usina de Itaipu. Este é o meu exemplo de vida: é pelo diálogo, é pela conciliação. O melhor depoimento que eu posso dar a V. Exa. é a forma como eu procedo na minha vida, na minha conduta profissional.

O senhor coloca outro tema muito importante, que é a questão da Ferrogrão. Pela Ferrogrão – o Ministro Renan Filho está aqui para não me deixar mentir –, eu, desde o primeiro momento, me engajei de forma direta na busca de uma conciliação para destravar o projeto. A pior coisa para um projeto de desenvolvimento essencial para o país é a demora. A demora é terrível porque você não consegue planejar, você não consegue fazer uma tomada de decisão com previsibilidade. A insegurança jurídica milita contra o desenvolvimento nacional, e o meu conceito de desenvolvimento, a partir da perspectiva ambiental, é o desenvolvimento sustentável. Não há que se ter antagonismo entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Nós podemos conciliar as duas coisas. É preciso ter clareza nas condicionantes ambientais, é preciso ter clareza na oitiva aos povos indígenas, aos povos originários, mas tudo isso pode ser feito em benefício do desenvolvimento. No Supremo Tribunal Federal, eu espero concretamente que este julgamento ocorra com celeridade porque é do interesse da nação, é um projeto vital para o país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – E acho que V. Exa. traz um ponto que é muito importante para o desenvolvimento sustentável inclusive, porque ambientalmente é mais recomendável.

Fronteiras e o impacto no campo. As fronteiras nacionais passam por um drama que nós não podemos desconhecer. O avanço do crime organizado, com a passagem de tráfico de armas e de drogas, com a entrada de entorpecentes, é um problema que nós temos de reconhecer. A segurança pública não se faz com medidas simplistas, ela se faz com um grande entendimento nacional, como o Congresso Nacional fez recentemente. A aprovação por este Congresso Nacional do projeto de lei antifacção, que endurece e qualifica o crime de organização criminosa para combate às facções, para combate à lavagem de dinheiro, é muito importante. V. Exas. deram uma grande contribuição ao país e certamente darão, a partir de recursos até que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos na própria lei, condições para que os órgãos de segurança pública possam cumprir o seu papel.

Por fim, o tema da descriminalização da droga. Eu quero dizer que esse é um tema que compete a V. Exas. O papel do Supremo Tribunal Federal não é atuar como legislador positivo. Não acredito que o Supremo Tribunal Federal seja uma terceira Casa Legislativa. Criminalizar ou deixar de criminalizar é papel do Congresso Nacional, dentro do princípio da legalidade estrita. Eu não fujo do princípio. Não acredito que seja papel do Supremo Tribunal Federal adentrar numa competência que é de V. Exas.

E digo mais: aprendi desde pequeno que eu não devo enfiar meu pé num sapato alheio. Eu creio que cada Poder tem um papel a cumprir e pode cumprir muito bem o seu papel. Eu, se tiver a confiança de V. Exas., me comprometo a ter respeito absoluto a esse limite. Por quê? Porque eu acredito que não há coisa pior neste país do que um juiz que não tenha conhecimento claro do seu limite. E V. Exa. terá em mim, caso me dê essa confiança, um juiz que conhece bem o seu limite e respeita este Poder, porque passei aqui quatro anos da minha vida e aprendi a importância da política nesses corredores, conversando com V. Exas., evoluindo com V. Exas. E quero dizer que daqui saí um servidor público melhor.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador Jayme Campos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para questão de ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

O meu encaminhamento, em que eu faço o pedido aqui para o senhor com fundamento no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, é justamente buscando que a gente tenha uma maior produtividade aqui nesta sessão tão importante, neste debate, nesta sabatina, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Sergio Moro suscitou uma questão que incomoda bastante, que é a falta de réplica, de tréplica, até porque a gente precisa se aprofundar. Eu queria dizer que esta sabatina hoje, acompanhada por todo o Brasil, ela tem por objetivo, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, a aprovação prévia por esta Casa do nome indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A função desta Comissão, nesta arguição, é verificar substancialmente e não apenas formalmente a compatibilidade do indicado com os deveres do cargo. Essa verificação substancial, contudo, depende de método, e o método pelo qual a arguição se desenvolve, embora pareça matéria acessória, define se a sabatina será efetiva ou se será mera formalidade.

A prática consagrada nesta Comissão tem sido a de conceder ao Senador inscrito tempo regimental para perguntar, ao cabo do qual o indicado responde de forma global. Essa prática, embora amparada em precedentes, produz efeito que merece registro. Ela permite ao sabatinado escolher, entre as perguntas formuladas, quais responderá com profundidade e quais responderá apenas de passagem. A escolha cabe a quem está sendo sabatinado, não a quem sabatina. Em consequência, perguntas centrais para o juízo desta Casa frequentemente recebem um tratamento sumário, enquanto perguntas periféricas absorvem o tempo da resposta. O Senador, ao fim, não dispõe de oportunidade regimental para exigir o esclarecimento das primeiras.

Vale registrar, Sr. Presidente, neste ponto, que o método de pergunta formulada com resposta global não corresponde à tradição processual brasileira. O Código de Processo Civil, em seu art. 459, e o Código de Processo Penal, em seu art. 212, estabelecem ambos o regime da pergunta direta com resposta imediata aplicável à oitiva de testemunhas em qualquer processo judicial no país. O ordenamento brasileiro, portanto, considera esse método adequado ao exame de uma testemunha comum em litígio ordinário.

A esta Comissão cabe, em coerência institucional, deliberar se o exame de um candidato a Ministro Supremo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... tarefa de gravidade evidentemente superior, merece padrão de rigor inferior que a lei brasileira destina a uma testemunha qualquer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acresce ainda, Sr. Presidente Otto – cumprimentando-o pela condução dos trabalhos –, uma consideração de coerência constitucional que esta Comissão não pode ignorar. O Supremo Tribunal, no exercício de sua competência penal originária, interroga os cidadãos sujeitos à sua jurisdição segundo o método da pergunta única com resposta imediata. Cada Ministro formula sua pergunta; o réu responde, e a próxima pergunta é feita em sequência. É o que se verifica em qualquer ação penal de foro privilegiado em curso na Corte, conforme registro público das transmissões oficiais do próprio tribunal. Esse é o método que o Supremo, ele próprio, considera adequado ao exame de cidadãos comuns sob a sua jurisdição.

Cabe, então, a esta Comissão a pergunta inevitável: poderia o Senado Federal, ao examinar candidato à magistratura desse mesmo tribunal, aplicar a ele método de rigor inferior ao que essa corte aplica aos cidadãos por ela julgados? A resposta há de ser negativa e tem fundamento expresso no texto constitucional. O art. 5º, *caput*, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O art. 1º, parágrafo único, declara que todo o poder emana do povo. Não cabe, em arquitetura republicana, ter cidadãos de primeira e de segunda classe, nem nos tribunais que os julgam, nem nas casas que examinam quem poderá vir a julgá-los.

O candidato a Ministro deve ser arguido segundo o mesmo método que ele próprio, se aprovado, aplicará aos cidadãos. Esse é o método que esta Comissão é convidada a adotar. O método da pergunta única com resposta imediata, consagrado nesses dois diplomas processuais e adotado nas audiências de confirmação da Suprema Corte dos Estados Unidos e em diversos Parlamentos democráticos, permite ao Senador exercer um *follow-up*, exigir precisão e reagir às evasivas, instrumentos sem os quais a função de sabatina se reduz à oportunidade ritual de fala, sem capacidade real de exame.

Eu peço licença – eu estou concluindo, Sr. Presidente.

Em vista do exposto e considerando que esta Comissão dispõe de competência regimental para definir o método de condução de seus trabalhos, eu requeiro a V. Exa. que, antes, a gente possa – a partir de agora, nos próximos blocos – propor a esta Comissão a deliberação do seguinte método de condução: que cada Senador inscrito formule uma pergunta de cada vez, à qual o indicado responda imediatamente, podendo o Senador formular a pergunta seguinte ou pedir esclarecimento à resposta dada dentro do seu tempo, regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O método não amplia o tempo concedido a cada Senador, não retarda a sessão, não modifica a ordem dos inscritos, apenas redistribui, dentro do tempo já regimentalmente estabelecido, o uso entre pergunta e resposta. A medida não é inovação regimental, mas adequação metodológica; aplica à sabatina o padrão que a legislação processual brasileira já aplica há décadas à instrução de qualquer feito judicial. Tem fundamento no art. 52, inciso III, da nossa Constituição, que atribui ao Senado a verificação prévia do indicado, verificação que exige, para ser substantiva, instrumento regimental compatível com a sua finalidade. Tem fundamento também na premissa de que esta Comissão, Sr. Presidente, ao examinar candidato a Ministro do Supremo, exerce uma das mais graves atribuições constitucionais que lhe são concedidas.

Então, o que eu tinha a expor, Sr. Presidente, no aguardo de deliberação de V. Exa., é com relação à inserção do paralelo dos Códigos, do CPC e do CPP, que fortalece a questão de ordem em três frentes simultâneas: a primeira, solidez jurídica; a segunda, força retórica, eu não vou ler aqui; a terceira, uma blindagem contra a acusação de americanismo e sobre o efeito esperado em deliberação.

Sr. Presidente, eu sei que a maioria dos colegas aqui já tem o voto definido, tanto é que o senhor abriu, inclusive, para votação, antes do meio da sabatina; já está aberto para votar. Mas alguns, na capacidade de reflexão do ser humano, podem, numa pergunta específica, ver algum tipo de contradição e mudar o voto.

Então eu queria pedir ao senhor para que avaliasse essa questão de ordem, lhe agradecendo e cumprimentando o Ministro Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, com todo o respeito que tenho por V. Exa., a questão de ordem de V. Exa. é tão grande que eu vou pedir o mesmo tempo para responder que V. Exa. usou para perguntar.

Por favor...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora com a palavra o Senador Rogerio Marinho, o Senador Amin e a Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque eu não tenho, Senador Sergio Moro, como responder a uma questão de ordem dessa extensão que ele mandou.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu requereria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu só sugeriria o direito à réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu não posso responder a uma questão de ordem que ele passou dez minutos fazendo. Invocou a Constituição, invocou o Regimento. Eu pedi à Mesa que redigisse para eu responder a ele. É só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aguardarei, Presidente. Eu aguardarei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, é só isso. Absolutamente, eu não tenho como responder. Não gravei os artigos, e ele invocou a Constituição, invocou o Regimento Interno, invocou lei complementar. Eu não posso responder.

Então, eu peço que a Mesa redija aí para eu responder ao Senador. Com todo o respeito, Senador Eduardo Girão, eu não tenho condição de responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu não usei dez minutos, não; eu usei cinco, viu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio Marinho. (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero pegar os cinco minutos que o...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador tem direito aos seus dez minutos, como todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Acrescidos dos cinco que ele não usou.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial, o indicado Jorge Messias, eu quero começar dizendo a V. Exa., Ministro Jorge Messias, que, apesar de a Constituição nos assegurar o sigilo do voto, até numa perspectiva de que não haja retaliações futuras em cargos, como o que V. Exa. vai ocupar ou pretende ocupar, eu, como V. Exa. sabe, abri mão dessa condição e tenho declarado publicamente que não votarei em V. Exa. Mas, para que não pareça uma birra, tampouco uma questão estritamente política, partidária, eu vou usar o tempo de que disponho para dizer a V. Exa. por que não o farei.

Eu acredito, eminente convidado e sabatinado, que nós somos o conjunto das nossas ações: como nos comportamos, de que forma nos expressamos publicamente, como registramos as nossas posições ao longo da nossa vida. E V. Exa. tem uma vida e tem uma vida pública, não é uma vida privada. E eu não vou voltar no tempo, eu vou falar apenas dos últimos três anos.

V. Exa. afirma, por exemplo, que o Supremo Tribunal Federal é a instituição central do nosso arranjo democrático. Permita-me, humildemente, discordar. O Supremo Tribunal Federal é um dos três Poderes da República. E, veja, essa diferença é fulcral na nossa argumentação. O Supremo Tribunal Federal tem, infelizmente, desbordado a lei, relativizado a Constituição e aplicado, de uma forma absolutamente corriqueira, o que eu denomino de "jurisprudências de exceção". Não é por acaso que hoje a sociedade, de uma maneira quase que majoritária, desacredita do Judiciário a partir da sua mais Alta Corte, pela partidarização, etc.

V. Exa. faz uma tese de doutorado. Houve uma pergunta ou perguntas feitas pelo Senador Moro e, com muita propriedade, foi colocado que há uma distância da questão fática de uma tese de doutorado, porque é uma tese acadêmica, onde se coloca uma situação em função da resposta necessária para se graduar, no caso, como doutor. Mas V. Exa. afirma – e certamente acredita nisso – que, gostando-se ou não da judicialização e do ativismo judicial, sabemos que são parte da institucionalidade brasileira pós-88. Desculpe, eu não aceito que se banalize esse tipo de situação, isso faz mal à democracia brasileira. Eu acho que esse tipo de afirmação é como se nós achássemos que a democracia está doente e tem que ficar doente, não vamos aplicar remédios. Não, é necessário remediarmos essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. fala a respeito da heroica atuação do STF e do TSE diante de ameaças e que o STF é o defensor da democracia. Não! Quem defende a democracia brasileira é o povo brasileiro, são as instituições como um todo, e não uma única instituição e nem existem super-homens. Não existem heróis que, travestidos de uma autoridade fortuita que lhe é colocada sobre os ombros, usem essa autoridade inclusive para, de forma absoluta, ultrapassarem os limites da lei. Aliás, essa questão dos inquéritos intermináveis é uma pergunta que eu farei a V. Exa. ao final e que caracteriza muito essa situação de que eu falei anteriormente.

V. Exa., na sua fala, fala sobre os excessos da Lava Toga, mas V. Exa. concluiu sua tese em 2024 e, naquela oportunidade, nós já tínhamos, por exemplo, notícias da "vaza toga", em que o eminente Ministro Alexandre de Moraes era Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e vazaram conversas do seu juiz auxiliar, o Sr. Airton, se eu não estou enganado, com o Tagliaferro, onde ele propõe que haja – deixe-me ver aqui a utilização – criatividade para se colocar provas contra uma revista ou contra um adversário político. Eu tive o cuidado de representar junto ao CNJ. O CNJ me respondeu que isso eram conversas normais entre servidores públicos.

V. Exa. falou aí sobre liberdade, repetiu esse termo em diversas oportunidades, mas V. Exa. começa a sua vida na AGU, no primeiro ato, em 1º de janeiro de 2023, criando o "ministério da verdade", criando uma instituição, um arranjo interno que se presta a fazer literalmente a censura de opositores do Governo. E digo isso... Aqui estão as redes sociais, detratores do Governo, aqueles que utilizam a crítica legítima para fiscalizar o Governo de ocasião.

V. Exa., na sua tese, fala de golpe, de ultraliberalismo. Eu queria entender o que é ultraliberalismo, que me parece mais um jargão, uma palavra que é colocada entre iniciados: que tanto Temer como Bolsonaro são ultraliberais, que a reforma da previdência é draconiana, que a agenda econômica de Bolsonaro instituiu garantias legais aos capitalistas; me parece um jargão utilizado que era do Muro de Berlim, na década de 80.

Então eu fico preocupado, porque V. Exa. vai estar no Supremo Tribunal Federal, pretende estar, julgando temas importantes, e a gente não pode ter esse tipo de posicionamento que está ultrapassado, bizarro, tacanho, já se perdeu no tempo. Aliás, o Governo de que V. Exa. fez parte foi o Governo que proporcionou o maior lucro aos bancos, o que ele disse combater, na história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nunca banco ganhou tanto dinheiro, nunca o capitalismo foi tão beneficiado como no Governo de que V. Exa. faz parte.

V. Exa., como AGU, fala que sem justiça não há liberdade, concordo; e sem liberdade não há justiça. Então, na hora em que se cria a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, há uma questão antagônica em relação a esse processo. E há casos assim, eu diria, muito importantes que precisam ser colocados, como o pedido de Erika Hilton, a AGU pede censura do X sobre misoginia, sobre essa questão do Brasil Paralelo, em que se faz uma crítica a uma determinada lei e é pedida a retirada desse material, a AGU faz censura silenciosa em redes, ou seja, várias *big techs* estão recebendo orientação para retirar conteúdo das suas páginas.

E eu, Sr. Ministro, fiz várias representações para essa entidade para verificar se ela realmente era apartidária, se era idônea. Inclusive, representei contra o Presidente Lula quando ele afirma: "Eu volto à Presidência em 2023 e encontro 33 milhões de pessoas passando fome". Mentira e PT estão no DNA. Aí eu entrei com a representação para V. Exa., e V. Exa. arquivou, contra *fake news* clara do Presidente Lula, entre outras tantas aqui para testar essa idoneidade desse órgão.

Depois, V. Exa. propõe e dá um parecer contra a derrubada do art. 19 do Marco Civil da Internet. Isso é na contramão do que é liberdade de expressão, porque o art. 19, que foi declarado ou se tentou dar inconstitucionalidade do art. 19, dizia que para você tirar algum conteúdo tinha que haver ação do Judiciário, ampla defesa. E V. Exa. propôs que de fato era inconstitucional e defendeu, inclusive, a cassação da Jovem Pan, de um órgão de comunicação.

V. Exa. fez um tuíte em que V. Exa. disse:

> [...] determinei que a Procuradoria-Geral da União apresente, ainda hoje, nova manifestação mediante a qual declare expressamente o ingresso da União no polo ativo da demanda, ao lado do Ministério Público Federal. [...]
> Não toleramos e não toleraremos ataques à democracia, razão pela qual estaremos ao lado do Ministério Público Federal para apurar a conduta da concessionária de radiodifusão.

V. Exa. está propondo aqui tirar do ar uma emissora de TV...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... de rádio, de comunicação. Mais adiante, V. Exa. recuou e saiu do polo ativo, mas fez o ato. E eu não tenho dúvida de que V. Exa., quando fez, o fez de maneira absolutamente consciente.

"AGU revoga portaria que regulamentava uso de precatórios para pagamentos a entidades e órgãos federais". V. Exa., através de um ato de portaria... V. Exa., que respeita a lei e a Constituição... Uma portaria de V. Exa. sobrestou a aplicação de uma ação constitucional. A hierarquia das leis está na contramão do que V. Exa. fez. Depois que V. Exa., por uma portaria, afrontou o Congresso Nacional, V. Exa. voltou atrás... Não voltou atrás, não, pediu que houvesse a inconstitucionalidade da emenda dos precatórios, mas V. Exa., a princípio, passou por cima dessa situação.

Na questão do decreto do IOF, nós sabemos que o IOF é um imposto regulatório, e o próprio Ministro da Fazenda fala que ele é arrecadatório. V. Exa. era Advogado da União, ou seja, de todos os três Poderes, mas V. Exa. pediu a inconstitucionalidade.

E, por fim, a questão que V. Exa. coloca aqui, porque eu já estou extrapolando o tempo, que eu busquei aqui e achei interessante... V. Exa. aqui se coloca com princípios religiosos, e eu não posso dizer o contrário, V. Exa. é uma pessoa das suas convicções. V. Exa. cita um trecho do Sermão da Montanha, das Bem-Aventuranças que fala "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus", mas V. Exa. deu uma declaração dizendo que é inconstitucional e uma agressão à população brasileira falar de anistia. V. Exa. chamou todos aqueles que estavam naquela praça de golpistas. V. Exa. teve uma posição intransigente e nada cristã. V. Exa. quis interditar o debate...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio, o tempo de V. Exa. já esgotou.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Peço apenas um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço a compreensão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu compreendo, Presidente. É para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos os outros Senadores respeitaram o tempo, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tudo bem, mas, como tiveram outros que me deram um espaçozinho, um minuto só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Por fim, para concluir. Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Peço a V. Exa. a conclusão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu vou concluir. Eu vou concluir.

Então, eu quero dizer a V. Exa. que ouvi V. Exa. atentamente, e, com todo o respeito, fiz as minhas arguições, e disse os motivos pelos quais não votarei em V. Exa. – não votei, porque já votei.

Eu vou fazer uma única pergunta a V. Exa., usando aqui a benevolência do nosso Presidente. O Supremo Tribunal Federal, há mais de sete anos, abriu um inquérito – há mais de sete anos, abriu um inquérito. Esse inquérito é interminável, Sr. Presidente. Esse inquérito é uma afronta à lei, é uma afronta à Constituição. Esse inquérito é um instrumento de coação, é um instrumento de chantagem à sociedade brasileira, é um inquérito que não termina nunca. Eu queria saber de V. Exa. qual é a posição que V. Exa. tem em relação a esses inquéritos intermináveis que entregaram a um Ministro do STF a condição de xerife do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço um minuto só para passar a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão de Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Justiça, o nobre Senador Vanderlan Cardoso, para que ele possa fazer uma saudação aos nossos líderes religiosos que acabam de chegar ao ambiente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os meus pares aqui presentes.

Para nós é um motivo de muita honra estar aqui recebendo, na nossa Comissão de Constituição e Justiça, a presença do Bispo Samuel Ferreira, nosso Presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Brasil, Madureira, e também do Bispo Abner, que é o Vice-Presidente, que está visitando aqui a Comissão. Sejam bem-vindos aqui à nossa Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

Em seguida, a Senadora Teresa Leitão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu quero saudar V. Exa., cumprimentá-lo pelo esforço que está fazendo para justificar o uso do relógio. Viu, Senador Alencar? Eu estou cumprimentando V. Exa. pelo esforço que está fazendo para cumprir o horário! Eu não estou reclamando, estou cumprimentando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não estava ligado. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor estaria ligado se eu o estivesse recriminando, aí estaria!

E quero cumprimentar também o sabatinado, assim como os demais indicados de hoje.

Eu não vou me alongar, mas, na véspera – na véspera – da provável votação da dosimetria, eu não posso deixar de lembrar pelo menos o exemplo catarinense que foi citado pelo Senador Flávio Bolsonaro. O Sr. Alcides foi condenado a 14 anos de cadeia "piedosamente" – condenado "piedosamente" –, "legalmente", segundo imaginam os juristas que mandam no país – 14 anos de cadeia –, porque fez um Pix de R$500 para contribuir para o pagamento de um ônibus que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguia para protesto, Ministro Múcio. Talvez tenha pagado mais alguma coisa, mas não pagou para transporte de arma, e foi condenado, porque participou de um golpe armado, que V. Exa. teve a coragem de, falando a verdade, dizer que não aconteceu. E é o que eu acho também.

Então, este 8 de janeiro, Dr. Messias, foi informado a 39 agências do atual Governo. Eu tenho aqui a lista – e não tirei de documento confidencial, porque nunca houve, mas tirei do *Congresso em Foco*, edição de 17 de julho de 2023, que não foi contestado –: 39 agências receberam o aviso, às 19h40 do dia 6 de janeiro, da provável invasão dos prédios do Congresso e outros da Esplanada dos Ministérios – não tem supermercado, não tem boate; só tem prédio público. Não há um inquérito, até hoje, sobre a omissão. Preste bem atenção! Houve dano público? Houve – V. Exa. citou R$3,5 milhões no Senado ou no Congresso. Nenhuma autoridade que recebeu as 39... Foram 39 agências, algumas delas federativas – portanto, sob a cabeça federal –, existem 26, 27 agências estaduais; eu não quero multiplicar. Nenhum inquérito para que os omissos, os omissos, que, pela legislação que eu conheço, são tão criminosos quanto o autor de um crime... E, se for de uma contravenção, idem. Não há um inquérito, eu repito! Então, na defesa do interesse público, a Controladoria-Geral da União o senhor acha que não se omitiu?!

E a situação é mais dramática, porque, amanhã, nós estaremos votando o projeto de lei da dosimetria, de que eu fui Relator aqui no Senado. E, no dia em que o Presidente vetou, eu apresentei ou reapresentei o projeto de lei da anistia. Alguns dizem que o Congresso não pode dispor sobre isso. Eu acho que pode. E há várias decisões do próprio Supremo que confirmam.

A minha pergunta aí: não há uma omissão da AGU na busca do ressarcimento de quem... Que deriva não apenas da ação de vândalos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas que deriva também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deriva também da omissão e da cumplicidade por omissão.

Segundo, eu queria lembrar que o fato adverso da Lei das Estatais de considerar inconstitucional o conjunto das exigências para preencher aqueles 587 cargos... Essa exigência foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerada inconstitucional por um ministro, na época o Ministro Lewandowski, meados de março de 2023. O Supremo reconheceu que a exigência era constitucional, mas decidiu que os nomeados poderiam continuar, 14 meses depois, em maio de 2024. Quando você assiste, por exemplo, à triplicação do prejuízo dos Correios... Você está falando de uma só, mas são 587 cargos que foram preenchidos, segundo a gíria do mané lá de Florianópolis... Nós temos orgulho de sermos manés, manezinhos; ao contrário de alguns que só usam a expressão para dizer "perdeu, mané", nós temos orgulho disso. O manezinho diria que esse prejuízo não foi um acaso, foi para nomear a companheirada, independente do seu mérito e talento.

E, finalmente, eu não posso deixar de trazer aqui a preocupação que foi levantada na última parte da intervenção do Senador Rogerio Marinho. Eu contei recentemente: do Plenário do Senado, eu pronunciei 56 discursos contra o inquérito das *fake news*, o Inquérito 4.781, essa inquisição, que só não é cristã – foi um desvio da Igreja ter criado. E a última notícia que eu tenho é a de que há uma pretensão de prorrogar, pelo menos até o final do ano, para dar uma certa folga para as preocupações de alguns integrantes do Supremo. Prestem bem atenção: "Eu sei que é inconstitucional, sei que isso é uma aberração, mas vou dar uma esticadinha para aliviar o meu lombo, pelo menos até o final do ano, porque pode ser que aconteça alguma coisa na eleição que me traga novas preocupações".

Então, esses três *flashes* mostram que nós entramos numa engrenagem de composição do Supremo Tribunal Federal que subverteu as duas únicas exigências constitucionais. As duas exigências constitucionais são reputação ilibada e notável saber jurídico. Foi adotado o seguinte: tem que ser meu amigo do peito e tem que ser jovem para ficar pelo menos por 30 anos, o que não é republicano, porque transcende não só o mandato, como muitas vezes até a expectativa de vida de quem nomeia.

Senador Otto, V. Exa., que tem um pouco mais de idade e muito mais cabelo branco do que eu, sabe que a expectativa de vida – nós somos da classe de 1947 – é limitada. Nomear para ficar 30 anos não é apenas se proteger; é nomear para criar um caso para o resto da vida – dos outros.

Então, eu queria dizer aqui...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em público, que eu tenho o maior apreço pessoal por V. Exa., e o senhor sabe disso, mas eu não posso votar a favor da sua indicação.

Eu vou votar "não" – triste –, mas não contra uma pessoa: contra um processo que está desmoralizando o Supremo Tribunal Federal. Está sendo desmoralizado não por vândalos de fora, mas por ações conscientes, premeditadas, situados os seus autores dentro daquela instituição. Eu não posso votar a favor da continuidade desta perversão política inventada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Teresa Leitão.

Senador Esperidião, quanto a essa questão de idade, devo dizer a V. Exa.: eu era Líder do PSD, oposição ao Presidente Jair Bolsonaro, e ele indicou um jovem para o Supremo Tribunal Federal. Eu, na oposição, votei nesse jovem e não me arrependo, que é o André Mendonça, da mesma forma como votei em Kassio Nunes Marques, até porque eu olho o currículo, não olho a bandeira política para escolher alguém que vá para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Por isso que o senhor é conhecido como cabeça branca – cabeça branca.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, a quem eu saúdo pela condução dos trabalhos, pela sua postura sempre muito equilibrada.

Cumprimento o Vice-Presidente também, Vanderlan Cardoso; o Ministro José Múcio; os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, a quem eu peço silêncio, porque, às vezes, quando a mulher fala, começa o povo falando de banda...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... por favor. Ainda mais com uma mulher falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ouçam em silêncio a Senadora Teresa Leitão por obséquio, inclusive, até porque ela é pernambucana, conterrânea do pernambucano Jorge Messias.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois é.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pelas redes sociais, Dr. Jorge Messias, nos dois momentos da sua exposição inicial, eu percebi duas abordagens – nos momentos iniciais.

A primeira, referente à sua vida pessoal e profissional, cita a sua formação na Casa de Tobias Barreto, a faculdade de Direito herdeira dos primeiros cursos jurídicos do Brasil e por onde passaram grandes nomes da advocacia e da magistratura com dimensão nacional, saindo do nosso querido Pernambuco.

Cito esse episódio por conta de um artigo publicado em um jornal local, o *Diario de Pernambuco*, por três ex-professores seus, que muito me tocou como professora e que abrem o artigo, no seu primeiro parágrafo, dizendo assim – abro aspas: "No sacerdócio do ensino, o maior triunfo de um educador é o sucesso do aluno, seja no âmbito profissional, seja na seara pessoal, em sua jornada posterior à formação acadêmica". Passam, então, a afirmar – abro aspas: "As próximas linhas pretendem, ao destacar características e predicados de um aluno do passado, refletir uma interpretação autêntica de seus professores sobre suas qualificações".

Esses professores devem ter ficado muito lisonjeados com a sua trajetória até o presente momento.

Conheço de perto pelo menos um desses três professores e avalio o orgulho que eles sentem por sua trajetória.

Eu já senti isso na minha vida, muitas vezes, e mais quando vejo e ouço um aluno dizer: "Teresa, você foi a minha professora". Olho para um homem, para uma mulher e recordo o menino e a menina na minha sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa, da sua primeira parte da explanação, foi a que mais me tocou, Dr. Jorge Messias.

Mas vamos à segunda: a indicação honrada e sólida para a mais Alta Corte, o Supremo Tribunal.

Defender essa indicação é, em última análise, pela sua exposição, pela sua vida, pelo que aqui respondeu aos Senadores que, antes de mim, lhe indagaram, é defender a Constituição, a democracia e o futuro do Brasil; é reconhecer que precisamos de instituições fortes e de pessoas comprometidas com o interesse público; é afirmar que o Supremo deve ser composto por juristas à altura da sua missão histórica, assim como enxergo isso na sua trajetória.

Hoje, 29 de abril, o Senado tem a oportunidade de confirmar, mais uma vez, sua condição de Casa Alta – isso orgulha muitos de nós. Precisamos, na prática, fazer valer essa afirmação e reforçar um diálogo respeitoso e institucional com o Executivo e a Suprema Corte.

As convenções partidárias, o registro de candidaturas e a subida formal em palanques se dará em julho, em agosto, até a urna, em outubro. Não é justo nem é correto que se traga para este foro problemas de campanha, posições político-partidárias, avaliações de partidos – como foi feito aqui em desagravo ao meu partido, o PT.

Não é do PT o DNA da mentira! Não é o PT que promove *fake news*. Sabemos quem, porque tem digital e CPF e, às vezes, até CNPJ, infelizmente.

A politização não é desta Comissão e não é do Plenário federal. Aqui é institucionalidade, liturgia, solenidade. Exige-se aqui comportamento, apreço, reverência, mirando exclusivamente o que determina a nossa Constituição – e o que ela diz? "O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada".

Seus apontamentos sobre as necessidades e possibilidades de aperfeiçoamento do Supremo Tribunal são assertivos e respondem ao que precisa ser feito, inclusive ao contexto do momento.

Deixemos a campanha e até os ataques e ilações para logo adiante, não aqui, neste espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há democracia sem instituições sólidas e não há instituições sólidas sem pessoas qualificadas e comprometidas com a nossa casa maior.

Jorge Messias reúne...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... essas condições. Sua indicação não é apenas adequada, e preenche com solidez os requisitos constitucionais que devem nos orientar. É necessária para o momento que o Brasil atravessa, que exige diálogo institucional amplo, consolidação da democracia brasileira e relação equilibrada e de absoluto respeito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... entre as instituições da República e a valorização das diferentes matizes do nosso povo.

Aqui se tenta, Presidente, coibir o ato discricionário do Poder Executivo, porque não são eleitores ou apoiadores do Presidente Lula. V. Exa. fez uma intervenção belíssima em relação a isso.

Então, nos meus três minutos finais, Dr. Messias, quero lhe fazer duas perguntas. Uma, sobre o federalismo cooperativo.

A Federação brasileira tem sido tensionada por conflitos recorrentes entre União, estados e municípios em áreas centrais, como saúde, educação, segurança e meio ambiente. Em muitos desses conflitos, o STF acaba exercendo um papel decisivo de coordenação ou arbitragem.

Que visão de federalismo cooperativo V. Exa. defenderia para fortalecer a coordenação entre os entes, sem comprometer a autonomia federativa?

A segunda questão diz respeito à liberdade de expressão, tecnologia e ambiente digital – liberdade de expressão e desinformação.

A expansão do ambiente digital intensificou o desafio de distinguir opinião, crítica política, propaganda enganosa coordenada e discurso de ódio. Temos o debate do enfrentamento à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

misoginia, do combate ao discurso de ódio contra a mulher na internet. São temas que se tornam ainda mais delicados quando estão em jogo a integridade das instituições democráticas e a proteção de grupos vulneráveis.

Na sua opinião, como podemos equilibrar a proteção robusta da liberdade de expressão com a necessidade de conter abusos que atentem contra a democracia e os direitos fundamentais, inclusive o direito à vida? Porque tem um desses instrumentos que ensina como devemos matar e abusar de uma mulher.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senador Eduardo Girão, o questionamento de V. Exa., invocando o art. 383, procede. No entanto, eu devo dizer a V. Exa. que, em todas as sabatinas que foram realizadas, os Srs. Senadores e Senadoras concordaram com que se fizesse um grupo de três Senadores fazendo as perguntas para aquele que é sabatinado responder. Foi assim em todos os momentos desta Comissão de Constituição e Justiça, antes e depois da minha Presidência. Portanto, eu o fiz em nome da concordância do Colegiado, embora V. Exa. tenha invocado, com todo o direito, o art. 383.

Se V. Exa. quiser depois a réplica ou a tréplica, eu a concederei individualmente a V. Exa. Os outros Senadores não solicitaram.

Portanto, essa é a resposta que eu tenho que dar a V. Exa., agradecendo a intervenção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, o Dr. Jorge Messias.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Bom, muito boa-tarde a todos e todas, mais uma vez.

Agradeço as questões colocadas pelo Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei breve.

Quanto à questão do Supremo Tribunal Federal, a tese que pude expor, na realidade, apresentava uma crítica ao ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal, e o fiz a partir de um afastamento crítico, porque entendi que, diante de um ativismo judicial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... presente pelo Supremo Tribunal Federal, dentro da construção teórica que apresentei, defendi a necessidade de que o Estado brasileiro tivesse um centro de governo e uma unidade jurídica sólida para fazer frente a um fenômeno.

Eu analisei um fenômeno a partir de dados empíricos. Então, foi uma crítica acadêmica ao papel que o Supremo Tribunal Federal tem exercido, porque, é importante lembrar, eu sou advogado público há mais de 20 anos, e a advocacia pública, representando os atos do Poder Executivo, também tem sido alvo do processo de avanço do Poder Judiciário em relação às competências próprias do Poder Executivo.

Segundo ponto: excessos da Lava Jato são questões que estão colocadas pelo Poder Judiciário. O resultado da Lava Jato e o seu sucesso ou insucesso cabe à população julgar. Não vou me ater a *slogans*.

Eu quero dizer que o Supremo Tribunal Federal reconheceu inúmeros excessos, e estou tratando aqui exatamente a partir dessas evidências trazidas pelo Supremo Tribunal Federal.

O "ministério da verdade", censura de opositores do Governo... Eu tenho o maior respeito pelo direito à crítica que V. Exa. coloca, entendo que a consideração política é legítima, a crítica política é legítima, mas não representa a instituição jurídica que, de fato, está concebida a partir da visão da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia.

Eu queria até trazer alguns casos aqui que, enfim, embora a gente tenha a capacidade de divulgar, não são tão citados nas questões, quando envolvem a PNDD, e o cerne do trabalho da PNDD é a proteção à integridade da política pública em benefício da população brasileira.

Olha, eu quero citar o caso aqui da mamografia e câncer de mama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PNDD apresentou um caso perante a Justiça contra uma *influencer*, Senador Otto Alencar – o senhor é médico –, que divulgava, Senador Vanderlan, vídeos desestimulando as mulheres a fazer a mamografia, dizendo que o exame de mamografia causava, na verdade, câncer de mama.

Eu quero dizer que eu tenho duas colaboradoras diretas minhas que tiveram, recentemente, câncer de mama, e elas foram salvas exatamente porque fizeram o exame da mamografia. E eu tenho muito orgulho de ter atuado, neste caso, porque retiramos do ar uma pessoa que estava fazendo extremamente mal a uma política pública de saúde para a nossa população.

Vou além: *sites* que propagavam a falsa cura do câncer; mais grave, venda de senhas para atendimento ao Cras; fraudes com o uso do Pix, com *slogans*, com símbolos do Governo Federal; e o mais grave, que a mim me chocou bastante, robôs que promoviam erotização infantil, todas com beneplácito das redes sociais.

Eu, até pela minha formação, tenho compromisso de defender as nossas crianças e adolescentes, até porque esta Constituição – que eu jurei defender – fala que é papel do Estado, dever das famílias e de toda a sociedade, zelar pelas crianças e adolescentes.

Eu quero trazer esses casos, porque são esses casos que são relevantes para a atuação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia.

Não pedimos a cassação da Jovem Pan – muito pelo contrário. O que foi solicitado, até numa posição divergente do que apresentou o Ministério Público Federal, foi a aplicação de uma multa.

Portanto, defendemos a imprensa, defendemos a liberdade de imprensa, nunca pedimos a cassação. Não foi exatamente isso, factualmente, o que aconteceu no pedido formulado pela Advocacia Geral da União.

A questão específica do inquérito das *fake news*, que é a pergunta concreta que V. Exa. me coloca.

Senador, o senhor sabe que o inquérito das *fake news* está tramitando, atualmente ele continua aberto. Caso V. Exas. me aprovem, eu atuarei como julgador na jurisdição constitucional, irei integrar aquela turma, e não posso antecipar voto, mas antecipo princípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi – e não desaprendi – e pratico princípios que são muito caros para mim: o princípio do juiz natural, o princípio da duração razoável do processo, o princípio da proporcionalidade... São esses os princípios que me guiam.

Eu quero dizer que, na qualidade de julgador, são esses os princípios que eu irei utilizar para, a partir de uma fundamentação técnica, sóbria, precisa, atuar dentro da jurisdição constitucional.

E quero tranquilizar V. Exas. com um aspecto que, para mim, é muito importante: eu aprendi, na vida, que a duração razoável do processo é uma garantia constitucional de todo cidadão, porque a diferença disso, a diferença da duração razoável do processo, é o inquérito eterno.

O inquérito eterno é o arbítrio. O arbítrio é o que a democracia veio coibir.

Quando me emociono e digo que a luta pela democracia é uma causa da minha vida, é porque eu compreendo que as liberdades constitucionais, das quais todos nós, cidadãos, somos caudatários, precisam ser asseguradas, Senador Rogerio Marinho. E o meu compromisso, como operador do direito, como jurista, é o cumprimento fiel da Constituição.

Eu não posso desconhecer o princípio da duração razoável do processo. Ninguém pode ser investigado a vida toda. Não é só no inquérito da *fake news*; é em qualquer inquérito.

O inquérito penal tem que ter começo, meio e fim e prazo razoável. Ninguém pode ser investigado a vida inteira. Não é essa a perspectiva que o Constituinte estabelece para o processo penal. Processo penal não é ato de vingança. Processo penal é ato de justiça. E o devido processo legal não pode ser formal; ele tem que ser substantivo, ou seja, têm que ser asseguradas, de fato, às partes todas as condições que a Constituição estabelece, para que isso não se torne algo abstrato e distante da realidade do cidadão.

O Senador Esperidião Amin... Cumprimento V. Exa., Senador Esperidião Amin. Eu tenho profunda admiração por V. Exa. V. Exa. me concedeu alguns minutos do seu precioso tempo, me ouviu. Tivemos a oportunidade de dialogar sobre temas muito importantes para o Estado brasileiro. E tenho sempre muito aprendido com V. Exa. V. Exa. coloca o caso do Sr. Alcides, de Santa Catarina. Eu quero pedir a compreensão também a V. Exa., pedindo escusas, mas é um caso que, caso eu seja aprovado por V. Exas., também terei que julgar e não posso e não quero me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar em situação de impedimento – não quero. E peço essa compreensão. Por quê? E repito: a partir dos princípios constitucionais. Existem questões do direito penal que não são meras abstrações. A proporcionalidade da pena, a individualização da conduta, a individualização da pena são elementos essenciais para o direito penal, são marcos civilizatórios, e nenhum juiz, não é só o juiz constitucional – nenhum juiz –, pode desses princípios se afastar.

Eu quero dizer a V. Exa. que a AGU não foi omissa no caso da reparação dos danos de 8 de janeiro. Nós solicitamos as informações a todos os órgãos públicos porque nós atuamos imediatamente na busca da reparação integral dos danos havidos nos prédios públicos. Foram R$3,5 milhões só nesta Casa; R$6 milhões na Casa ao lado; ao todo, foram R$26 milhões de prejuízo ao Erário. E nós apresentamos 27 ações civis públicas, cobrando integralmente o valor que nos foi passado pela direção das Casas que representam os três Poderes. Esse foi o papel da AGU. Nós estamos buscando a reparação integral de todos esses valores, porque esse é o nosso papel, foi o que eu disse desde o início. O papel da AGU e do Advogado-Geral da União é zelar pela defesa do patrimônio público federal. E eu queria tranquilizar V. Exa. que nós estamos atuando exatamente dentro do mandato que o Constituinte nos confere.

Por fim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nenhum por omissão?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nenhum por omissão?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Nenhum por omissão.

O senhor me coloca uma questão que, para mim, é muito significativa. Eu tenho um enorme respeito por V. Exa., e o senhor atribui a minha juventude como uma razão que lhe coloca um ponto de reflexão. Eu tenho todo o respeito, e a minha admiração por V. Exa. independe da sua posição pessoal e política. E respeito, porque a democracia exige de todos nós essa capacidade de respeitar as diferenças.

Eu só quero dizer uma coisa a V. Exa. e esclarecer algo que é muito importante. Eu tenho um irmão de fé, um amigo, um grande jurista, um admirador, que, anos antes, esteve aqui sentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta cadeira perante V. Exas., em processo de sabatina, na mesma faixa etária que eu, ocupando o mesmo cargo que eu ocupava, e hoje é um dos melhores ministros da Suprema Corte deste país, que dá orgulho ao país, que é o Ministro André Mendonça. Eu tenho muito orgulho de ter o apoio desse Ministro.

Portanto, eu quero dizer a V. Exa. que respeito a posição que V. Exa. expressa, mas os meus tempos de serviço público, a minha experiência de atuação profissional... Eu trabalho desde muito cedo, já tenho mais de 25 anos de serviço público prestado à sociedade brasileira, tenho entregas efetivas à sociedade brasileira e estou em paz quanto ao cumprimento dos meus requisitos constitucionais.

E quero dizer a V. Exas. que o exercício da magistratura constitucional não é um espaço de poder pessoal, não é um objetivo de vida para fazer a minha carreira, concluir a minha carreira. Eu me sinto verdadeiramente em condições de colaborar com o aperfeiçoamento da Justiça do nosso país, a partir dos princípios que eu sempre defendi na vida, a partir da minha conduta que eu sempre ostentei. Eu tenho muito orgulho de ser servidor público a minha vida inteira. Eu tenho uma esposa que é servidora pública. A minha vida inteira servi a este povo com dignidade, com integridade, com seriedade, com sobriedade e com total imparcialidade dentro do que pude fazer de vida pública.

Muito obrigado, Senador Amin, por me dar a oportunidade de esclarecer esta questão, que eu sei que é uma preocupação para muitos dos seus colegas.

A Senadora Teresa Leitão, a quem agradeço as palavras carinhosas, minha conterrânea, uma pessoa por quem tenho profunda admiração, porque defende uma pauta que também defendo e acredito na vida, que é a pauta da educação, coloca um ponto que, para mim, me tomou muito tempo e faço com alegria na minha gestão à frente da AGU, que é a agenda federativa.

Quando nós buscamos os estados e os municípios para a celebração dos acordos do Fundef, é em respeito à Federação. O Constituinte fez bem em estabelecer competências próprias aos demais entes federativos, e o respeito à Federação é um princípio basilar da nossa Constituição. Eu também acredito no federalismo cooperativo. Nós não podemos ter aqui em Brasília, dentro do plano federal, a soberba de achar que temos a resposta para todas as coisas. A vida do povo se dá no município. A realidade das pessoas na segurança pública, por exemplo, depende do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado. A União não tem resposta para todas as coisas. Nós temos que ter a humildade e a capacidade de conversar de forma respeitosa para, junto com os demais entes da Federação, encontrar as melhores soluções. Foi por isso que fizemos acordos do Fundef para entregar direitos e reconhecer direitos aos estados, aos municípios e também, em muitos casos, ao Distrito Federal.

A senhora me coloca questões concretas e que me preocupam: a liberdade de expressão *versus* a desinformação – e quero caracterizar aqui, a partir da questão do discurso de ódio, da violência política. Eu reconheço que nós temos dificuldades técnicas e operacionais muitas vezes de encontrar, com o equilíbrio necessário, a melhor solução, porque muitas vezes a solução está no limite entre a liberdade de expressão e a desinformação, pela forma como muitas das questões são colocadas.

Mas eu quero tranquilizar também V. Exas. O Governo, o Estado não pode ser um patrulhador da conduta e do comportamento alheio. O Estado não pode ser sensor da conduta de ninguém. A crítica, mesmo que dura, deve ser respeitada, mas há um limite – há um limite –, e eu preciso dizer qual é o limite. O limite é a incitação à violência, o limite é a discriminação, porque nós sabemos que existem grupos vulneráveis, existem pessoas vulneráveis que precisam ser protegidas. Então, o núcleo fundamental desta Constituição, que no preâmbulo fala de igualdade, de ausência de discriminação, de pluralidade, também tem que ser observado.

Por fim, finalizando, agradecendo a V. Exa., esse equilíbrio precisa ser exercido sempre com prudência – na dúvida, não o ultrapasse; na dúvida, prestigie a liberdade de expressão.

Muito obrigado, Senadora, pelas suas colocações. Muito obrigado, de um conterrâneo que lhe quer muito bem. Obrigadíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Jaime Bagattoli, o Senador General Mourão, a quem presto a minha continência, e o Senador Izalci Lucas.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem: só para acalmar o conjunto do Plenário, não daria para ler o restante da lista de inscrição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. São eles: Senador Portinho; Senador Marcos Rogério; Senadora Soraya; Senadora Roberta; Senador Hiran; Senador Jorge Seif; Senador Alessandro Vieira; Senador Girão; Senador Renan, o pai; Senador Efraim; Senador Randolfe; e Senador Cleitinho. Ainda faltam somente 20, pouca coisa. E o Senador Humberto Costa, 21.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu estava em 18.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Daqui a pouco, V. Exa. fala.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui, neste momento, o Presidente da CCJ, Otto Alencar; o Advogado da AGU, Jorge Messias, hoje, aqui, nesta sabatina para Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas eu quero cumprimentar, aqui, também todos os Senadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu pediria silêncio, por favor.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores e dizer a todos os meus pares, colegas, que eu ficaria muito feliz se, em todas as Comissões, tivesse 20% dos Senadores que tem aqui hoje, porque o Brasil estaria bem melhor e nós estaríamos trabalhando e fazendo o melhor pelo nosso Brasil, que é o que não acontece.

Mas eu quero, aqui, lembrar uma frase sua, que o meu colega Senador Rogerio Marinho já frisou aqui, uma frase muito importante, quando V. Exa. fala que é evangélico. Eu nem considero só evangélico, considero todos os cristãos que nós temos pelo mundo afora. Este Sermão da Montanha é uma frase muito importante para quem é cristão e sabe a validade disso para nós, cristãos: "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão mesmo chamados filhos de Deus".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer com isso? Onde está a pacificação do nosso Brasil? Onde está o nosso diálogo nos três Poderes? Não há diálogo entre os três Poderes. Nós só temos um Poder que está acima, que se considera acima de tudo há muito tempo, que é o Supremo Tribunal Federal.

Quero dizer a V. Exa. que, quando você fala que você foi a vida inteira funcionário público – sua vida foi de funcionário público –, V. Exa. terá o privilégio de talvez estar entre os dez com o maior privilégio de funcionário público deste país, se for sabatinado Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque terá, se Deus lhe abençoar, mais 29 anos pela frente.

Mas eu quero dizer aos senhores, aos meus colegas, que o Senado há muito tempo não fez a parte dele. Quem é empresário neste país sabe que, quando nós contratamos um líder para tocar os nossos negócios, aquelas atividades nossas, o que mais nos deixa tristes – nós, empresários – é o dia que nós temos que demitir, mandar essa pessoa embora porque ela não está cumprindo com o seu papel. E este Senado Federal é quem sabatina o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando um Ministro do Supremo Tribunal Federal não está cumprindo com o seu papel, com a sua função de defender realmente a Constituição, que V. Exa. fala que defende aí, esse ministro tem que ser tirado do cargo.

V. Exa. há de convir comigo – e isto já foi citado aqui hoje –: quando você dá uma condenação para um cidadão que mandou R$500, que contribuiu com R$500 para um ônibus aí, para pessoas que vinham fazer uma manifestação... Ele não falou para eles virem aqui matar ninguém; ele contribuiu com R$500. Aí uma pessoa dessa tem uma condenação de 14 anos de cadeia. Eu fiz uma conta: cada dia custou para ele R$0,10 de condenação, em valores em reais, aproximadamente. E aí, nós vemos indícios – eu nem quero acreditar, não sei se é verdade ou não –, de um contrato de prestação de serviço com assessoria ao Banco Master de praticamente quase R$130 milhões – quase R$130 milhões.

E essa assessoria era para assessorar esse banco, não para roubar os correntistas.

Dos correntistas desses bancos, muitos perderam dinheiro. Quantas instituições de previdência que nós temos de municípios e de estados que vão perder o dinheiro lá no Banco Master?

Aí, eu faço a pergunta a V. Exa.: e essas pessoas não vão ter nenhum tipo de condenação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao caso do INSS.

Eu jamais, na condição de Senador da República e como cidadão brasileiro, poderia imaginar que o Supremo Tribunal Federal iria interromper uma CPMI de investigação para quem saqueou e quem roubou os nossos aposentados e, principalmente, os menos favorecidos que ganham menos. E aí, onde eu encontro, o que eu vejo nessa situação? Nada vai acontecer, nada vai acontecer, nada segue à frente sobre essa situação.

Aí, eu quero dizer a quem estiver nos acompanhando: quando pedimos uma anistia ampla, geral e irrestrita, foi negada essa anistia ampla, geral e irrestrita. Agora nós estamos aí com a dosimetria, para derrubar um veto.

Se houvesse pacificação, não precisaríamos estar derrubando esse veto, já teria sido pacificado isso, porque a eleição terminou em 2022, no dia 30 de outubro.

E eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: eu sou empresário. Quando V. Exa. nasceu, eu já era motorista de caminhão, sofrido, sofrido no nortão do Brasil, sofri muito. Então, eu conheço o mundo, sei das pessoas que são funcionários públicos, mas eu sei como é que funciona a iniciativa privada. Eu sei o sacrifício da iniciativa privada, de todos os trabalhadores e de todos os bons funcionários públicos deste país.

Agora, o que nós não podemos mais admitir é essa corrupção que ninguém consegue mais estancar. Esse é o maior mal deste país, esse é o maior câncer deste país.

Enquanto não combatermos a corrupção deste país, não adianta falar em salário, não adianta falar em nada. Nós estamos levando o Brasil para um buraco que não vai ter saída – não vai ter saída.

E, quando nós falamos em corrupção, eu não falo em partido político não. Tem corrupção em todos os lugares, em todos os lugares, e em todos os partidos talvez tenha um problema.

Agora, quando nós nos deparamos com o Supremo Tribunal Federal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que interrompe a construção de uma ferrovia, interrompe a situação do progresso do nosso país, é muito difícil para nós admitirmos isso neste país.

E eu quero terminar minhas palavras e dizer, porque o meu tempo está esgotando, a V. Exa.: não tenho nada contra você; tenho contra a sua declaração sobre o dia 8 de janeiro e a sua não posição sobre o caso do Banco Master e sobre também o caso do INSS.

E quero dizer para V. Exa. que nós, os políticos, somos avaliados a cada quatro anos. Os Senadores, que estão aqui hoje sabatinando V. Exa., têm o privilégio de oito anos. Quando termina o seu mandato, ele vai lá para ver o que o eleitor acha, se ele vai poder continuar no mandato ou não. E V. Exa. terá o privilégio de ficar 29 anos no mandato. Nada contra, mas eu quero dizer: com o sistema que está hoje, eu não posso ser a favor da sua sabatina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O meu voto é contra, pelas suas declarações, pelo que você tem dito e tem falado, inclusive na imprensa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sr. Presidente, dez segundinhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor leu recentemente a lista, e eu tinha pedido para me inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito, agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só para colocar muito rapidamente: é que eu me inscrevi exatamente na mesma hora do Senador Bagattoli, Jaime Bagattoli...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. será o próximo. Depois desses três agora, será V. Exa.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, muito obrigado. Eu iria resgatar as notas taquigráficas, mas não será necessário.

Obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, há uma dúvida sobre a minha inscrição também, mas eu respeito aí a ordem da inscrição do Presidente. Eu já vi vários papéis aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão, por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a apreciação de uma indicação ao Supremo Tribunal Federal jamais pode ser tratada como mera etapa protocolar do processo político. Trata-se de uma das mais elevadas responsabilidades constitucionais atribuídas ao Senado Federal, nos termos do art. 52 da nossa Constituição.

Esta Casa, ao sabatinar e deliberar sobre um nome para a Suprema Corte, não examina apenas um currículo; examina a solidez das instituições, a integridade da ordem constitucional e o futuro do equilíbrio entre os Poderes. É nesse espírito de responsabilidade institucional que se impõem ponderações sérias acerca da indicação do Dr. Jorge Messias.

Não há aqui qualquer juízo de ordem pessoal. O debate não é nesse sentido, mas sim sobre os requisitos constitucionais e sobre as consequências de uma nomeação dessa magnitude.

O cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige, de forma indissociável, notável saber jurídico, reputação ilibada e, sobretudo, independência intelectual e funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não são requisitos decorativos; são pressupostos de legitimidade para o exercício da jurisdição constitucional.

Destaco aqui: o Supremo não é extensão do governo de ocasião, não pode ser compreendido como espaço de acomodação política, nem como instância de continuidade de projetos de poder. Sua missão é precisamente a oposta: atuar como guardião da Constituição, inclusive e especialmente diante de qualquer excesso cometido pelos demais Poderes.

Sob essa perspectiva, é legítimo questionar se a trajetória do indicado, construída em posições de estreita vinculação político-governamental, oferece as garantias de autonomia exigidas para o exercício dessa função.

A proximidade orgânica com o Poder Executivo, em funções centrais de formulação e defesa de agendas governamentais, suscita dúvida objetiva sobre a necessária distância institucional entre o julgador constitucional e o governo que o indica.

Não se trata aqui de desqualificar experiências no Executivo, mas de reconhecer que, para a Suprema Corte, independência não pode ser apenas presumida; deve ser inequivocadamente demonstrável.

Há, ademais, questões substantivas que merecem exame rigoroso.

Uma delas diz respeito à compreensão do direito à vida, fundamento estruturante do Estado democrático de direito e que já foi aqui intensamente comentada e respondida pelo Dr. Jorge Messias.

Também não se pode ignorar a crescente preocupação da sociedade com a percepção de hipertrofia do Poder Judiciário e, em alguns momentos, de excessiva convergência entre decisões do Supremo e interesses conjunturais do Poder Executivo.

Independentemente de concordâncias ou divergências sobre diagnósticos, é inegável que há uma crise de confiança institucional, que demanda prudência redobrada a cada nova indicação.

Em um contexto como este, a escolha de alguém tão diretamente associado ao núcleo político do Governo inevitavelmente aprofunda questionamentos sobre a separação de Poderes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sobre a aparência de imparcialidade da corte, atributo tão importante quanto a própria imparcialidade.

O ponto central é simples: o Senado não avalia apenas se o indicado pode ocupar a cadeira; avalia se sua nomeação fortalece ou fragiliza a instituição.

O dever desta Casa é agir não sob o peso de conveniências políticas transitórias, mas sob o império da Constituição.

Uma vaga no Supremo não pertence ao Presidente da República; pertence à República.

Dr. Jorge Messias, eu tenho apenas três questionamentos para o senhor e também me debrucei sobre a sua tese de doutorado, a exemplo de alguns colegas que me antecederam, até porque era, na minha visão, a melhor forma de entender o pensamento de Jorge Messias.

E o senhor baseia muita coisa nos escritos do Ulrich Beck, que, dentro do que ele chama de sociedade em risco global, advoga por uma governança internacional, aquilo que, no meu entender, afronta os estados nacionais.

E, aí, eu lhe pergunto: o senhor considera que os estados nacionais estão ultrapassados e que chegou o momento de uma governança internacional?

Esse é o meu primeiro questionamento.

O segundo questionamento é sobre a sua independência ou sobre o seu cumprimento de tarefas.

Em algum momento na sua vida pública, o senhor teve que defender algo em que o senhor não acreditava? E mais ainda: o senhor está disposto a decidir contra o governo que o está indicando?

E, por último, há uma confusão muito frequente, e V. Exa., em algum momento aí, também confunde...

O senhor entende que há uma diferença conceitual basilar entre notícia falsa ou o anglicismo *fake news* e desinformação? Na minha visão, vêm sendo confundidas de uma forma muito clara e não se entende a diferença conceitual entre essas duas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as perguntas.

Deixo mais tempo para aqueles que me sucederem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

Depois, o Senador Renan Filho, o Senador Humberto Costa e o Senador Portinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só adicionar mais dez minutos, porque ficaram 13 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois, Senadora Soraya, Senador Hiran e Senador Jorge Seif.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É pela ordem. Eu peguei a inscrição pela ordem de inscrição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso Ministro Jorge Messias.

Presidente, eu vou muito na linha já colocada aqui pelo Senador Esperidião Amin, porque eu fiz um relatório do 8 de janeiro, com mais de 500 páginas, mostrando claramente que, se o Governo Federal quisesse, ele teria evitado.

Quero cumprimentar aqui meu amigo Ministro Múcio, que foi o único da base do Governo que disse realmente que não foi golpe, porque não existe golpe sem armas, dito por ele, que é especialista, é Ministro da Defesa.

E, na linha da omissão – na linha da omissão –, eu vejo o G. Dias como o grande responsável por tudo isso, porque ele é que recebeu todas essas mensagens, e não tomou nenhuma atitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui no DF, em Brasília, o Plano Escudo – o General Mourão sabe o que é isso, o próprio Ministro Múcio sabe o que é isso –, que, em 40 minutos, ocupam esta Esplanada aqui: o Batalhão da Guarda Presidencial, a Polícia do Exército, outros mais e a Força Nacional, que estava do lado.

Então, dentro do 8 de janeiro... E agora, recentemente, também do que foi dito aqui do idoso que foi condenado há 14 anos pelo Pix de R$500, eu pergunto, Ministro: caso o senhor vista a toga de ministro, respeitará a soberania do Parlamento para pacificar o país, quando apresentarmos o projeto de anistia ou mesmo o da dosimetria? Qual é a sua posição com relação a essa questão?

Há outra questão, Ministro.

Também participei, como sempre na maioria das CPMIs, da CPMI do INSS, e fui o primeiro a dizer: "Olha, a Contag, que tem como Presidente o irmão do Deputado Secretário da Câmara, e o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula, o Frei Chico, que de Chico não tem nada...". Essas duas instituições, que foram as que mais roubaram dos aposentados e pensionistas, foram simplesmente... Não foi considerado realmente... Houve uma omissão realmente da AGU com relação aos processos. Essas entidades só foram executadas depois da CPMI instalada, porque a gente viu, assim, uma certa seletividade; só algumas entidades foram acionadas.

Então, pergunto qual o motivo e se existe alguma ação hoje, por exemplo, de devolução dos recursos da Contag e do Sindnapi, que sequer poderiam ter assinado o acordo de cooperação, porque a lei é muito clara; existe uma lei que proíbe qualquer contrato, qualquer convênio. Então, eu gostaria de saber se existe alguma coisa no sentido de trazer de volta esses recursos que foram roubados.

Outra pergunta que eu gostaria de também fazer: o senhor considera legítima essa prática que, aos olhos da sociedade, transforma laços familiares em ativos financeiros milionários e converte o acesso à Justiça em um balcão de influência? Quais medidas o senhor defende para corrigir esses desvios reais ou aparentes, garantindo que o STF seja um tribunal isento, e não um clube de negócios familiares, como tem acontecido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto. O senhor garantirá o respeito inegociável à liberdade de expressão dos brasileiros, o que inclui o direito inalienável de criticar livremente o Governo e os seus mandatários? Ou o cidadão deve esperar que o senhor use a toga para censurar o debate público e perseguir opositores políticos?

O Supremo Tribunal Federal... Aliás, como o senhor, no âmbito da questão do ângulo jurídico, justifica a manutenção de inquéritos perpétuos, com objetivos elásticos e que subvertem a regra de competência e imparcialidade? Deixo aqui uma pergunta objetiva sobre isso, sobre a qual gostaria de ouvir a sua posição firme. É possível flexibilizar garantias constitucionais em nome da defesa da democracia, lembrando que esses inquéritos já têm mais de sete anos?

Qual é a sua posição técnica sobre a decretação e manutenção de sigilo em inquéritos e processos no âmbito Supremo? Em sua visão, quais critérios objetivos devem justificar essa excepcionalidade e como evitar que ela se prolongue, além do necessário, que é o que está acontecendo também atualmente?

Na sua visão jurídica, há coerência entre reconhecer a criação da CPI e da CPMI como um direito constitucional da minoria e negar a proteção jurisdicional a sua prorrogação quando houver obstrução política relevante? Qual deve ser neste ponto o limite de atuação do Supremo?

E falo isso, Presidente, porque participei de várias CPIs, como Deputado e agora como Senador, e a gente vê situações esdrúxulas, como aconteceu agora na CPI do INSS. Nós sequer conseguimos chegar à auditoria dos consignados, em que o rombo era muito maior do que o desconto associativo.

Quando convocamos a Sra. Leila, do Palmeiras, ela alegou e pediu que fosse adiado, exatamente porque tinha uma comemoração do Palmeiras, e o Presidente adiou esta audiência com ela. No dia da audiência, ela foi ao Supremo. O Ministro Flávio Dino deu a resposta, com um *habeas corpus*, dizendo que ela não precisaria ir naquele dia marcado, mas que teria que ir posteriormente. Então, foi novamente remarcado. E, na remarcação, ela voltou novamente ao Supremo e caiu, então, na mão do Ministro Gilmar Mendes, que simplesmente disse que ela não precisaria vir à CPMI, ou seja, quais são esses limites? Porque é constitucional a questão da CPI e da CPMI, e o que a gente vê, de fato, é que o Supremo Tribunal Federal tem prejudicado muito a fiscalização, que é um dever dos Senadores. É uma obrigação dos Senadores, é competência dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores não só legislar, mas fiscalizar. E a gente está de mãos atadas com relação à CPI e CPMI com essas decisões do Supremo.

Eu pergunto, então, qual é a posição de V. Exa. relacionada com CPI e CPMI, porque nós aprovamos... O próprio Supremo fez jurisprudência obrigando a instalação por ser instrumento, mas depois negou realmente a prorrogação que era necessária para mostrar realmente o rombo, o roubo que houve das consignações. Mais de 80 bancos, e só conseguimos ouvir um banco. Esse banco que ouvimos, só ele teve um processo de devolução de 300 milhões. Fico imaginando se todos aqueles que estavam envolvidos, como o Master, por exemplo, que teve mais de 250 mil contratos que não tinham autorização dos aposentados e pensionistas...

Pergunto ainda, Ministro Messias: o juiz deve se declarar suspeito em caso em que tenha vínculo com as partes? O senhor foi escolhido agora pelo Presidente Lula, que tem ações de seu interesse em julgamento no Supremo. Como o senhor irá se posicionar nesses casos de conflito de interesse? V. Exa. vai se declarar impedido ou acha que não tem nenhum impedimento?

E, para finalizar, Presidente, a AGU deveria defender os interesses da União, não os do Presidente da vez. O senhor usou a AGU para acionar a Polícia Federal contra memes, perfis nas redes e críticas ao Governo. Qual é o fundamento constitucional para usar o aparato estatal para proteger a imagem pessoal de Lula e do seu Governo?

Essas são as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes de passar a palavra ao Dr. Jorge Messias, eu gostaria de registrar a presença do Ministro Mauro Campbell Marques, que faz um belíssimo trabalho no Conselho Nacional de Justiça como Corregedor. Parabéns a V. Exa.

E passo a palavra ao Dr. Jorge Messias.

Nós já estamos aqui desde 9h, eu dei uma barrinha de cereal a ele para ele se alimentar e conseguir levar até um período que está aqui... Ainda tem 11 Senadores e Senadoras inscritos para fazer o questionamento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Senador Jaime Bagattoli, eu lhe agradeço as questões formuladas por V. Exa.

Repito: bem-aventurados os pacificadores. Aprendi que ser pacificador é a melhor forma de dar o exemplo cristão que aprendi desde pequeno e creio que, quando nós dialogamos, quando nós buscamos a solução dos conflitos a partir da conciliação, da mediação, em que os processos não precisam ser um jogo de soma zero, nós podemos ceder, nós podemos compreender que sempre uma parte pode sair ganhando algo. É assim que eu exerço, no meu ofício, hoje, a minha visão de pacificador: a partir do diálogo como método. Como eu disse, não sou dono da verdade. A grande questão que nós temos que olhar, do ponto de vista da nossa atuação como jurista, como operador do direito, é a compreensão de que nós somos todos – todos os juristas, na verdade – devotos da Constituição, não só os Ministros da Suprema Corte.

Nós, desta Constituição aqui, não podemos nos afastar.

Quando o senhor trata do tema da demissão, que é o *impeachment* de Ministros do Supremo Tribunal Federal, é algo que está previsto na Constituição. Existe uma legislação que rege a matéria.

Eu quero dizer a V. Exa. que eu tive oportunidade, na condição de Advogado-Geral da União, de me manifestar defendendo a posição desta Casa, que é pela legitimação amplíssima, de qualquer cidadão, de qualquer do povo, ter a condição de exercer o seu direito e apresentar – até porque há um direito de petição previsto na Constituição – pedidos aqui ao Senado Federal, a quem compete tramitar processos de *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal.

É até curioso notar, porque eu sempre vejo a relação Senado e Supremo como as duas asas de um mesmo avião. É muito importante que essas duas instituições estejam em harmonia, e esta harmonia, às vezes, a gente precisa parar para fazer manutenção, porque as coisas não estão bem alinhadas. E é importante que isso seja feito a partir do quê? Dos marcos do Estado de direito.

Eu gosto sempre da expressão do Ministro Moreira Alves, em que ele dizia que há algum ponto, nesta Praça dos Três Poderes, onde os três Poderes se encontram e dialogam; e, a partir do diálogo, encontram as grandes soluções para os problemas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cito um exemplo muito importante, que representou um avanço para o país, que foi a reforma do Judiciário com a Emenda Constitucional 45. Foi a partir de um pacto republicano que envolveu os três Poderes, e o Estado brasileiro conseguiu apresentar uma reforma constitucional, para aquela época, ousada – o Senador Izalci já estava no Parlamento e sabe que foi muito difícil –, mas, com o diálogo, foi possível essa construção.

O senhor coloca para mim a questão do INSS e a atuação do Supremo Tribunal Federal.

Perceba: eu não participei desse julgamento, não tive nenhum tipo de atuação em relação a esse julgamento que o senhor coloca.

Eu entendo, confesso que entendo a sua preocupação – o Senador Izalci também traz esse ponto, que é a questão da interdição das CPMIs –, mas eu quero dizer mais uma vez: a minha compreensão é que o Supremo Tribunal Federal, na condição de guardião da Constituição, precisa zelar também pelas prerrogativas dos nossos Parlamentares.

Eu participei de um período desta Casa, assessorando um Senador de oposição. Eu sei qual é a importância do papel da oposição. A oposição só existe em democracias.

E também o Supremo Tribunal Federal, muitas vezes, necessita adotar posições contramajoritárias, em defesa da oposição, exatamente porque a democracia viva pressupõe uma oposição viva, porque uma oposição viva é vigilante, em benefício da sociedade.

Eu gostaria de dizer ao senhor uma coisa que eu considero muito importante: em relação ao caso do INSS, eu posso tranquilizar V. Exa. de que eu, na condição de Advogado-Geral da União, adotei todas as providências necessárias, desde o primeiro dia. Nós apresentamos ações contra todas as entidades de classe envolvidas nesta fraude bilionária contra os aposentados e pensionistas; nenhuma deixou de ser alcançada pelas mãos habilidosas dos nossos advogados da União, porque cabe aos advogados da União, de forma técnica e precisa, zelar pelo patrimônio público federal.

Ninguém foi poupado – eu tranquilizo V. Exa. –, nem o Sindnapi, nem a Contag.

O que acontece é que nós temos que agir dentro do marco do Estado de direito. Eu não posso simplesmente apresentar ações de reparação com o propósito de direito de regresso, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

zelar pelo Estado de direito. Por quê? Porque eu preciso de evidências, eu preciso de provas, e os órgãos de persecução criminal, os órgãos de controle interno do Poder Executivo são exatamente a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União.

Tem um cem número de ofícios meus, da Advocacia-Geral da União, pedindo informações a esses órgãos, pedindo o compartilhamento dos inquéritos, para que nós pudéssemos atuar de forma técnica, rigorosa e sem avançar dentro do espaço devido da competência de cada órgão, porque também, quando nós atuamos dentro do Estado de direito da forma correta, nós evitamos nulidades, até porque o nosso compromisso é com o êxito da nossa ação.

Eu quero tranquilizar V. Exa.: hoje, todas as associações foram cobertas. Eu tive o cuidado de demonstrar e encaminhei à CPMI, de forma documental, todas as ações propostas, os motivos e a fundamentação pelas quais nós propusemos, com o tempo, com a cronologia, para demonstrar que, à medida que a documentação encaminhada pela CGU e pela Polícia Federal chegava, nossos advogados imediatamente protocolizavam as ações perante a Justiça Federal daqui de Brasília. Então, isso eu tranquilizo V. Exa.

Caso do Banco Master.

Senador, a AGU não teve nenhuma participação nesse caso do Banco Master. Não é da nossa competência, não participamos. Esse é um assunto afeto ao Banco Central e hoje à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal, com a participação da Procuradoria-Geral da República.

Querido Senador Mourão, colocou-me questões muito importantes. Eu, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pelo tempo que V. Exa. me concedeu.

O senhor foi extremamente gentil, acolheu-me, recebeu-me quase em uma véspera de feriado. O senhor, numa sexta-feira – ou segunda, salvo engano –, recebeu-me aqui com toda a gentileza, e eu quero dizer ao senhor que o seu gesto foi muito significativo para mim.

O senhor foi muito sincero, foi muito honesto, e isso, para mim, é muito significativo, porque eu aprecio a verdade, eu aprecio a honestidade.

Eu não construí a minha vida aqui em Brasília mentindo; eu construí a minha vida aqui falando a verdade. E eu sempre digo, Senador Otto Alencar, que Brasília é terra de muro baixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo mundo sabe aqui quem é quem, o que faz, por que faz, e eu, graças a Deus, tenho a minha vida limpa, correta, exatamente pela forma como eu me porto durante toda a minha trajetória aqui em Brasília.

Quando o senhor trata da sociedade do risco global e da superação dos estados nacionais como uma preocupação que o senhor traz, eu quero tranquilizá-lo, porque não é disso que eu trato bem na minha tese, mas eu, de qualquer forma, aprecio o seu interesse nessa pesquisa acadêmica.

Veja, a questão da soberania, do ponto de vista constitucional, é inegociável. Eu não tenho como tratar disso. Quando eu falo da sociedade do risco global, é porque os riscos globais são compartilhados.

A pandemia que começa na China, com a covid-19, e se espraia no mundo não resiste à soberania. As respostas em situações extremas precisam ser compartilhadas de forma colaborativa. Então, essa questão é a que trago.

Quando há uma crise financeira do *subprime* nos Estados Unidos, em que todos os mercados são afetados, e o Brasil é afetado, e o poupador brasileiro é afetado, esse é um exemplo de risco global que transcende também a questão da soberania.

Quando eu trago a questão ambiental, porque a questão ambiental é deslocalizada, nós estamos sofrendo hoje efeitos climáticos que não dizem respeito à questão do Brasil, até porque o Brasil, nós sabemos, até em razão do agro responsável, é um grande colaborador na redução das emissões de carbono. Nós estamos falando de um mundo que não observa os marcos legais, mas que nos compromete com o aquecimento global.

São essas as questões, que não dizem respeito à superação da soberania, mas a uma governança que auxilie em respostas globais para crises globais. Não são todas as questões afetas aos problemas nacionais que dizem respeito às crises globais.

Indo ao segundo ponto, que é a questão da independência, e eu tenho absoluta certeza de que o senhor tem uma enorme preocupação em relação a isso, o senhor me questionou: "O senhor iria, de alguma maneira, contra o Governo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer ao senhor que, uma vez me tornando Ministro do Supremo Tribunal Federal, com a honra que esta Casa pode me dar e a graça de Deus, eu quero dizer uma coisa para o senhor: eu posso contrariar todas as pessoas; eu só não posso contrariar a Constituição. O meu compromisso é com a Constituição, não é com o Governo.

Governos são transitórios; o Estado não é transitório, a pátria não é transitória, a nação não é transitória. Governos são transitórios. A Constituição não é transitória. Então, este é o meu compromisso.

E quero dizer a V. Exa. que eu sou advogado público há duas décadas e, como advogado público há duas décadas, eu contrario interesses do governo, porque o papel do advogado público não é dizer "sim" o tempo inteiro. Muitas vezes eu digo "não", porque contraria a Constituição, mas, quando é para dizer "sim", eu também digo "sim", ou então digo como posso fazer, porque este é meu papel.

Agora, a minha independência, caso seja magistrado, decorre da minha vida inteira dedicada ao Estado brasileiro, à sociedade brasileira. Este é o meu compromisso de vida.

Porque eu tenho consciência, Senador, de que já estive em governos, já estive em oposição, e sei que a transitoriedade do cargo é uma realidade. Agora, a transitoriedade de uma nação, de um Estado, precisa ser valorizada por instituições que se colocam com virtudes próprias, e as virtudes condicionais que nós precisamos espelhar, na conduta individual de cada magistrado, é o compromisso com a equidistância das partes, com o afastamento de conflitos de interesse, com a neutralidade... Essas questões são fundamentais.

Eu sempre digo: como é que você ganha confiança? A confiança se constrói no processo. Ela nunca está dada. Ela precisa de demonstrações concretas.

E eu sei que V. Exa., que não me conhece, não teria razão nenhuma para me oferecer a confiança, mas eu quero dizer a V. Exa. que o meu currículo, a minha trajetória, o meu proceder de vida são o que me credencia a dizer aqui, com toda a tranquilidade de alma, que serei, caso V. Exas. me aprovem, um juiz independente, sóbrio, técnico, operoso e sério, comprometido com esta Constituição que todos nós juramos defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero tocar num ponto muito importante, que é a questão limite entre notícia falsa e desinformação.

O senhor está correto. Nós não podemos tratar notícia falsa como desinformação. São coisas diferentes. Até porque, se nós falarmos de notícia falsa *versus* desinformação, nós estamos falando da mentira que existe há séculos.

A desinformação não é mentira. A desinformação – e eu quero trazer aqui o contexto que foi colocado pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral – deve se dar no contexto do ilícito. É diferente da notícia falsa.

Portanto, a desinformação que importa ao direito e é juridicamente reprovável é aquela que está dentro do contexto do ilícito, e o ilícito, para fins da legislação eleitoral, é claro; o ilícito, para fins penais, é claro, porque são os crimes contra a honra, por exemplo; é a denunciação caluniosa, por exemplo.

O jurídico reprova, o ordenamento jurídico reprova situações específicas. O operador do direito, o juiz ou os integrantes do sistema de justiça não têm essa liberdade de atuar com conceitos vagos e imprecisos.

Aliás, nós temos que nos libertar desta técnica de atuar com conceitos vagos e imprecisos, porque, invariavelmente, levam a injustiças.

Quando eu falo que um dos princípios do Direito Penal é a taxatividade, pela legalidade estrita, eu digo que isso é em defesa da garantia individual, dos direitos e garantias individuais, porque o cidadão não pode ser processado por conceitos vagos. Agora, repito: acredito que o tema da desinformação, na minha opinião, deve ser melhor tratado, do ponto de vista penal, por esta Casa, e não por outro órgão.

Indo agora, Senador Izalci, agradeço a V. Exa., parabenizo-o pelo trabalho em prol também aqui do Distrito Federal.

Sei que o senhor participa de diversas CPMIs, acompanhou de perto a situação do 8 de janeiro, e o senhor me coloca questões muito importantes.

Anistia, dosimetria, o que fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que lhe responder com toda a franqueza: a dosimetria trata de um projeto de iniciativa do Parlamento. O Parlamento aprovou um projeto de lei, dentro da sua competência, e este projeto de lei seguiu para o Presidente da República.

Dentro do processo legislativo constitucional, o Presidente da República tem duas opções. Quais são as opções que o Presidente da República tem? Ou ele sanciona ou ele veta.

O Presidente da República, ao vetar o projeto de lei de dosimetria, encerrou a sua etapa dentro do processo legislativo constitucional. O que é que a Constituição estabelece? O assunto volta ao Parlamento, pelo Congresso Nacional.

Este Congresso Nacional – agora já há pauta, pelo que soube – vai apreciar o veto que foi aposto pelo Presidente da República ao PL da Dosimetria.

Veja, eu não quero entrar aqui e me imiscuir na decisão que este Parlamento vai tomar. A decisão cabe a V. Exas. O que eu quero dizer a V. Exas. é que, como sou defensor do princípio, eu quero dizer uma única coisa a V. Exas., até porque também não posso me antecipar ao julgamento: o princípio penal fala algo muito simples: a lei penal benéfica deve favorecer o réu. Ponto e simples.

Não há que fazer nenhum tipo de invenção. Ao juiz cabe simplesmente aplicar a lei na matéria penal. Se for a opção deste Parlamento encaminhar pela derrubada do veto, que é legítimo, só caberá a qualquer juiz –, não só a mim, caso V. Exas. me aprovem – aplicar a lei. Ponto.

Segundo item: Contag e Sindnapi foram processadas. Vou fazer chegar ao seu conhecimento a cópia integral da ação judicial, com a devida documentação, o tempo, a razão, os ofícios da CGU e da Polícia Federal que lastrearam as ações propostas pela AGU contra as entidades para a recuperação integral do quanto foi pago pela União para os aposentados e pensionistas, porque o nosso compromisso, na defesa do patrimônio federal, é devolver o recurso aos aposentados e pensionistas e recuperar o dinheiro público que foi utilizado.

Laços familiares em ativos financeiros. Bom, eu quero dizer a V. Exa. algo que é muito importante para mim. Eu quero deixar muito claro ao Senador Izalci e a todas V. Exas. que o meu padrão de conduta, a forma como eu procedo na vida, até como servidor público – minha esposa também é servidora pública – é uma dedicação exclusiva ao serviço público. Eu acho que eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como magistrado... Aqui está o Ministro Mauro Campbell, que é o Corregedor Nacional de Justiça. Ele sabe muito bem, e todos nós sabemos, que a Constituição e a Loman só permitem uma única atividade para o magistrado, que é o magistério, de forma republicana. Eu tenho, para mim, que a Constituição é muito clara, e dela nós não podemos nos desviar nenhum passo. E esse é o meu compromisso de vida. Eu nunca entrei no serviço público buscando enriquecer. Eu vivo do meu salário, a minha esposa vive do salário e, graças a Deus, nós temos muito orgulho disso. Sirvo o meu país, sirvo a minha nação com este elevado padrão ético de conduta. E esse é o meu compromisso de vida, que levarei para qualquer função pública que eu ocupe.

Dando sequência à sua preocupação quanto à liberdade de expressão, eu quero lhe responder a partir da minha experiência pessoal. Eu tenho mais de 20 anos de vida pública, Senador Izalci, e eu quero dizer que, para ser mais econômico, pelo menos há 15 anos estou em evidência no cenário nacional, exercendo funções públicas de alta relevância institucional. Eu quero dizer que, durante esses 15 anos da minha vida pública, pode ter certeza, eu já recebi várias ofensas. Já fui alvo de várias calúnias, várias difamações, várias injúrias, vários xingamentos. Alguns são muito dolorosos, porque eu sou um pai de família. Mas eu quero dizer para o senhor uma coisa que, para mim, é muito importante e acho que responde a sua pergunta em relação ao meu conceito de liberdade de expressão: eu nunca, nunca entrei com nenhuma ação, fiz nenhuma representação de ordem pessoal contra ninguém que me criticou na vida. Esse é o meu conceito de liberdade de expressão, isso é o que eu acredito, isso é o que eu aplico na minha vida. Eu não posso defender algo que eu não pratique. Então, o meu depoimento pessoal é o que me credencia para dizer que eu sou um grande defensor da liberdade de expressão.

É possível... O senhor coloca a questão de sigilos em inquérito. Ora, o princípio constitucional é o princípio da publicidade, é o princípio da transparência. O sigilo sempre é exceção. O sigilo não deve ser utilizado como primeira via. O sigilo deve se dar em situações excepcionais para a proteção da investigação, quando justificado, porque a sociedade faz o controle jurisdicional a partir do acesso ao processo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Então, o que eu posso dizer a V. Exa. é que o meu compromisso é estar muito atento à garantia da publicidade, da transparência e não usar o sigilo como um recurso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – ... para subtrair da sociedade o direito legítimo ao controle da atividade jurisdicional.

Finalizo, até por conta do tempo, falando da questão da defesa pessoal e institucional do Presidente e da minha relação. Isso aqui eu gostaria de esclarecer porque, para mim, é muito importante deixar muito claro isso. O Senador Jaques Wagner está aqui, ele me conhece há bastante tempo, eu sou advogado público federal há duas décadas. Quando eu fui escolhido Advogado-Geral da União, e tenho muita honra de ter sido escolhido Advogado-Geral da União pelo Presidente Lula, ele me confiou uma grande honraria.

O ápice da minha carreira é ser o chefe da minha instituição, e eu não tinha relação pessoal direta com o Presidente Lula, ele me escolheu por várias razões. Primeiro, porque ele queria alguém de carreira comandando a Advocacia-Geral da União. Segundo, porque eu trabalhei com diversas autoridades que foram a ele dar um depoimento pessoal do meu trabalho, a exemplo do Senador Jaques Wagner, do ex-Ministro Aloizio Mercadante. Agora, eu também quero dizer a V. Exa. que eu fui eleito em primeiro lugar pela lista sêxtupla da minha carreira como indicado ao Presidente da República. Eu tive a honra de ter a confiança dos meus pares para liderar a instituição que eu ocupei. Portanto, para mim, isso é motivo de muita honra e explica muito a minha trajetória e como eu penso.

Eu nunca tive procuração pessoal do Presidente Lula, eu nunca tive procuração pessoal do Partido dos Trabalhadores, eu nunca fui filiado. Então, eu quero dizer uma coisa ao senhor, Senador Izalci, que, para mim, é muito importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu sou um servidor do Estado brasileiro, de uma instituição que pertence ao Estado brasileiro. A minha compreensão de Estado, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia, vem daí. E essa é a minha formação, e esse é o espírito que eu pretendo levar ao Supremo Tribunal Federal caso seja aprovado por V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Jorge.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Filho, ao Senador Portinho e à Senadora Soraya. Em seguida, ao Senador Hiran, ao Senador Jorge e ao Senador Girão.

O Senador Renan Filho com a palavra.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um grande prazer participar desta sabatina do nosso Ministro Jorge Rodrigo Araújo Messias, de quem recebemos há alguns dias uma biografia resumida, e eu a apresento aqui, Jorge – e sua foto está até um pouquinho distorcida, devia ter dado um "tapa" nela para ela ficar melhor. (*Risos.*)

Mas a biografia é irretocável para alguém que já percorreu, na vida pública, diversos cargos importantes. Foi Consultor Jurídico do Ministério da Ciência e Tecnologia, do MEC, foi Chefe do Setor de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, foi Chefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, e foi Assessor Especial aqui do Senado Federal, honrando no momento a oposição no Brasil, o que é também de muita valia.

Eu acompanhei detalhadamente, Ministro Jorge, porque passei a manhã inteira e este começo de tarde aqui presencialmente na sua sabatina. Não há ressalvas à sua conduta pessoal, à sua probidade na conduta pessoal ou administrativa. Não há.

Criticam aqui duas coisas apenas. Primeiro, a sua juventude. Ora, criticar juventude num país de jovens como o Brasil? Aliás, a juventude brasileira é a força deste país. Ela é que é capaz de impor, implementar, garantir mudanças – garantir mudanças. Discutir talvez a vitaliciedade de cargos no país seja um caminho interessante; não a juventude das pessoas. Discutir juventude das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, não, porque o jovem traz com ele o mérito de um país com educação melhor, com mais acesso à informação, com mais capacidade de se expressar.

Portanto, Ministro Jorge Messias, afaste isso dessa sabatina, porque isso não tem sentido. Quem o coloca o faz de maneira rasa, sem sentido algum. Quer discutir vitaliciedade? Vamos! Agora, juventude das pessoas, estou fora. É com essa clareza que deve ser feito o debate.

Do outro lado, Ministro Jorge, colocam a sua proximidade com o Governo do Presidente Lula, e eu vi aqui, até atônito – porque confesso que nunca tive condição de acompanhar com tanta profundidade os debates aqui, no Senado –, a defesa de figuras experientes aqui, no Senado, de que o Presidente Lula abrisse mão da sua indicação, e alguns aqui defendem que deveria ser indicado pós-eleição, à luz de um novo Governo. Ora, fora a ingenuidade alheia aqui, nenhum Presidente abriu mão de indicar Ministro do Supremo. A ingenuidade não está colocada nesta sala. O que está aqui é o propósito político de subtrair a indicação do Presidente da República. Todos os Presidentes da República deste país, de direita, de esquerda ou de centro, ao surgir uma vaga no Supremo Tribunal Federal, promoveram, Ministro e Senador Wellington Dias, a indicação – todos, todos. Portanto, afaste também esse argumento. Não tem lógica. É apenas retórica rasa.

A gente observa também que, numa sabatina dessa, é um oceano de conhecimento com um centímetro de profundidade; ou seja, a turma... Falaram aqui de casos de corrupção. Poxa, então, vamos a eles.

O INSS, Ministro Jorge. O senhor longamente se apresentou aí. Passaram três meses ou mais aqui, numa CPI; no final, apresentaram um relatório que sequer foi aprovado. Tiveram voto nem para aprovar o relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao final de uma investigação. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: Banco Master. Ministro Jorge, quando chegar ao Supremo Tribunal Federal – se Deus permitir, o senhor vai chegar –, garanta as condições para que a investigação do Master seja a mais profunda possível. Demonstre as vinculações com a política, apresente quem desse caso Master se beneficiou. Garanta isso, porque isso é condizente com a sua biografia.

Quem está falando isso é um colega seu de ministério, recentemente. Eu posso testemunhar a sua retidão de caráter, a sua vocação para o trabalho e a sua vocação também para o serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público. Garanta que seja investigado Vorcaro e suas peripécias, até porque talvez tenha sido Vorcaro, na humanidade, o sujeito que mais esbanjou, dentro de quatro anos, o recurso alheio. Eu nunca tinha visto um sujeito fazer desta maneira: fazer festa no exterior do tamanho de abalar o mundo, comprar aeronaves pagando à vista e em várias unidades. Então, garanta, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, que a investigação vá até a mais profunda prova, para que a gente tenha um julgamento justo, porque o povo brasileiro espera isso. E nós, do Governo do Presidente Lula, temos nada, nada de receio – nada.

Porque falaram aqui, Ministro Jorge, muito em tese. Eu ouvi falando em tese, a turma aqui fala em tese, mas ninguém cita os nomes, porque no momento está preso o proprietário do Banco Master e também está preso o ex-Presidente do BRB. Um monte de gente aqui, ao se referir, fala em tese, somente para colocar a tese neste momento e neste Governo. Não, o Governo é quem tem interesse na investigação.

Então afaste também essa tese de proximidade do Ministro Jorge e também essa questão desses últimos casos de corrupção. E nós vamos aproveitar este ano de 2026 para deixar isso bem claro nas discussões públicas, nas ruas, nas praças e nas redes sociais, onde hoje é verdadeiramente feito esse combate. Portanto, Ministro Jorge, não tem ressalvas à sua conduta pessoal.

Quando a Constituição brasileira coloca ao Presidente da República fazer a indicação e ao Senado Federal fazer a sabatina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... como uma espécie de controle, o que a Constituição está querendo dizer? Que o Presidente da República tem o direito constitucional de fazer a escolha do nome – direito constitucional de fazer a escolha do nome. E ele podia ter escolhido qualquer um, porque foi eleito; foi eleito, não vai abrir mão. Os mesmos que pedem aqui que: "Não, não vamos fazer a indicação agora, vamos deixar para depois". Não, não pode. Ninguém vai abrir mão de fazer a escolha. E o Presidente escolheu. E cabe a nós aqui olharmos, *grosso modo*, as três condições que eu vou passar a ler, Ministro: ter mais de 35 anos, isso é o que diz a Constituição, por mais que alguns achem o senhor muito jovem, o senhor é da mesma idade que eu. Ao olhar para o Ministro Jorge, eu me sinto mais jovem que ele. Certamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele deve sentir a mesma coisa ao olhar para mim. (*Risos.*) Normalmente é isso que a gente sente ao olhar para outra pessoa, Senador Hiran.

Mas o que a Constituição diz é que deve ter 35. Senadores, colegas, apresentem uma PEC...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e botem a idade mínima para 60, 65, 55, a idade que quiserem. Só não dá, na hora da indicação, vir discutir a Constituição. Isso é constitucional.

Além disso, nós temos duas outras características: possuir notável saber jurídico. Ninguém questionou o saber jurídico de V. Exa., ninguém. E a outra é ter boa reputação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor tem excelente reputação.

Portanto, Ministro Jorge, eu queria dar esse meu depoimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... fazer essas ressalvas, para que a gente faça um combate político mesmo, porque, obviamente, tem um campo que defende a indicação. Tem-se que defender com a mesma ênfase que faz a oposição, porque, muitas vezes, é necessário para o sabatinado o exercício do diálogo, da complacência e da compreensão, mas aos sabatinadores cabe também fazer a luta política.

Mas aos sabatinadores devemos também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... fazer a luta política.

Ainda faltam 26 segundos, mas eu nem vou usar o minuto adicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria finalizar, Presidente Otto Alencar – para me ater aos dez, sem o uso do minuto adicional –, dizendo que fico muito feliz, Ministro Jorge, de ver que os atributos pessoais de V. Exa. garantem que nós tenhamos uma sabatina que não apresenta nenhuma condição não cumprida para que o senhor seja o próximo Ministro do Supremo. E, em sendo, faça as transformações que o Brasil precisa, porque o Supremo Tribunal Federal precisa de modernização e de transformação, esta Casa também e o Poder Executivo também. E caberá ao senhor nos encaminhar nessa direção.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, pelo tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, indicado Dr. Jorge Messias.

Isto é absolutamente necessário, é necessária a inquirição, inclusive para quem assiste a nós. Esse julgamento não é feito só pelos Senadores, é justamente pela importância da função e do cargo público a exercer em um dos maiores Poderes da República, ainda considerando que três existem e devem funcionar harmônicos e independentes. Esta sabatina é de suma importância, embora hoje em dia muito criticada, porque acreditam que seja apenas um ato para abonar.

Nós somos, Senador Marcos Rogério, aqui na oposição, 32 Senadores. Esse número se repetiu em diversas votações, desde a eleição que não logramos do Senador Rogerio Marinho à Presidência do Senado, no início daquele trabalho legislativo, daquela época legislativa, até recentemente, quando o Senador Jorge Seif pautou a dosimetria, num acordo em que reuniu 32 assinaturas, que será votada amanhã. Somos, no entanto, 81 Senadores. É lógico que há expectativas políticas de que haja um super-homem aqui e que 32 possam vencer num quórum de 81, o que não é o que a matemática permite, mas muitas vezes surpreendemos a matemática. Na dosimetria, por exemplo, quando foi votada no Senado, foram 48 assinaturas. Então, esta sabatina é importante, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de estar com V. Exa., de forma cordial, respeitosa, com o respeito que tenho a todo indicado, o que é uma prerrogativa do Presidente da República em exercício, como foi a indicação do Ministro André Mendonça, por quem lutei, inclusive, para que fosse pautado e que nos orgulha – esse sim nos orgulha – no STF.

Eu terei perguntas bem objetivas. O meu voto eu já adiantei na nossa conversa – eu voto "não" –, e conversamos as razões inclusive. Acho que é um momento muito ruim. A indicação e a colocação do seu nome aqui em pauta são absolutamente obrigatórias, é um dever, mas é um momento muito ruim. É um momento em que o STF... Inclusive no dia que nós sentamos para conversar, ele pouco ajudou: o Ministro Gilmar Mendes foi para cima do Senador Alessandro Vieira, o outro foi para cima do Zema, e o Ministro Alexandre de Moraes abriu o inquérito das *fake news* contra o Flávio por um *post* em que ele replica um *post* do jornal *Metrópoles*. Então, é um momento muito ruim. É um momento eleitoral também, de final de Governo – mais do que eleitoral, é um momento de fim de festa, porque haverá um Governo novo.

Então, eu vou passar diretamente a cinco perguntas.

Eu sou autor, Senador Jorge... Perdão, Dr. Jorge Messias. Eu sou autor, aqui no Senado, da PEC 45; a PEC 45, que virá à CCJ, Presidente Otto, espero, para que a gente possa debater algo que é muito fundamental aqui a todos os Senadores, ao Senado Federal. Hoje, o STF é uma banca de advogados. Verdade, só há um magistrado de carreira, que é o Ministro Fux. Há o Ministro Kassio, que vem pelo quinto – é bom que se diga –, mas, de carreira, só há o Ministro Fux. Eu gostaria de saber a sua opinião sobre a PEC 45. E eu adianto: eu quero devolver o STF à magistratura, para que a gente tenha um órgão técnico, e não um órgão político, como se avocou o Ministro Barroso. Pode haver uma variação: se serão todos ou não da magistratura. Eu queria que o senhor comentasse isso, porque uma banca de advogados tem cabeça de advogados, e a gente está vendo negociatas que são frutos da atuação de advogados. Eu queria saber a sua opinião sobre a PEC 45, que propõe que todas as cadeiras do STF sejam ocupadas por magistrados, ou, na nossa discussão, pelo menos a metade delas.

A segunda pergunta diz respeito ao meu Estado do Rio de Janeiro. V. Sa. defendeu aqui – e eu até gostei e respeito – o princípio da legalidade. O art. 81 da nossa Constituição, que na Constituição do estado se repete, diz que, vagando o cargo de Presidente – no caso do estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Governador e de Vice-Governador – além do Presidente da Alerj, ocorre uma eleição indireta. Hoje, no Estado do Rio de Janeiro, com todo respeito à pessoa íntegra, correta, que é o Desembargador Ricardo Couto, que exerce – e deveria fazê-lo – interinamente, houve a eleição da Assembleia Legislativa e há um Presidente há poucas semanas eleito, que não assumiu o Governo para convocar as eleições por uma decisão do STF, que está lá pendurada, uma decisão que ainda não é do Colegiado. Eu gostaria de saber se o respeito ao art. 81 e ao princípio da legalidade, que V. Exa. citou no seu início, é um compromisso. Apenas isto: se há um compromisso com respeito à Constituição, no que se refere ao art. 81 em específico. O Estado do Rio está sofrendo, e isso pode se replicar para todo o país, inclusive nacionalmente. Sabe-se lá o resultado das próximas eleições, o que vai aprontar o STF.

Gostaria de saber também... V. Exa. disse que também é muito cioso, zela pelas competências – e espero que assim seja sempre, que todo homem público saiba os limites das suas competências. Gostaria de saber se V. Exa. concorda que a anistia é competência do Poder Executivo, ou do Legislativo, ou do Poder Judiciário – se o Judiciário pode definir se haverá anistia ou não ou se isso é uma prerrogativa, uma faculdade do Parlamento. Perguntas objetivas.

O Deputado Marcel van Hattem infelizmente não pôde ficar aqui ao meu lado. Eu gostaria de saber se o senhor conhece e poderia citar o art. 53 da Constituição Federal e se o jura ou não. Isso é uma pergunta de saber jurídico, inclusive.

E há uma pergunta de R$129 milhões: se V. Exa. souber que há um caso de corrupção que afete um membro do STF, V. Exa. deverá agir ou se declarará impedido?

Essas perguntas encerram aqui a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – É porque a minha posição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque V. Exa. não estava presente, aí foram chamados aqueles que estavam presentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Sr. Presidente. Eu estava acompanhando do meu gabinete e não fui chamado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, porque V. Exa. não estava presente aqui no Plenário, mas V. Exa. está inscrito aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou acompanhando a sessão, porque a minha posição é a 22. É por isso que eu estou perguntando a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato. Aqui, V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estou aguardando a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está logo depois do Senador Randolfe, agora. É porque V. Exa. não estava no Plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas não é necessário estar presente no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas como eu sabia que você estava no seu gabinete?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas a minha fala é depois do Senador Portinho. Eu estava acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas no gabinete eu não sabia de V. Exa., não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, repare bem. V. Exa. estava em seu gabinete, não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse não é critério, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, bom...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos aqui vão ao gabinete, atendem, voltam, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos, eu lhe peço desculpas. Eu fiz isso com todos que estavam ausentes. Inclusive a Senadora Roberta não estava aqui, ela estava à frente e eu a coloquei depois, porque não estava presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou inscrito, cumpri o ritual e fiquei com minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu lhe peço desculpas por minha falha, mas eu vou incluir V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problema.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. pela forma firme, porém sempre educada como conduz as nossas reuniões. Cumprimento o sabatinado Jorge Messias, finalmente esse dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou; cumprimento todos os colegas, os brasileiros, os servidores e todos que estão nos acompanhando.

Segundo o art. 84, inciso XIV, e também o parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal...

Presidente, eu gostaria de silêncio, eu aguardei em silêncio. Senão eu vou me desconcentrar, por favor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – Compete privativamente ao Presidente da República indicar, entre várias autoridades, os ministros do Supremo Tribunal Federal. Salvo melhor juízo – me corrijam, se eu estiver errada –, eu não me recordo de nenhuma rejeição de nomes indicados pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro. Não me recordo. Vindo da oposição, vindo da ala independente, se eu estou com a memória boa – que eu creio que esteja –, ninguém foi perseguido, ninguém teve *fake news* e nada divulgado sobre nenhum deles.

E o que me assombra é esse comportamento politiqueiro. Não é de hoje que a gente vem passando por isso.

Eu trago esse fato à baila pelo histórico dos indicados do Presidente Lula.

Ministro Messias, é impressionante! Eu acredito que construíram um dossiê – construíram um dossiê –, e eles só mudam o nome do dossiê, e todos os indicados começam com essa história de abortista. É tudo igual, o *modus operandi* é o mesmo – é o mesmo –, na tentativa de desconstruir a imagem do indicado.

E aí eu vou lembrar, infelizmente, o caso do Igor Roque para a DPU. Lembrando que aqui é uma Casa de Leis, será que os nossos legisladores não sabem que a DPU não legisla? Será que os legisladores não sabem que um juiz, um ministro, um magistrado não legislam?

E aí eu vou dizer por quê, porque isto tem que sempre ser repetido, infelizmente. Dizem todos os dias – virou uma cantilena, uma ladainha – que o Judiciário está legislando – ou melhor, que o STF está legislando – no nosso lugar. Quando o STF legisla no nosso lugar, em tese é porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós falhamos, é omissão nossa, e, de acordo com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, não cabe ao magistrado não decidir porque há uma lacuna na lei, vide o caso da quantidade de drogas permitida para o usuário.

Quando o STF decidiu, depois de muito tempo acumulando processos e deixando eternamente pessoas sendo processadas, virou aquele escândalo. Nós não fizemos a nossa parte e o Executivo também não fez a parte dele. Então, é mais uma vergonha por que a gente passa, porque aqui é a Casa que faz leis, e dizer isso é algo tão comezinho, tão basilar do direito, que eu me sinto envergonhada.

Para saber da opinião de V. Exa., eu gostaria de lembrar que, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, durante o período de vigência delas, nós temos poder de polícia, tal como está disposto aqui no art. 58 da Constituição Federal. No inciso V temos: "Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão". E no §3º consta: "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas [...] [etc. e tal]". Isso nos dá, durante o período, poder de polícia, tal qual o de qualquer magistrado.

Como é que nós estamos enfrentando, durante essas últimas CPIs e CPMIs, simplesmente a investida dentro das nossas prerrogativas e obrigações? Então, quando alguns extrapolam, investem e bradam contra os outros Poderes, nós também temos intervenção, *data maxima venia*, aqui, no nosso trabalho. Eu gostaria de saber como V. Exa. agirá neste caso.

Por fim, no CNJ, ultimamente, graças a Deus... Não queria nem usar isso, mas a verdade é a seguinte: há muitas resoluções que vêm ajudando na paridade do Poder Judiciário. Resolução, paridade de gênero, para as cadeiras de desembargadoras, ministras, etc. São as Resoluções 525/2023, 496/2023 e 255/2018. Todas tratam da paridade de gênero nas promoções do Poder Judiciário, porém, Ministro, considerando que as resoluções são normas infralegais, nós sentimos, sim, grande preocupação de elas simplesmente – sem "juridiquês" nenhum – caírem, porque elas não se sustentam. Aqui, nesta Casa, nós não temos clima, nós não temos condições de legislar sobre paridade, porque não nos deixam.

Então, na qualidade de Ministro, um dia o senhor se sentará nas cadeiras, fará composição, comporá o CNJ também. Qual a sua opinião sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, para terminar de verdade, sobre a questão da sua possível independência, citada por alguns colegas, eu gostaria de refrescar a memória de alguns deles, uma memória bem recente. Nos Governos do PT, foram indicados cerca de dez Ministros – acho que o senhor é o décimo, não sei se o senhor é o 11º; creio que o senhor seja o décimo –, que, sim, votaram inúmeras vezes – não foi uma, nem duas, nem três – contra os interesses do Presidente Lula e da ex-Presidente Dilma Rousseff; mas, em passado recente, o então Presidente Bolsonaro disse, em alto e bom som, que, sim, interviria em ministérios e onde quer que fosse para atingir seus objetivos pessoais, principalmente para defender seus filhos, seus familiares.

Então, basta um Google, basta uma simples busca na internet para que toda essa cantilena caia por terra, sem esquecer, Ministro, que eu ouvi, da boca do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que a intenção era elevar o número de ministros do Supremo para o número 17...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS) – ... e, com isso, dominar o Supremo Tribunal Federal. Há inúmeras pessoas que também ouviram isso.

Ministro Jorge Messias, sim, há vários, inúmeros – não todos, mas há – "messias", há falsos messias transitando por aí, mas, com certeza, V. Exa. não é um deles.

Eu desejo-lhe sucesso e, no dia em que vestir a toga, eu lhe peço que não se esqueça dos amigos que fez nesta caminhada, que foi brilhante e que, tenho certeza, sairá coroada de êxito no dia de hoje. Vai a minha confiança plena na sua condição de jurista – inegável – e também de conduta ilibada. O senhor não tem telhado de vidro, como o acusaram. Quem tem telhado de vidro deveria tomar mais cuidado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Jorge Messias, para responder aos Senadores que perguntaram.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Senador Renan Filho, agradeço, sensibilizado, as palavras. Foi meu colega de Governo, um grande Ministro dos Transportes, e tive a honra de atuar com ele diretamente em casos muito importantes para o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, a exemplo do caso da Ferrogrão aqui citado, mas também no caso recente da BR-319. Eu entendo que não há uma questão específica, mas quero deixar registrado aqui o meu agradecimento sensibilizado pelas palavras.

Ao Senador Carlos Portinho: em primeiro lugar, Senador Carlos Portinho, muito obrigado, de coração, por o senhor ter me recebido com muita educação, muita cortesia. Tivemos uma conversa extremamente rica, produtiva, debatemos temas de interesse nacional e saí de lá com o coração em paz, porque estava diante de um homem de bem, uma pessoa que tem integridade intelectual, e isso me deixou muito feliz, realmente, pelo privilégio que eu tive de ter sido recebido por V. Exa.

O senhor trata de uma proposta de aperfeiçoamento do Poder Judiciário, a partir da PEC 45, de sua autoria, se eu bem entendi, que estabelece a reforma do Judiciário a partir de uma perspectiva de ascensão aos cargos de Ministro do Supremo por membros da magistratura nacional. Eu sempre digo que a magistratura nacional é um motivo de orgulho para todo o país. Eu sou um defensor da magistratura nacional e digo que qualquer tipo de proposta que aperfeiçoe o nosso Poder Judiciário deve ser bem-vinda para discussão, para debate, porque eu tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Só um minutinho.

Eu peço silêncio porque alguns Senadores não estão conseguindo ouvir o que o sabatinado fala.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu tenho absoluta certeza de que, numa democracia, faz parte do vigor democrático o processo de aperfeiçoamento das instituições, e não seria diferente dentro do Poder Judiciário.

Eu acredito que o único limite que nós temos que ter em vista é o princípio da independência, da autonomia do Poder Judiciário, que não pode ser conspurcado, mas não me parece ser o caso. Eu quero dizer que o atual modelo constitucional, ao qual eu me submeto, prevê a escolha pelo Presidente da República e estabelece os critérios de notável saber jurídico – não é notório, é notável; há um destaque aí –, reputação ilibada e idade – idade que, dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto constitucional, é a mesma idade necessária para também o exercício do mandato no Senado Federal. Eu ocupo um cargo, atualmente, de Advogado-Geral da União, e este cargo possui, pela força da Constituição, exatamente os mesmos requisitos que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e tenho exercido com muita dignidade, integridade e seriedade, há três anos e três meses, esse cargo.

Eu quero dizer a V. Exa. que o local adequado para a reforma institucional é esta Casa. Enfim, creio que, dentro da dinâmica política, em algum momento este tema avançará.

E, enfim, coloco somente esta questão que, de fato, deve nortear qualquer reflexão acerca do Poder Judiciário: assegurar a independência desse órgão fundamental, que é o guardião da Constituição.

No que diz respeito ao art. 81, que é a aplicação do princípio da legalidade, em relação ao caso do Rio de Janeiro, não posso antecipar, porque posso ter de julgar e não quero, não posso me colocar em situação de impedimento, mas posso dizer a V. Exa. algo que me é muito caro, que é o princípio do voto popular.

O princípio do voto popular deve ser respeitado, porque é a expressão maior da vontade do povo. Nós não podemos desconsiderar esse elemento fundamental em qualquer decisão, no que diz respeito a processos eleitorais específicos.

A questão da anistia, a competência é desta Casa, a competência é legislativa. O Constituinte atribuiu ao Poder Legislativo a primazia. É claro que o Poder Executivo tem também sua competência, em alguns casos até iniciativa privativa, dependendo da matéria, mas é o *locus* próprio para discutir temas dessa natureza.

Aliás, eu sou defensor de que, sobre qualquer tema que tenha alta voltagem de discussão social e que seja divisível dentro da sociedade, o melhor local é aqui mesmo, no Parlamento, porque representa melhor a vontade popular.

Eu disse que aprendi aqui nesta Casa, nestes corredores, que o Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade, e não é sem razão: são os Senadores, são os Deputados os primeiros a serem confrontados pelas necessidades da cidadania na sua base, diferentemente do técnico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui de Brasília, que está muitas vezes alocado num gabinete confortável, que não conhece tão bem a realidade das bases como o Parlamentar.

Portanto, eu deixo aqui a V. Exas. as escolhas e as opções legislativas – boa tarde, Ministro Humberto. Alegria tê-lo aqui – deste tema.

Veja, o senhor me coloca uma questão, pelo que eu entendi, trazida pelo Deputado van Hattem, que é exatamente a dimensão do art. 53, que, na minha perspectiva, é o dispositivo que maior garante a atuação do mandato parlamentar: é o regime das imunidades. E esta regra não é sem razão, não é sem propósito. A gente precisa lembrar que o processo da Constituinte precedeu um período duro, difícil de redemocratização, e que muitos mandatos foram interditados.

O preceito da imunidade parlamentar, tal qual como uma questão da prerrogativa por exercício de foro de função, é uma garantia constitucional para o exercício pleno do mandato parlamentar, fruto do voto popular, e isso não pode ser desconsiderado, tirado do Parlamento, porque seria algo que feriria o preceito constitucional da separação de Poderes.

Obviamente que, em relação a esse tema, nós temos precedentes do Supremo Tribunal Federal, temos doutrina...

Cito aqui a teoria de Blackstone, que é a teoria geográfica, em que a primazia da tribuna é o *locus* sagrado da atuação do Parlamentar, e ali a imunidade é plena, absoluta, independente de qualquer outra questão, como também tem a teoria de Stuart Mill, que fala da questão da finalidade, ou seja, independente do local, o que importa é a finalidade, se está ou não está vinculada à atuação do mandato parlamentar.

O fato é que, independentemente de qual teoria for se abraçar, na minha opinião, o papel do Supremo Tribunal Federal, nesta questão específica, deveria ser, em qualquer hipótese, secundário, porque o melhor *locus* para o disciplinamento da matéria é exatamente aqui.

Esta Casa tem Comissão de ética, a Casa ao lado tem Comissão de Ética... Eu acredito que essas questões deveriam ser mais bem resolvidas aqui, dentro desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero até dizer, finalizando este tema, que, até por conta dessa reflexão e em razão de inúmeras provocações que tive no início da PNDD, determinei a expedição da Orientação Jurídica nº 33, de 2024, da Procuradoria-Geral da União – eu posso fazê-la chegar ao conhecimento de V. Exas. –, reconhecendo o regime pleno da imunidade parlamentar e impedindo a atuação da PNDD contra qualquer Parlamentar. Isso foi fruto do amadurecimento institucional, porque esse é o regime da defesa das liberdades.

Eu vou fazer com que minha assessoria faça chegar ao seu conhecimento.

Por fim, no que diz respeito ao Código de Ética... Seria isso?

Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Haveria algum conflito, no caso de algum colega no Supremo Tribunal Federal estar em curso em casos de corrupção... Haveria algum conflito ou o senhor se sentiria à vontade para julgá-lo?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Senador, o exercício da jurisdição não é uma opção. O exercício da jurisdição é um poder-dever atribuído a todo e qualquer magistrado. É um preceito constitucional.

O que eu posso dizer a V. Exa., com muita tranquilidade, é que a minha conduta, em relação à equidistância, à imparcialidade, ao regime das suspeições e de impedimentos, será absolutamente conservadora. Não tenho, por mim, necessidade de flexibilizar esses conceitos, porque são garantias da confiança que a sociedade deve depositar no Supremo Tribunal Federal.

Julgar não é um exercício volitivo. Julgar é um imperativo constitucional que o magistrado exerce, seja o de primeiro grau, seja o de tribunal superior, seja o constitucional.

O impedimento e a suspensão são as hipóteses previstas na legislação processual e devem ser observadas com rigor, e tenho um compromisso em observar estritamente esse regime, porque dele nenhum magistrado pode se afastar, porque a garantia da legitimidade das ações do Judiciário daí decorre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só chamar a atenção a um ponto em relação à PEC 45 – eu sei que eu estou me alongando, mas eu acho que é muito importante –, porque eu preciso e me sinto na obrigação de fazer a defesa da advocacia nacional.

A advocacia nacional tem um papel muito importante, Senador, na defesa das liberdades.

O advogado é o primeiro juiz da causa. Nós devemos hoje a nossa democracia à atuação vigilante, atenta e corajosa da Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, eu acho que qualquer proposta de aperfeiçoamento é importante de ser debatida.

Não vou me imiscuir no mérito da política, mas a advocacia... Até porque sou advogado e, antes de ser advogado público...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Somos.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Sei, perdão. Eu sei que V. Exa. também é.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eles estão representados no quinto, dentro da carreira da magistratura.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Está bom, perdão. É verdade.

Mas, enfim, a advocacia nacional é motivo de orgulho, e eu me sinto muito honrado em integrar a advocacia brasileira, que é a primeira a lutar pelos direitos e garantias fundamentais do nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Senadora Soraya, a senhora me traz pontos muito objetivos.

Eu gostaria de dizer que, das prerrogativas do Parlamento, tratei um pouco aqui em relação ao 53, mas, dentro do regime das Comissões Parlamentares de Inquérito, reafirmo: há que se ter muita prudência em não interditar o trabalho da investigação parlamentar. A atuação parlamentar é nobilíssima, e o olhar do Parlamentar, dentro de um processo investigativo, é um olhar diferenciado dentro dos órgãos de persecução criminal. Nós não podemos infirmar este preceito constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prudência que deve ter um juiz constitucional, na análise desses casos, deve ser absoluta, e, na dúvida, em situações–limite, há de se ter um equilíbrio, para que o Parlamento tenha condições de exercer plenamente sua função.

Como sempre disse, há de se ter uma atenção aos direitos e garantias individuais do cidadão, mas não que tenha condições de impedir ou interditar o legítimo trabalho do exercício parlamentar.

A paridade de gênero, como V. Exa. coloca, é uma realidade que está imposta pela Constituição, decorrente do princípio da igualdade. Infelizmente, o princípio da igualdade é formal. O papel do legislador, até do legislador infraconstitucional, é transformar, é dar concretude aos preceitos constitucionais.

V. Exas. têm esse papel. Quando V. Exas. votaram a lei da igualdade salarial entre homens e mulheres, sabendo que a nossa Constituição é de 1987 e que, desde então, já havia essa garantia, V. Exas. atuaram de uma forma corajosa, dando um passo fundamental para promover a igualdade material.

Portanto, essas questões são próprias do Parlamento.

E não seria diferente na questão da ocupação de cargos e espaços de poder não só no Poder Judiciário, mas em outros espaços de poder, como aqui no Parlamento, na Advocacia Pública, no Ministério Público e em tantas outras áreas, tanto jurídicas ou não.

O que eu gostaria de dizer para V. Exa. é que este é meu compromisso de vida e dou o exemplo da minha atuação em meu socorro.

Na Advocacia-Geral da União, desde que assumi, eu tenho a paridade de gênero desde o início. A metade dos meus órgãos de direção superior hoje está ocupada por mulheres. Temos normas que estabelecem critérios muito claros de ocupação de cargos por mulheres, em respeito a este princípio constitucional.

Isso não é uma questão ideológica. Igualdade de gênero não é ideologia; é obrigação constitucional.

Por fim, a questão que a senhora coloca de possível ou não independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu lhe disse, a independência é materializada a partir do rigor técnico, a partir do apego ao processo, a partir da observância estrita às suspensões e impedimentos, a partir da clareza que todo juiz deve ter dos seus limites.

O juiz não pode estar vocacionado a agir por impulso político. Isso não é próprio do juiz. O papel do juiz é julgar. E, ao julgar, deve ter rigor técnico, deve ter fundamentação, deve oferecer uma decisão clara, porque, às vezes, o tecnicismo afasta a sociedade da compreensão da decisão.

E quero dizer aqui, aproveitando um ponto – embora não tenha sido perguntado –, que, caso V. Exas. me aprovem, a forma como me portarei na vida de magistrado, se tiver essa honra concedida por V. Exas., é com a utilização do canal próprio de manifestação do magistrado, que é a decisão judicial. Nada mais.

Portanto, agradeço aos questionamentos formulados por V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço as colocações do Sr. Jorge Messias. Parabéns pelas suas respostas.

Quero ressaltar aqui a presença importante e ilustre do Ministro Humberto Martins, ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, um alagoano que engrandece muito Alagoas e o Nordeste. Baiano por adoção.

Os próximos: Senador Hiran, Senador Jorge Seif e, depois, o Senador Marcos Rogério. Então, são os três primeiros: Senador Hiran, Seif e Senador Girão.

Senador Seif, eu peço hoje uma tranquilidade maior, uma veemência menor, um pouquinho para baixo hoje.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Otto, eu peço que recomponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Já recomponho.

Tem o tempo que quiser. Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, muito obrigado.

Senador Presidente Otto, meu querido amigo, Ministro Messias, Sras. e Srs. Senadores, autoridades que nos visitam...

Eu vou fazer igual ao...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministro Messias, o Senador Jayme Campos fez um questionamento a V. Exa. sobre marco temporal, sobre a Lei 14.701, de 2023. Aliás, ela é oriunda de um projeto de lei aqui desta Casa, de 2007.

Foi arguida a inconstitucionalidade dessa lei. Apesar de discussão ampla aqui, de termos derrubado um veto presidencial com o quórum de PEC, o Supremo considerou essa lei inconstitucional.

E, nesse ínterim, eu apresentei uma PEC, a PEC 48, de 2023, que foi aprovada por esta Casa Legislativa e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Ela objetiva pôr termo à discussão sobre a constitucionalidade do marco temporal, restaurando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que vigorou entre 2008 e 2023, e ratificando o estabelecido na Lei 14.701, de 20 de outubro de 2023.

Nesse sentido, determina que o marco temporal para a definição das terras de ocupação tradicional dos povos indígenas é de 05 de outubro de 1988. Pretende-se, assim, pôr fim à insegurança jurídica sobre o tema, desde a alteração do entendimento do Supremo Tribunal Federal, e definir parâmetros claros sobre o uso e a ocupação do território brasileiro, criando-se a estabilidade necessária para a promoção de investimentos e políticas públicas, bem como para a convivência pacífica entre indígenas e não indígenas.

Como V. Exa. avalia esse embate sobre o tema entre o Legislativo e o STF? E, caso o seu nome seja aprovado por esta Casa Legislativa, que sugestões pretende apresentar para evitar modificações inusitadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que agravem a insegurança jurídica e a instabilidade política em temas de grande relevância nacional, como a ocupação e o uso das terras no nosso país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou fazendo essa pergunta, Ministro Messias, porque eu queria uma resposta mais incisiva, mais clara, porque nós já sofremos muito com essa questão de demarcação exorbitante de terras indígenas no nosso Estado de Roraima. Hoje só 8% do nosso território são agricultáveis, e nós temos uma vocação natural para agropecuária, para agricultura familiar e agronegócio, que floresce com muita força no nosso estado, mas tem sido muito atrapalhado pela voracidade de uma política que vai no sentido contrário dos interesses do nosso país e, particularmente, do nosso Estado de Roraima.

Também quero fazer um questionamento a V. Exa. sobre mineração em terras indígenas. A nossa Constituição de 1988 estabelece, no art. 231, §3º, que a exploração de recursos hídricos e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacional, através de lei complementar, claro. No entanto, passados quase 40 anos, Ministro, senhoras e senhores, a ausência de uma lei específica cria um vácuo que favorece a ilegalidade. O senhor sabe que, no nosso estado, por exemplo, essa visão míope do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário do nosso país gera perdas significantes, muito importantes para a economia do nosso país. O nosso estado tem uma verdadeira... É um dos estados mais ricos, uma tabela periódica de riquezas: nós temos nióbio, nós temos estanho, nós temos cassiterita, nós temos muito ouro e nós temos reiteradas invasões da reserva, principalmente da Reserva Ianomâmi, que é uma reserva maior do que Portugal, tem 9,6 milhões hectares.

E nós não conseguimos enfrentar essa questão com inteligência, porque nós gastamos uma enormidade de recursos para fazer retirada de garimpeiros dessa reserva e essas pessoas voltam, porque elas sabem que ali há uma abundância de riqueza muito grande, o que gera possibilidade de melhorar de vida, enfim. Mas nós precisamos estabelecer um marco legal inteligente e adequado para a exploração dessas riquezas, inclusive com a devida compensação aos nossos indígenas, como se fez na nossa linha de transmissão de Tucuruí, que só conseguiu andar através de um acordo feito, ainda no Governo do Presidente Bolsonaro, que garantiu uma compensação pecuniária aos indígenas uaimiri-atroari, que têm uma reserva ao longo da BR-174.

E, finalmente, quero fazer uma última pergunta a V. Exa. O senhor já falou um pouco desse tema, mas eu queria voltar a esse assunto, porque é um assunto que diz muito respeito à regulamentação das mídias sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia foi criada pelo Decreto Presidencial 11.328, de 2023 e, entre suas funções, está a representação judicial e extrajudicial da União em demandas e procedimentos para resposta e enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas. Ocorre que a medida não apenas pode como tem fundamentado o monitoramento e censura aos críticos, inclusive jornalistas e opositores do Governo Federal, que deveriam exercer livremente suas atividades e manifestar suas opiniões.

Conforme editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* publicado no dia 21 de abril do corrente,

> A [...] PNDD [...] notificou extrajudicialmente [...] [a plataforma digital de notícias e interações] X [ex-Twitter] para que remova ou rotule conteúdos críticos ao Projeto de Lei [nº] 896/2023, que tipifica o crime de misoginia, publicados por alguns usuários da plataforma. [Como destaca o jornal,] A pretexto de combater o que chama de "desinformação", a AGU tenta exercer no Brasil uma espécie de arbitragem estatal da "verdade" no debate público [...] [qualificando] conteúdos críticos ou mesmo equivocados como ilegítimos [...] [e definindo] o que pode ou não [pode] circular na esfera pública.

Diante do exposto, eu questiono a V. Exa. se considera as iniciativas tomadas pela PNDD compatíveis com o debate público e a liberdade de circulação de ideias e de expressão, inerentes ao Estado democrático de direito.

Muito obrigado e boa sorte a V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde; Sr. Jorge Messias, boa tarde, e a todos os Srs. Senadores e autoridades aqui presentes.

Sr. Presidente, antes de fazer minhas perguntas para o Dr. Jorge Messias, eu queria destacar... Queria fazer aqui duas homenagens.

A primeira é a um homem a quem eu acabei de prestar minha continência pela sua coragem, porque o Dr. José Mucio, Ministro da Defesa desta nação – um homem que pediu o Presidente Bolsonaro e indicou os novos Comandantes das Forças Armadas –, esse homem, dentro do Governo Lula, foi uma das primeiras vozes dizendo: "O 8 de janeiro foi um ato de vandalismo!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso que ele estava num Governo que exatamente fazia outra narrativa! Então, a coragem desse homem, a personalidade desse homem, a grandeza desse homem precisa ser registrada aqui nesta CCJ.

A segunda questão, Sr. Presidente, é lembrar que, num Governo de anistiados – pessoas essas que, já como foi falado pelo Marcio Bittar, Dr. Messias, pegaram em armas, fizeram guerrilha, explodiram bomba, explodiram banco, roubaram banco, sequestraram embaixadores... Esses anistiados hoje lutam contra uma anistia! Então, para mim, é uma grande hipocrisia.

Outra coisa que eu queria ressaltar aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham: na minha opinião, com todo o respeito a quem pensa o contrário, essa vaga a que hoje o senhor concorre, para mim, não é legítima, e vou lhe explicar. Não é por sua pessoa; é porque o Ministro Barroso, aquele que falou que venceu o bolsonarismo, antecipou sua saída. Essa vaga deveria ser indicada pelo próximo Presidente da República, que... Eu vou trabalhar para que o nosso pré-candidato Flávio se eleja, assim como os outros vão trabalhar para que o atual Presidente se eleja. Então eu não vejo... Eu acho que essa sabatina deveria ser depois das eleições, porque foi uma manobra; o Barroso estava em final de carreira, e aí indicaram o senhor. Então eu não concordo que essa vaga seja preenchida neste momento.

Eu tinha, Dr. Jorge Messias, várias perguntas aqui para o senhor, só que meu tempo é supercurto, e o Presidente Otto pediu para a gente ser o mais sucinto possível. O aborto o senhor já explicou; tinha alguma questão de vacinas; litigância frívola e predatória; Procuradoria da Defesa da Democracia me parece uma questão muito mais nazista do que democrática, mas não vou ter tempo de falar; sindicatos poupados pela AGU no esquema do INSS – o senhor explicou, mas confesso para o senhor que eu não fiquei convencido –; a anistia do 8 de janeiro e as multas bilionárias para os caminhoneiros – multas desumanas que vão destruir... Às vezes o caminhoneiro tem um caminhãozinho, e vão acabar com a vida dele multa de R$2, 3, 5 milhões para o cara que tem um caminhãozinho 1992, 2002, 2005, então me parece completamente descabido –; o episódio da viagem de Londres bancada por Vorcaro sem registro de agenda oficial; o senhor comentando que o Congresso aprova leis que ameaçam a humanidade. Eu tinha várias perguntas, mas eu vou me ater a cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira questão, Dr. Jorge Messias: em 04/04, a AGU publicou uma ON 94, assinada por V. Exa., afirmando que o cônjuge do Presidente, no caso, a Primeira-Dama Janja da Silva, tem natureza jurídica própria, exerce função *sui generis* e pode contar com apoio administrativo institucional. Aí eu pergunto para o senhor... O senhor respeita o Parlamento e o que nós decidimos; parece-me que uma criação de função pública deveria passar pelo Parlamento. Agora eu pergunto para o senhor: em qual lei da AGU o senhor se baseou para afirmar que o cônjuge do Presidente possui natureza jurídica própria e pode representar papel representativo? Isso é uma pergunta sobre legalidade de uma ação de V. Exa.

Questão número dois, sobre transparência: sobre a mesma questão da Janja, o senhor invoca transparência e prestação de contas – ótimo –, mas abriu espaço para restringir informações sobre a atuação do cônjuge, que é o caso lá da Rússia. A mesma ON 94, de 04/04/2025, recomenda a formalização de publicidade e prestação de contas da atuação da Primeira-Dama, mas admite restrições de acesso conforme a natureza da informação. Então me pareceu... Quem define, então, caso a caso? Não me parece que foi transparente, apesar de que eu acho que... A minha opinião é que o Congresso deveria participar dessa questão.

Independência técnica, o terceiro ponto: em 26/05, a AGU pediu ao Supremo providências imediatas contra desinformação e violência digital no julgamento do art. 19 do Marco Civil da Internet, defendendo obrigações estruturais para plataformas. Eu pergunto ao senhor: ao pedir ao Supremo Tribunal Federal medidas imediatas e deveres estruturais para plataformas, no julgamento do art. 19 do marco civil, a AGU não tentou transformar o tribunal em regulador da internet no lugar do Congresso? O senhor não disse aí várias vezes para vários Senadores que respeita as prerrogativas constitucionais, especialmente das pessoas que são eleitas? Também me pareceu contraditório.

Em junho e julho de 2025, a AGU levou ao Supremo a ADPF 1.236 e depois apresentou acordo interinstitucional para ressarcimento de descontos indevidos em beneficiários do INSS. Entre os pontos mais criticados, estavam a quitação em relação ao INSS e o afastamento de danos morais da aplicação do Código de Defesa do Consumidor contra a autarquia no desenho do acordo. Pergunta: como o senhor justifica que a AGU (Advocacia-Geral da União), ao defender o INSS, tenha negociado um acordo que acelera a devolução aos segurados, mas também afasta danos morais e a aplicação do Código de Defesa do Consumidor em relação à própria autarquia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não tirou direitos das pessoas que foram lesadas, inclusive com ministros de Lula presos? Estão presos até hoje, inclusive.

Sobre precedentes – e encerro aqui, Sr. Presidente – mais uma pergunta. Em 14/04/2026, Dr. Jorge Messias, a AGU notificou o X, antigo Twitter, a respeito de postagens sobre um projeto de lei associado, no debate público, a um Parlamentar federal. Depois da repercussão pública, houve uma revisão parcial para preservar algumas postagens jornalísticas. Até 29/04/2026, não localizei base oficial aberta no órgão público federal. Minha pergunta: a notificação da AGU ao X, pedindo remoção ou rotulagem de postagens sobre o chamado PL da misoginia – inclusive, nesta CCJ, fui a única voz contra, só tinha eu aqui do PL –, não criou precedente de censura indireta no debate político, tanto é que houve recuo parcial poucos dias depois?

Por fim, Dr. Jorge Messias, nós vimos, nesses dias, uma pesquisa que entristeceu todos nós, uma pesquisa mostrando que quase 55% dos brasileiros não confiam mais no Supremo Tribunal Federal. É o recorde de desaprovação e desconfiança. Então, acho que o momento é muito inadequado para nós falarmos de Supremo mediante tantos escândalos; há Vorcaro, há Zettel, há contrato com familiares de ministros, há viagem, há hotéis e tantas coisas que realmente colocam em xeque a questão do Supremo Tribunal Federal, da lisura de alguns membros do Supremo Tribunal Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vou finalizar.

Dr. Jorge Messias, o senhor sabe que o meu partido, o PL, junto com o Partido Novo, há 15 dias, fechou questão em votar "não" para a sua indicação. Nada contra a sua pessoa física, mas o Presidente Bolsonaro me ensinou algo: você nunca vai errar no Parlamento se observar as votações do Partido dos Trabalhadores. Se o Partido dos Trabalhadores votar "sim", vote "não" que você vai acertar, e eu vou seguir os conselhos do meu Presidente Bolsonaro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar todos os colegas e dizer que nós estamos numa decisão muito importante, que transcende inclusive a nova composição do Supremo Tribunal Federal. Eu acredito que o próprio Senado Federal tem a possibilidade hoje de se levantar perante a nação, de corrigir equívocos.

Estou vendo e cumprimento o Ministro Messias por responder a tudo, mas muitos colegas do senhor, que estão hoje no Supremo Tribunal Federal, se comprometeram com uma série de coisas aqui, chegam lá e fazem o inverso completo. A gente fica na dúvida do papel que o Senado Federal está tendo diante da nossa Constituição.

Eu acho que o problema de não ter tido um *impeachment* até agora faz com que a credibilidade, que o Senador falou há pouco, do Supremo, junto com o Senado, estejam lá embaixo.

E olhe a manchete desta semana tão importante, que sai hoje em grandes veículos do país: "Governo Lula empenha R$12 bilhões ["b" de bola e "i" de índio] em emendas [parlamentares] às vésperas da sabatina de [Jorge] Messias [no Senado]".

Quero deixar muito claro o que eu deixei para o senhor... Eu o recebi no gabinete, foi uma conversa muito respeitosa, o senhor explicou muita coisa, mas o meu voto é contra, com muita convicção.

Zero contra a sua pessoa, mas algumas atitudes que o senhor teve, especialmente em relação à censura, em relação à vida desde a concepção, que é muito cara para o brasileiro...

Oitenta por cento da nossa população – é por isso que esse assunto surge o tempo todo aqui – é contra o aborto, mas falar que é contra o aborto é muito fácil... Aí a gente começa a relativizar: tem as mulheres, tem as jovens... E começa-se a abrir a porteira.

Eu quero começar dizendo o seguinte: tenho o maior respeito por essa causa da vida e quero dizer do que é que se trata a assistolia fetal, porque é um assunto técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A assistolia fetal... Esta aqui tem 30 semanas, esta criança, 30 semanas de gestação. Pode ser até maior.

A assistolia fetal – enquanto a gente está aqui debatendo, fazendo esta sabatina – é uma injeção de cloreto de potássio, no coração desse bebê, que nem em animais é permitida, de tão cruel que é.

Infelizmente, o senhor colaborou, corroborou com a decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, que perpetra esse assassinato num lugar pró-vida, numa terra que é considerada resistência internacional em defesa da vida.

E aí, Ministro, eu lhe pergunto exatamente sobre esse tema, porque invocar que somente o Congresso pode legislar sobre o aborto não elimina, no meu modo de entender, a sua responsabilidade pelo parecer da AGU.

O fato objetivo é de que o parecer assinado por V. Exa. pediu a derrubada da resolução do Conselho Federal de Medicina, que reúne dezenas de milhares de médicos; fizeram um debate lá e resolveram acabar com essa matança, com esse método, após as 22 semanas.

Hoje, o senhor declarou ser contra o aborto. Eu acho que nesta sala aqui todo mundo é contra o aborto, mas a assistolia fetal o senhor também disse que é contra, mas não respondeu aqui a alguns questionamentos: o senhor assinou ou não esse parecer sem ler, como foi noticiado? "'Assinei sem ler': Messias chora e dá desculpa [...] sobre parecer [...]".

Eu quero entender se isso aqui é alguma notícia *fake*. É importante que a gente saiba disso.

E outra coisa importante, também, é o seguinte... Esse é um veículo tradicional, e quero dizer o seguinte: por que é que o senhor não ouviu o CFM antes de dar esse parecer? Porque o senhor diz aqui que é contra, inclusive, a assistolia, mas por que é que o senhor não ouviu... Disse que vai ouvir depois.

Outro colega – acho que foi o Senador Sergio Moro – perguntou, e o senhor disse: "Não, a gente pode rever isso".

Por que o senhor não reviu até agora? Teve esse tempo todo...

Isso, realmente, eu não consigo entender, Ministro, com todo o respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: essa questão do PL da misoginia.

A AGU notificou o X para remover ou rotular críticas de cidadãos, inclusive da jornalista Madeleine Lacsko.

Segundo representação do nosso Partido Novo ao TCU, houve um erro fático, ausência de contraditório, falta de ordem judicial e possível desvio de finalidade.

A pergunta que eu lhe faço: a AGU tinha interesse direto ou interesse político em interferir no debate legislativo?

Agora, vamos lá: por que recuou quanto à jornalista, mas não recuou contra os cidadãos? E a AGU foi usada como instrumento de censura administrativa contra opiniões divergentes do Governo Lula?

Eu sei que o senhor estava de férias, o senhor já falou aqui, mas o ovo da serpente foi colocado pelo senhor nessa procuradoria da defesa da democracia que, na verdade, é um censurador mor da República hoje e tem deixado os brasileiros extremamente preocupados.

Outra coisa: o senhor foi para a Itália, caso da Zambelli.

Houve notícia de reunião da Itália sobre a deportação, extradição – e eu falo sobre transparência – fora da agenda oficial da AGU.

Por quê, Ministro?

E outra coisa: a AGU teria acertado cerca de US$1 milhão com escritórios estrangeiros para atuar na extradição.

O senhor confirma essa reunião fora da agenda? Por que ela não foi publicizada? Qual o custo previsto para essas ações – na Argentina, por exemplo?

E a AGU foi usada de forma seletiva contra uma Parlamentar de oposição do Governo Lula e contra os presos políticos que a gente tem, em pleno século XXI, no Brasil?

Para me encaminhar para o final, Sr. Presidente, eu quero falar sobre a maior roubalheira – mais cruel – que existiu neste país, desde que eu me entendo por gente: a do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na do Master a gente não consegue adentrar, a CPI não é lida. Está lá com o Ministro Kassio Nunes Marques, que teria recebido 17 ou R$18 milhões do Banco Master em seu escritório de advocacia, e no da JBS, e ele não delibera sobre o pedido da CPI aqui, e nós temos precedentes.

O Brasil quer saber quem são os poderosos que estão por trás disso.

Mas o roubo do INSS, das pessoas mais vulneráveis – pensionistas, órfãos, deficientes, isso é de partir o coração –, apontou recursos desviados para *offshores* no exterior, inclusive nas Ilhas Virgens Britânicas, com mais de R$11 milhões em imóveis, e em Delaware, ligados à Conafer ao Sindnapi, Sr. Ministro.

Que medidas concretas a AGU adotou para localizar, bloquear e recuperar esse dinheiro dos aposentados do Brasil?

Por que é que o senhor não contratou advogados do exterior, como o senhor tem feito na perseguição – com todo o respeito, mas que, para mim, é perseguição aos presos políticos do Brasil... Por que é que o senhor não adotou também, não contratou escritório de advocacia para localizar, bloquear e recuperar esse dinheiro dos aposentados? Mas contratou advogado, com rapidez, nos casos da Carla Zambelli, do Alexandre de Moraes, da Lei Magnitsky...

Isso é uma dúvida, e eu fico realmente muito preocupado, Sr. Presidente.

Outra coisa, Sr. Ministro – foi falado aqui pelo Senador Marcio Bittar, acho que outros também colocaram –, sobre a AGU ter pago R$6 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... em honorários, quase três vezes mais que em 2024, durante a sua gestão de 2025. Pagou R$6 bilhões, embora o STF condicione essa verba ao teto constitucional.

Como o senhor justifica pagamentos acima do teto, inclusive no seu caso, que recebeu R$700 mil?

A pergunta que eu lhe faço: o senhor recebeu acima do teto em algum mês? Se sim, por que é que não devolveu? E não existe um conflito de interesses, quando membros da AGU são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem remunerados com cobranças, acordos e transações da dívida ativa, que deveriam proteger exclusivamente o Erário?

Então, eu, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. É um privilégio estar aqui, podendo ser a voz da sociedade, e digo que votarei – já votei, inclusive – contra, de forma aberta, pública...

Se estiver equivocado, Ministro – e eu lhe disse isso no gabinete –, eu lhe pedirei, onde eu estiver, desculpas publicamente, como eu disse para outros Ministros aqui, mas não tive – pelas decisões tomadas, por não respeitar a Constituição – a possibilidade de pedir desculpa, porque não merecem desculpas.

Deus abençoe o senhor.

Muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Jorge Messias, para responder os questionamentos formulados pelo Dr. Hiran, Senador Seif e Senador Girão.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Muito boa-tarde ao Senador Hiran. (*Fora do microfone.*), Agradeço o questionamento formulado a mim, Senador, por V. Exa.

O tema do marco temporal eu tenho clareza de que é um tema muito caro para o senhor. O senhor, que vem do Estado de Roraima, que foi profundamente afetado por um julgamento do Supremo Tribunal Federal – eu me refiro ao caso da Raposa Serra do Sol –, e o estado, a partir daquele julgamento, passou a ter uma série de limitações que, concretamente, afetam o próprio planejamento do estado no seu desenvolvimento econômico e social.

Já tivemos a oportunidade de conversar algumas vezes a respeito desse tema, e, no que diz respeito ao marco temporal, eu quero lhe dizer algo muito tranquilizador: tenho total concordância com V. Exa. em várias questões.

É preciso dar um final a esta discussão. Nós temos que ter um marco seguro e estável, para que a segurança jurídica e a paz social – porque nós estamos falando de questões fundiárias – sejam sempre observadas pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, é preciso reconhecer que o Estado brasileiro está em mora. Nós tínhamos um prazo estabelecido na Constituição de 1988 que não foi observado, e a ausência da observância deste prazo acabou advogando num cenário de instabilidade jurídica, porque, do ponto de vista fundiário, quando se adquire uma propriedade...

Eu tenho aqui... Recordo questões do Estado de Santa Catarina, do Estado do Paraná, do Estado do Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do seu estado, em que muitas propriedades foram adquiridas de forma legítima, em que os proprietários têm o justo título e, por uma decisão administrativa, se veem retirados do seu direito. Como conciliar essas questões? Se, por um lado, a Constituição assegura – e quero dizer que deve realmente assegurar os direitos dos povos originários –, como ficam os proprietários de boa-fé que possuem o justo título? Essa é a questão que deve ser conciliada. Eu acredito que é possível, com boa vontade, com boa-fé e muito diálogo, encontrar um ponto de contato.

V. Exa. participou, a pedido do Ministro Gilmar Mendes, de uma mesa de conciliação, designada por este Senado Federal, que tentou conciliar o tema do marco temporal. Foram meses de diálogo, várias e várias audiências de conciliação. Naquela oportunidade, nós tivemos a coragem, como Advocacia-Geral da União, de apresentar um plano de regularização de terras indígenas judicializadas a partir do pagamento de indenizações. Nunca houve antes isso. Nós tivemos a coragem, porque também há de se ter coragem de assumir compromissos econômicos e financeiros com os legítimos titulares da terra, do ponto de vista jurídico formal, em benefício também das populações indígenas. Este equilíbrio, este balanço tem que estar na mesa.

Eu não acredito que a solução pacífica dos conflitos se dê simplesmente entregando terras. Ela precisa se dar contemplando todos os interesses, porque o resultado que nós temos aí com o processo atual de demarcação não dá conta de pacificar os conflitos. Nós temos várias terras homologadas, com decretos expedidos e que estão aí na fila de desintrusão. O que é isso senão o fracasso do estado? Não pacificou.

O Estado – e aí me colocando dentro da perspectiva do Poder Judiciário, caso tenha essa honra concedida por V. Exas. – deve ser agente promotor da pacificação dos conflitos. E a pacificação dos conflitos se dá a partir da mediação de interesses, de compreender o lado do outro, de aproximar os interesses. Então, esta questão, na minha visão, deve ser respondida com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica, diálogo, conciliação, pagamento da indenização justa. Essa é a minha visão, para que se tenha segurança jurídica e previsibilidade.

O senhor coloca a questão da mineração em terras indígenas – a Constituição de 1988, art. 231, original. É uma falta que nós temos, como Estado, de responder a esta questão. Há de se ter um marco. E é muito preocupante porque a ausência do marco, a partir de ações constitucionais próprias, acaba levando o Supremo a legislar quando a resposta deveria vir desta Casa.

Este é um ponto que é fundamental de se dizer. Eu não acredito que 11 juízes consigam responder essas questões melhor do que 81 Senadores e 513 Deputados, porque V. Exas. são quem conhecem melhor a realidade do nosso país. Essa é a minha compreensão.

Então, eu acredito que a resposta a essa sua pergunta pode vir deste Parlamento, a partir de uma regulamentação própria. Nós não podemos tirar o direito dos povos originários de explorar as suas riquezas. e eles não podem também ser objeto de manipulação, nem pelo Estado, nem por ONGs, nem por outras instituições que não tenham, de fato, um compromisso real com o desenvolvimento do nosso país.

Eu acho que a resposta se dá a partir de um diálogo, de um debate feito por esta Casa. Esta Casa tem a tradição de construir projetos de forma muito dialógica. São várias audiências públicas, com vários especialistas. Tive a honra de participar de várias delas aqui e sei o quão rico é o debate legislativo que V. Exas. promovem. Portanto, eu acredito que as melhores respostas daqui virão.

Por fim, o senhor traz o tema da regulação das redes sociais. Este é um outro tema em que, volto a dizer, o Supremo não pode ser visto como uma terceira Casa Legislativa. Muitas vezes o Supremo é colocado no córner, dentro de um processo judicial, tendo que responder às demandas da sociedade, porque o Supremo não tem uma banquinha aberta dizendo: "Venha aqui e protocole uma ação." As partes vão e protocolam pedidos, muitos partidos vão e protocolam pedidos. Muitas críticas, às vezes injustas, do papel do Supremo Tribunal Federal se dão até em razão da falta de compreensão e limites em relação à admissibilidade de ações, mas também da compreensão dos limites do que propor, quando algumas matérias estão tramitando aqui nesta Casa e há uma tentativa de transferir o lócus adequado da solução do conflito para o Poder Judiciário. Este tema, repito, da regulação das redes sociais foi aprovado aqui nesta Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como o marco da inteligência artificial está na Câmara dos Deputados. A resposta virá do Parlamento.

Agora, muito diferente é a questão da regulamentação da responsabilidade civil de que trata o art. 19 do marco civil. E aqui, entrando na questão do nosso Senador Jorge Seif – vou pular aqui, mas vou responder às outras –, porque V. Exa. me traz esta questão do marco civil, art. 19, e da petição que nós apresentamos, na condição de Advogado-Geral da União, o senhor sabe por que nós tomamos a decisão de apresentar esta petição, Senador? Eu vou lhe explicar. É porque as redes sociais, as grandes redes que operam aqui no Brasil tomaram a decisão de retirar os seus filtros de controles que protegiam crianças, adolescentes, populações vulneráveis, mulheres. E, de janeiro a maio, quando o senhor apresentou aqui a data, que está correta, diversos casos de violência e de violação a crianças e a adolescentes foram identificados a partir das redes sociais, como casos de suicídio de crianças e de adolescentes. Essa foi a razão, porque essa é a minha causa.

Eu, como Estado, até porque está na Constituição, no 227, é meu dever também, como é da sociedade e da família, cuidar das nossas crianças e adolescentes. Foi por isso que nós levamos este caso e nós apresentamos, na petição, o aumento desses casos. Graças a Deus, em bom tempo, esta Casa votou o ECA Digital, aqui pelo trabalho dedicado da Senadora Damares, que tem essa causa como causa de vida, a quem parabenizo pelo trabalho. Portanto, essa é a questão. Não foi um ato de impulso político, pessoal ou voluntarista; foi a necessidade que nós tivemos de defender crianças, adolescentes e idosos.

E também havia o contexto, citando outro elemento que o senhor traz aqui, que é a questão do INSS, em que muitos idosos, em razão dos processos de devolução dos recursos do INSS, estavam sendo vítimas de golpes nessas redes sociais, com o uso de símbolos falsos do Governo Federal, porque as plataformas retiraram os filtros. Essa é a questão. Como nós podemos legitimar um regime de imunidades que transfere todo o risco para a cidadania?

E há algo que eu quero dizer que muito me preocupa. Nos últimos quatro anos, nós estamos vivenciando uma experiência de uma transferência brutal dos crimes de rua para os crimes nas redes sociais, um aumento de 400%. O Estado precisa responder a isso tudo. Como? Devolvo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bola para quem de direito. Acho que o Parlamento tem o poder-dever de tratar dessa questão. Essa é a minha posição.

O senhor trata aqui da questão da Orientação Normativa nº 4, em relação aos cônjuges presidenciais. Desde a Constituição de 1988, esse tema nunca foi objeto de tratamento por parte do Poder Executivo.

Veja, é papel da Advocacia-Geral da União, à luz do art. 131 da Constituição Federal, a consultoria e o assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Havia, claramente, diante de uma ausência de um regramento, questões muito importantes relacionadas aos deveres do Estado, porque a Presidência da República, a instituição Presidência da República é uma instituição do Estado, que não tem correlação com Governo, porque governos passam.

Existem funções de representações institucionais que já foram exercidas por diversas Primeiras-Damas, cujo disciplinamento, do ponto de vista da organização administrativa do Estado, não existia. Aqui não é questão propriamente de ilegalidade, mas de se aplicar a lei existente à realidade posta. E aqui eu quero dizer que o sistema que foi estabelecido, a partir de um parecer público, de consulta pública, construído a partir de questões que foram formuladas pela Casa Civil da Presidência da República, respondeu a questões singelas, que, durante muito tempo, não tinham respostas. Aqui é a perspectiva do poder-dever.

Se é bem verdade que há a questão da representação e que o Estado tem um custo em relação à representação, em que contexto ela deve se dar? No interesse público, no interesse da sociedade. E de que modo deve acontecer? Com transparência, com publicidade, com prestação de contas. Para que haja o quê? O controle social. São os princípios que estão onde? Preceitos que estão colocados na nossa Constituição Federal. Então, é disso que se trata o parecer.

E quero dizer que o parecer respondeu a uma série de questões que existiam e que deixaram de ser colocadas, porque hoje existe transparência, existe prestação de contas, existe controle social. E esse parecer não foi feito para um cônjuge, foi feito para cônjuges de Presidente da República. Está aí como um legado para qualquer cônjuge que venha de qualquer Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor coloca uma outra questão muito importante: a independência judicial. Eu já tratei desta questão, mas repito: a independência judicial é um dever de qualquer magistrado. O juiz que não age com independência, o juiz que age com paixões, que coloca suas convicções pessoais acima da Constituição, acima da lei não representa o espírito do Estado de direito. O Estado de direito é uma evolução, construída do Estado moderno, para nos tirar da barbárie, e a independência judicial é uma garantia da cidadania, e este é o meu compromisso.

O senhor trata de um outro tema muito importante, que é a questão da confiança no Supremo Tribunal Federal. Eu quero dizer a V. Exa. que também esta é uma preocupação que eu tenho, e tenho esta preocupação porque, como jurista, como operador do direito, que trabalha perante o Supremo Tribunal Federal, eu acredito que o Supremo Tribunal Federal hoje está sendo objeto de discussão pela sociedade, mas não se fecha a críticas. O próprio Presidente do Supremo tem apresentado discussões à própria corte. Recentemente vi um artigo tratando do tema acerca de algumas propostas. Eu acho que a crítica está colocada, e as soluções vão aparecer.

Esta Casa pode ter uma boa oportunidade. O senhor citou a sua PEC 45. Então, existe uma oportunidade incrível para a sociedade brasileira refletir, debater e apresentar a esta sociedade qual é o Judiciário que nós queremos. A única coisa que lhe peço e que digo de que não podemos abrir mão, porque é um preceito constitucional, é o da independência judicial. Deste parâmetro não podemos nos afastar.

Por fim, em relação ao caso dos x do PL da misoginia, finalizo dizendo que este caso foi um caso que ocorreu quando eu estava de férias, mas não vou me furtar de responder. Por que não vou me furtar de responder? Porque, como disse o Senador Girão, eu tenho e assumo a responsabilidade, eu não me furto a discutir essas questões, embora não tenha tido atuação técnica nenhuma. Essas questões foram tratadas por um corpo técnico de advogados, a partir de um pedido formulado por uma Parlamentar.

Veja, tem uma questão que é importante esclarecer nesse problema que foi colocado: a própria plataforma entendeu por retirar os conteúdos, porque avaliou que os conteúdos violavam os termos de uso da plataforma. O papel da AGU foi apontar os riscos jurídicos, mas a plataforma tomou, por si, a partir dos seus termos de uso, que aqueles conteúdos violavam os termos de uso. Portanto, é uma questão que fica aqui para reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tem um elemento em que nós temos acordo. Não acredito – não acredito – que a liberdade de imprensa possa ser transigida, e isso realmente me causou profundo incômodo, tanto é que procurei o Advogado-Geral da União Substituto e sugeri a ele que procurasse a equipe para discutir exatamente a questão da liberdade de imprensa, porque, para mim, é um valor absoluto, é um valor inerente à democracia que nós queremos e é a democracia em que eu acredito. E, em boa hora, o Advogado-Geral da União Substituto tomou as providências necessárias em benefício da liberdade de imprensa, e ele me disse que está adotando providências para reforçar, do ponto de vista normativo-institucional, a imunidade absoluta da liberdade de imprensa contra qualquer tipo de ação, porque é um valor fundamental.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem uma causa de vida pela qual eu tenho muito respeito, que é a defesa da vida desde a sua concepção. Como o senhor falou, tivemos a oportunidade de dialogar longamente. O senhor foi muito gentil, me recebeu fraternalmente e foi muito sincero comigo. E aprecio a sua sinceridade.

Eu respeito a sua posição. Eu lamento não ter conseguido superar as suas preocupações legítimas em relação ao meu posicionamento, mas creia, eu não assinei aquele parecer sem lê-lo. A matéria não é verdade. O parecer foi feito e foi assinado no contexto da defesa de um princípio, aliás, de dois: o da separação dos Poderes e o da legalidade. E eu entendo que o parecer, ao estabelecer este recorte e dizer claramente que o Conselho Federal de Medicina extrapolou no seu papel regulamentar e invadiu uma esfera própria de competência do Legislativo, acabou interferindo numa causa que o senhor defende e que é a que eu defendo também, porque esta prática de assistolia fetal é abominável. E eu nem sei se é a prática aceitável para isso. Não sei. Essa não é minha área, não sou especialista nisso. Tanto é que, como o senhor disse, é bem verdade, eu fui até o Conselho Federal de Medicina após a manifestação que fiz e me comprometi com eles de que, no Supremo Tribunal Federal, caso V. Exas. me concedam esta honra, sempre procurarei ter a consultoria e as informações prestadas por quem tem conhecimento técnico.

Agora, eu quero também chamar a atenção a um ponto. Depois deste parecer do Conselho Federal de Medicina, outro conselho, o Conselho Federal de Enfermagem, achou por bem editar uma resolução, dizendo que podia fazer aborto, a interrupção da gravidez. E isso não é correto, porque também fere o princípio da legalidade, porque a lei atribui isso ao profissional médico dentro do conceito de ato médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos fragilizar o princípio. Nós não podemos abrir precedentes perigosos, por mais legítima que seja a causa. O *locus* correto para disciplinar a sua questão, que é a minha questão, que é a defesa da vida, está aqui. Esta Casa, no mesmo período, apresentou o PL 2.425, de 2024 – eu acho que o senhor tem conhecimento desse PL –, que trata exatamente do mesmo tema. A Casa pode dar resposta para este tema e responder, dentro do que a Constituição Federal estabelece, da forma correta, do jeito certo, a esta demanda, que é legítima: a defesa da vida, que nós comungamos. Agora, a via tem que ser correta, porque o atalho é perigoso.

Senador, o senhor me coloca também outro questionamento que diz respeito ao PL da misoginia – esclareci isso aqui no ponto do Senador Jorge Seif. E o senhor trata agora do caso da ex-Deputada Carla Zambelli.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só um detalhe.

Nesse, do PL da misoginia, o senhor falou no corpo técnico, que foi o corpo técnico da AGU.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só tem um detalhe: a própria Deputada falou que... disse de uma rede de desinformação, e ela não provou isso. Então, como pode um corpo técnico...

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Calma aí, calma aí, calma aí. Perdão – perdão. Já que o senhor colocou o ponto, eu vou esclarecer.

A Deputada peticionou, ela apresentou provas e evidências, a partir de vários *links*, porque o que aconteceu foi: pegaram o projeto aprovado por esta Casa, inseriram dispositivos que não existiam no projeto, para fazer uma campanha relacionada ao tema. O diálogo público, a crítica ao projeto são totalmente legítimos. Essa Deputada, se sentindo turbada no direito a seu processo legislativo, procurou a Advocacia-Geral da União, que, a partir das provas apresentadas pela Deputada, dentro do direito de petição, entendeu que havia ali uma fraude perpetrada por alguns *posts*. Esses riscos foram levados para a plataforma. A própria plataforma avaliou que havia, de fato, violação a seus termos de uso e entendeu por bem retirar esses conteúdos. Agora, quero dizer, quando a questão diz respeito à liberdade de imprensa, não tem... não tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas ao cidadão, não. Liberdade de imprensa, o.k., mas ao cidadão...

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Mas aí, Senador, eu quero deixar claro que quem retirou o conteúdo a partir do apontamento dos riscos jurídicos foi a plataforma, que avaliou que os conteúdos violavam seus termos de uso. Não somos nós que fazemos os termos de uso da plataforma.

Indo ao caso da ex-Deputada Zambelli e também à questão de demais atuações da Advocacia-Geral da União no exterior, nós não atuamos de ofício. Eu expliquei a V. Exa. quando estive em seu gabinete: nós fomos provocados pelo Poder Judiciário, houve uma decisão determinando que a Advocacia-Geral da União atuasse nesse sentido, contratando escritórios para atuar nesses processos. Portanto, nós demos cumprimento a uma ordem judicial e com total transparência. Esses casos, até quero dizer, foram levados ao Tribunal de Contas da União, que decidiu pela legalidade de todos os procedimentos adotados pela Advocacia-Geral da União.

Por fim, em relação ao tema dos honorários...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por que foi fora da agenda, Ministro, a visita à Itália?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Sobre o encontro ao qual o senhor se refere, eu preciso dizer o seguinte: eu sou advogado, o Advogado-Geral da União é advogado. O advogado precisa atuar dentro da estratégia jurídica processual que melhor atenda aos interesses processuais. Eu quero dizer que foi feita uma reunião, conforme foi divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, a partir de uma consulta pública, dentro desse conceito da relação advogado-cliente. Portanto, essa é a questão que eu posso lhe dizer.

Agora, não há nenhum segredo na atuação da Advocacia-Geral da União, até porque a contratação é pública, o escritório é público, é público e notório o advogado que está atuando na defesa do Estado brasileiro, por determinação judicial. Então, não há nenhum segredo que implique dizer que há algo fora daquilo que se espera de uma conduta reta, íntegra, dentro do devido processo legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do contexto dos honorários que o senhor coloca, finalizando este tema, eu quero dizer o seguinte: não foi a Advocacia-Geral da União que pagou esse recurso que o senhor colocou, informou. A Advocacia-Geral da União não tem nenhum tipo de gestão neste fundo dos honorários. Este Advogado-Geral da União não autorizou nenhum pagamento, não aprovou nenhum pagamento, não chancelou nenhum pagamento. A gestão desses recursos se dá a partir do Conselho Curador do fundo, que é integrado por representantes eleitos pelas carreiras, que foi a opção legislativa.

O que eu fiz, para evitar abusos, para coibir qualquer tipo de desvio, foi adotar, do ponto de vista da minha gestão administrativa, medidas administrativas que submetessem este Conselho Curador a uma governança pública: que eles prestassem contas com transparência, que passassem a observar o teto constitucional. Criamos um *site*, um portal, para que a sociedade pudesse controlar cada recurso, cada centavo por matrícula, por CPF, por membro, o que ganhou, a fonte, a justificativa legal. Este foi o meu compromisso. É assim como eu procedo, dentro dos princípios constitucionais em que eu acredito.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Jorge Messias, também ao Senador Eduardo Girão pela contribuição.

Passo a palavra agora à Senadora Roberta Acioly; em seguida, ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Alessandro Vieira.

O Senador Alessandro pode até vir após, porque o Senador Marcos Rogério saiu para atender um Prefeito.

Senadora Roberta Acioly, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Jorge Messias, na condição de representante do Estado de Roraima, entendo que essa sabatina é o momento oportuno para tratar de temas que impactam concretamente a vida da população brasileira e, de modo especial, a realidade do meu estado.

Vou falar um pouco do desenvolvimento do Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roraima foi o último estado brasileiro a ser integrado ao Sistema Interligado Nacional, após décadas de isolamento energético, apagões recorrentes e severas limitações ao seu desenvolvimento...

Eu peço um pouco de silêncio para o sabatinado conseguir escutar, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... após décadas de isolamento energético, apagões recorrentes e severas limitações ao seu desenvolvimento econômico e social. A interligação, que deveria representar instrumento de superação de desigualdades históricas, foi sucedida por forte elevação tarifária e ausência de transição regulatória adequada, impondo à população local aumento relevante no custo de energia elétrica, justamente no momento em que se esperava maior competitividade econômica e melhoria das condições de vida.

Pergunto: como V. Sa. interpreta o papel do Supremo Tribunal Federal diante de situações em que políticas públicas ou atos regulatórios federais, embora formalmente regulares, produzam efeitos materialmente regressivos sobre regiões historicamente vulneráveis, contrariando o objetivo constitucional de reduções das desigualdades regionais? Até que ponto a jurisdição constitucional deve intervir para assegurar concretude material e não apenas formal a esse mandamento da Constituição?

Segunda questão: o Estado de Roraima enfrenta, há anos, sobrecarga estrutural decorrente da intensa pressão migratória na fronteira norte, com impactos severos sobre saúde, educação, assistência social, segurança pública e capacidade financeira do ente federado. Além da sobrecarga institucional, há crescente preocupação da população local com situações envolvendo imigrantes que, uma vez em território nacional, praticam crimes graves e violações de direitos fundamentais, gerando debates sobre os limites constitucionais da permanência de estrangeiros nessas hipóteses.

Pergunto: qual é a sua compreensão constitucional sobre a possibilidade e os limites da expulsão de estrangeiros que, uma vez acolhidos em território nacional, praticam crimes graves contra a população brasileira? Como, neste contexto, preservar a segurança pública, a soberania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional e a proteção da sociedade brasileira, especialmente diante da realidade enfrentada pelo Estado de Roraima?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento também o Dr. Jorge Messias, toda a equipe da AGU que está presente nesta sessão, os Ministros.

Esse é um momento histórico para o Senado Federal; é um momento que exige de todos nós profunda responsabilidade e reflexão sobre o momento do país. O Senado da República tem hoje, portanto, uma responsabilidade que vai muito além de aprovar ou rejeitar um nome, um indicado ao Supremo Tribunal Federal. O que está em julgamento nesta sabatina é o tipo de Supremo Tribunal Federal que nós queremos para o Brasil, ou se aquele que temos hoje é o Supremo Tribunal Federal que representa o anseio da sociedade do Brasil, que representa os parâmetros da Constituição Federal.

A Constituição Federal, no seu art. 101, é clara quando ela trata da escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal: o Ministro do Supremo deve reunir notável saber jurídico, reputação ilibada e, acima de tudo, condições de exercer com independência a missão de guardar a Constituição Federal. Não se trata, portanto, de uma escolha comum, não se trata de preencher um cargo qualquer; trata-se de entregar a uma pessoa, a um indicado, o poder-dever de decidir sobre liberdades, sobre competência dos Poderes, sobre políticas públicas, sobre eleições, sobre direitos fundamentais e limites do próprio Estado. E isso não é algo simples e que deve nos deixar diante de uma decisão simplória; é uma decisão que exige, realmente, responsabilidade.

A oposição já se manifestou publicamente com relação à indicação do Ministro Jorge Messias. A oposição tem posição contra a indicação, o nosso voto é contra. E eu concordo com o Senador Marcio Bittar, quando disse mais cedo que este não seria o momento adequado para fazer esta sabatina e esta votação. Nós estamos no ano de eleições. Daqui a pouco, vêm as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleições gerais, o brasileiro vai às urnas e decidirá o rumo político do país. Então, o melhor seria não votar a indicação até que o povo decida qual o rumo político que ele quer para o Brasil. E aqui não há nenhum gesto de ofensa, de agressão, porque é uma escolha política; é uma escolha política votar ou não votar.

O Brasil vive hoje um momento de profunda desconfiança com relação à atuação do Supremo Tribunal Federal, e aqui faço ressalvas a membros daquela Corte, como em todas as demais – é preciso separar condutas, pessoas, da instituição. A instituição tem o seu papel fundamental, mas a sociedade tem assistido a decisões monocráticas de enorme impacto político, inquéritos de desenho excepcional, de extensão absolutamente incompatível com aquilo que estabelece a norma, e os mortais têm que aceitar como normal. Aquilo que eles criticaram até pouco tempo atrás nas instâncias de primeiro grau, o que ocorria numa delegacia de polícia, hoje quem faz é a mais Alta Corte do país, um tribunal que acha que pode substituir o Congresso Nacional e, muitas vezes, numa canetada de mão única. O princípio da colegialidade não existe para essa Corte.

Como foi dito aqui, eu fui o Relator da Lei do Marco Temporal. A Lei do Marco Temporal foi inspirada, desenhada, a partir de uma decisão da Suprema Corte do país – o caso Raposa Serra do Sol desenhou o projeto do marco temporal. Mas o mesmo Supremo Tribunal Federal que, numa sentada, decide numa extensão, e naquele caso não teve repercussão geral, este mesmo Supremo depois, tempos depois, vem dizer que a posição é outra. A mesma Constituição, a mesma situação fática, mas uma decisão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... jurídica que tem impacto em todo o país... E agora simplesmente colocam de lado o marco temporal, invalidando a tese do marco temporal.

Poderia falar da partilha dos *royalties*, que este Congresso decidiu, e o Supremo, no canetaço, simplesmente desfez – e decisão de lavra individual, inicialmente.

Lei das Estatais, a mesma coisa. Aliás, aqui é o ápice da vergonha, é um negócio cabuloso – para ser moderado na fala –, porque, primeiro, diz que ela é inconstitucional; abre-se uma brecha para a política fazer os arranjos políticos, as indicações dos apadrinhados; depois, ao julgar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mérito da ação, diz: "Não, essa lei é constitucional, é válida, mas aquelas decisões administrativas que foram tomadas durante esse lapso temporal devem permanecer, porque...". Enfim, criaram um jabuti jurisdicional. É desse ambiente que nós estamos falando.

Então, Sr. Ministro, não é apenas uma indicação, não é quanto à questão pessoal; é quanto ao perfil de Supremo Tribunal Federal que nós queremos. Nós queremos um Supremo Tribunal Federal que respeite a Constituição, que faça cumprir a Constituição, e não que desfaça ou que reescreva, a partir de interpretação, a Constituição Federal.

E, para não ficar apenas nas ponderações em relação ao que a Corte representa hoje, eu queria... Eu fiz várias perguntas, muitas delas já foram feitas pelos colegas, mas tem um tema sobre o qual eu queria que V. Exa. tivesse a oportunidade de falar, que é um tema sensível – porque notável saber jurídico V. Exa. tem, V. Exa. é da AGU; a questão é em relação à visão que a V. Exa. tem em relação a temas que são temas da sociedade.

No parecer de V. Exa., na ADPF 1.141, na página 20...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o senhor cita um trecho de uma manifestação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania referindo-se às mulheres como "pessoas com útero". A minha pergunta é: como o senhor pretende tratar os temas que envolvem as mulheres, se for aceito para assumir como Ministro da Suprema Corte? Como V. Exa. define mulher? Eu não vou aprofundar, eu podia trazer outros desdobramentos em relação a esse tema... Estou fazendo, porque ele foi fruto, objeto de uma manifestação da lavra de V. Exa. e é um tema que o Brasil discute, que a sociedade discute – respeito sempre –, mas me parece que é um tema que merece, por parte de V. Exa., uma manifestação clara, inequívoca, sobre como V. Exa. entende, interpreta esse assunto, esse tema.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a oportunidade de me manifestar. As outras perguntas eu vou deixar de fazer, porque senão seria repetitivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Jorge Messias, faço a saudação a V. Exa., primeiro ressaltando a resistência do nosso Presidente Otto Alencar, que seguramente está alarmando a equipe médica lá na Bahia, porque recém-convalesceu de um problema de saúde e está enfrentando uma maratona. Parabéns! E também aproveito um ditado que o Ministro Messias citou, que eu não sabia que era ditado também em Brasília, porque é um ditado corrente em Sergipe: "Sergipe é terra de muro baixo", onde todo mundo se conhece. Agora fico sabendo que Brasília também é. E, de fato, em Brasília, todo mundo se conhece e conhece as razões e os motivos pelos quais as coisas acontecem nesta capital.

Essa é a quinta sabatina de Ministro do Supremo da qual participo, com muita honra, representando o meu estado. Em todas elas eu fiz a manifestação de voto aberto, em todas elas eu fiz questão de explicar ao sabatinado as razões do voto. Acho importante para que o eleitor, para que a sociedade acompanhe. Votei contra a indicação do Ministro Kassio, votei a favor da indicação do Ministro André, votei a favor da indicação do Ministro Zanin e votei contra a indicação do Ministro Dino. E fundamentei cada voto deles. Indicados do Governo Bolsonaro, indicados do Governo Lula, para mim, isso é indiferente, porque o cargo almejado transcende Governos.

V. Exa. será indicado para ocupar vaga e, se for acolhido por esta Casa, ocupará a vaga no pior momento da história do Supremo Tribunal Federal – no pior momento. É o momento de mais baixa credibilidade da Suprema Corte na sua história. E isso é consequência direta de atos praticados por Ministros, não é consequência da polarização, não é consequência de discussão política, não é consequência de *fake news*. É consequência de atos. E corrigir condutas exige coragem. E talvez seja este o grande desafio dessa sabatina: que pergunta poderia ser apresentada que garantisse a nós, que ouvimos, a certeza de que V. Exa. terá a coragem de fazer os enfrentamentos necessários?

Há Ministros hoje na Suprema Corte, Ministro Jorge Messias, que trabalham contra a indicação de V. Exa. abertamente, que cabalam votos aqui no Salão Azul contra a indicação de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. E isso merece registro – e, como sempre, ao longo desses anos, eu faço meus registros de forma muito ostensiva e aberta – para que a sociedade compreenda o que está em jogo.

A discussão – e toda discussão na democracia é justa – de que tribunal desejamos tem campo adequado: é uma proposta de emenda à Constituição que redesenhe o Supremo. O que está em tela agora aqui é a verificação dos requisitos constitucionais para a indicação e preenchimento da vaga de Ministro do Supremo, que são notório saber jurídico e reputação ilibada. A escolha política do perfil a ser indicado, a nossa Constituição atribuiu ao Presidente da República. E acho que isso é muito importante de se registrar, porque, em um bom arranjo constitucional, cada um assume a sua responsabilidade – cada um assume a sua responsabilidade. Seríamos um país muito mais feliz se cada um fizesse o seu papel.

Veja, exercendo o meu papel como Senador da República, sentado na cadeira onde senta nosso colega Vanderlan, na condição de Relator de uma CPI deste Senado, eu emiti a minha opinião política, técnica e jurídica sobre fatos. Que fatos eu apurei naquele momento e sobre os quais eu opinei? Caronas em jatinhos, padrão de vida multimilionário, contratos de familiares com investigados ou processados na Corte, atuação em processos sob alegação de prevenção absolutamente teratológica. Na minha visão, esses fatos... E cada fato desses é confessado, reconhecido, não contestado – cada fato desse. Ninguém jamais, em nenhum momento até este, contestou os fatos que eu relatei, mas podem divergir com relação ao enquadramento. Na minha visão, o enquadramento é de crime de responsabilidade, porque é exigência, para quem ocupa essa cadeira tão importante de Ministro da Suprema Corte, que tenha conduta ilibada no exercício do cargo. E não há brasileiro, não há brasileira que imagine como ilibada a conduta de quem pega carona em jatinho de dono de *bet*. Não há quem no país imagine ilibada a conduta de quem tem padrão de vida milionário através da prestação de serviços jurídicos aparentemente incompatíveis com o montante da remuneração. Não há quem veja isso.

E, se V. Exa. tiver o aceite desta Casa, o senhor vai ter que se deparar com essa situação. O senhor vai ocupar, se for o caso, uma cadeira numa corte que não tem corregedoria, que não tem ouvidoria, em que não há hierarquia entre presidentes e membros, e que não se submete ao CNJ. E este Senado, até a presente data, não reúne a envergadura moral e a coragem para o processamento por crime de responsabilidade. E são verdades duras de se ouvir, porque entristece cada um de nós. Até o momento, nos falta envergadura moral e coragem para enfrentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses fatos e fazer o seu enquadramento adequado. E aí, a alternativa que se vende hoje, como remédio de ocasião, é uma espécie de *impeachment* preventivo: seria negado a V. Exa. o acesso à cadeira, para que se desse um recado ao Supremo. Por favor, isso é só uma manobra de narrativa política. A conduta de V. Exa. como Ministro há de ser apurada quando o senhor for Ministro, caso confirmado pela Casa, não agora.

As demais alegações que vi transitar aqui ao longo desta longa sabatina e que permeiam as redes sociais... Acredite, Ministro, votar contra V. Exa. será um sucesso de redes sociais, porque hoje as massas são facilmente conduzidas para um lado ou para o outro, conforme o interesse político ou financeiro de ocasião.

Nós não temos dúvida com relação ao fato de o senhor ser jovem para a missão que o senhor vai ocupar – o senhor tem 46 anos de idade –, mas isso é vendido para os incautos como se fosse uma surpresa. No ano de 2002, o hoje decano Gilmar Mendes, que era AGU, foi indicado aos 46 anos de idade pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, há mais de 20 anos, ter 46 anos de idade não era obstáculo para ser indicado, nunca foi objeto de grandes questionamentos, nunca foi alvo de grandes discussões.

Permeiam também os questionamentos e as críticas em redes sociais de parte da imprensa à questão do aborto, em que V. Exa. teria emitido um parecer que, em alguma condição, favoreceria a prática do aborto. A leitura do parecer aponta no sentido contrário. V. Exa. reconheceu apenas que a atribuição para legislar é do Congresso. E essa deveria ser uma grande qualidade para quem é sabatinado para ser Ministro, porque o que falta a vários ministros é a capacidade e a humildade de reconhecer que cabe a este Congresso legislar, e não ao tribunal – não ao tribunal.

E, por fim, a terceira questão que permeia a discussão seria uma questão ideológica, política – V. Exa. tem notória e profunda ligação com o Partido dos Trabalhadores. V. Exa. ocupa cargos comissionados, funções de confiança ou o cargo de Ministro em gestões ou em mandatos do Partido dos Trabalhadores. E eu me pergunto: que outro Presidente indicou para a Corte Superior pessoas de ideologia diversa? O Presidente Bolsonaro, com aquela forma sempre muito peculiar de se expressar, disse que queria um terrivelmente evangélico e outro que pudesse tomar uma Tubaína com ele. E isso não foi objeto de grandes questionamentos, porque é natural do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se me perguntarem: "É correta essa forma?". Não. Existem dezenas de propostas de emenda à Constituição que corrigem essa distorção. Nós não realizamos sabatinas efetivas, nós temos requisitos extremamente elásticos e subjetivos para a indicação. Há de se avaliar o tempo de permanência na corte, porque o largo tempo de permanência na corte gera um complexo de Luís XIV, com ministros se confundindo com o tribunal, quando são meros ocupantes passageiros de cargos, como nós somos aqui no Senado.

Então, feita essa análise, que espero seja objetiva e serena o suficiente, registro apenas uma indagação a V. Exa: V. Exa. terá a envergadura moral e a coragem para fazer o que, hoje, me parece inconcebível naquela corte, que é confrontar os posicionamentos dos seus colegas ministros, futuros, eventuais?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Porque, observe, há que se corrigir a distribuição equivocada; há de se questionar liminar concedida há 13 anos e engavetada – há 13 anos engavetada, que é a questão dos *royalties*. Isso tem que ser enfrentado pelo tribunal. Nós temos, hoje, o Presidente Fachin atacado, diuturnamente, por mensageiros de ministros inseridos na nossa imprensa, desqualificado, diminuído, porque apresentou, com ousadia, uma proposta de um código de ética e de conduta. Esse é o ambiente ao qual V. Exa. se voluntaria, indicado pelo Presidente, para ocupar.

Gostaria de receber essa resposta, Ministro Jorge Messias, porque me parece fundamental. Essa é a questão de fundo real. V. Exa. vai fazer a diferença naquele tribunal ou será só mais um para se encaixar em uma das turmas e seguir o roteiro da manada? – guiado por pseudolíderes de grupos que tratam o colegiado como propriedade própria, como uma fazenda, onde, como capatazes, submetem a cacete e a grilhão quem discorda deles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu estou sendo ameaçado de processo, Presidente Otto Alencar, por um voto. Olha, tem que fazer um esforço grande para discutir imunidade parlamentar com relação à postagem em rede social, à piada em festa junina, agora a voto não há como se discutir. Mas, mesmo assim, eu tenho hoje, dormindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– um sono leve ainda –, na mesa do PGR, uma solicitação, uma requisição de instauração de processo contra mim, pelo voto que manifestei. Então, vivemos momentos difíceis.

Esta é a quadra da sua indicação. V. Exa. aguarda essa sabatina há 150 dias, aproximadamente. É um recorde, é um recorde, é um recorde. E não aguarda essa sabatina por falta de preenchimento dos requisitos, aguarda porque, há muito tempo, se deturpa a ocupação desse espaço. E não vou ser eu quem vai colaborar com esse processo de deturpação da verdade, de cortina de fumaça, de mascaramento de covardia com a suposta valentia em rede social.

Então, antecipo, de forma clara e aberta, o voto favorável à indicação de V. Exa. pelo preenchimento completo dos requisitos constitucionais. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira, quero parabenizar V. Exa. pela maneira sempre correta que se portou nesta Comissão de Constituição e Justiça, pela colaboração que V. Exa. tem dado a esta Comissão e ao Senado Federal. V. Exa. já foi Relator de matérias muito importantes, como o seu voto contra a PEC da blindagem, o seu relatório no PL antifacção, relatório superimportante. As colocações de V. Exa. são próprias da sua história construída ao longo da sua vida, não só como delegado de carreira, mas como Senador de alto nível e grande altivez, caráter e dignidade no Senado Federal.

E eu quero prestar solidariedade a V. Exa. pelas colocações impróprias, indevidas e descabidas que foram dirigidas a V. Exa. pelo Ministro Gilmar Mendes. Presto minha solidariedade, até porque não foram merecidas absolutamente pelo seu comportamento no Senado Federal. V. Exa. honra o Senado Federal e eu tenho por V. Exa. sincera admiração e muito respeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, faço das suas as minhas palavras, a manifestação de toda essa Comissão de Constituição e Justiça em relação ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Eduardo, e, depois, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar o meu colega de partido e de Senado, o Senador Alessandro Vieira, pelo seu posicionamento.

Segundo para assinar embaixo do que V. Exa. acaba de proferir nas suas palavras como Presidente da CCJ em torno do comportamento do Senador Alessandro Vieira. Discordar do conteúdo do relatório da CPI, isso é da democracia, é do jogo; agora, a partir do cumprimento de um dever de Senador no exercício do seu mandato, você ser questionado de uma forma imprópria, eu creio que não é o papel das instituições democráticas.

Portanto, eu quero aqui assinar embaixo as declarações de V. Exa. e, como Líder do Partido do Movimento Democrático, prestar publicamente a nossa solidariedade ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, é no mesmo sentido que já foi aqui assinalado, e eu já manifestei ao próprio Senador Alessandro no Plenário do Senado.

Nós podemos aqui, no uso de nossas atribuições de Senadores, concordar ou divergir, sobretudo em relação à atuação do Senador como Relator da CPI do Crime Organizado e sobre as conclusões em relação a isso. Agora, a mesma Constituição que a gente várias vezes refuta para defender o Supremo Tribunal Federal, também tem que ser usada para defender o Senado da República, para defender o Congresso Nacional e para defender as atribuições dos membros deste Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 52 da Constituição, Presidente, é claro em afirmar que os membros deste Congresso Nacional, os Senadores, os Parlamentares, os Deputados, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Se ele está imbuído de uma atribuição de membro deste Congresso, mais ainda. Por isso, já manifestei ao Senador Alessandro, anteriormente, em Plenário, a nossa solidariedade sobre qualquer ofensa, ataque, processo – o que seja – movidos em relação a ele por conta de suas opiniões, palavras, votos e desempenho constitucional.

Eu só queria, aqui, saudar a posição do Senador Alessandro.

Ao mesmo tempo, já concluindo, quero saudar a postura do indicado pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal. Eu acho que foi declarada aqui, por como S. Exa. discorreu, a existência do notório saber jurídico e da reputação ilibada, pré-requisitos que a Constituição exige para cumprir a missão de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu incluo, a esses dois atributos, um terceiro: a origem humilde de S. Exa., Ministro Jorge Messias, que comprova e confirma que uma República democrática possibilita isto, que aquelas pessoas de famílias mais humildes, egressas de universidades públicas, podem chegar ao mais alto cargo da República; que um operário pode chegar à Presidência da República. Eu acho que isso nos orgulha enquanto democracia.

Por fim, quanto ao debate sobre o Supremo Tribunal Federal, eu acho que tem uma atribuição que este Congresso Nacional tem que fazer. O Supremo Tribunal Federal cumpriu papel destacado – e aqui tem que ser suscitado –, destacado, combatendo o negacionismo climático em tempos recentes, combatendo o negacionismo durante a pandemia, combatendo as alternativas às medidas, às ações de interpretação indevida do art. 142 da Constituição para tentar golpear a democracia.

Aliás, em relação a isso, Presidente Otto – quero destacar aqui, quero ressaltar a V. Exa. –, V. Exa. fez a melhor mensagem aqui quando, mais uma vez, vieram com cantilenas sobre o que foi o período do arbítrio. Gente como Caetano, as únicas armas que usou foram o violão e a poesia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso é verdade. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Ele, Chico Buarque e tantos outros que têm cantilenas aqui tocadas.

Então, o Supremo Tribunal Federal cumpriu o papel destacado em relação a isso, mas o Supremo Tribunal Federal também tem que ter aqui no Senado o reconhecimento, porque aqui também é um espaço de crítica, aqui é o espaço de avaliação da conduta de Ministro do Supremo Tribunal Federal, aqui é o espaço legitimado pela Constituição para apreciar pedidos de *impeachment* de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Por isso – este Congresso Nacional, Presidente, já passou por duas reformas do Judiciário que o melhoraram, uma em 1998-1999; uma em 2004; e outra em 2006, uma delas criou o Conselho Nacional de Justiça –, eu acho que é o tempo de debater medidas, também, de aperfeiçoar o Supremo Tribunal Federal e de constituir, não somente para membros do Supremo Tribunal Federal, membros do Judiciário, mas constituir uma conduta de ética para a atuação de todos nós como agentes públicos. Medidas dessa natureza eu creio que também são responsabilidade de este Congresso Nacional e de este Senado debaterem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Dr. Jorge Messias, para responder aos questionamentos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão. Quero só prestar um esclarecimento, por favor.

Isso não é verdade. Está se passando uma mentira que eu falei, e isso é mentira! O que eu disse – vou repetir – é que pessoas como Caetano Veloso, pessoas como Gabeira admitiram, num lapso de lucidez, que aqueles que lutavam contra o regime militar àquela época lutavam pela ditadura do proletariado. Isso está dito pelos dois. Não disse que os dois pegaram em armas – embora Gabeira tenha ajudado a sequestrar o Embaixador –, mas que aquele grupo que foi anistiado em 1979, esse, sim, pegou em arma. Isso foi o que eu disse de manhã, e está gravado e filmado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente. Tem quantos inscritos? Está encerrada a inscrição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um inscrito, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Está encerrada a inscrição, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Zequinha Marinho, com a palavra, então, para concluir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Saudação a V. Exa., ao Ministro Jorge e a todo mundo que aqui está presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois do Senador Zequinha Marinho, o Senador Cleitinho.

E V. Exa. responderá a todos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É para mim?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministro Jorge, nós somos da Amazônia, no Estado do Pará, o maior estado em área útil da região. Muita coisa aqui já foi levantada, muito interessante.

Agora, eu quero fazer só uma consideração sobre uma realidade que também passa por uma decisão jurídica do Supremo Tribunal Federal, até um tempo desses sob responsabilidade do Ministro Barroso.

Por exemplo, Flona Jamanxim, BR-163, Município de Novo Progresso. Semana passada, semana atrasada, entraram para aquelas fazendas ali existentes 12 carretas com o objetivo de sequestrar o gado daqueles produtores rurais, produtores que estão lá há décadas. Mas, algum tempo atrás, a Ministra do Meio Ambiente transformou tudo aquilo numa grande floresta nacional, uma figura de reserva ambiental. Não indenizou ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simplesmente, o Ibama, o ICMBio, a Força Nacional e todo mundo querem que esse pessoal saia de lá na marra. O pessoal tem se segurado, não tem para onde ir.

Agora, a ordem é pegar os animais, tomar conta da terra, destruir a casa, derrubar o curral e assim por diante, tudo isso abrigados numa decisão genérica de que as forças do Ministério do Meio Ambiente se utilizam para fazer esse tipo de desintrusão.

Bom, Terra Indígena Apyterewa, não estou aqui questionando a terra original, mas uma expansão dessa terra. O Governo arrancou dali em torno de 2,5 mil famílias como se tira pelos cabelos. O cacau plantado foi destruído, a casa foi queimada e todo tipo de horror que eu nunca ouvi falar que era possível fazer foi feito.

Terra Indígena Cachoeira Seca, Transamazônica, Município de Uruará, será a próxima vítima. Está tudo organizado, a Força Nacional já está instalada, e esses produtores que chegaram lá há décadas terão também porque o caminho é esse...

Uma outra mais recente que não tem um documento nenhum, pelo menos até agora, é a Terra Indígena Ituna-Itatá, Município de Senador José Porfírio.

O ISA (Instituto Socioambiental), em 2011, sobrevoou uma área, demarcou lá de cima com o GPS e entrou com um requerimento aqui na Funai pedindo estudo para tentar localizar algum índio isolado, que é uma forma de se trabalhar.

Com essa portaria simples, os produtores rurais ali existentes foram expulsos; a casa, queimada; o poço de onde se tira a água foi envenenado, jogaram veneno dentro do poço para não poderem mais utilizar aquela água; e as famílias saíram dali, uma criança andando atrás da outra, do pai e da mãe, por causa dessa coisa louca.

Então, são alguns exemplos que eu queria citar aqui.

É importante que o bom senso possa prevalecer diante dessa situação toda. O Governo, o Judiciário, a sociedade não podem ser contra seus próprios membros, seu próprio povo. Nós não estamos falando do Morro do Alemão do Rio de Janeiro, não. Estamos falando de gente que trabalha, que tem as mãos grossas de lutar por tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então não posso ver o Supremo Tribunal Federal dando cobertura jurídica, mesmo que genérica, a órgãos governamentais para fazer esse tipo de coisa. Queria ouvir o ponto de vista de V. Exa.

Rapidamente, para encerrar, nos anos de 2008-2009, mais precisamente, de agosto de 2008 até março de 2009, tivemos o grande debate do Supremo Tribunal, naquela época, Vanderlan, sobre Raposa Serra do Sol, em Roraima – onde V. Exa. morou por muito tempo e achou até o amor da sua vida. É claro que o resultado ali foi trágico, porque um simples conselho poderia se ter dado.

A terra estava produzindo e, se essa terra era indígena, por que não pagar o que se devia aos índios e mantê-los vivos, saudáveis? Melhor do que estar passando fome e morrendo de miséria; melhor do que prejudicar o estado, que era produtivo e depois ficou sem produzir – quebraram os arrozeiros. Enfim, você evitava um quilômetro de problemas com uma decisão simples, fazendo um acordo, dizendo: "Olha, a terra aqui é do... o dono é fulano e tal. Estamos usando? Estamos. Agora, daqui para a frente, paga *royalties*, paga..." – você inventa lá o que tem que ser pago. Teria resolvido simplesmente, mas o resultado foi trágico.

Mas não é isso que eu quero... Eu quero aqui me referir que aquele julgamento confirmou o marco temporal para terras indígenas a 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição vigente. Está sacramentado. E aí vem o problema do Supremo de novo. Parece-me que o Ministro Fachin comandou um movimento que anulou tudo isso. Quer dizer, o texto da Constituição daquele tempo não vale mais. A decisão do colegiado numa discussão enorme de tempo – sessões e sessões – também não valeu de nada e trouxe a este país uma insegurança jurídica terrível. Isso prejudica todo mundo: a economia, a segurança jurídica, enfim.

V. Exa. está buscando o seu espaço ali. Gostaria de ouvi-lo, pelo menos que rapidamente, como V. Exa. analisa essa situação de insegurança, de tristeza e de injustiça, tendo, sobre tudo isso, uma decisão do tribunal, que lamentavelmente a gente acompanha sem poder fazer muita coisa, porque a decisão é do Supremo.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para responder às indagações, o Dr. Jorge Messias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque são quatro, já fizeram quatro perguntas. Só falta o Senador...

Pode falar? Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Quase boa noite para todos os Senadores que estão presentes aqui.

Primeiro, eu quero aqui pedir para que os Senadores levantem a mão também aqui, porque a imprensa, de ontem para hoje, colocou o Senado aqui na vala, dizendo que alguns Senadores aqui receberam R$12 bilhões de emendas para poder votar nele. Eu não recebi – eu não recebi.

Então, assim, a forma como a imprensa faz é ridículo, é covarde falar que a gente recebeu. Eu nunca vou fazer isso. É indicação em ministério, indicação não sei onde...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, Senador Cleitinho, V. Exa. tem que se insubordinar contra a imprensa!

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu estou falando, é exatamente o que eu estou falando, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, mas não precisa o Senador levantar a mão! Isso aqui não é um jardim de infância para Senador estar levantando a mão.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eduardo disse, Eduardo falou que não recebeu. Eduardo já falou que não recebeu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espere aí, não é um jardim de infância...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Outros Senadores estão falando aqui que não receberam, e eu quero deixar bem claro que eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Porque eu nunca, na minha vida, vou trocar um voto a troco de favor, a troco de negócio. Eu vou votar conforme a minha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ninguém aqui.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu estou falando de mim agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ninguém aqui, Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu estou falando de mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nenhum dos Senadores aqui.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Então... Eu quero continuar falando.

Agora, eu não interrompi ninguém, e eu espero que ninguém me interrompa também.

Então, eu quero deixar isso bem claro, porque eu nunca vou negociar um voto. Meu voto é uma questão de consciência. Eu voto conforme a minha consciência, e eu voto conforme o povo manda votar. Se o povo me manda votar "sim", eu voto "sim". Se o povo me manda votar "não", eu voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sobre a questão da indicação do Messias, o que a gente precisa fazer urgentemente dentro do Senado e dentro do Congresso Nacional é mudar a regra, porque o atual Presidente indicou um advogado pessoal dele, que foi sabatinado aqui.

O atual Presidente também indicou um amigo pessoal, que é o próprio Flávio Dino, que foi sabatinado aqui. E agora, novamente, todo mundo sabe da ligação que o próprio Messias tem com o atual Presidente. Então, a regra precisa ser mudada urgentemente. É isso que a gente precisa fazer. Se os Poderes são independentes, os Poderes precisam ser independentes. Dessa forma, nunca vai ser independente. A gente sabe disso.

E aqui, Ministro, eu queria só, "sim" ou "não", que você pudesse responder para mim; é só "sim" ou "não". A questão primeira que eu quero lhe perguntar: se você acha que o Vorcaro, que fez uma fraude bilionária no país inteiro, que é uma fraude bilionária, e ele, a qualquer momento, pode delatar, inclusive autoridades, ele pode delatar... Eu queria que você me respondesse, pode até ser agora aqui, se ele tem que continuar preso. Só "sim" ou "não". Você pode me responder se ele tem que continuar preso? Pode?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pode responder.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Senador, eu, caso aprovado por V. Exas., não posso antecipar o meu julgamento.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – É só uma resposta particular sua. O senhor me responde se o senhor acha que pode responder: ele tem que continuar preso? Como o senhor é advogado...

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Não, não; eu não posso antecipar julgamento.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu precisava dessa resposta de V. Exa. para eu poder fazer outra pergunta.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Isso me colocaria numa situação de impedimento, e a legislação processual veda...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Entendi, entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Eu sinto muito, peço a compreensão, realmente, a V. Exa... Eu gostaria muito de lhe responder, mas, se respondo, eu fico impedido. E este é um caso que convém que, caso V. Exas. me aprovem, eu tenha condição de exercer a jurisdição.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Tudo bem.

Então, eu estou fazendo essa pergunta porque, para mim, ele tem que continuar preso. E por quê? Porque você está sendo sabatinado e é para ir para o STF, uma casa, hoje, em que 70% da população não confia mais. É uma casa que está desmoralizada publicamente.

E por que eu estou falando isso? Porque lá tem ministro que fez "Gilmarpalooza", com patrocínio do Banco Master. Lá tem ministro, também, que tem um tal de Tayayá, que é um *resort*, que foi financiado, também, através do Banco Master, desse senhor chamado Vorcaro. Lá tem ministro, também, cuja família fez advocacia para ele, em um escritório de R$130 milhões. Tem um cidadão que pegou cadeia agora, por 14 anos, porque fez um Pix de R$500. Então, a minha pergunta é bem clara. Você pode me responder "sim" ou "não". Responda-me, por favor. Já que V. Exa. quer ir tanto para lá, você não acha que isso é imoral? "Sim" ou "não" sobre todas as atitudes desses ministros, que estão ligadas ao Vorcaro? "Sim" ou "não"?

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS – Senador, na condição de indicado ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, eu gostaria de dizer com toda tranquilidade para o senhor. Eu quero vir aqui e venho aqui responder por mim. E eu quero dizer com a franqueza da minha alma: o meu padrão de conduta, o meu preceito ético, a minha ação, ela vai estar aqui, ó. Essa é a minha ação. É por mim que eu respondo.

E vocês podem ter certeza aqui de que, caso V. Exas. me aprovem, vocês têm toda a tranquilidade de me cobrar por todos os compromissos que eu assumi aqui. É isso que eu quero deixar claro para V. Exas. O meu padrão de conduta está aqui: transparência, impessoalidade, imparcialidade, sobriedade, neutralidade, seriedade, espírito público – espírito público.

Muito obrigado, Senador.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Meu pai me ensinou desde pequeno... Eu não tenho mestrado, não tenho doutorado e até falo errado de vez em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando, mas costumo fazer o certo. Meu pai me ensinou sempre a fazer o seguinte: certo é certo, e errado é errado. E toda a população brasileira sabe, hoje, que uma coisa que não está tendo dentro do STF é ética e moral, infelizmente. Conduta libada é o que não tem mais lá. Eu tenho propriedade para falar isso, porque eu não tenho rabo preso e nunca terei rabo preso com ninguém. Eu sou independente para, simplesmente, quando achar que está errado, me posicionar que está errado. Infelizmente, o que a população brasileira quer é que realmente se defenda a Constituição, coisa que o STF não faz.

Eu tenho mais quatro minutos aqui e vou finalizar dizendo... Tem uma história de que, quando um homem morreu, ele foi para o inferno e foi para o céu. Na hora em que ele chegou ao inferno, estava lá a turma dele, os amigos dele, uísque, aquela quantidade de coisa boa. E aí, na hora em que ele foi para o céu, São Pedro virou para ele e falou: "Ó, você tem uma escolha: ou o céu ou o inferno. Vem para o céu agora, vem ver como é o céu". Aí ele foi para o céu, Ministro. Na hora em que chegou ao céu, aquela calmaria, uma rede para ele se sentar, não tinha nada, nada, nada. Não tinha uísque, não tinha "Gilmarpalooza" para ele, não tinha Tayayá, não tinha nada.

Aí chegou a hora de ele decidir. São Pedro virou para ele e falou assim: "Escolha, meu amigo, para onde você quer ir. Você quer ir para o céu ou você quer ir para o inferno?". Ele virou e falou: "Ô São Pedro, nossa senhora, aqui é uma calmaria. É muito bom aqui no céu, sô, mas, lá no inferno, estão todos os meus amigos. É uma 'festaiada', e tem uísque, tem isso, tem aquilo e tem *resort*. Está uma maravilha. Você me perdoe, mas eu vou para lá". Aí, São Pedro: "É uma vez só. Você não volta mais, não".

Desceu o elevador e foi para o inferno, Ministro. Chegou lá, não tinha nada, só tinha um fogo queimando no rabo dele. Aí ele virou para o diabo e falou: "Cadê?". "Meu amigo, nós estávamos em campanha, hoje nós estamos em mandato."

Então, espero, como V. Exa. está dizendo, que não esteja em campanha. Defenda a Constituição, de verdade.

Muito obrigado.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Jorge Messias, para responder à Senadora Roberta, ao Senador Zequinha Marinho, que formularam as perguntas, e ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS (Para expor.) – Senadora Roberta Acioly, muito obrigado pelas suas questões formuladas.

Quero dizer, com bastante objetividade, que eu acho que o Brasil tem uma dívida com o Estado de Roraima. O Estado de Roraima representa, hoje, um estado importante para o país, até pelo desafio regional que ele representa na fronteira e pelas tensões colocadas ali em razão da própria situação da Venezuela.

Eu quero dizer que o Brasil possui desigualdades regionais profundas, e nós temos que ter a capacidade, a partir da interpretação da Constituição, de responder, do ponto de vista constitucional – porque isso é uma obrigação constitucional –, para reparar essas desigualdades regionais.

Portanto, a senhora coloca um ponto que, do ponto de vista constitucional, tem interesse jurídico claro. É por essa razão que eu quero dizer a V. Exa. que eu fui o Advogado-Geral da União que teve a sensibilidade de – depois de anos que o seu Estado de Roraima ganhou na Justiça o direito à reparação ao valor que ele gastou com os imigrantes – reconhecer a dívida a se pagar do valor devido ao Estado de Roraima do que ele gastou em saúde, em educação e em segurança, dívida essa que deveria ser do Governo Federal. Não fiquei discutindo conta, não fiquei apresentando recurso, não fiquei apresentando embargos. Nós reconhecemos a dívida e pagamos. Esse é o nosso compromisso, porque nós reconhecemos que é assim: da Federação, uma dívida com o Estado de Roraima.

Outro ponto que a senhora coloca da imigração é uma realidade, que a imigração traz inúmeros problemas, e o primeiro estado a sofrer com o impacto da imigração é o seu estado. Brasília, a Federação, tem que olhar com generosidade essas questões que a senhora coloca. Eu espero, caso V. Exas. me aprovem e eu tenha condição de atuar como magistrado constitucional, que eu possa ter condição – até porque venho do Nordeste, que passa também por profundas desigualdades regionais – de olhar com outro viés, com outra perspectiva, as dificuldades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados que nunca foram tradicionalmente favorecidos em relação a esse pacto federativo forjado na Constituição de 1988.

Muito obrigado pelas questões formuladas.

O Senador Alessandro Vieira coloca uma questão, para mim, central – central. Senador, para mim, não é normal uma briga, um conflito aberto entre Poderes. Conflito aberto entre Poderes representa uma anomalia institucional que deve ser evitada, deve ser combatida. Eu quero aqui dizer a V. Exa. que me coloco nesse processo como um pacificador. Eu quero adentrar naquele Supremo Tribunal Federal para ajudar a serenar os ânimos, porque acho que tenho essa condição até pelo papel que ocupo.

Agora, o senhor me fez uma pergunta muito objetiva e eu lhe respondo também de forma muito objetiva: se vou ter envergadura moral, chegando lá ao Supremo Tribunal Federal, de fazer o que é certo. Eu quero lhe dizer com muita tranquilidade: tenho, farei o que é certo, e a prova disso é esta caminhada por que estou passando. O senhor sabe muito bem que, nos cinco meses que estou percorrendo, toda esta via-crúcis que passo decorre exatamente por conta dessas questões. E acho que exatamente, nestes cinco meses em que me fizeram percorrer todos os gabinetes, ser atendido por 78 Senadores é que me dá esta condição de ir ao Supremo Tribunal Federal com independência, com coragem, com lealdade à Constituição e ao povo brasileiro.

Portanto, eu digo "sim" ao questionamento de V. Exa.

O Senador Zequinha Marinho tratou de questões fundiárias muito importantes, mas ele usou uma expressão aqui que, para mim, resume, Senador, toda a solução para a questão que o senhor coloca. O senhor usou a expressão "bom senso". Muitas vezes o que eu acho que falta é bom senso, e acho que bom senso deve ser requisito para qualquer juiz. Aliás, o primeiro requisito para ser um juiz, um bom juiz, é ter bom senso. Aliás, me ensinava um velho professor que o primeiro requisito para ser juiz é ter juízo, e o bom senso faz parte disso. Nós temos que saber, dentro do processo – e o processo constitucional não é diferente –, que as questões fundiárias são mais difíceis, porque o senhor coloca questões em que muitas vezes o conflito se dá entre o pobre e o miserável. Nós não estamos falando de grandes produtores, de grandes ocupantes de terra; nós estamos falando de pequenos produtores, de pessoas que dependem da terra para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção, para o seu sustento. Nós temos que ter a capacidade de olhar a realidade local e não julgar à distância.

É por isso que, provocado por V. Exa., eu gostaria de dizer algo muito importante aqui, nesta sabatina, assumindo, Presidente Otto Alencar, um compromisso com todas as Sras. e os Srs. Senadores: se V. Exas. me derem a confiança de me tornar um juiz constitucional, eu não tomarei nenhuma decisão envolvendo nenhuma questão fundiária sem antes convidar os Senadores dos estados em que tiver envolvido o conflito fundiário para comigo ir à região conhecer a realidade local, para que eu possa, nessa condição, julgar da forma mais adequada, com mais bom senso e fazendo, de fato, a promoção da justiça, que é a pacificação social.

Por último, eu queria retomar aqui uma questão do Senador Cleitinho e concluo.

Senador Cleitinho... Não sei se ele se encontra aí ou ele não está aí... Ele falou da alusão ao céu e ao inferno, a Deus e ao Diabo. A minha parte é com Deus, então eu não tenho relação nenhuma com o Diabo, eu não tenho como responder a essa questão específica, mas entendi bem a preocupação do Senador Cleitinho, conheço bem essa realidade.

Quero, Senador Otto, finalizar dizendo que sou muito grato a Deus por ter chegado até aqui. Sei muito bem todo o percurso que eu percorri, sei que é um privilégio já, em si, estar aqui. Fui recebido, como disse, por 78 Senadores que, de forma muito generosa, me concederam do seu tempo, me deram conselho, e eu quero dizer, Senador Otto, para encerrar, que a coisa mais importante que eu pude fazer, ao longo dessa caminhada, não foi me apresentar, não foi mostrar o meu currículo; foi ouvir, de forma atenta e respeitosa, as preocupações de todos os Senadores e Senadoras que me receberam, de forma muito respeitosa.

É por isso que hoje eu, que me coloco nesta condição de rito de passagem, citando aqui uma frase usada pela minha esposa em alusão à Bíblia, estou neste processo, pelo qual pude passar, de fato, tendo a condição, hoje, depois de tudo que passei, de verdadeiramente trocar as minhas vestes.

Muito obrigado de coração a todas as Senadoras e Senadores. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não há nenhum outro Senador que queira arguir, consulto a todos os Senadores e Senadoras se já votaram.

Vou encerrar a votação, declarar encerrada a votação e determinar à mesa que abra o painel.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é para solicitar a V. Exa., caso a votação seja positiva, como esperamos, que possamos ter um pedido de urgência coletiva, para que o processo possa ir a Plenário ainda no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu o farei logo após a votação, como pede V. Exa.

É para abrir o painel, por favor.

(Procede-se à apuração.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram, Margareth Rodrigues, 17... Vinte e quatro... Jorge Rodrigo Araújo Messias, 16 votos favoráveis e 11 votos contra.

Então, está aprovada a indicação do Dr. Jorge Messias, e coloco em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário do Senado Federal.

Coloco ainda o requerimento da lavra do Senador Vanderlan Cardoso. Nos termos do requerimento do Senado Federal, a PEC nº 1, de 2026, propõe audiência pública, com representante da Fazenda, representante da Central Brasileira de Serviços e do sindicato de empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso, a respeito da PEC nº 1.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 1/2026, que "altera com eficácia a partir de 2027, o art. 195, I, 'a', da Constituição Federal".

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros)

Como não há outra matéria para discutir, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinco minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Marcelo Castro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Sergio Moro, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Camilo Santana, Jaques Wagner, Humberto Costa, Leila Barros, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcio Bittar e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Renan Filho, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Weverton e Ciro Nogueira. A Presidência registra a presença da Sra. Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às nove horas e cinquenta e um minutos e reaberta às nove horas e cinquenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 4, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor BENEDITO GONÇALVES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2026/2028." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4560, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 15, de 2026-CCJ, de urgência para a matéria, de autoria dos Senadores Laércio Oliveira, Izalci Lucas, Otto Alencar, Hamilton Mourão e Sergio Moro. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2511, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 16, de 2026-CCJ, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Izalci Lucas. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4534, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o Capítulo I-B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de ato sexual." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3893, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional da Juventude." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 17, de 2026-CCJ, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Izalci Lucas. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4962, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 3630, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive por meio de imagens e áudios, quando a captação ocorrer em situação de flagrante de crime em estabelecimento comercial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Jaques Wagner, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 15, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 4560/2025, que "altera o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 16, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 421/2023, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outubro de 1941(Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 17, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 3893/2023, que “institui a Política Nacional da Juventude”" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de sete itens. Eu, inclusive, como está no sistema remoto, devo perguntar sobre o primeiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor BENEDITO GONÇALVES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2026/2028.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

É da relatoria do nobre Senador pelo Estado do Ceará Cid Gomes. Se estiver conectado à nossa sessão, eu peço e indico que possa fazer a leitura do relatório, para que a sabatina venha a ser realizada na próxima quarta-feira, na próxima semana. Senador Cid Gomes, se estiver conectado, tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom dia, Senador.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Por videoconferência.*) – Está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estou ouvindo bem. Bom dia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que participam desta reunião extraordinária da CCJ, para dizer, Presidente Otto, do privilégio que V. Exa. me deu, de relatar esta indicação do Superior Tribunal de Justiça à Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

É sempre bom lembrar, quando nós estamos tratando de Conselho Nacional de Justiça, de uma preocupação de que essa instituição, que tem a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar, zelar pelos atos do Poder Judiciário, possa também ter a sua atuação no entorno ou acima do nosso Supremo Tribunal Federal, que é um órgão que não tem corregedoria, que é um órgão que não tem comissão de ética, que não tem conselho de ética. Enfim, eu sempre irei lembrar, em todas as oportunidades, a necessidade de a gente ampliar a área de atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, eu não sei se seria... Interrompendo a minha fala, o Senador Esperidião Amin pede pela ordem. (*Pausa.*)

Pode aguardar. (*Pausa.*)

O.k. Estamos nos comunicando aqui por linguagem de sinais.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a V. Exa. a oportunidade de relatar esta indicação.

Trata-se da indicação do Sr. Ministro Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do Ofício "S" nº 4, de 2026 (nº 446, de 2026, na sua origem), submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, o nome do Sr. Benedito Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, eleito em 14 de abril próximo passado, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2026-2028.

Conforme o art. 103-B, *caput*, inciso II e §§2º e 5º, da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça está composto por 15 membros, com mandato de dois anos, sendo um deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, que exercerá a função de Corregedor Nacional de Justiça. Nos termos do §2º do referido artigo, todos os integrantes desse colegiado, com exceção de seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Para informar a arguição nesta Comissão, o ofício do Presidente do STJ encaminha o *curriculum vitae* do indicado, que passo a sintetizar.

O indicado é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diplomado em 1978; especialista em Direito Processual Civil, pela Universidade de Brasília, em 1997; mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, em 2002; além de ter recebido, em 2025, de sua *alma mater*, o título de Doutor Honoris Causa. Manteve-se vinculado à atividade acadêmica por meio de publicações diversas, a respeito de temas relacionados à democracia, aos direitos fundamentais, ao acesso à Justiça, à desjudicialização, ao processo administrativo disciplinar e às novas tecnologias na jurisdição, entre outros.

Iniciou sua carreira profissional no Poder Executivo, como Inspetor de Alunos no Estado da Guanabara e no Município do Rio de Janeiro, depois como Papiloscopista da Polícia Federal e como Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal.

Ingressou na magistratura em fevereiro de 1988, como Juiz Federal, atuando na primeira instância no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Rio de Janeiro. Promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ali permaneceu de 1998 a 2008, exercendo funções jurisdicionais e administrativas, além de participar, como Diretor de Pesquisas e Diretor-Geral, da Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf). Assumiu, em 2008, o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que exerce até o presente. Na sua trajetória como Ministro, tem destaque sua atividade na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). No Tribunal Superior Eleitoral, foi Ministro Substituto de 2019 a 2021, Ministro Efetivo de 2021 a 2023 e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral de 2022 a 2023.

Em atendimento às exigências constitucionais e regimentais, o indicado declara que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) não há parentes seus que tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade;

b) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, de membro ou servidor do Poder Judiciário ocupante de cargo de provimento em comissão;

c) não é sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

d) está em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória anexa;

e) inexistem ações judiciais em que figure como parte, assim como não foi objeto de sanção criminal nem há contra ele procedimento administrativo-disciplinar; e

f) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nem possui cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, que seja membro desses Poderes.

O indicado apresentou também uma argumentação pormenorizada a respeito da adequação de suas qualificações às exigências que pesam sobre os integrantes do Conselho Nacional de Justiça, reiterando seu compromisso permanente com o serviço público, a observância da Constituição e das leis, a responsabilidade institucional e o aperfeiçoamento da Justiça.

Ante o exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, além dessas palavras formais, eu queria dar um depoimento pessoal. Eu tenho o privilégio de, aos meus olhos, desfrutar da amizade do nosso querido indicado Ministro Benedito. Ele é uma pessoa negra de origem humilde, que conseguiu, sempre pela via do concurso público, ascender a cargos no serviço público, todos eles, desde o início como inspetor de alunos de escola pública do Rio de Janeiro até a mais relevante função de Ministro do Superior Tribunal de Justiça... Para a gente que admira, que cultua e que estimula a superação dos desafios, certamente é um grande exemplo de brasileiro a ser seguido, de maneira que, para mim, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

honra especial, Sr. Presidente, fazer a relatoria desta indicação para a Corregedoria do nosso Conselho Nacional de Justiça, espaço e tarefa em que, não tenho dúvida, ele se haverá com grande responsabilidade, com grande eficiência, enobrecendo e zelando pelo conceito da Justiça no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Cid Gomes, e concordo com as palavras a respeito do currículo e da história de trabalho e de vida do Ministro Benedito Gonçalves, sempre no serviço público, ascendendo por concurso público. Ontem, conversei com ele: ele foi Delegado em Ceilândia aqui, no Distrito Federal; depois, concurso para Juiz. É uma carreira bonita, de quem vem da base da sociedade, galgando cada cargo com muito esforço, com muita determinação, e hoje indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça no biênio 2026-2028. Ele preenche todos os pré-requisitos, notório saber jurídico, o que tem exercido no seu período como Juiz e como Ministro, com muita honra, com muita dignidade.

E eu abro a discussão para o relatório, se algum Senador deseja discutir. (*Pausa.*)

Como nenhum Senador deseja discutir o relatório... Quem pediu? (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin pede pela ordem.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Pela ordem é sobre outro assunto. Eu peço pela ordem, independente deste item. Pode concluir este item. O senhor me concede a palavra, por favor?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já está concedida a palavra, Senador.

Concedida a palavra, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, o assunto para o qual eu peço a sua atenção não é pertinente a este item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Por isso que eu dispensaria, mas, se V. Exa. me concede a palavra, eu gostaria de fazer um apelo para que conste da pauta da ordem do dia, como já constou, o PL 3.630, de 2025, de que eu sou Relator.

A última notícia que eu tenho, se eu não estiver enganado, é que ele foi retirado da pauta. E é isto que eu gostaria de pedir a V. Exa.: que ele volte a fazer parte da pauta e seja debatido aqui na Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, a questão de ordem de V. Exa., será atendida. Eu determino à Mesa que possa colocar extrapauta, porque não foi colocada, para que essa matéria seja apreciada.

A Mesa vai preparar e trará para apreciação.

Segundo item da pauta... (*Pausa.*)

O Senador Sergio Moro com a palavra, pela ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, é só o segundo item da pauta mesmo. Perdão. Queria pedir para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, exato. Eu já vou passar... Eu vou conceder vista ao item 1, e fica para o próximo dia 20 a sabatina do Ministro Benedito Gonçalves.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4560, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto, com emenda de redação que apresenta.

V. Exa. tem a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente.

Este é um projeto há muito demandado pelos médicos veterinários e também é um projeto que, de certa forma, vê os anseios da sociedade, que cada vez mais tem um apreço pela vida animal, pelos cuidados com a vida animal, para garantir uma proteção contra, principalmente, aqueles que, sem habilitação necessária, muitas vezes acabam exercitando erroneamente sua profissão, até realizando, às vezes, cirurgias médicas, veterinárias, com resultados desastrosos.

Então, vou ao relatório.

Vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei 4.560, de 2025, do Deputado Guilherme Campos, que altera o art. 282 do Código Penal, para incluir expressamente a medicina veterinária no tipo penal de exercício ilegal da profissão.

O art. 1º enuncia o objeto da lei, que é tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária, equiparando-a às demais profissões já previstas no art. 282 do Código Penal (médico, dentista e farmacêutico).

O art. 2º promove as seguintes alterações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• inclusão da medicina veterinária na classificação legal (*nomen iuris*);

• inclusão do médico veterinário no *caput*;

• previsão de responsabilização penal quando do exercício da profissão sem autorização legal ou com extrapolação dos limites profissionais;

• transformação do parágrafo único em §1º;

• enquadramento no art. 129, §§1º e 2º, do Código Penal se o resultado for lesão corporal grave ou gravíssima em pessoa (§2º);

• enquadramento no art. 121 do Código Penal se o resultado for morte de pessoa (§3º);

• enquadramento no art. 32 da Lei dos Crimes Ambientais se o resultado for lesão ou morte de animal (§4º); e

• tipificação da conduta de exercício profissional durante suspensão ou após cancelamento do registro (§5º).

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Passo à análise.

Compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Analisando a constitucionalidade.

Sob o aspecto formal, a proposição insere-se na competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito penal.

Não há vício de iniciativa, uma vez que a matéria não se insere no rol de competências reservadas ao Chefe do Poder Executivo.

No aspecto material, o projeto mostra-se compatível com a Constituição Federal, especialmente com os princípios da proteção à saúde pública, da dignidade da pessoa humana e da defesa do consumidor, ao coibir o exercício irregular de atividade profissional potencialmente lesiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à juridicidade, a proposição é adequada, pois inova validamente o ordenamento jurídico ao ampliar o alcance do tipo penal, guarda coerência com o sistema penal vigente e mantém harmonia com a legislação correlata, especialmente com a Lei de Crimes Ambientais.

O texto observa também, na técnica, as disposições da Lei Complementar 95, de 1998.

A redação é clara e objetiva.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

A inclusão da medicina veterinária no tipo penal já existente revela-se coerente com a evolução social e normativa, considerando a relevância de tal atividade para a saúde pública, o bem-estar animal e a segurança sanitária.

A previsão de responsabilização nos casos de resultado mais grave observa a técnica penal adequada de remissão a tipos já existentes, evitando redundância normativa.

O exercício ilegal da medicina veterinária pode gerar riscos significativos à saúde pública, especialmente no controle de zoonoses, na inspeção sanitária e no manejo de animais. Além disso, a ausência de previsão expressa no tipo penal pode dificultar a responsabilização de condutas lesivas, razão pela qual a proposição contribui para o fortalecimento da proteção jurídica tanto da coletividade quanto dos animais.

A defesa da alteração do art. 282 do Código Penal, para incluir expressamente a medicina veterinária no tipo penal de exercício ilegal de profissão, pode ser construída a partir de fundamentos jurídicos, sanitários, sociais e sistemáticos do ordenamento.

Sigo aqui.

Em síntese, o impacto direto na saúde pública diferencia a medicina veterinária de diversas outras profissões regulamentadas.

A atuação do médico-veterinário não se limita ao cuidado de animais, mas envolve o controle de zoonoses, a inspeção de alimentos e a vigilância sanitária. Doenças como raiva, leptospirose e brucelose evidenciam que a atuação irregular nessa área pode gerar riscos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretos à coletividade. A omissão legislativa quanto à menção expressa à medicina veterinária fragiliza a proteção penal de bens jurídicos relevantes, como a saúde pública e a vida humana.

Outro ponto relevante – e aqui eu ressalto que essa é uma demanda crescente da sociedade – é a proteção do bem-estar animal, valor que vem ganhando crescente reconhecimento constitucional e infraconstitucional. A atuação de pessoas não habilitadas em procedimentos veterinários, especialmente cirúrgicos, pode causar sofrimento, agravamento de doenças e morte de animais. A previsão expressa no tipo penal reforça o compromisso estatal com a tutela dos animais, em consonância com a vedação constitucional de práticas cruéis.

A alteração também se justifica pela necessidade de atualização legislativa diante da expansão e complexidade da medicina veterinária contemporânea. Importante frisar que não há intenção – e aqui eu destaco – de criminalizar a atividade econômica lícita relacionada à criação, comércio e manejo responsável de animais domésticos, inclusive no mercado de *pets*. O núcleo do tipo penal permanece vinculado a condutas objetivamente lesivas ao bem jurídico tutelado, qual seja, a proteção da vida, da integridade física e do bem-estar animal, e não à atividade econômica em si.

É imperativo esclarecer também que, embora possa impactar em casos pontuais, o escopo principal deste PL não é o embate profissional de áreas correlatas, ou qualquer medida de reserva de mercado, visto que as atribuições das profissões já estão consolidadas em leis próprias.

As práticas zootécnicas, por exemplo, não se confundem com as práticas da medicina veterinária. As atribuições das profissões de agronomia, zootecnia e medicina veterinária são bem disciplinadas em lei e, historicamente, operam em estrita cooperação para o avanço do agronegócio brasileiro. Eventuais invasões de área privativa entre esses profissionais diplomados são exceções tratadas de forma corriqueira e eficaz como desvios ético-disciplinares no âmbito dos processos administrativos de seus respectivos conselhos. O PL, na verdade, mira o verdadeiro criminoso: o fraudador, o leigo e o clandestino que ameaçam a saúde única.

Por fim, a alteração legislativa possui um efeito preventivo e pedagógico. A menção expressa tende a aumentar o grau de consciência social sobre a ilegalidade da prática por leigos, além de fortalecer a atuação fiscalizatória dos conselhos profissionais e das autoridades sanitárias. Isso contribui para a redução de práticas clandestinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, a inclusão expressa da medicina veterinária no art. 282 do Código Penal se justifica pela necessidade de reforçar a segurança jurídica, proteger a saúde pública, assegurar o bem-estar animal, promover isonomia entre profissões da área da saúde e adequar a legislação penal à realidade contemporânea, conferindo maior efetividade à tutela dos bens jurídicos.

Promovo, ao final, apenas um ajuste redacional para evitar interpretações que possam contrariar a manifesta intenção do projeto que foi de agravar o tratamento penal das condutas previstas nas formas qualificadas dos §§2º, 3º e 4º do art. 282.

Com efeito, a redação atual do projeto de lei propicia interpretação de que a configuração das condutas previstas nos referidos parágrafos, das formas qualificadas, afastaria a aplicação do tipo básico e das penas do *caput*. Assim, por exemplo, o exercício ilegal da medicina veterinária que resultasse em morte do animal ensejaria somente a aplicação das penas previstas no §4º do art. 282, ou seja, de três meses a um ano e multa, excluindo a imposição da prevista no *caput* do art. 282, de seis meses a dois anos. Em outras palavras, a aprovação do texto do projeto como se encontra poderia beneficiar quem pratica a conduta criminosa, e não o contrário. Considerando as regras de interpretação do direito penal, haveria um risco considerável de que essa interpretação prevalecesse nas cortes de Justiça. Essa certamente não foi a intenção da Câmara, a Casa iniciadora.

Para evitar essa interpretação equivocada, é imprescindível deixar claro que a configuração das condutas previstas nos parágrafos não afasta a imposição das penas do tipo básico do *caput*, o que se resolve facilmente agregando a expressão “também” na redação dos parágrafos, consoante a melhor técnica legislativa.

Entendemos que a mudança é meramente redacional, já que não se cogita que a Câmara pretendesse, com o projeto, beneficiar o infrator com a modificação do tipo penal.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.560, de 2025, com a seguinte emenda redacional:

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Promovam-se os seguintes ajustes redacionais aos §§ 2º, 3º e 4º propostos ao artigo 282 [...] [do] (Código Penal), na forma do art. 2º do PL nº 4560, de 2025:
> [...].

E aí segue a emenda redacional.

Quero registrar aqui, por fim, o voto favorável, então, ao projeto e o agradecimento ao Dr. Adolfo, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, que nos auxiliou e que incentivou a aprovação desse projeto aqui no Senado.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa., mais uma vez, a atenção dispensada a mim, e à sua equipe também, na figura da Dra. Cynthia. Muito obrigado pela atenção. Mas eu fui procurado pelos agentes, pelos sindicatos dos agentes penitenciários e, como diria meu finado pai, isso não é uma sangria desatada, então eu quero dar a oportunidade para que eles possam conversar não só comigo, que sou o Relator, mas também com os outros colegas da CCJ. O projeto, então, de que a gente pede a retirada é aquele que é fruto da CPI do Sistema Carcerário, da Câmara Federal, que foi aprovado por unanimidade e que permite, não obriga, que os estados, em querendo, possam ampliar alguns serviços de terceirização nos presídios, guardadas as funções precípuas do Estado brasileiro.

Então, como eu disse, quero agradecer a V. Exa. Sempre que eu solicito ao seu gabinete a inclusão de pauta de projetos relatados por mim, V. Exa. e a sua assessoria têm me atendido de forma muito cortês e amigável. Então, agradeço a atenção, mas peço a retirada de pauta, para permitir que o diálogo possa acontecer. Não há tanta urgência assim que não possamos esperar um pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e farei como pede V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4962, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Em 15/04/2026 a Presidência concedeu vistas coletivas da matéria, nos termos regimentais.)

Quero agradecer também e parabenizar o Senador Sergio Moro pela relatoria desse Projeto de Lei nº 4.560, que altera o Código Penal, sobre o crime de exercício ilegal da medicina veterinária.

Quero fazer uma referência a todos os veterinários do nosso país, do Brasil, sobretudo da Bahia (*Palmas.*), pela contribuição que têm dado ao país e ao desenvolvimento econômico do nosso país.

O Brasil hoje está livre da febre aftosa pela ação dos veterinários, o que leva às nossas exportações serem sempre feitas com segurança e com a saúde animal preservada pela ação dos veterinários não só por ação direta, mas também por pesquisa de vacinação, controle de zoonoses, inclusive evitando doenças que são transmitidas para seres humanos; a brucelose,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmitida pelo leite da vaca, quando não é controlado; outras zoonoses, na área animal, como a anemia infecciosa também. Os veterinários trabalham para evitar tantos problemas.

E falando agora dos animais, eu tenho paixão pelos animais. Eu adoro os cavalos. Eu criei cavalo a vida inteira. O melhor amigo do homem, na minha opinião, primeiro é o cão, depois é o cavalo. Eu vou botar o cão pela fidelidade. De vez em quando, o cavalo desconhece o seu dono, mas quando você trabalha com ele muito tempo, ele passa a conhecê-lo e passa a ser seu amigo também.

Eu estou vendo ali o General, meu amigo Hamilton Mourão, que, como é um General, também deve participar de cavalaria e saber o valor dos animais. Eu tenho dois cãezinhos em casa que são a alegria da minha casa, o Gaudi e a Lupita. São bem tratados pelos veterinários, têm boa saúde.

A valorização dos veterinários está sendo feita agora por esse projeto para não permitir que aqueles que não têm o conhecimento da ciência, do tratamento, possam utilizar-se, prejudicar, inclusive, os animais e não ter o controle de doenças tão importantes para a saúde animal e para o desenvolvimento econômico do país, como eu me referi aqui na questão do agronegócio.

Eu tenho uma alegria... E vou pedir que venha até aqui uma das maiores defensoras da causa animal, a Ana Rita Tavares, ao lado do Felipe, que vieram da Bahia para isso. (*Palmas.*) A Ana Rita tem um trabalho maravilhoso de comprometimento com a saúde animal, com a defesa da causa animal. Ela representa o nosso estado, o Estado da Bahia. Portanto, eu gostaria de que você viesse aqui ao meu lado, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, minha estimada amiga Ana Rita.

De tal sorte, eu considero esse projeto muito relevante.

Pela ordem... Para discutir, eu estou abrindo a discussão, pede-me, e eu atendo, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, aproveito a presença da Sra. Rita, da Bahia, para homenagear também todos os veterinários, concordando com as suas palavras e com o relatório do Senador Sergio Moro. Realmente, a medicina veterinária tem que ser exercida por quem sabe, até porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar, quantas vezes o senhor foi guiado, dirigido e orientado pelo seu paciente, mesmo aqueles que reclamam, às vezes indevidamente, da sua atuação como grande ortopedista, símbolo da ortopedia para o Brasil e para o Senado? No caso do veterinário, a dificuldade é essa interlocução: o paciente tem limitações para orientar a ação do veterinário.

E eu celebro a importância do veterinário por registrar o seguinte: o meu estado, quando eu estava no Governo, em 1999/2000, conseguiu, graças aos veterinários catarinenses e brasileiros, a condição de primeira unidade política da América Latina livre de aftosa sem vacinação. Olhe bem, há 27 anos, em maio de 1999, nós fizemos a aposta de não mais vacinar o gado contra a aftosa e logramos iniciar esse trabalho, que hoje se estende por todo o país, que é considerado livre de aftosa, com todo o benefício econômico. Foi o primeiro território da América Latina, e olhe que nós não temos Cordilheira dos Andes para nos separar dos nossos vizinhos e temos muitos vizinhos.

Então, o veterinário brasileiro e a veterinária brasileira prestam um serviço econômico e emotivo também, porque, seja o cão, seja o gato, o animal de estimação, o cavalo, que Maomé disse que era o animal mais perfeito, a criatura mais perfeita depois do homem...

Concordando com V. Exa., eu quero primeiro subscrever isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu concordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Maomé disse isto: o cavalo é a criatura mais perfeita da criação depois do homem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tenho algumas discordâncias com Maomé, mas, nesse caso, eu concordo. Nesse caso, eu concordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas, nesse caso, o senhor concorda, até porque o senhor mora numa área bizantina da Bahia, tem o seu paraíso na área bizantina, que não deixa de ser majoritariamente adepta e incondicional do Maomé. Então, o senhor se cuide quando divergir. Divirja só pontualmente, não faça a generalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, nós todos estamos aplaudindo não só os veterinários e as veterinárias da Bahia, mas também os do Brasil inteiro e de Santa Catarina pelo benefício econômico e emocional em função do crescimento do nosso carinho e do das famílias, tanto na atividade social quanto econômica, pelos animais.

Mas eu ocupo também o microfone, Presidente, aproveitando a presença do Senador Sergio Moro, para pedir que ele peça – e eu peço junto – que o senhor paute a PEC nº 5. Senador Moro, me ajude. A PEC tem V. Exa. como primeiro autor. E brevemente eu vou dizer o seguinte: nós estamos desmoralizando as CPIs, porque só vai depor quem quer, só vai depor quem concorda em ir. Eu nem vou falar no que vai dizer, ninguém é obrigado a produzir prova contra si próprio, mas sequer comparecer à CPI virou facultativo. E a PEC nº 5, de que eu sou o Relator e o Senador Sergio Moro é o autor, simplesmente determina que a pessoa compareça. Se vai ficar em silêncio, se não vai falar, quem vai falar, isso é outra questão. É uma questão muito pontual, é uma desmoralização das CPIs o estágio a que chegamos.

Há outros pontos para a gente analisar, como, por exemplo, o PL 893, que está aqui também na Comissão de Justiça, que institui a exceção da verdade para que nós estabeleçamos um equilíbrio entre a defesa e a apuração da verdade, mas o meu pedido é este: eu gostaria de contar com a solidariedade do Senador Sergio Moro e com a sua compreensão, para nós deliberarmos sobre a PEC nº 5, que faz isto, determina que, uma vez convocado – seja testemunha ou investigado –, o cidadão que for convocado pela CPI compareça.

Se ele vai cumprir o preceito constitucional de não apresentar uma prova, um indício contra si próprio, isso é um direito constitucional. Agora, é desmoralizar a CPI manter a situação que nós observamos, por exemplo, na CPI, seja a do crime organizado quanto na própria CPMI do INSS, em que ia quem queria e, se não quisesse comparecer, não comparecia. Por exemplo, o Sr. Daniel Vorcaro, que não quis comparecer e não foi. Depois a gente critica o parecer do Senador Alessandro Vieira, porque ele não o mencionou, mas ele não foi falar na CPI, foi dispensado, não disse nada. Chegou até a se apresentar para depor no grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos, presidido pelo Senador Renan Calheiros, mas não veio.

Então, esse é o meu apelo, secundando e solidário com a iniciativa do Senador Sergio Moro e pedindo desculpas por ter falado tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero destacar a presença da Dra. Ana Elisa Fernandes, Presidente do Conselho Federal da Medicina Veterinária – eu peço que fique aqui ao meu lado –, e também a importância da Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária. (*Palmas.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Otto, pela ordem.

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem aí foi solicitada pelo Izalci. V. Exa. cede ao...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu tinha solicitado a inversão de pauta, mas a entrevista foi adiada, então a gente retoma. Só quero também manifestar todo o meu apoio a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Justo aí da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria continua em discussão.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu estava conversando ali com algumas pessoas que vieram aqui prestigiar a nossa CCJ sobre esse tema tão importante para o Brasil e eu quero destacar a fala de V. Exa. da importância desse tema para o Brasil. Eu fiquei surpreso com alguns relatos que recebi ali dessa situação, dessa prática nociva, digamos assim. O senhor, como homem da medicina, conhece muito bem as palavras e a importância disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, eu queria aqui dar uma sugestão, usando inclusive do seu prestígio aqui dentro, mas, antes do prestígio, do respeito que o senhor tem aqui de todos nós. Esse projeto foi aprovado lá na Câmara dos Deputados e veio para cá. Ele não sofreu nenhuma alteração. Ele está tramitando aqui na CCJ agora, sob a sua Presidência, diante de um clima desse de unanimidade. Eu queria propor a V. Exa. que a gente conversasse com o Presidente Davi Alcolumbre para solicitar dele uma inclusão extrapauta na nossa reunião de hoje à tarde, para ver se a gente já leva – com a aprovação dele, claro, mas aproveitando o seu prestígio, aproveitando todos que aqui estão –, já coloca como extrapauta e aprova esse projeto hoje definitivamente, para seguir para a sanção. Eu queria deixar isso à consideração de V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu concordo com V. Exa. Assim que nós concluirmos a votação, porque não há nenhum outro Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, V. Exa. pode encaminhar um requerimento de urgência, após a votação. Eu colocarei o requerimento e aprovaremos o requerimento de urgência para ir para o Plenário.

Em votação o Projeto nº 4.560, de 2025, relatado pelo Senador Sergio Moro.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado esse relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário, com o requerimento proposto pelo Senador Laércio.

V. Exa. pode propor o requerimento.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Pronto.

Então, Sr. Presidente, pela importância do tema e em reconhecimento e respeito a todos que aqui estão, eu vou fazer o requerimento sem escrever, vou fazer ao vivo e a cores. (*Risos.*)

Então, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Constituição e Justiça que a gente encaminhe o projeto aprovado neste exato momento para o Plenário do Senado Federal.

É o requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento proposto pelo Senador Laércio, representante do nosso Estado de Sergipe.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento para tramitação em urgência no Plenário do Senado Federal hoje permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai para o Plenário do Senado Federal para apreciação, hoje à tarde, pelo Senador Davi Alcolumbre. Nós vamos propor que possa ser colocada extrapauta para votação.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um aparte.

Subscreve esse requerimento, se possível for, V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu também.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... o Senador Izalci Lucas e o Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Subscrevo, e o Senador Izalci e o Senador Hamilton Mourão subscrevem o requerimento.

Eu vou conversar com o Presidente – e o Laércio pode também ajudar – para que hoje, no Plenário, a matéria seja apreciada e aprovada extrapauta.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, só quero agradecer aos pares e também subscrever o requerimento de urgência.

Eu estou de forma remota, eu tive que me ausentar um minutinho, mas eu também endosso esse requerimento de urgência. É um projeto importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar aqui o papel do Dr. Adolfo Sasaki, que é o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que sempre pediu e trabalhou para que esse projeto fosse adiante.

Quero também cumprimentar a Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária aí presente, assim como os demais médicos veterinários.

Eu creio que é um avanço importante tanto para proteger a profissão como, igualmente, para proteger os animais, pelos quais a gente tem esse grande apreço. Ouso discordar aqui do Senador Esperidião Amin, quando ele falou do cavalo e da ordem de hierarquia que ele colocou. Eu colocaria primeiro a mulher, Senador Esperidião Amin, depois o homem e depois o cavalo. Só essa retificação da ordem aqui, a título de brincadeira com V. Exa., evidentemente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, eu...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Por videoconferência*.) – Tenho certeza de que V. Exa. também concorda com essa nova hierarquia que a gente colocou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós estamos falando dos animais – dos animais.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Por videoconferência*.) – A gente está falando das mais belas criaturas de Deus: mulher, homem e depois o cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tenho uma relação... Eu sou do campo, eu nasci no campo e, até os 16 anos, eu morava numa chácara perto da cidade. Estudei assim e minha relação com os animais é muito grande, sobretudo com cavalo.

E eu tenho um amigo, o Clóvis, Senador Hamilton Mourão, que criou cavalo de corrida, quarto de milha, e nós tínhamos um cavalo que ganhou em São Paulo, em que a medicina veterinária não deu jeito. Ele ganhou em São Paulo e, na hora que retirou da cocheira, o tratador descuidou, ele levantou, bateu a cabeça, teve uma lesão do nervo óptico e ficou cego. E aí as pessoas achavam que nós íamos sacrificar o cavalo. Eu disse: não, o cavalo vai ficar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reprodução. Terminou que o nome dele era Signal to Shine, mas ficou sendo chamado Cavalo Cego. Aí, em homenagem a ele, eu fiz uma música. Eu não vou cantar, mas vou recitar aqui a música que eu fiz para o Cavalo Cego.

> Vou contar a história de um cavalo maravilha,
> um cavalo vencedor da raça quarto de milha,
> que, desde que era novo, ele sempre se destacou,
> ganhando todos os prêmios e provas que disputou.
> Mas uma fatalidade lhe trouxe à escuridão,
> um acidente fatal tirou a sua visão.
> Trouxeram veterinário de tudo quanto é lugar:
> "O cavalo está cego, é melhor sacrificar".
> Mas seu dono, num impulso de carinho e de amor,
> preservou a sua vida e lhe fez reprodutor.
> E o Cavalo Cego, como que por gratidão,
> logo se recuperou e virou um garanhão.
> Se nascesse filho do Cego, pode crer [Senador Hamilton Mourão], que é campeão. (*Palmas.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Só o baiano que tem uma inspiração dessa, né? Como disse a senhora aqui: "Baiano não nasce, ele surge".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Estreia, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, mas é coisa do campo, da embolada sertaneja que a gente faz muito lá. No Rio Grande do Sul, também tem as músicas, as cantadas. Faz parte da cultura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Baiano da Serra do Orobó, da Chapada Diamantina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer a todos os veterinários. Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Se vocês quiserem tirar uma foto aqui todos, podem vir. Querem vir tirar foto aqui? Podem vir. (*Pausa.*)

Vou suspender por dois minutos só para tirar foto.

(*Suspensa às 9 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 54 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Reaberta a sessão, eu passo a palavra... (*Pausa.*)

... ao Senador Jaques Wagner, pela ordem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, cumprimentando-o, cumprimentando todos os colegas e parabenizando-o pela aprovação e pelo brilhantismo de V. Exa., ao declamar a poesia do cavalo cego... (*Risos.*)

... eu quero ver o senhor cantando-a com o violão num PGP nosso lá da Bahia. Eu acho que iria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou cantar, sim, vou cantar no PGP.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência.*) – É, porque é emocionante. E aí eu aproveito que você canta e vou dançar, para a gente animar as coisas.

Mas, Presidente, infelizmente, estou fora – estou em Brasília, mas estou fora. Não sei se vai entrar como extrapauta o pedido feito pelo Senador Esperidião Amin do projeto sobre divulgação de imagens de pessoas que furtam em locais comerciais, mas eu só queria deixar registrado o meu pedido de vista, se ele efetivamente entrar. Não tive condição de me aprofundar... Então, eu só queria deixar registrado o pedido de vista, se V. Exa., realmente, incluí-lo como extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Era esse o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ciente, Senador Jaques Wagner. Se, por acaso, for lida a matéria...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – E parabéns!

Se o Clovinho estiver assistindo a esta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Iria chorar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – ... deve estar dando risada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele iria chorar de emoção, né?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Com certeza, pelo cavalo cego.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, pelo cavalo cego.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Ele reproduziu muito. Pelo menos, o Clovinho ganhou um trocado, porque o cavalo cego...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ganhou muito. O cavalo cego deu muita grana lá, com os filhos, para o Clovinho. (*Risos.*)

Está bom.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Valeu.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Parabéns aí!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um abraço.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 3, não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2511, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel em Sergipe.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente Otto Alencar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria será apreciada em decisão terminativa. Portanto terá necessidade da votação... (*Pausa.*)

Aqui ela não é terminativa, vai ser terminativa na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente Otto Alencar, bom dia a todos que fazem parte da nossa Comissão, meus colegas Senadoras e Senadores e toda a equipe da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu inicio o meu relatório parabenizando o Senador Alessandro Vieira, lá do meu Estado de Sergipe, autor do projeto. Esse projeto foi apresentado em 2019 e é simplesmente um projeto que altera os limites da Reserva Biológica de Santa Isabel, lá no meu Estado de Sergipe.

Vou ao relatório, Sr. Presidente.

O autor do projeto justifica a iniciativa alegando que a elaboração do memorial descritivo da Reserva Biológica de Santa Isabel, realizada em 1988 – portanto, há quase 40 anos –, baseou-se no estabelecimento de pontos a partir da paisagem natural, com deficiência das técnicas e dos instrumentos utilizados na época, o que resultou em erro de azimute e de cálculo da área, gerando um polígono que atinge a área marinha e que não corresponde aos limites terrestres efetivamente admitidos como área da unidade.

A proposição é de inegável mérito. Como muito bem explicado pelo autor em sua justificação, o erro material constante do decreto de criação da Reserva Biológica de Santa Isabel, que levou à delimitação oficial da unidade de modo a afetar tão somente a área marinha, tornou o instrumento instituidor da área protegida em absoluto descompasso com o objetivo descrito no art. 1º do Decreto 96.999, de 1988, qual seja, a proteção da área de reprodução das tartarugas marinhas, que é a faixa de areia na qual esses animais desovam. Além disso, esse erro gera insegurança jurídica quanto aos limites da unidade de conservação, o que pode comprometer a gestão da área e a preservação da biodiversidade.

Não obstante a louvável iniciativa do Senador Alessandro Vieira, entendemos que a proposição pode ser aprimorada, com vistas a reduzir conflitos entre entes federativos e a permitir o desenvolvimento sustentável do litoral norte de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado de Sergipe e o Município de Pacatuba vêm somando esforços para incrementar o turismo no litoral norte sergipano. Muitos projetos e investimentos importantes estão em andamento, com grande potencial de geração de renda, empregos e desenvolvimento. É perfeitamente possível conciliar tais interesses públicos com a preservação ambiental.

A categoria "Reserva Biológica", prevista no art. 10 da Lei nº 9.985, de 18 de julho dede 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, é a mais restritiva de todo o sistema, vedando até mesmo a visitação pública. Permitir que as pessoas conheçam nossas belezas naturais e a biodiversidade brasileira é uma estratégia de conservação. Quem conhece protege, quem não conhece não pode valorizar as riquezas naturais do nosso país. Além disso, o turismo bem regulado gera riquezas que se revertem em investimentos na conservação. A própria Lei do SNUC prevê categorias que conciliam a preservação com o turismo. Assim, mediante prévio entendimento com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela gestão da reserva biológica, e com o Estado de Sergipe e os Municípios de Pacatuba e Pirambu, propomos, por meio de emenda, a recategorização da Reserva Biológica de Santa Isabel para Parque Nacional, categoria que, assim como a de reserva biológica, é do grupo de proteção integral, o que restringe a exploração da unidade ao uso indireto de seus recursos naturais.

Aprovada nossa emenda, no futuro Parque Nacional de Santa Isabel, será contemplada a visitação pública, sem que se descuide da proteção integral de seus atributos, o que induzirá a um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A visitação no parque estará submetida ao regramento do plano de manejo da unidade, que tratará de restringi-la nas áreas e nos períodos mais sensíveis, inclusive nos sítios e períodos de desova e eclosão de tartarugas marinhas, sem qualquer prejuízo ambiental. Essa visitação também estará sob o controle do Instituto Chico Mendes. Também por meio de emenda, veiculamos no PL os objetivos da UC (Unidade de Conservação), de modo a garantir a proteção de seus atributos naturais, especialmente dos sítios de reprodução das tartarugas.

Além da recategorização, propomos ajustes nos limites apresentados no PL nº 2.511, de 2019, de modo a compatibilizar a conservação da área protegida com usos turísticos e econômicos já realizados no território, conforme necessidade expressa pelo Governo de Sergipe. Apresentamos, também, emenda para retirar a exigência de largura mínima da zona de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amortecimento. A delimitação de uma ZA deve ser feita mediante estudos técnicos e participação da população vizinha à unidade de conservação. Nesse processo, devem ser avaliadas as especificidades territoriais, podendo ser concluído como desnecessária, em algumas áreas, a largura mínima de 3km estabelecida originalmente no PL. Assim, a delimitação pela administração ambiental é mais adequada do que a rigidez que seria imposta por essa lei.

A proposta de memorial dos limites do parque nacional originário da recategorização da reserva biológica, que ora apresentamos, foi cuidadosamente elaborada pelo Instituto Chico Mendes e submetida à apreciação do Estado de Sergipe. Portanto, estamos seguros de que as emendas que apresentamos tornam a inciativa do autor da proposição ainda mais efetiva para os fins a que se destina a unidade de conservação.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.511, de 2019, com as emendas que constam do nosso relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Como não há nenhum Senador ou Senadora para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto passa a constituir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, CCJ.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

A relatoria é da Senadora Dorinha Seabra, que não está presente.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, *ad hoc*, para que ele possa proferir o relatório, que será apreciado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – De acordo com o inciso I e a alínea “d” do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho do Plenário, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente direito penal e processual penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida mora com o agressor, tem laços afetivos com ele e muitas vezes depende economicamente dele.

Assim, a vítima necessita de um prazo maior de reflexão para exercer o direito de queixa ou representação, a fim de vencer o medo, a vergonha, o trauma e até mesmo o eventual sentimento que ainda nutra pelo agressor, e reunir as condições para denunciar as agressões sofridas.

É uma boa iniciativa para a defesa e a proteção da mulher, portanto, ampliar o prazo decadencial de 6 (seis) meses, que é a regra, para 12 (doze) meses nesse caso específico.

A medida contribuirá para a redução da impunidade e para a prevenção e o combate à violência contra a mulher.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 421, de 2023.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Como não há nenhum Senador que queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto a V. Exa. se deseja encaminhar um requerimento de urgência.

Essa matéria é importante, da lavra da Deputada Laura Carneiro, representante do Estado do Rio de Janeiro, e trata de crime praticado no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher. Portanto, eu acho relevante que possamos aprovar um requerimento de urgência para essa matéria.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Apresento requerimento de urgência, de acordo com o Regimento, para que possa colocar em caráter de urgência esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Atendo e acato o encaminhamento de V. Exa.

Em votação o requerimento do Senador Izalci Lucas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado e vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3893, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional da Juventude.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Izalci Lucas, a quem eu passo a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vou direto à análise, então.

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. A matéria em exame, por tratar de uma política pública de âmbito nacional com reflexos em diversos direitos fundamentais da juventude, requer a presente análise aprofundada, abrangendo os aspectos formais e materiais de sua conformidade com o ordenamento jurídico e as normas regimentais.

A proposição demonstra-se em plena conformidade com a Constituição Federal de 1988, tanto em seus aspectos formais quanto materiais. No que tange à sua constitucionalidade, foram observadas as disposições constitucionais relativas à competência legislativa e à iniciativa.

Os aspectos formais demonstram que a iniciativa parlamentar para este projeto de lei é legítima, uma vez que a instituição de uma política nacional de diretrizes amplas sobre a juventude não se enquadra nas matérias de iniciativa privativa de outros Poderes ou naquelas que impliquem aumento de despesa pública sem a devida indicação orçamentária.

Ademais, a matéria, que versa sobre a "proteção à infância e juventude", insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal (CF, art. 24, inciso XV), cabendo à União estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, §1º), prerrogativa que o presente PL exerce adequadamente. A escolha da lei ordinária como espécie normativa revela-se correta, visto que a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar ou a outra espécie normativa específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos aspectos materiais, os objetivos da Política Nacional da Juventude, elencados no art. 2º do PL, estão em plena consonância com os direitos sociais fundamentais previstos no art. 6º da Constituição Federal.

O PL reforça o dever da família, sociedade e Estado de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança, do adolescente e do jovem, conforme preconizado no art. 227 da Carta Magna. A proposição estabelece, ainda, clara conexão com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013), complementando-o e fortalecendo o arcabouço legal existente, sem violar quaisquer princípios ou regras de ordem material da Constituição de 1988.

O projeto de lei demonstra-se correto quanto à juridicidade, possuindo os atributos de uma norma legal bem elaborada e aderente ao ordenamento jurídico vigente. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, a normatização via edição de lei, é o adequado. Há inovação no ordenamento jurídico ao formalizar a Política Nacional da Juventude como um conjunto estruturado de estratégias, ações, projetos, programas e políticas públicas, operacionalizando e fortalecendo a implementação dos direitos já previstos no Estatuto da Juventude. O PL também respeita o atributo da generalidade e abstratividade, dirigindo-se a destinatários indeterminados e a situações hipotéticas e contínuas. A linguagem empregada denota caráter imperativo e apresenta potencial coercibilidade, uma vez que o descumprimento de uma política nacional de Estado, especialmente no que tange à consignação de dotações orçamentárias e à implementação de programas pela administração pública (arts. 5º e 6º do PL), pode acarretar responsabilidades administrativas e sujeitar os agentes públicos aos mecanismos de controle já previstos no ordenamento jurídico. Por fim, o projeto demonstra compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio, contribuindo para a organicidade do sistema jurídico.

A proposição está em total conformidade com as regras estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal. Foi apresentada em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria foi devidamente distribuída às Comissões competentes para análise, assegurando o rito processual adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à técnica legislativa, o projeto de lei está em conformidade com as diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O texto demonstra clareza e concisão em suas disposições, não apresentando óbices que impeçam sua aprovação. As emendas sugeridas a seguir, notadamente em relação ao art. 6º e à cláusula de vigência (art. 8º), representam meros aprimoramentos técnicos, buscando refinar a precisão jurídica e otimizar a aplicação dos dispositivos propostos, sem que a ausência de tais ajustes comprometa a validade ou a tramitação da matéria.

No mérito, o PL 3.893, de 2023, é altamente meritório. Ao instituir uma Política Nacional da Juventude, ele fornece um instrumento legal que permite ao poder público agir de forma mais coordenada e estratégica para garantir os direitos de uma parcela significativa da população brasileira, estimada em mais de 49 milhões de jovens, conforme a justificação do próprio projeto. A proposição é um passo importante para transformar os princípios e diretrizes do Estatuto da Juventude em ações concretas e mensuráveis, respondendo aos desafios apresentados pela realidade dos jovens no país, como as quedas na participação política, a alta taxa de jovens que não estudam nem trabalham, os problemas de saúde mental e a violência. A necessidade de uma abordagem estruturada e com mecanismos de monitoramento se torna evidente diante dos dados apresentados na justificação.

A fim de refinar a proposição e assegurar sua plena aplicabilidade, propõem-se emendas de cunho estritamente técnico. Estas visam, por um lado, aprimorar a redação do art. 6º, adequando a terminologia orçamentária, e, por outro, inserir no art. 8º um período de *vacatio legis* de 90 dias, crucial para o planejamento adequado da implementação desta política nacional por parte dos entes federativos. Tais ajustes robustecem a clareza jurídica e a aderência da matéria às melhores práticas legislativas e orçamentárias, elevando a qualidade do texto final da lei.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.893, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei nº 3.893, de 2023:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 6º As dotações orçamentárias necessárias à implementação das ações de que trata o art. 3º desta Lei serão consignadas nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º do Projeto de Lei nº 3.893, de 2023:

"Art. 8º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação".

Este é o relatório, Sr. Presidente, é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. o relatório e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

A Senadora Damares deseja discutir a matéria?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – É só agradecer ao meu ilustre Relator. Esta dupla aqui tem feito barulho neste DF. É agradecer ao Relator e ao Sr. Presidente, por ter pautado esta matéria, que é uma matéria extremamente importante. Quero agradecer aos dois.

Muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, se possível a gente também aprovar o requerimento de urgência...?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Eu vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o requerimento do Senador Izalci Lucas pedindo urgência para apreciação da matéria no Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em regime de urgência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Projeto de Lei 3.630, de 2025, da Deputada Federal Bia Kicis, relatoria do Senador Esperidião Amin.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3630, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive por meio de imagens e áudios, quando a captação ocorrer em situação de flagrante de crime em estabelecimento comercial.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo a atenção do Senador Esperidião Amin: o Senador Jaques Wagner já encaminhou um pedido de vista. Eu vou conceder vista coletiva logo após o relatório de V. Exa., a quem eu passo a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, já que V. Exa. antecipou, eu quero dizer que saúdo a iniciativa do nosso Senador Jaques Wagner, que considero uma iniciativa benfazeja. E vou explicar, antes mesmo de falar sobre o projeto, da oportunidade disto.

O projeto de lei eu considero equilibrado em matéria penal, equilibrado do ponto de vista social, e, por isso, o meu parecer, como todos sabem, é favorável, mas nós estamos vivendo no Brasil alguns processos de condenação antecipada. Hoje, em Santa Catarina, junto com a celebração pelos cem anos da nossa Ponte Hercílio Luz, que eu não posso deixar de registrar aqui... E, mesmo não tendo o garbo de baiano, eu gostaria até de fazer poesia sobre a Ponte Hercílio Luz, mas não vou colocá-los nesse constrangimento. Eu quero é ser convidado para ir à sessão do PGP...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se o senhor não sabe fazer poesia, mande o tema que eu faço agora, no repente. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Vamos lá, mas eu quero é ser convidado para a sessão do PGP, para ver o senhor cantar a história do galo cego ou do cavalo cego, aliás. O cavalo cego conseguiu bússolas, bússolas alternativas para cumprir os seus desideratos, especialmente o da reprodução. Não tenho dúvida. Quero assistir a esta sessão do PGP, se possível, convidado também pelo Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas nós estamos vivendo aqui, Presidente, um momento de reflexão. Além da comemoração pelos cem anos da Ponta Hercílio Luz, no Ministério Público de Santa Catarina, três procuradores do estado concluíram o inquérito do cachorro Orelha e apuraram que ele não morreu por violência humana. E, no processo, que gerou muitos comentários, com redes sociais bombando no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro, algumas pessoas foram condenadas precipitadamente, com graves prejuízos até ao seu estado de saúde respectivo. Então, hoje, nós estamos vivendo um momento de reflexão, que eu quero compartilhar com todos, para que evitemos condenações abusivas ou precipitadas. E este projeto que eu vou ler – e isso tem o parecer favorável – será muito bom se o Governo, que está preocupado com a segurança pública... Ontem ainda lançou mais uma etapa desse seu programa, com vistas ao combate ao crime organizado.

Todos nós estamos preocupados com a segurança pública. Também não cometamos nenhum exagero. Por isso eu vejo o pedido de vista como um conforto moral, ético para todos nós.

E assim faço o uso da palavra para relatar.

O projeto em tela, que terá pedido de vista nobremente oferecido – nobilissimamente, eu diria – pelo Senador Jaques Wagner, tem na verdade um artigo que tem dois parágrafos e ele insere esses §§8º e 9º ao art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O que faz isso?

O §8º admite o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive por meio de imagens e áudios, nos casos em que a captação tenha ocorrido em flagrante de crime cometido dentro de estabelecimento comercial, desde que a divulgação: a) tenha por finalidade identificar o infrator, alertar a população ou colaborar com as autoridades públicas; b) não exponha terceiros que não estejam envolvidos na prática criminosa; e c) observe, quando possível, os princípios da necessidade e da proporcionalidade.

O §9º, por sua vez, estabelece que o estabelecimento responsável pela divulgação das imagens deverá registrar boletim de ocorrência relativo ao delito e prevê a sua responsabilização – ou seja, a responsabilização do estabelecimento comercial e dos seus titulares – em caso de divulgação indevida de imagens sabidamente falsas ou inverídicas.

O art. 2º dispõe sobre a vigência imediata da lei.

Portanto, a Deputada Bia Kicis tomou essa cautela que eu considero bastante, mas creio que o objetivo do pedido de vista é saber se nós deixamos, de alguma forma, alguma coisa por regulamentar, por exagero a coibir ou extirpar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa sorte, indo direto para a análise, não observamos na proposição da eminente Deputada Bia Kicis aprovada na Câmara dos Deputados vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbice de natureza regimental.

A matéria versa sobre proteção e tratamento de dados pessoais, inserta no campo da competência legislativa privativa da União, conforme disposição do inciso XXX do art. 22 da Constituição Federal, admitida, no caso, a iniciativa parlamentar – ou seja, é o que nós estamos fazendo, é um projeto de lei de iniciativa parlamentar –, autorizada nos termos do *caput* do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, consideramos o projeto de lei conveniente, oportuno e equilibrado.

Conforme registramos no relatório legislativo que apresentamos na Comissão de Segurança Pública, substancialmente o projeto sopesa, procura equilibrar valores inerentes à pessoa humana: de um lado, a tutela do direito fundamental à proteção de dados pessoais; de outro lado, a proteção do patrimônio e a segurança pública.

Cumpre destacar que essa ponderação já se encontra contemplada na própria LGPD, em seu art. 4º, inciso III, alíneas "a" e "d", ao excluir, do seu âmbito de incidência, dados pessoais realizados para fins, respectivamente, de segurança pública e de atividade de investigação e repressão de infrações penais, cujo tratamento deverá ser regido por legislação específica. Ou seja, a própria Lei Geral de Proteção de Dados chama um projeto de lei desta natureza.

Exceção, contudo, que não possui caráter absoluto, uma vez que a legislação específica, quando criada, deverá observar os princípios gerais de proteção e de direitos assegurados pela LGPD, os quais são observados e preservados pela presente proposição.

Portanto, o pedido de vista vem a calhar. É importante e vai contribuir.

Assim, sem ferir o núcleo essencial do direito à proteção de dados pessoais, a iniciativa ressalva hipótese de tratamento e divulgação desses dados, quando se trata de flagrante de crime cometido dentro de estabelecimento comercial, condicionada ao atendimento de finalidades legítimas e explicitamente definidas no texto da proposição legislativa que eu aqui analiso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a lei decorrente de sua aprovação pode se converter em valioso instrumento para a identificação e denúncia dos infratores pela população em geral – o que ajuda a segurança pública.

Destaca-se, ainda, o cuidado de impor salvaguardas importantes, como a vedação à exposição de terceiros não envolvidos no crime e a observância dos princípios da necessidade e da proporcionalidade.

Ademais, a exigência de registro de boletim de ocorrência e a previsão de responsabilização por divulgação indevida funcionam como mecanismos de controle e desestímulo a abusos.

A rigor, nem seria necessária a previsão de responsabilização do estabelecimento comercial, no caso de divulgação indevida de imagens sabidamente falsas ou inverídicas, pois isso constitui ato ilícito passível de indenização pela legislação vigente. Não obstante, ainda que seja redundante, considero que a previsão deve ser mantida no texto legal, para reforçar o dever de diligência do estabelecimento ao divulgar as imagens de eventual delito ocorrido nas suas dependências.

Por fim, importa ressaltar que a matéria está em consonância com outras legislações recentes aprovadas pelo Congresso, tanto pela Câmara quanto pelo Senado, que buscam equilibrar o direito fundamental à privacidade e à intimidade com as demandas da segurança pública – nós estamos perdendo a guerra, infelizmente, em favor da segurança pública e, por isso, temos que aprovar leis gravando ainda mais as penas, agravando as suas penas –, notadamente a Lei 15.035, de 27 de novembro de 2024, que autoriza a consulta pública ao nome completo e ao número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, por exemplo, bem como determina a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, ou seja, a identificação de quem comete crimes é uma necessidade para o interesse público e a segurança pública.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, ressaltando aqui, mais uma vez, de sã consciência: o pedido de vista vem em boa hora e eu tenho certeza de que o Senador Jaques Wagner vai cuidar para que ele seja construtivo e busque aperfeiçoar, se lhe parecer necessário, o escopo e a forma com que esse projeto se apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. Concordo com o relatório de V. Exa. É importante essa questão da identificação, imagem e áudio, quando da captação em estabelecimento comercial – nos supermercados e farmácias tem acontecido muito isso –, portanto, eu concordo, mas coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir. Encerro a discussão... É concedida a vista pedida pelo Senador Jaques Wagner.

Não se encerrou a discussão absolutamente, foi um lapso verbal, está corrigido. A matéria está com vista, pedida pelo Senador Jaques Wagner.

Quero parabenizar o Senador Esperidião Amin. Não há mais tempo de transferir título de eleitor; se tivesse tempo, eu transferiria para Santa Catarina, para votar em um dos melhores Senadores da República, um dos homens mais honrados e dignos que eu conheci ao longo da minha vida. A sua trajetória é uma trajetória que merece a sincera consideração e respeito de todos nós, Senador Esperidião Amin.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Paim, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Izalci Lucas e Camilo Santana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 12ª e 13ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CAE, na forma das três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5156, de 2020 - Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a transformar o Campus Universitário de Sinop da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Universidade Federal da Região Norte de Mato Grosso e dá outras providências." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1164, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Expo Cordeiro, realizada no Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 28, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5383/2025, que "institui o Dia Nacional do Gestor de Frotas"." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** O Senador Flávio Arns (PSB/PR) subscreve o requerimento, que é aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 29, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o projeto de lei nº 5520/2025, por meio da discussão e da análise, com especialistas, de temas pertinentes à área econômico-financeira, com o fito de democratizar o conhecimento sobre investimentos de toda ordem e de promover a educação financeira, especialmente em razão da complexidade crescente do mercado de capitais, nacional e internacional, e da existência de muitas fraudes que lesam, mais gravemente, os investidores de pequeno porte." **Autoria:** Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/PI). **Resultado:** O Senador Flávio Arns (PSB/PR) subscreve o requerimento, que é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de abril de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª e 13ª Reuniões, realizadas em 15 e 27 de abril.

As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por solicitação da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, informamos que estão abertas as inscrições para a indicação de candidatos ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação 2026.

A premiação é concedida anualmente pela Comissão de Educação e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a três pessoas e/ou entidades cujas iniciativas se destacam de forma relevante na defesa e promoção da educação no Brasil.

O prazo para envio das indicações se estende até o dia 27 de maio. Cada Senador ou Senadora poderá indicar um candidato ou candidata, pessoa ou entidade, por meio do formulário eletrônico.

A seleção dos agraciados será realizada em reunião deliberativa, na qual os membros da Comissão escolherão por votação os três homenageados.

A cerimônia de premiação ocorrerá em sessão solene da Câmara dos Deputados, prevista para o dia 18 de novembro. Na ocasião, serão entregues diploma de menção honrosa e medalha aos contemplados.

A presente reunião é destinada, primeiro, à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão – se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal –; e, em seguida, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, faremos a audiência pública.

Vamos começar pelo item 3, porque o Relator já se encontra aqui na sala, o Senador Flávio Arns.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1164, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Expo Cordeiro, realizada no Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

É um projeto da Deputada Laura Carneiro.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sra. Presidente. Quero cumprimentá-la em primeiro lugar, bem como a Andréia, toda a equipe da Secretaria e todas as pessoas aqui presentes, que também vieram, além da deliberativa, para a audiência pública na sequência.

Se V. Exa. permitir, passo diretamente à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificado o reconhecimento da Expo Cordeiro como manifestação da cultura nacional.

A Constituição Federal assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

A Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Cordeiro, cuja primeira edição foi em 1921 – portanto, há mais de cem anos –, consolida-se como a mais antiga de seu gênero no Brasil. Ao longo de mais de um século, o evento ultrapassou seu objetivo agropecuário original, evoluindo para uma grande celebração em diferentes dimensões, como econômica, social, turística e cultural.

Sua programação contempla a divulgação de expressões artísticas locais em espaços dedicados à literatura e ao artesanato, além de atrair um massivo fluxo turístico, impulsionando a economia da Região Serrana.

Quero cumprimentar o Senador Carlos Portinho, do Estado e da região toda. É uma alegria estar ao seu lado.

Tamanha representatividade para a identidade do estado culminou no seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2021.

Por se tratar de uma celebração histórica que articula o desenvolvimento econômico de forma exitosa com a preservação da memória rural e artística, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis ao reconhecimento da Expo Cordeiro, realizada no Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro, como manifestação da cultura nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, conforme argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.164, de 2025.

Quero só aproveitar para enaltecer a iniciativa da Deputada Laura Cordeiro e enaltecer também sempre o trabalho do Senador Carlos Portinho, representante bem ilustre do Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O parecer é pela aprovação.

Em discussão o parecer.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – É uma grande iniciativa de uma Parlamentar do meu estado, e não teria pessoa melhor para relatar, Senador Flávio Arns, querido de todos.

É um tema muito importante realmente para o Estado do Rio, mas para o Brasil, porque é histórico.

Eu tenho feito presença em todas as Expo Cordeiro. Cordeiro é um município pequeno, mas ele atrai, ele é central para outros no centro-norte do nosso Estado do Rio de Janeiro. Ele faz divisa com diversos outros municípios: está ali próximo a Friburgo, a Trajano de Moraes, a Santa Maria Madalena, lugares históricos, fazendas históricas e de muita produção agropecuária.

Então, a Exposição de Cordeiro concentra historicamente e representa também o agronegócio do Brasil e a indústria da economia criativa, porque ela gira tanto com os artesãos que expõem, o Sebrae está sempre presente também, através de seus representantes do pequeno negócio que a região desenvolve. Então, é uma iniciativa realmente meritória, merecida mesmo, porque representa uma manifestação cultural centenária.

No Estado do Rio, é a Exposição de Cordeiro que serviu para expandir para outros municípios as exposições agropecuárias, principalmente nas regiões norte, noroeste e no centro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sul fluminense também, no Estado do Rio de Janeiro, mas a partir da Exposição de Cordeiro, terra boa de gente trabalhadora, gente humilde, sincera e verdadeira.

Muito bom! Peço a todos a aprovação do projeto, conforme o relatório do querido Senador Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Nós vamos para o item 2, que também é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5156, DE 2020

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a transformar o Campus Universitário de Sinop da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Universidade Federal da Região Norte de Mato Grosso e dá outras providências.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Mas eu gostaria de fazer uma consideração, Senador Carlos Portinho. Nós temos dois itens da mesma natureza do que V. Exa. vai relatar, que diz respeito à criação de universidades, e temos mais dois à espera também de transformação de CEFETs em universidades.

A Presidência foi muito procurada para pautar esses itens, e nós não queríamos ter nenhuma atitude isolada, como Presidência, mas quero dizer que é complicado. Então, eu quero ler aqui para V. Exa., para o Senador Flávio Arns, um alerta da consultoria para ver que encaminhamento nós daremos, não apenas para o item que V. Exa. vai relatar, que é o que autoriza o Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Executivo a transformar o Campus Universitário de Sinop, da Universidade Federal de Mato Grosso, em Universidade Federal da Região Norte de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer está pela aprovação, como também o que a Senadora Dorinha relata, que autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu, e outros dois que são do Cefet do Rio de Janeiro, salvo engano meu, e outro de Minas Gerais.

O alerta da Consultoria é de que há um exame de constitucionalidade, lembrando a existência de entendimento firmado pelo Plenário do Senado Federal, a partir da ratificação do Parecer nº 903, de 2015, da CCJ desta Casa, segundo o qual devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa Parlamentar que visem conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito da sua respectiva competência quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a este Poder. Há um conjunto de outras situações: expansão, desmembramento, transformação de instituições de educação técnica e profissional em universidade, nominação de campus, etc. Penso que seria importante aprofundar uma compreensão que valorize a iniciativa e o protagonismo dos Parlamentares sem impactar na autonomia em outros Poderes.

Há também os aspectos de provisão de recursos orçamentários para despesas de infraestrutura e de custeio, bem como o quadro de pessoal necessário ao funcionamento da instituição. Assim, percebemos o descumprimento, em tese, da lei orçamentária e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de sugerir que adiássemos a discussão e dialogássemos com a consultoria para estudar as quatro situações e modular uma saída que valorize o Parlamento, a Comissão e a necessidade de expansão, sem sobressaltos.

Não quis tomar essa iniciativa antes de ouvi-los, mas acho que a gente podia fazer até uma audiência pública, com o parecer da Consultoria, com a presença do Ministério da Educação, envolvendo esses quatro projetos. Porque fica muito delicado – e V. Exa. já foi Presidente da Comissão – a gente deixar projetos de colegas na prateleira... Então, "vamos votar, vamos votar, ele é meramente administrativo"... O Senador Wellington Fagundes já me procurou também: "É meramente administrativo". O ex-Senador Paulo Rocha, que foi nosso Líder já, é o autor do projeto anterior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é um encaminhamento que eu estou dando. Evidentemente é um apelo, não é nada impositivo, para que a gente tenha uma definição, uma definição que tenha validade para esses quatro projetos e não incida em novas discussões dessa natureza.

Consultei, fui eu que pedi esse parecer da Consultoria, e coloco aqui, com muita transparência, em debate se é possível a gente acatar isso. Se não for possível, evidentemente a gente não vai forçar e vamos ao parecer.

Senador Carlos Portinho com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Uma questão preliminar: esse projeto está na Comissão de Educação, mas ele ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele é terminativo aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ele é terminativo aqui. Tá.

Eu até compreendo essa discussão bem técnica que traz o parecer, mas, como eu digo aqui no relatório, essa medida vai ao encontro da meta do Plano Nacional de Educação, que era ampliar até 2024, e a gente já está em 2026, as taxas brutas e líquidas de matrícula no ensino em relação à população de 18 a 24 anos, para 50% e 30% respectivamente.

Então, com todas as vênias e até respeitando o poder de veto eventualmente do Presidente por alguma outra questão em que a gente possa aqui ensejar uma discussão maior, mas essa medida vai justamente estimular o Plano Nacional – o Plano Nacional é uma medida do Executivo – e parece que é uma questão meramente administrativa. Melhor seria realmente que o Governo Federal, talvez nesses quatro casos, tomasse a frente e ele mesmo o fizesse. Mas, no adiantar da hora, digamos assim, pelo tempo... Quero até pedir depois para ouvir o maior interessado, o grande estimulador disso, que é o nosso Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso... Porque a gente não quer invadir prerrogativa do Poder Executivo, mas a gente quer fazer avançar o plano de meta e eu acho que é importante para o Estado do Mato Grosso ter esse reconhecimento do *campus* de Sinop como universidade, o que já é de certa forma, e a questão apenas é administrativa. Mas talvez, até aproveitando o autor do projeto presente, ele possa se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, quero agradecer, Senadora Teresa, por ter pautado um pedido que fiz a V. Exa., e V. Exa. atendeu e por isso tem toda a minha gratidão, o meu agradecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Wellington Fagundes, que é o autor do projeto, eu fiz uma consideração, baseada em análise da Consultoria, de que, a partir do Parecer 903, de 2015, da Comissão de Constituição e Justiça, firmado no Plenário do Senado, projetos dessa natureza tendem a ser considerados inconstitucionais pelos motivos que foram expostos pelo Senador. E fiz um apelo para a gente não votá-lo, mas é um apelo, não é uma posição sistemática de tirar de pauta, para que a gente possa ter uma discussão mais aprofundada. São quatro projetos dessa natureza que estão aqui na Comissão e, não havendo concordância, a gente vota; havendo concordância, a gente reserva...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um dado técnico, se me permite, Senadora Teresa, que minha equipe me trouxe para eu reforçar: não há nenhum aumento de despesa nisso, ela já tem o seu próprio orçamento, é uma mera transformação, porque isso poderia ser um problema.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu estou compreendendo, como compreendo também que é, sim, matéria do Plano Nacional de Educação e, portanto, estará o Poder Executivo debruçado sobre ela. Mas vamos ouvir o autor, para encaminhar, para a gente também já passar para a parte de colher os votos e passar para a segunda parte da nossa reunião.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Primeiramente, eu quero agradecer por ter colocado o projeto em pauta, já que esse projeto já tramita aqui há muito tempo. Está na relatoria do Senador Portinho há quanto tempo, Senador Portinho?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Desde 2020.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Desde 2020. Portanto, qualquer iniciativa que tenhamos aqui... É inaceitável que se demore tanto para discutir um assunto, principalmente quando o Relator está disposto a colocar o seu relatório para ser aprovado ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, na verdade, é autorizativo, não é um projeto em que nós estamos impondo ao Executivo a obrigação. Em projetos dessa natureza, outros tantos foram aprovados.

Eu aqui requeiro ao Senador Flávio Arns, porque ele foi Presidente da Comissão...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente, nós temos precedentes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E tem muitos precedentes não só neste caso da educação, mas em qualquer projeto autorizativo de outra natureza. Mas, este aqui é um bem claro na análise: se pode extrair, especialmente, da alentadora decisão do Senado Federal adotada em face do Projeto de Lei 5.272, de 2016, o propósito exclusivo do PL em tela, que era a criação da Universidade Federal do Delta da Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.

Eu quero dizer que nós votamos, primeiro, por iniciativa do Executivo também, e criamos as seis supernovas universidades no Brasil: duas em Goiás; ao mesmo tempo, concomitantemente; uma no Mato Grosso, na minha cidade natal; duas no Tocantins; essa do Delta do Parnaíba; e mais uma outra, Piauí e Pernambuco, inclusive essa última foi até do próprio Relator que incluiu.

Eu quero dizer aqui também da importância do que é a nova fronteira agrícola do país. Eu tenho que defender algo que vai ter sustentabilidade. A criação da universidade federal, entre essas supernovas de Rondonópolis, era de um *campus* de 50 anos de existência. O que é que nós levamos? Apenas autonomia administrativa, principalmente, para que a universidade cumpra o seu papel constitucional, que é a interiorização e o desenvolvimento regional. Isso está muito claro que é papel das nossas universidades.

O Mato Grosso é um estado de 900 mil km², com a população ainda de menos de 4 milhões de pessoas, mas é um estado de superprodução. Se hoje o problema, a palavra de ordem no mundo é segurança alimentar, é o que nós estamos fazendo no Mato Grosso, e nós temos condições de quintuplicar a nossa produção. Agora precisamos de ciência e tecnologia, precisamos fazer com que o estado tenha, que seja dotado principalmente de condições para que a população possa desenvolver essa ciência e a tecnologia, e as universidades são fundamentais. Nós temos lá o Instituto Federal de Educação Tecnológica em Mato Grosso, e ele sozinho é maior do que a Universidade Federal de Mato Grosso, do que a Universidade Federal de Rondônia e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a Universidade Federal do estado, ou seja, tem se expandido para cumprir o seu papel de um instituto tecnólogo, para formar tecnólogo, que é a necessidade do estado.

O Mato Grosso há 30 anos, ou há 40 anos – o Senador Jayme chega aqui agora, com certeza, para me ajudar –, quando a gente ia a São Paulo, Senador Flávio, era chamado de estado das onças. Hoje, é um estado de produção agrícola com tecnologia de ponta, graças principalmente aos brasileiros que foram para lá, principalmente aos sulistas, e à Embrapa, para fazer de Mato Grosso – daquela terra inóspita, que é o Cerrado – hoje o grande eldorado de produção. Já passamos a Argentina em produção de soja e respondemos por 82% da produção nacional de algodão, e algodão foi dizimado, não se produzia nada. Se não fosse pela tecnologia chegar lá junto com as pesquisas e ter se desenvolvido – inclusive pelas universidades –, dificilmente isso aconteceria.

Então, eu creio que permitir que o Governo possa estudar a possibilidade de criar mais uma universidade é o mínimo que nós podemos fazer, porque nós não estamos impondo com esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador, se puder ir se encaminhando para o fim, eu agradeço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque eu quero concluir, sim – concluir, sim –, mas eu não posso deixar de dizer o que representa o meu Mato Grosso. É esse estado em expansão e quero dizer para vocês: nos próximos 20, ou 30 anos, será obrigatoriamente o estado que mais vai se desenvolver no Brasil, inclusive no agronegócio.

Então, eu gostaria de pedir, inclusive, aqui, ao Senador Flávio Arns o seu depoimento, porque V. Exa. é uma referência nesta Casa e referência também nesta Comissão, principalmente como sulista, porque o senhor sabe a importância que é a interiorização das nossas universidades e também ao Senador Jayme que agora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... acaba de chegar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho só uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só...

Não, V. Exa. vai ter a palavra para...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o precedente é importante...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... concluir o seu relatório e apresentar o voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu estou só pedindo um pouco mais de objetividade, porque nós teremos uma audiência pública depois. Já se encontram aqui vários convidados. Registro a presença do Deputado Pedro Campos; do Deputado Mineiro e do representante do consórcio, o Dr. Gabas.

Eu fiz um alerta, para quem chegou depois... Eu fiz um alerta. Não há consenso no meu alerta... (*Risos.*)

Nós vamos colocar o projeto em discussão, não há nenhum problema. Acho que merece, sim; merece a gente levar em consideração que é um projeto autorizativo, senão eu não teria botado na pauta, mas com esses alertas de que a gente precisa aprofundar o debate.

O projeto continua em discussão.

Então, vou voltar a palavra para o Relator concluir o seu voto.

Eu peço ao Relator que já possa ir direto, porque acho que a análise foi iniciada por V. Exa. e brilhantemente complementada pelo Senador autor.

Tramita desde 2020, realmente, aqui na Casa, como o anterior tramita desde 2017. Então, são projetos a que a gente tem que dar um destino, não dá para a gente ficar na expectativa sem votação.

Então, passo a palavra, para a emissão do voto, ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu vou passar ao voto, mas antes também queria trazer um outro precedente. Esse é o mais recente, é de 2023, o anterior é de 2016, no caso o Projeto de Lei 3.455, de 2023, de autoria do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe Rodrigues, que dispõe sobre a transformação do campo de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá, em Universidade Federal da Fronteira Norte. Absolutamente idêntico.

Então, acho que, com esses precedentes – talvez a Consultoria não tenha tido o acesso a eles –, eu passo ao voto.

Diante do exposto no PL 5.156, de 2020, de autoria do Senador Wellington Fagundes, meu colega, o voto é pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Carlos Portinho.

Como o voto é terminativo, só esses dois projetos que estavam na pauta, enquanto a gente vota os requerimentos, eu vou passar à votação dos dois projetos, solicitando à assessoria que abra o painel.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 2 e 3.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.156, de 2020, relatado pelo Senador Carlos Portinho, e PL 1.164, de 2025, relatado pelo Senador Flávio Arns.

Ambos os relatórios foram pela aprovação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Enquanto se vota, eu vou fazer a leitura dos requerimentos, para a gente ir ganhando tempo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

Presidente Teresinha...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O Senador Flávio Arns pediu para subscrever um relatório, que é o item 4, Senador, e o 5. Então, passo a palavra para V. Exa. assumir os dois requerimentos para a gente colocar em discussão.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 28, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5383/2025, que "institui o Dia Nacional do Gestor de Frotas".

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 29, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o projeto de lei nº 5520/2025, por meio da discussão e da análise, com especialistas, de temas pertinentes à área econômico-financeira, com o fito de democratizar o conhecimento sobre investimentos de toda ordem e de promover a educação financeira, especialmente em razão da complexidade crescente do mercado de capitais, nacional e internacional, e da existência de muitas fraudes que lesam, mais gravemente, os investidores de pequeno porte.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI).

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Na verdade, são dois requerimentos, e o Senador Izalci Lucas, que não pôde estar presente a esta reunião, pediu para que eu encaminhasse e subscrevesse também, o que eu faço com prazer, sem problemas.

O primeiro é da Senadora Jussara Lima, que requer audiência, por meio da discussão e da análise, com especialistas, de temas pertinentes à área econômico-financeira, com o fito de democratizar o conhecimento sobre investimentos de toda ordem e de promover a educação financeira, especialmente em razão da complexidade crescente do mercado de capitais, nacional e internacional, e da existência de muitas fraudes que lesam, mais gravemente, os investidores de pequeno porte.

Então, toda audiência pública é interessante, necessária para se debater esse e outros assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o item 5, que tem aqui também o Senador Astronauta Pontes como requerente, é para instruir e avaliar o PL 5.383, de 2025, que institui o Dia Nacional do Gestor de Frotas.

Então, esses são os dois requerimentos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Ambos aprovados.

São duas audiências públicas, a serem realizadas conforme a nossa pauta, e daremos toda a prioridade.

Enquanto continuamos com o painel aberto, o Senador Jayme Campos pede a palavra.

Eu solicito às assessorias que alertem aos que não estão aqui que podem votar remotamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, querida amiga, Senadora Teresa, Sras. e Srs. Senadores, eu serei rápido, só quero fazer uma manifestação, mesmo não sendo membro titular desta Comissão.

Quero ressaltar a importância do Projeto 5.156, proposto pelo eminente Senador Wellington Fagundes, com a relatoria do valoroso companheiro e amigo Senador Carlos Portinho.

Só para exemplificar aqui bem rápido, é de extrema importância nós emanciparmos.

Já está criado lá o *campus* da cidade de Sinop. Todavia, até pela distância entre Sinop e a capital em que é vinculada a nossa universidade, teríamos que, o mais rapidamente possível, fazer essa emancipação de forma administrativa, financeira. Toda a estrutura já tem lá.

Diante dessa possibilidade, tenho certeza de que é um grande tento que o Governo Federal, através do Presidente Lula, estará fazendo para o nosso estado.

Vou dar só um exemplo aqui, porque aqui nós também temos que ter gratidão. Tem muita gente que, lamentavelmente, não tem gratidão; eu particularmente a tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consegui com o Governo Federal, através do Ministro Camilo Santana, duas faculdades de medicina para o Mato Grosso: uma lá na Araguaia, na cidade de Barra do Garças – era um sonho daquela região ter uma faculdade de Medicina, que, graças a Deus, já está em pleno funcionamento, já fizeram três, quatro ou cinco vestibulares –, e, de lá para cá, também tinha outra, e essa já estava há mais de nove anos em uma luta incessante de toda a classe política, das lideranças, e não se conseguia.

Para V. Exa. ter noção, Ministra Teresa – que poderá ser, com certeza –, nossa Senadora, conseguimos a de Barra do Garças e avançamos em outra proposta que havia também para a criação de uma faculdade de medicina lá em Sinop.

E, graças a Deus, no fim de novembro e início de dezembro, também o Ministro autorizou esse curso de Medicina para a cidade de Sinop.

Então, só agora, nesses últimos 18 meses, dois cursos de medicina para duas importantes regiões do nosso estado foram criados, permitindo que a nossa juventude, não só do Mato Grosso, mas sobretudo dos estados com que fazemos divisa, que é o caso de Goiás ou Tocantins, possa frequentar aquela faculdade. De maneira que, quando faço essa observação aqui, sobretudo, uma pequena fotografia do que representa o Mato Grosso, de fato é real.

Mas é bom que se diga também aqui, Presidenta, que estão sendo construídos também mais três institutos federais.

Inauguramos há poucos dias um instituto, lá da minha querida cidade de Várzea Grande, onde eu nasci e me criei, foi uma luta muito grande, e ficou uma maravilha de obra, funcionando mil por hora, uma coisa tão esplendorosa, que não só atende à Várzea Grande, mas também a algumas cidades circunvizinhas, como Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Jangada, Nobres, Acorizal, todos estão sendo atendidos pelo Instituto Federal lá da cidade de Várzea Grande.

E também está sendo construído lá, bem sabe o Senador Wellington Fagundes, o instituto federal também lá na cidade de Água Boa. E está sendo construído outro instituto federal lá na cidade de Colniza, na região do extremo noroeste do Mato Grosso.

Estamos avançando.

Precisamos melhorar mais? Precisamos. Mato Grosso é um estado de dimensão continental. Nós temos 900 mil quilômetros quadrados, tem cidadão que se desloca 1,5 mil quilômetros lá do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interior do estado para vir a Cuiabá. Então, nós precisamos do quê? Permitir que essas regiões, que estão crescendo, sobretudo são áreas de produção... E nós precisamos ter o quê? O instituto federal presente, até para preparar uma mão de obra mais qualificada.

É um estado que tem dado alegria nos últimos anos como o maior plantador de algodão deste país, o maior produtor de soja, o maior rebanho bovino...

Somos hoje, e nesses próximos anos, campeões na produção de etanol, para você ter uma noção, somos campeões na produção de milho, e agora também transformando, buscando, com certeza, uma energia renovável, e assim por diante.

Dessa maneira, eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Wellington, pela louvável e meritória iniciativa de propor, com certeza, essa emancipação do nosso *campus* avançado da Universidade Federal lá da Cidade de Sinop. Você, com certeza, é um lutador incessante, não só na questão da infraestrutura, mas, sobretudo, também na questão da educação.

Tenha, na figura do Senador Jayme Campos, um grande parceiro, sobretudo para lutar pelas boas causas do povo mato-grossense.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador, pela visita, muito obrigada pelas considerações.

Faltam dois votos para a gente alcançar o quórum, mas acho que a gente pode acordar já aqui que, independentemente dos encaminhamentos futuros, a gente tenha essa discussão com o próprio Ministério, porque há uma expectativa muito grande.

Eu relatava, Senador Wellington, que são quatro projetos.

Ainda ontem eu recebi um recado de uma pessoa do Rio de Janeiro me perguntando quando é que eu ia pautar, lá é um Cefet, e a gente tem um procedimento, como diz o próprio texto que li, que não pode frear as iniciativas e o protagonismo parlamentar, porque a gente sabe que isso é importante – cada Parlamentar conhece muito bem o seu território –, mas também a gente não pode votar, aprovar, e depois o projeto ser taxado de inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o relatório está muito bem apresentado, as justificativas estão muito bem dadas, e eu posso também me comprometer a fazer isso para este e para os outros que estão aí já pautados para chegarem.

A gente tem um procedimento, como temos tantos procedimentos já aqui tomados, que evita estarmos gastando tempo, postergando, tendo essa ideia de que estamos postergando algo que pode ser definido.

Então, vamos aguardar os dois votos restantes.

Quem puder contacte os Senadores Veneziano do Rêgo, Plínio Valério, Laércio Oliveira, Damares Alves, Zenaide Maia. Eu não voto.

Sobre ele... Não, Presidente não vota. (*Pausa.*)

Conta para o quórum, mas não vota.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Posso votar simbolicamente. Já me dispus.

Toda essa minha disposição para o diálogo, toda essa minha disposição para intermediar uma solução pode ser considerada um voto favorável, Senador.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Ainda falta um voto? Então, bem rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só falta um agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quando Presidente da Comissão de Educação e Cultura, havia essa dúvida também...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... se pautávamos ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, a Andréia e a equipe podem até auxiliar, porque nós fizemos um expediente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para a Mesa do Senado, perguntando se pautaríamos em função da decisão da CCJ, e a resposta da Mesa, pelo que eu me lembro, era no sentido de que poderia pautar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mas essa memória foi levantada, Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foi levantada...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... da sua exitosa Presidência aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

Agora, de qualquer forma, o argumento do autorizativo do Wellington...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É forte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... é forte também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem lembrado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O Senador quer votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vote, que eu vou mandar abrir o painel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Vote aí por nós. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vou abrir o painel para encerrar.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Esse é o voto de força. É o voto das galáxias. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Veio lá do espaço sideral esse voto. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Em qualquer computador, Senador.

O parecer foi pela aprovação. (*Pausa.*)

Pronto.

Solicito à Secretaria que possa abrir o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foram 12 votos SIM, nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Aprovados por unanimidade os Projetos de Lei 5.156 e 1.164.

Com esse resultado, declaramos encerrada esta parte da reunião, agradecendo a presença e a participação de todos e de todas, e, de imediato, vamos dar início à outra parte da reunião, que é uma audiência pública conjunta da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Meio Ambiente.

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (15ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (1ª REUNIÃO), EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúnem-se a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Camilo Santana, Humberto Costa, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin, Roberta Acioly, Jayme Campos, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Gomes, Beto Faro, Jaques Wagner, e ainda dos Senadores Weverton e Marcos do Val, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), subscrito pelo Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Discutir a situação atual de conservação e uso sustentável do Bioma Caatinga, inclusive as dimensões atinentes à sustentabilidade socioambiental na educação, a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino, como parte das comemorações do Dia Nacional da Caatinga. **Participantes:** João Paulo Ribeiro Capobianco, Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste; Fernando Mineiro, Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Norte; Sérgio Leitão, Diretor Executivo do Instituto Escolhas; José Etham de Lucena Barbosa, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido; Ivi Aliana Dantas, Coordenadora Executiva do Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) pelo estado do Rio Grande do Norte; e Ana Valéria Vieira de Souza, Pesquisadora e integrante do Comitê Gestor do Portfólio Economia da Biodiversidade (representante de: EMBRAPA Semiárido). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete às comissões a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro abertas a 15ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura e a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem de forma conjunta, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realizam nesta data, 28 de abril.

Trata-se de uma agenda articulada com o Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas, Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Comissão de Educação e Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

A presente reunião destina-se a audiência pública com o objetivo de discutir a situação atual de conservação e uso sustentável do bioma Caatinga, inclusive as dimensões atinentes à sustentabilidade socioambiental na educação, à educação ambiental e ao enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino, como parte das comemorações do Dia Nacional da Caatinga, em atenção ao requerimento de minha autoria, em conjunto com o Senador Fabiano Contarato e o Deputado Federal Fernando Mineiro.

Convido para tomar lugar à mesa... Se não couberem todos, podem ficar... (*Pausa.*) Apertadinho, cabe, né? Então, vamos lá.

Convido, de início, S. Exa. o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (*Pausa.*) Pode vir, Ministro. (*Palmas.*)

Sente aqui do meu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Sr. Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, ex-Ministro da Previdência Social, que já me avisou que está com limite de tempo – a gente vai ver como é que coordena.

Convido o Sr. Fernando Mineiro, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Convido o Sr. José Etham de Lucena Barbosa, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido.

Convido a Sra. Ivi Aliana Dantas, Coordenadora Executiva da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), também pelo Estado do Rio Grande do Norte. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Ana Valéria Vieira de Souza, Pesquisadora e integrante do Comitê Gestor do Portfólio Economia da Biodiversidade.

Convido o Sr. Sérgio Leitão, meu primo – quem sabe, Sérgio, lá na nossa árvore genealógica do passado? –, Diretor Executivo do Instituto Escolhas. (*Pausa.*) Já agradecendo a presença de todos e de todas, registro a presença de quem sempre está conosco, Alexandre Pires, lá do nosso estado – né, Pedro? –, um militante muito aguerrido da biodiversidade, sobretudo da Caatinga.

E, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo estará disponível no portal.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. O tempo é controlado automaticamente por um relógio que, estridentemente, avisa quando falta um minuto. Então, quando ele avisar, ainda falta um minuto para conclusões, que são flexibilizadas pela Mesa, é claro.

O Dia Nacional do Bioma Caatinga é celebrado hoje, 28 de abril, destacando suas características ecológicas singulares e sua notável capacidade de adaptação ao clima semiárido. Trata-se de um bioma único, cuja vegetação desenvolveu estratégias de resistência à escassez hídrica, alternando entre períodos de estiagem e regeneração, o que evidencia sua resiliência – igual a nós, povo do Nordeste, onde essa Caatinga tem a sua maior projeção.

O bioma enfrenta intensos processos de degradação, decorrentes, sobretudo, do desmatamento, das queimadas e da expansão de atividades agropecuárias. Tais práticas comprometem a biodiversidade, os recursos hídricos e o equilíbrio climático, agravando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cenário historicamente marcado por intervenções antrópicas. Desse modo, fazemos alusão à data, com vistas a ampliar o conhecimento e fortalecer estratégias de projeção desse importante bioma brasileiro.

Destaco o projeto de lei, relatado por mim, que institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga, que, entre seus princípios, traz a educação ambiental e a capacitação e a formação de educadores para este fim. A iniciativa também se alinha ao Objetivo 8 da nova Lei 15.388, de 14 de abril, a lei do Plano Nacional de Educação, que afirma promover a educação ambiental e enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.

Deste modo, feitas essas considerações, solicito que a Secretaria Executiva comece com a exibição do vídeo A Natureza Agradece, produzido no âmbito da campanha Terra, Floresta e Água, do Ministério do Meio Ambiente, que nos foi solicitado incluir na abertura desta sessão.

Enquanto isso, eu vou combinando aqui a ordem de intervenção da mesa.

O vídeo é curtinho. Pode começar.

(*Procede-se à exibição do vídeo A Natureza Agradece.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Minha gente, eu vou pedir licença para interromper o vídeo. Eu julgava que ele fosse mais curtinho, mas são 11 minutos. E Carlos Gabas tem limite de horário, tanto é que nós vamos inverter as falas, está bem? Depois, ao final, a gente volta à exibição do vídeo.

E eu aproveito para anunciar a presença do Deputado Rodrigo da Zaeli, do Mato Grosso. O Mato Grosso aqui hoje está com tudo, viu? Eu acho que o senhor fez uma revolução aqui para trazer o Mato Grosso em peso, né? (*Risos.*)

Então, vamos passar às primeiras intervenções, e já passo a palavra para o Sr. Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, que vai precisar sair.

Em seguida, a gente passa para o Ministro.

O SR. CARLOS GABAS (Para expor.) – Muito bom dia às senhoras e aos senhores. Bom dia, minha querida Senadora Teresa Leitão, minha companheira e minha amiga, na pessoa de quem eu cumprimento todas as Senadoras e Senadores. Cumprimento também as Deputadas e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, na pessoa do meu querido companheiro Fernando Mineiro, Deputado pelo Rio Grande do Norte.

E eu vou precisar justificar, Senadora, essa minha ausência, porque está sendo um negócio pesado para mim: "Vai inverter a pauta, precisa sair, tem limite". Esta audiência é muito importante para nós do Consórcio Nordeste e para nós do Nordeste. Então, eu não quero minimizar a importância, dizendo que eu tenho que sair.

Eu cheguei aqui às 9h20, porque estava marcado às 9h30. Teve uma confusão de horário e tal, mas eu, disciplinadamente, cheguei às 9h20, representando o Presidente do Consórcio Nordeste, o Governador Paulo Dantas, que, por motivos de agendas lá em Alagoas, não pôde estar presente e me pediu: "Gabas, você vá e represente o nosso consórcio".

Eu cheguei ontem, vim para cá, tranquilo, mas eu quebrei um dente ontem à noite – e o dente da frente aqui; gente, não tem coisa pior do que quebrar um dente e ele ficar cortando a língua – e está feio. As fotos eu vou ter que retocar, porque está um buraco aqui. Então, eu tenho que dizer isto, para justificar por que eu tenho que sair. Eu marquei... Era às 9h30, e eu falei: "Bom, 11h dá tempo". Eu tenho um voo às 13h. Eu vou para uma audiência no BNDES no Rio de Janeiro, ou seja, eu vou para a audiência quebrado. Eu falei: "Às 11h, dá tempo". Aí marquei, Senadora, às 11h, e a gente... Acabou que atrasou – normal o atraso –, e eu fiquei enrolado. E fui com jeitinho para tentar aqui... Mas, já que ela deu publicidade, eu preciso dizer para vocês por quê, senão parece que é negligência minha, e não é. Estou aqui cumprindo a agenda, a mando do Governador Paulo Dantas, que é o nosso Presidente, para fazer uma fala sobre esse nosso bioma Caatinga.

Eu conversava aqui, agora, com o meu amigo Ministro Capobianco – a quem eu agradeço a gentileza de me deixar inverter a pauta para eu cumprir essa agenda odontológica... Mas eu dizia ao Capobianco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS GABAS – É verdade, Senador. Eu tenho que dizer a verdade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olhe, para lhe trazer tranquilidade, eu sou médico veterinário... (*Risos.*)

O SR. CARLOS GABAS – Pode me cuidar então. Eu sou um animal de grande porte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu já fiz muito tratamento dentário. Se precisar aqui, a gente vai ali fora, dá uma ajeitadinha e volta. (*Risos.*)

O SR. CARLOS GABAS – Se tivesse, eu topava, Senador. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Fora do microfone*.) – Eu tenho um alicate aqui.

O SR. CARLOS GABAS – Aí, não, Capobianco.

Mas vamos lá. Obrigado pela compreensão.

Eu quero dizer o seguinte: o Consórcio Nordeste é uma organização, uma autarquia interfederativa, que foi criada em 2019 e reúne os nove estados do Nordeste. Com qual objetivo? De criar arranjos institucionais que possibilitem o desenvolvimento dessa região, que, eu não preciso dizer aqui, por muitos anos, ficou à margem do desenvolvimento do país e que, nos últimos anos, tem crescido mais do que a média nacional, com os investimentos que nós...

Quero ressaltar aqui o trabalho da bancada do Senado e da Câmara Federal, de Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras do Nordeste, das Governadoras e dos Governadores. Nós temos duas Governadoras mulheres no país, as duas no Nordeste, Governadora Raquel Lyra e Governadora Fátima Bezerra – Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente –, que têm trabalhado incansavelmente para a redução dessa desigualdade, que é uma desigualdade econômica, social, de investimentos, de desenvolvimento. Então, nós precisamos trabalhar para reduzir essas desigualdades. O consórcio tem esse objetivo.

No âmbito do clima, nós temos um foco muito centrado na Caatinga, por quê? É um bioma único no planeta – não existe em lugar nenhum do mundo – e, no Brasil, só existe na Região Nordeste, que concentra toda a área de vegetação da Caatinga, que é mal compreendida – eu diria assim, Ministro – pela sociedade, é mal compreendida inclusive no Nordeste. As pessoas olham a Caatinga – e eu também tinha esse olhar... Recentemente, o Senador Cid Gomes, que é meu amigo, falou: "Gabas, você veio falar aqui [eu fui a um evento no Ceará] de um tema para o qual eu confesso que eu não tinha esse olhar". A Caatinga é uma floresta, e aí você vai aprofundar os estudos sobre a Caatinga, que já existem.

Outro dia, tivemos uma aula do Prof. Aldrin, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A gente queria entender por que a Caatinga, com uma chuvinha bem pequena aqui... Quem conhece a Caatinga, quem é do Nordeste – não é, Deputado Pedro? – sabe que, com pouquinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

água, ela floresce, fica verdinha, fica bonita. O que acontece? Aí a gente associa isso à absorção de CO_2. Ele me explicou o seguinte: a Caatinga é um sumidouro de CO_2. Em proporção, ela retém mais CO_2 do que a Floresta Amazônica, onze vezes mais. Por que isso? Porque é uma forma de sobrevivência. As raízes da Caatinga retêm o CO_2. Quando você tem um pouquinho de água, ele dá energia para a planta florescer. *Grosso modo*, explicando de uma maneira muito leiga aqui, é isso que acontece. Então, por vários motivos, inclusive esse, é um bioma, é uma propriedade brasileira que precisa ser valorizada, ressaltada.

E nós do consórcio temos, no Ministério do Meio Ambiente, a nossa liderança sobre os assuntos do meio ambiente. Eu dizia aqui ao Ministro Capobianco que nós somos executores e parceiros das políticas, que são corretas, do Ministério do Meio Ambiente. Então, nós queremos também ser parceiros nesse tratamento da Caatinga.

E nós, a partir do Plano de Transformação Ecológica, que o Ministro Haddad lançou no ano passado... O nosso consórcio foi o primeiro – e, até onde eu sei, é o único – que criou o Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica. E o que é isso, Senadora? É uma coordenação entre as ações da Nova Indústria Brasil. Nós precisamos investir para reindustrializar o país, para colocar o Brasil, de fato, na disputa mundial sobre desenvolvimento tecnológico, sobre inovação, sobre as novas tecnologias para a indústria, mas a gente precisa fazer isso tendo cuidado com o meio ambiente. Nós não podemos, a pretexto de industrializar, degradar e destruir o meio ambiente.

Então, nós criamos esse Plano Nordeste de Transformação Ecológica para coordenar ações de investimento da Nova Indústria Brasil, no Nordeste, com um olhar, com um cuidado, seguindo as orientações do Ministério do Meio Ambiente sobre o cuidado com o meio ambiente – nesse caso, com a Caatinga.

A Caatinga não é aquele negócio de planta seca, aquela coisa feia, aquele manto de capim rodando e tal. Não é isso. Às vezes, a mídia, as narrativas construíram isso na nossa cabeça, mas não é só isso. Tem a floresta seca? Tem. No período em que não tem água, ela está seca – não é, Alexandre? –; quando tem água, ela fica verde.

Andando recentemente pelo interior, indo da Bahia para Pernambuco, você passa por regiões... Onde caiu água está verdinho; aí você entra em uma região onde não caiu água, está sequinho. Se você passar uma semana depois e tiver água, estará verde também. Então, é fantástico, essa transformação é muito rápida. E a gente precisa entender isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Caatinga é uma oportunidade que nós temos, Senadora, de aprender com a resiliência. Eu dizia isso em uma reunião nos Emirados Árabes Unidos, onde esteve a Embrapa, que é a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Nós estamos fazendo um acordo com os Emirados. Por quê? Eles têm interesse. Eles falam o seguinte: "Nós temos um clima parecido, mas vocês têm planta, nós não temos".

Nós queremos entender qual é o fator de resiliência dessa planta, porque, se eu conseguir entender, inclusive do ponto de vista genético... Se nós formos lá e separarmos o gene da resiliência ou os genes da resiliência, nós resolveremos o problema da seca, do plantio. Você já imaginou a gente conseguir separar esse gene que faz com que aquela planta – qualquer uma delas, são várias plantas na Caatinga – sobreviva muito tempo sem água. Se eu coloco isso no arroz, no feijão, no milho, na soja, na mandioca... Imaginem isso! Nós vamos conseguir plantar sem ter a exigência de muita água. Isso é uma revolução tecnológica na alimentação.

Então, nós temos oportunidades muito importantes na Caatinga, e a principal delas, além das tecnologias e tudo o mais, é o cuidado com as pessoas. A Caatinga vem sobrevivendo ao longo de centenas de anos, dando sustentação a famílias, que extraem o seu sustento da Caatinga. Então, o nosso Plano de Transformação Ecológica tem isso como centro.

Nós temos a valorização da Caatinga, a promoção da bioeconomia, Deputado Pedro Campos... Nós sabemos que é importante. Dali vão sair medicamentos, vão sair novas tecnologias para farmacologia, para medicina, enfim, é um espaço vasto para a gente fazer isso.

O fortalecimento da agricultura familiar: 70% da nossa agricultura familiar do país está na Região Nordeste. Nós precisamos fortalecer essa agricultura familiar, que hoje é quem produz alimentos saudáveis, mas precisa produzir preservando a Caatinga, através do manejo dessa biodiversidade, desse bioma importante para nós.

O incentivo à sociobiodiversidade, que é o que eu estou dizendo: você ter a inclusão social na exploração econômica da Caatinga sem a degradação.

A adaptação climática, que é importante para nós: o mundo está esquentando, e aqui já se vive com muito calor e pouca água. Vamos aprender com isso. Essa adaptação vai ser necessária, e a gente tem como aprender com o bioma da Caatinga.

Um outro aspecto importante: segurança hídrica. Nós estamos aprendendo a fabricar água – não é, Alexandre? O pessoal pergunta: "Como é que fabrica água?". Recuperando mananciais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recuperando as terras degradadas, preservando os mananciais, preservando o leito dos rios e toda a biodiversidade que existe, que favorece que essa água saia do solo e volte a formar os rios perenes.

Então, esse plano reforça a integração entre o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a inclusão social. É isso que nós buscamos através das políticas implementadas pelo Consórcio Nordeste, que hoje é presidido pelo Governador Paulo Dantas. Nós temos a mudança, Ministro Capobianco, todos os anos tem eleição, e os Governadores se revezam na presidência do consórcio. Neste ano está o Governador Paulo Dantas, que, repito, não pôde estar aqui por agendas já acertadas lá em Alagoas, mas manda aqui, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, todos os presentes, o abraço do Consórcio Nordeste, dado pelo Governador Paulo Dantas, e a proposta de parceria nossa do consórcio com todos os estados do país. O Senador Jayme não está aqui, mas eu brinquei com ele, fez uma defesa brilhante aqui do Mato Grosso, mas nós também temos uma preocupação com todos os biomas, desde os Pampas – falava aqui com Bohn Gass, aqui, no início –, passando pelo Pantanal, pela Mata Atlântica, pela Amazônia, que é o nosso tesouro, e pela nossa querida Caatinga, que é o bioma exclusivo do Nordeste.

Então, de novo, eu quero agradecer. O Prof. Etham, que é de onde a gente bebe na fonte do conhecimento sobre a Caatinga, sobre essa necessidade de a gente incluir socialmente e desenvolver a nossa região, vai continuar aqui conosco, a nossa equipe também, o Joca e a Carolinna, e eu vou, assim, Senadora, me despedir para eu ir para minha agenda odontológica e cumprir com o tampão do meu dente, porque está ruim.

Ministro Capobianco, muito obrigado. Nós temos agendas futuras para intensificar essa parceria e nós queremos contar com o apoio, como sempre acontece, desta Casa, Senadora, e em especial da senhora, que é a nossa Senadora de Pernambuco – portanto, nordestina e também proprietária da Caatinga, da qual nós estamos falando.

Muito obrigado a todos, bom dia. Seguimos nessa parceria de preservação, inclusão social, transformação ecológica, olhando para as pessoas, para o meio ambiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos todo o esforço. Desculpe-nos, evidentemente, pelo atraso. Espero que não tenha maiores complicações com a sua agenda. A campainha não está funcionando, vocês notaram, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A campainha não está funcionando. Eu vou avisar discretamente, levantando o dedo, quando faltar um minuto para as conclusões. Agradeço.

Eu acho que, a cada vez que o Consórcio Nordeste, Gabas, participa de alguma audiência, de alguma iniciativa aqui na Casa, a gente percebe os acertos dessa iniciativa. Nós, no Nordeste, sabemos, por exemplo, como o consórcio foi importante no tempo da pandemia. Quando o Governo Federal não queria comprar vacinas, foi o consórcio quem conseguiu fazê-lo para os estados do Nordeste, fora toda essa articulação, que tem sido muito benéfica para o nosso desenvolvimento regional, fazendo com que o Nordeste vá despontando. E a Caatinga é um exemplo da força, da resiliência, que a gente tem para contribuir com o crescimento do Brasil.

Muito obrigada. Você está solenemente dispensado para a sua agenda odontológica. (*Risos.*)

E agradeço a sua presença.

O SR. CARLOS GABAS (*Fora do microfone.*) – Obrigado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

Então, sem mais delongas, nós vamos voltar à ordem original, passando a palavra para o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, nosso Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas aqui presentes: Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura – é um prazer estar aqui com a senhora –; nosso Deputado Federal Fernando Mineiro – é um prazer estarmos aqui juntos –; nosso Deputado Pedro Campos – é um prazer estar com o senhor aqui, com todos aqui presentes –; Carlos Gabas, que já fez a sua fala, já se retirou, mas é um parceiro de primeira hora. Aliás, teremos, no dia 6, uma reunião entre nossas equipes e o Consórcio Nordeste para tratar de um desafio enorme que está diante de nós, que é o retorno do El Niño. As previsões mostram um El Niño com potencial de ser bastante intenso, e nós sabemos que um El Niño forte significa seca no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste e chuvas excessivas no Sul, ou seja, podemos ver se repetir agora o que aconteceu em 2023 e 2024. Por isso é muito importante esta audiência, Senadora e Deputado, para que nós possamos nos articular bem para fazer o enfrentamento e estar preparados para esse período que pode ser muito crítico.

Queria cumprimentar também a Ana Valéria de Souza, pesquisadora e integrante do Comitê Gestor do Portfólio Economia da Biodiversidade e representante da Embrapa Semiárido; a Ivi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dantas, Coordenadora Executiva do Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) pelo Rio Grande do Norte; o José Etham, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido – é um prazer estar com você aqui –; o meu amigo Sérgio Leitão, que foi com quem juntos criamos o Instituto Socioambiental e, durante muitos anos, tive o prazer de trabalhar; o Alexandre Pires, nosso Diretor e nosso líder nessa agenda; o Marcus Vinicius, Presidente substituto do Serviço Florestal Brasileiro, também com uma agenda muito importante.

Aliás, até é interessante voltar aqui ao que o Gabas falou: é importante o Marcus Vinicius estar aqui porque Caatinga é floresta, e, sendo do Serviço Florestal Brasileiro, as pessoas têm uma visão, assim, de que floresta é só a Amazônia; esquecem-se, inclusive, da Mata Atlântica, muitas vezes, e, por consequência, de todo o resto. E o esforço que nós temos feito nesta gestão, Senadora, desde o primeiro momento, é justamente tratar do conjunto dos biomas. Aliás, o Presidente Lula, logo no início do seu Governo, fez um pedido para a Ministra Marina muito interessante, que foi exatamente de que ele queria trabalhar e reunir representantes de todos os biomas, para que a gente pudesse avançar nas políticas para o conjunto do país, visto que sempre a Amazônia capitalizou mais, digamos assim, em termos de parceria, de investimentos e da atenção da sociedade.

Quem acha que a Caatinga é um bioma menos relevante do que a Amazônia, por exemplo, são as pessoas que nunca foram à Caatinga, que nunca tiveram a oportunidade de conviver com esse bioma excepcional. Eu, particularmente, me considero um felizardo porque eu sou biólogo, e um dos trabalhos que eu fiz, logo depois da faculdade, foi acompanhar o esforço da reintrodução da ararinha-azul na região de Juazeiro, porque só tínhamos um único espécime, o chamado último varão da ararinha-azul, que sobreviveu na natureza. Foi feito um esforço monumental para trazer fêmeas para que ele pudesse acasalar, evidentemente, e nós pudéssemos repovoar a região de Curaçá e de Juazeiro, num trabalho belíssimo, conduzido por várias organizações, lideradas, à época, por um biólogo, Marcos Da-Ré, que acompanhava isso intensamente. E ali eu aprendi várias coisas sobre a Caatinga. Primeiramente, a beleza da Caatinga. Eu cheguei num dia, e, durante a noite, choveu; quando eu acordei, a paisagem tinha se transformado. A vitalidade da Caatinga, a sua resiliência, que foi bem dita aqui, é algo, de fato, excepcional. Mas eu fiquei mais impressionado também porque, no trabalho para recuperar a ararinha-azul, nesse esforço de trazer fêmeas para que com o macho, que estava livre na natureza, pudessem iniciar um repovoamento, descobri que tinha sido construída ali uma articulação, para mim, muito inovadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós costumamos falar unidades de conservação. O que são unidades de conservação? São espaços que o Governo ou o próprio Congresso – pode ser por iniciativa do Congresso – transforma numa área protegida, numa unidade de conservação, mas, nesse processo, esse pesquisador, Marcos Da-Ré, que liderava esse procedimento, inaugurou o que se chama de comunidade de conservação. O que é a comunidade de conservação? É uma articulação com a sociedade local, com vistas a promover a proteção. No caso da ararinha, todo o monitoramento do macho, porque ele circulava livre pela Caatinga, naquela região, era monitorado. Não tinha um colar, não tinha uma anilha nele; tinha a observação do sertanejo.

Então, havia uma rede de sertanejos que monitorava e registrava: "Olha, a ararinha, o macho esteve aqui, ficou tanto tempo, se alimentou de tal produto". E criou-se, assim, um trabalho belíssimo, que me chamou a atenção pela questão da riqueza cultural. Então, a Caatinga é um bioma absolutamente diverso, com características ambientais extremamente relevantes e com um diferencial cultural de integração homem-natureza impressionante e belíssimo.

Nós estamos falando de uma área que possui 860 mil quilômetros quadrados, portanto maior que muitos países. Estamos falando de um bioma no qual vivem 28 milhões de pessoas, que se relacionam diretamente com a Caatinga. Então, nós estamos falando de algo que precisa, de fato, estar nas prioridades do ponto de vista da conservação, porque a conservação é vital para esses 28 milhões de pessoas, mas também para a recuperação dessa área, que se encontra em processo de avanço da desertificação. Então, como é que nós estamos vendo isso?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estou voltando, viu?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Tá bom.

Depois você marca o meu tempo também, porque se deixar eu vou falar aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – De vez em quando eu vou pegar aqui...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Falar da Caatinga... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... é para voltar na outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas então... Agora nós temos problemas. Nós temos dois problemas sérios em relação à Caatinga. Primeiro é que, de todos os biomas em que nós trabalhamos, a partir de 2023, no Governo Lula, para reduzir o desmatamento, nós conseguimos reduzir em todos os biomas, mas ainda não conseguimos reduzir na Caatinga. A Caatinga apresentou, entre 2022 e 2024, um aumento do desmatamento, que é uma trajetória contraditória em relação ao conjunto dos outros biomas brasileiros.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Bohn Gass aqui também.

Esse é um problema, então. Portanto, a ação de controle e fiscalização precisa ser intensificada. Mas, por outro lado, também é uma área de avanço da desertificação. Nós tivemos um avanço recente importante. Os dados novos produzidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação mostram que há um crescimento do processo de desertificação na Região Nordeste e também extrapolando a própria Região Nordeste.

Por exemplo, nós identificamos o início de um processo de mudança climática localizada no Pantanal, muito distante da Caatinga, ou seja, o problema da mudança do clima está impactando o conjunto dos biomas brasileiros, mais particularmente e de uma forma mais severa a Caatinga, pelas suas próprias características originais.

Por outro lado, a Caatinga também surpreendeu os estudos no que diz respeito à questão da fixação de carbono. Achava-se que a Caatinga tinha pouca importância na questão do equilíbrio climático do ponto de vista da convenção do clima, e o que se descobriu é que não: a Caatinga tem um papel muito importante também na questão da regulação climática, na medida em que ela – como foi dito aqui já também pelo Gabas – é um sumidouro de carbono extremamente importante, às vezes superior a outros biomas que nós estamos mais acostumados a relacionar com a mudança do clima.

Então, nós temos um bioma altamente rico, biodiverso, culturalmente diferenciado – com uma diversidade cultural invejável – e que funciona como um importante sumidouro de carbono. Portanto, temos todos os elementos para colocar a Caatinga no centro das atenções, onde ela sempre deveria ter estado, e colocar nos centros das atenções passa por várias iniciativas.

Primeiro, nós elaboramos e lançamos o plano de prevenção e controle do desmatamento da Caatinga, o PPCaatinga, que é um plano importantíssimo, articula 19 ministérios e todas as organizações a eles vinculadas, os articula com os governos estaduais, para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

implementar uma ação de redução ou eliminação do desmatamento. Esse é um desafio que está diante de nós e nós estamos avançando nisso.

Mas, para além disso, o Governo do Presidente Lula, por meio aqui da nossa ação no ministério, tem cinco iniciativas que eu gostaria de destacar para todos aqui presentes, mostrando não apenas o compromisso com a conservação e a recuperação da Caatinga, mas também com atos concretos.

Nós consolidamos, recentemente, o plano de ação brasileiro de combate à desertificação, o PAB Brasil, com 175 iniciativas para os próximos 20 anos. Esse é um plano estratégico de longo prazo, construído com base científica e ampla participação social. Isso vai nos dar previsibilidade, orientar políticas de investimento no médio e no longo prazos que sejam alinhadas, evidentemente, à conservação e à recuperação da Caatinga.

O segundo item, importantíssimo, é que nós reinstalamos a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que tinha sido extinta, eliminada. Nós a reinstalamos por uma determinação do Presidente Lula e ela articula União, estados, municípios e sociedade. É um espaço de discussão, de proposição, de formulação de políticas públicas voltadas ao combate à desertificação, que, evidentemente, tem a Caatinga, a região da Caatinga, no Nordeste, no Semiárido, como foco central dessa atividade.

Então, é algo que está funcionando e tem gerado uma dinâmica nova para que nós possamos definir as melhores políticas, os melhores encaminhamentos em relação ao combate à desertificação. Aliás, teremos este ano a COP da convenção sobre combate à desertificação, que será na Mongólia, e o Brasil pretende estar lá, apresentando iniciativas relevantes como essa que acabo de citar.

Além disso, tem um trabalho muito forte com os estados. Estamos construindo uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a Sudene, a Universidade Federal do São Francisco e os 11 estados da região para que os estados elaborem os seus planos estaduais de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

Isso é central, porque não basta você ter um plano nacional. Não basta você ter um PPCD, que é o plano de prevenção e controle do desmatamento, que articula com os estados, mas é, digamos, uma ação do Governo Federal. O importante aqui é a gente criar uma ação nos estados e os estados terem os seus planos. Assim como nós temos buscado também, Senadora, que os estados tenham os seus planos de prevenção e controle do desmatamento articulados com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

federal, é fundamental que os estados do Nordeste, ali na região do Semiárido, elaborem os seus planos estaduais de combate à desertificação.

Então, nós estamos contribuindo com isso, nessa parceria com a Sudene e a federal do São Francisco, e a gente espera que em breve todos os estados tenham os seus próprios planejamentos.

A quarta iniciativa é o controle e o monitoramento, quer dizer, nós avançamos muito com o PPCaatinga, como eu citei, tem hoje uma rede de mobilização e de monitoramento muito mais ativa. Hoje nós sabemos como isso está se encaminhando. Os últimos números que nós temos recebido indicam que há um refluxo no desmatamento já a partir de 2025 – estamos perseguindo isso –, mas, mais uma vez, é algo que depende fortemente da articulação da União com os estados.

Por isso, esta reunião com o Consórcio Nordeste, no dia 6, vai ser muito importante para que a gente articule a ação preventiva em relação ao El Niño e, ao mesmo tempo, defina ações integradas para que nós possamos atuar conjuntamente – União, estados e municípios – no combate ao desmatamento.

E a quinta iniciativa, que eu considero muito ambiciosa e muito importante, é o nosso programa Recaatingar, que vai ser lançado no Dia Mundial do Meio Ambiente, agora, daqui a algumas semanas. O que é esse programa? É um programa que visa promover a recuperação de 10 milhões de hectares de áreas de Caatinga degradada, nos próximos 20 anos.

Isso vai ser um feito enorme porque, como eu já disse sobre a Caatinga, além da sua diversidade biológica e cultural excepcional, nós vamos ter a oportunidade de também ampliar a proteção dela, restaurando, lembrando – isso é muito importante – que essa restauração não é apenas da paisagem natural; ela também prevê a chamada recuperação chamada produtiva. São novas iniciativas que permitem a convivência e o aprofundamento de ações que, ao mesmo tempo que geram a restauração ambiental e os serviços ecossistêmicos decorrentes, também geram solução econômica, porque não existe possibilidade de nós termos uma ação permanente, de longo prazo, de conservação, sem o envolvimento da população, da sociedade, que precisa encontrar nessas ações fonte de emprego e renda para seguir na sua trajetória.

Então, Senadora, eu recebi aqui um aviso de corte de palavra, mas eu fico aqui à disposição para o debate. Eu queria encerrar dizendo que é muito importante que nós tenhamos esta sessão aqui no Congresso Nacional, porque a articulação dos Poderes é central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço essa oportunidade, coloco o Ministério do Meio Ambiente à disposição para debater todos os itens aqui que forem de interesse dos Senadores e dos Deputados para aprofundar os elementos e, mais do que tudo, para que a gente realmente faça uma aliança entre nós, para que possamos implementar essas iniciativas que eu citei aqui e possamos, portanto, avançar na proteção e na recuperação de um bioma que é vital, do ponto de vista da qualidade ambiental, para 28 milhões de brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Ministro. Continuaríamos ouvindo V. Exa., é claro, por mais muito tempo.

Quero parabenizar o ministério e destacar a importância dessas cinco iniciativas, que também são concatenadas entre si, uma complementa a outra, para a gente alcançar, de fato, o nosso objetivo.

Vou passar a palavra agora... Eu estou substituindo o apito, viu? Aí, eu boto, assim, um papelzinho. (*Risos.*)

Eu acho que é mais sensível do que aquele apito estridente.

Vou passar a palavra agora para o nosso querido Deputado Fernando Mineiro e, em seguida, para o Sr. Sérgio Leitão.

Fernando Mineiro é Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte, e já também anuncio, como já foi saudado pelo Ministro, a presença do Deputado Bohn Gass, do Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Para expor.) – Então, pessoal, primeiro, meu bom-dia.

Quero dizer da minha alegria, Senadora Teresa, por este momento. Eu estou no meu primeiro mandato; e, desde que aqui cheguei, em 2023, 2024 e 2025 nós fizemos alguma atividade relacionada a esse dia. Então, é muito bacana a gente estar hoje aqui, fazendo conjunto com o Senado, com a presença do Prof. Etham.

Olhem, eu acho que entre as invisibilidades do Brasil, nós temos a invisibilidade do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), que é uma usina de políticas públicas para a convivência com o Semiárido. Então, gratidão, Prof. Etham, por estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presença de Ivi, que está aqui representando a ASA, a mais importante articulação da sociedade civil no seio do Semiárido; o nosso Ministro Capobianco – boa sorte aí na tarefa, na importante posição –; e aqui o Sérgio, que contribui muito através do Instituto Escolhas e que, inclusive, contribuiu com um projeto que voltou para cá, o projeto da política nacional da Caatinga... Eu fui o Relator desse projeto lá na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Quero cumprimentar aqui o nosso querido Pedro, que apresentou a emenda, acatada por mim, da criação do fundo da Caatinga. Quero cumprimentar o Bohn Gass – esse projeto está aqui, Senadora Teresa, voltou para cá – e quero cumprimentar as instituições que aqui estão.

Acho que seria legal, depois, a gente pedir ao pessoal das nossas assessorias para relacioná-las aqui para eu citar, porque eu acho que é uma audiência bastante representativa a que nós temos aqui.

Quero cumprimentar o Alexandre, que é o líder nessa retomada do processo de combate à desertificação no Brasil.

Minha primeira reunião como Deputado Federal foi no Ministério do Meio Ambiente. O Secretário-Executivo Adjunto era o hoje Presidente do ICMBio, e eu fui lá perguntar para ele o que estava sendo pensado para a retomada do projeto de combate à desertificação no Brasil. Aí ele me avisou, inclusive, que o Alexandre é que seria o representante. O Alexandre eu acho que não estava nem sabendo ainda que seria, mas tinha sido decidido pelo Ministro da Marina. Então, eu fiquei feliz, porque o Alexandre foi uma articulação dos movimentos.

Vejam só: por que hoje nós estamos aqui? Porque hoje é o dia do nascimento do maior estudioso do Semiárido brasileiro, José de Vasconcelos Sobrinho, pernambucano, ecólogo. Ele nasceu neste dia, 28 de abril, acho que de 1908, se não me engano. Eu tive a honra de conhecê-lo ainda quando era estudante de biologia.

Vasconcelos Sobrinho foi um dos maiores estudiosos do Seminário brasileiro na história recente, inclusive foi quem mapeou os núcleos de desertificação no Brasil. Foi ele que chamou a atenção da academia e da sociedade para o processo inicial da desertificação no Brasil – isso tem 50 anos, 60 anos.

O Dia Nacional da Caatinga é uma homenagem a José de Vasconcelos Sobrinho. Nós estamos aqui por ele, digamos assim, por ter aberto o caminho e ter chamado a atenção para a importância desse bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse bioma é tão invisível, é tão invisibilizado que, fora quem estuda a Caatinga, não se tinha informação de que todos os biomas reduziram o desmatamento; o único que não reduziu foi a Caatinga. Se o Ministro não tivesse falado aqui, eu ia falar, mas muita gente não saberia, porque é invisibilizada a Caatinga.

E vocês sabem que eu acompanhei todo o processo desse desmatamento, eu fiz parte da elaboração do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação de 2004. O Brasil elaborou e fez o pacto com a convenção da ONU de combate à desertificação, e a primeira elaboração do plano foi em 2004. Eu fiz parte desse plano, e agora ele está sendo retomado. Aliás, hoje eu vou publicar, eu vou colocar nas minhas redes o PAB, que é um documento importantíssimo também. Tudo que é relacionado à Caatinga é invisível, da comida aos estudos, está certo? Eu vou colocar hoje nas minhas redes, eu peguei lá na rede – viu, Ministro? –, no *site* lá do ministério, o PAB-Brasil (Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca). Eu peguei e já está lá digitado. Eu ia até tentar publicá-lo pela Câmara, acontece que teve um problema na Câmara. Eu ia usar a minha cota de Parlamentar para publicá-lo, mas aí teve um problema de papel na Câmara, já resolveram – eu acho –, e acabou que não deu tempo. Queria lançar hoje aqui, mas, como eu não o lancei fisicamente, eu vou lançá-lo hoje aqui, terei a ousadia de fazer virtualmente. Fiz uma introdução e está lá no meu *site* sobre esse plano, um plano importantíssimo, que dá régua e compasso. Aliás, outro dia eu falei a expressão "régua e compasso" e me toquei, Bohn Gass, que ninguém sabe o que é "régua e compasso" mais. (*Risos.*)

Então, dá GPS para o combate à desertificação.

O pessoal fala em GPS, eu fiquei falando "régua e compasso", "régua e compasso" para o pessoal jovem e o pessoal tudo olhando para mim assim. Aí eu me toquei: "O pessoal não usa mais esse termo, o negócio agora é...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO MINEIRO – É, Telex. Imagine, se não usam "régua e compasso".

E aí é o GPS de combate e enfrentamento à desertificação no Brasil, esse PAB, um trabalho importantíssimo do ministério, Ministro Capobianco – importantíssimo! –, que coloca um rumo para a gente enfrentar esse grave problema.

Essa questão do aumento da desertificação, do desmatamento da Caatinga tem a ver... Olhe que contradição que nós vivemos: o Nordeste brasileiro é a área que mais bem tem contribuído

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o Brasil e com o mundo – eu ouso dizer – com as energias renováveis, mas o aumento do desmatamento tem a ver com a ampliação – olhe só – das energias renováveis, eólica e solar. Tem estudos mostrando isso. Então, a gente tem um grande problema, uma grande contradição inclusive. Olhe a complexidade: ao tempo que a gente saúda a região e ali tem um processo importantíssimo de instalação de parques solares e eólicos, esses parques solares e eólicos, ao contrário do que pensava o senso comum, do que nós mesmos pensávamos, que não tinha impacto ambiental, mostram, por exemplo, um grande contributo negativo para a expansão do desmatamento. Os parques solares são grandes áreas de desmatamento da Caatinga, mas, como eu disse, só sabe quem estuda ou quem está lá. Como pouca gente estuda o bioma Caatinga, a gente não tem essa visibilidade nacional.

Eu, durante a COP, "caninguei" muito o Consórcio Nordeste para que a gente realizasse uma Pré-COP do bioma Caatinga. Discutimos bastante com a direção da COP e acabou não saindo o bioma Caatinga, mas saiu a conferência – não é, João? – do Nordeste, e foi muito importante e essa conferência.

Aqui, nós temos uma tarefa – penso eu – de dar uma retomada nessas discussões sobre a questão da Caatinga, e não como "ah, a Caatinga é uma área de coitadinhos e coitadinhas". Não é isso. A Caatinga é a área mais potente do desenvolvimento do Brasil, do Nordeste brasileiro. Não à toa, em todos os índices de retomada de crescimento do Brasil, o Nordeste apresenta os maiores índices dos últimos anos. Não à toa, o Nordeste brasileiro tem centros de excelência em pesquisa em todas as áreas – em todas as áreas – sendo estabelecidos, sendo implantados em todas as áreas. Não à toa, nós temos uma recuperação muito importante das ações sociais através do Governo do Presidente Lula no Nordeste brasileiro.

A Caatinga tem um mapa – digamos assim, as coincidências de sombreamento com o semiárido –, assim como também a gente tem que entender que o processo de desertificação... Se até há cinco anos nós não víamos falar em áreas áridas no Brasil, é preciso a gente entender e nos preocuparmos que, a partir dos últimos anos, nós temos identificação de áreas áridas no Brasil. O semiárido caminhando para áreas áridas, e é um processo lento essa questão.

E aí eu penso que a gente tem que incorporar como uma tarefa, Ministro, Senadora, todos nós, de que é fundamental a questão do enfrentamento da desertificação no Brasil, que – repito – não é exclusiva da Caatinga. A gente vê lá no Rio Grande do Sul – não é, Bohn Gass? – processos importantes, sérios, preocupantes de manchas de desertificação; vê na Amazônia, vê no Cerrado. Então nós estamos vivendo um processo de crise climática, de mudanças climáticas, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

emergências climáticas e tudo isso tem a ver – para concluir – com o que nós estamos falando aqui.

Então, muito obrigado aí pela possibilidade de a gente, Teresa – Senadora Teresa –, junto com a Comissão de Meio Ambiente e de Educação, fazer esta audiência conjunta para debater esse tema.

Uma boa nova, do meu ponto de vista – para concluir –, é que nós conseguimos colocar no Plano Nacional de Educação um objetivo... – e eu tenho o maior prazer de ter articulado junto com o nosso Relator então, o Deputado Moses – um objetivo específico sobre sustentabilidade ambiental nas escolas. A questão ambiental é tratada de uma maneira transversal – eu digo que é "transdiluída". A gente fala: "Ah, a questão ambiental é transversal."; não, é transdiluída. E, pela primeira vez, a gente tem um objetivo com estratégia, com metas definidas, e eu tenho o maior prazer de ter articulado a apresentação desse objetivo – é o objetivo 8 que está no Plano Nacional de Educação –, e eu acho que abre, assim, um espaço muito importante para a gente combinar o debate da questão da educação ambiental no novo patamar.

Então, muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Deputado.

Nós fazemos também sempre esta audiência nesse período – ou no dia ou no período –, mas é a primeira vez que a gente faz conjunta com a Câmara. Acho que isso também ganha uma relevância para esse dia de hoje. Sempre fazemos conjunta, ou só meio ambiente, ou meio ambiente e educação. Mas fazer conjunta com a Câmara é muito importante pela articulação desse objetivo que Mineiro acabou de falar: que ele não estava no projeto original nem na relatoria, foi objeto de debate de várias audiências e, felizmente, ele foi incorporado pelo Relator da Câmara e, evidentemente, mantido aqui pelo Senado.

Então eu passo a palavra agora para o Sr. Sérgio Leitão, Diretor-Executivo do Instituto Escolhas, e, em seguida, para o Sr. José Etham de Lucena Barbosa.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que tem escrito aqui nesse papelzinho está meio longe, viu, Sérgio? Mas falta um minuto para concluir.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Eu prometo enxergar, Senadora. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós demos mais tempo ao Ministro, vocês notaram, não é? Mas eu acho que valeu a pena, pelo cargo que ele ocupa, pela disponibilidade de vir aqui. Eu tenho certeza de que teve acordo tácito.

Então, vamos passar a palavra para o Sr. Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO (Para expor.) – É um prazer estar aqui, obrigado pelo convite. Queria saudar a Senadora Teresa Leitão; não é minha parente, mas me sinto irmanado, é só um *disclaimer* quanto a não ter nenhuma indicação fruto do parentesco. Eu sou cearense, de uma cidade do interior do Ceará, chamada Crateús, então me sinto extremamente à vontade de falar sobre Caatinga, porque é um bioma que eu conheço desde que nasci.

E acho que é importante, Ministro Capobianco, a quem eu saúdo, a gente registrar que a Caatinga não é só importante para os 26 milhões que são diretamente ligados ao bioma, mas para toda a população do Nordeste; ou seja, Deputado Mineiro, Deputado Pedro Campos, nós estamos falando de 50 milhões de pessoas. E ela é fundamental do ponto de vista de abastecimento de água. Duas das maiores cidades do Nordeste, Fortaleza, com 2,5 milhões de habitantes, e Salvador, com 2 milhões, dependem da água que vem do sertão, Deputado Pedro Campos. Não é que a água vai do litoral para o sertão, o fluxo é o inverso. Se falta água, você inviabiliza atividades econômicas fundamentais, como é o caso do Porto do Pecém, que é abastecido pelo Açude Castanhão.

Então, primeira questão: a seca pode não mais matar de fome, graças ao bom Deus e aos programas do Presidente Lula, como o Bolsa Família, mas continua ameaçando matar de sede. Senadora Teresa, a última grande seca que matou gente de fome no Nordeste foi de 1979 a 1985; essa, eu vivi! Eu morava em Crateús, não tinha água para beber. Ali morreram – documentado, inclusive, pelo Instituto Ibase – 5 mil pessoas, com os nomes registrados. Porque a gente é acostumado a ver, no Nordeste, aquelas covas de beira de estrada, onde o cristão que faleceu de fome não tem direito sequer a ser lembrado pelo nome. Como diz a famosa poesia do Castro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alves: "Aqui os mortos são bons, porque não roubam sequer o pão dos vivos" – musicado, inclusive, por Belchior e Fagner.

Então, a gente precisa dizer que, se não mata mais de fome, continua ameaçando de sede. E é preciso fazer duas coisas, Ministro Capobianco: é preciso parar de desmatar e é preciso recuperar o que já foi desmatado. Quem se lembra...

O Deputado Mineiro falou de José Vasconcelos Sobrinho; Zé Vasconcelos foi quem compilou os mandamentos ecológicos do Padre Cícero, foi uma espécie de apóstolo, assim como Mateus e João fizeram isso em relação às palavras de Cristo... Cristo não tinha tempo de ficar anotando as coisas, para isso tinham os discípulos. Padre Cícero também não tinha, tinha José de Vasconcelos Sobrinho. E o Padre Cícero disse o seguinte nos seus catecismos, nos seus mandamentos: "Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau", que é como a gente chama, no Ceará, as árvores. E ele termina dizendo: "Se o sertanejo fizer isso, não vai faltar chuva no sertão. Mas se ele não o fizer, o sertão todo vai virar um deserto só". Então, a gente precisa lembrar das palavras de Padre Cícero: "[...] o Sertão todo vai virar um deserto só."

E nesse sentido, no sentido de evitar que isso aconteça, esta Casa, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, o Congresso tem um papel fundamental: aprovar, em definitivo, o Projeto de Lei 1.990, de 2024, que foi apresentado pela Senadora Janaína Farias, teve a relatoria aqui da Senadora Teresa Leitão, teve a relatoria do Deputado Fernando Mineiro, na Comissão de Meio Ambiente, teve o apoio inestimável do Deputado Pedro Campos na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive com uma emenda sua, e que agora voltou aqui para o Senado, está na Comissão de Meio Ambiente, relatoria da Senadora Leila Barros.

Portanto, a gente precisa, Ministro Capobianco, nesse Dia Nacional do Meio Ambiente do ano de 2026, no dia 5 de junho, fazer uma grande solenidade no Palácio do Planalto, para que o Presidente Lula sancione o projeto para tirar definitivamente a Caatinga dessa invisibilidade, desse quase desprezo, do ponto de vista do olhar nacional; porque, se ela não tem a relevância que muitas vezes é atribuída unicamente à Amazônia, no sentido de evitar o fim do mundo, ela é fundamental para nós, brasileiros, para nós, nordestinos, para evitar que nós desapareçamos.

Então, só nisso, só por isso, se não for por mais nada, que seja em homenagem a esses 50 milhões de nordestinos, que foram fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico. Nós fomos para São Paulo não é porque a gente quis. O Presidente Lula não veio para São Paulo não foi porque quis, foi porque não tinha outra oportunidade. Era fugir ou morrer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

virar uma cova perdida na beira da estrada, sem nome. E nós fornecemos os braços para a industrialização deste Brasil. E não tem, Deputada Teresa, um museu, um nome registrado, em lugar nenhum uma placa que fale desses 500 mil da seca de 1877, que morreram; os 500 mil da seca de 1915, que morreram; os mais de 300 mil que morreram de fome na seca de 1979. Zero homenagem. Mas o Congresso, o Senado e a Câmara, pode resgatar isso.

E é preciso que a gente destaque que recuperar a Caatinga faz bem à economia do Brasil. Eu me permito aqui mostrar esse estudo que o Instituto Escolhas fez, mostrando que a recuperação de 1 milhão de hectares desmatados na Caatinga propiciará, Deputado Pedro Campos, a criação de 465 mil empregos, com a remoção de 702 milhões de toneladas de gás de efeito estufa, com 1 bilhão de mudas produzidas, e com 7 milhões de toneladas de alimentos, o que é fundamental para uma região onde a desigualdade é uma chaga permanente, que precisa ser combatida todos os dias. E a recuperação da Caatinga é um motivo importante para que isso possa acontecer.

E é importante para a gente registrar que, no caso aqui do Rio Grande do Norte, do Deputado Mineiro, isso pode começar pelos assentamentos rurais da reforma agrária.

O Rio Grande do Norte tem 275 assentamentos federais da reforma agrária, tem 18.430 famílias assentadas, isso soma 487 mil hectares, 33 mil hectares são de áreas de preservação permanente, aquelas situadas nas beiras das nascentes, nas beiras dos rios, 11 mil hectares estão desmatados, a recuperação disso propiciaria a criação de 50 mil empregos, com 3 milhões de toneladas de alimentos produzidos. Quero aqui anunciar, se o Deputado Mineiro assim me autorizar, que a gente está começando um programa-piloto na região ali do Seridó para fazer a recuperação.

Eu não queria deixar aqui enciumados o Deputado Pedro nem muito menos a Senadora: a gente também tem esses dados para Pernambuco. Em Pernambuco, são 602 assentamentos, eles somam 574 mil hectares, têm 33 mil famílias assentadas, são 36 mil hectares de áreas de preservação permanente, 20 mil se encontram desmatados, e a recuperação disso, Deputado Pedro, Senadora Teresa, criará 91 mil empregos, removerá mais de 2 milhões de toneladas de gases de efeito estufa e produzirá 5 milhões de toneladas de alimentos.

E aí o que é que a gente precisa, Senadora, para fazer isso acontecer? A gente precisa também reverter esse descaso com a região a partir do próprio Nordeste. A gente tem feito uma manifestação renitente no sentido de indicar, Deputado Pedro, que o Banco do Nordeste do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil, criado em 1952, no mesmo ano do BNDES... Um minuto, e eu vou concluir. Ele só destina pouco mais de R$100 milhões, isso depois de muito esforço, para a recuperação de áreas desmatadas – são R$100 milhões em R$50 bilhões de orçamento. É como se a gente dissesse: a cada R$400 que são financiados pelo Banco do Nordeste, apenas R$1 vai para a Caatinga. E isso quando a lei de criação do banco, no seu art. 8º, alínea "h", diz que é missão do banco fazer o quê? Plantar árvores para dotar a região de resistência contra a seca. Isso está na missão do banco, e essa missão não é cumprida. Então, eu faço um apelo aqui para que a gente possa cuidar desse aspecto do Banco do Nordeste.

Para dar conta do meu tempo dentro do tempo, uma proposta, Ministro Capobianco, Alexandre Pires, Senadora Teresa, Deputado Mineiro, Deputado Pedro Campos: agora em agosto, na Mongólia, vai ter a COP da Desertificação, e o Brasil precisa levar a proposta de que a próxima COP, que seja em 2028, seja no Brasil, seja no Nordeste, porque isso é o que vai trazer a visibilidade de que a região precisa, definitivamente, não só no cenário interno brasileiro, como no cenário internacional. Ministro, eu sei que o senhor vai estar lá na Mongólia; Alexandre, eu sei que o senhor vai estar lá; sei que o Deputado Mineiro irá; o Deputado Pedro Campos pensa em ir; a Senadora Teresa Leitão também. É preciso que a delegação brasileira leve essa proposta. A última vez em que houve uma convenção no Brasil, uma COP sobre a convenção, foi em 1999, se eu não estou enganado, e foi em Recife. Talvez um pouquinho por inveja, a gente diria assim: "Vamos levar para o Ceará, para Fortaleza, quem sabe para Natal, porque Recife já foi beneficiada". O importante é que seja no Nordeste do Brasil. O importante é que o Brasil, a partir dessa proposição, mostre para todo o mundo que a gente precisa atender o mandamento de Padre Cícero: não vamos deixar o Nordeste virar um deserto só.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Tem um professor lá no Recife que diz que, depois dos programas sociais, do Bolsa Família, a gente tem – você conhece o Bruno Ribeiro – o SSS (seca sem saque), mas ainda tem sede, não é? Acho que esta era uma imagem muito forte da seca: aqueles meninos na beira da estrada tapando buraco com areia para poder receber algum trocadinho de quem passava, e os saques para sobrevivência. Isso realmente acabou, mas ainda temos grandes desafios.

Passo a palavra agora, agradecendo ao Sérgio, ao Sr. José Etham de Lucena Barbosa, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido, e, em seguida, à Sra. Ivi Aliana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ETHAM DE LUCENA BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Senadora Teresa, agradeço o convite.

É uma honra o Instituto Nacional do Semiárido estar aqui participando deste fórum, desta audiência. Eu lembro aqui o nome da Ministra – sua conterrânea – Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, que eu represento nesta mesa, colega do Capobianco de ministérios, a quem também eu parabenizo e saúdo pelo trabalho à frente do ministério. O Deputado Mineiro, embaixador da Caatinga no Nordeste e no mundo, também eu saúdo. Saúdo todos os Deputados e Deputadas, o Deputado Pedro. E também faço referência ao seu pai, que esteve na criação do Instituto Nacional do Semiárido, há 22 anos. Saúdo todos os gestores ambientais aqui: o Sérgio; a colega Ivi, de lutas na Asa Potiguar; o Alexandre, um colega aguerrido que tem nos orientado, nos conduzido junto com o Insa.

Só vou colocar algumas imagens. Logicamente, a Teresa vai ficar muito aborrecida comigo, pelo tempo, mas eu vou só dar imagens às palavras e aos dados que foram colocados aqui.

O tema não poderia ser mais próprio para esta audiência: conservação, sustentabilidade e combate à desertificação.

O Semiárido é essa grande paisagem do norte de Minas às praias do Ceará, do Planalto da Borborema às margens do Piauí. São 11 estados, 1.477 cidades e em crescimento, como já foi dito aqui, expandindo-se de um ambiente semiárido, muitos deles, ali em Petrolina e fora do Semiárido, já com ambientes áridos. E um dado importante para esta figura: são 31 milhões de pessoas dentro desse recorte de território.

A gente está vendo aí que a vestimenta do Semiárido é a Caatinga, que é o sustentáculo da biodiversidade, algo mais do que precioso que a gente tem aqui e que tem sido, logicamente, defendido. Está aí o Consórcio Nordeste, com o João e o Gabas, que estiveram aqui, que é uma das entidades, hoje, que revolucionam um pouquinho esse cenário no Nordeste.

Aí estão alguns números. Eu não vou me deter, a apresentação vai ficar livre para todos nós, mas este é o nosso maior tesouro: a nossa biodiversidade de um bioma que não só está dentro do limite brasileiro, mas é, comparativamente a todas as áreas semiáridas do mundo, o maior endemismo, ou seja, espécies que a gente só encontra nessa paisagem, com um valor inestimável não só ecológico, mas também de potencial bioeconômico e em outras esferas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que várias questões digladiam com essa biodiversidade. Eu digo que a irmã gêmea da crise da biodiversidade é a crise climática, porque, por trás dessa frase, está aí o cenário da especulação, está aí o cenário da depredação antrópica que a gente faz dos vários cenários que essa biodiversidade nos traz.

Essa crise climática é combatida ferozmente, mas este quadro mostra o nosso cenário para 2035. Vejam lá onde está o Nordeste Setentrional – Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco –, com a menor resiliência hídrica. E, logicamente, isso vem se dar principalmente pela degradação dos ambientes terrestres, a redução da nossa biodiversidade, da nossa Caatinga.

E esse nível de degradação da terra já chega com níveis 4 e 5 a mais de 21% desses níveis de degradação. São dados do OCA (Observatório da Caatinga), que trabalha em parceria com o Insa e com o Ministério do Meio Ambiente.

Essa distribuição, que são as áreas suscetíveis à desertificação e seus entornos, está em plena expansão.

Quando a gente coloca as várias camadas desse processo de depleção ou erosão da biodiversidade, de mudança climática, a gente vai encontrar ali 633 terras indígenas no Brasil, 503 terras quilombolas e mais de 2,5 mil assentamentos, todos ali nesse grande desafio que esta mesa, os governos e os gestores têm para solucionar.

E, nos cenários que a gente mostra, que são os cenários de dados já reconhecidos, de 1979 a 2003, 2015 a 2035, 2075 à virada desse século, esses núcleos de desertificação só se ampliam – os núcleos de Seridó, Curimataú, Vale do Catimbau, todas essas regiões estão em plena expansão. São dados já inquestionáveis no mundo inteiro, dados firmes aí do nosso ministério.

Quando a gente faz a tradução para isso, a gente vê aí, novamente, o Nordeste Setentrional, a região de maior número, maior densidade de açudes no mundo. Nós somos o Semiárido mais úmido do mundo também, porque a gente tem um solo que não consegue reter a percolação e termina sendo, por séculos, a estratégia para expansão, para colonização das grandes cidades, dos territórios, mas a ação atomizada... Só a ASA nos deu esse privilégio de chegar água dentro da casa da nossa agricultura familiar, através do Programa Um Milhão de Cisternas.

Essas são políticas combinadas em que a gente vê aí, pelo monitoramento da qualidade da água, não só de cisterna, um aumento radical das contaminações que a gente tem. E isso é reflexo diretamente do que vem do meio terrestre. A água é o espelho do que acontece no meio terrestre:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o que acontece lá, tudo é carreado. E a gente vê ali números de coliformes fecais, de fósforo, de nitrogênio, que é a antropização, que é a eutrofização e a contaminação desses corpos hídricos.

Este livro sobre rios da América do Sul e rios do Nordeste, recém-lançado no ano passado, fala muito desse cenário que eu estou colocando aqui, desses desafios, que não são poucos.

Nas bacias, principalmente nas de Piancó-Piranhas-Açu, Jaguaribe e Parnaíba, todas as nossas grandes bacias vêm sofrendo com um problema de antropização, e as políticas ainda não estão conseguindo reverter esse processo.

Aqui, alguns dados.

Sobre a crise hídrica, ela foi uma combinação de vários fatores, não só dessa antropização, mas também da mudança climática, de 2011 a 2018. A gente vê que são dados já muito emblemáticos. Em Campina Grande, como o modelo que a gente tem, foram 573 dias de volume morto, com uma população de quase 600 mil habitantes tomando água abaixo de 3% da capacidade. E essa crise aí foi maior do que a do Cantareira, em São Paulo, só não teve visibilidade, ou seja, foram mil dias de racionamento nessa grande região, que representa, na verdade, todo o Semiárido. Isso repercutiu, ressonou em todas as grandes bacias.

Esse problema repercute no São Francisco. As mudanças de qualidade da água do São Francisco têm esse panorama.

Não precisamos investir... Os grupos de pesquisa terrestre e os grupos de pesquisa aquática estão muito bem estabelecidos; falta a gente fazer a coligação disso. Então, há uma rede Caatinga, que a gente está modelando já junto com o Ministério do Meio Ambiente, que vem para atacar isso. Olhem o vazio ali na região... Nós não temos nenhum estudo, nenhum estudo que aborde sistemas terrestres e aquáticos ao mesmo tempo, nesse panorama.

Eu vou passar aqui – a Senadora já me olhou enviesado. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu não, o papel...

O SR. JOSÉ ETHAM DE LUCENA BARBOSA – Vocês vejam aí: a biodiversidade não é desconhecida; ela está em estantes e gavetas de muitos pesquisadores, em muitas universidades. A gente precisa tirar isso, não é, Alexandre? E essa é uma função, porque dados, hoje... Vejam essa figura do *The Economist*, com as plataformas de petróleo e as *big techs* em cima dela. Botem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ali, em cima dessas *big techs* agora, os nossos dados biológicos: o PPBio, o Peld, o MapBiomas, o OCA... Esse aí é o grande segredo dos dados que a gente tem hoje na Caatinga e que estarão disponíveis.

A Casa do Semiárido, que é o Insa, está trabalhando junto com todos vocês. Esta aí é a nossa sede, a nossa estação experimental lá em Campina Grande, uma sede para a qual convido todos a participarem dos ciclos de discussão que a gente continuamente faz.

Há a nossa Estação Experimental, com 600ha de pesquisa pura e aplicada, nossos campos experimentais, nossas duas centrais analíticas, que dão conta das cadeias produtivas do leite, da carne, da cachaça, do mel, prontas para validar e para colocar produtos da nossa agricultura familiar no mercado internacional.

Aqui são só imagens de lá.

E o paradigma que a gente abraça hoje é um Semiárido de potência ambiental tropical. Já se falou aqui do sistema agrícola familiar, o maior da América Latina, uma cultura sobre a qual eu não preciso relatar, os polos tecnológicos da Bahia, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, a liderança em energias renováveis, com mais de 70% sendo geradas em cima dos platôs das nossas serras e nas planícies dos nossos baixios, e o São Francisco, além da Caatinga megadiversa, que nos representa paulatinamente.

Então, os princípios norteadores do Insa estão muito bem-postos. Esses princípios norteadores abordam as suas dez áreas estratégicas, hoje abastecidas por um concurso. O último concurso tinha sido em 2010, ainda no Governo Lula 2, e agora a gente reabasteceu, no segundo concurso, com 27 pesquisadores efetivos e 57 bolsistas diretamente relacionados a ciência e tecnologia de alimentos, biodiversidade, desertificação, energia, gestão da informação, recursos hídricos, produção animal, produção vegetal, solos, mineralogia e inovação.

Senadora Teresa, por exemplo, em produção animal, a gente está hoje com a Masterboi, que tem uma planta em Canhotinho. Estamos resolvendo um desafio tecnológico deles lá, de melhorar a genética da agricultura familiar, porque o maior abastecedor de carne para dentro da planta é a agricultura familiar, é o pecuarista familiar. A gente está melhorando a genética desse gado e entregando carne jovem, saneada e com a qualidade que o mercado tem.

Nós estamos inaugurando, lá no Insa, o Ctersa, que é o Centro de Tecnologias em Energias Renováveis – está com um edital aberto. Já listamos na cadeia produtiva da energia no Nordeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inteiro, e 31 pesquisadores já procuraram o Insa para isso ser resolvido aí. Isso é um *hub* de energia. A gente faz conexões com as universidades e com os grupos que vão se debruçar sobre esses temas.

Aí vem a nossa bioeconomia. Eu queria só mostrar esse dado aqui. Então, ali tem analgésico, tem anti-inflamatório, antiespasmódico, antibactericida, tem absolutamente tudo; enfim, isso é o nosso potencial da bioeconomia do Semiárido, sobre a qual a gente está se debruçando nas nossas centrais analíticas, com vários grupos no Nordeste.

Na biodiversidade, nós temos 147 espécies já listadas e prontas para atuar. Essa daqui foi lançada na COP 30. Essa roupa que eu e essas meninas aí estamos vestindo tem as mãos da agricultura familiar lá de Monteiro – é algodão com tingimento orgânico e fio de algodão agroecológico. Então, 70 mil camisetas foram lançadas pelo Grupo Guararapes.

Só para ilustrar, já terminando, aqui é a nossa área de preservação ambiental, lá do Insa. São 300ha que têm sido trabalhados junto com várias equipes para a reversão do modelo de gestão da riqueza e da biodiversidade.

E há a questão que foi colocada aqui também do sequestro de carbono, do sumidouro de carbono, o Sara, que é a tecnologia mais territorializada que a gente tem: são 473 unidades distribuídas, do norte de Minas a...

Olha nessa figura como a água, no meio rural, entra naquele copinho primeiro lá da direita e como ela sai. Essa tecnologia deixa dois a três salários mínimos na mão do produtor rural.

Então, para mais informações, vocês nos procurem. Essas aqui apenas são ilustrativas. São áreas de reúso, que são utilizadas no Sara familiar, escolar e comunitário. O Governo paraibano comprou 110 Saras para essa comunidade. Cada uma dessas casas aí – isso é uma agrovila – tem um quintal produtivo. A última colheita de algodão colorido aí rendeu R$10 mil para cada uma dessas famílias.

Para concluir – deixe-me só passar aqui o que eu quero mostrar para o final, o sistema de solos –, essa parceria com o Governo chinês, que vai nos dar a solidariedade digital – deixa ver se eu volto aqui, Professora –, para vencer um grande problema etário no Semiárido, que é a lacuna que existe entre os nossos jovens e os nossos idosos, para reter essas pessoas, fixar esses jovens. A gente não vai fixar no mesmo paradigma que a gente tinha do sofrimento e do flagelo da seca. A gente precisa de tecnologias sociais e, para isso, a gente está modulando. E aí eu peço o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

engajamento do Senado, da Câmara Federal, para dois projetos: esse que está na Casa Civil, já para ser sancionado, e estartar o Sara como uma política pública junto com a ASA: 1 milhão de cisternas, 1 milhão de Saras.

A Ministra Luciana Santos tem abraçado esse projeto, para o qual eu peço o engajamento e a compreensão de todos vocês.

Eu agradeço a paciência, Senadora Teresa.

Vamos estar à disposição de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Parabéns pelo trabalho.

Desculpe a premência do tempo. É porque nós temos ainda duas pessoas para falar, o Deputado Pedro e alguns dos nossos convidados. Aí essa função meio antipática, que eu tenho que cumprir.

Então, eu passo a palavra agora para a Sra. Ivi Aliana Dantas, para os seus dez minutos iniciais.

Ela é Coordenadora Executiva de Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

Em seguida, eu vou ler o nome dos presentes,

E a nossa última convidada, a Ana Valéria, vai entrar remotamente.

A SRA. IVI ALIANA DANTAS (Para expor.) – Oi, bom dia a todos e todas.

Quero saudar aqui, para não gastar ainda mais tempo, a Senadora Teresa Leitão e o Ministro Capobianco. Quero agradecer pela oportunidade de estarmos aqui.

No dia 28, a gente celebra esse Dia Nacional da Caatinga. Como já foi dito pelo Deputado Fernando Mineiro, lá do Rio Grande do Norte, é um dia escolhido em homenagem ao Prof. Vasconcelos Sobrinho e, para nós, é um dia de chamado, de atenção, de reflexão sobre o que significa a Caatinga, o que significa esse território ocupado pela Caatinga. Nós estamos falando de um bioma nosso, brasileiro, como já foi dito aqui pelas diversas falas, que está profundamente ligado à nossa história, à nossa cultura, que aglomera milhões de vidas nesse território e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo assim, também como já foi dito aqui, continua sendo muito invisibilizado, desvalorizado, tratado de forma menor.

E aí eu já faço um chamado aqui, já que eu estou fazendo essa reflexão de que hoje é um dia de chamado, aproveitando que nós estamos, inclusive, hoje na Comissão de Educação, porque esse chamado passa também pela educação: como é que a gente apresenta esse bioma para as nossas crianças, seja da zona rural, seja das áreas urbanas? Será que a ilustração que representa a Caatinga é apenas da sua estação seca?

Então, eu acho que a gente precisa repensar também – e aí eu chamo aqui o Senado e o Congresso a pensar sobre educação – como a gente tem representado esse território e esse bioma na formação da nossa sociedade.

E aí a Caatinga é a nossa floresta do Semiárido. É nela que vivem essas famílias que dependem da agricultura familiar, do extrativismo, da criação de animais. É onde se produz alimento – muito alimento, que alimenta a mesa de brasileiros e de brasileiras –, se constrói cultura, se inventam formas de viver, mesmo diante dessas dificuldades impostas pelo clima, construindo tecnologias sociais que mudaram o paradigma desse Semiárido.

Então, de acordo aqui com o Prof. Etham, um conjunto de políticas e de estratégias foram adotadas para, de fato, mesmo no período de seca, a gente não ter morte nem saque. E a política de cisternas, a política de convivência com o semiárido, os programas de acesso à água de forma descentralizada foram fundamentais para a gente viver hoje essa realidade no Semiárido.

É aqui também que nós encontramos uma das maiores riquezas desse território: o conhecimento acumulado das comunidades, esse conhecimento que não está nos livros, mas está nas práticas, no modo de fazer, na forma como a gente cuida dessa terra, dessa água.

E aí eu queria ressaltar, é fundamental dizer: são as mulheres que sustentam grande parte dessa relação que nós temos com esse território. São elas que guardam as sementes, fundamentais para a manutenção da nossa biodiversidade, que mantêm os quintais produtivos, que cuidam da alimentação das famílias, que organizam as comunidades. Então, as mulheres têm esse papel no Semiárido de guardiãs da Caatinga, transmitindo saberes que resistem e que se reinventam. Então, para nós, a Caatinga também floresce pelas mãos das mulheres.

E, quando a gente olha para esse bioma, a gente precisa enxergar, na verdade, diversas dimensões. Não é só a vegetação, mas é o território em que se vive, em que se alimenta e em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se reproduz. E a crise climática, esse momento que nós estamos vivendo de alerta, de manutenção da nossa vida neste planeta já está acontecendo. Os efeitos são sentidos cotidianamente, vêm sendo sentidos cotidianamente na realidade das pessoas que vivem no campo e na cidade, na guarda e na proteção deste elemento fundamental para nós, que é a água e que é esse bioma Caatinga. E aí, também, como foi dito, é importante reforçar essa posição estratégica que hoje a Caatinga tem como sumidouro de carbono. Então, acho que é importante termos isso como reflexão estratégica do que significa a manutenção da Caatinga.

Capacidade de adaptação.

Ela certamente será o bioma que vai ajudar a pensar a agricultura do futuro. Será a Caatinga.

Então, proteger a Caatinga não é só uma pauta regional; é uma pauta global, por essa capacidade que a Caatinga tem de resiliência e de se reinventar. Estando, portanto, como um dos biomas mais desmatados e o que não teve redução do desmatamento, é preciso fazer, a partir do território, esse chamado de que, de fato, hoje o Nordeste, em especial, sofre com o avanço dos grandes empreendimentos. Isso tem impactado diretamente esse bioma, fazendo com que essa luta que o Governo brasileiro tem travado de redução do desmatamento não chegue à Caatinga. Então, é preciso, de fato, que a gente pense a política ambiental e de energias renováveis associada ao que a gente acredita de redução do desmatamento. Por isso, tem uma consequência direta e muito grave do avanço da desertificação. Ela já é uma realidade vivida nos territórios.

A gente não deve entender a desertificação só como a terra ficando seca. A gente tem a perda de fertilidade do solo, a redução da capacidade de produção de alimentos, o desaparecimento da vegetação nativa, a disponibilidade de água reduzindo, inclusive adentrando outros biomas, como já foi dito – Alexandre gosta sempre de apresentar mapas, e os mapas que ele coloca nas falas dele são muito impactantes e chamam muito a atenção do quanto essa perda de umidade tem avançado sobre outros biomas –, e o aumento das temperaturas. Isso, com certeza, é fator que estará intimamente ligado à evolução das desigualdades.

O resultado desse desmatamento, dessa retirada excessiva chega a partir da pressão desses empreendimentos nas comunidades, com a ausência de diálogo. Então, é importante que a gente pense esse dia de chamado sobre a Caatinga também sobre as políticas que a gente vem desenvolvendo nesses territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a gente diz que combater a desertificação é necessariamente uma decisão política. Aqui a gente precisa pensar de forma muito nítida: não existe defesa da Caatinga sem políticas públicas fortes, contínuas e bem financiadas. Não basta conhecer o problema, não basta fazer discurso. É preciso garantir orçamento, programas estruturantes, assistência técnica, acesso à água, crédito, apoio à produção e à valorização dos sujeitos.

Aproveitando este último minuto – dez minutos passam rapidinho –, nós queremos fazer aqui um registro de reforço. O Ministro trouxe cinco pautas importantes em que o Ministério tem trabalhado, e a gente gostaria de fazer o reforço, enquanto sociedade civil, de duas ações que a gente considera que são muito importantes: o programa Recaatingar e, de fato, a execução do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação, que são fundamentais e estruturantes para que a gente, de fato, avance no que a gente chama de defesa da Caatinga, do combate à desertificação, na transformação desse território num território social e economicamente pulsante na produção de alimentos.

Defender a Caatinga é defender a vida, é garantir que esse solo continue produzindo. Então, estratégias de manutenção das pessoas nos territórios, de valorização e de recuperação desse bioma são fundamentais.

Então, vou repetir: acho que a gente precisa pensar o orçamento para que a gente, de fato, concretize esse chamado do Dia da Caatinga. A gente sabe que o Congresso e o Senado têm um papel fundamental: executam, hoje, uma parte importante do orçamento público. Então, a gente faz esse chamado também não só ao Governo brasileiro, mas também ao Congresso e ao Senado para que se empenhem no que significa fazer um bioma Caatinga. Para nós, da ASA, entender que o meio ambiente e a manutenção da nossa sociedade é defender todos os biomas. Então, um orçamento justo, um orçamento integrado, para que a gente faça sair do papel o programa Recaatingar e o nosso Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Ivi.

A SRA. IVI ALIANA DANTAS – Queremos e precisamos da Caatinga viva.

Muito obrigada e um bom dia para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, ressaltando o trabalho da ASA, um trabalho de articulação importantíssimo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu acompanho desde os tempos de Deputada Estadual em Pernambuco e que tem sido uma presença constante aqui, nas nossas audiências públicas, sempre trazendo ricas contribuições.

Vamos para a nossa última convidada. Peço um pouquinho de paciência. Depois eu passo a palavra para o Deputado Pedro Campos, porque, depois do meio-dia, parece que o relógio começa a andar mais rápido. Aí já vêm os compromissos do horário da tarde.

Eu vou passar, então, para a nossa convidada, que está de maneira remota, desde o começo, acompanhando todas as intervenções, todas as exposições, que é a Sra. Ana Valéria Vieira de Souza, pesquisadora e integrante do Comitê Gestor do Portfólio Economia da Biodiversidade.

Seus dez minutos iniciais, Ana Valéria, e muito obrigada pela presença.

A SRA. ANA VALÉRIA VIEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão; bom dia, Exmo. Sr. Ministro Capobianco. Nas pessoas de vocês, eu cumprimento todos da mesa e todos os presentes.

Eu vou ser breve. A apresentação está legal aí? A fala? (*Pausa.*)

Está legal?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós a estamos vendo e a ouvindo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas a apresentação não entrou...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A apresentação ainda não entrou.

A SRA. ANA VALÉRIA VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Tá, eu vou compartilhar agora. (*Pausa.*)

Deu certo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ainda não. (*Pausa.*)

Agora... (*Pausa.*)

Foi colocado aqui pelo nosso apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA VALÉRIA VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Ah, foi colocado? (*Pausa*.)

É, remotamente é assim mesmo, né? Tem esses...

Eu vou voltar para a página inicial, por favor. Ou fui eu que... (*Pausa*.)

Foi o pessoal que colocou?

A primeira página, por favor. (*Pausa*.)

Nada?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nada. Estamos tentando aqui. (*Pausa*.)

A SRA. ANA VALÉRIA VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Deu certo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deu.

A SRA. ANA VALÉRIA VIEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Tá.

Vou ser breve na apresentação e dizer que é um grande prazer estar aqui, nesse dia tão especial em que a gente comemora o Dia Nacional da Caatinga.

Agradeço pelo convite, e falando...

Pode passar, por favor? (*Pausa*.)

Eu tinha colocado alguma coisa para contextualizar o bioma, mas, como ele já foi muito bem contextualizado pelos expositores anteriores, eu apenas gostaria de enfatizar que realmente esse é um bioma que tem sido negligenciado; é um bioma exclusivamente brasileiro que apresenta uma biodiversidade riquíssima.

Eu, que sou de outra região – já tem quase 20 anos que eu cheguei aqui no Sertão de Pernambuco – e trabalho com biodiversidade, não tem como não se apaixonar pela Caatinga. É um bioma lindo, de uma biodiversidade riquíssima, e realmente a gente sente que o nosso papel, a nossa responsabilidade, é contribuir mesmo para a conservação e o uso sustentável desse rico bioma.

Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, falando da Embrapa Semiárido, nós trabalhamos com espécies nativas da Caatinga. Dentro dessa biodiversidade, nós temos que, hoje, apenas aproximadamente 3 mil espécies vegetais são catalogadas. Dessas, nós temos um montante de aproximadamente 700 espécies que são endêmicas, ou seja, elas só ocorrem aqui e em nenhum outro lugar do planeta.

Então, a Embrapa Semiárido fica localizada em Petrolina, Pernambuco, e é uma das 43 unidades da Embrapa. E aqui na unidade nós pesquisamos o desenvolvimento e a inovação para a sustentabilidade do Semiárido brasileiro.

Por favor, o próximo.

E com o foco da Embrapa Semiárido, nós atuamos prioritariamente no fortalecimento de sistemas de produção adaptados ao clima do Semiárido, desde a agricultura irrigada até a agropecuária familiar, sempre priorizando o uso sustentável da Caatinga, com ênfase em resiliência climática, bioeconomia, a inclusão socioprodutiva e digital, e com isso buscando aumentar a eficiência hídrica, a segurança alimentar, a agregação de valores e sustentabilidade da produção agropecuária, sempre priorizando os benefícios que isso pode levar aos agricultores familiares, às comunidades e povos tradicionais e a todos os atores que atuam nas cadeias produtivas do Semiárido brasileiro.

Aqui na unidade nós temos três grandes áreas de foco de atuação, que seriam: a agricultura dependente de chuva, a agricultura irrigada e os recursos naturais. Dentro da área de agricultura dependente de chuva, as pesquisas são voltadas para estudos relacionados ao aumento da resiliência e da adaptabilidade de recursos alimentares e forrageiros, temos estudos com barragens subterrâneas, barreiros de salvação, o sistema ILPF, que é a integração lavoura-pecuária-floresta, sempre considerando essa parte de conservação e uso sustentável da Caatinga. Temos também a parte de pesquisa voltada para melhoramento ou busca de alternativas de novas forrageiras para alimentação animal.

A segunda linha de pesquisa que nós temos é a agricultura irrigada, que é voltada principalmente para pesquisa com frutas e hortaliças. Na parte de irrigação, os estudos são para melhoramento, parte de tecnologia de irrigação, manejo do solo, mas voltado para essa parte de agricultura irrigada.

E na terceira linha, nós atuamos de uma maneira significativa nos recursos naturais, que é especificamente a nossa linha de pesquisa. Então, dentro dos recursos naturais, muitas ações são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas para a conservação e o uso dessa riqueza da Caatinga, voltada para microrganismo, plantas, insetos, a parte de manejo das riquezas físicas de água do solo.

E dentro da linha de pesquisa dos recursos naturais – pode passar, por favor –, nós realizamos amplas atividades relacionadas à prospecção da variabilidade genética, tanto de microrganismos quanto de plantas. Então, nós identificamos microrganismos, genes com tolerância seca. Tem sido muito falada a questão das mudanças climáticas, dessa busca. O que a Caatinga tem, que, quando está seco, fica a vegetação cinza, as plantas perdem as folhas. Mas logo com as primeiras chuvas, tudo rebrota e fica tudo lindo, verde. A Caatinga fica em flor. Então, o que a Caatinga tem? Então, são esses genes, esses microrganismos, além de outros fatores. Então nós estudamos também nessa parte.

Temos alguns bancos ativos de germoplasma, em que nós conservamos espécies nativas como o umbuzeiro, que é uma espécie importante, de potencial econômico para o bioma; o maracujá da Caatinga; o cumaru ou a umburana-de-cheiro, que é uma espécie medicinal, que há alguns anos estava na lista de extinção e que já fez parte até de um programa de saúde pública do Governo do Ceará.

Temos o desenvolvimento de cultivares, por exemplo, do umbuzeiro. Hoje nós já temos quatro clones para o cultivo comercial, já foi desenvolvida a BRS Sertão Forte e a parte do aproveitamento agroindustrial dessas espécies nativas. Por exemplo, na semana passada teve um evento na Embrapa, o Brasil na Mesa – inclusive com a presença do Presidente Lula – em que foram levados esses produtos da biodiversidade, como os do umbuzeiro, do maracujá.

E temos a parte de pesquisa de sistemas de produção dessas espécies nativas de potencial econômico como, por exemplo, a maniçoba – pode passar, por favor – e de espécies de potencial medicinal ou aromático.

Aqui apenas uma foto para ilustrar o Banco Ativo de Germoplasma que nós temos do cumaru ou da umburana, umburana-de-cheiro. Eu falo que ela é a menina dos olhos do Sertão.

Hoje, nessa área, são conservadas mais de 100 plantas, de 100 acessos. Então, nós desenvolvemos pesquisas de diversidade química, de diversidade genética, tudo isso buscando conservar e participar de iniciativas de políticas públicas para o desenvolvimento de fitoterápicos dentro desses programas do Governo.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro dessa parte dos recursos naturais, como já foi falado, a Caatinga é um bioma que apresenta muitas potencialidades, grandes potencialidades. Dentro dessas potencialidades, na Embrapa Semiárido, nós desenvolvemos um programa, já tem alguns anos, em que nós buscamos identificar quais são essas espécies de potencial econômico. Isso para que a gente possa desenvolver, contribuir, para essa bioeconomia da Caatinga porque, apesar de essa vegetação estar, assim... Falta muito ainda para se estudar, para se fazer, para se catalogar, mas nós já identificamos muitas espécies que têm esse potencial de contribuir para a bioeconomia da Caatinga.

Nesses estudos, nós observamos, quando a gente foca no uso sustentável, na conservação pelo uso, nas comunidades locais, nos povos tradicionais, que o amor – a gente também desenvolve esse amor – é tão grande por essas espécies, pela Caatinga, que eles querem conservar, não querem destruir, principalmente quando isso vai gerar um benefício social, econômico, para esse pessoal, para essas comunidades.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente traz como exemplo o licuri, que é uma espécie nativa, uma palmeira nativa. Hoje já existe uma cadeia produtiva do licuri no Sertão da Bahia. Então, existe um programa lindo, magnífico, tem até no YouTube, um programa da Bahia, em que eles mostram toda a cadeia produtiva, desde a produção da semente, da amêndoa, do coco, da extração do óleo. Tudo isso é feito... Eles entregam essa produção para a Coopes, que é uma cooperativa. Então, o óleo do licuri, a rapadura. São produtos deliciosos e já existe essa cadeia produtiva. As comunidades cuidam, as mulheres cuidam – eu estou terminando – ,com muito amor.

Pode passar, por favor.

Temos o umbuzeiro. Existe a cooperativa, a Coopercuc, aqui em Uauá, no norte da Bahia, onde também já existem produtos que são comercializados. Para os amantes da cerveja, existe a cerveja do umbu. Eu não gosto, mas todos que bebem falam que é muito gostosa. Os doces já são comercializados por essa cooperativa. Existe aqui a Central da Caatinga, que comercializa, então já existe também uma cadeia produtiva – pode passar, por favor – do umbu.

Dentro desse programa que nós desenvolvemos na Embrapa, foram as frutíferas, o uso ornamental e as que produzem substâncias bioativas, então, essas plantas lindas que têm esse potencial ornamental e que podem também ser uma fonte para a bioeconomia, uma fonte de emprego e renda para essas comunidades locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

E a parte das plantas medicinais, as plantas aromáticas. Hoje nós já temos plantas nativas que são cultivadas, já estabelecemos sistemas de produção para que, no futuro próximo, a gente espera, a gente possa retornar isso para as comunidades. São plantas produtoras de óleos essenciais, que podem ser utilizadas na indústria de cosméticos, aromas, fragrâncias, para a parte de fitoterápicos, para uso na saúde animal e na saúde humana, e também para parte de bioinsumos. Hoje nós temos aí, no contexto da Saúde Única, ou Uma Só Saúde, algumas espécies que são cultivadas, e vamos voltar isso para as comunidades para estabelecer realmente essa cadeia de valor e ser uma opção de renda para as comunidades da Caatinga e do Semiárido.

Pode passar, por favor.

Infelizmente a fala é rápida, a gente não tem muito tempo, mas a gente tem muita coisa ainda para mostrar.

Gostaria de agradecer a oportunidade mais uma vez e dizer que é um grande prazer e que nós estamos à disposição para algum questionamento.

Muito obrigada mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Ana. Muito obrigada pela exposição, a rica exposição.

O licuri já é famoso – viu? – aqui nesta Comissão, ele foi trazido pelo Alexandre e ele ficou famoso aqui na Comissão.

Eu quero agradecer a exposição de todos os nossos convidados e convidadas, pedir desculpa pelo tempo, mas a gente sabe que também quem está aqui tem seu tempo limitado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Pedro Campos e depois eu faço o anúncio das pessoas aqui presentes, que o Ministro também está já chegando ao limite.

Então, Deputado Pedro Campos, com a palavra.

O SR. PEDRO CAMPOS (Bloco/PSB - PE. Para expor.) – Bom dia... Bom dia, porque ninguém almoçou ainda. Então, bom dia a todas e todos.

Vou ser muito breve. Quero parabenizar a Senadora Teresa Leitão pela iniciativa, também o Deputado Fernando Mineiro; quero saudar todos os expositores e parabenizá-los todos na pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Ministro Capobianco; e quero dizer que, como a prosa se alongou um pouco, eu resolvi começar em poesia essa fala aqui no dia de hoje.

Um poeta do Sertão do Pajeú, dentro da área da Caatinga, diz assim:

Quem foi que disse
Professor de que matéria
Que o sertão só tem miséria
Que só é fome e penar
Que é a paisagem
Da caveira duma vaca
Enfiada numa estaca
Fazendo a fome chorar.

Não pode nunca imaginar
O som que brota
Da cantiga de uma grota
Quando chuva cai por lá
O cheiro verde
Da folha do marmeleiro
E o amanhecer catingueiro
No bico no sabiá.

Tem mulungu do vermelho
Mas vivo e puro
E tem o verde mais seguro
Que tinge os pés de juá
A barriguda mostrando
O branco singelo
E a força do amarelo
Na casca do umbu-cajá.

Criou-se o estigma
Do matuto pé de serra
Que tudo que fala erra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Porque não pôde estudar
Só fala versos matutos, obsoletos
Feitos por analfabetos
Que mal sabem se expressar.

Falam no sul com deboche
Que isso é cultura
De só comer rapadura
Como se fosse manjar
Saibam que aqui
tem abelha de capoeira
E o mel da flor catingueira
É mais doce que o mel de lá.

Temos poesia que exalta
O que é sentimento
E a força do pensamento
De quem sabe improvisar
Tem verso livre
Tem verso parnasiano
E mesmo longe do oceano
Tem galope à beira-mar.

Essa é a força do sertão, essa é a força da Caatinga e a força do povo sertanejo. E essa é a disputa política também que nós fazemos aqui. E só queria acrescentar uma discussão sobre isso que é muito importante, porque a Caatinga e o Nordeste são irmanados. A Caatinga é predominantemente nordestina e o Nordeste é predominantemente caatingueiro, por assim dizer.

Então, essa disputa é uma disputa política antiga. Tem um livro muito interessante que chama *Só Sei Que Foi Assim*, do Octávio Santiago, que é potiguar também, que fala sobre essa invenção do Nordeste, sobre o Governo do Presidente Epitácio Pessoa, a criação do Dnocs e uma disputa que, no final das contas, era pelo financiamento, pelo dinheiro. Estava indo mais dinheiro do orçamento da União para aquela região, tinha gente que era contra isso. Então, grandes jornais do Sul e Sudeste mandaram expedições para o Nordeste para poder retratar o que era o Nordeste,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mas lógico que com a visão de querer, além de falar de tudo o que faltava, da seca, da pobreza, da miséria que existia, criar uma narrativa que ia além, dizendo que não adiantava investir lá, porque, além de tudo que faltava, o dinheiro que chegava era desviado, era roubado, não chegava até a população. Então, para que a gente vai cuidar daquelas pessoas pobres, famintas, se quem está ali as representando ainda está roubando o pouco que elas têm?

Essa é a narrativa que nós temos que fazer virar, esse jogo. Primeiro, olhar o potencial, olhar não só para o que falta, mas para o que abunda, a resistência, a força do povo nordestino. A partir disso, também fazer essa virada do jogo da política. E fazer isso semeando e trazendo uma esperança concreta.

Eu vi recentemente uma fala de Belchior, do grande cearense Belchior, dizendo assim: "Eu não gosto de esperança fútil, nem de esperança fácil, eu gosto da esperança vulgar, do povo". E a esperança do povo do Nordeste é ver a água da transposição do Rio São Francisco chegando para o povo sertanejo, é ver os meninos de Ouricuri ou de Araripina indo estudar no Instituto Federal, é ver a Universidade estadual de Pernambuco formando médico em Serra Talhada.

Essa é a esperança que a gente quer semear e quer plantar no Nordeste, conseguindo com isso também fortalecer a destinação e o investimento dos recursos, porque isso é muito importante, isso é o começo de toda essa confusão. É por dinheiro, é por investimento, é por oportunidade.

Por isso, para concluir, também reforço a importância da aprovação do projeto que cria a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e também a emenda que eu tive a alegria de fazer que cria o Fundo da Caatinga, para que para tudo isso também tenha dinheiro, tenha investimento, para que a gente possa aproveitar todo esse potencial da nossa região e da nossa gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Deputado Pedro. Sabemos que V. Exa. é um aliado e agradecemos a presença, agradecemos o momento poético.

Pajeú é uma das regiões mais cheias de poesia. É de lá que o nosso amigo é, de um distrito chamado Jabitacá. É o mundo de Jabitacá, capital do Pajeú.

Agradeço a sua presença, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, antes de passar a palavra ao Ministro, falo das presenças que estão aqui. Vários representantes de vários ministérios estão aqui, o que nos enseja uma ação articulada não apenas do Ministério do Meio Ambiente, mas de todos os outros que aqui vieram.

Primeiro-Secretário Leandro Magalhães Silva de Sousa, Subchefe da Divisão de Biodiversidade do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Ricardo da Costa Ribeiro, do Ministério de Minas e Energia; Sr. Marcus Vinicius da Silva Alves, Diretor-Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro; Anderson Amaro, Dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores; Marcelo Elvira, Secretário-Executivo do Observatório do Código Florestal; Alex Augusto Gonçalves, Coordenador-Geral de Recuperação de Áreas Degradadas do Ministério da Agricultura e Pecuária; Arthur Oliveira Chagas, Coordenador-Geral de Programas e Projetos Legislativos do Ministério da Cultura. Atendendo também ao pedido do Deputado Mineiro para anunciar as presenças aqui.

Todos os nossos convidados receberam as perguntas do e-Cidadania, que podem ser consideradas nessa parte: Raissa, do Mato Grosso; Renata, do Distrito Federal; Jonas, de São Paulo; Victor, de Goiás; Renan, de Pernambuco, e Raissa, do Mato Grosso. Perguntas e comentários, quero avisar a todos que foram considerados.

Nessa parte final, eu vou dar a palavra inicialmente ao Ministro, porque ele tem horário. Agradeço-lhe ter dedicado toda uma manhã, praticamente, à nossa Comissão.

Passo a palavra ao Ministro para as suas considerações finais. Ou transitórias, não é, Ministro? O mundo está tão dinâmico.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para discursar.) – É verdade.

Bom, primeiro, Senadora Teresa, eu queria, mais uma vez, agradecer-lhe a oportunidade e parabenizá-la pela iniciativa. Realmente, aumentar o conhecimento, o entendimento – é mais do que o conhecimento... Acho que a grande questão é o entendimento, que é necessário que o país tenha, a sociedade brasileira tenha, sobre a importância, a relevância desse bioma extremamente biodiverso e culturalmente diverso, como foi dito aqui por várias pessoas.

Nós temos várias iniciativas em curso. O Presidente Lula, ao reorganizar o Ministério, criou uma diretoria para atuar diretamente sobre isso. Nós tivemos a sorte de convencer o Alexandre a aceitar, porque uma coisa é você convidar; o duro é a pessoa aceitar. (*Risos.*) Nós tivemos a sorte de o Alexandre ter aceitado esse desafio na secretaria, que é dirigida pela Secretária Edel, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também é uma pessoa extremamente ligada nesse tema, embora ela seja do Marajó, muito solidária e muito ativa na questão que nós estamos tratando aqui.

Eu acredito que é importante também ter participado deste evento. Aliás, eu sempre gosto, Senadora, de participar o máximo que eu posso, porque, nessas oportunidades, a gente conhece novas iniciativas, conhece pessoas que estão liderando, como a Ivi, como o José Etham, como o Sérgio – que eu já conhecia há um bom tempo, como o Deputado Mineiro também. É importante a gente estar sempre disponível para ouvir, para aprimorar. O Deputado Pedro também fez colocações muito importantes, trazendo de onde vem essa história de a Caatinga ter sido, ao longo de muito tempo, considerada um bioma de "segunda categoria" – entre aspas –, que não teria expressão do ponto de vista ambiental nem do ponto de vista social. Aliás, até recentemente, um candidato aí andou dizendo coisas bem estranhas em relação ao povo nordestino. Então, tudo isso a gente precisa rever, repensar.

O ministério tem essas ações em curso, são ações bastante consistentes. Acho que nós já temos aí novidades importantes. O Brasil já está entrando num outro caminho em relação à Caatinga e ao Nordeste como um todo.

Aproveito para, mais uma vez, estimular a todos a se articularem no enfrentamento do desafio desse segundo semestre, que é o El Niño muito rigoroso. Nós vamos precisar de muita articulação. O Senado, a Câmara, os Parlamentares da Região e mesmo aqueles que não são da Região, mas que têm um compromisso com a Caatinga, atuarmos juntos com o Governo Federal e com os governos estaduais para, de fato, fazer frente a esse desafio que se aproxima. Ao mesmo tempo em que estamos com várias iniciativas e com várias políticas públicas bem desenhadas e tendo início de forma consistente, nós temos dois desafios pela frente: um é garantir a unidade entre nós para seguir com essas políticas sendo implementadas e, segundo, é ter um compromisso de que essas políticas, que eu citei aqui, esses programas não sejam iniciativas de um Governo, mas sejam iniciativas do Estado brasileiro, porque nós precisamos garantir que elas continuem, tenham densidade e melhorias, sempre abertas aos aprimoramentos, mas elas precisam continuar.

Eu acredito, Senadora, que as lideranças políticas do Nordeste têm um papel preponderante para garantir que os processos sigam o seu curso, independentemente de quem esteja na chefia do Poder Executivo. Acho que esse é um desafio muito grande para nós. Claro que nós todos estamos trabalhando para que não haja solução de continuidade, mas, ao fim e ao cabo, quem vai decidir isso é o povo indo à urna. Eu espero que, independentemente do resultado, essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

políticas tenham sequência e esse legado fique. Para isso, mais uma vez, reafirmo o papel fundamental desta Casa e do Congresso Nacional como um todo.

E, finalmente, também eu queria dizer que seria muito bom, Sérgio, se, de fato, fosse possível sancionar o projeto de lei na Semana do Meio Ambiente, seria realmente excepcional, mas aí depende do Senado. O projeto já foi aprovado aqui, foi para a Câmara – tivemos modificação na Câmara – e voltou para o Senado. Precisaria aí de um empurrãozinho nessa reta final para que a gente pudesse ter esse projeto.

É importante aproveitar os momentos e a conjuntura. Nós, por exemplo, conseguimos mover aqui o processo político para aprovar a Lei do Manejo Integrado do Fogo, quando nós mostramos o risco que o país estava correndo, em 2024, de não ter uma política adequada para fazer o enfrentamento. Hoje nós temos a política, o Senado atendeu a essa solicitação. Aprovamos a lei, e ela já foi regulamentada. O Comitê do Manejo Integrado do Fogo tem atuado de forma muito intensa.

Temos uma nova realidade agora, que vai certamente contribuir para minimizar um pouco o desafio do El Niño, mas temos aí a oportunidade também da Caatinga, porque foi o bioma em que nós tivemos mais dificuldade de reduzir o desmatamento, como eu já falei. Estamos seguindo e perseguindo isso, mas tivemos um pouco mais de dificuldade. Temos essa seca se aproximando.

Portanto, eu acredito que tem os elementos, Senadora, de conjuntura que poderiam nos ajudar a convencer o Senado a aprovar esse projeto.

Para isso, nós nos colocamos à disposição. Se a senhora quiser organizar uma reunião com Lideranças, se achar que a nossa contribuição pode ajudar, nós estamos totalmente à disposição para colaborar e, quem sabe, realizar o sonho de todo mundo – e do Sérgio aqui em particular, porque ele que falou isso – de ter essa lei aprovada neste ano, de preferência, na Semana do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Então muito obrigado, parabéns. Ficamos à disposição para avançar com essa agenda fundamental. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Ministro, eu acho que isso fica, sim, como um encaminhamento concreto dessa audiência. Posso falar com a Senadora Leila Barros, ela é Vice-Presidenta da Comissão de Meio Ambiente, o Presidente é o Senador Fabiano Contarato. Posso falar com ambos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não garanto ser aprovada de hoje para amanhã, a conjuntura da nossa pauta legislativa todos conhecem – o grande desafio que nós temos amanhã e depois de amanhã –, mas, cabendo agilidade, pode ser trazido para a pauta da Comissão da próxima semana. Eu acho que... Não é 100%, mas é bem pertinho do símbolo do dia. Eu me encarregarei disso como saldo positivo e concreto dos encaminhamentos dessa audiência.

Pergunto se algum dos membros da mesa deseja fazer as suas considerações breves.

Deputado Mineiro.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Para expor.) – Rapidíssimo, Senadora Teresa Leitão, só para dizer que, primeiro, o Consórcio Nordeste já mostrou interesse, Ministro, na possibilidade de trazer a COP da Desertificação para o Brasil. Eu acho que seria importante... Gabas não está aqui, mas como eu tenho acompanhado este debate... Então só para informar isso, acho que seria importante o Ministério *linkar* com o Consórcio para ver isso.

E dizer que também tramita aqui na Câmara um projeto de minha autoria que são as salvaguardas socioambientais para enfrentar os impactos negativos dos parques eólicos e solares. Então é um debate também fundamental, e estamos aí para agradecer ao Estado do Rio Grande do Norte, só para a gente ter um... Acho que é o único estado que tem um fundo de combate à desertificação, fruto de uma lei da minha autoria, que fui Deputado Estadual.

Nessa lei que a gente criou o Conselho de Combate à Desertificação tem um fundo, e eu destino boa parte das minhas emendas parlamentares para ações na Caatinga. A grande maioria é de parcerias com a UFRN, com a Ufersa, com os IFs, com entidades da sociedade civil. Temos experiências bem interessantes, inclusive com o Ministério do Meio Ambiente também, Ministro, ações bem focadas... Tem uma ação que eu acho muito inovadora, que é a criação de caprinos e de abelhas sem ferrão para convivência na Caatinga, que já começou, já está andando, e temos várias outras ações bem interessantes.

É isso e muito obrigado pela parceria.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. (*Fora do microfone.*) Vamos manter nossa parceria para fazer novas audiências, como a gente faz todos os anos para demarcar esse dia.

Sérgio, deseja?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO LEITÃO (Para expor.) – Senadora, só agradecer e parabenizar a senhora e todos que aqui falaram, todos que nos assistiram. E agradecer ao Ministro Capobianco, que nos deixou com essa mensagem de esperança de que a gente tem chance de, no dia 5 de junho, marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente com a assinatura da Lei da Política Nacional de Defesa e Proteção da Caatinga.

E viva a Caatinga, viva o povo nordestino, viva o Brasil! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sérgio.

José Etham.

O SR. JOSÉ ETHAM DE LUCENA BARBOSA – É só para parabenizar a todos, reforçar a questão da política de ciência, tecnologia e inovação do país, os orçamentos, resgatar essa pujança que é o Brasil. Nós só vamos obter soberania – e soberania sobre os nossos biomas, sobre os nossos recursos naturais – com investimentos. Então, resgatar isso.

A capacidade que a gente tem de gerar conhecimento é infinita, e a capacidade do potencial que a gente tem, principalmente na Caatinga, é de referência. Se vamos atacar as mudanças climáticas, começa pela Caatinga esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Ivi.

A SRA. IVI ALIANA DANTAS – Quero agradecer a Senadora, agradecer a atenção de todas as pessoas que estiveram aqui e deixar mais uma vez o reforço de que esse é um dia de chamado – um dia de chamado –, a Caatinga é uma luta permanente.

Essa luta passa pelas mãos das mulheres, da agricultura familiar, passa pelas organizações sociais, pelos movimentos sociais, mas passa, sobretudo, pelo Estado e pelas políticas públicas. Então, que a gente possa, de fato, construir políticas públicas estruturantes para a Caatinga.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Muito obrigada, Ivi.

Ana Valéria precisou se retirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mais uma vez agradecer a presença de todos e de todas, as ricas contribuições. Vamos hoje mesmo oficiar à Comissão de Meio Ambiente, à Relatora e ao Presidente acerca do projeto de lei da Senadora Janaína e dizer que as Comissões de Educação e de Meio Ambiente também estão abertas para que a gente possa avançar neste debate e consolidar o Objetivo 8 do nosso Plano Nacional de Educação e estarmos atentos e atentas a tudo que vier para nós em relação a projetos, em relação a ações, a iniciativas, a orçamento, no que diz respeito à Caatinga.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Paulo Paim, Camilo Santana, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Wilder Morais, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2026 - CE, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, das Artes e dos Eventos. **Participantes:** Sr. Miguel Ribeiro, Representante da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos (ANTE); Sra. Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (Sindcine); Sr. Carlos Balduíno, Diretor de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República (SNDS/SG/PR); Sr. Thiago Rocha Leandro, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (SEFIC/MinC); Sr. Frederico Barbosa da Silva, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Sr. Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/MinC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 28 de abril de 2026.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, das Artes e dos Eventos, em atenção ao Requerimento nº 24, de 2026, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Miguel Ribeiro, representante da Articulação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Eventos; o Sr. Carlos Balduíno, Diretor de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República; a Sra. Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual; e o Sr. Frederico Barbosa da Silva, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Foram também convidados o Sr. Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa do Ministério da Cultura, e o Sr. Thiago Rocha Leandro, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, os quais nós estamos aguardando.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Eu queria, antes de passar a palavra aos nossos expositores, fazer aqui uma manifestação desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, representantes do setor cultural e da sociedade civil, demais convidados aqui presentes, quero iniciar, destacando a relevância desta audiência pública. Discutir o Estatuto das Trabalhadoras e dos Trabalhadores da Cultura, das Artes e dos Eventos é tratar de um dos pilares mais sensíveis e estratégicos para o desenvolvimento do Brasil: o reconhecimento de quem produz, sustenta e projeta a nossa identidade regional e cultural.

A cultura brasileira é uma das maiores expressões da nossa diversidade, da nossa história e da nossa capacidade criativa. Mas, paradoxalmente, aqueles que fazem a cultura acontecer – artistas, técnicos, produtores, colaboradores – ainda convivem com um cenário de elevada instabilidade. A intermitência das atividades, a ausência de vínculos formais, a dificuldade de acesso à previdência e a fragilidade das relações contratuais expõem esses profissionais a uma realidade de insegurança permanente.

É justamente nesse contexto que se insere a importância de um estatuto. Não estamos falando apenas de um novo diploma legal, mas de um marco civilizatório, um instrumento capaz de estabelecer princípios claros, organizar as formas de contratação, assegurar mecanismos de proteção social e, sobretudo, reconhecer esses trabalhadores como sujeitos de direitos, com dignidade e previsibilidade em suas trajetórias profissionais.

Reconhecer esses trabalhadores como sujeitos de direitos, com dignidade e previsibilidade em suas trajetórias profissionais.

Nos últimos anos, assistimos a um processo crescente de precarização das relações de trabalho no setor cultural. A pejotização, muitas vezes utilizada como alternativa para viabilizar contratações, acabou, em inúmeros casos, servindo para transferir riscos ao trabalhador, fragilizar garantias e reduzir proteção social. Trata-se de uma distorção que precisa ser enfrentada com equilíbrio, garantindo segurança jurídica para contratantes, mas também proteção efetiva para quem trabalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É importante reconhecer que o Brasil vive hoje um novo momento na política cultural. O Governo do Presidente Lula recolocou-a no centro da agenda pública, com a reconstrução do ministério, a retomada de políticas estruturantes e o fortalecimento de instrumentos de fomento, que representam uma mudança concreta de direção. A Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc são exemplos emblemáticos desse novo ciclo: elas não apenas garantiram recursos emergenciais e estruturantes para o setor, como também reafirmaram o compromisso do Estado com a cultura como direito e vetor de desenvolvimento, mas é preciso ir além do financiamento. O desafio agora é estruturar as bases do trabalho cultural no Brasil, e é exatamente isso que este estatuto se propõe a fazer: sair de uma lógica episódica, muitas vezes emergencial, para construir um ambiente estável, previsível e sustentável para as trabalhadoras e os trabalhadores da cultura.

É igualmente fundamental destacar que esse setor possui enorme relevância econômica: ele gera empregos, movimenta cadeias produtivas complexas, dinamiza economias locais e contribui para a imagem do Brasil no mundo. Valorizar o trabalhador da cultura é, portanto, também uma estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Este debate, portanto, precisa ser conduzido com responsabilidade e escuta ativa. Já contamos com um anteprojeto consistente, fruto de diálogo técnico e institucional, mas é aqui, neste espaço democrático, que poderemos aprimorá-lo. É essencial ouvir os trabalhadores, os gestores, os produtores, as entidades representativas para que possamos construir um texto equilibrado, que ofereça segurança jurídica, proteja direitos e estimule o desenvolvimento do setor.

Senhoras e senhores, o Brasil tem uma dívida histórica com as trabalhadoras e os trabalhadores da cultura, das artes e dos eventos. Este estatuto é uma oportunidade concreta de começar a saldá-la. Não se trata apenas de regular relações de trabalho, mas de afirmar um compromisso com a dignidade, com a valorização profissional e com o futuro da cultura brasileira.

Tenho a convicção de que, com diálogo, responsabilidade e compromisso público, construiremos um marco legal à altura da importância desse setor para o nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Bom, chegou agora o Sr. Thiago Rocha Leandro, que é Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, vamos iniciar com a manifestação do Sr. Miguel Ribeiro, representante da Articulação Nacional dos Trabalhadores em Eventos (Ante).

V. Sa. terá direito a dez minutos para a sua exposição, marcados ali naquele relógio. Quando faltar um minuto, será acionada aqui uma campainha – que faz um barulho terrível! (*Risos.*) Aí, V. Sa. saberá que tem um minuto para concluir a sua exposição. O.k.?

O SR. MIGUEL RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado.

Bom, primeiro, queria abrir um pequeno espaço aqui, Senador, para fazer um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim, que há dois anos estava com a gente aqui, também nesta discussão e tudo. Infelizmente, ele não pôde estar neste momento e tudo, mas queria render-lhe essa homenagem, porque foi um parceiro de primeira hora.

E também quero agradecer a sua disposição em entrar neste processo, em assumir esta discussão, que é muito cara à cultura brasileira, como você mencionou.

E aí eu queria começar dizendo que meu nome é Miguel Ribeiro e eu sou um trabalhador da cultura. Eu trabalho, atualmente, para o Sistema Nacional de Cultura, num projeto aqui em Brasília, mas às vezes trabalho com projeto de Brasília e também no Ministério da Cultura. Então, eu me considero um trabalhador, porque eu não sou empreendedor da cultura. Embora a gente tenha muitos empreendedores na cultura, é importante que o ministério observe isto: muitos dos agentes culturais que recorrem a programas do Ministério da Cultura o que precisam mesmo é de linha de crédito, de capital de giro e tudo para fazer empreendimentos. Eu, como trabalhador da cultura, trago a minha experiência de alguns anos dedicado a essa matéria, e grande parte desse tempo trabalhando com isso.

Eu queria destacar isso, porque, em uma das discussões levantadas aí, com todo respeito ao Ministério da Cultura, sobre a possibilidade de se colocar a economia criativa, eu queria manifestar a minha posição como trabalhador, que, nesses quatro, cinco anos, constrói esse movimento também, colocando muito claramente que essa discussão foi feita várias vezes no movimento – várias vezes! – e, em todas as vezes, foi vencida. Essa história de economia criativa foi vencida dentro do movimento. Por quê? Porque, claramente, não se encontrou ninguém que se identifique como sendo aquela pessoa trabalhadora da economia... Não teve um que dissesse representar aquilo. Então, acho importante isso como um registro sobre o nome que a gente terá. Eu acho que o nome que nós encontramos reflete uma discussão enorme e reflete, inclusive, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

resultado da nossa pesquisa, de uma pesquisa que é o Mapa da Graxa e, depois, a realização de um fórum nacional, que também discutiu isso. Lá, de novo, surgiu: "Mas a economia criativa...". Pois é, a economia criativa não está entre nós, ou nós não estamos no meio dela, entendem? (*Risos.*) Ficou muito assim.

Eu acho que é muito próprio... Esse movimento surge na pandemia, quando o abandono foi completo, quando os direitos se mostraram totalmente inexistentes para aquelas pessoas, quando os trabalhadores e trabalhadoras não tinham possibilidade nenhuma, a não ser vender seus instrumentos... Por quê? Porque todas as nossas relações são feitas com nossos amigos, os nossos amigos da cultura. Então, eu sou amigo da pessoa que me contrata ali e tal, e ninguém consegue se desfazer desses vínculos na hora do trabalho. O que ocorre é que, em geral, essa relação de compadrio é muito desvantajosa para os trabalhadores, porque a gente retroalimenta as informalidades, as precarizações amigas, tipo: "É o mais barato, mas tudo bem e tal".

Estou falando isso no momento em que um companheiro morreu no Rio de Janeiro. Em uma enorme estrutura de milhões de reais, uma pessoa da cenografia morre esmagada e tal. Estão vendo como é que foi, mas também nem se pode falar muito, porque, senão, o público não vai, não é? Então, é assim: "noticia, mas...", "está tudo bem; morreu, mas está tudo bem". É tipo isso. E a gente sabe que não tem um diretor técnico, por exemplo... Não tem um diretor que dê conta de responder por aquilo que aconteceu.

E isso reflete muito o estado de coisas que nós vivemos por essas relações que são de informalidade, que são muito... Vamos dizer assim: consentem muito, vão consentindo, consentindo e tal.

Eu também faço parte disso, dessas relações de trabalho. Eu não sou técnico. Eu elaboro projetos, eu articulo entes e agentes no meu território, eu também sou artista, mas nunca tive recurso público para isso... Enfim, eu trabalho dentro de projetos culturais, usando os meus talentos, os que eu tenho, e sou pago por isso. Então, sou um trabalhador da cultura que consegue observar também essas relações de diversas maneiras. Nesse sentido, eu vim aqui hoje trazer... Nós temos os especialistas, e o maior especialista em falar sobre o estatuto... Está aqui quem traz isso tudo na cabeça, está Alê, Paula deve estar assistindo, estão todos os parceiros que vieram.

Eu queria falar um pouco, já aproveitando a Thiago aqui, porque, no encontro que a gente teve no dia em que não pôde haver a nossa sessão aqui, o Thiago recebeu as pessoas, e lá se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

abriu um diálogo diferente, uma perspectiva diferente, não sobre como o ministério quer falar com os trabalhadores da cultura, mas como o Ministério da Cultura pode trabalhar nos seus editais e nas suas licitações e orientar os estados e municípios, no Sistema Nacional de Cultura, sobre os seus contratos, sobre os seus editais, para ali colocar coisas que resguardem o trabalho e o trabalhador. Por quê? Porque nós temos que fazer, Thiago, uma seleção dessas entidades.

Eu conheci V. Exa. na transição do primeiro Governo Lula, quando eu estava lá pegando os dados do Ministério da Cultura com o Márcio Meira. A gente pegava os dados e não acreditava. O ministério não existia... Aliás, o ministério existia – e a gente sabia: geralmente, era uma figura famosa que estava indo para lá e tudo, um intelectual famoso –, mas não tinha nenhuma relação com a sociedade. O Ministério da Cultura não tinha uma única relação com a sociedade. A única publicação que a gente encontrou do Ministério da Cultura, naquele momento, foram livros em papel de seda, esse papel...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MIGUEL RIBEIRO – Bíblia, desculpe. É outra seda... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL RIBEIRO – Pois é.

Naquele momento, em 2003, o ministério não tinha nada. Em 2005, o ministério reuniu as condições para lançar o primeiro edital da história do MinC, que foi o dos pontos de cultura. Eu estava na seleção desses pontos. O que a gente viu? Poucas entidades... É porque a gente queria pegar pontos que já existissem, e, então, as entidades que apareceram eram entidades que existiam há muito tempo, que tinham local, que eram referência na cidade e tudo... Muitos locais, por incrível que pareça... O Norte deve ter tido cinco pontos, mas tinha uma produtora de São Paulo que queria apresentar pontos em todo o Norte, queria explorar toda a colocação dos pontos de cultura. (*Pausa.*)

Puxa, que voz legal. Ela foi educada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MIGUEL RIBEIRO – É o seguinte: no segundo, a gente duplicou o número de entidades. O mecanismo foi duplicado, Senador, e depois foi, de novo, aumentado. E, depois, as políticas todas começaram a colocar um CNPJ entre a gente e o MinC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu? Todo mundo tem que ter uma entidade. Então, o MinC tem que saber quais as entidades que pertencem a um sistema cultural. O que elas fazem? Que base ela mobiliza? Quantas pessoas ela contrata e o que paga? O que um ponto de cultura paga para um agente cultural, para uma pessoa do som? Não é importante saber? Não é só importante saber que tem um ponto de cultura; é importante saber, na Pnab, quantos trabalhadores estarão lá dentro ou se há a possibilidade, por exemplo, Senador, de ter uma rubrica para eventos, e, aí, a entidade que precisa se capitalizar – e isso e é legítimo – vai lá e compra o som. Em vez de contratar o trabalhador, ela usa o som dela, ela mesma operando. E não vai ter trabalhador numa política de um ano ou dois anos, entende? Isso é algo que nós precisamos entender dentro do ministério para trabalhar melhor – aí, sim – para que o ministério mostre que está vendo os trabalhadores e o trabalho, porque, de modo geral, quando se fala em cultura, parece que já é a coisa feita, você vê a coisa pronta. E, geralmente, são as coisas que têm luz, que têm muitas luzes, e essas luzes não deixam os trabalhadores serem vistos, não, sabe? Geralmente, ofuscam; eles estão de preto. Eu acho que o Ministério da Cultura, se tem que fazer alguma coisa sobre o trabalho mesmo, sobre o trabalhador da cultura, é olhar para isso e olhar para as licitações.

Outro dia, eu falei para uma produtora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL RIBEIRO – Só um minutinho, eu vou fechar mesmo.

Eu falei para uma pessoa sobre essa questão das licitações e tudo e quanto vale um som e quanto vale o trabalho humano, a hora-máquina e a hora-trabalho. Ela falou assim: "Você sabe quanto é que custa uma máquina dessas?!". Eu estava falando sobre o trabalhador. Na mesma hora, ela falou: "Você sabe quanto custa?!". Era tão precioso aquele bem, que, se fosse o caso, ela daria para o cara da empresa de graça, porque é preciso cuidar daquele bem.

O Estado, às vezes, garante regras muito legais para pessoas que terceirizam serviço alheio, o trabalho alheio, que são, geralmente, as prestadoras de serviço, e nossas licitações legitimam isso. Você pega uma ata de contratação de agente de leitura lá no Rio Grande do Sul para pagar uma pessoa bem aqui – já está defasada há não sei quanto tempo.

Eu acho que essas pontas que ainda estão soltas dentro do Ministério da Cultura são pontas que nós precisamos juntar, e eu acho que em benefício mesmo das pessoas que trabalham e das entidades... Não faço um discurso aqui contra as entidades, porque elas são necessárias, mas elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não podem substituir trabalhadores e trabalhadoras legitimamente trabalhando... Então, vamos criar uma linha só para apoiar entidades. (*Risos.*)

É isso aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O.k., muito obrigado, Sr. Miguel Ribeiro.

Queria registrar aqui a chegada do Sr. Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa do Ministério da Cultura. Peço que venha até aqui à mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Thiago Rocha Leandro, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

Peço apenas que todos se restrinjam ao tempo, porque, daqui a pouco, eu próprio vou ter que sair e não vai ter nem quem vá continuar com a audiência. (*Risos.*)

Com a palavra.

O SR. THIAGO ROCHA LEANDRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Boa tarde a todas, a todos.

É um prazer muito grande estar aqui trazendo, desde já, um abraço carinhoso da nossa Ministra Margareth, que está em viagem oficial à China, do Secretário Márcio Tavares, que está como Ministro substituto, e de toda a equipe do Ministério da Cultura.

Pois bem, pessoal, saúdo, na pessoa da Alê e do Miguel, todo mundo que está aqui, que constitui este fórum tão importante, esta articulação tão inovadora – tão antiga, na verdade, tão histórica, mas tão inovadora, enquanto articulação recente – e tão fundamental para esse processo de articulação, de luta e garantia de defesa dos direitos dos trabalhadores da cultura.

Na reunião passada... A gente teve uma reunião, acabou que, por motivos de evitar golpes institucionais, não foi possível ter a audiência pública, mas a gente conseguiu, Miguel, fazer uma conversa muito franca, em que a gente reafirmou, Senador Humberto Costa, que o Ministério da Cultura reafirma e acredita na luta de classes. A gente acredita que existem classes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores da cultura, sim. É importante essa distinção entre quem tem, de fato, a vocação, que é importante ser fomentada e incentivada, pela perspectiva de empreender, de profissionalizar, de virar empresário... Isso é superlegítimo, superimportante, movimenta uma cadeia, uma indústria que gera mais empregos que a indústria automotiva –só o setor do audiovisual movimenta um PIB maior do que vários setores – e que é tão atacada.

Então, eu virei Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura. Vocês conhecem aquela lei amada, sobre a qual o Brasil não tem *fake news*, a Lei Rouanet; todo mundo conhece com profundidade, escuta seriamente – só que não. E, quando a gente vai se debruçar sobre os dados, a Lei Rouanet funciona, como vocês sabem, numa perspectiva de renúncia e de incentivo fiscal. Então, o total da Lei Rouanet, Senador Humberto, equivale a 0,5% do total de renúncias que o país tem. É menos do que a renúncia para agrotóxico; é quase igual à renúncia para embarcações e aviação. E vejam o impacto que a Lei Rouanet tem de benefício e de gerar emprego.

Saiu um estudo recente – não foi do Ministério da Cultura, foi da Fundação Getulio Vargas, um anterior a esse –, do Banco Itaú, mostrando que cada R$1 investido na cultura gera um impacto econômico de R$7,50, porque todo mundo que vai para um evento cultural, seja um *show*, uma peça de teatro ou um sarau, foi de alguma forma: foi de Uber, foi a pé, deixando a cidade mais segura, foi de carro, foi de táxi.

Então, gera uma movimentação. Esse motorista que saiu, se não tivesse o evento, talvez não estivesse rodando. Ele abasteceu, ele também se alimentou para trabalhar à noite. A pessoa que vai, quando sai da atividade cultural... E nunca são só os dois atores no palco. Para aqueles dois atores estarem ali se apresentando, teve um roteirista, a iluminação, o técnico de som, o *roadie*, o bilheteiro. E todos esses são, sim, trabalhadores da cultura e têm que ser olhados com olhares diferentes. Tratar igual os iguais e de modo desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Então, este olhar de geração de emprego, para além de, assim... Falando aqui, já partindo de alguns pressupostos, que a gente não precisa defender a importância social e política da cultura, tratando apenas da perspectiva laboral e econômica... É um impacto enorme. Todo mundo que participa sai de casa, em vez de ficar em casa vendo televisão – o que também é cultura, se estiver vendo uma novela, um filme ou ouvindo uma música –, vai jantar em algum lugar, toma uma cerveja. Então, isso movimenta um impacto econômico, tanto é que, da parte da economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criativa e do empreendedorismo, já se chegou a falar, inclusive, que cultura é um bom negócio – e é um bom negócio.

Agora, vejam, a gente está aqui para falar da perspectiva complementar a isso; não é competidora, não se excluem. Eu acho que é isso que é importante. As políticas para o desenvolvimento da cultura não precisam ser excludentes; elas têm que se somar. Então, em relação ao olhar dos trabalhadores... E, aqui, eu fico muito tranquilo, porque eu estava preocupado de estar aqui à mesa sozinho, mas chegou o Deryk, que é o Diretor responsável pela pauta.

Mas, aí, eu me senti muito provocado por entender que essa pauta dos trabalhadores não cabe em uma diretoria, em uma secretaria; ela tem que ser transversal. Então, enquanto Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, com o que é que a gente pode contribuir? E quem vai dizer com o que a gente pode contribuir são vocês. A gente só acredita em política pública construída conjuntamente.

Eu tenho uma experiência de ter sido Superintendente de Pernambuco, Subsecretário aqui, no Distrito Federal, com muitas caras conhecidas aqui. E, agora, na experiência do Ministério da Cultura, o que a gente pode conseguir de concreto? Então, é nos editais? É, na Lei Rouanet, colocar cláusulas? É criar um selo da empresa, para isso gerar uma pontuação extra? É criar um canal de denúncia dentro do fomento, porque, às vezes, o dinheiro... A ameaça de perder o financiamento, o fomento pode ser um gatilho estratégico. Então, não é virar um denuncismo, porque uma coisa é uma denúncia, no Ministério do Trabalho, na delegacia, de um negócio de trabalho escravo, um acidente gravíssimo...

E, desde já, aqui, em nome do ministério, toda a nossa solidariedade aos familiares e amigos do trabalhador da cultura que faleceu recentemente. É muito triste, uma estrutura milionária... É óbvio que um acidente pode acontecer – não estou entrando no mérito específico, não cabe aqui entrar nisso –, mas não é um caso isolado – não é um caso isolado.

Então, em relação a ter a lista do trabalho escravo, a lista de quem não respeita o direito trabalhista, de quem criminaliza... E aí é entendendo nessa perspectiva também que a gente vai ter um desafio grande, porque a cultura tem o grande empresário, multimilionário, e tem o empreendedor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou advogado de formação. Uns colegas se formavam, e aí eu dizia: "Rapaz, está ganhando quanto?". Eles diziam: "Não, mas esse salário está muito baixo, está abaixo do teto". "Não, não, mas eu sou sócio do escritório". Aí eles diziam: "Você é sócio?". "É de 0,01%...". Então, era uma dificuldade... Era feio dizer que era da classe trabalhadora, entendeu?

Então, eu acho que, na cultura, superar esse preconceito – que não é à toa, o sistema o constrói – de separação, de desarticulação dos trabalhadores é fundamental para a gente entender isso e aí ter a compreensão de a gente ver isso. "Olha, mas e quando é um projeto aqui do Fundo de Apoio à Cultura, do Funcultura, quando é um projeto de R$100 mil, de R$200 mil?", tem que ter exigência, mas é óbvio que é num grau diferente do de uma entidade multimilionária que está ali fazendo um projeto nessa perspectiva. A gente está vendo que esse processo de uberização é uma discussão grande no Brasil. Não é que agora todo trabalhador de aplicativo vai ser CLT, mas também não se pode lavar as mãos e a empresa não ter nenhuma responsabilidade.

Então, acho que o estatuto indica para uma proposição concreta, porque todo mundo com quem a gente discute – imagino que com vocês também, principalmente – vai concordar que tem que garantir direito, que tem que melhorar e tal. É muito bom a gente fazer política pública baseada em evidência, em proposta concreta, porque é aí que eventualmente surge a divergência.

Então, queria saudar, mais uma vez, a iniciativa do estatuto, que é bem ousado na proposta. Eu acho que tem que se partir daí mesmo, porque é para poder... É a teoria do bambu. Tem que tensionar mesmo, para a gente ver, no concreto, onde tem divergência, o que pode ser pactuado aqui, o que pode ser discutido e escalonado e o de que não dá para abrir mão, e colocar isso em escala de prioridades.

Então, caminhando para a conclusão, pessoal, eu tinha colocado... Na verdade, eu nem podia estar aqui, porque eu tenho uma reunião, mas eu disse: "Não, como a gente gerou essa frustração da outra, eu faço questão de vir". Fiquei muito contente, para finalizar, de ver aqui o Senador Humberto Costa. Ele não vai se lembrar de mim, mas, desde pequenininho, eu fazia campanha para ele. (*Risos.*) Meu pai foi correligionário seu há muito tempo, Roberto Leandro. Então, trago isso aqui. Eu vou mandar uma foto para ele depois, ele vai ficar bem contente de ver que a gente estava aqui na mesma mesa.

E quero ressaltar isto: o compromisso da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, do ministério, da Ministra Margareth e do Secretário Márcio em entender que a discussão importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da economia criativa, do empreendedorismo da cultura e da economia da cultura não exclui uma lógica também de economia solidária, de entender trabalhadores enquanto classe. São políticas que se complementam.

E a gente vai seguir junto, pessoal.

Um forte abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Thiago, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

Eu queria convidar agora para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Balduíno, Diretor de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República.

Dez minutos para a manifestação de V. Sa.

O SR. CARLOS BALDUÍNO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Queria, na figura do Senador, cumprimentar a todos os presentes, agradecer o convite em nome da Secretária Kelli e também do Ministro Boulos.

Eu não vou me alongar demais na questão... porque acho que, para falar da cultura, tem pessoas aqui que estão muito mais ativas do que eu neste momento, mas eu queria trazer algumas questões que são bastante importantes para este Governo.

A palavra-chave acho que é inclusão. A gente vive hoje num ambiente de completa precarização das relações de trabalho, em vários sentidos, com várias categorias, e, no último período, tem sido feito um esforço muito grande, particularmente pelo Ministro Boulos, de tratar da inclusão de... As novas tecnologias, que estão aí a todo vapor, constituíram um conjunto de novas categorias que ainda têm uma dificuldade muito grande de se colocar no que a gente chamava de direitos do trabalho, até porque parte deles significativa está bastante precarizada, seja através da terceirização, seja através de falsas cooperativas, enfim, várias formas de burlar as relações de trabalho.

Eu sou de uma diretoria criada na Secretaria-Geral da Presidência da República para tratar da pauta sindical e das questões do mundo do trabalho, e lá chegam a nós, todos os dias, diversas demandas de trabalhadores nessas condições. O último exemplo mais recente que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhamos é a questão dos trabalhadores em aplicativos, os trabalhadores de entregas de duas rodas, como a gente chama, de *fast food*, ou mesmo os trabalhadores de Uber, ou de quatro rodas, como a gente trata. É uma relação em que a gente precisa trazer esses trabalhadores para a legalidade, trazer esses trabalhadores para os direitos sociais e dar um nível de assistência para eles que hoje nenhum deles tem. Eu coloco os trabalhadores da cultura em situação muito semelhante, nas várias situações em que ela acontece.

Seria, então, importante – e aí quero manifestar o apoio total da Presidência da República e da Secretaria-Geral – a consolidação de um estatuto que possa garantir condições e critérios claros de contratação, critérios claros de remuneração, inclusive. É claro que o trabalhador da cultura é diferente, não é um regime que você pode caber dentro da CLT, mas por que não trazer os direitos nela contidos para esse conjunto de trabalhadores?

Ainda há pouco, eu tinha uma pergunta aqui que eu quero até antecipar, que fala sobre a questão dos novos trabalhadores, que estão nas... Os profissionais de multimídia, que também... Vejam só, é uma categoria reconhecida, recentemente criada, mas quem se enquadra nela? Quem é o trabalhador de multimídia? É aquele que opera um *drone* num ato, para uma empresa de televisão? E onde esse trabalhador está? Ele está numa entidade de radialistas? Ele está em lugar nenhum?

Então, acho que são várias as formas de precarização. E essa diversidade colocada pelas novas tecnologias tem que ser enfrentada, debatida; mas não só isso: a cultura, há muito tempo, não é nada recente neste país, foi citado o exemplo da pandemia... E eu sei um pouco o que viveram os trabalhadores da cultura, porque eu tenho alguns amigos da área e acompanho muito bem: o completo abandono, a completa desolação em que ficaram. Isso porque, com tudo fechado, ficaram sem público, sem formas de fazer o seu trabalho, isolados e sem a remuneração, porque o seu rendimento é produto do seu trabalho, que acontece de forma cotidiana, intercalada, enfim.

Então, acho que trazer aqui o apoio significativo, para a gente poder ajudar da forma como for melhor possível, na visão de vocês... E lembro também que, se a gente conseguir o fim da escala 6x1, com a escala 5x2, talvez os trabalhadores também tenham muito mais tempo para consumir a cultura neste país, que é algo fundamental também: ampliar os consumidores de cultura neste país, para gerar maior diversidade e mais emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que era isso que eu tinha que acrescentar aqui com vocês, e desejo um bom debate para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Carlos Balduíno, Diretor de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República.

Com a palavra, agora, o Sr. Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa do Ministério da Cultura.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, companheiro Senador, é um orgulho dividir esta mesa aqui neste espaço tão importante da Comissão do Senado, para que a gente possa debater direitos dos trabalhadores da cultura.

Há pouco tempo, estávamos juntos, lá nas ladeiras de Olinda, no pré-Carnaval, acompanhando o "Eu acho é pouco", vivenciando como é a prática do dia a dia desses trabalhadores. Isso é importante. A gente tem um Senador que se dispõe a brincar Carnaval e a entender – está aqui o Gaveta, que não nos deixa mentir – e o que passa um trabalhador do Carnaval, o que passa um trabalhador de São João. O que é isso na vida real? Não é teoria que nós estamos falando aqui. Nós estamos falando da vida de pessoas que são impactadas diretamente pela regulamentação ou não, quando cai o cachê ou não, quando tem edital ou não. E aqui nós estamos para falar de algo que vai muito além dessa política nossa de edital. Estamos falando aqui de direitos. Isso para a gente é fundamental. É pensar muito além da nossa política de edital.

Então, saúdo aqui a minha equipe, começando pela nossa Secretária Cláudia Leitão, que não está aqui, está em viagem, está no Ceará, hoje, acompanhando uma agenda com o pessoal da Coreia sobre o Kariri Criativo, nosso programa de territórios criativos. Saúdo o conterrâneo e nosso Senador também e o Angelo Ranieri, nosso Coordenador-Geral, que é nosso Coordenador de Articulações e Garantias, que é quem faz esse debate com a Ante, com a AMP, lá de Pernambuco, com o Fórum Nacional das Áreas Técnicas de Arte e Cultura, com os sindicatos, com o Sindcine. Ele é quem cuida dessa nossa pauta de movimentos sociais, da nossa pauta sindical, da nossa pauta de direitos dos trabalhadores, que é isso que nós estamos aqui para debater hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, para a gente começar a falar do estatuto, é fundamental a gente entender que, neste novo momento, nós estamos trabalhando com um conceito cada vez mais ampliado de trabalho e de trabalhador.

Nós da cultura, no Ministério da Cultura, tínhamos muito essa mania de usar as expressões como "fazedor de cultura", "agente cultural". Isso aliena o trabalhador daquilo que ele é – trabalhador. Isso é fundamental a gente pensar, porque existe, é óbvio; nós estamos tratando aqui de cultura, aquilo que tem a tridimensionalidade que o Gil nos traz, que é a parte cidadã, que é a parte simbólica, mas que também é a parte econômica.

É isto que transforma a vida das pessoas: se entenderem enquanto trabalhadoras, enquanto aquilo que elas fazem é importante para a nossa sociedade como um todo. É isso que desenvolve a nossa ideia de nação, é isso que desenvolve as nossas artes, é isso que desenvolve o nosso jeito de falar, a nossa roupa, a nossa comida. Tudo isso que nós estamos falando é de cultura e de economia criativa; estamos falando de trabalhadores e trabalhadoras da cultura, que são não o elo final da nossa política pública, mas são o meio que garante que a política cultural chegue a toda a população brasileira.

Acho que nós temos, neste momento, um clima favorável, Senador, e é importante que a gente encampe, então, neste momento em que nós tivemos – nessa volta do Ministério da Cultura – várias movimentações que são fundamentais. Acho que, assim – e aí, infelizmente, é um recorte que, para a gente, é muito caro fazer –, da pandemia para cá, as pessoas entenderam que quem trabalha em cultura é importante no dia a dia delas. Ninguém pensa passar aquele período sem ler um livro, sem ver um filme, sem ouvir uma música. Agora, é fundamental que essas pessoas que entenderam que isso é importante no dia a dia delas entendam que esse trabalhador é um sujeito de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e que merece, assim como todos os outros elos das cadeias produtivas, ser reconhecido nesse pé, nesse ponto também, nesse aspecto.

E aí, a partir disso, nós tivemos... fizemos várias... Esta não é a nossa primeira audiência pública, inclusive.

Trago aqui uma audiência pública que nós fizemos com o Senador Paim quando ele fala sobre a necessidade de um Estatuto do Trabalho. E o Paim falou assim: "Olha, era fundamental que a gente tivesse um capítulo da cultura no Estatuto do Trabalho também". E isto, para a gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é fundamental: a gente entender a cultura também em todos os seus âmbitos, não apenas nesse estatuto, mas em todas as legislações que falam do trabalho, que agregam também nesse nosso debate.

Nós tivemos também audiência pública na Câmara, fizemos seminário, tivemos a Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura, lá em São Paulo, tivemos a Conferência Nacional. E eu sempre gosto de destacar que, entre as propostas mais votadas, Senador, em todas elas estiveram propostas que tangem a regulamentação do trabalho em cultura, a atualização das leis, direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Antes, quando a gente fazia conferência, tinha muito disso, de as pessoas falarem assim: "Eu sou do audiovisual, quero mais dinheiro para o audiovisual", "Eu sou do circo, nós precisamos de mais dinheiro para o circo". Não, as pessoas entenderam, houve um amadurecimento da sociedade civil de que não é só dinheiro – mais dinheiro para edital – que vai garantir o futuro dessas pessoas.

Elas têm que pensar: como a mãe engravida, como ela vai fazer? Ela vai conseguir se afastar do trabalho? Quando um trabalhador se acidenta, ele vai conseguir receber auxílio-desemprego, auxílio-doença? Então, isso, para a gente, começou a ficar cada vez mais tangível neste momento em que as pessoas não puderam trabalhar. E isso vem evoluindo e é o que nos traz hoje, aqui, neste momento tão fundamental de debater, no Senado, com a sociedade: a importância desse estatuto, a importância de a gente ter legislações que levem em conta – e aí o Fred é a pessoa que mais vai trazer isso com os dados e com as apresentações dos nossos problemas e respostas – como tratar a questão da intermitência, da sazonalidade.

O nosso pessoal que trabalha... Nas nossas orquestras de carnaval, quando tem bloco para botar na rua, todo mundo toca oito, dez vezes por dia. E, no resto do período do ano, como é que faz? Quando tem produção no período de São João, a galera dança, o pessoal produz. E quando não tem? Então, a sazonalidade é algo muito intrínseco às nossas profissões; a questão do vínculo, também. Tá, a pessoa que toca no boteco uma vez por mês não tem necessariamente um vínculo empregatício com o bar. E como é que a gente faz isso? Isso nos leva, inclusive, a debater uma outra legislação que está aqui nesta Casa, que é o PL do *couvert* artístico. Para a gente, é fundamental avançar numa coisa que é muito simplória, que é dizer que, se você está recolhendo um dinheiro para pagar o *couvert*, esse dinheiro tem que ir para o artista que está tocando, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pode ficar retido um pedaço na casa, que é uma coisa muito comum e que acontece em todos os lugares.

Isso nos leva, inclusive, a debater outra legislação que está aqui nesta Casa, que é o PL do couvert artístico, porque, para a gente, é fundamental avançar numa coisa que é muito simplória, que é dizer que, se você está recolhendo dinheiro para pagar o *couvert*, esse dinheiro tem que ir para o artista que está tocando, não pode ficar retido um pedaço na casa, que é uma coisa muito comum, que acontece em todos os lugares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – É criminoso.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – É, e assim, se você está recolhendo para um assunto, tem que ser para aquele assunto.

E aí, gente, avançando para concluir e não demandar muito do nosso tempo, acho que a gente tem desafios muito grandes quando fala não só da formalização, e aqui nós temos perguntas muito interessantes da nossa plateia, que vêm *online*.

Como que isso melhora na prática a vida dos trabalhadores? Quando a gente fala de regulamentação, quando a gente fala de fiscalização, quando a gente fala de formalização, a gente está colocando que uma pessoa não pode trabalhar por mais de x horas, não pode trabalhar por menos de x reais, e as pessoas que têm que contratar têm que se ater a isso.

Outro problema nosso, para a gente, que é intrínseco e é muito preocupante, a que a gente tem que estar atento, é a pejotização, é a terceirização exacerbada, é o CNPJ. Nós tivemos, em 2023, um grande *boom* dos eventos, dos megaeventos sendo notificados por trabalho análogo à escravidão. E aí não são aqueles eventos gratuitos na rua, não, Senadora, é evento que cobra mais de um salário mínimo num ingresso, por dia. Então como é que a gente consegue... A grande questão disso é: nunca está no CNPJ principal da empresa que promove o evento, sempre ela contratou outro CNPJ, que contratou outro CNPJ, e esse, sim, contratou um MEI que está lá precarizado, na ponta, sem qualquer vínculo empregatício, sem qualquer forma de contrato. Então para a gente é fundamental que esse estatuto dê conta dessa questão da pejotização e dessa regulamentação da carga horária.

Carga horária para a gente é uma coisa fundamental. A Sonia vai falar aqui também, e a Sonia, quando veio falar comigo, falou assim: "Deryk, nós brigamos é para que o nosso pessoal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

faça 12 horas, porque o nosso pessoal às vezes faz 14". É coisa assim, 16, é coisa absurda o que a gente vê dentro do *set* de filmagem. Então a gente precisa que essas pessoas tenham condições de trabalho, porque é isso, quanto mais tempo você trabalha, mais próximo do erro você está, porque mais fadigado você está, então maior é a chance de que você incorra em erros e acidentes de trabalho. Então a regulamentação do horário para a gente é fundamental, a regulamentação do tempo de pagamento também é importante, porque, vamos ser sinceros, essa é uma parte que inclusive cabe ao serviço público: entender que boa parte das vezes a gente faz editais, e as pessoas perdem o pagamento de vista; muitas vezes a gente faz licitação, e as pessoas perdem o pagamento de vista; a gente faz eventos, e o poder público perde esse pagamento de vista, de pessoas que dependem daquilo para comprar gás, para pagar o alimento do dia. Não é daqui a seis meses; não é a empresa só que está sendo prejudicada, é o trabalhador que depende daquilo. Então para a gente é fundamental que esse pagamento seja feito no prazo definido *a priori*.

A Júlia, do Rio Grande do Sul, pergunta como tratar a aposentadoria desses artistas. Acho que a gente tem que entender que essa aposentadoria não pode ser custeada apenas pelo trabalhador. Nós temos vários outros mecanismos que a gente pode pensar de financiamento desse INSS, dessa aposentadoria desses trabalhadores, e aqui posso citar algum deles. Entre eles, eu posso trazer o PL das tiqueteiras. Nós conversamos aqui com o João Daniel, que é o proponente dela, que é das empresas que vendem *ticket* e não pagam qualquer contribuição. Isso para a gente é fundamental. Por que não recolher um pouco disso que contribua para toda a aposentadoria dos trabalhadores da cultura do nosso país? A regulamentação da inteligência artificial é outro lugar que a gente pode pensar. Se as plataformas são vazias e dentro delas é conteúdo artístico e cultural, por que não remunerar essas pessoas, por que não garantir a aposentadoria dessas pessoas a partir desse recolhimento? Outra coisa é plataforma de *streaming*, direitos autorais não reivindicados. Nós temos fontes, sim, de custeio que podem vir que não sejam apenas do lombo do trabalhador. E este Governo do Presidente Lula tem demonstrado que é possível, sim, encontrar outras fontes de custeio, que não é apenas o trabalhador que tem que pagar a conta de toda e qualquer dívida que este país arruma, por que nós temos uma dívida histórica com os trabalhadores e trabalhadoras da cultura deste país, por que eles são agentes da garantia dos direitos de todas as pessoas do nosso país ao acesso à cultura, à arte. Então, eles têm que ser valorizados a partir desse lugar especial, que é o de agente de garantir direitos fundamentais previstos na nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, é importante a gente pensar que esses trabalhadores têm que ter outros mecanismos, sim, para custear a sua aposentadoria e os seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Meu muito obrigado. Uma boa tarde a todos e todas.

Estamos à disposição para este debate sempre que nos chamarem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas Públicas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa do Ministério da Cultura. Obrigado também por ter sido bem rígido no tempo.

Com a palavra a Sra. Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual.

Só um minutinho para que eu leia aqui as perguntas que chegaram, para que as pessoas possam saber que chegaram.

Renan, de Pernambuco: "Como garantir direitos no estatuto da cultura sem inviabilizar a atuação de artistas e trabalhadores independentes?".

Milena, do Mato Grosso do Sul: "Como o Minc pretende atuar frente a recente lei do profissional de multimídia (Lei 15.325/2026) que afetou diversas categorias [...]?".

Patrick, de Rondônia: "Como compatibilizar o estatuto com a CLT e outras normas vigentes?".

Luanda, de Pernambuco: "Um dos eixos mais invisibilizados no setor cultural é o de patrimônio cultural, que por vezes sequer é contemplado em concursos e editais".

Ana, do Distrito Federal: "Como esse estatuto vai ajudar, na prática, a garantir mais segurança e melhores condições de trabalho para quem vive de cultura?".

Beatriz, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais lacunas atuais na proteção desses trabalhadores que o estatuto busca efetivamente superar?".

A Julia já teve a sua pergunta respondida: "Como tratar a aposentadoria dos artistas intermitentes e assegurar sua estabilidade? Existe alguma proposta em relação a esta questão?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Juliano, de Minas Gerais: "Quais mecanismos fiscalizarão empresas que usam contratos PJ para mascarar vínculos empregatícios de profissionais da cultura?".

Carmen, de São Paulo: "Muito boa a proposta e necessária. O trabalhador da cultura precisa de seguridade social!".

Caroline, do Mato Grosso do Sul: "Trabalhadores da cultura precisam de linhas de crédito, microcrédito, capital de giro e de políticas de contratações e aquisições de arte".

E, por último, Jonas, de São Paulo: "Precisamos de regras claras que combatam a precarização e garantam contratos justos para técnicos, artistas e produtores de eventos".

Todos os debatedores receberam cópia dessas questões e comentários e poderão, na medida que desejarem, responder a esses questionamentos.

Com a palavra, então, Sonia Teresa Santana.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA (Para expor.) – Muito obrigada.

Muito boa tarde a todos. Eu cumprimento a mesa aqui, na figura do Senador. Muito obrigada.

Não tem mais o que falar sobre a importância desse estatuto, o que ele significa para os trabalhadores da cultura. No meu entendimento, ele vem para suprir algumas lacunas da 6.533, que, para a gente, é uma lei muito cara. O Ministério da Cultura sabe o quanto a gente preza essa lei, o quanto a gente luta para que ela seja preservada, porque, realmente, o único direito que nós temos, no audiovisual, é essa lei. Então, nós entendemos que esse estatuto vem suprir lacunas em relação aos quesitos de segurança do trabalho, de jornada, previdência social, entre outros pontos.

A segurança no trabalho é um ponto fundamental em que os sindicatos – a gente, principalmente – vêm atuando e buscando preservação dentro de orçamentos para que a segurança seja realmente efetiva, e não a critério de qualquer pessoa: "Não, nesse evento vai ter ambulância; nesse aqui não vai ter". Como é que a gente pode realmente proteger o trabalhador dentro de um *set*?

E nós temos, claramente, o entendimento de que a jornada é um fator muito sério e um indutor dos acidentes. A gente tem casos no audiovisual, muito constantes, em que o trabalhador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dorme na direção ao chegar em casa; ou quando ele está no bairro, está na rua dele, ele dorme, aí ele tem um acidente, porque ele se sentiu seguro, ele viu a casa dele ali. Então, a gente realmente precisa combater esse absurdo de jornadas que a gente vem vivendo, que passam de 14 horas, 16 horas – 12 horas são dentro de um *set*. Isso é realmente um absurdo. A gente não tem vida, e casos de *burnout* na atividade são muito sérios. Então, esse estatuto vem preservar isso, botar, dentro dos processos de contratação, limites de jornada. Isso tem que existir para que haja vida, para que haja vida após o trabalho, e a gente possa, inclusive, usufruir do nosso trabalho, poder assistir ao que nós produzimos.

E nesse estatuto tem muitos agradecimentos; agradecimentos à Ante, por ter articulado, nesse tempo todo... A gente vem acompanhando esse esforço, muito na vigília de preservação dos sindicatos, porque existia toda uma cultura de que os sindicatos eram prejudiciais e tal. Provamos para a Ante que os sindicatos são importantes, que têm uma atuação séria – podem ter uma atuação séria e ser responsáveis.

Eu venho agradecendo também, aqui, ao Ipea, pelo trabalho intenso que tem feito. Atuamos junto com o Ipea também na atualização de funções, e aí precisamos da ajuda do Ministério da Cultura junto ao Ministério do Trabalho para ampliar o número de CBOs, para que todos os profissionais que venham a ser reconhecidos dentro desse estatuto possam existir de fato. E, à medida que nós vamos ter um registro profissional desses técnicos, essa condição de trabalho realmente é fundamental para a gente poder acompanhar a vida desses profissionais.

Bom, agradeço aqui ao Angelo, do Minc, e ao Deryk também por ter nos ouvido esse tempo inteiro, ter ouvido os nossos lamentos, os nossos sofrimentos, o quanto que a gente vem... Porque a gente vem, desde muito tempo, correndo atrás do Ministério da Cultura; entendemos que é mais difícil você renovar, ressuscitar o Ministério do que sair do zero. Então, tem um grande trabalho desses profissionais. A gente agradece muito o olhar do Presidente Lula nessa questão, mas precisamos, principalmente agora, do Ministério do Trabalho também, para correr junto com o Ministério da Cultura e junto com os trabalhadores. E eu vejo nessa relação aqui a relação correta: trabalhadores, Governo e os contratantes – eventualmente, a gente vai ter aqui.

Então, nós precisamos realmente ampliar as possibilidades aqui do CBO e ter, realmente, a visão de que a segurança é fundamental. A gente não pode desprezar a segurança no trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para não acontecer o que aconteceu agora no festival lá no Rio de Janeiro, onde morreu um trabalhador, de uma forma que não se sabe ainda, mas, certamente, precarizado e terceirizado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Nem Crea, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – A gente vem procurando também a formalização de um profissional que vem sendo pedido, inclusive, pelas plataformas de *streaming*, que é o técnico em segurança do trabalho.

Esse profissional tem que ter empoderamento para ele responder "não" àquele contratante ou àquela produção... Porque a gente sabe que o *set* não pode parar, o evento não pode parar. Então, para você pegar um técnico de segurança e dizer "Olha, não posso, você vai ter que liberar essa situação", é complicado. A gente tem que ter muita segurança nessa formação para que não haja burlas nessa segurança e ter, realmente, nos orçamentos a ideia de que o dinheiro da segurança é imexível, como nós tivemos na covid. Todos os orçamentos da covid tinham a taxa da covid, em que se previa ter ambulância, ter os testes todos, ou seja, ter a estrutura de segurança apoiando o trabalhador.

Vamos precisar dos diálogos, realmente, entre o MinC e o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho precisa criar corpo para poder ter fiscalização, porque este é um grande gargalo que nós temos: fiscalizar é uma coisa impossível no setor. O Ministério do Trabalho se move de uma maneira muito lenta diante da velocidade que são os eventos, que são as produções de audiovisual e de teatro por aí.

A redução de jornada para a gente é muito, muito importante, e eu acho que deve constar, desde o início, desse estatuto para que já não nasça torto, já nasça garantindo esses direitos e garantindo esta proteção para o trabalhador, de ter uma jornada decente, com um rendimento decente, tendo as suas horas extras preservadas e recebidas, pagas, para que ele possa usufruir e ter uma vida digna.

Ao mesmo tempo, entendemos que um grande gargalo que nós temos, um grande medo que nós temos, diante de novas tecnologias, é o desemprego. Então, essa busca por uma renda do trabalhador é muito importante. Até para a gente ter um parâmetro de tudo que está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

feito, os contratos devem, inclusive de acordo com a Lei 6.533, passar para a vista dos sindicatos, e os sindicatos poderem informar que estão sendo cumpridos todos os termos desse estatuto aqui.

Então, é isso. É muito bem-vindo esse estatuto. Agradeço muito a presença do Senador. Nós representamos também o seu estado, já nos instalamos lá. Estamos correndo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Já é bastante, sim. (*Risos.*)

Agora, estamos correndo atrás do patronal para fazer uma convenção coletiva, e isso é uma outra dificuldade. Você pega um estado onde não teve, nunca, nenhuma regulação... O patronal é que nem gato: vê água e se arrepia. Acontece o mesmo aqui em Brasília, é a mesma situação aqui, tentando fazer uma convenção coletiva que vai ordenar, realmente, a lei, o cumprimento da lei e do estatuto.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Sonia, representando aqui o Sindcine.

Com a palavra o Dr. Frederico Barbosa da Silva, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

V. Sa. dispõe de dez minutos para a sua manifestação.

O SR. FREDERICO BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Cumprimento todos, público, mesa, quem está aí no YouTube, porque tem uma transmissão.

Eu vou entediar vocês por dez minutos; sorte de vocês, por dez minutos. (*Risos.*)

Eu vou fazer uma apresentaçãozinha e vou tentar ser bem rápido, tá?

Eu vou apresentar, em linhas gerais, a minuta, um pouquinho da história. Já adianto para vocês que a nossa inspiração, ao refletir sobre um ordenamento jurídico, sobre uma referência legislativa, não fica só nessa referência. A gente tem uma consciência muito clara de que os arranjos institucionais são absolutamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presença do Ministério da Cultura numa política de proteção aos trabalhadores é fundamental. E o desafio do ministério é enorme para fazer isso, em várias frentes. Em algumas delas a gente vai tocar aqui na apresentação.

A participação do Ministério do Trabalho é fundamental. Inclusive alguém aqui já perguntou, como é que a gente garante? O papel do Ministério do Trabalho é fundamental em todo o processo de fiscalização, garantia de segurança, enfim, mediação de conversas e estratégias sobre procedimentos de segurança, da própria fiscalização etc., etc.

A previdência também é outro órgão que é absolutamente fundamental para a gente.

Então a gente tem muito claro que, além da estrutura normativa, a gente tem que pensar muito claramente o fortalecimento de capacidades estatais, que é ponto fundamental. A gente vai ter uma discussão enorme sobre elementos normativos, mas, acoplados a essa discussão, a gente tem que discutir ampliação e fortalecimento de capacidades institucionais.

Já citei alguns órgãos, alguns ministérios que têm, de alguma forma, que se relacionar com ampliação de financiamento, ampliação de capacidades administrativas, de recursos humanos etc., etc., etc. Sem isso, é impossível implementar qualquer ideia de proteção do trabalhador ou de um estatuto.

Então é a minuta para a regulação e proteção dos trabalhadores da cultura.

Está dando para me escutar ou eu estou muito longe?

Onde é que passa aqui? Estou apertando, mas não está indo. Ah, agora foi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREDERICO BARBOSA DA SILVA – Essas metáforas do futebol tomaram o nosso imaginário.

Vamos lá.

Por que um estatuto? Vamos lá, gente, vocês vão ver que a gente vai fazer um vai e vem nessa ideia da intermitência. Mas o ponto central de um estatuto, as características do trabalho cultural são um ponto fundamental para a gente. Quais são as características? Intermitência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

atividades, múltiplos vínculos, trabalhos por projetos, obras ou eventos. O Deryk chama aqui de sazonalidade, mas a gente está falando de descontinuidades muito sérias no processo de trabalho. Entrada e saída da área de cultura, do emprego cultural e também das atividades propriamente da área em que estão sendo desempenhadas.

Consequências para os trabalhadores: insegurança contratual; descontinuidade de renda, que é um ponto fundamental num dispositivo de que a gente vai falar lá na frente; dificuldade de acesso a direitos de proteção; lacunas na legislação – a legislação trabalhista previdenciária não contempla adequadamente as especificidades do setor, a intermitência fundamentalmente. E a resposta, a proposta vai ser um estatuto como marco jurídico geral e atualizado de reconhecimento de especificidades e instrumentos compatíveis com essas características do setor.

Essa é historinha que a gente tem, que a gente começa a conversar em 2021, já na pandemia, e a gente vai seguindo esses ciclos. No segundo ciclo, 2022-2023, a gente vai aprofundar as discussões; depois, em 2023 e 2024, a gente vai fazer o Mapa da Graxa, que é uma pesquisa para levantar evidências sobre a questão da precariedade da proteção trabalhista, a gente vai discutir CBOs. Então, a gente vai fazer uma série de debates e gera um relatório sobre isso.

O ciclo 4, de 2024 e 2025: consolidação da proposta e incidência legislativa. No final do ano passado, a gente fez uma conversa muito boa na Câmara. A ideia era fazer uma proposta de proteção. Foi interessante aquele momento. Depois a gente avançou para o ciclo 5, que é em 2026, com a proposta do estatuto.

O Mapa da Graxa discute CBO, proteção, direitos trabalhistas e demandas identificadas:

- Reconhecimento profissional.

- Revisão e atualização de CBO, que é ponto fundamental no estatuto: tem lá um anexo, e a gente vai ter que fazer ou uma proposição de aprofundamento, redescrição, ou ampliação das áreas, das CBOs que fazem parte da cultura.

- Política de eventos e festivais: é importante para a área a questão do fomento, assim como é importante também o microcrédito, então a gente tem duas peças aí e isso tem que, de alguma forma, dialogar com a estrutura de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Fortalecimento da representação sindical, que é ponto fundamental, que a gente tem que pensar de forma sistêmica. A gente sabe da fragilidade dos sindicatos, não pela falta de esforço, mas por conta da heterogeneidade da área, da falta de adesão, da falta de visibilidade de algumas situações. A gente viu isso muito claramente na pesquisa do Mapa da Graxa. Então, a gente tem que pensar muito seriamente nisso.

No ciclo 4, fizemos comparações internacionais. O estatuto, em grande parte, responde a esse estudo comparativo com vários países da América Latina, com França, Portugal... Fizemos um seminário, no ano passado, para ter um desenho. Fizemos uma mobilização enorme, com vários GTs, discutindo ponto a ponto o estatuto.

Vamos lá. O que é o estatuto: um marco jurídico do trabalho, reconhece formas diversas e intermitentes de trabalho, integra cultura, trabalho e proteção social, prevê instrumentos de segurança e renda. Problemas que enfrenta: precarização, intermitência, múltiplos vínculos, fragilidade contratual. Não é que a gente vá mudar isso, mas a gente está prevendo no estatuto alguns dispositivos de garantia de renda, seguro e complementação de renda. São dois elementos – e não vai ter tempo de a gente falar – de proteção que são previstos, e a gente depende de uma discussão muito séria com a Previdência, com o próprio Ministério do Trabalho e com o Ministério da Previdência, para ajustar os elementos e as características de contribuições, enfim, de medida de tempo de trabalho, de horas e de tempo de trabalho, etc.

O que muda, na prática? Reconhecimento de formas de trabalho: projeto, obra, evento intermitente. Todas essas formas são formas organizacionais da área. Elas não criam a intermitência, mas são da própria natureza da organização da área, elas são as formas jurídicas nas quais a gente encontra a maneira de fazer vínculos com o fomento, com atividades e tal. Então, a gente enfrenta, reconhece e enfrenta, como elementos que são necessários para a proteção.

Regras claras de contrato: pagamento e jornada ampliada.

Proteção contra fraude contratual e pejotização indevida. A gente tem vários dispositivos lá no estatuto tentando evitar essas fraudes.

Valorização do tempo de trabalho. Também tem previsões lá: ensaio, montagem, deslocamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

São inovações centrais.

Prevemos uma proteção social compatível com renda variável – RGPS mais seguro cultural – , negociação coletiva como eixo regulador do setor – isso aqui é um mundo para ser discutido, tá? –, regulação do uso de inteligência artificial no trabalho cultural, registro profissional e governança interministerial.

Bom, como eu sou muito rigoroso com o meu tempo... (*Risos.*)

Deixe-me passar para o final, porque eu acho que...

Vamos lá.

A iniciativa integra um processo iniciado em 2021, como eu já falei.

O objetivo central é qualificar tecnicamente a minuta, identificar desafios estruturais e formular recomendações.

As contribuições convergem para a necessidade de organização estrutural do marco regulatório do trabalho cultural, com três prioridades: definição mais precisa dos sujeitos e do escopo do estatuto...

Aqui a gente já viu que o debate classificatório, já volta, a cada rodada ele volta: economia criativa, entra fulano, sicrano, isso é cultura, isso não é... Esse é um ponto que é fundamental, porque a gente está pensando também no custo, porque a gente está pensando em proteção, e proteção custa. Então, a gente não pode ter um conceito muito ampliado não é porque a gente não acredita que muitos que a gente reputa como da cultura não sejam da cultura, mas é porque isso custa. Então, a gente tem que fazer escolhas de proteção, para o debate continuar, processual, de inclusão gradual, até que a gente tenha uma proteção mais ampla.

Reconhecimento da intermitência e criação de mecanismos de proteção e de implementação institucional.

Há consenso sobre ampliar e precisar a definição do trabalhador da cultura; incluir funções invisibilizadas (técnica, produção, mediação e gestão); incorporar novos temas, como cultura digital, inteligência artificial e novas ocupações. Novas ocupações para a gente é clara, é aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais ali. Sobre cultura digital, inteligência artificial, temos alguns dispositivos, mas eles são ainda dispositivos defensivos. Eles ainda não são uma regulação plena de que a gente precisa para ter um estatuto com interdependência do que há de mais interessante em termos de proteção e regulação para essa área.

A clareza conceitual é vista como uma condição para segurança jurídica e a aplicabilidade do estatuto.

O escopo e todas as definições têm que ser muito claras, porque, como custa, tem que ser claro, exatamente para a gente demandar recursos, para a gente estabelecer recursos para a proteção.

O debate consolidou a intermitência como característica estrutural: múltiplos vínculos; contratação de curta duração; uso disseminado de MEI – vários aqui falaram disso – e pejotização. Carregamos para o estatuto um dispositivo que proíbe relações de subordinação serem traduzidas em formas contratuais de pejotização, sejam elas quais forem. Não é que a gente evite esse elemento, mas o que prevalece é o princípio da realidade, o princípio da relação estrutural de trabalho.

Então, esse é um ponto fundamental. Nesse caso, a gente vai ter que discutir uma compatibilização com a legislação. Por enquanto, a gente tem uma formulação, mas, provavelmente, isso vai gerar ali uma tensão, uma controvérsia jurídica com o que a gente já tem estabelecido em termos de possibilidade de uso de MEI e CNPJ.

Ausência de tipificação adequada para diversas modalidades de trabalho. Depois a gente volta a isso.

Diretriz compartilhada: reconhecer a realidade do setor sem legitimar precarização.

Há forte convergência sobre a necessidade de proteção social adaptada à renda. Principais demandas: mecanismo de proteção de renda; parâmetros mínimos de negociação coletiva, de que já falei antes; regulação de jornadas irregulares e riscos à saúde – a Sonia falou muito disso, pontos fundamentais, que já estão também com formulações bastante sólidas no estatuto –; e reconhecimento do trabalho preparatório e não remunerado, que é aquele tempo que a gente... "Opa, isto aqui não é trabalho, não", mas está preparando, já está ali na atividade. Em geral, a gente também não computa isso como tempo de trabalho, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Saúde mental é uma dimensão transversal, assim como prevenção do assédio moral e sexual, recortes de gênero e raça – mas não só disso, também de idade. A gente tem vários recortes ali relacionados à situação de vida, alguns relacionados à identidade, outros relacionados ao ciclo de vida e outros relacionados às dificuldades de relacionamento, enfim, nas relações de trabalho propriamente ditas, o que a gente está chamando de assédio moral e sexual.

Trabalho decente como diretriz estruturante: isso no início do estatuto a gente já traz. O princípio do trabalho decente é estruturante para a gente conversar sobre qualquer ponto no estatuto.

Temos a ideia de um cadastro. Eu não vou explorar isso, mas temos a ideia de fortalecer o registro profissional, que é ponto fundamental, que está no Ministério do Trabalho e é o ingrediente para a garantia dos direitos. Não é um cadastro de pessoas que, de forma difusa, participam da cultura – apesar de essa ser uma informação absolutamente importante, inclusive para discutir ampliação conceitual, para saber quem trabalha, quem não trabalha, etc., etc. –, mas a gente está falando, fundamentalmente, do fortalecimento do registro profissional como um mecanismo de acesso às proteções.

E a gente tem que ter a fiscalização, um ponto que a gente já levantou: clareza de funções institucionais, integração de bases existentes, fortalecimento de fiscalização, apoio e organização coletiva e sindical.

Essa interface entre as instituições, organizadas a partir de evidências produzidas pelos registros e por outros mecanismos de controle de contrato, de tempo de trabalho, etc., são fundamentais para a gente pensar a política pública! Então, a gente tem que fortalecer essa capacidade com definições muito claras de quem faz o quê.

A gente propõe ali um comitê gestor capaz de fazer um gerenciamento ou um agenciamento entre vários setores, com participação dos sindicatos, da sociedade civil, e a gente imagina que esse seja um desenho que pode ser aproveitado ou aperfeiçoado, mas que já é um desenho interessante, um ponto de partida para discutir uma estrutura de governança, que é fundamental para validar processos efetivamente participativos na produção de políticas públicas. O Ministério da Cultura, inclusive, está previsto para participar desse comitê gestor.

A tipificação de múltiplas modalidades contratuais: não vai dar tempo de falar, mas a gente propõe um contrato cultural qualificado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA (*Fora do microfone.*) – O Cicq. (*Risos.*)

O SR. FREDERICO BARBOSA DA SILVA – O Cicq.

A gente vai precisar também de uma discussão séria sobre isso, porque a gente sabe que está inovando com relação à reforma de 2017 e 2018; a gente está propondo uma modalidade especial. A gente tem que compatibilizar: para não ter nenhum tipo de efeito ou de leitura sobre inconstitucionalidade, a gente tem que fazer uma compatibilização com a CLT, para evitar ambiguidades interpretativas e o possível uso estratégico para a flexibilização de direitos.

A gente está propondo algumas coisas ali e a gente sabe que, gerando uma regra sem muito controle, isso pode aumentar a precarização e a flexibilização, mascarando relações que são relações de subordinação.

Então, a gente tem que ter os dispositivos, pensar bem isso, para que uma boa proposta não tenha exatamente o efeito contrário. (*Pausa.*)

Está repetido.

Vamos lá! Agora pontos legislativos, viu, Senador? A gente precisa discutir muito, né? Na verdade, o que eu queria falar era só disso. (*Risos.*)

A ausência de definição de fontes de financiamento: isso ficou como uma pulga atrás da orelha o tempo todo em que a gente discutiu o estatuto, e isso impactou, inclusive, a definição que a gente deu do escopo de quem é o trabalhador da cultura. Mas a gente tem que fazer algum tipo de cálculo. Não é o momento de fazer, porque é a hora de discutir normas, aperfeiçoar a escrita, enfim, a técnica legística, mas a gente vai ter que discutir fontes de financiamento.

Nós fizemos um exercício bastante aberto de estabelecer múltiplas fontes do orçamento da União. Mas a gente sabe que não é assim exatamente que funciona um orçamento e a avaliação de custeio. Então, a gente precisa, de uma maneira urgente, fazer uma reflexão, fazer algum tipo de estimativa sobre o quanto custa estabelecer o estatuto, pelo menos naqueles elementos principais, no momento, que são os... todos são principais, mas, no momento, aqueles dispositivos de proteção do trabalho, de subsídio à renda, quanto custaria isso? Independentemente de discutir depois o fortalecimento institucional dos vários órgãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai ter forte dependência de coordenação interministerial e federativa, e não está claro ainda para mim como isso pode ser feito. Que tipo de participação federativa para fazer uma cogestão de uma política que está centralizada no Governo Federal? Não sei, ainda não avançamos nisso.

Definição de fontes, estudo de impacto fiscal que está associado, avaliação de viabilidade orçamentária e constitucional. O constitucional volta... o orçamentário está em vários, porque é superimportante, está relacionado com custeio, e o constitucional é fundamental – o pessoal aqui da consultoria sabe disso – porque alguns dispositivos vão ser questionados: "Bom, isso aqui é um estatuto? É uma CLT? É compatível com o que está previsto na CLT?". Como é que a gente faz para compatibilizar as coisas etc., etc., etc.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREDERICO BARBOSA DA SILVA – Não, não, acabou. Eu vou acabar porque está na hora de acabar. (*Pausa.*)

Pronto.

Obrigado. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bem pessoal, a gente já extrapolou o tempo que estava planejado, mas eu queria, de toda forma – não há nenhum Senador inscrito, nem remotamente, nem presencialmente – propor que aqueles que desejassem pudessem se manifestar, por três minutos, aqui da mesa, e a gente concluir com isso sendo considerando considerações finais, tá?

Eu acho que eu não vou conseguir abrir para vocês falarem, porque senão não vai ter condição.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, tudo bem, vocês falam por três minutos e pronto.

Eu vou ser rigoroso, tá?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aí vocês dão o nome, a entidade, o estado, enfim, mas que seja curto, por favor. Pode falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quantos estão inscritos? Quantos pediram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não vai dar para todo mundo, não. Não vai dar, não. Façam aí a escolha para três pessoas falarem. Vai lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mas não vai dar, não. Vocês têm que resolver entre vocês três para falarem. Vamos lá.

A SRA. ALÊ CAPONE – Eu vou falar rapidinho. A minha fala é para o Sr. Carlos Balduíno. Queria agradecer sua presença aqui e entender o tamanho da nossa missão e como é importante a presença da Secretaria-Geral da Presidência para ajudar a gente a articular com essas pastas.

O nosso diálogo com o Ministério do Trabalho não tem sido fácil nos últimos anos, nem com o Ministério da Previdência, e a gente precisa de uma plataforma, de um aplicativo que corrija essas injustiças todas no setor.

Então a gente acredita que gestão, que é o ministério da Ministra Esther Dweck, que inovação em gestão é importante, que ciência e tecnologia é importante, enfim, a nossa pasta é transversal a todas as outras.

E, apesar do trabalho hercúleo que o Ministério da Cultura tem feito, está na hora dessa transversalização, para que realmente a cultura encontre o seu lugar nos seus direitos.

Passo a palavra.

Meu nome é Alê Capone. Sou do Comitê de Cultura do Distrito Federal e da Articulação Nacional dos Trabalhadores em Eventos e do LabFaz. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO FERREIRA – Oi. Boa tarde. Meu nome é Pedro Ferreira. Eu sou do Instituto Toró – Clima, Tecnologia e Cultura, lá de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, conterrâneo, a gente quer pedir aqui ao senhor uma atuação mais firme, para que a gente consiga montar esse conselho gestor entre o Ministério do Trabalho, a Previdência Social e o Ministério da Cultura.

Na semana passada, nós, da Ante, fomos pegos de surpresa, porque foi lançado o CBO dos mestres e das mestres da cultura popular. Não que isso não seja necessário; é de extrema necessidade para os mestres e mestras da cultura popular, mas muito nos pegou de surpresa por que nessa discussão também não estavam os outros CBOs que a gente vem discutindo desde 2023.

Tivemos uma reunião com a Ministra Margareth Menezes, com o Ministro Luiz Marinho, eu e Alê e mais algumas pessoas – a Dandara estava também, não é? – em 2023, em maio de 2023, solicitando esse grupo de trabalho. Estamos terminando a gestão, Senador, e não conseguimos articular esses ministérios para discutir uma pauta tão importante.

Então o meu apelo fica aqui ao senhor, para que nos ajude a montar esse grupo de trabalho, essa força-tarefa pelos trabalhadores da cultura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

Quem é o próximo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DANDARA TONANTZIN – Eu posso ir falando, porque a minha fala é bem rápida.

Eu sou a Dandara, eu sou Presidenta da Associação de Trabalhadoras e Trabalhadores e Técnicos do Distrito Federal. Eu atuo também no audiovisual, estou junto à Conne, que é a Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte, Nordeste, que vem defendendo a regulamentação do VOD e da inteligência artificial.

Acho que um caminho que a gente tem, falando especificamente sobre dinheiro, para manter essa previdência e essa sazonalidade, é ficar de olho nas nossas novas regulamentações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, em todos os países, praticamente, onde o VOD é regulamentado está em 12%. O Brasil está prestes a fechar um acordo a 3%. Isso inviabiliza, mais uma vez, a gente ter uma previdência para os trabalhadores. A gente colocando uma regulamentação justa para os trabalhadores trabalharem menos horas, a gente também tem que lembrar que existe uma dívida também do passado. As plataformas de *streaming* vêm para o Brasil, fazem o que querem, recolhem o que querem, não pagam nada de imposto, e nós trabalhadores continuamos sendo prejudicados.

Então, por favor, peço que a Casa olhe com atenção para a regulamentação do VOD, a taxação dessa regulamentação e também da inteligência artificial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O.k.

A SRA. VANDA CLÉIA RODRIGUES DO LAGO – Boa tarde, senhores e senhoras. Meu nome é Vanda Cléia Rodrigues do Lago, eu sou funcionária terceirizada da Casa, sou professora de dança, charme e *flashback*. Represento uma classe da periferia.

Digo a vocês que eu fico entristecida com todo esse trabalho. A gente vê que a coisa não funciona. Por quê? Porque ONGs chegam e pegam o dinheiro, não dividem, a gente nunca vê nada, não aparece um FAC, nenhum dos projetos que a gente tem funciona.

Eu tenho quase 60 anos, sou trabalhadora da cultura em Brasília, não só em Planaltina, eu tenho projeto de dança e eu sou professora de dança. Já fiz alguns eventos aqui, e não chega à ponta. Infelizmente todos os grupos que nós temos de cultura reclamam da mesma coisa.

Então, eu acho que as ONGs atrapalham chegar até a gente.

E não tem nada regularizado. A gente vê que esses grupos que a gente tem não contêm nem 30% dos trabalhadores de cultura em Brasília. Nós temos convites, vários convites para ir apresentar fora. A gente sai para o Rio para dançar, para aprender e para trazer para cá, e tem que ser com o dinheiro da gente, que a gente não tem.

Então eu queria que vocês dessem um pouquinho de atenção para isso, porque, na verdade, a gente faz a cultura e a gente é que não tem o dinheiro.

Lei Rouanet não funciona para pobre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quem é o próximo?

Quantos tem ainda? Só os dois, não é? Pronto. Então vamos parar por aqui. Vá lá.

O SR. WESLEY ROCHA – Eu saúdo todos da Casa com um boa-tarde. Eu sou Wesley Holanda Rocha, também conhecido como Falcão das Artes, sou mestre de cerimônia, sou fundador da batalha de rima da Cidade Estrutural, que também é uma comunidade periférica como a da nossa colega, e faço parte do núcleo de educação cultural do Movimento Social Humanitário Pastora Ana Cleia.

E a minha pergunta para os da bancada é a seguinte: como é que o estatuto do trabalhador poderá, na prática, atingir e integrar a vida daquelas pessoas que vivem das artes e dos eventos de forma autônoma? E como é que esse dispositivo proposto aqui por essa bancada protegerá as relações contratuais das pessoas que são menos favorecidas, assim como a professora de dança falou?

Porque o que é cultura? Cultura não é aquilo que faz parte e muda e revoluciona a vida das pessoas? Como é que essa cultura organizacional que está sendo tratada aqui pelos senhores pode alcançar, de fato, aquela pontinha do *iceberg,* que muitas vezes nem vê essa verba que chega, não é distribuída, não é disseminada, porque não há uma regulamentação plena para que a gente possa se unir e, em conjunção, poder fazer, de fato, com que a cultura alcance a vida daquelas pessoas, não é verdade? Porque senão a gente vai continuar sendo aquela terra dos tupiniquins – até hoje –, e a gente não vai ter, de fato, cultura para a gente poder falar que somos seres civilizados e fazer parte desta Casa.

Eu agradeço a minha fala. (*Palmas.*)

A SRA. LUCIANA RIBEIRO – Boa tarde a todos!

Meu nome é Luciana Ribeiro. Eu sou jornalista, artista plástica, visual. Faço parte de coletivo feminista também aqui em Brasília, e é, assim, louvável esse seminário hoje aqui, tudo que está sendo apontado.

É importantíssimo que a gente tenha esse olhar com mais cuidado para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, mas eu queria ressaltar a questão das mulheres, porque nós, mulheres, sofremos dobrado. A gente sofre com a escala grande, sem dignidade, pelo assédio, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades nas condições, aí a gente, às vezes, tem filho e não pode trabalhar de noite, de *roadie*, tocando...

Enfim, a minha sugestão – gostei muito da sua apresentação, Dr. Frederico – é que se tenha um olhar um pouquinho mais apurado para essa questão, para a questão da mulher, porque acho que, dentro das escalas de trabalho – e a gente pode falar de muita coisa; eu não vou me alongar nisso, porque não tem tempo –, a gente sofre mais, as mulheres.

Era só isso.

No mais, parabéns pela agenda, pela reunião. Obrigada pelo convite, Alê, e espero que dê certo.

Obrigada, gente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Alguma pessoa da mesa gostaria de responder, em três minutos, a pergunta feita pelo Falcão?

O SR. FREDERICO BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Falcão, eu acho que até já respondi meio implicitamente na fala. A ideia do estatuto é exatamente responder a sua questão. O estatuto vem para responder a sua questão.

A gente está prevendo vários mecanismos de garantia: fundamentalmente, de complementação de renda e seguro-desemprego. Se você trabalha em uma área que se encaixa no rol de atividades do estatuto, o sistema vai ter que funcionar para fazer a proteção sobre esses elementos: a falta de renda ou a necessidade de complementação de renda e a perda de trabalho. Então, o estatuto prevê.

Agora, tem um outro ponto que é importante: para isso funcionar, as instituições têm que estar bem azeitadas, porque não é assim, vem a norma e automaticamente os direitos são garantidos. As instituições têm que estar funcionando, os sindicatos, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Cultura, com o fomento. Tem uma mistura na sua fala, porque são diferentes fomento e proteção do trabalhador, são coisas que estão conectadas, mas são um pouquinho diferentes. Mas o ministério está ali para fomentar atividades, assim como a secretaria de cultura de estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está prevendo uma série de mecanismos, mas é aquele negócio que eu falei no início: a norma vincula a atuação dos diferentes órgãos, mas esses órgãos têm que ter capacidade de implementação das políticas de proteção. Então, isso é ponto fundamental.

O estatuto vencido não significa que a política seja completamente realizada, porque aí são os passos de institucionalização da proteção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aí, já vai passar, não vai dar não! (*Risos.*)

Vou passar para ele, e a gente termina.

Nós vamos ter uma próxima audiência pública e vamos tentar fazer uma construção coletiva dessa proposta do estatuto.

Então, vou lhe dar três minutos, e a gente termina aqui, tá?

O SR. CARLOS BALDUÍNO (Para expor.) – É bem breve.

A companheira Sonia ainda, que pediu para a gente conversar um pouco depois, eu acho que eu vou receber, a partir da Sonia, uma comissão da nossa Secretaria-Geral da Presidência, para a gente tratar desse tema de forma também interministerial, enfim, de alguns encaminhamentos que forem necessários para isso, tá? (*Palmas.*)

Então, a partir da Sonia, vocês contatem ela, e a gente vai ver como recebê-los o mais breve possível.

E um último recado: se não saiu no dia de hoje, está aparecendo por esses dias um edital sobre batalhas musicais. Acho que são R$800 mil em prêmios que vão ser distribuídos, e as inscrições vão ser recebidas do Brasil todo, para favorecer o trabalho do pessoal de periferia que trabalha com batalha musical, tá bom?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS BALDUÍNO – Batalha de rima! Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS BALDUÍNO – ... este é o nome correto, batalha de rima!

Então, fiquem atentos que está para ser publicado o edital sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu tenho uma cerimônia lá no Palácio do Planalto.

Vá lá, um minuto para você.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA (Para expor.) – É mais rápido ainda!

Falcão, você não falou o nome da tua batalha? Fala aí!

O SR. WESLEY ROCHA (*Fora do microfone*.) – Batalha da Estrutural.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Batalha da Estrutural. Que dia que rola?

O SR. WESLEY ROCHA (*Fora do microfone*.) – Toda quarta-feira.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Toda quarta-feira, 7h da noite.

Lá onde?

O SR. WESLEY ROCHA (*Fora do microfone*.) – Na Cidade Estrutural.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Na Cidade Estrutural. Fechou!

Outra coisa que é importante para a gente falar é da precarização dos trabalhos que têm mais mulheres. Nós recebemos uma pesquisa esses dias do IBGE e o nosso recorte é: quanto mais mulheres na profissão, maior a precarização, maior a informalidade e menor a faixa salarial – isso também na cultura. É no geral, mas também no nosso setor.

Então, é fundamental que nesse estatuto a gente consiga pensar em proteção para as mães, para os filhos, e para que essas mulheres consigam trabalhar e exercer suas funções. (*Palmas.*)

É isso!

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Traz o contraturno!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Nós vamos marcar a outra audiência pública e, paralelamente, vai sendo feito esse trabalho de construção da proposta, de modo que agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezenove minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais, Paulo Paim, Camilo Santana, Humberto Costa, Leila Barros, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda do Senador Wellington Fagundes, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Zenaide Maia, Magno Malta, Izalci Lucas e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 14ª, 15ª e 16ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 2-CDH e 3-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda nº 1-CAE, e pela aprovação da Emenda nº 2–CAE, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3091, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as exigências a serem cumpridas para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CDH, na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CDH/CE nos termos da Subemenda nº 1-CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4161, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a promoção pelos estabelecimentos de ensino de medidas de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, os mecanismos de proteção infantil e os canais de denúncia e ajuda." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso (*ad hoc*), em substituição à Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2790, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 120 e 124 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a obrigatoriedade de realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3878, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 37, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o ofício das quebradeiras de coco babaçu nos Estados do Tocantins, do Maranhão, do Piauí e do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 193, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Totus Tuus, realizado no Município de Goiânia, no Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/12

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, dando boas-vindas à Senadora Damares, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de maio de 2026, em sistema híbrido.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª, 15ª e 16ª Reuniões, realizadas em 28 de abril de 2026.

Senadores e Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- ofício do Conselho Federal de Biblioteconomia, encaminhando e solicitando apoio ao documento "Carta de Salvador – em defesa das bibliotecas públicas brasileiras como política de Estado". A carta reafirma o papel essencial das bibliotecas públicas como instituições fundamentais à democracia, ao direito à informação, à leitura, à cultura, à memória e à cidadania, além de evidenciar os desafios estruturais, políticos e simbólicos que ainda limitam sua plena atuação no território nacional;

- documento da Câmara Municipal de Santa Teresa, no Espírito Santo: moção de repúdio à tramitação do Projeto de Lei 9.811-A, de 2018, que visa revogar a Lei Federal nº 13.617, de 2018, que instituiu, no Calendário Oficial Brasileiro, o dia 26 de junho como data de reconhecimento do Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, como pioneiro da imigração italiana no Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- ofício da Secretaria Municipal de Educação de Porangatu, Goiás, que solicita apoio para a realização de estudo sistemático sobre o atual modelo de inclusão na educação básica no Brasil, revisão da Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva (Decreto 12.773, de 2025), do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e da Lei Berenice Piana (12.764/2012);

- Aviso nº 324 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 875, de 2026, proferido no Processo TC 007.241/2024-0, que trata de auditoria operacional realizada na Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e em 69 universidades federais, com o objetivo de examinar o acesso e as causas da não ocupação de vagas novas nos cursos de graduação dessas instituições de ensino superior;

- Aviso nº 337 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 852/2026, proferido no Processo TC 007.926/2024-3, que trata de auditoria que teve por objeto a avaliação da eficiência, transparência e regularidade da execução dos recursos federais oriundos da exploração de loteria confiados à Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias, ocorre de modo semipresencial, como já disse, e vamos partir já para o item da pauta.

Havendo votação nominal, proponho que a gente faça em bloco.

O primeiro item da pauta vai ser o item 8. Vamos priorizar a presença, na Comissão, da Senadora Damares, que tem outras Comissões, e já anuncio o item, que é terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o ofício das quebradeiras de coco babaçu nos Estados do Tocantins, do Maranhão, do Piauí e do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Ricardo Ayres.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, a senhora não tem ideia da alegria que eu tenho de relatar essa matéria. Eu sou apaixonada pelas quebradeiras de coco, faço um trabalho há anos com elas.

Eu vou direto à análise, Presidente.

O ofício das quebradeiras de coco babaçu constitui prática tradicional de elevado significado cultural, social, econômico e ambiental para comunidades situadas nos Estados do Tocantins, do Maranhão, do Piauí e do Pará. Trata-se de saber-fazer transmitido entre gerações, especialmente por mulheres, que envolve a coleta, a quebra e o beneficiamento do coco babaçu, bem como o aproveitamento de seus diversos subprodutos na alimentação, no artesanato, na produção de óleo, sabão, carvão, farinha e outros bens de uso cotidiano.

Essa atividade ultrapassa a dimensão meramente produtiva. O ofício das quebradeiras expressa modo de vida próprio, organização comunitária, relação singular com o território e conhecimentos tradicionais associados ao manejo sustentável dos babaçuais. Como registra o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, essas comunidades são lideradas por mulheres que vivem em relação de interdependência e proteção da floresta, aproveitam integralmente a palmeira e transmitem seus conhecimentos de geração em geração.

Também merece destaque pesquisa acerca do universo do babaçu realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em publicação resultante de levantamento preliminar do Inventário Nacional das Referências Culturais, o órgão registra aspectos como a palmeira babaçu, os processos de colheita e quebra do coco, a transformação das matérias-primas, a culinária, o artesanato, os cantos, os poemas e as ameaças aos babaçuais, evidenciando a densidade simbólica e patrimonial desse universo cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, portanto, contribui para retirar da invisibilidade uma prática historicamente vinculada ao trabalho feminino, à economia de base comunitária, à conservação ambiental e à identidade de povos e comunidades tradicionais. O reconhecimento proposto não cria obrigação material indevida nem interfere na competência administrativa de órgãos de proteção patrimonial; antes, afirma, no plano legislativo, a relevância nacional de manifestação cultural já consolidada na vida social de extensas regiões da chamada Mata dos Cocais.

A proposição é, ainda, uma oportunidade para valorizar uma atividade que tem sido afetada pela restrição de acesso aos babaçuais, pela pressão fundiária e pela expansão de usos econômicos que ameaçam a continuidade desse modo de vida. Nesse contexto, o reconhecimento como manifestação da cultura nacional reforça a importância da preservação dos saberes, das práticas e das formas de organização social das quebradeiras de coco babaçu, em consonância com a proteção constitucional conferida às culturas populares e aos bens imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Ante o exposto, Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 37, de 2025, do querido Deputado Ricardo Ayres, que reconhece como manifestação da cultura nacional os ofícios das quebradeiras de coco babaçu, essas incríveis e maravilhosas mulheres, por quem tenho um amor e um carinho muito grande.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora. Belíssimo voto, total acordo com o destaque que V. Exa. deu a essa atividade daquelas heroicas e resilientes mulheres.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco, com mais um projeto que a Senadora Damares vai relatar e, em seguida, o do Senador Vanderlan, que já se encontra na nossa tela.

Então, passo a palavra novamente para a Senadora Damares, para relatar o Projeto nº 3.091, que dispõe sobre as exigências a serem cumpridas para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3091, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre as exigências a serem cumpridas para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CDH, na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Relatoria da Senadora Jussara Lima, *ad hoc* pela Senadora Damares Alves.

Consulto a Senadora... que já aceitou. Já lhe passo diretamente a palavra para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, Deus hoje está sendo extremamente generoso comigo, olha o projeto de lei que eu vou relatar. É de autoria do meu Líder Mecias, relatoria da Senadora Jussara, um projeto que a gente já trabalhou na CDH, e olha a importância dele: é sobre as exigências a serem cumpridas para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Eu vou direto à análise, Presidente. O relatório está muito bem-feito, já foi devidamente publicado, há consenso na matéria. Passo diretamente à análise do mérito, visto que o relatório já está disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O fechamento de escolas na educação básica brasileira é um fenômeno de grande magnitude, que atingiu, Presidente, mais de 160 mil unidades nas últimas duas décadas, com um impacto desproporcional sobre as comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

Assim, consideramos que a proposição se revela medida acertada e necessária para conferir efetividade a preceitos constitucionais fundamentais e às diretrizes da própria LDB. Ao detalhar e tornar mais rigoroso o procedimento para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, o PL visa assegurar que decisões dessa magnitude não sejam tomadas de forma discricionária ou baseadas unicamente em critérios, Presidente, de eficiência econômica, sem a devida consideração dos impactos sociais, culturais e pedagógicos.

Ainda, somos favoráveis à emenda da CDH – inclusive eu sou autora da emenda, Presidente –, que insere parágrafo único no art. 2º, determinando a obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A convenção foi internalizada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051, de 2004, e trata da exigência de consulta prévia a populações tradicionais sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetá-las diretamente.

Ao incorporar esse princípio ao procedimento de fechamento de escolas, a emenda assegura que as comunidades não sejam meras espectadoras de uma decisão já tomada, mas protagonistas do processo. Dessa forma, terão direito a ser informadas, a ouvir, a deliberar e a ver suas formas de vida e organização social devidamente consideradas.

O MEC propôs a alteração da redação do parágrafo único inserido pela emenda da CDH e a inclusão nele de dois incisos. Aproveitou-se a redação do parágrafo único da emenda da CDH como inciso I e inseriu-se o inciso II para tratar das manifestações da União e dos Conselhos Municipais de Educação. Dessa forma, a aprovação da decisão administrativa de fechamento das escolas sob exame dependerá, fundamentalmente, da apresentação da documentação probatória, na forma de regulamento, antes de sua consumação de: 1) registro de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção 169 da OIT; 2) manifestação da União, em razão de sua competência constitucional na coordenação da política educacional, e dos conselhos municipais de educação.

O voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.091, de 2024, com uma subemenda, conforme já informado, que está devidamente publicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão, uma matéria realmente muito pertinente. Nós, lá no Nordeste, acompanhamos isso muito de perto, sobretudo em relação à educação de jovens e adultos, que tem uma significativa oferta, tanto a educação do campo, como a educação indígena e quilombola. E o projeto, de fato, vem muito para responder a essa demanda.

Então, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Haverá também votação nominal em bloco deste projeto, do anterior e do que vamos passar a discutir agora.

Muito obrigada, Senadora Damares.

Vamos para o item 8 da pauta, o Projeto de Lei nº 37, de 2025.

Esse já foi lido.

É o de Vanderlan, o item 9. Não está aqui, não, mas eu leio por aqui. (*Pausa.*)

Está aqui, eu que me confundi, desculpe. É o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 193, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Totus Tuus, realizado no Município de Goiânia, no Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso para a leitura do seu relatório.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Teresa, meus cumprimentos. Primeiro quero parabenizá-la pela condução desta brilhante reunião, cumprimentar todos os meus pares na pessoa da Senadora Damares, que está aí presente, e parabenizá-la pelas duas brilhantes relatorias também e quero agradecer a escolha do Senador Vanderlan para relatar esse projeto tão importante, Presidente.

Presidente, esse projeto trata do evento chamado Totus Tuus. Ele foi idealizado pelo Padre Marcos Rogério. É a 11ª edição, Associação Assunção, com a organização da Arquidiocese de Goiânia e Paróquia Nossa Senhora da Assunção. A 1ª edição, Sra. Presidente, Senadores e Senadoras, para vocês terem uma ideia, foi em 2015, teve 8 mil fiéis. Em 2025, que foi o último evento realizado, já foi feito, devido ao tamanho do evento e à participação da comunidade católica, já teve cerca de 60 mil fiéis. Isso foi no Estádio Serra Dourada. Neste ano, o evento ocorre no dia 30 de maio, no Estádio – também – Serra Dourada.

Eu quero aqui agradecer a V. Exa., mais uma vez; ao Arcebispo de Goiânia, D. João Justino; ao Padre Marcos Rogério, que é o idealizador desse evento e deve estar nos assistindo aí; à Deputada Federal Flávia Morais, que é autora do projeto, quero enaltecer o trabalho da Deputada ao apresentar esse tão importante projeto; e a toda a comunidade católica de Goiás e do Brasil.

Vamos ao relatório, Sra. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei nº 193, de 2024, de autoria da Deputada Flávia Morais, que "reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Totus Tuus, realizado no Município de Goiânia, no Estado de Goiás".

A proposição institui a homenagem a que se propõe, bem como estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

Na justificação, a autora ressalta que, na esteira das garantias constitucionais ao direito à cultura, objetiva reconhecer oficialmente esse evento, que se consolidou como uma das maiores manifestações católicas do Centro-Oeste do país, impulsionando o turismo religioso, a economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criativa, o artesanato, a culinária e a rede hoteleira local, promovendo a integração social e a valorização cultural.

No Senado Federal, a proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa deste colegiado.

Análise, Sra. Presidente.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição. Os requisitos encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista que a matéria se insere na competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre cultura, consoante o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Igualmente, a iniciativa se enquadra no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, não havendo reserva de iniciativa que impeça a propositura legislativa sobre o tema em seu escopo geral, tampouco a constatação de ofensa a qualquer cláusula pétrea.

No que concerne à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificado o reconhecimento do evento Totus Tuus como manifestação da cultura nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

Nesse contexto, o reconhecimento do evento Totus Tuus como manifestação da cultura nacional constitui não mais que a formalização daquilo que já integra o patrimônio cultural brasileiro.

A manifestação cultural inspirada no lema latino de matriz mariana – *totus tuus* quer dizer "todo teu" – configura-se como um dos maiores eventos de identidade católica do Centro-Oeste brasileiro, articulando expressões rituais, práticas artísticas e espaços de sociabilidade.

Organizado anualmente desde 2015 pelo Arquidiocese de Goiânia, o evento integra à dinâmica urbana atividades de música, dança, pregações e a apresentação de iconografia sacra itinerante. Com fluxo turístico religioso que mobilizou cerca de 60 mil participantes de diversas regiões em 2025, a celebração opera como indutora da economia criativa local, gerando impacto direto nas cadeias de serviços, hotelaria, artesanato e gastronomia típica de Goiás, o que fundamenta sua relevância como patrimônio imaterial e marco do calendário cultural regional.

Por se tratar de uma celebração cultural que se articula de forma exitosa com o desenvolvimento econômico, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis ao reconhecimento do evento Totus Tuus realizado.

Aproveito para agradecer à Presidente dessa importante Comissão – que é V. Exa., Senadora Teresa Leitão – por me designar Relator e por pautar o projeto com celeridade.

Parabenizo a autora, Deputada Flávia Morais, pela importante iniciativa de apresentar esse projeto para reconhecer como manifestação da cultura nacional o evento Totus Tuus.

Meu voto, Sra. Presidente: conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 193, de 2024.

Este é o meu relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, é este o mês em que a Igreja Católica reverencia Maria, a mãe de Jesus, e esse evento tem uma relação com essa tradição mariana da Igreja Católica, por isso a pressa de V. Exa., que foi entendida por mim – e plenamente de acordo com os seus argumentos.

Então, a votação será em bloco.

Eu vou propor o seguinte encaminhamento, Senador Vanderlan: eu vou anunciar a votação em bloco dos três projetos de lei, e, enquanto isso, V. Exa. se dispõe a fazer a leitura do item nº 5, que é não terminativo, está bem?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Está o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, a votação é a seguinte: passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 4, 8 e 9.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.091, de 2024; PL 37, de 2025; e PL 193, de 2024.

Todos tiveram relatórios com aprovação das respectivas matérias.

Os Senadores que votam, portanto, com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós vamos aguardar a votação, e, enquanto isso, para ganharmos tempo, eu vou voltar a palavra para o Senador Vanderlan, para relatar o item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4161, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a promoção pelos estabelecimentos de ensino de medidas de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, os mecanismos de proteção infantil e os canais de denúncia e ajuda.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A relatoria é da Senadora Leila Barros, já consultado o Senador Vanderlan para assumir *ad hoc* a relatoria, e o relatório é pela aprovação do projeto.

Eu concedo a palavra ao Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Teresa.

Só complementando com relação ao projeto que eu acabo de relatar, gostaria de fazer o convite a V. Exa., Presidente, a todos os membros desta Comissão e àqueles que estão nos assistindo através da TV Senado: no dia 30 é o grande evento Totus Tuus, aqui no Serra Dourada, e quero aproveitar e convidar, porque em Goiás nós recebemos muito bem, com certeza. Pamonha não vai faltar, e ali um pequi com arroz também, da mesma forma, mas também o empadão goiano – eu sei que V. Exa. gosta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Gosto de tudo isso, mas a pamonha da minha terra é mais gostosa, aqui para nós. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Há divergências, há divergências, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Há controvérsias. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Há controvérsias, divergências, mas vamos chegar a um acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Vou direto ao relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei (PL) nº 4.161, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que incumbe os estabelecimentos de ensino de promover medidas de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, os mecanismos de proteção infantil e os canais de denúncia e ajuda.

Para tanto, o projeto altera, mediante a inclusão de novo inciso, o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

A lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que foi distribuída para análise exclusiva desta Comissão, tem origem no Parecer nº 68, de 2025, da CDH, aprovado em 13 de agosto de 2025 no Colegiado, referente ao relatório de diligência externa Operação Acolhida e Território Yanomami, realizada em Roraima.

Assim, sua justificação ressalta o cenário nacional preocupante de violações de direitos de crianças e adolescentes, especificamente constatado pela diligência em Roraima, que colheu relatos sobre abusos, exploração sexual, estupros e aliciamento de crianças indígenas e migrantes, e constatou ausência de documentação, sobrecarga dos equipamentos públicos e ineficiência na articulação entre os órgãos de proteção. A CDH destaca ainda que a falta de informação constitui obstáculo significativo para a denúncia dessas violações e que a escola representa ambiente estratégico para a prevenção e o enfrentamento dessas formas de violência.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Vou para a análise, Sra. Presidente.

De acordo com o art. 102, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais de educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e outros assuntos correlatos, temas que abarcam o conteúdo do projeto em análise.

A respeito da constitucionalidade da proposição, cumpre apontar que, segundo o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, compete à União e aos entes subnacionais legislar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concorrentemente sobre educação e ensino. Por sua vez, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, é de competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Não se constata no projeto, ainda, a ocorrência de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

A matéria observa também os preceitos de constitucionalidade material, juridicidade e boa técnica legislativa.

No que concerne ao mérito, é preciso destacar dados alarmantes sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com levantamento do Atlas da Violência de 2025, publicação de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2013 e 2023, sofreram homicídio no país 2.124 crianças de 0 a 4 anos; 6.480 crianças entre 5 e 14 anos; e 90.399 adolescentes entre 15 e 19 anos. No mesmo período, foram notificados 727,5 mil atos de violência contra crianças entre 0 e 14 anos, e 297,5 mil contra adolescentes entre 15 e 19 anos. A dinâmica temporal revela aumento dessas notificações até 2019, redução no primeiro ano da pandemia, e retomada do crescimento de registros a partir de 2021.

É preocupante, também, a constatação de que o ambiente doméstico, que deveria prover a maior proteção a crianças e adolescentes, lidere o *ranking* de notificações de violência: na faixa etária de 0 a 4 anos, as residências representaram 67,8% dos casos; 65,9% na faixa etária entre 5 e 14 anos; e 48,4% entre 15 e 19 anos.

Em reação a essa onda de violência contra crianças e adolescentes, o legislador federal tem buscado aperfeiçoar nosso aparato normativo em diversas frentes. Na educação formal, além de medidas para combater especificamente a violência no meio escolar – como a instituição do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015), do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023), da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024) e das medidas de proteção previstas na Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 –, cumpre destacar duas alterações feitas na LDB que tratam especificamente da incumbência pedagógica das unidades de ensino no combate à violência:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, que determina que conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos da educação básica, com distribuição de material didático adequado (a referência à mulher foi adicionada pela redação conferida à norma pela Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021); e

2. A Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, assim como a promoção da cultura de paz, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Apesar desse aparato normativo, a medida sugerida pelo projeto reforça o papel da escola na prevenção e no combate à violência contra crianças e adolescentes, ao dispor sobre seus direitos e realçar a necessidade de difundir informações sobre os mecanismos de proteção infantil e os respectivos canais de denúncia e ajuda. Ademais, a aprovação do projeto pode conferir mais visibilidade ao tema e responde aos anseios da sociedade por ações que coíbam a escalada de violência.

Infelizmente, repete-se em inúmeros locais do país a situação constatada em Roraima pela diligência externa da CDH: crimes são reiteradamente cometidos contra crianças e adolescentes, e o poder público se revela frágil ou negligente na adoção de medidas pertinentes para prevenir e combater o fenômeno. É preciso, por conseguinte, que a educação escolar assuma um compromisso cada vez mais ativo no esforço coletivo de proteção de nossas crianças e adolescentes.

Assim, a norma sugerida pela proposição é meritória e deve ter o apoio deste Colegiado.

O voto, Sra. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.161, de 2025, brilhantemente, Sra. Presidente, relatado pela Senadora Leila.

E aqui eu quero parabenizá-la.

Obrigado pela confiança em me designar Relator *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Senador, a sua disponibilidade em assumir este último item da pauta de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação é simbólica.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será conforme o relatório apresentado.

Aberto o painel... Solicito a abertura do painel das três proposições terminativas que foram colocadas para votação nominal: o PL 3.091, o PL 37 e o PL 193.

Já atingimos o quórum. Podemos, então, abrir.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E o resultado é pela aprovação de todos, com 11 SIM.

Nenhuma abstenção.

Estão, portanto, os três projetos aprovados. (*Pausa.*)

Este aqui já foi votado, o simbólico, né?

Aprovados nominalmente.

Antes de encerrarmos a discussão, eu gostaria de fazer uma proposição a esta Comissão, tendo em vista o ano que nós estamos vivenciando, um ano com dois eventos que vão trazer para a Comissão, para o Senado, de modo geral, uma adaptação da pauta, de modo que a gente considere os feriados que, certamente, serão anunciados no Brasil em relação à Copa do Mundo, como também a realidade da eleição nacional, que mobiliza como candidatos pelo menos 54 Senadores.

Então, nós não podemos prescindir do aproveitamento ao máximo das reuniões que nós vamos fazer nesse período. Na reunião de hoje, por exemplo, nós tínhamos colocado nove itens de pauta; vivenciamos, demos conta de quatro.

Então, eu queria propor e ao mesmo tempo informar aos membros desta Comissão o seguinte procedimento para conferir celeridade aos nossos trabalhos – tendo em vista esse calendário, nós não podemos parar por conta desses eventos, mas temos que a eles nos adaptar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

–, de que cada projeto pautado terá sua deliberação adiada no máximo por duas sessões, porque a gente só determina *ad hoc* quando há aceitação prévia do Relator original. Então, o Relator original não podendo comparecer, a gente adia por duas sessões. Não havendo possibilidade de, na terceira sessão, o Relator original estar presente, a gente faz a designação do *ad hoc* para poder dar oportunidade para o projeto tramitar. Então, a Presidência na ocasião designará um *ad hoc* e vai permanecer o processo de Senadores indicarem a possibilidade de um *ad hoc*, como o Senador Flávio Arns fez hoje. Como a gente tinha poucos presentes, nós deixamos os dois relatórios do Senador Flávio Arns para a próxima, já com esse indicativo: se ele não conseguir chegar, como é presencial na próxima semana, nós designaremos um *ad hoc*. Eu peço aos assessores que avisem isso aos seus Senadores.

E, finalmente, também vou deixar registrado em ata e disponibilizado nos Anais da Comissão a Nota Informativa nº 1.601, de 2026, que foi solicitada por nós à Consultoria da Casa, mediante um debate que vem sendo feito aqui, há muito tempo, em que gente observou que há deliberações diversas em relação à criação de universidades. Quando eu contestei, naquela última reunião, ponderei a possibilidade de a gente não votar naquele dia, foi-me argumentado que era um projeto autorizativo ao Ministério da Educação. Todos os outros que estão pendentes poderiam ou não ser considerados autorizativos, inclusive a transformação de CEFETs também em universidades.

Mediante esta polêmica – podemos considerar assim, porque tem um volume muito grande de projetos criando, propondo criar universidades –, nós solicitamos essa nota, que aborda o cenário jurídico e a prática legislativa sobre a criação, transformação e desmembramento de instituições federais de ensino superior por meio de projeto de lei de autoria parlamentar. A Constituição reserva ao Poder Executivo a iniciativa de proposições legislativas destinadas a criar órgãos públicos. Portanto, projetos apresentados por Parlamentares apresentam vício formal de iniciativa. Regimentalmente, a conversão desse tipo de proposição e indicação nos parece uma alternativa mais adequada.

Embora a análise de precedentes recentes no Senado – isso foi aludido, na reunião passada, por um dos Relatores –, essa análise existe, mas ela mostra diversidade de formatos e decisões, considerando decisões de ordem política a criação efetiva de instituições – que ocorrem, em regra, por iniciativa do Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao final, nós queremos apresentar quatro alternativas de encaminhamento não excludentes, quando tivermos, em mãos, um projeto desta natureza – criação, desmembramento ou transformação em universidades:

1. Audiências públicas;

2. Consulta à CCJ;

3. Requerimento de informação ao MEC;

4. Conversão dos projetos de lei em indicação.

A nota está muito completa.

Como sempre, todo trabalho da consultoria deste Senado é de uma qualidade invejável, que nos dá muita segurança naquilo que a gente quer e pretende fazer, e tem um sumário muito longo, que eu não vou ler – nós temos 21 páginas –, mas vou deixar disponibilizado para todos e para todas.

O sumário trata de uma introdução, de apontamentos jurídico-constitucionais, da Súmula de Jurisprudência nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, do parecer da CCJ do Senado Federal em resposta à consulta da Comissão de Educação em 2015 – isso o Senador Flávio Arns alertou –, o caminho regimental da indicação.

Depois, a nota abrange os precedentes e práticas no Senado, a expansão da rede federal, experiência recente, requisitos, possibilidade de encaminhamento do assunto pela Comissão de Educação, e traz algumas conclusões.

Como fica muito difícil para a Presidência estar em confronto constante com os nossos pares, que querem, evidentemente, ver os seus projetos aprovados, tramitando – foi o que aconteceu na reunião passada –, nós queremos ver se fazemos esse pacto, para não ficar prejudicada a indicação e o interesse público dos Senadores autores e, ao mesmo tempo, a gente não incorrer em nenhum risco de vício de inconstitucionalidade.

Então, a Nota Informativa nº 1.601 vai ficar disponibilizada, e eu peço que conste em ata.

E, antes de terminar, eu concedo a palavra ao Senador Vanderlan, que pediu a palavra.

Com a palavra o Senador Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, obrigado pela oportunidade.

Presidente, eu ouvi atentamente a sua fala e a preocupação com relação aos projetos, para os quais são designados Relatores, são entregues os relatórios, são pautados para votação e, muitas vezes, devido ao nossos afazeres – dos Senadores e Senadoras –, são retirados de pauta, às vezes pela falta ou a presença – não são todas as vezes – de um Senador ou Senadora.

Eu queria só, a título de colaboração, porque eu vejo o esforço de V. Exa. e, sabendo do custo que tem nesta Casa de Leis, no nosso Senado Federal, que, caso o Senador não tenha condições de comparecer, V. Exa. sugeriu que seria em duas reuniões, mas, pela produtividade que esta Comissão tem, que é uma das mais produtivas sob a sua Presidência, a Presidência de V. Exa., eu quero sugerir aqui, já que todos os assessores e alguns Senadores e Senadoras estão nos vendo, nos assistindo, que peça para que seja designado, como foi hoje com a Senadora Leila do Vôlei, que não pôde fazer o seu relatório – o seu brilhante relatório – e autorizou que fosse um Senador *ad hoc* – no caso, eu relatei.

Então, é só a título de colaboração. Vejo a preocupação de V. Exa. Nós não podemos deixar projetos parados, projetos como esses que foram votados hoje – principalmente esse com relação à criança, ao adolescente, aos nossos jovens –, são projetos muito importantes.

Então, é só a título de colaboração.

Mais uma vez, parabéns pela seriedade com que V. Exa. conduz a nossa Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Nós vamos proceder, alertando, esclarecendo que não fizemos isso com os projetos que seriam relatados pelo Senador Flávio Arns, porque estava já sobrecarregada a pauta. O Senador relatou dois – um de sua autoria e outro como *ad hoc* –; a Senadora Damares relatou um que tinha sua relatoria originária e outro na colaboração como *ad hoc*; aí nós deixamos os do Senador Flávio, que estavam já autorizados também para *ad hoc*, para a próxima reunião.

Vamos proceder desta maneira: o Senador autorizando, nós fazemos a distribuição *ad hoc* de maneira imediata; o Senador não autorizando, nós daremos duas reuniões para tentar adequar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a agenda, porque sabemos que neste ano muitos são candidatos, a agenda é muito difícil para ser conjugada com as agendas daqui. Não queremos prejudicar nem os Senadores nas suas atividades nos estados nem o ritmo da tramitação dos projetos. É uma medida alternativa, portanto – uma proposta alternativa.

Então, agradeço a presença de todos – em especial, dos Senadores Relatores: o Senador Vanderlan e a Senadora Damares – e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Paulo Paim, Camilo Santana, Humberto Costa, Leila Barros, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Magno Malta, Wilder Morais e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e aos requerimentos REQ 8/2026 - CE, REQ 13/2026 - CE, REQ 21/2026 - CE e REQ 23/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional". **Participantes:** Sr. Fernando Marcello Nunes, Diretor-tesoureiro do Conselho Federal de Nutrição (CFN); Sra. Marília Albiero, Gerente de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde; Sra. Lídia Pantoja, Oficial de Saúde e Nutrição do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a Região Norte; Sra. Camila Mantovani, Coordenadora de Políticas Públicas do Pacto Contra a Fome (PCF); Sr. Edson Hilan Gomes de Lucena, Coordenador-Geral de Saúde Bucal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS); Sra. Bruna dos Santos Nunes, Coordenação de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS); e Sra. Bruna Pitasi Arguelhes, Analista Técnico de Políticas Sociais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/12

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes, Senadores e Senadoras que estão remotamente e todos que nos acompanham.

Está aberta esta audiência pública.

Havendo número regimental, como eu já falei, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de maio de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.501, de 2020, que dispõe sobre comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas em âmbito nacional, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2026, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Damares Alves; ao Requerimento 8, de 2026, da Comissão de Educação; Requerimento 13, de 2026, também da Comissão de Educação; e Requerimentos 21, de 2026, e 23, de 2026, também da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Convido agora para tomar lugar à mesa a seguinte convidada: Sra. Camila Mantovani, Coordenadora de Políticas Públicas do Pacto Contra a Fome. Seja muito bem-vinda, Sra. Camila. Pode sentar-se aqui à mesa. Seja muito bem-vinda.

Convido o Sr. Edson Hilan Gomes de Lucena, Coordenador-Geral de Saúde Bucal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. Seja muito bem-vindo, Dr. Edson,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a esta reunião, que será muito importante para todos que estão participando e para o destino das nossas crianças e adolescentes.

E participarão, de forma remota, a Sra. Marília Albiero, Gerente de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde – seja muito bem-vinda, Dra. Marília, a esta audiência pública –; a Sra. Lídia Pantoja, Oficial de Saúde e Nutrição do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a Região Norte; o Sr. Fernando Marcello Nunes, Diretor Tesoureiro do Conselho Federal de Nutrição; a Sra. Bruna Pitasi Arguelhes, Analista Técnico de Políticas Sociais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); a Sra. Bruna dos Santos Nunes, Coordenadora de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS).

Sejam todos bem-vindos. Vocês, que estão remotamente, sejam muito bem-vindos a nossa audiência pública.

Informo também que foi convidada a Sra. Patricia Constante Jaime, Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de passar a palavra à Sra. Camila Mantovani, eu quero dizer a todos aqui que nos acompanham, todos que fazem parte da mesa – mais uma vez, grata por terem aceitado o nosso convite –, quero colocar da importância desta audiência pública, que é sobre as nossas cantinas que os nossos jovens e as nossas crianças utilizam durante a vida escolar, e falar da importância de que elas – não só crianças e adolescentes, mas aqui nós estamos focando nas crianças e adolescentes, porque esse é o tema central desta audiência pública – não tenham acesso aos alimentos ultraprocessados nas escolas, sabendo que os alimentos ultraprocessados estão ligados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diretamente ao aumento da obesidade, ao aumento da incidência de diabetes tipo 2 e também sabendo da relação dos alimentos ultraprocessados com câncer e outras doenças mais. É isso que nós iremos discutir aqui. É um momento bem importante.

Quero também agradecer, mais uma vez, a todos os senhores e senhoras que participam de forma remota para também esclarecer esse tema aqui, nesta audiência pública.

Agora, com a palavra a Sra. Camila Mantovani, que é Coordenadora de Políticas Públicas do Pacto Contra a Fome.

Dividirão a palavra os seguintes convidados do Ministério da Saúde, pelo prazo de 2,5 minutos cada um: Sr. Edson Hilan Gomes de Lucena e Sra. Bruna dos Santos Nunes. Já que nós temos cinco minutos para cada orador e vocês vão dividir, então cada um terá 2,5 minutos.

E agora com a palavra a Sra. Camila Mantovani. Será dividido aí, como eu já falei, com o Sr. Edson Hilan e a Sra. Bruna. Tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. CAMILA MANTOVANI (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Só para confirmar: eu tenho cinco. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso.

A SRA. CAMILA MANTOVANI – Está bem.

Bom, cumprimento os senhores e as senhoras aqui presentes, os Senadores, os colegas da sociedade civil e das entidades.

O Pacto Contra a Fome é um instituto que nasceu em 2023, Senadora, com o objetivo de acabar com a fome até 2030 e ter todas as pessoas bem alimentadas até 2040, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, somando esforços com outras organizações comprometidas com esse mesmo horizonte. E assim como outras organizações que estão representadas aqui hoje, nós temos nos debruçado bastante sobre esse projeto de lei e chegamos aqui nesta audiência hoje movidos por um compromisso importante que acredito que seja um compromisso comum: crianças e adolescentes são prioridade absoluta. Esse não é apenas um valor nosso enquanto organização, esse é um compromisso estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que orienta nossas políticas e decisões a partir da Doutrina da Proteção Integral e, em corresponsabilidade com a família, a sociedade e o Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando olhamos para a alimentação, isso ganha ainda mais relevância, porque estamos falando de algo que impacta de maneira muito direta o desenvolvimento físico, cognitivo e social das nossas crianças. A escola, nesse contexto, cumpre um papel muito central e potente: ela é o espaço de formação, de cuidado, de construção de hábitos que acompanham a criança ao longo de toda a vida. É também um dos ambientes mais concretos que temos para promover uma cultura de alimentação saudável, alinhando conhecimento, prática e acesso.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma expressão clara desse compromisso, porque ele é uma política pública robusta que já estabelece diretrizes importantes para garantir uma alimentação adequada e saudável nas escolas, é um programa de sucesso, referenciado internacionalmente, um programa que prioriza alimentos *in natura*, respeita necessidades nutricionais por faixa etária, incentiva a agricultura familiar, valoriza a cultura alimentar de cada região e incorpora a educação alimentar como parte do processo formativo, ou seja, o Brasil já construiu bases muito sólidas para promover uma alimentação saudável no ambiente escolar, e isso precisa ser celebrado e protegido.

Nós acabamos de lançar agora, Senadora, uma pesquisa de hábitos alimentares da população brasileira que foi realizada pelo Pacto Contra a Fome em parceria com o Instituto Pensi. Vocês todos conseguem acessar essa pesquisa pelo nosso *site,* vocês recebem por *e-mail,* e eu recomendo que o façam, porque a pesquisa está muito interessante.

Entre os muitos achados interessantes, a gente tem alguns pontos interessantes para nos ajudar a pensar neste debate aqui hoje. O primeiro deles é que pais e mães confiam na escola como um espaço de garantia de alimentação saudável para os seus filhos. O ponto número dois: pais e mães que têm filhos em escolas particulares demonstraram excepcional preocupação com o acesso que as crianças têm a alimentos ultraprocessados nas cantinas escolares. Outro dado que veio de uma pesquisa: pais e mães relatam que os filhos foram fatores de mudança nos hábitos alimentares da família. Então, quando as crianças são hiperestimuladas a alimentos ultraprocessados, os pais têm maior dificuldade de mediar esses desejos e pedidos, e a família inteira termina por consumir e consumir mais esses produtos. Quando as crianças aprendem sobre alimentação saudável e são estimuladas a isso nas escolas, as famílias também tendem a comer de maneira mais adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olhem o tamanho da importância do que a gente está discutindo aqui hoje. Isso só reforça a chance que a gente tem de fazer algo histórico aqui que é garantir o impacto direto não só nas crianças, mas também nas famílias brasileiras.

A gente sabe que as crianças e adolescentes estão em fase de desenvolvimento, e isso significa que elas ainda estão construindo sua capacidade de escolha, de análise crítica e de tomada de decisão. Especialmente no campo da alimentação, essa construção acontece num ambiente repleto de estímulos e influências que nem sempre são saudáveis.

Por isso a gente precisa reconhecer que a chamada "liberdade de escolha" na infância precisa ser compreendida com muito cuidado. Crianças não fazem escolhas em condições plenamente autônomas. Elas respondem aos ambientes e aos estímulos aos quais elas estão expostas, e é justamente aí que entra a força da doutrina de proteção integral. Ela não existe para limitar, ela existe para garantir, garantir que as crianças cresçam em um ambiente que favoreça essas escolhas saudáveis.

Eu estou correndo, Senadora, mas prometo que eu vou chegar lá.

Avanços recentes, como o Decreto 11.821, reforçam esse caminho, reconhecem a importância de proteger o ambiente alimentar escolar e alinham-no aos princípios de promoção da saúde.

Um trabalho primoroso foi feito por muitas mãos nesse projeto de lei para apresentar agora, diante dos senhores e das senhoras, de forma muito cuidadosa, e foi construído com base nas políticas públicas, diretrizes e princípios que já existem para ancorar ainda mais os direitos das crianças e dos adolescentes.

O desafio agora é seguir avançando, garantindo a plena implementação dessas políticas, ampliando seu alcance e assegurando que todas as crianças tenham acesso a uma alimentação adequada.

Proteger a infância nesse contexto é um ato de responsabilidade coletiva, é reconhecer que, ao cuidar das condições em que nossas crianças crescem, estamos construindo um futuro mais saudável, mais justo e mais sustentável.

Eu gostaria de agradecer ao autor do projeto, Senador Jaques Wagner, por trazer este tema tão relevante; à Senadora Eudócia, que está na relatoria do projeto, trabalhando a partir de valores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inabaláveis, queria reconhecer isso; e também a todos os Parlamentares envolvidos nessa construção.

Este ano é um ano eleitoral, a gente sabe disso, e é importante para nós, como sociedade brasileira, saber que, mesmo diante de tantos assuntos relevantes que disputam a atenção dos Senadores, defender nossas crianças foi o compromisso ético que norteou os seus trabalhos.

Quero finalizar dedicando esta fala aos alunos do 5º ano da Emefi Profa. Homera da Silva Braga, em São José dos Campos. Eles são aluninhos da minha irmã, Flávia, que é professora e que, como professora, tem visto, ao longo dos anos, o aumento preocupante da obesidade e outras doenças crônicas relacionadas à má alimentação na prática. Mas essa fala é para vocês, crianças, para dizer que vocês não são apenas números como consumidores para nós! Aqui, hoje, em Brasília, dentro do Senado Federal, tem várias organizações, pessoas e Senadores lutando para garantir um presente e um futuro para vocês que seja, de fato, saudável, digno e justo. O compromisso que nós todos assumimos aqui hoje, com vocês, é esse.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sra. Camila, parabéns pela sua fala, pelas suas colocações. Pelo que eu entendi a sua irmã está aqui presente, a Flávia, é isso ou não?

A SRA. CAMILA MANTOVANI – Ela não está presente, ela está acompanhando a gente *online*.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Ela não está...

Flávia, quero também parabenizá-la pelo seu trabalho. Isto aqui é importante – não é? –: unir forças em prol das nossas crianças e adolescentes.

Também quero cumprimentar e parabenizar algumas escolas e creches que já adotam alimentação 100% saudável no nosso país.

Falando em país, eu queria falar um pouco, comentar, fazer umas considerações do meu Estado de Alagoas, da nossa querida capital, Maceió. O Prefeito JHC implementou creches – falando em creches – chamadas Gigantinhos. Foram inúmeras creches que ele implementou, e lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

só tem alimentação saudável, só tem – são creches-escola – alimentação saudável. Diminuiu muito o índice de mortalidade infantil depois desse trabalho, mostrando que existem pessoas comprometidíssimas, políticos comprometidos com o bem-estar das nossas crianças e adolescentes, e aqui eu quero parabenizar o trabalho do Prefeito JHC.

Camila, parabéns pela sua fala. Realmente o que você colocou foi rápido, curto, objetivo, mas muito claro. Então, se a gente trabalhar hoje pela saúde das nossas crianças e dos nossos adolescentes, eles serão adultos saudáveis, e isso tem um ganho tanto para a criança ou adolescente como para a família; e também para as gestões, tanto a nível estadual quanto municipal e federal. Por quê? Porque irão adoecer menos, consequentemente serão gastos menos recursos a nível de saúde, por conta dos adultos que serão saudáveis, e aí todo mundo ganha.

E achei interessante quando você colocou que as crianças comem bem; comendo bem nas escolas, elas levam isso para casa, para a família, e acaba que todo mundo é impactado com essa alimentação saudável. Olhe que colocação maravilhosa que você fez agora.

Então é isso, pessoal. Vamos lutar para que nossas crianças e adolescentes possam, cada vez mais, receber esses alimentos saudáveis *in natura* e que também a família acompanhe. Essa alimentação é um impacto positivo em toda a família, isso é muito bom.

Agora o Dr. Edson Hilan e a Sra. Bruna irão dividir, que são convidados do Ministério da Saúde. Vocês vão dividir a fala, cada um tem dois minutos e meio para falar.

Com a palavra os senhores. (*Pausa.*)

O Dr. Edson Hilan está presencialmente.

Pois não, Dr. Edson...

O SR. EDSON HILAN GOMES DE LUCENA (Para expor.) – Agradeço.

Quero saudar todos os presentes na pessoa da Senadora Dra. Eudócia. Obrigado pelo convite.

Quero dizer, pontuando de forma bem objetiva, a importância da aprovação desse projeto de lei, que é tão necessária para a saúde das nossas crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da saúde bucal, a cárie dentária é a doença crônica que mais atinge as pessoas no mundo, e ela tem uma relação direta com a qualidade de vida das pessoas: dor de dente, relacionamento social, comer, estudar... Imagine isso, o impacto nas crianças que sofrem com a cárie dentária, no seu aprendizado e o impacto na vida daquelas famílias.

A cárie dentária tem um componente social e comportamental que influencia diretamente as pessoas terem cárie ou não, como, por exemplo, o consumo excessivo de açúcar. E como é que isso se relaciona especificamente com o tema? É porque os diferentes tipos de consumo de açúcar, e os ultraprocessados estão diretamente ligados a isso.

E aí alguns dados, rapidamente, só para a gente ilustrar o que a gente está falando: as crianças que consomem ultraprocessados têm quase 100% mais risco de desenvolver a cárie ao longo da vida, e quem consome mais de quatro vezes ao dia tem duas vezes mais chance de ter essa cárie do que as outras que consomem menos.

Então, assim, tanto o consumo quanto o consumo excessivo aumentam a chance de as pessoas – as crianças – terem cárie. Então a gente demonstra... a gente consegue perceber o quanto esses alimentos de forma acessível no seu dia a dia da escola vão influenciar diretamente.

Tem outros dados importantes, como, por exemplo: independentemente da renda, da escolaridade da mãe ou da frequência da escovação, essas crianças que consomem os ultraprocessados têm mais cárie. E, nas crianças que já têm, que já sofrem com mais problemas de saúde bucal, isso amplifica o problema delas. Logicamente, porque esses ultraprocessados se transformam em diversos tipos de açúcar, têm a textura pegajosa, viciam e têm outros impactos que vão fazer com que aumente esse consumo.

E eu quero, para ir finalizando, dizer que esse é um fator de risco comum para a cárie dentária, para as doenças cardiovasculares, para a obesidade. Então, quando a gente atua nessa frente, a gente está atuando em diversos problemas, e isso é promover saúde. Quando a gente atua em um problema que vai evitar uma série de outros, a gente está falando não na prevenção só de doença, mas em promover saúde, alimentos saudáveis.

Então, o uso... a redução desses ultraprocessados vai atuar diretamente na saúde bucal, no peso corporal, na saúde cardiovascular, além de a gente incorporar esses hábitos saudáveis, que isso possa ser levado para casa – a gente sabe o quanto nós somos influenciados socialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, por fim, a mensagem que eu quero trazer é que... É de um professor, de um colega lá do Paraná, o Prof. Samuel Moisés. Ele sempre coloca o seguinte: "Para que a gente possa promover saúde bucal, é importante fazer com que as escolhas saudáveis sejam mais fáceis". Então, a gente tem que tornar as escolhas saudáveis mais acessíveis para a população.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Parabéns pela relatoria. Eu acho que é um projeto que tem impacto na sociedade, no momento e a longo prazo. Então, parabéns.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua fala, Dr. Edson Hilan.

Realmente, como é importante a questão da saúde bucal das nossas crianças e adolescentes, porque sabemos também que as bactérias que estão na cárie podem levar a várias infecções, e uma delas é a endocardite, que é grave e que acomete o endocárdio, que é do coração, para ficar a coisa mais prática.

E aí, a gente vê realmente a necessidade de, cada vez menos, as crianças terem acesso a esse tipo de alimento, porque, como você falou, as crianças que fazem uso rotineiro desses alimentos ultraprocessados têm praticamente 100% de fazerem cárie ao longo da vida. E posso até adiantar que eu acho que, na primeira e segunda infância, com certeza, eles terão, não é? Então, realmente foi bem oportuno você relatar para nós aqui, Dr. Edson Hilan, sobre isso.

Agora, eu passo a palavra... (*Pausa.*)

Obrigada. Agora, eu passo a palavra...

Eu só queria, antes de passar a palavra para a Sra. Bruna dos Santos Nunes, colocar para quem está nos acompanhando neste momento tão importante de discussão para a saúde de nossas crianças e adolescentes, para vocês terem noção, quais são os produtos ultraprocessados que mais são usados no dia a dia, não só pelas crianças e adolescentes, mas por todos nós – mas especialmente as crianças e adolescentes. São refrigerantes, salgadinhos de pacote, biscoitos recheados, macarrão instantâneo, *nuggets*, salsichas, cereais açucarados, sorvetes industrializados, embutidos e *fast-food* industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para chamar a atenção das famílias que utilizam esse tipo de alimento para nossas crianças, nossos adolescentes e também as escolas que o utilizam, a gente tem que estar realmente bem focado nessa questão.

E como é que a gente faz para saber se esses alimentos são ultraprocessados ou não são ultraprocessados? É só a gente olhar – os pais, a família, os avós, enfim, os cuidadores –, e a gente vê que, quando tem muitos itens naquele produto com nomes bem mais complexos, que a gente nem sabe o que significa, ali são aditivos, ali são emulsificantes, ali são produtos químicos, e que tem alto poder... Pouco poder nutritivo e alto em açúcar, alto em gorduras trans, alto também em... Tem outros... Alto também em sal – alto também em sal e sódio –, então tem um aumento imenso em quantidade de açúcar, de gordura, de sal, de aromatizantes, de corantes, emulsificantes e realçadores de sabor.

Por isso que você colocou, Dr. Edson Hilan, que são bem mais palatáveis e por isso cria um certo vício por aquele alimento, porque esses sabores são feitos exatamente para isso. As indústrias colocam esse tipo de sabor, Dra. Camila, exatamente para ficar mais palatável e as crianças quererem cada vez mais.

E como você falou, Dra. Camila, a criança não tem a capacidade de saber o que é melhor e o que não é melhor. Quem tem que fazer isso são os pais, os cuidadores e também os professores e diretores de escola, por isso a importância de mudar a alimentação no âmbito escolar e também nas creches, nas creches e escolas.

Então, parabéns Dr. Hilan pelas suas considerações.

Agora, com a palavra, a Sra. Bruna dos Santos Nunes, que é Coordenadora de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

A senhora tem a palavra, Sra. Bruna. (*Pausa.*)

Dra. Bruna, não conseguimos escutar a sua fala. Não sei se é o seu microfone. (*Pausa.*)

Não, estamos sem escutar nada, está silencioso. Será alguma coisa aí no seu computador? (*Pausa.*)

Pode falar agora para ver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA DOS SANTOS NUNES (Para expor. *Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Estou falando. Não me escuta?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Bruna, vamos fazer o seguinte: enquanto você vê aí essa questão técnica, eu vou passar a palavra para o próximo orador e depois eu retorno para você, está bom?

Agora, com a palavra, de forma remota, o Sr. Fernando Marcello Nunes, que é Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal de Nutrição.

Sr. Fernando Marcello, seja bem-vindo a esta audiência pública. O senhor tem cinco minutos para a sua explanação.

O SR. FERNANDO MARCELLO NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá pessoal! Estão conseguindo me escutar?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, estamos escutando.

O SR. FERNANDO MARCELLO NUNES (*Por videoconferência*.) – Ótimo. Vou colocar aqui a apresentação, só um minutinho. Queria compartilhar a apresentação com vocês. (*Pausa*.)

Está aparecendo?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, está aparecendo.

O SR. FERNANDO MARCELLO NUNES (*Por videoconferência*.) – Certo, muito obrigado.

Eu gostaria de cumprimentar a todos e a todas presentes aqui nesta audiência pública, em nome da Diretoria do Conselho Federal de Nutrição, e agradecer à Senadora Teresa Leitão por estar trazendo essa pauta tão importante para nós, tão cara para a saúde pública e para o Conselho Federal de Nutrição.

Bom, nós temos apenas 15 minutos, aliás, cinco minutos, né? Eu vou ser breve aqui nas minhas colocações...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MARCELLO NUNES (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

E falar um pouquinho da nossa missão institucional, que é contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, fiscalizando, normatizando e disciplinando o exercício profissional de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética em todo o país.

Hoje, Senadora, nós somos aproximadamente 270 mil profissionais, técnicos e nutricionistas, atuando nas mais diversas áreas do ponto de vista da saúde pública, incluindo o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Então, o CFN vem buscando, por meio de parceria com as várias outras entidades que estão aqui presentes nesta audiência pública, aprovar essa legislação com o intuito de promover a saúde de crianças e adolescentes, dos escolares Brasil afora.

Então, por que esse projeto é urgente? Nós temos um quadro epidemiológico onde o Brasil figura com a maior carga absoluta de obesidade entre crianças e adolescentes. Então, nós temos aí um crescimento exponencial em relação tanto ao sobrepeso quanto à obesidade, passando aí de mais de 6 milhões de crianças que convivem com esse diagnóstico, e mais de 9 milhões de crianças e adolescentes que também convivem com esses diagnósticos.

Eu não vou me ater à parte epidemiológica.

E o ambiente escolar tem um papel decisivo para a gente poder reverter essa estrutura que promove esse ambiente escolar obesogênico. Então, nós temos aí os alimentos ultraprocessados, como já foi colocado, como um ponto de muita preocupação e importância para fazer o enfrentamento desse grave problema de saúde pública, entendendo também que, para além dessa questão epidemiológica, nós temos os desfechos negativos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Nós já temos um Sistema Único de Saúde subfinanciado, e hoje, em nível mundial, a obesidade compromete cerca de 2% do PIB mundial de todos os países.

Bom, a partir disso, quando a gente olha para os estudos de revisão, nós temos que esse consumo elevado vai piorar de forma consistente a qualidade da dieta dessas crianças e desses adolescentes, com maior desenvolvimento ou maior risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, e aí é a obesidade expressando os outros agravos, como as doenças cardiovasculares, a diabetes, entre outras. E a substituição progressiva de também alimentos *in natura* e minimamente processados para os alimentos ultraprocessados, com redução no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consumo de fibras, aumento da densidade energética desses alimentos, redução de micronutrientes e aumento dos aditivos, que a Senadora brilhantemente comentou anteriormente.

O consumo, então, de alimentos ultraprocessados no Brasil também tem esse aumento exponencial, e eles deixaram de ser uma exceção e passaram a organizar o ambiente alimentar no âmbito escolar. Então, a obesidade infantil é produzida por esse ambiente obesogênico, que é caracterizado por uma insegurança alimentar e nutricional constante, Senadora. Então é importante a gente colocar isso para todas e todos que estão aqui.

E esse ambiente alimentar tem uma disponibilidade maior desses alimentos ultraprocessados e com preços também mais acessíveis. E, para além disso, são ambientes também em que você não tem a prática de atividade física de forma constante.

Vou passando aqui.

Bom, o que gostaríamos de destacar enquanto Conselho Federal de Nutrição é que esse PL está, sim, alinhado ao que o Brasil já vem construindo – resgatando um pouquinho da fala da nossa colega, que me antecedeu. E com isso nós temos a atuação do profissional nutricionista no Pnae.

E aí eu vou finalizar as minhas colocações aqui dizendo que nós apresentamos algumas manifestações referentes a esse PL, e nós nos manifestamos favoráveis à aprovação do substituto desse PL, com a intenção justamente de promover a saúde dos escolares.

Eu não poderia deixar de colocar aqui uma mudança importante recente que nós tivemos na nossa legislação, Senadora, e disso é muito, muito importante que todos e todas tenham consciência aqui. Nós não conseguimos um ordenamento jurídico. Então, o ordenamento jurídico exige hoje a autorização legal prévia para criar obrigações que impactam no patrimônio e na organização de terceiros – e aí é que eu me refiro principalmente às prefeituras. Então, a legitimidade de um órgão público como o Conselho Federal, uma autarquia, para fazer alguma legislação ou, realmente, que tenha algo de forma muito honesta e clara para oferecer para o Brasil em relação à alimentação adequada e saudável, entra em confronto com isso que o legislador muitas vezes não coloca e nós não podemos colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, realmente para encerrar, eu gostaria de trazer aqui para vocês hoje a realidade dos profissionais nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética no âmbito do Pnae, de norte a sul do Brasil, que é de sobrecarga e ausência de estrutura em muitos municípios; uma impossibilidade da prática de cumprir a legislação; muitas vezes eles se veem sozinhos, sem o amparo de outros órgãos e outras instituições; existem pressões políticas e há perda de autonomia técnica desses profissionais; há precarização e assédio também no ambiente de trabalho; e, por fim, há responsabilização sem a garantia de condições de trabalho – o que é exigido muitas vezes para esse profissional, nem sempre as nossas resoluções conseguem alcançar, justamente por conta desse choque entre o que é legislado e o que a gente consegue ter por intermédio das nossas resoluções. E o nutricionista é quem sustenta, Senadora, tecnicamente o Pnae em todo o Brasil, nos mais diversos territórios, mas segue sendo um dos profissionais mais precarizados no âmbito do programa.

A minha mensagem final aqui, enquanto conselho, é que restringir os ultraprocessados não é limitar direitos, é expandir a proteção e garantir que o ambiente escolar seja verdadeiramente um território de vida. Está mais do que na hora de o Brasil compreender que nutricionistas não representam custos para o poder público, eles representam na verdade o investimento em direito, em saúde, em aprendizagem e produtividade e dignidade humana.

E aí eu finalizo também agradecendo a toda a equipe técnica do Conselho Federal de Nutrição, mais uma vez à Senadora, ao Senador Jaques Wagner, que colocou a autoria desse projeto e que muito tem a contribuir com a saúde pública de todos e todas as brasileiras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns por essa aula maravilhosa que você nos deu, Dr. Fernando Marcello. Quero dizer que realmente não é fácil a vocês nutricionistas colocarem em prática tudo o que vocês estudam, tudo o que vocês têm em mente. Por isso que estamos aqui, juntos, nesta audiência pública, para que a gente possa, de mãos dadas, ajudar as nossas crianças e os nossos adolescentes.

E é como você colocou, não é restringir direitos, é a gente ofertar saúde para essas famílias, para essas crianças, para esses adolescentes e orientar a todos que têm escolas, creches; os diretores, presidentes de instituições sobre como deve ser realmente a nutrição das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Você falou aí em obesidade. Realmente a obesidade é algo que assusta, porque eu tenho aqui, Dr. Fernando Marcello, um dado que eu pesquisei. Só para vocês terem noção, os custos totais com crianças e adolescentes com obesidade somaram quase R$1,6 bilhão em 2013 e 2022. Então, se a gente puder pegar esses recursos e colocar em saúde, incentivar as crianças de outra forma, esses índices irão diminuir e sobrarão recursos para que a gente possa alocar para outro segmento dentro da saúde, para outro segmento.

Então, isso a gente tem que ver pelas estatísticas para a gente poder ter um norte.

Outra questão aqui que eu trouxe para este debate é a questão do refrigerante, que eu tinha falado e que me chama muita atenção. As pesquisas mostraram que o refrigerante comum foi o ultraprocessado mais vendido, 61,8%, seguido do salgado assado com recheio, 47,9%. Isso tudo está nas nossas cantinas, nas nossas creches e escolas.

Outra questão que eu quero trazer aqui para este debate: entre os ultraprocessados mais frequentemente comercializados nas cantinas escolares brasileiras, 61% são refrigerantes, como eu já coloquei; 48% são salgadinhos com recheios ultraprocessados; 38% são bombons, como chocolates e outros bombons, enfim; e 35% são bebidas lácteas. Então, esses números também nos assustam, porque isso a gente vê no dia a dia das nossas cantinas e das nossas creches.

Eu até anotei aqui, Dr. Fernando Marcello, o que você colocou em um dos seus eslaides: que o ambiente escolar não pode normalizar aquilo que adoece. Eu achei incrível. Você foi muito feliz em colocar esse eslaide aqui para nós, porque eu vou carregá-lo para o resto da minha vida. Você, de uma forma bem prática, bem objetiva, colocou tudo o que nós precisávamos ouvir aqui nesta audiência pública.

E eu, como pediatra que sou – também sou gastroenterologista pediátrica –, vejo todo dia isto acontecer: a questão das doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes, crianças obesas...

E, aqui falando de obesidade infantil, coloco que foram feitos alguns estudos que verificaram que crianças e adolescentes obesos já mostram – isso já foi detectado pelos cardiologistas pediatras – que já têm algum grau de cardiopatia por conta da obesidade, no caso, as miocardiopatias, que atingem o miocárdio, que é no coração, mostrando a gravidade do caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que se debruçar – todos nós: pediatras, nutricionistas, cardiologistas, donos de escolas, de creches, Ministério da Saúde, odontólogos, como o Dr. Edson Hilan comentou ainda há pouco –, a gente tem que fazer uma força-tarefa para que a gente reverta essa realidade, Dra. Camila, que a gente vê nas nossas escolas, sabendo que isso vai levar as nossas crianças e adolescentes, possivelmente, a um futuro adulto doente, e não é isso que nós queremos.

Agora, eu volto para a Dra. Bruna dos Santos Nunes, para fazer sua explanação. A senhora, Dra. Bruna, tem cinco minutos para sua explanação.

Obrigada.

A SRA. BRUNA DOS SANTOS NUNES (*Por videoconferência*.) – Escutam-me?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, escutamos. Se você puder aproximar o microfone ou, então, falar um pouquinho mais alto, ainda fica melhor, Dra. Bruna. Pois não, fique à vontade.

A SRA. BRUNA DOS SANTOS NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está certo. Boa tarde a todas as pessoas presentes aqui neste Plenário. Inicialmente, eu queria agradecer, junto com o Dr. Edson, em nome do Ministério da Saúde, o convite para participar desta reunião extraordinária da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Bom, meu nome é Bruna, eu sou nutricionista, sou mestra em Saúde Coletiva e atualmente Coordenadora de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens no Ministério da Saúde, que fica dentro da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde de Crianças, Adolescentes e Jovens. Essa coordenação é responsável pela gestão e pelo fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde da criança, de adolescentes e de jovens no âmbito do SUS.

Entre as atribuições dessa coordenação, a gente tem a gestão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc) e das Diretrizes Nacionais de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens.

Eu queria iniciar minha fala destacando que atenção à saúde na primeira infância é uma agenda prioritária do SUS, ao longo dos 35 anos de existência do SUS, e a gente teve vários avanços na implementação das políticas de promoção, proteção e apoio à garantia dos direitos à saúde e à nutrição na primeira infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como já foi pontuado pelos meus colegas, a alimentação tem um papel fundamental em todas as etapas da vida, mas especialmente nos primeiros anos, já que eles são decisivos para o crescimento e desenvolvimento, para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para a manutenção da saúde.

Então, neste momento, eu destaco que o PL que a gente está discutindo aqui hoje está alinhado ao Decreto 11.821, de 2023, como já foi dito pela Camila na fala dela, que fala sobre os princípios, objetivos e eixos estratégicos e diretrizes que norteiam a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

A iniciativa do PL é um instrumento muito importante para a gente prevenir as diferentes formas de má nutrição, tanto a desnutrição quanto as carências nutricionais e a obesidade, e de outras doenças crônicas não transmissíveis, tanto na infância quanto na adolescência, uma medida estruturante, então, para a formação desses hábitos alimentares, como eu havia dito anteriormente.

Essa proposta está em consonância tanto com a Pnan, que é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, quanto com a Pnaisc, que é essa Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança, e também com o eixo de promoção da saúde das diretrizes nacionais, que eu comentei anteriormente. Assim como o meu colega Fernando falou, também está alinhada às recomendações dos guias alimentares, tanto para a população brasileira quanto para as crianças brasileiras menores de dois anos, que são documentos orientadores e promotores de uma alimentação adequada e saudável do Ministério da Saúde. A classificação do PL também está alinhada com a classificação adotada pelo guia, que divide os alimentos em alimentos processados, ultraprocessados, *in natura* e minimamente processados.

Bom, eu queria também destacar que as escolas têm um papel fundamental como promotoras da saúde, porque são ambientes que podem estimular essa adoção de hábitos alimentares mais saudáveis. Esses hábitos, desde a infância, vão sendo fortalecidos ao longo da vida. E a gente precisa lembrar que a alimentação é uma prática sociocultural, que está conectada então às dimensões de acesso a alimentos adequados e saudáveis, mas também à dimensão da informação, para que a gente possa promover a autonomia dessas crianças e adolescentes, e também da família, como já foi pontuado anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Porém, eu queria fazer uma ressalva quanto ao PL, porque, a partir do momento em que o substitutivo delimita o público-alvo para a educação infantil e para o ensino fundamental, a gente perde os adolescentes matriculados no ensino médio. Então, acho que é importante fazer essa pontuação, porque nós temos adolescentes de 15, 16, 17 anos ainda no ensino médio, e seria interessante se a gente trouxesse também o PL para esse público do ensino médio.

Os dados do Sisvan, que é o nosso sistema de monitoramento do estado nutricional e de consumo alimentar do SUS, de acordo com os dados consolidados de 2024, a gente tem que em torno de 31% de adolescentes apresentam excesso de peso. Então, seria muito importante que a gente tivesse estratégia para garantir a promoção desses ambientes alimentares também para o público adolescente, pensando no público do ensino médio, reiterando, então, o papel da escola como promotora da saúde e garantidora do direito humano da alimentação adequada e saudável.

Eu agradeço por este momento de fala e me coloco à disposição para que a gente possa discutir. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Dra. Bruna. Achei de suma importância a sua colocação em acrescentarmos também para o ensino médio essas exigências; achei, assim, muito pertinente, muito feliz a sua colocação! Agradecemos a sua participação e essa sua colocação, mais uma vez, repito, para abrangermos também os nossos adolescentes do ensino médio, o que será de suma importância. Irei me debruçar sobre essa questão para que a gente possa avançar ainda mais nesse projeto de lei.

Quero aqui também parabenizar a nossa querida Senadora Teresa Leitão, que é Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado Federal e que teve a iniciativa desta audiência pública. Eu me sinto honrada de presidi-la.

Também quero cumprimentar e parabenizar o Senador Jaques Wagner pela autoria desse projeto de lei de suma importância para a nossa sociedade e especialmente para nossas crianças e adolescentes.

Eu queria fazer só uma colocação também sobre esse projeto de lei de que proibir a venda de ultraprocessados nas escolas reduziria em 17% a prevalência de obesidade entre os estudantes de 10 a 19 anos, aí entrando o ensino médio, como você colocou, Dra. Bruna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também quero colocar que, por estudos que foram feitos, observou-se que as cantinas vendem, em média, 50% mais ultraprocessados do que alimentos *in natura* ou minimamente processados – isso é muito grave. Então, por isso que estamos querendo inverter esse perfil de vendas nas nossas cantinas para que só vendam alimentos *in natura* ou minimamente ultraprocessados.

Também quero colocar que 37,4% das cantinas exibem algum tipo de publicidade dos produtos ultraprocessados. Então, isso também vai ser inadmissível, porque imaginem: as crianças já têm essa tendência para usarem esses alimentos *fast-food*, que já vêm prontos, que já, Dra. Camila, colocam-se ali no micro-ondas e já saem prontinhos, bem fáceis de serem consumidos e também altamente palatáveis; também os corantes os tornam visivelmente mais atraentes. E aí você tentar fazer tudo isso, Dr. Hilan, e, de repente, ter uma publicidade na cantina desses produtos vai, de uma certa forma... De uma certa forma, não; vai atingir diretamente as crianças para quererem esse produto. Mesmo que não vendam na cantina, vão querer esse produto uma vez que está ali sendo publicado. Então, isso também a gente não vai aceitar porque é enxugar gelo, não é? E não é isso que a gente quer.

E só a minha última consideração é sobre a obesidade, como você também comentou, Dra. Bruna, que a gente está discutindo aqui. A obesidade infantil já supera a desnutrição em todo o mundo. Uma criança em cada dez – e adolescentes também – vive com obesidade, o que aumenta o risco de doenças graves, como a gente já colocou, como hipertensão, doenças cardiovasculares, câncer e outras doenças mais que são impactadas devido ao alto consumo de açúcar, de sal e de gordura trans.

Agora eu passo a palavra, de forma remota, para a Sra. Lídia...

Eu não passei para a Marília, não é? (*Pausa.*)

Então, com a palavra, de forma remota, a Sra. Marília Albiero, que é Gerente de Inovação e Estratégia da ACT Promoção da Saúde.

A senhora tem a palavra, Dra. Marília Albiero.

A SRA. MARÍLIA ALBIERO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e a todas, Senadores e Senadoras.

Muito obrigada pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Especialmente, quero parabenizar a Senadora Teresa Leitão e a Senadora Eudócia, que, mesmo em momentos de emergências, de pautas, no Congresso Nacional, conseguem dedicar tempo e ter um olhar tão importante para a alimentação das nossas crianças e adolescentes.

Quero me apresentar. Então, falo em nome da ACT Promoção da Saúde, que é uma organização que nasceu para o controle do tabaco há 20 anos e, ao longo dessa jornada, incorporou, na sua jornada de atuação, a prevenção das doenças crônicas de maneira ampla, trabalhando nos cinco fatores de riscos, no que a gente chama de prevenção 360, entendendo o papel da política pública de modificar ambientes e promovendo ambientes saudáveis para que as escolhas para a população sejam mais fáceis. E aí, com isso, as políticas públicas também conseguem trazer um maior potencial de alcance e uma celeridade nas metas e indicadores de saúde.

Fazendo esse paralelo, Senadora, com o controle do tabaco, que é uma política inegável, que é um *case* de sucesso do Brasil, o quanto que a gente avançou, que foi muito mais do que simplesmente educação para a população, quero dizer o quanto que os ultraprocessados encontram, no momento, uma correlação muito forte, infelizmente, com o tabaco. Primeiro, não existe mais dúvidas da sua correlação com os desfechos, com mais de 32 doenças relacionadas ao consumo de ultraprocessados. Então, a evidência científica é robusta. Aqui a série The Lancet, que foi publicada recentemente.

A outra correlação com o tabaco é que você também tem rotas muito bem estabelecidas de como a gente enfrenta esse problema de saúde pública. Tem toda a regulação via quatro políticas – publicidade, tributação, ambientes e advertências –, mas, ao mesmo tempo, também tem uma correlação com o tabaco, porque existe todo um movimento do setor que vai ser regulado, que faz um grande rol de estratégias, promovendo má informação, dizendo da ineficiência da política pública.

Então, de fato, o que a gente tem neste momento? O ultraprocessado não pode ser, de fato, como meu colega do CFN trouxe, normalizado. Ele não é para mais ser tratado como opcional de uma merenda ou de uma cantina.

E, fazendo um pouco a correlação com o próprio tabaco, entre uma lei do Estado de São Paulo, que não foi a primeira, em 2009, até a lei nacional, em 2014, começou a acontecer um movimento no Brasil de muitos estados e municípios não esperando essa lei nacional para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a política acontecer. E o quanto o PL 4.501, de autoria do Jaques Wagner, é importante, porque, além de toda uma correlação com as outras políticas que dialogam, como o Pnae e o decreto aqui citado, existe um grande movimento de outros estados, como Ceará, Rio, Niterói, o próprio estado da senhora, Alagoas, que vêm fazendo isso. Então, é uma chance com isso até de a gente escalar o potencial de impacto, porque, segundo a PeNSE, nós temos, na rede pública e privada, 46 milhões de alunos, então o quanto é a efetividade desse projeto.

E, falando em efetividade, que eu acho que é um pouco da minha fala... Eu vou concentrar um pouco, porque a gente está aqui num discurso muito de defesa da importância do projeto, mas é importante pautar aqui também, tentar aproveitar este espaço para tirar alguns mitos da regulação.

Um é o próprio mito da efetividade da política pública, ou seja, se você regular, vai ter desfechos em saúde. Então, quanto a isso, aqui eu trago um estudo recente, do ano passado, feito pela Fiocruz e pelo Nupens, liderado pelo Idec: temos redução de obesidade e redução de consumo.

Outro mito que se tem é falar que isso restringe a liberdade de escolha das famílias. Isso não é verdade. A gente faz essa pesquisa via Datafolha, estão todas no *site* da ACT há mais de dez anos. E a gente tem um alto grau de aprovação das famílias, solicitando uma regulação dos espaços, dos ambientes escolares.

Outro mito que se tenta colocar – e minha colega que antecedeu colocou muito bem – é não focar no público adolescente. Sim, o adolescente tem já sido tratado com algumas doenças que iriam aparecer mais na idade adulta, como a hipertensão, com hospitalizações também, que são muito correlacionadas à obesidade. Então, sim, a gente também tem que proteger o adolescente.

Outro mito em que a gente esbarra muito é sempre a questão econômica. Fala-se que limita, que a regulação limita a liberdade de escolha. E aqui eu posso dizer, com um pouco da teoria econômica, que não, porque, para a gente ter uma liberdade de escolha, as escolhas têm que estar em mesmas condições. E no ambiente eu tenho que ter alimentação saudável e outras opções no mesmo espaço, com informação clara, sem manipulação de *marketing*, sem apelos. E o que eu posso dizer é que o ultraprocessado é cada vez mais acessível, mais barato, com mais propaganda. E o alto grau de exposição dos ultraprocessados, como já bem colocado aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interfere cada vez na liberdade de escolha. Então, a gente não tem; pelo contrário, esse projeto está dando para as crianças e adolescentes a escolha de terem acesso à alimentação saudável.

Outro mito é a perda da lucratividade, que, nas escolas que têm cantinas saudáveis, as cantinas terão prejuízo. Existe já um incremento muito grande de publicações de como fazer transição e *papers* já saindo, mostrando que, pelo contrário, cantinas saudáveis podem ser não só lucrativas, mas rentáveis.

Mas uma das coisas que mais me chama a atenção, que é contra todo esse senso econômico da perda de liberdade econômica, é mostrar que, nos últimos anos, a concentração da indústria de alimentos foi muito baseada na indústria de ultraprocessados, que se concentraram e ficaram em menor número. Então, uma liberdade econômica, de fato, coloca os atores, os agentes econômicos no mesmo par de igualdade – e a gente não pode dizer isso. O ultraprocessado concentra. Ao regular e dar mais acesso à alimentação saudável, eu dinamizo: além de promover saúde, eu dinamizo tanto a economia... Eu amplifico o número de produtores, eu descentralizo, eu consigo valorizar a cultura local, eu ainda promovo circuitos curtos. Então, a economia é muito mais positiva com a regulação do que deixando esse acesso dos ultraprocessados.

Então, aqui, com isso, a gente consegue, pelo menos, atingir metas de saúde, economia e meio ambiente. É a tríade que essa regulação consegue fazer.

E aqui eu queria deixar, como mensagem final: ao final desta legislatura, que já está se encaminhando para o final, qual é o legado que esses Senadores e Senadoras desta Comissão e de todo o Parlamento estão querendo deixar para as famílias?

E faço um apelo, não só pela aprovação desse PL 4.501, mas para todas as políticas que estão acontecendo no Congresso Nacional e, de uma certa forma, são feitos movimentos para serem mitigadas.

E aqui um apelo especial para a reforma tributária: a gente tem uma parte importante, que é a criação do Imposto Seletivo dos refrigerantes, a proteção que esse mecanismo seja implementado com sua eficácia, e que nenhuma desoneração a mais seja dada para os ultraprocessados.

Agradeço, me coloco à disposição e parabenizo, mais uma vez, as Senadoras e os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela explanação, Sra. Marília Albiero, que nos ajudou muito aqui nos nossos debates.

Você levantou uma questão muito importante, que as cantinas, vendendo alimentos *in natura*, altamente saudáveis, não vão perder lucratividade; elas não vão ter perda de lucratividade. Ao contrário – como você colocou no seu eslaide: elas serão mais lucrativas.

Olhem bem, além de serem mais lucrativas, estão levando a saúde para as crianças e os adolescentes que utilizam dessa cantina. Então, todos saem ganhando.

E, quando você falou do legado dos Senadores e Senadoras, achei muito interessante. Realmente, o legado que nós Parlamentares podemos deixar para as famílias, para o nosso Estado brasileiro é a saúde – entre tantos, mas aqui vamos focar na questão da saúde.

Então, se deixarmos esse legado para as nossas crianças, adolescentes, as nossas famílias do nosso querido Brasil... E aqui você falou especificamente do Estado de Alagoas; uma vez que eu sou de lá, obrigada por você ter colocado o meu querido Estado de Alagoas. Este é o legado que a gente pode deixar, o maior legado: orientar as nossas escolas, os nossos professores, os nossos pais, os cuidadores, sobre a importância da alimentação na primeira infância, na segunda infância e também nos nossos adolescentes.

E olhem como é importante a audiência pública e como está sendo importante esta audiência pública, porque olhem a ajuda que vocês estão nos dando aqui enquanto Senadores e Senadoras.

Você, Dra. Marília, colocou essa questão da lucratividade das nossas cantinas, elas vendendo alimentos *in natura*. Também a colocação... Todos estão participando de uma forma incrível. Também o que o Dr. Edson Hilan colocou sobre a questão da cárie, porque isso chama a atenção dos pais. E cárie não é só: "Ah, não, está com a cárie; vamos lá, tiramos o dentinho e está tudo bem". Não, não é assim. Enquanto retira aquele dentinho que foi diagnosticado com cárie, que às vezes está bem avançada, você já está ali com a bactéria podendo estar circulando na corrente de sanguínea e podendo levar, como eu já falei, à endocardite, que é uma infecção no coração bem grave. E também nos ajudou tanto a Doutora... Acho que foi a Doutora... Até anotei aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

deixe-me lembrar aqui. Sim, o Doutor... Deixe-me ver, foram muitos que falaram anteriormente. O que é nutricionista é o Doutor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... Fernando Marcello, que colocou a questão de que o ambiente escolar não pode normalizar aquilo que adoece.

Então, gente, está sendo de uma importância tão grande... E alguém colocou aqui anteriormente também a agricultura familiar, porque, uma vez as nossas cantinas vendendo produtos *in natura*, nós iremos – foi a Dra. Camila – estimular mais ainda a agricultura familiar. Olhem que círculo virtuoso nós iremos gerar. Então, estimularemos a agricultura familiar, que por sua vez irá vender para cantinas escolares, que, por sua vez, vão ganhar mais, vão ter mais lucratividade, e que irão estimular mais ainda os nossos alunos, as nossas crianças e adolescentes a terem alimentação saudável. Por sua vez, as famílias terão crianças menos doentes e futuramente, no futuro próximo, adultos menos doentes; e, por sua vez, o Ministério da Saúde também vai lucrar positivamente, porque o Ministério da Saúde não vai ter que disponibilizar altas somas para os nossos adultos doentes e – por que não falar? – nossos idosos doentes. Porque é uma cascata. Então, se temos crianças saudáveis, adolescentes saudáveis, adultos saudáveis, teremos idosos saudáveis, então o Ministério da Saúde vai gastar menos com doença. Assim, todos irão ganhar.

E vamos falar aqui de indústria? Vamos. Por sua vez, as indústrias que produzem ultraprocessados vão começar agora a produzir alimentos saudáveis – saudáveis –, porque isso, repito, é um círculo virtuoso, em que todos vão ganhar no final. Então, que as indústrias alimentícias não fiquem querendo estimular nossas crianças e nossos jovens a comerem ultraprocessados e não fiquem querendo pensar cada vez mais, Dra. Camila, em produzir alimentos ultra e ultra e ultraprocessados para vender mais e ter rentabilidade. Não! Vamos estimular as indústrias a produzirem produtos saudáveis, porque vão ter lucratividade do mesmo jeito, ou até maior, com o exemplo que a Dra. Marília falou agora das cantinas, entende?

Então, no final está todo mundo bem, todo mundo entendendo da importância da alimentação saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, falando da importância da alimentação saudável, quero mais uma vez... Pessoal, eu estou, assim, muito feliz. Até coloquei aqui, e não me deixe mentir a Dra. Camila, que está ao meu lado: "Feliz". Foi o que eu anotei. Estou muito feliz por ver todos, só que eu não complementei: eu estou muito feliz com esta audiência por ver todos vocês, todos, imbuídos num sentimento único de fazer com que as nossas crianças e nossos adolescentes tenham uma vida saudável por meio da alimentação saudável.

Normalmente, nessas discussões, nessas audiências públicas, Dr. Edson Hilan, a gente vê um ou outro que foi convidado discutindo o inverso, querendo provar, por x, y e z, que não, que os ultraprocessados podem ser saudáveis sim, que podem levar a uma boa qualidade de vida, e querendo desfazer o óbvio – o óbvio. É isso que às vezes a gente escuta. Eu vim aqui hoje presidir esta audiência entendendo que haveria algum de vocês discordando, o.k.? Porque audiência pública é para isto mesmo, para a gente discutir, ver o que é que cada um pensa, poder ter uma discussão de alto nível e poder ajudar num projeto de lei, ouvindo vocês. Mas eu estou muito, mas muito feliz de ver vocês todos coesos, imbuídos num só pensamento: da alimentação saudável, que gera saúde, que gera bem-estar, não só para nossas crianças e adolescentes, mas para a família das nossas crianças e adolescentes. Mais uma vez repito, Camila, do jeito que você colocou: quando as crianças comem de uma forma saudável, isso impacta positivamente toda a família e todos ganham.

Eu precisava colocar isso porque realmente estou muito feliz com este debate.

Agora eu passo a palavra, de forma remota, à Sra. Lídia Pantoja, Oficial de Saúde e Nutrição do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a Região Norte.

A senhora está com a palavra, Sra. Lídia.

A SRA. LÍDIA PANTOJA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Vocês conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, estamos ouvindo-a bem.

A SRA. LÍDIA PANTOJA – Muito bem.

Eu peço a gentileza de colocarem a apresentação para mim, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está sendo colocada já.

A SRA. LÍDIA PANTOJA – Obrigada.

Bom, em nome do Unicef, eu agradeço a oportunidade de estar aqui neste momento, contribuindo com esta audiência pública.

Eu queria falar um pouquinho primeiramente sobre o Unicef, que é um fundo das Nações Unidas que atua em mais de 190 países e territórios apoiando governos na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Hoje eu trago aqui a perspectiva da saúde pública e da proteção integral de crianças e adolescentes com base tanto em evidências nacionais como internacionais, incluindo também a experiência do Unicef.

Pode passar, por favor.

Bom, como já foi falado aqui pela própria Senadora, pela primeira vez na história a obesidade já supera a desnutrição como forma dominante de má nutrição entre crianças e adolescentes em idade escolar. Isto é um dado global que um estudo do Unicef, publicado também no ano passado, mostra: em 2025 esse marco sinaliza uma transição que é considerada muito grave, especialmente porque convivemos com ambos os agravos, muitas vezes nas mesmas famílias e nos mesmos territórios.

Pode passar, por favor.

Hoje, uma em cada cinco crianças, como já foi falado anteriormente, tanto crianças quanto adolescentes entre 5 e 19 anos, vivem com excesso de peso no mundo. Mesmo entre os menores de 5 anos, uma em cada 20 crianças já é afetada com excesso de peso e obesidade. Esses dados mostram que estamos diante de um fenômeno sistêmico e que não é considerado só de escolhas individuais isoladas, e a gente tem aí vários fatores que contribuem para esse excesso de peso e obesidade global.

Pode passar.

A ciência hoje é clara. Ela mostra que informar não é suficiente para mudar comportamento. Existem estudos publicados, principalmente na *Lancet*, que é uma das principais revistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, que mostram que a mudança real acontece quando transformamos os ambientes alimentares. No cenário atual, não estamos tratando apenas de força de vontade, mas de também corrigir todo um sistema que hoje favorece as escolhas não saudáveis.

Pode passar.

Bom, mas o que são ambientes alimentares? Hoje estudos demonstram que esses ambientes alimentares são todos os espaços onde acontecem as decisões sobre alimentação, e aí a gente pode falar dos ambientes externos, dos ambientes pessoais, como domicílio, comércio, de todos esses ambientes, de forma muito estratégica, e a gente também consegue enquadrar as escolas. Então, a gente entende que regulamentar esses ambientes é uma das formas mais custo-efetivas de proteger a saúde infantil.

Pode passar, por favor.

A gente sabe também que a gente não pode responsabilizar só mães, pais e cuidadores por essas escolhas alimentares. Existem também as desigualdades, que são profundas, que são desigualdades de acesso, de preço, de oferta, como já foi falado aqui anteriormente. E a gente sabe que, enquanto isso, os alimentos e as bebidas ultraprocessadas inundam o varejo e entram nas escolas, comprometendo o direito à alimentação adequada dessas crianças e adolescentes. Elas estão altamente expostas à publicidade desses produtos em casa, na escola, no lazer, especialmente no ambiente digital, onde a regulação ainda é frágil e a proteção é insuficiente.

Pode passar.

Eu trago aqui mais um estudo do Unicef, que demonstra que o consumo elevado de ultraprocessados está associado não apenas ao excesso de peso, mas também a deficiências nutricionais, doenças crônicas e, de forma crescente, a impactos no desenvolvimento cerebral, no desempenho cognitivo, no bem-estar emocional e também na saúde mental dessas crianças e adolescentes.

Pode passar.

Aí, gente, entende-se que esses produtos não são formulados para promover saúde, mas para maximizar o lucro – produtos com alta palatabilidade, baixo custo de produção e forte investimento em *marketing*. Sem regulação, essa lógica vai prevalecer sobre o interesse público com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

A indústria de ultraprocessados atua sistematicamente para atrasar, diluir ou desviar políticas públicas. Ela explora países também em situações de crise, ela cria falsas controvérsias, ela desafia evidências científicas. Então, reconhecer essas táticas das indústrias de ultraprocessados é essencial para proteger a autonomia do poder público.

Com base em experiências anteriores sobre a legislação das escolas saudáveis, uma das principais interferências da indústria nesses projetos de lei é sempre na solicitação de retirada do termo "ultraprocessados", na exclusão de escolas públicas ou do ensino médio, enfim. Então, como Unicef, nós queremos reforçar a importância dessa lei para a proteção também de adolescentes, como já foi falado antes, que já têm uma maior autonomia para decisão, mas também precisam ser protegidos da forte influência da publicidade e da venda exacerbada dos ultraprocessados. As escolas privadas precisam estar em consonância com essa legislação, já que essas cantinas estão principalmente nesses espaços.

Pode passar, por favor.

A Constituição e os tratados internacionais hoje são claros: o melhor interesse da criança deve estar no centro das decisões. Isso inclui protegê-las de práticas comerciais que também comprometem sua saúde, o presente e o futuro dessas crianças também.

Pode passar, por favor.

Aqui eu trago os marcos legais, e também quero dizer que o Brasil já reconhece a criança como sujeito de direitos. O desafio agora, então, é garantir coerência entre esse marco legal e as políticas que regulam os ambientes onde elas vivem, aprendem, se alimentam.

Pode passar, por favor.

Como já foi falado anteriormente, eu trago o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é um exemplo muito exitoso dessa política pública que protege, provê alimentos saudáveis, promove desenvolvimento local, e ele mostra que o Estado pode e deve induzir ambientes alimentares mais saudáveis.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A escola, gente, deve ser, antes de tudo, um ambiente de proteção, então deve ser um espaço que ofereça alimentação adequada, ensine hábitos saudáveis, sem concorrência desleal de produtos ultraprocessados e de estratégias agressivas de *marketing*.

Pode passar.

Aqui, como já foi falado anteriormente também, eu trago só o ponto de situação dos projetos de lei de escolas saudáveis que acontecem no Brasil. Ele representa uma proposta concreta a esse desafio, ele avança ao alinhar o ambiente escolar, o direito à saúde e a alimentação adequada, reforçando o papel do Estado na proteção da infância. Então, a gente tem tido avanços em estados e municípios com essas propostas de legislação. Aqui a gente traz no Amazonas, no Pará, no Maranhão, no Ceará, no Alagoas, na Bahia, em diferentes níveis de situação. Também quero salientar que esses dados estão sujeitos a alteração. Esses processos de legislação ainda sofrem muita interferência da indústria, então a gente acredita que uma lei nacional certamente aceleraria o resultado e também o impacto das crianças e adolescentes.

Pode passar.

Aqui, gente, é só um dado da regulação de ambientes alimentares escolares no mundo. As evidências internacionais mostram que o Brasil não está isolado nesse processo. Então, regular o ambiente alimentar escolar é uma prática adotada por países de diferentes regiões, diferentes níveis de renda. É um padrão emergente internacional, respaldado pela Organização Mundial da Saúde, pelo próprio Unicef, pelas evidências científicas e também no dever do Estado de proteger crianças e adolescentes.

Pode passar.

Então, eu finalizo aqui a minha fala reforçando que proteger a saúde das crianças é um investimento no futuro do país. Regulamentar esses ambientes escolares não é restringir escolhas, é ampliá-las de forma justa e saudável.

Muito obrigada pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua fala, Sra. Lídia Pantoja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Realmente o que você falou só reforça o que os seus colegas oradores anteriores falaram. As escolas têm que ser um ambiente saudável e de proteção. Como a Camila também falou, durante o período em que as crianças permanecem nas escolas, nas creches-escolas também, os pais estão bem tranquilos, entendendo que elas estão protegidas, não só protegidas na questão do estudo em si, psicologicamente e emocionalmente, mas também em relação à alimentação escolar. Então, é muito importante a gente manter as nossas escolas, as nossas creches-escolas.

Também vamos nos debruçar sobre essa questão do ensino médio, muito bem colocada aqui no debate, para que a gente possa ter as nossas crianças saudáveis, num ambiente saudável, e protegidas, com segurança alimentar. Isso vai fazer com que os nossos pais, cuidadores e educadores – toda a parte de professores, diretores – também se sintam amparados por essa rede de cuidado, tendo o projeto de lei servindo de base, de embasamento jurídico e legal, para que eles possam incluir isso nas escolas de uma forma plena.

Então, muito grata pela sua fala.

Parabéns também pela sua explanação.

E agora eu passo a palavra, de forma remota, para a Sra. Bruna Pitasi Arguelhes, que é Analista Técnica de Políticas Sociais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Então, com a palavra a Sra. Bruna Pitasi.

A senhora tem cinco minutos.

A SRA. BRUNA PITASI ARGUELHES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

A SRA. BRUNA PITASI ARGUELHES (*Por videoconferência*.) – Eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa da Senadora, e de agradecer o convite em nome da nossa Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que esse tema é muito caro para nós do MDS e é muito importante a gente estar discutindo esse PL hoje aqui.

Eu vou compartilhar a minha apresentação.

Só um minuto, por favor. (*Pausa.*)

Apareceu para vocês?

Acho que agora foi, não é? (*Pausa.*)

Bom, acho que, como eu tenho cinco minutos, vou pular alguns eslaides também, porque acho que muita coisa já foi dita aqui, muito relevante.

Eu queria reforçar que, como já foi trazido, a obesidade infantil é uma crise global e estrutural, e destacar também que a obesidade é uma manifestação da insegurança alimentar e nutricional.

Então, quando a gente fala de insegurança alimentar e nutricional, a gente observa diversas formas de má nutrição, desde a desnutrição, a obesidade, e que as famílias vêm substituindo uma alimentação tradicional e saudável por alimentos ultraprocessados.

Queria destacar também que a gente tem recomendações globais, como já foi dito, da Organização Mundial da Saúde e outras entidades, que reforçam que, para a gente reverter esse cenário em nível global, a gente precisa restringir o consumo de ultraprocessados, a partir da regulamentação do ambiente escolar, limitar o *marketing*, implementar as rotulagens frontais e os impostos seletivos, para também se conseguir um impacto no preço desses alimentos, que, hoje em dia, são muito acessíveis a toda a população.

Eu vou passar esses eslaides mais de dados, porque acho que já foram muito trazidos, e reforçar, então, que a escola é um espaço estratégico e fundamental para a formação de hábitos saudáveis e proteção social. As crianças estão ali, horas do seu dia, sendo expostas a esses produtos ultraprocessados. Há a importância, então, de a gente proteger e regular esse espaço.

Quando a gente tem uma regulação frágil, que permite essa disponibilidade dos alimentos, a gente acaba tornando a escola um ambiente obesogênico, um ambiente que contribui para esse cenário da obesidade. Então, regular esse ambiente escolar e alinhar essa regulação às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e as diretrizes nacionais é fundamental para a gente avançar, de forma efetiva, na proteção das crianças e adolescentes.

Eu queria destacar aqui – o que eu acho que não foi ainda tão mencionado – que a gente tem uma assimetria quando a gente olha para o ambiente escolar das escolas públicas e privadas, mas lembro que o direito à alimentação adequada e saudável é um direito de todas as crianças brasileiras.

Nas escolas públicas, a gente tem um programa de alimentação escolar que protege e oferta uma alimentação adequada e saudável, apesar de a gente ainda ter em torno de 20% de escolas que têm cantinas; mas, nas escolas privadas, o cenário é o oposto, mais de 90% das escolas têm cantinas escolares, têm comercialização de alimentos não saudáveis, máquinas de autosserviço, além da publicidade e propaganda de alimentos não saudáveis, que são veiculados nessas escolas.

Como já foi dito também, a gente tem inúmeras evidências de que a regulamentação da venda desses alimentos nas escolas é uma medida custo-efetiva. Então, a gente tem já um conjunto de estudos que mostram o quanto é positivo para a saúde das crianças e dos adolescentes e para a segurança alimentar e nutricional a implementação dessas leis e regulamentações.

Queria só reforçar que a gente já tem um arcabouço legal e regulatório que respalda esse projeto de lei, como a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o ECA, enfim, um conjunto de fundamentação legal que já reforça o direito à alimentação saudável das crianças e dos adolescentes e respalda a elaboração desse projeto de lei.

Para já encaminhar para o fim, a gente tem Decreto 11.821, de 2023, que dispõe sobre os princípios objetivos, eixos estratégicos e diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar; incorpora as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira; e traz três eixos de atuação: a educação alimentar e nutricional; a doação e comercialização de alimentos e bebidas; e a comunicação mercadológica de alimentos.

Como foi muito falado aqui, trata-se da importância de a gente regulamentar o que é vendido nessas escolas, mas também olhar para a comunicação mercadológica, publicidade, propaganda que é veiculada e também da importância do eixo de educação alimentar e nutricional, entendendo que toda a comunidade escolar, professores, alunos, pais, cantineiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precisam estar informados da importância dessa oferta de alimentos saudáveis nesse espaço da escola.

Bom, nesse sentido, o MDS vem apoiando, em parceria com a UFMG, alguns municípios e estados brasileiros a implementarem suas leis locais.

A partir da publicação desse decreto, que foi assinado pelo MDS, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação, a gente teve seis projetos de lei aprovados em Aracaju, Ceará, Franca, Paulista, Rio Branco e Viçosa; a gente tem três projetos em elaboração e 19 projetos que estão em fase de votação e tramitação.

Encerro, então, dizendo da relevância de a gente ter uma lei nacional. Se a gente vem conseguindo avançar de forma local, imaginem a potência que é a gente poder expandir e proteger todas as crianças brasileiras com uma lei nacional que harmonize esses critérios, protegendo, então, as crianças de todas as escolas. Isso exige uma ação coordenada, como a gente está aqui, com Governo, academia, sociedade civil, legisladores, em prol do direito humano à alimentação saudável, em prol da proteção à infância e adolescência das nossas crianças.

Mais uma vez, eu queria reforçar que nós da Sesan/MDS estamos muito alinhados com esse projeto de lei. O projeto de lei está muito alinhado com o decreto. Então, ele traz de lá os conceitos de ultraprocessados, os eixos de educação, de proteção, de propaganda. E o avanço da gente ter uma lei nacional é de extrema importância para a garantia da segurança alimentar e nutricional das crianças do nosso país.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Grata pela participação, Sra. Bruna Pitasi. É motivo de muita alegria tê-la aqui conosco. Realmente, foi incrível a sua fala, a sua aula.

Eu reforço aqui o que você colocou em um dos seus eslaides: a escola, atualmente, está sendo um ambiente obesogênico, e isso não pode continuar.

Você elencou ali alguns estados em que estão ainda em tramitação projetos de lei referentes a essa questão dos ultraprocessados, mas, de fato, temos que ter uma lei nacional, uma lei nacional que regulamente tudo isso que nós estamos discutindo aqui e tudo isso que, estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por estado, se estão discutindo. Porém, é preciso uma coisa uníssona, uniforme para todo o território nacional.

Quero parabenizá-la pela sua fala.

Quero agradecer a todos que estão presencialmente, ao Dr. Edson Hilan, à Dra. Camila, e a todos que participaram remotamente deste momento muito importante, que foi muito rico, a todas essas aulas.

Como a nossa equipe colocou, os nossos colaboradores, tudo está exposto.

Depois, a nossa querida Gabriela...

Quem quiser acessar, Andréia, pode acessar pelo YouTube. (*Pausa.*)

Então, vocês acessem. Realmente vale muito a pena, quem está nos acompanhando, assistir mais uma vez a esta audiência pública tão rica.

E aqui eu quero agradecer a participação do Jonas, de São Paulo, pelo Portal e-Cidadania, fazendo perguntas. Vocês participarem é de suma importância para as audiências públicas. Então, quero agradecer ao Jonas, de São Paulo; ao Eduardo, de Rondônia; à Natália, de Santa Catarina; ao Gentil, de São Paulo; à Iliane, de São Paulo; à Linda, do Rio Grande do Sul; ao Davi, do Mato Grosso; ao Eduardo, de Rondônia; à Camilla, do Distrito Federal; à Maria, do Amazonas; ao Elson, do Espírito Santo; ao Edvaldo, de Minas Gerais, e ao Olavo, de São Paulo.

Quero dizer a cada um de vocês, a cada um dos senhores e das senhoras que participaram aqui com perguntas que os nossos colegas que falaram aqui, que explanaram sobre esse tema, irão responder às perguntas de cada um de vocês. Essas respostas serão enviadas para os seus e-mails e vocês irão tirar todas essas dúvidas que vocês colocaram aqui. A todas essas perguntas os nossos palestrantes irão responder, porque iremos mandar para o e-mail de vocês. Vocês irão responder, e nós iremos devolver essas respostas para cada um dos senhores e senhoras que participaram aqui através do e-Cidadania.

E não havendo mais nada a considerar nesta presente audiência pública, declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez agradecendo a todos que participaram direta e indiretamente. O meu muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Teresa Leitão e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes, Camilo Santana, Laércio Oliveira, Damares Alves e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 7/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 12/2026 - CE, de autoria do Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Instruir o PL 4501/2020, que "dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional". **Participantes:** Sra. Márcia Terra, Nutricionista e Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação (Sban); Sra. Ana Maria Ponton Alexandre Taricano, Engenheira de Alimentos e Membro Fundadora da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos (SBred); Sr. Marcus Cristian Muniz Conde, Tecnologista da Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (SAPS/MS); Sr. Adriano Paranaiba, Representante do Instituto Livre Mercado (ILM); Sra. Renata de Araujo Ferreira, Coordenadora de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Sra. Bruna dos Santos Nunes, Coordenadora de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde; Sra. Renata Mainenti, Coordenadora-Geral Substituta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e representante do Ministério da Educação (MEC); Sr. João Dornellas, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); e Sr. Luis Madi, Coordenador da Plataforma de Inovação Tecnológica do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/14

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, senhores, senhoras, aos caros colegas Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando remotamente e também a toda a população que sempre nos acompanha pelo e-Cidadania e pela TV Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de maio de 2026.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 4.501, de 2020, que dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2026, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Damares Alves, e ao Requerimento nº 12, de 2026, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Convido agora para tomar lugar à mesa os seguintes convidados.

Sr. Marcus Cristian Muniz Conde, que é Tecnologista da Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde. Por gentileza. Seja muito bem-vindo. Pode sentar-se à mesa.

Convido a Sra. Renata Mainenti, Coordenadora-Geral Substituta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representante do Ministério da Educação (MEC). Por favor, Sra. Renata. Seja muito bem-vinda a esta audiência pública.

Convido a Sra. Renata de Araujo Ferreira, que é Coordenadora de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e o Sr. Adriano Paranaiba, representante do Instituto Livre Mercado, para também se fazerem presentes aqui à mesa. Sejam muito bem-vindos a esta audiência pública de tão grande relevância.

Participarão, de forma remota, o Sr. João Dornellas, que é Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); a Sra. Bruna dos Santos Nunes, que é Coordenadora de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens, do Ministério da Saúde; o Sr. Luis Madi, que é Coordenador da Plataforma de Inovação Tecnológica do Instituto de Tecnologia de Alimentos; a Sra. Ana Maria Ponton Alexandre Taricano, que é Engenheira de Alimentos e Membro Fundadora da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos; e a Sra. Márcia Terra, que é Nutricionista e Secretária-Geral da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação.

Sejam todos muito bem-vindos. Grata pela atenção de terem aceito o nosso convite.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Exposições iniciais.

Com a palavra o Sr. João Dornellas, que é Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

O senhor, Presidente João Dornellas, tem cinco minutos para a sua exposição.

O SR. JOÃO DORNELLAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Eudócia. Bom dia a todas as pessoas que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente, Senadora, pelo convite e pela oportunidade. Nós sabemos que buscar soluções para melhorar a alimentação de crianças e adolescentes é um tema muito importante, que precisa ser tratado com bases sólidas. Por isso, Senadora, cumprimento essa iniciativa, que reconhece a importância de um debate responsável e bem fundamentado.

Na primeira audiência, realizada na terça-feira, foi dito por um dos participantes que, no debate sobre os alimentos chamados ultraprocessados, há quem queira, abro aspas, "desfazer o óbvio", fecho aspas, como se contestar o conceito de ultraprocessados fosse algo inaceitável. Perdão, mas a ciência não é um conjunto de valores intocáveis; é um método baseado em dúvida, teste e verificação. Uma ideia ou uma hipótese que não possa ser questionada não é ciência, é dogma. E, frequentemente, a ciência avança exatamente ao desmontar aquilo que parecia óbvio.

A classificação dos alimentos chamados ultraprocessados parte de uma visão equivocada sobre o processamento de alimentos. Foi construída por pessoas que não entendem de processamento de alimentos e sem diálogo com a ciência dos alimentos, e resultou em um sistema amplo, subjetivo e confuso, para dizer o mínimo. Essa classificação, criada por não especialistas, coloca no mesmo grupo, por exemplo, um *whey protein*, que tem cerca de 90% de proteína, e uma bala de goma; trata da mesma forma um iogurte e um biscoito; e traduz como nociva uma fórmula infantil que salva vidas, comprada pelo SUS para salvar vidas. E, segundo esses não especialistas, todos eles causam danos à saúde.

Enfim, é uma classificação que ignora diferenças fundamentais da composição nutricional dos alimentos e do contexto de consumo e é tão confusa que, mesmo hoje, 16 anos após ter sido criada, os seus próprios seguidores têm dificuldade de explicar. Se a classificação de ultraprocessados fosse óbvia, a FDA, que é a agência americana que regula os alimentos nos Estados Unidos, não estaria, até hoje, buscando uma definição para o que chamam de alimentos ultraprocessados. Na semana passada, o vice-comissário da FDA disse que, abro aspas, "uma definição para alimentos ultraprocessados é realmente difícil; na nossa avaliação, não existe, atualmente, uma boa definição para alimentos ultraprocessados", fecho aspas.

E não é só a FDA: a OMS também não tem uma definição para alimentos ultraprocessados e ainda continua tentando construir uma. Não existe uma definição regulatória para esse conceito, e eu vou além, diversos países já estudaram essa classificação e a descartaram por um motivo simples: é difícil entender o que ela quer dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os ativistas frequentemente afirmam que seriam alimentos com uma lista de ingredientes muito longa ou com aditivos – como conservantes, espessantes, emulsificantes –, ou com nomes químicos. Essas afirmações são usadas por influenciadores das redes sociais para falarem em "comida de verdade". Com todo o respeito, mas comida é comida. É importante ressaltar que os alimentos industrializados – todos eles – são altamente regulados, passam por controle rigoroso de qualidade.

Quando eu escuto falar sobre comida de verdade, o que eu ouço, de fato, é um julgamento moral disfarçado de critério técnico; da mesma forma quando atacam os nomes químicos, dizendo que consumimos muitos químicos. Senadora, a quantidade de química que ingerimos diariamente é enorme, é verdade. Eu posso citar, por exemplo, aqui o pentil acetato ou o monóxido de hidrogênio. O pentil acetato, por exemplo, faz parte da composição do aroma de todas as frutas, inclusive as orgânicas, e o monóxido de hidrogênio é a água. Eu trago esses exemplos aqui para mostrar como é fácil causar medo na população usando os chamados nomes químicos.

Por outro lado, os aditivos alimentares, todos eles, são amplamente estudados, analisados e regulamentados por um comitê de especialistas da FAO e da OMS antes de serem liberados pelas agências reguladoras locais, como a Anvisa, no Brasil, a FDA, nos Estados Unidos, ou a Efsa, na Europa. O conceito de ultraprocessado se aproxima muito mais de um rótulo moral do que de uma categoria técnica: ele cria uma segregação entre os que se alimentam bem e os que se alimentam mal, reduzindo a complexidade da alimentação a uma lógica de alimentos permitidos e alimentos condenados; em vez de esclarecer e orientar a escolha, ele só busca impor padrões.

Os ativistas dizem também que esses alimentos são feitos para viciar. Aqui, outra vez, perdão, mas não há nenhuma evidência de que alimentos industrializados, os nutrientes, os seus ingredientes ou os seus aditivos causem dependência. A insistência dos ativistas em também comparar esses alimentos com o tabaco ou outras drogas, além de ser irresponsável e desonesta, produz mais uma grande *fake news* sobre a alimentação. Quando a ciência se transforma em doutrinação, o espírito científico se perde. Os chamados ultraprocessados refletem exatamente isto: o ponto em que se confundem as fronteiras da ciência, do ativismo e das frases de efeito que transformam debates complexos em palavras de ordem.

O processamento de alimentos, Senadora, existe desde que o homem dominou o fogo, e a evolução do processamento foi capaz de garantir a segurança sanitária, prevenindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contaminações e intoxicações que, durante séculos, foram a maior causa de morte da humanidade. Em 1900, por exemplo, a expectativa de vida de um homem ao nascer era de 32 anos. Na metade do século passado, depois da pasteurização do leite, já subiu para 50 anos. Hoje, a média mundial é de 73 anos, segundo a OMS.

Para finalizar, Senadora, proibir a comercialização de qualquer alimento processado pela indústria, além de restringir o acesso a produtos seguros e de qualidade, também vai gerar impactos significativos para escolas e municípios. A medida elevará, aproximadamente, em 13% o custo da merenda escolar, enquanto o impacto anual para os municípios, considerando as condições de armazenagem, de energia e de logística, é estimado em quase R$7 bilhões.

Senadora, a indústria de alimentos apoia e sempre apoiará medidas que visem melhorar a qualidade da alimentação de crianças e adolescentes, desde que elas sejam pautadas sobre o perfil nutricional real dos alimentos, e não em conceitos que sequer conseguem ser definidos por critérios objetivos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela sua participação, Sr. João Dornellas.

Agora eu convido a Sra. Renata de Araujo Ferreira, que é Coordenadora de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A senhora tem cinco minutos, Sra. Renata.

A SRA. RENATA DE ARAUJO FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu cumprimento toda a mesa na pessoa da Exma. Senadora Dra. Eudócia.

Falo em nome da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Temos acompanhado a tramitação do projeto de lei desde o seu início, emitido alguns pareceres em relação a ele, e o que eu estou trazendo aqui são questões importantes mais para a condução, que talvez tragam informações relacionadas ao contexto desse projeto de lei; e também já tivemos e continuamos tendo discussões no âmbito da vigilância sanitária.

Deixe-me voltar um pouco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, provavelmente já é de conhecimento de todos: nós temos um perfil epidemiológico, no Brasil, bastante significativo relacionado ao aumento de doenças crônicas não transmissíveis, inclusive relacionadas a aumento de peso e obesidade.

Calma aí que eu vou conseguir.

Então, temos esses dados bastante significativos em crianças. São quase 30% das crianças no Brasil com excesso de peso, crianças pequenas. Temos dados também para adolescentes, para os quais, inclusive, a gente tem estimativa de aproximadamente um terço dessa população com excesso de peso e uma estimativa bastante alarmante de 50% desse público, em 2035, também com excesso de peso.

E, não de forma diferente, a gente também tem dados para a população adulta, em que, pelo que a gente tem visto e vivenciado ao longo dos anos, há um aumento bastante significativo do excesso de peso e obesidade. Há uma diminuição das doenças relacionadas às deficiências nutricionais, inclusive desnutrição e baixo peso, mas a gente vem vivenciando e sentindo, nos indicadores de saúde, um aumento dessa prevalência da obesidade, sobrepeso e todas as doenças crônicas não transmissíveis que vêm relacionadas a ela.

O excesso de peso e obesidade não são só uma questão estética – isso é de conhecimento de todo mundo que trabalha com saúde pública e de todo mundo que convive com essas doenças –, são doenças que trazem comorbidades associadas, que têm um impacto muito grande para a saúde individual e para a saúde pública.

Nós temos um número muito grande de adultos que vivem com essas doenças. Ou pior: o país sofre com as mortes prematuras atribuíveis a esse alto índice de massa corporal. Existe um indicador que mede o quanto de anos de vida se perde devido a essas doenças, e a gente chega a um número alarmante de 1.703.415, ou seja, não é uma questão individual, é uma questão coletiva, em que, muitas vezes, os ganhos que nós estamos tendo em relação à melhoria de alguns indicadores de saúde, principalmente relacionados a doenças infecciosas, passam a ser diminuídos ou retardados devido ao avanço do excesso de peso, obesidade e demais doenças crônicas não transmissíveis relacionadas.

Dentro desse contexto, a gente sabe que existem nutrientes que estão relacionados diretamente com as doenças crônicas não transmissíveis. Esses são consensos científicos, há muito tempo, da Organização Mundial de Saúde, em que açúcares adicionados, gorduras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

saturadas, gorduras trans e sódio estão relacionadas à prevalência, à incidência desse tipo de doença.

Mais recentemente – a gente não pode falar mais recentemente tanto assim –, as diretrizes alimentares, principalmente no Brasil, pararam de focar somente em nutrientes específicos e passaram a olhar a alimentação de uma forma mais ampla, dentro de um contexto em que, na alimentação, tem alguns tipos de alimentos que contribuem especificamente para esse...

Então, a gente tem a recomendação da alimentação baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados, limitação de processados e em evitar ultraprocessados, isso desde 2016.

E temos evidências científicas bastante robustas: fomos brindados com uma publicação na série *The Lancet*, agora, em novembro de 2025, que traz o impacto dos alimentos ultraprocessados na saúde humana – a revista *The Lancet* é uma das revistas de maior impacto que nós temos, publicação científica disponível.

E, nesse cenário, sabe-se que a publicidade de alimentos influencia nas escolhas alimentares. Temos recomendações dos principais órgãos de saúde – Organização Mundial da Saúde, Opas – de que ela influencia, de que o uso de técnicas específicas para o público infantil impacta nessas escolhas alimentares e de que maior parte da propaganda de alimentos estimula o consumo de alimentos com alto teor de nutrientes que podem causar esses tipos de doenças.

A OMS tem recomendações bastante claras e específicas de que as crianças têm que ser protegidas da publicidade desses alimentos e fala que essas recomendações têm que vir de forma obrigatória, têm que proteger todas as crianças, têm que ter um modelo claro de perfil nutricional, têm que ser suficientemente abrangentes para minimizar o risco da migração para outras mídias, principalmente *marketing* digital, e restringir o poder de persuasão desse *marketing* de alimentos.

Então, considerando esse cenário, que não é um cenário novo, desde 2010 a Anvisa vem trabalhando numa proposta de regulamentação da propaganda de alimentos. Essa proposta foi publicada em 2010... Na verdade, ela começou a ser discutida em 2006, sofreu um processo de judicialização intenso, enorme, que impediu sua aplicabilidade até hoje, e estamos no seguinte processo: ganhamos um processo no STF, em 2024, até movido pela própria Abia; logo em seguida, tivemos uma ação direta de inconstitucionalidade também no âmbito do STF, em relação a essa norma e à de propaganda de alimentos; e estamos trabalhando numa mesa de conciliação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do STF, em relação a esse assunto, e uma das deliberações é a realização de análise de impacto regulatório, a gente está se movimentando dentro da Anvisa para isso.

Tem aqui algumas referências. Agradeço pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua fala, Dra. Renata. Realmente, foram muito importantes as suas considerações.

Eu queria só acrescentar que esses alimentos, independentemente do conceito, são altos em açúcar, altos em sal e altos em gorduras saturadas. Então, são três elementos extremamente prejudiciais não só às nossas crianças, aos nossos adolescentes, mas a todos os adultos, idosos, enfim. Mas aqui nós estamos tratando das nossas crianças e dos nossos adolescentes, porque nós queremos adultos saudáveis – saudáveis. Porque, se nós cuidarmos das nossas crianças e dos nossos adolescentes, nós teremos um futuro promissor para os nossos adultos.

E nós observamos que, além desses três ingredientes extremamente nocivos à saúde humana, eles têm uma coisa que eu não posso dizer que seja mais grave ainda, mas tão grave quanto: eles são minimamente nutritivos. O poder de nutrição desses alimentos ultraprocessados... E aqui, mais uma vez, repito: não estou falando de conceito; não é sobre isso. Pode colocar o nome que for, ultraprocessado ou qualquer outro nome. O fato é que esses alimentos contêm altos índices desses ingredientes.

Eles são minimamente nutritivos, e aqui eu falo da fome oculta. Tem pessoas com sobrepeso e obesas que têm fome, as células têm fome. A fome oculta é justamente a deficiência de micronutrientes essenciais. Há alimentos que são pobres em qualidade; são ricos em outros ingredientes, mas pobres em micronutrientes essenciais. Essa fome oculta afeta mais de 2 bilhões de pessoas mundialmente.

Então você vê as pessoas, as crianças... Você até colocou, Dra. Renata, que os estudos mostraram que, até 2035, metade das nossas crianças serão obesas. E a gente vai ficar parado observando tudo isso? Os nutricionistas, você, que é nutricionista, que é Coordenadora de Inspeção da Anvisa? Nós temos que fazer algo em prol das nossas crianças e adolescentes frente às estatísticas. Contra fatos não há argumentos.

Eu vi uma palestra outro dia de alguém ligado à indústria de ultraprocessados colocando o seguinte: "Não tem essa correlação precisa entre ultraprocessados e obesidade". Como não? Vem aumentando a ingestão de ultraprocessados ao longo do tempo e, junto com esse aumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

utilização desses produtos, vem aumentando a obesidade. Como não, gente?! Só não vê quem não quer ver. Eu até coloquei para essa pessoa, falei: "Ó, vamos fazer o seguinte, comecem a estudar alimentos que favoreçam, alimentos *in natura*, alimentos que mudem esse perfil, e vocês vão ter uma rentabilidade financeira até maior se vocês fizerem isso. [Eu fiz essa proposta.] Do mesmo jeito que vocês estudaram, estão promovendo esses alimentos com pouca quantidade de nutrientes, com muita gordura saturada, alto teor de açúcar, de glicose, e também de sal, produzam alimentos que sejam saudáveis, e aí nós teremos outro perfil".

Eu queria colocar também só mais uma questão. Essa mesma pessoa com que eu conversei me falou – já estou até adiantando, senhores e senhoras, porque isto vai ser colocado aqui, com certeza – que as fórmulas infantis e a alimentação parenteral, que nós utilizamos nos pacientes que não têm condições de ter a ingestão por via oral, pacientes que estão, na maioria dos casos, em UTIs... Os nossos colegas médicos, nós que somos médicos utilizamos da alimentação parenteral, que tem também um pouco – eu até trouxe uma tabelinha aqui –, contêm alguns itens que a gente considera ultraprocessados, só que tem um detalhe: o teor utilizado é mínimo. E outra coisa, alimentação parenteral e fome infantil não são para toda a vida, é numa determinada faixa de dias, de semanas ou de meses que a gente utiliza. Eu estou falando aqui de ultraprocessados que se usam diariamente e excessivamente, diariamente e excessivamente – é isso que eu quero falar –, e que se podem usar desde a infância até o idoso.

Eu queria fazer essas considerações e, fechando a minha fala, coloquei aqui estudos que fiz nos quais me debrucei sobre o tema. As fórmulas infantis e alimentação parenteral possuem composição funcional e terapêutica, com esses itens que também compõem os alimentos ultraprocessados – mas é de uma forma funcional e terapêutica, de uma forma mínima a concentração desses produtos –, enquanto refrigerantes, salgadinhos que vêm naqueles saquinhos, e embutidos, por exemplo – eu peguei três itens apenas – utilizam aditivos para finalidade sensorial e comercial. Esse é o agravante. E a simples presença da maltodextrina, que a gente vê muito em fórmulas infantis, emulsificantes ou aromatizantes não indica equivalência nutricional. Quero dizer, nesse estudo que eu fiz, o seguinte: nas fórmulas infantis, isso está contido em pequeníssima quantidade, mas essas fórmulas são de extremo poder nutricional e ajudarão as nossas crianças nesse período em que elas precisam de ser alimentadas com fórmulas infantis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à alimentação parenteral, como já coloquei, a composição é extremamente funcional, terapêutica e por um período pré-programado.

São essas considerações que eu quero fazer e, ao longo do nosso debate, irei fazer algumas outras considerações a mais.

Agora, eu convido o Sr. Marcus Cristian Muniz Conde e a Sra. Bruna dos Santos Nunes, que são do Ministério da Saúde e que dividirão a palavra. Então, Sr. Marcus Cristian e Sra. Bruna, vocês têm a palavra dividindo o momento de vocês.

Vamos começar pela Sra. Bruna dos Santos Nunes.

A SRA. BRUNA DOS SANTOS NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, escutamos.

A SRA. BRUNA DOS SANTOS NUNES (*Por videoconferência*.) – Bom dia, então, a todas as pessoas presentes nesse plenário.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, pelo Ministério da Saúde, junto com o meu colega Marcus Conde, que está aí na mesa e falará em seguida, o convite da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal para participar desta 19ª Reunião, Extraordinária, que tem a finalidade de instruir o PL 4.501, de 2020.

Meu nome é Bruna Nunes, sou nutricionista, sou mestra em saúde coletiva, atualmente servidora da carreira de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde, e estou como Coordenadora de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens, que é uma coordenação setorial dentro da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. A CGCRIAJ é uma área técnica responsável pela gestão e fortalecimento das políticas voltadas à saúde da criança, de adolescentes e de jovens no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde).

Bom, é importante lembrar que a atenção à saúde tanto na primeira infância quanto na adolescência é uma agenda prioritária do SUS ao longo dos 35 anos de existência desse sistema como um sistema de saúde pública do nosso país e que, nas últimas décadas, a gente teve vários avanços relacionados à implementação de políticas públicas tanto de promoção, de proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como de apoio à garantia dos direitos à saúde e à alimentação adequada e saudável para esse público.

A alimentação tem um papel fundamental em todas as etapas da vida, mais especialmente nos primeiros anos de vida, que são decisivos para o crescimento, para o desenvolvimento, para a formação de hábitos saudáveis e para a manutenção da saúde. Nesse sentido, eu destaco que o PL 4.501, de 2020, quando dispõe sobre a comercialização, publicidade, promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados, bem como sobre o uso de frituras e gorduras trans no ambiente escolar, está alinhado com o Decreto 11.821, de 2023, que trata das ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Essa proposta legislativa é um instrumento que é bastante importante para a promoção da saúde, para a promoção da alimentação adequada e saudável tanto de crianças quanto de adolescentes, na medida em que determina que essas cantinas escolares ofereçam opções de lanches saudáveis que venham a contribuir com a saúde desses escolares, que valorizem a cultura alimentar local e que derivem de práticas que sejam ambientalmente sustentáveis. Está alinhado também com o conceito de alimentação adequada e saudável da Pnan, que é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde, e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pela Lei nº 11.346, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 2010.

O PL colabora também com a prevenção das diferentes formas de má nutrição – e aqui a gente está falando da desnutrição, das carências nutricionais e da obesidade – e de outras doenças crônicas desde a infância e adolescência até a idade adulta, sendo uma medida estruturante, então, para a formação de hábitos alimentares saudáveis nesse curso da vida, que vão se perpetuar ao longo do desenvolvimento.

A proposta está em consonância também com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc), com o eixo de promoção da saúde das diretrizes nacionais para atenção integral à saúde de adolescentes e jovens; e também com os guias alimentares, tanto o Guia para a População Brasileira quanto o Guia para as Crianças Menores de Dois Anos, que são documentos orientadores e norteadores das ações de saúde e de promoção da alimentação adequada e saudável do Ministério da Saúde, estando alinhada também com a classificação dos grupos alimentares adotada pelo Ministério da Saúde.

Bom, de acordo com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), sistema de informação do SUS que possibilita o monitoramento do estado nutricional e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consumo alimentar das pessoas acompanhadas, avaliadas na APS (atenção primária à saúde) – reiterando, então, reforçando os dados trazidos pela minha colega Renata –, a gente teve um aumento, nos últimos anos, da frequência de excesso de peso entre crianças de 5 a 9 anos, um aumento de 27,7% para 29,8%, em 2024; e também da obesidade, de 12,5% para 14,6%. Esse aumento aconteceu também entre os adolescentes, inclusive foi maior na faixa etária. A frequência de peso sai de 23%, em 2014, para quase 32%, em 2024, e a frequência de obesidade também aumentou, de 6,5% para 13%, nesse mesmo intervalo dos dez anos. O agravamento da frequência de excesso de peso e da obesidade a partir dos cinco anos de idade está relacionado com a introdução precoce a alimentos ultraprocessados com altas quantidades de gorduras e açúcares, como foi mencionado pela Senadora.

Bom, eu gostaria também de trazer um destaque muito importante para a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, que é um princípio do ECA, instituído pela Lei 8.069, de 1990, que reconhece que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, mas eles estão em processo de formação física, psicológica e social; e é, portanto, dever da família, da comunidade, da sociedade, incluindo o ambiente escolar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde e à alimentação, entre outros. O ECA estabelece, então, que toda criança e adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde por meio da efetivação de políticas públicas que permitam que o nascimento e o desenvolvimento sejam harmoniosos e estejam em condições dignas de existência, o que vai incluir também os ambientes alimentares, os ambientes escolares.

Bom, os dados da revista *The Lancet* já foram pontuados pela minha colega Renata, e eu, então, gostaria de reiterar o papel das escolas enquanto espaços promotores de saúde. São ambientes que podem estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis. Esses hábitos vão ser fortalecidos ao longo da vida. E, por isso, é importante a gente considerar a alimentação também como uma prática sociocultural conectada com as dimensões de acesso e também de informação, para que a gente tenha o fortalecimento da autonomia dos familiares e dos escolares.

Eu destaco, por fim, a importância de a gente garantir as estratégias de promoção de ambientes alimentares saudáveis nas escolas também para o público adolescente matriculado no ensino médio, haja vista o papel promotor da saúde e garantidor de direitos que esses espaços, essas escolas possuem.

Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para que a gente possa debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dra. Bruna dos Santos, pela sua explanação. Tive a honra, mais uma vez, de ouvi-la, uma vez que você participou da última audiência pública sobre o mesmo projeto de lei, que foi terça-feira, agora, desta semana. Parabéns pela sua explanação.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Marcus Cristian Muniz Conde. (*Pausa.*)

O SR. MARCUS CRISTIAN MUNIZ CONDE (Para expor.) – Bom, bom dia a todas, bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Senadora pela oportunidade de estar aqui representando a Coordenação-Geral de Saúde Bucal. Nós acreditamos, como coordenação, que este PL é estratégico nas questões de promoção de saúde, no cuidado da saúde da criança e do adolescente. E, no contexto da Política Nacional de Saúde Bucal, ele se torna imprescindível.

Em função do tempo, aqui eu vou passar alguns eslaides, mas basicamente o que eu pretendo conversar com vocês é contextualizar que...

Na sessão de terça-feira, a Senadora fez uma fala muito interessante sobre a importância de a gente avaliar e prestar atenção nessa questão da doença cárie não só como um buraquinho no dente, mas também como uma doença crônica altamente complexa e também altamente mutiladora, que compromete a qualidade de vida das pessoas.

Também tentei trazer algumas evidências robustas, principalmente metanálises e estudos populacionais, baseados em estudos de corte, para a gente discutir um pouquinho, e no final apresentar alguns dados que saíram agora, da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal, em 2023, para a gente poder entender um pouco qual a relevância desse projeto no contexto da promoção de saúde bucal da população brasileira.

Então, para iniciarmos – está travando um pouquinho –, eu trago esse diagrama só para a gente entender, porque a gente tem uma visão, às vezes, de senso comum de que a cárie não é uma questão de saúde tão relevante, por se tratar apenas de um buraquinho no dente que compromete esteticamente, mas se a gente conseguir fazer com que as pessoas escovem os dentes e não comam tanto açúcar, essa doença não vai se desenvolver. Mas, na verdade, ela é uma doença que, como esse diagrama mostra, tem um forte padrão, uma forte questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

socioeconômica envolvida. Então, é claro que ela é determinada e desenvolvida por componentes biológicos, como a gente pode ver ali, que induzem a desmineralização da superfície dentária.

Então, vocês podem ver na primeira imagem acima, às vezes é difícil de ver, mas o primeiro sinal da cárie é uma mancha branca que aparece nos dentes. E, nesse primeiro momento, ela pode não parecer tão relevante assim. Mas, dependendo do contexto onde essa pessoa vive, o território onde ela está inserida, as oportunidades que ela tem, nível de educação, algumas variáveis, como, por exemplo... inclusive a escolaridade da mãe das crianças influencia de forma significativa no agravamento dessa doença para que ela chegue à condição das fotos que estão demonstradas ali abaixo. Então, pode conduzir a uma destruição dentária, a um comprometimento severo da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes.

Então, eu faço essa fala primeiro para a gente entender a complexidade da doença cárie, porque muitas vezes, também por questões de especificidades, a saúde bucal não é tão discutida – e tem bastante relevância, né, Senadora? Então, eu me permiti fazer essa pequena explanação para a gente conseguir contextualizar esses dados. E aí, eu trouxe alguns dados também que mostram que a evolução da doença cárie vai levar à destruição da estrutura dental e uma das principais consequências que se tem é a dor que é proporcionada por essa condição. E se alguém aqui já teve algum dia uma mínima dor de dente, consegue entender mais ou menos o que está sendo colocado aqui. E a gente vê crianças já em idade pré-escolar que muitas vezes já têm todos os dentes destruídos pela doença cárie.

E ali eu trago alguns dados de prevalência da dor... Opa! Aqui, eu trouxe alguns dados também de revisões sistemáticas com metanálise, de estudos observacionais, porque hoje, quase 70% das crianças de zero a cinco anos consomem ultraprocessados quatro ou mais vezes ao dia. E por que esse dado é interessante? Porque esses estudos também mostram que essas crianças que consomem ultraprocessados por quatro ou mais vezes ao dia têm um risco 71% maior de desenvolver doença cárie. Então é muito importante e isso é muito significativo dentro do contexto da promoção de saúde bucal. E a gente também tem algumas evidências de que a redução da ingestão desses alimentos ultraprocessados promove uma melhora de condições de saúde bucal – além da diminuição da cárie, também a melhora das condições de pessoas que têm quadros de gengivite.

Para chegar à parte final da minha fala, porque eu também não quero ficar mostrando dados aqui, porque acho que eles são vastos e foram amplamente discutidos... A minha intenção foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ilustrar, com estudos robustos, que isso tem um impacto significativo também na saúde bucal das crianças. E isso nos preocupa como coordenação, porque, vejam bem, o Brasil, vinte e poucos anos atrás, não tinha a saúde bucal incluída na lei orgânica do SUS. As pessoas não tinham acesso à saúde bucal. Então, a partir do Brasil Sorridente, com o estabelecimento da Política Nacional de Saúde Bucal, hoje a gente conseguiu um crescimento muito grande, e as equipes de saúde bucal que são financiadas pelo ministério estão em quase todos os municípios do Brasil. Então, a gente conseguiu um avanço nas questões de cobertura, nas questões de promoção de acesso; a gente trabalha com atenção primária, atenção especializada, atenção hospitalar; então a gente faz um trabalho bastante complexo voltado para a questão de saúde bucal da população.

Só que ainda, apesar de todos esses esforços e de todos esses investimentos, nesse primeiro mapa, vocês têm uma noção de que ainda, dependendo da região, aproximadamente 50% das crianças do Brasil têm pelo menos um dente com uma lesão de cárie não tratada. E, quando a lesão de cárie não é tratada, ela vai evoluindo naturalmente até que se perca aquele dente, até que a criança sinta dor, até que a criança tenha comprometimento da qualidade de vida.

Nesse sentido, trago aqueles três dados, principalmente, da SB Brasil também, que mostram que, entre as faixas etárias ali de 5 anos, de 12 anos e de 15 a 19, aproximadamente, um pouquinho menos de 50% não foram ao dentista no último mês. Então, apesar da ampliação da rede de atenção, do número das equipes de saúde bucal, o acesso aos serviços odontológicos ainda é um empecilho que a gente tem também para ser trabalhado.

E outra coisa que eu quero salientar, também mostrando esses números da SB – está travando um pouquinho aqui –, é que, basicamente, o acesso e todas as questões relacionadas aos serviços estão relacionados com as questões socioeconômicas. Então... Eu não estou conseguindo voltar naquele eslaide... Aqui. O que esse eslaide nos mostra? Que a renda familiar tem uma relação pelo menos... Aqui a gente não fez análise estatística ainda, a gente está trabalhando esses dados, mas a gente tem, visivelmente, que, quanto maior a renda, maior a facilidade e o acesso das pessoas ao serviço de saúde pública e também que a escolaridade da mãe tem uma influência sobre isso.

Outra coisa é importante: quando a gente analisa a cárie da população, a gente divide os dentes, a gente faz uma análise que se chama de CPO-D, que é o índice de dentes cariados, perdidos e obturados. Então, nesse aspecto, a gente pode ver que, nas crianças e adolescentes, o maior componente desse índice são dentes cariados. Então, vocês vejam que, nas crianças de 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

anos, de todos os dentes que são incluídos nesse índice, 78% são dentes com cárie não tratada. Isso vai se reduzindo na adolescência e aí vocês vejam que, depois, quando a pessoa chega à idade adulta, ela começa a ter algum acesso, a partir de renda ou até a partir de serviços, e vai restaurar esses dentes. Só que, quando se tem um tempo tão grande de dentes não restaurados, proporcionando perda de estrutura dental, a gente começa a entrar numa questão que se chama de ciclo restaurador repetitivo, em que as pessoas vão fazendo as restaurações dos dentes, vão tendo cárie de novo, até que perdem o dente.

E hoje a gente tem no Brasil uma média de idosos a partir de 60 anos – no SB Brasil foi de 64 a 75 anos, se não me engano –, as pessoas nessa faixa etária têm em média 20 dentes já perdidos, ou seja, em média as pessoas não têm 20 dentes em boca. E a gente tem já um conhecimento bem estabelecido que mostra que isso também é consequência dessa lesão de cárie não tratada na infância ou até mesmo desse desenvolvimento precoce da doença.

Então, por que a gente traz esses dados? Porque nos preocupa muito também, dada essa complexidade da doença cárie, a gente ter que lidar ainda com outros fatores que estão relacionados, como a dieta, como a renda, a questão de trabalho, muitas questões influenciam nisso. A gente vem percebendo que aumentar os serviços não é só isso que é necessário.

Para finalizar, pessoal, peço desculpas por ter me estendido, mas eu achei que seria interessante colocar um pouquinho dessa questão da doença cárie. Como um posicionamento da nossa coordenação, a gente não tem dúvidas, e considerando o corpo de evidências, eu não estou falando aqui da minha posição pessoal, eu estou trabalhando com dados e com evidências que estão estabelecidos na literatura... A ciência pode ser contestada? É óbvio, a ciência deve ser contestada. Como o senhor falou, João, um dos princípios do conhecimento científico é ele se basear em paradigmas, não em dogmas. Os paradigmas devem ser contestados, mas eles só serão superados no momento em que nós tivermos evidências consistentes para conseguir rebater esses paradigmas. E hoje a gente tem um corpo robusto de evidência, composto por revisão sistemática, por estudos populacionais, inclusive alguns ensaios, desenhos de ensaios clínicos randomizados também em população, que mostram que existe uma forte associação entre os alimentos ultraprocessados e o desenvolvimento de lesão de cárie, comprometimento de outros desfechos de saúde bucal.

Então, como coordenação, a gente apoia e a gente torce muito pela aprovação desse projeto de lei. Só para finalizar, quero deixar claro que o objetivo não é interferir nas escolhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

privadas de ninguém, o direito de liberdade, o direito econômico, não é essa questão. A nossa discussão é para promover saúde bucal, e promover saúde bucal é promover dignidade para essas crianças, é promover qualidade de vida. E, nesse sentido, a gente acredita que o projeto de lei dialoga de forma muito próxima com as premissas da política nacional de saúde bucal.

Então, para finalizar, peço desculpas por ter me estendido – aqui algumas referências –, eu gostaria mais uma vez de agradecer a oportunidade de estar aqui, de cumprimentar todas as colegas e os colegas de mesa também. Quero dizer também que é muito salutar estar aqui para ouvir opiniões que divergem do que se pensa. Então, a gente ter um ambiente democrático que proporciona esse tipo de discussão é uma honra muito grande aqui.

E, finalmente, eu só gostaria de usar o espaço para agradecer os meus colegas da coordenação, trabalhadores e trabalhadoras do SUS, que são as pessoas mais dedicadas e competentes que eu já conheci na minha vida. O SUS está em boas mãos.

Muito obrigado pela atenção de vocês, pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua fala, Dr. Marcus, muito interessante.

Na terça tivemos também uma audiência em relação a esse mesmo projeto de lei, e teve aqui um colega seu, o Dr. Hilan, salvo engano, que também é odontólogo, e foram muito interessantes também as considerações que ele fez, assim como toda essa pauta que você trouxe hoje para nós, mostrando evidências concretas no uso de alimentos ultraprocessados, por terem alto teor de açúcar, ligados diretamente ao aumento de cárie nas crianças. Mais uma vez repito: contra fatos não tem argumentos.

Então, nós temos também que nos preocupar com a saúde bucal, porque, como você também falou, e o Dr. Hilan – e na ocasião eu também fiz essa mesma consideração, que eu vou repetir aqui –, a cárie, como você colocou – gostei muito do seu eslaide –, não é só um buraquinho no dente, não é questão estética; é questão de saúde, porque ali tem várias bactérias que podem circular na corrente sanguínea, causar infecções em alguns órgãos – e um deles é o coração, podendo causar endocardite, levando a criança a um estado grave. Então, para você ver como é importante a gente ter este debate sobre a questão dos ultraprocessados.

E quero dizer aos senhores e às senhoras que estamos aqui em prol de um objetivo único: alimentação saudável das nossas crianças e adolescentes, nesse tema desta audiência pública. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

óbvio que também para adultos e idosos, mas aqui estamos focados, por conta do projeto de lei, nas crianças e nos nossos adolescentes.

Aqui eu quero cumprimentar e parabenizar o Senador Jaques Wagner, pela autoria desse projeto de lei, e também cumprimentar e parabenizar a minha querida Teresa Leitão, nossa Senadora, que é Presidente da Comissão da Educação e dizer que eu tenho a honra de estar presidindo esta audiência pública. (*Pausa.*)

A nossa Senadora Teresa Leitão está presidindo agora uma medida provisória e, por esse motivo, não está aqui presente, mas mando a minha colocação de afeto, falando que é muito meritório o trabalho da nossa querida Senadora Teresa Leitão em relação à educação e, agora, em relação especialmente à saúde das nossas crianças e adolescentes.

Agora, com a palavra a Sra. Bruna... A Bruna já falou.

Agora, com a palavra a Sra. Renata Mainenti, que é Coordenadora-Geral substituta do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e representante do Ministério da Educação.

A Sra. Renata tem cinco minutos para a sua explanação. Muito grata.

A SRA. RENATA MAINENTI (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Exma. Sra. Senadora, muito obrigada pelo convite ao Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para estar aqui hoje presente neste fórum importante de debate, nesta Casa, de um assunto tão sério. E venho trazer um pouco da nossa experiência do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que é um programa que dialoga muito profundamente com o tema do PL 4.501.

Primeiro, registramos sempre que o Pnae é um programa executado pela educação, é um programa da área de educação, porque se entende que alimentação é fundamental para qualquer processo de aprendizado. Então, a alimentação – não qualquer alimentação, a alimentação adequada – é condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos nossos estudantes, nossas crianças e jovens das nossas escolas. Portanto, o objetivo do Pnae é contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e para formar práticas alimentares saudáveis. A gente precisa, enquanto Estado, contribuir para a construção de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

geração que seja mais consciente de suas escolhas alimentares e com acesso a uma alimentação, de fato, adequada e saudável. Esse é o grande objetivo do Pnae.

Ele acontece, portanto, em todas as escolas do Brasil, por meio de duas ações fundamentais: a oferta de alimentação adequada e a promoção de ações de educação alimentar e nutricional. A gente tem, hoje, no Brasil, o programa que é o maior programa universal de alimentação escolar do mundo. A gente atende a todas as... quase 40 milhões de crianças e jovens do país, em todos os municípios. Em 2026, a gente teve um aporte de recursos para o programa, o que significa um orçamento de R$6,7 bilhões do Governo Federal para alimentação escolar. Esse valor é repassado aos estados e municípios em caráter suplementar. Aos estados e municípios também cabe o financiamento e a execução, propriamente dita, nas redes de ensino do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Além do repasse financeiro, a União tem também o dever, a responsabilidade de normatizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar em todo o país. E essa normatização acontece a partir dos princípios da segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e saudável. Isso significa que a oferta da alimentação escolar nas escolas precisa seguir uma série de diretrizes nutricionais. Entre essas diretrizes nutricionais, eu destaco aqui, à luz das orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, a recomendação de redução significativa do consumo de ultraprocessados e processados dentro das escolas. A gente vem fazendo uma redução progressiva ao longo dos últimos anos. Em 2025, o limite era de 15% para a aquisição de alimentos processados e ultraprocessados; este ano, já está vigente a regra de que, no máximo, 10% dos recursos somente poderão ser utilizados com alimentos processados e ultraprocessados.

A gente tem, no mesmo sentido, a determinação de que, no mínimo, 85% dos recursos sejam destinados a alimentos *in natura* e minimamente processados, considerando que essa é a alimentação que nós queremos que chegue aos estudantes do país, pelas necessidades nutricionais, pela qualidade da alimentação, pelo direito à alimentação dos estudantes, que é um direito – a alimentação escolar é um direito previsto na nossa Constituição. A gente tem vários alimentos que são proibidos, de baixo valor nutricional, como refrigerante, balas, alimentos em excesso de gordura, e uma necessidade de diversidade na alimentação.

Da mesma forma se considera a educação alimentar e nutricional como um dos eixos principais do Pnae porque a gente está dentro de um espaço eminentemente pedagógico e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

privilegiado para que a gente desenvolva ações de formação de hábitos mais saudáveis, de escolhas alimentares mais saudáveis. Portanto, é um programa que carrega consigo também, sempre, a bandeira das ações da educação alimentar e nutricional.

Em relação especificamente ao PL 4.501, o que se entende, a partir da análise do Pnae e das correlações que a gente faz em termos de diretrizes, é que, sim, é necessário implementar medidas que promovam um ambiente escolar saudável e protetivo; e, enquanto Estado, é necessário que as escolas de fato sejam um espaço de proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes, de promoção de acesso a uma alimentação saudável e de formação de hábitos alimentares mais saudáveis.

A gente tem o Pnae atendendo à totalidade das escolas públicas, no país, da educação básica. No entanto, não há uma definição direta, um regramento para as escolas particulares e para as cantinas, que estão localizadas também nas escolas públicas. Nós temos três documentos que eu trago aqui, que são norteadores desse processo. O Decreto Presidencial nº 11.821, de 2023, traz diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, tratando de doação, de comercialização e de oferta. É um decreto norteador que orientou a elaboração, inclusive, de algumas legislações locais específicas municipais, especialmente em alguns locais do país, mas que não têm fator determinante para todo o território nacional. E no Pnae a gente tem duas notas técnicas orientadoras também para a comercialização de alimentos em cantinas, e uma nota técnica relacionada à prevenção de conflitos de interesses, que traz também o problema do *marketing* relacionado a alimentos nas escolas para as nossas crianças e adolescentes, considerando que é um espaço que precisa proteger nossas crianças e os nossos adolescentes. Essas duas notas técnicas trazem também a posição técnica do Pnae relacionada às cantinas escolares, e, a partir delas, nós podemos afirmar que o conteúdo do PL 4.501 está em pleno acordo com as diretrizes, hoje, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e trata-se de um instrumento importante, hoje, para cumprir uma lacuna que existe no país em termos legislativos para organizar, coordenar, disciplinar a oferta a partir da comercialização de alimentos dentro das escolas em todo o território nacional.

Hoje a gente tem, como eu disse anteriormente, algumas legislações específicas, locais, de municípios ou de estados, porém, a gente carece de uma regulamentação nacional que trate desse tema. Por isso é extremamente meritório o conteúdo desse PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como eu afirmei anteriormente também, o diálogo do PL com o Pnae é bastante profundo. A gente tem as nossas diretrizes alinhadas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que estão bastante contempladas nesse PL, e, dessa forma... (*Pausa.*)

Não está passando?

Para concluir... (*Pausa.*)

Travou.

Mas, para concluir, a posição técnica da CGPAE, do FNDE, do Ministério da Educação é favorável ao Projeto de Lei nº 4.501. É extremamente necessário normatizar a comercialização, propaganda e publicidade de alimentos nas escolas. As escolas são, de fato, um local privilegiado de ações educativas de alimentação e nutrição e um espaço onde as nossas crianças e os nossos adolescentes precisam estar protegidos.

E aí, a gente gostaria de ressaltar também que essa justificativa aplica-se a toda a rede de educação básica, que é o nosso *locus* de atendimento do Pnae, da educação infantil ao ensino médio.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dra. Renata, pela brilhante explanação. Eu já sabia, todos sabem a programação que o Ministério da Saúde tem em relação especificamente ao Pnae, principalmente nós que lidamos dia a dia aqui na área da saúde, eu que sou médica e sou pediatra. Mas foi muito importante ver o resumo que você fez de tudo isso, Dra. Renata. E eu fico feliz em saber que o Ministério da Saúde... o Ministério da Educação, me perdoe, tem esse olhar tão específico para dentro das escolas em relação à alimentação das nossas crianças e adolescentes.

E aqui, eu ouvi do Dr. Marcus, da Dra. Renata e da outra Dra. Renata também que vocês estão comungando da mesma ideia do nosso projeto de lei. Isso é muito importante para nós, dá mais subsídios para o Senador Jaques Wagner, para a Teresa Leitão e para mim, para termos certeza de que estamos no caminho correto, de que temos vocês lado a lado conosco, nos dando embasamento, mais e mais, sobre o que a gente colocou nesse projeto de lei.

E eu quero fazer só uma ressalva, Dra. Renata, de que a escola é um ambiente saudável e de proteção. Então, os pais, quando deixam as crianças e os adolescentes nas escolas, estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dizendo assim: "Meu filho está protegido, meu filho está guardado, meu filho está tendo uma boa alimentação, vai crescer intelectualmente, fisicamente e emocionalmente de uma forma saudável". É assim que os pais pensam. Os pais confiam muito nas escolas, não é? Então, não poderia ser diferente toda essa programação do Pnae. Vocês estão de parabéns por isso.

E aqui eu quero colocar essa questão que você colocou, Dra. Renata, da agricultura familiar. Como é importante trabalhar com os agricultores familiares. Por quê? Porque gera um círculo virtuoso. Os nossos agricultores familiares produzem, a escola compra e chegam à mesa das nossas crianças alimentos *in natura*, alimentos saudáveis. Então, isso gera emprego e renda, que gera saúde para nossas crianças e assim por diante. Foi muito bom você ter comentado sobre os nossos agricultores familiares.

E é isto: com isso a gente vai estar ajudando as nossas crianças e os nossos adolescentes a terem bem menos sobrepeso e muito menos obesidade. Então, quero parabenizá-la pela sua fala.

E agora eu convido o Sr. Luis Madi, que é Coordenador da Plataforma de Inovação Tecnológica do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital).

O senhor tem cinco minutos, Sr. Luis.

O SR. LUIS MADI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. É um prazer muito grande o Ital estar aqui representando, participando e colaborando para um tema pelo qual a gente tem um carinho muito grande, que é a saúde do consumidor, dos brasileiros. Eu agradeço também a presença de todos os participantes da mesa e de todos os participantes que estão de forma remota também.

O Ital é o Instituto de Tecnologia de Alimentos, criado em 1963, que tem uma missão muito importante, que é a de colaborar com o setor de várias formas. E, nesse caso, nós temos uma missão que deixa muito claros os nossos objetivos: pesquisa, desenvolvimento e inovação, em benefício da sociedade e em benefício do consumidor. Durante as apresentações – eu também estive participando da 18ª Reunião, que foi finalizada na terça-feira –, fiquei muito contente de ouvir essas informações, para ajudar a pegar as considerações mais importantes.

Lembro ainda que o Ital tem colaborado muito com a Anvisa, com o Ministério da Saúde, com o Mapa (Ministério da Agricultura), e me lembro de que um dos projetos mais interessantes que nós tivemos, durante mais de 15 anos, foi, na realidade, o SAE (Semana de Alimentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Escolar), porque esse tema é importante do ponto de vista da industrialização de alimentos também.

Eu queria me apresentar. Sou Luis Madi, engenheiro de alimentos, trabalho no Ital – entrei no Ital no dia 2 de janeiro de 1973 e continuo no Ital –, fui coordenador do centro de embalagem por 25 anos, Diretor do Ital por 17 anos, coordenador de todos os institutos da Secretaria da Agricultura e servidor público por 54 anos, procurando ajudar a sociedade, procurando ajudar o consumidor.

Uma das funções estratégicas de um instituto de pesquisa como o Ital foi desenvolver, como nós fizemos e lançamos em 2010, exatamente há 16 anos... Exatamente há 16 anos, lançamos o Brasil Food Trends, as tendências do setor de alimentos e bebidas, ajudando as empresas, ajudando a sociedade a entender melhor. E eu queria trazer duas delas, extremamente estratégicas: saudabilidade e bem-estar e sustentabilidade e ética.

A saudabilidade, em 2010, era uma coisa de que pouquíssimas pessoas falavam; hoje, só se fala nisso: saúde e bem-estar – saúde e bem-estar.

Que bom que nós, em 2010, detectamos essa pauta; isso foi em 2010. Em 2014 – em novembro de 2014, para ser preciso –, foi lançado o *Guia Alimentar para a População Brasileira,* um guia que é extremamente importante para a sociedade; em qualquer lugar no mundo, os guias são importantes. Mas o nosso guia trouxe uma coisa que complicou, uma definição, que foi a classificação nova que, no item 4, constava como alimentos ultraprocessados.

Nós entendemos que ultraprocessado ficaria muito difícil de ser falado, na realidade, então nós começamos a ver o seguinte: que na ciência e tecnologia de alimentos, na engenharia de alimentos, não existe o termo "ultraprocessado"; vários vão falar sobre isso. O termo "ultraprocessado", o que é? Excessivo processamento nele – e ele foi mudando de 2009 a 2026: era excesso de processamento; mais de três ingredientes; ingredientes que não conhecemos; aditivos, produtos que contêm um teor alto de sódio, açúcar e gordura saturada.

A Senadora foi bem clara, quer dizer, não importa muito o título. Ultraprocessado é um produto que, na realidade, não está ligado ao seu processamento, não está ligado à engenharia de alimentos. É um produto que tem que ser consumido com cuidado, com cautela, comendo pouco, na realidade. E, talvez o mais importante, de que pouco se fala – não se falou na terça-feira, não estamos falando hoje: por que nós processamos? Nós processamos para dar segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aos alimentos. Então, na nossa opinião – na nossa opinião –, definir como vamos aplicar a lei de classificação dos alimentos ultraprocessados, como nós definiríamos o que entra e o que sai numa escola, é praticamente inviável. Então, é impraticável, no nosso ponto de vista.

E aí, nós falamos assim: "Vamos buscar um novo caminho para a comunicação". E criamos o projeto Comer com Ciência, que é uma iniciativa que busca aproximar a população da ciência e da tecnologia de alimentos, combatendo a desinformação e fortalecendo a confiança no processo produtivo. E aí, nós temos que ter um equilíbrio. Esse é o projeto, vocês podem ver, nós temos um *site*, nós temos um Instagram, LinkedIn, e o nosso propósito é informar sem julgar; explicar sem complicar; apresentar a ciência da tecnologia de alimentos como aliada do consumidor, porque quando as pessoas que começam a defender o ultraprocessado deixam isso de lado, deixam de lado a ciência, deixam de lado a tecnologia, elas entram no quê? Numa ideologia.

Nós vamos repetir o que a Senadora disse: "Não importa o termo". Ultraprocessados, hoje, são aqueles chamados alimentos que nós temos que consumir com moderação, com cuidado. E aqui é a nossa contribuição; quem quiser entrar no nosso Instagram, no nosso LinkedIn, no nosso *site*, é muito importante. Temos a honra de estar colaborando hoje, vamos participar da reunião do dia 26 e vamos participar da reunião do dia 28, ajudando o Senado para que trabalhe de uma forma mais adequada esse conceito, equivocadamente – a nosso ver – chamado de ultraprocessado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dr. Luis Madi, pela sua brilhante apresentação. Ajudou muito você estar colocando essas questões todas em relação aos ultraprocessados. E conscientizar as pessoas – não as julgar, mas conscientizá-las – sobre a ingestão excessiva desses alimentos ultraprocessados ajudou muito o debate.

Quero parabenizá-lo e agradecer-lhe por estar aqui conosco, participando, vamos dizer assim, dessa mesa redonda, você de forma remota, mas participando e nos ajudando muito nesse... de orientar as pessoas, como a gente deve lidar com esses alimentos ultraprocessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Grata pela sua atenção e pode ter certeza que eu já peguei o QR *code* que você colocou aqui na tela, e os colegas também aqui da mesa, viu, Dr. Luis? Todos aqui estão confirmando, Dr. Luis, que pegaram o seu QR *code*, que vai ser a nossa cartilha agora, viu? Vai nos ajudar muito.

E, agora, com a palavra o Sr. Adriano Paranaiba – "paranaíba" ou "paranaiba"? – que é Representante do Instituto Livre Mercado. O senhor tem cinco minutos, Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO PARANAIBA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. É "paranaíba", que é o nome do rio mais importante do Brasil, que faz a divisa dos dois grandes Estados de Goiás e Minas Gerais. Um abraço a todos os meus Senadores de Goiás que podem estar nos acompanhando remotamente. Cumprimento todos os presentes na pessoa da nossa Presidente Senadora.

Mais do que falar em nome do Instituto Livre Mercado... Eu quero também parabenizar a qualidade do debate, porque aqui temos pessoas da área da educação, da saúde, da engenharia, que ouvimos falar agora há pouco, e eu, como economista, venho tentar fazer alguma contribuição. Mas eu gostaria mesmo de fazer minha contribuição...

Dos vários títulos que tenho no meu currículo, eu gostaria de usar dois aqui para a minha fala: o meu de professor, do que faço uma profissão, acho que é o título mais importante do meu currículo, que me permite todos os dias conviver com os meus alunos e aprender com eles no ambiente escolar é, realmente, uma fonte de aprendizado muito grande, como nos ensina muito bem a poetisa Cora Coralina: "Quem ensina, aprende também"; e o meu título de pai; sou pai de dois filhos que, graças a Deus, já estão quase adultos, um já é adulto e o outro está se preparando aí para o vestibular, para o Enem, essas coisas. São esses dois títulos que eu gostaria de usar para falar dessa nossa discussão de hoje a respeito do nosso projeto de lei.

Pode passar para o próximo eslaide.

O grande objetivo do nosso PL, que nós estamos discutindo, é que, na verdade, é um ponto sem discussão, a gente realmente está preocupado com a saúde das crianças, a melhoria e como nós vamos fazer isso. Eu tive um período em que tive a grande oportunidade de trabalhar como secretário de melhoria regulatória no Ministério da Economia – até minha secretaria coordenou a redação do Decreto 10.411, que os nossos colegas aqui do Poder Executivo devem usar bastante por conta da análise de impacto regulatório. A importância de a gente fazer análise da regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seria muito bom, Senadora, se nós tivéssemos a análise de impacto legislativo, em que a gente fizesse a análise... Mas eu acredito que essas plenárias cumprem muito o seu papel. Assim como as audiências públicas nas agências reguladoras, aqui também cumpre um pouco desse papel, e a gente tem essa oportunidade de estar aqui.

E o importante da análise de impacto regulatório é que o objetivo não é dizer se a regulação é boa ou ruim, mas buscar a melhor forma de a gente melhorar o ambiente regulatório fazendo essas análises. Então toda análise regulatória vem lá com várias possibilidades para buscar o menor impacto possível. Aqui, vou fazer essa análise usando os dois chapéus que eu falei agora há pouco, de pai e de professor. Não vou falar o impacto na indústria, o impacto no comércio, vou usar essas minhas duas prerrogativas.

Pode passar para o próximo eslaide.

Aqui a gente está vendo como vai ser a cantina assim que a lei for implementada. Até aqui tudo bem. Retirar frituras, colocar mais alimentos saudáveis – o que é ótimo –: frutas, verduras. E o projeto de lei também fala da cantina ter que oferecer três opções, no mínimo, para dar essa escolha saudável. Interessante, muito importante isso.

Mas vamos começar a fazer a nossa análise econômica.

Próximo eslaide, por favor.

Nós temos um problema, quando a gente faz análise de impacto regulatório, e aqui a gente está fazendo a análise do nosso projeto de lei, que, às vezes, surgem alguns fenômenos não previstos quando a gente faz a legislação. Principalmente porque os legisladores, os Senadores aqui no caso, tanto o proponente do projeto como a Relatora, estão ali cercados de boa intenção de como nós vamos melhorar o Brasil – e acredito que esta Casa trabalha duramente para isso –, mas existem coisas que estão um pouco longe do alcance da visão ali, e a gente tem esse papel de contribuir.

Próximo eslaide, por favor.

Eu comecei a fazer umas contas: eu peguei três opções de alimentação saudável para as crianças nas escolas. Primeiro, eu montei um *mix* de castanhas com frutas secas. Aí eu coloquei castanha... Eu fiz a conta... Infelizmente eu deixei o nome da marca ali, mas eu tinha que ter... Eu fui no supermercado fazer essa pesquisa de preço para saber quanto ficaria o lanche da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu que vou no supermercado lá em casa, ontem mesmo eu fui numa feira de alimentos orgânicos de agricultura familiar, que é uma coisa sensacional, é ótimo, mas aqui eu tentei pegar produtos mais baratos para não falarem que eu estou inflacionando, de certa forma, alguma coisa. Mesmo porque você vai numa feira de...

Eu estava lá na feira de alimentos orgânicos, o frango é R$70, da agricultura familiar. Não porque eles estão explorando as pessoas, porque o frango do supermercado é R$30, mas é porque tem uma série de elementos caros, que infelizmente não têm escala, e a gente poderia também fazer algumas proposições para melhorar a escalabilidade da agricultura familiar.

Mas tirando isso, eu coloquei uma garrafa de água mineral e um limão – eu coloquei água mineral e limão para a gente ter certeza que a dona da cantina vai espremer o limão e vai fazer um suco supersaudável para a criança. Aí eu coloquei todos os custos; o custo total de R$14; aí tem a operação, que é funcionário, imposto, aluguel, mais R$18; e aí eu tirei o lucro da dona da cantina. Eu estou pensando que ninguém vai ganhar dinheiro aqui, porque senão fica parecendo que a dona da cantina é aquela bruxa de João e Maria, que fica vendo lá o dedinho do João, "Está magrinho, vamos enfiar bolacha doce no menino". Não, vamos pensar que ela é uma pessoa boa, um anjo maravilhoso. Então, sem lucro nenhum, esse lanche sai R$32.

Vamos para o próximo lanche, próximo eslaide.

Aí eu fiz um sanduíche natural de frango: peito de frango, que nem eu falei lá, olha, eu peguei... Desculpa, eu peguei processado, R$29,90, tinha que ser mais caro, porque o frango da agricultura familiar é um pouco mais caro, mas deixa esse valor para não parecer que eu estou inflacionando aqui. A mesma coisa, eu peguei a água e tal, ficou, sem lucro, R$15.

O próximo lanche: iogurte com aveia e mamão. Aí mamão, a garrafa de água também, tudo deu R$16,62 sem o lucro. A pessoa está trabalhando pela bondade dela.

Vamos lá, segue o próximo eslaide.

Assim, o que eu tenho? Eu tenho um preço médio de R$21, porque o menino não vai querer comer mamão todo dia, então a gente tem que ter – justamente por isso – as três opções.

Os dias letivos de maio foram 20 dias letivos de aula, porque a gente teve feriado dia 1º de maio, então só 20 dias de aula. Então o lanche de uma criança saudável seria R$428,00 – para cada criança, se ela fizer só um lanche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi no seu eslaide que a obrigação é três lanches por dia, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADRIANO PARANAIBA – Para a educação integral. Então, se for escola integral, tem que multiplicar por três.

O salário mínimo hoje é R$1.621,00. É muito difícil você implementar na prática isso.

Eu falo isso porque meus dois filhos, durante toda a educação deles, estudaram numa escola que eu escolhi: uma escola que só tivesse alimentação saudável, que tinha nutricionista na cantina, que não vendia refrigerante. Gente, é caro. É puxado.

Infelizmente, nós não vamos, apoiando esse PL... Não é que ele não é bom, é que, infelizmente...

Até o Dr. Márcio – me desculpa – fez uma correlação interessante de que quem tem mais renda consegue ter mais acesso à questão da saúde bucal. É exatamente isso daqui. Só as pessoas que têm poder aquisitivo alto é que vão poder conseguir cumprir e poder atender isso.

Seguindo o próximo eslaide.

Então, o grande problema – claro, ultraprocessados são um problema – é o preço dos alimentos saudáveis. O problema hoje é que a criança chega com R$5,00 na cantina, e o pote de frutas – como é o da escola do meu filho mais novo – é R$15,00, e tem lá um outro produto lá que é mais barato; ele vai comprar o de R$5,00, o que cabe no bolso dele, porque o de R$15,00 é muito caro. O saudável é sempre mais caro, de várias formas.

Seguindo.

"Então não vamos fazer nada, Adriano?"

Não, a gente consegue mitigar os efeitos negativos e buscar uma legislação que combata os efeitos negativos.

Quais são os efeitos negativos?

Substituição negativa: as pessoas vão buscar alimentos mais perigosos, com menor qualidade, que é o que vem sendo falado muito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A destruição do capital e o cálculo econômico: a gente vai ficar mudando o que é... eu não sou estudioso da área, mas parece que não existe nenhum consenso, assim, muito claro sobre o que é processado, ultraprocessado. Se ficar mudando muito, vai atrapalhando o empresário, a dona da cantina – "Como é que eu vou me organizar para atender a lei?".

E o último, criação de mercado clandestino: na verdade, não vai ter criação não, porque – próximo eslaide – a gente já tem um mercado clandestino nas portas... Olha que interessante: mesmo as cantinas das escolas não tendo alimentação saudável – algumas não têm alimentação saudável –, tem também esses vendedores de balas e doces na porta. A mesma bala e doce que tem dentro da escola, o cara vende lá fora.

Por que eles fazem sucesso? Porque eles não têm que seguir a legislação; porque a legislação não é só uma legislação da qualidade nutricional, é uma legislação de pagar impostos, pagar uma série de gastos, uma série de questões que inviabiliza o negócio legal em relação ao ilegal. Essa é a grande disputa que a gente tem quando a gente compara uma série de mercados.

Passando para o próximo eslaide.

Então, o que a gente deve fazer? A gente deve migrar o nosso modelo – que está sendo previsto nesse PL – para um modelo baseado em incentivos. Proibições, pessoal, não funcionam. Incentivos funcionam.

E eu quero parabenizar esta Casa, para usá-la para dar exemplo para ela mesma. Essa semana tivemos aprovação dessa MP de renovação automática para bons condutores. Pensa em alguém que veio pianinho na estrada de Goiânia para cá, para não levar multa, preocupado em ter renovação automática! O incentivo a fazer o certo tem que ser mais presente na nossa legislação do que a proibição, porque a proibição – sempre, gente – vai trazer os mercados de uma forma desordenada, e a gente vai perder esse controle que nós temos.

Para finalizar, então, quais são os pontos principais aqui?

Último eslaide. Mais um eslaidezinho.

Nós temos, então, que abandonar a agenda de proibições.

Temos que pensar numa viabilidade econômica da cadeia orgânica do Brasil. Como que a gente vai transformar os alimentos orgânicos mais baratos e com maior escala para conseguir chegar a todo brasileiro? Nós temos 40 mil famílias cadastradas lá no... Como foi bem-dito agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

há pouco pelo Ministério da Educação, será que elas dariam conta de atender todas as escolas? Nós tivemos um fenômeno parecido no Sri Lanka, em 2012, em que tentaram fazer isso e não tinha quantidade de agricultura familiar suficiente, e entrou meio que em colapso a política. A agenda de proibição também é muito ruim. A própria Dinamarca tentou fazer isso com gorduras e também não deu certo, lá em 2001.

Mas o verdadeiro grande vilão – se a gente quiser realmente acabar com um vilão aqui – é a inflação. A inflação é que faz o poder de compra dos mais pobres não conseguir comprar as coisas.

Está bom, vai ser o último "60 segundos", prometo. (*Risos.*)

Em 1994, a propaganda – quem lembra aqui da propaganda do Governo? – era "R$1 você compra 1kg de frango ou dez pães". Se hoje R$1 comprasse 1kg de frango, ele compraria também quanto de frutas? Quanto que ele compraria?

Então, se a gente não tem poder de compra, principalmente para os mais pobres, eles vão sempre comprar os produtos mais baratos e sempre você vai ter esse problema de não dar a liberdade. Quando a gente fala aqui em nome do Instituto Livre Mercado, é porque nós queremos que exista liberdade de a pessoa escolher o produto saudável e o produto que não é saudável. Hoje nem existe essa possibilidade, porque o saudável é muito caro; as pessoas vão sempre correr para o outro lado.

Então, eu queria um dia que, quando a gente realmente tiver o alimento saudável no mesmo preço do alimento que não é saudável – vamos dizer assim –, aí, sim, de repente a gente pode pensar em outros mecanismos para incentivar mais ainda o consumo do saudável. Hoje, essa discussão, infelizmente, é inviável economicamente, mas a gente tem tempo de fazer esses ajustes, porque estamos aqui discutindo, ainda teremos mais audiências e muita coisa pode ser ajustada para que o sucesso seja garantido para a implementação dessa importante política pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Dr. Adriano Paranaiba. Quero fazer só uma consideração, Dr. Adriano. Foi interessante ouvir essa questão do impacto financeiro, mas nós temos que levar em consideração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o seguinte: mais caras são as doenças que esses alimentos produzem. Isso é caro, isso é muito caro. Nós estamos lidando com vidas.

Sobre essa questão dos produtos orgânicos e da agricultura familiar, já que a gente está... Esta audiência pública é especificamente para as escolas. Teremos outros debates mais amplos sobre o mesmo tema, porque eu tenho um projeto de lei também sobre ultraprocessados, mas aí é outro tema – o tema é ultraprocessado, mas com outra vertente. Então, vai ter também audiências públicas, e aí a gente pode migrar de uma forma mais ampla, mas aqui a gente está falando de cantinas e de alimentação saudável para crianças e adolescentes.

As nossas crianças e os nossos adolescentes, como a Dra. Renata colocou no Pnae, já têm na escola alimentação saudável. Não precisam comprá-la. Eles já têm isso, principalmente as crianças, não principalmente, inclusive as crianças que têm duplo horário, que têm o segundo turno.

E aí essas famílias que não têm condições de comprar, como você colocou, Dr. Adriano, uma alimentação saudável, que é bem mais cara, já têm isso garantido. Elas já tem isso garantido.

Isso é um ponto.

O segundo ponto é que as cantinas das escolas particulares já estão voltadas a fazerem isso também. Temos algumas cantinas de algumas escolas particulares que já estão aderindo à alimentação saudável, inclusive com nutricionista nas escolas.

Foi feito um levantamento aqui no nosso país e as cantinas que estão se dedicando a oferecerem alimentação saudável para as crianças e adolescentes estão tendo mais lucratividade do que tinham antes, quando vendiam vários alimentos, dentre eles os ultraprocessados, que não são, nem de longe, saudáveis e têm calorias vazias e baixo índice de nutrição.

Então, essa é a consideração que eu queria colocar.

Você comentou de algumas pessoas que ficam vendendo lanche fora da escola, Dr. Adriano. Se a gente tem isso dentro da escola, imagine isso fora! Se a gente começa a combater de dentro para fora, isso vai servir de exemplo para que essas pessoas que vendem também do lado de fora comecem a vender alimentação saudável, porque isso é um círculo virtuoso de verdade.

E aqui eu vou colocar outra questão. Na terça-feira, teve uma colega – não lembro o nome agora, porque foram vários oradores – que mostrou um trabalho em que as crianças que comem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

saudavelmente nas escolas levam isso para dentro de casa. Acaba que isso impacta positivamente os familiares, os seus pais, os seus avós, enfim, toda a família.

Então, a gente tem que pensar dessa forma. A gente não tem que pensar: "Ah, se é cara a alimentação saudável, um pouco mais cara do que os ultraprocessados, então, vamos deixar a coisa acontecer e ver o que vai dar no futuro". Não é assim. O pensamento não é esse.

Achei interessante, Dr. Adriano, quando você colocou – tirei até foto no celular – para diminuir imposto... Vou até colocar exatamente como está o seu eslaide. Achei-o superinteressante.

Reduzir os impostos e reduzir os encargos para a viabilidade econômica da cadeia orgânica do Brasil. Achei isso bem interessante. Achei tão interessante que já vou sentar com a minha assessoria legislativa para criar um projeto de lei em relação a isso.

Dessa forma, você contribuiu muito com esse debate. Isso é uma saída. Isso é uma saída realmente promissora, porque, mais uma vez, repito, só para consolidar minhas considerações aqui: caro é termos crianças doentes, adolescentes doentes, adultos doentes e idosos doentes. Isso é caro.

Por isso que aqui estamos para reverter essa cadeia e para que nossas crianças e adolescentes comam saudavelmente para serem futuros adultos saudáveis e idosos também, uma vez que o nosso país está caminhando para termos uma longevidade maior. E que bom que isso está acontecendo!

Então, era isso que eu queria comentar e agora concedo a palavra à Sra. Ana Maria Ponton Alexandre Taricano, que é Engenheira de Alimentos e membro fundadora da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para a Redução de Danos.

A senhora tem cinco minutos, Sra. Ana.

A SRA. ANA MARIA PONTON ALEXANDRE TARICANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Obrigada, Senadora Dra. Eudócia.

Gostaria de agradecer ao convite para que a SBRed participe, podendo contribuir com esta audiência pública tão relevante e que trabalha nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O parecer da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia é para haver redução de danos. Ela é formada por um grupo de médicos e profissionais de diversas áreas da saúde. São pesquisadores interessados em identificar e disseminar recursos e caminhos, embasados sempre em dados científicos, que contribuam para a redução de danos à saúde humana, por diversos tipos de substâncias, sejam elas alimentos e/ou alimentos ultraprocessados.

Eu estou aqui representando a SBRed e gostaríamos, então, de poder colocar a nossa contribuição, porque o PL nº 4.501 é parte de uma preocupação legítima e relevante: a necessidade de proteger crianças e adolescentes em ambiente escolar, diante do avanço do consumo de alimentos ultraprocessados, frituras e produtos de baixa qualidade alimentar, ou seja, de calorias vazias, como assim o projeto de lei estabelece; ele reconhece que a escola não é apenas um espaço de ensino formal, mas também um ambiente de formação de hábitos e, por isso, propõe proibir a comercialização de ultraprocessados nas cantinas escolares, restringir frituras e gorduras trans, vedar a publicidade e a promoção desses produtos no ambiente escolar e exigir oferta diária de opções mais saudáveis, como sendo o objetivo desse projeto.

Do ponto de vista da saúde pública, a motivação do projeto é compreensível. O debate sobre obesidade infantil, o consumo excessivo de produtos industriais de alto teor de açúcar, sódio e gordura e a formação precoce de padrões alimentares de risco não pode mais ser tratado como assunto secundário ou até mesmo estético.

A escola, de fato, é um ambiente estratégico de proteção e, nesse ponto, é importante reconhecer que o projeto acerta ao afirmar que o ambiente alimentar escolar importa e que a política pública pode, sim, contribuir para reduzir danos evitáveis à saúde, mas reconhecer a legitimidade da proteção não significa abrir mão de uma análise rigorosa sobre a forma de implementação.

O mundo começa a tratar os ultraprocessados como uma questão de saúde pública estrutural. Isso a gente pode ver em diversos países que estão atuando nesse mesmo sentido deste projeto de lei: consciência, políticas públicas, proteção infantil, responsabilidade da indústria e regulação estatal, e aí, a gente vê que o Brasil avança.

E, pelas apresentações que já foram feitas pelos representantes da Anvisa, do Ministério da Saúde e da Educação, a gente vê quantos dados e o quanto avança o Brasil nesse sentido: a rotulagem frontal da Anvisa, as limitações do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é o Pnae, as discussões legislativas, como essa sobre cantinas escolares, e sempre com foco na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proteção da infância, no ambiente alimentar, na regulação da publicidade e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, a hipertensão e as doenças do coração.

Um segundo ponto técnico muito importante é o próprio conceito de ultraprocessado. O debate sobre o tema é relevante e consolidado em saúde pública, mas a aplicação regulatória precisa de maior precisão. Nem sempre o nome do alimento, por si só, basta para enquadrá-lo corretamente. A nossa regulamentação atual, que é a RDC 429 e a IN 75, de 2020 – vêm com advertência para alto em açúcares, alto em sódio, alto em gorduras trans e proibição de gorduras trans – é uma regulamentação que nós temos já no momento.

A SBred acredita que a redução e a substituição são boas alternativas para a redução de danos, que é o nosso foco sempre primordial. A proibição de preparações à base de fritura e de alimentos feitos com gordura hidrogenada ou trans, dentro do ambiente escolar, apresenta viabilidade devido à possibilidade de substituição por alimentos *in natura*, como frutas, e por preparações assadas, em cantinas que possuam outros meios de cocção ou aquisição.

A proibição de alimentos e bebidas ultraprocessados, de forma não gradual, pode inviabilizar a oferta de alimentos estocáveis e que não necessitem de manipulação e preparo, principalmente em cantinas que, no momento, não possuam condições de preparar alimentos e há a comercialização somente de alimentos industrializados e embalados, atendendo, inclusive, portadores de necessidades alimentares especiais.

Lembramos que esse projeto de lei fala também dessas necessidades, e essas crianças existem: elas são intolerantes à lactose, elas possuem alergia à proteína do leite, são celíacas, então, elas precisam ser vistas também. Vai ser muito difícil atender a essas necessidades somente com alimentos *in natura*. Muito provavelmente, vai precisar ter a disponibilidade desses alimentos estocáveis, como, por exemplo, alimentos sem lactose ou uma preparação que não seja somente à base de trigo para um celíaco.

A redução gradual de ultraprocessados pode ser iniciada com a oferta de alimentos industrializados e embalados, com exceção de alimentos com alto teor de açúcar livre, sódio, gordura saturada e presença de gordura trans, o que tanto nós já vimos aí na apresentação de representantes do Ministério, que causam mal à saúde, sim. Eles realmente fazem parte desse aumento das doenças crônicas não transmissíveis, já identificados pela advertência – a lupa na rotulagem frontal das embalagens –, de acordo com a regulamentação já existente da Anvisa. Ou seja, não é preciso caírem por terra todas as regulamentações, uma vez que os alimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ultraprocessados utilizam aditivos, corantes, aromatizantes, coadjuvantes de produção; todos eles são permitidos pela Anvisa, dentro dos seus limites de uso.

Então, a redução gradual, utilizando alimentos que sejam embalados, industrializados, estocáveis, é uma disponibilidade viável, mas não poderíamos, vamos dizer, abrir mão dessa legitimidade e não ofertar – deixar de ofertar, mais precisamente – alimentos que sejam altos nesses teores, que já estão sendo identificados na rotulagem pela legislação atual da Anvisa.

Essa solução é mais inteligente – assim a gente entende –, porque protege sem destruir a funcionalidade da cantina. Uma escola não pode ser obrigada a trocar o ultraprocessado por um vazio alimentar. Nós precisamos ter opções para essas crianças. Não basta dizer o que sai; é preciso dizer, com clareza, o que entra no lugar.

E eu gostaria de agradecer. Eu sou sócia-fundadora da sociedade brasileira, da SBred; sou engenheira de alimentos de formação, com uma carreira de mais de 30 anos na indústria de alimentos. Então, muito obrigada. Estou aqui representando o nosso Presidente nesse assunto de tanto interesse e tão discutido pelo mundo todo nesse mesmo momento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Sra. Ana Maria. As suas considerações nos ajudam a raciocinar sobre esse tema.

Só queria fazer uma consideração: é muito difícil encontrarmos – não estou dizendo que não existem, mas é bem difícil – produtos que têm um largo tempo de validade e que podem ser ensacados, enfim, por um bom tempo, para que também a cantina não compre esse produto e, logo depois, não possa utilizá-lo pelo tempo de validade, então, com certeza, iriam comprá-los com tempo de validade longo.

E é difícil encontrar esses produtos que não tenham ultraprocessados neles. Então, é por isso que nós colocamos bem claro para que sejam alimentos saudáveis, senão a gente vai estar aqui andando em círculo, sem chegar ao nosso objetivo, que é a alimentação totalmente saudável.

E você aqui colocou as necessidades das nossas crianças e adolescentes, de ter situações de necessidades alimentares especiais, isso é uma realidade: pacientes com intolerância à lactose, como você colocou; alergia à proteína do leite de vaca; também crianças que têm doença celíaca; mas aí a cantina tem que se adequar para poder produzir esses alimentos. Isso, no início, vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

algum grau de dificuldade? Sim, porque toda mudança requer um pouco de tempo, mas as cantinas têm essa condição de poderem se adaptar. Depois elas vão se adaptar de uma forma que, se fizerem o inverso, elas vão ter dificuldade.

Então, isso depende de todo mundo se conscientizar, de ter esse grau de conscientização e a gente poder avançar nesse tema de alimentação saudável para que a gente evite que nossas crianças tenham essas doenças que você também colocou nos eslaides: obesidade, cardiopatia e outros tipos de doenças cardiovasculares, inclusive até câncer, porque o meu próximo projeto de lei, que a gente irá discutir, do qual eu sou a autora, é sobre a correlação de alimentos ultraprocessados com doenças oncológicas, e uma delas é o aumento do câncer colorretal nos nossos jovens, pelo consumo excessivo – excessivo – de alimentos ultraprocessados, mas aí é para outra ocasião, não é sobre esta audiência pública.

Coloco que... Estou até adiantando que, nesse projeto de lei, a gente vai discutir – obviamente, terá discussões também, como estamos tendo agora – para a gente poder ver, avançar nessa questão do rótulo sobre os ultraprocessados.

Agora, com a palavra, a Sra. Márcia Terra, que é Nutricionista e Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação.

Sra. Márcia, a senhora tem cinco minutos para sua explanação.

A SRA. MÁRCIA TERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora, obrigada pela oportunidade de estar aqui e ajudar no aprimoramento desse PL. Eu sou nutricionista especialista em assuntos regulatórios e científicos e também sou da Anad, que é a Associação Nacional de Atenção ao Diabetes, e trabalhamos muito com os adoçantes.

Para cumprir o tempo, vou falar apenas de alguns pontos preocupantes desse PL, e eu já falo sobre a definição dele de alimento ultraprocessado. Aqui nós estamos falando de uma definição legal, e essa definição não é a mesma da classificação nova, ela difere.

Quando as pessoas... Eu estou vendo aqui, estou prestando atenção em todo o debate. Quando as pessoas falam em alimentos ultraprocessados, elas imediatamente pensam em salgadinho de pacote, confeito, refrigerante, suco de caixinha, elas relacionam os tais ultraprocessados com alimentos altos em calorias, em açúcar, em sódio, em gordura, mas, pelas definições existentes, uma infinidade de alimentos nutritivos e essenciais é considerada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ultraprocessado, e não apenas fórmulas infantis ou dietas enterais, como a senhora citou, porque basta um aditivo para ser considerado um alimento ultraprocessado.

Uma crítica comum aos aditivos, que estão presentes nos ultraprocessados, que são o marcador do ultraprocessado, é que eles não têm valor nutricional, mas, por definição, eles não podem ter. A presença de aditivos no alimento não torna esse alimento menos seguro, mas, sim, mais seguro, e as pesquisas mostram que todos os aditivos estão em muito mais baixo valor de segurança do que eles estão consumindo. As pesquisas mostram que o consumo de todos os aditivos está muito abaixo dos valores de segurança de cada um.

Segundo a Anvisa, aditivo alimentar é qualquer ingrediente adicionado intencionalmente aos alimentos sem o propósito de nutrir, com o objetivo de modificar características físicas, químicas, biológicas ou sensoriais durante a fabricação, processamento, embalagem, armazenamento ou transporte. Todos os aditivos usados no Brasil são aprovados como seguros para toda a população, desde crianças até a idade avançada.

Temos de falar, sim, em alimentos pobres em nutrientes importantes e ricos em nutrientes críticos, como açúcar, sódio e gordura saturada; e por isso os alimentos devem ser avaliados pelo seu perfil nutricional, e não pelo nível de processamento.

A Senadora associou os alimentos ultraprocessados à obesidade, e as pesquisas oficiais do Governo brasileiro mostram que o consumo de ultraprocessados no Brasil não chega a 20% da dieta total, mas a obesidade vem crescendo ano a ano. Inclusive, o consumo de refrigerante vem caindo também há mais de 15 anos, e isso não mudou nada. Por quê? Porque a obesidade é uma doença multifatorial. O comportamento humano mudou completamente hoje na vida moderna. A inatividade atinge desde crianças da mais tenra idade até idosos, e isso é extremamente preocupante; e nós sabemos que esse comportamento se deve ao uso de telas de todos os tipos: celular, *tablet*, computador... Além disso, nós temos de falar de outros problemas, como a ausência de espaços públicos para a prática de atividade física, a falta de quadras poliesportivas nas escolas, a violência urbana e muitos outros fatores que impactam a qualidade de vida e o sedentarismo.

E eu digo aqui firmemente: não existe alimento bom ou ruim, existe uma alimentação que pode ser saudável ou não. Não existe alimento saudável, existe alimento mais nutritivo e alimento menos nutritivo. Não existe alimento de verdade nem alimento de mentira, alimento é alimento. Alimento nenhum causa doença. Nenhum alimento em si causa doença, apenas se ele estiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estragado. Alimento também não vicia e não pode ser comparado, em absoluto, com tabaco, que é uma droga e não tem limite mínimo de consumo. Mesmo os nutrientes sobre os quais devemos ter atenção no seu consumo, como sódio, açúcar e gordura, sem eles, nós morreríamos, porque o problema é o excesso deles.

Eu registro aqui que todos os estudos que foram citados aí, inclusive os do *Lancet*, são todos observacionais e com muitos vieses e fatores de confusão. Eles têm baixa – e muita baixa – evidência, todos eles, inclusive um RCT que foi feito com esses alimentos.

Uma observação é que o PL fala sobre petróleo e carvão na definição, só para dizer que esses substratos são usados, por exemplo, no paracetamol, na vitamina B6. Então, o que vale não é a origem daquilo, mas a quantidade e a extração do que aquilo é feito.

Outra coisa: no art. 5º, o artigo obriga a cantina a atender as necessidades alimentares especiais de crianças, como a senhora falou. Só que todos os alimentos seriam considerados ultraprocessados pela própria definição do PL. Então, como é que ficam as crianças com diabetes e celíacas? A senhora disse: "Não, a cantina vai fazer produto para celíaco". Não pode, porque existe contaminação cruzada. Nenhuma cantina pode fazer isso, é proibido. Então, eu não sei como que a cantina vai proteger essas crianças.

E eu também gostaria de saber qual é a definição de lanche saudável, citada no PL.

Para encerrar, eu digo que a ciência, felizmente, não dá marcha ré. Nós precisamos pensar, sim, em inovação, em tecnologia de alimentos. Eu sou contra a contaminação e intoxicação alimentar, sou contra a fome e sou a favor da sustentabilidade. Nós temos que lembrar que nós somos um país continental e não vamos alimentar mais de 200 milhões de pessoas sem alimentos embalados, somos um país que ainda não tem água nem esgoto para todo mundo. Precisamos de segurança de alimentos, e não precisamos de mais casos de botulismo, como o que aconteceu aí mesmo, em Brasília. Eu sou a favor de alimentos mais baratos, mais nutritivos, mais saborosos, mais práticos e mais convenientes para todos.

Eu sei que meu tempo já acabou, só mais uma observação: eu tenho um lugar de fala, como nutricionista especialista em assuntos regulatórios e científicos, como mãe e como paciente em remissão de câncer. Durante o meu tratamento, eu ficava quatro horas na quimioterapia e eu recebia um lanche; esse lanche era composto por uma bisnaguinha com presunto e queijo, um suco de caixinha e um bombom ou uma barra de cereais – todos eles alimentos industrializados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

considerados ultraprocessados. Mas era do que eu precisava, porque eu precisava de alimentos seguros, sem risco de contaminação; eu não podia tomar um suco natural e nem fazer um lanche natural que alguém tivesse manipulado, não. Então, é por isso que eu me preocupo com esse PL e, principalmente, com essa definição de lanche saudável.

Eu agradeço a oportunidade. Como a própria Senadora disse, numa democracia, nós temos que ouvir quem discorda de nós.

Obrigada, Senadora, e parabéns pelo trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Dra. Márcia Terra.

E aqui eu quero colocar algumas pessoas que, pelo e-Cidadania... Por meio do e-Cidadania, nós recebemos algumas manifestações de cidadãos que eu gostaria de compartilhar: a Priscila, do Distrito Federal; o Éder, de Minas Gerais; o Luiz, do Amazonas; a Bruna, do Mato Grosso do Sul; a Simone, do Paraná; o Rodrigo, do Espírito Santo; a Vera, de São Paulo; o Fábio, de São Paulo; a Juliana, de Santa Catarina; e o Wilson, do Rio de Janeiro. Eu quero agradecer a participação de vocês através do e-Cidadania.

Os oradores irão responder às perguntas que vocês fizeram e nós iremos devolver para vocês as respostas, através dos *e-mails* de vocês. Então, os nossos oradores irão responder e vocês terão nos seus *e-mails,* respectivamente, a resposta de cada um de vocês. Muito grata pela participação.

Aqui eu quero colocar que, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Cid Gomes, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Humberto Costa, Beto Faro, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jorge Seif e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 34, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento do Senado Federal, a realização de auditoria, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de fiscalizar o Banco do Brasil sobre a aplicação do Plano Safra, dos Recursos dos Fundos Constitucionais e de Crédito Rural com isenção fiscal, coma adoção de critérios externos ligados a entidades privadas não participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei n° 4.829/1965." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 35, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Fernando Marcondes de Araújo Leão, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes à operação da Polícia Federal, deflagrada em 10 de dezembro de 2024, sobre o desvio de emendas parlamentares destinadas ao DNOCS." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 36, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministério de Minas e Energia informações sobre a regularidade de funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 37, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, informações sobre irregularidades indicadas no funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir informações sobre supostas irregularidades relacionadas ao funcionamento do Programa Renavabio." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 39, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os concursos públicos realizados no âmbito da administração pública federal e que ainda não tiveram as devidas nomeações dos futuros servidores públicos aprovados nos certames." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6256, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nºs 1 a 4-CCDD. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas de nºs 1 a 4-CCDD/CTFC. **Observação:** - Foi aprovada urgência da matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2914, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2338, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do PL 2914/2022, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao PL 2914/2022, na forma da emenda nº 1-CTFC, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3953, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda n° 1–CAE (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o substitutivo por unanimidade. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 997, de 2023 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa.

Os requerimentos eu vou votar depois.

Qual é o item do... (*Pausa.*)

Item 7?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É o 8? (*Pausa.*)

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2914, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2338, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do PL 2914/2022, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2338/2021

Observações:

- Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CCJ.

Autoria: Deputado Federal Carlos Zarattini.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à CTFC, nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se quanto ao mérito de proposições que tratem, entre outros temas, de prevenção à corrupção, acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta e prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos.

O Projeto de Lei 2.914, de 2022, e o 2.338, 2021, visam regulamentar a atividade de representação de interesse, popularmente conhecido como *lobby*. Trata-se de um tema complexo, porém de grande relevância, sobretudo diante de crenças amplamente compartilhadas pela opinião pública sobre as fortes relações entre *lobby*, tráfico de influência e corrupção.

Há um movimento global de regulamentação da matéria, mesmo em países que, por sua tradição, aproximam-se mais do corporativismo do que do pluralismo no campo dos grupos de pressão. É o que se colhe das lições de Arend – *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*, 2003, p. 197 – e de Ricardo José Pereira Rodrigues. De acordo com esse último autor, "mesmo nos países de tradição corporativista, a pressão da opinião pública tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levado as autoridades governamentais a contemplar a possibilidade de regulamentar a atividade de *lobby*. Tal pressão tende a se elevar na medida em que aparecem na imprensa relatos de escândalos envolvendo políticos e lobistas", em "A regulamentação do lobby em países selecionados da Europa", 2011, p. 16.

Ressaltamos que a transparência é um dos pilares da regulamentação da representação de interesses, tendo em vista que o atendimento a um interesse privado do lobista nem sempre atenderá ao interesse público. De fato, o interesse público somente será alcançado caso o respectivo agente público se atenha à dimensão pública dos interesses individuais defendidos.

Conforme lição de Bandeira de Mello, em *Curso de Direito Administrativo*, pp. 59 a 61:

> Ao se pensar em interesse público, pensa-se, habitualmente, em uma categoria contraposta à de interesse privado, individual, isto é, ao interesse pessoal de cada um. Acerta-se em dizer que se constitui no interesse do todo, ou seja, do próprio conjunto social, assim como acerta-se também em sublinhar que não se confunde com a somatória dos interesses individuais, peculiaridades de cada qual. [...]
>
> É que, na verdade, o interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se abrigando também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais.
>
> 35. Veja-se: um indivíduo pode ter, e provavelmente terá, pessoal – e máximo – interesse em não ser desapropriado, mas não pode, individualmente, ter interesse em que não haja o instituto da desapropriação, conquanto este, eventualmente, venha a ser utilizado em seu desfavor.

A transparência da interação entre os representantes de interesse e os agentes públicos, assim, é fundamental para mitigar possíveis conflitos de interesse e assegurar a satisfação do interesse público.

No mérito, os projetos de lei em análise são positivos e contribuem decisivamente para elevar a transparência e a legitimidade da prática do *lobby*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 2.338, de 2021, apesar de não tratar de diversos aspectos da representação de interesses contemplados no PL 2.914, de 2022, dispõe sobre alguns dos seus temas de forma mais adequada. Além disso, trata de matérias não previstas naquela proposição. Esse fato, associado às alterações que julgamos necessárias ao aperfeiçoamento da matéria, faz com se imponha a aprovação de substitutivo ao PL 2.914, de 2022, que aglutinará todas as alterações, e, em consequência, que o PL 2.338, de 2021, seja considerado prejudicado.

Em primeiro lugar, cumpre explicitar no art. 1º da proposição o seu âmbito de abrangência, nos termos do art. 3º, I, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O dispositivo inaugural do PL 2.914, de 2022, determina a incidência da lei em que venha a se converter apenas à União, enquanto o art. 1º do PL 2.338, de 2021, é mais abrangente e disciplina a atividade de representação de interesse perante as esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Tendo em vista que a competência para regulamentar profissões ou atividades é privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I e XVI), consideramos desejável que a proposição regulamente o *lobby* em todos os níveis da Federação. Ainda que essa atividade envolva a prestação de serviços perante órgãos da administração pública local, o Supremo Tribunal Federal (Pleno, ADI nº 5.412, Relatora Ministra Rosa Weber, DJe de 27/05/2021) firmou entendimento de que, em tema de regulamentação das profissões, cabe aos demais entes federativos dispor apenas sobre questões específicas relacionadas aos interesses locais e somente quando houver delegação legislativa da União operada por meio de lei complementar (Constituição Federal, art. 22, parágrafo único).

No que concerne ao tratamento conferido às informações privadas recebidas pelos agentes públicos, concordamos com a regra geral prevista no PL 2.914, de 2022, no sentido de que o sigilo deve ser a exceção, não a regra. De fato, nos termos dos §§1º e 2º do art. 14 da proposição, somente serão sigilosas as informações que envolvam (i) dados mercadológicos ou comerciais cuja publicidade possa comprometer a atração direta de investimentos, o desenvolvimento econômico, a atividade industrial, a liberdade de empreender, a inovação, a geração de empregos e o ambiente concorrencial e (ii) estratégia ou dado sensível para representado cujo interesse seja causa social ou finalidade específica de organização sem fins lucrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos necessário, contudo, fazer um pequeno ajuste, de forma que a divulgação dessas informações, em vez de exigir prévia e expressa anuência do responsável pelo seu fornecimento, demande requerimento devidamente fundamentado do próprio representante de interesse.

Essa solução é mais consentânea com o princípio da publicidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, de forma que se presuma a publicidade das informações compartilhadas com os agentes públicos, somente afastada em caso de solicitação expressa e fundamentada do representante de interesse.

Outro tema que demanda aperfeiçoamento diz respeito à regulamentação do oferecimento de brindes e de hospitalidades legítimas pelos representantes de interesse.

O PL 2.914, de 2022, caracteriza brinde como o item de baixo valor econômico distribuído de forma generalizada a título de cortesia, propaganda ou divulgação habitual (§1º). A ausência de um limite de valor definido, bem como o não estabelecimento de uma periodicidade mínima de distribuição, nos parece temerário e pode ensejar o surgimento de conflitos de interesse.

Hospitalidade legítima, por sua vez, é definida como (i) a oferta de serviço ou (ii) o pagamento de despesas com transporte, alimentação, hospedagem, cursos, seminários, congressos, eventos e feiras, no todo ou em parte, por agente privado para agente público. Novamente, consideramos a regulamentação excessivamente complacente com a oferta dessas benesses e potencialmente geradora de significativos conflitos de interesse. Não há, por exemplo, definição dos serviços que podem ser ofertados ou limitação de seu valor. A despesa com transporte, alimentação e hospedagem, por sua vez, pode ser de elevado vulto, o que certamente teria o potencial de influenciar o comportamento do agente público. Não há, ainda, qualquer limitação quanto à periodicidade da oferta da “hospitalidade legítima”, de forma que um mesmo agente público pode receber sucessivas benesses em curto período.

Com o objetivo de mitigar a possibilidade de brindes e hospitalidades ensejarem conflitos de interesse, acolhemos a Emenda nº 9-CTFC, do Senador Sergio Moro, com alguns pequenos ajustes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, foi estabelecido o limite de um salário mínimo para brindes, bem como a periodicidade de distribuição a um mesmo agente público, que não pode ser inferior a seis meses.

Acolhemos, ainda, a alteração da definição de hospitalidade legítima, que limita os serviços a serem oferecidos ao transporte e hospedagem para participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos congêneres, limitada a sua oferta a uma mesmo agente público a uma vez por ano.

Consideramos, contudo, que o limite de valor previsto na emenda (R$1 mil) inviabiliza o instituto. Tendo em vista que a remuneração dos agentes públicos é bastante variável – e que o potencial de gerar conflitos de interesse é proporcional a seu patamar remuneratório –, propomos um limite de valor proporcional à remuneração do respectivo agente público, correspondente a 20% de sua remuneração mensal. Assim, um agente público com remuneração mensal de R$20 mil somente poderia aceitar hospitalidades legítimas até o valor de R$4 mil, limitada sua oferta a uma vez por ano.

Outro aspecto do PL nº 2.914, de 2022, que requer aperfeiçoamento diz respeito ao regime sancionatório dos representantes de interesse e dos agentes públicos.

Relativamente aos primeiros, consideramos que a reduzida severidade das sanções previstas na proposição enseja sua provável ineficácia. De fato, caso o representante de interesse não tenha recebido nenhuma outra sanção prevista na proposição ou na Lei nº 12.527, de 2011, a punição cabível será apenas a advertência – independentemente da gravidade de sua conduta. A suspensão, por sua vez, será aplicada apenas aos representantes profissionais de interesse que já tenham recebido advertência. Neste caso, a suspensão será de 30 a 90 dias. Em caso de reincidência, nova suspensão poderá se estender por 12 a 24 meses. A multa, por fim, é limitada a valor variável entre um e dez salários mínimos, caso seja aplicada a pessoas naturais, cumulativamente com advertência ou suspensão, caso haja circunstâncias agravantes, nos termos estabelecidos em regulamento do órgão ou da entidade.

Trata-se, a nosso ver, de valor bastante reduzido, condicionado ainda à existência de regulamentação por cada órgão ou entidade. O reduzido valor da multa seguramente não coibirá a prática das condutas vedadas pela proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O regime de responsabilização dos representantes, dessa forma, deve ser reformulado, de forma a prever sanções que efetivamente coíbam os comportamentos indesejados.

Acolhemos, assim, a Emenda nº 8-CTFC, que reformula o regime de responsabilização dos representantes de interesse. A emenda limita a aplicação de advertência a condutas de menor gravidade, amplia o prazo de suspensão para um a cinco anos e majora o valor da multa para dez a cem salários mínimos, no caso de pessoas físicas.

Com relação ao regime sancionatório dos agentes públicos, existe uma série de obstáculos à regulamentação prevista nos arts. 17 e 18 do PL nº 2.914, de 2022.

Em primeiro lugar, trata-se do regime jurídico de servidores públicos federais, matéria cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo, por força do art. 61, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal.

Em segundo lugar, os agentes públicos estão sujeitos a regimes de responsabilização diversos e específicos, o que torna absolutamente inadequada a previsão de um regime unificado.

Os Deputados Federais e Senadores da República, por exemplo, sujeitam-se ao regime sancionatório instituído nos arts. 53 a 56 da Constituição Federal, além de normas específicas de suas Casas Legislativas, a exemplo do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (objeto da Resolução da Câmara dos Deputados nº 25, de 10 de outubro de 2001) e do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (objeto da Resolução do Senado Federal nº 20, de 17 de março de 1993).

Os magistrados, por sua vez, sujeitam-se às penas disciplinares previstas no art. 42 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), enquanto os membros do Ministério Público submetem-se às sanções disciplinares previstas no art. 239 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre o estatuto do Ministério Público da União. Os servidores públicos federais, por fim, sujeitam-se às penalidades disciplinares previstas no art. 127 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Em todos os casos, o regramento legal já coíbe as condutas previstas no art. 17 da proposição, ainda que de forma genérica. Ressaltamos, ainda, o disposto no art. 15 do projeto, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual estipula que os órgãos e as entidades devem estabelecer mecanismos e procedimentos internos de integridade, com adoção de regras efetivas de auditoria, transparência, conflito de interesses e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de normativos de ética e de conduta, o que contribuirá para mitigar o risco de condutas irregulares.

A supressão do regime sancionatório dos agentes públicos previsto no PL, dessa forma, além de não ensejar vácuo legislativo sobre o tema, é medida que se impõe sob o aspecto da constitucionalidade formal da proposição.

Relativamente aos princípios que devem reger a atividade de representação de interesses, incluímos no substitutivo que ora apresentamos os seguintes princípios, previstos no PL nº 2.338, de 2021, porém não contemplados no PL nº 2.914, de 2022: moralidade, prestação de contas, tratamento isonômico aos diferentes grupos e opiniões, acesso às dependências dos órgãos e às autoridades públicas e direito de petição.

No que concerne à definição do representante de interesse, o art. 5º, inciso I, do PL nº 2.338, de 2021, exclui, diferentemente do PL nº 2.914, de 2022, a atividade não remunerada. Consideramos mais adequada, contudo, a inclusão da atividade não remunerada, uma vez que a finalidade da norma é regulamentar a atividade de representação de interesses de forma ampla e que é possível conceber a existência de remuneração dissimulada ou velada ao representante de interesse. A regulamentação da atividade, independentemente de remuneração formal, afasta eventuais questionamentos sobre a eficácia da norma.

Com relação ao prazo de quarentena para ex-agentes públicos, consideramos mais adequado o prazo de 12 meses previsto no PL nº 2.914, de 2022, em detrimento do prazo de apenas seis meses, previsto no PL nº 2.338, de 2021.

Também incorporamos ao substitutivo a relevante regra prevista no art. 7º, *caput*, do PL nº 2.338, de 2021, que trata dos subsídios que podem ser oferecidos pelos representantes de interesse aos tomadores de decisão, a exemplo de análises de impacto legislativo, estudos, notas técnicas, pareceres e sugestões de projetos, emendas e requerimentos.

Relativamente ao prazo para a defesa em processo administrativo, o §1º do art. 23 do PL nº 2.914, de 2022, determina que deverá ser concedido prazo máximo de trinta dias. A nosso ver, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsão legal de um prazo máximo é inadequada, diante da possibilidade de fixação de um prazo excessivamente exíguo no caso concreto. Consideramos necessário, assim, assegurar a observância do prazo de 30 dias.

Também optamos por suprimir o art. 25 do PL nº 2.914, de 2022, que veda o tratamento discriminatório em razão de opinião política, sexo, estado civil, situação familiar, raça, cor ou religião. A nosso ver, não obstante o nobre propósito do dispositivo, a eficácia dos mencionados dispositivos constitucionais – inciso IV do *caput* do art. 3º, nos incisos X e XLI do *caput* e no inciso I do art. 5º e no inciso III do *caput* do art. 19 da Constituição Federal – já decorre da própria Constituição Federal, prescindindo de reforço genérico na legislação infraconstitucional.

Consideramos necessário, ainda, suprimir o art. 32 do PL nº 2.914, de 2022, que altera a tipificação do crime de tráfico de influência, previsto no art. 332 do Código Penal. De acordo com a proposição, o crime de tráfico de influência somente será caracterizado caso a vantagem ou sua promessa seja indevida, a pretexto de influir de forma ilegítima sobre ato praticado por funcionário público. A nosso ver, a alteração é desnecessária, tendo em vista que, se a vantagem for autorizada por legislação específica, não haverá crime.

O tipo penal, assim, deve ser mantido inalterado.

Além dos ajustes mencionados, também promovemos diversos ajustes de técnica legislativa, de forma a adequar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Nesse sentido, aprimoramos a técnica legislativa do Capítulo II do PL nº 2.914, de 2022, intitulado “Das Definições”, que engloba os arts. 4º a 10. Apesar da nomenclatura do capítulo, apenas os três primeiros artigos tratam de definições e de conceitos. A melhor técnica legislativa recomenda a aglutinação desses três artigos em um único dispositivo, além do remanejamento dos demais para capítulo específico.

Suprimimos, ainda, as fundamentações constitucionais de diversos dispositivos do PL nº 2.914, de 2022, a exemplo dos arts. 1º, 2º, 5º, §§2º e 3º, 8º, 9º, inciso VI, e 24. Isso porque, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sabe, por uma questão de juridicidade, a norma existe para impor, não devendo conter em seu dispositivo justificações.

Por fim, passamos a analisar as emendas apresentadas, à exceção daquelas já abordadas anteriormente.

Relativamente às Emendas nº 1 e 3-CTFC, que visam, respectivamente, a regulamentar o cadastro de representantes de interesse e a criar a Agenda Nacional Eletrônica, concordamos com os objetivos de seu autor.

Essas emendas tratam, essencialmente, da transparência ativa de informações relativas à atividade de representação de interesse, tema objeto do art. 13 do PL, que exige apenas a publicação de informações relativas a audiências realizadas por agentes públicos. Consideramos necessário, assim, ampliar o objeto do art. 13 da proposição, de forma a regulamentar os cadastros dos órgãos e entidades públicas, que deverão conter informações relativas (i) à identificação e à qualificação dos representantes de interesse que solicitarem seu cadastramento, (ii) às audiências solicitadas e realizadas e (iii) aos documentos disponibilizados pelos representantes de interesse.

Nesse sentido, previmos que a identificação e a qualificação dos lobistas abrangerão (i) seu nome, endereço, telefone e endereço eletrônico do representante de interesse; (ii) suas áreas de atuação e os objetivos almejados; (iii) os beneficiários mediatos e imediatos de sua atividade; (iv) a identificação de todas as suas fontes de financiamento; e (v) as informações sobre todos os vínculos empregatícios, atuais e pretéritos.

O substitutivo também prevê a publicização de diversas informações relativas às audiências solicitadas e realizadas pelos representantes de interesse, a exemplo do nome do cargo do agente público, do nome do representante de interesse, da identificação de seu cliente e dos documentos compartilhados entre os representantes de interesse e os agentes públicos, ressalvados aqueles cujo sigilo foi fundamentalmente requerido pelo lobista, nos termos já mencionados. Optamos, contudo, por manter cadastro específico para cada órgão ou entidade pública, razão pela qual consideramos parcialmente acolhidas as Emendas nºs 1 e 3-CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acolhemos integralmente a Emenda nº 2-CTFC, que visa a incluir na proposição o princípio do tratamento isonômico e do respeito às divergências de opinião. Trata-se de medida que amplia a legitimidade da atividade de representante de interesse, ao prestigiar a oitiva de opiniões diversas sobre determinada matéria.

A Emenda nº 4-CTFC, que prevê o dever de um órgão ou entidade pública efetivar em transparência ativa e identificação dos representados e o registro dos documentos trocados em representantes de interesse e agentes públicos, já foi contemplada com alguns ajustes no substitutivo que agora apresentamos, razão pela qual consideramos parcialmente acolhida.

No que concerne à Emenda nº 5-CTFC, que visa a explicitar que não se considera legítima a hospitalidade recebida em conflito de interesses ou que ultrapasse os limites da razoabilidade ou da moralidade, optamos por regulamentar a matéria na forma da Emenda nº 9-CTFC, que alcança a mesma finalidade mediante o estabelecimento de critérios objetivos. Assim, ainda que concordemos com o mérito da emenda, ela deve ser considerada formalmente rejeitada.

Relativamente à Emenda nº 6-CTFC, consideramos que não há, na proposição, afronta ao princípio da isonomia, tendo em vista que os advogados que atuem na representação de interesses também se sujeitarão à lei que regulamenta o *lobby*, ressalvados apenas atos praticados na condição de advogado, na forma da legislação processual e do Estatuto da OAB. Deve, portanto, ser rejeitada.

A Emenda nº 7, segundo a qual o Coaf regulará o acompanhamento de operação ou proposta de operação relativa às pessoas politicamente expostas, seus familiares, estreitos colaboradores e/ou pessoas jurídicas a elas relacionadas, visa a conferir *status* legal ao dispositivo do art. 2º, *caput*, da revisão do Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021. Acolhemos a emenda, que afastará eventual controversa sobre a competência do Coaf relativamente a essa matéria.

Com relação à Emenda nº 10-CTFC, que exige o credenciamento prévio dos representantes de interesse e que exerçam suas atividades em caráter profissional, consideramos suficiente, para os fins de transparência, a criação de cadastros por parte dos órgãos e entidades públicas. Ao nosso ver, a exigência de cadastro prévio não possuiria impacto significativo sobre a transparência da interação entre os representantes de interesse e os agentes públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordamos ainda com o mérito da Emenda nº 11-CTFC, que define as informações que devem ser prestadas pelo representante de interesse quando de seu credenciamento, a exemplo de sua identificação, de áreas de atuação, de suas fontes de financiamento e de seus vínculos empregatícios atuais e pretéritos. A matéria foi incorporada com pequenos ajustes ao substitutivo que ora apresentamos.

Relativamente à Emenda nº 12-CTFC, que trata do Cadastro Nacional de Representantes de Interesse, concordamos com suas diretrizes, que já foram incorporadas ao substitutivo. Excepciona-se, apenas, a criação de um cadastro centralizado, o qual, nos termos do substitutivo, é de responsabilidade de cada órgão e entidade do poder público.

Por fim, acolhemos parcialmente a Emenda nº 13, que visa a tornar mais rigoroso o regime sancionatório do PL nº 2.914, de 2022. Conforme já evidenciado, essa questão foi incorporada ao substitutivo na forma da Emenda nº 8-CTFC, cuja redação é bastante semelhante à proposta pela Emenda nº 13.

O voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.914, de 2022, pela aprovação das Emendas nºs 2, 7 e 8-CTFC, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 4, 9, 11, 12 e 13-CTFC, pela rejeição das Emendas nºs 5, 6 e 10, e pela prejudicialidade do PL nº 2.338, de 2021, tudo na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 2.914, DE 2022
Dispõe sobre a representação de interesse perante o poder público.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a representação de interesse perante o poder público.
Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se poder público o conjunto de órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, os tribunais de contas e as defensorias públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º É livre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante o poder público, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O livre exercício de que trata o *caput* independe de denominação profissional, facultadas aos representantes profissionais de interesse a autodenominação e a utilização de termos como “relacionamento institucional”, “relacionamento governamental” e congêneres, desde que não abranjam função que por lei seja privativa de outra categoria profissional.

Art. 3º O exercício da atividade de representação de interesse orienta-se pelos seguintes princípios:

I – transparência;

II – acesso à informação;

III – legalidade;

IV – ética;

V – probidade;

VI – integridade;

VII – boa-fé;

VIII – livre manifestação de pensamento e participação;

IX – acesso e tratamento isonômico dos representantes de interesse aos processos decisórios do Estado, respeitadas as divergências de opinião;

X – liberdade de associação para fins lícitos e de representação coletiva;

XI – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

XII – desenvolvimento do controle e participação social da administração pública;

XIII – autonomia e liberdade de exercício da atividade sindical;

XIV – moralidade;

XV – prestação de contas;

XVI – acesso às dependências do poder público e às autoridades públicas.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – representação de interesse: interação entre pessoa natural ou jurídica e agente público, quando destinada a influenciar processo ou tomada de decisão no âmbito de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) formulação, implementação e avaliação de estratégia de governo, política pública, ato administrativo, decisão regulamentar ou atividades correlatas;
b) licitações e contratos;
c) elaboração, alteração ou revogação de leis e demais atos normativos;
II – representação profissional de interesse: representação de interesse:
a) realizada com habitualidade;
b) que envolva a interação entre agentes públicos e algum deles:
1. represente interesse de qualquer dos Poderes, do Ministério Público, dos tribunais de contas, das defensorias públicas e de entidades da Administração Pública indireta;
2. esteja licenciado para desempenho de mandato classista e represente interesse de confederação, federação, associação de classe, sindicato ou entidade de representação profissional ou, ainda, sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros;
c) realizada em nome de:
1. entidade de classe;
2. instituições nacionais e estaduais da sociedade civil;
3. organização sindical;
4. associação legalmente constituída;
d) por autodeclaração profissional;
III – representante de interesse:
a) pessoa natural que realiza atividade de representação de interesse próprio ou de terceiro, individual, coletivo difuso, privado ou público, com remuneração ou não, com ou sem vínculo trabalhista ou de prestação de serviços com o titular do interesse representado;
b) pessoa jurídica, constituída de fato ou de direito, que realiza atividade de representação de interesse próprio ou de terceiro, individual, coletivo difuso, privado ou público, com remuneração ou não, ainda que objeto social o estatuto, o instrumento de constituição ou documento que explicitam atividades institucionais, não contempla a atividade de interesse de forma expressa e, mesmo que não haja mandato expresso ou contrato de prestação de serviços com o titular do interesse representado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – programa de integridade: conjunto de normas, mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, no âmbito de pessoa jurídica de direito privado, com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e, ainda, fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional;

V – agente público: pessoa natural que exerce mandato, cargo, função ou emprego públicos por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, nos órgãos e entidades do poder público;

VI – audiência: interação presencial ou telepresencial realizada dentro ou fora do local de trabalho, com ou sem agendamento prévio, em território nacional ou estrangeiro em que haja representação de interesse e participação de agente público.

§1º Para os fins do inciso II, alínea "a", do *caput* deste artigo, considera-se habitualidade a prática de qualquer ato de representação de interesses, idênticos ou não, pela mesma pessoa física ou jurídica:

I – com agentes públicos distintos, mais de uma vez, no período de 15 dias; ou

II – com o mesmo agente público, no período de 30 dias.

§2º O exercício da representação profissional de interesse independe de:

I – formação acadêmica específica;

II – associação a órgão ou entidade;

III – onerosidade;

IV – mandato expresso;

V – contrato de trabalho ou de prestação de serviços com o titular do interesse representado;

VI – objeto social, estatuto ou finalidade institucional específicos no ato constitutivo da pessoa jurídica representante de interesse.

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º A representação profissional de interesse não obsta ou concorre com a representação de interesse em caráter não profissional.

Art. 6º As pessoas físicas e jurídicas podem solicitar perante o poder público a participação nas audiências públicas que tratem de tema relacionado ao interesse que representem.

Parágrafo único. A audiência pública deve contemplar, sempre que possível, a participação de convidados com posições favoráveis e contrárias à matéria em discussão.

Art. 7º No exercício de suas atividades, os representantes de interesse podem oferecer subsídios aos tomadores de decisão, na forma de:

I – análises de impacto legislativo, regulamentar ou de decisão administrativa;

II – estudos, notas técnicas, pareceres e similares, com vistas à instrução de processo decisório;

III – sugestões de projetos, emendas, requerimentos e demais documentos no âmbito do processo decisório administrativo; e

IV – sugestões de requerimentos de realização ou de participação em audiência pública.

Art. 8º Para fins desta Lei, não configuram representação de interesse:

I – o atendimento a usuários de serviços públicos e as manifestações e demais atos de participação desses usuários, nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

II – a comercialização de produtos e a prestação de serviços por empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias;

III – a prática de atos no âmbito de processos administrativos, judiciais e legislativos, na forma estabelecida na legislação processual e na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil);

IV – a prática de atos com a finalidade de expressar opinião técnica solicitada por agente público, desde que a pessoa que expressa a opinião não participe de processo de decisão em atuação estatal como representante de interesse;

V – o envio de informações ou documentos em resposta ou em cumprimento de solicitação ou determinação de agente público;

VI – o acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – o exercício do direito de petição ou de obtenção de certidões, nos termos do inciso XXXIV do *caput* do art. 5º da Constituição Federal;

VIII – o comparecimento a sessão pública, a audiência pública, a reunião pública ou a quaisquer eventos abertos ao público em órgãos ou entidades públicos como exercício do direito de acompanhamento de atividades públicas, de participação social e de manifestação política;

IX – o monitoramento dos processos e a coleta de informações e dados para elaboração de análises, pesquisas, estudos, indicadores ou diagnósticos relacionados à atividade administrativa ou legislativa;

X – a realização de entrevistas ou a captação de imagens e sons para fins jornalísticos, informativos e documentais.

Art. 5º É vedada a representação profissional de interesse privado por agente público, inclusive nos 12 (doze) meses subsequentes ao exercício de cargo, emprego ou função pública.

§1º Não configura representação de interesse privado o exercício regular de atividade legislativa por agente político.

§2º É legítima a representação de interesse exercida:

I – nas hipóteses constantes dos itens “1” e “2” da alínea “b” do inciso II do art. 4º desta Lei;

II – por agente político, perante os órgãos e entidades do poder público.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES

Art. 10 São deveres:

I – do representante de interesse:

a) garantir a veracidade, a integridade e a contemporaneidade das informações disponibilizadas ao agente público e a outros partícipes do processo de representação de interesse;

b) informar, previamente à interação com o agente público, ainda que verbalmente, a identificação de todos os participantes da audiência, a identificação dos representados, a descrição do assunto, bem como a natureza da representação, por contrato, delegação, designação ou qualquer outra forma permitida em lei;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) disponibilizar ao agente público, por escrito, as informações previstas no art. 11, §1º, inciso II, desta Lei, em até 4 (quatro) dias úteis após a data da audiência;
d) apresentar-se apenas em nome de quem legitimamente represente;
e) preservar o direito de expressão daqueles de quem divirja;
II – do agente público constante do §2º do art. 11 desta Lei:
a) buscar conhecer a diversidade de opiniões;
b) viabilizar diferentes formas de receber contribuições de representantes de interesse;
c) oferecer condições isonômicas de interação aos representantes de interesse;
d) fornecer ao órgão ou à entidade do poder público de que faz parte, para fins de transparência e acesso público à informação, em até 8 (oito) dias úteis após a data da audiência, as informações prestadas pelo representante de interesse, nos termos do inciso I, alínea "c", deste artigo;
III – do órgão ou da entidade do poder público de que faz parte o agente público constante do §2º do art. 11 desta Lei, efetivar em transparência ativa as informações de que trata a alínea "d" do inciso II do *caput* deste artigo, para fins de acesso público à informação, em até 4 (quatro) dias úteis após o seu fornecimento pelo agente público, e mantê-lo disponível para visualização em formato aberto, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
§1º O agente público deve retificar as informações fornecidas pelo representante de interesse nos termos do inciso I, alínea "c" deste artigo, caso as informações não coincidam com os fatos.
§2º Para os fins do inciso III do *caput* deste artigo, devem ser observados os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, quanto às pessoas naturais, as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
CAPÍTULO V
DA TRANSPARÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE
Art. 11. Os órgãos e entidades do poder público devem promover o credenciamento dos representantes de interesse, mediante solicitação do interessado.
§1º O credenciamento de que trata o *caput* destina-se ao registro e publicidade:
I – da identificação e da qualificação dos representantes de interesse, mediante solicitação do interessado, abrangendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) nome, endereço, telefone e endereço eletrônico do representante de interesse;
b) áreas de atuação do representante de interesse e os objetivos almejados;
c) beneficiários mediatos e imediatos da atividade do representante de interesse;
d) indicação de todas as fontes de financiamento de sua atuação como representante de interesse;
e) informação sobre todos os vínculos empregatícios, atuais e pretéritos;
II – das audiências solicitadas e realizadas pelos representantes de interesse, observado o disposto no §1º deste artigo, abrangendo:
a) a data e a duração da audiência;
b) o nome e o cargo do agente público;
c) o nome do representante de interesse;
d) a identificação do cliente representado pelo representante de interesse na respectiva audiência;
e) os documentos compartilhados entre os representantes de interesse e os agentes públicos;
f) as despesas realizadas pelos representantes de interesse, de forma individualizada, com cada audiência de que participe, inclusive com brindes e hospitalidades legítimas oferecidas.
§2º Devem ser publicadas em transparência ativa, independentemente de credenciamento do representante de interesse, as audiências de que participe:
I – chefe do Poder Executivo;
II – Ministro de Estado, Secretário de Estado e do Distrito Federal e secretário municipal;
III – Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e Oficial-General;
IV – ocupante de Cargo Comissionado Executivo (CCE) dos níveis 15 a 18 ou equivalentes no Poder Executivo federal, e correspondentes nas esferas estadual, distrital e municipal;
V – presidente, vice-presidente e diretor ou ocupantes de cargos equivalentes em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo poder público;
VI – membro do Poder Legislativo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – ocupante de cargo nos órgãos do Poder Legislativo cujas funções tenham natureza executiva;
VIII – membro de tribunal de contas;
IX – ocupante de cargo nos tribunais de contas cujas funções tenham natureza executiva;
X – membro do Poder Judiciário em exercício de função de natureza executiva ou legislativa;
XI – ocupante de cargo no Poder Judiciário cujas funções tenham natureza executiva;
XII – membro do Ministério Público ou de órgão que exerça função essencial à justiça, em exercício de função de natureza executiva;
XIII – ocupante de cargo no Ministério Público ou em órgão que exerça função essencial à justiça, cujas funções tenham natureza executiva.
§3º As autoridades de que trata este artigo são responsáveis pela completude e pelo registro tempestivo das informações das audiências de que participem.
§4º Os dados do credenciamento devem ser obrigatoriamente disponibilizados em formato aberto e devem observar as exigências previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
§5º São dispensadas de divulgação as informações:
I – cujo sigilo seja imprescindível à salvaguarda e à segurança da sociedade e do Estado, incluídas as atividades de segurança e de defesa cibernética;
II – cujo sigilo esteja previsto em leis específicas, notadamente quanto às pessoas naturais previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
Art. 12. O manejo de informação privada recebida pelo agente público por intermédio de representante de interesse deve atender ao interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço ou da função pública exercida.
Parágrafo único. O representante de interesse pode requerer, fundamentadamente, a não divulgação de informação privada que:
I – envolva dados mercadológicos ou comerciais cuja publicidade possa comprometer:
a) a atração direta de investimentos;
b) o desenvolvimento econômico;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) a atividade industrial;
d) a liberdade de empreender;
e) a inovação;
f) a geração de empregos;
g) o ambiente concorrencial;
II – exponha estratégia ou dado sensível para representado cujo interesse seja causa social ou finalidade específica de organização sem fins lucrativos.
Art. 13. Os órgãos e as entidades devem, nos respectivos âmbitos, estabelecer mecanismos e procedimentos internos de integridade, com adoção de regras efetivas de auditoria, transparência, conflito de interesses e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de normativos de ética e de conduta.
Art. 14. É vedada a oferta de bem, serviço ou vantagem indevida por agente privado que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe, exceto em relação a brindes, obras literárias publicadas ou hospitalidade legítima.
§ 1º Brindes são bens ou serviços sem valor econômico ou que sejam distribuídos a título de cortesia, propaganda ou divulgação habitual, desde que não ultrapassem o valor unitário de um salário-mínimo e que sua periodicidade de distribuição a um mesmo agente público não seja inferior a seis meses.
§ 2º Hospitalidades legítimas são serviços de transporte, alimentação e hospedagem para a participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos congêneres, desde que, cumulativamente:
I – o valor pago pelo representante de interesse não ultrapasse 20% (vinte por cento) da remuneração mensal do agente público;
II – a periodicidade de sua oferta a um mesmo agente público não seja inferior a um ano;
III – a participação do agente público esteja diretamente relacionada às atribuições de seu cargo ou função; e
IV – o custeio seja feito por meio de pagamento direto pelo agente privado ao fornecedor do produto ou ao prestador do serviço.
CAPÍTULO VI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DO REGIME DE RESPONSABILIZAÇÃO

Seção I

Das Infrações do Representante de Interesse

Art. 15. Constituem infrações administrativas do representante de interesse que exerça atividade perante agente público:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada:

a) vantagem indevida ou presente que consista em bem ou serviço em razão das atribuições do agente público, ou se houver interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe, salvo em caso de brinde e hospitalidade legítima;

b) brinde ou hospitalidade fora dos limites e das condições estabelecidos nesta Lei ou em regulamento aplicável ao agente público;

II – prestar informações de que trata o inciso I do *caput* do art. 10 desta Lei com:

a) ocultação de situação jurídica incompatível com o exercício da atividade de representação de interesse;

b) declaração em desacordo com a representação de interesse, desde que comprovada a intenção de ocultar o real interesse defendido;

c) ocultação ou dissimulação dos reais clientes ou interesses representados;

III – exercer a atividade profissional quando suspenso ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a representantes suspensos;

IV – acarretar, conscientemente, por ato próprio, prejuízo às atividades de outro representante de interesse;

V – deixar de disponibilizar ou de retificar as informações referentes à representação de interesse realizada perante o agente público;

VI – atuar como intermediário do representado ou de terceiros para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la.

Art. 16. Na esfera administrativa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podem ser aplicadas ao representante de interesse, pessoa natural ou jurídica, pelo cometimento de infração administrativa prevista no art. 15 desta Lei, as seguintes sanções:

I – advertência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – suspensão;

III – multa.

§ 1º Na aplicação das sanções devem ser considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o poder público;

V – a participação do representante de interesse em programa de integridade, conforme estabelecido em normas e em orientações dos órgãos de controle;

VI – a adesão do representante de interesse a códigos de condutas e a práticas recomendadas de autorregulação.

§ 1º A sanção prevista no inciso I do *caput* deste artigo será aplicada exclusivamente em razão da infração administrativa prevista no inciso V do *caput* do art. 15 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 2º A sanção prevista no inciso II do *caput* deste artigo será aplicada em razão das infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV e VI do *caput* do art. 15 desta Lei e impedirá o responsável de exercer a representação de interesse perante qualquer órgão ou entidade de que trata o art. 1º desta Lei pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§ 3º A sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo:

I – quando aplicada a pessoa física, não pode ser inferior a 10 (dez) salários mínimos ou superior a 100 (cem) salários mínimos, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 15 desta Lei;

II – quando aplicada a pessoa jurídica, não pode ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) ou superior a 5% (cinco por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, e será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 15 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo pode ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º A responsabilização administrativa da pessoa natural representante de interesse não exclui a responsabilização da pessoa jurídica representante de interesse à qual esteja vinculada.

§ 6º A responsabilização administrativa da pessoa jurídica representante de interesse não exclui a possibilidade de responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer outro autor, coautor ou partícipe do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

§ 7º A responsabilização administrativa da pessoa jurídica titular do interesse representado não exclui a responsabilização de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer outro autor, coautor ou partícipe do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

Seção II

Da Responsabilização da Pessoa Jurídica Titular do Interesse Representado

Art. 17. O cometimento de infração por representante de interesse não implica a penalização da pessoa jurídica titular do interesse representado, salvo quando houver abuso de direito, excesso de poder ou violação de estatuto ou contrato social ou restar comprovado que:

I – a personalidade jurídica tenha sido utilizada de forma a facilitar ou promover a prática de atos a que se refere o art. 15 desta Lei; ou

II – a pessoa jurídica tenha sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 18. A instauração de processo administrativo para apuração da responsabilidade das pessoas naturais e jurídicas cabe à autoridade máxima dos órgãos e das entidades do poder público, de ofício ou mediante provocação, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa e respeitadas as atribuições constantes dos atos normativos disciplinares de cada órgão ou entidade, no que não contrarie o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência para a instauração do processo administrativo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, compete à Controladoria-Geral da União instaurar processo administrativo de responsabilização de representante de interesse.

§ 3º O processo administrativo para apuração de infrações deve ser conduzido e julgado por comissão permanente designada pela autoridade instauradora composta de, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos, com, no mínimo, 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 19. O processo administrativo tem prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do ato que o instaurar, que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

§ 1º Será concedido prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contado da data de intimação do sujeito passivo.

§ 2º Após a instrução do processo, a comissão apresentará nos autos o relatório sobre os fatos apurados e a eventual responsabilidade do sujeito passivo, com motivação sobre a penalidade, sua duração, termos de efetivação e, se for o caso, o valor da multa.

§ 3º Os valores oriundos do pagamento de multa pelo cometimento de infrações previstas nesta Lei devem ser revertidos em benefício de ações ou projetos de promoção da cidadania, da democracia e da ética, nos termos estabelecidos em regulamento do órgão ou da entidade.

§ 4º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao processo administrativo de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO VIII

DAS PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE

Art. 20. São consideradas pessoas expostas politicamente, para os fins desta Lei:

I – os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II – os ocupantes de cargo no Poder Executivo da União de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) Presidente, Vice-Presidente e Diretor ou equivalentes de entidades da administração pública indireta; e

d) ocupante de Cargo Comissionado Executivo (CCE) dos níveis 15 a 18 ou equivalentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV – os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V – os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI – os Presidentes e os Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII – os Governadores e os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os Presidentes ou equivalentes de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os Presidentes de Tribunais de Justiça, de Tribunais Militares, de Tribunais de Contas ou equivalentes de Estado e do Distrito Federal;

VIII – os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os Presidentes ou equivalentes de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas de Municípios ou equivalentes.

§ 1º Regulamentação específica poderá abranger aqueles que, no exterior, exerçam os seguintes cargos ou funções:

I – chefes de estado ou de governo;

II – detentores de mandatos eletivos;

III – ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV – oficiais-generais e membros de escalões superiores do Poder Judiciário;

V – executivos de escalões superiores de empresas públicas;

VI – dirigentes de partidos políticos;

VII – dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

§ 2º A condição de pessoa exposta politicamente perdura por 5 (cinco) anos contados da data em que a pessoa deixou de figurar em qualquer das posições constantes do *caput* ou do § 1º deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º O Coaf deve regular o acompanhamento de operações ou propostas de operação relativas às pessoas politicamente expostas, seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas a eles relacionadas.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Fica criado o Cadastro Nacional de Representantes de Interesses Suspensos (Cris), no âmbito federal.

§ 1º A disponibilização do acesso público ao Cris deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação desta Lei.

§ 2º Os órgãos e as entidades que integram o poder público, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção de suspensão, devem informar e manter atualizados os dados relativos ao representante de interesse e à penalidade aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Representantes de Interesses Suspensos (Cris), a partir de sua efetiva implementação.

Art. 22. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei.

§ 1º A contagem do prazo previsto no *caput* deste artigo inicia-se na data do ato, salvo em casos de infração permanente ou continuada ou, ainda, se a infração consistir em ocultação ou omissão, caso em que o início do prazo dar-se-á na data em que cessar a ação.

§ 2º A prescrição de que trata este artigo será:

I – interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração;

II – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 23. A remuneração do representante profissional de interesse não configura benefício ou vantagem indevidos para fins de caracterização de infração administrativa ou penal, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A declaração à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do valor recebido em razão da atividade de representação de interesse constitui identificação do declarante como beneficiário da remuneração, bem como a declaração da origem do recurso constitui identificação do contratante, para fins do disposto na legislação administrativa e penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 24. O Código de Conduta e Integridade de que trata o § 1º do art. 9º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabelecerá normas relativas à representação de interesse, observado o disposto nesta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Depois de V. Exa. ler o Projeto de Lei 2.914, ler o 2.338, depois o substitutivo, eu quero aqui cumprimentar o mais novo Senador da República: Senador Isaac. (*Palmas.*) (*Risos.*)

Ele está aqui fazendo companhia ao Senador e aprendendo. Não é, Isaac?

Eu quero colocar em discussão o...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O Senador Moro pediu primeiro, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, quero só elogiar aqui o trabalho do Senador Izalci Lucas. Esse projeto é extremamente importante. O *lobby* é uma realidade e a melhor forma de controlá-lo é trazê-lo à luz e com registro, regulamentação.

O projeto ficou robusto. Acompanhei aqui atentamente não só o texto, mas a leitura do Senador Izalci, e eu até aproveito a oportunidade para agradecer o acolhimento de algumas das emendas que nós apresentamos. Eu creio que não existe projeto talvez mais importante nesta Comissão, pela função dela, do que tratar especificamente desse assunto. Embora tenha alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos talvez controvertidos, o Relator deu um excelente tratamento para essas matérias, dando um grande passo em relação ao texto que recebemos da Câmara.

Então eu quero aqui, desde logo, adiantar o meu voto de apoio e aprovação, e rogar para que a gente possa tramitar esse projeto rapidamente dentro aqui desta Comissão e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ele não é terminativo, ainda vai para a CCJ o projeto, depois que será encaminhado ao Plenário.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, até em homenagem à maratona de leitura do Senador Izalci, eu vou deixar para fazer a análise e eventuais apresentações de emendas na CCJ, para que a gente possa dar andamento ao projeto que é muito meritório.

Parabéns, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois não, Senador. Desculpa, desculpa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou fazer... Em homenagem à maratona que o nosso Senador Izalci praticou, eu vou deixar para fazer correções e sugestões na CCJ, para que a gente possa ter o andamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório favorável ao PL 2.914, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 da Comissão de Transparência, Governança e Fiscalização, e pela prejudicialidade do PL 2.338, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

Parabéns, Senador Izalci.

Um voto demorado e eu acho que vai ter que se criar uma faculdade para a gente aprender tudo isso aí, viu? (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço aí, até em homenagem ao novo Senador, a antecipação da pauta para o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, eu só quero mais uma vez agradecer a V. Exa. A gente fez diversas audiências públicas desse projeto. É um projeto que a tramita na Câmara há muitos anos e que realmente precisamos votá-lo o mais rápido possível, para dar muita transparência a esse processo e resolver definitivamente esse mito de *lobby* ligado à corrupção e tal. Então, acho que essa lei vem dar bastante transparência e regulamenta realmente essa profissão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6256, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 a 4-CCDD

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Autoria: Deputada Federal Erika Kokay.

A palavra está com o Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de ir diretamente à análise, vou referir não só ao Isaac, mas também à Paloma Pediani, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, e à Samara Rocha, Diretora do Movimento Orgulho Autista, pessoas que foram importantes nessa construção.

Vou à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes aos temas de acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública; prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos; e difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade.

Preliminarmente, entendemos que a proposição é constitucional, pois observa a competência da União para editar lei ordinária nacional disciplinando as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, especialmente o acesso dos usuários a informações sobre atos de governo, conforme o art. 37, §3º, inciso II, da nossa Constituição.

Também não há iniciativa legislativa privativa para a matéria.

Consideramos, ainda, que a proposta atende aos requisitos da juridicidade, estando apta a integrar o ordenamento jurídico de maneira harmônica, coesa e coerente.

No que tange aos aspectos regimentais, entendemos que o projeto está alinhado com as normas do Regimento Interno desta Casa Legislativa. O projeto é meritório, pois a adoção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linguagem simples pelo poder público é uma medida essencial para promover a transparência, fortalecer a cidadania e garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais. A transparência exige mais do que a mera disponibilização de informações; é imprescindível que os cidadãos consigam compreender claramente os dados e mensagens emitidos pelos órgãos e entidades governamentais. Nesse contexto, a linguagem simples se torna uma relevante ferramenta para aproximar o Estado da sociedade.

A utilização de uma comunicação clara, objetiva e acessível permite que todos, independentemente de sua formação educacional ou experiência, possam acessar e entender informações de interesse coletivo ou geral. Isso é especialmente relevante em temas complexos ou técnicos, frequentemente tratados pela administração pública. Ao traduzir esses conteúdos em uma linguagem mais simples e direta, o poder público cumpre o princípio constitucional de publicidade e assegura o direito fundamental de acesso à informação, previsto no art. 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal.

Além disso, a linguagem simples contribui para o fortalecimento da confiança entre Governo e sociedade. Quando os cidadãos compreendem as ações, decisões e serviços públicos, eles podem participar de forma mais ativa e informada nos processos democráticos. A transparência efetiva gera uma percepção positiva da administração pública, fortalece a *accountability* e reduz a opacidade que pode levar à desconfiança ou ao mau uso dos recursos públicos.

Outro aspecto crucial é a inclusão social. Uma comunicação simplificada, Sr. Presidente, elimina barreiras linguísticas e garante que pessoas com diferentes níveis de alfabetização ou com dificuldades de compreensão tenham acesso igualitário às informações públicas. Isso é especialmente importante em um país como o Brasil, onde há grande diversidade cultural e educacional.

Portanto, implementar a linguagem simples nas comunicações do poder público não é só uma questão técnica, mas também um compromisso ético e jurídico com a transparência, a equidade e o fortalecimento da democracia. Ao garantir que todos possam entender o que lhes é comunicado, o Governo reforça sua responsabilidade de servir ao interesse público, promovendo uma sociedade mais participativa, informada e justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, consideramos convenientes e oportunas as emendas aprovadas na CCDD. Elas atendem ao seu objetivo de aperfeiçoamento e aprimoramento do projeto, motivo pelo qual concordamos com seu conteúdo e pugnamos pela sua aprovação.

O voto, Sr. Presidente, frente ao exposto, é pela aprovação, com as Emendas de 1 a 4, da CCDD, que estão aqui em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4, da CCDD.

A matéria segue ao Plenário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão o pedido de urgência do Senador Alessandro Vieira ao Projeto de Lei nº 6.256.

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 997, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra a Relatora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 997, de 2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à conscientização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

Venho à análise.

Passo diretamente a análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

De modo bastante direto, não há dúvida de que o PL merece ser acolhido. Diversos países do mundo têm optado pela regulamentação das imagens humanas alteradas para fins publicitários, considerando os possíveis impactos na saúde mental sobre a maioria da população da exploração excessiva de ideais de beleza distorcidas e de estética.

O voto.

Em vista do exposto, manifesto-me pela aprovação do PL 997, de 2023.

Esse é o meu voto, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Encerrada a discussão, em votação o projeto, nos termos do relatório....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não? (*Pausa.*)

É nominal? (*Pausa.*)

Eu vou dar como lido e a gente vota na próxima sessão, então, viu, Senadora? Porque, senão... É nominal. Só se a gente pedir para o pessoal votar pelo... (*Pausa.*)

Então, vamos abrir a votação, enquanto isso a gente vai votando outras coisas. Pode ser?

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Votação finalizada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – SIM, 8 votos; NÃO, zero.

Abstenção, zero.

Quórum de 9 Senadores.

Está aprovado o projeto relatado pela Senadora.

Agora vamos ao projeto do Senador Luis Carlos Heinze.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3953, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1–CAE (substitutivo).

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei 3.953, de 2019, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.

Vamos ao relatório.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da matéria.

Compete à CTFC deliberar sobre o mérito de assuntos referentes à defesa do consumidor, segundo o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Somos favoráveis à aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo da CAE.

O projeto de lei adequadamente esclarece que a comunicação por escrito ao consumidor sobre a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo, quando não solicitada por ele, poderá ser realizada por meio físico ou eletrônico. Há, portanto, menção à comunicação por meio eletrônico, colaborando para a desburocratização da atuação dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

Concordamos também com a inclusão de dispositivo para garantir ao cadastrado acesso permanente, *online* e gratuito, ao conjunto de informações do banco de dados a ele correspondente. A medida reforça a livre acessibilidade dos cadastrados às informações constantes dos bancos de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos que não concordamos com as demais disposições constantes do projeto de lei e não incluídas no substitutivo, haja vista que elas aumentam custos administrativos, dizem respeito exclusivamente ao acesso ao crédito pelo consumidor ou são reguladas pela Lei Complementar nº 166, de 8 de abril de 2019.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.953, de 2019, na forma do Substitutivo da CAE – Emenda nº 1-CAE.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

A votação também é nominal.

Vamos abrir aqui o painel, por favor.

Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

(Procede-se à votação.)

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – SIM, 8; NÃO, zero.

Quórum de 9.

Está aprovado o PL 3.953.

Ele é terminativo? (*Pausa.*)

Terminativo. O.k.

Requerimentos.

Requerimento nº 39:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-A, I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os concursos públicos realizados no âmbito da administração pública federal e que ainda não tiveram as devidas nomeações dos futuros servidores públicos aprovados nos certames.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

É de minha autoria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o pedido de informação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sem nada mais a tratar, encerro a reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Weverton e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Omar Aziz, Cid Gomes, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 5, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), possíveis irregularidades jurídicas, administrativas, financeiras, operacionais e institucionais relacionadas à abertura do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referente ao processo seletivo simplificado para o curso de bacharelado em Medicina, com vagas exclusivas para beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Entre outros aspectos, solicita-se auditoria sobre: (i) a legalidade do referido edital; (ii) o repasse de recursos vinculados ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 132/2024/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA; e (iii) a utilização da estrutura física e dos recursos humanos da UFPE em dimensões que extrapolem os limites previstos no referido TED." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela admissibilidade e apresentação de requerimento. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 6, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), auditar os processos de abertura de novos de cursos de medicina e de vagas nos cursos existentes, concluídos no âmbito do Ministério da Educação, em todo o Brasil, de modo a investigar se foram garantidas a lisura, a legalidade e a transparência nos procedimentos pertinentes." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela admissibilidade e aprovação na forma do Plano de Execução proposto. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3428, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023 - Não Terminativo - que: "Fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies; e revoga a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5771, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os produtos controlados (PC) e a obrigatoriedade do seu descarte e destinação final." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4239, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CI com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as emendas nº 1-CI/CTFC, 2-CTFC e 3-CTFC por unanimidade. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 133, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o projeto na forma da emenda nº 1-CTFC (substitutivo) por unanimidade. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2616, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o projeto na forma da emenda nº 1-CCJ/CTFC (substitutivo) por unanimidade. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no estado do Paraná, no âmbito da atuação da Copel." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Retirado definitivamente pelo autor. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor." **Autoria:** Senador Beto Faro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 90, X, e art. 102-A, I, alínea g, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, após regular instauração do processo administrativo previsto no art. 27, inciso XXI, da Lei nº 10.233/01, sobre possíveis abusos cometidos por meio da utilização do sistema SAMA na forma descrita neste Requerimento." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 90, X, e art. 102-A, I, alínea g, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após regular instauração do processo administrativo previsto no art. 66, § 6º, da Lei nº 12.529/11, sobre possível infração à ordem econômica descrita neste Requerimento." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis, em sua página, por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo ainda que foi recebida uma proposta de fiscalização e controle de autoria do Senador Marcio Bittar, e ela será autuada e distribuída para a relatoria prévia do Senador Eduardo Girão.

Passemos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, só um minutinho, para falar sobre uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero lhe agradecer.

Sempre é um privilégio estar numa Comissão presidida por V. Exa., que, assim como eu, é um homem da Amazônia, é um homem do Norte. Sobre isso eu estou muito animado, com a perspectiva de que nós tenhamos, a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, um novo governo que compreenda que a Amazônia tem que ser recuperada para os amazônidas, para o brasileiro; e que a gente possa acabar com a segregação que fizeram com a Amazônia brasileira. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaremos juntos, para que o nosso próximo governo possa recuperar a soberania perdida sobre um território tão vasto como aquele.

Sr. Presidente, nós acompanhamos, e o Senador Girão, que é um querido amigo, uma pessoa extraordinária, me deu o privilégio de revezar com ele – talvez seja a única vez que isso tenha acontecido – a titularidade na CPMI do INSS. Eu disse, várias vezes, que talvez não tenha sido o maior rombo do Brasil, mas, com certeza, foi o mais cruel de todos. Nesse rombo, agora, do Master, só o que o sistema financeiro vai ter que arcar é com mais de R$50 bilhões. Mas, mesmo, talvez, não sendo o maior rombo financeiro, ele é o mais cruel, porque foram assaltadas, foram roubadas as pessoas mais vulneráveis: os aposentados do INSS. E, mais do que isso, eles foram, entre aqueles do INSS, os mais vulneráveis.

Então, por exemplo, a nossa região, a Região Amazônica, foi uma das escolhidas por eles. Por quê? Porque nós sabemos a dificuldade de um ribeirinho, de um extrativista ou de um indígena sair da sua aldeia, sair da beira do barranco do seu rio, para ir à cidade.

Muitas vezes, Senador Girão – nós temos tantos cearenses, em um estado colonizado por cearense –, um indígena, para ir à cidade e receber um benefício, demora três meses, porque, se for mês a mês, o que ele vai gastar de tempo, de combustível, vai ser mais do que o que ele vai receber. Muitas vezes, ele deixa o seu cartão com alguém na cidade, e aí vem um desconto de R$50, como aconteceu muito, e quem está lá na cidade não sabe se ele assinou ou não aquela...

Então, é, com certeza, o escândalo de corrupção mais cruel. Pessoas que compraram mansões, carros de luxo à custa do suor de homens e mulheres aposentados do INSS, a maior parte ganhando um salário mínimo. E é claro e evidente, o Brasil percebe isso, que o Supremo Tribunal Federal, não todos, evidentemente, mas alguns ministros trabalharam para a não prorrogação... Além de atrapalhar os trabalhos de investigação das CPIs – CPMI e CPI –, fizeram de tudo para que ela não fosse prorrogada, como a de ontem. Alguns ministros do Supremo Tribunal Federal tiveram uma participação decisiva para acabar com a CPMI do INSS, que ainda tinha muito chão pela frente, como também, ontem, com a CPI do Crime Organizado.

Como aqui é uma Comissão perene, portanto, permanente, eu apresento essa proposta de fiscalização nesta Comissão para que, com a participação do Senador Girão, que esteve na CPMI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do INSS o tempo inteiro, a gente possa, Presidente Hiran, continuar aqui os trabalhos que nós não pudemos continuar na CPMI do INSS.

Portanto, essa é uma forma de o Parlamento dizer o seguinte: nós não desistimos. Se do lado de lá tem pessoas que nós deveríamos estar investigando, porque é nossa obrigação investigar as denúncias, as suspeitas gravíssimas sobre alguns dos ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Senado não cumpre com o seu dever, com a sua tarefa, com a sua obrigação, nós não desistimos. E essa é uma clara manifestação, iniciativa para que a gente possa aqui continuar o trabalho que alguns ministros do Supremo impediram que nós continuássemos na CPMI do INSS.

É esse o objeto da proposição.

Eu agradeço ao Presidente e, de antemão, agradeço ao Senador Girão, porque, mesmo sendo pré-candidato ao Governo do querido Estado do Ceará, aceitou essa missão de ser o Relator dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão, eu vou lhe passar a palavra, mas vou aproveitar a presença de V. Exas. aqui para abordar um tema que tem me preocupado muito.

Eu vou falar aqui da situação de um ex-Deputado, meu amigo há mais de 20 anos, e da esposa dele, minha amiga há mais de 30 anos, que são o ex-Deputado e Delegado Alexandre Ramagem, sua esposa Rebeca e as duas filhas.

Todos sabem que o delegado está nos Estados Unidos. Ele tem um pedido de asilo político tramitando nos Estados Unidos e foi detido nos Estados Unidos por conta de que ele estava com o seu visto de turista vencido.

Eu conversei com a Rebeca há pouco, há poucos minutos, e ela está muito apreensiva, porque ela disse que há uma pressão do Governo do Brasil de manter o Ramagem detido. E ela tem se preocupado muito também...

Seja bem-vindo, Seif! Eu mandei te chamar aqui porque eu queria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Estamos falando sobre o Ramagem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É. Eu vou repetir.

Bom dia, Seif.

Você foi autor daquele documento solicitando a nossa presença na embaixada americana. Eu falei com a Dra. Rebeca agora, que me relatou que está sentindo uma pressão muito grande, porque há um delegado da Polícia Federal; ele não pode fazer, mas pode contratar detetives americanos para fazê-lo. Ela está se sentindo vigiada. Ela mora numa rua sem saída. Ela já foi delegada. Ela é policial. Ela é procuradora, mas é policial, foi policial junto comigo. Eu sou médico legista, enquanto ela era delegada. E ela disse: "Hiran, na minha rua, não passa carro nenhum, e estão passando aqui três, quatro carros durante o dia. Eu estou filmando. Já fiz uma queixa à OEA sobre a minha situação. Eu tenho duas filhas e eu tenho medo de, a qualquer momento, eu ser detida, e minhas filhas irem para o abrigo.

E vejam que situação: a Rebeca não fez nada. Ela não responde a nenhum processo, ela não responde por nenhum crime, ela não responde a um inquérito, não responde a nada, e ela está nessa situação.

Eu acabei de falar com o Líder Rogerio Marinho, ali no corredor, porque estou muito preocupado com o que pode acontecer com essa família. Nós todos temos filhos – e quem está fazendo isso também tem filho –, mas nós temos a obrigação, como humanistas que somos, como pais de família que somos e como Senadores que somos, de zelar pela integridade dessa família.

Eu liguei para o Senador Seif, eu acho que ele estava na Comissão e não ouviu. Eu pedi para procurá-lo, porque ele foi o autor. Nós falamos de madrugada...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Quatro e meia da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... quatro e meia da manhã, tal a nossa preocupação, e eu espero que nós possamos, no decorrer do dia de hoje... Estou à sua disposição, Seif, para tentarmos fazer alguma movimentação para mostrar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo americano que o Ramagem está sendo objeto de uma perseguição inominável. Eu conheço o Ramagem. Inclusive eu acho que, se o Governo americano vir o processo, vai ver que está eivado de injustiças. Fiquei muito preocupado. Estou até emocionado, porque vi uma mãe absolutamente fragilizada num país estranho, com duas meninas: uma de 8 anos e outra de 14 anos. São três mulheres sem ninguém para protegê-las. Pelo amor de Deus!

Então, eu quero aqui dizer a vocês e falar para o país que isso não pode acontecer com um cidadão brasileiro, principalmente com pessoas como esse casal, que eu conheço há muito tempo. É uma família digna. É uma família que eu tenho na minha conta das boas amizades. Eu operei a Rebeca, há 25 anos, daí nasceu a nossa amizade. O Ramagem trabalhou muito tempo, lá no meu estado, e eu, como policial, também criei uma relação com ele. É uma pessoa do bem, um homem sério, um homem dedicado ao país, um homem de família. Eu acho que a gente precisa tomar uma providência séria porque nós corremos o risco de, daqui a pouco, ver Rebeca detida e essas crianças em um abrigo americano. Então...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Queria usar um pela ordem. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Hiran, quero primeiramente agradecer ao senhor por trazer esse assunto de extrema relevância, que é a questão do Alexandre Ramagem.

Para quem está nos acompanhando aí pela internet, pela TV Senado, pela Rádio Senado, nós fizemos um movimento de acionar a embaixada americana institucionalmente, Girão. É o que nós, enquanto Senado da República, poderíamos ter feito: acionamos a embaixada americana, dando a nossa versão dos fatos, 50 assinaturas, as quais quero agradecer aqui ao Hiran, Dr. Hiran; ao Girão; ao Marcio Bittar, que prontamente assinaram conosco em subscrição, explicando e pedindo, sensibilizando a embaixada americana em Brasília, que desse celeridade, rapidez, velocidade no processo de concessão de asilo político a Alexandre Ramagem.

Alexandre Ramagem, Marcio Bittar, é um homem que já prestou grandes serviços a este país. As mãos daquele homem são honradas e limpas. Ele serviu comigo no Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Bolsonaro, como Diretor da Abin. É um Delegado Federal de carreira, é pai de duas crianças, é um bom marido e foi eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, com milhões de votos, para representar o povo do Rio de Janeiro.

Nós sabemos que o que acontece hoje no Brasil é uma perseguição política. Ontem, uma pessoa do Governo, que leu o relatório, está sendo ameaçada de perder mandato e de se tornar inelegível, porque exerceu o seu livre direito de parlar. Eu sou Parlamentar porque eu tenho o direito de parlar. O dia em que nos cessarem esse direito de parlar, de dar opinião sobre qualquer tema, fechem o Senado – fechem o Senado.

Então, ele fez o trabalho dele, o Alessandro Vieira, você pode concordar ou não. Não estou dizendo que eu concordo ou que eu discordo. Ele é Parlamentar como eu, o povo dele votou nele e ele está aqui representando, um cara que também é delegado. Recebeu intimidações públicas, não foram privadas – seria grave igual –, são intimidações públicas, porque não gostaram do que ele falou no relatório dele.

Isso para mim demonstra tudo o que aconteceu, Girão, Hiran, Laércio, no Brasil em 8 de janeiro, o que está acontecendo com Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Eduardo Tagliaferro, Carla Zambelli, e agora, por último, Alexandre Ramagem. Todos nós somos vítimas de um sistema persecutório que, dependendo de que lado você esteja e dependendo da sua opinião, você vira um perseguido.

Então, é muito importante... Eu quero dizer a vocês que desde ontem nós estamos tentando uma audiência. Protocolei o pedido de celeridade no asilo político, junto com a assinatura de 50 Parlamentares da Câmara e do Senado; pedimos audiência na embaixada, que ainda não foi confirmada, e vou dando o *feedback* para vocês, mas eu agradeço de antemão o apoio de 50 Parlamentares na defesa da justiça e da liberdade de um grande brasileiro que se chama Alexandre Ramagem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em primeiro lugar, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de mais nada, eu acho que a coisa mais importante hoje, aqui, é que nós temos um aniversariante muito querido, que é o nosso Senador Laércio.

Senador Laércio, parabéns. (*Palmas.*)

Que Deus o abençoe.

Você é um boa-praça, querido por todos. Que Deus lhe dê muita saúde e proporcione tudo o que ele puder proporcionar de melhor para sua vida e para a vida da sua família.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tudo de bom. Deus te abençoe.

E volto a palavra para o nosso Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito bem lembrado. Inclusive, nesta sala, aqui, o Senador Laércio hoje já começou o dia aqui sendo celebrado na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) – nesta sala.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Nesta sala.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E reitero aqui os meus cumprimentos, Senador Laércio, que, no dia do seu aniversário, está aqui trabalhando, está aqui se dedicando. E eu disse para ele: esteja com a família, que é a base de tudo, as pessoas que o amam, quem o ama. Hoje é um dia muito especial, e as energias tão voltadas para você, do universo.

Então, eu sei que você é um *workaholic*, que é um cara que se dedica pelo seu estado, pelo Brasil, mas, pelo menos, mais tarde, se puder – e eu tenho certeza de que o senhor vai fazer, o senhor é um homem de família – ficar neste dia tão especial, fique, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Dr. Hiran, parabéns pela sua manifestação – corajosa, eu diria! Hoje, em tempos em que a democracia do Brasil está em frangalhos, Senador Marcio Bittar, Senador Jorge Seif, uma manifestação dessas dos senhores sobre o caso do Ramagem é corajosa.

E a gente tem que estar aqui... a política... Um dos tripés da política é a coragem; é a coerência, é a integridade, mas é a coragem também. E, olha, o que está acontecendo com milhares de brasileiros é tudo, menos democracia, menos direito à ampla defesa, ao contraditório, menos respeito à Constituição. Não tem! Esses brasileiros do dia 8 de janeiro são caçados implacavelmente, e a gente sabe por quê.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Impiedosamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente sabe por quê: porque eles são brasileiros que criticam o regime, o sistema.

E o Deputado Delegado Ramagem é um homem de bem. Inclusive, a Rebeca, Dr. Hiran, a sua esposa, tem relações fortes com o Ceará – a família dela toda é do Ceará, meus conterrâneos – e estão vivendo algo...

Eu só queria, Senador Seif, lhe dar uma dica aqui: eu acho que o encaminhamento para este momento... eu acho que a gente podia fechar um encaminhamento aqui – sabe? – dessa preocupação do Dr. Hiran, que é a mesma minha e sua.

É uma apreensão que o senhor está sentindo e que eu estou sentindo, porque as informações estão completamente truncadas, né? A gente ouve... Ontem, à noite, eu fui dormir com a minha esposa, pesquisando esse caso do Ramagem, e são informações totalmente desencontradas. E a gente sabe que o Governo brasileiro, porque já fez isso com outros: contratar escritório de advocacia com milhões de reais... Inclusive, a AGU está fazendo isso – o Messias está fazendo isso –, contratando escritório para caçar brasileiro na Argentina, para caçar brasileiro que está exilado, porque não teve o direito de se defender aqui, e está em outra cultura, com outro clima, passando por todo tipo de provação. E o Governo brasileiro, que nunca fez isso na história, em outros tempos, em que nós tivemos outros casos similares ou muito piores do que esse e que tiveram ampla defesa, contraditório, anistia, tudo... Não teve dinheiro brasileiro indo caçar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turma, não; dinheiro do contribuinte, que paga imposto – milhões de dólares. Eu quero repetir: milhões de dólares. Esse Governo tem sede de vingança, de revanche.

Senador Hiran, o senhor, que é um humanista, falou nisto: é fundamental, neste momento da República, que a gente se posicione com relação, por exemplo, a esse caso do Ramagem, como o Senador Jorge Seif já fez – fez uma etapa, que é junto à embaixada, com o documento que todos nós assinamos –, mas eu acredito, Senador Hiran, que, junto ao Presidente Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Congresso... Ele não é só o Presidente do Senado, não! O caminho – eu acho e acredito, Senador Marcio – seria o Presidente Davi Alcolumbre...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Concordo, seria o ideal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seria o ideal defender as prerrogativas. O cara é Parlamentar... é ex-Parlamentar, porque foi cassado...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Ele é o Presidente do Congresso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas ele estava no exercício das suas atividades. Foi uma coisa covarde o que aconteceu.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O art. 53 foi atropelado pelo Supremo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O art. 53 totalmente atropelado pelo Supremo.

A gente está vendo as ameaças que o senhor lembrou ontem ao Senador Alessandro Vieira. É algo completamente surreal. Dois ministros se manifestando publicamente, ameaçando, inclusive, tomar o mandato, no exercício parlamentar... Ele está no exercício das suas atividades legislativas, Parlamentar! Tem que respeitar! Mas, não, o Brasil não tem democracia. A gente tem que entender isso, a gente não está em tempos de democracia no Brasil. Este tipo de coisa não estaria acontecendo, perseguição a adversário político.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: o Supremo Tribunal Federal hoje é um tribunal político, eles fazem mais política do que nós. É por isso que o senhor diz: o Congresso Nacional está aberto para fazer de conta que está aberto – para fazer de conta.

Então, meu Presidente, eu acredito que um caminho eficaz – o senhor tem um bom relacionamento com o Presidente Davi Alcolumbre, e eu me coloco à disposição também – é fazer esse pedido coletivo. Eu acho que o Presidente do Senado, até pela interface que tem...

A Polícia Federal é para estar fazendo isso lá fora? É para estar indo atrás de contratar, como é que se diz, investigador? A Polícia Federal é para estar se prestando a esse tipo de...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Mas a gente pedir o que ao Davi?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não sei. Eu acho que a gente tem que pedir ao Davi uma interface com a própria Polícia Federal – ele não está nos eventos institucionais? –, com o próprio Governo Lula, para acabar com essa sandice.

Eu acredito no seguinte: que a gente precisa, de alguma forma, ter um encaminhamento junto ao Presidente da nossa Casa, para que isso se arrefeça. Tem uma família que está sofrendo no exterior...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não sei se a gente viaja e faz alguma coisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ou viaja, mas eu acho que a gente tem que tentar vários caminhos em relação a isso.

Eu me coloco à disposição para ir, porque são filhas pequenas – viu, Dr. Hiran?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou... Desculpe, é porque ele precisa se ausentar.

Seif, nós vamos, no início da tarde ou agora, no final da manhã, não sei... O Davi não deve estar aqui, o Senador Davi não deve estar aqui, agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Umas 2h, 3h?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas, quando ele estiver aqui, a gente pode fazer uma Comissão de Senadores para solicitar providências do Congresso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Hiran, para encerrar, eu queria entrar em outro assunto aqui e agradecer ao senhor por me designar como Relator dessa proposta de fiscalização e controle. Quero agradecer ao autor da proposta dessa iniciativa importantíssima, que é o Senador Marcio Bittar. Nós vimos a CPMI do INSS, que foi exitosa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Muito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapaz, como a gente diz lá no Nordeste, pense numa CPI que lavou a alma do brasileiro. Foi essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Foi acompanhada por milhares de pessoas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ela foi acompanhada por... Teve um momento lá em que estavam 500 mil pessoas ao vivo; eu lembro porque eu vi, eu estava lá na própria Comissão.

E outra coisa: a partir do momento em que ela começou a existir, e olha que foi aos trancos e barrancos... O Lula não querendo de jeito nenhum, não assinaram a CPI, depois perderam o comando por um cochilo e a gente – o grupo independente – entrou, que foi o Deputado Alfredo Gaspar e o Senador Carlos Viana, e depois eles ocuparam os membros para negar os requerimentos de quebra de sigilo e de convocação... Mesmo assim, aos trancos e barrancos – com o STF, com muitos ministros dizendo para os depoentes nem sequer irem ou comparecerem à CPI depois de convocados –, foram presos 14 peixes grandes, coincidentemente, a partir do momento em que começou a CPMI, porque CPMI jogou luz. E ela foi interrompida de forma prematura, de forma forçada. Faltou ali uma vontade política de continuar da Presidência desta Casa, do STF, de gente graúda, de tubarão – porque estava chegando ao tubarão, aí deu problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sobre essa proposta, embora a gente não possa ter um poder judicial no aspecto de quebra de sigilo – a gente não vai poder fazer –, a gente vai poder ouvir, fazer aqui audiências públicas, cruzar informações que já tem e convocar ministros. Então, eu acredito que é um passo interessante, como o senhor bem colocou, porque nós não vamos nos render a poderosos.

Essa sua iniciativa, Senador Marcio Bittar, é um sinal claro para a população brasileira de que pode chover trovoada, mas tem gente aqui, tem Senador que não vai baixar a cabeça, que não vai desistir. Então, parabéns pela sua iniciativa! Vamos juntos fazer esse trabalho. Eu agradeço ao Presidente por ter me designado como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, obrigado.

Eu pediria aos Srs. Senadores que a gente permanecesse aqui até para prestigiar. Eu vou passar para os itens, porque os Senadores estão presentes, para que a gente possa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Vou votar e volto logo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Corra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Tá?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Vou esperá-lo.

Eu vou passar para o item 5 da pauta, projeto de lei...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – É o 3. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vejam bem, eu vou encaminhar da seguinte maneira: eu vou pôr o 5, o 6 e o 7, que são terminativos; e depois eu volto ao seu. Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o meu aniversariante do dia. (*Pausa.*)

Eu questiono se podemos votar em globo os cinco itens. (*Pausa.*)

Bom, então vamos aqui ao item 5, Projeto de Lei 4.239, de 2021. É terminativo. (*Pausa.*)

Senador Laércio, como eu sou o Relator desse projeto, eu queria pedir a V. Exa. que ocupasse aqui a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Tenho a honra de substituir, neste momento, o Presidente da Comissão, Senador Hiran.

E vamos ao item 5, que é o Projeto de Lei nº 4.239, de 2021.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4239, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CI com duas emendas que apresenta

Com a palavra o Relator.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, aniversariante do dia, meu querido Laércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que a decisão proferida no âmbito desta Comissão é terminativa, dispensando a apreciação do Plenário do Senado Federal – salvo em caso de interposição de recurso –, torna-se imperiosa a manifestação integral da CTFC não apenas sobre o mérito voltado à defesa do consumidor, mas também sobre a adequação constitucional, legal e regimental do texto, assegurando a regularidade e higidez jurídica da proposta antes de seu eventual encaminhamento à Casa revisora.

Sob o aspecto de constitucionalidade e juridicidade, o projeto não apresenta quaisquer vícios que impeçam a tramitação. A matéria insere-se na competência privativa da União para legislar sobre energia, conforme dispõe o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, bem como na competência concorrente para legislar sobre responsabilidade por dano ao consumidor e sua proteção, nos termos do art. 24, incisos V e VIII, da Carta Magna.

A análise é uma análise longa, mas está disponibilizada para todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras no nosso portal.

Dessa forma, eu queria dizer que esse projeto tem a finalidade de determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica, porque nós temos visto que esses valores variam muito de estado para estado e, muitas vezes, nós não conseguimos entender as razões desses aumentos – às vezes, até abusivos, como aconteceu no meu estado, ainda, há aproximadamente três meses.

Então, eu vou direto ao voto, para dar celeridade à nossa reunião.

Ante todo o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, da aprovação do Projeto de Lei nº 4.239, de 2021, mantendo-se a emenda de redação aprovada na CI, e pela aprovação das seguintes emendas.

Está lido o voto.

Eu passo, em seguida, ao próximo item da pauta, que, se não me engano, é o item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradecendo ao Senador Hiran pela relatoria do projeto, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação será feita em bloco, ao final dos outros dois projetos que estão na sequência. O outro é o item...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Seis.

Eu devolvo a palavra para o Presidente da Comissão, Senador Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido Presidente Laércio.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 133, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

O Relator é o nosso querido Senador Marcio Bittar, a quem passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Não tem coisa mais chata do que o consumidor ser assediado, o telefone celular tomando conta do tempo das pessoas com essa insistência. Portanto, o projeto da Senadora Damares vem em boa hora.

Análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização por edição de lei, é o adequado; o assunto nele tratado inova o ordenamento jurídico; possui o atributo de generalidade; tem potencial coercitividade; e é compatível com os princípios do sistema de direito pátrio.

Acerca da técnica legislativa, no geral, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O projeto apresenta clara finalidade protetiva, alinhada aos princípios do Código de Defesa do Consumidor, especialmente à proteção contra práticas abusivas ao direito à informação e à tutela de consumidores hipervulneráveis. A criação de um cadastro centralizado fortalece o direito de autodeterminação informacional, ao permitir que o consumidor manifeste, de forma simples e prévia, sua recusa ao recebimento de ofertas indesejadas.

Outro ponto positivo é a convergência com iniciativas já existentes de autorregulação e regulação administrativa, como a plataforma "Não me perturbe", entre aspas, e as normas do INSS, o que tende a facilitar a implementação prática da medida.

Por outro lado, também é possível elencar alguns pontos de melhoria do texto.

Com efeito, entre as fragilidades, destaca-se a indefinição quanto à governança e à proteção de dados pessoais do cadastro centralizado. O projeto delega sua instituição e regulamentação ao Poder Executivo e admite gestão por entidade privada associativa, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer parâmetros claros de segurança, transparência, fiscalização e compatibilidade explícita com a Lei Geral de Proteção de Dados, o que pode gerar riscos jurídicos relevantes.

Além disso, o texto impõe obrigações amplas às instituições financeiras e às prestadoras de serviços de telecomunicações, mas não delimita com precisão os mecanismos técnicos exigidos, o que pode resultar em insegurança jurídica. Também se pode apontar a ausência de diferenciação entre tipos de ofertas e graus de assédio.

Desse modo, apresentamos substitutivo ao projeto, com vistas a mitigar essas lacunas e reconfigurar estruturalmente o modelo originalmente proposto.

O projeto original institui um cadastro centralizado destinado a impedir o assédio comercial por instituições financeiras e veda a realização de *marketing* ativo direcionado a consumidores inscritos, remetendo às sanções do Código de Defesa do Consumidor e delegando ao Poder Executivo a regulamentação e eventual gestão do sistema.

O substitutivo, contudo, avança significativamente, ao transformar essa proposta em um verdadeiro microssistema regulatório de proteção contra o assédio financeiro.

Uma das principais inovações reside na incorporação expressa da Lei Geral de Proteção de Dados. Enquanto o projeto original não menciona o regime de proteção de dados, o substitutivo determina que o cadastro seja estruturado e operado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Indo direto ao voto: em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto Lei nº 133, de 2024, na forma do seguinte substitutivo, conforme apresentado.

Era o tinha, Sr. Presidente.

Mais uma vez, parabenizo a autora do projeto, a Senadora Damares, que, em boa hora, coloca um limite nesse assédio indesejado aos consumidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos em seguida ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2616, DE 2025

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Com a palavra o Relator.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Cumprimento V. Exa., Senador Hiran.

Esse projeto é outro que se enquadra perfeitamente nesta Comissão e cabe ao Congresso Nacional dispor sobre essa matéria. Esse relatório cumpre a juridicidade, a regimentalidade, a técnica legislativa e, no mérito, aperfeiçoa o dispositivo protetivo do consumidor.

O projeto de lei apresentado pela Senadora Ana Paula Lobato, a quem eu quero cumprimentar, propõe uma medida simples, mas de grande impacto para a proteção dos consumidores: a obrigatoriedade de que empresas de *telemarketing* e cobrança excluam de suas bases de dados os números de telefone cujos usuários, ao atenderem a ligação, afirmarem não conhecer a pessoa procurada. A proposta surge como resposta a uma prática abusiva e recorrente, em que cidadãos são frequentemente importunados por chamadas destinadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceiros, muitas vezes inadimplentes, gerando constrangimento, perda de tempo e violação da tranquilidade e da privacidade.

Portanto, o mérito jurídico do projeto é bastante sólido. A contextualização do relatório está feita em cima dessa necessidade de proteção à sociedade.

Ante o exposto, Sr. Presidente, eu opino pela aprovação do Projeto de Lei 2.616, de 2025, na forma substitutivo aprovado já na nossa CCJ.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação em bloco dos itens 5, 6 e 7.

Eu pediria que se abrisse o painel, por favor.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Enquanto votamos os itens 5, 6 e 7, eu passo, em seguida, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3428, DE 2023

- Não terminativo -

Fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies; e revoga a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

De autoria do Deputado Federal Arnaldo Jardim e sob a relatoria do Senador Laércio Oliveira, a quem passo a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Cumprimentando e agradecendo a V. Exa., Presidente Hiran, eu vou, com a sua autorização, à análise.

No mérito, entendemos que a proposta merece aprovação. Aliás, é característica desta Comissão trabalhar sempre em defesa da sociedade.

Esse projeto é um projeto meritório, de autoria, como o senhor já falou, do nosso colega Deputado Arnaldo Jardim, e trata de um tema muito importante, para o qual a gente está trazendo regras para a utilização, que é com referência ao chumbo. E todo mundo sabe que o chumbo é substância tóxica, reconhecida pela comunidade científica internacional como desprovida de nível seguro de exposição. Seus efeitos são particularmente graves em crianças, grupo que ostenta condição de hipervulnerabilidade nas relações de consumo, nos termos da doutrina e da jurisprudência consolidadas.

Diante desse quadro, impõe-se a aplicação do princípio da precaução, amplamente reconhecido no direito ambiental e incorporado ao sistema protetivo brasileiro, segundo o qual, na presença de risco potencial à saúde ou ao meio ambiente, a ausência de certeza científica absoluta não pode ser invocada para postergar medidas eficazes de prevenção. No caso em análise, não se trata sequer de incerteza científica, mas de conhecimento consolidado acerca dos efeitos nocivos do chumbo e da viabilidade técnica de sua substituição.

A redução do limite para 90ppm alinha o Brasil às recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, refletindo padrão internacionalmente reconhecido como suficientemente protetivo para prevenir exposição significativa. Trata-se de medida proporcional, adequada e necessária para mitigar risco sanitário concreto, especialmente em ambientes frequentados por crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As exceções previstas para determinadas aplicações industriais e marítimas permanecem restritas a contextos técnicos específicos, sem destinação ao uso residencial ou ao contato direto com o consumidor final, preservando a proporcionalidade da norma sem enfraquecer seu núcleo protetivo.

O prazo fixado é de 12 meses para entrada em vigor e esse prazo revela-se adequado sob os prismas da proporcionalidade e da segurança jurídica, permitindo a adaptação das cadeias produtivas e dos importadores às novas exigências técnicas, sem comprometer a efetividade da proteção à saúde do consumidor.

Assim, a proposta representa avanço consistente na tutela da saúde do consumidor, reforça a proteção de grupos hipervulneráveis e concretiza o dever estatal de prevenção de danos graves e irreversíveis, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, da defesa do consumidor e da precaução.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encaminho o voto pela aprovação do Projeto de Lei 3.428, de 2023.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Laércio.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto, que vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Senador Laércio, o primeiro item é uma proposta de fiscalização e controle, e eu queria pedir a V. Exa. que pudesse relatar, como relatou *ad hoc*, já que o nosso querido Marcos Rogério não vai poder estar presente. Ele foi contactado, mas está em outra Comissão e me solicitou esse favor a V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passamos, então, à Proposta de Fiscalização e Controle nº 5, de 2025, não terminativo.

ITEM 1

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), possíveis irregularidades jurídicas, administrativas, financeiras, operacionais e institucionais relacionadas à abertura do Edital nº 31/2025 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referente ao processo seletivo simplificado para o curso de bacharelado em Medicina, com vagas exclusivas para beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Entre outros aspectos, solicita-se auditoria sobre: (i) a legalidade do referido edital; (ii) o repasse de recursos vinculados ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 132/2024/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA; e (iii) a utilização da estrutura física e dos recursos humanos da UFPE em dimensões que extrapolem os limites previstos no referido TED.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela admissibilidade e apresentação de requerimento

Observações:

Essa proposta é de minha autoria e será relatada pelo Senador Laércio Oliveira, nosso Senador.

Ele vai ser o Relator *ad hoc,* por conta da impossibilidade de o Senador Marcos Rogério se fazer presente.

Passo a palavra ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Agradeço a confiança de V. Exa. e peço autorização para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Na forma do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CTFC "exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim: [...] b) apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais e destes com os objetivos aprovados em lei; além de e) [...] solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal".

No que tange particularmente à apresentação de PFS, o art. 102-B, inciso I, do Risf assegura tal direito a qualquer Senador, seja ele membro ou não desta Comissão. Em adição, o art. 49, inciso X, da Constituição Federal (CF) prevê como competência exclusiva do Congresso Nacional "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

O art. 71 da CF arremata essa previsão com a prescrição de que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

O objeto da presente FPS é a avaliação da legalidade dos atos praticados no âmbito do Edital nº 31/2025, da UFPE, com vistas ao preenchimento de 80 vagas no curso de Bacharelado em Medicina, para ingresso no segundo período letivo de 2025, ofertadas pelo Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE – *Campus* Caruaru. Esse processo seletivo dá sequência às ações necessárias para o cumprimento da Meta 1 do Plano de Trabalho – TED nº 262/2024/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, relativa ao convênio celebrado entre o Incra e a UFPE, correspondente ao TED nº 132/2024/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, cuja meta principal é formar em Medicina 80 jovens e adultos que vivem em áreas de assentamento até 30/12/2031.

Por conseguinte, a Proposta de Fiscalização e Controle guarda consonância com as competências desta Comissão, em especial com as previstas pelo inciso I, alíneas "b" e "e", do art. 102-A, do Risf, e com a CF, inclusive quanto à participação da Corte de Contas. Desse modo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há impedimento à proposta de fiscalização sob análise do ponto de vista constitucional e regimental.

Em face do que dispõe o inciso II do art. 102-B do Risf, a PFS deve ser analisada ainda no tocante "à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, devendo-se definir também, nesta assentada, o plano de execução e a metodologia de avaliação".

Em relação ao mérito, concordamos com as justificações apresentadas pelo autor da proposta, no sentido de que o TCU realize a apuração sugerida. Faz-se necessário fiscalizar, sobretudo, a legalidade do objeto e da forma como a UFPE foi contratada pelo Incra, sua capacidade de fornecer adequadamente os serviços acordados, bem como se a execução do TED seguirá as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis, com vistas a garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos e a proteção do interesse público.

Sendo assim, acatamos a sugestão para que os trabalhos de auditoria sob responsabilidade do TCU contemplem, ao menos, os eixos temáticos apresentados a seguir, formulados com questões de auditoria a serem respondidas pelo trabalho da Corte de Contas:

1) Avaliação da pertinência da destinação de recursos do Pronera para cursos de alta complexidade, como Medicina, considerando a compatibilidade entre os objetivos originais do programa e a natureza do curso ofertado;

2) Verificação da compatibilidade da iniciativa com os princípios constitucionais da educação;

3) Avaliação da legalidade e regularidade administrativa do Edital nº 31, de 2025, da UFPE;

4) Adequação dos critérios de seleção e acesso, em comparação com o modelo do Sisu e da Lei de Cotas, de modo a avaliar se a reserva exclusiva de vagas atende ao princípio da universalidade e da isonomia no acesso ao ensino superior;

5) Compatibilidade da iniciativa com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE e com as deliberações de seus conselhos superiores;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6) Análise da execução orçamentária e financeira do TED nº 132, de 2024, incluindo a verificação da suficiência dos recursos para a integralidade do curso de Medicina, de longa duração e elevado custo;

7) Estudo do impacto da utilização da estrutura física e de recursos humanos da UFPE, com ênfase na apuração: a) da eventual destinação de docentes, em especial aqueles em regime de dedicação exclusiva, para a turma especial; e b) da repercussão dessa alocação sobre as atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão da UFPE.

Como o deslinde das questões suscitadas exige extensa apuração direta de fatos na região de aplicação do recurso, envolvendo a UFPE e o Incra, a metodologia de execução mais eficaz afigura-se, portanto, a solicitação do apoio técnico do TCU, após o que o resultado de sua ação e fiscalização retornará a essa relatoria para fins de avaliação conclusiva por parte desta Comissão.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, manifestamos voto pela admissibilidade, oportunidade e conveniência da Proposta de Fiscalização e Controle nº 5, de 2025, e pela aprovação do requerimento que segue em anexo ao relatório.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, meu querido amigo Senador Laércio Oliveira, e eu vou também explorar V. Exa. no dia do seu aniversário para que você seja Relator *ad hoc* da próxima Proposta de Fiscalização e Controle nº 6, de 2025, não terminativa.

ITEM 2

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Proposta de Fiscalização e Controle com o objetivo de, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), auditar os processos de abertura de novos de cursos de medicina e de vagas nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursos existentes, concluídos no âmbito do Ministério da Educação, em todo o Brasil, de modo a investigar se foram garantidas a lisura, a legalidade e a transparência nos procedimentos pertinentes.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela admissibilidade e aprovação na forma do Plano de Execução proposto

Essa proposta é de minha autoria e será relatada pelo Senador Laércio Oliveira, a quem eu passo a palavra e será o Relator *ad hoc*, e o Relator original seria o Senador Astronauta Marcos Pontes, que não se encontra presente.

Com a palavra, o Relator.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Com sua permissão, vou à análise.

A PFS nº 6, de 2025, apresenta conformidade com as seguintes disposições da Constituição Federal, e essas disposições estão elencadas no nosso relatório.

A proposta também é regimentalmente adequada, pois, de acordo com o Regimento, cumpre todas as suas obrigações descritas aqui no nosso relatório nos itens 1, 2 e 3.

Com relação a esse aspecto, reconhecemos o mérito da iniciativa, que pode contribuir para dimensionar em que medida a qualidade dos cursos de Medicina vem se mantendo no país. Parece-nos, conforme qualquer cidadão pode constatar ao visitar determinados postos de saúde e hospitais brasileiros, que podem estar ocorrendo problemas preocupantes na formação médica brasileira.

A PFS em tela é, assim, adequada e pertinente, porque visa precisamente a apurar essa impressão, bem como esclarecer os dados e os indícios apresentados na justificação, que sinalizam expansão desordenada, falta de infraestrutura clínica adequada, poucas vagas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

residência médica, insegurança jurídica, procedimentos pouco transparentes e fragilidades na avaliação.

O plano de execução da PFS nº 6, de 2025, consistirá nas seguintes providências, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias no decorrer do processo, e essas providências também estão descritas aqui no nosso relatório, Sr. Presidente, nas letras "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do nosso relatório.

Então, Sr. Presidente, diante disso e pelos motivos expostos, votamos pela admissibilidade e pela aprovação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 6, de 2025, na forma do plano de execução proposto.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Laércio.

Eu ponho em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu submeto à votação simbólica as duas propostas de fiscalização e controle apresentadas e relatadas pelo nosso Relator *ad hoc* Laércio Oliveira.

Aqueles que aprovam os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os relatórios estão aprovados. (*Pausa.*)

Bom, enquanto atingimos o quórum de votação, passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 12, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, X, e art. 102-A, I, alínea g, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquaviários, após regular instauração do processo administrativo previsto no art. 27, inciso XXI, da Lei nº 10.233/01, sobre possíveis abusos cometidos por meio da utilização do sistema SAMA na forma descrita neste Requerimento.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Esse requerimento é de minha autoria, e passo à votação.

Votação simbólica.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Passo, finalmente, ao item 11, nosso último item da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 13, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, X, e art. 102-A, I, alínea g, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após regular instauração do processo administrativo previsto no art. 66, § 6º, da Lei nº 12.529/11, sobre possível infração à ordem econômica descrita neste Requerimento.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

É de minha autoria.

Passo à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui...

Nós ainda não temos...

Já temos quórum, então podemos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Os itens 5, 6 e 7 da pauta foram aprovados.

Quero parabenizar aqui, mais uma vez, pela relatoria do nosso querido aniversariante do dia, reforçar aqui os votos de muita felicidade a você, meu querido irmão, e muito obrigado pela ajuda que você nos deu para que nós pudéssemos limpar esta pauta aqui com a maior rapidez possível.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Um grande abraço e um excelente final de semana a todos.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Ana Paula Lobato, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 12ª à 14ª Reunião da CDH, que são aprovadas.. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1020, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH (de Redação). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6020, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a aproximação voluntária do agressor configura crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, ainda que consentida pela vítima."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Bruno Bonetti. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 do Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3-CDH e pela rejeição da emenda nº 1. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3050, de 2025 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para instituir medidas que assegurem os direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero no âmbito do turismo." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3079, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre assistência humanitária para translado de corpos ou restos mortais de brasileiros falecidos no exterior, em casos de comprovada vulnerabilidade financeira da família." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4521, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a contratação de profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência, nos termos que especifica." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Sugestão n° 5, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Sugestão n° 9, de 2025 - Não Terminativo - que: "Proíbe o abate do jumento (Equus asinus) em todo o território nacional." Autoria: FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4381, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 43, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apurar impactos sociais, econômicos e humanitários da repactuação do TTAC relativa ao desastre da Barragem de Mariana, Minas Gerais,e debater a continuidade e os critérios de elegibilidade do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e do Programa de Transferência de Renda (PTR) aos atingidos da Bacia do Rio Doce, bem como os efeitos práticos das cláusulas de quitação sobreo acesso a indenizações e benefícios." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros.. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 47, de 2026 que: "Requer a inclusão de Convidados - Audiência Pública para debater o PL 452/2025 (Proíbe cotas em residência médica)" Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento com a inclusão do Presidente da UNE como convidado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 48, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "Por que não à guerra e sim à paz?"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2026 que: "Requer o aditamento do REQ - CDH 11/2026, em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 50, de 2026 que: "Requer inclusão de convidados em Audiência Pública objeto do REQ 15/2026 da CDH (campanha “Setembro Amarelo”, voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 51, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública para discutir os direitos das pessoas com Síndrome de Down no Brasil." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª à 14ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de modo semipresencial. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo que, a pedido dos Relatores, nós estamos retirando de pauta o item 1, o Relator é o Senador Weverton... (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim? O.k.

Nós temos também para retirada de pauta o item 7, o item 8, do Senador Marcos do Val, e o item 9, do Senador Fabiano Contarato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e, posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4521, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a contratação de profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e, posteriormente, à CE em decisão terminativa.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Proíbe o abate do jumento (Equus asinus) em todo o território nacional.

Autoria: FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH)

Os ilustres Relatores querem estar presencialmente para ler o seu relatório.

O Senador Paim levantou a mão.

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Damares, nossa Presidenta da CDH, Senadores, Senadoras, telespectadores.

Eu queria só fazer um apelo a V. Exa., dentro do possível, naturalmente, né? Eu ficarei aqui. À hora que a senhora achar necessário, se não tiver nenhum Relator no plenário, eu tenho um requerimento, sobre o qual falei com a senhora no Plenário, que trata de uma audiência pública, cujo título é "Por que não à guerra e sim à paz?". É baseado num projeto que já aprovamos nas Comissões – o Senado deve aprovar hoje à tarde –, por meio do qual se cria, então, uma federação de líderes, o chamado Projeto de Resolução 45, que cria a Frente Parlamentar pela Paz Mundial. Aí eu já teria os convidados, todos. Eu queria só aprovar o requerimento, mas estou sob a orientação de V. Exa..

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Senador, nós vamos fazer o seguinte, nós vamos colocar em votação se os Parlamentares aceitam que ele entre em extrapauta. Eu também subscrevo o seu requerimento, eu o vi ontem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é perfeito, maravilhoso. E aí eu faço... Como só tem o Senador Zequinha Marinho aqui, ele faz a leitura do relatório dele, e a gente lê em bloco os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – O.k..

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive tem um meu também extrapauta para audiência pública. Então, vamos primeiro votar a inclusão de itens extrapauta. São itens não polêmicos, nós já temos este acordo aqui na Comissão: nada polêmico entra extrapauta. São requerimentos de audiências públicas.

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, ele já está na pauta, Senador. Em mais alguns minutinhos, eu já devolvo a palavra para o senhor fazer a defesa do seu requerimento, o.k.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – O.k., obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3079, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre assistência humanitária para translado de corpos ou restos mortais de brasileiros falecidos no exterior, em casos de comprovada vulnerabilidade financeira da família.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CRE, em deliberação terminativa.

Em reunião realizada em 03/12/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

Em reunião realizada em 10/12/2025, a matéria foi retirada de pauta.

A autoria é do ilustre Senador Romário; e a relatoria, do ilustre e querido Senador Zequinha Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia.

Eu solicito autorização para ir direto à análise do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Do ponto de vista constitucional, o projeto é adequado, pois se fundamenta nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade (art. 1º, III, e art. 3º, I, da Constituição Federal), além de estar em consonância com a diretriz de assistência e proteção aos brasileiros no exterior.

Trata-se de matéria de competência legislativa da União, que detém atribuição exclusiva para legislar sobre relações exteriores e competência concorrente para tratar de assistência social, conforme os arts. 22, I, e 24, II, da Constituição.

Sob o prisma legal, o texto harmoniza-se com normas já existentes, como a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), que assegura proteção consular a nacionais no exterior; o Decreto nº 12.535, de 26 de junho de 2025, que altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, para prever hipótese excepcional de custeio de traslado de corpo de nacional falecido no exterior; e a Lei da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que define a assistência social como política pública voltada à proteção de pessoas em situação de necessidade.

A proposta é socialmente relevante e atende a uma lacuna normativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao permitir o custeio público, em caráter excepcional, do translado de corpos de brasileiros que falecem no exterior sem recursos, o projeto confere dimensão prática aos valores da dignidade e da solidariedade humanas. O texto apresenta ainda rigorosos critérios de elegibilidade, o que impede a concessão indevida do benefício e resguarda o equilíbrio orçamentário.

Entre os pontos fortes da iniciativa, destacam-se seu caráter humanitário, a adequação aos princípios constitucionais e a capacidade de reforçar o papel protetor do Estado em momentos de extrema dor das famílias. Ademais, o projeto confere segurança jurídica e uniformidade a procedimentos atualmente tratados de forma casuística pelo Itamaraty.

Quanto ao impacto legislativo, o projeto tende a ter repercussão positiva. Seu custo orçamentário é relativamente baixo e episódico, limitado à ocorrência de casos excepcionais, considerando que o translado internacional de restos mortais tem custo médio entre cinco e quinze mil dólares, e o número de brasileiros falecidos no exterior em situação de vulnerabilidade é reduzido. O impacto político e social, por sua vez, é significativo: a medida reforça a imagem do Estado brasileiro como garantidor de dignidade também após a morte, promovendo confiança e senso de pertencimento entre cidadãos que vivem ou viajam para o exterior.

Em conclusão, o projeto de lei em tela é constitucional, juridicamente adequado e socialmente meritório. Concretiza valores fundamentais e supre uma lacuna na política de assistência consular, ainda que dependa de ajustes técnicos para assegurar sua exequibilidade orçamentária e administrativa.

Recomenda-se sua aprovação com aperfeiçoamentos que garantam a previsão de recursos na lei orçamentária e a fixação de prazo razoável para análise e concessão do benefício.

Trata-se de uma iniciativa que, com os devidos aprimoramentos, contribui para humanizar a atuação do Estado brasileiro diante de circunstâncias de dor e vulnerabilidade extrema, reafirmando a dignidade da pessoa humana como valor central da República.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 3.079, de 2025, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 3.079, DE 2025

Dispõe sobre a assistência humanitária para o translado de corpos ou restos mortais de brasileiros falecidos no exterior em situações de comprovada vulnerabilidade financeira da família e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído auxílio financeiro excepcional destinado ao custeio do translado ou da cremação e do envio dos restos mortais de brasileiro falecido no exterior, quando comprovada:

I – a nacionalidade brasileira e o falecimento ocorrido em território estrangeiro;

II – a inexistência de recursos financeiros da família, comprovada por declaração de hipossuficiência e documentos fiscais que atestem renda familiar inferior a um salário mínimo *per capita*;

III – a solicitação formal da família, com anuência prévia quanto às providências a serem adotadas, inclusive cremação, quando técnica ou logisticamente recomendável.

Art. 2º O auxílio será concedido mediante:

I – manifestação favorável do órgão responsável pela assistência a cidadãos brasileiros em situações de emergência no exterior;

II – certificação da repartição diplomática ou consular quanto à incapacidade financeira da família e à veracidade dos documentos apresentados;

III – autorização expressa do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 3º A análise dos pedidos e a decisão sobre a concessão do benefício deverão ocorrer no prazo de 15 dias úteis, ressalvados casos excepcionais devidamente justificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 4º Não será concedido o auxílio às famílias que:

I – disponham de seguro-viagem internacional, plano funerário ou apólice que cubra repatriação;

II – possuam bens ou renda suficiente para arcar com os custos;

III – utilizem o benefício como substituto de recursos próprios.

Art. 5º O auxílio consistirá exclusivamente no custeio da cremação, translado ou envio de cinzas ao Brasil, observados os limites de gastos regionalmente estabelecidos em regulamento, com posterior prestação de contas detalhada à autoridade consular responsável.

Art. 6º O regulamento desta Lei deverá conter:

I – os critérios objetivos para aferição da hipossuficiência financeira;

II – os procedimentos administrativos para solicitação, análise e concessão do benefício;

III – os limites de custos por região, critérios de priorização e meios de comprovação documental;

IV – mecanismo de transparência e controle social sobre a aplicação dos recursos.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica consignada ao Ministério das Relações Exteriores, podendo ser suplementadas, se necessário, por meio de créditos adicionais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era este o substitutivo, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Relações Exteriores, em deliberação terminativa.

Senador, parabéns. Eu acho que o senhor aperfeiçoou a matéria com o substitutivo e as famílias do Brasil que têm parentes fora estão acompanhando. Eu acho que estava na hora de a gente dar uma resposta. Nossos gabinetes, o tempo todo, são acionados por situações semelhantes de alguém que morreu lá fora e a família tão somente quer a cinza ou o corpo e, tendo esse auxílio com esses critérios que o senhor estabeleceu, eu acho que a gente dá uma resposta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por mais que gente considere, está mexendo com o dinheiro público, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O dinheiro público precisa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se o Senador Zequinha me permite...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Independentemente da questão pecuniária, da questão do dinheiro público, do suporte, eu creio que uma das maiores desumanidades que existe nesse processo é o tempo – é o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, minha querida Presidente, eu conheço não um caso, eu diria que mais de algumas dezenas de casos de pessoas que têm recursos – não é problema de financiamento, não é problema de recurso –, mas não conseguem – a burocracia é tão grande – transladar o corpo ou as cinzas. É um negócio absolutamente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prolongando dor e sofrimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vou relatar um caso de um amigo meu de infância que perdeu a mãe numa dessas ilhas do Caribe.

Presidente, Senadora Damares, minha amiga, nós levamos quase seis meses para conseguir transladar o corpo, tamanha é a burocracia e tamanha é a falta de sensibilidade, em algumas vezes, não só das autoridades do país onde aconteceu o fato, como também da nossa diplomacia, que, muitas vezes, nem sequer dá atenção. E aí as pessoas precisam recorrer a um Senador, a um Deputado, a um Governador, a um Prefeito de capital, a alguém que tenha algum acesso à Chancelaria brasileira para falar com o Chanceler, para que o Chanceler promova uma ação junto ou à embaixada ou ao consulado daquele país. Portanto, além da questão financeira, tem uma questão humanitária.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu faço questão de fazer essa colocação porque nós deveríamos estabelecer – eu não quis interromper a leitura do relatório – prazos para a diplomacia brasileira. É inadmissível. A pessoa morre, vai ao IML do país onde ela estava, tem o laudo, é embalsamada, etc., e a família que se vire, porque, lamentavelmente, não tem prioridade, não tem atenção, a não ser que seja uma grande hecatombe, como, por exemplo, estarem isolados por causa da guerra da Ucrânia. Aí nós mandamos avião, mandamos tudo, para trazer os brasileiros; aí tem propaganda, tem tudo. Bacana! Mas, quando é um cidadão ou uma cidadã que morre no exterior, é absolutamente desumano o que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixo aqui esse depoimento porque não foi uma vez, mas já foram algumas dezenas de vezes em que eu acabei tendo que interceder para ajudar famílias que queriam ter o simples direito de poder enterrar, no solo pátrio, o seu ente querido que faleceu no exterior.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Complementando, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu já tive oportunidade também de ajudar famílias desesperadas com pessoas que morreram fora. Tudo o que o Senador Eduardo Braga coloca aqui é mais do que verdade, e a gente tem enormes tropeços, falta de atenção. A gente precisa, digamos assim, instrumentalizar as embaixadas e também os consulados para terem um cuidado, porque senão aquilo que se deseja, de que se fala tanto, que o Estado protege, que o Estado é isso, que o Estado cobre... Estamos aqui aprovando uma lei que só realmente quem não tem nada na vida pode ter acesso a ela.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas já que não tinha nenhuma, não tinha nada... E a dificuldade é tão grande que eu acho que na Comissão de Economia, ali na frente, onde ela vai ter que ser analisada, temo que o Governo mande parar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hum-hum.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... porque já estão pressionando aqui no nascedouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas Senador Zequinha, eu sou membro da CAE e quero assumir um compromisso com a Presidente e com V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo, também sou membro lá.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maravilha!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de adotar o relatório de V. Exa. e cuidar para que nós possamos, inclusive lá na CAE...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... onde, parece-me, que será terminativa a matéria, nós possamos inclusive aditar, não com recursos, porque esses não precisam de recursos, mas aditar no relatório de V. Exa. a questão ...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Do prazo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do prazo para que a Chancelaria brasileira faça as providências legais e burocráticas para que o cidadão brasileiro possa retornar ao solo pátrio para poder ser enterrado ou cremado de acordo com a vontade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Estou feliz. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Nós vamos para o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, nós vamos deliberar o item 2, porque ele é terminativo. Enquanto a gente vai colhendo os votos, a gente lê o seu requerimento depois, o.k.?

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1020, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, em deliberação terminativa.

Está na pauta hoje porque nós estamos no mês da mulher e porque este Relator brigou muito, eu preciso deixar isso muito claro.

Autoria: Deputada Célia Xakriabá.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para a leitura do seu relatório.

Estamos numa expectativa muito grande de aprovar esse projeto hoje aqui, Senador.

V. Exa. tem a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Minha querida Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. por ter me distinguido com a honra de poder relatar esse projeto e agradecer a V. Exa., pois, sempre que V. Exa. se manifesta em torno do nosso trabalho, é sempre com muito carinho e respeito, e a recíproca é absolutamente verdadeira. Em inúmeros projetos que eu relatei nesta Casa, V. Exa. apresentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas, trouxe temas absolutamente relevantes e, independentemente de ideologia, cor partidária.

Eu vou dizer a V. Exa. que a demonstração que nós estamos dando hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos é exatamente a demonstração de que é possível, sim, na democracia, nós podermos divergir, respeitar e construirmos ao invés de destruir.

A Deputada Célia Xakriabá é do Psol, portanto, extrema esquerda; V. Exa. é do PL, de direita, e eu sou do MDB, de centro, mas todos nós convergimos em torno de uma questão humanitária: o direito de proteção à mulher, independentemente de cor, raça ou condição social. Por quê? Porque, no caso específico deste projeto, nós estaremos tratando da violência contra a mulher indígena.

O meu estado tem a maior população indígena do país. Minha esposa é neta de índia, e de índia que vivia em tribo. As minhas filhas têm uma bisavó ticuna, de Santa Rita do Weil, no Alto Solimões. E, veja que coisa é a miscigenação neste país: o bisavô das minhas filhas era alemão, que fugiu da Alemanha por causa do nazismo, e, quando Getúlio tendeu para o nazismo, ele, que morava no Rio de Janeiro, foi se esconder onde o vento fazia curva. Ele foi para o Alto Solimões e fundou uma cidade chamada Santa Rita do Weil – um distrito, que era uma tribo ticuna – e lá conheceu a avó que acabou gerando os filhos com ele. E o seu Roberto Backsmann acabou se casando com uma outra senhora, uma outra moça na época, a D. Áurea, que era filha, imagine, de ticuna peruano – nem brasileiro era – com cearense. Olhe a mistura! Então, a minha mulher é braba para burro... (*Risos.*)

... porque ela tem o sangue alemão, o sangue ticuna brasileiro, o ticuna peruano e o cearense.

Então, em homenagem não só à minha esposa, às minhas netas, mas a todas as mulheres...

Ah, desculpe, eu disse que a senhora era do PL e a senhora é do Republicanos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Desculpe.

Mas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem sabe o senhor não profetizou?

Quem sabe?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, quem sabe?

Então, eu estou dizendo que, independentemente do carinho e do respeito que tenho pela bisavó das minhas netas, eu estou relatando este projeto, a exemplo de outros projetos que já apresentei, inclusive, em defesa da proteção da mulher e do combate à violência contra a mulher.

Então, como a V. Exa. já disse, este projeto é o Projeto de Lei 1.020, de 2023, da Deputada Célia Xakriabá, do Psol.

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto de lei já referido, da Deputada já referida, que institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas.

A proposição contém três artigos, dos quais o primeiro estabelece o objetivo da lei, repetindo o conteúdo da ementa. O segundo institui o referido dia nacional, a ser celebrado em 5 de setembro de cada ano.

E, Presidente, 5 de setembro é exatamente o dia em que o Amazonas foi elevado à condição de província. Então, olhe a coincidência: o estado que tem a maior população indígena do país e a maior diversidade indígena do país, celebra, no dia 5 de setembro, o dia da sua elevação à província, e é exatamente esse dia que a Deputada Célia escolheu para celebrarmos o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas.

O art. 3º, por fim, prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito a garantia de direitos humanos, direitos da mulher e direitos das minorias étnicas, e decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

A proposição atende aos preceitos constitucionais e às normas de técnica legislativa.

O projeto revela-se oportuno e necessário ao instituir o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas, a ser lembrado anualmente em 5 de setembro. Possui como objetivo trazer visibilidade a uma realidade marcada por agressões, coerções e intimidações que, historicamente, permanecem subnotificadas e invisibilizadas, sobretudo quando atingem mulheres indígenas, frequentemente situadas na interseção entre discriminações de gênero, raça, etnia e vulnerabilidades territoriais.

Os dados disponíveis reforçam a gravidade do problema. Segundo a autora do projeto, a nobre Deputada Célia Xakriabá, entre 2007 e 2017, pouco mais de 8 mil notificações de violência contra mulheres indígenas constaram no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, quadro que se agrava diante de obstáculos adicionais, como isolamento geográfico e barreiras linguísticas, além da barreira tecnológica, porque, via de regra, essas comunidades não têm acesso à internet ou a qualquer meio de transmissão de dados.

Soma-se a isso a evidência ainda mais dramática: entre 2003 e 2022, o feminicídio de mulheres e adolescentes indígenas cresceu, Senadora Damares, 500%...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Quinhentos por cento!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Notificado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Notificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... conforme estudo da Universidade Federal do Paraná, o que demonstra uma escalada de letalidade que não pode ser naturalizada nem tratada como fenômeno periférico.

A escolha do 5 de setembro, coincidente com o Dia Internacional da Mulher Indígena e coincidente também com o Dia da Elevação do Amazonas à Categoria de Província, reforça o sentido pedagógico e simbólico da proposta, ao conectar a data à memória de resistência e à necessidade contemporânea de enfrentamento do machismo, do racismo e de outras formas de vulnerabilização e de discriminação.

Quero registrar a presença da autora do projeto aqui, ao meu lado, e parabenizá-la pessoalmente – já o fiz aqui, na tribuna – pela iniciativa do projeto.

Além disso, a instituição da data assume especial relevância para unidades federadas com forte presença indígena, como o Estado do Amazonas, que represento no Senado da República, que abriga numerosas comunidades em contextos territoriais diversos e, muitas vezes, de difícil acesso. Nesses ambientes, mulheres indígenas enfrentam violência doméstica, sexual e patrimonial, com agravantes concretos: distância de serviços urbanos, escassez de equipamentos especializados, limitações de transporte e comunicação.

Por fim, também no Amazonas, o marco nacional tende a ampliar legitimidade simbólica e visibilidade institucional para políticas locais, contribuindo para atrair atenção administrativa e recursos, enfrentando um problema ainda amplamente subnotificado, especialmente em áreas remotas, como o Alto Rio Negro – e eu adito aqui: o Alto Solimões, o Alto Juruá, o Alto Purus, onde se concentram as grandes populações indígenas, e também a cidade de Manaus.

Por incrível que pareça, Senadora, Manaus tem uma população indígena de mais de 50 mil pessoas, das quais a maioria é mulher. Portanto, inclusive Manaus tem uma grande população indígena.

Trata-se, portanto, de instrumento de mobilização contínua do poder público e da sociedade civil para que a proteção às mulheres indígenas seja tratada como prioridade permanente, e não como uma pauta episódica ou um evento isolado.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.020, de 2023, de autoria da Deputada Célia Xakriabá, aqui presente, na nossa Comissão, que me dá a honra de, na sua presença, ler o relatório e proferir o voto a favor do eminente projeto.

Agradeço mais uma vez e cumprimento mais uma vez V. Exa. pela iniciativa e por ter me distinguido com a relatoria deste projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator.

Em discussão.

Eu vou participar da discussão, mas eu vou fazer o seguinte: eu vou dar por encerrada a discussão, abrir a votação – porque ela é nominal... Como é terminativo, encerra aqui esse projeto, daqui já vai para a sanção. O MPI está aqui e vai trabalhar para ser sancionado logo esse projeto, não é isso, MPI? Aí, Senador, só vou abrir aqui o painel para votar se o senhor fizer um compromisso comigo agora na frente da autora. A data é 5 de setembro. Então, nós vamos fazer no seu estado – o senhor vai me convidar – o primeiro evento do Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas, está combinado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está combinado. E este ano, mesmo sendo ano eleitoral...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dá para a gente fazer

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dá para a gente fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dá para a gente fazer um evento bonito lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Um evento muito bonito. E quero aqui convidar a autora do projeto para que, junto com a senhora, estejam presentes no Amazonas, e nós faremos uma bela celebração desse dia, para chamar a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só da nação brasileira, mas do mundo inteiro para a violência contra as mulheres indígenas, que acontece não apenas no Brasil. A violência contra a mulher indígena acontece, lamentavelmente, em todo o mundo, mas, como o Brasil tem nos seus povos originários uma grande população preservada, tenho a certeza de que nós acabaremos fazendo com que esta data tenha relevância internacional.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, como nós estamos na discussão e não abriu o painel ainda – segura aí –, aproveitando que a autora está presente, eu queria propor uma adequação que não é emenda modificativa, seria apenas uma de redação. O projeto é de 2023. Depois que a Deputada apresentou, nós lutamos anos para a gente aprovar o Dia Nacional da Menina no Brasil, e a gente conseguiu aprovar lá na Câmara, com uma participação enorme do Psol, e a gente conseguiu aprovar aqui no Senado.

A autora e o Relator se importariam – é uma sugestão, e o senhor acata ou não – que a gente instituísse o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra Mulheres e Meninas Indígenas.

É possível?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a concordância da autora, eu acato a emenda de V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De redação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... feita oralmente, de redação, e absorvo ao texto.

E já votaremos, portanto, com a sugestão de V. Exa. incorporada ao texto do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., recepcionada como uma emenda de redação, não volta para a Câmara e a gente aprova só essa adequação à redação.

Então, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todos os assessores, por favor, agora ligando para os seus Parlamentares, para a gente depositar o voto.

Nós já temos... Ó, já temos quatro votos.

Deputada, não é permitido, não é regra regimental que uma Parlamentar, uma Deputada fale. Mas, como eu sou conhecida como a Senadora que quebra protocolo, enquanto os Senadores estão depositando o voto, eu vou lhe conceder a palavra, porque eu acho que é histórico, importante a senhora estar aqui, neste momento, participando da votação de um projeto de lei de sua autoria.

Por cinco minutos, pode ser, Deputada?

Vai ser uma alegria ouvi-la.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. Para expor.) – Obrigada, Senadora, Presidenta Damares, por essa quebra de protocolo.

Agradeço aqui ao Senador do Amazonas.

É muito importante, ao chegarmos – e essa é a minha primeira legislatura –, dizer que, por muitas vezes, a gente chega aqui nesta Casa e nós sabemos o nosso ponto de divergência. Mas é muito satisfatório também nós compreendermos que o enfrentamento, que o combate à violência a mulheres e meninas no Brasil, em se tratando aqui do recorte a meninas e mulheres indígenas, é uma questão para além da questão partidária ou política: é uma questão humanitária.

Muito me orgulha a maneira como ela foi articulada aqui no Senado, nesta Comissão, que é terminativa, Presidenta e nobre Relator Eduardo Braga, porque nós sabemos que o enfrentamento à violência a meninas e mulheres indígenas precisa ser incorporado como uma questão dos homens. E ter um Senador homem aqui relatando essa importante matéria diz muito sobre o estado que tem a maior população indígena, diz muito sobre o Brasil, pois hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós somos 1,7 milhão e, provavelmente, no recorte de mulheres, assim como no censo passado, nós somos mais que metade da população. E hoje, nós só podemos fazer uma política boa se nós também formos cuidadas, porque nós sabemos que é muito mais do que uma pandemia da violência: quando matam uma menina, uma mulher indígena, estão matando a cada mulher! Nós teríamos que tratar, cada vez que se mata uma menina, uma mulher indígena, como uma questão de morte da humanidade.

Agradeço aqui todo o esforço das assessorias parlamentares, do Ministério dos Povos Indígenas sobre esse diálogo, da assessoria desta Casa, da assessoria do senhor, que ontem nos procurou ainda no Congresso, quando se estava votando a matéria do Antes que Aconteça, inaugurando a Sala Lilás. Nós precisamos proteger meninas e mulheres indígenas antes que aconteça, porque infelizmente nós não podemos ressuscitar uma mulher. Elza Soares fala que nós somos mulheres do fim do mundo, e eu tenho dito, Senador, que com o nosso trabalho nós podemos adiar o fim das outras. Disto eu tenho certeza: o senhor, relatando esse projeto, vai poder ajudar a induzir uma política para adiar o fim de tantas meninas.

Senadora, a senhora falou para, inclusive, colocar "Meninas"... Eu considero isso muito importante, porque muitas vezes a gente discute aqui, dentro desta Casa, falando do direito da menopausa – e é muito importante essa saúde também –, mas existem meninas que não têm direito nem à segunda menstruação, porque são mortas pela violência sexual, são mortas pela violência, que, hoje, nós sabemos que é uma das maiores causas da mortalidade de mulheres. Por isso, nós só podemos ser boas Senadoras e bons Senadores, só podemos ser boas Parlamentares se nós formos boas humanas.

Esta Comissão de Direitos Humanos, hoje, vota um projeto histórico. São 526 anos de Brasil! No dia 5 de setembro, poder ter o dia de conscientização, o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres – e, agora, Meninas – Indígenas... É ano de eleição, mesmo, mas eu já faço este compromisso: vou chamar o compromisso agora para a gente fazer isso também no nosso Estado de Minas Gerais, senão o senhor não me ajuda. (*Risos.*)

Mas quero dizer que... Inclusive, eu sou uma Parlamentar diferente. Eu queria que pudesse ter... A Amazônia tem a maior participação indígena, mas eu tive que ser uma Parlamentar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quatro vezes ao Amazonas, a Manaus, à região; fui ao Pará mais de seis vezes, fui ao Nordeste brasileiro. É um desafio muito grande.

Nós reconhecemos – já para encerrar aqui – a importância, num momento histórico do Brasil, quando o enfrentamento ao feminicídio, à mortalidade de mulheres... Eu, que sou de um estado... Inclusive, agradeço aqui todo o posicionamento firme das pessoas na situação do juiz, porque nós precisamos proteger meninas e mulheres, porque certamente não é sobre feminicídio somente. Eu falo "mulhericídio", porque, quando nos deixa vivas, mata a nossa alma, mata o nosso encantamento, tenta matar o nosso sorriso de fazer...

Eu sei que estar na política é um jeito muito duro, e esta Casa do Senado... Hoje é o dia mais feliz em que eu estou no Senado. Eu me sinto em casa, porque diversas vezes eu tive que vir aqui para fazer enfrentamento. Saber que, mesmo tendo caminhos de complexidade, de polarização política, pela vida de meninas e mulheres indígenas, que se trata como uma causa humanitária, este Senado brasileiro dá um passo importante, porque só podemos fazer transformação se estivermos vivas, mulheres boas, mulheres indígenas. Inclusive hoje é reconhecido que mulheres indígenas, povos indígenas são uma das últimas soluções para as questões climáticas. Então, vocês estão votando também pela vida de mulheres em defesa do planeta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputada.

Chegamos ao quórum já?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ainda não, Presidente.

Eu queria pedir a V. Exa. ainda... (*Pausa.*) Ainda faltam, acho, três votos... (*Pausa.*) Não?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já deu, já deu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, já deu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já podemos abrir?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu só queria fazer aqui um comentário no que a Deputada Célia colocou.

Lá no Amazonas existe uma indígena chamada Vanda Witoto, e a Vanda tem um trabalho muito grande desenvolvido em torno das comunidades indígenas e em torno dos direitos dos indígenas e das mulheres indígenas. Então, eu quero dizer que não só estamos votando isso em homenagem a todas as mulheres indígenas... Eu até fiz a menção da minha família: a bisavó das minhas filhas era ticuna, tribal.

Portanto, eu quero aqui também fazer menção ao trabalho da Vanda Witoto e de todas as mulheres indígenas lá do meu estado que dedicaram a sua vida a essa luta, para a construção de políticas públicas que possam melhorar e assegurar às mulheres, indígenas ou não, uma vida melhor e uma cidadania plena, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos abrir, mas, antes de a gente abrir, calma! Eu vou me dirigir ao Estado do Amazonas, eu preciso fazer isso.

O Senador Eduardo Braga é conhecido como Senador, Deputada, das grandes causas neste Senado: tributária, confusões na área econômica, as grandes relatorias. Aí, quando esse projeto chegou aqui, alguém disse: "O Senador Eduardo Braga quer relatar". Eu falei: "Eduardo Braga?". Mas ele não só quis relatar; ele foi atrás de mim.

Amazonas, ele brigou tanto por essa relatoria! E ele fez um voto em tempo recorde e brigou tanto para estar sentado aqui, ainda no mês de março, para fazer essa entrega! E isso, Senador, me emocionou muito, porque o Senador, que ocupou grandes cargos, vir para esta Comissão para uma matéria tão sensível – em que todo mundo ia dizer que é uma mulher que ia querer ser Relatora –, mostra compromisso com o seu estado, Senador, por ser um estado com um número enorme de mulheres e meninas indígenas, mostra compromisso com o seu povo e mostra compromisso com todas as mulheres do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, Dorinha, em todas as nossas pautas femininas, o primeiro voto que a gente pode contar é com o do Eduardo Braga, mas, ao vir a esta Comissão e brigar por essa relatoria, o senhor nos emociona, o senhor nos deixa extremamente encantados com sua disposição em proteger mulheres e meninas indígenas – não só do seu estado, mas de todo o país.

Eu precisava fazer esse registro. O senhor sabe da minha admiração que eu tenho pelo senhor – uma admiração antiga –, mas eu precisava fazer esse registro, e que seu estado reconheça isso. Que Deus o abençoe! Em nome de todas as mulheres e meninas indígenas, muito obrigada, Senador!

Deputada, muito obrigada! A senhora veio, entrou no mandato e fez um trabalho incrível. Que seu estado também reconheça o trabalho que a senhora tem feito neste Parlamento! A gente diverge – nós estamos em partidos totalmente diferentes –, mas é como a senhora disse: na hora da defesa da vida, as diferenças políticas ficam de lado e nós estamos juntas. Que Deus também a abençoe na sua caminhada, neste ano de reeleição, que vocês sejam abençoados.

Então, agora, nós vamos abrir o painel, e eu tenho certeza do resultado.

Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns! (*Palmas.*)

Por unanimidade, está aprovado o Projeto de Lei 1.020, de 2023, que institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres – e meninas – Indígenas, a ser celebrado no dia 5 de setembro de todo ano.

Vai para a sanção presidencial e aqui o pedido à Liderança de Governo, ao Ministério dos Povos Indígenas que trabalhem para que isso seja entregue, se possível, ainda neste mês, porque é uma matéria fácil de ser sancionada. Se possível, ainda neste mês.

Obrigada a todos que estiveram envolvidos, às assessorias, todos que estiveram envolvidos para a aprovação desse projeto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

Nós vamos a um requerimento do Senador Paim.

Depois a gente volta ao projeto da Senadora Dorinha.

O Bonetti também já está *online*.

Senador Paim, nós vamos pedir para o senhor fazer apenas uma leitura rápida para a defesa do seu requerimento. Ele foi o primeiro a chegar e fez esse pedido.

É o Requerimento, extrapauta, nº 48.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "Por que não à guerra e sim à paz?"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Senador Paim, para a defesa do seu requerimento.

Na sequência, a gente volta para o Senador Bruno Bonetti e, depois, para a Senadora Dorinha.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, mais uma vez, agradeço a sua sensibilidade em ter colocado o requerimento, extrapauta, porque eu entendo que ele vem em um momento fundamental e esta Comissão tem toda a legitimidade de fazer um debate sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. permitir, eu vou direto à justificativa, já que a introdução V. Exa. a fez com a competência de sempre.

Justificação.

Grande parte do mundo está em guerra. Crianças, jovens, pessoas inocentes estão no meio dos conflitos. Muitos feridos e milhares de mortos.

Na Guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro, só como exemplo, no primeiro dia do conflito, uma escola infantil foi bombardeada. Repito: uma escola infantil foi bombardeada, matando 175 pessoas, sendo 150 das vítimas crianças que estavam na sala de aula.

Segundo a ONU e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, mais de 100 conflitos estão acontecendo, principalmente nas regiões da Ucrânia, do Irã, da Faixa de Gaza, de Israel e do continente africano.

Os mais afetados são sempre os mesmos: crianças, idosos, mulheres, enfim, os mais vulneráveis, enquanto os senhores da guerra continuam nos seus palacetes.

Lembro aqui, com uma certa emoção, de Bob Dylan, que cantou a música Mestres da Guerra. Diz ele nessa música: "Vocês que fabricam grandes armas, vocês que fabricam aviões de guerra letais, vocês que fabricam bombas... vocês que se escondem atrás de muros, vocês que se escondem por trás das mesas".

Lembro-me também de John Lennon e Yoko Ono, com a canção Imagine, nos convidando a sonhar com um mundo sem guerras. Diz a canção: "Imagine todas as pessoas compartilhando o mundo inteiro [...]. Imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz [...] e o mundo será como um só".

O Projeto de Resolução 45, de 2025, que criou a Frente Parlamentar pela Paz Mundial, de autoria do Senador Flávio Arns, com a minha relatoria, foi sugerido pelo grande humanista Dr. Ulisses Riedel, que foi constituinte comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A frente busca fortalecer a atuação do Congresso em defesa da paz mundial. Por isso, há a importância de aprovarmos, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, esse requerimento, para fortalecermos o amor à paz e não à guerra.

Presidente, rapidamente, só citarei o nome dos convidados: o Dr. Ulisses Riedel, advogado que sugeriu essa Frente Parlamentar da Paz, que é um homem que caminha pelo Brasil e pelo mundo sempre nessa visão de defender a paz; o Senador Flávio Arns, autor do projeto; um representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; um representante do Ministério das Relações Exteriores; um mestre de relações internacionais; o Sr. Marcelo Zero, especialista na área internacional; e o consultor do Senado que acompanhou e ajudou na elaboração do texto do projeto, que votaremos – já está acordado, por unanimidade e por todas as informações do Colégio de Líderes e do Presidente Davi – hoje à tarde, no Plenário.

Este é o requerimento.

Entendi eu, Sra. Presidenta, que esta Comissão, presidida por V. Exa., deveria fazer o primeiro debate sobre a importância de combatermos a guerra e defendermos a paz em todo o mundo.

É isso, Presidenta Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 48, do Senador Paim, para a realização de uma audiência pública para debater "por que não à guerra e sim à paz?".

Parabéns, Senador Paim.

Nós, agora, vamos fazer uma pequena inversão de pauta.

O item 5 da pauta é terminativo, e a gente vai ter todo aquele trabalho de ficar colhendo votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós vamos ler o item 5, do qual a Relatora é a Senadora Professora Dorinha, que está presente – ela vai fazer a leitura –, e, depois que ela fizer a leitura, enquanto a gente recolhe os votos, a gente também já vai fazer a leitura do voto do Senador Bonetti, que também está *online* desde cedo.

São dois itens da Dorinha. (*Pausa.*)

É, o 4 e o 5.

Então, Dorinha, você lê o 4, e a gente faz a votação já do 4, o.k.? E depois você faz a do 5, porque você vai precisar sair; e, mesmo que você saia, a gente fica colhendo os votos do item 5. Pode ser?

Item 4, Dorinha.

Pode ir direto à análise, inclusive, tá?

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4403, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 do Senador Eduardo Girão.

Observações:

Tramitação: CDH e, posteriormente, à CE em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Quero agradecer também ao Senador, pela compreensão, em virtude de horário de voo.

Então, eu vou direto para o projeto de relatoria nº 4.

Consoante todos os requisitos do Regimento Interno, compete a esta Comissão, então, todo o amparo legal.

Passo direto para o tema principal.

Identificamos a importância de preparar os educandos para o exercício da cidadania. A democracia pressupõe a inclusão de todas as pessoas, por serem iguais em dignidade humana fundamental, de modo que, nesse contexto, o preconceito e a discriminação são antiéticos e antitéticos ao exercício da cidadania.

Logo, entendemos que o PL nº 4.403, de 2024, tem seu mérito firmemente lastreado num dos pilares fundamentais de nossa ordem política e social, o pluralismo democrático. Inobstante, é oportuna a análise da proposição por este Colegiado, para que possamos lapidar, com zelo técnico, algumas de suas facetas.

Observamos que a proposição prevê o acolhimento da vítima pelo conselho tutelar. Porém, conforme dispõe o art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o conselho tutelar é órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, que são a maioria, mas não a totalidade dos educandos. Como o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente impõe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental o dever de comunicar ao conselho tutelar os casos de maus-tratos, negligência ou abuso envolvendo seus alunos, ainda na hipótese legal da participação desse órgão em situações de discriminação contra crianças e adolescentes. Cabe-nos, portanto, alterar os incisos I e II do art. 4º da proposição, por questões de injuridicidade – não inovação no ordenamento jurídico – e por não serem aplicáveis a situações que envolvam educandos com idade maior do que 18 anos.

Da mesma forma, não vemos necessidade de prever, como faz o inciso III do art. 4º, que a denúncia será apurada pelos órgãos competentes, que já são regidos por normas específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tratando-se de um protocolo aplicável ao âmbito escolar, é mais apropriado prever medidas de conscientização, reparação, valorização da diversidade e promoção do respeito a todas as pessoas, especialmente às mais vulneráveis.

Notamos, ainda, que o inciso IV do art. 4º trata da criação de comissão no âmbito do conselho escolar, remetendo ao §1º do art. 14 da LDB, que trata da instituição desse órgão na educação básica. A função dessa comissão, de verificar o objetivo da lei ora examinada, está prevista apenas no art. 6º. Podemos assim articular melhor esses dispositivos, fundindo-os. No mesmo ensejo, lembrando que a educação básica compreende apenas pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, propomos eliminar a menção ao conselho escolar, para que a comissão também possa existir em estabelecimentos de ensino técnico profissionalizante e superior.

Com relação à Emenda nº 1, cabem algumas observações. A expressão “identidade de gênero” é mais abrangente do que "sexo biológico", identificado por características fenotípicas, genéticas e reprodutivas. A perspectiva de gênero acrescenta aspectos de personalidade e culturais, tais como a identificação da pessoa e os papeis sociais a ela atribuídos. Já a expressão de gênero é a forma como se apresenta externamente, por meio de vestimentas, maneirismos, atitudes e linguagem. Assim, entendemos que a identidade de gênero não se contrapõe ao sexo biológico, mas é um conceito mais amplo, pelo qual muitas pessoas infelizmente são discriminadas e agredidas, sendo a violência de gênero expressamente reconhecida na Lei Maria da Penha, pelo Conselho Nacional de Justiça e em inúmeras políticas públicas.

Finalmente, ressalvamos que a emenda proposta restringe a discriminação e o preconceito aos elementos citados na Lei nº 7.716, de 1989, que já teve a sua abrangência ampliada, valendo lembrar que outros fatores, como a condição de pessoa com deficiência ou idosa, são expressamente previstos no Código Penal e na Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015. Por essas razões, considerando ainda que a emenda suprime a menção a “outras formas de discriminação”, decidimos manter a redação original, que oferece proteção mais ampla.

Nosso voto, em razão do que já foi exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 4.403, de 2024, ficando rejeitada a Emenda nº 1, e dou uma nova redação em que eu organizo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, acho que não preciso ler a emenda porque já está no texto que eu acabei de apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em discussão o Projeto de Lei nº 4.403, item 4 da pauta: Projeto de Lei 4.403, de 2024, não terminativo, que dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino. De autoria da Senadora Teresa Leitão e relatoria da Senadora Professora Dorinha, que acabou de apresentar o seu voto, com uma emenda.

Em discussão.

Com duas emendas; voto favorável com duas emendas. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Projeto de Lei nº 4.403, de 2024, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com duas emendas, 2 e 3, da CDH, e pela rejeição da Emenda 1.

A matéria agora segue em deliberação terminativa à Comissão de Educação.

Parabéns, Senadora Dorinha.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3050, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para instituir medidas que assegurem os direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero no âmbito do turismo.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, em deliberação terminativa.

Em 04/11/2025, foi aprovado o parecer da CDR, favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente. Vou direto à análise.

No tocante à constitucionalidade material, verifica-se que o conteúdo proposto está em consonância com diversos preceitos da Constituição Federal. A proposição busca efetivar direitos fundamentais das mulheres à igualdade, à vida, à integridade física e moral, bem como à liberdade de locomoção, conforme previsto no art. 5º, *caput* e incisos. Contribui, ainda, para a concretização do direito à segurança e ao lazer, nos termos do art. 6º, e para o cumprimento do dever estatal de proteger e promover o bem de todos, sem preconceitos de sexo. A violência, como se sabe, constitui obstáculo à participação plena das mulheres em atividades sociais, culturais, econômicas e de lazer, inclusive no turismo. Nesse sentido, a iniciativa dá efetividade ao mandamento constitucional de redução das desigualdades, ao estabelecer parâmetros legais que assegurem turismo, mobilidade e espaços urbanos seguros para mulheres, reforçando, assim, o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana – art. 1°, inciso III.

Adicionalmente, a proposição não afronta cláusulas pétreas nem os direitos fundamentais de terceiros. Ao contrário, além de ser materialmente compatível com a Constituição, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhada com as recomendações de convenções internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e, ainda, à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nºs 5, 11 e 16, que tratam, respectivamente, da promoção da igualdade de gênero; da adoção de medidas para tornar as cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis; e da construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

No que se refere à constitucionalidade formal, não há nenhum óbice à proposição em exame, uma vez que a União detém competência para legislar sobre a matéria e não se trata de tema reservado, nos termos do art. 48.

Quanto à juridicidade, a proposição não apresenta incompatibilidades com o ordenamento vigente.

Ademais, no que se refere à técnica legislativa, o texto observa as diretrizes da Lei Complementar nº 95. A redação é precisa, com artigos e parágrafos objetivos, incisos organizados de forma lógica e termos adequadamente delimitados. Utiliza linguagem direta e mantém plena coerência interna em seus dispositivos.

No mérito, a matéria é relevante e digna de ser acolhida.

Historicamente, mais precisamente no século XX, o Brasil passou a projetar internacionalmente uma imagem baseada no exotismo, na sensualidade e no corpo feminino como elementos centrais de atração turística. Essa estratégia associava a ideia de "beleza tropical" à figura da mulher brasileira em cartazes, campanhas e propagandas internacionais, com forte apelo a biquínis, carnaval, sol e mar. Longe de ser inofensivo, esse modelo contribuiu para consolidar uma rota internacional de turismo sexual e exploração, deixando como legado a vulnerabilização da mulher e a ampliação de casos de assédio, abuso, prostituição infantil e tráfico de mulheres.

Esse passado constrói uma responsabilidade histórica: o Estado brasileiro e o turismo brasileiro devem romper com essa tradição deixada pela mercantilização dos corpos e adotar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas que promovam segurança, dignidade e igualdade de gênero. Nesse sentido, o PL 3.050, de 2025, surge como instrumento jurídico necessário para corrigir distorções estruturais.

Ao instituir o princípio de igualdade substancial para o turismo, bem como diretrizes específicas de combate à violência de gênero e promoção de turismo inclusivo, o projeto confronta diretamente a herança da objetificação feminina, transformando o turismo em uma oportunidade de proteção e de respeito, e não de exploração.

A inclusão de mulheres como segmento especial de demanda no Plano Nacional de Turismo reconhece formalmente sua vulnerabilidade específica e legitima a adoção de políticas públicas voltadas para garantir o bem-estar e a segurança no exercício da atividade turística.

Do ponto de vista técnico e de planejamento urbano e de mobilidade, a introdução do critério de urbanismo sensível ao gênero – com exigência de infraestrutura segura para mulheres – e da obrigação de serviços de transporte por aplicativo oferecerem mecanismos adicionam camadas objetivas de proteção. Não se trata apenas de uma retórica simbólica, mas de medidas estruturais que reduzem riscos reais: zonas mal iluminadas, transporte inseguro, ausência de protocolos de proteção, ambientes onde o assédio e a violência prosperam.

Além disso, o PL insere a responsabilidade na cadeia de prestação de serviços turísticos, criando deveres claros e penalidades para empresas que descumprirem regras de segurança e respeito. Isso traz clareza jurídica, promove governança no setor e contribui para a erradicação de práticas exploratórias, inclusive a de turismo sexual.

Por fim, a aprovação do PL representa uma ruptura com o passado que objetificava a mulher como atrativo, e uma afirmação de um novo modelo de turismo – inclusivo, respeitoso, de qualidade, baseado nos direitos humanos. Ao redirecionar o olhar do turismo para a cultura, para a natureza, para a hospitalidade, para a diversidade social, em lugar da sexualização, o Brasil teve a oportunidade agora de reconstruir a sua imagem internacional de forma ética e sustentável, protegendo as suas mulheres e promovendo a justiça de gênero.

Em suma, o PL 3.050, de 2025, é um ato de promoção dos direitos das mulheres em consonância com as premissas constitucionais, os compromissos internacionais e as exigências éticas de uma sociedade democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relatora.

Que belo voto, que extraordinário voto!

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos à votação.

O voto é nominal, lembrando que esse projeto é terminativo na Comissão.

Eu peço que a Secretaria abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto nós vamos votando... Esse projeto tem apoio de todos os membros, Senadora Dorinha. Nós já conversamos com todos os membros. Sei que a senhora está com o horário corrido e, se a senhora quiser se ausentar, eu o conduzo, e daqui a pouco eu ligo e vou dizer para a senhora: "Com pura unanimidade".

Mas quero aproveitar que a Deputada Célia está aqui.

Deputada, esse projeto vai passar, vai para a Câmara, a sua assessoria está aqui: monitore esse projeto lá, nos ajude a aprovar também esse projeto lá na Câmara.

O painel está aberto para os Senadores depositarem seu voto.

Eu registro que, pela primeira vez, está conosco a nossa nova Senadora, que acabou de assumir, na semana passada, a Senadora Roberta Acioly, de Roraima. Olha aí, Célia, mais uma mulher, que, com certeza, tem uma identificação com as mulheres indígenas no estado.

Seja bem-vinda, Senadora Roberta! Esta Casa aqui é sua. Eu sei que você vai estar nesta Comissão com a gente, em substituição ao Senador Mecias. Seja muito bem-vinda à Comissão de Direitos Humanos, que é a Comissão das mulheres neste Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Muito grata pela recepção, querida Senadora Damares. Para mim é uma honra e um desafio muito grande estar assumindo o Senado. Mas estamos aí com muita vontade de fazer acontecer, de ajudar o nosso povo, o nosso estado e, claro, o nosso Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem-vinda!

O painel está aberto, já estamos com seis votos.

Assessorias, por favor, falem com seus Senadores.

Enquanto os Senadores depositam voto, nós vamos para o item 3 da nossa pauta, agradecendo imensamente ao Senador Bruno Bonetti pela compreensão da urgência da Senadora Dorinha.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6020, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a aproximação voluntária do agressor configura crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, ainda que consentida pela vítima.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: à CDH, à CSP e à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Federal Dra. Alessandra Haber.

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti para a leitura do seu relatório.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Damares.

Como eu esperei um pouquinho – e sempre esperarei pelas suas convocações, porque a senhora é minha grande professora nesta Casa –, eu queria que a senhora me permitisse fazer alguns registros.

O primeiro deles é pelo passamento do meu amigo Prof. Paulo Fernando, seguramente a melhor pessoa que eu conheci na política, um homem que devotou sua vida a cuidar dos pobres, um brasileiro da maior qualidade, que se foi prematuramente. Então, eu desejo condolências à família desse grande amigo botafoguense que a gente perdeu na semana passada.

Eu queria também fazer um registro muito especial, Senadora, porque ontem, dia 17 de março, fez 21 anos uma princesa chamada Ivy Faria. A Ivy é filha do Senador titular, meu amigo, meu irmão, o Senador Romário, e eu tenho muita gratidão pela vida da Ivy, porque a Ivy virou uma chave na cabeça do Romário e o nascimento dela fez o Brasil ter o Senador que mais cuida da inclusão. Então, Ivy, que Deus te abençoe! Você fez muito pelo Brasil quando você virou essa chave na cabeça do seu papai e fez dele um Senador que cuida tanto de quem mais precisa.

Antes de começar o relatório, Senadora, eu estava acompanhando aqui o voto do Senador Eduardo Braga e ele fez uma confusão, mas eu acho que uma profecia, dizendo que a senhora estava no PL; para nós do Partido Liberal, seria um sonho.

Enfim, eu vou ao relatório, Senadora.

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei nº 6.020, de 2023, de autoria da Deputada Dra. Alessandra Haber, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer que a aproximação voluntária do agressor configura crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, ainda que consentida pela vítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos da mulher e proteção à família, conforme previsto no art. 102-E, incisos IV e V, do Regimento Interno deste Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise por este Colegiado.

O projeto de lei sob análise visa sanar uma controvérsia jurídica que, muitas vezes, fragiliza a proteção da mulher em situação de violência doméstica ou familiar.

Atualmente, o descumprimento de medidas protetivas de urgência é um ilícito penal, conforme o art. 24-A da Lei Maria da Penha. Há, no entanto, decisões judiciais que afastam a configuração do crime no caso de consentimento da vítima para a aproximação do agressor.

Sem embargo, a proteção conferida pelo Estado à mulher em situação de violência doméstica é um direito indisponível, sendo irrelevante seu consentimento para a ocorrência do crime. Portanto, a alteração proposta pelo projeto amplia a segurança da vítima, ao impedir que o agressor utilize manipulação psicológica para obter seu perdão momentâneo e, assim, reinicie o ciclo de violência.

Além disso, o Estado tem interesse em ver respeitada a autoridade das decisões judiciais, um dos fundamentos do Estado democrático de direito que tanto defendemos. Nesse sentido, a medida protetiva é uma ordem judicial coercitiva que não pode ser revogada por vontade particular das partes sem análise do magistrado.

Diante do exposto, o projeto é meritório e institui medida de fortalecimento dos mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.020, de 2023.

Antes de encerrar, Senadora Damares, eu sugiro à Senadora Roberta – a quem eu desejo uma ótima passagem por esta Casa e dou boas-vindas – que faça como eu: cole na senhora, que o caminho vai ser facilitado. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Bonetti.

Senador Bonetti, antes de a gente ir para a discussão da matéria, eu também quero me unir ao senhor nos votos de pesar pela morte do Paulo. Não sei se o senhor sabe que o Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era o meu melhor amigo. Foi o meu primeiro amigo em Brasília, meu irmão, meu parceiro, amigo de lutas aqui dentro do Parlamento, mas amigo também na vida pessoal.

Paulo me acompanhou nos piores momentos da minha vida. Eu vi Paulo namorar, casar, ter os filhos, os filhos crescerem, irem para a faculdade. São 28 anos de parceria. A morte do Paulo me pegou num momento muito ruim. Eu não queria perder o Paulo, ninguém queria perder o Paulo. A esposa dele trabalha comigo. Ele deixou quatro filhos, sendo dois adolescentes ainda. Nós vamos ter que cuidar da família e continuar o legado do Dr. Paulo, um amigo, um parceiro, um irmão.

É o que você disse. Eu não me lembro, na política, de uma pessoa tão séria, tão íntegra, tão comprometida e que salvou, com seu trabalho silencioso, milhares de vidas. Inclusive, na hora do sepultamento, Bonetti, estava uma das meninas que ele salvou do aborto. Este era o trabalho do Paulo: ajudar mães que queriam abortar por falta de condição. Ele adotava essas crianças, adotava essas mães, ele cuidava. Há meninas na faculdade, meninos na faculdade que ele apadrinhou a vida inteira. Os afilhados estavam lá em volta do caixão, chorando, fazendo discursos. Foi muito emocionante o sepultamento do Paulo. Então, eu me uno a ti, neste momento, nesses votos.

Vamos discutir a matéria.

Projeto de Lei 6.020, de 2023.

O Relator acabou de fazer a leitura do voto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós estamos votando dois projetos, um nominal e um, agora, de forma simbólica.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão do PL 6.020, de 2023.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Bruno Bonetti.

Aqueles que o aprovam permaneçam em como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns também à Deputada autora, a Deputada Alessandra Haber. Parabéns, Senador Bonetti. Obrigada por um voto tão lindo e por uma declaração, no seu voto, de respeito e preocupação com as mulheres do Brasil. Nós ainda estamos precisando de votos. Precisamos de quantos votos ainda? (*Pausa.*)

Mais três? Cadê as assessorias? Vamos ligar para os nossos Senadores.

Vamos ligar para Marcos Pontes. Vamos ligar para Vanderlan, Flávio Arns, Eduardo Braga, vamos ligar para ele. A gente trabalhou tanto para votar o dele. Alguém liga para o Eduardo Braga correndo?

Sete, só faltam mais dois.

Zequinha Marinho está na Casa, inclusive esteve no Plenário. Vamos ligar para o Zequinha Marinho. Senador Zequinha Marinho, gabinete, está me ouvindo? Depositar o seu voto.

Marcos do Val, depositar o seu voto.

Senador Plínio Valério, depositar o seu voto também.

Alessandro Vieira, amigo, eu sei que você está na Casa, que hoje foi dia de briga na CPI, vamos lá.

Senador Humberto Costa.

Aos gabinetes que estão nos ouvindo, por favor, falem com os Senadores. Eles registraram presença. Nós estamos em votação nominal, por favor.

Senador Sergio Moro também está na Casa, registrou presença.

Os assessores que estão em Plenário, nos ajudem.

Nós vamos agora para a leitura de requerimentos. Nós temos o item 11 e 12.

O item 11, autoria do Senador Magno Malta. O item 12, requerimento do Marcio Bittar. Eu estou subscrevendo os dois requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à leitura dos requerimentos.

Item 11, Requerimento 43.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apurar impactos sociais, econômicos e humanitários da repactuação do TTAC relativa ao desastre da Barragem de Mariana, Minas Gerais, e debater a continuidade e os critérios de elegibilidade do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e do Programa de Transferência de Renda (PTR) aos atingidos da Bacia do Rio Doce, bem como os efeitos práticos das cláusulas de quitação sobre o acesso à indenizações e benefícios.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o Requerimento 43 para a realização de audiência pública, que eu estou assinando, e que julgo pertinente e oportuna, tenho acompanhado o que está acontecendo, as famílias estão acionando esta Comissão.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 43, de 2026.

A Secretaria para... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim quer falar sobre o requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Sobre o requerimento, nada contra, é só um adendo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Se possível, eu queria incluir como adendo na lista a Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência*.) – E sou totalmente favorável à proposta que foi encaminhada dos nomes de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, nós estamos acolhendo a sugestão da inclusão do nome da Presidente Nacional da UNE.

Obrigada, Senador Paim.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de Convidados - Audiência Pública para debater o PL 452/2025 (Proíbe cotas em residência médica)

Autoria: Senador Marcio Bittar (PL/AC) e outros

Inclusão dos seguintes convidados:

– representante da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR);

– representante da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil; e

– representante do Conselho Federal de Medicina.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 47, incluindo novos convidados à audiência pública objeto do Requerimento 45.

Inclusive, Senador Paim, essa é uma questão que precisa ser acompanhada com cuidado. As pessoas com deficiência estão preocupadas com esse projeto de lei, mas agora, abrindo espaço para uma discussão, eu creio que as instituições representantes das pessoas com deficiência acompanharão a audiência pública que vai instruir o projeto de lei.

Nós vamos retirar de pauta o item 10, do qual a autora, inclusive, é a Deputada Célia Xakriabá, que estava participando da audiência, e a Relatora é a Senadora Augusta. Nós não conseguimos falar com ela se ela autorizaria fazer a leitura *ad hoc*, e nós aqui temos uma regra interna: a gente só distribui e só determina a leitura *ad hoc* se a Relatora ou o Relator permitir; mas eu tenho certeza de que, se a gente tivesse conseguido falar com ela, ela teria liberado e hoje a gente aprovaria duas matérias da Deputada Célia.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4381, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CSP e CCJ.

Em 23/09/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

)

Eu peço à Secretaria que volte essa matéria para a pauta na próxima semana e já converse com a assessoria da Augusta, para, caso a Senadora Augusta não possa estar na próxima semana, a gente nomear um Relator ad hoc, o.k.?

Já foram votados todos os itens extrapauta? (*Pausa.*)

Não, só a inclusão.

O Requerimento 48, do Senador Paulo Paim, já foi lido.

Item extrapauta, Requerimento nº 49, de minha autoria. (*Pausa.*)

Votamos, mas vamos confirmar.

Não, eu acho que a gente votou, mas eu vou falar novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento 48, já defendido pelo Senador Paulo Paim. O requerimento já foi apresentado, lido e discutido.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 48, para audiência pública para debater sobre a paz.

Requerimento nº 49.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2026

- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ - CDH 11/2026, em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, que na audiência pública objeto do Requerimento 11, em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, sejam incluídos os seguintes convidados: Claudia Marcia de Carvalho Soares, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT), e Bob Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho.

Eu sou a autora do requerimento.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, deixem-me contar um segredo para vocês, já que eu estou ao vivo, um segredo, assim, de muita vaidade. As nossas audiências públicas estão sendo tão, tão concorridas, e a audiência é tão grande. As audiências mais extraordinárias do Senado estão acontecendo nesta Casa. Desculpem a falta de modéstia, tá, colegas, Presidente de outras Comissões? Porque, quando a gente apresenta um requerimento para uma audiência pública, imediatamente nós somos buscados, porque várias pessoas querem falar na mesma audiência. E, aqui, são duas instituições muito importantes.

Aconteceu isso com a de doenças raras, que era uma audiência... Não, a de altas habilidades. Era uma audiência com sete convidados, e ela se transformou em duas audiências, com nove convidados cada uma. E nós já estamos tendo problemas com outras audiências. Eu acho isso é bom, ainda mais quando tem criança, porque a gente lota esse corredor de criança. Elas estão invadindo o Senado Federal, e essa aqui diz respeito exatamente ao trabalho infantil. Nós vamos lotar esse corredor de criança de novo.

Eu estou ansiosa para ver Senador trocando fralda, para ver Senador dando mamadeira, para ter trocador lá no Senado, para os netinhos... Ninguém mais tem idade para ser... Ah, tem, não é? Vai que se casa de novo... Então, "bora" encher este Senado de criança, gente. "Bora"!

Nós agora vamos ao Requerimento, extrapauta, nº 50?

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, DE 2026

- Não terminativo -

Requer do REQ 15/2026, em alusão à campanha "Setembro Amarelo", voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos artigos regimentais, que, na audiência pública – olhem o que eu falei – objeto do Requerimento nº 15, em alusão à campanha Setembro Amarelo, voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, sejam incluídos mais convidados: Claudia Marcia de Carvalho Soares, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho; e Bob Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho.

Eles querem falar também sobre prevenção ao suicídio? Que maravilha!

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos ter que ter uma mesa gigante aqui.

Mais um requerimento extrapauta... Todos esses itens que poderiam ser apreciados hoje foram votados no início.

Requerimento nº 51, de minha autoria... Estão vendo o que eu estou falando?

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para discutir os direitos das pessoas com Síndrome de Down no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir os direitos das pessoas com síndrome de Down no Brasil – vai ser uma audiência tão linda como a do ano passado –, especialmente quanto ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho digno e à proteção contra discriminações.

O requerimento é de minha autoria.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos sabem que essa é uma data muito especial para o Senador Romário, que está fora do mandato. Inclusive, a filha dele fez aniversário – parabéns, princesa! –, aquela menina que emocionou o Brasil e que trouxe o Senador Romário para essa luta de proteção das pessoas com deficiência, com síndrome de Down.

A gente faz, geralmente, um grande evento no Plenário. Este ano, parece que não vai ser possível, mas a Comissão não vai se omitir. Vai ser grande, nós vamos lotar este Plenário. Eu quero DJ – dia 30 de março –, o nosso DJ tem que vir, tá? Nós vamos dançar muito aqui com o nosso DJ, que está fazendo sucesso no Brasil. Nós vamos lotar este Plenário. Esta é a casa deles.

Vamos convidar várias instituições – inclusive, a Andrea, da Duna, está aqui. Andrea, sua instituição aqui, presente com todo mundo... Será um dia de celebração e também de discussão dos direitos das pessoas com síndrome de Down.

Aprovado o requerimento?

Aprovado.

Na sequência, a Andrea, da Duna... Eu não posso passar a palavra para ela, porque o Regimento não permite, mas a Andrea está aqui hoje. Ela veio acionar, Camila, a Comissão de Direitos Humanos. Ela é Presidente de uma instituição que trabalha com direitos humanos e está preocupada com uma brasileira, psicóloga...

Como é o nome da brasileira, Andrea? Só o nome da brasileira, psicóloga, que está desaparecida?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. É uma psicóloga brasileira que está desaparecida no Reino Unido.

Ela está acionando, hoje, a Comissão de Direitos Humanos, para a gente conversar com o Ministério de Relações Exteriores sobre os procedimentos que estão sendo tomados para a localização dessa brasileira.

Nós vamos acompanhar, a gente acata seu pedido, Andrea; depois a Camila...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Vitória Figueiredo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, está o.k.

Inclusive a Comissão já está se antecipando; nós vamos formalizar um pedido ao Ministério das Relações Exteriores, acompanhar também por telefone, conversar com a assessoria parlamentar. Todas as vezes que acionamos o Ministro, ele foi pronto às respostas para esta Comissão. Então, Andrea, parabéns por sua preocupação com essa brasileira. É assim que a gente trabalha; todo mundo segurando uma na mão da outra. Nós queremos respostas sobre o desaparecimento dessa brasileira, o.k.?

Estamos encerrando nossa reunião. (*Pausa.*)

Já deu, mas o Plínio quer votar. Então, enquanto o Senador Plínio vota, eu vou para a leitura dos expedientes, de forma resumida, desta vez.

A Secretaria está muito preocupada com a saúde da Presidente.

Comunicado ao Colegiado do recebimento.

Denúncias constantes nos expedientes nºs 188 e 205. Eu vou destacar o 205. Foi encaminhada a manifestação relatando grave violação de direitos humanos da população em situação de rua no Distrito Federal, em razão de paralisação dos serviços socioassistenciais essenciais, comprometendo o acesso à alimentação, saúde e proteção básica. Informo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncia foi encaminhada à Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para análise de adoção das providências cabíveis.

Comunico ainda o recebimento de ofícios de respostas dos expedientes 190, 191, 208, 209 e 210. Comunico também o recebimento das solicitações constantes nos expedientes 188, 187, 189, 195, 200, 201, 202 e 211.

Senadora, a senhora viu quantas solicitações a esta Comissão? Quantas denúncias chegam aqui? (*Pausa.*)

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes nos expedientes 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 204, 207. Destaco que, no expediente 194, foi encaminhada a moção de protesto aprovada pela Câmara Municipal de Santa Bárbara do Oeste, referente ao episódio ocorrido durante o Carnaval do Rio de Janeiro, considerando ofensivo à comunidade evangélica e católica com alegação de desrespeito à liberdade religiosa e à dignidade dos fiéis. Informo que o documento foi encaminhado para divulgação institucional.

Expediente 199 é o destaque. Foi encaminhado moção de apelo da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando ao Superior Tribunal de Justiça que reconheça a obrigatoriedade de cobertura pelos planos de saúde de terapias multiprofissionais realizadas fora do ambiente clínico para pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento, incluindo o transtorno do espectro autista e outras deficiências. Informo que o documento foi encaminhado para divulgação institucional.

Expediente 203. Foi encaminhado o abaixo-assinado de moradores e representantes comunitários da região da Estação Ecológica Terra do Meio, do Estado do Pará, relatando grave situação social e econômica decorrente de restrições administrativas e solicitando socorro institucional. Informo que a Comissão já realizou, na semana passada, audiência pública especificamente para discutir essa demanda.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado, no Portal da Comissão de Direitos Humanos. Os demais ficam na Secretaria, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Agradeço.

Vamos abrir o painel? Encerrada a votação?

Vamos lá. Doze votos depositados, Projeto de Lei 3.050, Relatora Senadora Dorinha.

Aprovado por unanimidade.

Alguém liga para ela correndo, antes de ela decolar. E a gente agradece a todos os colegas que participaram da votação, às assessorias que nos ajudaram a colher os votos. Mais uma matéria aprovada, nesta Comissão, de proteção da mulher. Parabéns aos colegas.

Na audiência que nós tivemos na semana passada, na sexta-feira, aqui, sobre nanismo, nós trouxemos um convidado especial, que foi um candidato a concurso de delegado que passou em todas as fases e, nas provas físicas, passou em quase todas e foi reprovado em uma. E um menino extremamente preparado para ser delegado ser impedido por uma questão física... E ele participou dessa audiência, a Comissão se manifestou e ontem saiu uma decisão. E aqui a gente precisa...

Gente, eu vou fazer uma coisa. Gente, isso é histórico! Eu vou elogiar Alexandre de Moraes. (*Risos.*)

Uma decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, para que seja concedida ao candidato com nanismo, Matheus, guerreiro, inteligentíssimo... Gente, há espaço para ele na polícia! Nós temos área de inteligência. Mas ele também consegue, gente! Ele passou nas provas físicas, só foi em uma que teve um obstáculo maior para a estatura dele. Mas ele vai ser um grande delegado e ele fez compromisso com a gente, vai lutar pelas mulheres, pelas crianças, pessoas com deficiência. Então, a ele, ontem, foi dada a oportunidade de fazer uma nova prova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos acompanhar. E eu já estou preparando, Dr. Matheus, delegado, a minha roupa de posse. Eu vou à sua posse como delegado.

É dessa forma como esta Comissão está colaborando, gente, para que todos tenham direitos garantidos. E quem não assistiu à audiência pública sobre o nanismo, eu recomendo que assistam com um lencinho na mão, porque foi uma audiência linda, incrível, extraordinária. Foi uma das mais incríveis audiências que a gente realizou nesta Comissão.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todos, a Andrea, da Duna, e a Deputada Roberta Acioly, que ficou até o último minuto. Obrigada, minha parceira! Olha, essa mulher já chegou fazendo a diferença aqui na Casa.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, Secretaria, obrigada. Obrigada, MPI, Governo, obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Bruno Bonetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª à 17ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 14, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Piso nacional para Policiais Militares"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Sugestão n° 25, de 2020 - Não Terminativo - que: "Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 25, de 2020, que "Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2354, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.617, 15 de maio de 2003, para vedar e punir condutas homofóbicas e transfóbicas." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição da emenda 1. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), pela rejeição da emenda 1. Observação: À CE para deliberação terminativa. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4381, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável ao projeto, com sete emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, Projeto, com as Emendas n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7-CDH (de Redação). Observação: Segue à CSP e, posteriormente, à CCJ. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1099, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. Observação: À CCJ para prosseguimento da tramitação. ITEM 6 - Sugestão n° 8, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências"." Autoria: Auditoria Cidadã da Dívida. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela rejeição da sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta por decisão da presidente. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 52, de 2026 que: "Requer a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Damares Alves. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 53, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o enfrentamento de crises institucionais e os impactos dessas situações na garantia de direitos fundamentais e na estabilidade democrática." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Lei n° 3671, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 213, 215, 215-A, 216-A e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer novos parâmetros de pena aos crimes contra a dignidade sexual." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. Observação: À CCJ para deliberação terminativa. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 54, de 2026 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4381/2023, que “estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Augusta Brito (PT/CE). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de março de 2026 – o tempo está passando rápido.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª à 17ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós estamos com muitos colegas hoje que estão de forma semipresencial. As sessões nesta semana no Congresso estão acontecendo de modo semipresencial.

Esta reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Também a deliberação é de modo semipresencial.

Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

Informo que o item 2 da pauta, a Sugestão 25, de 2020, que é a regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha, que é uma sugestão que veio do programa e-Cidadania desde 2020, o Senador Girão está pedindo para retirar de pauta. Ele vai apresentar um novo relatório, então nós vamos retirar de pauta. É pedido do Relator, a gente está acatando. Assim que possível, a gente vai voltar este item para a pauta, tão logo o Relator apresente um novo voto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 25, DE 2020

- Não terminativo -

"*Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição

Observações:

Tramitação: CDH.

Em reunião realizada em 21/02/2024, a apreciação da matéria foi adiada.

Em reunião realizada em 09/07/2025, a matéria foi retirada de pauta.)

Nós vamos para os requerimentos. Nós temos feito isso de forma regulamentar, a gente lê em bloco os requerimentos e a gente os aprova.

Temos um requerimento de minha autoria e um requerimento do Senador Girão, que eu também vou subscrever.

Então, nós vamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Eu sou autora do requerimento e gostaria de fazer a defesa do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – O Regimento Interno impõe, no art. 96, alínea "b" – Regimento Interno do Senado – que as Comissões escolham uma ou duas políticas públicas para, ao longo do ano, fazer uma avaliação. Nós temos um prazo para a escolha dessa política pública que vai ser avaliada, e nosso prazo já está se esgotando, é até 30 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com medo de que a semana que vem seja mais esvaziada que essa semana, porque nós vamos ter feriado da Páscoa na semana que vem, então eu apresentei o requerimento e já até consultei outros colegas, se algum dos outros colegas teria oposição ou se vão apresentar um outro requerimento para avaliação de uma segunda política pública, mas os colegas não manifestaram nada contrário a este requerimento e também não estão mostrando nenhuma motivação em apresentar um outro requerimento, para que uma outra política seja avaliada.

E eu entendo o momento. Nós estamos num ano eleitoral. Nós já estamos no período pré-campanha. Inclusive, este é o motivo de a Casa estar um tanto esvaziada hoje e o motivo de estarmos de forma semipresencial.

Nós estamos no prazo de janelas partidárias, abertura de janela para mudança de partido, e isso faz parte de uma legislação.

Isso... Tem gente falando assim: "Vocês só pensam em política". Espere aí, esse é o processo democrático brasileiro. O nosso processo democrático passa por eleição. É assim que se constrói uma democracia, com a escolha dos representantes, e, nesse processo democrático que nós defendemos, tem esse período da janela, em que os Parlamentares podem mudar de partido. E é esta semana. Está todo mundo correndo.

Então, a Casa se adéqua a esse momento de fortalecimento da democracia, que é a participação dos Parlamentares de forma semipresencial.

Então, conversei com os colegas que estão de forma semipresencial, eu não vi nenhuma oposição, e a política que eu estou apresentando para ser avaliada é a política do coração de todos nós e é o carro-chefe desta Comissão, que é o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Então, eu apresento meu requerimento nesse sentido.

No ano passado, nós avaliamos o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, foi avaliado pela Senadora Mara, e o relatório apresentado por Mara foi incrível, a ponto...

Bom dia, minha Senadora!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A ponto de o relatório dela ter dado elementos para que o Governo Federal... Os três Poderes, na verdade: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, em conjunto, lançassem um pacto nacional pelo enfrentamento ao feminicídio, e foi muito com base no resultado que esta Comissão apresentou na avaliação da política.

Então, agora, eu estou apresentando que a gente faça uma avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e querendo muito apresentar propostas para fortalecer o plano.

Lembrando que, quando a gente avalia um plano, não é uma crítica ao governo que está no poder; é a obrigação da Comissão de avaliar e propor melhorias à política.

Desse modo, eu faço a defesa deste meu requerimento e já vou pedir... Nós vamos votar em bloco os requerimentos. Já vou pedir apoiamento aos colegas.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o enfrentamento de crises institucionais e os impactos dessas situações na garantia de direitos fundamentais e na estabilidade democrática.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Eu estou subscrevendo esse requerimento e também o coloco em apreciação.

Vamos votar em bloco os requerimentos.

Tenho também um requerimento de pedido de votação extrapauta. Esse requerimento é um requerimento para a votação extrapauta, a inclusão extrapauta do PL 3.671, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos três requerimentos para deliberar, inclusive, a Relatora do PL está aqui, a autora está chegando, que é a Senadora Augusta. Nós temos três requerimentos para colocar em votação e eu acho que a gente não precisa nem brigar pela defesa do requerimento extrapauta, porque está muito claro: é um projeto sobre dignidade sexual, proteção da dignidade sexual.

E eu quero só fazer um comentário. A autora e a Relatora conversaram com alguns colegas da Comissão que não apresentaram objeção. Tem muita gente que fala assim: "Mas a senhora prometeu que não apresentaria extrapauta projeto polêmico". Quanto a este projeto, a autora e a Relatora fizeram o papel de conversar com os membros da Comissão, eu conversei com alguns também – e não há objeção para que esse projeto venha à pauta hoje.

Eu quero explicar o seguinte também, me permitam as duas, a Senadora Augusta é suplente, assim como a Senadora Jussara. E, se vocês observaram, ao longo do ano, nós – não só eu, mas os outros Presidentes – priorizamos as matérias dessas incríveis Senadoras e Senadores que são suplentes, porque eles vão se afastar.

E esses Senadores suplentes, nesses três anos, deram a vida para o Parlamento, eles deram a vida a essas matérias. Eles vão se afastar e eles precisam deixar o legado. E as matérias que eles estão colocando, que a gente está colocando em votação, são matérias extremamente importantes, e é justo que na história fique escrito que elas são autoras e Relatoras.

Eu poderia citar inúmeros exemplos, mas vou citar um exemplo que todo mundo vai lembrar. Senadora Margareth, a passagem dela como suplente aqui, vocês viram o legado que ela deixou, a ampliação da pena para o crime de estupro, para o feminicídio. Então, assim, os nossos suplentes, gente, vêm para esta Casa e eles têm pressa, e eu acho justificável essa pressa. E a Senadora Eudócia, gente, que chegou aqui como suplente, olha a revolução que ela está fazendo na política do câncer – olha a revolução.

Nesta Comissão, de forma justa, a autora e Relatora conversaram com os demais membros, e elas merecem deixar o nome delas registrado em mais uma matéria extremamente importante. Então, eu estou pedindo apoio ao requerimento delas. Elas não vão defender, não; sou eu que estou defendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Requerimento 53, 52 e o requerimento de inclusão extrapauta.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 53, 52 e a inclusão extrapauta do PL 3.671, de 2025.

Tendo aprovado a inclusão extrapauta do PL 3.671, de 2025, claro, se alguém tiver dúvida na matéria, tem o instrumento regimental de pedir vista, mas essa matéria ainda segue para a Comissão de Constituição e Justiça, para a deliberação. Se tiver alguns ajustes na questão do mérito – aqui a gente vai discutir a questão do direito –, esses ajustes podem ser feitos na próxima Comissão.

Então, como a Relatora e a autora estão presentes, eu farei inversão de pauta. Vocês viram como eu sou boazinha, colegas? Mesmo sem os colegas pedirem, farei inversão de pauta.

Assim, vamos para o Projeto de Lei 3.671, de 2025.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2025

- Não terminativo -

Altera os arts. 213, 215, 215-A, 216-A e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer novos parâmetros de pena aos crimes contra a dignidade sexual.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia!

Exma. Sra. Presidenta, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, passo diretamente à análise do mérito do PL 3.671, de 2025, de autoria da Senadora Augusta Brito, que estabelece novos parâmetros de pena aos crimes contra a dignidade sexual – de autoria da grande Senadora Augusta –, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

Os dados mais recentes demonstram a gravidade do problema da violência contra mulheres. Em 2024, foram registradas 87.545 ocorrências de estupro e de estupro de vulnerável, o maior número da série histórica acompanhada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Desse total, 76,8% correspondem a estupro de vulnerável; 55,6% das vítimas eram negras; 65,7% dos fatos ocorreram dentro de casa; 45,5% dos agressores eram familiares; e 20,3% eram parceiros ou ex-parceiros íntimos. Esse cenário confere suporte empírico relevante à proposição. Os dados mostram que a violência sexual ocorre com frequência em contextos de proximidade familiar ou laboral, de dependência socioeconômica e de desigualdade de poder

Por isso, a criminalização de condutas de parentes e de afins relacionados ao contexto doméstico e familiar, as relações de autoridade, de confiança ou de dependência econômica e a vitimização de pessoas em condição de maior vulnerabilidade vão ao encontro da realidade brasileira atual.

Também se mostra adequada a iniciativa de inserir, no Código Penal, situações em que a vítima, embora maior de 14 anos, apresente limitação concreta de sua capacidade de resistência ou de manifestação livre e consciente de vontade.

O texto proposto prevê o agravamento de pena para quem pratica a conduta delitiva em situações de vulnerabilidade, tais como de inconsciência, de sono, de entorpecimento, de intimidação extrema ou de dependência irrelevante. Dessa forma, confere maior precisão normativa e evita respostas jurídicas insuficientes nesses contextos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre, contudo, promover ajuste pontual no tratamento conferido ao art. 217-A do Código Penal. Após a apresentação da proposição, o dispositivo foi alterado por legislação superveniente. Com isso, parte da redação proposta já está contemplada e, em alguns pontos, sobrepõe-se ao regime atualmente vigente.

Diante disso, propõe-se emenda para suprimir, no trecho referente ao art. 217-A, as alterações já superadas por legislação posterior, preservando-se a inclusão dos §§ 6º, 7º e 8º.

> § 6º A pena é aumentada de metade até o dobro se o crime for cometido:
> I – por ascendente, padrasto, madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor ou curador da vítima;
> II – com emprego de violência real ou grave ameaça;
> III – com o concurso de duas ou mais pessoas;
> IV – em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher;
> V – em transporte público coletivo ou serviço de transporte por aplicativo.
> § 7º A pena é aumentada de metade se houver filmagem, fotografia ou outro registro do ato.
> § 8º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no *caput* com vítima que, embora maior de 14 anos, apresente restrição ou redução significativa de capacidade de oferecer resistência ou de manifestar livre e consciente consentimento, em razão de:
> I – embriaguez completa, voluntária ou involuntária, ou sob efeito de substância entorpecente;
> II – sono ou inconsciência;
> III – grave enfermidade ou deficiência;
> IV – intimidação, ameaça ou medo extremado;
> V – dependência econômica ou afetiva relevante em relação ao agente;
> VI – situação de violência doméstica ou familiar;
> VII – qualquer outra circunstância que reduza, de forma relevante, sua capacidade de autodeterminação sexual.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.671, de 2025, com emenda apresentada no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu voto, Presidente Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relatora.

Em discussão a matéria.

A autora quer discutir a matéria?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Sim, minha Presidenta.

Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. a nossa parceria que existe aqui, porque, além de questões ideológicas e partidárias, nós somos mulheres. Existe uma coisa muito forte que nos une, e é ser mulher. Então, isso é o que nos une, ninguém pode negar, nem nós mesmas. Então, eu quero aqui agradecer imensamente toda a atenção acolhida que a gente tem aqui na Comissão e por ter botado esse projeto, que para mim é um projeto fundamental e muito importante, para que eu conseguisse ainda votar, como Senadora, neste mês de março.

Eu vou tentar ser bem rápida, mas, assim, é só para dizer da minha felicidade em aprovar esse projeto, e ao mesmo tempo até quero fazer uma historiazinha de como a gente chegou à construção desse projeto.

Infelizmente, nós sabemos que, no nosso país, dados de 2024-2025, nós tivemos ou nós temos aí 227 estupros por dia. E, lá no Ceará – infelizmente, veio de um caso do Ceará –, um caso concreto em que eu digo que essa lei tem nome, porque ela pede, a mulher que foi violentada, pede para que a gente... Pediu para que a gente... Esteve presente na construção do projeto e pediu para que a gente desse o nome a esse projeto, que foi o nome dela, que foi uma vítima, que é o PL Renata, assim a gente o denominou. E ela, desde a construção do PL... Porque, quando aconteceu, foi um caso que teve uma grande repercussão no Ceará, porque ela foi estuprada dentro de um veículo de aplicativo, e ela foi agredida, ficou inconsciente, foi estuprada, e o agressor foi preso em flagrante e teve a liberdade em três dias. E aí ela foi para as redes sociais indignada, porque ela, como vítima, estava totalmente se sentindo injustiçada porque o agressor confesso, porque ele confessou o crime, teve a sua liberdade em três dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque assim a lei dava essa brecha e permitia que acontecesse. E aí, além de ficar, porque a gente...

Nós sabemos, da Bancada Feminina, que é importante uma nota de solidariedade, de apoio a esses momentos, mas a gente sabe que isso é muito pouco. E aí eu fiquei inquieta: "O que é que eu posso fazer como Senadora, verdadeiramente, para mudar essa realidade, essas injustiças?". E aí eu fiquei querendo tirar as atenuantes, de imediato, revoltada. E eu digo: "Eu não vou só fazer nota de solidariedade, enfim, pronunciamento, eu tenho que fazer algo mais sobre isso". E aí eu queria tirar as atenuantes, e fui chamar o jurídico, a assessoria, e disseram: "Calma, não é assim, a gente vai mexer no Código Penal", que desde 1940 foi construído. Então, a gente tem que fazer muito fundamentado para que a gente tenha consistência em poder aprovar esse projeto, elaborar um projeto que possa ser aprovado.

E aí, eu me acalmei, e começamos as discussões com professores de universidade, com a OAB do estado, com a própria vítima do caso, a Renata, com a assessoria dela, porque ela queria fazer daquela dor que ela estava sentindo, aquela injustiça que foi cometida com ela, que outras mulheres não passassem pelo que ela passou. E aí nós tivemos vários momentos, várias reuniões, até chegarmos exatamente a esse projeto, que foi apresentado ainda no ano passado, pelo qual, resumidamente, eu quero agradecer à minha Relatora, porque ela é que fez um relatório digno, com certeza.

Mas eu queria só aqui dizer, mais ou menos – porque ela já explicou muito bem –, o que é que vai mudar em relação à nossa proposta e ao que já é hoje. Não é... É em relação ao aumento de pena, com certeza, porque nós temos aí o art. 213, que tem uma reclusão de 6 a 10 anos, e a gente está aumentando de 8 a 12 anos. Tudo isso aqui foi baseado em muita discussão, em estudos com especialistas, não foi da minha cabeça, não foi uma ideia, porque, se fosse, eu ia botar muito mais anos. A pena de reclusão de 12 a 30 anos, a gente também mudou de 20 para 40, entre alguns outros pontos que nós tivemos aqui toda uma preocupação de acrescentar nesse projeto para que não acontecesse com nenhuma mulher mais.

A gente não quer que nenhuma mulher seja estuprada, mas infelizmente a realidade é que são 227 mulheres por dia. Então, que nenhuma mais que se sinta injustiçada se for uma vítima de estupro. Minimamente eu acho que a gente deve essa resposta a essas mulheres. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é nosso dever, como Parlamentares, criar essa lei. E que a gente consiga, aprovando-a, fazer com que ela seja tirada do papel, para minimamente dar o sentimento de justiça para quem sofrer um crime tão cruel, que não nos mata fisicamente, mas eu tenho certeza de que psicologicamente ele mata. E a gente quer que se sintam pelo menos seguras e com a justiça tendo realmente sido feita. Então, ele aumenta com certeza o rigor punitivo, mas ele também é para que as vítimas se sintam protegidas, exatamente porque, além do sentimento de injustiça que a Renata teve, a indignação, ela se sentiu totalmente exposta novamente, insegura, porque o agressor estava solto, livremente. Enfim, a gente não quer essa sensação para nenhuma de nós.

Então, eu acho que é um compromisso que o Estado brasileiro deve a nós mulheres, aprovando esse projeto. E, se a gente puder fazer com que ele seja aprovado até o dia 31 deste mês, eu acho que é simbólico, pelo mês de março, mas muito além disso. Nós mulheres aqui sabemos que, para sociedade, os Senadores e Senadoras... Eu acho que o Senado Federal vai fazer realmente o seu papel de legislar em prol da realidade, em prol de uma necessidade real e imediata que a gente tem. Eu acho que não devemos adiar mais a aprovação desse projeto.

E, agradecendo tanto a Relatora como a nossa Presidenta, eu quero aqui finalizar dizendo que acredito muito que a gente vai conseguir aprovar esse projeto, pela importância dele. E quero agradecer muito a coragem da Renata. Que tantas outras Renatas e Marias não se sintam injustiçadas com essa situação. É porque a gente fica... (*Manifestação de emoção.*)

A gente se emociona porque a gente lembra e sente a dor da outra.

Mas é com muita satisfação que eu sei que nós estamos fazendo o nosso papel, nosso dever e nossa obrigação, nada além disso. E a gente está fazendo com muita responsabilidade e espero que a gente consiga levar também... Já quero pedir urgência, já estou adiantando aqui. Não sei nem se vai ser aprovada, mas já estou pedindo urgência para que a gente leve para o Plenário. E não só a urgência eu quero pedir, mas eu quero pedir a força da nossa Presidenta, da nossa Relatora, do nosso Senador que aqui está, para que a gente consiga também pautá-lo a tempo, até o dia 31, se assim a gente conseguir falar com o nosso Presidente.

Para terminar, eu quero só dizer aqui uma frase da nossa querida Rita Lee. Há mais de 30 anos, ela cantava: "Toda mulher quer ser amada, toda mulher quer ser feliz".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Obrigada, Presidenta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria só cumprimentar a Senadora Augusta Brito por essa autoria. Esse caso marcou muito o nosso estado. Inclusive, o violentador, um absurdo, estuprador – crime hediondo – é um lutador de MMA.

Ainda tem esse agravante. Então, ela ficou exposta – ela ficou exposta depois desse crime bárbaro –, ainda à possibilidade de outra violência, porque o cara foi solto. Então, isso foi muito marcante, tivemos a oportunidade de conversar com ela.

Parabéns à Senadora Jussara Lima pelo relatório. Eu acredito... Conte comigo para a gente aprovar a urgência hoje aqui para que vá, se puder, ao Plenário. Você pode contar comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É que estava todo mundo preocupado, Girão, que se fosse pedir vista...

Deixe-me dizer só uma coisa – eu só preciso consultar aqui a Secretaria –: a gente vai aprovar, claro, mas ele é deliberativo na CCJ, então eu não posso pedir urgência para o Plenário.

Girão, vamos fazer um acordo aqui. É um caso que mexe com vocês dois, vocês são do mesmo estado. Esse projeto é terminativo na CCJ, então eu não posso dar urgência aqui na CDH. Mas a gente pode fazer o seguinte: a gente aprova – a CCJ tem sido muito parceira em matérias importantes, e não sei se a Augusta é membro lá, mas você é membro da CCJ – e você já pede imediatamente a relatoria lá, apresenta o voto semana que vem lá, e votam de forma terminativa lá, com uma articulação de todo mundo. Se a gente trabalhar na CCJ direitinho, a gente aprova semana que vem na CCJ. A gente podia fazer isso? E aí, Girão, você lutaria? Porque você daria isso para o seu estado – os dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, nós somos colegas lá na CCJ...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... já vou pedir ao Senador Otto Alencar, que é o Presidente – se você puder me ajudar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, eu ajudo também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E aí a gente já fica autorizado aqui para colocar semana que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, e aqui... Vamos votar primeiro o mérito do PL 3.671, de 2025.

Em votação o relatório apresentado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Os que concordam ficam do jeitinho que estão. (*Pausa.*)

Ninguém se mexeu? Ninguém se manifestou contrário, nem pediu vista?

Então, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o PL 3.671, de 2025, que agora segue em deliberação terminativa para a CCJ.

Eu quero cumprimentar Augusta, Jussara e Girão, e quero manifestar minha solidariedade à Renata. Não é fácil ser exposta. Eu escolhi ser exposta. E, olha, eu vou dizer para vocês, e eu só escolhi ser exposta quando o meu pai não era mais pastor, para não expor o meu pai, porque, sobre a violência que aconteceu comigo, tinha muita gente que perguntava: "Teu pai não viu, não te protegeu?". Eu tinha seis anos. Ele não viu. E vocês não têm ideia, quando ele descobriu, ele morreu com um sentimento de culpa: "Como eu não vi?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um crime contra a dignidade sexual não é só proteger a vítima, também os familiares que se sentem culpados por não terem visto e protegido.

Então, a Augusta traz aqui... E às vezes, Senador, tem gente que fala o seguinte: "Ah, botaram um pedófilo na televisão e não mostraram o rosto dele". Não mostrar o rosto do pedófilo, muitas vezes, é para não expor a vítima. Se o pedófilo é pai e a matéria fala: "Este pedófilo abusou da filha", todo mundo vai saber quem é a filha. Os vizinhos vão saber que aquela menina foi estuprada. Então, às vezes, não expor o rosto do agressor é porque já vão imediatamente identificar quem é a vítima.

Então, o PL aqui também vem com essa vertente da proteção da vítima, da não exposição e de agravar a pena. Parabéns a todos que participaram dessa votação. Ontem todo mundo disse: "Mas vai pôr uma matéria polêmica?". Augusta e Jussara conversaram com todo mundo. E a gente aqui encerra essa passagem das duas como suplente nesse período, entregando essa matéria importante. E, Girão, a gente faz essa combinação de, lá CCJ, inclusive, fazer a adequação que precisar ser feita.

Parabéns pela maturidade aos Parlamentares. É mais uma matéria com que a gente vai proteger mulheres.

Nós vamos agora... O item 7 da pauta também está sendo retirado. O item 7 está sendo retirado de pauta, porque o Relator é o Senador Weverton. E, inclusive, eu peço... (*Pausa.*)

Eu vou pedir... Ele autorizou *ad hoc*, mas eu acho que nós não vamos fazer a leitura *ad hoc*. Por quê? Esse projeto também modifica a Lei nº 7.716, de 1989, que nós modificamos no Plenário ontem acrescentando a misoginia. E aqui não está o termo "misoginia". Então, eu acho que cabe uma adequação do voto, considerando o que foi aprovado ontem. Inclusive, quem sabe, se ainda há necessidade desse projeto de lei, talvez o Relator queira agora, já que passou na Câmara ontem, no Plenário ontem... Então, eu vou pedir que fique retirado de pauta. Conversando com o Relator, acho que ele não lembrou que foi votado um projeto semelhante no Plenário ontem. Então, eu não vou fazer a leitura *ad hoc*, para ele ter a oportunidade de fazer adequação ao relatório dele, o.k.?

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.

Nas reuniões realizadas em 30/10/2024, 11/12/2024, e 18/12/2024, a apreciação da matéria foi adiada.

Nas reuniões realizadas em 27/11/2024 e 18/03/2026, a matéria foi retirada de pauta.)

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2354, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.617, 15 de maio de 2003, para vedar e punir condutas homofóbicas e transfóbicas.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição da emenda 1.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

Em reunião realizada em 11/03/2026, a apreciação da matéria foi adiada para análise da emenda apresentada pelo Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra à Senadora Augusta para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora. Eu quero pedir a V. Exa. para eu fazer a leitura a partir da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Primeiro, eu quero dizer que eu estou emocionada, porque, quando eu me lembro das construções do projeto que foi aprovado, só voltando aqui um pouco... A Renata é muito forte, ela queria sempre estar presente e, muitas vezes, ela não aguentava. Aí eu estou aqui a representando, eu acho que bem, né? Mas eu sei que ela está muito feliz, com certeza. Ela queria muito estar presente, mas a urgência era maior para a gente aprovar.

Vamos aqui para esse projeto, que também é um projeto que é muito importante, porque significa também segurança, para que a gente possa fazer o nosso papel aqui com dignidade e dar segurança a quem não tem, inclusive mudando o Estatuto de Defesa do Torcedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, o que torna regimental a análise do presente projeto.

Em relação ao mérito, é louvável a iniciativa do PL de prever proibições e sanções a condutas discriminatórias. Isso porque a discriminação está ainda bastante presente em eventos esportivos, cabendo à lei assegurar que condutas de caráter racista, xenófobo, sexista, homofóbico, transfóbico, entre outras, sejam combatidas e adequadamente punidas.

Em estudo realizado em 2021 pela organização não governamental Nix Diversidade, com apoio da Nike, identificaram-se que 63,5% dos entrevistados relataram já terem sido discriminados ou terem presenciado alguma pessoa LGBTQIA+ sendo discriminada ao praticar esportes e que 85,3% dos entrevistados consideram que transfobia, homofobia e outras LGBTfobias são problemas também no âmbito dos esportes no Brasil. Pessoas trans compõem o grupo mais vulnerável a essas discriminações.

Diante desse cenário, é meritória a intenção do PL de vedar condutas homofóbicas e transfóbicas nos esportes e agravar sanções a condutas discriminatórias, que expõem grupos vulneráveis à perversa inferiorização, estigmatização e exclusão. No entanto, o diploma legislativo que o PL busca alterar – o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) – foi revogado pela Lei Geral do Esporte (LGE). Além disso, parte das inovações trazidas pelo PL para fortalecer os direitos da população LGBTQIA+ e de outros grupos já foi incorporada à LGE.

Em razão disso, apresentamos substitutivo para adequar o PL à nova legislação.

Primeiro, cabe dizer que a LGE já prevê, como uma das condições de acesso e de permanência do espectador no recinto esportivo, a proibição de portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas e de entoar cânticos que atentem contra a dignidade da pessoa humana, especialmente de caráter racista, homofóbico, sexista ou xenófobo. Assim, propomos apenas a inclusão expressa do termo "transfóbico" nesse dispositivo, que é o único proposto pelo PL que ainda não foi contemplado pela Lei Geral do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, optamos pela supressão da alteração que o PL visa realizar no art. 39-C do EDT, tendo em vista que a Lei Geral do Esporte já contempla em grande parte a ideia trazida pelo PL, ao prever que a torcida organizada que em evento esportivo promover tumulto, praticar ou incentivar violência, condutas discriminatórias, racistas, xenófobas, homofóbicas ou transfóbicas ou invadir local restrito aos competidores, aos árbitros, aos fiscais, aos dirigentes, aos organizadores ou aos jornalistas será impedida, bem como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até cinco anos.

Quanto ao art. 41-B do Estatuto de Defesa do Torcedor, ele deu origem ao art. 201 da Lei Geral do Esporte, que tipifica o crime de promoção de tumulto, prática ou incitação de violência ou invasão de local restrito em eventos esportivos.

Considerando que o objetivo do PL é agravar a punição desse crime quando verificados variados tipos de discriminação – de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual ou identidade de gênero –, propomos aperfeiçoar a redação do art. 201 da Lei Geral do Esporte. Para isso, sugerimos substituir a atual causa de aumento de pena por racismo por uma qualificadora específica que reproduza a pena de reclusão prevista na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que é a Lei do Racismo, quando a conduta discriminatória ocorrer em atividades esportivas, a fim de trazer maior uniformização ao ordenamento jurídico. É possível dizer, portanto, que a criação da qualificadora sugerida fortalece a proteção das mulheres, já que inclui, entre as hipóteses de discriminação na Lei Geral do Esporte, aquela em razão da identidade de gênero.

Incluímos também a pena de multa e de proibição de frequência, por até cinco anos, a locais destinados a práticas esportivas para pessoas que incorram na qualificadora sugerida, o que se harmoniza também com o que está previsto no §2º do art. 183 da Lei Geral do Esporte.

Adicionalmente, além de "orientação sexual" e "identidade de gênero", consideramos indispensável a inclusão do termo "expressão de gênero" na qualificadora, a fim de tornar mais completa a proteção das pessoas LGBTQIA+.

Desse modo, tem-se o aproveitamento parcial do nobre objeto do PL, o qual reforça o combate à discriminação nos esportes, tornando-o, todavia, coerente com as atualizações legislativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à Emenda nº 1, da CDH, entendemos que deve ser rejeitada. A emenda propõe alterações no Estatuto de Defesa do Torcedor, o qual, como já explicitado, foi revogado pela Lei Geral do Esporte. Ademais, a emenda, sob o fundamento de conferir ao PL uma neutralidade normativa, exclui a menção expressa à vedação de condutas racistas, xenófobas, homofóbicas e transfóbicas e ao aumento de pena por crimes cometidos com discriminação ou preconceito de orientação sexual e identidade de gênero. Essa alteração representa grande retrocesso diante da proteção já assegurada aos grupos vulneráveis pela Lei Geral do Esporte e contraria frontalmente a integralidade do objeto do PL, que é justamente o fortalecimento da proteção desses grupos.

Além disso, o conteúdo da emenda é contrário à lógica protetiva que fundamenta nosso ordenamento jurídico, o qual reconhece a importância de tratar desigualmente os desiguais, garantindo proteção específica àqueles em situação de vulnerabilidade. A título de exemplo, podemos mencionar a Lei do Racismo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros.

Por fim, cumpre enaltecer os esforços da Senadora Leila Barros, que, enquanto Relatora do PL 68, de 2017, contribuiu com os debates que garantiram a inclusão de importantes dispositivos de proteção a grupos vulneráveis na Lei Geral do Esporte – dispositivos que hoje objetivamos fortalecer.

Ademais, em razão da pertinência com a matéria, destacamos a tramitação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, de nossa autoria, que objetiva instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra nós mulheres. Essa iniciativa, já aprovada no Senado, sob a brilhante relatoria da Senadora Leila Barros, alinha-se ao objetivo da proposição ora analisada, que é o de garantir que todas as pessoas, sem exceção, possam usufruir plenamente de tudo de bom que o esporte oferece, com segurança, inclusão, e sem discriminação.

Ao voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1-CDH e pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.354, de 2021, na forma da emenda substitutiva apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, minha Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relatora.

Em discussão.

Lembrando que foram apresentadas emendas, já foi tirado de pauta, já foi analisado...

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2 (Substitutivo), pela rejeição da Emenda 1.

Parabéns!

Senadora Augusta, só para a gente já ir para o outro item...

Quando eu fico pensando no que acontece com o Vini, durante o jogo, né? Tão lindo o Vini, né? Meu Deus! Que lindo! É tão especial aquele sorriso, aquele menino... E o que ele sofre no campo...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Tão competente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tão competente... Que jogador!

O que ele sofre, né? E a coragem que ele tem de enfrentar?

Mas eu vou lhe contar um fato.

Essa aqui, ó, essa minha assessora ali... Aquela menina ali é braba. Ela tem um filho...

Que idade tem seu filho agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quanto? Treze ontem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Treze. Ele é um menino com 13 anos, mas ele joga futevôlei com adulto, de tão bom que ele é. Ele é espetacular! E, de vez em quando, quando ela vai a jogo de criança, ela volta falando assim: "Senadora, é impressionante: as crianças jogando, competindo entre elas, mas é da arquibancada que vem a violência". Os adultos xingando as crianças que estão jogando, e xingando de tudo que é nome. Quando era com o filho dela, como ele está grandão agora... Quando era, ela ia para cima dos torcedores, e as mães vão para cima.

Como é que a gente incentiva uma criança a participar do esporte desse jeito? Tem criança que está desistindo do esporte pelo que acontece com ela quando ela está competindo. Começam a xingá-la! Crianças, com 8 anos, sofrendo crime de racismo, porque, na arquibancada, tem alguém chamando-a de macaca, porque ela está jogando!

Então, assim, eu fico pensando... O esporte é para unir; o esporte é para a gente se divertir; o esporte, inclusive, é uma porta de saída de muitos dos meninos da área de violência, inclusive para a ascensão social. Vocês sabem disso. Aí, meninos e meninas desistindo do esporte, por causa da violência do torcedor.

Aqui a Augusta traz uma situação que acontece mais com o jogador adulto, a jogadora adulta, mas eu acho que, se não dá conta de assistir a um jogo sem cometer violência, não vá para o estádio. Não vá assistir a campeonato nenhum, porque a gente tem que respeitar!

Esses meninos se preparam tanto, não é, Augusta? Quantos dias de treino? Eles se machucam, colocam a vida em risco... Aí, quando chegam ao campo, são vítimas da violência de que eles não têm controle sobre essa violência, sobre essa dor.

Então, parabéns, Senadora Augusta!

E que os torcedores vão para o campo realmente para se divertir e fazer do esporte um lugar de encontro – encontro de todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4381, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto, com sete emendas de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CSP e CCJ.

Em 23/09/2025, foi realizada Audiência pública para instrução.

Em 11/02/2026, a matéria retorna à relatoria para reexame a pedido.

Em reunião realizada em 18/03/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Autoria: Deputada Célia Xakriabá, que esteve com a gente semana passada aqui.

Concedo a palavra à Senadora Augusta, para a leitura do seu relatório.

Gostaria de pedir também à Presidente...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Gostaria de pedir também à Presidente se eu posso fazer a leitura a partir da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

É muito importante esse projeto também, há grande necessidade de ser aprovado também neste mês de março, nesta Comissão que é tão competente e atuante.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos das mulheres e à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL no 4.381, de 2023, atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, entendemos que a proposição é pertinente e constitui uma medida de grande relevância social e jurídica. Ao propor mecanismos específicos de proteção às mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, o PL reforça e amplia os princípios e diretrizes da Lei Maria da Penha.

De fato, apesar de dispor sobre a proteção de mulheres de diferentes contextos, a Lei Maria da Penha não prevê medidas específicas para endereçar as barreiras linguísticas, geográficas e culturais enfrentadas por mulheres indígenas. Assim, a proposição adapta os mecanismos inicialmente previstos na Lei Maria da Penha à realidade das mulheres indígenas, que frequentemente enfrentam obstáculos estruturais ao acesso à Justiça, como a distância geográfica, o desconhecimento da língua portuguesa, a ausência de profissionais capacitados para lidar com suas culturas e, muitas vezes, a invisibilidade institucional de suas denúncias.

Nós tivemos audiência pública, fazendo um parêntese, e a gente sentiu e viu cada relato, Senadora Damares, minha querida Senadora Jussara, que a gente realmente entende a necessidade, a urgência também de este projeto ser aprovado e que a gente consiga fazer justiça, trazer justiça e um acolhimento diferenciado de que as mulheres indígenas também precisam.

Além disso, ao articular o atendimento às mulheres indígenas com os saberes tradicionais e os modos de vida das comunidades, o projeto promove uma atuação estatal que respeita a diversidade e a autonomia dos povos indígenas, sem desconsiderar os direitos fundamentais relacionados à proteção contra a violência. A iniciativa amplia o alcance da Lei Maria da Penha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não apenas no sentido geográfico, ao alcançar territórios historicamente excluídos, mas também no sentido simbólico, ao afirmar que o enfrentamento da violência de gênero deve considerar as múltiplas opressões vividas por mulheres que estão na intersecção entre gênero, etnia e território.

Portanto, o PL nº 4.381, de 2023, representa um passo decisivo rumo à justiça interseccional, reconhecendo as múltiplas camadas de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres indígenas. Justamente pela importância do tema e pelos relevantes impactos de sua aprovação, realizamos audiência pública no dia 23 de setembro de 2025, em atendimento aos Requerimentos nºs 100 e 101, de 2025, desta CDH, com o objetivo de ouvir lideranças indígenas e autoridades, assim como de contribuir para o aperfeiçoamento da proposição.

Assim, à luz desse contexto, julgamos necessário apresentar emendas para aprimorar a redação da proposição, sem alteração do mérito.

Ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.381, de 2023, na forma das emendas de redação apresentadas.

Eu já queria aqui pedir à Presidenta, se pudesse, se for aprovado, fazer um requerimento de urgência, para que a gente pudesse levar o mais rápido possível ao Plenário.

Quero parabenizar a Deputada Célia, que participou tanto da audiência pública, como do projeto, da construção do projeto, e dizer da importância da participação das mulheres indígenas também nos espaços de poder.

Então, fico feliz em poder ter tido o prazer e a oportunidade de relatar este projeto, que também é muito importante.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, da CDH.

A Relatora está pedindo urgência.

Em votação a urgência ao Projeto de Lei nº 4.381, de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Que bom que aprovou a urgência! (*Risos.*)

Senadora, a Deputada Célia estava aqui, e a ansiedade dela... Porque as matérias são conexas, são parecidas. Já foi discutido na Câmara, já tem o crivo da constitucionalidade na Câmara. Acho que não haveria necessidade de ir para a CCJ, e, se houver alguma questão ainda jurídica, constitucional, vai para o Plenário, se adapta em Plenário. Então, é a tramitação nas Comissões que é muito lenta.

Parabéns! Parabéns à autora! As mulheres indígenas merecem, neste mês também, não serem esquecidas, não serem deixadas para trás.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1099, DE 2024

- Não terminativo -

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Silvye Alves, aqui de Goiás.

Concedo a palavra à Senadora Augusta, para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, mais uma vez, nossa Presidenta.

Eu quero já pedir de novo para começar a leitura a partir da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, concedido.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nos termos regimentais, compete à CDH opinar sobre matérias pertinentes aos direitos das mulheres. Os aspectos constitucionais e de juridicidade serão oportunamente examinados por ocasião da análise da matéria na CCJ.

Considerando que a violência contra nós mulheres tem crescido apesar do advento de normas e políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento, consideramos meritória a ideia de se criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher, que tem duplo caráter: sancionador e preventivo. Reconhecemos que o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher representa um estigma sobre os agressores, mas lembramos que se trata de um instrumento voltado para a administração pública, no qual são registradas as ações pelas quais seus autores são responsáveis. Ademais, a perspectiva de ter seu nome incluído nesse cadastro pode ter efeito dissuasório sobre parte dos potenciais agressores. Isso trará algum alento às vítimas, que poderão ter um pouco mais de tranquilidade sabendo que seus agressores estarão sob maior vigilância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É relevante mencionar que o Supremo Tribunal Federal analisou o tema no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.620, na qual decidiu, por unanimidade, que as Leis estaduais nºs 10.315, de 2015, e 10.915, de 2019, do Estado do Mato Grosso, que criaram um cadastro estadual de pedófilos e uma lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher, são constitucionais. As medidas impostas pelo Supremo Tribunal Federal para que não se viole a presunção de não culpabilidade, quais sejam, o arrolamento apenas de pessoas já condenadas e que a duração do registro ativo seja idêntica ou similar ao período de cumprimento da pena, são respeitadas pela proposição que ora analisamos. Ademais, a Lei nº 15.035, de 27 de novembro de 2024, alterou o Código Penal para permitir a consulta pública do nome completo e do CPF de réus condenados, desde a primeira instância, pelos crimes de estupro, estupro de vulnerável, registro não autorizado de intimidade sexual, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, indução à satisfação da lascívia de outrem, manutenção de casa de prostituição ou rufianismo.

Sabemos que a proposição é passível de aprimoramentos. Note-se, por exemplo, que a Casa iniciadora apreciou o PL nº 1.099, de 2024, em regime de urgência, aprovando-o sob a forma de emenda substitutiva, que excluiu do CNVM as condutas de violência patrimonial e de estelionato sentimental – por não serem penalmente tipificadas – e a de invasão de dispositivo informático – por não ver particularidade quando é cometido contra mulher. Ainda que não concordemos com essa exclusão, não convém adiar a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher na esperança de que cheguemos a um texto melhor do que o recebido, pois essa demora atrasaria o funcionamento de uma ferramenta que já tem contornos bastante bons e que pode salvar vidas. Oportunamente, nós poderemos discutir melhorias.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.099, de 2024.

Era isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Relatora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns à Relatora! Eu quero cumprimentar tão somente a Relatora Augusta – e autora, ela hoje foi autora e Relatora – pelo esforço que ela fez de estar aqui. A gente viu que ela chegou mancando, está com o pé machucado, mas se esforçou. Ontem, ela não conseguiu estar com a gente no Plenário, tamanha a dor, mas está aqui com a gente hoje. Obrigada. A senhora abrilhanta muito esta Comissão quando está aqui. Obrigada pelo esforço. A gente hoje cumpre aqui uma pauta linda e extraordinária, muito com a sua participação, a participação de Jussara. Muito obrigada, tá?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jussara pode presidir para mim, só para eu ler um voto meu?

É um voto simples, é de uma SUG, que também creio que não tem nenhuma controvérsia, foi publicado já o relatório. Eu faço a leitura de forma bem resumida, Jussara, e a gente já vai para o encerramento da reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sugestão nº 8, de 2022.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 8, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

"Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências".

Autoria: Auditoria Cidadã da Dívida

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero pedir permissão para ir direto à análise, mas antes parabenizar a autoria da Auditoria Cidadã da Dívida, uma instituição que nós temos no país e que mandou essa sugestão e teve o apoiamento de mais de 20 mil pessoas.

No mérito, temos preocupações expressas na sugestão. As taxas de juros de mercado correspondem a um dos principais preços da economia, pois refletem o custo do dinheiro. Quando esse custo é baixo, as empresas se encorajam a contratar empréstimos para investir, abrindo novos negócios ou ampliando os existentes. Assim, geram mais produtos e serviços, emprego e renda para a população e promovem a circulação da renda na economia, beneficiando todos os setores: indústria, comércio, serviços e o Governo, que arrecada tributos em todas as operações. Este é o chamado ciclo virtuoso da economia, no qual todos os setores ganham.

Quando as taxas de juros ficam elevadas demais, ocorre o contrário: a economia fica amarrada e todos perdem, instalando-se um ciclo vicioso. No longo prazo, até mesmo os ganhadores no curto prazo, com taxas de juros elevadas, perdem, pois deixam de ter mais oportunidades para maior rendimento do capital propiciadas pelo crescimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A taxa básica de juros, a Selic, é alta porque a política fiscal é irresponsável e porque há gargalos estruturais na economia brasileira, particularmente no balanço de pagamentos com o exterior. Marginalmente, podem ocorrer, em acréscimo, erros de política monetária.

A questão dos juros bancários altos é complexa, mas tem causas bem conhecidas: alta inadimplência, com baixa recuperação do crédito inadimplido e, consequentemente, subsídio cruzado dos bons pagadores para os maus pagadores; custos administrativos elevados, especialmente nos bancos estatais; alta tributação; e oligopolização e baixa competitividade nas margens de juros do setor financeiro nacional.

Quanto à Sugestão nº 8, de 2022, parece haver uma dificuldade de entendimento sobre o funcionamento da política monetária ao prever juros negativos às instituições financeiras que "optarem pela remuneração da sobra de caixa, depositados sob a guarda do Banco Central do Brasil, na forma de Operações Compromissadas, Operações de Mercado Aberto, Depósitos Voluntários Remunerados, ou qualquer outra forma análoga", e estabelecer que os juros remuneratórios serão o dobro da taxa Selic.

O Banco Central remunera a "sobra de caixa" por meio de operações compromissadas com títulos públicos ou depósitos voluntários remunerados como forma de estabelecer a taxa de Selic diariamente, cuja meta, em termos de taxa anualizada, é estabelecida pelo Comitê de Política Monetária.

Assim, esse equívoco no entendimento acerca do funcionamento da política monetária ao propor juros negativos para os depósitos voluntários das instituições financeiras no Banco Central do Brasil e a limitação de juros em 12% ao ano e o dobro da Selic, sem perceber que a Selic seria negativa, demonstra que os autores da proposição não perceberam que os depósitos voluntários ou as operações compromissas com títulos públicos precisam ser remunerados pela mesma taxa Selic. Em essência, a taxa Selic é a remuneração dos depósitos das instituições financeiras.

Como eu queria que os juros fossem baixos, como eu queria que isso aqui pudesse acontecer; mas a política econômica tem todo um regramento e eu não vou poder aceitar essa SUG – não agora; quem sabe um dia a gente consiga estabelecer juros justos no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ter em mente que a limitação do preço de qualquer mercadoria, bem ou serviço, pode resultar na diminuição da oferta dessa mercadoria. Assim, poderia haver diminuição de crédito e fuga de capitais para outras jurisdições caso a Sugestão nº 8, de 2022, em análise, fosse adotada.

No mais, cabe informar que diversos projetos de lei já tratam de limitação de juros bancários. Então, aceitar essa SUG seria a gente só anexar a tantos projetos que já tramitam com a mesma matéria. Alguns projetos tratam de limitação de determinadas linhas de crédito, como as linhas emergenciais e rotativas do cheque especial e do cartão de crédito.

Acreditamos que nenhuma proposta dos diversos artigos da sugestão seja aproveitável. Enfim, tomada em seu conjunto, impediria o adequado funcionamento do crédito no sistema financeiro nacional, a despeito da boa intenção de promover crédito mais barato.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 8, de 2022 – quero fazer um acréscimo aqui ao voto –, no entanto encaminhando a proposta e o voto para serem anexados aos projetos de lei que tratam sobre o mesmo assunto, para que os Relatores dos outros projetos entendam que a sociedade está ouvindo e participando desse debate.

Esse é o voto. Esse é o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição ao projeto.

A matéria vai ao Arquivo.

Devolvo à Presidência à Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Senadora Jussara.

Assim, a gente esgota a nossa pauta.

Apenas vou para a leitura dos expedientes, de forma também resumida, como a Comissão tem adotado. (*Pausa.*)

O item 1 também, a SUG 14, de 2020, Relator Senador Styvenson, também está sendo retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 14, DE 2020

- Não terminativo -

"*Piso nacional para Policiais Militares*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição.

Observações:

Tramitação: CDH.

Em 04/02/2026, a matéria foi retirada de pauta.)

Expediente.

Eu comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes dos Expedientes 219, 225 e 227, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico, ainda, o recebimento das respostas dos ofícios constantes dos Expedientes 212, 213, 215, 220, 221, 222, 224, 226 e 229, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

No Expediente nº 213, a Corregedoria Nacional do Ministério Público informou que denúncia envolvendo possíveis violações de direitos de pessoa idosa foi encaminhada à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do próprio Conselho para as providências cabíveis. Informo que esta Comissão acusou o recebimento das informações e manterá o acompanhamento institucional do caso no âmbito da agenda temática de proteção à pessoa idosa.

No Expediente nº 221, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Indígena, informou que denúncia de negligência na assistência à saúde indígena no Município de Coari, no Amazonas, foi encaminhada ao Distrito Sanitário Especial Indígena competente para averiguação *in loco* e adoção de medidas corretivas. Informo que a resposta foi encaminhada para análise técnica e acompanhamento das providências informadas.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes dos Expedientes nºs 214, 216, 217, 223, 228, 230 e 232, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento do informe constante do Expediente nº 218, que recebeu o devido encaminhamento.

Isso posto, submetem-se às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo que na próxima segunda-feira nós teremos, nesta Comissão, uma incrível, linda e extraordinária audiência pública alusiva ao dia da pessoa com síndrome de Down.

No ano passado, essa audiência foi linda. Eu ainda estou com aquelas imagens do nosso DJ aqui na mesa tocando, a Comissão toda dançando. Nós não vamos conseguir este ano de novo fazer no Plenário geral, então vai ser nesta Comissão, aqui é a casa deles. Eu convido toda a sociedade, todos os amigos de Brasília: venham, venham celebrar a vida com as pessoas com síndrome de Down. Nós vamos discutir direitos, acesso à saúde, mas, claro que será uma audiência mais festiva. Nós não vamos chorar, nós vamos brigar por direitos, mas com muita alegria aqui na próxima semana.

Então, segunda-feira todos estão convidados. Eu queria, sim, esse corredor lotado, lotado, lotado. Vamos embora! A gente consegue, né, Luciana? Vamos trazer muita gente segunda-feira, vamos curtir com eles, vamos mostrar que o Brasil realmente é uma nação inclusiva.

Vai ser às 14h, né? Vai ser às 14h. Nós mudamos. Seria de manhã, mas a gente vai fazer à tarde, inclusive porque, de manhã, a gente tem que correr muito por causa do almoço, eles querem comer na hora certa e com todo direito, e a gente não pode impor a crianças aquilo que a gente faz em audiência pública com adultos, em que a gente fica até as 2h da tarde.

Então, a gente vai fazer à tarde, porque se precisar estender um pouquinho... E, dessa vez o Senado vai dar lanchinho, né, Kamila? Né, Diretora Ilana? Lanchinho para nossas crianças!

Na quarta-feira, a gente ainda vai confirmar se haverá a deliberativa, porque é o feriado de Páscoa. E, pelo que eu estou percebendo, as outras Comissões talvez não vão funcionar. Então, a gente vai informar se teremos a deliberativa no decorrer da semana.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro esta reunião.

Agradeço a presença de todos. Agradeço à Secretaria. Obrigada, Secretaria: a pauta foi vencida hoje – pauta, assim, esgotada hoje. Parabéns!

E declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Magno Malta, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 51/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Discutir os direitos das pessoas com Síndrome de Down no Brasil, especialmente quanto ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho digno e à proteção contra discriminações". Participantes: Elenilva Solidade da Silva Coutinho, Presidente da Associação DF Down - Mãe de jovem com síndrome de Down, Elenilva é autista e atua como defensora ativa dos direitos das pessoas com T21. Desenvolve um trabalho relevante junto à comunidade Down de Brasília, promovendo inclusão, conscientização e fortalecimento de políticas públicas; Gustavo Garcia Leão Façanha, Diretor Institucional da DF Down; Ivy Bittencourt de Souza Faria, 21 anos, é filha de Romário de Souza Faria e Isabella Bittencourt. Nascida em 17 de março de 2005, destaca-se como jovem representante da pauta da inclusão social no Brasil. Atualmente, iniciou sua formação em artes cênicas, com interesse voltado à atuação e à expressão artística, áreas nas quais busca desenvolver suas habilidades e ampliar sua participação cultural; Nadja Nara Camacam de Lima Quadros, Fisioterapeuta Neurofuncional - Mestre em Ciências da Saúde – Universidade de Brasília Pesquisadora do Hospital da Criança de Brasília (HCB); Referência nacional em desenvolvimento infantil e transtornos do neurodesenvolvimento, com mais de 20 anos de atuação - Fundadora do Instituto Nadja Quadros (INQ) e do Instituto Ápice Down; Giordana Garcia, Professora, Servidora Pública (PCDF) e Empresária, Presidente do Instituto MoT21 Graduada em Letras – Universidade Católica de Brasília; Pós-graduada em Segurança Pública, T21 e Neurociências; Especialista em prevenção às violências, mediação de conflitos e atendimento inclusivo; Formação em Multigestos, Montessori para T21 e ABA Palestrante; escritora e docente com participação em congressos e seminários nas áreas de T21, TEA e Neurociência - Mãe típica e atípica; Iarla Violatti, Mãe atípica de Samuel (T21 e TEA) – Diretora de Comunicação e Marketing do Instituto Ápice Down; Coordenadora das Frentes Parlamentares de: Síndrome de Down, Autismo e Doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raras; Estudante de Terapia Ocupacional; Palestrante e ativista pela inclusão; Augusto Bravo, Advocacy de Políticas Públicas de Saúde e de inclusão. Secretário Executivo das Frentes Parlamentares do Autismo e de Doenças Raras do DF; Catharina Brisola Lantyer Cunha Santos, Representante da APAE/DF. Nascida em 3 de março de 2003, em Brasília/DF, Catharina Brisola é uma atleta paralímpica com Síndrome de Down que se destaca no atletismo da APAE-DF desde 2019. Comunicativa, dedicada e resiliente, ela acumula conquistas marcantes: segundo lugar nos 800m marcha atlética na Copa Brasil Down da CBDI 2025; primeiro lugar nos revezamentos 4x100m e 4x400m Down no Meeting Brasileiro de Atletismo da CBDI 2025; e campeã no salto em distância do Campeonato Brasileiro da CBDI 2024; DJ Dudu, Luis Eduardo Atiê, 21 anos!Estudou em escola regular, terminou o Ensino Médio, fez curso de informática!É DJ profissional e trabalha em um escritório de advocacia tb. Já fez natação e capoeira, hj em dia é aluno do Futsaldown Brasília. Adora música e dança desde criança, faz fitdance e gosta muito de fazer musculação tb!Tem namorada, amigos e muitos sonhos para o futuro como se casar e morar na sua própria casa!; e Ana Beatriz de Lima Quadros, Filha da Dr. Nadja. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 30 de março de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 51, de 2026, de minha autoria, para debater os direitos das pessoas com síndrome de Down no Brasil, especialmente quanto ao acesso à saúde quanto ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho digno e à proteção contra discriminações.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Esse telefone não tem custo algum: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Comunico que os expositores terão, a princípio, dez minutos para fazerem a sua fala, podendo ser prorrogado. E, no final, a gente devolve para agradecimentos e considerações finais.

Nós vamos compor duas mesas. Uau, essas mesas vão ficar incríveis aqui!

Eu chamo para compor a primeira mesa: Elenilva Solidade da Silva Coutinho, Presidente da Associação DF Down, mãe de jovem com síndrome de Down; desenvolve um trabalho relevante junto à comunidade Down de Brasília, promovendo inclusão, conscientização e fortalecimento de políticas públicas. Nós podemos aplaudi-la? (*Palmas.*)

Seja bem-vinda. Bem-vinda, tá?

Convido para compor a mesa Nadja Nara Camacam de Lima Quadros, Fisioterapeuta Neurofuncional, Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília, Pesquisadora do Hospital da Criança de Brasília, referência nacional em desenvolvimento infantil e transtorno do neurodesenvolvimento, com mais de 20 anos de atuação. Eu não era nem nascida ainda... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundadora do Instituto Nadja Quadros e do Instituto Ápice Down. Bem-vinda! Como é que a gente vai recebê-la? (*Palmas.*)

Muito bem-vinda, Doutora! Prazer, viu? Obrigada.

Vamos convidar, para compor esta, mesa Giordana Garcia, Professora, servidora e empresária, Presidente do Instituto MoT21 – está certo? –, graduada em Letras, pela Universidade Católica de Brasília, pós-graduada em Segurança Pública, T21 e Neurociência, especialista em prevenção às violências, mediação de conflitos e atendimento inclusivo, formação em multigestos, Montessori para T21 e ABA palestrante, escritora e docente com participação em congressos e seminários nas áreas de T21, TEA, neurociência. Mãe atípica! A gente tem que, assim, ó: corta tudo! Olha o tamanho do currículo dela. Para mim, basta: mãe atípica e atípica!

Deus te abençoe! Seja bem-vinda, viu? (*Fora do microfone.*) Mãe típica e atípica. Vamos cumprimentar e recebê-la, né? (*Palmas.*)

Convido para compor ainda a mesa Iarla Violatti, mãe atípica de Samuel – cadê Samuel, veio ou não? –, mãe atípica de Samuel, T21 e TEA, Diretora de Comunicação e Marketing do Instituto Ápice Down, Coordenadora das frentes parlamentares de síndrome de Down, autismo e doenças raras, estudante de terapia ocupacional, palestrante e ativista, mas seu maior currículo é ser mãe do Samuel.

Deixe-me te dar um abraço!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como é que a gente a recebe? (*Palmas.*)

Bem, bem!

Também está na mesa, que todo mundo já viu, o nosso DJ Dudu. Não tem mais evento no Senado, na Câmara, em Brasília, sobre Down sem a participação do maior DJ que o Brasil tem hoje.

Eu estou mentindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, como é que a gente vai receber o nosso DJ aí?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha, esses gritos que vocês ouviram foi a namorada do Dudu que gritou, tá?

DJ Dudu, seja bem-vindo!

Gente, a mesa ficou completa com ele agora, não é?

Nós vamos ter uma segunda mesa, mas a segunda mesa também vai ter uma participação por videoconferência pela Ivy Bittencourt de Souza Faria. Ivy tem 21 anos, é filha de Romário de Romário de Souza Faria e Isabela Bittencourt. Nascida em 17 de março de 2005 – nasceu no mês certo, Ivy! Destaca-se como jovem representante da pauta da inclusão social no Brasil. Atualmente iniciou sua formação em artes cênicas, com interesse voltado à atuação e à expressão artística, áreas nas quais busca desenvolver suas habilidades e ampliar sua participação cultural.

Por que eu já li a participação de Ivy? É porque nós vamos fazer aqui uma dinâmica. Uma pessoa vai falar e, para a gente manter o nosso convidado conectado, tem sido muito difícil. Então, a gente vai fazer uma inversão aqui. Nós vamos passar a palavra, logo no início, para Elenilva, e depois a gente vai intercalar com a participação, via vídeo, da Ivy. Pode ser assim? Aí os demais falam.

Aí vou pedir depois para dois cederem o lugar para mais duas pessoas que vão falar na segunda mesa, o.k.?

Nós estamos muito felizes... (*Pausa.*)

Nós estamos muito felizes com a realização desta audiência. Mas agora nós vamos começar com a execução do Hino Nacional, que será pelo Pedro Arão, 17 anos, estudante do ensino fundamental. Ele é modelo, toca bateria, faz natação, participou da Campanha Nacional da Caixa Econômica Federal sobre Diversidade, Inclusão e Sustentabilidade, como garoto propaganda. Gente, é modelo e garoto propaganda! É estudante de libras, faz aula de música, violão, bateria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pedro Arão cantará o Hino Nacional.

Eu peço que todos fiquem em pé, em posição de respeito, para a execução do Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem! Vamos nos sentar.

Parabéns, Pedro Arão, pela execução do Hino Nacional.

Deixe-me contar uma coisa para você, Pedro: eu conheço muita gente que não sabe a letra do hino; eu fico olhando, e elas ficam fingindo que sabem cantar, e você mostrou que você sabe o hino inteiro. Parabéns! Foi linda a sua participação! Você cantou muito bem, e estamos todos felizes! Ele merece mais palmas. Muito obrigada, Pedro! Muito obrigada! (*Palmas.*)

A realização deste debate está plenamente alinhada à missão constitucional desta Comissão, que tem o valor de promover, fiscalizar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à proteção da dignidade humana, com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao trazer este tema ao centro da agenda legislativa, o Senado reafirma que a inclusão não pode ser tratada como concessão, mas como dever jurídico, compromisso institucional e imperativo civilizatório.

A magnitude do tema é evidente. Estima-se que a síndrome de Down ocorra em aproximadamente um a cada setecentos nascimentos no Brasil, totalizando cerca de 270 mil pessoas no país. Além disso, o Censo Demográfico 2022 revelou que o Brasil possui 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 7,3% da população com dois anos ou mais. Esses números demonstram que não estamos diante de uma pauta periférica, mas de um tema central para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

No campo educacional, os desafios são ainda mais significativos. A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é aproximadamente quatro vezes maior do que entre pessoas sem deficiência. Esse dado revela a persistência de barreiras estruturais históricas que limitam o acesso à educação e comprometem o pleno desenvolvimento dessa população. É importante reconhecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que há avanços, programas públicos, tem investimento em acessibilidade, recursos pedagógicos e apoio educacional especializado, no entanto esses esforços precisam ser constantemente avaliados quanto à sua efetividade, capilaridade e capacidade de atender às necessidades concretas dos estudantes e de suas famílias.

A relevância social deste debate é profunda. A pessoa com síndrome de Down não demanda proteção simbólica, mas garantia efetiva de direitos. Trata-se de uma pauta que envolve múltiplas dimensões: saúde, educação, trabalho e proteção contra a discriminação, ainda presente de forma silenciosa.

Esta audiência pública deve ser comprometida como espaço de escuta e construção. Ouvir especialistas, gestores, famílias e pessoas com síndrome de Down é essencial para qualificar o debate e orientar a atuação legislativa. E esta audiência precisava acontecer ainda no mês de março. Nós queríamos que fosse no Plenário geral, um grande evento, mas a gente não conseguiu fazer isso, neste ano, no Plenário. Mais do que uma reflexão, este encontro deve produzir compromissos concretos com políticas públicas baseadas em evidências, com articulação federativa e com enfrentamento de todas as formas de discriminação.

Sejam todos muito bem-vindos. Os que estão aqui no Plenário e as pessoas que estão nos acompanhando de forma remota, ou pela TV Senado, ou pelas redes sociais do Senado, ou ainda pelo canal YouTube, todos sejam bem-vindos.

Ouviremos agora, como primeira expositora, Elenilva – falei certo, né? – Solidade da Silva Coutinho, Presidente da Associação DFDown. Seja muito bem-vinda, Elenilva. (*Palmas.*)

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa da Senadora Damares e agradeço o convite por estar aqui.

Vou me autodescrever: eu sou uma mulher parda, com cabelos à altura do ombro – que hoje estão amarrados –, estou usando óculos, uma blusa polo de listas beges e listas marrons e também estou usando uma calça marrom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Elenilva, você pode fazer a minha audiodescrição para que as pessoas vejam como você me vê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Faça.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – A Senadora tem os cabelos claros com mechas, está usando óculos e tem pele clara. Ela está usando um blêizer *off-white*, com a blusa marrom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale o que é *off-white*. (*Risos.*)

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – É um tom que fica entre o bege e o areia, assim, bem clarinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – Certo?

E está usando também um lindo colar cor de ouro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

E você tem que dizer também que eu sou a Senadora mais bonita do Brasil.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – E é a Senadora mais bonita do Brasil.

Pronto, falei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela mentiu?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por livre e espontânea vontade, ela falou. Vocês viram?

Obrigada, Elenilva.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – Imagina, Senadora. É um prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o meu primeiro momento de fala... Eu vou compartilhar a minha fala, Senadora.

Boa tarde a todos.

É com grande responsabilidade e com profunda esperança que falo hoje, como Diretora da Associação da DFDown, sobre um tema que não é apenas social; é humano, urgente e transformador: a inserção digna no mercado de trabalho e a proteção contra o preconceito enfrentado pelas pessoas com síndrome de Down.

Quando falamos em inclusão no trabalho, não estamos falando de caridade; estamos falando de direito: direito à autonomia, à independência, ao reconhecimento e, sobretudo, ao pertencimento. O trabalho dignifica qualquer pessoa, e isso não é diferente para quem tem síndrome de Down.

E, ainda hoje, muitas pessoas com deficiência enfrentam barreiras que não são limitações suas, mas impostas pela sociedade: o preconceito, a falta de informação e a subestimação de suas capacidades. Quando as oportunidades são negadas antes mesmo de serem oferecidas, quantos talentos deixam de ser desenvolvidos porque alguém julgou sem conhecer? A exemplo disso – de quando nós, muitas vezes, negamos a oportunidade –, a gente teve um exemplo muito claro aqui, hoje. Isso que a Senadora falou sobre o Hino Nacional é, de fato, real, né? Ver esse jovem aqui... Eu confesso que eu não sei a letra toda do hino. Então, foi emocionante.

A pessoa com síndrome de Down é plenamente capaz de aprender, de se desenvolver, de contribuir, de crescer profissionalmente. Quando inserida em ambientes acolhedores e estruturados, ela demonstra compromisso, dedicação, responsabilidade e, muitas vezes, uma capacidade única de fortalecer o ambiente de trabalho com empatia e cooperação.

Mas é importante dizer: inclusão de verdade não se faz apenas com a contratação; é preciso garantir condições dignas de trabalho, oportunidades de crescimento, respeito nas relações e um ambiente livre de qualquer forma de discriminação. Inclusão não é cumprir cota; é mudar cultura.

Poucos dias atrás, nós estivemos numa empresa que convidou a DFDown e mais outras duas entidades também para estar ali. E uma coisa que nós comentamos e que foi discutida naquele ambiente foi a questão de preparar o ambiente para receber a pessoa com deficiência. Portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse cumprir cota vai muito além: é fazer preparar o espaço – não só esse espaço físico, mas o espaço de pessoas –, para poder receber, acolher e dar o apoio devido.

A proteção contra o preconceito também precisa ser uma prioridade. Isso envolve educação, conscientização e políticas efetivas. O preconceito, muitas vezes silencioso, exclui, limita e fere. Combatê-lo é dever de todos nós: das instituições, das empresas, do poder público e da sociedade como um todo.

Na Associação DFDown, vemos, diariamente, histórias que comprovam o potencial dessas pessoas, jovens e adultos que querem trabalhar, que se dedicam, que sonham e que só precisam de uma oportunidade justa. E nós temos muitos exemplos aqui, em Brasília, atualmente: a Maria Clara, o Gustavo Façanha e tantos outros jovens que estão aí no mercado de trabalho.

Por isso, deixo aqui um convite: que possamos olhar para além das limitações e enxergar as possibilidades; que possamos construir um mercado de trabalho mais diverso, mais humano e mais justo; e que possamos garantir que cada pessoa com síndrome de Down tenha não apenas o acesso ao trabalho, mas a um trabalho digno, respeitoso e valorizado.

A minha fala é curta, porque eu quero pedir licença, Senadora, para ceder o meu lugar, que eu acho que é de direito, a esse jovem, Gustavo Façanha, que vai dividir a minha fala comigo, porque o meu lema é sempre: nada sobre nós sem nós.

Venha para cá, Gustavo, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vem cá, Gustavo, vem compor a mesa aqui.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – Com licença. Foi um prazer. (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO GARCIA LEÃO FAÇANHA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. GUSTAVO GARCIA LEÃO FAÇANHA – Sou Gustavo Garcia Leão Façanha, tenho 26 anos. Eu tenho síndrome de Down, tenho pele clara, cabelo castanho e uso óculos. Estou vestido com um blêizer bege, uma camisa branca, uma calça e sapato social preto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Autodefensor da Região Centro-Oeste e sou contratado pela Advocacy da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Fiz a faculdade de Eventos, indicada pela minha Presidente, a Cleo, fiz o curso de Computação Gráfica, faço cursos de inglês, teatro, dança, canto e também sapateado. Faço atividade física e sou uma pessoa independente.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Deputada Damares por esta oportunidade. Senadora, todas as pessoas com deficiência precisam estar em escola comum. Criança com deficiência fora da escola é segregação. Precisamos de reconhecimento e oportunidades. Nossas limitações não existem por causa da síndrome, mas porque todas as pessoas são diferentes; cada uma delas tem suas características. Nossa dificuldade existe por falta de acessibilidade.

Tirar a criança com deficiência da escola comum é tirar as oportunidades. Precisamos de políticas públicas que nos amparem e que nos ajudem a lutar pelos nossos direitos.

Dia 21 de março foi o Dia Internacional da Síndrome de Down, e o tema deste ano foi: "Amizade, acolhimento e inclusão: xô, solidão".

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada. Gustavo, que discurso incrível!

Eu quero lembrar que Gustavo Garcia Leão Façanha, além de ser tudo o que ele falou, é Diretor Institucional da DFDown.

Muito obrigada por ter compartilhado o tempo com ele e é uma honra ter vocês aqui na mesa com a gente agora. Está bom, Gustavo? Muito obrigada.

Gente, deixe-me registrar a presença da Cecília para vocês. A Cecília é filha de uma colega aqui. Olhe que coisa mais linda! TV Senado, mostre a Cecília, ela está de pé em cima da mesa. Aquela é a Cecília. Ela é filha de uma colega nossa aqui do Senado, a mãe dela é assessora aqui no Senado. A Cecília... Olha, ela quer falar.

Cecília, você pode ser uma Senadora; se prepare, princesa. Olhe, ela está falando.

Por que eu fiz questão de registrar? Sexta-feira, nós saímos daqui... Chegamos, sexta-feira, às 8 da manhã; saímos às 2h da manhã do Senado; e aquela assessora, em pé. Na outra semana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente passou horas trancadas dentro de uma sala cofre lendo documentos. Eu fico imaginando – e essa é uma das discussões aqui – as mães de crianças com síndrome de Down. Como é que está sendo a relação trabalhista das empresas e das instituições com essas mães?

Cecília precisa de atendimento integral, Cecília precisa da mãe mais próxima dela. E, às vezes, eu me sinto culpada, Cecília, de a gente estar tirando a sua mãe o tempo todo de você. E ela quer falar, está vendo? Fale, Cecília, proteste! Proteste contra o Senado, porque estão tomando sua mãe de você. E aqui a gente viu... Olhe-a falando. Obrigada, viu? Olha só! Que linda, que preciosa.

E aqui, gente, a Elenilva, que falou antes, também é mãe. Não é? Cadê o rapaz, o seu filho? (*Pausa.*)

Olhe lá, mãe. Aí, mãe.

A gente vai ter que humanizar as relações trabalhistas no país, a gente vai ter que entender como é que vão ser, daqui para a frente, essas relações trabalhistas.

Eu sei que você teve que dar tempo integral para o seu filho. E como dividir o atendimento que seu filho pedia com o trabalho e com o cuidado do lar? Porque nós mulheres temos dupla, tripla jornada, mas acho que a mãe atípica tem uma quarta jornada.

Então, a gente vai ter que estudar sobre isso e entender melhor de que forma nós poderemos, como Senado Federal, pedindo perdão a esses filhos que precisam mais dessas mães, de um pouquinho mais de tempo com elas em casa... E por que não discutir essa humanização das relações trabalhistas no Brasil? Eu creio que todas as outras que vão falar também vão tocar nesse assunto, mas eu estou muito feliz, porque a Cecília veio e está aí protestando contra o Senado Federal, porque tiramos a mãe dela, durante a CPMI, quase 24 horas, de casa.

Tchau, Cecília! Beijo, Cecília! É muito linda. Olhe, gente. Oi, linda! Muito linda.

Na sequência, vamos agora ouvir a nossa querida convidada, que está via *online*, a nossa querida Ivy, que todo mundo conhece. Ivy Bittencourt de Souza Faria, de 21 anos, é filha do nosso Senador Romário. Nascida em março de 2005, destaca-se como jovem representante da pauta da inclusão do Brasil. O nascimento de Ivy arrastou Romário para essa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente faz uma homenagem ao Senador Romário por ter sido um baluarte, por ter sido um atalaia, por ter sido um defensor da pauta da inclusão e da acessibilidade aqui no Senado Federal.

Ivy, é uma alegria te receber.

Você tem o seu tempo de fala agora.

A SRA. IVY BITTENCOURT DE SOUZA FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, boa tarde.

Eu sou a Ivy. Tenho 21 anos. Sou filha do Romário e da Isabella. Tenho cinco irmãos e três sobrinhos. E tenho síndrome de Down.

O tema da campanha para o Dia Internacional da Síndrome de Down deste ano é "Juntos contra a Solidão". É muito importante falar sobre a solidão que muitas pessoas com síndrome de Down sentem.

Meu pai foi o Relator da Lei Brasileira de Inclusão, que garante direitos para todas as pessoas com deficiência. Mas muita gente ainda tem preconceito. Não nos chamam para conversar. Não nos chamam para sair. Não dão oportunidade de emprego. E isso machuca. Isso deixa muita gente sozinha.

A minha vida não é assim. Eu tenho uma família que está sempre comigo, que me ama, que me apoia. Eu tenho amigos que me respeitam e me fazem companhia. Eu estudo. Estou no segundo ano da faculdade de Artes Cênicas e quero ser atriz. Eu também trabalho. Tenho o meu canal @mundo.da.ivy e gravo vídeos para os meus seguidores. Isso me faz sentir bem, fico feliz e também me faz estar mais perto de outras pessoas com síndrome de Down e falar sobre inclusão.

A inclusão muda tudo. Quando a gente é incluído, a gente participa e não fica sozinho. Eu não sinto solidão. Ninguém deveria sentir isso. A gente quer fazer parte. Queremos ter amigos, queremos oportunidades, queremos respeito.

Estamos juntos contra a solidão.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos passar um vídeo bem rapidinho sobre síndrome de Down.

Beijos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ivy, por sua participação. Você está tão linda, Ivy!

Aí quando a gente vê você, 21 anos... São 21 anos, né? Vinte e um anos é... Parece que foi ontem que a Ivy nasceu, né? Todo mundo lembra o dia em que a Ivy nasceu.

Ivy, que Deus te abençoe! Dê um abraço no seu pai. A sua chegada na vida do seu pai trouxe tanta alegria para ele, mas a sua chegada a esse planeta também ajudou a mudar a história da inclusão no Brasil, porque a gente conseguiu trazer o maior artilheiro do mundo para a causa. Romário fez bonito no futebol, e Romário agora faz bonito na pauta da inclusão.

Obrigada, Ivy.

A SRA. IVY BITTENCOURT DE SOUZA FARIA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por tudo que você e seu pai têm feito por essa pauta. Dê um abraço nele. Eu estou morrendo de saudade!

O Senador Romário está afastado do Senado. Está com suplente no lugar, mas ele deu ordem para o suplente: "Você vai ficar lá no meu lugar dois, três meses, mas você vai ter que cuidar da pauta da inclusão". E o Bonetti está cuidando! O Senador Bonetti está cuidando!

Obrigada, Ivy. Que Deus te abençoe! Você está linda, está cada vez mais linda! Que Deus te abençoe!

Deus abençoe o nosso grande craque, meu parceiro. E não é meu parceiro só aqui não, gente. Quando eu era Ministra, o Senador Romário era um grande parceiro da nossa pauta lá no Executivo, corajoso e ousado.

Obrigada por sua participação, Ivy. Foi uma alegria ter você com a gente nesta audiência. Se a sua conexão cair, a gente vai entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos agora ouvir Nadjara Nara Camacam de Lima Quadros. Nadjara está aqui do meu... Nadja, Nadja – é que eu misturei tudo, viu, Nadja? (*Risos.*)

Ela é Fisioterapeuta Neurofuncional, Mestra em Ciência da Saúde pela Universidade de Brasília, Pesquisadora do Hospital da Criança – meu hospital do coração!

E a Nadja está com a filha aqui e também quer, assim como a Elenilva, dividir um pouco o tempo dela com a filha.

Mas eu só queria perguntar uma coisa ao nosso DJ: DJ, depois da fala de Nadja, pode ter uma apresentação, uma música?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, depois da fala dela, nós vamos ter uma música do DJ e, no final, ele vai tocar mais. O.k.?

Então, Nadja, quer falar primeiro ou quer apresentar sua filha?

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Eu quero apresentar a Bia.

Filha, vem cá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela pode falar de lá?

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Pode falar?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ligue o microfone para a Bia. (*Pausa.*)

Isso. Ela consegue. É só alguém ajudar a ligar o botãozinho. Isso. Pronto. Consegue falar aí, Bia? (*Pausa.*)

Ou quer vir aqui?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Prefiro ficar aqui mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quer ficar aí mesmo? Ajuda ela aí, Janine. Pode falar, Bia.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (Para expor.) – Estou com vergonha. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Boa tarde a todos.

Meu nome é Ana Beatriz de Lima Quadros. Eu tenho 16 anos. Eu tenho síndrome de Down. Sou autodefensora do Ápice Down. Eu estudo no 1º ano do Ensino Médio no Colégio Marista. Eu estou muito feliz de estar aqui hoje. (*Pausa.*)

Eu agradeço a oportunidade.

Este ano, eu vou dar o meu primeiro voto. Votar é um direito. A gente quer ser ouvido, a gente quer escolher, a gente quer fazer parte. Mas ainda não sei usar a urna eletrônica. Por isso, eu estou aqui hoje. Nós precisamos aprender de forma simples, clara e acessível. Todos têm direito de participar. E hoje eu faço um pedido muito importante: precisamos de educação eleitoral inclusiva já, porque de que adianta poder votar e não saber votar? Essa palavra não é sentida. A gente precisa aprender de verdade. Depois de eu aprender, eu quero ensinar o Brasil a votar, porque inclusão de verdade é quando todo mundo entende e pode participar.

Muitas graças! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem! Que pauta extraordinária: educação em direito eleitoral.

Mãe, você desafiou a gente agora. Inclusive, eu vou lutar muito por aquele voto. Daqui a cinco anos, eu vou lá na sua casa pedir voto. (*Risos.*) Está entendendo?

Gente, extraordinário. Eles têm o direito de escolher os seus representantes. E está na hora de a gente também começar a pensar. Não está na hora de a gente ter um Senador ou um Deputado Federal com síndrome de Down? Já passou da hora, né? Vamos trabalhar para isso? Vamos trabalhar para isso?

Dra. Nadja, é um prazer tê-la conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS (Para expor.) – O prazer é todo meu.

Eu estou bastante emocionada porque esse desejo foi genuíno e foi de Bia. Então, foi algo que aconteceu... Ela chegou este ano em casa dizendo assim: "Mãe, você sabia que agora, com 16 anos, eu posso votar?". E eu falei: "É verdade, filha". "Então, eu quero tirar meu título." E aí ela... Quem levou foi a tia, eu estava operada. E aí, ela chegou em casa dizendo: "Pronto, eu já tenho meu título. Mas o que adianta, mãe, eu ter o título e não saber votar?".

E aí, eu estava de atestado, afastada e a cabeça a mil. E eu, inclusive, escrevi para a senhora e vou expor aqui, me apresentar e falar do desejo, que é genuíno. Mãe faz tudo pelos filhos. E eu estou lutando não só por Bia, mas por seus pares também.

Boa tarde a todos e a todas.

Hoje, nesse espaço tão importante para a democracia brasileira, eu quero começar reconhecendo, valorizando e celebrando todas as pessoas com síndrome de Down, suas conquistas, autonomia e o protagonismo conquistado, suas vozes e, principalmente, o direito de participar plenamente da sociedade.

Falo aqui como mãe, como profissional da saúde, como cidadã. Sou mãe de Ana Beatriz – que já se apresentou –, de 16 anos, estudante do 1º ano do ensino médio de uma escola inclusiva, e autodefensora do Ápice Down.

Recentemente, ela me disse algo muito simples e, ao mesmo tempo, muito poderoso: "Mãe, eu quero votar".

Este momento representa um marco profundo. Ele traduz anos de estímulo, de construção, de autonomia, de inclusão real, porque votar é um direito. Mas, mais do que isso, é ser ouvido, é poder escolher, é fazer parte. Assim como a minha filha Ana Beatriz, eu também fui convidada a estar aqui hoje e isso, para mim, é profundamente simbólico.

Eu não estou aqui apenas como mãe. Eu estou aqui como uma profissional da saúde, fisioterapeuta, pesquisadora e alguém que, há anos, atua na construção de caminhos reais para a inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro de uma perspectiva biopsicossocial, eu aprendi, na prática, na clínica e na vida, que o desenvolvimento não acontece por acaso. Ele acontece quando oferecemos, desde cedo, estímulo, oportunidade, sobretudo com intencionalidade; quando olhamos a pessoa com deficiência, não pelas suas limitações, mas pelas suas potencialidades; quando garantimos ambientes acessíveis, interações significativas e experiências que promovam autonomia.

Foi isso que fizemos com a Bia e é isso que eu defendo todos os dias na minha atuação profissional, porque cada criança que recebe estímulo no tempo certo, cada família que é orientada, cada oportunidade que é ofertada se transforma em mais participação, mais independência e mais cidadania no futuro.

Hoje, estar aqui no Senado, ao lado da minha filha, vendo-a querer votar, querer participar e querer fazer parte, é a prova viva de que investir no desenvolvimento, desde cedo, muda trajetórias, muda vidas e precisa ser prioridade nas políticas públicas do nosso país. E é justamente a partir dessa vivência pessoal e profissional que nasce essa proposta.

Apesar dos avanços garantidos pela Constituição Federal e pela Lei Brasileira de Inclusão – a Lei 13.146/2015 –, ainda existem barreiras importantes no acesso à informação e na compreensão do processo eleitoral por pessoas com deficiência intelectual.

Não basta poder votar, é preciso entender como votar. É preciso garantir que cada pessoa tenha acesso à informação de forma clara, acessível e respeitosa. Por isso, apresento a esta Casa a proposta de uma iniciativa legislativa voltada à promoção da educação eleitoral inclusiva para pessoas com deficiência intelectual. Uma proposta que nasce da vida real, da prática clínica, da escuta e das famílias. E principalmente da voz das próprias pessoas com deficiência.

Propomos, Senadora Damares, a implementação de programas permanentes de educação eleitoral inclusiva, em articulação com a Justiça Eleitoral, a produção de materiais educativos acessíveis, com linguagem simples, recursos audiovisuais e explicações passo a passo, também realizações de simulações práticas de votação, com o uso de urnas eletrônicas ou tecnologias adaptadas, assim como a capacitação de profissionais da saúde, da educação e da assistência social para apoiar esse processo, o incentivo ao protagonismo, com a participação ativa de pessoas com deficiência na construção e disseminação de conteúdos, e a implementação de projeto-piloto com a possibilidade de ampliação em todo o território nacional, porque inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de verdade não é só permitir, é garantir que a pessoa compreenda, que ela escolha, que ela participe. Enfim, é a garantia de direitos.

E hoje eu trago aqui também a voz de Bia. A gente quer ser ouvido.

Então, promover a educação inclusiva, Senadora Damares, é fortalecer a democracia, é promover equidade, não igualdade. É simples, é ampliar voz, é reconhecer cidadania.

Diante do exposto, coloco-me à disposição para contribuir tecnicamente com essa construção, a partir de minha atuação na assistência, no ensino e como Coordenadora Nacional do Programa Pronas/PCD do Ministério da Saúde na área de neurodesenvolvimento da pessoa com deficiência. Acreditamos que esse é um passo necessário, urgente e possível, porque, quando garantimos acesso, promovemos autonomia e, quando promovemos autonomia, transformamos vidas e transformamos o nosso país.

O dia de hoje certamente ficará gravado no caminho das minhas memórias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Nadja.

Para quem está ligando a televisão agora, a Dra. Nadja...

Quer falar mais, Bia?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Quero.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fala, Bia.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Posso cantar uma música agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode, pode cantar.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Primeiro eu quero o som.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alguém tem som?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – O DJ.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – DJ? Espere só um instantinho.

Então, antes de o DJ tocar – espere aí, DJ –, vocês ouviram? Ela está exigindo o que eu prometi.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Na verdade é a Ana Cristina.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Espera só um instantinho.

Antes de o DJ tocar, espera só um instantinho, Bia.

Eu só quero avisar para o Brasil, quem está ligando a televisão, que a Dra. Nadja é referência nacional em desenvolvimento infantil e transtorno do neurodesenvolvimento, com mais de 20 anos de atuação. A senhora fez um desafio, Doutora, e disse que é possível. Mas é possível numa nação do tamanho do Brasil, com tantas diferenças sociais, culturais, regionais? Como alcançar esse sonho para aquela mãe ribeirinha, lá da Amazônia, para quem, entre a cidade dela e a capital, são sete dias de barco? Como a gente levar a garantia dos direitos a todas as pessoas com síndrome de Down?

Doutora, eu fiquei muito feliz com a sua participação aqui e me sinto muito desafiada com a sua fala. E a senhora me garantiu que é possível. Então, se é possível, a gente vai ter que fazer, e vamos ter que fazer juntas, todo mundo junto. Foi uma alegria!

Mas agora a gente vai, claro, atendendo Bia e o que eu prometi, ouvir uma execução pelo nosso DJ Dudu. Atenção, depois vocês sigam o DJ Dudu nas redes sociais. Eu o sigo e me divirto muito – a namorada dele torcendo ali! Eu me divirto muito com os vídeos do Dudu, são incríveis!

Então, DJ, som na caixa.

(Procede-se à execução de áudio.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu, gente! Para quem não sabe, eles vão a baile, sim; eles se divertem, sim; eles namoram – não é, mãe? –, namoram, sim; e eles têm uma vida linda.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (*Fora do microfone*.) – A gente pode cantar a partir de agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (*Fora do microfone*.) – Cantar mãe e filha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cantar mãe e filha.

Você vai cantar, Doutora, com ela? (*Pausa.*)

Então, está bom; a Doutora vai cantar com ela. Vai lá, Doutora.

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS (*Fora do microfone*.) – Qual é a música?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Ana Cristina e Milena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vai lá.

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Vamos cantar sem música, Bia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sem música. Ele está sem a música. Vai lá.

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Só nós duas. Ele não tem lá.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Como vou cantar sem som? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alguém providencie o som para a Bia, por favor. (*Pausa.*)

Você tem o som aí? Ele tem?

O DJ tem tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Tem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem?

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – É exigente, quer...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem sabe faz ao vivo.

A SRA. IARLA VIOLATTI (*Fora do microfone*.) – Eu e você, é Bia? A música.

(*Intervenções fora do microfone*.)

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Acho que é... Eu acho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto eles abrem... Bia, a gente vai segurar um pouquinho. Ele vai abrir, vai preparar. Nós vamos ouvir...

Achou? (*Pausa*.)

Então "bora" lá.

Achou? Não?

A gente pode fazer a próxima...

Então, Bia, nós vamos fazer a próxima fala. Depois da próxima fala, ele vai preparar, você vai cantar com sua mãe, o.k.?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Está bom, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ouvir agora, então, Giordana Garcia, professora, servidora pública e empresária, Presidente do Instituto Mot21, graduada em Letras pela Universidade Católica de Brasília, pós-graduada em Segurança Pública e Neurociência, mãe típica e atípica.

Dra. Giordana, é uma alegria recebê-la aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIORDANA GARCIA (Para expor.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu trouxe antes um vídeo. Eu não sei se... Vão conseguir? Vamos passar um videozinho antes para a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos passar o vídeo antes.

A SRA. GIORDANA GARCIA – É um vídeo do nosso instituto, do nosso trabalho, para que vocês conheçam um pouquinho do que a gente tem feito desde 2020.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que lindo, que lindo!

Giordana.

A SRA. GIORDANA GARCIA – Obrigada, gente.

Já deixo aqui o convite à Senadora para participar do nosso *podcast*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim! Com alegria!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GIORDANA GARCIA – Vamos marcar.

Bom, Exma. Sra. Presidente, Senadora Damares, na pessoa de quem cumprimento os demais membros desta Comissão, autoridades, instituições e pessoas com síndrome de Down aqui presentes, sou Giordana Garcia, educadora, policial civil, especialista em trissomia do 21 e autismo, e Presidente do Instituto MoT21, organização que atua na formação de profissionais, na orientação de famílias e promoção da inclusão na prática.

Eu sou mãe do Théo, que tem T21 e TEA, e do Breno, que é um garoto com altas habilidades, que agora está no primeiro semestre da UnB como estudante de Direito – e a mãe babona está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, babando o filho, né? O Théo, eu perguntei a ele se ele queria vir, e ele tinha aula de natação. Adivinha o que ele escolheu? (*Pausa.*)

Ir para a aula de natação! Então o Théo não está aqui.

Bom, Senadora, é necessário iniciar reconhecendo sua atuação junto à frente desta Comissão. V. Exa. tem contribuído para dar visibilidade a pautas historicamente negligenciadas, especialmente no campo das deficiências e das doenças raras. Destaco também sua atuação no debate do Plano Nacional de Educação, na defesa da continuidade do respeito às instituições conveniadas, como as APAEs e os centros especializados. Precisamos tratar desse tema com clareza. A liberdade de escolha deve ser da família. Cabe ao Estado garantir que existam caminhos estruturados, qualificados e sustentáveis, fortalecendo as instituições que já demonstram resultados concretos.

O que vemos hoje no Brasil, em muitos contextos, é uma inclusão que ainda não se sustenta na prática. A presença na sala de aula não garante aprendizagem, desenvolvimento ou pertencimento. A inclusão não se faz apenas com acesso; ela se faz com atendimento especializado, suporte técnico e estrutura. Sem isso, o que ocorre na prática é uma exclusão dentro da própria sala de aula. Na saúde, convivemos com avanços importantes, mas ainda insuficientes. Em Brasília, temos o CrisDown, que fica dentro do Hran, consolidado como referência no atendimento interdisciplinar; ainda assim, enfrenta alta demanda e limitações de acesso. E isso nos leva a uma reflexão necessária: se na capital do país ainda existem barreiras, qual é a realidade das famílias nos pequenos municípios, no Sertão, na Amazônia, nas comunidades ribeirinhas? A ausência de uma rede estruturada e descentralizada compromete o desenvolvimento desde a primeira infância e limita oportunidades ao longo de toda a vida.

No mercado de trabalho, enfrentamos um duplo desafio: de um lado, empresas ainda despreparadas para receber a pessoa com deficiência, com a qualificação e a dignidade que o cargo exige; e do outro, famílias que vivem sob a insegurança de perder benefícios diante de um sistema que ainda não oferece garantias claras. O trabalho precisa ser o caminho de autonomia, não pode representar risco. Sábado eu estive no Senai, capacitando professores de cursos profissionalizantes, para que eles saibam atender em sala de aula uma pessoa com deficiência, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu queria dizer às famílias que procurem esses cursos, porque eles existem, eles estão lá, e tem pouca procura de pessoas com deficiência.

Ainda há um ponto que precisa ser dito com responsabilidade: a educação e a saúde vêm sendo ocupadas em muitos espaços por uma lógica que privilegia eventos e formações que não se traduzem na prática. Precisamos avançar para além de agendas que consomem recursos e não chegam à ponta. O investimento público precisa gerar impacto real no cotidiano do professor, do profissional da saúde e, principalmente, na vida das pessoas com deficiência. Hoje, na rede pública, profissionais seguem sobrecarregados, sem apoio técnico e sem estrutura adequada. Na rede privada, instituições comprometidas enfrentam dificuldades significativas na formação de equipes e na disponibilidade de recursos humanos qualificados. Não se trata de responsabilizar um único ator, mas de reconhecer que existe um descompasso entre o que está previsto na legislação e o que acontece na prática.

Estamos falando de direitos já estabelecidos que precisam sair do papel e chegar à prática. Tudo no papel é muito bonito, mas a gente precisa que isso se torne prática. Precisamos de técnica. Precisamos de financiamento direcionado a instituições que comprovadamente funcionam. Precisamos de uma rede de saúde descentralizada e acessível. Precisamos de formação qualificada com aplicação real. A síndrome de Down não limita o potencial da pessoa. Olhem quantas pessoas temos aqui hoje que estão no mercado de trabalho.

Eu queria dizer, Senadora, que o Gustavo Façanha é meu primo. E tenho muito orgulho – muito orgulho mesmo, gente – de ser prima do Guga, nosso querido.

Vou repetir: a síndrome de Down não limita o potencial das pessoas. O que limita é a ausência de estrutura, de planejamento e de compromisso com a execução. O Brasil já avançou no discurso e, agora, precisa avançar na prática.

Antes que eu me esqueça, Senadora, eu queria apresentar aqui o nosso Vice-Presidente – ele trabalha aqui com vocês –, o Daniel, que está ali. Ele é o nosso Vice-Presidente do Instituto MoT21 e trabalha aqui na TV Senado. É ele quem acata as minhas loucuras, às 2h da madrugada, quando tenho ideias.

Muito obrigada, Daniel, por fazer parte do nosso instituto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E muito obrigada, Senadora, por este momento e por me dar aqui voz, que também é a voz do meu filho, o Théo, e a voz de tantas pessoas com deficiência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Giordana.

Então, é você, Daniel! É você, escondidinho atrás desse vidro preto para ninguém ver.

Nós vamos atrás dele, não vamos, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A sua vida nunca mais vai ser a mesma no Senado.

Obrigada, Giordana. Obrigada por essa sua fala desafiadora, quando você lembra o grande Brasil que nós temos.

Nós estamos aqui com a Bia, lutando por educação eleitoral porque quer votar; eu tenho o Gustavo, que trabalha; eu tenho o DJ, que faz sucesso; eu tenho a Ivy, que está fazendo faculdade; nós temos outros fazendo faculdade, mas neste mesmo Brasil eu tenho alguns que estão lutando apenas para comer. E a gente vai ter que sensibilizar muito todos os governos. As políticas de Estado para as pessoas com síndrome de Down têm que ter continuidade.

Eu vou contar um segredo para vocês. Em 2023, quando eu cheguei a esta Casa – e aqui a gente tem valorosos, como o Romário, a Mara, o Flávio Arns, o Paim, que têm o coração na pauta –, lembro que a gente estava aprovando uma medida para as crianças com microcefalia, uma indenização justa – vocês sabem o que aconteceu com o zika vírus naquela época –, e, na hora em que a gente a aprovou – Mara estava muito feliz e se esforçou muito para estar na Casa naquele dia; todo mundo conhece as limitações físicas dela –, quando ela estava celebrando do jeito dela, rindo, e todo mundo em volta dela celebrando, eu ouvi um colega Senador dizer o seguinte: "Esta Casa parece que virou casa de caridade". Era um colega que falou... acho que pensou alto e não viu quem estava do lado dele. E eu só peguei no braço dele, mas o Espírito Santo de Deus me controlou, porque não era só pegar no braço que eu queria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou falando isso? Três instituições já falaram aqui na mesa: a Associação DF Down, o Instituto Ápice Down, e agora falou o Instituto MoT21. Deixe-me dizer uma coisa para vocês, é a sociedade civil organizada que dá o tom. Nesta legislatura, só o Senado vai mudar dois terços – dois terços do Senado vão à reeleição: alguns não serão reeleitos, outros vão a governo, outros não voltarão –, mas a Câmara vai renovar em 100%. É possível que nem todos venham, muitos virão, outros não virão. Nós, Parlamentares, passamos; os governantes passam – hoje é um Presidente, amanhã é outro –, mas vocês permanecem. E essa vigilância vocês precisam ter.

Eu queria muito que as crianças do Norte tivessem lutando hoje, como Bia está lutando, pelo direito de votar. E lá eu tenho crianças que estão lutando ainda pelo direito de comer – olha que desigualdade tem esta nação! Eu sei que tem muita gente me assistindo, e, por incrível que pareça, o direito de comer, em 2024, quase foi tirado de alguns quando disseram que as crianças com Down não precisavam do BPC. Vocês se lembram dessa história? Então, assim, vigilância.

Eu desafio vocês... Inclusive eu perguntei aqui para Nadja, porque é muito comum nós estarmos envolvidos com o tema quando nós temos uma pessoa com deficiência ou com uma síndrome ou com doença rara em casa. Aí eu fiz as contas aqui: a Dra. Nadja está há mais de 20 anos cuidando do neurodesenvolvimento, mas a Bia só tem que idade?

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Dezesseis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dezesseis. Então ela já estava há dez anos cuidando do neurodesenvolvimento quando Deus deu a Bia para ela.

Então, assim, todos podem vir para essa luta. Eu vejo muita gente falando: "As famílias de pessoas com doenças raras, com deficiência, estão lutando". Não! A luta é de todos nós. E a sociedade civil tem que estar vigilante.

Parabéns pelo trabalho que você apresentou, as outras duas instituições também, parabéns!

E eu vou mandar um recado para aquele colega que falou aquela besteira que deve estar com o braço doendo até hoje: não é casa de caridade. Nós não estamos fazendo nenhuma caridade, são direitos que precisam ser garantidos – direitos! E aqui a gente não aceita nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passo para trás, nenhum direito a menos, e a gente também não aceita que ninguém fique para trás. Obrigada pela sua participação.

Na sequência... A música está pronta? Dá para cantar? (*Pausa.*)

Dá? Então, quer cantar ainda, Bia?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (*Fora do microfone.*) – Quero!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quer? Então, a Bia pediu, a Bia vai cantar.

Vamos colocar no microfone, via YouTube, e lá se vão os direitos autorais – a TV Senado se vira com os direitos autorais... (*Risos.*)

Mas Bia vai cantar! Bia e a mãe vão cantar!

Dá para colocar aí? Liga lá, liga o microfone da Bia, liga o microfone da mãe.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (*Fora do microfone.*) – Pode ser agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Espera só um instantinho, vai tocar a música aqui. Espera aí, Bia.

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Não encosta no microfone.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Ah, tá!

(Procede-se à execução de áudio.)

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Eu te amo, mamãe.

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Eu também te amo, filha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Como é que não chora?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – A música não acabou, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não acabou, não, Bia? (*Risos.*)

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente não aguenta mais chorar, Bia!

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Não tem homenagem, não?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente continua, Bia. Acabou?

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Continua.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Continua! Não acabou, não! Pode pôr o restinho.

(Procede-se à execução de áudio.)

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS – Eu que agradeço, filha, a oportunidade de você ter vindo na minha vida, de me tornar uma pessoa melhor. Eu já estava nessa jornada, mas eu confesso para vocês que, quando Bia nasceu, eu e meu marido mergulhamos de corpo e alma e coração nessa jornada. Eu passei um tempo na Espanha, meu marido foi para Los Angeles, a gente conheceu o que tem de melhor no mundo.

E eu queria falar, Senadora, que em 2023 a gente publicou dois livros para o Ministério da Saúde, que têm QR *codes*, que estão disponíveis para chegar às populações ribeirinhas, um projeto que eu coordenei no Ministério da Saúde. Eu recebi um novo convite, e a gente está lançando neste ano um curso de capacitação para o Brasil inteiro e todos os países de língua portuguesa. O objetivo é capacitar pessoas do Brasil inteiro para lidar com pessoas com síndrome de Down e, não só com síndrome de Down, com todas as deficiências.

Então, minha vida é dedicada ao cuidado de pessoas com deficiência, e Bia é o melhor presente que a vida me deu. Eu fico feliz, porque essa música, gente, ela encontrou sozinha na internet e me dedicou no Dia das Mães. E, a todo lugar que ela vai, ela diz que agradece a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ela hoje estar aqui, mas na verdade é um esforço. A gente só... Ela se dedica o tempo inteiro. E a ideia de voltar foi dela, e eu estou aqui para apoiar, né, filha? Te amo, filha!

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Te amo, mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oh!, gente, nada disso estava no roteiro.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Mãe, posso cantar Meu Coração é Para Ti?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe a gente falar agora, depois você canta, Bia.

Eu só tenho que informar que, depois que a sua mãe cantou, o Hospital da Criança acho que perdeu a sua neurofisioterapeuta, porque você nasceu para cantar. (*Risos.*)

Vamos continuar.

Eu registro a presença de Priscila Pontual Lobato da Cruz, que é de Brasília e ganhou, neste final de semana, o Campeonato Brasileiro de Natação em São Paulo. Chegou direto do aeroporto e veio para cá. Cadê a Priscila? Deixe-me ver a nossa campeã. Cadê? Priscila, parabéns! Parabéns, Priscila! (*Palmas.*)

Campeã! Vejam só, ganhou o Campeonato Brasileiro de Natação em São Paulo. Parabéns! Mostre a medalha para a gente. Tem a medalha aí? Olhem a medalha da Priscila, gente. Que coisa linda! Parabéns!

Quero registrar a presença de Karen Allana Alves, que tem 25 anos, é autodefensora da Ápice Down, é fotógrafa.

E quero também registrar a presença do Ian Santana Stukert, que tem 28 anos, é atleta da Apae na corrida de 100 e 200 metros, é fotógrafo. É o nosso fotógrafo, está aqui. E eu acho que eu tenho mais dois fotógrafos, né?

Já falei da Karen...

Registro a presença de Luciana Medina, Presidente da Associação Inclusiva; de Paulo Borges, PRF – valeu, Paulo! –; de Viviane Guimarães, Vice-Presidente do Movimento Orgulho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autista Brasil; de Phellip Alcântara, advogado da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; de Andréa Fontes, Presidente da UNA – está sempre aqui com a gente –; de Glória Regina Maciel, Presidente do Fashion Inclusivo; de Marilda Aparecida da Silva, Presidente da Associação Força Esperança; de Wilton dos Santos, Supervisor Regional do Sesc Senac; e de atletas do Futsal Down estão aqui também. Muito bem-vindos!

Agora, nós vamos ouvir a fala de Iarla Violatti, mãe atípica de Samuel. E hoje é o aniversário dela, é?

A SRA. IARLA VIOLATTI (*Fora do microfone*.) – Não, foi domingo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah!, é o aniversário da Nazaré, a mãe dos outros... (*Risos*.)

No final, com o DJ, tem parabéns!

Nós vamos ouvir agora a Iarla, mãe atípica de Samuel, Diretora de Comunicação e Marketing do

Instituto Ápice Down, Coordenadora das Frentes Parlamentares de Síndrome de Down, Autismo e Doenças Raras, estudante de terapia ocupacional, palestrante e ativista pela inclusão.

Seja bem-vinda, Iarla!

A SRA. IARLA VIOLATTI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora. É um prazer imenso estar aqui com vocês.

Vou fazer minha autodescrição.

Eu sou uma mulher de cor clara, tenho cabelo castanho médio, mechado de loiro, à altura dos ombros. Estou vestida com uma blusa na cor preta e um casaco também na cor preta e acessórios dourados – um colar dourado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito bom poder contar aqui com a presença de vocês.

Eu fiquei com o tema, pessoal, sobre direitos das pessoas com síndrome de Down e autismo. Quem me conhece sabe que eu sou bem ativista na pauta mesmo, estou sempre, o ano inteiro, perturbando aqui o Augusto, Augusto Bravo, que é o Secretário das Frentes Parlamentares. A ele e ao Deputado Eduardo Pedrosa quero agradecer aqui, porque vocês sempre estão acatando as nossas demandas, estão sempre com a gente. Muito obrigada.

E, para mim...

E às minhas amigas também, às mães atípicas que estão aqui. Dani, obrigada, meu amor, pela presença. A gente sabe que a jornada é bem desafiadora, então agradeço muito a participação de vocês.

Estar aqui hoje, no Senado Federal, falando sobre os direitos das pessoas com síndrome de Down e autismo é uma grande responsabilidade, porque, quando a gente fala de inclusão, a gente não está falando de boa vontade – como a Senadora falou –; a gente está falando aqui sobre os direitos: direitos à educação, à saúde, direito de permanecer com dignidade na escola. E esses direitos já existem, porém, o que muitas famílias ainda enfrentam é a dificuldade para que eles sejam cumpridos verdadeiramente, na prática.

Na educação, por exemplo, aqui, o Distrito Federal tem avançado, Senadora; porém, a gente sabe que hoje existem milhares de estudantes com deficiência matriculados, existem mais de 6 mil educadores sociais voluntários, atuando na rede pública, e isso faz diferença. Esse profissional, que é o educador social voluntário, para quem não sabe, é um profissional que apoia ali no que é básico mas também essencial para os nossos filhos, que é alimentação, locomoção, higiene, organização no dia a dia escolar, só que não tem para todo mundo. A gente sabe que não chegou para todos.

Clarinha, meu amor! Um beijo, viu?

E é aí que precisamos ser muito claros, porque algumas crianças com T21 e autismo precisam desse suporte para permanecer na escola. E, quando ele não existe, a inclusão fica comprometida. E eu trago aqui, Senadora Damares, um exemplo muito real, porque, em várias escolas públicas aqui no DF, existem crianças que utilizam a gastrostomia, que é aquela GTT, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo para alimentação. Isso exige muito cuidado, exige orientação e exige alguém que saiba o que está fazendo. Só que, muitas vezes, a escola não tem esse suporte, não por falta de compromisso –a gente sabe –, mas por falta de estrutura mesmo e integração entre escola e saúde.

E o que acontece? A família precisa estar disponível o tempo todo. E, às vezes, a mãe precisa permanecer na escola; não pode sair, porque não tem quem realize esse cuidado básico. Isso nos leva a uma reflexão muito direta: isso é inclusão ou adaptação da família à falta de estrutura? Fica essa reflexão.

É por isso que a solução não está em apontar as falhas; está em organizar a rede. Nós precisamos fortalecer algo muito simples e possível, que é a integração entre escola e unidade básica de saúde. A UBS mais próxima daquela escola pode orientar, capacitar e dar suporte à escola. Porém, não se trata de sobrecarregar a educação; se trata de compartilhar responsabilidade.

Na saúde, o desafio também continua: o acesso às terapias ainda não é igual para todas as famílias, e, quando a gente fala de desenvolvimento, tempo importa. Cada atraso no atendimento é uma oportunidade que se perde. E tudo isso recai sobre quem? Sobre as famílias, principalmente sobre as mães. E muitas delas são mães solo: 80% das mães atípicas são mães solo. Muitas vivem ali uma rotina de sobrecarga constante.

Carol, eu compartilho muito com você essa fala, porque eu, de fato, a admiro muito. Eu quero que você saiba que você pode contar comigo. A Carol é sua assessora. Não é, Senadora? Carol é mãe atípica e é uma pessoa que tem minha grande admiração.Uma mãe atípica e uma mãe com deficiência. Então, essas mães vivem uma sobrecarga constante, sem apoio emocional, sem rede de apoio, sem suporte psicológico contínuo. É por isso que falar de inclusão também é falar de saúde mental das famílias. Não existe inclusão real, gente, se quem sustenta esse cuidado está exausto.

A inclusão também passa pela cultura. Nós tivemos o CaminhaDown, que foi dia 22 de março. Não é, Elenilva? Parabéns! Foi maravilhosa a CaminhaDown. E tivemos, também, aqui, o FestDown, que foi um movimento cultural inclusivo, idealizado pela Janaina Parente, minha querida Presidente do Instituto Ápice Down.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito emocionante de ver. Uma das coisas que eu mais comentei sobre o FestDown é que a gente viu ali as crianças, os jovens, os adultos com T21 e também pessoas autistas ocupando aquele espaço junto com suas famílias e as famílias emocionadas, a gente viu eles se sentindo presentes, vivendo aquele momento, se reconhecendo, participando e, principalmente, se sentindo pertencentes, porque o evento foi para eles. Gente, foi lindo e emocionante, Senadora, de ver. A inclusão também é isso, não é, gente? É estar, é participar, é se sentir parte.

Diante de tudo isso, eu deixo aqui uma pergunta muito simples: se o direito já existe, por que é que ele ainda não chega para todos? Eu falo isso não só como diretora do Instituto Ápice Down, que já atua há 22 anos em Brasília. Inclusive, a Dra. Nadja Quadros é uma das fundadoras. Mas eu estou aqui falando, gente, como a mãe de Samuel, que é uma criança com síndrome de Down e autismo, porque foi através do meu filho que eu entendi que o que muitas vezes limita não é a condição, é a falta de oportunidade, de suporte e de acesso. Por isso o caminho é claro, um dos: garantir o educador social voluntário, quando necessário; apoiar a escola com suporte técnico; fortalecer a conexão com a saúde; ampliar o acesso às terapias e cuidar das famílias. Porque a inclusão não pode depender de sorte, o direito precisa ser garantido.

Senadora Damares, eu quero aqui, antes de tudo, reconhecer toda a sua atuação nessa pauta. O seu trabalho na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, na promoção da dignidade e no fortalecimento dessas políticas tem sido fundamental. Isso precisa ser dito. E é justamente por reconhecer esse seu compromisso que eu me sinto segura para trazer essa reflexão.

O Brasil já avançou muito em leis, mas o nosso desafio agora é fazer com que esses direitos cheguem, de fato, à vida real das famílias. Porque é no dia a dia, na escola, na unidade de saúde, na rotina das mães, que a inclusão precisa acontecer.

Eu acredito que o próximo passo – e talvez o mais importante de todos – é avançarmos juntos na execução, na integração das políticas e no fortalecimento da rede de apoio.

Eu quero dizer também que eu sou uma grande fã e admiradora da senhora, que me emociona muito estar aqui do seu lado.

Obrigada, viu, Senadora! Obrigada, gente. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Iarla. Você é linda. Obrigada.

Que bom saber que ela...

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – Está na hora da música!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Daqui a pouquinho.

Que bom saber que ela...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais duas pessoas vão falar e a gente canta.

Que bom saber que a Iarla gosta de mim, que bom! Fico contente.

Agora eu vou pedir à Iarla que troque de lugar com Augusto Bravo. Cadê o Augusto? Augusto Bravo. E eu poderia pedir à Jordana... Pode ser, Jordana? Você trocar de lugar com a Catharina Brisola Lantyer Cunha Santos. Cadê a Catharina?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem?

A SRA. IARLA VIOLATTI (*Fora do microfone.*) – Eu sou a mãe secreta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A mãe secreta? Ah...

Vem cá, Catharina Brizola. Nós vamos trocar de lugar, mas eu peço que tanto a Iarla como a Giordana fiquem na primeira bancada porque nós vamos... Depois das duas falas, a gente devolve para vocês fazerem agradecimentos finais e considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir o Augusto Bravo, que é relações institucionais, Secretário-Executivo das Frentes Parlamentares do Autismo e de Doenças Raras aqui do Distrito Federal, junto com o Deputado Eduardo Pedrosa.

E aqui, Augusto, eu preciso fazer as minhas homenagens ao Deputado Eduardo Pedrosa. Eu tenho uma honra de ser parceira dele. Nós dois nos elegemos juntos, uma dobradinha, eu e ele, e a gente fez um compromisso quando a gente estava na campanha que essa pauta seria a pauta dos nossos mandatos, e ele está cumprindo essa pauta. Leve para o Deputado Eduardo Pedrosa meu amor, meu carinho, meus cumprimentos.

Augusto, você tem seu tempo.

O SR. AUGUSTO BRAVO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Nós que agradecemos a parceria e a sua atuação tão relevante, não só no cenário aqui do Distrito Federal, mas especialmente no Brasil, porque a senhora tem conduzido tão bem esta Comissão, com muita dignidade e especialmente com muita honra. A gente percebe, na sua atuação, o sentimento que a senhora coloca nessas pautas.

Eu quero me ater a dois pontos especiais nesta tarde a respeito da pauta da síndrome de Down no âmbito do Distrito Federal. E aí eu penso que uma realidade que precisa ser vista é a questão, especialmente, da educação e da saúde, Senadora. Temos muitas outras pautas, mas eu quero me ater basicamente a essas duas pautas.

Quando nós falamos sobre os desafios, nós falamos dos direitos, dos direitos para as pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com síndrome de Down. Nós temos aqui, como a minha amiga Giordana falou, o CrisDown, que é um grande centro de referência na área de saúde aqui no Distrito Federal – que, inclusive, a Dra. Nadja também é uma grande precursora ali desse trabalho, junto com seu esposo.

Nós queremos dizer que a saúde precisa de mais incentivo. Hoje, no Distrito Federal, nós temos o CrisDown como referência, mas nós precisamos ampliar esse serviço. Quantas pessoas aqui sabem que o CrisDown funciona fora do Hran? No Paranoá também, no Hospital do Paranoá também é atendida a demanda da síndrome de Down e muitas pessoas não têm essa informação, não têm esse acesso aqui no Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos não só trazer esse direito, assegurar esse direito na pauta das pessoas na área da saúde, mas nós precisamos também ampliar as unidades e os hospitais que possam atender.

Nós fizemos uma pesquisa amostral, em 2023 para 2024, sobre a síndrome de Down e a epilepsia, no Distrito Federal, e nós identificamos que cerca de 60% dos profissionais que atuam na área da saúde não conhecem sobre a síndrome de Down. É um dado muito relevante. Fora o CrisDown, fora os centros especializados, como o Hospital da Criança e talvez o Hospital da Asa Sul, outras unidades hospitalares não sabem como lidar com a pauta da síndrome de Down e nem têm informações qualificadas sobre isso.

A Iarla trouxe uma pauta muito interessante, mais recente na área da saúde, que é a questão da humanização no parto. Nós até apresentamos... O Deputado Eduardo apresentou um projeto de lei sobre a questão da humanização na hora do parto, na hora de dizer se o seu filho tem ou não tem deficiência. Nós identificamos que 70%, quase 80% das mães disseram que passaram por momentos muito difíceis na hora do comunicado de que o filho tinha a síndrome de Down, até mesmo por falta de humanização, por falta de um conhecimento mais específico e mais aprofundado.

Nós precisamos, então, nessa pauta da saúde, ter mais relevância com relação a essa temática da humanização e também da ampliação dos serviços, mas eu quero me ater um pouco, agora, à questão da educação.

Eu trouxe alguns dados que a gente colheu agora mais recentemente. Nós temos, no Distrito Federal, 21.855 estudantes com deficiência, em 759 escolas, Senadora, e 4.579 desses 21 mil estão em centros de ensino especial; 3.782 estão na educação infantil; no ensino fundamental, 14.545; no ensino médio, 2.499; no não seriado, 1.029 estudantes. Com tipos de deficiência: com TEA, nós temos 12.361; com deficiência intelectual, incluindo a síndrome de Down, nós temos 5,2 mil alunos matriculados.

Vejam que, no foco da síndrome de Down, temos uma presença significativa dentro da escola, mas nós temos algumas questões que eu gostaria de trazer aqui para vocês, não só dos relatos das mães e das famílias, mas também dos profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 66%, então, estão na escola, a maioria na rede pública. Isso poderia ser um motivo de celebração para todos nós, mas eu penso que não é o suficiente. E por que não é? Eu faço a seguinte pergunta... Não é apenas "Estão na escola?", mas sim "Estão aprendendo na escola? Estão sendo acolhidas nas escolas? Estão sendo respeitadas em suas individualidades?". Eu creio que cada um que tem um filho aqui vai dizer que não, porque, na maioria das vezes, a gente não tem um profissional qualificado dentro da escola. Nós temos muitos professores excelentes, mas falta a capacitação dos profissionais da rede pública – e da rede privada eu nem falo, porque a rede privada não investe nesses profissionais privados para que façam um curso de capacitação.

Nós aprovamos, aqui no Distrito Federal, a Lei Fábio Rêgo, que prevê a capacitação desses professores. E não só dos professores, mas dos monitores, dos educadores sociais.

A gente teve um grande gargalo, agora no início do ano, que foram os educadores sociais, que foram contratados já depois que tinha o início das aulas. Nós, para a senhora ter uma noção, pedimos para que nas primeiras semanas, não enviassem os alunos para as escolas, porque não ia ter monitor. E, aí, ia ser muito frustrante para todos os pais.

Então eu penso que o maior gargalo na educação tem alguns fatores: professores sem preparo adequado, falta de monitores e educadores sociais voluntários, estrutura insuficiente – sala de recursos. Nós temos quase 800 escolas, mas nós temos poucas escolas com sala de recursos, menos da metade delas.

E na questão dos dados na escola, eu trouxe aqui também que os pais relataram para a gente, que 57% afirmaram que os professores não estão qualificados. Isso, na amostra que nós fizemos em 2024. E 59% dos pais afirmaram que as escolas não possuem acessibilidade física e de recursos necessários.

Então acho que são dois pontos que eu quero trazer aqui para vocês como uma reflexão muito importante, porque a primeira coisa que nós pensamos é na saúde dos filhos. A segunda coisa que nós pensamos é na educação desses filhos, de como eles vão ter sucesso na vida. E a gente vê aqui vários. Aqui foi relatado, na mesa, e eu posso dizer quantos, não só o Dudu aqui, a Clarinha, que trabalha comigo ali, assessora como eu ali, com o Deputado Eduardo, e faz um trabalho maravilhoso ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E precisamos pensar nessa oportunidade da escola. Onde a escola entra, nós entramos também no mercado de trabalho. E o mercado de trabalho é um outro fator especial, porque nós temos cerca de 74% das pessoas com síndrome de Down, na idade acima de 18 anos, sem nenhum mercado de trabalho, sem nenhuma oportunidade de emprego.

E aí, eu quero trazer, por último, dentro do meu tempo ainda, um tema que eu quero discutir a partir de agora, que é a questão da longevidade. Esses dias, até conversando com a Dra. Nadja, a gente estava falando justamente sobre esses desafios, porque antigamente você tinha uma expectativa de vida, muitos anos atrás, de 10 anos, de 20 anos. Hoje nós estamos falando 70 anos, de mais de 70 anos de vida de uma pessoa com síndrome de Down. E aí, quais são os desafios? Cinquenta por cento deles têm cardiopatias, problemas de tireoide, risco de obesidade, necessidade de acompanhamento contínuo.

E, aí, eu creio que tem um outro fator, que é a questão do Alzheimer precoce nesse público acima de 50 anos, que é uma política pública que a gente pode pensar junto, de como inserir, dentro desse desafio, essas pessoas com essas características de cardiopatias, por exemplo, de saúde, dentro de uma política pública que seja efetiva.

Eu creio que a política pública efetiva é aquela que tem a entrega. Não adiantam leis. Eu acho que alguém falou aqui que nós temos muitas leis, mas, se a lei não tiver o cumprimento dela, de nada vai adiantar, é uma lei morta ali no papel.

Então, eu gostaria de ter trazido esses três temas, na verdade, para uma discussão.

Muito obrigado.

Em nome do Deputado Eduardo, eu a saúdo, mando-lhe um abraço da parte dele.

A todos que estão aqui meu muito obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Augusto. Muito obrigada.

Gente, ó, eu já fui Secretária-Executiva de várias frentes parlamentares quando eu era assessora, e eu vou contar um segredo para vocês – posso? –: a gente trabalha muito. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar aparece – claro, ele se coloca à disposição, é o mandato –, mas são os assessores, os secretários-executivos que fazem a coisa acontecer.

Parabéns, Augusto!

Eu já conheço o seu trabalho, a sua dedicação. Quando você não estiver lá mais servindo o Eduardo, tem vaga no meu gabinete. Está bom?

O SR. AUGUSTO BRAVO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, para vocês terem ideia de como está a nossa audiência, a Bianca, de São Paulo, pergunta o seguinte: "O que falta para que o Brasil implemente de fato o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva para promover a autonomia de adultos com Down?".

Raissa, do Mato Grosso: "Quais ações são essenciais para combater o preconceito e garantir acesso ao trabalho digno para pessoas com síndrome de Down?".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "O que está faltando para que os direitos dessas pessoas sejam de fato respeitados e cumpridos, visto que ocorrem [...] falhas no dia a dia?".

Eu tenho dois comentários: um do Distrito Federal, que veio pela internet, da Renata: "Benefícios sociais e isenções tributárias são ferramentas importantes para reduzir desigualdades e apoiar a vida independente", e outro da Esther, do Paraná: "Pauta essencial para a inclusão de direitos humanos. A educação física contribui para autonomia, desenvolvimento e qualidade de vida".

Está todo mundo falando de trabalho. Eu quero chamar a atenção dos nossos três fotógrafos. Temos três fotógrafos com síndrome de Down; são eles que estão cobrindo a audiência. Mostre aqui, TV Senado. Eles estão aqui desde cedo, estão sentados aqui no chão. As fotos mais lindas que vocês vão ver desta audiência são eles que estão produzindo. A Clarinha estava ali fazendo ao vivo a transmissão da fala do Augusto. Eles têm se destacado muito na área da comunicação. É impressionante como eles se destacam na área da comunicação, como fotógrafo, como *designer*, como editores de vídeo. Tem sido impressionante esse novo mercado absorvendo os assessores de comunicação e os nossos fotógrafos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clarinha, você é incrível, viu? Quando Augusto não quiser mais você trabalhando, você vem trabalhar comigo. Você é incrível! Está bom?

Agora, a gente vai ouvir a última expositora, Catharina Brisola Lantyer Cunha Santos. Ela é representante da Apae-DF, nasceu em março de 2003 – belo mês para nascer –, em Brasília.

Catharina Brisola é uma atleta paralímpica com síndrome de Down, que se destaca no atletismo na Apae-DF desde 2019. Comunicativa, dedicada e resiliente, ela acumula conquistas marcantes: segundo lugar nos 800m da marcha atlética na Copa Brasil Down da CBDI 2025; primeiro lugar nos revezamentos 4x100m e 4x400m Down do Meeting Brasileiro de Atletismo; campeã no salto em distância do Campeonato Brasileiro da CBDI 2024; e namorada do DJ Dudu. Olhe só como ele fica. (*Risos.*)

Eu te amo. Dança muito.

E Catharina está aqui representando a Apae do DF.

Catharina, é a sua fala agora.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS (Para expor.) – Obrigada.

Eu tenho dois pequenos discursos – que é só dois mesmo – e aí eu começo a falar.

Primeiro, eu quero agradecer os meus amigos atletas que estão aqui – Ian, Mateus e Clara –, que são meus grandes amigos, que estão me ajudando bastante para me treinar forte e também para ganhar várias medalhas. É com eles que eu faço o atletismo, e também há muitas coisas que eu faço com eles.

A segunda coisa, que é o meu maior sonho, é casar com o meu Dudu DJ. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – É, eu vou casar com o Dudu DJ e também...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Clarinha... Ele gritou aqui que ele quer filhos, Catharina. Quantos filhos, Catharina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Eu vou casar com o meu Dudu DJ e também ter quatro filhos com ele...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Já tem nome. Já tem nome de quatro filhos, já. E eu só não vou falar aqui porque aqui é só coisa de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso, isso, isso. Ordem na Casa!

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – E também a gente vai morar em Malibu, eu e o Dudu DJ. (*Risos.*)

E agora eu estou aqui representando a Apae-DF também. E eu quero muito agradecer também a minha professora; a minha treinadora, que não está aqui, porque eu a amo muito também; e o meu outro treinador, que é o Alan, que está me ajudando bastante também para os treinos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acabou? Vai falar? (*Pausa.*)

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Olá a todos, boa tarde!

Meu nome é Catharina Brisola. Eu tenho 22 anos, eu sou aluna da Apae-DF e eu sou atleta de atletismo com os meus amigos... (*Pausa.*)

Atleta de atletismo e natação. Também é com os meus amigos a natação: eu, Bia, Ian e Giordana. Ah, esqueci do Mateus também!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Também sou autodefensora desportiva da Apae-DF e autodefensora da Associação do DFDown, com a minha professora, que já está aqui, que é a Elenilva, e meus amigos também que são autodefensores: Luiz, Maria Clara, Vini, Mateus e Carol. (*Pausa.*)

Ah, e o Gustavo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu luto pelos direitos de todas as pessoas com deficiência. Eu tenho vários amigos lá na Apae que também são pessoas com deficiência.

Hoje é um dia muito especial: é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Para mim, este dia significa celebrar quem eu sou. Ter um cromossomo a mais me faz única. Bombando nas pistas, na piscina e na minha vida, tenho voz e talento. Nós não queremos ser chamados de especiais, nós queremos ser incluídos, queremos respeito e chance reais, queremos mostrar a todos o que sabemos fazer.

Peço que o mundo abra as portas para nós nas escolas, nas empresas e no dia a dia. Acreditem que nós podemos trabalhar, namorar e estudar. É claro que eu já tenho meu amor. (*Risos.*)

Eu também mereço, né, amor? (*Risos.*)

Eu também estou de olho em você. Eu, a minha sogra e a minha mãe – que é sua sogra – estamos aqui para te ajudar e apoiar.

O SR. DJ DUDU (*Fora do microfone*.) – Eu sei. (*Risos.*)

Aqui, não.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Aqui, sim.

O SR. DJ DUDU (*Fora do microfone*.) – Amor, amor.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Amor, amor.

Quando vocês nos dão uma chance, nós mostramos do que somos capazes. Apoiar a síndrome de Down é tirar todos os caminhos de preconceito. Quando a sociedade nos apoia, ela se torna... Ah, esqueci aqui. Ah, tá, está certo. Quando a sociedade nos apoia, ela se torna mais humana e mais justa para todos.

Queremos fazer um agradecimento especial à Apae – esta instituição é um exemplo real de inclusão e oportunidade. É aqui que descobrimos nossa força. Convido cada um de vocês a apoiar essas ações da Apae-DF. Ajudem a transformar a vida de muitas pessoas e a celebrar nossas vitórias. A verdadeira beleza do mundo está na diferença, porque inclusão é atitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Também quero agradecer a todos que estão aqui e, também, ao meu amor, que vai tocar no final desta...

E eu também... Ah, desculpem, eu nem consegui falar com o que eu estou. Eu estou vestida com o uniforme da Apae, que é azul-escuro, com calça escura, com os tênis do treino, porque eu treinei hoje; e também estou usando a pulseira que meu namorado me deu. Estou usando maquiagem, estou com maquiagem de sombra marrom. Eu tenho cabelos castanho-escuros e mechas loiras – e a minha mãe vai pintar todo o meu cabelo de loiro também.

E eu quero muito também agradecer à minha mãe e ao meu avô, que estão aqui para me ajudar e me apoiar; aos meus amigos, que nunca vou esquecer, que estão aqui – Clara, Ian, Mateus –; e também aos meus outros amigos.

Quero agradecer também à minha sogra, que está me ajudando bastante. Eu a amo muito, quero sempre amar e sempre vou fazer de tudo.

E, sim, sogra, eu não vou deixar nada acontecer com o Dudu. Vou cuidar muito dele, e, se alguma garota aparecer na frente dele, vai ter que se ver comigo. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atenção, sogras do Brasil! (*Risos.*)

Aprenderam, noras, como é que se ama uma sogra?

Catharina, você foi incrível – incrível –, tá? Parabéns por sua fala.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dudu, se prepare! Prepare-se, Dudu!

Vamos para o final da nossa audiência.

Eu só queria ouvir os agradecimentos e alguma consideração final – dois a três minutos, no máximo – de Elenilva Solidade da Silva, Presidente da Associação DFDown.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elenilva.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO (Para expor.) – Boa tarde.

São falas incríveis...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Incríveis.

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO – ... os nossos jovens estão arrasando – não é, Catharina?

Senadora, mais uma vez, quero agradecer-lhe a oportunidade. A Associação DFDown atua aqui no Distrito Federal já há praticamente 19 anos – vai fazer 20 anos no próximo ano –, e para mim é uma honra, neste momento, estar representando a Associação DFDown.

Eu quero lembrá-la aqui de mais uma pauta que é de muita relevância para a gente, Senadora, que é a pauta do emprego apoiado. Está tramitando aqui na Casa, com a Senadora Mara Gabrilli, o PL 2.190/2019, e eu quero o seu olhar de carinho, porque aqui nós temos jovens, Senadora, que são privilegiados, com famílias com uma base bem sustentável, mas nós devemos lembrar que para a maioria não é assim. A senhora relatou aí que hoje a gente está aqui celebrando conquistas desses que têm tanto apoio, mas existem alguns que lutam por comida. Então, no emprego também não é diferente.

E eu percebo que chega para a gente, no nosso dia a dia, grande demanda da questão das pessoas adultas com síndrome de Down, porque a dificuldade passa por essas oportunidades e passa também pelo medo das famílias de deixarem os seus filhos irem, por uma questão de como serão recebidos, de como as empresas vão acolhê-los. Então, eu não posso perder esta oportunidade de pedir o seu olhar, que é sempre muito sensível com essa pauta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Elenilva.

Dra. Nadja, três minutos para considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NADJA NARA CAMACAM DE LIMA QUADROS (Para expor.) – Eu queria falar, respondendo à Raíssa, de Mato Grosso: "Quais [são as] ações essenciais para combater o preconceito e garantir acesso ao trabalho digno [...]?". É o combate ao capacitismo.

Enquanto atuei no CrisDown, por muito tempo, com o meu esposo, e hoje na nossa clínica, a gente percebe que tem muitos pais que privam os filhos do emprego apoiado, Senadora, porque, quando eles assumem o emprego, perdem o benefício. Esse benefício é uma garantia que deveria ser de suporte e apoio, e o trabalho seria algo a mais. Então, a gente precisa pensar nisso, porque muitos pais cerceiam esse direito aos filhos por conta do medo de perder o benefício.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que nós pais de pessoas com deficiência também sofremos preconceito. Perguntam: "Nossa, você tem redução de carga horária, você tem isso?", como se a gente não pudesse mais viver, não pudesse lutar. Muitas vezes, as coisas que a gente faz a gente faz da meia-noite às 6h, porque é uma luta digna, valiosa, e a gente quer equidade. A gente não quer igualdade; equidade é oportunidade a mais, dar mais a quem precisa de mais.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que meu esposo, Karlo Quadros, é médico, trabalha com saúde mental e está criando uma estratificação de risco para a saúde mental de pais. Muitos pais estão vulneráveis, principalmente as mães, porque muitos pais abandonam essas mulheres e muitas mulheres estão em sofrimento psíquico. Então, quando a gente pensa em clínica ampliada, é cuidar da pessoa com deficiência e seu entorno. A gente também tem um trabalho em que a gente está junto, no Ministério da Saúde, cuidando de quem cuida.

Eu acho que é isso. A gente tem que dar voz, oportunidade. Quando a gente oferece estímulo e oportunidade, a gente consegue favorecer o protagonismo da pessoa com deficiência.

Augusto, eu queria te agradecer, porque todos esses sonhos que a gente tem vocês, junto com o Deputado, estão viabilizando. Um livro que a gente escreveu sobre linha de cuidado... A gente vai concretizar um seminário em que a gente vai capacitar gestores públicos, pais, ativistas e, sobretudo, profissionais da educação e saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu quero que a senhora conte comigo, a partir de hoje – foi um prazer conhecê-la –, tanto do ponto de vista de mãe, como de profissional da saúde, na luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Outro detalhe importante é sobre envelhecimento precoce. Meu esposo, que atua com adolescentes até o envelhecimento, tem pegado meninas com 18 anos, 19 anos já na menopausa, envelhecimento precoce – pessoas com síndrome de Down, com Alzheimer. A gente estimula tanto, oferece tanta oportunidade; quando as pessoas estão prontas, o mercado de trabalho não dá oportunidade. Então, a gente precisa fazer valer. Essa Lei de Cotas não é favor, não é deixar a pessoa em casa; é dar oportunidade, porque as pessoas são capazes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Muito obrigada.

Gustavo Garcia, dois minutos, três minutos, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. GUSTAVO GARCIA LEÃO FAÇANHA (Para expor.) – Muito obrigado a todos por terem vindo aqui. Quero agradecer à Senadora, a vocês todos que estão aqui, você é meu fã. Quero agradecer aos meus amigos que estão aqui, Mateus, Karen, Dudu, Ian – ele é meu parceiro de teatro na Apae –, Catharina, e a todos os meus amigos também. E também à minha prima Giordana – eu já participei do *podcast* MoTivaCast com ela, muito obrigado por essa oportunidade. Eu te amo, prima.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Na sequência, a prima Giordana Garcia, Professora, participações diversas com seminários na área de neurociência, mãe típica e atípica, empresária.

A SRA. GIORDANA GARCIA (Para expor.) – Bom, eu gostaria de agradecer... Estão me ouvindo aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIORDANA GARCIA – Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade, a presença. Eu acho que, quanto mais eventos como este nós temos e de que participamos, mais nós somos ouvidos e fazemos a diferença, porque é isto: quem não é visto não é lembrado.

E eu queria falar de uma pauta muito importante, Senadora, de que eu não falei, que é a pauta da prevenção ao abuso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. GIORDANA GARCIA – ... de violência contra a pessoa com deficiência. Como policial civil, eu trabalhei, durante dez anos, com crianças e mulheres vítimas de violência. E eu trouxe isso para dentro do mote como um trabalho preventivo para as famílias atípicas, porque nós sabemos que, se é difícil a gente identificar uma criança típica vítima de violência, imagine uma criança atípica.

Então, que isto também seja uma pauta sua, Senadora, que tanto luta por este assunto, por esta pauta: a luta da prevenção ao abuso da criança com deficiência e da violência contra a mãe atípica, porque todos os dias também nós vemos mães atípicas sendo vítimas de violência em todo o nosso país. Eu tenho muitos grupos de pessoas do país inteiro, e as mães chamam e as mães pedem socorro, e, muitas vezes, a gente não tem como socorrer todas. Então, que isso também seja uma pauta dentro do seu trabalho de excelência.

Sou uma admiradora também, sou eleitora sua e espero que o seu trabalho continue por muito, muito tempo, porque ele é muito importante.

Gratidão, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Giordana. Obrigada.

É bom saber que você é minha eleitora – é bom saber.

Sim, Catharina.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS (Para expor.) – Só quero saber... É porque uma amiga minha aqui do lado quer saber quem é a minha mãe. Mãe, pode se levantar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cadê a sogra do Dudu? Ah, a sogra.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – E também quero muito agradecer à Jô, que está aqui, que é a mãe do Ian.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cadê?

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS – Ela também é ótima em tudo que a gente vai fazer. E também a gente vai viajar em abril para a gente competir. Tem uma caixa cheia de medalhas lá no meu quarto.

Um beijo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Um beijo!

Gente, eles são amigos, eles se amam, eles sentem saudades, eles se falam, eles têm grupo. É muito lindo esse universo – muito lindo.

Vamos ouvir, para as considerações finais, Iarla Violatti.

A SRA. IARLA VIOLATTI (Para expor.) – Senadora, eu quero mais uma vez agradecer esta solenidade. Foi maravilhoso de ver você ter dado oportunidade para todas as pessoas com T21 que quiseram falar aqui. Obrigada de coração!

Reforço aqui dizendo que o direito não pode depender de sorte; ele tem que chegar a toda a população. Não vou me estender muito, porque as pessoas já falaram aqui. O Augusto trouxe uma pauta essencial, que é sobre o envelhecimento da pessoa com T21. A gente precisa, sim, trazer políticas públicas para que a gente garanta que eles tenham um envelhecimento mais saudável e que as famílias consigam ter o suporte psicológico, principalmente, Senadora, se a gente conseguir também trazer, para que essas mães consigam ter um trabalho para garantir, além do benefício, porque ele já foi ameaçado de ser cortado. Então, que isso nunca mais aconteça e que essas pessoas tenham o direito, sim, de trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que é muito difícil a questão da rede de apoio, mas é para isto que a gente luta todos os dias: que o direito, de fato, não dependa de sorte, que ele chegue a todas as famílias do Brasil afora.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Iarla. Que o benefício não seja o engessamento. Eu sei do que você está falando, de quantas famílias engessam as crianças por causa do benefício.

A gente tem agora uma nova política pública, que é o auxílio-inclusão, em que: vai trabalhar; se perder o emprego, volta a receber o BPC. É disso que a gente precisa. Eles precisam ousar – ousar –, mas, quando precisarem voltar, ter a garantia do BPC.

É isso, gente – é isso. (*Palmas.*)

Augusto Bravo, considerações finais, agradecimentos?

O SR. AUGUSTO BRAVO (Para expor.) – Quero agradecer a todos.

Aqui, praticamente todos, Senadora, a gente conhece. A maioria das pessoas faz parte das nossas frentes parlamentares ali – não só a da síndrome de Down, mas também a do autismo, a das doenças raras, a do câncer –, não só coordenando, mas também dentro da luta que nós temos aqui, no Distrito Federal, que é incansável.

Mas eu quero também lhe agradecer por esta audiência pública, por ter dado voz aqui às pessoas com síndrome de Down, especialmente nesta pauta de hoje, porque elas são as protagonistas deste evento, das nossas pautas. Sem elas, talvez a gente não estivesse aqui. Então, a elas eu rendo as minhas homenagens aqui, na pessoa do Dudu, a todas as pessoas. Dudu é uma pessoa que a gente ama de paixão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sigam o Dudu nas redes sociais.

O SR. AUGUSTO BRAVO – Sigam-no nas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero finalizar lembrando de alguns convites aqui: no dia 10, pela manhã – isso é extensivo à senhora, principalmente –, nós teremos o aniversário do CrisDown, que será comemorado ali no Hran, a partir das 9h. Então, será um evento para as famílias. E, nós teremos, no período da tarde, ali, na Câmara, um evento do autismo, porque, no dia 3 agora é o dia em que se comemora o Dia Internacional do Autismo. Nós teremos uma sessão solene lá, à tarde, do autismo. Todos também se sintam convidados.

E, nos dias 13, 14 e 15, Senadora – já quero que a senhora coloque na sua agenda – nós organizaremos o 3º Seminário "Mãe, Deixa Eu Cuidar de Você", que é um seminário, para quem já foi aqui, muito especial, muito bacana. Não é com foco só nas mães, mas a gente também traz especialistas para trazer informações para as mães. E nós teremos ali um evento muito comprometido com a pauta da inclusão e das mães

Lembro que nós estamos trabalhando também, junto com a Senadora e com a nossa Governadora, que assumiu hoje, Celina, para que ela agora faça a regulamentação da renda complementar para as mães atípicas no Distrito Federal, que é uma lei que foi aprovada pelo Deputado Eduardo e que vai fazer uma mudança muito significativa na vida das mães atípicas daqui, do DF.

Ainda tenho 30 segundos. Só para responder um pai, o Oswaldo, do Rio: "O que [...] [falta] para que os direitos dessas pessoas sejam de fato respeitados e cumpridos [...]". Eu penso que o Brasil não sofre por leis, não é Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

O SR. AUGUSTO BRAVO – Sofre justamente pela falta de cumprimento delas, pela falta de compromisso dos gestores – e principalmente da sociedade –, dessa vontade política dos Parlamentos para que a lei possa ser efetivada na sua plenitude.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para a Catharina, que vai agradecer, vai falar agora a minha colega de trabalho. Ela é assessora aqui, no Senado, é assessora do Senador Romário e, agora, assessora do Senador Bonetti: a Elaine Depollo. A Elaine precisa falar, não pode ir embora sem falar.

Elaine.

A SRA. ELAINE COSTA DEPOLLO (Para expor.) – Boa tarde, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa tarde.

A SRA. ELAINE COSTA DEPOLLO – Eu estou muito feliz aqui. Meus dois chefes, o Bruno e o Romário, deram esse emprego para mim. Eu estou com ele faz 15 anos. Eu conheço a filha dele, a Ivy, e eu fui à casa dele, no Rio de Janeiro. Eu fiz 40 anos, aí eu fiz a festa, a minha família, lá em casa, todo mundo, a equipe foi à minha casa e curtiu comigo. E hoje eu estou aqui.

Eu amo trabalhar. Eu amo meus amigos, minhas amigas. Eu adoro ficar com vocês.

Quero agradecer aos meus chefes, meus dois chefes, que pagam bem para mim, e agradecer à Senadora Damares.

Eu estou aqui e estou muito feliz. Eu amo o trabalho. Adoro meus amigos, minhas amigas; minha amiga Loni também e minha amiga Myrella. Eu gosto muito de trabalhar. Eu tenho 40 anos. Eu amo vocês todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Elaine.

Gente, a Elaine é minha colega de trabalho há muitos anos. Quando eu era assessora, ela já estava aqui. Agora, eu voltei como Senadora. Nós somos colegas.

Obrigada, Elaine, por estar conosco.

A SRA. ELAINE COSTA DEPOLLO – É verdade mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É verdade. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, nós...

Priscila, para agradecimentos... Desculpa. Catharina, para agradecimentos.

A SRA. CATHARINA BRISOLA LANTYER CUNHA SANTOS (Para expor.) – Muito obrigada a todos que vieram aqui. Também quero agradecer à minha amiga Clara, que veio também – às duas amigas Claras.

Amo todos vocês. Vocês são ótimos.

Também estou muito feliz porque o meu amigo Ian também está aqui – quero fazer ele chorar, então eu quero agradecer a todos eles –; e quero também agradecer ao meu namorado, que veio tocar e arrasar com essa música. Muito obrigada a todos.

Também quero agradecer à minha mãe e ao meu avô, que estão aqui comigo, que estão me ajudando bastante.

Quero agradecer a todos vocês e aos meus amigos que estão aqui com a roupa azul, que são os autodefensores; à minha amiga Maria Clara e ao Luiz, que estão me ajudando muito.

E quero agradecer a todos que estão aqui. Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Catharina.

Gente, a Priscila veio direto do aeroporto para cá. E eu acho que a gente precisava ouvir um "oi" da Priscila.

Priscila, pode falar.

A SRA. PRISCILA PONTUAL LOBATO DA CRUZ (Para expor.) – Eu bati dois recordes: de 100m e de 200m livres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA PONTUAL LOBATO DA CRUZ – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns! A gente quer ver sua medalha de perto. Parabéns, Priscila. Olhem lá, gente. Você é um orgulho para todos nós. Obrigada por ter vindo à audiência. Deve estar supercansada, foi muito estressante, é muita pressão competir e ela está aqui com a gente.

A gente vai para o encerramento de nossa audiência, mas não sem antes... A nossa Comissão e o Senado Federal querem entregar um certificado de apoio à comunidade Down para a Futsal Down DF que desenvolve um excelente trabalho ao treinar pessoas com síndrome de Down. Eu sei que eles estão aqui, que os representantes estão aqui.

Por favor, Nazaré, venha cá. Nazaré, temos atletas aqui?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E temos as medalhas deles aqui também. Aqui na frente, Nazaré.

(*Procede-se à entrega de medalhas.*) (*Palmas.*)

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS – E eu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, sim. Gente, a Bia também. A Bia não fez agradecimento. Pode fazer os seus agradecimentos, Bia. Eu estava esquecendo. Desculpa, Bia. Faça os seus agradecimentos finais. E tem uma medalha para a Bia.

A SRA. ANA BEATRIZ DE LIMA QUADROS (Para expor.) – Obrigada a todo mundo que está aqui hoje. Estou tão feliz que todo mundo está aqui hoje. Agradeço à minha mãe que me fez acreditar que, hoje, o dia seria dos melhores. Esses são os campeões que a gente tem nas nossas vidas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, nada mais tendo a tratar, nós vamos ficar de pé e vamos encerrar esta audiência com o mais incrível DJ do Brasil, DJ Dudu.

Vamos lá, gente!

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia seis de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 48/2026 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros., e PRS 45/2025, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: Debater o tema: "Por que não à guerra e sim à paz?". Participantes: Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacionais do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Amael Notini Moreira Bahia, Consultor Legislativo do Senado Federal; Ulisses Riedel, Advogado, ex-senador e Presidente Honorário da União Planetária e quem sugeriu a Frente Parlamentar da Paz; Pablo Mattos, Oficial de Relações Governamentais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR; Luciana Peres, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; e Marcelo Bormann Zero, Sociólogo e especialista em Relações Internacionais. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/06

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 6 de abril de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 48/2026, da CDH, de nossa autoria e outros Parlamentares, com o título "Por que a guerra? Queremos a paz".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Antes de começar, vamos aqui assegurar, como está escrito aqui na minha orientação dos assessores, que cada convidado terá o tempo de 10 minutos. Claro que eu não serei rígido: quem tiver que usar 15 usará 15. E o Ulisses pediu se pode falar 20, mas não pode passar de 20 (*Risos.*), mas com a devida tolerância, porque ele é o mentor dessa proposta e claro que ele vai falar aqui.

Aqui na mesa a primeira mesa: Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacionais do Ministério das Relações Exteriores; Luciana Peres, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ulisses Riedel, mentor, formulador e quem provocou a mim e o Flávio Arns para apresentar essa proposta – o Flávio Arns foi autor, eu tive a satisfação de ser o Relator e aprovamos no Plenário, com a sua presença, né?; e estivemos também na casa do Presidente da Casa para falar do tema, e ele também abraçou, concordou plenamente e colocou a matéria em votação –, que é advogado, ex-Senador, foi Senador comigo, tive a alegria de ser Senador com ele, foi Constituinte comigo, Presidente Honorário da União Planetária e foi quem sugeriu a Frente Parlamentar da Paz; está também conosco Amael Notini Moreira Bahia, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Teremos numa segunda mesa – se tiver espaço, eu pediria que fosse colocada nesta mesma –: Pablo Mattos, Oficial de Relações Governamentais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) – o Pablo já está na mesa –; temos ainda dois por videoconferência: Reginaldo Nasser, Professor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) e da PUC-São Paulo; Marcelo Bormann Zero, Sociólogo e Especialista em Relações Internacionais – ele também estará por videoconferência.

Eu só vou fazer a minha abertura oficial, primeiro cumprimentando a postura da Senadora Damares, que, de pronto, quando propusemos esta audiência pública – a partir daqui que nós vamos começar o processo de instalar a frente –, disse: "Não, Paim, veja o dia aí, pode avisar o Ulisses, que estará garantido". E ela marcou para o dia de hoje. Então, de pronto, eu agradeço muito à Senadora Damares pela forma como acolheu essa ideia que veio da sociedade civil.

Meus amigos e minhas amigas, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem por objetivo debater este tema: "Por que não à guerra e [por que dizemos] sim à paz?".

Grande parte do mundo está em guerra. Crianças, jovens e pessoas inocentes encontram-se no meio dos conflitos. São muitos feridos e milhares de mortos.

Na guerra entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, 28 de fevereiro, primeiro dia do conflito, uma escola infantil foi bombardeada, matando 175 pessoas, sendo 150 delas crianças.

Segundo a ONU e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, mais de cem conflitos estão em curso, principalmente nas regiões da Ucrânia, Palestina, Faixa de Gaza, Israel, Iêmen, Síria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Myanmar, o Irã já citei. A África sangra também, precisamos ter um olhar muito forte, carinhoso, respeitoso e construtor da linha da paz para a África. Ali nós temos conflitos mais permanentes: República Democrática do Congo, Somália, Mali, Burkina Faso e outros tantos.

Os mais afetados são sempre os mesmos: crianças, idosos, mulheres, enfim, os mais vulneráveis. Lembro que Bob Dylan, na canção Mestres da Guerra, disse – e ouvi muitas vezes essa música, cantada com muita emoção por ele –:

> Vocês que fabricam grandes armas
> Vocês que fabricam aviões letais
> Vocês que fabricam todas as bombas
> Vocês que se escondem por trás de muros
> Vocês que se escondem por trás das mesas

Também lembro de John Lennon, com a canção Imagine, que nos convida a sonhar com um mundo sem guerras. Diz:

> Imagine todas as pessoas
> Vivendo o presente [...]
> Imagine todas as pessoas
> Compartilhando o mundo inteiro [...]
> Imagine todas as pessoas
> Vivendo a vida em paz [...]
> E o mundo será um só

O Projeto de Resolução nº 45, de 2025, foi aprovado, de autoria do Senador Flávio Arns, sob a minha relatoria. Repito: Davi Alcolumbre, estivemos na casa dele, eu, Ulisses e a sua filha que esteve conosco...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, a Thaís. A Thaís Riedel esteve na casa do Davi Alcolumbre comigo. Foi ou não foi?

O SR. ULISSES RIEDEL (*Fora do microfone.*) – Neta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Neta. Ele é tão novo que eu penso que a Thaís é filha dele. Com essa idade, ele continua um guri. Eu sempre a chamo de sua filha, viu? E ela diz: "Paim, eu sou neta, Paim". Eu digo: "Está bom, vou mudar o discurso, então".

Mas, enfim, esse projeto, que tive a alegria de relatar, foi sugerido por Ulisses Riedel, que está aqui conosco.

Assim, a partir daqui é que vamos criar a Frente Parlamentar pela Paz Mundial, já aprovado no Plenário do Senado o requerimento, o projeto de resolução. Essa frente busca fortalecer a atuação no Congresso Nacional em defesa da paz mundial.

Cito ainda – eu gosto muito de poesia, viu?; e, quando a poesia toca nas coisas sociais, da vida, do meio ambiente, enfim, eu acabo usando muito nos meus pronunciamentos – o escritor, poeta e pensador grego Nikos Kazantzakis – a pronúncia é minha do nome que está escrito aqui –: "A virtude enlouqueceu, a geometria enlouqueceu, a substância enlouqueceu; a mente tem que se tornar novamente a legisladora, estabelecer uma nova ordem, novas leis; o mundo precisa se transformar em uma nova harmonia" – fecho aspas. Isso foi escrito na década de 50, casualmente a data em que eu nasci. Muitos não gostam de dizer a data, eu não tenho problema com a data, não. Eu nasci em 1950, 15 de março.

Quando ele diz que – abro aspas – "a virtude enlouqueceu, a geometria enlouqueceu, a substância enlouqueceu", afirma que aquilo que antes dava ordem, sentido e estabilidade ao mundo entrou em colapso. A virtude enlouqueceu: os valores morais perderam o rumo; o certo e o errado já não são claros. A geometria enlouqueceu: até a razão, a lógica e a ciência – que deveriam ser exatas – parecem falhar. A substância enlouqueceu: a própria essência das coisas, aquilo que sustenta a realidade, tornou-se instável. Ou seja, tudo aquilo que sustentava o mundo — ética, razão e essência — entrou em crise ao mesmo tempo.

Nikos – isso aqui tudo é dele; não é meu, viu? – sugere que, quando o mundo perde seus referenciais, não podemos apenas lamentar ou esperar respostas prontas. É preciso que o ser humano – consciente, crítico e criador – assuma a responsabilidade de reconstruir o sentido da vida. Precisamos de um novo equilíbrio: mais consciente, mais humano, mais autêntico. Não podemos fugir; precisamos recriar o mundo a partir da própria consciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é só a fala de introdução de um tema tão, tão importante como esse.

E, de pronto, eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, para o mentor dessa frente, que é o meu colega desde a Constituinte, mas já nos conhecíamos antes, do movimento sindical.

O SR. ULISSES RIEDEL – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele era o Líder do Diap; eu era um sindicalista lá do interior do Rio Grande do Sul, em Canoas, eu presidia a central do estado lá. Encontramos o Ulisses diversas vezes. Ele nos ajudou muito, principalmente a organizar do Capítulo VI ao XIV ali da Constituição, que tratava mais dos direitos sociais, direitos dos trabalhadores. Mas, enfim, eu estou aqui há 40 anos falando. A palavra é de vocês.

Ulisses, vamos lá.

O SR. ULISSES RIEDEL (Para expor.) – Eu quero expressar, em primeiro lugar, minha profunda alegria com a realização desta audiência pública, que praticamente está dando início a uma primeira atividade da Frente Parlamentar pela Paz Mundial, criada aqui pelo Senado Federal. Um trabalho em que contamos fortemente com a atuação do Paulo Paim, do Eduardo Girão, do Flávio Arns e do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que abraçou a causa, nos recebeu e diligenciou para que fosse promovida e tivesse efetividade essa frente.

A gente sabe perfeitamente que a evolução é um processo. E não é um processo muito simples, não, é um processo que tem uma certa dificuldade, porque nós temos uma humanidade um tanto jovem – jovem não em tempo, mas jovem em maturidade, jovem em princípios, jovem em valores, e que vem desenvolvendo isso. Mas uma coisa ficou muito clara para nós, que é possível sempre dar um passo à frente. E por isso, com esse sentido, é que nós propusemos a criação da frente.

Eu devo dizer... Perguntam-me muito o que é que anda na minha cabeça, se eu acho que a frente vai resolver, se isso vai ter algum resultado concreto. Eu sempre acredito que ninguém faz nada sozinho, nada.

Eu aqui fico muito feliz de ver pessoas tão ilustres: Zé Geraldo de Sousa Júnior aqui, que foi Reitor da nossa Universidade de Brasília; Maria Paula, que é uma embaixadora da paz;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaqueline Moll, com o seu marido, Ricardo; Sorrentino, Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Eu tenho filhos, amigos, minha querida esposa, e fico muito feliz de darmos início a isso.

E me perguntam o que é que mexeu a minha cabeça para isso. Eu devo dizer que isso vem da minha infância. Eu tenho 92 anos de idade, faço 93 em outubro. (*Palmas.*) E eu venho, então, de longe. Eu vivenciei a Segunda Guerra Mundial. Na minha Casa, todas as noites, meus pais, comigo, meus irmãos, dávamos as mãos e rezávamos pela paz, mas rezávamos pela paz dos aliados, pela paz dos alemães, pela paz dos japoneses, pela paz dos italianos. E eles me diziam: "São todos nossos irmãos". Dentro de uma mentalidade criada assim, eu pude direcionar o meu coração e a minha mente para um trabalho dessa natureza. E sempre entendi que falta espiritualidade no mundo, que as guerras, a violência são falta de espiritualidade, de uma forma ampla. Eu estou falando independente, até para uma pessoa que não tenha religião, mas tenha espiritualidade no seu coração.

E com isso é que eu primeiro sugeri a criação da União Planetária, que é uma Oscip que trabalha pela paz mundial. Dentro disso, na UnB, eu sugeri a criação de uma disciplina nova: a Ciência da Paz.

E foi criada; já estamos no terceiro semestre de exercício dessa disciplina. E aí vim trazer ao Senado, especialmente ao meu querido amigo Paim, a ideia de termos uma frente parlamentar pela paz mundial. E será que uma frente parlamentar tem força para fazer alguma coisa? Eu vejo o seguinte: a evolução da humanidade sempre foi feita passo a passo, mas por vanguardas. Sempre tivemos vanguardas. São as vanguardas que exercem a diferença. Nós vivemos tempos ainda bastante primitivos, mas pouco a pouco as vanguardas vão alterando o quadro. Nós vemos que, num passado mais remoto, nós tínhamos até sacrifício de seres humanos para haver boa colheita. Quer dizer, uma falta de inteligência, uma imaturidade total. Mas foram aquelas mentes lúcidas que levantaram a sua voz, que atuaram e que criaram uma consciência crítica para mudar o quadro, e o quadro mudou.

E isso se repete em todos os momentos. Nós vamos ver, por exemplo, a luta dos gladiadores lá em Roma. Quem já foi a Roma viu lá o Coliseu, um lugar em que, durante séculos – séculos –, havia lutas de gladiadores, de vida e morte, para entretenimento do povo. Olhem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que coisa! Mas as vanguardas daquela época começaram a dizer "isso é uma monstruosidade", "isso é um erro", "isso é um equívoco", "isso é um desumano", até que se criou uma massa crítica, e ficou vergonhoso assistir àqueles espetáculos. E, com isso, a mudança aconteceu pela mudança da mentalidade.

E aí a gente vai ver as cruzadas, uma coisa descabida, de luta para mudar a mentalidade do chamado "infiel". Mas também a mentalidade da época criou uma massa crítica que mudou esse quadro. Nós tivemos a inquisição, uma coisa mais absurda desse mundo, a pessoa ser queimada viva por causa do que pensa, do que sente, mas também se criou uma massa crítica de vanguarda buscando mudar a mentalidade, e se mudou a mentalidade. E, se nós formos ver, a vida inteira a mesma coisa... escravidão. Aqui, a história do Brasil é quase que a história da escravidão. Mas como é que mudou? Nós vamos novamente encontrar aqueles pensadores, aqueles ativistas, aqueles que diziam da indignidade da escravidão, e também se criou uma massa crítica que também mudou.

Nós vemos que sempre foi assim, sempre será assim. Nós podemos citar o racismo. Racismo existia até outro dia. Martin Luther King foi assassinado em 1968. E nós vemos que hoje racismo é crime, como mudou! Quem? A mentalidade daquele... ou seja, as ideias são mais poderosas que as espadas. As ideias são mais poderosas que as espadas. E as ideias, quando tomam corpo e criam uma massa crítica para mudança, essa mudança ocorre naturalmente. Nós tínhamos guerras de conquistas... Vitória da Conquista, Vitória, do Espírito Santo, Vitória da Conquista... São frutos de matanças dos nossos índios.

Hoje falar em conquista é uma coisa absurda. O direito das mulheres, mais uma vez, foi preciso a luta pela mudança da mentalidade. E posso mencionar ainda a legislação trabalhista, que, apesar de toda riqueza depender do trabalho, seja físico, emocional, ou mental, nós vamos encontrar uma humanidade que não respeitava o direito dos trabalhadores.

Mas observem que todas essas mudanças, pouco a pouco, são feitas pela mudança da mentalidade e quando se cria essa massa crítica.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nada disso. São cinco com mais cinco, são 20 no mínimo. Fale com a inteligência artificial aí!

O SR. ULISSES RIEDEL – Então, nós vemos o seguinte: que é preciso uma massa crítica para mudar essa mentalidade da guerra. A guerra é um absurdo, é uma insanidade, é algo desumano – é desumano. E nós não vamos ganhar essa batalha com armas; nós não vamos ganhar essa batalha com guerras; nós não vamos, nem com críticas, porque nós temos que trabalhar é com a luz, com a força do amor, com a força da solidariedade, com a força da dignidade humana, essa força! E eu acredito que o Congresso Nacional está dando um passo importante, mesmo porque guerra e paz são resultados, resultados de comportamentos, e são os comportamentos humanos que nós devemos mudar.

Para tudo isso, há uma responsabilidade individual de cada um de nós, mas vejo que, com essa atitude do Senado Federal, com a percepção dos estudos que estão sendo feitos, na UnB, sobre a Ciência da Paz, com os ODS da ONU, nós temos elementos fortíssimos para fazer a mudança da mentalidade. É claro que não vamos fazer isso de hoje para amanhã; a sociedade humana não muda nesse passo, mas ela muda, ela muda sempre que houver uma atuação firme e que crie uma nova mentalidade. E nós temos que criar essa nova mentalidade de solidariedade, de fraternidade humana, e o Senado Federal tem poder para isso – ele tem poder; isso aqui é importante –, ele pode promover mil atividades. E a frente vai trabalhar nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem! (*Fora do microfone.*) Esse é o grande Ulisses, o nosso grande Ulisses, né? Ulisses Riedel, advogado, ex-Senador Constituinte, Presidente honorário da União Planetária e quem sugeriu a Frente Parlamentar pela Paz. Ulisses, claro que todo mundo – acho –, na tua fala, se pudesse, batia palma todo o tempo, mas, como o Regimento segura um pouco, nós vamos dar uma oportunidade, até pela riqueza deste Plenário, né? Tem perguntas que vieram aqui, inúmeras já, pelo e-Cidadania, e nós vamos abrir a palavra no final para algumas pessoas do Plenário que quiserem perguntar, se quiserem se posicionar e falar sobre o tema. O.k.? Pode ser assim? (*Pausa.*)

Ele merece mais uma salva de palma? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tá, vamos em frente. Valeu, Ulisses! Ele ficou em 15 minutos, no que eu não acreditava, hein? Eu achei que você ia ficar no mínimo 20 minutos e ia pedir mais cinco minutos. E ele ficou nos 15 minutos. Parabéns.

Vamos em frente.

Pablo Mattos, Oficial de Relações Governamentais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). É com você, Pablo. Eu já recebi você lá na Comissão de Refugiados e Migrantes.

Bom dia.

O SR. PABLO MATTOS (Para expor.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, autoridades presentes, colegas de mesa, Dr. Ulisses.

É uma honra para o Acnur, agência da ONU para refugiados, fazer parte desta audiência pública.

Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos e cumprimento esta Casa, Senador, por promover um debate tão necessário.

Falar de paz hoje é urgente e é sobretudo falar de pessoas, pessoas que, em algum momento, precisam deixar tudo para trás para continuar vivas. Estou me referindo aqui, Senador, a pessoas refugiadas e outras deslocadas à força, porque são elas as pessoas que vivem, de forma mais direta, as consequências da guerra, da violência e das violações de direitos humanos.

Hoje o mundo enfrenta uma situação sem precedente de deslocamento forçado: mais de 120 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar suas casas. Isso não são apenas números, colegas; são histórias interrompidas que ganham ainda mais significado quando vemos que conflitos, neste momento, se alastram por diferentes partes do mundo – hoje, no Irã, na Ucrânia, em Gaza, no Sudão. Eu poderia aqui, Dr. Ulisses, ficar, em todo o meu tempo, simplesmente falando de conflitos que estão matando pessoas hoje.

Então, essas situações nos lembram que a guerra não é algo distante; é uma realidade presente, com efeitos profundos: pessoas perdem as suas casas, os seus projetos de vida e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar onde construíram suas histórias, perdem famílias e amigos. Ninguém escolhe ser refugiado, colegas; isso acontece quando ficar deixa de ser possível e fugir é a única forma de sobreviver. É consequência da guerra, da perseguição e da violação de direitos humanos.

E a guerra, como eu já disse, não destrói apenas cidades; destrói redes de apoio, destrói oportunidades e compromete gerações inteiras. É por isso que a paz não pode ser apenas uma aspiração abstrata em discursos ou tratados internacionais; a paz precisa ser construída dia a dia, com proteção efetiva, com ações concretas e com inclusão.

As pessoas refugiadas, colegas, nos mostram isso todos os dias. Mesmo após perdas profundas, elas seguem buscando reconstruir suas vidas, buscam segurança, buscam pertencimento.

Infelizmente os desafios continuam, os conflitos se prolongam e o deslocamento forçado de pessoas segue. Em muitos contextos, colegas, vemos o crescimento de discurso de exclusão e intolerância. Isso exige respostas firmes.

Promover a paz hoje significa também combater a xenofobia, significa reconhecer o potencial das pessoas refugiadas como parte da sociedade que as acolhe. A paz, colegas, se constrói, por exemplo, quando uma menina, Professor, tem o direito de estudar e coloca o uniforme escolar pela primeira vez ou quando o idoso encontra tratamento para uma doença grave. Esses são os sentidos concretos da paz. E é exatamente aí que entra o papel da proteção internacional e de um país como o Brasil, para garantir o acesso a direitos e serviços essenciais e para apoiar soluções duradouras para pessoas que foram obrigadas a fugir.

É claro, Senador, que essas soluções não se constroem sozinhas. Elas dependem de estados comprometidos, de políticas eficazes e de instituições que coloquem a dignidade humana no centro das suas decisões. E reforço aqui, Senador, Dr. Ulisses: nesse ponto, o Brasil tem um papel global importante. O Brasil acolhe hoje mais de 1 milhão de pessoas refugiadas ou outras em necessidade de proteção internacional e tem demonstrado, sim, que é possível responder ao desafio do deslocamento forçado de pessoas com humanidade, responsabilidade e coordenação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou citar aqui três exemplos de políticas atuais do Brasil que mostram isso. Então, iniciativas como a Operação Acolhida mostram que, quando há compromisso político e articulação entre diferentes atores, é possível, sim, organizar proteção, acolhimento e criar caminhos reais de integração no país. Estou falando, é claro, da interiorização, né? Ao mesmo tempo, Senador, o país, o Brasil avançou em marcos legais importantes. A Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, que fortalece a coordenação entre diferentes níveis de Governo e amplia a capacidade de resposta do Estado. E não posso deixar de citar, é claro, o Programa Brasileiro de Patrocínio Comunitário para pessoas do Afeganistão, que já salvou a vida de mais de 400 pessoas refugiadas, permitindo que chegassem em segurança e tivessem perspectivas reais de integração aqui, no Brasil.

Esses são exemplos, colegas, concretos de como a paz também se constrói: não apenas resolvendo e evitando conflitos, mas criando condições para que as pessoas possam viver com dignidade. Também o Parlamento tem um papel central aqui, na construção de marcos legais, na fiscalização de políticas públicas e na afirmação de valores que colocam a dignidade humana no centro.

Para terminar, senhoras e senhores, a paz não é apenas a ausência de guerra; a paz é a presença de direitos, de oportunidades reais. E para milhões de pessoas refugiadas, Senador, a paz começa justamente quando encontram um lugar seguro para recomeçar.

Proteger pessoas refugiadas é, portanto, uma escolha pela paz, e essa escolha precisamos reafirmar todos os dias. O Acnur seguirá comprometido em apoiar o Brasil nesse esforço, trabalhando em parceria com o Estado brasileiro, com o Parlamento e com a sociedade, para que, efetivamente, Senador, ninguém seja deixado para trás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pablo Matos, Oficial de Relações Governamentais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Eu acompanho há tempo o trabalho do Acnur, e o Ulisses que me desculpe, mas eu vou dar outra salva de palmas agora, mas só para ele, para o Acnur, viu? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belo trabalho! Lá no Rio Grande do Sul, inclusive, temos parcerias com o trabalho de vocês. Ajudamos voluntariamente, a minha equipe do gabinete, que fica até o fim do ano, mas depois do fim do ano eu vou continuar ajudando, viu? Porque eu me aposento como Senador e tenho que arrumar o que fazer, né? Parece que eu sou o único Senador na história do Parlamento que cumpriu – já falei até com a tua neta – todos os requisitos – todos, todos, todos. Então, eu vou ter que arrumar o que fazer. Para fazer jus à aposentadoria, não é? Então, conte comigo como voluntário – como voluntário. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora para o Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LEONARDO ABRANTES DE SOUSA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais integrantes aqui da Mesa, demais presentes, bom dia a todas as pessoas aqui hoje.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores por essa iniciativa. Eu acho que é um tema não só urgente, mas necessário e que mostra, mais uma vez, que o Parlamento está envolvido com aquilo de que a sociedade brasileira precisa.

E eu também queria agradecer a oportunidade de o Itamaraty participar desta conversa aqui hoje, porque o mundo passa por um momento de grande instabilidade, registrando o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Gastos internacionais em armamentos e novas tecnologias bélicas atingiram o recorde histórico de mais de US$2,7 trilhões, em 2024 – aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Cerca de 60% desses gastos estariam concentrados em somente cinco países.

Essa tendência deve ser novamente refletida nos dados relativos a 2025, que não saíram ainda, visto que diversos países recentemente anunciaram a intenção de expandir as inversões em armamentos. A maior prioridade conferida ao setor bélico pode ser entendida como consequência da erosão da confiança entre vários atores internacionais, o que impacta negativamente o sistema de segurança coletiva construído depois da Segunda Guerra Mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebemos maior dificuldade de atuação e concertação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que nos últimos anos frequentemente tem sido incapaz de responder a crises. Simultaneamente, aumenta o número de sanções e ações militares sem aprovação da ONU.

Ganha força a lógica da competição entre potências nos níveis global e regional. E, mais grave, é fortalecida a retórica concentrada na guerra, em que países passam a definir as suas estratégias de segurança com base na suposição de que precisarão enfrentar uns aos outros num conflito armado no futuro próximo.

O principal risco associado a esse processo é a criação de uma profecia autorrealizável. Como vimos no início do século passado, a política armamentista e o alto grau de desconfiança entre os Estados foram fatores determinantes para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Preocupa, ainda, os efeitos colaterais que esse processo pode ter sobre outras áreas.

A título de comparação, em 2023, os gastos militares no âmbito global superaram, em ao menos dez vezes, os recursos alocados para a ajuda internacional ao desenvolvimento. Isso sugere que, na prática, o foco excessivo em questões de segurança tem desviado recursos que poderiam ser aplicados em cooperação internacional, combate à fome e à pobreza, desenvolvimento sustentável, combate à mudança do clima, entre outros. Essa tendência é extremamente negativa para países em desenvolvimento, como o Brasil.

Conforme comentei, prevê-se que muitos países desenvolvidos expandam seus gastos militares nos próximos anos. Com isso, possivelmente, teremos ainda menos recursos dedicados à ajuda ao desenvolvimento e ao combate aos desafios enfrentados pela humanidade, que atingem mais diretamente países do sul global, como o Brasil.

Nesse cenário, é importante mudarmos a narrativa e trazer a paz para o centro do debate. A Constituição Federal consagra, como um dos princípios orientadores das relações internacionais do Brasil, a solução pacífica de controvérsias, que também é mencionada na Carta da ONU, nominalmente nos Artigos 2 e 33. A esse princípio soma-se o mandato constitucional para promover a cooperação entre os países, visando ao progresso da humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em linha com a tradição de política exterior brasileira, sempre defendemos a criação de canais de diálogo entre os países e a construção de pontes, em vez de aprofundar antagonismos, tanto no caso de tensões quanto no de conflitos em andamento.

Com isso, visamos a alcançar soluções negociadas e duradouras para crises internacionais e evitar a escalada de hostilidades. A prevenção de conflitos, especificamente, pode ser realizada por meio de mecanismos de alerta precoce e diplomacia preventiva, porém não podem ser ignorados os fatores socioeconômicos. Em diversos casos, percebe-se que a eclosão de um conflito tem relação, por exemplo, com desafios ligados ao desenvolvimento, aos direitos humanos, às políticas sociais, ao combate à pobreza enfrentados pelas comunidades envolvidas.

As iniciativas de prevenção têm excelente custo-benefício, sendo o meio mais econômico e eficaz de salvar vidas e proteger as conquistas do desenvolvimento sustentável. O Brasil, ademais, é firme defensor da agenda Mulheres, Paz e Segurança, a qual está plenamente alinhada com o nexo entre segurança e desenvolvimento defendido pelo país.

É fundamental a inclusão da perspectiva sensível ao gênero nas ações de manutenção e consolidação da paz, bem como a plena participação das mulheres em processos de mediação e nas tomadas de decisões políticas e de segurança. A desigualdade de gênero faz com que os conflitos afetem, de maneira diferenciada e desproporcional, mulheres e meninas.

Não considerar essas diferenças no desempenho das tarefas de prevenção e solução de conflitos, manutenção e consolidação da paz compromete sua sustentabilidade a longo prazo.

Dados empíricos mostram, por exemplo, que a presença de mulheres em negociações de acordo de paz aumenta em 20% as chances de que durem pelo menos dois anos e, em 35%, a probabilidade de que durem mais de 15 anos. (*Palmas.*)

Advogamos, da mesma maneira, pelo uso de ferramentas de solução pacífica de controvérsias que, juntamente com a diplomacia preventiva, são ferramentas essenciais para impedir a escalada de crises e assegurar o retorno à paz.

A comunidade internacional já conta com instrumentos para a solução pacífica de controvérsias que estão elencados no capítulo VI da Carta das Nações Unidas, em particular no seu Artigo 33. Essas opções devem continuar sendo exploradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, especificamente, conta com uma longa experiência e tradição na área de mediação, um dos instrumentos de solução pacífica que estão previstos na Carta da ONU, como eu acabei de dizer. A título de exemplo, no início do século XX, o Brasil mediou a questão de Leticia, entre o Peru e a Colômbia, resultando no Protocolo do Rio de Janeiro de Amizade e Cooperação, em 1934. Posteriormente, já nos anos 90, o Brasil mediou o conflito de fronteira entre o Peru e o Equador, solucionando o que seria, no final das contas, o Acordo de Paz de Brasília, de 1998.

Mais recentemente, em 2010, o Brasil logrou alcançar a Declaração de Teerã sobre o programa nuclear iraniano. E, ainda mais recentemente, em 2023, o Brasil atuou como facilitador do diálogo entre Venezuela e Guiana, na busca de solução pacífica para a disputa envolvendo a região do Essequibo.

Também copatrocinamos, juntamente com a China, a criação do Grupo de Amigos da Paz, composto por países do Sul Global, lá em Nova York, e voltado para apoiar uma solução negociada para a guerra na Ucrânia. Esses são apenas exemplos; eu poderia passar aqui a manhã inteira mencionando ações que o Brasil empreendeu em favor da paz.

Temos buscado expandir, também, nossas capacidades e coordenação com outros parceiros na área de mediação. Em dezembro último, foi realizado, aqui em Brasília, o primeiro *workshop* do Brics sobre mediação. O objetivo do encontro foi propiciar a troca de experiências e avaliar como os países do Brics poderiam colaborar inclusive para a construção de capacidades no tema.

A tradição diplomática brasileira, de equilíbrio, diálogo e respeito ao direito internacional, embasa o papel do país como mediador internacional. Ademais, a política externa brasileira, baseada na defesa da paz, no respeito à soberania dos Estados e na solução pacífica de controvérsias, reforça a capacidade do Brasil de construir pontes entre as partes em conflito. Com isso, o Brasil poderá continuar atuando de modo a contribuir para a estabilidade mundial e promover soluções pacíficas e duradouras para as tensões existentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

Aproveito, já neste momento, para dizer que esta... tanto este Senador, que já a presidi muitas vezes... Hoje, a Senadora Damares, que a preside, fez o convite, e eu, naturalmente – ela dividiu comigo – agradeço ao Governo, porque todos que nós convidamos estão aqui presentes.

E parabéns a você por ter falado algo que nós não tínhamos falado até o momento, e é um dado interessantíssimo, não é? Que é esse dado que você puxou as palmas "vida longa às mulheres!". Elas que são símbolos da paz. (*Palmas.*)

Pela competência que elas têm, naturalmente.

Eu vou chamar agora – porque ele está com um problema de agenda e ele tinha pedido para falar antes, mas gentilmente entendeu que ele poderia falar neste momento – o sociólogo e especialista em Relações Internacionais, o Dr. Marcelo Bormann Zero. Conheço-o de longos tempos, e é uma alegria vê-lo aqui falando para nós sobre esse tema.

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, muito obrigado a todos, estou muito honrado pelo convite que me foi feito pelo Senador Paim e pela CDH para tecer algumas considerações sobre a questão da paz e da guerra.

Eu vou começar fazendo uma apreciação não sobre os princípios que deveriam nos guiar, mas sobre as realidades, ou melhor, sobre a realidade que se abateu recentemente sobre o mundo e que coloca a questão da guerra e da paz como uma questão, de fato, essencial para a sobrevivência da humanidade.

Nós sempre vivemos inseridos em um cenário mundial cambiante, que nos influencia fortemente, quer queiramos ou não. Ao contrário do que um dia afirmou Francis Fukuyama, a história nunca deixou de existir. Em sentido oposto, neste século experimentamos rápidas e profundas mudanças geopolíticas e geoeconômicas que alteraram substancialmente a ordem internacional: a crise de 2008, que alterou estruturalmente o capitalismo; o colapso do paradigma neoliberal; a ascensão dos chamados países emergentes, especialmente da China; a geração de uma inexorável crescente multipolaridade; a relativa queda da hegemonia, antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absoluta e inconteste, dos Estados Unidos; o agravamento súbito do aquecimento global; a pandemia de covid-19, que afetou as antigas cadeias produtivas globais; a crise do multilateralismo profunda; esses são fatores que mudaram significativamente o planeta que compartilhamos e os problemas que temos de enfrentar.

Entretanto, o mundo inteiro se defronta hoje com um fator novo, um fator desestabilizante e desafiador que ameaça as perspectivas de desenvolvimento, de paz e de cooperação: refiro-me, é óbvio, ao fator do novo Governo dos Estados Unidos, o Governo de Donald Trump. Nada nos preparou para esse imenso e abrupto desafio, principalmente em termos de defesa da paz.

Como bem assinalou o Primeiro-Ministro do Canadá, Mark Carney, em recente discurso feito em Davos, não estamos mais tratando de um momento de transição da ordem mundial, não é isso; estamos sendo forçados a lidar com uma total ruptura da ordem internacional que conhecíamos. Vivemos, de fato, como afirmou Carney, o fim de uma ficção agradável e o início de uma dura realidade, na qual a geopolítica não está mais sujeita a limites, a nenhuma restrição.

Experimentamos, com a nova administração Trump, uma tentativa de criar uma ordem mundial hobbesiana, baseada no uso irrestrito da força, seja força comercial, seja econômica, seja financeira, seja militar e no que eu chamo de "bilateralização" das relações internacionais. A atual administração Trump busca ativamente eliminar o multilateralismo, que nada mais é do que democracia na ordem mundial, e as regras mais elementares do direito internacional público, as quais, antes, mantinham uma relativa ordem e estabilidade jurídica no campo mundial bem como alianças históricas e relações de cooperação ao menos com países conhecidos e costumeiros, que não eram considerados hostis antigamente. Essa antiga ordem, criada basicamente pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, nunca impediu, é claro, o exercício da hegemonia de Washington. Em sentido contrário, procurava consolidá-la. Mas havia distinções importantes em relação ao que Trump vem fazendo hoje.

Hoje vivemos o que o Stephen Walt, Professor Titular de Relações Internacionais da Escola Kennedy de Harvard, bem definiu no artigo publicado na *Foreign Affairs* como "hegemonia predatória". Eu prefiro chamar de "hegemonia mafiosa", mas o termo eufemístico "hegemonia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

predatória" me parece mais adequada para um debate acadêmico. O objetivo central dessa "hegemonia predatória" é usar a posição privilegiada de Washington para extrair concessões, tributos e demonstrações de deferência tanto de aliados quanto de adversários, indistintamente, buscando ganhos de curto prazo sob o prisma de uma visão de mundo que considera que as relações entre os países são como um jogo de soma zero.

O que significa dizer isso? Segundo Trump, para que os Estados Unidos obtenham algum ganho ou vantagem na ordem internacional, é necessário que os outros países, inclusive os aliados – inclusive, os aliados! – percam alguma coisa. A ideia de que as relações entre os países possam ser mutuamente benéficas, com as nações lucrando com uma cooperação pacífica, não passa pela visão anacrônica de Trump – não passa –, que se vê como herdeiro político do O Presidente McKinley, que era chamado de "Tariff Man" pelos próprios republicanos da época, no final do século XIX, e de também Theodore Roosevelt, o homem, como vocês sabem, chamado "Big Stick".

Pode-se argumentar, é claro, que os Estados Unidos sempre foram implacáveis, especialmente quando se viam desafiados, mas o paroxismo da hegemonia predatória é algo novo – é algo inteiramente novo.

Na época da antiga Guerra Fria, com sua clara bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, os Estados Unidos tinham um comportamento mais benevolente e racional, notadamente com relação ao que eles chamavam de aliados. Com efeito, no mundo bipolar da Guerra Fria, os Estados Unidos atuavam como uma potência hegemônica relativamente benevolente em relação aos seus aliados próximos, na Europa e na Ásia, pois os líderes norte-americanos, independentemente de serem democratas ou republicanos, acreditavam que o bem-estar desses aliados era essencial para conter a União Soviética.

De fato, ajudou. Washington ajudou seus aliados a se recuperarem economicamente, após a Segunda Guerra Mundial, e criou e respeitou regras destinadas a promover a prosperidade mútua no sistema capitalista. Isso não impediu, é claro, que Nixon implodisse o padrão ouro em 1971, para impor, em definitivo, a implacável hegemonia financeira do dólar, que persiste até hoje; também não impediu as inúmeras intervenções políticas e militares, especialmente na América Latina, para derrubar governos que não se alinhavam aos seus interesses – como nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecemos muito bem na história da América Latina e que nos afetou, afetou o país, o nosso país, o Brasil diretamente –, não obstante, naquela época, os aliados, especialmente no mundo desenvolvido, raramente serem maltratados ou enfraquecidos. Já durante a era unipolar, que seguiu-se à queda da União Soviética, os Estados Unidos, sem rivais à altura, se tornaram uma potência hegemônica mais dura e impositiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fique tranquilo, que são dez mais cinco.

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (*Por videoconferência*.) – Sem enfrentar oponentes poderosos e convencidos de que a maioria dos Estados estava ansiosa para aceitar a liderança americana e abraçar valores neoliberais, as autoridades americanas deram pouca atenção às preocupações de outros Estados e embarcaram em guerras dispendiosas e ilegais no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, na Síria e em diversos outros países; também adotaram políticas confrontacionistas que aproximaram a China e a Rússia; ademais, pressionaram pela abertura irrestrita dos mercados para seus produtos e pela implantação de políticas neoliberais em escala planetária, o que aumentou a instabilidade financeira global e, por fim, provocaram uma reação interna nos Estados Unidos, que ajudou a impulsionar o populismo de direita de Trump à Casa Branca.

Porém, mesmo assim, mesmo naquela época, tanto autoridades democráticas quanto republicanas acreditavam que usar o poder americano para criar uma ordem liberal seria bom para os Estados Unidos e para o mundo e que a oposição séria se limitaria a um punhado de pequenos Estados rebeldes. Os Estados Unidos não se opunham a usar o seu poder à sua disposição para coagir, cooptar ou mesmo derrubar outros Governos, mas sua violência era dirigida normalmente contra adversários declarados e não a parceiros dos Estados Unidos.

Com a hegemonia predatória, essa distinção entre aliados e adversários borrou-se. Todos são tratados de forma violenta e arbitrária, com agressões e sanções comerciais, financeiras e militares, independentemente de serem aliados ou adversários. Ou seja, houve uma ruptura clara, adaptada e bastante profunda da ordem mundial baseada em regras. Isso porque o objetivo principal de uma potência hegemônica predatória, como é os Estados Unidos, não é construir relações estáveis e mutuamente benéficas, que beneficiem todas as partes, mas sim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir que ela, a grande potência hegemônica, ganhe mais em cada interação com os outros países.

Nessa lógica hobbesiana e obsoleta, um acordo que beneficia a potência hegemônica e prejudica seus parceiros é preferível – é preferível – a um acordo em que ambos os lados ganhem, mesmo que esses últimos ganhos sejam maiores. Por isso Trump é tão propenso a coagir aliados tradicionais dos Estados Unidos quando declarados, e a natureza intermitente de suas ameaças ressalta seu desejo de obter o máximo de concessões possíveis. Trump usa da imprevisibilidade tão prejudicial às economias como uma poderosa ferramenta de negociação, e seu conjunto de ameaças e exigências em constante mudança visa a forçar os outros a buscar novas maneiras de acomodá-lo. Ameaçar e impor uma tarifa custa muito pouco a Washington por se tratar da maior economia do mundo. Se o alvo ceder rapidamente, como é o caso de nações frágeis, eles obtêm um ganho de curto prazo significativo, mas, se o alvo se mantiver firme ou se os mercados internos se assustarem, Trump pode adiar a ação. Essa abordagem também mantém a atenção voltada para o próprio Trump, ajuda o Governo a apresentar qualquer acordo subsequente como uma vitória, independentemente de seus termos precisos, e cria oportunidades óbvias para a corrupção, que beneficia Trump e seu círculo íntimo. Trump, frise-se, já se tornou bilionário em poucos meses em que assumiu a Presidência da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BORMANN ZERO – Pode-se argumentar, é claro, que os Estados Unidos sempre foram implacáveis, especialmente quando se viam desafiados, mas o paroxismo da hegemonia predatória é algo novo. Na época da antiga Guerra Fria, com sua clara bipolaridade, os Estados Unidos tinham um comportamento mais benevolente e racional notadamente com aliados. De fato, Washington ajudou os seus aliados a se recuperarem economicamente após a Segunda Guerra Mundial e criou regras destinadas a promover a prosperidade mútua do mundo capitalista. De fato, Washington ajudou os seus aliados a se recuperarem economicamente após a Segunda Guerra Mundial, criou regras destinadas a promover a prosperidade mútua do mundo capitalista, mas isso tudo esbarrou com a ruptura da ordem internacional. Além da imprevisibilidade, Trump usa da tática do desengajamento militar para obter vantagens assimétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (*Por videoconferência.*) – Ele insistiu que os aliados deveriam pagar para a proteção americana e sugeriu que os Estados Unidos poderiam deixar a Otan se se recusasse a ajudar na defesa em Teerã ou abandonar completamente a Ucrânia. Mas seu objetivo é não é tornar as parcerias com os Estados Unidos mais eficazes, fazendo com que os aliados se esforcem mais para se defender; na realidade, o aumento drástico das tarifas prejudicará a economia dos parceiros e dificultará o cumprimento de metas mais ambiciosas de gastos com defesa. Desse modo, Trump está usando a ameaça do desengajamento militar para obter concessões econômicas, pouco se importando com a segurança do mundo e dos seus velhos aliados. Essa estratégia pode render alguma aliança de curto prazo, mas, no longo prazo, dificilmente se manterá. Trump, como um velho chefão da máfia, vende proteção.

A outra tática que talvez eu ache a mais importante para impor essa hegemonia predatória é o que eu chamo de bilateralização das relações internacionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (*Por videoconferência.*) – É preciso lembrar que Trump é um antiglobalista, acredita que o globalismo é uma ideologia dada ao marxismo cultural, e, como tal, ele tem um extremo desprezo pela ONU, pelas suas agências, pela Organização Mundial do Comércio e também por instituições plurilaterais, como a Otan. O que Trump chama de *american first* é, na realidade, o *american only*, ou seja, os Estados Unidos têm que ganhar, têm que obter vantagens em quaisquer concessões, em quaisquer negociações, que são imposições bilaterais com todos os países do mundo. E quanto mais fraco o país, mais vantagens ele obtém.

Agora, obviamente, isso vai enfraquecer os Estados Unidos no longo prazo. Ninguém gosta de ser forçado a se envolver atos humilhantes de subserviência. Líderes que compartilham a visão de Trump do mundo podem se deleitar com a oportunidade de elogiá-lo publicamente, mas outros, sem dúvida, acham a experiência muito irritante, como Zelensky, por exemplo. Nunca saberemos o que os líderes estrangeiros forçados a bajular Trump estavam pensando enquanto proferiam clichês floridos, mas alguns deles, sem dúvida, ressentiram-se da experiência e saíram esperando uma oportunidade para se vingar no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros chefes de Estado, como o Presidente brasileiro Luiz Inácio da Silva, viram sua popularidade disparar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (*Por videoconferência.*) – ... quando desafiaram as ameaças de Trump. À medida que a humilhação aumenta, outros líderes mundiais podem descobrir que também podem se tornar mais populares entre seus eleitores.

Um exemplo desse erro de cálculo e dessa hegemonia predatória é a atual invasão do Irã. O Trump achou que a intervenção no Irã seria algo como a expedição que foi feita na Venezuela, foi muito expedita, rápida e resultou na captura ilegal, no sequestro ilegal do Presidente Maduro, achou que no Irã seria algo semelhante. E, evidentemente, cometeu um erro de cálculo gigantesco, porque o Irã é um país muito mais resiliente, com uma população de 92 milhões de habitantes, uma guarda revolucionária de 500 mil homens e mais um exército regular de 300 mil homens, e tem a capacidade obviamente de convocar muitos reservistas. Uma possível mudança de regime no Oriente Médio, no Irã em particular, demandaria uma evasão terrestre, uma evasão terrestre que levaria os Estados Unidos a um atoleiro muitíssimo pior do que aconteceu no Iraque, porque o Irã é um país muito maior e tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Marcelo Zero, se me permitir, você chegou aos 20 minutos, que é meu limite máximo, que eu tinha dado para o Ulisses, mas você fez uma exposição brilhante, como sempre. Se você puder concluir, nós temos 12 convidados para falar ainda.

O SR. MARCELO BORMANN ZERO (*Por videoconferência.*) – Eu vou concluir rapidamente. Eu vou concluir afirmando, citando, na realidade, afirmando uma coisa que me parece importante falar agora, neste momento, que é a contribuição do filósofo Jürgen Habermas, para essa reflexão sobre a guerra e sobre a paz. O Jürgen Habermas, recentemente falecido, um filósofo que precisa ser relido e revalorizado, defendia, em 2012, em um momento de crise como esse, uma integração política mais profunda da União Europeia para superar crises econômicas, o déficit democrático da integração e a crescente ascensão da extrema direita ultranacionalista e inimiga da igualdade e da solidariedade. Ele propunha uma democracia transnacional na qual a União Europeia superasse um simples projeto econômico, fortalecendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade, a legitimidade democrática e a esfera pública europeia, evitando medidas políticas restritivas oriundas de políticas ortodoxas neoliberais. Seus conselhos continuam mais atuais do que nunca e devem ser estendidos à defesa da reconstrução da ordem mundial pacífica e cooperativa, com base em valores democráticos e na refundação de um autêntico e renovado multilateralismo.

Por último, eu só queria – pedindo desculpas pelo alongamento – dizer que a diplomacia brasileira tem se comportado de forma bastante racional e bastante condizente com os interesses nacionais ao defender o multilateralismo, que é nada mais, nada menos que democracia na ordem internacional, e ao promover, em conjunto com outros países, a resistência à hegemonia predatória de Donald Trump, com base nos princípios que estão inseridos na sua Carta Magna, como o princípio da não intervenção e a promoção da solução pacífica das controvérsias. Por isso que eu acho que o Brasil está reagindo bem a este momento terrível e representa um exemplo que os outros países precisam seguir para que a paz seja alcançada.

Desculpem-me pelo alongamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós que agradecemos, Marcelo Bormann Zero, sociólogo e especialista em relações internacionais, que tinha uma série de convites e fez questão de abrir mão para estar conosco e expressar seu ponto de vista com a grandeza de sempre. Obrigado, Marcelo Bormann Zero.

Vamos em frente. Passo a palavra agora ao querido colega aqui, eu diria, do Senado, de muito tempo, você jovem e eu de mais tempo, eu quase 40 anos – vou ter 40 anos no fim do ano, entre Câmara e Senado. Eu passo a palavra ao Consultor Legislativo do Senado Federal Amael Notini Moreira Bahia.

O SR. AMAEL NOTINI MOREIRA BAHIA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Gostaria de cumprimentar os colegas de mesa, todos os presentes, as autoridades. Gostaria de dizer que é uma satisfação estar aqui hoje por duas razões.

A primeira é de poder contribuir para essa iniciativa tão importante do sempre Senador Ulisses, do Senador Paulo Paim, do Senador Flávio Arns, que trazem para o âmbito do Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo uma questão que é de todos. O problema pode parecer distante, mas ele é presente na nossa vida cotidiana, de cada um de nós. E todos nós, da nossa forma, podemos contribuir para a solução do problema.

A segunda é de poder estar, compor uma mesa presidida pelo Senador Paim, que teve uma gestão à frente da Comissão de Direitos Humanos de muito afinco, de muita luta, e essa é mais uma iniciativa que mostra o compromisso dele com essa pauta. Ele sabe que ele vai fazer muita falta aqui na Casa, não preciso dizer, mas o Brasil precisa dele em outras frentes também. (*Palmas.*)

Passadas essas considerações iniciais, eu gostaria de tratar de três temas aqui com vocês hoje. O primeiro são as minhas breves lamúrias enquanto acadêmico, professor de Direito Internacional e Direitos Humanos. A segunda é sobre as funções do Poder Legislativo na questão da matéria da paz, e a gente termina falando um pouquinho sobre essa frente, o que esperar dessa atuação legislativa organizada, articulada.

No âmbito do direito internacional, como todos os expositores já trouxeram aqui, a gente vê uma coisa que é nova – não a guerra, porque a guerra não é nova. Ela, na verdade, está na própria base da sociedade internacional, foi por isso que surgiu o direito internacional, para combater a guerra e para promover a paz, essa é a própria finalidade da norma. Só que agora a gente tem uma situação um pouco atípica, em que os Estados deixam de se preocupar com a justificação jurídica e passam diretamente à violência. O direito para de ser um argumento, um instituto a ser considerado nas relações internacionais e ele passa a entrar um pouco para essa zona de irrelevância. E isso é um perigo, porque essa erosão das instituições é o que efetivamente, no longo prazo, vai causar essa permanência do estado da guerra.

Então, o fortalecimento dessas instituições, a preocupação com o valor normativo do direito é uma coisa muito presente, e é por isso que a diplomacia brasileira foi muito feliz no sentido de dizer, com todas as palavras e sem qualquer receio, que o direito deve ser seguido, que o Conselho de Segurança deve exercer a sua função para que a ONU não caia em uma posição de esquecimento, não siga o destino infeliz da Liga das Nações. Então, aqui a gente tem um primeiro grande desafio, que é de valorizar nossas instituições, de valorizar o direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é ele que permanece, que garante essa continuidade da paz, esses mecanismos para que a gente busque a paz.

E aqui, entrando na questão do Poder Legislativo, gostaria de trazer o comentário da Raíssa, do Mato Grosso. Ela diz assim: "Criar uma frente no Congresso é suficiente para pacificar conflitos ou corremos o risco de gerar apenas retórica sem eficácia diplomática?". Para isso, primeiro a gente precisa colocar a discussão onde se situa o Congresso. Funções típicas do Congresso Nacional são legislar e fiscalizar. Em nenhuma medida, a intenção de uma articulação do Congresso Nacional seria substituir o Poder Executivo na sua função de exercer a política externa, porque cabe – e isso é uma questão da divisão de Poderes – ao Presidente da República conduzir as nossas relações com outros países, mas isso não quer dizer que o Congresso não tenha o seu papel. Está lá na Constituição Federal que é competência exclusiva do Congresso ratificar os tratados, controlar essa política externa. Está lá também que é competência exclusiva do Congresso autorizar o Presidente da República a declarar a guerra ou celebrar a paz. Então, o Congresso está presente, de forma direta, tanto no controle do Poder Executivo, quanto na densificação normativa de tudo aquilo que está presente nas nossas relações internacionais.

A gente vê – e aqui é o palco adequado para isso, a Comissão de Direitos Humanos – que o legislador brasileiro tem uma preocupação muito grande em densificar proteções que já existem na esfera internacional, como a proteção dos refugiados, como a proteção dos direitos humanos, como inclusive essa prevenção da guerra. Então, o Poder Legislativo vai atuar tanto nessa frente de conferir direitos, combater a discriminação, garantir a justiça social, como também garantir que a gente proteja a nossa democracia.

O Presidente Lula assinou um artigo na *Folha de S.Paulo*, há poucas semanas, em que ele dizia que a guerra hoje é promovida não só pelo atual estado complexo das coisas, mas por uma erosão da democracia, a própria democracia está em risco. A gente se encontra numa situação hoje que não vem de um passado recente, vem de uma desconstrução estrutural das instituições, não só no direito internacional – como eu comentei, da ONU, com vocês, do Conselho de Segurança, de todas essas esferas que existem para salvaguardar o direito internacional –, mas no nosso âmbito doméstico, no âmbito de poder garantir essa igualdade das pessoas, a liberdade de expressão, o combate à discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa polarização que a gente vê no nosso cenário doméstico, mas também em todo o mundo, isso é um problema para a paz, porque, se a gente volta aí às grandes atrocidades cometidas no século passado, muitas delas ocorreram no próprio território de alguns países, não foram conflitos necessariamente que começaram internacionais. A discriminação, a perseguição, essa desconsideração de direitos básicos do ser humano é uma batalha que a gente não pode tomar como ganha, como dada; essa é uma batalha do dia a dia: é uma batalha que trava aqui o Senador Paulo Paim, o sempre Senador Ulisses e todas as pessoas aqui nesta sala também. Então, é um trabalho contínuo de tentar lutar pelo que está posto, porque ele não é dado; ele é conquistado e ele é mantido com muito esforço. (*Palmas.*)

Junto a isso, a gente tem a última parte que eu queria tratar com vocês, que é essa Frente Parlamentar pela Paz Mundial.

Hoje, a gente tem uma realidade que nos dá mais possibilidade de conversar com o próximo. E como próximo eu não digo só aqui no âmbito do Congresso Nacional, mas no âmbito internacional. E aqui a Renata, do Distrito Federal, trouxe: "A paz exige ações práticas, não apenas criação de estruturas institucionais [...]". É verdade, a gente precisa de uma atuação direta e presente que venha dessas instituições, mas é importante proteger e salvaguardar essas instituições, porque é por meio de uma Frente Parlamentar pela Paz Mundial que o Parlamento brasileiro pode conversar com outros Parlamentos do mundo, para que eles também exerçam a sua função. (*Palmas.*)

Então, é por meio dessa articulação que o Parlamento dos Estados Unidos pode frear essa atuação de um Governo que, inclusive, diminuiu a qualidade da democracia nos Estados Unidos, por dados inclusive publicados em pesquisa. Então, o Parlamento, não só aqui no Brasil, mas numa dimensão mundial, tem essa função de frear arbitrariedades, de frear tirania.

Então, este âmbito de conversa é muito positivo, porque ele nos dá possibilidade, nos dá instrumentos de construir canais de diálogos e também mecanismos para conseguir sempre estar em diálogo com aqueles que têm o poder de fazer frear essas novas vertentes do autoritarismo aqui no Brasil e no mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Amael Notini Moreira Bahia, Consultor Legislativo do Senado Federal, que apontou caminhos para a nossa querida Frente pela Paz.

Passo a palavra, de imediato, ao senhor... Não entrou? (*Pausa.*)

Então, tá.

Como o Dr. Reginaldo Nasser ainda não entrou – ele que é Professor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos da PUC –, passo, então, para a Dra. Luciana Peres, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. LUCIANA PERES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Não poderia deixar de ressaltar que eu acho que é importante ser aqui a representação de uma voz feminina nesta mesa de diálogo (*Palmas.*), especialmente depois de o Conselheiro Leonardo ter lembrado tão bem do crescente papel da mulher na guerra, na mediação de conflitos e nas operações de paz.

Então, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento todos os colegas da mesa, Senadores e Senadoras, autoridades presentes, representantes da sociedade civil, demais participantes que nos acompanham pela TV Senado e pelas plataformas digitais, senhoras e senhores, em representação ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, falo hoje não apenas em defesa da paz, mas em defesa da própria dignidade humana, aquilo que nos une não só como espécie, mas que fundamenta o direito internacional e que orienta a Constituição Federal Brasileira.

A pergunta que aqui nos reúne não é uma provocação retórica; é, sobretudo, um chamado à responsabilidade, uma convocação para que instituições democráticas, lideranças políticas e a sociedade como um todo reafirmem, de forma clara e inequívoca, qual é o projeto de humanidade que desejamos sustentar. (*Palmas.*)

Vivemos em tempo em que conflitos armados se intensificam, crises humanitárias se aprofundam e a linguagem da violência volta a ocupar espaços que deveriam ser de diálogo e de mediação pacífica de conflitos. Guerras, tensões, polarizações e discursos que alimentam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ódio, a intolerância e a desinformação ultrapassam fronteiras e afetam toda a comunidade internacional. Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, o mundo registrou, em 2024, o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial, com cerca de 200 mil pessoas mortas e milhões deslocadas em mais de 130 conflitos espalhados pelo mundo, destacando-se a Ucrânia, Gaza e, recentemente, o Irã.

O cenário atual mostra um aumento de 315% nas mortes no Oriente Médio e Norte da África, com mais de 43 milhões de refugiados globalmente e 80 milhões de pessoas deslocadas internamente, que são os 120 milhões citados pelo nosso colega do Acnur. As consequências nefastas do conflito recaem sobremaneira e de forma diferenciada sobre mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, migrantes e outras populações vulnerabilizadas. Este cenário não é inevitável; ele é fruto de escolhas e decisões. E é justamente por isso que pode e deve ser transformado.

A história nos ensina que a guerra deixa cicatrizes profundas, não apenas nas infraestruturas destruídas, mas nas narrativas e vidas interrompidas, nas memórias marcadas, nas gerações que crescem sob o impacto da violência. Mas a história também nos mostra que sociedades podem ser reconstruídas, que conflitos podem ser superados e que o diálogo deve prevalecer.

Nada disso acontece por acaso. A paz não é espontânea; ela também é fruto de escolhas e decisões. Ela é construída e, nessa construção, exige vontade política, compromisso institucional e participação social. A paz, quando construída em bases de direito, diálogo e justiça, tem um poder transformador de realidades. É uma escolha que está diante de nós.

A paz que defendemos aqui não significa uma mera ausência de guerra, mas a construção ativa baseada em três pilares fundamentais: a dignidade humana, a justiça social e o diálogo democrático. Toda guerra começa com a construção da desumanização do outro. Quando as vidas passam a ser contadas como números, quando o sofrimento deixa de sensibilizar, abre-se caminho para a violência. Defender a paz é reafirmar que nenhuma vida é descartável. Não é possível haver paz duradoura onde há desigualdades, exclusão e violação de direitos à presença de condições justas e adequadas de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A guerra é o fracasso da política, é o momento em que a palavra perde espaço para a força; a paz, por outro lado, é a expressão mais elevada da política: o diálogo democrático, a negociação em meio à diversidade e a mediação de conflitos.

O Brasil tem uma tradição diplomática reconhecida internacionalmente: a defesa do multilateralismo, da cooperação e da solução pacífica de controvérsias, como todos os meus antecessores aqui já reafirmaram. Esses não são ideais abstratos, são mandatos concretos que vinculam todo o Estado brasileiro. A proposta de criação da Frente Parlamentar pela Paz Mundial é, portanto, legítima e oportuna, representa o nosso passo importante para transformar o compromisso com a paz em ação concreta por meio de legislação, articulação institucional e fortalecimento da cultura democrática. A paz não pertence a um partido, não pertence a uma ideologia, deve ser um valor universal, e é justamente em momentos de tensão e polarização que essa universalidade precisa ser reafirmada.

Vivemos em um tempo que conflitos não são apenas armados, mas também sociais e discursivos. Eles se manifestam nas redes sociais, nos discursos públicos, nas relações cotidianas, na guerra de narrativas. A intolerância cresce, o diálogo se fragiliza e a diferença passa a ser vista como ameaça. Por isso, falar em paz, hoje, é falar de direitos humanos; é defender que cada pessoa, em qualquer lugar do mundo, tem um valor intrínseco e merece viver com liberdade, segurança e respeito; é promover a convivência democrática e a reconstrução de laços sociais.

Diante desse cenário, o Brasil não está inerte: em 2024, assumiu papel protagonista, em parceria com África do Sul, Cazaquistão, China, França, Jordânia e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, para lançar a Iniciativa Global para o Direito Internacional Humanitário. Mais do que reafirmar normas já existentes, busca-se garantir sua aplicação efetiva, a fim de prevenir atrocidades e proteger a humanidade em tempos de guerra. No âmbito dessa iniciativa, será realizada, no final de 2026 – creio eu que em dezembro –, na Jordânia, uma conferência de alto nível sobre humanidade e guerra. Esperamos estar presentes pelo Brasil em alto nível, pela Presidência da República, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2025, o Brasil, representado então pela Ministra Macaé Evaristo, foi claro ao defender que conflitos devem ser enfrentados por meio de soluções pacíficas e que a proteção a civis e trabalhadores deve ser uma prioridade absoluta. Na ocasião, o Brasil defendeu a urgência de proteger civis, garantir entrega de ajuda humanitária e assegurar a segurança de agentes médicos e humanitários, reafirmando o compromisso com o direito internacional humanitário e com os valores fundamentais dos direitos humanos.

Eu estive presente com a Ministra Macaé nessa ocasião, em fevereiro do ano passado, em que, além de lançar a iniciativa em 2024, nós também fizemos um evento paralelo à sessão de alto nível do Conselho de Direitos Humanos e com uma grande presença de mais de 80 países, o que também reforça bastante essa busca por uma vocalidade maior em defesa da democracia e do multilateralismo no âmbito internacional, neste momento, no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Tal posicionamento é coerente com a tradição brasileira de defesa do multilateralismo, do diálogo e da solução pacífica de controvérsias, mas também aponta para algo maior: a necessidade de reconstruir, coletivamente, uma cultura global de respeito aos direitos humanos e à legislação humanitária internacional, pois, quando essas normas são desrespeitadas, a própria ideia de humanidade é colocada em risco, abrindo espaço para a deflagração de graves violações de direitos humanos e, em última instância, crimes contra a humanidade e genocídio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Mais cinco minutos.

A SRA. LUCIANA PERES – À luz da concepção humanista do brasileiro jurista Antônio Augusto Cançado Trindade, meu querido Professor, os crimes de lesa-humanidade violam valores fundamentais da consciência jurídica universal; são inderrogáveis, imprescritíveis e impõem aos estados uma obrigação *erga omnes* – que é de todos para todos – de prevenção, repressão e reparação, em prol da proteção e da dignidade da pessoa humana. São crimes como o genocídio, os crimes do Tribunal Penal Internacional, que assolam a humanidade de tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma que ganham um *status* peremptório e uma hierarquia maior dos crimes internacionais e que impõem, contra todos e para todos os Estados, obrigação de prevenir e reprimir.

Nos últimos anos, estamos observando a derrocada dos espaços tradicionalmente vocacionados à mediação de conflitos, historicamente ancorados em instituições como a ONU e fóruns de concertação política coletiva, revelando um preocupante enfraquecimento do multilateralismo, agravado pela ascensão de políticas unilaterais e pela erosão da confiança entre os Estados. Esse cenário fragiliza mecanismos de prevenção e resolução pacífica de controvérsias, aumentando a instabilidade internacional e a recorrência de crises prolongadas.

Nesse contexto, torna-se imperativo reafirmar e defender o multilateralismo não apenas como instrumento de coordenação interestatal, mas como expressão de uma responsabilidade compartilhada na preservação da paz, da segurança internacional e da proteção dos direitos humanos, resgatando sua centralidade como espaço legítimo de diálogo, cooperação e construção de consensos duradouros.

Hoje, nesta audiência, temos a oportunidade de reafirmar nossa escolha pela paz. Que o Brasil continue sendo essa voz ativa na defesa dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e da solução pacífica de conflitos em todos os espaços de diálogo mundialmente Constituição e que possamos transformar esse compromisso em prática concreta, dentro e fora das nossas fronteiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luciana Peres, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Uma bela exposição!

Nós agradecemos, aqui, a você, representando a Ministra Macaé – competência total da Ministra, porque se diz que o bom Ministro ou o bom Parlamentar é aquele que sabe escolher bons assessores. Então, ela já está classificada como uma boa Ministra, só pela sua fala aqui. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Reginaldo Nasser não se encontra.

Então, neste momento, eu quero dialogar com o plenário. Eu sei que há um acordo com a mesa. Falaram seis convidados, mas que nós escolhêssemos seis também do plenário. Aí cada um veja...

Eu peço, aqui, à assessoria que vá pegando os nomes. Já tem dez inscritos; tira seis aí. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ulisses, fale alguns aí que você já viu daqui.

Ulisses pode ajudar.

Fale, ajude aí, porque tem dez.

O SR. ULISSES RIEDEL (*Fora do microfone.*) – Estão sugerindo aqui o José Geraldo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – José Geraldo... Os dois que estão pegando os nomes aí: José Geraldo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Wílon Wander...

Ulisses, ajude aí, Ulisses, você, que conhece a turma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Adriana...

O SR. ULISSES RIEDEL (*Fora do microfone.*) – Jaqueline Moll...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nair...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Maria Paula. Já deram os seis? (*Pausa.*)

Vamos fazer como o Marcelo.

O Marcelo fez uma bela palestra, mas ele tinha que falar dez, e falou vinte. Eu tinha botado seis; vamos a dez então. (*Risos.*)

Tem dez aí já? (*Pausa.*)

Ajude aí. Você, que conhece, ajude aí. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Depois desse momento, ainda nós vamos ler as perguntas que vêm pelo e-Cidadania. Daí, da mesa, nas suas considerações finais, cada um escolhe uma ou outra pergunta e responde. Está bem?

Posso começar? Vamos lá?

Quem é a primeira inscrita? (*Pausa.*)

Pode ser, vá lá.

Ó, quando você for falar, aperte – vai acender a luz verde aí no teu painel –, você se identifica e inicia.

Cinco minutos para cada um. O.k.?

A SRA. ADRIANA HOPE (Para expor.) – Muito prazer! Eu sou Adriana Hope. É uma alegria estar aqui com vocês.

Parabenizo o Senador Paulo Paim, o Dr. Ulisses Riedel...

É uma alegria estar junto com vocês, porque eu também venho com esse propósito pela paz.

Eu também sou fundadora de uma frente parlamentar pela paz aqui, no Congresso Nacional, que chama Fremhpaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que eu estou pegando as assinaturas, eu também estou trabalhando, e sou sozinha. Então, vê-los juntos com o Senado é uma alegria. Agradeço e espero a gente estar junto.

Estou com o instituto chamado Paz Brasil; tenho servido o nosso Congresso, já levei a dez países e já pude apresentar a frente parlamentar do Congresso Nacional até para o Papa Leão XIV, para o Gabinete de Fé da Casa Branca. Então, podermos estar unidos aqui foi uma surpresa, uma alegria.

Espero poder estarmos juntos futuramente para trabalhar com a intermediação de conflito.

Já servi ao Ministério das Relações Exteriores na Suíça, fiz intermediação de conflitos em Haia... Então, acredito que realmente o Brasil tem voz e tem força para essa intermediação, junto com outros Parlamentos também de outros países.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

De pronto, já deu um exemplo que já deu certo e vai dar mais certo ainda.

A SRA. ADRIANA HOPE – Já deu certo, sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos unificar essa caminhada.

A SRA. ADRIANA HOPE – Unimos forças, juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Parabéns!

A SRA. ADRIANA HOPE – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quem é o próximo, aqui na frente, primeira fila? Já pegue aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem se inscreveu aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – José Geraldo ou Maria Paula... É bom dar o nome na hora em que vai falar, para ficar no registro.

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Maria Paula, eu sou Embaixadora da Paz.

Eu publiquei hoje, na *Folha de S.Paulo*, um artigo muito alinhado com o que o Ulisses estava falando aqui sobre o coliseu, e eu estou falando de um coliseu digital.

O que está acontecendo hoje é inacreditável; as pessoas estão fazendo apostas – *bet* – em execuções nessa guerra, apostando em qual liderança vai ser executada primeiro. É uma coisa, assim, absurda; é um coliseu digital. E está hoje na *Folha de S.Paulo*, na Opinião, ali na segunda página, esse meu artigo hoje. Então, eu convido todos a fazerem essa leitura.

Mas o que eu quero compartilhar hoje é que o convívio com o Ulisses faz com que eu me torne capaz de já estar vendo, num futuro muito próximo, um mundo em que a paz é muito mais do que uma meta: é um desdobramento natural da forma como vivemos. É um mundo em que o cuidado deixou de ser um gesto extraordinário, e passou a ser a base de todas as relações entre todas as pessoas.

Eu já posso ver as pessoas se encontrando e se relacionando sem medo, sem defesas – sabe? –, e até as fronteiras dos países se tornando algo desnecessário, porque as pessoas não precisam mais se proteger umas das outras. Existe uma confiança no ar – uma confiança silenciosa, mas, ao mesmo tempo, firme –, uma consciência de que a gente pode mudar.

E, finalmente, as pessoas entendem que ninguém precisa vencer ninguém; ninguém precisa ter que estar por cima do outro, que todos podem existir juntos.

Então, eu já estou vendo esse mundo sem fronteiras, e o que acontece é que, nessa transformação nesse futuro possível, que eu já vejo chegando, eu acho que pode acontecer das fronteiras realmente perderem o sentido, não por imposição, mas por se tornarem obsoletas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse futuro, eu já posso ver as pessoas se relacionando sem ameaças, um sendo a extensão do outro; um mundo em que as diferenças, em vez de fazer tensão, trazem enriquecimento umas para as outras; um mundo em que a cultura, a crença e a história não são linhas de divisão, mas são os caminhos para que as pessoas possam se encontrar.

Eu já posso ver os jovens desse mundo presentes, inteiros, dentro de si, capazes de se relacionar com tanta profundidade, de sustentar vínculos reais, de habitar o próprio corpo e as próprias emoções, sem precisar escapar para as telas, para os joguinhos, para as apostas.

As telas já não sequestram, os algoritmos já não dominam, a tecnologia já não explora. A tecnologia serve nesse futuro próximo que eu já consigo ver. Serve ao humano, serve à vida, serve ao desenvolvimento de uma inteligência que não é só técnica, mas uma inteligência ética, uma inteligência emocional e coletiva.

Eu já posso ver um mundo em que a inteligência artificial deixou de amplificar as nossas fragilidades e passou a expandir as nossas possibilidades; um mundo que tem abundância não apenas de recurso, mas principalmente de consciência, em que a gente aprende a cuidar da mente, e de forma tão essencial quanto a construção de cidades ou a construção de infraestrutura.

O cuidado é uma tônica que faz com que as estruturas mais sofisticadas sejam aquelas que sustentam as relações saudáveis.

Eu já posso ver que a paz não chegou de fora. Está...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – ... emergindo de dentro de pessoas que aprendem a se autorregular, a se autorresponsabilizar, a se perceber e a fazer isso para projetar no outro. Elas param de projetar no outro as guerras que antes elas estavam travando dentro de si.

Eu já posso ver esse tempo, um tempo em que a humanidade não é mais um conjunto de fragmentos em disputa, mas um organismo vivo, consciente, capaz de cooperar consigo mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E talvez o mais bonito seja que não é apenas uma esperança; é uma imagem nítida que eu vejo. É uma imagem palpável. É uma imagem que começa hoje, aqui, nesse nosso encontro, e que se torna algo impossível de ser interrompido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Maria Paula é atriz, Embaixadora da Paz, do DF.

E falou antes Adriana Hope, que eu não registrei, porque a lista chegou agora, que é Embaixadora da Federação dos Advogados do Brasil.

É isso?

A SRA. ADRIANA HOPE (*Fora do microfone.*) – Eu sou também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É também? (*Risos.*)

O que chegou aqui para mim foi essa relação.

A SRA. ADRIANA HOPE – Eu sou a fundadora da frente parlamentar aqui do Congresso, eu sou Embaixadora da Paz também e sou da Federação dos Advogados do Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E é apoiadora da Federação...

A SRA. ADRIANA HOPE – Apoiadora sim. Sou das mães de Haia – lembra-se das mães de Haia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, e dos Senadores e Senadoras também.

A SRA. ADRIANA HOPE – Sim, dos Senadores... Sim, eu fico orando no Congresso Nacional, apoio todos de que nós precisamos do Brasil.

Nós somos pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Geraldo, todos nós conhecemos, ex-Reitor da UnB, Professor da Faculdade de Direito... Esteve já, inúmeras vezes, nos brindando aqui com a sua fala nesta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Para expor.) – Senador Paulo Paim, também sou testemunha de seus 40 anos de um mandato contínuo em nome dos direitos sociais, da justiça, da paz e dos direitos humanos.

Queria cumprimentá-lo pela iniciativa de instalar esta audiência, provavelmente a requerimento do Dr. Ulisses Riedel, e com esta mesa tão ilustre, que pontuou as questões relevantes desse tema urgente e necessário.

E quero saudar também este Plenário tão qualificado, que acudiu e está associado a essa iniciativa.

Sou da Universidade de Brasília, como foi dito, mas aqui me coloco na representação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, da qual sou membro, e que tem como lema algo que foi bem posto pelos expositores, que quem quer a paz tem que construir a paz e que a construção da paz é mediada pela realização da justiça.

Se queremos a paz, temos que construir a paz, e eu acho que é o que demarca, nas diversas referências aqui, o engajamento que esta sessão formula.

E essa frente é um exemplo e um efeito de demonstração importante, ainda mais quando ela se instala na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é essa modalidade construída na reconstrução das instituições, de que não é só vocalização; é também ação transformadora.

A utopia não é uma abstração delirante; é uma inserção, num pensamento de transformação social, que nos orienta em sua direção e na sua ultrapassagem.

Então, eu queria saudar esta iniciativa, e fazê-lo com a confiança de que nossas instituições, os lugares de onde proviemos, são também espaços que nos amparam para esse diálogo construtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha universidade, por exemplo, a de Brasília, tem no seu estatuto, como uma das finalidades, promover a paz e os direitos humanos. É uma finalidade da instituição, entre as demais que carrega lá. É por isso que temos lá também o Núcleo de Estudos Para a Paz e Direitos Humanos – a Profa. Nair Bicalho está aqui presente –... (*Palmas.*)

... e o abrigo para a disciplina que o Dr. Ulisses mencionou, que é a Ciência da Paz – é oferecida para toda a universidade.

Mas essa perspectiva da construção da paz se faz nesse cotidiano. O Papa Francisco nos convocava para essa construção, lembrando que a importância de um mundo sem fronteiras é também a condição dramática de um mundo de alta e intensa comunicação. Ele dizia que, num mundo, assim, tão fragmentado, os conflitos são enraizados; e ele se referia a uma terceira guerra mundial em pedaços. Porque não são exércitos que se digladiam; é a esse coliseu que se referia. São conflitos que se horizontalizam, que se aprofundam e que requerem que a construção da paz seja uma ação no cotidiano das nossas vivências.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é um exemplo disso. A construção que se fez a partir da luta dos movimentos sociais para que uma Constituição abrisse lugar para o exercício contínuo da sociedade organizada constrói essa perspectiva de um diálogo contínuo e associado, para produzir soluções para o país.

O Dr. Amael, por exemplo, quando falava, dialogava com esse grande auditório nacional. Propositivo, ele apoiou-se em referências que vêm dos que nos acompanham por meios de comunicações saudáveis, que são educadores, que são formuladores também das estratégias de solução construída e dialogada para os conflitos.

Os conflitos são necessários. O que são requisitos de cuidado é que eles sejam mediados por diálogo e por horizontes de emancipação, horizontes de superação daquele projeto de civilização, que é a contínua e permanente condição de humanização. Nós não nascemos humanos; a humanidade é uma construção do social.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Então, em razão disso, voltando ao meu campo de representação aqui, que é essa expectativa de que a gente possa ter, numa experiência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção de política, no sentido amplo do termo, a política como a dimensão do cotidiano, da vizinhança, nos discursos, na superação do... O Papa Leão XIV fala de uma paz desarmada, que começa por uma reconstrução da linguagem, a linguagem da fraternidade, a linguagem do afeto, a linguagem... (*Palmas.*)

E a Luciana lembrava: inscreve-se nos discursos odientos, nos discursos desqualificadores, na redução da dignidade do outro, essa coisificação do social que permite que se façam apostas sobre a dignidade da vida e da existência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Então eu só queria dizer que vejo a beleza da institucionalidade que se incorpora nisso e queria concluir com a síntese, que acho que o Presidente Lula fez na 80ª Assembleia da ONU, ao abrir, lembrando a necessidade de restaurar a ética da civilização... (*Palmas.*)

... se referir a Gaza e sair da hipocrisia de uma ética que desumaniza e que está soterrada nos escombros de Gaza, mas ele dizia que a paz se constrói pela mediação da justiça social e dizia que a mais importante e única guerra que nós devemos travar é a guerra contra a fome, é a guerra contra a redução da dignidade humana, é a guerra contra a exclusão de todos aqueles que possam se integrar a uma comunidade de valores e de princípios.

Então, parabéns pela iniciativa, Senador, Dr. Ulisses e tão ilustrada mesa, por este ato tão simbólico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, grande ex-Reitor da UnB, Professor da Faculdade de Direito José Geraldo, sem comentário, brilhante como sempre, só isso, brilhante como sempre.

Eu passo, de imediato – vou seguir a lista aqui, todos serão chamados, são dez, e os inscritos são exatamente dez – a Jaqueline Moll, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SRA. JAQUELINE MOLL (Para expor.) – Bom, quero saudar a todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Gaúchos e gaúchas de todas as querências.

A SRA. JAQUELINE MOLL – ... de todas as querências.

Bem, quero saudar todos e todas, dizer da alegria de estar aqui, de estar trabalhando com Ulisses Riedel, que me trouxe para Brasília, agora no Ceam, e dizer que, nesses 40 anos de vida pública, fui sua eleitora, nesses 40 anos de vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, gratidão eterna.

A SRA. JAQUELINE MOLL – Então, é com certa tristeza que vamos nos despedir da sua figura no Parlamento, mas vai estar nos outros espaços, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza, saio do Congresso, mas não saio das defesas das causas sociais.

A SRA. JAQUELINE MOLL – Das causas sociais.

Bem, então dizer que nós estamos já há três semestres, é o terceiro semestre, eu e a Profa. Anair, materializando essa iniciativa, que também foi do Ulisses, da proposição da Ciência da Paz como disciplina na Universidade de Brasília, uma disciplina que, como disse o Prof. José Geraldo, reúne estudantes de vários cursos.

Mas é importante fazermos uma reflexão que nos leve a pensar o caminho da educação no Brasil, porque ninguém nasce violento. Tivemos, há poucos dias, a Profa. Alicia Cabezudo aqui, da Universidade de Cartagena das Índias agora, da Universidade de Rosário, nossa vizinha, na província de Santa Fé, e ela nos lembrava do Manifesto de Sevilha, que só em 1989 se torna público, e que vai dizer que ninguém nasce violento. A violência não está em nós, nós aprendemos a ser violentos. Lembra Mandela também, Mandela tem uma frase nessa direção, e a frase que a Profa. Alicia trazia, na sua semana de trabalho na UnB: se é na mente dos homens, das mulheres, das pessoas que nascem os comportamentos violentos e a guerra, é também na mente dessas mesmas pessoas, nós mesmos, que tem que nascer a paz. Portanto, os processos educativos e culturais nos quais vivemos define se nós vivemos em paz ou em guerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação é a própria definição de futuro. Quando Maria Paula falava desse horizonte, eu já vejo... Eu vejo quando, todo dia, as crianças vão para a escola, os jovens vão para a escola, os adultos vão para a escola, os idosos voltam à escola num país que deixou gerações para trás, que esse processo é possível, mas é preciso que a gente reinvente o *modus operandi* do trabalho da educação: escola não é só realização de provas, escola não pode ser competição, escola tem que ser aprendizagem de cooperação, aprendizagem de resolução de conflitos pela palavra.

Portanto... Aliás, o Brasil é pródigo em grandes pensadores de educação. Entrando aqui hoje, pensando que estava no Senado, imediatamente pensei em Darcy Ribeiro, Senador Paim, essa figura que o país nem termina de conhecer porque, na sua grande proposta dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), todas as expressões – a arte, a cultura, a ciência, as tecnologias da época – estariam presentes. A saúde, a alimentação... Um outro jeito de estar na escola.

Temos que falar de Anísio Teixeira, temos que falar de Paulo Freire e temos que, enfim, bater nessa tecla. É claro que na UnB temos uma disciplina, agora estamos criando uma rede de universidades por uma ciência da paz e por fazimentos pela paz, mas é mais do que uma disciplina, é reinventar o *modus operandi* de fazer a educação.

Não é uma data comemorativa, embora sejam importantes datas comemorativas, é um outro jeito de estar junto e pensar que a educação é o próprio exercício de construção do futuro, e isso passa pelas salas de aula. O Brasil tem quase 50 milhões de estudantes na educação básica, 8 milhões de estudantes no ensino superior, e é possível, no cotidiano dessas instituições, ter um outro jeito de fazer a relação entre as áreas do conhecimento e abordar os conflitos, sim, que são cotidianos, que existem e que têm que ser enfrentados pela palavra.

Então, é uma alegria estar aqui, é uma alegria participar deste momento histórico.

Vamos em frente, o nosso trabalho não termina nunca.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Jaqueline Moll...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... Professora da UFRGS, ...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – ... pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Para expor.) – Eu fiz a fala me apresentando como representante da Comissão Justiça e Paz, mas acabo de ver que a minha Presidenta, Ana Paula Inglêz Barbalho, está presente. Para os *Anais*, eu queria transferir a minha representação. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como ele não falou dez minutos, ele vai passar os últimos três minutos para você, viu?

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O senhor foi o primeiro que se inscreveu. O seu nome é? Só para ver se está aqui.

O SR. WÍLON WANDER (*Fora do microfone.*) – Wílon Wander Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Está com a palavra, porque o nome não estava aqui. Vai ter 11, então.

O SR. WÍLON WANDER (*Fora do microfone.*) – Senador Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Identifique-se primeiro, para ficar nos *Anais*.

O SR. WÍLON WANDER (Para expor.) – Senador Paulo Paim, não é à toa que o senhor está presidindo esta sessão. O senhor é mais gente do que autoridade. Nesta Brasília (*Palmas.*) e neste Brasil, o problema todo é que as autoridades é que mandam, e não o povo. Este povo, Senador Paulo Paim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, desculpe, Wílon Wander Lopes, Vice-Presidente da União Planetária e Fundador da União Planetária, em Brasília desde 1959, Presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília e Presidente da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo do Distrito Federal.

Todos nós aqui, antes de virmos para cá, nos preocupamos com a roupa que íamos vestir – quem aqui não se preocupou com isso? –, com o transporte que nos traria aqui, com o acesso a esta Casa do povo.

Eu, por exemplo, vim com esta roupa aqui, porque, se não me permitissem entrar aqui com esta roupa, eu não participaria desta reunião. Achei bonita. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Entendi, entendi. Muita gente é barrada.

O SR. WÍLON WANDER – Tenho um terno cinza, mas acho importante que, numa participação a respeito deste assunto, este seja o traje mais adequado.

Também é muito importante, Paulo Paim, que este auditório esteja cheio. São coisas básicas que eu estou trazendo aqui de que a gente se esquece no dia a dia: a saúde para virmos aqui. Tenho um amigo, por exemplo, que não pode vir, porque de repente ficou gripado e ele tinha essa ética de ficar preocupado em passar essa gripe para as pessoas que estão aqui presentes, meu querido Reitor da Universidade de Brasília, um homem de Brasília, porque normalmente colocam gente de fora de Brasília para mandar em Brasília, desde a sua inauguração. As pessoas que efetivamente vieram para cá, para construir Brasília, não eram consideradas, a ponto de não haver representação política para o Distrito Federal. Nós éramos, como Tancredo Neves muito bem disse, uma cidade cassada. Nós não éramos cidadãos, tivemos que lutar, e muito, para sermos cidadãos.

Outra coisa importante, Senador Paulo Paim, é o povo ter as suas manifestações. Juscelino Kubitschek, inclusive a meu pedido, porque eu queria ser Vereador em Brasília, como queria ser em Governador Valadares, de onde eu vim, e minha família de repente se mudou para cá... Em Brasília, não tinha Vereadores. Eu fui Presidente da comissão estudantil pró-JK 65, e uma das coisas que eu pedi ao Presidente Juscelino foi que tivesse Vereadores. O Presidente me atendeu, fez a Lei 3.751, em que o Prefeito do Distrito Federal – não se falava em Brasília – era nomeado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Presidente da República. E teria, nessa Lei 3.751, a câmara de 20 Vereadores. Nunca teve, porque as autoridades efetivamente não deixaram, especialmente os tecnocratas que vieram para esta cidade aqui de todos os lados do país e mandavam sem ouvir o povo. Esse é o primeiro problema e parece que não é um problema nosso.

Também este homem aqui falou duas coisas muito importantes: o direito achado na rua, a primeira coisa; e a segunda coisa é a reconstrução da linguagem.

Falam em paz como se fosse uma coisa muito querida. Não! Nós não queremos paz, não; quem quer paz é quem está no poder mandando. Gandhi, que é o grande profeta da paz, não falava em paz, a tradução está errada. O que Gandhi queria era a não violência à nação, e foi assim que a ilha ficou liberta da Inglaterra.

Então, duas coisas importantes, e graças a Deus eu fiquei perto desse homem: direito achado na rua, que vai para os gabinetes e é deturpado, e a questão da reconstrução da linguagem.

A gente precisa saber efetivamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – ... o que a gente quer, efetivamente. O mau uso do dinheiro é que dá a guerra.

Vejam os senhores que o Trump, o todo-poderoso Trump, que, legitimamente – sublinhado –, se elegeu porque ele disse que ia transformar os Estados Unidos em grande novamente e, quando se transforma em grande novamente – olha a linguagem de novo –, ele quer pegar todos os países para ficar sob o domínio dos Estados Unidos; é isso que ele quer. E vejam bem, senhores: quando é que o Trump começa a perder a sua popularidade? Não foi questão da guerra, não; foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – ... a questão de estar gastando muito mais dinheiro. A população dos Estados Unidos, Senador Paulo Paim, está reclamando do Trump porque muito dinheiro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos – os Estados Unidos são conhecidos por ter muito dinheiro – está sendo gasto de uma maneira que não está beneficiando o cidadão americano.

Então, são coisas básicas, Senador Paulo Paim, que eu acho importante que nós aqui, como gente que somos... Primeiramente, precisamos lembrar que, antes de sermos autoridades, de termos esse paletó, essa gravata e essa posição, nós somos gente, e é como gente que nós precisamos, efetivamente, fazer o que foi feito aqui em Brasília, Senador Paulo Paim.

As pessoas vieram de todos os estados por chamado de Juscelino Kubitschek e chegaram aqui com as necessidades mais básicas: a começar, não tinha saúde, não tinha segurança, não tinha moradia, não tinha alimento. Para comprar qualquer alimento, tinha que ir ao Goiás, porque a Cidade Livre, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – ... foi feita, vamos dizer, para 5 mil pessoas, não comportava 50 mil que vieram para Brasília.

Então, são essas considerações que eu queria fazer, Senador Paulo Paim, como cidadão brasileiro, como gente, como pessoa que pensa e age. Minha vida é, desde 1959, dedicada a isso aqui.

Tancredo Neves disse: "Conheço cidadãos cassados, conheço grupos cassados, mas cidade cassada só conheço Brasília". Lutamos muito para que houvesse a representação política para o Distrito Federal e que nós, cidadãos de Brasília, fôssemos ouvidos, porque queriam transformar isto aqui numa grande repartição pública, em que não podia haver família, não podia haver o voto, daí a falta do voto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – ... não podia haver estudantes, daí a invasão da nossa Universidade de Brasília, e não podia haver indústrias, porque não havia operários. E nós transformamos tudo isso, porque nós fizemos uma coisa importante, que é a base de todo este trabalho que nós precisamos aqui realizar, Senador Paulo Paim: cooperação! Protagonismo! É isso que está faltando ao cidadão comum brasileiro, que, infelizmente, como aqui em Brasília, ainda é escravo. Falam que a escravidão acabou. Não! Há milhões de cidadãos que vêm de todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Distrito Federal, inclusive do Goiás e de Minas Gerais, para fazer Brasília funcionar, em ônibus carregados, todos lascados e tal. Às 5h da manhã acordam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – ... antes de virem para cá, trazendo essa energia negativa para a nossa capital...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concluindo.

O SR. WÍLON WANDER – ... e voltam às 6h da tarde para as suas casas, rezando, Senador Paulo Paim, para que, no dia seguinte, essa tortura se repita. E acontece, como já aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concluindo.

O SR. WÍLON WANDER – ... de uma empresa de transporte, de repente, por algum motivo, disse que não recebeu do GDF o dinheiro que era para ter recebido e colocou em sua garagem 852 ônibus parados, e o cidadão comum que dependia desse transporte perdeu seu emprego, ou então teve dificuldades incríveis para se manter no emprego, aqui, no chamado Plano Piloto.

Então, são essas considerações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

O SR. WÍLON WANDER – ... Senador Paulo Paim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WÍLON WANDER – Como cidadão brasileiro, que pena que o Senado Federal, que a representação política, que nós que o admiramos... Infelizmente, vai terminar o seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Aqui.

O SR. WÍLON WANDER – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Continuarei nas ruas.

O SR. WÍLON WANDER – Que bom! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Wílon Wander, Vice-Presidente da União Planetária. Ele passou uns minutinhos, mas eu acho bacana, porque ele reconstrói uma história que não é contada – que não é contada. E muitas vezes tentam apagar nossas vidas, a vida de quem veio lutando, peleando, até os cabelos brancos, como agora, de tantos que estão aqui.

Vamos em frente.

Luiza, Representante da Comunidade Bahá'í do Brasil – aqui está "baá'í", mas é Bahá'í.

A SRA. LUIZA CAVALCANTI (Para expor.) – Bom dia, excelentíssimas senhoras e senhores. Na pessoa do Senador Paulo Paim e da Luciana, representante feminina nesta mesa, cumprimento a todas as pessoas presentes nesta audiência e agradeço a oportunidade de fazer uma pequena contribuição que eu acho que ressoa com parte do que já foi apresentado aqui.

Bom, eu gostaria de partir de uma convicção central, que é essa ideia de que não há paz sem justiça, e não qualquer justiça, mas uma justiça construída de modo a promover a coesão da sociedade. Isso nos desafia a repensar não apenas como respondemos aos conflitos, mas os próprios processos pelos quais tomamos as nossas decisões, lidamos com as diferenças e construímos o bem comum.

Ao longo das reflexões que marcaram os 40 anos da publicação "A Promessa da Paz Mundial" – que foi escrita pela Casa Universal de Justiça, o órgão dirigente da Comunidade Bahá'í Internacional –, inclusive em diálogo com esta Casa no último ano, alguns caminhos concretos se destacam.

Primeiro, a necessidade de fortalecer espaços de consulta, processos coletivos de deliberação baseados na escuta genuína, na busca compartilhada de verdade e na superação de posições adversárias. Em um mundo marcado pela polarização, aprender a decidir juntas e juntos é, em si, um ato de construção da paz.

Segundo: o investimento sistemático na educação para a paz, especialmente entre crianças e jovens, promovendo capacidades como empatia, cooperação, responsabilidade social e participação construtiva na vida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E terceiro: o enfrentamento decidido das desigualdades estruturais – e eu destaco aqui as desigualdades de gênero. A igualdade entre mulheres e homens não é só um objetivo social, mas é uma condição indispensável para a paz. Sociedades que toleram a violência contra mulheres não conseguem sustentar a paz em nenhum nível.

Nesse contexto, a criação, então, dessa Frente Parlamentar pela Paz Mundial pode representar um avanço importante se contribuir nessa dupla dimensão: processos mais inclusivos de decisão, formação para a paz e promoção da igualdade. A construção da paz exige ação deliberada, contínua e coletiva, e a gente se coloca à disposição para colaborar nessa direção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luiza Cavalcanti, representante da Comunidade (*Fora do microfone.*) Bahá'í do Brasil, que inúmeras vezes esteve aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, como convidada.

Elza Miranda, Diretora da Unipaz.

A SRA. MARIA ELZA MIRANDA ATAÍDE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu sou Elza Miranda, é uma honra e uma alegria muito grande estar aqui, representando a nossa Unipaz. A Unipaz está espalhada no Brasil inteiro – nós temos unidades, inclusive, em Portugal e na França. Eu sou Diretora aqui da Unipaz DF.

Nós já estamos nessa trilha de educação para a paz há 40 anos; no próximo ano, nós completamos 40 anos trilhando o caminho da paz. Nós temos um programa de educação para a paz que foi criado por Pierre Weil, e esse programa foi reconhecido pela Unesco, nós recebemos um prêmio de educação para a paz em 2008. De lá para cá, nós estamos desenvolvendo diversas atividades nesse movimento, em que nós trabalhamos com crianças, jovens, adultos, maturidade, tanto na nossa instituição, no nosso espaço, como também em diversos espaços.

Nós vamos às escolas, universidades, instituições, para levar aquilo que nós acreditamos que é o que muda a pessoa, a nação: é educação, é um programa de educação para a paz. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste programa, nós temos três pilares: nós trabalhamos a paz com nós mesmos, nós temos que estar bem com nós mesmos; o outro pilar é com o outro, com a sociedade; e a paz na natureza, com a natureza, e a natureza começa dentro de nós, nós precisamos também cuidar deste nosso planeta.

Na nossa instituição, nós desenvolvemos esses pilares, esses programas, e nos colocamos à disposição da frente parlamentar e de todos aqui para que nós possamos seguir juntos em sintonia pela paz.

Gratidão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns, Elza Miranda, Diretora da Unipaz, que fala do trabalho feito no Brasil e no exterior também. Parabéns. A paz tem que ser mundial. Meus cumprimentos.

Eu queria só registrar a presença aqui da esposa do Ulisses Riedel, que me recebeu na residência deles lá em... Como é o nome?

O SR. ULISSES RIEDEL (*Fora do microfone.*) – Vanda Beatriz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lá em?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Alto Paraíso. Foi um momento magnífico para mim, de reflexão. (*Palmas.*)

Vanda Beatriz Riedel de Resende. Está aqui também, da União Planetária, a esposa do Ulisses.

Agora eu chamo o Ousmane Mbaye. É com você. Identifique-se... Aqui eu leio como está escrito, viu? Exatamente como está escrito, mas você pode se identificar aí, como todos fizeram.

O SR. OUSMANE MBAYE (Para expor.) – Bom dia para todas e todos. Eu me chamo Ousmane Mbaye. Tenho origem senegalesa, sou presidente da associação das comunidades senegalesas de imigrantes. Estou aqui também me identificando como muçulmano, vivendo no Brasil há 14 anos. Sou naturalizado como brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este encontro... Primeiramente, quero agradecer às autoridades que pensaram em fazer esse encontro, uma gratidão por vocês. Gostaria muito que vocês mantivessem a busca desse sentido, conforme o que o muçulmano faz no cumprimento: *assalamualaikum warahmatullah*, que significa "a paz do Senhor". Então, já está com a gente, nós vivemos sobre isso.

Autoridade é uma carga muito pesada, é uma carga de responsabilidade. Sabe o que é, antes de você tomar... Você vai pensar várias vezes, porque o mundo está ouvindo vocês, o cidadão que votou por vocês está esperando o retorno de vocês. E o nível do que está acontecendo no mundo... Tem muita gente que tem opinião para falar e não tem coragem de falar. Nessa parte eu vou parabenizar o Governo brasileiro, Lula da Silva, a forma como ele está se manifestando para mim não é uma vergonha. Ele é corajoso, sabe muito bem o que ele está falando. E o mundo todo está de olho no Brasil. Então, acho que o Brasil tem uma ferramenta altíssima para mudar o que está acontecendo no mundo, porque onde tem conflito é onde falta conversa, é onde falta diálogo.

E quem não tem um irmão que está passando o que você está vendo na televisão? A gente está falando do assunto de Irã porque é o último momento que nós estamos vivendo, mas a África... Ninguém fala mais; está tampado. E os mortos estão crescendo. E, quando a gente está falando dos mortos, acho que tem que falar sobre mortes de jovens, mas cada óbito é uma vida que nós estamos perdendo, seja de idade, seja criança, seja mulher ou homem. A morte não tem outra palavra; é uma que não volta mais. E cada pessoa que nós perdemos é uma perda, porque essa pessoa poderia crescer e mudar muita coisa.

Então, convidar o mundo para a gente viver em paz é uma necessidade, é algo que faz bem para a gente, para viver.

Então parabéns por este encontro.

Eu pedi também para todo mundo orar, porque o que está se passando no mundo é doloroso, é triste. E cada um de nós, se você está levantando, tomando um café, engolindo, aí você está vendo na televisão, carregando centenas de pessoas, milhares de pessoas, sem grana, e você vê essa forma como está passando e você está cochilando bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o que está acontecendo no Irã, todo mundo tem que torcer para parar, para acabar, porque começou, mas ninguém sabe onde que para. (*Palmas.*)

Então todos nós estamos juntos para lutar pela paz.

Obrigado por nos ter recebido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, querido Ousmane Mbaye, que fez uma fala direta, simples e verdadeira. Por isso que as palmas vieram antes e vêm depois. (*Palmas.*)

Elianildo Nascimento, URI.

O SR. ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a todos, todas, todes.

Primeiro, quero parabenizar esta Casa por esta iniciativa.

Eu queria trazer aqui umas questões mais concretas e, efetivamente, a partir do contexto e das possibilidades e também dificuldades para trabalhar, no âmbito das Casas Legislativas aqui no Brasil, a temática da paz.

Eu quero me ater a duas questões: um papel que essa frente pode fazer no campo internacional, talvez dialogando com outros Parlamentos, no sentido de trabalhar essa ideia, de discutir a temática da paz em todos os seus contextos, e também no campo nacional, a partir, eventualmente, de iniciativas e projetos de lei que, eventualmente, possam dialogar nas diversas áreas, cultura, educação, direitos etc., com a temática da paz.

No campo internacional, nós estamos vivendo um momento de extrema gravidade. Nós vivemos uma falência das Nações Unidas.

Há uma falência moral da humanidade, na medida em que estamos à mercê de ações e de figuras que são criminosos de lesa-humanidade, as figuras do Trump e do Netanyahu, o genocídio em Gaza, que parece passar desapercebido por parte de muitos governos.

Evidentemente, tem havido, nas Nações Unidas, um rechaço por parte de inúmeros países, no que tange a esses crimes de lesa-humanidade, entretanto, o poder de veto na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança das Nações Unidas, advindo do pós-guerra, pós-Segunda Guerra, cria essas impossibilidades de construções reais de uma atuação.

Mas vemos, num conjunto da própria humanidade, essa... Mais parece que normalizou o que está acontecendo.

E, agora, há um agravamento: nós vivemos uma situação que... A última vez em que estivemos tão próximos a uma guerra nuclear, uma guerra que envolva todos os países, foi em 1962, com a crise dos mísseis, e isso agora vem à tona, nessa semana inclusive, com a fala do Trump dizendo que vai deixar o Irã na idade da pedra, nessas próximas quatro semanas. Então, nós não... Como o querido Mbaye mencionou, nós sabemos como começa, mas não sabemos como poderá terminar.

Então, nesse contexto, entendo que o reforço desta Comissão, não só as posições da diplomacia brasileira com relação aos temas, é imprescindível para mensurar.

E, também, evitar aqui... Inclusive, tem projetos aqui no Congresso Nacional nos quais, por exemplo, querem trazer como crime de antissionismo – desculpem: antissemitismo –, a crítica ao sionismo, ao Governo sionista de Israel e aos crimes que tem efetivamente feito.

No campo legislativo nacional, creio que esta Comissão – essa frente, aliás – poderá atuar. Nós temos os projetos que tratam sobre a questão do discurso de ódio nas esferas... A regulação efetiva da internet, que é uma briga...

Hoje, como bem a Paula mencionou, a internet é terra de ninguém, e essa briga com relação a, efetivamente, penalizar os crimes que lá são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO – ... é algo que, efetivamente, pode ser trabalhado aqui.

E, para concluir, entre outros tantos temas, nós não podemos aceitar – efetivamente, nós estamos no início de um processo eleitoral – que os representantes da extrema-direita ou mesmo da direita, que advogam... Já estão falando em atacar salário mínimo, atacar aposentadorias, atacar BPC, entregar nossas riquezas. Então, você não pode ter paz se a justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social, se os direitos humanos não são cumpridos ou não há um compromisso real por essas questões.

Lamentamos muito a sua saída aqui. Já faz muita falta, inclusive, na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, querido Paim.

Um grande abraço, muito obrigado a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Abraço. Abraço, Elianildo Nascimento, da URI.

Aqui me disseram que URI significa "iniciativa das religiões unidas". Correto? (*Pausa.*)

Muito bem.

Mostrou, na sua fala, uma fala que aglutina, que aproxima.

Meus parabéns pela fala.

Pai Anisio de Oxossi, Federação Uirapuru.

O SR. PAI ANISIO DE OXOSSI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Sou Pai Anisio de Oxossi. Não sei se sou o mais novo, aqui presente hoje, interessado nesse assunto de suma importância.

Quero parabenizar o Senador e a mesa composta, parabenizar a fala potente da única mulher que compôs a mesa no dia de hoje.

Eu compactuo com boa parte de tudo que foi compartilhado pelos colegas aqui presentes, mas, ao mesmo tempo, eu trago aqui muitas reflexões para nós passarmos digerindo.

Nós somos bombardeados, e hoje foi muito falado sobre as grandes guerras, que são as que estão na mídia. A gente fala de Ucrânia, a gente fala de Gaza, a gente fala do Irã, mas nós enfrentamos muitas outras espalhadas pelo país que causam muitas mortes.

Assim como o nosso colega que veio do Senegal trouxe, nós temos diversos conflitos armados, diversas guerras civis acontecendo em n países espalhados pelo mundo, e poucas vezes isso é citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a interferência de um Presidente de uma nação tão grande, que é meio problemático, onde há interesse de intervir e de, de uma forma, se legitimar ou se dar causa a realizar as grandes atrocidades que vêm se realizando, mas, onde realmente deveriam ter intervenções mundiais em busca da paz, a gente não vê grandes movimentos. A gente vê, na verdade, iniciativas para conquistar territórios, conquistar minerais, espaço político e fama.

Também me preocupam, apesar da importância de uma ação como a está acontecendo hoje, os caminhos que nosso país também trilha de forma interna.

Nós falamos aqui hoje sobre a mulher, mas os dados dos feminicídios só têm subido. A gente fala sobre a paz mundial, a gente fala...

Hoje teve uma fala sobre acolhimento aos imigrantes e acolhimento aos refugiados, mas nós temos que nos lembrar de que o nosso país é um dos mais xenofóbicos que tem com o nosso próprio povo, no sul do país, no sudeste do país, quando nós temos a expulsão dos nordestinos. Os nortistas são vistos como pessoas marginalizadas. E, no final das contas, as nossas falas se tornam até hipócritas: falar que nós temos que acolher o de fora, mas, internamente, nós não temos esse discurso verdadeiramente citado. É um país que é extremamente discriminatório e racista.

Quando a gente se reúne aqui para poder tratar sobre a paz mundial, a gente se esquece completamente de tudo o que é passado pelos mais fracos no nosso próprio país.

Nós temos guerras civis internas não declaradas, nós temos guerras enfrentadas todos os dias que não são citadas. E, muitas vezes, a gente se reúne, fala, fala, fala, mas não sai com objetivos estruturados e específicos.

A gente fala aqui sobre a educação. Foi falado sobre a importância de matérias educativas, não somente em universidades, mas – eu acho importante – em todos os âmbitos da educação formativa.

Nós temos hoje um PL, na Câmara dos Deputados, que pode tratar sobre a extinção ou a falta de obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e indígena, porque é muito cômodo que o meu povo, o povo da maioria aqui, na verdade o povo de todos... É muito fácil a gente esconder e abafar tudo o que foi feito e o maior crime cometido contra a humanidade, que foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escravidão, que foi, sim, propagada por motivos religiosos: o assassinato, justificar a escravidão, a exploração e o comércio de nosso povo. (*Palmas.*)

Quero agradecer a oportunidade de falar um pouco com vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAI ANISIO DE OXOSSI – ... e espero que todos reflitam sobre nossas questões internas antes mesmo de pensar do lado de fora.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi Pai Anisio de Oxossi, da Federação Uirapuru, que lembrou os problemas também do Brasil.

Isso em nada vai vetar nós olharmos para fora do Brasil.

Mas você falou bem. Disse: "Olha, temos que olhar aqui para dentro também".

E não vamos deixar de olhar para fora, porque eu sempre digo que direitos humanos não têm fronteira. Direitos humanos não têm fronteira. Em qualquer parte do mundo, nós temos que combater.

E você lembrou, e você disse, nas tuas palavras, "principalmente aqui".

Valeu a tua fala, um complemento importante.

Agora, Nair Bicalho, Professor...

Professora.

Eu leio o que está escrito aqui. (*Risos.*)

Não digam que fui eu. Está aqui.

A SRA. NAIR BICALHO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Agradeço aqui esse convite para participar desta primeira audiência da Frente Parlamentar pela Paz Mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu parabenizo os Senadores que deliberaram pela formação dessa frente muito importante para que o Brasil siga a sua missão no mundo: a paz.

Eu falo em nome do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos, que é o primeiro núcleo das universidades brasileiras, criado em 1986, e nós nos dedicamos, desde 1986, à formação para os direitos humanos e para a paz. (*Palmas.*)

Eu falo também em nome da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, que foi formada em 1995 com este propósito de ser uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos e voltada para a defesa da democracia, dos direitos humanos e de uma sociedade justa, igualitária e pacífica.

Então, eu gostaria de enfatizar a importância da educação para os direitos humanos e da educação para a paz, porque essas são propostas que vão construir os chamados sujeitos de direitos, ou seja, os cidadãos da nossa República. Essa também é uma proposta de uma nova ética de solidariedade para combater as desigualdades sociais, as opressões, as exclusões e todas as formas de injustiça e violência.

A educação em direitos humanos e a educação para a paz também fazem a formação em valores da justiça social, da igualdade, da liberdade, da participação, da cooperação e do respeito à diversidade.

A educação em direitos humanos e para a paz é um processo contínuo e permanente para uma educação que vise à cidadania democrática e uma educação para o desarmamento.

Somos um país cuja única guerra que consideramos válida é a guerra contra a fome. (*Palmas.*)

E eu concluo, dizendo que a paz é um direito humano síntese: só vai ser conquistado a partir do momento em que todos os direitos humanos forem conquistados em nível econômico, social, político, civil, ambiental. E ela se expressa a partir da subjetividade de cada pessoa que vive a paz dentro de si e irradia essa paz para todos os modos de viver, como dizem os nossos povos originários, o *buen vivir*, que é uma forma de irradiar a paz na convivência com os outros, com a sociedade, com o mundo e com a natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Profa. Nair Bicalho, professora que fez uma fala que eu sintetizo: nossa obrigação é defender as políticas humanitárias sempre, todas elas. Políticas humanitárias são o nosso farol principal. Aí entra educação ambiental, saúde e habitação, combate aos preconceitos, racismo, respeito à comunidade LGBT, à criança, ao idoso, ao deficiente... Enfim, se eu tivesse que falar, daria aqui umas duas horas em torno das políticas humanitárias, que é ao que a senhora se referiu. Por isso, nossos cumprimentos pela sua fala.

Esse é um momento ainda não de encerramento. Como é de praxe, a assessoria reúne uma série de perguntas, que eu vou ler aqui rapidamente, já está na mão dos painelistas presentes aqui na mesa.

Perguntas.

Paulo, do Mato Grosso: "Como a audiência pública pode contribuir para soluções pacíficas e qual será o impacto da Frente Parlamentar pela Paz Mundial?"

Cada um de vocês escolhe uma pergunta.

Renata, do DF: "Como será garantida a participação de povos indígenas e minorias nas iniciativas de paz?"

Raissa, do Mato Grosso: "O PRS 45/2025 foca em crianças e mulheres, mas quais mecanismos práticos de assistência humanitária direta essa Frente poderá propor?"

Ainda a Renata, do DF: "A paz exige ações práticas, não apenas a criação de estruturas institucionais."

Jobson, de Santa Catarina: "A cultura de paz deve fazer parte de projetos na educação, nos projetos sociais para conscientização do respeito as diferenças."

Claudia, do Sergipe: "Paz mundial é um ideal. Enquanto o tráfico de drogas e o crime organizado estiverem infiltrados nos estados, é impossível alcançar a paz no Brasil e no mundo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Stefany, do Pará: "De que forma a Frente usará a educação e o intercâmbio cultural como ferramentas estratégicas na mediação de conflitos globais?"

Raissa, do Mato Grosso: "Criar uma Frente no Congresso é suficiente para pacificar conflitos ou corremos o risco de gerar apenas retórica sem eficácia diplomática?"

Samira, do Mato Grosso: "Se a política existe para organizar a sociedade, por que ainda falha em escolher a paz em vez da guerra?"

Por fim, Wanderson, do Acre: "O debate civilizado é o único meio de resolução de conflitos."

Helio, de São Paulo: "A paz tem a ver com a distribuição de renda e democracia, entre outros aspectos, e existe quando há criação de direitos."

Todos os senhores escolheram alguma pergunta? Aqui tem perguntas e comentários, né?

Agora eu vou começar a leitura deixando Ulisses para o encerramento.

Pablo Mattos, Oficial de Relações Governamentais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Cinco minutos para as considerações finais e escolher, se assim entender, uma das perguntas.

O SR. PABLO MATTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Eu vou ser mais breve que isso. Eu gostaria de agradecer muito a presença de todos aqui nesta sala. É muito revigorante, Senador, a gente em plena segunda-feira ver a sala tão cheia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lotada.

O SR. PABLO MATTOS – ... e com tanto entusiasmo.

Então, agradeço muito, colegas. Isso nos dá muita força para seguir trabalhando. O trabalho do Acnur muitas vezes é paradoxal. Nós trabalhamos para que as pessoas não precisem mais fugir em busca do refúgio. Infelizmente, isso é uma realidade ainda muito distante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem dado, sim, passos importantes nesse sentido. A gente falou aqui de ações concretas, e aqui eu me refiro ao comentário da Renata de que a paz precisa, sim, de ações concretas.

É verdade, e nós citamos aqui algumas iniciativas do Estado brasileiro: a Operação Acolhida, que é uma operação humanitária para refugiados venezuelanos; a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, o programa para afegãos. São exemplos concretos de como a paz pode, sim, se construir.

E – quem sabe? – se outros países adotarem uma postura semelhante à do Brasil, Senador, em dez anos, Maria Paula, a gente vai estar aqui falando que o Acnur não é mais preciso, que a Comissão para a Paz não é mais necessária porque atingimos nossos objetivos...

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PABLO MATTOS – Então, obrigado, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Pablo.

Agora eu vou direto. Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LEONARDO ABRANTES DE SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu fiquei muito tocado por várias intervenções aqui hoje, que foram muito interessantes, por vários aspectos, vários ângulos, e, vendo aqui as perguntas que nós recebemos pelo e-Cidadania, me chamou a atenção a da Raíssa, do Mato Grosso, que pergunta justamente qual seria a finalidade, a eficácia diplomática, inclusive, da frente parlamentar, e a da Samira, do Mato Grosso do Sul, que pergunta: "Se a política existe para organizar a sociedade, por que ainda falha em escolher a paz em vez da guerra?".

Isso eu acho que é um debate que a gente tem feito muito no Governo, iluminado por uma insistência do Presidente Lula de que a gente precisa falar da paz. E, quando você vai para o cenário internacional, isso choca a gente, porque, nos grandes centros de poder, o que se fala hoje é da guerra. É quase essa visão da inevitabilidade da guerra, como se não houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolha, e foi exatamente o que a humanidade fez cerca de cem anos atrás, que foi o que ocasionou a Primeira Guerra Mundial.

Então, a criação da frente parlamentar e esses esforços todos que o Brasil tem implementado eu acho que vão no sentido de falar da paz. E isso, pegando aqui emprestada a brilhante fala do Prof. José Geraldo, é um ato transformador, eu diria quase revolucionário. Hoje em dia, falar da paz é revolucionário, e eu acho que esta frente parlamentar consegue plantar essa semente, o debate pela paz, mudar o disco: parar de falar da guerra e falar da paz.

Eu acho que isso é um processo que tem um impacto, sim, internacional, tem um impacto diplomático, mas, sobretudo, aqui pegando também emprestada a fala muito interessante, tocante do Pai Anísio de Oxóssi, eu acho que é um processo também interno. Falar da paz é promover a paz internacionalmente, mas também promover a paz no Brasil.

Então, acho que são todas as iniciativas muito felizes, muito oportunas de mudar o disco, de passar a falar da paz em vez da guerra.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Conselheiro Leonardo Abrantes de Sousa.

Eu pergunto se o Marcelo ainda está na tela ou não, para as considerações finais. (*Pausa.*)

Então, vamos de imediato para Amael Notini Moreira Bahia, Consultor Legislativo do Senado Federal, que está aqui ao meu lado. (*Risos.*)

Isso é mania de olhar para a frente e não olhar para os lados.

Vai lá, Amael.

O SR. AMAEL NOTINI MOREIRA BAHIA (Para expor.) – Agradeço novamente pela palavra.

Realmente, é muito rico participar de uma audiência pública, ouvir os colegas, porque a gente percebe todas as dimensões da complexidade da questão que é a paz. Eu não acho que é uma questão de absolutos. Não tem como a gente enfrentar uma coisa antes de enfrentar a outra. A gente precisa enfrentar tudo ao mesmo tempo: é a desigualdade social, é o combate à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação, é também essa noção de igualdade com o outro, tanto no âmbito interno, quanto no externo.

Aí vem a perplexidade da Samira, do Mato Grosso do Sul, que fala que, se a gente tem a política para organizar a sociedade, por que a gente tem a guerra? Porque a guerra não parece uma coisa muito racional, né? Na verdade, o nosso objetivo primeiro, como eu já dizia na minha fala, do Direito, da organização da sociedade, é promover a paz. Mas aí vem a curiosidade – e eu trago a fala do Leonardo – de que o que se fala hoje de guerra é por conta dessa dimensão reacionária do ser humano. Se uma pessoa se arma, o primeiro instinto do outro é tentar se defender, é se armar, o que gera um movimento em cascata, e a política começa a operar em favor da guerra. Então, é um desafio, sim – não é uma obviedade –, falar de paz e é um ato de resistência continuar a dialogar, mesmo quando tem outras pessoas querendo apontar armas e colocar ameaças que poderiam levar a uma escalada sem precedentes de algum tipo de conflito nacional, regional ou mesmo de escala global.

Muito obrigado e estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado, Amael Notini Moreira Bahia.

De imediato, Luciana Peres, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. LUCIANA PERES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Chegar aqui mais pertinho. Pronto. (*Risos.*)

Eu fiquei bastante tocada, como os meus colegas aqui da mesa, em relação não só ao chamamento desta audiência para tratar de um tema tão premente, e também tão aparentemente etéreo, mas também para tratar disso de uma forma como um chamado mesmo, um chamado de solidariedade universal, que é isso do que a gente está tratando aqui hoje: tratar, por que não, a guerra e, sim, a paz? Não deixa de ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda palavra do Prof. José Geraldo, da Maria Paula, da Profa. Nair Bicalho, do nosso colega senegalês Ousmane Mbaye é esse chamado de uma responsabilidade coletiva. Na arena internacional não é diferente, e o Brasil tem se posicionado.

Eu falo aqui também com a minha carga humanista. Também estudei na Universidade de Brasília, com o Prof. Cançado Trindade, que tem uma carga humanista muito grande, para aqueles que trabalham e estudam com ele, mas também trabalho, desde 2013, atuando no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com esse olhar para a população que mais sofre com a guerra: mulheres, crianças, idosos, população migrante, que não são minorias, mas são a população que mais sofre com a guerra e com decisões e escolhas dos grandes governantes.

Quando eu digo que a paz é construída, mas a guerra também, são escolhas, são decisões. E quando eu trago aqui e pergunto "qual é o projeto de humanidade que queremos sustentar?", e convido todos e todas para participar desse projeto de humanidade, quero dizer cada um, dentro da sua instituição, na sociedade civil, trabalhando em ações práticas, pontuais. E, aqui, eu trago um pouco da Renata, do Distrito Federal: "a paz exige ações práticas"; ou também da Raíssa, do Mato Grosso, que pergunta se é suficiente a frente parlamentar ou tem o risco apenas de retórica – que é o trabalho no cotidiano de buscar a solidariedade universal. É essa ideia universal, que o Prof. Cançado Trindade chamava de consciência jurídica universal, que assola a humanidade como um todo, e ninguém pode ficar inerte, nenhum país, nenhuma pessoa dentro do seu âmbito de trabalho ou do seu âmbito de atuação.

E aí, eu coloco isso até porque, quando você está fazendo estudos de prevenção de genocídio, estudos de prevenção a atrocidades massivas, crimes contra a humanidade, você estuda como foi feito, por exemplo, no nazismo, a construção da desumanização do outro. O outro é menor que você. É a questão da alteridade.

Quando a gente fala de democracia, a defesa do multilateralismo – o Brasil tem sido vocal em todos os espaços em que temos tido oportunidade de estar na diplomacia brasileira, mas também com diferentes autoridades, como a Ministra Macaé, por diversas vezes, no Conselho de Direitos Humanos, foi muito vocal em relação à defesa do multilateralismo – é a defesa dos valores democráticos, é a defesa da justiça social, é a defesa do combate a todas as formas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação e intolerância. Não tem como a gente avançar em um debate, uma educação e cultura pela paz, como Dra. Nair tem colocado, sem falar de justiça social, sem falar de fortalecimento das instituições democráticas. E isso é muito importante. Em um debate atual... A história é cíclica, vão se cumprindo os ciclos e é importante... Por exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos esteve aqui há duas semanas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PERES – ... fazendo sessão em Brasília, no STF, cujo tema principal, solicitado pela Guatemala, era se a democracia pode ser considerada um direito humano autônomo ou é um princípio. Isso tem tudo a ver com o que a gente está discutindo aqui na educação pela paz e na propagação e tentativa de uma solidariedade universal.

Quando nós fazemos o programa Aqui é Brasil, no Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, nós estamos dando um recado de uma resposta humanitária e humanizada para os deportados dos Estados Unidos no Brasil. Quando o México faz isso no *México te abraza*, também faz isso. São vários países que têm sido vocais. A gente tem a Colômbia, que acabou de fazer um trabalho em relação à Celac com os países africanos, de junção dos países latino-americanos, caribenhos e países africanos. Então, a gente tem o nosso amigo também, acho que é o...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PERES – Vou finalizar.

Quando a gente coloca, por exemplo, uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas, passa uma resolução colocando que o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas é o maior crime contra a humanidade já existido, que perpassa mais de 138 milhões de pessoas; quando a gente passa uma resolução no Conselho de Direitos Humanos sobre os direitos humanos da população em situação de rua...

Todos esses são debates e questões que o Ministério dos Direitos Humanos tem trazido à mesa, não só no âmbito interno como internacional, mas que trazem, em si, o nosso projeto de humanidade e aquilo que cada um e cada uma pode fazer dentro do seu espectro de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, por isso, eu acho que essa frente parlamentar e este debate, esta mesa e esta audiência aqui é um convite a todos e todas a pensar na responsabilidade coletiva que temos pela paz, pela educação pela paz e pela educação das próximas gerações em relação à paz.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luciana Peres! Parabéns, mais uma vez, pela fala.

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – Com licença, Senador: V. Exa. me permite fazer um convite bem rápido para todos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Claro que pode; eu só fiz um charme aqui. (*Risos.*)

A SRA. MARIA PAULA FIDALGO – É um convite rápido. Eu declaro a paz!

Quero convidar todos comigo, cada um, a dizer: "Eu declaro a paz!".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu declaro a paz!

O.k. (*Palmas.*)

Nós combinamos aqui de encerrar e deixar para o Ulisses encerrar. Depois da fala dele, eu dou por encerrada.

Esta Comissão cumpriu a sua obrigação na reunião de hoje, mas, antes disso, eu dizia a ele que eu tenho que dar pequenos informes, porque o Flávio Arns pediu que eu fosse tocando as coisas aqui dentro, porque ele estava com um probleminha de doença, mas logo vai estar de volta aí.

Então, eu quero passar aqui os encaminhamentos, além dessa audiência que eu combinei com você, alguns informes rápidos, mas que são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a honra de convidar os Senadores e Senadoras para integrar a Frente Parlamentar pela Paz Mundial. Pretendemos – se tiver algum problema, a gente muda –, já na próxima quinta-feira, 9 de abril, realizarmos uma reunião de trabalho com os integrantes da frente, para tratarmos do estatuto.

Então, àqueles que se inscreverem, nós vamos tratar do estatuto.

No dia 7 de maio, pretendemos realizar a instalação, a eleição e a aprovação do estatuto: quem vai ser o Presidente, quem vai ser o Secretário-Geral, quem vai ser o Vice.

No Secretário-Geral ninguém pode votar, porque teve um cara que disse: "Eu vou ser o Secretário-Geral!", e no estatuto diz que ex-Parlamentar poderá fazer parte.

O Secretário-Geral já está votado e aqui, ó. (*Palmas.*)

Foi o cargo que ele pediu, e já chegamos ao entendimento, então vai haver acordo final.

Então, dia 7 de maio, pretendemos realizar a instalação, a eleição e a aprovação do estatuto.

A frente é uma iniciativa suprapartidária, dedicada a promover o diálogo, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação internacional, no âmbito do Poder Legislativo – e também, naturalmente, nacional –, nos termos da Resolução nº 2, de 2026, do Senado Federal.

Ainda temos a honra de convidar os Senadores e Senadoras para integrar a Frente Parlamentar pela Paz Mundial, uma iniciativa suprapartidária dedicada a promover o diálogo, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação internacional, no âmbito do Poder Legislativo – é tudo orientação da Comissão, alguma coisa repetida, mas faz parte do jogo –, nos termos da Resolução nº 2, de 2026, do Senado Federal.

Agora vem o importante, que eu não tinha dito ainda: para tal, o termo de adesão deve ser enviado pelo Sedol ao Núcleo de Premiações, Frentes e Grupos Parlamentares (NPFG).

Informações adicionais estão no *site* do Senado Federal, aba Conselhos, FPPaz (Frente Parlamentar pela Paz).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualquer dúvida ainda, entre em contato, neste momento, com o gabinete do Senador Paulo Paim. É um cara que disse que está indo embora, mas está indo embora em janeiro, viu? Não é agora; até lá, eu estou ajudando! Assessoria Legislativa, Ramal 5232.

Cumpridos todos os objetivos, a minha parte agora é fazer o encerramento.

Vou fazer o encerramento.

Não... Ele achou isto: "Pô, não vai me dar a palavra?".

Então, antes de eu só falar do encerramento – não é discurso mais, é só encerrar –, com muito orgulho, com muita satisfação, passo a palavra para esse cidadão, sobre quem me orgulha muito poder dizer que sou seu amigo para sempre, amigos para sempre.

Pode... (*Palmas.*)

... contar: amigo do povo brasileiro, amigo da humanidade, Ulisses Riedel, para fazer a fala de encerramento.

O SR. ULISSES RIEDEL (Para expor.) – Eu devo dizer que eu estou emocionado, porque sinto que é um momento importante que nós estamos vivendo.

Primeiramente, a honra de estar há 40 anos junto com Paulo Paim, trabalhando em diversas frentes, trabalhando no Diap, trabalhando na Constituinte, trabalhando pelo bem geral da sociedade... É uma honra muito grande.

Mas eu tenho uma coisa importante para dizer aqui hoje.

Bom, primeiro, eu apreciei muito todas as falas. Agora, eu quero fazer um destaque especial para a fala da Maria Paula.

Há um ponto essencial no nosso trabalho: estamos começando mais do que uma frente – você a chamou de uma caminhada –; estamos começando uma caminhada.

É importantíssimo, é quase que definitivo a gente acreditar no êxito, porque quem pensa em perder perdido está. Quem não acredita não vai somar. É preciso a gente acreditar na nossa força pessoal, na força do grupo, na de todos os que estão conosco e no poder do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande dificuldade do trabalho nosso é que, apesar de nós sermos muito amantes da paz, pessoalmente nós somos muito frágeis. E, mesmo como instituições, nós não temos o poder para mexer realmente com a esfera mental de cuidar da paz, como o Presidente Lula tem falado, de colocar a paz em pauta.

Não vamos discutir guerra; guerra é coisa fora de raciocínio, é insano, é coisa doentia, é coisa doentia. Vamos discutir, vamos dialogar, vamos tratar, colocar na pauta a paz.

Eu vejo o seguinte, eu imagino: assim como aquela cena de passarinhos de boquinha aberta pedindo comidinha, muitas pessoas e muitas instituições pedindo ao mundo: "Nós queremos alguém que trabalhe pela paz, nós precisamos".

Eu vejo aqui inúmeras entidades: ali tem a Sociedade Teosófica, aqui nós temos a Universidade de Brasília, com vários professores... Eu vejo ali Celina Roitman, esposa de Isaac Roitman, que sempre foi um trabalhador pela paz. (*Palmas.*)

Eu vejo aqui a Unipaz. Eu vejo aqui o Sai Baba. Eu vejo a Fé Bahá'í. Eu vejo aqui a Universidade lá do Rio Grande do Sul. Eu vejo tanta gente aqui...

Isso, sem falar no nosso irmão de Senegal e do Pai Anisio de Oxossi, que traz uma mensagem profunda, profunda, porque tudo é uma coisa só: a mesma falta de humanidade que existe internamente no país é a que existe fora, no mundo.

Na verdade, o mundo precisa de virtudes, precisa de dignidade. Não é virtude vista como uma coisa etérea. Não! É dignidade humana, é a dignidade humana que está em jogo. Nós, raça humana, estamos sendo testados na nossa dignidade. Nós temos que mostrar que podemos fazer isso, e acho que, a partir do momento que nós temos efetivamente...

E eu acredito muito nisso: o Senado Federal, para não ficar apenas com conversa, isso e aquilo – não! –, com uma atuação forte, de mexer na mentalidade do povo, com encontros, com produções de programas, com seminários, com publicações, com movimentação, muitas audiências, chamando governadores, chamando autoridades, chamando embaixadores, colocando para a mídia discutir isso, tratar desse assunto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sinto que é inevitável – e acreditarmos! –, é inevitável nós podermos, daqui não de hoje para amanhã, porque o mundo tem o seu tempo, mas daqui para não muito tempo, não muito distante, nós podermos dizer que a humanidade, da mesma forma como acordou de todos aqueles percalços anteriores, ela acordou para como a vida é bela, como a vida é esplendorosa, como nascemos em um planeta de uma beleza incrível e como precisamos curtir a beleza da amizade, a beleza do amor, a beleza do entendimento mútuo; como precisamos contribuir, que é o objetivo da união planetária, contribuir com a edificação de um novo modelo civilizatório, virtuoso.

É isso de que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem... (*Palmas.*)

O SR. ULISSES RIEDEL – Por isso eu honro o Senado Federal pela sua atuação de criar a frente e a certeza de que dará força, intensidade a esse trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Grande Ulisses, Ulisses Riedel, 92 anos, uma história que orgulha a todos nós.

Agora eu fico para encerrar, eu tenho que encerrar. Eu teria que dizer: "Nada mais havendo a tratar...". Não vou dizer. Vou cortar no meio aqui a frase.

Eu vou ficar com a sua chamada final: todos pela paz! Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Todos pela paz! Todos pela paz! Todos pela paz! Todos pela paz! Todos pela paz!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Assim encerramos. Agradeço a todos.

Foi uma belíssima audiência pública, um orgulho para esta Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação e declaro encerrada a presente reunião.

E vamos tirar uma foto agora para a história! Todos aqui na frente!

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Bruno Bonetti, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Magno Malta, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim, Tereza Cristina e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 18ª à 20ª Reunião da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 863, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.124, de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, para tratar de habitação destinada a idosos." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2721, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a equidade na imunização de recém-nascidos prematuros no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela conversão do Projeto em Indicação ao Poder Executivo. Resultado: A Presidente designa o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela conversão do Projeto em Indicação ao Poder Executivo. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3522, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 391-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante em contratos de trabalho intermitente, temporário e por prazo determinado." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao Projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 5145, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar a inclusão de legendagem descritiva em filmes exibidos em salas de cinema." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 5810, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir às crianças e aos adolescentes o direito de receber orientação das instituições de ensino públicas e privadas sobre navegação segura em redes sociais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Bruno Bonetti. Relatório: favorável ao projeto com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 6 - Projeto de Lei nº 5306, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre o fomento a campanhas de conscientização e distribuição de material educativo para a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente de mulheres passageiras que se encontrem em situação de violência doméstica, nos serviços de transporte coletivo e de transporte remunerado privado individual de passageiros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Durante a discussão é apresentada nova emenda de redação. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH (de redação). ITEM 7 - Projeto de Lei nº 4244, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime na presença de criança ou adolescente; e altera a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para incluir causa de aumento de pena." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável ao projeto, na forma de uma emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei nº 2234, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para adequar a obrigatoriedade à educação básica à forma disposta na Constituição Federal." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Bruno Bonetti. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 9 - Plano de Trabalho - SF263272248920 que: "Avalição da política pública sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Plano de Trabalho. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 55, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos para conscientização sobre a Linfangioleiomiomatose (LAM)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª à 20ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas.

Nós temos hoje oito itens na pauta, oito matérias para deliberar, oito projetos de lei, e nós temos um plano de trabalho da avaliação da política pública, plano de trabalho da avaliação de política pública apresentado nesta Comissão, e um requerimento de minha autoria.

Vou fazer uma inversão de pauta, vou à leitura do Requerimento 55, que é o item 10 da pauta, e já vou colocá-lo em votação. Na sequência, também farei a leitura do plano de trabalho da avaliação da política pública, que já foi, por esta Comissão, selecionada, já foi aprovada qual política pública será avaliada este ano pela CDH.

Item 9 da pauta... Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos para conscientização sobre a Linfangioleiomiomatose (LAM).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Até o final da audiência pública, a gente consegue pronunciar a palavra. (*Risos.*)

Por que a audiência pública?

A LAM é uma doença que alcança predominantemente mulheres, e hoje as mulheres que têm LAM, inclusive, estão organizadas em forma de uma associação nacional e elas carinhosamente se tratam como "lamigas". Eu também me sinto uma "lamiga", eu estou ao lado dessas mulheres. São valentes, o diagnóstico é difícil de ser fechado, mas essas mulheres sofrem muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CAS já fez uma discussão sobre a doença, mas aqui nós vamos fazer uma discussão... O meu pedido de audiência pública é para a gente tratar sobre os direitos das pacientes, o direito dos pacientes, lembrando que predominantemente são mulheres.

Para a audiência pública que eu estou requerendo, eu convido a Maria Clara Castellões de Oliveira, que é Presidente da Associação dos Portadores de LAM, entidade representativa de pacientes com atuação na defesa dos direitos e apoio às pessoas acometidas pela LAM.

Convido representante do Ministério da Saúde, especialmente da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, responsável pela coordenação das políticas públicas e da rede de atenção no âmbito do SUS.

Convido também, como expositor na audiência pública, o Dr. Paulo Henrique Feitosa, médico do Centro de Tratamento da LAM de Brasília. Eu já estive com ele. É impressionante a fala dele, a exposição dele, e algumas orientações que ele dá para a gente fazer o diagnóstico na leitura de sinais, pelo menos ficar atento à leitura de sinais na busca de tratamento e fechar o diagnóstico.

Convido também Dr. Bruno Guedes Baldi, especialista em pneumologia com atuação em doenças raras e císticas pulmonares, para abordagem clínica e científica sobre o diagnóstico e tratamento da LAM, e, claro, representante da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) para tratar da avaliação e incorporação de tecnologias e medicamentos no SUS. Eu estou ousando convidar um representante da Conitec, mas não sei se eles mandarão representante.

A audiência seria feita sob o aspecto da garantia de direitos dos pacientes.

Esse é o requerimento, que eu coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, aqueles que aprovam o requerimento de audiência pública para discutir os direitos das pessoas, dos pacientes com LAM, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na nossa pauta, o item 9 é a apresentação e deliberação sobre o plano de trabalho da avaliação da política pública que foi selecionada pela Comissão para avaliação ao longo do ano. A política pública será avaliada tendo como Relatora esta Presidente. Eu estarei trabalhando a relatoria dessa avaliação. Nós fizemos a escolha dessa política no ano passado. A política avaliada pela Comissão foi o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

O relatório apresentado pela Comissão foi um relatório muito, muito bem recebido pela sociedade, porque ele apontou avanços, mas apontou também déficits na política de proteção da mulher e apontou caminhos, apontou sugestões. É para isso que a gente faz uma avaliação. Não é uma crítica atual ao Governo. A avaliação é de uma política pública, e essas políticas públicas são de Estado. E esse olhar do Legislativo avaliando uma política pública no final é, de fato, para apontar melhorias e caminhos para execução da política.

No plano de trabalho, eu apresento os eixos temáticos que nós vamos avaliar. Qual foi a política pública que esta Comissão aprovou, por meio de requerimento, que deverá ser avaliada? É o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. É exatamente o foco desta Comissão. No ano passado, a gente avaliou a questão das mulheres e avaliamos também o PNDH (Plano Nacional de Direitos Humanos). Neste ano, vamos avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Na avaliação, eu trago quais serão os eixos temáticos da avaliação. Primeiro, a gente vai avaliar o escopo normativo e institucional do plano, incluindo seus objetivos, diretrizes, eixos estratégicos, instâncias de governança e instrumentos de implementação previstos no Decreto 11.074, de 2022. Lembro que esse Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes é um decreto, de 2022, que ainda está em execução.

Nós vamos avaliar também... Qual é o outro eixo temático de que vamos fazer avaliação aqui na Comissão? Governança e coordenação intersetorial, com exame do funcionamento das instâncias previstas, da articulação entre os órgãos e entidades envolvidos nas áreas de direitos humanos, assistência social, saúde, educação, segurança pública e justiça, bem como da coordenação entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Terceiro eixo de avaliação: implementação das ações previstas, considerando o grau de execução das medidas de prevenção, proteção, atendimento e responsabilização, a distribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

territorial das ações e a adequação dos instrumentos utilizados frente às diferentes formas de violência que atingem crianças e adolescentes.

Quarto eixo: resultados e efetividade da política, com análise dos resultados alcançados na prevenção e no enfrentamento da violência, à luz de dados oficiais disponíveis, indicadores de violência, registros administrativos e informações produzidas pelos sistemas de denúncia, saúde, assistência social, segurança pública e justiça.

Quinto eixo: desafios, lacunas e boas práticas – e aí é que a gente vem com o encaminhamento do relatório no que precisa ser aperfeiçoada a política pública –, identificando entraves institucionais, operacionais ou normativos que impactem a efetividade do plano, bem como experiências e iniciativas que possam contribuir para o seu aprimoramento.

Vejam só, esses são os eixos que serão avaliados na política pública. Nós trabalharemos também o aspecto legislativo, os antecedentes das políticas públicas de enfrentamento, os avanços, o problema central, a avaliação do desenho institucional, os resultados. Então, nós já temos um roteiro para o plano de trabalho.

Nós já temos a política que vai ser avaliada, o roteiro, mas qual vai ser a metodologia usada para fazer a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes? Nós vamos trabalhar, a princípio, com audiências públicas, em que nós vamos trazer os atores envolvidos na execução da política pública, não só os atores do Governo, mas também da sociedade civil, porque há muita pactuação do Governo com a sociedade civil no desenvolvimento da política pública.

Nós traremos também instituições da sociedade civil que não estão envolvidas, mas que podem apontar melhorias ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Nós traremos para esta mesa, em audiência pública, a área de segurança pública; nós queremos conhecer os números, nós queremos conhecer a realidade lá na ponta. Por exemplo, nós vamos trazer aqui para a mesa, e vocês vão se surpreender, uma delegada... São duas delegadas, na verdade, do Amazonas: uma é a coordenadora da delegacia geral de enfrentamento à violência contra crianças, a Dra. Joyce Coelho. Quem puder depois acompanhá-la nas redes sociais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Joyce Coelho eu conheço acho que desde 2018. O que aquela mulher faz no Estado do Amazonas para enfrentar a violência contra a criança é impressionante. Eu estive algumas vezes na delegacia com a Dra. Joyce e todas as delegadas auxiliares e toda a sua equipe, e é impressionante o trabalho que a Dra. Joyce faz. A Dra. Joyce está no centro, está na capital e coordena todo o trabalho ali naquela região.

Mas a gente tem uma delegada no interior, que é uma moça aqui de Brasília, que era do Ministério Público, passou para delegada e foi lotada no interior. Nós vamos trazer essa delegada para fazer uma discussão com vocês sobre como se enfrenta a violência contra a criança no Amazonas. Ela foi responsável por prender o homem que estuprou a mulher mais jovem do mundo... A mulher mais jovem do mundo estuprada, com registro de boletim de ocorrência, está no Brasil, e aconteceu na cidade de Tapauá. Essa mulher tinha 5 dias de vida, meu Deus! Inclusive, ela estava no dia com cordão umbilical ainda. Quem é o agressor? O marido da avó, um homem de 41 anos, a avó com 39, a mãe com 15 anos, um casal muito jovem, casal apaixonado pela filhinha, e no intervalo em que a mãe foi ao postinho de saúde fazer um curativo, deixou com o marido da avó, não foram mais que 20 minutos, foi o tempo suficiente para ele estuprar a bebê de 5 dias de vida.

Aí a delegada, para chegar ao agressor e para prender, sabe como ela fez a diligência? A pé, porque na região são barcos. A delegacia não tem barco para ir na comunidade, carro não chega à comunidade. Então, ela tem que esperar uma carona de um barco da prefeitura, uma carona no barco escolar que vai levar ou trazer criança – imagina se ela vai entrar num barco escolar com criança, armada, para ir atrás de um agressor –, ou tem que pegar uma carona com um pescador para chegar na comunidade. E ela pegou uma carona, chegou na comunidade, e como andar na comunidade? A pé com uma arma na cintura. Foi assim que uma delegada prendeu um dos terríveis agressores de criança no Brasil: a pé, diligência a pé.

Como enfrentar a violência contra a criança no Brasil se as nossas forças não estão equipadas, se a gente não está investindo na área de segurança? Como enfrentar, como ter um plano nacional, sendo que a criança do DF é uma e a criança da região ribeirinha é outra? É difícil, gente. É difícil executar políticas públicas no Brasil com as diferenças regionais, territoriais e também com as questões culturais no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós teremos audiências públicas aqui em que nós vamos falar da violência, mas a gente vai conhecer as experiências que estão acontecendo e as dificuldades na ponta para proteger crianças e adolescentes. Nós temos uma metodologia que será por meio de audiência pública. Nós também trabalharemos com requerimentos de informações, solicitando dados dos órgãos responsáveis pela política. Nós vamos trabalhar também com diligência, nós vamos a um ou a outro lugar que a Comissão vai escolher, para a gente ter amostragem de lugares em que a política está dando certo e também de lugares em que a política não está dando certo, para a gente entender por que, em alguns lugares, a política de enfrentamento dá certo e, em outros, não. Então, nós vamos ter audiências públicas, requerimentos de informações, cruzamento de dados – estamos criando um BI para fazer cruzamento de dados sobre a violência contra a criança no Brasil – e, por último, nós teremos, claro, e a gente não pode deixar de ter, a elaboração de um relatório, em que nós vamos ter a participação dos gabinetes, da Consultoria do Senado, dos órgãos, e aí a gente vai ter a entrega de um relatório.

Eu tenho um cronograma. Além da metodologia, eu apresento aqui, no plano de trabalho, um cronograma. O cronograma já começa... E aí eu coloco para os senhores entenderem o cronograma e a gente aprovar ou não o cronograma:

- 03/04, que é agora: a elaboração do plano de trabalho. Foi elaborado, está sendo entregue.

- 10/04, hoje: aprovação do plano de trabalho.

- 30/04: nós vamos expedir todos os requerimentos de informações, que são inúmeros, lembrando que nós vamos mandar não só requerimentos de informações, mas ofícios e LAI. Nós vamos mandar também LAI para que os dados cheguem mais rápido.

Depois, a partir de maio, a gente começa a série de audiências públicas. E aí, no final do mês de agosto, a gente começa a sistematização de dados oficiais recebido pelos órgãos.

A gente quer, até o final de outubro, terminar o relatório, fazer a entrega do relatório, para a gente aprovar, no início de novembro, o relatório da avaliação da política pública de enfrentamento à violência contra a criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o plano de trabalho, de forma resumida, porque ele já está publicado – quem tiver dúvida, depois pode buscar lá o plano já devidamente publicado. Lido, de forma resumida, explicada a metodologia, os eixos que serão avaliados, o cronograma, eu coloco em votação o plano de trabalho da avaliação da política pública, que é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, que é um decreto que está em pleno vigor.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Nós vamos fazer também agora mais uma inversão de pauta. Eu vou fazer a leitura dos expedientes, aguardando os Senadores que vão fazer a leitura dos seus votos, dos seus projetos de lei.

Expediente nº 8B. Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes nºs 251, 260 e 261, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos, todas as denúncias, no âmbito das competências desta Comissão.

Vou destacar duas denúncias.

No Expediente nº 251, a manifestação relata suposta retaliação institucional contra estudantes da instituição federal de ensino superior, que atuaram como denunciantes de irregularidades em moradia estudantil. Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento do Ministério Público Federal, com solicitação de informações sobre as medidas adotadas e a garantia de proteção aos denunciantes, bem como a Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para registro, acompanhamento e articulação institucional.

Na denúncia do Expediente nº 261, a manifestação relata supostas violações graves de direitos humanos, envolvendo abuso sexual infantil e intrafamiliar, contra criança de cinco anos de idade, com transtorno do espectro autista, com indicação de existência de alimentos de materialidade, incluindo relatos da vítima, registros médicos e investigação em curso com deferimento judicial de produção antecipada de prova para a realização de depoimento especial. A manifestação aponta ainda possíveis falhas na prestação jurisdicional e relata suposta ocorrência de violência institucional no âmbito de órgão de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a Comissão deliberou pela adoção de medidas institucionais de proteção e acompanhamento do caso com encaminhamentos a órgãos competentes e análise técnica no âmbito desta Comissão.

Eu quero falar especificamente sobre essa denúncia. Tem sido muito comum as pessoas chegarem à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos em busca de socorro. Isso sempre aconteceu, gente – sempre aconteceu. Eu fui assessora nesta Casa e via as pessoas baterem à porta tanto da Comissão de Direitos Humanos do Senado como na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. E, quando as pessoas chegam numa Comissão de Direitos Humanos do Senado, é porque elas já bateram em todas as portas. Nesse caso específico, essa mãe veio com o seu filhinho. E aí eu quero agradecer toda a sensibilidade da Secretaria – toda a sensibilidade. Nós temos limitações institucionais, nós não podemos ultrapassar as fronteiras de nossas limitações, mas a gente pode abraçar. E a gente observou que o que essa mãe, no desespero, com o seu filhinho, uma criança com autismo, queria era mais ser ouvida, porque é possível que, nos órgãos por onde ela passou, ela não tenha tido o acolhimento que ela teve da Secretaria aqui.

Essa mãe veio de um estado bem longe daqui, não vou nem dizer a região. Ela veio, alugou um carro com o seu filhinho e a avó da criança. Veio dirigindo milhares de quilômetros, tendo na mente que era aqui que ela encontraria a resposta para o seu problema. Eu quero que vocês imaginem como é difícil para a gente frustrar uma expectativa de uma pessoa que está em desespero com o seu filho, com suspeita e já com laudos de possível comprovação de abuso sexual de uma criança com deficiência. Ela está circulando nos corredores desta Casa já há três dias.

Quero agradecer à Procuradoria da Mulher do Senado também, que a recepcionou ao nosso pedido. Nós fizemos os encaminhamentos que estão dentro de nossas atribuições, e ela entendeu as nossas limitações institucionais. Mas foi dessa forma que esta Secretaria acolheu uma denúncia que nos surpreendeu, nos tocou, nos emocionou, mas a Comissão não se omitiu.

Eu agradeço de novo à equipe que eu tenho nesta Comissão e a sensibilidade que essa equipe tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas foram as denúncias, as duas primeiras denúncias que eu li, informando os encaminhamentos, inclusive para o Poder Judiciário do estado de origem da denunciante e da possível vítima.

Nós vamos interromper a leitura dos expedientes – eu estaria lendo tão somente aguardando os nossos Senadores – e eu volto, no final, para a leitura dos demais expedientes.

Vamos para a pauta.

O Senador Paim havia pedido uma inversão de pauta, né? Faça a manifestação do pedido pelo microfone, Senador, porque eu já recebi aqui, mas eu queria ouvi-lo requerendo a inversão de pauta, e a gente já coloca para aprovação a inversão de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Querida Senadora Damares Alves, solicito a V. Exa. inversão de pauta para o item 4, projeto importantíssimo, do Senador Jorge Kajuru. Se eu não viesse aqui fazer o relatório do projeto dele – eu vou dizer aqui porque ele gosta e ele vai saber lá –, ele é boca grande, ele ia me xingar na tribuna. Então, se V. Exa. puder me assegurar a inversão de pauta, eu vou direto à análise. É um projeto simples e é uma leitura rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não, fique à vontade.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5145, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar a inclusão de legendagem descritiva em filmes exibidos em salas de cinema.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, é um projeto do Senador Kajuru, o 5.145, de 2020, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lá no Estatuto da Pessoa com Deficiência, de que tive a alegria de ter sido o autor – Mara Gabrilli, Flávio Arns e Romário foram os Relatores – para determinar a inclusão de legendagem descritiva em filmes exibidos em salas de cinema.

Vou agora à análise.

O Regimento Interno do Senado Federal determina, no inciso VI do seu art. 102-E, que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de matéria relativa à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental seu exame do Projeto de Lei nº 5.145, de 2020, nesta Comissão.

Não encontramos óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição, que inova a ordem jurídica e não colide com outras leis ou com os princípios gerais do direito.

Também estamos de acordo quanto ao mérito, que resta claro e evidente. E, ademais, contamos, para a apreciação da matéria, com o fato de que já houve experiência para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva por meio da Instrução Normativa Ancine nº 128, de 2016, que foi revogada e substituída pela Instrução Normativa nº 165, de setembro de 2022.

A instrução normativa vigente não mais prevê que os recursos de acessibilidade devem ser providos na modalidade fechada individual, como fazia a instrução normativa revogada, o que simboliza significativo avanço. Não obstante essa evolução, ainda permanece o mérito de garantir em leis as medidas de acessibilidade relacionadas a obras cinematográficas.

Além disso, entendemos que o condicionamento da exibição das legendas à solicitação da pessoa interessada, no mesmo sentido do previsto na Instrução Normativa 165, de 2022, ajusta a oferta de acessibilidade a circunstâncias específicas, de modo que, em verdade, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exibição de filmes legendados no mesmo idioma em que são falados não estigmatizará os filmes nacionais ou outras obras cinematográficas dubladas.

Portanto, ofereceremos, aqui, breve emenda para adequar a proposição às normas da técnica legislativa.

Voto.

Em face das razões trazidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.145, de 2020, Senador Kajuru, com a seguinte emenda, Sra. Presidente, só!

EMENDA Nº - CDH

.....

"Art. 1º Esta Lei determina a inclusão de legendagem descritiva em filmes exibidos em salas de cinema em todo o Brasil, inclusive os falados ou dublados em português, na forma do regulamento".

Senador Kajuru, meus parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E parabéns ao Relator também! Senador, é um passo decisivo para a inclusão. As pessoas com deficiência precisam ser incluídas no entretenimento, na área da cultura também. Então, o senhor dá aí um passo extraordinário. Parabéns pelo seu voto!

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CDH.

E cumprimento o nosso querido autor, Senador Kajuru. Ele não vai brigar com o senhor hoje, nem comigo – nem comigo! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele vai elogiar a senhora, que esperou até nós chegarmos. (*Risos*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom, que bom! Vamos dar um abraço nele mais tarde, no Plenário.

Nós agora vamos para o item 5 da pauta.

Senador Paim, a gente tem dois votos da Senadora Jussara em que ela está pedindo que os colegas ajudem, fazendo a leitura *ad hoc*. Aí eu queria que o senhor e o Bonetti vissem se um e o outro podem fazer a leitura, ou se o senhor lê os dois votos. Enquanto o senhor analisa se o senhor pode fazer, eu já passaria a palavra ao Senador Bonetti, porque do item 5 ele é o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tranquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5810, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir às crianças e aos adolescentes o direito de receber orientação das instituições de ensino públicas e privadas sobre navegação segura em redes sociais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Bruno Bonetti

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei 5.810, de 2019, que é não terminativo, altera a Lei nº 8.069, de 1990, que é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Olha, é a sua cara essa matéria, viu?

Autoria: Deputada Federal Edna Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Bruno Bonetti para a leitura do seu relatório.

O SR. BRUNO BONETTI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senadora Damares, minha professora. Demais Senadores, bom dia, assessoria.

Eu vou direto ao resumo, se a senhora me permitir, Presidente.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, de autoria da Câmara dos Deputados, que tem por meta, conforme sua ementa, "garantir às crianças e aos adolescentes o direito de receber orientação das instituições de ensino públicas e privadas sobre navegação segura em redes sociais".

Vou à análise.

Não se enxerga qualquer óbice de constitucionalidade ou de juridicidade na matéria.

A proposição atribui às instituições formadoras não apenas o dever de prevenir a pedofilia, mas também o de orientar para o melhor uso possível da navegação na internet. E isso tem aspecto bastante positivo: apontar para a boa literatura, a boa música e tantos outros campos do conhecimento e da atividade humanas que estão disponíveis na internet. Não se tratou apenas de evitar danos, mas também, e simultaneamente, de promover e de enriquecer a vida estudantil. A “navegação segura” ganhou, além de precauções, direção e sentido. As “aulas de internet” estarão, certamente, entre as principais disciplinas, que serão as mais interessantes e disputadas das escolas.

Propomos tão somente uma emenda de redação para substituir a expressão “navegação segura em” – vou voltar aqui, para deixar bem claro: “navegação segura em” – por “uso seguro de”, de modo a garantir maior precisão terminológica a esta valorosa proposição.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, com a seguinte emenda de redação.

> EMENDA – CDH (de redação)
> Substitua-se, em todas as ocorrências no Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, a expressão "navegação segura em" por "uso seguro de".

Peço aos pares que possamos aprovar esse projeto simples, de simples redação, mas com grande magnitude.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Senador Bonetti!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, se me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Eu falei do Romário, mas não falei aqui do Bonetti, né?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bonetti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, eu queria complementar o relatório do Bruno Bonetti, que o fez um relatório simples, direto, objetivo e disse tudo.

Romário, traga-o de novo, porque, senão, ele vem e fica. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Romário é amigão nosso, viu? Então, ao mesmo tempo em que eu o elogio, eu elogio você também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, o Senador Bonetti faz um bom jogo com o Senador Romário, literalmente, né? Parabéns! A gente está muito feliz com a sua presença aqui, no Senado, Senador Bonetti.

Senador Romário, pode ficar aí descansando, cuidando do seu povo um pouquinho e deixe o Bonetti mais um pouquinho aqui.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Bruno Bonetti.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – lembrando que é uma emenda de redação. Por conta da sua emenda, ele não precisa voltar para a Câmara; é só uma emenda de redação.

Parabéns, Senador Bonetti! A gente dá mais um passo na proteção da infância no Brasil.

Sobre o item nº 1, de que a Senadora Jussara é Relatora, ela está pedindo para ser retirado de pauta, porque ela quer fazer a leitura pessoalmente e participar do debate.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 863, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.124, de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, para tratar de habitação destinada a idosos.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CDR.)

Então, nós temos mais dois projetos relatados por ela.

O Senador Paim fará a leitura, *ad hoc*, do item 2 da pauta.

Senador Bonetti, fique mais um pouquinho, porque eu queria que o senhor presidisse para eu fazer a leitura do meu voto.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2721, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a equidade na imunização de recém-nascidos prematuros no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela conversão do Projeto em Indicação ao Poder Executivo.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Dispõe sobre a equidade – olhe que bonito! – na imunização de recém-nascidos prematuros no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: nossa ilustre Senadora Eudócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatora: ilustre Senadora Jussara.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Damares, o relatório é longo. Eu contei aqui uma meia dúzia de páginas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode fazer de forma resumida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... mas eu tenho aqui um resumo. Eu vou trabalhar com o resumo. É longo, porque a Senadora Jussara Lima valorizou, e muito, o projeto da Dra. Eudócia, que é uma especialista nessa área. Tenho muito carinho pela Dra. Eudócia, como também pela Senadora Jussara Lima. Então, eu vou numa síntese que diz tudo.

O projeto estabelece diretrizes para garantir a equidade na imunização de recém-nascidos prematuros no âmbito do SUS, definindo, assim, que seja considerado prematuro o nascido com menos de 37 semanas completas de gestação. Determina que o SUS assegure a oferta de vacinas e imunobiológicos especiais a todos os recém-nascidos prematuros, independentemente da idade gestacional ou do peso ao nascer, especificando a vacina hexavalente acelular, a imunização contra o vírus sincicial respiratório e outros imunobiológicos recomendados pelos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes.

Ademais, dispõe que esses imunobiológicos serão disponibilizados nas UBS e nos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais.

Por fim, fica o Poder Executivo... a ampliação da rede do Crie para garantir equidade no acesso e a realização de campanhas de conscientização sobre a importância da imunização de recém-nascidos prematuros.

A Relatora concorda com o projeto, porém, sugere que seja mais apropriada a iniciativa por meio de recomendação formal ao Poder Executivo, preservando a coerência regulatória do PNI e a capacidade de incorporação dinâmica de novas tecnologias no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A assessoria e toda a nossa equipe que acompanhou – porque esse projeto é muito interessante – vão nessa linha. E por isso, eu faço esse resumo e vou agora para o voto final.

Ante o exposto, o voto é pela conversão em indicação do Projeto de Lei nº 2.721, de 2025, nos seguintes termos:

> INDICAÇÃO Nº , DE 2025
> Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, com fundamento no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a regulamentação de ações para ampliar a divulgação do calendário de vacinação de recém-nascidos prematuros no Sistema Único de Saúde (SUS) – incluindo as recém incorporadas vacinas e anticorpos monoclonais contra o vírus sincicial respiratório –; estender a indicação da vacina hexavalente acelular a todos os recém-nascidos prematuros; expandir a rede de Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais e reforçar a oferta de imunobiológicos nas Unidades Básicas de Saúde.

É esse o relatório da Senadora Jussara Lima.

Eu fui ao voto final e fiz as considerações mediante as informações resumidas da assessoria que contribuiu para esse relatório. Então, não mudei nada. Quanto ao que eu li aqui, tudo está contemplado no relatório da Senadora Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela conversão do projeto em uma indicação ao Poder Executivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 1 da pauta já foi retirado, o 2 já foi analisado, 4 e 5.

Nós vamos ao item 3 da pauta. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3522, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 391-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante em contratos de trabalho intermitente, temporário e por prazo determinado.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Autoria: ilustre Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Jussara.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, este é um relatório muito bem-feito, mais uma vez, pela Senadora Jussara Lima.

Meus cumprimentos ao Senador Confúcio Moura, que abre todo dia, ele e o Francisco, a sessão do Plenário, para que a gente possa falar naquele horário das 2h. Fica aqui o meu elogio a ambos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, eu vou dizer à análise. Esse é bem breve, os argumentos são sólidos, mas muito bem escritos e muito concisos.

Análise.

Os incisos IV, V e VI do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal preveem a competência deste colegiado para opinar sobre direitos da mulher e sobre proteção à família e à infância.

Necessário sublinhar que a estabilidade da trabalhadora gestante e o pagamento do salário-maternidade protege a mãe, a criança e a família. Esse entendimento tem o respaldo do Supremo Tribunal Federal que, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.9381, decidiu que esses direitos são irrenunciáveis e inafastáveis, ainda que haja desconhecimento ou negligência do empregador e até da própria trabalhadora. No mesmo sentido, a Súmula nº 244 do Tribunal Superior do Trabalho dispõe que o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta seu dever de garantir os direitos da trabalhadora.

O §1º do art. 100-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, prevê que o salário-maternidade das trabalhadoras em regime intermitente seja calculado conforme a média aritmética simples da remuneração recebida nos 12 meses que antecedem o parto, mas não estabelece piso. Isso é especialmente preocupante se considerarmos que aproximadamente três quartos dos trabalhadores intermitentes têm renda mensal inferior a um salário mínimo e que a renda média nessa modalidade gira em torno de metade do salário mínimo. O fato de existirem decisões de tribunais superiores, já citadas, sobre os direitos da mãe trabalhadora intermitente mostra que até mesmo essa garantia fundamental tem sido desrespeitada.

Consideramos que uma das poucas vantagens do contrato intermitente é a garantia de direitos trabalhistas. Com efeito, o contrato intermitente formalizou a atividade popularmente conhecida como bico, ou seja, um serviço prestado aqui, acolá. Ao estabelecer que o salário maternidade corresponda ao piso da categoria, ou, pelo menos, à metade do salário mínimo, o PL nº 3.522, de 2025, objetivamente, representa um avanço, considerado o cenário de precarização dos direitos dos trabalhadores nos dias de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, consideramos a proposta muito meritória.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.522, de 2025.

Permite-me um comentário, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Menos que um minuto.

De fato, o trabalho intermitente é um problemão. Eu conheço muitos colegas trabalhadores lá na cidade de Canoas, Porto Alegre, que dependem do trabalho intermitente, ganham por hora trabalhada. Consequentemente, ele é chamado quando o empregador precisa dele. E alguém vai me garantir que ele está pagando fundo de garantia, que está pagando todos os direitos? Claro que não, nem férias, nem décimo terceiro. Por isso que esse é um pequeno avanço, mas importante. Eu sempre digo que para quem ganha muito pouco – dá a impressão de que é muito para alguns que ganham muito –, mas para quem ganha muito pouco mesmo esse simples projeto do nosso querido Senador é um projeto que valoriza o mundo do trabalho.

E por isso que eu queria aqui enfatizar o mérito e meus cumprimentos, de forma muito carinhosa. Eu tenho escrito aqui, tenho que ler, se não ler, não dá. Ela me falou no ouvido o nome do Senador, mas está aqui: Senador Confúcio Moura e Relatora Senadora Jussara Lima. Parabéns a ambos!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o belo relatório da Senadora Jussara e o belo projeto do Senador Confúcio.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Paim.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estou liberado, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Liberado, Presidente, meu eterno Presidente.

Senador Bonetti, o senhor poderá assumir a Presidência para eu fazer a leitura do meu relatório? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Presidente, permite-me aqui quebrar o protocolo só um pouquinho?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que hoje pode ser meu último dia aqui, neste período, e quero testemunhar o que eu vi da senhora. Como a senhora toca com velocidade, com compromisso com o Brasil as pautas desta Comissão! Como a senhora é assídua, é batalhadora, quer dizer, como as crianças e as mulheres, principalmente, estão em boas mãos assistidas pela senhora! A senhora para mim, de verdade, foi uma excepcional professora, a senhora dá protagonismo aos seus pares. Então, eu sou muito grato por tudo que a senhora fez por mim aqui. E eu saio deste mandato, a partir de amanhã, com a impressão de que o Brasil tem uma Senadora histórica. Parabéns, Senadora!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada. Quer honra! Obrigada, Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enfim, vamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2234, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para adequar a obrigatoriedade à educação básica à forma disposta na Constituição Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

É não terminativo, como a senhora já sabe.

Autoria: Deputada Laura Carneiro, minha conterrânea.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Damares Alves para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, como o relatório já foi divulgado e é uma matéria que já passou pela Câmara, muito discutida, eu vou direto à análise.

A matéria busca, Presidente, harmonizar o Estatuto da Criança e do Adolescente com a redação atual da Constituição Federal, no tocante ao direito à educação, substituindo referências antes restritas ao ensino fundamental por menções consentâneas com a noção de educação básica obrigatória. Trata-se, portanto, de proposição voltada, sobretudo, à atualização terminológica e à compatibilização normativa do ECA com a ordem constitucional em vigor.

Nesse sentido, no que concerne aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não se identificam óbices à proposição.

Sob a perspectiva material dos direitos humanos, a proposição merece acolhida por reforçar, no plano infraconstitucional, a centralidade do direito à educação como condição de desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e redução de vulnerabilidades sociais. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal estabelece, em seu art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, além de assegurar, como dever estatal, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos.

Ao atualizar o ECA para espelhar com maior precisão esse comando constitucional, o projeto contribui para a coerência do ordenamento e fortalece a proteção integral de crianças e adolescentes, grupo ao qual a ordem jurídica brasileira confere prioridade absoluta.

Sob a ótica da CDH, portanto, trata-se de medida legislativa que favorece a prevenção da exclusão escolar e o enfrentamento a trajetórias de violação de direitos, ao reconhecer que a permanência na escola integra o núcleo essencial da proteção da infância e da adolescência.

Nota-se, contudo, a necessidade de pequeno ajuste de concordância na cláusula introdutória do art. 1º, em que se lê que os arts. 54, 56 e 57 “passa a vigorar”, quando o adequado seria “passam a vigorar”. É só colocar no plural, para corrigir o equívoco.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.234, da ilustre Deputada Laura Carneiro. E aí o senhor vê que esta Comissão aqui tem feito o seguinte acordo: aqui não tem briga; não importa a nossa posição ideológica, se a matéria é para salvar a vida de criança, de mulher, de idoso, dos vulneráveis, aqui não tem briga, vão brigar em outra Comissão. Então, pode observar: eu relatando as propostas dos Parlamentares da esquerda, centro-esquerda, centro-direita, o Seif; eles relatando as nossas, porque aqui é a Comissão da vida, aqui é a Comissão da alma do Congresso Nacional, e eu espero que todos se convençam disso, que todos venham participar desta Comissão. Eu ainda sonho que esta Comissão seja a Comissão mais concorrida do Senado.

Assim, Presidente, sou pela aprovação do Projeto 2.234, com apenas essa emenda de redação, colocando a expressão no plural.

Este é o voto, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Bonetti. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH (de redação).

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Devolvo a Presidência a quem merece.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É a última vez que ele preside – nesse período, mas ele volta. Obrigada, Senador Bonetti.

Registro a presença da Senadora Roberta. Bem-vinda, Senadora, é uma honra tê-la aqui!

Item 6 da pauta. O Relator está presente.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5306, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre o fomento a campanhas de conscientização e distribuição de material educativo para a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente de mulheres passageiras que se encontrem em situação de violência doméstica, nos serviços de transporte coletivo e de transporte remunerado privado individual de passageiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e CI.

A autoria é do ilustre Deputado Federal Capitão Alberto Neto, nosso companheiro, amigo, e a relatoria é do Senador Jorge Seif.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório, não sem antes pedir para não esquecer de apresentar o convidado que está ao seu lado.

Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senadora Damares, maravilhosa, obrigado.

Quero agradecer à senhora e também dar as boas-vindas aqui ao nosso suplente, que já, já estará assumindo o nosso lugar, Senador Hermes Klann, da cidade de Brusque, um grande amigo nosso de alguns anos, amigo do Luciano Hang, aquela figura ilustríssima do nosso Brasil, admirado em todo o Brasil, há alguns aninhos – eu não vou falar quantos para não revelar quantos anos esses cabelos brancos trazem.

Esse projeto, Senadora Damares, é um projeto bem simples. A senhora, que é uma profunda estudiosa e defensora dessas questões – todos nós, mas a senhora é uma militante pela vida, pela proteção da mulher, da criança –, a senhora sabe que existe uma subnotificação, especialmente da violência doméstica, existe uma subnotificação! Às vezes a mulher tem vergonha, às vezes a mulher está acuada, às vezes a mulher está constrangida, às vezes a mulher depende financeiramente e, na maioria das vezes, não tem para onde ir, não tem um lar, o marido que a sustenta e, por isso, ele faz o que quer dela. É por isso que, infelizmente, hoje, este Governo tem deixado a desejar e o número de feminicídio aí disparou, com recordes vergonhosos para a nossa nação.

Então, esse projeto é bem simples. Ele traz uma nova forma de divulgar canais de denúncia. Minha principal preocupação com as mulheres – tá, Senadora Damares? – nesse projeto aqui, que eu tive a honra de relatar, então, é: onde é que as pessoas mais andam? Transportes coletivos: trem, metrô, ônibus, Uber, táxi. Que tenha ali, pelo menos, que a mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa se encorajar, encorajar-se para realmente fazer a denúncia, para não sofrer feminicídio nem sofrer violência doméstica.

Então, vou direto à análise – o relatório já estava disponível para os demais Senadores há algum tempo.

Compete à CDH, Sra. Presidente, examinar a matéria, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, por versar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e direitos da mulher.

Além de regimental, na perspectiva da CDH, a matéria não apresenta óbices nos aspectos constitucional, jurisdicional e de técnica legislativa.

A proposição, Senadora Damares, busca reforçar medidas de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade, com especial enfoque na proteção de mulheres passageiras em situação de violência doméstica, no âmbito dos serviços de transporte coletivo e de transporte remunerado privado individual de passageiros.

Nesse sentido, Sra. Presidente, a matéria enfrenta problema concreto que restringe a liberdade de circulação e agrava a vulnerabilidade de mulheres nos deslocamentos urbanos. Pesquisa nacional mencionada em estudo da Consultoria Legislativa do Senado indica que 97% das mulheres têm medo de sofrer algum tipo de violência enquanto se locomovem, e 74% já enfrentaram alguma forma de violência durante seus deslocamentos pela cidade. O mesmo levantamento aponta que 17% das brasileiras já sofreram assédio ou importunação sexual na rua ou dentro do transporte público, percentual que chega a 30% na cidade de São Paulo. Esses dados, Sra. Presidente, mostram que a violência em trânsito e nos trajetos cotidianos não é episódica, mas fator estrutural de limitação do direito de ir e vir das mulheres.

Também há evidências, Senadora Damares, quanto ao ambiente de transporte. Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Datafolha, 49,6% das mulheres sofreram algum tipo de assédio nos 12 meses anteriores à pesquisa de 2025; 15,3% foram assediadas fisicamente em transporte público, como ônibus ou metrô; e 8,5% em transporte particular por aplicativo, o equivalente, respectivamente, a 8,1 milhões e 4,1 milhões de mulheres. É muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À luz desses números absurdos, revela-se pertinente a previsão de campanhas de conscientização e de distribuição de material educativo a motoristas e passageiros, especialmente quando voltadas à proteção de mulheres em situação de violência doméstica ou com discernimento comprometido, pois a medida reforça deveres preventivos e pode contribuir para respostas mais seguras a situações de risco.

Ressalte-se, ainda, Senadora Damares, que aspectos mais diretamente ligados à disciplina operacional dos serviços de transporte poderão ser aprofundados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas, no âmbito da CDH, o mérito da iniciativa é evidente por seu potencial de proteção de direitos à redução de vulnerabilidades. Entretanto, consideramos necessário propor alguns ajustes pontuais com o objetivo de conferir maior precisão normativa e reforçar a efetividade da medida proposta.

Nesse sentido, propomos duas emendas que buscam, em primeiro lugar, harmonizar a redação dos dispositivos acrescidos aos arts. 7º e 11-A da Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, de modo a evitar assimetrias internas quanto ao público protegido e às situações de vulnerabilidade contempladas. Além disso, Senadora Damares, as emendas estabelecem que, ao lado das campanhas de conscientização e da distribuição de material educativo, deve haver capacitação de motoristas, com orientações voltadas ao acolhimento e ao encaminhamento seguro, de modo que saibam como agir diante das situações de vulnerabilidade que venham a encontrar.

Voto.

Ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.306, de 2023, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº – CDH
>
> Dê-se ao parágrafo único acrescido ao art. 7º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 5.306, de 2023, a seguinte redação:
>
> "Parágrafo único. A promoção da melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade, de que trata o inciso III do *caput* deste artigo, incluirá, no âmbito dos serviços de transporte coletivo e de transporte remunerado privado individual de passageiros, medidas voltadas à proteção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres passageiras em situação de vulnerabilidade, especialmente nas hipóteses de violência doméstica e familiar ou de comprometimento do discernimento por embriaguez, sedação, uso de entorpecentes ou outra condição semelhante, mediante campanhas de conscientização, distribuição de material educativo, capacitação de motoristas e orientações para acolhimento e encaminhamento seguro".

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao inciso IV acrescido ao parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 5.306, de 2023, a seguinte redação:

"IV – fomento a campanhas de conscientização, distribuição de material educativo e capacitação de motoristas para a proteção de mulheres passageiras em situação de vulnerabilidade, especialmente nas hipóteses de violência doméstica e familiar ou de comprometimento do discernimento por embriaguez, sedação, uso de entorpecentes ou outra condição semelhante, com vistas ao acolhimento, à orientação e ao encaminhamento seguro, observadas as características de cada serviço".

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeito o relatório.

Em discussão.

Eu quero participar da discussão.

Relator, eu gostaria de solicitar que o senhor acatasse uma emenda minha, que eu vou apresentar agora, uma emenda desta forma: o projeto traz a palavra "motorista"; e se a gente pudesse mudar a palavra "motorista" – é uma emenda de redação, não vai voltar para a Câmara – para "condutor do veículo"? Por quê? Eu fico imaginando as grandes embarcações do Amazonas, que não têm motoristas, são barcos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Capitão Alberto Neto é do Amazonas. Eu fico imaginando que ele pensou também nessas embarcações. Imagine, gente, uma campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, vamos deixar claro uma coisa, eu estou com dois Senadores conservadores aqui, a Roberta e o Seif. Nós somos o tempo todo criticados porque estamos fazendo proteção da mulher e que nós viramos todos feministas. Olhe só, gente. As propostas que a gente tem aprovado aqui são propostas para fechar brechas na legislação, que ainda estão abertas, na proteção da mulher. Ninguém está inventando a roda aqui.

Esse projeto, da forma como o Capitão Alberto coloca, é fomento para a campanha dentro de transporte público. Na hora que a gente aprova esse projeto aqui, imagine que as secretarias de mulher dos estados poderão, com base legal, apresentar até para o Deputado um pedido de emenda em que vá uma emenda para a campanha dentro dos transportes públicos. Então, aqui a gente não está inventando nada, a gente está adequando uma legislação que possa ajudar as OPMs, os organismos de proteção a mulheres em todo o Brasil a terem condições de desenvolver campanha.

A Roberta, que é do Norte, aquelas grandes embarcações, uma embarcação que sai de Boa Vista para Manaus, tem mais de 200 pessoas, não tem, Roberta? É muito grande, né?

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – A gente não está com transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não tem mais?

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – De Boa Vista para Manaus, embarcações não, mas tem a questão turística. Tem algumas embarcações que levam em algumas cachoeiras, alguma coisa desse tipo. É irrelevante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, imagine todas essas embarcações terem uma campanha, porque, às vezes, a mulher está dentro da embarcação com o agressor. Ela ser orientada como fazer essa denúncia, como se livrar ali de um sequestro-relâmpago, por exemplo.

A gloriosa PRF (Polícia Rodoviária Federal), quando eu fui Ministra, Seif, fez uma campanha e eu ia junto com a PRF. A gente parava o ônibus na estrada, e eu fui para estradas de diversos lugares do Brasil. Parava, a PRF entrava e era um recado para as mulheres que estavam dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ônibus: "Alguma mulher aqui está se sentindo constrangida?", porque, dentro do ônibus, especialmente à noite, Seif, tem o assédio. As mulheres são acuadas, às vezes, dentro dos ônibus. Então: "Se tem alguma mulher se sentindo constrangida, se quer trocar de lugar, se quer fazer uma denúncia...". Nós tínhamos também: "Alguma mulher aqui está vítima de violência em casa? Está aqui esse número, e no próximo posto da PRF, pode pedir para descer, que tem alguém lá te esperando para encaminhar a sua denúncia, se o seu agressor estiver te esperando lá na rodoviária para onde você vai".

Seif, você não tem ideia do número de mulheres que levantavam as mãos, que não sabiam como entrar na rede de proteção. E isso é uma realidade, Senadora Roberta. A mulher que está vítima de violência fica assim: "O que eu faço? Eu vou primeiro à delegacia, eu vou primeiro à defensoria, eu vou primeiro ao fórum, eu vou à Casa da Mulher Brasileira? Por onde eu entro na rede de proteção?". Essa informação é importante, tem que estar nos lugares de circulação pública.

Então, o projeto de lei de um Parlamentar querido, o Capitão Alberto Neto, lá do Amazonas, conservador, relatado por um Senador conservador... Não viramos esquerda e nem feministas. Atenção à nossa base! É tão somente para adequar a legislação para que os órgãos que protegem mulheres possam ter fomento para campanhas.

Eu fui Ministra das Mulheres, a gente quase nunca tem dinheiro, Seif. Então, aqui é uma adequação tão somente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Damares, quero já registrar que acato a emenda de redação que a senhora propõe e quero... Acima de tudo, é uma campanha de educação, é uma campanha de divulgação para que as mulheres sintam-se mais protegidas e tenham acesso à rede de proteção de mulheres. Nada mais é do que uma campanha de educação, é para utilizar os veículos como uma forma de divulgar, informar às mulheres como elas podem sair de uma situação de vulnerabilidade.

Então, quero agradecer à senhora pela proposição da emenda de redação. E muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só peço a atenção da Secretaria para a redação final do texto como ficou, mudando a palavra "motorista" para "condutor".

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 e com a adequação da redação agora apresentada por esta Presidente.

Parabéns!

E quero cumprimentar o nosso visitante. Seja bem-vindo. Quando vier para o Senado, já peça ao seu partido para ser membro desta Comissão. É a Comissão mais extraordinária da Casa, que tem a Senadora mais bonita do Brasil – era até antes de Roberta, tá? (*Risos.*)

Seja bem-vindo! E nós estamos abertos para receber convite para visitar Brusque, especialmente eu e a Roberta, essa cidade linda, porque o seu titular nunca nos convidou para ir a Brusque. A gente vai lá. Seja muito bem-vindo! Que Deus o abençoe! Temos muito para fazer nesta Comissão, neste Senado, pelo nosso povo, pelo nosso país. Foi uma alegria recebê-lo nessa manhã.

Seif, parabéns!

Vamos ao item 7 da pauta. O Relator está presente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4244, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime na presença de criança ou adolescente; e altera a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para incluir causa de aumento de pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: favorável ao projeto, na forma de uma emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Autoria: ilustre Senador Flávio Bolsonaro.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Damares, Senadores, visitantes, amigos, esse projeto do Senador Flávio é de absoluta importância e é um avanço para nós que lutamos pela causa da criança, não só a criança que está em estado de vulnerabilidade, infelizmente a criança como um todo, mesmo aquelas que a gente acha que estão em uma situação de conforto, de paz, equilibrados, dentro de casa, mas elas estão correndo risco em todo lugar.

No meu relatório, é o meu voto é favorável – para que fique registrado.

Vem para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 4.244, de 2025, cuja finalidade é a de alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Política Públicas sobre Drogas, para que ambas considerem a ligação de criança ou adolescente com crimes como causa de agravamento ou de aumento de pena.

Para isso, a proposição se dirige ao art. 61 do Código Penal, cujo *caput* define “circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime”, para, em seu inciso II, inserir a alínea, determinando que a presença de criança ou de adolescente, quando da prática do crime, ainda que elas não sejam elas vítimas diretas do ato criminoso, agrava a pena.

Em seguida, a proposição endereça-se à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para inscrever, em seu art. 40, que aumenta penas de um sexto a dois terços, o inciso VIII, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refere, igualmente, à presença de criança ou de adolescente quando da prática do crime. Nesse caso, os crimes são os tipificados nos arts. 33 a 37 da lei, cujo conteúdo se pode sintetizar nas ideias de produção e tráfico de drogas ilícitas.

Por fim, a proposição põe em vigor a lei que de si eventualmente resulte na data de sua publicação.

Eu vou passar para a minha análise, Sra. Presidente. Minha análise é a seguinte.

Esta Comissão é competente para a examinar a proposição, pois, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete-lhe examinar matéria pertinente à proteção de crianças e de adolescentes.

A matéria, a propósito constitucional e legal, justifica plenamente, a nosso ver, as alterações no ordenamento jurídico propostas. De fato, os impactos traumáticos da violência e do crime são bem conhecidos, e ficam para a vida inteira da pessoa e ainda mais perceptíveis à luz dos estudos e pesquisas sobre as quais se apoia o autor.

A presente proposição vai além de uma simples alteração normativa: trata-se de uma resposta do Estado brasileiro a uma realidade dura e inaceitável, que é a exposição de crianças e adolescentes à violência e à criminalidade.

Não podemos naturalizar o fato de que menores convivam, presenciem ou sejam indiretamente inseridos em ambientes criminosos. Cada criança exposta à prática de um crime carrega consigo marcas que repercutem profundamente na formação de sua personalidade, na sua visão de mundo e no seu futuro como cidadão. Mais do que isso, a prática de crimes na presença de crianças e adolescentes possui um perigoso efeito pedagógico negativo: transforma o ilícito em referência, banaliza a violência e pode moldar comportamentos, valores e percepções, criando uma familiaridade precoce com a criminalidade que compromete o desenvolvimento moral e social desses jovens.

A Constituição Federal é categórica ao estabelecer, em seu art. 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à dignidade, ao respeito e à proteção contra toda forma de violência. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, a proposta analisada está em plena sintonia com o mandamento constitucional da proteção integral.

Perante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.244, de 2025, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº -CDH (substitutivo)

[...]

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

[...] altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro [...] [do Código Penal], para incluir no rol de circunstâncias agravantes a prática de crime na presença de criança ou adolescente, e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 [Lei de Drogas], para [...] [incluir, causar aumento de] pena [...].

O Congresso Nacional decreta.

Está aí o meu voto favorável, com a emenda, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico o seu voto, Senador. Quantas crianças com traumas para a vida inteira porque presenciaram um crime! E tem sido muito constante a violência contra a mulher ser cometida na presença de criança. Não tem que ser cometida em lugar nenhum, mas em 80% da violência contra a mulher tem uma vítima secundária: a criança. Ou a criança também sofre a violência física, às vezes é assassinada junto com a mãe, mas, quando ela não sofre a violência física, ela presencia. É uma violência para o resto da vida, Senador – para o resto da vida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Com certeza, no emocional, na formação do caráter, todo violador da lei, ou o que seja, o sujeito que ataca a mulher, mata a mulher, espanca a mulher na frente dos filhos, além de traumatizá-los a vida toda... Você tem muitos espancadores que praticaram feminicídio e vivem praticando porque a mente dele assimilou esse filme, ele já viu esse filme na infância. E, como esse filme não teve solução, e muitas vezes a mãe morre, o fato de a mãe ter morrido e ele ter presenciado, e as autoridades nada terem feito, isso cria um homem violento, sabe? Porque ele sabe: minha mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi morta, ninguém tomou providência. E sabe Deus como isso somatiza, psicologicamente, emocionalmente, somatiza; o corpo recebe essa somatização. E nós temos gente violenta aí que não foi tratada na sua infância, ou foi maltratada. O maltrato que a mãe sofre com o indivíduo numa ação de violência, isso traumatiza de forma violenta, e essa criança dificilmente vai viver uma vida normal, sem tiques, tendo *insights* de ira na sua vida adulta – sabe? –, até mesmo fazendo uma vingança inconsciente daquilo que ele guardou da sua infância.

Então, eu acho essa proposta do Senador Flávio muito importante. E queira Deus que isso se divulgue, que os meios de comunicação, que governos, que o Poder Judiciário realmente prestem atenção nesse fato.

O fato é que nós temos aí conselho tutelar, que não tem psicólogo; nós temos mulheres sendo espancadas, e a lei não permite a ela...

O SUS dá tudo – agora até hormonização de criança com 14 anos, proposta do Ministério da Saúde –, mas não propõe nada à mulher espancada que vai lá à delegacia, faz o BO e tal, que ela tenha direito a psicólogo. Muito pelo contrário, nós estamos numa luta agora em que, num país cristão, você é psicólogo, mas você não pode dizer que você é cristão – você não pode dizer –, o seu paciente não pode nem saber que você é espírita, que você é católico, ou que você é evangélico. E Marisa Lobo já está com o voto de Alexandre de Moraes numa luta de 16 anos; nós lutando com ela.

E quero já estender, Senadora Damares: no dia 22, nós teremos um encontro, a Frente Parlamentar em Defesa dos Psicólogos Cristãos do Brasil. Eu sei que tem muita gente com competência para presidir essa Comissão – V. Exa., o Senador Girão –, mas eu vou assumir, eu vou assumir como Presidente. Sei que terei vocês do meu lado, porque essa briga é grande, e eu gosto de briga grande. E o voto de Alexandre de Moraes, o mais ridículo que eu já vi na vida... Aliás, Alexandre de Moraes é ridículo inteiro, né? Esse abutre de capa preta é ridículo o tempo todo, né? E nós vamos... Nós temos um universo, Senador Girão, de psicólogos cristãos no Brasil que estão amedrontados, estão encolhidos, não querem atender ninguém, estão apagando perfil, porque, no perfil, está lá, psicóloga, psicóloga clínica, com especialização em não sei o que e tal, cristã, de direita... Aí lascou, aí o conselho vai para cima. E é meu aviso ao conselho: pode vir quente que nós vamos estar fervendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é o seguinte: nós vamos enfrentar a questão que está sendo julgada já da Marisa Lobo, que tem um voto muito bem-feito e profundo pelo Alexandre Moraes, em a coisa mais importante que ele fala no voto é que o Estado é laico. Bom, se o Estado é laico, ela pode ser cristã, ela pode ser da macumba, pode ser da Umbanda. Qual é o problema? Qual é o problema?! Mas ela não pode ser é cristã, qualquer outra coisa pode, né? Então, assim, a gente vai lutar, são nossas pautas, são nossas pautas!

Senador Girão, eu tenho recebido do seu estado, meu gabinete, tanto *e-mail*, do Brasil todo, Senadora Damares, alegres e amedrontados, alegres e amedrontados! Pessoa que tem a vocação ao sacerdócio, estudou cinco anos, tem gente que se especializou, fez doutorado, todos com medo, agora, mas, nessa frente, certamente, nós seremos propositivos. E, dia 22, nós teremos um encontro aqui, depois de um feriadão, a partir das 10h da manhã, e um almoço, com um grupo de dez pessoas, e vamos ouvir o Dr. Tassos Lycurgo, que está exilado nos Estados Unidos, depois de ter sofrido agressões no Rio Grande do Norte, na universidade federal, pelas suas posições, por ser um indivíduo absolutamente profundo, conhecedor; a esposa é psicóloga. E nós teremos esse encontro aqui, no dia 22, apenas dez pessoas que eu escolhi, porque entendi que, neste momento em que nós estamos em formação, nós temos que nos preparar para fazer a nossa primeira audiência.

Mas o meu voto está dado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Querida, se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me só terminar a votação?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu já terminei? Não, né? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Em votação o relatório apresentado.

Eu já terminei? Não, né? Não?

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação terminativa.

Vê se alguém próximo pode pegar essa matéria, porque ela é uma matéria muito importante, Magno, na próxima Comissão.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria só... Pegando a fala do Senador Magno Malta sobre a perseguição aos psicólogos cristãos, parece que é uma sanha do Ministro Alexandre de Moraes, né? Parece que ele está focado em perseguir quem defende princípios e valores como a vida.

Na questão da assistolia fetal, o Conselho Federal de Medicina fez, depois de um estudo grandioso, que foi votado... Você sabe que o Conselho Federal de Medicina representa aí centenas de milhares de médicos no Brasil. Ele define que é proibido o método cruel de assassinato de bebê no ventre materno com a injeção de cloreto de potássio, que nem em animal, Senadora Damares, Senador Magno Malta, é permitido.

Aí o Conselho Federal de Medicina, depois de estudo técnico, ciência pura, vai lá, faz a resolução; numa decisão monocrática, o Ministro Alexandre de Moraes desfaz. Eu vou te dizer: você tem ideia do sangue de inocentes, de dor e sofrimentos de crianças, a partir dessa decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele, que já não era para estar... Quantos bebês, Senadora Damares? A gente precisa pelo menos ter esses dados. De lá para cá, já faz um ano isso. Quantos bebês foram assassinados por esse método cruel, por um Ministro do Supremo ter uma decisão dessa?

Rapaz, é um negócio escandaloso o que a gente está vendo. É dessa corte, é coisa espiritual mesmo. Eu concordo com o Senador Magno Malta, porque inclusive está proibindo médico de fazer... o Cremec de fazer inspeções em hospitais. Não pode.

A gente já tem o Governo Lula que acabou com a portaria de que era necessário se fazer ali o boletim de ocorrência em caso de estupro, Presidente. É passar a mão, essa turma está passando a mão na cabeça de estuprador.

Então, Senador Magno Malta, é surreal o que a gente está vendo. Eu faço coro aí com a sua colocação.

E, Senadora Damares, eu soube que a senhora foi visitar, pela primeira vez, depois de a gente ter aprovado aquele nosso requerimento aqui – né? – de visita aos presos políticos do Brasil. Ele autorizou a visitar Colmeia, não foi? Não sei se a senhora já fez o relato aqui hoje, mas a gente precisa... Autorizou só um? Porque era Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Todos de Brasília.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Todos de Brasília. E dos outros estados? Porque a gente pediu para todos os presos políticos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ainda não autorizou.

Vamos reiterar para o ditador da toga, Alexandre de Moraes, e que esta Casa crie vergonha para fazer o *impeachment* dele o quanto antes, para que o Brasil volte a ter separação entre os Poderes, volte a ter democracia, para que o Brasil volte a ter uma Constituição.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão, e obrigada pela provocação também. Eu iria me esquecer de fazer esse registro.

Ontem, a Comissão fez a primeira visita... É um requerimento aprovado em fevereiro de 2025, assim que eu assumi a Presidência. A gente queria tão somente um olhar de direitos humanos para os presos políticos, porque não houve, em momento algum, desde 8 de janeiro, da não ser a Defensoria Pública do DF, que levantou a questão de direitos humanos.

E nós ficamos aí... O requerimento foi aprovado pelo Colegiado, e aqui foi aprovado por unanimidade – direita e esquerda –, porque todo mundo aqui entende que direitos humanos não têm cor partidária. E nós ficamos aguardando, porque quando o requerimento foi aprovado, eu fui à vara da execução aqui, e a vara da execução disse: "A gente não pode impedir um Colegiado de direitos humanos de entrar em presídio, nem comitê de tortura, nem mecanismo de prevenção, nem Comissão de Direitos Humanos da OAB, do Estado, do Governo Federal, da Câmara, do Senado...", mas os presos de 8 de janeiro, o Ministro Alexandre fala que "são meus presos". Então, não é a vara de execução que cuida dos presos de 8 de janeiro, é o Ministro Alexandre diretamente. Então, a vara de execução não me autorizou.

Eu tive que subir o pedido, daquilo que já foi aprovado, para o Ministro e ele demorou um bom tempo para deferir. E, no mês passado, eu consegui uma audiência com ele, ele deferiu, mas impôs condições: "Só vai a senhora, não é a Comissão; só pode ir a senhora, acompanhada de um assessor, sem registro fotográfico, sem imagens. E a senhora vai, ouve e faz um relatório". Então, ontem... E só liberou os presos que estão em Brasília, nós temos presos espalhados no Brasil inteiro.

A gente já recebeu agora uma autorização para visitar o Filipe Martins, mas não foi pedido desta Comissão, foi um pedido voluntário de alguns Senadores. O Filipe Martins não faz parte daquele grupo do 8 de janeiro, e o nosso foco aqui eram as pessoas do 8 de janeiro. E ele autorizou os presos de Brasília. Em contraposição, nós já visitamos presos do 8 de janeiro fora do Brasil, já visitamos na Argentina, o senhor esteve comigo nos presídios da Argentina, mas no Brasil, a vara de execução virou o gabinete do Ministro Alexandre. Então, o gabinete dele é tudo, é também vara de execução. É muito ruim, mas nós conseguimos essa vitória de ele autorizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele me recebeu muito bem, foi até uma surpresa a forma como o Ministro Alexandre me recebeu. Foi uma conversa extremamente amistosa. Ele entendeu os objetivos do requerimento, ele entendeu que não é uma medição de força, é atribuição desta Comissão, e esta Comissão foi acionada.

Eu estou lendo aqui tudo para o que a Comissão é acionada. Nós somos acionados todos os dias, e nós temos que dar resposta a todas as demandas que chegam. E essa foi uma demanda que chegou à Comissão, aprovada por unanimidade, e ontem eu visitei a primeira presa. Em Brasília, só tem uma mulher presa de 8 de janeiro. Nós temos mais 16 homens presos em Brasília, na Papuda, e uma mulher presa na Colmeia. Os demais estão espalhados pelo Brasil, já estão em seus domicílios, e a que está presa em Brasília é de Brasília, é a Ana Priscila Azevedo – aquela conhecida, que gritou, fez barulho, participou da quebradeira, a Ana Priscila – e ela foi condenada a 17 anos.

Há um outro processo a que ela está respondendo por racismo, porque, em uma manifestação dela, ela disse alguma coisa que está sendo considerada racismo, e a pena pode se agravar. Há uma expectativa na dosimetria: se a dosimetria passar, ela vai para o regime semiaberto.

E foi uma surpresa ter conhecido a Ana Priscila, porque eu tinha uma impressão dela e, chegando lá, eu encontrei uma mulher em perfeito equilíbrio. Ela ficou oito meses no isolamento, imagina, e isso tudo vai estar no relatório. O próprio movimento dos chamados patriotas tinha resistência à Ana Priscila, porque diziam que ela era uma infiltrada de esquerda que veio para quebrar, para criar confusão.

Então, quando ela chega no presídio, Girão, ela nem fica lá dentro com as presas criminosas bárbaras... Lembrando que, na Colmeia, eu tenho presas de crimes hediondos. Por exemplo, aquelas duas mulheres que cortaram o pênis do menino Rhuan, que torturaram, que mataram, que esquartejaram e que fritaram o corpo dele, a pele, para sumir. Aquelas mulheres estão na Colmeia, são mulheres que cometeram crime hediondo. Tem outras, temos mulheres faccionadas também.

Então, as de 8 de janeiro não ficaram lá dentro, ficaram numa galeria, mas a Priscila não podia ficar nem lá dentro, nem aqui, porque ela era tida como infiltrada nesse grupo. Ela ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oito meses em isolamento, e ela tinha tudo para ter ficado desequilibrada mentalmente. Uma mulher cristã, o pai mora aqui e, nesses oito meses ela fez uma reflexão muito grande.

Hoje, ela trabalha dentro do presídio. Ela está remindo a pena, é extremamente inteligente, era do sistema financeiro, entende de finanças. Desde que pôde, ela trabalhou muito para remir a pena, na biblioteca, e agora ela trabalha no refeitório. Ela tem bom relacionamento com todo mundo, a administração falou dela e ela está cumprindo a pena. Ela aceitou a pena que lhe foi imposta, vai cumprir com muita resiliência, muita. Eu me surpreendi com a resiliência dela.

E agora a gente tem que lutar pela dosimetria, para ela ir para um regime semiaberto, em que ela possa trabalhar fora. É uma mulher que pode estar contribuindo muito com a sociedade; e dormir no presídio, até ir para um aberto, mas ela já está presa desde o dia seguinte. Então, há quanto tempo ela já está presa?

E aí a gente está vendo presos de crimes hediondos indo para casa, em regime domiciliar, em semiaberto. A Priscila errou na quebradeira, errou, era barulhenta. Ela era uma ativista diferente daquelas mulheres que oravam, que estavam com a Bíblia. A Priscila realmente era uma ativista barulhenta. E achava que estava salvando o Brasil.

Então, hoje ela está presa. Para mim, foi uma surpresa conhecê-la, vou fazer o relatório.

E agora eu tenho mais 16 na Papuda. E aí, Senador? Só poderei eu. Então, imagina como é que vai ser conciliar a minha agenda para visitar um por um, tá? E parece que eu não posso visitar mais que dois por vez, mas eu não me importo de passar o resto dos dias desse mês visitando, interrompendo um pouco aqui para produzir um relatório à luz dos direitos humanos; porque nós temos idosos, nós temos pessoas doentes, e eu quero fazer esse relatório à luz dos direitos humanos, encaminhar para o Supremo Tribunal, encaminhar para os órgãos, comitê de tortura, Ministério de Direitos Humanos, eu quero fazer isso. Não tem como a gente ser seletivo em Direitos Humanos, não tem.

A atual Ministra, inclusive, de Direitos Humanos, foi infeliz numa fala, ela não conheceu nenhum preso do 8 de janeiro e foi muito dura: "não merecem a anistia, dosimetria"; foi uma fala bem dura. Aquilo me deixou muito triste porque eu, quando estive lá, na hora de julgar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anistia das pessoas que estavam envolvidas lá atrás, em operações armadas, eu ouvi caso por caso, eu indeferi muitos, mas eu deferi muitos também, quando conheci a história individual de cada um. É claro que muitos oportunistas usaram a Comissão de Anistia lá para ganhar dinheiro, muita gente que não tinha direito, então eu indeferi milhares de pessoas que, acionados por advogados que diziam assim: "Você acordou de manhã e perdeu o ônibus porque estava tendo um problema e foi ditadura", então, porque eu perdi o ônibus, eu quero uma anistia. Eu fui criteriosa na minha análise, mas eu também deferi pedidos justos que estavam na gaveta há 14 anos. Eu fui para a gaveta pegar pela ordem de chegada, mas a atual ministra ela não individualizou cada um, ela foi no geral talvez pela narrativa que ela ouviu. A Ministra Macaé não é uma pessoa ruim, é a narrativa que contaram, mas eu vou individualizar, eu vou visitar, esse é meu papel, para todos que o Ministro Alexandre me autorizar, vou produzir relatórios individuais e vou encaminhar à Corte Internacional, se for preciso, à Comissão de Direitos Humanos da ONU, vou encaminhar para todo mundo, para todo mundo, Defensoria Pública, o próprio Ministério, ao próprio Ministério de Direitos Humanos, para todo mundo eu vou encaminhar, para todo mundo eu vou encaminhar.

Então, ontem foi assim doloroso ir à Colmeia e também conhecer o sistema todo, como é que está, é minha obrigação, eu sou Senadora do DF, as melhorias que a Colmeia precisa, as reeducandas lá precisam ter oportunidade de se reeducarem mesmo. Algumas ali cometeram crimes extremamente bárbaros, mas nós temos pessoas ali que estão presas porque levaram droga para o marido, foram obrigadas, porque é a história desse tráfico nojento, desse crime organizado que envolve entorpecente.

E agora, Senador, para minha surpresa, o Ministro Gilmar, alguns dias atrás, deu uma declaração de que o Supremo vai discutir a legalização de todas as drogas, eu não sei com que objetivo. Para evitar o crime? Ele acha que vai evitar o crime assim, ele acha que não vão ficar brigando pela boca, que agora não vai ser chamada de boca, vai ser chamado ponto de revenda, na hora em que legalizar a boca vira ponto de revenda, mas você não acha que eles vão continuar brigando? O traficante que dorme cruel vai acordar de manhã santo porque uma lei foi sancionada de noite? Uma lei não tem poder de mudar comportamento humano, o traficante cruel vai continuar sendo cruel com lei ou não sendo sancionada, eles vão continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decapitando mulheres, eles vão continuar torturando. Onde que lei muda comportamento humano? Onde que lei que vai beneficiar traficantes vai diminuir a violência no país? Não vai.

Então, assim, lamento, mas a visita foi feita ontem, Senador, eu vou produzir um relatório e vou entregar.

Ontem eu estive com a Ana Priscila Azevedo, 17 anos de condenação, que poderia ter sido enquadrada em depredação, respondido à pena por depredação, mas foi condenada por golpe de estado também.

Então, era esse o informe que eu tinha para fazer. Nos próximos dias eu já vou publicar o relatório, está bom? Obrigada.

Eu vou continuar lendo os expedientes, para a gente encerrar a reunião.

Comunico, ainda, o recebimento das respostas de ofícios constantes dos Expedientes 252, 254, 256, 257 e 259, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes dos Expedientes 250 e 255, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes dos Expedientes 253 e 258, que receberam o devido registro para conhecimento desta Comissão.

Expediente nº 8A – desse é só leitura –: comunico ao Colegiado o recebimento de mais denúncia. Denúncias constantes dos Expedientes 231, 239, 240, 241, 247 e 249, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Vou destacar o Expediente 239, que é a manifestação relatada à suposta prática de discriminação, violência psicológica e tratamento incompatível com a dignidade da pessoa humana no âmbito da instituição federal de ensino superior, envolvendo pessoas com deficiência. Informo que a demanda foi encaminhada à Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para análise e adoção das providências cabíveis.

Expediente 247: a manifestação relata a suposta violação de direitos de pessoa com transtorno do aspecto autista no âmbito da instituição estadual de ensino superior, com alegações de ausência de adaptações pedagógicas e de recursos de acessibilidade. Informo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a demanda foi igualmente encaminhada à Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para as providências cabíveis.

Comunico, ainda, o recebimento das respostas dos ofícios constantes no Expediente 234, 235, 236, 237, 243, 245 e 248, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos, e destacando que, no Expediente 237, o Ministério Público estadual informou a adoção de providências institucionais relevantes em caso de violência doméstica familiar, incluindo o deferimento de medidas protetivas de urgência, o ajuizamento de ações penais, o encaminhamento para investigação complementar. Informo que esta Comissão registrou a resposta e manterá o acompanhamento institucional do caso.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes nos Expedientes 238, 244 e 246, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes nos Expedientes 233 e 242, que receberam o devido registro para conhecimento desta Comissão.

Isso posto, submetem-se às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado, no Portal da Comissão de Direitos Humanos. Os demais permanecem na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados com o devido cuidado do sigilo quando se tratar de crianças e de pessoas vulneráveis.

Nada mais havendo a tratar...

Registro que amanhã teremos uma audiência pública aqui às 10h. Nós vamos falar sobre a empregabilidade das pessoas com autismo. Escuta só: essas crianças cresceram, fizeram faculdade e estão prontas para o mercado de trabalho. Como o mercado de trabalho está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recepcionando esses profissionais? Então, nós continuamos discutindo o direito da criança com autismo, mas amanhã nós vamos discutir a empregabilidade das pessoas com autismo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Astronauta Marcos Pontes e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 13/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Discutir a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando, como recorte temático, os impactos da exclusão educacional e social vivenciada na infância e adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta". Participantes: Omar Heart, Autista, neuropsicopedagogo, neuropsicanalista, especialista no desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual, escritor, palestrante, primeiro autista faixa preta de Jiu-Jitsu no mundo com matéria na revista tatame, ex subsecretário municipal de acessibilidade, fundador da Convergência Global; Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal – PRF; Thomas Strauss, Representante da empresa Major Tom Tecnologia – empresa organizadora de iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade e das relações profissionais saudáveis para jovens e adultos autistas; Jessevanda Galvino, Coordenadora de Gestão e Análise do Departamento de Emprego do Ministério do Trabalho; Bernardo Martínez, Estudante Autista; Luciana Mendina, Presidente da Associação INCLUSIVA; Marcelo Vitoriano, CEO da Empresa Specialisterne Brasil; Luciana Xavier Sans de Carvalho, Auditora Fiscal do Trabalho - representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – SNDPD/MDHC. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 6 de abril de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 13, de 2026, da CDH, de minha autoria, para discutir a empregabilidade de pessoas com transtorno do espectro autista, os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando como recorte temático os impactos da inclusão educacional e social vivenciada na infância e na adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu tenho aqui os expositores a que nós fizemos o convite. Quero agradecer imensamente por estarem conosco neste debate.

Nós estamos fazendo a audiência alusiva ao dia da pessoa com autismo, alusiva ao dia da luta das pessoas com TEA. A gente queria fazer um debate hoje – nós estamos lotando esta Comissão de crianças, em todos os nossos eventos – falando do jovem e do adulto com autismo. Como eles estão? Como tem sido a inclusão e a permanência dos jovens com autismo, dos adultos com autismo, no mercado de trabalho?

Ontem, quando eu terminei a nossa reunião aqui, eu disse: "Olha, gente, nossas crianças cresceram". Nós ficamos aqui 20 anos. Não é, Luciana? Olhe como a nossa criança cresceu! Está ali. Era bebê quando corríamos pelos corredores, em busca de direitos. Nossas crianças cresceram, precisam trabalhar e têm muito como colaborar com a economia do país, com o desenvolvimento da nação, mas como nós as estamos recepcionando no mercado de trabalho?

Então, esse é um debate, inclusive, para as pessoas que estão lá na ponta nos assistindo, acompanhando via TV Câmara, via nossas redes sociais, e que estão preocupadas com o futuro dos seus filhos. Esse é um debate também, gente, para levar esperança para as famílias de todo o país, lá na ponta. Então, que a nossa fala... Eu sei que vai ser, para alguns, uma fala ácida, de reclamação, de insatisfação, mas vamos também levar uma esperança, porque o Senado Federal parou, hoje, para ouvir exatamente esse aspecto da nossa luta. Isso quer dizer que a gente está provocando o debate.

Eu estive recentemente na Câmara Legislativa do DF – eu não sei quem estava lá comigo – e o debate lá foi incrível, incrível. Eu fiquei impressionada com o nível do debate e com as boas práticas que foram mostradas lá no debate. Então, a gente quer também, aqui no Senado e na Câmara, fazer um debate nesse nível.

Até a gente brinca: o Bernardo vai ser o nosso próximo Deputado logo. Este Parlamento tem que ter. Nós já temos um Parlamentar que tem TEA – ele reconhece, fala; e a gente sabe inclusive das dificuldades dele de adaptação ao Congresso –, mas eles têm que estar aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, aqui na Câmara Federal, na Câmara Legislativa, nas assembleias legislativas, nas câmaras de Vereadores. O espaço político também é deles, os espaços de poder também são deles.

Então, eu fico muito contente que a gente vá fazer essa discussão hoje, e é uma discussão para a gente continuar aqui no Parlamento. O que nós vamos ter que mudar nas relações trabalhistas? O que nós vamos ter que mudar em nível de sociedade? O que nós vamos ter que mudar na legislação? O que nós vamos ter que mudar nas nossas campanhas de conscientização, de prevenção ao preconceito, de combate ao preconceito? Onde nós vamos ter que mudar, pensando no adulto com autismo?

Eu tenho a honra de ter pessoas com autismo no meu gabinete – e são os melhores –, como eu tenho a honra de dizer que, no nosso ministério, o maior jurista que eu tinha no Ministério dos Direitos Humanos, quando fui Ministra, era um professor, doutor e pós-doutor com TEA. E olhem: se ele não estivesse do meu lado, naquele momento confuso em que o Brasil estava, no meio de uma pandemia... Eu não podia errar. Era um ministério que lidava com temas muito sensíveis, e foi o Dr. Rodrigo Pedroso que me conduziu, que conduziu as ações de políticas públicas de um ministério tão delicado. Então, que isso mostre para o Brasil que eles estão prontos para ajudar a mudar esta nação.

Nessa direção, nesse sentido, eu tenho a honra de convidar para compor a mesa comigo Omar Heart – acha que eu falei certo? –, autista, neuropsicopedagogo, neuropsicanalista, especialista no desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual, escritor, palestrante, primeiro autista faixa preta de jiu-jítsu – vamos colocá-lo aqui do meu lado; ai, meu Deus! – no mundo, com matéria na revista *Tatame*, ex-Subsecretário Municipal de Acessibilidade, fundador da Convergência Global. Eu me lembro de que, assim que eu assumi como Ministra, ele veio me mostrar uma foto. Nós estivemos juntos, né? Era um jovem que pegou avião, veio do Rio, veio brigar, trabalhar pela pauta. Eu fico muito feliz em vê-lo anos depois e saber que você não desistiu de sua luta.

Seja bem-vindo ao Senado Federal.

Obrigado por ter aceitado o convite e estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para compor a mesa o nosso querido... Eu já acho que ele é Senador e não sabe, porque ele está mais presente nesta Casa do que – desculpem, meus colegas – muitos Senadores. É uma pessoa que todos nós que estamos na pauta da inclusão respeitamos, a quem queremos muito bem e não fazemos nada sem ouvi-lo. Eu tenho a honra de convidar o Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal.

Fernando, que honra! Já escreveu leis e nós temos leis com o nome dele.

Obrigada, Fernando, por estar conosco hoje, viu? É uma alegria!

Convido para compor a mesa também Thomas Strauss, representante da empresa Major Tom Tecnologia – organizadora de iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade e das relações profissionais saudáveis para jovens e adultos autistas.

Thomas, você não tem ideia da expectativa com que as famílias no Brasil estão para ouvi-lo. Que a gente alcance também o coração de muitos empresários hoje. Eu tenho certeza de que você vai surpreender como você me surpreendeu lá na Câmara Legislativa. Seja bem-vindo, Thomas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, obrigada.

Eu convido para vir à mesa também Jessevanda Galvino, Coordenadora de Gestão e Análise do Departamento de Emprego do Ministério do Trabalho. Ela já está conosco. Obrigada, eu já quero agradecer ao ministério por ter enviado uma representante. Que maravilha! Obrigada por ter vindo, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada – obrigada.

E aí, Jessevanda, eu tenho certeza de que o debate aqui vai ser rico e de que nós vamos poder depois continuar esta conversa com o ministério, com todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada! Já agradeça para mim... É Ministro, não é? Ainda é Ministro? (*Pausa.*)

É? Porque mudou todo mundo. Agradeça ao Ministro por tê-la indicado para estar conosco nesta manhã. Eu fico muito feliz.

E, depois, nós vamos ter uma segunda mesa – nós estamos na expectativa também –, com Luciana Mendina, que vem mais à Comissão do que a Presidente. Ela é da Associação Inclusiva, está aqui há muito tempo, tanto nesta Comissão como em outras Comissões, lutando pelos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas com autismo.

E, é claro, não poderia deixar de estar – porque sempre está; mesmo quando não está como expositor, tem palavra nesta Casa – o Bernardo Martínez, filho da Luciana, que está ali, que é estudante autista.

E teremos também, por meio de videoconferência – e aí eu quero agradecer aos nossos convidados que estão por meio de videoconferência –, Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Obrigada, Priscilla, por estar conosco. Um abraço à Ministra, à nova Ministra, que eu não tive o prazer de conhecer. Eu acho que eu estive com ela uma vez, numa reunião muito distante, mas quero ir lá dar um abraço nela. Obrigada, e um abraço também à Secretária.

E está conosco também, de forma *online*, Luciana Xavier Sans de Carvalho, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego – ela também está de forma *online* –, e Marcelo Vitoriano, CEO da empresa Specialisterne...

O SR. THOMAS STRAUSS (*Fora do microfone.*) – Specialisterne.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Repete, vai.

O SR. THOMAS STRAUSS (*Fora do microfone.*) – Specialisterne.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chique, né? É isso aí que ele falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... Brasil, que também tem boas práticas, para compartilhar conosco. É uma alegria, Marcelo, tê-lo conosco.

Eu só queria combinar com os expositores que estão no presencial a seguinte situação – a gente fica com muito medo de que as conexões caiam, e, ao vivo, tudo é possível. Então, nós vamos fazer aqui, nesta mesa, uma alternância de fala: nós vamos ouvir dois presenciais; aí a gente já vai para um, dois *online;* aí a gente volta para a mesa. E, depois, a gente vai pedir que dois da mesa troquem o lugar com a Luciana e com o Bernardo, para a gente contemplar todo mundo.

Eu sei que a Luciana não se importa de falar dali; mas o Bernardo se importa, ele quer ficar sentado aqui do meu lado. Está entendendo, Cotta? Você entendeu?

O SR. FERNANDO COTTA (*Fora do microfone*.) – Coisa boa!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Entendeu o recado, né?

Então, vamos aos nossos debates.

Cada expositor tem dez minutos para a exposição inicial.

Nós não vamos tocar a campainha.

Inclusive, eu quero dar uma notícia para vocês. Eu acho que, nos pequenos gestos, a gente mostra compromisso.

Esta campainha que toca aqui... Era o meu sonho – escutem só – ser Senadora para tocar a campainha aqui embaixo para pedir silêncio.

Aí depois eu fiquei assim: "Fui eleita, que sonho mais besta", não é? "Que sonho"... Ou então dizer para o colega: "Para concluir, Excelência". Pensa como é chique mandar um colega calar a boca. Mas com o passar do tempo, eu comecei a pensar: "Essa campainha é horrível". Especialmente nesta Comissão, que a gente recebe as crianças com deficiências, pessoas com autismo, a campainha incomoda.

Então, nesta Comissão, agora a gente não está tocando a campainha, e já estou conversando com a Casa para que substitua um instrumento que é usado há quase 100 anos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é só nesta Comissão, no Plenário também. Quando Davi Alcolumbre está bravo, que ele coloca aquele dedo na campainha, gente, estremece o Plenário.

E aí eu fiquei pensando: "Espera aí, nós falamos tanto de inclusão nesta Casa, e a gente está usando um instrumento que assusta as crianças com autismo, e, às vezes, até mesmo uma pessoa adulta, a gente se irrita, a gente se assusta".

Então nós não vamos tocar a campainha nesta sessão, mas eu quero informar para os nossos expositores que lá atrás, olha, tem um cronômetro. Vocês acompanhem, vocês têm dez minutos, e delicadamente, a Secretaria vai informar se o tempo esgotou. Mas se precisarem completar a apresentação, fiquem à vontade para completar a ideia, para completar a exposição. E quero informar às pessoas que estão nos acompanhando que os eslaides que forem apresentados ficarão à disposição de todos depois.

Sejam todos bem-vindos e vamos aos debates. Vamos começar ouvindo Omar Heart, que é autista, neuropsicopedagogo, neuropsicanalista, especialista no desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual e um batalhador da causa. Muito bem-vindo.

O SR. OMAR HEART (Para expor.) – Bom dia a todos, Exma. Presidente da Comissão, Senadora Damares, muito obrigado pela oportunidade, a todos que compõem a mesa. Hoje é uma data muito importante, porque não só estamos falando sobre autismo, mas sobre uma parcela dos autistas que ainda vivem na invisibilidade social, que são os autistas na fase adulta.

Eu quero agradecer... Vou dividir a fala com a nossa Presidente de honra, a nossa querida Sylvia Jane Crivella, que tem vasta experiência e é pioneira no Estado do Rio de Janeiro, porque a cidade do Rio de Janeiro começou com políticas inclusivas para o autista adulto por batalha dela.

O debate, Senadora, no Brasil, ainda está muito na infância. Quando se fala de autismo é só na infância, o tratamento, o acompanhamento. Só que o autista cresce. Hoje eu tenho 42 anos. Com muita honra, meu pai está aqui hoje me acompanhando. Meu pai, seu Orlei, que está ali, escultor, artesão, que, com muita dificuldade, junto com a minha mãe...

Eu sempre estudei em escola pública, e há 40 anos, ninguém falava sobre autismo. Ninguém falava sobre autismo há 40 anos, e eu só tirava de zero para trás na escola. Porque o autismo, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem três norteadores de aprendizagem: auditivo, visual e toque. Quando eu pude entender como o meu cérebro funcionava, aí tudo evoluiu.

Só que, quando o autista hoje atinge 12, 13 anos, o que é que tem para ele? O que tem de políticas públicas para um autista adulto hoje no Brasil? Nada.

O maior medo de uma mãe, de um pai é o que vai acontecer com os seus filhos quando eles não estiverem mais aqui. Enquanto nós estamos aqui nesta Comissão, falando nesta audiência pública, que é muito importante – posso falar do meu Estado –, eu conheço pelo menos umas dez famílias que têm autistas hoje que estão amarrados a uma cama, porque não têm suporte. E os que têm suporte hoje utilizam subempregos. São subempregos.

As leis de cotas ainda não abrangem os autistas, porque eles ainda estão na invisibilidade social. E, para falarmos sobre isso, sobre emprego, eu não posso falar de inclusão num país que ainda requer informação sobre o que é o autismo. Antes eu tenho que falar sobre acesso.

Primeiro eu tenho que dar acessibilidade para depois incluir. Como eu vou incluir um autista adulto no mercado de trabalho se ele não tem acesso? E qual é o acesso? Nós não precisamos de mais leis. Nós já temos leis. Nós já temos a LBI, nós já temos a Lei Berenice Piana. Nós precisamos efetivar essas leis no dia a dia, porque um empresário quer contratar o autista, mas ele nem sabe como vai fornecer o mínimo de suporte para esse autista.

Hoje, o CDC diz que um a cada 36 é autista. Eu costumo dizer que é muito mais. No Brasil, são em média 6 milhões de autistas, 50% adultos e nós não temos políticas públicas para eles. Só no Rio de Janeiro, são aproximadamente 450 mil autistas adultos, 2,5% da população do Estado do Rio de Janeiro. E hoje eu posso dizer que 99% dos autistas adultos estão desempregados. E, quando têm emprego, estão no subemprego.

Quando estive aqui quando a nossa querida Senadora era Ministra, eu vim do Rio de Janeiro, em 2018, falei: eu preciso ir lá bater na porta, porque precisamos falar de políticas para os autistas adultos. Fui recebido, protocolamos... Mas ainda estamos engatinhando sobre isso. E não falar só sobre o mercado de trabalho, porque para ele chegar a ter o trabalho, ele tem que ter um suporte.

O CRAS ainda fala sobre o autista na infância. E, quando eu vejo aqui uma empresa que vai falar sobre o autista adulto, o nível 1 de suporte é sempre subestimado. O nível 1 de suporte não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é menos autista. O nível 1 é leve para quem? Perguntem à minha querida esposa, que está aqui, se são leves os meus comportamentos. Não é leve.

Hoje, escritor, já são cinco livros publicados sobre o tema. Vamos lançar o próximo agora. O maior desafio da causa autista é a empregabilidade. Tivemos agora, no dia 2 de abril, o dia internacional de conscientização do autismo. Todo mundo foi para a rua, fez a caminhada, só que o dia 2 já passou e o autismo é todos os dias. E, quando o autista consegue um trabalho, ninguém sabe o que é uma rigidez cognitiva.

Eu tenho um caso, Senadora, de um autista de 21 anos de idade. Ele entrou em crise sensorial no trabalho dele e o que fizeram foi chamar a polícia, ou seja, algemaram, colocaram na caçamba da viatura e levaram porque ele estava agressivo, tinha entrado em crise sensorial porque passou uma ambulância com a sirene, ele pôs a mão no ouvido, não poderia colocar a mão no ouvido porque estava numa videoconferência da empresa e ele era um analista. Resumo da história: demitido por justa causa. Esse jovem representa muitos outros.

As condições são péssimas e estamos aqui hoje falando sobre isso. Que este debate se replique porque não é fácil ser autista. Esse que hoje está aqui foram três tentativas de suicídio. E achar que não precisa de suporte? O fato de precisar de um abafador auditivo no trabalho é custo para a empresa. Quando ele precisa de cinco minutos para sair do escritório, para dar um pulo na varanda ou ir ao banheiro, lavar o seu rosto, para diminuir a sobrecarga sensorial, não pode fazer isso. Mas quando tem esses direitos, eles não são respeitados. Falar do autista criança é fácil, pergunta para este autista aqui se é fácil ser autista. Mas você anda, você fala, você dirige, você não é autista. Quantas vezes eu já ouvi isso? E quando eu fui me tornar faixa preta de jiu-jítsu, o meu mestre disse: "Como é que eu vou dar faixa preta para você? Como é que dá faixa preta para um autista?" Ele falou "Vou fazer um desafio com você, você vai disputar um campeonato, se você vencer o campeonato, a faixa preta é sua". Eu falei "Então você pode me dar a faixa, esse campeonato é meu". Faixa preta são dez minutos de luta, eu tinha que fazer sete lutas mais a final. A luta que durou mais tempo durou 24 segundos. E eu disse para ele "Agora eu quero a minha faixa". Eu coloquei e tirei, eu disse "Porque eu não quero ser o único, eu quero ser o primeiro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então os autistas trabalham em projetos sociais, supermercados, repondo e arrumando gôndolas, não dizendo que não é um trabalho digno, não dizendo isso, mas tem autistas excepcionais no que fazem, cientistas. Eu conheço uma autista que falo que é a melhor psiquiatra que já vi na vida, sendo que ela só atende *online*, ela não gosta do contato físico, ela só sai de casa para ir ao trabalho, ela não vai ao *shopping*, ela não vai à praia. E alguém diz "Como é que ela pode ser médica, se ela precisa de um psiquiatra?", olha a que nível chegamos num debate sobre autista, porque ela não gosta de interação social. Isso foi o que nós ouvimos num congresso para falar sobre autismo.

Então aqui hoje, a representante do Ministério do Trabalho, meu instituto está em dez municípios do Estado do Rio de Janeiro, atendendo a ponta, e nós nos colocamos à disposição para ajudar a flexibilizar, a levar informação de como se pode capacitar, preparar os ambientes para receber os autistas adultos, porque nós precisamos ocupar um lugar que é nosso; o lugar do autista é em todo lugar. E não é pedir, é um direito nosso, um direito constitucional de existir.

O autista adulto precisa existir após os 18 anos. Porque, se for perguntar para o meu pai, que está aqui... Eu tenho um netinho de quatro anos que é um autista não verbal. Qual é o nosso maior medo? O que vai ser do Teo quando ele tiver 18 anos? Porque falar de mediadores... Tem que ter os remédios no posto de saúde... Tudo bem. Só que eu não quero que ele dependa disso. Eu quero que ele seja independente. Eu quero que ele estude, que ele se forme, que ele vá para o mercado de trabalho.

Eu tenho um autista que mora em Santo Aleixo, Magé. O sonho dele é ir para a Escola Naval. E ele fez a prova, mas não pôde ingressar porque falaram que ele é de nível 2 de suporte e que ele não suportaria os treinamentos. Deixe-o ir. Deixe-o sentir na pele o que é, para ele vivenciar.

A fala do anjo azul... Isso é passado. Nunca fui e nunca serei... Não aceito essa fala de um anjo. Nós somos seres humanos, nos frustramos. E, hoje, falar de empregabilidade para o autista adulto, aqui, está sendo um marco. Este debate, não vou dizer que ele é tardio; ele foi no momento certo para falarmos sobre a empregabilidade da pessoa autista. E todos que estão aqui devem se perguntar: o que eu posso fazer para melhorar a empregabilidade da pessoa autista?

No Rio de Janeiro, onde o nosso instituto está, das mais de 3,8 mil famílias atendidas, só dois autistas adultos estão trabalhando. Um trabalha num horto, regando as plantas – um biólogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Um biólogo regando plantas!?

O SR. OMAR HEART – Um biólogo.

O outro, TI. O que você pensar em programação, ele faz. Mas ele fica em casa fazendo trabalhos de *design* gráfico, porque ele só consegue trabalhar de casa; ele não consegue ir para uma empresa, sendo que as entrevistas tinham que ser presenciais. E ele: "Não, eu só faço se for *online*." E ele não tem trabalho. Então, ele não pode trabalhar?

Então, que essa fala hoje seja um chamado aqui à responsabilidade. Aqui é um autista dando aquele puxão de orelha. Olhem para nós porque nós existimos. Nós estamos em todos os lugares. E que a futura geração não passe pelas mesmas dificuldades que eu enfrentei e enfrento hoje. (*Manifestação de emoção.*)

Que este debate saia desta Casa e atinja cada município deste país, porque os autistas adultos precisam sair da invisibilidade. Falar sobre escola autista é muito bom na infância, mas sobre capacitação técnica...

Minhas amigas chegaram... As primeiras intérpretes de Libras do Brasil. Olhem lá minhas amigas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR HEART – Bom dia. Isto é representatividade, isto é representatividade: a autonomia. Apoiar a causa autista é dar voz aos autistas, porque nós temos voz, nós pensamos, às vezes somos chatos mesmo. Às vezes, quanto à nossa rigidez cognitiva, tem dia que nem eu me aguento, mas mesmo assim nós somos cidadãos.

Tem dia que a minha esposa olha para mim e fala: "Rapaz...". E uma vez falaram para ela: "Como é que ele pode ser autista, se você casou? Mas não é autista, porque autista não gosta de ninguém."

Então... Muito obrigado. Aqui eu encerro a minha fala, pedindo para que este debate saia desse ambiente, que ele evolua, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o restante da fala sobre a empregabilidade da fala autista ficará com a D. Sylvia, a nossa Presidente de honra da nossa convergência. E eu encerro aqui a minha fala.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Sylvia. Antes de D. Sylvia falar, eu quero informar que nós estamos numa mesa em cinco pessoas.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos dourados, estou com óculos de gatinha. Estão lindos meus óculos, não estão, gente? Tchã! Gatinha.

Quem acabou de falar, que está à minha esquerda, é o Omar Heart, que é neuropsicólogo, escritor, professor e lidera um instituto que trabalha com pessoas com autismo no Rio de Janeiro, e está em outros lugares também.

Na nossa Mesa, nós temos três homens e duas mulheres, a representante do Ministério do Trabalho é mulher. Eu precisava ter feito essa autodescrição para quem está de longe nos assistindo.

E nós temos, de longe, nos assistindo, como é o nome dele? Aqui ó, João Pedro, da Bahia. Acabou de mandar aqui ó, que está comigo, fez uma imagem linda. Ele é uma figura pública autista, baiano, se tornou uma liderança autista jovem, muito conhecida internacionalmente – e está nos acompanhando.

João Pedro, obrigada pela imagem. Olha lá, gente, que linda que eu fiquei com ele. Obrigada pela imagem. Ele realmente é uma referência na área, o Cotta estava aqui falando para mim do trabalho dele. E, na próxima audiência, nós vamos tê-lo conosco, vamos tê-lo conosco participando.

Nós estamos recebendo muitas perguntas via *online*.

Vamos ouvir agora, ele ia compartilhar a fala dele, mas você viu que ele passou da fala, mas a nossa Presidente vai falar, é uma honra tê-la aqui. Gente, olha, essas pessoas vieram com recursos próprios, se esforçaram para estar aqui, inclusive as minhas duas intérpretes de Libra, chegaram de viagem hoje, foi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chegaram, gente, elas vieram de longe, elas são incríveis.

Eu sigo essas meninas. Quando elas estiveram aqui há dois meses, elas encheram o Senado de alegria e de esperança. Que honra receber vocês aqui.

Presidente Sylvia, tem a palavra.

A SRA. SYLVIA JANE CRIVELLA (Para expor.) – Senadora Damares, todos da mesa, parabéns por este encontro, esta audiência pública tão importante.

Eu tenho a honra de ser amiga do Omar, que conheci em 2018 – minha fala vai ser muito curta, não se preocupem –, quando eu estava à frente da obra social da cidade do Rio de Janeiro, como Primeira-Dama, e fui me encontrar com ele, que estava fazendo um trabalho com criança, se não me engano, em Curicica. Por incrível que pareça, ele estava muito ansioso – muito ansioso. Ele tinha um brinquinho aqui. Até perguntei para ele: "Cadê o brinquinho?". Ele rodava o brinquinho, rodava o brinquinho, e ele suava frio, porque ele estava na frente de uma primeira-dama. Eu não sou, eu estava, é uma coisa passageira. Eu nunca assumi esses títulos. Nós conversamos, conversamos, ele foi relaxando, relaxando, até que nos tornamos grandes amigos. Já se passaram quantos anos, Omar? (*Pausa.*)

Muitos anos, né?

Então, a minha conclusão disso é a de que nós temos que ter acolhimento em primeiro lugar, abraçar as pessoas, deixá-las ficarem tranquilas, à vontade, na nossa presença, e depois dar um voto de confiança.

Esse rapaz aqui é uma sumidade. Ele tem os momentos dele, mas quem não tem, Omar? Todos nós, eu acho, temos um pequeno espectro. Todos nós temos algumas coisinhas esquisitas, mas nós somos todos feitos à imagem e semelhança de Deus, nós somos preciosos. Nas nossas diferenças, nós somos especiais, únicos. E você é uma pessoa única. Então, parabéns pelo seu trabalho. A todos vocês que estão aqui, a todos que estão sentados aqui atrás de mim, parabéns! Isso é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um sobrinho também autista, que tem 20 anos, severo. A gente se preocupa, porque, com 20 anos, ele parece um bebezinho, está aprendendo a escrever, a ler, em alguma coisa, já está progredindo, mas mesmo assim... Então, eu sei da importância disso.

Parabéns a todos vocês! Deus os abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, com a Dona Sylvia, que eu tratei como Presidente, eu quis ser bem formal, né? Eu vou falar o sobrenome dela, para vocês entenderem quem é a D. Jane, porque ela foi muito humilde: a D. Sylvia Jane Crivella é esposa do ex-Prefeito do Rio de Janeiro, que hoje é Deputado Federal, mas que foi Senador. Eu o conheci quando ele era Senador, e eu era só uma assessora aqui nos corredores.

Todas as vezes em que fui à sala do Senador, que depois virou Ministro... Olha a carreira do Crivella. É incrível, né? Todas as vezes em que fui à sala dele, apenas como ativista pelos direitos das pessoas com autismo, com deficiência – tem alguns aqui que são meus parceiros de longas caminhadas –, eu via, no Senador Crivella, uma sensibilidade com o tema muito grande. A gente ficava perguntando de onde vinha tanta sensibilidade. Ele é uma pessoa espetacular, mas ele é casado com uma mulher incrível.

Então, vocês vejam que ela tinha tudo para estar em casa, curtindo a vida dela, mas vocês não têm ideia do trabalho que ela faz nas redes, no WhatsApp. Ai de você, que é Parlamentar republicano, que não faça. Ela acompanha o nosso trabalho na pauta das pessoas com deficiência, ela cobra de nós, ela nos orienta. Então, gente, tem pessoas que têm compromisso mesmo com a pauta.

D. Jane, é uma honra acompanhá-la esses anos todos e uma honra saber que a senhora está acompanhando o Omar, acompanhando e participando ativamente, continuando. Nunca colocou a condição de Primeira-Dama para nada, sempre ficou ali nos bastidores com o marido, como ajudadora, companheira, mas motivando e incentivando e sei que às vezes cobrando sem a gente ver – cobrando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por estar conosco. Que Deus abençoe, abençoe o Deputado Marcelo Crivella, por quem eu tenho muito carinho – muito carinho – e ele sabe também, né, Jane? Ele sabe. Obrigada. Deus a abençoe.

Na sequência nós vamos ouvir agora – eu vou fazer uma inversão, Fernando, porque eu tenho medo de a conexão cair – o Thomas. Na sequência do Thomas, porque eu quero muito que ela participe, ouvindo essas duas experiências, nós vamos ouvir a Priscilla. Eu preciso que os representantes de Governo escutem as boas experiências que estão acontecendo. Então, a gente vai ouvir o Thomas presencialmente e *online* a gente vai ouvir, na sequência, a Priscilla. Depois, a gente volta para a mesa, tudo bem assim?

Então, vamos ouvir agora Thomas Strauss, representante da empresa Major Tom Tecnologia, organizadora de iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade e das relações profissionais saudáveis para jovens e adultos autistas. Bem-vindo, Thomas.

O SR. THOMAS STRAUSS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade. Obrigado a todos por estar aqui presente.

Eu fiquei muito feliz naquele dia quando a gente estava organizando o fórum. Eu não sei se a senhora se lembra, mas a minha mãe perguntou: "Vocês não vão convidar a Senadora Damares?", e de pronto eu liguei para a Marisa e falei: "Mãe, desculpe. Realmente". Era um debate local e eu fiquei muito feliz com a presença da senhora, porque engrandeceu não só com a sua presença política, mas com o conteúdo de poder ter entendido aquele esforço que nós estávamos fazendo lá e de poder ter trazido esse esforço para cá, porque realmente, no início da sua fala: nós olhamos muito para as crianças, e os autistas adultos? O que acontece com eles? Eles vão para a Terra do Nunca? Eles desaparecem? Não, eles existem. Eles são milhões, e nós precisamos enxergá-los. Agradeço demais esta presença, esta oportunidade para que a gente possa trazer este debate para o Brasil com soluções práticas, que eu acho que é o objetivo aqui.

Por favor, a apresentação.

Eu vou fazer uma apresentação primeiramente minha, uma autodescrição. Eu sou um homem moreno, moreno claro, estou usando um terno, tenho cabelos grisalhos. Meu nome é Thomas Strauss. Atualmente, eu sou Vice-Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma entidade muito tradicional, talvez a mais tradicional daqui de Brasília, que representa os empresários aqui da cidade. Inclusive, somos muito admiradores, principalmente na figura do nosso Presidente Fernando Brites, que é um apoiador de primeira hora da Senadora.

Há 25 anos, eu empreendo aqui em Brasília e tenho, entre as minhas atividades, essa empresa de tecnologia chamada Major Tom, que desenvolveu aquela logomarca lá em cima, chamada Fórum da Empregabilidade TEA. Então, foi essa frente que a gente buscou trazer, essa ideia, para que a gente olhasse para o adulto autista. O que ele está fazendo? Como é que a gente consegue mudar a realidade da empregabilidade dessas pessoas?

Falando um pouco mais sobre mim, eu sou pai desses três maravilhosos presentes que eu tive com a minha mulher Bruna. O mais alto é o Vinícius, a Isabel é a menorzinha e esse aí do meio é o João Paulo, que a gente olha e ele está de cabelos compridos, loiros. Então, a gente, às vezes, fica pensando: "Nossa o pai quer deixar o filho com cara de surfista". Na verdade, era tão traumático cortar o cabelo do João Paulo. A gente chegava no cabeleireiro e a cabeleireira até desanimava, olhava o João Paulo... Era uma batalha, muitas vezes ele tomava a tesoura do cabeleireiro e a gente pensava: "Será que ele vai enfiar? Pronto, acabou a vida daquela pessoa". Sem contar o que ele provocava em todos os outros meninos, era impressionante porque ele multiplicava... E o salão inteiro virava uma loucura. Esse foi o período em que a gente decidiu: "Não, vamos esperar um pouco" e até foi bastante, mas o João Paulo talvez seja o motivo de eu estar aqui. Se a gente acompanhar a trajetória dele, ele, desde muito pequeno, tem essa mania de botar terno, ele não sabe amarrar o sapato, mas ele faz uma gravata Windsor, Windsor completo, semi-Windsor, melhor do que qualquer um. E o sonho dele é trabalhar comigo – trabalhar.

Então, vejam como é importante isso. Eu estou querendo trazer os adultos, mas a gente sempre volta para a criança, porque é muito sensível: o que o João Paulo vai fazer? O que todos os autistas brasileiros vão fazer? Então, esse é, talvez, um dos principais motivos que me movem na minha vida profissional.

E eu conversei longamente com o Marcelo da Specialisterne, que é essa empresa dinamarquesa que tem um trabalho maravilhoso, e eu acho que pode ser a grande referência e o grande norte para nós, se não resolvermos, ao menos reduzirmos essas desigualdades. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversando com o Marcelo e com o Paiva da revista *Autismo*, nós não temos dados precisos de quantos autistas no Brasil estão desempregados, mas eu trouxe essa provocação de que, talvez, quase metade dos desempregados do Brasil tenham algo em comum.

Como é que eu cheguei a essa conclusão? O IBGE fez um censo recente que dá um número da prevalência de 1 para 38 brasileiros que são autistas. Se a gente pegar essa prevalência e a gente multiplicar pela nossa população, nós vamos chegar a um número de 5,6 milhões de brasileiros que são autistas. Se nós pegarmos o número dos Estados Unidos, em que é a prevalência é de 1 para 31, nós vamos chegar a quase 7 milhões de brasileiros com autismo. É um número que a gente não sabe ao certo.

O IBGE tem também um outro dado, que é bem expressivo, dos autistas laudados no país, que eu acho que chega perto de 3 milhões... Eu não vou saber agora ao certo, 3,4 milhões de brasileiros que têm o laudo de autismo, ou seja, é muita gente.

Hoje, o Brasil, o IBGE, também dá um número por volta de 5,5 milhões de brasileiros que estão sem emprego. Então, nós temos 95% dos brasileiros empregados e 5 milhões desempregados. Como o Omar disse, metade da população brasileira é ativa, é adulta, pode trabalhar; então, se nós pegarmos aquele mesmo número de 5,6 milhões de autistas, e pegarmos a metade dele, significa que nós temos aí por volta de 2,8 milhões de brasileiros que estão com possibilidade de trabalhar.

E, por fim, se projetarmos o número do CDC, que é o centro de doenças norte-americano, que dá um número de 90% lá nos Estados Unidos, de 85 a 90% dos autistas não têm e talvez nunca terão trabalho; se nós projetarmos esses 90% para o Brasil, nós vamos ter 2,5 milhões de autistas, que são adultos, a grande maioria quer trabalhar, quer ter dignidade, quer ter um salário, quer poder ter o poder de comprar as suas próprias coisas, de ter a sua independência. E nós temos esses brasileiros, isso é uma estimativa, o IBGE não dá esse dado para a gente, eu converso muito com o Paiva, da revista *Autismo*, ele está, assim...

Eu acho que até é um pedido que a gente faz aqui, Senadora: que esta Comissão possa ser um caminho para que nós acessemos o IBGE e que ele faça um relatório específico da empregabilidade do autista; deles, quantos são de suporte 1, 2 ou 3, porque nós não temos esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número. O Censo melhorou bastante, porque eu acho que, só dele já apontar... Antes a gente não tinha nem esse número, não é, Omar?

O SR. OMAR HEART (*Fora do microfone*.) – Ela foi na minha casa. Aí ela me perguntou e eu falei: "Mas eu sou autista". E ela: "Não, mas não caiu para a sua residência essa questão". Então, para que serve o Censo?

O SR. THOMAS STRAUSS – Sim. Claro, a gente sempre tem que aperfeiçoar, mas é um instrumento que temos hoje e acredito que a gente tem que buscar essa resposta dele...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Aperfeiçoar.

O SR. THOMAS STRAUSS – E eu acho que a gente consegue ter esse relatório – sabe, Omar? – com os dados que eles têm lá, com a revista *Autismo*, para poder publicar e dar publicidade a esses dados para que a gente saiba se, realmente, essa minha estimativa matemática, ela tem realmente esse fundamento. Será que nós temos metade da população desempregada autista?

Essa é uma reflexão que eu trago para este momento, para a gente seguir para o momento seguinte, que é apontar o caminho.

Foi bem interessante. Eu estava um dia no meu escritório e me liga o Amauri, da Maurício de Sousa, o braço direito do nosso grande ilustrador brasileiro, e ele me fala: "Thomas, você precisa conhecer esse pessoal que está aqui na Maurício de Sousa. Eles são essa empresa dinamarquesa, que, no mundo, eles empregam 10 mil autistas". E veio da ideia desse dinamarquês, do Thorkil... E o Marcelo, não vou dar o *spoiler*, depois o Marcelo conta melhor *online*. Até quero pedir para a Senadora, se ele puder, depois, entrar para complementar a minha apresentação, acho que vai ser muito rico. Mas esse dinamarquês entendeu o seguinte: "O que o meu filho autista tem de bom e no que ele é o melhor? No que ele pode ser o especialista?"

Specialisterne significa "o especialista". Como nós tivemos o Omar aqui, que ganhou lutas em segundos, é claro que a gente tem esse mito de que todo autista é superdotado, isto a gente sabe que não é uma verdade, mas a gente sabe que praticamente todo autista tem o hiperfoco. E se nós colocarmos esse hiperfoco a serviço de uma atividade específica, esse autista pode desempenhar um trabalho brilhante, melhor do que aqueles que não são autistas, e é isso que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Specialisterne faz com 10 mil pessoas no mundo. Ela não coloca o autista para fazer um trabalho de pouca relevância. Nós temos hoje autistas programando nas principais empresas do mundo, na Central de Inteligência Americana, na SAP Alemã.

Aqui no Brasil, nós podemos trazer o Itaú, com o Adriano Bandini no nosso fórum. Está gravado. Depois, para quem quiser assistir, está na nossa página. Eu acho que é muito esclarecedor.

Hoje o Itaú, com o apoio da Specialisterne, começou um programa de inclusão de pessoas autistas. Hoje eles têm por volta de 300 pessoas dentro do Itaú, pessoas autistas, fazendo que tipo de trabalho? Trabalhos na área de tecnologia e trabalhos brilhantes, trabalhos que estão reduzindo imensamente o processamento das atividades bancárias de um dos principais bancos do país.

Por conta desses 300 autistas que entraram, ingressaram no Itaú, muitos funcionários do Itaú que eram autistas e não se declaravam passaram a ver que a empresa os acolhia e passaram a se identificar como autistas.

Hoje, se não me engano, eu acho que o Itaú tem um programa de 600 autistas, parte que se identificaram e parte que foram trazidos pela Specialisterne.

Eu acho que esse é um modelo, Senadora, que a gente pode usar nos nossos organismos públicos. A gente pode estimular esse tipo de atividade dentro das empresas, com incentivos.

Quanto é que hoje a Specialisterne cobra para fazer isso? Vamos transformar isso num preço público. Vamos dar o exemplo em algumas instituições e começar a colocar isso na prática e disseminar esse conteúdo para que não só os dinamarqueses... Por que a gente precisa de um povo que vem lá da Dinamarca?

Até nesse sentido eu tenho uma defesa muito bacana da Specialisterne Brasil. Dessas 10 mil pessoas que estão empregadas no mundo, mil estão empregadas por conta da Specialisterne Brasil.

Então, no mundo, nós temos quantos países em que eles estão presentes? Mas 10% desse trabalho está sendo feito pelos brasileiros, com a metodologia desses dinamarqueses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que aprender isso, a gente tem que disseminar esse conteúdo para que os próprios recursos humanos das entidades públicas possam fazer esse trabalho.

Aí eu tenho um exemplo, sim. Eu tenho uma amiga de uma fundação que me apoia nesse projeto. Ela é superintendente dessa fundação. Nós temos longas conversas sobre você ter uma estrutura dentro das empresas que possa fazer a conformidade, deixar o ambiente conforme com aquele profissional, deixar as pessoas conformes com aquele profissional.

E ela, essa superintendente, me acompanha há vários anos, e, um belo dia, os funcionários dessa fundação pública vieram até ela, um verdadeiro departamento. Dez pessoas pediram essa reunião para pedir a demissão de um colega que tinha entrado e que era neurodivergente, porque ele era grosseiro, ele não se adaptava, ele não funcionava dentro do departamento. E ela perguntou para todos os dez: "Mas no que ele é bom?". E provocou um choque nas pessoas. As pessoas falaram: "Olha, ele é bom em analisar processos".

Vejam bem qual é a finalidade do servidor público, e talvez a mais importante, senão analisar processos? O que era chato para a maioria daquelas pessoas, para ele era o que ele fazia de melhor.

Ela pegou e falou: "Vamos fazer o seguinte: vamos deixar o abafador com ele, vamos tirá-lo do departamento e vamos colocá-lo...". Ela, sem ser da Specialisterne, tomou certas medidas, colocou-o numa sala. Ele se tornou o melhor analista da fundação. A pessoa que seria mandada embora, porque estava em estágio probatório, tornou-se o melhor, como o caso do Omar.

É isso que nós temos que fazer: conformidade, ensinar os departamentos.

As pessoas que estavam ali não eram pessoas más. A gente pode ter isso dentro da gente: "Nossa, mas que pessoas insensíveis!". Elas simplesmente eram ignorantes.

Eu era ignorante, eu procurei entender, mas a gente precisa fazer isso sistematicamente.

E aí, o meu tempo já se esgotou... Eu quero passar a palavra, se possível, Senadora, para o Marcelo, da Specialisterne, para que ele possa mostrar o que ele está fazendo.

E eu acredito, sinceramente, que esse é o caminho.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Thomas, muito obrigada.

Eu fico muito feliz com a sua participação e a do Omar também.

Omar, sua fala foi muito desafiadora, foi emocionante. Você falou com quem está trabalhando para incluir pessoas com TEA no mercado de trabalho, mas você é uma pessoa com autismo, as suas lutas e dificuldades.

Duas falas aqui desafiadoras.

Mas eu quero dizer para vocês que estão chegando perguntas.

Guilherme, de Minas Gerais, pergunta o seguinte, vejam só: "Acho interessante essa preocupação com o TEA, mas e as outras deficiências, como motora, auditiva e visual?".

Eu queria responder para Guilherme do meu jeitinho.

A gente encontra empresas incluindo pessoas com deficiência, na cadeira de rodas, pessoas cegas, com deficiência auditiva, motora, mas há uma coisa que eles trouxeram aqui para a mesa, que está implícita: as pessoas têm medo das pessoas com autismo.

Eu não vejo nenhum patrão com medo de empregar uma pessoa com cadeira de rodas, mas há um mito em torno da pessoa com autismo, e é esse mito que a gente tem que derrubar. Tem medo deles descompensarem, como foi o exemplo que você contou aqui.

Então, essa discussão é também para derrubar esse mito. Eles estão prontos, sim, para o mercado de trabalho. Nós que não estamos prontos para recebê-los.

Eu tive um caso de um funcionário com autismo que estava no ponto de ônibus, voltando para casa. E, no ponto de ônibus, ele também teve uma crise sensorial, e ninguém no ponto de ônibus sabia o que fazer.

A polícia foi chamada porque ele estava "drogado", e ele foi preso sob a suspeita de que estava portando drogas.

Aí, como ele reage à prisão, e é natural, é um medo, ele foi autuado por resistência à prisão e desacato à autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai falar sobre isso, Cotta. Eu tenho certeza de que você vai falar sobre isso.

Então, Guilherme, a gente quer a inclusão para todas as pessoas com deficiência, mas esse recorte aqui, hoje, é para a gente, inclusive, derrubar alguns mitos, derrubar algumas inverdades que permeiam a falta de inclusão.

Nós temos uma colega que está aqui, que veio a uma audiência. Ela estava grávida – ela vai falar, vai dar um "oi" daqui a pouco –, ela estava grávida, e disse: "Senadora, eu estou grávida, eu tenho autismo, eu trabalho com o tema, e nós não estamos encontrando emprego".

Então, ela volta aqui hoje – deixou o bebê em casa –, está aqui, está muito feliz por este debate estar acontecendo.

Márcia, do Acre, pergunta: "Por que as leis de inclusão para pessoas com TEA não são estendidas para o trabalho? Adequação e suporte para o TEA são fundamentais".

Eu acho que o Marcelo vai falar sobre isso.

Maria, de Goiás: "As empresas realmente entendem as potencialidades das pessoas com TEA ou focam apenas nas dificuldades?".

Tayane, da Bahia: "Existem leis para punir os colegas de trabalho e patrões que tratam os autistas com desdém no ambiente de trabalho?".

Stefany, do Rio Grande do Sul, faz um comentário: "Inclusão de pessoas com TEA exige mais que acesso ao emprego: requer preparo, respeito e políticas que garantam igualdade e dignidade".

E Emily, de Minas Gerais, diz o seguinte, apenas um comentário: "Acredito que pautas como essa devam ser mais discutidas, pois trazem mais visibilidade para os desafios que o adulto autista enfrenta".

Observe que eu citei um de cada estado. Então, esta audiência está sendo acompanhada por pessoas do Brasil inteiro. Então, eu fico muito feliz com a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora – e é de propósito –, depois de Thomas, o Marcelo Vitoriano, porque, depois da fala do Marcelo, a gente vai ouvir as representantes do Governo, as representantes que executam as políticas públicas. Então, eu queria muito que elas fossem desafiadas.

E aqui, gente, é um debate inicial. Nós não vamos cobrar nada do Governo, porque é tudo muito novo para todo mundo. Elas vão dar a participação delas sem nenhuma cobrança. É uma roda de conversa mesmo aqui hoje, uma roda de conversa.

Vamos ouvir Marcelo Vitoriano, CEO da empresa... Repita como é que fala, Thomas.

O SR. THOMAS STRAUSS (*Fora do microfone*.) – Specialisterne.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Specialisterne Brasil.

Marcelo, obrigado por compartilhar seu tempo conosco neste debate histórico aqui no Senado Federal.

Você tem dez minutos.

O SR. MARCELO VITORIANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Agradeço à senhora esta oportunidade de estarmos aqui debatendo esse tema tão importante para a nossa sociedade, e já tivemos participações fantásticas dos colegas que me antecederam.

Quero cumprimentar toda a mesa também, na figura do Cotta. Tê-lo nessa discussão é algo extremamente importante. É uma pessoa, como a Senadora já falou, que tem contribuído para a história das pessoas autistas no Brasil. Então, um grande abraço para todas as pessoas aí, na figura do Cotta.

Obviamente, o Thomas já falou da Specialisterne, em alguns momentos, e agradeço-lhe o carinho, Thomas.

Nós somos apenas uma experiência que tem conseguido alguns resultados, que tem conseguido impactar a vida das pessoas, mas, principalmente, trazido o tema para dentro das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, sendo de uma forma clara para elas, porque a questão da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, em especial para as pessoas autistas, não é uma benesse, não é um privilégio, é uma questão de direito.

As pessoas têm o direito a ter oportunidades de entrar no mercado de trabalho, elas têm o direito a construir uma carreira profissional e, para isso, elas precisam que as empresas se preparem e se adequem, proporcionem adaptações razoáveis, para que possam construir a sua vida profissional e se sentirem bem na empresa em que elas estão trabalhando.

O Omar fez uma colocação, Senadora, que eu acho vital para essa nossa discussão: é extremamente importante a gente falar da empregabilidade das pessoas com TEA, mas a gente não consegue ter essa conversa de empregabilidade se a gente não fala de acessibilidade. Sem acessibilidade, a gente não consegue ter nenhum tipo de conversa.

Quando a gente fala de melhorar a empregabilidade de populações vulneráveis, em situações mais vulneráveis, como das pessoas autistas ou com outras deficiências, a gente precisa se atentar a isso. E nós, como sociedade, a gente precisa olhar não só para como está a capacitação das pessoas, mas a gente precisa olhar, enquanto sociedade, o que é que a gente tem feito para que as pessoas, efetivamente, tenham oportunidades no mercado de trabalho.

E, assim como o Omar falou, a gente tem uma lista de pessoas aqui, às vezes com dois, três idiomas, com formação de curso superior, e elas não conseguem entrar no mercado de trabalho.

Existe uma desconexão com os dados até – a Luciana vai falar muito bem de quantas vagas a gente tem para pessoas com deficiência no Brasil, por exemplo –, então, a gente está falando que a gente não tem oportunidades para as pessoas autistas trabalharem, mas a gente tem um *gap,* talvez, de mais de 0,5 milhão de pessoas que poderiam estar trabalhando no mercado de trabalho.

A gente precisa conectar essas situações enquanto sociedade civil, enquanto esta Casa, Senadora... Eu fico extremamente feliz de essa discussão estar sendo trazida de uma forma efetiva. A gente está começando essa conversa, mas eu acho que, daqui, a gente pode construir algumas diretrizes, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida de brasileiros que têm autismo, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida de seus familiares, e que efetivamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fale que o Brasil é um país que dá oportunidade para todas as pessoas e se preocupa com todos os brasileiros, independente da sua condição – se é neurodivergente ou não, se tem alguma deficiência ou não.

Eu vou pedir a gentileza de colocar uma apresentação muito rápida aqui. Eu prometo que eu vou ser muito objetivo na minha fala.

Não sei se vocês podem compartilhar a apresentação, por favor.

Eu sou Marcelo Vitoriano – enquanto compartilha a apresentação –, eu sou um homem pardo, eu tenho cabelo curto, ainda um pouco escuro, mas um pouco grisalho; eu tenho uma barba toda grisalha. Estou com óculos de cor laranja, um casaco azul um pouco claro e uma camisa azul clara, e no fundo tem uma figura de um escritório com o logo da Specialisterne.

Muito obrigado.

A Specialisterne é uma organização de origem dinamarquesa. Nós nascemos através de uma situação de uma família, que, assim como o Omar, sempre teve a preocupação assim: "O que é que vai acontecer com o meu filho quando ele estiver na vida adulta?". "Será que ele vai ter oportunidades no mercado de trabalho?".

E isso aconteceu em 2004. Thorkil e sua esposa, Annette, sempre se preocuparam, assim, com essa situação futura. E Thorkil trabalhava numa empresa de tecnologia e observava as características do seu filho – as dificuldades de comunicação e interação social –, mas também Thorkil observava algumas características como o raciocínio lógico diferenciado, uma memória absurda que seu filho tinha, e ele sempre se questionava assim: "Por que é que a sociedade coloca o foco nas pessoas autistas reforçando as suas dificuldades? Por que é que a sociedade não pode olhar para as pessoas autistas e dar foco nas suas habilidades, no que as pessoas têm de melhor?".

E aí, Thorkil, muito incomodado com essa situação, pede demissão da empresa em que ele trabalhava na Dinamarca, hipoteca sua casa e cria a Specialisterne, em 2004.

Pode passar o eslaide.

Specialisterne significa "os especialistas", em dinamarquês. O Thomas já falou algumas coisas da Specialisterne...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu não combinei nada com ele, não paguei café, almoço, não paguei nada; o Thomas é um amigo muito querido, é um apoiador da causa.

A Specialisterne está presente em 26 países. Já fizemos a inclusão de mais de 10 mil pessoas no mercado de trabalho e a gente tem 600 colaboradores.

No Brasil, iniciamos o nosso projeto em 2015.

Nós temos uma unidade aqui em São Paulo, começamos algum projeto no Rio de Janeiro, também já fizemos projetos de capacitação em Recife, no Rio Grande do Sul, mas, quando nós começamos aqui, em 2015, foi muito difícil, porque nós chegávamos para os empresários e falávamos "olha, temos um programa de formação, de capacitação para as pessoas autistas, eu tenho vários profissionais com uma super habilidade para trabalhar, um perfil extremamente interessante", as pessoas falavam para a gente assim: "Mas pessoa autista pode trabalhar? Eu nunca pensei que pessoa autista pudesse trabalhar". "Eles não podem ter crises?". "Quando eu penso em autismo, eu penso em pessoas... Não são aquelas pessoas que ficam se balançando o tempo inteiro, com alguns comportamentos?". Eu falei: "Também são, mas as pessoas podem, sim, trabalhar, desde que você se prepare para receber esses profissionais".

Então, quando a gente começou aqui no Brasil, foi muito difícil, porque existia um desconhecimento muito grande do potencial das pessoas autistas.

Pode passar, por favor.

E aí, com o transcorrer do trabalho... Nós somos uma organização de impacto social. Nós só existimos aqui porque uma pessoa da Espanha conheceu o Brasil e falou assim: "Olha, o Brasil é um país extremamente solidário, eu gostei muito. Eu gostaria de levar o projeto da Specialisterne pro Brasil". Então, foi preciso um espanhol investir um recurso próprio, para que a gente pudesse existir.

E aí, com as dificuldades de projetos sociais no Brasil, nós demoramos uns quatro, cinco anos para ter sustentabilidade no projeto, para poder pagar as contas. E hoje, graças a Deus, a gente tem.

Mas hoje a gente tem muitas empresas com experiências interessantes, saudáveis e que têm colocado para nós o quão bom é receber profissionais neurodivergentes e quanto essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas podem contribuir para uma empresa melhor, uma empresa mais acolhedora com todas as pessoas e uma empresa mais solidária; e pessoas que performam.

Então, o Thomas deu o exemplo do Banco Itaú, que é um grande parceiro nosso, mas nós temos o Bradesco, também temos a Scania. Temos a SAP, que tem um programa global de inclusão de pessoas autistas e pessoas neurodivergentes... Enfim... Accenture; a Leroy Merlin, pessoas no atendimento...

Então, como o Omar falou, as pessoas podem trabalhar onde elas quiserem.

Às vezes, a gente acha que, pelo fato de muitas pessoas terem maiores dificuldades de comunicação e interação social, elas não podem trabalhar com o público, mas eu conheço várias pessoas que gostam de trabalhar com o público e não têm problema nenhum.

Então, a gente tem que proporcionar para as pessoas experiência onde elas querem trabalhar.

Todas as empresas que estão aqui têm projetos muito interessantes de inclusão, de receber o profissional autista, de preparar seus times para a inclusão.

Pode passar, por favor.

E, nesses dez anos, a gente já colocou mil pessoas aí no mercado de trabalho, em diferentes cidades do Brasil.

Quando a gente fala mil pessoas, esse é um número de que a gente se orgulha muito, mas eu gostaria muito de que esse número fosse cem vezes maior, porque tem pessoas para serem incluídas, tem pessoas para serem capacitadas, mas nós estamos tentando trazer esse tema aí para a sociedade de uma forma muito clara, no sentido de que as pessoas têm o direito de trabalhar, e as empresas que não estão contratando profissionais autistas estão desperdiçando talentos. Eu tenho completa segurança dessa fala que eu estou fazendo.

Então, quando algum diretor de RH, ou gerente de RH, ou CEO fala comigo: "Ah, não, eu não contrato pessoas autistas". Eu falo: "Rapaz, você está com algum problema de governança, porque você está perdendo talentos e você, às vezes, está deixando de cumprir uma lei de cotas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma questão de *compliance*, é uma questão que você precisa atender, ao não contratar profissionais neurodivergentes".

Pode passar, por favor.

Legislação para a inclusão das pessoas autistas.

Eu acho que o Brasil não precisa de legislação nenhuma. A gente tem uma legislação muito rica, muito forte. A nossa legislação é muito reconhecida fora do Brasil como uma das mais inclusivas, como uma das melhores legislações que a gente tem para incluir pessoas com deficiência.

Meu tempo já está acabando, gente. Eu vou só terminar.

Mas eu queria falar isto, que, recentemente, eu escutei um grande especialista falando que as pessoas, principalmente as com nível 1, procuram buscar benefícios e benesses do governo. Eu discordo um pouco dessa fala. As pessoas têm o direito ao trabalho. Não é benefício, não é benesse; é o direito.

O Brasil é signatário da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU. Isso tem peso de lei no Brasil. Então, a gente não precisa de nada.

A gente quer que as empresas olhem para o potencial das pessoas autistas. A gente quer que o poder público fomente a empregabilidade das pessoas autistas e que essa junção dessas esferas da sociedade possa terminar com um número maior de pessoas trabalhando, possa culminar com pessoas com mais esperança de que, daqui a alguns anos, seu filho vai estar trabalhando, porque a gente é uma sociedade que acolhe as pessoas, independentemente das suas características.

Pode passar, por favor.

E, aí, não adianta a gente focar... A gente não pode, de forma nenhuma, olhar para as dificuldades de inclusão que a gente tem com as pessoas com deficiência e, principalmente, com as pessoas autistas como se isso fosse uma lacuna na empregabilidade das pessoas autistas. A gente tem que olhar para o problema de uma forma ampla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se as empresas não caminharem para serem neuroinclusivas e terem acessibilidade para atrair profissionais autistas, a gente não vai crescer, a gente não vai superar essas dificuldades. Se a gente não olhar para os processos...

Aqui é um estudo que foi feito por especialistas renomadas, de 2024, que coloca todas as etapas que as empresas precisam ter para serem uma empresa legal, bacana, neuroinclusiva.

Então, quando a gente olha para o recrutamento das pessoas, como é que a gente recruta as pessoas? O nosso recrutamento é adaptado para as características, para pessoas com diferentes características? Eu consigo adaptar meus processos para que eu não seja injusto com pessoas autistas? Ou eu vou colocar todas as pessoas para fazerem um processo seletivo com dinâmicas de grupo, e aí, quando eu faço isso, eu já excluo os nossos amigos e amigas autistas? Como eu recebo as pessoas autistas? Como eu desenvolvo as pessoas internamente?

Uma empresa um dia me procurou e falou assim: "Marcelo, eu tenho profissionais autistas trabalhando há dois anos, mas a forma como eu avalio as pessoas para progressão de carreira é injusta, porque um dos tópicos importantes que eu tenho, para que a pessoa possa passar a um cargo de liderança, é que ela tenha uma excelente comunicação e interação social. Então, na avaliação que eu tenho hoje, eu estou sendo discriminatória".

A gente ajuda as empresas a reverem seus processos. E, com tudo isso, a gente vai ter empresas em que as pessoas queiram permanecer. Elas vão se manter no emprego.

Então, aqui está, de uma forma muito didática, para as empresas.

Existe um caminho. Por mais que as empresas hoje possam falar que desconheçam, mas existem experiências muito positivas. A gente já falou de algumas aqui. A gente tem a SAP, tem a Scania... Vocês podem nos procurar, que a gente vai passar esses contatos com o maior prazer.

Pode passar, eu já estou terminando. Desculpem-me pelo tempo.

Acessibilidade. Essa é a palavra para inclusão. Eu volto a falar: sem acessibilidade, a gente não vai abrir oportunidades, a gente não vai reter o profissional. As pessoas, sem acessibilidade, adoecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem pessoas no setor público, trabalhando hoje, ou no privado, que, quando não têm acessibilidade, têm problemas graves de saúde mental. Então, proporcionar ambientes saudáveis, quer seja mudando processos, quer seja com um espaço físico adequado para as pessoas, mudando a comunicação interna que a gente tem, para ser uma comunicação mais clara, para que todas as pessoas possam entender... Sem isso, a gente não vai caminhar nesse processo.

Pode passar.

E os benefícios para a inclusão da neurodiversidade?

Essa é uma pesquisa da Accenture, e ela descobriu isso. Eu vou atrair novos talentos, eu vou ter uma lealdade de capital humano.

As equipes que têm profissionais com deficiência e pessoas neurodivergentes, pessoas autistas, têm um maior grau de engajamento. São pessoas que gostam muito mais das suas empresas. Elas têm orgulho da sua empresa. A gente tem uma questão de eficiência, a gente tem equipes mais humanizadas.

Quando a gente tem tudo isso, a gente entende que as empresas precisam fazer isso, não só para ter vantagens competitivas; elas têm que fazer isso porque é a coisa certa a fazer. Mas, como consequência, elas vão ter uma vantagem competitiva; elas vão ter equipes mais produtivas; elas vão ter uma cultura mais humanizada; elas vão ter empresas que se orgulham de como tratam todas as pessoas.

Pode passar.

Esse é o meu contato.

Tem um vídeo de dois minutos, se a gente puder passar, Senadora. Eu peço desculpas por ter me estendido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode passar, Marcelo. Está muito interessante, está todo mundo muito atento. Pode passar.

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência*.) – Ah, então está bom.

Acho que já vai passar diretamente aí, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcelo, nós estamos rindo aqui, porque você ficou muito bonito nessa imagem. Você tem que dizer para a gente como é que você faz para ficar iluminada e *clean* essa imagem, para a gente fazer isso para todos os outros expositores.

E já me disseram que você não é tão bonito assim, Marcelo, aqui na mesa. Estão te traindo, estão te traindo aqui. (*Risos.*)

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência.*) – Tem pessoas que falam que são minhas amigas, Senadora, mas, olha, vou falar para a senhora, hein...

Não, é brincadeira. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos assistir ao vídeo, Marcelo.

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência.*) – Está o.k.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Compartilhe com a gente o vídeo, porque você está como coanfitrião.

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência.*) – Ah, está bom. Está bom.

Deixe-me, deixe-me...

Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto o Marcelo abre lá o vídeo, estão com a gente: Victor Mazzei, advogado e pai atípico; Pedro Lucas Costa, Professor e Pesquisador do Núcleo de Autismo e Neurodiversidade da UnB – obrigada, professor; Larissa Ferreira de Melo, mulher autista, mãe atípica e servidora pública –que desafio, que desafio; Eduardo Lima, Presidente do Sindicato dos Servidores do PGU e MPU – obrigada por estar com a gente; e Maria Luiza Machado e Ana Maria Machado, que são as embaixadoras do autismo, intérpretes de Libras e são as alegrias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, gente, está conosco também a Defensoria Pública do DF, Dra. Amanda Fernandes, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Distrito Federal, que é a melhor defensoria do mundo – gostou, não é, Dra. Amanda? –, e integrante da Comissão PCD da Anadep.

Ela trouxe uma cartilha espetacular sobre direitos e defensoria pública, do autismo. A nossa secretaria vai distribuir com os presentes. Vamos deixar também alguns, para, depois, se algumas pessoas quiserem, poderão buscar na secretaria.

Doutora, um abraço ao novo Defensor-Geral. Seja bem-vinda. É uma honra. A gente sempre conta com a Defensoria.

Este debate vai continuar, e vocês vão estar nesta mesa aqui com a gente.

Obrigada.

Marcelo, está pronto?

Então, vamos assistir ao vídeo do Marcelo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcelo, que vídeo! Que vídeo! Estamos todos aqui emocionados.

Obrigada, Marcelo.

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se você puder continuar até o final...

A gente já avisou para os nossos expositores que estão de forma presencial: se alguns que estão de forma *online* precisarem sair, depois da apresentação, fiquem à vontade.

Mas, Marcelo, que mais experiências como essa sejam multiplicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora duas representantes do Governo, né? Que elas busquem vocês como parceiros também nessa nova discussão que nós estamos tendo da empregabilidade das pessoas com autismo.

E aí, Marcelo, no fórum que nós tivemos aqui no DF, a gente viu a experiência do Itaú – um dos que falaram ali acho que é do Itaú, né? Que interessante... Como eles estão prontos para o mercado financeiro; como eles entendem de matemática!

E eu só quero lembrar ao Brasil que, nos últimos escândalos no mercado financeiro de roubo, fraude e corrupção, nenhum ator era autista, tá? Fica dado o recado.

Pronto, falei, falei! É isso aí. Falei (Risos.).

Vamos ouvir agora, com muita alegria, a Priscilla.

O SR. MARCELO VITORIANO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcelo. Se puder ficar até o final...

Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Priscilla, seja bem-vinda. Obrigada por participar do debate nesta audiência pública. (*Pausa.*)

Ela não conseguiu?

Hã? (*Pausa.*)

Priscilla, ligue o seu áudio. Ele está desligado. É você mesma que liga. (*Pausa.*)

Deu... Não.

Ligue o áudio. Ainda está sem áudio.

Está muito bonita na tela. (*Pausa.*)

Não, não. Só um instantinho, Priscilla, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Priscilla é do Ministério dos Direitos Humanos.

Está ligando para ela? (*Pausa.*)

A sua assessora está te ligando daqui, Priscilla. Só um instante.

A SRA. PRISCILLA SELARES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agora sim.

Veja se agora a senhora me ouve.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo baixinho.

Onde se aumenta o som lá?

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência.*) – Vamos aumentar o volume, então. (*Pausa.*)

Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto.

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora!

Começando agora, então.

A senhora me ouve melhor?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo.

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência.*) – Pronto.

Primeiramente, em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da nossa Ministra Janine Mello e da nossa Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Isadora Nascimento, quero agradecer esse convite e parabenizá-la pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É urgente, de fato, tratarmos sobre empregabilidade para as pessoas com transtorno do espectro autista, tendo em vista, principalmente, os inúmeros desafios que já foram tratados aqui hoje.

Conforme foi dito pela senhora, eu sou a Priscilla Selares, uma mulher branca, de olhos e cabelos castanhos, cabelos com mechas, na altura dos ombros; estou de *headphone*; vestindo um macacão preto, um blêiser preto, com listras brancas nas costuras, e estou sentada na minha sala, na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mais especificamente na Cgaips.

Eu tenho uma apresentação para compartilhar com vocês, para a gente ir abordando ao longo desses dez minutos.

Vamos ver se eu compartilho por aqui ou se vai ser compartilhado por vocês.

Eu cheguei a encaminhar previamente. Não sei se vão compartilhar lá ou se eu compartilho aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já vamos compartilhar por aqui, Priscilla.

A SRA. PRISCILLA SELARES – Pronto. Perfeito.

Então, eu vou iniciando...

Perfeito.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto. Estamos vendo.

A SRA. PRISCILLA SELARES – Pronto.

Muito obrigada.

Então... Muitos dos aspectos que eu vou abordar hoje aqui, bem rapidinho, já foram comentados de forma brilhante por todos os palestrantes que me antecederam. E, aí, eu quero só iniciar, destacando alguns dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu esqueci de dizer que sou uma mulher com deficiência visual. Então, primeiro, queria só confirmar se já estamos na tela dos dados.

Queria pedir a gentileza de colocar essa tela, justamente porque a gente já trouxe alguns dados aqui, que foram falados.

Quero chamar a atenção especialmente para os dados do IBGE, primeiramente para o fato de que, de acordo com o Censo de 2022, nós temos 7,3% da população brasileira com mais de dois anos – dois anos ou mais – com algum tipo de deficiência e 1,2% da população com transtorno do espectro autista.

É importante a gente chamar a atenção para o fato de que, pela primeira vez, tivemos um censo trazendo esses dados separadamente, o que auxilia muito na elaboração de políticas públicas cada vez mais especializadas, para atender às especificidades de cada uma das áreas das deficiências.

E, aí, a gente chama a atenção para o fato de que, desde 2012, com a Lei 12.764, as pessoas com transtorno do espectro autista já são consideradas pessoas com deficiência.

Às vezes, gera um certo desconforto o fato de esses dados terem sido trazidos separadamente, mas é importante, principalmente diante de tudo o que já foi dito antes de mim aqui mesmo nesse painel, que a gente tenha especificidades das pessoas com transtorno do espectro autista que precisam ser levadas em consideração. Então, quando a gente percebe o número expressivo de pessoas com TEA que nós temos na nossa população, isso facilita com que a gente esteja cada vez mais compreendendo essa realidade diferenciada das especificidades das pessoas com TEA e, principalmente, quando se fala em políticas públicas, pensando o que mais a gente precisa ter de diferente ou de mais abrangente.

E aí eu coloco no mesmo eslaide os dados com relação à escolaridade, fazendo a comparação entre as pessoas que não têm deficiência e as pessoas com transtorno do espectro autista, que é justamente o percentual de 28,4% e 38,5%, para chamar a atenção em relação ao tempo de permanência nas escolas das pessoas que não têm deficiência e das pessoas com TEA, justamente porque a gente está hoje falando sobre empregabilidade, e a gente ainda não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados que tratem especificamente dessa questão, como foi falado pelo Thomas, e a gente precisa discutir essa questão.

E, aí, indo um pouco ao comentário que o Guilherme fez no YouTube, não só em relação às pessoas com TEA, mas também em relação às outras deficiências, a gente precisa ter dados relacionados à empregabilidade que mostrem exatamente quais são as deficiências que estão tendo mais oportunidade no mundo do trabalho.

Infelizmente, a gente sabe que as deficiências que são mais severas ou as pessoas que enfrentam mais barreiras no seu dia a dia acabam sendo aquelas que menos têm oportunidades de trabalho, como acontece, inclusive e principalmente, com as pessoas com transtorno do espectro autista.

Hoje, as pessoas com transtorno do espectro autista permanecem mais tempo nas escolas justamente pela falta de preparo, pela falta de técnica, pela falta de conhecimento acerca do espectro autista. Com isso, as pessoas acabam tendo uma dificuldade maior de compreender os conteúdos, de acessar as informações e de concluírem a sua escolaridade, não por conta do TEA, mas principalmente e exclusivamente em razão das barreiras existentes ainda dentro das instituições de ensino, sejam barreiras de natureza atitudinal, sejam de natureza humana, sejam também da própria falta dos instrumentos necessários, das condições ideais desse ambiente escolar, para que as pessoas com TEA possam desenvolver da melhor forma possível, em tempo equiparado ao das pessoas sem deficiência no ambiente escolar.

Pode colocar a próxima tela, por favor.

Eu fiz questão de elencar aqui sete principais desafios que são enfrentados pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho, e muitos deles já foram abordados aqui com bastante brilhantismo, o que vai permitir que eu fale de forma bastante rápida sobre eles, mas acho que é importante a gente sempre reafirmar.

Primeiramente, é justamente o desconhecimento e o preconceito que existem em relação às pessoas com TEA. A Senadora já falou muito brilhantemente no início. É o fato de que existe um medo em relação às pessoas com TEA em relação aos comportamentos, mas justamente em razão do desconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante muitos anos, nós, pessoas com deficiência como um todo e também as pessoas com TEA, fomos mantidas isoladas nas nossas próprias residências, entre as nossas famílias, proibidas do convívio social em razão das inúmeras barreiras existentes. Isso faz com que grande parte da sociedade não saiba como se relacionar com as nossas diferenças. Então, isso acaba impedindo também o ingresso no mundo do trabalho, pelos inúmeros aspectos que foram trazidos anteriormente.

Outro ponto que é legal de a gente destacar é a resistência existente no mundo empresarial, no mundo do trabalho como um todo – e, aí, no serviço público a gente também verifica isso –, que é a resistência à mudança.

A gente vive em uma sociedade que, o tempo todo, está em busca de padrões. Aí, quando esses padrões são quebrados, acaba que parece que gera um certo desconforto. Mas, para a gente conseguir conviver, principalmente no mundo do trabalho, com a diversidade humana, a gente precisa entender, como já foi dito antes, a necessidade de a gente atender a cada característica da forma como ela melhor pode desenvolver as suas atividades no cotidiano.

Outra questão também importante de a gente destacar é a falta do conhecimento técnico. E aí O Marcelo, que me antecedeu, falou muito bem sobre isso.

Existem profissionais especializados para preparar o ambiente empresarial, as atividades ali desenvolvidas, para que cada pessoa, cada colaborador, cada profissional que estiver ali, desenvolvendo a sua atividade, possa fazê-lo da melhor forma, mas ainda há uma resistência na contratação, na busca desse profissional e, principalmente, no conhecimento.

Outro ponto interessante também de a gente destacar que constitui uma barreira significativa é justamente os processos seletivos, que acabam engessados lá naqueles padrões que a gente comentou anteriormente e que acabam fazendo com que pessoas com TEA, por exemplo, não consigam se desenvolver numa entrevista que exija um comportamento, uma expressão verbal muito mais determinante, e a gente precisa pensar que não é só através da fala que a gente vai conseguir examinar o potencial de um profissional para uma determinada vaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, essa questão da abordagem verbal é um aspecto, mas a gente sabe que, para entrevistar, para conhecer um profissional com TEA, a gente vai precisar observar muitos outros aspectos, e aí, para isso, a gente precisa de um processo seletivo que seja adaptado.

A gente precisa considerar também a questão da imprevisibilidade que a gente tem, muitas das vezes, no mundo do trabalho, e que as pessoas com TEA encontram uma maior dificuldade de lidar com essa imprevisão justamente porque tem a questão da ansiedade envolvida, tem a questão do comportamento relacionado. Então, a gente precisa pensar que o ambiente empresarial, para que ele seja cada vez mais inclusivo, precisa ter essa questão da previsibilidade de uma melhor forma.

Aí, por fim, quero chamar a atenção para a questão da interseccionalidade.

Para além do transtorno do espectro autista, a gente ainda vai ter profissionais que vão reunir outros marcadores sociais e que os colocam em condição de vítimas de diversas outras opressões, como racismo, muitas vezes com questões de gênero, misoginias, orientação sexual, e, se a gente não trabalhar essas dimensões todas junto com a inclusão, na perspectiva da pessoa com deficiência, a gente vai acabar reafirmando processos de segregação. Então, é para mostrar o quanto é desafiadora, o quanto é complexa essa empregabilidade.

E aí, já caminhando para o final, quero apresentar rapidamente aqui algumas estratégias que a gente precisa observar, para contribuir para a redução dessas barreiras, desses desafios, e ter uma maior presença e participação das pessoas com deficiência, especialmente com TEA, no mundo do trabalho.

O primeiro desafio seria justamente a necessidade de a gente estar, cada vez mais, tendo audiências públicas como esta, realizando ações de conscientização, de informação acerca do transtorno do espectro autista, para que a gente possa romper com os inúmeros mitos existentes, com os inúmeros preconceitos que a gente tem estabelecidos até hoje e, principalmente, acho que romper com a desinformação, que acaba sendo uma das principais barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência, no geral, no mundo do trabalho.

A gente precisa qualificar tecnicamente os profissionais envolvidos em todos os diferentes processos do trabalho, desde o começar ali no processo seletivo, qualificando esse processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seletivo, até a manutenção desse profissional, a permanência desse profissional naquele ambiente de trabalho. Então, a gente precisa que os treinamentos sejam inclusivos, a gente precisa pensar que as ferramentas a serem disponibilizadas no ambiente de trabalho precisam ser aquelas ideais para cada característica, conhecer as tecnologias assistivas existentes.

A gente precisa pensar na estrutura e na previsibilidade das empresas, como foi falado logo na primeira fala do Omar, sobre um profissional que se desorganizou no ambiente de trabalho, teve uma crise e acabou sendo conduzido por força policial desnecessariamente.

São situações que, se a gente prepara o ambiente empresarial antes, prepara o serviço público antes, a gente consegue evitar, seja com a disponibilização, por exemplo, dos abafadores de ruído, de óculos, para quem tem uma maior sensibilidade à luz, seja preparar o ambiente para não ter que arrastar alguma coisa em cima da hora, sem um aviso prévio, o que pode gerar todas essas situações de desorganização, realmente de falta de ambiência para o profissional com transtorno do espectro autista.

E, por fim, e não menos importante, porque eu acho que é algo que está diretamente relacionado a tudo isso que a gente está falando aqui: a necessidade do desenvolvimento dos nossos programas de emprego apoiado.

A gente hoje já tem uma série de estados que têm leis específicas tratando do emprego apoiado; a gente ainda tem tramitando, no nosso Congresso Nacional, o nosso programa do emprego apoiado; mas já há, hoje, essa realidade acontecendo, graças a parcerias da sociedade civil, da esfera privada, porque a gente já compreende que não há outro caminho melhor para a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, principalmente daquelas que apresentam uma deficiência severa ou características pouco conhecidas pela sociedade em geral, se não através desse emprego apoiado.

A gente sai feliz daqui com a presença da companheira Luciana, nossa querida auditora-fiscal, que tem uma grande *expertise* nessa área da empregabilidade das pessoas com deficiência como um todo.

A gente, junto ao MDHC e ao Ministério do Trabalho, hoje vem pensando ações que estão previstas inclusive no nosso novo Viver Sem Limites, que é o Programa Nacional dos Direitos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa com Deficiência, visando à qualificação dos profissionais que estão no Sine, que é um dos principais responsáveis pela inclusão de pessoas com deficiência no mundo de trabalho, para que justamente esses profissionais que estão na ponta, que estão no território, possam somar conosco, informando sobre a importância desse tratamento diferenciado para cada uma das deficiências, para a preparação desse ambiente empresarial, para melhor inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

E aí, na minha última tela aqui – concluindo esse nosso bate-papo de uma forma bastante breve, mas já reiterando a nossa disponibilidade, Senadora, para estarmos juntas e juntos em um próximo momento –, quero dizer que a gente só vai conseguir viver numa sociedade mais inclusiva e, principalmente, tendo a maior presença e participação das pessoas com transtorno do espectro autista no mundo do trabalho quando unirmos todos os atores sociais existentes.

Nós, enquanto poder público, precisamos pensar em políticas públicas mais efetivas, dialogar entre nós, trocando as nossas experiências, os nossos conhecimentos, as nossas forças, para que essas políticas públicas alcancem um número cada vez maior de pessoas, mas a gente também precisa estar o tempo todo dialogando com a sociedade civil, com as pessoas com deficiência e com as empresas privadas em geral, porque a gente sabe que é lá que está concentrado o maior número de oportunidades de emprego.

É nessa interface de tantos atores unidos que a gente vai cada vez conseguir pensar melhores ações, difundir informações e contribuir definitivamente para que principalmente os postos de trabalho, os colaboradores e os gestores compreendam que as pessoas com deficiência, as pessoas neurodivergentes possuem características que podem, sim, agregar muito ao ambiente de trabalho, àquela força de trabalho, e, com isso, a gente ter uma sociedade em que a gente viva cada vez melhor.

A minha última tela é o meu muito obrigada.

Deixo também os contatos aqui da Secretaria e da nossa Coordenação.

Reitero, Senadora, o agradecimento pela oportunidade de estar aqui, a nossa disponibilidade, e parabenizo-a por este evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe o quanto o mês de abril é fundamental para a gente cada vez mais conscientizar sobre as especificidades das pessoas com transtorno do espectro autista, e essa temática da empregabilidade nos é muito cara. A gente sabe o quão raras, o quão poucas são as ações desenvolvidas para as pessoas adultas, e aí não só com transtorno do espectro autista como com deficiência. A gente sabe que as pessoas com deficiência intelectual também enfrentam inúmeras barreiras para estar no mundo do trabalho e a gente está aqui à disposição para contribuir sempre como a gente puder e da melhor forma.

Então, muito obrigada a todos.

Sigo aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Priscilla. Muito obrigada.

Gente, para quem não se lembra, a Priscilla é Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Obrigada, Priscilla.

Para ser justa com você, como eu elogiei que Marcelo estava muito lindo na tela, iluminado, você também estava muito bonita.

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acho que vocês conseguiram fazer um sombreamento atrás, que ficou muito bom.

Priscilla, obrigada.

A gente sabe os desafios de vocês na Secretaria. Eu estive aí. Gente, é desafio com orçamento, é desafio para fazer o convencimento dos entes federados, lá na ponta, aderirem aos programas, é o desafio do diálogo com os municípios e é o desafio do diálogo com as demais instituições da sociedade civil.

Então, Priscilla, obrigada por ter trazido...

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... as impressões do ministério e o que o ministério está fazendo.

Eu quero informar que os eslaides que ela apresentou vão ficar à disposição para quem quiser consultá-los depois.

Priscilla, eu sei que você tem que sair. Muito obrigada. Foi uma alegria tê-la com a gente, e nós vamos buscá-la muito para esse debate ainda, está bom?

A SRA. PRISCILLA SELARES (*Por videoconferência*.) – Maravilha, Senadora! Conte comigo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Gente, nós vamos fazer uma mudança: falaria agora o Ministério do Trabalho, a Jessevanda, mas a nossa Auditora-Fiscal do Trabalho... São coisas bem diferentes: a Jessevanda trabalha no Ministério do Trabalho com a política pública de empregabilidade, e a Dra. Luciana, que vai falar, é a fiscal, é quem fiscaliza.

Dra. Luciana Xavier Sans de Carvalho, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Dra. Luciana, a senhora pode falar por dez minutos para a sua exposição.

Ela está *online*?

A SRA. LUCIANA XAVIER SANS DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos, Doutora. Fique à vontade.

A SRA. LUCIANA XAVIER SANS DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, Senadora Damares, agradeço-lhe muitíssimo esta oportunidade, palavra essa que, às vezes, não se apresenta às pessoas autistas, não se apresenta às pessoas com deficiência. Acredito que o que nós aqui temos em comum hoje é a luta por mais oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de agradecer muitíssimo à Senadora Damares; à Comissão; ao meu Ministério, ao Ministro Luiz Marinho e ao meu Coordenador Nacional da Auditoria Fiscal do Trabalho, Rafael Giguer, por permitirem que eu estivesse aqui hoje, Senadora.

Tem uma torcida muito grande de colegas da auditoria e de parceiros que atuam com a inclusão, especialmente do estado em que eu trabalho, aqui em Santa Catarina, assistindo, comentando. Então, eu sinto como se a senhora e a Comissão tivessem aberto uma porta para a gente, dado essa oportunidade, e eu quero segurar essa porta aberta para que a turma inteira possa entrar, Senadora Damares. Então, se eu não conseguir transmitir aquilo que eu trago de um caminhão de pessoas, o demérito é só meu. Se eu conseguir transmitir algo, o mérito é todo dessas pessoas que me ajudam e que conversam comigo, especialmente pessoas autistas. Eu me reuni, preparando aqui, com quatro autistas níveis um e dois, de suporte, para fazer essa fala hoje.

Então, eu inicio também com uma palavra muito importante, que foi citada pelo Marcelo, que é acessibilidade. Desde a Convenção de 1948 (a Declaração de Direitos Humanos) para a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, só um direito fundamental foi incluído, que é acessibilidade. Essa palavra que quer dizer tudo, porque hoje a deficiência não é mais entendida como algo do "eu", não é aquilo que o autista consegue ou não fazer; é aquilo que a sociedade permite, eliminando as barreiras, para que o autista e para que as pessoas com deficiência possam brilhar. Então, uma maior participação na sociedade depende da sociedade, de colocar essas barreiras abaixo.

Bom, eu falo, então, como Auditoria Fiscal do Trabalho. A Senadora disse que nós somos aquelas pessoas que fiscalizam o cumprimento de uma legislação brasileira que fará 35 anos neste ano – e que, às vezes, é muito xingada, mas que é fundamental a inclusão das pessoas com deficiência –, que é a conhecida Lei de Cotas ou o art. 93 da Lei 8.213, de 1991. Essa legislação exige que empresas com cem ou mais empregados contratem pessoas com deficiência.

Senadora Damares e demais presentes, hoje, no Brasil, dados de dezembro de 2025, 92% de todas as pessoas com deficiência empregadas no Brasil estão nessas empresas com cem ou mais trabalhadores, enquanto a grande maioria de trabalhadores está nas micro e pequenas empresas. Isso nos mostra que a gente tem que lutar com unhas e dentes pela Lei de Cotas, nunca permitir o retrocesso, porque, infelizmente, surgem, com muita frequência, projetos de lei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esvaziam a Lei de Cotas, e talvez até lutarmos para que ela seja expandida, porque é um dos objetivos da República Federativa do Brasil a gente reduzir as desigualdades sociais e regionais. Como a Lei de Cotas só se aplica a empresas com cem ou mais empregados, municípios que não têm empresas desse porte ou filiais de empresas desse porte ainda vivem numa exclusão praticamente total, Senadora.

Então, seria aí um pedido de, talvez, no futuro, uma mudança legislativa não para piorar o que temos hoje, mas para que a gente melhore e aumente a inclusão das pessoas com deficiência.

Quando eu disse que conversei com esse grupo de amigos, todos me disseram que as maiores barreiras são a barreira atitudinal mesmo, o preconceito, o não conhecer, o não querer conhecer e fazer junto e fazer bem a inclusão. Entendemos que a inclusão deve ser uma medida tomada pelas empresas desde o chão de fábrica, como chamamos, até a alta gestão, envolvendo inclusive os serviços de medicina e engenharia ocupacional (Sesmt) e envolvendo as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa), que são também possibilidades para garantir a acessibilidade.

Nós estamos, no Brasil, num *boom* – no Brasil e no mundo – de questões relacionadas à saúde mental, e as pessoas com deficiência são muito atingidas, porque sofrem assédio moral, muitas vezes por falta de conhecimento. E, Senadora, eu entendo que é importante dizer que a chance de eu e a senhora sermos iguais é a chance de dois autistas serem iguais, ou seja, nenhuma, Senadora. Eu e a senhora somos, ambas, senhoras aí da faixa dos 50+, somos ambas envolvidas com a causa da inclusão, mas talvez tenhamos só algumas outras semelhanças. Nós somos mulheres muito diferentes. A mesma coisa em relação aos autistas. Então, é muito importante dizer que não há receita de bolo e que a receita é trazer acessibilidade e fazer as adaptações razoáveis ouvindo o autista, a pessoa autista.

Algo que também surgiu muito, Senadora, na conversa com os parceiros, é a questão de a Lei Brasileira de Inclusão prever que a deficiência deve ser um tema transversal na universidade. A universidade forma os professores, forma todas as profissões e, muitas vezes, nós enfrentamos capacitismo, desconhecimento, falta de informação nas universidades e nos currículos universitários. Então, nós precisamos de todos os cursos, todas as áreas da ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreendendo a deficiência, especialmente naquilo que diz respeito às barreiras que a sociedade tem que colocar abaixo para que a gente consiga a inclusão.

Senadora, eu falei da Lei de Cotas porque é algo que é muito caro à Auditoria Fiscal do Trabalho. Nós temos hoje no Brasil, pela Lei de Cotas, aproximadamente 1,037 milhão de vagas e, dessas, ainda não temos 600 mil pessoas com deficiência incluídas, mas a Lei de Cotas – esse número de inclusão vem aumentando ano a ano – é uma política pública, uma legislação potente e importante. Eu hoje sou Coordenadora de Inclusão no Estado de Santa Catarina e, em cada estado do Brasil e no Distrito Federal, nós temos uma Luciana: uma auditora-fiscal do trabalho que atua com a inclusão no mundo do trabalho, na fiscalização da Lei de Cotas e também na articulação e no trabalho em conjunto com os parceiros.

Nós dizemos que os auditores que atuam nessa área, Senadora, já poderiam receber uma carteirinha de ativistas, porque isso não é trabalho para a gente, isso é vida. Está em todas as nossas células; tem um colega desses atuando em cada estado e nós somos incentivados, dentro da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a fazer articulação e trabalho em rede, a ouvirmos os parceiros, para identificarmos as carências e atuarmos para melhorar isso.

Os meus colegas me disseram, pediram para eu dizer, que algumas questões que podem ser específicas a todas as pessoas autistas – e que devemos, então, levar para as empresas – são a possibilidade do hiperfoco e a importância de utilizarmos o hiperfoco para aquilo que é o trabalho desenvolvido. Importante dizermos que é muito possível que a bateria social seja um pouquinho mais baixa e que haja gatilhos e situações de estresse que vão trazer uma resposta da pessoa autista, e que essas respostas a gente não quer ver chegar, a gente quer evitar que aconteçam.

Então, muito importante aquilo que, às vezes, a gente permite aos trabalhadores – mas, só por ser um trabalhador com deficiência ou autista, às vezes, a gente coloca um rótulo e não compreende –, aquele momento de baixar a bola, de acalmar; é aquele momento em que a gente, às vezes, vai tomar um cafezinho; é aquele momento em que a gente vai ao banheiro. Então, que seja possível aos autistas, nesse momento, fazer algo que lhes dá prazer, fazer algo que ajude em sua regulação. Eu tenho um amigo que é cartunista, maravilhoso, que meu deu várias dicas – estava nessa reunião –, o Rodrigo Tramonte; ele trabalha e me disse isso, que ele precisava de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tempo e, talvez, nesse tempo dele, ele fosse fazer uma caricatura. E quantos amigos e colegas eu vejo... Eu mesma, assistindo, participando, eu vou desenhando aqui no papel ao meu lado, isso me ajuda a organizar as ideias.

Então, é muito importante que as empresas tenham essa sensibilidade. Muitas vezes, o autista não quer responder a uma ordem porque ele já sabe que fazer aquilo é um gatilho que vai deixá-lo – sessenta segundos, vou acelerar – numa situação de estresse. Muitas vezes, o fato de a forma de comunicação do autista ser bastante horizontal pode trazer às suas chefias o entendimento de que ali há insubordinação – que é uma das causas para a justa causa –, quando, na verdade, é a forma de comunicação que é horizontal. Então, algumas situações devem ser verificadas, garantindo-se a acessibilidade, fazendo-se as adaptações razoáveis.

Senadora, não consegui trazer tudo de todas as vozes aqui. Disseram-me muito da previsibilidade também, da importância, a Priscilla já falou. Isso também é algo que é importante para todos os trabalhadores, mas, se for uma pessoa com deficiência, parece que é algo muito diferente – e não é.

É muito melhor para a gente, em vez de falar que nós vamos ter um mil peças para fazer por dia, dizer que nós temos 10 mil peças para fazer em dez dias, assim a gente consegue se organizar – organizar o tempo, organizar nos momentos em que está mais tranquilo para nós fazermos essas mil peças – e tantas outras questões que foram ditas aqui.

Peço, por favor, Senadora, que mantenha essa porta aberta e que nos deixe entrar para falar desse tema.

Coloco-me inteiramente à sua disposição e à disposição da Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada.

Gente, quando a gente fala que vai falar uma auditora, a gente acha que vem uma pessoa muito brava, porque, para a gente, auditores são as pessoas mais bravas. Aí vem a Luciana – está vendo, Jessevanda? –, com essa delicadeza, com propostas; ouviu... Olhem, eu fiquei muito feliz com a sua participação, Luciana – muito feliz –, e uma coisa eu vou te falar: a porta não vai fechar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente, hoje, inaugura um novo nível, um novo *status* de debate pelos direitos da pessoa com autismo no Brasil.

Obrigada!

A Luciana me surpreendeu. Eu achei que ela ia apresentar o nome de todas as empresas que ela auditou, que não estão cumprindo cota. Aí ela foi lá e trouxe para a gente propostas. Eu fiquei muito feliz.

E agora, na sequência, nós vamos ouvir o Ministério do Trabalho.

Eu quero agradecer muito, Jessevanda, por você estar aqui até esta hora com a gente.

Ela é a Coordenadora de Gestão e Análise do Departamento de Emprego do Ministério do Trabalho. Eu imagino o tamanho dos seus desafios e a sua agenda, como deve ser lotada.

Obrigada por estar conosco.

Você tem seus dez minutos, se precisar sair depois da fala, a gente entende, porque é a agenda de uma coordenadora nacional de uma pasta tão importante.

Obrigada, Jessevanda.

A SRA. JESSEVANDA GALVINO (Para expor.) – Obrigada, Senadora Damares.

Eu agradeço aqui, em nome do nosso Ministério do Trabalho, em nome do nosso Ministro, o convite. Eu acho que é importante a gente estar aqui; eu acho que aprendemos a cada debate.

Nossa coordenação está dentro da Secretaria Nacional de Qualificação, Emprego e Juventude, e temos essa missão da inclusão. O Governo Federal vem promovendo políticas públicas que visam ampliar essas oportunidades, reduzir as barreiras que existem – para que as pessoas com autismo possam superá-las – e fomentar ambientes profissionais mais diversos e acessíveis.

Então, quando a gente vê que uma empresa... A sensibilização das empresas é algo, para a gente, também muito importante. Eu acho que o debate aqui se dá tanto com as pessoas com deficiências como com as organizações também. A sociedade civil que trabalha com esse público é importante também estar dentro deste debate, como também as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria parabenizar esta iniciativa aqui da Comissão, em que a gente também pode conhecer empresas que já vêm trabalhando com essa questão da inclusão, o que, para a gente, é essencial.

Eu trouxe uma apresentação.

O nosso sistema, o Sine, que é o sistema público de emprego, completou, em 2025, 50 anos, e a gente vem modernizando esse sistema com uma arquitetura de empregabilidade: a transformação digital, para que possa ter mais acessibilidade também aos diversos públicos que hoje são beneficiários.

Então, a empregabilidade... Esse ecossistema sai da origem do Sine, com os postos físicos e muitas vezes isolados – as inscrições dos trabalhadores eram feitas de forma manual –, para o ecossistema de hoje, que nós temos, que busca conectar trabalhadores, a qualificação também, porque hoje o nosso Sine também fornece a qualificação, as empresas, a tecnologia e o Governo. Então, com isso, a gente busca reduzir o tempo de desemprego, uma melhor aderência do perfil e da vaga do trabalhador e aumentar a empregabilidade mais sustentável.

O financiamento hoje é fundo a fundo, que é a modalidade que substituiu o convênio anterior. Então, nós temos aí... A coordenação é do Ministério do Trabalho e Emprego. O nosso Ministro é o Coordenador Nacional do sistema e temos a sustentação legal, que é o fundo a fundo, e o Codefat, que é o conselho que gere os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Hoje, a nossa maior parte de financiamento vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, a execução é descentralizada. São os estados e os municípios que gerem esses recursos do sistema. Nós temos 27 estados, todos os 27 já fazem os seus planos de ação, que são hoje do financiamento via recursos do FAT; e 46 municípios que já aderiram também ao Sine. Então, a exigência estrutural é a de que esses municípios e esses estados tenham a Comissão Tripartite do Trabalho e também o fundo específico do trabalho.

O motor financeiro é o FAT, que é o nosso Fundo de Amparo ao Trabalhador. Os estados e municípios que aderiram fazem um plano de ação e nesse plano de ação é importante que os entes também incluam as políticas de inclusão de pessoas com deficiência, com a aprovação pelo conselho local, seja estado ou município. Nós aqui, enquanto ministério, acompanhamos os indicadores de eficiência e de gestão desses entes. Então, temos o fundo estadual para os estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os fundos municipais. Essa transferência é direta e voluntária e elimina a lentidão dos convênios, que era algo que dificultava a execução.

A força vital do atendimento presencial. Nós temos, hoje, como uma carta de serviço do Sine, a intermediação, que é o principal hoje, o seguro-desemprego também, que é a demanda maior do nosso sistema, e qualificação profissional.

Temos também o fomento ao desenvolvimento, ao empreendedorismo e à economia solidária, que são recursos também do FAT para o fomento.

Temos os públicos prioritários – pessoas com deficiência são um público prioritário. Temos também egressos do sistema penal, mulheres, mulheres vítimas de violência. Então, esse é um público prioritário hoje do atendimento da nossa rende. Nós temos, ao todo, um pouco mais do que 1,5 mil... Temos, na verdade, 1.516 unidades espalhadas pelo estado, com gestão estadual e com gestão municipal também.

A oferta básica é integrada entre intermediação, seguro, qualificação e fomento.

Nós temos hoje a Carteira de Trabalho Digital, que é hoje uma das ferramentas mais utilizadas pelos trabalhadores e com a qual eles têm acesso a todos os serviços do Sine, tanto para vagas de qualificação como também para vagas de emprego.

De 2025 até... Em dados atualizados, nós temos hoje mais de 45 milhões de *downloads* realizados e mais de 113 milhões de visitas mensais. Para a gente, a Carteira de Trabalho hoje é uma ferramenta essencial para conectar trabalhador, vaga e também empregadores.

Nós temos o Portal Emprega Brasil. Para quem não acessa a CTPS, o aplicativo, nós também temos o Portal Emprega Brasil, que tem os mesmos serviços da CTPS Digital, em que o trabalhador pode se inscrever, pode buscar vagas de emprego e também de qualificação.

O Portal Emprega Brasil é também para o empregador. Então, o empregador hoje pode lançar uma vaga no nosso sistema sem necessariamente estar de forma presencial na rede. Ele pode fazer uma captação com autonomia, uma busca também inteligente pelo perfil que ele busca daquela vaga. Isso torna a gestão mais ágil, e é inteiramente gratuito, tanto presencialmente como no portal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é o motor da inteligência artificial que a gente tem utilizado, e temos avançado muito quando a gente incorpora as bases de dados do Governo. Hoje o Rais, o Caged, o Cnis e o eSocial estão agregados, os dados estão agregados. Também temos os dados de inclusão da educação, do INSS, por exemplo, do Sistec/MEC, de trabalhadores que acabaram de se formar ou de outras áreas técnicas também. Hoje, o nosso sistema também agrega esses trabalhadores. A gente tem como filtrar esses perfis.

Então, essa análise de dados se torna avançada e melhora bastante para a gente identificar as demandas regionais e o perfil também desses trabalhadores.

O EmpregAI também, que é uma empregabilidade inteligente, otimiza o fluxo de intermediação. Temos trabalhadores desempregados, temos os dados desses trabalhadores. O EmpregAI gera a recomendação personalizada daquela vaga, recomenda as vagas e encaminha esses trabalhadores para o processo de seleção.

E, também, acontece com a empresa: a empresa lança, ela pode acessar o Emprega.AI e ter os dados, gerar recomendações também de empresas com potencial de contratação, ela pode recomendar e receber aqueles agentes do Sine. Então, temos o processo também de captação, que é feito pelas vagas de emprego daquelas empresas. Então, hoje, a empresa tanto pode lançar as vagas de forma *online*, através do *site*, ou até da CTPS Digital também – as vagas vão para a CTPS Digital –, como também no presencial. Então, esse serviço é inteiramente gratuito.

Então, hoje, a nossa principal... Aqui é um pouco da eficiência, da reinserção do segurado.

Hoje, a empresa tanto pode ir ao presencial, ao Sine, às unidades, para lançar as vagas, como também ela pode lançar através do nosso *site* do Emprega Brasil.

Então, hoje, um dos nossos desafios – porque o processo... o trabalhador com deficiência, e aí o autismo, ele é considerado pessoa com deficiência dentro do nosso sistema –, o principal desafio é a questão da autodeclaração. Muitas vezes, o trabalhador vai e não quer se declarar, até prevendo algum tipo de preconceito nessa questão da inserção no mercado de trabalho.

A sensibilização, a mobilização nossa é no sentido de tanto às empresas, aos empregadores, para que eles possam abrir vagas direcionadas para essas pessoas com deficiência, como a nossa rede também vem sendo capacitada para o atendimento a essas pessoas. Então, nós temos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anualmente, realizado mobilizações na rede para o atendimento a pessoas com deficiência, e aí inclui também o autismo, para que esse trabalhador possa se sentir acolhido.

Então, hoje, nós temos a pré-seleção, que é uma pré-seleção que a gente faz para identificar os perfis de vagas que as empresas buscam. Então, geralmente, são vagas com algum tipo de... vagas não tão rotineiras. Elas também são colocadas para a gente na questão da pré-seleção, que é uma forma de a gente aproximar mais o trabalhador da vaga pretendida.

Então, nós temos aqui o cenário, também, da Casa do Trabalhador, que é um cenário que a gente busca a implantação em vários locais – eu vou tentar, aqui, resumir o máximo para não ultrapassar muito o tempo.

A Casa do Trabalhador é um espaço de acolhida. A proposta nossa é a de que... Inclusive, já existem, hoje, 12 Casas do Trabalhador espalhadas no nosso país, onde temos todos os serviços integrados.

Então, nós temos salas específicas para a pré-seleção, salas com atendimento de psicólogos e assistentes sociais, também, para aquele trabalhador e para a empresa também. Então, são serviços que são fornecidos para a gente fazer a conexão direta entre os empregadores e os trabalhadores.

Temos laboratórios de informática, acesso à internet de alta velocidade.

Nós pretendemos implantar este ano, aumentar mais ainda o número de Casa do Trabalhador no nosso estado, no nosso país. A modernização arquitetônica também, porque a gente precisa tornar a casa acessível, não é? Então, a acessibilidade também é um ponto, é um fator importante. E a oferta de equipes multidisciplinares, como eu falei, psicólogos, assistentes, para orientar mais os trabalhadores nesse sentido.

Bom, aqui... Eu estou tentando, vou ter que passar aqui porque acho que a gente já tomou o tempo.

A inclusão profissional e TEA. O papel estratégico do Sine na efetivação desses direitos e oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fator humano na inclusão. O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta de forma muito variada. Cada pessoa é única, suas habilidades, desafios e potenciais são individuais e devem ser considerados no contexto do trabalho. Então, a comunicação, diferenças na linguagem verbal e não verbal; comportamento, rotinas, interesses intensos e sensibilidades sensoriais; e a interação social, formas próprias de se relacionar com o mundo. Acho que foi o que a gente pôde aqui apresentar.

Os desafios da identificação, que eu falei em relação à autodeclaração. Muitas vezes, a gente não... Sem autodeclaração, o candidato do TEA não acessa a prioridade na fila de vagas, por isso que é importante a gente estar aqui também.

Aqui é a fundamentação legal da prioridade, que é a resolução do Codefat. Ele também estabelece o rol explicativo de público prioritário do Sine e, dentro desse público, temos os PCDs.

O novo horizonte regulatório, que é o projeto de lei que altera a Lei 11.788, que estabelece incentivos específicos à inserção no mercado de trabalho, orienta, cria cadastro específico de trabalhadores com o TEA. E, nisso aí, a gente está em discussão com o Ministério, em negociação com o Ministério de Direitos Humanos, no sentido de que esse sistema possa também entrar naquele outro que foi apresentado aqui, no nosso sistema geral do Sine. Então, que esses dados também, do Ministério de Direitos Humanos, possam chegar ao nosso sistema com a interoperabilidade, incluindo pessoas com TEA nos contratos de também aprendizagem, que é o que o projeto de lei também prevê.

Bom, aí é o que eu falei. O SisTEA é um Sistema Nacional de Cadastro de Pessoas com TEA, que é do Ministério de Direitos Humanos, e nós queremos esse... O ponto final seria a intermediação dessas vagas, identificação desses trabalhadores que estão no sistema com o nosso sistema de empregabilidade.

Bom, então o papel do Sine. A prioridade é o reconhecimento sólido do TEA como deficiência, assegurar o atendimento prioritário do público.

Atuação em rede, que aí é o Sine, Ministério do Desenvolvimento, Ministério dos Direitos Humanos, empregadores e sociedade civil. A integração do SisTEA, que para a gente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental nesse processo. E o atendimento inclusivo, a capacitação da nossa rede para o atendimento inclusivo desses trabalhadores.

Estou pulando um pouco para respeitar aqui o tempo.

É importante a gente também ressaltar que vamos implantar uma cartilha de atendimento ao trabalhador em condições vulneráveis e pretendemos também, dentro dessa cartilha, já discutir a questão do atendimento a pessoas com autismo. Nossa rede tem sido capacitada nesse sentido, mas precisamos ainda aprofundar mais este debate no atendimento, com os nossos atendentes; e também a cultura pública, preparar a cultura acolhedora para esse público.

A rota definitiva que nós queremos é incluir as pessoas com deficiência no mercado do trabalho, que é um direito garantido por lei, e o Sine consideramos que é o caminho do estado para tornar isso real.

Queria agradecer, me desculpar já de antemão aqui, a gente ter esgotado aqui um pouco, passado do tempo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, D. Jessevanda Galvino, Coordenadora de Gestão e Análise do Departamento de Emprego do Ministério do Trabalho. Eu vou te dar depois três minutos para a gente encerrar, todo mundo, aí você faz sua consideração. Obrigada por ter mostrado como o tema tem sido tratado dentro do Ministério do Trabalho.

Vamos ouvir agora Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal. Na verdade, eu não sei por que a gente tem que te apresentar desse jeito, Cotta. A gente tem que te apresentar como o defensor da causa, o ativista, o homem que está correndo nas instituições na busca dos direitos pelas pessoas com autismo.

Seja bem-vindo. É uma alegria, mais uma vez, dividir a Mesa com você, mais de muitas.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senadora Damares. Eu...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cotta, antes de você falar...

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só para você ter ideia de quem está no Plenário e os expositores também.

Além de quem eu já citei, está aqui: Phellip Alexander Alcântara, Presidente da Comissão Nacional da Pessoa com Deficiência da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, gostei, são vocês com quem nós temos que conversar muito; Silvio Santos Sobrinho, meu amigo antigo, Presidente da Topa (Todos pelo Autismo); Edna Carla da Silva, assistente social do Impacto TEA; Marcela Lourenço, Vice-Presidente do Instituto Ativar; Clayton Aguiar, Presidente da Associação Ampare; e Cibelle Lopes, Coordenadora da Frente Parlamentar do Autismo do DF.

Para vocês sentirem o nível do público que está aqui, como nós estamos fazendo a discussão, e outros que já passaram pelo debate.

O SR. FERNANDO COTTA (Para expor.) – Muito bem. Eu fico muito feliz, quero agradecer na pessoa da Senadora Damares, mais uma vez, por podermos ter essa oportunidade aqui, todos nós. Esta sala, até agora há pouco, estava lotada. Em virtude do adiantado da hora, estamos quase na hora do almoço, a gente sabe que as pessoas têm seus compromissos e tiveram que ir embora.

Eu sou um homem claro, cabelos grisalhos já, barba branca, e pai de um autista de 28 anos, o Fernandinho, que agora é Fernandão, porque está maior do que eu. Ele é autista severo, nível 3, e é de uma outra época, não é, Senadora Damares?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. FERNANDO COTTA – Do autismo, quando se tinha uma dificuldade absurda de diagnóstico, quando os médicos não sabiam... a gente tem história de que se ia ao médico e o médico não conhecia, não sabia direito, né?

Mas eu quero começar pedindo uma salva de palmas, daquele jeito que a gente faz, para a Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, para mim?! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – ... porque hoje é impossível você falar de autismo – e eu não digo em Brasília, digo no Brasil – sem falar da Senadora Damares. Eu precisei ter um filho, esse que eu falei com vocês, de 28 anos, o Fernandão, que está lá em casa, porque não consegue vir aqui, porque se ele viesse aqui derrubava tudo – essa coisa toda –, bagunçava, tirava a roupa. Então, eu estou aqui por conta disso.

A Senadora Damares não precisou disso, não precisou ter um filho com autismo severo para poder lutar por essa causa, para poder cobrar, e é por isso que eu faço questão de que se levantem agora, mais uma vez, e vamos inverter, vamos bater palmas para ela agora, porque ela merece, porque isso não é...

A grande maioria dos Parlamentares, e olha que eu frequento... eu me sinto muito bem aqui, muito à vontade, porque comecei aqui em 2005, nessa mesma Comissão de Direitos Humanos, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, e me sinto muito à vontade. Já estou indo embora, já estou passando para os outros, conseguindo passar para os outros, por conta disso. E digo aqui que são pouquíssimos Parlamentares, pouquíssimos – a gente conta nos dedos, e, muitas vezes, aqui no Senado, inclusive, nos dedos de uma mão –, aqueles que se engajam dessa forma como Senadora Damares está engajada nesse processo de melhorar a qualidade de vida dos autistas e das famílias que estão atrás, desses que estão iguais ao meu filho, dentro de casa, com a mãe.

Falei com ela: Senadora Damares, posso ser o próximo a falar, porque eu tenho que ir lá em casa, e lá em casa é assim, quando a mãe não está, eu tenho que estar. E é um homem de 28 anos que só sai comigo, porque é autista severo, tem a força de um homem de 28 anos, mas não tem a compreensão. Então, eu represento principalmente essas pessoas.

Eu estava cheio de coisas, de material técnico para falar com vocês sobre empregabilidade, mas já foi muito falado sobre isso, já foi muito colocado, e eu, às vezes, embora esteja aqui como Presidente da Comissão dos Direitos Autistas da Polícia Rodoviária Federal, como Governo, às vezes, quando eu vejo essas informações de Governo, há muitos anos, há muitos anos eu pergunto: onde se coloca o nome? São lindos, maravilhosos, mas fora da realidade completamente. Então, isso é muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Doutor já falou, o Dr. Omar já tinha falado sobre isso, o meu querido Marcelo ali – que sempre me faz ficar sem graça, porque me elogia onde estou –, como a Senadora Damares já falava sobre isso. Gente, é efetividade que nós precisamos, é saber da realidade.

A Senadora Damares falou uma palavra aqui que é chave: "desafio" – desafio –, o senhor falou uma palavra: "sofrimento" – sofrimento – e eu vou falar "vitória", porque nós temos muito a ganhar, mas já conseguimos muito.

Há pouco estava aqui o Luciano, que trabalha com o Senador Paulo Paim. Ele é da minha época, acho que tem alguns outros de quando eu comecei a frequentar aqui, para a gente lutar, conquistar o que foi a Lei Berenice Piana. Naquela época, nós nos sentávamos aqui, e o Senador, colocou o gabinete à disposição, colocou a Comissão de Direitos Humanos à disposição, e a gente sempre foi muito bem tratado aqui.

Então, eu digo assim: o Senado é uma referência para nós, a Comissão de Direitos Humanos é uma referência. As vitórias, as maiores vitórias partiram daqui – as maiores vitórias. Nós nos sentávamos aqui e eles diziam: "Olha, isso pode; não, isso aqui não pode". E os pais, as mães – principalmente as mães –, nos cobravam. "Puxa vida, cadê? Fernando, por que não entrou a previdência especial para as mães?" Eu falei: "Nós colocamos, mas o gabinete mandou a gente tirar, porque senão não passava a lei". E lei, vocês sabem... A gente não sabe.

Minha área é outra. Eu não trabalho como assessor parlamentar, nunca trabalhei como assessor parlamentar, nunca. Minha área é outra, minha profissão é segurança pública. Tenho outras formações em meio ambiente, historiador, trânsito, mas sou pai. Por conta – como você falou muito bem – do seu papai, que está ali, nós tivemos que nos envolver por conta disso. Então, a gente fica muito feliz quando vê esse auditório cheio. Estou vendo ali o pessoal do Sindijus, grandes apoiadores aqui.

Segure aqui comigo, Senadora, essa cartilha.

Essa cartilha – a gente fica muito feliz – é uma lei do Distrito Federal, que a gente distribui na Blitz do Autismo. Tivemos uma agora no dia 2, no Brasil inteiro, com a Polícia Rodoviária Federal. Essa lei é daqui, do Distrito Federal, que eu tenho muito orgulho de chamar Lei Fernando Cotta, mas que eu só estava encabeçando. A grande maioria das pessoas que estão por trás dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei são mães, são as mães que lutaram, que não desistem, que olham para os nossos filhos e falam "nós precisamos ir atrás". Na época do meu filho, era assim: "Não. Esse menino... Cada um tem seu tempo". Essa coisa toda. E ela não satisfeita: "Precisamos ir atrás". Falou, deixou de falar, já usava o banheiro, teve que voltar a usar fralda. Enfim, eu sou dessa época ainda. Como digo, me orgulho muito da barba branca, dos cabelos grisalhos. Enfim, essa é uma grande luta e é uma luta de todos nós.

A gente dá graças a Deus quando encontra alguém que realmente representa essas pessoas e que não precisou ter um filho autista. Vejam a grandeza disso, tenham a dimensão dessa grandeza: não precisou ter um filho autista em casa... Talvez até tenha – hoje, 1 para 33, 1 para 31 –, talvez até conheça alguém, um primo, um sobrinho, enfim, alguém distante, mas que não precisou no primeiro momento. Então, nós temos que lembrar muito disso. Isso é muito valioso. Tenham a dimensão disso.

Eu quero falar um pouquinho sobre... Estou vendo ali atrás a Cibelle. Amanhã, nós vamos ter – Cibelle Lopes, uma lutadora –, na Câmara Legislativa do Distrito Federal – não é, Cibelle? –, estou convidando a todos já, uma sessão solene para falar sobre o autismo. Amanhã, que horas? 14h30?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Às 14h30, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Todos estão convidados.

Estou vendo ali o Dr. Oswaldo Freire – o livro –, escritor do autismo, que passou pelo mundo todo, na realidade, colhendo informações sobre o autismo, para melhorar a questão de vida dessas pessoas. Dra. Larissa, da OAB, uma lutadora também. Conheci, agora há pouco, o Victor, que é pai de autista e vai ser candidato. Olha que bom. Precisamos de gente boa na política, né, Senadora Damares? Então, a gente fica muito feliz por isso. Precisamos de gente boa.

Estou vendo pessoas... Luciana Mendina, que é uma batalhadora, foi Coordenadora no Moab – o Bernardo –, que está sempre nessa há quantos anos. Luciana Mendina, essa batalhadora. Às vezes, eu não tenho coragem de falar a coisa que precisa ser falada, porque eu não posso, ou por conta da profissão, ou por conta de uma série de situações; Luciana fala. Isto é bom demais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós termos alguém que tem essa possibilidade de contar, porque, como eu digo, às vezes, você vê um programa bonito, um programa interessante...

Aqui, Senadora, segure comigo.

Vamos falar rapidamente sobre o projeto "PRF Amiga dos Autistas". Às vezes, a gente vê um programa bacana desse e acha "poxa, que coisa boa". E a palavra, ela falou: desafio, desafio para colocar isso em realidade, isso na vida, no cotidiano das pessoas. Será que os policiais estão?

Esse projeto começou em 2023 por conta do diretor-geral, que aceitou fazer esse projeto, e do superintendente que era meu amigo e que me chamou para trabalhar e para tocar o projeto. Aí nós criamos uma comissão sobre o projeto, sobre os autistas. Somos o primeiro órgão no Brasil que tem uma comissão específica para tratar de autismo e segurança pública no Brasil.

A nossa luta é para aplicar isso na PRF, para qualificar todos os policiais rodoviários federais – todos os policiais já tiveram um curso, policiais rodoviários federais –, para levar isso para as outras forças.

Eu vou lhe passar aqui, Senadora Damares, além desse projeto, o que nós conseguimos aqui no âmbito do Distrito Federal, por exemplo. É um protocolo de intenções, assim como existe na PRF, que envolve outros órgãos, envolve o Detran, o DER, a Polícia Judicial, enfim, todos os órgãos de segurança e de trânsito, para que nós levemos ao conhecimento dessas pessoas quem são os autistas, para que conheçam um cordão de girassol, um cordão de quebra-cabeça, para que saibam o que é a Ciptea.

Ora, a maior parte do nosso trabalho, inclusive, são trabalhos de bastidores, são palestras, são cursos, são encontros. É o pai, é a mãe que está querendo suicidar-se e levar o filho e que chama a gente. A gente tem que correr, pegar o carro lá, correr, levar, bater um papo, conversar, trazer alguém, CVV, muitas vezes, junto com a gente, entendeu? Há que se saber como lidar com essa situação. É o trabalho que não aparece. É a maior parte do nosso trabalho.

Esse, na rodovia, a *blitz*, é muito bom, é muito importante, a Blitz do Autismo, os seminários, as palestras, a participação aqui, mas, principalmente este, que é o que mais nos chama: aquela mãe que está desesperada porque não sabe o que fazer, aonde levar o filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a nossa proposta quando eu vejo essa questão. Eu acho muito interessante a questão técnica. Poxa, vamos falar a verdade, é até enfadonho você ver determinadas situações. E eu quero saber onde está o nome, como é que nós vamos fazer isso aqui funcionar, eu quero saber onde é que eu vou colocar meu filho. Eu quero saber, para meu filho, a efetividade, as leis. Tem a lei aqui. Ela é cumprida? Na maioria das vezes, não. Nós precisamos cumprir a lei.

Quando nós entregamos isso na rodovia federal, as mães falam "poxa, eu não sabia que eu tinha esse direito". Tem mãe de autista que não sabe que tem direito à vaga especial. É complicado, ela não sabe que tem. Coloca o carro lá longe, o filho travou, o filho deu uma crise, e ela não sabe. Está aqui na lei. E ela: "poxa, agora eu estou sabendo", porque foi na rodovia.

Policiais: policial tem que saber quando um autista está viajando. Quando ele passou, está lá no carro e vir, "opa, já está com cordão", eu já tenho que abrir o olho. Tirou o Ciptea: opa, eu já tenho que ter um outro olhar para esse tipo de pessoa.

E a Polícia Rodoviária Federal vem trabalhando muito nisso, vem batendo muito, mas como desafio, uma parte pequena. Os desafios estão lá dentro, internos, externos também, mas internos. Tem gente que não...

A gente demorou. Eu estou há 32 anos na PRF, 32 anos. A gente só conseguiu em 2023. Faltava um ano para eu ter os direitos de aposentadoria. E gente ia embora pensando que não ia ver isso. E só estou lá por conta disso. O dia em que me falarem "Fernando, acabou", como falavam antigamente, "polícia tem que prender bandido, apreender droga", eu vou pedir 30 dias e vou embora, porque meu compromisso é com isso.

Agora, graças a Deus, por exemplo, dia 2 de abril e dia 18 de junho, o Dia do Orgulho Autista, o dia em que o Moab trouxe, em 2005, essa data para o Brasil... Graças a Deus, nós já conseguimos, no Brasil inteiro, ter um evento de autismo em cada regional nossa, em cada regional da polícia, e levando, preferencialmente, os outros órgãos de trânsito e de segurança pública. Então, isso é um ganho fantástico, mas nós precisamos avançar mais, precisamos qualificar as outras forças.

Outro dia, eu dei uma palestra em Brazlândia para a PM. Peguei o cordão de girassol e perguntei quem é que sabia. Tinha um, entre mais ou menos uns 50 policiais, um sabia, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era o marido da esposa que estava diagnosticada recentemente. Então, quero dizer que é da maior importância isso.

O João pediu para eu mandar um abraço para ele. A senhora já mandou... O João Pedro; a Berenice Piana, que é essa lutadora no Rio de Janeiro, essa pessoa que a gente tem muito no coração, que esteve todo o tempo conosco aqui na confecção, no trabalho pela principal lei.

E eu, como falei, preparei muita coisa para falar, mas eu acho que é muito melhor dar um recado. Eu tenho mais cartilhas dessas aqui, da lei. Quem quiser, ou se a sua assessoria puder disponibilizar, Senadora Damares...

E eu quero só dizer o seguinte, terminar falando o seguinte.

Primeiro, um recado para as mães. Hoje, ainda... E eu falava isso, lamentavelmente, em 2012, 2011, quando nós efetivamente criamos as leis; essa lei é pioneira no Brasil, e depois nós espalhamos para outros espaços. Eu quero só dizer para as mães o seguinte: nós ainda não temos o direito de morrer. Ainda não temos, lamentavelmente. E precisamos lutar muito por isso. Precisamos lutar pelo direito ainda de não ser alma penada – viu, Senadora Damares?

O autista nível 3, adulto... Olhem, eu sou um homem de classe média, tenho carro, tenho casa própria. E eu sei... Não tem onde levar meu filho. Não tem onde levar. Eu estou na capital do maior país da América Latina. Não tem onde levar.

Imaginem aquelas pessoas que dependem do BPC, por exemplo; imaginem aquelas pessoas que não têm... E a grande maioria não tem. Dependem aqui, olhem... Mas depende de nós. O ativismo é nosso para provocar um Parlamentar que tem boa vontade, que move o mundo para poder ir atrás da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Então, o recado para os Parlamentares é esse: ouçam as mães. Aqueles outros, a Deputada... Senadora, perdoe-me, Damares, já sabe disso. Os outros que, porventura... Eu repito: ouçam as mães! Elas sabem onde o sapato aperta. Elas sabem das verdadeiras dificuldades. Ouçam as mães!

E às mães, eu quero dizer: não desistam. Para você que está em casa, que está nos assistindo até agora, que, porventura, vai assistir depois, porque isso fica gravado pelo YouTube: não desistam. Procurem aí na sua cidade... Qual a melhor associação, as pessoas me perguntam. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor associação é a que está na sua cidade, perto de você, em que você vai conseguir trabalhar, saber quem é, como é que vai atender seu filho. Essa é a melhor associação. Não existe uma melhor do que a outra. "Ah, o Moab..." – eu faço parte do Moab – "... é o que mais trabalhou em legislação". Sim, ótimo, isso é maravilhoso. Mas a principal é aquela que vai atendê-lo. Procure-a.

Procure na sua cidade, no seu município, quem é o secretário que trabalha com essa área de pessoa com deficiência. Vai cobrar! Eu cobro. Eu digo sempre do nosso exemplo: quando nós encontramos aqui o Senador Paim, nós já tínhamos passado em dez, pelo menos, que fecharam a porta, e aí encontramos um que abriu.

Então, meu tempo está esgotado. Eu tenho que terminar mesmo agora e eu quero dizer isso para as mães, então: por favor, não desistam. Procurem aí na sua cidade e encontrem. Você vai ter; nem que seja um vizinho mais solidário, você vai encontrar. Nem que seja um secretário, um Prefeito. Se não encontrar, recorra à Câmara, ao Senado. Aqui, as Comissões de Direitos Humanos têm suporte, sim, para ouvir, para passar, para buscar encaminhamentos.

Eu queria pedir para a Senadora Damares – nós temos que falar a última coisa –: nós temos um projeto de autismo, por exemplo, nas igrejas – estava falando há pouco tempo –, que é muito interessante. Queria pedir para, quem sabe, se achar interessante, no futuro... Também a questão da segurança pública, trânsito e autismo: se a gente puder falar sobre isso com mais tempo, em uma outra oportunidade, vai ser muito melhor.

No mais, quero só agradecer à Kamila, ao Bené, do cafezinho, ao Dimitri, à Janine, esse pessoal aqui da assessoria, que sempre me atende muito bem e há muitos anos.

Muito obrigado pela paciência! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Fernando Cotta. Obrigada!

Fernando é isso aí, gente. Ele provoca a gente para todas as áreas. Obrigada, Fernando!

Deus te abençoe. Eu sei que você tem que sair, e você está dispensado.

Nós vamos agora para o final da nossa audiência, ouvindo Luciana Mendina – quero que ela venha para a mesa –, Presidente da Associação Inclusiva, mãe de Bernardo Martínez, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero que venha para a mesa, para a gente fazer o encerramento das exposições com chave de ouro.

No final, eu devolvo para dois minutos, para agradecimentos, para quem estiver aqui ainda. E a gente vai ouvir um alô, apenas, das nossas embaixadoras que vieram de longe – vão dar alô para o Brasil –, da mãe autista e do pesquisador da UnB. Apenas, assim, um alô, o.k.? Um alô.

Luciana Mendina, nossa última expositora, acompanhada de Bernardo, vão dividir o tempo, e eu fico aqui muito feliz de a gente terminar com chave de ouro. Luciana já é de casa: está em todos os nossos eventos, participando de mesa ou das rodas de conversa.

Luciana, seja bem-vinda. Que Deus te abençoe!

A SRA. LUCIANA MENDINA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não sei se você quer que Bernardo fale antes, e você termina.

A SRA. LUCIANA MENDINA – Não, não. Acho que eu falo antes, porque ele vai contar umas historinhas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

A SRA. LUCIANA MENDINA – Aí vai ser mais divertido.

Já falaram tudo que tem de tão importante nesta audiência – né, gente? –: essa questão do mercado de trabalho e que os autistas crescem. Eles crescem, e nós precisamos estar preparados para a vida deles. Mas eu trouxe três questões que eu acho muito importantes.

Inclusive, eu não trouxe meu celular, mas aí eu quero mostrar uma coisa. Hoje mesmo, uma servidora ganhou uma ação na Justiça por discriminação no trabalho, uma autista. Então, isso está mais recorrente e mais comum do que a gente imagina.

Mas o que eu vejo aqui de tudo que a gente falou? Gente, mais do que leis – que a gente tem boas leis, a gente tem leis da inclusão que funcionam, sim –, a gente precisa de empatia. O que acontece é que, tanto nas empresas – tanto o CLT – quanto no serviço público, a gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as pessoas conheçam o autista. É assim, ó: qual é o seu nome? Quem é você? Vamos tomar um cafezinho? Vamos sentar? Vamos conversar? Vamos conviver? Não existe lei que substitua o contato humano, a empatia e essa humanização que precisa existir.

No TCU aconteceu um episódio, Senadora. Minha filha estava trabalhando no TCU – a Maria Júlia, irmã dele, que é um ano mais velha – como psicóloga, ela não está mais. E ela disse: "Mãe, eu estou com o caso de um autista que passou aqui no concurso". Eu falei: "Caramba, passou no TCU!", a gente sabe como é difícil o TCU, a gente sabe. "Mãe, ele é excelente, mas estão até pensando em mandar ele embora porque não estão sabendo como lidar com ele – porque tem estágio probatório –, como reprová-lo no estágio probatório porque ele não está bem adaptado. Mas olha só, mãe, ele gosta de fazer outras coisas, ele é de outra área". Eu falei: "Maria Júlia, por tudo que a gente vive, pelo seu irmão, intercede". E, lógico, ela intercedeu e não só ele foi para a área adequada para as habilidades dele, como ele foi bem aproveitado e acolhido. Mas o que precisou? De alguém para intermediar.

O que a gente vê é que os autistas até entram, sim, no mercado de trabalho, mas não permanecem. Não permanecem muitas vezes porque não chegam a ser ouvidos e vistos, simplesmente vão embora. Eles dizem: "Vou embora", Senadora. E isso é o pior, a desistência do trabalho quando uma conversa teria mudado tudo. Graças a Deus, minha filha estava lá e ela fez a diferença. Eu fiquei brava, falei: "Eu vou denunciar, eu vou". E ela: "Não, mãe, eu vou resolver". E resolveu. Eu nem sei o nome dele, o importante é resolver. Porque, como acontece no TCU, que é um órgão *top*, imagine nos outros em que a gente não tem acesso ao que está acontecendo?

Por isso eu peço. É um pedido, é um chamado: empresas, órgãos, ministérios, secretaria, comércio, qualquer lugar que tiver um autista, vamos conhecer o autista, vamos ver suas habilidades, suas capacidades e vamos aproveitá-lo no que ele melhor faz. Por que tanta rigidez? Por que tanta comparação? Não vamos comparar. Não tem boas habilidades sociais na comunicação, bota no que ele consegue se sair bem. É só isso que a gente quer, é só oportunidade.

Isso não é lei, gente, por isso que eu faço esse apelo. Não é lei, lei existe, é amor ao próximo, é conversa. Eu sei que tem gente que fica com medo de falar com autista. "Meu Deus, o que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode fazer?". E o Bernardo vai contar a historinha engraçada dele e vocês vão ver como uma conversa muda tudo.

Era isso que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Luciana. Ela tem muito conteúdo, gente, ela está colaborando com a audiência porque o nosso horário está estourando. Luciana, obrigada, e eu acho que é isso aí: o desafio da empatia.

Bernardo, está todo mundo querendo te ouvir agora. Bernardo é um estudante autista e já estou trabalhando para ele ser nosso Deputado um dia. É um amado, um querido que conquista todo mundo aqui em Brasília. Bem-vindo, Bernardo.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Damares; boa tarde, Omar Heart; boa tarde, Thomas; boa tarde, minha mãe, eu agradeço muito a ti pelo convite, é uma honra poder estar aqui na tua presença e poder falar, poder ser útil, eu espero.

Bom, eu fui diagnosticado quando eu tinha um ano e onze meses e eu fiz tratamento intensivo com sessões com dois psicólogos até meus nove anos de idade, quando recebi alta médica da maioria dos meus sintomas incapacitantes, pelo menos. Foi uma maravilha, principalmente levando em consideração que até meus seis anos de idade eu era não verbal. Então, eu agradeço muito, e agradeço também a minha mãe que não desistiu de mim.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, eu o parabenizo, Omar Heart. Harte? Herte?

O SR. OMAR HEART (*Fora do microfone*.) – Heart.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Heart, como eu suspeitava. (*Risos.*)

Bom, parabenizo-o pelas suas conquistas, inclusive por ser faixa preta em jiu-jitsu, porque eu já fiz judô também, e eu sei que é bem parecido. Eu só fui até a faixa amarela com ponteira laranja. Valeu muito a pena. Espero um dia voltar.

Se comparado a você, eu tenho uma experiência limitada no mercado de trabalho, mas eu vou compartilhá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei, primeiro, como auxiliar de arquivos. O que acontece é o seguinte: eu estava procurando um emprego, em 2021, que eu pudesse ter ao mesmo tempo em que eu estudava na universidade, como eu continuo fazendo. Eu até criei perfil no LinkedIn para conseguir alguma vaga, criei perfil também em *sites* de estágio e tudo o mais, para tentar dar aulas, e minha mãe conseguiu uma vaga para PCD, lá em Porto Alegre, pela prefeitura. Estavam oferecendo, em uma empresa que presta serviços de atendimento para a prefeitura, vagas, e eu acabei me candidatando. Era uma vaga, inicialmente, para *telemarketing*, mas me acharam muito qualificado, então me botaram para ser auxiliar de arquivos. Só que a minha carga horária seria a mesma que a do *telemarketing*, mas o meu salário seria reduzido. É, eu fiquei meio chocado e descobri depois que não podiam ter feito isso. Isso foi uma coisa que me incomodou. Tanto no *telemarketing* quanto como auxiliar de arquivos, eu recebia menos de um salário-mínimo. Isso é o que me desagradou no trabalho também, mas eu gostava do emprego. Eu permaneci lá durante seis meses, porque, infelizmente, eu não conseguia conciliar bem com os estudos, mas eu gostava de trabalhar lá, eu me sentia útil, eu me sentia produtivo. Meus colegas eram queridos comigo, não queriam que eu fosse embora. Inclusive, quando eu estava pensando em me desligar, eles queriam reduzir a minha carga horária para quatro horas. Eu trabalhava seis horas, mas queriam me oferecer quatro horas, só que iam reduzir o meu salário de acordo. Então, eu decidi sair, porque eu precisava terminar os meus estudos.

As histórias engraçadas, que minha mãe estava mencionando, envolvem uma vez na qual eu fiquei preso no trabalho porque eu era o último a bater ponto. Eu tinha uma prática de usar o banheiro depois de bater o meu ponto para sair. Só que, nesse processo, um dia, eu fui ao banheiro. Quando eu saí do banheiro, as luzes estavam desligadas, e eu fui trancado em um corredor no meu andar de trabalho. Felizmente, eu ainda tinha bateria no meu celular e ainda tinha dados móveis, então eu consegui ligar para minha mãe. Minha mãe ficou chocada com a situação. Primeiramente, ela achou que eu estava tentando ligar para ela da rua e estava reclamando, mas rapidamente percebeu a minha situação e decidiu ir até o local onde eu estava. Felizmente, a zeladora ainda estava lá, ainda estava trabalhando, até porque ela também morava no prédio, se eu não me engano, e foi ao meu socorro. Felizmente, eu não passei fome, porque eu não tinha terminado de lanchar no meu intervalo, então aproveitei para comer um sanduíche que tinha sobrado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava calmo. Eu sabia que nada ia acontecer comigo de muito grave. Eu liguei para minha mãe e para minha irmã para comunicar a minha situação.

A outra situação engraçada envolve a vez em que eu levei uma panela de pressão para o trabalho, porque eu fiquei sem pote. (*Risos.*)

Estavam sujos e não deu tempo de lavá-los; então, eu acabei levando uma panela de pressão para transportar um sanduíche que eu tinha levado para o trabalho. Inclusive, depois disso, fizeram uma piada, dizendo: "Caramba, se ele leva panela de pressão para transportar um lanche, imagine se transportasse o almoço". (*Risos.*)

Foi isso o que aconteceu.

A SRA. LUCIANA MENDINA (*Fora do microfone*.) – Tira a panela de pressão na frente de todo mundo e come.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – É, na frente de todo mundo; ficaram confusos, porque olharam e tudo mais. Mas o comentário sobre o possível almoço foi feito uns dias depois, e eu me lembro de que foi um dia depois. Um dia depois, comentaram: "Olha só, esse daí é o da panela de pressão", quando estavam apresentando a empresa para uma pessoa nova.

Meu segundo emprego também foi muito bom. Dessa vez eu recebi mais de R$3 mil, como assessor parlamentar de uma Vereadora lá em Porto Alegre, a Comandante Nádia, que foi muito querida comigo. No primeiro dia, não souberam bem como trabalhar comigo; então, acabaram dando pouca tarefa para mim. Eu acabei terminando tudo rapidamente e terminei todo o meu trabalho do dia.

E, aí, no dia seguinte eu fui conversar com a minha chefe, a Vereadora, dizendo que eu não tinha limitações intelectuais, que eu tinha um QI bem mediano, segundo o pessoal que me atendeu, os meus psicólogos. E, aí, ela me disse: "Ah, então eu posso puxar bastante o teu coro"; e, aí, eu lhe respondi: "Pode, pode puxar".

E era muito bom. Eu trabalhava em uns dias da semana, eu tinha um trabalho remoto, como auxiliar, no que diz respeito à sua publicidade, eu a ajudava nas redes sociais. Eu gostava bastante do trabalho. Foram três meses trabalhando com ela. Inicialmente, a programação era de dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses, mas ela gostou tanto do meu trabalho, que decidiu aumentar para mais um mês. E eu acabei saindo do trabalho, porque minhas aulas na universidade tinham recém-começado.

E minha experiência no mercado de trabalho até agora foi boa. Eu só me senti meio aborrecido pelo salário inicial do meu primeiro emprego, mas eu já deveria ter esperado por isso. Hoje em dia, eu estou estudando na universidade e estou evitando ter um novo emprego, porque eu não fui capaz de conciliar bem o emprego com as atividades na universidade.

Eu agradeço muito pelo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Fale o que você faz.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Eu faço Bacharelado em Ciências Biológicas, lá na UnB.

A SRA. LUCIANA MENDINA (*Fora do microfone*.) – Você entrou sem cotas – conte.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Ah, é.

Eu entrei sem cotas – minha mãe quer que eu mencione isto –, eu entrei pela ampla concorrência.

E eu agradeço muito a Deus, por tudo o que ele fez em minha vida; eu agradeço à minha mãe e à minha irmã, por terem lutado tanto por mim, ao meu pai, que lutou muito por mim enquanto esteve vivo; e agradeço a ti, Senadora Damares, por me convidar para participar.

Espero que o meu testemunho tenha sido um pouco útil em meio a toda esta conversa. Eu não tenho tanto renome nem tanto conhecimento sobre particularidades do autismo e do modo como tem sido lidado no mercado de trabalho e pelo governo, mas espero ter sido útil com o meu depoimento. Como mensagem aos pais, eu digo que não desistam, porque vale a pena e porque existe um talento enorme por trás das pessoas com deficiência e autistas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Bernardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bernardo me emociona muito, e eu acho que o Omar tem essa experiência. Quantas mães estão nos assistindo agora cujo filho é não verbal e estão achando que tudo acabou? Aí a gente ouve o Bernardo falar com essa dicção. Gente, ele é... É gostoso ouvir o Bernardo falar, com essa dicção, com essa forma linda! Então, Bernardo, muito obrigada. Muito obrigada por ter vindo à audiência. Eu gostei muito da panela de pressão, é uma boa ideia. (*Risos.*)

Lá em casa, eu acho que eu vou precisar de vez em quando, e se esquecem de lavar os meus potes – eu também trago comida para o almoço, para comer aqui. Gostei!

Vocês observem: qual foi o mal que Bernardo fez a uma empresa por chegar com uma panela de pressão? Ele não fraudou, ele não faltou ao horário, ele não roubou, ele não colocou ninguém em risco, mas é o universo dele. Agora, Bernardo só descobriu que estavam pagando a ele pouco depois que ele saiu. E aí vem o Omar e... esqueci...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Thomas...

Eles precisam entrar no mercado de trabalho sabendo de seus direitos. Eles precisam saber que eles não podem sofrer assédio, que eles têm direito a salário igual, que eles têm direito ao horário. Eles têm que saber disso! Então, a gente vê aqui um outro desafio. Não é só buscar o acesso ao mercado. Eles têm que chegar lá sabendo que eles têm direitos, e eles têm que saber reivindicar seus direitos. Então, Bernardo, se você soubesse hoje que tinha direito àquele salário, você estaria lá brigando pelo seu salário, porque não é justo.

Inclusive, eu acabei de receber aqui uma mensagem. Está todo mundo assistindo à gente. Nós estamos ao vivo para o Brasil. Um assessor do Senado mandou a mensagem: "A minha amiga trabalhava numa empresa em que o patrão teve a obrigação de cumprir a cota". E vou dizer uma coisa, gente: se não fosse a cota, nenhuma pessoa com deficiência tinha emprego no país. A cota os obriga. Não reclamem da cota, porque, se não vai por amor, vai pelo rigor da lei. O patrão dizia o seguinte: "Eu contrato qualquer deficiência, menos um autista". Ainda existe isso. E é de verdade.

Bernardo, termine sua faculdade logo, porque eu acho que emprego para você, em Brasília, não vai faltar – e, no Congresso, também não. Termine logo, porque você pode trabalhar comigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo. Eu preciso de alguém bem comprometido com o trabalho como você. É uma honra ter você na nossa audiência. E um recado para todas as famílias que estão lá na ponta, Omar: o seu filho está não verbal agora, calma. Olhem aqui. Calma. A gente vai lutar por essas crianças e por eles quando ficarem adultos.

Obrigada, Bernardo, por suas histórias incríveis. Obrigada.

Que bom que você guardou lanche naquele dia em que ficou preso no trabalho – que bom!

Nós vamos agora...

Só para a gente encerrar, nós temos aqui o Pedro Lucas Costa, que é um pesquisador da UnB; mas, antes dele, há as nossas duas embaixadoras dos autistas. Elas são autistas, elas são *influencers*, elas estão nas redes sociais com muitos seguidores, mas elas trabalham. Elas são intérpretes de Libras. Eu queria ouvir rapidinho – bem rapidinho, tá? Porque elas vieram de fora – a Maria Luiza e a Ana Maria Machado. Não sei qual das duas vai falar primeiro.

A SRA. ANA MARIA MACHADO (Para expor.) – Olá, pessoal. Tudo bem com vocês?

Eu sou Ana Maria Machado, eu sou autista, eu sou a primeira autista tradutora e intérprete de Libras no Brasil e também sou palestrante e embaixadora dos autistas.

Eu quero parabenizar a Senadora Damares por esse evento incrível, por esta audiência maravilhosa, que vai transformar muitas vidas. Que Deus abençoe grandiosamente a sua vida.

Quero falar sobre... Eu e minha irmã fomos diagnosticadas com autismo com um ano e dois meses de idade, com autismo nível 3 de suporte – antigamente falava nível severo, autismo severo. E hoje, com muito tratamento, com muita terapia, estamos hoje no nível de suporte.

Não foi fácil chegar até aqui, foi muito difícil. Sofremos muitos preconceitos e discriminação, infelizmente. A nossa trajetória escolar foi muito difícil; foi preconceito, discriminações. Tinha escolas, na educação infantil, que não queriam aceitar a gente, então isso para nós... Ficamos muito tristes.

Também eu quero agradecer pela oportunidade de fala. Que Deus abençoe grandiosamente vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Debater esse tema – empregabilidade sobre autismo – é muito fundamental e muito importante. Muito importante, pois tem muitos autistas que estão desempregados, então esse tema é essencial para debater, para que os autistas tenham os seus direitos garantidos e para que tenha mais autistas trabalhando no mercado de trabalho. Eu estou cursando Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Libras, para ser uma futura professora.

Agradeço de coração pelo convite à Damares.

Que Deus abençoe grandiosamente a vida de todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Gente, ela faz faculdade, mas ela trabalha. E ela tem sido convidada para ser intérprete em grandes congressos nacionais e internacionais. Ela é considerada uma das mais simpáticas tradutoras de Libras, e eu tenho muito orgulho de falar isso.

A sua irmã vai querer falar?

A SRA. MARIA LUIZA MACHADO (Para expor.) – Olá, pessoal, tudo bem com vocês? Boa tarde a todos.

Eu sou Maria Luiza Machado. Eu sou autista, eu sou irmã da Ana Maria Machado, que é autista também. Eu e minha irmã fomos diagnosticadas com autismo com um ano e dois meses de idade, e nós somos não verbais. Eu comecei a falar com seis anos de idade.

O lugar de autista é em todo lugar, o autista precisa de oportunidade.

Obrigada pela oportunidade. Eu agradeço pelo convite à Senadora Damares e ao Thomas também.

Muito obrigada mesmo, pessoal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, ó, as duas não verbais até os seis anos de idade e olha como falam, como são incríveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem não as segue nas redes sociais comece a seguir hoje; elas têm que chegar a milhões de seguidores.

Obrigada às duas por estarem conosco.

Nós vamos ouvir agora uma mulher autista, mãe atípica, servidora pública, que já esteve conosco aqui na Comissão reivindicando este debate que está acontecendo hoje, que ela sabe que é o primeiro de muitos. Ela vai acompanhar os demais debates com a gente.

Apresente-se. É Larissa Ferreira de Melo, mas se apresente, Larissa, melhor.

A SRA. LARISSA ARGENTA FERREIRA DE MELO (Para expor.) – Pessoal, primeiro, eu estou muito feliz por estar aqui, estou muito emocionada. Independentemente dos papéis que eu ocupo na sociedade, agora eu estou ocupando o meu papel de pessoa autista, de mulher autista, de mãe autista de autista – então, são papéis importantes – e também de servidora pública.

E eu quero trazer um recorte da empregabilidade no contexto do serviço público aqui. É importante, tá? Só quero trazer esse ponto em um minuto, e eu quero trazer uma experiência pessoal também.

Primeiro, eu gostaria de agradecer à Senadora Damares, porque, no ano passado, eu estava grávida – foi no dia 2 de abril – e meu parto estava marcado para o dia 7 de abril. Eu tinha que fazer o parto, porque eu tenho uma doença rara, a síndrome de Ehlers-Danlos. Então, eu vim aqui com barrigão, porque eu precisava vir. Falei com a Damares: "Senadora, por favor, fale do emprego dos autistas. A gente está olhando para as crianças e está se esquecendo dos adultos. Nosso objetivo é que as crianças cresçam e tenham o seu direito ao trabalho garantido", porque é um direito nosso o trabalho, gente. Então, a gente tem direito ao trabalho enquanto cidadão. É bom para todo mundo, basta a gente saber como funciona esse direito. Aí eu me especializei, peguei meu hiperfoco nessa causa do direito autista, me tornei uma referência no direito dos autistas e estou aqui para ajudar todos os autistas, porque sou ativista dessa pauta.

Então, agradeço à Senadora Damares. No ano passado, eu estava aqui. Hoje é o aniversário de um ano da minha filha. Eu deixei minha filha na Bahia com a minha mãe para estar aqui. Eu perdi o aniversário de um ano da minha filha, vocês sabem por quê? Eu vou falar para vocês por quê. Porque eu passei no concurso da Caixa Econômica em 2005. Depois de uma educação, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saí... Com 17 anos, eu tive um surto psiquiátrico, por conta de todo o *bullying* que eu sofria na escola, uma escola conceituada aqui no Distrito Federal. Eu tive um surto psiquiátrico, fiquei numa clínica psiquiátrica e mesmo assim eu consegui passar no concurso da Caixa. Quando eu entrei na Caixa... Tem 20 anos neste ano de 2025, eu fiz 20 anos na Caixa Econômica, e eu quero contar para vocês o que eu ganhei na Caixa Econômica.

Eu fui diagnosticada tão somente... Durante esse período, eu já fiz vários projetos significativos, mas eu nunca obtive reconhecimento. Já respondi a um monte de processo administrativo nessa condição. E, quando eu apresentei meu diagnóstico, em 2022, eu tinha acabado de ser aprovada num processo seletivo interno, com 158 pessoas, para assessor executivo de uma diretora-presidente. E aí, quando ela descobriu o meu diagnóstico, eu fui descomissionada e até hoje eu estou nessa condição, como técnica bancária, sem nenhum tipo de adaptação. Então, é uma luta muito grande.

E o que eu fiz dessa dor? Porque a dor, por si só, não funciona, a gente tem que fazer algo propositivo com ela. Então, eu juntei a nossa galera de empregados autistas da Caixa Econômica, estava todo mundo com o seu diagnóstico no bolso, porque, se a gente for lá e falar que é autista, a gente é descomissionado. E os autistas que estão fingindo não ser autistas estão todos sofrendo preconceito, porque a gente é considerado estranho, louco, o que quer que seja, principalmente os autistas que têm outras comorbidades de neurodiversidade, como eu, que tenho bipolaridade. Então, a gente é considerado louco, estranho e ninguém olha para a gente. E o que eu fiz com essa dor? Montamos o movimento Coletivo Caixa Autista. A gente está lutando muito para quebrar esse preconceito que existe no mercado de trabalho.

E, Senadora, é como a senhora falou: se não for pelo amor, que seja pelo rigor. Se a gente, enquanto sociedade, não conseguir entender o nível de crime de direitos humanos que está sendo feito em relação à comunidade de autistas adultos, a gente vai ter que ir pelo lado do rigor e a gente vai precisar criminalizar. E qual é o nível de pena que a gente deve propor para a sociedade, para as pessoas que cometem preconceitos contra nós? E quando são as instituições? E quando são instituições nacionais? Então, acho importante a gente fazer esta fala.

A gente tem mulheres autistas, como eu, que... As mães atípicas, lá na Caixa Econômica, têm direito a 2 horas para acompanhar o filho, mas as mães autistas de filhos autistas não têm direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a nada. Eu não tenho adaptação até hoje, eu sou uma técnica bancária dentro da empresa, mas fundamos o Coletivo Caixa Autista. Hoje somos 107 empregados autistas declarados e atuantes, mais um monte com diagnóstico dentro do bolso, tentando mudar a nossa realidade, porque, dentro da empresa, eles entendem que o autista é pessoa com deficiência... Não, o autista é autista, mas não é pessoa com deficiência. Negam o nosso enquadramento. E a gente está falando de Caixa Econômica Federal, para ver o tamanho do problema. E, depois que a gente consegue o enquadramento, acabou a nossa carreira. Eles jogam a gente fora. A gente vive adoecendo por *burnout*. Todos os dias, no movimento coletivo, a gente tem que salvar alguém de idealização suicida. Então, esse é outro ponto importante de a gente dizer. Nós, mães, muitas de nós, pedimos demissão. Nós, mães atípicas, todas sobrecarregadas, doentes, sem poder crescer na carreira, gastando o dinheiro todo com plano de saúde, e essa é a nossa realidade.

Então, por essa realidade, Senadora, agradeço muito pela oportunidade de poder estar aqui trazendo esta fala pelo movimento coletivo. Inclusive, esta é a nossa camiseta; a gente não tem nem um cordão de identificação, esse que eu uso na Caixa é o cordão que a PRF me deu, foi o Fernando Cotta, porque a gente faz ações lá pela OAB, junto com eles, e eu tento atuar.

Agora, já no âmbito do Judiciário, que é minha outra profissão enquanto advogada – eu acho importante a gente trazer essa reflexão rápida, também –, no âmbito do direito, do meu direito de ser advogada, eu também não tenho esse direito. Sabe por quê? Porque quando eu adoeço no processo, eu sou declarada revel e eu sou obrigada a ter que contratar um outro advogado; os juízes entendem isso de nós. E sabe esse meu caso? Ele está no Tribunal Regional do Trabalho e eu acabei de receber uma sentença dizendo que não tem prova nenhuma de que a Caixa cometeu assédio moral contra mim e que, por consequência, eu fiz uma denunciação caluniosa; e, hoje, eu sofro o risco de perder o emprego.

Quer uma outra questão? Eu me candidatei... Porque, quando eu perdi a minha função, eu fui a uma vaga... Eles não sabiam o que fazer comigo, tiraram minha função e me jogaram fora, no lixo. Aí, um gestor anterior meu me recebeu, eu fiquei nessa unidade onde eu estou até hoje, mas nunca fizeram nada por mim; meu salário caiu drasticamente, eu fui de assessora para técnica bancária, então eu perdi ali 80% da minha capacidade financeira; e fiquei lá e, até hoje, é essa a realidade dentro desse local que eu ocupo. Judicializei essa questão e o Judiciário entendeu que eu não tenho direito a nada. Então, a gente não tem nem o Judiciário, apesar de ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação. E eu, como advogada autista, também não tenho direito de advogar, não, porque, se eu adoecer, eu vou ser declarada revel, porque eu tenho obrigação de contratar alguém para me... Eu não posso exercer o meu *jus postulandi*.

Então, é importante a gente trazer essa realidade, é importante a gente saber com quem nós estamos interagindo. Eu por exemplo, sou uma mulher autista, com altas habilidades em oratória; eu sou mulher com bipolaridade – e, nessa condição, meu humor oscila. E, por oscilar, vou contar um último testemunho para vocês, para vocês entenderem do que se trata. Para vir para cá, eu peguei dinheiro do meu bolso, deixei minha filha lá na Bahia com a minha mãe e vim para cá, num voo da Latam. Quando eu cheguei aqui... Aí, na minha cabeça funciona assim: o desembarque tem que ter uma ordem, como todo mundo diz; a gente segue muita ordem e a gente tem um senso de justiça muito aguçado, a gente não gosta de injustiça; eu fiz direito porque eu odeio injustiça e eu vou brigar contra as injustiças o resto da minha vida – é vocação, por isso eu estou aqui.

Então, o que acontece? Quando eu fui sair do avião, chegou a vez da fileira 7, que era a minha, uma moça que estava na fileira 9 tentou levantar e eu falei: "Não, espera aí, que agora é a fileira 7". Na hora em que eu levantei, ela me empurrou e eu caí, dentro do voo. Eu falei: "Por que você está fazendo isso com uma pessoa autista?" – porque eu estava identificada com o cordão. "Ah, desculpa, eu não sabia que você era autista". Eu falei: "Mas gente, independentemente, você não pode empurrar uma pessoa no avião, ainda mais uma pessoa autista". "Ah, cala a boca, sua louca, vai se tratar". Resumo: surtei, pedi ajuda na Latam, ninguém me ajudou; pedi ajuda no aeroporto, ninguém me ajudou; registrei uma ocorrência na Polícia Civil; e é isso que acontece na nossa realidade.

Então, gente, é muito difícil ser um autista que se mantém vivo. A nossa principal causa de morte, principalmente de quem tem o cognitivo preservado e, pior, quem tem altas habilidades – porque a gente tem alta habilidade para tudo, inclusive para planejar a forma de não mais estar aqui... Então, vamos olhar com cuidado para essa causa, porque as pessoas estão morrendo. A gente tem 1 a cada 31 autistas hoje e, numa escalada progressiva – acho que o Oswaldo sabe mais do que eu sobre isso –, a quantidade de autistas está aumentando; e ou a gente olha para isso, ou a gente vai entrar num colapso social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de fazer essa fala bem rápida, bem breve.

Quero agradecer, Senadora. Conte comigo para o que for necessário. Eu sou uma ativista dessa pauta e eu preciso que esse direito seja garantido para que eu me mantenha viva e para que meus filhos tenham direito ao trabalho. Meu filho, hoje com 17 anos, está sofrendo *bullying* na escola, querendo abandonar o terceiro ano, de tanto preconceito que sofre dos professores. Então, gente, por favor, olhe para essa pauta, porque meu filho chega aos 18 anos agora e eu preciso que ele ocupe um espaço e que ele se mantenha vivo. Nossos filhos precisam ficar vivos também, porque não adianta a gente tratar disso e, depois, todo mundo não estar aqui.

Gratidão, viu, gente?

Obrigada por terem me ouvido, de verdade. E o Oswaldo tem alguns dados; não sei se há tempo, mas ele tem dados importantes, acredito eu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Larissa.

Que bom que a gente concedeu a palavra para você. Não foi, gente? Porque ela enriqueceu, enriqueceu demais... E que Deus abençoe sua bebê. Ela vai entender por que a mãe está fora de casa no dia em que ela fez um ano de vida. Ela vai entender. Ela vai entender, porque você provocou este debate aqui.

Muito obrigada, Dra. Larissa. Muito obrigada!

Mas este debate está só começando. Acho que é um novo patamar da discussão dos direitos, porque é assim: "De que me adianta esse cordão bonito?" Porque eu acho bonito o cordão – colorido, bonito... A gente ficou anos, nesta Casa e na outra, discutindo o formato do cordão. Olhem o... Não. A gente merecia um cordão? A gente merecia. Mas ela estava com o cordão dentro do avião, e mudou o que, nos direitos dela, o cordão? Deu visibilidade à causa, mas a gente vai ter que ir para um outro patamar de direitos, gente. Não dá mais para a gente ficar minimizando os problemas, banalizando e dizendo: "Ah, já conquistaram tudo", porque, para quem está aqui – como o Sr. Oswaldo, que é autor de um dos maiores livros da área, como a Luciana, que está aqui no dia a dia comigo –, é todo dia uma briga na tribuna e no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem dia em que nós somos surpreendidos com inversão de pauta. Vocês lembram a história do BPC? Foi numa inversão de pauta: "Vamos tirar o BPC das crianças com suporte 1 no Brasil", como se a mãe da criança com suporte 1 não precisasse levar a criança para um psicólogo, não precisasse levar para um fono. E essa mãe, por ter que sair, não arranja emprego. O BPC não é porque a criança tem o suporte nível 1, é porque a mãe não consegue trabalhar com uma criança com suporte nível 1. É tão somente por isso, gente. E a maioria é sozinha, porque os homens acabam abandonando.

Então, gente, só para dizer para vocês: o debate só está se iniciando. Eles existem! A economia precisa deles, são mão de obra de trabalho que não pode ser ignorada. Não é, agora, mais, gente... A pirâmide está invertendo. Eu avisei. Trinta anos atrás, eu dizia: "Nós vamos ter médico com autismo, nós vamos ter professor com autismo; nós estamos nos preparando para isso?". Eles estão aí, são mão de obra, e o mercado de trabalho precisa deles. Não são eles que têm que se adaptar ao mercado de trabalho.

Nós vamos ter que fazer uma discussão, porque o mercado precisa se adaptar a eles também. Se a gente não os trouxer para o mercado de trabalho, quem vai sofrer com a escassez de mão de obra é o país. E a mão de obra está aí. Olhem aqui, gente: quem não queria ter um servidor como o Bernardo? Quem não queria ter uma advogada competente, que faz o impossível para lutar pelo direito? Ela deixa a filha em casa, ela vem – do bolso – para lutar por um direito. É ou não é uma boa advogada? Aí a gente a subestima porque ela tem as peculiaridades que o caso dela mostra que ela tem. Aí a gente subestima um profissional como esta.

Estou cansada de cordãozinho. Desculpem-me.

O SR. OMAR HEART (*Fora do microfone.*) – Eu também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cansada!

E estou cansada de números bonitos mostrados em telas. Nós queremos é isso.

Parabéns, Larissa.

E a gente vai encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor, um minuto.

Cadê o Victor?

Está aqui.

Um minuto. Você promete? Porque a gente já passou do tempo – muito.

E o Oswaldo, como é o nosso professor, vai estar aqui nas próximas audiências com a gente... O Oswaldo está em tudo.

Tem um exemplar do livro aí? Não, né?

Só mostre, Oswaldo.

Quem não tem esse livro, no Brasil, precisa ter esse livro. É uma das primeiras obras do Brasil, que mudou a minha forma de ver o autismo. Esse livro dele é uma obra incrível. São anos de pesquisa – anos de pesquisa.

O livro do Dr. Oswaldo precisa ser lido por todo mundo, mas ele vai estar nos próximos debates com a gente, porque ouvir o Oswaldo só um minuto não vale a pena. A gente tem que dar tempo para ele. Mas você, Victor, eu não sei se vou ter a chance de tê-lo outra vez comigo. Dois minutinhos, para a gente encerrar.

O SR. VICTOR MAZZEI (Para expor.) – Senadora, obrigado pela oportunidade.

Venho do Rio de Janeiro, sou pai atípico, advogado militante da causa. Hoje eu trago uma proposta para a criação do MEI atípico, para que as famílias atípicas possam acessar o MEI, porque hoje todo mundo tem medo de acessar o MEI e perder o LOAS, o BPC. Então, seria a criação do MEI atípico, até com um recolhimento reduzido, para que essa família tenha essa garantia, essas mães – principalmente as mães – porque a gente vê que elas têm a preocupação, como o Cotta falou – ele foi embora – de nem poder morrer. Esse MEI atípico deixaria uma pensão para esse atípico. É só essa contribuição que eu quero dar nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, que fantástico! E essa contribuição dele eu não vou escrever sozinha, a Larissa vai me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar a escrever, a Luciana. Vamos pegar essa contribuição dele, formatar e apresentar como proposta de lei.

Obrigada, doutor, o senhor traz aí uma... Eu nunca tinha... Olhem só, gente, eu nunca tinha pensado nisso. Já tinha pensado nisso, Luciana? Eu nunca tinha. Olha a possibilidade de o autista empreender! Esse é o país do empreendedorismo, mas a gente tem aí um MEI específico. Eu estou impressionada com a proposta.

Muito obrigada. Valeu a pena eu ter-lhe dado dois minutos, valeu a pena.

Nós vamos encerrar. Parece-me que eu tenho um presente que eu vou ganhar do Omar. E isso, Omar? Então, enquanto o Presidente chega... Mas, deixe-me passar a palavra.

Nós vamos encerrar, como toda audiência, agradecendo a presença de todos e devolvendo a palavra para o Thomas, por dois minutos, para agradecimentos e considerações finais.

Thomas.

O SR. THOMAS STRAUSS (Para expor.) – Obrigado, Senadora, pela oportunidade.

Quero deixar aqui um convite para a gente poder fazer o fórum, um segundo fórum, aqui no Congresso, para que a gente tenha mais tempo, porque a dor do pai e do autista são tão grandes, que eu acho que faltou tempo aqui para a gente apontar soluções. Então, eu deixo aqui o convite para a gente pensar e se aplicar com mais tempo sobre como resolver o problema do desemprego dos autistas. Tá?

Quero agradecer a todos, às pessoas maravilhosas que estiveram aqui. Obrigado, Senadora, por ter reunido todo esse time de primeira linha. Obrigado à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Thomas.

Eu acho que a gente poderia mesmo fazer o fórum e, paralelo ao fórum, oficinas. Em cada plenário estará funcionando uma oficina. Por exemplo: a oficina do empreendedorismo; a oficina do servidor público com autismo; a oficina daquele trabalhador que é CLT; a oficina do patrão. Eu acho que seria interessante a gente formatar o fórum de forma que oficinas paralelas possam acontecer, para gente lotar esta Casa de pessoas com autismo. Não só agora para lutar por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos, mas para dizer: "Ó, Brasil, nós podemos contribuir muito com o desenvolvimento da nação e com a economia desta nação".

Muito obrigada, Thomas.

Omar, seus dois minutos para agradecer.

Tem alguém *online* ainda? Não, saíram todos.

Dois minutos para agradecimentos e considerações.

O SR. THOMAS STRAUSS – O Marcelo teve que sair...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Imaginei.

O SR. THOMAS STRAUSS – ... mas pediu para lhe dar um abraço forte e agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Vamos trazer Marcelo para o fórum.

O SR. OMAR HEART – Muito obrigado, Senadora.

Eu quero falar aqui para o Bernardo e a nossa amiga doutora o quão importante é o dia de hoje, com o autista tendo protagonismo na sua própria causa, na sua própria história.

Foi muito bonito o Ministério do Trabalho falar dos números. Isso é muito bonito nessa apresentação, mas, na efetividade, lá na ponta da corda, no dia a dia, isso não acontece. E eu queria que ela pudesse estar aqui para ouvir o relato da nossa doutora.

Então, que saiamos daqui hoje com um pontapé inicial do que realmente precisa ser feito para os autistas adultos, para nos mantermos vivos! Se prestarmos atenção nessa fala, "nos mantermos vivos...".

O nosso amigo Cotta aqui... Eu falo lá no Rio de Janeiro: qual é o papel da segurança pública na inclusão?

Se um autista entrar em crise sensorial, quem está na ponta da corda? O gari, o guarda municipal, o policial militar. O que eles sabem sobre o autismo? Nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é o papel da segurança pública na inclusão das pessoas autistas? Precisamos falar sobre isso.

Então, essa é a minha fala. E trazendo um presente para essa Senadora, porque, desde 2018, eu estou batendo na porta dela... (*Risos.*)

Essa obra faz parte da exposição "De Dentro para Fora", que ficou em exposição na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ai, que linda!

O SR. OMAR HEART – É uma obra toda de material reciclável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha, gente!

O SR. OMAR HEART – É o olhar fragmentado, que fala sobre o olhar da pessoa autista, porque nós, mesmo em cacos, nos vemos inteiros.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

O SR. OMAR HEART – Então, é um presente para a senhora, que representa a sua luta, a comunidade autista e que representa muito também o carinho e o respeito que nós temos pela senhora.

Que Deus continue te abençoando rica e abundantemente e te dê forças para continuar lutando pela nossa causa!

Obrigado.

Valeu a pena dirigir 24 horas, ininterruptamente, do Rio de Janeiro até aqui. O carro quebrou, o carro ferveu, mas não desistimos, porque é uma causa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR HEART – Não se trata só da minha pessoa, mas é para que, quando o meu netinho Theo, de quatro anos hoje, não verbal, que vai se tornar verbal, estiver adulto, ele possa ter empregabilidade, dignidade e o direito de viver independentemente.

Muito obrigado, Senadora, meu pai, minha esposa, que eu amo muito, que é a minha base, é o meu sustento, quem me regula, minha querida Sylvia Jane Crivella, a precursora. Se eu estou aqui hoje, é porque ela olhou por mim.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Omar.

Gente, meu presente é lindo! Depois eu deixo vocês tirarem foto, viu?

Muito obrigada.

Que Deus o abençoe!

E a mensagem desse presente, os cacos, como está colocada aqui, mas que se veem como um todo...

Muito obrigada, viu? Obrigada.

Bernardo, dois minutinhos, um minutinho para agradecimentos e considerações finais.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ (Para expor.) – Bom, eu agradeço a todos vocês que estão aqui por nos olharem, por prestarem atenção no que temos a dizer para vocês.

Agradeço a ti, Senadora Damares, pelo convite. É uma honra estar aqui contigo.

Agradeço a todos os palestrantes aqui.

E eu só digo aos pais que não desistam dos filhos. É só isso que eu peço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciana? (*Falha no áudio.*)

A SRA. LUCIANA MENDINA – Aqui... O Bernardo sempre está comigo. A Damares sabe, Senadora. Sempre, sempre, sempre. E queria falar isso para vocês. Quando eu passo, por onde vou, o Nicolas para e fala: "Cadê Bernardo?". A Bia: "Cadê Bernardo?". "Cadê Bernardo?".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo conhece.

A SRA. LUCIANA MENDINA – Todo mundo conhece o Bernardo.

Não escondam os filhos de vocês. Jamais.

Eu nunca escondi o Bernardo, nem quando ele era não verbal, pequenininho. Ele era arrastado para tudo quanto é lado. Isso é muito importante.

E outra coisa: empresas, serviço público, todos os lugares, comércio, qualquer lugar, pensem na pessoa que aparecer como autista para vocês como se fosse filho de vocês. Pensem como se cada um deles fosse o Bernardo, como se cada um deles fosse o Heart. E tenham amor por eles, porque eles são muito capazes.

Então, se houver empatia, a gente muda esse jogo. Mas é empatia. É olhar a Larissa como se fosse sua filha; olhar o Bernardo como se fosse filho, o Heart... Porque eles merecem todo o nosso amor e só querem ocupar um espaço.

Então, é isso que eu peço para vocês.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

D. Jane... Jane Crivella. Querida. Ficou aqui desde cedinho com esse povo.

Agradecimentos? Porque a senhora foi preletora também.

A SRA. SYLVIA JANE CRIVELLA – Eu quero agradecer por tudo o que eu ouvi aqui, a cada um que falou aqui, isso me emocionou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu volto a dizer: nós somos todos diferentes, mas somos todos únicos e especiais para Deus – todos nós. Ninguém aqui é inferior ou superior a ninguém.

Então, muito obrigada. Parabéns por este momento emocionante, e eu creio que, daqui para a frente, a gente vai progredir, vai avançar. Isso que é importante.

Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada.

Eu quero agradecer à Secretaria o apoio, a todos que acompanharam à distância.

Mas eu não posso terminar como se tudo estivesse bem. Não está tudo bem.

Mas eu quero lembrar a todos que este é um ano de decisão, é um ano eleitoral, e a comunidade precisa estar atenta a isso.

Qual é o compromisso que os candidatos estão fazendo com a comunidade? Esses compromissos precisam ser públicos, de preferência, por escrito, assinados e reconhecidos em cartório.

A gente vai precisar escolher representantes para vir para esta Casa que não abandonem a causa, porque é aqui que as decisões são tomadas. E eu vejo a comunidade, às vezes, acreditando em algumas pessoas que aparecem no período eleitoral, dizendo: "Ó, eu tenho a causa no coração". Quando chegam aqui, abandonam.

Eu vou contar um testemunho para vocês, para a gente encerrar.

Há alguns meses, até a Luciana estava na galeria nesse dia, nós estávamos votando os direitos das crianças com microcefalia, aquele caso emblemático em que elas tiveram microcefalia porque o Estado, o poder público, não agiu, e o mosquitinho, o zika... Lembra a história?

E, no dia em que a gente começou a luta, elas eram 958. No dia da votação, elas eram 918, porque elas vão embora. Essas crianças não vão viver muitos anos. E, na hora em que a gente votou um projeto de lei de 2016, de quando elas eram bebês, na hora em que a gente aprovou, a Senadora Mara – o projeto era dela de quando ela era Deputada. Ela já está terminando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato de Senadora, oito anos depois – estava muito feliz. E um colega Senador estava do meu lado e disse assim: “Esta Casa virou Casa de caridade”.

Mas ele disse ao lado da pessoa errada, e eu grudei no braço dele – e acho que o braço dele dói até hoje. De vez em quando ele passa, eu fico olhando se o braço dele não está inchado.

Nós não queremos caridade. Nós só queremos a garantia dos direitos que já conquistamos. É tão somente isso.

Mas este é um ano eleitoral. Pergunte ao candidato aí na sua cidade qual é o compromisso que ele tem com a pauta. Identifique quem tem compromisso. Sabe por quê? A Mara já mandou um recado que ela não vai mais ser Senadora. Ela vai querer ficar como Deputada Estadual, porque o corpo dela exige que ela fique mais quietinha, lá no estado, e ela quer fazer umas experiências extraordinárias no estado dela. Ela quer focar com políticas públicas locais, para depois compartilhar com o Brasil.

Nós temos alguns que não vão voltar, e como é que fica essa bancada aqui?

Então, ao mandarem seus Parlamentares para Brasília, pergunte qual é o compromisso deles com a causa e o que é que eles vão fazer aqui, quando aqui chegarem.

E vou dar mais um conselho para a comunidade: escolham seus próprios representantes. Uma mulher como Larissa está pronta para ser Deputada. Um Bernardo, daqui a alguns anos, está pronto para ser Deputado. Um Omar está pronto para ser Deputado. Por quê? Porque vocês não podem estar aqui no lugar de poder e de decisão? Aqui é o espaço de vocês também.

Dessa forma, acreditando que a gente vai continuar esse debate sobre a empregabilidade... O tema hoje foi bem específico.

Eu poderia estar com este Plenário aqui lotado de criança, cantando como a gente fez no dia da criança com Down. Eu poderia estar repetindo o debate de sempre, o cordão, a comida... Não. Hoje, a gente subiu o nível do debate, e o nível do debate foi: nós existimos e estamos prontos para contribuir com a economia desta nação, e esta nação está perdendo em não absorver a nossa mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos vocês que vieram. Obrigada porque nós cumprimos a missão e saímos daqui com encaminhamentos. Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatorze minutos do dia treze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 37/2026 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Homenagear as trabalhadoras e os trabalhadores pelo Dia Nacional do Frentista". Participantes: Paulo Roberto Tavares, Presidente do Sindicombustíveis-DF; Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo – FEPOSPETRO; Eusébio Luis Pinto Neto, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis - FENEPOSPETRO; Márcio Andrade, Diretor da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS; Rafaele Rodrigues Mascarenhas Menezes, Coordenadora Geral de Relações do Trabalho; Márcio Andrade, Diretor da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS; Luli Hunt, Consultora e Auditora de Leis de Incentivo - Lei Rouanet; Alexsandro dos Santos Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava Rápido e Lojas de Conveniência de Niterói e Região – SINPOSPETRO; Carlos Alves dos Santos, Prefeito do Novo Gama - GO e Presidente Licenciado do Sindicato dos Frentistas de Brasília; e Mauro Rossi Barros de Chão, Founder/CEO- Barro de Chão. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia. Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 13 de abril de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 37, de 2026 – CDH, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, aprovado nesta Comissão, para homenagear as trabalhadoras e os trabalhadores pelo Dia Nacional do Frentista.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone, pode ligar de qualquer lugar do Brasil, sem custo algum: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Aproveitamos a oportunidade desta audiência pública para registrar o lançamento do livro *Frentistas do Brasil*. Ao longo da audiência, nós vamos fazer o lançamento do livro.

Nós vamos ter duas mesas e nós temos dois convidados que estão de forma *online*. Então, nós vamos mesclar os convidados presenciais com os convidados que estão *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para compor a primeira mesa o Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo.

Seja bem-vindo, Sr. Luiz. (*Palmas.*)

Convido para compor a mesa, Eusébio Luis, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis. (*Palmas.*)

Convido Márcio Andrade, Diretor da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes.

Sr. Márcio, que alegria. (*Palmas.*)

E convido Paulo Roberto Tavares, Presidente do Sindicombustíveis-DF.

Prazer, Paulo, você estar com a gente. (*Palmas.*)

E ainda nesta primeira mesa, estará conosco, em forma de videoconferência, Luli Hunt, Consultora e Auditora de Leis de Incentivo à Lei Rouanet.

Na segunda mesa, nós teremos: Alexsandro dos Santos Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviço de Combustível e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava Rápido e Lojas de Conveniência de Niterói e Região; Carlos Alves dos Santos, Presidente licenciado do sindicato dos frentistas de Brasília e Prefeito do Novo Gama.

É meu amigo. (*Palmas.*) Esse Prefeito é gente boa. Que alegria, Prefeito, tê-lo aqui com a gente, que honra.

E estará na segunda mesa com a gente o Sr. Mauro Rossi Barros de Chão, ele é CEO da Barro de Chão.

Prazer.

Ele vai estar de forma *online*.

Os nossos convidados terão dez minutos cada um para sua exposição. Inclusive, se trouxeram apresentação, a apresentação ficará disponível para todos os interessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que esta audiência foi uma solicitação do nosso querido Senador Paulo Paim, que se organizou para estar presente conosco hoje, mas ele está com um pequeno problema de saúde, não pôde estar aqui, já conversou com os convidados. E nós estamos desejando ao nosso ilustre querido amigo e parceiro Senador Paulo Paim melhoras.

Senhores, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realiza esta audiência com o objetivo de homenagear os trabalhadores pelo Dia Nacional do Frentista, conforme requerimento aprovado por este Colegiado. Trata-se de iniciativa que se insere no âmbito das competências desta Comissão, especialmente no que se refere à promoção e à proteção dos direitos humanos nas relações de trabalho, à valorização da dignidade da pessoa humana e ao acompanhamento de políticas públicas voltadas à proteção social.

A profissão de frentista possui longa trajetória no Brasil, remontando ao início do século XX e reúne atualmente cerca de 500 mil trabalhadores em atividade, dos quais aproximadamente 25% são mulheres. Esses profissionais desempenham um papel essencial na cadeia de abastecimento nacional, sendo responsáveis não apenas pelo fornecimento de combustíveis, mas também pela execução de serviços auxiliares, orientação ao consumidor e observância rigorosa de normas técnicas de segurança. Tal relevância confere à categoria uma posição estratégica para o funcionamento da economia e para a segurança das operações no setor de energia.

E aqui eu quero fazer um destaque: os frentistas têm sido também aliados na proteção da mulher. Nós temos algumas experiências e algumas boas práticas em algumas regiões do Brasil em que frentistas foram treinados para identificar uma mulher dentro do carro agoniada, pedindo socorro, com um olhar distante, uma mulher acuada. E os frentistas viraram, para nós, agentes também de proteção e de garantia de direitos de mulheres e de crianças também. (*Palmas.*)

Então, aqui eu quero aplaudi-los por isso e dizer que a gente vai fomentar isso. A gente vai aumentar essa capacitação, e nós queremos que todo mundo, quando olhar para um frentista, veja nele também segurança, carinho, proteção e garantia de direitos. É uma honra tê-los nessa parceria, na proteção da criança, na proteção da mulher. E eu estou muito honrada em estar presidindo esta reunião hoje, muito honrada.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, destaca-se que o exercício da atividade envolve exposição contínua a agentes químicos nocivos, como benzeno, substância reconhecidamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancerígena. A Turma Nacional de Uniformização da Justiça Federal firmou entendimento no sentido de que a exposição de frentistas ao benzeno presente na gasolina configura risco à saúde e autoriza o reconhecimento da atividade como especial para fins previdenciários, sendo avaliação da exposição de natureza qualitativa.

Independentemente da mensuração da concentração do agente químico, documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Câncer indicam que a exposição ao benzeno pode comprometer a medula óssea, provocar alterações hematológicas e está relacionada ao desenvolvimento do câncer, razão pela qual se impõem políticas públicas eficazes de prevenção e monitoramento da saúde do trabalhador.

E essa é uma audiência para a gente não só celebrar, mas para a gente entender como estão as políticas públicas de proteção de saúde deste profissional incrível que faz o Brasil se movimentar.

Ademais, segundo a Organização Internacional do Trabalho, trabalhadores expostos a substâncias químicas perigosas estão entre os grupos mais vulneráveis a riscos ocupacionais, especialmente em países com grandes cadeias de distribuição de combustível. Neste contexto, observamos também a questão da segurança pública. Se tem um profissional que está 24 horas exposto à violência o tempo todo são os nossos frentistas. Então, nós temos um profissional que faz a economia movimentar-se, um profissional amado pelo Brasil, mas que tanto pode estar exposto a sérios problemas de saúde, como também – a gente traz aqui – ao ingrediente de segurança, a segurança pessoal, a segurança física. Nesse contexto, observe-se que existem lacunas relevantes tanto no plano normativo, quanto na execução das políticas públicas. E este é o motivo da realização desta audiência.

Neste sentido, ouviremos agora os nossos expositores, os nossos ilustres convidados para os quais eu passo a palavra agora, pelo período de dez minutos.

Ouviremos, em primeiro lugar, Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo.

Obrigado por ter aceitado o convite e estar conosco, nesta manhã.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Senadora e, já de pronto, agradecer pelas palavras. É exatamente isso que a Senadora falou que os frentistas são. Inclusive, Senadora, aqui em Brasília, nós tivemos um caso de um frentista que evitou um sequestro de uma senhora que estava no carro lá; ele observou e evitou o sequestro! Pena que nós não vamos poder assistir ao vídeo, porque o vídeo é de 15 minutos, e o vídeo fala exatamente disto: os frentistas dando depoimento de como eles trabalham, qual é a função do trabalho deles. Então, o vídeo vai ficar à disposição aí; depois os companheiros pegam.

Eu quero agradecer, antes, a presença do nosso frentista Prefeito, que é o nosso companheiro Carlinhos, um orgulho da nossa categoria; do nosso companheiro Hélio, que é Vereador por Anápolis; da nossa companheira Telma, que é a Secretária da Mulher, que enfrenta grandes problemas na nossa categoria, inclusive com a questão do assédio que as nossas frentistas sofrem aí pelo Brasil, com a questão das roupas que algumas empresas fazem com que elas usem. Então, eu, de pronto, queria agradecer.

Eu estou muito feliz, Senadora, de estar aqui na Comissão, representando a nossa categoria e apresentando esse livro. E, ao mesmo tempo, a gente já sente uma certa nostalgia e uma certa tristeza de saber que o amigo e companheiro Paim não vai estar aqui no próximo mandato. Eu acho que é uma perda irreparável para os trabalhadores do Brasil e para o Senado da República a pessoa, a figura do Senador Paim, que é um homem que tem uma trajetória, no Parlamento aqui, invejável, de muitas lutas, muitas conquistas; é um homem que transita em todas as áreas, é realmente uma diplomacia muito grande e é uma perda irreparável – eu queria deixar registrado aqui ao amigo e companheiro Paim a falta que ele vai nos trazer. Isso nos dá a responsabilidade de sairmos às ruas e escolhermos os nossos Parlamentares para nos representarem aqui no Congresso Nacional.

Agora, voltando aos frentistas, realmente, como V. Exa. disse, nós somos uma categoria que nos confundimos com a história do Brasil. Quando apareceu, Senadora, a primeira bomba, no Brasil e na América Latina, lá na Avenida Ana Costa, na cidade de Santos – na instalação da primeira bomba –, já estava lá o primeiro frentista do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quantos e quantos povoados que viraram municípios e cidades e que nasceram a partir de um posto de gasolina naquela rodovia? Então, nós temos muito a contribuir e já contribuímos muito com a história do Brasil.

Os frentistas têm esta função que eles fazem com muito carinho e com amor de dar informação. Além da função específica, que é abastecer, verificar óleo, verificar freio, verificar óleo de freio, verificar pneu, ele dá informação; e ele dá com carinho, ele tem prazer em fazer.

Outro dia, eu estava no Rio de Janeiro, e o Waze me pôs... A Avenida Brasil estava muito congestionada, e o Waze me pôs... O frentista me disse: "Olha, volta que você seguir por aqui é perigoso". Então, o frentista está acima, à frente do Waze. Então, a gente dá essas informações. A pessoa chega à cidade, quer saber onde tem um hotel bom, um restaurante, onde está qualquer... na cidade, ele procura o frentista, porque sabe que ali ele tem a segurança de que vai receber essa informação correta, e o frentista faz isso com muito carinho.

Então, o lançamento desse livro, Senadora... Ele conta exatamente a história do frentista, sem nenhum tipo de politização. Realmente o que o frentista é e o que vai ser sempre para o Brasil. Então, eu não vou usar os dez minutos, porque, se desse tempo de cada um contar e passar o vídeo, seria muito interessante... Eu já queria, Senadora, passar em mão este livro. Este livro é um patrocínio da Vibra, feito pelo companheiro Mauro, que vai falar daqui a pouco. Ele retrata com precisão a história do frentista do Brasil.

Então, é muito orgulho nós estarmos aqui nesta Comissão, representando essa categoria tão importante para o nosso país e que precisa ter segurança para trabalhar, precisa que as autoridades vejam os frentistas com bons olhos e que a revenda valorize também o frentista, porque nós sempre estivemos ao lado da revenda, nós nascemos junto com a revenda. E nós precisamos que a revenda também esteja bem, para que nós possamos reivindicar deles os direitos que os trabalhadores precisam. Senadora, em nenhum estado do Brasil, o frentista ainda tem plano de saúde, mesmo sendo uma categoria que trabalha com agentes nocivos à saúde. Nós não conseguimos ainda avançar para termos um plano de saúde nem ver se a gente consegue responsabilizar a questão das distribuidoras, para não ter que ser só da revenda. A revenda e os frentistas sempre andaram juntos e vamos andar juntos muito tempo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico feliz e agradeço à Senadora por estar aqui conosco, nesta audiência pública, muito importante para a nossa categoria.

Um forte abraço a todos e viva o frentista do Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Luiz. Gente, ele autografou o meu livro.

Assim, rapidamente folheando, que coisa mais linda está este livro. Aqui, a primeira bomba de combustível. Gente, as imagens são históricas. Veja isso daqui: Santos Dumont, gente! Ele precisou de combustível um dia.

Gente, é uma abordagem histórica, muito linda, muito bem formatada. Eu quero cumprimentar...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Santos Dumont foi quem trouxe o primeiro automóvel para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Da França, um Peugeot. E, na cidade de Santos, lá que surgiu a primeira bomba.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maravilhoso. Recortes de matérias de época, muito bem

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maravilhoso. Recortes de matérias de época, muito bem formatado. Eu só queria dar uma sugestão ao gabinete do Senador Paim, que está aqui: eu acho que a gente tem que fazer uma entrega oficial de um exemplar deste livro à Biblioteca do Senado, para a gente eternizar essa obra. (*Palmas.*)

E também um exemplar à Biblioteca da Câmara dos Deputados. Por quê? É um material de pesquisa, gente. Eu estou encantada com o material. Parabéns! Eu acho que a categoria merecia uma obra como esta. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde a gente encontra? Nós estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro. Onde as pessoas encontram essa obra, Sr. Luiz?

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Esse é um livro do Ministério da Cultura.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ministério da Cultura.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – E nós temos que, de cada livro, fazer a prestação de conta. Nós temos aí uns 100 exemplares, talvez, ainda para distribuir para quem quiser procurar a Fepospetro, na cidade de São Paulo, através da nossa Secretária Janekelly.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maravilhoso! Gente, o mais lindo é a capa. Aqui nós temos um homem, e aqui, na capa, nós temos uma mulher também. (*Palmas.*)

Vinte e cinco por cento dos frentistas hoje são mulheres. E eu vou dizer uma coisa – desculpem-me os homens que estão aqui –: elas são incríveis! Elas são extraordinárias! Estou muito feliz, muito feliz com a obra. Eu agradeço.

Então, a gente faz... Vamos ficar de pé e fazer uma foto oficial? Oficialmente lançado o livro. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Na sequência, para a sua exposição, nós vamos ouvir por dez minutos...

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Vou deixar a revista também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada! Obrigada, meu Prefeito! Vamos ouvir seu Eusébio Luiz, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis (Fenepospetro).

Seja bem-vindo, seu Eusébio! Dez minutos. Temos um cronômetro lá atrás acompanhando-o.

O SR. EUSEBIO LUIZ (Para expor.) – Obrigado.

Quero cumprimentar a Senadora Damares, e, na pessoa dela, cumprimentar a mesa. Agradeço por este momento, Senadora. Ficamos muito felizes de estarmos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os meus companheiros e companheiras trabalhadores em postos de combustíveis presentes nesta Comissão. Aqui temos frentistas de várias regiões do Brasil prestigiando esta audiência.

Eu não poderia deixar de cumprimentar o Mauro, que é o autor do livro, por essa obra-prima que retrata a história dos frentistas.

Senhoras e senhores, eu não poderia estar mais feliz em estar aqui nesta Comissão. Em vários momentos da história, nos últimos trinta e poucos anos, nós estivemos presentes aqui nesta Comissão em várias lutas em defesa dos trabalhadores de postos de combustíveis e de todos os trabalhadores brasileiros.

O trabalhador frentista, por vários momentos, esteve nesta Comissão para defender várias causas, entre elas, uma das maiores que nós temos até hoje, porque assegurou a existência dessa categoria. Nos anos 90 até os anos 2000, nós lutamos para garantir a existência do frentista, pois queriam implantar o autosserviço nos postos de combustíveis. E nós conseguimos, com o apoio da população, com muita luta, e também com o apoio desta Casa, proibir o autosserviço em postos de combustíveis, com a Lei 9.956, de 2000. Foi uma luta memorável, em que nós fomos congratulados até por países estrangeiros, pois foi uma das maiores vitórias do mundo do trabalho.

Hoje nós estamos vendo aqui, nesta Comissão, a importância dessa lei, porque, se nós não tivéssemos conseguido aprovar essa lei, Senadora Damares, talvez nós não estivéssemos aqui hoje comemorando o lançamento dessa obra, porque não teria frentista para contar a história.

Então, cada dia que passa, esta Lei 9.956, de 2000, que proíbe o *self-service*, tem uma importância ímpar para os trabalhadores de postos de combustíveis, que estão em mais de 40 mil empresas pulverizadas em todo o território nacional. São mais de 500 mil trabalhadores que prestam serviços em todos os municípios e em todas as rodovias brasileiras, levando, como já foi registrado aqui, segurança, inclusive, para os condutores de automóveis e para as pessoas que aos postos de gasolina se dirigem para pegar informação.

O frentista também é um agente de turismo, porque em pesquisa já foi dito que ele é o mais confiável para dar informação. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, companheiros, essa categoria tem esse valor e, a cada instante, ela é mais valorizada. E essa obra aqui escrita vem também valorizar mais essa categoria, que realmente tem esse papel de suma importância para a sociedade, que é um agente público.

Nós temos os nossos problemas, é peculiar de todas as categorias, e lutamos incansavelmente para melhorar a vida desses trabalhadores. E esse é o nosso papel. O papel do movimento sindical é justamente esse.

Eu, cada dia que passa, fico mais orgulhoso de ser frentista. Eu sou frentista há mais de 40 anos e, a cada dia que passa, eu fico mais orgulhoso, e não poderia ser diferente, pois eu sou frentista por opção. Fui tirar férias de um amigo no posto de gasolina e gostei tanto que fiquei e estou até hoje, porque é um ambiente onde você está ao ar livre e tem a oportunidade de se comunicar com toda a sociedade. É o que nós fazemos. Nós atendemos as pessoas de todos os níveis sociais.

Então, companheiros, às vezes as pessoas falam que só tem frentista no Brasil, o que não é verdade. A maior parte do mundo tem frentista, e quem já viajou por aí sabe disso. Companheiros, o *self-service* existe em uma parte na Europa e na maioria dos Estados Unidos; tem estado nos Estados Unidos que tem frentista também. O frentista está pulverizado em todo o território nacional. Agora, frentista organizado, especificamente, em uma categoria só tem no Brasil. Nós temos duas federações, a Fepospetro em São Paulo, a federação nacional, e temos aproximadamente 70 sindicatos hoje no Brasil, que representam toda essa categoria que representa muito bem este país.

Então, Senadora, estarmos aqui hoje sendo homenageado também nos fortalece e ajuda a gente ter força para lutar e reivindicar mais direitos e condições de vida para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros. Eu quero aqui pedir a Senadora. Nós temos dois projetos de lei na CCJ da Câmara Federal. Temos um projeto, desculpe que eu esqueci o número agora, mas é um projeto que institui o Dia Nacional do Frentista, o Dia do Frentista, que é dia 4 de março, o dia em que fundamos o primeiro sindicato dos frentistas do Brasil, que é Sinpospetro, de São Paulo. O projeto está na CCJ, e o Relator é o Deputado Motta. E temos também um projeto que pede a regulamentação da categoria frentista, que também está na CCJ, e eu peço a V. Exa. que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajude. Esses dois projetos são de suma importância para que nós possamos ter mais poder e legitimidade para lutar pelos interesses da nossa categoria.

Até finalizando, para não tomar muito o tempo de vocês, eu quero fazer um apelo, aproveitando, porque se diz que frentista é... Dirigente sindical, em todo lugar que ele está, ele tem um papel, que é o de cobrar. E aqui eu vejo que está presente representante do setor patronal, então eu vou fazer o meu papel de militante sindical, me permita, não sendo deselegante, mas cobrar. Cobrar o quê? Cobrar que esses dirigentes patronais nos ajudem a ter uma interlocução mais, digamos assim, qualitativa com o setor patronal, propositiva. Que nós possamos dialogar e conseguir avançar nos direitos da categoria, fechar as negociações todas as vezes que for necessário, quando a gente tiver as convenções coletivas, porque isso é de suma importância para os dois lados, e também avançar nas conquistas dos trabalhadores no que diz respeito principalmente às distribuidoras.

As distribuidoras têm um papel muito importante no país, mas o frentista enverga o uniforme da distribuidora, ele vende os produtos da distribuidora, ele faz a propaganda da distribuidora. Então, a distribuidora tem que dar mais atenção a esse trabalhador que está lá na ponta da cadeia produtiva, promovendo a empresa e valorizando a empresa. Esse trabalhador, muitas vezes, não tem a atenção merecida. Não pode, por exemplo, uma distribuidora fornecer combustível para postos de combustíveis que não respeitam o direito dos trabalhadores; às vezes nem registram nem respeitam as normas de segurança dos trabalhadores, o que é fundamental num posto de gasolina, tendo em vista que o posto de gasolina é um ambiente periculoso e nós estamos expostos a tudo, inclusive a acidente, violências de todo o monte, e também a gente tem a questão do benzeno. Então, eu acho que as distribuidoras têm que ter esse papel.

Nós, na época da BR, tínhamos posto escola, tínhamos posto que era dirigido aos portadores de deficiência, e tinha um canal aberto de diálogo, várias vezes nós estivemos na BR, dialogando com a BR. Hoje nós não temos esse diálogo com as distribuidoras. Então, eu cobro aqui a abertura desse diálogo, que é muito importante, porque essa categoria – tanto de revendedores, de distribuidores quanto a categoria laboral, juntas –, sem dúvida, é de uma importância fora de série para toda a sociedade brasileira, porque nós estamos, como já dissemos aqui, em todos os cantos do Brasil, em todas as regiões, e lutamos incansavelmente para ajudar a proteger essa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, senhoras e senhores, companheiras e companheiros dos postos de combustíveis. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Eusébio, é excelente sua fala, mas eu vou fazer um destaque na sua fala. Os países que não têm frentista, problema deles. Eles não sabem o que estão perdendo sem ter esse profissional extraordinário. Eu acho que eles choram de inveja da gente, de ter esse profissional extraordinário. (*Risos.*)

Sr. Eusébio, eu fui assessora antes de ser Senadora, por 28 anos eu estou aqui no Congresso Nacional. A gente viu alguns movimentos contra vocês, mas a gente viu valorosos Parlamentares defendendo vocês – e a gente tem que fazer justiça ao Senador Paim numa hora dessas. Valorosos Parlamentares. Nós falamos que eles são agentes de segurança, são agentes de garantia de direito, o senhor falou agora que eles são agentes de turismo também, mas eu vou trazer uma experiência pessoal, me permita trazer o coração nesta audiência. Eu sou filha de pastor, de cidade do interior da Bahia, e, assim que tivemos o nosso primeiro carro, nós tínhamos um frentista do coração – todo mundo tem um frentista do coração, tá? E eu me lembro de todas as vezes, o pai indo com a gente e passando no posto, e o irmão Zé com um sorriso aberto, analfabeto, extremamente profissional. Porque a gente precisa dizer: os postos de gasolina, para muitos no Brasil, foram o primeiro emprego, foram a ascensão profissional. Vocês acolhendo jovens sem experiência, e dali esses meninos estudam, fazem faculdade, tornam-se doutores – a gente precisa fazer esse reconhecimento –; mulheres vítimas de violência que encontram nesse emprego a libertação e autonomia financeira.

Mas vocês, além de serem esses profissionais do sorriso, vocês também são psicólogos. E aqui eu quero contar minha experiência pessoal: aos 50 anos de idade, meu marido foi embora de casa – eu acho que ele está arrependido, viu, gente? (*Risos.*) –, e nós tínhamos um posto de combustível em que a gente abastecia quando ia embora. E eu comecei a ir embora para casa sozinha. E eu quero que vocês imaginem o que é uma mulher aos 50 anos, um rompimento doloroso, e eu ia... A gente tenta estar bem no trabalho, mas, quando a gente está dirigindo sozinha, as lágrimas descem, a gente desaba. No primeiro dia, o frentista olhou, não disse nada; no segundo dia que eu estava sozinha, ele olhou, não disse nada; no terceiro... no quarto, ele foi no carro e disse: "Está tudo bem com a senhora? A senhora está precisando de alguma coisa?". E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu encontrei, nas palavras de um frentista, o acolhimento que eu não tinha tido ainda aqui no Senado, porque os colegas não tinham a certeza do divórcio. E ele me permitiu chorar dentro do carro, então é para lá de um profissional, é um ser humano que tem seus problemas, mas que na maioria das vezes nos recepciona com um sorriso, com carinho.

Então essa homenagem aqui, Sr. Eusébio, é uma homenagem tão justa, tão merecida. E eu precisava trazer a memória do irmão Zé, no posto de combustível, que dizia "A paz do Senhor, pastor!", recebendo a gente com tanto carinho, como os profissionais que ao longo da minha vida me recepcionaram nos postos de combustível, todos, de uma forma tão extraordinária... (*Palmas.*)

Os países que não têm frentistas são países tristes, com certeza. São países que não têm a energia, o carinho, a força dessa mão de obra tão especial.

Dito isso, vamos ouvir agora Márcio Andrade, Diretor da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes. Ó, Sr. Márcio, o senhor pega leve, porque eles são agentes de turismo, psicólogos, agentes de segurança e agentes de garantia de direitos também. É uma alegria ter o senhor aqui com a gente, Sr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ANDRADE (Para expor.) – Muito bom dia. Eu não tenho motivo para pegar pesado; pelo contrário, eu só tenho gratidão pelo frentista.

Eu queria cumprimentar a Sra. Presidente, Senadora Damares Alves; o Sr. Eusébio Luis, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis (Fenepospetro); o Sr. Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo (Fepospetro); o Paulo Tavares, Presidente do Sindicombustíveis aqui do Distrito Federal; os demais na pessoa do Hélio Araújo, que é Presidente do Sinpospetro da região central do Estado de Goiás e suplente de Senador, que também está aqui; e o Ricardo, que é o Presidente do Sinpospetro do entorno do Distrito Federal, e esses dois eu cumprimento porque eu sou de Goiás, então lido com eles diariamente.

Esses dois eu cumprimento porque eu sou de Goiás, então lido com eles diariamente.

Para mim é uma honra muito grande participar desta audiência pública em homenagem a esses trabalhadores e trabalhadoras pelo seu Dia Nacional do Frentista. Quando falamos dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categoria, estamos falando de uma das maiores portas de entrada, como a Senadora disse, para o mercado de trabalho formal no Brasil. Hoje o país conta com mais de 40 mil postos de combustíveis, que geram aproximadamente 500 mil empregos diretos, sendo que uma parcela muito significativa desses profissionais está na linha de frente do atendimento, que são os frentistas e as frentistas mulheres – isso significa meio milhão de famílias impactadas diretamente por essa atividade.

Mais de que números, nós estamos falando de presença de pessoas. Os postos estão distribuídos em, praticamente, 100% dos municípios brasileiros, garantindo mobilidade, abastecimento e atendimento essencial à população 24 horas por dia, e quem está lá durante todo esse tempo é o frentista. Ele é, muitas vezes, o primeiro e o último ponto de contato do consumidor com o setor de combustíveis. É quem garante não só abastecimento, mas também segurança operacional, orientação ao consumidor e, em muitos casos, serviços adicionais que fazem diferença no dia a dia das pessoas.

O frentista é o verdadeiro exemplo do servir, servir ao próximo. Em um mundo onde a automação avança rapidamente, o Brasil fez e continua fazendo uma escolha relevante: preservar empregos e valorizar o atendimento humano, mantendo o frentista na linha de frente. Essa escolha tem impacto direto na inclusão social, especialmente para jovens em início de carreira e trabalhadores que buscam reinserção no mercado.

Como o Eusébio disse, foi uma luta muito grande para manter e para aprovar essa lei, e eu lembro muito bem que a Fecombustíveis esteve junto nessa luta, é importante lembrar, mas esse reconhecimento precisa evoluir: é fundamental avançarmos na qualificação profissional, na segurança do trabalho e na construção de um ambiente regulatório que dê estabilidade ao setor e permita continuar gerando empregos com dignidade.

É de grande preocupação nossa, da Fecombustíveis, que, para preservar a figura do frentista e da frentista, a gente tenha condições regulatórias de leis trabalhistas que não atrapalhem a manutenção dessa função. Nós não podemos inviabilizar essa atividade de frentista através de leis que vão onerar com muito peso as empresas, o que levaria, às vezes, a essa dificuldade de manter essas posições. Eu, particularmente – falando em meu nome, não pelo pensamento da Fecombustíveis –, sou pela preservação do frentista, eu luto pela preservação do frentista, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que é importante. Os postos venderiam menos se não tivesse o frentista; os postos não teriam a venda de produtos agregados se não tivesse o frentista. Então, o frentista para o empresário é muito importante. O atendimento não seria diferenciado, nós não teríamos aí hoje uma diferença... Nós temos postos com atendimento diferenciado porque nós temos a figura do frentista.

O setor de combustíveis movimenta uma parcela significativa da economia nacional e é estratégico para o funcionamento do país. No centro desse sistema, estão pessoas, trabalhadores que garantem que tudo funcione todos os dias. Por isso que esta homenagem é justa, necessária e, acima de tudo, simbólica. Ela nos lembra que desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano precisam caminhar juntos.

Finalizo deixando o reconhecimento sincero a todos os frentistas do Brasil.

Vocês não apenas abastecem veículos, vocês ajudam a mover o país!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Márcio, obrigada por suas palavras.

Na sequência, nós vamos ouvir agora Paulo Roberto Tavares, Presidente do Sindicombustíveis aqui do Distrito Federal.

Bem-vindo, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO TAVARES (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente deste dia tão importante, membros da mesa e nossos amigos, companheiros, colaboradores, os frentistas, e aquelas lideranças que os representam.

Sra. Presidente, senhoras e senhores, ocupo hoje esta tribuna para prestar a homenagem justa, necessária e, sobretudo, oportuna a uma categoria fundamental para o funcionamento do nosso país, que são os frentistas. São eles que estão na linha de frente de um dos setores mais estratégicos da economia brasileira: o abastecimento de combustíveis. São eles que garantem diariamente que o Brasil continue em movimento. Em cada posto, em cada turno, em cada atendimento, há um profissional que enfrenta não apenas condições do trabalho ao ar livre, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também os reflexos de um mercado altamente sensível, marcado por instabilidade e, muitas vezes, por incompreensão.

Vivemos, Senadora, um período de grande volatilidade do setor de combustíveis, impulsionado por fatores internacionais como conflitos geopolíticos, variação no preço de petróleo, oscilações cambiais. Infelizmente, é na ponta, no contato direto com o consumidor, que essa pressão se materializa.

Como Presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal, tenho atuado de forma constante junto à imprensa e à sociedade para esclarecer a realidade da formação de preços. Tenho reafirmado que o valor final dos combustíveis não é uma decisão isolada do posto ou do revendedor, mas o resultado de uma cadeia complexa que envolve produção, importação, distribuição e uma elevada carga tributária. Ainda assim, é o frentista quem ouve, quem acolhe, como a senhora mesmo disse, muitas vezes quem absorve a insatisfação do consumidor. E, mesmo diante desse cenário desafiador, vemos o compromisso, compromisso com o trabalho, compromisso com o atendimento e compromisso do Brasil por esses colaboradores.

Os frentistas representam uma categoria que gera emprego formal, dignidade e sustento para milhares de famílias. São trabalhadores que, com sua presença diária, dão estabilidade a um setor que, sem eles, simplesmente, como o Márcio disse, não funciona. Valorizar o frentista é reconhecer que a economia real, aquela que acontece no dia a dia, depende de pessoas. Depende de quem está ali presente, garantindo que o caminhão rode, que o ônibus circule e que o trabalhador chegue ao seu trabalho e ao seu destino.

O que seria o dia 4 de março, Dia do Frentista? Hoje, mais do que uma homenagem, deixo um convite à reflexão. Precisamos avançar na construção de um ambiente mais equilibrado para o setor de combustíveis, com mais previsibilidade, mais transparência e menos distorções; precisamos qualificar o debate público, combater a desinformação, tratar esse tema com a responsabilidade que exige, porque, ao final de toda cadeia, há sempre um trabalhador que merece respeito, e esse trabalhador tem nome, tem rosto e tem história: é o frentista brasileiro. A todos eles o meu reconhecimento, a nossa gratidão e o nosso respeito.

E aqui, Senadora, eu quero trazer, importantemente, um fato que aconteceu no último sábado, há dois dias: um agente público que, no dia 4 de abril, se desincompatibilizou para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidato – é um direito; que bom –, esteve em um posto de gasolina. Não sei se todos sabem que a aferição é um direito do cliente, no bico em que ele abastece, e que fiscalização é um direito da Agência Nacional de Petróleo, do Procon, do Inmetro e dos órgãos de fiscalização. Esse cidadão chegou, com um carro de reportagem, dizendo que estava fazendo uma *blitz*, e encarou, durante a noite, dois frentistas, com pouca informação. Simplesmente, um dos bicos deu uma aferição dentro dos padrões, conforme norma técnica do Inmetro, e ele simplesmente carregou o frentista para a delegacia. Chama-se Gilvan Maximo. Eu já fiz um vídeo e soltei uma nota na imprensa quanto a isso. É a coisa mais absurda que eu já vi pegar um frentista, com pouca informação, e fazer isso. Nós vamos agir com o rigor necessário quanto à atitude desse cidadão que quer se candidatar a um pleito, fazendo esse tipo de atitude.

Eu quero trazer, também, aqui, uma curiosidade: está ali o nosso William – e o Carlinhos –, com quem a gente sempre vem fazendo um debate público e, também, sempre tentando construir... O William sabe das minhas dificuldades. Eu sou professor aposentado, Senadora, professor do Estado, do Distrito Federal, já há três anos aposentado. Então, eu compreendo como é ser líder sindical dos dois lados, dos quais eu já estive.

Certa vez, estávamos em um embate muito difícil dentro do Tribunal Regional do Trabalho, e o Presidente, desembargador do tribunal... Estávamos ali numa conversa, e o Carlinhos fez uma proposta, mostrando claramente quão seria insignificante um reajuste de R$0,03 ou R$0,04 no preço da gasolina, para suportar o direito que eles têm de ter um salário mais digno – o que hoje não é. E que fique o registro aqui, por minha parte, de que não é digno. E aí, nessa conversa, eu perguntei para o desembargador: "Desembargador, Sr. Presidente, eu, que já fui líder sindical do outro lado, já vi várias vezes, no lado da educação, um Presidente de um sindicato patronal de escolas vir a público e dizer: 'A mensalidade escolar vai aumentar x por cento porque tivemos que dar reajuste aos nossos profissionais professores'". Eu fico imaginando eu vir a público e dizer que a gasolina vai aumentar R$0,02 por causa do reajuste... Se o Cade e a Polícia Federal não vão estar na porta, aguardando para me prender, porque o nosso setor não pode falar de preço, não pode falar nada. Qualquer posição – o Márcio sabe disso – nós somos proibidos de falar – qualquer situação.

Alguns sindicatos, agora, se pronunciaram, logo após a guerra, quando as distribuidoras, principalmente aquelas que compram o produto direto da Petrobras... A Petrobras não fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reajuste e as distribuidoras fizeram reajuste. Esses sindicatos – entre os quais está o nosso, do Distrito Federal – que fizeram essa denúncia são exatamente os mesmos sindicatos que estão sendo agora investigados pelo Cade; simplesmente porque nós denunciamos um aumento abusivo que vai gerar inflação, que vai gerar dívida pública e que a população não quer. Então é um problema. Se nós absolvermos hoje todo esse circuito da guerra, toda essa defasagem, nós estamos falando de um diesel a R$10, de uma gasolina a R$8. Alguém imagina isso?

Então o momento é muito peculiar e precisamos da ajuda do Congresso Nacional para superar essa fase que o Brasil está passando.

Muito obrigado e parabéns aos frentistas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

E lembrando, Paulo, que o frentista não tem culpa e será o primeiro a ouvir os gritos, as reclamações. O frentista não tem culpa de uma guerra, o frentista não tem culpa do aumento do combustível.

Muito obrigada, Paulo, pela sua participação e minha solidariedade ao frentista que passou pelo constrangimento essa semana.

Nós falamos que nós iríamos intercalar, então nós vamos ouvir agora, de forma *online*, Luli Hunt, Consultora e Auditora de Leis de Incentivo – Lei Rouanet. Ela está *online*?

A SRA. LULI HUNT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Estou muito feliz por estar participando desta homenagem, a convite do Arraes, um grande colaborador do projeto.

Quando Mauro Rossi, que é o CEO da Barro de Chão, trouxe essa profissão para levantarmos um histórico dela e fazermos um livro, via lei de incentivo, eu me senti muito, muito feliz porque é um profissional que está à linha da mobilidade brasileira, ele está na mobilidade direto. Então eu fico muito feliz de estar participando dessa homenagem aos frentistas, a esses profissionais essenciais com dedicação, responsabilidade e atendimento humano às pessoas. Como já foi dito, todos eles são um pouco agentes de turismo, um pouco psicólogos e informantes – é indiscutível –, informantes é indiscutível porque todos nós já pedimos orientações de ruas, estradas para um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frentista e todos nós temos um frentista. Eu tenho um frentista, há mais de 20 anos eu abasteço sempre com ele, eu o conheço pelo nome, ele me chama pelo nome e tudo isso traz um acolhimento muito, muito grande para quem está sendo atendido e para quem está atendendo também, para o frentista também, né? Porque, mais do que abastecer um veículo, eles estão na linha de frente da segurança e do acolhimento da população. Em um país que tem dimensões continentais como o nosso, isso é extremamente importante; reconhecer essa categoria é reconhecer o trabalho digno de milhares de brasileiros que fazem a diferença silenciosamente todos os dias.

Então, eu presto aqui a minha homenagem e fico realmente muito feliz de estar participando hoje deste encontro de todos nós para celebrar essa data.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, consultora, obrigada, Luli, pela participação, pela homenagem aos frentistas.

Nós vamos agora desfazer esta primeira mesa e compor a segunda mesa. Mas, para que eu não fique sozinha aqui na mesa, eu vou pedir que o Sr. Eusébio permaneça, que o Sr. Luiz permaneça e vou pedir gentilmente ao Sr. Márcio que, por favor, ceda seu lugar, mas não vá embora, se possível ficar. Nós temos algumas perguntas. Sr. Márcio e o Paulo... Paulo que é de casa – não é, Paulo? –, aqui da casa, nosso amigo, nosso parceiro.

Eu convido para compor a mesa o Alexsandro dos Santos Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava Rápido e Lojas de Conveniência de Niterói e Região. Obrigado por ter vindo de tão longe para estar conosco. (*Palmas.*)

E convido para compor a mesa o meu Prefeito, meu irmão, meu amigo, Carlos Alves dos Santos, Presidente licenciado do sindicato dos frentistas de Brasília e Prefeito bem avaliado do Novo Gama aqui em Goiás. (*Palmas.*)

Para quem está nos acompanhando pela televisão, deixe-me dizer uma coisa, o DF e o Entorno se confundem – né, Prefeito? O que separa Novo Gama de Santa Maria é uma rua. A gente não sabe onde começa Santa Maria, onde começa Novo Gama. Então eu falo que ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu Prefeito, porque nós estamos juntos em tantas ações. É uma honra, Prefeito, recebê-lo aqui, é uma alegria enorme.

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS (Para expor.) – Eu quero quebrar o protocolo rapidinho para agradecer à senhora pelos elogios, pelo carinho, e parabenizá-la pelo trabalho não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil, especialmente no Entorno. É a Senadora do Distrito Federal que mais mandou recurso para cidade do Entorno do Distrito Federal, e o Novo Gama já foi contemplado com vários milhões de reais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, meu Prefeito. Obrigada.

Nesse sentido, nós vamos... Na segunda mesa também nós temos duas pessoas que vão participar de forma *online*.

Vamos ouvir agora, então, Alexsandro dos Santos, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis lá de Niterói. Obrigada por ter vindo estar conosco.

O SR. ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos!

Quero saudar a Exma. Senadora Damares Alves, a quem tive já a honra de ouvir numa preleção na Igreja Batista Nova Filadélfia, em Vilar dos Teles, há muito tempo, e dali eu vi o quanto que a senhora era comprometida com a luta das mulheres e das crianças do nosso país, de maneira como é uma alegria estar nessa manhã compartilhando essa mesa ao seu lado, uma pessoa extremamente humana e solidária.

Quero saudar também os ilustres companheiros da luta nacional na pessoa do Presidente da nossa federação nacional, companheiro Eusébio.

Deixo registrado também o reconhecimento à luta do Senador Paulo Paim, um grande defensor da aposentadoria especial a todos os trabalhadores que trabalham expostos aos agentes insalubres e perigosos. É uma pena não tê-lo nesta audiência, mas o Senador Paulo Paim sempre foi uma voz muito atuante e combativa na defesa da classe trabalhadora no Brasil.

Companheiras e companheiros, o meu bom dia a todos mais uma vez. Hoje eu gostaria de falar não na qualidade Presidente do Sinpospetro Niterói, gostaria de falar como um trabalhador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que teve, aos 18 anos, uma oportunidade no posto de combustível lá no subúrbio do Rio de Janeiro, Engenho de Dentro. E falo também como filho de um trabalhador frentista que também viveu a mesma realidade e, coincidentemente, no mesmo posto de combustível que trabalhei. Eu falo como pai que, graças ao trabalho no posto de gasolina, Senadora Damares, pude montar o enxoval da minha primeira filha, Maria Eduarda, hoje estudante de Medicina e cursa o nono período através do Fies.

Falo como o homem que recebeu, naquele mesmo ambiente de trabalho, pelas mãos da generosa Dra. Kátia, uma ginecologista muito importante no subúrbio do Rio, a minha segunda filha, a pequena Laura, que hoje tem 13 anos. Falo como alguém que foi do chão de trabalho entre bombas de combustível, esforço, calor, atendimento e luta, que encontrou não apenas sustento, mas também a consciência da importância de organizar uma categoria através de um sindicato. Foi também nesse posto de combustível que conheci o Presidente Eusébio, quem me deu o convite de participar desse projeto que, sem dúvida, é o maior projeto da minha vida.

Por isso, quando falo dos frentistas, eu não falo de longe, eu falo de dentro. Eu falo de quem viveu a vida real. Eu falo da pele, do suor, da dignidade, da esperança de quem construiu a própria história trabalhando num posto de combustível. E essa não é só a minha trajetória e, sim, de mais de 500 mil trabalhadores espalhados no Brasil, que acordam cedo, enfrentam sol, e chuva, e cansaço, a pressão da dureza da rotina, mas que seguem firmes sustentando suas famílias e ajudando a manter o Brasil em movimento.

Falar de frentista é falar de uma categoria que muitas vezes não recebe o reconhecimento à altura de sua importância, mas basta olhar com honestidade a vida brasileira para perceber uma verdade simples: o frentista faz parte da cultura do nosso país. Ele está no cotidiano do povo brasileiro, está presente na ida ao trabalho, na volta para casa, na viagem em família, na ambulância que precisa seguir com urgência, no caminhão que abastece as cidades, comerciantes que dependem do transporte, do motorista de aplicativo, do taxista, de todos que trabalham em comum. A cada um desses momentos existe ali uma presença silenciosa, mas essencial do frentista.

O posto de combustível no Brasil nunca foi apenas um lugar de abastecimento, é um ponto de encontro, uma referência na cidade, um espaço de convivência, de orientação e de apoio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento humano. O frentista é o rosto dessa experiência. É ele quem recebe o cliente, quem observa, quem orienta, quem trabalha com atenção, quem oferece cuidado, quem percebe os riscos, quem ajuda, quem acolhe. Por isso o frentista não entrega apenas combustível, como já dito aqui, inclusive pela ilustre Senadora, que conhece bem a categoria; o frentista entrega segurança, entrega confiança, entrega atenção, entrega presença humana. Num mundo em que tantas relações se tornam frias e impessoais, automatizadas, o frentista ainda representa algo profundamente brasileiro, como já dizia Gilberto Freire: o valor do contato humano, do olho no olho, da educação, da escuta e de um serviço prestado com muita dignidade.

É preciso dizer que ser frentista no Brasil exige muito. Exige responsabilidade, porque qualquer descuido pode trazer consequências graves. Exige atenção constante, porque se trata de uma atividade sensível, cercada de regras de segurança ocupacional; exige agilidade, porque o ritmo de trabalho é intenso; exige equilíbrio emocional, porque se lida com pessoas de todos os tipos e em todos os estados de espírito; exige resistência física, porque essa é uma profissão marcada por longas jornadas, exposição ao tempo, permanência em pé, desgaste contínuo; e exige, acima de tudo, dignidade interior, para seguir servindo com respeito, mesmo quando tantas vezes falta o reconhecimento.

O frentista é um trabalhador que desenvolve qualidades valiosas, não apenas para o mercado de trabalho, mas para a própria sociedade. É alguém que aprende disciplina, que desenvolve senso de responsabilidade, que aprende a ser firme sem perder a educação, haja vista o depoimento que foi dado aqui pelo representante do sindicato patronal – inclusive isso tem virado uma praga no Brasil, esses lacradores de internet que vão para os postos de combustíveis fazer esse tipo de vídeo sensacionalista com objetivos eleitoreiros –, é quem aprende a suportar pressão sem perder a humanidade. Essas qualidades merecem ser reconhecidas e valorizadas, porque por trás de cada frentista existe uma família, uma luta, um sonho. E muitos estão ali, Senadora, construindo o sustento dos familiares, estudando, como foi meu caso, batalhando, buscando crescer, resistindo sem deixar faltar o básico dentro de casa.

É justamente por essas qualidades que eu afirmo que o frentista merece mais que uma homenagem, merece valorização concreta, salário digno, proteção à saúde, ambiente de trabalho seguro, respeito às negociações coletivas, direitos preservados e jornada humana. Quando o país se move, o frentista está ali; quando a economia gira, ele participa; quando a cidade acorda, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já está de pé; quando muitos descansam, ele continua em atividade, como vimos claramente na pandemia. Por isso, reconhecer o frentista é uma posição estratégica de um país como o Brasil.

E quero dizer aqui com toda convicção que essa homenagem merece... Não se pode apenas celebrar no discurso, ela precisa ser chamada à consciência nacional, porque não existe valorização verdadeira sem compromisso com melhores condições de vida no trabalho. É por isso que eu quero aproveitar esse espaço de fala – e, ao lado de uma ilustre Senadora humana, defensora das mulheres e da família –, para dizer que está na hora, Senadora, de nós votarmos o fim da escala 6x1, está na hora! (*Palmas.*)

Essa discussão não pode mais ser tratada como exagero, como utopia; ela precisa ser tratada como uma exigência civilizatória. A escala 6x1, em muitos casos, impõe ao trabalhador uma rotina exaustiva que vai tirando dele, pouco a pouco, o direito ao convívio familiar, ao descanso verdadeiro, ao lazer, ao estudo, ao cuidado com a saúde e à esperança de viver com o mínimo de equilíbrio.

Isso não é justo, isso não é saudável, isso não é humano, isso não pode ser naturalizado com uma lógica para uma pessoa que entrega quase tudo ao trabalho e recebe de volta apenas cansaço, desgaste e ausência da própria casa. O trabalhador não pode viver apenas esperando um único dia de folga para tentar resolver toda a vida, não pode viver sem tempo para os filhos, não pode viver sem energia para a família, não pode viver sem espaço para estudar, descansar cuidar da mente, do corpo e ter dignidade. Defender o fim da 6x1 e a redução da jornada de trabalho não é defender menos compromisso, é defender mais compromisso com a vida, é defender a saúde, é defender a convivência familiar, é defender o livre exercício da fé, da vida coletiva, de uma sociedade menos adoecida, é defender uma produtividade que não seja construída à base da exaustão humana, porque um país que quer crescer de verdade não pode medir o seu desenvolvimento apenas pelos números da economia, tem que medir também pela forma como trata a mão de obra que movimenta o país. O tempo de trabalho tem valor, o descanso tem valor, a saúde mental do trabalhador tem valor.

Por isso, Senadora, eu deixo aqui essas considerações na audiência e rogo a V. Exa., como a conheço, através dessa caminhada de fé, que nós tenhamos a sensibilidade de fazer este debate para que os trabalhadores possam ter mais tempo para suas famílias e viver com mais dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fim da escala 6x1 no Brasil, como eu disse, é uma medida que se impõe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Alexsandro. Que belo discurso, que bela contribuição, que bela homenagem aos frentistas. Muito obrigada, Alexsandro – muito obrigada.

É uma honra saber que a gente já esteve junto lá atrás, há alguns anos – eu era bem mais jovem. Obrigada.

Vamos ouvir agora, com muito carinho, o nosso Prefeito Carlos Alves dos Santos, Presidente licenciado do Sindicato dos Frentistas de Brasília e Prefeito da cidade de Novo Gama, uma cidade pujante, que está crescendo, administrada de forma incrível. Eu estou puxando saco, sim, do meu Prefeito. Sabe por quê, gente? A gente vê Prefeitos não comprometidos, e eu tenho um Prefeito aqui comprometido. Ele falou assim: "A Senadora manda recurso". Mando, sim, emendas para essa cidade. E vou dizer uma coisa, Luiz. A gente manda; seis meses, depois o Prefeito liga: "Vem inaugurar a obra, a obra está pronta". Enquanto os outros ainda estão pensando o que vão fazer, ele já recebe o recurso, já sabe onde vai aplicar e já executa a obra. Então, o nosso Prefeito tem sido muito bem avaliado na região, muito querido. E não é à toa que aquele povo elege, reelege, elege, reelege.

Bem-vindo. Inclusive, Prefeito, depois da sua fala, se precisar sair, a gente imagina como é a agenda de um Prefeito numa segunda de manhã – é folha de pagamento, é confusão, é briga na Câmara, é briga com os secretários... A gente vai liberá-lo, se precisar sair.

Prefeito Carlos Alves dos Santos, Presidente licenciado do Sindicato dos Frentistas de Brasília.

Dez minutos, Prefeito.

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Desculpa, eu estou um pouco rouco, nesses últimos dias, na correria.

Quero, primeiramente, cumprimentar todos vocês; agradecer pelo convite; cumprimentar o nosso Presidente da Federação Nacional, Eusébio Luis Pinto, o nosso Presidente da federação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual Fepospetro-São Paulo, Luiz de Souza Arraes – na sua pessoa, cumprimento os demais companheiros frentistas que estão aqui do Brasil todo e, na pessoa da nossa grande amiga Telma Cardia, cumprimento todas as mulheres frentistas do Brasil todo. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar também, e agradecer pelo convite, e parabenizar pela condução, pelos trabalhos a nossa querida Senadora Damares, essa mulher que defende não só as causas das mulheres, mas também as das crianças, as causas sociais – a gente acompanha de perto. Às vezes, eu fico acompanhando a senhora pela TV Senado e fico imaginando como a senhora tem tanta energia para conseguir avançar tanto e estar presente, representando todas as causas sociais no Brasil todo. Então, quero parabenizá-la, Senadora. A senhora sabe da minha admiração e do carinho que eu tenho pela senhora. Inclusive, a senhora ficou me devendo, não compareceu na última inauguração, mas eu sei que é por conta da agenda aqui no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – São tantas que ele faz...

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS – Mas quero reafirmar, assim, a admiração e o compromisso que nós temos pelo seu trabalho, a admiração aqui, no Distrito Federal. Parabéns mesmo! Conte sempre conosco, com esse pequeno soldado que está ali, do lado para poder defender, no que precisar, a senhora em todos os locais.

Quero agradecê-la e cumprimentar todos. Eu ouvi a fala do meu amigo Alexandro e, Alex, passa um filme na nossa cabeça, de quando, lá atrás, nós iniciamos praticamente juntos. A história do Alex é muito importante, Senadora, porque hoje, com essa bela reflexão que ele fez, essa história da nossa categoria, resumiu tudo que cada trabalhador de posto de gasolina queria estar contando aqui hoje. Ele falou da trajetória da primeira filha, Maria Eduarda, e, há 29 anos, também eu entrei em posto de gasolina, trabalhando aqui, na Asa Sul, na 311 Sul, como frentista. Estou Prefeito, mas sou frentista, com carteira assinada até hoje. (*Palmas.*)

E pretendo voltar para a minha profissão, porque nós, políticos, somos passageiros, mas o nosso trabalho, a nossa profissão continua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho muito orgulho. Onde eu chego, as pessoas perguntam – quando você vai preencher uma ficha num hotel ou em qualquer lugar – qual que é a sua profissão, e eu faço questão de colocar frentista.

O Alex colocou muito bem o trabalho nosso incansável. Já melhorou muito, mas precisamos avançar muito mais. A sua filha é Maria Eduarda; a minha filha, a mais velha também se chama Maria Eduarda. Quando eu trabalhava em posto de gasolina ela nasceu, e ali a gente morava no Novo Gama, mas sempre com o espírito, defendendo os nossos trabalhadores. Ela hoje, Alex, tem 24 anos, fez na semana passada; está no nono ano de Medicina Veterinária. Então, eu tenho muito orgulho. Também tenho três filhos; todos os três estudando e trabalhando, e eu, como frentista, consegui levar o sustento para a nossa casa.

Hoje, se a gente parar e olhar para trás, nós, frentistas, enfrentamos tantas batalhas, tantas lutas. Primeiro nos postos de combustíveis. Antigamente não tinha um local para o frentista sentar, enfrentando jornadas exaustivas, sofrendo assaltos, tendo que pagar, inclusive, Senadora Damares, o assalto no pé da bomba. Muitas vezes, um cartão de crédito que o cliente passava, um cartão clonado, o coitado do frentista tinha que pagar. De pouco tempo para cá, essas coisas têm mudado, graças à atuação, graças ao trabalho intensificado com a união de todos.

Nós estamos falando de quase 500 mil pais de famílias no Brasil todo, e aqui eu posso fazer uma referência, não só aos frentistas do Distrito Federal, onde eu iniciei a minha trajetória, com 18 anos de idade, mas também em todo o Brasil, no entorno, onde, muitas vezes o frentista tinha que acordar de madrugada, ir para o seu trabalho; muitas vezes, ficava 48 horas, 24 horas ali, defendendo o seu pão de cada dia e ouvindo os depoimentos. Às vezes, o frentista emprestava até o seu próprio ombro para poder servir de consolo para um consumidor. Quantas vezes eu, de madrugada ali, na 311 Sul, onde eu trabalhava de frentista... Muitas pessoas dali, daqueles prédios, Senadora, saíam do prédio para ficar lá conversando conosco na madrugada, contando o caso, contando a sua história, muitas vezes desabafando. E eu falo que o frentista não é fofoqueiro; ele é conselheiro, porque ele ouve tantas histórias de tantas pessoas neste Brasil...

E, neste momento, ele merece mais que uma homenagem, ele merece ser valorizado, ele merece ser reconhecido. Que os nossos patrões comecem a sentir – e a se sensibilizar também – que nem tudo que acontece num posto de gasolina é responsabilidade do frentista. Ele é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defensor, ele é o protetor, ele cuida da empresa, ele presta conta para o seu chefe e, muitas vezes, quando chega ao final do mês, ele não tem o seu salário valorizado.

Quero até fazer um apelo aqui para os representantes da Fecomércio e da Fecombustíveis e para o Presidente do Sindicato dos Frentistas aqui de Brasília, o Paulo, que é um parceiro nosso, com quem a gente sempre está na mesa de negociação, às vezes a gente discute, mas a gente chega a um denominador comum. Estamos num período de negociação salarial. Que valorizem essas mulheres que estão ali defendendo o seu emprego e defendendo o seu comércio também, que valorizem, que tenham sensibilidade na hora de sentar para negociar, que deem o reajuste. Que não se tenha necessidade de acionar judicialmente, entrar na Justiça, Ministério Público, para que o trabalhador possa ter o seu salário atualizado durante o ano.

Então quero agradecer a cada um de vocês e parabenizar a nossa federação pela iniciativa que teve desse evento aqui hoje, para comemorar o Dia do Frentista, com o lançamento desse livro, de que tenho certeza marca mais uma história, mais um capítulo na vida, na história dos nossos trabalhadores, que não pode ser apagada.

Meu muito obrigado. Que Deus abençoe.

Eu estou Prefeito, mas sou frentista de coração e de carteirinha.

Um grande abraço. Que Deus abençoe. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prefeito. Que fala linda! E quem sabe, Prefeito, Alexsandro, a fala de vocês hoje esteja sendo um conforto para muitos frentistas do Brasil que estão nos acompanhando agora, que estão passando por um problema, uma dificuldade, uma dor.

Deixe-me dizer uma coisa para vocês. O Prefeito Carlos não é Prefeito de qualquer cidade, não, gente. É do Novo Gama. Para quem não conhece a geografia aqui regional, Novo Gama é uma cidade com mais de 110 mil habitantes, mas, por ser cidade divisa, isso é muito maior, porque as pessoas não estão registradas lá, estão morando do lado de cá, mas estão frequentando a cidade lá. É uma das cidades responsáveis pelo PIB de Goiás e pelo PIB do Distrito Federal. É um frentista governando uma cidade tão importante do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encontro pessoas que são doutores, pós-doutores e que foram frentistas. Então, para você que está lá na ponta: olha só, pode ser só o começo de uma grande jornada.

E que lindo, Prefeito, você falar:"Estou Prefeito, mas sou frentista". Que linda essa sua fala.

Muito obrigada por ter participado desta audiência. Nós vamos liberá-lo se precisar sair, mas é uma honra tê-lo aqui, é uma honra ter você nesta homenagem a todos os frentistas do Brasil. Obrigada, meu Prefeito. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode pegar... Aperta aí, por favor. Diga só o seu nome, por causa da ata.

A SRA. TELMA CARDIA (Para expor.) – Meu nome é Telma Cardia, sou Presidente do Sindicato dos Frentistas de Guarulhos e Região e Secretária da Mulher da Federação Nacional e da Federação Estadual.

Eu só queria fazer uma fala, porque a senhora falou que nós somos 25% de trabalhadoras em posto de gasolina: já fomos 35% e, por conta de algumas ingerências muito grandes contra as mulheres, hoje somos 25%, começando pela lei que nós temos, com dois domingos ao mês. Isso foi um corte muito grande que nós mulheres sofremos nesse período todo. Outro é porque nós mulheres, graças a Deus, somos aquelas que trazem a vida ao mundo, nós geramos essas crianças.

E, nesse ínterim, quando essas mulheres engravidam, elas têm que se afastar da bomba, porque elas não podem... É altamente perigoso para aquela criança, porque ela respira, e a criança também. Então, ela tem que se afastar, e, nesse período em que ela se afasta, ela não tem onde ficar, porque no posto de gasolina não tem outro local que não seja realmente contaminado para essa criança. Bom, enfim, o que acontece? Também nós não culpamos a parte patronal e não culpamos essa mulher, porque ela não tem para onde se dirigir.

Nesse sentido, a gente já fez um apelo aqui para que realmente a previdência acolha essas mulheres, nesse período todo que essa mulher tem que se afastar. Então, esse é o pedido, porque eu sei da sua luta, que é incansável em referência a nós mulheres. Então, eu faço esse apelo, Senadora: nós precisamos realmente de ser acolhidas pela previdência nesse período tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maravilhoso que é a gestação da vida. E eu tenho dito assim: "Poxa, se não fosse uma mulher, o homem não estaria aí e vice-versa". Por isso, nós precisamos e apelamos também para que a senhora nos ajude nesse sentido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

O Prefeito, antes de sair, vai querer fazer as respostas? Está tranquilo?

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS – Eu pedi liberação hoje de manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, está bom.

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS – Estou à disposição da nossa categoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos continuar. Vamos ouvir agora, de forma *online*, Mauro Rossi Barros de Chão, que é CEO da Barros de Chão, do Estado do Amazonas.

Seja muito bem-vindo, Mauro.

O SR. MAURO ROSSI BARROS DE CHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as autoridades presentes e a esta Casa da cidadania nacional, guardiã dos direitos humanos, voz do povo brasileiro, também espaço de justiça social.

Como a Presidente da mesa, Senadora Damares, mencionou, meu nome é Mauro Rossi, sou dirigente e fundador da produtora Barro de Chão, uma produtora que, desde 2013, se dedica a desenvolver projetos de impacto e de alta relevância para a consolidação da identidade e cultura brasileira. Então, é uma honra estar aqui com vocês neste momento.

Este encontro, para mim, tem um significado enorme, porque não é um assunto comum, eu não transito nessas esferas, eu também não sou do meio do abastecimento ou de qualquer setor correlacionado. Cresci estudando também as histórias construídas por esta Casa e fui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente, muitas vezes clientes e coadjuvante dos postos de gasolina, quando estive na frente de milhares de frentistas, desde o meu nascimento ao meu desenvolvimento como cidadão.

E hoje, com um sentimento indescritível, pela primeira vez, venho aqui com vocês, com muito carinho, contribuir com um tema simples e essencial com esses personagens únicos, que são os frentistas do Brasil, porque eles sempre estiveram ali, eles estão ali todos os dias. Há mais de um século, milhões de brasileiros passam por eles, são parte do nosso cotidiano, são engrenagens silenciosas das cidades, muitas vezes imperceptíveis. Mas, de fato, o nosso projeto teve esse toque especial para ir buscar essa identidade, procurando saber quem são eles de verdade, qual sua história, sua importância, sua contribuição para o nosso país, Senadora.

Desde 2025 à frente do projeto, percorremos o Brasil em busca dessas respostas. Foram milhares de quilômetros, cinco regiões, espaços continentais, centenas de postos, muitos encontros. Com certeza escutamos muitas histórias que me fizeram chegar aqui neste momento. O projeto que represento aqui hoje é inédito, porque deu voz onde havia silêncio. Para compreendê-los foi preciso olhar mais fundo na história, voltar a transformações, como as transformações causadas pela Revolução Industrial, base da cidade moderna como nós conhecemos hoje, e a um tempo em que o Brasil era de cidades pequenas, portuárias e pouco urbanizadas. Isso nos ensina algo muito essencial para entender que os frentistas fazem parte da nossa formação urbana e estavam no começo de tudo, nos primeiros momentos, quando aconteceu, inclusive, o primeiro posto de abastecimento do Brasil e da América Latina, na cidade de Santos, em 1919, fato histórico, documentado e inquestionável por qualquer pesquisador.

Estavam também, prezados amigos, no início da história da nossa soberania nacional, da exploração e do refinamento e distribuição dos combustíveis fósseis no Brasil e da construção e constituição das legislações desta categoria. Então, hoje, ao concluir esse trabalho e compartilhá-lo com vocês em mais um lançamento no Brasil, posso afirmar com clareza: eles são parte da nossa história, são presença confiável, eles são um farol urbano, sim, uma base invisível do movimento das cidades, mas são pessoas que cumprem um papel inquestionável para o nosso país. Eles são imprescindíveis.

Em homenagem ao seu dia, posso dizer a vocês que, em 2026, lançamos o primeiro projeto literário sobre a categoria no país. Respondendo, inclusive, a uma pergunta da Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, o projeto, hoje, está acessível gratuitamente em mais de 200 bibliotecas brasileiras e também está disponível no portal Frentistas do Brasil, no YouTube. Ali você pode ter acesso ao livro em PDF, qualquer pessoa que esteja escutando este plenário, e também você pode assistir a esse documentário, que, por questões de tempo, não foi exibido nesta Casa.

Por fim, gostaria de agradecer a todos vocês o acolhimento imparcial, mas, principalmente, o enquadramento deste projeto pelo Ministério da Cultura, e à Vibra Energia, que foi patrocinadora. Também gostaria de agradecer a toda a equipe que participou deste projeto e, em especial, às cidades que nos receberam desde que a gente começou a iniciar a sua realização: a cidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, a cidade de Santos, de Ilhéus, na Bahia, de Itabuna, na Bahia, locais que o projeto ainda está percorrendo, em lançamento, e a todos aqui presentes, em especial ao meu amigo Luiz Arraes, pelo qual eu tenho um carinho enorme, porque nos encontramos ao longo deste percurso e foi impactante seu acolhimento e, ao mesmo tempo, sua visão e contribuição para que a gente pudesse consolidar tamanho instrumento para o nosso país.

Quero agradecer à Senadora Damares pela oportunidade, ao Senador Paim, e a todos vocês, frentistas e personalidades do segmento que estão aqui presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada Mauro. Obrigada. Olha, sua estante nos chamou a atenção, viu? Aquelas obras, acho que de cerâmica, de barro atrás. Sua estante chamou muita atenção. Obrigada por ter participado de forma brilhante de nossa audiência.

E, por fim, nós vamos ouvir a última expositora, Rafaele Rodrigues Mascarenhas Menezes, Coordenadora-Geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. A audiência não seria completa sem a participação do Governo. Quero agradecer ao Ministro pela designação da Coordenadora, e muito obrigada, Rafaele, por estar participando deste evento conosco. Para a sua exposição, Rafaele, dez minutos.

A SRA. RAFAELE RODRIGUES MASCARENHAS MENEZES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas, eu gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa do Senado e cumprimentar todos os presentes, as entidades sindicais, as associações representativas na pessoa da Senadora Damares Alves, também Presidente da Comissão. É uma iniciativa muito relevante para a categoria e para o reconhecimento dos trabalhadores no Brasil.

Eu também vou deixar aqui os cumprimentos do Ministro Luiz Marinho, que tanto valoriza os trabalhadores no crescimento do Brasil. É uma honra estar aqui falando pelo Ministério e queria deixar externado o meu agradecimento.

Essa homenagem e celebração retratam não apenas uma data no calendário, mas uma história de dedicação de mais de 500 mil trabalhadores que desempenham suas funções nos postos de combustíveis em todo o Brasil. Todas as falas aqui ratificam o que eu estou dizendo, que são fundamentais para o desempenho das atividades e para o crescimento do país.

Muitos palestrantes que me antecederam falaram de diversas histórias, mas dizem também que o frentista, às vezes, é o primeiro rosto que um cidadão encontra ao chegar em uma cidade, em uma viagem. Também por meio do seu trabalho, ele garante a segurança no abastecimento e proporciona a checagem de itens essenciais, de óleos, pneus, como foi bem descrito aqui nessa manhã de hoje.

No entanto, essa relevância social nem sempre foi acompanhada de direitos garantidos. A história da categoria é uma história de superação que demonstra a valorização do trabalho, e ela acontece, em grande parte, por meio da organização coletiva. Um marco fundamental nessa jornada começa quando o Ministério do Trabalho e Emprego concede o registro sindical às entidades sindicais das categorias. O registro sindical confere tanto a legitimidade formal como material para que a entidade sindical represente todos os trabalhadores, no caso das entidades laborais. E, sobretudo, é o que instrumentaliza a negociação coletiva.

A relevância da organização sindical se materializa nas convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho em todo o Brasil. E a atuação sindical foi muito importante nesse processo que garantiu a formalização dos vínculos, a conquista de benefícios para muitos trabalhadores e que a sociedade às vezes percebe de forma natural, mas muitos deles somente são possíveis por meio das negociações coletivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito pelo dirigente sindical que não se visualiza a negociação coletiva de planos de saúde, mas existem diversos tipos de garantias, como a estabilidade pré-aposentadoria, que muitas pessoas entendem que é uma garantia natural, mas, não, ela só é possível por meio da negociação coletiva, como você ter uma cesta básica. Então, diversos direitos somente são possíveis por meio da representação sindical.

E, falando um pouco, especificamente, de alguns direitos da categoria, os frentistas, por estarem expostos àquele ambiente de trabalho, têm direito a adicional de periculosidade, muitas negociações tentam garantir a participação nos lucros e resultados, garantem *ticket* alimentação, às vezes um vale combustível para os trabalhadores, e algumas garantem um piso regional, que seria um valor maior do que o salário mínimo para aquela região também por meio da negociação coletiva.

Eu gostaria de ratificar aqui que, embora seja relevante essa atuação sindical, não observamos... E eu sou coordenadora-geral, nós acompanhamos todas as negociações coletivas no país. Nós temos aqui no Brasil uma alta intensidade de negociações coletivas, nós registramos e acompanhamos uma média de 40 mil negociações coletivas no ano, que são registradas no sistema mediador, que é o sistema que acompanha as negociações coletivas no país, mas não observamos a redução da jornada de trabalho por meio das negociações coletivas. Algumas categorias conseguem, mas, especificamente para os frentistas, não é uma realidade que se apresenta para as negociações coletivas.

Então, nós viemos aqui ratificar a importância da redução da jornada de trabalho, porque nós entendemos que é um ganho na produtividade alinhado ao capital humano: cuidar dos trabalhadores também é agregar valor econômico aos negócios. Nós ratificamos aqui a fala de que é necessário o apoio de toda a sociedade e, sobremaneira, do Congresso Nacional para que se aprove essa redução da jornada de trabalho, que é uma garantia mínima de direitos para a sociedade.

Outra relevante atuação coletiva e social é, como já foi dito, a Lei 9.956, de 2000, que proíbe o autoatendimento nos postos, que é a lei basilar para os frentistas garantirem essa sobrevivência e manutenção dos empregos. Nós entendemos que a transição tecnológica e a automação, que é uma situação mundial e global, deve respeitar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, sobretudo, deve respeitar a dignidade da pessoa humana e a garantia de empregos para um crescimento econômico e social.

Nós também podemos falar da garantia das normas regulamentadoras e que elas são discutidas de forma tripartite. As normas de segurança e saúde são aprovadas por meio do diálogo social entre empregadores, trabalhadores e Governo – e mais uma vez destaco a importância desse diálogo para a construção de direitos no país.

Para encerrar esta homenagem aos frentistas, eu gostaria de destacar que não existe conquista de direitos sem sindicatos e não existe sindicato sem participação do trabalhador. O reconhecimento e o registro pelo Ministério do Trabalho são uma etapa desse processo, mas a manutenção, a negociação coletiva e a aquisição de direitos exigem atuação sindical, participação dos trabalhadores.

Mais uma vez, eu queria deixar meus parabéns e deixar à disposição o Ministério do Trabalho para o que for necessário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rafaele, pela participação. Agradeço ao Ministro por tê-la mandado como representante do ministério.

Nós vamos agora para a parte final de nossa audiência.

Eu vou devolver por dois, três, no máximo, minutos a palavra para os expositores para agradecimentos e considerações finais. Alguns expositores receberam perguntas.

Se puderem ler e responder uma ou outra pergunta, leiam o nome da pessoa e o estado de onde ela está enviando a pergunta, porque nós estamos recebendo participação do Brasil inteiro, viu, Sr. Luiz? Estou muito feliz com a audiência deste nosso encontro. O Brasil inteiro está mandando perguntas.

Então, assim, eu devolvo a palavra por três minutos, para considerações finais, para o Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Inicialmente, eu gostaria de responder a Gentil, de São Paulo, que perguntou sobre quais ações nós temos contra a pejotização.

Gentil, a pejotização e a terceirização no Estado de São Paulo são proibidas, o que é garantido na nossa convenção coletiva e reconhecido, inclusive, pelo Tribunal da 15ª Região. Há cláusula na convenção que proíbe a pejotização e a terceirização na nossa categoria em São Paulo.

Respondo também a alguns companheiros que perguntaram aqui sobre a questão do benzeno (Luís, de Minas Gerais).

Olha, nós já temos, em quase todos os estados do Brasil, a proibição do abastecimento após o disparo do automático e nós temos representante da nossa categoria na Comissão do Benzeno. A nossa companheira querida Cidinha está aqui, que faz parte da Comissão do Benzeno; a Telma, que já fez. E a gente tem sempre agido todas as vezes na questão do combate ao benzeno.

No mais, Senadora, eu queria agradecer à senhora pela acolhida aqui e não deixar de falar do Senador Paim. Ao solicitarmos esta audiência, ele prontamente atendeu e já mandou o requerimento para a Senadora.

Agradeço ao Mauro, que está fazendo um belo trabalho também lá na Amazônia. Ele é um contador de história, da Barro de Chão. Ele agora vai contar a história, depois da história dos frentistas, dos ribeirinhos lá na Amazônia. Ele é um grande amigo, a quem agradeço.

Agradeço à Luli, agradeço a todos a presença, a todos os companheiros que vieram de longe. E quero dizer da importância que é essa categoria para o Brasil. Nós nos orgulhamos muito de sermos frentistas e estarmos à frente dessa categoria.

Mais uma vez, Senadora, obrigado pela condução e pela senhora ter colocado a história do pessoal, do coração do frentista. Geralmente, quase todos os frentistas têm os seus clientes. O cara não é cliente do posto, a maioria; são clientes do frentista. Chegam lá no frentista... Eles confiam tanto que, às vezes, eles precisam fazer uma viagem rápida, param no posto e fazem uma minirrevisão: veem pneu, fluido de freio, esguicho do para-brisa, óleo. O frentista faz um mini *check-up* para eles viajarem tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, viva o frentista do Brasil!

E, mais uma vez, vamos valorizar as nossas mulheres!

A campanha que a Senadora Damares estava falando, nós fazemos essa campanha no posto, dizendo para o companheiro de trabalho proteger a companheira de trabalho do assédio, da violência que tem nos postos.

Então, viva o frentista do Brasil! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Luiz.

Vamos ouvir agora o Sr. Eusébio Luis, para as suas considerações finais. E, se for responder a alguma pergunta, cite o nome da pessoa e o estado.

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO (Para expor.) – Quero, em primeiro lugar, aqui, agradecer mais uma vez à Presidente da Comissão, Senadora Damares, por este momento, por nos receber aqui tão bem.

Quero cumprimentar todos os companheiros expositores aqui presentes, companheiro Alex, companheiro Luiz Arraes, companheiro Carlinhos, que mostraram que estão preparados para liderar e para representar essa categoria.

Quero cumprimentar a companheira do Sindicato de Guarulhos, Telma, que é Secretária da Mulher, que também teve o direito de fala aqui e que colocou tão bem a necessidade da proteção dos direitos da mulher.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui, que vieram de estados distantes para prestigiar esta Comissão neste momento, nessa homenagem, e quero agradecer a esta Casa por tudo que já fez pelos frentistas. Nós sempre fomos muito bem acolhidos aqui.

E não poderia deixar de registrar a nossa admiração pelo Senador Paulo Paim, que é uma pessoa que sempre nos recebeu tão bem e que há mais de 30 anos está ao nosso lado aqui, na luta em defesa dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a esta Casa, muito obrigado a todos, muito obrigado aos funcionários, aos assessores.

E parabéns a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Eusébio.

Para as palavras finais, o Márcio Andrade, Diretor da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes.

De onde você está mesmo, Márcio – o Márcio está aqui ainda? – , sente-se aí e aperte o microfone da bancada, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. MÁRCIO ANDRADE (Para expor.) – Só quero agradecer o convite, mais uma vez, à federação para estarmos aqui representando e foi uma satisfação muito grande estar aqui com vocês.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Márcio. Muito obrigada.

Paulo Roberto Tavares, Presidente do Sindicombustíveis, para agradecimentos e considerações finais.

O Paulo está aqui no plenário ainda?

O SR. PAULO ROBERTO TAVARES (Para expor.) – Senadora, muito obrigado pelo convite e quero agradecer aqui aos nossos colaboradores, que estão aqui em ampla maioria, acho que deve dar 90%. Isso é a prova da força dessa categoria e da presteza em estar aqui acompanhando V. Exa. nesse movimento.

Parabéns a vocês, estamos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tenho certeza – já falei para o William ali – de que este ano nós vamos ter uma surpresa aí no caso de Brasília.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô Paulo, Paulo... Volte para a mesa. Vamos fazer uma coisa aqui, Paulo. Eles estão todos muito tristes, preocupados porque Paim não vai mais ser candidato.

Gente, eu fui assessora de Paim por anos, eu sou amiga de Paim, sou apaixonada. Eu espero que eu tenha conduzido a audiência do jeito que ele sonhou.

Mas vamos fazer uma coisa. No ano que vem ele não vai estar mais no Senado, mas eu queria fazer um desafio a você e ao Mangão aqui, ao meu Prefeito. O desafio é o seguinte: vamos fazer uma festa maior no ano que vem no Senado? Nós temos um auditório...

Espere aí, eu quero mais de você.

Nós temos um auditório aqui que comporta – eu acho – 300 pessoas. Está em reforma neste ano, mas acho que no ano que vem vai estar entregue. É a gente lotar. Vai ser uma festa, e aí o Prefeito dá um churrasco para a gente lá na cidade dele, para quem vier de nós. Vamos fazer isso?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, pronto. Aí, ó, Paulo. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROBERTO TAVARES – Convite aceito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está vendo, Alexsandro? A gente organiza com antecedência e aí a gente leva os nossos frentistas do Brasil para conhecer uma cidade governada por um frentista. Uma festa bem bonita no ano que vem.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Nós prometemos que nós vamos lotar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos lotar. Então, aí ó, compromisso...

O SR. PAULO ROBERTO TAVARES – O Carlinhos sabe da admiração que eu tenho por ele, a parceria... Na hora em que fizer o convite, estarei presente. Serei o primeiro a chegar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, beleza. Já está marcada a nossa próxima festa com música, com muita alegria, porque é um dia que a gente tem que também... Nós temos as nossas lutas, as nossas pautas, mas é um dia de celebração. É um dia de alegria também.

Obrigada, viu? Obrigada, Paulo.

Vamos ouvir agora, para as considerações finais, eu não sei se está *online* ainda... A Luli Hunt ainda está presente? Luli, agradecimento e considerações finais. Está convidada para a festa no ano que vem, Luli.

A SRA. LULI HUNT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oba! (*Risos.*)

Eu quero agradecer realmente por esta oportunidade de participar aqui e ouvir o que todos vocês têm para falar sobre a categoria e sobre os assuntos periféricos da categoria. Isso é muito importante, porque muitas vezes esses assuntos não chegam a nós, que somos leigos, que enfrentamos a jornada de fazer um livro. Foi uma verdadeira descoberta. Nunca imaginei que o primeiro posto, a primeira bomba de gasolina fosse em Santos, em São Paulo. Isso foi muito bacana e muito mais informações que foram levantadas e que vão contribuir, contribuirão para a minha formação e para a formação de muitas pessoas que vão poder pesquisar.

Gostaria de falar que esse livro foi enviado para mais de 20 bibliotecas no país todo, 50 faculdades. Então, existe uma difusão deste tema muito grande, feita através da Lei de Iniciativo, a Lei Rouanet. E eu queria realmente agradecer a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Eu acabei de saber, gente, que a Luli está doente, está com pneumonia, e mesmo assim se esforçou para participar, o que mostra o compromisso dela com a pauta. Luli, olha, o documentário, então, da obra, vai ficar disponível para todas as escolas do Brasil. Olha, Luli, que atividade linda uma professora fazer em sala de aula, passar o vídeo, mostrar o livro, fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade lúdica com os alunos. Então, vocês colaboraram muito com a entrega dessa obra hoje, colaboraram muito.

Vamos ouvir para agradecimentos e considerações finais, o Mauro, que também está *online*? Está *online* ainda? Mauro, três minutos, no máximo.

O SR. MAURO ROSSI BARROS DE CHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares.

Olha, nas considerações finais, eu queria agradecer por esta oportunidade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha a estante dele que linda! Olha a estante dele que linda! Pode falar.

O SR. MAURO ROSSI BARROS DE CHÃO (*Por videoconferência*.) – ... agradecer esse acolhimento e dizer que a gente trabalhou sério, firme, para consolidar um projeto em uma obra literária, para contribuir mesmo, de fato, para ajudar, inclusive, não só quem já está aí dentro do dia a dia a compreender mais a sua história, a sua importância dentro do segmento, mas também aqueles que estão chegando, os novos frentistas e frentistas que vão entrar na categoria e que vão fazer parte dessa grande jornada e dessa grande saga que é a história de um profissional tão importante para o Brasil.

Queria agradecer também a oportunidade de estar aqui hoje na Comissão de Direitos Humanos, porque é preciso acreditar muito que a gente pode fazer, e pode fazer cada dia mais e cada dia melhor.

Então, muito obrigado por essa oportunidade. Um grande abraço fraterno a todos. Eu estou em Manaus, percorrendo quilômetros e quilômetros de rios, desenvolvendo mais uma das histórias aí que, com certeza, em breve vão contribuir para outras frentes do Brasil.

Foi um prazer. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mauro, da produtora Barro de Chão, obrigada por sua participação.

Rafaele Rodrigues ainda está *online*, do Ministério do Trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para agradecimentos e considerações finais, Rafaele.

A SRA. RAFAELE RODRIGUES MASCARENHAS MENEZES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer a participação, foi um verdadeiro privilégio estar aqui neste momento, principalmente pela escuta de todos. É uma oportunidade maravilhosa para compartilhar conhecimentos. Quero parabenizar a Senadora Danares pela condução dos trabalhos, com tanta empatia neste momento, agregando aí todas as falas, todas as partes. E reiteramos a importância desse diálogo social na construção e melhoria das relações de trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rafaele.

E a gente volta para a mesa para agradecimentos e considerações.

E, se for responder alguma pergunta, Alexsandro, leia o nome e o estado.

Alexsandro dos Santos, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, lá de Niterói. Obrigada por estar conosco.

O SR. ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Senadora. Eu quero iniciar respondendo à pergunta... (*Fora do microfone.*)

Voltou.

Quero iniciar respondendo à pergunta do José, lá de São Paulo, que parabeniza os frentistas e questiona se todas as empresas têm os PCMSOs, os programas de saúde ocupacional, como são os dos frentistas. Então, deveria ter. Inclusive, o que foi dito pela representante do Ministério do Trabalho é que é uma obrigação. A gente tem aí um conjunto de normas relacionadas à proteção do meio ambiente de trabalho, em razão do risco existente nessa atividade. Portanto, essas normas são construídas a partir da participação dos sindicatos, com o objetivo de mitigar esses riscos.

E é importante também deixar uma dica para que os trabalhadores acessem os seus PPPs através da própria plataforma GOV, que o documento está ali disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu quero agradecer à ilustre Senadora Damares, que tem se mostrado uma Parlamentar extremamente equilibrada, sensível às causas sociais. Quero agradecer à minha federação, Fenepospetro; à federação estadual de São Paulo; ao ilustre representante da CSB, Ernesto, que está aqui também nos contemplando; a todos os meus companheiros e companheiras que vieram participar dessa audiência pública.

E quero deixar um convite aos trabalhadores para que, no próximo dia 15, participem, a partir das 8h da manhã, da grande marcha da classe trabalhadora aqui em Brasília pela luta contra o feminicídio, pela luta pelo fim da escala 6x1 e outras pautas relacionadas à organização dos trabalhadores.

Por fim, Senadora, quero reafirmar aqui a importância de a organização sindical no Brasil, a importância da sociedade civil organizada estar participando dentro dos debates nesta Casa de Câmara Alta, nesta Casa Legislativa tão importante para a República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Alexsandro.

Para considerações finais e agradecimentos, o nosso Prefeito Carlos Alves dos Santos.

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS (Para expor.) – Eu quero também agradecer a todos pela participação, parabenizar pela condução a nossa Senadora Damares, a nossa categoria, a todos que acompanharam pela TV Senado também, todos os expositores.

E eu quero responder a duas perguntas. A primeira é do Luis, de Minas Gerais. Ele fez uma pergunta aqui: "Ainda há exposição ao benzeno na atividade?". Ainda há exposição, mas nós sabemos que a maior preocupação, que a gente tem combatido, são justamente os combustíveis adulterados, em que a exposição ainda é maior, pois é um produto totalmente cancerígeno para a nossa categoria. Então, ainda há essa exposição.

A segunda pergunta também eu vou responder, que é do João, de Santa Catarina: "Devido à data, a categoria terá direito a uma folga no dia ou alguma contraprestação pecuniária em suas folhas de pagamento?". João, como é uma lei o Dia do Frentista, ela não determina que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feriado, mas, por isso, nós temos os nossos sindicatos, que são participativos, atuantes. Algumas categorias, alguns sindicatos já conseguiram colocar na convenção coletiva a obrigatoriedade de uma folga no dia ou pagamento em pecúnia. Então, é importante que você procure aí o sindicato de Santa Catarina, os nossos companheiros, para que forcem a barra aí, que tentem colocar na convenção coletiva para que esse dia tão importante para a nossa categoria possa ser considerado um feriado para o frentista e que ele possa receber ou uma folga extra ou em pecúnia no seu contracheque.

E também quero agradecer a todos pela participação, dizer para a minha Senadora Damares que o convite está aceito para a gente poder fazer esse evento para o Senador Paulo Paim, em agradecimento ao trabalho dele. E aceito também o desafio de a gente fazer uma grande festa. Para mim será uma honra muito grande receber uma Senadora como a Damares, um Senador como o Paulo Paim e todos os companheiros participantes dos frentistas no Brasil todo, lá em Novo Gama, para um grande churrasco. E a música também é por minha conta.

E também, Senadora, quero dizer para a senhora que nós estamos perdendo o Senador Paulo Paim, que tem sido um grande pai para a nossa categoria, abrindo as portas do Senado, da Comissão de Direitos Humanos, mas no mesmo momento eu não tenho dúvida de que nós perdemos um pai, mas estamos ganhando uma grande mãe, que será a nossa representante aqui. (*Palmas.*)

Será a nossa representante. E, conhecendo a Senadora Damares como eu a conheço, ela vai pegar essa luta para ela como se fosse dela mesmo. Não tenho dúvida disso.

E mais: meu muito obrigado, que Deus abençoe, parabéns a todos vocês. Contem conosco. Como eu disse, entrei na categoria, para trabalhar de frentista, em 27 de janeiro de 1996, há quase 30 anos. Estou nessa luta como Prefeito no meu segundo mandato, eleito em 2020 com 46%, reeleito em 2024 com 79% dos votos, a maior votação da nossa região. Acho que foi a quinta do Estado de Goiás. (*Palmas.*)

E estou Prefeito, mas sou frentista. Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prefeito. Eu aceito o convite de estar nessas fileiras com vocês. Já estou e aceito, sim. Mas o Paim vai ser o nosso eterno Senador. Eu tenho um amor e um carinho...

Gente, mas está no Plenário o Hélio Araújo Pereira. Hélio é suplente do Senador Wilder Moraes. E o Wilder é candidato a Governador. Se o Wilder ganhar, nós podemos ter um Senador frentista. Hélio, você quer cumprimentar os seus colegas? Fique à vontade. E a gente vai encerrar apresentando o vídeo.

O SR. HÉLIO ARAÚJO (PL - GO. Para discursar.) – Bom dia, Senadora Damares. É um prazer estar aqui. Eu te conheço...

Em vários momentos, aqui, nós estivemos junto com o Senador Wilder participando. É importante a gente ter essa pessoa aqui. Eu não conhecia esse lado seu, é verdade, eu, como não sou Líder do partido no Estado de Goiás, sou o Segundo Vice-Presidente no estado. Temos o prazer de eleger o nosso próximo Governador do estado, que é o Senador Wilder. E, como todos falaram, nós somos oriundos da fileira de trabalhadores em postos. Eu também conto aí com quase 30 anos já que sou trabalhador em posto de combustível, comecei como auxiliar de serviços gerais, não tenho vergonha de falar isso. Meu sonho era ser gerente de posto; com o sonho de ser gerente de posto, acabei virando Vereador da segunda maior cidade do Estado de Goiás. Depois de virar Vereador, ainda tive o prazer de ser suplente desse Senador que é um dos maiores Senadores do Estado de Goiás e será o próximo Governador do Estado de Goiás, tenho certeza disso.

E fico feliz de ser Presidente do sindicato dos trabalhadores em postos de combustíveis, lutar por uma categoria que hoje, no Estado de Goiás, é uma das maiores categorias, um sindicato que praticamente... Não é, Luiz, Eusébio, que são meus Presidentes aqui da Federação de São Paulo e da federação dos estados de todo o Brasil? Fico feliz de participar e ser Presidente de um dos sindicatos que hoje é um dos maiores sindicatos do estado. O sindicato começou numa salinha que era dois por quatro e hoje é um dos maiores sindicatos; nós temos hoje quase 90% da categoria de trabalhadores em postos filiados a esse sindicato, uma luta que começou lá atrás, há mais de 15 anos, quando não tinha perspectiva nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o meu Presidente também, que está aqui, o Presidente do Sindiposto, Márcio, que, quando assumiu a direção do sindicato patronal, sempre esteve solícito aos aumentos com os trabalhadores em postos.

Quero dizer que é uma categoria que realmente precisa de um norte. E esse livro hoje, aqui, é um livro que realmente preside e realmente valoriza a categoria.

Parabéns ao Presidente Eusébio por esse trabalho feito em todo o território nacional; ao Luiz Arraes, que é Presidente da nossa... no nosso Estado de São Paulo, que faz um brilhante trabalho trazendo esse livro e trazendo o que é uma recordação importante para toda a categoria dos frentistas!

E quero dizer a todos os frentistas, aos Presidentes que estão aqui, às mulheres – cumprimento a Telma e todas as mulheres que estão aqui presentes, a Senadora Damares – que é um prazer receber aqui dentro, hoje, essa homenagem ao dia importante que é o Dia do Frentista; marcado hoje. Obrigado à Senadora; obrigado a todas as mulheres que estão aqui presentes, aos Presidentes dos sindicatos, aos Presidentes patronais que estão aqui também. Que valorizem realmente essa categoria, porque essa categoria realmente precisa ser valorizada! É uma categoria de frente, é uma categoria que luta não só pelo trabalho, mas pelas pessoas que estão ali, que estão abastecendo o seu veículo, que são pessoas que precisam realmente de abastecer o seu veículo, e nós estamos ali para servir – a verdade é essa, né, Alex? –, para ajudar a pulsar essa economia toda que é o Brasil.

Obrigado, Senadora. Um grande abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Hélio. Muito obrigada!

Para quem está ligando a televisão e ouviu o Hélio falar do livro, este é o livro que nós lançamos hoje, aqui, é o livro dos frentistas. Aqui é a frente, mas eu vou mostrar é atrás, que tem uma mulher, linda, frentista – 25% dos frentistas no Brasil são mulheres. (*Palmas.*)

O livro também está de forma eletrônica, e nós vamos disponibilizá-lo no *site* da nossa Comissão de Direitos Humanos e também nós vamos disponibilizar o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os nossos expositores foram pontuais na fala, vai dar tempo de a gente apresentar o vídeo. Então, eu encerro... (*Palmas.*)

Não seria completa audiência sem o nosso vídeo. Então, a gente vai encerrar a audiência com a exibição do vídeo. Eu convido todos vocês a assistirem e se deliciarem com essa obra linda em homenagem aos frentistas do nosso país.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom, que bom que deu o tempo de a gente exibir o documentário! E eu vi lágrimas aqui na mesa, eu vi lágrimas no plenário.

E eu vou pedir o devido encaminhamento pela Secretaria. Eu peço que a Secretaria envie, por *e-mail*, este vídeo a todas as secretarias de educação do Brasil, para que seja oferecido como uma proposta de trabalho pedagógico nas escolas, para as crianças conhecerem esse lado humano dos frentistas de que a gente falou aqui. Esquecemo-nos de falar: frentista salva vida, o frentista lembra a gente de que tem que botar água no radiador, o frentista lembra a gente de que o pneu está precisando ser calibrado.

Eu acho que essa obra termina esta audiência com tanta sensibilidade. Eu não imaginei que o vídeo estivesse tão lindo. Parabéns, Sr. Luiz, parabéns aos produtores!

E, dessa forma, com muita emoção, com todo mundo chorando aqui no Plenário e nada mais havendo a tratar, eu declaro, com muita alegria, encerrada essa homenagem a todos os frentistas do país. E que Deus abençoe todos e todas as frentistas do país e suas famílias!

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e um minuto do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Marcio Bittar, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Alan Rick, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 21ª à 23ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identidade de gênero e sua operacionalização." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 3 - Sugestão n° 2, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R$7.800 com vigência nacional."" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão na forma do projeto de lei. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4811, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto com três emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH (de redação). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1376, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2979, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para equiparar ao feminicídio o estupro de mulher com resultado morte e agravar a pena dos crimes dos arts. 213, § 2º, e 217-A, § 4º." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 7 - Sugestão n° 14, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Piso nacional para Policiais Militares"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos da proposta de emenda à Constituição que apresenta. ITEM 8 - Sugestão n° 25, de 2020 - Não Terminativo - que: "Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 25, de 2020, que "Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão. ITEM 9 - Sugestão n° 17, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 56, de 2026 que: "Requeiro, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos arts. 93 e 102-E, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, nos termos aprovados no Requerimento nº 52, de 2026, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 57, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a crise de assistência e os desafios estruturais das políticas públicas destinadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Em seguida, aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de abril de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 21ª à 23ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos dez itens de pauta.

Do item 1 o Senador Relator está na CCJ – hoje a CCJ está praticamente um mutirão. Eu não sei se ele vai conseguir chegar –, mas nós temos o Relator do item 2 e do item 3, Senador Zequinha Marinho, que já está aqui.

Então, nós vamos começar a pauta pelo item 2 e pelo item 3, porque o Relator está presente.

Vamos direto ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2023

- Não terminativo -

Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em reunião realizada em 29/10, 05/11 e 26/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.

- Em reunião realizada em 12/11/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu peço permissão para ir direto à análise do projeto.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção da infância, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, a proposição é necessária e urgente. A Resolução nº 2, de 2023, do CNLGBTQIA+, em seus arts. 5º e 10, viola frontalmente o disposto na Constituição Federal e no ECA a respeito da proteção integral da criança e do adolescente, em especial quanto à preservação dos valores e espaços, bem como à proibição de tratamento vexatório ou constrangedor.

A legislação educacional brasileira – base da LDB, Lei nº 9.394, de 1996 – determina tratamento igualitário e respeito à diversidade, mas também assegura a prioridade da missão educacional e da disciplina pedagógica, sem impositivos administrativos que possam criar desigualdades de tratamento ou constrangimentos a alunos, professores e comunidade escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, ao sustar a resolução, o projeto de lei em questão preserva o direito dos gestores de decidir, com o apoio dos pais, quais políticas são adequadas ao ambiente escolar, a pluralidade de modelos educacionais existentes e a estabilidade jurídica das instituições de ensino, que passam a contar com diretrizes claras e legalmente consistentes.

A resolução do CNLGBTQIA+ cria diretrizes de aplicação obrigatória sem previsão legal exposta, potencialmente escalando-se ao nível de normativo primário. Dessa forma, o PDL nº 342, de 2023, atua no estrito cumprimento do princípio da legalidade e da independência e equilíbrio entre os Poderes.

Dessa forma, em consonância com o disposto no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o PDL nº 342, de 2023, cumpre função constitucional legítima, ao sustar dispositivos que invadem a competência do Poder Legislativo, afrontam a legalidade estrita e colocam em risco o cumprimento do princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2023.

Presidente, só trazendo aqui uma manchetezinha de Barueri, São Paulo, que diz o seguinte: "Aluna trans acusada de assediar colega em banheiro de escola em Barueri", e aí se descreve o resto.

Portanto, pode um conselho independente qualquer baixar normativa, determinando aquilo que somente o Poder Legislativo pode determinar, através do processo legal.

Esse é o nosso voto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R$7.800 com vigência nacional."

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Sugestão nº 2, de 2026... A sociedade participando ativamente.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Da análise, Sra. Presidente.

Compete à CDH, consoante o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre sugestão legislativa apresentada por cidadãos.

A Ideia Legislativa nº 207.154 atingiu 22.542 apoios em quatro meses, atendendo integralmente ao critério de 20 mil manifestações exigido pelo parágrafo único do art. 6º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015: a sugestão que receber parecer favorável da CDH será transformada em proposição legislativa de sua autoria e encaminhada à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes.

Ausentes impedimentos quanto à iniciativa parlamentar, pois a matéria não se inclui entre as listadas no §1º do art. 61 da Constituição Federal e reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República.

O art. 7º, inciso V, da Carta Magna garante piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, fundamento constitucional direto para a presente proposta. Outros precedentes legislativos confirmam a praxe: a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso dos professores da educação básica, e a Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que estabeleceu o piso dos profissionais da enfermagem.

No mérito, a análise da matéria exige enfrentamento de questão jurídica: a existência, no ordenamento vigente, da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que já dispõe sobre remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Medicina Veterinária, utilizando como parâmetro o salário mínimo nacional como fator de cálculo e indexação automática.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 171, declarou inconstitucional a vinculação automática de pisos profissionais a múltiplos do salário mínimo, por configurar indexação econômica vedada pelo art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Com isso, o mecanismo de reajuste da Lei nº 4.950-A, de 1966, encontra-se esvaziado pela inconstitucionalidade declarada, comprometendo, na prática, a proteção que pretendia conferir às categorias por ela abrangidas, incluindo os médicos-veterinários.

Surge, então, o desafio técnico-jurídico de como disciplinar especificamente o piso do médico-veterinário sem afetar as demais categorias contempladas pela Lei 4.950-A, de 1966.

A revogação expressa e isolada do dispositivo que trata do médico-veterinário naquela lei produziria impacto sistemático indesejado sobre as demais profissões. Por outro lado, a edição de lei autônoma sem enfrentar a coexistência normativa geraria conflito entre os diplomas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solução jurídica mais adequada é a instituição de lei específica para o médico-veterinário, com cláusula expressa de revogação das disposições da Lei nº 4.950-A, de 1966, que lhe sejam incompatíveis, ao amparo do art. 2º, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que estabelece que a lei posterior revoga a anterior quando for com ela incompatível ou quando regular inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Uma vez que o novo diploma disciplina integralmente e com especificidade o piso salarial dos médicos-veterinários – matéria que a Lei nº 4.950-A trata apenas de forma genérica e conjunta com outras profissões –, operar-se-á revogação restrita a essa categoria, sem prejuízo das demais.

A técnica normativa adotada harmoniza-se com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: fixa-se valor nominal específico de R$7,8 mil e determina-se atualização anual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), preservando o poder aquisitivo do piso sem reintroduzir a dinâmica de vinculação automática ao salário mínimo, rechaçada na ADPF nº 171.

A Medicina Veterinária é profissão regulada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, nos termos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, exigindo o registro profissional obrigatório.

Os médicos veterinários atuam em setores estratégicos da economia – agropecuária, inspeção de alimentos de origem animal, vigilância de zoonoses, saúde pública e bem-estar animal –, tornando a valorização da categoria medida de interesse público, com reflexos diretos na segurança alimentar e na saúde coletiva.

Em razão do que foi exposto, somos, no mérito, pelo acolhimento da Sugestão nº 2, de 2026, na forma do projeto de lei que se apresenta.

Aí vem o projeto de lei, que institui o piso salarial profissional nacional do médico-veterinário e dá outras providências.

"O Congresso Nacional decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] Fica instituído o piso salarial profissional nacional do médico-veterinário, em todo o território nacional, no valor de R$7,8 mil [...] mensais, para jornada de trabalho de até 8 [...] horas diárias e 44 [...] horas semanais.
> Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se médico-veterinário profissional diplomado em curso de nível superior de Medicina Veterinária, reconhecido pelo Ministério da Educação e registrado junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).
> Art. 2º. O piso salarial de que trata esta lei constitui remuneração mínima obrigatória aos médicos-veterinários contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
> Art. 3º. O valor nominal do piso salarial previsto [...] [na] lei será atualizado anualmente, no mês de janeiro, com base na variação acumulada no ano civil anterior do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice oficial que vier a substituí-lo.
> Parágrafo único. A aplicação desta lei não resultará em redução de remuneração ou salário já praticados, sendo resguardadas as condições mais favoráveis ao trabalhador eventualmente previstas em contratos individuais, acordos ou convenções coletivas de trabalho.
> Art. 4º. Os acordos individuais e os acordos, contratos e convenções coletivas de trabalho deverão observar, como patamar mínimo, o piso salarial fixado por esta lei, sendo nulas de pleno direito as cláusulas que impliquem sua redução, supressão ou desconsideração.
> Art. 5º As disposições da Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, relativas ao piso salarial de médicos-veterinários, ficam revogadas naquilo que for incompatível com o disposto nesta lei, nos termos do art. 2º, §1º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.
> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muito obrigado, Presidente.

Era este o relatório, o voto e o novo projeto de lei apresentado para tentar sanar a questão jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes de colocar em votação, eu quero dizer que essa ideia legislativa, essa proposta, essa SUG, ela nasceu de um cidadão lá da Bahia. O primeiro nome dele é Jorge.

Ele protocolou a ideia em 8 de setembro de 2025 – recente – e ele conseguiu 22.542 assinaturas de apoiamento em janeiro de 2026.

Então, o senhor está atendendo a um pedido de mais de 20 mil pessoas e o senhor transformou a sugestão dele em um projeto de lei que começa a tramitar, que é o piso salarial para os médicos-veterinários.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, a sugestão, na forma de um projeto de lei.

Parabéns, Relator.

Nós agora temos como item da pauta...

Nós vamos pular para o item 7, porque o Relator está presente, e é uma honra ter o Relator com a gente, e está todo mundo correndo hoje.

O item 7 da pauta também é uma SUG, é uma sugestão, uma ideia que veio da sociedade.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 14, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"*Piso nacional para Policiais Militares*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 04/02/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Em reunião realizada em 25/03/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

Ele não pede um projeto de lei, como o Zequinha; ele já vai longe, uma PEC, uma emenda à Constituição.

Então, hoje, eu concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Damares, nossa Presidente da CDH.

Essa leitura desse relatório é importante para mim, por ser policial militar da reserva e por representar, aqui, mais de 500 mil policiais militares e bombeiros que buscam por esse relatório ou buscam por esse piso nacional dos policiais militares e bombeiros há muito tempo. Então, a todos esses 500 mil policiais – que a gente só vê decrescer, diante do crime organizado aumentando –, a minha homenagem, principalmente para os praças, que hoje estão na ponta do serviço, na parte ostensiva, abordando, conduzindo, indo para delegacia, para audiência... São eles que realmente fazem o maior número dos policiais militares e bombeiros de todo o nosso país.

Senadora, eu digo que eu tive sorte, porque esse projeto, esse relatório, passou por sete Senadores, e nenhum apresentou o relatório, e, por justiça, caiu nas minhas mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Corajoso! (*Risos*.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Por justiça, pelo destino, por Deus, caiu nas minhas mãos.

Então, trata-se de examinar a Sugestão 14, de 2020, enunciada na ementa em epígrafe.

A SUG em análise recebeu, mediante o Portal e-Cidadania – é importantíssimo que a população tenha esse contato com o Senado Federal, que ela participe, apresentando projetos de lei, e nós, aqui, relatando. É a vontade popular –, o apoio de 20.753 pessoas, das quais dois terços são dos Estados de São Paulo, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e do meu Rio Grande do Norte.

A matéria, como eu disse à senhora, tramitou nesta Comissão de Direitos Humanos (CDH) desde julho de 2020 e foi distribuída, sucessivamente, a sete Relatores, que não chegaram a emitir relatório a respeito, tendo em vista, finalmente, a minha relatoria.

Análise.

Dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, art.102-E, inciso I, que compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos, com representação política no Congresso Nacional.

Não obstante tratar-se de sugestão oriunda de ideia legislativa oferecida por um cidadão, que não deveria ser acolhida em face do citado dispositivo regimental – o qual legitima a apresentação de sugestão apenas às pessoas jurídicas ali indicadas –, esta Comissão tem apreciado ideias legislativas de cidadãos, com base no Ato da Mesa nº 3, de 2011, que instituiu o Programa e o Portal e-Cidadania com o objetivo de estimular e possibilitar a maior participação dos cidadãos, por meio de tecnologia de informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa, podendo ser citadas como exemplos as ideias que resultaram nas Sugestões nºs 7, 8, 12, 15, todas de 2014, e a nº 2, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso V do art. 2º do mencionado ato, o Programa e-Cidadania contará com instrumentos e recursos tecnológicos de interação entre a sociedade e o Senado Federal, baseados no uso da internet e outros canais de comunicação interativos, com vistas a proporcionar mecanismos pelos quais os cidadãos brasileiros possam oferecer sugestões de textos legislativos, em conformidade com os preceitos constitucionais e regimentais estabelecidos.

Preliminarmente, devemos ressaltar que a pretensão de instituir um piso remuneratório para os policiais militares, devendo incluir, ademais, os que compõem o corpo de bombeiro militar, vem sendo objeto de debate já há bastante tempo aqui no Congresso Nacional.

O assunto, que é o objeto da sugestão em exame, já foi tratado pelo Senado Federal, ao aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 41, de 2008 – olhem só há quanto tempo a gente está discutindo isso –, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que instituiu o piso salarial para os servidores policiais.

A referida PEC foi aprovada, em segundo turno, nesta Casa, em dezembro de 2009, e remitida, em 9 de dezembro do mesmo ano, à apreciação da Câmara dos Deputados, onde tramita como PEC nº 446, de 2009.

A Câmara aprovou, no dia 6 de julho de 2010, em primeiro turno, a Emenda Aglutinativa nº 2 à PEC 446, de 2009.

Em seguida, em 13 de julho, foi aprovada a redação final para o segundo turno.

Iniciada a discussão para a votação em segundo turno, no dia 4 de agosto do citado ano, ainda não foi concluída a deliberação final sobre a matéria.

Então, é mais uma proposta que vem da população, Senadora Damares, que pressiona não só o Congresso Nacional, mas toda a classe política, em busca do piso nacional para os policiais militares e bombeiros do nosso país.

Então, tendo sido o último apresentado em 29 de maio do corrente ano.

Ademais, pisos salariais nacionais já foram instituídos para:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) os profissionais da educação escolar pública, pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006;

b) os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, pela Emenda Constitucional nº 63, de 4 de fevereiro de 2010; e

c) o enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira, pela Emenda à Constituição nº 124, de 15 de julho de 2022.

Não há razão, por conseguinte, para que não se inclua nesse rol a aprovação pelo Congresso Nacional do piso nacional para policiais militares, conforme propõe a sugestão em exame, inclusive para os que integram os corpos de bombeiros militares.

Quanto ao mérito, concordamos com a informação que consta da ficha informativa que se encontra anexada ao ofício do Diretor da Secretaria das Comissões ao Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), observando, a respeito desta matéria:

> Os policiais militares de todo país executam o policiamento preventivo e repressivo nas ruas, são os que mais morrem em decorrência da atividade profissional, o mesmo tipo que mata no norte, mata no sul, e a vida de um policial não tem maior ou menor valor por decorrência do estado que trabalha.
> Por isso, precisamos que seja implantado um piso salarial nacional. É o mínimo de reconhecimento profissional necessário para um segmento que coloca a vida em risco para defender a população. Independente da região do país em que trabalha, o risco é iminente, e a categoria chama por reconhecimento [...] [nacional].

O nosso voto.

Ante o exposto, opinamos favoravelmente à Sugestão nº 14, de 2020, com a apresentação da seguinte:

> PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2025
> Institui o piso salarial nacional para os policiais militares e corpos de bombeiros militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§6º-A e 6º-B:

"Art. 144. .....

.....

§6º- Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para os policiais militares e corpos de bombeiros militares.

§6º-B A União, no que concerne ao Distrito Federal e aos Estados, adequará, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §6º-A deste artigo, a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos em lei.

....."

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senadora, o voto é para essa sugestão endossar, reforçar, acrescer, forçar que esse piso nacional dos policiais militares...

Não é muita gente não; são 500 mil...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não vai falir a nação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não vai falir a nação. Pelo contrário, houve um decréscimo de 30% dessa categoria. Enquanto o crime organizado se organiza cada vez mais, aumenta cada vez mais, a população cresce cada vez mais, essa categoria vem sendo reduzida.

E uma questão do piso nacional para esses profissionais é deixar uniforme para todo o país. Como foi dito aqui, no meu relatório, não existe um estado mais importante onde um policial receba – vou falar aqui pelo seu estado, pelo Distrito Federal, e de outros da nossa Federação – um salário melhor, um soldo melhor, do que o policial do Rio Grande do Norte. Principalmente, como eu disse aqui, para o praça, o soldado, o cabo, o sargento, o subtenente, para aquele que está na ponta, no trabalho ostensivo, aquele que está diariamente com o crime,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não excluindo os oficiais e aqueles que trabalham dentro dos batalhões que servem também a essa estrutura de policiamento ostensivo. Então, a todos eles é um reconhecimento, é um mérito, é um direito que eles têm, que está muito tempo aqui parado, tramitando.

Essa sugestão que veio pelo e-Cidadania reforça esse pedido para que a gente coloque em prática algo em que a gente só fica na retórica, só na discussão desse reconhecimento salarial. Isso vai evitar... O policial não pode fazer greve, não pode fazer paralisação, não pode ser sindicalizado, o máximo é uma associação. Vai parar de brigar com os governos estaduais por melhorias salariais ou ficar olhando para o vizinho achando que ele ganha melhor ou até mesmo buscando outras carreiras que não sejam essa, que é bonita. É uma carreira para proteger, com risco para a própria vida, a ordem pública e a população. Então, é mais do que meritório a gente reconhecer e forçar cada vez mais.

Desde 2008 que ideias constitucionais, como a de emendas constitucionais que já foram lidas aqui, estão tramitando e não conseguem sair.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator. Parabéns pelo voto.

Nós estamos em 2026, Senador Styvenson...

Eu já estou colocando em discussão. Tá?

Então, eu vou entrar na discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Nós estamos em 2026. Essa proposta chegou aqui em 2020. Eu sei que o tema é por demais delicado, mas não é justo que essa SUG ficasse arquivada. Se o Congresso rejeitar, que vá para o voto e rejeite lá na PEC. Mas, ficar parado numa SUG um anseio da sociedade... Então, é o seguinte: se o senhor rejeitasse a SUG hoje o.k., a gente, pelo menos, deliberou sobre a matéria, mas o senhor ousa tirar o debate do âmbito de uma SUG e trazê-lo para uma PEC. E aí, a gente vai ter que falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson, esta semana a gente aprovou o piso salarial dos médicos e dentistas no país, uma luta de 75 anos. E aí, tem todo mundo que vem falar assim: "Vocês vão falir a nação". Espere aí, o que é o Estado? É a gente entender, de fato, quais são as funções de um Estado; são saúde, segurança e educação. Se a gente tiver um Estado que cuide bem de saúde, segurança e educação e nos proporcione empreender, trabalhar... É que a gente está inchando tanto o Estado com tantas atribuições que as verdadeiras atribuições do Estado estão ficando cada vez mais deficitárias.

Vamos falar sobre segurança? Como enfrentar o crime organizado sem a valorização desses valorosos profissionais? Então, vamos pôr a discussão na mesa.

A sua ousadia hoje foi: "Vamos discutir. Se o Congresso rejeitar..." Mas a gente não vai se omitir na discussão. E você traz um aspecto extremamente interessante.

A vida do policial do Acre vale menos que a vida do policial do Distrito Federal? Não! Porque o criminoso é o mesmo, ou você acha que o criminoso, quando chega no Acre, fica mais bonzinho, fica menos violento?

Detalhe: os policiais militares da Região Norte estão sujeitos, inclusive, a circunstâncias que os nossos aqui não estão. A cidade mais longe do DF está a 40 minutos de carro numa estrada maravilhosa. As nossas estradas, no DF, com exceção de algumas vicinais ali na área rural, nós moramos na Suíça. Agora, um policial do Acre tem que pegar um barquinho; ele se submete à malária, ele se submete aos piratas do rio, ele se submete às questões de fronteira, ele se submete a uma série de adversidades a que o nosso policial militar não se submete.

Então, se a gente quer segurança pública de qualidade, a gente tem que começar pela equidade entre os profissionais. O policial do Rio Grande do Norte, do seu estado – seu estado tão incrível –, é diferente do policial de São Paulo? Não é. Então, assim, é uma discussão... "Ah, mas o Brasil... E os assuntos federativos e a independência dos estados?" Eu quero os estados ricos e independentes, mas sobre profissionais de segurança, saúde e educação, a gente vai ter que conversar a sério nesse Congresso.

Então, parabéns, Senador Styvenson, pela coragem! E eu vou dizer uma coisa: se Styvenson entregar essa relatoria, vou eu avocar, porque sete Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Sete passaram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque é delicado, porque a gente vai mexer em dinheiro, a gente vai mexer nessa questão da formatação da Federação, a independência dos estados, mas a gente vai ter que falar a sério sobre algumas categorias no Brasil.

Então, Senador Styvenson, parabéns! Eu não esperava nada diferente do senhor; o senhor veio dessa área, o senhor fez uma história e foi isso que te elegeu.

Deixe-me dizer uma coisa, gente. Eu fui para o Rio Grande do Norte quando ele foi candidato, oito anos atrás, e eu não estava pedindo voto para ele, não – eu estava pedindo para o concorrente! –, mas eu ficava na rede social: quem é esse cara? Quem é esse homem? Sem dinheiro, sem grupo econômico, sem grupo financeiro, sem ser filho de político, mas, pelo trabalho que ele fez na área de segurança, o estado o trouxe a esta Casa, e eu tenho certeza de que o estado não se arrependeu, que seu povo não se arrependeu. E quanta coisa, Senador! Nós estamos juntos desde que você chegou aqui. Lá, fiquei feliz que você ganhou; depois, eu fui Ministra – você me apoiou demais como Ministra –; e agora, eu tenho a honra de ser sua colega. Eu acho que as forças de segurança ganharam te trazendo para esta Casa. Vamos conquistar tudo? Não, mas a gente está tendo a coragem de discutir.

Então, assim, que o Rio Grande do Norte, que as forças de segurança do Rio Grande do Norte entendam o que foi feito aqui hoje. Vamos ter sucesso? Não sei, mas não vamos fugir de um debate tão delicado.

Parabéns, Senador Styvenson!

E ao autor da proposta: eu acho que ele já estava tão desanimado, tão desanimado... Essa proposta chega aqui em 2020; foi enviada pelo Claudemir Cabrera, do Paraná. Ele conseguiu 20 mil assinaturas de uma... Olha, ele entrou... Veja só, Senador! Veja só: ele entrou com a proposta no dia 27/06/2020. No dia 29/06/2020, três dias depois, ele já tinha mais de 20 mil assinaturas. E se estivesse, ainda hoje, para colher assinaturas, já teria passado de 1 milhão de assinaturas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Então, assim: a essas 20 mil pessoas que apoiaram a ideia do Claudemir, hoje a gente está dando uma resposta, e eu fico muito feliz, Senador.

Parabéns pela coragem!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É Claudemir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É Claudemir Cabrera, do Paraná.

É Claudemir Cabrera, do Paraná. Inclusive, a Secretaria fará contato com ele para dizer para ele que valeu a pena esperar, porque agora um Relator corajoso transformou...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Não desanima, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não desanima, não.

... a SUG em uma PEC.

Em votação, espero que ninguém vote contra.

Em votação, aqueles que aprovam....

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da proposta de emenda à Constituição (PEC), que apresenta – corajoso.

A matéria ficará disponível para assinatura de todos os Senadores – agora, a gente tem que ter assinatura mínima de Senadores e Senadoras para que a PEC comece a tramitar –, tornando-se autores junto da CDH, até que se complete o número de um terço de assinaturas. Nós precisamos de 27 assinaturas. Vamos começar a colher hoje? Os votos favoráveis serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerados como assinatura à PEC. Então, hoje, quantos nós temos presentes? Quinze. Então, a gente considera 15 assinaturas? Aí, Senador. Já começamos com 15 assinaturas. Agora, vamos buscar as outras assinaturas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu tenho um pressentimento de que a gente vai ter muito mais do que 27.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu também acredito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque é muito fácil discursar sobre segurança pública, falando de melhorias, falando de melhores salários, falando de melhores equipamentos. Agora, quando chega à prática, sete não apresentaram relatório de um projeto importante que vem da população.

Como a senhora mesma disse, em três dias, 20 mil assinaturas. Se estivesse até hoje, teria muito mais de 1 milhão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito mais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, é muito estranho para a população que está assistindo à nossa CDH agora observar que, em campanha política, todos vão falar de segurança pública, que tem que dar melhores condições de trabalho, que tem que valorizar aquele policial militar, que tem que... Que tem!

Aí, quando chega à prática, aqui, para a gente fazer essa discussão, vamos ver quantos vão assinar a PEC que trata justamente desse piso nacional dos policiais militares e bombeiros do nosso país.

Obrigado, mais uma vez, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador, eu tenho uma leitura para fazer. O senhor pode presidir? É um voto simples e uma matéria de consenso. Eu farei uma leitura resumida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Vamos lá.

Está pronta, Presidente?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronta.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4811, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto com três emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A Relatora é nossa Presidente, Senadora Damares. Projeto de Lei nº 4.811, de 2024, não terminativo.

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoas com deficiência. Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório favorável ao projeto, com três emendas (de redação), que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Damares, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, a matéria nasce na Câmara, foi extremamente debatida, aprovada na Câmara com louvor.

Eu vou pedir permissão para ir direto à análise, inclusive, de uma forma resumida, porque é uma matéria de consenso.

No mérito, Presidente, a proposição revela-se medida de elevada relevância social, ao reconhecer a centralidade da atividade de cuidado para a efetivação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, especialmente no que concerne à autonomia, à dignidade e à participação plena da vida na sociedade.

No contexto demográfico, com um número enorme de pessoas com deficiência que o IBGE aponta, observa-se que a demanda por cuidados de longa duração tende a crescer de forma estrutural, pressionando tanto as famílias quanto o Estado. A ausência de políticas estruturadas de cuidado pode resultar em sobrecarga dos sistemas de saúde e assistência social, bem como em agravamento das desigualdades sociais.

Apesar dessa realidade, o cuidado no Brasil ainda é desempenhado predominantemente de forma informal, Presidente, no âmbito doméstico, sem adequada capacitação ou proteção institucional. Dados da Pnad Contínua indicam a existência de milhões de pessoas envolvidas em atividades de cuidado não remuneradas ou precariamente formalizadas.

Esse cenário é marcado por forte desigualdade de gênero, uma vez que as mulheres assumem, de forma majoritária, as responsabilidades pelo cuidado de pessoas dependentes – idosos e pessoas com deficiência.

A ausência de regulamentação mínima da atividade de cuidador agrava esse quadro, ao permitir a prestação de serviços sem critérios técnicos e sem mecanismos claros de responsabilização.

Importa destacar que a valorização do trabalho de cuidado está inserida no conceito contemporâneo de “economia do cuidado”, reconhecido por organismos internacionais como vetor estratégico de desenvolvimento. Estudos indicam que investimentos nesse setor possuem elevado potencial de geração de empregos e redução de desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano normativo interno, o projeto está alinhado à recente instituição – nós aprovamos aqui, eu tive a honra de participar da votação – da Política Nacional de Cuidados, que é a nova Lei nº 15.069, de 2024, e também está alinhado ao Decreto nº 12.562, de 2025, e ao Plano Nacional de Cuidados, que buscam estruturar e qualificar as políticas públicas voltadas ao cuidado no Brasil.

Por fim, cumpre destacar que a regulamentação da atividade de cuidador possui impacto positivo na qualidade dos serviços prestados, na redução de riscos institucionais e na valorização profissional, contribuindo para a construção de um sistema de cuidado mais eficiente, seguro e humanizado.

Nós vamos afastar os aventureiros que se apresentam como cuidador de idoso, para assaltar o idoso, para fraudar, para machucar, e vamos valorizar o verdadeiro cuidador, trazendo-o para um outro nível, para uma outra forma de acolhimento e valorização.

Diante do grande mérito do PL, apresentamos três emendas de redação – aí não vai precisar voltar para a Câmara – que possuem caráter estritamente técnico legislativo, destinando-se a aprimorar a clareza, a precisão terminológica e a coerência sistemática do texto. Não implicam qualquer alteração de mérito na proposição, limitando-se a ajustar a estrutura normativa, evitando ambiguidades interpretativas e conferindo maior uniformidade ao dispositivo inserido.

O voto, Presidente.

Em razão do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.811, de 2024, de autoria da ilustre Deputada Laura Carneiro, com as seguintes emendas de redação, das quais já apontei.

Este é o voto. As emendas estão publicadas. Eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senadora Damares.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CDH, de redação. Rejeitado o relatório.

Obrigado, Senadora Damares. É uma honra estar aqui do seu lado nesta Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Girão, você não estava aqui. O Senador Styvenson apresentou um voto. É uma sugestão que chegou em 2020 aqui para o piso nacional dos policiais militares.

Sete Senadores devolveram a sugestão, ao longo desses anos. Aí ele transformou, hoje, a sugestão numa PEC, em que a gente vai começar a discutir a valorização do policial militar de forma uniforme no Brasil.

É um tema delicado, vai lidar com as questões de dependência dos estados, mas, depois que a gente viu, nessas duas últimas CPIs, o crime organizado fazer uma festinha de 119 milhões, os bandidos fazerem festa em castelo gastando 150 milhões, o crime organizado bilionário no país...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Para roubar idoso, tem dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

... e a gente não ter uma polícia valorizada... E os policiais militares são aqueles que estão lá na ponta.

Então, é delicado, mas a Comissão ousou em apresentar, hoje, a transformação de uma sugestão em PEC. Nós vamos começar a discussão. E eu sei, Senador Girão, que você vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador do Ceará, você não vai estar mais aqui na próxima legislatura, mas você vai, como Governador do Ceará, cuidar dos seus policiais militares lá na ponta.

Obrigada, Styvenson.

Nós, agora, vamos à aprovação de requerimentos.

Nós temos a Sugestão 25.

O Senador Girão está aqui, sim.

É o item 8 da pauta.

Inclusive nós temos também um requerimento extrapauta do Senador Girão.

Então, nós vamos para o item 8, que também é uma SUG.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 25, DE 2020

- Não terminativo -

"*Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 21/02/2024, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em reunião realizada em 25/03/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Hoje, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma sociedade que quer a valorização do policial mandou uma proposta para regulamentar o uso adulto e o autocultivo da maconha.

Senador Girão, com a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Sociedade, vírgula. Uma parcela muito pequena da sociedade fez essa proposta, que deve ser analisada – é claro, eu estou aqui para isso, Senadora Damares.

Agora, as pesquisas já mostram, os institutos de pesquisa de todo o país, de várias vertentes mostram, Senador Jaime Bagattoli, que 80% da população brasileira, no mínimo, é contra a regulamentação de qualquer forma da maconha.

A gente sabe do estrago que causa na sociedade, e este paralelo que a senhora fez foi perfeito: a polícia sendo valorizada, de um lado, e um dos grandes problemas da polícia hoje, infelizmente, é essa droga da maconha, que tem levado os nossos jovens para um caminho tortuoso, tem realmente esgarçado o tecido social. Há famílias chorando, mães, pais perdendo seus filhos, porque é um caminho praticamente sem volta.

Então, eu fico muito feliz, agradeço à Presidência da CDH, à Senadora Damares, pela oportunidade que eu estou tendo aqui de ser o Relator dessa sugestão popular.

Deixo também bem claro ao Supremo Tribunal Federal, Jaime Bagattoli, que tem Senador aqui que não abaixa a cabeça para eles. Somos poucos Senadores, Senador Jaime, mas nós existimos.

Acabamos de fazer ali na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) uma proposta de fiscalização, um grupo de trabalho que vai continuar aquele trabalho da CPMI do INSS, que foi liquidado, interrompido prematuramente por decisões de ministro do STF e por políticos inescrupulosos. A CPMI estava chegando neles: gente poderosa, o andar de cima.

Então, da mesma forma que agora, na CAS, nós instituímos uma nova investigação – só não vai poder quebrar sigilo, mas nós poderemos convocar ministro –, de autoria do Senador Marcio Bittar e de que eu vou ser o Relator, para a gente sequenciar a roubalheira do INSS, a investigação, jogar luz nessas sombras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares foi muito atuante também nessa CPMI. Trago-lhe essa boa notícia lá da Comissão de Fiscalização e Controle.

E aqui também a gente não vai baixar a cabeça para ministro do Supremo. Além de terem liberado o porte da maconha de forma ativista e totalmente ideológica, pois foi a mobilização de alguns ministros do Supremo que votaram, não respeitaram a decisão do Congresso, que, por duas vezes, disse que a tolerância às drogas era zero neste país, e, mesmo assim, o Supremo, que não teve voto de ninguém, foi lá e liberou o porte para a maconha, agora vem o Ministro Gilmar Mendes dizer que tem que liberar droga, cocaína, outras drogas. Eles não param. Eles não param o ativismo. Sei lá a quais interesses servem, mas aqui no Senado a gente vai fazer o nosso papel, e nós estamos aqui rejeitando uma proposta de regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha, estamos rejeitando-a. É o Congresso resistindo, mesmo com a nossa democracia em frangalhos, tendo Senador ameaçado ontem – o Senador Alessandro Vieira foi ameaçado por ministro do Supremo por fazer o seu trabalho, a sua atividade parlamentar, pois ele foi eleito pelo povo de Sergipe. Nós não vamos nos render, não vamos nos render, Parlamento brasileiro.

Então, vamos lá.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão (SUG) 25, de 2020. A proposição, originária da Ideia Legislativa nº 142.393, do Programa e Portal e-Cidadania, foi apresentada com o título "Regulamentação do uso adulto e do autocultivo de maconha no Brasil".

O autor da SUG nº 25, de 2020, Sr. Diego Brandon, propõe a alteração da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, de forma a regulamentar o uso adulto e o autocultivo da maconha, permitindo-se a posse de até 20 plantas por pessoa.

Em seu testemunho, apresentado a este Senado Federal, o Sr. Brandon afirma que, à luz daquela lei, usuários já não podem ser considerados traficantes, de forma que se faz necessária regulamentação que viabilize o acesso direto à *Cannabis*, sem a dependência da oferta pelo tráfico. Assim, alega que vários usuários se tornariam cultivadores, para, assim, não depender do crime organizado para poder ter acesso à planta. Isso afastaria o risco de serem considerados criminosos e punidos por delitos associados ao tráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Portal e-Cidadania, combinado com o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a ideia legislativa que, por meio do Portal e-Cidadania, obtiver apoio de 20 mil cidadãos no prazo de quatro meses terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas. Dessa forma, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apreciar a admissibilidade da SUG nº 25, de 2020, com vistas a eventual transformação em proposição legislativa de sua autoria, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

No caso em exame, a iniciativa atende aos requisitos formais estabelecidos na Resolução nº 19, de 2015, uma vez que obteve, no período de 25 de agosto a 29 de setembro de 2020, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais. Cumpre registrar o reconhecimento ao autor da sugestão pelo exercício legítimo da participação cidadã e por fomentar o debate público no âmbito desta Casa. Não obstante, sob o prisma do mérito e seus efeitos potenciais, a SUG nº 25, de 2020, revela-se inadequada e incompatível com a proteção da saúde pública e da segurança coletiva.

Isso é muito interessante, Presidente – faço aqui um parêntesis –, porque, às vezes, é aquela coisa: "Ah, mas eu tenho minha autodeterminação, eu faço o que eu quero do meu corpo, da minha vida e tal". É, mas a droga – e é uma droga, e não é uma planta inofensiva – simplesmente adoece todo mundo. Não é só a pessoa que está usando, não, Senador Jaime Bagattoli; a família sofre as consequências – os filhos, a esposa, a comunidade –, há o aumento de acidente de trânsito, uma série de coisas – vai entupir os hospitais. Isso aqui é mais custo, é mais dinheiro público, sem falar que coloca a vida de outros em risco, a partir do momento em que você tem tolerância com esse tipo de droga.

O autor da proposta invoca, com acerto, o art. 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado. Todavia, é precisamente à luz desse comando constitucional que se impõe a rejeição dessa presente sugestão, uma vez que a ampliação do acesso à *Cannabis*, nos moldes propostos, apresenta riscos, sim, relevantes e desproporcionais à coletividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fundamentar essa conclusão, destacam-se três eixos centrais: (i) impactos à saúde pública, especialmente sobre jovens; (ii) efeitos sobre a segurança e o mercado ilícito; e (iii) limitações da capacidade regulatória e fiscalizatória do Estado.

A presente sugestão legislativa propõe a regulamentação do uso adulto e do autocultivo da maconha no Brasil, mediante alteração da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Trata-se de tema de elevada sensibilidade, que envolve implicações diretas sobre a saúde pública, a segurança coletiva e a capacidade regulatória do Estado.

Inicialmente, cumpre reconhecer que o ordenamento jurídico brasileiro já admite, de forma excepcional e estritamente controlada, o uso de produtos à base de *Cannabis* para fins medicinais, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, especialmente a partir da RDC nº 327, de 2019, posteriormente atualizada por normas mais recentes.

Todavia, é fundamental destacar que esse regime não representa qualquer forma de liberalização da *Cannabis*. Ao contrário, trata-se de um modelo sanitário altamente restritivo, que exige prescrição médica, controle de qualidade, rastreabilidade, autorização regulatória e acompanhamento do uso.

As recentes atualizações normativas promovidas pela Anvisa, inclusive no ano de 2026, reforçaram esse caráter restritivo ao permitir, em hipóteses específicas, o cultivo apenas por pessoas jurídicas autorizadas, sob rigoroso controle estatal, com limites de concentração de substâncias psicoativas, fiscalização contínua e vinculação à cadeia farmacêutica ou de pesquisa.

Esse cenário demonstra que, mesmo no âmbito medicinal, o Estado brasileiro opera sob uma lógica de cautela e controle intensivo.

Eu sei, Senadora Damares, Senador Jaime Bagattoli, que o *lobby* é pesado para liberar a maconha. Isso aqui não é de hoje, não; antes de sonhar em ser político, nesta Comissão, ali atrás, muitas vezes, eu vim participar de audiências públicas, há 15 anos, 20 anos. Foi aí que conheci, inclusive, a Senadora Damares, o Senador Magno Malta. Eu, um militante. Imagine! Pegava chuva ali fora. Muitas vezes, não conseguia entrar, porque estava cheia a sala já, em debates sobre maconha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o *lobby* é pesado. É muito dinheiro envolvido da indústria, que quer tornar o Brasil, e o senhor é um grande produtor brasileiro... Eles querem tornar o Brasil – olha o discurso como é bonito! – o maior produtor de maconha do mundo. Olha o que é que o Brasil pode se tornar. Não tem dinheiro no mundo que pague o estrago disso. E é você exportando – porque eles querem que seja o maior exportador também – o mal para o mundo, exportando a tragédia para o mundo.

O Brasil, se Deus permitir... A gente vai embora. A gente vai embora daqui a algum tempo. Espero que a gente passe muito tempo trabalhando pelos nossos ideais, mas outros vão chegar, nossos filhos, netos, tantos brasileiros, milhões podem vir para cá. E tomara que eles segurem o Brasil, protejam o Brasil dessa tragédia, porque o *lobby* não vai desistir. O *lobby* é do George Soros, bilionário. O *lobby* é de instituições que são abastecidas com o dinheiro da bolsa, de gente que quer porque quer que o Brasil seja flexível, ao máximo, com essa cultura da maconha.

Então, este Senado tem muita história, foi por causa desse tema, ou seja, esse foi um dos temas pelo qual eu me tornei – Senadora Damares, graças à boa vontade do povo cearense e à benção de Deus, foi um milagre completo – Senador da República, foi por esse tema. Porque esse tema eu fiz questão de colocar na campanha; aonde eu ia, eu dizia o que eu vinha fazer aqui, qual era a proposta, porque a família é a base de tudo e que a droga destrói a família, destrói o ser humano. Então, a tolerância tem que ser zero e a resistência a esse *lobby* tem que ser firme, com muita serenidade. A ciência está ao nosso lado, as estatísticas sociais estão ao nosso lado, ou seja, contra a legalização das drogas, sob todos os aspectos.

Então, Sra. Presidente, é importante que a gente possa diferenciar. Eu quero deixar muito claro: todo esse cenário que eu venho mostrando aqui no relatório demonstra que, mesmo no âmbito medicinal, o Estado brasileiro opera sob uma lógica de cautela e controle intensivo. Não há, em nenhuma hipótese, autorização para autocultivo irrestrito, tampouco para uso recreativo. Ao contrário, a evolução regulatória evidencia que quanto maior o conhecimento técnico sobre a matéria, maior tem sido a necessidade de controle e supervisão estatal.

Importa ainda diferenciar o canabidiol (CBD), substância não psicoativa com aplicações terapêuticas específicas, da *Cannabis* utilizada *in natura* ou com presença relevante do tetrahidrocanabinol (THC), responsável pelos efeitos psicoativos e pelos principais riscos à saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mental – THC é sério, vicia. A eventual admissão restrita do uso medicinal de derivados específicos, sob rigoroso controle sanitário, não autoriza, sob qualquer perspectiva, a ampliação indiscriminada do acesso à planta, nem a legalização de seu cultivo doméstico.

Nesse contexto, cumpre registrar que parte relevante da literatura médica e de especialistas na área da dependência química distingue o uso terapêutico de substâncias isoladas da *Cannabis* da noção mais ampla e imprecisa da chamada "maconha medicinal" – que não existe, é um mito. Autores, como o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, sustentam que não se pode equiparar o uso clínico de compostos específicos, devidamente isolados e padronizados, ao consumo da planta em sua forma bruta ou com múltiplos canabinoides. O que se verifica, do ponto de vista científico mais consolidado, é a existência de aplicações terapêuticas pontuais do canabidiol (CBD), substância não psicoativa, com evidências de benefício – aí sim – em determinadas condições, especialmente em distúrbios neurológicos refratários. Essa distinção é fundamental para evitar a generalização indevida de efeitos terapêuticos a toda a planta, o que não encontra respaldo robusto na literatura científica atual.

O CBD é vendido em laboratório, inclusive é produzido no Brasil. Eu tenho um projeto, Senadora Damares, para dar de graça para essas famílias que precisam do CBD. Por que é que nunca foi votado? Não está com a senhora, não, senão já estaria votado, porque a senhora é extremamente humanista.

Então, se tem respaldo médico, científico, que ajuda na epilepsia refratária de crianças, por que não oferecer o CBD gratuitamente pelo SUS? Mas, não, o *lobby* não quer, o *lobby* quer usar a dor dessas famílias para conseguir a plantação, para que seja plantado, o cultivo. É isso o que eles querem, porque aí não tem como controlar, meu amigo, aí vai fumar, vai fazer outras coisas com o óleo. Para que óleo de maconha, se tem o CBD que resolve?

Para concluir, Sra. Presidente, agradecendo toda a tolerância e a atenção dos colegas, ressalte-se, ademais, que mesmo as recentes flexibilizações promovidas pela Anvisa, embora inseridas em um contexto de regulação sanitária, ainda suscitam preocupações relevantes quanto à expansão do acesso e aos limites do controle estatal.

No que se refere aos impactos à saúde pública, cumpre observar que evidências científicas apontam associação consistente entre o uso de *Cannabis*, especialmente entre os jovens, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento do risco de transtornos psiquiátricos, prejuízos cognitivos e desfechos adversos relevantes.

Nesse contexto, estudos compilados e analisados pelos psiquiatras Alexander Moreira-Almeida e Antônio Geraldo da Silva indicam que usuários de maconha apresentam maior probabilidade de desenvolver tentativas de suicídio, depressão, transtornos psicóticos, incluindo aumento do risco de esquizofrenia, além de prejuízos cognitivos e pior qualidade de vida.

Detalhe: nós estamos na semana que é a semana do enfrentamento ao preconceito com a questão das doenças mentais, inclusive é em homenagem ao Chico Anysio essa data, porque o Chico Anysio tinha problema de depressão. A esposa do Chico Anysio, a última esposa, Senadora Damares, está chegando em Brasília hoje, amanhã nós faremos uma sessão solene no Plenário do Senado para marcar o seu legado. Você está convidada para passar, o Senador Jaime Bagattoli, se aqui estiver... Vai ser no Plenário do Senado, e nós vamos ressignificar amanhã a sessão para a questão da prevenção à doença mental. A gente vai ter, inclusive, participação do Associação Brasileira de Psiquiatria, que estará conosco aqui. Inclusive, o Presidente disse que a data foi homenagem ao Chico Anysio, porque ele revelou, teve a coragem de revelar o seu grande desafio, a sua grande provação publicamente.

E nós estamos na semana do dia do humor também, na semana do humor, que começou domingo, dia do aniversário do Chico Anysio.

Então vamos lá, para a gente concluir, já agradecendo mais uma vez a tolerância.

Os dados também apontam elevação relevante nos níveis de dependência, tanto da própria *Cannabis* quanto de outras substâncias, além de impactos sociais e educacionais negativos, especialmente entre os jovens. Nesse sentido, o Relatório Mundial sobre Drogas de 2023, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, destaca o risco do uso precoce de substâncias psicoativas e seus impactos duradouros.

A experiência internacional recente também fornece elementos de cautela: nos Estados Unidos, estados como Colorado e Washington registraram aumento de hospitalizações, intoxicações infantis e persistência do mercado ilegal, conforme análise do Instituto Smart Approaches to Marijuana, fundado por Kevin Sabet, grande pesquisador sobre esse assunto. Lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde foi legalizado, eles trouxeram essa... Depois da legalização, o estrago que foi feito, então muitos estados estão repensando e voltando atrás.

Registre-se, ainda, que experiências internacionais evidenciam riscos específicos relacionados à exposição acidental de crianças à *Cannabis* após a legalização do uso recreativo. Nos Estados Unidos, especialmente estados como Colorado, houve aumento significativo de atendimentos de emergência por intoxicação infantil decorrente da ingestão acidental de produtos comestíveis à base de *Cannabis*. Sabe o quê? Bolos, *cookies*, balas e chocolates à base de maconha.

A forma de apresentação desses produtos, muitas vezes indistinguível de alimentos convencionais, amplia o risco de consumo involuntário por crianças, gerando quadros clínicos que demandam intervenção médica, em alguns casos até hospitalização. Esse fenômeno reforça a preocupação quanto aos efeitos indiretos da ampliação do acesso à substância, particularmente no ambiente doméstico.

A experiência de países da América do Sul também merece atenção. No Uruguai, que adotou o modelo de legalização da *Cannabis*, a implementação da política revelou um cenário mais complexo do que o inicialmente projetado. Embora tenha havido uma reorganização do mercado, observou-se o fortalecimento de organizações criminosas – explodiu a violência lá no Uruguai, coincidentemente após a legalização da maconha – e a intensificação de disputas por outros mercados ilícitos, com reflexo em indicadores de violência e segurança pública.

Relatos e análises posteriores à legalização indicam que o crime organizado se adaptou rapidamente, diversificando suas fontes de receita e ampliando sua atuação em mercados paralelos. Claro, o cara que vendia maconha há pouco tempo, quando teve a legalização, ele não vai deixar de vender maconha, ele vai tentar fugir do preço legal, baixar o preço, como é o cigarro hoje, que é legalizado. Ele vai ser dono de restaurante? Ele vai deixar de vender maconha para ser um empreendedor? Não vai. Então, isso aqui é como o cigarro hoje, o cigarro está legalizado e 60% dos cigarros comercializados no Brasil – eu vou trazer esse dado aqui – são ilegais, contrabandeados.

Então, Sra. Presidente, relatos e análises posteriores à legalização indicam que o crime organizado se adaptou, ampliou o mercado paralelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no tocante ao autocultivo, é importante isso aqui...

Aliás, esse processo evidencia que a liberalização de uma substância específica não neutraliza as dinâmicas do tráfico, podendo gerar efeitos adversos relevantes em contextos institucionais desafiadores.

No tocante ao autocultivo, a proposta revela-se incompatível com a realidade institucional brasileira, diante da inviabilidade prática de fiscalização e do risco de desvio para o mercado ilegal.

Adicionalmente, a premissa de que a legalização elimina o mercado ilícito não se sustenta. O caso do cigarro no Brasil é emblemático: dados do Instituto Nacional de Câncer indicam que cerca de 38,5% do consumo é ilegal, com dezenas de marcas irregulares identificadas pela Anvisa; parece que são 60 carteiras de cigarros identificadas pela Anvisa. Esse cenário demonstra que a legalização não elimina o mercado marginal, que se adapta e continua operando de forma relevante. Esse percentual de 38% vai até 60% ou 70%, dependendo de alguns institutos.

Diante desse conjunto de fatores, conclui-se que a rejeição da proposta se impõe como medida de prudência legislativa, responsabilidade institucional e preservação da saúde e da segurança da sociedade brasileira.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela rejeição, e consequente arquivamento, da Sugestão nº 25, de 2020.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador. Desculpa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Senadora Damares.

Senador Girão, no seu relatório, aí no final, vem falando sobre o cigarro.

Eu acho que aqui eu sou mais velho do que os dois Senadores, que estão aqui, não vou falar a idade. Quando eu era menino, 17 anos, 18 anos, jovem, eu nunca fumei, mas era bonito andar com uma carteira de cigarros no bolso. Naquela época, não tinha uma propaganda ilegal sobre o cigarro. E olha que eu venho de uma região de Santa Catarina onde os pequenos produtores, que nós chamamos hoje de agricultura familiar, sobrevivem até hoje da plantação do tabaco. Antigamente, era só a Souza Cruz, enfim. Demoraram-se anos para que se colocasse numa carteira de cigarros que, se você fumar, você vai contrair câncer, as doenças, vai morrer, vai ter todos os problemas.

Agora, na liberação das drogas, qual o controle vai ter sobre isso? Quem terá esse controle? Senador Girão e Senadora Damares, nossa Presidente aqui, quando eu vejo, assim, o próprio Supremo Tribunal Federal liberando essa situação das drogas, quem vai ter o controle disso?

Nós vemos a situação que nós temos hoje no Rio de Janeiro, em São Paulo e em todos os grandes centros, principalmente nas periferias, onde essa situação já está sem controle há muitos anos – já está sem controle há muitos anos. E aonde nós vamos chegar? Qual a educação?

O que é que nós queremos para a sociedade? O que é que nós queremos para as futuras gerações? O que é que nós esperamos?

Olha, é muito triste, Senador Girão, o que está acontecendo no nosso Brasil, no nosso país. Nós temos que investir nas pessoas do Brasil, no nosso jovem, com a educação.

Você quer ver? Nada contra, mas você entra em algumas faculdades aí, e é triste você ver aquilo; é triste você ver o que é que está acontecendo hoje com as drogas dentro das próprias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faculdades; esses jovens todos se perdendo, essas vidas se perdendo, uma situação não tendo mais um controle.

E quando nós tínhamos uma esperança de que nós teríamos um Supremo Tribunal Federal para tentar ajudar a barrar, parece que a gente vê que eles são a favor do que está acontecendo.

Mas também não precisamos o que nós vamos esperar, se nós vemos um país com a corrupção avançando, no dia a dia, e nós nos deparamos com o Supremo Tribunal Federal intervindo e interrompendo, para que não se investigue a corrupção do INSS, para que não se investigue a corrupção do Banco Master, e por aí afora.

E agora, nesta semana – nesta semana, não; dia 28 ou 29 –, mais um ministro aí para ser sabatinado.

Que país que nós esperamos? E nós temos que fazer essas perguntas para esse ministro que vai chegar à CCJ, para ver quais são as opiniões dele sobre tudo o que está acontecendo no Brasil, se vai seguir a cartilha de lá, se vai seguir a cartilha da PGR, e como que vai ser, porque é muito triste o que está acontecendo no nosso Brasil.

Senadora Damares, nossa Presidente aqui, quero dizer para você, que é uma grande defensora dos direitos humanos, dos direitos dos jovens, dos direitos das pessoas que mais precisam de ajuda no nosso país, das nossas crianças que têm problemas, desse aborto que acontece pelo Brasil afora, e o nosso Supremo sendo muitas vezes a favor, inclusive, do aborto... Nós temos que pensar pelas pessoas e pela vida; nós temos que preservar a vida.

E quero finalizar minhas palavras aqui, Senador Girão: se nós não cuidarmos das nossas crianças e dos nossos jovens, nós vamos ter um futuro muito triste para o nosso país. Vai ser muito triste para o país e, talvez, pelo mundo afora.

Achei que jamais eu iria ouvir dizer que nós poderíamos exportar maconha para outros países. Nessa aqui, para mim, está caindo o mundo em cima da gente.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pela rejeição e, consequentemente, o arquivamento da sugestão.

Antes de a gente ir para o próximo item, eu só quero dizer que o autor dessa sugestão é o Diego, do Paraná, e a gente precisa aqui fazer uma justiça, uma correção.

Quando a gente lê a sugestão dele – o Senador Girão, inclusive, reconheceu isso no voto – , o Diego aponta o autocultivo... Ele entende que, autorizando o autocultivo, as pessoas que usam a planta não precisarão comprar no crime organizado.

A gente viu que, no voto do Senador Girão, em momento algum ele apontou o autor como querendo favorecer o crime. O autor traz uma sugestão entendendo que essa é a forma de enfrentar o crime: todo mundo planta; quem quiser usar, plante, para não precisar chegar ao traficante.

Mas o relatório apresentado trouxe dados, números e evidências, muito bem feito o relatório, apontando que essa não é a solução para enfrentar o crime.

Então, eu quero cumprimentar o Diego por ter provocado a Casa, e agora o relatório foi aprovado por unanimidade, rejeitando a sugestão dele, entendendo que não é hora do Brasil pensar em cultivo, a liberação do cultivo, o autocultivo da maconha, mesmo porque a maconha de hoje não é a maconha de 1964, de 1960, de 1970. Ela está modificada. Ela é uma planta geneticamente modificada, com alto índice de dependência.

Então, o Senador Girão trouxe dados científicos para a rejeição da matéria.

Isso não quer dizer que essa matéria não possa tramitar com outro Senador, apresentando em outra Comissão um projeto de lei, mas eu entendo que foi unanimidade, votou-se por unanimidade, aprovou-se por unanimidade.

Parabéns pelo voto, e que a Secretaria comunique ao autor da sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo que não é assim que a gente enfrenta o crime.

Por falar nisso, Senador, eu quero aproveitar a oportunidade para fazer o registro da presença de uma pessoa muito importante, que está aqui no Plenário, está sentadinha lá atrás.

Por uma grande coincidência, eu falei o nome dela semana passada.

Está aqui a Dra. Kelly.

Levante a mão, Dra. Kelly.

Dra. Kelly, venha aqui. Vou quebrar o protocolo.

Eu quero mostrar para o Brasil o que é uma mulher empoderada.

Venha cá, Dra. Kelly. Sente-se aqui do meu lado.

A Dra. Kelly é delegada de polícia... Ainda está naquela região? Está, não é?

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO (*Fora do microfone*.) – Na região, só que em outra cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em outra cidade...

Ela estava na cidade de Tapauá. Lembra?

Sente-se aqui. Sente-se aqui. Eu vou quebrar o protocolo.

Ela era servidora pública do DF, fez concurso para delegada e foi mandada para o interior do Amazonas, e foi lá na cidade de Tapauá que aconteceu o estupro da mulher mais jovem do mundo, que eu sempre falo, a menininha de cinco dias que foi estuprada.

Foi esta delegada, que eu falei semana passada, que fez a diligência a pé para prender o estuprador.

É esta delegada que, quando eu vou para o debate de segurança pública, eu cito.

A delegacia dela era desse tamanhinho. Na cela que era para ter oito, tinha vinte. Ela se sentava numa cadeira em frente à cela, porque a mesinha dela é do lado da cela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a realidade das delegacias no país, gente. Se aqueles homens forçassem um pouquinho que fosse, aquela grade caía.

Eles estavam cumprindo pena meio que resignados, porque era ela, com uma arma na cintura, sentada a uma mesa em frente a uma cela.

Essa é a realidade da segurança pública no país.

E, na hora de fazer diligência, a pé, porque a região em que ela é delegada não tem carro, não tem estrada, são rios. Aí, ela fica esperando a carona num barquinho da prefeitura, para fazer uma diligência.

Como enfrentar o crime assim, Girão, numa região de fronteira?

E todo mundo na cidade, por ser uma cidade pequena, sabe onde a delegada mora. Olha o risco...

E batem na porta. Batem para pedir socorro, mas podem bater para se vingar da delegada. A coragem...

E eu falo assim: "Dra. Kelly, a senhora é uma mulher empoderada, é uma mulher corajosa. Deixar o conforto de Brasília, estava...".

E, quando a gente vê o salário antigo com o salário atual, é a mesma coisa praticamente, mas com os benefícios de morar no DF, e ir para o Norte do país, para proteger mulheres, crianças, proteger...

É uma missão. É uma missão.

Então, assim, a Dra. Kelly, como muitas outras delegadas do Norte do país, me inspira todo dia.

Ela tem uma colega, Girão, que, numa outra cidade também, região ribeirinha, apreendeu... Quantas toneladas?

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO (*Fora do microfone*.) – Quatro toneladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quatro toneladas de...

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO (*Fora do microfone*.) – Pasta básica de cocaína.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De pasta básica de cocaína.

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO (*Fora do microfone*.) – Ela trabalhava na (*Ininteligível*.)

Hoje está em Manaus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela hoje está em Manaus.

Só que, aí, quando ela apreendeu, ela ficou sentada ao lado de quatro toneladas, com uma arma, esperando um efetivo vindo da capital para recolher. E ela, sozinha, com um outro agente, passou mais de 24 horas olhando a tonelada que ela apreendeu, e ela protegendo sozinha.

Gente, é isso a segurança pública no país. A gente vai ter que discutir prioridades nesta Casa.

Então, Dra. Kelly, na semana passada, por coincidência, eu falei no seu nome, e a senhora veio nos visitar hoje em Brasília.

Bem-vinda a esta Comissão. Obrigada pelo trabalho que a senhora está fazendo lá na ponta...

Já vai voltar hoje. Ela vem ver família, e eu sempre peço, quando vem ver família, para vir me dar um abraço.

Mas a senhora representa as centenas de milhares de mulheres que estão na área da segurança pública por missão, Girão. Por missão.

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO (*Fora do microfone*.) – E por amor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E por amor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Receba, Dra. Kelly, o abraço de toda a nossa Comissão.

Fique sentadinha aí, que eu já estou terminando. Quero te dar o meu abraço daqui a pouco.

Mas receba os cumprimentos desta Comissão, que está lá na ponta também, cuidando das pessoas, fazendo o que a gente pode fazer, mas a gente não faz nada quando a gente olha o que você, Doutora, está fazendo lá, no dia a dia.

E obrigada por tudo que tem feito pelas crianças do Norte do país. Que Deus te abençoe.

Vamos agora...

Nós temos requerimento extrapauta. Tem um requerimento meu, que é o 56, de 2026: "Requeiro, nos termos dos arts. 93 e 102-E, do Regimento Interno, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes".

Vamos discutir muito aqui. Quero muito a sua presença em uma das audiências.

A ser realizado nesta Comissão esse ciclo de debates.

E nós temos um pedido para incluir extrapauta. Trata-se do Requerimento 57, de 2026, a realização de uma audiência pública, do Senador Girão, "com o objetivo de debater a crise de assistência, os desafios estruturais das políticas públicas destinadas às pessoas com transtorno do aspecto autista".

Vamos votar o meu requerimento e o pedido de extrapauta e, depois, a gente vota o Requerimento 57.

Vamos votar Requerimento nº 56.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos arts. 93 e 102-E, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, nos termos aprovados no Requerimento nº 52, de 2026, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

E o Requerimento nº 57 para... O requerimento de inclusão extrapauta.

Se concordam, fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora votar o Requerimento nº 57, de 2026.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a crise de assistência e os desafios estruturais das políticas públicas destinadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Quer encaminhar ou não precisa? Não?

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento para a realização da audiência pública.

Assim, a gente encerra a nossa pauta de hoje.

Só quero lembrar aos colegas que o item 1 – o Senador Weverton é o Relator – foi retirado de pauta porque ele não está presente.

O item 5 é do Senador Alessandro, que também não está presente. Pediu a retirada de pauta.

O item 6 é do Marcos Rogério. Nós não conseguimos falar com ele.

Mas eu quero pedir à Secretaria que a gente faça um mutirão semana que vem. Por quê? (*Pausa.*)

O item 9 também foi retirado porque era o Senador Cid.

Para os itens que vieram à pauta essa semana e a semana anterior, eu queria propor um mutirão semana que vem na Comissão. Vamos conversar com a Senadora Roberta ou com um Senador que vá estar aqui. Por quê? Nas outras semanas nós teremos sabatina do STF, teremos feriado... Nós vamos ter aí uma interrupção. Então, semana que vem, a gente vai trazer um Senador para a Comissão, solicitar aos Relatores que nos autorizem a leitura *ad hoc*... Eu posso fazer a leitura *ad hoc* de alguns, e o Senador que vier para o mutirão, porque nós temos matérias importantes. Por exemplo: essa, do Alessandro.

Eu entendo a situação dele. Hoje, ele está dando entrevistas para o Brasil e o mundo, mas é sobre a proteção dos direitos da pessoa com Síndrome de Tourette. Esse segmento está esperando essa matéria.

Então, a gente vai respeitar as atividades dos Senadores, está todo mundo correndo com pré-campanha, mas nós vamos fazer um mutirão para a gente dar resposta aos segmentos, porque as matérias estão na pauta, e a gente não está conseguindo votar.

Então, Secretaria, fale com a assessoria dos Relatores.

Vamos falar com a Senadora Roberta, que está querendo ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda tem um feriado semana que vem.

Então, na próxima reunião, a gente vai fazer o mutirão com as matérias que foram retiradas de pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – É na próxima semana, a que vem, mesmo com o feriado?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se tiver quórum, se der quórum... Porque, se for *online* e tiver quórum, a gente faz o mutirão *online*. Eu não me importo.

As matérias, gente, se vocês olharem, não são controversas ou com polêmica. São matérias que, eu tenho certeza, se colocadas em pauta, passarão por unanimidade na Comissão, porque atendem a segmentos especiais da sociedade.

Quero informar à Comissão que o plano de trabalho para a Subcomissão Yanomami está pronto. Nós vamos enviar por *e-mail* para o gabinete de todos os membros da Comissão, ainda hoje, para que tomem conhecimento.

E nós ousamos apresentar um plano de trabalho, Senador Girão, até 2030.

Olha a ousadia! Eu sou Presidente da Comissão só até o início da próxima, em 27, mas eu quero continuar membro desta Comissão.

Eu acho que a questão Yanomami precisa de acompanhamento permanente. Então, ousamos apresentar um plano até 2030, porque eu estarei membro desta Comissão e lutarei para continuar membro da Subcomissão, para a gente dar prosseguimento ao plano.

Então, estou encaminhando aos gabinetes, e a gente já começa, na semana que vem, a trabalhar com o tema da Subcomissão Yanomami. O.k?

Dessa forma, eu encerro a pauta, lendo apenas o Expediente, que não precisa de votação... Precisa, sim, de votação.

Expediente nº 9. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério, nós estávamos encerrando a reunião, mas nós temos um item de sua pauta... Você quer fazer a leitura do seu voto e a gente... E é um item tão interessante: equiparar ao feminicídio o estupro de mulher com resultado morte e agravar a pena dos crimes. É uma matéria que é a sua cara, a sua luta pela segurança pública.

Está pronto para fazer a leitura?

Então vamos, já é menos um projeto para mutirão semana que vem.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2979, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para equiparar ao feminicídio o estupro de mulher com resultado morte e agravar a pena dos crimes dos arts. 213, § 2º, e 217-A, § 4º.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: favorável ao projeto, com três emendas que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senador, enquanto o senhor vai limpando os óculos, se organizando, está na mesa uma delegada do Amazonas, lá do interior, faz um trabalho incrível, especialista nessa área e que já prendeu muitos estupradores. Eu acho que ela, hoje, sai feliz desta sessão se a gente aprovar – e por unanimidade – o voto do Marcos Rogério.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Senadora Damares. Quero cumprimentar a delegada que nos dá a honra da sua presença, nossa vizinha, do Estado do Amazonas, divisa lá com o meu Estado de Rondônia. Parabéns pelo trabalho feito pertinho da gente ali e vai poder nos ajudar muito com o seu exemplo lá no Estado do Amazonas.

O Estado de Rondônia, que teve – e falo isso com muita tristeza, antes de entrar no projeto –, mas os índices de Rondônia na pauta de feminicídio são índices assustadores. Nós tivemos, nos últimos anos, um aumento muito considerável e é uma pauta que a gente precisa cuidar com muita atenção, a pauta da violência contra a mulher e, nesse caso, a violência capital, que é o feminicídio, muitas mortes acabaram acontecendo. Nós tivemos, no ano passado, o Mapa da Violência aponta um crescimento acima de 60%. É um número realmente muito triste.

Mas, Presidente, com sua permissão, passarei à análise do projeto.

Cabe a esta Comissão a análise do Projeto de Lei no contexto de garantia e proteção dos direitos humanos e da mulher, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim sendo, entendemos que o projeto, no mérito, é conveniente e oportuno.

O feminicídio é um dos crimes mais torpes que existem em nosso ordenamento jurídico. Progressivamente, o legislador tem se atentado para esse fato, aumentando a severidade penal de condutas que atentam contra a vida das mulheres, pelo só fato de assim sê-las.

Apesar do advento de legislações modernizantes nesse sentido, entendemos que ainda persistem lacunas normativas no ordenamento, como a desproporção de penas para alguns delitos após o advento da Lei 14.994, de 2024, que aumentou a pena de feminicídio (art. 121-A do Código Penal) para 20 a 40 anos de reclusão.

Isso, porque, com o aumento do período máximo de cumprimento de pena – de 30 para 40 anos –, operado pela Lei 13.964, de 2019, seria esperado que ao menos as penas estipuladas no patamar máximo anterior acompanhassem essa alteração legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi isso que ocorreu, mantendo-se o patamar de trinta anos de reclusão em diversos crimes absolutamente abjetos e dignos da máxima reprovação. É o caso, por exemplo, dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, quando resultam em morte da vítima.

É necessário pontuar, entretanto, que o legislador, atento a essa realidade, já efetuou a alteração do preceito secundário do crime previsto no art. 217-A, §4º, do Código Penal (estupro de vulnerável de que resulta morte) para o patamar desejado pelo projeto (20 a 40 anos de reclusão e multa), por meio da Lei nº 15.280, de 2025, motivo pelo qual propomos emenda supressiva nesse ponto.

De outro lado, consideramos que o objetivo do projeto de lei, em acrescer o §4º ao art. 121-A do Código Penal, ao equiparar o feminicídio ao estupro de mulher com resultado morte, em que pese a boa intenção, peca na técnica legislativa, ao gerar insegurança jurídica na amplitude de alcance de tal equiparação. Melhor seria prever expressamente o mesmo tratamento legislativo para determinadas situações penais, como nas regras de progressão de regime de cumprimento de pena, previstas no art. 112 da Lei de Execução Penal. Para aprimorar o projeto de lei nesse quadro, propomos igualmente emenda.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.979, de 2025, com o oferecimento das emendas que apresento.

Indago a V. Exa. se quer a leitura das emendas que foram apresentadas. Estão todas publicadas no sistema.

É como voto, Sra. Presidente, fazendo aqui uma saudação e um reconhecimento à iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que foi o autor dessa proposta de lei, que tive a honra de relatar por designação de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o excelente, espetacular voto do Senador Marcos Rogério. o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3 da CDH.

Senador Marcos Rogério, parabéns.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto o senhor estava lendo... A delegada está em Lábrea agora. Ela estava em Tapauá, agora está em Lábrea, pertinho do senhor lá em Rondônia. Enquanto o senhor estava lendo, a equipe dela estava prendendo um estuprador aqui agora. Eu estava comunicando a ela. É essa a realidade. É essa a realidade. E agravar a pena, eu acho que é uma iniciativa louvável, porque a gente, pelo menos, manda o recado. Nós não estamos de brincadeira aqui no Congresso Nacional. Parabéns, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas para quem está nos acompanhando e, às vezes, a gente apresenta o projeto, e a tecnicidade acaba afastando a compreensão mais clara do que é. Esse projeto já tramita desde o ano passado, e algumas inovações já até aconteceram e foram aqui observadas no relatório.

Mas tem dois pontos aqui. Primeiro, foi mantida a intenção de endurecer, de tornar mais dura, mais efetiva a lei penal no caso desses crimes. E um ponto que está sendo acrescentado aqui é que, com essa nova regra de execução, quem for condenado por feminicídio, estupro ou estupro de vulnerável não poderá ter visita íntima ou conjugal. Parece uma coisa básica, não é? Mas se não estiver na lei, mas se não estiver na lei

A SRA. KELLY MEDEIROS DE SOUTO – Em muitos municípios, o abusador de mulher, a vítima (*Fora do microfone.*)

quer visitar o autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha isso. Assim, é uma situação absurda e que, às vezes, se a gente não coloca no dispositivo legal, isso, lá na ponta, acaba acontecendo, e, às vezes, com a própria vítima, como relatado pela doutora.

Então a lei traz essa inovação, que tem um alcance muito objetivo de proteção e de sanção mesmo a quem comete um crime que é um crime hediondo, abjeto.

Então, mais uma vez, minha alegria por poder relatar essa matéria.

E parabéns a V. Exa., Presidente Damares, por priorizar, na Comissão de Direitos Humanos, pautas que realmente dão efetividade à proteção à mulher e aos vulneráveis. Obrigado a V. Exa. pela oportunidade de relatar essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só para o senhor entender, a vítima cujo estuprador ela está prendendo agora, a menina tem 12 anos de idade. E foi o padrasto, tá? Olha a situação.

Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes 227 A, 231, 267, 268, 269, 270, 271, 273 e 279, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Destaco apenas o 227 A. A manifestação apresenta complemento à denúncia relativa ao caso de vítima de disparo de arma de fogo, com novos elementos e registros audiovisuais apontando possível omissão de socorro e falhas no atendimento emergencial. Informo que a Comissão deliberou pela manutenção do acompanhamento do caso e pelo encaminhamento aos órgãos competentes, para apuração e prestação de informações.

Comunico ainda o recebimento das respostas de ofícios constantes nos Expedientes 263, 264, 265, 275, 276, 227, 278 e 280, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos, destacando o Expediente 264. O órgão competente apresentou informações sobre a implementação do módulo Pessoas Indígenas com Deficiência no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, destinado ao registro e monitoramento dessa população. Interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com vistas ao aprimoramento das políticas públicas de saúde, informo que o expediente foi encaminhado para acompanhamento temático no âmbito desta Comissão. Inclusive a gente vai acompanhar esse sistema na Subcomissão Yanomami.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes nos Expedientes 267, 266 e 272, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento do informe constante no Expediente 274, que recebeu o devido encaminhamento.

Isso posto, submetam-se às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos, para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da Comissão de Direitos Humanos. Os demais permanecem na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

O Senador Cid já autorizou a leitura *ad hoc* do voto dele da SUG 17, de 2021, na próxima reunião. Então, ele não estando presente, já está autorizada a leitura do voto da SUG 17.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Jorge Seif e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 58, de 2026 que: "Requer autorização de missão oficial aos Estados Unidos da América para visitar cidadãos brasileiros custodiados." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Adiado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens: com foco no Direito das Crianças Indígenas". Participantes: Eduardo Valadares de Brito, Defensor Nacional de Direitos Humanos (DNDH) da DPU; Larissa Pankararu, Coordenadora de Políticas para Juventude Indígena do Ministério dos Povos Indígenas – MPI; Putira Sacuena, Secretária de Saúde Indígena Adjunta da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI/MS; Reginaldo Veloso, Presidente da Atini-Voz Pela Vida; Diana Freitas de Andrade, Defensora Pública Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Povos Indígenas da Defensoria Pública da União - DPU; Dr. Marconi Delmiro, Cirurgião Plástico do HRAN-DF; Lucas Martins, Conselheiro Tutelar - Coordenador Nacional da Pasta de Administração do Fórum Colegiado Nacional dos Conselheiros tutelares – FCNCT; e Fábio Meirelles, Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/16

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 16 de abril de 2026.

Esta reunião está dividida em duas partes: a primeira é deliberativa e a segunda é uma audiência pública.

A primeira parte da audiência foi convocada para deliberar o Requerimento nº 58, de 2026. O requerimento requer uma autorização de missão oficial aos Estados Unidos da América para visitar cidadãos brasileiros custodiados. A autoria do requerimento é do Senador Jorge Seif, que estava conosco até agora, mas nós não alcançamos, segundo o nosso painel, número suficiente de membros para deliberar. Nós não temos quórum para deliberar essa matéria, para a gente deliberar, para a gente colocar em votação. Nós estamos com cinco Senadores com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença registrada e nós precisaríamos de, no mínimo, dez Senadores com presença registrada para deliberar o Requerimento nº 58, de 2026.

Dessa forma, pela falta de quórum, nós declaramos encerrada a primeira parte desta reunião, que era a reunião deliberativa.

Nós já vamos diretamente para a segunda parte da reunião, que é uma audiência pública que será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para discutir o direito das crianças indígenas como parte do ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens.

O que está acontecendo? Nós estamos realizando, na Comissão, uma série de debates sobre os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens no Brasil. Nós temos muitas matérias tramitando no Senado que versam sobre direitos e proteção da criança, do adolescente e do jovem. Está Comissão está fazendo uma série de debates e nós separamos esta audiência com este recorte específico: os direitos das crianças e adolescentes indígenas.

E por que no mês de abril? Porque é o mês em que a gente concentra inúmeras atividades, no Parlamento, em celebração ao dia 19 de abril, em celebração a este mês, que a gente dedica inúmeras atividades de celebração aos povos indígenas. Tivemos o Acampamento Terra Livre, ontem aprovamos a primeira universidade indígena do país. Nós aprovamos, duas semanas atrás, nesta Comissão, matérias sobre a proteção da mulher indígena, duas matérias incríveis de proteção à mulher indígena. Hoje, na continuidade da discussão dos direitos dos povos indígenas e da celebração dos povos indígenas, nós estamos realizando esta audiência.

Eu estou muito feliz porque os nossos convidados aceitaram o convite para estar conosco e fazer esse debate. Não é um debate único, que vai se findar aqui. Nós vamos, ao longo desta Comissão, discutir os direitos e a proteção das crianças indígenas e dos adolescentes indígenas do país e, claro, também dos jovens indígenas. Eu não posso falar de crianças sem falar dos jovens, eu não posso falar de adolescentes sem falar dos jovens, eu não posso falar da mulher indígena sem falar da menina indígena.

A nossa reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www.senado.leg.br/ecidadania. Qualquer pessoa pode acompanhar, de qualquer lugar, esta audiência, por meio do portal do Senado Federal e também por meio da TV Senado.

Se quiserem mandar perguntas, poderão mandar via internet ou pelo telefone da ouvidoria: 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone: 0800 0612211. Essa ligação não tem custo algum, pode ser feita de qualquer lugar do Brasil, para se fazer uma pergunta, um comentário direcionado aos nossos expositores.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. E, no final, a gente devolve a palavra, por mais dois, três minutos para os convidados, para agradecimentos e considerações finais.

Nós vamos compor duas mesas.

Então, eu quero convidar, já, para comporem a primeira mesa, sentarem aqui do meu lado: o Dr. Eduardo Valadares Brito, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União, da nossa gloriosa DPU.

Dr. Eduardo, seja bem-vindo! E já quero agradecer à DPU por ter lhe designado para estar conosco. Bem-vindo, Doutor! É um prazer.

Convido para compor a mesa comigo, com muita alegria, o meu amigo, esse valoroso guerreiro na proteção da criança indígena, Reginaldo Veloso, Presidente da instituição Atini Voz Pela Vida, que tem sede em Brasília e trabalha diretamente com a proteção da criança indígena em todo o país.

Obrigada, Reginaldo. Bem-vindo!

Eu convido para compor a primeira mesa ainda Putira Sacuena, da Secretaria de Saúde Indígena. Ela é Secretária Adjunta da Sesai, Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

É uma honra ter você com a gente, Putira! Obrigada por ter aceitado o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós convidamos também para compor essa primeira mesa conosco, Larissa...

A Larissa já chegou? Chegou? (*Pausa.*)

Não? Não.

O Fábio Meirelles chegou? (*Pausa.*)

A Larissa...

Larissa Pankararu, Coordenadora de Políticas para a Juventude Indígena do Ministério dos Povos Indígenas.

Obrigada, Larissa, por estar conosco.

Essa é a nossa primeira mesa e eu quero registrar a presença de vários convidados – a Putira está aqui com a gente –, são vários convidados. Inclusive, Dr. Eduardo, eu tenho a honra de estar no plenário comigo a tia de minha filha. Eu sou mãe da mais linda mulher indígena do Brasil. A minha filha está com 27 anos, a Lulu Kamayurá. A tia dela está aqui, a Yuruká, o marido está aqui. E o primo de minha filha está aqui. E eu estava morrendo de saudade! Está lindo! Está grandão, lindo! É uma família que é assistida pela Atini, a Instituição Atini Voz pela Vida.

E eu estou muito feliz de ter os meus parentes – esses são, literalmente, os meus parentes – comigo nesta audiência pública.

Sejam todos bem-vindos!

Nós temos também pessoas que vieram de outros estados e nós estamos com uma participação *online*. Nesta manhã, os Senadores estão participando das atividades do Senado de forma *online*. Na quinta-feira, é exatamente assim que acontece: os Senadores começam a regressar para os seus estados e participam de forma *online*.

Senhores convidados, senhoras e senhores que estão nos assistindo via internet, pela TV Senado, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realiza esta audiência para debater os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens indígenas, com enfoque no direito específico das crianças, tema que se insere diretamente nas atribuições institucionais da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que é promover escuta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificada, fiscalização e aperfeiçoamento legislativo em matéria de proteção integral. Trata-se de agenda que convoca o Estado brasileiro a enfrentar desigualdades persistentes e a assegurar que a infância indígena seja protegida com respeito à identidade, ao território, à cultura e às formas próprias de organização social dos povos originários.

Os dados mais recentes confirmam a dimensão do desafio. Segundo o Censo Demográfico 2022, o Brasil tem 1.694.836 pessoas indígenas – dados que a gente inclusive contesta, nós acreditamos que é bem mais que isso –, o equivalente a 0,83% da população do país, e mais da metade dessa população vive em áreas urbanas, o que revela a complexidade contemporânea da pauta indígena e afasta leituras simplificadoras que restringem esses direitos apenas ao espaço das terras demarcadas.

O próprio IBGE mostrou, ainda, que mais de 1 milhão de indígenas vivem em condições de precariedade de saneamento, com déficit de coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário, fatores que incidem de forma especialmente grave sobre a infância.

No campo das violações de direitos, o quadro também exige reação institucional firme. O Disque 100 registrou 657 mil denúncias em 2024, um aumento de 22% em relação ao ano anterior. Deste total, 289 mil referem-se a crianças e adolescentes. Esses números, por si sós, já demonstram a centralidade da agenda da infância no sistema nacional de proteção.

A infância no Brasil precisa ter um olhar especial; a infância, como um todo, precisa ter um olhar especial. Quando o recorte recai sobre crianças indígenas, a vulnerabilidade é agravada pela sobreposição entre pobreza, barreiras territoriais, insuficiência de serviços públicos, racismo estrutural e descontinuidade de políticas específicas.

Na saúde, as desigualdades permanecem severas. O Unicef destaca que a mortalidade infantil entre crianças indígenas é aproximadamente o dobro da média nacional, com base em dados do SIM/Datasus, de 2021. Em paralelo, o Governo Federal registrou, no monitoramento do PPA de 2024-2027, a taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis entre crianças indígenas de 16,62%, indicador que, embora revele avanços recentes em determinadas frentes, mostra que ainda subsistem níveis incompatíveis com o dever constitucional de proteção integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agenda da saúde indígena, portanto, precisa combinar atenção diferenciada, presença territorial, fortalecimento dos distritos sanitários especiais indígenas e articulação permanente entre União, estados e municípios. E aqui eu coloco: os três Poderes precisam se envolver nessa agenda.

Também há impactos sociais profundos na educação, na segurança alimentar, na documentação civil, no acesso à Justiça e na proteção contra todas as formas de violência. O Ipea, em parceria com o Unicef, assinalou que a mortalidade infantil entre crianças indígenas permanece superior à média nacional e destacou a persistência de desigualdades no acesso a direitos básicos.

Isso evidencia que o problema não é apenas normativo; é, sobretudo, de implementação, coordenação federativa, produção de dados qualificados e capacidade de fazer a política pública chegar com continuidade e adequação cultural aos territórios e às comunidades.

E aqui, Dr. Eduardo: sem dinheiro, não tem política pública. Aqui, Sesai, MPI, instituições da sociedade civil: sem orçamento, não tem proteção de criança indígena. E é esta Comissão que discute orçamento. Nesta Comissão, aqui, é que a gente também dá as diretrizes para o orçamento da União. Então, essa discussão, inclusive, é para a gente começar a pensar: "E aí, como é que a gente vai lidar daqui para a frente com o orçamento da União, com recorte específico para a política indígena para a criança, política pública para a criança indígena?".

Quando eu trouxe aqui os dados para os senhores, é porque nós temos um número enorme de indígenas vivendo em áreas urbanas, e as crianças indígenas em áreas urbanas estão sujeitas à dupla violência. Porque a criança indígena, em área urbana, hoje, ela está tendo acesso à tecnologia, Dr. Eduardo. Então, eu estou aqui dentro do Senado, discutindo a dependência tecnológica de criança, mas, na hora de discutir a dependência tecnológica, eu esqueço de fazer, dentro desse tema específico, a dependência tecnológica da criança indígena, que tem o acesso à tecnologia, com os pais que não vieram dessa geração tecnológica – assim como nós, aqui na área urbana –; e como está sendo o impacto da tecnologia nas crianças indígenas que estão em área urbana. E lembro que a tecnologia também está chegando em área indígena. Então, a gente vai ter que fazer essa discussão, e a gente vai ter que considerar as especificidades, também, de cada povo na hora de a gente discutir a dependência tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vendo, no Brasil, nossas crianças tendo acesso, cada vez mais cedo, aos jogos eletrônicos, aos jogos viciantes e a esse mundo da aposta, Doutora. E a criança indígena, também, já está exposta a isso. Como é que nós vamos lidar? Como é que nós vamos conversar com um adolescente indígena sobre o risco dos jogos de apostas? Como é que nós vamos conversar com a criança indígena sobre os riscos no mundo *online*? Elas querem ir para o mundo *online* e elas têm o direito à tecnologia, mas como vamos lidar? Por exemplo, com a sedução de crianças: criminosos entrando no mundo *online* para seduzir criança. Como é que a gente vai fazer esse debate, também, com esse recorte da criança indígena?

Então, a nossa audiência aqui é para a gente lembrar que, todas as vezes que falarmos de infância no Brasil, nós vamos ter que ter o cuidado de fazer o recorte e observar as especificidades dos povos na proteção da criança indígena.

Nós vamos falar de saúde. Como é que está o acesso da criança indígena à saúde? Nós temos programas governamentais no Brasil, programas incríveis no Brasil de atendimento à saúde da criança indígena, mas estão chegando a todas as crianças indígenas no Brasil?

Dessa forma, a gente vai conduzir o debate. Não é uma audiência pública para se brigar com o Governo. Apesar de eu ser uma Senadora dita de oposição, criança não é motivo de disputa política – e a gente tem conduzido esses debates nesta Comissão com muita seriedade.

Esta audiência a gente quer que seja mais de celebração, mas não podemos celebrar sem esquecer de atender às crianças no Brasil. Então, nesse sentido, a gente inicia este debate registrando a nossa alegria de todos os senhores terem aceitado o convite de estarem conosco neste debate.

E eu acabo de ver que entrou no nosso Plenário o Dr. Marconi. O Dr. Marconi Delmiro que é, assim, amado pelos povos, cirurgião plástico. (*Palmas.*)

E deixe-me contar um segredo para quem não conhece o Dr. Marconi. Não sei se você o conhece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, sim... Deixe-me contar. Eu não sei se a Putira o conhece pessoalmente. O Dr. Marconi é um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores cirurgiões plásticos do país. E, uns 20 anos atrás, eu andava nas comunidades com o meu trabalho com as crianças indígenas, e, lá no Norte, os indígenas me falavam de um médico, mas eles me falavam um nome que eu não conseguia entender, um nome Marconi. A forma como os indígenas falavam dizia que era um homem mágico, que era um homem mágico, que mudava o rosto das crianças. E eu fiquei procurando esse homem mágico. E esse homem mágico também ouvia falar de uma mulher, porque meu nome também é estranho, nem todo mundo consegue pronunciar. E ele não conseguia entender o meu nome.

E eu fiquei uns anos, Doutor, procurando esse homem mágico que cuidava de criança indígena. O que ele fazia? Ele reunia cirurgiões plásticos do Brasil inteiro, aí ele pegava embarcações, barcos, ia para o norte do país para fazer cirurgias de fissura palatal em crianças indígenas, e na área ribeirinha. E devolvia para essas crianças dignidade, saúde, vida. E eu fiquei procurando esse homem mágico, mas nunca imaginei que esse homem incrível, amado pelos povos, morava em Brasília. Aí um dia eu me achei feia, e eu queria ficar bonita. Olha a história: aí o marido foi embora de casa, e eu achei que é porque eu era feia. E marquei uma consulta com um cirurgião plástico para me deixar bonita.

Quando eu entrei no consultório, ele estava atrasado, porque ele estava fazendo uma cirurgia. E aí ele pediu que o enfermeiro dele me colocasse dentro do consultório, me desse café e água, para eu não ficar chateada porque ele estava atrasado. Quando eu entrei no consultório, Putira, um monte de troféu, de diplomas, de fotos de um médico com crianças indígenas fazendo cirurgia em crianças indígenas nos barcos. Eu estava no consultório do mágico, de que as crianças falavam que era um homem mágico. E, quando ele chegou, ele ainda chegou com a roupa do hospital, correndo para atender uma nova paciente, e, quando ele entrou, eu disse: "É o senhor?" – imaginem a alegria que eu estava, a emoção e as lágrimas. Aí ele olhou para mim e disse: "É a senhora?". Ele estava me procurando e eu o estava procurando.

O Dr. Marconi é isso, é um mágico, amado pelos povos. Recentemente, fez a cirurgia – ontem, não é? – de mais uma criança. Eu acompanho, e nós já temos jovens adultos que passaram pela cirurgia, por ele, quando bebês. Eu acompanhei algumas histórias. Há o exemplo, Putira, do Caleb e de tantos outros de quem ele cuidou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E coube a Deus que hoje eu seja Senadora da República no DF, onde ele é cirurgião. E nós estamos lutando para ampliação – escuta só, Putira, você vai gostar – da ala do Hran, em Brasília, que vai se tornar a referência nacional em queimados e cirurgia de fissura palatal. (*Palmas.*)

Vai ser aqui no DF e vai ser para cá que nós vamos trazer, Doutor, as crianças indígenas de todo o país, para que tenham acesso à cirurgia, para que tenham os rostos modificados... E não é só o rosto, gente. Vocês sabem que não é só uma questão de estética: são cirurgias, é uma continuidade, é depois o tratamento ortodentário. Essa criança, em comunidade, não se alimenta direito. Então, nós estamos lutando...

Então, eu queria dar essa boa notícia.

Na semana passada tivemos reunião com o Secretário de Saúde, com a Governadora. Nós vamos trabalhar investimento e ter, em Brasília, um centro de referência, para, junto com a Sesai, com o MPI, com as instituições do Brasil, acolhermos as crianças indígenas.

Nós temos muitas vítimas também queimadas. Nós temos muitas crianças precisando da cirurgia facial. Então, Dr. Marconi, que alegria! O senhor deixou o seu hospital e veio à nossa audiência, isso mostra o seu amor aos povos. Que alegria recebê-lo aqui em nossa audiência!

Assim, vamos passar a palavra para o nosso primeiro expositor. Eu quero passar a palavra para o Dr. Eduardo Valadares Brito, Defensor Nacional dos Direitos Humanos. Ele é da Defensoria Pública da União.

Dr. Eduardo, obrigada por estar conosco. Dez minutos voltados ao tema da proteção da criança indígena. Sei o quanto a DPU tem trabalhado com esse tema no país inteiro.

O SR. EDUARDO VALADARES DE BRITO (Para expor.) – Um bom dia a todos e a todas.

É com muita honra, muito prazer que a Defensoria Pública da União se senta nesta cadeira aqui e vem falar sobre a temática que a Senadora trouxe.

Eu queria agradecer, na pessoa da Senadora, porque esse é um tema muito caro – a gente acompanha o histórico de S. Exa. – para a Senadora e é um tema muito caro para a DPU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A DPU é a instituição de defesa de direitos humanos que atua com essa missão constitucional. Dentro desse contexto, a gente tem que apresentar um pouco a DPU, até para quem não a conhece. A gente esteve no ATL nesta semana, e, em diversos momentos, no Acampamento Terra Livre, que é uma das maiores manifestações indígenas nacionais, a gente se apresentava, e diversas etnias não tinham acesso à DPU ou a diversos atores que tentam vocalizar o que eles gritam tanto, ao fundo. E a gente tenta amplificar isso e trazer essa agenda deles para o poder público.

As violações são, vamos dizer, originárias. Sobre as violações de direitos humanos, dentro do contexto da temática indígena, a gente questiona, na escuta ativa, várias lideranças e pergunta: "Há quanto tempo está ocorrendo essa violação ou aquela ou esta?". E eles falam: "Desde 1500, desde que vocês chegaram aqui". Então, para a gente chegar aqui hoje, a gente sabe que... Aí eu queria honrar algumas lideranças que antecederam a gente.

Por este Parlamento aqui, passou o Cacique Juruna, que tinha o costume – para quem não lembra ou para quem é de uma geração mais nova – de levar um gravador para gravar o que o homem branco ia falar. Ele levava esse gravador, sabe por quê? Porque ele queria mostrar que o homem branco não cumpria com a palavra dele. Então, a gente tem um dever histórico de reparação, tem uma cultura histórica de não cumprir com compromissos, não só morais, mas compromissos com os nossos povos originários, que são direitos fundamentais.

A Senadora Damares bem falou aqui, no começo, que a maioria desses direitos fundamentais são direitos que a gente chama na área jurídica de direitos de segunda geração, que dependem de orçamento, dependem de uma prestação positiva do Estado. A saúde é isso, a assistência é isso. Então, é nesse contexto que a DPU atua.

A DPU tem um sistema de direitos humanos em que a gente tem defensores regionais em cada estado da Federação, que cuidam dessas temáticas de direitos humanos. Como esses defensores atuam? A gente tenta intervir de forma extrajudicial nas políticas públicas com recomendações aos estados; a gente escuta todas as esferas da sociedade; fazemos recomendações; fazemos tentativas de conciliações, tentativas de influenciar as políticas públicas e dirigir essas políticas públicas de forma que sejam respeitados os direitos humanos. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao fim e ao cabo, se nada disso é cumprido, a DPU busca o Judiciário. Então, a DPU vocaliza os direitos humanos dessa forma.

Dentro desse sistema que a gente tem, desse sistema de direitos humanos, a gente tem vários grupos de trabalho. E, dentro desses grupos de trabalho, a gente tem um de temática específica, que é o grupo de trabalho de povos indígenas. A gente tem grupo de trabalho também que cuida de racismo estrutural, cuida de crianças. Então, a gente tem essas diversas temáticas.

No contexto que está sendo apresentado aqui, nesse contexto da temática da criança indígena, a gente vê uma superposição, como falou a Senadora Damares, de violações. A criança indígena sofre com violações sanitárias, culturais e estruturais. Elas são muito mais vulneráveis do que os próprios adultos, pela própria natureza em si do que é uma criança. Nesse contexto, a gente tem diversas atuações da Defensoria Pública da União em nome de diversas etnias.

A minha colega Dra. Diana de Andrade vai ser uma das expositoras aqui e vai trazer diversos casos concretos em que ela vai apresentar violações que a gente não imagina que existam nos séculos XX, XXI, na atualidade.

Não foi à toa que o cacique Juruna passava com o gravador dele. Ele foi Parlamentar desta Casa e passava com esse gravador. Se ele trouxesse essas gravações à tona hoje, a gente ia ver que a maioria delas são atualíssimas e não são cumpridas. Recentemente, o Cacique Raoni fez a mesma coisa com o Ministro da Saúde, sobre a Sesai inclusive, com o Ministro da Saúde do Governo passado. Ele fez uma gravação e repetiu o que o Cacique Juruna falava. É por isso que diversas lideranças olham para a gente com tanta desconfiança, porque isso é histórico.

Então, o Estado brasileiro tem um dever de reparação histórica, tem um dever, um débito histórico com todos os povos originários. E aí eu vou incluir não só os indígenas, quilombolas. A gente tem um histórico de violações, tem um histórico de condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então, Senadora, a gente traz a temática da criança em si, da criança indígena, que é dupla ou triplamente violentada em diversos aspectos a que ela é submetida, de violência do Estado, de ausência do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até nesse ponto específico hoje da tecnologia, de *bets*, de jogos viciantes, se a gente tem um problema nas grandes cidades, esses problemas se agravam nas populações que estão mais afastadas ou que, às vezes, não conseguem nem vocalizar os seus problemas. Aí a gente tem outro problema que é uma cifra oculta do que está ocorrendo em diversas comunidades, em diversas etnias.

A gente sabe, e isso está sendo estudado até por uma pesquisadora que a gente teve o prazer de conhecer no ATL. É objeto de pesquisa como as comunidades indígenas levam os seus problemas, as suas violações à tona, porque existem milhares, centenas de milhares de violações que não chegam nem a qualquer autoridade.

Então, neste contexto, Senadora Damares, eu fico muito feliz de V. Exa. trazer isso a plenário, trazer isso à audiência pública, convidar os atores principais, quem tem fala, quem tem lugar de fala nisso aí, para expor de forma clara, alta e em bom tom o que se passa com eles, o que se passa, quais são essas violações.

A DPU funciona como instrumento, eu repito, de vocalização, de amplificação dessas demandas.

A gente está aqui para defender os direitos fundamentais, os direitos humanos. O compromisso que a gente sempre reafirma de todo o defensor público federal que compõe a instituição é estar do lado dos povos indígenas, é estar do lado das crianças e representar da melhor forma possível e vocalizar da melhor forma possível as demandas, os anseios e as necessidades.

Obrigado, Senadora, pelo momento de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Eduardo. Obrigada.

Eu espero que vocês tenham entendido a importância da DPU – da Defensoria Pública da União –, para a gente fazer a garantia do direito das crianças indígenas.

Doutor, o senhor falou de diversos problemas. Eu estou com crianças indígenas aqui no plenário, cada uma mais linda que a outra – eu falo que as crianças indígenas são as mais lindas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil, entre todas as crianças, as indígenas são as mais lindas –, mas elas estão no contexto urbano, e essas crianças sofrem *bullying*.

Então, quando o senhor trouxe aqui as outras violações... Nós temos uma série de violação de direitos de crianças indígenas no Brasil. Eu fui mãe de uma criança e eu tive que bater de escola em escola e buscar a tal escola inclusiva para receber a minha filha. Tu sabes, Patira, o que eu sofri. Tu sabes, né, Amauri, o que eu sofri e o que ela sofreu no ambiente escolar? Então, a gente não pode mais fingir que isso não existe. Existe e a gente vai ter que enfrentar com coragem isso.

Então, na sequência, para a gente já ouvir toda a parte da DPU, nós vamos ouvir, com muita alegria, a Dra. Diana Freitas de Andrade, que compartilha a fala. Ela é Defensora Pública Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Povos Indígenas da Defensoria Pública da União.

A Dra. Diana vai fazer a participação dela de forma *online* e nós vamos ouvir o que Dra. Diana vai colocar. E nós vamos entender que essa é uma instituição que nós vamos precisar estar o tempo todo acionando para nos ajudar na garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens indígenas.

Dra. Diana, seja bem-vinda à nossa audiência e obrigada por estar presente.

A SRA. DIANA FREITAS DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

Exma. Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Exmos. Senadores, representantes da sociedade civil, lideranças indígenas, demais autoridades presentes, meu colega Dr. Eduardo Valadares, hoje, a Defensoria Pública da União vem a esta Comissão de Direitos Humanos tratar de um tema tão importante quanto desafiador, como já foi adiantado, que é a situação das crianças e adolescentes indígenas no nosso país. Elas são sujeitos de direitos, mas, por força de uma negligência histórica do Estado brasileiro, vêm se acumulando vulnerabilidades que não podem ser invisibilizadas e, certamente, o objetivo dessa audiência é dar visibilidade a todas essas violações aos direitos das crianças e adolescentes indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que a Constituição Federal garante, com prioridade absoluta, o direito das crianças à vida, à saúde, à alimentação, aos direitos sociais em geral, convivência familiar e comunitária. E para as crianças indígenas, soma-se, ainda, o art. 231 da Constituição, que reconhece a organização social, línguas, costumes, crenças e direitos sobre os territórios que os indígenas historicamente, tradicionalmente ocupam aqui no Brasil.

Mas, considerando que eu tenho que ser breve nessa minha fala, também que o Dr. Eduardo Valadares já fez um excelente adiantamento sobre as atribuições, as possibilidades da DPU de garantir acesso à Justiça, garantir acesso aos direitos por essas populações, eu vou destacar apenas alguns pontos mais específicos da atuação da DPU e das preocupações da DPU com relação às crianças e adolescentes indígenas.

O primeiro ponto diz respeito a um problema que é estrutural, sim, mas que também é profundamente humano, que é a situação das crianças e adolescentes indígenas warao. O povo warao é o principal contingente de indígenas migrantes venezuelanos no Brasil. E aqui eles, infelizmente, não conseguiram encontrar um acolhimento adequado, esse acolhimento que eles encontraram é precário, marcado por insegurança alimentar, moradia inadequada e sem as políticas públicas que respeitem adequadamente sua identidade.

Então, essa situação das crianças warao significa que as crianças têm sido submetidas a violações em dimensões que são familiares a nós próprios, brasileiros, e aos indígenas brasileiros, também: que são violações com relação ao direito à educação, porque elas são matriculadas em escolas que não têm professores bilíngues, não têm professores consigam se comunicar na língua materna dos indígenas warao, e aí, com isso, se cria um risco de perda do contato dessas crianças e adolescentes com a sua língua materna.

Também têm sido violados os direitos à convivência familiar, que é ameaçada toda vez que o Estado usa a pobreza dessa população como justificativa para afastar as crianças de suas famílias, em violação direta, assim, ao art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei muito importante de proteção às crianças – inclusive, as crianças indígenas e as crianças indígenas migrantes, como é o caso dos warao –; e também o direito à proteção contra o trabalho infantil, porque as crianças – inclusive, nós que moramos nas zonas urbanas frequentemente nos deparamos com essa realidade –, são as crianças que acompanham as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias na coleta nas ruas, isso não só por seu futuro, mas por sobrevivência, porque a resposta do Estado a esse tipo de impacto não pode ser simplesmente criminalizar essas famílias, mas também garantir acesso à renda, à creche, ao acolhimento adequado.

É importante a gente lembrar aqui que o art. 28, §6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, indica que a colocação de qualquer criança nas famílias substitutas só se dá mediante guarda, tutela ou adoção, mas, quanto aos indígenas – e esse §6º é específico para os indígenas –, é obrigatório que sejam consideradas também a sua identidade social e cultural – os seus costumes, suas tradições, instituições –, e o direito à colocação familiar deve ocorrer prioritariamente no seio de sua comunidade e junto aos membros de sua etnia, de seu povo. A gente também tem que considerar, quando a gente trata de crianças indígenas, que a compreensão do que é ser criança, do que é a infância, não é tão universal e existem padrões nossos da cultura ocidental que devem passar por uma mediação cultural, para que a gente não cometa uma violência institucional contra as concepções de infância e do que é ser uma criança e adolescente indígena.

Um segundo ponto que eu gostaria de destacar – e em que a DPU também tem atuado – é uma violência cometida através do garimpo ilegal. O garimpo ilegal, por mais que ele, em um primeiro plano, nos leve a pensar sobre danos ambientais sanitários – como, por exemplo, as crianças que são afetadas toda vez que existe contaminação por mercúrio, que atinge as cadeias alimentares e causa problemas neurológicos, motores, mortes –, enfim, esses danos existem, são sérios, mas também existem outros tipos de danos que atingem especialmente as crianças e adolescentes indígenas, que são os danos relacionados a abusos sexuais, exploração sexual, estupro de crianças e adolescentes indígenas, cometidos muitas vezes nesse contexto do garimpo ilegal.

Nós temos a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define a exploração sexual como a pior forma de trabalho infantil, e o que se constata muitas vezes nessas terras que são alvo de garimpo ilegal é isto: as crianças sendo exploradas sexualmente, em troca de alimentos, mercadorias, em função dessa extrema vulnerabilidade a que elas são reduzidas. Isso, não por acaso, muitas vezes, ocorre com uma omissão do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas violações representam o descumprimento sistemático da nossa Constituição – do art. 227 da nossa Constituição –, e a DPU já atuou a esse respeito e tem atuado a esse respeito. Inclusive, atuamos na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.672, em que nós nos juntamos à Apib, ao Conselho Indígena de Roraima, mas, mesmo assim, nós obtivemos uma certa vitória jurídica. Quem trabalha com direitos humanos sabe que, às vezes, a gente ganha alguma coisa no Judiciário, no papel, mas a efetivação dessas decisões e a efetivação desses direitos é que são um grande problema. Por mais que a gente, nesse caso específico, tenha tido uma vitória jurídica, a proteção dessas crianças efetivamente ainda depende dessas omissões estatais, da fiscalização efetiva dos territórios.

Por fim, o terceiro e último ponto que eu trago a esse importante espaço do Senado Federal é, talvez, o menos visível, que é a situação das crianças e adolescentes indígenas transfronteiriços e indocumentados. Crianças que não têm documentos, não têm certidão de nascimento, que não têm acesso a esses documentos no país de origem.

A DPU tem um comitê temático especializado em Pacaraima, e, há muitos anos a DPU tem atuado no atendimento de imigrantes venezuelanos nessa fronteira específica. O que se encontrou desde aquela época já era alarmante, que era a situação de que um em cada três jovens venezuelanos vinha desacompanhado, cruzava a fronteira em Pacaraima e estava sem nenhum documento de identificação. Essa situação de indocumentação não se restringe aos indígenas que vieram ou vêm da Venezuela, como os warao, mas ela também acontece em vários estados do Brasil. Um exemplo que a DPU já se deparou é o que tem acontecido com os indígenas da etnia guarani, que migra de outros países e passa a viver no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Mas aqui, Senadora, Dr. Eduardo, demais presentes, tem um esclarecimento muito importante para a gente fazer: é que os povos indígenas não conhecem fronteiras. Os guaranis, por exemplo, vivem na região que hoje nós chamamos de Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia. Nós, não indígenas, demos nomes, demos fronteiras a essas regiões, mas a nação do povo indígena guarani reflete uma realidade cultural e geográfica imemorial, e essa realidade ignora as divisões territoriais do que hoje conhecemos como estados nacionais. Essas divisões separam comunidades, mas não rompem os seus laços sociais, seus laços culturais, seus laços familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, voltando a falar da indocumentação, a gente sabe que sem documentos, não se tem acesso à saúde, à escola, a benefícios sociais. Essa situação, inclusive, já foi adiantada pela Senadora Damares e pelo colega Eduardo. O fato é que sem o reconhecimento da sua identidade indígena, a gente não consegue também a aplicação das garantias da Convenção 169 da OIT, que é uma convenção muito importante para garantir o acesso a direitos por parte dos povos indígenas e de também outras comunidades tradicionais no Brasil. A gente também não consegue o efetivo cumprimento do ECA, o efetivo cumprimento da própria Constituição, e há um risco concreto aqui, que é a vulnerabilidade dessas crianças ao tráfico de pessoas, ao trabalho análogo à escravidão e ao abuso sexual.

A gente tem uma resolução muito importante no Brasil, que é a Resolução 454, de 2022, do CNJ. Essa resolução avança porque reconhece que a autoidentificação é um critério fundamental de identidade indígena e que os indígenas migrantes também conservam os direitos reconhecidos aos estrangeiros no território nacional. Mas o problema é que a aplicação desse entendimento nas fronteiras ainda é fragmentada e depende de iniciativas e agentes locais: cada cidade, cada estado, cada órgão dos poderes públicos vai agindo como pode, como consegue, mas com essa fragmentação, as crianças ficam submetidas a uma situação de invisibilidade jurídica.

Então é um problema que impõe a pronta atuação do poder público nacional de uma forma que se consiga adaptar as políticas públicas de regularização migratória a essa realidade dos indocumentados, e também é preciso que haja esforços de cooperação internacional com os países de origem desses indígenas.

Então, Senadora Damares Alves, demais presentes, lideranças indígenas, são essas as preocupações que eu gostaria de citar aqui. Eu só termino a minha fala lembrando que a proteção de crianças e adolescentes indígenas não é uma pauta setorial, Senadora Damares, como a senhora bem reconhece, ela é, na verdade, o termômetro da civilidade de qualquer estado que se diz democrático.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Diana, muito obrigada pela participação da DPU dessa forma brilhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me só dizer uma coisa para os senhores: nós precisamos da DPU, e a DPU, nessa semana, está nos dias de escolher a Defensora-Geral, que vai coordená-la no Brasil inteiro. Coube-me fazer a apresentação dela aqui ao Senado. Ela me procurou, e eu fiz um compromisso com ela: nós vamos conquistar votos de todos os Senadores, mas há um compromisso da senhora de que nós vamos fortalecer o grupo da Dra. Diana, a coordenação do grupo de trabalho de povos indígenas, e ela fez um compromisso com a gente.

Então, a Dra. Tarcijany está andando nos corredores do Senado, eu estou carregando-a pela mão. Todo o meu respeito e admiração pela DPU, mas a gente já trazendo a nova Defensora para o fortalecimento do trabalho. Então, eu quero dizer que aqui a gente faz isto: quer voto, vai ter que fazer compromisso com as crianças indígenas do país, e ela, prontamente. Ela já tem um coração porque trabalhou em áreas ribeirinhas por muitos anos e conhece a realidade. Nós vamos ter, se Deus quiser, uma Defensoria forte, e precisamos muito dela.

Nós ouvimos a Defensoria Pública. Nós agora vamos ouvir a sociedade civil; depois, a gente volta para os órgãos governamentais.

A gente ousou trazer o Reginaldo Veloso, Presidente da Atini - Voz Pela Vida.

Eu só vou chamar a atenção do Reginaldo: nós estamos com crianças aqui. Então, a gente vai ter que ter um discurso também pensando nelas, e nós estamos num horário ao vivo para todo o Brasil. Então, as imagens e o que nós falamos aqui têm que ter o cuidado por causa da classificação indicativa, tem criança nos assistindo do outro lado. Então, todo o cuidado e habilidade. E aí, para quem não me conhece direito, eu sou fundadora dessa instituição, 30 anos atrás, e tem alguns guerreiros aqui: Muwaji estava comigo, os amigos terenas.

Há 30 anos, Larissa, para a gente cuidar de uma criança indígena, em alguns momentos, a gente era obrigada a retirá-la da aldeia. Nós não tínhamos uma Sesai. O que nós tínhamos para a saúde indígena? O dinheiro era enviado para os Prefeitos – lembra dessa fase? –, e os Prefeitos tinham que fazer a saúde indígena – lembra, Marisa? –, e os Prefeitos não faziam, gente. Vocês não têm ideia. Ia para o bolo do orçamento – lembra disso, defensor? –, ia para o bolo do município o dinheiro da saúde indígena, e ele usava o dinheiro para um monte de coisa e o que sobrava ia lá, e não havia assistência. Nós vivemos um caos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui uma das lutadoras para a gente ter no Brasil a Sesai. Eu andei como assessora, nos corredores, de gabinete em gabinete, para a gente ter uma Sesai no Brasil. Ainda não é a Sesai que eu sonho. Eu ainda quero essa instituição forte, com concurso público, com servidores valorizados – é o meu sonho –, mas, a partir da Sesai, muita coisa mudou no Brasil, e ela vai colocar números aqui. Mas houve um momento em que a gente tinha que tirar essas crianças das aldeias e trazê-las para o centro urbano. Muitas vezes, fui acusada de sequestro, de ter sequestrado a família inteira. Era o que nós tínhamos naquele momento: ou a gente socorria, ou pedia ajuda da sociedade civil, ou algumas crianças morreriam, doutores. Só que, nesse trazer a criança, a gente trazia a família inteira. Eu vou dar o exemplo aqui da família do Macau e da Iurucá. Para a gente cuidar da filhinha deles, a nossa querida Canhú, que era uma criança, a gente teve que trazer o pai e a mãe, e eles estão em área urbana há mais de 20 anos. Depois nasceu o Kaluanã ali, o irmãozinho, que também hoje precisa de assistência.

Mas, na hora em que a gente traz o pai e a mãe, a gente tira o pai e a mãe do seu contexto; e aí eles ficam nesse universo. Eles não estão mais na aldeia; ele foi treinado para caçar e pescar, vem para a nossa sociedade e não está pronto para o mercado de trabalho, mas teve que fazer isso para salvar sua filha, que não anda e que não pode voltar para aldeia. E, aí, nos últimos 30 anos a gente se deparou com isso.

Mas, se a gente tivesse uma saúde forte e se ela não precisasse ter sido tirada da aldeia, o pai continuaria caçador, pescando, guerreiro, vivendo feliz na sua aldeia; mas a gente, nos últimos 30 anos, para salvar uma criança, tivemos que tirar toda a família da aldeia do seu contexto histórico e cultural. A família inteira se sacrificava para salvar uma criança. Hoje nós temos uma nova realidade: elas podem ser cuidadas na aldeia, temos uma Sesai que vai lá, temos uma Sesai que cuida, mas ainda tem crianças que não podem ficar na aldeia.

Então, como enfrentar esse desafio? E neste contexto nasce a Atini, para acolher estas famílias. Agora, eu quero que vocês imaginem o que foi o início da Atini. Nós tínhamos povos de diversas regiões do país, que falavam línguas diferentes, que tinham manifestações culturais diferentes, e a gente queria que todos eles vivessem em harmonia dentro do mesmo espaço. Como foi desafiador! Mas a Atini sobreviveu, sobrevive e está aqui ainda, fazendo o seu papel e ajudando o Estado a cuidar de crianças indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos a alegria de ouvir o Reginaldo Veloso.

Reginaldo, é uma alegria recebê-lo nesta audiência. Seja bem-vindo. Você tem dez minutos.

O SR. REGINALDO VELOSO (Para expor.) – Obrigado!

Cumprimento todos e todas aqui (*Fora do microfone.*), em especial a Senadora Damares, pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido e no qual vem trabalhado ao longo dos anos, não só a partir do momento em que se tornou uma Parlamentar, mas desde sempre, com uma preocupação imensa, principalmente com os povos indígenas.

Então, fico, aqui, honrado de estar sentado a esta mesa e de poder compartilhar também um pouco daquilo que nós estamos fazendo.

Então, eu queria me deter aqui a respeito da Atini. Atini, na verdade, significa "voz", numa das línguas indígenas aqui, do Brasil. Sabemos que existem mais de 300 etnias no Brasil hoje – apesar de parecer um número grande, não é, em comparação à época da colonização –, que falam também mais de 200 línguas diferentes. Então, são várias culturas muito diferentes umas das outras.

E, assim, na academia é discutido até esses termos que a gente usa nos dias de hoje. Já foi chamado de índio, no qual alguns ainda insistem, mas hoje a gente trata como povo indígena, mas que também, muitas vezes, não identifica a pessoa originária daquela região ou daquela etnia.

Temos uma amiga, a Muwaji Suruwahá. Eu acho interessante, porque, quando ela era chamada de índia, ela repreendia as pessoas, dizendo: "Não, não sou índia, eu sou zuruaã". Então, o indígena não se vê dessa forma, porque é um termo muito genérico, quando se fala de mais de 300 etnias no Brasil.

E eu quero também aqui fazer essa introdução, colocar também, na minha posição aqui como pessoa, porque às vezes também eu me vejo da mesma forma, e, no meu contato com os povos indígenas, geralmente eles aprenderam a nos chamar como branco, e, olhando para mim, você percebe que eu não tenho nada de branco, e muito menos esse branco colonizador que chegou aqui 500 anos atrás. Então, eu também não me identifico dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, usam um termo que é o não indígena, para mim também fica uma coisa um tanto estranha, porque não indígena também não me classifica como um povo, porque nós, povo brasileiro, sabemos que somos um povo miscigenado, um povo de mistura, e tem pelo menos três matrizes que são muito importantes nessa mistura, que são o europeu, o africano e o povo indígena. Então, de certa forma, a questão indígena é nossa questão também, porque eu também "me identifico", entre aspas, com o povo indígena. Eu estou mais como povo indígena do que como povo branco europeu.

Por isso, a Atini surge a partir dessa demanda, principalmente da vulnerabilidade, do risco que as crianças indígenas enfrentam no seu dia a dia. Eu gostaria, se tiver aí como colocar algumas fotos de alguns representantes nossos lá, do eslaide que eu enviei, pode colocar.

Então, nós sabemos que as nossas crianças indígenas... E eu me atrevo a dizer "nossas crianças indígenas", até porque também sou pai de duas crianças indígenas, então eu estou mais identificado como povo indígena do que qualquer outra coisa. As nossas crianças indígenas vêm sofrendo violência desde essa época, desde a época da colonização, desde 500 anos atrás. Eu gostaria de mencionar aqui, novamente, a participação, porque "atini" significa voz numa dessas línguas, a ideia é que sejamos vozes para essas crianças que não têm voz, mas a Atini não acontece apenas por uma, duas ou três pessoas; há uma rede da sociedade civil que se organiza para poder, com muito amor mesmo – o princípio é o amor –, servir ao povo indígena, especificamente às crianças indígenas.

Menciono aqui, novamente, o Dr. Marconi, que está presente aqui, que tem sido um grande parceiro nisso tudo. Hoje mesmo, de manhãzinha, a gente se falou por telefone, porque ontem ele fez uma cirurgia de uma das nossas queridas crianças que está conosco lá na Atini, de fenda palatal. Eu mencionei: Dr. Marconi, através do seu trabalho... Que, no ano passado, ele fez a cirurgia de outras duas crianças do interior do Amazonas, e essas crianças chegaram lá, e os outros começaram a ver que essas crianças tinham sido cirurgiadas, que elas estavam agora muito melhores, porque essa questão do lábio leporino, da fenda palatal, afeta muitas áreas, principalmente a questão da nutrição, a questão da fala, isso ocorre quando a criança não passa por essa cirurgia logo depois que nasce, ou acontece depois de mais grandinha, que é o caso, muitas vezes, das crianças indígenas. A gente recebe crianças com 10 ou 12 anos, então já passou do tempo de fazer essa cirurgia. Isso principalmente afeta a autoestima da criança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma coisa que não é agradável aos olhos, e o Dr. Marconi é um grande parceiro que tem servido. Hoje eu estava falando com ele, falei: "Olha, através do seu trabalho surgiram mais três casos que nós precisamos trazer para fazer cirurgia". E ele falou: "Estamos à disposição".

Então, a Atini surge, principalmente... Eu não posso deixar de mencionar aqui uma questão, e a respondo aqui. Pediram para eu responder a algumas perguntas, e eu me detenho aqui à pergunta da Maria, do Pará, em que ela fala: "Como as políticas públicas podem garantir o respeito aos direitos humanos das crianças indígenas sem comprometer suas tradições culturais?". Então, nós sabemos que toda cultura, em toda parte do mundo, a cultura é dinâmica. Toda cultura, ou seja, ela não é estática, ela está em movimento – toda cultura está em movimento – e toda cultura tem seus problemas também, assim como a nossa cultura, como a cultura brasileira, vamos dizer, a urbana, nós temos vários problemas e práticas que são, de certa forma, culturais, mas que são nocivas a nós mesmos.

Eu costumo lembrar que, há pouco tempo, Senadora, as pessoas com deficiência mental eram tratadas de forma violenta, havia aqueles manicômios onde as pessoas recebiam tratamento de choque. Muitas vezes, você tinha um vizinho que tinha deficiência mental, mas ele era escondido, ele não era apresentado diante da sociedade. Isso era nocivo ao nosso próprio povo, prejudicava o nosso povo. Toda cultura tem essas questões e a cultura indígena também não foge disso. Existem algumas práticas que podem prejudicar o próprio povo, uma delas é o infanticídio, crianças que nascem com deficiência, filhos de mães solteiras, gêmeos, frutos de adultério, muitas vezes... Não são todas as etnias que têm essa prática; são, algumas, talvez, mas existem. Já existiram e existem até os dias de hoje. Eu até trouxe um vídeo – mas não vou passar esse vídeo –, retratando algo recente, dos dias atuais, que acontece, e o que se precisa fazer? Respondendo a essa questão aqui, nós precisamos criar um diálogo, sem criminalizar o indígena, o povo indígena. A ideia não é criminalizar o povo indígena, porque sabemos que é uma prática cultural. Assim como era aceitável, na nossa cultura, manter deficientes mentais em manicômios, e em tratamento de choque; da mesma forma, às vezes, acontece. O que precisa acontecer? Precisa acontecer um diálogo, um diálogo em que as lideranças indígenas possam ser ouvidas, em que a sociedade civil possa participar, para que essas crianças recebam ali um cuidado, recebam a sua proteção. Então a Atini nasce com essa perspectiva de defender o direito da criança indígena. E tem um direito que é básico – básico a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda sociedade, a toda cultura, é um direito universal –, que é o direito à vida. Todo ser humano tem direito à vida, e nós não podemos negligenciar isso em hipótese nenhuma.

Encerro aqui a minha fala dizendo que cada criança indígena que vive é uma língua que continua, uma cultura que respira e um povo que permanece. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Reginaldo. Obrigada.

A gente vai ouvir Larissa. E aí, Larissa, você vem com uma missão muito especial pelo Ministério dos Povos Indígenas. Você é Coordenadora de Políticas para a Juventude Indígena e você trabalha também lá voltando um olhar especial para os adolescentes. No ano passado, nós aprovamos aqui na Casa, Larissa, a Lei Maria da Penha para as aldeias. E aí todo mundo ficava perguntando: "Mas como assim? A Lei Maria da Penha ainda não está nas aldeias?". Não estava em todas as aldeias. A gente ainda tinha algumas manifestações culturais que machucavam mulheres, e a gente tem que avançar na proteção das mulheres – assim como na nossa cultura se machucam mulheres, assim como na nossa cultura ainda temos salário desigual para mulheres no mesmo cargo, assim como na nossa cultura a gente tem esse índice enorme de feminicídio. A gente também adaptou a Lei Maria da Penha para as aldeias.

Mas esses dias alguém me perguntou, Doutor: "Nós vamos ter um ECA indígena?". Nós vamos precisar ter um Estatuto da Criança e Adolescente só com recorte indígena? Nós vamos precisar ter conselheiros tutelares só indígenas? A gente vai ouvir aqui daqui a pouco alguém que representa os conselhos tutelares no Brasil. Nós vamos precisar avançar na legislação? É de mais legislação que a gente precisa para fazer a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes?

Por exemplo, a gente está com o Kaluanã. Kalu está com que idade agora? Treze?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Quinze.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quinze. Ele está com 15. Ele já nasceu aqui, já nasceu na Atini aqui, porque a irmã mais velha dele, que foi socorrida, a Kanhu, está com 27 – 27 anos, né? A Kanhu é da idade da minha filha, 27 anos. Dez anos depois, nasce o Kalu. O Kalu não consegue voltar para a aldeia, ele está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeira de rodas. O problema de saúde dele e da irmã, com o passar do tempo, vai ficando cada vez mais... eles ficam cada vez mais impossibilitados. Vocês viram que até o café o pai está colocando na boca dele ali, e a água é colocada na boca. Ele não pode voltar para a comunidade, mas ele tem o direito de viver camaiurá, que é ele; ele é camaiurá.

E como fazer a garantia, Larissa, do direito dessa criança com deficiência que quer continuar sendo camaiurá, mas não consegue ficar lá na sua aldeia, porque não tem condições de ficar numa cadeira de roda na sua aldeia? Cada vez que tem uma crise, como é que a gente faz o socorro? Não é fácil. Então, a gente tem aí o desafio, especialmente a criança, o adolescente e o jovem indígena com problemas de saúde.

Daqui a pouco a gente vai ouvir a Putira, mas vamos ouvir primeiro a Larissa.

Larissa, como fazer a garantia dos direitos de nossas crianças e adolescentes diante deste mundo tão complexo, diante dessa realidade tão complexa que estamos vivendo no Brasil hoje com, com novos desafios e que alcança também os povos.

Seja bem-vinda. Obrigada por ter aceitado o convite.

O SR. LARISSA PANKARARU (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os presentes, a todas.

Cumprimento a Comissão, saúdo aqui esta Comissão, a figura da Senadora Damares. Obrigada pelo convite. Saúdo também os parentes aqui presentes, as lideranças indígenas, na representação da nossa parenta também Putira. É uma honra estar compartilhando esta mesa também com a nossa querida parenta.

Falar sobre os direitos das crianças e adolescentes e jovens indígenas é falar sobre a continuidade dos nossos povos, é falar sobre garantir que nossas futuras gerações possam existir com dignidade, identidade e segurança.

Falo aqui como uma mulher indígena, como uma gestora do Ministério dos Povos Indígenas, em que atuo na coordenação de políticas para a juventude indígena, um espaço que também tem assumido na prática o compromisso com as pautas de crianças e adolescentes indígenas, diante da ausência histórica de políticas estruturadas para esse público. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério, temos avançado a partir da escuta, por meio dos seminários regionais com a juventude indígena. Temos ouvido diretamente dos territórios quais são os principais desafios e caminhos a se percorrer, e o que ouvimos é muito claro: não há garantia de direitos sem território, não há futuro sem o presente assegurado.

Então, nesse sentido, é importante destacar que o Ministério dos Povos Indígenas tem atuado de forma prioritária na garantia dos territórios indígenas, na segurança alimentar, no acesso à água e na desintrusão dos territórios. Essas ações são fundamentais, porque criam as condições necessárias para que os serviços públicos municipais, estaduais e federais possam atuar de forma mais qualificada nos territórios indígenas. Também é fundamental reconhecer os impactos da insegurança territorial nas condições de vida das crianças indígenas, que se expressam diretamente no aumento das vulnerabilidades e no déficit de acesso às políticas públicas nos territórios. Ao mesmo tempo, precisamos ampliar o olhar para as crianças indígenas que estão em contexto urbano e em situação de migração, que muitas vezes permanecem invisibilizadas nas políticas públicas e enfrentam múltiplas formas de exclusão.

Também temos fortalecido nossa atuação em espaços estratégicos, como no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), garantindo que as especificidades das crianças indígenas estejam presentes nas discussões nacionais. Além disso, estamos construindo parcerias importantes com a Universidade de Brasília a partir do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias, fortalecendo a produção de conhecimento e o desenvolvimento de políticas mais qualificadas para as infâncias indígenas.

Mas é importante reconhecer que ainda temos desafios estruturais importantes, especialmente no acesso à educação intercultural e à proteção social. Por isso, é fundamental avançarmos em políticas públicas que sejam intersetoriais, territorializadas e construídas com a participação indígena real. Nesse sentido, reforço o papel fundamental desta Casa. É essencial garantir investimento e destinação de recursos para essas políticas, para que essas políticas saiam do papel e se concretizem nos territórios.

Finalizo reforçando que é essencial proteger as crianças indígenas, proteger seus territórios, proteger suas culturas e proteger o nosso futuro e o futuro dos povos indígenas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Larissa. Muito obrigada. É muito bom ter uma jovem indígena numa coordenação nacional de políticas indígenas para jovens indígenas. Imagino o tamanho dos seus desafios.

Muito obrigada.

Nós vamos ouvir agora um tema extremamente interessante: "O acesso à saúde da criança indígena". E nós temos a honra de ouvir agora a representante da Sesai. Mas eu vou ousar, Doutora, trazer para sentar do nosso lado o Dr. Marconi. Dr. Marconi está aqui ainda, não está? Um médico que cuida de criança indígena vai sentar do seu lado, para ouvi-la, e ele também vai ter uma fala, logo depois.

Então, nós vamos ouvir a Secretária de Saúde Indígena Adjunta – ela é adjunta, que bom que ela está aqui. Ela é da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. E quero agradecer por ter aceitado o convite. Entenda que esta Comissão é a sua casa, é aqui que a gente vai lutar por mais recursos e pelo fortalecimento da Sesai.

Bem-vinda. A senhora tem seus dez minutos.

Dr. Marconi, senta aqui do meu lado.

A SRA. PUTIRA SACUENA (Para expor.) – Olá, bom dia a todas as pessoas presentes. Quero deixar um bom dia especial a todos e todas parentes aqui presentes. E quero cumprimentar a mesa.

Muito obrigada pelo convite, Senadora, por estar aqui neste momento também.

Para quem não me conhece, sou Putira Sacuena, sou indígena, sou do povo baré, território do Médio Rio Negro, no Estado do Amazonas. E eu estou muito feliz de estar aqui hoje, falando a partir de uma gestão indígena. Vamos lá.

Eu acho que é muito importante, também – viu, minha parenta Larissa –, dizer que muitas das pessoas acham que a gente está aqui por ser indígena, mas é também por ter competência e capacidade de assumir esse lugar agora, enquanto, também, doutora na área da bioantropologia. Eu acho que é fundamental que a gente também tenha esse respaldo também de capacidade, competência, mas, principalmente, de formação, porque eu gosto de dizer muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu sou fruto das políticas afirmativas dentro das universidades federais, para que hoje nós ocupássemos esses lugares.

Então, enquanto uma gestão indígena, desde 2023 a Sesai vem trabalhando incansavelmente, justamente para melhorar aquele atendimento, mas, principalmente – é extraordinário o que a gente tem falado –, para reduzir a mortalidade infantil dentro dos nossos territórios indígenas, que sempre nos colocou, ali nos dados epidemiológicos, enquanto um local – nos nossos territórios – onde a gente tem os óbitos.

E, na verdade, as nossas crianças, nós, enquanto povos indígenas, falamos a partir de um território de saúde também. Não somente um território onde somos colocados como vulneráveis, mas em que nós somos vulnerabilizados a partir, também, de um sistema que não nos olhava da forma correta. E aí eu compartilho muito a fala que já teve aqui, que está relacionada à questão da vulnerabilidade a partir do contexto socioeconômico, em que são olhados somente por um lado, e não a partir de nós, os territórios que produzem saúde.

Então, dessa forma, enquanto Secretaria de Saúde Indígena, a gente vem garantindo, por meio de um modelo de atenção diferenciada, que busca articular o conhecimento técnico, científico, em alinhamento com as medicinas indígenas e com o nosso modo de vida também, a partir do nosso contexto de culturalidades, em que estão nossos pajés, nossas parteiras, e trazer um elo fundamental dentro da saúde indígena, que são os agentes indígenas de saúde e as nossas lideranças dentro do território.

E aí eu já trago também que, desde quando a gente assume uma Sesai, a gente vem trabalhando a partir do contexto e do modelo de atenção diferenciada. Aí agora, eu não sei se vocês já estão tendo ou já tiveram conhecimento, hoje nós conseguimos ter dados específicos para pessoas indígenas com deficiência nunca trabalhados dentro da Sesai. E hoje a gente consegue saber os tipos de deficiência, para a gente poder ter um atendimento a partir do paciente, a partir do indígena, a partir das crianças indígenas, para assim a gente atender com melhor qualidade.

E aí a gente traz também o novo modelo do Siasi, em que nós temos agora o monitoramento e o acompanhamento das crianças indígenas não somente de 0 a 5 anos, Senadora. Nós estamos falando agora do acompanhamento e monitoramento das crianças em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os territórios indígenas, de 0 a 10 anos, coisa que a gente não tinha, esse monitoramento de como estavam essas crianças dentro do território. E agora a gente consegue dar uma atenção diferenciada.

Mas aí eu trago também a portaria que saiu na semana passada, durante o ATL, que é o primeiro Programa Nacional de Saneamento Indígena. É um programa específico, por quê? Porque, dentro da Sesai, nós organizamos juntos. Eu posso dizer que é um programa construído com os povos indígenas, a partir dos cinco seminários regionais, com indígenas pesquisadores e pesquisadoras que somaram nos 34 DSEIs, e assim a gente conseguiu ter um programa que a gente pode falar, com toda certeza, construído com os povos indígenas, e não um programa para os povos indígenas. E esse programa vem com uma atuação muito específica, que está ligada justamente aos DDA, que são as diarreias ainda, colocadas a partir da falta de uma água que tenha uma qualidade melhor para ser consumida dentro dos nossos territórios.

E muitas pessoas perguntam por que é que agora nós temos essa preocupação a partir da água. Porque eu sou do Rio Negro, eu tomei aquela água uma vida toda, desde muito pequena tomando essa água, e agora a gente não pode mais consumir, porque a gente está falando do garimpo ilegal, que está dentro dos nossos territórios, a contaminação por mercúrio. E assim, também, a gente fala da contaminação por agrotóxico. Hoje também, dentro da Sesai, dentro do departamento, nós temos essa pauta colocada inclusive com qualificação para os nossos e nossas profissionais, com atendimento para pessoas indígenas contaminadas por mercúrio e outros agrotóxicos. Eu acho que isso é um avanço.

Eu falo muito das crianças, porque são as crianças que têm esse acesso, as crianças que estão nos rios, as crianças que estão no solo, na terra, brincando, porque a terra nunca foi sujeira, pelo contrário, ela sempre foi o nosso modo de viver, e terra é vida.

Então, dessa forma, a Sesai vem trabalhando muito, mas só que eu trago agora a média e alta complexidade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Putira, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crianças, olha, a tia Putira está falando. Audiência sobre criança indígena sem criança não é audiência, então elas estão aqui.

A SRA. PUTIRA SACUENA – E para nós é muito importante – viu, Senadora? – elas estarem nas nossas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente gosta muito de criança fazendo barulho, mas agora a tia Putira está falando. Todo mundo quietinho. A tia Camila, a tia Vanessa estão aí dando lanchinho para vocês, mas vamos ficar em silêncio para ouvir, porque a tia Putira cuida de todas as crianças do Brasil, de todas as crianças indígenas. Então a gente tem que entender o que ela está fazendo.

O.k.? Vamos ficar quietinhos?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó, está vendo? Concordaram.

Vamos lá. Vamos ouvir a tia Putira agora. A tia Camila distribui o lanchinho, quietinhas.

A SRA. PUTIRA SACUENA – As nossas crianças, nas nossas reuniões, são muito importantes, porque são elas que dão vida às reuniões, às nossas rodas de conversa.

Mas aí eu trago – viu, Dr. Marconi? – algo muito importante para nós, porque agora nós estamos atualizando, para média e alta complexidade, a portaria do IAE-PI, que é o Incentivo para a Atenção Especializada. Agora a gente traz uma portaria muito maior, uma portaria em que a gente traz, inclusive, o Agora Tem Especialistas, um novo programa, em que a gente fala das cirurgias para povos indígenas. E, com certeza, até o final de abril, a gente vai estar com essa portaria, que é a nossa meta, dentro do programa Saga-SUS, junto com o nosso Ministro. A gente vem atuando dessa forma.

Então, com isso, a gente traz também, relacionada à questão da média e alta complexidade, a parceria com os municípios e estados para qualificação dos – e das – profissionais que atendem povos indígenas. Porque, como foi falado aqui, o racismo institucional é algo que acontece de uma forma muito violenta ainda. Principalmente, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar, enquanto indígena mulher nas maternidades, que, quando nós estamos com as nossas pinturas, nós somos olhadas ainda como guerreiras, como se a gente pudesse aguentar todas as dores possíveis naquele local. E nós não queremos mais isso. Então, dessa forma, a gente também vem com a parceria entre os hospitais municipais e estaduais, para que isso não aconteça mais.

E o racismo institucional precisa ser falado enquanto racismo institucional na saúde. É algo ainda com que nós temos muita dificuldade, e eu digo que é o racismo estrutural mais estrutural. E o estrutural que existe é porque pouco se fala de racismo contra os povos indígenas na saúde. A gente precisa colocar isso em pauta, Senadora, porque, senão, a gente não avança num atendimento qualificado para povos indígenas, com povos indígenas. E isso é fundamental.

Então – está se encerrando meu tempo –, eu quero agradecer muito e dizer que eu estou aqui com a área técnica da Sesai, que também é indígena; Mary, jeripancó, está aqui; Vicente está aqui; Vinícius está aqui; o Ministério da Saúde está aqui presente. A gente olha este momento muito importante, de celebração, como a Senadora falou, mas muito importante para acolher os nossos e nossas parentes, cada vez mais, para a gente ter saúde com qualidade dentro dos nossos territórios indígenas. Esse é o nosso maior objetivo, e, principalmente, reduzir a mortalidade infantil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Putira.

Vocês observaram que Putira é...

Qual é o seu povo? Sacuena?

A SRA. PUTIRA SACUENA (*Fora do microfone.*) – Baré.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Baré.

A Larissa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LARISSA PANKARARU (*Fora do microfone*.) – Pancararu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pancararu.

A gente tem tupinambá, a gente tem camaiurá.

Nós temos a Oreni, que é... (*Pausa*.)

Fulniô.

Nós temos vários povos aqui, mas, mais do que isso, já falou, na mesa, a Defensoria Pública da União; falou agora o Ministério da Saúde; já falou o Ministério dos Povos Indígenas; e a gente ainda vai ouvir, como último preletor, o Ministério dos Direitos Humanos. Então, o Governo veio para fazer a discussão. Veio para dizer: "Nós queremos fazer a proteção da criança". E eu me sinto muito privilegiada de estar dirigindo uma reunião com quatro ministérios representados aqui – a Defensoria Pública e três ministérios representados.

Mas a sociedade civil é parceira e eu acho que a gente não pode esquecer isso. Nós temos as instituições indígenas, que têm brigado... Nós temos aí diversas instituições indígenas no Brasil organizadas. A universidade indígena... Só foi possível passá-la graças à luta dos professores indígenas e dos povos. Mas nós temos instituições da sociedade civil, como a Atini, que tem, na sua direção, também, indígena e não indígena.

Nós temos instituições religiosas também, que no passado eram acusadas de que elas estavam lá nas etnias para evangelização. Hoje já temos uma outra compreensão: são instituições da área da saúde, de assistência social, de educação, que têm sido parceiras de muitos povos.

Então, a gente também quer, neste dia, agradecer às instituições da sociedade civil, tanto as indígenas como as não indígenas que têm em sua administração indígenas, a parceria na luta pelo direito das crianças.

Nesse sentido, Putira, eu fiz questão de trazer o Dr. Marconi, que é da área da saúde, para completar a sua fala. Ele não é da Sesai. Ele é do Sistema Único de Saúde, mas faz ali a alta complexidade em parceria com a Sesai e o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marconi, uma fala sobre como tem sido, lá na ponta, o cuidado da saúde das crianças indígenas.

É uma alegria tê-lo conosco!

O SR. MARCONI DELMIRO (Para expor.) – Bom dia.

Para mim, é uma grande emoção estar hoje aqui presente.

Pelo convite, queria, primeiramente, agradecer à nossa querida Ministra e Presidente desta audiência, e aos demais presentes na mesa, que trata de um tema de extrema relevância – direitos humanos das crianças indígenas e dos adolescentes.

Vou me apresentar rapidamente. Eu sou cirurgião plástico. Moro em Brasília há mais de 30 anos. Sou paraibano e sou coordenador do serviço de fissura labiopalatina no Hospital Regional da Asa Norte, que faz parte do SUS. E a nossa Ministra já falou um pouco da minha trajetória.

Então, operar essas crianças para mim é de grande importância, é devolver a dignidade, porque é de alto grau de complexidade do que essas crianças são acometidas. Elas são subtraídas pela natureza, com deformidades no rosto, o que as impede de falar, de respirar, de ouvir, etc. e tal. E já foi relatado aqui muito bem, pelo Reginaldo, a questão do convívio entre seus pares.

Então, o nosso hospital tem essa parceria já há muito tempo, e eu já trabalho na área também há bastante tempo, para proteger essas crianças, operando no momento ideal, devolvendo a elas a possibilidade de reabilitação não só na fala, mas em todos os aspectos, no físico e no emocional, para que elas possam conviver dentro de suas etnias, dentro da sociedade como um todo.

O Brasil, sem dúvida nenhuma, tem uma dívida enorme, pela nossa história. Sabemos que a infância é a fase mais importante da vida do ser humano, sem dúvida nenhuma. Nós somos o que nós fomos. Se nós fomos respeitados, se nós fomos educados, se nós fomos cuidados, realmente, a gente vai aprender a cuidar, a respeitar, a educar.

Então, a criança deve ser prioridade. Tem um teólogo alemão de quem eu gosto muito, e o leio bastante, que fala que a prova de moralidade de uma sociedade é aquilo que ela faz por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas crianças. Hoje eu estou aqui, realmente, impactado, feliz, emocionado por um evento de tal magnitude e por essa luta da Ministra durante todo esse tempo em prol dessa causa, da causa dos povos originários.

Especificamente, no meu hospital, nós temos uma equipe preparada, com muito orgulho, para reabilitar. E esses pacientes têm sido tratados de forma extremamente respeitosa e cientificamente com acurada técnica para devolver a eles a possibilidade, conforme eu já havia dito, de conviver socialmente em qualquer lugar, para que ele não sofra nenhum tipo, do que a gente viu aqui, de preconceito.

E eu queria deixar aqui o meu carinho, o meu respeito imenso aos povos originários, porque, na minha veia, também corre muito sangue, graças a Deus, e agradecer por estar aqui presente e ver todos vocês. E quero dizer que o hospital está aberto. Eu estou à disposição de todos vocês, e, se caso precisarem, lembro que, aqui no Centro-Oeste, especificamente no Hospital da Asa Norte, nós estamos preparados para recebê-los e devolver, com muito humanismo, tudo que a criança merece, de respeito – não só a criança, obviamente, mas o adolescente.

Mas, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Marconi.

Nós agora vamos... Eu vou pedir ao Dr. Eduardo: a gente pode fazer uma troca de lugar? Eu queria que o Dr. Eduardo fosse para a bancada, e viesse, para o lugar dele, o Lucas Martins, que já está aqui com a gente, Conselheiro Tutelar e Coordenador Nacional da Pasta de Administração do Fórum Colegiado Nacional dos Conselheiros Tutelares.

Larissa, eu posso trocar seu lugar? Você troca de lugar com Fábio Meirelles, Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente – ele vai encerrar com chave de ouro – da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos. Obrigada, Dr. Fábio, por estar conosco nesta reunião.

Vamos ouvir, agora, o Lucas Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta é a seguinte, Lucas: os conselheiros tutelares, como eles têm interagido com as comunidades?

Deixem-me contar uma coisa para vocês. Ontem, enquanto eu estava dirigindo a audiência, a reunião deliberativa, estava aqui no auditório, Putira, uma delegada da Polícia Civil do Amazonas. Ela estava de férias, mas a equipe dela trabalhando lá em Lábrea, e, enquanto ela estava aqui, eu a coloquei aqui na mesa, por tudo que ela tem feito pelas crianças do Norte, não é só do Amazonas, ela estava aqui no celular acompanhando a prisão de um indígena. Inclusive, ele estava na Casai, ele foi buscado na Casai, por causa de um abuso de uma criança, que ele abusou da criança, entre 8 e 12 anos de idade; e ela teve que ter a participação do conselho tutelar.

A pergunta é: como tem sido o trabalho dos conselheiros tutelares para proteger as crianças indígenas de todas as violências? E aqui, gente, não é só violência física. O não acesso à saúde é uma violência. O não acesso à educação é uma violência. Como, Lucas, você, que é... Olha só, ele é do Fórum Colegiado Nacional dos Conselheiros Tutelares. Como vocês têm sido recebidos pela comunidade indígena? A comunidade confia nos conselheiros tutelares? Está na hora de a gente ter conselhos tutelares inteiramente indígenas para entender a dinâmica dos povos? A gente treinar pessoas dentro das comunidades – aí a gente vai ouvir o Ministério de Direitos Humanos sobre isso também – para a proteção da criança da violência? Mas, mais que isso, é a garantia do direito de elas serem assim, do jeito que estão aqui: alegres, brincando, felizes, se divertindo, não deixando a tia falar; mas é isso mesmo, criança tem que fazer barulho mesmo.

Como é o papel dos conselheiros tutelares na proteção e na garantia dos direitos das crianças?

Muito obrigado por estar aqui, Lucas.

O SR. LUCAS MARTINS (Para expor.) – Olá, bom dia a todos e a todas.

Primeiro, eu quero agradecer o convite de estar aqui, representando mais de 30 mil conselheiros tutelares em nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou Lucas Martins e estou como Conselheiro Tutelar na região de Samambaia, aqui, do Distrito Federal, pelo quarto mandato; e sempre a gente tem buscado fortalecer esse órgão, que é o conselho tutelar.

Quero agradecer o convite de estar aqui representando em um tema tão delicado que é falar de criança, e, ainda, crianças e adolescentes indígenas, que a gente sabe que requerem um olhar especial.

Por que um olhar especial? A gente do fórum tem avançado em algumas discussões, Senadora, e a senhora, quando era Ministra, recebia muito o fórum colegiado lá, para a gente debater as políticas públicas para a criança e o adolescente; e a gente tem avançado nessa situação.

Primeiro, quando a gente fala de crianças indígenas, é fundamental começar pelo princípio básico, que é o direito à vida – a gente tem que garantir o direito à vida. E, aí, as falas que houve aqui me contemplam muito, quando a gente busca esse diálogo em toda a rede, a rede de proteção.

Então é necessário ter essa conversa aqui. Para quê? Para que a gente garanta, de fato, que a criança seja sujeito de direito, como preconiza o ECA desde 1990. A criança passa a ser sujeito de direito, com prioridade absoluta, o que é garantido pelo estatuto; no entanto, essa garantia não pode acontecer de forma padronizada. A gente não pode padronizar essa garantia de direito; a gente tem que entender a cultura de cada povo, a gente tem que entender a cultura de cada comunidade, seja ela quilombola, seja ela ribeirinha, seja ela daqui, do centro urbano – a gente tem que entender essa cultura.

Então, o que a gente traz é esse entendimento e essa aproximação. O conselho tutelar e o fórum nacional têm buscado essa aproximação juntamente aos órgãos. Eu fico muito feliz quando eu vejo a Defensoria Pública aqui, porque a gente sabe o papel importantíssimo da Defensoria Pública, do Ministério dos Direitos Humanos, aqui, e também da Casa do Senado, que representa muito bem – e parabenizo a Senadora, por sempre estar à frente desta pauta.

Neste sentido, a gente fala que o papel do conselho tutelar precisa ser exercido com responsabilidade e sensibilidade. Nós estamos ali não para adaptar a criança indígena ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema, mas para tensionar o próprio sistema, para que ele seja capaz de respeitar a realidade de cada criança indígena.

Então a gente tem buscado essa capacitação. Recentemente, agora, em fevereiro, a gente teve uma capacitação em nível nacional, na qual a gente buscou estar reunido com todos os conselhos tutelares, para a gente debater algumas políticas públicas, entre elas a atuação do conselho tutelar nos povos indígenas, nos ribeirinhos e nos quilombolas, porque a gente entende que ainda há essa dificuldade.

Por isso nós precisamos, junto ao Estado e junto às políticas públicas, capacitar os conselheiros tutelares, para que possamos atender, da melhor maneira possível, a todos aqueles e aquelas crianças e adolescentes necessitados da nossa atenção.

É preciso compreender que as práticas culturais diferentes não podem ser automaticamente interpretadas como violação de direitos. Por isso a escuta qualificada se torna essencial. É escutar a criança, escutar a família e, principalmente, escutar a comunidade e suas lideranças.

Quando a gente vê as lideranças aqui sentadas com as crianças, a gente entende que elas conhecem a fragilidade do seu povo. Elas conhecem.

Aqui no Distrito Federal, nós temos o Conselho Tutelar de Brasília II, que é Asa Norte, que atende a comunidade ali do Noroeste. Então, eles têm buscado essa capacitação de entender melhor.

Só que a gente esbarra em algumas políticas públicas, a gente esbarra em algumas situações.

Hoje, eu estou aqui mais como ouvinte, eu estou aqui mais para somar e também para a gente buscar esse entendimento e ver quais são demandas para que o fórum nacional possa levar para o Brasil todo, para cada colegiado, para cada conselheiro atuar da melhor maneira possível.

Proteger não pode ser um sinônimo de impor uma lógica externa. Não é porque há a imposição da garantia que a gente tem que chegar de qualquer forma, sem ser humanizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empático na comunidade. A gente precisa respeitar os modos de vida de cada etnia, de cada comunidade.

De fato, é isso. A gente do fórum, Senadora, tem buscado a capacitação extrema de todos os conselheiros tutelares que têm atuado em alguma comunidade que necessita desse atendimento específico, porque a gente precisa ser humano, a gente precisa garantir, garantir principalmente o fortalecimento dos vínculos familiares.

A senhora trouxe o exemplo dessa família que veio para cá, e os vínculos familiares de alguma forma foram fortalecidos. A gente sabe que isso é importante, respeitando sempre a cultura, como o nosso amigo falou, do terceiro setor.

Aí eu quero parabenizar também o terceiro setor, através das entidades, porque ele ajuda o Estado, ajuda o Executivo, ajuda o Legislativo e nos ajuda, nós do conselho tutelar. O terceiro setor é um braço importantíssimo para essa situação e para a garantia de direito.

Quando a senhora pergunta: será que a gente vai ter que fazer um conselho tutelar para os indígenas? Será que a gente vai ter que capacitar? Eu acho que esse é o caminho.

O ECA tem 35 anos e vem sofrendo alterações constantemente, a exemplo da lei da escuta especializada, a exemplo da Lei Menino Bernardo, a exemplo da Lei Henry Borel. Por quê? Porque, às vezes, a gente encontra falhas. E como garantir o direito?

A senhora trouxe também o exemplo da Lei Maria da Penha para o povo indígena. Se for preciso a gente adaptar, se for preciso a gente lutar por um projeto de lei, se for preciso a gente trazer políticas públicas para garantir, a gente vai correr atrás. O fórum nacional vai correr atrás para esse debate.

Mais uma vez, agora a gente avançou recentemente com o ECA Digital.

Então, a gente precisa, sim, sempre debater, sempre discutir a respeito das garantias dos direitos da criança e do adolescente e em especial de crianças e adolescentes indígenas.

Para finalizar, eu destaco que falar sobre crianças indígenas é falar sobre o futuro, mas também sobre a resistência. A gente principalmente que vive na comunidade, que vive na periferia, a gente está sempre na resistência. E acho que não é diferente também para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na comunidade indígena, para quem está nos povos indígenas, porque a resistência é que faz com que se avance.

E nossas crianças, de fato – parece uma demagogia, mas não é – são o futuro do nosso país, para uma vida melhor, para uma família melhor.

E a gente se coloca à disposição. O fórum nacional está em constante debate, em reuniões, em fóruns. Agora mesmo, a gente está avançando com escolas de conselho para que a gente possa salientar e ter a essência das políticas públicas para cada povo, para cada situação, para que a gente não erre, não erre na violação de direitos, porque, infelizmente, o Estado também é violador. A gente traz o exemplo da saúde. A gente tem aqui o HUB, que atende, mas só média e alta complexidade. Eu fico até feliz quando o Doutor traz e abre a porta do Hran para receber.

Então, é isso. Eu acho que o principal que eu trago aqui é: a gente caminhar juntos, em rede; com o atendimento em rede, a gente vai conseguir. O conselho tutelar, o fórum nacional precisam estar mais próximos da Funai, precisam estar mais próximos da Sesai. Eu acho que é isso: a gente estar mais próximos, a gente, na ponta, garantindo o direito, e, juntos, a gente fortalecer esse vínculo na garantia.

E quero trazer também aqui que a gente tem conversado... Agora, recentemente, o fórum nacional esteve junto – acho que o Fábio vai poder falar melhor –, esteve junto lá na Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente, houve um avanço lá nos Marajós. Houve... Salvo engano, foram nove lanchas? Doze lanchas, agora, para os conselheiros tutelares.

A gente tem uma dificuldade ainda, em termos de estrutura física, para a gente atuar. A gente sabe que lá num estado do Norte precisa de lanchas; foram 12, agora, para o Conselho Tutelar chegar até a comunidade. Isso é importantíssimo. Tem estado, tem cidade, tem comunidade em que se precisa de carro 4x4, porque, às vezes, não se consegue chegar até a casa, até a aldeia, enfim... A gente precisa estruturar o trabalho do conselho tutelar, mas isso só é construído com muita resiliência, com muita força, com muito trabalho. E, claro, eu sempre digo que, no trabalho em rede, o diálogo é importantíssimo para nós que estamos na ponta – o Governo Federal, o Senado e, principalmente, as lideranças, as lideranças comunitárias – tenhamos um papel fundamental para que esse direito seja garantido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pelo convite.

O Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares está à disposição para a gente debater, para aprender também, para que possamos trabalhar juntos nessa garantia de direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lucas. Obrigada.

Nós agora vamos ouvir, para finalizar esta audiência... A gente já ouviu o Ministério da Saúde, Povos Indígenas... Povos Indígenas trabalha com proteção territorial, trabalha com o direito da mulher, direito dos povos; a Saúde, cuida da saúde; a Defensoria, do direito; mas o ministério das crianças é o Ministério dos Direitos Humanos. E eu quero agradecer à Ministra por ter te encaminhado.

E aí, a gente tem uma série de perguntas, mas a gente não vai fazer as perguntas.

Mas eu queria fazer uma colocação: eu abri a sessão dizendo que eu sou mãe de uma indígena de 27 anos. Aí, todo mundo pergunta: "Como é que foi essa adoção?". Aí, o Reginaldo sentou aqui à mesa e disse: "Sou pai de duas crianças indígenas". Como é que foi essa adoção?

Tramita nesta Casa, Dr. Fábio, há mais de 15 anos, um projeto de lei para regulamentar a adoção de crianças indígenas no país. Você sabia que eu nunca adotei a minha filha? Eu não tenho a adoção legal da minha filha, e vocês imaginam como é que foi transitar com uma criança de seis anos de médico em médico, para tomar vacina, para ir ao médico, para ir para a escola sem ser a mãe dela? Chegar no hospital e: "O que uma mulher branca está fazendo com uma criança indígena?".

Nós tínhamos guardas provisórias que caíam a cada seis meses, mas eu tive a bênção de ter a família dela morando, e tem vários tios dela morando em Brasília. Então, os tios estavam ali me acompanhando.

Mas nós temos casos como a Oreni, que está aqui, que é fulniô, mãe de uma menina xavante, e não foi deferida ainda a adoção, porque a adoção de uma criança indígena, Doutor – e nós temos muitas crianças indígenas no Brasil em abrigos, já com o poder familiar destituído,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aptas para adoção –, e nós temos famílias no Brasil – indígenas e não indígenas – querendo participar de um processo de adoção.

Gente, ó: a nossa vida fica bem melhor quando a gente adota. Adoção é ato de amor; a adoção muda a nossa vida, e eu tive a honra de ter uma filha, que já estava escrito lá no céu que seria minha filha, porque não seria tão igual se tivesse nascido aqui do meu útero. Quem conhece Lulu sabe: é linda como a mãe – linda como a mãe!

Mas esta é uma das perguntas que se faz no Brasil: as crianças indígenas que estão em abrigos, aptas para adoção, já está na hora de a gente sentar com o MPI? Já está na hora de a gente sentar com o Ministério de Direitos Humanos e desarquivar esse projeto, que é do ilustre Senador Aloizio Mercadante, quando ele foi Senador há mais de 15 anos, e a gente rever a legislação?

Outra coisa, Doutor: casamento infantil no Brasil não pode; ninguém pode casar no Brasil com menos de 16, menos de 18 anos, mas é uma prática nas comunidades. Como a gente vai lidar com essas práticas culturais? Então, a gente vai ouvir aqui o Ministério das Crianças – hoje não vai falar o Ministério dos Direitos Humanos –, o Ministério da Criança, porque a criança indígena é transversal: a gente cuida aqui, na saúde, a gente cuida no MPI, a gente cuida na defensoria, mas é o Ministério de Direitos Humanos que é o Ministério da Criança.

Bem-vindo! Especialmente, o senhor, que é Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança do Ministério, a criança indígena também é sua.

Bem-vindo, Doutor, e fale para nós o que está acontecendo no Ministério, em parceria com os outros órgãos, para a garantia da proteção, a garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes indígenas.

Bem-vindo!

O SR. FÁBIO MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares. Queria agradecer muito o convite, em nome da Ministra Janine Mello e da nossa Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Pilar Lacerda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Fábio Meirelles. Primeiro, vou pedir licença, Senadora, para fazer a minha descrição: eu sou um homem branco, alto, de barba; estou com um terno cinza, uma blusa branca e uma gravata vermelha, rosa e azul. Não sei se tem pessoas com deficiência visual na plateia nos assistindo, então acho importante fazer essa autodescrição.

Eu estou hoje como Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente no Ministério e, além disso, Senadora, eu também estou Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – que a senhora conhece bem –, o nosso Conanda. Estou aqui com a Larissa, que também é Conselheira pelo Ministério dos Povos Indígenas. Estou muito feliz aqui de estar – enquanto Ministério dos Direitos Humanos, enquanto Conanda – representando o Governo Federal e representando o Conselho nesta audiência.

Foi uma oportunidade de a gente também organizar, no âmbito do Ministério, as nossas ações. A gente organizou em torno de uma apresentação institucional – que a gente vai compartilhar com a Comissão, e a Comissão vai compartilhar com vocês –, com uma narrativa sobre as principais políticas, programas e iniciativas do Ministério dos Direitos Humanos no âmbito da criança e do adolescente indígena.

Então eu vou seguir aqui essa apresentação e depois compartilhar com vocês.

A Secretaria, como já disse, é a nossa Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas para crianças e adolescentes no Brasil.

Aqui a gente já tratou sobre a quantidade de povos indígenas, e aqui eu trago as principais políticas e programas nacionais que a gente coordena no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos: Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital; Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual; Prevenção e Enfrentamento à Violência Letal; a gente está fazendo a atualização do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, está chegando, Senadora, o 18 de maio, então a gente vai ter a etapa de revisão do Plano Nacional; em junho, a gente deve ter o novo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil; o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo; e o Plano Operativo para a Primeira Infância. Isso aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é só para dar uma dimensão das políticas e dos planos nacionais com os quais a nossa Secretaria e o nosso Ministério atuam.

Tratando de Conanda, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente publicou, em 2024 e 2025, três resoluções: sobre parâmetros para adoção de direito à consulta e ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos de comunidades tradicionais; sobre parâmetros para o reconhecimento de práticas de atendimento de povos indígenas, quilombolas e tradicionais a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; e o Conanda também publicou uma resolução sobre parâmetros de atuação do Sistema de Garantia de Direitos – e estou aqui ao lado do Lucas, que é do Fórum Colegiado Nacional – no contexto de mudanças climáticas e que faz um recorte sobre crianças e adolescentes indígenas.

O Conanda, quando aprova as suas resoluções, elas são publicadas em *Diário Oficial* e têm caráter normativo. Então eu trago aqui, primeiro, essa formulação dessas resoluções do Conanda que tratam especificamente sobre crianças e adolescentes indígenas.

As nossas principais formas de atuação, enquanto Ministério, são na formação continuada: a gente tem a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; nos planos nacionais; e na equipagem e qualificação de atendimento e modernização dos espaços. Aqui eu vou trazer, principalmente, Senadora, o Caicyy, que é uma política inédita de abertura de um centro integrado de atendimento à criança ianomâmi e iecuana em Boa Vista; o PPCAAM, que é o nosso Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçada de Morte, que está fazendo uma reestruturação intercultural para atender crianças e adolescentes indígenas; o Sipia, que é o Sistema de Informação da Infância, em que os conselheiros tutelares registram dados de violação de crianças e adolescentes indígenas – né, Lucas? –; e o Sinase, que também está fazendo abordagens interculturais no âmbito do sistema socioeducativo, respeitando a diversidade étnica e acolhendo crianças e adolescentes indígenas no âmbito do sistema socioeducativo.

Aqui trago alguns dados do nosso Sistema de Informação para a Infância. Esse sistema, anualmente, monitora violações de direitos de crianças e adolescentes indígenas – e o Lucas está aqui ao meu lado – via Sipia, que a gente sabe dos registros e a gente faz o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento e análise das violações de direitos de crianças e adolescentes indígenas. Então, o Lucas e todos os mais de 30 mil conselheiros tutelares fazem esse registro das violações e fazem o acompanhamento dessas violações de direitos de crianças e adolescentes indígenas. A gente precisa ter dados para que a gente possa atuar nas políticas públicas com relação a esse público.

O PPCAAM, também, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, também tem feito a proteção de crianças e adolescentes indígenas e familiares. Aqui, a gente tem uma taxa de percentual que tem aumentado de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte. Então o Sipia é o Sistema de Informação e o PPCAAM é o programa de proteção que tem atuado no âmbito de crianças e adolescentes indígenas.

Eu trouxe aqui o Caicyy, que é o nosso Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Yanomami e Ye'kwana, que é uma iniciativa inédita, lançada no ano passado, que já fez quase 700 atendimentos a indígenas ianomâmi e iecuana; entre eles, 191 atendimentos para crianças e adolescentes indígenas vítimas de violação.

Então, aqui, o objetivo do Caicyy, que tem uma equipe multiprofissional lá em Roraima atuando com relação a crianças e adolescentes indígenas. Então o Caicyy... Eu queria chamar a atenção à política de formação continuada também no âmbito da Endica, a Escola Nacional de Conselhos – que o Lucas também comentou –, as Escolas Estaduais de Conselhos, a Escola Nacional de Socioeducação e as Escolas Estaduais de Socioeducação.

Aqui, quero trazer seis cursos que a gente, nos últimos 3,5 anos, lançou, voltados à promoção e proteção de direitos de crianças e adolescentes indígenas. Aqui eu trago, por exemplo, em 2024, o curso de aperfeiçoamento Políticas Públicas Relativas a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais – aqui tem o objetivo do curso –; o curso de aperfeiçoamento Povos Yanomami e Ye'kwana: Diálogo Intercultural, Estruturação de Fluxos e Protocolos para Atendimento a Crianças e Adolescentes; o curso Introdução aos Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e o curso Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses cursos eu trago, Senadora, porque é nosso papel, enquanto Ministério, formar profissionais do sistema de garantia de direitos. Esse é um dos nossos eixos de atuação. Então, além do centro de atendimento integrado, além do Sipia, além do PPCAAM, a gente atua fortemente na formação continuada de profissionais do sistema de garantia de direitos.

Este ano a gente lançou o curso de Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, e a gente tem também o curso de Direitos de Crianças e Adolescentes, Interculturalidade e Mudanças Climáticas. Esses aqui são alguns cursos cuja programação vai ficar disponível, mais o conteúdo programático e a caracterização do curso. Todos eles são cursos que estão disponíveis na Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esse aqui, Senadora, é um resultado: é o Políticas Públicas Relativas aos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais e Suas Famílias. Esse aqui é o resultado de vários desses cursos – tem as emendas, o público, toda a construção e os resultados desse curso –, que eu vou deixar com a Senadora aqui. É um material que a gente lançou neste ano sobre toda essa estratégia formativa do SGD sobre crianças e adolescentes indígenas.

A gente tem um curso... Eu também fui provocado aqui; a Sabrine, de São Paulo, fez uma pergunta: "Políticas para [...] [infâncias] têm participação real dos povos indígenas ou são impostas de forma centralizada [...]?". Essa aqui é uma das iniciativas. O curso, na verdade, é uma formação para promotores indígenas de direitos humanos, que foi feita com o povo xavante, guarani caiová e ianomâmi. É uma formação para promotores indígenas de direitos humanos, para atuação direta sobre direitos e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Então, essa é uma formação que a gente construiu com os povos indígenas. E aqui, também, o Projeto Ticuna; eu também vou entregar.

Está terminando o meu tempo, Senadora, mas esse aqui também foi perguntado. Patrick de Rondônia, perguntou: "O ECA precisa de atualização para contemplar especificidades indígenas?". Patrick, entendo que sim, e esse aqui é um desses esforços, que é o Projeto Ticuna. A gente fez uma tradução intercultural do ECA e do Estatuto da Juventude para a língua ticuna; é uma tradução inédita. A gente fez com o povo ticuna, envolvendo diretamente a comunidade indígena, docentes, estudantes indígenas. Então a gente fez uma tradução do ECA e do Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Juventude para a língua ticuna, com material ilustrativo, textual, audiovisual. Então essa também é uma entrega recente do Ministério dos Direitos Humanos, que é uma entrega bastante simbólica, porque a gente sabe das línguas, dos diferentes povos e línguas indígenas e do quanto é importante que o povo ticuna entenda os direitos de crianças e adolescentes e o direito dos jovens, sobre o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, Senadora, agradeço novamente e coloco o contato da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente à disposição. Quero dizer que a gente atua no âmbito das políticas nacionais, planos nacionais, sistemas de informação, formação do sistema de garantia de direitos e que a gente quer muito avançar, em parceria com o Senado Federal, para que a gente tenha ainda mais políticas, programas e projetos para povos indígenas, olhando especialmente para crianças e adolescentes indígenas. Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Fábio, muito obrigada.

Vocês viram, gente, que tem muita coisa sendo feita no Brasil. Os ministérios estão fazendo entregas, mas ainda temos muito a avançar, é claro.

E nesse sentido, eu queria convidar a Larissa, o Dr. Fábio, eu queria convidar a Defensoria Pública a fazer duas visitas: uma, ao HRAN – que a Putira já conhece, ela eu não vou convidar –, passar um tempinho com o Dr. Marconi no HRAN e conhecer algumas histórias e algumas crianças que estão há anos aguardando, lembrando que a cirurgia de alta complexidade não é responsabilidade da Sesai, é SUS, mas tem que ter um lugar para fazer a cirurgia.

Então a gente poder contar com o apoio de três instituições: o Ministério dos Direitos Humanos, a Defensoria e o MPI, numa visita técnica ao HRAN, para entender e nos ajudar a fazer uma boa pressão para que esse centro seja entregue logo. (*Palmas.*)

Eu não vou chamar a Putira para ir, porque a Putira...

O SR. AMAURI TUPINAMBÁ (*Fora do microfone.*) – A Putira vai também, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMAURI TUPINAMBÁ (*Fora do microfone*.) – Ela vai estar presente sempre nessas causas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um instantinho, Amauri.

A Putira, eu não vou levar, não, porque a gente vai brigar é com o Ministério da Saúde, e ela é do Ministério da Saúde.

Mas eu acho que essa visita técnica...

Mas eu queria estender também um convite para os três, aí eu quero a Putira junto, os quatro, para visitar a TiNi. Passar uma tarde comendo tapioca lá com as famílias acolhidas e entender um pouco a dinâmica do acolhimento que eles estão fazendo hoje, mudou muito de 30 anos para cá. E eles fazerem conexões com vocês a outras instituições no Brasil que estão fazendo o papel igualmente que a TiNi faz de acolhimento de famílias. Tem lugar que não tem Casai. A sociedade civil tem que vir para ajudar na saúde, naqueles lugares onde a gente não consegue acolher todo mundo. A sociedade civil pode ser parceira, sim, na luta, na proteção dos povos, especialmente das crianças.

Nós vamos para o final da nossa audiência, mas eu quero registrar quem está presente no auditório aqui, olha: Daniela Coelho Gomes, que é pedagoga da TiNi; Amauri Tupinambá, liderança indígena tupinambá. Quem é sua mãe, Amauri? Fala para a Sesai. Quem é sua mãe?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele diz que eu sou mãe dele. Você acredita nisso?

Jurandir Rodrigues Caetano, Defensoria Pública da União.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gilsely de Melo Martins, Conselho Tutelar de Samambaia; Sebastião Terena, meu amigo, Presidente do Conselho Terena do DF e Conselheiro Nacional do Agro Indígena. Está presente a Cícera Xukuru, liderança indígena Xucuru; Francisco Guajajara, liderança indígena guajajara; o Macau Camaiurá, que eu já citei aqui; nós temos muitas pessoas no Plenário com a gente; e a Sâmia de Carvalho, também, que trabalha com os povos indígenas, trabalha na proteção; e a nossa querida, que vem lá do Noroeste, está em todas as audiências aqui com a gente.

A SRA. PATIRA XUKURU (*Fora do microfone*.) – Damares, eu queria também fazer uma fala aqui, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um instantinho. Aperta o microfone.

Gente, está todo mundo pedindo a fala. O que eu vou combinar? Eu vou passar a palavra para ela e eu vou combinar com quem solicitou a fala, a Cícera, o Francisco, o Sebastião, o Amauri... Como vocês querem falar de proteção de criança indígena, eu vou fazer um compromisso com vocês. Vamos fazer uma segunda audiência. Nós temos horário para encerrar esta. Nós estamos com crianças aqui que já estão agoniadas. A gente faria uma segunda audiência, ouvindo outros expositores, quem falou aqui ficaria como ouvinte, poderia ser de forma *online*, mas a gente faria uma segunda audiência para a gente falar sobre a proteção. Então, somente... Fala seu nome, para registrar em taquigrafia, e somente ela vai falar e a gente fará uma segunda audiência com a participação desses que estão querendo falar sobre proteção da criança.

Por favor.

A SRA. PATIRA XUKURU – Eu queria, gente, frisar aqui a participação. Meu nome é Patira Xucuru, sou indígena, sou do Noroeste e queria também frisar aqui o Conselho Indígena do DF, que é o Junior Xucuru, ele veio aqui. É uma honra, Damares, ele vir participar aqui com você. É uma grande liderança aqui dentro de Brasília, que está puxando, fez todo esse movimento para que esses outros indígenas viessem para aqui. E saber também que, aqui, a Embaixada dos Povos Indígenas também fez a presença. A gente apoia demais o trabalho da Damares, primeiro como Ministra, depois como presidente dos direitos humanos. E a gente sempre teve uma bagagem muito grande com a Damares, sempre teve. E agradecer também à Sesai, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, ao Ministério dos Povos Indígenas, por estar aqui, a nossos parentes. E não podia deixar de frisar o Conselho Indigenista.

Damares, eu queria que você deixasse o Junior, abrisse uma sessãozinha para ele dar só uma fala. Ele precisa expressar, isso aqui é o Conselho do DF, e a gente vai precisar trabalhar com todos esses povos, que é a união de todos os povos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Brasil inteiro está vendo. Se eu não te der a fala, eu vou ser criticada.

Junior, um minuto, Junior.

E a gente vai ter uma audiência para terminar o debate.

A SRA. PATIRA XUKURU – Muito obrigada, Damares. Obrigada a vocês, gente.

O SR. JUNIOR XUKURU – Primeiramente, parabéns por este momento tão especial, Damares; à minha parente Putira, à minha parente Larissa, aos demais parentes que estão aqui presentes.

Meu nome é Toponoyê Junior Xukuru. Estou, hoje, como Coordenador-Geral do Conselho Indígena do Distrito Federal. E queremos, sim, como eu já falei com a Putira, com a Cesai, com o MPI, com a Funai, acho que esse novo conselho quer caminhar junto com todos aqueles que trabalham com o direito dos povos indígenas. Nós queremos fazer uma coisa diferente, que o Conselho nunca teve, Damares, que é caminhar com todos aqueles que acreditam, primeiramente, na diversidade cultural, no direito das crianças, no direito das mulheres e, acima de tudo, no direito da dignidade.

Queria aproveitar este momento também, Damares, como momento de fala, mas, de tristeza, para que nós pudéssemos, através da sua permissão... Perdemos uma criança esta semana, de nove anos. A sobrinha do Ministro Luiz Eloy Terena, com nove anos, e está sendo investigada ainda. Mas eu, através de você, por ser uma criança e saber da sua preocupação com as nossas crianças, eu queria aproveitar este momento, Damares, para que nós fizéssemos um minuto de silêncio, porque foi uma guerreira que tombou, foi uma sementeira que nós perdemos, uma menina de nove anos que se formaria mulher e seria uma sementeira, que iria dar vida às vidas. A gente sabe da importância, para nós indígenas, de ter essas crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres dentro de um território, porque as verdadeiras lideranças de um território são nossas mulheres, porque são elas que dão vida para que continue a luta e a resistência dos movimentos indígenas.

Então, me sensibilizo, logicamente, com o nosso Ministro Luiz Eloy Terena, em nome de todos os povos indígenas, não só do DF, mas do Brasil, e gostaria que você permitisse um minuto de silêncio, em nome da Luna Terena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho muito respeito ao Ministro Eloy – eu não sabia. Nós estamos em posições políticas diferentes muitas vezes, mas a gente reconhece, eu reconheço – e ele secretamente também acho que reconhece – que estamos em lugares diferentes, mas o nosso objetivo sempre é proteger a criança. Minha solidariedade à família do Ministro Eloy, a toda a família. Não tem como a gente não atender o pedido do Junior.

Então, eu queria que, solenemente, todos ficassem de pé, em silêncio, por um minuto, não só por esta menina, mas por todas as crianças indígenas – as que foram sacrificadas, aquelas que o garimpo matou, aquelas que foram sequestradas, aquelas que foram esquecidas, abandonadas –, especialmente a menina sobrinha do nosso querido Ministro Eloy.

Um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu peço especialmente à Larissa e à Assessoria Parlamentar do Ministério que leve meu abraço ao Ministro Eloy.

Eu falei que não ia dar a palavra, mas está ali o povo terena achando que, agora que eu dei a palavra para o Xukuru, eu tenho que dar para o Terena, se não o Terena, meu amigo, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me causar problema, e eu não quero problema com meus amigos terenas, porque agora a gente tem um conselho terena no DF.

Um minuto, Sebastião Terena.

O SR. SEBASTIÃO TERENA – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Sebastião Terena, eu estou em Brasília há mais de 40 anos e sou um dos fundadores do movimento indígena em Brasília e no Brasil.

Eu quero agradecer muito à Senadora pelo convite – todos nós aqui. Os povos indígenas precisam, sim, do Senado, precisam de V. Exa., dos trabalhos que se vêm fazendo aqui, Senadora. E também os representantes aqui dos ministérios, do Governo.

Quero dizer a todos os parentes que estão aqui que nós estamos prontos, preparados para a gente apoiar o nosso trabalho aqui. É um trabalho coletivo, é um trabalho que é um projeto que precisa de todos, de todos. E o Conselho de Terena, depois de 40 anos, Senadora, foi criado agora, aqui em Brasília. Os terena que estão aqui, há mais de 40 anos, nunca construíram uma organização. É a primeira vez. Já estamos fazendo o CNPJ e vamos trabalhar em parceria com o CID, aqui do DF.

Então, nós estamos aqui prontos para trabalhar juntos, Senadora, principalmente as crianças indígenas do nosso país, porque são os guardiões do nosso futuro. Não só as crianças indígenas, mas as crianças da sociedade brasileira também.

Então, muito obrigado, Senadora, por esse convite a todos nós aqui, e vamos trabalhar juntos.

Eu quero aqui finalizar com a minha linguagem terena. *Vukápanavo*, vamos para a frente, Senadora. *Aínapo yákoe*, obrigado, Senadora, os representantes do Conselho de Tutelar, demais representantes do ministério aqui e a sociedade civil aqui, e também os parentes aqui, que fazem essa parte do movimento indígena, não só no DF, no Brasil todo.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sebastião, meu amigo há mais de 30 anos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Devido ao avançar do horário, os nossos expositores que foram convidados: vocês teriam direito a um, dois minutos para considerações finais, agradecimento. Eu pergunto tão somente. Há necessidade, Fábio? Há necessidade, Lucas? Larissa, necessidade? Um instantinho. Há necessidade da sua fala? Gostaria de responder alguma coisa? Então, tudo bem. Sesai?

A SRA. PUTIRA SACUENA (Para expor.) – Eu só queria dizer que a Sesai está muito de porta aberta para o diálogo, porque, desde 2023, a Sesai saiu de uma caixinha e está disposta à participação, à colaboração, mas, principalmente, ter o olhar a partir da transversalidade com todos os ministérios.

Muito obrigada, viu, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Os demais expositores.

Samira, é um minuto, promete? E aí a gente encerra.

A Larissa quer cumprimentar? Samira, um minuto, porque eu tenho as crianças para mostrar para vocês.

Vai lá, Samira.

A SRA. SAMIRA PEREIRA (Para expor.) – Samira Valesca Pereira, advogada indigenista, sou advogada do povo fulniô aqui no Setor Noroeste. Excelente debate.

O que eu tenho a acrescentar, Senadora e demais ouvintes de todo o Brasil, é a questão da violência institucional, inclusive a violência fundiária, porque a violência fundiária não acontece só lá no Amazonas, porque, muitas vezes, quando se fala de questão fundiária indígena, as pessoas logo ligam à temática da demarcação das áreas indígenas lá no Amazonas.

Mas eu quero ressaltar que aqui, em plena capital federal, nós temos um problema complexo, em que sete famílias fulniô ficaram de fora do acordo que constituiu o Santuário dos Pajés. E o maior problema de tudo: nós temos, sim, prova viva de que existe, sim, violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional com desocupação forçada, que pode atingir crianças, que pode trazer traumas futuros, como aconteceu em 2008, 2009, com a Raíssa Salustriano Caetano, a filha da Patira Xukuru, que teve a sua casa derrubada.

Então, nós precisamos acabar com isso. Nós precisamos abrir o diálogo para que, efetivamente, se tenha um mínimo ético legal. Porque a criança, quando se fala de direitos humanos, muitas vezes, a temática dos direitos humanos é idealizada apenas no sentido de que somente a esquerda pode trabalhar direitos humanos; mas não! O nome diz: direitos humanos para todos nós, indistintamente. Então, é saúde, é educação, é inclusão social. Na semana passada, tivemos a questão do autismo. Tivemos, também, a senhora falando há pouco, a questão da adoção das crianças indígenas, que estão no limbo! Estão no limbo! Quando temos pessoas, como aqui a nossa amiga Aureni, que luta para regularizar a adoção de uma criança indígena autista.

Então, assim, que esse olhar seja inclusivo, que independa de bandeira, de direita ou de esquerda, que a bandeira seja a prevalência da dignidade da pessoa humana. Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora.

Larissa, você levantou, você queria falar?

Crianças, já estamos chegando para apresentar vocês para todo o Brasil.

O SR. LARISSA PANKARARU (Para expor.) – Queria agradecer, Senadora. Acho que também foi um debate muito rico. E dizer que estamos à disposição, o Ministério dos Povos Indígenas está à disposição para o diálogo. Estamos abertos, agora na nova gestão, do Ministro Eloy Terena. E contem conosco para avançarmos na política para as nossas crianças indígenas e jovens também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente encerra esta audiência... Lembrando só uma coisa ao Ministério dos Direitos Humanos, MPI e todo mundo que está aqui: dia 28, vai ser votado, nesta Casa, a lei que institui a política nacional para crianças com altas habilidades e superdotadas. E a gente vai precisar estar atento se as crianças indígenas serão alcançadas. Porque as crianças superdotadas de aldeias estão sendo deixadas para trás. E nós temos gênios nas aldeias. Nós temos crianças com altas habilidades nas aldeias e que a política pública não alcança. Não podemos permitir a aprovação de mais uma lei excluindo as crianças superdotadas das aldeias, das comunidades indígenas. Assim, quando a gente faz o debate do autismo, quase ninguém vem falar da criança indígena com autismo. Então, nenhum debate mais, nesta Casa, pode ser feito sem o recorte da criança indígena.

E a gente encerra a audiência dizendo que está conosco aqui o projeto Curumins. Além da Atini, que é uma iniciativa da sociedade civil, nós temos o projeto Curumins, que é uma iniciativa socioeducativa que visa ao desenvolvimento integral de crianças indígenas por meio da prática do jiu-jítsu – veja só, que interessante –, idealizado pelo Prof. Daniel Lino, o projeto atua junto às comunidades indígenas localizadas na região do Distrito Federal, beneficiando crianças de diferentes etnias, como cariri, xocó, guajajara, terena. O projeto é mantido por esforço de voluntários, atende muitas crianças e busca formar cidadãos conscientes e orgulhosos de suas origens.

Eu queria que as crianças do projeto Curumins viessem aqui.

A Comissão de Direitos Humanos reconhece o trabalho do projeto Curumins.

Nós queremos dar ao Prof. Daniel e às crianças um certificado, uma declaração de participação nesta audiência. E queria que a TV Senado mostrasse essas lindas crianças do Projeto Curumim, que fizeram a nossa audiência hoje mais bonita, mais barulhenta, mais alegre.

Parabéns, Prof. Daniel, pelo Projeto Curumim. Que Deus abençoe vocês e que as crianças indígenas... Nós temos mais de 8 mil indígenas morando no Distrito Federal. Essas crianças precisam de atendimento integral, e aqui nós temos algumas delas, que moram no DF. E eu espero que todas elas torçam pelo Corinthians, que é o melhor time de futebol do mundo...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não? Assim... Você gosta do Corinthians? (*Pausa.*)

Está vendo? Tem criança indígena que gosta do Corinthians.

Sejam bem-vindas!

Eu peço a todos os presentes um aplauso para as crianças do Projeto Curumim, ao Prof. Daniel. (*Palmas.*)

Parabéns pelo seu trabalho!

Com essas crianças e com todos os aqui presentes – que vivam as crianças indígenas do meu país! –, com muita alegria – obrigada, Governo Federal, por estar presente, todos vocês, obrigada –, eu declaro encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 41/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN). Finalidade: "Debater a equidade no acesso ao tratamento do Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X (XLH) no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à continuidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e à análise das políticas públicas relacionadas ao acesso terapêutico para pacientes adultos". Participantes: Maria Helena Vaisbich, Médica Nefrologista. Mestre e Doutora em Nefrologia pela EPM/UNIFESP; Gabriela Hidalgo, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde; Maria Lúcia de Almeida Moura Gomes, Paciente, irmã e tia de paciente; Isaura Terezinha da Silva, Paciente e mãe de paciente; Rafaelli Cardoso Silva, Mãe, cuidadora e diretora da instituição Mundo XLH – Associação de Apoio à Família e Pessoas com Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X e Outras Doenças Raras; Rodrigo de Araújo da Silva, Secretário da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e Nordeste - FEDRANN; e Rafael Poloni, Tecnologista - Representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde - SECTICS/CONITEC/MS. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 23 de abril de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 41, de 2026, aqui, da CDH, de minha autoria, para discutir a equidade no acesso ao tratamento do raquitismo hipofosfatêmico ligado ao cromossomo X (XLH) no Sistema Único de Saúde, especialmente no que se refere à continuidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e à análise das políticas públicas relacionadas ao acesso terapêutico para pacientes adultos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211 – e nós já estamos recebendo muitas perguntas via internet.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, antes de chamá-los para a mesa, eu comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos, e ao final a gente devolve, para agradecimentos e considerações finais, porque é possível que um convidado fale alguma coisa e queira completar ou tenha uma pergunta. Então, ao final, a gente devolve, para as considerações finais.

Nós teremos uma mesa única, que será composta por cinco pessoas presenciais e uma pessoa que participará via *online*.

Assim, eu tenho a honra de convidar, para compor a mesa, para se sentar ao meu lado – à direita, que é um bom lado... Falei nada. Vocês estão rindo do quê? (*Risos.*)

A Dra. Maria Helena Vaisbich, médica nefrologista, Mestre e Doutora em Nefrologia pela EPM/Unifesp.

Doutora, que alegria recebê-la na Comissão! (*Pausa.*)

Que honra, Doutora! É uma honra ter a senhora com a gente. Uma honra!

Para se sentar ao meu outro lado, eu convido Maria Lúcia de Almeida Moura Gomes, paciente, irmã e tia de paciente.

Que alegria recebê-la aqui, Maria Lúcia! Que bom que você está aqui, com a gente hoje! Seja muito bem-vinda!

Gente, no meu tempo, quando a gente chamava alguém para a mesa, a gente batia palmas. (*Palmas.*)

Que alegria que a senhora esteja aqui!

Sente-se aqui, Maria Lúcia.

Convido também, para compor a mesa, Isaura Terezinha da Silva, paciente e mãe de paciente.

Palmas para a Isaura também. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Isaura.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Quero mostrar as...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso! Tem que mostrar – tem que mostrar.

Pode até ficar de pé na hora da sua fala também.

Bem-vinda.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Que é isso! Isso aqui é uma conquista.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos mostrar conquistas.

Quero convidar à mesa também Rafaelli Cardoso Silva, mãe, cuidadora e diretora da instituição Mundo XLH – Associação de Apoio à Família e Pessoas com Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X e Outras Doenças Raras.

Que prazer, Rafaelli! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui é um bate-papo entre a gente, fique tranquila. Aqui é uma conversa, um bate-papo.

Tenho a alegria de convidar meu amigo, parceiro de luta, que está aqui nos corredores com a gente, já merece até um bóton de Senador: Rodrigo de Araújo da Silva (*Palmas.*), Secretário da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e Nordeste.

Bem-vindo, Rodrigo.

Nós ainda temos a honra de chamar para compor a mesa, de forma *online*, Rafael Poloni, tecnologista, Representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

Rafael já esteve com a gente em outra audiência.

Rafael, seja bem-vindo.

Já quero agradecer ao Ministério da Saúde por tê-lo enviado como representante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prepare caneta e papel aí, Rafael, porque nós vamos fazer um monte de pedidos para você.

Bem-vindo.

Por uma questão de lógica, Rafael, nós vamos deixá-lo por último, não porque você está longe. Por quê? Seria interessante, Rafael, a gente ouvir as famílias, a instituição, a sociedade civil primeiro, que, com certeza, eles têm demandas para o Ministério da Saúde. Então, a gente vai deixar você para falar por último, a não ser que você tenha uma agenda e precise muito falar antes, mas, para um bom andamento da audiência, nós vamos deixar você por último.

Se você precisar falar antes, faça contato no *chat* com a Secretaria.

Composta a nossa mesa, eu quero explicar por que esta audiência está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e não na Comissão de Saúde.

Esta é a Comissão que discute direitos. Esta é a Comissão que tem, como uma de suas atribuições, o cuidado com a família, o direito da família, o cuidado com o paciente, os direitos do paciente. Então, é por isso que nós estamos fazendo aqui.

Nós vamos fazer este debate à luz dos direitos: quais direitos estão sendo violados dos pacientes? Quais direitos das famílias estão sendo violados?

Nós não vamos nos debruçar aqui no tratamento, no remédio – é claro que eles vão falar do não acesso ao tratamento –, nós não vamos ter um debate técnico, científico sobre a doença. Nós vamos falar sobre os desafios que as famílias e os pacientes estão encontrando no Brasil.

Temos uma médica que vai nos dar uma abordagem mais científica, mas ela vai falar do coração.

Quero desafiá-la, Dra. Maria Helena, a falar mesmo do coração. O que é que a senhora está vendo no dia a dia? Como os seus pacientes têm sido tratados no dia a dia? Quais são as maiores reclamações dos seus pacientes? Como a senhora tem visto o desafio das famílias, no dia a dia, para manter os seus filhos, para manter o tratamento, para não desistir do tratamento? E o que é que a gente pode melhorar no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Comissão, depois desta audiência, nós faremos encaminhamentos: nós vamos produzir um relatório desta audiência.

Não é só uma audiência para a gente debater e está aparecendo na TV – e eu espero que a gente esteja bem bonitinho na TV –, mas nós não temos muita coisa bonita para falar hoje. Com certeza, nós vamos ter grandes desabafos aqui. Nós vamos ter tristezas para colocar na mesa, mas a gente vai colocar nossas tristezas, os nossos desabafos, os nossos desafios, numa perspectiva de esperança de que esta audiência possa trazer para as famílias um norte, possa trazer para as famílias uma porta, possa trazer para as famílias – quem sabe? – o início de um grupo de trabalho dentro do Senado, se for preciso, Rodrigo. Que esta audiência pública seja um marco na história dos pacientes, das famílias e dos médicos também.

Debater a equidade no acesso ao tratamento do raquetismo hipofostatêmico – olha, eu estou ficando boa. Falei certinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ligado ao cromossomo XXLH, no Sistema Único de Saúde, especialmente no que se refere à comunidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e análise das políticas públicas relacionadas ao acesso terapêutico para pacientes adultos, é necessário e oportuno fazer este debate.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realiza a presente audiência no exercício de suas competências constitucionais e regimentais, com objetivo de promover o debate qualificado sobre matérias de relevante interesse público, em especial aquelas relacionadas à promoção e à proteção dos direitos humanos.

O tema que hoje nos reúne à equidade no acesso ao tratamento do raquetismo hipofostatêmico, ligado ao cromossomo X, no âmbito do Sistema Único (SUS), insere-se no núcleo essencial do direito fundamental à saúde, previsto no art. 196, da Constituição Federal, e faz diálogo diretamente com os princípios da dignidade da pessoa humana, da integralidade, da assistência e da justiça social.

A patologia conhecida como XLH é uma doença genética rara, crônica e progressiva, que compromete o metabolismo do fosfato e afeta a mineralização óssea ao longo de toda a vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com repercussões significativas na mobilidade, na autonomia e na qualidade de vida dos pacientes.

Embora se trate de uma condição rara, é importante lembrar que o tema das doenças raras envolve um conjunto amplo e complexo de enfermidades.

Segundo definição adotada no Portaria do Ministério da Saúde 199, de 2014, essas doenças afetam até 65 pessoas por 100 mil indivíduos, e o próprio Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registra uma estimativa de que existe entre 6 mil e 8 mil doenças raras documentadas.

No caso específico do XLH, embora a sua prevalência seja reduzida, trata-se de uma doença rara com ocorrência estimada em aproximadamente um caso para cada 20 mil indivíduos, conforme dados da Endocrine Society. Seus impactos são profundamente relevantes. Pacientes adultos frequentemente enfrentam dor crônica, deformidade óssea, limitação funcional progressiva e perda de capacidade laboral, com repercussões diretas sobre suas inserções social e econômica.

Inclusive, uma de nossas pacientes veio com uma bermuda até a altura do joelho porque ela quer mostrar – ela está sentada aqui – exatamente o que eu li aqui. Talvez algumas pessoas que ouviram eu falar que é um caso em cada 20 mil indivíduos devem estar dizendo: "Ah, mas é um em 20 mil". Você só fala isso porque esse um não está dentro da sua casa, porque esse um não é você.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, estamos diante de uma situação que afeta de forma desproporcional um grupo em condição de vulnerabilidade que depende da atuação coordenada do Estado para garantir acesso equitativo a diagnóstico, tratamento e acompanhamento contínuo. A ausência ou interrupção de tratamento adequado compromete não apenas a saúde física, mas também a autonomia, a dignidade e o projeto de vida desses pacientes.

No plano de saúde pública, os impactos são igualmente significativos. A não continuidade do tratamento pode resultar em agravamento do quadro clínico, aumento da demanda por procedimentos ortopédicos, maior utilização de serviços especializados e elevação dos custos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiretos associados à incapacidade laboral e à dependência assistencial. Estudos internacionais indicam que as doenças raras representam uma carga econômica significativa para os sistemas de saúde e para a seguridade social, podendo gerar custos até dez vezes superiores aos observados em doenças de maior prevalência, sobretudo quando não há acesso a tratamento adequado.

É neste contexto que se evidencia uma lacuna relevante na política pública atualmente vigente. O medicamento burosumabe encontra-se incorporado ao SUS para tratamento pediátrico, conforme deliberações da Conitec. Entretanto, não há previsão de continuidade terapêutica para pacientes adultos, o que gera uma ruptura assistencial no momento da transição da adolescência para a fase da vida adulta. Essa descontinuidade não representa apenas uma limitação técnica, mas um descompasso entre política pública e a realidade clínica da doença, que persiste ao longo de toda a vida.

Conforme evidenciado nos documentos que fundamentam esta audiência, há evidência científica de que o uso do medicamento em adultos pode promover melhora da dor, da mobilidade e da qualidade de vida, além da normalização dos níveis séricos de fosfato. Desta forma, o debate que ora se propõe não trata da criação de uma nova política pública, mas da necessidade de garantir coerência, continuidade e integralidade à política já existente, à luz dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde.

Nesse cenário, a realização desta audiência pública se revela instrumento essencial para o aprimoramento do debate legislativo e para o fortalecimento do diálogo entre o Parlamento, o Poder Executivo, a comunidade científica e a sociedade civil. Reafirmamos, portanto, o compromisso desta Comissão com o acompanhamento dessa matéria, com a promoção de políticas públicas baseadas em evidências científicas e com a defesa intransigente da dignidade da pessoa humana.

Com base em tudo isso, desde que publicamos a realização da audiência, nós estamos recebendo perguntas e comentários que surgiram no Brasil inteiro. E aí, queridos convidados, querido Governo, mostra o quanto esse tema chamou atenção e a necessidade de discussão de forma séria sobre esse tema. E é isso que nós vamos fazer nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Dra. Maria Helena, já fazendo o seguinte desafio: como ter uma política pública eficiente, eficaz, para atendimento aos seus pacientes, num país deste tamanho, num país com uma fronteira enorme, num país em que a gente recebe imigrantes a cada minuto? Nós já tivemos um momento em que entravam, por dia, lá na fronteira da Venezuela com Brasil, lá na Operação Acolhida, 980 pessoas por dia, em torno de 30 mil pessoas por mês entravam no Brasil. Como discutir o atendimento a esses pacientes num país com tantos povos tradicionais? Como discutir sobre tratamento e atendimento às pessoas que estão em aldeias indígenas? Como é que está o diagnóstico das crianças na aldeia indígena com raquitismo? Foram diagnosticadas? Como está a vida dessa criança em aldeia indígena?

Eu tenho uma história muito triste, não vou colocar agora essa história, mas, se preciso, no final da audiência, eu falo o que aconteceu com uma criança de que eu cuidei, identificada com raquitismo numa aldeia. Só vou iniciar dizendo que tem povos que não aceitam, tem povos que não as querem porque elas não vão caçar, pescar na mesma qualidade que os outros meninos, que as outras meninas.

Como a política de atendimento desse paciente está chegando à aldeia? Como está sendo o diagnóstico nos quilombos? Como está, Rodrigo, sendo o atendimento desses pacientes na região ribeirinha? Estou falando aqui agora com um grupo de pessoas que vivem em área urbana e acho que alguns moram aqui no grande centro. Dra. Maria Helena, como estão os pacientes na região ribeirinha? Eles estão tendo acesso a medicamento? E é aí que eu quero que o nosso representante de Governo tenha uma atenção especial. Em áreas indígenas, quilombos, áreas ribeirinhas, áreas de fronteiras, como esses pacientes estão sendo alcançados?

Se os pacientes, que estão aqui na mesa, que moram em área urbana, que têm acesso a uma Senadora, que têm acesso ao Senado Federal, que têm acesso às instituições, como a que o Rodrigo preside, que têm acesso a uma médica extraordinária, têm tanto a reclamar, como estão os pacientes que estão em lugares distantes?

Nós vamos fazer essa discussão, e essa discussão, senhores, é pensando nos senhores que estão aqui na mesa, mas pensando naqueles que não têm voz, lá na ponta, naqueles que nunca conseguiram chegar perto de um Parlamentar ou de uma autoridade para contar sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrupção do tratamento, sobre a dor, sobre o sofrimento do dia a dia. Que possamos fazer um bom debate a partir de agora!

Nesse sentido, eu passo a palavra por dez minutos para a nossa querida médica, a Dra. Maria Helena. Doutora, eu falei certo o seu nome: Vaisbich?

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH (*Fora do microfone.*) – Vaisbich.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou ficando boa nisso. Vaisbich.

Ela é médica nefrologista, Mestre e Doutora em Nefrologia da Unifesp. Imagine a qualificação dessa mulher, imagine o que ela tem para colaborar com este debate.

Doutora, dez minutos. Muito bem-vinda e obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco nesta mesa hoje.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH (Para expor.) – Eu agradeço imensamente, Senadora Damares. Eu sou uma admiradora sua. Eu tenho um Instagram que se chama Iluminando Raras, e eu tenho até publicada uma fala sua sobre as doenças raras. Eu acho admirável e acho uma oportunidade.

Infelizmente, eu vou passar do tempo. Não vou conseguir falar em dez minutos, porque, além da parte técnica, eu sou uma batalhadora dos pacientes que têm doenças raras, eu sou nefrologista, então, principalmente de quem tem envolvimento renal.

Eu participo dessa empreitada de tratamento dos pacientes com XLH já há muitas décadas e eu vi a falta de tratamento específico. A vantagem de se ficar velha é esta: a gente tem história. Então, eu vi o que era antes de existir o tratamento específico, o que acontecia com essas pessoas, e a gente tem a possibilidade agora de ter um tratamento-alvo. Eu já participei de várias reuniões da Conitec e, na Conitec, muitas vezes você escuta falar: "Não vem com essa história, porque o remédio está agindo na fisiopatologia". Gente, o remédio tem que agir na fisiopatologia. Então, a gente tem que ir com essa história.

Então, esse é o único remédio, no momento, disponível no mundo para tratar efetivamente pacientes com XLH. Eu não vou falar das crianças, porque, quando foi incorporada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a medicação para as crianças, eu fui a médica que participou da reunião da Conitec. Eu fiquei parcialmente feliz, porque foi incorporado para as crianças, mas parcialmente decepcionada, porque a gente fez um grande esforço naquela ocasião para já mostrar o quanto os pacientes adultos sofrem. E não só sofrem na sua parte óssea, porque essa doença é sistêmica, ela envolve uma fisiopatologia que não é só o fósforo baixo.

Vou aproveitar para apresentar os meus milhões de eslaides, mas que têm bastante fotos. Então, não vou...

Eu acho que a primeira coisa aqui que eu gostaria de mostrar é a foto que eu coloquei – isso aqui não aponta, não é? –, porque eu acho que isto está faltando para os pacientes que têm doenças raras: está faltando a Justiça ser equilibrada e cega.

E o que é o XLH?

Voltou o eslaide.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Quer que eles passem, Doutora?

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Ah, quero.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não é melhor vocês passarem para ela?

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Bom, eu também falo até sem eslaide.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está bom.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – O XLH é uma doença em que a gente tem a perda da regulação do fósforo no sangue – que é o sérico –, na corrente sanguínea. E por que o fósforo é importante? Porque o fósforo, além de ser, em grande parte, em estoque ósseo e em estoque dentário, simplesmente faz parte do ATP. Quem já ouviu falar do ATP? O ATP é a molécula de energia do nosso organismo, é o que faz o suprimento energético. Ele está nas membranas celulares de todas as células – e subcelulares –, além de ele ser parte do material genético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele é... Já fiquei até com a boca seca, porque você falou para eu falar com o coração. (*Risos.*) Então, o material genético é composto pelo fósforo. O fósforo tem que ser mantido no nosso organismo... Pode passar. Ele tem que ser mantido numa faixa estreita. Agora, pode passar todos os eslaides.

Quando a gente tem uma diminuição do fósforo que a gente ingere, cai o fósforo no sangue. E o que o nosso organismo faz? Ele ativa a produção da forma da vitamina D ativa, que vai no intestino e aumenta a absorção de fósforo e cálcio. Ao mesmo tempo, do lado direito, a gente vê, na célula renal, aumentar a absorção tubular renal – por isso que eu sou nefrologista – e diminuir a perda do fósforo urinário. Tudo isso é o objetivo do nosso organismo quando cai o fósforo no sangue, para tentar recuperar o fósforo que está sendo perdido.

Porém, nos pacientes que têm XLH, surpreendentemente, esses mecanismos não funcionam. Então, cai o fósforo, mas a gente não tem um aumento da produção da forma ativa da vitamina D, e o rim continua sempre perdendo o fósforo na urina. Quando eu fazia o tratamento que era proposto anteriormente, que era dar a vitamina D e o fósforo, eu não resolvia o problema, porque eu dava o fósforo, mas o paciente continuava perdendo aquele fósforo urinário. Então, aquele aumento no sangue era, na verdade, transitório, por quê? Porque eu não resolvia o problema. O que aconteceu na... Posso ficar em pé?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode, Doutora. Tem microfone para ela?

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Na verdade, foi descoberto depois que o que gera... Eu estou acostumada a dar aula em pé.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim, Doutora.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – O que gera a doença é um fator de crescimento que se chama FGF23. Então, a partir do momento em que a gente identificou essa glicoproteína, que é a causa da... É um hormônio fosfatúrico, isto é, estimula a perda do fósforo na urina. E ela inibe a síntese da forma ativa da vitamina D. Aí, ficou extremamente claro...

Maravilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode usar também aqui a frente se quiser, Doutora.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está na sua sala. Não é isso, gente? (*Risos.*)

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Estou me achando já.

Então, e aí... Esqueci.

E isso aqui é muito importante porque essa é a causa da doença. Não adianta eu querer tapar o sol com a peneira; só dar vitamina D ou só dar fósforo.

Pode passar para o próximo.

Esse é o problema. O FGF23, o que ele faz? Ele inibe... Fiquei na frente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Ele inibe a reabsorção, os transportadores que carregam o fósforo da luz, onde se forma a urina, para dentro da célula renal. Então, ele inibe aqui, que é a absorção, os transportadores que absorvem o fósforo que for filtrado, e ele inibe a enzima que age formando a vitamina D ativa, que é quem vai ao intestino e absorve o fósforo e o cálcio. É muito simples o problema, a gente só precisa dar o remédio certo.

Além disso, ele estimula uma enzima que degrada a forma ativa da vitamina D. Então, o que acontece com esse paciente? Ele fica permanentemente com a vitamina D baixa e o fósforo se perdendo na urina, com hipofosfatemia.

Pode passar. Pode passar todos. Pode ir para a frente.

E essa é uma paciente, eu tenho o histórico dela, ela me permite... Eu vou tentar passar. E ela me permite mostrar as fotos dela.

A doença começa na infância. Sorte de quem é diagnosticado na infância, porque tem muito paciente que fica perambulando por serviços médicos sem diagnóstico, como a senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrou, não só essas populações mais específicas, mas muitas pessoas em cidades grandes, porque tem falta de educação médica em relação à doença. Começa pequenininha a ter essa dificuldade da marcha, entortamento dos membros. E a vida da pessoa é essa, até que ela chega a mais de 30 anos de idade tendo feito dez cirurgias nos membros inferiores e tem uma dificuldade e anda de muleta. Isso dificulta para qualquer pessoa trabalhar, estudar, fazer uma família, criar os filhos.

Limitações, dificuldade... Várias limitações, várias cicatrizes. Essa é a perna de uma paciente com várias cirurgias.

O que acontece então? A doença não é uma doença da pediatria; por isso, quando foi incorporada para as crianças, eu fiquei parcialmente feliz, porque é uma doença que persiste no adulto. A hipofosfatemia é crônica, e essa substância, que é o FGF23, permanece desregulada. Então, essa doença não tem fim. A doença óssea e odontológica persiste, mas também esses pacientes têm outras manifestações.

Isso é um paciente adulto. Então, na criança a gente fala raquitismo, mas no adulto a gente fala osteomalácia, porque já se fecharam as cartilagens de crescimento, mas a doença é a mesma. A gente tem, olhe, o osso totalmente frágil, desmineralizado, cheio de fraturas e pseudofraturas, que são a quebra do osso em cima dele mesmo, por fragilidade, que podem acometer vários lugares, mas veja isto: 40% dos casos, no quadril e nos pés. Como é que as pessoas vão se movimentar?

Não dá em dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Fica tranquila.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Aí, olha isto: desalinhamento e defeito na cartilagem. Essas pessoas, se você comparar... Aqui é animal, mas só para mostrar que o doente tem uma cartilagem, uma espessura da cartilagem menor do que os controles. Ele tem uma fragilidade enorme.

Uma das complicações que acontece na idade adulta, gente, é calcificação de ligamentos e tendões. Isto aqui, esta proeminência é calcificação do tendão de Aquiles. Isso, eu vou mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em paciente meu com trinta e poucos anos de idade. Essa pessoa merece ter a oportunidade de ser tratada, porque isto aqui é uma dor tremenda. É uma pessoa incapacitada. Olha: 74% acontecem nos tornozelos e mais de 50% nos joelhos.

E a gente ainda pode ter a calcificação de um ligamento na coluna, que leva a uma compressão com estenose da medula. Essa pessoa tem que ser operada para liberar a medula espinhal.

Então, eu estou enfatizando e falei que eu ia passar dos dez minutos, porque a doença não é só o osso. Ela é muito grave, não é, Lúcia?

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone*.) – É, Doutora.

A SRA. MARIA HELENA VAISBICH – Isto é outra complicação. Esta é aquela mesma moça que eu mostrei desde criança. Esta complicação é gravíssima. Isto aqui é a malformação de Chiari. Eu coloquei um desenho aqui, mas eu vou mostrar na paciente. Aqui a gente tem, olha, o cerebelo, que desce para a coluna espinhal. Nesses pacientes, pela fragilidade óssea, a gente tem uma entrada, como se fosse uma hérnia, saindo do cerebelo para dentro da coluna. Isto aqui tem que ser operado. Em muitos pacientes que têm cefaleia crônica e que são diagnosticados como se fosse enxaqueca, pode ser essa malformação de Chiari. Essa paciente era diagnosticada com enxaqueca. Eu pedi o exame dela, olha o que eu vi. O cerebelo entrando dentro da coluna.

Então, a doença é extremamente grave.

Isto aqui é o pai de uma paciente, 38 anos de idade. Foi tratado, diagnosticado com quatro anos. Olha isto. Isto aqui é a calcificação, olha. Isto não é do livro, não é da internet. Isto aqui é um paciente que permitiu que eu mostrasse a radiografia dele. Olha isto. Várias cirurgias. É uma pessoa de 38 anos de idade, na fase ativa da vida dele. Esse paciente começou a ser tratado. Ele já usa medicação, via judicial obviamente, há mais de dois anos. Ele perdeu peso. Hoje em dia, ele faz atividade física.

Como é que eu vou dizer que o remédio não funciona, gente, se eu acompanho o paciente? Eu estou aqui por causa disso. Eu parei aqui, eu estava a caminho de Recife, fiz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baldeação aqui, Senadora, para falar para a senhora: ajuda essas pessoas. Porque não é justo a pessoa ter uma vida assim.

Olha a parte dentária. Eles têm alterações dentárias superimportantes.

Eles perdem os dentes, fazem abscessos espontâneos. Olhem o que eu vou mostrar para vocês. Olhem a fístula que saiu da gengiva para o céu da boca. Aspiramos. Sabem o que era? Pus. Então, os pacientes têm abscessos espontâneos.

Novamente. Olhem. Autorizado pela paciente.

Os pacientes querem mostrar, por isso que ela veio de bermuda. Por quê? Porque eles não estão só pensando neles, estão pensando naqueles que também estão chegando, em outras pessoas diagnosticadas.

E aqui começam algumas coisas que estão sendo recentemente descobertas. Além da surdez, que a gente pode ter em um grupo grande de pacientes adultos, de 48% a 82% de adultos e só 9% de crianças.

Outra coisa importante: a gente está estudando se esses pacientes têm maior propensão a doenças cardíacas e vasculares. Por quê? Por causa do FGF23. O problema do FGF23 é que ele não age só no osso, não age só no fósforo. Ele age, quando aumentado, nos cardiomiócitos e isso é uma coisa que ainda está sendo explorada. Então, o que os japoneses acharam?

Esse é o aumento da massa do ventrículo esquerdo.

Olhem, esse é o trabalho japonês que eu quero mostrar. Olhem isso: 22 pacientes e pacientes controles em azul. Olhem a hipertensão arterial. De 20 a 29 anos já é maior do que nos controles normais; de 30 a 39 anos. E olhem aqui. Quando chega à década de 40 anos, olhem o que acontece: a gente tem uma proporção muito maior de pacientes com hipertensão arterial do que na população geral.

Então, a doença XLH não é uma doença só de criança, é uma doença de adulto. O FGF23 permanece desregulado e os estudos clínicos têm evidências suficientes para recomendar o tratamento com burosumabe não somente para as crianças, mas para os adultos, tanto que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado na Anvisa e em outras várias agências reguladoras de saúde no mundo. O Nice, o FDA, o EMA, todos recebem a medicação.

Para mostrar a importância, a gente fez um estudo brasileiro, que foi publicado. Esse estudo mostrou... Exatamente aqui. Foi um critério que a gente fez, brasileiro... Porque a gente não dispõe de todos os exames que tem fora do Brasil, então a gente criou um critério de gravidade de acordo com o comprometimento da mobilidade, a necessidade de uso de analgésicos – porque essas pessoas acabam tendo doença renal secundária de tanto anti-inflamatório não hormonal que causa problema renal – os problemas odontológicos, o número de fraturas e o número de cirurgias. Tudo isso a gente computou no critério de gravidade. E o que a gente observou?

A gente viu aqui que tinham 13 mulheres, gente...

É o anterior.

Volta.

A gente tinha 13 mulheres e 6 homens. Idade do diagnóstico: 6 anos e meio. Gente, os pacientes evoluíram, 100% deles, com dificuldades de mobilidade.

E, olha aqui, escore de moderado a grave, juntando aqueles dados, mais de 60% dos pacientes.

Próximo.

Nefrocalcinose.

Complicação gravíssima que pode ser relacionada à doença, mas tem sido incriminado o tratamento anterior.

Pode ir passando.

Hiperparatireoidismo.

Metade dos pacientes.

Então, o que nós vimos? Esses pacientes que tomavam burosumabe, como eles evoluíram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Essa foi a parte laboratorial, tá?

Olha o fósforo inicial. Eles tiveram cerca de um ano e meio, em média, de tratamento. É lógico que isso variou, mas a gente teve um aumento de 1,9 para 2,7. Isso aqui é a significância estatística, só para mostrar que isso foi avaliado.

Vitamina D ativa, que normalmente é baixa.

Antes da medicação. Olha isso! Final, normalizou.

E, aqui, é uma técnica que a gente faz para ver o aumento da absorção renal, naquele lugar que o rim perdia, mostrando que houve aumento significativo. Quando p é menor que 0,05, é porque foi estatisticamente significativo. Além de outros marcadores de complicações, como eu mostrei, que pode ter, da paratireoide, em que a gente teve normalização também.

Então, essa é uma medicação sobre a qual estou mostrando os nossos dados brasileiros. Não é dado de outro país, de outra genética, de outra situação, nem de outra geografia. É do Brasil. Isso está publicado. Está a referência aqui. A gente está tentando dar continuidade a esse trabalho e o que a gente observa é que os pacientes adultos aumentaram a estatura significativamente.

Então, assim, você não esperava mais que essas pessoas fossem crescer. Aumentou a estatura dos pacientes adultos. Olha, significativo.

O que mais? Os pacientes tiveram uma normalização, praticamente, da reabsorção renal do fósforo.

Então, a medicação funciona adequadamente.

As minhas considerações finais estão representadas aqui, que são justamente a razão de a gente estar na Comissão de Direitos Humanos. Acredito que isso significa que todos temos direitos, independentemente do que nós somos.

Então, a nossa perspectiva é que, de uma vez por todas, entendam que essa é uma doença da criança e do adulto e que nós precisamos, pelo mínimo de dignidade, ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento adequado e de monitorização dos pacientes. Os pacientes precisam ser acompanhados clinicamente. Não só os adultos, mas também as crianças. Não só as crianças, mas também os adultos.

Era isso que eu tinha para falar.

Desculpem por passar do tempo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Maria Helena, muito obrigada.

Eu acho que, no tempo que a senhora usou – eu nem contei tempo, apaguei aqui –, a senhora deu uma aula de mestrado e doutorado. Foi ou não foi, gente?

Inclusive, para as pessoas que estão nos assistindo ao vivo, quantas vezes ouvimos nossa mãe dizer: "Come, senão tu vai ficar raquítico!"? Quantas vezes usaram essa palavra de uma forma tão banal? Ainda hoje, pejorativa.

E quando a senhora mostrou o que acontece com os ossos, com os dentes, com a coluna, e eu tenho pacientes aqui que são mães, eu fiquei imaginando: Como é que essa mulher aguentou uma gravidez com tudo aquilo? Eu entrei em desespero aqui. Eu entrei... Eu consegui sentir a dor no meu tornozelo, enquanto a senhora mostrava; e a gente vai precisar falar sobre isso.

Eu acho que hoje, nesta audiência pública... E eu quero avisar a todos que estão nos acompanhando, esses eslaides vão ficar à disposição do Senado. Ela sabe disso. Na hora em que ela apresenta, eles se tornam públicos, com autorização dos pacientes dela. E acredito, doutora, que seus eslaides vão ser procurados por médicos, por cientistas, pesquisadores, alunos, imprensa... Esse é o tipo de material com o qual a senhora contribuiu para o Brasil inteiro, para a pesquisa. – com o Brasil inteiro.

E a senhora trouxe aqui uma coisa que a gente subestima muito: pesquisa brasileira. São dados com pesquisas realizadas com o nosso povo, observando a nossa realidade.

Dra. Maria Helena, a senhora mudou a minha forma de pensar sobre a doença, me desafiou. Eu acho que a causa agora vai ter mais uma aliada. Eu sou aliada de todas as causas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das doenças raras, todas elas – o Rodrigo sabe –, mas, gente, eu estou impactada, doutora, impactada.

E nós agora vamos ouvir os pacientes; depois o Rodrigo, sociedade civil; e, por último, o Governo. Eu espero que o Rafael tenha anotado tudo, Rafael. Rafael do céu, se eu fosse você, não tinha vindo para esta audiência, porque hoje nós vamos conversar. E sei, Rafael, que você tem limitação para dar respostas, mas a gente vai ter que conversar com a Conitec. Ah, Conitec... Quando eu falo da Conitec, eu sinto arrepio da cabeça aos pés. Conitec...

Fui Ministra da pasta das Pessoas com Deficiência. A palavra que mais me incomodava era economia, porque o Ministro da Economia brigava comigo todo dia... e Conitec. Eram as duas palavras que me incomodavam.

Mas, doutora, obrigada, viu? E, gente, ela estava em viagem. E eu quero dizer, gente, que, para as pessoas que estão aqui, o Senado não pagou um centavo. Vieram com recursos próprios e se esforçaram para estar aqui.

Dra. Maria Helena, muito obrigada. Eu acho que ela merece mais palmas, gente. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone.*) – Dra. Maria Helena, a senhora faz toda a diferença.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Faz toda a diferença.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone.*) – A senhora é a doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Eu estou emocionada.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone.*) – Além de ser sua fã, sou sua...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ouvir agora, na sequência, Maria Lúcia, que já está aqui elogiando a Dra. Maria Helena;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos fazer os elogios no microfone. Maria Lúcia de Almeida Moura Gomes, que é paciente, irmã e tia de paciente.

Maria Lúcia, antes de você falar, eu preciso fazer o registro de perguntas que chegaram aqui, via internet. Eu vou registrar e, se algum de vocês puder responder a uma dessas perguntas, só cite depois: "Quero responder à pergunta dessa pessoa".

Aline, do Distrito Federal, pergunta: "Como assegurar que o orçamento destinado às doenças raras seja protegido de contingenciamentos?".

Ana, de São Paulo: "Como os profissionais do Direito podem contribuir para ampliar o acesso ao tratamento dessa doença no Sistema Único de Saúde?".

Kaila, da Bahia – de vários lugares, estão vendo? –: "A continuidade do cuidado é um direito. O que está sendo feito para garantir que o paciente adulto com XLH não perca o suporte do SUS?".

Felipe, de Sergipe: "Como o SUS pretende assegurar continuidade do cuidado ao adulto com XLH, evitando agravamento e desigualdade no acesso ao tratamento?".

Bianca, de São Paulo, pergunta: "Como a falta de um protocolo clínico atualizado para XLH impacta a segurança jurídica e o acesso contínuo aos medicamentos?".

E nós temos três comentários.

Um vem do Paraná, de Natália: "Paciente adulto com XLH apresenta nefrocalcinose decorrente do tratamento convencional. O burosumabe pode ser a única alternativa para salvar".

Andreia, do Rio de Janeiro: "A cronicidade da doença XLH, suas sequelas incapacitantes, a necessidade de tratamento contínuo justificam a oferta de tratamento pelo SUS".

Paulo, do Mato Grosso: "Equidade no SUS exige acesso ao tratamento do XLH em todas as idades, garantindo continuidade do cuidado e dignidade aos pacientes adultos".

E estão chegando novas perguntas que daqui a pouco eu leio. Vejam como o Brasil inteiro está interessado. E que perguntas bem feitas, diretamente ligadas ao tema aqui exposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa Dra. Maria Helena já nos deixou, ela estava com a gente em passagem, realmente, veio para esta audiência, mas já teve que seguir em viagem.

Nós vamos ouvir agora a Maria Lúcia de Almeida Moura, paciente, irmã e tia de paciente.

Bem-vinda, Maria Lúcia.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (Para expor.) – Exma. Senadora Damares Alves, membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, muito obrigada por abrir esse espaço e por compreender com tanta clareza a importância da equidade do acesso ao tratamento para as pessoas com doenças raras. Eu sou uma delas.

Eu vivi a maior parte da minha vida sem saber o que eu tinha, mas sempre convivendo com dor, com limitações e passando por muitas cirurgias. Ao total, dos 5 anos aos 15, 12 cirurgias. Eu senti que tinha algo errado, mas ninguém conseguia explicar. Segui trabalhando, vivendo, fazendo o que era possível, mas sempre com dor – com muita dor. E isso vai cansando a gente. Cansa o corpo, cansa a alma, cansa tudo, gente.

O diagnóstico veio depois de muitos anos. Quando o diagnóstico chegou, aproximadamente, eu tinha 58 anos. Não foi fácil. E, quando esse diagnóstico chegou, eu pensei: "E agora? O que é que eu vou fazer da minha vida, da vida da minha família?". Não sou só eu, éramos cinco, hoje somos três. Graças a Deus, tivemos o diagnóstico com a Dra. Juliana Maia e o apoio da ONG Amor e Carinho, que nos deu essa qualidade de vida com a medicação, porque, até então, não sabíamos aonde chegar. E, quando ele chegou, foi um misto de alívio e de revolta: o alívio por finalmente entender a minha história, e a revolta por saber que tudo aquilo poderia ter sido diferente.

Hoje, eu não falo só por mim, eu falo pela minha família, porque o XLH está em nós – em mim; na minha irmã, Rejane; e no meu sobrinho, João Vítor –, mas o acesso ao tratamento não é o mesmo: eu tenho acesso, João Vítor tem acesso, mas a minha irmã Rejane não tem acesso. Rejane está aqui, hoje, sentada conosco, e teve o acesso ao tratamento negado. Isso é muito difícil de aceitar, porque não é só a doença que muda, é o acesso ao tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando, finalmente, eu consegui o tratamento, foi em 2021, e foi pela Justiça. E eu quero dizer isto com muito respeito: a Justiça é um instrumento importante, ela garante direitos quando o sistema falha, mas ela não deveria ser o caminho.

O ideal é que todas as pessoas com diagnóstico de XLH, sejam crianças ou adultos, também tenham acesso ao tratamento de forma garantida, contínua e segura, porque, quando o tratamento depende da judicialização, ele não traz a segurança de que a gente precisa para viver; ele vem acompanhado de muita incerteza sobre a continuidade, sobre a interrupção, sobre conseguir manter o avanço que a gente conquistou. Quando o tratamento chega, ele muda as vidas. Mudou a minha vida. Ele não apaga tudo, porque, no meu caso, já era tarde para muitas coisas, mas ele mudou muita coisa em mim: diminuiu a dor, melhorou os movimentos, devolveu algo muito importante – a dignidade. Ele não mudou em diminuir a dor, ele parou as minhas dores! Eu não sei mais o que é sentir uma dor. Hoje, eu ando com saltinho; hoje, eu limpo minha casa, eu trabalho com...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você falou que samba?

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – Não, veja, hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dança?

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – Vou chegar a essa agora; veja: uma vez, há cinco anos, eu falei a Wesley qual era o meu maior sonho – dançar uma valsa. Você já pensou uma pessoa chegar a tantos anos da vida sem dançar uma valsa, sem dançar? Hoje, eu danço samba! Gratidão. (*Palmas.*)

E mudou muito a minha história.

Excelência, eu não sei o que é sentir uma dor mais, eu não sei. Eu subo e desço degraus. Eu trabalho com a construção civil hoje. E aí me perguntam: "Qual é o seu trabalho na construção civil?". V. Exa., Senadora Damares, me convida para fazer a sua casa. O seu arquiteto me dá a planta, não interessa quantos metros quadrados ela tenha, não interessa nada. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho uma equipe, a gente forma uma equipe. E eu lhe entrego sua casa pronta, limpa e arrumada – sem sentir uma dor.

Antes, eu tomava de 10 a 12 comprimidos por dia, para trabalhar, para fazer as minhas coisas. Hoje, eu não sei o que é tomar um comprimido, eu não sei mais o que é isso, depois do tratamento. Só que, no intervalo de 2022, no fim de 2022, para 2024, ficamos nove meses sem a medicação. Voltamos à estaca zero, né, gente? Vocês sabem disso.

E hoje, eu me sinto Maria Lúcia...

Isso é tão importante para a gente, Senadora, que a senhora não imagina.

E a minha história continua com coisas tão boas. E eu não quero isso só para mim, eu quero para todos. Eu também preciso reconhecer que, nesse caminho, eu não estive sozinha. Agradeço profundamente ao Presidente do Instituto Amor e Carinho, Wesley Pacheco, aqui presente; à Dra. Carolina, à Patrícia, que nos deram tanto apoio nessa época. Agradeço o apoio do acolhimento, com tanto compromisso e cuidado comigo e com a minha família. E acredito que tenha sido com todos, porque, muitas vezes, antes de chegar ao tratamento, a gente precisa de ser acolhido – e nós fomos. Agradeço também à Dra. Maria Helena por toda a dedicação.

Cadê ela? Já foi? (*Pausa.*)

Ah, então, beijo, Dra. Maria Helena.

Mesmo assim, dentro da minha própria família, o acesso ainda não é igual. Eu tenho, João Vitor, que tem; mas Rejane não tem, a ela foi negado. E isso não pode ser normal. O acesso ao tratamento não pode depender...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – O acesso ao tratamento não pode depender de um processo judicial, não pode depender de sorte, e não pode depender de idade. A doença não para, então, o tratamento não pode parar. E é por isso que este momento é tão importante para a gente, é tão, assim, louvado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero reconhecer aqui todas as organizações que fazem parte desse movimento: o Instituto Amor e Carinho; a Rafaelli, do Mundo XLH; a Fátima Xavier, da ABSQF, e também a Rita Domingues, do Instituto Contemplo, que nos acompanham pelo canal da TV Senado, e todas as pessoas e organizações que participam desse movimento colaborativo por equidade, porque essa é uma união que permite que a gente esteja aqui hoje falando, sendo ouvida, dando visibilidade a uma realidade que ainda é pouco vista.

Hoje, eu estou aqui como paciente, mas também como irmã, como tia e como alguém que vive essa desigualdade dentro da própria casa. E o que eu peço, neste momento, é simples: equidade, a continuidade do cuidado e da segurança ao tratamento, para que ninguém precise viver o que eu vivi.

Mas eu vou dizer uma coisa para vocês: Vamos lá! Uma adolescente que, com 15 anos, não tinha um dente – um dente essa adolescente não tinha, os dentes caíam –, essa pessoa que viveu a vida inteira sem conseguir dormir com as costelas quebradas, com dores de cabeça, sem ter mobilidade. Só que eu trabalhei em uma empresa multinacional, fui muito bem acolhida – gratidão à Líbia Regina, que foi minha chefe, ao Domingos, que me acolheu –, mas ninguém sabia porque eu tinha medo de falar para as pessoas, eu precisava trabalhar. Era, vamos dizer assim, analgésico, analgésico, analgésico, analgésico... Porque se eu falasse, ninguém me dava o emprego, e eu precisava de trabalhar. Eu não tinha mais pai, eu não tinha mais mãe, eu precisava. Tínhamos nós, as irmãs. Como nós iríamos viver? Eu teria que trabalhar, estudar; Rejane, trabalhar, estudar. Rejane, ainda mais do que eu, teve mais força. Tinha dias que eu desistia, começava e desistia de fazer um curso, de fazer isso, de fazer aquilo.

Gente, o tratamento é muito importante para nós. Quando nós ficamos os nove meses sem a medicação, voltamos à estaca zero. Por exemplo, quando eu tinha 20 anos, eu tinha um corpo de 80. Hoje, eu tenho um corpo de 30, com 66. E hoje eu me sinto empoderada naquilo que eu posso fazer por mim e pelas pessoas, hoje eu posso ajudar não só a mim, mas também a todos.

Hoje, eu digo: me chamo Maria Lúcia. É como dizia Vinicius de Moraes: "Teu nome, Maria Lúcia, tem qualquer coisa que afaga [...] É um doce nome de filha e um belo nome de amada [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso, para mim, hoje... Casei com um homem sem preconceito, um homem com um nível educacional muito bom. Sempre me tratou... Hoje eu sou viúva. Infelizmente, ele faleceu, mas ele me dava forças.

Vocês já imaginaram o que é uma pessoa não conseguir se agachar? Vocês já imaginaram o que é uma pessoa não conseguir limpar os pés, ter chulé nos pés? Porque chulé significa falta de higiene para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está acabando. Pode continuar.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – Hoje eu lavo os meus pés, eu faço minhas unhas dos pés, eu me cuido, eu me amo, eu me acho bela, hoje eu me acho tudo. Claro, precisando botar um "botoxizinho" por aqui. (*Risos.*) Mas é porque ainda não deu para botar um "botoxizinho" por aqui, mas, assim que botar, vai melhorar um pouquinho, viu, gente? Tive um problema também muito sério na mandíbula. Muito obrigada, Dr. Maurício Gama, que me ajudou muito, um cirurgião plástico em Recife, que ajeitou a minha mandíbula. Mas, em breve, eu vou botar um "botoxizinho", viu, gente, porque, na próxima, eu vou botar mais... (*Risos.*) Não é, Excelência?

Eu só tenho mesmo que agradecer, agradecer muito, muito, muito à Dra. Juliana Maia; ao João Vítor, meu sobrinho; ao Wesley, da ONG Amor e Carinho; à Dra. Maria Helena; e à senhora, que está nos dando esta grande oportunidade, Excelência!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – Gratidão!

Deus seja louvado por a senhora existir e todos nós – e todos nós! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

Dona Maria Lúcia, que emoção a sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou resumir: ela estava num poço de dor, sofrimento, sem dente, sem esperança, e o tratamento pega essa mulher e transforma nessa coisa incrível, linda, maravilhosa, com a pele maravilhosa. Que samba! Mas o mais importante, gente: ela está gerando renda e ela está gerando emprego. Então, é só fazer a conta. "Ah, o remédio é caro." Mas ela está evitando estar no hospital, ela não está ocupando o leito de hospital. Ficou mais barato dar o remédio para ela, porque ela não está no hospital e, mais ainda, ela está gerando renda, emprego, ajudando a economia do país. É isto: esses adultos querem contribuir com a economia, mas eles precisam estar saudáveis. Então, a conta é essa. Remédio é caro? Mas o retorno é muito maior.

Sim, Maria Lúcia.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES – Eu vivia internada no hospital. Toda semana, eu vivia internada. Eram dez dias, 15 dias. Todas as vezes em que eu chegava – até antes de tomar o burosumabe – ao hospital, eu estava com pielonefrite, eu estava com infecção urinária, meu fósforo chegou a um, teve um tempo em que chegou a menos um. Eu sou um milagre, entendeu? Eu sou um milagre, porque o fósforo com um ou menos um não é brincadeira. E sempre fui muito produtiva. Nós somos produtivas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maria Lúcia, eu acho que este é o debate. O Ministério da Saúde está nos ouvindo. Eu tenho a alegria de informar que também a Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde entrou na audiência.

Então, que o Ministério da Saúde entenda o custo que ela dava para o SUS, ficando internada, e que agora ela não dá mais esse custo, ela está produzindo, gerando emprego, gerando renda, como todos os outros que têm acesso ao tratamento. É só fazer a conta.

Eu fiquei muito contente e quero explicar o seguinte, gente: a Maria Lúcia veio de Recife, também com o seu próprio dinheiro, para provocar este debate, e fala por ela e por todos os pacientes.

Eu estou muito feliz em te receber aqui, foi uma alegria.

Agora a gente vai ouvir Isaura Terezinha da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, lembro, Rodrigo: ela também está dando economia para o INSS, porque ela não está afastada. Então, assim, é para a gente entender que o custo-benefício do remédio está ali, gente.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone*.) – Cada obra gera 30, 40 fornecedores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, cada obra que ela cuida gera 30, 40 fornecedores.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone*.) – Fora a mão de obra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Emprego direto... É impressionante.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (*Fora do microfone*.) – Arquitetura, mão de obra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, nós vamos precisar também fazer essa equação nessa discussão.

Vamos ouvir agora Isaura Terezinha da Silva, paciente e mãe de paciente.

Isaura, só diz de onde você veio, se você é daqui, apresente-se. É uma alegria ter você com a gente, Isaura. Se quiser ficar de pé, fique à vontade também, está bom?

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (Para expor.) – Sim.

Muito obrigada, Senadora Damares. Obrigada mesmo do fundo do meu coração.

Exmas. autoridades, membros deste Senado e todos os presentes, meu nome é Isaura, tenho 43 anos, sou casada e tenho uma filha chamada Valentina...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A Valentina está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA – ... que tem 13 anos e está aqui presente. Sou servidora pública da cidade de Gramado, que fica no Rio Grande do Sul, há mais de 18 anos. Sou professora, com pós-graduação em psicopedagogia. No momento, sou servidora municipal readaptada na Secretaria de Saúde do Município de Gramado por conta da minha doença, cujo nome é raquitismo hipofosfatêmico, mais conhecida como XLH.

Venho, desde muito jovem, lutando contra o sistema que cria as leis, porém negligencia ou cria obstáculos – entre parênteses – (humanos) para as pessoas que mais precisam acessá-las. Ocupei o regime de cotas para PcD em uma universidade pública e vaga no concurso público de Gramado. Sofri *bullying* na escola, no ensino fundamental. Fui perseguida em meu local trabalho. Sofri capacitismo.

Esses fatos me forçaram a me tornar uma pessoa empoderada e resiliente de carteirinha. Mas o mais importante é que sofri tudo isso e protejo, luto todos os dias para que a minha filha não passe por isso. A vida foi me capacitando enquanto mãe guerreira que sou, e também enquanto paciente XLH.

Agradeço a oportunidade de representar todos os pacientes XLH, e a todas as mães que lutam todos os dias para conseguir a medicação, o que me possibilitou estar aqui para mostrar, em meu poder de fala, um pouco da minha história e a da minha filha.

Como vocês perceberam, carrego comigo as marcas de uma vida inteira com XLH, psicológica e fisicamente. Por muito tempo, a sociedade e até mesmo a medicina me disseram que a dor era normal e que eu havia de me conformar com as deformidades e as cirurgias. A verdade é que não há nada de normal em sentir os próprios ossos enfraquecerem a cada passo.

O XLH não afeta apenas o meu caminhar; afeta o meu direito de trabalhar, de ser independente, de viver um dia sem dor. Não sei lhes dizer se foi de mim que se iniciou a mutação genética ou de alguém da minha família biológica, pois eu fui adotada. Possuo várias sequelas do XLH: tornei-me uma pessoa com deficiência, em decorrência das 16 cirurgias que tive que fazer; tenho perda auditiva de 50% do ouvido direito; tenho dor crônica, todos os dias, em meus ossos e articulações, incluindo os dentes, os quais me faltam vários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha filha herdou não somente o DNA, mas também a minha luta. Por isso, hoje ela está aqui – e tenho muito orgulho disso –, junto comigo, para ter noção, infelizmente, das batalhas que precisará trilhar ao longo da sua vida. Quero deixar claro que o que torna o XLH ainda mais difícil não é apenas a doença em si – tratamentos adequados, acompanhamento contínuo –, mas, sim, o fato de a minha filha – e prestem bem atenção agora no que eu vou dizer – não estar recebendo em dia, regularmente, todos os meses, e quero salientar que no mês passado ela não recebeu a medicação.

Busco respostas com o farmacêutico da Secretaria de Saúde, que me diz que não há previsão de chegada; ONGs, Ouvidoria do SUS, que não retornam as mensagens ou tentam me enganar para que eu pare de mandar mensagens; Secretário Municipal de Saúde, que me diz que o problema está em Porto Alegre; Coordenadora da 5ª CRS, que fica em Caxias, que não responde quando a medicação irá, e se irá, chegar; número de telefone da 5ª CRS, que não dá sinal; e assim vai. Questiono todas as instâncias.

Agradeço aqui ao Ministério Público e à Defensoria Pública de Gramado, que me ajudaram a fazer as articulações. Foi, inclusive, através deles que consegui alvará para comprar a medicação por duas vezes. Como todos podem perceber, luto de corpo e alma, e vou atrás de respostas, as quais muitas vezes são absurdas. Tenho convicção de que estou lutando contra um sistema que deveria acolher. Contudo, na maioria das vezes, falha e está falhando com a minha filha e com outras famílias também. Nós famílias de pacientes com doenças raras não queremos privilégios; queremos visibilidade, queremos políticas públicas eficazes, queremos que nossos filhos tenham a chance de viver com menos dor. Como vocês podem ver na minha filha, que está aqui, a medicação funciona, e quero que ela tenha o direito de ter a medicação após completar 18 anos.

Eu suplico aos senhores: olhem para nós, escutem nossas histórias, transformem essa escuta em ação, porque, por trás de cada caso raro, existe uma vida única que não pode esperar.

Eu estou aqui hoje pela minha filha, pois quero que, quando ela completar a maioridade, isso seja algo que traga felicidade e que ela se lembre deste dia com grande alegria; um marco enorme, em que a mãe dela e outras tantas pessoas lutaram para que ela e outros pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XLH tivessem dignidade na vida, tendo a medicação garantida ao longo da sua vida. E que ela possa ter uma vida plena, com possibilidade de se tornar uma profissional com excelência, de forma a contribuir para a humanidade.

Gostaria de compartilhar com todos que procurei o Vereador Roberto Cavallin – que está ali –, conseguindo seu respeito e empatia, e ele apresentou um projeto para a criação do Dia da conscientização das Doenças Raras, que ocorre no dia 28 de fevereiro e também na última semana do mesmo mês, que foi aprovado.

Quero também agradecer ao Instituto Contemplo, que possibilitou a minha presença e da minha filha nesta audiência pública.

E tenho como sugestão a criação de um aplicativo para o paciente ou cuidador.

Esta é minha fala, gente. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, obrigada por sua fala emocionante, desafiadora. Mas a senhora veio de bermuda para mostrar.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A senhora se importaria de ficar em pé aqui?

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Nem um pouco. Querem me estudar? Sintam-se à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que eu gostaria? Ela disse: "A minha filha está bem". Eu queria que a Valentina viesse ficar ao lado da mãe. Olha o sofrimento que a mãe teve a vida inteira, e a Valentina está bem. Ela não quer que Valentina passe exatamente por tudo o que ela passou.

Olha como a Valentina é linda, gente! Tem 13 anos, Valentina? (*Pausa.*) Você está aqui hoje militando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – E ela quer falar depois também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a Valentina vai falar depois. Eu queria que todo mundo aplaudisse mãe e filha. (*Palmas.*)

Obrigada, Professora. Obrigada ao Vereador que a está acompanhando. Obrigada, Vereador, você foi sensível demais. Obrigada. Que sua cidade tenha orgulho dessa militante, dessa mulher, que veio com todas as suas dificuldades, com recurso próprio, e hoje é um dia histórico para a causa. Eu acredito, Professora.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA – Mas que essa cidade também faça o que tem para fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que a cidade faça, que o estado faça, que o Governo Federal faça. Estou aqui.

Lute, Vereador, lute lá, lute e contagie os outros Vereadores da região...

O SR. ROBERTO CAVALLIN (*Fora do microfone*.) – Somos unânimes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... os outros Vereadores do Brasil. Porque é na ponta que o morador está. Eu estou aqui, mas o senhor está lá, ela está lá. Obrigada pelo que o senhor está fazendo, muito obrigada, que todos os Vereadores do Brasil se inspirem no senhor.

Nesse sentido, gente, eu quero registrar que está presente no auditório Soraya Lopes Sader, Diretora Médica da Ultragenyx. A Ultrangenyx está com uma equipe grande, entre médicos, diretores e gerentes, presente na audiência.

Obrigada, Ultrangenyx.

Quem é a Dra. Soraya? (*Pausa.*)

Isso, Dra. Soraya. Prazer. Depois, eu quero te dar um abraço.

Está presente Emanoel Nazareno Menezes, Presidente da ACEPDR. Cadê Emanoel? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prazer.

Eu só não sei o que é a ACEPDR.

O SR. EMANOEL NAZARENO MENEZES (*Fora do microfone*.) – Associação Cearense dos Portadores de Doenças Raras.

Associação Cearense dos...

Gente, o senhor veio do Ceará?

O SR. EMANOEL NAZARENO MENEZES (*Fora do microfone*.) – Às 4h da manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Às 4h da manhã, para estar nesta audiência!

Muito obrigada.

Está com a gente Wesley Pacheco, Presidente do Instituto Amor e Carinho. Cadê Wesley? Onde fica o instituto, Wesley?

O SR. WESLEY PACHECO (*Fora do microfone*.) – A nossa base é de Campinas, mas a gente atende o Brasil inteiro; temos pacientes acolhidos de norte a sul do país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Campinas, mas atende pacientes do Brasil inteiro. Você veio de Campinas para esta audiência?

O SR. WESLEY PACHECO (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou me sentindo honrada com a presença de vocês, que vieram de fora.

Flavio Xavier, Diretor da ABSQF. Cadê Flavio? Está aí? Flavio, o que é ABSQF?

O SR. FLAVIO XAVIER (*Fora do microfone*.) – Associação Brasileira da Síndrome de Quilomicronemia Familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Associação Brasileira de uma síndrome, que ele acabou de falar; não me peça para repetir o nome. (*Risos.*)

Flavio, seja bem-vindo!

De onde você veio, Flavio?

O SR. FLAVIO XAVIER – A gente é daqui, de Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Daqui, de Brasília?

Muito obrigada.

Nós estamos com Roberto Cavallin, Vereador do Rio Grande do Sul, da cidade de Gramado.

Que Deus te abençoe!

E, depois, a gente tem também o Luiz Carlos Malito Filho, pai da Lúcie, paciente; Adenir Ana Machado, paciente também, está aqui com a gente; nós temos Ariadna Soares Mota, da mesma associação, de que eu não vou dizer o nome, não consigo; e Erica da Silva Vitorino, Diretora da Afag.

Cadê Erica? O que é a Afag, Erica?

A SRA. ERICA DA SILVA VITORINO (*Fora do microfone*.) – Afag é Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências. Onde fica a Afag?

A SRA. ERICA DA SILVA VITORINO (*Fora do microfone*.) – Campinas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Campinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERICA DA SILVA VITORINO (*Fora do microfone*.) – Mas já atua no Brasil inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada.

Gente, todo mundo veio com recurso próprio. O Senado não tem condições de pagar, não pode pagar passagem para os debatedores, para as pessoas que participam de uma audiência.

E Analisa Pontes, Unidade Nacional de Acessibilidade. Cadê Analisa? Está aqui? (*Pausa.*)

Seu nome é Analisa?

A SRA. ANALISA PONTES (*Fora do microfone*.) – Não, a minha letra só tem um... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não acredito, Analisa. Gente, ela é praticamente Senadora no meu lugar; ela está aqui o tempo todo. Ela é da UNA, uma instituição que tem um trabalho incrível, inclusive faz um trabalho com canoagem, aqui em Brasília, e é nossa pré-candidata a Deputada. Que Deus te abençoe! Bom ter você aqui, viu?

Na sequência, nós vamos ouvir agora Rafaelli Cardoso Silva, mãe, cuidadora e diretora da instituição Mundo XLH - Associação de Apoio à Família e Pessoas com Raquitismo Hipofosfatêmico Ligado ao Cromossomo X e Outras Doenças Raras.

Rafaelli, é uma alegria ter você aqui. Apresente-se. Fale de onde você veio.

A SRA. RAFAELLI CARDOSO SILVA (Para expor.) – Bom dia. A alegria é minha.

A Mundo XLH tem sede no Rio de Janeiro, mas a gente também atua no Brasil todo. Eu acho que o nosso maior desafio começa por aí, atuando num país com dimensões continentais.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer.

Não sei se ele vai passar ou eu passo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Você consegue passar a tela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAFAELLI CARDOSO SILVA – Vou falar que eu estou um pouquinho nervosa. Se a voz falhar, vocês me ajudem. Também, por outro lado, tem a vantagem de que muitas pessoas já falaram anteriormente. Então, estou aqui a ecoar esta voz.

Pode passar, por favor.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Senadora Damares Alves, por esta oportunidade, por este momento mágico para todos nós; agradecer também à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; agradecer a todos que estão aqui, de forma presencial ou remota; agradecer a todos os membros da mesa; e, também, agradecer a todas as organizações que acabaram de serem citadas pela Senadora – até fiz a listinha: à ABAMPS, à ABSQF, à ACEPDR, à Afag, à MPSM, à Fedrann, ao IAC, ao Instituto Contemplo, ao IBB e a todos que estão aqui presentes.

Pode passar, por favor.

Bom, eu vou ser bem breve, porque no assunto muitos vão ser repetitivos. O cenário das doenças raras no Brasil, infelizmente, não é de casos isolados. Temos milhares de famílias que buscam o diagnóstico, muitos casos são diagnósticos tardios, e isso não foge ao XLH. Nós temos aqui exemplos – a D. Maria Lúcia já citou. Temos outros exemplos: a Adenair, por exemplo, só foi diagnosticada depois que o filho foi diagnosticado. Então, são pessoas que passaram praticamente metade da jornada da vida em busca do diagnóstico.

A gente tem dificuldade de acesso ao tratamento, falta de informação e, também – já foi citado aqui, pela Isaura –, descontinuidade de cuidados essenciais. Isso é fundamental nas doenças raras, como em outras doenças também – a continuidade do tratamento. E, infelizmente, essa realidade se repete em inúmeras histórias pelo nosso país.

Qual é a importância do debate? Como a própria Senadora já citou, nós precisamos transformar experiências. Então, nós precisamos da pauta pública e nós precisamos de uma discussão qualificada, que estamos tendo aqui, para quê? Para que daqui saiam políticas concretas, que realmente aconteçam e façam a diferença na vida das pessoas. Então, nós não buscamos privilégio, como também já foi citado; nós buscamos equidade, que pessoas com XLH tenham acesso contínuo ao tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como também já foi citado pela Dra. Maria Helena, o XLH é uma doença genética rara, crônica e progressiva. Então, ela gera deformidades ósseas, dor crônica, fraqueza muscular, fadiga intensa e limitações funcionais ao longo da vida da pessoa. E acho que este é o ponto principal da pauta de hoje: a doença permanece ativa durante toda a vida do paciente, a doença pode se agravar na fase adulta. Então, aí está o ponto: por que os adultos estão excluídos? Justamente essa é a chave do debate.

Qual a situação atual no SUS para as pessoas que têm XLH? Nós tivemos um avanço, também já citado aqui, do único tratamento disponível. O único tratamento que trata o XLH está disponível para pessoas com até 18 anos somente. Então, isso gera uma limitação de acesso pela idade do paciente, nisso você exclui inúmeros brasileiros de qualidade de vida, de acesso à qualidade de vida. Você cria barreiras significativas ao você não considerar a natureza permanente da doença, ao você negligenciar os relatos de vida real dos pacientes, ao você ignorar estudos clínicos apresentados também já esta manhã aqui. Então, esse é o ponto. A gente precisa lutar por esse direito que é de todos.

Quais as consequências? Nós temos pacientes adultos que permanecem com dor, eles perdem mobilidade, eles têm complicações progressivas graves, compromete-se o cuidado integral desse paciente. Os adultos possuem necessidades clínicas tão relevantes quanto as crianças e os adolescentes. É isso que a gente precisa reforçar diariamente.

Além de tudo isso, ainda temos os impactos sociais, que também já foram bem citados aqui, como os exemplos da Maria Lúcia e da Isaura. São adultos sem tratamento específico. Aumenta-se a incapacidade funcional daquela pessoa, ela precisa se afastar do trabalho, ela tem uma redução de produtividade, são cirurgias frequentes, dependência de cuidado, além de todo o impacto ampliado: as famílias são impactadas. Muitas vezes, um filho precisa faltar ao trabalho para cuidar de uma mãe, para cuidar de um pai. Impacta-se diretamente o sistema de saúde, como bem colocado pela Senadora; impacta-se a sociedade também, como bem colocado pelo Sr. Rodrigo. Então, está tudo muito alinhado, todas as falas são muito alinhadas com um objetivo comum e claro.

E vem a pergunta, aposto que a Isaura faz essa pergunta, que a sua filha faz essa pergunta: "E quando chegarmos aos 18, o que vai acontecer comigo?". A minha filha faz essa pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mim. Hoje, ela tem noção da qualidade de vida que ela tem, do quanto de mobilidade que ela tem. É nítido: a frequência escolar dela é outra, o boletim melhorou absurdamente, porque a criança está dentro da escola, a criança está ativa. "O que eu vou fazer quando chegar aos 18 anos?" O que vai acontecer com essa pessoa? Ela não vai ter a continuidade do cuidado integral, porque hoje nós temos a barreira da idade do acesso ao tratamento. Ela vai interromper o tratamento aos 18 anos, ela vai perder todos os ganhos terapêuticos que ela teve durante toda a sua jornada da infância e adolescência. Provavelmente, vai ter agravamento dos sintomas, somados, ainda... A transição para a vida adulta já tem muitos desafios para o adolescente, e vão ser somados a essa questão de ele perder o acesso ao tratamento, e toda a jornada dele ser comprometida.

É um momento muito crítico chegar aos 18 anos para quem tem XLH hoje no Brasil. O tratamento precisa ser contínuo, ele é essencial.

Pode passar, por favor.

Então, eu trago aqui algumas reflexões, para que a gente consiga construir juntos uma outra jornada do paciente: uma jornada mais leve, uma jornada mais ativa, uma jornada mais produtiva. O XLH, como já dito, acompanha toda a vida do paciente. Então, o acesso ao tratamento, o acesso ao cuidado integral, deve refletir essa realidade da jornada do paciente, a gente não pode deixá-lo de fora. Então, eu trago como palavra-chave da minha apresentação: a equidade. A ampliação do acesso para o paciente de todas as idades é o reconhecimento a que todos os indivíduos – todos –, sem exceção, têm direito: ao melhor cuidado disponível e a uma vida com menos dor e mais possibilidades. Eu acho que é isso que todos buscam.

Está aqui, exemplo: Maria Lúcia tem acesso ao tratamento, a irmã não tem. Das possibilidades que a Maria Lúcia tem, a irmã está sendo tolhida, está sendo impedida. Está sendo negligenciada a vida dela por conta da falta de acesso a algo que está disponível, a algo que está disponível no Brasil e aprovado. A Conitec aprovou o medicamento também para a fase adulta – o tratamento.

Então, eu agradeço novamente o espaço e a possibilidade de trazer essa voz dos pacientes. Eu não tenho a doença, a minha filha é um caso espontâneo, mas o XLH entrou na minha vida e eu preciso trazer diferenças para todas as pessoas com quem a gente convive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço, então, mais uma vez pela escuta e espero ter contribuído para este debate.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RAFAELLI CARDOSO SILVA – E reforço: à frente de cada diagnóstico de XLH tem uma pessoa, tem a Adenair, tem a Maria Lúcia, tem uma vida e tem uma família.

Então, eu gostaria – já sei que meu tempo já passou – de mais dois minutos apenas, para mostrar o quanto a jornada do paciente é importante. E falo o quanto a união dos pacientes faz a diferença na vida de todos, até mesmo de quem a gente não conhece. Existem pacientes, existem pessoas com XLH que, com certeza, estão sendo impactadas por este evento e que nem sabem que o evento está acontecendo.

Então, eu gostaria só de mostrar um filme que reflete muito a importância da união das famílias.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

A SRA. RAFAELLI CARDOSO SILVA – Isso foi um dos eventos que a gente promoveu junto com as famílias.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Rafaelli, pelo trabalho de vocês. A sociedade civil organizada é isso, gente. Provoca, emociona e traz respostas também.

Leva um abraço para Letícia. A sua filha te arrastou para esse universo e você está arrastando muita gente junto. É bonito não ter a vergonha de mostrar a fé, porque às vezes as pessoas se sentam aqui nessa mesa, falam de forma científica, falam do ativismo e têm vergonha de mostrar que a fé ajuda muito, porque a religiosidade não pode estar separada da fé, da ciência. Parabéns por essa coragem, parabéns!

Eu, como sou a Senadora que todo mundo conhece, que é terrivelmente cristã, não tenho vergonha de falar da fé e de como a fé ajuda. Ciência e fé caminham junto, e você trouxe um eslaide lindo aqui, respeitando todas as outras religiões, mas trouxe a fé, o cristianismo ali como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência. Bonito, parabéns! Parabéns por ter tido essa coragem e parabéns pelo trabalho que o Instituto Mundo XLH está fazendo. Parabéns! Não desista.

Obrigada por estarem nesta audiência. Vieram também com recursos próprios, mobilizaram... muita gente nos assistindo. O sucesso dessa audiência que o Brasil inteiro está assistindo foi porque vocês divulgaram, vocês falaram deste momento, que é um momento histórico para a causa.

Muito obrigada.

Na sequência, vamos ouvir Rodrigo de Araújo da Silva, Secretário da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte e Nordeste. Rodrigo é um grande parceiro. Está comigo em diversas lutas, em diversas frentes, e é uma honra, Rodrigo, ter você aqui junto com a gente, está bom?

O SR. RODRIGO DE ARAÚJO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Quero agradecer pelo carinho e pelo respeito que você tem por essa pauta, e porque aqui, dentro do Senado, a gente – os pacientes com doenças raras, com deficiência – tem vez e voz através do seu mandato. Uma Senadora que batalha, que luta dia após dia por cada um dos pacientes com doenças raras. E o gabinete dela está sempre aberto para atender cada paciente; ela é essa mulher que dá voz a cada um dos pacientes com doenças raras.

Então, obrigado, Senadora, por estar nos apoiando nessa causa.

Falar depois de várias mulheres empoderadas é bem complicado, e a gente só tem que falar. A gente fala de Sistema Único de Saúde, um sistema desse que foi construído com três pilares, a universalidade, a integralidade e a equidade. Mas a gente vê, através de cada fala aqui, que esses três pilares estão sendo infringidos, estão sendo negados, através disso. Paciente que tem, já por ser doença rara, o diagnóstico tardio, a dificuldade do diagnóstico ainda é muito grande. Para ele chegar ao diagnóstico, leva anos, leva estudos, leva várias questões. Fora isso, a briga por acesso à medicação, ao tratamento, também leva anos. E, cada vez mais, isso vai abreviando o tempo de tratamento que está imposto agora, vai abreviando o tempo da medicação, do uso da medicação, porque muitos dos pacientes sentem medo de acabar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento quando chegar a maioridade, como foi falado aqui, os próprios pacientes relatam isso.

Então, a gente não está falando de favor, a gente não está falando de exclusão; a gente está falando de um direito, direito garantido pela Constituição Federal, a mesma que institui também o Sistema Único de Saúde. Então o que falar de uma medicação que está sendo interrompida na maioridade? Medicação que, muitas vezes, aí eu abro um parêntese, não só para o XLH, mas para outras patologias nas quais o Judiciário está barrando o tratamento, está cancelando liminares. Esse é o cenário no Brasil para as doenças raras. E sobre o XLH, são essas em que a medicação está sendo interrompida, o tratamento não está chegando, não está havendo adesão correta ao tratamento por falta de logística.

E aí, Senadora, a gente poderia, enquanto Comissão, ver um grupo de trabalho efetivo no qual a sociedade civil tenha voz, já que, lá dentro da Conitec, a gente só tem uma voz de usuário. Que esta Casa possa ter, a Comissão, um grupo de trabalho para debater esses tratamentos e propor formas de chegar o tratamento a quem necessita. E aí a gente também já deixa a provocação, Senadora, também para que, na lei orçamentária, a gente consiga uma rubrica para garantir o custeio de medicação para pacientes com doenças raras, assim a gente consegue minimizar o impacto de que tanto o Governo fala, colocando uma rubrica, a gente vai ter segurança de que essas famílias tenham o tratamento garantido.

Muitas das coisas, quando a gente fala sobre o raquitismo sobre a criança, não é falar sobre o crescimento só, não é só falar da maneira estética, como muitos falam. É falar sobre qualidade de vida. É falar sobre, como a Senadora colocou ali, um adulto que vai poder trabalhar, porque cada um aqui gostaria de estar trabalhando, gostaria de estar contribuindo para sua família e não dependendo só de um benefício, porque hoje um salário mínimo mal dá para se alimentar. É falar do que eu posso fazer com as minhas mãos, trabalhando, dando renda, gerando receita, gerando emprego para outras pessoas.

E aí fica uma indagação minha: por que a gente tem pacientes que recebem o tratamento, que têm direito ao tratamento, e outros que têm a mesma coisa e não têm acesso? Isso é a questão da universalidade do tratamento. Na mesma família, uma irmã recebe e a outra não recebe. Que país é este? Será que as duas não têm direito? As duas não têm a mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição? Por que dessa eliminação, por que dessa segregação entre pacientes? O SUS não foi feito com essas limitações, com essas barreiras, para garantir tratamento de um e de outro; ele foi feito para o povo brasileiro. Agora, cabe a gente também começar a fiscalizar e falar: "Não estamos tendo acesso ao tratamento".

E a adesão às políticas públicas. Um olhar diferenciado para os pacientes com doença rara, um olhar diferenciado, porque isso não impacta só o SUS; impacta a previdência social, o seguro-desemprego, várias outras coisas, vários outros custos. Não é só o custo da UTI, não é só o custo da medicação. Esse paciente, quando interrompe o tratamento, a medicação, muitas vezes não vai ter a mesma eficácia que um paciente que tenha iniciado o tratamento e não tenha interrupção. Isso é fácil de falar. Foi falado da forma científica, tudo isso, mas onde está o nosso direito ao tratamento? Onde está o nosso direito, como cidadão brasileiro, de ter a nossa saúde de qualidade, de ter acesso às nossas medicações? E a gente fala sobre a questão do Ibat, principalmente na continuidade do tratamento, mas também na expansão desse tratamento para todos os outros que necessitam disso.

E a gente tem certeza de que pode contar com essa Senadora, que vai batalhar cada vez mais por essa causa. A gente conta, Senadora, com a senhora para nos apoiar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rodrigo. Obrigada por ter sido a voz dos pacientes, de pessoas com doenças raras, dos pacientes raros. E obrigada, porque esta audiência aqui foi provocada por Rodrigo. Rodrigo, ouvindo vocês, nos procurou e brigou. Inclusive, brigou porque a gente tem um calendário enorme de audiências. Ele disse: "Mas essa é urgente, Senadora. Coloca na frente essa audiência". E a gente conseguiu se adequar e estar aqui hoje, num pós-feriado, com a Casa vazia. Esse era um questionamento, assim: "Mas os Senadores não estarão". Os Senadores, hoje, estão de forma *online;* os gabinetes estão acompanhando, os Senadores estão em seus estados, mas o Rodrigo disse: "Não importa, Senadora, que os Senadores não entrem presencialmente. A gente precisa gritar, e a gente tem que falar isso logo. O remédio está faltando, os pacientes estão em desespero". Então, a gente conseguiu se organizar. Acho que o único evento que está acontecendo no Senado hoje é o nosso, né? É o único. Mas nós estamos aqui. Ele tinha pressa, e foi a pressa dele que fez a gente fazer esta audiência. E eu acho que a gente acertou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipar esta audiência, porque nós vamos ter desdobramentos desta audiência. Não dá para ficar, Vereador, só nesse primeiro debate – não dá.

Obrigada, Rodrigo, por não ter desistido, por ter brigado. Brigou com muita gente para que esta audiência acontecesse hoje.

Na sequência, vamos ouvir Rafael Poloni, Tecnologista. Ele é representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

Rafael, você tem a palavra, e eu não sei se você quer fazer uma apresentação ou se você vai, agora, só dar uma satisfação aos pacientes, depois de todas as falas que já ouvimos aqui. E obrigada por estar conosco, Rafael. Você tem dez minutos.

O SR. RAFAEL POLONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os demais.

Primeiro, quero agradecer o convite. E eu vou projetar uma apresentação rápida aqui, só um minutinho.

Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Rafael.

O SR. RAFAEL POLONI (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Bom, eu vou falar um pouquinho sobre como funciona a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde), mas quero, mais uma vez, agradecer o convite, Senadora. É muito importante este debate, a participação do Governo, a participação de pacientes, de associações; e é realmente muito difícil ouvir todos esses pacientes, todos esses relatos e não se arrepiar, não ficar impactado com toda essa situação. Então, agradeço o convite.

Em relação ao que a senhora falou, Senadora, anotei tudo. Como a senhora disse, eu não tenho poder de decisão, então vim aqui apresentar a Conitec. Anotei tudo de todas as falas – e também fica gravado, né –, para poder passar para os meus superiores. E é muito importante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório que a senhora falou, para que dê prosseguimento, no Ministério da Saúde, e encaminhamentos.

Bom, então, estou representando o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (Dgits), que fica dentro da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (Sctie), dentro do Ministério da Saúde.

Opa! Espera aí, deixe-me passar aqui. Não é muito fácil. (*Pausa.*)

A Conitec é um órgão colegiado permanente, integrante da estrutura do Ministério da Saúde, e tem por objetivo assessorar a pasta, o Ministério da Saúde, em relação às contribuições... Às atribuições relativas à incorporação, exclusão e alteração de tecnologias de saúde no SUS, bem como à constituição ou alteração dos PCDTs (Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas).

Hoje, a Conitec é estruturada em três grandes comitês e a secretaria executiva: os comitês são de medicamentos, de produtos e procedimentos e de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; e a secretaria executiva é feita, da Conitec, pelo Dgits, que é esse departamento que eu estou representando dentro da Sctie.

Os comitês são responsáveis pela emissão de relatórios e pareceres conclusivos destinados a assessorar o Ministério da Saúde. Vou já falar sobre a composição dos comitês. Cada comitê é composto por 17 membros, com direito a voto; isso foi modificado pelo último decreto, de dezembro de 2025, o 12.716, que incluiu uma cadeira rotativa para organizações da sociedade civil. Então, a Conitec... Os comitês são responsáveis para avaliar a incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias de saúde, a constituição e alteração do PCDT e, também, a atualização da Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais).

Essa é a composição dos 17 membros de cada comitê. Então, todas as oito secretarias do Ministério da Saúde participam, além da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Associação Médica Brasileira, o Conselho Nacional de Saúde, que representa os usuários, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que representa os estados, os secretários estaduais, o Nacional de Secretarias Municipais (Conasems), o Conselho Federal de Medicina, o Núcleo de Avaliação de Tecnologias e, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente, a Organização da Sociedade Civil. E, em todos os comitês, também tem membros ouvintes do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Superior de Defensoria Pública.

As regras de incorporação de tecnologias são feitas por avaliação da Conitec. A Conitec tem 180 dias prorrogáveis por mais 90, então, ao todo, 270 dias para avaliar. Essa avaliação vai levar em consideração evidências científicas, eficácia, segurança, efetividade e, também, estudos de avaliação econômica, por exemplo, de custo-efetividade. Esse prazo de avaliação se encerra com a publicação em *Diário Oficial da União*, seja por incorporação, seja por não incorporação ao SUS pela Secretária da Sctie. Então, a partir daí, dessa publicação, se for pela incorporação, o SUS tem 180 dias para disponibilizar esse medicamento, essa tecnologia, para a população.

Os relatórios técnicos, que são, todos, disponibilizados no *site* da Conitec, têm um amplo escopo. Então eles falam da doença; da tecnologia; de todas as evidências clínicas, de avaliação econômica, do impacto orçamentário; uma ampla busca bem robusta de evidências; experiências internacionais, como foi colocado aqui pela Doutora; monitoramento do horizonte tecnológico, ou seja, daqui para a frente, o que é que a gente pode esperar no tratamento dessa doença; perspectiva do paciente; recomendação da Conitec, se favorável ou não; consulta pública; e a deliberação final e decisão do Ministério da Saúde.

Então, para a tomada de decisão da Conitec, que são aqueles 17 membros de cada comitê, eles avaliam quatro principais aspectos. Quando eu falo de aspectos clínicos, segurança, eficácia, população beneficiada, indicações, efetividades e outros resultados; quando eu falo de econômica, tem o impacto orçamentário, eficiência, custos de oportunidade, que é aquele custo do que você, utilizando aquele valor daquela tecnologia, o tanto que você deixa de gastar em outras, custo-efetividade, custo-utilidade e outros custos; em relação ao paciente, a ética sempre, o impacto social, a aceitabilidade, reações psicológicas, conveniências e outros aspectos; e de organizacional, como é que a rede vai difundir essa nova tecnologia, a logística, a capacitação, a utilização e a sustentabilidade daquela tecnologia no SUS.

Então, quanto a mecanismos de participação social da Conitec, no *site* tem o cadastro de pacientes, associação de pacientes, especialistas e gestores do SUS, que é utilizado para divulgação; a perspectiva do paciente, como bem trazido aí pelo Rodrigo; a consulta pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Conitec disponibiliza relatórios, não apenas aquele que eu coloquei para vocês, mas também um relatório para a sociedade, uma fala bem direcionada à população em geral; audiência pública, se for necessária; e organizações da sociedade civil.

Então a Conitec e o Ministério da Saúde prezam sempre pela transparência. O *site* da Conitec é bem robusto. Então todas as gravações das reuniões são disponibilizadas, pautas, atas de reunião, demandas que foram avaliadas, demandas em que foram solicitadas avaliação da Conitec e também vários números de incorporação, de não incorporação, está tudo disponível lá no *site*.

Então é muito importante que todos nós acessemos o *site* da Conitec, para que, caso tenha dificuldade de achar algo ou está sentindo falta de algo, possa comunicar ao Ministério da Saúde, que vai ter o maior prazer, a maior honra de colocar no *site* tudo aquilo que servir para a população.

Em relação à hipofosfatemia ligada ao cromossomo X, de que já foi muito bem falado aqui, que é uma doença ultrarrara e progressiva, que afeta a qualidade de vida, causa baixa estatura, no SUS, o tratamento disponível é a administração oral de sais de fósforo e vitamina D para os adultos.

Aqui eu só coloquei um *print* dos fármacos disponibilizados para essa doença ultrarrara e, como bem colocado aqui, o burosumabe está disponível para crianças e adolescentes com até 18 anos incompletos.

Voltando aqui, em relação aos medicamentos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Rafael, o seu microfone está ficando baixo, não sei se tem que aproximar o fone. Continue, mas atenção ao seu fone.

O SR. RAFAEL POLONI (*Por videoconferência*.) – Vou falar um pouquinho mais alto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo, ficou bom agora, melhorou, ficou bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL POLONI (*Por videoconferência*.) – Perfeito, vou falar um pouquinho mais perto.

Então, esses medicamentos – o carbonato de cálcio –, todos eles, são encontrados nas unidades básicas de saúde. Já o calcitriol e o burosumabe são via Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. O calcitriol quem adquire são os estados, ao passo que o burosumabe é adquirido pelo Ministério da Saúde.

Bom, em relação ao último relatório, que está disponível lá no *site* da Conitec, nas evidências clínicas para pacientes adultos, o burosumabe tinha qualidade moderada a baixa. A avaliação econômica do Custo-Utilidade Incremental foi de R$2 milhões por anos de vida, ajustados pela qualidade. E aí, com o novo preço do fornecedor, reduziu um pouquinho para R$2,2 milhões por ano de vida, ajustados pela qualidade.

No impacto orçamentário tiveram variações, então depende do cenário, mas podia chegar até R$1 bilhão em cinco anos e, aproximadamente, R$300 milhões em um cenário menor.

A recomendação da Conitec, à época, em 2025, foi, pela maioria simples, a de recomendar a não incorporação para o tratamento de pacientes adultos ligado a cromossomo X, para a hipofosfatemia ligada a cromossomo X em adultos.

Entretanto, é importante lembrar que, em 2021 e em 2025 – em que ambos tiveram recomendação desfavorável da Conitec –, saiu essa informação, inclusive na portaria, de que, então, a matéria poderia ser submetida a novo processo de avaliação pela Conitec, caso fossem apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Então, coloco aqui o Ministério da Saúde à disposição. Estou anotando tudo que vocês estão falando para poder levar para os superiores. É muito importante a participação de todos e o relatório que vai sair desta audiência pública vai ser de extrema valia para a Conitec ter conhecimento e tomar as devidas providências.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior providência que todos querem aqui é exatamente o que você colocou nos seus eslaides. O remédio vai até 18 anos de idade, mas essas pessoas não se curam no dia que eles completam 17 anos e 29 dias. Elas não se curam a partir dos 18 anos, elas precisam da medicação depois. Então leve isso, Rafael, e tudo o que você ouviu aqui para a Conitec.

Por exemplo, a Maria Lúcia me disse aqui: "Eu fui diagnosticada aos 58 anos de idade. Eu estou vivendo agora, depois do tratamento". E está vivendo tão bem! Gerando renda, gerando emprego, trabalhando. Já casou. Quer casar de novo. (*Pausa.*)

Era bem jovem, né? Quer um outro marido, né?

Se achar, dá meu telefone para o irmão dele, tá? (*Risos.*)

É isso. Viver. Nós temos o direito de viver, o direito à vida. E vida com qualidade, com dignidade. E a Maria Lúcia está aqui, falando: "Eu fui diagnosticada aos 58 anos". E quem não foi diagnosticado ainda? Como é que está vivendo? Quantas dores? Quanto sofrimento? Quanto preconceito, Isaura? Quanto *bullying* – quanto *bullying*?

Então, Rafael, leva essa revisão. Por que o remédio tem que ser até 18 anos? A Sabrina... É Sabrina, né? A sua filha... (*Pausa.*)

A Valentina. É só até os 18 anos? E depois, Valentina? Como é que ela fica sem a medicação?

Então, Rafael, obrigada. Que bom a sua sensibilidade!

O Rafael é um técnico muito sensível. Leva lá o nosso apelo!

Eu vou para a Conitec. Nós vamos produzir um documento desta reunião para a Conitec, Rafael.

A Gabriela ainda está *online*? (*Pausa.*)

Vamos ouvir agora a Gabriela Hidalgo, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Nós estamos com dois representantes do Ministério da Saúde. Isso para a gente é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriela, estamos ansiosos para te ouvir e te ver.

Dez minutos, Gabriela.

A SRA. GABRIELA HIDALGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Bom, cumprimento todos.

Eu queria agradecer muito essa oportunidade da audiência pública para a gente conseguir que o cuidado seja realmente equitativo e que atenda a todos conforme as suas necessidades.

Queria também cumprimentar o Rafael, meu colega do Ministério. Estamos juntos aqui para a gente ouvir tudo isso e levar para o Ministério as nossas propostas engajadas com a sociedade civil e o Poder Legislativo.

Como tudo da doença já foi falado, como médica, eu queria falar para as mães que convivem com crianças que têm essa condição de saúde, porque é muito importante entender que, sim, existe diferença no tratamento da criança e no tratamento do adulto para essa condição.

Então, para a criança, a gente precisa trabalhar muito a linha de cuidado para que as crianças recebam um diagnóstico precoce, porque conviver, na fase de crescimento dos ossos, com essa doença ativa muda totalmente a vida dessa criança.

Isso é uma luta. Fiquei bem preocupada de ouvir os atrasos das medicações dentro da fase em que a gente já garante a medicação, que é até 18 anos.

O Rodrigo falou de um grupo de trabalho. Talvez esse seja um bom caminho para a gente conseguir ouvir melhor o que vem acontecendo na ponta. Mas, para a criança, e até 18 anos, essa é a principal fase em que nós precisamos ter essa doença controlada para mudar o curso da doença.

A Maria Lúcia, que teve esse diagnóstico já na fase adulta, conviveu, durante toda a fase de crescimento dos ossos, e depois, com as consequências da doença ativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é igual tratar a criança e tratar o adulto. A gente precisa evitar a incapacidade permanente, para ter esse crescimento dos ossos concluído, para a gente ter uma redução do impacto da doença nessa fase tão importante.

E, por isso, a gente precisa do apoio de todos para a gente construir uma linha de cuidado. Então, a coordenação de doenças raras, aqui eu falo em nome do Coordenador Natan, tem trabalhado na construção dessa linha de cuidado, para que a gente tenha um diagnóstico precoce e que as crianças convivam com a doença controlada, para que elas não tenham alterações de incapacidade nessa fase tão especial, em que a doença não pode estar ativa. Então, esse é um primeiro recorte.

Agora, qual é a diferença para o adulto? Quando a gente fala de uma doença grave, que tem muito sofrimento, cuidar desse sofrimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas se chama cuidados paliativos. Muitas vezes, a gente associa o cuidado paliativo só a quem está morrendo, mas isso não é verdade. A nossa portaria de doenças raras foi uma das primeiras a incluir o cuidado paliativo, ou seja, a importância de reduzir o sofrimento e melhorar a qualidade de vida para todos os pacientes com doenças raras, e, nessa condição, não é diferente. Porém, quando a gente avalia, muitas vezes, os estudos, isso é menos valorizado.

Então, por isso, a gente precisa da voz da sociedade civil, porque a gente não está falando só de curso de doença controlada; a gente tem que começar a falar que não é suficiente só isso, de só o osso já ter terminado de crescer. A gente quer ser um adulto que tenha uma boa qualidade de vida, e isso também precisa ser rediscutido, como a própria Conitec abre o caminho para que a gente traga novas evidências. A gente quer sambar, né, Maria Lúcia? A gente quer que a Valentina, mesmo com os ossos já formados, tratando bem na infância, quando adulta, ela não tenha dores.

Então, cuidar do sofrimento de uma doença grave é incluir o cuidado paliativo precoce para que a pessoa tenha um bom percurso de vida, com dignidade. E a gente precisa incluir que isso também seja uma pauta técnica, o que não é menos importante. A gente tem a Política Nacional de Cuidados Paliativos, que vem em 2024, e a gente precisa enxergar que os adultos que convivem com essa doença, apesar de terem os ossos formados, apesar do tratamento tradicional com fosfato e com a medicação nova, dentro dos estudos, parecerem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proximidade de efeitos dentro do osso, não é só do osso de que a gente está falando, a gente está falando de dor, de imobilismo, de conseguir fazer nossas atividades no dia a dia...

Então, todos os relatos de quem trouxe aqui de como é conviver com a doença são justificativas muito importantes e, através de uma proposta de construir um relatório, como a Senadora trouxe para a Conitec, trazendo a importância do cuidado paliativo dentro das condições graves e das doenças raras, fazem parte da dignidade humana e são pauta de direito humano: conviver sem sofrimento, conviver sem dor, conseguir manter a sua funcionalidade, conseguir envelhecer bem.

Então, é importante, sim, a gente diferenciar, na criança... A gente tem uma importância especial, a gente precisa garantir que isso seja precoce, contínuo e até os 18 anos, sem falta.

Já para o adulto, quando o osso está formado, a intenção é outra, mas ela não é menor, porque a gente precisa de qualidade de vida, a gente precisa de dignidade, a gente precisa que a pessoa não viva internada, como a Maria Lúcia falou. Ela vivia internada, não é?

Então, isso não é menos importante e conte com o nosso apoio, Senadora, para a gente conseguir construir essa condução de uma reavaliação da medicação com esse novo olhar. Estamos à disposição como Departamento de Atenção Especializada e Temática. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Gabriela, obrigada, viu? Obrigada. É uma médica, gente. Que bom que veio uma médica, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde, e de forma sensível.

Nós vamos construir, sim, Doutora. Eu acho que a gente vai terminar esta audiência com o encaminhamento da criação de um grupo de trabalho. Sabe por quê, Doutora? A sua fala foi muito, muito especial, de a gente apresentar um relatório para Conitec.

Enquanto nós estamos fazendo esta audiência, Doutora, a senhora não tem ideia, o Brasil inteiro participando e mandando perguntas, sugestões, querendo saber como ajudar, como contribuir. Pessoas aqui dizendo: "Eu estou em sofrimento". Ela acabou de me mostrar uma foto de uma moça aqui que está sentindo dor 24 horas, fazendo contato com ela aqui agora, mora em Campinas, Gracinda. Gracinda, um abraço para você, está nos assistindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, vamos fazer um grupo de trabalho, sim, composto pela Comissão de Direitos Humanos, técnicos da Comissão, eu quero participar do grupo, as instituições, a gente formatar um documento, provocar reuniões com a Conitec...

E obrigada, Dra. Gabriela e Rafael. Foram os dois técnicos que vieram apresentando o departamento deles, o trabalho deles, mas eles foram muito sensíveis, porque às vezes a gente vê o Ministério da Saúde mandar técnicos que não têm a sensibilidade que vocês trouxeram na fala. Eu estou muito feliz com a participação do Rafael e da Gabriela, mas agora que vocês se mostraram, falaram, são vocês que a gente vai acionar. São dois técnicos que mostraram muita sensibilidade, muito obrigada.

Eu registro também a participação, aqui no auditório, do Phellip Alcantara, advogado da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Registro que a Aline, do DF, pergunta o seguinte: "Quais medidas de descentralização ou telemedicina o SUS pretende adotar para garantir equidade no diagnóstico precoce [...]".

Renan, de Pernambuco: "Como garantir acesso equitativo ao tratamento do XLH no SUS e a continuidade do cuidado na transição para a vida adulta?".

Eduardo, de Rondônia, olha que interessante: "Há previsão de incorporação de tratamento para adultos com XLH? Em que estágio está essa análise?". Essa pergunta aí vai muito para o Ministério da Saúde e Conitec.

Helio, de Tocantins: "Por que a dificuldade do SUS em tratar doenças raras? Por que tanta ineficiência na aplicação dos recursos do SUS?".

A gente tem dois comentários do Rio de Janeiro, vem de Josue: "XLH exige tratamento vitalício no SUS. Pacientes devem ser reconhecidos como PcD, com direito à aposentadoria e dignidade".

Emiliano, do Rio Grande do Sul: "Gostaria de solicitar às nossas autoridades para que sejam disponibilizadas medicações especiais de alto custo para o povo brasileiro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, nós estamos chegando ao final da nossa audiência, mas nós temos dois pedidos, do auditório, de fala. Um é Luiz Carlos Malito Filho; ele está presente ainda? Malito, pai da Lúcie, paciente XLH.

Dois, três minutinhos, no máximo, pode ser? Tá?

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – É rapidinho.

Todos me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode falar.

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – Queria agradecer a oportunidade e a realização desta audiência com V. Exa.

Eu sou o Luiz Malito, pai da Lúcie, uma jovem de 3 anos que tem o XLH. Ela tem acesso ao tratamento do SUS.

Como pai, a gente quer cuidar, quer o melhor para os nossos filhos; como pai de uma criança com uma doença rara, esse sentido de proteção aflora, ele fica 24 horas por dia na gente. A Lúcie é uma menina cheia de vida, com 3 anos, totalmente independente: ela gosta de escolher as próprias roupas, os sapatinhos, ela acessa os armários e as gavetas, sobe no carro sozinha – e ai de quem tentar ajudar sem ser solicitado! Vai ter um problema com a Lúcie – e ela é uma menina com XLH.

Hoje, as crianças têm direito e têm acesso ao tratamento no SUS – isso é uma vitória! Isso faz com que a Lúcie tenha todas as oportunidades que as crianças da idade dela têm. Só que a Lúcie vai crescer, ela vai ser uma adolescente. E o que eu vou dizer para ela, ativa – não tenho dúvidas de que vai ser esportista –, na hora em que ela for perder o acesso ao tratamento?

O acesso ao tratamento é fundamental: ele reduz a dor, ele garante a autonomia, ele garante o desenvolvimento e ele evita a progressão da doença! Então, não é questão de partir para o paliativo; eu não posso deixar... Eu preciso evitar a progressão da doença na minha filha! Isso não é só sobre saúde, é sobre o futuro da Lúcie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acesso ao tratamento impacta não só a Lúcie, mas toda a família, porque é uma segurança, é uma tranquilidade, é uma esperança. Eu acredito na equidade, e equidade é garantir o que cada um precisa! A equidade no XLH é garantir o acesso ao tratamento na infância, na adolescência, na fase adulta e na velhice – todos precisam.

Eu estou aqui hoje como pai da Lúcie, mas para apoiar a continuidade desse tratamento, para que todas as crianças cresçam e não percam esse cuidado. Então, eu peço a continuidade no tratamento, a equidade no acesso, e eu peço a segurança para que a Lúcie, a Valentina e todas as crianças tenham as oportunidades a que elas têm direito.

Eu agradeço imensamente, Exma. Senadora, a todas as organizações, aos cuidadores e pacientes, que hoje são meus amigos, que estão nesse movimento coletivo. Eu acredito que a gente consegue, e eu estou aqui hoje pela Lúcie e por todos. (*Manifestação de emoção.*)

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Luiz, que bom, que bom que a gente te ouviu! A gente não tem como regra ceder a palavra ao Plenário, mas que fala extraordinária, que contribuição, porque nós estávamos com a mesa só com mães, aí veio um pai ali, agora, guerreiro...

Você tem foto da Lúcie?

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero ver a foto da Lúcie.

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – Eu tenho dela pulando. Como ela teve uma dificuldade no início da vida, ela foi muito precoce.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ahn?

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – E hoje, ela... Tinha uma linha reta, e as pessoas começam a pular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã-hã.

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – Dois pés de um lado para o outro, e ela não conseguia, mas ela não sossegou enquanto ela não conseguiu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que coisa linda!

O SR. LUIZ CARLOS MALITO FILHO – E hoje, para tudo que ela quer, ela vem pulando de ré, ela vem pulando. (*Risos.*) E ela sabe que ela consegue o que ela quiser de mim, dando pulinhos – e ela não desiste de nada. Eu queria dizer que eu sou uma pessoa tímida, eu sou um introvertido. Agora, é o que eu falei: esse instinto de proteção aflora nos pais, no cuidador. Então, eu faço o que for preciso, eu estou disponível para todas as associações, para todas as organizações, para qualquer grupo. Eu estou aqui para o que vocês precisarem.

Eu agradeço novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Luiz, a Lúcie vai ter muito orgulho que o pai tenha largado tudo em casa hoje, para vir aqui ao Senado Federal, na maior Casa de Leis do país, a Câmara Alta, para lutar por ela e por todas as crianças – ela vai ter muito orgulho de você. Esta audiência aqui vai se perpetuar. Já entramos para os *Anais* da história do Senado, nós estamos em notas taquigráficas. Queira ou não queira, o Senado parou tudo hoje para falar de vocês. E Lúcie vai ter muito orgulho desse pai.

Se você puder compartilhar ali com Camila a foto de Lúcie, se você permitir a gente conhecer Lúcie, o senhor ir até o final seria uma alegria.

A Adenair Machado, paciente com XLH, pediu a palavra também. Ela está aí ainda? (*Pausa.*)

Ela está aí, a Adenair. É uma alegria tê-la aqui.

A SRA. ADENAIR ANA MACHADO – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fala de onde você é, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADENAIR ANA MACHADO – Eu sou Adenair, sou uma paciente. Eu sou de Rio Bonito, interior do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Também veio com o dinheiro dela, do Rio de Janeiro. Obrigada por estar aqui com a gente. Chorou a audiência toda, não foi? Foi a que mais chorou aqui.

A SRA. ADENAIR ANA MACHADO – Eu fui diagnosticada tarde, com 37 anos – briguei muito por esse diagnóstico. Por ter um filho que... Eu achei que era uma doença genética, porque eu tive um filho com XLH. E a senhora até pontuou uma coisa muito importante no início desta audiência, sobre como seria uma gravidez. E é um período muito difícil, um período em que a gente é carregado o tempo todo, porque a gente não aguenta, as pernas não aguentam o peso, e existe todo o risco que tem de se ter um bebê prematuro.

Meu filho é prematuro, hoje tem 20 anos. Louvo a Deus pela vida dele, pela vida do pai, que não desistiu, porque a gente vê muitas famílias desistindo – e hoje eu estou aqui por ele. O diagnóstico dele foi no início, foi na infância. Ele começou, teve acesso ao SUS.

E, todas as vezes que a gente pega o medicamento, a nossa pergunta é: mês que vem a gente vai ter o medicamento? Porque a gente sabe que ele não tem mais direito. Eu tomo o medicamento também, mas é por processo judicial e não temos garantia. Ficamos, como Maria Lúcia falou no início, um período sem medicamento, e eu parei de andar nesse período.

Como foi falado aqui pela Doutora, no início, a doença não é curada com esse medicamento, é para nos dar uma qualidade de vida, é uma autonomia. Por isso que a gente está aqui para ser visto e ser ouvido. Não adianta eu agora chegar e falar: meu filho não precisa mais, porque meu filho já tomou e agora ele já tem 20 anos. Só que eu sou prova viva disto: eu tenho XLH e, se eu paro de tomar o medicamento, eu paro de andar, os ossos emborracham. Eu vou voltar a fazer mais cirurgias – eu já tenho 14 cirurgias nas pernas. Para eu não ser dependente, eu prefiro ir para um centro cirúrgico. Então, isso eu ensinei ao meu filho: é uma luta constante! Não adianta parar o medicamento. Se parar o medicamento, eu vou para o pronto-socorro com os dentes necrosando, sem medicamento. Então, a doença não estagna, ela é contínua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está aqui para ser ouvido e ser visto, porque é muito difícil caminhar sem a medicação. E eu louvo a Deus pela vida da senhora, pela vida de cada um que está aqui, por cada instituição que não tem só ouvido a gente, mas tem caminhado com a gente, porque isso é muito importante e cada relato aqui deixa a gente chorando... É difícil, porque a gente vive isso e já até ouviu assim: "É melhor aceitar, porque dói menos", mas a gente sabe que tem esse direito, e, com vocês, a gente caminha e vai conseguir uma autonomia, caminharmos juntos para aqueles que ainda não têm o diagnóstico não passarem pela luta que nós estamos passando.

Muito obrigada, Doutora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Adenair, obrigada! Obrigada por ter vindo, saído de casa, gastado o seu dinheiro, aceitado o desafio de estar aqui – com esse sotaque lindo, carioca – e nos desafiar. Obrigada.

Ministério da Saúde, Dr. Rafael, Dra. Gabriela, espero que tenham escutado com muita atenção o relato da Adenair. É doloroso! Quatorze cirurgias na perna! Quanto custa uma cirurgia? Quanto custam dois dias dela na UTI? Vamos fazer essa conta em relação à dose do remédio que ela toma. Sai mais barato o remédio. Eu sei que o remédio é caro, mas, quando a gente faz essa compensação, sai mais barato mantê-la tomando o remédio do que internando-a para novas cirurgias.

Adenair, obrigada por ter vindo!

Gente, todo mundo quer falar, mas a gente não tem muito tempo. Mas o Instituto Amor e Carinho, Wesley, pediu a palavra. Depois do Wesley, nós vamos ouvir o Vereador e encerrar a participação do auditório, porque a gente está com o horário já bem vencido.

Wesley Pacheco, Instituto Amor e Carinho.

O SR. WESLEY PACHECO – Senadora, muito obrigado pela palavra. Prometo ser rápido e fazer uma colocação para ajudar e contribuir com esta audiência pública que nós estamos tendo aqui.

Pacientes jovens, até 18 anos, incorporado; pacientes adultos, o único acesso é via judicial. E o que está acontecendo no Brasil, hoje? Pacientes que estavam recebendo medicação, hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por causa dos Temas 6 e 1.234, estão perdendo o direito de acesso. Pacientes que recebiam medicação já há três, quatro anos estão ficando sem medicação.

Eu tenho pacientes lá, no Brasil inteiro, e hoje, por causa de um dos quesitos que se pede dentro desses temas, que é a incorporação pela Conitec, todo o Judiciário está derrubando o acesso dos pacientes com medicação, principalmente burosumabe. Isso é grave!

Nós escutamos aqui a Maria Lúcia falando que ela tem o uso da medicação, ela faz uso da medicação. Se ela ficar sem a medicação, vai ter dores crônicas e vai voltar para o estágio zero. Então, muitos pacientes no Brasil, hoje, com raquitismo, adultos, estão ficando sem o acesso à medicação por causa desse quesito, que é a não incorporação pela Conitec. O Judiciário hoje está negando aos pacientes o direito de acesso à medicação. Isso é grave!

E, assim, a gente precisa brigar para mudar, principalmente essa incorporação. Tem juízes que, às vezes, não estão colocando e falam: "Não dou direito ao acesso porque um dos quesitos é não incorporação pela Conitec". Só que, no que o médico decide, no tratamento, ele está tendo muita dificuldade no Brasil. Então, isso é grave.

Maria Lúcia é acolhida por nós, a irmã dela é acolhida por nós. Qual é o quesito? Não incorporação pela Conitec. Então, a irmã não tem direito ao acesso. Só que, na maioria, os pacientes têm liminar. Na maioria dos pacientes, não foi transitado em julgado. Essas liminares estão caindo, estão voltando para trás. Está sendo grave o direito de acesso aos pacientes.

Então, eu só queria fazer essa colocação para que a Senadora também olhasse para esse lado, porque os pacientes adultos estão sofrendo demais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

E você traz uma outra situação bem grave, Wesley: tem que judicializar.

Imagina a cidade em que a pessoa que tem raquitismo não tem um defensor público, em que a Defensoria Pública é aquela itinerante, que passa uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cito muito o exemplo de Marajó. Eu trabalhei muito tempo com Marajó. O defensor público entra num barco – de uma cidade para outra, são sete dias, até chegar naquela cidade –, atende, vai. Quando ele voltar naquela cidade em que ele fez o atendimento... Ele vai demorar 60 dias para voltar naquela cidade de novo, até ele fazer o percurso. Como que essas pessoas judicializam? A comarca mais perto está onde? O fórum mais perto está onde?

Então, gente, é grave. O que nós estamos colocando aqui é extremamente grave e são respostas que o Estado brasileiro precisa dar.

Ao nosso Vereador da cidade de Gramado, Roberto Cavallin, para suas considerações finais.

Obrigada por ter deixado tudo lá na Câmara para estar conosco aqui, hoje.

O SR. ROBERTO CAVALLIN (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Cumprimento a Senadora Damares e também a Comissão de Direitos Humanos.

Estamos aqui discutindo, Senadora, sobre dignidade para essas pessoas.

Também quero cumprimentar o Governo, na pessoa da Gabriela, médica e, acredito, mãe, e do Rodrigo; a Rafaelli; a Dra. Maria Helena; a Maria Lúcia.

Eu quero falar da Isaura, mãe da Valentina. Não tem como não se emocionar – né, Senadora? Mesmo sendo um político. Obrigado por não ter desistido, Isaura, e nunca ter parado pelo caminho na tua luta. Você é orgulho para nós, gramadenses e gaúchos, povo que luta e que, de várias batalhas pela história, Damares, somos conhecidos.

Implorar por medicação, Senadora... A dificuldade não é de apenas hoje, é permanente. Que todos nós possamos lembrar todas as dores e todos que estão aqui por todos os dias.

Gabriela, do Governo, a luta é incorporar tudo isso ao SUS, para que todos – e como eu repeti e vou repetir – dignidade possam ter.

Parabéns ao Wesley, a todas as entidades.

Eu acho que, Damares, a gente precisa sim... Porque eu convidei inclusive o Presidente da Câmara de Vereadores. Eu acho que vocês todos devem ir para dentro das câmaras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vereadores, exigir moções de reconhecimento a essa luta, a essa batalha. Nós temos que levar lá para ponta da linha, como a Isaura fez, entrou dentro da Câmara de Vereadores, dizendo: "Eu não sou escutada". E eu acho que é esse o trabalho, né?

E aí, aqui, eu tenho, sim, Senadora, que fazer um discurso político, tá, Senadora? Porque tanta discussão... E aí a minha estada aqui em Brasília custou R$210 – o meu hotel –, e nós temos um Presidente da República gastando hoje, na Alemanha, R$812 mil num hotel de luxo. Então, acho que a gente tem, sim, é que colocar os pés no chão e lembrar a dor de cada um que aqui foi passada.

Que o Senado possa, sim, Senadora, trazer cada um que hoje está aqui lutando pelo seu dia a dia, pelas suas dores; que ele possa arcar com esses gastos; que as pessoas possam ser ouvidas. Isso é política de verdade, e não política politiqueira, lá de discurso de eleição.

Então, que tragam as pessoas para cá, que ouçam as entidades, que ouçam as mães, que ouçam os pais que vêm aqui por dores. E é uma luta pela vida toda: não por um momento, não por uma foto, não por um discurso; e, sim, por dores com que vivem e convivem, como a médica aqui passou. E coloco aqui, e ouvi de várias cirurgias...

Imagine uma pessoa, Senadora: 12, 15, 20 cirurgias pela vida, e saber que isso é uma luta que não vai trazer uma pessoa à normalidade. E ainda o que enfrentam aí de discriminação...

Então, obrigado, Senadora. Obrigado à Comissão.

Que a gente possa voltar, que este debate continue e que seja contínuo, dia após dia.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereador. (*Palmas.*)

E o Vereador deu uma ideia bem prática e que funciona.

Se as câmaras de Vereadores do Brasil fizerem uma moção de apoio e aprovarem, por unanimidade, lá na câmara, apoiando a causa da incorporação... que a medicação seja estendida para o adulto, e essa moção chegar ao Ministério da Saúde... Eu sugiro que mandem uma cópia para esta Comissão, porque eu posso reunir todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente chega lá e fala: "Olhem, são só 200 milhões de brasileiros pedindo", porque o Vereador representa o povo, entenderam? Então, a gente tem de lançar essa campanha nos municípios.

Atenção, câmaras de Vereadores: envolvam-se com o tema também, mandem moções aqui, para a gente juntar no grupo de trabalho e mostrar que é um pedido da sociedade.

E nós não estamos pedindo nenhum privilégio. Nós estamos pedindo direito, garantia de direito. E também não estamos pedindo esmola, tá? Nós estamos pedindo tão somente a garantia de direito.

E, para encerrar o auditório – eu não podia deixar, gente; eu esqueci –, a Valentina também vai falar.

Por favor, Rafael, ajude a Valentina com o microfone.

Como a Valentina vai embora sem falar?

Não, Valentina, você veio de longe, você vai falar também.

A SRA. VALENTINA ALEJANDRA DA SILVA ESPINOZA – Tá. O meu nome é Valentina, eu tenho 13 anos e hoje estou aqui não só por mim, mas por muitas crianças e adolescentes que não têm chance de serem ouvidos.

Eu nasci com uma doença rara, chamada raquitismo hipofosfatêmico. É uma condição que afeta meus ossos, causa dores constantes e interfere no meu crescimento.

Viver com isso já é um desafio diário, mas não é o único. Na escola, onde eu deveria me sentir segura, acolhida e respeitada, eu enfrento o *bullying*. São palavras, atitudes e olhares que machucam profundamente, mas dói perceber que, muitas vezes, isso acontece sem que haja uma atitude firme de quem deveria me proteger. Machuca quando a direção não age. Machuca quando o problema é ignorado. Machuca quando a gente sente que a nossa dor não importa. E essa realidade não começou comigo.

Eu cresci ouvindo minha mãe contar sobre a infância dela. Ela também sofreu bullying na escola, ela também foi ignorada e hoje, anos depois, eu estou vivendo aqui algo muito parecido. Isso não deveria acontecer; histórias de dor não deveriam se repetir de geração em geração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, enfrento uma luta constante: o acesso ao meu tratamento. O medicamento que eu preciso não chega de forma regular; existem meses em que eu fico sem e, quando isso acontece, a minha condição só piora.

Eu peço que olhem para as pessoas com doenças raras com mais cuidado e responsabilidade, que garantam o acesso contínuo aos tratamentos, que as escolas sejam ambientes seguros de verdade, onde o *bullying* seja combatido com seriedade.

Quero que a minha história não seja mais uma história de negligência e quero que nenhuma outra criança precise passar pelo que eu passo hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! (*Fora do microfone.*) Valentina!

Vereador... Você perdeu a cadeira, Vereador! Perdeu! A nossa próxima Vereadora... E eu vou cuidar da minha, porque essa menina vai chegar aqui no Senado.

Valentina, que coisa linda! Obrigada!

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Orgulho!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Orgulho, mãe! Orgulho!

Eu não posso interromper o tratamento dessa menina, gente.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Ela é assim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, aos 18 anos, ela tem que continuar recebendo remédio. Essa menina tem futuro, inclusive, político, Valentina. Vou te desafiar a ser... Eu vou lá pedir voto para você quando você fizer... Desculpa, Vereador! Você que se candidate a Prefeito porque a minha Vereadora lá vai ser ela.

Que Deus te abençoe, Valentina! Você falou em nome de muitas crianças do Brasil, muitos adolescentes. Que bom que eu passei a palavra para você! Que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a gente vai para o final, e no final a gente faz o seguinte: eu devolvo a palavra à mesa, por dois minutos, para agradecimentos, considerações finais.

A Dra. Maria Helena já foi embora.

Vamos ouvir por dois minutos a Maria Lúcia, na sequência. Agradecimentos e considerações finais, Maria Lúcia. Dois minutos, que o nosso tempo já foi.

A SRA. MARIA LÚCIA DE ALMEIDA MOURA GOMES (Para expor.) – Sem palavras. Muito obrigada a todos.

Na verdade, é assim: eu nem tenho palavras de tantos agradecimentos. É uma coisa assim, a gente fica sem palavras; eu fico estarrecida porque, quando a medicação falta, o estado psicológico da gente, além das dores, é tão grande, que você não tem palavra para falar.

Muito obrigada, Senadora.

Muito obrigada a todos que fazem parte e um bom-dia bem especial para vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maria Lúcia! (*Fora do microfone.*)

Obrigada, Maria Lúcia! Leve um abraço para todos de Recife.

Obrigada. É uma alegria ter recebido você aqui, hoje.

Isaura, dois minutos para agradecimentos, se você conseguir, por favor.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (Para expor.) – Eu quero dizer que, para mim, enquanto pessoa com deficiência, foi um desafio muito grande, pela questão da acessibilidade.

Como eu tenho muitas dores, por conta do XLH, então, a questão de ônibus, vindo de Gramado... Como eu tenho perda auditiva, a questão do avião é bem complicada para mim.

Assim, eu agradeço muito a Deus. A senhora falou da fé. Eu estou aqui por causa da fé, porque eu levantei muito ruim hoje, mas escutar a minha filha falar coisas que ela... Ela montou o texto, e é o que a gente está vivendo, a questão do *bullying,* que não deveria existir mais.

Assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu!

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA – ... como a Maria Lúcia disse...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu todo o sacrifício.

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA – ... eu sou uma mãe orgulhosa. Vale a pena.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Isaura.

Profa. Isaura, a senhora nos emocionou desde o início, e não está fácil para ela ficar sentada três horas aqui, gente, com dor. Sentiu dor na viagem, dor para dormir, dor para ficar aqui, e ficou, mas eu acho que valeu a pena seu sacrifício.

A Isaura me disse uma coisa em segredo aqui, viu, Ministério da Saúde? O que a Isaura me disse – eu nem pedi permissão a ela, mas eu vou falar – foi que a filha recebe a medicação, mas ela não recebe; então, ela tem as dores. E por que ela não recebe? Ela tem medo de pedir a medicação e, na hora de cruzarem o endereço, verem que é o mesmo da filha, e a filha ficar sem a medicação. Não é justo, Ministério da Saúde, não é justo isso: a mãe continuar sentindo dor para que a filha não sinta dor. Vamos falar sobre isso depois, Isaura.

O Instituto Carinho também falou sobre isso; às vezes, na família tem duas pessoas com a doença, mas só uma está recebendo – o Rodrigo também falou. Não é justo a gente escolher quem vai sentir dor – não é justo.

Isaura a gente vai falar sobre o seu caso...

A SRA. ISAURA TEREZINHA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – E nem recebendo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com medo e já sofrendo, porque, daqui a pouco, ela vai parar de receber.

Rafaelli Cardoso, dois minutos para agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, gente, a Rafaelli me mostrou e me entregou as cartilhas que o Instituto Mundo XLH faz, umas cartilhas lindas. Procurem depois o perfil do instituto; o material está lá também, baixem, reproduzam, façam na sua cidade. O Instituto inclusive libera para que você imprima na sua cidade. O material está lindo! Obrigada pelo trabalho de vocês.

Rafaelli, dois minutos para agradecimentos.

A SRA. RAFAELLI CARDOSO SILVA (Para expor.) – Bom, agradeço novamente pelo espaço; o debate foi muito bom. Fiquei surpreendida em ouvir a fala da Dra. Gabriela; à apresentação que o Sr. Rafael fez, eu já assisti inúmeras vezes, mas gostei e fiquei bem feliz com a oportunidade que foi criada aqui hoje.

Muito obrigada, Senadora Damares, pela oportunidade de nos comprometermos com um prognóstico diferente para as pessoas com o XLH.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, muito obrigada.

Rodrigo, dois minutos para agradecimentos, se você conseguir.

O SR. RODRIGO DE ARAÚJO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senadora, pelo apoio, pela dedicação, pelo carinho que você tem. Se não fosse a senhora, a gente não conseguiria tratar muito desse tema, e tenho certeza de que, enquanto a senhora estiver na Presidência, a gente vai ter esse apoio da Comissão.

Eu gostaria de solicitar, Senadora... Só queria chamar a Fátima Xavier, que é a Presidente de uma associação nossa. Gostaria de entregar para a senhora uma lembrancinha representando todos os nossos pacientes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Opa! (*Pausa*.)

Ela também está entregando um documento.

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FÁTIMA XAVIER (Para expor.) – Bom, gente, o que eu vou falar vai ser muito rápido... (*Fora do microfone.*) Vai ser muito rápido o que eu vou falar. Quando eu cheguei aqui, no dia 7 de março, junto com o Rodrigo, encontramos a Senadora no corredor e viemos pedir esta audiência pública.

Dentro do avião, quando eu saí de João Pessoa – porque eu moro em João Pessoa –, pedi a Deus e falei: "Deus, eu não sou merecedora, mas a gente está indo por tantas famílias, por tantas pessoas que estão em sofrimento. Então, abra os caminhos e toque os corações desses políticos", e a gente encontrou a Senadora Damares, que abraçou esta audiência pública, nos ajudou e está nos ajudando. A gente agradece muito a esta Casa e à Senadora.

Também sou portadora de uma doença rara e não estou aqui só ocupando um cargo de Presidente, mas também lutando por toda a comunidade de raros. Então, este espaço aqui, para a gente hoje, é de grande importância. Não podemos conviver com o fantasma da negação e da interrupção. O tratamento é fundamental para todos nós. Hoje em dia, no Brasil de hoje, não pode ser escolhido quem tem que ser tratado; todos têm direito a tratamento. O que a gente está pedindo é ampliação do tratamento para XLH. E o pior já foi feito: ele já está incorporado ao SUS. Então, a gente precisa da ampliação porque a doença é genética e crônica. As sequelas não deixam de existir, e cada vez vão aparecer mais sequelas.

Então, a gente pede, com todo carinho, para a Conitec que analise esse pedido da gente e que ajude essa comunidade, essas pessoas, porque existem famílias que estão em sofrimento, porque não é só o paciente que sofre; toda a família sofre com a dor do paciente, toda a família fica doente, todo cuidador fica doente. Então, a gente está aqui pedindo para que se ajude essa comunidade e que tenha essa ampliação.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Fátima.

Gente, olha! Brasil, olhe que coisa mais linda que eu ganhei, feito por paciente. Olha isso aqui! Olha, eu vou virar assim para a TV Senado mostrar como é colorido. Olha isto aqui! Gente do céu! Todo Senador que quiser ganhar um tem que entrar na causa. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou compartilhar com o Ministério da Saúde o documento que vocês encaminharam junto com o relatório da audiência.

Rafael Poloni ainda está conectado?

Rafael, agradecimentos e considerações finais. Rafael, representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. RAFAEL POLONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, só queria agradecer mesmo todos os relatos e reforçar que o Ministério da Saúde está à disposição de todos vocês.

A gente aguarda, então, receber o relatório, Senadora, e também o documento deixado aí, para que a gente consiga fazer os encaminhamentos dentro do ministério sobre o tema.

Agradeço-lhe demais. Foi muito rica a discussão, e fiz todas as anotações.

É só agradecer mesmo a todos vocês por compartilharem conosco todos esses relatos de extrema importância.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Rafael, assim que a gente montar o relatório e os encaminhamentos, a gente manda-os para vocês, e vamos mandar orando. Eu oro. Eu vou orar em cima do documento: "Deus toque no coração do pessoal da Conitec".

Foi uma alegria, Rafael, ter você, de novo, com a gente.

Dra. Gabriela, ainda está *online*?

Dra. Gabriela, que emocionou todo mundo com sensibilidade, dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

E não vai embora porque eu vou mostrar a foto da Lúcie ainda, a gente vai terminar com uma imagem bonita.

A SRA. GABRIELA HIDALGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, faço as do Rafael minhas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço-lhe a oportunidade de participar de um espaço tão potente, a todos os relatos, e agradeço especialmente à Valentina, que, tão jovem, trouxe aqui um discurso tão potente.

Nós estamos juntos e estamos ouvindo.

Parabéns, está bom, Valentina?

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

A gente vai procurá-la e vai explorar muito a sua sensibilidade, viu, Dra. Gabriela?

E, agora, a gente encerra esta reunião, e, com a autorização do pai, nós vamos mostrar uma imagem da Lúcie, que está bem, que está pulando. E a gente quer todas as lúcies, todos os pacientes pulando e que eles tenham o direito de pular, de rir. E a gente encerra, com essa imagem positiva.

Foi uma audiência na qual a gente falou de coisas tensas, mas a gente quer encerrar de uma forma muito terna.

Obrigada, Luiz, por compartilhar a imagem dela.

Vamos vê-la pulando, feliz da vida?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que linda!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito linda!

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela não cai.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela merece pular a vida inteira.

Obrigada. (*Palmas.*)

Acreditando que nós cumprimos o objetivo da audiência, que foi dar visibilidade ao problema que vocês estão enfrentando, acreditando que nós cumprimos a nossa missão, quero agradecer a todos que vieram de longe – meu Deus, que dificuldade! –, alguns com dores.

Obrigada por terem acreditado nesta audiência pública. Ela não vai ficar apenas neste debate.

Eu delibero, no sentido da Secretaria, que seja criado um grupo de trabalho interno nesta Comissão, convidando a Comissão de Saúde do Senado para participar do grupo de trabalho, para a gente criar um relatório e encaminhar à Conitec; e que não fique apenas no relatório, mas que a gente acompanhe o debate e todos os pacientes.

Obrigada, Brasil, por estarem conectados com a gente. Vieram perguntas de todos os lugares do Brasil. Demos visibilidade, viu, Adenair? Acho que a gente deu um passo diferente hoje. A gente muda a história da luta de vocês, trazendo esta visibilidade.

Desta forma, nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa audiência pública.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (27ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (13ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (18ª REUNIÃO), EM 27 DE ABRIL DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 44/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 9/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 15/2026 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Debater os desafios enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social". Participantes: Marco Aurélio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi - SPW Brasil; Maria Teresinha Oliveira Cardoso, Médica Geneticista da Rede Hospitalar do DF (Hospital de Apoio de Brasília); Professora do Curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília; Coordenadora da Regional Centro¿Oeste da Sociedade Brasileira de Génetica e Genômica - SBGM; Renata de Paula Faria Rocha, Tecnologista da Coordenação Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde - DAET/SAES/MS; Ruth Rocha Franco, Médica da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi e Coordenadora do Ambulatório da Síndrome de Prader-Willi do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - USP; e Marco Franco, Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial e Diretor Substituto da Diretoria de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação - MEC. (representante de: Olga Cristina Rocha de Freitas, Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo do Ministério da Educação - MEC). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/27

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia. Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 13ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura e com a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 27 de abril de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 44, da CDH, 15, da Comissão de Educação, e 9, da Comissão de Assuntos Sociais, todos de minha autoria, para discutir sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com síndrome de Prader-Willi no Brasil, especialmente quanto ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento adequado e ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde, educação e inclusão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, ligação sem custo algum. O telefone é o 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Convido os queridos expositores... Eu estou muito emocionada, eu vou procurar manter um equilíbrio nesta audiência, porque esta audiência fala diretamente ao meu coração. Eu acho que todo mundo já sabe o porquê: porque eu também sou família Prader.

Não era dessa forma que eu queria iniciar o debate no Senado. Eu não queria iniciar o debate no Senado por causa de uma história triste. Foi essa história triste que nos fez fazer uma manifestação recentemente nesta Comissão. Mas, se foi esse episódio que veio para movimentar todo o Senado, nós o recebemos como uma oportunidade de fazer a discussão sobre a síndrome no Brasil.

Eu tenho a honra de convidar, para compor a mesa comigo – e que alegria tê-lo aqui, porque acompanho, curto, mando mensagem para a Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi, e, a partir de agora, todo mundo vai começar a acompanhá-lo nas redes sociais –, o Dr. Marco Aurélio Cardoso, Presidente. É uma honra tê-lo com a gente, Doutor.

Na minha época, a gente batia palma quando a gente convidava alguém. (*Palmas.*)

Ganhei camisa, gente. Olhem só. Vamos mostrar a camisa, Doutor, aqui juntos. (*Palmas.*)

Eu acho que ele quer que eu vista a camisa pela alegria dele. (*Risos.*)

Eu convido, para fazer parte da mesa... Nós temos três convidados que vão estar aqui à mesa de forma presencial e dois convidados de forma virtual.

Eu convido, para fazer parte da mesa, a querida Médica Geneticista da Rede Hospitalar do Hospital de Apoio de Brasília, Professora do Curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília, Coordenadora da Regional Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Genética e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Genômica, uma pessoa amada pelo Senado Federal – a gente quer muito bem a ela –, Dra. Maria Teresinha Oliveira Cardoso, a Dra. Teresinha. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Doutora.

Eu tenho a alegria de ter à mesa com a gente hoje o Ministério da Saúde.

E aí aos nossos expositores: esta não é uma audiência de se cobrar Governo. Apesar de eu ser uma Senadora de oposição, estes debates aqui a gente faz em nível sério, a gente entrega as nossas reivindicações ao Governo no que for preciso, mas o Ministério da Saúde vir a uma audiência desta mostra o respeito do Ministério da Saúde ao debate.

Com muita alegria, a gente recebe a Tecnologista da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde, a Dra. Renata de Paula Faria. Bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

Na verdade, a Dra. Renata já merece até um bóton de Senadora. A Dra. Renata está sempre com a gente em todos os debates. Ela não tem todas as respostas, mas o fato de estar sentada conosco à mesa nos ouvindo já nos enche de muita alegria e de muita esperança. Muito obrigada.

Nós temos *online* conosco Olga Cristina Rocha de Freitas, Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo do Ministério da Educação. Obrigada, Dra. Olga, Profa. Olga.

E temos conosco *online* a médica da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi e Coordenadora do Ambulatório da Síndrome de Prader-Willi do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – oh, que alegria! –, a Dra. Ruth Rocha Franco, que daqui a pouco a gente vai trazer para o debate.

Quero informar aos nossos convidados que cada um terá dez minutos para exposição inicial, mas, se precisarem passar um pouquinho, fiquem à vontade, tá? Mas vamos tentar manter o tempo, porque nós temos crianças no auditório e a gente sabe que elas daqui a pouco vão ficar incomodadas, então nós vamos tentar ficar dentro do tempo planejado. E nós temos cinco expositores. Se algum dos expositores precisar fazer a sua fala e precisar sair, especialmente as representantes de Governo e a Dra. Ruth, que está lá longe, e a Dra. Maria... A gente fica imaginando o número de pacientes que as estão esperando. Se precisar falar e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ausentar do debate, pode se ausentar, só dá um toque para nós aqui na mesa. E, se chegar alguma pergunta direcionada a quem se ausentou, a gente encaminha via *e-mail*.

Acabei de ser informada que o MEC mudou o representante. Vai ser o Coordenador-Geral de Políticas Pedagógicas da Educação Especial e Diretor Substituto da Diretoria de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação. Ai, como é grande o nome do departamento dele! (*Risos.*)

Eu vou ler de novo, Doutor, que eu não respirei. Ele é Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial. Ele é Coordenador, mas é também Diretor substituto da Diretoria de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação. Bem-vindo, Coordenador e Diretor substituto ao debate.

E tudo começou, esta audiência, com o episódio em uma escola. A gente já queria falar sobre o tema, mas o episódio nessa escola arrancou lágrimas do Brasil e por isso que o MEC está presente.

Senhores, quando eu fiz a abertura da audiência, eu informei que esta audiência está sendo realizada por três Comissões do Senado: a Comissão de Direitos Humanos, da qual sou Presidente; a Comissão de Educação, cuja Presidente é a nossa querida Senadora Teresa Leitão; e a Comissão de Assuntos Sociais e Saúde do Senado, cujo Presidente é o Senador Marcelo. Então, quando a gente soma o número de Senadores em cada Comissão – só nessa aqui tem 30 –, se a gente somar uma média de 30 em cada Comissão, esta audiência foi aprovada por unanimidade, por 90 Senadores que entenderam que estava na hora de a gente trazer o assunto para o Senado e começar a dar visibilidade e começar um novo debate sobre o assunto.

E eu me sinto privilegiada de ter provocado as três Comissões para que essa discussão acontecesse aqui, mas especialmente sobre a Comissão de Direitos Humanos, que realiza essa presente audiência em conjunto com as outras duas, com o objetivo de debater os desafios enfrentados pelas pessoas com a síndrome. E alguns anos atrás eu falaria pelas crianças, mas hoje a gente tem que falar pelas pessoas, porque nós estamos com muitos adultos hoje, não é, Dr. Marco? Quando eu tive acesso à síndrome, quando eu tive um anjo em casa, nós não encontrávamos tantos adultos. E hoje nós estamos com muitos adultos no Brasil com a síndrome. Então, discutir o tratamento adequado, o diagnóstico precoce, o acesso ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento e o desenvolvimento de políticas públicas integradas de saúde, educação e inclusão social é o nosso objetivo nessa manhã.

A realização desse debate insere-se no âmbito das competências constitucionais da Comissão de Direitos Humanos, que tem como missão promover a defesa dos direitos humanos e a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do ordenamento jurídico nacional.

Do ponto de vista da magnitude do problema, a síndrome de Prader-Willi é uma condição genética rara, com incidência estimada em aproximadamente um caso para cada 15 mil indivíduos – é rara, no entanto a gente vai encontrar muitas pessoas com a síndrome no país –, podendo variar entre um para 10 mil e 30 mil, conforme estudos internacionais. Embora considerada rara, trata-se de uma condição de elevada complexidade, que afeta múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, incluindo aspectos metabólicos, cognitivos, comportamentais, exigindo acompanhamento contínuo e multidisciplinar ao longo da vida.

Neste contexto, cumpre registrar que esta Comissão já teve a oportunidade de conhecer, por meio de relato institucional, a trajetória do Igor, uma criança com a síndrome, acompanhada por sua família ao longo de mais de uma década. A experiência revelou de forma contundente que o enfrentamento das doenças raras vai muito além da dimensão clínica, envolvendo desafios permanentes relacionados ao diagnóstico, ao acesso, ao tratamento, à inclusão e à superação. Trata-se de uma realidade que se repete em milhares de lares brasileiros e que evidencia a urgência de políticas públicas estruturadas, capazes de oferecer suporte adequado e garantir dignidade às pessoas afetadas e às suas famílias.

O Igor era o meu sobrinho. E aí, Dr. Marco, Renata, Dra. Teresinha, foi o Igor que me trouxe a esta Casa, então eu sou Senadora por causa de uma síndrome. Toda a minha luta, o que me traz a Brasília para a gente fazer as discussões sobre os excluídos... E venho para os bastidores do poder e fico anos nos bastidores do poder influenciando o poder. Essa minha luta me torna visível aos olhos de um homem que se elegeu Presidente da República, que me levou para ser Ministra, e aí o resto você já conhece. A Ministra virou Senadora, mas foi uma criança com essa síndrome que me trouxe a esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, estima-se que cerca de 13 milhões de pessoas convivam com doenças raras, segundo o Ministério da Saúde, sendo recorrente a ocorrência de diagnóstico tardio, o que evidencia dificuldades estruturais. Neste sentido, entendendo que direitos têm sido violados no Brasil, entendendo que as famílias estão clamando para que crianças tenham o diagnóstico precoce e para que o tratamento chegue a elas cada vez mais cedo, é que a gente dá início a este debate nessa manhã.

Que tenhamos uma audiência... Nós vamos falar de uma síndrome raríssima que, em alguns momentos, arranca lágrimas, mas vocês vão ver o quanto essas crianças são felizes e têm o direito de serem felizes.

Eu não conheço nenhum Prader, Doutor, que não sorria, que não faça a gente sorrir. E o mundo é deles. E eles merecem que esta Casa pare tudo o que estava fazendo hoje apenas para discutir os direitos, o tratamento e a educação de qualidade para todos eles.

Sejam todos bem-vindos à nossa audiência.

Vamos começar a exposição ouvindo o Dr. Marco Aurélio, Presidente da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi.

É uma alegria tê-lo aqui conosco. Seja muito bem-vindo, Doutor.

O SR. MARCO AURÉLIO CARDOSO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Você pode botar o vídeo para a gente, por favor?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos mudar o vídeo. Não é esse.

O SR. MARCO AURÉLIO CARDOSO – Eu vou para a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vá para a apresentação e deixe o vídeo para final. O.k., Doutor. (*Pausa.*)

O SR. MARCO AURÉLIO CARDOSO – Bom dia. Na pessoa da Presidente desta Comissão, Senadora Damares Alves, cumprimento todos os Senadores e Senadoras; na pessoa da Dra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Teresinha Oliveira Cardoso e da Dra. Ruth Rocha Franco, cumprimento todos os médicos, médicas e profissionais de saúde; na pessoa da Sra. Renata de Paula Faria Rocha, Tecnologista da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde, cumprimento todos os servidores desse ministério; na pessoa do Marco Franco, Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial e Diretor Substituto da Diretoria da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação, cumprimento todos os servidores desse ministério; cumprimento, de forma muito especial, as famílias da síndrome de Prader-Willi; as famílias raras; os representantes da sociedade civil; os especialistas; os convidados; e todos que nos acompanham presencialmente ou remotamente pelos canais do Senado Federal.

Eu falo como Presidente de uma associação de famílias, em nome de 1.855 pais, amigos e familiares; falo em nome de 337 pessoas com Prader-Willi, associação essa formada majoritariamente por pais, mães e amigos de crianças com síndrome de Prader-Willi.

Falo em nome de famílias que poderiam ser aproximadamente 13,5 mil famílias no Brasil, mas, por tudo que vamos abordar, não passam de 6 mil. E ainda pior: menos de 700 delas sabem o que estão vivendo ou enfrentando.

Mas falo sobretudo como pai, pai de uma criança que todos os dias precisa de cuidado constante para garantir algo que deveria ser básico: a sua própria segurança.

A síndrome de Prader-Willi é uma condição genética rara e complexa. Afeta o funcionamento do hipotálamo, comprometendo a regulação da fome, das emoções e do comportamento. Na prática, isso significa que a pessoa não sente saciedade. E isso não é uma questão de vontade; é uma questão neurológica.

No Brasil, muitas crianças ainda são diagnosticadas tardiamente. Falta informação, faltam protocolos, falta triagem. As estimativas da SPW Brasil indicam aproximadamente 5 mil pessoas no Brasil sem diagnóstico, para menos de 700 casos diagnosticados. As famílias enfrentam dificuldade de acesso a atendimento multiprofissional, exames e tratamentos essenciais. Muitas vezes recorrem à judicialização para garantir o mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a ausência de política pública estruturada já gera custo elevado, principalmente por meio da judicialização e do agravamento de quadros clínicos. Não existe uma política pública estruturada para essa população.

O que observamos na prática é a ausência de organização específica do cuidado para essa condição. Isso gera fragmentação do atendimento e dificuldade de acesso a serviços essenciais. Isso também amplia a sobrecarga das famílias e aprofunda desigualdades no acesso. As famílias convivem com uma sobrecarga constante, pois a supervisão precisa ser contínua, sem descanso, 24 horas por dia. Isso acontece porque não existe hoje, no Brasil e na maior parte do mundo, medicação capaz de controlar plenamente a fome associada à síndrome. Sem supervisão, há risco real à vida, comem até romper o estômago.

É importante esclarecer que não se trata de obesidade comum, nem de um padrão alimentar passível de controle por medidas habituais, trata-se de uma condição em que o cérebro não reconhece a saciedade. Por isso, o manejo exige estrutura contínua, supervisão permanente e abordagem multiprofissional. Reduzir essa condição à obesidade é não compreender a sua gravidade e os riscos envolvidos. Sem acompanhamento adequado, o risco é real: obesidade grave, complicações clínicas e até a morte precoce.

E há um dado que precisamos considerar com muita atenção. Em aproximadamente quatro em cada cinco famílias, o cuidado recai sobre mães solo. E essas mães, em média, recebem significativamente menos, podendo ter rendimentos até 40% inferiores aos arranjos familiares biparentais; ou seja, estamos falando de quem mais cuida, sendo também quem tem menos suporte e que, ainda assim, precisa garantir uma supervisão contínua, muitas vezes incompatível com a manutenção de trabalho.

Muitas delas vivem, na prática, isoladas da convivência social. Encontros sociais envolvem comida e se tornam altamente desreguladores para quem vive com a síndrome. Casos recentes divulgados na mídia evidenciam situações de exposição, constrangimento e risco. No contato com as famílias, recebemos relatos de sofrimento extremo, que refletem o nível de exaustão emocional vivenciado por esses cuidadores. "Como e onde eu devolvo? Quero minha vida de volta" é apenas um exemplo dos relatos que evidenciam situações de desespero que demandam acolhimento, orientação e encaminhamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive no ambiente escolar, que deveria ser um espaço de proteção, essas famílias enfrentam diariamente essa realidade sem o suporte adequado. No ambiente escolar, os desafios são ainda mais delicados; a dificuldade de autorregulação emocional e alimentar exige acompanhamento constante.

E aqui é importante dizer com clareza: não se trata apenas de apoio pedagógico. No caso da síndrome de Prader-Willi, o acompanhamento individual é uma medida de segurança. Estamos falando de crianças que não conseguem regular impulsos relacionados à alimentação e às emoções, por uma condição biológica. Por isso defendemos a garantia de acompanhamento individual de natureza terapêutica no ambiente escolar, inclusive na modalidade de acompanhamento terapêutico. Trata-se de uma medida de proteção que permite a permanência segura do aluno no ambiente escolar e pode ser implementada conforme avaliação técnica, com profissionais com formação compatível. Não é um recurso acessório; é proteção à vida, à integridade e ao direito de aprender.

Diante desse cenário, trazemos uma proposta objetiva: a instituição de uma política nacional de atenção integral à pessoa com síndrome de Prader-Willi. Uma política baseada em eixos fundamentais: diagnóstico precoce, linha de cuidado no SUS, atendimento multiprofissional, inclusão escolar com suporte adequado, apoio às famílias, e produção de dados e pesquisa. Trouxemos inclusive uma minuta estruturada dessa proposta, que colocamos à disposição desta Comissão. Essa proposta está em consonância com o que já estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao reconhecer a responsabilidade do Estado na garantia de direitos e na promoção da inclusão. O que buscamos aqui não é criar privilégios, é garantir que direitos já previstos sejam de fato acessíveis.

Nossa proposta para esta Comissão é a instituição de uma política nacional de atenção integral à pessoa com síndrome de Prader-Willi.

Por outro lado, agradecendo mais uma vez a atenção de todos, gostaríamos de consignar também aqui os seguintes pedidos de apoio e/ou ajuda, à medida que eles estiverem em pauta nas próximas semanas e meses: a aprovação do hormônio de crescimento no SUS; o protocolo de hipotonia neonatal no Brasil; a implantação do diazóxido colina no Brasil, que é o primeiro remédio que tira a fome do Prader-Willi, foi lançado ano passado, nos Estados Unidos; e, se for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível, um *spot* de 30 segundos em A Voz do Brasil, em maio de 2026, que é o nosso mês de conscientização da síndrome, para que a gente possa chegar com essa mensagem aos mais ermos rincões deste nosso país em que, às vezes, nem a internet chega.

Por trás de cada diagnóstico existe uma família vivendo em estado permanente de alerta, não por escolha, mas por ausência de uma estrutura pública que deveria existir. Estamos falando de famílias que convivem com uma condição rara que, sem o suporte adequado, pode ser devastadora. Esta é uma pauta de saúde, é uma pauta de educação, é uma pauta de dignidade, é uma pauta de vida.

Contamos com o apoio desta Comissão para que possamos avançar na construção de uma política pública que dê visibilidade, organização e proteção a essas pessoas.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Dr. Marco. Muito obrigada!

Diagnóstico precoce... E vocês viram que eles pediram 30 segundos, em A Voz do Brasil, no mês da conscientização, para falar com o Brasil? É muito pouco, gente. Vocês observem como eles estão longe – longe – do Brasil ainda para se falar sobre a doença! Eles precisam de espaços pequenininhos, e ainda não têm esses espaços tão pequenininhos. Gasta-se tanto dinheiro com mídia no Brasil, com outras coisas, Doutor – tanto dinheiro –, e eles vieram aqui, humildemente, pedir 30 segundos em A Voz do Brasil, durante o período que eles têm consagrado para a conscientização sobre a doença. Nós vamos lutar por isso, Doutor, mas não vamos lutar só por 30 segundos, não! É muito pouco. Nós vamos lutar por mais visibilidade.

E nós vamos passar o vídeo. Acho que o vídeo ficou pronto. Vamos passar o seu vídeo já? (*Pausa.*)

Vamos passar o vídeo dele agora.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Juntos por uma vida mais leve. O lema é extraordinário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos bater palma? (*Palmas.*)

Todo mundo, agora, corram às redes sociais, corram lá ao Instagram, e vamos seguir o perfil SPW. Todo mundo correndo, agora, para acompanhar. E ali nós temos muitas informações.

Nós vamos ter aqui um orador presencial e um orador que esteja de forma *online*. Então, eu queria convidar a Dra. Ruth Rocha Franco, Médica da Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi e Coordenadora do Ambulatório da Síndrome de Prader-Willi do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. O Hospital das Clínicas é o instituto que cuidou do meu Igor – saudade de vocês!

Dra. Ruth, dez minutos para sua fala, e, se precisar se estender um pouquinho, fique à vontade.

A SRA. RUTH ROCHA FRANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer muito. É muito emocionante poder estar aqui hoje, falando de um assunto que eu venho estudando há alguns anos.

Quero agradecer profundamente à Senadora Damares, por dar o primeiro empurrão a esta nossa conversa, porque vai ser muito importante. Já fico emocionada, porque os vídeos já me emocionam. E quero também agradecer muito a todos desta Casa que se dispuseram, hoje, a nos escutar.

Eu vou compartilhar a minha tela.

O Marco já falou muito aí do que eu iria falar, mas eu quero mostrar, um pouquinho, o foco pelo que a gente vem lutando. E eu coloquei essa capa, porque essa imagem é de um livro de uma jovem de 20 anos, com síndrome de Prader-Willi, uma jovem portuguesa, que escreveu um livro sobre inclusão escolar. E é muito gratificante ver que, quando eles têm oportunidade, eles conseguem se desenvolver. Então, a gente está aqui lutando hoje para que eles consigam ter um futuro, como todos nós, sendo felizes, tendo oportunidades de trabalho e tendo a saúde estabelecida.

O Marco já disse muito sobre o que é a síndrome de Prader-Willi, mas eu queria salientar que não é só uma doença rara. A síndrome de Prader-Willi é a principal causa de obesidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genética. Então, entre muitas outras causas, ela é a principal, e nós sabemos os grandes desafios que a pessoa com obesidade tem.

Além de tudo isso, como o Marco também já disse, a síndrome não é exclusivamente baseada só na compulsão e só na obesidade. Ela tem grandes desafios por trás, envolve o metabolismo de uma maneira geral, a função cognitiva e, principalmente, o comportamento, com o qual é tão difícil muitas vezes de se lidar, às vezes até mais difícil do que a própria compulsão.

Eu queria muito que vocês olhassem essa foto. Essa foto é descrita em alguns artigos, mas infelizmente essa ainda é a nossa realidade aqui no Brasil. Nós temos ainda adolescentes que evoluem dessa maneira, com obesidade muito grave e com uma mortalidade muito alta, ainda muito jovens. Infelizmente, no último ano, nós perdemos mais de seis jovens com menos de 20 anos por causa da síndrome de Prader-Willi e, muitas vezes, tudo isso baseado no diagnóstico tardio. Então, quando o diagnóstico não é feito no momento certo e a criança não recebe o tratamento adequado, a evolução, a história natural da doença é essa, levando à obesidade grave, a todas as comorbidades que nós sabemos e à mortalidade precoce.

Esse foi um dos adolescentes que passou por todo esse processo e, infelizmente, ele não está mais entre nós. Foi um diagnóstico muito tardio e que acabou evoluindo com insuficiência respiratória.

Eu queria chamar a atenção para que os dados de mortalidade são muito grandes. A síndrome de Prader-Willi apresenta uma taxa de mortalidade seis vezes maior do que qualquer outra doença que tenha também deficiência intelectual. Essa mortalidade é muito grande, principalmente nos adolescentes com obesidade.

Muitos fatores diminuem essa expectativa de vida, mas uma das coisas que mais chama a atenção são complicações da própria hiperfagia. Como o Marco também disse, essas crianças muitas vezes acabam tendo perfuração gástrica, aspirando a própria comida, morrendo sufocadas. Então, assim, isso é uma coisa desesperadora, principalmente para as famílias, que têm que ficar 24 horas em supervisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu já falei. A taxa de mortalidade é muito grande, 50% deles morrem antes dos 30 anos de idade. Então, se a gente não começar um tratamento muito cedo, essa fatalidade vai acontecer também com os nossos adolescentes.

As causas de mortalidade são muitas, mas principalmente, notem aqui, problemas cardiorrespiratórios, todos muito ligados com a questão da obesidade. E a morte por asfixia, quase 8% dessas mortes. As crianças morrem, às vezes, engasgadas com pedaço de carne, com pedaços de salsicha, porque, muitas vezes, têm o ímpeto de roubar comida, de comer comida congelada, comida estragada, comida do lixo. Então, gente, isso é muito desesperador. A gente está aqui justamente para que isso não aconteça. Para que isso não aconteça, nós precisamos fazer o diagnóstico muito, muito cedo.

Os pilares do tratamento. Hoje, nós sabemos que o principal deles é esse controle alimentar, mas precisa também, além do controle alimentar, ter uma orientação adequada à fisiologia, às alterações hormonais que existem na própria síndrome. É diferente do tratamento de uma obesidade outra que não seja a da síndrome de Prader-Willi. A manutenção da atividade física, o início precoce do hormônio de crescimento. Eu diria que, hoje, isso é o que mais faz diferença na evolução da criança, é começar o hormônio do crescimento ainda com meses de vida, com três, quatro meses. A gente tem hoje crianças que começaram, felizmente, nesse momento e hoje estão com sete anos e a evolução é totalmente diferente.

Por último está esse gerenciamento do comportamento que, às vezes, é muito difícil. Aqui eu mostro para vocês a diferença de uma jovem que usou o hormônio do crescimento, não só em termos de altura, mas principalmente em termos de composição corporal. O hormônio do crescimento, pelo nome, só abrange o crescimento, mas felizmente a gente usa o hormônio do crescimento na síndrome de Prader-Willi por outras questões, além da questão da altura, mas principalmente pela melhora da composição corporal: diminuir a quantidade de gordura no corpo, que no deles é muito maior, melhorar o tônus muscular e, principalmente, uma outra questão que vem sendo muito estudada, a melhora cognitiva, quando o hormônio do crescimento começa precocemente.

Então, hoje, o que é que nós temos ainda de realidade aqui no Brasil? Infelizmente, o diagnóstico muito tardio. Nos Estados Unidos, o diagnóstico é feito na segunda semana de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, o nosso diagnóstico é, em média, mais de 4 anos. Eu já recebi crianças com 10 anos, 12 anos sem diagnóstico. A dieta ainda é errada, principalmente porque os nutricionistas não conhecem as peculiaridades da síndrome, então a gente precisa fazer uma ampla divulgação também de como seria uma alimentação adequada.

O início do hormônio de crescimento ainda é muito tardio. Nós perdemos a grande oportunidade que é a janela que essas crianças têm. O seu cérebro está se desenvolvendo nos primeiros três anos de vida e, se a gente não inicia o hormônio de crescimento muito cedo, essa questão cognitiva pode ser prejudicada.

A maioria das nossas famílias depende, única e exclusivamente, do que o SUS oferece, e principalmente a questão da terapia. Muitas crianças não têm as terapias adequadas – fonoterapia, terapia ocupacional, fisioterapia – na intensidade e na quantidade de que elas precisam. Então, com tudo isso, hoje a nossa política ainda é um conformismo com a história natural da doença, sem muitas... eu diria, sem quase nenhuma intervenção para mudar o curso dessa doença, e aí é isso que a gente vê. Fazendo do jeito que a gente tem feito, os nossos resultados são muito inferiores aos resultados de outros países que têm uma política diferente, que começam o tratamento muito cedo, porque o diagnóstico vem muito cedo.

O tratamento ideal existe. Tem muitos países que hoje conseguem colocar em prática, mas eu diria que, de todos os desafios que a gente ainda tem no Brasil, se nós focássemos em dois principais, a gente começaria muito cedo a mudar toda a história da síndrome. Primeiro: diagnóstico precoce ao nascimento. E aí eu quero fazer um agradecimento à Fiocruz, que gratuitamente tem feito os diagnósticos de todos os recém-nascidos ou de todas as pessoas que tenham suspeita da síndrome de Prader-Willi, mas existe um limite financeiro para também a Fiocruz fazer e existe uma barreira em que o próprio médico, muitas vezes, não pensa. Então, essas crianças passam às vezes por uma bateria de exames, passam por biópsia, por avaliação de doenças neuromusculares – que são até bem menos frequentes –, erros inatos de metabolismo são investigados, mas a síndrome de Prader-Willi, na maioria das vezes, é a última a ser investigada. Então, quanto dinheiro se desperdiçou quando a gente poderia inicialmente fazer um teste para toda criança com hipotonia ou todo recém-nascido que tivesse alguma suspeita de hipotonia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o tratamento ideal exige terapias intensivas, principalmente nos primeiros anos de vida. E, para que a gente possa mudar a história natural da doença, a gente precisa de uma política pública, senão nós vamos beneficiar somente o grupo pequeno de famílias que têm condições financeiras de arcar com tudo isso. Eu queria dizer que essa realidade vem mudando. Nós temos aí a aprovação já, pelo FDA, do primeiro medicamento que faz diferença na compulsão alimentar. Aqui é um dos adolescentes dos Estados Unidos que usa hoje este medicamento. E, aqui, quero mostrar os resultados que os Estados Unidos têm: esses são os adolescentes e o que eles conseguem, depois de toda a estrutura e o tratamento.

Então, é por isso que nós estamos aqui pedindo para que nós possamos tratar adequadamente as nossas crianças, para que elas cheguem com saúde na vida adulta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Dra. Ruth.

Tem alguém aplaudindo, com muita alegria, a senhora aqui.

Dra. Ruth, muito obrigada pelo que o instituto tem feito no Brasil, especialmente com relação aos pacientes com Prader. O Dr. Marco acabou de me falar que eles têm, na associação deles, uma adulta com 56 anos de idade com Prader. Isso quer dizer, Doutora, que eles vão viver muito daqui para a frente. Com o diagnóstico certo, o tratamento certo, eles vão viver muito.

Nós temos alguns pacientes aqui no plenário e é impressionante como estão bonitos e lindos. E eu vi agora uma imagem do filho do Dr. Marco jogando futebol com 14 anos, Doutora. Era o sonho do Igor jogar futebol e tinha que ficar sentado olhando, porque não conseguia ficar de pé direito.

Dra. Ruth, eu não sei como é que está seu tempo, mas a senhora falou do diagnóstico no berço. Eu conheço muitas crianças com Prader que não sugaram quando nasceram, não choraram, geralmente é isso. E os médicos subestimaram de fazer a investigação, foram fazer investigação com quatro anos. Vejo muitos médicos que não têm conhecimento da doença, Doutora. Muitos médicos, se fossem orientados lá na universidade, lá na faculdade ou na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graduação – a Dra. Teresinha vai falar aqui agora –, poderiam já ter identificado ou então encaminhado para o exame para o diagnóstico.

Mas a senhora trouxe uma boa notícia, e o Dr. Marco também, do primeiro remédio que inibe a fome. Isso é extraordinário, porque, Dra. Ruth – vou tentar manter a postura e não chorar, o Benedito da Vozinha está aqui, um querido amigo –, eu vi crianças amarradas, eu andei pelo Brasil, famílias muito humildes, que não sabiam o que a criança tinha e achavam que era birra, crianças presas, amarradas e apanhando, Dra. Renata – e apanhando feio. E vi lugares expulsando os demônios das crianças, o demônio da gula, o pecado da gula. Essa é a realidade que nós temos no Brasil.

No dia em que eu falei do Igor aqui, e foi um dia que eu estava muito triste por causa de um episódio que aconteceu... Eu não sei se quem está acompanhando se lembra de uma criança com a síndrome, Dra. Teresinha, que foi trancada dentro de um banheiro numa escola em Fortaleza, e os colegas abriram a boca dela e enfiaram oito pedaços de bolo – um *bullying* absurdo. E elas sofrem *bullying* e preconceito. Os pais estão chorando aqui na frente. (*Manifestação de emoção.*)

E, Doutora, se os médicos lá na ponta fossem orientados sobre se o bebê não chorou, se o bebê não sugou, se o bebê estava com a cabecinha mole quando nasceu, não segura o pescocinho, eu acho que a gente chegaria a muitos diagnósticos, e muitas crianças teriam a qualidade de vida que algumas que estão sentadas aqui eu estou vendo que já têm.

Aí a pergunta é, Doutora: o remédio já está no Brasil? O remédio é muito caro? É de difícil acesso, Dra. Ruth? E especialmente: o remédio para inibir a fome.

A SRA. RUTH ROCHA FRANCO (*Por videoconferência.*) – O medicamento ainda não está aprovado aqui no Brasil. Ele recentemente tem sido usado nos Estados Unidos. É um medicamento que melhora a compulsão, é o único medicamento aprovado nessa condição, porque todos os outros medicamentos que nós temos, que tratam a obesidade em outras condições para as pessoas com a síndrome de Prader-Willi, não funcionam, porque o mecanismo que leva à obesidade é diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um medicamento promissor, nós vamos ter que batalhar para conseguir, porque é um medicamento que tira da cabeça da pessoa que tem síndrome de Prader-Willi o vício da comida. E, quando eles têm esse vício, eles só pensam em comida 24 horas, não sobra tempo para fazerem outras coisas. Por isso, é tão difícil esse manejo. Esse medicamento já está sendo usado nos Estados Unidos. Ainda não temos aqui, não temos aprovação, mas esse é um próximo passo, uma tentativa de conseguir também trazer esse medicamento, mas eu diria que, antes desse medicamento, nós temos que aprovar o hormônio de crescimento para todas as crianças com síndrome de Prader-Willi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Ruth. Transmita a todos da USP um abraço, um abraço carinhoso. Se a senhora puder continuar um pouco mais... Fique à vontade, se precisar sair. A gente sabe como é a agenda, a fila que vocês têm aí de paciente para atender todo dia, mas foi uma honra ter a senhora em nossa audiência.

Na sequência, nós vamos ouvir, com muita alegria também, a Médica Geneticista da rede hospitalar do DF – esta é de casa – que é a nossa querida Dra. Maria Teresinha Oliveira Cardoso. Ela é Professora do curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília, Coordenadora da Regional Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Genética e Genômica. Muito bem-vinda, Dra. Teresinha, à nossa audiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ficar lá? Alguém tem o microfone para a Dra. Teresinha? A ponteira e o microfone. (*Pausa.*)

Enquanto a Dra. Teresinha vai se posicionando... Ah, já está lá o seu eslaide. Enquanto o microfone dela chega, quero registrar aqui.

Isabel, do Rio de Janeiro, perguntou: "Há casos de erros diagnósticos que atrasam o reconhecimento correto [...]? O que levaria aos erros, e como impedi-los?". Essa é uma pergunta que está chegando.

Outra coisa também, Dra. Teresinha. Agora é Eduardo, de Rondônia: "Quais medidas concretas podem reduzir a desigualdade regional no acesso ao tratamento?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas perguntas que estão vindo do Brasil. Se a senhora puder responder, fique bem à vontade.

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Depois que eu apresentar, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, depois que apresentar.

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada pela audiência. Agradeço profundamente à Senadora Damares esse convite, a oportunidade de estar aqui compartilhando com vocês essas ideias. E quero parabenizá-la principalmente, Senadora, por esta iniciativa, porque que são vocês que levam a bandeira que principalmente a população levanta: sem vocês, Senadores e gestores, a gente não consegue avançar. Então, muito obrigada e parabéns por esta iniciativa.

É uma iniciativa importantíssima, porque está exatamente marcando o início do mês de maio, que é o Mês da Conscientização da Síndrome de Prader-Willi, principalmente no dia 15, que é muito marcante, porque 15 é o cromossomo da síndrome de Prader-Willi.

Eu preciso da ponteira. (*Pausa.*)

Para cá? (*Pausa.*)

Era isso que eu estava pensando. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quer que eles passem para a senhora?

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO – É melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles vão passando para a senhora. Pronto, mais fácil.

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO – Ajuda-me a raciocinar e a não esquecer a ponteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma síndrome que foi... Em 1889, Down, que descreveu a síndrome de Down, também descreveu, sem muitos pormenores, a síndrome de Prader-Willi, porque ele era um médico inglês que estudava doenças, crianças com deficiência intelectual, mas ela foi realmente descrita pormenorizada por Prader, Labhart e Willi em 1956. Então, é uma síndrome recente, como a genética também é recente, porque em 1960 é que foi feito o primeiro cariótipo. Então, as características marcantes que eles já notaram nas crianças eram a hiperfagia, as alterações endócrinas, o déficit cognitivo, anomalias sensoriais e dificuldades comportamentais. Eles descreveram por alto, porque ela é muito mais profunda que isso.

Seguinte.

As características marcantes são exatamente o que a Senadora Damares disse. E tem que ir para a graduação esse treinamento de doenças raras. Os médicos que virão vão precisar disso, porque os que vieram – para trás –, infelizmente, não têm essa formação. Então, lembro que a coisa mais marcante é a hipotonia. Uma criança que não consegue manter os seus pezinhos, a sua cabeça contra a gravidade é o primeiro sinal de alerta. Com isso, eles têm uma dificuldade de sucção, uma dificuldade, portanto, de alimentação – muitas vezes, têm que usar sonda – e têm um choro muito fraco. Isso é fruto já... Há um alerta já na gestação, porque, geralmente, são gestações em que a gestante relata que tem baixo movimento fetal, tem polidrâmnio – então, já é um alerta. Eles geralmente são pequenos para a idade gestacional. Todos esses avisos já são dados antes do nascimento. Geralmente, como eles não se movimentam, eles têm uma apresentação pélvica e aí um parto prematuro. Então, ao nascimento ou pré-nascimento, já existem alertas que têm que se levar em conta nessa somatória toda de sinais e sintomas.

Seguinte.

Eu queria só a ponteira para mostrar a luzinha.

Os critérios. Tem critérios maiores e tem critérios menores. A hipotonia é central, é sempre a hipotonia como um sinal de alerta muito grave. Há um atraso de desenvolvimento, a criança não vai ganhando peso, não vai ganhando aquisições motoras... A partir dos três, quatro anos, há o que a gente chama *switch*, em que ele começa a ter hiperfagia e depósito de gordura corporal. Além disso, existem outras alterações que chamam a atenção, além do atraso do desenvolvimento: a tolerância à dor, que é muito importante; apneia central; desregulação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temperatura; hipotireoidismo; insuficiência adrenal; e hipogonadismo hipogonadotrófico. Como é o hipotálamo que está comandando, é uma disfunção glandular global.

Seguinte. (*Pausa.*)

Isso aí. Obrigada.

As características físicas. Isso ajuda a... Além de ter hipotonia, você ter sinais e sintomas... Então, quais são os sinais e os sintomas que essa criança vai apresentar e, principalmente, qual o fenótipo, que é muito característico? Ela tem... Geralmente, a principal característica é a hipotonia, como eu já falei. Ela tem uma diâmetro bifrontal... Aqui... O diâmetro bifrontal dessa criança... Acho que tem que ser de longe, não é? O diâmetro bifrontal. O lábio superior é muito fininho, com apagamento do lábio superior. Mãos e pés muito pequenos. E, no caso, um terço dos indivíduos, dependendo – a gente vai falar, então, dos vários tipos de etiologia genética dessa Prader-Willi –, tem pele e cabelos claros. Por quê? Porque, quando você tem a deleção dos genes paternos no cromossomo 15, ele deleta o gene OCA2, que é responsável pela despigmentação da pele, de retina e de cabelo. Então, é por isso que, naqueles casos em que a etiologia é a deleção dos genes paternos no 15, ele vai apresentar essa despigmentação.

Seguinte.

É só para mostrar aqui o cromossomo 15. Essa região aqui do cromossomo 15 é a região que eles chamam "marcador". São marcados. A gente tem um cromossomo paterno e um cromossomo materno, e existe uma diferenciação na expressão dos genes quando o cromossomo é paterno ou materno. Então, no caso do Prader-Willi, o que se expressa são os genes paternos; no Prader-Willi, não tem a expressão dos genes paternos. Então, essa é a região que marca a região dos genes paternos, e, quando ela é deletada – quer dizer, ela perde esse pedaço –, ele tem a síndrome de Prader-Willi. É uma das formas mais frequentes, está em 65% dos casos. E aqui tem vários genes... Eu vou mostrar para vocês por que é que a criança tem certas manifestações. É exatamente porque perderam esses genes, que são importantíssimos na expressão hipotalâmica.

Seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos o gene NDN, que se expressa no hipotálamo e é responsável pela apneia, as disfunções gonadais e a intolerância à dor. Esse gene MAGEL2 também se expressa no hipotálamo e é responsável pela hipotonia, pelo atraso de crescimento e depois pela aceleração posterior da adiposidade corporal. O gene SNURF é um gene que regula o RNA no hipotálamo e leva a hipotonias e a alterações metabólicas. E o SNORD11 é expresso no centro de controle do apetite no hipotálamo, gerando ansiedade, hipotonia e déficit de crescimento. Então, esses genes são os principais responsáveis pelas manifestações da síndrome, porque a criança perdeu esses genes no cromossomo paterno.

Seguinte.

A gente vê que é uma síndrome complexa. Ela não é só a polifagia, ela não é só alteração endócrina; ela é um complexo em que tem alterações temperamentais, há um comportamento obsessivo-compulsivo, tem rigidez comportamental, tem uma dificuldade de cognição social, tem uma hiperfagia, ansiedade. Então, é um complexo, a síndrome, na verdade, é um complexo muito específico e representa uma das patologias que afeta não só o indivíduo como a família. Então, tem uma prevalência de 10 mil a 30 mil – isso varia de região para região. Em média, aqui no Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria dá em torno de um para 15 mil, com 400 mil pessoas no mundo. Isso é o que se supõe ter, mas pode ter muito mais pessoas não diagnosticadas.

Seguinte. Pode passar. Não, pode voltar uma, fazendo o favor.

São etapas. Prader-Willi evolui por etapas. Ele começa com hipotonia, dificuldade de sucção; entre os 2, 4 e 6 anos, o que predomina é exatamente a hipotonia, o atraso global, a dificuldade de alimentação, dificuldade de crescimento. Tem locais que dão como 4 anos esse *switch*. Aí começa a haver uma polifagia, com ingestas incontroláveis de alimentos, uma obesidade, que é um controle central, então, incontrolável, levando a toda essa alteração da arquitetura corporal.

Seguinte.

Dos 6 aos 12 anos, começa, além de tudo, o comprometimento cognitivo, a hiperfagia domina o quadro, mas tem problemas de comportamento, incluindo explosões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamentos obsessivos-compulsivos. É uma síndrome em que as características são tão clássicas que é muito difícil você suspeitar de uma doença e não achar essas características. Então, isso é marcador, exatamente, dessa síndrome.

Seguinte.

Como eu mostrei, evolui por etapas. E esta etapa aqui é marcante: a virada do peso. Antes, ele tem um baixo peso, baixa estatura e, de repente, dá aquela troca de comportamento, e as disfunções endócrinas passam a predominar junto com os distúrbios comportamentais.

Seguinte.

Aqui, só para explicar por que ele funciona, como ele funciona, é isto: o cromossomo 15 do pai tem... Essa região aqui, que está marcada aqui, é a região do que se chama de marcação genômica. Então, o cromossomo do pai tem uma marcação que o faz funcionar de uma maneira e o cromossomo da mãe tem outra marcação que faz funcionarem de maneira diferente os genes nesta região, certo? Então, é no cromossomo 15. Com isso, pode ter vários mecanismos, que são as etiologias genéticas, por causa dessas alterações nessa região.

Seguinte.

Aqui, nós temos um outro mecanismo: ele quebra um pedaço e você perde aqueles genes.

O outro... Isso aqui geralmente ocorre quando há um evento em que, durante a disjunção, na fecundação do bebê, o bebê leva um cromossomo de um lado e dois de outro, faz uma trissomia. A placenta tenta salvar o tecido embrionário, tenta salvar o feto e joga um cromossomo, durante a metáfase, para fora – mais ou menos, é só para explicar para vocês. Muitas vezes, ela joga um cromossomo não ficando um paterno e um materno, mas ela joga o cromossomo paterno e ficam dois maternos. É chamada de dissomia uniparental, são esses dois rosinhas: em vez de ele ter um pai e uma mãe, um do pai e um da mãe, ele tem dois maternos, ele não tem cromossomo paterno, ele tem dois maternos só.

Então, são os mecanismos: 65% são por deleção; 30% a 35% são por essa chamada dissomia uniparental, dois cromossomos maternos sem nenhum paterno; ou esse aqui, que é uma lesão no centro de impressão genômica, é onde que marca. Isso geralmente o pai herda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe durante o *crossing-over* e ele passa a apresentar um pedaço materno, perdendo o centro de impressão genômica dele. E aí, o que acontece? Isso aqui é em torno de 3%. Ele não vai ter também o comando para marcar aqueles genes. Então, são as três etiologias genéticas que você pode ter no paciente. Isso é importante? É importantíssimo. Por quê?

Seguinte.

Isso faz parte do nosso aconselhamento genético. Por quê? Quando você tem uma deleção, ele foi ao acaso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO – Risco de recorrência? É um 1%.

Quando você tem a dissomia uniparental também é ao acaso, é quando tem uma trissomia, quando se vai jogar um cromossomo para fora. (*Pausa.*)

Ah, tá. Eu mexo demais com a mão, né? (*Risos.*)

Então, aí, nesses dois casos, de dissomia parental materna ou na forma de deleção, risco de recorrência familiar: 1%. Mas, quando você tem um defeito de impressão, que é aquele pedacinho cor-de-rosa que veio no cromossomo paterno, ele passa de geração a geração, e aí o risco é de 50% de reincidência em cada nova gestação. Então, muda completamente. E aí é a etiologia do processo. Por isto é importante o estudo molecular da etiologia da síndrome de Prader-Willi: porque ela não é uma etiologia comum de um jeito só. Sabe? E essa reincidência de 50% é uma coisa muito dramática. Está certo?

Seguinte.

Aí vamos voltar àquilo que todo mundo já falou: qual é a importância do hormônio de crescimento nessas crianças? Ele diminui a baixa estatura, dá um remodelamento cardíaco, aumenta a massa muscular, aumenta a massa óssea. Entendeu? E por que ele não tem? Ele não tem o hormônio de crescimento, tem um defeito hipotalâmico, não faz o estirão de crescimento, não entra em puberdade e faz um hipogonadismo. Certo? Aí ele tem uma baixa estatura, que para os meninos é 1,55m no máximo, e para as meninas 1,45m no máximo. Então, a terapia com GH, que já foi falada, ajuda na recomposição hormonal, evita o diabetes, evita toda aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dislipidemia, que vocês já sabem. Então, o GH é a terapia fundamental no tratamento do Prader-Willi.

Mas, junto com isso, hoje o Vykat XR é um medicamento que foi liberado nos Estados Unidos. No ano passado, o FDA liberou. Ele age de que maneira? Ele age nos canais de potássio, excitando os canais de potássio hipotalâmico e bloqueando o centro do apetite. Esse é o mecanismo do Vykat. Então, eu acho que a importância está nisso aí que a Dra. Ruth falou, é mais uma luta a ser empreendida, além do GH, o Vykat XR, porque isso aí vai ser um presente maravilhoso para todas essas crianças, não é?

Seguinte.

Eu acho que, por todo mundo, já foi falado do tratamento, que é o quadripé. Nós temos os pilares que são atividade física, dieta de restrição, alteração comportamental e a parte de aprendizado. Então, a gente precisa dessas quatro coisas para dar qualidade de vida para essas crianças.

Seguinte.

Vou passar rápido aqui, porque é exatamente o exercício físico, que é superimportante para as crianças, e também o controle do hormônio tireoidiano, porque, como ele tem múltiplas disfunções endócrinas, é preciso que seja controlado em 3, 6, 12 meses e depois anualmente, porque senão leva à deficiência intelectual também. O hormônio da tireoide é um hormônio vitalmente importante para o cérebro.

Seguinte.

Ele tem vários distúrbios comportamentais que precisam, então, de terapias. Então, o Prader-Willi é um exemplo de patologia que precisa de uma terapia multiprofissional. Um só indivíduo não dá conta de tratar os indivíduos, os pacientes com Prader-Willi, porque tem múltiplas vertentes. Certo?

E aqui é só para mostrar para vocês como é que se faz o diagnóstico, dar uma ideia do diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o MLPA, que a gente, inclusive, tem no nosso centro de referência, aqui em Brasília, realmente é o padrão ouro para diagnosticar Prader-Willi. E aqui está o Prader-Willi, que aqui é a falta do paterno, ele só tem o materno. Na síndrome de Angelman, de que vocês já devem ter ouvido falar, é no cromossomo 15 também, ele só tem a fração paterna e não tem a materna – é o inverso, certo?

E antes ela... Volta só um pouquinho para mostrar para o pessoal. Era o Fish, era só a deleção, porque se achava que era só a deleção. Hoje a gente sabe que tem outras alterações. Então, a gente punha marcadores. Aí você tem um marcador de um cromossomo normal e um cromossomo que não tem a pontinha vermelha, mostrando que, na verdade, ele perdeu uma parte do cromossomo. Então, em 65% fazia-se o diagnóstico. Ficava o resto sem fazer o diagnóstico, certo? E aí o aconselhamento genético é totalmente diferente agora.

Então, seguinte.

Então, gente, a conclusão nossa é exatamente que a síndrome de Prader-Willi é multiprofissional, ela precisa de um apoio interdisciplinar e ela precisa do GH e agora também do Vykat XR.

Seguinte.

A Dra. Ruth até citou também que o Instituto Fernando Filgueiras, que pertence à Fiocruz, instituiu a triagem neonatal para Prader-Willi, dentro de um processo de uma parceria com o Ministério da Saúde, para fazer a triagem neonatal. É em papel-filtro que eles estão colhendo, né? Com o papel-filtro, mandam para lá e eles fazem a molecular para Prader-Willi, para fazer um diagnóstico neonatal. Isso é maravilhoso, né? Isso aí tem que ser estendido para que a gente, então, passe a ter toda a doença diagnosticada, pré-sintomática, como a triagem neonatal ampliada nossa. É outro resultado na vida: muda-se a história natural do paciente, né? E da família também, certo? Então, é isso que precisa ser trabalhado.

E lembro a importância das associações, que é um segmento da sociedade que é responsável por despertar os gestores a elaborar políticas públicas, certo? Então, parabéns ao Dr. Marco, a todos vocês, por essa luta em que a gente está junto, certo? Então, obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Teresinha.

Aí, olha que linda essa imagem. Aí, eu perguntei aqui: "Dr. Marco, a Dra. Teresinha faz parte da associação? Ela está ali elogiando". "Não, eu a conheci hoje." Vocês estão entendendo como a sociedade civil organizada pode conquistar muitos parceiros para a causa? E olha, Dr. Marco, aproveite e já dê a fichinha de inscrição dela para a associação hoje. Doutora, muito obrigada.

Está com a gente, está no Plenário, Amanda Cabral, Coordenadora do Programa Educação Precoce da Secretaria de Educação do DF. Obrigada por estar com a gente, Amanda. (*Palmas.*)

Ely Munhoz, representante e a voz dos pacientes raros no Hospital das Clínicas de São Paulo. Obrigada, Doutora. (*Palmas.*)

E claro que não pode faltar nessas audiências Luciana Medina, Presidente da Associação Inclusiva.

E está com a gente também, gente – eu fiquei tão feliz quando eu a vi entrar – a Lilian Nascimento Vieira Nogueira. Cadê a Lilian? A Lilian estava com um neném, é isso, Lilian? Cadê o neném, Lilian? Está dormindo. Ah, traz o neném para a gente ver. Traz o neném.

A Lilian é mãe... Gente, nós vamos ver um bebê com a síndrome já diagnosticada. E, olha, ela entrou... Eu fico tão feliz que esses pais jovens – você viu que lindo? – vieram na audiência. Vamos conhecer o bebê da Lilian.

Lilian, que alegria ter você aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela veio de fora de Brasília, é isso, Lilian?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Goianésia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, que coisa mais linda. Ela vai apresentar o bebê dela para nós. Senta aqui um pouquinho com a gente, Lilian. (*Pausa.*)

É uma menina! Está de lacinho. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Cecília.

Ela vai só apresentar a Cecília e, na sequência, a gente passa para você.

Oh, meu Deus do céu! Oi, Cecília. Eu sou Senadora, Cecília. Bom dia, Cecília. (*Risos.*)

Mãe, fala no microfone. Fala da Cecília para nós. Que idade a Cecília está?

A SRA. LILIAN NASCIMENTO VIEIRA NOGUEIRA (Para expor.) – Olá, bom dia.

A Cecília tem 11 meses, ela vai fazer aniversário amanhã. (*Risos.*)

A Cecília nasceu de 35 semanas. Nós ficamos 93 dias na UTI. A Cecília fez uma bateria de exames infinita, inclusive quando saiu. E ela colocou uma sonda de gastrostomia porque ela não conseguia mamar – e graças a Deus hoje a gente conseguiu tirar, ela já se alimenta pela boca –, porque ela tinha uma hipotonia muito grave. Era muito grave, e hoje ela tem melhorado muito com muitas terapias.

Nós conseguimos fazer o exame da Cecília, porque uma amiga minha mandou uma mensagem para mim com o *link* da associação. E aí ela falou que, como os médicos não estavam descobrindo, a Cecília parecia muito com o sobrinho dela, que mora lá no interior de Goiás. Aí ela me mandou o *link*, e eu entrei e baixei. A gente tem o formulário, que levei na geneticista. E falei com geneticista, que inclusive é do Hospital de Apoio daqui de Brasília. Aí ela falou: "Vamos fazer o cariótipo". Ela já tinha feito diversos exames. Fizemos o cariótipo, que deu negativo. E aí nós fizemos a coleta do sangue dela e enviamos para Fiocruz. E lá, depois de aproximadamente 20 dias, eles retornaram com resultado positivo da síndrome.

E, a partir daí, nós começamos a correria para conseguir a medicação. Ela faz acompanhamento com fisioterapeuta, fonoaudiólogo. Ela faz acompanhamento com neuro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endocrinologista e está se desenvolvendo, graças a Deus e ao diagnóstico precoce. E é isso. Ela iniciou o GH também.

E estamos na luta aqui por ela e por todas as crianças e os adultos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém, Lilian!

Olha, gente, vejam só, é exatamente o que as duas médicas falaram: o corpinho que não se sustenta, que a gente chama de hipotonia. Nasceu prematura, não se alimentava direito... Chorou fraquinho?

A SRA. LILIAN NASCIMENTO VIEIRA NOGUEIRA – Praticamente não dava para ouvir o choro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não dá para ouvir o chorinho. Atenção, olha! E os médicos dela não descobriam o que era. Chorava fraquinho, não ganhava peso... Aí o sonho da gente é que ganhe 10g por dia, não é isso, mãe? Depois a gente sonha que eles percam 10kg por semana. Então é uma contradição lá no berço. Mas há o exemplo da associação, está vendo, Doutor? Não desista do trabalho, não. A mãe viu a associação, foi lá.

Então ela já está diagnosticada, já está tomando o hormônio do crescimento, já está com um psicólogo, com um fisioterapeuta. Ela já está em tratamento. Isso quer dizer que ela vai ter uma vida longa e saudável, porque a mãe conseguiu. E ela está me olhando. (*Risos.*)

A gente nunca teve uma Senadora com Prader. Quem sabe, não é, minha princesa? Quem sabe? É exatamente isso que a gente quer.

E aí, mãe, fica firme, tá? Ele está com uma paciente com 56 anos. Ela vai ter uma vida longa. Você vai ter muitas alegrias com ela. E amanhã é aniversário dela. E, na minha terra, para quem faz aniversário a gente canta parabéns.

Vamos cantar parabéns para ela?

(*Procede-se ao canto da música Parabéns pra Você.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Viva! Ela está interagindo.

Eu falei... Deus a abençoe, Lilian. (*Palmas.*)

Deixe-me dizer uma coisa para Lilian. Lilian, Cecília vai amar a festinha de aniversário. Eles amam festa de aniversário. Eles amam. E a leve em todas que ela for convidada – controle com o alimento –, mas a leve em todas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém. Obrigada. Obrigada.

Gabi tem 28 anos, é noiva. E é Prader? (*Pausa.*)

É Prader. Uma paciente com 28 anos.

Cecília. Está vendo, Cecília? Você vai ser muito feliz. Muito feliz. Que Deus a abençoe.

Nós vamos liberar a Cecília porque aqui o ambiente está gelado.

Pai, Deus o abençoe, viu? Obrigada por ter deixado tudo e compartilhado a história de vocês com a gente.

Depois dessa emoção, Renata, agora é você.

E aí, Dra. Renata, que representa o Ministério da Saúde, as perguntas que estão vindo do Brasil.

Lislleidy, do Maranhão, pergunta – Dra. Renata, se puder responder –: "Quais políticas públicas podem melhorar o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento da síndrome de Prader-Willi no Brasil?".

Kátia, de São Paulo: "Como andam os estudos sobre o uso do canabidiol para o tratamento da Prader-Willi?".

Kaio, de Goiás: "O SUS oferece uma linha de cuidado multiprofissional em relação ao manejo da SPW?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vinda, Doutora, obrigada por estar conosco.

Agora vamos ouvir o Governo, dois representantes do Governo, e a gente já vai encerrando.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos. Eu sou Renata, sou Coordenadora Substituta da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. O Dr. Natan é o Coordenador. Eu agradeço o convite.

A Senadora sabe que eu estou sempre por aqui. Toda vez que a Senadora faz uma audiência pública, eu venho representando o Ministério da Saúde.

Antes de começar a minha fala, eu queria só reforçar que, dentro do ministério, a gente ter uma Coordenação de Doenças Raras foi um ganho enorme considerando essa temática. As doenças raras ficavam diluídas dentro do ministério, dentro das coordenações, e, a partir do momento que a gente ganha uma Coordenação de Doenças Raras, a gente consegue trazer mais visibilidade para a causa.

Lá dentro da coordenação, a nossa equipe – e aí corroborando o que a Senadora falou com relação a vertentes políticas e viés político –, a gente trabalha para fornecer políticas públicas efetivas para pacientes e familiares. A gente não está levando em questão viés político, nem nada disso, tanto que estou em todas as audiências públicas para as quais a Senadora chama, e a gente faz questão de participar desses momentos, tanto das audiências públicas quanto dos eventos que são promovidos, a gente faz questão de estar perto, porque eu acredito – eu sou enfermeira, tenho 23 anos na assistência, 23 anos de SUS – que não é dentro de uma sala, atrás de uma mesa, com ar-condicionado, que a gente vai fazer políticas públicas para a população. Eu acho que a gente precisa estar próximo de quem está passando pela jornada aí, com o paciente, para que a gente possa fazer políticas públicas que realmente sejam efetivas, e é esse o nosso papel lá na coordenação.

Eu coloco a coordenação à disposição, o nosso *e-mail* é cgraras@saude.gov.br. Vocês fiquem à vontade para mandar sugestões, falar das demandas de vocês, das necessidades que vocês têm. Nós estamos abertos para ouvir vocês.

E esses momentos são momentos muito ricos para a gente, para reforçar as nossas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos uma coordenação muito nova, a gente não tem nem três anos de coordenação. A gente já conseguiu ampliar os serviços de referência em doenças raras: a gente passou de 12 serviços e hoje nós temos 50 serviços de referência. É pouco ainda? É pouco. A gente consegue atender todo o país? Não conseguimos. A gente tem áreas de vazios assistenciais, e todos nós sabemos disso, mas nós estamos trabalhando para conseguir ampliar os serviços. Hoje todas as demandas que a gente recebe de habilitação de serviços de referência já estão finalizadas, então as habilitações já foram concedidas. Se a gente não tem serviços de referência em determinadas regiões, é porque não houve a solicitação mesmo desses locais. E a gente sabe que existe uma deficiência de médicos geneticistas, a quantidade de médicos especialistas é restrita, então isso dificulta também o acesso. A gente vem trabalhando muito para melhorar a questão dos laboratórios de diagnóstico, fazendo parcerias, para que a gente consiga ampliar esse acesso ao diagnóstico.

A gente está trabalhando agora numa frente – e aí eu venho participando de vários eventos... Eu estava em Recife na semana passada, e isto foi uma coisa que a gente conversou: trabalhar num documento orientativo para os profissionais que estão na linha de frente, que são os profissionais da atenção primária em saúde, são eles que têm que identificar essas alterações de desenvolvimento, a hipotonia... Quando a criança vai lá à consulta de crescimento e desenvolvimento, o profissional que recebe tem que identificar que tem alguma coisa diferente: uma criança que não consegue se alimentar, que não consegue sugar... Então a gente vai elaborar um documento orientativo, mas acho fundamental – e esta foi a discussão que a gente estava tendo em Recife – a inserção de doenças raras, a temática, nos cursos de formação, tanto no nível médio, porque a gente tem técnicos de enfermagem dentro das unidades básicas de saúde, quanto na graduação, na pós-graduação.

A residência de Saúde da Família, de Medicina de Família e Comunidade, precisa ter um treinamento sobre doenças raras para a identificação desses primeiros sinais e sintomas de alerta para encaminhar para um serviço de referência. Não adianta a gente colocar um monte de serviços de referência se essas crianças não chegarem nos serviços de referência. Então a gente precisa da atenção primária.

Eu não sei, Senadora, se é possível, mas talvez um projeto de lei que... da obrigatoriedade da inserção da temática nos cursos; não sei se isso é possível, mas é uma possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que eu queria falar é com relação à disponibilização da medicação. O hormônio do crescimento precisa de ampliação de uso, e a gente sabe. E a demanda, gente, pode ser uma demanda externa, uma demanda da associação de pacientes. Vocês próprios podem fazer a solicitação para a Conitec de ampliação de uso. Então, esta é uma estratégia que eu trago aqui para vocês, que vocês demandem a Conitec para essa ampliação de uso.

Uma outra coisa com relação à outra medicação: a gente só consegue incorporar uma tecnologia a partir do momento em que a gente tem o registro na Anvisa. Então, é preciso correr com esse registro na Anvisa, para que possam demandar à Conitec a incorporação dessa tecnologia.

A gente sabe que, quando a gente fala de doenças raras, a gente tem um impacto orçamentário, porque muitas vezes as medicações vêm com custo muito alto e muitas vezes insustentável para o SUS. Mas a Conitec tem feito esforços para conseguir incorporar essas novas tecnologias com métodos diferentes. A gente teve aí o caso do Zolgensma, com um acordo de compartilhamento de risco. Foi uma situação inovadora que a gente teve, que não existia, para conseguir incorporar uma medicação que custa milhões. Então, a gente, a Conitec está aberta a essas propostas. Se eu não me engano, há umas duas semanas, a Conitec teve uma reunião com a equipe de tecnologias europeia, que tem uma dinâmica diferente de avaliação para doenças raras. Então, a Conitec está vendo essa necessidade de ter um olhar diferenciado para as doenças raras em termos de tecnologias. Eu vejo um futuro aí de melhoria com relação à incorporação dessas tecnologias.

E era isso.

Estamos à disposição, nosso *e-mail* está à disposição. Se a associação quiser conversar, quiser marcar reunião com a gente, nós estamos abertos para ouvir as demandas de vocês e melhorar as políticas para os pacientes.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Renata. Agora, com o novo remédio, nós vamos salvar muitas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir depois, Dr. Marco, que fique amigo de infância de Dra. Renata; grude nela, pegue o telefone, sente... O diálogo, gente, é tudo.

E eu vou dizer uma coisa, não se assuste de a Dra. Renata dizer assim: "Eu não conhecia a síndrome". Muitos médicos não conhecem. São mais de 8 mil doenças raras, ela está numa coordenação que tem 8 mil doenças. Até mesmo o Dr. Marco, quem agora vai falar: ele conhecia? Ele já tinha ouvido? É por causa do que aconteceu numa escola que a gente está aqui hoje.

Mas antes de passar a palavra para o Dr. Marco, o Senador Girão vai fazer a participação dele via vídeo. Tem dois minutos apenas o vídeo dele, mas ele está ligando aqui: "Eu quero participar, já mandei meu vídeo". Vamos ver. Aí vocês vão entender o que é informação e como a informação pode chegar em todos os lugares.

Pode passar, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Damares, eu estou aqui na Apae, no interior do Ceará, na cidade de Acaraú, que fica no nosso litoral norte, a quê? A cerca de 200km.

E você está emocionada aqui. E eu estou com uma mãe aqui – estou na Apae, uma das entidades que a gente ajuda; já ajudamos duas vezes com as emendas –, e a gente está com a mãe que me apresentou o vídeo e está aqui.

Mande um recado! É de...?

A SRA. ARLINE RIOS (*Por videoconferência*.) – Arline.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – Arline. Mande um recado...

A SRA. ARLINE RIOS (*Por videoconferência*.) – Para a Damares, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – ... para a Damares, porque ela te acompanha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ARLINE RIOS (*Por videoconferência*.) – Que você continue lutando por essa causa tão nobre e ajudando essas crianças especiais, que tanto necessitam de olhares e cuidados como o de vocês!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – Muito bem. É a síndrome Prader-Willi...

A SRA. ARLINE RIOS (*Por videoconferência*.) – Prader-Willi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – ... de que você está falando neste vídeo aqui, que ela guarda de todo carinho.

A SRA. ARLINE RIOS (*Por videoconferência*.) – Uma síndrome muito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – Tem outras mães ali que a acompanham, que a seguem.

Qual é o seu nome? Ana Carolina.

A SRA. ANA CAROLINA (*Por videoconferência*.) – Ana Carolina.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – Ana Carolina.

A nossa Presidenta da Apae, aqui, a Nádia.

E você?

A SRA. SILVANA (*Por videoconferência*.) – Eu sou Coordenadora Pedagógica, Silvana.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – A Silvana, Coordenadora Pedagógica.

E, Damares, o seu trabalho você não tem ideia... Você tem – né? – a ideia... (*Falha no áudio.*)

Eu acabei de conhecer o filho dela. Mostre na câmera ali o Tadeu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 200 crianças que são atendidas aqui. E a gente fica muito feliz em ver um trabalho feito com muito carinho, feito com muito amor, não é, Damares? Estamos juntos.

Que Deus os abençoe! Muita paz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão.

Vamos dar um aplauso para essa Apae. (*Pausa.*)

Eu falei, Dr. Marco, na audiência sobre a síndrome, eu mostrei fotos, eu chorei, eu me emocionei. E esse meu vídeo está rodando o Brasil. E aquela mãe tem uma criança com Prader. Então, quando o Senador foi visitar a Apae, a mãe queria abraçar o Senador para mandar um abraço para nossa Comissão.

Então, assim, os 30 segundos que o senhor está pedindo em A Voz do Brasil vão fazer a diferença. Já pensou dizer para uma mãe do interior: "Seu bebê é prematuro, não está chorando direito? Seu bebê está com a cabecinha mole, o corpinho mole [na linguagem popular]? Fale com o médico para fazer o exame, para ver se ele não tem a...". Então, assim, vai funcionar, a informação funciona! Então, essa mãe está com o meu vídeo, rodando o interior do Ceará, mostrando o vídeo. Então, há a importância da sociedade civil organizada, das APAEs. Obrigada às APAEs do Brasil, porque estão acolhendo nossas crianças com Prader. É uma alegria.

Senador Girão, obrigada por sua participação. Dê um abraço em todo mundo aí do Ceará!

Vamos ouvir agora Marco Franco, nosso último expositor, que é do MEC, Coordenador de Política Pedagógica da Educação Especial e Diretor Substituto da Diretoria de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação.

Dr. Marco, o senhor sabe o porquê desta audiência. E a pergunta é: o senhor conhecia a síndrome? Tem alguma coisa que a gente possa fazer, dentro do MEC, para a gente evitar tantos episódios de *bullying* nas escolas? Dr. Marco, o senhor viu que essas crianças são insaciáveis, elas comem. E, lá na hora do recreio... A gente fala recreio ainda, ou é intervalo? Agora é intervalo, né? (*Risos.*) Lá no intervalo, se deixar, elas vão pegar, sim, o lanche do coleguinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que isso acontece, né? Elas, inclusive, vão à lata pegar restos de comida, porque é uma forma insaciável.

Existe algum programa de orientação dentro do MEC, especialmente com relação às crianças Prader que estão nas escolas?

Seja bem-vindo. Nós queremos ouvi-lo, Dr. Marco.

O SR. MARCO FRANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora.

É um prazer poder estar aqui.

Eu gostaria de cumprimentá-la e, na sua pessoa, cumprimentar toda a mesa e todas as pessoas que estão nos ouvindo neste momento, tanto aquelas presentes quanto virtualmente.

Inicialmente, eu gostaria de fazer minha audiodescrição. Eu sou um homem de pele clara, de cabelo curto, preto, uso barba também no mesmo tom. Estou usando óculos vermelhos, com manchas pretas, e estou também trajando uma camisa de fundo branco com bolas pretas.

Senadora, para a gente do Ministério da Educação, é um prazer poder participar destas audiências. Quanto mais a gente puder discutir a garantia de direitos para todos, principalmente para o público da educação especial, para a gente é de fundamental importância.

Eu tinha um eslaide para passar, mas eu já pedi aqui a autorização e disse que o anfitrião não está permitindo o compartilhamento. Eu não sei se há algum problema, mas, se não houver forma de transmiti-lo, eu, na verdade, posso...

Acho que agora apareceu.

Deixem-me ver se eu consigo fazer isto aqui. (*Pausa.*)

Bom, parece que não vai ser possível esta transmissão, mas não tem problema. Eu vou me situando aqui e, à medida que eu for falando, vou respondendo aos questionamentos que apareceram.

Bom, a gente tem no Brasil um aumento significativo das matrículas na educação – nas escolas comuns, na verdade –, a gente tem um aumento significativo dessas matrículas. Elas subiram e chegaram a 2,38 milhões nas escolas públicas, tratando especificamente de escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Esse é um dado importante para a gente pensar em como esses alunos têm chegado à educação básica, como eles têm entrado na escola e quais são os desafios que nós, na verdade, precisamos enfrentar nesse novo contexto.

Há 15 anos, a gente tinha um número bem menor. Na verdade, nós temos um crescimento de praticamente 200% nessas matrículas, de 2015 até 2025, ou seja, em dez anos, 200% em termos de crescimento de matrícula.

Bom, isso implica em pensar ações e políticas que atendam, de fato, a esses sujeitos que estão chegando às escolas. Com isso, o que a gente tem de novo?

Na verdade, a gente instituiu, agora em outubro de 2025, por meio do Decreto 12.686, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Então, essa política tem uma perspectiva de avançar nesse processo, ou seja, de assegurar cada vez mais os direitos do público da educação especial. E aqui nós estamos falando de Prader-Willi que, na verdade, se configura como um público.

Além disso, essa política traz algumas novidades. No que ela inova? Ela inova dizendo que o profissional de apoio escolar... Ela regulamenta esse profissional de apoio e define, inclusive, uma perspectiva de formação para esse profissional de apoio, assim como também define um tempo de formação para o professor do AEE.

Por que eu estou falando desses dois? Isso aqui responde já a uma das perguntas feitas ao Ministério. O profissional de apoio é o profissional responsável por acompanhar esse aluno no processo de locomoção, de alimentação e de alguns cuidados. Então, é fundamental que determinados alunos do público da Educação Especial tenham assegurado esse direito.

Então, o profissional de apoio foi pensado, dentro da nova política, como uma pessoa que possa dar esse suporte. Para isso, ele precisa de uma formação – de uma formação adequada – que o qualifique para tal. Assim como o professor do Atendimento Educacional Especializado também.

A política prima pela garantia do direito, ou seja, assegura uma educação num sistema inclusivo, um sistema inclusivo para todos os estudantes públicos da educação especial. Trata o AEE como transversal a todas as etapas e modalidades, trata a educação especial como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade que apoia e complementa a escolarização desse público. E, nos seus princípios e diretrizes, traz a igualdade de oportunidade, a diversidade humana, o combate ao capacitismo e a transversalidade.

Bom, em termos de ações, nós temos dois carros... A gente costuma dizer que nós temos dois carros-chefes aqui na diretoria: um voltado para a formação e o outro para a estrutura. No da formação, a gente tem como resultado de dados já coletados que nós temos, um aumento significativo na formação, no número de participantes, do professorado e de gestores também. Isso ajuda a pensarmos na qualificação desses profissionais.

De 2014 a 2022, a gente teve uma oferta de 64 mil. Na verdade, nós tivemos 64 mil matrículas, em 120 cursos. Isso, de 2014 a 2022, dão ai nove anos. São nove anos e, em nove anos, foram 64 mil matrículas e 120 cursos ofertados pelo Ministério. Isso aqui diz respeito ao Ministério e a essa diretoria. De 2023 a 2025, em três anos, a gente ofertou o dobro do que se tinha de cursos: 230 cursos ofertados em três anos, o dobro do que foi ofertado em nove. E o número de matrículas subiu para 114 mil, quase também o dobro do que foi feito em nove anos. Então, a gente fez um investimento significativo nesse processo de formação, com a perspectiva de qualificar esse professor, o gestor e aqueles que atuam na escola.

Além disso, também há um investimento – um aumento do investimento – para assegurar os recursos nas escolas, por meio do PDDE Sala de Recurso Multifuncional. Então, o PDDE teve um aumento também, de 2023 a 2025, de 42%. Então, há um investimento maior nesse sentido e, além disso, há também uma mudança na lista de materiais. Houve toda uma revisão nessa lista junto ao Fundeb. Há também um aumento no fator de ponderação da educação especial, ou seja, nas escolas que têm alunos... que são cadastradas como Centro, no censo escolar, esse fator de ponderação é de 1,4; para aqueles que são atendidos pelo atendimento educacional especializado, esse fator é dobrado para 2,8, ou seja, isso significa um investimento também, um aporte maior nas escolas. Isso tudo como forma de assegurar esse direito – o direito de todos de estarem nas escolas, e nas escolas reguladas em classe comum.

Sabemos dos desafios que temos; são muitos. É preciso se construir, no país, uma cultura da inclusão. Isso é novo para muitos ainda, embora a gente já venha atuando há décadas nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva da inclusão. A história não faz uma mudança da noite para o dia, mas a gente tem visto e acompanhado avanços importantes nesse sentido.

Bom, dentro dessa política, instituída pelo Decreto 12.686, a gente tem a proposta de uma Rede Nacional de Educação Inclusiva – então o decreto institui também uma Rede Nacional de Educação Inclusiva. É importante dizer isso aqui, porque é a primeira vez que se tem uma proposta de governança para a Política de Educação Especial Inclusiva no país; é a primeira vez que se faz isso no Ministério da Educação. Há, hoje, uma governança para atuar na implementação da política, o que a gente não teve até o momento. Então, a política, na verdade, não se implanta por si só; é preciso que a gente assegure isso de alguma forma. Então, essa governança existe e ela está prevista dentro da política por meio do decreto que a instituiu.

Ela está organizada em seis eixos – eu vou falar rapidamente deles só para vocês terem uma ideia. Um é o da governança federativa, numa articulação entre educação, saúde, assistência social, em nível ministerial, como também na articulação entre União, estados, municípios e Distrito Federal. Então há toda uma organização já preparada para essa governança federativa.

Também, ela tem como um dos seus componentes os Centros de Referência em Formação Continuada e em Serviço. Aqui a gente tem uma mudança muito importante, que é a instituição de 27 centros de formação no país em articulação com as entidades, como Undime, Consedi, Consec, Andifes – que representa as universidades – e Conif também, e contando com a participação de coordenadores pedagógicos, que vão atuar junto às redes de ensino, para pensar, junto a essas redes, a proposta de formação a partir das realidades e das demandas que essas redes têm.

Então, nós, na verdade, começamos a entrar nos territórios como forma de ouvir as demandas, o que acontece no chão da escola, e, a partir daí, pensar, junto com os gestores, quais são as perspectivas de formação e quais são as propostas que poderão ser ofertadas para a formação. Nesse caso, a gente começa, então, a identificar aquilo que a gente não vinha identificando até então.

Núcleos de apoio técnico. O terceiro item são os núcleos de apoio técnico, o CAS, o Caps e o Nasf, que precisam ser resgatados. Um quarto elemento é o observatório, é a primeira vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também que se tem um observatório, o Observatório da Educação Inclusiva e Integral. Esse observatório tem a função de identificar, no território brasileiro, nos diferentes territórios deste país, as demandas que tem em relação à política, e o que nós coletarmos, em relação ao observatório, servirá de instrumento, ou seja, de aporte, na verdade, para que a gente possa repensar a política, atualizá-la, rever a partir das demandas e da realidade deste país.

Um programa nacional de autodefensoria, que é importante, então, a Rede Nacional de Autodefensoria contra o Capacitismo está sendo construída junto com pessoas com síndrome de Down, autismo e deficiência intelectual. Essas pessoas têm uma participação importante, são protagonistas desse processo. Então, esse programa está sendo construído junto com essas pessoas para atuarem, também, nas suas localidades.

E, por fim, um arranjo intersetorial, para que a gente possa atuar na perspectiva intersetorial, num diálogo com saúde e assistência social, principalmente, nos diferentes territórios. Para esse arranjo, a gente tem um grupo de 82 coordenadores intersetoriais e um número de 1,95 mil agentes, que vão atuar nos diferentes territórios do país.

Então, o ministério, por meio dessa diretoria, vem se organizando de forma a dar respostas a esses grandes desafios que nós temos nas diferentes frentes dentro da educação especial. A educação especial é muito ampla, é complexa e precisa ser entendida como tal. Então, nesse sentido, a gente vem atuando, buscando diferentes formas e perspectivas, a partir da política de 2025, para responder às demandas sociais dos diferentes territórios.

É isso. Eu agradeço a atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prof. Marco, obrigada. Dê um abraço na Secretária, no Ministro. É ministro agora, né?

O SR. MARCO FRANCO (*Por videoconferência*.) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É ministro.

E eu vou lhe pedir uma coisa, Prof. Marco, eu queria muito que você conhecesse pessoalmente o Marco Aurélio, Presidente da associação. Ele está apresentando uma proposta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e eu acho que o encontro de vocês dois... Eu reconheço o que o MEC está fazendo com relação à educação especial e à educação na perspectiva inclusiva, vocês estão se esforçando muito, mas esse episódio específico desse menininho lá em Fortaleza a gente podia aproveitar como uma janela, para a gente mandar um alerta aos professores lá na ponta, uma espécie de uma campanha interna: "Tem uma criança na sua escola que está acima do peso, que mostra uma insaciedade incontrolável, ou então que está se ferindo...", porque eles se ferem, eles se machucam, porque eles não sentem dor, tá, gente? Eles são tolerantes à dor. Sentar com o Marco, Prof. Marco – são dois Marcos –, e, quem sabe, mandar um alerta para a base. Assim, à merendeira: "Esse menino vai entrar várias vezes na fila do lanche e como é que vocês estão lidando com isso?"; ao professor: "Um olhar especial para essa criança".

Então, eu queria muito que o senhor recebesse a Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi. Eles estão apresentando uma proposta hoje, mas já dá, quem sabe, a oportunidade, de uma forma prática, de vocês se organizarem. Eles têm materiais ilustrativos, eles têm materiais informativos a compartilhar com o MEC.

Prof. Marco, muito obrigada por sua participação e por favor atenda a Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi no Brasil.

Nós vamos encerrar a nossa audiência.

O SR. MARCO FRANCO (*Por videoconferência*.) – Estamos à disposição, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Nós vamos encerrar.

O SR. MARCO FRANCO (*Por videoconferência*.) – Estamos à disposição, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Não desligue o computador, ainda, não. Quando a gente encerra, a gente devolve a palavra para os expositores, para eles falarem, por dois minutos, para agradecimentos, considerações finais, mas não sem antes eu mostrar para vocês, principalmente para a mãe da Cecília... Olha o que eu acabei de ganhar, ó. É uma paciente que está aqui com a gente. Olha só,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olha só. Vem cá, vem cá. Enquanto a gente estava na audiência, olha a obra de arte que ela fez para mim, gente. O que eu quero dizer... Vejam como ela é linda, gente. Olha como ela é linda.

O que eu quero dizer aos pais, a quem é educador: olha a coordenação motora fina extremamente desenvolvida, olha a capacidade de reconhecimento de cores, olha a obra de arte que ela fez. Deixe-me dizer: quem sabe a Cecília não vai ser uma grande artista, mãe? A mãe está lá atrás, rindo. Olha só, o mundo é deles. Eles só querem uma oportunidade. Eles só querem que a gente reconheça que eles têm o tempo deles, o jeito especial. A maioria deles, com esse olhinho amendoado, com esse rosto lindo, são alegres, excessivamente alegres. Às vezes, somos nós que provocamos tristeza neles, mas são excessivamente alegres.

E como é o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isabela, de *gloss*, extremamente vaidosa, linda, perfumada e uma artista. Eu queria que vocês batessem palmas para a minha artista. Não é mesmo? (*Palmas.*)

Ela é linda! Ela é linda! A mãe da Isabela vai falar. Pode apertar o microfone, tá? Sente-se lá perto da mãe. Não, fica aí, fala aí, mãe. Vai lá, mãe.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA (Para expor.) – A Isabela é muito inteligente. Claro que nós temos as nossas dificuldades, mas eu também não poderia deixar de agradecer a Deus e falar dele, porque nós sabemos o quanto é grande a nossa luta.

Eu quero dizer para cada um, para cada uma das mães que estão aqui que Deus olhou para a gente e nos escolheu, porque eu olho para a minha filha e eu vejo Deus em cada detalhe. A Isabela tem uma percepção tão grande das coisas, quando eu estou triste, quando eu não estou bem. E eu acho que nenhum adulto, às vezes, tem essa percepção. Ela é muito inteligente. Às vezes, eles só precisam ser acolhidos da forma correta, eles precisam ser ouvidos e precisam ser respeitados, e os direitos deles não têm que ser violados.

Então, é muito bom saber que tem pessoas que lutam pela nossa causa. Nós estamos muito gratas por estarem aqui pessoas de grande importância, que entendem, que sabem sobre a síndrome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa luta não para, porque nós sabemos que todos falam muito bonito, na educação é muito difícil, a gente tem grandes dificuldades na escola, na educação.

Mas, enfim, eu só quero dizer, Isabela, que eu sou sua mãe, que te amo muito, eu tenho muito orgulho de você. Você vai chegar onde você quiser, minha filha. Você é capaz, está bom? Eu te amo! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, mãe da Isabela! Fala seu nome, porque eu não entendi. Ela está soletrando seu nome aqui para mim, fala seu nome.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Fala, filha: Raiara. Raiara.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Raiara. E ela soletrou para mim. Obrigada!

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Obrigada, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem mais alguma mãe que queira se manifestar? Mais alguma mãe? (*Pausa.*)

Pode, mãe, aperta o microfone. Fala só seu nome e o nome do seu filho ou filha.

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – Chamo-me Josiane...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele vai só abaixar um pouquinho. Vai lá!

A SRA. JOSIANE RODRIGUES (Para expor.) – Olá, bom dia. Chamo-me Josiane, sou a mãe do Joaquim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cadê o Joaquim? Oi, Joaquim! Bom dia, Joaquim! Bom dia!

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – O Joaquim tem nove anos. O Joaquim foi diagnosticado completando quatro anos, depois de uma incansável busca pelo diagnóstico. Passei por todas as dificuldades, muito bem faladas pelo Marco, pela Dra. Teresinha, e fui incansável, porque eu tinha uma criança que com dois anos ainda não andava, né? Aí veio o segundo filho, o Miguel –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fiquei com dois bebês de colo – e foi quando mudei toda a linha de profissionais que o atendiam e fui para Rede Sarah, onde tivemos o diagnóstico.

E sou, assim, extremamente grata pelo diagnóstico, porque o diagnóstico não é o fim; é o Norte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – A partir daí, pudemos buscar mais qualidade de vida para o Joaquim.

Então, apesar de que o Joaquim já tinha todas as terapias desde que saiu do hospital, muitos consideram, por ser uma síndrome rara, complexa, que o diagnóstico foi recente, foi precoce, o que eu considero que não foi, né? Porque, olha a Cecília, agora, com menos de um aninho, já foi diagnosticada. Este é o cenário ideal: que cada vez mais precocemente as crianças sejam diagnosticadas. Três anos não são um marco de diagnóstico precoce, e, sim, que seja ao nascimento, né? Que cada vez mais as maternidades, o meio médico esteja consciente da síndrome de Prader-Willi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a escola.

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – Nas escolas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nas igrejas.

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – ... para que eles possam ser inseridos, respeitados e terem uma vida o mais próximo possível da realidade dita normal ou típica.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe.

A SRA. JOSIANE RODRIGUES – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, o Joaquim está sentado há três horas aqui, assistindo a tudo. Você é muito lindo, Joaquim! Prazer em te conhecer, viu, Joaquim?

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – A Isabela teve um diagnóstico (*Fora do microfone.*) com nove anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nove anos, o diagnóstico dela.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – E eu sempre falava para os médicos que eu notava a diferença. A gente nota.

Eu falava: "Tem alguma coisa de errado". E os médicos: "Não, não tem não".

E, por muita insistência, teve um período em que eu mandei um *e-mail* para o Sarah, contando a nossa história, e, graças a Deus, eles nos receberam, e foi feito o diagnóstico dela, mas demorou muito. Foi com nove anos de idade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Marco.

O SR. MARCO FRANCO (Para expor.) – Senadora, em casos como o dela... Não sei se aconteceu com ela, mas eu já vi relatos de médicos e familiares passarem a chamar a mãe de louca.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aham...

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Aí, teve um período também...

O SR. MARCO FRANCO – "Você está louca!".

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – ... quando...

O SR. MARCO FRANCO – Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Você está louca!". "Você está inventando doença no teu filho".

E aí, depois de muito suor, muita luta...

Pode complementar.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Quando eu tive a Isabela, e no momento da amamentação, eu senti... Eu fiquei muito triste, porque as enfermeiras pensavam que eu não queria amamentar, e amamentação eu acho que...

Eu tenho um filho também, de seis anos, chama-se Gregory, e o meu sonho era amamentar, e, graças a Deus, eu tive a oportunidade. Depois eu tive o Gregory, que tem seis anos hoje, e eu sei o quanto é bom. E o meu sonho era amamentar, ter aquela sensação, e às vezes elas vinham até com uma certa ignorância: "Você não está colocando direito o peito! Faz o...".

E eu fazendo tudo certinho, muitas vezes a lágrima descia, e a gente sentia... Mãe sente... Nasce uma mãe, nasce uma culpa, né? Então, é muito... A mãe fica completamente... Eu não tenho nem palavras, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É pela dificuldade que eles têm de sugar, né?

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ninguém consegue explicar isso para uma mãe. É...

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Aí entra...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... sofrimento.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – ... a área do profissional da saúde: em vez de orientar de uma forma que... Acolher a gente, não; às vezes, muitas vezes, trata até com muita falta de empatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem um pai que levantou a mão?

Ou é a paciente que quer falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela o mandou falar. (*Risos.*) Rapidinho.

Só fala seu nome, que a gente já está encerrando...

O SR. SALATIEL (Para expor.) – Meu nome é Salatiel, sou o pai da Gabriela.

A Gabriela tem 27 anos...

A SRA. GABRIELA – Vinte e oito!

O SR. SALATIEL – ... 28 anos (*Risos.*), e eu quero, assim, reforçar o que uma mãe falou ali, a percepção que a criança tem, quando ela percebe que você está em um estado diferente e ela quer dar esse cuidado para você.

Então, a Gabriela é uma menina bem dedicada. Ela gosta de viver, entendeu? É uma menina feliz.

E a gente, hoje, fora a questão alimentar, a gente coloca a Gabriela dentro de uma rotina de uma pessoa normal. Ela vai para o trabalho, vai para a academia...

O que ela mais gosta, por exemplo, é a academia. Ela é esforçadíssima na academia.

O que mais, Gabi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SALATIEL – Ah... É noiva, tá? Ela noivou. Ela tem um noivo.

O noivo dela também tem SPW, que é o Luiz...

A gente sempre visita, vai para São Paulo, só para poder sempre eles se verem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, pai.

O SR. SALATIEL – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a mãe da Isabela falou da sensibilidade que eles têm.

O meu pai escreveu um capítulo de um livro e colocou "Igor, um anjo em nossas vidas", e eu quero chamar a atenção de vocês para essa sensibilidade.

Quando a Cecília estava aqui à mesa, a Gabriela levantou, como paciente, veio aqui para abençoar Cecília. Eles são assim, eles são além do que a gente possa imaginar. E, nas palavras dela, ela quis dizer: "Vai ficar tudo bem, Cecília. Eu estou aqui, eu sou feliz. Deus te abençoe". Eles são anjos em nossas vidas realmente.

Tem mais uma mãe que levantou a mão. A gente vai só passar a palavra para ela, e, depois, tem um que não é Prader, que não tem ninguém... Ele é um jovem que se envolveu com doenças e vai contar rapidinho. E a gente vai encerrar com a palavra do Benedito.

Pois não.

A SRA. MARIANA FAVA CHEADE – Oi.

Primeiro, quero agradecer e parabenizar muito as pessoas que organizaram este encontro e agradecer muito à Senadora por se disponibilizar a estar aqui lutando junto com a gente pela nossa causa.

E gostaria de colocar... Não foi conversado aqui sobre isso, mas é uma preocupação muito grande minha e, acredito, tenho certeza, de outras mães...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale seu nome e se apresente.

A SRA. MARIANA FAVA CHEADE – Meu nome é Mariana, e sou mãe da Rosa, cheirosa, maravilhosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Rosa! Ela também veio trazer um desenho para mim. Que linda! Muito obrigada. E ela assinou o nome dela.

Aqui, Joaquim!

A SRA. MARIANA FAVA CHEADE – Eu sou a mãe dessa preciosa, da Rosa.

E uma coisa que eu acho muito importante e para o que eu gostaria muito de pedir o apoio da Senadora é em relação a casas de moradia para adultos com Prader, porque, como o Marco falou, eu sou mãe solo também e não tenho perspectiva de ninguém para cuidar da Rosa depois que eu me for. E eu acho que uma casa de moradia com atendimento específico, com alimentação específica, com atividade física específica, enfim, com um olhar voltado para eles é de muita importância e precisa de um projeto de lei que institua isso com parcerias do Governo, talvez em forma de parcerias, mas a gente precisa pensar no futuro dessas pessoas com Prader, porque também não é justo... Talvez não seja... Enfim, não sei se é justo a palavra, mas, pelo menos do que eu conheço, os familiares não têm estrutura para ficar com essas pessoas e também não querem ficar. E para a gente, como mãe, é uma responsabilidade muito grande. Como mãe, a gente precisa ter uma perspectiva de onde essas pessoas vão estar e se vão estar bem-cuidadas. Então, eu queria pedir essa atenção para que haja uma lei instituindo essas casas de moradia de pessoas com deficiência no geral, mas, para as Prader, uma coisa mais específica.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu entendo, mãe. É a angústia de todas as mãe: depois que eu for, quem vai cuidar como eu cuido, sabendo que eles podem comer até o estômago explodir? Quem vai ficar ali no acompanhamento? E não é nem porque eles querem, é porque é assim a síndrome. Mãe, vou lhe dar uma boa notícia. Há dois anos, nós não tínhamos um inibidor de apetite tão poderoso, não é, Renata? Acho que há dez anos atrás, nós não tínhamos uma associação, nós não tínhamos tanta gente... Fique acreditando! Quem sabe, em cinco anos, a gente não vai ter a ciência com tantas respostas para vocês, para os pacientes? Queria eu que, quando a gente recebeu o diagnóstico do Igor, eu tivesse uma associação, mais contatos... Não tínhamos nem internet para a gente se encontrar com famílias. Eu creio que a gente vai ter respostas positivas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo. Fique firme. A Rosa vai ter uma vida longa, abençoada, e vou dizer uma coisa: vai produzir muito. Ela também é uma artista. Que Deus abençoe.

Benedito, para encerrar o plenário e a gente voltar aqui para a mesa para encerrar a audiência, Benedito da Vozinha. Ele foi um youtuber muito famoso – ainda é – há dez anos, quando não tinha influenciadores. Nós em Brasília tínhamos o Benedito, que era um jovem que cuidava da vó com Alzheimer, e ele trouxe em evidência como um jovem, um adolescente saindo da adolescência chegando à juventude, lidava com o Alzheimer. A vozinha não está com a gente. Dez anos já que ela foi embora?

O SR. BENEDITO AARAO SALES DE ARAUJO (*Fora do microfone*.) – Oito anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oito anos, mas temos uma lei com o nome dela. Esse é o Benedito da Vozinha.

Benedito.

O SR. BENEDITO AARAO SALES DE ARAUJO – Bom dia a todos.

É uma grande honra estar aqui hoje. Eu sou o Benedito da Vozinha, o neto da primeira vozinha do Brasil da internet. Acho que a maioria de vocês conhece.

Estar nesta audiência hoje me surpreendeu mais ainda. O que me chamou a atenção foi, principalmente, relacionado à saúde mental dos pais dos filhos dessa síndrome tão rara, de Prader. Então, eu vim para conhecer mais sobre o assunto. A gente sabe que o Brasil desconhece praticamente tudo sobre esse assunto. A gente precisa falar sobre isso.

A Senadora Damares tem essa sensibilidade há muitos anos. Acompanho a Senadora há mais de dez anos, e assuntos relacionados a crianças e a bebês raros sempre estão no portal dela, essa preocupação.

Eu achei muito importante estar aqui para a gente entender como que a gente pode cuidar dos pais, da família, porque imaginem uma mãe... A gente estava falando ainda há pouco: imaginem uma mãe que, para cuidar de um filho com síndrome rara, às vezes tem que abrir mão do trabalho, tem que abrir mão da própria família para cuidar daquele filho. E como que a gente pode ajudar essa mãe, esse pai, essa avó? Como que a gente pode fazer isso? A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa passar a se preocupar com isso, principalmente financeiramente. Às vezes a mãezinha não consegue mais trabalhar, porque tem que cuidar 24 horas do filho. Como que a gente pode auxiliar com políticas públicas já existentes? Como que a gente pode aprimorar isso? Eu vou tentar sentar com a Senadora para a gente falar sobre isso. É um assunto muito sério. Muita gente não conhece sobre essa síndrome, mas tem maltratado mães e pais, porque como é que fica a mente? Acabam caindo em depressão, ansiedade... Se a mãe não tiver saúde para cuidar do filho, quem vai cuidar da mãe? Quem vai cuidar do pai? Vamos falar sobre isso, gente. Saúde mental é coisa muito séria para todos. Eu falo isso todos os dias nas minhas redes sociais. Vamos cuidar, vamos cuidar das pessoas.

Eu agradeço. É uma honra imensa estar aqui com vocês, compartilhando, conhecendo mais sobre vocês. Eu me comprometo a estudar mais sobre o assunto para tentar ajudá-los de alguma forma.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Benedito. Benedito falou exatamente o que a gente quer falar: cuidar de quem cuida. Ó, conheça a associação, faça parceria aqui com o Marco... E quem quiser mais participar desse debate, quem quiser mais conhecer sobre a saúde, procure a associação.

Nós vamos encerrar.

Dra. Ruth, está *online* ainda? (*Pausa.*)

Dra. Ruth, a senhora para fazer agradecimentos, considerações finais, por dois minutos, para a gente encerrar.

A SRA. RUTH ROCHA FRANCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou, sim.

Eu só queria agradecer a oportunidade de estar aqui e falar que, há 10 anos – há muito tempo, eu conheço a síndrome, desde que eu me formei, há 20 anos, quase 30 –, quando eu realmente passei a conhecer de perto essas crianças, é que realmente eu me apaixonei. E a Senadora tem toda a razão em dizer que eles são fenomenais, são anjos. Eles me ensinam a cada dia não como médica, mas como pessoa. Então, só quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Ruth. Obrigada.

Marco, do Ministério da Educação, ainda está presente para agradecimentos e considerações finais?

O SR. MARCO FRANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Estou por aqui, sim.

Bom, Senadora, eu gostaria novamente de parabenizá-la por este momento. É extremamente importante para todos nós estar sempre nesse diálogo, no debate sobre esses temas. Quero dizer que o Ministério da Educação está disponível, estamos aqui disponíveis para o diálogo. Podem fazer contato, a gente está à disposição. À associação, como você indicou, estamos aqui prontos para recebê-los e para dialogar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prof. Marco, foi uma alegria tê-lo com a gente.

Renata, do Ministério da Saúde, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade, um momento de troca importante, e reforçar que a Coordenação de Doenças Raras está junto de vocês. Então, no que vocês precisarem, estamos à disposição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Renata.

Dra. Maria Teresinha, nossa grande Médica Geneticista da rede hospitalar do DF, para agradecimentos. Ou quer colocar mais alguma situação, trazer mais alguma informação?

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Primeiro, eu quero parabenizar novamente a Senadora Damares por este evento maravilhoso e por mais uma etapa na luta de vocês e agradecer a todos que estão aqui até agora, permanecendo para nos escutar. A gente está aqui exatamente para ajudar vocês. É uma parceria, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que nós temos um centro de referência – a Dra. Renata já sabe e conhece –, que é o Centro de Referência em Doenças Raras do Distrito Federal, e lá nós temos a técnica padrão ouro para diagnóstico de Prader-Willi, que é a MLPA, e temos os geneticistas para atender essas crianças, mas, para elas chegarem lá, é preciso que elas sejam encaminhadas. É a história... A atenção básica é fundamental, porque é preciso que ela – não estou dizendo que elas vão fazer o diagnóstico de Prader-Willi – reconheça a hipotonia, a falta de sucção e encaminhe os pacientes. Eu sei que de doença rara é difícil de fazer o diagnóstico, mas nós temos o centro de referência exatamente para receber essas crianças, porque nós temos a especialização em doença rara. Então, eu acho que é importante também essa incentivação e capacitação da atenção básica para que os pacientes cheguem até a gente, porque, se eles não mandarem, não chegam. Lá chegando, nós temos os instrumentos para fazer o diagnóstico. O diagnóstico precoce é fundamental e muda realmente a história de vida das crianças e das famílias.

Eu espero que a gente dê as mãos e trabalhe para um diagnóstico mais precoce e também para vocês conseguirem que a Anvisa aprove a medicação Vykat XR e melhore também o padrão de vida de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO – Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Teresinha.

Renata, para a gente encerrar, você sabe que informação salva a vida. O agente comunitário de saúde, aquele agente que está andando na rua, que nunca ouviu falar de Prader, se ele receber um videozinho e identificar lá na comunidade em que ele está andando uma mãe que teve um bebê em casa, com as parteiras tradicionais, um bebezinho que está chorando fraquinho, que não está conseguindo segurar o pescocinho, que não está sugando direito... Esse agente pode dizer para mãe: "Vá ao médico, pergunte se não é esse probleminha". É possível a gente trabalhar? Eu sei que são tantas, eles não podem dar diagnóstico, mas eles serem orientados para isso? É possível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Acabei de mandar mensagem aqui, a gente tem uma pessoa na coordenação que é responsável pela comunicação, por todo material que a gente publica de comunicação com a comunidade. E eu acabei de falar com ela para a gente fazer algum tipo de chamada, não sei se vídeo, não sei... Ela é que vai ver, porque eu não sou da área de comunicação, se tem a possibilidade de a gente fazer alguma coisa de divulgação para os profissionais de saúde. É claro que a comunidade acaba assistindo também, mas é com foco nos profissionais de saúde, agentes comunitários, técnicos de enfermagem das UBS, os próprios médicos, a fono, o fisio, qualquer profissional de saúde. Não sei se vídeo, não sei o quê, mas a gente vai pensar em produzir alguma coisa, sim, pode deixar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada! Nas creches também.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente viu que Cecília foi por um vídeo que alguém mandou para a Liliane, que conseguiu fechar o diagnóstico. Eu acho que informação salva, informação muda a vida dessas crianças.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Eu posso falar bem rápido?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem rápido, mãe.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Gente, a gente nota muitas mães que estão muito doentes, mentalmente cansadas, que não têm suporte, que não têm apoio de ninguém, ou, então, que o pai abandonou, de que a família também não quer saber. Então, por favor, que isto também se torne pautas quando a senhora for falar mais sobre síndrome rara também: colocar as mãezinhas, porque as mães estão muito adoecidas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estão esgotadas.

A SRA. RAIARA CRISTINA DA SILVA – Por favor, não se esqueçam das mães também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

E a gente vai passar a palavra para o Marco para fazer agradecimentos finais, considerações finais, agradecimentos, mas eu quero registrar a presença da Andréa Pontes. A Andréa está em todas as nossas audiências. Você conhece a Andréa? Vocês a conhecem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês precisam conhecer. Ela é da UNA. A Andréa é cadeirante. Ela faz um trabalho com vela na área do esporte para pessoas com deficiência, uma série de outros projetos. Quero muito, Andréa, que você conheça a associação, para você fazer um trabalho junto com essa associação – estou conseguindo um monte de aliados hoje. Então, Andréa, obrigada. Andréa está em todas. Andréa e Luciana Medina estão em todas as nossas audiências, porque elas falam diretamente com o público lá na ponta, o público das pessoas com doenças raras, pessoas com deficiência. Obrigada, Andréa.

Marco, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. MARCO AURÉLIO CARDOSO (Para expor.) – Bom, antes dos agradecimentos, eu queria endereçar o assunto da moradia assistida. E, antes, quero só dividir rapidamente com vocês – não vou entrar em nenhum ponto – o que a gente se propôs. Eu acredito muito em foco nesse quadriênio em que a gente está à frente lá da associação, até o final de 2028.

A primeira coisa em que a gente está trabalhando é o GH pelo SUS.

Depois, a gente tem um sonho aqui, que é superfactível – eu fiquei superfeliz em escutar da Renata que, acho, tem algo parecido na cabeça dela já –, que é sobre o diagnóstico precoce. E eu acho que é um sonho possível e não é muito difícil de executar.

Depois, é encontrar as 5 mil pessoas com SPW sem diagnóstico. A gente sabe que – não tem nada de drama no que eu vou dizer – essas pessoas estão morrendo a cada dia, porque não sabem o que enfrentar, pois, na medida em que as pessoas sabem o que enfrentar e têm o conhecimento – e a associação consegue entregar isso –, muitos conseguem mudar muito o curso da história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quarto, que é superimportante, como foi dito aqui, é cuidar de quem cuida. A gente já tem alguns movimentos nesse sentido, mas tem muita coisa ainda para fazer, porque não é intuitivo. Você falar para uma mãe típica que ela tem que olhar primeiro para ela para depois olhar para o filho já é difícil; para uma atípica, quando eu falo, me chamam de maluco; mas é igual no aviso do avião: ou você põe o oxigênio primeiro em você, ou você corre o risco, no caso do avião lá, de os dois falecerem, porque você resolveu se entreter em botar oxigênio no filho, ficou sem oxigênio, desfaleceu, e morreram os dois. Então, é muito importante que a mãe tenha apoio. Ela é o elo mais fraco dessa história.

E o quinto é moradia assistida. A gente ainda não avançou muito nessa frente por falta de braço lá na associação, mas, hoje em dia, eu já tenho repensado o modelo, porque, como é um negócio que vai demandar muito dinheiro e muito estrutura para a frente, eu acho que, na hora em que a gente tirar a fome do Prader, isso vai facilitar muito, porque aí a gente já tem outro nível de complexidade de moradia assistida. E a gente está chegando lá, já tem um remédio vindo aí, tem outras linhas de pesquisas acontecendo. Eu acredito muito... A minha missão de vida com o meu filho é levá-lo bem até o dia da cura. Do jeito que a medicina está indo, computação quântica, internet, e os cientistas e os médicos, tal, eu tenho para mim... Mas isso é só para mim, vocês podem chamar de sonho meu, o.k., mas eu tenho para mim que, em 5, 10, 15, 20 anos, acho que não vai isso... Eu não sei nem explicar, mas vem aí cura gênica, terapia gênica, essas coisas todas, por aí. Então, eu só queria não deixá-la sem resposta sobre esse tema da moradia assistida, que é super-relevante. Não vou aqui contar os relatos que me pedem, que eu tenho, que são nessa linha, como se a gente pudesse dar uma solução.

Gente, como eu fecho? Eu não sei. Faltam-me as palavras. Além de parabenizá-la, eu queria lhe agradecer. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. MARCO AURÉLIO CARDOSO – Eu queria lhe agradecer por este momento, por ter nos convidado (*Palmas.*) e por proporcionar isso aqui, que eu sei que é o pontapé inicial de muito trabalho que a gente tem pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conte com a gente! Conte com a associação! A gente está aqui para a suportar no que você precisar, para a gente colocar esse assunto no lugar que ele merece.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Obrigada a todos da associação.

A SRA. MARIA TERESINHA OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Só uma lembrança: além do preparo da atenção básica, inserção da disciplina sobre doenças raras na graduação de Medicina. Os médicos não têm a menor noção sobre doenças raras. Eu convivo todo dia... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais uma sugestão. Todas as sugestões que foram trazidas serão transformadas em documentos e encaminhadas. Por exemplo, essa é uma indicação para o Ministério da Saúde, a gente vai fazer em forma de indicação, aprovar em Plenário a indicação para o Ministério da Educação... Nós vamos transformar tudo o que foi dito aqui. Nós temos uma assessoria técnica que transforma em relatório e em proposta para os órgãos certos, o.k.?

Mãe, ele bateu tantas palmas. Apresente-o para nós, mãe. Como é o nome dele?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oi, David, você é muito lindo! Bem-vindo aqui, David! Foi uma alegria. Fez a gente bater palmas o tempo todo. Foi o David quem puxou todas as palmas e com muita alegria.

Mãe, você também não apresentou a sua menina. Como é o nome dela?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ágatha? Oi, Ágatha. Você é muito linda, Ágatha! Obrigada por você ter vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, gente, nós damos o primeiro passo no Senado Federal para que o tema esteja na mesa, para que a gente continue discutindo, tirando os pacientes e as famílias da invisibilidade, buscando respostas, dialogando lá na ponta.

Nós estamos ao vivo. Está todo mundo participando. Inclusive, eu só registro aqui mais dois comentários que chegaram da internet.

Renata, do Distrito Federal, fala o seguinte: "A coleta e organização de dados nacionais sobre a síndrome poderiam orientar melhor a formulação de políticas públicas específicas".

E o Alan, do Rio Grande do Sul – vieram perguntas do Brasil inteiro –: "O estado deve dar atenção à sua população, em especial às pessoas acometidas por doenças ou transtornos que dificultam sua trajetória social".

Agradeço a participação *online* de todos que estão nos acompanhando pela TV Senado; às famílias que vieram de longe, de outras cidades; às crianças que a abrilhantaram; os presentes que eu ganhei. Obrigada!

E todos vocês – a associação, o Ministério da Saúde e da Educação – recebam o nosso abraço.

E a gente dá início a uma nova etapa: tiramos da invisibilidade a síndrome. Tem um projeto de lei, uma proposta de projeto de lei, que a Secretaria vai encaminhar para a Consultoria Legislativa para instituir uma política, para ver se é possível a apresentação de uma proposta legislativa.

E, assim, feliz, emocionada, morrendo de saudades do Igor, que partiu, porque uma médica, na hora de auscultar o pulmão, por ele estar obeso, não fez o raio-X do pulmão; ela auscultou e achou que era só mais uma gripe; e, naquele momento, se tivesse feito um raio-X, teria visto que ele estava com uma pneumonia bacteriana, teria dado antibiótico, e o Igor poderia estar aqui do meu lado hoje com vocês... Então, os erros e como subestimam ainda a doença, o diagnóstico, mas juntos... Nós não queremos cobrar ninguém – a Renata está chegando agora –, ninguém está sendo cobrado, mas juntos nós podemos salvar muitas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada a todos que vieram. E, se você quer saber mais sobre a doença, procure lá nas redes sociais a Associação Brasileira da Síndrome de Prader-Willi (SPW). Vamos multiplicar a informação, porque a informação salva vidas. E obrigada a todos por terem participado conosco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Teresa Leitão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 24ª a 27ª Reuniões, da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 670, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6524, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5705, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o apoio psicológico entre as medidas de amparo à mulher em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5906, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que o ressarcimento à vítima deverá ser pago exclusivamente com recursos da meação do cônjuge ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiro agressor em caso de comprovada prática de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3452, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, para prever a atribuição de pontos, na avaliação de títulos em concursos públicos federais, para cursos de combate à violência contra a mulher e prever a inclusão desse tema nos cursos de formação dos referidos concursos." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Alessandro Vieira. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3518, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Sugestão n° 17, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 59, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 411 - 2024." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento para realização de audiência pública em conjunto com CAS. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 60, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas on-line (“bets”) no Brasil." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento para realização de audiência pública em conjunto com CAS. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 61, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a garantia dos direitos humanos no campo, no contexto do desenvolvimento científico, da expansão do agronegócio e dos desafios da sustentabilidade socioambiental, bem como seus impactos sobre as condições devida, de trabalho e de acesso a políticas públicas das populações rurais em âmbito nacional." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1376, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/29

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta, data 29 de abril de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 24ª a 27ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós temos um Relator no plenário, nós vamos fazer uma inversão de pauta e vamos para o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1376, DE 2025

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

- Em reunião realizada em 15/04/2026, a matéria foi retirada de pauta.

A autoria é da Deputada Federal Delegada Katarina.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matérias alusivas à garantia e à promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise por este Colegiado atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, o projeto revela-se de incontestável relevância social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A síndrome de Tourette é uma condição neuropsiquiátrica que, muitas vezes, impõe barreiras significativas à participação plena do indivíduo na sociedade, especialmente devido ao estigma e ao desconhecimento acerca dos tiques motores e vocais. Nesse sentido, a proposição estabelece diretrizes essenciais para que o Estado formule e execute políticas públicas de elevado impacto social e individual, combatendo barreiras materiais e atitudinais que operam para marginalizar pessoas com a síndrome.

Ao prever medidas importantes, como o direito a acompanhante especializado no ensino regular e a adaptação razoável no ambiente de trabalho, o projeto assegura que a sociedade e o poder público se mobilizem para promover a inclusão efetiva.

A síndrome de Tourette, portanto, não é apenas uma condição clínica, mas também um fator que pode limitar a participação social plena. Trata-se de um distúrbio neurodesenvolvimental crônico, caracterizado por tiques motores e vocais que podem afetar significativamente a qualidade de vida dos indivíduos acometidos.

A avaliação e o manejo clínico da síndrome são complexos, em função da heterogeneidade dos sintomas e das comorbidades associadas, que podem incluir transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos de humor e comportamentais.

Ela foi descrita pela primeira vez em 1885 e se manifesta geralmente na infância, entre 4 e 18 anos, e afeta aproximadamente 0,3% das crianças em idade escolar e uma fração ínfima de adultos, sendo mais frequente e grave em homens.

Estudos indicam que cerca de 85% dos pacientes diagnosticados apresentam, além da síndrome de Tourette, outras condições neurológicas concomitantes, como transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos do espectro autista.

Embora indivíduos com formas leves da síndrome possam apresentar impacto funcional mínimo, casos moderados a graves, especialmente quando associados a comorbidades, comprometem o funcionamento social, educacional e ocupacional.

O tratamento pode incluir medicamentos, os quais podem causar efeitos adversos relevantes, como ganho de peso, alterações metabólicas e aumento do risco cardiovascular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estima-se que, mesmo considerada rara, cerca de 150 mil novos casos sejam diagnosticados por ano no Brasil, segundo dados do Hospital Israelita Albert Einstein, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas que promovam o reconhecimento da síndrome de Tourette e a proteção dos direitos das pessoas acometidas.

O projeto de lei propõe a equiparação da síndrome de Tourette à condição de pessoa com deficiência, condicionada essa equiparação à avaliação biopsicossocial, de modo a garantir aos indivíduos acometidos o acesso devido a políticas de proteção, inclusão social e benefícios específicos.

Essa avaliação deverá considerar a gravidade dos sintomas, suas repercussões funcionais e a presença de comorbidades, assegurando a análise individualizada de cada caso.

É preciso salientar que a proposição guarda estrita harmonia com a Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), uma vez que não confere o *status* de deficiência de forma automática, mas o condiciona à avaliação biopsicossocial quando os sintomas comprometem a funcionalidade e a participação social do indivíduo.

Essa abordagem respeita o modelo biopsicossocial de deficiência que é adotado pela legislação brasileira e pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O voto, então, Presidente, colegas, é pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Inclusive, eu tenho muito interesse, Senador – e quero parabenizá-lo pelo voto –, eu tenho muito interesse no assunto. Eu tenho atendido a muitas famílias, e essa questão da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional de proteção e de a gente associar a uma campanha de conscientização... Crianças sofrendo *bullying*, adultos, porque as pessoas ainda não entenderam o que é a síndrome de Tourette. Então, eu tenho muito interesse no tema.

Eu até vou lutar para ser Relatora na próxima Comissão, e os ajustes, as adequações que queriam apresentar para o senhor podem me apresentar, e na próxima Comissão a gente faz os ajustes.

Senador Alessandro, o senhor poderia, por favor, presidir, para eu fazer a leitura de itens? Eu vou fazer a leitura muito rápida de itens, de um eu sou Relatora e dois são requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3452, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, para prever a atribuição de pontos, na avaliação de títulos em concursos públicos federais, para cursos de combate à violência contra a mulher e prever a inclusão desse tema nos cursos de formação dos referidos concursos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise, inclusive de uma forma resumida.

O voto já está publicado, ninguém me procurou para mudar nenhum item ou questionar, e eu vou seguir a seguinte parte do meu voto.

Por reforçar políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, a proposição alinha-se aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade e converge com a competência comum dos entes da Federação para combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecido, nos termos do art. 23, X.

Ademais, no mérito, a proposição apresenta conteúdo relevante para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Ao prever que cursos de combate à violência contra a mulher sejam computados como títulos em concursos públicos federais, o projeto incentiva a formação prévia de candidatos em temática sensível à proteção de direitos humanos e à promoção da igualdade de gênero.

Ademais, considerando que a formação inicial dos servidores públicos constitui etapa estratégica para a internalização de valores e práticas, a inclusão obrigatória de conteúdo específico sobre combate à violência contra a mulher nos cursos de formação também contribui para que servidores de diferentes carreiras estejam aptos a reconhecer, acolher e encaminhar adequadamente situações de violência contra a mulher, independente da área de atuação, o que reforça a dimensão formativa e preventiva das políticas públicas nessa área.

No entanto, Sr. Presidente, eu vi algumas adequações que precisavam ser feitas ao projeto. Eu apresento essas adequações em formato de emendas, que estão devidamente publicadas. Inclusive, uma delas é com relação à alteração do art. 13 da Lei 14.965, de 2024, uma lei recente, que nós entregamos recentemente.

Então, eu sou pela manutenção da alteração proposta do art. 13, que não se justifica sob a ótica da boa técnica legislativa, bastando que a lei modificativa estabeleça, em seu próprio texto, a data de início de vigência das inovações que introduz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deste modo, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.452, de 2025, com as emendas que publico.

Presidente, só para justificar, tem muita gente falando assim: "Mas vocês não se cansam de apresentar projetos de lei para enfrentar violência contra a mulher?". Não. Sabe por quê, Presidente? Os agressores não se cansam.

Deixe-me contar uma coisa bem absurda para todos vocês.

Eu estou acompanhando alguns casos... É muito absurdo o que eu vou falar. Sabe... Eu esqueci a palavra técnica.

Você achou, Dani? Quando as pessoas fazem uma cirurgia e ficam com aquela bolsinha do lado... (*Pausa.*)

Colostomia.

Desculpe. É que a cabeça da gente hoje está uma loucura.

O senhor sabia que eu estou recebendo denúncia, pasme, de maridos e companheiros que estão adiando o momento de a mulher retirar a bolsa porque eles têm mais um orifício para abusar?

Parece inacreditável, mas isso está em jornais.

Tem forma mais cruel de se machucar uma mulher do que adiar as consultas para ela voltar, porque ele vai ter mais um lugar para sentir prazer? Você tem ideia disso?

Então, quando a gente apresenta projetos de lei... Eu sou Relatora e, por ser de uma ala conservadora, mais um projeto... Todas as brechas legislativas que a gente puder fechar para proteger mulheres...

Nós estamos, gente, numa situação de vulnerabilidade. Existe muita crueldade contra as mulheres.

E aí, Senador, não sei qual é a sua religião, mas quando eu estou na igreja, eu falo. E desculpe-me, o Estado é laico. Eu falo: "É espiritual a violência contra a mulher, porque Jesus é apaixonado por mulher".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, machucar mulher também não tem explicação, às vezes, de tanto ódio à mulher. Então, eu tenho conversado com a igreja que a violência contra a mulher nasceu no inferno

Então, nesse projeto de lei aqui, para alguns que questionam, eu fiz as adequações todas que vieram, mas, num curso de formação, especialmente de quem vai lá na ponta lidar com a mulher, no curso de formação... Para a pessoa que já passou no concurso público, ter um curso de formação sobre a violência contra a mulher. É só uma garantia, um pouquinho mais de garantia, para a gente proteger mulher.

E para os agressores de plantão: nós estamos aqui e nós vamos atrás de todos vocês.

Esse é o voto pela aprovação e eu peço o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Parabenizo V. Exa. pela iniciativa, mais uma das várias que V. Exa. tem adotado nesta Casa em benefício das mulheres brasileiras.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as emendas de nºs 1 e 2, CDH.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, em deliberação terminativa.

Passo agora ao projeto... Ao Requerimento nº 59, de 2026, de autoria da Senadora Damares Alves.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 411 - 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

O Projeto de Lei nº 411, de 2024, altera o Estatuto da Pessoa Idosa no que se refere ao funcionamento das instituições de longa permanência para pessoas idosas.

Concedo a palavra à Senadora Damares, autora do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, esse requerimento já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, hoje de manhã. Será uma reunião em conjunto.

É um requerimento para a realização dessa importante audiência, com o objetivo de debater os impactos do Projeto de Lei 411, de 2024, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa.

Só explicando rapidamente, é um debate sobre as ILPIs, as instituições de longa permanência, Presidente. Elas são classificadas como instituições de assistência social, mas já está na hora de o Brasil repensar. Elas precisam ser também de saúde; elas precisam ser híbridas.

Nós temos idosos que estão em aparelhos, em instituições de assistência social, e eles não recebem nenhum recurso da saúde para manter esse idoso em cuidados paliativos. Então, a gente vai fazer um debate de a gente poder ter instituições do Brasil que sejam tanto assistenciais como híbridas.

Às vezes, Presidente, é um idoso que já mora há 11 anos lá. Aí, ele vai para o hospital e fica jogado no hospital. Mas, se ele puder ficar na ILPI, onde ele já conhece as pessoas, e as pessoas já o conhecem, em tratamento médico, num aparelho, por exemplo, para ter um final de vida digna...

Então, esse é o debate desse projeto de lei, e eu quero essa audiência junto com a CAS, para a gente aperfeiçoar o que tem no projeto e já fazer essa entrega para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Será agendado em data oportuna.

Mais um requerimento?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais um requerimento. É o Requerimento 60, que é do Senador Girão e que eu estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. É o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Ele também foi subscrito pela Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, este requerimento também já foi aprovado na CAS, vai ser uma audiência conjunta sobre o efeito das *bets*. A gente vai discutir seu efeito na saúde das crianças, como os mais vulneráveis estão tendo acesso às apostas *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a única coisa que eu quero acrescentar no requerimento aqui é que o Instituto Livre Comércio também pediu para ser um dos debatedores. Então, eu apresento na minha lista aqui, junto com o Senador Girão, pois eu estou subscrevendo, o Instituto Livre Comércio.

Este é o requerimento, Presidente.

Ah, Presidente, como tem bastantes expositores – é uma reunião em conjunto –, nós possivelmente vamos fazer duas audiências, uma num dia e a outra no outro dia. Vamos agendar junto com o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Serão agendadas as duas datas para audiências, parabenizando Eduardo Girão e Damares pela preocupação com o problema das *bets*, sobre o que foi alertado nesta Casa, que foi aprovado contra o nosso voto.

Isso causa prejuízos severos à saúde pública, à vida das famílias e à economia dos brasileiros. Isso tudo está mais do que documentado, e vamos ver se, algum dia, teremos a coragem suficiente de reverter essa enorme falha que o Estado brasileiro praticou.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Devolvo a Presidência para a Senadora Damares. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar que está em plenário a nossa colega eterna Senadora Margareth Buzetti, a terror dos agressores de mulheres, terror dos estupradores, terror dos pedófilos. Ela veio participar deste momento histórico da Casa.

A Casa está tomando grandes decisões para o Brasil.

Eu vou pedir permissão para a gente... Nós temos mais algum item? Não, não é? (*Pausa.*)

Não. Os demais...

Hoje está um dia complicado. Foi até um sucesso a gente aprovar alguns itens. As Comissões estão com dificuldade de quórum. Inclusive, a leitura de expediente eu vou deixar para a semana que vem também. O.k.?

E, nada mais tendo a tratar, para liberar os colegas, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Laércio Oliveira, Roberta Acioly e Hermes Klann, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Magno Malta, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da 28ª Reunião da CDH, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 670, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Eduardo Girão relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6524, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1557, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 16 e 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a utilização da telerreabilitação." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2383, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para garantir o direito a acompanhante ou a atendente pessoal à pessoa com deficiência em atendimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos e exames médicos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1442, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade à mulher vítima de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Em seguida, a relatora apresenta o Requerimento de urgência n° 65-2026, que é aprovado pela Comissão. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5705, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o apoio psicológico entre as medidas de amparo à mulher em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3518, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Sugestão n° 17, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 62, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater graves violações a direitos fundamentais no sistema de justiça e no sistema prisional brasileiro, relacionadas a prisões políticas." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento de realização de Audiência Pública, com inclusão do convidado Ministro Alexandre de Moraes. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 63, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde no Brasil, em decorrência da atuação regulatória da ANVISA." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hermes Klann (PL/SC). Resultado: A Comissão inclui o item extrapauta, com o Senador Hermes Klann subscrevendo o item. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 65, de 2026 que: "Requerimento de urgência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referente ao Projeto de Lei n° 1442, de 2024." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: A Comissão inclui o item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião da CDH.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de entrar na pauta, eu registro a presença dos alunos de Direito da ESPM, que estão aqui hoje. Sejam todos bem-vindos. O Professor coordenador do curso de Direito é Margio – é isso? – Crespo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcelo! Desculpem-me. Marcelo Crespo.

Prof. Marcelo, Dr. Marcelo, sejam bem-vindos o senhor e seus alunos a esta Comissão. Esta é a Comissão que fala diretamente com o curso de Direito.

E, meninos, é a Comissão dirigida pela Senadora mais bonita desta Casa. Sejam bem-vindos a esta Comissão! (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de modo semipresencial.

Já viram que o Senador Flávio Arns fez uma manifestação semipresencial. Temos outros Senadores de forma semipresencial e presencialmente temos o Senador Girão.

Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 670, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CSP e terminativo na CDH.

- Recebeu parecer favorável da Comissão de Segurança Pública.

- Em reunião realizada em 29/04/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

O Relator é o Senador Marcio Bittar, que apresentou relatório pela aprovação do projeto com uma emenda.

O Relator não está presencialmente, mas nós vamos nomear, como Relator *ad hoc* da matéria, o Senador Girão.

Eu concedo a palavra ao Senador Girão para fazer a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, minha querida irmã Senadora Damares Alves.

Eu quero fazer aqui um cumprimento tanto à Senadora Zenaide Maia, do Estado do Rio Grande do Norte, vizinho ao meu Ceará, pela autoria do projeto, assim como também ao meu amigo, irmão, Senador Marcio Bittar, a quem eu mando um abraço.

Realmente, Senadora Damares – a senhora lembrou bem –, o Senador Marcio Bittar estudou nessa escola – ele fez um vídeo – em que aconteceu a tragédia. E fica também os meus sentimentos, porque tenho afinidade com ele e com o seu povo que sofreu esse ataque.

Mas parabéns ao Senador Marcio Bittar, do Estado do Acre, pelo brilhante relatório que eu vou ter a oportunidade aqui de, se a senhora me autorizar, já começar a partir da análise a leitura.

Em razão da decisão terminativa atribuída a esta Comissão, passo à análise da constitucionalidade, da juridicidade, da regimentalidade e da técnica legislativa da matéria.

No que se refere à regimentalidade, a proposição encontra-se regularmente submetida à apreciação da CDH, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar de política pública voltada à proteção de direitos fundamentais e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Sob o aspecto constitucional, o projeto insere-se na competência legislativa da União e atende ao dever estatal de coibir a violência no âmbito das relações familiares, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 226, §8º, da Constituição Federal, não se identificando vícios de inconstitucionalidade formal ou material.

Quanto à juridicidade, a proposição é compatível com o ordenamento jurídico vigente, em especial com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ao instituir mecanismo de caráter preventivo e complementar às medidas protetivas já existentes, sem invadir competências dos entes federativos.

No tocante à técnica legislativa, o texto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresentando estrutura normativa clara e adequada.

Os dados disponíveis dimensionam nitidamente o problema que esta proposição pretende enfrentar. Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado indica que cerca de 3,7 milhões de mulheres brasileiras sofreram violência doméstica ou familiar em 2025, o que evidencia a persistência desse tipo de agressão. Esse quadro revela que, embora as medidas protetivas previstas na Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, sejam fundamentais, elas nem sempre conseguem garantir proteção imediata em situações de risco concreto.

Também são expressivos os indicadores de violência mais grave.

De acordo com levantamentos amplamente divulgados por órgãos oficiais e pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil tem registrado números elevados e recordes recentes de feminicídios. Em 2025, de acordo com esses dados, foi registrada média aproximada de quatro mulheres assassinadas por dia. Esses dados demonstram que há graves falhas na proteção de mulheres, especialmente quando já se sabe do perigo que correm e do risco de desfechos trágicos.

Nesse contexto, é importante uma medida como a proposta pelo Programa Mulher Alerta, que tem o mérito de propor a instituição de um instrumento de resposta rápida, por meio de dispositivo de emergência diretamente conectado às autoridades de segurança pública. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir acionamento imediato, inclusive em situações de coação ou impossibilidade de contato telefônico, o programa complementa as medidas protetivas existentes, amplia sua efetividade prática e pode exercer relevante efeito dissuasório sobre o agressor.

Visando ao aperfeiçoamento do texto, apresentamos emenda que, sem alterar o seu mérito, explicita a possibilidade de priorização do atendimento às mulheres em situação de risco atual ou situação em que se tenha constatado descumprimento de medidas protetivas pelo agressor. Espera-se, desse modo, que o programa possa conferir mais efetividade à proteção da mulher, permitindo assim que as situações de grave risco recebam imediato atendimento.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 670, de 2023, com a seguinte emenda da CDH:

> EMENDA Nº -CDH
> Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 670, de 2023, o seguinte inciso VII:
> "Art. 3º .....
> .....
> VII – a priorização do atendimento às mulheres em situação de risco atual ou cujos agressores descumpram medidas protetivas de urgência, nos termos do regulamento."

Esse é o voto, Sra. Presidente, parabenizando, mais uma vez, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Marcio Bittar pelo brilhante relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

Excelente matéria. Parabéns, Senador Marcio Bittar, pelo relatório e parabéns também à Senadora Zenaide pela autoria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei nº 670, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

Peço à Secretaria que abra o painel e peço às assessorias que liguem para os seus Senadores porque o voto é nominal.

Senador Girão, na sequência da pauta, nós temos três itens que são da Senadora Mara, e ela já está *online*, mas eu sei que o senhor tem um requerimento extrapauta. Vamos fazer o seguinte: eu vou votar, vou pedir a inclusão do seu requerimento extrapauta, o senhor vai ler e, quando a gente acabar de fazer a leitura, a votação desse terminativo, eu coloco imediatamente em votação o seu requerimento, o.k.?

Primeiro, eu coloco em votação a inclusão extrapauta do Requerimento nº 62, de 2026 – são dois requerimentos – e do Requerimento nº 63, de 2026, que requerem a realização de audiências públicas.

Em votação a inclusão de dois requerimentos extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater graves violações a direitos fundamentais no sistema de justiça e no sistema prisional brasileiro, relacionadas a prisões políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Passo a palavra ao Senador Eduardo para fazer a defesa do seu requerimento, mas a gente só vai votar quando acabar a votação nominal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por favor, assessores, peçam aos seus Senadores que votem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O painel não foi liberado ainda, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Secretaria está abrindo o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Liberou? Aqui, no meu, não está; só para registrar presença. Agora abriu.

Deixe-me votar logo porque eu quero ler. Vou só votar aqui, primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está entrando no Plenário o nosso Senador que tomou posse ontem: Senador Hermes de Santa Catarina, que veio substituindo o Senador Seif.

Seja bem-vindo.

O senhor está na melhor Comissão do Senado, viu? Eu vou lhe contar uma coisa que eu acho que nunca lhe falaram: é presidido pela Senadora mais bonita do Brasil.

Seja bem-vindo.

Ontem, eu fiz um protesto a ele, gente. Ele chegou à tribuna ontem – ele é tão apaixonado pelo estado dele – dizendo que é o melhor lugar do mundo para se morar! Eu disse: "Não, o senhor não conhece o Distrito Federal". Aí o Laércio respondia lá do lado: "Ele nunca comeu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caranguejo em Aracaju. Aracaju é o melhor". Aí o Senador Eduardo Braga veio assim: "Não tem açaí na terra dele, não; no Amazonas tem e na terra dele não tem".

Foi muito legal ontem. Foi um momento muito especial a sua posse, com seus colegas Deputados, com o Presidente do seu partido aqui, foi muito bonito.

Seja bem-vindo, Senador.

Daqui a pouco, eu lhe concedo a palavra.

Senador Girão vai fazer a defesa do requerimento dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Eu já votei, mas eu queria aproveitar aqui, antes de ler este requerimento, para saudar o nosso querido Senador Hermes, que está chegando num momento muito importante da história da nação, onde o Senado começou a se levantar, a ouvir o clamor da população pelo resgate da nossa democracia perdida.

A gente estava vendo – eu espero que esse tempo esteja acabando, Senador – o Supremo Tribunal Federal esmagar os demais Poderes da República e com os movimentos que nós tivemos na semana passada, da dosimetria, derrubando um veto vergonhoso, derrubando um veto revanchista do Presidente Lula, com relação aos presos políticos do dia 8 de janeiro, que não resolve absolutamente, porque o que vai resolver é anistia ampla, geral e irrestrita... Aí, sim, nós vamos ter a justiça reparada, mas, pelo menos, ameniza o sofrimento de tanta gente, inclusive do seu estado, do empresário, do senhor, se eu não me engano, do Álvaro – é isso o nome dele? Aquele que mandou um Pix de R$500 e que pegou uma condenação de 15 anos. Foi um negócio assim totalmente estapafúrdio! Um empreendedor, uma pessoa que nunca teve passagem pela polícia nem pela justiça, passar esse tipo de constrangimento... Então, a gente começou a reparar e também com a própria votação do Ministro da AGU, do Messias, que infelizmente fez algumas medidas para censurar os brasileiros e tal, e nós conseguimos derrotar.

Ali o Brasil começou a respirar. Este Congresso começou a respirar. E o Senador Jorge Seif foi muito importante nesse processo – fundamental, eu diria –, e o senhor vem... Ele o elogiou muito para mim. Ontem, na tribuna, eu não pude estar presente – eu lhe peço desculpas –, porque eu estava em uma reunião de bancada federal, de prioridades para o Estado do Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que eu faço parte, tentei que a gente conseguisse terminar antes, mas outros Deputados e Senadores... Infelizmente, a gente não conseguiu terminar, mas eu quero saudá-lo. Quero dizer que o senhor conta comigo. Tenho muitos amigos no seu estado. É um povo que gosta de política, que acompanha a política e conte comigo para a gente defender o Brasil aqui, neste Senado Federal.

Seja muito bem-vindo. Deus o abençoe.

Senadora, por falar em ditadura da toga, este meu requerimento é fruto de uma visita em que eu testemunhei a agonia de um brasileiro de bem, na verdade, um jovem, gênio, idealista chamado Filipe Martins, lá em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, nesse final de semana – a senhora esteve lá uma semana antes, eu estive uma semana depois –, por uma hora, em uma logística tremenda. Eu não sei de onde é que o Ministro Alexandre de Moraes tira que deve ser de uma hora a visita de um Parlamentar a um preso. A gente viu o Filipe Martins sem ver a filha, chamada Aurora; a gente vê que ele não está tendo acesso aos seus advogados em outros processos; que ele está numa cadeia de trânsito, que não tem nada a ver. Segundo o próprio Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, ele não deveria estar ali, porque as condições dele não são para aquela cadeia, que é totalmente faccionada – dividida em facções –, perigosa para a vida desse cidadão, que está sendo torturado de todas as formas. Mas o objetivo ali era que ele fizesse uma delação. Então, até para a solitária, Senador Hermes – até para a solitária –, ele foi, passando 24 horas com a luz ligada na cabeça, sem poder dormir – uma luz ali –, e depois passou dez dias sem luz nenhuma, sem conseguir ver a luz do sol dentro de uma solitária. É torturante a pessoa não poder ter acesso a auxílio religioso. Ou seja, é uma caçada à sua fé também, é um negócio assim tão louco, que é uma agonia realmente o que acontece.

Eu fiz esse relatório aqui – quero pedir o apoio dos colegas –, requerendo, nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater graves violações a direitos fundamentais no sistema de justiça e no sistema prisional brasileiro – é um debate fazer uma audiência pública para debater isso –, relacionados especificamente a essas prisões políticas.

Eu proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Beto Simonetti, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação de Familiares e Vítimas de 8 de Janeiro (Asfav), que tem feito um trabalho fantástico – o Ezequiel, a Carol Siebra e toda a equipe –; o Sr. Thiago Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião; o Sr. Filipe Martins, ex-Assessor Especial para Assuntos Internacionais...

Parece que ele tem uma cautelar, uma impossibilidade de dar entrevista. Que lorota é esta: não dar entrevista, não participar de uma audiência pública do Senado?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fernandinho Beira-Mar deu uma entrevista recente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É. Marcola deu; o Lula deu, quando estava preso; o Bolsonaro deu. Que história é esta de que não pode dar aqui o Filipe Martins? O que é que esse homem sabe, Senadora Damares, que é tão perigoso, que ele não pode dar entrevista? O que é que ele pode revelar? É a tortura dele, que não querem que o Brasil saiba? A agonia que ele vive?

Então, um representante da Associação de Capelães do Brasil; o Sr. Ricardo Scheiffer, que é advogado dele, que, inclusive, eu mando um abraço, me recebeu muito bem lá em Ponta Grossa; a Sra. Bianca Cobucci Rosière, Defensora Pública; um representante da Defensoria Pública da União – eu gostaria, até, de ver minha conterrânea, que foi aprovada, Dra. Tarcijany, lá, que possa vir aqui como Defensora Pública ao Senado nesta sessão; um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e um representante do Ministério da Justiça do Brasil.

E eu gostaria de colocar também, minha Presidente, que não está aqui nesse documento, mas fazer aqui uma sugestão para que o Ministro... Eu faço esse pedido aqui para ser incluído, nesse documento, já faço aqui o pedido, mais um nome para ser incluído, que é o do Ministro Alexandre de Moraes, que ele possa ser convidado a participar aqui nesta audiência pública para explicar essas decisões que não respeitam o processo, o devido processo legal no Brasil.

Nós estamos vendo um carcereiro, nós estamos vendo uma vítima, nós estamos vendo um juiz, nós estamos vendo um promotor; é tudo no Alexandre de Moraes! Ele é que manda no Brasil, que manda em tudo. Não! Nós não concordamos com isso, tem gente que não concorda com isso e vai denunciar isso onde tiver que denunciar! Já denunciamos no exterior, no Brasil, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tiver que denunciar em outros lugares, nós vamos continuar denunciando. O que está errado está errado. O certo é certo, mesmo que ninguém faça. Essa é uma filosofia: o errado é errado, mesmo que todos se enganem sobre ele; e o certo é certo, mesmo que ninguém faça.

A Constituição Federal de 1988, Sra. Presidente, estabeleceu as bases do Estado democrático de direito no Brasil, consagrando, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e erigindo um sólido sistema de garantias individuais destinado a proteger o cidadão contra eventuais excessos do poder estatal. Nesse sentido, o devido o processo legal, o contraditório e a ampla defesa, bem como a presunção de inocência, não representam apenas princípios abstratos, mas, sim, direitos concretos que devem orientar toda e qualquer atuação das instituições públicas, sobretudo no âmbito do direito penal e processual penal.

A prisão preventiva, prevista como medida cautelar de natureza excepcional, deve observar estritamente os requisitos legais e constitucionais, sendo fundamentada em elementos concretos, atuais e individualizados que justifiquem sua necessidade. Trata-se de instrumento que não pode ser banalizado nem utilizado como forma de antecipação de pena ou como mecanismo de constrangimento indevido, sob pena de violação direta às garantias fundamentais que estruturam o ordenamento jurídico brasileiro.

De igual modo, a custódia de pessoas privadas de liberdade deve respeitar os parâmetros estabelecidos pela lei de execução penal, a qual assegura direitos básicos, como a integridade física e moral, o acesso à assistência jurídica, o contato aos familiares, o livre exercício da assistência religiosa. Esses direitos são também reafirmados por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que impõe ao Estado o dever de garantir tratamento digno e humano a todos os indivíduos sob sua guarda.

Nesse contexto, têm sido divulgados relatos e informações que suscitam preocupação quanto ao possível descumprimento desses preceitos em situações concretas, envolvendo questionamentos sobre a duração excessiva de prisões cautelares, a suficiência da fundamentação de decisões judiciais restritivas de liberdade, as condições estruturais de unidades prisionais utilizadas para custódia prolongada, bem como eventuais restrições ao contato familiar, ao exercício pleno do direito de defesa e à assistência religiosa. Tais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstâncias configuram violações relevantes a direitos fundamentais e demandam apuração responsável e transparente por parte das instituições competentes.

Importa ressaltar que a análise dessas questões deve se dar de forma estritamente técnica e institucional, desvinculada de disputas político-partidárias, tendo como único parâmetro a Constituição Federal e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. A proteção dos direitos humanos não pode ser seletiva nem condicionada à identidade ou às convicções do indivíduo, sendo dever do Estado assegurá-la de maneira universal e imparcial.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal possui papel central na promoção desse debate, funcionando como espaço legítimo de escuta, fiscalização e construção de soluções voltadas ao aprimoramento das instituições democráticas. A realização de audiência pública, Sra. Presidente, possibilitará o esclarecimento dos fatos, a identificação de eventuais falhas institucionais e a proposição de medidas que fortaleçam o respeito às garantias fundamentais no país, pelo que requeiro o apoio dos nobres colegas.

Sra. Presidente, inclusive, o Sr. Filipe Martins foi preso por uma viagem que ele não fez. Depois, foi mantido na prisão quando provou que houve uma... está sendo investigada inclusive uma fraude nos Estados Unidos da entrada... Alguém fraudou dizendo que ele deu entrada, quando ele tem as passagens mostrando que estava em Curitiba, saindo de Brasília para Curitiba, disseram que ele estava entrando nos Estados Unidos. E outra coisa, um acesso que ele fez no LinkedIn, no *site* de busca de emprego, que ele não fez, que a própria Microsoft disse que ele não fez, e aí vem a prisão absurda, totalmente irregular desse cidadão brasileiro.

Então, por isso que eu faço o pedido dessa audiência pública para debater esse assunto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Nós vamos abrir o painel. Nós já alcançamos quórum para o Projeto de Lei 670, de 2023.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O projeto foi aprovado com 10 votos.

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto contrário.

Conta o quórum com a Presidente.

Então, parabéns à Senadora Zenaide, autora do projeto, e aos Senadores Marcio Bittar e Senador Girão, Relatores da matéria.

Vamos votar o requerimento extrapauta do Senador Girão, Requerimento 62, de realização de audiência pública, com a presença de ilustres convidados. Ele acrescentou a presença do Ministro Alexandre de Moraes. Convite para o Ministro Alexandre de Moraes.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Girão, só para informar que a Comissão de Direitos Humanos, em fevereiro do ano passado, aprovou um requerimento para visitar todos os presos políticos. E o Ministro Alexandre autorizou apenas a Presidente, com um assessor, ir aos presídios. Ele autorizou, a princípio, os presos que estavam em Brasília, e havia algumas excepcionalidades. Uma dessas excepcionalidades era o Filipe Martins, para quem eu já tinha conseguido autorização, quando eu fiz o pedido individual, como o senhor fez. Então, eu estive também no presídio em Ponta Grossa. Eu gastei um tempo precioso com ele, e o Ministro limitou o nosso tempo – o meu ficou ali em torno de 30 minutos. E eu também estou fazendo o relatório em nome da Comissão.

A sua visita foi uma visita individual. Quero ouvi-lo para pegar impressões também para acrescentar ao nosso relatório. O relatório da Comissão de Direitos Humanos, da visita que fizemos, será encaminhado a todos os Parlamentos do mundo e a todas as Cortes internacionais, apenas para que o mundo saiba o que está acontecendo no Brasil. Então, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agendar o mais rápido possível a audiência pública, porque eu acho que no dia da audiência, se Deus quiser, já vai estar promulgada a lei, sancionada. E, se Deus quiser, o Supremo Tribunal vai fazer a aplicação imediata da Lei da Dosimetria, o.k.?

Nós temos agora três matérias cuja Relatora é a Senadora Mara Gabrilli. Ela está *online*. Eu quero pedir ao Plenário, por favor, silêncio, porque *online* já é difícil, e os senhores sabem a dificuldade que a Senadora Mara tem para fazer uma apresentação *online*. Então, quero agradecer a Senadora por aceitar relatar hoje três matérias. Ela é a nossa grande Vice-Presidente, a que nos orienta, nos conduz nesta Comissão, mas eu quero pedir ao Plenário silêncio durante a leitura do relatório.

Item 2 da pauta... Na verdade, item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1557, DE 2023

- Não terminativo -

Altera os arts. 16 e 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a utilização da telerreabilitação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Daniel Soranz.

Concedo a palavra à Senadora Mara para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, minha Presidente. Eu queria primeiro cumprimentar os Senadores presentes, Senador Girão, Senador Hermes, e cumprimentar nossa querida Presidente.

Eu quero cumprimentá-la também, Presidente, porque você é nossa líder nesse tema de proteção dos povos indígenas. Eu estou muito feliz com essa Subcomissão, especialmente com a sua eleição como Presidente da Subcomissão, porque vai trabalhar pelos direitos do povo ianomâmi e se debruçar sobre eles. Então, parabéns, minha Presidente.

Eu queria cumprimentar os alunos da ESPM, que passaram por aí – não sei se ainda estão. O Prof. Marcelo Crespo, coordenador do curso, e eles visitaram o meu gabinete. É uma das faculdades que eu fiz, a Escola Superior de Propaganda e Marketing. Então, agradeço a presença deles.

Queria também, Presidente, antes de eu começar, só lhe dizer, dizer a todos, que hoje está aí na Comissão o meu assessor Edgar, o Didi. Ele está sentadinho aí. Ele está há 18 anos comigo e agora ele se mudou para Brasília. Então, eu tenho a honra de tê-lo aí sentadinho, nos assistindo, e poder apresentar o Didi para todos vocês, que é sempre o nosso funcionário do ano.

Bom, peço licença para ir direto à análise.

Ah! A Damares foi ao Didi... (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fui dar um abraço no Didi, Mara, porque, se ele vai morar em Brasília, a gente vai usar muito o Didi para nos ajudar aqui na Comissão.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – É isso aí! Obrigada, Damares!

Bom, peço permissão para ir direto à análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência deste Colegiado para analisar matérias pertinentes às pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, avaliamos que a reabilitação à distância, conhecida como telerreabilitação, pode ser uma forma eficiente de capilarizar o alcance de serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, terapias cognitivas e outras intervenções. Isso fica ainda mais evidente quando a gente reflete sobre os benefícios dessa modalidade de atendimento para pessoas com deficiência que tenham dificuldades significativas de locomoção ou residam em locais ermos, com transporte precário, com acesso dificultado a postos de saúde e centros de serviços, já que, muitas vezes, o tempo dispendido em deslocamento costuma ser superior ao de muitos atendimentos. Isso a extensão do nosso país acaba provocando.

Certamente, não se cogita a substituição integral das sessões e consultas presenciais, que seria impossível, mas vemos na proposta uma boa oportunidade para complementar tratamentos e ampliar o acesso a avaliações, à informação, à prática supervisionada de exercícios e ao monitoramento da evolução das pessoas com deficiência em todas as ações de habilitação e reabilitação.

Trata-se de mais um recurso disponível, que pode, inclusive, reduzir desigualdades regionais, e, conforme já preconiza a Lei Brasileira de Inclusão, promover o acesso, disponibilizar o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais, artísticas, que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência, e de sua participação social e igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Então, indo ao voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.557, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Mara!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns, Senadora Mara!

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2383, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para garantir o direito a acompanhante ou a atendente pessoal à pessoa com deficiência em atendimentos, procedimentos e exames médicos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do nosso querido Deputado Duarte Jr.

Antes de conceder a palavra à Mara Gabrilli, Mara, eu registro que está no Plenário o Benedito da Vozinha, que é aquele famoso *youtuber*, de dez anos atrás, que cuidava da vozinha com Alzheimer, e ele está aqui, esse jovem, continua nas redes sociais, militando em defesa das pessoas com deficiência, as pessoas com Alzheimer, e agora é nosso pré-candidato aqui no DF, tá, Mara? Ele veio para acompanhar a leitura do seu parecer do Projeto de Lei 2.383, que é o atendimento à pessoa, direito ao acompanhante à pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra, Mara, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentá-lo também, porque ele virou um ícone, o Benedito da Vozinha. Então, assim, obrigada pela presença.

Peço de novo para a Presidente se eu posso ir direto à análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, à proteção e integração social das pessoas com deficiência e ao acompanhamento de políticas governamentais relativas a esse segmento. Insere-se, pois, em seu âmbito temático o Projeto de Lei nº 2.383, de 2023, que amplia, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a garantia de acompanhamento em atendimentos de saúde.

Quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não se vislumbram óbices, porquanto a proposição se harmoniza com o regime de proteção da pessoa com deficiência.

No mérito, a iniciativa merece acolhida. A ampliação do direito a acompanhante ou atendente pessoal para atendimentos, procedimentos e exames médicos aperfeiçoa a proteção já conferida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, hoje expressamente voltada às hipóteses de internação ou observação. A medida reforça a acessibilidade no cuidado em saúde e contribui para reduzir barreiras práticas de comunicação, informação e apoio durante o atendimento.

Há, ademais, evidências de que pessoas com deficiência enfrentam barreiras relevantes no acesso e no uso dos serviços de saúde, inclusive barreiras de comunicação entre profissionais e paciente. Estudo publicado na *Revista de Saúde Pública* em 2022 apontou que a comunicação falha é uma das principais barreiras relatadas pelos usuários.

O projeto, portanto, mostra-se coerente com a lógica de atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, especialmente em situações em que a presença de acompanhante ou atendente pessoal pode favorecer maior segurança, melhor compreensão das orientações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicas e efetivo exercício da autonomia. Trata-se, assim, de providência que confere maior densidade protetiva ao texto legal, sem comprometer sua coerência interna.

É importante registrar, por fim, que a redação da matéria preserva adequadamente a autonomia da pessoa com deficiência, ao assegurar o direito a acompanhante ou atendente pessoal, sem converter tal acompanhamento em imposição geral e abstrata. A solução adotada revela-se, portanto, equilibrada e compatível com a sistemática da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Portanto, o voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.383, de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Obrigada, Mara.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado ao Projeto de Lei 2.383, do Deputado Duarte Jr. – Mara Gabrilli como Relatora –, que é para conceder à pessoa com deficiência o acompanhante, o atendente pessoal.

Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Mara Gabrilli – parabéns –, mais um passo na defesa da pessoa com deficiência!

Item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1442, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade à mulher vítima de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Altera duas leis esse projeto!

Autoria: Câmara dos Deputados, da ilustre Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Indo direto à análise, nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do projeto por este Colegiado.

No mérito, a proposição possui grande relevância, pois objetiva fortalecer a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, por meio da garantia de prioridade na realização de exames periciais.

Para compreender a urgência da medida, é necessário considerar o atual cenário brasileiro. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2025, o número de feminicídios aumentou mais uma vez em 2024, e 1.492 mulheres foram mortas em razão de serem mulheres. Dessas, 64,3% foram mortas dentro de casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto de violência, os exames periciais desempenham papel central na eficácia do sistema de proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar. É instrumento que pode materializar a violência sofrida, servindo de alicerce adicional à ação penal e elemento probatório relevante para a responsabilização do agressor em determinados crimes de violência. A demora na realização da perícia implica risco concreto de perda irreversível de evidências, comprometendo o êxito da persecução penal e favorecendo a impunidade.

A Lei nº 13.721, de 2 de outubro de 2018, já havia dado passo importante ao acrescentar parágrafo único ao art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer prioridade na realização do exame de corpo de delito em crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher. A proposição avança ainda mais, ao inserir o atendimento pericial prioritário tanto na Lei nº 10.048, de 2000, quanto na Lei Maria da Penha, ampliando o alcance da prioridade aos exames periciais em geral. Essa ampliação é importante, uma vez que a violência doméstica e familiar demanda modalidades de perícia que não se esgotam no exame de corpo de delito.

Ademais, o projeto estabelece parâmetros objetivos de prioridade e organiza a resposta do Estado para os casos em que o serviço pericial regular não está disponível, conferindo maior efetividade à cadeia de proteção já construída pela Lei Maria da Penha, notadamente em seu art. 9º, que, entre outras determinações, confere prioridade à assistência à mulher em situação de violência doméstica no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Segurança Pública.

A proposição da nobre Deputada Laura Carneiro representa um avanço concreto e tecnicamente fundado no sistema de proteção à mulher, estando em consonância com o art. 226, §8º, da Constituição Federal e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Em um país que registra, ano após ano, recordes de feminicídio e de violência de gênero, a iniciativa deve ser acolhida, e com urgência.

Diante do mérito da proposição, apresentamos emendas de redação apenas para promover uniformização terminológica entre os dispositivos do projeto e o ordenamento jurídico vigente.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.442, de 2024, com as emendas que apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com duas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, Senadora Mara, três matérias apreciadas e aprovadas. Obrigada, Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Eu estava pensando aqui... Do jeito que vem sendo a escalada da violência, da agressão contra a mulher – e a gente está vendo que, por mais que a gente trabalhe, por mais que seja um tema em que a gente venha trabalhando diariamente, continua aumentando a violência contra a mulher –, eu acredito que seja de extrema urgência a gente tentar a urgência deste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação o requerimento de urgência da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Mara.

Eu ia sugerir isso, Mara. (*Risos.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Oba! Obrigada, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria já passou pela Câmara, já foi analisada a constitucionalidade lá na Câmara, sendo aprovada por unanimidade, já passou aqui... Eu acho que não tem o que se discutir na CCJ. Então, a gente vai encaminhar direto ao Plenário.

Mara, só uma coisa: a importância dessa perícia. Especialmente no caso de estupro, Mara, ela tem que ser atendida imediatamente para colher material. E a gente sabe que existe estupro, inclusive no âmbito do casamento, a gente sabe disso. Então, a gente precisa realmente dar essa prioridade à mulher vítima de violência.

Parabéns, Mara, pela matéria.

E aí a gente pediu o regime de urgência para encaminhar para o Plenário.

Parabéns, Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Continuando a nossa pauta, eu quero informar que o item 2 da pauta...

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6524, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CTFC.

- Em reunião realizada em 29/04/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

A Relatora Senadora Dorinha não está presente.

Inclusive, está conosco aqui a Cris Nardes. Cadê a Cris Nardes? Eu vi a Cris Nardes aqui no plenário. Cris Nardes é filha do nosso Ministro Nardes, e ela é especialista em governança e fiscalização, e ela queria muito ver essa matéria sendo votada hoje – quero agradecer a presença dela. A gente vai voltar para a pauta na semana que vem, a Senadora Dorinha não está presente.

Nós temos o item 7 da pauta – eu sou a Relatora, o autor é o Senador Confúcio Moura –, que dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalo de jogos *online* destinados ao público infantil.

A gente recebeu colaboração do gabinete do Senador Alessandro, do Instituto Alana, para melhorar o relatório. Como nem o Senador Alessandro está presente nem o autor e eu não consegui falar com o autor e com o Senador Alessandro as adequações que eu estou acolhendo, eu vou retirar de pauta o item 7, para a gente ter um tempo para falar com os dois gabinetes, mas ele volta como nº 1 da pauta, na semana que vem.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3518, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em reunião realizada em 29/04/2026, a matéria foi retirada de pauta.)

A SUG nº 8, o Relator é o Senador Cid Gomes... É o item 8, SUG 17.

O Senador Cid autorizou a gente fazer um voto *ad hoc*, mas eu tenho a alegria de ter aqui, hoje, o proponente da SUG. Deixe-me ver quem é proponente da SUG... o proponente da SUG do fim da cobrança de contribuição previdenciária do aposentado... É uma ideia legislativa, na verdade. Veio da participação via 0800 612211. Os proponentes estão aqui e queriam conversar com o Relator.

Então, o que vou fazer? Não vou nomear ninguém *ad hoc*, porque o voto dele é contrário à SUG. E vocês terão uma semana para convencer o Relator a mudar o voto dele, adequar. Boa sorte aos proponentes.

E aí eu quero dizer para o Brasil: nós valorizamos muito a participação social – muito – na apresentação de ideias e projetos de lei. Então, em respeito ao trabalho que vocês fizeram...

Olha, Girão, eles conseguiram... Olha só, Girão, eles apresentaram a proposta no dia 06/07/2021; no dia 12/07, cinco dias depois, sete dias depois, eles conseguiram 21 mil assinaturas para a proposta. E parou em 21 mil assinaturas, porque o sistema fechou, mas, se estivesse aberto, teria aí milhares e milhares a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos retirar de pauta hoje, para que os senhores conversem com o Relator para ver se ele muda o voto. Se precisar que eu converse com ele, eu converso também. A matéria é o fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado. Olha só, eu sou aposentada. É o fim da cobrança da pensão...

Está bom. Vocês têm aí uma semana para conversar com o Relator. Está bom? Deus abençoe vocês.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 17, DE 2021

- Não terminativo -

"*Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela rejeição e arquivamento.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 15 e 29/04/2026, a apreciação da matéria foi adiada.) (*Palmas.*)

Ei, Cid, você vai ter um grande problema nesta semana.

E aqui a gente vai agora para... O nosso Senador Hermes tem o pedido de um requerimento extrapauta.

É isso, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na verdade, é o Requerimento 63, do Jorge Seif, que está na pauta, e o senhor vai subscrevê-lo. É isso, né?

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir para subscrever o Requerimento 63, do Senador Jorge Seif...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e também fazer um registro de agradecimento para a Senadora Damares, com toda essa recepção. A sua beleza eu tenho certeza de que é...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está vendo? É um homem que não mente. (*Risos.*)

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, de maneira alguma; mentira, não; sempre à direita, sempre tentando fazer o certo, que não vai dar errado, tá? Mas a sua beleza é mais interna do que tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Girão, muito obrigado pela acolhida, de coração. Estarei junto em todas essas pautas, que são as pautas certas. Se nós trabalharmos pelas pautas certas, não tem como dar errado. Muito obrigado.

Com relação ao meu estado... Eu não quero... Peço desculpa, mas eu tenho que falar do meu estado. Ele é tudo de bom no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha só, Girão. Lá vem o bairrista, Girão. (*Risos.*)

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acho – acho, não –, eu tenho certeza de que, se o Brasil copiar Santa Catarina, isso vai virar uma maravilha, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer – estou me sentindo muito à vontade – e quero que contem comigo para todas essas pautas, tá?

Muito obrigado, Senador Girão e Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Hermes.

O Senador Hermes já está indicado como membro nesta Comissão, substituindo o Senador Seif. Inclusive o Senador Seif me solicitou que as relatorias do Senador Seif fossem encaminhadas para o novo Senador. A gente já está vendo isso.

E esse requerimento é a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a situação atual dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde no Brasil, em decorrência da atuação regulatória da Anvisa. E ele indica uma série de convidados.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador Hermes, pelo seu primeiro requerimento aprovado. Parabéns. (*Palmas.*)

E já vamos providenciar a data da audiência.

A Senadora Dorinha está ausente. Nós vamos colocar na pauta na próxima semana.

As matérias deliberativas foram todas vencidas.

Eu vou agora para a questão da leitura do expediente.

Senadores, fiquem à vontade se não puderem ficar até o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente nº 10: comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes 286, 287, 290, 291 e 302, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Expediente 287: a manifestação apresenta denúncia envolvendo pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, com alegações de demora e negativa no cumprimento de decisão judicial referente à verba alimentar, expondo a idosa à situação de risco e subsistência à saúde. Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento à corregedoria do tribunal competente para apuração quanto à observância da prioridade legal assegurada à pessoa idosa.

Expediente 291: a denúncia relata dificuldades administrativas e judiciais enfrentadas por militar para transferência de localidade, com o objetivo de acompanhar filho menor diagnosticado com autismo, havendo impacto direto na continuidade do tratamento. Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento à Ouvidoria das Forças Armadas para manifestação quanto aos fatos e acompanhamento institucional do caso.

Comunico ainda o recebimento das respostas dos ofícios dos Expedientes 284, 285, 288, 289, 292, 293, 296, 298, 299, 301, 303, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Destaco que, no Expediente 288, a Defensoria Pública do Estado encaminhou relatório técnico decorrente de inspeção institucional em unidade prisional no Estado do Mato Grosso, apontando graves violações de direitos humanos, incluindo práticas de tortura e condições degradantes, tendo sido adotadas medidas judiciais relevantes como a conversão de *habeas corpus* em coletivo, com determinação de afastamento de agentes, implementação de providências estruturais e instauração de investigações.

Informo que o expediente foi registrado para acompanhamento institucional em razão da gravidade dos fatos.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes nos Expedientes 294, 295, 297 e 300, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes nos Expedientes 281, 282, 283, que receberam os devidos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente nº 11. Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes 305, 307, 308, 315, 320 e 323, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico, ainda, o recebimento das respostas aos Ofícios 306, 309, 310, 11, 12, 13, 17, 21, 22 e 23, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Destaco que, no Expediente 311, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania encaminha a resposta relativa à denúncia envolvendo supostas irregularidades na condução de atendimento médico e na apuração de casos de violação sexual contra adolescentes no Estado de Minas Gerais, informando o registro da demanda na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e seu encaminhamento aos órgãos competentes, incluindo o Ministério Público e o Conselho Regional de Medicina para análise e adoção das providências cabíveis.

Informo que o expediente foi registrado para acompanhamento institucional.

No Expediente 312, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania encaminha resposta relativa a denúncias envolvendo possíveis violações de direitos humanos de povos e comunidades tradicionais na região da Estação Ecológica da Terra do Meio, no Estado do Pará, informando o registro das manifestações na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e o encaminhamento aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Federal, para adoção das providências cabíveis. Informo que o expediente foi registrado para acompanhamento institucional.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes no Expediente 316, 318 e 319, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes no Expediente 314, que recebeu o devido encaminhamento.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão do Expediente 10 e do Expediente 11, devidamente lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH.

Os demais permanecem na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias.

Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Quero informar que nós estamos indo para o encerramento da nossa reunião e que nós temos um aniversariante na equipe, né, Aline? Teve até festa hoje de manhã, eu soube, fui convidada, não consegui chegar.

Deus a abençoe, Aline, grandemente. Você é uma joia preciosa na nossa equipe. Todos nós, seus colegas, a respeitamos, a amamos, a admiramos. Que você tenha uma vida longa, próspera e feliz. É uma alegria tê-la nesta Comissão. Deus a abençoe. Feliz aniversário!

Antes de encerrar, eu quero informar que nós estamos no Maio Laranja, que é o mês de campanha, mês inteiro, pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Semana passada, todos nós ficamos chocados com o caso daquele estupro coletivo, daquelas duas crianças, tendo como agressores adolescentes e um adulto.

Aí eu preciso fazer um esclarecimento. A idade do agressor de violência sexual no Brasil tem diminuído. Nós estamos nos deparando com muitos episódios de adolescentes estuprando crianças, inclusive no âmbito familiar. A mãe precisa sair, deixa um filho ou uma filha de 13 anos cuidando de um filho ou uma filha de sete anos, e os abusos estão acontecendo.

Nós vamos ter que falar sério sobre isso. É uma era de erotização. Não dá para a gente falar de violência sexual sem a gente falar de erotização precoce no Brasil.

Inclusive, eu estou vendo aqui, lá no cantinho, meu amigo Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas e da Aliança Nacional LGBTI+. Nós somos amigos há uns 20 anos, nos amamos muito. E a gente sempre falou sobre isso, né, Toni? Sempre falamos sobre os abusos sexuais. O quanto Toni luta pelo fim dos abusos sexuais! E a gente sempre esteve junto nessa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero muito bem a você, Toni. Obrigada por estar aqui com a gente.

É o mês Maio Laranja.

Ontem, gente, eu fui surpreendida também com uma notícia muito triste. Uma menina indígena, na cidade de Barra do Garça, estava no hotel com a mãe indígena e um padrasto indígena, e, enquanto a mãe segurava a menina de dez anos, o padrasto a estuprava. A dona do hotel ouviu o barulho, percebeu que tinha alguma coisa errada. Ela foi muito ágil, pegou o celular, filmou, mas filmou rapidamente e imediatamente chamou a polícia. A polícia chegou, eles ainda estavam no quarto.

Um exame de corpo delito foi feito, o ato foi consumado. Uma menininha de dez anos segurada pela mãe para que o padrasto a estuprasse dentro de um hotel! Parece-me que eles estavam sob efeito de álcool também.

Há a nossa preocupação também com as crianças de comunidades tradicionais vítimas de violência sexual, inclusive, em algumas comunidades, como prática cultural.

E a gente vai ter que falar sobre isso também. Cultura que machuca não é cultura. E nós somos signatários de um pacto internacional que questiona práticas culturais nocivas. E estupro coletivo em algumas comunidades existe como prática cultural. E a gente vai falar com toda delicadeza, sem expor os povos, mas enfrentando isso como uma realidade.

Venham com a gente nessa campanha pelo fim da violência sexual contra meninos e meninas no Brasil! Uma a cada quatro meninas no Brasil, segundo pesquisa divulgada, é abusada sexualmente até os 18 anos de idade.

Eu sou uma dessas meninas sobreviventes. Eu não falo porque eu leio, porque eu ouvi ou porque assisti a um filme. É porque eu estive lá no cativeiro, eu estive lá, eu tive um algoz, que mudou a minha vida, mas eu tive a chance de ser restabelecida, tive a chance de ser curada e estou aqui. E fiz do meu luto uma luta, da minha dor uma bandeira.

Quero convidar todo mundo: vamos nos engajar no Maio Laranja! Eu enviei a todos os gabinetes cartazes, material. Eu tenho material eletrônico, nada tem meu nome, nada. Está disponível todo o material para todo mundo que queira usar. Façam contato com o meu gabinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter uma audiência pública na Comissão alusiva ao Maio Laranja. Já tem a data? Nós vamos ter uma audiência pública aqui na Comissão alusiva ao Maio Laranja.

Nós não queremos nenhuma criança machucada no Brasil.

Saindo do abuso, registro também a minha tristeza pelo trágico caso a que nós assistimos esta semana de três crianças que foram mortas, queimadas vivas. A mãe saiu para um baile e deixou as três crianças sozinhas, com uma filha de sete anos cuidando dos três. E aconteceu um acidente, e as três crianças morreram.

Aí eu fui ler a história ontem, fui ver o depoimento do pai, o choro do pai. Uma filha sobreviveu. Eles tinham quatro filhos. Esse pai já havia pedido a guarda dos filhos duas vezes, e lhe foi negada. Já havia uma série de denúncia contra a negligência da mãe.

Todos nós falhamos com essas três crianças. A família falhou, o Estado falhou. É possível que a sociedade tenha falhado. Eu falhei, eu não cheguei antes do fogo. Três crianças morreram de forma cruel! Eu fico imaginando o grito – uma das crianças tinha 11 meses – de dor dessas três crianças.

Gente, deixem-me falar uma coisa: as crianças no Brasil estão sob severos ataques. Há muito sofrimento e sofrimento de todas as formas.

Eu sei que o Estado é laico, mas eu vou falar uma coisa que talvez incomode vocês. Às vezes, eu tenho a impressão de que há um espírito de morte sobre esta nação, atacando as crianças. As crianças estão se matando, estão se suicidando, estão se automutilando, estão com dependência tecnológica, vício tecnológico. Já estão viciadas em jogos eletrônicos. As crianças estão sendo abusadas, estão sendo estupradas, negligenciadas, torturadas, machucadas, passando fome, algumas sem acesso à educação, outras sem acesso à saúde.

O que está acontecendo com a infância no Brasil?

Eu dedico o meu mandato, a minha vida às crianças.

Eu queria convidar vocês: esta é uma Comissão que está priorizando a infância, mas a gente vai ter que se levantar, esquecer as nossas brigas idiotas, tantas brigas que não nos levam a nada, especialmente aqui dentro do Parlamento, e as crianças gritando por socorro no Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venham comigo na campanha Maio Laranja, mas continuem comigo na defesa de todas as crianças do Brasil!

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Marcio Bittar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Fabiano Contarato e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª, 4ª e 5ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 10 e 18 de março e 8 de abril do corrente ano, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2026** que: "Requer autorização para missão oficial internacional de membros da CRE." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/16

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª, 4ª e 5ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 10 e 18 de março e 8 de abril do corrente ano, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimento.

Item único.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 11, DE 2026

- Não terminativo -

Requer autorização para missão oficial internacional de membros da CRE.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Requerimento desta Comissão, de nº 11, de 2026, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada a missão oficial de membros desta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores e Defesa Nacional aos Estados Unidos da América. A autoria é do Senador Jorge Seif, do PL de Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada a missão oficial de membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aos Estados Unidos da América, com visitas às cidades de Orlando e Washington D. C., para acompanhar a situação de cidadãos brasileiros em situação de custódia naquele país, especialmente do cidadão brasileiro Alexandre Ramagem, bem com averiguar a atuação das autoridades brasileiras competentes sobre o tema.

O objetivo da missão, Sr. Presidente, é realizar visita técnica e institucional, a fim de:

1. Verificar a prestação de assistência consular ao cidadão brasileiro custodiado em território norte-americano, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, assegurando o pleno respeito às garantias fundamentais;

2. Acompanhar a observância das disposições do Tratado de Extradição firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, promulgado pelo Decreto nº 55.750, de 1965, especialmente quanto à vedação de extradição por crimes de natureza política ou motivação correlata – é importante destacar;

3. Estabelecer diálogo institucional com autoridades do Poder Legislativo norte americano, bem como com representantes diplomáticos brasileiros e organismos de direitos humanos, com vistas a assegurar que os procedimentos de cooperação jurídica internacional observem o devido processo legal e a ampla defesa;

4. Realizar visitas técnicas a instalações de custódia sob responsabilidade das autoridades americanas, bem como reuniões com o corpo diplomático brasileiro no Consulado-Geral e na Embaixada do Brasil em Washington.

Sr. Presidente, a presente missão oficial insere-se no âmbito das competências desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, conforme Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao acompanhamento do tratamento dispensado aos brasileiros custodiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acompanhamento direto, *in loco*, permitirá não apenas a verificação das condições de custódia e do respeito às garantias fundamentais, mas fortalecerá o diálogo institucional com autoridades estrangeiras, contribuindo para a transparência, a cooperação internacional e a proteção dos direitos de cidadãos brasileiros no exterior.

Reitera-se que a presente missão cumprirá o preceito constitucional de verificar a garantia de direitos fundamentais de cidadãos que excepcionalmente tiveram que solicitar o pedido de asilo de natureza política, além de fortalecer a credibilidade institucional do Parlamento brasileiro.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não resta dúvida, Senador Jorge Seif, de que existe uma situação complicada em relação a brasileiros nos Estados Unidos, de uma maneira geral, e temos o caso particular do ex-Deputado Ramagem, que é um perseguido político, todos nós não temos a mínima dúvida disso, devido aos processos a que foram submetidos o Presidente Bolsonaro e alguns dos seus principais auxiliares, que redundaram em condenações absurdas, com base, vamos dizer assim, em provas circunstanciais e sem a devida densidade. E, quando vemos que aqueles que os condenaram não têm a mínima conduta moral para condenar alguém, a gente fica ainda mais preocupado com os destinos do nosso país.

Então, o requerimento que V. Exa. apresenta para que uma Comissão se desloque até os Estados Unidos eu acho que é importante. Esperamos que renda algum resultado em benefício não só do conjunto dos brasileiros, mas em particular do Ramagem e da família dele.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, que segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Damares Alves, Zenaide Maia, Marcos do Val, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 187, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4972, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, para ampliar a abrangência da subvenção econômica às embarcações brasileiras de pesca." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5594, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas do crime de atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, prever formas qualificadas quando da ocorrência de resultado lesivo e aperfeiçoar a modalidade culposa." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5646, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a interceptação, neutralização e abate de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) por órgãos de segurança pública, bem como para regulamentar o emprego de Contramedidas Anti-Drones (CAD) no território nacional, em situações de ameaça à segurança pública, à vida humana ou à ordem nacional." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4229, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Professor Gerson Luiz Bicego" trecho da rodovia BR-163, no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6412, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Dia do Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, em reconhecimento aos profissionais de manutenção aeronáutica." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 4, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4443/2025, que “dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos”." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 9, de 2026** que: "Requer aditamento ao REQ nº 3/2026 – CI, para inclusão como convidado do senhor Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura – IBI." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 10, de 2026** que: "Requer aditamento ao REQ 3/2026 - CI, para inclusão como convidados dos senhores Jesualdo Conceição da Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP, e Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 11, de 2026** que: "Requer aditamento ao REQ 4/2026 - CI, para substituir o convidado anteriormente indicado, Fernando Azevedo e Silva, pelo atual presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, Pablo Cesário." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 13, de 2026** que: "Requer aditamento ao REQ nº 3/2026 – CI, para inclusão como convidado de um representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 14, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no estado do Paraná, no âmbito da atuação da Copel." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 15, de 2026** que: "Requer aditamento do REQ 4/2026-CI, para incluir entre os convidados a senhora Rafaela Guedes e o senhor Caique Souza." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 16, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 17, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas de promoção da conectividade aérea em regiões isoladas ou socioeconomicamente vulneráveis." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 18, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, informações sobre modelagem de tráfego e da formação das tarifas de pedágio no âmbito da concessão da BR-364/RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 19, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt Neto, informações sobre a Consulta Pública nº 3/2026 da ANP, voltada à definição da BRA, dos planos de investimentos e dos custos operacionais das transportadoras GOM, TSB, TBG, NTS e TAG para o ciclo tarifário 2026–2030." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 22, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos, entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 4/2026, que trata do PL 4443/2025." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos Laércio Oliveira, Wellington Fagundes, Sergio Moro e Jaime Bagattoli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/14

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de abril de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós temos hoje um conjunto de itens, projetos de lei e requerimentos que nós vamos deliberar. Alguns são matérias de caráter terminativo, outros não, mas vamos procurar esgotar a pauta, com exceção daquelas em que os Relatores fizeram algum pedido diverso da pauta publicada.

Meu nobre Senador Jayme Campos, muito bem-vindo. Mato Grosso vai bem?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nosso primo rico.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Aproveitando a ocasião, Sr. Presidente, eu gostaria... Antes de mais nada, V. Exa. ainda vai, com certeza, dar sequência na leitura das atas, mas eu gostaria de fazer um pedido a V. Exa., se possível, é óbvio. Aqui nós temos dois projetos de lei em caráter terminativo, que são o item 5 e o item 6. Eu gostaria de ver se há possibilidade de se antecipar para que eu pudesse fazer a leitura, tendo em vista que eu tenho um compromisso em relação à audiência pública da privatização, ou seja, a renovação da concessão da BR-163, de Sinop a Mirituba. Eu gostaria que V. Exa. me desse essa oportunidade ímpar, para que eu pudesse relatar. Após relatar, eu gostaria de participar da ação de audiência pública que vai ser realizada aqui em Brasília, na Agência Nacional de Transportes Terrestres. Esse é o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. e, não havendo divergência, farei isso sim.

Apenas para atualizar, a BR-163 é a questão da concessão, mas tem a Ferrogrão lá também. Liberaram de vez?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por enquanto, não. Parece-me que o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que tinha uma liminar proibindo qualquer movimentação, liberou agora para que pudesse ser feito o diagnóstico e, após isso aí, poderia, com certeza, entrar em fase de execução o prolongamento, ou seja, de Sinop até Mirituba, em relação à Ferrogrão. Eu espero que, com certeza, o Supremo Tribunal Federal tenha o mínimo de consciência da importância que representa essa rodovia e, sobretudo, a ferrovia, e ao mesmo tempo, paralelamente, atenda a essa demanda nossa, com a saída pelos portos da Calha Norte lá, que é uma necessidade premente para nós baratearmos o custo da nossa produção no Estado de Mato Grosso.

Eu espero que o Supremo, com certeza, manifeste-se de uma vez por todas, dada a decisão e, assim, dando sequência à possibilidade da privatização ou de uma PPP com o próprio Governo Federal...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... lançando essa obra, que será a redenção, sobretudo, do volume da BR-163, que é uma das áreas que mais produz no Brasil, acho que por metro quadrado, em termos de agricultura, seja soja, milho, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, esse imbróglio V. Exa. conhece muito bem. Já vem como demanda por muito tempo, causando prejuízo que, talvez, nem damos nem para mensurar em relação à nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

É uma obra de infraestrutura que já deveria estar feita pelo tempo, pelo decurso do tempo que se passou desde o momento em que foi anunciada, em razão de entraves de ordem ambiental e com argumentos, para mim, absolutamente irrazoáveis, porque o caso da reserva ali, que foi o pano de fundo a justificar essa suspensão...

Na verdade, o projeto, da forma como foi adequado, poderia usar a área de servidão da própria rodovia para fazer o serviço, ou seja, você já tem licença, já houve uma licença, já houve um impacto; não haverá nenhum impacto novo capaz de causar um dano maior, um dano irreparável em que fosse impossível qualquer tipo de mitigação. E, mesmo assim, suspenderam a execução dessa obra, que é tão importante para o Mato Grosso e para o Brasil, porque nós estamos numa outra ponta. O Arco Norte tem uma logística muito difícil. No caso de Rondônia, a única rodovia é a 364, que está hoje estrangulada e num processo de concessão que está encarecendo o custo logístico naquela região, o que é muito ruim. O Governo Federal não foi capaz de apresentar ali um modelo que tivesse equilíbrio, sobretudo para quem opera. E, na sequência, tem também a concessão do trecho da 364 em Mato Grosso, ou seja, vai impactar ainda mais o custo logístico da nossa região.

E uma das alternativas, Senador Laércio, é justamente essa ferrovia que o Senador Jayme Campos menciona e que tem projeto, já tem todo o dimensionamento, e adequações foram feitas para poder reduzir o impacto, especialmente na área da reserva, que, eu acho, é em torno de 50km, pela informação que tenho, não é uma área tão grande. Em razão disso, você tem ali quase mil quilômetros de ferrovia que poderia já estar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Bem adiantada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... feita, operando com um novo modal, mais barato, de menor impacto para o meio ambiente, mas os entraves, a burocracia, o conservadorismo ideológico-ambiental acabam criando essas travas, o que é muito ruim para o Brasil. O Brasil, que é gigante da porteira para dentro na produção, da porteira para fora enfrenta desafios que, se você contar essa história, lá fora, para o mundo desenvolvido, para o mundo consumidor, ele não vai acreditar. Como pode ser tão bom na produção, mas tão ineficiente, tão incapaz, tão incompetente, tão preconceituoso quando o assunto é criar a infraestrutura, adequar os meios para uma logística mais eficiente e mais econômica, com menos custo para quem consome? Porque, ao final, quem vai pagar a conta de tudo isso, da ineficiência e do custo maior, é o consumidor.

Mas, estou fazendo esse registro aqui, Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Certo. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... apenas por V. Exa. ter trazido o caso da 163, que eu acompanho, conheço a região de Mirituba e sei o quanto ela é estratégica para o Brasil. Farei a antecipação na sequência.

Antes o Senador Laércio tem um apelo, como Relator, a fazer, e eu lhe asseguro a palavra neste momento.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, sem nenhuma contestação ao pedido de sua magestade o nosso Senador Jayme Campos... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Esse é o Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... eu só queria, quando o senhor começar a Ordem do Dia aí, do item 1 eu gostaria que o senhor me deixasse fazer a relatoria... Na verdade, eu não vou fazer a relatoria, viu, Majestade? Eu só vou retirá-lo de pauta. Aí eu explico na hora que o senhor fizer a leitura. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. quiser...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Posso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... então, apregoou o item 1, Projeto de Lei do Senado Federal 187, de 2017, não terminativo. Se V. Exa. fará o pedido, eu não vou nem anunciá-lo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, tá. Eu queria pedir a V. Exa., Senador Marcos Rogério, a retirada do item 1.

Com isso, atendo um pedido do Governo, porque eles alegam, apesar do mérito... Achei o projeto muito interessante: é um projeto do Senador Romário, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS.

O projeto é superinteressante, mas o Governo alega a questão de custeio, de onde alocar os custos desse benefício. E eu já tinha recebido a visita dos representantes do Ministério de Minas e Energia, que pediram para fazer um ajuste muito rápido, e eu fiz duas palavras, mas está havendo um conflito. O Governo não se entende, aí o Ministério de Minas e Energia liberou o relatório, pediu os ajustes, que foram feitos. Eu achei que estava tudo arrumado, mas, no Ministério da Fazenda, há ressalvas com referência à alocação dos custos para esse projeto.

Então, já fiz um entendimento com eles e, em três semanas, eu vou pedir a V. Exa. para voltar esse projeto à pauta, mas, atendendo o pedido do Governo, eu solicito a V. Exa. a retirada de pauta desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Acolho o pedido de V. Exa.

Fica retirado de pauta o item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 2017
- Não terminativo -

Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, só, com sua licença: eu voto a favor do pedido de sua magestade o Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa. e, com sua aquiescência, farei o anúncio do item 5, matéria de relatoria do Senador Jayme Campos, até porque são duas matérias terminativas, eu já antecipo os dois relatórios, e a gente já faz o chamamento para votação no sistema nominal enquanto vamos lendo os demais relatórios, que são matérias com votações simbólicas.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 4229, DE 2025
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Professor Gerson Luiz Bicego" trecho da rodovia BR-163, no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação

Eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Marcos Rogério, ilustres colegas Senadores, vejo aqui nosso futuro Governador do Paraná, Dr. Sergio Moro, do Goiás, o Líder aqui, amigo querido Amin, ilustre e eminente Senador Jaime Bagattoli... E acabou de sair aqui agora o nosso amigo Laércio, que eu vou chamar de imperador. Quando ele entrou, ele me chamou de majestade; ele é o nosso imperador.

Mas, Presidente, para ser rápido, aqui os dois projetos são em caráter terminativo, eu posso entrar na fase da análise para ser o mais rápido possível para o bom andamento desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CI a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar “fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”.

E me permita, Sr. Presidente, tendo em vista que esse processo se encontra aqui na Casa já, todo mundo já teve acesso, concluir no sentido seguinte: no que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

Natural de Seara, em Santa Catarina, Gerson Luiz Bicego transferiu-se posteriormente para Mato Grosso, onde fincou raízes e construiu uma trajetória exemplar, marcada pela dedicação à educação e ao serviço público. Licenciado em História, exerceu o magistério em instituições públicas e privadas, contribuindo de maneira significativa para o fortalecimento do ensino de qualidade na região norte mato-grossense.

Sua atuação não se limitou ao campo educacional. Dotado de espírito público e sensível às necessidades da coletividade, ingressou na vida política e exerceu os cargos de Vereador no período de 2013 a 2016 e de Vice-Prefeito nos mandatos de 2017 a 2020 e de 2021 a 2024, sempre no Município de Sorriso. Investido na Presidência do Poder Legislativo de Sorriso em 1º de janeiro de 2025, faleceu em 18 de janeiro, em decorrência de um acidente vascular cerebral. Ao longo de sua vida pública, destacou-se pela conduta ética, pela responsabilidade na gestão e pela permanente defesa dos interesses da população.

Tanto na educação quanto na política, sua liderança foi guiada pelo compromisso com o desenvolvimento humano, pela valorização da educação como instrumento de transformação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social e pelo estímulo à participação cidadã. Seu legado permanece presente na memória da população de Sorriso, cuja história se confunde, em muitos aspectos, com a trajetória desse ilustre homenageado, de maneira que a denominação do referido trecho da BR-163 como "Rodovia Professor Gerson Luiz Bicego" representa justa homenagem a um cidadão que dedicou sua vida à promoção do bem comum e cuja atuação deixou marcas positivas no âmbito municipal e regional. A escolha desse trecho, localizado em uma das mais importantes vias de integração e de escoamento da produção agrícola da região, reveste a homenagem de especial simbolismo, ao associar a memória do homenageado ao desenvolvimento e ao progresso do município.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.229, de 2025.

Esse é o voto. E aqui está o autor do projeto, o Senador Wellington Fagundes, nosso querido e estimado amigo.

Acabamos de relatar aqui, Senador Wellington, o projeto de V. Exa.

Esse é o voto nosso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, V. Exa., nobre Senador Jayme Campos, pelo parecer apresentado e, conforme anunciado anteriormente, faremos a votação em conjunto dos dois itens, porque se trata de itens terminativos, os itens 5 e 6.

Apregoo, portanto, o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 6412, DE 2025
- Terminativo -

Institui o Dia do Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, em reconhecimento aos profissionais de manutenção aeronáutica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação

Eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para que proceda também a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, com a devida vênia e respeito, peço permissão para entrar na fase de análise, tendo em vista que este projeto já se encontra nesta Comissão e que todos nós já tivemos conhecimento.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado emitir parecer sobre proposições referentes, entre outros assuntos, aos transportes de terra, mar e ar, como é o caso da proposição em análise.

Além disso, devido ao caráter exclusivo do exame da matéria, compete também a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e, em especial, no que tange aos elementos de técnica legislativa e regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à constitucionalidade formal do projeto, constata-se que foram respeitados os aspectos relativos à competência legislativa da União, no seu art. 22, inciso XI, da Constituição Federal; às funções do Congresso Nacional, no art. 48, *caput*, da CF, à legitimidade da iniciativa parlamentar, ampla e não exclusiva, no seu art. 61, *caput*; assim como ao instrumento apropriado para a apresentação do conteúdo, ou seja, a lei ordinária.

Além de terem sido atendidos os requisitos constitucionais formais, constata-se o cumprimento dos requisitos constitucionais materiais, haja vista a ausência de vícios de constitucionalidade na proposição. Do mesmo modo, não foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sob o prisma do mérito, a matéria alcança um patamar de excelência ao propor o reconhecimento de uma categoria que constitui elemento precípuo da segurança operacional de voo. Os Mecânicos de Manutenção Aeronáutica (MMA) são os artífices silenciosos que garantem a integridade estrutural e a funcionalidade sistêmica de vetores aéreos complexos. Sua labuta, pautada pelo rigor técnico e pela observância estrita de manuais e regulamentos, é o que permite o tráfego seguro de milhões de almas pelo espaço aéreo brasileiro. São, em essência, os garantidores da missão de voar e combater, assegurando que cada decolagem corresponda a um pouso seguro.

O âmago desta análise reside na exaltação extraordinária e homérica da figura do Suboficial Marcelo dos Santos Dias. O dia 29 de outubro não é uma escolha fortuita; é a data em que o referido militar, investido de sua condição de tripulante e mantenedor, sublimou o conceito de dever para com a Pátria e para com o próximo.

Em 2009, sob a égide de uma emergência crítica após pane do grupo motopropulsor em cenário hostil de selva, a aeronave C-98 Caravan (FAB-2725) realizou um pouso forçado no Rio Ituí. Naquele momento de caos e perigo iminente, o Suboficial Dias, mesmo ferido, não buscou a própria salvaguarda. Com um altruísmo que remonta aos grandes heróis da história militar, posicionou-se na retaguarda da aeronave, operando a saída de emergência para facilitar o abandono.

Seu ato foi muito nobre: logrou êxito em resgatar nove adultos – incluindo sete civis e uma gestante –, preservando, assim, dez vidas, ao considerar o nascituro. Relatos de sobreviventes atestam que o ínclito militar permaneceu no posto de auxílio até que o último passageiro estivesse a salvo, negligenciando seu próprio esgotamento físico diante da força implacável da correnteza. Suas palavras finais, registradas em testemunho emocionante, ainda ecoam como o epitáfio de um guerreiro que cumpriu seu múnus até o último alento.

A aeronave foi localizada a aproximadamente dez milhas náuticas fora de sua rota original entre Cruzeiro do Sul, no Acre, e Tabatinga, no Amazonas, em uma área de selva fechada e mata densa que desafiava a visibilidade das equipes de busca e salvamento. O local do acidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era desprovido de qualquer infraestrutura de apoio, tornando a função do mecânico de voo a única salvaguarda para os passageiros.

O Suboficial Dias, com mais de 25 anos de serviço e 3 mil horas de voo, não foi apenas um técnico de excelência; ele tornou-se o anjo da guarda materializado, cujo sacrifício personifica os valores mais elevados da Força Aérea Brasileira: dever, lealdade e sacrifício. Instituir o Dia do Mecânico de Manutenção Aeronáutica nesta data é, portanto, converter um luto histórico em um monumento perene à competência técnica e à abnegação humana.

A valorização desta classe de profissionais, por meio desta proposição, é um imperativo moral que fortalece a cultura da segurança operacional e educa as futuras gerações de mantenedores sobre a gravidade e a nobreza de seu ofício.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.412, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos, pelo relatório apresentado.

As matérias apresentadas por V. Exa. estão em discussão.

Para discutir, Senador Wellington Fagundes, autor do item 5, que trata de designação de nome da BR-163.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Eu quero agradecer aqui, primeiro, ao excelente relatório do Senador Jayme Campos, principalmente porque ele conhece muito bem a figura do falecido Prof. Gerson Luiz Bicego, que foi Vereador e Vice-Prefeito de Sorriso, que é uma das cidades mais prósperas de Mato Grosso, e uma pessoa extremamente simples, lutador, competente, um grande chefe de família.

E por tudo isso, então, eu agradeço aqui o relatório favorável do Senador Jayme Campos e peço também a todos a aprovação para fazer justiça a uma pessoa que faleceu no trabalho, como Vereador, presidindo ali a Câmara de Vereadores, que teve um AVC e rapidamente perdeu a vida. Essa é a vida, a contingência de todos nós, a luta de todos. Por isso eu quero aqui então também pedir a Deus que continue protegendo a memória e também o legado deixado pelo Prof. Gerson Luiz Bicego.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

As matérias continuam em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação, conjuntamente, os itens 5 e 6. Informo que, como a matéria tramita em regime terminativo, nós teremos que ter a votação nominal.

Então, está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu peço à Secretaria da Comissão que comunique a cada gabinete, além dos que estão presentes aqui, que possam votar pelo sistema remoto, e os que estão presentes na Comissão que possam fazê-lo aqui diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos, pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas aqui de fazer uma indagação: essa votação será em bloco, os dois projetos, o item 5 e o item 6? É em bloco, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Itens 5 e 6 em bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ao votarmos uma vez, votaremos com certeza já nos dois projetos, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente, perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Enquanto os Senadores vão fazendo a votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está aberta a votação.

Enquanto os Senadores vão fazendo a votação, eu queria compartilhar com os membros da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal um ato desta Presidência. Eu queria compartilhar com V. Exas., até porque eu presido, mas não sou dono da Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não sou e nem quero, meu caro Esperidião Amin. (*Risos.*)

Eu fiz até um expediente, que eu vou ler, mas antes eu peço atenção dos Senadores e, de modo particular, peço atenção também das assessorias que compõem o dia a dia desta Comissão.

Esta Comissão talvez seja uma das que mais tem matéria tramitando aqui, é uma das Comissões que mais tem matérias, só que nós temos um problema: tem relatoria que a gente faz a designação e o Relator, às vezes, até solicita a relatoria não com o interesse de apresentar relatório, mas com o interesse de achar alguma gaveta em desuso no gabinete e, portanto, mata a matéria.

Eu não tenho nenhuma objeção quanto a ser contra ou ser a favor, é da compreensão de cada um, é do jogo político. Agora, impedir o regular andamento das matérias, Senador Jayme Campos, não me parece ser o expediente mais correto, não me parece ser adequado. Então nós precisamos adotar um mecanismo – e o Regimento já permite isso –: que, no caso de matérias com designação e relatório não apresentado, a Presidência pode fazer a redesignação dessas relatorias.

Até hoje eu não pratiquei isso, não fiz isso, não usei o Regimento para essa finalidade, mas eu estou convencido de que nós precisamos adotar, porque tem matérias que são matérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, outras matérias que, às vezes, você tem que deliberar, nem que seja para rejeitar, mas você não pode ficar com a matéria aqui travada, por anos, sem que haja um desfecho daquilo que foi uma iniciativa parlamentar. Há casos em que o Parlamentar não está mais com assento nesta Casa, e a matéria acabou não tendo a possibilidade de avançar, porque alguém adotou esse expediente, que é um expediente de travamento da pauta, do andamento das propostas.

Então, eu vou fazer a leitura do expediente da Presidência. Se algum colega Senador quiser fazer algum adendo, alguma ponderação, esteja absolutamente à vontade para a gente poder compor esse ato, que será integralmente cumprido por esta Presidência na sequência.

Como é de conhecimento de V. Exas., a tramitação das matérias distribuídas no âmbito desta Comissão vem sendo objeto de acompanhamento institucional, com especial atenção àquelas proposições que permanecem sob relatoria por período prolongado. Neste contexto, foram encaminhadas comunicações aos respectivos Relatores em outubro de 2024 e, posteriormente, em março de 2025 – portanto, duas comunicações com relação a isso –, solicitando a apresentação dos relatórios pendentes, especialmente das matérias já distribuídas há mais tempo. Nosso objetivo sempre foi prestigiar o trabalho dos Relatores designados e assegurar tempo razoável para a análise das proposições. No entanto, verificamos que ainda há 31 matérias distribuídas há mais de um ano, sem a devida deliberação.

Diante disso, com fundamento nas atribuições regimentais da Presidência e visando garantir a regularidade dos trabalhos, a celeridade processual e o adequado andamento da pauta, informo que será promovida a redistribuição das matérias que se encontram há mais de um ano – há mais de um ano –, com os respectivos Relatores. A medida não possui caráter pessoal, mas estritamente institucional e busca assegurar que a Comissão cumpra sua missão com eficiência e respeito aos prazos razoáveis de tramitação.

Conto com a compreensão e a colaboração de todos para que possamos dar andamento às proposições sob nossa responsabilidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... uma opinião correlata.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu concordo, mas eu me baseio numa velha tradição do melhor boteco de Florianópolis, que se chamava Katcipis, bar e restaurante: publique a lista!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Publicar a lista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por uma semana só.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí V. Exa. quer que eu exponha... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Espere aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí eu vou expor talvez as razões que levaram a esse travamento da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai fortalecer a sua providência. Divulgue a lista! Olha, era a lista de quem não tinha pagado as cervejas. Em um dia, desapareceu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas essa lista certamente é do tempo da velha nota promissória, ou do caderno de anotações, né? Não tinha nem promissória, era só no...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bar do Katcipis era o mais conhecido nas décadas de 70, 60...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Era um livreto mesmo, era...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Publicava aquilo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Menor índice de inadimplência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou o cara mudava de boteco. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, enfim, a sugestão está apresentada. Se algum outro Senador quiser fazer alguma ponderação.

Só para ter, assim... Tem matéria aqui que tem mais de três anos, quatro anos, com relatoria designada, e o relatório não foi apresentado. E a Presidência comunicou aos gabinetes com relação à necessidade da apresentação de relatório, mas não houve resposta de nenhum daqueles que o têm.

Eu vou analisar a ponderação do Senador Esperidião Amin. Obviamente que os possíveis danos da relação de consumo lá de Santa Catarina podem não ser tão mitigáveis como no caso desta Comissão. Então, eu vou fazer essa análise com relação à publicação dessa lista de devedores de relatórios.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, ele se sentiu atendido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem.) – Presidente, só para justificar, eu tenho um projeto que é de autoria de V. Exa. que é sobre importação de placa solar. Eu vou devolvê-lo até para ser encaminhado a outro Relator, mas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não é o caso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Vou me antecipar, vou me antecipar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – ... mas, só recordando que a gente teve uma conversa sobre isso, e o assunto, diante das *nuances* do comércio internacional, das turbulências internacionais, o panorama foi ali mudando. Mas eu vou devolver, até para que ele seja redistribuído.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Até para que não haja dúvidas com relação ao que o nosso futuro Governador do Paraná está dizendo aqui, Sergio Moro: no caso, o relatório dele nem está dentro do escopo que nós anunciamos, porque tem menos de um ano.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E, nesse caso, houve um diálogo com o autor, em absoluta concordância.

Não é o caso, né?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mas é um projeto que, de fato, Presidente, eu tinha uma visão no início; depois, fiquei com dúvidas e tal, mas acho que é melhor encaminhar, seja para colocar de um jeito ou de outro ali para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E eu confesso...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Só queria aproveitar depois – eu sei que os colegas aí têm as ordens e tal –, mas eu tenho requerimento no item 12; se a gente pudesse, depois, examinar, porque eu vou ter que sair daqui a pouquinho, se possível..

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O item 12?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Jaime Bagattoli também me solicitou, já que o item dele é o próximo...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O meu também. O item 7 é o meu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... é o próximo, e, na sequência, eu trago as demais solicitações.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4972, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, para ampliar a abrangência da subvenção econômica às embarcações brasileiras de pesca.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, para a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu queria já ir direto para a análise, porque isso aqui é bem rápido.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre proposições pertinentes a "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes", além de "outros assuntos correlatos". Na oportunidade, como não se trata de análise terminativa, avaliaremos o mérito do PL nº 4.972, de 2024.

Embora a atividade pesqueira seja tema de mérito primário de outras Comissões, a subvenção econômica para combustíveis de embarcações de pesca afeta diretamente a logística e a operacionalidade desses veículos no transporte marítimo, inserindo-se no escopo da infraestrutura e dos serviços associados.

A medida proposta impacta os custos de operação do transporte marítimo, influenciando a eficiência dos portos, a cadeia de suprimentos e a dinâmica dos serviços de apoio à navegação, aspectos que se relacionam com as atribuições da Comissão de Infraestrutura.

No mérito, entendemos que a proposição seja relevante para o desenvolvimento da atividade pesqueira, especialmente na Região Norte. Ao estender a subvenção ao preço da gasolina para embarcações de pesca artesanal, o projeto aborda uma lacuna na política pública atual, permitindo que uma parcela significativa da frota pesqueira dessa região que utiliza tal combustível possa se beneficiar da medida.

A redução dos custos operacionais das embarcações de pesca decorrente da subvenção pode resultar em maior viabilidade econômica da atividade, em aumento da frota em operação e, consequentemente, em maior demanda e otimização da infraestrutura portuária e logística de escoamento do pescado.

Dessa forma, a proposição contribui para aprimorar a atividade pesqueira, bem como os serviços de infraestrutura vinculados a ela, tornando-a mais eficiente e competitiva, com reflexos positivos na economia regional e nacional por intermédio do fortalecimento da cadeia de transporte e abastecimento marítimo.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 4.972, de 2024.

Sr. Presidente, submeto a esta Comissão Serviços de Infraestrutura o relatório favorável ao Projeto de Lei nº 4.972, de 2024.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o Sr. Sérgio Petecão pela autoria deste projeto, que demonstra uma sensibilidade com a realidade de nossos trabalhos no mar e nos rios.

Esta proposta foca no desenvolvimento essencial da atividade pesqueira, com um olhar atento e necessário para a Região Norte do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao propormos a extensão da subvenção econômica ao preço da gasolina para as embarcações de pesca artesanal, estamos atacando diretamente uma lacuna histórica das nossas políticas públicas.

Atualmente, uma parcela significativa da frota pesqueira nortista utiliza a gasolina como combustível principal e, por não estar contemplada na legislação vigente, acaba operando com custos elevados que minam sua competitividade.

Esta medida permite que esses pescadores artesanais finalmente se beneficiem de um suporte que já existe para outros setores, garantindo a viabilidade econômica de uma atividade que é o pilar do sustento de milhares de famílias amazônicas.

A redução dos custos operacionais não apenas fortalece a economia regional, mas também otimiza toda a nossa infraestrutura logística de abastecimento, resultando em um mercado interno mais robusto e em preços mais acessíveis ao consumidor final.

Por fim, o PL torna explícito, no texto legal, que a subvenção é direcionada tanto à pesca industrial quanto à pesca artesanal pela relevância social e pelo impacto positivo direto no desenvolvimento do norte brasileiro.

Parabenizando novamente o autor, o voto é pela aprovação da matéria.

Sr. Presidente, este projeto de lei do Petecão, só para entender rapidamente, este Projeto de Lei nº 4.972 altera a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, que dava isenção só do diesel para a atividade pesqueira tanto artesanal quanto industrial.

E nós sabemos que a maior parte dos nossos pescadores na Região Norte são pequenos produtores, inclusive até formados muitas vezes por cooperativas.

Presidente, essa isenção de impostos só inclui impostos federais. São PIS, Cofins e Cide, que antes eram só no diesel e, agora, passam a ser também na gasolina.

Sem fazer nenhuma crítica, mas nós tivemos aquela discussão na semana passada sobre o seguro-defeso dos pescadores. Nada contra quem é o pescador, que tem que ter o direito realmente do seguro-defeso, mas para isso nós temos que dar dignidade e dar oportunidade para os nossos pequenos pescadores.

E essa isenção da gasolina ajudará muito os pequenos, a pesca tanto artesanal quanto industrial.

Parabenizo aqui, mais uma vez, este projeto de lei do Senador Petecão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli, pela relatoria apresentada.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu vou sobrestar a deliberação desta matéria, que será pelo procedimento simbólico, porque nós ainda estamos em votação dos dois itens que são terminativos e ainda precisamos de dois votos para concluir a votação.

Depois, nós faremos a votação em conjunto dos itens com relatoria apresentada.

O item 3 é relatoria minha e o item 4, também.

Os itens 5 e 6 já foram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 7, o Senador Wilder Moraes havia me pedido preferência. Não havendo discordância dos demais, apregoo o item 7, e, depois, vamos retornar aos dois itens que eu relato.

O item 7 é Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2026.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Os itens 7, 10 e 11 são três requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou trazer os itens 7, 8 e 9, que são do Senador Wilder e, na sequência, eu volto aos dois que eu relato.

Item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 4, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4443/2025, que "dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos".

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Concederia a palavra ao Senador Wilder Moraes neste momento, para fazer a defesa do item, mas eu vou apregoar os três, e V. Exa. já faz o encaminhamento dos três itens.

Item 8.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 9, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ nº 3/2026 – CI, para inclusão como convidado do senhor Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura – IBI.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O item 8 não é do Senador Wilder, mas já fica lido também aqui o item 8, do Senador Esperidião Amin, que eu subscrevo.

Item 10.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 11, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 4/2026 - CI, para substituir o convidado anteriormente indicado, Fernando Azevedo e Silva, pelo atual presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, Pablo Cesário.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

O outro é o item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 15, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento do REQ 4/2026-CI, para incluir entre os convidados a senhora Rafaela Guedes e o senhor Caique Souza.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Asseguro a palavra ao Senador Wilder Morais para encaminhar os três requerimentos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu sou o Relator do Projeto de Lei nº 4.443, de 2025, projeto de autoria do Senador Renan Calheiros, que trata da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

O projeto em questão passou pela Comissão de Assuntos Econômicos e aqui terá apreciação terminativa.

Para aprimorar o debate, nós propusemos a audiência pública para instruir esta matéria de grande relevância. rata-se de um tema estratégico para o país, diretamente ligado ao desenvolvimento econômico, à transição energética e ao posicionamento do Brasil no cenário nacional.

Por essa razão, foram realizados aditamentos ao requerimento inicial, com a inclusão de novos convidados que agregam conhecimento e experiência ao tema.

Registro ainda que, no Requerimento nº 15, foi apresentado um atendimento ao pleito da Deputada Lêda Borges, que atualmente conduz, na Câmara dos Deputados, iniciativa correlata sobre o tema, contando com o apoio de consultores de reconhecida qualificação vinculados à Fundação Getúlio Vargas e à USP.

Adicionalmente, informo que foi protocolado também um novo requerimento que trata desta matéria e que inclui o Diretor da Associação de Minerais Críticos.

Assim, se possível, já solicitamos a apreciação conjunta e a aprovação desse requerimento nesta oportunidade.

Dessa forma, pedimos aos nobres Senadores o apoio para a iniciativa para que possamos concluir a instrução da matéria, aprofundar o debate e contribuir para o aperfeiçoamento da proposta.

Presidente, quanto aos relatórios dos requerimentos, no primeiro relatório vou citar todos os nomes e depois as alterações.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.443/2025, que “dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos” – fecho aspas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); a Sra. Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); o Sr. Francisco Valdir Silveira, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (SGB); o Sr. Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Luis Mauricio Ferraiuoli Azevedo, Presidente da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração; o Sr. Fernando Azevedo e Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Os chamados “minerais críticos” estão por trás de diversas soluções voltadas a cidades mais modernas, energia limpa e acessível... (*Pausa.*)

Ah, tá.

O.k., Presidente. Isso aqui era justificativa. A minha assessoria está dizendo aqui... Esses são os nomes aqui que a gente está propondo.

E um outro item também é que a gente substitua o convidado anterior Fernando Azevedo e Silva pelo atual Presidente da entidade que propomos aqui, que é o Sr. Pablo Cesário, Presidente do Ibram, que seria o segundo requerimento.

E o terceiro requerimento, na sequência, que foi citado também, convida: a Sra. Rafaela Guedes, Economista da UFRJ, Mestra da Fundação Getulio Vargas e Consultora do Cebri; e também o Sr. Caique Souza, Economista da FEA-USP e Consultor do BID/MME.

E também há o requerimento para convidar o Sr. Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos.

É essa, Presidente, a lista dos nossos convidados e eu peço o apoio de todos os colegas Senadores para a aprovação desse requerimento, para que a gente possa ter esta audiência pública para debatermos aí a questão dos minerais críticos e estratégicos para a política nacional e a economia do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Tem um requerimento também de V. Exa., que me parece que é extrapauta, que é o Requerimento nº 22, e só vou apregoá-lo porque está no bojo da mesma audiência.

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 22, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos, entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 4/2026, que trata do PL 4443/2025.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 4, com o objetivo de instruir o PL 4.443, que “dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos” seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos.

Fica, portanto, também incluído.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Faremos então, primeiro, o encerramento da votação dos dois itens que são matérias terminativas.

Eu peço à Secretaria da Mesa que encerre a votação e que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 11 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Portanto, estão aprovados os dois projetos de lei.

Eu vou solicitar ao Presidente Moro para, se puder, fazer a gentileza de assumir a Presidência. Eu tenho duas relatorias para fazer. V. Exa., tem alguma outra Comissão em andamento?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Só tenho o Requerimento 14.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, o item 12?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – É. Se a gente puder fazer primeiro, depois eu assumo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Faço o item 12 e, na sequência, V. Exa...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Assumo daí a Presidência, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no estado do Paraná, no âmbito da atuação da Copel.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR).

A autoria é do Senador Sergio Moro, a quem asseguro a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para encaminhar.) – Presidente, agradeço enormemente a oportunidade.

O Paraná é um estado de que a gente se orgulha, de gente que trabalha e produz, e o setor privado tem ano a ano se destacado no aumento da produção, muito por conta do investimento privado em inovação e tecnologia, mas igualmente do suor da nossa população. Agora o estado está enfrentando problemas sérios de infraestrutura. Esse requerimento que eu apresentei diz respeito especialmente ao problema de fornecimento de energia elétrica estável.

Nós tínhamos uma empresa paranaense pública, a Copel, e ela foi privatizada. Eu sou favorável à privatização, sempre tive uma visão liberal do mercado, mas o fato de ser privatizada não elimina a necessidade de ela prestar um serviço de qualidade ao consumidor paranaense, seja ao cidadão, consumidor final, seja às empresas. Então, pelo requerimento eu peço a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no Estado do Paraná no âmbito da atuação da Copel.

Eu proponho para esta audiência o convite ao Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia. Também faço o convite aqui ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem uma responsabilidade fiscalizatória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos também ouvi-lo sobre as providências que têm sido tomadas e a avaliação da Aneel sobre essas falhas do serviço da Copel – que, aliás, tem um grande quadro de funcionários que a gente respeita muito, muito competentes, mas alguma coisa está errada aí no trabalho que vem sendo feito desde a privatização, por essa falha tão grande aí na prestação de serviços.

Também convido o Secretário Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Senacon, e chamo também algumas lideranças do setor empresarial do Paraná para que eles possam relatar mais diretamente o drama que os produtores têm sofrido. Então, também convido o Sr. Ágide Eduardo Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; o Sr. Edson José de Vasconcelos, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; e o Sr. José Roberto Ricken, Presidente da Ocepar, do Paraná – esses três, mais para relatar os problemas.

A justificação: a presente proposição justifica-se pela necessidade de esclarecimentos e de um debate público sobre os constantes problemas no fornecimento de energia elétrica no Estado do Paraná, especialmente em áreas rurais, que vêm causando prejuízos severos à economia, à produção agropecuária e à qualidade de vida da população paranaense.

Ressalvo que o subscritor é amplamente favorável à privatização, entretanto, desde que a Copel foi privatizada, multiplicaram os relatos de oscilações, quedas e interrupções do fornecimento de energia elétrica em diversas regiões do estado.

É imprescindível destacar que a transferência do controle acionário não afasta — ao contrário, reforça — a obrigação da concessionária de prestar serviço adequado, contínuo, eficiente e de qualidade ao povo paranaense.

Estamos diante de uma situação grave, que exige resposta imediata. Reportagens recentes e relatos de produtores rurais evidenciam a instabilidade no sistema elétrico, com impacto direto sobre a atividade agropecuária paranaense.

Em Tupãssi, um produtor rural registrou prejuízo estimado em R$9 milhões, após queda de energia danificar equipamentos essenciais, ocasionando a perda de 900 mil quilos de tilápias.

Em São Miguel do Iguaçu, uma produtora relatou a morte de aproximadamente 20 mil aves, pelo mesmo motivo.

As oscilações na rede elétrica têm ocasionado prejuízos individuais de grande monta, como danos a equipamentos, perda de insumos, comprometimento de sistemas de irrigação e climatização, bem como prejuízos indiretos que afetam toda a cadeia produtiva.

Várias empresas estão tendo, Presidente, que investir na compra de geradores elétricos para fazer frente a esses desafios da estabilidade de energia. Do outro lado, dados oficiais da Copel, no ano de 2025, registraram lucro de aproximadamente R$2,6 bilhões. Um resultado dessa dimensão aumenta a expectativa da sociedade por um serviço estável, seguro e à altura do que é cobrado dos consumidores.

Recebi também, posteriormente, um requerimento, Presidente, com informações de vários locais, mas destaco aqui o da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa, que tem um grande distrito industrial, relatando aqui, especificamente, a situação havida em 2025: para indústrias conectadas a 34,5kW, tempo de parada de produção, por instabilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica, de 1.283 horas; 138kW, 85 horas; e, 13,8kW, 30 horas. Prejuízos de milhões de reais.

E uma empresa aqui relatou, especificamente, para nós... Tetra Pak, que é uma empresa grande, lá, uma das maiores produtoras de embalagens do país, tem um parque fabril lá em Ponta Grossa... A queda de energia representou como se a empresa tivesse parado 14 dias no ano.

Essas empresas têm procurado a Copel, e não têm encontrado uma resposta adequada – nenhuma resposta, na verdade – a essas questões.

E sobreveio, nesta semana ainda, uma notícia de uma possibilidade de que a Copel esteja pleiteando um aumento na conta de energia elétrica de até 50% para as empresas lá do Paraná. Para o consumidor também, percentuais altíssimos.

Então, faz-se necessário tomar uma providência e realizar nesta Comissão de Infraestrutura uma audiência pública para ouvir o Presidente da Copel sobre o que é que está acontecendo com o serviço da empresa. E aqui não vamos apontar o dedo para ninguém, mas nós precisamos entender as razões da queda de qualidade desse serviço, ao mesmo tempo em que a empresa apresenta esses lucros significativos, e cobrar que a população paranaense seja respeitada.

Mais uma vez: que não se confunda o meu pleito com o requerimento do PT ou da esquerda, porque eu sou favorável às privatizações em geral. Agora, isso não significa que a empresa privatizada pode ser dispensada de prestar um serviço de qualidade paranaense.

Então, tem que ser explicada a instabilidade do fornecimento de energia elétrica, têm que ser explicadas essas pretensões de aumento, com dano, com prejuízo ao consumidor paranaense, e o melhor lugar para fazer isso, Sr. Presidente, é aqui, nesta Comissão de Infraestrutura.

Solicitaria aqui a V. Exa. que pedisse à Secretaria que marcasse essa audiência não na próxima semana, mas na semana vindoura, na semana do dia 30 – me parece, 29 ou 30 –, para que nós pudéssemos realizar, o quanto antes, esta audiência. Se não der nessa semana, daí na primeira semana de maio, porque é um problema urgente, e a direção da Copel precisa prestar contas à população paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa., nobre Senador Sergio Moro, e cumprimento V. Exa. pela iniciativa dessa audiência pública que é importante para o Estado do Paraná e para os demais estados, porque V. Exa., ao discutir uma concessão no Estado do Paraná que tem impactos neste momento negativos à sua população não com relação ao modelo, mas com relação à prestação do serviço, que continua sendo um serviço público essencial...

Eu vou pedir à Secretaria que faça depois as tratativas com o gabinete de V. Exa. para ajustar a data, porque, na próxima semana, a terça-feira, dia 21, é um feriado, nós não vamos ter sessão da Comissão de Infraestrutura na próxima terça-feira. Aí, na outra semana, a gente poderia fazer na terça-feira ou numa data ajustada com a equipe de V. Exa., atendendo esse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós já apregoamos alguns requerimentos. Eu vou apregoar os demais requerimentos, porque a gente faz a votação em globo de todos eles.

Item 8... (*Pausa.*)

Item 9.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 3/2026 - CI, para inclusão como convidados dos senhores Jesualdo Conceição da Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP, e Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Também requerimento subscrito por mim.

O item 10 já foi lido.

Item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ nº 3/2026 – CI, para inclusão como convidado de um representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Eu asseguro a palavra a V. Exa., caso queira fazer o encaminhamento.

Nós faremos a votação em globo, na sequência.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Rapidamente, Presidente. Obrigado.

A gente está trabalhando e construindo essa audiência pública em função do ocorrido cancelamento do Decreto 12.600, que concedia a Hidrovia do Madeira, que tem a ver com o estado de V. Exa., a Hidrovia do Tapajós e a Hidrovia do Tocantins.

De repente, por uma pressão de ONGs usando os indígenas lá no Pará, o Governo cancela o decreto. Isso é muito ruim para o mercado, isso é ruim para todo mundo. Isso é ruim até para o meio ambiente, porque esses rios, com o tempo, vão se enchendo de areia, o que vai prejudicando o leito e principalmente o canal. Então, quando eu dou uma drenada nesse rio, tiro o lixo, tiro o excesso de areia, dou vida ao rio.

Eu quero ouvir, nós queremos ouvir como é que as empresas, o setor, enfim, ligado ao transporte do modal hidroviário está vendo essa situação. A gente precisa ter uma noção disso, porque, quando o decreto foi emitido, caladamente, silenciosamente, a gente não teve oportunidade de debater isso, mas, com o problema que surgiu e o passo atrás dado pelo Governo, é importante que a gente abra isso em um debate bem claro, tranquilo. Por isso, estamos aqui atendendo a CNA, solicitando que ela faça parte também dessa mesa ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma dessas mesas, porque já tem muita gente convidada para fazer esse grande debate em uma audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço V. Exa.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 9, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ nº 3/2026 – CI, para inclusão como convidado do senhor Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura – IBI.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Desse aqui eu já tinha até feito a leitura, requerimento do Senador Esperidião Amin, que foi subscrito por mim também.

Os requerimentos 15, 16 e 17...

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 17, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas de promoção da conectividade aérea em regiões isoladas ou socioeconomicamente vulneráveis.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Requerimento do Senador Chico Rodrigues, que eu também subscrevo para tramitar.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 18, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, informações sobre modelagem de tráfego e da formação das tarifas de pedágio no âmbito da concessão da BR-364/RO.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O requerimento é de minha autoria e o 17 também.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 19, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt Neto, informações sobre a Consulta Pública nº 3/2026 da ANP, voltada à definição da BRA, dos planos de investimentos e dos custos operacionais das transportadoras GOM, TSB, TBG, NTS e TAG para o ciclo tarifário 2026–2030.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também minha autoria.

Para esse requerimento, o primeiro requerimento, que é direcionado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, na verdade, eu até tive reunião com o Presidente da ANTT tratando desse assunto, que está mais relacionado à concessão da BR-364, no Estado de Rondônia.

Os dados apresentados que justificaram a contratação da concessionária apresentaram um volume de uso da rodovia, de veículos e caminhões; e hoje o volume apurado se apresenta muito acima daquilo que foi projetado.

E aí se tem uma realidade que precisa ser encaminhada. Esse fluxo de caixa, esse volume arrecadado nesse período vai ser destinado para ampliar os investimentos, ou será utilizado para abatimento de tarifa? Então, o que nós estamos propondo nesse requerimento aqui, primeiro, é o envio das informações para determinar um encaminhamento que atenda ao interesse público do usuário da BR-364, nesse caso da nova BR-364.

A minha sugestão pessoal e da Bancada de Rondônia é que seja utilizado para abatimento de tarifa, porque a tarifa da concessão de Rondônia é uma das mais caras do Brasil, Senador Zequinha Marinho. E hoje há uma queixa geral, tanto do transportador quanto do usuário comum, de que é um pedágio desproporcional à rodovia que se tem e aos investimentos que foram feitos até agora. Portanto, o requerimento é com esse objetivo. (*Pausa.*)

O Requerimento nº 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 16, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

É um requerimento do Senador Beto Faro, que eu também vou subscrever para tramitar. Faço isso e, às vezes, é necessário esclarecer, porque requerimento tramita com a presença do seu autor. Obrigatoriamente, teria que ser retirado de pauta para um segundo momento, mas se trata matérias que são importantes, por isso estou subscrevendo conjuntamente.

Em votação as matérias anunciadas: o item 2 que nós anunciamos, Relatoria do Senador Jaime Bagattoli, os requerimentos apresentados de 7 a 17, e o extrapauta do Senador Wilder Morais, também conforme anunciado.

Estão em votação os itens apresentados.

Os Srs. e as Sras. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados na sessão de hoje.

Eu solicito ao Senador Moro, se puder assumir, eu vou fazer a relatoria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu agradeço, então, o privilégio de substituir o Senador Marcos Rogério na Presidência da Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apregoo aqui o item 3.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a oportunidade de relatar essa matéria.

Nos termos do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre matérias relacionadas a transportes terrestres, marítimos e aéreos.

A proposição em exame atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. A União está autorizada a legislar sobre direito penal, marítimo e aeronáutico, conforme o art. 22, inciso I, da Constituição Federal, e o Congresso Nacional, conforme o art. 48 da mesma Carta, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, com ulterior sanção presidencial. Não há reserva de iniciativa na disciplina desses assuntos e o Projeto de Lei ora em análise não infringe as cláusulas pétreas constitucionais.

A proposta também satisfaz o requisito de juridicidade por inovar o ordenamento jurídico com abstração e generalidade. A escolha da lei ordinária como espécie normativa é plenamente justificável, visto que a Constituição não exige lei complementar para tratar o tema. O Projeto de Lei está em consonância com a técnica legislativa, ao observar os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que regulamenta a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

A proposição em análise não conflita com nenhuma outra legislação e está em conformidade com as normas regimentais desta Casa, não havendo reparos a fazer quanto à sua técnica legislativa.

No contexto dos serviços de transporte, a aplicação majorada de penas para o crime de atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, previsto no art. 261 do Código Penal Brasileiro, revela-se medida de elevada importância jurídica e estratégica. Trata-se de norma penal que tutela não apenas a integridade física dos passageiros e tripulantes, mas também a estabilidade de todo o sistema logístico nacional, cuja estrutura depende diretamente da regularidade e da segurança desses meios de transporte.

O transporte marítimo fluvial é responsável por parcela significativa do escoamento de *commodities*, combustíveis e insumos industriais, enquanto o transporte aéreo assegura a mobilidade de pessoas, cargas de alto valor agregado, medicamentos e serviços essenciais. Assim, qualquer atentado contra embarcações ou aeronaves não afeta apenas indivíduos diretamente envolvidos, mas pode comprometer cadeias produtivas inteiras, provocar desabastecimento, gerar elevação de custos e impactar o comércio interno e internacional. A majoração da pena nesse cenário funciona como instrumento de proteção do sistema logístico nacional, ao reforçar a gravidade da conduta e ampliar o efeito dissuasório da norma penal.

Além disso, os serviços de transporte integram a chamada estrutura crítica do país. Sua interrupção pode gerar instabilidade econômica, insegurança social e prejuízos à imagem internacional do estado. Ao estabelecer penas mais severas quando o atentado resulta em desastre ou morte, o ordenamento jurídico reconhece o elevado potencial lesivo dessas condutas e reafirma o compromisso estatal com a continuidade e a confiabilidade dos fluxos logísticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a aplicação majorada de penas não se limita à repressão individual do agente infrator; ela desempenha função preventiva e estratégica, fortalecendo a proteção do sistema logístico nacional, garantindo a circulação segura de pessoas e mercadorias e assegurando a estabilidade econômica e social. Trata-se, assim, de mecanismo essencial para preservar não apenas vidas humanas, mas também a própria estrutura funcional do país.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.594, de 2025.

É como voto, cumprimentando, Sr. Presidente, aqui, o autor dessa matéria, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Eu tenho até umas considerações, mas eu vou me reservar ao próximo projeto de V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Vamos agora, então, para o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 5646, DE 2025
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a interceptação, neutralização e abate de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) por órgãos de segurança pública, bem como para regulamentar o emprego de Contramedidas Anti-Drones (CAD) no território nacional, em situações de ameaça à segurança pública, à vida humana ou à ordem nacional.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Segurança Pública, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Passo à leitura diretamente da análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, conforme art. 90, inciso XII, e art. 104, a competência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura inclui opinar sobre matérias pertinentes a transportes, agências reguladoras e outros assuntos correlatos. Nesse contexto, a matéria em pauta é pertinente por tratar de ações práticas a serem adotadas por órgãos públicos que podem afetar diretamente a segurança do espaço aéreo e a segurança de diversos serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais como, por exemplo, a infraestrutura de transporte e energia. Além disso, a complementação infralegal dos dispositivos propostos atrai diretamente a participação de órgãos reguladores dos setores de transporte e telecomunicação.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o objeto admite iniciativa parlamentar e está no rol de competência da União conforme art. 22, inciso I e XXVIII e art. 23, inciso XVI, da Constituição Federal. A proposta não invade o âmbito de organização da administração pública e nem gera despesas ao Poder Executivo.

Contudo, ao estabelecer prazo de 180 dias para regulamentação das contramedidas anti-drone, o projeto incorre em violação ao princípio constitucional da separação dos poderes e da reserva de administração como amplamente consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao mérito, é válida a preocupação em prover segurança jurídica para que as forças de segurança e outras entidades públicas possam atuar no combate ao mau uso de aeronaves e dispositivos baseados em sistemas de voo autônomo ou remotamente pilotados. Obviamente, tanto a facilidade de acesso a esses sistemas por serem cada dia mais baratos e abundantes, quanto a ausência de tripulação a bordo, elevam substancialmente o risco do uso indevido desses dispositivos, de forma a causar riscos pontuais e sistêmicos às pessoas e instalações.

Essa nova ameaça potencial exige adequação nos meios disponíveis para a ação dos entes públicos que precisam estar preparados para atuar na defesa da ordem pública, do patrimônio e da vida em um cenário onde a ação deve ser imediata e, muitas vezes, drástica, no sentido de culminar na destruição da aeronave. Nesse contexto, não há, em muitos casos, tempo para que se percorra uma extensa lista de parâmetros para então definir se o dispositivo pode ou não ser neutralizado. É diante desse desafio que se torna útil assegurar que a ação dos agentes autorizados esteja protegida na forma da lei.

A justificação do projeto apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro aponta de forma precisa que: "[...] a legislação atual não oferece respaldo jurídico adequado para a neutralização de tais ameaças. A atuação imediata, técnica e proporcional das forças públicas ainda encontra barreiras legais que expõem agentes à responsabilização civil, penal e administrativa por ações que, em essência, são atos de legítima defesa do interesse coletivo".

De fato, a inclusão de dispositivo que legitime a ação dos órgãos públicos confere maior segurança jurídica para a atuação dos agentes e colabora com a efetividade do cumprimento de suas funções e, consequentemente, com a melhoria da segurança pública no Brasil. A nova realidade tecnológica em relação ao uso de sistemas autônomos e remotamente pilotados exige uma abordagem mais pragmática dos órgãos públicos, sobretudo das forças de segurança. A efetividade dessa abordagem fica bastante ameaçada diante do receio de responsabilização dos agentes, que lidam com distintas ameaças em distintos contextos. Portanto, buscar a legitimação desse tipo de abordagem constitui uma ação legislativa legítima diante de um problema social que emergiu na última década.

Ratificada, portanto, a relevância e a coerência da ação legislativa, passemos à análise técnica dos dispositivos propostos. É nesse ponto que encontramos algumas oportunidades de melhoria que podem afetar, de forma decisiva, o atingimento dos objetivos da lei. Assim, no intuito de aprimorar uma iniciativa importante para a segurança pública no Brasil, propomos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto substitutivo que mantém todos os elementos centrais da proposta original e aprimora aspectos-chave do texto para a construção de arcabouço jurídico-normativo equilibrado e efetivo.

O texto proposto do art. 13-A tem o objetivo básico de autorizar a destruição de uma aeronave. Esse elemento é o núcleo do dispositivo e deve ser mantido. Porém, vários aspectos podem trazer dificuldades e imprecisões que afetam a sua aplicação.

Primeiramente, o termo "autoridade operacional" parece vago diante das diferentes composições que pode ter uma ação de forças de segurança. Isso pode trazer insegurança jurídica na execução das medidas. Não há prejuízo em se determinar que a autorização seja estabelecida de forma geral para as forças de segurança pública. E a base dos seus limites de execução, que inclui a legitimidade do agente durante a operação, pode ser estabelecida em um procedimento associado, desenhado levando em conta a realidade da instituição que implementa a ação e os meios disponíveis.

Seguindo com a análise da redação original, um ponto elementar do texto é o uso do termo "aeronave remotamente pilotada (ARP)". Esse termo é insuficiente para a cobertura dos cenários nos quais se quer proteger a ação dos agentes de segurança, pois, criteriosamente, excluiria as aeronaves autônomas e incluiria aeronaves tripuladas, ou seja, o termo autoriza o "abate" de uma aeronave remotamente pilotada tripulada, mas não o de uma aeronave autônoma não tripulada. Essa imprecisão tem, portanto, consequências práticas na implementação da medida. Sugere-se, nesse caso, usar o termo "aeronave autônoma ou remotamente pilotada, não tripulada" que é suficientemente preciso para indicar os limites da autorização.

Os §§1º e 3º que seguem o *caput* do art. 13-A também podem ser condensados em elementos que devem ser observados na confecção de um procedimento aprovado no âmbito de cada força, ou seja, trata-se aqui de um equilíbrio entre princípios referentes à razoabilidade e a efetividade da medida. Esses princípios irão se manifestar justamente na forma do procedimento aprovado. A adoção dessa abordagem melhora sobremaneira a qualidade da lei enquanto peça do construto jurídico-normativo de um ambiente regulado.

Ocorre que as melhores práticas internacionais apontam de forma uníssona para o equilíbrio entre legislação e regulação, no qual a lei deve ter caráter autorizativo-diretivo, estabelecendo competências, limites e objetivos, mas sem adentrar os detalhes dos meios e as questões procedimentais que, por seu caráter dinâmico, necessitam da agilidade regulatória e da proximidade com o setor regulado, com a qual conta o regulador ou executor da política pública.

É sob essa filosofia que se baseia a sugestão de previsão de procedimentos próprios aprovados pelo comando de cada força. Esse é um limite típico e adequado ao texto legislativo, que garante a responsabilização – *accountability* – da pessoa em comando sobre as práticas adotadas naquela corporação, sem tentar "adiantar" parâmetros e princípios para serem incorporados aos procedimentos de nível de rua.

Já o §2º, que também segue o *caput* do art. 13-A, traz uma noção de coordenação "eventual" junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) que torna quase infactível a aplicação das medidas proposta. Essa coordenação "quando aplicável" é vaga e se torna uma barreira à implementação efetiva da medida. Seria mais que suficiente estabelecer que os procedimentos aprovados observarão diretrizes do Decea e da Anac, caso existam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, se houver cenários onde a coordenação dinâmica com o Decea é de fato necessária, isso estará estabelecido nessas diretrizes e refletido nos procedimentos aprovados.

Adicionalmente, ocorre no Brasil que as Forças Armadas atuam de forma muito presente em algumas regiões, tanto no exercício da defesa nacional quanto no apoio eventual às forças de segurança. Assim, ainda que não fosse totalmente necessário, é útil estender às Forças Armadas a autorização do *caput*, aumentando a segurança jurídica na eventual atuação dessas entidades.

Passemos agora ao segundo dispositivo proposto no texto original, o art. 13-B, que tem o objetivo básico de autorizar uma “neutralização” da aeronave sem, contudo, prever sua destruição. No caso desse segundo dispositivo, o nível de readequação necessária é mais profundo, o que exige uma reformulação um pouco mais ampla.

A proposta inicial apresenta um escopo de autorização confuso, que torna difícil e imprecisa a aplicação do dispositivo. Como as contramedidas elencadas são de natureza menos drástica em comparação com os itens do art. 13-A, aqui não há prejuízo em se expandir a autorização para qualquer órgão público conforme definição posterior no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ou órgão que a substitua.

O §1º do art. 13-B avança de forma inadequada sobre definições de natureza técnica com caráter altamente tecnológico e dinâmico, que configura matéria típica de regulamentação. Esse nível de especificação no texto da lei vai exatamente contra as melhores práticas legislativas dos países nos quais a estrutura institucional de agências é bem estabelecida. A definição de meios e procedimentos é elemento próprio do texto infralegal e fica prejudicado se ungido da rigidez do texto legal. Por isso, a proposta de melhoria vai no sentido de prever o estabelecimento desses meios, e a eventual proibição de algum meio, em regulamento próprio.

O §2º que segue o art. 13-B estabelece a necessidade de regulamentação, que corrobora a forma da melhoria proposta para o parágrafo anterior, e exige apenas a remoção da imposição de prazo ao Executivo para que tenhamos um texto que observa a jurisprudência constitucional vigente.

Sugere-se também a eliminação do §3º, que tenta estabelecer uma "destipificação" criminal em defesa dos agentes que implementam as medidas autorizadas. Essa ação não só é atípica em termos de prática legislativa, mas redundante. A vigência dos dispositivos autorizativos já garante que o exercício da ação autorizada ocorra sob a proteção da lei. Portanto, desnecessária a hipótese de "destipificação".

Implementadas as modificações propostas, entendemos que a nova lei promoverá a ação coordenada dos Poderes, mantendo todos os elementos essenciais da proposta original que formavam o núcleo protetivo em favor dos agentes de segurança pública. Com isso, o Parlamento cumpre sua missão de prover segurança jurídica a agentes que precisam e devem atuar dentro de regras e procedimentos constantemente desafiados pela transformação tecnológica.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.646, de 2025, na forma da emenda substitutiva apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é o parecer que apresento. E faço aqui uma observação: houve, no último momento, um apelo até da assessoria do Governo no sentido de que nós tirássemos essa matéria de tramitação no dia de hoje, apontando eventual inconstitucionalidade. No ponto, inclusive, que aponta a inconstitucionalidade, houve o enfrentamento e o afastamento daquilo que poderia ser caracterizado como um ponto de inconstitucionalidade.

Mas, além disso, observando a nota apresentada, me parece que os argumentos trazem um pouco de confusão em relação a elementos que são básicos da política de segurança pública. Nós vimos – e aí trazendo do campo do abstrato para o campo da realidade fática –, nós observamos muito recentemente, numa guerra de facções, no Estado do Rio de Janeiro, o emprego de *drones* por crime organizado, sendo utilizados, inclusive, contra as forças de segurança e ameaçando a comunidade local.

Imaginar toda a burocracia no sentido de garantir que esse controle, que essa possibilidade de abate permaneça sob o crivo do Ministério da Defesa ou, em uma situação hipotética, concorrente do Ministério da Justiça e Segurança Pública me parece tornar inefetivo qualquer instrumento de controle de ameaça no campo prático, numa ação que é, infelizmente, neste momento, rotineira Brasil afora.

E se, antes, o problema do crime organizado, de facções como PCC e Comando Vermelho, era algo que se restringia a estados como Rio e São Paulo, hoje não mais. Hoje, falo pelo meu Estado de Rondônia – e diferentemente do Rio de Janeiro e de São Paulo –, você tem ali concentrações de um ou de outro organismo criminoso, de facção criminosa, de grupo terrorista criminoso. Hoje, em estados como o meu estado, você tem o duelo das organizações criminosas: territórios sendo demarcados por uma organização e por outra, e que, vez ou outra, entram em conflito justamente na disputa desses territórios.

E a quem cabe assegurar a proteção da sociedade? Ao policiamento ostensivo da Polícia Militar; ao papel da polícia judiciária, que é a nossa Polícia Civil; ao papel da nossa Polícia Penal, que controla o sistema prisional. E, aqui,digo isso porque compreender a segurança pública é ter esse olhar mais abrangente, porque, enquanto o operador do crime organizado está do lado de fora a aterrorizar, a tirar a paz e o sossego das famílias, o comando para essas ações do lado de fora acaba vindo justamente de dentro do sistema prisional: quem está no fechado manda em quem está em liberdade, aterrorizando, amedrontando, cometendo todo tipo de crime.

Então, eu estou fazendo essa ponderação para dizer do respeito que tenho ao pedido que foi apresentado pela Liderança do Governo e afirmar aqui a hipótese de que a interceptação e o abate de aeronave, mesmo não tripuladas, no espaço aéreo nacional, são atos típicos de defesa aérea e controle do espaço aéreo. Com todo o respeito, eu não tenho essa compreensão; a Consultoria também não tem essa compreensão. Nós estamos tratando de política de segurança pública, e já há, inclusive, uma compreensão que vai em linha diversa desse entendimento.

Então, por isso eu estou superando aqui o pedido que me foi feito, no sentido de retirar de pauta e, caso fosse, com a devida vênia, realmente um ponto até um pouco mais sensível, talvez até tivesse algum Parlamentar da base do Governo que pudesse pedir vista. Nesse caso, eu não teria dificuldade nenhuma em cumprir o prazo regimental de vista para a gente poder aprofundar a discussão. Seria importante, mas retirar de pauta o argumento de que isso é uma competência exclusiva de um Ministério da Defesa ou de um órgão federal, aí me parece desconsiderar aquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está acontecendo no Brasil inteiro. Eu tenho aqui todos os argumentos para poder rebater ponto a ponto; não o farei porque não estou aqui para poder discutir.

Essa matéria, Sr. Presidente, ainda vai à Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, e a gente vai ter a possibilidade, inclusive, de poder aprofundar esse debate, mas eu considerei importante manter a pauta dessa matéria no dia de hoje, considerando aquilo que está acontecendo nos estados brasileiros: acontece no Rio, em São Paulo, acontece no meu Estado de Rondônia, lá no Estado do Ceará, que hoje está vivendo o drama da violência também com facções atuando, e creio que não é diferente no estado de V. Exa. também.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade de relatar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu quero fazer algumas considerações também.

Primeiro, eu elogio a iniciativa do Senador Flávio Bolsonaro de apresentar esse projeto e quero aqui manifestar minha concordância com o seu relatório, Senador Marcos Rogério. Esse é um assunto urgente, na verdade, para a regulação. Podem-se até discutir aspectos específicos desse projeto, mas concordo com V. Exa., não cabe retirá-lo de pauta; cabe, sim – ainda ter uma tramitação legislativa – se for o caso pensarmos em alterações, o que nós não podemos fazer é nos omitir, porque a realidade está posta, a utilização desses mecanismos – e aqui eu destacaria especialmente os *drones* – para prática de atos que, muitas vezes, violam a segurança pública e colocam em risco a vida dos cidadãos e do seu patrimônio. Nós temos visto, inclusive, a utilização desses equipamentos, de uma maneira preferencial, em conflitos armados no exterior, na Ucrânia, agora no Irã, e, assim como eles podem ser utilizados para operações de guerra, também, infelizmente, podem ser utilizados aqui, num contexto menor, mas por criminosos, para que eles utilizem esses mecanismos para intimidar a população, cometer até crimes, ou atacar a polícia, atacar as forças de segurança.

Então, é de todo necessário que tenhamos uma regulação sobre essa matéria, sobre essas medidas que podem ser tomadas, contramedidas antidrones. Penso que isso é essencial que nós debatamos. Quem sabe, no trâmite – agora vai para a Comissão de Segurança Pública, na qual tenho certeza de que vai ter uma tramitação também acelerada –, o Governo ou os órgãos do Governo preocupados, possam eventualmente trazer ao debate essas discussões, porque não dá para a gente ignorar a questão tecnológica, porque a tecnologia está aí, o problema está aí, precisamos ter uma previsão legal para que essa questão seja devidamente endereçada. Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro, então, a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está, então, aprovado.

Faço aqui a observação, inclusive com a minha aprovação, não só tácita, mas expressa, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto nos termos substitutivos.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública.

Minhas congratulações ao Senador Flávio Bolsonaro e a V. Exa., Senador Marcos Rogério.

E devolvo a Presidência a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Muito obrigado ao Presidente Sergio Moro pela contribuição.

Mais uma vez, deixo aqui meu registro de reconhecimento pela iniciativa do Senador Flávio Bolsonaro, que foi o autor dessa matéria. E vejam, o Senador Flávio Bolsonaro é um Senador do Rio de Janeiro, onde esse expediente é majoritariamente utilizado. Então, é uma realidade muito presente no Rio de Janeiro, mas é uma preocupação que se amplia para além dos limites do Rio de Janeiro. É, realmente, uma política de segurança pública que tem interesse nacional.

É um tema, hoje... Em toda pesquisa que você vai fazer, o tema segurança pública aparece entre os primeiros apontados pelo brasileiro. O problema da saúde é grave, coloca muitas pessoas em sofrimento, mas aquilo que tira a paz, a tranquilidade e o sossego das famílias é a segurança pública. Portanto, é um tema da mais alta prioridade e, por isso, o encaminhamento.

Nós esgotamos a pauta no dia de hoje.

Eu submeto a ata da reunião anterior à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Aqueles que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar no dia de hoje, eu agradeço a presença de todos os colegas Parlamentares, às assessorias, aos representantes de relações governamentais, enfim, também à Secretaria da Comissão. Muito obrigado pela presença.

Na próxima semana vai ter o feriado, nós não teremos sessão da Comissão de Infraestrutura. Fica, portanto, para a semana do dia 28 a nossa próxima reunião deliberativa.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Sergio Moro, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Weverton, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 187, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1704, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para política de emergência transitória de preços de combustíveis fósseis." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4881, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 170, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2736, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 20, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis caminhos para a recuperação e sustentabilidade do setor aéreo, bem como a grave crise econômico-financeira enfrentada pelas empresas aéreas brasileiras nos últimos anos, suas causas e consequências." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Lido e Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 21, de 2026** que: "Requer que seja incluído um representante da CNC entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 17/2026-CI." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Resultado:** Lido e Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor Enio Rodrigues, Diretor Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo - Sindicel, entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 4/2026-CI." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Lido e Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 24, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de dar sequência ao debate acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore, iniciado por meio da audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI em 7/04/2026." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Lido e Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2026** que: "Requer realização de Audiência Pública na CI para tratar das Medidas Provisórias nº 1340, 1343 e 1349 de 2026" **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Lido e Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 723, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. Fazem uso da palavra a Senadora Roberta Acioly, e os Senadores Jaime Bagattoli e Chico Rodrigues. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de abril de 2026.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 25, de 2026, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que encaminha a moção de repúdio de autoria do Vereador Madson Henrique ao Projeto de Lei 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico, ainda, o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós temos um conjunto de matérias hoje na Ordem do Dia, e eu fui demandado por boa parte dos Relatores, solicitando o adiamento da deliberação dessas matérias, com exceção de alguns itens, de sorte que eu queria, desde logo, já pedir a exclusão desses itens da Ordem do Dia de hoje.

O item 1 da pauta fica retirado, a pedido do Relator, o Senador Laércio Oliveira falou comigo. Também a Senadora Tereza Cristina me pediu a retirada de pauta do item 2. Do item 3, o Senador Plínio também solicitou a retirada e do item 5 também houve solicitação de retirada pelo Líder Senador Laércio Oliveira.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 1704, DE 2022
- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para política de emergência transitória de preços de combustíveis fósseis.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)
Relatoria: Senadora Tereza Cristina
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4881, DE 2023
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 2736, DE 2021
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação com emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 23/05/2024, foi realizada audiência pública de instrução da matéria.)

O item 4, do Senador Chico Rodrigues, ele pediu para relatar, deve estar a caminho.

Enquanto isso eu vou passar à leitura dos itens dos requerimentos, enquanto o Relator chega para fazer a relatoria, agradecendo a presença sempre de cada um dos senhores e das senhoras, que a cada terça-feira acompanham os trabalhos da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, são todos muito bem-vindos.

Nós temos uma pauta hoje um pouco maior, mas, em razão dos apelos dos Relatores, nós vamos fazer a designação dessa pauta nas próximas sessões. E nas próximas sessões teremos outros itens, porque nós comunicamos todos os gabinetes que têm relatoria na CI sobre a deliberação que nós tivemos na última reunião, com relação a relatorias que estão sobrestadas há muito tempo e de que não há parecer nem pela aprovação e nem pela rejeição. E a inércia impõe a esta Presidência o dever de agir de ofício no sentido de garantir andamento a essas matérias.

Então, antes que a gente fizesse a redesignação total dos Relatores, eu pedi à Comissão que comunicasse cada gabinete e informasse da decisão da Comissão em relação a isso. Todos os gabinetes foram comunicados e alguns Senadores fizeram contato, dizendo que apresentariam relatórios já nas próximas semanas.

Por uma questão de bom senso, havendo o indicativo de relatório a ser apresentado, optei, portanto, por aguardar por pelo menos duas semanas esses relatórios para que a gente pudesse deliberar. Seja para aprovar, seja para rejeitar, mas, pelo menos, tirar a matéria do âmbito da Comissão, porque, uma vez apresentado o projeto de lei, é legítimo àquele Parlamentar que fez a apresentação ver a regular tramitação dessa matéria. Por mais que haja divergência, por mais que haja discordância, é do devido processo legislativo o caminho natural. Por isso, fiz questão de anunciar na semana anterior essa medida, em respeito ao direito de legislar de cada Parlamentar que tem assento nesta Casa e daqueles também que já não têm mais assento, mas que um dia tiveram e, por isso, legitimados para a proposição de matérias legislativas.

Quero cumprimentar, nesta reunião no dia de hoje, está conosco o Deputado Federal Dr. Fernando Máximo. Seja muito bem-vindo à sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Desejo sucesso à sua nova missão lá no Estado de Rondônia, ele que é pré-candidato ao Senado da República desta vez, depois de passar um bom período na Câmara dos Deputados.

Vamos, então, aos requerimentos que estão na Ordem do Dia, que a gente já adianta.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 20, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possíveis caminhos para a recuperação e sustentabilidade do setor aéreo, bem como a grave crise econômico-financeira enfrentada pelas empresas aéreas brasileiras nos últimos anos, suas causas e consequências.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

É um requerimento de minha autoria que, com a concordância dos demais pares, submeterei à votação.

Eu vou fazer a leitura de todos os itens dos requerimentos, e faremos a votação em globo desses itens.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 21, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que seja incluído um representante da CNC entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 17/2026-CI.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Eu subscrevo também o requerimento para tramitação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 23, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Enio Rodrigues, Diretor Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo - Sindicel, entre os convidados da Audiência Pública objeto do REQ 4/2026-CI.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Também subscrevo o requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 24, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de dar sequência ao debate acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore, iniciado por meio da audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI em 7/04/2026.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Também subscrevo o requerimento. Na verdade, este requerimento foi até uma ponderação que eu mesmo fiz, quando da audiência anterior, suscitando a necessidade de aprofundar um pouco mais o debate acerca desse tema de *offshore*, considerando justamente o ambiente que o Brasil vive hoje de estrangulamento nessa matriz energética e uma infraestrutura deficiente para o setor, além de outros aspectos que envolvem o tema. Embora seja um tema importante – nós votamos uma lei tratando desse assunto –, discutir com profundidade esse tema e trazer luz a essa questão é uma necessidade. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 10 é um requerimento do Senador Jaime Bagattoli, que também não está presente. Eu vou subscrevê-lo para tramitar.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 25, DE 2026
- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública na CI para tratar das Medidas Provisórias nº 1340, 1343 e 1349 de 2026

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Fica subscrito também este requerimento.

Eu submeto à apreciação do Colegiado os requerimentos que foram apregoados.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 170, DE 2026
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Em 24/02/2026, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Dr. Hiran (PP/RR).

O relatório é do Senador Chico Rodrigues, a quem asseguro a palavra neste momento para apresentar o seu relatório, que é pela aprovação com emendas.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, senhores presentes, a Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei nº 170, de 2026, do meu colega e amigo Senador Mecias de Jesus, que altera a Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1966, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 170, de 2026, que altera a Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 170, de 2026, é constituído por quatro artigos. São artigos de fácil compreensão, mas é bom que sejam de conhecimento público, e, então, eu faço questão de aqui apresentar os quatro artigos deste projeto no relatório.

O art. 1º acrescenta um art. 15-A à Lei 9.427, de 1996, para determinar que os reajustes tarifários anuais aplicáveis às tarifas de energia elétrica observarão, em todo o território nacional, critérios de linearidade, moderação e previsibilidade, de modo a evitar variações desproporcionais entre concessionárias e regiões do país. Para tanto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é instruída a estabelecer um índice ou metodologia de reajuste anual uniforme, observado, como limite máximo, o índice oficial de inflação ao consumidor. A proposição veda reajustes tarifários superiores a esse índice, a não ser em casos excepcionais, devidamente justificados.

O art. 2º estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2026, os contratos de concessão ou permissão de distribuição de energia elétrica cujos reajustes tarifários anuais tenham superado o limite fixado pelo art. 1º do PL deverão ser imediatamente suspensos, submetidos à revisão regulatória pela Aneel e ajustados, de modo a assegurar a modicidade tarifária e a proteção do consumidor. O autor ressalta que a revisão das tarifas deverá ser realizada sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O art. 3º prevê, para o Estado de Roraima, um regime regulatório compensatório especial pelo prazo mínimo de dez anos, contado da interligação definitiva do estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse regime, a ser regulamentado pela Aneel, terá por objetivo compensar os impactos econômicos e sociais decorrentes de décadas de fornecimento energético precário e oneroso, assegurando tratamento tarifário compatível com os ganhos sistêmicos decorrentes da interligação ao SIN (Sistema Interligado Nacional) e promovendo a efetiva redução das desigualdades regionais no setor elétrico.

O art. 4º constitui a cláusula de vigência, que será na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da proposição, o Senador Mecias de Jesus, argumenta que deseja aperfeiçoar o marco regulatório dos reajustes tarifários de energia elétrica para evitar a recorrência de aumentos expressivos e desproporcionais observados em diversas regiões do país, em especial, com uma gravidade enorme, na Região Norte.

O PL nº 170, de 2026, foi distribuído às Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), em que será apreciado em decisão terminativa.

Até a presente data, foi recebida a Emenda nº 1-T, do Senador Dr. Hiran.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Compete à CI, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes – que é o caso – e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da CI ao tema tratado pelo projeto de lei em análise.

Como a proposição será posteriormente apreciada pela CAE, em decisão terminativa, esta Comissão se limitará a avaliar os impactos da proposta sobre a previsibilidade e a modicidade da tarifa de energia elétrica, em especial no Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 170, de 2026, tem como principal objetivo instruir a Aneel a estabelecer um índice ou metodologia de reajuste anual uniforme para as distribuidoras de energia elétrica, que assegure moderação e previsibilidade dos reajustes e evite variações desproporcionais entre concessionárias e regiões do país.

No mérito, a intenção da proposição é louvável na medida em que busca assegurar a modicidade tarifária e a redução das desigualdades regionais, especialmente no âmbito do setor elétrico. No caso específico do Estado de Roraima, o autor do projeto, o Senador Mecias de Jesus, indica que a Aneel aprovou reajuste tarifário anual com impacto médio de 24,13% para o ano de 2026, o que certamente trouxe enorme preocupação para toda a população roraimense. Além disso, a projeção da Aneel para este ano de 2026 é que os reajustes no fornecimento de energia elétrica sejam, em média, de 8%, contra uma inflação estimada de 3,9%. Em 2025, a energia elétrica residencial subiu em média 12,3%, quase o triplo da inflação que foi de 4,26%.

Além de promover a modicidade tarifária, o PL nº 170, de 2026, também assegura a previsibilidade dos ajustes tarifários, condição fundamental para o desenvolvimento econômico e o bem-estar da nossa população.

Quanto à proposta de se criar um regime regulatório compensatório especial para o Estado de Roraima, destinado a compensar os impactos econômicos e sociais decorrentes de décadas de fornecimento energético precário e oneroso, nada é, porém, mais justo. A medida permitirá que o estado se aproxime do nível de desenvolvimento do restante do país.

Em relação à Emenda nº 1-T, consideramos meritória a sugestão de destinar parcela específica da repactuação do Uso do Bem Público (UBP), prevista na Lei nº 15.235, de 2025, para consumidores de Roraima, com a finalidade de compensar o seu histórico isolamento energético e a dependência termoelétrica local até a interligação ao SIN.

Sr. Presidente, ante o exposto, somos pela aprovação do PL nº 170, de 2026, e da Emenda nº 1-T.

Este relatório, Sr. Presidente, do qual tratamos com extremo cuidado, e gostaríamos que V. Exa. assim acompanhasse, porque também é Senador da Amazônia e precisa, obviamente, da compreensão da importância geoestratégica e política deste tema... É porque não se concebe que um aumento concedido e acatado pela Aneel de aproximadamente 24,13%... Aliás, foi um impacto médio de 24,13% contra uma inflação de 4,26%, o que é o que nós chamamos de absurdo. E, logicamente, as discussões paralelas poderão, de uma certa forma, facilitar – com a compreensão dos nobres Senadores e Senadoras – a relevância deste projeto apresentado pelo então Senador Mecias de Jesus. Ele, como eu, como nós – V. Exa. também, como Senador de Rondônia –, conhece a necessidade de ter um tratamento compensatório, visto que, além de o fornecimento ser um fornecimento muitas vezes estável, ao que era antes, obviamente, antes de interligação do sistema, nós precisamos agora ter a compensação financeira também, para que a população dos nossos estados não seja realmente submetida a tamanha correção. Isso praticamente inviabiliza o pagamento dessas mensalidades, das taxas de energia e leva, inclusive, a uma inadimplência brutal. Portanto, este é o relatório apresentado a V. Exa.

Eu gostaria que os colegas – Senadores e Senadoras – acompanhassem o nosso voto, que é pela aprovação deste PL nº 170, de 2026, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, pelo relatório apresentado.

Uma vez apresentado o relatório, eu submeto à discussão a matéria.

V. Exa. quer acrescentar alguma coisa?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria apenas de cumprimentar a então suplente e hoje Senadora colega, a Senadora Roberta, Senadora que substituiu o nosso querido colega Mecias de Jesus, ela que assumiu há poucos dias e já realmente tem tido uma grande desenvoltura apresentando projetos, defendendo teses nas Comissões e no Plenário desta Casa. Portanto, gostaria de deixar esse registro aqui consignado nos Anais da Comissão.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa., nobre Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão.

Senadora Roberta Acioly, que nos dá a honra da sua presença e que integra também a nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, seja muito bem-vinda. Desejo muito sucesso a V. Exa. Que faça um mandato de muito resultado pelo Estado de Roraima, que, a exemplo do Estado de Rondônia, é um estado que carece de uma atenção muito especial, os estados da Região Norte do Brasil. V. Exa. chega a esta Casa conhecendo aquela terra, conhecendo sua gente e motivada, o que é muito importante. Então, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, tenha aqui toda a liberdade para propor, para discutir, debater e aprimorar os temas que são importantes para a infraestrutura do Brasil. Seja muito bem-vinda.

A matéria está em discussão.

Asseguro, como primeira inscrita, a palavra a V. Exa.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Gostaria também de cumprimentar o Senador Chico Rodrigues pelo relatório favorável, Senador, ao PL nº 170, de 2026, de autoria do meu nobre amigo Senador Mecias de Jesus.

Este projeto trata de uma questão urgente e concreta para o povo de Roraima: o alto custo da energia elétrica. Roraima foi o último estado brasileiro a ser integrado ao Sistema Interligado Nacional, após mais de duas décadas de isolamento energético, apagões recorrentes, fornecimento precário e severas limitações ao desenvolvimento econômico e social do estado. Mesmo após anos de luta institucional da bancada federal junto à Aneel e ao Governo Federal, a população roraimense passou da precariedade energética para uma nova injustiça ao pagar uma conta de energia de forma brusca justamente no momento em que finalmente ingressou no sistema nacional. Somente neste ano, os consumidores de Roraima enfrentaram um reajuste médio de 24,13%, muito acima da inflação, como falou o nobre Senador Chico Rodrigues, e da média nacional projetada para o setor e agora passam também a suportar a incidência das bandeiras tarifárias. Isso é desproporcional, isso é socialmente injusto e isso nós vamos combater, Senador. O Estado de Roraima não pode sobreviver com um aumento desse, injusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 170 corrige essa distorção em três frentes fundamentais. Primeiro, estabelece critérios de moderação e previsibilidade nos reajustes tarifários, evitando aumentos abruptos e descolados da realidade econômica da população. Segundo, cria regime compensatório transitório específico para Roraima, reconhecendo que o estado viveu realidade energética excepcional e merece tratamento regulatório proporcional à sua singularidade histórica. Terceiro, com a emenda do Senador Dr. Hiran, fortalece os mecanismos de compensação financeira destinados aos consumidores roraimenses.

Em resumo, o aumento não pode ser mais do que a inflação. O Estado de Roraima não comporta esse tipo de reajuste.

Segundo, que esse reajuste seja um reajuste gradual, que seja dissolvido nas parcelas da conta de energia do povo roraimense. E vamos lutar também, Senador, pelo benefício que teve o Estado do Amapá, pois não houve esse aumento no Estado do Amapá.

A própria Aneel também já admitiu, em outras situações, mecanismos diferenciados de mitigação tarifária quando presentes circunstâncias extraordinárias, portanto, o que se busca aqui não é privilégio: busca-se justiça tarifária, proporcionalidade regulatória e respeito à realidade histórica de Roraima. Não é razoável que justamente o estado que mais sofreu com a ausência de infraestrutura energética no Brasil seja penalizado com uma das maiores elevações tarifárias do país no momento de sua integração.

Por essas razões, manifesto meu integral apoio à aprovação dessa matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senadora, pela intervenção que faz.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus pela autoria desse projeto, neste momento representado pela Senadora Roberta, que está aqui, que chegou agora a esta Casa, e cumprimentar a relatoria do Senador Chico Rodrigues, mas eu não podia deixar de dizer aqui para vocês o porquê desse pedido de vista coletiva.

Esse pedido de vista é pelo seguinte: no Estado de Rondônia e nos demais estados da Amazônia nós temos as mesmas dificuldades. Sr. Presidente, eu quero dizer, para quem estiver nos acompanhando, que nós temos duas usinas lá, a Usina de Jirau e a Usina de Santo Antônio, e os mesmos problemas que todos os estados da Amazônia sofrem na conta de energia: lá também este ano passou dos 15%. Em relação a Itaipu, para vocês entenderem, as duas usinas, de Jirau e Santo Antônio, geram 50% da capacidade da Itaipu no momento da cheia, e Rondônia se beneficiou praticamente com nada, muito pouco, nessa situação, pelo contrário: nós tínhamos o Rio Madeira, que era navegável, poderia ser navegável até Guajará-Mirim futuramente, até o Rio Mamoré, chegando ao Guaporé, e, devido às duas usinas, perdemos isso, porque não foram feitas, não foram construídas na época as eclusas.

Então, nós precisamos trazer essa discussão o mais rápido possível. Eu entendo a situação de Roraima, eu sei que Roraima tem uma grande preservação de áreas indígenas, de áreas que são de proteção ambiental, mas Rondônia está também na mesma situação, e os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados também, os estados do Amazonas também estão, também têm dificuldade. E digo mais para vocês, temos inclusive uma outra discussão, nós estamos levando agora o pessoal da ANTT lá para nós discutirmos: nós tivemos a privatização da BR-364, todos os custos nossos da Amazônia subiram demais, e o custo de energia elétrica para nós não diminuiu em nada, tendo construção de hidrelétricas lá no Rio Madeira.

Então, eu queria dizer, Presidente, que não há nada contra o projeto, não é que eu seja contra o projeto, mas nós temos que discutir essa situação com os demais estados da Amazônia.

Obrigado, Presidente, e queria que isso nós discutíssemos e que se trouxesse essa pauta o mais breve possível.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Nós assistimos aqui, acompanhamos às manifestações do Senador Jaime Bagattoli, de Rondônia, do seu estado, e entendemos que o Estado de Rondônia dispõe de três hidrelétricas – a de Santo Antônio e a de Jirau, no Rio Madeira, e a Usina de Samuel, no Rio Jamari –, gerando em torno de 9 mil megawatts, 3.150 megawatts em Santo Antônio e 3.750 megawatts em Jirau. Portanto, nós entendemos essa demanda apresentada pelo Senador Jaime Bagattoli.

Obviamente, a iniciativa brilhante do Senador Mecias de Jesus, aqui consignada nesse projeto e por mim relatada, exatamente é fruto do sentimento de indignação da população do nosso estado com absoluta razão, porque os índices de correção foram gigantescos, chegando a quase 25%, com uma inflação de 4% ou um pouco mais. Portanto, esse pedido de vista do Senador Jaime Bagattoli nós entendemos que é pertinente também.

Agora, gostaríamos que V. Exa., como Presidente da CI, solicite que, o mais rápido possível, essa vista possa voltar à discussão de Plenário, para que nós possamos continuar, porque ela será encaminhada, posteriormente, à Comissão terminativa, que é a CAE. Portanto, é isso a que nós queremos que V. Exa. proceda como Presidente da Comissão, e é lógico que o colega Senador Jaime Bagattoli, apresentando aqui as razões compreensíveis, que nós, na verdade, também acatamos, possa devolver esse projeto o mais rápido possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, bem colocada também essa situação do Senador Chico Rodrigues, quero que vocês entendam que a Usina de Jirau e a Usina de Santo Antônio – o Senador Marcos Rogério entende e sabe disso também – são interligadas em linha contínua, ou seja, elas saem de Rondônia, a energia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerada lá no Estado de Rondônia, vai direto a Araraquara, São Paulo, onde são feitas as distribuições para todo o Brasil, onde nós temos a interligação de todos os estados brasileiros.

Então, eu quero dizer para vocês que é por isso que a gente precisa discutir e debater essa situação, mas nada contra. Quero que entendam que não sou contra. Eu sei as dificuldades que nós temos em todos os estados do Norte e também no Estado de Roraima, que a gente sabe que é o estado que tem o maior índice de preservação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço aos demais Senadores também.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas para encaminhar, o pedido de vista é regimental e vai cumprir as formalidades.

Particularmente, eu entendo que nós, enquanto Senado da República, enquanto Parlamento Federal, legislamos para o Brasil. Eu até entendo a necessidade e a possibilidade de você fazer legislação específica, quando se trata de uma situação estritamente localizada, mas não é o caso, a energia hoje faz parte do Sistema Interligado Nacional. Por mais que o Estado de Roraima, até bem pouco tempo atrás, tivesse uma situação de isolamento e Rondônia ainda tenha áreas isoladas, embora já esteja no Sistema Interligado Nacional, inclusive com o escoamento da nossa energia, o que é... O Brasil tem um modelo, que é o modelo brasileiro à brasileira, em que você tem um sistema de corrente contínua em que a energia sai de lá, vai para Araraquara, São Paulo, para, a partir dali do sistema, ser distribuída para o Brasil, não é?

E o estado é um estado extremamente forte na produção de energia, com usinas estruturantes importantes já em funcionamento e outras em processo de discussão e já quase na etapa de licenciamento e construção, como é o caso da Usina de Tabajara, que é a usina que vai ser construída lá na região do Município de Machadinho, e uma outra usina que será provavelmente uma binacional, mais uma no Madeira, que também vai garantir suprimento à cadeia de consumo nacional.

Agora, nós estamos tratando... O Senador Chico Rodrigues mencionou o caso do Amapá. O Amapá acabou adotando uma situação especificamente para o Estado do Amapá, mas não pelo instrumento normativo direto. Aqui nós não estamos discutindo um PDL, nós estamos discutindo um projeto de lei. E eu entendo a visão do Senador Jaime Bagattoli e concordo com ela, Senador Chico. Se for possível o esforço, vamos verificar quais são as similaridades, quais são as características comuns dos Estados de Roraima, Rondônia, Acre e o próprio Estado do Amapá, que já enfrentou por outra via, mas dentro do arcabouço legal. De repente, a gente faz uma norma que tenha o caráter regional, mas não isolado em uma unidade da Federação, porque isso talvez implicaria, um pouco mais à frente, até a invalidade da norma pelo caráter direcionado que ela tem. Mas nós temos regiões que têm condições muito semelhantes – as condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais são parecidas, a questão da logística é parecida, questões econômicas, a política tarifária, a infraestrutura de rede, de entrega dessa energia... São estados que têm situações muito semelhantes. E talvez, com esse pedido do Senador Jaime, seja possível, a partir da proposição que ele vai trazer ou da própria compreensão do Relator, de repente, fazer um ajuste no texto final que contemple... E aí não vou advogar, embora, como o Senador Jaime Bagattoli, defenda também o Estado de Rondônia, pelas razões óbvias do interesse local, mas acho que nós poderíamos ir além para o bloco de estados da nossa região, porque, aí sim, há uma justa causa, há uma razão de ser. E penso termos a possibilidade de enfrentar essa questão.

É abusivo realmente o que Aneel faz do ponto de vista de majoração tarifária para a nossa região, especialmente em estados que são estados produtores, estados que têm as contingências que tem o Estado de Roraima, que tem o Estado do Amazonas, que tem o Estado de Rondônia, que sofre com o isolamento.

Vejam, agora, nós estamos discutindo hoje – eu até trouxe aqui uma fala que eu quero ver se eu faço no Plenário do Senado Federal – a questão da 319. Nós temos grandes desafios e poucas entregas. O Governo Federal entrega muito pouco para a nossa região e explora a nossa região do ponto de vista de suprimento de energia. O abastecimento nacional hoje conta, em boa parte, em boa medida, com aquilo que é proveniente, derivado da nossa capacidade natural, do Estado de Rondônia e de outros estados da Amazônia brasileira; mas, na hora de compensar, na hora de socorrer populações que são inclusive mais vulneráveis, economicamente mais vulneráveis, não é essa a compreensão.

Até bem pouco tempo atrás, eu me lembro, eu fui o autor da proposta que fez a revisão na cota... Os estados pagam as cotas da CDE.

Rondônia, até bem pouco tempo atrás, há poucos anos, pagava a cota da CDE de São Paulo, que obviamente é diferente. Você pega o Estado do Amazonas, você tem uma proporcionalidade diferente. Rondônia pagava. E por quê? Porque a energia gerada em Rondônia é transportada até São Paulo e, a partir de São Paulo, era feita a distribuição desse ativo que nasceu, que veio de Rondônia. E o rondoniense, além de ter os impactos ambientais, além de ter as contingências todas, em razão do impacto desses empreendimentos, pagava uma energia mais cara em razão disso.

Na época ainda do Governo do Presidente Bolsonaro, eu enfrentei esse tema, e nós conseguimos rever essa política, que é uma política perversa contra o Estado de Rondônia. Nós conseguimos equacionar, mas existem outras situações que perduram, e nós continuamos pagando uma energia cara na nossa região.

Então, eu parabenizo V. Exa. pelo relatório apresentado. Acho que ele está na linha de defesa do interesse do Estado de Roraima, e eu concordo com V. Exa., subscrevo-me também ao que a Senadora trouxe, mas eu compreendo o apelo do Senador Jaime Bagattoli e faria um apelo a V. Exa. no sentido de verificar a possibilidade de, de repente, a gente fazer, e aí repito, não apenas em relação ao Estado de Roraima e Rondônia, mas aos estados do nosso bloco do norte, que têm situações muito semelhantes e que talvez a lei tivesse mais força até para permanecer de pé e, lá na ponta, levar isso como resultado, com a redução do custo da tarifa, dar efetividade à chamada modicidade tarifária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Modicidade tarifária hoje é um tema que parece que existe apenas na retórica, mas para quem está lá na ponta pagando energia cara e, em alguns lugares, em algumas regiões isoladas, de baixa qualidade, ele não sente a tal modicidade tarifária, é apenas um recurso retórico e que a gente precisa dar efetividade.

Feitas essas observações, portanto, fica concedida vista, a pedido do Senador Jaime Bagattoli. E, conforme V. Exa. acentuou, eu farei a inclusão na pauta na primeira sessão deliberativa que tivermos aqui, já com esse relatório, também compreendendo a preocupação e o apelo da Senadora Roberta.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – De acordo. Estamos de acordo, Presidente.

Apenas para ficar uma observação aqui bem clara que a intenção do autor desse projeto, o Senador Mecias de Jesus, foi exatamente em função das distribuidoras, que obviamente a galinha dos ovos de ouro é exatamente a distribuição, de eles terem arguido o elevado custo de investimento nessa rede Linhão de Tucuruí até o nosso estado, que foi um investimento do Governo Federal, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), na ordem de R$3 bilhões, uma obra que estava estimada sua conclusão em 24 meses e, em apenas 19 meses, essa obra foi concluída.

E o autor, o Senador Mecias de Jesus, prontamente apresentou esse projeto, que tem agora a extensão na demanda apresentada pelo Senador Bagattoli, também a nossa compreensão. Nós podemos regionalizar essas discussões, porque as dificuldades do consumidor, que é o que nos interessa na ponta, são maiores ainda.

Portanto, eu concordo com a retirada de pauta, apenas reforçando a V. Exa. para voltar – como já afirmou – na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

A Senadora Roberta solicita a palavra.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu a ouço antes de encerrar.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Bom, quero reforçar e deixar aqui ainda a minha indignação com essa questão do aumento. A gente que é morador de Roraima ficou com duas opções: ou nós ficaríamos no apagão ou teríamos a energia mais cara do Brasil.

Então, eu reforço, agradeço também a sua contextualização em relação ao Estado de Roraima, essa pressa que o senhor vai dar para trazer esse projeto o quanto antes aqui para a Casa. Porque o povo de Roraima não merece; a gente ficou numa situação complicada, porque foram duas décadas – não é, Senador? – esperando por essa energia e, quando chega, chega com um aumento absurdo, injusto e que nós, enquanto aqui estivermos, não iremos aceitar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. e faço um registro nesta discussão: o argumento de fundo de que o custo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento na rede de transmissão não se sustenta não para de pé, porque esse custo é diluído com o consumidor de modo geral; quem vai pagar isso é quem está dentro da CDE; então, inclusive, os outros estados. Esse tipo de investimento justificar um aumento localizado chega a ser um atentado ao bom senso de quem acompanha o sistema.

Em Roraima ainda tem um outro ponto. Até pouco tempo atrás, tinha como opção a energia do país vizinho, dentro de uma cota com preço muito mais... módico – que palavra feia, redundante, né? –, com uma tarifa módica, e hoje não mais tem essa realidade. Houve o realinhamento da tarifa da energia que será, caso haja necessidade, importada do país vizinho, num patamar que vai sacrificar também o morador de Roraima. Então estou atento, inclusive, a esse aspecto. O contrato foi revisado e a tarifa ficou muito mais pesada, ou seja, é uma energia que chega com expectativa de aliviar para quem está lá na ponta e o resultado acaba sendo o oposto.

V. Exas. têm a nossa total compreensão e o nosso apoio também nessa pauta, que é importante para o Estado de Roraima, mas acho que a gente pode ter essa visão um pouco mais alargada, compreendendo os estados do Norte do Brasil.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Senador Chico Rodrigues, eu acabei de sair lá da CAE agora.

Quando se construía a Itaipu, falando em geração de energia na década de 70... Esse contrato terminou em mil novecentos e... agora em 2024. A maior hidrelétrica que nós temos de geração do mundo – tem uma na China, mas falo de geração contínua de energia hidráulica no mundo –, a que mais gera é a Itaipu. E esse contrato dizia que, quando terminasse, nos 50 anos, ia-se reduzir o custo da energia somente para manutenção. O que aconteceu? Quando terminou o contrato... E não poderia ser usado em algo que não fosse dentro do sistema elétrico, para beneficiar o consumidor. O que aconteceu? Está lá agora, saiu – o Senador Amin é o autor, o Senador Mourão é o Relator desse projeto –, hoje a Itaipu está recebendo de US$17 a US$18 por megawatt, quando era para ser de US$10 a US$12 no máximo, quer dizer, está sendo mais de 50% a mais. E onde foi jogado? Até parte desses valores foi jogada lá na COP 30; até parte desses valores foi jogada na COP 30.

Então, eu quero dizer a quem estiver nos acompanhando que o sistema elétrico deste país precisa ser revisto. E, naquela época, quando nós voltamos no tempo 50 anos atrás, nenhum estado da Amazônia praticamente tinha energia elétrica, era tudo com motor estacionário, tudo a diesel. Há cinquenta e poucos anos atrás, até uns 40 anos atrás ainda, e até 30 anos atrás, 50% da energia da Amazônia era gerada, tudo, tudo, com motores a diesel. E agora que nós poderíamos ter uma energia mais barata, com menos valor, a Amazônia está pagando a conta cara por isso.

Então, Senador Chico Rodrigues, nós temos que ver...

E essa situação me abriu um alerta agora também, a dessa situação da Itaipu, porque, todos, o povo brasileiro ajudou a pagar essa conta. E, por isso, nada mais justo que voltar e talvez ser beneficiada também uma região tão grande, uma região tão sofrida que é a Amazônia, em que vocês sabem que tem poucas indústrias e é diferente, porque nós estamos longe do centro consumidor, todos os estados da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, fica retirada de pauta, a pedido de vista do Senador Jaime Bagattoli, com o compromisso de o tema voltar à sessão da Comissão de Infraestrutura na próxima sessão deliberativa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jorge Seif, pela ordem, V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. e aos colegas aqui que colocassem em extrapauta o Projeto do Decreto Legislativo 723, de 2019, do Senador Jorginho Mello, de que eu sou Relator, sobre a construção de uma hidrelétrica no Estado de Santa Catarina. Está muito atrasado, isso tem mais de dez anos. Eu queria contar com o apoio do senhor e dos colegas para ver se isso anda, que é importante lá para o meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É um PDL?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É um PDL.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual o número?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É o 723, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o 723, de 2019, já com parecer apresentado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está no sistema?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. (*Pausa.*)

Foi-me dito que não está no sistema ainda o relatório. Só verifique se já foi encaminhado. Se foi encaminhado, não havendo divergência dos colegas que estão na Casa, nós colocaremos, atendendo o pedido de V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, esse é o último item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o último item da pauta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Veja lá se chegou aí... Acabou de chegar. Pronto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Atendendo o pedido de V. Exa., submeto à apreciação do Plenário o projeto de decreto legislativo que vem à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 723, DE 2019
- Não terminativo -

Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Jorge Seif, a quem asseguro a palavra para o seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório é bastante longo, e esse é um tema que já está há mais de dez anos no Congresso Nacional.

Se o senhor me permitir... Como já está disponível para os colegas lerem há muito tempo – a gente discutiu isso na CDH, fizemos audiência pública etc. –, se o senhor me permitir, eu vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado por acolher o nosso pedido.

Diante do exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2019, e da Emenda nº 1-CDH (Comissão de Direitos Humanos), e, no mérito, pela aprovação de ambas as proposições.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores que queiram discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação do projeto, com emendas.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais matérias a serem deliberadas, apenas vou colocar em apreciação a ata.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, registro a presença do nosso Vereador Thonatan, de lá da cidade de Montenegro, do Estado de Rondônia. Muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Montenegro tem uma rodovia federal que precisa de cuidados e atenção, que é a Rodovia 421, uma rodovia federal que sai de Ariquemes, percorre o Município de Montenegro, o Município de Campo Novo e, por tabela, o Município de Buritis, que fica do lado também. Parabéns pelo seu trabalho lá. Bem-vindo a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Paulo Paim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Alan Rick, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2026 - CI, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Debater sobre as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no estado do Paraná, no âmbito da atuação da Copel. **Participantes:** Marco Antonio Villela De Abreu, Diretor-Geral da Copel Distribuição; Ágide Eduardo Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Sistema FAEP); João Arthur Mohr, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP); Ricardo Morishita, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/MJSP); Ana Cláudia Cirino dos Santos, Superintendente Adjunta de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e Silvio Krinski, Coordenador de Técnica e Sanidade da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Deputados Federais Sérgio Souza e Tião Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/05

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de maio de 2026.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as constantes quedas e oscilações de energia elétrica no Estado do Paraná, no âmbito da atuação da Copel, em atenção ao Requerimento 14/2026, Comissão de Infraestrutura, de minha autoria.

Eu convido aqui para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Marco Antonio Villela de Abreu, que é Diretor-Geral da Copel Distribuição; o Sr. Ágide Eduardo Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – temos aqui as plaquinhas –; o Sr. João Arthur Mohr, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; e a Sra. Ana Cláudia Cirino dos Santos, Superintendente Adjunta de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Também destaco aqui a presença do Sr. Silvio Krinski, Coordenador de Técnica e Sanidade da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), que comporá a mesa um pouco mais adiante, no momento da sua fala, pedindo escusas pelo tamanho.

Esta audiência, como disse, visa ao debate desse tema tão importante lá para o Estado do Paraná, e a minha intenção aqui é ouvir primeiro a Copel.

Tudo bem? Tudo tranquilo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu registro, então, a chegada do Dr. Ricardo Morishita, Secretário Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, agradecendo a V. Sa. a presença.

No momento da sua fala, eu o chamarei aqui para compor a mesa, Dr. Ricardo.

A intenção aqui... Nós faremos a seguinte ordem, e eu vou explicar os motivos. Primeiro nós vamos ouvir a Copel, para que ela possa fazer ali as informações necessárias, e, depois, para nós termos um panorama dos problemas e das reclamações que estamos tendo do setor produtivo e dos consumidores, nós ouviremos o Sr. Ágide Eduardo Meneguette, Presidente da Faep, e o Sr. João Arthur Mohr. Depois ouviremos a Sra. Ana Cláudia Cirino, representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aneel, e o Dr. Ricardo Morishita, e ouviremos, por último, mas não menos importante, o Sr. Silvio, porque a ideia é deixar o consumidor sempre com a última palavra aqui neste debate. Então, primeiro o prestador de serviço, depois uma rodada dos consumidores, depois o órgão de fiscalização e o órgão de defesa do consumidor, mas eu vou finalizar, ao final, novamente com uma visão do consumidor.

Eu quero deixar claro aqui que, embora trate de um tema quente, de certa maneira, que tem gerado diversos debates e questionamentos lá no Estado do Paraná, o debate vai ser absolutamente urbano e respeitoso, como é próprio aqui do Senado Federal. Nem precisaria dizer isso, mas só para deixar claro esse ponto.

Cada expositor terá o prazo de dez minutos e, ao final das exposições, abriremos para as perguntas dos Parlamentares ou, igualmente, daqueles que enviarem questionamentos. Como se trata de um tema tão importante, eu também vou tomar a liberdade de abrir para questionamentos entre os próprios participantes, evidentemente mediados aqui pela Presidência desta mesa.

Eu vou pedir, antes só de nós começarmos com o primeiro expositor, que nós passemos um vídeo, que foi objeto de uma matéria jornalística, que, de certa maneira, coloca o problema na mesa.

Então, por gentileza, Secretaria.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Obrigado.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, também vou comunicar que esta reunião será interativa, vai ser transmitida ao vivo, está aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, como adiantei, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, com tolerância, evidentemente, aqui do Presidente da mesa – esse tempo não é algo assim cartesiano. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Também faremos as perguntas que recebermos pelo e-Cidadania e, como disse também, pela importância do tema, permitirei também indagações entre os participantes que quiserem assim realizar.

Eu passo, então, a palavra, pelo tempo inicial de dez minutos, para o Sr. Marco Antonio Villela de Abreu, Diretor-Geral da Copel Distribuição.

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Senador Sr. Sergio Moro, Srs. Senadores aqui presentes, colegas da mesa.

Agradeço a oportunidade de estar presente aqui hoje para prestar todos os esclarecimentos relacionados à qualidade de fornecimento de energia na área de concessão da Copel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Copel hoje é a quarta maior distribuidora de energia do país. Temos 5,2 milhões de consumidores, uma força de trabalho de 12.416 colaboradores e atendemos 395 municípios do Estado do Paraná.

Meu nome é Marco Antonio Villela de Abreu. Eu tenho 35 anos de atuação no setor elétrico brasileiro. Estou na Copel desde agosto de 2024, como Diretor-Geral de Distribuição.

Em dezembro último, nós encerramos o ciclo tarifário, o ciclo de investimentos, que, no caso da Copel, ocorre a cada cinco anos. E todos podem ver que, nesse último ciclo, nós investimos 2,5 vezes o ciclo anterior, com destaque nos últimos dois anos, em que nós investimos algo próximo de R$5 bilhões na expansão, manutenção, modernização e automação das nossas redes, com dois objetivos principais: atender o crescimento da carga e também melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Foram obras estruturantes em todo o Estado do Paraná. Foram 19 novas subestações, 95 ampliações, 500km de linhas de transmissão, um investimento, só nessa parte de infraestrutura, de R$1 bilhão, beneficiando quase metade da população do Paraná, em torno de 6 milhões de habitantes.

Aqui algumas obras importantes, obras todas concluídas, energizadas – então, Cianorte, Leônidas Marques, Apucarana, Nova Londrina, Capanema, Campo Mourão. E também nós concluímos em 2025 o maior programa de redes trifásicas da América Latina, um programa que demorou cinco anos para ser concluído, um investimento próximo de R$3,3 bilhões. Atendemos 347 municípios, beneficiamos 256 mil clientes, renovamos 25% das redes rurais e, onde nós implantamos mais de 50km de rede, nós tivemos uma melhoria da qualidade em torno de 23%.

Aqui, Sr. Senador, as redes rurais foram concebidas na década de 80. E, quando elas foram concebidas, elas foram para atender um ponto de luz, uma geladeira, uma televisão, e não toda essa pujança da produção rural hoje do Paraná. Então, toda essa infraestrutura é fundamental para a gente melhorar a qualidade do fornecimento para todos os produtores rurais.

Nós temos, na Copel, hoje, uma estrutura robusta. Nós temos eletricistas e técnicos em 286 dos 395 municípios, 1.417 equipes. Em situações extremas de emergência, principalmente provocadas por eventos climáticos, nós colocamos todo o efetivo em campo para restabelecer a energia no menor prazo possível com segurança.

Aqui também, no início de 2025, nós criamos uma estrutura dedicada à indústria e a todo o poder público. Então, nós temos especialistas espalhados pelo Estado do Paraná, que visitam as prefeituras regularmente e são um ponto de contato de todos os Prefeitos e Vereadores da região, e também fazemos isso com uma estrutura dedicada ao atendimento da indústria.

Estamos passando nos últimos anos por grandes desafios. Um deles é o aumento dos eventos extremos. Então, nós temos, no Paraná, um instituto de meteorologia bastante renomado e respeitado no Brasil, que é o Simepar. O Simepar é um dos institutos de meteorologia que tem a maior quantidade de ativo de sensores que medem a velocidade dos ventos, pluviometria, temperatura.

Opa, passou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos um aumento de 66% dos eventos climáticos extremos e, em 2025, especificamente, principalmente nos últimos meses do ano, de setembro a dezembro, nós tivemos um aumento de 36% nos eventos com rajadas de vento acima de 50km/h, o que provoca bastantes danos ao nosso ativo. Então, para os senhores terem uma noção, nos 71 anos da Copel, em média, nós trocávamos uma torre de alta tensão por ano, que eram destruídas pelos ventos acima de 100km/h. Somente em 2025, foram 21 estruturas e quase 3 mil postes destruídos, principalmente de setembro a dezembro.

E nós tivemos – acho que teve uma ampla cobertura nacional – uma das maiores catástrofes do nosso estado, que foi o evento em Rio Bonito do Iguaçu, onde o Simepar classificou o tornado como com ventos de até 418km/h. Então, nós tivemos uma grande mobilização da Copel. É uma cidade de 13 mil habitantes que foi praticamente toda destruída – casas, redes e tudo mais. Nós mobilizamos todo o efetivo para, de alguma forma, minimizar os impactos à população de Rio Bonito do Iguaçu e também ajudamos, dentro do programa de eficiência energética, com a doação de padrões de entrada para os nossos clientes.

Com tudo isso que tem acontecido de mudança climática, nós temos refletido bastante, temos aprendido e estamos mudando o nosso padrão de rede para um padrão de rede mais robusto e mais resiliente aos eventos climáticos extremos. O exemplo aqui é o novo padrão de poste que vai passar a vigorar a partir deste ano, que é um poste circular ao invés do poste duplo T.

Aqui é outro grande desafio que nós temos na área de concessão da Copel. Esse gráfico mostra o crescimento exponencial da geração distribuída no Estado do Paraná. O Estado do Paraná hoje é o estado com maior quantidade de microgeração, maior quantidade de telhados solares do país, e toda essa questão da geração distribuída tem trazido desafios técnicos e operacionais na nossa operação. Nos últimos anos, o crescimento exponencial foi de quase nove vezes. E aqui nós temos revisto o nosso plano de investimento, direcionando recursos para a questão de nível de tensão.

Aqui, os nossos indicadores regulatórios. O DEC é a duração dos eventos e o FEC é a frequência. A curva azul mostra o padrão regulatório da Aneel. A Aneel tem reduzido o padrão de todas as distribuidoras ao longo dos últimos anos. Então, com os investimentos, a logística operacional, mesmo com os desafios climáticos, nós temos atendido melhor do que o padrão regulatório, com os resultados tanto do DEC quanto do FEC.

Aqui um exemplo de qualidade: a capital Curitiba hoje é a melhor capital acima de 1 milhão de habitantes, a melhor capital em qualidade, em duração. E o Estado do Paraná é, tirando o Distrito Federal, o terceiro melhor estado em qualidade. E, quando comparamos, em amarelo, os estados semelhantes em tamanho, em agro, a Copel também figura como referência.

A Aneel tem aumentado muito o nível de exigência, Sr. Senador. No passado, nós éramos medidos apenas pela média da área de concessão. Mas a Aneel dividiu a área da Copel em 157 partes e exigiu que a gente passasse a cumprir em cada parte do estado, né? Então, nós estamos numa curva de evolução. A meta do ano passado era cumprir 77% no DEC e 80% no FEC.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU – Nós tivemos uma mobilização muito grande de todos os copelianos e copelianas e conseguimos atingir 78% e 81%.

Acho que em mais dois minutos eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Acho que o senhor poderia (*Fora do microfone.*)...

Eu concedo mais tempo, não tem problema.

... explicar para o nosso espectador o DEC e o FEC.

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU – Pois não, Sr. Senador. O DEC... Um minuto só. Aqui.

Bom, o DEC... São dois indicadores de qualidade medidos pela Aneel. Isso é acompanhado globalmente, em todas as distribuidoras de energia mundo afora, são indicadores universais. O DEC mostra quanto tempo em média os nossos clientes ficam sem energia em todo o Estado do Paraná, e o FEC mostra quantas vezes falta energia no ano, tá? Então, nós temos sete horas no DEC, no ano de 2025, e temos 4,66 vezes que os nossos consumidores, em média, ficaram sem energia. Isso vale também para os conjuntos elétricos.

Então aqui nós temos a área em verde, em que nós atingimos o padrão regulatório. E nós não atingimos o padrão regulatório em 22% dos conjuntos do DEC e 20% no FEC. Esse é um grande desafio. Isso fez com que nós revíssemos a prioridade dos nossos investimentos, visando atender o padrão regulatório.

Nós reconhecemos os grandes desafios que nós temos na área rural. A área rural do Paraná é uma das mais importantes do país: a maior produtora de frango, maior produtora de peixe, segunda maior em suíno. Então, em janeiro de 2026, nós tivemos uma reunião com o G7, que representa as principais federações do Estado do Paraná.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU – A partir dessa reunião, nós passamos a nos reunir quinzenalmente com a Fiep, Faep e Ocepar, que estão aqui presentes, ouvimos clientes, visitamos também todas as prefeituras do Estado do Paraná, ouvimos os Prefeitos, as associações de Prefeitos, participamos do *show* rural, participamos de quatro eventos presenciais da Ocepar, cujo principal objetivo era ouvir os clientes. Foi aí que nasceu o Copel Agro. Criamos uma estrutura dedicada ao agro, com equipes técnicas e comerciais, cujo principal objetivo era dar respostas rápidas e contundentes aos nossos produtores rurais. Criamos um canal de atendimento exclusivo para o agro – o número está aqui –, tendo um cuidado especial com o cliente do agro, dando previsibilidade de retorno e também *back office* técnico e comercial para dar todo o suporte às dúvidas dos nossos clientes.

Também nós fizemos um mapeamento completo de toda a cadeia de proteína do estado. Então sabemos onde está cada produtor rural e fizemos um diagnóstico completo da qualidade de cada um deles, estamos redirecionando os nossos investimentos para melhoria da qualidade do fornecimento e também do nível de tensão.

Criamos o nosso centro de operações, postos, exclusivo para o atendimento, para o direcionamento rápido do restabelecimento para os produtores rurais. Ampliamos o quadro de eletricistas e estamos reciclando todos os nossos fornecedores para resolver logo no primeiro atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste primeiro mês, nós já atendemos 25 mil consumidores do agro, especificamente, sendo 18 mil por voz e 7 mil pelo WhatsApp. Esses clientes que foram atendidos, deram uma avaliação positiva aqui para Copel, para o atendimento em 95%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU – Para finalizar, pela primeira vez, nós anunciamos um investimento plurianual para o próximo ciclo tarifário, com o objetivo de atender o crescimento do Paraná e, principalmente, melhorar a qualidade frente aos desafios climáticos. Serão R$13,5 bilhões, 50 novas subestações, 88 ampliações e mais de 1,2 mil quilômetros de linha de alta tensão. Aqui um exemplo onde serão essas obras, 50 novas subestações e também todas as ampliações espalhadas no estado.

Esse é o último eslaide.

Só investimento não será suficiente. Depois de dez anos, nós estamos recontratando eletricistas para o quadro próprio. Já contratamos 160 eletricistas e estão em treinamento. Nós montamos sete escolas de eletricistas no Estado do Paraná. E, mais do que isso, além de capacitar esse time, nós estamos trazendo o que há de mais moderno em tecnologia de veículos, equipamentos e ferramenta, para que, quando a nossa equipe chegue para atender um cliente, resolva imediatamente o problema, restabelecendo a energia ou regularizando o nível de tensão.

É isso, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço as palavras do Sr. Marco Antonio, Diretor da Copel.

Registro aqui a presença do Deputado Federal Sergio Souza e agradeço a sua presença, que muito nos honra nesta Comissão. V. Exa. sempre voltado a essas causas do agro, mas também, do paranaense em geral.

Vou passar a palavra aqui, então, para a exposição do Sr. João Arthur... Desculpa, perdão. Primeiro a palavra está com o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), o Sr. Ágide Eduardo Meneguette.

Prazo de dez minutos com aquela tolerância, Dr. Ágide.

O SR. ÁGIDE EDUARDO MENEGUETTE (Para expor.) – Está o.k.. Obrigado, Senador.

Como vai ter um debate depois, eu vou fazer aqui o uso da palavra para expor algumas situações que acontecem no nosso estado. Primeiramente, gostaria de dar bom dia ao Presidente desta sessão, Senador Sergio Moro, demais Senadores, representantes da Agência Nacional, a Aneel, do Ministério da Justiça, da Copel e demais autoridades aqui presentes. Primeiro, quero fazer um agradecimento especial a este Senador, que convocou esta audiência pública que permite expor a realidade vivida diariamente pelos produtores rurais em relação ao fornecimento de energia elétrica em nosso estado.

Abro minha fala de forma direta e objetiva. O que está em discussão aqui não é qualidade de energia elétrica no Estado do Paraná. O que está em pauta nesta audiência é a capacidade de um dos principais estados do país continuar produzindo alimento de forma segura, previsível e competitiva para o mercado interno e para o mundo.

No meio rural, a energia elétrica é um insumo essencial para a sua produção, senhores. No Paraná, que se destaca mundialmente pela produção de proteína animal, a energia elétrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a matéria-prima para suinocultura, avicultura, produção de leite e piscicultura. Isto porque, sem energia, o aviário não funciona e os frangos morrem; a granja de suínos tem redução de desempenho e, na maternidade, morrem; a oxigenação da água dos tanques para e os peixes morrem; e o leite não é resfriado e precisa ser totalmente descartado. Ou seja, sem energia elétrica, não há produção agropecuária. Essa é a realidade que estamos vivendo no nosso estado.

O problema é que, no Paraná, a energia elétrica passou a ser um fator de risco para a atividade rural constante. O produtor convive com quedas frequentes no fornecimento, oscilações constantes de tensão, demora excessiva no religamento, queima dos seus equipamentos, prejuízos financeiros de grande monta, todos a cargo dos produtores rurais, e morte de milhares de animais. Isso não é um problema pontual ou restrito a casos isolados. Essa, infelizmente, é a rotina do nosso Paraná. Mesmo que os indicadores oficiais possam mostrar um cenário diferente, a realidade no campo quanto ao fornecimento de energia elétrica é caótica.

Como apresentado aqui, a Copel nos apresentou índices indicando um tempo médio de interrupção anual em torno de sete horas. No entanto, o tempo real percebido pelos consumidores em geral chega a aproximadamente 17,5 horas. Isso ocorre devido a expurgos que retiram mais de 60% – repito, retiram mais de 60% – do tempo de interrupções do cálculo oficial que a Copel utiliza. Em outras palavras, mais da metade do tempo que o consumidor fica sem energia simplesmente não entra nas estatísticas, infelizmente.

No meio rural, a situação é ainda mais grave. Enquanto os dados ditos oficiais apontam interrupção de 20 horas por ano, o tempo real ultrapassa 60 horas. Os relatórios da Copel podem indicar cumprimento de metas e índices definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica, mas a realidade dentro da porteira é completamente diferente, com a rotina de animais mortos, equipamentos queimados e o prejuízo único e exclusivo no bolso do produtor rural.

Garanto aos senhores: hoje existe um distanciamento entre o desempenho registrado nos sistemas e aquilo que o produtor vivencia diariamente. Isso revela um problema de eficiência operacional, de gestão e de prudência nos investimentos que causam enormes desdobramentos desastrosos no campo.

Em Tupãssi, como apresentado aqui, uma interrupção prolongada resultou numa perda de cerca de 900 mil quilos de tilápia, com prejuízo em R$9 milhões. Em São Miguel do Iguaçu, uma falha no fornecimento causou a morte de 20 mil frangos. Em Capitão Leônidas Marques, produtores enfrentam perdas recorrentes e foram apresentados investimentos naquela região. No Município de Cruzeiro do Sul, o produtor de ovos, que também é Presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar), o Sr. Arnaldo Cortez, ficou, na semana passada, inclusive um dia antes da audiência pública no Paraná, sem energia das 8h da manhã às 2h da tarde, na sua propriedade. Isso atrasou o processamento de ovos e, consequentemente, a entrega dos produtos nos supermercados da região. Se os senhores não sabem, os supermercados cobram por esse atraso, e isso gerou prejuízo financeiro e aumento do custo de produção a cargo, mais uma vez, do produtor rural. Esses são apenas alguns dos casos. Posso passar a manhã aqui listando os milhares de produtores rurais que estão à mercê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ineficiência da Copel e contabilizam prejuízos estratosféricos. Do contrário, não estaríamos aqui discutindo esse tema em busca de soluções.

Pasmem: apesar da real situação de ineficiência do fornecimento de energia elétrica no meio rural, o produtor rural, provavelmente, a partir do dia 24 de junho, vai pagar mais caro por sua conta de luz! Isso porque a revisão tarifária periódica da Copel para 2026 prevê um reajuste de 19,2%, mesmo diante da realidade do meio rural ser de prejuízos constantes. Que fique registrado que somos totalmente contra esse reajuste – mais uma vez, que fique registrado que somos totalmente contra qualquer reajuste nas tarifas da Copel! Confirmar o aumento das contas de luz é premiar o péssimo serviço prestado a toda a sociedade paranaense pela Copel. Hoje, o produtor paga tarifa, paga pelo prejuízo, paga pela ineficiência da Copel.

Por isso, fazemos aqui um apelo ao Senado Federal, e aos órgãos reguladores, e aqui aos Deputados Federais. É imprescindível realizar uma auditoria independente sobre os expurgos aplicados nos indicadores, garantir transparência total dos dados de qualidade, analisar a prudência dos investimentos e seus impactos sobre a qualidade no fornecimento, priorizar investimentos na rede elétrica rural e avaliar a eficiência operacional da concessionária. Isso porque uma empresa que contabilizou um lucro – com que eu fiquei abismado – de 2,66 bilhões em 2025, não pode continuar ofertando um serviço que resulte em prejuízos milionários ao meio rural, com perdas na produção em razão de quedas recorrentes no fornecimento de energia elétrica ou oscilações na tensão de rede.

Garanto aos senhores que o desempenho financeiro da Copel não condiz com o serviço ofertado na área rural do Estado do Paraná. Se esse modelo de serviço por parte da Copel continuar como está, atividades produtivas serão inviabilizadas, a produção agropecuária do Paraná será reduzida, o custo dos alimentos sem dúvida nenhuma vai aumentar para toda a sociedade e a segurança alimentar do nosso país será colocada em risco. O nosso produtor rural não pede privilégios, nem favores, muito menos um tratamento diferenciado. A gente só exige o fornecimento de energia elétrica de qualidade para continuar trabalhando e produzindo alimento de qualidade e quantidade para o Brasil e para o mundo, porque sem energia elétrica não há produção agropecuária, não há geração de emprego e renda, não há setor forte e pujante segurando a economia estadual e nacional e não há alimentos na mesa do brasileiro e do mundo.

O produtor rural está sofrendo horrores com problemas no fornecimento de energia elétrica, resultando em perdas por mortalidade, prejuízo financeiro. Não dá mais para admitir a qualidade atual dos serviços da Copel.

O Sistema Faep vai continuar cobrando a solução imediata para todos os problemas enfrentados e a melhora dos serviços e, sem dúvida nenhuma, procurar um caminho para o ressarcimento dos nossos produtores, porque nós não podemos ficar com a responsabilidade integral e o prejuízo no nosso bolso.

Senador Sergio Moro, muito obrigado pela oportunidade de o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Coordenador do G7, das sete entidades produtivas do Paraná, poder falar a esta mesa e expor o grande problema que estamos enfrentando junto à nossa concessionária Copel. Meu muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço as palavras do Dr. Ágide, que representa aqui não só, de fato, a Faep, mas igualmente o G7, que reúne as principais federações econômicas do Brasil.

Só quero fazer uma observação, porque eu estou há quatro anos no Senado e confesso que não ouvi reclamações, pelo menos não nessa intensidade e quantidade, sobre o serviço da Copel no ano de 2023 e no ano mesmo de 2024, mas, a partir do ano passado e mesmo neste ano, as reclamações cresceram significativamente. Inclusive, vejam que não é muito comum uma rede de televisão fazer matéria sobre um assunto como queda de energia e prejuízo de produtor rural, como aquela que nós passamos ali no início. E, nesse final de semana, eu estive lá na festa do da costela no fogo no chão lá em Cascavel, que dizem que é a maior festa de costela no chão, e, por uma coincidência, caiu a luz em diversos bairros nesse final de semana em Cascavel. Houve uma reclamação muito incisiva também dos moradores – aqui já não é um problema rural, mas um problema urbano – da demora da reposição, da volta dessa energia. Eu não tenho os dados aqui específicos de quantas pessoas foram atingidas e quanto tempo demorou, mas o que eu só ouvi nessa festa foi uma reclamação incisiva também dos moradores. Enfim, nós vamos poder discutir esses dados, esses fatos ainda no decorrer desta audiência.

Eu vou passar a palavra agora para a exposição do Sr. João Arthur Mohr, que é Superintendente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

O SR. JOÃO ARTHUR MOHR (Para expor.) – Muito bom dia. Bom dia, Presidente da mesa, Senador Sergio Moro. Um prazer estar aqui com o senhor, com todos os componentes da mesa, o Ágide, o Villela, a Ana, o Silvio aqui, o Ricardo, que também compõem a mesa, e os demais.

Nós vamos fazer... Se puderem passar o... Isso. Obrigado. Então, nós vamos trazer aí a posição da indústria referente a essa questão toda da qualidade e da disponibilidade da energia oferecida pela Copel Distribuição. Então, algumas coisas já foram faladas, inclusive pelo Villela, não vou ser repetitivo.

Esse aqui é o DEC, é o gráfico dos últimos anos da duração equivalente em número de horas. A linha laranja é a meta estipulada pela Aneel, e as colunas em verde são o atingido, ou seja, o DEC da Copel é de sete, enquanto a meta é de oito horas por ano, ou seja, a Copel está atingindo... Porém, como o Ágide Eduardo falou, existe o DEC expurgado, que é a percepção do usuário, do consumidor de energia, do cliente da Copel.

Então, se olharem bem à direita, naquela linha verde-clara, nós temos ali sete horas de DEC regulamentada, que é aceita pela Aneel; na linha laranja, a meta – mas o verde é DEC expurgada. Quando acontece uma situação climática ou até um acidente de trânsito – um carro bate num poste, derruba o poste –, com isso existe uma justificativa da Copel para retirar, expurgar essas horas, mas a percepção do cliente é ali de 17 horas por ano.

Gente, uma coisa importante: isso é uma média de todos os consumidores. Então, imagine, Deputado Sergio Souza – quero cumprimentar o senhor aqui, nosso Deputado Federal do Paraná –, um prédio, em Curitiba, de 25 andares, com quatro apartamentos por andar, tem cem relógios da Copel – cem medidores num prédio, em Curitiba. Quanto que cai de energia, em Curitiba, por ano? Muito pouco, a própria Copel falou: 3 horas por ano. A DEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostra a média disso. Então, se nós tivermos um consumidor rural, por exemplo, que tenha cem horas de queda, é compensado pelos cem consumidores urbanos que têm apenas três horas de queda. Se fizer uma média ponderada, esses cem consumidores de três horas e um consumidor de apenas cem horas, a média ponderada é quatro, estamos dentro... Por isso, Aneel, é muito importante essa individualização de DEC e FEC, não fazer essa média geral. A média mascara muito – a média mascara. Então, Curitiba tem lugares que têm uma hora de DEC por ano, e são milhares, milhões de consumidores. E, com as indústrias muitas vezes ligadas ao interior, o produtor rural tem essa grande dificuldade.

Então, dando um *zoom* apenas na última coluna, a gente vê aqui a DEC em verde-claro de sete horas, que é a regulamentada; em amarelo, 7% do tempo – uma hora é o dia crítico, o que aconteceu, por exemplo, em Rio Bonito do Iguaçu –; e as outras nove horas foram interrupções em situação de emergência, aquela sigla ISE – foram nove horas, 53%, bem aquele número que o Presidente da Faep, o Ágide, trouxe: 60% dessas falhas são expurgadas, ou seja, não estão no horizonte do controle da Aneel, porque é admitido isso para uma condição climática extrema, apesar de que a gente tem dias em que o Paraná inteiro está em uma situação climática extrema, e é difícil entender também por que o Simepar coloca o Paraná inteiro. Então, é um ponto de observação também para a Aneel.

Aí nós temos aqui a percepção da indústria, uma situação real: 30 indústrias da região de Ponta Grossa, em 2025, tiveram 1,2 mil horas de interrupção, ou seja, uma média de 40 horas por indústria. E não foi percebido isso na DEC, porque são oscilações de tensão, aquele afundamento de tensão que dá uma baixada na tensão e desarma a linha de produção. Linhas de produção contínuas: para a linha de produção, se perde matéria-prima, tem problema de retrabalhos. Então, você tem muito problema, hoje, no Paraná, de oscilação de tensão. E a oscilação de tensão não é medida, não aparece na DEC, porque, para aparecer na DEC, ela tem que ter, no mínimo, três minutos de falha, e às vezes essas falhas são instantâneas, são questões de segundos, mas esses segundos desarmam as linhas de produção, que cada vez são mais sensíveis.

Então, é muito importante, claro, que tenha a questão da tensão que essa empresa recebe. Nós temos que fazer um trabalho conjunto com a Copel, para migrar de 34,5 para 138, para eliminar essas tensões, mas, principalmente, tem muita indústria que está amarrada no mesmo ramal que vai para o rural.

Então, se nós temos uma falha no rural em função de um galho que bate na linha, que derruba essa linha do rural, ou algum problema no rural, essa queda no rural oscila a tensão daquela rede, e naquela rede tem várias indústrias. Então, aquela pequena oscilação já derruba a linha de produção de uma indústria. Então, é muito importante nós fazermos um trabalho até de isolar linhas, diferenciar linhas e, principalmente, resolvermos o problema dessas quedas tão repentinas do rural.

Só para citar um exemplo, na mesma área – a da esquerda com mata, a da direita sem mata –, na mesma característica, na mesma cidade, você tem 125 horas, à esquerda, de quedas naquela linha contra 7 horas. É por isso, Villela, a importância da poda. É fundamental que a Copel invista. Se a Copel investir 5% do que ela investiu no Paraná Trifásico em podas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente melhora a qualidade, e muito, do rural e, por consequência, também da indústria, porque nós não teremos mais a queda no rural e não teremos essa oscilação no industrial.

E nós temos outro indicador, o FEC, que é a frequência de quantas vezes cai a energia. Então, olhem bem à direita lá, e vocês veem ali que tem quatro, em azul claro – quatro quedas por ano. A meta é um pouquinho acima de quatro; então, a Copel está dentro da norma, mas também teve algumas outras que foram expurgadas.

Quando há uma queda, como eu falei, num acidente de trânsito, em que se derrubou o poste e caiu a energia, ela é expurgada; num vendaval, é expurgada. Mas vamos ver a realidade de uma indústria apenas de Ponta Grossa. Quantas vezes ela caiu? Ela caiu 120 vezes, Deputado Sergio Souza, no ano passado. Ela teve que religar a máquina, religar seu trabalho. Às vezes são duas horas para você colocar uma linha de produção de novo em plena colocação. Então, o DEC que a Aneel percebe é de quatro, só que, na prática, a gente tem, pelas oscilações e tensões, DECs de mais de 120 – 30 vezes maiores. Por isso, é muito importante esse trabalho para eliminar as linhas.

Aqui também é uma coisa que a gente percebeu, que é o tempo médio de preparação, o tempo de resposta da Copel. Ali está de 2017 até 2025, mas vamos olhar ali em 2021. O que é o tempo médio de preparação? A Copel recebeu a ligação telefônica: "Estou sem energia na minha indústria". Até ela emitir a ordem de serviço para disparar a equipe para o campo, em 2021 ela levava 159 minutos, em 2025 ela está levando 238 minutos, ou seja, a conta, se dividir em horas – dá pra fazer em minutos ou em horas –, dá um aumento de 50% nessa resposta. Por que isso? Por que deu esse salto? É a senioridade da equipe de campo da Copel, da equipe de serviços? O que aconteceu para termos 50% de aumento nesse tempo de preparação.

Vendo de uma outra forma no gráfico que a Aneel conduz, ali a barrazinha azul é o total, mas vamos olhar, em 2021, aquela barra em vermelho, ali, no ano de 2021, bem no centro do gráfico, na parte de baixo: tem aquelas mesmas 158 horas que é o tempo de preparação. Aí em laranja é o tempo de deslocamento da equipe, da hora em que receber a ordem de serviço até chegar aonde está o problema de energia: 29 minutos e, em verde, 31 minutos.

Se a gente usar a série... Esses 31 minutos são para consertar – levam 31 minutos, em média, para restabelecer a energia. Se nós olharmos a série histórica do laranja, que é o tempo de deslocamento – 30, 29, 29, 29 minutos –, é muito igual, muito parecido ao tempo de deslocamento.

Mas reparem, nos últimos anos, o que aconteceu com o verde: nós tínhamos, desde o início, lá na esquerda, 30, em torno de 30, 28 horas; depois, nos últimos anos, passa para 37 e chega até 40 horas no último ano. Ou seja, o tempo de religar aumentou de 30 para 40 em média, e são milhões de serviços feitos.

Lá em cima – está pequenininho –, aparece o número de atendimentos, milhões de atendimentos. Então, na média, houve um crescimento de mais de 30% no tempo. Será que não caiu? A pergunta é: não caiu a qualidade entre o eletricista que nós tínhamos da Copel antiga e o que nós temos da Copel de hoje?

O Villela comentou que está tendo uma escola de eletricistas, o que é importantíssimo, mas, o tempo... Nós temos muitas queixas de pessoas que falam: "Às vezes, chega o eletricista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Copel e não consegue restabelecer". Tem um produtor rural que, às vezes, teve que chamar o eletricista dele, o pessoal dele, para ajudar o pessoal da Copel a fazer isso. Nós recebemos esses questionamentos sobre como está a qualidade da equipe. Esse número indicador preocupa, mostra que houve uma queda da qualidade desse eletricista lá da ponta da Copel.

Esse aqui é o que a Aneel... O Villela já comentou isso, que houve uma melhora. Agora, a Copel é medida para cada conjunto ou conjuntos de subestações: temos 157 conjuntos de energia, que foram georreferenciados aqui no mapa da Aneel. Em tudo que está azul, o DEC está o.k., está dentro do limite; em tudo que está vermelho, o DEC está acima do estipulado pela Aneel.

Então, a gente vê uma concentração muito grande de problemas onde, no Paraná? No sudoeste do Paraná, no oeste do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba, na região de Ponta Grossa e alguma coisa lá no noroeste.

Esse mapa é de 2024. Nós tivemos acesso, agora, aos novos números, de 2025, em que houve uma melhoria. Então, nós podemos observar que 50 dos 157 conjuntos – ou seja, 31,85% – estavam com o limite acima no DEC.

Vou passar, agora, para o mapa de 2025.

Esta é a situação de 2025: já houve um pouquinho de melhoria... Algumas no sudoeste do Paraná melhoraram. Vejam ali na direita: em vez de 50 subestações, 50 conjuntos com DEC alto, nós temos 34 agora. Mas a Copel continua tendo que pagar R$44 milhões em compensações pelo fato de ela estar com essa diferença.

A gente vê muito claramente onde a gente tem que trabalhar: sudoeste do Paraná; oeste do Paraná; Curitiba, região metropolitana; e Ponta Grossa. Esses são os pontos críticos. O norte está bem atendido, a cidade de Curitiba tem três conjuntos, está muito bem atendida. Então, onde tem muita população está muito bem atendido, é por isso até que a média ponderada mascara os problemas que a gente tem aí na parte do sudoeste e oeste do Paraná como um todo.

Já partindo para a parte final, nós fizemos, em conjunto, inclusive, com a Copel, um convênio – a Fiep com a Copel –, para fazer uma pesquisa de campo sobre a questão do crescimento da indústria. O Presidente da Faep, o Ágide Eduardo, falou muito bem que nós temos um risco de ter que parar de crescer, parar de produzir alimentos, parar de alimentar o mundo se a gente não tiver energia, na qualidade e na quantidade.

Nós fizemos uma pesquisa com em torno de 1,5 mil consumidores, inclusive envolvendo as cooperativas, que são grandes consumidores de energia, e a expectativa para os próximos cinco anos de crescimento é da ordem de 3,8%; e o Paraná está atraindo novas indústrias, que também vão aumentar a demanda em 7,7%. Ou seja, o crescimento previsto anual para os próximos cinco anos é 4,5%.

Por isso, Villela, é muito importante o anúncio daqueles investimentos todos também em aumento de carga, porque às vezes a gente chegou a ter casos, no passado, na Copel, de atrasos de implantação de investimentos, como o famoso investimento de Assis Chateaubriand de uma grande cooperativa que atrasou o cronograma por falta de energia na região. Então, isso é importantíssimo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo aqui, um pedido também feito e encaminhado ao Senador Sergio Moro, para que a gente possa descontingenciar os recursos da Aneel. A Aneel tem uma taxa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ARTHUR MOHR – ... de fiscalização.

Já concluindo, Senador, ela tem uma taxa de fiscalização, e essa taxa de fiscalização foi contingenciada. O que é isso? Ou seja, como é que Aneel vai fiscalizar se ela não tem recursos para fiscalizar? Mas nós estamos pagando. Nós, consumidores, precisamos de uma Aneel atuante, Ana. Então, a gente pediu para o Senador um apoio nesse descontingenciamento das taxas.

O mais importante, talvez, daqui é o reajuste. O reajuste, gente, é um reajuste de 26,7% na verdade. É o maior reajuste do Brasil hoje. Desses 26,7%, Deputado Sergio Souza, 19% vão cair neste ano e 7% já ficam pendurados no prego para o ano que vem. Ou seja, nós já teríamos... Se nós tivéssemos inflação zero no ano que vem, nós já teríamos 7% de aumento de energia no ano que vem. É gritante o nosso aumento, 19,2%.

E mais gritante ainda, observe a seta de cima. Algumas indústrias terão um reajuste de 51%. Ana, pedimos encarecidamente, estamos participando da consulta pública, temos que rever esses dados. Temos que ajustar esse rateio do grupo A, que não pode haver um aumento para uma indústria de 51%. Uma cooperativa do oeste do Paraná, na conta dela, aumentaria em 60% o valor de energia. Ela gasta hoje R$3,5 milhões com a Copel e R$3,5 milhões no mercado livre. Ela teria um aumento, só na parte da Copel, de mais R$2 milhões por mês. Como que ela pode passar isso para o seu produto? E, se ela repassar, o que vai dar de inflação isso? Porque o frango vai ficar muito mais caro.

Já concluindo, também pedimos para a Aneel verificar o expurgo de alguns investimentos que a gente acha que são expurgos de investimentos que não são considerados prudentes: medidores inteligentes, Paraná Trifásico, que não deram o resultado do aumento da qualidade ou do aumento da oferta de energia. Então, se a gente deixar esses aqui guardados para o momento em que realmente ele tiver o resultado na ponta... Isso não aconteceu.

Acho que aqui é a última tela, só para mostrar o reajuste do Paraná nos últimos anos. Na linha da coluna bem da direita, o Brasil, a energia cresceu, industrial, 29% nos últimos anos, enquanto a inflação foi de 26%; e, o Paraná, a energia cresceu 39% enquanto a inflação foi de 26%. Vejam aqui, na penúltima fila, que antes – na penúltima coluna – nós éramos sempre abaixo da média do Brasil, e agora, em 2025, a gente passou mais alto que a média do Brasil. Ou seja, a Copel passa a ter um valor mais alto em relação... Imagine agora com um reajuste desses aqui que vem.

Estamos trabalhando com a Copel, trabalhando numa equipe, naquele grupo do G7; temos que fazer a poda; temos que ter uma equipe treinada para o pronto atendimento; uma comunicação direta, que já tinha que estar implantada; a participação da sociedade na definição dos investimentos; um fundo para financiar esses investimentos; estabelecer uma cartilha para pedidos; e os últimos dois itens, a melhora da qualidade com a redução da oscilação e da interrupção das energias, e Aneel, a redução do reajuste.

Nós precisamos da ajuda aqui da Aneel, que é o órgão regulador para resolver isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agradeço, Senador, agradeço a todos os companheiros da mesa, e estamos à disposição para depois, na sequência dos debates. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Muito obrigado pela exposição.

Vou só destacar para o pessoal que está assistindo, que me enviaram uma matéria desse final de semana, como eu dizia: "Quedas de energia persistem e causam transtornos em diversos bairros de Cascavel". Isso foi agora, dia 2 de maio, "relatos de picos e interrupções constantes vêm de bairros como Tropical, Coqueiral, FAG, Santo Inácio, Parque Verde, Siena e parte do Cancelli. Mesmo após tentativa de normalização, moradores de Cascavel seguem enfrentando problemas com o fornecimento de energia elétrica neste sábado". É uma matéria longa, depois eu vou fazer o encaminhamento, mas recebi relatos que dia 23, em Cascavel, também tinha acontecido o mesmo problema de interrupção prolongada de fornecimento de energia elétrica.

Eu vou passar a palavra agora para a representante da Aneel, a Sra. Ana Cláudia Cirino dos Santos, que é Superintendente Adjunta de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica, e pedir para a Dra. Ana, se possível, no decorrer da exposição, nos informar que instrumentos a Aneel disponibiliza ao cidadão para eventualmente encaminhar reclamações, para obter alguma espécie de informação ou para poder enfrentar esses desafios das quedas de energia elétrica.

A SRA. ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos. Meu nome é Ana Cláudia, como o Sr. Senador comentou. Em primeiro lugar, eu agradeço o convite de participação nesta audiência pública em nome da diretoria da agência...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Só um minutinho. Só registrar aqui a presença também (*Fora do microfone.*)... dos Senadores Jayme Campos e Jaime Bagattoli. Agradeço o prestígio a esta audiência. Dois ilustres Senadores de outros estados que vieram...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Mato Grosso e Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mato Grosso e Rondônia, olha só. Todos conhecem as agruras do campo.

Perdão, doutora.

A SRA. ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS – Sem problemas. Inclusive, cumprimento, na pessoa do Sr. Senador Sergio Moro, os Senadores e o Deputado presentes, e também os integrantes da mesa que estão aqui compartilhando esta Comissão comigo.

A gente trouxe uma apresentação, mas muito me alegrou ver que todos os participantes conhecem bastante os dados divulgados pela agência. Então eu vou passar de forma um pouco mais rápida algumas informações, porque já foram trazidas tanto pelos representantes da indústria quanto pelos produtores rurais e pela própria Copel. Mas eu já antecipo a nossa conclusão em relação ao que vamos apresentar, de que, sim, temos observado um aumento expressivo nas reclamações vindas tanto dos clientes e consumidores rurais quanto da indústria, e isso ligou para a gente... Ainda que a Copel não tenha hoje infringido nenhum dos indicadores regulatórios que acompanhamos, isso ligou um alerta para a agência, e a Copel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está, para as nossas ações do segundo semestre, incluída em algumas ações da fiscalização técnica.

Eu reforço e agradeço a fala do Sr. João em relação ao nosso contingenciamento de recursos. Como temos recursos limitados, fazemos aquilo que está dentro da nossa disposição de recursos humanos, principalmente. Mas, muito em breve, receberemos alguns novos servidores e isso vai ajudar a nossa equipe, porque, no caso do Paraná, não existe hoje uma descentralização por meio de uma agência estadual, então a gente não tem o apoio de uma agência estadual no Estado do Paraná. Toda a fiscalização técnica em campo e à distância é feita pela própria agência aqui de Brasília, está bom?

Senador, ao final, eu falarei um pouco também sobre ACP, do reajuste tarifário, naquilo que eu consigo compartilhar, e também dos canais de comunicação com a agência.

Bom, aqui era um breve conteúdo, mas eu vou passar rapidamente por aquilo que já foi dito. Então, de fato, hoje, a Aneel trabalha com índices regulatórios, os quais, inclusive, estão em discussão em consulta pública – aí lembrando que a consulta pública trata da revisão tarifária, mas também da revisão dos indicadores de qualidade. Existe um item específico sobre essas metas, e as metas também são feitas para o índice global, que é esse que está apresentado aqui, e para os índices individuais dos conjuntos. Isso também está em discussão. Essa consulta termina no dia 22 de maio. Então, as contribuições serão sempre muito bem-vindas para a área técnica de regulação avaliá-las junto com aquilo que foi proposto na consulta pública.

Então, de fato, nos últimos anos, a Aneel tem buscado uma meta regulatória, um caminho de redução, e a Copel, dentro dos índices regulatórios, tem cumprido. É importante ressaltar que, mais ou menos quatro anos atrás, a gente fez um plano nacional com todas as distribuidoras – e aí o detalhamento vai estar um pouco mais à frente. Mas a gente faz metas não só para o DEC global, mas também para os DECs de conjuntos, né? Então, a gente busca também trazer um atendimento dos indicadores regulatórios de forma mais equânime dentro das regiões da concessão – no caso, o Estado do Paraná.

Então, a meta de 2025 foi cumprida ali, em 7,17. A gente apresenta aqui um valor de média móvel, né? Então, a gente faz esse cálculo em média móvel todos os meses, e ela continua dentro dos indicadores.

Mas, de fato, como foi explorado tanto pelo Sr. Ágide quanto pelo Sr. João, existe o que a gente chama de expurgos, né? Os expurgos são uma forma regulatória de retirar do tempo de duração equivalente aqueles eventos normalmente climáticos severos que atingem as áreas de concessão.

Então, aqui a gente traz um detalhamento, que é interno da fiscalização, sobre como a gente observa esses DECs mensais com os expurgos. Apesar de a gente olhar, claro, os cumprimentos regulatórios, dentro da fiscalização a gente acompanha essas informações do DEC global para verificar indícios de piora na qualidade do serviço e também indícios em relação aos expurgos que estão sendo realizados pelos agentes.

No caso do DEC mensal da Copel, a gente pode observar que existe, sim, em alguns meses, expurgos elevados. Então, a percepção do consumidor, de fato, é prejudicada, percebe-se uma qualidade pior, mas eles hoje ainda estão concentrados nos meses com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores eventos climáticos. A gente colocou aqui em destaque para aqueles eventos climáticos que ocorreram em setembro, novembro e dezembro, que atingiram mais de 1 milhão de unidades consumidoras dentro da área de concessão da Copel. Então, a gente observa que, nesses momentos, há, sim, um expurgo elevado.

A gente está trabalhando internamente para rediscutir e aprimorar essa norma dos expurgos. Com o aumento dos eventos climáticos, não só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil, a gente percebeu que precisa aprimorar todo o regulamento de distribuição.

Fizemos uma primeira parte dessa discussão, da discussão de resiliência, que se concluiu no início desse ano. Então, a gente trouxe ali alguns aprimoramentos em relação a como a gente vai ressarcir não o valor perdido, em prejuízo, mas trazer um tipo de compensação financeira para os momentos em que há uma quantidade excessiva de horas, tanto para o urbano quanto para o rural, mas a gente vai evoluir, pretende evoluir ainda este ano, com uma discussão também sobre o cálculo do expurgo, como a gente calcula, e trazer mais objetividade para isso para, de fato, se aproximar mais ao que é percebido pelo consumidor.

Então, é sempre muito importante a participação dos consumidores, das associações que representam esses consumidores nessas nossas consultas, principalmente nas discussões regulatórias, porque é assim que a gente consegue perceber o outro lado, que é o consumidor, e como ele está percebendo essas mudanças que a gente está propondo.

Bom, da mesma forma como foi dito, existem vários indicadores. Quanto ao indicador global de Frequência Equivalente, a frequência são as interrupções, e de fato a gente hoje ainda observa apenas interrupções acima de três minutos – é um outro ponto que a gente pode discutir no processo de aprimoramento relacionado à resiliência –, mas, por outro lado, a gente precisa de informações mais precisas em relação ao que cada um dos consumidores está percebendo, e isso exige a instalação de medidores inteligentes. A gente também está com uma consulta pública para tratar disso, de forma escalonada, para melhorar a percepção, a fim de ter mais informações da realidade do consumidor para a gente atuar também não só na ponta da regulação, mas na ponta da fiscalização.

No FEC total aqui, com o expurgo, também podemos perceber que há um expurgo nos últimos anos, mas ele não é um expurgo que tem grandes saltos, e aqui o FEC global é do indicador de 12 meses: em que pese haver os expurgos, existe ali uma tendência de melhora.

Como eu comentei, há quatro anos a gente lançou um plano nacional de qualidade olhando os DECs de conjuntos, e aí a meta, no caso da Copel, é cumprir agora, este ano de 2026, 80% dos conjuntos, dentro dos limites regulatórios.

Como o Diretor Villela comentou, no ano passado a Copel cumpriu a meta, que era de 78%, cumprindo com 79%, mas é importante ressaltar que houve, sim, uma ação da fiscalização para esse cumprimento de meta: uma vez que a gente observava um aumento e um encaminhamento para não cumprir, a gente fez um processo que a gente chama de obrigação de fazer, que é trazer uma obrigação com um prazo definido e com um percentual definido, que no caso foi de 78%, com um prazo para o final do ano passado, e, caso não tivesse sido cumprido pela Copel, a gente instituiu o que a gente chama de uma multa diária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses casos, é um processo que a gente tem utilizado para conseguir esses alcances mais rápidos em algumas metas que a gente tem imposto às distribuidoras.

Bom, agora, com esse dado de março de 2026, a gente tem 81% dos conjuntos que atendem os limites regulatórios do DEC regulatório, então é aquele ali, já retirados os expurgos, e ali nos pontos vermelhos são aqueles conjuntos que estão acima de 140% do limite regulatório. Então, esses são os nossos pontos de atenção, os marcados em vermelho, e os em amarelo são aqueles que estão entre os 100% e os 140% do DEC regulatório.

Bom, a mesma coisa a gente acompanha para o FEC. Então a gente olha desde a duração equivalente à frequência equivalente.

E aí falamos também um pouco aqui sobre a questão do tempo médio de atendimento. Aqui é um dado compilado pelo ano, e a gente, sim, observou que há um aumento, especialmente em relação ao TMP, que é o tempo de preparo. Então, só tentando explicar bem rapidamente quais são os três componentes...

O tempo médio de atendimento emergencial é aquilo que não está previsto, não é uma manutenção preventiva programada. Então, em qualquer falha de energia em que o consumidor entra em contato, e a Copel precisa ir avaliar em campo, a gente entra nesse atendimento emergencial. Então não é ligado a uma situação de emergência, a um evento climático, é o dia a dia da distribuidora.

Esse Tmae a gente acompanha de forma regulatória, e aqui também entram alguns expurgos dos momentos de situação de emergência, dos dias críticos. O tempo médio de execução é efetivamente estar lá e executar o serviço. Então, a gente pode observar que é um tempo médio que teve um crescimento, mas é um crescimento pouco expressivo nos últimos anos. Ali é em horas, e o outro dado, João, era em minutos, né? Então, aqui é em horas. Assim é menos de uma hora, e ele continua mantendo esse padrão. O deslocamento também não é um tempo muito grande: apesar de ser um estado com bastante área rural, não é um deslocamento muito grande, ele se mantém ali, mais ou menos, em torno de 30 minutos, que é 0,5 hora. Mas, o tempo de preparo – que é entre o momento em que o consumidor registra a reclamação, ou entre o momento em que a Copel identifica que há uma interrupção, e há efetivo envio da equipe para atender essa emergência –, de fato, aumentou. E isso já acendeu um alerta para nós: a gente olha aqui o ano de 2025, e ele já teve um aumento em relação ao ano de 2024; mas em 2026, são os primeiros três meses do ano, aquele valor ali é só os meses de janeiro, fevereiro e março, que são os dados já consolidados, a gente ainda não tem os dados de abril, e a gente vê um salto significativo no tempo de preparo, e isso já acende um alerta da fiscalização. Então, a gente deve entrar em contato com a Copel, identificar e verificar como a gente pode voltar a reduzir esse tempo.

Bom, e esse aqui é esse mesmo tempo distribuído ao longo da área de concessão. A gente observa que, nos 20 conjuntos com maiores tempos de atendimento, a gente também tem essa informação, e, de fato, tem alguns em que houve um acréscimo significativo. Então a gente vê alguns conjuntos ali, de tempo em horas/média no ano, de mais de 100%, o que também acende um alerta para a área de fiscalização.

Bom, e aí, como eu comentei logo no início, o que tem também trazido para a gente essa atenção para a distribuidora? O aumento do número de reclamações registradas. Então é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante ver que a gente coloca ali os dados do Brasil, em verde, e o da distribuidora. Então tem uma barriga ali entre o início de 2024, entre o primeiro semestre, no Brasil, que é acompanhada pela distribuidora. Assim é um padrão, que foi um padrão nacional, mas o que a gente está observando é que o número de reclamações nacionais está reduzindo e o número de reclamações específicas da Copel está aumentando.

Então, junto com a área de mediação administrativa e ouvidoria – e o Superintendente Ruelli está aqui também presente na nossa reunião –, a gente tem observado isso. A fiscalização não atua em reclamações pontuais, é a área de mediação, mas junto com a área de mediação, a gente tem visto essa tendência de piora.

Então, como eu disse, não há uma... Dentro dos limites regulatórios, a distribuidora segue cumprindo, mas a gente observa uma tendência de piora ainda dentro dos limites regulatórios, o que faz com que a fiscalização passe a ter um olhar mais específico para a distribuidora.

Então, aqui são as últimas ações de fiscalização que nós fizemos. A gente atua de forma global em todas as distribuidoras com planos de resultado. A nossa intenção é buscar as melhorias por meio desses planos. Então, os planos foram... São sete planos, a grande maioria deles ligados à continuidade de fornecimento, tendo só um único plano que foi reprovado em 2023.

A gente vê os processos punitivos. Então, quando os planos, que são processos entre a agência e a distribuidora de melhoria antes do processo sancionador, não funcionam, a gente passa para o processo sancionador. Então, nos últimos anos, tivemos um processo específico sobre a forma de apuração do ICI; tivemos um sobre a medição de regime permanente, em que foi aplicada uma multa em 2024, que foi paga pela distribuidora; e também, agora em 2025, como eu comentei, houve essa obrigação de fazer, que foi cumprida pela distribuidora no final do ano passado, com o atendimento dos DEC e FEC globais para o ano de 2025.

Então, como conclusão, a gente observa que ela cumpre os limites regulatórios dentro dos planos, mas que ela registrou um aumento no tempo médio de atendimento, especialmente na questão do preparo. E aí a gente não tem como afirmar, mas sabemos que normalmente o tempo médio de preparo aumenta quando há uma redução da equipe ou quando há uma quantidade de profissionais em campo menor do que o ideal.

A gente, sim, considera que houve um aumento dos eventos climáticos, especialmente no segundo quadrimestre do ano passado, e isso, claro, resulta em uma piora na percepção da qualidade do consumidor. E a prestação do serviço, como eu comentei ao longo da apresentação, é continuamente monitorada por nós na fiscalização técnica, e a gente tem atuado quando a gente entende necessário. E, neste momento, a gente tem observado, sim, que essa tendência de piora é um ponto de atenção, ainda que esteja cumprindo os parâmetros regulatórios.

Esse era o fim da apresentação, mas eu anotei alguns pontos aqui que eu acho que são relevantes de a gente trazer. Então, reforçando que, na semana passada, foi feita audiência pública sobre a revisão tarifária da distribuidora. O prazo de contribuição é até dia 22 de maio. E, além dos valores relacionados aos efetivos aumentos que são calculados em grande medida em relação àquilo que está imposto, tanto por lei quanto por regulamento, a gente também discute nessa CP as questões de qualidade. Então, também é muito importante que haja esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar do consumidor nas contribuições para que a STD, que é a área responsável, possa se debruçar nesse detalhamento, para além das reclamações.

A gente fez, no início do ano, uma revisão de parte do arcabouço regulatório. E propusemos, e a partir desse ano já está em vigor, o que a gente chama de Dise, que é uma compensação financeira para interrupções prolongadas em situações de emergência. Então, em eventos climáticos, que a gente espera, dada a situação, mais horas para você conseguir resolver, a gente colocou um critério de compensação financeira para os clientes, tanto urbano como rural, para que aqueles movimentos de várias horas depois de uma grande tempestade, um grande problema climático, para retomar a energia sejam reduzidos de alguma medida.

E também está na nossa agenda regulatória, como eu comentei no início, a revisão dos critérios – tornar mais objetiva a questão dos expurgos, para cada vez mais aproximar os nossos indicadores regulatórios da percepção real dos clientes.

E, por fim, eu acho que é muito relevante a gente... Sobre a questão da oscilação de tensão que foi trazida aqui, a gente ainda não tem todos os dados necessários para fazer fiscalizações mais específicas e contundentes, porque precisamos de informações de medidores, que a gente hoje chama de medidores inteligentes. A gente está com uma ação para evoluir na instalação desses medidores, mas esses medidores têm um custo que é bastante elevado. A gente está sempre buscando um equilíbrio entre quanto mais possível instalar esses medidores sem ter um aumento tarifário para ser percebido pelo consumidor. Então, é esse equilíbrio que a gente tem buscado, mas a gente está com uma consulta pública aberta para tratar sobre esse ponto para alguns consumidores. Isso também é importante porque a gente vai ter mais informações também em relação à GD.

Por fim, na questão da GD – também está no nosso radar a questão da GD –, a gente tem algumas discussões internas sobre como aprimorar e verificar de forma mais assertiva os impactos da GD. Isso é previsto na lei; então, a gente está estudando internamente como tratar essa questão da GD junto com os impactos que ela traz, positivos e negativos, para a operação da rede dentro da distribuidora.

Novamente agradeço a nossa participação e estou à disposição para respostas às perguntas que vierem.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço a exposição da Dra. Ana Cláudia.

Só para esclarecer um ponto aqui: tem sido observada uma deterioração dos indicadores dentro ainda das metas, mas, num momento, a Doutora falou que havia uma fiscalização planejada ou agora para este ano?

A SRA. ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS – A gente deve atuar, ainda no segundo semestre deste ano, em alguns temas dentro da agência, não só na Copel, mas em outras distribuidoras. Elas são nas manutenções da rede. E por que isso é importante? Quando a gente observa os planos de manutenção e operação, a gente vê se a rede responde estar resiliente o suficiente para o atendimento, ou seja, redes mais fortes, de uma forma mais leiga, tendem a cair menos.

Um dos pontos que o Sr. João comentou é a questão da poda, que também faz parte do processo de manutenção e operação de uma rede. Então, a gente deve observar e deve incluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Copel nessa primeira ação de fiscalização que a gente deve fazer no segundo semestre. Ela é normalmente um diagnóstico, a fiscalização na agência não é sempre punitiva. Primeiro, ela é orientativa, a gente faz um diagnóstico para ver quais são os problemas e tentar fazer a correção de rumos na medida, usando os instrumentos de fiscalização que a gente tem hoje à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Alguma movimentação do Governo do Estado do Paraná para a realização dessa fiscalização?

A SRA. ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS – Não, a gente não observou ainda não. A gente tem visto mesmo é o número expressivo de reclamações que têm sido protocoladas na agência, ali via CMA, e também no recebimento de muitos Prefeitos e Vereadores do interior do estado pela nossa assessoria parlamentar no segundo semestre e início deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Antes só de prosseguir com os nossos expositores, há um pedido aqui do Deputado Federal Sergio Souza, que vai ter que se ausentar e pediu a palavra. Então, eu a concedo a V. Exa.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR. Para expor.) – Muito obrigado a S. Exa. o Senador Sergio Moro.

Senador, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa, e não é a primeira iniciativa de V. Exa. em causas que envolvem diretamente o Paraná. Eu participei, algum tempo atrás, por exemplo, de uma audiência pública tratando sobre invasões de indígenas nas regiões noroeste e oeste do Paraná, Ágide. Então, o Senador tem prestado atenção às pautas do Paraná, e o Senado se presta a isso.

Eu já tive o prazer de ser membro desta Comissão e, quando aqui estive, nós debatemos uma série de projetos. Inclusive, o João Arthur lembra de alguns deles, o TRF.

Tive o privilégio de ser o Relator da criação do TRF, e vi um pronunciamento do Ágide sobre o assunto esses dias. Então, o Parlamento brasileiro, mais especificamente o Senado, é a Casa da Federação e aqui se defendem os interesses do povo paranaense e do estado. Então, parabéns, Senador Sergio Moro, pela iniciativa e pelo alto nível do debate.

Eu cheguei já na metade da explanação do Villela. Depois, eu até peço a oportunidade de ter acesso a sua exposição e a de todos também, porque este é um tema, Villela, que nos aflige muito. O Senador Sergio Moro colocava aqui um retrato urbano de Cascavel, do último final de semana; no dia do trabalhador, quando a maior parte das pessoas estavam em casa. Eu acho que é o único dia no Brasil que a maior parte das pessoas não trabalha. É raro você ter um estabelecimento... a não ser aqueles mesmos essenciais. Então, é um momento de lazer, de desfrutar com a família, e você ter uma queda de energia é um constrangimento.

Mas eu quero falar um pouquinho aqui sobre o meio rural, que é o qual eu tenho o privilégio de representar no Congresso Nacional. Até peço licença a esta Comissão, porque daqui a um pouquinho nós já começaremos lá na FPA uma reunião de diretoria e, depois, teremos a reunião, um almoço nosso, na Frente Parlamentar da Agropecuária.

Eu queria também dizer do Daniel Pimentel, porque ele faz uma gestão diferenciada. É um cara muito inteligente, muito preparado, conviveu conosco aqui, no dia a dia de Brasília, como representante de entidades. E a Copel, Villela, fez um trabalho extraordinário nesses últimos anos com relação à trifásica. É algo único que tem no Brasil. Não tem nenhum lugar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil que teve tantos investimentos em trifásica como fez a Copel... Isso dá ao produtor rural, que tem equipamentos que dependem da trifásica, uma segurança. E o Governador Ratinho Júnior, que é o ordenador disso tudo, fez um trabalho muito bom.

Agora, o nosso grande problema, o nosso grande gargalo não está mais na rede, pelo menos em grande parte do Paraná. Ele está na tensão, ele está nas subestações e nas quedas constantes de energia. Eu tenho propriedade rural. Já queimou tudo na minha propriedade rural: bomba d'água, aerador, triturador de grãos – já queimou tudo –, motor de compressor; não ficou nada, já queimou mais de uma vez. Isso depois da trifásica. Antes da trifásica não queimava, depois da trifásica... Porque você cai a tensão, fica ali uma, duas fases somente; o motor não está preparado para aquilo e acaba queimando. E é recorrente a falta de energia. Isso eu estou retratando o meu caso. Imaginem do resto... Dá um trovão do outro lado do Paraná, já corta a energia e fica, às vezes, dois, três dias sem energia. É muito comum.

Eu até prestei atenção ali, quando mostrou o mapa dos municípios que estão em cinza, daqueles que estão deficitários, e está justamente o meu lá no cinza, faltando alguns investimentos. Mas eu queria entender – talvez as minhas perguntas aqui, se a Presidência, Sergio Moro, me permitir – onde estão as razões. Isso seria uma pergunta direcionada mais ao Villela. Houve a privatização. A privatização, a essência dela... E eu não sou contra privatizações, Senador Bagattoli. A essência da privatização é aumentar a eficiência do serviço, mas ela visa a lucro. Ela passa a ser privada e há um acionista que está vendo o seu bolso.

E aqui foi colocado, o lucro da Copel é extraordinário, nós ultrapassamos os R$2 bilhões. Agora, o prejuízo daquele que está lá na ponta, que tem tido essas quedas de energia, influencia no seu custo de produção, pode ser na indústria, pode ser no campo. E o custo de produção hoje é algo que tem aumentado significativamente no Brasil, especialmente no campo, porque o valor agregado daquilo que você comercializa... E está aí o produtor rural, ele é um refém, porque ele não dá preço no que ele compra e ele não dá preço no que ele vende, ele só tem aquilo imposto, e, ou ele aceita ou está fora do negócio. É como se fosse um contrato de adesão: ou você assina ou você vai buscar outra coisa para fazer.

E o seu custo de produção tem aumentado, nós estamos vendo aí o custo da energia elétrica, o custo do petróleo, o custo dos insumos agropecuários – agora muito mais elevado por conta da guerra –, o custo da logística e vai embora... O pedágio que se instalou de volta no Paraná nesses últimos dois anos. Então, tudo isso aumentou o custo de produção, mas o valor do seu produto, tirando a pecuária – não é, Senador Bagattoli? – bovina, porque a suína está um horror também, mas grãos é metade do preço que valia cinco anos atrás – metade do preço! Agora, o custo dobrou de cinco anos para cá: um maquinário, uma colhedeira, um trator, tudo isso. Então como é que ele consegue planejar isso?

Quando ele tem perenidade nos seus gastos, previsibilidade, não é difícil, ele controla a sua margem, mas, quando ele não tem, aí ele amarga prejuízos e quanto à queda de energia, você não tem previsibilidade. Então isso deixa muito instável e aumenta o custo de produção. E a minha pergunta é: houve a privatização, há uma necessidade de lucros para os acionistas, deixou de se fazer os serviços essenciais – e muitos dados aqui apresentados em gráficos demonstram isso –, a eficiência da Copel diminuiu, porque o estado, quando ele era majoritário, ele tinha maior controle; a população, através da cobrança ao Parlamento, ou seja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Legislativa, as diretorias tinham maior pressão nisso e hoje não têm; faltou investimento, e, para dar essa estabilidade, falta investimento em quê? Porque alguns falam assim: "As placas solares...", e é um outro problema que não vamos discutir hoje aqui, "aumentam a tensão durante o dia, mas a noite cai", então o que, de fato, está acontecendo que há essa instabilidade com essa queda de energia constante? Principalmente no oeste e sudoeste do Paraná, não que outras regiões não tenham, mas o oeste e o sudoeste do Paraná são os maiores produtores de pecuária – peixe, frango, suínos –, o sudoeste do Paraná é o maior produtor, parece ser a maior bacia leiteira do Paraná, com grandes indústrias de lácteos inclusive. Então essas são as regiões com maior dependência de estabilidade de energia elétrica.

Então a minha pergunta fica nesse sentido, e, se o Senador Presidente Sergio Moro me permitir, e quiser que se responda antes de eu me ausentar, mas é nesse sentido, qual é o gargalo? É distribuição, é geração, qual é a solução que a Copel vai dar e se isso é em curto prazo?

Muito obrigado, meu amigo Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Deputado, na verdade a ideia era ouvir todos e depois até eu iria conceder um período de réplica geral para ele poder expor inclusive o que foi colocado pelos demais, mas nós seguiríamos ali a exposição. Mas, se quiser sintetizar uma resposta em dois minutos... Porque eu vou dar depois para V. Sa. e para todos os expositores um tempo final para falar, mas, se quiser, só em respeito ao nosso Deputado, tá?

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU (Para expor.) – Deputado Sérgio Souza, agradeço a pergunta. Essa preocupação é da Copel. Nós tivemos um 2025 desafiador em termos de clima, nós tivemos os piores temporais da nossa história. E não quero usar isso como justificativa, nós temos que usar isso como insumo, de rever o nosso plano de investimentos e rever a nossa logística operacional. Então, em 2024 e 2025 houve os maiores investimentos da Copel já pós-privatização, e nós anunciamos nos próximos cinco anos investimentos robustos também, com o principal foco de atender o crescimento do mercado e atender a melhor qualidade. E anunciamos, depois de dez anos, Sr. Deputado, um aumento do quadro de eletricistas próprios. A Copel não contratava há mais de dez anos, pela dificuldade que era repor vagas através de concurso público, demorava muito, e hoje nós temos uma agilidade muito maior.

E, principalmente, além disso tudo, nós passamos a estar muito mais próximos das federações. Então, eu estive presente recentemente na região oeste, em Medianeira, discutindo, ouvindo as demandas e, além de tudo isso, dos montantes de investimentos, nós fizemos todo o mapeamento da cadeia da proteína, quem tem uma alta dependência da Copel.

Nós, sim, lamentamos profundamente qualquer perda de produção. Vamos lamentar, mas, principalmente, agir. Agir é direcionar os investimentos. A GD é, sim, um grande desafio técnico para a Copel. É a área de concessão com maior GD. Antigamente, bastava fazer manutenção preventiva e poda. Hoje em dia, esse aumento expressivo da GD tem trazido desafios com relação à tensão que, com o direcionamento dos investimentos, nós vamos resolver no curto e médio prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço a colocação. Depois, no final, a gente tem um debate um pouco mais longo e isso pode ser desenvolvido. Eu, na verdade, sim, só me permita uma questão. O debate, eu acho que nem é questão de privatização, estatização, mas, privatizada, a empresa precisa continuar prestando um serviço de qualidade. Aliás, quando a privatização é feita, e principalmente sob o argumento de ganho de eficiência, entre outros motivos, me parece que é obrigação da empresa apresentar um serviço de maior qualidade nesse período. Mas vamos deixar essa questão para a gente debater mais ali ao final.

E eu vou pedir aqui a gentileza de assumirem postos aqui na mesa o Dr. Ricardo e o Dr. Silvio e pedir para o João Arthur Mohr e à Sra. Ana para poderem ceder os seus assentos, só para as respectivas exposições. Vou pedir aqui à equipe para trocar as plaquinhas. (*Pausa.*)

O Dr. Ricardo Morishita é Secretário da Senacon do Ministério da Justiça e Segurança Pública. E vou lhe conceder a palavra, Doutor, e agradeço a sua presença. Só pediria que, no decorrer da sua exposição, V. Sa. também pudesse, talvez, discorrer um pouco sobre os direitos do consumidor no que se refere a esses prejuízos causados pela interrupção de energia elétrica e como é que ele pode pedir indenização, obter indenização, quais são as... V. Sa. certamente é especialista nesse assunto. Então, por dez minutos, por gentileza.

O SR. RICARDO MORISHITA (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

Senador Sergio Moro, Presidente desta audiência pública, quero agradecer o convite para a Senacon. Um privilégio estar aqui e poder falar deste tema que afeta consumidores. Quando a gente olha para o médio e o pequeno produtor rural, a gente também os considera consumidores. Nós sabemos que o Código de Defesa do Consumidor define que a pessoa jurídica também é consumidora. Então, há uma imensa preocupação em relação aos fatos aqui relatados.

Quero cumprimentar também todos os integrantes da mesa: a Copel, na figura do Diretor-Geral; a Federação da Agricultura com seu Presidente; a Federação das Indústrias; as cooperativas... Então, é um grande privilégio estar aqui com todos vocês.

Eu trouxe alguns dados, mas eu não trouxe apresentação. Eu quis aproveitar um pouco o desenrolar da audiência para poder reagir a ela, trazendo algumas preocupações.

Acho que o primeiro dado, que me parece uma notícia positiva – e a gente tem uma responsabilidade por cuidar disto –, é que hoje, depois de... Estou há mais de 35 anos na defesa do consumidor. No início, a gente não tinha dados e hoje a gente tem dados. Acho que a Aneel – estão aqui o André, que é o Ouvidor, meu querido amigo, e a Ana Cláudia, que é a Superintendente da Aneel – também tratou desse tema. A gente vai vendo como ter as informações, e os dados são relevantes. A gente costuma dizer que aquilo que a gente não mede a gente não administra. E ter os dados revela muitos eventos que ocorreram ao longo dessa prestação.

Eu tenho dados aqui de atendimentos dos consumidores. Acho que tem dados positivos, mas tem alguns dados que preocupam. Eu quero dar destaque, Senador, a um dado que me pareceu relevante, porque existir os dados ajuda a gente a medir o que está melhorando, o que está piorando, a experiência do consumidor, mas ajuda a gente a olhar com mais profundidade alguns problemas. Acho que foi dito aqui – acho que pelo Presidente da Federação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agricultura; depois o Dr. João, que representa a Fiep, também colocou; depois a própria Ana Cláudia falou também – sobre a questão, por exemplo, do expurgo. Se, de um lado, há uma medida razoável, de outro lado, ele também é um indicador de que algo está acontecendo. Quando a gente olha o painel da própria Aneel em relação aos expurgos, o que me preocupa? Se, de um lado, tem essa legitimidade, de outro, a experiência do consumidor está muito ruim, quando a gente tem essa quantidade de expurgos. E, quando nós olhamos o *ranking* das empresas de energia do Brasil que mais expurgaram, a gente tem, em primeiro lugar, a CEEE, do Rio Grande do Sul – é até sintomático que seja assim, pois nós sabemos dos eventos –; em segundo e em terceiro lugar, vem a Enel, em São Paulo e no Rio; e, em quarto, a Copel, que é uma das que mais apresentou expurgos ao longo do processo.

Isso nos leva a uma segunda questão relevante: a necessidade de acompanhamento e dos ajustes regulatórios necessários.

Quando nós consideramos como expurgos os eventos climáticos, é necessário que se tenha uma análise mais precisa e mais coerente. Quando nós temos terceiros, quando nós temos a regra, há uma primeira discussão: o quanto da regra está sendo cumprida adequadamente e interpretada adequadamente? Mas a segunda questão é relevante: o quanto da regra deveria e necessitaria também de ser revista, o que nos leva a uma terceira situação.

As medidas regulatórias são importantes, e, de um lado, elas trazem segurança para o investimento; portanto, para maior benefício da população, a gente sempre traduz os investimentos como um ganho da população, dos consumidores. Com essa segurança, há momentos que são emergenciais e eles precisam de uma intervenção, porque o impacto é imediato.

Então nós costumamos dizer que, no processo regulatório, o *ex post*, depois que acontece o dano, é plenamente conhecido, mas o *ex ante* é deficitário, é na estrutura do processo regulatório. A gente lidar com a prevenção é algo que é cada vez mais necessário. Nós estamos vivendo uma mudança climática, esses impactos são violentos, nós temos vários desafios no país, mas um deles também é mediar o investimento e a transferência de risco.

Quando as medidas preventivas da regulação não observam os efeitos preventivos, significa que a gente está transferindo o risco para alguém, e essa transferência de risco ou cai para o Estado ou cai para os consumidores/produtores. E a regulação não pode ser um jogo de gato e rato, em que você estabelece a regra, e aí você tenta cumpri-la, para obter o maior benefício possível. A regra regulatória traz um valor de boa-fé. Ela não é uma meta de resultados em que eu tenho a maior eficiência e o maior resultado e eu transfiro os riscos para consumidores que têm vulnerabilidade ou para setores produtivos que vão impactar consumidores no fim do dia.

Então a dimensão da regulação não pode ser usada como um mecanismo de gato e rato, em que eu fujo e eu procuro atingir aquela zona de conforto, mas, no fim do dia, eu estou transferindo, brutalmente, custos para consumidores pessoas físicas, para consumidores pessoas jurídicas e para setores produtivos, que vão impactar, final e novamente, os consumidores pessoas físicas.

Então, Senador, nesta Comissão do Senado da República de Infraestrutura, eu gostaria de trazer este apelo. Se a regra está posta, vamos trabalhar com a regra, vamos aperfeiçoar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta regra, porque esses eventos indicam um desequilíbrio e uma necessidade de ajustes em todo o processo regulatório.

Quando nós olhamos para os dados – e eu queria voltar...

Olhando para o quadro que Aneel tem, ela tem dados extraordinários. Ela vai mostrando item a item, ponto a ponto. É um trabalho que é um investimento do Estado brasileiro. É um patrimônio que nós temos. Usar bem esses dados nos dá uma política mais adequada, correta, eficiente, que ajude o cidadão, que permita às empresas investir. É importante cuidar deles.

Nós temos, no âmbito do Ministério da Justiça... O Senador Sergio Moro foi Ministro da Justiça e manteve uma política muito importante. O Secretário Nacional do Consumidor à época, o querido amigo Luciano Timm, manteve uma das principais políticas para o consumidor, que é o *site* de reclamações, o consumidor.gov.br. Esse é um legado que o Brasil vai construindo. Mudam os governos, mas a política continua. É uma plataforma em que você pode fazer a reclamação; a empresa recebe diretamente a reclamação, entrega aquilo que o consumidor está pedindo; e, finalmente, o consumidor avalia. E é uma ferramenta também que nós acompanhamos ao longo do processo.

A satisfação do consumidor, nesse último ano, em relação à Copel tem caído. Houve uma queda de 6,75% dos consumidores que avaliaram a plataforma. Se colocar uma nota de 1 a 5, os que deram 5 foram 22%; os que deram 1 foram mais da metade, 54%. Então, isso mostra um índice de satisfação. Não estamos falando de procedente ou improcedente, de ter ou não direitos; é avaliação da experiência do consumidor.

Quando nós olhamos para outra régua importante que Aneel mantém, que é o Iasc, a gente vê que a Copel está em 31º lugar no *ranking*. Então, tem 30 empresas no Brasil acima dela.

E me permitam aqui compartilhar uma situação pessoal. Minha família, trabalhou e viveu muito no Paraná. E a Copel sempre foi uma referência. Então, há uma expectativa positiva da Copel em relação aos seus serviços. Mas o que a gente olha aqui agora é um declínio dessa qualidade e dessa expectativa.

Quando nós olhamos, então, para essa queda, acho que há aqui uma possibilidade, uma oportunidade de melhora, uma oportunidade de cooperação, para que esses atendimentos melhorem. E há também um outro convite: os agricultores, os pequenos e médios agricultores são consumidores; eles podem usar a plataforma do consumidor.gov, Presidente, para realizar as suas reclamações, especialmente nesse caso. Basta ele ter o Gov.br, que serve para evitar fraudes, evitar qualquer tipo de distorções, mas ele é consumidor. Os cooperados também. Na região que a gente planta, tem a Coamo. Os cooperados da Coamo também são consumidores e podem utilizar essa ferramenta.

E eu conversei com a Copel e espero que esses agricultores, produtores, pequenos e médios, possam utilizar a plataforma e espero uma cooperação da Copel para que sejam solucionados. É um caminho oficial gratuito, público; uma plataforma do Estado, que faz os atendimentos e pode receber essas reclamações de pequenos e médios.

E aí eu abro um parêntese e explico. O STJ tem entendido – isso já é assentado – que, para ser consumidor, se precisa de três características. Pode ser pessoa física, pode ser jurídica, pode utilizar, por exemplo, a energia como insumo, não há problema nisso, mas ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa apresentar três características: que esse serviço seja para ele – ele não esteja revendendo esse serviço, então ele é o destinatário fático –; segundo, ele tem que ter vulnerabilidade – e, nesse caso, eu não tenho a menor dúvida de que o pequeno e o médio detêm vulnerabilidade –; e o terceiro requisito é *expertise* diversa – ele tem a *expertise* de produzir, não tem *expertise* em conhecer a rede de energia elétrica. Então, me parece que esses elementos são suficientes para que a pessoa física possa adentrar na plataforma e realizar suas reclamações.

Nós faremos o acompanhamento dessas demandas juntamente ao fornecedor, que é a Copel, claro, em total colaboração com o ente regulador, que é a Aneel. Esse é um caminho importante, mas, Senador, não para o *ex-ante*, para o *ex-post*, porque aqui o dano já está posto nesse processo.

Há outra medida estrutural que nós também entendemos relevante, e nós precisamos de apoio também nesse sentido. A Agência Nacional de Energia Elétrica considerou, dada a continuidade, a segurança do Gov, um indicador que impacta no reajuste tarifário. Utilizar o canal para fazer reclamações e mostrar... Cada consumidor avalia sua experiência: se foi ótima, 5; se foi ruim, 1. E essa avaliação vai impactar diretamente no reajuste tarifário. Então, é importante a utilização da plataforma para que ele possa fazer o uso desse mecanismo.

No direito do consumidor, o código completou 35 anos. Acho que foi um presente que o Congresso Nacional deu, foi unânime a votação, em 1990, que estabeleceu as regras. E um direito básico do consumidor, no art. 6º, inciso VI, é a efetiva tanto prevenção como reparação de danos patrimoniais e morais. Então, é básico. E é a isso que todo consumidor lesado, seja o produtor pequeno, micro ou médio, seja o comerciante, seja a indústria pequena ou micro, tem direito nesse processo. E a reparação também tem uma dimensão, que é a patrimonial – a pessoa jurídica não tem, o dano moral da pessoa jurídica é uma outra discussão, mas o patrimonial existe –, mas ele também traz outro efeito, que é o efeito dissuasório, é desestimular a prática da lesão. Lesar não pode resultar em lucratividade, não pode resultar em um aproveitamento, tem que ser endereçado.

Na medida em que os incentivos são equilibrados, nós temos um equilíbrio na regulação e um equilíbrio na prestação de serviço. Por isso, é crucial que aquele que foi lesado, como medida de justiça, mas como medida legal, obtenha a devida reparação. Só assim aquele que sofreu e experimentou o dano pode dar uma contribuição para o futuro. A gente costuma dizer que a justiça é um projeto de futuro, e aquele que foi lesado precisa ser indenizado. Eventualmente, o ganho que se obteve com a lesão precisa ser endereçado e não pode se transformar em lucratividade. A isso ocorrer, nós vamos perpetuar um incentivo aos danos e aos prejuízos.

Então, o código tem um regime básico da efetiva reparação.

O seu regime de responsabilidade – eu vi no requerimento do Senador Sergio Moro, que ele cita – é exatamente o art. 22, que insere, no regime de responsabilidade objetiva das relações de consumo, a obrigatoriedade da indenização do dano sofrido dos consumidores.

Então, parece-me que não nos faltam medidas normativas, legais, não nos faltam fundamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante que essas demandas sejam apresentadas, para que possam tanto orientar a reparação como ser um incentivo para que danos futuros não ocorram, mas também que, nas medidas *ex-ante*, a gente possa ter uma reflexão, uma participação deste Senado na República, desta Comissão, no acompanhamento, no redesenho, no aperfeiçoamento das medidas regulatórias.

Eu não quero me estender mais.

Mais uma vez, Senador, eu quero agradecer a oportunidade dada à Secretaria Nacional do Consumidor, que representa o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Nós temos uma competência concorrente entre a União, os estados e os municípios, e nós sabemos que a Senacon não manda no Procon estadual e nem no Procon municipal, mas trabalhamos em total cooperação. E fico muito feliz de dizer: não há uma discussão político-partidária. Todos participam.

Nos últimos eventos de aumento, da lucratividade indevida, no caso de combustíveis – veja bem, foi o aumento da margem de lucro, em um período de guerra, em um período em que o país faz um esforço, isentando impostos, dando subvenções contra o aumento da margem de lucro dos postos e distribuidoras do país –, nós tivemos, em cinco semanas, com a cooperação de todos os estados, mais o Distrito Federal, mais de 10 mil fiscalizações em postos e distribuidoras. Então, é um sistema que trabalha de uma forma cooperativa.

E tenho certeza de que, nesse tema, nós estamos à disposição para contribuir com os consumidores do Paraná, especificamente com os produtores médios e pequenos do Paraná.

Muito obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu agradeço ao Dr. Ricardo pelas suas palavras.

Ao ouvi-lo, eu me lembrei daquela peça de Júlio César, de Shakespeare, em que ele fala que "não é dos astros, caro Bruto, a culpa", porque o grande problema é responsabilizar o clima, o grande problema é responsabilizar o consumidor, que não corta a árvore, mas isso é uma coisa que existe dentro do nosso contexto do trabalho de operações das empresas.

Claro que existe uma situação de eventos extraordinários que, eventualmente, têm que ser considerados, mas o fato é que as prestadoras de serviços têm que resolver essas questões da melhor forma, para atender ao consumidor.

E me chama a atenção essa queda na avaliação da nota, 54% apenas de 1%.

Mas eu vou passar a palavra aqui ao próximo expositor, que é o Dr. Silvio Krinski, Coordenador de Técnica e Sanidade da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

Ah, registro aqui, com satisfação, a presença do Deputado Federal Tião Medeiros.

Muito obrigado, Excelência, por sua presença. Um Deputado sempre muito ativo na defesa da população paranaense. Muito obrigado.

O SR. SILVIO KRINSKI (Para expor.) – Bom dia, Senador Sergio Moro.

Honra-me muito estar aqui nesta Comissão, para poder falar um pouquinho sobre esse olhar da energia com a perspectiva do setor produtivo, envolvendo as cooperativas.

Gostaria aqui de também cumprimentar os demais colegas que me antecederam. Ótimas falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o cenário está muito bem-posto. Eu vou tentar não ser repetitivo, naquilo tudo que já foi colocado, mas eu acho que é importante pontuar algumas questões que são bastante delicadas dentro do nosso segmento, Senador.

Primeiro ponto que eu gostaria aqui de colocar é quem nós estamos representando, que é o setor cooperativista. E aí, dentro do Estado do Paraná, a gente hoje é responsável por aproximadamente 65% de toda a produção de grãos e quase a metade, 45%, da produção de proteína animal.

Como estratégia, as cooperativas dão escala aos pequenos, médios e também aos grandes produtores, para que a gente possa agregar valor à essa produção. E, para agregar valor à essa produção, nos dias atuais, eu preciso de energia para poder fazer isso.

Quando eu olho para as cooperativas que, de fato, fazem a utilização dessa energia – e a gente fez um recorte das 20 maiores cooperativas agroindustrializadas –, elas consomem algo como 2,3 mil gigawatt/hora/ano de energia. Isso representa 6% da energia consumida em todo o Estado do Paraná. Ou seja, elas são eletrointensivas.

A energia elétrica, para nós, é um insumo estratégico. Ela é utilizada em toda a cadeia de produção. Ela é utilizada para fazer frio, é utilizada para fazer secagem de grãos, é utilizada dentro de um frigorífico, que é um procedimento contínuo, um processo contínuo, e eu preciso de energia em quantidade e em qualidade. Isso é fato.

E, aí, quando a gente olha para o futuro, eu vejo uma demanda crescente em termos de energia para essas cooperativas agroindustrializadas.

A gente tem uma perspectiva de um aumento de quase 33% até 2032, nesse consumo de energia. Então, a gente sai de algo como 2,3 mil gigas e vai a 3 mil gigas de demanda de energia para ser utilizada para esse processamento, que é para atender a quem? À produção dos nossos produtores.

E o que é que a gente tem como cenário atual?

Eu acho que o Dr. Ágide trouxe muito bem, no início da sua fala aqui, o que eu classifiquei como problema real.

O problema real que a gente tem, quando vai conversar com uma cooperativa ou com um produtor, é que nós temos queda de tensão, oscilação de tensão e interrupção de energia de forma frequente, e isso que foi muito aqui relatado, através de indicadores que é olhado, através de números... Nós temos uma questão prática dentro da planta industrial, que é o quê? É a queda da competitividade das nossas agroindústrias.

Isso reflete em custo de produção, e, muitas vezes, esse custo é repassado ao produto final do nosso alimento e vai refletir em inflação e em toda a parte econômica, que a gente sabe muito bem.

E, aí, o Dr. Ricardo traz a questão dos indicadores, e a Dra. Ana Cláudia também trouxe a importância de nós termos os números.

Algumas das nossas cooperativas a gente tem orientado, e esses números são delas, eu não posso trazê-los aqui, mas eu já tenho compartilhado isso com a própria Copel, em diálogo que nós temos...

Nós temos colocado medidores de acordo com o Prodist 8, para que a gente possa fazer a conversa técnica, como podemos resolver. O problema está dado; o ponto é como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolvemos esses problemas. E nada melhor do que a gente ter números, ter indicadores, para que a gente possa evoluir na discussão técnica, para que a gente ache soluções.

Da mesma forma, eu gostaria de trazer aqui um depoimento de um presidente de uma cooperativa, o Presidente Celso Prediger. E aí, aqui no eslaide – se me der licença, eu vou ler –, ele fala: "Hoje não temos apenas propriedades rurais para residência, e sim indústrias rurais. Vemos uma demanda de energia sempre aumentando".

Ele está localizado na região oeste do Estado do Paraná, Marechal Cândido Rondon. Inclusive, essa semana a gente vai ter uma ação de mutirão, envolvendo todo o setor produtivo, a Fiep, a Faep, a Copel, para que a gente vá trabalhar poda, porque é uma ação imediata que podemos fazer, de baixo custo, que melhora muito a qualidade de energia.

E o setor produtivo... Dr. Ágide, me dê licença para falar em nome do G7, no qual o senhor nos representa.

É uma ação que o setor produtivo, via G7, precisa se aproximar, junto da Copel, para a gente mostrar onde precisa ser trabalhado.

E o ponto crítico aqui, eu traria duas cadeias de produção: frango e peixe.

Para o produtor rural, cinco minutos a quinze minutos de falta de energia, isso é a morte de toda a produção dele. Olhem o risco que a gente tem de controle necessário do fornecimento de energia para o sistema de produção de frango e de peixe... Peixe é de 15 a 40 minutos.

Se a gente pegar leite, pegar suínos, isso melhora um pouco, vai ficar em torno de uma hora, um pouco mais de uma hora, mas as nossas cadeias de produção estão cada vez mais sensíveis à falta de energia.

E, aí, a gente está dentro do quê? De um aumento de demanda, sistemas mais complexos, e a necessidade de a gente ter um sistema de energia confiante, porque o sistema de produção mudou, ele não é mais da década de 70, embora, na década de 70, a gente tenha tido – abrindo parênteses aqui – as cooperativas de infraestrutura, que foram muito importantes para que a gente pudesse levar energia ao meio rural, quando a gente teve as cooperativas autorizadas levando energia para o meio rural.

Ao mesmo tempo, eu trago o exemplo de hoje, em conversa com a Copel e com essas mesmas cooperativas, desenvolvendo um novo papel, que é poder trabalhar em conjunto, para que a gente melhore a qualidade de energia através das cooperativas de infraestrutura que estão no interior, em convênios próximos da Copel.

Isso já está na mesa hoje de discussão entre a Copel e essas cooperativas, para que a gente efetive e melhore a qualidade da energia no campo.

De novo: esse problema é estrutural, e a gente precisa da ação conjunta de todos nós para resolvermos.

Também acho que é importante a gente destacar aqui que nós estamos iniciando um diálogo.

Dr. Ricardo, você trouxe como exemplo o Município de Campo Morão. Casualmente, a foto aqui é em Campo Morão, na Coamo, onde nós fizemos uma rodada com os nossos presidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta foto aqui, eu destaco o nosso Presidente José Roberto Ricken, que estava presidindo, o Presidente da Coamo, o Gallassini, mas o Villela também estava mostrando esse início de ação conjunta, que é importante para que a gente caminhe para um diálogo entre concessionária e o setor produtivo.

O que é importante aqui que a gente percebeu nessa rodada, indo para lá, indo para o Sudoeste e indo para a região Centro-Sul? Foi muito importante para que a gente conseguisse aproximar a concessionária junto da realidade de campo, do que está acontecendo, na visão das nossas cooperativas. Isso melhora a comunicação entre os setores, e, aí, a gente pode pensar de forma conjunta como resolver.

De novo: o problema está dado, temos problemas muito intensos de queda de energia, mas qual é a solução? E como a gente pode trabalhar nesse sentido?

E encaminhando-me aqui para a minha fala final, um ponto que eu gostaria de deixar é a questão desse binômio de que a gente falou já anteriormente, que é o binômio do investimento *versus* resultados.

Os investimentos foram significativos no último ciclo tarifário, realmente, foram aplicados R$10 bilhões pela concessionária, mas, quando a gente vai olhar a percepção final do usuário, ela não está na mesma magnitude.

A percepção que a gente conversa com o produtor rural ou com o gestor de energia elétrica, dentro da cooperativa, é que a qualidade ainda é insuficiente. Por quê? Os modelos, os sistemas de produção estão mais complexos, e eles precisam de energia não só em intensidade, mas como em qualidade.

A oscilação da tensão afeta as máquinas, que acabam danificando o próprio processo produtivo dentro de um frigorífico.

A gente tem um problema de mão de obra dentro dos frigoríficos. Para contornar isso, o que é que a gente faz? Coloca robô, faz a implementação de tecnologia. E qual é o nosso principal insumo? Energia de qualidade. E, aí, a gente começa a ter o desencadeamento de todos esses processos.

Então, assim, nesse eslaide, gostaria de destacar que foram feitos investimentos.

É importante a gente colocar que esses investimentos são necessários para o segmento, mas também tem uma contrapartida: a conta chegou.

Na revisão tarifária, o João colocou muito bem que nós temos – e foi discutido isso, na última audiência pública junto da Aneel – um índice de 19,2% médio; e, quando vou pegar de alta tensão, é 50%.

Não tem como absorver um custo de 50% no aumento de energia que está entre os *top* 3 maiores custos de produção pelo setor. Isso vai ser repassado para os alimentos, que quem vai pagar é o consumidor final do varejo.

E, para finalizar, gostaria de deixar aqui três pontos... Desculpem-me: quatro pontos que eu acredito que – em conjunto: seja nós, no Estado do Paraná, liderados aqui pelo G7, junto com a Copel, junto com essa própria Comissão, Senador, em que o senhor nos abre a possibilidade de trazer essa perspectiva, a própria Aneel... – a gente precisa trabalhar de forma conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles: investimento. Esse investimento realizado tem que se transformar, de fato, em resultado final para o usuário final.

Segundo: a qualidade tem que ser alinhada com a necessidade dos nossos consumidores, sejam os pequenos, sejam os médios, sejam as agroindústrias, pois cada um deles tem uma necessidade muito específica e, muitas vezes, segmentada por setor.

O terceiro ponto é ampliar a nossa comunicação. A gente precisa talvez conversar mais, dialogar mais com o setor produtivo, porque somos nós o setor produtivo...

Representando a indústria, o produtor rural ou a cooperativa, conversamos com eles e conseguimos trazer, Villela, de repente, mais fácil para vocês, concessionária, onde o calo está apertando. Acho que é importante a gente olhar um planejamento conjunto para estado.

E, por último, é a gente pensar na evolução dos modelos, para que a gente tenha a confiabilidade no sistema.

E, aqui, Dra. Ana, acho que é muito importante a Aneel, a gente poder dialogar mais com Aneel. Se for necessário, é a gente ir para o Estado do Paraná, junto com o setor produtivo, e analisar o que, de fato, a gente pode trabalhar de forma conjunta.

Foi muito batido na tecla dos expurgos. Essa é uma metodologia que existe, ela é técnica, ela é real na discussão, mas não é na percepção do usuário. E, aí, a gente precisa rever isso de uma forma mais intensa.

E, Senador, eu deixaria uma última frase aqui para nós: energia de qualidade é condição para a gente produzir, para que a gente gere renda e para que a gente possa, de fato, sustentar o desenvolvimento do Estado do Paraná.

É isso que, em nome aqui do G7, representado por essas três entidades, a gente gostaria de deixar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu agradeço as colocações.

E transmita meus cumprimentos lá ao Dr. Ricken, que é o Presidente da Ocepar, assim como transmita, por gentileza, ao Sr. Virgílio Moreira, também Presidente lá da Ocepar.

Eu vou fazer uma rodada final aqui de colocações. Vou até conceder mais tempo à Copel nesta última rodada, mas não vão ser os dez minutos. Eu vou pedir aí cinco minutos para a Copel e para os demais um tempo menor até, para a gente poder ir para o fechamento. E também deixo liberdade para fazerem indagações aqui à Copel.

Eu me permito aqui algumas considerações antes disso.

Eu sou daqueles que entendem – acho que muitos concordam aqui – que o cliente sempre tem razão, e os indicadores, os dados que têm sido apresentados...

É muito louvável que a Copel tenha aumentado os investimentos, mas esses investimentos, pela percepção do cliente, do consumidor, da população paranaense, que a meu ver vez sempre tem razão neste debate, não têm se revertido em uma qualidade suficiente do serviço, por quedas, demora da retomada...

Foram passados aqui diversos dados, mas anotei aqui alguns especiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De 2024 para 2026, era de 4 horas e depois 6 horas e 45 minutos o tempo de preparo, e isso acabou impactando significativamente a qualidade da retomada do serviço, 30 para 40 horas para religar. Não sei se isso é decorrente de redução de equipes...

Talvez V. Sa. possa também falar um pouco sobre isto, se houve ou não houve redução de pessoal ou redução de equipes neste último tempo.

Algo que me incomoda sobremaneira também é a questão das indenizações.

Perfeito, o consumidor, seja lá um produtor, sofreu prejuízos milionários, como nós vimos nessa matéria aqui da perda de tilápia ou da perda de frango... Queria saber se a Copel tomou providências para que reparem, para que esses consumidores recebam alguma espécie de compensação pela queda de energia e para esses prejuízos significativos.

As reclamações, tendo crescido – e isso foi um apontamento na Aneel –, e cresceram acima da média nacional – isso foi colocado de maneira muito clara, como também foi colocado aqui nos canais disponíveis ao consumidor –, revelam, confirmam, Dr. Villela, que, a despeito desses investimentos, tem havido uma percepção de deterioração do serviço da Copel, que imagino que tem uma base na realidade, porque os fatos inclusive são apontados aí pelos próprios consumidores.

E, claro, a gente se preocupa com o consumidor final, que é o principal cliente na verdade, que é o indivíduo, seja o consumidor pessoa física, seja o pequeno produtor, mas isso também tem impactado até a produção.

Eu recebi dados aqui, reclamação, por exemplo – e eu confesso que, como Senador, nunca tinha recebido isso –, de uma grande empresa lá em Ponta Grossa – e ela me apontou os dados objetivos –, que é a Tetra Pak, que é uma das maiores produtoras de embalagens, ela apontando aqui os eventos em 2025.

Sobretensão, subtensão, 24 eventos; queda, 37; total de 61.

Aí, ela coloca também histórico de falta de entrega de energia elétrica em 2025: pior desempenho entre as fábricas do grupo Tetra Pak no mundo, por conta das quedas de energia.

E ela teve o equivalente a 14 dias de máquina parada em 2025 por falta de energia; cinco paradas, em média, por mês.

Essa aqui é uma grande empresa, que tem condições de reunir esses dados, fazer a comunicação e nos informar, mas e quantos por aí – consumidores menores, pequenas empresas, pequenos empreendedores – têm a mesma facilidade de ter esse tipo de canal de comunicação, e essas coisas ficam despercebidas?

E aí, claro, a Copel apresenta: "Fizemos investimentos, temos que expurgar esses dados", mas a realidade é que a gente não pode transferir essa responsabilidade, porque alguma coisa não está funcionando, o investimento não está sendo feito da qualidade suficiente.

E aqui, mais uma vez, não quero que este debate seja confundido com a questão de privatização ou contra privatização; o debate é: a empresa privada – era dos paranaenses, foi privatizada – tem a obrigação de prestar um serviço, até diria, com mais eficiência do que prestava anteriormente, já que o propósito da privatização é exatamente esse.

E para nós o que interessa, e para mim o que interessa, e para a população paranaense o que interessa é que o serviço seja bem prestado. Isso, infelizmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente respeita muito o corpo diretivo da Copel, a gente respeita os funcionários da Copel – são todos paranaenses como nós – e a gente tem certeza de que eles estão atuando, fazendo todos os esforços necessários, mas alguma coisa não está funcionando quando são tantos incidentes, quando essas indenizações não são realizadas e, do outro lado, quando nós temos, tanto na Aneel como na Secretaria Nacional do Consumidor, um aumento exponencial das reclamações e um aumento significativo dessas quedas, com o tempo de retomada sendo incrementado.

A minha preocupação é que a gente não transfira para a população o custo desse serviço ou a responsabilidade – nem a Deus ou ao clima –, por conta desses momentos pontuais de imprevisibilidade.

Eu até registro aqui que eu fui o Relator no Senado da Lei 15.299, de 2025, que autoriza o cidadão a fazer a poda da árvore quando existe uma situação de risco da árvore ou do galho envolvendo a sua residência ou o seu estabelecimento, quando, após uma provocação dos órgãos públicos, haja 45 dias de inércia. Veio lá da Câmara, eu relatei aqui, nós aprovamos, e virou a Lei 15.299. Mas essa lei foi aprovada nunca com o intuito de transferir a responsabilidade. Foi mais ou menos para dizer para o cidadão: "Olhe, se tudo der errado, se nada funcionar, então faça aí por sua própria conta", para que não fique ele numa situação de risco.

E a minha preocupação... A gente está falando aqui, vejam, de falta de energia para as cooperativas e para a agroindústria, a gente fala em falta de energia para o aviário, mas a economia do futuro é tecnologia da informação, exige *data center*, exige inteligência artificial. E, aí, será que o Paraná está preparado ou vai sofrer mais esse gargalo econômico da energia? Porque, se a gente está tendo problema de fornecimento para os nossos aviários, quanto mais para esse tipo de nova economia, que depende de um uso intenso de energia, energia estável e energia renovável.

E não são só os aviários. Eu falava recentemente com um empresário de Campo Largo, que é ali na Região Metropolitana de Curitiba, o Sr. Nakagiri, que tem uma empresa de máquinas agropecuárias e industriais. E ele me dizia o seguinte: "Olha, eu tenho que gastar uma fortuna em gerador de energia elétrico, porque eu não posso conviver com o risco de perder o fornecimento de energia para a minha empresa, e isso aumenta o custo de produção, isso impacta a produtividade, isso impacta o custo".

Então, assim, o que eu iria solicitar – e vou dar o tempo para todos falarem –, principalmente à Copel, é que a Copel pudesse encaminhar a esta Comissão, em um prazo aí de 30 dias, informações sobre as providências que estão sendo tomadas, para fazer um diagnóstico sobre essas questões, e as providências que ela pretende realizar, um plano de ação, para equacionar essas quedas de energia constantes no Paraná. Eu sei que já deve ter alguma coisa sendo estruturada nesse sentido, mas que nós possamos ter a transparência necessária, para a gente receber, aqui, esses dados da Comissão e a gente poder fazer também as cobranças necessárias.

E pediria a gentileza da Aneel igualmente: que pudesse encaminhar maiores informações sobre essa programação de fiscalização, para poder enfrentar essas questões específicas relacionadas à própria Aneel, para identificar essa deterioração dos serviços prestados. E creio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é muito oportuno que se faça uma fiscalização em breve, para poder, vamos dizer assim, identificar essas situações, ouvindo as cooperativas, ouvindo o setor produtivo, ouvindo o consumidor, para além um pouco também desses dados objetivos, que muitas vezes não indicam todo o quadro real do que ali está acontecendo. Pediria também que, se fosse possível, em um prazo de 30 dias, fosse encaminhada alguma informação a esta Comissão.

E eu concedo, agora, ao Dr. Villela o prazo de cinco minutos, com alguma tolerância, Dr. Villela, porque é um prazo menor do que o inicial. E uma das coisas que nós gostaríamos também de ouvir especificamente é se existe um plano ou um projeto de indenização para esses produtores que perderam a sua produção lá no agro e como a Copel lida com essa questão específica.

Por fim, embora não fosse esse o objetivo inicial desta audiência, eu também não posso aqui deixar de consignar a minha discordância em relação a esse reajuste de 26%, especialmente num contexto em que a qualidade do serviço não tem correspondido ao desejo dos paranaenses. Pode ter dados técnicos favoráveis a essa realização do reajuste, mas 26% num país com inflação de 4%, num cenário no qual o investimento não está retratando ou tendo impacto na qualidade do serviço, talvez seja algo a ser repensado.

Aqui faço até minhas as palavras do Dr. Ricardo, porque eu gostei muito da sugestão, sobre essa questão da satisfação ou não do consumidor também poder ser considerada para a avaliação desses reajustes tarifários. Talvez precisássemos pensar em uma alteração desse modelo regulatório, porque o principal dimensionador da qualidade do serviço é a reclamação ou não, a satisfação ou não do cliente.

Então, é isso.

Concedo a V. Sa., então, cinco minutos, com aquela tolerância, evidentemente.

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU (Para expor.) – Agradeço a oportunidade, Sr. Senador, e quero deixar claro para todos aqui, nesta audiência, que, no ano passado, nós revimos a nossa estratégia, a Copel, e um dos nossos valores é: cada cliente importa. Então, dentro da jornada de transformação cultural que nós estamos promovendo dentro da companhia, cada um de nós, copelianos e copelianas, todos os dias que vamos trabalhar, temos um olhar para melhorar a satisfação dos clientes.

Como eu explanei aqui no início, temos vários desafios na nossa área de concessão. A Região Sul do país é, sim, a que sofre mais eventos climáticos severos, por isso nós estamos revendo o planejamento de investimentos das nossas redes, mudando padrões de rede para tornar a rede mais robusta, revendo estruturas e processos continuamente para melhorar os nossos serviços.

Acompanhamos, sim, todos os indicadores aqui apresentados: DEC global, DEC com expurgo, todos os indicadores de reclamações dentro da Copel, ouvidoria da Copel, ouvidoria da Aneel e Consumidor.gov, Dr. Ricardo. Nós criamos uma estrutura dedicada a atender todas as reclamações do Consumidor.gov; e, já nesse trimestre, a Copel evoluiu bastante em relação à avaliação dos consumidores nesta plataforma Consumidor.gov.

Outro ponto muito importante é a aproximação das federações – desde janeiro, nós estamos juntos. Estivemos, Sr. Senador, em Ponta Grossa, no dia 23 de abril, quando fizemos uma apresentação na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, com as principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústrias, orientando tecnicamente os melhores caminhos para solucionar os desafios da qualidade da indústria, principalmente na região de Ponta Grossa.

Estivemos, também, no dia 30 de abril, com a Tetra Pak. A Tetra Pak, hoje, é atendida em média tensão e, pelo tamanho da carga, nós recomendamos, para todas as novas conexões acima de 2,5MVA, que sejam atendidas por subestações, por 138 mil volts. A rede de média tensão é muito suscetível a variações de barramento de poste, temporais, vegetação, o que não acontece com as redes de alta tensão. Então, estar presente, junto com a associação comercial e industrial, Fiep, é fundamental. Temos participado de todos os eventos da Fiep, descentralizados pelo estado, justamente para orientar os nossos consumidores do melhor caminho em relação ao crescimento da carga e qual o melhor nível de tensão a ser atendido.

Por fim, o antigo agricultor, Sr. Senador, hoje é um produtor rural, uma mini-indústria. O nível de exigência mudou completamente em relação ao passado. Foi por isso, e ouvindo aqui a Faep, a Fiep, a Ocepar, as demais federações, ouvindo e entendendo o que estava acontecendo com o aumento das reclamações, nós criamos o Copel Agro, uma estrutura dedicada ao atendimento do produtor rural cadeia da proteína. Estamos fazendo um trabalho junto com a Faep agora de atualização do cadastro, porque nem todos os produtores rurais pensaram em rever o seu cadastro junto à Copel – às vezes, estão com o residencial ainda –, para que tenham um atendimento prioritário, canal de atendimento exclusivo, postos de operação para dar agilidade no restabelecimento.

Temos aprendido muito com as reuniões descentralizadas pelo estado, e, quando a gente olha esse nível de exigência de 15 minutos no rural, é humanamente impossível para qualquer distribuidor do mundo, no rural, atender em 15 minutos uma falta de energia, pela geografia, pelas distâncias. Então, nós vamos, ainda no mês de maio... Chamamos o Crea, a Universidade Federal do Paraná, também as federações, para fazer um grande debate da porteira para dentro. Se a carga é tão sensível desse jeito, o gerador tem que entrar de forma correta. Então, não adianta só a Copel evoluir na infraestrutura da rede da porteira para fora. Nós temos que estar atentos também à coordenação da proteção da porteira para dentro, para que não haja nenhuma perda de frango, de peixe.

Sobre as indenizações, Sr. Senador, nós avaliamos todos os casos – todos. Como foi mostrado aqui, nós pagamos de compensações, no ano passado, R$44 milhões para os indicadores que nós não cumprimos, pagamos R$9 milhões de ressarcimento de danos, pagamos R$5 milhões de quando nós tínhamos problema de reclamação de tensão detectado. Nós apuramos todos os casos. Quando a Copel tem responsabilidade, nós pagamos os consumidores, e a gente sempre busca a esfera administrativa para a solução dos problemas.

Quero reforçar aqui também, Dr. Ricardo, que estamos muito abertos à cooperação, que foi amplamente mencionada aqui.

Para finalizar, Sr. Senador, eu não tenho dúvidas, tenho 35 anos de carreira, a Copel tem um corpo técnico com que eu poucas vezes trabalhei na minha carreira. Os copelianos, além de tecnicamente competentes, têm um engajamento fora do comum. Com todo esse plano que nós estamos construindo, não só dentro da Copel, mas junto com as entidades, nós vamos ter uma melhoria que será percebida rapidamente pelos nossos consumidores, como foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percepção do atendimento do canal Agro. Isso é um sinal, estamos em evolução, não tenho dúvida, nós estamos iniciando esse mês um canal de atendimento exclusivo. Eu não tenho dúvidas de que com toda essa experiência e também com toda a força da nossa gente, copelianos e copelianas, nós vamos melhorar, sim, a qualidade do fornecimento de energia para todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço ao (*Fora do microfone.*)... Dr. Villela pelas considerações e faço coro aqui da qualidade técnica e dos trabalhos dos empregados da Copel, dos funcionários da Copel, como mencionei até na minha fala anteriormente. Nós temos o máximo respeito em relação a esses profissionais.

Só para deixar claro para mim aqui, nas indagações específicas, eu perguntei também se teria havido redução das equipes de atendimento da Copel, e, especificamente esses casos que foram retratados ali na reportagem, que foi amplamente noticiado da perda de tilápia e do aviário, o doutor saberia nos dizer se foram indenizados?

O SR. MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU – Ainda não, Sr. Senador. Nesse caso específico, foi um evento para o qual a gente teve uma atenção muito especial, nos solidarizando com o cliente; nós, inclusive, chamamos a Universidade Federal para nos apoiar na análise técnica da ocorrência. Esse processo foi judicializado e nós estamos discutindo tanto na primeira instância quanto no tribunal.

Com relação à redução de quadro, não houve. Nós estamos operando... fechamos 2025 com 12.416 colaboradores, é o maior contingente de colaboradores desde 2022, mais de 1.200 pessoas a mais, então não houve redução de quadro. Houve, sim, como eu já explanei aqui no início, um desafio grande com o aumento dos eventos climáticos extremos e nós estamos adequando a nossa estrutura para melhor atender os nossos clientes.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu vou abrir para, eventualmente, considerações finais de todos, não sei se querem fazer...

Vou conceder aqui, como é o representante do G7, ao Dr. Ágide, o tempo equivalente, porque o consumidor sempre tem razão, com perdão aqui ao nosso Dr. Villela.

O SR. ÁGIDE EDUARDO MENEGUETTE (Para expor.) – Está bom, agradeço a oportunidade de falar novamente aos senhores.

Como muito bem colocado pelo Villela aqui, e apresentado pela Copel, vários investimentos maciços foram feitos. Inquestionável. Esses investimentos feitos realmente chegaram a quem mais interessava, que é a ponta, que é o consumidor final?

Quando questionado aqui por V. Exa., Sr. Senador Sergio Moro, se estão havendo os ressarcimentos ou indenizações aos prejuízos causados aos produtores rurais, a resposta dele foi que está sendo judicializado. Quem teve que arcar com os R$9 milhões novamente para fazer a produção integral do seu cultivado, da sua produção de proteína? O próprio empresário ou o próprio produtor.

Então, veja bem, nós temos aqui uma causa, que o Dr. Ricardo explanou muito bem, e isso muito me preocupa, porque todos os processos de judicialização que tiveram de ressarcimento dos prejuízos causados não foram avante. Tem aqui o meu técnico, inclusive, que pode, se precisar, fazer uso da palavra junto comigo aqui. Não conseguimos essas indenizações. Está ficando, única e exclusivamente, ao produtor rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo que me causou também estranheza, logo quando eu comecei e assumi o G7 na reunião, um pouco antes, Senador, é que, no Estado do Paraná, foi apresentado e foi aceito um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná jogando a responsabilidade total das manutenções das redes elétricas, que é responsabilidade da concessionária, ao produtor rural, para, assim, fazer poda, manutenção e tudo mais. Quando eu fiquei sabendo disso, automaticamente já conversei com os Parlamentares, com as pessoas, com o G7, inclusive. É inconcebível um cidadão comum ou um produtor rural, sem capacidade, sem equipamento, fazer uma poda numa rede alta ou numa rede baixa passando dentro de sua propriedade, fora o risco de crime ambiental, porque todos nós sabemos que não podemos fazer uma poda em nenhuma árvore ou vegetação sem ter autorização do Instituto Água e Terra, que é o responsável no Estado do Paraná. Então, estamos trabalhando para derrubar essa lei dentro da Assembleia, porque eu fiquei perplexo: jogar uma atribuição que é direto da concessionária... Inclusive a Aneel disse que é deles. Inclusive a Advocacia-Geral da União deu um parecer falando que é responsabilidade integral da concessionária. Transferir essa responsabilidade, dentro do estado, aos consumidores me causou uma grande estranheza. Inclusive, um dos Parlamentares recebeu um prêmio da Copel pelo feito, o que me causou mais estranheza ainda, porque está tirando a incumbência...

E a gente sabe... Eu venho do setor privado também, sei como que a gente faz para aumentar a lucratividade das empresas: diminuindo custos operacionais. Então, se tira Opex, você consegue aumentar o seu resultado operacional para R$2,66 bilhões, deixando a população da agropecuária, em específico, do Estado do Paraná, falando aqui, à mercê da concessionária, sem a devida qualidade do fornecimento.

Muito bem apresentado aqui, hoje a Copel foi considerada uma das piores concessionárias de distribuidora de energia do Brasil. Se pegar de baixo para cima, ela está em quarto.

Então, muito nos estranha quando a gente vê que o quadro de colaboradores não diminuiu, como bem colocado aqui. Bom, se o quadro de colaboradores não diminuiu, como o serviço piorou, haja vista a própria apresentação da Copel, que, no passado, com o mesmo número de servidores, de "copeleiros", a qualidade de serviço era uma e, hoje, com o mesmo número de "copeleiros", a qualidade piorou drasticamente?

Com o pessoal no campo, as indústrias, a própria Ocepar nós temos conversado constantemente e só conseguimos o diálogo dentro da Copel depois da nossa reunião do G7, à qual nós chamamos o Presidente da Copel. Inclusive, nessa reunião, aconteceram fatos um pouco desagradáveis, porque, quando a pessoa acha que tem a plena certeza daquilo, sem ouvir o lado contrário, ela acaba entrando em contradição e se complicando. E é esse fato que acontece quando a gente vê números colocados somente pela distribuidora e não colocados pelos setores produtivos que tomam esse serviço.

Então, muito nos preocupa o caminho que a Copel Distribuidora está tomando no Estado do Paraná. Vamos trabalhar e estamos trabalhando incansavelmente para que esse ressarcimento, Senador... E aqui eu peço ao senhor e ao Deputado Federal Tião Medeiros, nosso amigo, defensor da agropecuária paranaense também – obrigado por estar presente, Tião; o Sergio Souza teve que sair – , que a gente crie projetos de leis que realmente obriguem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a concessionária a ressarcir o prejuízo constatado, porque, se há o prejuízo e ele tem que ir para o Judiciário para tentar resolver isso em 120 dias, um ano, porque a gente sabe que o Judiciário, é moroso e depender dessas causas... Eu não estou falando aqui de geladeira, televisão, que isso aí a própria concessionária paga, mas prejuízos como esse tinham que ser obrigação. Teve o problema, vai ter que ser ressarcido; foi comprovado, é ressarcido. Aí entra uma discussão técnica de que não foi, a empresa quer se defender para não pagar, mas tendo aí lucros estratosféricos. Então, isso muito nos preocupa.

Na questão do expurgo, como colocado por todos nós aqui, Ana Cláudia, eu peço mais uma vez a consideração da Aneel para analisar isso com carinho. Quando a gente olha isso, parece que o Estado do Paraná está vivendo ciclones constantes o ano inteiro, porque não é possível que o estado tenha... Pegar um caso isolado em Rio Bonito do Iguaçu é uma coisa, agora, pegar os casos que estão acontecendo no oeste, sudoeste e pelo Paraná... Mudou o clima, passou um vento, deu um raio lá em Curitiba, acaba a luz lá em Maringá, onde eu moro. Então, são coisas que muito nos preocupam. Esse expurgo aí, sem dúvida nenhuma, pode estar sendo um dos fatores que não está trazendo a clareza, como bem colocado pelo Dr. Ricardo aqui, na defesa nossa como produtores e como sociedade.

Nós trabalhamos no Estado do Paraná com, basicamente... Nós somos pequenos e médios produtores rurais, não tem grandes latifúndios. Muitos de nós trabalhamos com várias atividades dentro da nossa propriedade para nos dar capacidade de renda. Tivemos anos difíceis, como bem colocado anteriormente pelo Deputado Sérgio Souza, que aqui estava antes. Estamos num momento complicado para a agropecuária brasileira, nossos preços diminuíram consideravelmente, nós não temos o que fazer, então nós temos que trabalhar constantemente com o nosso custo operacional, e a energia faz parte direta desse custo, fora os fertilizantes, que mais que dobraram o seu valor.

Temos uma guerra aí que está complicando o nosso país e, quem acha que nós não estamos envolvidos nesse processo, estamos diretamente envolvidos nesse processo. Nós estamos vendo aí uma terceira guerra mundial. Muitos de nós estamos achando que não é, mas é, diretamente, para nós, consumidores, e isso vai afetar diretamente a nós como sociedade, em aumento do preço, desabastecimento... A única coisa que eu sei na minha vida – eu estudei muito, e não só aqui – é que o que causa guerra é fome. A nossa grande preocupação no Estado do Paraná é o nosso setor produtivo, a agropecuária perder a competitividade, não abastecer a nossa sociedade e o mundo. Aí sim, a guerra de verdade irá acontecer, e é o que nós não queremos.

Por isso pedimos encarecidamente o apoio dos nossos legisladores aqui, tanto Senadores como Deputados Federais e os Deputados Estaduais do Estado do Paraná, para que olhem para isso com atenção e com carinho, criando as medidas e as leis possíveis para que a gente possa proteger a nossa população, o nosso produtor rural, as nossas agroindústrias e indústrias da melhor forma na questão de energia elétrica.

Meu muito obrigado mais uma vez por conduzir esta audiência pública aqui e trazer à luz todos os problemas que o Estado do Paraná está tendo com a concessionária. Pedimos à Aneel e aos órgãos de controle competentes que façam uma manutenção, um pente-fino dentro da nossa concessionária, para ver se realmente os serviços estão sendo considerados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reitero aqui o que eu disse anteriormente: nós, do Sistema Faep, somos veementemente contra o aumento de 19,2%. Posso dizer aqui, como coordenador do G7: todas as nossas entidades são contrárias a esse aumento substancial, haja vista o investimento que foi feito e não chegou à ponta: se você pegar a Copel, ela investiu R$1 bilhão em relógios tecnológicos digitais que acusariam à própria concessionária da queda de energia, e eles atuariam. Quem está ligando para a Copel para resolver o problema somos nós, produtores, Prefeitos ou nós lá da federação, que temos um canal direto de comunicação com a Copel e com o produtor. Então, quer dizer, esse investimento realmente foi feito, mas não teve retorno efetivo a quem de direito, que é a agropecuária, o produtor rural.

Meu muito obrigado mais uma vez, Senador, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço as palavras do Presidente da Faep, e registro aqui que eu vou solicitar aos Deputados Estaduais lá do PL, da nossa bancada PL-Novo, para avaliarem uma alteração dessa lei – salvo engano é a Lei 20.081, de 2019, lá do Paraná –, que eu entendo que também aqui há uma contrariedade em relação às obrigações. Eu acho que autorizar o proprietário ou estabelecer algumas regras, isso é importante, mas transferir o custo talvez não seja aí o melhor caminho. Mas ainda é o primeiro passo, o de estudar, para depois analisar de uma eventual alteração.

E quero só registrar aqui que, durante a última fala, recebi a informação do Vereador Guilherme Kilter, lá do Paraná, de que no final de semana caiu a luz na igreja dele, na Primeira Igreja Batista lá de Curitiba, e também gerou uma contrariedade lá dos pastores.

Eu vou tomar a liberdade de passar a palavra aqui para o nosso Deputado Tião Medeiros, para considerações.

O SR. TIÃO MEDEIROS (Bloco/PP - PR. Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero saudar V. Exa. pela iniciativa, que traduz bem o anseio e o sentimento do paranaense. Há uma insatisfação bastante evidente do povo do Paraná, que é, em regra, atendido pela Copel quase que na totalidade.

Eu saúdo também o Marco Antonio Villela, que representa a Copel aqui nesse ato; o meu amigo Ágide Eduardo Meneguette, que fala em nome do G7; e, na sua pessoa, então, quero saudar a todos eles; da mesma forma, também o Silvio, que representa aqui o cooperativismo; e também o Dr. Ricardo, que falou aqui, e eu pude acompanhar a sua fala.

Bom, acho importante fazer duas considerações iniciais.

Em relação ao projeto a que o Ágide faz uma menção, ele já existe, tramita nesta Casa com o nº 1.940, de 2024 – aliás, tramita na Casa ao lado, na Câmara, e já está na CCJ, e, ato contínuo, ele vem para cá, para o Senado –, e define um prazo de 30 dias para que as concessionárias possam ressarcir.

Eu tive o privilégio de ser o Relator na Comissão de Agricultura, e esse é um projeto de autoria do Deputado Marx Beltrão que coloca o produtor rural como um consumidor essencial da concessionária, e deixa isso absolutamente claro; define um prazo bastante curto, um prazo de até 30 dias, para que a concessionária possa fazer o ressarcimento, calcular a indenização e efetuar o pagamento, e o atraso gera uma multa de 10% sobre o valor da indenização; e define lá critérios de cálculo, então, com bastante clareza, objetividade, para que isso não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estenda por 90, 120 dias, ou até crie mais dificuldades e embaraços, e isso tenha que ser encaminhado ao Judiciário.

Então, o projeto tenta trazer total objetividade às concessionárias, para que possam ressarcir os produtores rurais que são prejudicados.

Eu não vou ilustrar outros exemplos de produtores rurais, porque eu já vi aqui que muitos falaram sobre isso, mas eu queria dizer o seguinte. Por oito anos eu fui Deputado Estadual lá no Paraná, e a Copel nunca foi palco de nenhuma grande discussão na falta de prestação de serviço ao longo desses últimos oito anos – aliás, os últimos oito, não, mas os oito anos que eu permaneci no estado, de 2015 a 2022, e de 2023 para cá eu me elegi Federal e vim para Brasília. Naqueles oito anos, a Copel nunca esteve no protagonismo, no centro de nenhuma discussão que fosse a má prestação de serviço, nunca esteve; ao contrário, a Copel sempre foi tida como uma empresa de referência do estado. Sempre teve um orgulho do paranaense de dizer: "Nós temos a Copel"; "A Copel é nossa.", e, em algum momento isso foi até usado politicamente. De fato, o paranaense era detentor desse sentimento de orgulho, porque a empresa, por inúmeras vezes, ostentava o prêmio de ser uma das melhores prestadoras desse serviço no país.

Bom, de lá para cá, eu também não consigo entender o que houve. A Copel desaprendeu a prestar um bom serviço? O que acontece – e a gente ouve isto no interior – é que havia sido feito um plano de demissão incentivada e que os quadros foram desmobilizados, derreteram, e não havia uma continuidade de inteligência do serviço ou de conhecimento, ou falta algo nesse sentido. E, para minha surpresa, o Dr. Marco informa aqui que não houve, que é mantido o número de servidores lá dos copelianos, mais de 12,4 mil, um número bastante elevado e talvez até um dos maiores da história. Então, de fato, a preocupação fica ainda maior, porque, se não houve a redução dos quadros, onde é que está residindo esse problema?

Nos últimos meses, eu posso dizer ao senhor que não há um dia sequer que eu não recebo uma ligação de alguém relatando um problema com a Copel, ou seja, uma dificuldade de restabelecimento de energia... E não são cinco a dez minutos, que, cá entre nós, Silvio, eu sei que é uma preocupação do cenário ideal, do mundo ideal, mas isso está longe de ser uma realidade. Para qualquer lugar do mundo, é até razoável cinco a dez minutos o restabelecimento. Isso aqui não é a Suíça. E também o estado é um estado relativamente grande, embora, em relação ao Brasil, que é de dimensões continentais, possa parecer pequeno, 2,5% do território nacional, mas é um estado até grande, quase 2,6% do território nacional. Enfim... Mas eu tenho recebido casos de dois ou três dias para que haja o restabelecimento.

Do pessoal dos lácteos, dos laticínios, desses que têm a refrigeração do leite, eu tenho muita pena. Lógico, todo produtor sofre, mas esse mais ainda, porque eles vêm numa sequência de dificuldades de preço, de disputa comercial, da injeção de leite em pó no mercado brasileiro, que não poderia, mas acontece, e ainda com a falta de energia para o resfriamento do leite. Eu vi – eu vi – os vídeos dos produtores jogando leite na roça, no chão. Isso é de cortar o coração de qualquer um, porque é tão difícil produzir e ter que jogar fora. Enfim, eu estou só ilustrando, eu até não gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o pessoal da minha cidade, do suco de laranja: a cada pico de energia, a indústria que tem uma linha asséptica tem que jogar fora toda aquela linha. O prejuízo é imenso. As fecularias, uma série de outras indústrias... O pessoal da Polpanorte, que eu acompanho lá, a maior indústria de polpa de frutas do Brasil, que está lá no Paraná, num pequeno município, que é Japurá, não consegue expandir suas atividades, por quê? Não porque faltam frutas; falta energia. Não consegue chegar energia de qualidade – de alta tensão e de qualidade.

Então, se nós, como paranaenses, queremos que o estado continue a prosperar, continue a se desenvolver, a verticalizar a cadeia... O produtor, que era só produtor, hoje ele já é quase uma semi-indústria. Esse é o sonho, esse é o caminho que nós queremos: verticalizar a produção, agregar valor em todos os níveis da cadeia, fazer com que o nosso PIB cresça.

Sabe que, hoje, daquilo que se exporta de milho no Paraná, quase nada é produzido no Paraná, porque o milho paranaense fica dentro da nossa indústria, da economia, agrega valor. Isso é o sonho. Outro dia eu vi os dados da exportação: 96% ou 94% do milho exportado é de fora do Paraná. O milho produzido no Paraná fica dentro do estado, é verticalizado, João, vai para a indústria. Agora a indústria de etanol está chegando ao Paraná também e vai usar mais o milho, a de ração animal também, ou seja, o Paraná de fato é um estado que industrializou o interior e que vai continuar a industrializar, não só através das cooperativas, que têm um papel fundamental no desenvolvimento do interior do estado, mas também das iniciativas particulares de cada produtor que ampliou a sua cadeia.

E a energia é cada vez mais estratégica. Sem olhar a nova diretriz que o próprio Senador trouxe aqui de maneira muito sensata, que é o futuro... Aliás, nem é o futuro, é a realidade da inteligência artificial, que tende a consumir um volume gigantesco de energia. Então, nós vamos precisar gerar mais, distribuir mais. Aliás, transmitir mais e distribuir mais. Será que a Copel está preparada para tudo isso?

Então, acho que a audiência pública tem esse viés de fazer o diagnóstico da problemática e, claro, enfrentar o problema com clareza, com seriedade. Por isso, eu saúdo mais uma vez o Senador pela iniciativa e volto a dizer que representa muito bem o anseio de muitos paranaenses. Por isso, eu espero que daqui possam sair resultados práticos, encaminhamentos práticos, diretrizes absolutamente claras para que a Copel venha a dar uma satisfação para o consumidor.

Eu concordo quando o Senador disse que nós não estamos aqui discutindo a privatização ou não, mas há pelo menos uma coincidência de que a decadência ou a diminuição da qualidade do serviço tenham acontecido logo após esse episódio. E eu até gostaria de depois ouvir do senhor, se possível, se isto tem alguma coincidência só ou tem alguma ligação ou não: diretriz das novas diretorias ou coisas nesse sentido, os novos acionistas. Mas o fato é que nós precisamos evoluir como sociedade. A sociedade espera isso, espera muito disso, e a Copel tem um papel fundamental, uma vez que ela tem uma presença territorial de quase 100% do estado.

Por isso, eu de novo agradeço a oportunidade de estar aqui, de falar, de expor, ainda que muito brevemente, um pouco desse sentimento, mas o paranaense espera muito mais da Copel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Dado aqui o adiantado da hora, eu vou passar a palavra aos expositores que quiserem se manifestar pelo prazo de dois minutos.

O João Arthur já pediu. Então, daí vou pedir só para ficarmos em dois minutos se possível, tá?

O SR. JOÃO ARTHUR MOHR (Para expor.) – Obrigado, Senador Moro.

Só para finalizar, sobre a questão da qualidade, a solução da qualidade em curto prazo, médio prazo, longo prazo, a gente deve caminhar para essa solução, mas nós temos um marco agora que acontece dentro de um mês, que é o reajuste tarifário. Nós não podemos absorver um reajuste tarifário de 26%, dividido 19,2% neste ano e mais 7% no ano que vem. Então, a gente pede para a Aneel, pede aqui para o Tião, representando os Deputados Federais, ao senhor pelo Senado, para nos ajudar junto com a Aneel, claro, toda a regulamentação.

Só para citar dois pontos, alguns investimentos, como o Ágide comentou, a gente considera que são investimentos que não deram efeito – medidores inteligentes acabaram não dando efeito. Então, vamos expurgar esse investimento até que ele torne efeito. Com isso, o reajuste cai, porque muito do reajuste é em cima do investimento. Paraná Trifásico também teve um investimento de R$3,3 bilhões; hoje apenas menos de 5% dos produtores rurais, talvez 3% dos produtores rurais estão conectados. Então, esse investimento deve entrar na conta quando ele der resultado efetivo, porque o investimento, como o Silvio falou, se ele não traz aumento de qualidade e aumento de disponibilidade, é um investimento que não é prudente, como a Aneel usa essa expressão.

Então, nós pedimos aqui à Aneel que expurgue esses investimentos, pelo menos temporariamente, até que eles tenham retorno e que, com isso, possa cair esse reajuste para um reajuste no nível dos padrões nacionais. Hoje nós teríamos 26%, que é muito acima da média nacional.

Então, o nosso pedido, além de agradecer ao senhor por esta audiência, é que a gente tenha efetivamente uma redução desse reajuste, o que seria um valor impraticável, além, claro, da questão dos 45% e dos 51% do grupo A, porque também fica completamente fora de qualquer realidade aí uma indústria receber um reajuste de 51% em um ano de inflação de 4% a 5%.

Mais uma vez, agradeço a sua iniciativa, cumprimento a Copel, cumprimento todos os parceiros de mesa. Seria essa minha fala nesses dois minutos finais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Algum outro expositor gostaria de...

O SR. LUIZ ELIEZER FERREIRA – Bom dia, Senador. É Luiz Eliezer, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, para contribuir rapidamente, inclusive com o Dr. Ricardo.

A federação contratou uma pesquisa, contratou a Paraná Pesquisas, para avaliar junto aos produtores rurais a percepção de qualidade da energia. E eu trago alguns dados aqui que mostram o seguinte: 85% dos consumidores da classe rural estão insatisfeitos com a qualidade do serviço prestado; 40% relataram mais de 40 quedas por ano – frequência; 50% relataram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrupções superiores a 5 horas; e, foi mencionado aqui, em 15 minutos realmente não dá para atender o produtor rural, pela questão geográfica que o Dr. Villela colocou muito bem. Por isso, todos os produtores rurais, 95% dos produtores rurais possuem geradores. Só que aí é um gerador competindo com a distribuidora, né?

A federação recebe muitos relatos de produtores rurais, e um deles foi no Dia do Trabalhador, no Dia Primeiro de Maio. Ele disse que estava há 6 horas sem energia. Ele já tinha gastado 190 litros de diesel. Considerando o preço do diesel, ele gastou mais ou menos R$1.050, ou seja, é faturamento que a distribuidora perdeu para o diesel, né? A gente tem que torcer para o Estreito de Ormuz ser liberado, por conta desse preço.

Essa pesquisa indicou também que 40% tiveram equipamentos queimados. Quando o equipamento queima, a regulação da Aneel prevê o ressarcimento do equipamento. Passa por um processo administrativo e, quando ela é responsável, ele é feito.

Mas as perdas econômicas não são ressarcidas, Senador. Por isso há o PL que o Deputado Tião Medeiros citou aqui – já avançando esse PL – para obrigar o ressarcimento também das perdas econômicas.

Então, tem uma percepção muito forte de redução da qualidade e há a prudência dos investimentos principalmente em medidores inteligentes – 60% hoje dos medidores no Paraná são inteligentes. Ele traz uma redução de custo à distribuidora, mas não melhora a qualidade ao produtor. Então, este é o cenário que a gente tem: 19,5% de reajuste pode inviabilizar muito da atividade agropecuária.

Fica o apelo, faço coro aqui com o meu colega da Fiep, para que a gente possa expurgar alguns desses investimentos até que eles tragam resultados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mais alguém dos expositores?

O SR. SILVIO KRINSKI (Para expor.) – Senador Sergio Souza, gostaria de agradecer o espaço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SILVIO KRINSKI – De novo? Eu acabei... Na minha primeira fala, eu cometi a mesma gafe. Eu comentei aqui e aí, novamente.

Então, Senador Sergio Moro, muito obrigado pelo espaço. É fundamental que a gente tenha esta Comissão de Infraestrutura também abrindo o diálogo entre todos nós, para que a gente possa contribuir. A jornada vai ser longa, mas eu vou reforçar as palavras aqui do meu colega João. É importantíssimo, junto com a Aneel, a gente fazer a revisão, porque não vamos conseguir absorver esse aumento aí de 50%, principalmente em A2 e A3, alta tensão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Mais algum expositor?

O SR. CARLOS ANDRÉ FIUZA – Bom dia, obrigado, Senador Sergio Moro.

Sou o Carlos Fiuza da Fiep, e quero só aproveitar que a Aneel divulgou que vai direcionar bases regionais em algumas localidades no Brasil, já foi indicado na regional Sudeste, que é em São Paulo; na regional Norte, que é no Amazonas, e o que eu gostaria aqui de reforçar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de ter uma base regional da Aneel no Paraná, por ser a quarta maior economia do país. Por conta do nível de necessidade que nós temos, tanto na área de produção, de todos os setores, acho que é muito importante a Aneel se aproximar mais do nosso estado, ter mais representatividade e auxiliar, inclusive, no próprio relacionamento com todos os envolvidos.

Seria isso aqui no momento, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Então, estamos nos encaminhando aqui para o encerramento, eu quero, mais uma vez...

Não sei se a Dra. Ana Cláudia...

A SRA. ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS (Para expor.) – Queria primeiro agradecer o convite para participar aqui em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica e reforçar até o que o Dr. Ricardo comentou sobre os canais de atendimento de reclamações.

É muito importante que os consumidores façam o registro das suas reclamações, porque isso são indícios não só para a regulação, mas para fiscalização, para que a gente possa atuar. Então, tanto a pesquisa aos Iasc, que ela passou a ter um papel importante e relevante quanto aos canais de reclamação na própria agência e o Consumidor.gov. A gente tem aprimorado a regulação para que isso possa, enfim, trazer instrumentos internos, não só para a fiscalização, mas também para o processo de regulação como um todo.

E gostaria de reforçar que estamos, sim, buscando – a diretoria vai decidir ainda – as novas bases de escritórios regionais do Sul e do Nordeste, ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Então, caminhando para o encerramento, eu primeiro queria aqui agradecer a todos os expositores presentes, João Arthur Mohr, Ana Cláudia Cirino, Ágide Eduardo Meneguette, Ricardo Morishita, Silvio Krinsky, o Dr. Marco Antonio Villela de Abreu. E quero reiterar aqui o nosso apreço pela Copel, uma empresa que foi construída pelos paranaenses. Ela foi privatizada, mas é uma obra dos paranaenses. E o retrato da audiência pública é uma insatisfação da população paranaense em relação à qualidade dos serviços prestados – isso envolve tanto o cidadão como as empresas – e para além dos dados, dos números, o fato é que o cliente sempre tem razão.

Então, eu iria solicitar, Dr. Marco, que a Copel pudesse enviar para esta Comissão, num prazo de 30 dias, informações complementares, se for o caso, refutando desses dados, mas principalmente – na perspectiva de que a população paranaense tem o direito de ser atendida, e acho que as pessoas aqui presentes vocalizam esse desejo – um plano de ação: o que se pretende fazer em relação a essas quedas constantes, para poder diminuir o número de reclamações. Isso vai facilitar a vida da Aneel e vai facilitar a vida, inclusive, da Senacon, do Ministério da Justiça.

Por outro lado, eu também pediria à Aneel, Dra. Cláudia, que nos encaminhasse também, no prazo de 30 dias, um plano de ação, uma programação de fiscalização para a verificação desses dados, do que está acontecendo, para que a gente possa, pelo menos, dar alguma resposta à população paranaense, já que a Aneel é o órgão regulador e fiscalizador.

E, quanto a esse debate sobre as tarifas, embora esteja sendo realizado em outros fóruns, aqui todos localizaram um reajuste de 26%, ainda que em parte diferido para o próximo ano. Isso contrasta com a percepção de que os investimentos, embora relevantes – e a Copel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser elogiada por isso –, não refletiram numa melhora da qualidade do serviço prestado à população paranaense.

Então, parece-nos absolutamente injusto um reajuste dessa magnitude e até reajustes maiores para indústrias, de até 51%, e isso impacta na produtividade e competitividade da economia paranaense. Que isso também seja levado em consideração, tanto pela Aneel como aqui pela Copel.

Mas, Dr. Villela, não se deixe enganar em nosso apreço em relação aos "copelianos", aos funcionários, e na admiração pelo trabalho por todos eles realizado.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos os senhores e senhoras e desejo aí uma ótima semana para todos.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 06ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Camilo Santana, Beto Faro, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Jorge Seif e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 2, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1855/2022, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Marcelo Castro, o requerimento foi lido e aprovado, ficando sobrestada a tramitação do Projeto de Lei nº 1.855, de 2022, até a realização da audiência pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1070, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Cid Gomes. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo." **Autoria:** SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 958, de 2025 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A matéria vai à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 3, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 2/2026 – CDR, com o objetivo de instruir o PL 1855/2022, que "institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)"." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Incluído extrapauta e subscrito pelo Senador Marcelo Castro, o requerimento foi lido e aprovado, ficando sobrestada a tramitação do Projeto de Lei nº 1.855, de 2022, até a realização da audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 4, de 2026** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 2/2026 - CDR." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Incluído extrapauta e subscrito pelo Senador Marcelo Castro, o requerimento foi lido e aprovado, ficando sobrestada a tramitação do Projeto de Lei nº 1.855, de 2022, até a realização da audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, realizada na data de 28 de abril de 2026.

Nós temos alguns requerimentos em pauta, mas os autores não estão presentes.

Item 1...

Item 2 é aditamento ao requerimento, que nós vamos deixar para votar com a presença do Senador.

Item nº 2 é um projeto de minha autoria e relatoria do Senador Cid Gomes, que pediu para retirar e para votar na próxima semana, com a presença dele.

Item nº 3. O Senador Laércio Oliveira não está presente.

Eu passo ao item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 958, DE 2025

- Terminativo -

Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do Deputado Federal Castro Neto.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Quero cumprimentar a Presidente e todos os presentes.

Esse Projeto de Lei nº 958, de 2025, de autoria do Deputado Castro Neto, cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí.

O projeto tem como objetivo principal consolidar e oficializar um percurso que abrange os Municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí, Coronel José Dias e São João do Piauí, criando um roteiro turístico integrado. A proposta visa estruturar o turismo na região que abriga o Parque Nacional da Serra da Capivara, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O art. 1º institui formalmente a rota, dando-lhe existência legal. O art. 2º informa os municípios que a compõem e detalha as atrações turísticas relevantes. O art. 3º estabelece que a rota será apoiada por programas oficiais de turismo. E o art. 4º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

A matéria foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter terminativo.

Nos termos regimentais estabelecidos e em conformidade com a técnica legislativa, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da proposição em tela.

A matéria insere-se na competência da União para legislar sobre normas gerais de turismo e de fomento ao desenvolvimento regional. Sob o aspecto formal, não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

No mérito, a proposição é oportuna.

A oficialização da Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí, constitui um importante instrumento de incentivo ao turismo na região. A criação de rotas turísticas oficiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalece a atividade econômica local, atrai investimentos, promove a geração de emprego e renda, e contribui para a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro.

A Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 2008, é o principal diploma legal que estrutura a Política Nacional de Turismo no Brasil. Ela define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 11.771, de 2008, elenca, entre os princípios da Política Nacional de Turismo, a descentralização e a regionalização. O projeto de lei, ao focar a criação de uma rota na Serra da Capivara, no Estado do Piauí, está em perfeita consonância com o princípio da regionalização do turismo – o projeto de lei, ao focar na criação de uma rota na Serra da Capivara, no Estado do Piauí, está em perfeita consonância com o princípio da regionalização do turismo.

A regionalização busca dar protagonismo aos estados e municípios no planejamento e na gestão do turismo, aproveitando suas particularidades.

Trata-se, portanto, de uma medida de baixo custo para o Erário, mas de grande impacto simbólico e prático para o fortalecimento do turismo no Estado do Piauí e em todo o Brasil.

É esse o relatório, Presidente Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Marcelo Castro.

A votação será nominal.

Em discussão o projeto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Complemento: com o voto favorável.

Eu me esqueci de falar. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei 958, de 2025, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Queria solicitar que as assessorias avisassem aos Senadores que está aberta a votação. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Dorinha, por uma das felizes coincidências, esse projeto que nós estamos votando agora cria a Rota Turística da Serra da Capivara, que é inserida no bioma Caatinga.

A Serra da Capivara, patrimônio cultural da Unesco, é o berço do homem americano. A pesquisa feita pela arqueóloga Niède Guidon demonstrou que os sítios arqueológicos mais antigos das Américas estão em São Raimundo Nonato, na Serra da Capivara. Então, o berço, a origem do homem americano estaria lá. De todas as Américas, são os sítios mais antigos, o que quebra a teoria, sempre aceita nos livros, do povoamento das Américas através do Estreito de Berin – então, teria sido povoada primeiro a América do Norte, a América Central e a América do Sul, isso há mais de 12 mil anos. Como os sítios arqueológicos lá de São Raimundo Nonato são de mais de 30 mil anos, então inverte completamente essa lógica. São questões ainda que estão em aberto, mas a tese, o trabalho da Niède Guidon foi nesse sentido.

E a coincidência de que eu falava é que hoje nós estamos comemorando, no 28 de abril, o Dia Nacional da Caatinga, que é um bioma muito extenso, que pega todo o Nordeste – o único estado do Nordeste que não tem Caatinga é o Maranhão –, pega parte de Minas Gerais, que é a região semiárida, e é um bioma muito peculiar, porque ele é próprio do Brasil. Nos outros países nós temos floresta, nós temos Cerrado, nós temos Pampa, nós temos Pantanal, mas nós não temos Caatinga. E o dia 28 de abril foi escolhido o Dia da Caatinga em homenagem a um dos maiores pesquisadores, um pernambucano, João Vasconcelos Sobrinho, que seria o pai da ecologia no Nordeste, pioneiro em nos alertar para a desertificação que está havendo em várias regiões do Nordeste brasileiro. E, naturalmente, a gente precisa fazer uma ação – o poder público federal, estadual, municipal – para preservar as nascentes, para preservar as matas, ciliares, preservar as encostas, as áreas de preservação permanente, enfim, fazer ações que impeçam que possa aumentar essa desertificação que já existe em algumas regiões do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou originário da Caatinga. A minha cidade está no centro da Caatinga nordestina, que é um bioma que tem suas riquezas, tem suas peculiaridades. É preciso cada vez mais a tecnologia, a ciência, e a Embrapa tem ajudado muito no desenvolvimento da exploração da Caatinga, para trazer renda para os seus habitantes.

E, então, eu relato aqui, faço aqui a lembrança de a gente comemorar hoje o Dia Nacional da Caatinga. Está tendo uma sessão conjunta da Comissão de Educação com a Comissão do Meio Ambiente, neste momento, homenageando a Caatinga brasileira. Faço essa menção por ser um dos maiores biomas e mais importantes do Brasil.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Encerrada a votação.

Solicito que seja aberto o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na matéria foi verificado o seguinte resultado: 8 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu gostaria de subscrever aqui os Requerimentos nºs 2, 3 e 4, devido ao autor estar ausente, de comum acordo aqui, para que possam ser lidos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O item 1 é um requerimento do Senador Rogério Carvalho, e os itens seguintes são apresentados como um aditamento a esse requerimento apresentado pelo Senador Jorge Seif.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1855/2022, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB).

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Autoria: Senador Rogério Carvalho, com o apoiamento, agora, do Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

O requerimento do Senador Jorge Seif apresenta a inclusão, na audiência pública que trata do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade, do Sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... e a indicação, ainda, de representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Então, o Senador Jorge Seif pede o aditamento de Thiago Falda, da Associação Brasileira de Bioinovação, e de representante da Embrapa.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 2/2026 – CDR, com o objetivo de instruir o PL 1855/2022, que "institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)".

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2026

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 2/2026 - CDR.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

As votações serão simbólicas.

Eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a defesa dos requerimentos.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, eu peço para a gente votar em bloco, porque são apenas aditamentos ao requerimento do Senador Rogério Carvalho.

Então, o Senador Jorge Seif, subscrito por mim, requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 2, de 2026, da CDR, com o objetivo de instruir o PL 1.855, de 2022, que "institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade", seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação de Bioinovação (ABBI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro requerimento é também aditando o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e, naturalmente, a Embrapa indicará a pessoa adequada para isso daí.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos foram aprovados.

Muito obrigada, Sr. Senador Marcelo Castro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos.

Obrigada, Senador.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 07ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Zenaide Maia, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Camilo Santana, Beto Faro, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8/2026 - 4º Ciclo**. **Finalidade:** 4º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovadas as indicações e as alterações, que, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios, conforme o relatório. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como a da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 19 de maio.

A presente reunião se destina à deliberação do 4º Ciclo das indicações relativas às Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Comunico que foram recebidos ofícios da Câmara municipal de Marília, contendo moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 5.942, que propõe a criação de Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur), mediante redirecionamento de contribuições atualmente destinadas ao Sesc e ao Senac. O documento está disponível na página da Comissão.

Informo que a Secretaria desta Comissão, representada pelo seu Secretário Marcus Guevara, acompanhou remotamente a 68ª Reunião, Ordinária, do Conselho Nacional de Turismo, realizada no dia 8 de maio, durante o Salão do Turismo em Fortaleza, no Estado do Ceará. Dentre os temas debatidos, destacou-se a pauta das prioridades do setor legislativo do setor de turismo, bem como a profissão do turismólogo.

Recebemos ainda o convite do Ministério do Turismo para participar do Fórum Internacional de Mulheres no Turismo, edição 2026, que se realizará nos dias 3 e 4 de junho, no Centro de Convenções de João Pessoa. A presente edição confirma o compromisso de fortalecimento do protagonismo feminino no setor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria ainda de registrar que as indicações a serem deliberadas nesta data foram enviadas para apreciação desta Comissão no período de 29 de abril a 14 de maio, tendo sido este prazo amplamente divulgado no *site* da Comissão.

A coordenação das sugestões de indicações ficou a cargo desta Presidência, que recebeu, por meio do sistema, o total de 98 indicações. Destas, 56 receberam parecer favorável (Anexo I); 38 receberam parecer favorável à solicitação de alterações (Anexo II); e quatro foram retiradas por seus autores.

Farei a leitura resumida do relatório, uma vez que todos os dados já estão disponíveis no sistema.

As indicações constantes no Anexo I atendem a todos os requisitos formais; portanto, o voto é pela sua aprovação integral e posterior encaminhamento aos ministérios competentes.

No Anexo II constam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também atendem a todos os critérios formais. Caso aprovadas, as alterações serão igualmente encaminhadas aos ministérios respectivos.

Por fim, as indicações constantes no Anexo III foram retiradas por seus autores.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I, das alterações solicitadas no Anexo II e pela rejeição daquelas constantes do Anexo III.

Esse é o nosso voto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o presente relatório. (*Pausa.*)

As novas indicações aprovadas, bem como as alterações relativas às indicações anteriormente deliberadas, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A execução de quatro emendas da CDR – este é um resumo – totalizam R$1,538 bilhão. Desse montante, foram empenhados R$372 milhões, o que corresponde aproximadamente a 24% do valor previsto. No detalhamento, já se contabilizam R$188 milhões empenhados a uma; à

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda 60110002, R$81 milhões; à emenda número três, R$61 milhões; à emenda número quatro, R$41 milhões. Seguiremos acompanhando. Como mencionado anteriormente, estão distribuídas regionalmente todas as emendas.

Todos os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado*.

Antes de encerrar a reunião, informo que, logo após o término desta reunião, será realizada a 8ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, destinada à eleição do novo Vice-Presidente deste Colegiado, em função da licença do Senador Jorge Seif, e a deliberação das matérias previamente publicadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4201	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	56000	56101	00T1	Luciara-MT	Luciara-MT	Luciara-MT	03.503.620/0001-31	MT	LUCIARA	4	40	Pavimentação Urbana	1.952.436
60110005	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA/PB		08.883.951/0001-68	PB	TEIXEIRA	4	40	Construção do acesso ao Cruzeiro no município de Teixeira/PB	485.731
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Peritoró		01.612.537/0001-75	MA	PERITORO	4	40	Pavimentação de estradas vicinais	1.000.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Matões do Norte		01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Pavimentação de estradas vicinais	1.000.000
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Monção		06.190.243/0001-16	MA	MONCAO	4	40	Pavimentação de estradas vicinais	1.180.745
60110001	4139	Eliziane Pereira	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do	Prefeitura Municipal de Santa Inês		06.198.949/0001-24	MA	SANTA INES	4	40	Pavimentação de	971.461

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

		Gama Melo				Desenvolvimento Regional								estradas vicinais	
60110002	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	56000	56101	00T1	Ministério das Cidades	Prefeitura Municipal de Santa Inês - Ma		06.198.949/0001-24	MA	SANTA INES	4	40	Pavimentação urbana.	1.980.974
60110005	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	54000	54101	10V0	Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão		06.019.491/0001-07	MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	4	40	Infraestrutura Turística	1.485.731
60110002	4284	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	56000	56101	00T1	Município de Belém			12.227.641/0001-62	AL	BELEM	4	40	Pavimentação de vias na zona urbana.	1.000.000
60110002	4284	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	56000	56101	00T1	Município de Paripueira			35.561.471/0001-53	AL	PARIPUEIRA	4	40	Pavimentação de vias na zona urbana.	952.436
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Kit A.P. 01 – Apicultura Produção - 20 (vinte) Kits	133.980
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA		11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	90	Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	54.978

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

						Francisco e do Parnaíba	LARGA - APROFAL								
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIAR DO ASSENTAMENTO CANAA - ASPRAFAC		26.905.474/0001-76	DF	BRASILIA	4	90	Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	54.978
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno - FEPRORURAL -		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura - 10 (dez) Kits	155.952
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROECOLOGICA E SUSTENTAVEL - COOPERMISTA		32.461.443/0001-76	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 Kit Equipamentos INOVA - Microtrator	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola Cabinado 75 cv	144.503

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Microtrator Agrícola 14 cv	27.540
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Carreta Agrícola Basculante 4 t	19.477
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Plantadeira e Adubadeira de Grãos 4 Linhas	24.817
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	90	Grade Aradora 14x26	20.419
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola 75 cv	144.503

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Microtrator Agrícola 14 cv	27.540
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Carreta Agrícola Basculante 4 t	19.477
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Plantadeira e Adubadeira de Grãos 4 Linhas	24.817
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvim	ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Grade Aradora 14x26	20.419

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

						ento Regional	PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ								
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola 75 cv	144.503
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Microtrator Agrícola 14 cv	27.540
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Carreta Agrícola Basculante 4 t	19.477
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Plantadeira e Adubadeira de Grãos 4 Linhas	24.817
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvim	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Grade Aradora 14x26	20.419

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

						ento Regional									
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DE BRAZLÂNDIA – COOPEBRAZ		35.778.020/0001-72	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola 75 cv	144.503
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DE BRAZLÂNDIA – COOPEBRAZ		35.778.020/0001-72	DF	BRASILIA	4	90	Microtrator Agrícola 14 cv	27.540
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DE BRAZLÂNDIA – COOPEBRAZ		35.778.020/0001-72	DF	BRASILIA	4	90	Carreta Agrícola Basculante 4 t	19.477
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DE BRAZLÂNDIA – COOPEBRAZ		35.778.020/0001-72	DF	BRASILIA	4	90	Plantadeira e Adubadeira de Grãos 4 Linhas	24.817
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DE BRAZLÂNDIA – COOPEBRAZ		35.778.020/0001-72	DF	BRASILIA	4	90	Grade Aradora 14x26	20.419

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Coopervargem - Cooperativa de Vargem Bonita DF		46.240.963/0001-63	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASPRONTE - Associação de Produtores Rurais Novo Horizonte Betinho		05.654.664/0001-98	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada	126.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

														Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	"ASSOCIAÇÃO MORADORA ASSENTAMENTO ROSELI ESTANCIA DO PIPIRIPAU II PLANALTINA DF - ASMAREP"		20.370.553/0001-43	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores Rurais de Alexandre de Gusmão – ASPAG		11.509.706/0001-08	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com	126.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

														Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARIAS DA TERRA		59.657.324/0001-40	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA E RECREATIVA ENERGIA		03.016.950/0001-00	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola	126.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

														14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Bela Vista dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista de Brazlândia (APRVB)		01.776.380/0001-13	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos do DF e Entorno - ASFAG		29.305.675/0001-20	DF	BRASILIA	4	90	Veículo leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	258.506
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Veículo leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga	258.506

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

						Francisco e do Parnaíba								útil 1.300 kg	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do DF e Entorno – ASPHOR		01.930.199/0001-10	DF	BRASILIA	4	90	Veículo leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	258.506
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Nome da Associação: Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola do Catetinho Riacho Fundo / DF - AACATE		01.925.560/0001-10	DF	BRASILIA	4	90	Poço tubular: Perfuração e instalação de poço tubular com motobomba submersa e sistema solar	198.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 DE JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Poço tubular: Perfuração e instalação de poço tubular com motobomba submersa e sistema solar	198.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Rural de Samambaia - DF		17.176.242/0001-33	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg	126.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

														Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação de Cultura e Comunicação Comunitária de Brazlândia-DF		36.205.547/0001-70	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg COM 2 (dois) Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	153.540
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do	Associação dos Agricultores Familiares do		24.649.743/0001-55	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator	153.540

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

						Desenvolvimento Regional	Assentamento Patrícia e Aparecida e comunidade Adjacentes - ASSAFAPACA							(Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg COM 2 (dois) Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	ARAPOEMA			00.237.370/0001-47	TO	ARAPOEMA	4	40	PRAÇA COM CENTRO ESPORTIVO	1.500.000
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	BANDEIRANTES DO TOCANTINS			01.612.819/0001-72	TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	500.000
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	DUERÉ			01.351.667/0001-00	TO	DUERE	4	40	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICA	500.000
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	RIO DA CONCEIÇÃO			33.262.536/0001-34	TO	RIO DA CONCEICAO	4	40	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICA	500.000
60110002	2969	Wilder Pedro de Morais	56000	56101	00T1	PREFEITURA DE ITAGUARI			24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	40	OBRAS DE QUALIFICAÇÃO VIÁRIA	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110002	2969	Wilder Pedro de Morais	56000	56101	00T1	PREFEITURA DE CRISTALINA			01.138.122/0001-01	GO	CRISTALINA	4	40	QUALIFICAÇÃO VIÁRIA DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO	980.974

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	VARGEM GRANDE		VARGEM GRANDE	00.396.895/0001-25	MA	VARGEM GRANDE	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	56000	56101	00T1	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM		TUNTUM	06.138.911/0001-66	MA	TUNTUM	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA		BACABEIRA	01.611.396/0001-76	MA	BACABEIRA	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR		BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

		Nova Alves													
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI MIRIM		PERI MIRIM	41.611.856/0001-80	MA	PERI MIRIM	4	90	ECOPONTE - 8,00 M X 4,50M.	487.602
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR		BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	ECOPONTE 12,00M X 4,50M.	607.920
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICPAL DE PAULINO NEVES		PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	90	ECOPONTE 24,00 M X 4,50 M.	1.053.550
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	552.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA		SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	50 KITS FEIRA DO PESCADO	200.500
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	42 KITS PESCA TIPO I	760.326
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	49 KITS PESCA TIPO II	503.426
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	40 KITS TANQUE-REDE	640.680

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

		Nova Alves													
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	02 UNIDADES DE CAMINHÃO DE LIXO	978.000
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA		SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA		SÃO JOÃO BASTISTA	35.101.369/0001-75	MA	SAO JOAO BATISTA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICPAL DE PARNARAMA		PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	CAMINHÃO PIPA	515.610
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PERFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA		PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	PÁ CARREGADEIRA	292.901
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO		CODO	06.104.863/0001-95	MA	CODO	4	90	02 UNIDADES DE CAMINHÃO PIPA	1.031.220
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO		PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	90 KITS DE IRRIGAÇÃO 500M	69.005

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	POÇOS TUBULARES COM MOTOBOMBA	1.816.500
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	10 KITS DE TANQUES -REDE - 6M3.	471.240
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	41 KITS COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO	332.131
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	24 KITS DE IRRIGAÇÃO	27.740
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	90	CONSTRUÇÃO DE PONTE MODULAR - 24,00 X 4,50M	1.158.805
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	BOM LUGAR	BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	CONSTRUÇÃO DE PONTE TUBOLAR 1,00 X 4,50 M	668.711
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	BOM LUGAR	BOM LUGAR	01.611.400/0001-04	MA	BOM LUGAR	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	767.911

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PERI MIRIM	PERI MIRIM	41.611.856/0001-80	MA	PERI MIRIM	4	90	CONSTRUÇÃO DE PONTE TUBOLAR 8,00 X 4,50M.	536.361
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	BACABEIRA	BACABEIRA	01.611.396/0001-76	MA	BACABEIRA	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	767.911
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	TUNTUM	TUNTUM	06.138.911/0001-66	MA	TUNTUM	4	90	AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	767.911
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	SANTA HELENA	SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 9.000L.	544.398
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	SÃO JOÃO BASTISTA	SÃO JOÃO BASTISTA	35.101.369/0001-75	MA	SAO JOAO BATISTA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 9.000L	544.398
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 9.000L	544.398
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA	342.125
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	CODO	CODO	06.104.863/0001-95	MA	CODO	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO PIPA 9.000L.	1.088.796

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	ARIQUEMES	ARIQUEMES		04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Revitalização de museu.	1.714.327

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	ARIQUEMES	ARIQUEMES		04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Revitalização e reforma do museu.	498.000
60110005	4092	Confúcio Aires Moura	54000	54101	10V0	ARIQUEMES	ARIQUEMES		04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Revitalizar, reformar e ampliar o mirante do município.	1.216.327

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4268	Damares Regina Alves	54000	54101	10V0	SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal			33.143.334/0001-73	DF	BRASILIA	4	30	Ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1.485.731

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110005	4268	Damares Regina Alves	54000	54101	10V0	Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)			04.321.376/0001-59	DF	BRASILIA	4	30	Implantação da Casa de Memória no Arquivo Público do Distrito Federal	1.485.731

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Xinguara	Município de Xinguara	Município de Xinguara	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Aquisição de Caminhão Coletor de Lixo	560.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de São João Do Araguaia	Município de São João Do Araguaia	Município de São João Do Araguaia	05.279.352/0001-41	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	4	40	Aquisição de Escavadeira Hidráulica	690.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Xinguara	Município de Xinguara	Município de Xinguara	04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Aquisição de Caminhão Pipa 9000L	560.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Prata	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Prata	São João do Araguaia	05.279.352/0001-41	PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	4	50	Aquisição de Escavadeira Hidráulica	690.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod.	Favorecido	Beneficiário Final (Execução	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

		Solicitante			**Ação**		**Direta/Codevasf)**								
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	600.000

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE SÃO BRAS - AL			12.207.437/0001-80	AL	SAO BRAS	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	600.000

DE:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas -	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí,	03.888.989/0001-00	MS	TACURU	4	71	Infraestrutura em vias urbanas - Recapeamento	4.952.436

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

							Membros do Consórcio	Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio							

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	56000	56101	00T1	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul - CNPJ: 06.189.978/0001-20	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	Municípios de Tacuru, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas - Membros do Consórcio	06.189.978/0001-20	MS	IGUATEMI	4	71	Infraestrutura em vias urbanas - Recapeamento	4.952.436

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Almeida/BA	Município de Conceição do Almeida/BA	Conceição do Almeida/BA	13.695.028/0001-32	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	4	40	Aquisição de uma motoniveladora	768.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	3795	Otto Roberto Mendonça de Alencar	53000	53101	00SX	Município de Conceição do Almeida/BA	Município de Conceição do Almeida/BA	Conceição do Almeida/BA	13.695.028/0001-32	BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	700.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR)	Federação Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá - FEPAP		10.223.683/0001-08	AP	MACAPA	4	90	Picaque cabine dupla 4X4 Diesel 160cv	236.009

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MDIR	Oiapoque		05.990.445/0001-80	AP	OIAPOQUE	4	90	Motocicletas 160cc - Honda/ NXR 160 Bros	240.733

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	SEMADESC - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul		03.353.358/0001-96	MS	CAMPO GRANDE	4	90	2 Roçadeiras Hidráulicas, Veículo Sedan, Minicarregadeira, 3 Pás Carregadeiras, Trator 75CV, Kit Equipamentos Inova (Agr. Familiar) com 6 itens, Caminhão Basculante 12m³	2.410.551

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	SEMADESC - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação		03.353.358/0001-96	MS	CAMPO GRANDE	4	90	01 Quadriciclo de Carga 350cc, 01 Veículo Administrativo Sedan 75 cv, 01 Minicarregadeira 58 cv, 03 Pá-carregadeiras 100 cv, 01 Trator Agrícola Cabinado 75 cv, 01 Grade Aradora 14x26", 01 Trator Agrícola Cabinado 110 cv, 01 Caminhão Basculante 12m3 6x4	2.403.199

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Amambai/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	AMAMBAI	4	90	Motoniveladora	613.938
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Amambai/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	AMAMBAI	4	90	Pá Carregadeira	309.320
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Taquarussu/MS - SEMADESC		03.353.358/0001-96	MS	TAQUARUSSU	4	90	Kit Equipamentos Inova (Agr. Familiar) com 6 itens	250.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110006	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	1211	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	SEMADESC - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul		03.353.358/0001-96	MS	CAMPO GRANDE	4	90	01 Motoniveladora 125 cv, 01 Pá-carregadeira 100 cv, 01 Trator Cabinado 110 cv, 01 Carreta Agrícola Basculante 4t, 01 Microtrator 14 cv com Enxada Rotativa e Carretinha	1.171.758

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO		08.160.756/0001-00	RN	SITIO NOVO	4	40	CAMINHÃO PIPA	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS		08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS NA ZONA RURAL	500.055

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO		08.160.756/0001-00	RN	SITIO NOVO	4	40	SERÁ ATENDIDA A PREFEITURA PARA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS		08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	pavimentação de estrada rural situado na zona rural do município de parelhas.	500.055

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação Comunitária Rural da Boa Vista - Fercal		01.600.469/0001-24	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.488
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 10 JUNHO - AFPJ		42.519.950/0001-77	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Kit Equipamentos INOVA - Trator	250.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos do DF e Entorno - ASFAG		29.305.675/0001-20	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.888
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do DF e Entorno - ASPHOR		01.930.199/0001-10	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1 (um) Caminhão Carga Seca 7 m 4x2	425.888
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	UNIAO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA		47.803.116/0001-22	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 (dois) Kits Equipamentos INOVA - Microtrator	252.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

							FAMILIAR - UNBRATRAF								

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Associação de Agricultura Ecológica - AGE		26.447.771/0001-15	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4; 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg; Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha.	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem e Produção - CORTRAP		04.091.544/0001-67	DF	BRASILIA	4	90	Minicarregadeira 58 cv	220.390
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Reciclaveis do Distrito federal DF - CENTCOOP/DF		08.235.662/0001-52	DF	BRASILIA	4	90	Minicarregadeira 58 cv	220.390
60110001	4082	Leila Gomes de	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e	Associação dos Produtores de Hortifrutigranje		01.930.199/0001-10	DF	BRASILIA	4	90	2 (dois) Kits Equipamentos INOVA	252.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

		Barros Rêgo				do Desenvolvimento Regional	iros do DF e Entorno - ASPHOR						Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA AGROECOLOGICA E SUSTENTAVEL - COOPERMISTA		32.461.443/0001-76	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator: Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha	126.000
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Coopervargem - Cooperativa de Vargem Bonita DF		46.240.963/0001-63	DF	BRASILIA	4	90	Kit Equipamentos INOVA Microtrator (Triciclo de carga 149cc 500kg Quadriciclo 4x4, 300cc adaptado com caçamba basculante de 700kg	126.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 7ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026.

														Microtrator Agrícola 14cv com Enxada Rotativa e Carretinha)	
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Reciclaveis do Distrito federal DF - CENTCOOP/DF		08.235.662/0001-52	DF	BRASILIA	4	90	Minicarregadeira 58 cv - Bobcat	220.390
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLAVEIS E RESIDUOS SOLIDOS - RECICLO		08.992.948/0001-82	DF	BRASILIA	4	90	Minicarregadeira 58 cv - Bobcat	220.390
60110001	4082	Leila Gomes de Barros Rêgo	53000	53101	00SX	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	COOPERATIVA DE TRABALHO E DE MATERIAL RECICLADO E DE EDUCACAO AMBIENTAL NOVA ESPERANCA - COOPERNOES		09.551.980/0001-95	DF	BRASILIA	4	90	Minicarregadeira 58 cv - Bobcat	220.390

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6502314747

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 08ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Zenaide Maia, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Camilo Santana, Beto Faro, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição Vice-Presidente**. **Finalidade:** Eleição de novo Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em razão da licença do Senador Jorge Seif. **Resultado:** Eleito Vice-Presidente da CDR, o Senador Hermes Klann. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1070, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 - [CDR](Substitutivo). **ITEM 2 - Ofício "S" n° 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo." **Autoria:** SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2730, de 2024 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística "Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais", no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira destina-se à eleição do novo Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em razão do licenciamento do Senador Jorge Seif. E a segunda tem como finalidade a deliberação de itens previamente publicados na pauta desta reunião.

Foi registrada até o presente somente a candidatura única do Sr. Senador Hermes Klann.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, tendo em vista a candidatura única. (*Pausa.*)

Todos de acordo e não havendo objeção, declaro eleito e empossado, como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Senador Hermes Klann.

Convido o Senador eleito a ocupar seu lugar à mesa e fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sra. Presidente, Professora Dorinha Seabra, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, assumo hoje com muita honra a Vice-Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. Recebo essa missão com espírito de responsabilidade, gratidão e compromisso com o Brasil, especialmente com os estados que fazem do trabalho, do empreendedorismo e da vocação regional a força do nosso desenvolvimento nacional.

Quero agradecer aos colegas a confiança e dizer que exercerei esta função com diálogo, equilíbrio e dedicação, sempre buscando fortalecer o papel desta Comissão na construção de políticas públicas que aproximem o crescimento econômico da vida real das pessoas.

Venho de Santa Catarina, um estado pequeno em território, mas gigante em trabalho, inovação e capacidade produtiva; um estado formado pela força de homens e mulheres que acreditam no empreendedorismo, na liberdade econômica e na valorização de quem produz. Santa Catarina é hoje o maior polo têxtil do Brasil. Nossa indústria move milhares de empregos, exporta qualidade para o mundo e representa a capacidade catarinense de unir tradição, tecnologia e competitividade. Cidades como Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul e tantas outras mostram diariamente que o desenvolvimento regional acontece quando há segurança para investir, infraestrutura e respeito ao setor produtivo.

Santa Catarina também é referência nacional no turismo. Temos um dos destinos mais completos do país. Do litoral às serras, das praias reconhecidas internacionalmente ao turismo rural, gastronômico, religioso e de negócio, nosso estado demonstra como o turismo pode gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável. Temos orgulho de mostrar ao Brasil exemplos como Florianópolis, um dos principais destinos turísticos do país; Balneário Camboriú, símbolo do turismo moderno e do investimento privado; e nossa Serra Catarinense, que transformou o inverno em oportunidade de crescimento econômico e valorização cultural.

Entendo a importância da logística para o desenvolvimento regional. Não existe turismo forte sem infraestrutura. Não existe crescimento econômico sem estradas, portos, aeroportos e segurança jurídica para quem empreende e gera emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, quero contribuir para que esta Comissão seja cada vez mais ativa na defesa da integração nacional, da infraestrutura, do municipalismo e do fortalecimento das vocações regionais do nosso país.

O Brasil é diverso, rico em potencialidades e talentos, e é justamente olhando para as realidades de cada região que construiremos um país mais competitivo, mais equilibrado e mais desenvolvido.

Assumo esta Vice-Presidência com humildade, disposição para o trabalho e profundo amor por Santa Catarina e pelo Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Boas-vindas ao nosso colega Senador Hermes Klann, Vice-Presidente desta Comissão.

Passamos à pauta.

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1070, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Cid Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Após a deliberação da CDR, a matéria seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, e posteriormente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, em decisão terminativa.

Hoje, 19 de maio, o Relator vai apresentar o seu relatório.

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Professora Dorinha. Obrigado. É uma honra para mim relatar um projeto de sua iniciativa.

Aproveito a oportunidade e desejo boas-vindas ao Senador Hermes Klann. Cumprimento-o por já assumir a Vice-Presidência desta importante Comissão do Senado Federal, desejando-lhe uma boa estada aqui. Que Santa Catarina possa estar sempre muito bem representada.

Santa Catarina é um estado admirável do Brasil, uma referência na sua economia.

Ao tempo em que fui Governador do Estado de Ceará, tive o privilégio de visitar a cidade de Itajaí e de lá promover reuniões com diversos empresários. Já àquela época, que era uma época difícil do nosso país, Santa Catarina vivia uma situação de pleno emprego. E eu, lá, discutindo com empresários de empresas importantes nacionais, lembro que estavam presentes o dirigente e proprietário da empresa WEG e o dirigente e proprietário da empresa Marisol, que já tinha uma extensão no Ceará, e mais duas outras empresas.

Enquanto a gente conversava sobre a proposta que estava oferecendo de ampliarem as suas atividades no Estado do Ceará, iniciou-se uma certa discussão entre eles, reclamando que um treinava os funcionários, e o outro acabava pegando os funcionários da outra empresa.

Eu disse: vocês têm uma forma simples de resolver esse problema. É só ir para o Ceará que lá não vai haver essa concorrência. E praticamente todas as empresas foram lá para o Ceará. Hoje o Ceará – posso dizer – é uma extensão empresarial com a presença muito forte de empresas de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minha sempre homenagem aqui a esse estado pujante, que tem grandes vocações, também como o Ceará tem na área do turismo, que é um dos objetos principais desta Comissão.

Seja bem-vindo, Senador, e conte conosco.

Bom, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.070, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 1.070 é formado por nove artigos.

O art. 1º indica o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação: trata-se da instituição do Programa de Armazenagem Rural (PAR) e do estabelecimento dos requisitos e das condições para a contratação das operações de crédito no âmbito desse programa, com aplicação nas áreas de atuação do FNO, do FNE e do FCO.

O art. 2º institui o PAR, esclarece que sua implementação se dará por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais e indica seu objetivo: promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural. O programa terá duração de dez anos, prorrogáveis por mais dez.

O art. 3º estabelece que os beneficiários são produtores rurais que desenvolvam atividades produtivas de grãos e de oleaginosas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que cultivem área não superior a 1,5 mil hectares. Contratações na modalidade condominial ou associativa requerem uma área mínima também de 1,5 mil hectares, respeitado o mesmo limite máximo de área por beneficiário. A assistência máxima anual é fixada em R$30 milhões.

O art. 4º dispõe sobre os investimentos financiáveis. Trata-se, basicamente, da infraestrutura de armazenagem na propriedade rural. Os §§1º a 5º dispõem sobre a área em que os investimentos poderão ser realizados, os limites de capacidade estática tanto individualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto na modalidade condominial ou associativa, os valores financiáveis e a readequação das propostas de financiamento.

O art. 5º fixa as condições a serem observadas nas operações de financiamento (taxas de juros, liberação de recursos, bônus de adimplência, prazos, compartilhamento de riscos e garantias).

O art. 6º estabelece que o PAR contará com, no mínimo, 5% das disponibilidades líquidas dos fundos em 2024 e 10% a partir de 2025.

O art. 7º admite também a utilização de recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO) na contratação de operações com valor acima de R$30 milhões e estabelece as condições dessas operações.

O art. 8º atribui aos conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento regional regulamentar o disposto na lei e tratar dos casos omissos.

Finalmente, o art. 9º contém a cláusula de vigência, que corresponde à data da publicação da lei eventualmente resultante.

Em resumo, a proposição institui o Programa de Armazenagem Rural (PAR) por meio de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste.

O cerne da justificação é que não haveria na programação dos fundos constitucionais qualquer forma de incentivo que se coaduna com o enunciado do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, [ou] seja, pelo estabelecimento de prazos e carência compatíveis com o tempo de maturação do empreendimento, limites de financiamento e encargos financeiros que sejam realmente diferenciados ou favorecidos, que venham estimular a busca pelo crédito para fomentar a construção de silos e armazéns.

O PL nº 1.070, de 2024, foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, esta nossa Comissão, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa. Na CDR, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final do ano de 2024, nós apresentamos o Requerimento nº 22 para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o presente projeto de lei. Subscrito pelas Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, o requerimento foi lido e aprovado em março de 2025, e a audiência pública interativa foi realizada em abril do mesmo ano. Em seguida, ainda em 2025, no mês de junho, foram juntados cinco documentos com sugestões legislativas ao projeto enviadas pelas seguintes instituições: Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; Banco do Brasil; Banco da Amazônia; e Banco do Nordeste.

Com base nas discussões ocorridas durante a audiência e nas sugestões encaminhadas, passamos à análise da proposição.

Análise.

O inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre matérias pertinentes a "programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional". Ao instituir o PAR por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais, o PL nº 1.070, de 2024, é claramente objeto de análise nesta Comissão.

É escusado reforçar aqui a importância da armazenagem rural para o desenvolvimento econômico do país. A própria justificação da proposição reúne dados e argumentos que mostram que a carência de armazéns é, sim, um "bom problema", pois reflete o crescimento acelerado da produção agrícola no Brasil. Nesse sentido, nós entendemos que o PL nº 1.070, de 2024, é uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento do setor agrícola.

A audiência pública e as sugestões legislativas recebidas por esta Comissão revelaram que os bancos administradores dos fundos constitucionais já perceberam a relevância da armazenagem rural e já vêm destinando um volume expressivo de recursos para esse tipo de operação. De acordo com dados do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, "o volume de recursos utilizados [em armazenagem rural] nos últimos exercícios foi de aproximadamente R$4 bilhões, em 52.358 operações de crédito". Além disso, "conforme destacado pelos três bancos administradores, o financiamento à armazenagem contava com condições diferenciadas de financiamento, inclusive encargos financeiros".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista de informações dessa natureza, nós buscamos ajustar o PL nº 1.070, de 2024, para compatibilizá-lo com a legislação em vigor e com os avanços já observados nos bancos administradores dos recursos dos fundos constitucionais no que diz respeito à armazenagem rural.

As alterações introduzidas foram:

- No art. 4º, exclusão dos §§3º (limites de capacidade na modalidade condominial ou associativa); §4º (limites de valores financiáveis); e §5º (readequação das propostas de financiamento ou projetos ainda em fase de análise);

- Alteração do art. 5º para: i) excluir a fixação em lei da taxa efetiva de juros; ii) aumentar os prazos de reembolso e de carência (de 12 para 15 anos e de três para cinco anos, respetivamente); iii) alterar as disposições relativas ao risco de crédito, revertendo-as para as usuais das instituições financeiras gestoras dos fundos constitucionais; e iv) excluir a fixação em lei de limites para as garantias;

– Alteração do art. 6º para estabelecer que o PAR contará com recursos equivalentes a, no mínimo, 5% das disponibilidades líquidas do FCO e 3% das disponibilidades líquidas do FNO e do FNE. Esses percentuais, menores do que aqueles originalmente estabelecidos, garantem o financiamento do programa ao tempo em que previnem o empoçamento de recursos – eu tratarei disso, Sra. Presidente, no momento da discussão do projeto e justificarei melhor;

- No art. 7º, em que se admite a utilização de recursos do FDA, do FDNE e do FDCO, supressão do detalhamento a respeito das condições das operações.

Assim, em linhas gerais, nós buscamos flexibilizar a proposição, retirando do PL nº 1.070, de 2024, aspectos como valores financiáveis, taxas de juros e garantias, deixando-os para os planos regionais de desenvolvimento e para as diretrizes dos programas de financiamento de cada um dos fundos. Ao remover esses aspectos da norma legal, nós buscamos evitar o engessamento das operações e o eventual empoçamento de recursos e adequar a proposição à legislação de encargos vigente para os fundos constitucionais de financiamento, inclusive com taxas mais vantajosas para a armazenagem. Ao mesmo tempo, nós mantivemos o espírito original do PL nº 1.070, de 2024, que é a criação do Programa de Armazenagem Rural por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste.

Por fim, nós incluímos também um dispositivo adicional para destinar recursos das disponibilidades líquidas dos fundos à armazenagem de energia em sistemas de baterias, com percentuais diferenciados por fundo: 2%, no caso do FCO; e 4%, no caso do FNO e do FNE. Embora não se trate aqui de armazenagem rural, trata-se de uma tecnologia portadora de futuro, e a destinação de recursos a esse segmento nas regiões menos desenvolvidas do país concorrerá para torná-las mais dinâmicas e inovadoras. O percentual mais elevado para o FNO e o FNE reflete o reconhecimento de que as Regiões Norte e Nordeste apresentam maior potencial e maior necessidade de investimentos em infraestrutura energética baseada em armazenamento, especialmente em razão da expansão das fontes renováveis intermitentes e dos desafios de integração desses sistemas às redes regionais.

Os valores a serem destinados em cada caso dependerão das disponibilidades líquidas e deverão ser estimados pelos bancos administradores dos fundos em suas programações anuais. Contudo, apenas para que se tenha uma ideia dos montantes envolvidos, os valores previstos para aplicação do FCO, do FNO e do FNE em 2025 foram, respectivamente, da ordem de R$13,72 bilhões, repetindo, para o FCO, de R$13,47 bilhões para o FNO e de R$47,29 bilhões para o FNE. Usando esses valores como referência, pode-se estimar que seriam destinados para armazenagem rural, no ano passado, R$686 milhões no Centro-Oeste, R$404 milhões no Norte e R$1,42 bilhão no Nordeste. Para a armazenagem de energia em sistemas de baterias, foram estimados valores da ordem de R$274 milhões no Centro-Oeste, de R$ 539 milhões no Norte e de R$1,89 bilhão no Nordeste.

Ainda que essas estimativas sejam aproximadas, elas deixam claro que se trata de volumes capazes de contribuir para expandir significativamente a armazenagem rural nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil.

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.070, de 2024, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDR (SUBSTITUTIVO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1.070, DE 2024

Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Armazenagem Rural (PAR) e estabelece os requisitos e as condições para a contratação das operações de crédito no âmbito desse Programa, com aplicação nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

Art. 2º Fica instituído o Programa de Armazenagem Rural, por meio de financiamento no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com o objetivo de promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural, ficando vedados investimentos em recuperação ou ampliação de estruturas de armazenagem já existentes.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* vigorará por 10 (dez) anos, podendo ser ampliado por igual período.

Art. 3º São beneficiários do programa o produtor rural, pessoa física ou jurídica, suas associações, inclusive na modalidade de condomínio formal, que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas de grãos e oleaginosas nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e que cultivem área não superior a mil e quinhentos hectares por beneficiário.

§1º Quando contratado na modalidade condominial ou associativa deverá ser comprovada área plantada de no mínimo de mil e quinhentos hectares para o somatório de todos os participantes, respeitado o limite máximo de área por beneficiário de que trata o caput deste artigo.

§2º Independentemente do número de beneficiários do condomínio ou da associação de produtores, o crédito estará sujeito à assistência máxima anual de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 4º São financiáveis os investimentos autorizados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, destinados à construção de infraestrutura de armazenagem na propriedade rural com a finalidade de apoio à produção, beneficiamento, acondicionamento e armazenamento de produtos agrícolas relacionados à produção de grãos e oleaginosas.

§ 1º O investimento poderá ser realizado em área rural ou urbana devidamente regularizada para a finalidade de armazenagem.

§ 2º A capacidade estática a ser implantada não poderá exceder seis mil toneladas por beneficiário.

Art. 5º Na contratação das operações do Programa com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, serão aplicados os encargos financeiros definidos para esses Fundos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, observando-se ainda as seguintes condições:

I – o prazo de reembolso deverá ser de até 15 (quinze) anos, incluídos até 5 (cinco) anos de carência;

II – liberação do crédito conforme a execução do cronograma do projeto;

III – garantias usuais das instituições financeiras gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento, às quais caberá definir as garantias exigidas conforme sua política de crédito.

Art. 6º A partir do exercício de 2027, o Programa de Armazenagem Rural contará com recursos equivalentes a, no mínimo, 5% (cinco por cento) das disponibilidades líquidas do FCO, 3% (três por cento) das disponibilidades líquidas do FNO e 3% (três por cento) das disponibilidades líquidas do FNE.

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput poderão ser ampliados em função das prioridades e disponibilidades de recursos para cada Unidade da Federação.

Art. 7º Admite-se o financiamento do Programa de Armazenagem Rural com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) de que trata a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, do Nordeste (FDNE) de que trata a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e da Amazônia (FDA) de que trata a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 8º A partir do exercício de 2027, no mínimo 2% (dois por cento) das disponibilidades líquidas do FCO e 4% (quatro por cento) das disponibilidades líquidas do FNO e do FNE serão destinados à armazenagem de energia em sistemas de baterias.

Art. 9º Caberá aos Conselhos Deliberativos das respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional regulamentar o disposto nesta Lei e tratar dos casos omissos que necessitem ser disciplinados para dar efetividade ao Programa.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o nosso parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Cid Gomes, agradeço o parecer.

Após a deliberação na Comissão de Desenvolvimento Regional, o projeto será encaminhado à CAE e posteriormente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa no caso desta última.

Quero agradecer a atenção do Senador. O tema, quando fiz a apresentação, era com o intuito de fazer uma provocação da criação de uma política direcionada à questão do armazenamento, que é um problema grave. Na audiência pública... Nós fizemos, paralelamente à apresentação do projeto, também o envio ao Ministro do Desenvolvimento Regional e ao Ministro da Agricultura, com sugestões, e algumas inclusive foram incorporadas e foram explicitadas aqui na nossa audiência.

Eu quero só citar o exemplo do meu estado, que pertence à região do Matopiba, cuja capacidade de armazenamento hoje não supera 36% do que é produzido no estado, um grave problema de armazenagem, e isso é um problema do Brasil inteiro.

Então, agradeço o aprimoramento do projeto, várias coisas que estão em lei que o Senador coloca como regulamentação. Isso permite uma agilidade, então o projeto foi bastante aprimorado. Agradeço. É um problema grave acho que no país inteiro, e a provocação da criação de uma política vai provocar que cada fundo trate do tema adequadamente para sua região.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Eu poderia até me poupar dessa discussão, mas, enfim, eu queria dar uma justificativa menos formal ao que nós fizemos de alteração na iniciativa de V. Exa., que é superadequada.

No Brasil, em todos os momentos são registrados problemas, dada a crescente produção de grãos no nosso país e o não acompanhamento da nossa capacidade de armazenagem. Isso cria seríssimos problemas, obriga muitas vezes os produtores a venderem a preços baratos demais, são explorados por conta dessa falta de capacidade de armazenamento que o nosso país tem. Portanto, a sua iniciativa, Senadora Dorinha, é das mais oportunas.

O que eu quis foi também pegar uma carona nessa sua iniciativa e procurar enfrentar, tratar de um outro desafio brasileiro, que é muito mais forte nas nossas Regiões Norte e Nordeste do que no Centro-Oeste, embora já tenha até uma certa produção de energias renováveis, essas que dependem de ventos, de condições climáticas, que dependem de sol e não se produzem à noite, obviamente. E a gente sabe que este é certamente o desafio do futuro, a armazenagem de energia, que casa, a meu juízo, com o mesmo desafio proposto no projeto de V. Exa., que é armazenagem de produção, e estamos falando de produção de grãos e produção de energia. Portanto, como o Centro-Oeste é notoriamente o celeiro brasileiro, nós não alteramos o percentual proposto, que ficou em 5%; acrescentamos 2% para o uso em armazenamento de energia.

No Norte e no Nordeste, nós temos uma produção de grãos menor. Embora o Matopiba seja uma nova fronteira agrícola, estado que V. Exa. integra, que é a Região Norte, junto com o Maranhão, o Piauí e o Tocantins... E agora há uma nova fronteira, Senador Laércio, em que eu estou acreditando firmemente, que é a extensão do Matopiba para o Ceará e Pernambuco, na região conhecida como Chapada do Araripe, que é também uma região de grande potencial de produção de grãos. E nós, no Nordeste e no Norte, realmente temos um bom potencial pela frente, fazendo isso, respeitando o meio ambiente, mas hoje creio que o maior desafio seja a questão do armazenamento de energia, portanto, nós colocamos percentuais diferenciados com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorização, no Norte e no Nordeste, para armazenamento de energia. Então, acho que isso enriquecerá certamente.

Essa matéria ainda passará por duas Comissões: pela Comissão de Assuntos Econômicos e também pela Comissão de Agricultura, de maneira que, tenho certeza de que, ao longo desse percurso, nós teremos o aprimoramento, teremos a oportunidade de discutir com mais profundidade. Quis apenas acrescentar esse eixo, que, repito, é um eixo inovador no mundo. A questão do armazenamento de energia é um desafio mundial. A China é um país que parte na frente, os Estados Unidos têm aplicado muitos recursos em pesquisas visando a essa questão do armazenamento, e o Brasil, pelo seu extraordinário potencial de gerar energias renováveis, que são, repito, suscetíveis a variações climáticas, precisa ter, para dar estabilidade ao nosso sistema, um grande programa de armazenamento de energia. Essa é a nossa intenção.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Senadora Dorinha, parabenizando V. Exa. não só por presidir a nossa Comissão, mas também pela sua iniciativa e aproveitando a fala do Senador Cid, eu queria fazer uma reflexão aqui, muito breve, sobre esse tema.

De fato, a gente tem um problema muito sério de infraestrutura no nosso país, não só de infraestrutura para o escoamento da produção, mas de infraestrutura para um polo de armazenamento de toda a produção de grãos.

No próximo ano, há indicativos de que a gente vai enfrentar um problema sério no agronegócio com referência à produção. Nós deveremos ter uma produção muito menor por causa dos fatores climáticos. Isso vai requerer de todos nós um esforço, principalmente do Governo, com referência aos armazenamentos dos grãos. E é preciso, de fato, que a gente enfrente essa situação, porque, como disse o Senador Cid, isso acaba na mão dos atravessadores, que aproveitam esse ambiente e essa situação e compram a produção em momentos em que o produtor não tem outra alternativa, ou ele vende por qualquer preço ou ele perde. E, muitas vezes, Senador Cid – o senhor conhece muito bem isso pela sua experiência política e de gestão –, o produtor entrega aquilo que ele produziu por um preço menor do que o que ele gastou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir. Veja que coisa absurda. Então, assim, esse projeto é muito importante dentro desse contexto.

Dentro do ambiente de energias, é justo e é certo o que você falou também. Nós temos uma questão, a gente discute atualmente uma questão de baterias para armazenar, principalmente, aquelas energias tidas como energia limpa, porque nós também temos um problema muito sério no país que ainda não foi resolvido, mas está em estudos, que é armazenar a energia produzida pelo vento ou produzida pelo sol, porque isso, se não for muito bem conduzido, pode provocar um apagão, não um apagão pela escassez, mas um apagão pelo excesso. A esse equilíbrio do nosso sistema elétrico a gente precisa se dedicar, é muito pertinente.

Eu ia ficar calado sobre o seu relatório, que, para mim, já estava contemplado, mas a discussão que o senhor provoca, Senador Cid, dá exatamente a dimensão da importância do assunto. E eu quero me congratular com V. Exa., por ter introduzido isso dentro do projeto, que, apesar de atuar em áreas distintas, tem similaridade com essa necessidade que a gente precisa enfrentar, porque, no fundo, no fundo, tem focos diferentes, mas o propósito é o mesmo.

Então, eu me congratulo com a nossa Presidente Senadora Dorinha e com o Senador Cid.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentá-la pela iniciativa.

A senhora sabe que, todo ano, a gente bate recorde, graças a Deus, de produção e é obrigado a sair do campo, da terra, da fazenda e procurar um porto, e isso causa problema de toda a ordem.

No Pará, nós temos duas entradas: pelo lado leste, a BR-158, depois a 155, depois a PA-150 para chegar à Barcarena; pelo lado oeste, a BR-163, que vai lá do Mato Grosso até chegar a Miritituba. Miritituba é uma vila do lado de cá do Rio Tapajós. Você precisa ver o que significa um caminhão atrás do outro, quilômetros e quilômetros, para a gente rodar num automóvel tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrumar seu espaço. O Pará não tem tradição rodoviária. Nossas estradas são muito amadoras ainda – sem acostamento, não tem qualidade –, e isso nos pegou e está trazendo muito sofrimento. E aí uma das causas desse problema todo nas estradas, de acidentes, de mortes, de tudo, é a falta de armazenamento aqui na produção, em que você é obrigado a tirar e jogar no caminhão.

O outro prejuízo é econômico, porque as *trades* compram no preço que querem, em função do excesso de produção daquele momento. Quer dizer, o cara vai ter que me vender no preço que eu posso pagar, porque ele não pode esperar para daqui mais três, quatro, cinco, seis meses, oito meses, não. Então se organizaram nisso, pagam o preço lá embaixo, exatamente por falta de um trabalho.

Os fundos constitucionais que V. Exa. coloca aqui precisavam realmente ter uma disciplina especial para financiamento da armazenagem. Quando eu falo para cá, para cá para essa região, até que tem um pouco mais, o pessoal é um pouco mais capitalizado. Mas, na Região Norte, principalmente no nosso estado lá, que tem uma capacidade ainda muito grande... O Pará tem condições de ter 9 milhões de hectares de produção sem derrubar uma árvore, só aproveitando esse espaço. É um silo aqui e outro no fim do mundo, porque todo mundo tem que bancar da própria economia que tem. Não há uma linha, não há uma disciplina, não há um programa, nada que regulamenta isso.

Então, não sou o Raul Gil, mas tiraria meu chapéu para a iniciativa. Parabéns! Vamos lá! Parabéns ao nosso Relator, que fez um trabalho excelente. Vamos avançando.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Na verdade, como eu mencionei, o percentual no meu estado é baixíssimo, 36%, mas é uma realidade apresentada em todas as regiões, e vamos fazer uma força-tarefa para que seja aprovado nas duas Comissões e possa avançar, porque, em muitos casos, obriga o produtor, como foi colocado, a comercializar e, às vezes, até impede que o produtor continue atuando no ramo, porque ele não tem condição nem de pagar as despesas já contratadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer esse projeto, que foi apresentado a partir das sugestões dos produtores e da minha equipe, ao Nelson Fraga, que foi superintendente da Sudeco e sabe da importância para a Região Centro-Oeste, imagina para nós do Norte e do Nordeste.

Agradeço mais uma vez ao Senador Cid Gomes.

A votação será simbólica.

Os Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigada ao Senador.

Item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 65, DE 2017

- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo.

Autoria: SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Após a deliberação da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Dorinha, com a sua permissão eu vou direto à análise.

O relatório é um pouco longo, porque ele carecia de acrescentar ao texto algumas informações importantes para o bom andamento do tema.

O art. 20 da Lei 7827, de 1989, estabelece que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas Superintendências Regionais de Desenvolvimento relatórios circunstanciados sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. Esse é o papel principal.

O §4º do art. 20 determina que o relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

O §5º determina que o relatório de que trata o *caput* do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no §4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o §1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe, no Senado Federal, à CDR atestar se o FNE está cumprindo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste referente ao ano de 2016 é um documento extenso e detalhado, com informações sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste na administração do FNE. Neste parecer, analisamos as principais informações contidas na documentação disponibilizada, sendo oportuno registrar que se trata de uma análise sobre eventos ocorridos há quase dez anos.

Inicialmente, cabe registrar que o FNE foi criado pela Constituição Federal de 1988, cujo art. 159, inciso I, alínea "c", previa, na ocasião, que a União entregaria 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A aplicação dos recursos do FNE segue as diretrizes definidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, as orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene.

O FNE foi operacionalizado por meio de doze programas de financiamento: FNE Rural; FNE Irrigação; Pronaf; FNE Verde; FNE Inovação; FNE Aquipesca; FNE Agrin; FNE MPE; FNE Industrial; FNE Proatur; FNE Proinfra; e FNE Comércio e Serviços.

A previsão inicial era de aplicação do montante de R$14,1 bilhões, obedecendo ao limite inferior de 4,5% e máximo de 30% para cada unidade da Federação. Foram contratados R$11,2 bilhões em 538.528 operações de crédito, o que representou uma redução de 2,2% em relação ao ano anterior. Os empreendimentos de micro, mini e pequeno portes demandaram 50% dos recursos e o Semiárido foi responsável pela contratação de R$4,1 bilhões.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) recursos do FNE no valor total de R$7,3 bilhões no exercício de 2016, montante 42,8% superior ao esperado. O índice de inadimplência foi de 3,8%, pouco acima da média nacional.

As contratações do Pronaf responderam por 90% das operações de 2016, o que representa pouco mais de 20% dos recursos aplicados no período. Considerando as demais linhas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento voltadas ao desenvolvimento da agropecuária, o setor rural foi responsável por mais de 94% das contratações e pouco mais de 50% do volume de crédito concedido.

Às micro e pequenas empresas foram destinados 18% dos recursos, com destaque para o setor de comércio.

No semiárido, foram contratadas 355.637 operações, que totalizaram R$4,1 bilhões, valor 14% superior ao programado para o período. Esse montante representa 57% dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional, atendendo a determinação legal de aplicação mínima no Semiárido de 50% dos repasses.

Os recursos aplicados nos Arranjos Produtivos Locais (APL) foram 32% superiores ao programado.

Com relação à indústria e ao setor de comércio e serviços, as contratações representaram apenas 24% e 55%, respectivamente, dos valores programados para o período, ainda que tenham sido superiores aos valores contratados em 2015.

A distribuição espacial das contratações mostra que os municípios de alta renda absorvem maior parte dos recursos, enquanto as regiões de baixa renda apresentaram grande número de contratações e menor participação no valor total dos empréstimos.

Do ponto de vista setorial, os recursos foram aplicados nas seguintes proporções: rural respondeu por 52%; comércio e serviços, 26%; indústria, 13%; infraestrutura, 4%; turismo, 3%; e agroindústria, 2%.

Quanto ao porte do mutuário, as seis faixas utilizadas pelo Banco do Nordeste para separar os empréstimos apresentaram as seguintes participações no total das aplicações: micro, mini e pequenos produtores, 50%; grandes empresas, 27%; médias empresas, 12%; e pequenas e médias empresas, 11%.

As contratações no âmbito do Pronaf atingiram R$ 2,5 bilhões, representando um crescimento de 6,2% em relação a 2015.

Os impactos do FNE sobre o desenvolvimento regional foram objeto de estudos apresentados pelo Banco do Nordeste. A partir da análise da Matriz Insumo Produto (MIP),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimou-se que o Valor Bruto da Produção (VBP) do Nordeste teve um acréscimo de R$23,1 bilhões, em decorrência dos financiamentos realizados no ano de 2016, com participação de 52,5% do setor rural, 19,8% do setor de comércio, e 13,8% do setor industrial.

As estimativas apontam um acréscimo de R$13,8 bilhões na renda regional, sendo R$7,5 bilhões no setor rural. Os efeitos sobre a geração de empregos indicam a criação de cerca de 878 mil ocupações formais e informais, o que teria resultado em um acréscimo de R$4,1 bilhões na massa salarial, sendo 49% desse montante no setor rural.

Quanto à arrecadação de impostos na área de atuação do BNB, estima-se o pagamento de aproximadamente R$1,7 bilhão.

O Relatório de Resultados e Impactos do FNE referente ao ano de 2016 mostra que as diretrizes para aplicação dos recursos do fundo foram cumpridas. O relatório também apresenta recomendações para que seja melhorada a eficácia do fundo.

Conforme determina a legislação, foram examinadas por auditores independentes as demonstrações financeiras do FNE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Na opinião dos auditores independentes, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FNE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

Com relação às alterações na programação de financiamento de 2017 do FNE, a Sudene, por meio da Resolução 109, de 2017, aprovou a Proposição nº 107, de 2017, que homologou a readequação do Plano de Aplicação do FNE do Exercício de 2017, para incluir ajustes no conceito de inovação adotado no programa FNE Inovação, e nos limites para financiamento do capital de giro isolado para médios e grandes beneficiários. Essas alterações visavam à melhor utilização dos recursos do FNE em função da conjuntura econômica vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, a documentação encaminhada a esta Comissão mostra que a aplicação dos recursos do FNE no exercício de 2016 atendeu à legislação pertinente e demonstra que o fundo vinha cumprindo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação.

Vou ao voto, Sra. Presidente.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 65, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Laércio Oliveira, pela leitura de seu relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o presente relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, pelo arquivamento do projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Muito obrigada, Sr. Senador.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2730, DE 2024

- Terminativo -

Cria a Rota Turística "Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais", no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.730, de 2024, de autoria do Senador Carlos Viana.

A proposição tem como objetivo a criação da Rota Turística "Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais". Conforme o parágrafo único do art. 1º, a referida rota abrangerá os municípios de Andradas, Monte Sião, Ouro Fino e Jacutinga.

Eu peço a autorização de V. Exa. para ir direto à análise do projeto.

Nos termos estabelecidos de forma regimental e em conformidade com as orientações técnicas, compete a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre o mérito da proposição, bem como avaliar sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sob o prisma da constitucionalidade, a matéria encontra respaldo na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre o fomento à cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural, além do fomento às atividades turísticas. Inexistem vícios de injuridicidade, pois o ordenamento brasileiro encoraja ações de desenvolvimento regional pautadas pelo turismo sustentável.

No mérito, a proposição é extremamente oportuna e louvável. O projeto valoriza a memória viva da imigração italiana, fortalecendo a identidade da região sul de Minas Gerais. A institucionalização do "Caminho do Imigrante Italiano" conferirá aos municípios de Andradas, Monte Sião, Ouro Fino e Jacutinga importante chancela, capaz de estruturar roteiros, atrair

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos para a infraestrutura local e divulgar a região nacional e internacionalmente. Como ressaltado na justificação, o turismo é um indutor natural da atividade econômica e de inclusão produtiva para a população local.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.730, de 2024.

Era esse o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Zequinha Marinho, pela leitura do seu relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Essa votação é nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". Pode abrir o processo de votação.

Pode iniciar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Votação encerrada.

Pode abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Foram verificados oito SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de nove.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Não havendo mais quem queira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preciso ler dos prazos aqui? (*Pausa.*)

Informo que o prazo para envio das indicações das emendas RP 8 referentes à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 será reaberto a partir de amanhã, 20 de maio, até o dia 18 de junho de 2026, com a deliberação para 23 de junho de 2026.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Augusta Brito e Margareth Buzetti e dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: 1 - Aviso número 215, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que acusa o recebimento do requerimento desta Comissão de solicitação de auditoria nas atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre os ritos e procedimentos adotados pelo órgão nas avaliações ambientais dos defensivos agrícolas e sobre a aplicação da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023; o processo ganhou o número TC-006.340/2026-1 e foi designado Relator o Ministro Bruno Dantas; 2 - Ofício nº 45, de 2026, da Câmara de Vereadores de Vila Maria, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 1, de 2026, de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que atualiza a Lei de Proteção de Cultivares, com medidas que estabelecem aumento estrutural de custos ao setor produtivo rural, especialmente no que se refere à fixação de royalties em patamar elevado. O PL 1.702, de 2019, está em tramitação na Câmara dos Deputados. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão, na internet. A Presidência rendeu homenagens à Senadora Margareth Buzetti em reconhecimento à sua profícua atuação parlamentar, por ocasião de sua despedida da Casa; em apartes a Senadora foi saudada pelos Senadores presentes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 2500, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais." Autoria: Senador Jayme Campos (União/MT). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." Autoria: Senador Giordano (MDB/SP). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo as Emendas nºs 1-T-CAE, 3-CAE e 4-CAE. E pela rejeição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Emenda nº 2-T. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda 5-CRA (Substitutivo), acolhendo a Emenda 1-T-CAE, e contrário à Emenda 2-T. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item 3 - Projeto de Lei n° 3784, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda." Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 4 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024 - Terminativo - que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." Autoria: Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 5 - Projeto de Lei n° 1348, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6 - Projeto de Lei n° 4812, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Lei do Trabalho Rural e institui a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda 1-CRA (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item extrapauta 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação atual da utilização de drones agrícolas, especialmente diante das informações de que aproximadamente 75% dos equipamentos em operação encontram-se irregulares, e pelos elevados riscos e violações legais decorrentes da prestação de serviços sem a devida autorização e seguindo os ditames do regulamento vigente no país. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); representante Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); representante Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); representante Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); representante Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag); representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); representante Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); representante Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS)." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). Resultado: Aprovado. Item extrapauta 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 9, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- CRA, com o objetivo de instruir o PL 6682/2025, que “altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País” seja incluído o seguinte convidado: Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). Resultado: Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Margareth Buzetti e Soraya Thronicke, e os Senadores Zequinha Marinho e Hamilton Mourão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento de alguns expedientes:

1. Aviso nº 215, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que acusa o recebimento do requerimento desta Comissão de solicitação de auditoria nas atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre os ritos e procedimentos adotados pelo órgão nas avaliações ambientais dos defensivos agrícolas e sobre a aplicação da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023 – o processo ganhou o nº TC-006.340/2026-1, e foi designado Relator o Ministro Bruno Dantas;

2. Ofício nº 45, de 2026, da Câmara de Vereadores de Vila Maria, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 1, de 2026, de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que atualiza a Lei de Proteção de Cultivares, com medidas que estabelecem aumento estrutural de custos ao setor produtivo rural, especialmente no que se refere à fixação de royalties em patamar elevado. O PL 1.702, de 2019, está em tramitação na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão, na internet.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro projetos não terminativos e dois projetos terminativos, conforme pauta previamente estabelecida, ou divulgada.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3784, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda.

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

A pedido do Relator, defiro a retirada de pauta da matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1087, DE 2024

- Terminativo -

Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE.

Observações:

- Em 30.09.2025, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo em Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

A pedido do Relator, defiro a retirada de pauta da presente matéria. (Pausa.)

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4812, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Lei do Trabalho Rural e institui a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Quero solicitar ao Senador Hamilton Mourão para assumir a Presidência da Comissão, porque eu pretendo relatar o projeto em destaque.

Senador Mourão, por favor, nos dê a honra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Esse projeto de lei tem a autoria da Senadora Margareth Buzetti, que está se despedindo do Senado Federal, e em especial desta Comissão, de que é membra efetiva a Senadora do Mato Grosso, muito ligada ao agronegócio.

Eu gostaria de tê-la aqui no Plenário, mas está atrasando alguns minutos. Nós vamos fazendo a leitura do relatório e eu tenho certeza de que logo, logo, a Senadora estará aqui também, assim como a Senadora Tereza Cristina.

Presidente, eu quero pedir permissão para ir direto à análise do projeto, dispensando aqui o relatório inicial.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Soraya, bem-vinda.

Nos termos do art. 104-B, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA a análise de proposições relacionadas a emprego, previdência e renda rurais. Na oportunidade, por não se tratar de apreciação terminativa, avaliaremos apenas o mérito do PL nº 4.812, de 2025.

Entendemos que a proposição em análise é muito oportuna, uma vez que pretende sistematizar normas hoje dispersas, reduzir incertezas de interpretações e aproximar o regime rural das soluções já consolidadas para o trabalho em geral, representando, portanto, um avanço significativo na segurança jurídica e na formalização das relações de trabalho rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as inovações, destacam-se o Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural (art. 137), a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio no Trabalho Rural (art. 138), a gestão de riscos específicos, com especial atenção à obrigatoriedade de implementação de programas de educação continuada sobre o uso seguro, manuseio e descarte de agrotóxicos e afins (art. 139), a questão da proteção ao trabalho rural (art. 158 e seguintes) e a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural (art. 175 e seguintes).

Essas inovações representam uma atualização necessária em relação à Lei nº 5.889, de 1973, cuja estrutura não corresponde à realidade do setor agropecuário atual, tendo em vista que sua elaboração se deu em um contexto de baixa mecanização e limitada preocupação com aspectos de segurança, saúde e sustentabilidade.

Nesse contexto, o PL 4.812, de 2025, incorpora diretrizes que alinham o marco jurídico rural às condições tecnológicas e produtivas contemporâneas. Ao substituir uma lei de 1973 por um texto que incorpora as transformações do setor, o projeto contribui diretamente para a modernização do trabalho rural, condição essencial para manter a competitividade do agronegócio brasileiro, garantindo que a produção se dê em um ambiente de legalidade e respeito aos direitos humanos e sociais.

Assim, entendemos que, de um modo geral, as disposições previstas no projeto de lei em questão têm aptidão para reforçar a coerência do direito do trabalho rural, ao integrar, em um único diploma, definições, direitos, deveres e instrumentos de implementação hoje dispersos, com inclusão de inovações relevantes.

Contudo, há de se esclarecer que a proposição, em alguns pontos, não reflete a realidade do setor rural, cujas atividades se desenvolvem em condições próprias, marcadas por sazonalidade, variações climáticas, especificidades operacionais e dinâmica produtiva distinta daquela que orienta o regime celetista comum.

Essa inadequação se evidencia, por exemplo, na previsão de pagamento de indenização compensatória por tempo de serviço após a expiração regular do contrato de safra, nos termos do parágrafo único do art. 19, medida que desconsidera a própria natureza transitória e finalística dessa modalidade contratual.

De igual modo, a disciplina do trabalho rural, prevista nos arts. 57 e seguintes, mostra-se pouco aderente à realidade predominante do campo, em que grande parte das atividades exige presença física, execução manual, operação de máquinas, deslocamento em áreas produtivas e acompanhamento direto das etapas do cultivo, da criação ou da colheita.

Também se revela de difícil observância prática a exigência para que o tomador de serviços solicite, arquive e mantenha atualizada, ao menos semestralmente, documentação da empresa prestadora de serviços, conforme o art. 159, sobretudo em contextos marcados por instalações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais remotas, limitações logísticas, baixa conectividade e rotinas operacionais que não se confundem com a estrutura administrativa típica dos centros urbanos.

Em condições como essas, o texto original termina por importar soluções concebidas para realidades diversas, impondo ao setor rural obrigações que, embora formalmente bem-intencionadas, mostram-se pouco exequíveis ou inadequadas à forma concreta de organização desse tipo de atividade.

Nesta esteira, considerando o mérito da matéria e reconhecendo a relevância da iniciativa, que busca atualizar o marco jurídico aplicável ao trabalho rural em consonância com as transformações tecnológicas, produtivas e organizacionais do setor, optou-se pela apresentação de substitutivo, com o objetivo de aperfeiçoar a proposição, ajustando-a às particularidades do trabalho rural e suprimindo dispositivos que, na redação original, se revelam de difícil aplicação prática ou insuficientemente compatíveis com a dinâmica própria dessa atividade.

Não é fácil e tampouco, digamos assim, aplicável na vida real. E aí, minha Senadora Margareth Buzetti, nós fizemos o substitutivo, que já foi publicado. Não é um diploma pequeno – nós temos cinquenta e tantas páginas –, mas eu acredito que mantém a essência, e a consultoria fez tudo para manter o seu trabalho.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 4.812, de 2025, na forma da emenda substitutiva apresentada, já publicada e à disposição dos Srs. Parlamentares no sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório pelo Senador Zequinha Marinho, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Senadora Margareth...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – A autora do projeto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para discutir.) – Eu não podia deixar de falar, porque foi um trabalho muito grande, intenso, feito por empresas, pela Juíza do Trabalho Dra. Graziele Cabral, que contribuiu muito – aliás, no projeto todo –, cuidando para que não se retirasse direito do trabalhador e para que também se desse uma modernizada, uma modernização na legislação trabalhista do campo, que tem as suas especificidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o substitutivo eu concordo muito com ele, porque foram incluídos setores, como o de citros, por exemplo, e outros setores que também têm as suas particularidades, o que fez necessário que fossem incluídos.

Fico feliz de esse relatório estar sendo lido hoje. Não é um projeto fácil, são 221 artigos, mas ele se faz necessário. O nosso código trabalhista para o campo tem que se modernizar, tem que atender às necessidades. Hoje, nós temos drones, nós temos

máquinas sendo operadas por controle remoto; quer dizer, temos que modernizar a legislação.

Obrigada pelo brilhante relatório, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Presidente, eu só quero fazer uma menção. Eu daria a oportunidade, se a Senadora Soraya quiser se pronunciar. Depois, eu faria isso, porque já não é sobre o tema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Eu estou plenamente a favor do projeto de lei, e é isso. Tranquilo. O senhor quer se pronunciar sobre o quê? A minha preocupação hoje...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Não, são apenas as suas considerações, se a senhora desejar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Ah, tá. Não, está tranquilo. É que eu tenho também... Eu ia pedir inversão de pauta, Pedro, só para que eu conseguisse relatar o próximo, o item 2.

Eu parabenizo V. Exa., parabenizo a Margareth Buzetti e parabenizo a Justiça do Trabalho por ter consciência, por ter tido responsabilidade na condução desse projeto de lei – e V. Exa., na relatoria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, só lembrando da atuação da Senadora Margareth, conosco aqui, ela é a primeira suplente do Senador Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura. Ele foi para lá, ela veio para cá e fez um trabalho brilhante, foi uma grande parceira desta Comissão.

No ano passado, nós batemos recorde de produção aqui na CRA, graças à sua participação, assim como a de outros colegas, Soraya e os demais, Bagattoli, Mourão, que aqui está, Senador Hamilton Mourão, que é fiel na presença.

Então, a senhora vai, mas leve com a senhora o nosso reconhecimento, nossa amizade, nosso respeito e votos de que seja bem-sucedida naquilo que a senhora empreender neste momento, neste ano que é um ano de muita luta política. Isso é muito interessante, porque a senhora já demonstrou o seu valor aqui dentro, a sua pegada de trabalho, de produção legislativa, de compromisso com o seu estado e com o Brasil. É uma pessoa que eu tenho certeza de que o povo mato-grossense tem no coração, e a gente, aqui, fica saudoso da sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que o Ministro vai vir, tem que voltar, porque tem que se desincompatibilizar, mas a gente deixa aqui um abraço fraterno, sincero, dizendo que o nosso coração e essas salas aqui estão sempre à sua disposição para o trabalho, quando retornar a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Agora, sim, eu quero falar, porque agora que eu descobri que a Senadora Margareth Buzetti está se despedindo da gente, mais uma vez.

Não gosto de despedidas, Senadora. Quero aqui externar a minha gratidão pelo seu trabalho, minha gratidão à vida por poder ter conhecido você, convivido. Nós temos uma peculiaridade, acho que em 99% ali na nossa Bancada Feminina a gente se respeita muito, muito. Então, a sua conduta, sempre de razoabilidade... Ontem, eu revi a sua fala. Então, quero lhe agradecer.

Quero dizer ao povo do Mato Grosso que precisa se orgulhar da Senadora que você é e sempre será – uma vez Senadora, sempre vai ter isso na sua história. É uma dedicação de missão. Muitas pessoas têm a política como profissão, mas eu entendo que a política deve ser uma missão, é um período na nossa vida. Eu sei que para você... Quero chamá-la de você, sempre tão jovem, tão para a frente... Eu gosto muito dos looks dela, sempre muito fashions. Ela é fashion, ela arrasa. Então, quero dizer que faz parte, nós estamos aqui por um período. A sua contribuição foi imensa, e eu espero que você volte, que tenha coragem de disputar, que você volte e contribua cada vez mais conosco.

O povo mato-grossense tem que se orgulhar da Senadora Margareth Buzetti, que não passou em vão, que entregou aqui a sua alma, corpo, coração e tudo.

Parabéns! Que Deus a abençoe na nova etapa!

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu me associo às palavras do Senador Zequinha Marinho e da querida Senadora Soraya nessa homenagem a ti, Margareth, por esse período em que eu tive a oportunidade de desfrutar do teu convívio, da tua maneira de ver o mundo e da tua luta diária pelas melhores causas.

Pode ter certeza de que você orgulha o Estado de Mato Grosso, como boa catarinense que é. (Risos.) Nós militares somos acostumados a despedidas, porque a gente viaja por este Brasil inteiro. Deixo aqui um desejo que é da nossa vida de milico. Mas você, como uma mulher do campo, sabe o que eu vou te dizer: que os nossos estribos se choquem em cavalgadas futuras, está bom? Mas você, como uma mulher do campo, sabe o que eu vou te dizer: que os nossos estribos se choquem em cavalgadas futuras, está bom?

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, o substitutivo.

Essa matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizando a autora e o nosso Relator, devolvo a Presidência ao Senador Zequinha Marinho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dando prosseguimento: item n° 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 801, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo as Emendas nºs 1-T-CAE, 3-CAE e 4-CAE. E pela rejeição da Emenda nº 2-T.

Observações:

- Em 15.07.2025, A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-T-CAE, 3-CAE e 4-CAE e contrário à Emenda nº 2-T.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para proferir a leitura do seu relatório. Senadora, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, caros colegas, Senadora Margareth Buzetti, Senador Hamilton Mourão, servidores e brasileiros que nos acompanham, é um prazer, Pedro, estar aqui novamente.

Sinto muitas saudades da CRA. A minha vida tem sido muito complicada, então já peço perdão, porque tenho trabalhado muito online e gostaria de poder estar mais presente, mas, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já parabenizo, de antemão, a autoria do Senador Giordano nesse projeto de suma importância para todos nós.

Vou passar direto para a análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 23, incisos VIII e X, da Constituição Federal, é competência comum da União organizar o abastecimento alimentar e combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Nesse contexto, a proposição é constitucional ao buscar fomentar ações colaborativas entre o poder público, o setor privado e as organizações da sociedade civil para reduzir a insegurança alimentar e fortalecer a solidariedade social. Trata-se de medida que concretiza valores constitucionais como a dignidade do ser humano e os objetivos fundamentais da República, especialmente os de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Além disso, ao incluir a proteção animal entre seus propósitos, a proposta reflete a crescente compreensão de que o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo abrangem também o respeito à vida e à integridade dos animais, em consonância com princípios ambientais e éticos reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro.

Também não há qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para a matéria tratada na presente proposição, nos termos do art. 37, inciso X, do art. 40, §15, do art. 61, §1º e do art. 165 da Constituição Federal brasileira.

Por fim, quanto à regimentalidade, a CRA tem competência para se pronunciar sobre abastecimento e segurança alimentar, em razão do disposto no art. 104-B, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esgotadas as questões formais e reconhecida a competência desta Comissão para a análise da proposição, podemos passar para a análise de mérito.

A iniciativa revela-se oportuna e socialmente relevante. O estímulo à doação de alimentos contribui para a redução do desperdício e o enfrentamento da insegurança alimentar, reforçando políticas públicas voltadas à nutrição, à sustentabilidade e à solidariedade. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), apontam que, em 2024, cerca de 24 milhões de brasileiros enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, o que demonstra a pertinência do tema.

O texto também fortalece a segurança jurídica das doações ao prever mecanismos de cadastro, fiscalização e responsabilização, garantindo transparência e rastreabilidade das operações. Além disso, a inclusão das doações destinadas à proteção animal reflete a evolução das políticas de bem-estar animal e amplia o alcance social da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante, merece destaque a questão fiscal. Os arts. 7º, 8º e 9º, que tratavam de deduções tributárias, implicavam renúncia de receita sem a necessária estimativa de impacto orçamentário-financeiro, contrariando o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por essa razão, a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) deliberou pela supressão desses dispositivos, de modo a preservar o núcleo social da proposta sem comprometer o equilíbrio fiscal. Tal medida assegura a viabilidade legislativa do projeto, sem prejuízo de que a discussão sobre incentivos tributários venha a ser retomada em proposição específica, devidamente instruída com análise de impacto.

Quanto às emendas apresentadas, a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus, é pertinente, ao incluir o transporte das doações como elemento integrante do processo e prever o cadastro de transportadores, reforçando a segurança jurídica e a integridade logística. Já a Emenda nº 2-T, embora bem-intencionada ao estender o benefício a empresas tributadas pelo lucro presumido, não se mostra oportuna no contexto atual de restrição fiscal, razão pela qual foi rejeitada.

Não obstante o mérito do Projeto de Lei nº 801, de 2024, é necessário registrar que, em 30 de setembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.224, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos; cria o Selo Doador de Alimentos; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Essa nova legislação representa um avanço importante em relação à lei revogada, ao estabelecer diretrizes gerais sobre a doação de alimentos e produtos próprios para consumo humano e animal, promovendo a articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil em ações de combate à fome e ao desperdício.

Todavia, a Lei nº 15.224, de 2025, não abrange integralmente o conteúdo e a amplitude da proposição em análise, subsistindo pontos de aperfeiçoamento relevantes que justificam a continuidade de sua tramitação. Nesta senda, em primeiro lugar, a questão da responsabilidade civil e penal foi tratada de modo distinto. O PL nº 801, de 2024, prevê a isenção de responsabilidade civil e penal dos doadores de boa-fé, criando um ambiente de maior segurança jurídica e incentivo à doação. A nova lei, contudo, não faz qualquer menção à responsabilidade penal e estabelece que a responsabilidade civil persiste nos casos de dolo, o que pode gerar interpretações restritivas e desestimular a participação de empresas e pessoas físicas nas ações de solidariedade alimentar.

Outro aspecto não suficientemente tratado pela lei refere-se ao transporte dos alimentos doados. O texto aprovado limita-se a prever a capacitação dos responsáveis pelo transporte, sem disciplinar, de forma mais detalhada, os mecanismos de controle, registro e rastreabilidade. O PL nº 801, de 2024, e suas emendas, por sua vez, tratam diretamente da logística e do cadastramento de transportadores, oferecendo um modelo mais completo de segurança operacional e sanitária no deslocamento dos alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o projeto também prevê a criação de um cadastro de instituições recebedoras e a formalização de contratos entre doadores e beneficiários, instrumentos fundamentais para garantir a transparência, a fiscalização e a segurança jurídica das operações. Esses dispositivos não foram contemplados na Lei nº 15.224, de 2025, o que deixa lacunas relevantes quanto à governança e à rastreabilidade do processo de doação.

Diante desse quadro, verifica-se que, embora a nova lei tenha representado um importante passo na consolidação de políticas de combate à fome e ao desperdício, a

proposição ainda cumpre um papel complementar e aperfeiçoador, especialmente quanto aos temas de responsabilidade, transporte e cadastro.

Agora, passo ao voto, Presidente.

Diante do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 801, de 2024, com as Emendas nºs 1-T-CAE, 3 e 4-CAE, e pela rejeição da Emenda nº 2-T, na forma do substitutivo, que está à disposição dos colegas.

E eu gostaria de acrescentar, Presidente, para não me delongar, porque foi disponibilizado há tempo. O projeto que, ora, analisamos enfrenta um dos problemas mais urgentes do nosso país, que é a insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que combate o desperdício de alimentos e fortalece a cultura da solidariedade. Apesar dos avanços recentes, os dados ainda são preocupantes. Hoje, cerca de 24,2% dos domicílios brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar, o que significa que quase um em cada quatro lares ainda enfrenta dificuldades no acesso regular à alimentação. No caso de Mato Grosso do Sul, estado que tenho a honra de representar, houve uma melhora significativa, com 81,5% dos domicílios em situação de segurança alimentar. Ainda assim, aproximadamente 190 mil lares enfrentam algum nível de insegurança, sendo cerca de 25 mil em situação grave, em que falta comida até para as crianças.

Esses números mostram que avançamos, mas ainda temos um caminho importante a percorrer. A proposta avança justamente nesse sentido, ao criar um ambiente mais seguro e organizado para as doações, garantindo regras claras, maior transparência e, sobretudo, segurança jurídica para quem deseja contribuir. Ao mesmo tempo, aperfeiçoamos o texto para assegurar sua compatibilidade com a responsabilidade fiscal e sua integração com a legislação já vigente.

Destaco ainda que o substitutivo apresentado aprimora pontos essenciais, como o cadastramento de entidades receptoras, a formalização das doações e a regulamentação do transporte, fortalecendo a rastreabilidade e a segurança sanitária. Trata-se, portanto, de uma medida equilibrada que alia sensibilidade social, responsabilidade jurídica e viabilidade prática e que tem impacto direto na vida de milhares de famílias brasileiras, inclusive no meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Eu me recordo que, antes dessa abertura, agora, que foi em 2025, as empresas... Eu me lembro da reclamação, o meu cunhado teve uma loja, uma sanduicheria no Shopping Campo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande e todo mundo tinha que jogar os alimentos que restavam todos os dias, enquanto muita gente estava ali pedindo alimentação. Por medo. Então, isso é muito triste. Ninguém quer, não é comum, seria uma grande exceção alguém que, por dolo, doa um alimento estragado. Então, essa perda, com tanta gente precisando...

Eu me recordo de que, em 2022, nós estávamos ainda tratando das pessoas na fila do osso – na fila do osso. Conseguimos, agora, neste Governo, avançar, sim, para a diminuição da insegurança alimentar, que eu não chamo de insegurança alimentar, porque, quando... Se eu tenho comida hoje, mas eu não tenho comida à noite, eu estou passando fome. Se eu tenho comida hoje, mas amanhã eu não tenho certeza, ou amanhã eu não tenho, é fome, e fome dói. É o nosso estômago que ronca, é a mãe que deixa de comer para dar para os seus filhos, num país onde a gente tem um desperdício imenso. Então, este projeto de lei, de autoria do Senador Giordano, é de suma importância para nós brasileiros.

Quero lembrar que... Vou pedir aos colegas que, quando forem indicar suas emendas, indiquem para as merendas escolares, para os institutos federais. A gente não inaugura merenda escolar, ninguém inaugura. Eu não estou aqui me vangloriando, eu estou aqui tratando de uma questão de humanidade.

Eu fiquei muito impressionada com a relevância dada pela nossa Reitora Elaine, do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, à destinação da minha emenda de R$1 milhão para as merendas do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, ao qual, este ano, estou destinando novamente. Ela não cansa de repetir e eu não canso de estranhar a relevância disso, porque é estranho mesmo: nós estamos falando de comida. Nós temos uma parcela da população brasileira, das crianças brasileiras, que não tem banheiro nas escolas, que não tem água potável nas escolas; busquem aí, deem um Google que vocês vão ver que é relevante esse número. Nós temos alunos que vão para a escola por causa da comida, eles sim... E eu pergunto sempre: é verdade que as pessoas passam fome? Porque a gente, que não passa fome, não acredita que os outros estejam passando fome.

Na campanha presidencial de 2022, num bairro muito pobre, muito humilde, eu me sentei no chão com umas crianças de um projeto e perguntei, porque eu ainda duvidava... Eu perguntei: "Vem cá, alguém aqui já passou fome?". As crianças levantaram as mãos: "Normal passar fome". Para mim não é normal, tanto que foi colocada em xeque, em dúvida, essa triste realidade.

Então, as nossas escolas precisam de apoio para merendas escolares. E, agora, o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul está trazendo comida quente, porque o mais triste de tudo... A gente, que anda de avião, não aguenta mais aquela comidinha fria do avião, concordam? Aquela bolachinha, aquele suquinho, aquele refrigerante. Essas crianças ainda estavam alegres por terem essa comida fria; passaram agora a ter uma comida quente. E o Mato Grosso do Sul... Eu a parabenizo, eu estive visitando escolas que estão sendo inauguradas, e aí está o valor que devemos conceder às nossas merendeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas novas escolas estaduais, eu peço que os municípios tenham esse olhar para com o pessoal da cozinha. Precisamos ter ar-condicionado nas cozinhas, porque é o lugar mais quente dessa escola. Nós estamos destinando, muitas vezes – como eu já fiz, sem pensar e sem lembrar –, para o refeitório, destinando emendas para a aquisição de ares-condicionados para os refeitórios, mas e aquelas pessoas que estão produzindo esse alimento? Elas suam, é uma coisa horrível, uma coisa triste. Então, aqui vai o meu carinho para essas mulheres que são, muitas vezes, invisíveis... Essas mulheres e homens, enfim, mas são eles que atraem as crianças.

E eu quero aqui mandar um abraço para o nosso Secretário de Educação, o Secretário Hélio, do Mato Grosso do Sul, porque, recentemente, houve um corte no orçamento do Mato Grosso do Sul, um decreto de corte, e onde estava a angústia? Cortar 25% da merenda e do transporte escolar. Ele falou: "Senadora, eu não posso pedir para o aluno comer menos ou não repetir". É triste.

Então, essas questões precisam ser exceção no nosso país. Nós não podemos ser o maior celeiro do mundo – nós conseguimos alimentar 1,4 bilhões de pessoas, muito mais do que a nossa população –, e termos esses índices que não são razoáveis. O problema está na gestão.

E aí entra a importância da agricultura familiar, que, sim, essa produção tem que ter um destino local, principalmente... Não 30%, mas, se puder, 50%, 100% da agricultura familiar serem destinados à aquisição por meio das prefeituras e do estado... Porque muitas vezes a gente vê alimentos – é o que a gente tem visto no Mato Grosso do Sul – que são produzidos ou que poderiam ser substituídos pela produção local, e vêm de outros estados. Nós precisamos fazer uma política melhor sobre isso. Então, eu não sou Executivo, mas vai aí... Senador, isso me veio à mente agora, acho que poderíamos trabalhar juntos em algo desse tipo, aumentar a necessidade dessa produção.

Por fim, para terminar, eu vou destacar: o Mato Grosso do Sul é grande produtor, como o Rio Grande do Sul também, e a Região Sul, de erva-mate. A erva-mate é muito utilizada no Mato Grosso do Sul. Ela, em termos... Para crianças, para jovens, é melhor entregar um chá de erva-mate, um suco de erva-mate, do que um café, e é mais barata a erva-mate do que o café.

Na reforma tributária, foi difícil, mas conseguimos devolver para a cesta básica, sem tributação, a erva-mate. Então, foi uma guerra infindável, eu quase chorei na frente do Senador Eduardo Braga, porque o Senador Flávio Arns tentou, o Senador Heinze tentou, e ele já tinha dito dois nãos lá na CAE, um na sequência do outro, e eu tinha uma emenda também. Eles já tinham levado um não, outro não, aí eu falei, agora... Eu já estava desistindo de defender a emenda, mas um anjo da guarda me falou: "Vai, leve um não, então, mas faça a sua parte". Então, aí quase que eu chorei, e apelei, apelei não só para os números, na verdade, porque os números são relevantes, a composição nutricional da erva-mate é relevante. Ela é muito barata para ser distribuída nas escolas, mais do que o café.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, com a sensibilidade do Senador Eduardo Braga, nós conseguimos devolver a erva-mate para a cesta básica, então, com zero tributação, e, consequentemente, para as nossas escolas, que as sul-mato-grossenses – eu acredito que do Sul para baixo ou de Mato Grosso para baixo – utilizam a erva-mate na merenda escolar.

Então, eu peço aos colegas... Grata pela paciência, eu me empolguei com este assunto tão relevante, mas eu peço o voto favorável de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora Soraya Thronicke.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão.

Senadora Margareth Buzetti...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para discutir.) – É só para comentar o seu relatório – belíssimo relatório –, porque no Brasil a burocracia é tão grande que, até para você doar, existe um empecilho enorme. Você não tem segurança jurídica, você não tem... Tudo o que você faz pode ser um problema. No Brasil, até o passado é incerto, é uma coisa doida. Você veja que nós temos que regulamentar para as pessoas poderem doar, fazerem doação de alimentos. Eu vi muito alimento na pandemia aí fora, porque, se doasse e por acaso essa criança tivesse uma diarreia, essa empresa seria processada. Então, está certo, nós temos que ter segurança jurídica, sim, desde a doação até o transporte e recebimento disso.

Parabéns pelo relatório e para o autor também, Senador Giordano!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Encerrada a discussão, a matéria está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº 5, da CRA, Substitutivo, acolhendo a Emenda nº 1-T, da CAE, rejeitada a Emenda nº 2-T.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da sua tramitação em decisão terminativa.

Parabéns ao Senador Giordano e à Senadora Soraya, autor e Relatora, pela aprovação!

Quero fazer a inclusão de dois itens extrapautas.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 8, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação atual da utilização de drones agrícolas, especialmente diante das informações de que aproximadamente 75% dos equipamentos em operação encontram-se irregulares, e pelos elevados riscos e violações legais decorrentes da prestação de serviços sem a devida autorização e seguindo os ditames do regulamento vigente no país.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
• representante Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
• representante Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
• representante Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
• representante Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG);
• representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
• representante Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA BRASIL);
• representante Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS).

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

A votação simbólica.

Mais um item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 9, DE 2026
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2026 - CRA, com o objetivo de instruir o PL 6682/2025, que "altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País" seja incluído o seguinte convidado:

• representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil– CNA.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

A votação será simbólica.

Eu concedo a palavra à autora dos requerimentos. Vamos votá-los em globo, em pacote, logo em seguida.

Com a palavra a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para encaminhar.) – Mais uma vez, a gente está apresentando requerimento para ouvir as entidades, o Mapa e a CNA, para que a gente possa realmente regulamentar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão e saber se é isso mesmo que está acontecendo, que os drones estão irregulares. Por isso apresentamos o requerimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora.

Em votação os dois requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a cada um e a todos que aqui vieram: senhores assessores, imprensa, colaboradores de modo geral, Srs. Senadores. Obrigado mesmo.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Damares Alves, e dos Senadores Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Daniella Ribeiro e Beto Faro. Deixa, ainda, de comparecer o Senador Oriovisto Guimarães, conforme o Requerimento nº 11/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião da Comissão, realizada em 10 de dezembro de 2025, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3563, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a publicidade, o patrocínio e a promoção de apostas esportivas e jogos on-line, bem como apostas que envolvam resultados de eleições, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3586, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a exploração de aposta de quota fixa que tenha por objeto resultado de eleição para cargo no Poder Executivo ou no Poder Legislativo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do PL 3563/2024, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição do PL 3586/2024. **Observação:** Os senadores Efraim Filho, Damares Alves e Flávio Arns fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao PL 3563/2024, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PL 3586/2024. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4007, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para prorrogação do prazo de vigência de incentivos e acrescentar à relação de bens beneficiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, senador Carlos Portinho. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1020, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taciba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 460, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Regeneração, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 51, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o Projeto “Expedição Arqueológica Ilha da Trindade"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 1, de 2026,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de receber a pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vencedora do Prêmio Todas, na categoria Desenvolvimento e Pesquisa, reconhecida nacionalmente por sua atuação pioneira no desenvolvimento da polilaminina, substância que tem demonstrado resultados promissores na recuperação de movimentos em pessoas com lesão medular." **Autoria:** Senador Carlos Portinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(PL/RJ), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelos senadores Flávio Arns e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/150375

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião da Comissão, realizada em 10 de dezembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias. Os itens 1 e 2 e os itens 11 e 12 serão votados pelo processo simbólico, e os itens 3 a 10, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Quero saudar aqui de uma maneira especial o Senador Marcos Pontes, uma referência nessa área, né? Sempre uma honra tê-lo aqui na Comissão e poder colaborar também com V. Exa.

Cumprimento a Senadora Damares Alves, uma referência também na área – em tantas áreas, né? – e que realiza um belo trabalho aqui no Senado Federal. E cumprimento a todos e todas, também a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação, o pessoal da Secretaria, do apoio todo, da Consultoria. E desejo que este ano seja bastante bom, profícuo, com bastante debate, discussão nas matérias que são importantes para o Brasil. Então, que bom que estamos juntos. Que todos tenhamos saúde e paz no decorrer desse ano.

Muito bem. Passamos ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI N° 3563, DE 2024
- Não terminativo -

Altera as leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a publicidade, o patrocínio e a promoção de apostas esportivas e jogos on-line, bem como apostas que envolvam resultados de eleições, e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 3586, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a exploração de aposta de quota fixa que tenha por objeto resultado de eleição para cargo no Poder Executivo ou no Poder Legislativo.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do PL 3563/2024, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição do PL 3586/2024.

Observações:

1. Em 10.12.2025, foi concedida vista coletiva do processo, nos termos do art. 132, §1º e §4º do RISF;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Eu lembro que o relatório deste projeto de lei já foi lido na reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2025.

Consulto a Senadora Damares Alves, Relatora, se deseja fazer uso da palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não?

Coloco, então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É sobre o primeiro item da pauta, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Queria pedir vênia, eu vi que V. Exa. acabou de anunciar o encerramento da discussão, eu só queria puncionar um tema. Eu acompanhei o relatório da Senadora Damares, acredito que ele traz uma abordagem interessante sobre o tema que precisa avançar e evoluir. Eu só pergunto à Senadora Damares – a gente recebeu e acompanhou debates, inclusive, na imprensa sobre a questão dos clubes esportivos – se essa questão dos clubes esportivos teria espaço para que a gente dialogasse, não sobre o resto da mídia, tal, etc., porque há uma sustentabilidade hoje de atividades que muitas vezes não são... Não é nem o futebol, porque o futebol é rentável para o clube, mas, às vezes, para atividades olímpicas – e a gente escutou, por exemplo, o Presidente do Flamengo falando a respeito do judô, dos esportes aquáticos, do remo –, não é fácil encontrar empresas que se interessem por essa atividade associativa olímpica. E tem um inciso do projeto que se refere exatamente a esse patrocínio às atividades de clubes esportivos. Eu não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

falando da mídia televisiva, de internet, o que o tema da Senadora Damares já aborda muito bem. E aí eu pergunto à Relatora se haveria espaço para que houvesse uma discussão sobre esse tema do clube esportivo e a possibilidade de supressão disso para que a gente consiga ter essas atividades principalmente olímpicas, que hoje, infelizmente, no Brasil ainda não rendem retorno positivo financeiro, para que esses patrocínios a clubes esportivos pudessem continuar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador, há projetos semelhantes já na CCJ. Ontem o Senador Portinho me procurou, o Senador Girão também. O que eu conversei com eles? Os dois têm interesse com relação aos clubes também. A gente passa essa matéria e, na CCJ, vão juntar todos os projetos que tramitam sobre o mesmo tema e me parece que vão fazer um substitutivo de todos, inclusive do meu, que vai ser apensado lá, e aí vai atender a demanda dos clubes. Mas aqui a gente aprovaria como está, para juntar aos que já estão tramitando lá, para não atrapalhar nem a tramitação aqui, nem a tramitação lá.

Eu creio que, a partir daí, quem será Relator será o Portinho lá, já que ele tem todo o interesse em dialogar com os clubes, e aí faria um texto mais adequado, que agora, se eu fosse só suprimir, o texto não ficaria perfeito, como eu gostaria que ficasse. Então, a gente aprova e lá a gente trabalha.

Inclusive, eu vou propor a minha participação como ouvinte do grupo de trabalho, para manter a proteção da criança, do jeito que eu quero aqui, mas a parte dos clubes se discute na próxima Comissão. Já há essa combinação.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Perfeito.

Está compreendido, Presidente.

Só queria marcar essa posição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Como membro da CCJ também, acompanho o entendimento da Senadora Damares de dar seguimento ao tema, para que na CCJ se faça uma discussão sobre o aperfeiçoamento do texto, que eu acredito que há aperfeiçoamentos que são bem-vindos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Efraim Filho, uma pessoa muito estimada, membro desta Comissão também.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu quero acrescentar, Senador Efraim Filho – a quem eu respeito muito, inclusive ao seu pai, sempre mando um abraço para ele, colega nosso aqui –, que foi feita uma ampla discussão dessa situação, no mês de dezembro, aqui na Comissão, e chegou-se à conclusão de que esse projeto de lei seria apensado aos demais projetos de lei que estão em tramitação na CCJ – apensados aos outros projetos. Até seria sugerido ao Presidente Otto Alencar a criação de uma Comissão, para que essa Comissão se debruçasse sobre o tema, fizesse as audiências, os debates, a discussão, com essas preocupações todas externadas aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lucas Barreto, inclusive, esteve aqui, né? E tanto ele como a Senadora Damares Alves fizeram esse diálogo, e foi muito proveitoso, inclusive, foi muito bom na ocasião. Foi dado pedido de vista ao projeto, e se chegou à conclusão de que voltaria para a pauta na reunião seguinte, mas não com a intenção de liquidarmos o assunto, mas, sim, que um debate profícuo acontecesse lá na CCJ. Está bem? É só para...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, perfeito. Concordo, tanto que fiz a concordância com o encaminhamento da Senadora Damares. É só para marcar essa posição, porque, quando não é o recurso privado que está presente, muitas vezes a gente vê o recurso público ocupando esse espaço. Quem não se lembra da Petrobras, como financiadora de times? Quem não se lembra da Caixa Econômica financiando basicamente quase todos os times da série A? Então, o dinheiro público merece ter outras prioridades, e a gente sabe disso.

Então, eu me preocupo que, quando há esse vazio e essas restrições do recurso privado, a gente vê o dinheiro público ocupando um espaço que poderia estar sendo mais bem empregado, como de fato é – posição minha, mas, como eu digo que, em nenhum momento, impede aqui o seguimento do projeto e o encaminhamento para ampla discussão na CCJ.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passemos ao item nº 2 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 4007, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para prorrogação do prazo de vigência de incentivos e acrescentar à relação de bens beneficiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. O projeto constou da pauta da 36ª Reunião, realizada em 10.12.2025;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.)

O Senador Carlos Portinho solicitou que o item nº 2, o PL, fosse retirado de pauta.

Então a gente toma este procedimento neste momento: a retirada de pauta do item 2, que será examinado posteriormente, numa nova reunião.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1020, DE 2021
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taciba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra V. Exa. para a leitura do relatório, podendo ir, inclusive, para a síntese, se V. Exa. assim o desejar, lá no final.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos. Não é boa tarde; é bom dia. Bom dia a todos.

Se me permite, como é praticamente um relatório comum, eu vou passar direto ao voto aqui.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.020, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação a Serviço da Vida e da Verdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taciba, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, como já mencionado, com a abertura do painel eletrônico posteriormente.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 460, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

A relatoria também é de V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, só peço vênia para me retirar, mas ficarei atento ao momento da votação, para fazer a votação eletrônica. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Obrigado, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado.

E aqui, quanto aos PDLs e requerimentos, já concordo com todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes, antes de passar a palavra a V. Exa. no item 4 da pauta, no item 1 da pauta, o PL 3.563, de 2024, que foi aprovado, só me esqueci de mencionar que essa matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, é só completando o encaminhamento do item 1 da pauta, para que conste, inclusive, das notas taquigráficas, que é importante.

Então, passamos – me desculpe V. Exa. – ao PDL 460, de 2023.

Passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 460, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Viel e Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Quero saudar a presença do Senador Izalci Lucas também, membro desta Comissão e uma referência nessa área e em outras áreas também.

Passo de imediato, Senador Izalci Lucas a palavra a V. Exa. Já chegando e recebendo a palavra. É o item nº 5 de V. Exa. São vários itens, mas apreciaremos agora o item nº 5, que é o PDL 202, de 2022, terminativo.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 202, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Peço autorização a V. Exa. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cabe à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com a aprovação do Ato do Presidente nº 22, de 28 de outubro de 2025, as competências da CCDD passaram a ser exercidas pela CCT, mantida a decisão terminativa atribuída pelo despacho original. Assim, compete a este Colegiado deliberar a matéria em tela. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 202, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 202, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão (ACB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, antes de passar para o item seguinte, não o tinha feito antes, saudar a Senadora Ivete da Silveira, que está aqui também, não é? Que bom! É uma alegria tê-la nesta Comissão também.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 498, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do art. 104-G, inciso VI, cabe à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com a aprovação do Ato do Presidente nº 22, de 28 de outubro de 2025, as competências da CCDD passaram a ser exercidas pela CCT, mantida a decisão terminativa atribuída pelo despacho original. Assim, compete a este Colegiado deliberar a matéria em tela. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observamos que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 498, de 2023, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 498, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo novamente a palavra, Senador Izalci Lucas, a V. Exa. para a leitura do relatório do item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 510, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, como a análise é idêntica, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 510, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Verde, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item nº 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 731, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra, V. Exa., Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Esse, como tem uma alteraçãozinha, eu vou direto à análise.

Em função do redespacho da matéria, nos termos do art. 48, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta CCT seu exame em caráter terminativo. Incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se exerçam serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 792, de 2021, complementado com as informações encaminhadas em resposta ao Requerimento nº 31, de 2024, da CCDD, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Com efeito, na oportunidade, questionou-se o Ministério das Comunicações acerca da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da referida lei, que veda o estabelecimento de vínculos de subordinação de natureza financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial.

Em resposta, a autoridade do Poder Executivo afirmou que após uma análise cuidadosa dos documentos instrutórios, entendeu não haver óbice ao deferimento da renovação da outorga. Essa avaliação, ainda de acordo com a mesma autoridade, teria levado em consideração todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os requisitos legais aplicáveis, inclusive no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos vedados.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.969, de 7 de junho de 2017, que deferiu a renovação ora analisada. O referido ato foi editado pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 731, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, de novo, Senador Izalci Lucas.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item nº 10 da pauta, Senador Marcos Pontes.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 432, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Regeneração, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

A relatoria é do Senador Rogério Carvalho, mas o Senador Marcos Pontes aquiesceu em ser o Relator *ad hoc.*

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 432, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Regeneração, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Pergunto a V. Exa., Senador Marcos Pontes – só mais alguns minutos–, se V. Exa. poderia exercer a Presidência eventual, para eu ler dois requerimentos bem rapidamente.

Ou o Senador Izalci Lucas. Senador Izalci Lucas, se V. Exa. puder exercer a Presidência, só para eu poder ler dois requerimentos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 51, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o Projeto "Expedição Arqueológica Ilha da Trindade".

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Senador Flávio Arns, concedo a palavra para a leitura do requerimento,

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento, Sr. Presidente, para realização de audiência pública com o objetivo de apresentar o projeto – abro aspas – "Expedição Arqueológica Ilha da Trindade".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Roberto Hapner, Desembargador e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Sr. Marcos Juliano Ofenbock, economista, pesquisador e Diretor Financeiro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Sr. Nelson Penteado Alves, empresário, pesquisador e Diretor do mesmo instituto; Sr. Manoel de Campos Almeida, engenheiro, físico, pesquisador e Diretor de Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

O projeto "Expedição Arqueológica Ilha da Trindade" se dedica ao estudo do último capitão pirata do século XIX, conhecido como Pirata Zulmiro, personagem histórico que, há cerca de 200 anos, teria se estabelecido no Sul do Brasil, notadamente em Curitiba, deixando registros documentais e indícios materiais de grande relevância para a história marítima, social e cultural brasileira.

Do ponto de vista da ciência e da tecnologia, o projeto apresenta elevado potencial de contribuição educacional, científica e social, ao alinhar-se às políticas públicas de popularização da ciência, estímulo à inovação e formação de recursos humanos. Assim, a proposta visa transformar os resultados da pesquisa em conhecimento acessível, produzindo conteúdos educativos.

É o requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 1, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de receber a pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vencedora do Prêmio Todas, na categoria Desenvolvimento e Pesquisa, reconhecida nacionalmente por sua atuação pioneira no desenvolvimento da polilaminina, substância que tem demonstrado resultados promissores na recuperação de movimentos em pessoas com lesão medular.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Autoria do Senador Carlos Portinho e subscrito pelo Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É importante destacar novamente que quem apresentou o requerimento foi o Senador Carlos Portinho – um requerimento da mais alta importância –, e, como ele não pôde estar presente no dia de hoje, ele me solicitou para subscrever também o requerimento, o que estou fazendo com o máximo prazer. Se o Senador Izalci Lucas depois desejar subscrever... Porque é um assunto que está na pauta da comunicação no Brasil.

Então, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de receber a pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vencedora do Prêmio Todas na categoria Desenvolvimento e Pesquisa.

A pesquisadora é reconhecida nacionalmente por sua atuação pioneira no desenvolvimento da polilaminina, substância que tem demonstrado resultados promissores na recuperação de movimentos em pessoas com lesão medular.

Ontem até eu fiz uso da palavra no Plenário e mencionei a pesquisadora, para mostrar que o Brasil, em várias áreas, vem sendo referência. O Brasil é referência não só na América do Sul, mas no mundo, mundialmente.

Também assisti, ontem ou anteontem – não me lembro, acho que foi ontem –, à entrevista com o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em cuja instituição a pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio atua, mostrando a importância da parte financeira de recursos perenes – usando a palavra dele, perenes –, regulares para a área da ciência e tecnologia.

Então, a audiência pública seria com ela, para ela, assim, colocar o andamento da pesquisa, os desafios da pesquisa, e para colocarmos também o holofote sobre uma referência nacional e internacional nessa área.

É o requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando, é do Senador Carlos Portinho, mas subscrito por mim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou, posteriormente, subscrever também...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... e alertar, realmente, da importância desse requerimento e, ao mesmo tempo, registrar que muitos pesquisadores estão com dificuldade de tocar sua pesquisa em termos econômicos, muitos deles bancando com o próprio bolso a pesquisa. Então, é triste isso no país.

Mas consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar essa votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado pelo apoio, Senador Izalci Lucas.

Vamos passar, então, ao último item da pauta, antes da abertura do painel para a votação em bloco.

É o item 9 da pauta, PDL 178, de 2024, de Relatoria do Senador Hamilton Mourão, a quem eu cumprimento também.

Lembro que o Senador Hamilton Mourão, além de colega, amigo, também é Vice-Presidente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Informática.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço desculpa por chegar um pouco atrasado, mas eu estava na Comissão de Relações Exteriores, lendo outro relatório, e também estávamos iniciando ali os debates a respeito do Acordo Mercosul-União Europeia, que terá que passar aqui pela nossa aprovação. É um acordo importantíssimo para o Brasil, em termos de comércio exterior, mas teremos algumas disputas em relação a isso ainda pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, esse PDL trata da outorga de permissão à Universidade Federal de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o presente PDL não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Universidade Federal de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Faremos isso agora então.

Em votação os projetos constantes dos itens 3 a 10, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Também quero dizer, informar que quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

O painel está aberto, e eu solicito às assessorias dos gabinetes que entrem em contato não só com os Senadores que estiveram presencialmente aqui, mas, como a sessão é também remota, falar com os demais que colocaram o nome no painel.

O Senador Efraim Filho esteve aqui, a Senadora Ivete...

Senadora Ivete...

Procurem o Senador Esperidião Amin também, o Senador Astronauta Marcos Pontes, que está na outra Comissão, a Senadora Damares Alves...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, o Efraim Filho esteve presencialmente...

Alguns estão remotamente. Então, as assessorias podem...

A Senadora Teresa Leitão está na Casa, o Senador Rogério Carvalho também... (*Pausa.*)

A Senadora Ivete já votou, já consta o voto também. (*Pausa.*)

Peço que V. Exa. transmita um grande abraço ao povo de Santa Catarina, bela e santa, e para Joinville, particularmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, está indo à outra Comissão.

Eu, inclusive, quando participei do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, fiz meu estágio no Município de Joinville. Então, fiquei lá no batalhão, no 13 BC, 13º Batalhão de Caçadores.

Agora mudou, não é?

Eu sempre falo para o Mourão que ele é da artilharia, mas eu sou da infantaria. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom, então. Um abraço. (*Pausa.*)

Olho no painel ainda as pessoas que estiveram aqui também presencialmente: Damares Alves, a assessoria da Damares; Efraim Filho; Senador Astronauta Marcos Pontes. Paulo Paim está remotamente e já votou também. Efraim acabou de votar.

Se tivermos mais dois votos, já poderemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Já atingimos o quórum necessário para a aprovação das matérias.

Até foi rápido, não é? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, como o quórum foi atingido, a votação será encerrada.

Está encerrada a votação.

O resultado será apresentado agora no painel eletrônico, não é? Muito bem.

A Comissão aprova por 10 votos os projetos constantes dos itens 3 a 10, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Muito bem, agradeço novamente à Secretaria, à Consultoria, aos meios de comunicação do Senado, aos membros da Comissão, a todos e a todas que nos acompanham pelo Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Damares Alves, e dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixa, ainda, de comparecer o Senador Confúcio Moura, conforme o Requerimento nº 24/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário (CACs) nº 1 a 10, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das senadoras e dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 42, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), com a finalidade de debater sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial de universidades públicas, com a participação de Evandro Rodrigues de Faria, Coordenador do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representante de José Geraldo Ticianeli, Presidente da Andifes; Ricardo Marcelo Fonseca, Professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Rozana Reigota Naves, Reitora da Universidade de Brasília (UnB); e Luiz Roberto Liza Curi, Titular da Cátedra Paschoal Senise de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP), atuando, também, como representante de Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Reitor da Universidade de São Paulo (USP). O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração do Controle Societário (CACs) nºs 1 a 10, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial de universidades públicas, em cumprimento ao Requerimento nº 42, de 2025, da CCT, de minha autoria.

Leio, inclusive, o texto do requerimento, aprovado anteriormente:

> A autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal, possui eficácia plena e aplicação imediata, especialmente no que diz respeito à gestão financeira e patrimonial. Entretanto, a experiência nacional e internacional demonstra a necessidade de aprimorar práticas e parâmetros que assegurem o funcionamento efetivo dessa autonomia, garantindo previsibilidade orçamentária, estabilidade institucional e condições adequadas para o planejamento de médio e longo prazo das universidades públicas.
>
> Dessa forma, é importante abrir espaço para discutir soluções inovadoras, como modelos de experimentação regulatória que permitam testar novas práticas de gestão e incentivar a modernização das instituições, além de fortalecer a relação entre as universidades e os diversos segmentos da sociedade, ouvindo percepções, trocando experiências e ampliando a conexão com o Poder Público. A audiência pública contribuirá para reunir visões e identificar caminhos possíveis para esses avanços.

É um tema dentro das universidades, tão importantes para o desenvolvimento do país, extremamente necessário, como a gente vai observar aqui no decorrer das apresentações; e esta Comissão, que é de ciência, tecnologia, inovação e informática, tem tudo a ver com a área da pesquisa, que praticamente toda ela – vamos dizer praticamente toda ela – é desenvolvida em instituições universitárias públicas em nosso país.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Eu tomo, inclusive, a liberdade de ler perguntas e comentários que já chegaram e peço à Secretaria a gentileza de repassar essas perguntas e comentários para os expositores.

Raíssa, do Mato Grosso: "A autonomia financeira das universidades públicas garante eficiência ou pode reduzir controle social e transparência no uso de verbas?".

Danilo, do Distrito Federal: "Que modelos de financiamento podem ampliar a autonomia universitária aliada ao planejamento de longo prazo e à responsabilidade fiscal?".

Renata, do Distrito Federal: "Como a autonomia será harmonizada com regras de licitação e contratação pública?".

Comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Renata, do Distrito Federal: "A universidade autônoma precisa de capacidade interna para gerir recursos, não só de permissão".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Já passou da hora de os laboratórios terem orçamento fixo próprio, para não terem que depender da sorte com as agências de fomento".

Victor, de São Paulo: "A autonomia de gestão de recursos é essencial para formação adequada de estudantes [...] e produção acadêmica de qualidade".

São todas perguntas importantes.

Eu quero lembrar que esta audiência pública terá a participação da Dra. Rozana Reigota Naves, Reitora da Universidade de Brasília (UnB); e de Evandro Rodrigues de Faria, Coordenador do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representando de José Geraldo Ticianeli, Presidente da Andifes – o Evandro está aqui à minha direita.

Encontram-se também, por meio do sistema de videoconferência, o Dr. Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Reitor da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Roberto Liza Curi, Titular da Cátedra Paschoal Senise de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP); e Ricardo Marcelo Fonseca, Professor do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ex-Reitor também e ex-Presidente da Andifes.

Quero dar as boas-vindas a todos e todas e agradecer pela participação nesta audiência pública.

Quero destacar, com muito prazer e alegria sempre, a presença do nosso Senador, que é desta área da educação, da cultura, da economia – tantas áreas importantes –, Senador Izalci Lucas, a quem até passo a palavra na abertura desta audiência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de fazer o debate desse tema tão importante e cumprimentar todos os convidados – e, de uma forma especial aqui, o Evandro, que está com a gente, e a Rozana, que é a nossa Reitora também da Universidade de Brasília.

Já que V. Exa. leu a pergunta de alguns internautas... Como eu vou ter que sair mais cedo, se eu pudesse fazer algumas perguntas, vocês poderiam já responder às minhas indagações, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Claro. Pois não, com prazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. Então, vou fazer aqui algumas perguntas.

Bem, considerando a recorrência de contingenciamento, atrasos e oscilações dos repasses orçamentários, como as universidades podem exercer de forma efetiva a autonomia financeira prevista no art. 207 da Constituição Federal?

Em um cenário de permanente incerteza quanto à liberação dos recursos, é possível afirmar que essa autonomia se concretiza na prática? Essa é uma pergunta que, se vocês puderem responder...

As universidades federais, como a UnB, administram patrimônios imobiliários extensos e complexos – aqui em Brasília, são muitos imóveis. Quais são, hoje, os principais obstáculos jurídicos, regulatórios e administrativos que dificultam a adequação da gestão, manutenção, regularização e utilização estratégica desses bens? Aí a Rozana talvez possa falar um pouco mais sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quais mudanças legais e regulatórias seriam indispensáveis para que as universidades possam explorar plenamente o seu potencial de geração de receitas próprias, seja por meio de produção de serviço, propriedade intelectual, parcerias ou inovação? E até contribuições, porque muitos países têm essa cultura de doação.

A legislação que rege os fundos patrimoniais filantrópicos, a Lei nº 13.800, de 2019 – e eu participei da discussão dessa lei –, tem sido adequada ou ainda apresenta limitações que dificultam sua consolidação como fonte estável de financiamento? Nós não temos muito a cultura, não é, Presidente? Mas...

O atual modelo de autonomia universitária adotada no Brasil tem sido suficiente para promover a expansão e o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão? Ou há elementos estruturais que, na prática, têm limitado esse potencial e dificultado o pleno cumprimento dessas finalidades econômicas?

E, por último, diante do avanço expressivo de universidades de países como a China e outros sistemas internacionais bem-sucedidos, que práticas de governança, financiamento e autonomia institucional poderiam ser adaptadas ao contexto brasileiro, de forma a fortalecer a competitividade das universidades públicas sem comprometer, evidentemente, a transparência, o controle social e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos?

Então, são as minhas indagações. Se os expositores puderem já aproveitar e já falar sobre isso, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu lhe agradeço, Senador Izalci Lucas. Eu até peço que, se possível, possa deixar as perguntas aqui e que a Secretaria providencie para que essas perguntas cheguem aos expositores e ao Evandro aqui também, para serem ser abordadas. Obrigado, Senador Izalci. V. Exa. é um Senador muito importante nesta Comissão. Parabéns.

Então, cada expositor ou expositora terá o prazo de até 15 minutos para fazer a sua explanação. Eu penso que são cinco pessoas, aí teremos em torno de uma hora, uma hora e quinze, assim.

Passo, então, em primeiro lugar, a palavra ao Dr. Evandro Rodrigues de Faria, que está aqui também presencialmente, Coordenador do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração da Andifes.

Com a palavra o Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO RODRIGUES DE FARIA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Inicio aqui a minha fala cumprimentando todos presentes. Faço um agradecimento especial à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, na pessoa aqui do nosso Senador Flávio Arns, que tem sido um grande parceiro das nossas instituições em relação à temática. Também não poderia deixar de cumprimentar o Senador Izalci Lucas, que é também um grande parceiro da Andifes, sempre atuante na temática da educação, e todo o Senado, que tem sido sensível aos problemas das nossas universidades. Esta audiência é uma aproximação de a gente conseguir também discutir elementos que são extremamente importantes para as nossas instituições.

Fico muito feliz com as perguntas que foram feitas, Senador, porque são elementos que são até estruturantes desse debate, eu acho que até provocativos, mas um provocativo do bem, de elementos que eu acho que têm que centrar a fala desta mesa.

Quando a gente fala de autonomia financeira, prevista no art. 207 da Constituição, nós não temos essa autonomia hoje na prática. É o que tem acontecido. A gente passa o ano inteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esperando bloqueio, contingenciamento, e a gente precisa ter uma ação que seja antecipatória dos problemas que podem vir durante o relatório de arrecadação do Governo, e isso não permite que a gente seja mais... não digo eficiente, mas talvez arrojado na hora de a gente definir os investimentos em pesquisa, de ter políticas claras de assistência estudantil, de permanência dos nossos estudantes, de combate à evasão. Então, a gente acaba ficando ali reservando os recursos para problemas que podem existir.

E eu vou tentar mostrar aqui na minha apresentação também o quanto o orçamento das universidades hoje está estrangulado por despesas que deveriam ser obrigatórias e que passaram a usar o orçamento discricionário das nossas universidades.

E aí eu vou tentar pegar essas questões que foram colocadas aqui e, durante a minha apresentação, tentar trazer, porque parte considerável delas já está presente ali na apresentação.

Se for possível colocar a apresentação... (*Pausa.*)

Perfeito. (*Pausa.*)

Então, trazendo um pouco aqui dos elementos que estruturam o debate... (*Pausa.*) Então, para a gente tentar entender um pouco o contexto até histórico do financiamento das instituições, a gente teve, a partir do Reuni, uma importante política nacional... (*Pausa.*)

... uma expansão muito grande do número de *campi*, de vaga, democratizando ainda mais o acesso ao ensino superior.

Junto a isso também, a gente teve uma política de cotas e até também, posteriormente a isso, a pandemia, que modificou muito a condição financeira e de vulnerabilidade dos nossos estudantes. Isso dentro de uma perspectiva... A da Lei de Cotas, positiva, porque você democratizou o acesso ao ensino superior, trouxe pessoas de baixa renda para a universidade; e a da pandemia com o reflexo dos impactos econômicos.

Então, a gente tem hoje um cenário no qual grande parte dos nossos estudantes são de vulnerabilidade socioeconômica, e garantir a permanência desses estudantes é central para a gente combater a evasão dos estudantes e aumentar e ampliar não só a taxa de matrículas que a gente tem hoje, mas também o sucesso, que seria a diplomação de todos os nossos estudantes que ingressam no ensino superior hoje.

Em contrapartida a essa ampliação que as universidades tiveram, do número de vagas, de *campi,* chegando ao interior, a gente teve um cenário orçamentário que foi extremamente inverso ao cenário que a gente tem de ampliação de matrículas, e isso trouxe um desafio muito grande para as nossas instituições, porque acabou fazendo com que a gente tivesse que priorizar a manutenção – quase a sobrevivência – das nossas universidades em detrimento do acompanhamento tecnológico que a gente tem hoje. Hoje os jovens têm outro perfil, mais voltado para a tecnologia. O jovem é sedento de entender como a tecnologia pode ajudá-lo a resolver os problemas do mundo contemporâneo, só que, quando ele chega às nossas universidades, com a falta de recursos que a gente tem, ele, às vezes, se depara com equipamentos da década de 90, do início dos anos 2000, que já estão extremamente defasados, porque as universidades não têm recursos para manter esse alinhamento tecnológico, que é tão preciso.

Outro problema, que também é extremamente grave quando a gente fala do nosso orçamento, é que a gente teve a extinção e vedação de diversos cargos no âmbito do Pcctae. Todos os cargos de nível A, B e C foram extintos ou vedados de provimento. Isso faz com que a gente perca grande parte da nossa força de trabalho a cada ano. Eu vou citar um exemplo de uma instituição que está completando cem anos este ano, que é a minha instituição de origem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que é a Universidade Federal de Viçosa: ela perde mais de cem servidores técnico-administrativos por ano em cargos extintos ou vedados de provimento. Isso acaba trazendo um fenômeno que é complexo na gestão do nosso orçamento, que é a transformação do orçamento discricionário em orçamento obrigatório, uma vez que, à medida que a gente vai perdendo essa força de trabalho, a gente precisa utilizar o recurso discricionário para terceirizar esses cargos que não foram repostos no âmbito da nossa instituição.

O problema hoje é tão complexo que, se a gente for fazer um levantamento, grande parte das instituições já tem metade do seu orçamento alocado em despesas de terceirização de serviços básicos, de funcionamento das nossas instituições. E aí, juntem-se às outras partes, aos outros 50%, conta de energia elétrica, de água, luz, funcionamento dos nossos restaurantes universitários, as nossas políticas de assistência estudantil, que seriam as bolsas de auxílio dos estudantes, então isso acaba gerando um impacto muito forte no nosso orçamento, e não sobram recursos para a gente avançar ainda mais no desenvolvimento científico do país. São elementos que levam a uma condição complexa as nossas universidades.

Para a gente entender, em relação aos nossos indicadores acadêmicos, eu trouxe um gráfico que mostra o quanto que houve uma evolução do número de matrículas das nossas instituições a partir do Reuni, chegando ali a 1,1 milhão de matrículas no último censo. A gente teve uma queda durante a pandemia, mas já há um movimento de retorno.

Em relação aos concluintes, que é realmente o sucesso das nossas instituições, que é onde a gente consegue transformar a vida dos nossos estudantes, percebam que a gente alcançou em 2024 a maior série histórica de número de concluintes e diplomados em toda a série das nossas universidades, demonstrando que, a partir do Reuni, a gente conseguiu dar uma contrapartida em termos de resultados. Só que, quando a gente vê o caminho oposto, que é o do nosso orçamento, a gente percebe um cenário completamente distinto ao número de matrículas e de concluintes, que é totalmente decrescente, principalmente a partir de 2016.

Ali temos um gráfico com orçamento nominal e um gráfico corrigindo esse orçamento pelo IPCA, avaliando o poder de compra. Então, percebam que há uma curva totalmente decrescente, em termos de orçamento, considerando principalmente a partir de 2015.

Quanto ao orçamento da assistência estudantil, por mais que o perfil dos nossos estudantes, em termos de vulnerabilidade, tenha aumentado, principalmente a partir da Lei de Cotas e depois com a pandemia, percebam também que, em que pese o nominal consiga ter um aumento tímido, quando a gente avalia o orçamento corrigido, há um movimento de também queda.

Nós temos também, no âmbito das nossas universidades, as escolas técnicas vinculadas, que é a Matriz Condetuf, que também teve um movimento de queda. Nossos colégios de aplicação, que também contribuem para a educação básica, na formação de estudantes, também tiveram uma queda em seus orçamentos. Mas o mais assustador é o nosso orçamento de capital, que demonstra que, à medida que nós tivemos uma redução do orçamento discricionário total, as instituições tiveram que transformar os recursos de capital em recursos de custeio para conseguir apenas sobreviver aos cenários que nós temos.

Hoje, nós temos cerca de 200 milhões para 69 universidades. Se a gente for pegar, em média, dá mais ou menos de 3 milhões, dois milhões e alguma coisa para cada instituição. Pensando, por exemplo, aqui que nós temos a UnB, uma instituição daquele tamanho, 2,9 milhões para a compra de equipamentos é praticamente nada, e, infelizmente, isso atrapalha muito, porque a tecnologia é a base do desenvolvimento científico. Então, as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades acabam dependentes de captações externas, por meio das suas fundações de apoio, para conseguir financiar as suas diversas pesquisas, atividades de extensão, de ensino. E aí a gente acaba também tendo cursos que trabalham com a tecnologia, mas que não conseguem ter atratividade necessária para conseguir reter os nossos jovens no ensino superior hoje.

Então, acaba que a gente tem visto isso, como reflexo, no número de inscritos no Enem, que a cada ano diminui um pouco, demonstrando que os jovens, ao saírem do ensino médio, cada vez menos veem as universidades como meio de transformação de vida, o que é extremamente ruim, porque a gente sabe o resultado lá na ponta, como que nós encontramos os nossos jovens em relação à situação de vulnerabilidade socioeconômica e como a gente consegue enxergar eles saindo dali, conseguindo mudar a sua vida e a vida da sua família também, sendo essencial para que eles consigam ter sucesso na sua carreira profissional.

Aí, quando a gente pensa... Ali ficou um pouquinho difícil de ler, mas a gente vê como as universidades têm alocado o seu orçamento. O tamanho da caixa é o tamanho do orçamento desprendido. Então, vocês percebam: o apoio administrativo, vigilância, limpeza e conservação, manutenção predial... Aí, aquele azul mais escuro é de bolsas e auxílios, o que é extremamente importante para a manutenção dos estudantes no ensino superior, mas vocês veem que, proporcionalmente ao todo, é muito baixo. Serviços e insumos, água e esgoto. Aí, quando a gente vê ali, por exemplo, gastos com equipamentos, é praticamente nulo; a gente praticamente mantém as despesas correntes das instituições. E, a cada ano, pelo fato de não ter atualização do IPCA e essas despesas terem, a gente acaba diminuindo ainda mais a compra de insumos para pesquisa e focando apenas no ensino de graduação.

Isso tem um impacto muito grande no objeto desta Comissão, porque isso acaba também trazendo impacto no desenvolvimento científico do país, que é altamente dependente das instituições de ensino superior – mais de 90% da produção científica do país está vinculada a universidades públicas, considerando universidades federais, estaduais e municipais.

Para vocês terem ideia, esse é o comprometimento da terceirização das nossas instituições. Em média 31%, mas percebam que instituições como a Ufla, UFVJM, Unifal têm mais de 50% do orçamento com despesas de terceirização e boa parte delas com apoio administrativo, que seriam auxiliares administrativos que fazem atividades relacionadas a esses cargos de que falei anteriormente, que são extintos e vedados de provimento.

Então, esse diagnóstico demonstra que, cada vez mais, é importante que a gente tenha um cenário em que as instituições tenham autonomia, para pensar um cenário não de curto prazo; hoje a gente pensa o que vai acontecer no próximo trimestre se nós tivermos um relatório de arrecadação que leve a um cenário de bloqueio. Isso dificulta muito o planejamento de longo prazo, e o desenvolvimento científico, principalmente, exige ações de longo prazo. Quando a gente pensa as carreiras, a estruturação de cursos de graduação, isso exige uma visão de longo prazo, e o orçamento acaba sendo um problema cotidiano das nossas instituições, porque a gente não sabe qual vai ser o cenário que a gente vai ter nem no próximo mês, muito menos no próximo exercício, porque a gente não tem previsibilidade sobre a gestão orçamentária.

Além disso, nós temos alguns problemas também que trazem complexidade, como a questão da unicidade do caixa, que é um elemento importante da estruturação das finanças públicas, mas acaba gerando um problema: os reitores e os gestores das instituições não conseguem fazer reservas para os próximos anos. Por exemplo, eu tenho uma pesquisa que vai gerar dois, três anos de execução; eu não posso reservar um recurso porque tenho o princípio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da anualidade orçamentária, e aí, se eu não utilizar os recursos dentro daquele exercício, esses recursos retornam para o Tesouro e não podem ser utilizados no próximo ano.

Além disso, eu venho numa questão também que foi apontada: a desvinculação das receitas próprias. A UnB tem dois problemas em relação a isso. O primeiro é que a gente tem uma autorização para arrecadação. Isso está previsto nas fontes de arrecadação próprias das IFEs, as Fontes 1050, 1051 e 1068. E aí, se eu arrecadar além daquilo que está previsto no orçamento, esse recurso se transforma em superávit. Se o Ministério da Economia não autoriza a utilização – porque uma vez que as despesas são vinculadas às receitas, por mais que as receitas já estejam desvinculadas, o Ministério da Economia tem bloqueado a receita –, então a gente não pode utilizar o recurso.

Além disso, a gente teve um problema da DRU (Desvinculação de Receitas da União). Então, 30% das receitas patrimoniais têm que voltar para o Tesouro. Então, no caso da UnB, da qual grande parte da receita própria é vinculada a receitas patrimoniais, ela perde 30% dessa arrecadação por causa da DRU. Então, isso também traz um impacto significativo para a instituição. Então, não basta as universidades arrecadarem, considerando o Tesouro, porque elas têm, dentro do seu orçamento, um limite para essa arrecadação.

E hoje as instituições arrecadam bem mais, cerca de R$700 milhões a mais do que aquilo que a gente tem de autorização; e aí, a partir de setembro, a gente já começa a fazer solicitações de utilização dos recursos adicionais, mas nem sempre a gente é atendido em relação a isso. E isso acaba gerando também uma falta de previsibilidade, porque não basta eu arrecadar ou conseguir captar um projeto, por exemplo, com os governos estaduais. Eu tenho um limite para arrecadar dentro dessa perspectiva.

A gente também tem a questão das limitações relacionadas ao fluxo de caixa. Então, o tempo todo nós temos decretos de programação orçamentária que são restritivos. Então, às vezes, a gente tem ali uma concentração de despesas no início do semestre, mas a gente não tem orçamento para fazer frente àquelas despesas. Então, a gente acaba tendo ali sempre que limitar um pouco a utilização dos recursos por causa dessa restrição também relativa ao limite de empenho.

E há a exposição que a gente tem em relação a bloqueios e contingenciamentos, que acabam não dando autonomia para a universidade gerenciar os seus recursos, porque a gente sempre tem que viver poupando, não sabendo qual vai ser o cenário do futuro.

Então, por que a autonomia é necessária? Porque há uma insegurança na pesquisa, há uma insegurança na assistência estudantil. Nós não estamos conseguindo reter os nossos estudantes no ensino superior, porque a gente não tem recursos suficientes. Há um engessamento burocrático, porque nós temos uma responsabilidade legal, mas não temos controle sobre o fluxo financeiro dos recursos; e há uma incapacidade de poupança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO RODRIGUES DE FARIA – Então, por fim, há algumas alternativas possíveis, como vinculação da receita a um piso, por exemplo, uma definição de uma indexação, como a gente tem no caso do modelo paulista. Acho que isso tem que vir a partir da aprovação de uma lei orgânica das universidades, definindo todos esses mecanismos de governança, que foram muito bem colocados pela comunidade, e definindo os modelos de transparência que vão ser dados em relação a esses recursos, porque, na realidade, quando a gente fala de autonomia financeira, é: recursos suficientes. A gente não quer desvincular ao arcabouço legal e dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autonomia para os reitores fazerem o que eles querem. Eles têm que cumprir todas as obrigações legais, como toda a administração pública. O que a gente quer é um orçamento que seja previsível.

Temos também – e depois eu posso falar um pouco – os fundos patrimoniais, que foi uma lei extremamente importante, mas na qual nós temos algumas limitações. Então, no retorno da minha fala, eu retorno com a questão do fundo patrimonial e aquilo que ele pode trazer também como benefício para as nossas universidades.

Mas era isso.

Obrigado e me desculpem por ter me alongado, aqui, na minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a participação neste primeiro momento, Evandro, e parabenizá-lo pela didática e pela clareza na argumentação.

E quero dizer que esta audiência pública tem que servir para que tomemos juntos iniciativas que possam, na verdade, enfrentar esses desafios que foram colocados. O Senador Izalci Lucas e os demais Senadores da Comissão estão, assim, bem atentos a isso, mas vamos trabalhar de uma maneira articulada para que aquilo que a gente faça aqui, de fato, reflita aquilo... Particularmente, o Senador Izalci Lucas vem há anos batalhando nessa área também, como a gente também e outros também.

Senador Izalci, até passo a palavra a V. Exa. de novo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado. É que eu vou ter que sair, mas eu vou depois assistir à exposição, mas eu queria ponderar algumas coisas aqui.

Eu, na minha formação, sou contador e sou um pouco especialista em custo, então conheço bem a estrutura de custo de qualquer universidade ou de qualquer empresa. Mas é lógico que o custo é relacionado ao número de alunos: se você tem uma sala de aula com dez alunos e tem uma de trinta, evidentemente que o custo é menor se você tiver a quantidade maior. Então, a gente vê nas universidades alguns cursos que têm uma ociosidade muito grande em sala de aula. Então, um curso em que caberia – vamos supor – trinta, hoje só tem dez, quinze, cinco, e isso onera demais o custo de qualquer instituição. Então, primeiro, como resolver isso?

Segundo, eu sou favorável... Não sei nem a posição do Senador Flávio, mas sempre defendi que o ensino superior estivesse na Ciência e Tecnologia, para que o Ministério da Educação pudesse cuidar um pouco mais do ensino básico, porque o grande problema da educação hoje é a deficiência dos alunos da educação básica. Chegam à universidade com muita defasagem, com muitas dificuldades.

Então, na Ciência e Tecnologia, evidentemente tem uma perspectiva melhor, até porque, eu me lembro – não sei se já mudou, até perguntaria isso – de que o plano de carreira das universidades está muito relacionado na evolução com relação aos artigos científicos. Então, quanto mais artigos, maior a remuneração dos profissionais, dos pesquisadores. E a gente é muito fraco na transformação disso em patente, em recurso e tal. Na Ciência e Tecnologia, a gente tem muito mais amplitude para poder desenvolver isso, relacionando, evidentemente, com a iniciativa privada e também com o Governo. Então, por exemplo, as demandas induzidas poderiam ser resolvidas todas pelas universidades. Infelizmente, não há uma conexão entre o mundo real, entre o mundo lá, e a universidade. A universidade tem muito conhecimento, mas a inovação está nas empresas. Então, esse é um fator mais complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma lei aqui, Senador, em que 18% da receita tem que ser para o ensino superior, não é isso? É a Lei Calmon, não era isso? Para os estados é 25%; a União...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É 18% para a educação.

O SR. EVANDRO RODRIGUES DE FARIA – Para a educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A União... Ah, para a educação como um todo.

Bem, como é competência da União o ensino superior, a gente precisa elaborar... E vocês podem contribuir aqui com a Comissão, que tem esse papel de legislar, para a gente buscar resolver esses gargalos que tem aí. Mas a gente precisa dar autonomia para que a universidade tenha receita própria e que fique com recurso. A dificuldade hoje é esta: não há nenhum incentivo de aumentar a receita, porque a receita que você aumenta, você não pode colocar no superávit, porque vai para o Tesouro. Então, a gente precisa resolver essa questão.

Então, acho que caberia a vocês, que conhecem o mundo real... Eu aprendi com o Senador Flávio Arns, na área dos deficientes: "Nada de nós sem nós". Então, quem entende disso aí são vocês. Vocês é que precisam apresentar quais são os gargalos, como solucionar isso, para que a gente possa defender aqui uma mudança na legislação.

Então, era isso, Presidente. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Exa. me desculpe, porque eu vou ter que sair, mas vou acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato. Não, não tem problema.

Só quero dizer que ele utilizou uma expressão que a gente usa na área da pessoa com deficiência, mas que é uma expressão importante para todas as áreas da sociedade: "Nada sobre nós, sem nós", quer dizer, quer fazer alguma coisa para a pessoa com deficiência? Escuta a pessoa com deficiência. Se nós queremos fazer e ajudar a universidade, vamos escutar a universidade. Para o agricultor familiar, vamos escutar. Se nós fizermos isso, é uma maravilha, porque estará sintonizado... Porque às vezes a gente aprova alguma coisa, eventualmente – ou discute e o Executivo faz –, que é exatamente o contrário daquilo que a sociedade espera.

São perguntas – sabe, Senador Izalci? – que poderiam, obviamente, todas ser respondidas pelo Evandro, mas podem ser respondidas também pelos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... que vão suceder agora ao Evandro, então eu até faço esse desafio para o nosso ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, que é o Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, que foi Presidente da Andifes também.

O Prof. Ricardo Marcelo está remotamente – ele já está participando desde o início. Ele é Professor do Curso de Direito e ex-Reitor da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Seja muito bem-vindo, Dr. Ricardo, é um prazer revê-lo.

Eu só quero dizer que o Dr. Ricardo já esteve aqui no Senado em outras ocasiões abordando esse mesmo assunto, então ele tem todo o arcabouço mental – como você também tem, desculpe chamar de você, quer dizer, com todo respeito – a par do que deve acontecer.

Bem-vindo, Prof. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MARCELO FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu quero, antes de tudo, agradecer a imensa gentileza do Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão, um Senador que tem sido um grande parceiro da educação superior, da ciência e da tecnologia no Brasil e, mais particularmente no nosso estado, no Estado do Paraná, um grande parceiro das universidades. É uma satisfação estar aqui com os colegas que dividem, enfim, essa parte da exposição dessa audiência pública sobre esse tema que é absolutamente relevante.

Eu quero colocar algumas premissas, com o perigo de repetir algumas coisas já ditas pelo Evandro, e tentando responder as questões importantes e cruciais que o Senador Izalci Lucas colocou na abertura desses trabalhos.

Nessas premissas, eu preciso, antes de tudo, colocar o seguinte: a autonomia universitária, que está lá no art. 207 da Constituição, tem essa tríplice dimensão – a autonomia de gestão financeira e patrimonial, didática e científica e também administrativa. E, a meu ver, essa autonomia tem que ser vista de um modo conjunto, porque, se estamos discutindo hoje a autonomia financeira e administrativa, eu preciso pontuar que ela ficará prejudicada se a universidade não tiver uma adequada autonomia administrativa também.

E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que nós estamos, nesse exato momento, em uma circunstância bastante estratégica nessa discussão da autonomia administrativa, na medida em que acabou de ser aprovado um PL lá na Câmara dos Deputados, o PL 5.874, de 2025, que acabou de ser enviado ao Senado Federal – que, portanto, terá a tarefa agora de votá-lo –, que altera o modo de escolha dos reitores. Na verdade, não altera; regulamenta e regulariza, terminando com essa situação que as universidades têm passado há mais de 30 anos de conviverem com um sistema de lista tríplice, um sistema que, muitas vezes, tem uma consulta informal, para garantir a democracia interna, e que, ao longo desses 30 anos, foi objeto de muita insegurança para as universidades, mas, sobretudo, em tantos casos, de ineficiência.

Então, o meu ponto aqui é o seguinte, em primeiro lugar – e isto é necessário pontuar –: que o nosso Senado Federal – eu realmente espero que isto aconteça – examine e aprove com celeridade esse PL 5.874, de 2025, que não tem cor ideológica para lá ou para cá, é muito mais um projeto de lei que garante, entre outras coisas, segurança, mas eficiência também na governança das universidades, diminui estratos importantes de corporativismo que existem nas universidades e que se acentuam, sobretudo, no momento da escolha dos seus dirigentes, de modo que isso – parece-me – é uma grande conquista para que a gestão financeira e patrimonial das universidades possa ser exercitada da melhor maneira possível.

Segunda premissa fundamental – e isto tem a ver com as perguntas que foram lidas pelo Senador Flávio Arns, algumas delas no início desta sessão –: dinheiro para as universidades é algo absolutamente fundamental. É claro que não se fala nunca em gestão financeira sem controle, toda a administração pública é sujeita a todas as formas de controle, e as universidades não são exceção, mesmo o princípio da autonomia universitária não demanda que haja uma soberania e falta de prestação de contas, mas o meu ponto aqui é que o direcionamento de recursos para as universidades é alguma coisa que é essencial, não apenas para as universidades, mas também para o país, de um modo geral.

Não existe receita mágica. Para que um país dê uma catapultada do ponto de vista da ciência e da tecnologia, são necessários recursos. É isso que nós vemos na experiência internacional; já há muitos anos, é isso que nós vemos na experiência chinesa; é isso que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vimos nos últimos 50 anos, no caso da Coreia do Sul, por exemplo; é isso que nós vimos em tantos outros países; e às vezes é uma experiência, inclusive, de fundo perdido. É necessário ter uma mentalidade não rigidamente empresarial nisso. A ciência é feita de erros e acertos, mas, quando existem esses acertos, o que nós vemos é que a ciência pode dar um salto que impacta positivamente a economia de todo um país.

A ciência e tecnologia – não é necessário que eu diga isto aqui, nesta Comissão – impulsiona a indústria, os serviços, impulsiona impressionantemente o agronegócio, por exemplo. Aquilo que a ciência e tecnologia trouxe para o agronegócio brasileiro ao longo, enfim, das últimas décadas é uma coisa digna de um registro tremendo. Não vou fazer, aqui, um elenco de tudo, mas cito apenas um projeto que é basicamente feito de universidades, sobretudo federais, e algumas estaduais, que diz respeito ao melhoramento genético da cana-de-açúcar, que tem melhorado a produção da cana e, portanto, do álcool brasileiro de maneira absolutamente sensível, com o apoio da ciência e tecnologia, de modo que, se um país quer ter uma perspectiva de futuro, tem que se preocupar, em primeiro lugar, com o financiamento das universidades.

Se eu digo que isso é um parâmetro internacional, eu digo que também é um parâmetro nacional, e aqui a gente tem que fazer a necessária distinção, porque nós vemos, no caso das universidades estaduais paulistas – o reitor está aí –, uma realidade e uma quantidade de problemas com relação ao financiamento absolutamente diversas das universidades federais. Parece-me que são dois universos que têm que ser tratados de uma maneira mais ou menos diferente. Isso por quê? Isso já foi enfatizado pelo Presidente do Forplad, o Prof. Evandro. As universidades estaduais paulistas têm garantido – pela Constituição de São Paulo – um percentual do ICMS que vai diretamente tanto para o financiamento das universidades estaduais paulistas, quanto para a Fapesp. A Fapesp, como agência de fomento, hoje tem um orçamento parecido com o orçamento da Capes, que tem que dar conta do Brasil inteiro.

É claro que essa imensa quantidade de dinheiro – há uma diferença, portanto, aqui – explica, em grande medida, mas não apenas, esse grande sucesso que têm, no âmbito da pesquisa e na produção do saber, as universidades estaduais paulistas.

Então, em suma, se as universidades federais tivessem também um mecanismo – e eu já chego lá na conclusão dessa fala – para financiamento contínuo e consistente, certamente os resultados, os produtos que as universidades federais apresentariam para a sociedade melhorariam bastante também.

É necessário autonomia administrativa, é necessário que haja recursos, mas, em terceiro lugar, é necessário que haja previsibilidade. Acho que a fala que me antecedeu foi bastante feliz ao demonstrar aquilo pelo qual as universidades federais têm passado ao longo dos últimos dez anos. Quer dizer, é um verdadeiro zigue-zague ou, mais precisamente, uma curva descendente, no que diz respeito ao seu financiamento, numa série de verbas que não são compatíveis com uma realidade em que o Brasil tem que apostar num futuro melhor, no âmbito da sua educação superior.

Quando eu falo em falta de previsibilidade, significa que a gente nunca sabe qual vai ser o orçamento aprovado, porque o orçamento aprovado pode ter uma diminuição na parte do ensino superior em detrimento da educação básica e, às vezes, de outro tipo de demanda. Pode haver, a partir de um orçamento aprovado, uma série de contingenciamentos que vão acontecendo ao longo do ano, também por uma série de circunstâncias que fogem ao controle das universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essas circunstâncias simplesmente quebram ao meio a possibilidade de um planejamento de longo prazo que as universidades têm que ter.

Na época em que eu fui Reitor – eu fui Reitor no período da nossa pandemia –, houve uma série de universidades federais, além da própria USP e da USP de Ribeirão Preto, que estavam desenvolvendo projetos importantíssimos da vacina para a covid, mas também de uma série de outras vacinas importantes para doenças não erradicadas aqui no nosso país. E ficou muito claro, nessa gestão dos recursos da vacina, ou da falta de recursos para vacina naquela época, como isso tem que ser um planejamento feito ao longo de anos. Você não consegue realizar algo dessa dimensão científica importante sem que haja uma previsibilidade absoluta.

Se nós temos esse zigue-zague, essa obediência a um certo humor político e econômico de alternância de governos, as universidades inevitavelmente saem tremendamente prejudicadas. É por isso que esse modelo – sugerido pelo Prof. Evandro, que é o modelo das universidades paulistas, ou seja, de haver uma vinculação para a destinação de recursos anuais que seja fixa ao percentual de algum imposto, ou partir de um imposto federal, ou a partir de um outro critério que seja – é fundamental para uma governança e para uma previsibilidade na gestão financeira e orçamentária das universidades federais.

Se as universidades não têm alcançado maiores sucessos científicos – e nós vemos, a todo momento, na mídia, sobretudo na área biomédica, descobertas que são absolutamente fascinantes da ciência brasileira –, se não temos mais disso, é, em grande medida, por essa incerteza e essa imprevisibilidade orçamentária.

Eu, em quarto lugar, quero ainda fixar o seguinte: muito se fala das universidades, e acho que isso é correto, que elas têm que se abrir, que elas têm que se abrir para a inovação, como bem disse o Senador Izalci, se abrir mais para a inovação, e essa é uma via dupla: as universidades têm que aprender melhor a lidar com as empresas, mas as empresas também têm que, digamos, exercitar melhor a sua relação com as universidades públicas, de modo que as universidades sejam capazes de auferir mais recursos que sejam, digamos, extraorçamentários. Eles nunca serão suficientes para dar conta de uma gestão de uma universidade, que fique muito claro, mas eles são muito importantes para que a universidade possa abrir novas dimensões das suas atividades.

O meu ponto aqui é o seguinte: se algo já foi feito na aprovação do marco legal da ciência e tecnologia lá atrás, existe ainda muita coisa para destravar os caminhos para que a universidade se relacione com o setor privado. O que acontece, em grande medida, nas universidades, são barreiras jurídicas, são barreiras e inseguranças que se manifestam nas fiscalizações dos órgãos de controle, da CGU, do TCU, que muitas vezes inibem iniciativas importantes de pesquisadores de ponta e que, do ponto de vista legislativo, poderiam resolver, com uma lei que pudesse dar mais segurança para as universidades e para os pesquisadores, essa possibilidade, enfim, de uso de recursos privados. De novo, jamais isso significa que tem que ser um uso sem controle, que tem que ser um uso sem fiscalização, sem uma estrita prestação de contas, mas é necessário, se o Brasil quer também avançar nisso, que se saiba que a aplicação dos recursos da ciência e tecnologia pelos pesquisadores não pode sofrer as mesmas amarras que sofre a aplicação de recursos de qualquer repartição pública brasileira ou federal, com a mesma implacável e às vezes excessiva fiscalização.

Em quinto lugar, algo que me parece absolutamente fundamental e que também já foi antes referido: a gestão dos recursos próprios. Essa é uma decorrência da questão anterior. Se as universidades devem – e isso precisa ser desatado – buscar mais recursos fora, na iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

privada, muitas vezes recursos, inclusive, de convênios com governos estaduais, municipais ou mesmo de ministérios, Governo Federal, a gestão desses recursos tem que ser mais livre para as universidades. Os problemas já foram apontados pelo Evandro. Existe, às vezes, uma vinculação numa determinada rubrica que a universidade precisa gastar até aquele limite...

Eu senti isso na minha época da reitoria. Muitas vezes nós superávamos a arrecadação própria de recursos, mas batíamos, enfim, num determinado limite da rubrica dos recursos próprios, e não conseguíamos gastar. Se tivéssemos um tremendo sucesso na arrecadação própria, seríamos limitados por essa barreira da legislação orçamentária, de modo que, eu reitero o que já foi dito, essa desvinculação do gasto dos recursos próprios, que, inclusive, é importante para a previsibilidade, que sejam passados sempre para o exercício orçamentário posterior, creio que seja uma providência absolutamente estratégica e fundamental.

Concluo dizendo um pouco sobre, efetivamente, esse conjunto de despesas que as universidades muitas vezes não percebem que foram assumindo, ao longo do tempo, de uma maneira tremenda, para o próprio exercício das suas atividades, algumas de um modo mais sensível do que outras, mas todo o conjunto e o sistema das universidades federais têm essas características.

A que eu me refiro? Refiro-me, por exemplo, ao recurso da assistência estudantil. Isso virou uma questão fundamental hoje nas universidades. As universidades assumiram – e isso é alguma coisa tremendamente positiva para o Brasil – essa dimensão de potência, de fator potente na inclusão de populações que antes estavam fora do ensino superior. Porém, a questão da assistência estudantil e a necessidade de financiar a assistência estudantil – não só com bolsas de permanência, mas também com alimentação, moradia, etc. – se tornou estratégica, não acessória, estratégica para o funcionamento das universidades. Como as verbas do Reuni, que são uma rubrica específica, não têm sido estruturalmente suficientes para dar conta dessas despesas, as universidades têm usado os seus recursos próprios para isso; recursos próprios que poderiam, se não fossem essas circunstâncias, ser usados para algumas coisas ligadas à atividade-fim das universidades, mas não é só a assistência estudantil.

A contratação de terceirizados – também já muito bem colocada aqui – é alguma coisa que tem ocupado o orçamento das universidades. Houve, em governos passados, a proibição, por exemplo, de contratação de jornalistas, de contratação, enfim, de uma série de profissionais que as universidades continuam precisando, na área cultural, na área artística. E as universidades que querem manter-se como uma usina de produção de cultura e de arte simplesmente têm que gastar do seu orçamento próprio para isso.

Então, a desvinculação da proibição da contratação de determinadas carreiras é alguma coisa que tem um impacto direto no orçamento das universidades, e a isso é importante que este Senado Federal esteja atento.

Museus.

Existem algumas universidades – menciono aqui, como um exemplo bastante emblemático, a Universidade Federal de Juiz de Fora – que mantêm uma quantidade de museus a partir do seu próprio orçamento, que é tremenda. Isso costuma ter um papel fundamental, como em todas as universidades têm, na manutenção da cultura da comunidade local. As universidades federais têm sido custodes dessa cultura local e um custode muito valioso. Porém, esses recursos, de novo, acabam sendo drenados do orçamento discricionário das universidades, que, portanto, sangram e têm menos recursos para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Falo ainda de fazendas experimentais – que praticamente em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades têm, aí o nosso Presidente do Forplad, da Universidade de Viçosa, sabe bem do que eu estou falando –, além desses recursos, que têm sido cada vez mais estratégicos e crescentes, com tecnologia da informação, seja do ponto de vista dos equipamentos, seja do ponto de vista – o que é uma coisa que também drena muito os recursos das universidades – de *firewall*, de proteção de dados, de armazenagem de dados, de nuvens, etc.

Haver na constituição de uma política recursos centralizados, portanto, sejam para TI, sejam para financiamento de fazendas experimentais, que são fundamentais no âmbito das ciências agrárias, dos museus, da assistência estudantil, em primeiríssimo lugar, isso tem sido mais estratégico, e o desbloqueio dos concursos, que têm feito com que as universidades sejam obrigadas a contratar terceirizados, e me parece que são providências absolutamente estratégicas.

Nem precisarei dos 60 segundos.

Eu quero agradecer muitíssimo ao Senador Flávio Arns, mais uma vez.

Mais uma vez, reitero a satisfação de estar junto com os colegas aqui desta mesa e permaneço, naturalmente, à disposição para poder debater e discutir as questões atinentes a esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço muito ao Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, que foi Reitor da Federal do Paraná, a universidade mais antiga do Brasil – da nossa universidade, me permita falar assim –, e também Presidente da Andifes. Já esteve, como eu mencionei, aqui na Comissão, no Senado, em ocasiões anteriores.

Aliás, eu quero ressaltar, assim, a didática, a beleza e o direcionamento – o holofote – que as apresentações têm colocado sobre o problema, sobre os desafios. E comentava aqui com o Dr. Evandro de, realmente, a partir dessa experiência acumulada, que haja sugestão da Andifes para o Senado – um trabalho articulado, conjunto, de o que fazer na legislação para alterar esse estado de coisas.

E a Dra. Rozana, que já está aqui presente, quero saudá-la também – já há algum tempo está presente –; Rozana Reigota Naves, que é Reitora da Universidade de Brasília, mas eu vou passar a palavra para o Luiz Roberto Liza Curi, que está na Alemanha, não é? Então, ele tem também as circunstâncias de local, de horário, e não sei bem como é que isso está acontecendo, mas quero saudar o Dr. Luiz Roberto Curi, que foi, até recentemente, Presidente do Conselho Nacional de Educação, já foi Secretário – municipal, estadual –, Ministro; um currículo extraordinário.

Atualmente, o Dr. Luiz Roberto Curi é titular da Cátedra Paschoal Senise de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Ele, nesta audiência pública, está representando também o Dr. Aluísio Augusto Cotrim Segurado, que é Reitor da Universidade de São Paulo.

O Reitor também está em audiência com o Governador, e pediu para que o Dr. Luiz Roberto Curi o representasse. (*Pausa.*)

Então, Dr. Luiz Roberto.

Vou passar, então, a palavra ao Dr. Luiz Roberto Liza Curi, que já está também, há algum tempo, lá na Alemanha, acompanhando esta audiência pública.

Com a palavra.

Seja muito bem-vindo, Dr. Curi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Peço desculpas pela ambientação aqui, porque eu estou na Universidade de Trier, e nem sempre eu controlo os meios de fundo e luminosidade, etc. Aqui está um pouco frio e a luminosidade é baixa. Mas, de qualquer maneira, se eu abrir mais a janela, vai ficar um clarão e ninguém vai enxergar nada. Então, eu achei que essa foi a possibilidade adequada para que eu possa ser minimamente visto – o que talvez não seja também uma boa notícia, claro.

De qualquer maneira, eu queria agradecer muito a iniciativa do Senador, e queria dizer da absoluta relevância dessa iniciativa. Ela veio ao encontro de um debate nacional que está ocorrendo entre as universidades públicas brasileiras, com a participação de universidades federais e estaduais, sobretudo as de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, mas também as federais de todo o país.

Queria saudar, portanto, esta iniciativa e a oportunidade adequada de ter sido adotada agora nesta data, Senador. Ela vem ao encontro e nos ajudará muito a organizar as consequências e, digamos assim, os posicionamentos decorrentes desse debate nacional, do qual o senhor pôde inclusive participar, na última edição, que ocorreu justamente em Brasília, na sede da UnB. O senhor é sempre muito ativo nesses debates e em todos que o senhor enfrenta, evidentemente.

Eu queria também saudar a minha amiga reitora da Universidade de Brasília, Profa. Rozana, um prazer estar aqui, mesmo à distância, com a senhora. Queria saudar o Prof. Evandro, que é Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Viçosa, com o qual eu tive uma história muito intensa durante a minha gestão no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Superior, como Secretário de Políticas de Educação Superior também, mas também como Presidente do Inep, mais tarde, sobretudo no período que eu passei no Conselho Nacional da Educação, foram quase 12 anos, foram 12 anos, de fato, de gestão e duas presidências que pude assumir durante esse período. E na última, por sinal, eu tive a honra de conviver com o Prof. Ricardo Marcelo, que era Presidente da Andifes, e esse foi um dos temas que nós pudemos debater, discutir, se não encaminhar, pelo menos, apoiar as iniciativas que a Andifes havia tomado sob a liderança do Prof. Ricardo à época.

Bom, vou pedir desculpas, inicialmente, pela ausência do Prof. Segurado, que preparou uma belíssima apresentação, não vou ser capaz de lê-la, evidentemente, mas ele vai enviá-la ao Senador, mas não pôde estar presente em função de um atraso de mais de uma hora do despacho das universidades com o Governador, despacho esse para discutir, sobretudo, a questão relativa ao financiamento.

Como todos nós sabemos, a extinção do ICMS vai levar à recomposição, com o compromisso do Governador de manter a fatia de valor orçamentário referente aos 9,5% da arrecadação líquida, na verdade, 9,57% da arrecadação líquida do ICMS para as três universidades paulistas, que são recursos bastante necessários, grandes, mas necessários para as três universidades, não são recursos pequenos, mas são recursos que não poderiam ser diminuídos nem sofrer nenhum tipo, digamos assim, de descontinuidade, sob risco de graves problemas para ambas. De qualquer maneira, ele não pôde estar aqui presente em função desse atraso, mas se coloca à disposição da continuidade deste debate, ele que é um ativo participante dessa mobilização nacional, que nós estamos já organizando desde 2024. No meu caso, desde 1997, na verdade. Mas, de qualquer maneira, eu vou dar uma breve passada na questão de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo sabe que o Decreto 29.958, de 22 de fevereiro de 1989, estabeleceu autonomia plena das universidades públicas paulistas, inclusive estabeleceu esse fator percentual – que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo – de valor, a partir da arrecadação líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) paulista. Também, logo depois, vinculada ao mesmo padrão, houve uma modificação do orçamento da Fapesp, que passou de 0,5 para 1% da arrecadação líquida do ICMS na composição do seu orçamento. Isso, evidentemente, impactou positivamente a ciência e a tecnologia paulistas, e também a ciência e a tecnologia nacionais.

Eu pude estar presente nesse processo, fui Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia e, na prática, Subsecretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo nesse período. Eu fiquei de 1989 até 1991 na secretaria, com a titularidade do Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, e pude acompanhar e debater com o Governador, e acompanhar o Prof. Belluzzo na luta que foi a conquista da autonomia das universidades paulistas e a ampliação – o dobro, na verdade – do orçamento da Fapesp. Veja, essa ação repercutiu muito positivamente.

Em primeiro lugar, ela tem um atributo semântico à própria definição do art. 207 da Constituição Federal. O art. 207, além de prever a autonomia, também prevê a indissociabilidade da pesquisa, da formação e da extensão na universidade.

Essa articulação entre pesquisa, formação e extensão é absolutamente necessária e, evidentemente, ela teria sérios problemas – como tem – de ser mantida de maneira plena num ambiente onde a autonomia não é plena. E isso é muito importante, porque isso designa um pouco a diferença e a perspectiva de liderança da universidade no processo da expansão da educação superior brasileira, desde o ponto de vista dessa união, que deve abranger currículos – portanto, deve entender que currículos não são objeto burocrático de conteudismos – e que deve ser ampliado para práticas de pesquisa, para produção intelectual, para as flexibilidades típicas do processo de aprendizado em áreas do conhecimento que também já não são mais estanques, são todas articuladas, integradas.

E, obviamente, com a extensão, porque já há, nesse particular, uma decisão do Conselho Nacional da Educação, de 1900, aliás, de 2018 – desculpem, estou com 1900 na cabeça, acho que é porque estou na Alemanha, exatamente –, a Resolução 7, de 2018, que cria o processo de curricularização da extensão.

A curricularização da pesquisa já é um fato integrador do próprio ordenamento da academia, isso é muito importante que a gente leve em consideração. Essa perspectiva da autonomia trouxe para as universidades paulistas, obviamente, uma certa proeminência no processo de produção científica, no processo formativo de qualidade e no processo, também, extensionista – especialmente aquele que se refere à articulação com setores produtivos, uma articulação focada na inovação da indústria, uma articulação focada no desenvolvimento da agricultura brasileira, uma articulação focada também no incremento e na amplitude das políticas sociais de forma a promover cada vez mais direitos à população brasileira por meio de instrumentos materialmente, digamos assim, designados para políticas de bem-estar da sociedade brasileira e de atendimento aos seus direitos, como saúde e a própria educação.

Essa é uma perspectiva fundamental, e eu vou explicar um pouco o que é importante.

Para além da questão financeira, que é absolutamente essencial – e concordo que sem ela a gente não consegue talvez atingir as outras, mas, para além do atingimento da questão financeira –, é muito importante que nós tenhamos autonomia na reflexão acerca das políticas acadêmicas institucionais. A autonomia deve, digamos assim, qualificar estratégias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

institucionais, qualificar agendas institucionais. A autonomia deve diferenciar positivamente as universidades perante as suas relevâncias regionais, perante, digamos assim, o ordenamento da produção de impacto, perante as razões de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Hoje mesmo eu publiquei um artigo na *Folha de S.Paulo*, com um título que vocês vão ver, quem tiver interesse – eu não vou dizer o título, vou deixar uma certa expectativa –, em que eu trato muito dessa questão que são as razões da expansão vinculadas às razões do desenvolvimento econômico brasileiro; são as razões de expansão focadas em privilégios de áreas e, digamos assim, amplitudes dedicadas a locais onde o conhecimento fará mais diferença ao desenvolvimento, à empregabilidade, ao impacto nas políticas públicas e, portanto, ao bem-estar da sociedade e, portanto, como instrumento de ampliar a inclusão e os direitos.

Eu acho que isso tudo está absolutamente articulado – eu acho não; isso está absolutamente articulado –, mas é importante que a gente tenha isso cada vez mais claro no processo de desenvolvimento. Não que a universidade vá resolver todos os problemas do país, mas em boa parte ela é capaz de iniciar a solução. Por quê? Porque ela cedia o que é mais estratégico para todas as nações da OCDE, todas as ações desenvolvidas, brasileiras, ou que ocasionalmente talvez não seja da OCDE, mas que se baseia ou que baseia o seu desenvolvimento a partir da economia do conhecimento, de uma economia intensiva em conhecimento, capaz de estabelecer agendas e previsibilidades de crescimento e de fortalecimento da nação.

Sem educação... Sem educação básica, obviamente, mas sem educação superior, que depende, evidentemente, de uma educação básica, que está sendo bem delineada pelo Governo atual, mas, de qualquer maneira, sem uma clareza sobre as políticas institucionais acadêmicas, isso talvez não se alcance sozinho. Não é só o recurso entrando, o professor ensinando, o aluno indo para lá, as pesquisas sendo desenvolvidas, etc. que isso vai acontecer. Tem que haver uma certa agenda, um certo estímulo, tem que haver um certo direcionamento em relação às prioridades de uma universidade, e para isso tudo a autonomia é fundamental.

Autonomia, portanto, não se limita à questão financeira. Talvez seja confortável falar disso desde o olhar paulista, em que essa questão foi encaminhada e resolvida, mas, evidentemente, não é só isso.

Nós próprios temos que, ao mesmo tempo, lutar pela manutenção e pela amplitude do nosso orçamento e lutar pela perspectiva de manter a autonomia como um fator decisivo do processo de ordenamento de políticas institucionais, especialmente as curriculares, Senador. É muito importante a gente ter em mente que sem uma boa estrutura curricular nós não conseguimos avançar.

Em geral, os currículos brasileiros, mesmo de muitas universidades autônomas... Desse ponto de vista – porque essa autonomia administrativa e pedagógica todas têm –, mas, mesmo desse ponto de vista, os currículos são muito atrasados. A maior parte deles ainda se refere a 20, 30 anos atrás. Não houve contextualização adequada e não há uma dinâmica curricular que aproxime os cursos dos ambientes profissionais, sejam eles das políticas públicas, sejam eles de indústrias, sejam eles mesmo da academia, das políticas educacionais ou da própria escola básica.

Essa aproximação depende de estratégias curriculares, não só de definição de conteúdos, do que aprender, mas é muito importante a forma como nós aprendemos, a amplitude cultural e a flexibilidade que se têm na formação e na produção intelectual dos estudantes. Estudantes de graduação não são pessoas dedicadas ao aprendizado docente ou ao ensino docente, mas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pessoas dedicadas à própria produção intelectual e para isso tem que ter uma interação entre o ensino e o aprendizado muito mais dinâmica do que ocorre hoje. Isso é um processo autônomo.

Universidades que têm índices exemplares de desempenho acadêmico, de pós-graduação, etc., reforçam ainda mais o que eu estou dizendo: a autonomia deve ser atribuída para além de regras e normas que são muito necessárias ao conjunto das instituições brasileiras, mas, para muitas instituições e para muitas universidades autônomas, elas já deveriam ter sido superadas, e essas regras e normas deveriam estar à disposição dessas universidades para organizar o futuro do país; não para o seu futuro, nem a sua comodidade, mas para organizar o futuro do país e o bem-estar da população.

É essa a perspectiva da autonomia que se deve ter, especialmente em relação à pós-graduação, mas também à graduação. É importante essa liberdade para reestruturar currículos, é importante essa liberdade para definir agendas de pós-graduação e modelos mais adequados para cada região, por exemplo, entre a pós-graduação que possa definir doutorados profissionais, doutorados acadêmicos, mestrados profissionais ou mestrados acadêmicos, mas que possam, sobretudo, dotar programas de mestrado e doutorado com vocações específicas, seja para formação básica, seja para ciência básica, seja para cultura em geral, que é fundamental, seja para apropriação de tecnologias pela sociedade e pela economia brasileira.

Eu acho que isso tudo é muito importante e deve, digamos assim, ser um instrumento utilizável a partir de uma ampla autonomia. Uma ampla autonomia, na qual o conjunto de regras de expansão da pós-graduação e da graduação supera a perspectiva de competência da própria universidade e, portanto, supera a realidade que a universidade já criou em torno de si na região onde atua e no país, não pode, digamos assim, ser chamada de autonomia. É uma autonomia legal, mas há uma subordinação, há um elenco de cardápio regulatório que, como eu disse, para o conjunto do país é essencial e fundamental que haja, mas deve haver uma dosagem, uma certa adequação em respeito à autonomia das universidades. Isso é muito importante. E as universidades, a partir desse respeito, a partir dessa perspectiva, devem obviamente construir modelos e propostas, especialmente as públicas, modelos e propostas de desenvolvimento e de expansão.

Já? (*Risos.*) Está certo.

Eu vou encerrar, indicando obviamente que o desafio da superação do ICMS por uma nova fórmula de referência para se manter o mesmo padrão do orçamento das universidades paulistas foi garantido pelo Governador, o que é uma ótima notícia, não é?

E vou dizer que nós sempre lutaremos para ocupar completamente esse espaço de autonomia, mesmo na Universidade de São Paulo, mesmo em universidades já consolidadas, mesmo em universidades que têm mais de 50 anos ou mais de 100 anos, como é o caso da Universidade do Paraná, fundada em 1912. É fundamental que a gente tenha essa sensação de ocupação desse espaço, está certo? Para que a gente não seja desocupado pela percepção de ter uma autonomia, mas não exercê-la.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito obrigado, Dr. Luiz Curi. É uma pena que a gente tenha que ter um tempo limitado, não é? Mas é muito bom escutá-lo, com toda a experiência de conselho, de executivo e com essa visão de educação, tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comentava aqui com o Evandro ainda, de nós termos toda essa perspectiva na sugestão que virá em função desta audiência pública, da legislação que terá que ser debatida aqui no Congresso Nacional.

Muito bem, passo em seguida, com prazer, presencialmente, a palavra à Magnífica Reitora da Universidade de Brasília, Dra. Rozana Reigota Naves. Quero lhe agradecer pela presença também e parabenizar a senhora pelo trabalho desenvolvido na instituição. Já tivemos a oportunidade de estar lá por inúmeras vezes. E parabéns. É uma referência no Brasil. Com a palavra.

A SRA. ROZANA REIGOTA NAVES (Para expor.) – Então muito bom dia a todos e a todas. Quero agradecer ao Senador Flávio Arns por ter aceitado o desafio de trazer a esta audiência pública esse importante tema da autonomia universitária e, sobretudo, por ter podido estar conosco. O Prof. Luiz Curi mencionou, lá no momento em que a Universidade de Brasília sediava um dos cinco encontros realizados pelas universidades federais, estaduais e também municipais, enfim, as universidades, instituições públicas de educação superior, quando ocorreu na Universidade de Brasília.

Quero agradecer também aqui pela discussão profícua que tive já a oportunidade de acompanhar. Então o nosso colega, ex-Reitor Ricardo Fonseca, da Federal do Paraná, também Presidente do Forplad.

Estamos, neste momento, Senador, com reunião da Andifes. Então, com certeza, é um tema muito caro para nós.

E também o colega, querido Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Curi, que me antecedeu na fala e que trouxe uma dimensão bastante relevante da autonomia universitária, no que se refere à sua complexidade, para além da autonomia de gestão administrativa e financeira, também presente na fala dos que me antecederam.

Então, o contexto que nos traz até aqui é, de fato, uma discussão histórica sobre o tema da autonomia universitária, algo que vem se estendendo há bastante tempo, de que a Andifes tem tomado parte com bastante frequência, mas que se avolumou e se robusteceu a partir dos encontros que foram então realizados em diversas regiões do país, começando ali com a liderança das estaduais paulistas, também da estadual de Santa Catarina, entre outras, mas de que também tem participado a UFPE, a UFPA, a UFG, e culminando no último encontro que tivemos, na Universidade de Brasília, no final do ano passado.

Queria falar um pouquinho, também, desse contexto que nos traz até aqui e que se refere muito fortemente ao contexto de instabilidade orçamentária, às tutelas administrativas e aos controles excessivos sobre as universidades públicas, e que têm produzido desafios imensos aos seus gestores, muitos já relatados nas falas dos reitores – e aqui, com muita propriedade, do Reitor Ricardo, que, enfim, lembrou o contexto desafiador que foi o da pandemia, mas também os contextos mais recentes que nós temos enfrentado, por exemplo, das emergências climáticas.

Nós todos acompanhamos as respostas que foram dadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, no caso das emergências que ocorreram lá no Rio Grande. Agora, nesta semana, ontem, nós estamos acompanhando também as mudanças climáticas e os seus efeitos ali em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e a gente sabe o quanto as universidades têm sido o motor de colaboração com as iniciativas governamentais para o enfrentamento dessas urgências, emergências e das crises em geral, como foi a crise da pandemia também.

Então, nesse contexto, que é muito desafiador, estão comprometidas a liberdade acadêmica – e aí falo de um lugar muito particular porque a Universidade de Brasília tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enfrentado, mais recentemente, profundos ataques à sua própria liberdade de conduzir os seus processos finalísticos de ensino, pesquisa e extensão, mas também a gestão estratégica e a capacidade de resposta que podemos dar a esses desafios contemporâneos. Elas seguem profundamente limitadas em razão da falta de regulamentação mais específica, que considere tudo o que as universidades têm como missão e como forma de funcionamento, e volto nesse ponto daqui a pouco.

É importante ressaltar também que o princípio da autonomia universitária, nas suas três dimensões – a didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial –, está assegurado no art. 207 da Constituição Federal, mas não só. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 54, reforça essa autonomia e, mais do que isso, informa a maneira pela qual a autonomia pode se dar, mas ainda carece de uma regulamentação maior que, de fato, autorize as nossas instituições de educação superior a exercerem essa autonomia na sua plenitude.

Quero lembrar também, ou refrisar aqui, porque já foi mencionado pelos colegas que me antecederam, o valor estratégico dessa autonomia para as nossas instituições. As universidades são entes jurídicos que auxiliam, contribuem para que o Estado democrático de direito exerça as suas funções estratégicas. Foi falado muito fortemente sobre o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Hoje mesmo a gente conta com uma...

Também o Reitor Medronho, da Federal do Rio de Janeiro, publicou no jornal *O Globo* uma importante matéria, fazendo uma análise dos últimos *rankings*, ou do último *ranking*, o de Leiden, que foi publicado recentemente e mostra o avanço das universidades chinesas para as primeiras posições no desenvolvimento científico e tecnológico, e justamente o que ele advoga – e que é o que nós todos estamos trazendo aqui – é a importância da previsibilidade de um planejamento orçamentário que sustente as nossas atividades de pesquisa, de formação acadêmica, de formação de quadros e as atividades extensionistas e de inclusão que possam efetivamente nos assegurar a condição de seguir produzindo pesquisa de qualidade, que contribua para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do nosso país.

Nesse contexto é que a gente vê as universidades chinesas avançando, um contexto em que a gente comparativamente observa também o que vem acontecendo com as universidades americanas, em termos de estrangulamento dos seus orçamentos, e que impacta fortemente os seus resultados de médio e longo prazo. Então, é tudo isso que não gostaríamos que voltasse a acontecer, que acontecesse com as universidades brasileiras.

Portanto, há um valor estratégico, histórico e simbólico na defesa que estamos fazendo aqui desse tema da autonomia universitária, e que vou tentar aqui resumir, para além das três dimensões que já estão garantidas na Constituição, em cinco subtipos.

Há a autonomia didático-científica, sobre a qual o Prof. Luiz Curi já comentou um pouco, que é essa autonomia para definir currículos, projetos pedagógicos, agendas de pesquisa, também, e práticas de extensão.

Há a autonomia administrativa, para gerir pessoas, estruturas, decisões organizacionais. O Reitor Ricardo falava sobre isso. Considerando as prioridades institucionais, as universidades vêm sendo desidratadas no que diz respeito ao corpo, especialmente ao corpo técnico, nas suas atividades-meio, e isso tem sobrecarregado muito as nossas equipes com atividades que não necessariamente contribuem de forma direta para a consecução das nossas missões.

Também há a autonomia financeira, para planejar e executar os recursos com previsibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há a autonomia normativa, para elaborar e aplicar regulamentos próprios. A gente falava agora há pouco da possibilidade de modernização dos nossos currículos, e isso passa, muitas vezes, por discutir novas estratégias. Não que as diretrizes que vêm sendo implementadas – e aí o Prof. Luiz Curi, que presidiu o CNE, sabe bem o quanto foi importante muitas das regulamentações que têm se aplicado às nossas organizações curriculares, mas também o quanto isso vem resultando no engessamento dos currículos, numa transferência para a disciplinarização, em função dos nossos sistemas de avaliação, de práticas que poderiam ser muito mais fluidas, muito mais flexíveis. E a autonomia simbólica e social como expressão desse compromisso da universidade com o seu território, sua comunidade e a transformação social.

Então, nós estamos diante dessa problematização, de uma ausência de política de financiamento estável, perene e protegida, que possa viabilizar a nossa atividade operacional e, com isso, nos possibilitar alcançar o desenvolvimento das nossas missões.

Queria mencionar também, provavelmente o Evandro tenha falado um pouco sobre isto: as grandes assimetrias que constituem a nossa rede. A gente fala aqui, estamos falando, claro, no campo das universidades federais, mas isso se aplica também, de forma bastante ampla, aos institutos federais, às universidades estaduais. A gente vê assimetrias de todas as naturezas, assimetrias territoriais, assimetrias históricas, as mais antigas, que já se consolidaram, as que a gente chama de novas, novíssimas e supernovas – é uma categorização que a gente usa. Enfim, em termos afetivos que a gente usa para se referir às instituições criadas mais recentemente, que têm tido um papel estratégico na interiorização da educação superior e na atuação nos seus territórios, mas isso frequentemente dialoga com as discussões que a gente faz sobre a partição orçamentária e a necessidade que se tem de uma regulamentação própria e específica, que não apenas assegure o orçamento das instituições de educação superior, um orçamento estável, como já foi dito, mas que venha a reduzir assimetrias.

Quando a gente fala de reduzir assimetrias, a Universidade de Brasília costuma ser muito citada, porque, pelo estatuto da sua criação, pela sua lei de criação, a concepção de uma arrecadação própria já estava presente, uma arrecadação que sustentasse a sua atividade, mas muitas vezes se desconecta do valor histórico que aquele patrimônio tinha naquela época, que era realmente o de atrair o seu *staff*, o seu corpo docente e técnico para uma região até então inabitada.

Então, é um grande desafio que se coloca e que hoje não se traduz efetivamente como um valor agregado de orçamento. A gente vê isso muito fortemente quando, ao analisar o orçamento da Universidade de Brasília nos últimos anos, a gente vai vendo uma espécie de compensação entre ações orçamentárias, em que a gente deixa...

A gente tem o bolo, mas a fatia Tesouro Nacional vai se reduzindo e vai se ampliando a atribuição que se dá à Universidade de arrecadação própria num contexto em que essa arrecadação esse orçamento público vem sendo fortemente cerceado – vou usar aqui esse termo – pela discussão das emendas parlamentares, que nem sempre estão diretamente conectadas àquilo que o próprio país ou que as instituições planejam como parte do seu desenvolvimento institucional de longo prazo.

Então, é uma equação muito difícil de ser resolvida. Para nós, as universidades, que foram criadas com certo patrimônio, vêm sendo também fortemente impactadas pela desvinculação das receitas da União, as receitas patrimoniais, que hoje sofrem uma taxação de 30%, que não faz distinção entre a aplicação na ciência e tecnologia e arrecadação por outras instituições que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não contribuem tão diretamente nessa área. Então, acho que essas assimetrias precisam ser consideradas de forma global.

Queria também, neste momento, cumprimentar a todos que estão nos assistindo. A gente recebeu aqui um conjunto de perguntas de início das quais eu vou tentar agora pontuar aqui alguns elementos.

Primeiro, no que diz respeito a essa previsibilidade orçamentária e financeira, evidentemente que a gente está falando aqui dos recursos que são direcionados às universidades de forma direta, mas acho que, no que diz respeito ao marco de ciência, tecnologia e inovação, a gente precisa pensar nesse ecossistema que inclui não apenas as universidades e instituições de educação superior, mas também as agências de fomento e todo o sistema de ciência e tecnologia, que, igualmente, vem sofrendo com a imprevisibilidade dos recursos direcionados a essas ações.

Portanto, falta realmente um olhar estratégico, e esta audiência é muito importante. É muito importante que o Senado Federal se sensibilize para o que vem passando o nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que pode ter impactos profundos para o nosso desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Queria retomar um ponto que o Reitor Ricardo colocou para trazer alguns elementos relativos ao que nós entendemos como autonomia nesse sentido. Ele disse que autonomia não é soberania. Significa que nós, hoje, somos extremamente controlados e seguiremos sendo por um conjunto... por três elementos. Ele mencionou um conjunto de regramentos de uma legislação bastante complexa que enxerga as universidades como enxerga todos os órgãos públicos. E aí acho que são muito felizes as falas que pedem um olhar de especificidade para o sistema de ciência e tecnologia, no qual as universidades se inserem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROZANA REIGOTA NAVES – ... e, portanto, não há que se falar em infringir regras.

Mas nós temos um outro elemento, que é o da nossa governança interna. As universidades se destacam por decisões colegiadas. Então, não é da cabeça do gestor que se executa o orçamento da universidade.

E, por fim, controle social, que é um tema que foi levantado aqui pelas pessoas que estão nos ouvindo. Quero dizer que as universidades, tenham a sociedade dentro delas, o nosso controle social funciona por dentro. Evidente que é muito importante que a universidade e a sociedade que nos enxerga de fora possam também alcançar esse controle. E os nossos mecanismos de transparência têm sido muito aprimorados nos últimos anos. Todas as nossas universidades têm portais de dados abertos, que podem ser consultados, além de que todas nós estamos também vinculadas ao Portal da Transparência.

Portanto, há muitos mecanismos de assegurar o bom uso do recurso público, que é o que nós temos feito, temos aprimorado e temos apresentado à sociedade, não apenas nas nossas execuções orçamentárias, mas também como resultado de ciência, pesquisa e tecnologia, uma vez que já está comprovado que produzimos mais de 90% da pesquisa que contribui para o desenvolvimento do país.

Então, agradeço a oportunidade de participar do debate e retorno a palavra ao Senador.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dra. Rozana Naves, Reitora da Universidade de Brasília.

Todas as apresentações extremamente importantes. O clima das apresentações é no sentido de que ocorra essa articulação e que, fruto desta audiência pública, possamos apresentar dentro do Congresso Nacional, se for o caso em termos de legislação, iniciativas para o enfrentamento desses desafios todos que foram levantados.

Antes de passar novamente a palavra para os expositores – a quem agradeço de novo pela participação –, eu quero só ler três perguntas que vieram, mas que foram abordadas também, de uma forma ou de outra, nas várias apresentações, e que é importante ler, até para valorizar quem está participando aqui pelo e-Cidadania.

Matheus, da Paraíba: "Com cortes e diminuições do orçamento para universidades federais e institutos federais nos últimos anos, quais estratégias o Governo Federal busca para reverter impactos?"

Quer dizer, não propriamente o Governo Federal, mas as próprias instituições junto com o Governo. Obviamente, tudo tem que ser articulado para que possa ser feito. É o que a gente está querendo conseguir responder, como o desdobramento da audiência.

Fernando, de São Paulo: "Qual será o prêmio para a gestão mais competente de universidade pública ? Quais serão os critérios? Existe algum incentivo para essa melhoria?"

Fabio, do Rio de Janeiro: "Uma vez que o Governo corta cada vez mais o orçamento das universidades federais, como incentivar o investimento de empresas privadas em pesquisa e extensão?"

Também já foi abordado nas falas.

Comentário do Víctor, de São Paulo, novamente: "Estabilidade financeira a longo prazo é necessária para garantir que projetos de pesquisa de interesse nacional sejam concretizados."

Então, agora, nós fazemos uma rodada rápida, só para pensar em encaminhamento. Discutimos, vimos... Acho que ficou extremamente claro o que está acontecendo, mas, em termos de encaminhamento... Agora, em função do que está acontecendo, como é que nós podemos trabalhar juntos para as soluções possíveis.

Então, eu passo, em primeiro lugar, novamente, ao Dr. Evandro Rodrigues de Faria, que representa Andifes, nesta audiência pública.

Com a palavra, Evandro.

O SR. EVANDRO RODRIGUES DE FARIA (Para expor.) – Obrigado.

Em relação a esses elementos, primeiramente em relação às principais questões que foram colocadas aqui ao longo do tempo, as universidades tiveram que reduzir muito da sua capacidade de atendimento ao longo dos anos, reduzindo o quadro de terceirizados, não conseguindo reajustar bolsas e auxílios aos estudantes em vulnerabilidade, revendo sua política de subsídio nos restaurantes universitários.

E isso tem trazido diversos impactos na forma como a gente consegue entregar resultados à sociedade. Também em relação a esses elementos de governança, as IFs fazem questão de ter melhor governança, fazem questão de ter transparência e de ter o controle social, porque isso faz parte também da formação para a sociedade. Então, uma vez que os nossos estudantes, dentro das universidades, apreendem o controle social, eles precisam exercer a cidadania, e o horizonte mais próximo deles é a própria universidade.

Então, analisando os nossos relatórios de gestão, todas as nossas páginas de transparência, nós fazemos questão disso. Não queremos desregulamentar nada em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

controle. O que a gente quer é um mecanismo de previsibilidade e de financiamento perene para as universidades, para que a gente consiga, cada vez mais, contribuir para o desenvolvimento do país e para a formação de pessoas que vão ter novas oportunidades para transformar a vida delas e das suas famílias.

A gente está tratando muito aqui dos recursos orçamentários, porém nós temos outras possibilidades de captação de recursos extraorçamentários, como, por exemplo, por meio de parcerias tanto com a administração pública quanto com a administração privada, e isso passa também pela regulamentação da Lei 8.958, que trata dessa relação entre as universidades e suas fundações de apoio.

Acho que a gente tem muito a contribuir também neste debate, até para conseguir avançar um pouco mais. Mas nesse, como Andifes, a gente pensa naquilo que a Reitora Rozana colocou de uma resolução também de assimetrias. A gente tem que pensar também no orçamento público como uma lógica redistributiva. Não adianta a gente criar meios para que aquelas universidades que têm maior potencial de geração de tecnologia avancem e para aquelas que foram recém-criadas e estão resolvendo até assimetrias regionais de desenvolvimento, e que não têm vocações para pesquisa de ponta ou ainda não tenham maturidade, porque foram recém-iniciadas, que elas fiquem para trás.

Então a gente precisa pensar numa solução em que todos caminhem juntos e que a gente consiga realmente ter um desenvolvimento coeso das nossas instituições.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO RODRIGUES DE FARIA – Mas esse é um elemento que também é importante. As universidades têm cada vez mais trabalhado, têm captado recursos. Os fundos patrimoniais também são elementos importantes, mas são elementos de longo prazo. Então, primeiro você gera um fundo. Isso leva tempo e só com doações é complexo. Então a gente também pode pensar em meios de avançar na Lei nº 13.800, tentando trazer elementos como, por exemplo, multas de desastres ambientais, para conseguir também capitalizar esses fundos, porque demora muito, só a partir de doação, por exemplo, de ex-estudantes, você formar um fundo que, a partir dos rendimentos desse fundo, você consiga utilizar no custeio. Então, é uma solução que vai demorar 10, 15 anos, mas em que a gente está pensando hoje para conseguir colher esses frutos lá na frente.

Enfim, agradecemos novamente, Senador Flávio Arns. A Andifes é extremamente grata por todo o apoio e também por dar esse espaço para discutir um tema tão relevante para as nossas instituições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu peço que transmita um grande abraço a todos e a todas da Andifes, e obrigado pela participação muito importante.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, que já foi Presidente da Andifes, como Reitor da Universidade Federal do Paraná, ex-Reitor agora, e Professor do curso de Direito.

Com a palavra, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO MARCELO FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, sendo bastante objetivo, a questão dos encaminhamentos, esta audiência pública acabou sendo bastante rica em poder elencar. Eu diria que o fundamental, o principal, é efetivamente um marco legal que dê previsibilidade para o orçamento das universidades, para que ele não fique à mercê dos ventos políticos ou circunstanciais da construção do orçamento ano a ano. Isso é um inimigo do planejamento, a longo prazo, das universidades, e acho que o modelo das universidades paulistas é o modelo a ser seguido nesse sentido.

Eu acho que um encaminhamento no sentido de facilitar ainda mais a relação dos pesquisadores, dos seus laboratórios, com os recursos privados, abrindo e destravando questões que estão no atual Marco Legal da Ciência e Tecnologia, na relação com as fundações de apoio, como acabou de ser dito, é algo absolutamente estratégico nesse sentido; e a questão do trato particular dos recursos próprios arrecadados pela universidade, inclusive para incrementar e incentivar a que as universidades continuem abrindo essa fronteira absolutamente importante de financiamento. Eu acho que *de lege ferenda*, digamos, essas são as questões fundamentais.

Mas, se me permite, caro e querido Senador Flávio Arns, eu acho que eu colocaria essas diretrizes, mas dentro de um pano de fundo em que eu acho que a discussão tem que se enquadrar. A primeira é lembrando que a educação superior e a produção de ciência e tecnologia se enquadram no sistema, no sistema educacional brasileiro. Falo isso pelas recorrentes frases que nós sentimos em tantos lugares, inclusive em setores políticos, de contrapor a produção do conhecimento das universidades – da ciência e tecnologia, que acontece no ensino superior majoritariamente – aos outros níveis de educação.

Evidentemente que todos sabemos da urgência no sentido de que a educação básica, no Brasil, tenha um incremento e uma melhoria em todos os sentidos, mas é errado contrapor os dois como se uma melhoria no ensino básico devesse ocorrer em detrimento da educação superior. Na verdade, as coisas se retroalimentam – a educação superior é que forma, inclusive, os professores que atuam nos outros níveis de ensino, existe uma osmose absolutamente permanente – e creio que o debate tem que se orientar por aí.

A gente precisa dar toda a prioridade para a educação básica, mas também dar toda a prioridade para a educação superior e o seu financiamento.

E, finalmente, lembro que todas as providências que nós venhamos aqui a colocar, seja numa lei ou em providências políticas ou administrativas ou do Ministério da Educação, têm uma colheita de longo prazo, mas uma colheita que é absolutamente fundamental para o país. Se não se planta agora, não se colhe depois. Essa dimensão, digamos, não pragmatista e imediatista é fundamental no estabelecimento dessas políticas públicas.

No mais, mando um abraço para todos os participantes – que eu tive o prazer de rever aqui – dessa mesa: a Reitora da UnB; o Dr. Curi, um caro amigo; o Presidente do Forplad; e, particularmente, o querido Senador Flávio Arns, um amigo da ciência e tecnologia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, pela participação, pelos encaminhamentos muito importantes.

Passo em seguida a palavra, diretamente da Alemanha, ao Dr. Luiz Roberto Curi, que representa também o Reitor da USP e é titular da Cátedra Paschoal, com uma ampla história já referida na área da ciência, tecnologia, educação, em inúmeros assuntos.

Com a palavra, Dr. Curi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Felizmente para mim eu vou falar em português e não em alemão, você imagina.

Eu reforço o agradecimento, todas as menções, a admiração profunda que eu tenho pelo senhor, pela condução desse trabalho, pela condução das políticas inclusivas e da educação especial que o senhor levou adiante na época em que eu era Presidente do CNE. O país lhe deve muito em relação a isso.

Gostaria de terminar indicando, em primeiro lugar, por justiça, a liderança desse processo do Prof. Arlindo Philippi Junior, da USP, do Prof. Ary Plonski, também da USP, a Profa. Nina Ranieri, também da USP, pessoas que ajudaram a construir e foram protagonistas dessa mobilização nacional que nos trouxe aqui hoje. Eles, infelizmente, por razões múltiplas, não puderam estar aqui, mas certamente merecem a nossa atenção, o nosso agradecimento e esperemos que eles continuem a liderar esse processo também.

Eu queria também indicar um aspecto relevante que não foi mencionado, pela questão de tempo, que é a questão justamente da avaliação. A autonomia prevê um processo de avaliação muito importante que não pode ser uma avaliação comum a todas as instituições: a avaliação das universidades, universidade pública e autônoma, aquela que tem, digamos assim, o impacto como sua obrigação institucional – todas têm, mas essas ainda mais – por serem vanguarda, por liderarem processos nacionais, por serem referências culturais da nação e de desenvolvimento. Portanto, a avaliação é muito importante.

Eu acho que no âmbito da autonomia deve haver um processo de avaliação próprio dedicado a questões de impacto, a questões de impacto no desenvolvimento, nas políticas públicas, nas políticas sociais. Isso é fundamental. Não se pode imaginar que a autonomia venha com um processo avaliativo regulatório normal a todo o conjunto da instituição.

Ora, se a própria Constituição nos diferencia – ou diferencia as universidades – na sua indissociabilidade da pesquisa, da extensão e da formação e concede autonomia, essa diferença tem que refletir em procedimentos regulatórios e avaliativos nacionais. Não se pode "indiferenciar" a universidade autônoma, consistente e geradora de impacto necessário em relação ao conjunto das instituições.

Não se poderia avaliar... Na minha opinião – eu lutei muito quando era do Conselho Nacional e também do MEC –, não se pode organizar uma avaliação com instrumentos similares de universidades autônomas consolidadas e daqueles utilizados em faculdades recém-criadas ou universidades ainda recém-criadas, mas, sobretudo, em faculdades recém-criadas.

Eu acho que as universidades têm que ter um padrão avaliativo diferenciado e essa diferença tem que ter intensidade de acordo com a sua consolidação. Isso é fundamental. Tem que se avaliar... Como diz o Senador, "nada sobre nós sem nós", nada sobre a universidade sem uma avaliação apropriada, dedicada a seu padrão de desenvolvimento. Isso também serve para a gente reger um processo regulatório que respeita a autonomia, que dote a autonomia, como diz a Reitora Rozana, de instrumentos próprios para que ela seja, de fato, ocupada pela universidade.

Uma universidade que não consegue, digamos assim, reordenar agendas, programas, currículos de maneira rápida, consistente, capaz de comprovar, em avaliação, esse êxito, ela não está utilizando a autonomia de forma adequada. Como eu disse, nós precisamos ocupar o espaço da autonomia, e não ser desocupados pela sensação de sermos autônomos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador, parabéns! Obrigado, Rozana, adorei sua fala, também a do Marcelo, também a do Prof. Evandro, foram ótimas falas aqui que contribuíram para o debate.

E quero dizer que essa mobilização nacional fará uso desta audiência pública para que a gente continue e amplie... Talvez em nova audiência pública, viu, Senador, já fica aqui o nosso convite para que o senhor possa dar continuidade, também no Senado, a essa mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Dr. Curi.

Sem dúvida, uma excelente audiência pública. Virão outras, mas eu combinava com o Evandro que nós temos que ter agora um documento, algo concreto para as pessoas analisarem, e que esse documento seja debatido com previsibilidade, como foi colocado, também vendo a experiência que já acontece, as receitas próprias das universidades, todos os fatos levantados em relação ao que deve acontecer, colocar em um documento que venha a ser amplamente debatido.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Rozana Naves, Magnífica Reitora da Universidade de Brasília.

A SRA. ROZANA REIGOTA NAVES – Eu quero iniciar, Senador, mais uma vez agradecendo.

Quero subscrever a intervenção última do Prof. Luiz Curi sobre avaliação. De fato, a avaliação é um grande desafio, e não há política pública que não mereça um sistema de avaliação que reflita as suas especificidades.

Em termos de encaminhamento, vou reforçar a necessidade, realmente, de uma política nacional de financiamento da educação superior brasileira que nos assegure previsibilidade e proteção contra os contingenciamentos, que esteja vinculada às metas do Plano Nacional de Educação e do novo Sistema Nacional de Educação e que nos permita, portanto, fazer um planejamento de longo prazo, pelo menos de décadas, seguindo o que o Plano Nacional prevê.

Eu queria ressaltar que, quando a gente fala de redução de assimetrias – e acho que Evandro vai concordar comigo –, não se trata absolutamente de retirar de uma para atribuir às outras. A gente precisa de um orçamento assegurado, para que todas as instituições possam seguir crescendo, claro, nos seus tempos e conforme as suas especificidades, até para que a gente não alimente um sistema predatório que vá, aqui, criar uma disputa interna entre as instituições.

Então, não é disso que se trata; trata-se realmente de buscar no Orçamento Federal os recursos suficientes para que o nosso sistema de educação superior possa avançar em condições de que todos alcancem as suas respectivas missões. Também não se trata de eximir a responsabilidade do Estado no sentido de criar mecanismos de financiamento externo; esse, sim, a gente já vem implementando. Precisamos regulamentá-los, precisamos de políticas de avaliação também sobre eles, mas se trata de assegurar – e acho que o Reitor Ricardo falou também sobre isto – que o Estado exerça a sua função, assim como exerce em relação à educação básica.

E queria reforçar também a autonomia no que diz respeito à gestão de pessoas. Temos avançado. A legislação recente aprovada também nesta Casa que criou os cargos genéricos de nível médio e nível superior nos ajuda nisso, ajuda a repor certas carreiras que hoje estão extintas nas universidades, mas ainda não são suficientes para que a gente consiga operar de forma plena. Então, é preciso seguir avançando nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer o acolhimento que esta Casa e o Congresso Nacional têm tido nas propostas que o Ministério da Educação tem encaminhado e que têm sido construídas de forma dialogada com as nossas associações.

Então, mais uma vez, obrigada pela oportunidade nesta audiência. Eu acho que a elaboração de um documento, agora, que subsidie a continuação dos trabalhos será fundamental e tenho certeza de que todos nós estamos dispostos a colaborar com isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradecemos também, Dra. Rozana. É uma honra ter a Reitora de uma universidade que é referência no Brasil e que sediou inúmeros encontros com todas as instituições, e todos esses resultados, obviamente, servem de subsídio para a elaboração dos documentos necessários.

Quero agradecer novamente a participação, a presença presencial e remota, agradecer à Secretaria da Comissão – sempre faço isso –, aos meios de comunicação do Senado, que permitem que a população tome conhecimento deste desafio que o Brasil enfrenta – soluções existem, têm que ser construídas –, também às pessoas que participaram pelo e-Cidadania e à Consultoria.

Foi uma audiência bonita, importante, clara, didática, que apontou exatamente o problema, desafios e, ao mesmo tempo, a possibilidade de encaminhamentos para esses desafios. Então, essa será a nossa tarefa, já convido (*Risos.*) os expositores para colaboração nesse sentido.

Muito bem, agradeço novamente e, tendo cumprido, penso, as finalidades da audiência pública, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Fabiano Contarato, Augusta Brito e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes, conforme os Requerimentos nº 18 e 13/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 11 a 23 e 25 a 32, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 2, de 2026,** que: "Requer que seja convidada a Senhora Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das ações e políticas implementadas pelo ministério até o momento, bem como informações perspectivas, planos e desafios para o ano de 2026." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 4, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 32/2025-CCT, destinada a instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados"." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 5, de 2026,** que: "Requer que seja convidado o Senhor Frederico de Siqueira Filho, Ministro das Comunicações, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das ações e políticas implementadas pelo ministério até o momento, bem como perspectivas, planos e desafios para o ano de 2026." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 6, de 2026,** que: "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informática, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/151680

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reuniões da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 11 a 23 e 25 a 32, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas, que serão votadas pelo processo simbólico e em bloco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero pedir a V. Exa. para subscrever os requerimentos de autoria do Senador Flávio Arns e também um requerimento do Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, entendido, Senador Izalci. Aprovado aí.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2026
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidada a Senhora Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das ações e políticas implementadas pelo ministério até o momento, bem como informações perspectivas, planos e desafios para o ano de 2026.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é exatamente esse assunto que V. Exa. anunciou. É um requerimento realmente convidando a Ministra Luciana Santos para fazer um balanço do ministério, como foi dito por V. Exa. Então, subscrevi e peço o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação. A votação é simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 5, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Senhor Frederico de Siqueira Filho, Ministro das Comunicações, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das ações e políticas implementadas pelo ministério até o momento, bem como perspectivas, planos e desafios para o ano de 2026.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Requerimento nº 5 de 2026, também de autoria do Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, na mesma linha do anterior, aqui se está convidando o Sr. Frederico de Siqueira Filho, que é Ministro das Comunicações, a também comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das ações políticas implementadas pelo ministério até o momento.

Subscrevi também esse requerimento que é do Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 6, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Concedo a palavra ao Sr. Senador Izalci Lucas para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, este requerimento trata realmente da realização de audiência pública aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, exatamente com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 3.018, de 2024, que dispõe sob a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial, também de autoria do Senador Vanderlan e subscrito por mim.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Passo a Presidência ao Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 32/2025-CCT, destinada a instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados".

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

De autoria do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 32, de 2025, desta Comissão, sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Caíque Souza, Consultor Independente na Vallya Advisors; e a Sra. Rafaela Guedes, Consultora Independente Senior Fellow no Cebri, International Advisor na APCO Worldwide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa audiência pública, Sr. Presidente, se destina à avaliação do projeto de lei sobre a utilização de matérias-primas catalogadas no Código de Minas como terras raras, é o projeto de terras raras.

É o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro, eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Esse tema é superimportante para o país; então, merece, de forma urgente, que a gente possa discuti-lo em audiência pública.

Eu consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Votação simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Damares Alves, Laércio Oliveira, e também dos Senadores Wilder Morais, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixa, ainda, de comparecer a Senadora Ivete da Silveira, conforme o Requerimento nº 39/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. O Presidente, Senador Flávio Arns, comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 129, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 258/2026, proferido no processo que trata de fiscalização, na modalidade acompanhamento, realizada no conjunto das 69 instituições federais de ensino superior, com o objetivo de avaliar a governança, o planejamento e o ambiente de tecnologia de informação (TIC) no âmbito das universidades federais, com especial atenção ao quadro de pessoal, à aderência às normas de governo digital, ao planejamento integrado de TI e ao compartilhamento de soluções tecnológicas entre as instituições. A Presidência comunica ainda o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC): n.º 33 a 42, de 2024; e 1 a 20, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica também o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC) n.º 1 a 10, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 2ª Reunião da Comissão, realizada no dia 25 de fevereiro do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senadora ou Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 51/2025 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), com a finalidade de apresentar o Projeto "Expedição Arqueológica Ilha da Trindade", com a participação de Paulo Roberto Hapner, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR); Marcos Juliano Ofenbock, Diretor Financeiro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR); Nelson Penteado Alves, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR); e Manoel de Campos Almeida, Diretor de Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). O Presidente concede a palavra a Roberto Muniz, representando o CNPq, e a Sidney da Costa Abrantes, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Assessor Especial da Subsecretaria do Plano Setorial para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Recursos do Mar da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/152356

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 129, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 258/2026, proferido no processo que trata de fiscalização, na modalidade acompanhamento, realizada no conjunto das 69 instituições federais de ensino superior, com o objetivo de avaliar a governança, o planejamento e o ambiente de tecnologia de informação (TIC) no âmbito das universidades federais, com especial atenção ao quadro de pessoal, à aderência às normas de governo digital, ao planejamento integrado de TI e ao compartilhamento de soluções tecnológicas entre as instituições.

A Presidência comunica ainda o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC): nºs 33 a 42, de 2024; e 1 a 20, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica também o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC) nºs 1 a 10, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 2ª Reunião da Comissão, realizada no dia 25 de fevereiro do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senadora ou Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Muito bem.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o projeto – abro aspas – "Expedição Arqueológica Ilha da Trindade" – fecho aspas –, em cumprimento ao Requerimento nº 51/2025-CCT, de autoria desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O público interessado em participar desta audiência pública poderá fazê-lo enviando perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para 0800 0612211.

Participam desta mesa da audiência pública – e já quero dar as boas-vindas aos expositores, referências no Paraná e no Brasil na área do Instituto Histórico e Geográfico, em todas as discussões, debates, publicações, academia, biblioteca, trabalhos culturais, são expoentes nessa área –, aqui à minha direita, com muita honra, o Dr. Paulo Roberto Hapner, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma pessoa extremamente conhecida em um conjunto de áreas, mas também na área do direito; à minha direita também, o Marcos Juliano Ofenbock, Diretor Financeiro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que vai, depois, abordar, em detalhe também, o objeto dessa audiência; aqui à minha esquerda, que, além de ser do instituto – todos eles –, é uma grande pessoa, extraordinária pessoa, o Nelson Penteado Alves, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; e, também à minha esquerda, com muita honra – eu já o conheço por toda a vida, na caminhada de vida, estudamos juntos, fomos contemporâneos lá no colégio, aluno do meu pai também, do Prof. Osvaldo; e o pai do Prof. Manoel é também um expoente lá na PUC, na Federal, em todas as áreas do Paraná –, o Prof. Dr. Manoel de Campos Almeida, Diretor da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Agradeço a presença novamente.

Quero destacar a presença, aqui no Plenário, presencialmente, da Alyne Mayra Rufino dos Santos, Diretora do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), indicada, inclusive, como representante do Presidente do Iphan, Leandro Grass; também presente a Ana Paula da Rosa Leal, Coordenadora de Preservação, e Cristian da Silva Gonsalves, Coordenador de Identificação e Reconhecimento.

Também quero saudar Roberto Muniz Barreto de Carvalho, Assessor Parlamentar do CNPq, indicado pelo CNPq; também o Capitão de Mar e Guerra Sidnei da Costa Abrantes, Assessor Especial da Subsecretaria para o Plano Setorial para Recursos do Mar da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, representante da Marinha do Brasil, a quem agradeço, inclusive, pelas reuniões já realizadas na Marinha, pelas viagens. A Marinha tem sido extremamente solidária com a pesquisa.

E também os ouvintes por videoconferência: Marco Antonio Nakata, Embaixador do Itamaraty e Diretor do Instituto Guimarães Rosa, e também Andrei Polejack, Diretor de Pesquisa e Inovação do Inpo, indicado pelo MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

Eu quero encarecer novamente, para todas e todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, que podem se manifestar com perguntas e comentários.

Como vai ser observado durante as falas, é uma iniciativa da mais alta importância e interesse. Considero isso essencial para que, principalmente, os alunos da educação básica aprendam a pesquisar, a gostar, a investigar, a fazer também essa pesquisa histórica, metodológica, comprovando os fatos, e também os adultos, obviamente, e os alunos de universidades.

Então, eu considero esta audiência pública, inclusive, como um divisor de águas, ao dizer: "Olha, a ciência, a tecnologia, a metodologia, a historiografia, tudo pode ficar muito perto das pessoas." É o cotidiano das pessoas, assim, com coisas prazerosas, agradáveis, que fazem parte de um esforço de tantos acadêmicos, pesquisadores dessa área. Então, que bom! Eu particularmente estou muito satisfeito e muito feliz com a presença também de todos e todas aqui presentes.

Em primeiro lugar, passo a palavra ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, para irmos contextualizando o trabalho.

Com a palavra o Dr. Paulo Roberto Hapner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER (Para expor.) – Agradeço muito ao eminente Senador Flávio Arns, expoente da cultura paranaense, e devo confessar aos senhores que também fui aluno do pai dele. Graças...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Eu também fui aluno dele.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – Graças ao Prof. Osvaldo Arns, eu aprendi que "assim morreu o bravo Heitor", que é a última frase da *Ilíada*. Ele nos ensinou a traduzir a *Ilíada*, a *Odisseia*, a *Eneida*. Então, é para os senhores verem o alcance do ensino que foi do Prof. Osvaldo Arns, e o alcance que tem esse nosso nobre Senador, que tão bem representa o nosso estado aqui no Senado da República.

Eu estou aqui, caro Senador e meus amigos que fazem parte deste Plenário, junto com meus colegas de diretoria do instituto, para demonstrar apenas que o nosso instituto é uma entidade que tem 126 anos. Ele nasceu logo depois da Constituição de 1891, que estabeleceu a competência e a jurisdição às unidades federativas sobre a exploração do seu território. A União não tinha ainda essa prerrogativa.

Um fato muito importante é que nós temos uma biblioteca de quase 30 mil volumes, e esses 30 mil volumes trazem assuntos de toda ordem – de história, geografia, arqueologia, antropologia e etnografia.

O instituto foi criado porque nós tínhamos no Paraná uma comunidade indígena muito grande. O Paraná é um estado que foi povoado por colonização estrangeira, então é eminente a presença de estrangeiros no nosso estado. E o nosso instituto sempre teve um compromisso com a nacionalidade, não com a regionalidade paranaense, tanto que, em 1928...

Um dado importante: quando Santos Dumont veio de Buenos Aires conhecer as Cataratas do Iguaçu, os Saltos de Santa Maria do Iguaçu, a Argentina já tinha criado o seu parque. Ele chegou a Curitiba – veio a cavalo de Foz do Iguaçu a Curitiba, levou 13 dias – e foi no instituto conversar com o Presidente Marins Camargo, e o Marins Camargo era irmão, por coincidência, do Governador Afonso Camargo, na época. E assim foram eles ao palácio e foi desapropriada a primeira área do Parque Nacional do Iguaçu em 1928. Quem a desapropriou foi o Estado do Paraná.

Em 1939, o estado fez... Muita gente acha que a União criou, mas, quando Getúlio Vargas baixou o decreto em 1939, ele aceitou a doação de quase 177 mil hectares que eram do Estado do Paraná. Os senhores vão entender perfeitamente a parte lógica da questão jurídica. Quando se fala que na faixa de fronteira o domínio é da União, a União aceitou do estado a doação de 177... Inclusive, Medianeira está incluída nessa faixa, porque ficou fora da faixa do Parque Nacional.

E o Parque Nacional se tornou um monumento da história da humanidade, não é, Nelson?

O SR. NELSON PENTEADO ALVES (*Fora do microfone*.) – É patrimônio da humanidade.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – Patrimônio da humanidade.

O SR. NELSON PENTEADO ALVES (*Fora do microfone*.) – Da Unesco.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – O Paraná fez isso e o Instituto Histórico está no nascedouro, porque foi assim que Santos Dumont levou essa notícia ao Instituto.

O nosso instituto também recebe informações de arqueologia e de antropologia, porque o nosso território do Brasil, o Brasil Meridional, começa em 1723 com uma bifurcação, uma divisão judiciária. Cria-se a ouvidoria de Paranaguá em 1723, 1724, porque não existia, desde São Paulo até o Rio da Prata, até Colônia do Sacramento, outra jurisdição que não fosse a de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí criou-se a segunda, que era em Paranaguá, e encarregaram o ouvidor, que era o juiz da época, de ir buscar ouro, porque a jurisdição ia... Os senhores acreditam que ela ia até Cuiabá, onde tinha as minas de ouro de Cuiabá? E ele foi encarregado de ir a Cuiabá buscar o ouro naqueles surrões, naqueles malotões de couro. Imaginem os senhores, em 1723, descer de Paranaguá... Meus amigos da Marinha, não tinha navio a vapor, era tudo a vela. Ele cruzou o Rio da Prata, subiu o Rio Paraná, subiu o Rio Paraguai até Corumbá, de Corumbá para cima era remo, porque não existia naquele tempo condições de subir até o Rio São Lourenço e chegar a Cuiabá. Os senhores da Marinha que serviram lá no Forte Coimbra conhecem bem o que eu estou falando. No momento que ele vem descendo com os remadores, ele foi assaltado pelos piratas fluviais – não foram os piratas do mar –, roubaram os nove surrões de ouro do ouvidor e mataram-no e a todos. Ele vinha trazendo um tesouro, ouro que tinha sido colhido em Cuiabá, para as fundições de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O que eu quero dizer com isso, meus senhores? Que o nosso instituto, no momento em que esse projeto foi levado à discussão no Plenário, eu fui um dos que primeiro indaguei: "Mas espere aí, nós não somos um grupo de garimpeiros atrás da Serra Pelada. Nós somos, na verdade, mantenedores dos livros que o instituto...". É um depósito? "Não, nós mantemos a cultura do Paraná desde 1900 e temos livros desde 1700." Então, nós temos a antropologia de todos os sítios, que foram das antigas reduções jesuíticas – no Rio Paranapanema, que era uma redução jesuítica; lá em Ontiveros, perto de Guaíra; e na Ciudad Real del Guayrá –, e de vários sítios que foram estudados pelos paranaenses, pelos nossos professores de antropologia e também de arqueologia. Nós temos, no litoral paranaense, os sambaquis.

Então, o instituto não é meramente um instituto que vai atrás de tesouro na Ilha da Trindade. Em cinco anos, nós ficamos decidindo e discutindo sobre isso e nos submetemos a todas as regras possíveis porque a minha formação jurídica não permitia que nós transgredíssemos qualquer determinação legal. Fomos atrás de todas as ordens possíveis e das entidades que regulam a matéria.

Sabemos que, antes, oito, nove ou dez expedições – não é, Marcos? – foram à Ilha da Trindade. O Brasil recebeu a Ilha da Trindade depois de um acordo com a Inglaterra, foi uma ilha disputada. Essa ilha está a 1,2 mil quilômetros, no meio do Oceano Atlântico, parece um pino, e nós tivemos uma aula lá sobre a Pangeia. Parece que a separação da Pangeia, que se dividiu entre África e América, deixou aquele pino ali, que é a Ilha da Trindade. Por que não estudar essa Ilha da Trindade? Por que nós não irmos lá verificar? E por que para o Paraná se tornou importante o instituto? Porque o Pirata Zulmiro, que teria enterrado o tesouro, morou e morreu em Curitiba. Então, nós achamos que tínhamos algo de contato para contar para os nossos alunos do Paraná, porque nós temos a Praça do Pirata Zulmiro, nós temos muita coisa a respeito de cultura no Paraná. Então, nós precisamos contar. O mundo tem – e o Marcos vai falar sobre isso –, nós temos os piratas que são encontrados no Caribe, todos têm relação com a Ilha da Trindade.

Então, essa é uma matéria de ordem cultural, científica, antropológica. Nenhum de nós – eu quero reiterar isso aqui – seria um mero garimpeiro em busca da Serra Pelada, porque nós não buscamos nenhum tostão de recursos públicos. Nunca foi dito, em lugar nenhum, que a União teria que colaborar com qualquer... O projeto é para ir explorar, sem ônus para a União e sem ônus público. Então, isso eu quero que fique muito bem escrito para que os senhores não pensem que nós estamos buscando esse projeto para angariar fundos de financiamento. Não, é meramente projeto de cultura e de ciência. Queremos que todos – o Brasil inteiro e os nossos antropólogos e arqueólogos – vão lá descobrir alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coisa. Pode ser que até seja um lugar que tenha... Nós descobrimos o pré-sal, não é? Só que lá tem mais de 4 mil metros de profundidade e vai ser difícil explorar o petróleo.

Então, meu caro e eminente Senador, novamente parabenizando e agradecendo a presença do nosso instituto aqui, conversei com vários amigos da Marinha, porque nós até íamos trazer, porque a Batalha do Riachuelo, os navios... O Barão de Teffé escreveu uma obra, que eu ia trazer aqui, e ia trazer a obra também dos policiais e soldados que estavam dentro dos navios naquela célebre Batalha do Riachuelo, para mostrar que a Marinha, dentro dos seus navios, além dos imperiais marinheiros, tinha os soldados, e a maioria deles era da polícia, porque o Exército Brasileiro não tinha gente para guerrear na Guerra do Paraguai e se valeu das guardas nacionais e das polícias, das forças policiais. Então, cinco dos navios que eram comandados na época pelo Almirante Barroso e pelo Capitão Gomensoro eram de policiais militares do Rio de Janeiro. Isso está escrito, e eu ia trazer essa obra, mas, infelizmente, não foi possível, Senador, para que a gente pudesse trazer um benefício.

Outra coisa, para encerrar: conversei com os nossos amigos da Marinha e, estudando muito sobre isso – lá no Paraná nós temos até o Livro do Tombo, de Portugal –, vi que o Almirante Tamandaré não era do posto mais elevado da Marinha, era o Duque de Saxe. Pouca gente sabe que a nossa esquadra era comandada pelo Almirante Tamandaré e, depois, pelo Almirante Barroso, mas acima deles havia, dentro do organograma da Armada da Marinha na época, o Duque de Saxe como Comandante-Geral.

Talvez seja uma mera curiosidade, mas eu achei interessante, já que nós estamos falando de alguma coisa que a Marinha cuida, da Ilha da Trindade, e é interessante trazer essa curiosidade para os senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, através da minha pessoa, que o preside, agradece muito esta oportunidade, e nós nos colocamos à disposição de qualquer um que queira fazer alguma indagação a respeito desse nosso projeto, repetindo sempre: não haverá financiamento público sem ônus para a União, e nós não estamos como garimpeiros em busca da Serra Pelada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Dr. Paulo Roberto Hapner, também enfatizando a credibilidade e a história do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná diante de toda a comunidade, e quero dizer para o Brasil, que nos acompanha e que vai acompanhar, porque a TV Senado também repete esta audiência em outras ocasiões na sua grade de programação, que é importante que isso desperte no Brasil esse desejo de estudos, de história, de arqueologia, de antropologia, diante de uma perspectiva já enfatizada em outros países, e que o Brasil também pode, perfeitamente, ter essa linha de pesquisa.

Então, que bom.

Muito obrigado, por enquanto, Dr. Paulo.

Passo, em seguida, a palavra ao Prof. Dr. Manoel de Campos Almeida, que é Diretor da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Seja muito bem-vindo também.

O SR. MANOEL DE CAMPOS ALMEIDA (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer este honroso convite e esta oportunidade de estar aqui com vocês.

Eu gostaria de enfatizar uma coisa: na verdade, o maior legado do Pirata Zulmiro é essa história fantástica que o Marcos vai apresentar para vocês. Ela influenciou praticamente os grandes nomes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

literatura mundial sobre o assunto, passando por Alexandre Dumas – todos conhecem –, passando por *A Ilha do Tesouro*, de Stevenson, e mesmo por Barrie. Quem foi o Barrie? O autor de *Peter Pan*. E o Capitão Gancho é baseado no Pirata Zulmiro, por incrível que pareça. O Marcos vai depois explicar essa história para vocês. É uma história que nem o mais fantasioso roteirista de Hollywood seria capaz de imaginar e está se espalhando pelo mundo inteiro.

Eu vou adiantar um pouco do que o Marcos... O livro – esse livro preto que está aí – está sendo traduzido para o inglês e está sendo traduzido para o mandarim. Vocês vão me perguntar: "Chinês tem interesse em pirata?". O maior pirata de todos os tempos foi uma mulher, na China. Isso é pouco conhecido, mas ela tinha um exército maior que o exército do Império. Os chineses têm muito interesse nessa história. E o potencial turístico disso é fantástico para o Brasil, se bem aproveitado. Originou *A Ilha do Tesouro*, o Capitão Gancho, todos esses grandes paradigmas da literatura mundial.

Outra curiosidade que eu noto é a seguinte: o protótipo de um pirata. O protótipo de um pirata tem uma cicatriz. De onde surge essa cicatriz? O Marcos vai mostrar para vocês: de um dos piratas do grupo, do Pirata Zarolho, que tinha exatamente uma cicatriz. Todos os piratas, agora, têm que ter uma cicatriz. Foi praticamente o Zulmiro que estabeleceu o protótipo da figura de piratas na literatura mundial.

Além disso, temos nossas fortalezas inteiras na costa, mas poucos se lembram do porquê dessas fortalezas. Tinha as invasões dos franceses, dos ingleses e tudo mais, mas era especialmente para a proteção contra os corsários e os piratas. E essa parte da história está esquecida. Então, o aspecto cultural, do patrimônio cultural dessa história, é fantástico.

Eu gostaria, agora, de passar a palavra para o Marcos, porque o Marcos tem condição de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANOEL DE CAMPOS ALMEIDA – Isso. O Nelson primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – O Marcos.

O SR. MANOEL DE CAMPOS ALMEIDA – O Marcos tem condição de esclarecer.

Agradeço novamente o honroso convite do Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Prof. Manoel Almeida, eu diria que uma referência pessoal, profissional e cultural no Paraná.

Espero que as pessoas estejam começando a vibrar com a história, como a gente já acompanhou muitas vezes. E isso não é do Paraná... Quer dizer, a pesquisa está lá no Paraná, mas despertar esse interesse, esse estudo no Brasil é que é o nosso objetivo.

Então, eu passo agora a palavra, para explicar com calma, com um pouquinho mais de tempo também, ao Marcos Juliano Ofenbock, Diretor Financeiro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Com a palavra, então, Marcos.

O SR. MARCOS JULIANO OFENBOCK (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer esta oportunidade de estar hoje, neste momento histórico para nós, aqui no Senado Federal, na reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O Senador Flávio Arns é o nosso grande amigo do instituto, nosso padrinho da expedição, e sempre nos ajudou, sempre vislumbrou, desde o início, a importância cultural, a importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educacional e a importância científica desse projeto inovador, que é o projeto da Expedição Arqueológica Ilha da Trindade.

Então, Senador, a gente, em nome do instituto, como o Presidente já comentou, o nosso Diretor Manoel, nós agradecemos imensamente por poder estar aqui compartilhando com as autoridades, porque nós estamos no palco hoje da ciência, e o projeto é científico, o projeto Expedição Arqueológica Ilha da Trindade.

O projeto, então, Senador, começando a apresentação, começa na Expedição Ilha da Trindade, a pesquisa historiográfica que foi feita. É uma pesquisa historiográfica de mais de duas décadas de pesquisa, de coleta de documentos primários, análise de jornais do mundo inteiro, do século XIX até o início do século XX – Brasil, Reino Unido, Estados Unidos, Oceania –, a descoberta de documentos primários localizados envolvendo essa história; e chega, culmina na descoberta desse personagem, do Pirata Zulmiro, em Curitiba, que era na verdade uma lenda urbana.

Até as pessoas perguntavam, porque o Brasil nunca teve uma relação, uma história de um pirata que veio morar no Brasil. Nós tivemos, como o Prof. Manoel comentou, ataques de pirata no nosso litoral: tivemos o Thomas Cavendish, que saqueou Santos e São Vicente, em 1591; o René Duguay-Truan, que saqueou o Rio de Janeiro, em 1713; o James Lancaster também, que saqueou Pernambuco, em 1562.

Então, a gente tem essa história do Pirata Zulmiro, e a pesquisa historiográfica começa – a gente volta um pouco no tempo – em 1821, durante a Revolução Peruana. Todo o continente sul-americano estava passando por um processo de independência, e, nessa época até, Lima era uma das cidades mais ricas do mundo, grande parte do ouro do Império Inca... E os espanhóis estavam sendo expulsos e eles pegaram todo o material arqueológico do Forte Real São Filipe, da Catedral de Lima, embarcaram num comboio de navios. Esse galeão, esse comboio ia de Lima para Espanha, e, quando atingiu o Atlântico Sul, um grupo de piratas saqueou bem o galeão espanhol que carregava essa imensa riqueza dos espanhóis, e os piratas desse bando esconderam, na Ilha da Trindade, a grande parte dos seus despojos.

A Ilha da Trindade é uma ilha... Como o Prof. Paulo falou, ela está distante 1,2 mil quilômetros da costa, já em águas internacionais. Foi uma ilha que nós recebemos de Portugal em 1822, ocorreu até uma disputa diplomática com o Reino Unido em 1895, e ela é uma ilha... Ela é uma cordilheira vulcânica, é a ponta de um vulcão extinto. A última erupção foi há 3 milhões de anos, uma ilha difícil de aportar nela. Até hoje a Marinha, quando tem a instalação do Poit, sabe a dificuldade que é, dependendo das condições climáticas, de aportar.

Esses piratas, esse grupo de piratas utilizava essa ilha como paradeiro deles, como estação de parada mesmo no Atlântico Sul, em rotas marítimas, e posteriormente os espanhóis capturaram esse grupo de piratas e os enforcaram em Havana, mas um pirata conseguiu fugir desse enforcamento, e esse pirata que fugiu foi morrer na Índia em 1850, em Bombaim. Antes de ele morrer, ele entregou um mapa com as coordenadas desse depósito que eles esconderam na Ilha da Trindade, justamente na baía sudoeste, e ele entregou para um capitão de um navio mercante inglês.

Os ingleses, de posse desse mapa, realizam três expedições para a Ilha da Trindade em busca do depósito: a primeira, em 1880; a segunda, em 1885; e a terceira, em 1889. Justamente, o pirata comentou que, na baía sudoeste da Ilha da Trindade, ao lado do morro do Pão de Açúcar, para dentro de uma ravina, eles escavaram uma gruta e esconderam os depósitos, só que a Ilha da Trindade é uma ilha vulcânica, e a pedra vulcânica desmorona muito facilmente, o contorno muda muito, e desmoronou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

realmente em cima da ravina do local do depósito. Nas expedições, Senador, eles tentam escavar e não conseguem encontrar.

A última expedição de 1889 foi muito documentada no Reino Unido e gerou até um livro, que era *A viagem do Alerte*, e o líder da expedição fazia desenhos, e ele desenhou ali a Ilha da Trindade vista do sul, exatamente na baía sudoeste da Ilha da Trindade, ao lado do morro do Pão de Açúcar. Eles montaram o acampamento deles na baía sudoeste e ficaram por três meses escavando dentro da ravina; só que caíram toneladas de detritos ali e eles não encontraram, mas ficou muito famosa essa pesquisa dele, esse livro dele. Foi muito ventilado nos jornais do Reino Unido, da Inglaterra, e o pessoal ficou...

E daí agora nós voltamos – um ponto de interseção nessa história – para o ano de 1879 em Curitiba. Curitiba era uma cidade pequena, tinha nessa época 14 mil habitantes, e, nessa época, era uma parada também com muitos imigrantes. Um imigrante inglês nessa época, o Edward Young, de 20 anos, imigra para Curitiba para trabalhar em fazenda de erva-mate. O Paraná estava passando pelo ciclo da produção de erva-mate, e ele fica sabendo da história de um imigrante, um outro inglês, que morava há mais de 50 anos, escondido para dentro, ou seja, mata adentro de Curitiba, que era conhecido como Velho do Mato. O Edward Young, de 20 anos, resolve conhecer esse Velho do Mato, e era um senhor de 80 anos, ilustrado, falava grego, latim, francês. Até ele se pergunta: o que um *lord* inglês está fazendo escondido em Curitiba? E esse senhor depois revela toda a história para o Edward. Esse senhor fala que nasceu na cidade de Cork, no Sul da Irlanda – Cork era parte do Reino Unido –, que vinha de uma família muito rica, e por ser de uma família nobre, aristocrática, estudou na escola de Eton College – essa escola é a mais chique do mundo, é uma escola de príncipes. O futuro rei da Inglaterra, Príncipe William, estudou em Eton College. Depois de Eton, ele entrou na academia naval e, aos 25 anos, se tornou um oficial da marinha real inglesa. Só que ele comenta que era muito orgulhoso e ele tem um desentendimento, por volta de 1825 ou 1826, com um oficial superior, ali nas Ilhas Bermudas – que era uma base da marinha real inglesa –, e, nessa briga, ele mata o oficial superior. Ele sabia que ia pegar um processo de corte marcial, iria ser enforcado, provavelmente, e ele deserda. Deserda, embarca em um navio negreiro na Flórida e abraça a pirataria. Só que um detalhe: ele abandona o nome verdadeiro dele, a verdadeira identidade, e adota o nome de guerra de Zulmiro e começa a falar que era um pirata grego. Isso porque até as línguas faladas na escola de Eton College eram o latim e o grego, então ele dominava muito bem o grego. E agora, com a nova identidade de Zulmiro, grego, ele desce para o Atlântico Sul; só que nós estamos falando de um pirata diferenciado, de um oficial da marinha inglesa, que estudou na escola... E a Marinha Inglesa era a maior potência dos navios à vela naquela época.

Ele logo se torna líder desse bando de piratas que atacavam o Oceano Atlântico Sul e utilizavam a Ilha da Trindade como paradeiro deles, como o esconderijo dos depósitos dos roubos. Daí até esse pirata comenta que os outros dois piratas faleceram. Ele inclusive conta para o Edward Young que eles tinham dois depósitos na ilha, não era só um depósito na bahia sudoeste, existia um segundo depósito escondido na enseada da cachoeira na "Praia do M". Era aquela coisa, pirata passando a perna em pirata. E daí ele pergunta – o Edward: "Como o senhor veio parar em Curitiba?". E ele fala que, por volta do início de 1829, ele foi capturado por um navio de guerra inglês. E são aquelas coincidências: o comandante do navio, Henry Keppel, era colega dele do tempo da academia naval e amigo da família dele, porque a mãe do Henry Keppel nasceu em Cork. Quando ele viu o colega, ele não quis ser o carrasco do velho amigo. Ele combinou com ele que ele ia simular a fuga dele no Sul do Brasil, com a condição de que ele fosse para o interior do continente e morasse longe da civilização e se escondesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele realmente simula a fuga do Pirata Zulmiro, ali no litoral norte do Paraná, na ilha de Superagui. Nove dias depois, o pirata sobe a serra e chega a Curitiba em 1829. Curitiba tinha 3 mil habitantes, era uma cidade pequena, e ele fica escondido.

Passam-se 50 anos e esse jovem inglês vem bater na porta dele e comenta. E ele fala que os depósitos escondidos na Ilha da Trindade ainda estão na ilha. E ele entrega para ele um roteiro com as coordenadas geográficas de como encontrar esses dois depósitos – isso em 1880. O inglês se despede dele, o Edward Young volta para a Inglaterra. Depois de um tempo, o Edward volta a morar no Brasil, só que nunca mais volta para Curitiba.

Passam-se 16 anos, o Edward está morando no Rio de Janeiro em 1896, quando ele vê um jornal, na época, contando da história das expedições inglesas e falando da história do pirata russo, cego de um olho, que fugiu da captura em Havana, que entregou o mapa com o depósito, na hora ele viu que aquela era a história do Pirata Zulmiro do bando, porque o Zulmiro comentava que eram três piratas: era o Zulmiro, o grego; o Pirata Zarolho, russo; e um espanhol chamado José Sancho.

O que ele faz em 1896? Ele manda um telegrama para Curitiba e pergunta: "Cadê o velho inglês que morava escondido no meio do mato?". E falam para ele que o velho morreu há seis ou sete anos. E ele se lembra de que o pirata, antes de entregar o roteiro, pediu para ele um juramento de não contar essa história enquanto ele fosse vivo. E ele viu que o pirata havia morrido e ele queria montar uma expedição. Até ele tenta uma reunião com o Presidente do Brasil, na época, o Prudente de Morais, para pegar apoio do Governo brasileiro. Só que, no Governo brasileiro, ninguém acredita nessa história exótica de um pirata escondido no interior do continente.

Então ele tem outra ideia: ele começa a enviar cartas ao *Jornal do Brasil* contando essa história. Envia a primeira carta no dia 18 de abril de 1896: "A nova ilha de Monte Cristo", baseada no romance *O Conde de Monte Cristo.* Só que ele assina com um nome falso. Ele chega a enviar um total de oito cartas ao *Jornal do Brasil*. Coletamos essas cartas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Hemeroteca Digital. E ele não revela, nessa época, a cidade na qual ele encontrou o pirata. Ele fala que encontrou um pirata escondido no interior do Brasil. E, na última carta, ele fala que ele está com o roteiro de como encontrar os depósitos escondidos na Ilha da Trindade. Um mês após ele publicar a última carta, ladrões tentam invadir a casa dele de madrugada no Rio de Janeiro. Na confusão, os ladrões dão um tiro e matam o jovem inglês. E não encontram o roteiro com os depósitos. E a história até desaparece. Até a polícia não sabe por que o inglês foi assassinado. Ele era muito querido na época.

A gente avança agora 14 anos em Lorena, interior de São Paulo. O sobrinho dele mexendo nas coisas do tio, que foi assassinado, encontra o roteiro com os depósitos. Traduzem o roteiro escrito pelo Pirata Zulmiro. Em 1910, organizam a primeira expedição brasileira para a Ilha da Trindade. O pessoal não consegue nem aportar na ilha na primeira expedição. Retornam para o continente brasileiro. Organizam mais três expedições: a segunda, em 1910; a terceira, em 1911; e a quarta, em 1912. Nós estamos falando de cem anos atrás, o pessoal não tinha tecnologia, eles iam com pá, picareta e dinamite para a Ilha da Trindade. E devido à ilha vulcânica, até eles comentam uma coisa interessante, quem escreveu o roteiro com as coordenadas esteve na ilha porque descreve de forma fiel os acidentes naturais, a montanha do Pão de Açúcar, a cachoeira. Só que os marcos internos foram apagados pelos deslizamentos. E daí eles revelam, na última reportagem, que no final do roteiro escrito pelo Pirata Zulmiro, ele assinou uma cidade: "Curitiba, 14 de maio de 1880". E essa informação chega em Curitiba, e o maior jornal da cidade publica uma reportagem na capa, uma revelação: "O pirata habitou Curitiba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e aqui escreveu as indicações do roteiro". E nessa época o pessoal conhecia o Velho do Mato, e ele nunca havia falado para ninguém. E aqui teve essa revelação.

A gente avança um pouco. Em 1926, ocorre uma expedição do Museu de História Natural de Cleveland, Ohio, para fazer várias investigações em ilhas oceânicas do Atlântico Sul. E o capitão da expedição conhecia a história. E ele para na Ilha da Trindade e tenta fazer uma busca pelos depósitos, também sem sucesso. E daí nós avançamos para o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, um jornal do Rio de Janeiro começa a trazer de volta a história: Zulmiro, Zarolho e José Sancho, a "trindade maldita". E os repórteres entrevistam o sobrinho do inglês que ficou amigo do pirata e ele entrega o roteiro das coordenadas, e é publicado na íntegra no jornal. Só que esse roteiro saiu bem em agosto de 1939. E, um mês depois, estava explodindo a Segunda Guerra Mundial na Europa.

E daí um detalhe interessante: logo no início também da Segunda Guerra, um ano depois, em 1940, o mapa do depósito entregue pelo pirata russo estava de posse dos ingleses. Quando os ingleses tiveram uma disputa diplomática com o Brasil, em 1895, e devolveram a Ilha da Trindade – porque Portugal entrou como maior árbitro –, eles entregaram uma série de documentos e, entre esses documentos, entregaram o mapa. E um tenente da marinha, vasculhando nos arquivos do avô, localiza o mapa, que é publicado na capa do jornal, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro.

Até um detalhe interessante para compartilhar com os senhores é que esse mapa mostra Trindade, ali na Baía Sudoeste, Southwest Bay – tem até a palavra *treasure*, em inglês –, em que foi escondido o depósito e teve desmoronamento. O pirata russo só comentou esse mapa. E o Zulmiro, em Curitiba, comentou que eram três piratas, o Zulmiro, o Zarolho e o José Sancho. Se vocês repararem as iniciais no canto direito superior do mapa, Trindade ZZJS. Então, é um caso interessante, porque são relatos de pessoas distintas, em épocas distintas do globo, que convergem com o mesmo ponto geográfico. É uma coincidência, digamos assim.

E, pegando toda essa história, até em 1950, ocorre a Expedição João Alberto para a Marinha. Eles foram para construir o posto oceanográfico da Ilha da Trindade. Realmente – o pessoal da Marinha conhecia –, eles fazem até uma busca, tem um relatório, que não foi tornado público, mas existe um livro que diz que a Marinha também tentou encontrar esses depósitos, sem sucesso.

Essa história inteira, primeiramente, eu resolvi resgatar para as crianças, porque, realmente, é como o Senador Flávio Arns falou: é um aspecto muito interessante e cultural. Em 2017, eu lancei um livro infantil ilustrado, *As Aventuras do Pirata Zulmiro*, contando detalhes dessa história.

Comecei a estudar as cartas do Edward Young, escritas em 1896, quando ele publica toda a história do pirata. Ele até fala que mandou um telegrama para Curitiba, e o pirata havia morrido seis ou sete anos atrás. Fui em cima das cartas e fui em cima do livro do Cemitério Municipal São Francisco de Paula, que é o cemitério mais antigo da cidade. Seis ou sete anos dava nos anos de 1889 e 1890. O Pirata Zulmiro comentou, em 1880, que ele tinha 82 anos. Então, se ele morreu em 1989 ou 1990, ele morreu com 90 ou 91 anos.

Comecei a pegar o livro, página por página, procurando e, na página 31 do livro, eu encontro o Pirata Zulmiro, João Francisco Inglês, morto com 90 anos em 24 de agosto de 1989. Até um detalhe interessante é que o sobrenome Inglês não é um sobrenome verdadeiro, é um adjetivo pátrio, significa a nacionalidade dele.

A gente começou a vasculhar e descobrimos que o pirata morava em uma região alta em Curitiba. Sobre o nome dele, João Francisco, eu comecei a conjecturar: será que poderia ser o nome verdadeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dele, John Francis? E o pirata falou que nasceu em Cork, de uma família rica, e foi enviado para Eton College. Eton é um colégio criado em 1440 pelo Rei Eduardo IV, um colégio da aristocracia britânica, que é um internato para meninos em que você entra aos 13 anos de idade. Se o pirata nasceu em 1798, ele entrou em Eton em 1811. Entrei em contato com o Eton College, perguntei se eles não tinham a lista de alunos de 1811, mandaram a lista para mim, e eu comecei a procurar um John Francis que nasceu em Cork. No final da lista de 1811, eu localizo o aluno Francis Hodder, que nasceu em Cork. E o registro está bem esquisito: Hodder, o sobrenome; Francis, um ponto de interrogação; no Castelo Ballea, condado de Cork; e "*d. long since*", morto há muito tempo.

Eu comecei a ver a família Hodder, família Hodder riquíssima, dona de terras no sul da Irlanda inteira, uma das famílias mais ricas naquela época da Irlanda. Até o castelo do pirata, Ballea Castle, ainda existe, o castelo mais antigo habitado hoje da Irlanda, que foi transformado em um Airbnb. Você consegue se hospedar no castelo hoje.

O pirata comentou também nas cartas que a família dele era muito rica e tinha envolvimento com a Marinha real inglesa – vários parentes dele, era um nome respeitado. Fui em cima dos livros do almirantado britânico de 1827 para ver se encontrava membros da família Hodder e encontrei sete membros da família Hodder, entre oficiais, tenentes e capitães. Só que, de alguma forma, eles manejaram para apagar os registros da ovelha negra. Descobrimos que o John Francis Hodder, o nome do pirata que nasceu em 1798 em Cork, é o João Francisco Inglês, morto em 1889 em Curitiba, o capitão Pirata Zulmiro.

Descobrimos ainda que o pirata teve filhos, porque, assim que ele chegou na cidade de Curitiba, ele se casou. Ele pegou uma menina, para gerar um álibi de imigrante, levou para a igreja e se casou. Descobrimos a certidão de óbito. Ele deixou quatro filhos. Encontramos os descendentes vivos do pirata, que carregam o sobrenome Inglês, vivendo no interior do Paraná até hoje.

E, em 2019, lancei um livro, *A Verdadeira Ilha do Tesouro, as Crônicas do Pirata Zulmiro*, dessa vez, um livro infantojuvenil, para realmente abordar essa história para os jovens, porque é uma história incrível, um resgate cultural.

E daí saíram até várias reportagens: "Não é lenda, livro prova que o Capitão Pirata Zulmiro viveu e morreu em Curitiba".

E, em 2022, eu publiquei um terceiro livro documental e histórico, com toda a pesquisa – que até os senhores estão recebendo –, o livro que tem todas as fontes primárias, toda a pesquisa historiográfica, para mostrar toda essa parte dos documentos: *O Tesouro Pirata da Ilha da Trindade – A história documentada do maior tesouro pirata do mundo*.

E a Prefeitura, como o Prof. Paulo falou, de Curitiba foi reconhecida. Eles inauguraram até uma Praça do Pirata Zulmiro, que hoje é uma das praças mais famosas. E um detalhe interessante dessa praça foi a doação da sociedade britânica de uma placa azul inglesa. Essas *blue plaques* são famosas, foram criadas no Reino Unido em 1867. Elas denotam a conexão de uma personalidade com a história local e com local. Então, você está andando em Londres, tem lá: "Jimi Hendrix morou nesta Casa", "George Orwell morou aqui", "Winston Churchill"... Essa é a primeira placa azul fora do Reino Unido, realmente em Curitiba, do Pirata Zulmiro, um reconhecimento muito grande da sociedade britânica no Paraná.

E encontramos, por último, a assinatura do pirata, porque, assim que ele chegou a Curitiba, ele foi se casar com a menina e o padre falou assim para ele: "Eu não vou casar o senhor, porque o senhor é de religião anglicana". Então, ele teve que renunciar a fé na Igreja Anglicana e ser batizado no catolicismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quando ele assinou, ele não botou o sobrenome; ele botou o "John Francisco", e o padre que batizou ele: "Então você vai ser o João Francisco Inglês". E vejam a caligrafia do pirata, denota uma pessoa que estudou, que teve estudo realmente no Eton College.

E, com isso, o impacto educacional da nossa pesquisa, dos três livros derivados da pesquisa. O livro infantil ilustrado hoje é usado na alfabetização das escolas municipais de Curitiba, e os professores comentam, porque você traz uma história muito interessante às crianças. O livro infantojuvenil está em todas as escolas estaduais, na 6ª e na 7ª série. Há aproximação entre história, literatura e pesquisa e o despertar do interesse pelos jovens. Por que o que acontece? Educação, história e ciência juntas são capazes de formar novos pesquisadores.

Uma coisa interessante, Senador, que eu compartilho... Eu dou essa palestra em muitos colégios, e uma das maiores alegrias que eu tenho é quando vem uma criança de 10 anos, de 11 anos e fala para mim: "Prof. Marcos, eu quero ser pesquisador", "eu quero ser um historiador", "eu quero ser um arqueólogo". Então, você despertar isso na juventude não tem preço. Até ouso dizer que esse seria o verdadeiro tesouro: o despertar na ciência, da vontade na pesquisa. E daí até teve a inclusão social: nós traduzimos para o braile o livro e agora fizemos a doação para o Instituto de Cegos, o instituto da criança cega. Vamos fazer até uma palestra no mês que vem. Essa parte de inclusão é muito bonita, porque você traz toda essa parte de uma história brasileira de um pirata.

E o impacto cultural da pesquisa é interessante, como o Prof. Manoel falou.

O Alexandre Dumas, em *O Conde de Monte Cristo*, que tem a ilha de Monte Cristo, é baseado nessa história que os piratas pegaram o galeão espanhol, porque o General José de San Martín que permitiu que o galeão espanhol saísse. Ele foi se exilar na França no final da vida, e ele ficou amigo do Alexandre Dumas e contou essa história dos piratas que ocultaram o tesouro numa ilha no meio do oceano. Claro que ele colocou a ilha de Monte Cristo, no Mediterrâneo.

Outro livro interessante é o livro *A Ilha do Tesouro*, do Robert Louis Stevenson. A primeira página do livro é um pirata com uma cicatriz no rosto, que morre por um derrame e encontram, nos pertences dele, um mapa com as coordenadas geográficas.

Outra informação muito interessante foi que o Capitão Gancho, do autor James Matthew Berry, do Peter Pan, foi publicado em 1904 como peça de teatro. E, no final da peça do teatro, o Capitão Gancho grita o lema da escola de Eton College antes de cair na boca do jacaré. Ele grita: "Floresça Eton College". E os historiadores ficaram chocados com essa conexão: "Nossa, um pirata estudar nessa escola de aristocracia?".

E essa história ficou tão famosa que, em 23 anos, o autor... É até uma coisa interessante: as cartas do Edward Young, do amigo do pirata, estavam sendo replicadas, em Londres, no jornal *Financial News*. E nessas cartas ele revela que o Pirata Zulmiro estudou em Eton College.

E a gente achava essa seria a inspiração. E daí nós tivemos, digamos assim, Senador, a confirmação: 23 anos depois, o autor do Peter Pan foi dar uma palestra em Eton College e na palestra ele fala: "O último testamento de James Gancho foi enviado à sua tia por um especulador imobiliário do Rio de Janeiro"; o Capitão Gancho morou no Rio de Janeiro. Realmente, o Pirata Zulmiro seria o verdadeiro Capitão Gancho, pessoal.

E daí nós pegamos o livro, traduzimos o livro, vamos lançar agora na metade do ano, no Reino Unido, na Inglaterra. O Cônsul britânico Honorário do Paraná prefaciou esse livro e falou: "Marcos, se prepare que os ingleses vão literalmente ficar muito surpresos com essa pesquisa, porque eles gostam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito dessa narrativa de tesouros e piratas". O Prof. Manoel também falou, estamos começando a tradução para o mandarim para também lançarmos na China. Então, realmente é um impacto cultural muito grande na história.

E agora vem, Senador, essa parte da arqueologia da pirataria. A arqueologia da pirataria é um campo novo na área da arqueologia marítima e da arqueologia histórica. É muito disseminada nos Estados Unidos, na Europa; ali, começou na década de 60, 80, só que ela é pouco conhecida aqui no Brasil. Inclusive, o nosso projeto é o primeiro projeto dessa nova área, que estuda... O que a arqueologia da pirataria estuda? Ela estuda vestígios da cultura material pirata. E daí escavações feitas, na área do Caribe, na área ali do Oceano Índico, revelaram que os piratas... Em sítios ocupados por piratas, que têm documentos primários, nas camadas estratigráficas do solo, eles encontram restos de porcelana chinesa. De certa forma, os piratas guardavam porcelana chinesa. Até tem um ditado em inglês que fala assim: "Quando vai receber uma visita em casa, você bota a melhor porcelana chinesa", que é uma referência muito chique, né? "*The best China pottery*". E, em escavações, na área de Belize, em sítios ocupados por piratas, eles encontram vestígios de porcelana chinesa; inclusive, também, em escavações em Madagascar, que era outro ponto muito forte de ocupação de piratas, encontram, em sítios ocupados, cacos de porcelana chinesa.

E um detalhe interessante – hoje tem até consignado isso – é que a localização de porcelana chinesa, em assentamentos reconhecidamente ocupados por piratas, é hoje classificada como vestígio de cultura material pirata no campo da arqueologia da pirataria. E um detalhe interessante: na escavação inglesa, na Ilha da Trindade, de 1889, em determinado momento, eles param de escavar e vão explorar para dentro da ravina, e eles encontram cacos de porcelana chinesa *blue dragon*. E, naquela época, eles não tinham essa referência. Até eles perguntam: "Será que os piratas trouxeram essa porcelana chinesa? Quem traria porcelana chinesa para dentro de uma ilha?". E hoje isso é vestígio de ocupação pirata. E justamente foi encontrada na baía sudoeste, para dentro da ravina, onde nós temos os dois documentos: o mapa geográfico entregado pelo pirata russo e o roteiro com as coordenadas indicando o mesmo local e porcelana chinesa. Então, é um vestígio, é uma triangulação de evidências muito forte de que algo pode ter lá. E isso é baseado na nossa pesquisa, porque, assim, a pirataria também é objeto legítimo de investigação arqueológica, e o nosso projeto inaugura essa seara no Brasil.

E daí nós montamos o projeto da Expedição Ilha da Trindade, do Instituto Histórico, com várias entidades – um projeto sério, científico. A nossa equipe é multidisciplinar; nós temos três arqueólogos, dois geólogos, três biólogos, cartógrafo, físico, historiadores, são sete professores doutores, dois mestres. Nós temos, entre os nossos membros, o arqueólogo Igor Chmys, que é uma das maiores sumidades da arqueologia brasileira; o Prof. Igor fez várias escavações ali de salvamento, principalmente na área de Foz de Iguaçu. E daí a nossa equipe toda montada.

Universidades envolvidas. Temos a Universidade Federal do Paraná, o Centro de Pesquisas Arqueológicas, a Unespar, a Unesp. Nós temos, então, todo esse arcabouço, essa legitimidade, porque é um projeto científico. Temos os museus, porque qualquer escavação arqueológica tem que ser submetida a instituições de guarda, reserva técnica. Como o Prof. Paulo falou, nós não somos caçadores de tesouro, realmente nós vamos em busca da materialidade histórica. E tem o Museu Paranaense, o Museu da Arqueologia, o Ipae, do Espírito Santo, como entidades de guarda da possível reserva técnica de material arqueológico encontrado na pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A arqueologia da Ilha da Trindade. Nosso projeto é um projeto inovador, porque ele tem toda uma parte... A Ilha da Trindade é uma reserva ambiental, um monumento natural, e, então, realmente é muito complicado. A gente tem todo um levantamento historiográfico, um levantamento topográfico – são fases do projeto –, uma prospecção geofísica não invasiva. Nós vamos utilizar hoje as tecnologias de: radar de penetração de solo, magnetometria, gravimetria... E hoje, com esses algoritmos de inteligência artificial, eles conseguem renderizar. Então, não será uma escavação arqueológica daquela tradicional, em que você começa a fazer já uma invasão; você faz toda uma leitura antes. E mesmo o nosso projeto é baseado em fases. E, depois da coleta de dados, será outro projeto submetido ao Iphan, ao CNA para uma possível autorização. Existem três cenários: nós encontrarmos alguma coisa ou não encontrarmos nada, e, então, não será feito o projeto, e análise científica de eventuais vestígios encontrados.

E as posições específicas nas áreas-alvo da Ilha da Trindade. Nós temos duas regiões que estão descritas nos documentos primários. A área número é na baía sudoeste da Ilha da Trindade, ali na ravina que hoje é a Praia do Príncipe. Até nós tivemos uma conversa, inclusive, com a Marinha para um projeto desses, em uma fase posterior, possivelmente uma fase, em uma intenção futura, de colocar um acampamento da pesquisa para não interferir nas pesquisas científicas do Ecit, mas isso é uma intenção prospectiva futura. A segunda área de pesquisa nossa é a Enseada da Cachoeira, que é a Praia do M, que é o segundo depósito, que até é a trilha mais difícil, são cinco horas, é a trilha mais complicada da ilha. O interessante é que, hoje, com a tecnologia atual, principalmente com *drones*, nós conseguimos passar de forma muito mais fácil e não invasiva a pesquisa, Senador.

E a arqueologia testa hipóteses históricas com método científico. É interessante que, em 2023, apresentamos o projeto na Marinha, foi o nosso primeiro encontro em que até o Senador Flávio Arns... Nós estivemos lá, foi muito... Nós sempre tivemos essa transparência institucional, mostrando todo o... Acompanhando... Até foi a Marinha que nos deu as primeiras diretrizes e falou: "Marcos, um projeto como o de vocês primeiramente tem que ser submetido ao Iphan, porque é o Iphan que coordena toda a parte de autorização e escavação arqueológica". Nós o submetemos ao Iphan do Espírito Santo, conseguimos em 1º de abril de 2025 o parecer técnico do Iphan, analisaram o projeto, uma série de correções foi feita, com toda a metodologia, foram até sete correções, conseguimos o parecer favorável. Ele foi enviado ao Conselho Nacional de Arqueologia, e, ano passado, foi publicada a portaria autorizativa do projeto de expedição das primeiras três fases, com validade de abril de 2025 a abril de 2027. Futuramente, a partir da coleta de dados nessas fases, será submetido um novo projeto, dependendo se for encontrada alguma coisa.

E daí, como a Ilha da Trindade é essa parte ambiental, monumento natural, nós submetemos o projeto ao ICMBio. E no dia 4 de julho de 2025... Foi feita toda uma análise do ICMBio, tudo com intervenção, impacto mínimo... Inclusive, nossos biólogos... Entre nosso time nós temos uma das biólogas que é a Vitória Muraro, que é do programa de repovoamento das aves, o Reter-Trindade, para não ter impacto mesmo realmente, impacto ambiental mínimo. Foi dada a portaria de autorização do Sisbio ao projeto de expedição.

Daí tivemos... O projeto já foi considerado tecnicamente viável pelos órgãos reguladores, os que regulam a pesquisa arqueológica em território brasileiro.

Projeto sem solicitação de recursos públicos. Nós não queremos recursos tanto do CNPq como de qualquer outra entidade. É um projeto feito com recursos captados na iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E nós já temos pelo menos a primeira carta de intenção do projeto com a fase inicial da pesquisa já autorizada.

E daí, em 19 de agosto, tivemos a apresentação do projeto à Marinha no ano passado. Apresentamos todos os documentos. E a Marinha orientou: "Então, Marcos, agora, o próximo passo é vocês submeterem o projeto ao CNPq, pois o CNPq avalia o mérito científico da proposta". Submetemos o mérito, a submissão foi em 15 de setembro de 2025.

Foi feita toda a análise, e, no dia 5 de novembro, veio o resultado da primeira análise. Eles colocam, eles submetem a três consultores *ad hoc* especializados: um consultor teve parecer desfavorável; e dois consultores, parecer favorável, com condicional, recomendando sugestões e ajustes no projeto. Ajustamos o projeto e enviamos de volta ao CNPq, para nova submissão, só que é até interessante: agora, no dia 2 de março, nós tivemos a emissão do parecer final, sendo desfavorável à aprovação do projeto, falando que ele não tem mérito científico. Claro que a gente respeita totalmente, porque o CNPq hoje é a nossa entidade máxima, só que nós gostaríamos de esclarecer, se possível for, com uma reanálise, porque nós estamos com todas as autorizações arqueológicas, ambientais, não solicitamos recursos públicos. Então, a ideia é solicitar uma nova análise técnica, porque a arqueologia não investiga lendas, ela investiga evidências, e a história da Trindade oferece uma rara oportunidade de transformar documentos históricos em investigação científica.

E uma coisa interessante: se o projeto estivesse no continente, já estava acontecendo, nós já estávamos... Nós estamos com as autorizações até 2027, inclusive com recursos. O que nós estamos discutindo não é a ciência, mas é o lugar onde ela ocorre, em que realmente tem que ter toda essa submissão.

Então, é interessante mostrar, compartilhar, Senador, que realmente o nosso projeto é um projeto científico, que tem realmente mérito. Nós passamos por todas as entidades oficiais reguladoras – Iphan, Centro Nacional de Arqueologia, ICMBio, ambiental – e realmente, agora, nós estamos aqui, convergindo agora e culminando nessa apresentação aqui, no palco da ciência brasileira, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, é interessante, Senador, que o projeto nosso tem esta parte: é um projeto inovador, realmente. Não é uma caça por tesouros, mas é um projeto que dialoga com a cultura, com a ciência, com a literatura e é um projeto que vai ter um impacto muito grande, principalmente com esse alcance internacional, com essa divulgação internacional dessa história, dessa pesquisa. Inclusive, nós temos um pessoal da arqueologia da pirataria, que é a associação Archéologie de la Piraterie, que é francesa; nós temos arqueólogos interessados também em entrar no projeto, para ajudar a contribuir com a gente.

Então, o que a gente faz, Senador? Essa coisa de, quem sabe, solicitar de forma excepcional, porque o CNPq deu um parecer final para a gente desfavorável e quis encerrar a nossa análise, mas nós gostaríamos só de mostrar o projeto realmente, mostrando a todos a viabilidade e as nossas licenças, porque as licenças estão até 2027 – estão válidas – e não precisamos de dinheiro hoje, de recursos. Um dos protocolos é não pedir recursos públicos para nós fazermos, e nós temos com uma carta grande de vários patrocinadores já engatilhados para o projeto.

Então, Senador, eu lhe agradeço por poder compartilhar e compartilhar com as autoridades aqui presentes esse projeto inovador. Inclusive, nós fizemos até a maquete, uma doação institucional de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

maquete da Ilha da Trindade, uma maquete de 1,5m por 1m, mostrando em escala menor, mas é interessante a nossa parceria, a nossa intenção de fechar uma parceria institucional realmente.

Então, seria essa apresentação.

Eu agradeço, Senador – eu agradeço.

Eu sei que eu posso ter falado, de vez em quando, um pouco rápido do projeto, porque realmente são 20 anos de pesquisa. E é muito maior ainda, eu compartilho com vocês. Tem muitos detalhes que eu não abordei e que são incríveis na história. Eu recomendo até a leitura do livro, tudo mais, envolvendo toda essa parte da pesquisa.

Sr. Senador, agradeço, então, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu até vou dar uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS JULIANO OFENBOCK – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Uma apresentação maravilhosa, uma pesquisa de tantos anos. Parabéns.

E realmente fomos surpreendidos – eu, particularmente –, conhecendo toda a história, com todas as autorizações concedidas, com que tenha havido um parecer do CNPq dessa natureza, e no início desse mês, dia 2 de março.

Eu até disse: "Olhe, até nós convidamos, especialmente..." Já tínhamos convidado, mas convidamos o Ministério da Ciência e Tecnologia para participar da audiência, seja presencialmente ou remotamente, porque também podem participar remotamente, CNPq, dizendo: "Olhe, coincidentemente, temos audiência pública, onde tudo vai ser explicado no detalhe".

Obviamente, qualquer pessoa que acompanha toda essa explicação de uma instituição tão séria, tão boa, com tanta credibilidade, como é o instituto e, particularmente, de você, como pesquisador também, mas com o respaldo do instituto e de tantos órgãos... Não posso imaginar dúvidas.

E, do ponto de vista cultural e educativo, eu penso que isso é de uma beleza, aí, para as crianças... Sempre falava – eu fui Secretário de Educação –: "A gente tem que descobrir coisas que chamem a atenção da criança, do adolescente, para fazer estudo do português, da redação, da história, da geografia" – coisas prazerosas, gostosas, verdadeiras, é lógico. E isso, sem dúvida alguma, como você apontou, ajuda e muito.

Então, esta Comissão também vai entrar em contato com o ministério e com o próprio CNPq, que é uma instituição também importante e necessária, para que reexamine o parecer que foi dado à luz de tudo aquilo que foi apresentado. Não é simplesmente reexaminar.

Eu acho que houve um equívoco, uma não compreensão da pessoa que analisou e que acabou fazendo esse parecer, mas, naturalmente, cada um pode reconhecer, assim, o seu equívoco também e corrigir, não é? Espero que isso aconteça.

Até nós vamos, depois, mandar uma carta. Vou falar com o Senador Mourão também para que a gente subscreva a carta, como Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Muito bem. Eu agora vou passar a palavra ao Nelson Penteado, mas, antes, se você me permitir, eu só vou ler, até para tornar públicas as perguntas e públicos os comentários... São vários, mas é interessante ler, porque isso pode ser explicado, alguma coisa pode ser explicada na sequência também.

Adriana, do Paraná: "Quais...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Algumas coisas já foram, na verdade, resolvidas, esclarecidas, nas próprias falas também.

Adriana: "Quais evidências arqueológicas ou documentais indicam a presença do Pirata Zulmiro na Ilha da Trindade?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, mas eu leio e, depois, no final, vocês fazem um apanhado, não é?

Luanderson, do Pará: "Qual a relevância histórica e científica da expedição [...] sobre o Pirata Zulmiro e seu potencial educativo?". Quer dizer, já foi também boa parte, mas dá para alguma coisa também ainda reforçar.

Ednei, de São Paulo: "Como conectar o rigor científico da arqueologia com o impacto social e educativo para a comunidade?". Também aquilo que a gente está procurando mostrar.

Nataly, de São Paulo: "O projeto tem apoio de universidades e instituições científicas brasileiras?". Quer dizer, até foi mostrado também, não é?

Gentil, de São Paulo: "Encontrando-se objetos dos saques realizados por tal personagem, eles serão devolvidos aos povos dos países saqueados?". Eu acho que é uma pergunta bem interessante.

Comentários.

Adriana, do Paraná, é um comentário: "Louvável iniciativa ao fomentar o debate historiográfico sobre o Pirata Zulmiro e sua relação com a história marítima do Brasil".

A Renata, do Distrito Federal: "A arqueologia marítima pode transformar lendas em conhecimento histórico verificável. Mesmo sem tesouro, a expedição tem valor histórico" – muito bem colocado, viu, Renata?

Mário, de Santa Catarina: "A história marítima do Brasil ainda parece pouco explorada. Iniciativas como essa podem trazer novas descobertas".

Ainda algumas perguntas.

Mikéias, do Paraná: "Como a pesquisa pode contribuir para o estudo da história marítima brasileira?".

Roseli, também do Paraná: "Se o projeto já tem autorizações ambientais e arqueológicas, o que ainda falta para ele poder seguir adiante como pesquisa científica?".

Thiago, do Rio Grande do Sul: "De que forma a pesquisa sobre o Pirata Zulmiro conecta a história marítima do sul do Brasil com a popularização da ciência?".

Todas as perguntas e comentários eu penso muito pertinentes, não é?

Alessandra, do Paraná também: "A expedição arqueológica integra diversos pesquisadores, mostrando a importância cultural e científica com a participação das universidades" – muito bom.

Eu pergunto ao Nelson, você falaria agora ou...

O SR. NELSON PENTEADO ALVES (*Fora do microfone.*) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora.

Então, eu passo a palavra ao Nelson, com muito prazer também, ao amigo do instituto Dr. Nelson Penteado Alves, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Com a palavra, então.

Seja bem-vindo também!

O SR. NELSON PENTEADO ALVES (Para expor.) – Muito obrigado. É uma honra estar aqui e um prazer muito grande ter aqui o Senador Flávio Arns como nosso amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo que já foi dito aqui, isso poderia ser um romance, poderia ser uma novela ou um filme, filme de aventura, mas é uma coisa científica, é um trabalho que o Marcos vem pesquisando, como ele mostrou, há 20 anos, e que o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná analisou com toda essa parte documental, que já foi analisada antes de ela se transformar num grande livro onde todas as evidências estão aqui dentro, como foram mostradas ali.

Agora nos basta esclarecer tudo isso *in loco*. Nós temos que ir à ilha, levando esse corpo técnico e científico que temos à nossa disposição como aliados. Nós não estamos, também já foi dito, em busca de tesouro. Não é riqueza que interessa, a riqueza já está contada na história e será daqui para a frente sempre ouvida, sempre comentada.

Tivemos a oportunidade de apresentar esse projeto para todas essas entidades que foram mostradas aí no final. Presencialmente fomos em cada unidade dessas apresentar, e todos imediatamente aceitaram e nos deram o aval de contribuição e de entendimento do propósito de uma expedição que o instituto, então, resolveu organizar. Quem não entende isso pode achar que queremos riqueza, mas o nosso objetivo é histórico e científico.

É só o que eu queria dizer, porque já foi tudo muito bem esclarecido aqui.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Nelson Penteado Alves, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Como nós tivemos muitas perguntas também, se alguém quiser responder a algumas delas... Eu deixo em aberto para o Paulo também, que é o Presidente do instituto, o Paulo Roberto Hapner.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Senador, Roberto Muniz, CNPq. Se o senhor me permite um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como nós não temos muitas pessoas no Plenário, eu acho perfeitamente possível, mas temos a representação do CNPq e agradeço a presença da Marinha também. Remotamente também as pessoas, como já mencionei, estão participando.

Pois não.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO (Para expor.) – Em primeiro lugar, Senador, eu queria saudá-lo em nome do nosso Presidente, Olival Freire, que infelizmente não pôde estar presente, mas fez questão de que nós estivéssemos aqui presencialmente, acompanhando a audiência, conforme o convite para estarmos aqui como ouvintes, e aqui estamos. E, como o CNPq está sendo citado, eu gostaria de colocar alguns esclarecimentos aos senhores que, creio, poderão contribuir para a audiência e o debate que aqui se trava.

Em primeiro lugar, eu, particularmente, e o CNPq, enquanto instituição, temos o maior apreço pelo Instituto Geográfico e Histórico não só do Paraná, mas brasileiro. Eu digo particularmente porque sou geógrafo, bacharel e licenciado pela Universidade de São Paulo e não posso deixar de reconhecer o importante papel dos institutos históricos e geográficos brasileiros.

Em segundo lugar, eu queria dizer que o CNPq tem como missão o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico brasileiro, ou seja, ele não foi criado, desde 1951 – está fazendo agora 75 anos –, para impedir a realização de qualquer pesquisa em qualquer campo do conhecimento. Ao contrário, ele foi uma instituição criada para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento da ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia no país. E acho que, nesses 75 anos, o CNPq tem contribuído de forma significativa para isso, tanto é que hoje o Brasil está entre os 13 primeiros países em produção de conhecimento científico. E o CNPq é a principal agência federal no fomento à pesquisa.

Para não alongar, nós recebemos, sim, o projeto. O projeto foi analisado. Eu agradeço a forma como foi colocado, porque ali fica claro, Senador, que o CNPq não recusa. Não é um técnico, não é o Presidente do CNPq que recusa ou dá parecer negativo a um projeto. Nós temos um modo operante e esse modo é baseado principalmente em avaliação de mérito. O CNPq só pode apoiar projetos de pesquisa se tiver o seu mérito reconhecido. E quem faz essa avaliação de mérito? São consultores *ad hoc* que nós temos, gente da mais alta qualificação em nível nacional e, às vezes, até mesmo internacional.

E, além dos consultores *ad hoc*, nós temos os conselhos, os comitês assessores que subsidiam o CNPq nesta avaliação de mérito.

Independentemente da avaliação feita pelo CNPq, o Prof. Marcos pediu até uma questão excepcional, e eu diria para vocês que não é necessário o pedido de excepcionalidade. Existe, dentro do CNPq, a figura do recurso. Então, o instituto pode recorrer da decisão. Ele tem esse direito, é previsto nas ações do CNPq e será muito bem-vindo e acolhido o recurso de V. Exas. Não há problema nenhum. Além disso, a área técnica já nos informou que o projeto pode ser submetido, porque nova chamada será aberta. As chamadas são concorrências públicas que o CNPq faz para apoiar projetos. A Marinha é nossa parceira, ela sabe que vai abrir uma nova chamada no programa de ilhas oceânicas. Então, o projeto pode vir a ser submetido. Obviamente, se pede que ele acrescente novas coisas para que seja reconsiderado o parecer, assim como para que ele possa também participar novamente da chamada.

Então, nós estamos abertos. Será muito bem-vindo esse recurso. Ele será analisado por uma comissão especial formada de gente de alta competência para fazer essa análise.

Feitos esses esclarecimentos, eu só tenho aqui a agradecer e desejar sucesso ao projeto e reafirmar o compromisso do CNPq no apoio a todo e qualquer empreendimento que tenha mérito científico e venha contribuir para o progresso da ciência no Brasil.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha, só para efeitos de registro, se o senhor pudesse – novamente agradecendo a presença e a manifestação – só dizer o nome e o cargo para efeitos...

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETO DE CARVALHO – Ah, sim.

Eu sou Roberto Muniz, atualmente sou assessor da Presidência, assessoria parlamentar da Aspar do CNPq. Sou servidor de carreira há mais de 25 anos no CNPq.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k., obrigado.

Eu acho que até o Marcos Juliano e o Presidente agora podem ajudar a esclarecer algumas perguntas e mesmo a chamada, porque não se está pleiteando qualquer recurso do CNPq numa chamada também. A chamada existe justamente para financiamento de projetos. É só uma análise do mérito nesse sentido, inclusive com a chancela de universidades, como a do Paraná, por exemplo, a mais antiga do Brasil, há 120 anos já por aí, mas também da Unesp, da Unespar e de entidades científicas. Então, talvez tenha havido alguma dificuldade de compreensão da natureza daquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estava sendo solicitado. Parece-me que talvez tenha sido isso. Vamos estudar juntos para ver onde é que surgiu o problema, porque a iniciativa, na minha opinião, é altamente meritória.

E a Comissão aqui do Senado endossa também a iniciativa como um campo de pesquisa. Não é uma caça ao tesouro, isso deve ter ficado muito claro. A expressão "caça ao tesouro" não pode ser colocada aqui. Inclusive, vai ser explicado, numa das perguntas, o que vai acontecer. Uma das perguntas foi: mesmo que não tenha nada como pesquisa, como expedição, como historiografia, é importante. Mas, se for encontrado, como é que isso vai ser destinado? Acho que você pode explicar, não é Marcos?

O SR. MARCOS JULIANO OFENBOCK (Para expor.) – Agradecemos mesmo. Realmente, é uma reanálise excepcional, só esclarecendo fatos, que nós estimamos muito. Como o Professor falou, o CNPq é essencial e é a entidade responsável por organizar essa produção científica no país. Então, nós temos muito respeito. E eu acredito que são só ruídos que a gente tem nessa segunda parte de um recurso, uma reanálise excepcional mostrando, porque, como o Senador falou, realmente o mérito científico foi muito bem analisado inicialmente pelas entidades arqueológicas. Quando nós submetemos ao Iphan, à Superintendência do Espírito Santo, eles nos orientaram muito no início. Foram cerca de sete correções feitas e orientações, até chegar ao Centro Nacional de Arqueologia. Agora nós estamos com a Diretora Mayra Rufino, mas até a passada foi a Profa. Jeanne Menezes. Nós tivemos uma reunião com o Cristian também, que publicaram.

Então, mesmo o material arqueológico, que eu sei que existe... Por nós estarmos nesse assunto exótico e romântico que é um tesouro pirata, ele evoca... Essa história de tesouro pirata foi o que afastou muito os pesquisadores sérios acadêmicos, porque tinham os caçadores de tesouros. Eles estiveram agora, para fomentar, para solidificar a arqueologia da pirataria, mas não é isso. A nossa busca é por evidências. Claro que os documentos primários tentam, apostam, apontam para o fato de que pode existir algo, mas eu acredito, como o Senador falou, que a verdadeira, digamos assim, pesquisa, o tesouro é essa história, é a contribuição, inclusive pelo fato de a Ilha da Trindade ser um ponto de parada nas rotas marítimas antigas que vinham da África...

E a gente, vasculhando nos dois pontos, tanto na Baía Sudoeste quanto na Enseada da Cachoeira, percebeu que eram pontos de desembarque antigos. Então, é possível que encontre-se... Nós vamos em busca de um fato e encontramos outro. Hoje, com essa arqueologia e essas tecnologias geofísicas, que têm invasão mínima no sítio, é o momento mais próspero e profícuo para poder encontrar alguma coisa, localizar.

Nós gostamos imensamente, ficamos extremamente felizes, Senador, com essa possibilidade de uma reanálise, porque, como o Senador comentou, as chamadas dos editais... Acredito que o próximo edital será no ano que vem, 2027. Como a gente não está pedindo recursos públicos, nós já estamos com os patrocinadores, estamos no início, engatilhados, nós gostaríamos de tentar ver essa nova, porque as nossas licenças vão até 2027 renováveis. Então, nós já estamos com as licenças autorizadas, mas, claro, seguindo todo o trâmite normal e ficamos extremamente felizes, Senador.

Com relação a essa parte das evidências, se nós não encontrarmos nada, na verdade, o projeto é essa divulgação científica. Quando você vê uma criança feliz, desejando ser arqueólogo, desejando ser historiador, quando conhece, é uma oportunidade riquíssima que nós temos para todos os jovens brasileiros. A história dessa pesquisa, a história global envolve a cultura educacional, literatura e ciência. É uma oportunidade muito grande de você despertar novos pesquisadores. Daqui a pouco, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nova criança, de um novo coraçãozinho desses, vem um pesquisador, vem, digamos, um Prêmio Nobel incipiente. E você tem essa parte, Senador.

Nós agradecemos muito... Tem essa parte de investigação arqueológica, e, caso não encontremos nada, o verdadeiro tesouro já foi encontrado. É a história, na verdade, é a pesquisa científica que será divulgada, porque será tudo com metodologia, principalmente com esse nosso suporte de universidades, de pesquisadores, professores doutores. Temos todo esse arcabouço, digamos, para submeter a um edital, mesmo sem dinheiro, um projeto que nós temos todos os professores, as instituições... Só que realmente um dos protocolos nossos iniciais era a não solicitação de recursos públicos, porque nós acreditamos que existe a chance de a pesquisa científica brasileira ser fomentada através da iniciativa privada e não onerar o Estado brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS JULIANO OFENBOCK – Se achar o tesouro hoje, digamos, o material arqueológico, como é uma escavação arqueológica, nós temos as entidades de guarda da reserva técnica. Nós temos o Ipae (Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica), no Espírito Santo, que emitiu o endosso institucional, que é solicitado e que inclusive foi publicado na portaria. Nós temos o Museu Paranaense, o Museu de Arqueologia e Etnologia. Então, todo o material arqueológico será destinado aos museus.

E, caso se encontre alguma coisa, que foi uma das perguntas... Porque realmente grande parte do espólio dos piratas vinha de Lima, vinha parte... Como está em soberania brasileira, em território brasileiro, ele é destinado aos territórios brasileiros. E isso até é uma discussão posterior de olhar o pessoal... Daqui a pouco, como eles falam muito que eram materiais artísticos da Catedral de Lima, pode ser futuramente – eu não posso nem falar, mas pode ser – uma parceria do Estado brasileiro com outros países. Mas, agora, Senador, como é da soberania brasileira, é território brasileiro, a Ilha da Trindade é nossa, tudo pertence hoje ao Brasil. As instituições de guarda brasileiras que serão guardadoras do possível material arqueológico identificado na ilha, nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Dr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER (Para expor.) – Eu agradeço novamente a oportunidade.

Eu ouvi atentamente as ponderações que foram feitas e as explicações que foram dadas pelo Dr. Muniz, do CNPq. Logicamente o foro correto para discutir, como ele esclareceu, será um recurso.

Mas, Senador, eu fui magistrado 46 anos, desde os 24 anos até os 70. Comecei, com 24 anos, como juiz e terminei como desembargador aos 70 anos. Já estou aposentado há... Dá para ver, pelo meu cabelo branco, que já estou aposentado há muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – Olhando para esse livro aqui que eu escrevi, o órgão competente para julgar o contestado, que foi o Supremo, deu a sentença a favor de Santa Catarina contra o Paraná equivocado. Todo o Maracanã gritava que era o Paraná que deveria ser o vitorioso.

Então, nós sabemos que às vezes uma reconsideração, um recurso... Eu nunca vi um desembargador... É muito difícil um desembargador reconhecer o erro e através de uma revisão, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reconsideração. E, muitas vezes, nós temos... É só pesquisar no Supremo Tribunal Federal, nos tribunais superiores, em qualquer tribunal: os embargos da declaração logicamente são confirmados, são rejeitados.

Então, nós viemos aqui para demonstrar à classe acadêmica brasileira o nosso propósito. Mesmo que o CNPq tenha uma opinião desfavorável e que esse nosso tropeço continue sendo um tropeço, é para que a comunidade acadêmica brasileira tenha conhecimento de que nós temos, de todos os peritos do Brasil, apenas um argumento só do CNPq que foi contra. Nós vamos procurar perante o CNPq a revisão desse conceito, mas, lido o que nós lemos, é apenas um argumento pessoal opinando – não é "nós", é "eu" opino. Então, com todo o respeito para quem assim procede, cada um tem o seu parecer, tem o seu conhecimento a respeito dos fatos. Pode ficar vencido às vezes. Eu várias vezes fiquei vencido, e a gente opina contra uma situação qualquer.

Então, nós temos esse parecer que foi referendado pela presidência, pelo órgão superior; é um parecer que foi referendado. Então, acaba sendo... O próprio órgão o reconhece.

Então, o que eu acredito, meu caro Senador, é que o recurso é quase que um recurso fadado ao insucesso, pelo que nós podemos observar, mas, de qualquer forma, nós vamos tentar demonstrar ao CNPq que essa opinião isolada, que foi referendada já pelos seus órgãos superiores, baseia-se numa caça ao tesouro, e já demonstramos que não foi caça ao tesouro. Não queremos... O CNPq aprecia na chamada quem quer dinheiro, quem quer recursos públicos, quem quer financiamento para qualquer exploração. Nós não estamos pedindo financiamento público nem estamos indo como garimpeiros à Serra Pelada. Queremos deixar demonstrado para todos que não é esse o intuito do instituto. Não somos garimpeiros atrás de tesouro; se encontrarmos tesouro, é do Tesouro Nacional. E não se trata meramente dessa busca: tem aspectos arqueológicos, aspectos de ordem histórica, científica; a Marinha está envolvida no projeto, todas as universidades. Então, não se trata meramente de uma caça ao tesouro, como foi colocado no parecer, para que todos fiquem cientes.

Foi negado pelo... O tropeço que nós tivemos no CNPq foi porque disseram que era uma caça ao tesouro, como se nós fôssemos meramente interessados em buscar, na Serra Pelada, um dinheiro. Não, nós não somos garimpeiros... Nós somos garimpeiros do saber, garimpeiros da tecnologia, da arqueologia; não garimpeiros do tesouro, que pode ser encontrado ou não. Era isso que eu queria explicar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Da minha parte também, como Presidente da Comissão, eu diria que seria uma pena se não houvesse a revisão, porque o CNPq é um órgão altamente reconhecido no Brasil, como foi dito, nos últimos 75 anos, e é claro, há pessoas, pesquisadores dentro do CNPq. E, pelo acompanhamento todo, pela explicação toda que foi dada, no dia de hoje – que as próprias pessoas, pediria, também revissem, porque está tudo gravado na página aqui da Comissão também –, isso ficou mais do que evidente, que ninguém está aí, assim, procurando... E eu achei muito inadequada a expressão "caça ao tesouro", não é... Quer dizer, isso não poderia vir, assim, de um órgão com tanto prestígio como o CNPq. Mas foi, vamos dizer, um escorregão, eu diria, porque também não quero, de alguma forma, penalizar o órgão com uma história tão grande, em função de uma expressão inadequada que foi utilizada, infelizmente.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – Permita-me, Senador, o que se costuma dizer na ordem jurídica nacional é que o nosso interesse, quando queremos um recurso, não é vencer, é convencer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. É uma boa expressão também. (*Pausa.*)

É que eu estou preocupado também, porque nós temos uma maqueta aqui na frente. Não sei se a TV Senado consegue apanhar aqui a imagem.

Olhem, a Ilha da Trindade está aqui na frente. Olhem. Estamos... Olhem que bonito que também está... O Nelson já esteve lá também, o Marcos já esteve lá também, o Manoel, não, acho...

O SR. MANOEL DE CAMPOS ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não. O Paulo também não.

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER (*Fora do microfone.*) – Também não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Também não.

Eles foram para lá. O Nelson podia explicar um pouco a maquete também...

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER (*Fora do microfone.*) – Há uma limitação de idade, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Essa maquete vai ser entregue daqui a pouco à Marinha também. Não sei... Pelo menos eu escutei que seria... Porque foi uma dificuldade trazer. Se tiver que levar de volta, aí também... (*Risos.*)

O SR. NELSON PENTEADO ALVES (Para expor.) – Na ponta da ilha...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na ponta direita ou esquerda?

O SR. NELSON PENTEADO ALVES – Na ponta esquerda, quase aqui em primeiro plano, tem um pico, parece um dedo, chama-se Pico Monumento. Na realidade, para nós e para a Marinha brasileira, a ilha é um monumento.

A ilha está a 1.260km de Vitória, no Espírito Santo.

Nesse trecho, um navio da Marinha, uma embarcação de guerra da Marinha, ultrapassa as 200 milhas da nossa costa, navega por horas em área internacional, em mar internacional, e, depois, normalmente, chegando às proximidades da Ilha da Trindade, tem as suas 200 milhas garantidas como território brasileiro.

Isso aí tudo forma um orgulho nacional. Nós temos, além dos nossos limites, mais um marco que é esse monumento que é a Ilha da Trindade.

As águas ao redor têm a profundidade... O fundo do mar tem entre 4 mil e 5 mil metros de profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Acho que a televisão poderia mostrar novamente a ilha, porque está tão bonito lá. Aparece a ilha, com a voz do Nelson. Acho que...

O SR. NELSON PENTEADO ALVES – Obrigado.

E mais alguns detalhes.

Na ilha, de repente, de uma hora para a outra, cai uma chuva inesperada, são formadas nuvens em volta da ilha, e cai um temporal. Como o Marcos já falou, esse temporal faz deslizarem as encostas. E, como a ilha é montanhosa e de formação vulcânica, esses detritos vão descendo por aluvião. E, provavelmente, esse tesouro, se estiver lá, está muito soterrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa arqueologia moderna não vai usar dinamite, não vai usar picaretas, não vai depredar a ilha, porque o material retirado vai ter que ficar exposto. Então, primeiro, vai haver uma análise grande. E aí entra a pressa – não é urgente, mas há pressa em a gente obter todos os alvarás positivos para também poder aceitar... Nós já temos uma série de empresas patrocinadoras esperando somente o momento para começar o trâmite de patrocínio para a expedição.

É uma expedição que nós podemos chamar de científica. O geólogo-chefe, o arqueólogo, é um italiano de renome internacional, Fabio Parenti. Já fez grandes achados na Jordânia, em vários países. É uma sumidade em arqueologia. Ele é o líder da expedição. Então, nós estamos tratando de uma expedição que podemos chamar de científica.

Outra coisa que existe nessa ilha é um fenômeno natural, pela profundidade, uma onda chamada onda camelo: de um momento para outro, levanta-se um vagalhão e vem essa onda chamada camelo, que vem varrendo toda a encosta da ilha e já causou várias vítimas. É uma ilha que dá para ser chamada de perigosa – não é, Comandante? Então, nós estamos aqui diante de um obstáculo também, não é somente ir para a ilha.

Outra coisa, outro fenômeno: o primeiro lugar, o primeiro território brasileiro a receber a luz do sol, que vem do leste, que vem da África, é esta ilha aqui. O navio chega lá às 4h da manhã, já tem sol batendo na ilha, e aqui, no Brasil, ainda é noite. Então, nós estamos falando de um território muito remoto e que realmente requer todos os cuidados.

Agradecemos a atenção que se tem dado e acreditamos que o mais rápido possível obtenhamos esse passaporte para ir à ilha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço novamente ao Dr. Nelson também.

Não sei se o Capitão de Mar e Guerra Sidnei, que está aqui também, gostaria de acrescentar pela Marinha, acho que seria interessante.

Com a palavra.

O SR. SIDNEI DA COSTA ABRANTES (Para expor.) – Pois não, Senador.

Cumprimento o senhor e as demais autoridades que nos acompanham presencialmente ou remotamente nesta sessão. Da mesma forma, cumprimento o Dr. Paulo Roberto Hapner, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros da mesa e integrantes do nosso instituto.

E as minhas palavras são de agradecimento, em nome do nosso Almirante, o Almirante Robledo, que é o nosso Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, pela oportunidade de nós participarmos de uma sessão na qual estamos tratando de um bem do nosso país. A Ilha da Trindade não é um bem da Marinha; na verdade, a Marinha guarda a riqueza que a ilha nos traz em diversas vertentes: na vertente da soberania, na vertente científica, na vertente econômica, na vertente ambiental, cada uma dessas vertentes tem um significado para a nossa Marinha e cada uma delas converge também para o conceito que a Marinha vem difundindo de Amazônia Azul. Tudo isso está inserido dentro de um contexto amplo que leva nós brasileiros a olharmos para o mar, olharmos para o oceano de uma maneira diferente.

E hoje eu fui brindado com uma perspectiva diferente. Eu fui encarregado do programa de pesquisas na Ilha da Trindade entre 2014 e 2018, estive inúmeras vezes na ilha – não posso negar que desconhecia a história do Zulmiro –, mas eu confesso que não a conhecia com a profundidade que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos foi apresentada aqui. Então, tenho certeza de que a audiência foi brindada com uma gama de conhecimentos enorme que enriquecem a nossa cultura, enriquecem o nosso saber. E, como o Prof. Marcos bem disse, a gente tende a colher frutos, pelo interesse do jovem, interesse da criança... Então, são aspectos que eu acho que a gente tem que considerar e tem que levar muito a sério.

No âmbito do programa, ele tem uma maneira peculiar de funcionar, realmente, e, quando ele foi concebido, foi justamente para sistematizar as pesquisas que são realizadas na ilha. Nós entendíamos que havia necessidade disso. Por quê? Uma coisa que não foi apresentada, dentre tantas curiosidades que o Dr. Nelson apresentou: a ilha chegou a ser visitada por Edmond Halley, em 1700, em torno disso – e era um costume muito comum, nessa época, que os navegantes passassem pelas ilhas oceânicas deixando formas de sobreviver, em caso de um naufrágio, em caso da necessidade de parar para algum reabastecimento –, e, nessa expedição de Halley, ele deixou, na ilha, cabras, o que também é muito comum e muito encontrado em outras ilhas aí ao redor do mundo. E essas cabras tiveram um efeito devastador na ilha, elas, na verdade, comeram toda a vegetação que existia, e, quando os navegantes voltaram à ilha, já não a encontraram da maneira que estava.

E a Marinha passou a ocupar a ilha, em caráter permanente, com um posto de observação, com um posto oceanográfico, a partir de 1957. Nós temos lá um destacamento de 30 militares, em caráter permanente. Esses militares são substituídos a cada 60 dias, eles ficam por lá por 60 dias, e há uma rodada de substituição... As expedições levam 15. Ou seja: 15 permanecem e 15 são substituídos a cada 60 dias.

E, a partir desse momento, a Marinha entendeu que seria importante nós adotarmos algumas medidas de restabelecimento do ecossistema natural da ilha. Então, foram feitas diversas parcerias, vamos dizer assim – com o Museu Nacional, que talvez seja das mais antigas e de maior longevidade que nós temos lá na Ilha da Trindade –, por meio das quais nós conseguimos, gradativamente, retirar essas cabras. Com isso, a vegetação foi voltando ao normal.

A Ilha da Trindade tem uma outra característica muito peculiar: é a única ilha oceânica brasileira com cursos permanentes de água. Então, nós temos lá nascente, como tínhamos lá pelo lado do M, da Praia do M... Nós temos, no outro lado da ilha também, mais próximo às edificações do posto oceanográfico, uma nascente que é permanente ali, que fornece a água natural para os militares que lá estão. Enfim...

E essa ilha está encravada dentro do nosso entorno estratégico, dentro de uma área de relevância, de trânsito frequente de embarcações, enfim, tem todo aí um aspecto que nós consideramos, e nós temos muito apreço em mantê-la da maneira que ela está.

E, quando o programa... Eu acabei divagando um pouquinho, mas o programa foi criado em 2007, justamente para permitir que as pesquisas fossem realizadas de maneira sistemática e nos ajudassem a restabelecer, a restaurar o ecossistema da ilha. E, para isso, nós contamos com a parceria do CNPq. Ele está inserido dentro de um programa de pesquisas que é realizado na Ilha da Trindade e que também é retratado lá para São Pedro e São Paulo – Arquipélagos de São Pedro e São Paulo –, que estão lá no nosso Nordeste, por meio do qual são publicados os editais. E aí acho que dessa história toda já se tem conhecimento.

E a Marinha entra com o suporte logístico, de apoio aos pesquisadores e de apoio às expedições que são realizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde então, nós já temos colhido muitos frutos, que vão desde o interesse do conhecimento e da curiosidade que é despertada nos jovens, nos pesquisadores e naqueles que têm a oportunidade em visitar a ilha, e vão além, o próprio restabelecimento de todo o ecossistema que acompanha a ilha, que é um ecossistema muito peculiar, com espécies endêmicas, espécies que só são encontradas em Trindade. Enfim, nos dá muito orgulho esse trabalho. Então é para mim uma enorme satisfação, e eu queria deixar isso bem latente.

Eu agradeço, desde já, pela maquete, que ficou muito bacana e que está retratando de maneira muito fidedigna o que nós temos lá na ilha, e eu espero, sinceramente, que o projeto consiga avançar, consiga convencer, como o senhor disse, e possa ter o mérito reconhecido pelo CNPq, para que nós possamos, nas expedições futuras, contar com os senhores a bordo dos nossos navios.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Sr. Capitão de Mar e Guerra Sidnei da Costa Abrantes. Parabéns pela explicação tão didática, tão boa! É uma honra também tê-lo aqui nesta audiência pública, e obrigado por todo o apoio que vem sendo dado a essa ideia também.

Eu gostaria – sabe, Dr. Paulo? – que, pelo menos simbolicamente, fosse entregue a maquete para a Marinha. Ele não vai sair carregando, mas... (*Risos.*)

Vamos lá, então, para fazer a entrega, não é?

(*Procede-se à entrega simbólica da maquete ao Sr. Sidnei da Costa Abrantes, representando a Marinha do Brasil.*)

O SR. PAULO ROBERTO HAPNER – Apenas para que fique constando publicamente, Senador, este trabalho é especificamente feito em Curitiba. (*Fora do microfone.*)

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná remeteu, com base em informações pessoais do Nelson e do Marcos, que estiveram lá na ilha, e, através de *drones*, fizeram todo esse levantamento aí. Então, em escala menor, se demonstra bem a localização da ilha, onde é que estão lá os nossos militares e os demais. Aqui estamos com as coordenadas geográficas.

Então, isso é um brinde que o Instituto Histórico quer deixar para a nossa Marinha Brasileira, pelo reconhecimento de que ela guarda na nossa costa e vai a 1,2 mil quilômetros para fazer o nosso Atlântico Sul ficar protegido. É com prazer que eu faço a entrega, Excelência. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS JULIANO OFENBOCK (*Fora do microfone.*) – Sr. Paulo, quero só registrar que essa maquete foi feita pelo nosso amigo, o artista Felipe Ferreira. Ele é que fez essa maquete e ele é um "maqueteiro", ele fez a maquete. Então fica registrado o nome de Felipe, com o trabalho dele, belíssimo, que vai agora para a Marinha.

O SR. NELSON PENTEADO ALVES – Eu quero fazer aqui um adendo. Toda esta reunião, todo este momento aqui (*Fora do microfone.*) , todo este momento simbólico e digno de ser marcado é devido a um personagem, o Pirata Zulmiro. (*Risos.*) Se não fosse ele, nós não estaríamos aqui. Vamos valorizar o nosso personagem, um pirata de valor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Para concluirmos esta nossa audiência pública tão proveitosa, tão boa, tão esclarecedora, consideramos então formalmente entregue a maquete para a Marinha do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos, aos meios de comunicação do Senado, a todos que nos acompanharam, à equipe, a quem sempre agradeço, da nossa Secretaria.

Vamos em frente.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton e Damares Alves, e dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues e Rogério Carvalho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran, conforme REQ 38 e 60/2026-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 21 a 50, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das senadoras e dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 11 a 23 e 25 a 32, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 3ª Reunião da Comissão, realizada em 4 de março do corrente ano, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 32/2025-CCT, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), ao Requerimento nº 48/2025-CCT, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), e ao Requerimento nº 4/2026-CCT, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), com a finalidade de instruir o PL 2197/2025, que “altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados", com a participação de Alexandre de Cássio Rodrigues, Superintendente de Arrecadação e Fiscalização de Receitas da Agência Nacional de Mineração (ANM) (representante de: Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da ANM.); Nélio Fernando dos Reis, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); Marco Túlio Naves de Carvalho, Diretor-Executivo da Fides Mining; Dener de Siqueira, Sócio-Fundador da Mg Óxidos Mineração; Felipe Tavares, Consultor Independente; Caíque Souza, Consultor Independente da Vallya; Rafaela Guedes, Consultora Independente; e Ezequiel Costa e Silva, Consultor Sênior da Geopedra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/152608

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 21 a 50, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os expedientes lidos serão publicados na página desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Arquivamento de expediente.

A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 11 a 23 e 25 a 32, de 2024, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 3ª Reunião da Comissão, realizada em 4 de março do corrente ano, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Pauta.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto Lei 2.197, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos de terras-raras não beneficiados ou não transformados, em cumprimento aos Requerimentos nºs 32 e 48, de 2025, desta Comissão, e Requerimento nº 4, de 2026, desta Comissão, todos de minha autoria.

Participação popular.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão: o Sr. Nélio Fernando dos Reis, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); o Sr. Marco Túlio Naves de Carvalho, Diretor Executivo da Fides Mining; Caíque Souza, Consultor Independente da Vallya; e Rafaela Guedes, Consultora Independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Encontram-se também presentes por meio do sistema de videoconferência: Alexandre de Cássio Rodrigues, Superintendente de Arrecadação e Fiscalização de Receitas da Agência Nacional de Mineração; representante de Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Dener de Siqueira, Sócio-Fundador da MG Óxidos Mineração; Sr. Ezequiel Costa e Silva, Consultor Sênior da Geopedra; e Felipe Tavares, Consultor Independente. Agradeço a presença de todos. (*Pausa.*)

Convido para compor aqui a mesa aqueles que estão presentes: o Sr. Nélio Fernando dos Reis, o Sr. Marco Túlio Naves de Carvalho, o Sr. Caíque Souza e a Sra. Rafaela Guedes. (*Pausa.*)

Muito bem, senhoras e senhores. Eu declaro aberta esta audiência pública destinada a instruir o PL 2.197, de 2025, que propõe alterações no Código de Minas, instituído pelo Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, com o objetivo de estabelecer regras para a exportação de minerais portadores de elementos de terras-raras, especialmente quando não beneficiados ou não transformados. Trata-se de tema de elevada relevância estratégica para o Brasil e para o mundo contemporâneo.

As chamadas terras-raras, um conjunto de elementos químicos fundamentais para a produção de tecnologia de ponta, são insumos essenciais para a transição energética, a indústria de defesa, a produção de semicondutores, equipamentos médicos, veículos elétricos e uma ampla gama de soluções digitais. Em outras palavras, estamos falando de recursos que sustentam as bases da economia deste século XXI.

O Brasil, como é amplamente reconhecido, possui uma das maiores reservas potenciais desses elementos no planeta. Essa condição nos coloca diante de uma encruzilhada histórica: seremos meros exportadores de matéria-prima, reproduzindo um modelo primário exportador, ou seremos protagonistas de uma nova etapa de desenvolvimento, agregando valor, tecnologia e inovação aos nossos recursos naturais?

O projeto de lei que ora debatemos insere-se exatamente nesse dilema. Ao propor a regulamentação da exportação de minerais não beneficiados, a iniciativa suscita discussões legítimas e necessárias sobre soberania nacional, política industrial, segurança econômica e inserção estratégica do Brasil nas cadeias globais de valor. Por um lado, há o imperativo de estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas internas, fomentar a industrialização e promover a geração de empregos qualificados. Por outro, devemos considerar a necessidade de garantir segurança jurídica, atratividade para investimentos e competitividade internacional, evitando – algo que é comum no nosso país – a criação de barreiras que possam inibir o pleno aproveitamento das nossas riquezas minerais.

Além disso, não podemos dissociar este debate das questões ambientais e sociais. A exploração e o processamento de terras-raras exigem rigor técnico, responsabilidade ambiental e diálogo transparente com as comunidades impactadas, sob pena de comprometermos não apenas o presente, mas também o futuro das próximas gerações.

Esta audiência pública, portanto, tem o propósito de ouvir especialistas, representantes do setor produtivo, da academia, do Governo e da sociedade civil, para que possamos construir uma visão abrangente, equilibrada e orientada pelo legítimo interesse público e do nosso país. Nosso compromisso deve ser com um marco regulatório moderno que concilie desenvolvimento econômico, soberania nacional, sustentabilidade ambiental e justiça social. Que este seja agora um espaço de diálogo qualificado, respeitoso e produtivo, capaz de iluminar os caminhos para uma decisão legislativa responsável e à altura dos desafios do nosso tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todos e declaro iniciados os nossos trabalhos.

Informo que cada um dos nossos debatedores disporá de um tempo de até dez minutos para a sua apresentação, podendo haver alguma flexibilidade – não sejamos tão ortodoxos –, e vamos procurar alternar aqueles participantes que se encontram de forma remota com os que aqui estão de forma presencial.

Assim, iniciaremos a participação dos nossos debatedores pelo Sr. Alexandre de Cássio Rodrigues, que se encontra de forma remota e é o Superintendente de Arrecadação e Fiscalização de Receitas da Agência Nacional de Mineração.

Com a palavra o Sr. Alexandre de Cássio Rodrigues.

O SR. ALEXANDRE DE CÁSSIO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Peço licença aqui para compartilhar a minha tela.

Ouvem-me bem? Conseguem acompanhar a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Sr. Alexandre. Pode continuar.

O SR. ALEXANDRE DE CÁSSIO RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Sr. Senador Hamilton Mourão, demais Senadoras e Senadores, convidados, eu quero começar reconhecendo o mérito estratégico do PL 2.197, de 2025, porque esse projeto parte de um diagnóstico correto: o Brasil não pode se conformar em ser apenas um exportador de baixo valor agregado em cadeias minerais que serão decisivas para a economia verde, para a indústria tecnológica e para a soberania produtiva do século XXI. Se nada fizermos, se continuarmos produzindo os bens minerais e exportando sem agregação de valor, estaremos perdendo oportunidades em ligas especiais, em ímãs, em diversas aplicações industriais de alto conteúdo tecnológico.

Eu quero destacar, no entanto, que a grande contribuição do PL seja um ponto que talvez não salte aos olhos na primeira leitura. Muitos vão se concentrar na restrição que é dada à exportação desses recursos minerais. É claro que esse ponto é bem compreensível, porém, a nosso ver, a mudança é mais profunda. Ela está principalmente nas propostas de mudança dos arts. 37 e 38 do Código de Minas, porque é ali que esse PL deixa de ser apenas uma regra comercial e passa a promover uma mudança muito profunda no modelo de outorga de lavra no Brasil.

O art. 37, por exemplo, propõe que, para uma ampla lista de minerais, a comercialização ou a utilização fique condicionada a 100% do beneficiamento, da concentração, da transformação e do processamento em território nacional e, além disso, a 80% do refino também em território brasileiro.

O art. 38, por sua vez, prevê que, no momento da instrução do requerimento de autorização de lavra, já sejam informadas as localizações das plantas e a parcela que será destinada, e a cada etapa, ao longo dos dez anos posteriores ao início da lavra.

Senhores e senhoras, isso significa, então, que a verticalização proposta no PL deixa de ser um tema periférico; ela começa a entrar então no coração do título minerário. Isso significa que o requerimento de lavra não é apenas uma demonstração da viabilidade econômica de uma jazida; ele passa a carregar também um compromisso, um compromisso industrial e futuro daquele empreendimento.

Em termos regulatórios, isso é extremamente relevante, porque cria para o Estado, em particular para a Agência Nacional de Mineração, um novo objeto de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós iremos, então, não só acompanhar a lavra, mas também conectar a jazida, o plano de aproveitamento, a capacidade industrial, a rastreabilidade e a identificação do interesse nacional.

E é nesse ponto que a ANM pode contribuir nesse debate. A agência entende que o projeto acerta ao trazer o debate para a origem do empreendimento.

E, para que essa omissão se converta em, de fato, industrialização para o Brasil, é importante discutir algumas questões relacionadas à arquitetura de implementação.

O art. 37 cria uma condição de outorga, e é essa condição que precisa ser gerida ao longo do tempo. A realidade industrial é muito dinâmica: as contas podem atrasar; as licenças podem demandar mais tempo; as cadeias podem precisar de mais tempo para amadurecer...

É por isso que a ANM entende que a implementação deve ocorrer em cumprimento regulado, com o acompanhamento desses marcos, revisão de fatos que sejam supervenientes e até mesmo a previsão de sanções que sejam proporcionais, em caso de algum desvio injustificado.

Essa solução procura conciliar a omissão da política e, ao mesmo tempo, reforça a segurança jurídica e prática do debate.

Nesse sentido, a primeira contribuição que a ANM pode trazer ao debate é no que se refere à implementação do art. 38.

O projeto, hoje, exige que as plantas e os percentuais de destinação para os dez primeiros anos sejam informados logo no momento do requerimento de autorização de lavra. A nossa proposta, mais específica, é que isso seja operacionalizado, por exemplo, por meio de um plano de verticalização mineral vinculado à lavra, que pode ser cabeceado, padronizado pela própria agência, com um cronograma, quais são as plantas vinculadas, a capacidade instalada, os arranjos, os percentuais ao longo do tempo. Isso transforma essa diretriz, que é legal, em um mecanismo que é de fato regulatório.

Além disso, talvez um ponto muito importante do ponto de vista mais técnico seja a gente considerar que o PL, de modo geral, abrange uma série de minerais, só que as cadeias que nós temos no Brasil hoje não estão no mesmo estágio. O Brasil já internalizou a agregação de valor em alguns segmentos, por exemplo, no caso do nióbio. Em outros, como terras-raras, a gente precisa avançar muito, principalmente nas áreas de separação, de refino. A gente precisa avançar no que se refere ao domínio tecnológico em todas essas etapas. Então, nesse sentido, a ANM entende que nós podemos pensar uma maneira de avaliar o projeto em termos de uma cadeia mineral, claro, preservando a diretriz nacional, mas calibrando essa execução de acordo com a maturidade tecnológica, com a infraestrutura e com a complexidade do refino.

Uma outra contribuição vai em direção à própria fiscalização. Para que nós possamos verificar o cumprimento das metas previstas no art. 37, não basta apenas olhar para a mina. A gente vai precisar percorrer todo o percurso do minério, desde o beneficiamento, passando pelo processamento e até mesmo o refino. Isso requer a integração de diversos dados da indústria e até mesmo dados aduaneiros. A ANM, então, precisa ser fortalecida nesse aspecto. A gente pode, por exemplo, pensar num sistema nacional de rastreabilidade mineral/industrial que seja capaz de garantir essa verificabilidade, que está em discussão aqui no Congresso.

Além disso, ela não precisa necessariamente apenas pensar em termos regulatórios. A gente pode pensar também até mesmo em instrumentos financeiros tratados dentro do contexto da ANM que poderiam ser mecanismos de incentivo ou até de restrições ao debate que está em discussão. Por exemplo, nós podemos considerar como uma possibilidade de fomento à pesquisa uma isenção da taxa anual por hectare, que é paga pelo empreendedor no momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de realização da pesquisa. Como uma trava de segurança, em caso de um resultado negativo desse relatório de pesquisa, é feito o pagamento. Por outro lado, se por acaso tivéssemos um resultado que fosse positivo, então, teríamos ali uma oportunidade de fazer essa isenção.

Além disso, há outro debate que é extremamente importante, principalmente no âmbito dos municípios, porque o debate em torno de terras-raras também leva em discussão o que vai ficar para esse município minerador afetado, para o limítrofe a esse empreendimento. Hoje, terras-raras em particular têm uma alíquota, nas demais substâncias previstas na legislação, de 2%; no entanto, a legislação nos permite elevar isso até 4%. Uma possibilidade, por exemplo, seria alterar, admitindo que, quando aquela substância fosse refinada no país, a alíquota seria de 2%. Por outro lado, se fosse refinada fora do país, a alíquota seria de 4%, gerando, assim, então, um incentivo ao refino em território que é nacional.

Bem, a mensagem da ANM é muito clara. O projeto tem mérito, agrega valor dentro do país, traz o debate para o processo minerário. O desafio é transformar essa intuição legislativa em, de fato, uma política pública que seja executável. A ANM está pronta para participar do debate, estruturando, por exemplo, os planos de verticalização, contribuindo na construção das matrizes por cadeia mineral, discutindo também essa rastreabilidade de ponta a ponta, fazendo a coordenação institucional e até mesmo debatendo instrumentos de regulação financeira que possam criar espaços para a discussão, gerando, então, uma oportunidade no debate.

Por fim, quero ressaltar que, neste debate, o Brasil não precisa fazer uma escolha entre ser (*Falha no áudio.*)... ou um produtor industrial. Nós podemos e devemos ser os dois. Se o Congresso Nacional, se o país quer construir uma transição com base técnica, com previsibilidade regulatória, com instrumentos econômicos inteligentes que possam, de fato, gerar incentivos, alinhados sempre ao compromisso ao interesse nacional, a ANM está à disposição. Nós acreditamos que ela pode ser central neste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Alexandre Rodrigues, da Agência Nacional de Mineração, a objetividade na exposição em cima da questão dos arts. 37 e 38, bem como um ponto importantíssimo, que é o fortalecimento da própria agência, da qual nós conhecemos o trabalho. Sabemos da necessidade de que ela tenha uma força de trabalho maior para poder cumprir, em melhores condições, as suas missões.

Passaremos agora ao próximo debatedor, que é o Prof. Nélio Fernando dos Reis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Prof. Nélio, o senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. NÉLIO FERNANDO DOS REIS (Para expor.) – Senhoras e senhores, demais autoridades e todos que nos acompanham, é uma satisfação muito grande estar aqui presente no Senado Federal.

Agradeço ao Senador, nosso General de Exército R1, Hamilton Mourão, ex-Vice-Presidente da República. Registro o meu agradecimento à sua equipe, General, principalmente ao General Pacelli, pelo convite – muito obrigado. Quero também agradecer ao *think tank* Iniciativa DEX. Agradeço a presença do General Matsuda e do General Barreto. Cumprimento os colegas expositores, na pessoa do Economista e Executivo Sênior do setor de mineração Caíque Souza, e estendo o cumprimento a todos da Comissão.

Peço, por gentileza, o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo desta apresentação é contribuir para a instrução do PL 2.197, de 2025. Seguiremos uma estrutura direta: breve introdução, cadeia global de valor das terras-raras, tríplice hélice, a correlação entre essas dimensões e, ao final, encaminhamentos.

Faço uma nota metodológica. Alguns eslaides estão em inglês, para preservar a fidelidade às fontes, mas toda a exposição será conduzida em português. Cada eslaide apresenta um QR *code*, com acesso direto às referências.

Destaco, em especial, este QR *code* na tela, com acesso ao artigo da Universidade de Stanford que fundamenta a parte desta análise. O estudo demonstra como os Estados Unidos perderam capacidade na cadeia de terras-raras em função de limitações institucionais, Senador, e ausência de estratégia de longo prazo. A mensagem é simples: o Brasil pode aprender com essa estratégia – ou não – e construir um caminho que a gente espera que seja o melhor para a nossa sociedade.

Próximo eslaide.

Na última audiência desta Comissão, representantes da Agência Nacional de Mineração, do Serviço Geológico do Brasil, do Centro de Tecnologia Mineral e da Universidade de São Paulo detalharam os fundamentos das terras-raras, e eu ratifico as preocupações ali apresentadas. Isso é público, está no YouTube.

Observem este eslaide, com os 17 elementos, os lantanídeos, com propriedades magnéticas, ópticas e eletrônicas, que são hoje motivo até mesmo de guerra. Destacam-se quatro dessa tabela: neodímio, praseodímio, disprósio e térbio, que são base dos ímãs de alto desempenho. São críticos para energia, saúde e defesa. O desafio não é geológico; o desafio é industrial. Estar no *downstream* não é fácil – eu vou apresentar aqui –, é onde está o valor da cadeia. O Brasil tem reservas, mas não domina a cadeia; exporta concentrado e importa tecnologia.

Próximo eslaide, por favor.

Observem esta tabela. Ela mostra não apenas países, mas onde está o valor na cadeia. Na mineração, o valor gira em torno de US$2 a US$10 por quilo, sendo que, nos óxidos, sobe para cerca de US$60 a US$80 e, nos ímãs, ultrapassa US$100 por quilo, ou seja, o valor pode multiplicar mais de 50 vezes da mina ao produto final. E quem domina essa etapa? A China, o único país com cadeia completa, da mineração ao ímã. Alemanha, Japão e Estados Unidos não têm a mesma base mineral, mas capturam valor com indústria e tecnologia. E o Brasil está concentrado na base – mineração e concentrado –, participa da cadeia, mas captura pouco valor. E por quê? Porque essas etapas exigem escala, tecnologia e capital intensivo. Projetos industriais podem ultrapassar bilhões de dólares e levar mais de dez anos para a maturação. Por isso, países líderes atuam com o funcionamento principal de financiamento público, contratos de longo prazo e coordenação estratégica. Conclusão direta: sem avançar para óxidos, metais e ímãs, o Brasil continuará exportando baixo valor e importando tecnologia.

Próximo eslaide, por favor.

Cadeia global de valor é a produção organizada em etapas entre países, conforme sua capacidade tecnológica industrial. Observem o eslaide. Não é apenas comércio, é uma rede. Nós são países, linhas são fluxos, e o tratamento indica centralidade. Aí é o tamanho de cada país. A China é o maior nó, com mais conexões e maior influência. Os Estados Unidos também apresentam alta conectividade e a Alemanha se destaca como polo industrial europeu. As conexões mais intensas passam por China, Estados Unidos e Europa. E o Brasil? Nó pequeno, poucas conexões, baixa centralidade, participa, mas não estrutura a rede. Conclusão direta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

centralidade não vem do recurso; vem da capacidade de transformar. Quem conecta controla; quem não conecta depende.

Próximo eslaide, por favor.

Tríplice hélice é a integração entre Governo, academia e indústria, para transformar conhecimento em desenvolvimento econômico. Esta tabela mostra que a posição de um país não depende apenas do recurso mineral, mas da capacidade de organizar essa integração. Países líderes estruturam isso por lei, financiamento e coordenação central: China, índice 1, alta escala industrial e coordenação estatal; Alemanha, conexão direta entre pesquisa e indústria; Estados Unidos, integração por legislação e financiamento; Japão, coordenação industrial e tecnológica; a União Europeia – olha só, ali tem as cores de cada influência – tem metas legais para toda a cadeia; e a Austrália tem uma mineração recente, integrada à estratégia nacional. E o Brasil: 0,13. Tem recurso, tem universidade, tem estado, mas falta coordenação. Sem educação básica forte, não há engenharia. Sem engenharia, não há química. Sem química, não há indústria. Observem a coluna de dólares por estudante. O Brasil, proporcionalmente, tem aí baixos indicadores. Conclusão direta: países líderes organizam a tríplice hélice por lei, com metas e integração obrigatória, mas o Brasil ainda não transformou seus ativos em estratégia de Estado.

Próximo eslaide, por favor.

Esse eslaide mostra que inovação nasce da integração entre Governo, academia e indústria. O Governo define diretrizes e financia, a academia produz conhecimento e a indústria transforma em produto. O ponto central é a interseção. É ali que surge a inovação aplicada. Países líderes operam exatamente assim: integram esses três pilares de forma coordenada. No Brasil, nós temos esses três elementos, mas ainda operam de forma fragmentada. E é nessa conexão que está o ganho de valor.

Próximo eslaide, por favor.

Esta tabela integra a cadeia global de valor e tríplice hélice, mostrando não apenas quem participa, mas quem tem capacidade de dominar a cadeia. O padrão é claro: países líderes são os que integram Governo, academia e indústria. A China lidera escala industrial e coordenação estatal; a Alemanha, integração aplicada à base industrial; e os demais, pela análise dos senhores, é possível observar. E o Brasil, 0,13. Tem recurso, tem universidade, tem estado, mas não tem integração. O Brasil não é apenas um agente passivo. Nós precisamos, Senador, fazer com que avancemos. É um país rico, com minerais ainda nem descobertos, segundo a Agência Nacional de Mineração. Precisamos avançar mais. Se queremos avançar, temos que fortalecer a Agência Nacional de Mineração, o Serviço Geológico Brasileiro, ampliar o mapeamento geológico e as nossas instituições. Então, conclusão direta, o Brasil não está fora da cadeia por falta de recurso, mas por falta de integração.

Próximo eslaide, caminhando para o final.

Este eslaide integra a cadeia global de valor e tríplice hélice, mostra que os países mais centrais na cadeia são exatamente os que conseguem conectar Governo, academia e indústria. A Alemanha faz isso com institutos aplicados, os Estados Unidos, com leis que vinculam financiamento a resultados. Não é coincidência, é padrão. Os países mais integrados são os mais centrais e os menos integrados permanecem na periferia da cadeia. E o Brasil ainda aparece fora dessa interseção. E é justamente essa integração que determina quem domina a cadeia.

Último eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, tudo converge para uma conclusão objetiva: a cadeia de terras-raras não será capturada apenas com mineração, ela exige integração entre educação, ciência, indústria e ambiente de negócios. Os países líderes já entenderam isso e organizam essa integração por lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NÉLIO FERNANDO DOS REIS – Por isso, proponho quatro eixos. Primeiro, educação com base estratégica.

Segundo, ambiente de negócios, licenciamento previsível, segurança jurídica, incentivo à industrialização, avançando do concentrado para óxidos, metais e ímãs.

Terceiro, inovação aplicada. Precisamos... Foi possível verificar na tabela o quanto investimos do PIB em pesquisa e inovação. É muito pouco. Precisamos incentivar mais os pesquisadores do país.

Quarto, fortalecimento institucional. Nós temos aqui instituições brilhantes, como a Agência Nacional de Mineração, o Serviço Geológico Brasileiro. Nós temos o Cetem (Centro de Tecnologia Mineral). Nós temos, lá em São Paulo, o IPT, brilhantemente presidido pelo Anderson. Nós temos, lá em São Paulo, a USP – o Prof. Landgraf esteve aqui –, com metalurgia. Enfim, nós precisamos que o Estado coordene o protagonismo privado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer, Prof. Nélio, por sua exposição, muito bem colocada. E o ponto focal é a questão da integração, a famosa tríplice hélice. Ao longo dos últimos 20 anos, Prof. Nélio, eu venho ouvindo falar disso com constância, mas colocar isso desdobrado do terreno – usando uma linguagem militar – é complicado. Nós temos uma dificuldade enorme em fazer com que isso avance. Muitas vezes, fica restrito a iniciativas locais. Não há uma política efetivamente nacional nesse sentido e é uma das batalhas que nós temos pela frente.

Nosso próximo debatedor é o Sr. Marco Túlio Naves de Carvalho, Diretor-Executivo da Fides Mining.

O SR. MARCO TÚLIO NAVES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador, muito obrigado pelo convite.

Senhoras e senhores, eu acho que, com base no interesse legítimo de desenvolvermos o nosso país, a mineração tem esse papel tão importante, o PL traz oportunidades de desenvolvimento, de pensar a cadeia como um todo, mas a gente tem que separar, como o Prof. Nélio brilhantemente colocou, como essa cadeia se desenvolve.

A cadeia da mineração... A mineração é uma atividade de altíssimo risco. A cada mil projetos de pesquisa mineral, um se torna uma mina. A gente pode imaginar que o custo de um projeto de mineral é multiplicado por mil a cada vez que a gente descobre um depósito mineral. Nós temos que pesquisar. Depois que nós encontramos esse um milésimo de projetos que são encontrados, nós temos que definir os recursos – a parte desses recursos que são viáveis economicamente –, aplicar a melhor tecnologia para recuperar esses materiais, nós temos que desenvolver, nós temos que operar, nós temos uma responsabilidade socioambiental gigantesca até o fechamento.

Hoje, com toda essa discussão, que é completamente válida, sobre a cadeia e sobre a industrialização do país, o PL traz alguns pontos críticos para a mineração, que é a responsabilização daquilo em que ela não é especialista. A mineração, o minerador é especialista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em minerar, não é especialista em transformar. Essa transformação é a indústria, muito bem colocado pelo Prof. Nélio agora. A indústria precisa de ser fomentada, a indústria precisa de ser desenvolvida. Nós precisamos de ter políticas de muito longo prazo para que nós cheguemos a resultados concretos na transformação. Agora, não necessariamente... Eu faço algumas considerações: por exemplo, um minerador de ouro não necessariamente precisa de ser joalheiro; um minerador de sílica não necessariamente precisa de ser especialista em criar painéis solares; um minerador de lítio não precisa fazer baterias – ele precisa minerar muito bem para garantir que o projeto dele é sustentável, é economicamente viável.

Então, eu acho que em alguns pontos, quando se traz, principalmente no art. 37, a necessidade de fazer uma transformação na mineração como responsável pelo beneficiamento e transformação, talvez a gente esteja misturando um pouco essas questões políticas, desculpe, de desenvolvimento.

O mercado mundial... Eu tive oportunidade, nesses últimos três meses, de estar na Arábia Saudita, no Future Minerals Forum, tive oportunidade de estar no PDAC – a Rafaela estava lá, o Caíque também –, o Prospectors & Developers Association of Canada, que é a maior feira de mineração do mundo, e acho que as lições que a gente traz são realmente que as demandas por energia limpa, por essa transformação, por centros tecnológicos e por energia são gigantescas. Os terras-raras são uma pequena parte disso. Talvez o principal metal que nós deveríamos estar olhando, e o Brasil tem um potencial também gigantesco para isso, é o cobre. Não que nós não devamos prestar atenção nos terras-raras, mas o Brasil está nessa onda, a gente não pode perder essa onda; durante um determinado tempo, ela vai existir, depois ela vai passar, porque o mercado vai se equilibrar. Enquanto ela passa, a gente não pode estar falando de uma transformação para daqui a 10 anos, 20 anos, a gente sempre está falando para o nosso futuro. E talvez – eu estou há 35 anos na mineração, e a gente já estava falando em verticalizar, em transformar – a gente não possa falar isso durante mais 20 anos, por isso que a gente tem que acertar o alvo das nossas políticas, na minha opinião.

Os minerais críticos, hoje críticos, têm cada vez mais se acentuado na questão energética. Com essa questão da guerra no Golfo, a gente vê claramente a questão do petróleo, a necessidade de substituição.

E como nós vamos substituir isso no curto prazo? Fazendo com que um minerador, que tem que se preocupar em tornar um projeto em mil viáveis, crie ou traga investimentos – talvez mais US$1 bilhão, US$2 bilhões, US$5 bilhões – num projeto que não suporte. Talvez um ou dois ou três projetos suportem, e esses três projetos vão ficar responsáveis, futuramente, por toda a cadeia, pelos pequenos.

Nós temos hoje no Brasil 8 mil minas em operação e nós vamos, talvez – e aí pegando mil minas de metálicos e talvez umas 200, 300 minas de minerais considerados hoje críticos –, obrigar que essas 300 tenham 300 centros de transformação. E onde nós vamos arrumar recursos para isso? Como esses projetos vão se equilibrar economicamente se nós obrigarmos que a mineração faça transformação e não trouxermos uma política industrial que faça com que o especialista, aquele cara que é bom em transformar, transforme? Para isso, a gente precisa trazer incentivos, senão ele vai fazer na Alemanha, senão ele vai fazer na China. Para que ele venha fazer no Brasil... Não é porque o recurso mineral está aqui, porque, se ele não tirar o recurso mineral daqui, ele vai tirar na África, ele vai tirar no México, ele vai tirar no Chile. Ele só vai tirar aqui no Brasil se – e somente se – economicamente for viável, senão ele vai tirar em outro país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não pode trazer uma conta para a mineração que não seja da mineração, isso vai inviabilizar a grande maioria dos projetos. E ao invés de nós não industrializarmos... Nós não vamos ter mais minas, porque vai ser inviável. Esses são problemas muito críticos, a meu ver, principalmente do art. 37, sem tirar o mérito do conceito do que a gente está falando aqui.

A capacidade instalada no Brasil hoje é a seguinte: nós temos duas usinas de processamento de níquel laterítico – uma no Pará e outra em Goiás, uma da Vale e a outra da Anglo American – e temos uma de cromo, na Bahia. E só.

Transformar toma tempo, industrializar toma tempo. É preciso conectar a cadeia – e eu acho que esse mérito, Senador, há no projeto, da necessidade de conectar as cadeias –, mas a gente viu que a industrialização no Brasil nos últimos anos é muito deficitária. E não é a mineração necessariamente – ela pode contribuir, eu acho que ela quer contribuir, existem vários argumentos que são favoráveis para essa industrialização –, mas cada um é bom numa coisa, e a gente precisa realmente ser melhor ainda naquilo em que a gente é bom, não ser mais ou menos naquilo em que a gente não é bom.

E para isso entra toda a questão do que o Prof. Nélio trouxe, que é absolutamente essencial: nós precisamos de conexão da academia... E aí eu trago estes números.

A China forma, por ano, 3,5 milhões de engenheiros; o Brasil, em 2023 – um número talvez um pouco defasado –, formou 95 mil engenheiros. Nós estamos falando que a tecnologia... Como o chinês desenvolve a tecnologia? Ele está na base, ele está na academia, formando pessoas.

Eu tive a oportunidade de estar na China por duas vezes, vendo as mesmas instalações. Em 2011, eu estive em um laboratório que tinha um equipamento chinês e vários equipamentos alemães e japoneses. Em 2017, eu voltei ao mesmo laboratório, e 100% dos equipamentos eram chineses e de melhor qualidade do que os demais.

Hoje, com 95 mil engenheiros... E a gente está falando de engenheiros de todas as áreas; nós estamos falando de engenheiro de minas, engenheiro ambiental, engenheiro geólogo, engenheiro civil, etc. Nós formamos 95 mil no Brasil.

Os nossos laboratórios, hoje... Quando a gente fala dos laboratórios do Brasil, a gente cita o Cetem. O Prof. Nélio trouxe o IPT com muita propriedade. Tem o Cetem Mineral começando a fazer alguma coisa lá no Rio Grande do Norte, e pronto.

Como nós vamos desenvolver tecnologia, se não temos laboratórios? Quando a gente vai falar de processar e de pesquisar terras-raras, cuja cadeia é complicadíssima, e nós vamos fazer pesquisas minerais, nós vamos à Austrália, nós vamos à Malásia, para fazer teste de processo, para ver se é viável um projeto aqui no Brasil. Como é que o minerador se desenvolve, como é que a nossa cadeia industrial se desenvolve, se a gente hoje não investe em ciência, se a gente não investe em tecnologia e se a gente não investe em inovação?

Projetos de mineração de grande porte, que eu acho que é a maior parte desses que são afetados pelo PL... Vamos colocar aqui os depósitos de terras-raras, onde saem concentrados, que podem ser transportados, talvez, de uma maneira mais fácil, mas, quando a gente está falando, por exemplo, de cobre, que é uma vocação e que a gente precisa desenvolver, nós estamos falando de Carajás, em que a Vale tem toda a infraestrutura e tem, talvez, a oportunidade...

Eu vivo falando... Eu fui Diretor da Vale durante três anos e meio e falo que, se o Carajás fosse no Chile, a gente teria umas 30 minas de cobre em operação. Hoje, a Vale tem duas e a BHP tem mais uma; mas deveríamos ter umas 30. E o que nos falta?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO TÚLIO NAVES DE CARVALHO – Uma relação com o meio ambiente, que ainda é deficiente e que a gente precisa aprimorar, para podermos desenvolver os nossos projetos; falta infraestrutura.

A Fides Mining, empresa que eu trabalho lá no Mato Grosso, tem um depósito gigantesco de cobre, e não é simples de desenvolver, porque não existe mineração, a infraestrutura é precária, nós precisamos ainda de desenvolver essa infraestrutura, e aí entra a parte do Governo; e a mineração precisa de ser fiscalizada. Nós precisamos de dar apoio à ANM, para que a ANM tenha condições de desenvolver o seu trabalho.

Ao final, só para terminar a minha fala, eu acho que nós temos, sim, que desenvolver a cadeia. É fundamental que nós industrializemos. Nós não podemos estar, daqui a 20 anos, sentados aqui e falando a mesma coisa, como já estivemos 20 anos atrás, mas a gente precisa descobrir depósitos. Nós precisamos de incentivos, nós precisamos de trabalhar, junto ao Governo, para descobrir depósitos, e não trazer contas para a mineração.

O depósito que a Fides Mining descobriu lá no norte do Mato Grosso é um dos maiores depósitos do mundo, e nós não temos todas as condições de desenvolver hoje, como uma empresa privada que somos. Nós temos que buscar capital fora do Brasil, porque o Brasil não tem capital para isso.

Como nós podemos desenvolver, ajudar, a mineração – não trazer mais conta para a mineração – e conectá-la à indústria? A partir do momento em que nós conectarmos a mineração à indústria, vamos fazer uma mineração muito melhor, vamos descobrir muito mais depósitos, e a indústria, no Brasil, com condições econômicas corretas, com equilíbrio financeiro, vai se desenvolver, porque é muito mais fácil do que levar para outro lugar, mas nós temos que ter equilíbrio econômico nisso, e a conta, com o art. 37 do PL, não vai fechar.

Então, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer ao Sr. Marco Carvalho pela exposição colocada.

Há aí dois aspectos que ele coloca inicialmente: qual é a tarefa do minerador e qual é a tarefa da indústria, para não sobrecarregar o minerador com tarefas que pertencem ao segmento industrial. E ambos, tanto o minerador como o segmento industrial, sofrem com o Custo Brasil. Eles precisam ter um financiamento melhor, mão de obra, que foi citada... Não se forma engenheiro, todo mundo quer ir para ciências humanas, e por que isso acontece? Porque o ensino, no Brasil, de matemática é péssimo. As pessoas terminam o segundo grau mal sabendo fazer as quatro operações – estou falando do segundo grau –, por isso que ninguém quer fazer Engenharia e, se vai, não termina. O meu neto mais velho está para se formar em Engenharia; da turma que começou com ele, eu acho que tem meia dúzia, o resto já ficou para trás.

O ambiente de negócios. Aqui tudo muda, como diz o Pedro Malan: "Até o passado é incerto". Então, é outra coisa que se torna difícil. E foi bem citada a infraestrutura: um país que não tem ferrovia, de dimensões continentais como o nosso... No ano passado, o Exército Brasileiro, para uma demonstração de força na fronteira com a Venezuela, levou mais de 40 dias para deslocar a tropa do Rio Grande do Sul para Roraima. Para que entendam a distância, é como sair de Lisboa e ir até Moscou. E isso não é de hoje. Compete às nossas lideranças entender que nós temos que nos unir em torno disso e pararmos com as discussões estéreis que acontecem dentro do nosso país, principalmente nos últimos tempos.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Dener de Siqueira, que está de forma remota e é sócio-fundador da MG Óxidos Mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Dener, a palavra é sua.

O SR. DENER DE SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Parabéns, Senador Mourão, por esta oportunidade! Demais Senadores e Senadoras, membros da mesa, equipe do DEX, muito obrigado pelo convite.

Meu nome é Dener de Siqueira, sou engenheiro, sou empresário de mineração há mais de duas décadas, principalmente porque eu tenho esse tema como um dos mais caros para mim e para o Brasil. A solução, realmente, reside em criar um ecossistema que favoreça esse investimento, nessa cadeia positiva, e o código da mineração não deve perder esse papel.

Qual é a cadeia que devemos considerar? Como podemos dividi-la de acordo com as vocações específicas de cada setor e por substância mineral? O projeto de lei propõe aplicar a mesma abordagem para todas as substâncias em níveis da indústria de base, como bem o Marco disse e o Prof. Nélio. Isso não pode ser admitido, pois deixaria de ser o código da mineração para ser o código da indústria de base.

No entanto, dentro da indústria, a mineração deve receber um tratamento distinto. Embora todo o setor esteja sujeito à economia de mercado, as políticas precisam ser diferenciadas. O fomento à tecnologia para a protobase é diferente do que requer a siderurgia, por exemplo, que, por sua vez, difere da indústria de bens de capital. Historicamente, investir no setor seguinte tem o potencial de impulsionar o setor anterior em direção à prosperidade.

Como empresário da mineração há 26 anos, especialmente da Viva, companhia de mineração, o grafite em questão, mineral este que está aí contemplado no PL 2.197, de 2025, eu considero essa proposta inviabilizadora, tendo em vista que a incapacidade nossa, da minha empresa, de investimento e a falta de vocação para alcançar tamanha verticalização nos trará um ônus demasiado. Essas etapas são distintas e exigem um tratamento específico. Tomemos como exemplo o minério de ferro – todos conhecem essa cadeia. As minas produzem *lump, sinter-feed e pellet-feed* com concentração de 61% a 65% de ferro, enquanto as siderúrgicas se dedicam à concentração em reatores, gerando o gusa, com 90% de ferro, também conhecido como altos-fornos. É isso mesmo. Os altos-fornos são reatores, são concentradores. Então, uma siderúrgica nada mais é do que uma etapa seguinte de concentração, em que a mina de minério de ferro deixou com 60% a 65% e a siderurgia vai deixar com 90%.

Então, visualizem em suas mentes uma mina de minério de ferro. Ela parece com a siderurgia? É óbvio que não. São etapas de concentração distintas e com características totalmente diferentes. Isso vai acontecer com todas as substâncias citadas no PL. Usei o ferro somente como exemplo.

Assim, tanto a mineração quanto a siderurgia são etapas da verticalização da concentração tão desejada por todos nós. Eu não abro mão de termos um país em que a gente gere os concentrados, em que a gente consuma esses concentrados em indústrias de tecnologia, mas com características diferentes que precisam ser fomentadas e reguladas de maneira adequada, tendo em vista a peculiaridade de cada uma.

A mineração deve arcar com a responsabilidade de beneficiar minério a uma concentração que ultrapasse as capacidades técnicas e vocacionais de cada substância e empresa. Esse PL desestimula o minerador que deseja investir apenas nas etapas iniciais, digo, a indústria extrativa, que é a mineração.

A busca por investidores dispostos a participar de uma verticalização excessiva será um desafio, um possível esvaziamento do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No cenário global, é comum que o setor subsequente invista na protobase, e não o contrário. Imaginar um investidor disposto a investir em uma mina e em uma siderurgia simultaneamente seria muito raro. Se tivermos a consciência de dividir essas etapas sem perder de vista a necessidade óbvia de verticalização no Brasil, poderemos planejar de maneira mais eficiente e justa o tão esperado código da mineração.

Impor à mineração, digo, à indústria extrativa tamanha responsabilidade é garantir que a meta de verticalização não será alcançada, por motivos óbvios, por inviabilizar a maioria das partes das minas e projetos atuais, tendo como exceção as megaempresas e aquelas que possuem acesso infinito a crédito financeiro. É vital que os executivos federais e estaduais criem um ecossistema favorável à instalação de indústrias de bens de capital e de bens de consumo – falar depois do Prof. Nélio é difícil, ele é muito bom e explica muito bem essa tríplice.

As indústrias de bens de capital e bens de consumo fomentadas demandam insumos minerais, mesmo que isso seja mais desafiador e demande muita dedicação do Executivo. Suportadas, obviamente, pelo Legislativo, essas empresas gerarão um ambiente favorável que, para as etapas anteriores – tipo mineração, beneficiamento e a famosa apuração de teores elevados –, investirão e ampliarão as suas operações.

Um exemplo de sucesso é a BYD, que, sem dúvida, deixará no Brasil técnicos e engenheiros atualizados e treinados. Alguns deles poderão ter o desejo de empreender, contribuindo para o crescimento orgânico de empresas de alta tecnologia, que estarão em sintonia com uma grande empresa de geração e de consumo tecnológico, como é a BYD. Suas baterias e peças poderão ser produzidas no Brasil. Basta termos competência para oferecer o necessário. Isso só está sendo possível devido a dedicação de um Executivo estadual diligente. Isso dá trabalho, é mais fácil cobrar do minerador uma atitude sem semelhança no mundo. Eu não vejo – estou nisso há muito tempo – um paralelo desse sucesso no mundo de cobrar do minerador a responsabilidade da verticalização.

Investir e fomentar o desenvolvimento não só na academia, mas também no setor privado e nas Forças Armadas têm sido um polo de impulsionamento da verticalização na cadeia mineral e uma solução em países desenvolvidos. O investimento estratégico em geração de energia também se destaca como um atrativo nessa verticalização. Nevada é considerado o ambiente mais propício para a mineração e tem uma energia elétrica 20% mais barata do que nos demais estados dos Estados Unidos. Isso só acontece dentro de um plano de Governo. Não existe caminho fácil para resolver esses problemas.

Imputar ao setor extrativo uma responsabilidade desproporcional deixará o Brasil sem a tão sonhada verticalização, pois pequenas e médias operações enfrentarão dificuldades para sobreviver, as que estão se desenvolvendo sequer sairão do papel. Sem mineração, não há o que falar em verticalização.

Por último, ao apertar demais o empreendedor brasileiro, abriremos um vácuo, para que o setor seja invadido, de maneira legitimamente torta, por megas empresas estrangeiras. Nesse caso, seríamos destruídos por dentro.

Muito obrigado por participar deste debate tão técnico, e espero poder ter contribuído.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu agradeço a participação do Sr. Dener de Siqueira, que também foi no mesmo caminho apresentado anteriormente pelo Marco Carvalho e deixa muito claro – eu vou usar aqui um termo popular – que "cada macaco tem que estar no seu galho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é fácil para todo mundo entender que cada um tem a sua atividade, a sua finalidade, mas todos sofrem dos mesmos problemas que eu citei anteriormente: financiamento, mão de obra, infraestrutura, ambiente de negócios. Todo mundo sofre disso aí.

Eu chamo agora o próximo debatedor, que é o Sr. Ezequiel Costa e Silva, também de forma remota, Consultor Sênior da Geopedra.

Sr. Ezequiel, a palavra é sua.

O SR. EZEQUIEL COSTA E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, senhores, Senador Hamilton Mourão e todos os Senadores presentes e convidados.

Agradeço o convite do meu amigo Caíque, que está aí presente participando. Eu moro aqui em Goiânia, estou do lado e, infelizmente, por questões médicas, não pude estar presente hoje aí, mas vou trazer aqui a nossa pequena contribuição sobre esse projeto tão importante.

Deixe-me partilhar aqui.

Eu sou geólogo mestre pela UnB, junto com o Marco Túlio, que é bem mais veterano, e estamos aí no trecho da mineração por mais de 20 anos, fazendo projetos de mineração tanto no Brasil quanto no exterior.

Senhores, sobre minha contribuição com o PL 2.197, no cenário atual, realmente, como já bem falou um dos colegas, o Brasil é uma potência mineral, sem dúvida, com grandes reservas, grandes minas, grandes *players* no Brasil, principalmente de empresas de fora, mas nós não somos uma potência industrial, isso aí é fato, não só na mineração quanto em outros nichos. Então, na mineração, exportamos matéria-prima e importamos tecnologia. Esse é um quadro que realmente precisa mudar.

Nesse contexto global geopolítico em que todos os países, as nações desenvolvidas estão à procura de recursos minerais, nos acharam. Nós somos um celeiro de grandes recursos minerais, de materiais minerais críticos ou não, industriais que sejam, mas e agora o que fazer diante desse novo panorama? Então, nós temos um problema, Senador Hamilton Mourão, para resolver.

O PL 2.197 coloca no centro da discussão isto aqui: agregação de valor, industrialização, verticalização, o que realmente destoa, está longe ainda da realidade nacional do setor de mineração. A gente lavra, minera, concentra e exporta, já o refino e o beneficiamento final são em outros países, que é a grande agregação de valor. Então, a gente exporta aquela matéria-prima, importa a tecnologia, já o manufaturado. E isso precisa mudar.

O Senado, a Casa, o Congresso Nacional não estão parados. O Brasil já decidiu o seu caminho e agora é a vez, chegou a vez. Diversos PLs nesta Casa já caminham nessa direção. Eu citei alguns aqui, do Senador Renan Calheiros, do Senador Chico Rodrigues, do Deputado Zé Silva e do Deputado General Pazuello. Todos eles convergem na mesma direção, todos eles querem essa verticalização, essa industrialização do nosso setor mineral.

Obviamente tem gargalos, como já foi dito aqui anteriormente por Dr. Nélio, por Marco Túlio e por Dener. Enfim, eu também vou trazer, nesse gargalo aqui... Como técnico, realmente tem um alerta: a verticalização não acontece por decreto, ela depende de viabilidade econômica, como já foi dito. São recursos altíssimos, e o minerador, principalmente o pequeno, luta ali, todos os dias, para fazer uma pesquisa mineral, para adquirir equipamentos melhores para a sua planta, para a sua mina; e ele nunca – jamais – pensou em verticalizar aquilo com a planta de refino, enfim... Então, por quê? Porque a viabilidade econômica... Ele não tem esse acesso; se ele tivesse, ele já teria feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, se a gente trouxer isso para dentro do PL, essa verticalização pode acontecer naturalmente na cadeia e não dentro de cada empresa. Então, é isto que eu quero trazer para os senhores: vamos pensar de uma forma global, nosso país é muito extenso, muito amplo e, se realmente a gente colocar esse decreto para todas as mineradoras, a gente vai ter um risco político gigante, um risco real de beneficiar as grandes mineradoras e prejudicar os pequenos e médios, que são a nossa base de setor mineral. Para as grandes mineradoras... O Marco Túlio esteve na Vale até recentemente, e ele muito bem falou: para ela verticalizar a produção dela de cobre, minério de ferro ou o que seja, bastam alguns anos. Em outras palavras, basta querer; já para os pequenos e os médios, não.

Então, o que eu trago para os senhores debaterem em outras ocasiões é isto: separar os grandes dos pequenos e dos médios. Por quê? Porque, olhando outros países, como a Indonésia, como a Austrália, na verticalização que eles fizeram lá, eles exigem três pilares muito bem fundamentados.

Um é o financiamento, o capital. Disso aí nem se fala: tem que ter linhas e políticas econômicas para o minerador – para o pequeno, para o médio e para o grande.

Tem que ter uma coordenação institucional. Não pode só o Senado decretar uma lei – o Congresso –, se a ANM não estiver envolvida, se o Ministério de Minas e Energia não estiver envolvido, se o BNDES e os bancos não estiverem envolvidos. Todos têm que falar a mesma língua, tem que ter essa integração, essa coordenação institucional entre essas instituições.

E, terceiro: estabilidade regulatória – questões de licenciamento, questões de prazos da ANM, de relatórios, de aprovações, de relatório final, do PAE, portaria de lavra, concessão de lavra. Tem que ter essa estabilidade, essa previsibilidade regulatória ambiental e também no processo em si, dentro da ANM, com regras, prazos bem claros e estabelecidos. E hoje a gente sabe que, infelizmente, não tem esses prazos ou, quando tem, não são cumpridos. Então, isso afugenta o capital. O capital, o investidor precisa ter segurança. Então, se a gente vai impor uma lei, uma condição, de que tem que haver uma industrialização do setor, obviamente se precisa de capital, mas, sem essa estabilidade regulatória, sem os prazos concretos, sem essa coordenação institucional, a gente vai matar o setor, como bem falou o Marco Túlio. Isso vai afugentar o capital, o minerador. Os grandes *players* vão para o Chile, vão para a África, vão para a Austrália. Ele vai minerar em outro lugar; não vai minerar no Brasil.

Então, a gente tem que fazer o nosso dever de casa e, realmente, organizar esses três pilares. Organizaram-se os três pilares? Cada um está conversando entre de si? Então, agora, vamos estipular 5, 10, 20 anos aí para o pequeno, para o médio e para o grande se ajustarem dentro da cadeia.

O que eu trago aqui, senhores, Senador Hamilton Mourão, é uma proposta com sete ajustes que vão realmente ajudar a contribuir para o PL 2.197, de 2025.

Primeiro, implementação progressiva: um cronograma gradual de 5, 10, 15, 20 anos. Mas isso considerando o item 2: diferenciação por porte do empreendimento. Não é razoável que nós, enfim, o Congresso e o Governo proponhamos uma lei que imponha para o pequeno, o médio e o grande cumprirem a mesma lei. Isso não é razoável, isso não é lógico. Então, tem que ter essa diferenciação de porte.

Esse porte já está na licença ambiental. A licença ambiental já tem a classificação dos portes. Cada estado tem uma classificação de 1 a 5, ou mesmo em pequeno, médio e grande. Então, pode ser usado isso para trazer essa classificação que já existe para dentro da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o.k., o pequeno produtor vai conseguir montar um refino, um beneficiamento na cadeia dele, seja de ouro, seja de terras-raras, seja de cobre, seja de lítio? Nunca! Nunca vai conseguir. Ele pode conseguir isso com 30 anos, se a mina dele tiver 30 anos de reserva, de vida útil. Enfim, então, o que faremos com o pequeno? O pequeno continua produzindo. Ele vai fornecer o agregado dele ali, concentrado ou não. Se tiver um bom teor ali, enfim, ou que seja ouro, ele pega a produção e passa principalmente para o grande, porque o grande, sim, está na liderança. Como eu já disse anteriormente, empresas como a Vale e outras conseguem ter essa mudança.

Integração da cadeia com povos regionais. Tem o PL 4.443, de 2025, do Senador Renan Calheiros, que nos traz esse *hub* de desenvolvimento – isso é muito interessante. Então, o pequeno, mesmo produzindo, pode também toda a produção dele para esses polos regionais. Nós temos, no Brasil, distritos mineradores bem distintos, bem pontuais. Então, nesses distritos pode ser gerada essa zona de beneficiamento e de tratamento de minérios.

Quarto item: coordenação institucional, comitê nacional de minerais estratégicos. Já tem outros PLs que também fazem menção a essa coordenação.

Financiamento, o item 5. Isso é importantíssimo, Sr. Senador, seja para o pequeno, o médio ou grande. O Banco Brasil... A gente sempre fala em BNDES, mas vamos trazer o Banco do Brasil para os pequenos, para projetos *greenfield*, para projetos iniciais, em que o minerador não tem nenhuma linha de financiamento para ele se arriscar aqui. Enfim, ele se arrisca do próprio bolso. E sem esse risco, sem essa base – descobrir reservas –, a gente não tem o resto da cadeia. Então, acho que se tem que olhar com carinho para o pequeno, para esses projetos *greenfield*, projetos Iniciais. O BNDES é uma coisa maior, vai para lavra e refino.

Segurança regulatória. Como eu disse anteriormente, prazos e regras bem definidos. Nenhum investidor coloca dinheiro e, sem segurança jurídica e regulatória, vai minerar em outro país.

Incentivo fiscal para a importação de equipamentos para pesquisa, lavra e refino. Qual é a ideia disso? Reduzir o Capex. Então, se você tem um Capex reduzido, devido a incentivo fiscal de importação, isso vai dar um impulso gigantesco para o minerador, seja ele pequeno, médio ou grande. Isso é, sem dúvida, um grande gargalo. Um Capex muito grande... Já tem a pesquisa que é um custo muito alto, o Capex mais alto ainda e muitos projetos ficam engavetados. Naquela conta do Marco Túlio, de mil para um, é justamente por isto: um Capex gigante, pesquisa muito onerosa; acaba que poucos quebram essa barreira.

Conclusão, senhores, o PL 2.197 está no caminho certo. Parabéns, Senador Hamilton Mourão. Mas realmente é preciso desse aporte regulatório, econômico e institucional, para não deixar ninguém para trás e não travar a mineração. A gente tem que atrair o investidor minerador, os *players*, e não afugentá-los com regras que não vão conseguir cumprir ou que vão ser muito onerosas.

Então, no fechamento aqui, estamos decidindo hoje, Srs. Senadores, se o Brasil será fornecedor de matéria-prima ou protagonista industrial dessa transição e dessa economia verde. Como já mostrei anteriormente, tem várias outros PLs muito bem-intencionados, todos com a mesma direção, o mesmo caminho.

Parabéns a esta Comissão e parabéns para a Casa, para o Congresso.

Estamos à disposição para qualquer auxílio um pouco mais aprofundado.

Tenham todos um bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu queria agradecer ao Sr. Ezequiel Costa e Silva, da Geopedra, principalmente pelos sete pontos apresentados, como uma melhoria para o PL, porque, obviamente, todo PL não nasce pronto, por isso a finalidade desta audiência pública, para instruir efetivamente esse projeto de lei. E aí aguardo a sua proposta de emenda, que é importante, para que a gente melhore isso e converse com o autor, que é o Senador Rogério Carvalho, para ele compreender melhor tudo o que está sendo colocado pelos nossos diferentes debatedores.

Prosseguindo, eu vou passar a palavra agora, aqui, de forma presencial, ao Sr. Caíque Souza, que é o Consultor Independente na Vallya.

Sr. Caíque, a palavra é sua.

O SR. CAÍQUE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, senhoras e senhores.

Gostaria de agradecer o convite; General Pacelli, agradeço o convite também; General Matsuda, General Barreto, também agradeço a oportunidade de estar aqui.

Gostaria de também cumprimentar os meus colegas aqui da mesa, e o meu ponto hoje é bastante técnico, bastante objetivo, e é nem de longe exaustivo.

A tese central que eu gostaria de apresentar aqui é bastante simples: agregar valor no Brasil, no setor mineral, é uma meta correta e é uma meta legítima, mas esse objetivo só se sustenta quando existem as bases produtivas suficientes para que a gente possa carregar as etapas mais sofisticadas da cadeia.

O risco do PL 2.197, na minha opinião, tal como ele está desenhado hoje, é tentar antecipar por imposição legal uma etapa industrial que, em muitos casos, ainda não encontra no Brasil escala, mercado, infraestrutura, energia, tecnologia e capital suficientes. Em vez de acelerar a industrialização, o projeto, na forma que está, pode acabar travando investimentos, reduzir a produção e enfraquecer a própria base econômica necessária para o *downstream* que a gente tanto quer desenvolver e solidificar.

Próximo eslaide, por favor.

Nesse segundo ponto, e eu peço desculpa pela quantidade de texto no eslaide e as letras finas; acho que a lição está aprendida já para os próximos convites... Mas, nesse segundo ponto, eu faço uma distinção importante; eu não estou aqui para defender que o Brasil se conforme em exportar bens primários indefinidamente. Muito pelo contrário: agregar valor no país é um objetivo estratégico essencial para o pleno desenvolvimento econômico de qualquer nação.

Em um mundo marcado por disputas geopolíticas, fragmentação de cadeias e competição por insumos críticos, sediar elos industriais relevantes é também uma questão de soberania econômica. O ponto central, no entanto, é que o adensamento sustentável de uma cadeia não nasce por decreto. Ele costuma seguir uma sequência: produção mineral, atingir escala econômica, ativar processamento e refino, e, só depois, as manufaturas mais avançadas.

Quando essa ordem é invertida, o efeito pode ser o oposto do desejado: menos investimento, menos escala e menos capacidade de industrialização. A discussão correta, portanto, não é se o Brasil deve agregar valor – deve –; a discussão correta é como criar as condições para que isso faça sentido econômico real.

Próximo eslaide.

Aqui está o núcleo da minha análise. A fragilidade do projeto de lei, na minha opinião, não está na ambição de agregar valor – isso é meritório –, ele está na tentativa de aplicar o mesmo remédio a cadeias muito diferentes entre si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto condiciona a exportação e comercialização ao processamento no Brasil, exige ao menos 80% de refino em território nacional e faz isso por uma cesta ampla de minerais. Isso pressupõe que essas cadeias respondem aos mesmos tipos de instrumentos e incentivos, o que não é verdade. Elas têm escalas mínimas eficientes distintas, rotas metalúrgicas e químicas distintas, intensidades de capital distintas, demandas de mercado distintas e requerem infraestruturas também distintas.

O resultado provável de uma obrigação horizontal desse tipo não é a industrialização, é a distorção. O risco prático é travar investimentos na pesquisa e na produção mineral, atrasar a produção e enfraquecer a base econômica do próprio *downstream* que se pretende criar, desenvolver e fazer crescer.

Próximo eslaide.

Eu vou trazer agora três exemplos, que eu acho que são bastante simbólicos desses efeitos que a gente está buscando evitar.

O setor nuclear brasileiro é o melhor teste empírico, na minha opinião, para isso que a gente busca evitar. Se existe uma cadeia em que o argumento da soberania é especialmente forte, é essa. O Brasil trata o setor como estratégico; mantém forte o controle estatal, como deveria; domina a tecnologia relevante de enriquecimento; possui reservas expressivas de urânio em nível mundial. Ainda assim, o país não converteu esse potencial em oferta suficiente e em segurança plena de abastecimento para as próprias unidades produtivas.

A própria INB informa que mais de 70% do urânio enriquecido que vai ser utilizado para abastecer Angra 1 e 2 vai ter que ser importado e que a autossuficiência para essas duas unidades só vai ser atingida em 2033, isso se o único projeto que a gente está contando que entre em operação seja, de fato, licenciado até lá.

A autossuficiência para Angra 3... Recentemente, saiu um estudo deixando claro que o custo para desmobilizar Angra 3 é o mesmo custo para terminar a construção. No caso de Angra 3, essa autossuficiência só vai ser atingida em 2037, ainda de acordo com os dados da INB; ou seja, o controle, a reserva mineral robusta e o domínio técnico não bastaram por si sós para gerar essa escala suficiente.

O problema central não é a falta de consciência estratégica, é a dificuldade de transformar essa ambição em capacidade material, e isso acontece, apesar de estarmos falando de uma cadeia cujo *downstream* já existe, a gente já domina e já está em operação, já está funcionando aqui no Brasil. O país tem as usinas, tem a demanda real e já tem toda a base tecnológica, e, mesmo assim, a gente continua enfrentando esse mesmo desafio.

Próximo eslaide, por favor.

Nesse eslaide, eu busco extrair a lição conceitual do caso nuclear.

O debate público, às vezes, trata a soberania como se fosse apenas o controle jurídico do recurso, mas a soberania formal e material não são a mesma coisa. A soberania formal é o monopólio legal, é o controle normativo, são as reservas no subsolo; a soberania material, no meu ver, é produção real, é segurança de abastecimento, é escala industrial, é tecnologia aplicada e é autossuficiência. O caso do urânio mostra que é perfeitamente possível ter a primeira e, ainda assim, avançar lentamente na segunda.

Por isso, a noção de soberania que interessa para nós, para o desenvolvimento precisa ser econômica e produtiva, e não apenas jurídica. Esse ponto tem implicações diretas para o PL. Se ainda é difícil escalar uma cadeia cujo *downstream* já existe, parece pouco realista presumir que será possível criar, por obrigação normativa, etapas industriais sofisticadas, antes mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da base mineral produtiva já estar consolidada. E isso em nada diminui o enorme mérito do setor nuclear brasileiro e das pessoas que o compõem – quero fazer esse registro aqui –, que gera capacitação tecnológica, forma capital humano de altíssima complexidade, fortalece fornecedores e produz aplicações estratégicas, que vão além da energia, na medicina, na agricultura e na própria indústria.

Próximo eslaide, por favor.

Depois do caso nuclear, eu gostaria de trazer aqui um contraponto positivo: é o caso do nióbio brasileiro, da CBMM, que é a maior produtora de nióbio do mundo e mostra que é possível, sim, transformar uma dotação mineral extraordinária em competitividade, tecnologia, emprego e produtos industrializados de maior valor agregado. Mas a lição da CBMM é de uma capacidade construída ao longo do tempo, e a empresa combina produção robusta, domínio de processo, reinvestimento contínuo, inovação aplicada, aproximação com mercados finais e expansão progressiva para aplicações de maior valor agregado.

Os números de 2024 ajudam a dar uma dimensão disso. Além das mais de 95 mil toneladas vendidas de ferronióbio equivalente, a empresa hoje mantém mais de cem pesquisadores e técnicos lotados em Araxá, no interior do Brasil, e investimentos pesados em P&D, inclusive para a produção de baterias. Então, eles estão chegando a esse nível de sofisticação das aplicações, das tecnologias, a partir dessa dotação geológica superior.

O ponto que me interessa aqui é justamente a capacidade construída, que veio antes do adensamento e do aumento da sofisticação da indústria. Primeiro houve a escala, depois P&D, depois novas aplicações, e esse é um exemplo da estratégia industrial baseada em construção gradual de competitividade, a partir de uma dotação geológica superior, que pode muito bem ser reproduzido, ainda que em partes, no caso das terras-raras, por exemplo.

Próximo.

Eu queria também trazer o caso aqui da Indonésia, que é um caso que também está bastante discutido hoje, no mundo, mas ele precisa ser analisado com cuidado, porque ele costuma parecer como uma prova definitiva de que a restrição à exportação funciona, ponto; não é o caso. O que o caso mostra, na verdade, é um pouco mais complexo.

A Indonésia baniu as exportações de minério de níquel em 2014, relaxou a medida depois, em 2017, diante de dificuldades produtivas e de redução da produção, e as reimpôs em 2020. Ela fez isso para forçar o processamento doméstico, atrair investimentos em unidades de refino, os chamados *smelters*, e transformar o país em uma plataforma de produção de produtos como aço, intermediários químicos e, mais na frente, baterias.

Houve resultados, isso é inegável. A produção refinada cresceu, o número de *smelters* aumentou, o país atraiu cerca de US$30 bilhões em investimentos e consolidou uma posição extremamente robusta em níquel. Então, seria intelectualmente desonesto dizer que isso não trouxe resultados efetivos. Mas é importante notar que a restrição foi centrada, principalmente, em um mineral específico, o níquel, e não em uma cesta ampla, e não como no caso em que o PL pretende trazer adiante.

Agora, a segunda metade da história – o próximo eslaide, por favor – é diferente. Os resultados da Indonésia vieram com custos importantes e dependiam de condições bastante específicas. Primeiro, houve perdas significativas de eficiência agregada nas indústrias a jusante do processo minerário. Segundo, a dependência externa, que a própria Indonésia estava querendo desviar, não desapareceu, ela foi reconfigurada. Em 2025, empresas chinesas controlavam cerca de 75% da capacidade de refino de níquel da Indonésia. Terceiro, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gargalos de suprimentos tão significativos que o país chegou a importar 9,3 milhões de toneladas de minério de níquel, em 2024, para alimentar sua própria capacidade produtiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAÍQUE SOUZA – Quarto, o impacto ambiental do processamento de refino é relevante, e existe longa bibliografia e cobertura jornalística sobre os impactos ambientais causados por essas unidades, justamente reforçados pela decisão de levar esse plano adiante.

O PL brasileiro tenta aplicar uma lógica semelhante a uma cesta muito mais ampla de minerais, muitos dos quais ainda não têm base mineral produzida em escala, base industrial consolidada ou *downstream* existente. Então, a lição correta da Indonésia não é que a restrição da exportação funciona, a lição é que mesmo onde houve resultados, eles dependeram de condições excepcionais e específicas, que vieram acompanhadas de custos econômicos, ambientais e geopolíticos relevantes.

Próximo eslaide, por favor.

Encerro retomando a minha ideia central: agregar valor exige base produtiva. O objetivo é correto, o desafio é adotar uma estratégia capaz de transformar potencial mineral em capacidade econômica real. Soberania não é manter a riqueza parada no subsolo, soberania é transformar essa riqueza em produção, investimento, tecnologia, arrecadação, empregos e capacidade industrial.

O risco do PL é querer trazer mais processamento e acabar produzindo menos mineração. Sem escala, previsibilidade e mercado consolidado, não haverá base econômica para sustentar a parte de refino, a parte química, a produção de ligas, de ímãs, de cátodos ou de baterias.

Em vez de fortalecer a soberania, o projeto pode encolher a presença brasileira na cadeia global e isso significa ficar para trás, ficar inerte. Significa trocar uma estratégia de proibição ampla por uma agenda de construção de capacidade, incentivos fiscais e creditícios pontuais, redução de custo de capital, apoio à pesquisa mineral e ao desenvolvimento tecnológico, infraestrutura, licenciamento coordenado e um ambiente de negócios competitivo. A mensagem final é simples: sem base produtiva prévia não há adensamento industrial sustentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer ao Sr. Caíque Souza pela exposição extremamente objetiva sobre os problemas que o PL apresenta na questão do engessamento, praticamente, da produção. Ele cita três casos práticos. No nosso caso, o do setor nuclear, o caso do nióbio, que é um caso positivo, e o caso da Indonésia, um misto dos dois. Mas o que fica muito claro, para nós que temos que trabalhar nisso, é que, como tudo na vida, exige um faseamento. A gente não pode sair atacando em todas as direções. Nós temos que ir construindo esse processo pouco a pouco. Então, são pontos que, na nossa avaliação, nós vamos buscar melhorar nesse PL, de modo que a gente conceda flexibilidade e pragmatismo – eu considero sempre dois pontos essenciais em ações dessa natureza.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Rafaela Guedes, Consultora Independente, aqui também de forma presencial.

A SRA. RAFAELA GUEDES (Para expor.) – Obrigada. Quero começar agradecendo ao Sr. Presidente, aos Senadores e aos demais participantes. Bom dia.

Quero começar reconhecendo o mérito da preocupação que inspira esse projeto. E estou feliz que, sendo uma das últimas, fiquei preocupada se a minha fala aqui ia reproduzir falas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prévias, mas a parte boa é que não. Ela adiciona, em consonância com o que veio sendo exposto até o momento.

O Brasil certamente não deve se resignar ao papel de mero exportador de matéria-prima mineral, sobretudo em um momento em que minerais críticos e terras-raras, em especial, ganham uma centralidade na estratégia de transição energética, também para a indústria de defesa, para eletrônicos avançados e diversas outras cadeias aqui do século XXI. Essa preocupação é correta. O desafio, no entanto, vai ser realmente transformar essa missão numa política pública eficaz, muito em linha com o que também já foi trazido.

Faço essa reflexão não apenas em termos conceituais, mas também a partir da minha experiência concreta em estudo que estou liderando agora, numa parceria entre a Vallya e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais, para apoiar o Ministério de Minas e Energia na formulação da estratégia nacional para o setor focada em terras-raras.

Esse trabalho tem deixado evidente, cada vez mais, quando a gente analisa os casos que estão acontecendo ao redor do mundo e como é que se tem avançado nessas cadeias ex-China, que a conclusão se tem só na cadeia, mas a agregação de valor não se decreta apenas pela restrição de exportação, ela depende de um ecossistema econômico e industrial que torne racional investir no país em beneficiamento, separação, refino e transformação, idealmente em etapas mais sofisticadas dessa cadeia.

É nesse contexto que eu gostaria de trazer uma lição importante de experiências pregressas aqui do Brasil, por exemplo, no lítio. No passado recente, o Brasil manteve restrições e exigências de autorização prévia para exportação do lítio. A intenção era nobre, estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial doméstico, mas, na prática, esse modelo não produziu a cadeia robusta que se desejava; o que se observou foi um ambiente menos atrativo ao investimento privado. Posteriormente, esse regime foi revisto e a abertura associada a uma maior previsibilidade passou a ser vista como uma condição para atrair capital e viabilizar o crescimento do setor. A lição, a meu ver, é objetiva: quando o Estado tenta substituir por comando normativo condições que ainda não existem no mundo real, o risco é afugentar investimento em vez de atrair a indústria.

E esse ponto é particularmente importante quando se trata de terras-raras, porque estamos falando de uma cadeia muito mais complexa do que simplesmente atividade extrativa. Não basta o recurso geológico, é preciso ter escala, tecnologia, capacidade de processamento, qualificação industrial, infraestrutura, energia competitiva, financiamento de longo prazo, segurança regulatória e mercado, demanda.

No caso específico do PL em questão, há ainda um segundo ponto que merece atenção e já foi aqui destacado por outros colegas. Embora a emenda trate de terras-raras, o texto alcança uma lista enorme de minerais, incluindo ouro, prata, cobre, níquel, cobalto e minerais portadores de lítio. Isso sugere que estamos diante não apenas de uma discussão sobre terras-raras, mas de uma proposta com potencial de impactar várias cadeias minerais com estruturas de mercado, maturidade tecnológica e lógica econômica muito distantes.

Por isso, minha contribuição aqui é no sentido de defender uma abordagem estratégica, sim, mas calibrada. O Brasil precisa construir cadeias de valor em terras-raras, mas isso exige marco regulatório estável, licenciamento previsível, financiamento de longo prazo, infraestrutura, energia limpa e competitiva, apoio à inovação, instrumentos de compartilhamento de risco e, sobretudo, foco em quais etapas da cadeia o Brasil pode competir de forma realista e eficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No caso de terras-raras, talvez a pergunta central não seja apenas como impedir a exportação do minério bruto, a pergunta central é outra: em quais elos da cadeia o Brasil tem condição concreta de ganhar escala, atrair tecnologia, formar capacidades industriais, capturar valor de maneira sustentável? Se criarmos uma restrição muito rígida antes de termos plantas, tecnologia, escala e demanda assegurada, podemos comprometer justamente a fase inicial de atração de capital que viabiliza a própria cadeia que queremos desenvolver.

Diferente de casos que a gente viu aqui, como o dos Estados Unidos, e até mesmo casos europeus, o Brasil não vai ter recursos via Estado para fazer todo esse investimento, e mais e mais se torna importante atrair o capital privado.

Eu gostaria de destacar um ponto mais amplo da política pública. Quando o Brasil quis estimular investimentos privados e adensamento produtivo em setores estratégicos, muitas vezes o caminho adotado não foi a restrição, mas a indução de incentivo com contrapartida. Esse é um ponto importante, porque mostra que o país já tem precedentes mais aderentes à lógica de atração de capital, de expansão da capacidade de construção gradual de cadeias.

Na área de infraestrutura, por exemplo, o Brasil criou o Reidi, ainda em 2007, para reduzir o custo de implantação de projetos por meio da desoneração tributária vinculada a investimentos aprovados. O racional foi simples: se o objetivo é ampliar a infraestrutura, é preciso melhorar a equação econômica de investimento. E os resultados práticos mostram que esse tipo de instrumento ajudou a mobilizar volumes relevantes de capital privado.

Segundo o Governo Federal, para cada R$1,00 de renúncia fiscal, estimou-se uma atração de cerca de R$50,00 em investimento do setor portuário e ferroviário. Ainda segundo dados oficiais, nos últimos seis anos, o setor portuário atraiu R$42,7 bilhões em investimento, com benefício de R$1,08 bilhão do programa. E a expectativa para 2023-2026 era de R$75,9 bilhões. Em 2025, o Governo também informou que os projetos incentivados com o Reidi no ciclo somaram R$28 bilhões, o dobro do total do período de 2019 a 2022.

No setor ferroviário e portuário, criou-se o Reporto, regime aduaneiro especial voltado à modernização e ampliação de estrutura portuária e ferroviária, com suspensão e isenção de tributos para aquisição de máquinas e equipamentos. Na justificativa oficial para sua prorrogação, o Governo afirmou que a não revogação poderia comprometer investimentos superiores a R$50 bilhões.

E, ao detalhar a ampliação do regime, informou novamente a lógica do alto efeito multiplicador sobre investimentos e competitividade. A lógica foi desonerar máquina, equipamento e investimentos para modernizar a base produtiva e aumentar a competitividade. A mensagem política pública não foi proibir para forçar, mas, sim, estimular para viabilizar.

No setor de *data centers*, veremos novamente a aplicação dessa lógica por meio do Redata. Em sendo aprovada, ela promoverá estímulo para a instalação e a ampliação de *data centers* no Brasil por meio de desoneração tributária sobre equipamentos e bens vinculados aos projetos, mas o desenho não é incentivo sem condição. Ele virá atrelado a contrapartidas, incluindo investimento em pesquisa e desenvolvimento no país, uso de energia limpa e renovável, critérios de eficiência, destinação mínima de contraparte da capacidade ao mercado interno. O próprio Governo estimou o potencial de R$2 trilhões em investimento nos próximos dez anos.

Esse programa, para mim, traz uma lógica acertada, em que o Estado sinaliza que quer atividade no Brasil, sim: reduz o custo de entrada, mas exige conteúdo econômico local e contrapartidas objetivas. Novamente, essa lógica é criar condições para internalizar investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e capacidade do Brasil por meio de desoneração e contrapartidas, inclusive em temas como investimento, eficiência, desenvolvimento tecnológico, e não por meio de vedação. O que esses exemplos mostram é que, quando o Brasil quer, de fato, construir uma cadeia, o instrumento recorrente e mais funcional tem sido um incentivo condicionado, e não uma restrição pura e simples.

E por que isso importa para terras-raras? Porque o objetivo de agregação de valor no Brasil é legítimo e necessário, mas a experiência concreta do país sugere que, quando queremos desenvolver uma cadeia intensiva em capital, tecnologia, processamento e escala, o instrumento mais eficaz tende a ser aquele que reduz risco, melhora a atratividade do investimento e cria contrapartidas objetivas.

No caso de terras-raras, isso poderia significar pensar em instrumentos voltados a beneficiamento, separação, refino, inovação, desenvolvimento tecnológico, formação de fornecedores, infraestrutura e financiamento. Poderia significar, inclusive, desenhar mecanismos que incentivem o processamento em território nacional, com metas graduais, previsíveis e compatíveis com a realidade do setor.

Em vez de presumir que a restrição à exportação por si só fará a cadeia nascer, talvez o caminho mais efetivo seja criar condições para investir no Brasil, o que faz sentido econômico. Em outras palavras, o objetivo de agregar valor é correto: o instrumento precisa ser desenhado com pragmatismo econômico, visão industrial e inteligência estratégica.

Minha recomendação, portanto, é de que o Senado trate esse projeto não como solução isolada, mas como ponto de partida para uma política mais ampla de desenvolvimento da cadeia de terras-raras no Brasil. O país precisa de uma estratégia nacional que combine mineração, beneficiamento, separação, refino e inovação, formação de mercado, inserção internacional e atração de investimento privado. Sem isso, corremos o risco de repetir erros recorrentes: querer recapturar o valor da cadeia por obrigação legal, mas sem, antes, construir as condições para que esse valor seja efetivamente gerado no país.

A lição que emerge da experiência brasileira, inclusive da experiência do lítio e de outros setores estratégicos, é bastante clara: o Brasil tem mais chance de sucesso quando procura induzir investimento, tecnologia e capacidade produtiva com incentivos e contrapartidas do que quando tenta substituir por comando normativo, condições econômicas e industriais que ainda precisam ser construídas.

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço... (*Risos.*)

Eu ia te dar dois a minutos a mais... (*Risos.*)

Agradeço à Sra. Rafaela.

Eu queria destacar dois aspectos da apresentação dela. Em primeiro lugar, ela coloca claramente que o Estado tem que ser um indutor, um facilitador, e o Estado brasileiro, normalmente, tem a mania de achar que pode tudo, mas ninguém pode tudo – essa é uma realidade. E um outro aspecto é um aspecto de que nós, militares, sabemos muito bem. Ela colocou onde podemos competir, é o que a gente chama de seleção de frente: aqui eu posso atacar, aqui eu posso defender, aqui eu vou ignorar. Então, são dois aspectos que eu considero muito importantes na sua apresentação, Rafaela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

E, agora, vamos ao nosso último debatedor, que está em modo remoto, que é o Sr. Felipe Tavares, que é Consultor Independente.

Felipe, você fecha o pacote, espero que em grande estilo.

O SR. FELIPE TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas, autoridades presentes, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, demais participantes. Obrigado pelo convite.

Como já foi dito, meu nome é Felipe. No momento, eu estou licenciado do Serviço Geológico do Brasil, eu passei quase 20 anos fazendo pesquisa básica e, recentemente, me aventurei por um outro caminho, exatamente nessa área financeira de estruturação de projetos; coincidentemente, projetos de terras-raras e materiais radioativos. Então, gostaria de falar aqui a partir dessa perspectiva também.

Vou começar dizendo que, como o último a falar, provavelmente muita coisa já foi dita, não é? Enfim, quase tudo do que eu ia dizer, na verdade, já foi tocado aqui por outros colaboradores e colaboradoras.

Enfim, quase tudo do que eu ia dizer, na verdade, já foi tocado aqui por outros colaboradores e colaboradoras.

Assim como na indústria da mineração, o QA/QC – o controle de qualidade - é importante porque confirma o teor. Então, mesmo sendo repetitivo, provavelmente alguma coisa a gente pode agregar.

Eu queria começar reconhecendo o mérito do projeto. Acho que o Brasil, de fato, como a gente já escutou aqui de várias pessoas, precisa agregar valor aos seus recursos minerais. Eu acho que essa é uma atividade estratégica para o Estado brasileiro que une diferentes correntes políticas. Eu acho que é importantíssimo dizer isso: realmente é importantíssimo para o Brasil agregar valor aos seus recursos minerais.

A gente precisa construir capacidade industrial em minerais críticos, especialmente em terras-raras, aproveitar esse *hype*, enfim, aproveitar esse momento que a gente está vivendo, que é muito importante. E sair da lógica de exportar matéria-prima e importar tecnologia. Sem dúvida, o Brasil tem essa verve, a gente pode fazer isso e a gente tem centros de pesquisa fantásticos no Brasil que, com o investimento certo e o desenvolvimento de recursos humanos, poderiam estar contribuindo ainda mais que com a relevante contribuição que já têm hoje.

O objetivo, então, está correto, mas o instrumento proposto, de exigir até 80% do refino no Brasil e condicionar a exportação ao processamento local, transfere para o minerador, como já foi dito aqui inicialmente pelo Marco Túlio, a responsabilidade de verticalizar essa cadeia que não depende só da mineração. Isso é muito exótico. Na verdade, são pouquíssimos os lugares do mundo onde a gente vê algo semelhante acontecendo. Na verdade, essa conexão obrigatória entre o refino e a mineração traz uma série de problemas, que já foram levantados aqui. A mineração é uma atividade, a separação química e o refino são outras, e transformação industrial ainda é outra. Então, são negócios com riscos, competências, volume de capex e mercados completamente diferentes. Inclusive, quando a gente trata desses setores de forma independente, a gente observa que cada um deles pode capturar valor e maximizar a captura desse valor de formas diferentes, inclusive para o Estado brasileiro também.

Na prática, isso tende, então, a produzir o efeito oposto: afasta o investimento em exploração e desenvolvimento de depósitos, aumenta um pouco, ou bastante, o risco regulatório e pode inviabilizar projetos antes mesmo de existir qualquer indústria. A gente tem hoje, no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, projetos de terras-raras que são fantásticos. Muitos deles, inclusive, já estão pensando nessa outra etapa dos projetos e não apenas em produzir carbonato concentrado de terras-raras, na forma de carbonato de terras-raras, mas também pensando em próximos investimentos na área de separação. Existem vários outros projetos que ainda são muito pequenos ou que ainda estão em uma fase menos adiantada e seria inviável para esses projetos tratarem dessa questão nesse momento.

Queria trazer um ponto que, na minha visão, é uma oportunidade enorme para o Brasil, Senador, e que o PL não está capturando, que é a oportunidade do que se chama de *nearshoring* – vocês me perdoem o anglicismo – e *friendshoring*, que seria essa ideia de se buscar alternativas à concentração de mercado da cadeia na Ásia, especialmente na China e no Vietnã, e trazer para países onde existam relações comerciais e políticas mais estáveis.

Então, o Brasil tem uma posição privilegiada nesse sentido. A gente tem uma base mineral, de fato, relevante – então, os custos com frete e com desenvolvimento são muito menores –, energia relativamente competitiva, a energia verde, que é muito importante, o que traz um preço até possível de prêmio para o produto que a gente pode gerar - e eu vou falar um pouco sobre essa questão de prêmio lá na frente. A capacidade técnica instalada é muito relevante. A estabilidade institucional no Brasil, comparativamente, é bastante razoável. E há a proximidade com os mercados ocidentais, que são, de fato, aqueles que têm as cadeias produtivas que mais necessitam desses produtos.

Então, o Brasil pode atrair, sim, investimentos em plantas de separação e refino, que eu entendo que seria o principal objetivo do PL, mas isso não vai acontecer se essas plantas tiverem que ser amarradas às minas. Esse é o ponto-chave. As plantas de separação funcionam melhor com escala; essa é a primeira coisa que precisa ser dita. Elas precisam, então, de uma alimentação, muitas vezes, de múltiplas fontes – isso exige também alta especialização, tanto de mão de obra quanto de recursos que são consumidos –, dependem de logística e de reagentes que são complexos e requerem controle ambiental robusto.

Imaginem se a gente fragmenta um parque de separação e refino de terras-raras em centenas, dezenas de pequenas plantas, como seria difícil a fiscalização e o controle do ponto de vista ambiental desse ecossistema também! Ou seja, elas são, por natureza, plataformas industriais; são, naturalmente, independentes das minas, e não anexos de minas. Se a gente tenta forçar o modelo mina mais separação, mais refino no mesmo projeto de terras-raras, a gente perde eficiência, a gente aumenta o capex, a gente dificulta o financiamento, a gente reduz a atratividade para os investidores nacionais e internacionais.

Em vez disso, o Brasil devia estar dizendo: "Venham instalar plantas aqui! Nós garantimos o *feedstock* [o minério], a gente garante escala e a gente garante um ambiente regulatório sadio e coordenado". Isso seria, de fato, uma política industrial robusta para atrair a transformação mineral para esse setor.

Isso que eu estou dizendo também se aplica, de certa forma, aos outros *commodities* que estão sendo discutidos, mas eu vou focar um pouco mais nas terras-raras.

O outro ponto crítico são contratos e mercado. Uma planta de separação de terras-raras corre um risco fortíssimo de saúde financeira por causa da alta concentração do mercado na China. Já aconteceu, em outros momentos da história, de a China baixar drasticamente o preço dos seus produtos, dos seus ímãs de neodímeo, por exemplo, e quebrar as tentativas de implantação de sistemas internacionais.

Sem contratos de longo prazo, essas unidades não se sustentam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, não basta construir plantas. A gente também precisa garantir essa oferta de minério, a compra do produto final, ou seja, a gente precisa ter um *end-user* garantido para esses ímãs e a gente precisa de contratos de longo prazo.

Eu acho que existe um exemplo muito poderoso para isso, que é a Jogmec, do Japão, uma organização estatal japonesa que atua garantindo financiamento, participação e contratos de longo prazo e funciona, basicamente, como garantidora dos contratos e das estruturas do setor de minerais críticos no Japão.

O Governo japonês anunciou, em 2025, apoio a um projeto de separação de terras-raras na França, com aporte financeiro e contrato para assegurar parte relevante da produção ao mercado japonês. Isso não é subsídio desorganizado, é coordenação estratégica. A Alemanha está fazendo algo bastante semelhante, com garantias públicas e instrumentos financeiros.

E o Brasil? O Brasil, inclusive, Senador, já teve uma indústria de terras-raras, de separação de terras-raras. Isso não é tão ouvido assim, mas o Brasil já teve a Orquima, uma indústria de terras-raras que fazia a produção de concentrados de terras-raras a partir de monazita. Essa indústria foi instalada no Brasil em 1945 a 1950, foi nacionalizada durante o início da ditadura militar no Brasil, ou um pouquinho antes, e a gente teve, infelizmente, uma catástrofe. Essa indústria acabou sendo fechada depois de 30 anos, e a gente, hoje, não tem mais produção de concentrados de terras-raras ou de óxidos de terras-raras no Brasil. O Brasil produziu os primeiros concentrados de európio do mundo, que foram usados nos primeiros televisores a cores que foram produzidos lá na Europa.

Então, o caminho mais racional, na minha visão, seria viabilizar minas, garantir produção estável de *feedstock*, direcionar parte dessa produção para o processamento nacional, inclusive capturando recursos internacionais para isso, criar polos industriais concentrados que sejam mais facilmente controlados pela sociedade, pelos órgãos ambientais e outros órgãos de controle, mobilizar centros como os que já foram mencionados, mas também aqueles relacionados ao setor nuclear, como o CDTN, que já tem tecnologias específicas para separação de terras-raras, o Ipen, que está lá em São Paulo, que também trabalha com isso, o Coppe, aqui, no Rio de Janeiro, que tem pessoas trabalhando com terras-raras também, e, principalmente, estruturar contratos de longo prazo com coordenação federal, sem, necessariamente, subsídio, mas com bastante governança. Eu acho que o que realmente falta, Senador, no momento, para o Brasil, ou já, há bastante tempo, nesse setor, é governança.

Então, para resumir, o projeto acerta no objetivo, de agregar valor, mas, infelizmente, eu creio que o mecanismo é equivocado. Do jeito que está, ele pode inviabilizar a mineração, afastar o investimento e não entregar a indústria de que ele gostaria. E, se a gente pesquisar, ou perseguir, por outro lado, a janela do *nearshoring*, a gente consegue o oposto: atrair as plantas, garantir escala, organizar contratos e coordenar nacionalmente.

O Brasil tem a oportunidade real de entrar na cadeia global de terras-raras, mas isso exige muita estratégia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem.

Eu queria agradecer ao Felipe pela apresentação dele. Apesar de ter sido o último, ele trouxe outros aspectos importantes desta discussão e como a gente pode transformar esse PL, realmente, em algo que favoreça a exploração e a agregação de valor de terras-raras aqui no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um aspecto que ele colocou e que ainda não tinha sido colocado foi a questão dos mercados. Não adianta a gente querer dizer que nós vamos produzir aqui se não tem um mercado consumidor, principalmente porque essa questão das terras-raras está inserida nessa disputa de poder mundial entre Estados Unidos e China.

A China deu a largada, tem as terras-raras, partiu para o processamento, e a China, pelas características, vamos dizer assim, do sistema de Governo dela, pode tudo: lá ela pode derrubar preço, ela pode aumentar preço; não vai ter protesto, não vai ter nada, as leis de mercado lá vão de acordo com o que o Xi Jinping gosta. Lá é: se o Xi Jinping gosta assim, a coisa funciona desse jeito.

E os Estados Unidos, mesmo sob o Governo do Presidente Trump, com toda a determinação que ele tem, têm as limitações que uma democracia possui, e eles precisam ter mais acesso a esse mercado das terras-raras, que hoje está dominado pela China. Os Estados Unidos têm a industrialização, mas não têm a produção – quando o Felipe falou ali em *nearshoring*: nós, para os Estados Unidos, somos um *nearshoring* de terras-raras – e, óbvio, o fortalecimento da mineração.

Então, é importante destacar... Eu vi as perguntas que vieram pelo e-Cidadania e considero que elas foram plenamente respondidas aqui, nas diversas apresentações que nós tivemos, mas quero deixar claro para o público que nos acompanha que nós temos aqui a mineração, então aqui eu vou extrair o minério, mas é através da indústria que eu vou refinar, processar e transformar esse minério em algo, realmente, que seja de um valor muito maior do que o minério bruto em si. Nós temos algumas cadeias dessas que ocorrem aqui no país. Da forma como o projeto hoje está construído, ele termina por beneficiar grandes empresas, que têm capacidade de trabalhar em toda essa estrutura, e nós, lamentavelmente, somos um país que se desindustrializou, por políticas erradas que vieram sendo praticadas ao longo dos anos e que eu já citei aqui.

Eu agradeço a todos, porque nos deram uma luz na melhoria desse projeto. A nossa equipe vai se debruçar sobre isso – e é óbvio que eu tenho que conversar com o autor do projeto, o Senador Rogério Carvalho – para que a gente construa um caminho melhor e atinja aquilo que é o objetivo não só do atual Governo, mas principalmente do Estado brasileiro: que a gente aproveite esse potencial extraordinário que nós temos no nosso país.

Agradeço aqui à Sra. Rafaela e a todos que estiveram presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão e Damares Alves, e dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Beto Faro e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, conforme os Requerimentos nº 101, 111, 90 e 106/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª, 4ª e 5ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 51 a 80, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse dos senadores e senadoras membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica ainda o arquivamento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 129 GP/TCU e dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 33 a 42, de 2024, e 1 a 20, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 4ª Reunião da Comissão, realizada no dia 18 de março do corrente, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para a análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 754, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência no programa A Voz do Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4132, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do PL 4132/2025, com as Emendas nº 1 e 2, 4 a 6 e 8 a 10–CMA, e com acolhimento das Emendas nº 3 e 7-CMA, na forma da emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2, 4 a 6 e 8 a 10–CMA/CCT, e com acolhimento das Emendas nº 3 e 7-CMA, na forma da Emenda nº 11-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 418, de 2021 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 519, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio Branco, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 455, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 190, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 559, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lopes e Rosemberg Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 515, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Passos, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 540, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 83, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Caririense para explorar serviço de radiodifusão sonora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

frequência modulada no Município de Farias Brito, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 913, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 87, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 88, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Total – Comunicação, Publicidade e Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1080, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 412, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Imprensa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracaju, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 680, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nordestina Asa Branca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 549, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mococa, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 61, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parintins, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo n° 322, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cunha, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 323, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 173, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 496, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Boa Vista FM de São Sebastião da Boa Vista do Marajó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 528, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sarandi, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 153, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Aurora de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraquara, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 150, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 106/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 4737/2023, que “altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho– CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários” seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 3, de 2026,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimento, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura. **ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 7, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 3/2026-CCT, destinada a debater o papel da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimento, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura, com a inclusão do convidado Rodrigo Saraiva Marinho, do Instituto Livre Mercado. **ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 8, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura. **ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 9, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura. **ITEM 31 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 10, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura. **ITEM 32 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 11, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 33 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 12, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Confúcio Moura. **ITEM 34 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 13, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/08

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Aprovação de ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 3ª, 4ª e 5ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 51 a 80, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse dos Senadores e Senadoras membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica o arquivamento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 129 GP/TCU e dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 33 a 42, de 2024, e 1 a 20, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 4ª Reunião da Comissão, realizada no dia 18 de março do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador ou de membro da CCT para a análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Os itens 1, 2 e de 26 a 34 serão votados pelo processo simbólico, e o item 3 e o 25, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Muito bem.

Há uma inversão de pauta aqui.

Vamos fazer a leitura, em primeiro lugar, do item 2 da pauta.

O Relator é o Senador Sérgio Petecão.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 4132, DE 2025
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura.
Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do PL 4132/2025, com as Emendas nº 1 e 2, 4 a 6 e 8 a 10–CMA, e com acolhimento das Emendas nº 3 e 7-CMA, na forma da emenda que apresenta.
Observações:
1. O projeto foi apreciado pela CMA, com Parecer favorável, com as Emendas nº 1 a 10-CMA;
2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária após a deliberação da CCT.

Para a leitura do seu relatório, concedo a palavra ao Exmo. Senador Sérgio Petecão para a leitura do PL 4.132, de 2025.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Senador Confúcio, primeiramente, agradeço-lhe a gentileza de fazer esta inversão de pauta.

Vamos à leitura aqui do nosso relatório.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, sobre o Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, do Senador Jaques Wagner, que dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), o Projeto de Lei 4.132, de 2025, de autoria do Senador Jaques Wagner, como já foi dito, que institui a Política Nacional de Transformação Digital da Agricultura, para promover a modernização, a tecnologia e a inovação ao setor agropecuário, com ênfase na ampliação da conectividade rural, na capacitação digital, no estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação e na disseminação de soluções tecnológicas aplicadas à produção agrícola.

A proposição estrutura um marco nacional para o tema, definindo conceitos relevantes, como agricultura digital, transformação digital, conectividade rural e laboratórios de inovação agropecuária.

O projeto anuncia princípios que norteiam a política pública, entre os quais se destacam a sustentabilidade, a inclusão digital e social, a inovação e a cooperação federativa, bem como preocupações com o uso ético e seguro das tecnologias, a proteção de dados e a segurança da informação e de sistemas.

No plano dos objetivos, a iniciativa busca democratizar a conectividade rural; promover capacitação digital e difusão tecnológica; incentivar as pesquisas, o desenvolvimento e a inovação; apoiar modelos de negócios e ecossistemas de inovação; fortalecer a governança e o uso de dados em recursos naturais para subsidiar pesquisas e políticas públicas; promover rastreabilidade e certificação digitais; e apoiar a transição ecológica por meio de tecnologias digitais.

Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de ir direto aqui já ao nosso...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode ir direto ao voto já.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vou direto ao voto, tá, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, com as seguintes Emendas nºs 1 a 2, 4 a 6 e 8 a 10 – CMA, e com acolhimento das Emendas nºs 3 e 7-CMA, na forma da seguinte emenda que ora apresento.

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao inciso XIV do art. 4º do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, a seguinte redação:

"Art. 4º .....

.....

XIV – apoiar a transição ecológica, mineral e energética de sistemas alimentares, e o aprimoramento da eficiência e resiliência desses sistemas, visando a gestão inteligente dos recursos naturais, por meio do uso de tecnologias digitais voltadas a regeneração de ecossistemas, a soberania e segurança alimentar, e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, está em discussão. A qualquer Senador ou Senadora que queira discutir o presente projeto a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Bem, eu concordo com o projeto. O projeto é moderno, bonito e inovador, porque possibilita, inclusive, a prestação de assistência técnica à distância com tecnologia rural. Acho que o projeto é bacana, é maravilhoso, oportuno, muito bem-feito. Minha posição é favorável. (*Pausa.*)

Não tendo mais nenhum Senador que queira discutir, vamos para a votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores presentes ou mesmo à distância, remotos, que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como não há nenhuma manifestação contrária, aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para decisão terminativa.

Vamos dar continuidade.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 754, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência no programa A Voz do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. O projeto foi apreciado pela CDH, com Parecer favorável;

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, a proposição tem como núcleo normativo a determinação de que, no tempo destinado à retransmissão do programa A Voz do Brasil, programa mais amado que nós temos no Brasil, seja reservado um minuto para a divulgação de informações sobre os serviços das redes de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres dentro do tempo reservado à Câmara dos Deputados.

Importante observar que não se amplia a duração total do programa nem se altera a distribuição de tempo entre os Poderes da República – tão somente usar o tempo que já é da Câmara.

Trata-se de medida de natureza essencialmente informacional e de baixo custo operacional, mas com elevado potencial de impacto social, por três razões.

Primeira, Presidente: a veiculação sistemática, em programa de grande capilaridade territorial, de informações sobre serviços de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres – como o Ligue 180 – contribui para reduzir a subnotificação dos casos de violência doméstica – e as pessoas vão decorar esse número.

Segunda: A Voz do Brasil conserva relevância singular no ecossistema de comunicação brasileiro. Apesar da expansão da internet e das redes sociais, o rádio permanece como principal meio de informação para parcelas expressivas da população brasileira.

E terceira, Presidente: conforme já salientado lá na CDH, porque ele passou com louvor na CDH, a iniciativa se harmoniza com a política pública federal de enfrentamento à violência contra a mulher.

A medida dialoga com o Programa Mulher Viver sem Violência, regulamentado pelo Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023, e com o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Do ponto de vista setorial, a alteração proposta não compromete a flexibilidade editorial do programa A Voz do Brasil nem o espaço de manifestação institucional dos Poderes da República.

Contudo, Presidente, destaca que a previsão legal de divulgação de conteúdo de utilidade pública em veículos de radiodifusão é compatível com a natureza desses serviços, diante do caráter público das radiofrequências e da função social das concessões públicas de comunicação.

Já sonhando em ouvir o povo do Marajó – veio o povo do Marajó todo escutando, 180, em A Voz do Brasil –, diante disso e por todas as razões apresentadas, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 754, de 2023, da ilustre Deputada Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu coloco em discussão o presente projeto lido pela Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a minha manifestação, Senadora Damares, é favorável. Acho inteligente. A Voz do Brasil penetra em todos os cantos do Brasil, até mesmo no Brasil mais profundo, mais distante, nos lugares mais isolados, o pessoal escuta A Voz do Brasil.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu acho que o feminicídio hoje é, no Brasil**,** um problema endêmico, cruel e desafiador. E a senhora coloca no seu relatório esse componente novo de comunicação.

Parabéns pelo seu relatório.

E, assim, lido e discutido o relatório, vamos à votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com louvor. (*Risos.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para a devida destinação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Damares, o seu item é qual agora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você quer ler? Pode ler agora.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu queria, porque eu tenho um compromisso lá no gabinete e aqui é super-rápido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Espera aí, deixe-me ver qual é o seu aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É o item 4. Perfeito.

Item 4 da pauta, invertido por colaboração e concessão da Senadora Damares Alves.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 519, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio Branco, Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Eu concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Petecão, para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – O.k., Presidente. Já gradecendo a V. Exa. e à minha colega Senadora Damares, até porque essa é uma rádio lá da minha cidade Rio Branco.

Relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 519, de 2024, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no Município de Rio Branco, capital do Estado do Acre, onde eu nasci e me criei, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 519, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no Município de Rio Branco, Estado do Acre, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório pelo Senador Petecão, eu coloco em discussão a matéria.

Algum Senador ou Senadora quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal.

Ela ficará sobrestada para votação em bloco, com os demais projetos a seguir.

Então vamos dar continuidade.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 540, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

É da relatoria do Senador Efraim Filho.

Eu solicito à Senadora Damares para fazer a leitura *ad hoc* do presente projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou pedir permissão, como já está publicado o relatório, para ir direto à análise e ao voto.

A proposição, Presidente, é de competência exclusiva do Congresso Nacional e é oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Registramos, ainda, apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 2.854, de 2015.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 540, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara, apenas com a emenda que eu apresento, colocando a denominação Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Nenhum dos Senadores desejando falar, está em votação simbólica... (*Pausa.*)

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico...

Não está aberto já? O painel? (*Pausa.*)

A votação é simbólica... Na realidade, é nominal. Sendo nominal, a gente vai ficar no bloco das votações posteriores.

Está bom. Vamos em frente.

Muito obrigado, Senadora Damares.

Vamos aqui ao item 3 da pauta. Vamos, então, fazer uma mexida aqui, para atender à Senadora Damares.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 418, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Bem, o item 3 da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2021, da Senadora Damares Alves, a quem eu concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir para a análise...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... informando que a proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com a legislação.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 418, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 418, de 2021, não evidenciou violação da legislação, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos, Presidente, pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria.

Aos Senadores e às Senadoras que queiram discutir a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Parlamentar que queira se manifestar, esta votação será nominal.

Vamos deixar todas elas em bloco, para a votação posterior.

Vamos agora para os itens 11, 12 e 13.

Vamos para a frente. (*Pausa.*)

Hoje a Senadora Damares vai ficar rouca de tanto relatar, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Itens 11, 12 e 13.

Do Senador Efraim Filho o item 11; Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2024, do Senador Efraim.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 83, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Caririense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Farias Brito, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A Senadora Damares vai *ad hoc* fazer o relatório.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Também vou à análise, porque o relatório já está publicado, informando que essa também é uma proposta oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame e atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria nenhum preceito ou princípio da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está perfeitamente em consonância com a legislação.

O voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 83, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Caririense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Farias Brito, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Algum Senador ou Senadora deseja usar a palavra para comentar? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal e ficará para posterior votação em bloco.

Item 12 da pauta, também de autoria da Senadora Eudócia. A relatoria *ad hoc* é da Senadora Damares Alves; é o PDL nº 913, de 2021.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 913, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Em virtude da publicação do relatório anteriormente, Presidente, eu vou direto à análise, informando que é uma proposta oriunda da Câmara dos Deputados, que se destina a aprovar um ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria nenhum dispositivo legal.

O exame da documentação, feito na Câmara e feito aqui também, que acompanha o PDL nº 913, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois de todo o exame da documentação que acompanha o PDL nº 913, de 2021, foi comprovado que não há violação da legislação, não havendo necessidade de reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente, já avisando que eu vou passar na porta dessas rádios todinhas, bater na porta e pedir que eles falem do 180 também. Não é isso, Teresa?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Senadora Damares.

Foi lido o relatório.

Concedo a palavra para discussão.

Eu quero aproveitar aqui não para discordar do projeto; eu quero apenas fazer um comentário de ordem geral, Senadora Damares. É o seguinte: as rádios comunitárias no Brasil hoje não têm patrocínio. A gente encontra algumas rádios que são entidades, vai mudando de diretores, e elas vão entrando em decadência; às vezes, queima um transmissor, queima um aparelho ali dentro, e elas não têm dinheiro para fazer esse reparo e, com isso, muitas fecham.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que é uma pena, né?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É uma pena. Uma rádio comunitária é muito importante nas pequenas comunidades, ou mesmo nas capitais, nos bairros é importante.

Então, nós temos que encontrar uma alternativa de sobrevivência legítima, legal, bonita. Eles usam subterfúgios para poder anunciar uma contribuição; não se pode falar em patrocínio, não é? A gente aprova aqui grande parte de rádios comunitárias, e a metade é fechada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que pena, né?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É fechada. Então, raras, raras continuam bonitinhas, arrumadinhas, cheirosas – poucas, poucas, poucas.

Então, antes de ter aí... A senhora, que defende a rádio, e eu, que também defendo, vamos encontrar um mecanismo de conversar, para ver como é que sobrevivem essas rádios, com patrocínio mesmo, patrocínio do bar, da lanchonete, coisas pequenas, da comunidade; não é de grandes conglomerados, porque nessas cidades não tem as grandes lojas, *shoppings* que vão financiar. São os botecos mesmo que financiam, barbeiro, barbearia, manicure... Tudo para divulgar. Eles pagam ali R$ 50, R$100, para poderem fechar o mês deles. Eles não recebem nada. É muito difícil a manutenção da rádio. Temos que encontrar uma alternativa de sobrevivência para as rádios comunitárias brasileiras. Não estou... Nada contra o seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É só de ordem geral.

Mas, assim sendo, a votação é nominal – é nominal.

Não havendo quem queira discutir – eu só fiz um comentário de ordem geral –, a votação fica em globo, para votar todas juntas.

Item 13 da pauta. Eu acho que agora é a Senadora Eudócia. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O item 13 da pauta é o Projeto de Decreto nº 87, de 2024, de autoria da Senadora Dra. Eudócia, lá do Estado de Alagoas.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 87, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Eu concedo a palavra à Senadora Damares, mais uma vez, para leitura do relatório *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é uma alegria fazer essa leitura *ad hoc*. O relatório foi publicado. Muito bem-feito o relatório da Senadora Eudócia. Então, eu vou direto à análise.

A proposição também é oriunda da Câmara dos Deputados e destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame. Atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos legais, nenhuma lei e, tampouco, a Constituição Federal.

Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O voto, Presidente, é que, após o exame completo da documentação que acompanha o PDL nº 87, de 2024, não se evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Opinamos, assim, pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense – olha aí – Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapajé, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. Mais uma no nosso Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Maravilha. Muito bem.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Ao Senador ou à Senadora que queira discutir a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira falar, a votação será nominal, em bloco, posteriormente.

O item 14 da pauta é o PDL 88, de 20218, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Concedo a palavra à Senadora para a leitura do seu relatório.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1080, DE 2021
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Também é pertinente a rádios comunitárias, desta feita, no Município de Caetés, onde o Presidente Lula nasceu, no Estado de Pernambuco.

Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-G, inciso VI, cabe à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com a aprovação do Ato do Presidente nº 22, de 28 de outubro de 2025, as competências da CCDD passaram a ser exercidas pela CCT, mantida a decisão terminativa atribuída pelo despacho original. Assim, compete a este Colegiado deliberar a matéria em tela. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.080, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.080, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senadora Teresa Leitão, a senhora fez a leitura do item 15, mas não tem problema nenhum, não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Desculpe, eu fiz a leitura do item 14.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não tem problema. A senhora acabou de ler o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.080, de 2021.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, eu estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, para efeito de notas taquigráficas...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Certo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ...que se registre aí que a leitura que acabou de ser feita é do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.080, de 2021, item 15, da Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, o que eu estou como item 15 vai ser item 14?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, exatamente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Coloco em discussão a matéria.

Algum Senador ou Senadora quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira falar, está encerrada a discussão.

A votação será nominal, em bloco, posteriormente.

Agora eu volto ao anterior, Senadora Teresa, volto ao item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 88, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Total – Comunicação, Publicidade e Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra à Senadora para a leitura.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Também vou direto ao voto.

Refere-se ao Município de Formosa, confere, da Bahia?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Formosa, da Bahia, Formosa do Rio Preto, perto de Barreiras.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 78, de 12 de fevereiro de 2015, que deferiu a outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. É só uma adequação à nova estrutura ministerial.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 88, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Total - Comunicação, Publicidade e Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2018, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Senadora. Muito obrigado.

Bem, lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal e oportuna.

Agora vamos ao item 20.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Estou com dois do Senador Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senadora Teresa, vamos ao item 20, a senhora vai ser *ad hoc* para mim. É do Senador Esperidião Amin. A senhora vai pegar agora uma embalada aí também. É o item 20 da pauta. Pode ir lá.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 322, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cunha, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A Senadora Teresa Leitão é a Relatora.

A senhora está com a palavra, Senadora, por gentileza.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Muito bem. Sou relatora *ad hoc*, e o Relator é Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Também vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode ir direto ao voto, porque, em assuntos de rádio, a análise é quase igual.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É quase igual. Já posso passar para... Mesmo na análise, posso passar para o essencial, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Coube à CCDD buscar, junto ao Poder Executivo, a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que disciplina a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Em resposta ao questionamento apresentado, a Nota Informativa nº 73/2025 do Ministério das Comunicações afirma que o processo de renovação da outorga ocorreu em conformidade com as orientações jurídicas vigentes, não havendo impedimentos que inviabilizassem o deferimento do pleito.

Esclarece ainda que não foram identificados registros de infração relativos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos, em violação ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, mediante os esclarecimentos prestados, consideramos satisfeitas as condições previstas na legislação para a aprovação do PDL nº 322, de 2019.

Da mesma maneira, no que tange à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, cumpre informar que o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está plenamente atendido.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.168, de 9 de maio de 2016, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações, o mesmo que aconteceu no projeto lido anteriormente.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Então, foi lido o item 20 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2019, de autoria do Senador Esperidião Amin e relatoria *ad hoc* da Senadora Teresa Leitão.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Algum Senador ou Senadora deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, a votação será em bloco, oportunamente. (*Pausa.*)

A Senadora Damares fará a leitura *ad hoc* do item 21 da pauta, de relatoria do Senador Esperidião Amin.

A senhora pode fazer a leitura.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 323, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A relatoria é do Senador Esperidião Amin. Fará a leitura *ad hoc* a Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Vou direto à análise.

É uma matéria também oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame. Atende a todos os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Assim, voto, Sr. Presidente.

Após o exame da documentação que acompanha o PDL nº 323, de 2021, que não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula (Ascofran) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. A Senadora Damares acabou de fazer a leitura do relatório.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que queira discutir, a votação será nominal, em bloco, daqui a pouco.

Eu consulto a Senadora Damares, a senhora tem mais algum?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem mais dois, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem mais dois?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho o 24 e o 25. A Teresa lê antes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, vamos aproveitar que ela está aqui.

Depois, Senadora, ao sair, já, já teremos a votação, e eu ligo para a senhora para a votação, está bem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Tá. A Teresa pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, a Senadora Damares continua com a palavra e depois a Senadora Teresa volta aos debates.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem o do Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Certo. Esse aqui é do Flávio Arns, é o item 24.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 528, DE 2023
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sarandi, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

É de relatoria do Senador Flávio Arns. Leitura *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Eu vou diretamente à análise, Sr. Presidente, de forma resumida.

É uma matéria oriunda da Câmara dos Deputados. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, também observa-se que o projeto atende aos dispositivos da Lei Complementar nº 95.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame de toda a documentação que acompanha o PDL nº 528, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sarandi, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Então, foi lido o Projeto 528, *ad hoc*, pela Senadora Damares, de autoria de Flávio Arns.

Lido o relatório, está em discussão a matéria.

Os Senadores que queiram se manifestar... (*Pausa.*)

Não havendo, a votação é nominal, fica, em bloco, para posterior votação conjunta.

O Senador Rogério está pedindo aqui para fazer a votação.

Está em votação lá, não é?

A Senadora Damares vai só ler um... É rapidinho. Ela vota em um minuto e aí passo a palavra com a anuência da Senadora Teresa, é lógico.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 153, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Aurora de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O projeto é de relatoria *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A proposta é oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar ato do Poder Executivo. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com a legislação.

Assim sendo, Presidente, o voto é: depois de examinada toda a documentação que acompanha o PDL nº 153, de 2024, que não se evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Aurora de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraquara, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Nenhum Senador se manifestou.

A votação será nominal, em bloco, daqui a pouco.

O item 16, com a devida permissão e anuência da Senadora Teresa Leitão...

O Senador Rogério Carvalho tem uma votação na Comissão de Constituição e Justiça, então, passo a palavra para...

Item 16, projeto...

Senadora Damares, daqui a pouquinho a gente liga para a senhora para a votação, tá? Está bem. Muito obrigado à senhora, viu?

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Imprensa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A relatoria é do Senador Rogério Carvalho, a quem eu concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado por antecipar aqui essa votação. E quero agradecer também à Senadora Teresa Leitão.

Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 412, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 412, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Imprensa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira se manifestar.

Em votação nominal, em bloco, daqui a pouco.

Vamos em frente, Senador Rogério Carvalho.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 680, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nordestina Asa Branca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, sob exame, atende a todos os requisitos constitucionais, nada havendo pois a objetar no tocante à sua constitucionalidade material, ou seja, preenche todos os requisitos formais e todo o regulamento para apreciação e votação aqui na Comissão do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 680, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Nordestina Asa Branca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Nacional, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Senador.

Eu fico satisfeito porque sou tocantinense. Eu sou lá de Porto Nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O senhor é de lá?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sou vizinho de Porto Nacional.

Bem, lido o relatório, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal e oportuna.

Item 26, Senador Rogério. Vamos aguardar aí porque o senhor já termina a sua maratona.

Deixe-me pegar aqui para a gente já liquidar todos esses assuntos.

O item 26 está aqui.

ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 150, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 106/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 4737/2023, que "altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho– CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Autoria do Senador Rogério Carvalho, a quem eu concedo a palavra.

É o item 26.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Na verdade, requeiro, nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que a audiência pública, objeto do Requerimento 106/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 4.737/2023, que "altera o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir as condições em que não se configura relação de emprego entre prestadores de serviços e plataformas tecnológicas de intermediação com usuários" seja incluído o seguinte convidado: representante do Ministério Público do Trabalho. Na verdade, nesta audiência que está programada, incluir o representante do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório pelo Senador Rogério Carvalho, eu ouço o Plenário, os Senadores e as Senadoras que queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma oposição, a votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esse requerimento já está aprovado. O.k.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

O item 34, da maratona do Senador Rogério Carvalho, é o Requerimento nº 13, de 2026, de autoria e relatoria dele.

ITEM 34
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 13, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Eu concedo a palavra ao Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, peço a inclusão do Sr. André Lucas Fernandes, representante do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife; do Sr. Felipe Rocha da Silva, Diretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet; e do Sr. Igor Britto, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, para participar da audiência pública que é objeto desse requerimento, que vai discutir sobre a disposição da regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial. A ideia é que essas pessoas possam participar dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Rogério.

Olha, os Senadores que queiram se manifestar sobre a natureza do requerimento do Senador Rogério que se manifestem ou não. (*Pausa.*)

Há silêncio. Então, a votação será simbólica.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento do Senador Rogério Carvalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Item 22. Vamos lá, vamos em frente.

Senador Rogério, daqui a pouquinho a gente liga para a votação. Tem muitas votações.

Item 22.

Vamos voltar para a Senadora Teresa Leitão. Muito obrigado à senhora pela tolerância. Aguente firme. A senhora agora é Líder do PT, não é?, está acostumada. Agora vai ficar no Plenário em pé muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é. Já sumiu lá para a senhora, não é?

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 173, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Beto Faro
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O Projeto de Decreto Legislativo 173, de 2024, é de autoria do Senador Beto Faro e a leitura do relatório será *ad hoc* pela Senadora Teresa Leitão, a quem eu concedo da palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Vou direto a uma análise resumida, porque o início é sempre todo igual, não é?

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 173, de 2024, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 173, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Senadora Teresa.

Lido o relatório, eu passo a palavra ao Senador ou Senadora que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal, oportunamente.

Item 23 da pauta, com a Senadora Teresa Leitão de novo.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 496, DE 2023
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Boa Vista FM de São Sebastião da Boa Vista do Marajó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A relatoria é do Senador Beto Faro, e o relatório *ad hoc* será lido pela Senadora Teresa Leitão.

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Perfeitamente. Vou fazer o mesmo procedimento, com a sua autorização.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O mesmo procedimento. Está ótimo. Perfeito.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 496, de 2023, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 496, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Boa Vista FM de São Sebastião da Boa Vista do Marajó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu concedo a palavra a quem queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste, a votação será nominal daqui a pouquinho.

Item 32 da pauta.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É um requerimento meu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Deixe-me ver aqui, chegar nele.

Item 32.

ITEM 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 11, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

De autoria da Senadora Teresa Leitão, que está presente e vai fazer a leitura.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Referente a aditamento, Presidente, de convidados para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 6, de 2023, desta Comissão, com o objetivo de instruir o PL 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. André Lucas Fernandes, representante do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); o Sr. Felipe Rocha da Silva, Diretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin); a Sra. Lori Regattieri, conselheira estratégica na Green Screen Coalition; o Sr. Cacique Roberto Anacé, representante da comunidade indígena Anacé, de Caucaia (CE); a Sra. Paz Peña Ochoa, Fundadora e Coordenadora do Instituto Latinoamericano de Terraformación (Chile); o Sr. Rárisson Sampaio, Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Eu justifico isso, Sr. Presidente, porque a demanda em análise é muito abrangente. Ela contempla não apenas aspectos energéticos e de infraestrutura, mas também suas implicações jurídicas, sociais e ambientais. Mexe com muita coisa. E alguns desses institutos, dessas organizações da sociedade civil, atuam com reconhecida competência na área de direito digital, de política ética e da tecnologia, da ética na tecnologia. Por isso que eu solicito que sejam todos envolvidos, porque extrapola as nossas fronteiras territoriais essa questão da inteligência artificial e da tecnologia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esse é um admirável mundo, né? Admirável mundo novo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, então vamos em frente. A palavra é concedida a quem queira discutir o relatório. Pedido da Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, a votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, a Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Senadora Teresa, agora chegou a minha vez de fazer os meus relatórios. A senhora sente aqui no meu lugar enquanto eu cuido aí embaixo, tá? Fique aqui um pouquinho. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Passamos, então, ao item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 455, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, esses três relatórios são... Nenhum tem emenda. Deixe-me olhar aqui todos eles. Sem nenhuma emenda. Sem nenhuma emenda. Os três são sobre concessão de emissoras de rádio, sem nenhuma emenda, sem nenhuma alteração. Então, todas as formalidades dos três foram cumpridas – eu estou observando aqui –, tudo certinho. É protocolar a análise semelhante dos três itens.

Eu vou ao voto simultâneo. Eu vou só ler.

O primeiro item é o projeto... Aqui não fala o número dele. É só anunciar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o Projeto de Decreto Legislativo 455.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É o 455. O outro é...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o 190, que é o item 6.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E o item 7, também de sua relatoria, é o 559.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, lidos os três relatórios, os três projetos, eu vou direto aos votos.

O voto do primeiro, do item 5: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 455, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto do item 5.

O item 6, logo a seguir... Vota-se tudo em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode passar diretamente para o item 6, o PDL 190, de 2024. Depois votaremos todos em bloco.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 190, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

O item 6, o Projeto de Decreto Legislativo 190, de 2024, não evidenciou nenhuma alteração. Opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Universidade Federal de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, passamos direto, então, Senador, ao item 7, uma vez que serão votados em bloco.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 559, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lopes e Rosemberg Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 559, de 2024, não evidenciou nenhuma alteração em contrário, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada a Lopes e Rosemberg Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Os três projetos relatados, a votação será em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a Presidência... (*Pausa.*)

Ainda tem?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Traz aqui. (*Pausa.*)

Mas rapidinho eu leio.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então vamos em frente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos em frente. É rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Até 15 para meio-dia eu tenho liberação para ficar aqui, a seu dispor. (*Pausa.*)

Então vamos para o item 8, Senador.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 515, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O senhor vai ler *ad hoc*. A relatoria é do Senador Izalci Lucas, o senhor relata *ad hoc*.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 515, de 2023, não evidenciou alteração quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, eu opino pela aprovação da outorga e permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Anápolis, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lidos o relatório e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, o relatório será nominalmente votado em bloco, com os demais.

Ainda tem um *ad hoc* para V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Qual é o item?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Item 9, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, a gente passa para o item 9, também de relatoria do Senador Izalci Lucas.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 287, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Passos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, da mesma forma, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Passos, Estado de Minas, lá perto de Furnas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lidos o relatório e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Não havendo quem queira discutir, passaremos a considerá-lo na votação nominal.

Vamos para outro *ad hoc*.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 549, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Relatoria original do Senador Chico Rodrigues.

Passo a palavra *ad hoc* para o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Documentação correta, sem nenhum reparo. Opino pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mococa, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

Não havendo quem queira discutir, será submetido à votação nominal em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem ainda um *ad hoc*, Senador Confúcio. É o item nº 19, PDL 61, de 2024, que também estava com a relatoria original do Senador Chico Rodrigues.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 61, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parintins, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passa a palavra a V. Exa. na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Eu opino pela aprovação do ato que outorga permissão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Parintins, Estado do Amazonas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sra. Presidente, favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, também o PDL 61 será submetido à votação nominal.

E, agora, terminados todos os PDLs, Senador, nós temos alguns requerimentos para V. Exa. subscrever e darmos conta de todos eles, pode ser? É o item 27, o item 28, o item 29, o item 30, o item 31 e o item 33.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Vamos em frente. Eu vou subscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos lá.

ITEM 27
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 3, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimento, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Perfeito, Sra. Presidente.

O Senador Marcos Pontes solicita, requer aqui a inclusão na audiência pública de mais convidados para discussão sobre petróleo e gás e outros instrumentos estratégicos de eficiência energética. Ele inclui o nome de Marcos Cintra, Presidente do Pensar Energia; de Hugo Manoel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marcato Affonso, Coordenador de Campos Maduros e de Economicidade Marginal Marítimos da Agência Nacional de Petróleo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – é o nome de Hugo Manoel Marcato Affonso; da Sra. Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora de Estudos do Petróleo e Gás da Empresa de Pesquisa Energética; do Sr. Marcio Felix, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás; do Sr. Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo; do Sr. Francisco Bulhões, Gerente Executivo de Relações Institucionais da Prio.

Ele justifica tudo isso aqui, desenvolvendo pessoas capazes de facilitar e instruir mais o debate.

Essa é a leitura do requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada. Aceito o requerimento.

Senador, tem mais um item, que é o item 28, também subscrição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu botei em discussão, mas não houve quem quisesse discutir.

O item 28 também é um requerimento.

Aprovado o requerimento.

Vamos para o item 28, Requerimento nº 7, também do Senador Marcos Pontes.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 7, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 3/2026-CCT, destinada a debater o papel da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimento, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Perfeito.

O requerimento do Senador Marcos Pontes propõe a inclusão na audiência pública de representante do Ministério de Minas e Energia e sugere o nome de Rodrigo Saraiva Marinho, do Instituto Livre Mercado.

É só esse. Está feita a leitura, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Lido o requerimento, votação simbólica. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos para o item nº 29, subscrição do Requerimento nº 8, de autoria do Senador Carlos Portinho.

ITEM 29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 8, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) e outros

Concedo a palavra ao Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Bem, o Senador Carlos Portinho propõe a inclusão da representação da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Ele não sugere o nome; é apenas um representante. Posteriormente, ele deve colocar o nome desse representante. E também representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Está lido o requerimento do Senador Carlos Portinho, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Consulto se alguém quer usar a palavra. (*Pausa.*)

Votação simbólica. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Passo para o item nº 30, Requerimento nº 9, do Senador Esperidião Amin.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Bem, o Senador Esperidião Amin sugere também a inclusão, no debate sobre inteligência artificial, de um representante da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage).

Lido o relatório, Sra. Presidente... O requerimento, aliás.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Requerimento lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Item 31, novo requerimento do Senador Esperidião Amin, Requerimento nº 10.

ITEM 31
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 10, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Concedo a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sobre o mesmo assunto, sobre *data centers* de inteligência artificial, o Senador Esperidião Amin sugere a inclusão, na audiência pública, de representante da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget).

É esse o requerimento, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Requerimento lido.

Consulto se alguém quer discutir. (*Pausa.*)

Votação simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passamos, então, Senador...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Chico Rodrigues...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... ao último requerimento da nossa longa pauta de 34 itens.

Peço ao Senador Confúcio para ler o item 33, referente ao Requerimento nº 12, do Senador Chico Rodrigues.

ITEM 33
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 12, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR) e outros

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – O Senador Chico Rodrigues dispõe sobre regulamentação de *data centers* – mesmo assunto, que é bem polêmico e novidade, que é regulamentação de *data centers* de inteligência artificial. Ele sugere um nome para incluir em audiência pública, no debate, que é o representante da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto e também o representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. É repetitivo porque alguém, anteriormente, já solicitou, mas deixo como está.

Então, está lido o requerimento do Senador Chico Rodrigues.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Lido o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Confúcio para os encaminhamentos pertinentes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade agora às votações nominais.

Em votação os projetos constantes dos itens de 3 a 25, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Vamos abrir o painel, por favor, para a gente buscar os votos. É muita coisa.

Pode abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, vamos lá.

Quem concorda com os votos dos Relatores, vota "sim" aos projetos já lidos.

Os Senadores já podem votar.

A Senadora Teresa pode votar.

Agora vamos mobilizar todas as assessorias, os Senadores... O Petecão estava aqui.

Muito obrigado, Senadora Teresa. Agradecido pelo voto e pela contribuição. Foi maravilhoso. Agora é o trabalho braçal de ir atrás dos votos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente. Vamos ligando, vamos chamando essas assessorias.

Pessoal do Efraim, lá do gabinete, por favor, peça ao Senador Efraim para votar. Ele deve estar na Comissão de Constituição e Justiça.

Da Ivete da Silveira, a mesma coisa. Minha vizinha lá. Vamos lá, pessoal da Senadora Ivete.

Eu tenho que votar também? Não.

Alessandro Vieira também está na Comissão de Constituição e Justiça.

Esperidião Amin também está lá, com certeza. Está fácil.

A Dra. Eudócia não sei onde ela está, mas vamos votar.

Hamilton Mourão já votou. Está vendo?

Damares estava aqui agora mesmo.

Senadora Damares, por gentileza.

Gabinetes aí, vamos ajudar aqui a Comissão de Constituição e Justiça, gente. Estamos em votação.

O Rogério Carvalho tem projeto para ser aprovado. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça. Algum assessor está lá ouvindo? O pessoal que está no gabinete também está me ouvindo, por gentileza? Liga lá para a assessoria que está no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

O Weverton também está lá.

Todo mundo está na Comissão de Constituição e Justiça.

Nelsinho Trad já deve estar na Comissão de Relações Exteriores.

O Wellington Fagundes está na agricultura, ele é mais do agro.

Damares estava aqui agorinha mesmo.

Vamos, gente, vamos. A gente não pode ficar aqui até 2h da tarde, não. Então, vamos trabalhar.

Petecão.

Vamos pegar o telefone e ligar para esse pessoal? Vamos ligando, vamos ligando. Vamos ligando. Deixe-me ver se eu acho alguns aqui no telefone.

Vou ligar para o Alessandro aqui. (*Pausa.*)

Eu quero agradecer a presença honrosa do brilhante Consultor Legislativo deste Senado, Dr. Luiz Fernando Fauth, que deve ter elaborado toda essa papelada. Eu espero não ter decepcionado o senhor, tá?, nas leituras relâmpagos aqui.

Eu acho que vou ligar aqui. Vou ligar. Cadê o Alessandro?

A Senadora Damares já vota, está ali no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vai ligando aí que eles atendem, vai ligando. A gente tem que perturbar o pessoal, senão não vota. Cada um está num canto. (*Pausa.*)

Tá, tá bom.

Dez? (*Pausa.*)

Liga lá no gabinete. Esperidião sempre vota rápido, né?

Damares é porque está lendo um relatório agora ali na Comissão.

Se a gente precisar, vai alguém daqui lá na Comissão de Constituição e Justiça e vai de ouvido em ouvido falando com o pessoal. Lá deve ter uns quatro ou cinco. Se a gente for lá, rapidinho a gente completa isso aqui. (*Pausa.*)

A CCJ, isso mesmo. (*Pausa.*)

Exatamente.

Então, Rogério Carvalho...

Acho que vamos ter que ir lá na Comissão. Vá lá, Isis, na Comissão de Constituição e Justiça, ou o Flávio. Vá lá, Flávio. Fale com o Rogério lá para votar, ele estava aqui, e com o Petecão. Todos estão lá, tem uns cinco. Já a gente fecha. Tem que ir lá, tem que ir atrás do voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quórum pela manhã é decepcionante; estamos em época de eleição, não é? Tem que fazer campanha, vamos ter que fazer campanha, temos que ir atrás do bendito voto, e o voto dá trabalho, tem que correr atrás.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Como ele falou comigo aqui agora, tem que botar terror, tocar o terror nas pessoas para a coisa andar. Ficar aqui a manhã todinha e não votar, já pensou? (*Pausa.*)

Obrigado, Senadora Ivete, por você ter vindo aqui, viu? Muito agradecido. Ajude-a a votar.

Agora, o Efraim. A Senadora Ivete já está aqui. Falta o Esperidião.

Olha o Esperidião! Votou agora o Esperidião. Santa Catarina está aqui.

Pronto. O Esperidião votou, a Senadora Ivete está votando.

Agora o Rogério Carvalho tem autoria, tem requerimento dele aqui; tem que votar.

Estamos aguardando a votação do Senador Rogério Carvalho e do Senador Efraim. É, aí fecha. (*Pausa.*)

Obrigado por você ter vindo aqui. Você é maravilhosa, você é a minha vizinha mais ilustre. Eu fico honrado por estar ali pertinho de você para passar sabedoria para mim, tá? É verdade. (*Pausa.*)

Vamos lá, Rogério! Rogério, você não pode me decepcionar. Rogério Carvalho, você tem requerimento aqui, lei sua, né? É, você tem que votar aí, meu irmãozinho.

Já deu os votos aqui, mas o Rogério tem que votar. É questão de honra.

Rogério, eu vou deixar você de lado, viu, meu irmão?

Vamos esperar mais um minuto para o Rogério votar, senão nós vamos encerrar.

Ele tem que votar, porque ele é autor de leis aqui, de proposta, requerimento. É, aí na próxima vez... Cadê o homem? (*Pausa.*) Senão eu não vou encerrar essa votação, se ele não votar ali, e a culpa vai ser sua. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Vamos em frente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É, rapaz! Você era o único aqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é.

Olha aí. Estava só você. Eu não podia encerrar sem a sua votação, rapaz! Estava o coração aqui palpitando forte. (*Pausa.*)

O homem mais bonito do Congresso, invocadão, altão, nordestino arretado, lá de Sergipe. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Agora eu vou encerrar, viu? Votação está (*Falha no áudio.*) ...

Agora vamos ver o resultado do painel.

Muito obrigado, viu? Muito obrigado.

Vamos ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Olha o resultado, que beleza lá!

Resultado: 11 votos favoráveis.

A Comissão aprova os projetos lidos por 11 votos, os projetos constantes dos itens 3 a 25, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Teresa Leitão, Beto Faro, Weverton, Hamilton Mourão e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro e Astronauta Marcos Pontes, conforme os Requerimentos 119, 90, 134 e 86/2026-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC): nº 81 a 88, de 2025, e 1 a 3, de 2026, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das senadoras e dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC) nº 21 a 50, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 5ª Reunião da Comissão, realizada no dia 25 de março do corrente, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 6/2026-CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e subscrito pelo Senador Izalci Lucas (PL/DF), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial, com a participação de Gisele Santos, Diretora de Infraestrutura de Data Center da Everest Digital; Camila Ramos, Vice-presidente de Investimentos e Hidrogênio Verde da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); Carlos Felipe Farias, Vice-presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD); Ronaldo Lemos, Cientista Chefe do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), representante de Rennó Penteado Sampaio Escritório de Advocacia; e Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace). Faz uso da palavra, o senador Styvenson Valentin (PODE/RN). O senhor presidente concede a palavra a Adriano da Rocha Lima, ex-secretário de Ciência e Tecnologia de Goiás. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/153358

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos seguintes Comunicados de Alteração de Controle Societário (CACs): nºs 81 a 88, de 2025, e 1 a 3, de 2026, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Arquivamento de expediente.

A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CACs) nºs 21 a 50, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 5ª Reunião da Comissão, realizada no dia 25 de março do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Pauta.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para instruir o PL nº 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2026, da CCT, de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. (*Pausa.*)

Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Senadores, hoje esta Comissão traz uma discussão bastante relevante. Não bastante nossos conflitos diários, ainda estamos vivendo num cenário de guerra. A história recente do mundo nos mostra que a energia não é apenas um tema econômico; ela também é um tema de segurança, soberania e estabilidade internacional. Conflitos em regiões estratégicas demonstram como a dependência energética pode influenciar decisões políticas e geopolíticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O crescimento da computação em nuvem, da inteligência artificial e da infraestrutura digital elevou enormemente a demanda por energia, especialmente com a expansão dos *data centers*, essas estruturas essenciais para o funcionamento da economia moderna.

Hoje, convidamos a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace); a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD); a Everest Digital; e o escritório de advocacia Rennó Penteado Sampaio.

O objetivo desta audiência é dar prosseguimento a esta matéria que impulsionou a elaboração do Redata (Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter) no Brasil e vem se consolidando como uma grande oportunidade estratégica para o Brasil tanto do ponto de vista tecnológico quanto econômico.

Sendo assim, inicio esta reunião de audiência pública com a expectativa de que nós possamos ter mais conhecimento técnico sobre o tema, a fim de elaborar um relatório mais preciso, mais robusto e de fácil acesso à população brasileira.

Uma boa reunião a todos nós.

Passamos agora a chamar aqui os nossos convidados.

Encontram-se presentes nesta Comissão, e eu convido para vir aqui à mesa: a Sra. Gisele Santos, Diretora de Infraestrutura de Data Center da Everest Digital – por favor, seja bem-vinda, Gisele –; e o Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) – bem-vindo, Paulo.

Encontra-se também presente por meio do sistema de videoconferência, já está aqui presente: Camila Ramos, Vice-Presidente de Investimentos e Hidrogênio Verde da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Ela já se encontra presente? A Camila? Ela não aparece aqui na tela...

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia. Agora sim, Camila. Bom dia. Seja bem-vinda.

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Sr. Carlos Felipe Farias, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia. Bem-vindo, Doutor.

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Sr. Ronaldo Lemos, Cientista Chefe do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), representante de Rennó Penteado Sampaio Escritório de Advocacia.

O SR. RONALDO LEMOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Prazer imenso estar aqui. Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Sr. Ronaldo. Muito bem recomendado pelo nosso ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás. É uma honra...

O SR. RONALDO LEMOS (*Por videoconferência*.) – Grande parceiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Um grande abraço.

Bom, nós vamos dar... (*Pausa.*)

Cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, com tolerância – vai ficar muito a cargo do tempo que vai ser preciso aí para falar, porque o tema é muito importante, esta discussão é muito importante.

Quero aqui dizer aos nossos convidados e àqueles que estão participando desta audiência pública, virtualmente e aqui nesta sala, que já é a terceira audiência pública que nós estamos fazendo aqui na Comissão. Todas as outras duas audiências públicas foram muito proveitosas.

Eu, como Relator desse projeto, confesso a vocês que tenho aprendido mais do projeto nessas audiências públicas. Elas são muito importantes para Senadores e Senadoras terem noção, entenderem melhor esse projeto, essa regulamentação de *data centers*.

É um momento em que não só o Brasil, mas no mundo inteiro se discute *data centers*. E o Brasil tem recebido interesse de grandes grupos de investimentos. Tem vários aqui, tem uma lista enorme já de investimentos que estão sendo feitos, outros que estão aguardando um projeto como esse, a regulamentação, para ter segurança jurídica. A medida provisória foi interessante – viu, Paulo? –, mas os investidores, Gisele, querem ver o quê? Ver um projeto de lei para ter segurança jurídica. Os investimentos em *data centers* não são poucos. Tenho aqui informação do que está sendo construído, que vai ser construído ou já está sendo construído no Ceará: são U$9 bilhões de investimentos. E, no Brasil, há muitos e muitos *data centers*, até mesmo de brasileiros, e em parcerias, que têm interesse de ampliar, e isso para nós é motivo de honra, de orgulho.

Disso aí todos vocês sabem, a gente tem falado muito sobre isso, eu acompanho muito a questão energética no país, e o Brasil oferece todas essas condições, energia limpa. Então, nós temos que aproveitar o momento e deixar um pouco também as picuinhas políticas de lado e pensar num projeto de país. Sei que é um ano eleitoral, às vezes as discussões estão muito acaloradas, mas nós temos que separar muito a questão do que é bom para o país, o que vai trazer riqueza para o país, emprego de qualidade. E eu tenho acompanhado isso.

Gosto de ressaltar e puxar sardinha para o meu Estado de Goiás. Em inteligência artificial, o Estado de Goiás, através da nossa Universidade Federal de Goiás... O primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial está no meu Estado de Goiás – é o primeiro. Nós temos bons professores, mestres, doutores – não sei se o nome é esse mesmo – em inteligência artificial. E o momento é este; em tudo agora só se fala em inteligência artificial.

Eu trabalho muito, Paulo, os que estão nos acompanhando, o Carlos, a Camila, o Adriano e todos que estão nos assistindo, eu direciono muito as nossas emendas impositivas individuais, as que a gente tem, para a área da saúde, principalmente para equipamentos. E é muito bom a gente ver que todos os equipamentos hoje na área da saúde... Se você pega uma ressonância magnética, se você pega uma tomografia computadorizada ou até mesmo um raio-X digital, todos eles vêm com inteligência artificial.

A princípio, tem muita gente assustada, Paulo, porque... O câncer, por exemplo: aumentou muito o diagnóstico de câncer. Mas aumentou tanto o câncer por quê? Tem uma explicação para isso, e eu fui procurar saber, porque eu trabalho muito nos nossos hospitais de combate ao câncer, no Hospital Araújo Jorge, Hospital de Rio Verde, Hospital de Jataí, o Hospital das Clínicas e assim por diante. É que hoje esses aparelhos tão modernos, Gisele, detectam o início de um câncer que antes não se detectava. Por quê? Hoje é com inteligência artificial, então qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coisinha já detecta. E o tratamento vem muito rápido. Então, os hospitais começaram, principalmente ali o Araújo Jorge, o que tem lá em Rio Verde, Barretos e tudo mais... Então, o diagnóstico aumentou muito, mas o tratamento é mais barato, e a cura aumentou bastante também.

Então, essas observações eu gosto de fazer. Como eu acompanho isso e o combate ao câncer há muitos anos, antes mesmo de ser político, e eu tenho colocado alguns desses equipamentos modernos – ressonância magnética, tomografia e tudo mais –, é gratificante ver o quanto as pessoas hoje, em pouco tempo depois, estão curadas, porque se detectou a doença logo no início.

Então, eu quero aqui também agradecer à equipe que vai estar conduzindo este trabalho aqui. Eu fui Presidente desta Comissão... Cadê os nomes? Eu fui Presidente desta Comissão quando cheguei aqui, ao Senado Federal, em 2019, 2020. É uma das Comissões que mais produz no Senado Federal. É por esse trabalho de vocês que nós limpamos a pauta aqui. É motivo de orgulho para mim dizer que passei por aqui, que fui Presidente desta Comissão, pelo trabalho de vocês. E a equipe não mudou, né, Leomar? Estão todos aqui, então: o Leomar, Secretário da Comissão; o Itamar, com os seus óculos ainda meio vermelhos, até hoje, bonito, moderno; o Aguirre – está aqui o Aguirre –; o Felipe; e o Jefferson. Obrigado! E faltou aquela que está ali na taquigrafia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Danielle! A Danielle não é do nosso tempo, mas está aqui. Seja bem-vinda, Danielle.

Esse é o pessoal que faz a Comissão funcionar, que nos auxilia, que nos ajuda.

Bem, como nós temos dois de forma presencial, eu vou passar a palavra aqui... (*Pausa.*)

Bom, eu vou passar a palavra aqui para o Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia).

Nós vamos fazer o seguinte, Paulo: vamos fazer um presencial e um remoto. Se tiver alguém com alguma agenda apertada, pode comunicar que a gente vai organizando aqui. Esta Comissão tem isto: aqui nós não temos a regra definida, não; a regra nós fazemos até mesmo na hora para vocês aí. Então, vocês deem o toque aí para a nossa Comissão.

Paulo, com a palavra. Você tem dez minutos, podendo se estender de acordo com a necessidade e a concordância de todos.

Há Senadores que estão participando remotamente também; em seguida a gente vai falar os nomes deles.

Com a palavra.

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos os presentes, aos meus colegas de mesa aqui, de painel, à Gisele e aos Senadores participantes da Comissão.

Eu começo, Senador, também homenageando o time da Abrace que está aqui: nossa Vice-Presidente Daniela Coutinho, nosso Diretor Fernando Teixeirense, a Beatriz, da equipe do acompanhamento no Congresso, e o Vagner. Estamos aqui para prestigiar e trazer o melhor da nossa contribuição ao evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor falou do Itamar, do Aguirre, do Jefferson, do Felipe. Eu cheguei um pouco cedo e conversei com eles, dizendo assim: "Eu fui vocês em 1989". Em 1989, eu trabalhei aqui na função de assessor da Comissão de Infraestrutura e tive a honra de conviver com o Senador Fernando Henrique e outros Senadores, e isso foi muito importante na minha trajetória de vida, portanto muito respeito ao trabalho dos Senadores e ao trabalho da equipe de apoio ao Senado.

Eu presido a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia. Nós representamos, assim, um quarto do consumo brasileiro, metade do consumo industrial de energia e de gás natural. Nossos associados participam dos mais diversos ramos da economia. E estamos agora com, claro, o *data center* também na nossa base, o que é muito importante para a Abrace.

Na nossa visão, Senador, quero dizer, primeiro, que aqui está acontecendo a democracia de verdade. A democracia não é só o debate político, ou dos direitos humanos; é também o debate das escolhas que nós fazemos para o futuro da sociedade. Eu repito sempre que o Brasil é um país marcado pela sua vocação, pelos seus recursos naturais. Ontem, em um evento, eu dizia: nós nos chamamos Brasil porque começamos exportando uma madeira – era um evento com estrangeiros e eles acharam... –, madeira com a cor da brasa, usada para tingir tecidos na Europa; e exportamos café, exportamos soja, exportamos ouro, muitas vezes agregando pouco valor na nossa economia, e isso explica muito da desigualdade do país. E hoje a Abrace tem repetido isso em todos os fóruns do Governo e agora, com a proximidade da campanha eleitoral, pautando a visão de que a grande oportunidade do Brasil está na base mineral e agrícola do país e na energia que pode ser limpa e barata.

Mais ainda, hoje, com as tensões do mundo, com a crise no Irã, com o aumento do custo das incertezas, das inseguranças, o Brasil, que é um país seguro, pode ter uma estratégia de desenvolvimento produzindo para o mundo produtos verdes e competitivos, porque aqui a energia renovável é também a mais barata. E, infelizmente, Senador, nós temos estragado esse potencial não só para os *data centers*, mas nós temos comprometido a nossa capacidade de entregar energia barata não só para as pessoas, mas também para a produção.

E aí, como Abrace, Senador, eu lembro que muitas vezes é um erro – e, às vezes, politicamente isso é provocado – colocar a energia para a produção como se ela estivesse em oposição à energia das pessoas. Nós sempre lembramos que um brasileiro consome, todos os meses, duas vezes mais energia nas coisas que ele compra do que na conta de luz. Energia está num saco de cimento que você compra para refazer uma calçada, num espelho para botar no banheiro. Energia está no leite – 30%, 35% do custo de 1 litro de leite é energia. E nós estamos, infelizmente, encarecendo a nossa energia e perdendo a capacidade de gestão do sistema.

Hoje nós vivemos um cenário em que o país está fazendo o certo por um caminho errado. Temos tido uma expansão desordenada da geração solar, que está trazendo, ao mesmo tempo, um risco de colapso do sistema por excesso de energia quando tem muito sol e um risco de colapso do sistema quando o sol se põe, ou um risco de custos elevadíssimos, como os vistos agora, por exemplo, na contratação de quase 20 mil megawatts de termoelétricas, que vão encarecer e carbonizar a energia brasileira pelos próximos 15 anos.

Então, a primeira mensagem que nós trazemos é uma mensagem de confiança na qualidade do debate técnico, como esse que o senhor promove, para que a gente entenda onde o país ganha com a energia – não é ao atender interesses específicos, por mais que eles possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ser legítimos, mas, ao atender esses interesses específicos, a gente compromete a capacidade do país de ter energia barata para todo mundo e para o desenvolvimento. A transição energética acontece no consumo da energia e há um potencial – e os *data centers* estão incluídos nisso e merecem a atenção do Congresso, do Senado, do país, mas também o aço verde, o plástico verde, também o desenvolvimento da indústria dos minerais críticos do país. Todas essas alternativas têm que compor uma cesta que é aquilo que é capaz de transformar a sociedade brasileira, pela industrialização no país da base mineral e agrícola.

Nosso entendimento é que nós precisamos organizar o setor, recuperar a lógica econômica. O setor se afastou da lógica econômica. Muitos custos estão sendo impostos aos consumidores. A gente tem dito muitas vezes aqui, nesta Casa, que mais da metade do custo da energia do Brasil hoje não precisaria estar na conta. São taxas, são encargos e são ineficiências, obrigações de contratação de uma energia mais cara do que aquela que seria necessária para o país. Então, este debate é muito necessário, e a transição energética precisa olhar para o consumo. O *data center* é importante, o país precisa crescer. A solução de diluir o custo das ineficiências, da infraestrutura é crescer. Ao crescer, nós vamos ganhar eficiência, ganhar escala e ganhar mercado para os geradores.

Outro problema importante que nós temos é que, com o excesso atual de energia, muitos geradores que investiram para produzir estão sendo obrigados a parar a produção para evitar um colapso. Isso traz consequências financeiras para o país, traz consequências para os investidores, que muitas vezes tentam repassar para os consumidores os custos desse prejuízo, o que também não é um caminho adequado. Nós precisamos é de um reordenamento do setor e aumentar o consumo e tornar o setor mais eficiente, com resposta da demanda, com os consumidores reduzindo o consumo e aumentando conforme há sobra ou não de energia, o uso de baterias, baterias térmicas nas indústrias. Diversos processos industriais podem acumular calor quando a energia está barata e usar esse calor quando a energia está cara, aumentando a eficiência do sistema como um todo.

Então, essa agenda é fundamental. E ela não é contra ninguém; é uma agenda de todos, é uma agenda de crescimento. Nós precisamos crescer para diluir custos, ganhar eficiência e fazer, Senador – lembrei há pouco do Senador Fernando Henrique, com quem eu tive a honra de conviver –, um Plano Real da energia. Nós estamos vivendo uma crise, é um setor complexo. Nós precisamos olhar para o futuro, enxergar um futuro melhor e criar uma URV que nos leve da situação atual a um setor mais eficiente em que essa energia limpa e barata flua para o desenvolvimento do país. E os *data centers* são muito importantes nesse processo. O país ainda processa muitos dos seus dados no exterior. Metade da própria necessidade do país é feita no exterior. Então, só em trazer para o Brasil o nosso próprio processamento de dados, nós teríamos aí 3 mil, 4 mil megawatts a mais de carga. Isso equivale à expansão do setor em um ano ou mais de um ano de energia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PEDROSA – E os *data centers*, Senador – eu já parto para a conclusão – podem também, como todos os consumidores, trabalhar de forma eficiente. Nós precisamos olhar para esse setor primeiro e trazer os bons investidores.

Como em tudo no setor de energia – o setor de energia é marcado por isso –, há os especuladores, aqueles que correm para comprar os terrenos que podem se conectar à rede, aqueles que pedem dinheiro de conexão e depois, digamos assim, espertamente, no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bom e no sentido ruim da palavra, querem vender o direito de acesso aos outros que, de fato, vão trazer o capital e vão fazer o investimento. Isso gera até uma demanda artificial, a gente vê uma quantidade de pedidos muito maior do que aquela que é a já grande e necessária para o país, porque esse mercado, como muitos outros... O próprio mercado de energia eólica e solar: nós tivemos projetos suficientes para dez anos da expansão do Brasil pedindo seus direitos na Aneel quando ia acabar um determinado subsídio, sabendo que é claro que não tinha lugar para todo mundo, mas para especular, para vender o direito na fila. Então, nós precisamos ter essa triagem de quem é o investidor correto e de quem é o especulador mau, porque há o especulador desenvolvedor, e a gente não pode ter preconceito contra ele.

O *data center* também pode contribuir com o sistema. A gente acredita que o *data center* tem alguma capacidade de variar sua carga ao longo do dia: ele tem muitas vezes equipamentos, geradores de reserva, baterias, e essas baterias e esses geradores de reserva, mesmo estando prioritariamente disponíveis para o atendimento dos *data centers,* porque isso é muito importante, em outros momentos eles podem prestar serviço ao sistema como um todo, e isso ajudará a própria competitividade da energia para os *data centers*.

Então, Senador, a palavra da Abrace, que é uma associação que reúne o conjunto de consumidores, é de parabéns ao trabalho conduzido pela Comissão, de apoio ao projeto e da busca de uma visão de que nós precisamos olhar o setor de consumo como um todo e desmontar as armadilhas que nós criamos no país, que encarecem e carbonizam a energia, e usar essa nossa matriz energética com todas as suas soluções e um foco de competitividade para transformar a nossa sociedade, quer dizer, usar a transição energética para fazer a transição da nossa sociedade para uma sociedade mais próspera e mais justa, e não para escolher vencedores em segmentos da energia em prejuízo dos demais.

Obrigado demais pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Paulo. Nós é que agradecemos.

É interessante, Paulo. Eu até disse, esses dias, conversando com o pessoal da área, que é até uma trapalhada que nós fizemos aqui no nosso país. Acho que o intuito de acertar e gerar energia foi tanto que acabaram autorizando muitos, por exemplo, parques fotovoltaicos e eólicos no nosso país. Então, no Nordeste brasileiro, que era importador de energia, foi tanta autorização para construir parque eólico e fotovoltaico que passou a sobrar energia.

Às vezes, a mídia não divulga, às vezes, nem passa, mas chegaram a desligar algumas centenas e centenas de torres eólicas porque não tem para quem vender energia. Eu recebo aqui, principalmente quando a gente conduzia a CAE, Gisele, muitos e muitos investidores que acreditaram e tiveram autorização para montar os parques de fotovoltaica e, quando ficou pronto – muitos deles pegam um financiamento, se endividam todo –, não tem autorização para colocar energia, uma coisa que foi autorizada, autorizada. As distribuidoras de energia, você sabe muito bem, deram um ultimato: espera aí, nós vamos ser transportadores de energia, essa conta não fecha, então nós vamos devolver. Isso está acontecendo no nosso país. Então não se autoriza mais o pessoal que fez investimento a colocar energia.

Qual é o gargalo, principalmente aqui no nosso Centro-Oeste? Essa energia que está sobrando lá não chega até aqui porque não tem os linhões. E estamos trabalhando muito nisso. Tem que ser, o Ministério de Minas e Energia, principalmente o Ministro, está trabalhando para liberar esses leilões. Conseguimos liberar já dois leilões no Estado de Goiás para as linhas, para transportar essa energia. Aqui está sendo construído um de Silvânia, em Goiás, até o Maranhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

investimento de R$22 bilhões, para pegar parte dessa energia que está sobrando no Nordeste. Por isso a importância, e muitas vezes as pessoas não estão entendendo muito, dos *data centers*, que consomem muita energia, e é consumir essa energia onde tem, levar emprego onde tem. No Ceará mesmo, são milhares de empregos sendo gerados ali, não é só na construção, e pelo Brasil afora, de *data center*, onde tiver energia, energia limpa que nós temos e tudo mais, sem contar as nossas PCHs, que também vêm para resolver um problema ambiental, as pequenas centrais hidrelétricas.

Então a sua fala aqui foi perfeita. Você é do setor, está sabendo a agonia em que está o setor. Eu tenho trabalhado muito em cima, na Aneel e tudo, mas, todos assim... Incentivamos muito, o Governo incentivou, só que perdeu um pouco o controle quando foi autorizar essa quantidade de energia ser produzida.

O SR. PAULO PEDROSA – E os painéis solares nas residências, que são bons, quem coloca o painel tem o direito de buscar, mas entram de forma desorganizada, e essa energia são 50 mil, são três Itaipus entrando de painel solar. E, quanto às linhas de transmissão, Senador, mesmo que nós tivéssemos linhas infinitas, não resolveria o problema, porque nós não temos carga, não temos consumo. A energia que está sobrando no Nordeste, se tivesse linha de transmissão, iria sobrar no Sudeste, porque não tem consumo. Portanto, um projeto como esse, que aumenta a oportunidade de consumo, é muito importante para o país.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, o que era para ser uma bênção, no nosso país, está sendo um transtorno. Não posso dizer maldição, porque tem energia sobrando e é melhor sobrar do que faltar, mas tem muita gente que está com dificuldade financeira porque acreditou e está aí sem ter condições de pagar os seus financiamentos.

Mas vamos em frente. Obrigado, Paulo, obrigado mesmo. Se quiser permanecer conosco, é uma honra.

Bom, a Camila Ramos pediu para falar; depois, em seguida, Gisele, vai ser você, presencial.

Camila Ramos é Vice-Presidente de Investimentos e Hidrogênio Verde da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

A Camila está com a palavra.

A SRA. CAMILA RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Vocês conseguem ver a minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Camila, estamos vendo, sim.

Camila, antes de você começar, deixe-me só fazer aqui uma observação que é muito importante.

Eu sou autor de alguns projetos. É interessante a gente falar a autoria dos projetos.

Esse projeto é de autoria do Senador Styvenson Valentim. Ele é do Podemos, do Rio Grande do Norte, e ele está indo à reeleição. É muito importante, Senador Styvenson – parabéns – a sua permanência aqui conosco. É o PL 3.018, de 2024. Então, parabéns.

Se V. Exa. ou a assessoria estiver ouvindo aí – viu, Ana Paula? –, será um prazer ter V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, aqui, para vocês que estão aqui presentes, vocês que foram os convidados, é um dia muito concorrido aqui. É CCJ... Vocês estão vendo aí esse tumulto danado. Nós estamos em votação de autoridades, tanto agora na CCJ como no Plenário à tarde. A concorrência, hoje, com a nossa audiência pública é muito grande, mas é registrada e podem ter certeza de que muitas pessoas vão ter acesso e poder debater até melhor, entender melhor o projeto, tá? É só essa observação.

Camila, com a palavra agora. Camila, agora, sim.

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Gostaria de cumprimentar os Parlamentares, as autoridades, todos os outros palestrantes aqui desta audiência pública.

O meu nome é Camila Ramos e, hoje, eu estou representando aqui a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), que é a entidade que atua na promoção de energia solar, mas também armazenamento de energia e hidrogênio verde no Brasil.

Eu não sou executiva na associação, eu sou Conselheira, mas eu trabalho no setor de transição energética e descarbonização, também sou Conselheira numa empresa australiana de mineração de terras-raras e minerais críticos aqui no Brasil, também sou Conselheira na Fiesp. Então, sou bastante envolvida nesses temas de descarbonização e transição energética aqui no Brasil.

Hoje, o objetivo da minha fala é contribuir para o avanço do PL 3.018, de 2024, destacando o papel estratégico dos *data centers* e a conexão direta dos *data centers* para a expansão de energia no Brasil.

Vou falar um pouquinho sobre a Absolar: é uma associação que atua em todo o Brasil; ela promove o desenvolvimento da energia solar, do armazenamento de energia e de novas demandas energéticas no Brasil também.

E vou falar um pouquinho sobre a oportunidade estratégica que a gente tem aqui sobre *data centers*. O mundo está vivendo uma transformação impulsionada por inteligência artificial. Isso está acelerando a demanda por *data centers* e por energia no mundo, não é só no Brasil. Globalmente, o consumo de eletricidade por *data centers* vai mais do que dobrar nos próximos anos, e um ponto fundamental aqui é que a energia representa cerca de 60% do custo operacional de um *data center*.

Então, isso quer dizer que a energia é o principal fator de competitividade nesse setor e, como já foi mencionado aqui pelo Paulo Pedrosa, a agenda do aumento do consumo de energia é central para o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, e isso já está acontecendo.

Eu posso dizer aqui, porque é uma pesquisa que eu faço todo ano, há dez anos já, na minha empresa: os *data centers* chegaram a ser o maior consumidor de energia renovável de longo prazo no ano de 2024 e já aparecem como o terceiro setor maior consumidor de energia renovável no Brasil, no longo prazo, no ano de 2025. Então, quero dizer que isso não é uma tendência futura só, mas é uma realidade.

O Brasil tem uma vantagem única: nós temos uma matriz elétrica limpa, nós temos energia renovável competitiva, mas a gente enfrenta um novo desafio, que é o excesso de geração. E, principalmente, aqui, como foi mencionado, com energia solar, energia eólica, que levam a cortes e perdas de valor para esses investidores. E aqui que está uma mudança estrutural no setor elétrico: o desafio deixou de ser gerar energia e passou a ser como melhor utilizá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os *data centers* entram como parte da solução para isso: eles são grandes consumidores, eles têm demanda constante, eles trazem escala para o sistema, eles aumentam a demanda estrutural por energia renovável. Em alguns casos mais flexíveis também, eles podem inclusive absorver esses excedentes de energia diretamente – quando estamos falando por exemplo de *data center* de criptomoeda –, mas, no geral, eles operam os *data centers* como consumo contínuo, 24 horas por dia. Isso reforça que não existe uma solução única; a gente precisa combinar aumento de demanda, armazenamento de energia e modelos de contratação adequados também.

Como já foi mencionado anteriormente, o armazenamento é uma solução central e ele reduz cortes, ele traz flexibilidade e ele viabiliza a energia renovável no Brasil e no mundo. E, por isso, avançar no marco legal – eu queria mencionar aqui, já que estamos nesse fórum – do armazenamento é essencial. Nós já temos o problema, mas também já temos a solução. De acordo com o PDE 2035, a carga para *data centers* pode chegar a 13,4GW de energia até 2038, ou seja, é uma expansão relevante de demanda. Mas essa oportunidade não é garantida: nós temos hoje incerteza regulatória, gargalos e falta de competitividade. Sem os instrumentos adequados, o Brasil pode perder essa janela de oportunidade. Então, o PL 3.018 é um passo muito importante, mas nós precisamos ir além da regulação. Os *data centers* podem impulsionar o consumo de energia no Brasil, mas, para atrair os investimentos, a gente precisa de competitividade, e o Redata é um exemplo que eu trouxe aqui para vocês também, que é um programa que já foi discutido para incentivos de *data centers* aqui no Brasil. Então, trazendo juntos os temas de economia jurídica, que nós estamos discutindo aqui hoje, mas também competitividade para realizarmos uma atração de investimento importante.

Então, para concluir, eu queria deixar aqui a informação de que o Brasil tem uma oportunidade única. Precisamos agir agora. A gente já tem visto, e o Senador mencionou alguns investimentos já anunciados – grandes os valores de investimentos anunciados no Nordeste e no Sudeste –, e temos tudo para atrair esses investimentos aqui no Brasil.

Então, muito obrigada. Fico à disposição para perguntas e para participar do debate também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado pela sua participação, Camila.

Nós tínhamos anunciado aqui a próxima, a Gisele; mas, Gisele, nós tivemos um pedido aqui – acho que é do Sr. Carlos Felipe, que está com uma viagem aí –, então eu queria consultar V. Exa. e saber se está permitido, porque como a gente tinha anunciado... Para que ele possa fazer... (*Risos.*)

A SRA. GISELE SANTOS (*Fora do microfone*.) – Está permitido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está permitido?

A SRA. GISELE SANTOS (*Fora do microfone*.) – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Olha aí, com esse sorriso aqui... Pronto, Carlos.

Carlos Felipe Farias, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

Carlos, com a palavra. Para não perder o voo, está bem, Carlos?

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E não pôr a culpa em nós...

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos.

Todos estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Carlos, estamos ouvindo.

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – A apresentação está na tela? Muito obrigado.

Bom dia a todos, Vanderlan, demais Senadores, autoridades, meus colegas de painel. É um prazer estar aqui com vocês neste momento tão relevante.

Meu nome é Carlos Farias, sou Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração e Recursos Energéticos Distribuídos e venho colocar alguns temas em relação à contribuição para esse PL 3.018.

E eu acho que a gente precisa contar uma história anterior: que, com a Lei 14.300, o Brasil consolidou a expansão de um enorme parque de geração distribuída; e todos têm ciência de que atingimos 45GW de capacidades instaladas, sendo a grande maioria nos telhados dos consumidores e dos cidadãos brasileiros. Então, a gente entende que houve uma transformação do cidadão como um consumidor passivo para um consumidor ativo, e hoje há inúmeras unidades consumidoras com infraestruturas que vão de potências de 1kW a 7MW, espalhadas em todo o país, conectadas às redes de distribuição.

Então, um primeiro destaque que eu gostaria de dar a todos é o poder da descentralização de energia. Mas o que isso teria a ver com o (*Falha no áudio.*)... em si, ou seja, com o crescimento? E eu corrigiria a palavra que o Paulo usou: não foi desordenado, ele foi exponencial; é uma palavra que se adequa mais ao termo do crescimento da geração distribuída, que é uma decisão do consumidor de investir utilizando os incentivos criados – e muito bem criados – pela Lei 14.300, que, inclusive, tem data de início, meio e fim, com todos os marcos de incentivos muito bem estruturados também.

E, ao descentralizar, a gente precisa digitalizar o controle. Então, além do desafio estrutural que o Vanderlan citou, e o Paulo e a Camila, com relação aos cortes de energia – que são cruéis, a gente está desperdiçando energia renovável que a gente gera de forma centralizada –, eu entendo que o devir do sucesso desse Projeto de Lei 3.018 seria para gerenciar a complexidade desses milhões de recursos energéticos distribuídos, que estão à disposição do nosso operador nacional, que é o ONS, e queria chamar a atenção para o ponto exato da conexão em que a gente vai precisar da inteligência artificial...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Carlos...

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só uma dúvida aqui, Carlos.

Nós só estamos numa tela aqui. Você tem...

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Não, está certo. É porque eu não passei ainda para onde eu queria chegar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Na hora em que eu for mudando, eu vou passando.

Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Obrigado pelo alerta.

Mudou aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mudou. Agora mudou.

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Legal.

Então, a gente está, na verdade, passando por um paradoxo, que eu coloquei aqui, um *loop* para a gente analisar. Hoje a gente tem a figura do ONS gerenciando todos os recursos ali na nossa rede básica e a gente precisa ter um novo ator ou novos atores para valorizar os recursos energéticos distribuídos, que já estão com seus investimentos realizados, nesses 46GW implantados, e que continuam sendo investidos, à modalidade da lei, só que, para gerenciar toda essa rede, toda essa digitalização, toda medição inteligente que a gente precisa – são milhões e milhões de dados, milhares de controles –, a gente precisa de um processamento muito massivo de dados e de inteligência artificia. Ou seja, o que eu quero dizer na verdade é o seguinte: a nossa rede elétrica, para ela se comportar bem, atender bem as demandas que a gente tem para o futuro, precisa do *data center*.

Então, eu queria deixar isto muito claro: para a gente inserir os milhões de consumidores que já investiram seus recursos, as usinas centralizadas, solar, eólica, biomassa, metano, a gente precisa digitalizar a rede abaixo da básica e, por isso, a gente precisa de inteligência artificial que seja nossa, *data centers* que estejam disponíveis para garantir a segurança dos dados, o processamento dos dados na latência que a gente precisa; então, a gente não pode tratar o *data center* como uma coisa só, as demandas de potência e de latência, o tempo de resposta dos dados varia muito.

Então, como sugestão – e a gente tem dois artigos aí no projeto de lei que demandam e solicitam a energia renovável e a infraestrutura; é que a gente tem energia sobrando e ela está sendo cortada –, se a gente implanta os *data centers* no Nordeste ou em locais de alto nível de *curtailment*, a gente teria uma atuação parcial como esponja, aliviando a rede – é lógico que eu não posso abrir mão de todo o poder do *data center* –. Eu tenho um segundo poder nos *data centers,* que seriam os *edges*, seriam os *data centers* de borda, que estão mais conectados ali nas linhas de média tensão e que estão conectados aos centros urbanos. Então, é exatamente nessa infraestrutura que os recursos energéticos distribuídos, entendo, estão espalhados estrategicamente e podem colocar e valorizar os recursos distribuídos, colocando isso junto com os *data centers.*

E, chamando o papel do DSO, eu gostaria de pedir ao Senador e aos companheiros que a gente puder debater esse tema mais profundamente, para que alguém gerencie isso digitalmente, para a gente acelerar, dar fundamentação e legalidade, ainda mais segurança jurídica à Lei 14.300, e a gente ter baterias de bairro, *data centers* atuando como usinas virtuais de energia, tanto de forma descentralizada como de forma centralizada.

E, ao final, isso não é uma ficção. Eu peguei um caso estrutural que aconteceu em Nova York, no Queens, um programa de gestão de demanda que o Paulo chegou a citar ali também, em que os consumidores, os grandes consumidores... Como os *data centers* podem trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em um programa onde foram valorizados recursos energéticos distribuídos no Queens, ali em Nova York, tendo sido economizado U$1 bilhão para absorver numa subestação tradicional com expansões de fio tradicional. Então, eu acho que há oportunidade também de o *data center* estar vendendo flexibilidade, e aí a gente estaria evitando investimentos maciços em transmissão, utilizando os grandes poderes que o *data center* teria.

Então, eu diria que a gente precisaria ter uma sabedoria legislativa para que o PL 3.018 seja debatido, mas chamo também atenção, assim como a Camila, minha companheira da Absolar, destacou: o PL 3.018 tem um fundamento muito forte se a gente tiver o catalisador, que é o projeto do Redata, que é o 278, porque o 3.018 assegura a segurança ambiental e operacional, ou seja, nos seus termos, é um projeto excelente e aloca racionalmente os *data centers* com valores locacionais, se a gente puder trabalhar junto com o Senador e os autores do projeto.

A questão do Redata é a solução do Capex, e eu trago isso porque a importação de *hardware*, de servidores está onerada em mais de 60%, e a gente precisaria realmente tornar o Brasil um *hub* global de valorização dos recursos distribuídos. E a gente traria os *data centers* com esses recursos, todas as linhas de transmissão, solar, eólica, enfim, todo mundo com o objetivo único de fazer isso funcionar.

E, como eu tenho que viajar, pessoal, eu tinha deixado dois eslaides para a minha conclusão e eu vou mostrá-los aqui, para deixar a conclusão para o raciocínio aí, para a gente poder trabalhar, que é o seguinte. Entendendo essa conexão do projeto, da importância do *data center*, da relevância de ter um DSO com controle de dados sistemático, para a gente planejar e orquestrar melhor para onde a energia vai, para onde ela não vai, como que eu vou equilibrar a frequência, como eu vou remunerar já que os valores da energia variam de local para local no Brasil, eu queria deixar uma mensagem final: a nossa janela de oportunidade para a inteligência artificial – não só para o setor de energia, eu diria, agora pensando no todo dos dados e dos *data centers* – está muito curta, na nossa visão. A nossa janela está ali em dois, três anos. Então, se a gente não conseguir avançar com o 3.018, somado ao Redata, numa engrenagem muito, muito sólida, eu fico com muito receio de a gente perder essa captura dessa infraestrutura para outros países vizinhos, que estão fazendo um trabalho numa velocidade maior do que a nossa. E eu diria o seguinte: a janela de oportunidade *versus* o gargalo físico está basicamente nisto de a gente focar na velocidade, pensando na exponencialidade.

Então, eu queria deixar uma mensagem final: a inteligência artificial exige uma rede tão dinâmica e inteligente quanto os algoritmos que ela processa. E a geração distribuída – com os recursos energéticos distribuídos –, as microrredes e as VPPs, que são as usinas virtuais, não são soluções alternativas, porque elas já estão construídas – uma parte desse ativo. Então, eu queria que todos as considerassem como uma espinha dorsal indispensável para a economia digital. E, no final, nós temos energia. O que a gente precisa, efetivamente, é de uma boa arquitetura para que isso funcione.

Muito obrigado pela atenção. Obrigado, Vanderlan, pela oportunidade. E a todos um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Carlos.

Ou seja, pelo que eu entendi, Carlos... Nós temos um ditado popular lá no meu Goiás, e acho que na maioria dos estados brasileiros, ou seja, pelo que eu entendi, em dois, três anos, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cavalo está passando arreado, né? Nós já perdemos muitas oportunidades aqui neste país, então nós temos todas as condições hoje de pegar todos esses investimentos, Senador Styvenson.

O SR. CARLOS FELIPE FARIAS (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas nós estamos numa morosidade.

Eu quero dizer a vocês aqui, fazer o compromisso... Está aqui o autor do projeto, o Senador Styvenson Valentim. É um dos Senadores atuantes que nós temos aqui no Senado Federal, respeitado por todos nós. É um projeto dessa dimensão toda, e pensou muito bem quando apresentou esse projeto. E eu fico muito feliz também, estou muito feliz em ter sido escolhido Relator desse projeto.

Nós vamos fazer mais uma audiência pública. Em seguida, Senador Styvenson, nós vamos chegar em um consenso com todos, com o Governo, com os nossos Senadores, as Lideranças, e procurar uma maneira – lógico, em conformidade com o autor do projeto – de aprovarmos esse projeto e dar condições de se montar nesse cavalo que está passando arreado. Não podemos deixar perder essa oportunidade.

Eu estou muito orgulhoso, Senador, de estar relatando esse projeto de V. Exa., porque o senhor é muito respeitado aqui. Precisamos do senhor aqui mais um tempo, tá?

Concedo a palavra ao senhor para suas considerações.

O senhor está relatando um projeto importante também, noutra Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É o piso nacional dos PMs, lá na CDH. É algo importante para as polícias militares, mas não poderia deixar de passar aqui, primeiro, para agradecer a todos os participantes: a Sra. Gisele Santos, Camila Ramos, Carlos Felipe Farias, o Sr. Ronaldo Lemos, o Sr. Paulo Pedrosa. Todos os senhores são muito bem-vindos e são importantíssimos para que a gente melhore o nosso projeto.

A gente deu esse estarte e caiu em mãos seguras para relatar, que são as do senhor, Senador Vanderlan. O senhor tem autonomia, liberdade, tem a responsabilidade e tem também todos os requisitos para fazer as alterações junto com todos vocês. Uma coisa é certa: a gente já perdeu tempo demais, e tempo numa corrida como essa, em que a gente busca aplicar bem as nossas energias.

Eu venho de um estado em que 99% é energia renovável, ou é eólica ou solar. Temos o projeto hidrogênio verde. Então, o projeto que eu protocolei e que está com a relatoria do Senador Vanderlan, prestigia estados que são grandes produtores de energia, porque já tem essa estrutura. Então, por ser do Rio Grande do Norte, a gente pensou, dessa forma, em um benefício para a nossa população.

Hoje, a indústria eólica – 30%, representamos o mercado hoje de energias renováveis – emprega centenas de pessoas, são bilhões de investimentos. E esse investimento deve ser ainda para a produção dessa tecnologia, para que a gente não fique atrás. No nosso vizinho, o Ceará, a empresa TikTok já está instalando seus *data centers* lá. Então, seria injusto o Senador Vanderlan, com a Região Nordeste, com o Estado do Rio Grande do Norte, que produz tanta energia, ficar de fora dessa corrida. Então, por isso que a gente tem pressa, que a gente saia logo com esse relatório, que se incluam os incentivos para que a gente não perca esses *data centers* para outros países. Nosso país vai ser, sim, um grande... Já é um grande produtor de energia limpa e vai ser um grande atrativo para essas grandes empresas que queiram se instalar aqui no Brasil, principalmente no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Vanderlan. Fico seguro e tranquilo. Está nas suas mãos o nosso projeto de lei com sua relatoria, e o senhor pode fazer a modificação que for necessária para atender a todos que querem um país maior, um país mais competitivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Obrigado pela presença, pela sua fala, pelas considerações.

A Gisele Santos é a Diretora de Infraestrutura de Data Center da Everest Digital.

Com a palavra.

A SRA. GISELE SANTOS (Para expor.) – Olá.

Bom, é uma honra poder participar e contribuir aqui com o debate do PL.

Eu venho aqui representar a Everest Digital, mas, muito mais do que isso, eu venho representar o setor de *data centers* e trazer um pouco dessa visão do que a gente tem relacionado tanto à regulação quanto, efetivamente, ao crescimento do setor.

Bom, hoje a gente vive uma oportunidade econômica única no Brasil. A gente tem uma expectativa de, até 2030, termos mais de R$500 bilhões de investimento no setor de *data centers*.

E aqui eu venho já trazer um adendo e um ponto de atenção. No projeto de lei, se fala em *data center* para IA, para inteligência artificial. É muito importante a gente deixar claro que, hoje, a gente tem o d*ata center* que é o *hyperscale* ali, para autoprocessamento; a gente tem o *data center enterprise*; nós temos *data center edge*, que é aquele que está ali mais na ponta, para atender o consumidor final. E a regulação precisa atender todo esse setor. Então, os R$500 bilhões que a gente vê é para todo esse setor de *data center*, e inteligência artificial roda em qualquer um desses *data centers*. É claro que, para o autoprocessamento, a gente está falando realmente de *data centers* com alto consumo de energia.

E nós temos uma capacidade de multiplicar quatro vezes o que nós temos hoje aqui no Brasil. E o impacto para o Brasil: obviamente, a gente traz aí a atração de grandes investimentos, grandes *players* vindo aqui para o Brasil processar essas informações; a geração de postos de trabalho, criação de postos de trabalho qualificados... Então, quando a gente fala de *data centers*, a gente está falando de toda uma cadeia mesmo de empregos. Então essa roda gira muito bem.

Eu trouxe um dado aqui: cada emprego direto em *data centers* gera pelo menos 19 empregos indiretos recorrentes dessa cadeia. Então a gente está falando desde o setor de energia, geração, distribuição, transmissão, setor de *facilities*, infraestrutura, manutenção. E aí a gente traz também todo o impulso à economia e ao fortalecimento digital.

O Brasil tem um diferencial competitivo muito grande que nos posiciona de uma forma muito positiva em relação a outros países do mundo. Então, nós temos a matriz energética, a nossa matriz elétrica limpa, com mais de 80% de energia renovável; temos essa oportunidade de atração de investimento e de nos posicionar efetivamente como um *hub* digital da América Latina, sendo um polo de fato de infraestrutura digital.

O contexto. Trazendo um pouco mais de inteligência artificial, a gente tem a IA avançando em um ritmo exponencial e, com isso, a gente tem aumentado a densidade computacional, e, obviamente, isso impacta muito na densidade energética. Há pouco tempo, a gente tinha *data centers*, por *rack* ali, com consumo de 3kW, 5kW, 10kW. Para a inteligência artificial, a gente começa a falar de *rack* de 100kW, ou seja, é um processamento e um consumo muito alto. E aí isso impacta também em uma complexidade operacional muito maior. Então, a gente precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

equipes especializadas, de protocolos rigorosos e também de toda a regulação, para que esse setor realmente possa crescer e desenvolver de forma organizada.

Alguns grandes desafios que nós temos no setor são o consumo energético crescente. E, aí, frente a isso, nós temos todo esse planejamento de desenvolvimento da infraestrutura elétrica no nosso país. Então, é muito importante que todas... Hoje a gente tem aqui as associações presentes, mas é muito importante que tudo converse: as associações, as agências reguladoras, para que, de fato, a gente consiga passar por cima desses grandes desafios.

Temos uma grande pressão por sustentabilidade. Quando a gente está falando de aumento de consumo, vem efetivamente uma cobrança não apenas da população, mas até mesmo dos investidores, parceiros internacionais de como essa infraestrutura, esse consumo pode ser sustentável. E, aí, a própria regulação também vem para poder apoiar esse processo.

Quando a gente fala desses desafios de sustentabilidade, eu trago aqui algo que é sempre muito falado: *data center* vai consumir muita energia, vai acabar com a parte ambiental. E aí eu trago aqui alguns dados. Hoje, a grande maioria dos *data centers* já têm solução de circuito fechado de resfriamento, e isso traz uma eficiência no consumo de água muito grande. Então, nós já endereçamos, digamos, esse problema, que, há muitos anos, era de fato um problema, e hoje não é. Então, hoje o consumo equivale a 0,003% do consumo total do Brasil. E, quando a gente está olhando lá para 2029, 2030, a gente está falando de 0,008%, até mesmo porque toda essa tecnologia, todas as tecnologias de climatização, de energia, vêm evoluindo justamente para poder suprir esse grande desafio de alta densidade computacional. E é a mesma coisa com energia. Hoje a gente tem que 1,7% da energia consumida no Brasil foi destinada para *data centers*, e a grande vantagem realmente da nossa infraestrutura é ser, grande parte, renovável.

A importância da regulação aqui é efetivamente para a gente instituir a segurança, trazer inovação tecnológica, trazer meios, mecanismos de eficiência energética, trazer uma redução de riscos sistêmicos, mas eu trago também que a regulação em excesso é um ponto de atenção também. A gente tem histórico de grandes países que regularam demais e trouxeram, na verdade, uma retração na economia. Então, isso precisa encaminhar junto. Ao mesmo tempo também, a gente também tem países, como a Europa, os Estados Unidos, que trouxeram regulação, principalmente voltada aos requisitos de sustentabilidade e segurança, mas também trouxeram grandes incentivos ao setor. E, aí, aqui no Brasil, a gente fala muito do Redata, que é onde a gente vai conseguir também fazer com que tudo encaminhe muito bem para ter essa atração de investimentos.

Algumas recomendações aqui um pouco mais técnicas, quando a gente fala de sustentabilidade: que nós tenhamos a adoção de métricas baseadas em padrões globais, como o PUE, que é uma eficiência energética, que é medida nos *data centers;* todo o incentivo à inovação, ao desenvolvimento de tecnologia mais eficientes – então, que os *data centers* que forem mais eficientes, tiverem mais iniciativas mais sustentáveis, possam também ter a contrapartida desse investimento –; a integração de toda a matriz energética; e o incentivo, de fato, ao uso de fontes renováveis.

Para finalizar, a gente fala muito de soberania, e à frente hoje está o nosso cenário geopolítico; então o *data center* é, de fato, a espinha dorsal da infraestrutura digital. E, quando a gente traz todo esse ecossistema digital de *data centers* para estar no Brasil, a gente está trazendo mais processamento, mais tecnologia, a gente está desenvolvendo profissionais qualificados. Então a gente traz, realmente, todo um fortalecimento da cadeia produtiva local aqui no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar, quero reforçar realmente que o PL tem o potencial de ser um marco histórico em relação à regulação, desde que construído...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELE SANTOS – ... dessa forma como nós temos feito aqui e que o Sr. Senador tem conduzido: ouvir realmente, ter essa escuta técnica de todos os setores envolvidos, de toda a cadeia envolvida, para que efetivamente a gente tenha o comprometimento do crescimento do futuro.

E aí só um ponto: a gente tem falado realmente muito de crescimento, e hoje o Brasil tem cerca de 205 *data centers* em operação. Isso quer dizer apenas 1% dos *data centers* no mundo, e nós estamos realmente em um momento de corrida global. Então, Sr. Senador, como o senhor pontuou, isso tudo que nós temos discutido aqui precisa ser para agora, para que nós possamos colher os frutos a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Gisele, muito obrigado. A sua apresentação foi ótima.

Nós temos algumas perguntas aqui do pessoal que participa pelo e-Cidadania. Foram escolhidas aqui algumas. Então eu pediria a vocês que ficassem para responder a essas perguntas. É muito importante para nós que, nesta Comissão, tenha a participação da população. Aqui são de vários estados que estão participando e que foram escolhidas.

Eu quero agora chamar aqui o Ronaldo Lemos, Cientista Chefe do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

O Adriano da Rocha Lima, mais uma vez, te recomendou demais, Ronaldo.

Com a palavra.

O SR. RONALDO LEMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

É um prazer imenso estar falando com você, com todos e todas aqui que estão nos acompanhando. O Adriano da Rocha Lima está aqui também nos acompanhando, então estamos com uma audiência muito qualificada.

Senador, eu vou pedir licença para compartilhar aqui a minha tela. Gostaria só da confirmação, por áudio, de que todos e todas estão vendo a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora sim.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito.

Senador, vou falar de regulação de *data centers*, que eu acho que tem a ver com política industrial para levar o Brasil a se desenvolver.

Só lembrando, o Brasil, em 1994 ,exportava soja, minério de ferro, café e açúcar; em 2026, continua exportando exatamente a mesma coisa. A Índia exportava algodão, juta, óleo de coco; hoje exporta serviços de engenharia, *softwares*, celulares, medicamentos, produtos de alta complexidade econômica.

Então, hoje o senhor está relatando um projeto que é absolutamente fundamental para o desenvolvimento do Brasil, para a gente sair dessa armadilha da falta de desenvolvimento que o país vem enfrentando há bastante tempo, do ponto de vista da complexidade econômica.

Então, esse projeto trata de decisões históricas. O Brasil está muito bem posicionado, se pensar a política industrial e as suas capacidades com relação à localização de *data center* e o uso do *data center* para desenvolvimento aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A minha tese central, da minha apresentação, é esta: o *grid* elétrico do Brasil é dez vezes mais limpo do que o dos Estados Unidos. Você liga um *data center* nos Estados Unidos, ele queima 80% de fósseis e 20% de renovável. No Brasil é basicamente o contrário: você liga um *data center* aqui, é 80% renovável, mais ou menos 20% de fósseis. Então, a gente precisa aproveitar nosso potencial eólico e as nossas capacidades, como, por exemplo, o biometano, de que eu já vou falar daqui a pouco, para a gente ter ideia de o quanto isso é importante para o debate de *data center*.

Então, é muito importante essa relatoria do PL 3.018. Eu mandei a apresentação até por escrito, para depois termos como referência, e fico à disposição depois também para contribuir no que for necessário.

Agora, o Brasil estava caminhando no sentido do Redata; a medida provisória caducou. Eu acho que é importante coordenar todos esses marcos regulatórios. O Redata é importante, tem ali uma chamada ao uso da energia renovável, só que ele não vai além do que eu acho que ele precisaria ir. Por exemplo, a gente tem que lembrar que *data centers* geram muito poucos empregos localmente, né? Ele gera muito emprego quando está sendo construído, na construção civil, mas, uma vez que ele é finalizado, o número de empregos que ele gera é pequeno: são técnicos de ar-condicionado, alguns eletricistas, mas não é muita gente.

Se você conecta isso com a política energética, o *data center* pode multiplicar empregos no Brasil. Por isso, inclusive, a conexão dele com o biometano, que pode ser produzido pela vinhaça da cana, resíduos de esgoto, resíduos animais, que envolve uma geração muito intensa de empregos. Então, se a gente colocar *data center* com, por exemplo, política energética do biometano, a gente está falando de um modelo de país que dá certo, porque ele coloca o Brasil na fronteira tecnológica e gera empregos no Brasil todo com relação à produção desse tipo de energia.

Então, o Redata sofreu com este debate. Inclusive, a MP caducou justamente – entre outros motivos, mas um fundamental – pela resistência de ampliar as bases energéticas para a produção de energia para *data center*.

Então, o gás natural tem que ser bem-vindo, porque a molécula do gás natural é a mesma molécula do biometano. Quando o biometano é finalizado, ele é o gás natural, é o que a gente chama, inclusive, de GNV, que pode ser usado para alimentar ônibus urbanos, como está sendo feito em Goiânia, e pode ser usado para gerar energia direta na geração para *data centers*.

Então, eu acho que a gente precisa ser mais ambicioso. O Redata estava tratando *data center* de forma ainda pouco ambiciosa, e, se a gente conectar o *data center* com essas cadeias todas, a gente está falando de um modelo que muda a cara do Brasil. É um modelo de desenvolvimento absolutamente próspero, com uma tecnologia que o Brasil domina, por exemplo, como a gente viu com o etanol, e que pode trazer mudanças muito importantes.

E a outra coisa, já foi falado antes de mim, a gente está numa corrida internacional. Se a gente olhar hoje, Alemanha e Singapura já falam de biometano nos *data centers*. Se olhar para a Singapura, lá claramente tem biometano. A União Europeia está olhando isso, a Coreia do Sul também a mesma coisa. Agora, nenhum desses países tem a capacidade que o Brasil tem de geração a partir do biometano.

E a gente vê casos de crise também. Por exemplo, na Irlanda, o mau planejamento de *data centers* fez com que hoje 22% da energia do país seja consumida por *data center*. A conta de luz do irlandês hoje subiu 100 euros por ano, o que é muito, por causa do mau planejamento da concentração de *data centers* que estão hoje basicamente localizados todos na cidade de Dublin,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

90% deles do país. E outros países estão sofrendo também. A Malásia parou por causa de falta de água, e a Holanda também colocou uma moratória em *data centers* localmente, justamente por essa falta de planejamento mais cuidadoso.

Agora, os nossos concorrentes diretos são a Índia, o Vietnã, as Filipinas e, para pegar um país da Europa, a França, que estão com força total em investimentos em *data centers*. A Índia investindo 14 bilhões no projeto deles The IndiaAI Mission, deixando o Brasil para trás rapidamente. E países com economias menores que a nossa, como Vietnã e Filipinas, fazendo a mesma coisa, estão começando a nos deixar para trás também por causa da inércia nessas decisões aqui no Brasil.

E o nosso diferencial, e aí eu já entro nele, é o biometano. Olha que possibilidade incrível: uma energia renovável que não é intermitente; diferente da solar e eólica, que funciona durante o dia e à noite acaba o vento e acaba o sol, e aí o Brasil tem que ligar as termelétricas. Então, o Brasil é um lugar muito curioso, porque durante o dia a gente tem uma abundância enorme de energias renováveis e, chega à noite, acaba tudo e você tem que ligar a termelétrica para o sistema elétrico não colapsar. Então, é quase uma esquizofrenia. E a diferença do biometano é que ele não para, ele é uma energia firme – 24 horas por dia, sete dias por semana, despachável a qualquer hora. Então, quebra o falso dilema entre energia renovável intermitente e que a energia fóssil é firme. É uma energia renovável e firme. Então, a gente precisa investir nela, até porque é uma tecnologia que o Brasil domina, que é a tecnologia do etanol. O biometano é feito, entre outras coisas, e a principal delas, pela vinhaça da cana.

E olha o potencial: nós estamos falando aqui de 9TWh; estamos falando aqui de 540 bilhões de litros de vinhaça anuais em 2030. Coisa que dá para alimentar 15 *data centers* de *hyperscale* de 100MW.

Então, a gente tem aqui uma oportunidade histórica, Senador. E isso aqui não é ficção. A gente olha hoje os casos reais em operação: a usina de Cocal, em Narandiba, em São Paulo; o caso principal que é o de Goiás, líder hoje no Brasil, da BP, com 244 milhões via Fundo Clima e do BNDES, capacidade de 67 mil metros cúbicos por dia. E isso aqui é só o começo, isso aqui daria para fazer muito mais se a gente se planejar.

Então, outra vantagem que o Brasil tem é que o nosso marco legal já está pronto, a gente já tem a Lei do Combustível do Futuro, tem programas como RenovaBio, temos certificados de garantia de origem do biometano, que funciona como certificado de renovável, inclusive, globalmente, temos o Fundo Clima, do BNDES, e temos exemplos globais de *data centers* movidos a biometano. A gente tem o caso da Oracle e da Bloom Energy, que é o primeiro *hyperscaler* que usa biometano em escala, temos o caso da Microsoft, no Wyoming, estado dos Estados Unidos, em que você tem um *data center* modular de zero carbono via biogás de estação de tratamento de esgoto – é biometano feito a partir da fermentação do esgoto. Então, isso aqui tudo, em outros lugares do mundo, são condições muito piores do que as condições do Brasil. A gente aqui poderia brilhar se a gente integrasse tudo isso ao biometano.

E, por fim, é muito importante planejar o lugar onde o *data center* vai ser instalado. Um estudo da revista *Nature* falou muito sobre isso. Eu não vou entrar aqui nos dados específicos, mas só lembrar que hoje os *data centers* se concentram 85% em São Paulo. Só a cidade de São Paulo tem 110 *data centers* na sua grande região. É uma concentração exagerada, que gera problemas, inclusive. O Nordeste tem só 8%, o Sul tem 7%, o Norte tem 7%, o Centro-Oeste também tem poucos *data centers*, inclusive tem que se pensar uma distribuição desses cenários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, decidir onde instalar o *data center* é otimizar elementos. Se a gente colocar só o cenário A, que é a localização em São Paulo basicamente, não é ideal. Se a gente quiser otimizar carbono, a gente tem várias opções de descentralizar para o Nordeste, para o Sul do país, para o Centro-Oeste. Se a gente quiser maximizar água, a gente também pode descentralizar para o Sul, para o Centro-Oeste. E o ideal é o cenário D, que é o cenário combinado. A gente tem que olhar para água e disponibilidade energética e espalhar os *data centers* pelo país para maximizar eficiência. Não podemos repetir o erro dos Estados Unidos de concentrar todos os *data centers* no Estado da Virgínia. Isso levou a uma ineficiência brutal e penaliza no fim o consumidor e o cidadão que vai pagar a conta disso no futuro. Então, pensar a localização de *data centers* é absolutamente fundamental.

Como eu disse, eu não vou aqui entrar nos detalhes, mas eu estou aqui compartilhando a apresentação. E, só para finalizar, fazer *data centers* com zero pegada de carbono no Brasil é tecnicamente fácil. A gente tem todas as condições para fazer isso, especialmente se a gente puder utilizar o biometano. O biometano é uma tecnologia, de novo, que é diferente da tecnologia solar, que quem domina é a China. O Brasil domina a cadeia do etanol, e a gente precisa investir em tecnologias que o Brasil domina.

Então, na minha opinião, temos uma oportunidade histórica de *data centers* gerando emprego com soberania total tecnológica para o Brasil, sem impacto em água e sem impacto de energia fóssil, em que a gente pode ter redução total de carbono e inclusive geração de energia com pegada zero para alimentar *data centers*. Já temos o marco global, e a janela de decisão é agora.

Só para finalizar, a gente precisa decidir tudo isso nos próximos 18 a 36 meses porque, se esse período passar, provavelmente a gente já vai ter sido ultrapassado de forma irreversível pela Índia, pelo Vietnã e pela Indonésia, que são economias menores, inclusive – eram no passado do Brasil –, que estão chegando e ultrapassando o Brasil justamente porque estão fazendo as decisões corretas.

Com isso eu encerro aqui, Senador, agradecendo, e fico à disposição para contribuir no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Ronaldo, e parabéns pela sua apresentação.

Eu quero aqui agradecer ao Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Arns, que fez um pequeno procedimento cirúrgico, está em recuperação. Nós desejamos rápida recuperação, porque ele faz muita falta aqui. Grande abraço, Senador Flávio Arns.

Foram repassadas já para os nossos palestrantes aqui as perguntas do e-Cidadania. Acho que vocês já as têm, eu vou escolher aqui uma.

O Bráulio, do Rio Grande do Norte – nosso autor do projeto é do Rio Grande do Norte, ele é de lá –, faz a pergunta: "Como o projeto trata a proteção de dados sensíveis processados por *data centers* de [...] [inteligência artificial], especialmente em relação à LGPD [Lei Geral de Processamento de Dados]?"

Então, Paulo ou Gisele, os que estão remotamente também, Ronaldo... Você, Gisele?

A SRA. GISELE SANTOS (Para expor.) – Sim, posso responder.

Bom, quando a gente fala da Lei Geral de Proteção de Dados, o PL não vem para sobrescrever a lei, então a lei continua ali sendo respeitada e seguida. Na verdade, o PL direciona para que a LGPD seja tratada de forma prioritária também quando a gente fala de segurança da informação. Mais do que isso, quando a gente fala dos dados sensíveis processados, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

modalidades de *data centers* que são construídos para dados processados, para o *machine learning*, digamos assim, para o aprendizado de máquina, e a gente tem os dados que vão ser processados e atender um consumidor final. Então, depende muito ali da finalidade do *data center* para a aplicabilidade de cada uma das leis que nós temos.

Um dos grandes pontos de atenção, na verdade, é que todas essas leis conversem e a gente não comece a ter uma sobreposição e diferentes entendimentos em relação às várias e diferentes normativas que nós temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Eduardo, de Rondônia, pergunta sobre energia, Paulo, se puder responder: "Como evitar que a alta [...] [demanda] do setor energético resulte em aumento tarifário ao consumidor final?".

Como é de energia, tem aqui também o Gustavo, de Minas Gerais: "Quais benefícios para a região e sua [...] [população] adotarem um *data center*?

Paulo, por favor.

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Senador, obrigado, Eduardo, Gustavo, Renata, do Distrito Federal, também, pelas perguntas em energia.

O Brasil é o país da energia limpa e barata. O que acontece é que ela é barata quando é produzida e chega cara ao consumidor por um bocado de penduricalhos que são acrescentados ao longo do caminho. Então, nós poderíamos ter no Brasil energia barata para os *data centers* sem afetar os demais consumidores, desde que a gente interrompa esse processo que encarece a energia no Brasil, que obriga o consumidor de energia, como eu disse, a pagar mais da metade da sua conta em custos que poderiam não estar pesando para os consumidores.

Os benefícios de *data centers*, apesar de não ser exatamente a minha área, mas acho que, conversando com os especialistas, há vários benefícios, benefícios da implantação dos projetos, mas o principal benefício, Senador, me parece, é trazer para o Brasil o ecossistema da inteligência artificial, não só o *data center*, mas os pesquisadores que usam inteligência artificial, por exemplo, para preparar aplicativos, aplicações para a agricultura, para a medicina, para a saúde, para a gestão pública. Se o *data center* vem, mas vem junto com esse ecossistema de inteligência, isso vai melhorar a gestão do Brasil, a gestão dos hospitais, das fazendas, das escolas, com aplicativos desenvolvidos no Brasil por brasileiros e possivelmente exportados para o planeta. Eu acho que aí está, talvez, o grande benefício dos empregos que podem vir com esse ecossistema em torno dos *data centers*. Consequentemente, então, se os *data centers* vierem não contra o setor de energia, mas a favor, trazendo eficiência como o projeto prevê, investindo em pesquisa e desenvolvimento e também prestando serviços ao setor elétrico, a gente diz, os equipamentos que atendem os *data centers*, em determinados momentos, quando não estão sendo necessários para os *data centers*, podem servir como um seguro para os demais consumidores. Isso pode ajudar inclusive a reduzir o custo da energia que vai para os *data centers*. Portanto, há muita oportunidade de fazer o certo pelo caminho certo e conseguir trazer para o Brasil as oportunidades dos *data centers* e as oportunidades gerais da industrialização do país, da nossa base mineral e agrícola também, para produzir produtos verdes e competitivos para o mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Ronaldo está presente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO LEMOS (*Por videoconferência*.) – Estou presente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ronaldo, nós temos aqui uma pergunta do Magno, de São Paulo. Eu creio que você pode tirar essas dúvidas dele e nossa também: "Além da energia, o PL 3.018 [de 2024] exigirá limites de uso de água [...] no resfriamento e logística reversa estrita para GPUs descartadas?". Essa pergunta é do Magno, lá de São Paulo.

O SR. RONALDO LEMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Magno, excelente a sua pergunta. Esse ponto é muito importante porque as duas variáveis centrais para a questão dos *data centers* são energia e água.

Modelos antigos de *data center* ainda têm sistemas que provocam uma evaporação muito grande de água. Modelos mais novos são modelos de circuito fechado, que diminuem muito essa evaporação; não zeram, mas já têm uma eficiência com relação ao uso de água muito melhor.

Então, uma das coisas que a gente tem que pensar é que novos *data centers* têm que ter esses modelos mais novos. Não faz sentido você construir *data centers* antigos, em que você utiliza um modelo de alta evaporação para fazer resfriamento das GPUs. Então, esse ponto para mim é importante.

A outra coisa é que a localização importa. Se você coloca um *data center* num lugar que já vive estresse hídrico, você só vai aumentar aquele estresse hídrico. Então, na hora de pensar um *data center*, você tem que olhar onde existe disponibilidade, por exemplo, de água. Nesse sentido, por exemplo, o Nordeste... E o caso de Fortaleza é interessante, não só porque lá tem a chegada de cabos submarinos, mas também porque é possível usar a água do mar para fazer o resfriamento. Então, isso diminui também o estresse hídrico. Agora, tem várias regiões do país que têm esse balanço interessante entre disponibilidade energética e equilíbrio com relação ao impacto na água. E é isso que eu acho que a gente precisa fazer.

Data center precisa de planejamento, e planejamento, inclusive, que envolva o Governo Federal em parceria com os governos estaduais e municipais, porque o impacto, no final das contas, acontece também ali no município.

Então, não dá para concentrar todos os *data centers* no mesmo lugar. Você precisa pensar isso. O estudo da revista *Nature,* que eu mencionei, mostra exatamente que esse é o problema. Nos Estados Unidos, você concentrou os *data centers* num lugar só, e aí, o impacto em água e o impacto em eletricidade foi brutal. Não podemos cometer o mesmo erro no Brasil. Precisamos olhar para o nosso país, que é gigantesco, ver como é a disponibilidade de água e energia em cada lugar, e fazer um planejamento muito bem-feito para aproveitar as capacidades que a gente tem, que são de sobra.

Então, esse ponto é importantíssimo.

E obrigado, Magno, pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Ronaldo.

A próxima pergunta aqui vou direcioná-la para a Camila. Camila está aí ainda? Presente – né, Camila?

Ela vem, essa pergunta, da Cláudia, de Minas Gerais: "Como o PL garante a soberania dos dados brasileiros armazenados em servidores estrangeiros no país?".

Boa pergunta, viu?

Camila, você pode responder a essa pergunta?

A SRA. CAMILA RAMOS (*Por videoconferência*.) – Oi, Senador, tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que eu não sou a melhor pessoa para responder a essa pergunta supertécnica, representando a Absolar, sabe?

Eu não sei se algum outro...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, como nós temos outros convidados... Dos nossos convidados aqui, quem quer responder a essa pergunta? Estão o Paulo, a Gisele, o Carlos.

Gisele. É você, Gisele.

A SRA. GISELE SANTOS (Para expor.) – Bom, deixe-me responder aqui.

Eu até falei um pouquinho sobre esse tema de soberania na minha apresentação, justamente porque quando a gente traz toda essa infraestrutura de *data centers*, esse crescimento, a gente está falando de fortalecimento da infraestrutura digital nacional.

Então, a gente reduz a dependência ali de tecnologias e infraestruturas digitais estrangeiras, trazendo justamente essa infraestrutura que é a base da tecnologia digital. Então, se a gente está falando de transformação digital, de inteligência artificial, de um processamento tecnológico cada vez mais alto, a gente precisa dessa infraestrutura aqui.

Então, a partir do momento em que a gente traz tudo isso para poder rodar no Brasil, a gente tem fortalecido esse ecossistema nacional e fortalece toda a cadeia produtiva local. Soberania não é apenas o dado; a soberania também é do conhecimento técnico especializado, de desenvolvimento de profissionais, desenvolvimento de toda nossa infraestrutura e nossa cadeia elétrica – toda essa cadeia produtiva completa – e fortalecendo efetivamente os provedores da infraestrutura de tecnologia local, nacional e internacional também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Gisele.

Acho que ficou aqui, dos nossos convidados, o Carlos. Ainda se encontra presente o Carlos? (*Pausa.*)

Não se encontra?

Mas aqui tem um comentário que eu achei interessante. É o Felipe, do Paraná: "O avanço das IAs não é mais [...] futuro, é algo [...] [que acontece] no presente. Não podemos ficar para trás, soluções devem ser encontradas."

Parabéns! Obrigado pelo comentário.

Carlos se encontra presente? (*Pausa.*)

Carlos, tem a pergunta aqui do Alexandre, de Sergipe. A pergunta dele é: "Como conciliar eficiência energética, segurança da rede nacional e [...] contrapartidas sociais e ambientais desses centros de [...] [inteligência artificial] no Brasil?".

Com você, Carlos. (*Pausa.*) Carlos? (*Pausa.*) Não está ouvindo? (*Pausa.*)

Algum dos nossos convidados quer responder?

Eu faço a pergunta novamente: "Como conciliar eficiência energética, segurança da rede nacional e [...] contrapartidas sociais e ambientais desses centros de [...] [inteligência artificial] no Brasil?".

Alexandre, de Sergipe.

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Alexandre... Quer dizer, o problema da segurança é um problema da rede nacional. Não pode ser atribuído a um grupo de consumidores como, por exemplo, os *data centers*. Quer dizer, os *data centers* entrando, eles vão se adequar às regras da operação do Sistema Interligado Nacional. O sistema tem problemas, e esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

problemas têm que ser resolvidos de forma estrutural, com equipamentos como baterias, compensadores síncronos e a construção de mais linhas de transmissão.

O importante é que os *data centers* não entrem gerando custos adicionais para os demais consumidores. Não só os *data centers*, mas qualquer nova carga. Eles têm que entrar de uma forma integrada e eficiente e, inclusive, com a sua operação ajudando o setor elétrico a ter um equilíbrio maior do que ele tem hoje. Isso é possível. Não vejo nenhum problema relativo aos *data centers,* em relação a isso.

A contribuição dos *data centers* vai estar, claro, nos empregos gerados, na tecnologia que vai se desenvolver no Brasil, nas obras dos próprios *data centers*, nos investimentos que vão ser feitos em energia para atender os *data centers*, que também geram muitos empregos. Mas eu volto ao ponto que eu comentei anteriormente: principalmente, em a gente trazer para o Brasil esse ecossistema do uso dos *data centers* para produzir aplicativos brasileiros para as necessidades brasileiras. Eu vi, Senador, outro dia, uma coisa extraordinária: um equipamento que destrói, com *laser*, as pragas na agricultura. Então, a inteligência artificial consegue identificar – no veículo que passa sobre a plantação – aqueles focos e, às vezes, a praga atacando um pedaço da lavoura, através de um *drone* que vai e bota o inseticida direto naquele espaço, evitando, com isso, um custo maior de inseticida, danos ambientais. Tudo isso feito com a inteligência artificial.

Então, o grande ganho do *data center* está em todo esse ecossistema de inteligência, porque o Brasil não pode depender de soluções estrangeiras para isso, senão nós seremos praticamente recolonizados no futuro. Então, o *data center* vindo, ajuda-nos a trazer isso, como o senhor comentou, que Goiás tem a primeira escola de formação em inteligência artificial do Brasil. Eu acho que aí está a grande riqueza e a grande contribuição, mas os *data centers* são a âncora para trazer isso para o país.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Bem, Goiás não é só essa questão de ser o primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial, não! Nosso Goiás está inovando, né? Por exemplo, o fundo criado para incentivo de *data centers,* com inteligência artificial, um fundo de R$800 milhões, que foi destinado pelo Governo do Estado, o ex-Governador Ronaldo Caiado, com toda a equipe dele, e eu falava com o ex-Secretário Adriano da Rocha Lima, que é um entusiasta – inclusive, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação aqui do Senado Federal, várias vezes ele vinha participar dos projetos importantes nessa área –, e ele me disse que ia estar participando remotamente. Eu não sei se ele está remotamente, o Adriano, mas é uma experiência de Goiás nessa área, até mesmo para incentivar outros estados. Goiás saiu na frente, aprovou na Assembleia esse fundo e tudo, para que *data centers*, isenção de impostos e tudo mais... Saiu bem na frente. E pessoas que gostam da ciência, da tecnologia, da inovação...

Adriano, você pode contribuir com uma fala? Como é que foi, você que conduziu isso aí? Está me ouvindo? (*Pausa.*)

Está participando? (*Pausa.*)

Bom, não está participando, depois ele pode passar.

Ele está *online*? (*Pausa.*)

Não tem como colocá-lo só para a gente ouvir essa experiência? (*Pausa.*)

Ele está com a câmera fechada? Adriano, abre a câmera, senão não dá para nós te vermos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o Adriano abre a câmera, eu quero agradecer a todos os participantes, enriqueceram bastante.

Aí, agora abriu.

Adriano, conseguiu abrir. Consegue falar? (*Pausa.*)

Vocês viram aqui a fala do nosso autor do projeto. Por que ele disse que nós temos essa autonomia, como Relator, de fazer as mudanças necessárias, mas, até mesmo por uma questão de ética, ao autor do projeto, todas as mudanças que for fazer, isso sai muito dessas audiências públicas, setores...

Está apto a falar, Adriano?

O SR. ADRIANO DA ROCHA LIMA (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Adriano. Eu não sei se você pegou a nossa fala, Adriano. Eu estava falando aqui sobre o projeto pioneiro do Estado de Goiás, e ele foi conduzido por V. Exa., com os incentivos, projeto aprovado na Assembleia para *data center*, terras-raras, inteligência artificial. Nós só queríamos ver... Até para que sirva aí de exemplo para outros estados, Goiás saiu na frente. Parabéns a você, à equipe, ao ex-Governador, ao Governador atual! Fale um pouquinho só dessa experiência e como foi, você, que é um entusiasta da área de ciência, tecnologia e inovação, e nos ajudou muito nesta Comissão. Você pode falar um pouco dessa experiência aí?

O SR. ADRIANO DA ROCHA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro!

Primeiro, bom dia a todos. É um prazer estar aqui novamente na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Cumprimento todos aqui que me antecederam nas falas – foram muito ricas –, e eu acho que esse é um debate fundamental para o nosso país, de posicionamento frente ao que está acontecendo no mundo.

Todos podem observar que tanto a questão da inteligência artificial quanto os minerais críticos, sobre que foi comentado aqui também, rapidamente, e o posicionamento do Brasil em fornecimento de energia limpa são hoje fator determinante e geopolítico de posicionamento perante outras nações. E, como também foi dito muito aqui, nós temos uma janela de oportunidade curta, e o Brasil, que já perdeu diversas oportunidades no passado, não pode novamente deixar, como você falou, esse cavalo arriado passar e nós novamente o deixarmos ir vazio, sem montarmos nele. Então, isso passa por nós termos o posicionamento correto como nação, pensando no país, tirando, como o senhor falou, Senador Vanderlan, as picuinhas políticas, o momento eleitoral, e pensarmos no país como um todo.

Goiás teve o grande diferencial de poder ter antecipado algumas tendências que vieram a se tornar muito relevantes mais à frente. Eu cito aqui três exemplos. Primeiro, em 2019, quando nós identificamos... A inteligência artificial já estava sendo falada no mundo, mas não tinha ainda o protagonismo que tem hoje. E nós identificamos um grupo de estudo e de pesquisa muito relevante na universidade federal, fizemos uma parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal de Goiás, criando o Ceia.

Na época, nós colocamos R$12 milhões de aporte de investimentos no Ceia, exigindo como contrapartida que o Ceia criasse o primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial do Brasil e que captasse, em projetos com o setor privado, R$50 milhões. O que acontecia alguns anos depois? O curso de graduação foi criado e se tornou o mais concorrido de todos os cursos – inclusive passando Medicina – em Goiás, e mais do que isso se tornou o segundo curso mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concorrido do Brasil, em todas as áreas. Hoje o curso de graduação em Inteligência Artificial da UFG é a segunda maior nota de corte de todos os cursos existentes em todos os estados do Brasil.

Eles tinham a meta de captar R$50 milhões, captaram R$500 milhões com o setor privado. Hoje tem uma fila de projetos querendo investir, e depende, obviamente, de capacidade computacional, que é onde a gente entra justamente na questão do *data center*. O Ceia, por ele formar pessoas, tem capital humano suficiente, tem dados suficientes, que são abastecidos pelas diversas empresas do setor privado para serem tratados, mas, apesar de ele já ter hoje as GPUs da Nvidia B200, e chegando a B300 agora, ele ainda carece de mais capacidade computacional – e é justamente onde a gente entra no tema de *data center* – para poder entregar ainda mais ao Brasil.

Outra tendência que foi antecipada em 2019 foi quando nós demos a licença de operação para terras-raras no Município de Minaçu, que estava vindo ali de uma suspensão da exploração do amianto, e isso reviveu toda a cidade de Minaçu e trouxe um protagonismo para Goiás, que hoje tem a segunda maior reserva do mundo de terras-raras, especialmente terras-raras pesadas, que é fundamental para o abastecimento de toda a indústria de tecnologia do mundo, em especial veículos elétricos, em especial turbinas eólicas, de que a gente está falando muito aqui também. Isso trouxe um protagonismo para Goiás, porque, lá atrás, em 2019, nós chamamos a Serra Verde, que investiu ali em Minaçu, e, desde 2021, ela já produz terras-raras, em especial terras-raras pesadas, sendo aí uma reserva fundamental para garantir a cadeia de suprimento global de terras-raras.

Isso nos permitiu assinar um acordo, um memorando de entendimento com o Japão e com os Estados Unidos, que, diferentemente do que tem sido falado aí, não contrapõe em nada à soberania da União nisso. Nós não estamos falando de tratamento do subsolo. O nosso marco, o nosso acordo feito com o Japão e com os Estados Unidos trata justamente de, depois que o mineral é retirado da terra, em vez de nós fazermos como fazemos desde o descobrimento do Brasil – mandar ouro, pau-brasil e mais diversos minerais em estado bruto para fora –, nós, com esse acordo, desenvolvermos a cadeia produtiva para gerar emprego e renda e industrialização aqui no Brasil, para que a gente possa fazer a separação das terras-raras, a formação da liga que vai permitir, no final, produzir usinas de alta *performance*, que são elementos de suprimento absolutamente necessários para essas indústrias de alta tecnologia, que eu citei aqui como exemplo.

E, por último, nós vimos também ali, dois anos atrás, quando ninguém falava ainda no Brasil em biometano, a oportunidade de usar, em vez de simplesmente investirmos ainda mais... Investimos também – não estamos negando essa tecnologia fotovoltaica, nem a eólica –, mas nós vimos a oportunidade de desenvolver no Brasil, em vez de simplesmente importar tecnologia da China, uma cadeia de fornecimento de uma energia sustentável. Dou um exemplo: um ônibus, hoje, abastecido a biometano, se nós pegarmos a cadeia completa, é 80% menos poluente do que o próprio ônibus elétrico, porque não se considera só o momento que o ônibus está circulando, mas desde a produção até o descarte. Então, o biometano é mais sustentável ainda. Ele usa os resíduos de produção da cana-de-açúcar, usa os resíduos de lixo e esgoto e produz o biometano, que ainda gera, como resíduo da produção do biometano, um fertilizante de altíssima qualidade que permite também reduzir a nossa dependência de importação de fertilizantes de outros países, que é outra coisa que visa à soberania nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos hoje, no Estado de Goiás, esses três avanços de que nós antecipamos a tendência. Hoje o mundo inteiro começa a falar em biometano, e nós já estamos aqui abastecendo ônibus urbanos na Região Metropolitana de Goiânia com biometano, construindo o primeiro gasoduto de Goiás, ligando o Município de Guapó ao Município de Goiânia, transportando – o Ronaldo Lemos mostrou, na apresentação dele – mais de 60 mil metros cúbicos de biometano por dia, e essa produção vai chegar a mais de 100 mil metros cúbicos só dessa usina ali de Guapó, que está produzindo biometano e ali é feito através do tratamento de resíduos sólidos e esgoto, quer dizer, nós temos um potencial enorme. O estado é o segundo maior produtor de etanol do Brasil e, através da vinhaça da cana, podemos aumentar em muito essa produção e sermos completamente autossustentáveis em fornecimento de energia, não só transformar isso em energia elétrica, mas também como biocombustível para abastecer veículos pesados, sejam eles ônibus, sejam caminhões.

Então, tudo isso vem ao encontro... Para finalizar, eu queria destacar um ponto, porque, quando a gente fala de *data center*, que é necessário para a inteligência artificial, que por sua vez necessita de energia, e o mundo necessita que essa energia seja limpa e renovável, e isso posiciona o Brasil de uma maneira muito diferenciada e competitiva em relação ao mundo, porque a nossa matriz energética é mais de 80% energia limpa, mas não só isso, quer dizer, porque também nós precisamos – aí é outro diferencial do Estado de Goiás – da implementação de uma infovia, quer dizer, nós precisamos ter também conectividade. Tem um relatório do Banco Mundial que ressalta os cinco "c" necessários para que a inteligência artificial se desenvolva no mundo. Entre esses "c", você tem energia, você tem *data center* e você tem também conectividade.

Então, o Estado de Goiás também lançou o programa Goiás de Fibra, que está implementando 10 mil quilômetros de fibra ótica, interligando 100% dos órgãos do estado, dos municípios do Estado de Goiás, garantindo que a gente vai ter baixa latência e altíssima velocidade de conectividade para interconectar tudo isso e poder democratizar as novas aplicações de inteligência artificial que estão vindo, que vão demandar não só o treinamento, que pode ser feito de forma mais centralizada e isolada, mas também aplicações em tempo real, porque elas demandam um processamento de dados *online,* e isso só é possível através de uma rede de fibra ótica com alta capacidade e baixa latência.

Então, tudo isso coloca o Estado de Goiás. E a gente – com o marco civil da inteligência artificial que foi comentado com você, mais a Autoridade de Minerais Críticos (Amic), que são duas leis sancionadas no ano passado – oferece como inspiração para que isso seja aproveitado por outros estados e também pela União, para que nós não façamos... Aí, eu não estou falando desse projeto de lei do *data center*, mas do outro projeto que já tramitou no Senado, está hoje relatado pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, lá da Paraíba, na Câmara dos Deputados, que é o projeto de lei da inteligência artificial, que começou na sua origem copiando o projeto da União Europeia, que foi sancionado alguns anos atrás. A União Europeia hoje percebe o grande equívoco que foi esse projeto, porque ela está limitando o desenvolvimento da Europa, e ela está alterando, pensando, inclusive, em revogar esse projeto de lei.

Quem liderou isso, que foi um italiano, o Gabrieli – esqueci o sobrenome dele –, esteve aqui conosco falando: "Olha, não copiem esse projeto, de que fui eu mesmo que liderei a elaboração, porque foi um equívoco nosso. Vocês, no Brasil, estão aí querendo novamente voltar a ser colônia da Europa". Não é possível o Brasil, com todo o potencial que tem, em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

utilizar aquilo de que nós precisamos para desenvolver o país, copiar um projeto retrógrado que a própria Europa, que originou esse projeto, está revogando.

Então, em cima disso tudo, mais uma vez, agradeço a participação. Parabenizo todos os aqui envolvidos não só nas falas que tivemos, com muita informação, e muita informação importante, e parabenizo V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso, por ser o Relator desse projeto que é de tamanha relevância para o desenvolvimento do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Adriano. Enriqueceu muito a nossa audiência pública de hoje, Adriano.

Muitas vezes, pessoal, sobre o nosso Estado de Goiás, muita gente pensa: lá só tem gado, agricultura. Somos referência hoje em segurança, tanto que se fala que, Goiás, em segurança, é o primeiro lugar do Ideb, e na educação, na transparência, na saúde. Por tudo isso que o Adriano falou, nós somos referência. Tem muitos estados indo lá ver o que foi feito. Saiu na frente. É aquele ditado: quem chega primeiro bebe água limpa. Então, Goiás saiu muito na frente. Se o momento agora, se a discussão é *data center*, inteligência artificial e tudo mais, então, vamos aprovar as leis logo para receber o quê? Esses investimentos.

Eu estava vendo aqui na apresentação não me lembro de qual dos que falaram, se foi na do Ronaldo, se foi na do Carlos ou na do Paulo, os nossos concorrentes, com relação a *data centers,* por este mundo afora. Eu vi a Austrália, mas teve um país que me chamou a atenção, que é o Vietnã. Eu venho acompanhando o desenvolvimento do Vietnã desde que cheguei aqui, ao Senado Federal, porque, antigamente, a gente fazia os comparativos do Brasil com a Europa e os Estados Unidos. Nós estamos ficando para trás. Hoje, nos comparativos, deixei a Europa e os Estados Unidos de lado e comecei a comparar com alguns países, principalmente alguns países da Indochina. Entre eles, está o Vietnã. Por que o Vietnã? O Vietnã, um dia desses, foi destruído, virou cinza com a guerra com Estados Unidos. E o que eles produziam? Foi falado aqui, eu creio, pelo Ronaldo: café e arroz.

Há poucos anos, acho que em 2022, 2023, eu vim acompanhando o PIB, as exportações do Vietnã, e vinham se aproximando das do Brasil. Quando você vai olhar o que o Vietnã está exportando, o que eles estão produzindo, são eletrônicos, confecção, computadores. Não é mais o arroz – o arroz eles produzem para comer –, não é mais o café, que eles exportam, mas muito pouco em relação ao que era. No ano passado, eu peguei um comparativo – não é, Emilio? –, nós pegamos um comparativo. Sabe quanto que o Vietnã exportou a mais do que o Brasil, e o Brasil é um continente? Sessenta e poucos bilhões de dólares a mais do que o Brasil. Eu já comecei a ficar preocupado, porque eu vi o Vietnã ali. Se esses vietnamitas estão de olho já em *data centers* – porque a gente sabe o potencial que tem a Índia, que tem a Austrália, que saíram da cinza e, em poucos anos, estão aí potências como eles, em exportação –, então, nós temos que correr.

Eu parabenizo, Adriano, você, que participou, sua fala, seu conhecimento. Desde que assumi esta Comissão aqui, ao chegar ao Senado Federal, em 2019, ele sempre esteve participando, sempre colaborando conosco em conhecimento e tudo mais. Nosso estado não ficou para trás, não é mais só o estado aí da agricultura, da pecuária; é, sim, mas também do desenvolvimento da pesquisa.

Nós temos terras-raras, é o segundo em reservas do mundo de terras-raras, mas também nós temos aí pesquisa, através das nossas universidades, principalmente a Universidade Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Goiás, que tem o curso de graduação, o primeiro do país, em Inteligência Artificial, com o Prof. Celso Camilo, o Prof. Anderson, o primeiro que foi reconhecido lá fora. Olha só que interessante. Aí depois desperta um pouco a imprensa nacional, depois é que local, às vezes, vai dar importância, que nós vamos dar importância para os nossos pesquisadores. Então, é um motivo de orgulho para nós hoje – eu não me canso de falar isso. Na inteligência artificial, estamos prestando aí um trabalho... Bilhões já estão sendo investidos em estudo, em outras empresas, em multinacionais.

O Goiás tem – é coisa boa; nós temos que falar de coisa boa – terras-raras, mas, através da nossa Universidade Federal de Goiás, os nossos pesquisadores estão estudando, já bem adiantados, as doenças raras também, como a ELA. Não se surpreendam não, se logo, logo vocês virem: olha, tem aí a descoberta para essa doença, que eu digo, Paulo, que é uma desgraça, porque ela neutraliza a pessoa. A pessoa está boa da cabeça, mas, muitas das vezes, só mexe os olhos. Estão ali, na nossa universidade, pesquisadores dos nossos IFs (Institutos Federais) espalhados pelo país, no nosso estado, tanto do agro como da indústria, pesquisadores desenvolvendo.

Muitas das vezes, a nossa agonia aqui – já estou encerrando – era quando chegava o orçamento para votar, quando tem que contingenciar, que tem que tirar, que tem que cortar, sabe onde vão cortar? É na pesquisa, é na ciência, é na Embrapa, é nas universidades, é nos institutos federais. Aí é onde entram, gente – eu quero até aqui falar para vocês – as emendas parlamentares, que são tão criticadas, né? Se não é emenda parlamentar, não tinha equipamentos para pesquisa de doenças raras, não tinha computadores, não tinha mais salas de aula nos nossos institutos federais, nos nossos assentamentos, agricultura familiar, nos nossos municípios.

Eu estou recebendo aqui – para vocês terem uma ideia – um pessoal de Anhanguera. Vocês que estão participando, Anhanguera está aqui. O Vice-Prefeito, Flávio Pereira; o Anderson Novaes, que é assessor; e o Getúlio Lima, que estão aqui presentes. Anhanguera é o menor município do Estado de Goiás, com mil e poucos habitantes, mas um município próspero, turístico. Aliás, é a cidade da produção de limão-taiti.

E estão sobrevivendo esses municípios, principalmente os menores, através de emendas. Tem erro? Tem, como toda. Tem desvio? Tem. Para isso está aí... O Ministro Flávio Dino foi lá e: "Opa, pare aí essa farra que está aí". Não tinha como fiscalizar? O.k. Os nossos hospitais filantrópicos, os hospitais do câncer, como o Araújo Jorge e tantos outros, santas casas e tudo, se não são as emendas para acudir, quantos já tinham fechado as portas? E eles atendem pelos SUS. Então, essa agonia que a gente passa aqui...

Eu sou vidrado em pesquisa, em inovação, na ciência, na tecnologia, porque o desenvolvimento está aí, gente. A agricultura nossa está avançada por causa da tecnologia. Nós temos que começar a pensar projetos de país, né? Vai cortar? Corta de outras coisas, mas de pesquisa? Nossa Embrapa está passando por dificuldades. Nós estamos perdendo os nossos pesquisadores, e não é mais para a Europa e Estados Unidos, não; é para o Chile, para a Argentina, Peru, porque eles são tão bons que estão os levando. Nós não estamos valorizando – não estamos valorizando. Foi deixado de lado.

É uma discussão de ideologias: "O meu contraventor é melhor do que o seu", é essa a discussão que está... Vocês desculpem eu estar falando isso aqui, não era nem para isso, mas tem hora que você tem que falar, gente. Vamos pensar país. Qual que é o projeto de país? Um país rico igual ao nosso. Eu fico preocupado quando eu vejo de dois a três anos aí, se nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

corrermos aqui e aprovar... Aí vem aqueles que ficam contra, porque não sei o quê, porque vai beneficiar esse, vai beneficiar aquilo. Aqui tem muito disso, né?

O projeto de autonomia do Banco Central é um projeto de minha autoria, tem dois anos e meio que a gente está aqui. O Banco Central – ontem eu falei na GloboNews – está colapsando. Nós vamos esperar o Banco Central colapsar para aprovar um projeto que dá da maior agilidade ao Banco Central? Mas uma hora um puxa para lá, outro puxa para cá, porque é isso, porque é aquilo, agora é ano eleitoral, não sei o quê. Espere aí, nós temos que separar – viu, Gisele? – o que é projeto de país e o que é projeto eleitoral. Briga política vai ter, não para. Então, nós vamos parar o país? Não, vamos separar isso.

É o que nós estamos tentando aqui, no Senado Federal. Essa discussão aqui na Comissão e nessas audiências públicas de um projeto importante como esse... Tem que ser aprovado, tem que... Senão, daqui a pouco: "Ah, aprovou". Sim, e daí? O Vietnã está na frente, a Austrália, tudo, levou tudo para lá. A riqueza que nós temos aqui no nosso país é tão grande. Eu ando este país, eu ando o mundo. Eu fui lá visitar o Vietnã. Eu falei: "Eu vou lá ver o que esses caras estão fazendo". Eu fui lá, seis anos atrás. Fiquei maravilhado com tanta construção, com o metrô, com aquele negócio todo. Falei: "Mas, gente, este país foi destruído, exportando 60 bilhões a mais". Depois vocês entrem no ChatGPT para confirmar o que eu estou falando. É isso daí. Entendeu? Mas é isso daí. Desculpe. A gente está...

Quero agradecer a todos os participantes aqui, que foram muito bons.

É na próxima quarta-feira – é isso, Emilio? – a próxima audiência pública? (*Pausa.*)

Quarta-feira. Nós temos um feriado que é na terça. Aí, o pessoal veio falar comigo: "E aí? Vamos cancelar? Como é que vai ser?". Eu falei: "Não". Como são muitos os convidados – hoje foram cinco; na próxima, acho que tem nove, dez, tem alguns querendo participar –, de repente, a gente transforma em duas. Vou falar com o nosso Presidente aqui, aí você já vê. De repente, a gente pode fazer numa terça ou numa quarta. Fazemos duas seguidas ou fazemos uma e, em seguida, outra no mesmo dia, como a gente fazia muito aqui nesta Comissão, para discutir logo, aperfeiçoar, já que o autor, hoje, do projeto, Styvenson Valentim, nos autorizou, aqui no debate, a aperfeiçoar o projeto. Eu, como Relator, em hipótese alguma, não vou fazer nada atravessado, sem a concordância do autor do projeto. Eu não aceitei, no do Banco Central, que fossem colocar de qualquer jeito. Eu falei: "Não, pare! Vamos sentar para conversar. Não é assim, não". Senão, daqui a pouco, não adianta: com um projeto importante como esse, ficam atendendo interesses de terceiros. Não, aí, não dá!

Então, Gisele, obrigado pela presença.

Só uma informação eu queria dar: toda essa apresentação está disponível. Então, todos que quiserem essa apresentação... Sugiro aqui ao Leomar, ao pessoal nosso, do nosso gabinete, que pegue essas apresentações e repasse todas elas aos nossos Senadores, não somente aos membros desta Comissão, mas a todos os Senadores. Esse material é muito importante. Tudo que foi falado aqui é muito importante. É conhecimento. Porque aqui é tão corrido, aqui no Senado Federal, nas Comissões, é tanta coisa, votações... Então, a gente passa para o pessoal.

Peço às assessorias dos gabinetes que estão me ouvindo neste momento para passar aos Senadores.

Então, Gisele, Camila Ramos, Carlos Felipe Farias, meus agradecimentos. Ronaldo Lemos, meus agradecimentos. Paulo Pedrosa, meus agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está também nos honrando com a sua presença aqui o Prefeito Municipal de Varjão, Diogo Guimarães. Bem-vindo aqui, Diogo, com a sua comitiva, com o Jovael Castro, que o está assessorando! Com a Anhanguera, eu já falei.

O pessoal da Apae de Águas Lindas, olha, esse pessoal veio nos visitar aqui no nosso gabinete e eu os convidei para vir aqui. Da Apae de Águas Lindas, a Adriana Godoi, Presidente; o Marcelo Godoi, que é o esposo; o Diego Barbosa. Também sejam bem-vindos aqui!

Ao falar em Apae, as APAEs do nosso Brasil, em especial, do meu Estado de Goiás, fazem um trabalho belíssimo, belíssimo! E o pessoal precisa de ajuda também, de emendas parlamentares chegando em Pestalozzi, em Apae, em toda essa...

Que Deus abençoe todos vocês!

Não havendo nada mais a acrescentar aqui, agradeço a vocês, todos os trabalhadores, ao pessoal que conduziu esta Comissão. Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Magno Malta, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Dra. Eudócia, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento, nos termos dos art. 3º e 4º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, dos comunicados de alteração de controle societário e da composição do capital social das empresas jornalísticas Editora Meio & Mensagem Ltda. e Empresa de Publicidade Rio Preto S.A. Os referidos expedientes serão publicados na página desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das senadoras e dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência também comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nº 51 a 80, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens lidos na 6ª Reunião da Comissão, realizada no dia 8 de abril do ano corrente, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 3/2026-CCT, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pelo Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e ao Requerimento nº 7/2026-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pelo Senador Confúcio Moura (MDB/RO), com a finalidade de debater o papel da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimento, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional, com a participação de Carlos Agenor Onofre Cabral, Diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia - MME; Artur Watt Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Marcio Felix, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás - ABPIP; Francisco Bulhões, Gerente-Executivo de Relações Institucionais da PRIO; Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, representante de Marcos Cintra, Presidente do Instituto Pensar Energia; Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Roberto Furian Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; e Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/153827

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, dos comunicados de alteração de controle societário e da composição do capital social das empresas jornalísticas Editora Meio & Mensagem Ltda. e Empresa de Publicidade Rio Preto S.A. Os referidos expedientes serão publicados na página desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência também comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 51 a 80, de 2025, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens lidos na 6ª Reunião da Comissão, realizada no dia 8 de abril do ano corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral nº 12, de 2019.

Pauta.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o papel da pesquisa científica no desenvolvimento tecnológico e da inovação sustentável na revitalização de campos maduros e marginais de petróleo e gás, como instrumento estratégico capaz de conciliar eficiência energética, melhoria do ambiente de negócios, atração de investimentos, redução da intensidade de emissões de carbono e desenvolvimento regional, em cumprimento aos Requerimentos nºs 3 e 7, de 2023, desta Comissão, de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania – novamente, senado.leg.br/ecidadania –, ou ligar para 0800 0612211. De novo, 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão: Carlos Agenor Onofre Cabral, Diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Energia, bem-vindo; Artur Watt Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem vindo; Roberto Furian Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, obrigado pela presença; Marcio Felix, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás, obrigado pela presença; Francisco Bulhões, Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Prio, o.k.; Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, está ali; Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado. Encontra-se também presente, por meio do sistema de videoconferência, Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética, comigo na rede, ela vai entrar um pouco mais tarde.

Eu gostaria inicialmente de agradecer a presença de todos aqueles que estão aqui ao vivo com a gente, pessoalmente, e também aqueles que se encontram acompanhando esta audiência pública pela Rede Senado, pela TV Senado. Agradeço a presença de cada um dos nossos – eu vou chamar de palestrantes aqui, é mais fácil – apresentadores ou palestrantes.

Realmente esse é um tema que eu considero de grande importância, razão pela qual eu coloquei esse pedido, esse requerimento aqui para discussão.

Nós temos essa possibilidade, como vai ficar explicado; então, eu não vou adiantar muito aqui. Nós temos essa possibilidade no Brasil. Eu acho importante que nós utilizemos essa nossa oportunidade, e é importante que a população saiba disso também. Então, por isto, a gente coloca essas audiências públicas, justamente para dar à população a possibilidade de entender certo assunto, ter a sua opinião.

E como isto aqui fica registrado, fica gravado – todas essas falas, todas as apresentações aqui –, também é bom para os outros Senadores que não estão presentes agora. Vocês sabem que nós temos um dia hoje bastante intenso aqui no Senado, com a votação de várias autoridades, então a CCJ hoje é onde tem a maior audiência, em termos de Senadores, mas é importante que depois eles tenham a chance de assistir, entender o assunto e que possam participar, como representantes da população, desta discussão e das decisões que vão ser tomadas.

Então, novamente, eu agradeço muito a todos. Agradeço à nossa mesa também, que é importante, porque são eles que fazem funcionar tudo isto aqui, as coisas que funcionam com a gente.

Vamos combinar alguns dados aqui.

Primeiro, com relação ao e-Cidadania: eu já falei aqui do portal e do telefone. É importante que a população participe, então você que está acompanhando aí de casa, do trabalho, de algum lugar: participe, mande suas perguntas e comentários.

Nós já temos algumas aqui, que eu vou ler inicialmente, mas vão chegar outras durante a audiência. Eu pedi para a mesa distribuir para todos vocês essas perguntas e comentários. Nós não vamos... Se quiser, durante a sua fala, já se referir a alguma, não tem problema nenhum. Eu vou deixar um tempo no final, nas considerações finais, para a gente responder também a essas perguntas, mas é importante para ver o direcionamento, como é que a população já está pensando sobre isso, né? É bom.

Então, está aqui a Luma, do Pará: "Quais são os principais desafios técnicos e científicos na recuperação avançada de petróleo em campos maduros?".

A Patrícia, de Minas Gerais: "Como realizar ou manter a revitalização de campos maduros quando o arcabouço fiscal e tributário do país não for favorável?".

A Beatriz, do Rio de Janeiro: "Como alinhar a revitalização de campos maduros com [a] inovação sustentável, garantindo redução de emissões e desenvolvimento regional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Roniel, do Ceará: "Como explorar esses campos, mantendo realmente as políticas de sustentabilidade e preservação ambiental?". Ele já deu um viés ligado mais às questões ambientais, né? Aí vai ficando...

E há comentários.

Aqui, o do Jonas, de São Paulo: "Reativar campos marginais gera empregos e renda para [os] municípios menores, fortalecendo a economia local e a infraestrutura". Isso é bem importante de se ter em mente, essa parte do desenvolvimento econômico; lembrando que, com a reforma tributária, a gente tem atualmente essa transição, que... Eu vou até falar que eu costumo falar muito com os municípios de São Paulo, com os Prefeitos de São Paulo. Vou falar aqui, para aqueles que estiveram ouvindo que sejam Prefeitos ou que tenham contato com Prefeitos, para ficarem ligados com essa reforma tributária, porque o modelo antigo, o modelo da tributação anterior, em que o imposto era cobrado na origem... Este é o ponto principal para as cidades também: o que era cobrado na origem agora vai ser cobrado no destino. Portanto, é importante que as cidades pensem em como as pessoas vão gastar dinheiro naquela cidade, como as empresas vão gastar naquela cidade, porque aí, sim, você vai ter imposto naquela cidade. Então, é uma mudança de cultura, uma mudança de paradigma de como pensar sobre isso – só para aproveitar o momento.

Agora, com relação aqui à ordem e ao tempo: nós temos uma condição de contorno para esta equação – para quem gosta de matemática aí! –: a condição de contorno é que a nossa convidada que está no remoto só consegue chegar às 11h, o que também não vai ser tão diferente; é daqui a meia hora. Portanto, eu vou colocá-la para depois das 11h.

Então, a sequência que nós temos aqui vai ser a seguinte...

Eu vou aproveitar que está aqui, que já foi colocado aqui, que ele que fez. (*Risos.*)

Aqui, então, começando com o Carlos Agenor Onofre Cabral, o primeiro a apresentar; depois, Artur Watt; depois, Roberto Furian; depois, Marcio Felix; depois, Francisco Bulhões; depois, Rodrigo Saraiva, Felipe Fernandes e Heloisa Borges. São oito convidados, e, para a gente não extrapolar o tempo que nós temos aqui disponível, eu vou pedir que vocês se atenham a dez minutos. Eu sei que o tempo é apertado, mas é importante, para dar tempo de todo mundo falar, porque senão a gente tem que entregar a sala aqui e acaba não dando ponto. Então, dez minutos para cada um.

Aqui no plenário, é mais fácil, porque, quando chega um minuto para o final, tem os relógios aí para a gente ver quanto tempo tem. Quando chega a um minuto do final, faz um barulho desse tipo. Não sou eu, é automático. Então, se estiver tocando várias vezes, vocês sabem que não sou eu que estou tentando aqui evitar que vocês falem. E, no final, ainda tem aquele dos 15 segundos, né? Agora são 60? (*Pausa.*)

Ah, também é junto? Ah, 30 segundos? Ah, é? Mas aí vai tocar junto. (*Pausa.*)

Bom, mas, em todo caso, é possível que a gente ouça aqui uma voz feminina bastante intensa, falando que vai faltar tantos segundos, tá? Então, é só para ficar ligado aí no tempo, né? Termine a ideia, logicamente, não precisa, só porque parou o tempo, acabar de falar. Termine a ideia, mas tente ficar dentro dos dez minutos, ou próximo dos dez minutos, para a gente não extrapolar para os outros.

Dito tudo isso, combinado tudo isso, vamos começar com a primeira, a nossa primeira apresentação, do Sr. Carlos Agenor Onofre Cabral, que é Diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia. Por dez minutos, o senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL (Para expor.) – Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigado pelo convite ao Ministério de Minas e Energia – estou falando aqui em nome do Ministro Alexandre e do nosso Secretário Renato Dutra.

É um prazer a gente estar aqui e falar de um tema muito caro para a gente no Ministério de Minas e Energia, que é justamente não só a questão dos campos marginais, mas todo esse potencial fantástico que o Brasil tem para isso, né?

Sem mais delongas... Bom, não sei se o nosso Diretor-Geral aqui vai abordar, mas só uma pincelada: a importância da exploração e da produção de petróleo e gás, Senador, para desenvolvimento tecnológico, pesquisa e desenvolvimento em inovação do país, e 1% de todos os contratos... Em toda a produção relacionada a campos que pagam participação especial, campos de partilha de produção, é obrigatório ter obrigações relacionadas a investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovações. Isso são verbas bilionárias.

Então, nós tivemos aí, desde 2022 para cá, R$4 bilhões investidos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a previsão, Senador, é que este ano seja recorde em função da produção nossa que está aumentando, em função dessas cotações aí que estão disparadas no início do ano. Então, os compromissos de pesquisa e desenvolvimento...

E o que isso significa em termos de compromissos de empresa? Petrobras, majoritariamente, com mais de 50% desse investimento – estou falando do investimento de 2025, pelo excelente painel dinâmico da Agência Nacional do Petróleo, que tem esses dados. O maior investidor é Petrobras, depois Shell.

E a gente tem aí um compromisso em relação à produção de petróleo, com o detalhe de que essas empresas, a maioria delas, com exceção da Eneva, atua no ambiente *offshore*. Então, essas empresas têm obrigação de investimento em PD&I, e esse investimento, para você sentir em termos de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Brasil, é muito mais que 50%. Então, o peso da pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor de petróleo e gás é importantíssimo para o desenvolvimento tecnológico do país.

E aí vamos fazer um panorama do que é o nosso *onshore* brasileiro. Tiramos uma fotografia desde o início de 1980, em que você tinha, nessa época, uma produção *offshore* menor do que a produção *onshore*. A partir de 1980, a produção *offshore* passou e disparou. Aí nós temos dois cenários. O primeiro cenário é a produção de petróleo, em que, no ano de 2025, 2,3% da produção nacional de petróleo foram no ambiente *onshore*. E é por isso que a gente fala que o *onshore* brasileiro tem uma vocação para gás, porque isso não é tão verdade quando a gente fala na produção de gás no Brasil. Aí nós temos que a produção em terra efetiva é 13,6% em 2025. Se você prestar atenção, ultrapassou a produção de gás do ambiente *offshore* do pós-sal. Isso ganha mais significância, Senador, porque, dessa produção do pré-sal, praticamente 50% são reinjetadas, por questões de escoamento da produção e por questão do elevado teor de CO_2. Então, do que a gente tem efetivamente do petróleo consumido no Brasil, 33% são do ambiente *onshore*. Então, a significância do ambiente *onshore* para a produção de gás natural é muito significativa – e para nós, Brasil: exportador de petróleo, mas, infelizmente, importador de gás natural.

E aí vem o dilema do país que é a questão da segurança energética. Nós estamos indo muito bem em função das descobertas do pré-sal, mas, desde as descobertas de 2010, 2011, Campo de Libra, nós não tivemos grandes descobertas no pré-sal. Então, o que nós temos hoje em dia é produção das reservas do pré-sal e não temos reposição dessas reservas de forma significativa. Então, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma previsão de pico de produção em 2030 e, depois, declínio se não acharmos novas reservas. Então, isso, para a gente, é um ponto de atenção.

E, mais à direita, o que a gente precisa fazer? Precisamos voltar, sim, a retomar as campanhas exploratórias no país. Aquele pico de 2010 foi fundamental para a descoberta do pré-sal. Precisamos de mais picos. Então, há falta de descobertas comerciais na Bacia de Santos e a atividade de exploração deve ser incentivada e acelerada. E para onde a gente tem que olhar, Senador? Para as novas fronteiras. E o que a gente chama, no ministério, de novas fronteiras? Margem Equatorial *offshore*, Bacia de Pelotas *offshore* e desenvolvimento não convencional no *onshore*.

E aqui significa, na verdade, uma previsão do que seria essa perda, previsão essa feita pela EPE, esse crescimento em função dos FPSOs que estão chegando para produzir o pré-sal. E, Senador, se o dado ocorrer, o que é que vai acontecer? Perdas em arrecadação, que a gente estima, a EPE também, em 3,7 trilhões até 2055. É risco à segurança energética, aumento da dependência externa. Já pensou o Brasil depender de exportação no cenário de hoje?

E qual é a estratégia aí da segurança energética? Oferta de novos blocos, licenciamento destes poços exploratórios e perfuração destes blocos exploratórios, para que tenhamos as descobertas. E as novas fronteiras: MEQ, Pelotas e não convencional.

E aí eu vou fazer, mais uma vez, a questão da importância da exploração de recursos não convencionais aqui no Brasil, em que a gente tem aí a questão da importação de gás natural, nós não somos autossuficientes, e, além do gás natural, a importação do gás natural ocasiona preços no Brasil bem diferenciados, e esse preço do gás natural aqui no Brasil é algo que afasta a indústria relacionada ao gás natural, e uma indústria relacionada ao gás natural seria de fertilizantes nitrogenados, de que também somos importadores. Então, nós dependemos de gás natural, dependemos de fertilizantes, e, Senador, é justamente o potencial para desenvolvimento do interior do país.

Então, o potencial de gás não convencional no Brasil é fantástico. Por que ele é grande? Porque é o triângulo de recursos petrolíferos, de recursos não convencionais, é muito recurso, mas aumenta-se o custo e o desenvolvimento tecnológico, coisa que a gente já tem dominada, e aí se tem uma visão do que seria isso, ou seja, dos convencionais é pouco comparado com o que a gente tem: o *shale gas* e o *tight gas*.

E aí a revolução do não convencional na Argentina salvou o país em termos de segurança energética, um país frio, que necessita de calefação no inverno, e estava dependente de importação de gás natural. O não convencional foi a revolução do país, e estamos agora importando gás natural não convencional da Argentina. Por que não explora aqui?

E talvez a maior revolução seja dos próprios Estados Unidos, um país extremamente dependente de energéticos, importava petróleo, importava gás natural, e, a partir da descoberta do *shale gas*, *tight gas* e *tight oil*, se tornou o maior produtor de petróleo e gás no mundo, e o Brasil importa a GNL dos Estados Unidos. Por que não explorar aqui?

Produção de 2,5 bilhões de metros cúbicos por dia; produção do Brasil: 170 milhões de metros cúbicos por dia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – E aí, pegando mais uma vez um estudo da EPE, em termos de reserva potencial de gás aqui no Brasil... E a gente pegou essa reserva e transformamos isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em o que seria uma previsão de produção, milhões de metros cúbicos/dia: 416 milhões de metros cúbicos/dia, triplicaria a nossa produção, Senador.

E a gente fez um recorte aí na Bacia de São Francisco, o que é que significa isso? *Royalties* para o município, 564 milhões por ano; 14,4 milhões para os superficiários onde tiverem esses poços, e se a gente colocar fertilizantes para a utilização nobre desse gás natural, justamente suprir, já que tudo está no interior do país, seriam 150 mil empregos na construção, 500 mil empregos na operação e 40 bilhões de investimentos.

Agora, é uma técnica consolidada no Brasil e no mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Por que no Brasil? Porque nós já temos essa operação muito bem feita aqui. A ABPIP vai dar uma pincelada sobre como é que é feita essa produção no Brasil. O arcabouço regulamentar de segurança operacional aqui, conduzido pela ANP, é um dos melhores do mundo, o que se aplica no *offshore* se aplica no *onshore*. O Brasil tem muitas experiências nesse projeto *onshore*, é só mais um prolongamento sobre isso.

Aspectos e impactos ambientais são temporários, localizados e existem medidas mitigadoras, planos, projetos e programas ambientais que vão ser exigidos para fazer esse controle.

A exploração está alinhada à necessidade de segurança energética do país e aos planos de mitigação e adaptação. Gás natural é o gás da transição. O Brasil e o mundo vão necessitar de petróleo e gás natural por muito tempo, e é uma oportunidade única de eliminar a importação de gás natural, fertilizantes nitrogenados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – ... produtos petroquímicos e desenvolver a industrialização, Senador, no interior do país, que é justamente o que a gente quer.

Então, podemos trabalhar para a revitalização do que está lá? Tem, mas a gente está olhando uma formiguinha e está passando um elefante do lado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, primeiro, parabéns pela apresentação.

Realmente, os dados mostram a necessidade de a gente atuar nisso aí. Eu fico impressionado pelo seguinte: eu sou da área de tecnologia, a gente tem tecnologia para desenvolver isso. Do meu ponto de vista, é mais uma questão de vontade política de realmente tomar uma decisão e partir para cima, colocar uma meta e partir para fazer, para realizar isso aí. É uma coisa que eu acho que o Brasil tinha que ter mais. A gente tinha que pensar em metas de política de Estado: a gente vai desenvolver tal coisa e todo mundo focar. Quem estiver de serviço no Governo ali – linguagem militar –, mas quem está de serviço lá cumpre para dar continuidade ao processo.

Uma coisa que eu fico impressionado também é quando você vê essa questão dos fertilizantes. O Brasil é um país agrário, a gente produz muito, mas a gente precisa de fertilizantes. E, se a gente tem capacidade de fazer aqui, é quase inconcebível a gente não trabalhar nesse sentido também. É quase a gente falar daquele teorema de 20% para 80%, você está dentro dos 20% ali...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pareto, exatamente.

Parabéns. Parabéns mesmo.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Só um adendo também. Faz duas semanas que estivemos nos Estados Unidos para justamente ver uma operação de *fracking* realizada.

Ministro, perdão, Senador, não tem mistério.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois é.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Se aplica lá, aplicamos muito bem aqui. A tecnologia evoluiu de forma fantástica.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Você vê que eu morei em Houston muitos anos, 20 anos. Ali tem a OTC (Offshore Technology Conference), se não me engano, que acontece todo ano. Eu já fui lá várias vezes para ver e, olhe, uma coisa que dá orgulho...

O SR. ARTUR WATT NETO – Semana que vem agora, segunda começa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Semana que vem agora?

Uma coisa que dá orgulho para caramba quando você vai ver lá o estande do Brasil, a visitação que tem lá, as nossas tecnologias, principalmente para grande profundidade também, que é um negócio impressionante, todo mundo fica lá de boca aberta. A gente tem que usar essas coisas.

Então, desculpe colocar aqui, eu estou ocupando o tempo que não era para ser meu, mas eu passo aqui agora a palavra ao Sr. Artur Watt...

O SR. ARTUR WATT NETO – Watt.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Watt?

O SR. ARTUR WATT NETO – É.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, Artur Watt, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Por favor, dez minutos.

O SR. ARTUR WATT NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador. É uma honra estar aqui.

Peço para projetar minha apresentação aí, antes que o tempo vá se esgotando.

Eu queria aproveitar inicialmente para dizer que fazemos nossas as palavras do Dr. Carlos Agenor. O que a gente tem também, uma avenida aí de exploração de Margem Equatorial, Bacia de Pelotas, o não convencional em terra, com grande geração de empregos, é essencial. Nenhum país com essa riqueza abre mão voluntariamente, num cenário internacional, do que a gente tem da exploração das reservas; as marítimas, principalmente, não têm diferença do que já fazemos no pré-sal. Tentar dizer que é um ambiente que é diferente, que precisa ser de alguma forma preservado... Claro, tem suas peculiaridades, mas a segurança operacional que temos no pré-sal teremos na Margem Equatorial. Não existe nada diferente, substancialmente diferente, para gerar essa certa comoção fabricada, digamos assim, sendo bem sincero.

Mas a nossa apresentação hoje é sobre os campos maduros. Então, fazendo coro aí de que temos esse potencial grande, a nossa apresentação eu trouxe mais voltada para essa parte mesmo.

Agradeço ao nosso especialista em regulação, Hugo, que está aqui, que cuida muito dessa parte de campos maduros, que preparou a apresentação. Obrigado, Hugo.

Eu vou passar rápido, vou pular alguns eslaides, até em benefício do tempo, mas a gente está ali sempre buscando extrair o máximo de energia e o máximo de recursos de cada campo, na medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também com as emissões, com os esforços de redução de emissões. O que a gente precisa entender também é que o próprio esforço de aumento da produção dos campos já existentes é um esforço que é ambientalmente sensível.

Eu costumo dizer que não existe casa ecológica mais sustentável do que você morar numa casa antiga já construída, ou seja, você usar o que você já gastou ali, o que você já descobriu, a estrutura que já está ali instalada, isso tem um ganho muito grande. Então, a gente tem buscado fazer, na nossa agenda regulatória, uma série de resoluções que buscam beneficiar, de alguma forma, e incentivar a exploração de campos maduros.

Temos alguns desafios que são regulatórios, que precisamos enfrentar na ANP, outros desafios são de cunho legal mesmo, e aí o papel do Parlamento é fundamental, porque um elemento grande que a gente tem é a dosagem fiscal, Senador, porque obviamente somos um país, já temos aqui nas perguntas da população quando fala como compatibilizar isso quando o arcabouço fiscal e tributário do país não é favorável, eu acho que a gente precisa obviamente ajustar esse arcabouço.

Em termos de tributos gerais, a gente é um país de uma tributação percentual média para alta – entre os emergentes é alta, podemos dizer – e temos um instrumento fiscal que é importantíssimo para trazer os benefícios do petróleo para a população, que são os termos do contrato, os *royalties*, as participações especiais, a participação em óleo do contrato de partilha, e eles são fundamentais para arrecadação e para termos essa riqueza para o país, mas eles são o principal instrumento direcionado que a gente tem para dosar isso.

Então vou dar um exemplo aqui: a gente tem um painel dinâmico aí, a gente delibera sobre redução de *royalties* dentro da margem de 10% a 5%, que é isso que a legislação nos permite trabalhar, e somente para concessão, nunca para partilha; assim está na nossa lei. Na partilha, a lei é de 15%, além da participação em óleo que a União tem, mas é de 15% *flat*, não tem margem na lei para redução. Esse percentual funciona muito bem com as grandes descobertas e nos primeiros anos, nas primeiras décadas das grandes descobertas, mas, quando você chega no final da produção ou quando você chega em campos com uma razão de gás, uma razão de enxofre, mesmo no pré-sal, no final da vida útil um índice como esse, sem a flexibilidade de redução, pode causar uma interrupção abrupta da produção por torná-la subeconômica. E nenhum concessionário é obrigado a continuar produzindo tomando o prejuízo ou a conta que ele considere que é prejuízo e obviamente 15% de zero é zero. Então eu estou dando o exemplo maior da partilha, mas, na produção, na concessão também tem um gráfico aqui interessante que eu vou... Enfim, aqui tem tudo sobre...

Eu vou ter que pular isso.

A gente está buscando ali uma revitalização de campos terrestres. Temos conseguido uma linha, uma previsão de alguma retomada já com iniciativas que a gente tem, com iniciativas de investimento também da iniciativa privada, adquirindo os campos em terra da Petrobras e fazendo... Mas aqui a gente mostra que os nossos fatores de recuperação ainda são em média muito menores, assim, ainda podem melhorar em relação aos melhores *cases*, ainda é melhor que muito lugar também, mas, nessa esquerda aí, são projetos do Mar do Norte, ali que eles buscaram muito aí essa extração. O que a gente fala de máximo é tirar cada gota, mas o máximo é chegar perto de 50%, 60%. A maioria do petróleo acaba ficando em solo, em subsolo, o que a gente busca é uma recuperação fantástica, você aumentar de uma média de 25% para uma média de 45%, 50%, você está dobrando as suas reservas.

Então, assim, existe um potencial muito grande para você extrair cada gota e aqui esse gráfico é muito interessante porque eu acho que junta as duas coisas que o MMA trouxe: você tem as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reservas, você pode crescer para a direita quando você vai fazendo exploração, buscar novos campos para aumentar as reservas, mas você pode ir para baixo ali, você pode... Eu faria esse gráfico invertido para você ir para cima né? Mas um delta ali que é o que você consegue com tecnologia, e a ANP, como foi falado aí, tem o programa de pesquisa, desenvolvimento e recursos humanos que ajuda nisso.

Então você avança com a tecnologia, você vai crescendo as reservas dentro dos campos que você já tem, mas, mesmo com bastante tecnologia, a tecnologia busca baratear custos, mas também tem barreiras de custos ali que você vai entrando no período subeconômico e aí essa medida de regulação de *royalties*, de receitas, mesmo a receita ou a participação especial, a participação em óleo que a União tem, que faz sentido até o meio da vida útil do contrato.

Mas quando você chega ao fim, talvez ter mecanismos e a legislação dar base para a gente mexer nesses parâmetros no final da vida útil, para que se estenda aquela vida útil, porque se recupera para o país, para o município que está ali, com a atividade econômica e o *royalty;* quando se encerra a produção, ela perde os dois de uma vez, é um baque muito grande. A gente corre risco mesmo, se fala, de algumas regiões altamente petrolíferas, quando chegarem a esse final, ficarem algo parecidas com a Detroit dos anos 80 e 90, quando sai a indústria e sai a arrecadação junto com os empregos, e haver consequências socioeconômicas muito danosas.

Então, esse esforço de aumento do fator de recuperação com avanço técnico e também com instrumentos econômicos é muito importante, ele é uma melhor prática e ele traz um avanço muito grande.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – Bom, aí a gente está detalhando o nosso Programa de Recursos Humanos, financiado também com essa cláusula de PD&I, que financia não só pesquisas em petróleo, mas também em renováveis, também em captura de carbono, também em eficiência energética para também usar e emitir o mínimo de carbono possível – tudo isso se faz.

E aqui há a questão dos *tiebacks*. O que é o *tieback*, Senador, se me permitir com o tempo já gritando? É você ter um projeto que financiou uma estrutura, uma plataforma, está produzindo, e você descobre uma pequena acumulação próxima. E aí você vai fazer um desenvolvimento que não é botar uma nova plataforma naquele campo, é você literalmente *tieback*, amarrá-lo ali e trazer para a plataforma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – Isso é importante por quê? Porque, se você encerra aquela produção daquele campo, aquela acumulação marginal ali do lado não vai ser produzida mais nunca. Então, você tem que ter um incentivo eventualmente de política fiscal, de *royalty* regulatório do que a gente pode fazer – estamos também estudando e buscando – para que esse *tieback* aconteça, para que haja esse incentivo ao *tieback*, para um *tieback* que seja subeconômico; se tem uma alíquota diferenciada, isso possa incentivar a ter...

Outro setor de que a gente precisa muito, que a gente importa: o gás natural. Lógico, tem campos que são só de gás, estão ali em terra, e aí eles vão ter o pagamento de *royalty*, mas a gente já perguntou por quê: num campo que produz uma imensidão de petróleo e tem o gás associado, para que que a gente cobra o *royalty* sobre o gás? Porque a gente cobra sobre o gás que a gente usa; pelo que a gente reinjeta a gente não paga *royalty*. Então, assim, será que não é importante ter um incentivo? Se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precisa de gás barato no Brasil, a gente precisa cobrar mais 10% sobre o gás, e aí a empresa vai decidir se é viável trazer para a terra ou reinjetar, mas, numa conta, numa planilha, 10% da receita bruta pesa demais, 15% mais ainda, mesmo que a gente tenha alguma redução. Então, assim, diferenciar petróleo e gás em algumas situações de decisão, de investimento na estrutura de escoamento, tudo isso são medidas que podem nos ajudar. De novo: 10% sobre nada são nada, se a gente reinjeta tudo; 15% também dão em nada de novo.

Então, assim, são essas medidas de racionalidade, de flexibilização fundamentada que a gente busca defender. E para isso a ANP tem o seu papel, mas o Congresso Nacional tem um grande papel, Senador.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado. Parabéns pela apresentação aí, até fiquei curioso com algumas coisas.

Eu ia perguntar isso aí, mas... Só um ponto aqui. É que tecnologia... De novo, tecnologia... A gente tem tecnologias e a gente tem recurso que pode ser reinjetado no desenvolvimento de tecnologia. Eu lembro que, durante a pandemia, a gente estava trabalhando lá com o Sirius, o acelerador de partículas. Nós colocamos até lá no ministério algumas outras linhas de luz para alguns laboratórios respectivos. E uma das coisas que eles me falaram da aplicação do Sirius seria, por exemplo, em campos para fazer a separação... Eu não entendo muito da área de petróleo, então, desculpem-me se eu falar alguma bobagem. Eu imaginava – e eu acho que muita gente imagina isso, quem está assistindo também – que um poço de petróleo era um poço aberto, cheio de petróleo dentro, aí era fácil botar um canudo ali e puxar aquilo, mas não é, é um negócio tipo uma esponja de pedra com petróleo ali dentro, e, então, você tem que achar uma maneira de desgrudar o petróleo daquela...

O SR. ARTUR WATT NETO – Manter a pressão pra subir, né?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Isso. É para ele poder sair... Fica muito mais área para ele ficar grudado, vamos chamar assim. Então, eles estavam estudando uma maneira de um detergente, alguma coisa para ajudar a desgrudar e aumentar a produção. É uma das coisas que a gente tem... Aqui, tem uma ferramenta gigante que é esse Sirius para ajudar também. Em suma, a gente consegue ter tecnologia. As preocupações ambientais.... Eu tenho preocupações ambientais como todo mundo deveria ter, mas a gente tem tecnologia para proteger também disso aí hoje em dia. Então, é importante que isso aí seja colocado na balança e usar essa tecnologia. Eu falei muito disso quando estavam falando da questão da Equatorial lá no Amapá. Eu falei: "A gente tem tecnologia para fazer isso, tem que ter um pouco de confiança na nossa ciência, na tecnologia também".

Outra coisa aqui é com relação à mudança de legislação. Seria muito importante... Se tiver algum tipo de mudança na legislação em que a gente possa ajudar aqui pelo Congresso, em termos de flexibilização desses valores, é importante que a gente tenha aqui essa visão para colocar e fazer funcionar aqui, porque, pelo que eu noto, isso é efetivamente uma medida que pode aumentar a vida disso aí e aumentar a sustentabilidade do setor também. A gente está aqui para isso. Então, mande para a gente que a gente faz aqui.

O SR. ARTUR WATT NETO – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Na sequência, eu passo a palavra para o Sr. Roberto Furian Ardenghy... Falei certo o nome?

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY (*Fora do microfone.*) – Certinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Por favor, dez minutos.

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia.

Eu queria cumprimentar V. Exa. por esta importante iniciativa. Acho que o senhor acertou em cheio ao trazer esse grupo de pessoas aqui, com entidades, nós que representamos o setor privado, as empresas que operam, o setor governamental, representado aqui pelo Diretor-Geral da ANP e o Dr. Carlos Agenor. Então, acho que a gente vai poder ter esta oportunidade de discutir um tema tão relevante para a economia brasileira, como já foi até mencionado pelos que me antecederam.

Senador, eu sou gaúcho, não sou mineiro, mas eu gosto de contar causos. Então, assim como o senhor, eu morei muitos anos em Houston, eu trabalhei no Itamaraty e fui diplomata do Brasil, Cônsul-Geral, lá em Houston, no Texas. E, nessa oportunidade – como o senhor sabe, Houston é uma cidade que respira energia, respira petróleo –, um belo dia, nós recebemos um convite lá no consulado para visitar um projeto lá no Permian, que é a região maior produtora, o West Texas, como eles chamam, que simplesmente hoje produz 7,5 milhões de barris de petróleo, quase o dobro do que o Brasil produz no país inteiro. Só ali no Texas, eles produzem esse volume.

E aí recebemos um convite do IBP local lá, e fomos em uma *van* – levaram várias pessoas e tal –, e nós andamos mais ou menos três, quatro horas de Houston, e chegamos a uma fazenda, uma fazenda de gado – estava o gado, tinha uma plantação de milho e, lá no fundo, assim, meio escondidos, tinha dois cavalos daqueles de petróleo e um pequeno tanque de petróleo.

Chegamos lá e fomos recebidos pelo agricultor, o dono da fazenda. Aí aquela conversa: "Bom, você é agricultor ou é produtor de petróleo? Como é que você faz aqui?". Ele foi muito claro, assim, e muito didático. Ele disse: "Olha, todo dia, de manhã, eu acordo, eu entro no meu computador e vejo o preço do petróleo, vejo quanto é que está este petróleo que eu produzo aqui [é um petróleo específico ali, do West Texas Intermediate (WTI)]. Se o preço estiver bom, se eu achar que o negócio está bom, eu vou lá e faço assim na chave, 'tchum', e aquele cavalinho começa 'tcha-tcha'. Uma vez por semana, vem um caminhão que faz o alívio aqui do meu tanque, e aquilo ali vai a uma refinaria". Vai vendo lá e tal, tem todo um sistema. Esse sujeito emprega pessoas: ele tem uma equipe de manutenção que vem, uma vez por semana, a cada 15 dias, fazer a manutenção; ele tem um caminhoneiro que passa ali com o tanque. Senador, são 200 mil empresas nos Estados Unidos fazendo isso, empregam 1,6 milhão de pessoas, gerando riqueza, gerando pagamento de impostos, gerando atividade econômica. Então, é uma coisa assim que chega a ser óbvia.

Por que o Brasil, com essa perspectiva que a gente tem, com esse mapa que foi mostrado aqui pelo Carlos Agenor, com essas bacias sedimentares que a gente tem, está demorando tanto tempo para entender a oportunidade desse negócio? O negócio do petróleo não é apenas um negócio de grandes empresas – também é –, mas é esse negócio do dono da fazenda ali, que está tirando, está gerando riqueza, está gerando renda, está gerando atividade econômica para o Texas e está gerando independência energética, tão importante para os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que isso que a gente vê nesses outros países nos inspira um pouco a essa discussão, essa discussão tão importante de como é que nós podemos incentivar essa atividade nos campos marginais, nos campos já em fase de declínio, porque, quanto ao petróleo, como foi mostrado aqui, o fator de recuperação que a gente tem no Brasil é relativamente baixo ainda com relação a outros países – a Noruega mesma atinge um fator de recuperação muito maior. É claro, uma parte importante do petróleo sempre vai ficar lá embaixo, porque, como o senhor falou, não é um açude de petróleo; é como se fosse uma esponja de pedra. Então, imagina você tirar um produto de dentro de uma esponja de pedra. Então, é muito difícil e tem que ter muita tecnologia.

Eu acho que o Brasil, como o senhor disse, é um caso único de sucesso. Este país saiu de grande importador de petróleo nos anos 70 e hoje nós somos o nono maior exportador mundial. E isso graças à atividade dessa quantidade grande de empresas. Temos aqui o representante da Prio, que vai falar também, representando esse segmento das empresas independentes; temos grandes empresas também multinacionais; temos uma empresa como a Petrobras, que é uma referência mundial hoje em tecnologia. Então, nós temos conhecimento, Senador, nós temos engenharia para isso. O senhor é uma pessoa que veio do ramo da engenharia – nós temos conhecimento. O Brasil é um caso... As pessoas falam muito do setor agropecuário, da questão até da área aeroespacial, que também é um grande sucesso do Brasil, mas o setor de óleo e gás no Brasil é um caso que precisa ser reconhecido como uma vitória da engenharia brasileira.

Então, com este debate que o senhor está promovendo, talvez a gente consiga evoluir até numa proposta legislativa. Eu acho que ela é muito relevante, muito oportuna, porque ela vai trazer para este debate essa necessidade de que nós temos que avançar.

A tecnologia hoje de produção de petróleo em áreas não convencionais, que a gente chama de tecnologia do fraturamento hidráulico, é uma tecnologia totalmente dominada hoje. Os Estados Unidos fazem 60 mil postos por ano só dessa atividade, sem nenhuma contaminação de lençol freático, sem nenhum problema grave ambiental. E nós temos aqui uma quantidade enorme de reservas sendo ali colocadas, e a ANP não pode colocar em licitação, porque existem decisões judiciais que impedem. E a gente não consegue avançar, nós poderíamos estar criando.

Então, nós temos o paradoxo no Brasil de que nós compramos gás importado dos Estados Unidos, que vem do fraturamento, nós compramos gás da Argentina, que vem do fraturamento hidráulico, e não podemos produzir gás usando o fraturamento hidráulico no Brasil.

Então, eu quero aproveitar... Não quero usar todo o meu tempo, mas queria cumprimentar V. Exa. pela iniciativa, cumprimentar os meus colegas aqui. Eu acho que o senhor, em boa hora, convocou esta reunião para a gente poder fazer esse profícuo debate em prol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente! Obrigado. Não sabia que tinha morado lá. Muito bom. Em que época você estava lá?

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY (*Fora do microfone.*) – Foi de 2015 a 2018.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – De 2015 a 2018.

O SR. ARTUR WATT NETO – Eu também morei. Eu também morei em 2014.

Vamos todo mundo... Houston é um polo, e a gente tem capacidade de ter um grande polo aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Uma coisa que o senhor falou que me chamou atenção é essa questão... Da mesma forma que a gente passou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por uma discussão grande sobre a questão de produção de energia – também tem a ver com energia, mas não com este tipo de energia – solar e eólica... porque a gente produz lá no Nordeste bastante energia, mas aí tem um problema da distribuição, da transmissão, e a própria restrição jurídica ou uma restrição legal aqui, ou legislativa e regulatória, para que isso seja utilizado, para ser integrado na produção. Estou falando de produção distribuída, produção de pessoas, fazendas ou pequenas empresas, assim por diante. Essa questão, como se falou daquela fazenda lá no Texas, aqui no Brasil seria bastante... A gente tem algum impedimento jurídico, legal ou regulatório, que impeça essa produção por pessoas aqui? Por pessoas que eu digo, por empresas pequenas.

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY – O subsolo no Brasil é propriedade da União, diferentemente dos Estados Unidos, em que o subsolo é propriedade do dono da terra. Normalmente eles chamam lá de *mineral rights*. Você tem uma fazenda e muitas vezes você é dono também dos recursos minerais que estão no subsolo. Ou, então, tem uma outra solução jurídica lá, pela qual você é dono da fazenda e o *mineral rights* é de outro. Existem os dois casos. Mas, enfim, é uma coisa privada. A pessoa vende aquilo como direito e aí você vai lá e explora. No Brasil, também, é o mesmo caso. A única coisa é que a ANP faz a concessão disso a uma empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, é possível, em outras palavras.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL (Para expor.) – Não, tem que ter uma concessão, tem que ter um leilão. Só que o superficiário – e eu enalteço isso – não fica desamparado. Do que for produzido no posto produtor, quem tiver a terra ganha de 0,5% a 1%. Então, nós temos também os fiscais, que são os donos da fazenda. Quando para o cavalo de pau... "Marcio Felix, seu cavalo de pau parou". Ele avisa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Entendi.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Por quê? Ele é como se fosse sócio.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ou seja, é uma metodologia que a gente pode usar aqui, sem problema algum.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Já usa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está bom.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Já usa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Aliás, lembrou bem. É uma parte bacana a gente pensar no Brasil em termos de tecnologia.

São três áreas que eu sempre falo, quando tenho chance, no exterior: obviamente, a parte aeroespacial, a Embraer, embora ninguém acreditasse no meu conterrâneo lá, Osíris Silva, no começo – e vejam o que é que ele conseguiu fazer; o agro, com a Embrapa – também não acreditaram no começo... É impressionante como as pessoas não acreditam na tecnologia no começo, não é? E está aí hoje, para demonstrar a importância do desenvolvimento da Embrapa, a criação da Embrapa, aonde ela chegou.

E essa área do petróleo, como eu falei lá, é muito bacana ver lá a tecnologia nossa, não é?

Deixem-me ir para frente, que eu falo muito – é a área que eu gosto. É duro esse negócio.

Mas eu fui avisado aqui já que a Sra. Heloisa Borges está presente, mas eu a coloquei para o final – ela vai ficar com a gente até o final, não é? Não tem problema.

Então, eu passo agora a palavra ao Sr. Roberto Furian... Ah não... Já falei.

Passo a palavra ao Marcio Felix – desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Marcio Felix é o Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás.

Bom, está aí. O assunto está exatamente na mão.

O SR. MARCIO FELIX (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Senador Astronauta Marcos Pontes, faço coro com todos que elogiaram a iniciativa desta audiência. É uma gigantesca oportunidade que o Brasil tem e à qual a gente não está dando a atenção devida. O senhor mencionou até, quem sabe, um programa, alguma coisa que... Algo que lance esse desafio. A oportunidade é gigantesca e está aí. Eu vou procurar falar um pouquinho sobre ela.

O produtor independente, os Estados Unidos têm muitos. Tem associação lá... A Abpip, lá, tem mais de 8 mil. Aqui a gente tem 20. Então...

Mas os produtores independentes são aquelas empresas focadas em exploração e produção – na empresa normalmente tem refino, tem outros segmentos – e empresas que operam em campos maduros ou acumulação de economicidade marginal. Ou seja, em coisas desafiadoras. Então, normalmente tem que ser empresas mais leves, mais ágeis, enfim, que tenham tecnologia.

Então, nós procuramos ser a voz das empresas independentes. O IBP, do meu amigo Roberto Ardeng aqui, representa, vamos dizer, a indústria como um todo, e a gente representa um nicho da indústria.

O Brasil está dividido, de certa forma, a parte terrestre, tirando duas áreas, que estão com a Petrobras, todo o território brasileiro, os 8,5 milhões de quilômetros quadrados, eles estão com empresas independentes, e a parte *offshore*, claro, tem empresas independentes também, mas tem um domínio da Petrobras e das superempresas.

Então, eu já falei aqui quem somos, o que é que são as empresas independentes, então, terra e mar...

Nós somos 40 associados, entre operadores e fornecedores.

Nós atuamos, nós estamos numa área bastante espalhada, 14 estados, em todas as 5 regiões do país.

São Paulo também tem blocos exploratórios, bem no extremo oeste do estado. É a Bacia do Paraná, que vai até o extremo sul do país.

A produção hoje dos nossos associados é em torno de 360 mil barris de óleo equivalente por dia, ou seja, 270 mil de óleo, e foi mencionada aqui uma questão pelo nosso Diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, do MME, o Carlos Agenor: que o gás, paradoxalmente, os que produzem menos são os que mais ocupam o mercado.

O mercado brasileiro é muito pequeno, 55 milhões de metros cúbicos por dia, foi a média do ano passado. E as empresas independentes... Boa parte dessa produção vai direto para o mercado, porque ela ocorre em terra, onde não se vai produzir para não ir para o mercado; ou vai-se gerar energia elétrica nas proximidades ou soluções de transporte de gás natural comprimido, gás natural liquefeito. Então estão surgindo rotas, chamadas azuis, pelo interior do país.

A contribuição em *royalties* no ano passado foi um pouco superior a R$2,6 bilhões. A gente gera 9 mil empregos diretos, e os empregos indiretos, principalmente na parte terrestre, são muitos. E a gente está dentro de uma região, a nossa atuação maior hoje está dentro de uma região muito carente, uma região que vive do Bolsa Família, onde tem locais... Quer dizer, tem mais Bolsa Família do que carteira assinada, mas nas regiões onde tem petróleo, tem uma pujança, tem uma retomada a olhos vistos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui a nuvem aqui dos nossos associados. A Prio é uma empresa independente e que vai falar aqui também. Foi mencionada a questão de *tieback*. Então é um grande exemplo de dar soluções de *tieback*, de dar vida a campos. E tem um campo de zero quilômetro que foi descoberto há 20 anos, que é chamado Campo de Wahoo, que vai produzir agora nesse modelo de classe. Ele ficou na mão de grandes empresas internacionais, e elas não desenvolveram por não acharem econômico; agora ele já está em produção. Bom, não estou adiantando, porque a notícia já está há alguns dias aí.

No campo maduro, basicamente, o que a gente precisa fazer? Aumentar o fator de recuperação e estender a vida útil das instalações, porque elas têm questão de integridade; então, tem uma tecnologia, engenharia das instalações. E já desenvolveram um ambiente favorável ao petróleo; então as pessoas já têm uma cultura, trabalham. A questão do fazendeiro, quando é em terra, ou a pessoa que está ali, da comunidade, toma conta, porque o filho tem uma pequena lanchonete lá que vira a fornecedora de alimentos. Então há uma transformação de uma geração para outra. Tem vários exemplos bacanas aí.

Foi mencionado o fator de recuperação, que é o quanto de petróleo se tira do que é chamado volume de *oil in place*, do que está lá embaixo, a reserva é o que é retirado comercialmente, a reserva aprovada. Então, no mundo, a média tem em torno de 35%. De cada três barris que estão lá embaixo, se tira um. O Mar do Norte, que é um exemplo grande, tanto do lado da Noruega como do lado do Reino Unido, tem fatores de recuperação similares. Esse fator está quase no limite recorde do mundo. Mas o Brasil está ali numa faixa muito baixa. Então, se a gente subisse para a média, a gente já cresceria mais de 50%; se a gente crescer por *benchmark* – vou chamar assim; claro, tem questões geológicas, questões de regulação, etc. –, a gente dobraria o que tem hoje. Então, imagina o Brasil ter o dobro da indústria de petróleo que tem hoje. E a indústria de petróleo hoje tem fôlego para mais muitos anos.

A nossa relação reserva-produção, se fosse mantida a produção constante, é de em torno de dez anos, um pouco menos, mas, na realidade, a produção vai caindo, porque é uma mina, ela vai caindo com o tempo; vão entrando novas.

Então, essa é a grande oportunidade, gigantesca, que o Brasil tem, por talvez não ter trabalhado para ter um fator de recuperação mais alto. Eu faço uma comparação com a nossa história, com os ciclos de pau-brasil, etc.: vai extraindo onde está mais fácil, depois vai para outro lugar.

A nossa história é superbem-sucedida, basicamente conduzida, boa parte do tempo, pela Petrobras: descobriu em terra, descobriu água rasa, água profunda, ultraprofunda, pré-sal, aí se achou uma coisa gigantesca, um poço do pré-sal produzindo 50 mil barris por dia.

Mas há o exemplo de que o Ardenghy falou aqui, sobre o Texas – o senhor também morou lá –: no Texas, são cerca de 200 mil poços produzindo; então, se se produzem lá 5 milhões ou 6 milhões de barris por dia, é uma média muito baixa por poço. Quando você chega com um fazendeiro daqui, que ouve: "Ah, eu tenho um pocinho que produz dois barris por dia", o cara pensa: "Brincadeira! A Petrobras produz não sei quantos; esquece isso".

Saiu até uma história agora, Diretor Artur Watt, no Ceará, e tem se repetido essa história – para vocês verem como o petróleo mexe... –: um agricultor foi fazer um poço para água e encontrou petróleo muito superficial. A ANP é que está analisando isso aí, mas aí fica o pessoal discutindo, professores, especialistas... E é a pergunta que o senhor fez: como é? Ele vai produzir? Ele vai ter direito a quê?

Ele falou: "Por enquanto eu estou no prejuízo, porque furei o poço para água; não encontrei água, tem petróleo"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO FELIX – Exatamente.

Lá em... Bom... Vamos avançar.

Nas perguntas que vieram do público, da sociedade brasileira, vieram questões... Essas palavras hoje não são conversas, são mantras. Não se vive, hoje, não se faz nenhuma atividade industrial sem uma licença social, que é dada pela sociedade, que é superior a todas as licenças ambientais e regulatórias existentes.

Então, a lógica é essa – foi até mencionado em uma outra apresentação –: vamos usar a infraestrutura existente; não vamos desmontar, criar tudo de novo, naquela mania de "vamos fazer tudo de novo em outro lugar". Nós temos coisas prontas; é aquela ideia da casa antiga, né? Então, tem uma menor necessidade de abrir novas frentes.

Ter uma otimização energética – essa é uma questão econômica, ambiental, social: a gente preservar, usar a energia da melhor forma possível e reduzir as emissões. Então, se trabalha nesse sentido.

A inovação, a *enhanced oil recovery* – é um termo muito usado na indústria internacional –, que é a recuperação avançada de petróleo, que são técnicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO FELIX – ... que é um conjunto de técnicas para se aumentar...

Essa questão de digitalização, inteligência artificial também está na indústria, na automação. A gente, incrivelmente, tem muita dificuldade de integração logística, né? São muitas empresas; então, se repete muita coisa. É um caminhão carregando uma peça, vai em outro... Como é que a gente junta isso aí? Porque quem fazia isso tudo era a Petrobras, que fazia essa otimização. Essa otimização foi para o mercado.

Se você vir a frota de helicópteros usada nas áreas mais movimentadas, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é um conceito diferente. Se você vai à Noruega, é como se você estivesse em um aeroporto para embarcar para uma plataforma: tem a chamada, tem o número do voo, tem...

Aqui foi uma história, é uma companhia aérea Petrobras, vamos chamar assim. Então, são oportunidades que dependem de... Isso aí são imagens de associados nossos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO FELIX – Estou concluindo. O não convencional, que é o *shale gas, shale oil,* o *tight gas*, que são reservatórios muito fechados que já foram mencionados aqui. Mas, segundo uma estimativa da Agência Internacional de Energia, também referendado pela Energy Information Administration, lá dos Estados Unidos, o Brasil é o décimo em potencial de recurso de *shale gas*. É incrível que você entra na página do Energy Information Administration, do EIA americano, tem uma ficha, uma análise de cada país do mundo sobre petróleo e tal; é impressionante como é um resumo muito bom. Então, coloca o Brasil.

Se essa reserva acontecer, ela é 14 vezes maior do que a nossa atual reserva de gás do Brasil. E é toda em terra distribuída, o senhor mencionou produção distribuída; então, ela é muito espalhada pelo Brasil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO FELIX – Precisa de postos horizontais e fraturamento hidráulico, que foi aqui mencionado.

Eu vou, a benefício do tempo, não me estender.

E, concluindo, falou-se aqui também, quem sabe, uma nova iniciativa legislativa. É claro que tem um escopo geral, mas, assim, não existe um programa focado nessa questão. Então, com um novo ordenamento legal que incentive a inovação na produção de campos maduros, o que vai acontecer? Nossa indústria vai durar mais tempo. Na época da pandemia, falou-se que o petróleo ia acabar, vai ser substituído, e a gente agora está, no momento atual da crise, vivendo o contrário e até o mundo trazendo as coisas para o Brasil. Então, é claro, gerando emprego, renda, onde nossa população está, e cobrindo a segurança energética brasileira.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado pela apresentação. Estou achando bastante interessante que os assuntos estão... Quem escolheu aqui a sequência, escolheu bem, viu? Mas, realmente, está bastante interessante.

Esse fator de recuperação – só uma pergunta que ficou na cabeça aqui – da Noruega, com 47%; o Reino Unido, com 46%; a gente, com 21%; a pergunta parece meio óbvia, mas é importante para o pessoal ver: o que eles fazem diferente da gente, para que a gente possa chegar lá? Entendeu, que possa chegar mais próximo deles?

O SR. MARCIO FELIX – É, acho que quem pode falar melhor é a ANP ou o MME, mas eu, também como pessoa da indústria, vou dizer que essa pergunta é feita constantemente: por que eles fazem, e a gente não faz, e outros não fazem? E não é só a Noruega, o Reino Unido, mas a Noruega, nos anos 60, quando foi descoberto petróleo, fez uma grande discussão, criou os mandamentos do setor do petróleo. Um mandamento: só se podem gastar 4% com despesas correntes da receita do petróleo. Então, eles criaram o maior fundo soberano do mundo, que tem mais de US$1,5 trilhão, para uma população de 5,5 milhões de habitantes. E, por questões de sustentabilidade, na visão dos anos 60, final dos anos 60, eles falaram o seguinte: "A gente tem que ter o maior fator de recuperação possível". Então eles colocaram como uma meta, tipo: "Vamos à lua até o final da década de 60", como o Kennedy fez. Isso virou um valor para eles, ter a maior recuperação possível.

Claro, tem tecnologia, tem geotecnologia, programas. Foram feitos dois programas simultâneos na Noruega, o Crine (Cost Reduction Initiative for the New Era) e o Norsok, uma sigla em norueguês, que são programas semelhantes para os dois países para a revitalização dos campos maduros.

Aí saíram as grandes empresas, entraram as empresas independentes, começaram... A Noruega com um modelo mais... Com a Equinor, a estatal, a principal empresa lá, sendo sócia de empresas muito pequenas, com ideias e *startups*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO FELIX – Um ecossistema, mas...

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Senador, tudo é questão da necessidade. A Noruega não tem mais novas descobertas. Então, a obrigação deles – e eles fazem isso muito bem – é justamente explorar ao máximo o que tem em terra – na verdade, o que tem em mar.

A gente teria uma grande vantagem aqui, no Brasil, no ambiente *onshore*, em que a gente pode usar mais tecnologias. A gente pode revitalizar os campos, porque é muito mais fácil do que em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

plataforma. Então, a gente tem um ambiente todo aberto, aqui, no Brasil, para justamente aplicar as melhores tecnologias possíveis.

Recentemente, foi até publicado, utilizando verbas de PD&I, aqui da ANP – a Petrobras –, sobre um projeto de extração de óleo pesado. Em extração de óleo pesado, historicamente, os fatores de recuperação são muito baixos, porque o óleo tem dificuldade de escoar. Então, muitas vezes, é até considerado um óleo não convencional – questão de injeção de vapor, questão de injeção de polímeros.

A verba de P&D está sendo utilizada, muito embora seja de empresas *offshore*, para justamente esse desenvolvimento de tecnologia, para se aumentar esses fatores de recuperação. Então, aí vem mais uma vez, tecnologia, tecnologia, tecnologia, para tirar o máximo em terra.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, gente.

Continuando, eu passo agora a palavra ao Sr. Francisco Bulhões, Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Prio, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO BULHÕES (Para expor.) – Obrigado, Senador Presidente. Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. por esta importante audiência aqui, cumprimentar todos os presentes. Acho que os pesos pesados da indústria nacional estão aqui hoje, Senador, colocando as suas visões e trazendo a importância e o peso disso.

Eu não sou da indústria originalmente; eu fui Deputado no Estado do Rio de Janeiro, fui Secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade do Rio, e hoje represento com muito orgulho a Prio, que é uma empresa carioca, é uma empresa que vem crescendo dentro dessa linha, que foi colocada aqui e já explicada, principalmente, pelo Marcio, da Independentes.

É uma empresa privada, com recursos privados, e uma empresa que tomou um risco privado para desenvolver, e cuja tese principal e essencial foi recuperar e viabilizar os campos maduros e marginais.

E uma coisa que eu aprendi logo que eu entrei, e eu acho que é importante aqui para este debate, para contribuir, é que, apesar de você ter, claro, fatores geológicos, esse conceito é essencialmente econômico. Quando a gente fala de um campo estar já na sua fase final de vida, ou na marginalidade econômica desse campo, nós estamos falando aqui de fatores econômicos.

Não é que não tem petróleo lá; tem petróleo lá, mas os custos operacionais para você tirar esse petróleo, revitalizar esse campo ou viabilizar esse campo são custos que demandam uma imensa eficiência para que possam valer a pena. Recuperar ou aumentar o fator de recuperação desses campos significa aumentar o tempo em que ele está sendo explorado gerando arrecadação.

Acho que um número do IBP importante é que, de cada dez barris de petróleo no Brasil, sete são tributos, sejam eles *royalties*, participações especiais ou impostos. Então, é uma indústria que paga intensamente pela exploração que faz. É um formato contratual com a União, ou seja, é todo um leilão, todo um processo para que você possa chegar a esse lugar de exploração.

E apesar de, muitas vezes, os números serem muito grandes, é importante dizer também que, para construir uma plataforma dessa, ou para investir num FPSO desse – FPSO, para quem não sabe, é essa embarcação que faz parte dessa operação –, são bilhões e bilhões. É um longo período de tempo em que você precisa conseguir fazer essa conta, aplicar essa eficiência, trazer inovação e dizer: "Olha, vai valer a pena explorar petróleo aqui. Vai valer a pena por um período maior de tempo que a gente consiga fazer essa exploração." Isso é essencial.

É claro que se trouxeram aqui os aspectos regulatórios, os aspectos de visão de política pública com os quais nós estamos muito alinhados, mas eu acho que é interessante também, nessa audiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trazer uma empresa que tem isso como sua tese central e a gente mostrar na prática o que isso pode representar para o Brasil, de verdade, nessa ponta do dia a dia, e como é que a gente faz isso hoje e como é que a gente pode fazer mais.

Então, hoje a Prio, que tem dez anos de mercado, é uma empresa que atingiu o valor de mercado de 32 bilhões. Originalmente essa empresa valia R$0,25 na Bolsa, e hoje ela vale R$65. Então, é uma geração de valor, inclusive, para os acionistas, que só não é igual ao da Nvidia, hoje, no mercado de capitais brasileiro. Então, é uma empresa de sucesso, é uma empresa em quem o mercado acredita, entende que está gerando valor, e uma empresa que começou gerando poucos barris. Tinha lá um primeiro campo de petróleo, comprado a duras penas. Como é que isso acontece? E quando começa a deslanchar, ela hoje chega aí a uma produção de 180 mil barris/dia e, em breve, chegará na casa de 200 mil barris por dia.

É claro que, quando você compara à Petrobras, que é um mundo de produção diária – se não me engano, são 3 milhões de barris por dia –, que é realmente a grande produção nacional, pode parecer pouco, mas eu acho que o conceito aqui das empresas privadas, assumindo esses espaços e com apoio da agência reguladora, com apoio e com investimento do Governo Federal, e claro de todo esse ecossistema do próprio setor, é quando você começa a trazer competição.

E a gente tem muita consciência de que competição é algo sempre bom. Sempre que você coloca um pouquinho desse estímulo a competir, a melhorar, a ser mais eficiente, é aí, Senador, que normalmente a gente entende que a inovação surge e que, de fato, o mercado é provocado para trazer novas soluções inovadoras, para que a gente possa aumentar esses fatores de recuperação, e possa obviamente trazer uma melhoria nessa produção de custos. Hoje são 3 mil colaboradores, diretos e indiretos.

E aí tem algumas perguntas também das pessoas sobre sustentabilidade. É importante que a gente coloque aqui, que a indústria de petróleo brasileiro é muito segura. Nós não temos aí grandes casos de incidentes nesse setor, há muitos e muitos anos. É uma indústria tão segura quanto a indústria de aviação, por exemplo, que é referência em segurança. É uma indústria que não gera... E apesar da preocupação das pessoas, que é uma preocupação legítima de preservação e de sustentabilidade, é uma indústria que é muito segura e intensa nessa segurança. Tem a fiscalização da agência reguladora, tem a fiscalização dos órgãos ambientais, tem toda a fiscalização da sociedade nesses processos de licenciamento, que participam desses processos. Então, é uma ampla participação no setor que, no final, gera um mineral. E que também é importante a gente separar as coisas, até porque o Brasil está em debates importantes sobre esse tema.

Mas o combustível, a roupa que a gente usa, o celular que a gente segura, o sapato que está aqui, tudo, de alguma maneira, tem petróleo. É claro que petróleo é muito associado e facilmente associado a combustíveis, mas o petróleo é muito mais, vai muito além do que a questão dos combustíveis.

É importante que a gente lembre isso, porque o estilo de vida moderno hoje deve e se deve ao petróleo, e isso é tão importante para estados produtores também, claro, tendo isso na presença, como é o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e outros estados produtores, mas isso é importante para a soberania do país, para a soberania energética do país e para a liberdade do país, no final das contas. Nós estamos dizendo aqui, de uma maneira ampla, o quão importante é a gente ter, cada vez, mais um ecossistema que possa entregar isso para os estados produtores, mas, essencialmente, para o Brasil. Aí é claro que esse impacto reverbera também de forma sistêmica na vida das pessoas com aquilo que já foi comentado aqui, amplamente, por aqueles que me sucederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero entrar nesse gráfico aqui, Presidente, que eu acho que é o gráfico, talvez, mais legal da apresentação, porque é o gráfico que traz, na prática, o que significa aumentar esse fator de recuperação. Daqui, de onde a gente está sentado – eu não sei se para quem está assistindo em casa ficam um pouquinho mais claras as imagens –, as imagens ficam um pouquinho pequenas, mas tem algumas cores diferentes nesses gráficos aí de alguns campos nossos.

As cores ali, as verdinhas e mais escuras, seriam quando esses campos que nós compramos iriam acabar, vamos dizer assim, seria a previsão inicial do tempo de produção daqueles campos que foram adquiridos pela Prio. Nesse modelo de negócios de campos maduros, é muito importante que a gente tenha um dinamismo, inclusive para conseguir comprar esses campos porque, normalmente, quando você adquire um campo, você, nesse caso, não compra da União; você compra de uma operadora que já está explorando aquele campo, que foi uma operadora que participou de algum leilão, que contratou o risco exploratório inicial, mas, quando você vai adquirir um campo maduro, você, na verdade, compra diretamente dessa operadora, seja uma parcela desse campo, seja inteiramente esse campo.

A linha roxa ali, esse roxinho, é o tempo de vida útil que a Prio está aumentando de exploração desses campos: 10 anos, 15 anos, 20 anos, 25 anos a mais de operação, gerando *royalties*, gerando participações especiais, gerando petróleo para o país e gerando essa produção em campos que teriam que ser descomissionados. E aí para você descomissionar um campo – isso também é importante – há um custo muito alto, inclusive as empresas colocam isso na sua conta quando adquirem um campo. Para descomissionar, para fechar um campo há um custo muito alto não só de operação, mas para um país que poderia continuar e pode continuar explorando aquele campo por um tempo maior.

Então, a gente vê nesse gráfico aqui o que essa extensão de vida gera efetivamente de valor para a sociedade. E aí como a gente faz isso? Inovação é um elemento absolutamente central para a eficiência. A Prio tem isto no nome: pessoas, resultado, inconformismo e ousadia, é o que forma a marca Prio, e essa ousadia está muito ligada à inovação, mas uma inovação que garanta a segurança, mas que traga o máximo da eficiência possível, o que, muitas vezes, até provoca o Governo, os órgãos para seja elaborada uma nova legislação sobre o tema ou seja tomada uma decisão que possa trazer mais esse dinamismo, trazendo essas eficiências para que a gente possa implementá-las – por exemplo, inteligência artificial.

Hoje a Prio está concentrada em usar o máximo possível daquilo que já se tem disponível em inteligência artificial no mercado. É claro que a cada semana que a gente acorda tem algo novo acontecendo nesse tema, e isso vai continuar assim por um bom tempo.

A Prio hoje tem como elemento central a implementação dessa inteligência em tudo, seja na manutenção preditiva, seja para processamento sísmico, seja em todos os aspectos da gestão da companhia, que está querendo implementar isso o quanto antes. O uso de *drones*; foi a primeira empresa do Brasil a assinar um contrato de IA com a Microsoft, para que a gente possa implementar isso cada vez mais; e também o uso de satélites, como o Starlink, que possam aumentar essa conexão do mar com a terra e aumentar essa velocidade dessa conexão de tomadas de decisão que a gente tem.

E aí, como eu mencionei aqui, vai ter uma imagem que eu acho que vai também dar um visual bem para o que o Diretor-Geral Artur colocou sobre o *tieback*. Eu vou botar aqui uma imagem, já, já, do que é esse *tieback*, como é que a gente fez em Wahoo, mas para viabilizar, Presidente – e isso foi uma pergunta feita –, como é que a gente viabiliza isso? Como é que a gente aumenta esse fator de recuperação? Como é que a gente consegue atrair mais investimento para isso? Custo. Não dá para falar de negócio se a gente não falar de custo. Isso é tão verdade para o padeiro, para o pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empreendedor, quanto para um grande empreendedor. Custo é um elemento essencial, porque o custo é risco. Se você tem estabilidade de regras e se você tem um olhar para facilitar, melhorar o custo dessa operação em campos maduros, você naturalmente vai ter um interesse econômico maior das empresas em recuperar aquele campo, se elas já são donas, ou de novas empresas assumirem aquele campo para torná-lo economicamente viável.

Então, quando a gente está falando aqui de inovação também, a gente está falando de custo. Assim, o segredo da Prio para fazer dar certo foi olhar para custo. E as pessoas podem pensar que olhar para custo é um risco, porque elas vão dizer: "Poxa, mas se você está diminuindo o custo, isso pode significar, então, que você está abrindo mão de segurança?". Não. É como nós fazemos uso intensivo de tecnologia para garantir a segurança enquanto a gente trata de eficiência de custo. Essa é a filosofia, é como fazer em compromisso com todas as normas em vigor, que não são poucas e são importantes no Brasil, mas fazer de uma maneira em que a gente pode otimizar. E aí fica um quadro aqui dos antigos operadores do custo daquele campo, enquanto a Prio conseguiu no tempo diminuir o custo desse campo para viabilizar esse tempo de exploração.

E aí algumas fotos, algumas imagens de campos. Obviamente que é muito natural também com o tempo, dado que as operadoras – e aí quando você entra nessa fase final de vida econômica do campo – já começam a dizer: "Poxa, vamos ter que descomissionar mesmo; então, não vamos fazer aquele investimento que muitas vezes seria necessário". Quando você assume um campo novo, você tem que ter este compromisso de que aquele material que está ali permaneça ainda por muito tempo.

Aqui eu trago um exemplo também de uma iniciativa pioneira da Prio para viabilizar tudo isso, que é criar um fundo que a gente chama de *corporate venture capital*, que é um fundo das empresas para investir em *startups*, em novas tecnologias, para que a gente possa trazer essas soluções que ainda não estão implementadas ou que podem ser diferentes para o mercado, com um fundo específico destinado a isso, para que a gente possa não só trabalhar na redução da pegada de carbono, quanto em eficiência energética, confiabilidade humana. A gente tem algumas verticais aqui de trabalho para esse investimento desse fundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO BULHÕES – Para finalizar aqui, esses são os campos onde nós estamos. Se vocês olharem, a gente tem campos muito perto um do outro, por quê? Porque – e aí eu vou pular esta parte aqui – nós fazemos isso aqui debaixo d'água.

Essa aqui é uma imagem do *tieback* de Wahoo, que, basicamente, tem esses elementos amarelos aí, que a gente chama de árvore-de-natal. A gente conecta isso debaixo d'água, num campo, e, em vez de ter uma embarcação grande, com custo grande, em cada um desses campos, a gente puxa os canudinhos debaixo d'água, no leito marítimo. O Wahoo, por acaso, agora é um campo que tem 35km de *tieback;* ou seja, a distância do Campo de Frade, que é onde está ali a nossa embarcação, o FPSO, para o campo de produção de Wahoo, é de 35km. Isso exige muita tecnologia, muito controle e um olhar dedicado do próprio Governo, das próprias agências, sejam elas ambientais ou do próprio setor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO BULHÕES – ... para que a gente consiga viabilizar esse tipo de operação e trazer os custos para um lugar em que se permita que a gente consiga aumentar esse fator de recuperação. Então, fica aqui a imagem do que é esse *tieback* e essa operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, aqui, mais uma vez, quero agradecer e dizer que a Prio vê com muitos bons olhos a criação de uma legislação, de um programa que tenha participação obviamente de todo o setor para a construção de incentivos a esses fatores de recuperação. Eu acho que, para os fatores estruturais do Brasil em relação a custos, estabilidade institucional e segurança jurídica, é importante que a Câmara e o Senado tenham essa visão institucional da importância para o setor como um todo, não apenas olhar uma empresa, porque é natural que o Brasil olhe a sua grande empresa, que é orgulho nacional, a sua estatal, mas existem tantas outras brasileiras que também são esse orgulho, que também geram empregos e que são muito afetadas por essa decisão de investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Francisco Bulhões, Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Prio.

Uma pergunta... Quando você mostrou aqueles campos ali, uma coisa me ocorreu: eu lembrei que, no ano passado, eu conversei com um grupo chamado Brenc, lá em São Paulo, e eles me falaram a respeito de uma possibilidade, naquela área ali do pré-sal em frente... Santos, São Vicente, aquela região, um local, se eu não me engano, chamado Bacalhau, uma das áreas lá, de se trazer gás natural para subir ali por Caraguatatuba, aquela região, o que seria bastante interessante para o Estado em termos de fazer um *loop* ali na região com gás. Seria uma... Eu não sei se o projeto foi para a frente ou se não foi, mas uma das dificuldades que eu imaginei quando eles falaram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Foi para a frente?

Uma das dificuldades... Imagino que não deve ser barato fazer uma tubulação submarina para trazer esse negócio. Eu não sei qual a distância, mas não é muito perto, não é uma coisa barata de se fazer; ou seja, tem que ter realmente essa viabilidade econômica, do investimento que você coloca você tem que ter um retorno. E tem que se lembrar que as empresas no Brasil, se a gente quiser ter um país desenvolvido, têm que ter lucro. Empresa sem lucro fecha, não tem emprego, não tem nada. A gente precisa ajudar as empresas a terem lucro no Brasil, a crescerem, a terem um mercado adequado, a terem um ambiente de negócios adequado. Então, é extremamente importante isso.

Artur, por favor.

O SR. ARTUR WATT NETO (Para expor.) – Eu ia só comentar que o campo de Bacalhau está para a frente, eu não vou saber o ano exato, mas vai se avançar com o projeto, escoamento de gás e tudo. É bem relevante.

Eu também vou pedir licença agora para ir ao próximo compromisso – eu já vou sair –, mas a equipe da ANP continua, está bom?

Obrigado, Senador. Foi um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado pela participação. Parabéns pelo trabalho.

Não sei se o Carlos também...

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Já está produzindo petróleo, escoando petróleo, teve duas cargas já da União...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Hã-hã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – ... e a concepção do escoamento do gás de Bacalhau é ser feita pelas rotas existentes: Rotas 1, 2, 3.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Hã-hã.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Mas essa percepção é de que as Rotas 1, 2, 3 estão pequenas para a quantidade de gás que é produzida no pré-sal. Existiu um planejamento estratégico inicial, que era a cessão onerosa, mas o excedente da cessão onerosa, o quantitativo de gás, não veio junto com os investimentos de escoamento de gás para isso. Então, novos projetos dependem, de alguma forma, ou de estrutura nova de escoamento ou de esperar a vaga...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É aí que vem o custo.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – É aí que vem o custo.

O SR. FRANCISCO BULHÕES – Se eu puder contribuir também, Senador, hoje a gente usa o gás... Do Wahoo, agora a gente passou a comercializar uma parte dele, mas hoje o gás é principalmente usado para eletrificar as plataformas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tá.

O SR. FRANCISCO BULHÕES – Então o gás é geração de energia da própria produção.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Entendi, entendi.

O SR. FRANCISCO BULHÕES – Quanto mais tempo aquela produção, inclusive, fica parada – às vezes tem a discussão de licenciamento, que às vezes demora um pouco mais do que o esperado –, você tem que ligar o diesel. Então, às vezes fica muito menos sustentável se discutir isso do que deixar a produção acontecer, que você consegue usar o gás para conseguir de fato eletrificar e manter a sua produção funcionando de forma mais sustentável.

Inclusive, uma discussão interessante até para esse tema legislativo é a possibilidade de eletrificação, puxar realmente uma eletrificação de terra para as plataformas e para essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tá.

O SR. FRANCISCO BULHÕES – Você conseguir eletrificar isso pode ser um grande diferencial em termos de sustentabilidade, em vez de você queimar esse diesel lá na sua operação para manter essa plataforma funcionando. Eu acho que, em relação ao gás, existe muita oportunidade, sim, para que a gente possa trabalhar esse tema.

E um último comentário, eu acho que o Supremo Tribunal Federal vai agora... talvez vá adiante a discussão da distribuição de *royalties*, e acho que esse é um tema muito importante para os estados produtores...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim.

O SR. FRANCISCO BULHÕES – ... e talvez uma oportunidade grande para que o Congresso Nacional possa discutir inclusive o uso desses *royalties*. O Estado do Rio de Janeiro depende... um terço, por exemplo, da sua arrecadação vem basicamente do setor de óleo e gás, ou seja, milhares de famílias brasileiras e fluminenses, cariocas hoje também contam com esse recurso. Essa discussão estrutural é importante, que inclusive afeta toda a infraestrutura para receber a indústria nos estados produtores, quer dizer, como é que se faz o uso também desse recurso para que toda essa infraestrutura, como V. Exa. comentou, seja para receber o gás, seja para receber outros insumos ou viabilizar melhor as operações, torná-las mais competitivas... Como é que o país pode usar esses recursos de forma eficiente para potencializar toda essa exploração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, sem dúvidas. É uma integração de todo esse sistema.

Deixem-me aproveitar este momento, já que eu dei uma paradinha aqui. Chegaram mais perguntas aqui pelo e-Cidadania, acho que vocês já receberam aí, não é?

Do Aprígio, da Bahia: "Como a pesquisa [...] e a inovação sustentável impulsionam o desenvolvimento tecnológico em campos maduros de petróleo e gás?".

Larissa, da Bahia: "Quais os principais entraves legais para o desenvolvimento tecnológico?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Gostaria de saber se as pesquisas [...] [incluirão] estudantes universitários federais e de institutos técnicos estaduais".

Raíssa, do Mato Grosso: "Como garantir que o investimento em campos maduros não desvie recursos vitais para a transição energética e fontes [...] limpas?".

Felipe, do Distrito Federal: "Como a mudança de operação de unidades como PVM1 e PVM2 impactou o nível de emprego direto e indireto na região?".

E o comentário aqui novamente do Jonas, de São Paulo: "Segurança jurídica e inovação tecnológica são fundamentais para atrair empresas que queiram investir em campos de menor porte".

Continuando com a sequência de apresentações, eu passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado. E nós temos também a Sra. Heloisa lá na espera, só para fazer um comentário. Então, por favor, se puderem colocá-la no áudio nosso, no visual também. Ela está no remoto para fazer um comentário. É só esperar um pouquinho, Rodrigo.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Claro.

A SRA. HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes, bom dia a todos. Agradeço aqui a possibilidade de me manifestar.

Só um comentário, um esclarecimento em relação à pergunta que o senhor fez – acho que eu estou sem vídeo, né? – em relação ao Campo de Bacalhau. Ele já previa um escoamento de gás na fase 2, a gente trouxe uma solução tanto de escoar pela Rota 1, que seria justamente onde o senhor mencionou lá em Caraguatatuba, quanto trazer para o Rio de Janeiro, pela Rota 4, como a gente chama. A gente vai avançar nisso. Particularmente, Bacalhau superconecta com o tema da inovação tecnológica porque ele é um campo que tem um teor de CO_2 elevado, ele tem um padrão comparável com os campos do pré-sal. Para a gente produzir isso de forma sustentável, foi necessário muito desenvolvimento tecnológico até por parte da Petrobras, e vai ser necessário a gente ainda avançar, porque a unidade de Caraguatatuba tem uma limitação justamente para processar esse CO_2.

A Petrobras está trabalhando. A ANP aí – não sei se o Diretor-Geral Artur ainda está presente – solicitou à Petrobras que apresentasse medidas de adequação para Caraguatatuba justamente para a gente poder aproveitar esse recurso aí para o Estado de São Paulo. Então, isso já está previsto.

E o plano indicativo que a gente publica este ano, no final do ano, sobre as diretrizes do Ministério de Minas e Energia já deve trazer essa solução para indicar tanto um *hub* ali para a região, pegar os diferentes tipos de gás para fazer um *revamp*, uma reutilização da Rota 1, que hoje está operando só com menos da metade da sua capacidade, quanto quais são as inovações e as medidas necessárias na unidade de Caraguatatuba para esse gás poder ser aproveitado.

Era só esse esclarecimento que eu queria fazer.

Obrigada, Senador, pela palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Sra. Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética. Daqui a pouco ela vai falar também o tempo completo.

Eu passo a palavra agora, por dez minutos, ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado.

Por favor.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Obrigado, Senador, é uma honra estar aqui falando, participando deste momento. O senhor é sempre defensor do livre mercado no Brasil, faz um trabalho sensacional no Senado e é sempre um parceiro da gente aqui para fazer avançar a pauta do livre mercado.

Eu fico ouvindo a discussão aqui, Senador, e a gente vê o ponto: o Brasil tem uma demanda imensa para óleo, para gás, para toda a infraestrutura do Brasil funcionar, mas a gente trava na oferta. A gente não trava na oferta pelos *players* não conseguirem oferecer; a gente trava na oferta por uma questão regulatória. A gente trava na oferta porque a regulação é caótica.

Eu ouvi o Sr. Carlos Agenor, que parece ter superboa vontade em fazer isso, e eu tenho três pontos que ele trouxe que são óbvios. O Margem Equatorial está aí, provavelmente tem muito petróleo ali. Se tem a Guiana do lado, provavelmente vai ter petróleo. Por que a gente não atua? Eu perguntei para o Ardenghy aqui duas vezes, eu disse: "Ardenghy, por que a gente não atua?". Ele falou: "Não, por causa do licenciamento ambiental". Mas espera aí, a gente fez Rio de Janeiro; basicamente em frente a Copacabana tem poço de petróleo ali acontecendo. Por que não pode ter em frente a Macapá? É tão ruim assim para Macapá que isso aconteça, essa discussão?

Aí eu pergunto: por que o Governo não age? É um órgão dele. O Ibama é um órgão do Governo, vinculado e subordinado ao Governo. Se isso é tão importante para o país, por que diabos a gente não consegue fazer o Ibama fazer o licenciamento ambiental – demorou 11 anos, 11 anos para um poço de petróleo ser deferido?

Espera aí, isso é um órgão ministerial, ministro é definição do Presidente. O nomeado abaixo é do Presidente. Eu posso mudar e demitir aquelas pessoas ou tirar do cargo quem eu quiser. Esse é um órgão da administração pública. Por que a administração pública não faz isso acontecer, se isso é fundamental para o Brasil? Um Governo que está cassando dinheiro, aumentando imposto de todo lado! Ou seja, se eu começo a operar poço de petróleo, eu vou ter venda de petróleo, a minha base tributária aumenta e eu vou arrecadar mais com o mercado – não tirando dinheiro dos pagadores de impostos, mas aumentando o mercado.

Eu fico pensando em Pelotas. Caramba, sério? Uma região que já foi muito rica, pode ficar rica de novo, e a gente não a está fazendo avançar por causa, de novo – incrivelmente, Senador –, do licenciamento ambiental. Olha que incrível: órgão do Governo.

Aí eu vou para impostos não convencionais, eu estou começando a responder à fala da Agenor, porque isso ocorre em vários setores. Eu estou com o Tecon Santos, o senhor sabe que há um problema gigante lá por uma questão regulatória. O Brasil precisa de porto para ontem, mas por uma questão regulatória não tem avançado a licitação do Tecon 10. O Tecon 10 já está atrasado. A gente já tem que fazer o 20, amanhã o 11, o 12, o 13.

E a gente tem uma situação do não convencional, o *fracking*. Aí eu fui pesquisar aqui rapidinho o que diabos é a coalizão pelo não fracionamento – Coesus é o nome da coalizão. Cara, quem financia esse pessoal? Quem paga a conta? Quem é o responsável por isso? Quem está fazendo esse ponto? O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil não fraciona porque uma determinada coalizão decidiu que isso faz mal para o meio ambiente, apesar de os Estados Unidos estarem há décadas fazendo fracionamento. A gente está comprando o petróleo deles. Eles, que não tinham petróleo suficiente, hoje têm – hoje são o maior produtor do mundo, porque eles fizeram fracionamento.

E há uma decisão judicial contra isso. Eu sou advogado, tem uma ação, tem uma previsão judicial chamada suspensão de liminar de segurança. Se o Governo quisesse, essa liminar já tinha caído. Por que ele não faz isso, meu caro Diretor Carlos Agenor? Eu pergunto ao Governo: se isso é tão fundamental ao Governo, que tem o maior escritório de advocacia do planeta, chamado Advocacia-Geral da União, por que a gente não conseguiu derrubar ainda essa absurda liminar, já que o mundo todo está fazendo? Nós estamos comprando o petróleo deles – não é um negócio de graça, não, Senador. A gente está comprando o petróleo de quem faz fracionamento.

Eu tenho uma riqueza aqui, eu tenho uma tecnologia aqui, eu tenho uma possibilidade aqui, eu tenho uma vontade de querer fazer. O Diretor Carlos Agenor vem aqui e diz que isso é fundamental para o país. Por que a Advocacia da União não está trabalhando com isso? Ela é vinculada ao Governo, é um órgão do Governo. Por que ela não está trabalhando nisso? Esse é o meu ponto, porque a gente começou a falar sobre revitalização de campos maduros. Aí você tem números.

Hoje... Eu sou de Fortaleza. Quando você ia até Mossoró, você via – bonito ali, Icapuí –, entre Icapuí, que é a última praia do Ceará, e Mossoró, vários "cavalinhos" funcionando, que foi o exemplo que o Ardenghy deu. Esses "cavalinhos" foram todos fechados porque a Petrobras, em determinado momento, descobriu, obviamente, que era muito mais lucrativo ir para o pré-sal do que estar trabalhando com os "cavalinhos". O que era para ter feito imediatamente? Abre o mercado e deixa as empresas privadas operarem. Só que demorou. Você perde, é enterrado aquilo ali, você perde o mercado, você tem campos fechados.

Aí o Chicão falou aqui: "Não, é porque não tem o licenciamento ambiental". Eu disse: "Como assim? Quer dizer que a gente vai poluir mais, deixar poluir mais, porque não tem licenciamento ambiental?". Eu volto ao mesmo órgão, Senador. Está vendo? É circular. Voltei ao Ibama, voltei ao licenciamento ambiental – órgão do Governo, órgão estatal, ligado a isso, definição do Presidente, estrutura do ministro, quem escolhe o ministro é o Presidente. Tem alguma coisa muito errada nisso.

Olha a discussão que a gente está tendo. Os campos maduros na Noruega têm recuperação de 47%. A média do Brasil é 11%. Eu tenho medo de achar que é licenciamento ambiental de novo, tá, Chicão? Provavelmente deve ser. A média dessa situação é, em alguns campos maduros que usam tecnologia, que usam possibilidade, esse número chegar a 19, sair de 11 para 19, é um avanço imenso. E repito: o maior problema disso não está na tecnologia. Nós temos. Nós temos a tecnologia de *onshore* e de *offshore*, nós temos capacidade de entregar isso, nós temos possibilidade de fazer isso acontecer, nós temos o ponto disso.

Aí eu pergunto: se é tão difícil a questão de fracionamento, por que não tem um projeto de lei apresentado pelo Senador Marcos Pontes, a pedido do próprio Governo, para a gente avançar essa pauta, já que está com uma lei dizendo isso? A gente vai pelo Congresso e resolve. A gente sabe que tem esse caminho de solução. Por que o Governo não emitiu uma medida provisória imediatamente dizendo que pode fazer isso? O Presidente tem essa possibilidade, está na mão dele, ele pode fazer isso acontecer ontem, e está precisando de recursos para ontem, o Governo está precisando de recursos para ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem esses recursos claros acontecendo na situação específica de se fazer isso avançar. E é legal, porque isso é no Brasil inteiro, não é concentrado só no Rio de Janeiro. Então, você tem uma possibilidade de conseguir fazer riqueza em outros estados da Federação, em outras cidades, desenvolver um mercado – vocês, que moraram no Texas, lá é visual, você está vendo a tecnologia e a riqueza acontecendo nessa situação.

É muito legal o que tem sido possibilitado sobre o *tie-back*, tão bem citado pela possibilidade, mas você tem a questão dos *royalties*. É bem interessante, quem conseguiu baixar os *royalties* para 5% tem produtividade de 19% em média, quem não conseguiu fica em 11%. Ou seja, se eu tenho um campo parado, se eu tenho uma condição que não está funcionando direito, por que eu não baixo o *royalty* disso? Por que eu não diminuo? Eu ganho a lógica de curva de Laffer, aquela base. Se eu aumentar a base, eu tento aumentar a arrecadação, eu tento aumentar o faturamento e, por sua vez, eu aumentarei a arrecadação. Inclusive, no número, apesar de o percentual de *royalties* ser menor, o número será maior porque a produtividade das empresas será maior. É lógico isso, não precisa entender de petróleo para entender isso não. Precisa entender de lógica.

Então, como é que eu faço isso acontecer para permitir que haja um avanço do mercado? Esse é um ponto central, porque, óbvio, a Petrobras está olhando para os campos do pré-sal e está dizendo que esses campos estão se tornando maduros. Eu estou olhando ali, caramba: tem a Margem Equatorial, está tudo novinho ali. São campos novos, são campos jovens, eu posso ir para lá e investir lá. Por que isso não aconteceu ainda? Essa é a pergunta que eu acho que era para estar incomodando este Congresso todos os dias. Era para todo o Congresso estar olhando e dizer assim: "Eu entendo, Governo, você está precisando de recursos. Tem ali na Margem Equatorial". Por que isso não aconteceu ainda? O que falta? O que é que o Ministério de Minas e Energia precisa de ajuda para fazer isso acontecer? Isso não é só para o Governo, isso é para a oposição também.

Há interesse. A oposição é a favor do Brasil, ela quer que o Brasil se desenvolva, ela quer que o Brasil cresça, ela quer que o Brasil fature, ela quer fazer isso acontecer. Não tem nenhuma vontade... Todo mundo aqui é favorável. O Presidente desta Casa é do Amapá, que será o estado mais beneficiado para fazer essa pauta avançar. Por que isso não avançou? Essa é uma pergunta, Senador, que me incomoda profundamente. Porque o Presidente da Guiana diz: "Nós vamos extrair todo o petróleo possível enquanto ele existir".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – A riqueza, o PIB da Guiana disparou nos próximos... Se você vir os números, 8%, 7%, 9%, essa é a riqueza da Guiana – bem mais pobre do que nós. Precisa correr muito mais, mas estão correndo, estão correndo. Nós somos pobres ainda, tá? Quero dizer que eles são mais pobres relativos a nós, mas nós somos pobres ainda. O nosso PIB *per capita* é muito baixo. Nós temos uma oportunidade de mercado imensa. Por que isso não está avançando?

Essa é uma pauta – e o Senador foi muito feliz – do Estado, não é uma pauta de quem está de plantão como Presidente, porque você não é Presidente, você está; você não é Senador, você está Senador, você está neste momento. Mas a pauta do Brasil exige investimento, desenvolvimento, tecnologia e custo, porque todos aqui que estão na mesa sabem que explorar petróleo, prospectar petróleo é algo muito caro e muito absurdo.

Eu acho que nós tivemos um avanço imenso no licenciamento ambiental, no marco legal de licenciamento ambiental, que avançou, mas agora isso precisa ser implementado pelo Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Cabe a todos nós – e aqui nós, Instituto Livre Mercado, que defende a possibilidade de quebra de margem de preferência, a possibilidade de não deixar que os campos de petróleo sejam fechados – permitir soluções inovadoras, ao máximo possível fazer avançar essa pauta, ajudar essa pauta a avançar, porque nisso há um interesse do Brasil, há um ponto do Brasil: temos potencial de sermos muito mais produtivos e ricos. Não fazemos isso, repito, não é por falta da Petrobras, que tem várias questões tecnológicas para avançar; não é por falta da vontade da iniciativa privada de maneira geral.

Mas aí eu respondo à Luma, do Pará, para ficar na resposta. Ela pergunta: "Quais são os principais [...] desafios técnicos e científicos na recuperação avançada de petróleo em campos maduros?". O problema... Essas soluções o mercado já resolveu. O problema do Brasil é, infelizmente, regulatório, e é isso que a gente precisa resolver para ontem, porque, quando eu estava ouvindo o Agenor, que fala muito bem como técnico, eu fiquei pensando: mas espere aí, ele tem a caneta, o ambiente tem a caneta. Por que essa caneta não agiu ainda? Falando como brasileiro, Diretor do Instituto Livre Mercado e querendo melhorar a regulação brasileira, essa é a pergunta que me incomoda profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Rodrigo Saraiva Marinho...

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Eu gostaria de fazer alguns apartes ao nosso colega.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só um momentinho.

Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado.

Um comentário também: eu concordo com você. A gente tem trabalhado junto aqui em diversas pautas; não só nesse setor, mas em diversas pautas, e uma das coisas que sempre me incomoda... E eu tenho certeza de que também no próprio ministério tem isso aí, porque eu fui Ministro também, e Ministro de uma pasta que está, de certa forma, bastante ligada, a tecnologia está espalhada, é transversal, está espalhada em todos os setores. Muitas vezes você vê entendimentos que carecem de um estudo maior de tecnologia – justamente de tecnologia – para que permita a evolução mais rápida de processos que são essenciais para o Brasil. E, quando você fala de minas, quando você fala de produção de energia, quando você fala de energia nuclear, essas coisas todas, você vê essa... Você vê aquele linhão, o pessoal chamava de linhão, ali de Roraima, para conectar Roraima, que ficava desconectado do *grid* de energia do país. Um absurdo ter que ficar recebendo a energia da Venezuela no final de linha ali, com todas as oscilações, toda a dificuldade, porque isso estava travado por discussões étnicas, questão de uma tribo, um povo indígena, travando aquilo lá.

O Brasil não pode ficar parado dessa forma. Desculpe, eu respeito todas aquelas necessidades que nós temos de preservação ambiental, sem dúvida nenhuma, isso é extremamente importante, mas também é importante respeitar que a ciência é capaz de fazer essas variações, de poder trazer isso para mais perto, poder permitir que o Ministério de Minas e Energia faça com mais precisão, vamos dizer assim, avance com mais intensidade dentro dessas novas possibilidades para o Brasil. Outros ministérios também sofrem.

No meu ministério, lá em Alcântara, por incrível que pareça, a gente teve esse problema também lá, aí já não era mais o Ibama, era a questão da preservação de patrimônio, dessas coisas. A gente tem que aprender a colocar as prioridades no lugar e a usar as ferramentas que a gente tem para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Carlos, pode comentar aí para responder.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL (Para expor.) – Obrigado, meu amigo Rodrigo, pelo apoio sobre a questão da gestão da política energética do país, mas, muitas vezes, a gente tem três entes, tem Executivo, tem Legislativo, e temos o Judiciário. Então, por exemplo, o que está travando hoje em dia o *fracking* está mais na questão do Judiciário. Existe o IAC 21 (incidente de assunção de competência) sendo administrado aí no STJ, que a princípio vai dirimir sobre se pode ou não ter *fracking* no Brasil. Para a gente não faz nenhum sentido o Judiciário ter essa visão, sendo que existe, de fato, o Executivo, através dos regulamentos emanados aí pela ANP de segurança operacional e de toda a questão de licenciamento ambiental... Aqui no Brasil, de fato, para segurança para a população, necessitam as atividades poluidoras de um licenciamento ambiental.

A história do licenciamento ambiental, se você pegar relacionada ao poço da foz do Amazonas, passou três governos. Começou com o Governo Dilma, iniciou-se em Dilma, passou-se em Temer, passou-se em Bolsonaro, e, de novo, agora, no terceiro Governo do Presidente Lula, tivemos a licença ambiental.

Agora, existem coisas em que podemos trabalhar, Senador, no Congresso? Sim. A questão de, por exemplo, criminalização do cara que emite a licença ambiental. Isso já era para ter caído há muito tempo. Ele não é crime culposo, doloso... Ele simplesmente aprovou... A responsabilidade é do operador de fazer isso. Ele não pode ser coadjuvante de toda essa situação que está sendo colocada. Então, é um ponto que se coloca, mas uma coisa que a gente tem que ter certeza: nosso licenciamento ambiental é rígido, o nosso regulamento de segurança operacional é rígido, e isso dá segurança de que as coisas vão ser feitas.

Pelotas, meu amigo, é um caso novo. Pelotas estava dormindo em berço esplêndido, tinha bastante bloco em oferta, ninguém comprava aqueles blocos, até que, na Namíbia, se descobriu em 2024... Em 2024, tivemos 44 blocos arrematados; em 2025, mais 3. Então, Pelotas é uma nova fronteira, mas está tudo se iniciando. O que a gente tem trabalhado é que Pelotas não pode ser Margem Equatorial: licenciamento ambiental o mais célere possível.

Existiu a tramitação aqui no Congresso da nova lei do licenciamento ambiental, e foi criado o licenciamento ambiental especial, em que projetos dessa magnitude que necessitam de licenciamento célere vão ter que ser apreciados dentro disso. E cabe ao Governo definir: esses projetos de licenciamento ambiental de poços de novas fronteiras vão ter que ser projetos especiais. Então, a gente acredita que isso daqui vai dar, justamente, o sustentáculo para ter esse licenciamento mais célere, em uma ação que veio aqui, coordenada, a duras penas, relacionada ao Congresso Nacional.

Eu diria que, se a gente não fizer as coisas – Executivo e Legislativo – muito bem alinhadas, o Judiciário vai derrubar, no sentido de que todas essas organizações, com qualquer coisinha, judicializam. Na semana passada, eu fui a uma audiência em que a comunidade pesqueira artesanal do Porto de Belém, a 600km de onde tem a perfuração, queria ser ouvida e também, Senador, consulta livre, prévia e informada deles. Falei: "Gente, isso não faz sentido, isso não faz sentido. O problema não é lá. Se algum problema seu existe, é o porto". Inclusive o porto faz movimentação gigantesca de minério de Carajás. Então, não são dois barquinhos da Petrobras, a cada 15 dias, que estão causando impacto, que estão causando dano. Então, essa questão judicial realmente atrapalha. O Rio de Janeiro teve uma liminar que simplesmente, Senador, cortava dez FPSOs e segurava a licença prévia emitida pelo Ibama. Então, essas coisas têm que ser muito bem trabalhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a AGU, sim, trabalhou bastante para justamente ter essa licença, a questão da consulta livre e prévia e informada dos povos indígenas que estavam no aeródromo, no Aeroporto de Oiapoque. Tinha que ouvir por causa da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – É. Aí a própria AGU fez um trabalho interessante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – ... no sentido de pacificar esse tema.

Então, temos trabalhado com o Governo no sentido de que, sim, isso é fundamental. E, sim, vamos trabalhar para um licenciamento mais célere, o mais rápido possível, justamente o licenciamento ambiental especial. E vamos ter uma atenção para os nossos colegas do Ibama não ficarem expostos com relação à responsabilização por algo de que eles não têm nenhuma razão de cometimento.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu preciso seguir em frente com o tempo, por causa do nosso tempo aqui, mas só um ponto importante, que são três coisas que têm que andar da forma correta.

É lógico que a gente quer que o Brasil tenha preservação ambiental correta, bem-feita, com uma fiscalização. A gente tem uma lei ambiental bastante rigorosa com relação a isso, é importante. Nós discutimos bastante, aqui no Congresso, sobre essa nova legislação ambiental, mas um ponto importante conectado a isso é que tem muita gente que não tem a menor ideia do que está falando, mas que, simplesmente pela propaganda muito barulhenta com relação a isso, coloca...

Por exemplo, mudando o tema, a gente estava falando de inteligência artificial, eu presidi aqui 12 audiências públicas sobre inteligência artificial. Eu cheguei a ouvir absurdos assim: "Não, a gente tem que proibir utilizar inteligência artificial no Brasil". Baseado em quê? Entendeu? É esse tipo de coisa. E propaga como se aquilo fosse algo falando...

Então, *fake news* com relação às coisas que são importantes para o Brasil e são colocadas em temas que são caros... Lógico, a gente tem que cuidar do nosso meio ambiente, sem dúvida nenhuma, mas a gente tem tecnologia de novo para poder fazer isso aí dentro de certos limites. Você tem uma limitação ali que você consegue fazer, e tem que ser feito isso, tem que ser feita análise.

De novo, eu vivo falando deste negócio aqui: nós precisamos usar mais o pragmatismo para tomar decisões no país. E, quanto à questão do judicial, também é importante que o Judiciário tenha que cumprir as leis; ele não é feito para criar leis, ou criar, por jurisprudência, outras leis.

Então, nós aqui fazemos as leis, nós representamos a população brasileira, nós precisamos trabalhar junto com o Executivo, não importa se é oposição. A gente tem que trabalhar para o Brasil, juntos, e fazer funcionar as coisas. Então, é esse tipo de junção de fatores que eu acho que leva a um desenvolvimento maior. Mas você vê que tem muitos penduricalhos que a gente vai ter que resolver aí.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bem rápido.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Isso aqui só confirma o... Quando o Carlos coloca Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula, isso só confirma a minha crítica: não importa o Governo. É péssimo em todos eles e é um absurdo terem deixado isso acontecer em todos eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece essa das hidrovias. A das hidrovias foi deferida, Carlos, no dia 27 de agosto. Dia 6 de fevereiro, foi revogada a concessão das hidrovias. O Decreto 12.600 foi revogado. Como é que você trabalha num nível regulatório desse, porque alguém decidiu que não poderia ter ali nesse ponto?

E a outra coisa que me assusta, Senador, dentro dessa discussão é que esse campo que foi abandonado ou que foi deixado ou que passava para outra pessoa era um campo que já tinha licenciamento ambiental deferido. Por que eu tenho que fazer um novo licenciamento ambiental para algo a que já foi dado licenciamento ambiental?

E só para falar, por último, no caso de *fracking*, eu tenho algumas medidas legislativas que poderiam ser feitas, mesmo tendo o judicial; podia ter medida provisória, imediatamente, podia ter um projeto de lei, podia ter uma série de coisas para conseguir ultrapassar isso. Não é papel do Judiciário fazer isso. Nós estamos discutindo aqui a questão de regulamentação de transporte. Por que o STF tem que decidir isso? Quem tem que decidir isso é esta Casa. É aqui que se decide essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olhe, justamente essa discussão aqui é para isso. Audiência pública é para a gente trazer as questões aqui para o Legislativo, para a gente ajudar nisso. Então, todos esses dados são importantes para a gente aqui, para poder avançar nessas leis e ajudar.

Muito rápido.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL (Para expor.) – Muito rápido. Assim, não existe nada, em nível legal, em nível legislativo, que proíba o *fracking*. Agora, Senador, existe um projeto tramitando na Casa para proibir o *fracking*. Então, esse projeto tem que ser extinto. Não é também função do Legislativo decidir algo que já é categórico, que está todo mundo fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Isso aí é bom a gente saber.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Esse projeto a gente... Você já tem... Eu acho que o menino Lucas tem aí o número desse projeto. Esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Depois passe para a gente aqui. Tem que saber como é que está isso.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – ... tem que morrer.

Agora, existiam muitos estados que, nesse afã, publicaram leis proibindo o *fracking*, que não é atribuição...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Se adiantaram a uma coisa que não existe.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – ... desses estados. Então, são inconstitucionais essas leis.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Passe para a gente saber aqui.

Vamos para a frente aqui, porque eu tenho que entregar a sala depois.

Na sequência, então, eu passo a palavra ao Sr. Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, representante de Marcos Cintra, Presidente do Instituto Pensar Energia.

Obrigado.

O SR. FELIPE FERNANDES REIS (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos. Na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa, cumprimentar os servidores do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-lo pela iniciativa e aqui já compartilhar o entusiasmo do Instituto Pensar Energia em ver V. Exa. participando da política energética do país. V. Exa. tem um conhecimento global sobre os desafios que a tecnologia, que a inovação pode trazer em termos de oportunidade para o nosso desenvolvimento, produtividade, melhoria do bem-estar do nosso país, mas também sabe dos desafios atuais. A gente precisa olhar para o futuro sem esquecer o problema atual.

E, nessa linha de compartilhar absurdos que a gente escuta, que a gente está vendo do ponto de vista de política energética, é importante a gente não esquecer que, enquanto o mundo hoje está querendo aumentar a produção de petróleo, o mundo hoje está querendo aumentar a sua segurança energética...

E esta é uma preocupação do Instituto Pensar Energia: que a segurança energética do país está seriamente ameaçada, e acho que um dos dados que corroboram bastante isso é o pico da produção de petróleo de alguns campos do pré-sal em 2029, e o declínio, a partir de 2034, mostra que, se o Brasil não aumentar sua produção de petróleo e gás, nós voltaremos a uma situação de importador de petróleo, e isso é muito preocupante.

E nós chegamos a esse *status* de exportador líquido de petróleo com muito esforço. Então, são anos e anos de investimentos e de boas decisões, especialmente deste Parlamento, de seguir as premissas que deram certo no mundo inteiro: gerar concorrência, atrair investimento privado, fortalecer agências reguladoras com uma regulação de longo prazo e trazer segurança jurídica como um fator de redução de risco para esse tipo de indústria.

Nós fizemos isso, com a Lei 9.478, em 1997. Ano que vem, completaremos 20 anos dessa lei. E, agora, nós estamos exatamente numa fase de maturidade no nosso setor, a ponto de que a gente tem que debater como é que a gente prolonga a vida útil dos nossos campos, que, no passado, foram muito importantes e que, no presente, tendem a ser igualmente importantes, desde que a gente tome as decisões corretas.

E uma decisão correta – e a gente pode ver isso no *benchmarking* internacional – é que não se tributa exportação. A gente já começa errando aí. Então, enquanto o mundo inteiro está querendo ampliar a sua produção de petróleo, revitalizar seus campos de produção de petróleo e gás, nós estamos tributando a nossa exportação. Nós estamos, voluntariamente, dando um tiro no próprio pé, reduzindo a nossa competitividade global, reduzindo a atração de investimento, e isso como forma de se combater uma crise global de oferta de petróleo. Como é que eu vou reduzir a minha oferta, tributando a minha exportação, sendo que o mundo inteiro está atrás de aumentar a sua produção?

E aqui acho que V. Exa. acerta bastante no objetivo da audiência pública: como é que eu posso trazer instrumentos para aumentar o fator de recuperação dos nossos campos? E esse é um desafio para o qual a gente já tem uma experiência muito próxima, que mostrou que não existe tanta criatividade assim nem do legislador, nem do regulador, nem do setor econômico como um todo. É só permitir que os agentes que tenham interesse, apetite a risco, possam realizar os investimentos necessários para revitalizar esses campos. E, para isso, é preciso o quê? Reduzir o custo unitário de produção de barril.

Então, na medida em que os campos de produção vão envelhecendo, vão demandando mais operação, mais custo de manutenção, você precisa, de alguma maneira, reduzir outros custos, que já não fazem mais sentido para esse tipo de operação, e esses outros custos foram pensados para fins de momentos de abundância da produção desses campos. Tanto é que hoje nós temos o maior *government take*, um dos maiores do mundo, porque nós realmente estabelecemos um modelo tributário em que, quando o campo vai bem, quando o valor do preço internacional do *brent* vai bem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

toda essa riqueza é compartilhada com a população. Agora, quando você realmente requer mais investimentos, requer a necessidade de manutenção e mais custos para manter esse campo atuando, você precisa fazer adequada compatibilização desse encargo tributário.

Nós fizemos isso em 2016, 2018, 2021, reduzindo o valor dos *royalties*, de 10% para 5%, e o resultado realmente é muito claro: os campos que tiveram incentivo aumentaram sua produção em 23%, enquanto que aqueles que não tiveram incentivo tiveram um declínio da ordem de 40%. E isso é uma medida simples, regulatória, voltada para atrair investimento privado de qualidade, que permitiu essa extensão da vida útil desses campos.

Mas é necessário um pouco mais, porque, quando uma empresa como a Prio, como tantas outras empresas independentes tão bem representadas aqui pelo Marcio, decidem investir em um campo, elas precisam ter a certeza de que os gastos que eles estão tendo para revitalizar esse campo vão ser considerados dentro da política regulatória, dentro dos encargos regulatórios do setor. Então, como eu tenho obrigações, por exemplo, de recolher 1% de P&D para fins de melhorar os níveis de eficiência, produtividade e tecnologia de determinado campo, por que eu não posso abater dessas minhas obrigações os investimentos que eu faço que já têm esse mesmo objetivo? Quando eu faço um investimento, por exemplo, numa estrutura de *tieback*, quando eu aumento os meus gastos de operação e manutenção de um campo, isso deveria ser considerado para fins de outras obrigações, por exemplo, de P&D. Isso a gente já viu acontecendo agora, recentemente, no caso da criação do Gás do Povo, em que investimentos que eu faço em pesquisa, inovação para fins de migrar o consumidor para formas mais sustentáveis e mais eficientes de cocção de alimentos e do consumo das famílias de energia são considerados para fins de redução das minhas obrigações de P&D e isso também tem que ser considerado para fins de minhas obrigações de pagamento de *royalties*, para fins de minhas obrigações outras de natureza tributária.

Ocorre que, nesse atual momento, a gente está debatendo o aumento do custo de produção de petróleo no país. E a gente precisa ir no caminho inverso, porque para você ampliar uma nova fronteira de produção de petróleo e gás leva 10, 11 anos. Nós temos aqui agora a necessidade de sinalizar claramente que o Brasil vai continuar produzindo petróleo para a próxima década, e, para isso, eu tenho uma solução rápida, benfeita, desenhada, que é adequar a legislação para atrair os investimentos na revitalização de campos maduros e marginais e, ao mesmo tempo, criar alternativas, uma dinâmica, uma versatilidade do setor, para que eu tenha novas formas de produção de petróleo e de gás, por exemplo, em campos *onshore*, gás não associado.

Todo este debate que nós estamos temos em relação ao *fracking* diz respeito a um país que ainda não entendeu a necessidade, a importância e as externalidades de ser um exportador de petróleo, de ser um país produtor de petróleo. E, quando nós nos tornarmos igualmente também independentes no setor de gás, nós veremos isso também sendo compartilhado com toda a economia, especialmente com a indústria, com a geração termoelétrica e também com a utilidade do gás natural na vida das famílias, por exemplo, na utilização residencial e nas atividades do comércio também como uma fonte de energia.

Então, só para concluir, Senador, cumprimentando-o e parabenizando-o pela iniciativa, hoje nós estamos completando quase 20 anos de um marco regulatório que se mostrou bem-sucedido, quando atraiu novas empresas, investimentos privados, concorrência e permitiu que a regulação se adaptasse a diferentes tipos de modelos de negócio. É o momento de a gente também avaliar que o mercado está maduro o suficiente para valorizar os esforços que foram feitos no passado e, ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prolongar as suas externalidades para as gerações futuras. Isso é necessário não somente com uma boa regulação, segurança jurídica, mas, especialmente, precisamos reduzir a carga tributária de quem está querendo investir. Acho que não há mais espaço para você aumentar a tributação em um setor em que, a cada três barris de petróleo produzido, dois são impostos, são *royalties*, são compensações. E isso realmente é uma sinalização muito ruim para quem quer ser independente energeticamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, representante de Marcos Cintra, Presidente do Instituto Pensar Energia.

Bom, eu concordo contigo 100%. A gente precisa realmente, neste país, aumentar a eficiência, ou a efetividade, no sentido de reduzir imposto. Com isso, você aumenta a produtividade, gera mais emprego, gera mais resultado para o Governo, porque produzindo mais tem mais nota fiscal, mais emprego. Então, a gente precisa ajustar essa equação, sem dúvida nenhuma.

A gente discutiu muito isto durante a reforma tributária aqui: a importância primordial de baixar o nível de imposto. Eu gosto de comparar aquela Curva de Laffer, que o pessoal usa para economia, com a curva de sustentação na minha área – sou engenheiro aeronáutico. É a mesma coisa: se aumenta o ângulo de ataque, você aumenta a sustentação; se começar a aumentar demais o ângulo de ataque, você estola o avião, você perde a sustentação completamente. A gente tem que baixar, ficar na área de trabalho ali.

Isso é importantíssimo, sem dúvida nenhuma, e a proposta de legislação traz isso para a gente aqui, para a gente trabalhar junto.

Só para informar, aquela legislação que foi falada é o PL 1.935, de 2019. Foi proposto lá na Câmara dos Deputados pelo Deputado Schiavinato – o nome é assim, né? –, do PP, do Paraná. Ele está parado, está lá na Comissão de Meio Ambiente, agora, desde o dia 4 de abril, aguardando Relator, porque o Relator saiu da Comissão.

Então, eu vou acompanhar, vou pedir para o meu pessoal aqui acompanhar esse projeto de lei, e, quando ele chegar para cá, para o Senado, eu vou pedir a relatoria. Não sei se... A gente pede, mas a gente nunca sabe se consegue realmente, mas eu vou tentar trazer para a gente discutir aqui. Certamente, no momento que a gente tiver aqui, a gente vai chamar outra audiência pública para a gente discuti-lo com detalhe.

Eu gosto de ter a participação geral, porque aí você toma decisões – de novo: decisão pragmática, decisão que você sabe que está tratando com quem vive aquilo lá no dia a dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Um ponto importante, porque o senhor está falando de tributos: tem duas coisas que estão na pauta hoje.

O Governo mandou uma medida provisória, que é a 1.340, de 2026, que aumenta em 12% o imposto de exportação. Nós temos um veto; o Brasil vai ser o único país do mundo que vai exportar imposto, nós estamos mais exportando. No imposto seletivo também tem um veto, colocado na pauta do Congresso. É um veto no imposto seletivo, que tinha uma previsão que se tinha conseguido derrubar na reforma tributária, na questão do imposto seletivo, e o Governo vetou essa possibilidade para não exportar tributo – o que é um absurdo, não faz sentido nenhum, porque é uma *commodity*, então a gente está exportando custos; isso volta para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Volta, né?

Bom, nessa questão dos impostos, a gente vai longe, então eu vou passar para a nossa última apresentação, a da Sra. Heloísa Borges Bastos Esteves, que participa remotamente. Ela é Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética.

Por favor, Heloísa. Tem dez minutos; eu estou preocupado com o nosso tempo aqui, que já estourou, mas são dez minutos, e você não vai ter o sinal que a gente tem aqui, então eu peço para cuidar do tempo por si.

Obrigado.

A SRA. HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes; obrigada.

Agradeço ao Senado, e vou registrar também aqui um agradecimento aos servidores do Senado, à sua equipe aí da Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia e do suporte de TI da Comissão de Ciência e Tecnologia, que estavam aqui me apoiando.

Agradeço a oportunidade de participar de forma remota. Eu vou aproveitar, vou fazer a apresentação e vou também já tentar responder às dúvidas que os cidadãos enviaram aqui pelo sistema e-Cidadania.

Eu só pediria, por favor, se vocês pudessem me confirmar: a apresentação já está sendo exibida?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está no visual aqui; está no visual.

A SRA. HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES (*Por videoconferência*.) – Está no visual? ótimo.

Então, vou começar falando do papel da pesquisa científica, um pouquinho sobre a EPE. A EPE é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A gente trabalha e faz estudos, estatísticas, apoia o Ministério no desenho de políticas públicas em uma série de áreas, inclusive petróleo, gás e biocombustíveis.

O Marcio Felix já falou, quando falou da questão dos campos maduros, mas só para situar um pouco quem nos assiste, quem está aí presente, do que a gente está falando. Já se mencionou o imposto, longo tempo aqui, da fase de exploração, do licenciamento. Quando a gente fala de campos maduros, a gente está falando de um campo aqui, que já está lá no final da sua vida útil. Nesse momento do ciclo de vida, a curva de produção, como vocês podem ver, já está caindo, a receita do Governo também, como a produção cai, a receita do Governo também já está caindo. E a ideia aqui é a gente prolongar essa vida, fazer com que essa curva fique mais *flat*. Então a gente tem aqui, a ANP regula, diz o que é um campo maduro, basicamente campos que já estão ali com 70% das suas reservas provadas já produzidas. E o que acontece? A gente consegue reverter essa curva, a gente traz concretamente... Sem novos impactos para a sociedade, do ponto de vista do meio ambiente, a gente traz concretamente uma reversão da queda, um aumento, e traz todos os benefícios dessa produção incremental.

Tem um conceito diferente, o Chicão Bulhões falou dos campos marginais. O campo marginal é um conceito econômico, é um campo que está ali no limite da sua economicidade, pode ser por baixo volume de produção, pode ser porque tem muita água, pode ser porque tem desafios técnicos no reservatório, por exemplo, alto teor de CO2. Vários campos do pré-sal têm essa característica de alto teor de CO2, e aí eles exigem também um olhar regulatório diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem hoje quase 300 campos marginais no Brasil, a maior parte deles em águas rasas, principalmente ali nas Bacias de Campos e Potiguar, ali no Rio Grande do Norte, mas a maior parte deles está em terra. Esses campos que a gente considera campos marginais, que muitos se beneficiariam do prolongamento da vida útil, são campos terrestres. A produção terrestre tem uma característica muito própria, que é gerar, de forma muito próxima, emprego, renda e benefícios concretos para as populações locais. Isso é muito visível, de novo, nos estados da Região Nordeste. Eu sempre gosto de citar a cidade de Mossoró, lá no Rio Grande do Norte. Foi uma cidade em que, quando você teve uma retração da atividade de produção de petróleo, a população de Mossoró sentiu muito esse impacto, e quando a gente teve a revitalização dos campos maduros naquela região, se você for ver, num espaço curtíssimo, de menos de três anos, a cidade deu uma virada e você vê concretamente os benefícios para a população. Ali no Recôncavo Baiano, a gente também tem vários exemplos disso. Em Alagoas, ali com o Polo de Pilar, também a gente vê um benefício local muito direto para a população. Então por isso que merece essa atenção.

E aí a gente tem alguns desafios e, para superar esses desafios é que vem o papel da ciência e tecnologia, da pesquisa e da inovação desenvolvidos no Brasil, porque isso precisa ser uma tecnologia local. O principal desafio é técnico, a gente normalmente tem campos já com baixa produtividade, uma infraestrutura já muito envelhecida, a gente está falando de alguns campos que têm mais de 60 anos em operação e um alto teor de CO2. A gente tem desafios econômicos. Então, são margens muito reduzidas e são campos que têm uma acessibilidade a custo de tributação muito grande.

A gente estava falando aqui do Imposto de Exportação, ele impacta qualquer projeto. Um baque dessa magnitude gera um impacto significativo em qualquer projeto, mas particularmente para campos maduros, campos marginais, campos que já estão ali no limite da sua economicidade, a tributação tem um impacto muito alto. E tem desafios ambientais, principalmente esses campos, principalmente os terrestres, que têm ali passivos ambientais acumulados, têm poços – a ANP está até tratando disso – que a gente chama de poços órfãos, porque foram poços que foram perfurados pela Petrobras lá na década de 60, na década de 70, que merecem endereçamento próprio. E para endereçar isso tudo a gente precisa de tecnologias e soluções inovadoras, e é aí que vem o papel da pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O setor de petróleo é um exemplo mundial de como a gente transforma, como através de desenhos contratuais específicos a gente consegue gerar concretamente atração de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Brasil. Inclusive, Senador, a gente exporta essa tecnologia, digamos assim. A gente conversa muito, interage muito com governos, principalmente dos países de continente africano e aqui com os nossos colegas da América Latina, para mostrar para eles como a cláusula de PD&I é desenvolvida, na verdade como que a cláusula de conteúdo local também é desenvolvida – são duas cláusulas que a gente troca muito com outros países – para mostrar esse sucesso do Brasil.

Então, a gente tem uma obrigação contratual que é diferente para contratos de concessão: é 1% da receita bruta de campos que pagam participação especial, mas os contratos de partilha de produção de cessão onerosa todos eles pagam, todos eles têm essa obrigação contratual.

E aqui a gente está falando de um mecanismo concreto de fomento ao que a gente chama na EPE de soberania tecnológica, ou seja, desenvolvimento de tecnologia proprietária do Brasil, formação de uma cadeia de valor no Brasil, e isso é tão importante! Alguns dos cidadãos perguntaram da relação com transição energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um outro exemplo concreto: a gente tem uma empresa espanhola, a Repsol, que escolheu colocar e desenvolver aqui no Brasil toda a pesquisa global dela de captura direta do ar, uma tecnologia que a gente chama de DAC, e escolheu desenvolver isso no Brasil com o Senai Cimatec da Bahia e com o Senai lá do Paraná, porque no Brasil a gente desenvolveu tecnologia e capacitação para isso. Então eles olharam o mundo todo e identificaram o Brasil como o melhor local no mundo para desenvolver essa tecnologia. Isso já é um resultado concreto da aplicação e da construção disso que a gente chama de soberania tecnológica.

Também respondendo uma outra pergunta que foi feita aí por uma cidadã sobre como que se conecta com o investimento nas universidades, essa norma também tem um programa específico, que se chama Programa de Formação de Recursos Humanos, onde você aporta volumes na capacitação de profissionais tanto de graduação... a gente tem vários programas de apoio na graduação, na pós-graduação, no mestrado, no doutorado. Tem programas de fomento a pesquisador visitante, formação de infraestrutura laboratorial nas universidades. Eu mesma sou um exemplo concreto disso. Entrei na área de energia por conta do PRH 21, que era o programa de recursos humanos da ANP na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Faculdade de Economia em particular. Eu fui bolsista desse programa, tive toda a minha formação na área de energia financiada por esse programa. As universidades federais do Brasil todas têm.

Acho que é Júlia o nome da cidadã. Ela poderia ver, na universidade dela, quais são os programas específicos. Mas normalmente a gente tem formação na área de todas as engenharias, todas as diversas formações de geologia.

Vou acelerar aqui.

Isso tem impacto direto em todo o sistema de CTI. Esse volume é o principal motor do ecossistema de inovação brasileiro. A gente está falando de mais da metade de todo o investimento em PDI realizado por instituições de fomento no Brasil nos últimos cinco anos. Isso é mais do que BNDES, Finep, MCTI e Aneel somados. Esse é o tamanho do recurso de que a gente está falando.

E aí eu trouxe aqui alguns exemplos de ecossistemas de PDI, de como a gente aplica na indústria. Então eu trouxe um caso *onshore*. Por exemplo, tem um caso específico, que a gente chama o caso de Mandacaru. Tinha um gargalo técnico, que era o alto custo de descarte para a água, produzida em campos terrestres. Então, tinha um impacto econômico e tinha um impacto ambiental. E aí, o que foi desenvolvido? Um tratamento avançado de efluentes e reúso da água para fins agrícolas. Então, ao mesmo tempo que você tratou o impacto ambiental, a gente permitiu o reúso dessa água e o uso, ali na Região Nordeste, para uma área que é carente de recursos hídricos.

Então, foi uma parceria da Universidade Federal Rural do Semiárido com a Mandacaru Energia e a Finep, que teve impacto direto para a empresa, porque reduziu o custo, para o meio ambiente, porque a gente reduziu o impacto ambiental do descarte da água para a produção agrícola no entorno, porque você disponibilizou essa água para a produção de biocombustíveis e você diversificou o portfólio.

Depois eu deixo a apresentação tanto para os senhores e para os membros da Comissão, mas também para a sociedade. Tem aqui a apresentação, com todo o detalhamento, dessa pesquisa.

Tem outra também no Rio Grande do Norte. É uma pesquisa de óleos pesados. Essa foi destinada para aumentar o fator de recuperação. Já muito se falou aqui da Noruega. Mas, na prática, como que eu faço para aumentar o fator de recuperação? Essa pesquisa fez isso: postergou o abandono dos campos, permitiu que a Petrobras continuasse operando na região, e mantivesse a geração de emprego e renda na produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem um outro caso superinteressante, específico para o pré-sal, mas que impacta diretamente o meio ambiente, que é o caso Hisep. Então a gente tem campos lá com alto teor de CO2 e isso gerava, colocava esses campos ali na marginalidade. E aí, para você tirar esse CO2, produzir, separar, isso é custo e impacto. E aí foi desenvolvida uma separação e reinjeção submarina de CO2, ainda em estado denso, ou seja, ele ainda não estava plenamente no seu estado gasoso, lá no leito marinho, o que reduz tremendamente o impacto, reduz os custos da operação, aumenta a capacidade de produção e contribui diretamente para a descarbonização dessas operações.

Então, são três exemplos concretos de aplicação dessa cláusula.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES (*Por videoconferência.*) – Uma das dúvidas que a gente teve aqui da população é como garantir que esse investimento em campos maduros não desvie recursos vitais para transição energética e fontes limpas. Na verdade, ele está completamente conectado. Foi a Raíssa, do Mato Grosso, que fez essa pergunta. E o IPCC, que é o instituto que faz o cálculo do combate às mudanças climáticas, faz os cálculos das curvas de carbono, inclusive recomenda que a gente avance no que a gente chama de *brownfields*, ou seja, no aumento de fator de recuperação de campos maduros, mantenha a exploração desses campos, enquanto a gente precisar do hidrocarboneto.

Então, ele não só não desvia como ele é completamente conectado com uma recomendação direta do IPCC e da UNFCC.

Como a gente mantém emprego e renda? O Jonas, de São Paulo, comenta: "Segurança jurídica e inovação tecnológica são fundamentais para atrair empresas [...]". Isso é verdade, Jonas. Isso fortalece a economia local, e é superimportante a gente trabalhar, especificamente, para desenvolver esses números.

Tem aqui uma outra pergunta: "Como a gente mantém essa revitalização com a redução de emissões e desenvolvimento regional?". Justamente o desenvolvimento regional, especialmente para os campos terrestres, está completamente conectado à manutenção dessas operações, mas a manutenção das operações de forma sustentável.

A gente vê a Larissa, da Bahia, que perguntou: "Quais os principais entraves legais para o desenvolvimento tecnológico?". Hoje a gente tem, na verdade, muito incentivo, inclusive uma resolução do CNPE, de 2021, direcionou e justamente deu prioridades, e o Governo e a gente vêm monitorando. Quem tiver curiosidade, na página da EPE, tem uma ferramenta chamada Inova-e, em que a gente monitora não só os volumes de investimentos para a área de energia, mas como eles são aplicados e em quais tipos de tecnologias que eles estão sendo aplicados.

Agradeço-lhe, Senador.

Eu queria registrar que tive a felicidade de conhecê-lo, Senador Astronauta Marcos Pontes, quando o senhor foi homenageado como pessoa do ano, lá em Houston, na Abratec, e o senhor dividiu justamente esse papel do desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil e como isso coloca o Brasil na fronteira da soberania nacional no mundo.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Sra. Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora do Instituto de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pelo comentário. Eu lembro lá de Houston também.

Obrigado aí pelas falas e por responder a algumas das perguntas.

Agora a gente passa à fase final da nossa audiência pública. Nessa fase, só ressaltando o que eu falei no início, eu vou dar dois minutos para cada um, que é para as considerações finais e para responder, se possível, a algumas das perguntas que achar conveniente. Então, a gente já teve muitas das perguntas respondidas, o que foi bastante interessante.

Só para dar partida nessa questão das perguntas também, eu vou me permitir ler aqui novamente as perguntas.

Inicialmente, do Aprígio, da Bahia: "Como a pesquisa [...] e a inovação sustentável impulsionam o desenvolvimento tecnológico em campos maduros de petróleo e gás?".

Da Larissa, da Bahia: "Quais os principais entraves legais para o desenvolvimento tecnológico?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Gostaria de saber se as pesquisas [...] [incluirão] estudantes universitários federais e de institutos técnicos estaduais."

Raíssa, do Mato Grosso: "Como garantir que o investimento em campos maduros não desvie recursos vitais para transição energética e fontes limpas?".

Felipe, do Distrito Federal: "Como a mudança de operação de unidades [...] PVM1 e PVM2 impactou o nível de emprego direto e indireto na região?".

Mais perguntas.

Da Luma, do Pará: "Quais são os principais desafios técnicos e científicos na recuperação avançada de petróleo em campos maduros?".

Patrícia, de Minas Gerais: "Como realizar ou manter a revitalização de [...] [poços] maduros quando o arcabouço fiscal e tributário do país não for favorável?".

Beatriz, do Rio de Janeiro: "Como alinhar a revitalização de campos maduros com inovação sustentável, garantindo redução de emissões e desenvolvimento regional?".

O Roniel, do Ceará: "Como explorar esses campos, mantendo realmente as políticas de sustentabilidade e preservação ambiental?".

Mais dois comentários.

O Jonas, de São Paulo: "Reativar campos marginais gera empregos e renda para municípios menores, fortalecendo a economia local e a infraestrutura".

Ainda do Jonas, de São Paulo: "Segurança jurídica e inovação tecnológica são fundamentais para atrair empresas que queiram investir em campos de menor porte".

A gente nota, pela leitura das perguntas, que muitas delas já foram respondidas nas discussões aqui e também durante as apresentações.

Então, passo agora a retornar dois minutos para cada um dos apresentadores, começando com o Carlos. Então, dois minutos para considerações finais e, se quiser ainda comentar alguma pergunta, fique à vontade.

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL (Para expor.) – Está joia, Senador.

Mais alguma vez, quero agradecer o convite ao Ministério de Minas e Energia para participar nesta audiência pública, que foi riquíssima, para justamente dar transparência e informação à população do que é a importância desse setor de exploração e produção para o desenvolvimento do Brasil, para a sustentabilidade do Brasil.

Apenas alguns dados: se a gente pegar os gases de efeito estufa gerados no Brasil, o desse nosso setor de exploração de petróleo e gás é apenas 1%, extremamente baixo; e a rentabilidade, o impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do setor de petróleo e gás na economia, é gigantesca. Nós somos vitais para o PIB, nós somos vitais para a exportação, passamos o agro, a *commodity* mais exportada é justamente petróleo e gás. E, até 2030, vocês vão ter que ouvir muito a gente, porque a cada ano vai ser um recorde, e a gente tem que manter isso a partir de 2030.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – A nossa pegada de redução de base de produtividade em termos de quilos de CO_2 gerado por barril de óleo equivalente é uma das menores do mundo. O mundo, com média 20; Brasil, 14; pré-sal, 11, de onde vem a nossa maior produção. Então, em termos de emissão, nós temos baixos emissores, e, em termos de geração de gases de efeito estufa efetiva, extremamente reduzida.

E aí eu vou trazer um ponto que até, Senador, por um estudo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, comparou o município que tem o privilégio de ter uma operação de petróleo e gás e o município que não tem esse privilégio. Muito embora exista através de fundo especial essa distribuição precisa, o município tem um aporte melhor. Gente, os indicadores sociais – depois eu pego e compartilho com o senhor esse estudo – são muito melhores em termos de saúde, em termos de educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Então, é coisa que desenvolve o país.

Então, precisamos ter uma missão de que cada município brasileiro tenha o seu poço de petróleo para justamente trazer essa riqueza e a geração industrial que vem atrás disso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida.

Parabéns aí pelo trabalho! Contem conosco aqui; então, em qualquer dúvida... Por exemplo, aquele projeto de lei, eu vou começar a acompanhar, e, para qualquer outro ponto, a gente está aqui à disposição para fazer funcionar. Isso é Brasil, isso é importante para todos nós, é importante para o desenvolvimento do país, das riquezas do país, é aproveitar o que a gente tem, usar a tecnologia e trazer melhor desenvolvimento econômico e social.

Obrigado.

Passo a palavra agora ao Sr. Roberto Furian Ardenghy, para suas considerações finais – dois minutos, por favor. Ele é Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY (Para expor.) – Pois não, Senador.

Quero reiterar aqui a oportunidade deste debate e dizer ao senhor que, para que um país possa desenvolver uma indústria energética focada, sustentada e apoiada pelo setor de óleo e gás, nós precisamos de três requisitos. Nós precisamos de geologia. Há países que têm petróleo, há países que não têm petróleo e a gente está vendo hoje, no mundo, essa divisão muito clara entre os países que são produtores e os países que são consumidores.

Eu posso atestar ao senhor que, desde que começou esse conflito no Oriente Médio, todos os dias batem na nossa porta representantes dos países consumidores nos perguntando: "O que o Brasil tem para me oferecer? Em qual porta que eu posso bater para conseguir petróleo e gás?". Então, isso tem acontecido.

Nós precisamos de tecnologia. Foi dito aqui amplamente que a tecnologia existe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FURIAN ARDENGHY – ... e ela está disponível no Brasil.

Mas nós precisamos de um terceiro requisito, que é o investimento de longo prazo. Então, uma iniciativa como esta que o senhor está fazendo, deste debate, de a gente eventualmente criar um marco regulatório para a gente poder se apropriar dessa reserva tão importante, poder utilizar isso em benefício do Brasil, é muito relevante.

O senhor assistiu à apresentação da Prio aqui, mostrando o que eles fizeram num projeto que estava em franco decréscimo de produção; e, de repente, vem uma empresa, gera um valor tremendo: geração de emprego, geração de renda, pagamento de impostos. Então, eu acho que o que o Dr. Francisco Bulhões mostrou aqui é muito informativo do potencial que a gente tem pela frente.

Boa sorte aí na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Dr. Roberto Furian Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que morou em Houston também.

Realmente eu tenho aprendido muito aqui com esta... Foi muito rica esta audiência pública. E olha que eu já presidi muitas audiências públicas aqui, mas isso é importante, essa informação toda. E lembro que não é só para mim aqui – isso aqui fica gravado –; é também para as pessoas que estão assistindo. Isso é extremamente importante.

Passo a palavra, então, ao Dr. Marcio Felix, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás.

O SR. MARCIO FELIX (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Realmente a audiência é muito rica; participei de algumas. Queria aproveitar também para elogiar o senhor pela forma como o senhor explicou como as coisas funcionam. É a primeira vez que eu vi como funciona a questão do sinal e do alarme, entendi como que se aperta. Então, foi muito didático e deixou a gente muito à vontade com isso.

A oportunidade está colocada aí de diversas formas, seja... O que já se tem descoberto, a gente tem pelo menos mais 100% disso. Já está descoberto, é só aumentar o fator de recuperação no nível possível, elevar para... O impossível sempre tem o recorde mundial. A maratona abaixou de duas horas. Então, daqui a pouco a gente está com 60% de recuperação, mas, falando em 45% de recuperação do petróleo, a gente pode duplicar nossa indústria do petróleo usando a mesma pegada que já se tem hoje. Ainda tem o não convencional, que é uma oportunidade gigantesca, especialmente para o gás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO FELIX – ... de uma forma distribuída em terra, no Brasil.

Como a gente está aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu queria também registrar um feito tecnológico da indústria de petróleo brasileira. Pela primeira vez, uma empresa independente, a Brava Energia, ganha o principal prêmio tecnológico do mundo – é na OTC da semana que vem, ela vai receber esse prêmio. É a primeira vez que uma empresa independente brasileira ganha esse prêmio. A Petrobras ganhou todas as outras vezes – quatro, se não me engano, quatro vezes.

Então, isso mostra que está diversificado, não é, Chicão? A Prio faz um trabalho excelente; o daqui a pouco, a Prio é a próxima aí.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – Merece com o Wahoo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Muito obrigado.

Falou o Sr. Marcio Felix, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás.

E agora eu passo a palavra ao Sr. Francisco Bulhões, Gerente-Executivo de Relações Institucionais da Prio. Seus dois minutos de considerações finais, por favor.

O SR. FRANCISCO BULHÕES (Para expor.) – Bom, primeiro, quero parabenizar V. Exa. e agradecer por esta audiência pública. Acho que foi muito rica, foi um prazer muito grande poder falar da Prio aqui, explicar na prática um pouco os conceitos trazidos e mostrar que eles funcionam. Acho que isso aqui também é muito importante para quem assiste.

Quando o Brasil tem um olhar estrutural e entende que o petróleo não é só aquele macrotema, que o petróleo tem as suas *nuances*, tem os campos maduros, marginais, tem as formas de investimento diferentes, tem as independentes, tem as empresas privadas, tem *onshore*, tem *offshore*. Eu acho que quando essas *nuances* ficam um pouco mais claras, eu acho que o Brasil pode falar sempre, mas... Disso eu sei porque eu estive do lado do público e também conhecia muito pouco. E quando você entra no setor, entende a riqueza do que ele pode gerar e entende a importância do petróleo... E o petróleo não é antagônico a um futuro sustentável; isso é muito importante até para que os estados produtores tenham orgulho de ser produtores, até que o Brasil tenha orgulho de ser produtor de petróleo, porque o petróleo é um mineral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO BULHÕES – ... essencial para as mais diversas coisas que a gente tem na nossa vida.

E a produção em si, a exploração do petróleo gera muito pouco, polui muito pouco. O que se pode discutir são os derivados do petróleo ou a sua aplicação, a forma de aplicar. Mas que o Brasil não abra mão dessa riqueza essencial; nenhum outro país no mundo está abrindo e que o país não cometa esse erro para que mais prios, mais bravas, que o crescimento da própria Petrobras continue, para que as empresas possam continuar gerando emprego, gerando renda, pagando seus impostos, contribuindo para o desenvolvimento nacional e fazendo parte dessa construção aqui, com muita tecnologia.

Senador, eu assumi a parte de inovação também na cidade do Rio de Janeiro. O Rio trabalha ainda com o Rio como capital da inovação. Isso não é à toa, porque sem inovação realmente, sem a tecnologia, sem o domínio da tecnologia, a gente não consegue fazer nada do que a gente está vendo aí nesse dia a dia das empresas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Eu que agradeço. Realmente é importante a gente ter essa participação. Você vê que é importante a população saber de tudo isso, o que nós temos e o potencial todo disso aí.

Eu passo a palavra, então, para as suas considerações finais, por dois minutos, ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador. Foi muito bom participar da audiência. Muito rica, gente muito competente dentro da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer alguns pontos sobre questões legislativas fundamentais para o Instituto Livre Mercado.

O primeiro nosso é o PL 3.178, de 2019. Hoje, 30% de participação obrigatória em consórcio e prerrogativa de operar blocos, mesmo sem apresentar melhor oferta, garantem à Petrobras esses 30%. Isso, obviamente, gera uma série de problemas de desenvolvimento, crescimento. A Petrobras é uma empresa espetacular. Ela tem capacidade de concorrer claramente no mercado e entregar essa possibilidade de fazer acontecer. Eu acho que quanto mais aberto o mercado, mais chance de você ter, inclusive, a concorrência de outros *players* funcionando para fazer o avanço dessa pauta.

A ideia do licenciamento ambiental simplificado para as empresas que estão já operando nesse mercado é fundamental. Acho que é um trabalho que o Governo vai ter que ser muito duro em dizer para o Ibama e dizer para o Ministério do Meio Ambiente: cumpram a lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – A lei é clara com o licenciamento ambiental simplificado naquelas situações em que já há operação de petróleo, onde já há funcionamento. Não tem sentido eu ter que lançar uma nova situação nesse caso concreto.

O outro ponto central é a questão tributária. Não tem sentido 12% a mais de imposto de importação. Não tem sentido o Veto 7 não ser derrubado por esta Casa. Eu acho que são pontos fundamentais.

E, para dar o último número, a Argentina hoje tem 1,6 mil poços com fraturamento hidráulico. Até 2023, não é hoje não. Até 2023, 1,6 milhão de poços, perdão... 1,6 mil, desculpa, 1,6 mil poços, e 66% da produção do gás argentino vem desse método. E você não teve nenhuma notícia de desastre natural acontecendo na Argentina por conta do método de fracionamento. Nosso vizinho aqui; se tivesse, com certeza nós saberíamos que o desastre ambiental teria ocorrido nessa condição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Eu acho que isso são necessidades para o avanço do setor energético no Brasil porque, sem energia, a tecnologia não acontece, o desenvolvimento não acontece.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, representando o Sr. Marcos Cintra, Presidente do Instituto Pensar Energia.

São dois minutos para considerações finais, por favor.

O SR. FELIPE FERNANDES REIS (Para expor.) – Senador, novamente queria agradecer o convite ao Instituto Pensar Energia e cumprimentá-lo pela iniciativa. Também registrar o nosso entusiasmo com a sua liderança no tema.

O Instituto Pensar Energia é um *think tank* que desenvolve estudos, pensando especialmente como melhorar a política energética, contribuir para que o nosso país continue crescendo de maneira sustentável, eficiente e com segurança energética. E um dos nossos estudos, que nós organizamos juntamente com o Departamento de Economia do IDP, conseguiu identificar que a cada R$1 que nós colocamos no setor de petróleo e gás, o multiplicador do valor bruto da produção é R$1,68. Então, nós temos uma avenida enorme de crescimento que o país está perdendo deliberadamente – talvez não conscientemente – em razão de decisões legais e regulatórias que precisam ser aprimoradas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoadas. Uma delas é adaptar a realidade do setor hoje para esse novo desafio de aumentar a nossa produção de maneira mais eficiente, revitalizar os nossos campos, trazer mais dinâmica nas nossas fontes de produção de petróleo e gás, para que o país continue sendo cada vez mais competitivo no cenário internacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FERNANDES REIS – Ontem foi anunciado pelos Emirados Árabes Unidos que eles pretendem sair da Opep. Então, o mundo está querendo ampliar cada vez mais a sua produção de petróleo, reduzir suas amarras, ter mais presença no mercado internacional. É bom que o Brasil lidere essa competição global, porque o nosso nível de emissão, em termos do setor de petróleo e gás, é abaixo da média mundial, por exemplo, conforme o estudo da EPE recentemente publicado. Então, é importante que o país continue produzindo petróleo, continue produzindo gás e que essa riqueza continue sendo compartilhada com a população.

O instituto agradece e se coloca à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Muito obrigado, Sr. Felipe Fernandes Reis, Secretário-Geral do Instituto Pensar Energia, representante do Sr. Marcos Cintra, Presidente do Instituto Pensar Energia.

Finalmente, então, mas não menos obviamente, eu passo a palavra à Sra. Heloisa Borges Bastos Esteves, Diretora de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética, para dois minutos de considerações finais, por favor. (*Pausa.*)

O seu áudio está travado, Heloisa. Libere o áudio. (*Pausa.*)

Infelizmente, caiu a internet da Sra. Heloisa; eu estou vendo travado aqui também.

Dado o nosso horário exato, nós, então, agradecemos. Gostaria de agradecer, primeiro, às pessoas que estão nos acompanhando aí na internet, pela TV Senado, que permaneceram conosco durante este debate, que foi extremamente rico, muita coisa foi aprendida. Eu mesmo aprendi muitas coisas aqui – isso é importante. Eu imagino que as pessoas também devem ter entendido a importância do setor, a importância de se trabalhar com esse tipo de estrutura da recuperação que nós temos aí – os números mostram a necessidade.

Aqui nós tivemos vários aprendizados, só falando de cabeça aqui: a importância da participação legislativa para ajudar nas questões de tributação, nas questões de regulação, de apoiar a nossa agência para que ela tenha braços fortes para conseguir trabalhar com tudo isso; a importância do trabalho do Ministério de Minas e Energia – os números aqui demonstram também claramente as empresas e essa conexão com o setor privado – de apoiar o setor privado para que ele tenha realmente a sua função aqui; que as empresas sintam-se atraídas a trabalhar no Brasil, a fazer os seus negócios, produzir emprego; a importância local de também cada uma dessas regiões, de se trazer desenvolvimento, emprego para as regiões – e o Brasil precisa disso.

Então, de novo, contem conosco aqui. Sem dúvida nenhuma, vocês têm um aliado para a gente poder trabalhar e ajudar no setor.

Eu agradeço também a todos aqueles que participaram pelo e-Cidadania, pelas suas perguntas e seus comentários aqui.

Agradeço à nossa mesa também. Aliás, a gente perde uma parte importante na semana que vem: o Leomar está indo. Bom para ele, está se aposentando; ruim para nós, porque a gente está perdendo aqui um companheiro que sempre ajuda muito aqui. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta sessão.
Obrigado pela participação de todos.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves, e do Senador Styvenson Valentim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso e Izalci Lucas. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Teresa Leitão e Rogério Carvalho, conforme os Requerimentos nº 178, 98 e 177/2026-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª, 7ª e 8ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CAC) nº 81 a 88, de 2025, e 1 a 3, de 2026, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 7ª Reunião da Comissão, realizada no dia 15 de abril, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2644, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a oferta de produtos e serviços por telefone." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda n° 1-CCDD. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCDD/CCT. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2733, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Observação:** O senador Esperidião Amin faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CCT (Substitutivo) ao PL 2733/2021. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1153, de 2025 - Terminativo -** que: "Cria o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCT a 3-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 18, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Observação:** O senador Chico Rodrigues faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lei Complementar n° 131, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer regime diferenciado da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita bruta auferida pelas pessoas jurídicas com elevada receita que utilizam plataformas digitais." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2264, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CCT e 2-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 613, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime condutas indevidas praticadas contra sistemas e dados informáticos." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2716, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, para dispor sobre a isenção do Imposto de Importação (II), incidente sobre a comercialização de insumos, produtos, dispositivos e equipamentos necessários à pesquisa clínica, básica, experimental e translacional em oncologia clínica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Observação:** A senadora Dra. Eudócia faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 805, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada “obsolescência programada” e regular o direito ao reparo." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CCT a 4-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3543, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 13.812, de 16 de março de 2019, para estabelecer a obrigatoriedade de alerta imediato em caso de desaparecimento de criança, de adolescente, de pessoa idosa e de pessoa com deficiência, denominado Alerta Pri." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 516, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Mariana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planalto, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luiziana, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Social e Beneficente de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alagoinhas, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hoc), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 458, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Santiago do Norte – ACASN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 473, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Os senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 499, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Iappe & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Taperoaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taperoá, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 22 - Ofício "S" n° 39, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 10/2015, de que trata o PDC nº 2529/2002, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Clube de São Domingos Ltda., no município de São Domingos - SC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pelo arquivamento do OFS 39/2015. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do OFS 39/2015. **ITEM 23 - Ofício "S" n° 2, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em atenção aos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, a composição do capital social da Editora Basset Ltda." **Autoria:** Editora Basset. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pelo arquivamento do OFS 2/2023. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do OFS 2/2023. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 476, de 2012 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 321, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedreira, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 460, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 537, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Luís, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 1, de 2025,** que: "Requer inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 106/2024 - CCDD." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Hamilton Mourão. **ITEM 29 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 14, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 30 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 15, de 2026,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Efraim Filho (PL/PB), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor, senador Efraim Filho. **ITEM 31 - Requerimento da Comissão de Ciência,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Inovação e Informática n° 16, de 2026, que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias em saúde." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Damares Alves. **ITEM 32 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 17, de 2026,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Observação:** O senador Esperidião Amin faz uso da palavra na fase de encaminhamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Damares Alves. **ITEM 33 - Projeto de Resolução do Senado n° 43, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Comenda de Mérito Científico, a ser conferida pelo Senado Federal a pesquisadores, cientistas e instituições que se destacarem na produção científica e no desenvolvimento da pesquisa no Brasil." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Observação:** A senadora Dra. Eudócia faz uso da palavra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 18, de 2026,** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL nº 4.752/2025, que institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Hermes Klann (PL/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hermes Klann. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/06

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária e da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª, 7ª e 8ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário (CACs) nºs 81 a 88, de 2025, e 1 a 3, de 2026, das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 7ª Reunião da Comissão, realizada no último dia 15 de abril, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Os itens 1 a 4, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico, e os itens 5 a 33 serão votados pelo processo simbólico.

A pedido do Senador Dr. Hiran, vamos fazer uma inversão de pauta, começando pelo item 9:

ITEM 9
PROJETO DE LEI N° 805, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada "obsolescência programada" e regular o direito ao reparo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, minha querida Senadora Damares, que hoje instala a Subcomissão Yanomami, a senhora tem uma responsabilidade do tamanho daquela nação indígena, que tem 9,6 milhões de hectares e que nós conhecemos muito bem – eu e o General Girão, nosso Presidente... Senador Mourão, desculpe.

Eu espero que nós possamos colaborar com a sua Subcomissão, porque nós precisamos mostrar ao Brasil a realidade do que é aquela reserva, suas riquezas, sua biodiversidade, o compromisso que nós temos de construir um modelo mais adequado de atenção, que é extremamente caro e ineficiente. Ali é uma fábrica de desperdício. Então, eu espero que a senhora... Eu tenho certeza de que a senhora fará um excelente trabalho, conhecendo a sua competência. Que Deus a abençoe!

Meu querido Senador Mourão, muito obrigado pela deferência. Eu pedi essa inversão de pauta, porque eu teria que estar às 10h no Conselho Federal de Medicina. Eu tenho que fazer uma fala lá sobre segurança no trânsito.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme os incisos I e VIII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta Comissão, CCT, opinar sobre matérias que versem sobre desenvolvimento científico, tecnológico e inovação e sua regulamentação e controle, bem como sobre questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática. Consequentemente, a apreciação desta proposição atende às competências regimentais da CCT.

A obsolescência programada é uma prática mercadológica que consiste em reduzir a vida útil de produtos de maneira premeditada. Como os consumidores são compelidos a substituir seus produtos, seja em razão do funcionamento inadequado ou por aparentarem estar – abro aspas – "desatualizados", garante-se uma demanda contínua pelos bens e serviços comercializados nos mercados.

Essa estratégia mostra-se presente porque, em uma sociedade em que a inovação tecnológica ocorre em velocidades cada vez maiores, o potencial mercado consumidor de um produto é, em um primeiro momento, elemento essencial na avaliação de sua viabilidade de comercialização. Assim, a obsolescência programada garante que o ciclo de consumo seja mantido.

Entretanto, é preciso destacar que a obsolescência programada, por estimular fortemente o consumo, tem como consequências preocupantes o aumento de resíduos e o desenfreado uso de matérias primas finitas. Produtos que, em outro cenário, poderiam ser reparados ou utilizados por um período maior, são rapidamente substituídos, e, com frequência, sem que haja o descarte adequado.

É preciso destacar, ainda, que a obrigatoriedade de substituição do produto imposta pela obsolescência programada coloca o consumidor em uma posição desfavorável, principalmente quando aliada à excessiva dificuldade de conseguir reparar o produto. Os consumidores, por não terem alternativa, acabam por despender recursos na substituição do bem, perpetuando esse círculo vicioso.

Nesse sentido, a vedação à obsolescência programada e a garantia do direito de reparo aos consumidores são iniciativas desejáveis para a promoção de um desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, mostram-se consoantes com os princípios constitucionais da atividade econômica, notadamente a defesa do consumidor e a defesa do meio ambiente, inscritos no art. 170 da nossa Constituição Federal.

Aproveitamos, de todo modo, o ensejo da matéria para empreender novos e correlatos aprimoramentos na legislação consumerista, o que fazemos por meio da apresentação de emendas.

A razão é que, nos últimos anos, alguns fabricantes de aparelhos eletrônicos, especialmente de telefones celulares e *tablets*, desenvolveram estratégias que buscam dificultar o reparo de aparelhos com a utilização de peças não originais, ainda que compatíveis. Quando reparados com peças do chamado "mercado secundário", os aparelhos têm seu desempenho e operação limitados, mediante envio sistemático de alertas de "erro" e redução de funcionalidades, como o reconhecimento facial e a sensibilidade ao toque.

Trata-se da prática denominada *parts pairing* ou "pareamento de partes", política industrial que restringe, de modo irrazoável, a liberdade do consumidor, na medida em que o mantém vinculado ao acervo de peças e aos serviços oferecidos pelo fabricante.

Realmente, com o objetivo de restringir o reparo apenas à rede de oficinas autorizadas ou credenciadas, os dispositivos não retornam ao pleno funcionamento quando o serviço é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

executado por terceiros, mesmo que com a utilização de peças originais, o que indica que as oficinas credenciadas recebem dos fabricantes informações privilegiadas acerca de como realizar a substituição de componentes.

Essas práticas, amplamente combatidas no âmbito da União Europeia, revelam-se economicamente danosas, sobretudo quando consideramos a renda média *per capita* do brasileiro e o respectivo custo dos aparelhos eletrônicos em território nacional.

Com efeito, esses dispositivos, proporcionalmente mais caros para nós que para europeus ou norte-americanos, são utilizados de forma sucessiva e por tempo bastante superior, sendo, muitas vezes, revendidos a um segundo, terceiro ou mais adquirentes.

Além disso, é preciso recordar que a maioria das cidades do país não possui rede autorizada para o conserto de aparelhos das principais marcas presentes no mercado, ao mesmo tempo em que o consumidor de menor poder aquisitivo não possui meios para se deslocar em busca de reparo em uma oficina credenciada ou autorizada.

Finalmente, devemos ter em conta que os aparelhos que não podem ser reparados de modo eficaz por terceiros ou mediante utilização de peças do mercado secundário, tendo em vista as mencionadas dificuldades impostas pelos fabricantes, acabam se transformando em "lixo eletrônico", em inegável prejuízo ao meio ambiente, porquanto, apesar da legislação vigente, a logística reversa ainda é de baixa implementação entre nós.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 805, de 2024, com as emendas.

Lido o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório pelo Senador Dr. Hiran, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Esse projeto é um projeto muito importante, Presidente, para que nós possamos fazer com que o consumidor brasileiro tenha acesso a peças de reposição que, às vezes, não são peças em revendas autorizadas, mas que, às vezes, as pessoas não conseguem ter acesso a essas revendas ou, então, não têm condição financeira para repor as peças originais, o que não pode punir aqueles eventuais consumidores que, eventualmente, não têm esses recursos de ir ao mercado paralelo para conseguir uma peça similar, para fazer com que esse produto funcione e dar o direito a ele que, depois, quando ele tiver recurso para comprar uma peça original, ele vá ao representante autorizado e faça a referida troca.

E tem muitas questões aqui, querido Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho este telefone aqui, que é um telefone mais antigo. Só o fato de ter mudado essa conexãozinha para carregar, às vezes, o consumidor já é estimulado, de maneira mercadológica, a comprar um aparelho mais moderno, mas que faz basicamente a mesma coisa, apenas porque essa conexãozinha mudou.

Então, eu acho que esse projeto é um projeto que vai ajudar o consumidor brasileiro a ter acesso à tecnologia, mas com uma racionalidade, dando sustentabilidade, principalmente, na questão do descarte desses aparelhos eletrônicos no país.

Muito obrigado, Senador, meu querido Presidente, pela deferência de ter invertido a nossa pauta, e agradeço a todos os Senadores e Senadoras que apoiaram o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento o Senador Dr. Hiran pelo relatório, assim como o autor, Senador Ciro Nogueira.

É muito clara a importância desse projeto para o acesso dos consumidores brasileiros, dos produtos que eles possuem, e que possam fazer a manutenção dos mesmos.

Prosseguindo a nossa inversão de pauta, eu anuncio o item 11 da pauta.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 516, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto ao mérito.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade.

Na análise da documentação que acompanha a matéria, não foi possível localizar informação que confirme a regularidade da entidade quanto ao disposto no parágrafo único do art. 7º e no art. 11 da Lei 9.612, de 1998. O primeiro exige que os dirigentes da outorgada residam na localidade a ser atendida, enquanto o segundo veda que as prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária mantenham vínculos de subordinação de natureza político-partidária, familiar, religiosa, comercial ou financeira em relação a outras entidades.

Dessa forma, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários à deliberação da matéria, propomos a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério das Comunicações para o devido esclarecimento das questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Presidente.

Nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, conforme requerimento publicado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Senadoras e Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 12 da pauta.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 521, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto ao mérito, dizendo que, na análise da documentação que acompanha a matéria, não foi possível localizar os seguintes documentos que costumam instruir os pedidos de renovação de outorga de radiodifusão: o estatuto social atualizado e ata de eleição da diretoria; comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes; relatório do conselho comunitário; e declaração assinada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização.

Desta forma, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários à deliberação da proposição, propomos a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério das Comunicações para a devida complementação da instrução da matéria.

Voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado, conforme requerimento devidamente publicado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Senadoras e Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 10 da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI Nº 3543, DE 2025
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 13.812, de 16 de março de 2019, para estabelecer a obrigatoriedade de alerta imediato em caso de desaparecimento de criança, de adolescente, de pessoa idosa e de pessoa com deficiência, denominado Alerta Pri.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Izalci Lucas; a Relatora *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, mas antes quero registrar... Eta Deus maravilhoso! Olhem a matéria que caiu na minha mão! Obrigada, Izalci, por não ter vindo hoje, porque olhem a matéria!

O mérito da proposição está em transformar em lei aquilo que hoje depende de convênios e de cooperações técnicas voluntárias. O Amber Alert, o Alerta Amber, implantado no Brasil em agosto de 2023 por meio de acordo de cooperação técnica entre o MJ e a empresa Meta, é uma iniciativa relevante e bem-vinda, que já contribuiu para a localização de crianças e de adolescentes em diferentes estados do país. Contudo, o alcance do sistema é insuficiente – restrito a uma única plataforma –, não abrange quem não utiliza redes sociais, não alcança idosos nem pessoas com deficiência e não impõe às operadoras de telefonia qualquer dever de agir. Mais do que isso, trata-se de um acordo que pode ser revisto a qualquer momento pelo Poder Executivo, sem qualquer obrigação legal que vincule os demais agentes do setor.

O PL 3.543, de 2025, do querido Deputado Delegado Francischini, muda essa lógica, ao estabelecer a obrigatoriedade do alerta nas operadoras de telefonia e ao abrir o caminho para convênios mandatórios com provedores de aplicações de internet, conferindo ao sistema a estabilidade e a abrangência que hoje lhe faltam.

Outro acerto do projeto é a ampliação do universo de beneficiários para além das crianças e dos adolescentes, por meio da inclusão de pessoas idosas e de pessoas com deficiência – grupos igualmente marcados por particular vulnerabilidade nos casos de desaparecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a proposição harmoniza o ordenamento jurídico e corrige uma inconsistência que era injustificável: o Estatuto da Criança e do Adolescente dispunha de alerta emergencial, ainda que precário; e os Estatutos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, não. A isonomia de tratamento protetivo passa a refletir, agora com clareza normativa, o mandamento constitucional de proteção integral a esses segmentos.

O nome Alerta Pri – olha que lindo, Presidente – não é apenas uma denominação, mas uma homenagem a Priscila Belfort, desaparecida desde 2004, cuja história mobilizou famílias, ativistas e autoridades por mais de duas décadas e inspirou o sistema homônimo criado no Estado do Rio de Janeiro em 2022. A trajetória do caso ilustra a urgência da matéria: o sofrimento de famílias que buscam respostas do Estado não pode depender de acordos voluntários ou de terceirização, da boa vontade de plataformas digitais ou da iniciativa isolada de governos estaduais. Cabe à lei federal estabelecer o dever, e é isso que esse projeto faz.

Voto.

Em razão do exposto – e aqui mandando um abraço para a mãe da Priscila, que me ajudou tanto no ministério com essa matéria de busca de pessoas desaparecidas –, votamos pela aprovação do Projeto 3.543, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, vamos colocar em discussão a matéria, uma matéria importante. Eu, como bom idoso, estarei votando em causa própria, obviamente. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Anuncio o item 11... Qual é o próximo? (*Pausa.*)

Agora é o 18.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O 11 é o melhor número, mas não precisa repetir sempre.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, é que o negócio hoje, aqui, está salteado. (*Pausa.*)

Anuncio o item 18 da pauta.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 458, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Santiago do Norte – ACASN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Izalci Lucas; a Relatora *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise.

O exame da documentação que acompanha o PDL 458, de 2023, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas em lei, mas cabe assinalar que a Advocacia-Geral da União, por meio do Parecer 01109, de 2018, recomendou a realização de pesquisa atualizada, nos sistemas da Agência Nacional de Telecomunicações, acerca da inexistência de registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome, CPF e RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade.

Considerando que, na documentação que instrui a matéria, não há indicação de que a mencionada pesquisa tenha sido realizada, propomos o encaminhamento de requerimento de informações, com o objetivo de sanear os autos e dotar esta Comissão dos elementos necessários à deliberação do ato de outorga em exame.

Voto.

Nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações – requerimento devidamente publicado.

Eu peço apoio aos pares para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Quero me solidarizar com a Senadora Damares e dizer que ela está sendo explorada. (*Risos.*)

E se ela precisar de um advogado trabalhista para impugnar essa exploração feita pelo seu colega de bancada do Distrito Federal, nosso amigo Izalci, eu estarei à sua disposição – OAB 1.909, Santa Catarina –, sem custos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sempre lembrando que 1909 não é o ano de nascimento do Senador Amin. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nem de batismo. (*Risos.*)

Mas é o número, parece, de turma do nosso Presidente na Aman. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, espera aí. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Devolve-se com a mesma moeda.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se eu bem entendi, o requerimento é para uma cautela cautelosa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Sim, cautelosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, é para verificar se existe um serviço homônimo, quer dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A CGU identificou que essa pesquisa não foi feita, para constatar o nome fantasia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está certo, quer dizer, há um indício concreto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Há um indício, um parecer da CGU.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está perfeito.

Nesse caso, eu acho que é cabível, porque, se há um indício de que pode estar havendo, digamos, uma atuação clandestina, de mesmo autor ou de outro autor, isso tem que ser investigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concordo. Era só para sanar essa dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

Anuncio o item 19 da pauta.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Izalci Lucas; Relatora *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Com a palavra a Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Também vou à análise, informando que, no exame da documentação que acompanha a matéria, não foi possível localizar as seguintes declarações, exigidas em lei – prestem bem atenção em quantos documentos estão faltando –: declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço; declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo; declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º; declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado.

Pela falta de todos esses documentos, Presidente, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno, o voto é pela apresentação do requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, conforme requerimento publicado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu queria fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Mas passou na Câmara dos Deputados?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Passou. É da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, passou...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Veio da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nesse caso, parodiando a fábula, não é o rei; é o processo que está no...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Mais ou menos por aí. Segundo informes, não há uma filtragem eficiente e eficaz nos nossos vizinhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria, inclusive, aproveitar esse ensejo. O nosso Projeto 6.106, que atualiza essa legislação, que é de 1968... Eu só queria dizer que, naquela época, era proibido... pelo texto que está em vigor ainda, é proibida a formação de cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É o tempo da rádio AM. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, presta atenção, hoje é tudo em cadeia, não com esse nome, mas se formam e deixam de existir várias redes por dia. Isso faz parte do momento tecnológico que nós estamos vivendo.

Aprovamos o projeto, já foi aprovado na Comissão competente da Câmara e está na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu estou tentando um contato, porque nós estamos aprovando... Os que estão bem instruídos atuam em rede. É impossível, hoje, uma emissora de rádio operar isolada do contexto. Boa parte delas tem, inclusive, programação local, o que já é uma coisa boa, e faz parte de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

associação, seja rede, seja uma associação de outro gênero, por uma questão de economia de escala, respeitadas as peculiaridades locais.

Então, eu queria manifestar a minha solidariedade ao relatório, tanto ao Senador Izalci quanto à Senadora Damares, e dizer que nós vamos ter que tomar uma providência de atualização da tramitação desses processos, que são repetitivos, mas que envolvem a nossa responsabilidade.

Então, voto a favor da diligência, vamos chamar assim. É uma diligência que está sendo feita; nesse caso, uma diligência quase que integral.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem observado, Senador Amin: a legislação de 1968, no tempo da rádio AM ainda. Hoje até a rádio difusora de Bagé transmite em rede. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, se o senhor me permite, no tempo do cristal.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – No tempo do cristal, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lembra, no Rio Grande do Sul, o cristal da rádio Gaúcha, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Gaúcha e a Guaíba, as duas grandes rádios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Guaíba e a rádio integrando a cadeia da legalidade, e os cristais foram levados para o Palácio Piratini.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é assim?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ali funcionou uma legítima cadeia pela liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pela liberdade, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cadeia pela legalidade, no caso, liderada pelo nosso saudoso, meu saudoso amigo Leonel de Moura Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse aí.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 20 da pauta.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 499, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Iappe & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Izalci Lucas e a Relatora *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou à análise, informando que a matéria atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa.

Quanto à técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com a Lei Complementar 95, de 1998.

No entanto, a análise da documentação que instrui a matéria revela que Edgar Iappe, sócio com 49.400 cotas, faleceu durante o procedimento de renovação da outorga. Apesar da solicitação, datada de 14 de junho de 2022, juntada nos autos no termo de inventariante ou do termo formal de partilha relativo ao espólio do mencionado sócio, não foi localizado esse documento no exame do processo.

Portanto, aqui me solidarizo com a família do Sr. Edgar, verifica-se a necessidade de informações adicionais.

Então, o voto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno, é pela apresentação de requerimento de informação ao Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item nº 21 da pauta.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 183, DE 2025
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Taperoaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taperoá, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Izalci Lucas e a Relatora *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou à análise, informando que a matéria atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União.

Observa-se também que, na técnica legislativa, a matéria não tem nenhum problema. No entanto, no exame da documentação que acompanha o PDL 183, de 2025, revela-se que a presidente da entidade, cuja autorização se pretende renovar, Sra. Rosinalda Gouveia, foi eleita Vereadora no Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no ano de 2024. Dessa forma, há possível vinculação da entidade, que poderia inviabilizar a aprovação do projeto.

Dessa forma, Presidente, para a instrução da matéria, faz-se necessário obter informações atualizadas sobre a composição da diretoria da entidade.

O voto é pelo encaminhamento do requerimento ao Sr. Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Anuncio o Item 31 da pauta.

ITEM 31
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 16, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias em saúde.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

A Senadora Damares Alves irá subscrever o requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é a realização de uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de discutir o uso compassivo de terapias de saúde – olha que bacana, Eudócia –, e propõe vários órgãos sendo representados. Eu destaco aqui, entre outras especialistas que apresenta, o nome da Dra. Tatiana Sampaio, Professora e Pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e outras autoridades da área.

Este é o requerimento, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o Item 32 da pauta.

ITEM 32
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 17, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Também é um requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns e Teresa Leitão, que será subscrito aqui pela Senadora Damares, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é a realização de uma audiência pública, é isso que o requerimento propõe, em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, com o objetivo de debater o papel dos bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional, redução de dependência externa de fertilizantes químicos, redução de custo de produção e aumento da eficácia tecnológica desses produtos, e o potencial brasileiro como produtor e exportador de bioinsumos.

E essa audiência apresenta alguns nomes, mas eu vou destacar, com muita alegria, que convida a Dra. Mariangela Hungria, Prêmio Nobel da Agricultura; é brasileira, é da Embrapa e vai estar conosco nessa mesa.

Esse é o requerimento, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Eu conheço e faço minhas as palavras da Senadora Damares, homenageando a convidada, mas eu acho que seria cabível que a Comissão da Agricultura participasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está só a de Meio Ambiente, podia fazer também a de Agricultura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que... Veja bem, esse é um problema e nós já analisamos. O plano nacional para reduzir essa nossa dependência tem como horizonte o ano de 2050. Nós dependemos disso, sim. Agora, Ormuz está aí – alguns preferem chamar de estreito de Trump, mas, ainda, o oficial é Estreito de Ormuz – , e está aí para nos mostrar o que significa a importação de insumos básicos para a atividade agrícola. Eu acho que a minha sugestão é que se associe, neste requerimento, a Comissão de Agricultura.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, o nosso Presidente Mourão é membro da Comissão e já podia pegar esse requerimento, assessoria. Essas assessorias são incríveis, já combinaram aqui. Então, apresentar lá eu acho que seria bem interessante, e é oportuna a sua observação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu entendo aqui as ponderações apresentadas pelo Senador Amin e pela Senadora Damares, mas eu considero que seria mais ético a gente consultar o autor do requerimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... que é o Senador Flávio Arns, e pedir a ele para que a CRA seja incluída, do que eu incluir aqui, de ofício...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... o que, na minha visão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concordo também. Seja...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Aí na próxima reunião a gente coloca isso. Eu converso com o Senador, está bem? (*Pausa.*)

Consulto, se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, eu coloco em votação.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu tenho que sair correndo para abrir a outra Comissão, mas eu não posso sair daqui sem fazer um registro. Hoje é o último dia aqui na Comissão do Leomar, o nosso Secretário da Comissão. Ele se aposenta hoje, gente, com 42 anos de Senado Federal. Esse menino! (*Palmas.*)

Queremos lhe desejar, Leomar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Temos que perguntar qual é a tinta do cabelo dele, não é? (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que Deus o abençoe nessa nova fase de sua vida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E não é por interesse próprio, né?

Eu subscrevo o seu requerimento, estendendo também a indagação. Se V. Exa. pretende trocar...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É P-42, de acordo com ele. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que Deus o abençoe, Secretário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parabéns! Parabéns!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por tudo que você fez pelo Parlamento nesses anos de dedicação. Que essa nova fase seja uma fase de muita alegria e volte de vez em quando para nos ajudar. Deus o abençoe, tá?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Parabéns, Leomar! Parabéns! (*Palmas.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Anuncio o item 22 da pauta.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... por gentileza, antes de começar o próximo item, eu solicito à Presidência, ao senhor, Presidente Mourão, que o senhor possa colocar extrapauta o Projeto de Resolução 43, de 2025, de minha autoria e da sua relatoria, que cria a comenda de mérito científico no Senado Federal – colocar extrapauta, de acordo com a aprovação aqui dos nobres Senadores e Senadoras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora Eudócia, já está na pauta. É o item 33, idade de Cristo. Está bem?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito obrigada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – É só uma solicitação, porque eu estou entre reuniões aqui: se eu puder fazer a leitura dos meus relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo. Assim que terminar o do Senador Amin, eu passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O item 22 da pauta:

ITEM 22
OFÍCIO "S" N° 39, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 10/2015, de que trata o PDC nº 2529/2002, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Clube de São Domingos Ltda., no município de São Domingos - SC.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pelo arquivamento do OFS 39/2015.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu posso abreviar o relatório dizendo que o que cabe neste caso é tomar conhecimento da informação. O objetivo primordial da comunicação a que se refere a matéria é a comunicação da alteração, das modificações na composição societária da emissora, que, no caso, respeitam os limites de pelo menos 70% de capital total do capital votante pertencente direta ou indiretamente a brasileiros – isso está cumprido há mais de dez anos –, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Além disso, as referidas informações permitem avaliar eventuais violações dos limites legais de concentração de outorgas. A análise da documentação juntada, em resposta ao Requerimento de Informações nº 132, de 2018, demonstra, inicialmente, terem sido prestadas todas as informações requeridas. Além disso, verifica-se que estão atendidas todas as exigências legais e regulamentares relacionadas à matéria.

Assim, temos por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal.

Em vista do exposto, opinamos pelo que é cabível: o arquivamento do ofício que comunica a tal transferência, dando por finda, portanto, a diligência e suprida a exigência legal.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório e permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item nº 29 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 14, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

É um requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin, a quem concedo a palavra para leitura do seu requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Presidente, neste requerimento eu peço o aditamento, a inclusão de um convidado para o que requer o Requerimento nº 6, que tem como objetivo instruir o PL 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial. Então, eu peço que seja incluído no rol dos convidados o representante da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), ou seja, apenas um aditamento ao que já está deferido.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 131, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer regime diferenciado da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita bruta auferida pelas pessoas jurídicas com elevada receita que utilizam plataformas digitais.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu vou abreviar, em homenagem à minha querida amiga Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O propósito é altamente meritório. Acontece que nós aprovamos a reforma tributária, e, com o advento da reforma tributária, dando, portanto, um novo desenho constitucional e legal ao sistema tributário brasileiro, a instituição de regime diferenciado de Cofins, nos termos propostos, teria vigência necessariamente limitada ao período de transição que antecede a plena implantação da CBS, cuja entrada de vigor ocorrerá progressivamente até a extinção definitiva da Cofins. Essa circunstância compromete a efetividade normativa da proposição, reduzindo significativamente a utilidade da alteração legislativa pretendida. Portanto, não se trata de menosprezar o mérito, eu repito, mas, em função dessa precariedade temporal, conclui-se que a matéria perdeu grande parte de seu objeto, parte substancial, e não se mostra juridicamente adequada ao atual contexto normativo e institucional do sistema tributário brasileiro.

Por haver perdido a oportunidade, optamos pela prejudicialidade da matéria, repetindo: nada contra o mérito e o propósito da nobre amiga Senadora Zenaide Maia, mas nós colocarmos uma carona, colocarmos um vagão numa locomotiva que está em fim de percurso é muito esforço para pouco resultado.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero ainda acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que informei a Senadora Zenaide, e ela concordou...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com o arquivamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em tomar esse rumo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O.k.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Anuncio o item 17 da pauta.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Social e Beneficente de Alagoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alagoinhas, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Efraim Filho. O Relator *ad hoc* é o Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu só gostaria de, pela ordem, ratificar, explicitar o pedido que lhe fiz para a inclusão do Requerimento 18, extrapauta, para deliberação. Faço, então, esse pedido, antecipando.

A respeito da minha obrigação *ad hoc*, indo diretamente à análise, ao voto, copiando um pouco do expediente adotado pela Senadora Damares, que seja endereçado ao Ministro de Estado das Comunicações o requerimento que faz parte do voto do relatório do Senador Efraim Filho, que eu vou aqui resumir, solicitando:

- cópia de relatório do Conselho Comunitário que contenha a descrição da programação veiculada pela entidade;

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 1.833, de 9 de maio de 2016.

Essas são as diligências que devem constar do requerimento proposto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

EXTRAPAUTA
ITEM 34
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 18, DE 2026
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL nº 4.752/2025, que institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Item extrapauta, requerimento do Senador Jorge Seif, que será subscrito pelo Senador Esperidião Amin, a quem concedo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – O requerimento, Presidente, creio que é da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Seif, como todos sabemos, ontem, entrou em licença, sendo substituído, durante a sua ausência, pelo Senador Hermes Klann, a quem eu saudei ontem em sessão remota, mas ele ainda solicitou – e eu subscrevo – que seja realizada uma audiência pública para debater o projeto, que já mereceu a sua relatoria, Senador Mourão, do marco legal da cibersegurança, criando o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e alterando a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Ele propõe, e eu subscrevo, que na audiência tenhamos a presença dos seguintes convidados: representante do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, da Agência Brasileira de Inteligência; representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e um representante do Ministério da Defesa.

Isso é fundamental, porque é claro que serão necessárias pelo menos incursões, se não proposições, relacionadas à organização dos órgãos que já existam ou que venham a ser criados para gerir o programa, da maior relevância para o país, haja vista o que se tem observado de crescimento de crimes cibernéticos, exigindo, portanto, que o marco legal proposto, e que V. Exa. já relatou na primeira Comissão, seja um instrumento eficaz e que tenha a participação efetiva do Executivo no seu dimensionamento e operação.

Acho, portanto, um requerimento prioritário e, junto com isso, já endereço o meu pedido para que, o mais rapidamente possível, seja agendada tal reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 613, DE 2021
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime condutas indevidas praticadas contra sistemas e dados informáticos.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Se me permite, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O projeto em análise tem o objetivo de atualizar e aperfeiçoar a legislação brasileira sobre crimes cibernéticos. Nesse esforço, desdobra as condutas hoje descritas no art. 154-A do Código Penal, que trata do crime de invasão de dispositivo informático, dando-lhes maior detalhamento e especificidade, e introduz novos tipos penais. Além disso, promove escalonamento de penas, com aumento daquelas aplicáveis a condutas mais graves.

Trata-se, portanto, de contribuição positiva para o aprimoramento da legislação referente ao tema, especialmente diante de um quadro em que as ameaças cibernéticas apresentam incremento não apenas quantitativo, mas também qualitativo.

De acordo com levantamento divulgado pela empresa FortiGuard Labs, houve 103,16 bilhões – com "b" de bola – de tentativas de ataques cibernéticos no Brasil em 2022. Esse número representa um aumento de 16% em relação ao ano anterior, em que foram registrados 88,5 bilhões de casos. Na América Latina, foram identificados ao todo 360 bilhões de tentativas em 2022. O Brasil ficou em segundo lugar entre os países da região em número de casos, atrás apenas do México, que registrou 187 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, 73,9% dos crimes cibernéticos em todo o mundo são motivados pela busca de ganhos financeiros.

O segundo motivo com maior representatividade é a espionagem, presente em 13% dos casos.

Entre os crimes com motivação financeira, destaca-se o emprego do *ransomware*, modalidade em que o invasor usa criptografia para impedir que a vítima tenha acesso a seus dados ou sistemas e exige um “resgate” para que o acesso seja restabelecido.

O relatório destaca ainda o uso repetido de códigos ou infraestruturas já empregados em ataques anteriores, continuamente aperfeiçoados, como forma de otimizar os recursos despendidos em sua aquisição ou desenvolvimento. No entanto, não se pode descartar a possibilidade de utilização de novas tecnologias para a criação de subterfúgios ainda mais sofisticados. Com efeito, a disponibilização de ferramentas de inteligência artificial pode não apenas facilitar o desenvolvimento de mecanismos mais elaborados para invasão de sistemas, como também permitir que um número maior de criminosos potenciais possa ter acesso a essas possibilidades.

Diante desse contexto, é necessário dotar os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, investigação e pela persecução penal dos instrumentos jurídicos adequados para lidar com esse tipo de crime. Nesse sentido, a proposição em exame promove pertinente e necessária atualização da legislação penal, no sentido de dar uma descrição mais precisa às condutas e de prever penas mais adequadas para enfrentar o vertiginoso crescimento das estatísticas relativas aos crimes cibernéticos.

Por essa razão, propõe-se que esta Comissão se manifeste de forma favorável à aprovação do projeto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 613, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Anuncio o item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 2716, DE 2025
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, para dispor sobre a isenção do Imposto de Importação (II), incidente sobre a comercialização de insumos, produtos, dispositivos e equipamentos necessários à pesquisa clínica, básica, experimental e translacional em oncologia clínica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.

A autoria é da querida Senadora Dra. Eudócia, que era do PL de Alagoas e agora mudou de partido.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero começar parabenizando a Senadora Dra. Eudócia pela iniciativa. Isso é, sem dúvida nenhuma, um problema seriíssimo que nós temos, não só no sentido da pesquisa relacionada à área médica, mas em todas as áreas.

É uma dificuldade que eu, no Ministério, sentia. É como se o próprio Governo estivesse atrapalhando o próprio Governo no seu desenvolvimento do país.

Então, é muito louvável a iniciativa. Parabéns!

Indo direto à análise, o câncer configura-se como uma das principais causas básicas da mortalidade em escala global. No Brasil, estimativas do Instituto Nacional de Câncer indicam a ocorrência de aproximadamente 704 mil novos casos anuais. Embora o óbito decorra, em regra, de complicações clínicas diretas – tais como falência orgânica, sepse, eventos tromboembólicos ou hemorragias –, o neoplasma maligno constitui o fator etiológico primário que desencadeia uma série de eventos patológicos conducentes ao desfecho letal.

Nesse contexto, o enfrentamento da doença exige contínuo avanço científico, especialmente por meio da realização de pesquisas clínicas destinadas à validação de novos fármacos, terapias inovadoras e tecnologias em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tais estudos são indispensáveis para assegurar padrões adequados de eficiência, segurança e custo-efetividade, além de viabilizar a incorporação nacional e racional dessas inovações nos sistemas de saúde.

A expansão e o fortalecimento de pesquisa clínica, portanto, não apenas ampliam o arsenal terapêutico disponível, mas também contribuem diretamente para a redução da mortalidade e para a melhoria dos desfechos científicos, clínicos e da qualidade de vida dos pacientes.

Portanto, a redução de custos para a importação de insumos, reagentes laboratoriais e equipamentos científicos pode contribuir para ampliar a realização de estudos clínicos no país.

Atualmente, embora o Brasil esteja entre os maiores mercados farmacêuticos do mundo, sua participação na pesquisa clínica global ainda é relativamente reduzida.

Sob o ponto de vista jurídico-constitucional, a proposição mostra-se adequada. O Imposto de Importação é tributo de competência privativa da União, nos termos do art. 153, inciso I, da Constituição Federal. A concessão de isenção por meio de lei específica encontra fundamento no art. 150, §6º, da Constituição. Ademais, não há reserva de iniciativa legislativa nessa matéria.

No plano de juridicidade material, não se identifica incompatibilidade com o marco regulatório da pesquisa clínica. A Lei 14.874, de 2024, já disciplina pesquisa com seres humanos e estabelece regras para a importação de produtos utilizados em ensaios clínicos, sob supervisão das autoridades sanitárias competentes.

Ainda que o Poder Executivo adote medidas para a desoneração tarifária para determinados medicamentos e equipamentos utilizados em tratamento do câncer, por meio de resoluções do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, a previsão legal do benefício pode conferir maior estabilidade normativa às instituições de pesquisa e reduzir incertezas regulatórias.

Quanto às normas de responsabilidade fiscal, observa-se que a concessão do benefício tributário exige observância ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e aos arts. 14 e 14-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro deverá ser examinada com maior profundidade pela Comissão de Assuntos Econômicos, órgão competente para avaliar a adequação financeira da matéria.

Por outro lado, é recomendável promover ajustes no texto do projeto, para adequá-lo às diretrizes estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nesse sentido, o art. 149 da LDO 2026 determina que benefícios tributários instituídos por lei que contenham prazo de vigência limitado a cinco anos sejam acompanhados de metas e objetivos e indiquem órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação dos resultados.

De igual modo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, introduzida pela Lei Complementar 224, de 2025, passou a exigir que benefícios tributários concedidos a pessoas jurídicas estejam associados a metas de desempenho e mecanismos de monitoramento e avaliação.

Diante dessas exigências normativas, entende-se conveniente promover ajustes pontuais na proposição, com o objetivo de prever que o Poder Executivo estabeleça, por meio de regulamento, a estrutura de governança associada à política pública decorrente do benefício tributário ora instituído.

Tal medida permitirá que os órgãos competentes da administração pública definam, com base nas informações técnicas adequadas, os parâmetros necessários à implementação da política pública, incluindo objetivos, metas, indicadores de desempenho, mecanismos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

transparência, monitoramento e avaliação de resultados, em conformidade com o disposto nas duas leis citadas.

Para assegurar a efetividade desses mecanismos e evitar a concessão de benefício fiscal dissociado da adequada estrutura de governança, propõe-se que a eficácia do benefício tributário fique condicionada à edição do referido regulamento pelo Poder Executivo.

Desta forma, garante-se que a implementação do incentivo seja vinculada à definição prévia dos instrumentos institucionais necessários para acompanhamento, monitoramento e avaliação periódica da política pública, reforçando a conformidade da medida com o regime contemporâneo de responsabilidade fiscal.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.716, de 2025, na forma do substitutivo a seguir.

Então, nós temos o texto do substitutivo aqui. Não sei se quer que eu leia o substitutivo inteiro, que é um pouco longo...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não é necessário, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... mas é bom ressaltarmos que esse substitutivo foi colocado, obviamente, não pelo mérito, mas pela necessidade de adequação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Atender ao que prevê a LDO de 2026.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exatamente.

Parabéns, novamente, à Senadora Dra. Eudócia pela iniciativa.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia, mas, antes disso, gostaria de dar boas-vindas a esta Comissão ao nosso novo Senador de Santa Catarina, o Senador Hermes Klann.

Senador Hermes, seja bem-vindo a esta Comissão. O senhor, como nosso vizinho de norte, de nós, gaúchos, já que os nossos vizinhos de sul são a antiga província da Cisplatina. Então, que o senhor seja bem-vindo aqui a esta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para deixar claro, com a presença... O Senador Hermes adentrou o Plenário exatamente no momento em que nós aprovávamos o requerimento do Senador Seif.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A quem ele está substituindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que, por direito, ele deveria ser convidado a subscrevê-lo também, já que o requerimento foi subscrito por mim em substituição à assinatura do Senador Seif; mas o titular da assinatura é ele agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo.

Então, eu informo a todos que o requerimento lido pelo Senador subscrito, Senador Esperidião Amin, o Senador Hermes assume essa paternidade, vamos dizer assim, como substituto legal do nosso querido Senador Jorge Seif, que agora se dedica a outra atividade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como diz o deus grego, que ele venha sempre rápido e com boas notícias.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exato.

Pois não, Senador Hermes.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Só quero agradecer aí a recepção. Estarei, com certeza, participando de tudo o que for possível com a maior retidão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – De nada, Senador.

Senadora Eudócia, a senhora com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) – Bom dia a todos aqui presentes, Sr. Presidente Mourão...

Eu quero dizer a V. Exa., nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes, que esse relatório não poderia cair em melhores mãos – não desmerecendo os nobres Senadores e Senadoras. Foi realmente um relatório belíssimo que você fez. Parabéns pelo seu relatório!

E para mim é motivo de muita honra ter sido autora desse Projeto de Lei 2.716, de 2025, uma vez que, como você colocou no seu relatório, Senador, as nossas pesquisas ainda estão muito aquém do que nós precisamos para avançarmos – como você falou também – não só na área da saúde, mas em várias áreas.

Voltando para a questão em curso, esse projeto de lei vai ajudar, otimizar os estudos e as pesquisas, Sr. Presidente, na área da saúde, especialmente na área de oncologia, da pesquisa contra o câncer, porque, atualmente, a doença que mais mata é a cardiovascular, mas até 2030 os estudos científicos mostram que a doença que irá mais matar, não só no Brasil, mas em todo o mundo, será o câncer, e nós temos que estar com um passo à frente para que isso não venha a acontecer.

E quero só reforçar a questão dessa isenção, porque nós pagamos quase 20% de imposto para importar tanto produtos de laboratórios, como também equipamentos, biotecnologia, para *softwares* de computadores e algo a mais, tudo que está relacionado com as pesquisas, e nós precisamos, sim, avançar, porque país que não tem pesquisa fica para trás.

Então, nós temos apenas 2,7% de pesquisas comparado com o mundo, e isso é inadmissível. Vamos avançar!

Então, eu quero parabenizá-lo mais uma vez, Senador Marcos Pontes, e dizer que estamos aqui juntos, para que a gente possa avançar nessa guerra contra o câncer. E que a gente possa ter dias melhores para toda a nossa população, nosso povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento aí a autora do projeto, Senadora Dra. Eudócia, pela importância, e pelo brilhante relato feito o Senador Marcos Pontes.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

Anuncio o item 25 da pauta.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 321, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedreira, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Na análise, o art. 11 da Lei 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. Detalhando o dispositivo, o inciso II do art. 384 da Portaria GM/MCOM nº 1, de 2023, do Ministério das Comunicações, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Como não foi localizada nos autos do processo a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para o deslinde da matéria.

Voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2026
>
> Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEDREIRA para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedreira, estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2021:

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 26 da pauta.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 460, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Exatamente, na análise, da mesma forma que o relatório anterior, para atendimento do previsto tanto na lei quanto na portaria do Ministério das Comunicações, o voto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO SANTA CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz das Palmeiras, estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2021:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 786, de 9 de maio de 2016.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 27 da pauta.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 537, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

No caso em análise, somente se poderia cogitar a renovação para o período de 2016 a 2026, que é o objeto do PDL 537, de 2024, se tivesse ocorrido a renovação para os períodos anteriores, o que não ocorreu. Nesse sentido, a aprovação do PDL 537, de 2024, pode configurar aprovação tácita da renovação para os períodos de 1996 a 2006 e de 2006 a 2016, sem que se tenha sequer concluído o exame dos respectivos pedidos na esfera administrativa e à revelia do Poder Legislativo, em contrariedade frontal aos dispositivos legais e constitucionais referentes à matéria.

Nesse sentido, uma vez que a renovação referente aos períodos antecedentes é pressuposto lógico da análise do objeto do PDL 537, de 2024, e constatada a ausência dessa condição, verifica-se a impossibilidade de aprovação do ato em tela.

Paralelamente, em relação à renovação em análise no âmbito do PDL 537, de 2024, cumpre registrar que não foi possível localizar, na documentação que acompanha a matéria, as declarações de que trata o inciso XI do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações decorrentes do Decreto 10.775, de agosto de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, propõe-se a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério das Comunicações, para o devido esclarecimento das questões.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se sejam solicitadas ao ministro de estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da permissão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Luís, estado do Maranhão, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2024:

- atualização do andamento dos pedidos de renovação da permissão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Luís, estado do Maranhão, referente aos períodos de 1996 a 2006 e 2006 a 2016; e [também solicitar]

- cópia das declarações de que trata o inciso XI do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações decorrentes do Decreto nº 10.775, de agosto de 2021, subscritas pelo representante legal da entidade.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2025
- Terminativo -

Cria o Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. O projeto recebeu Parecer favorável na CDH;

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Na análise, o PL nº 1.153, de 2025, apresentado pelo ilustre Senador Jader Barbalho e já aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é uma iniciativa de inegável relevância social, cultural e econômica. Ao propor a criação do Programa Transformação Digital para Ribeirinhos, Quilombolas e Comunidades Indígenas, o autor dirige o olhar do Estado brasileiro para populações que, historicamente, foram mantidas à margem das políticas públicas de infraestrutura e educação, sofrendo de forma desproporcional os efeitos da exclusão digital.

O autor identificou que a alfabetização digital não é um luxo, mas uma necessidade de sobrevivência em um mundo onde o mercado de trabalho exige competências tecnológicas avançadas. Trata-se de proposição que dialoga diretamente com os desafios contemporâneos da inclusão digital, especialmente no que concerne aos povos e comunidades tradicionais.

Além disso, a proposta é consistente ao reconhecer que a exclusão digital constitui fator relevante de marginalização social e econômica. E, ao propor a criação de um programa voltado à capacitação tecnológica, à ampliação do acesso à internet e à valorização cultural dessas populações, o projeto de lei atende a essas necessidades.

Não obstante, são necessárias apenas três emendas para aprimorar a redação da proposta original, nos termos a seguir descritos:

- no art. 2º, inciso I, retira-se a preposição “de” após a palavra “Criar”;

- no art. 2º, inciso III, insere-se a palavra “para” após a expressão “bem como” na segunda parte do inciso;

- no art. 2º, inciso IV, retira-se a vírgula e insere-se “e de” após a palavra “alimentícios” na segunda parte do inciso.

Portanto, conclamo os meus pares desta Comissão a se unirem em torno desta causa, aprovando o Projeto de Lei 1.153, de 2025, como expressão do compromisso deste Senado Federal com um Brasil mais justo, mais conectado e mais verdadeiramente democrático.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação, com as emendas já citadas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, com abertura do painel eletrônico.

Lembro que a votação será em bloco dos itens 1 a 4.

Anuncio o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, DE 2025
- Terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador.
Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do nosso Senador Chico Rodrigues, grande representante do Estado de Roraima.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, antes da leitura, gostaria de parabenizar o autor, o Senador Chico Rodrigues, pela iniciativa. Sem dúvida nenhuma, esse é o caminho que nós temos para o desenvolvimento do país em termos de tecnologia e das possibilidades de uma melhor aplicação do conhecimento no desenvolvimento econômico e social através de *startups* e de outras empresas de menor porte que podem se beneficiar de legislação de tal tipo.

Então, dentro da análise.

As dificuldades socioeconômicas que marcam nossa sociedade desde sua concepção ajudaram a moldar não apenas um caráter solidário, mas um espírito de luta, sobrevivência e conquista na nossa gente, características fundamentais para o sucesso do empreendedorismo inovador, verdadeira fonte de riqueza e desenvolvimento de todas as nações que conseguiram progredir.

O Brasil precisa repensar o seu contrato social. Por um lado, cabe ao Estado manter políticas de assistência social que assegurem um mínimo de dignidade às pessoas que não tiveram oportunidade de desenvolver e explorar seu potencial criativo no tempo certo e, hoje, precisam sobreviver da oferta de trabalhos manuais mal remunerados. Por outro lado, essa inegável missão estatal, que consome grande parte dos recursos disponíveis em nossa sociedade e compromete as futuras gerações, não pode continuar refreando a iniciativa individual, reduzindo as chances de um brasileiro empreender com sucesso devido ao peso imposto pela carga tributária e pela instabilidade e complexidade das regras do jogo.

Os ecossistemas de inovação mais bem-sucedidos no mundo resultam da coexistência e sinergia entre espírito empreendedor, disponibilidade de capital que busca maior rentabilidade, e custo para empreender. Temos abundância no primeiro fator, alguma carência no segundo e muita escassez no último elemento que determina o sucesso das *startups*.

O empreendedor brasileiro inicia suas atividades apenas com os recursos próprios, muitas vezes colocando todo seu patrimônio em risco para viabilizar uma boa ideia e um produto relativamente promissor, mas fracassa em razão do custo do capital para crescer e do peso imposto pelo Estado para contratar pessoas, pagar tributos e se adaptar às incessantes flutuações econômicas.

Esse diagnóstico é conhecido, mas tratá-lo com efetividade requer mudanças estruturais que só podem ser alcançadas com muita vontade e articulação políticas, algo que frentes parlamentares amplas e suprapartidárias, conduzidas por lideranças dispostas a oferecer soluções concretas ao país, podem oferecer.

Nesse sentido, julgo meritória a proposta formulada no PRS nº 18, de 2025.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2025.

E eu complemento, Sr. Presidente, com a experiência que nós tivemos no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações – é importante ressaltar esse termo. Todo recurso que foi colocado através da Finep, que tem essa função, assim como a ABDI, assim como outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instituições de fomento, tem um retorno extremamente alto para o país, no sentido de se desenvolver ou dar as condições para essas *startups* e essas ideias se desenvolverem no país.

Quando um brasileiro olha para fora e vê, por exemplo, uma Apple hoje em dia, vê uma Microsoft hoje em dia, vê uma Google hoje em dia, vê essas grandes empresas, e assim como outras empresas como Tesla, empresas que fabricam sistemas de tecnologia, como Tesla, SpaceX, etc., muita gente não imagina o trabalho que se tem na criação dessas empresas e, depois, na manutenção dessas empresas – elas sobreviverem àquele que a gente chama de vale da morte.

Então, é essencial que nós tenhamos uma frente que possa ajudar a conscientizar, primeiro, este Congresso da importância de se apoiar iniciativas como essa, de se incentivar o Executivo a criar mecanismos que possam oferecer realmente as condições para o desenvolvimento dessas empresas, condições que vão desde a educação empreendedora até a redução de impostos relativos a isso, mas também e principalmente conscientizar a nossa população de que existe uma maneira, sim, uma maneira digna, uma maneira muito eficaz de se sair da dependência do Governo, de bolsas e etc., para que se tenha o seu desenvolvimento pessoal e econômico de uma forma muito efetiva. Então, aí é uma possibilidade que nós temos.

Parabéns ao Senador Chico Rodrigues pela iniciativa. E eu faço questão de participar também dessa frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Como autor dessa proposição, eu quero agradecer à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática pela aprovação desse PRS 18, de 2025, de minha autoria, e ao Senador Marcos Pontes, que conhece com precisão cirúrgica a importância desta iniciativa, por seu brilhante relatório também. Esse projeto propõe a criação dessa frente mista. Ele trata de uma iniciativa simples em sua forma, mas profundamente estratégica em seus efeitos para o presente e, sobretudo, para o futuro do Brasil.

As *startups* já são hoje protagonistas de uma dinâmica econômica. Elas geram empregos, atraem investimentos, estimulam concorrência e, acima de tudo, promovem inovação em escala. Não estamos falando apenas de empresas nascentes, mas de verdadeiros laboratórios de soluções para desafios históricos do nosso país, na educação, na saúde, na sustentabilidade e inclusão financeira.

Portanto, nós esperamos, Sr. Presidente, que os colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, possam entender a dimensão da criação dessa frente parlamentar, porque ela vai, nessa era de modernidade, na verdade, envolver os Parlamentares e a dedicação quase direta dos Parlamentares na defesa dessa frente e, acima de tudo, a sua participação efetiva. Não é apenas necessário se inscreverem como membros, mas, sinceramente, a maior importância é a participação efetiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Essa votação será nominal, em bloco. Os projetos de 1 a 4 serão votados juntos e, após a votação, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 13 da pauta.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 973, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planalto, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A Relatora é a nossa querida Senadora Dra. Eudócia.

Concedo a palavra à Relatora, a Senadora Dra. Eudócia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, e considerando o disposto no Ato da Presidência nº 22, de 2025, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Na análise da documentação que acompanha a matéria, não foi possível localizar informação que confirme a regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, em relação a todos os seus dirigentes. Tal dispositivo veda que as prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária mantenham vínculos de subordinação de natureza político-partidária, familiar, religiosa, comercial ou financeira em relação a outras entidades.

Dessa forma, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários à deliberação da matéria, propomos a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério das Comunicações, para o devido esclarecimento da questão.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planalto, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2021:

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em relação a todos os seus dirigentes, ao tempo da edição da Portaria nº 6.156, de 1º de dezembro de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 14 da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 590, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do relatório. A senhora pode ir direto ao voto, Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Pois não.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se seja solicitada ao ministro de estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Xanxerê, estado de Santa Catarina, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2024:
> - cópia das declarações de que trata o inciso XI do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações decorrentes do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, subscritas pelo representante legal da entidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 15 da pauta.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 415, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Dr. Hiran, a Relatora *ad hoc* é a Senadora Dra. Eudócia.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do seu relatório – a senhora podendo ir direto ao voto.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, nos termos do art. 216 do Risf:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2025
> Nos termos do art. 50 [...] da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2022:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, ao tempo da edição da Portaria nº 1.260, de 14 de março de 2018;

- manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, considerando a ausência de análise quanto ao quadro de dirigentes da entidade, identificada de forma divergente na Nota Técnica nº 3477/2018 [...];

- parecer da consultoria jurídica, considerando a ausência de parecer da Advocacia-Geral da União [...] no processo de renovação da outorga.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 16 da pauta.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 163, DE 2025
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luiziana, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Relator: Senador Dr. Hiran.

Relatora *ad hoc*: Senadora Dra. Eudócia.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do relatório. A senhora também pode ir direto ao voto.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do [...] [Risf], requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luiziana, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2025:

- cópia do estatuto social da entidade, ao tempo da edição da Portaria nº 11.021, de 10 de novembro de 2023;
- prova de maioridade, de nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de todos os dirigentes da entidade, ao tempo da edição da Portaria nº 11.021, de 10 de novembro de 2023;
- relatório de seu Conselho Comunitário, ao tempo da edição da Portaria nº 11.021, de 10 de novembro de 2023; e
- relatório de apuração de infrações, ao tempo da edição da Portaria nº 11.021, de 10 de novembro de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Informo que o item 30 da pauta, que tinha como Relator o Senador Efraim Filho, a pedido dele, foi retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 30
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 15, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB))

Para que eu possa fazer a leitura dos meus relatórios, peço à Senadora Dra. Eudócia que assuma a Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero, mais uma vez, cumprimentar todos os Senadores e as Senadoras aqui presentes e o nosso Presidente, o Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora para o item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 2644, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a oferta de produtos e serviços por telefone.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda n° 1-CCDD.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

E agora eu concedo a palavra para a leitura do relatório ao nobre Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

O autor deste projeto é o Senador Ciro Nogueira.

Ele altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a oferta de produtos e serviços por telefone.

Peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VII, cabe a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre assuntos correlatos a comunicações.

Em relação à constitucionalidade, verifica-se que a União é competente para legislar sobre o direito do consumidor, conforme disposto no art. 24, inciso V, §1º, da Constituição Federal.

No que tange à juridicidade, a matéria tem generalidade e abstração suficientes para justificar sua transformação em norma jurídica, é dotada de coercitividade, além de inovar o ordenamento jurídico, preenchendo uma lacuna na legislação em vigor.

Em relação à regimentalidade, a tramitação tem seguido os ditames do art. 90 do Regimento Interno deste Senado.

Ele apresenta técnica legislativa adequada, estando de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Finalmente, cabe destacar que a proposta é dotada de elevado mérito. Observando a importância das atividades de publicidade e *marketing* para a economia, é essencial garantir que os direitos dos consumidores sejam preservados. É necessário um arcabouço legal apropriado para proteger os interesses dos consumidores sem impor exigências desproporcionais aos fornecedores.

Para que esse equilíbrio entre os fornecedores e os consumidores seja alcançado, verificamos que é necessário dar mais clareza ao tipo de *telemarketing* que se deseja evitar. A proposta de proibir ações de venda remota por intermédio de robôs e gravações possui a finalidade de proteger os consumidores, evitando que eles comprem produtos ou adiram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviços sem ter acesso a todas as informações essenciais. Essa medida também busca prevenir contratações ou adesões acidentais.

Contudo, a forma como o projeto foi originalmente apresentado pode representar um obstáculo ao uso de novas tecnologias destinadas à proteção e ao benefício dos próprios consumidores.

Dessa forma, acolhemos os ajustes propostos pela Emenda nº 1, da extinta CCDD, que delimita a forma específica de *telemarketing* nocivo, concentrando-se na proibição de abordagens ativas sem intervenção humana, permitindo o uso dessa modalidade para assegurar a transparência em contratações de produtos ou serviços efetuados por outros meios, especialmente os canais eletrônicos. Inclui assim ligações para confirmar contratações feitas por consumidores via internet ou aplicativos, técnica conhecida como dupla checagem. É importante destacar que essa é uma ferramenta pensada e desenvolvida para adicionar mais uma camada de segurança em benefício do próprio consumidor.

O aperfeiçoamento proposto preserva o objetivo original do projeto e mantém a linha adotada por atuais determinações da Anatel, tomadas com o intuito de evitar o incômodo a milhares de consumidores com chamadas indesejadas (*robocalls* ou ligações de robôs) efetuadas por discadores automáticos e que geram sobrecarga nas redes de telecomunicações. Ao mesmo tempo, garantem a proteção dos consumidores.

Isso posto, para que haja a produção de efeitos desejados para a efetiva proteção do consumidor, reforça-se a importância desses ajustes, com melhor esclarecimento do texto e direcionamento do foco para a proibição de ações ativas de *telemarketing* sem intervenção humana.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.644, de 2019, com a Emenda nº 1, da CCDD.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, só para deixar claro: hoje, volta e meia, a gente recebe uma sequência de ligações – que normalmente nós temos que bloquear – que são efetivamente ligações feitas por robôs, e esse projeto vem exatamente para impedir que essas coisas continuem a acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero parabenizá-lo, Senador Hamilton Mourão, pelo seu brilhante relatório. Realmente vai fazer toda a diferença no dia a dia dos nossos cidadãos e cidadãs esse projeto de lei.

E agora coloco...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Agora vamos para a votação nominal.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Agora vamos para o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2733, DE 2021
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Agora concedo a palavra a V. Exa., Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado.

Peço permissão à senhora para ir direto à análise.

Esse projeto altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.

A autoria era da então Senadora Nilda Gondim, do MDB, da Paraíba.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, cabe a esta Comissão opinar, entre outros temas, sobre proposições relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento legal vigente.

De igual forma, respeita os ditames fixados no Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista do mérito, a iniciativa em tela pretende trazer ao arcabouço legal que rege o setor de telecomunicações condição já aplicada administrativamente pela Anatel, qual seja a previsão de compromissos de abrangência nas licitações das faixas de frequência necessárias para a prestação do SMP, pelos quais as operadoras vencedoras dos certames assumem obrigações de cobertura relacionadas, entre outras, ao número de municípios atendidos de acordo com sua população, conforme cronograma preestabelecido.

O projeto incorpora a essa previsão a determinação expressa de que esses compromissos de abrangência incluam, necessariamente, a cobertura de áreas rurais desassistidas, como forma de estimular a conectividade no campo. Também sugere que os leilões de radiofrequência realizados pela agência não tenham um caráter meramente arrecadatório, de forma a privilegiar investimentos diretos na infraestrutura e na prestação dos serviços de telecomunicações.

Entendemos que a iniciativa é altamente meritória. No entanto, merece ajustes.

Como mencionado, os compromissos de abrangência referem-se a obrigações assumidas pelas operadoras dos serviços de comunicações móveis nas licitações das faixas de frequência como contrapartida à sua exploração comercial. Em geral, visam a garantir a expansão e a cobertura desses serviços em regiões de difícil acesso ou menos atraentes economicamente, como áreas rurais ou periferias urbanas. Esses compromissos são fundamentais para a ampliação da conectividade no país, pois proporcionam, além da comunicação e da informação, o acesso à educação, saúde, entretenimento, trabalho remoto, consumo, serviços públicos inteligentes, entre outros.

Assim, é importante que se garanta, em lei, o caráter não arrecadatório das licitações de direito de uso de radiofrequência realizadas pela Anatel. A maior parte do valor pago pelo direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de exploração dessas faixas deve ser revertida em obrigações de investimento nos serviços móveis, de maneira a manter no próprio setor de telecomunicações os recursos a serem empregados pelas operadoras. Licitações com foco apenas na arrecadação tendem a ter seus recursos aplicados no abatimento de outros compromissos financeiros do governo, não se revertendo em infraestrutura e em serviços. Por isso, propomos que os compromissos de investimento associados à utilização das faixas de frequência dos serviços de comunicações móveis representem, no mínimo, 90% do valor total a ser pago pelas empresas vencedoras das licitações.

Da mesma forma, entendemos que a lei não deve delimitar uma destinação específica para os recursos oriundos dos leilões de radiofrequência como, no caso, o atendimento de áreas rurais. Isso porque a tecnologia é dinâmica e o objetivo de cobertura do campo pode ser alcançado sem uma amarra legal, que pode engessar a aplicação dos investimentos.

Outro ajuste necessário, de técnica legislativa, é alterar o dispositivo que se pretende introduzir na Lei Geral das Telecomunicações. Nesse sentido, em vez de acrescentar no referido instrumento legal um novo art. 135-A, que integraria seu Capítulo II do Título III ("Da Autorização de Serviço de Telecomunicações"), sugerimos que seja introduzido o art. 165-A, a constar do Capítulo II do Título V ("Da Autorização de Uso de Radiofrequência").

Feitas essas considerações, votamos pela aprovação do projeto em exame, com os ajustes mencionados, que julgamos capazes de aperfeiçoar seu alcance e eficácia.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.733, de 2021, nos termos do substitutivo que segue com as pequenas alterações que foram mencionadas no texto da análise.

E recordo, Senador Eudócia e Senador Amin, a importância desse projeto para a questão da transmissão nas áreas rurais. Nós, que viajamos pelo interior dos nossos estados, sabemos que frequentemente não conseguimos nos comunicar, a não ser que a gente carregue alguma antena dessas novas transmissoras – eu não vou fazer propaganda de ninguém aqui. (*Risos.*)

Então, essa é uma realidade que se impõe no nosso país.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou divergir.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Já está na discussão, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Pois é, eu vou divergir da constatação do querido amigo, Senador Mourão, porque nós não enfrentamos essa dificuldade no interior. As rodovias federais, ou seja, teoricamente, as de maior movimento, não têm... não te dão nenhuma confiabilidade, então é uma pobreza injustificável.

Um amigo meu me telefonou na semana passada, dizendo que percorreu o Marrocos inteiro sem uma interrupção. E a tecnologia não é muito diferente, então nós estamos cometendo erros dramáticos nisso aí.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Iremos agora para a votação nominal.

A votação será realizada com abertura do painel eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – E agora anuncio o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 2264, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Educação e Cultura após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Dra. Eudócia, nossa Presidente, esse projeto altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar. Seu autor é o nosso Senador Marcos do Val.

Análise.

O Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, diz que cumpre a esta Comissão analisar projetos dessa natureza.

Conforme salientado pelo autor do projeto, a ocorrência de massacres e de outros atos de violência extrema nas escolas brasileiras tem aumentado de forma assustadora nos últimos anos. Essa dura realidade foi registrada pelo relatório Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos, elaborado pela Associação Dados para um Debate Democrático na Educação.

Segundo o levantamento, foram identificados 42 episódios entre 2001 e 2024, dos quais 27 ocorreram entre março de 2022 e dezembro de 2024. Em termos proporcionais, isso significa que 64,28% de todos os casos registrados em mais de duas décadas concentraram-se nos últimos anos.

É certo que a violência nas escolas é um fenômeno complexo, que demanda a deflagração de uma série de medidas a serem conduzidas pelo Poder Executivo na área de segurança pública, em coordenação com as políticas voltadas para a educação e a assistência social.

Nesse sentido, deve ser louvada a iniciativa do Senador Marcos do Val, que visa a contribuir para a prevenção da ocorrência de ataques estimulados pelo denominado efeito contágio.

Nada obstante, considerando que as medidas propostas tangenciam direitos fundamentais constitucionalmente protegidos, tais como a liberdade de expressão e o direito à informação, esta Comissão realizou, em 21 de outubro do ano passado, audiência pública que contou com a valorosa contribuição de diversas instituições especializadas no tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dos debates realizados na audiência pública mencionada, surgiu a necessidade de aperfeiçoar o texto deste projeto de lei, de modo a alinhá-lo com as disposições constitucionais que garantem a plena liberdade de informação jornalística. Nesse contexto, deve prevalecer o entendimento segundo o qual os veículos de imprensa têm o dever de adotar protocolo com medidas prudenciais na cobertura e divulgação de ataques, visando a evitar a notoriedade dos autores e diminuir a probabilidade de que novos crimes ocorram.

Todavia, o citado protocolo deve ser estabelecido mediante mecanismo de autorregulação que pondere a liberdade de informação jornalística, os direitos das crianças e adolescentes e a necessidade de evitar que a matéria jornalística venha a incentivar a prática de crimes semelhantes. Assim, apresento emenda para aprimorar a redação do art. 2º do presente PL.

Na mesma linha, apresento emenda para alterar a redação proposta para o art. 21-A do marco civil da internet, com o objetivo de tornar o texto mais preciso e estabelecer uma responsabilização mais razoável dos provedores de aplicação de internet, tendo presente que a divulgação de conteúdos que incentivem a prática de crimes é realizada por terceiros.

Dessa forma, para assegurar segurança jurídica e evitar reflexos indesejados à liberdade de expressão, necessário se faz estabelecer a responsabilização do provedor apenas em caso de descumprimento de ordem judicial, para restringir a disseminação de conteúdos sobre crimes cometidos em ambiente escolar.

Por fim, julgo pertinente inserir dispositivo para obrigar as plataformas a atuarem de forma proativa na moderação de conteúdos, devendo, para tanto, vedar, em seus termos de serviço, a publicação de conteúdos que incentivem a prática de crimes com uso de violência em ambiente escolar.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.264, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CCT

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.264, de 2023:

"Art. 2º .....

'Art. 80-A. A divulgação, em qualquer meio de comunicação, de cobertura jornalística de crime cometido com uso de violência em ambiente escolar obedecerá a protocolo destinado a evitar o incentivo à prática de atos semelhantes.

Parágrafo único. O protocolo a que se refere o *caput* deste artigo será elaborado pelos veículos de comunicação, individualmente ou por meio de associações, e deverá equilibrar a liberdade de informação jornalística, os direitos das crianças e adolescentes e a necessidade de evitar que a cobertura jornalística incentive a prática de crimes semelhantes.'

'Art. 254. .....

Parágrafo único. Na mesma pena incorre a pessoa que divulga crime com uso de violência cometido em ambiente escolar sem a observância do disposto no art. 80-A desta lei.' (NR)"

A outra emenda muda o art. 3º do presente projeto, alterando o art. 21-A: "O provedor de aplicações de internet [...]", e aqui seguem-se todas as alterações.

Esse é o relatório, Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco agora a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação é simbólica.
Em votação.
As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A matéria será encaminhada à Comissão da Educação e Cultura em decisão terminativa.
Agora vamos para o item 23.

ITEM 23
OFÍCIO "S" N° 2, DE 2023
- Não terminativo -

Encaminha, em atenção aos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, a composição do capital social da Editora Basset Ltda.

Autoria: Editora Basset
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pelo arquivamento do OFS 2/2023.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A relatoria é do Senador Hamilton Mourão. Dessa forma, concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Esse ofício encaminha, em atenção aos arts. 3º e 4º da Lei nº 10.610, de 20 dezembro de 2002, a composição do capital social da Editora Basset Ltda. Veio da própria editora, e coube a mim relatá-lo.

Indo direto ao voto, Sra. Presidente.

Apenas algumas coisas aqui da análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, é da competência da nossa Comissão analisar documentos dessa natureza.

O art. 4º da Lei nº 10.610, de 2002, determina que as empresas jornalísticas devem apresentar, até o último dia útil de cada ano, declaração de seu capital social aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas.

Já o art. 3º da mesma lei estabelece que as comunicações sobre as alterações de controle societário devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional.

É de notar, entretanto, que a declaração em exame não menciona nenhuma alteração de controle societário, atendo-se, exclusivamente, à declaração do capital social da empresa. Nesse sentido, seu encaminhamento para conhecimento do Congresso Nacional era prescindível, não se revestindo em obrigação legal.

Para os fins deste relatório, resta apenas registrar que a Editora Basset Ltda. aparentemente procurou cumprir de boa-fé o que entendia ser sua obrigação perante o Congresso Nacional.

Assim, o voto é pelo arquivamento do presente ofício.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Agora, vamos para o item 24.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 476, DE 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Passo a palavra a V. Exa., Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, esse PDS aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.

Arroio dos Ratos é a terra da melancia, para quem não sabe.

Muito bem.

Eu vou direto ao voto aqui, com a sua permissão, Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2026
>
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações atualizadas sobre as investigações da Polícia Federal que apuram as denúncias de irregularidade formuladas contra a Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. e as respectivas providências da pasta.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, agora, para o item 33.

ITEM 33
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 43, DE 2025
- Não terminativo -

Institui a Comenda de Mérito Científico, a ser conferida pelo Senado Federal a pesquisadores, cientistas e instituições que se destacarem na produção científica e no desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Comissão Diretora após a deliberação da CCT.

Dessa forma concedo a palavra, para leitura do seu relatório, ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, o presente projeto de resolução do Senado institui a Comenda de Mérito Científico, a ser conferida pelo Senado Federal a pesquisadores cientistas em instituições que se destacarem na produção científica e no desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

É mais uma iniciativa mais do que meritória de V. Exa., que, desde que chegou a este Senado Federal, tem se destacado pelas ações nesse campo. E a senhora tem sido uma colega de extrema valia para todos nós aqui, Senadora Eudócia.

Peço permissão para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode ir.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado, é competência da nossa Comissão analisar projetos dessa natureza.

O projeto não porta óbices constitucionais e ajusta-se, igualmente, ao padrão estabelecido para instituição de premiações aqui, nesta Casa da República.

No que concerne à técnica legislativa, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, a matéria é louvável. A instituição da Comenda de Mérito Científico no âmbito do Senado Federal traduz o reconhecimento institucional da relevância estratégica da ciência, tecnologia e inovação para o Estado brasileiro.

Sob o prisma das políticas públicas, a valorização de pesquisadores, cientistas e instituições atua como vetor de fomento indireto ao ecossistema de pesquisa nacional.

A iniciativa demonstra que o Poder Legislativo exerce seu papel de incentivo, ao prestigiar os agentes transformadores responsáveis por avanços significativos na saúde pública, na medicina complexa e na biotecnologia. Esta chancela estatal é fundamental para fortalecer o ambiente de inovação, estimular novas descobertas e reter talentos no país, contribuindo para a soberania tecnológica e o desenvolvimento social.

O projeto é, portanto, meritório, Dra. Eudócia. Trata-se de uma política de reconhecimento de baixo impacto financeiro para a Casa, mas de altíssimo impacto social e, principalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

impacto simbólico para a comunidade científica e para a consolidação da ciência como motor do progresso nacional.

Por tais razões, louvamos a iniciativa e consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

Assim, nosso voto não podia ser outro: ele é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2025.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, parabéns pela sua relatoria! Estou muito grata pelas suas considerações.

Agora, lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Na verdade, eu quero fazer algumas considerações. Então, eu não vou encerrar a discussão, porque eu queria só colocar, Senador Hamilton Mourão, a importância dessa Comenda de Mérito Científico, tendo em vista a importância dos nossos pesquisadores – eu coloquei aqui, especificamente, na área da saúde, mas é em todas as áreas –, dos nossos estudiosos e de todas as instituições que se debruçam em avançar na pesquisa clínica no nosso país. Então, nada mais justa, como V. Exa. também mencionou, e muito meritória essa comenda para os nossos colegas pesquisadores, cientistas, e também todas as instituições que ajudam a fortalecer a pesquisa no nosso país.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora.

Agora vamos para o item 28.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 1, DE 2025
- Não terminativo -

Requer inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 106/2024 - CCDD.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Subscrito pelo Senador Hamilton Mourão, a quem concedo a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, o presente requerimento, atentando aos arts. 58 da Constituição Federal e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, pede a inclusão do seguinte convidado em audiência pública objeto do Requerimento nº 106, de 2024: Dr. João José da Fonseca, advogado, Mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal.

Assinado em 18 de março do ano passado pelos Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais.

É o requerimento, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Antes de passar a Presidência para o Senador Hamilton Mourão, quero também parabenizá-lo, Secretário Leomar, pelos 42 anos que você passou aqui, no Senado Federal, ajudando o nosso país com a sua dedicação e desempenho na Comissão de Ciência e Tecnologia e em outras Comissões das quais você já deve ter participado.

Quero fazer uma consideração: apesar de 42 anos em que você está aqui, no Senado, você é muito jovem. Eu achava que a Damares tinha errado na contabilidade dos anos, mas são 42 anos mesmo.

Parabéns, Secretário Leomar!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Desde 1984, o Leomar frequenta esta Casa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito bom.

E agora eu passo a Presidência ao querido Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia. Agradeço a V. Exa. o auxílio na condução dos trabalhos na manhã de hoje.

Peço à Mesa que abra o painel para a votação nominal dos itens 1 a 4, nos termos dos relatórios que foram apresentados.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será encerrada.

Votação encerrada.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Comissão aprova, por oito votos, os projetos constantes dos itens 1 a 4, nos termos dos relatórios apresentados.

O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, e as matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrar, queria me somar a todos aqueles que cumprimentaram o Leomar pelos 42 anos aqui dentro do Senado Federal. Perdeu para mim, que passei 46 no Exército; até faltou, tinha que ficar mais quatro aqui, Leomar, para poder empatar comigo, pô! Quero desejar muito sucesso e felicidade nessa nova fase da sua vida. No Exército, a gente diz que há vida útil além do portão das armas; aqui, eu te digo que há vida útil fora dos recintos do Senado Federal. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

você aproveite a família, para conhecer o que você ainda não conheceu. Você tem netos já, Leomar? (*Pausa.*) Então, curta os netos, tá? Seja muito feliz. Fraterno abraço aí para ti.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 41 de 2025. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 615, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para criminalizar a conduta de negociar dados provenientes de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 615 de 2021, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora "Ad Hoc" a Senadora Damares Alves. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4475, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial da Emenda nº 3, e contrário à Emenda nº 2, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 249, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 249 de 2025, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2588, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para prever que, no caso do crime de furto mediante fraude eletrônica, as penas serão aplicadas em concurso material se a conduta for precedida da subtração de dispositivo eletrônico ou informático." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2588 de 2025. **2ª Parte - Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho.** "Plano de Trabalho que visa orientar a Comissão de Segurança Pública (CSP) na avaliação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, nos termos do Requerimento nº 2/2026-CSP." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Wilder Morais, aqui presente, o Senador Esperidião Amin também e a Senadora Damares.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se constituirá de duas partes: a primeira destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta, a segunda à apreciação do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública por parte desta Comissão.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados no Plenário quanto por meio do aplicativo do Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Antes de passar para os itens do projeto, eu informo aqui a retirada a pedido do item 3 da pauta, o PL 4.475, de 2021, um pedido do Senador Wilder Morais.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4475, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial da Emenda nº 3, e contrário à Emenda nº 2, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 13.05.2025, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 15.05.2025, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Sergio Moro;

3. Em 30.03.2026, foi apresentado novo relatório à matéria;

4. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Registro aqui a chegada da Senadora Damares, nossa ilustre Senadora do Distrito Federal.

Vamos lá.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões de Direito Penal e Processual Penal.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

Concedo, então, a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, já esclarecendo que a constitucionalidade do projeto será debatida na CCJ, bem como a juridicidade.

No mérito, entendemos, Presidente, que o projeto é conveniente e oportuno. O autor está aqui presente, está aqui do meu lado, o nosso ilustre Senador Wilder Morais.

Conforme bem salientado pelo autor do PL em sua justificação, a possibilidade de os entes subnacionais adotarem normas adaptadas a suas peculiaridades é, exatamente, a principal justificativa da existência do regime federativo, especialmente em um país continental como o nosso, com profundas diferenças regionais.

De fato, há grande distinção entre os diversos estados do país, especialmente no que se refere ao número e ao tipo de crimes praticados, bem como no que tange à estrutura dos respectivos órgãos de segurança pública, até mesmo pela extensão territorial e populacional do respectivo ente federativo.

Por exemplo, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, no ano de 2024, o Estado da Bahia apresentou, em números absolutos, 4.308 homicídios dolosos. Em sentido completamente diverso, o Estado de Roraima, no mesmo período, apresentou 118 homicídios dolosos.

No que tange aos crimes contra o patrimônio, o Estado de São Paulo apresentou, no ano de 2024, em números absolutos, 125.692 furtos e roubos de veículos. Diferentemente, o Estado do Amapá apresentou 547 furtos e roubos de veículos no mesmo período.

Os investimentos e a estrutura dos órgãos de segurança pública dos entes federativos também são bem distintos. Por exemplo, o Estado de Minas Gerais gastou, em 2024, quase 7 bilhões com policiamento. Por sua vez, o Estado do Amazonas despendeu, no mesmo período, cerca de 14 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é imprescindível que cada estado e o Distrito Federal criem regras, no âmbito penal, processual penal e de execução penal, que atendam às suas peculiaridades, sejam elas ligadas ao nível de criminalidade, a aspectos relacionados aos respectivos aparatos de segurança pública, de execução penal ou ainda a qualquer outra questão social ou econômica de determinado ente federativo.

Inclusive, esse é, justamente, o escopo da regra prevista no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, que dispõe que lei complementar federal poderá, em matérias de competência privativa da União, autorizar os estados ou o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas concernentes a cada ente federativo.

Por todo o exposto, Presidente, o meu voto é pela aprovação, ainda destacando que também temos que considerar as questões culturais. Por exemplo, ontem assisti a um vídeo, do Estado do Mato Grosso, em que um juiz da vara de execuções estava visitando o presídio. Havia celas separadas, lotadas, com jovens adultos de área indígena.

Eu não vejo essas celas, esse monte de celas, na capital de São Paulo; também não vejo esse monte de celas destinadas só a indígenas no Estado do Paraná, mas, no estado que tem mais povos originários, há a necessidade de que o sistema prisional se adapte à realidade, inclusive considerando especificidades. Do mesmo jeito que nós temos o cuidado de não colocar, na mesma cela, pessoas de facções diferentes, nós temos povos que, tradicionalmente, Presidente, são inimigos tradicionais, lá atrás. Na hora de colocar jovens de povos diferentes, as questões culturais precisam ser analisadas. Então, a gente está trazendo aqui também esse aspecto cultural.

Por exemplo, no Pará nós temos um delito, um crime, crime bárbaro, que não acontece aqui no DF e que com certeza não acontece no seu estado, que é o não cuidado com o escalpelamento. Quando os donos dos pequenos barcos retiram a cobertura do eixo do motor das pequenas embarcações, eles provocam, muitas vezes, o acidente com escalpelamento, que coloca em risco a vida de mulheres e meninas. Eles são obrigados a cobrir o eixo. É uma preocupação que seu estado não tem, é uma preocupação que Goiás não tem. Então, nós temos no Brasil diferenças regionais, diferenças culturais. Esse projeto de lei quer dar às unidades da Federação a possibilidade de legislar sobre questões penais considerando a sua realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo que eu quero trazer aqui, Senador Wilder: eu fui avaliadora nesta Comissão, em 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, e eu fiquei horrorizada. Por exemplo, Santa Catarina encontra 99% das pessoas desaparecidas; o DF vem ali, grudadinho, com 98%, quase 99%; mas o Pará encontra menos de 10% das pessoas desaparecidas. Mas olha o tamanho do Pará, as questões logísticas do Pará, em comparação com o DF e com Santa Catarina.

A gente tem questões penais que precisam ser consideradas: a regionalização, a cultura, a logística, a estrutura que o estado tem. Então, eu acredito que o senhor acerta apresentando esse projeto. Meu voto é favorável, e eu peço aos pares que acompanhem o meu voto. Se quiserem, a gente faz uma discussão mais ampliada, mas eu acho que eu fui muito clara. Numa nação deste tamanho, com tantas diferenças, nós não podemos condicionar tudo a uma legislação que é extremamente eficaz no DF, mas que não vai ter efeito, por exemplo, em região ribeirinha.

Então, fica aqui o apelo para que os pares me acompanhem no voto, já cumprimentando o autor pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – A matéria está em discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar as Sras. e Srs. Senadores e quero fazer um reconhecimento aqui à nobre Relatora Damares Alves, não apenas pela relatoria desse projeto, mas a gente acompanhando aqui o conhecimento que você tem do país inteiro, de vários estados, inclusive a exposição sua após o relatório, dizendo a realidade de cada estado; então, Damares, essa lei, esse Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2025... Mas pela coerência também, toda a sua história de relatórios que você tem feito em todas as outras matérias.

A Senadora Damares sempre teve uma linha de frente de pautas fundamentais para o Brasil: a proteção das mulheres; a defesa das crianças e dos adolescentes, enfrentando o abuso, a exploração; a proteção de família; e o fortalecimento dos valores que sustentam a nossa sociedade.

Tenho convicção de que muitas pautas defendidas por V. Exa. teriam ainda mais sucesso se também pudessem ser enfrentadas no âmbito estadual, que esse projeto fosse feito, e o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos propondo agora é que os estados tenham a sua posição próxima da realidade, com maior capacidade de reação.

Por isso, Senadora, é uma honra muito grande ter esse projeto sendo relatado por alguém que, ao longo da sua trajetória, tem sido referência na defesa das pautas tão relevantes para o nosso país.

Então, eu não tenho dúvida do quanto essa matéria vai ser importante, disso tudo que a senhora disse aí: da realidade da logística, da realidade econômica, da realidade cultural de cada um dos estados. Isso vem com certeza.

Eu cumprimento o nosso Vice-Presidente aqui também, Senador Sergio Moro, pela profissão de juiz que é: o quanto isso vai ajudar a gente fazer essas correções de injustiças que acontecem ao longo do nosso país.

Obrigado. Parabéns à nossa Relatora, e eu também peço a todos os pares que a gente possa aprovar esse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – A matéria continua em discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Wilder e a Senadora Damares, porque nós vivemos num país continental, um país gigante, com diversas peculiaridades em cada região: características, culturas, educação, formação. O nosso país é diverso.

E, quando nós olhamos que nós somos uma República federativa – e olhando outras repúblicas federativas –, a autonomia dos estados é mais do que necessária. Os crimes que acontecem no Rio de Janeiro, os crimes que acontecem em São Paulo, a abordagem em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná ou no Ceará são completamente diferentes. E é necessário, urgente e de bom senso que o nosso país comece a respeitar essas diferenças regionais, os enfrentamentos regionais, as peculiaridades, as particularidades.

Então, eu vejo muito meritório. Inclusive, acima de tudo, é um respeito à Federação brasileira e de uma Federação, às constituições de cada estado. Cada estado tem a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituição; além da Constituição Federal, os estados já têm suas autonomias, e isso seria uma prova inequívoca de respeito, de autonomia, e eu tenho certeza de que trará bons frutos para os estados, para o Brasil, se esse direito for concedido. Na verdade, não seria um direito; isso seria já uma obrigação do Brasil respeitar a autonomia dos estados, de acordo com as diferentes necessidades que cada região atravessa.

Então, o meu voto... Eu quero parabenizar mais uma vez o autor e a Relatora, e o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu vou registrar aqui, primeiro, também o meu apoio a esse projeto. Quero elogiar aqui o Senador Wilder Morais, pela sua apresentação, e a relatoria da Senadora Damares Alves.

Também lembro que a Senadora Margareth Buzetti apresentou um projeto semelhante – acho que um pouco menos abrangente – sobre essa matéria. E é um tema que eu confesso que tenho amadurecido em relação a ele. Inicialmente, era refratário, mas existem algumas questões em que talvez a uniformidade nacional não seja exatamente conveniente.

Em matéria comercial, em matéria de contratos, em matéria de tributos, me parece que a uniformidade, claro com alguma autonomia dos estados, é pertinente, para não virar aquela confusão de regras diferentes em cada estado, por exemplo, um contrato entre uma pessoa no Paraná e uma pessoa em Goiás. Mas, no que se refere à legislação penal, de fato, isso é uma forma de colocar esse direito tão relevante para o cotidiano da vida das pessoas mais perto da população, para decidir, os seus representantes eleitos lá nos respectivos estados, porque o que a gente percebe, muitas vezes aqui no Congresso, é que as visões que os Parlamentares têm, oriundos de cada estado, são bastante diferentes. Por exemplo, eu vejo lá no Paraná. No Paraná, o que se quer é um rigor maior da legislação penal, acredito que seja o caso também lá de Goiás, Senador Wilder, igualmente em Santa Catarina, Senador Esperidião Amin e Senador Seif, Rondônia, Distrito Federal. E, muitas vezes, esse rigor desejado acaba esbarrando numa visão diferente de representantes de outros estados. Então, por que não dar um pouquinho mais de autonomia para a definição desses temas em nível estadual? Tenho certeza também de que se vai seguir, de certa maneira, um modelo federal, com as nuances respectivas de cada estado, então alguma uniformidade vai ser mantida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, por exemplo, algo que vejo hoje com muita perplexidade: as penas não são reais. Você pega o crime, a pena é fixada em 30 anos, em 40 anos, vai ver, a pessoa cumpre 3 anos, 4 anos, por conta da legislação nacional muito favorável, muito generosa para os criminosos, que aliás é a visão do atual Governo Lula sobre esse tema, que deixou o país nessa situação de total insegurança.

Então, devolver esse tema aos estados, permitir que os estados possam legislar em matéria de direito penal, em matéria de direito processual penal, para os crimes ocorridos nos próprios estados, é uma medida que pode ser muito salutar, não só para permitir que cada estado adote as regras que entenda ali mais apropriadas, mas também, vamos lembrar, a vida é experiência. Então, se nós tivermos alguns modelos diferentes em vários estados, quem sabe, com o tempo, até se possa comparar: olha, aqui funcionou, esse outro modelo não funcionou, aqui esse estado conseguiu, com uma legislação mais rigorosa, reduzir a criminalidade, esse outro estado seguiu um caminho diferente, o crime proliferou.

Nós não queremos, por exemplo, que o Paraná se torne um descalabro de avanço criminal, como aconteceu infelizmente hoje no Rio de Janeiro, no Ceará e na Bahia. A Bahia hoje é o estado mais violento do país, talvez não por... O Ceará também, os dois mais, estatisticamente é a Bahia, a Bahia tem mais assassinatos em números absolutos ou relativos do que o Rio de Janeiro, que sempre foi visto como um problema criminal pelas áreas dominadas pelo crime organizado. Não queremos que o Paraná se transforme nisso, tenho certeza de que também é a visão dos colegas Senadores para os seus respectivos estados. E, talvez empoderando a autonomia local, consiga-se melhor alcançar esse tipo de objetivo, reduzir, porque, na verdade, o objetivo não pode ser – não é, Senador Rogério? Desculpe, Sen Marcos Rogério –, não pode ser não degringolar, tem que ser melhorar, o brasileiro tem que ter o direito de andar na rua sem ter medo de ser assaltado, o direito de ficar em sua residência sem que precise transformá-la numa fortaleza.

Enfim, então, eu quero registrar aqui meu apoio também a esse projeto. Acho muito saudável e pode ser uma experiência diferente aqui para a nossa Federação e que traga resultados muito positivos.

Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2025.

A matéria vai à CCJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Vou fazer uma observação depois de ter votado concordando. Eu acho que, na análise – no início da análise – a nossa Relatora foi de uma sabedoria marcada pela "mineiridade" – não é pela mineirice, não! –, porque ela antecipou e alertou que caberá à Comissão de Constituição e Justiça fazer a análise profunda sobre a constitucionalidade da iniciativa. Eu, de minha parte, digo que votei a favor por ter lido esta advertência e por considerar que, na parte da execução penal, eu ficaria muito satisfeito de ver iniciativas criativas em matéria de atividade laboral dos apenados.

Eu tive um pouco de experiência com isso, nas duas ocasiões em que exerci o Governo, e segui um caminho relativamente inovador, às vezes, produzindo alguns escândalos pela presença do apenado em praias e em lugares frequentados por transeuntes, por cidadãos – sempre com uma vigilância muito grande. Mas a atividade laboral, eu acho que vai ser, se experimentada, uma competição muito positiva, que vai sancionar aquele velho aforismo: "Cabeça vazia é moradia do demônio". Enquanto o sujeito está trabalhando, ele pensa menos em cometer algum desatino.

Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um... (*Falha no áudio.*) Nós estamos no Plenário com três candidatos...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Pré-candidatos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pré-candidatos – pré, pré, pré-candidatos – a Governo, muito bem avaliados nas pesquisas. Então, que os três pré-candidatos levem essa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente conseguir aprovar... Imaginem, eu queria ver o Estado do Paraná governado pelo Juiz Moro. Eita, os bandidos que se cuidem! Lá em Goiás, em que a gente já tem uma política boa... Aí, lá em Rondônia, nas suas áreas de fronteira, você como Governador. Pense: essa proposta sendo aprovada, você tendo a liberdade de conduzir os processos penais também!

Olha, aos nossos três futuros Governadores que estão aqui, esse aqui é um presente para vocês, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer um complemento, aqui, à Senadora Damares.

A gente está começando por esse projeto, mas, na verdade, tem muitas outras discussões que a gente quer discutir nos estados: a liberdade para discutir economia, a liberdade para discutir segurança. Eu acho que este é o caminho, porque a gente sai, aqui, a gente tira um pouquinho de tudo o que acontece em Brasília, dando liberdade onde as pessoas vivem, lá nos estados em que moram, nos municípios, e não na União. Eu tenho certeza de que esse é o caminho que vai encaminhar o Brasil para os trilhos de novo, é exatamente dando responsabilidade a quem governa, a cada um dos estados.

E eu tenho certeza de que isso vai ajudar muito o Brasil e vai dizer os estados que queiram ter o comportamento – que eu tenho certeza de que vão ser o de Goiás, de Rondônia e do Paraná –, a gente vai fazer com que a população possa decidir o destino e o rumo, tanto econômico quanto social, de cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Muito bem.

Parabéns a todos, à Senadora Damares e, pela autoria do projeto, ao Senador Wilder Morais!

Vamos fazer uma competição saudável entre os estados, caso sejamos bem-sucedidos nesses projetos! Desejo que consigamos, e aí a gente pode competir, de uma maneira positiva, para tornar nossos estados mais seguros.

O item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 615, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para criminalizar a conduta de negociar dados provenientes de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Damares Alves

Relator: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria do Senador Eduardo Braga.

Há um pedido aqui pela designação *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

Pode ser, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, permita-me.

O projeto de lei tipifica o crime de realizar interceptação telefônica, informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo de justiça sem autorização judicial. A pena é de reclusão de dois a quatro anos e multa. O parágrafo único prevê que incorre na mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pena a autoridade judicial que determina uma dessas medidas com objetivo não autorizado em lei.

A propositura adiciona mais uma conduta, incorrendo na mesma pena quando qualquer pessoa adquire, oferece, negocia, comercializa ou participa da divulgação ou disseminação dos dados obtidos por meio dessas medidas, com intuito de lucro.

Na prática, o projeto visa a combater uma forma de comércio em rápido crescimento global: a venda ilegal de dados privados. Entre as informações comercializadas estão passaportes digitalizados, documentos diversos, registros médicos, *selfies* e *logins* de redes sociais.

O dano potencial decorrente do uso dessas informações é imensurável. Por exemplo, ao utilizar um documento de identidade adquirido por meio dessa comercialização ilegal, criminosos podem obter acesso a mais detalhes sobre a vítima e, com esses dados, não apenas buscar lucro financeiro, mas também causar constrangimento, danos à reputação e outros prejuízos sociais. Também é comum a prática de chantagem e atitudes que podem até mesmo ameaçar a integridade física da vítima.

O nosso ordenamento jurídico pune a conduta de receptação, por meio do Código Penal, com pena de um a quatro anos de reclusão, mas não abarca a divulgação ou disseminação. Como se trata de crime de baixa probabilidade de detecção e de alto dano social, convém o agravamento penal e lei especial.

Entretanto, propomos uma alteração do projeto em análise na forma de emenda, tendo em vista o dano que esta prática criminosa pode infligir sobre a vítima. A modificação pretende transformar a inovação trazida pelo projeto em uma qualificadora do crime já existente, com um consequente aumento da pena.

Dessa forma, quem praticar crimes ali previstos incorrerá em pena de reclusão de quatro a oito anos, o dobro do tipo primário, pois a lesividade da conduta enseja o aumento considerável da pena. Levamos em consideração, para a dosimetria, o crime de fraude eletrônica, que já tem a pena de quatro a oito anos. Não teria sentido colocar uma pena menor para um crime com potencial lesivo superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto é pela aprovação do PL 615, de 2021, com a emenda que já foi devidamente publicada.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 615, de 2021, com a Emenda nº 1, CSP.

A matéria vai à CCJ.

O item 3 foi retirado, não é? (*Pausa.*)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4475, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer tipos penais qualificados para o crime de resistência.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial da Emenda nº 3, e contrário à Emenda nº 2, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 13.05.2025, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 15.05.2025, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Sergio Moro;

3. Em 30.03.2026, foi apresentado novo relatório à matéria;

4. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 249, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, primeiro agradeço ao Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Bolsonaro, pela designação do meu nome como Relator dessa matéria, e agradeço a V. Exa. por conduzir a pauta no dia de hoje incluindo esse tema, que é um tema dos mais importantes, considerando o contexto da segurança pública no Brasil.

Não é nenhuma surpresa que os indicadores de opinião pública no Brasil apontam o tema segurança pública hoje como um dos temas mais importantes a ser enfrentado pelo país. Cada estado com a sua realidade, mas esse é um problema nacional. E esse projeto vem justamente nessa direção de assegurar um ambiente normativo que permita que o Estado retome o controle, especialmente num segmento – que é o segmento prisional – que hoje está dominado por organizações criminosas que, de dentro dessas unidades prisionais, tocam o terror do lado de fora. Especialmente as organizações criminosas – as facções – têm os seus braços operacionais do lado de fora das prisões, mas o comando aqui é de quem está no fechado. Quem está no fechado manda em quem está no aberto; quem está nas ruas é comandado por quem está dentro do regime prisional. São dados assustadores, alarmantes, e o Estado brasileiro precisa dotar a legislação de mecanismos que o permitam frear, controlar esse tipo de ameaça – e esse projeto vem justamente nessa direção.

Por isso, eu cumprimento o eminente Senador Marcio Bittar pela iniciativa.

Passo, Sr. Presidente, à análise do projeto.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "a", compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública. No mérito, entendemos que a proposição é oportuna e relevante. Ao alterar o art. 155 do Código Penal e acrescentar um novo §4º-D, o projeto prevê que, nos casos de furto mediante fraude eletrônica...

Deixe-me só verificar aqui, Sr. Presidente. Eu estou com duas relatorias hoje. Eu acho que eu estou lendo a relatoria... (*Pausa.*)

Agora, sim, Sr. Presidente.

V. Exa. apregoou o tema e eu fiz o preâmbulo em cima do tema, mas o relatório era de outro projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes ao sistema penitenciário, como ocorre no presente caso.

Organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho estão presentes em todo o território nacional. Esses grupos se estruturaram como verdadeiras empresas do crime, expandindo suas atividades – originalmente restritas ao tráfico de drogas, roubos e furtos – para diversos negócios criminosos.

Ao longo do processo de expansão, essas organizações recrutam para suas fileiras profissionais de diversos campos, especialmente da área jurídica. Frequentemente, a imprensa veicula notícias sobre prisões e investigações contra advogados que, extrapolando os limites de seu ofício, participam proativamente nas infrações penais praticadas por organizações criminosas.

Em dezembro de 2023, a Justiça do Rio Grande do Norte determinou a prisão de dois advogados que atuavam como mensageiros de líderes do tráfico de drogas no estado. Os advogados eram articuladores da comunicação entre criminosos em liberdade e presos da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Natal, Rio Grande do Norte, propiciando a circulação de mensagens cujo conteúdo variava entre assuntos sobre o controle do tráfico de drogas e ordens para a execução de pessoas.

De modo semelhante, em maio deste ano, um advogado foi preso na cidade de Campinas, interior de São Paulo, acusado de atuar como mensageiro do PCC. De acordo com as investigações, esse advogado era responsável por viabilizar as comunicações entre membros da facção criminosa dentro e fora dos presídios.

A bem da verdade, cônjuges, familiares e amigos de detentos também podem exercer esse papel de mensageiros. Todavia, os advogados gozam de sigilo nas comunicações com seus clientes, conforme estabelece o art. 7º, III, da Lei nº 8.906, de 1994, o Estatuto da Advocacia. Essa prerrogativa confere imunidade a uma minoria de advogados mal-intencionados.

Certamente, os profissionais que se associam a organizações criminosas para exercer papel proativo em crimes representam um grupo extremamente reduzido. Reconhecemos que a maior parcela dos advogados do país pauta sua atuação por princípios éticos e pela legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A advocacia, como função essencial à Justiça, não pode ser confundida com as práticas ilícitas de uma minoria, cujo comportamento não representa o da classe como um todo.

Essa minoria de profissionais antiéticos se utiliza maliciosamente do sigilo da relação entre advogados e clientes para articular as cadeias de comando do crime organizado a partir dos presídios, permitindo que as lideranças de facções criminosas, mesmo presas, continuem chefiando negócios milionários.

Contudo, o fato de se tratar de um pequeno grupo de profissionais não diminui a gravidade da situação. A utilização indevida das prerrogativas profissionais por alguns advogados para facilitar a comunicação ou a organização de facções criminosas é uma realidade que precisa ser enfrentada com firmeza.

Esses desvios de conduta atentam contra a dignidade da advocacia propriamente dita, maculando a boa imagem de profissionais verdadeiramente comprometidos com a Justiça e que atuam na defesa dos direitos de seus clientes dentro dos limites legais.

Nesse sentido, a adoção de instrumentos normativos e mecanismos de controle proporcionais e juridicamente adequados torna-se indispensável para punir desvios, preservar a integridade do sistema de justiça e impedir que condutas isoladas comprometam a confiança da sociedade na advocacia.

Portanto, é necessário que o ordenamento jurídico brasileiro disponibilize às autoridades meios para coibir o uso do sigilo da relação entre advogados e clientes, prerrogativa fundamental para o exercício da ampla defesa, em favor de organizações criminosas. Por essa razão, o projeto de lei em análise constitui um importante aprimoramento da legislação penal brasileira.

Permitir, em situações específicas, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos durante visitas e entrevistas possibilitará às autoridades penitenciárias o monitoramento mais eficaz das interações entre detentos e visitantes, impedindo que presos recebam ou transmitam informações para fora dos presídios por meio de bilhetes, gestos ou códigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antecipando possíveis críticas ou questionamentos ao projeto, salientamos que o projeto de lei não extingue a prerrogativa de sigilo profissional dos advogados. A proposição apenas flexibiliza esse direito em casos excepcionais.

A inovação veiculada pelo projeto encontra paralelo no plano internacional, notadamente no sistema penal dos Estados Unidos da América, onde o privilégio da comunicação é afastado a partir da aplicação da doutrina legal nomeada *crime-fraud exception*. Essa doutrina estabelece que o sigilo da comunicação pode ser mitigado se as interações entre advogado e cliente tiverem o objetivo de facilitar ou ocultar um crime futuro ou em andamento.

É importante destacar ainda que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça confere fundamento à proposição em exame. O STJ consolidou interpretação no sentido de que a inviolabilidade do sigilo entre advogados e presos não é um direito absoluto, podendo ser mitigado quando há indícios de que o advogado utiliza a prerrogativa profissional para facilitar a prática de crimes.

Trata-se, portanto, de uma inovação legislativa compatível com os direitos e garantias fundamentais, necessária para impedir a subversão das prerrogativas da advocacia em favor do crime. Estamos relativizando a intimidade e o sigilo das conversas entre determinados presos e seus parentes ou advogados, a fim de evitar o cometimento de crimes, inclusive contra a vida, que é o bem mais valioso de um ser humano.

Cumpre consignar ainda que a captação ambiental durante visitas ou entrevistas a presos, assim como as demais medidas de interceptação do fluxo de comunicações previstas na Lei 9.296, de 1996, deverá ser precedida de autorização judicial, cuja fundamentação reconheça a razoável suspeita de envolvimento do detento em organizações criminosas.

Ademais, conforme estabelece o art. 9º da Lei 9.296, de 1996, a gravação que não interessar às investigações será inutilizada, não podendo servir como prova em outros inquéritos ou processos.

Todavia, entendemos que o texto do projeto de lei pode ser aprimorado, para prevenir quaisquer questionamentos de legalidade em relação às medidas judiciais de autorização do monitoramento, ou ainda, acerca de constitucionalidade do novo dispositivo legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, apresentamos emenda para ajustar a redação do §6º e acrescentar o §7º ao art. 8º-A da Lei 9.296, de 1996, conforme proposto pelo Projeto de Lei 249, de 2025.

Explicamos as modificações. Alteramos a redação do §6º do referido art. 8º-A, estabelecendo a possibilidade de captação ambiental durante as visitas a presos sobre os quais haja fundadas suspeitas de envolvimento com organizações criminosas. Dessa forma, as comunicações com cônjuges, companheiros e familiares durante as visitas serão monitoradas em qualquer hipótese.

Por seu turno, o §7º será acrescentado ao art. 8º-A da Lei 9.296, de 1996, para autorizar a captação ambiental durante entrevista quando haja fundada suspeita de que o defensor esteja concorrendo para a prática de crimes em colaboração com o preso ou em associação com organização criminosa.

Com a redação mais restritiva, a medida atingirá apenas os advogados sobre os quais recaia fundada suspeita de utilizar o sigilo profissional para perpetrar infrações penais, hipótese amplamente aceita pela jurisprudência do STJ.

Dessa forma, o projeto de lei preserva a prerrogativa do advogado de conversar reservadamente com o cliente preso, ao mesmo tempo em que consolida um mecanismo legal para impedir que o sigilo funcional seja utilizado como forma de acobertar o cometimento de crimes.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 249, de 2025, com a emenda que se apresenta.

E aí, tenho aqui a emenda, e, para que não haja dúvida – o texto é curto –, farei a leitura do texto na sua versão final.

EMENDA Nº - CSP

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º-A da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 249, de 2025:

“Art. 8º-A. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 6º A captação ambiental poderá ser realizada durante visita a preso sobre o qual haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas.

§ 7º A captação ambiental de que trata o § 6º poderá ser realizada durante entrevista entre o preso e seu defensor, desde que haja fundada suspeita de que o defensor concorre para a prática de crimes com o preso ou organização criminosa.” (NR)

É a redação dada, Sr. Presidente, pela emenda, que apresento como forma de evitar quaisquer questionamentos do ponto de vista de constitucionalidade. Portanto, na esteira daquilo que já foi decidido pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço, Senador Marcos Rogério, e destaco que, de fato, tanto a iniciativa do Senador Bittar como a do relatório são oportunas, porque é preciso ter um controle sobre as comunicações dos presos, especialmente às dos vinculados a organizações criminosas, porque o primeiro objetivo da prisão tem que ser a neutralização. Não adianta nada prender e continuar comandando o crime de dentro da prisão. E é claro que existem *nuances* a serem consideradas.

Antes de colocar sua matéria em discussão, eu faço uma observação só: embora o projeto seja muito meritório, nós, recentemente, aprovamos o PL Antifacção, que virou a Lei 15.358, e essa lei acabou tratando desse tema. Acho que eu faria só uma sugestão – como a matéria ainda vai à CCJ – para que, na CCJ, pudéssemos eventualmente fazer uma compatibilização entre uma coisa e outra, porque essa matéria já foi regrada ali, acabou sendo regrada no PL Antifacção. Não vi uma incompatibilidade específica, mas seria interessante, para evitar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou sendo lembrado aqui, Sr. Presidente – e faz sentido –, mas se tiver a honra de relatar essa matéria também na CCJ, poderei fazer essa análise de forma mais aprofundada.

No caso da inovação trazida na lei contra as organizações criminosas, a alteração foi feita na Lei de Execução Penal.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Sim, sim, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nesse caso, nós estamos alterando aqui uma outra lei, que trata do papel do advogado, que é o Estatuto da Advocacia, mas eu concordo com V. Exa. que talvez uma coisa esteja conectada à outra e a gente deve buscar fazer a conformação dos textos. Eu estou de acordo com a observação de V. Exa., embora os textos estejam posicionados em leis diferentes. Mas acho que tem que ter realmente essa correspondência.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Perfeito.

Coloco a matéria em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não sei se o Senador Marcos Rogério recebeu algum parecer da Defensoria ou da OAB sobre a matéria.

Eu tenho minha preocupação, Marcos, com relação à aplicabilidade.

Vamos aqui falar de dois presos, hoje, no Brasil, que estão sendo considerados líderes do crime organizado. Na neura do Supremo Tribunal, Jair Bolsonaro é líder de uma facção, líder do crime organizado. Inclusive, uma das penas dele é por ser o líder. E um dos advogados dele é o Senador Flávio Bolsonaro. Ele está em prisão domiciliar. Como será a aplicação da captação do defensor se o líder está hoje em prisão domiciliar? Como seria a aplicabilidade da captação dessa conversa do advogado quando o líder da facção... Parece loucura eu falar que o Supremo considera Bolsonaro líder do crime.

Você mencionou algumas coisas aqui sobre a comunicação com cônjuges, companheiros e familiares. Eu tenho um outro preso que é líder de uma facção, líder de uma organização criminosa, que é o Vorcaro. Ele aí não está condenado, mas ele está preso e os advogados o visitam. A aplicação é só para o preso condenado ou para o preso que está acautelado, ainda respondendo ao processo?

Eu tenho dúvidas. São dúvidas que, eu acho, o Brasil inteiro que está nos acompanhando agora tem também com relação à aplicabilidade. E eu queria muito saber – acho que isso vai ficar numa discussão lá na CCJ, com certeza – a posição da OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas que a matéria é meritória, é. Por que, Marcos? A gente vê, não é um, nem são dois, nem três casos de advogados sendo o mensageiro entre o criminoso, no presídio, e os seus liderados lá na ponta. Isso não é novidade, gente. Eu sou advogada, eu estive na área criminal por muitos anos. Há 30 anos eu advogava na área criminal e eu me deparava com essa situação lá atrás. E hoje a gente sabe que isso tem sido recorrente. Nós temos valorosos defensores no Brasil, que merecem ser aplaudidos de pé, mas nós temos defensores que, infelizmente, se submetem a esse jogo nojento, rasteiro, do crime organizado.

Mas eu tenho essas duas dúvidas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, primeiro que o que a Senadora Damares traz é algo realmente até difícil de discutir, porque é um parâmetro que todos nós condenamos e que não é o parâmetro da Justiça brasileira, é um parâmetro criado pelo Supremo Tribunal Federal num julgamento político, num julgamento absurdo.

O ex-Presidente Bolsonaro foi condenado por uma série de crimes que jamais cometeu e enquadrado, inclusive, nessa hipótese. Portanto, é algo, primeiro, surreal. É "absurdizar" com veemência o que aconteceu.

Mas aqui, no caso específico do projeto apresentado pelo Senador Marcio Bittar, parece-me haver uma clareza muito grande de objetivo. Inclusive, nas fundamentações, nós observamos exatamente qual é o público-alvo disso aqui. Aqui tem duas situações.

Primeiro, o tipo de organização criminosa que está sendo tratado aqui é muito específico. Mas, para que não haja dúvida em relação a isso, o ponto central aqui, no caso de escuta autorizada – e essa escuta tem que ser autorizada pela Justiça – é o caso do advogado que é suspeito de participação na organização criminosa ou que é mensageiro da organização criminosa. Portanto, o advogado, para ter a autorização para escuta, tem que ser partícipe, tem que ser suspeito de crime. Não vejo realmente conexão direta com relação a isso.

Essa matéria vai para a CCJ ainda, e aí o alerta feito por V. Exa. é importante, pertinente, em razão da excepcionalidade do momento de fragilidade que nós vivemos no Brasil. O Estado de direito hoje vive um período de fraqueza. Garantias, que até então eram garantias quase que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutas, hoje não existem mais: condena-se politicamente, classifica-se como querem classificar, e é a decisão que está valendo.

Então, o alerta feito por V. Exa. me fará refletir um pouco mais em relação a esses aspectos, mas eu, numa primeira análise, entendo que não é o caso dele, e, no caso, a lei deixa muito claro e específico que o advogado, nesse caso, tem que ser suspeito da prática de crimes para que tenha a autorização. Não basta ser advogado, tem que ter fundadas razões, elementos que indicam uma possível participação dele nos crimes.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Presidente, Presidente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Perdão. Senador Marcio Bittar com a palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Bom dia!

Estou aqui em um seleto encontro só de pré-candidatos a Governador. Aqui temos dois, provavelmente, que serão eleitos: meu vizinho e amigo Marcos Rogério, do querido Estado de Rondônia; e Sergio Moro, nosso pré-candidato no Paraná – acho que serão dois Governadores. Estou também com a Ministra Senadora Damares e com o nosso querido Esperidião Amin, que é uma enciclopédia ambulante – tenho muito prazer de ser Senador com V. Exa. aqui –, e com o meu querido Jorge Seif, que, junto comigo, participou de momentos interessantes junto ao Presidente Bolsonaro.

Mas o espírito é aquele sobre o que tão brilhantemente já discorreram o nosso colega Marcos Rogério e V. Exa. também. Eu acredito, querida Damares, com todo o amor que eu tenho por você, que se o Presidente Bolsonaro cá estivesse votaria a favor desse projeto.

O que nós queremos, fora todas as explicações que o Marcos já deu – eu não quero repetir para não gastar o tempo... É claro, o Brasil inteiro sabe que o crime organizado continua, dentro dos presídios, comandando o crime lá fora. Quantas vezes nós já fomos pegos... eles incendiando, de uma vez só, vários ônibus, fazendo uma série de ações lá de dentro, inclusive, protegidos, dentro da cadeia, continuando a fazer o crime lá de fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós todos sabemos, o Brasil inteiro sabe, que para isso eles se utilizam dessa inviolabilidade da visita, muitas vezes, do seu próprio advogado. Então, nós não temos dúvida nenhuma, como temos aqui, de que há pessoas que agem de forma que a gente condena no meio dos advogados também. Então, não faltam advogados que se prestam ao serviço de receber, na verdade, não pelo serviço prestado como advogado, mas pelo de ser pombo-correio.

Então, a isso se precisa colocar limite. Não é possível que o Brasil inteiro continue assistindo ao crime organizado continuar cometendo crime, continuar tendo... a cadeia não ser interrompida – todo mundo sabendo disso –, sem que a gente possa fazer nada.

Então, quando houver indícios do advogado ou de pessoas ligadas ao crime organizado e que frequentam a cela, o presídio, com essas pessoas que estão presas provenientes de crime organizado, tem que ter a possibilidade de que isso seja documentado, não pode sair impune como está até agora.

De qualquer forma, aprovado aqui, ele vai para a CCJ. Como autor do projeto, se eu tiver a oportunidade, eu vou pedir ao Senador Otto Alencar que passe a relatoria também para o colega Marcos, que já trabalhou com ela aqui nesta Comissão e tem bagagem para fazer também o mesmo trabalho na CCJ.

Mas o fato é que eu entendo que a aprovação desse projeto hoje, na Comissão de Segurança Pública, é mais um passo no sentido de endurecer a legislação brasileira contra o crime e o criminoso. E uma das coisas que nós sabemos que acontece na nossa cara, como diz um certo político aí, na cara da freguesia, é o camarada do PCC, por exemplo, estar lá na cadeia e estar comandando, e, muitas vezes, é através do advogado que se presta a esse serviço, e isso tem que ter um freio de arrumação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para concluir, este momento, querida Damares, de excepcionalidade é o que faz... E como eu queria que V. Exas., Esperidião Amin, que tem muito mais alcance nas redes sociais do que eu; Senadora Damares, nem se fala; você, Jorge Seif; você, Marcos Rogério; o nosso Presidente, muito mais ainda... Eu tenho feito do meu tamanho uma campanha. Eu acho que este Senado tinha a obrigação constitucional de averiguar as denúncias gravíssimas envolvendo Ministro do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal porque é o fim dos tempos. Se você não confia mais no Supremo, vai confiar em quem? Então, este Senado não tem mais legitimidade, ele perdeu legitimidade, ele perdeu credibilidade. Eu tenho feito uma campanha para que este Senado não aprove mais ninguém, e não é o Messias, seja quem for. Nós temos eleições daqui a seis meses, então vamos deixar a nação brasileira... Nessa eleição, pela primeira vez na história brasileira republicana, essa situação em que se envolveu pessoas do Supremo Tribunal Federal será debatida na campanha. Vai ser exigida dos candidatos ao Senado, principalmente, uma posição clara, não só no momento da campanha, mas se a posição na campanha condiz com aquilo que ele fez aqui no Senado. Então, isso será debatido.

Portanto, o novo Senado – dois terços serão renovados –, o novo Governo, esse sairá das urnas recuperando a legitimidade que hoje não tem mais. Alguém acha que o Lula vai indicar algum jurista acima de qualquer suspeita? Claro que não! Lá no começo deles, quando eles indicaram algumas pessoas que, na cabeça deles... Como disse o ex-Senador Jorge Viana, quando o Joaquim Barbosa votou no mensalão para condenar, o que ele disse, aqui neste Senado? "Só faltava eu ver isto: indicados nossos votarem contra a gente." Então, eles abaixaram a régua; a régua é do Dias Toffoli, essa é a régua.

Então, eu entendo que, se V. Exas. assim compreendessem, com muito mais força do que eu, não é um caso, é qualquer caso. O Senado perdeu legitimidade. O Senado, que tem obrigação de investigar as denúncias gravíssimas envolvendo Ministro do Supremo Tribunal Federal, não o fez e não tem mais legitimidade para isso. Eu acho que o pingo de resto de amor próprio que o Senado tem é não aprovar ninguém. Deixe os novos eleitos, o novo Governo eleito – eu espero que seja o meu, trabalho para isso – indique os novos membros, e o Senado os aprove ou não, mas este Governo, em fim de linha, com este Senado, que vai se renovar e que não cumpriu sua missão, não têm legitimidade nem credibilidade para aprovar ninguém. Só essa observação, Sr. Presidente.

No mais, muito obrigado ao Marcos, pela relatoria.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Concedo a palavra ao Senador Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Antes de fazer o meu comentário sobre este projeto meritório de Marcio Bittar e Marcos Rogério, eu quero corroborar com as palavras, aqui, do Marcio Bittar.

Sr. Presidente, para tirar um ministro do Supremo Tribunal Federal, este Senado precisa, por dois terços, votar pela saída. Nós temos, hoje, um documento assinado com 41 Senadores, já, pela abertura de investigação contra ministro do Supremo Tribunal Federal. Nossa batalha, desde o início de 2023, tem sido para acabar com essa loucura, com essa desordem, com essa utopia, com essa perseguição política, chamada golpe de Estado de 8 de janeiro, que todos sabem que não existiu. Golpe do algodão doce, golpe da Bíblia, golpe dos velhinhos desarmados, golpe do churrasquinho, golpe da criançada – esse foi o golpe.

Senador Esperidião, ontem um catarinense que depositou R$500 foi condenado a 16 anos e tem mais de 30 milhões para pagar, por golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado de direito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tentativa armada.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tentativa armada.

O nosso Supremo perdeu completamente o juízo e acha que nós também perdemos, mas não perdemos.

Agora, eu quero lincar com outra coisa. Marcio Bittar, se nós temos, hoje, 41 assinaturas para iniciar uma investigação contra ministro do Supremo Tribunal Federal, eu quero ver se resta um pingo de vergonha na cara nesta Casa – um pingo! – para rejeitar o atual candidato do Governo Federal, porque, com todo o respeito: o Ministro Zanin, advogado de Lula; o Flávio Dino, militante do PSB, por milhares de anos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – PCdoB.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – PCdoB.

... indicado de Lula, líder do Governo no Supremo Tribunal Federal; o Ministro Dias Toffoli foi advogado; nam-nam-nam. E para quantos outros aqui poderemos gastar todo o nosso latim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não aprovar uma investigação contra o Supremo já é um absurdo. Agora, aprovar uma pessoa que diz que ele, como AGU, mandou prender velhinhos, senhoras, idosos, crianças, como nós temos imagens, que o Supremo finge que não vê... Estão espalhadas nas redes sociais. Eles fingem que esses vídeos não existem, mas nós vemos e está lá, para quem quiser ver – é só ter mais do que dois neurônios.

Então, é um pedido que eu faço: Sras. e Srs. colegas Senadores, com todo o respeito do mundo, tenham juízo e vergonha na cara, para não aprovar uma pessoa que se interferiu num processo fraudulento que paralisou o Brasil, que trouxe a inelegibilidade de Jair Bolsonaro e por que tantos brasileiros estão foragidos, fugidos na Argentina. Morreu agora um brasileiro na Argentina, outros pais de família escondidos, outro agora pegando 14, 16 anos de prisão, porque fez um Pix de R$500. Isso é um absurdo!

Então, aqui é minha manifestação, para que todos coloquem a mão na consciência, antes de fazer a sabatina e votar "sim" pelo próximo candidato ao Governo Federal, que é mais um – mais um! – político partidário. Não tenho nada contra a pessoa de ninguém, nem o conheço para falar alguma coisa. Tive uma reunião com ele na AGU sobre terras indígenas em Santa Catarina, inclusive com o Jorginho Mello e com o Esperidião Amin. Agora, não dá para ficarmos elegendo ministros com comprometimento ideológico partidário.

Vou falar agora do projeto.

Sr. Presidente, estamos diante de um projeto extremamente relevante para o enfrentamento do crime organizado no Brasil. O PL 249 trata de um ponto, Senador Moro, sensível, porém absolutamente necessário: a possibilidade de captação de sinais, sejam eles eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, durante entrevistas ou visitas a presos com fundada suspeita de envolvimento com organização criminosa. E aqui precisamos ser claros, Senador Moro, o crime organizado no Brasil não está preso, ele está operando dentro das prisões. Facções criminosas utilizam visitas e contatos externos como verdadeiros canais de comando, coordenando tráfico, execuções, lavagem de dinheiro e expansão territorial. Esse projeto não é um cheque em branco, ele estabelece um critério "fundada suspeita", ou seja, não estamos falando de vigilância indiscriminada, mas, sim, de uma medida direcionada, proporcional, voltada à proteção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, e o Estado, Sr. Presidente, tem o dever de garantir direitos individuais, sim, mas sobretudo o dever de proteger milhões de brasileiros que vivem reféns da violência.

E a realidade do sistema prisional? Hoje, infelizmente, sabemos que ordens de assassinato saem dos presídios, crimes são coordenados em tempo real, visitas e entrevistas são instrumentalizadas pelo crime. Ignorar isso, Sergio Moro, é fechar os olhos para a realidade. Esse projeto vem justamente para quebrar esse ciclo, permitindo que o Estado tenha meios eficazes de monitoramento quando houver indícios concretos de atividade criminosa.

Esse projeto, para finalizar, representa o avanço no enfrentamento ao crime organizado. É uma resposta firme, responsável e necessária, porque segurança pública, Sr. Presidente, não se faz com omissão, se faz com coragem. E hoje já declaro meu voto a favor desse projeto ao escolher o lado de que nós estamos, o lado da sociedade e contra as facções criminosas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Vou registrar aqui que tanto o Senador Marcio Bittar como o Senador Marcos Rogério têm um histórico de projetos e votos contra a criminalidade, contra o crime organizado, e esse é um projeto essencialmente importante, precisa ter essa gravação.

Nos presídios federais, nós mudamos essa regra já em 2019. Então, todas as visitas nos presídios federais são gravadas, inclusive as com advogados. O que nós colocamos lá, Senador Marcos Rogério, para preservar o direito de defesa foi o seguinte: "Essa gravação é para evitar que sejam transmitidas ordens de cometimento de novos crimes. Não pode ser utilizada, quando é com advogado, para a instrução de processos por fatos anteriores à visita". É uma inutilização da prova, ou seja, é só para o futuro. É essa salvaguarda que a gente estabeleceu, e é necessária porque, por exemplo, no presídio federal – eu acompanhei de perto isso –, Roberto Soriano, um dos líderes do PCC, mandou matar três agentes penitenciários federais enquanto estava preso em presídios federais. A origem dessa salvaguarda que tivemos que fazer foi essa, porque foi através de visitação, que não era controlada. Aí, em 2019, nós mudamos a regra: só no parlatório, com gravação da comunicação com todo visitante, e acabamos com a visita íntima também, que não cabe em presídios federais de segurança máxima. Então nós fizemos essa regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí é só porque a minha sugestão, na CCJ, eventualmente a gente vê só se não precisa de uma compatibilização do texto com o regramento já existente, inclusive do PL antifacção, que foi recentemente aprovado.

Mas o projeto vai inteiramente nessa mesma linha, já estabelecida a importância dessa captação ambiental realmente de todos os visitantes, e pensar na forma como proteger o direito de defesa, porque, claro, a grande maioria, quase a totalidade dos advogados não se presta a esse papel de pombo-correio.

Mas para a proteção da própria advocacia, é relevante ter essa regra, porque o advogado não pode ser cooptado. E, às vezes, a cooptação não é por corrupção; às vezes, a cooptação é por coação. "Ou você transmite aqui, ou você presta esse papel, ou você vai sofrer retaliação nossa, do crime organizado." Então, a meu ver, é uma regra que protege a própria advocacia proba, mas, acima de tudo, protege a sociedade contra comandos da ordem de prática de crimes de dentro dos presídios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Uma boa observação do Presidente da Comissão, e aqui invocando a memória do tempo de juiz federal, o que enriquece o debate. Acho que é muito oportuno – ex-juiz federal e Ministro da Justiça do país.

Eu acho que a CCJ tem a possibilidade de fazer essa análise de forma mais aprofundada e aperfeiçoar o texto.

Então parabéns a V. Exa.

E se o Senador Marcio Bittar fizer o diálogo para que a relatoria seja mantida, da minha parte, há absoluta disposição para construir juntos.

A campanha que o Bittar fez aqui, ele já pediu uma frase, e eu já até falei assim, olha, ele já falou para conversar com os demais Senadores, porque é um momento em que os Senadores todos estão sendo demandados em relação a essa questão de indicação de Ministro do Supremo. E naturalmente não tem que se fazer, neste momento, juízo de valor sobre o indicado. O que ele está trazendo aqui é uma nova premissa que eu acho que vale a pena refletir. Não vota o Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até as eleições. O povo decide primeiro, o Supremo vem depois. É uma questão de legitimidade. Eu acho que é algo realmente que deve merecer de todos nós essa reflexão.

A oposição já tem uma posição contra a indicação do Presidente Lula para o Supremo, mas eu acho que é algo, Senador Esperidião Amin, Senadora Damares, Presidente Moro, que deve merecer a atenção do Plenário do Supremo Tribunal Federal, o momento em que o país está vivendo. Indicado ao Supremo não é prêmio de governo e não é extensão de governo, como parece querer fazer o atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu vou acompanhar esse entendimento, porque há um momento de turbulência. Você imagina o debate de uma nova indicação neste momento de turbulência, em que se está discutindo a conduta de ministros que já estão no cargo. Então, eu imagino o que seria essa sessão da CCJ.

Mas se o Lula tivesse enviado a mensagem ano passado, seria uma coisa. Agora, enviou já em abril, depois de toda essa turbulência. É razoável, dada a proximidade das eleições gerais, que se deixe o novo Presidente fazer essa indicação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Mas ele vai mandar mais duas. A gente já vai debater três. Tem dois lá que vão cair, gente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Mas é aí que está. Isso nos blinda, porque não é uma coisa pessoal. Honestamente falando, depois de tudo que aconteceu no Brasil, o ambiente está completamente contaminado. Este Senado, que não cumpriu seu papel, que viu um monte de coisa acontecer e que não agiu, tendo obrigação constitucional, vai indicar, vai aprovar, então, qualquer que seja ele.

É como você disse, querido Marcos, não é questão pessoal. Não tenho relação nenhuma, não sei... Claro – porque eu não sou idiota –, eu vejo o vídeo dele dizendo, com pompa e circunstância, como ele foi importante para prender um monte de gente por um crime que não cometeu.

Mas a campanha é mais do que isso, é dar o direito ao povo brasileiro que vai debater isso na eleição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Isso nunca teve no Brasil, vai ter agora. A eleição deste ano vai discutir a eleição do Senado sob esse prisma como nunca houve. Então, deixa isso acontecer e quem for eleito, que assuma a responsabilidade, com a legitimidade que a urna vai dar, não agora.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Bem, de acordo? (*Pausa.*)

Mas voltando aqui à matéria, então – teremos tempo para debater esse tema –, alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 249, de 2025, com a Emenda nº 1, CSP.

A matéria vai à CCJ.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2588, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para prever que, no caso do crime de furto mediante fraude eletrônica, as penas serão aplicadas em concurso material se a conduta for precedida da subtração de dispositivo eletrônico ou informático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, indo direto para a análise da matéria, nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "a", compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública. No mérito, entendemos que a proposição é oportuna e relevante.

Ao alterar o art. 155 do Código Penal e acrescentar um novo §4º-D, o projeto prevê que, nos casos de furto mediante fraude eletrônica, as penas sejam aplicadas em concurso material (art. 69, CP) quando a conduta for precedida da subtração de dispositivo eletrônico ou informático em si, a exemplo do aparelho celular.

Essa mudança visa somar as sanções de cada crime, diferentemente da prática atual, em que muitos juízes aplicam o benefício do crime continuado (art. 71, CP), aumentando-se a pena do furto qualificado de um sexto a dois terços. A proposta busca, assim, conferir maior rigor punitivo e refletir a gravidade dos delitos, máxime para a população menos abastada, cujo celular representa bem de importância central e de difícil substituição, em razão de seu alto valor.

A justificativa apresentada pelo autor destaca que o furto de celulares e outros dispositivos eletrônicos se tornou uma das modalidades criminosas mais frequentes no Brasil, impulsionado pelo valor material dos aparelhos e pelo acesso indevido a informações sensíveis das vítimas. Criminosos utilizam os dispositivos subtraídos para acessar contas bancárias, aplicativos financeiros e redes sociais, causando prejuízos financeiros significativos e danos emocionais irreparáveis.

De fato, dados oficiais do 19º Anuário Brasileiro da Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que, em 2024, foram roubados ou furtados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

917.748 celulares no Brasil, o que representa quase dois aparelhos por minuto. Embora tenha havido uma redução de 13,4% em relação a 2023, o número continua elevado.

Nota-se que os furtos superaram os roubos, representando 56% das ocorrências, e apenas 8% dos aparelhos foram recuperados, evidenciando a baixa efetividade na devolução dos bens.

Além disso, organizações criminosas especializadas faturaram altíssimas cifras com fraudes digitais associadas a esses crimes, demonstrando a razoabilidade da proposta para enfrentar essa dinâmica criminosa.

Assim, a expectativa é de que a medida fortaleça o combate a crimes patrimoniais digitais, reduza a impunidade e amplie a proteção aos dados pessoais e ao patrimônio financeiro das vítimas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.588, de 2025.

Esse é o parecer, com saudação, Sr. Presidente, e reconhecimento do mérito da matéria apresentada pelo eminente Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Muito bem. A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.588, de 2025. A matéria vai à CCJ.

A parte 2 desta reunião de hoje é o plano de trabalho de avaliação de política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PLANO DE TRABALHO

- Não terminativo -

Plano de Trabalho que visa orientar a Comissão de Segurança Pública (CSP) na avaliação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, nos termos do Requerimento nº 2/2026-CSP.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do plano de trabalho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, o plano de trabalho já foi amplamente divulgado, está publicado. Eu trago-o apontando quais são os eixos temáticos da avaliação. Nós já aprovamos o Requerimento 2, sobre que esta Comissão vai se debruçar durante este ano, na avaliação da política pública Provita, que é o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Então, eu trago aqui, no meu plano de trabalho, os eixos temáticos da avaliação. Trago também, Presidente, a metodologia que eu vou usar. E eu vou usar como metodologia audiências públicas, requerimentos de informações, pesquisas, coletas de dados. Há uma única atividade que eu não trouxe como uma previsão, mas é uma possibilidade, Presidente, que é uma visita à instituição que protege testemunhas ameaçadas. Essa instituição fica no Maranhão. Eu quero muito fazer uma visita, por meio desta Comissão, a essa instituição.

E, por último, Presidente, no meu plano de trabalho, eu também trago um cronograma, que começa em 3 de abril, que é hoje, a aprovação do plano, a entrega do plano de trabalho e a aprovação, e eu encerro a avaliação no dia 11 de dezembro de 2026, com a entrega do relatório e a análise do relatório.

Então, eu trago o que vou avaliar, a metodologia, o cronograma de trabalho, está aqui devidamente publicado, e eu peço apoio aos pares para a gente aprovar esse plano de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo só essa observação: é possível que eu peça, ao longo do período, uma diligência ao Estado do Maranhão.

Tão somente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Eu vou elogiar aqui o plano de trabalho feito pela Senadora Damares Alves para um tema tão importante, porque, em um processo criminal, no combate ao crime, precisamos da prevenção, mas a gente precisa ter repressão para as coisas funcionarem. A prova é essencial, e muitas vezes quem consegue fornecer a prova são as vítimas e as testemunhas. No entanto, num contexto de intimidação, em crimes praticados com violência ou em crimes vinculados a organizações criminosas, a proteção às vítimas e às testemunhas é essencial; senão, quem vai se dispor a testemunhar? Quem vai se dispor a falar a verdade perante a Justiça, perante a polícia? Ninguém.

Infelizmente, os nossos programas de proteção às testemunhas e vítimas normalmente são muito falhos...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – ... muito modestos. Aqui é algo que vem há tempos. Então, vamos destacar que é um problema crônico, e acho que é um tema essencial para esta Comissão de Segurança Pública.

Então, eu tomo a liberdade de elogiar a iniciativa de V. Exa. e o plano realizado. Se eu puder contribuir no desenvolver dos trabalhos, ficarei muito feliz.

Esse é um trabalho de essencial importância. Muito bem. É ótimo que V. Exa. tenha se disposto a realizar essa avaliação.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o plano de trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, registrando aqui novamente meus elogios à Senadora Damares.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Mara Gabrilli, Romário, Eduardo Girão e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2026 - CEsp, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 3/2026 - CEsp, de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ) e da Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater o impacto da reforma tributária, especialmente da Lei Complementar nº 224, de 2025, nas organizações esportivas sem fins lucrativos e no esporte nacional como um todo. **Participantes:** Sr. Marco La Porta, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Sr. Paulo Henrique Nascimento Silva, Presidente do Praia Clube; Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, Diretor de Programa para Implementação da Reforma Tributária; Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); Sr. Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Diretor Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); Sra. Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva, Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil (representante de: Ministério da Fazenda); Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (FENACLUBES); Sr. Diogo Ferreira Barros Medeiros de Souza, Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte (representante de: Ministério do Esporte); Sra. Carolinne Gomes Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte (representante de: Ministério do Esporte); Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Relações Institucionais do Comitê de Clubes Paralímpicos (CBCP); Sr. Luiz Eduardo Baptista, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; Sr. Eduardo Bandeira de Mello, Deputado Federal; Sra. Ketleyn Lima Quadros, Presidente da Comissão de Atletas do COB; Sr. Radamés Lattari Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV); Sr. Washington Stecanela Cerqueira, Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; Sr. Marcelo Sacramento de Araújo, Presidente do Iate Clube da Bahia; e Sr. André Perego Fiore, Presidente do Esporte Clube Pinheiros. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos presentes.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de abril de 2026.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, autoridades presentes e representantes do esporte brasileiro, inicio esta reunião da nossa Comissão de Esporte daqui, do Senado Federal, com um registro que nos toca profundamente. Há mais de dez dias, no dia 17 de abril de 2026, o Brasil se despediu de um dos maiores nomes da história esportiva do nosso país, que é o Oscar Schmidt. Oscar foi o maior jogador de basquete que este país teve e uma das referências mundiais na modalidade. Sua trajetória é motivo de orgulho para todos nós. Foram décadas defendendo o Brasil com talento, com coragem e uma entrega que certamente inspirou inúmeras gerações. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levou o nome do nosso país ao mais alto nível do esporte internacional e se tornou um símbolo de dedicação, de amor ao esporte e de compromisso, é claro, com a camisa da Seleção Brasileira.

Inclusive, eu tive a honra de disputar duas Olimpíadas ao lado do Oscar, em 1992, Barcelona, e em 1996, Atlanta, e ele realmente deixa um exemplo. Eu tenho uma história muito interessante que eu lembro: quando nós chegamos com a nossa medalha de bronze, em 1996, a primeira da história do voleibol feminino, o Oscar sempre ficava ali, naquela sala de reuniões – os atletas sabem do que eu estou falando, os dirigentes –, aquela que tinha TV, em que a gente parava para acompanhar os nossos colegas de outras modalidades. Eu lembro que nós entramos com a medalha, e – eu não lembro qual foi, não sei se foi da Fofão ou da Virna – ele pegou a medalha. Ele disputou cinco Olimpíadas, estava encerrando, inclusive, a carreira dele, e aí ele comentou: "Eu daria tudo para ter ganhado uma dessas aqui". Porque a gente estava assim: "Poxa, foi por pouco que a gente...". Nós estávamos, naquele momento, reclamando que, poxa, por um detalhe a gente perdeu a semifinal para Cuba, 3 a 2, um jogo, nossa, histórico assim, e a gente estava contando para ele. Ele falou assim: "Não, eu acompanhei a trajetória de vocês, a caminhada de vocês aqui. Olha, mas se eu puder dar um conselho a vocês: aproveitem muito essa medalha; são poucos os que têm uma medalha, seja ela de bronze, de prata e principalmente de ouro – são poucos, são poucos os privilegiados. Eu trocaria todas as minhas Olimpíadas por uma medalha dessas". Eu não esqueço nunca. Naquele momento nós olhamos umas para as outras assim. A gente entendeu, através daquele recado do Oscar, a importância, porque a gente estava, naquele momento, também fazendo história para o voleibol feminino do Brasil: a primeira medalha olímpica do voleibol feminino do Brasil.

Então, obrigada, Oscar. (*Palmas.*)

Ele deixa esse exemplo de perseverança, de disciplina e de paixão.

Eu gostaria agora de pedir a todos que se levantem. Vamos fazer um minuto de silêncio em homenagem ao Oscar Schmidt, grande lenda do nosso esporte olímpico e do basquete brasileiro.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Comissão de Esporte, em nome desta Presidente, Senadora Leila – Leila do Vôlei, Leila Barros –, e em nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Davi Alcolumbre, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, presta aqui a nossa homenagem ao Oscar e manifesta a nossa solidariedade à família, aos amigos e a todos que tiveram suas vidas, de alguma forma – assim como eu –, impactadas por sua história.

Senhoras e senhores, o esporte brasileiro e mundial segue mostrando força. Nos últimos dias, tivemos feitos históricos que merecem um rápido registro.

No cenário internacional, a Maratona de Londres entrou para a história com marcas impressionantes. Um atleta queniano se tornou a primeira pessoa a completar a prova abaixo de duas horas, um feito que redefine os limites do desempenho humano. Na mesma competição, a etíope Tigst Assefa estabeleceu o recorde mundial em prova exclusivamente feminina, evidenciando o crescimento e a excelência do esporte feminino mundial.

O Brasil também teve grandes resultados.

A atleta Vitória Sena quebrou, após 25 anos, um recorde histórico nos 100m com barreiras, superando a marca da nossa querida Maurren Maggi – pertencia a ela, né, Wlamir? Então, à nossa querida e jovem atleta Vitória Sena os parabéns. No basquete, Tiago Splitter, gente, fez história ao se tornar o primeiro treinador brasileiro a vencer um jogo nos *playoffs* da NBA – estamos aqui torcendo. No surfe, Gabriel Medina e Luana Silva conquistaram o vice-campeonato de Margaret River. No vôlei de praia, aqui em Brasília, as duplas Duda Lisboa e Ana Patrícia, que são as nossas campeãs olímpicas, além de Mateus e Adelmo, conquistaram o título do Brasileiro – não é, Radamés? – de Vôlei de Praia, aqui em Brasília. E está tendo agora a etapa de Circuito Mundial aqui, vamos comparecer e convidar todo mundo que está aqui para comparecer e torcer pelo nosso vôlei de praia. No voleibol, Minas e Praia Clube voltam a protagonizar a final da Superliga Feminina, reafirmando a força da modalidade no nosso país. No boxe, o Brasil brilhou na etapa de Foz do Iguaçu da Copa do Mundo, com uma conquista de quatro medalhas de ouro, com destaque para o Luiz Oliveira – o Bolinha –, Yuri Falcão, Isaías Ribeiro e Wanderley Pereira, que subiram ao lugar mais alto do pódio e reafirmaram a força do boxe brasileiro no cenário internacional. No tiro esportivo, Salomão Baumann conquistou medalha de ouro em competição internacional. No atletismo, José Fernando Ferreira, o Balotelli, conquistou medalha de prata no decatlo, em competição internacional também, na Itália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No esporte paraolímpico – segue nos dando orgulho, né, Zé Antônio? –, o nadador Gabriel Araújo conquistou o Prêmio Laureus de 2026. Seleção Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas foi campeã na Austrália. E o país teve um desempenho expressivo no atletismo paraolímpico, com dezenas de medalhas em competições internacionais, além de resultados importantes no tênis de mesa.

Esses resultados mostram a vitalidade do nosso esporte paraolímpico e olímpico e a qualidade do trabalho que vem sendo realizado em diversas modalidades, mas também nos lembram de algo que é essencial: o esporte depende de uma base sólida e de políticas públicas consistentes – e é exatamente isso que nos traz à pauta desta reunião.

Senhoras e senhores, realizamos hoje uma audiência pública para debater os impactos da reforma tributária, especialmente da Lei Complementar 224, de 2025, sobre as organizações esportivas sem fins lucrativos e sobre o nosso esporte nacional. Estamos diante de um tema de grande relevância. As entidades esportivas sem fins lucrativos desempenham um papel central no Brasil: são responsáveis pela formação de atletas, pela inclusão social, pela manutenção de estruturas esportivas e pelo desenvolvimento de milhares de projetos em todo o nosso país.

A reforma tributária trouxe mudanças profundas. O novo modelo passou a impor a essas entidades associativas uma carga tributária e uma complexidade que não dialogam com a sua natureza. Ao mesmo tempo, estruturas com fins lucrativos, como as SAFs, contam com um regime mais simples e, em muitos casos, proporcionalmente mais favoráveis – e é isso que nós vamos debater aqui. Esse cenário cria uma assimetria que precisa, é claro, ser debatida. É o que vamos fazer na manhã de hoje.

Estamos falando de instituições que reinvestem integralmente seus recursos no esporte, na formação de jovens e na promoção, é claro e mais importante, do que eu sei que é também um dos pilares, da cidadania. Qualquer impacto negativo sobre essas entidades pode significar a redução de projetos, de bolsas e, é claro, de oportunidades. Trata-se, portanto, de avaliar se o novo modelo tributário preserva ou fragiliza o sistema esportivo nacional.

Esse sistema é essencial para o nosso país: ele forma atletas de alto rendimento, promove a saúde pública, reduz desigualdades, projeta o Brasil internacionalmente. Nós que somos do esporte – eu falo porque a gente sai dele, mas ele não sai da gente – sabemos o quanto nos honra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carregar a nossa bandeira mundo afora e representar o nosso país. Nós temos também um papel cívico, um papel institucional muito forte, levando a história, a bandeira e todo o setor esportivo e a nação brasileira mundo afora.

Por isso, esta Comissão cumpre um papel ao abrir este espaço para o debate. Queremos ouvir, compreender os impactos reais e buscar caminhos que assegurem o fortalecimento do nosso esporte brasileiro.

Senhoras e senhores, antes de encerrar, eu afirmo que o esporte brasileiro vive um momento de conquistas importantes, mas também enfrenta desafios relevantes. Cabe a nós, no Parlamento, garantir que esses desafios sejam enfrentados com responsabilidade e, acima de tudo – falo sempre com os meus colegas –, com visão de futuro. Que possamos honrar o legado de Oscar Schmidt e de tantos outros atletas que representaram o nosso país mundo afora e que trouxeram grandes vitórias para o nosso esporte, garantindo condições para que as novas gerações tenham oportunidade de crescer, de competir e, é claro, representar o nosso país.

Então, vamos à nossa audiência. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Antes de iniciarmos, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do nosso Deputado Federal Eduardo Bandeira de Mello. Por favor, uma salva de palmas para o Bandeira de Mello. (*Palmas.*)

E também dos representantes do Ministério do Esporte: o Sr. Paulo Henrique, que é o nosso Ministro, está a caminho; o Sr. Ivo de Almeida Icó Filho, Secretário-Executivo do ministério; a Sra. Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Esporte; a Sra. Jessyca Caroline Gonzaga, Chefe de Gabinete do Ministério do Esporte; o Sr. Guilherme Assunção Fagundes, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte; o Sr. Ricardo Medeiros de Castro, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Econômico Digital do Ministério do Esporte; a Sra. Diana Carvalho de Freitas, Coordenadora-Geral de Fomento e Empreendedorismo do Ministério do Esporte; o Sr. Gerêncio Nelcyr, que é Assessor Parlamentar do Ministério do Esporte; o Sr. Georgenor Cavalcante Pinto, Assessor Técnico do Ministério do Esporte.

Queria também citar os Presidentes de confederações: o Sr. Paulo Wanderley Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Judô; o Sr. Radamés Lattari Filho, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confederação Brasileira de Voleibol; o Sr. Arialdo Boscolo, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes); o Sr. Alim Maluf Neto, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU); o Sr. Robson Aguiar, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); o Sr. Helder Maciel Araújo, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); o Sr. Wlamir Leandro Motta Campos, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo; o Sr. Arno Schneider, Presidente da Confederação Brasileira de Esgrima – seja muito bem-vindo, Sr. Arno –; o Sr. João Luiz Araujo da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco; o Sr. José Henrique da Cunha Lopes, Presidente da Confederação Brasileira de Squash; a Sra. Patrícia Boos, Presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor – seja muito bem-vinda –; o Sr. Ranier Rezende, Presidente da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos; o Sr. Sandro Bernardoni, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon; o Sr. Sergio Nabhan, que é o Presidente do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo; o Sr. Ali Tarbine, que é o Presidente do Sindiclubes Paraná; o Sr. Paulo D'Almeida, Presidente do Sinlazer, do DF; o Brigadeiro Sr. Alexandre de Carvalho Ribeiro, que é o Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil.

Os Presidentes de clubes e associações citarei agora: o Sr. Luiz Eduardo Baptista, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; o Sr. Carlos Henrique Martins, Presidente do Minas Tênis Clube; o Sr. André Fiore, que é o Presidente do Esporte Clube Pinheiros; o Sr. Gil Bacos, que é o Presidente do Club Athletico Paulistano; o Sr. Paulo Henrique Nascimento Silva, Presidente do Praia Clube; o Sr. Luiz André Reis, Presidente do Iate Clube de Brasília; o Sr. Gilberto Carneiro da Silveira, Presidente do Tijuca Tênis Clube; o Sr. Paulo Cezar Mayer, que é o Presidente do Clube Paineiras do Morumby; o Sr. Roberto Oliveira de Lima, Presidente do Clube de Campo de São Paulo; o Sr. Osvaldo Junior, Presidente do Clube Esperia; o Sr. Daniel Ladeira, Presidente do Esporte Clube Ginástico; o Sr. Dinaldo Santos, Presidente do Clube Social da Unidade de Vizinhança; o Sr. Washington Cerqueira, ex-Jogador de Futebol e Presidente da Autoridade Pública de Governança de Futebol (APFUT).

Vice-Presidentes, Diretores e Gestores: o Sr. João Paulo da Silva, Superintendente Executivo do CBC; o Sr. Marcos Motta, Vice-Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; o Sr. Sandro Viero, que é Vice-Presidente da Sociedade de Ginástica de Porto Alegre; o Sr. Walney de Almeida, Vice-Presidente do Olympico Club; o Sr. Luís Felipe Cavalcanti, Diretor Jurídico do CBC; a Sra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jéssica Novaes, Diretora da CBDV; o Sr. Marcelo Sacramento, Dirigente do Fenaclubes; o Sr. Adelmo dos Santos Alves, Dirigente do Instituto Reciclando o Futuro; o Sr. Wesley Bruno da Silva, Dirigente do Instituto Reciclando o Futuro; o Sr. Aleksander Silvino dos Santos, Dirigente do Clube de Regatas do Flamengo; o Sr. Carlos Rocha, Dirigente do Mackenzie Esporte Clube; o Sr. Leonardo Cançado – todo mundo está... (*Risos.*) –, Dirigente do Esporte Clube Ginástico; o Sr. Alexandre Augusto de Moraes, Dirigente da Associação Bauruense de Desportos Aquáticos; o Sr. Juliano Tetto, Advogado do Sindiclubes do Paraná.

Relações institucionais e Coordenadores: a Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Relações Institucionais do CBCP; o Sr. José Carlos Salgueiro Pinheiro, Relações Institucionais do COB; o Sr. Ricardo Machado, Relações Institucionais do COB; o Sr. David Backer, Relações Institucionais da CBVela; o Sr. Ricardo Vidal, Relações Institucionais da Confederação de Atletismo; o Sr. Daniel Brito, Gerente de Comunicação do CPB; a Sra. Renata de Lima Barreto, Coordenadora de Ações Corporativas do COB; o Sr. Nathanael Lima, Coordenador Técnico do Clube Vizinhança; o Sr. Bruno Faccin Pereira, Assessor Jurídico da CBDU; o Sr. Felipe Costa Barros, Assessor de Comunicação do COB.

Agora vamos para o corpo técnico. Está terminando gente... Está não. (*Risos.*) Temos o Sr. Davi Morais Cunha Guimarães, do CBC; a Sra. Carla Rosana, do CBC; a Sra. Thilara Ramalho, do CBC; a Sra. Ana Priscila, do CBC; a Sra. Milenna Rosa, do CBC; a Sra. Milena Carneiro, do CBC; o Sr. Ygor Borges, do CBC.

Atletas agora presentes: o Sr. Paulo André da Silva, o Paulão, campeão olímpico do nosso vôlei de quadra, em 1992 – seja muito bem-vindo, Paulão –; o Sr. João Batista Nunes de Oliveira, atleta do Flamengo – seja bem-vindo também, João Batista –; a Sra. Taynar Louranna, atleta do Instituto Reciclando o Futuro; a Sra. Ketleyn Lima Quadros, medalhista olímpica no nosso judô e Presidente da Comissão de Atletas do COB; a Sra. Beatriz Futuro, membro da Comissão de Atletas do COB; e também o Sr. André Baeta, Vice-Presidente do Minas Tênis Clube.

Gente, que nominata incrível, viu? Cansei, mas valeu a pena citar a todos. Se tiver mais alguém...

Por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cara, uma mobilização sensacional.

Então, eu quero agradecer muito essa mobilização realizada por todas as lideranças do nosso esporte nacional.

Nós vamos agora aos objetivos e diretrizes da nossa reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o impacto da reforma tributária, especialmente da Lei Complementar 224, de 2025, nas organizações esportivas sem fins lucrativos e no esporte nacional como um todo, em atenção ao Requerimento nº 1-CEsp, de 2026, de autoria desta Presidência, Senadora Leila Barros, e ao Requerimento nº 3-CEsp, de autoria dos Senadores Carlos Portinho e Leila Barros.

Participam desta audiência pública os seguintes convidados: a Sra. Carolinne de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte (*Palmas.*) ; o Sr. Diogo Ferreira de Souza, Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte do Ministério do Esporte (*Palmas.*) ; o Sr. Roni de Brito, Diretor de Programa para Implementação da Reforma Tributária do Consumo (*Palmas.*) ; o Sr. Marco La Porta, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (*Palmas.*) ; o Sr. José Antônio Ferreira Freire, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (*Palmas.*) ; o Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) (*Palmas.*) ; a Sra. Roseane Cavalcante Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) (*Palmas.*) ; e o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes) (*Palmas.*).

Informo também que foi convidado o representante da Futebol Forte União (FFU), que não pôde comparecer a esta audiência.

Como temos sete convidados presentes, nós dividiremos esta audiência pública em duas mesas.

Participam desta primeira mesa os seguintes convidados: o Sr. Marco La Porta, Presidente do COB; o Sr. José Antônio Freire, Presidente do CPB; o Sr. Paulo Germano Maciel, Presidente do CBC; a Sra. Cláudia Lúcia da Silva, Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil; e o Sr. Roni de Brito, Diretor de Programa para Implementação da Reforma Tributária do Consumo, que participará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas aqui pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, extensivo a mais dois. Nós vamos colocar uma regra, porque acho que é importante.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida a Parlamentares inscritos. Eles irão comparecer. Está todo mundo nas Comissões, mas todos estão sabendo. Nós fizemos o convite a todos, principalmente os membros da Comissão, para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Vamos começar. Então, que Deus nos abençoe!

Vamos começar as exposições iniciais. Eu passo a palavra para o Sr. Marco La Porta, que é o Presidente do Comitê Olímpico.

Seja muito bem-vindo, Presidente.

O SR. MARCO LA PORTA (Para expor.) – Bom dia. Obrigado, Senadora Leila.

A senhora discorreu agora sobre uma série de conquistas do esporte brasileiro no fim de semana. A gente fica muito orgulhoso disso! E eu até acrescentaria mais uma, Senadora: o Brasil sagrou-se tetracampeão dos Jogos Sul-Americanos da Juventude, no Panamá, estabelecendo um novo recorde de medalhas, com 157 medalhas conquistadas para os nossos jovens atletas de até 18 anos. Então, isso mostra o trabalho que é feito hoje no esporte brasileiro pelas confederações aqui presentes, pelos clubes, pelos atletas; o recurso que chega hoje no esporte brasileiro é muito bem utilizado na atividade-fim.

Nós temos um modelo de financiamento hoje do esporte brasileiro muito baseado no recurso das loterias. Eu gosto sempre de dizer que esta Casa aqui, o Congresso Nacional – o Senado e a Câmara – mudou o esporte brasileiro, com essa Lei das Loterias que foi feita lá atrás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no início dos anos 2000, que viabilizou o crescimento do esporte brasileiro. Nós vivíamos num tempo, na década de 90, em que os atletas tinham muita incerteza do apoio. Acho que o Paulão viveu muito isso como campeão olímpico. Não foi fácil para ele chegar nesse caminho. As dificuldades eram muito maiores do que são hoje, porque não havia essa segurança de ter o financiamento como o esporte brasileiro tem hoje das loterias. E essa mudança que veio não foi por acaso; demorou um tempo para que houvesse uma maturação da gestão e melhor aproveitamento desse recurso. Mas, nos dois últimos Jogos Olímpicos, Senadora, nós batemos mais de 20 medalhas. Foram dois recordes históricos, o que mostra o quanto que um financiamento constante, ao longo do tempo, permite um planejamento do treinamento do atleta, das confederações, e a gente faz muito bem o uso desse recurso.

E, desde o ano passado, se acresceu a esse recurso das loterias, que é muito importante, o recurso das *bets*, que vem também dar um novo gás para o sistema esportivo brasileiro e nos anima para que essas 20 medalhas obtidas em Jogos Olímpicos possam ser superadas cada vez mais e a gente possa propiciar cada vez mais apoio aos nossos atletas.

E hoje esse recurso que chega para nós é de suma importância. Então, a gente entende que novas medidas legislativas não podem, de forma alguma, impactar no nosso sistema. O atleta precisa de tempo para trabalhar, precisa de tranquilidade, para saber que os seus projetos são perenes, ao longo do tempo, que eles não correm o risco de sofrer uma interrupção por falta de recursos ou por diminuição de recursos.

Então, esse movimento do esporte brasileiro aqui não é um movimento por mais recursos; é um movimento por não tirar os recursos que o esporte brasileiro tem hoje. Então, a Lei Complementar 224, de 2025, tem uma redução linear sobre benefícios e incentivos tributários, e isso é muito ruim para o esporte, porque a gente perde bastante possibilidade de fazer mais pelos atletas.

É um impacto principalmente nos clubes. Ele tem um impacto muito grande.

Os clubes fazem um trabalho importante, em prol da sociedade, de fomento à prática esportiva; os clubes compõem as federações, que compõem as confederações, que compõem o Comitê Olímpico. Então, faz parte de todo um sistema que funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que hoje nós estamos aqui com as confederações, com os atletas, junto com os clubes, para mostrar para todo mundo que o recurso que chega ao esporte é muito bem empregado. Ele não pode, de forma alguma, ser reduzido.

A gente tem uma IN, que foi publicada este ano, a 2.307, que preservou essa isenção, mas essa IN tem um prazo – até o final do ano –, e isso causa uma insegurança que, para o esporte, é muito ruim. Então, a gente não pode, no momento em que a gente vai começar, no meio do ano, a planejar o Orçamento do próximo ano, a continuidade dos projetos – no caso, do Comitê Olímpico, a preparação para os Jogos Olímpicos de Los Angeles –, a gente não pode ter essa insegurança nessa diminuição dos recursos. Então, a gente precisa, realmente, que haja uma ação efetiva desta Casa, para que não haja uma redução dessa isenção a que o esporte já tem direito.

É só isso. O esporte não quer nenhum tipo de privilégio. O esporte quer apenas a possibilidade de trabalhar, de ter o *status quo* atual mantido, de forma que a gente possa ter esse trabalho feito cada vez mais possível.

E muito nos surpreende ainda que esta mesma Casa, que fez essa mudança significativa lá atrás, no início dos anos 2000, e no ano passado, com as *bets*, queira, de uma forma ou outra, pela reforma tributária ou pela PEC 18, da segurança pública, de 2025, tirar 30% dos recursos oriundos das *bets*. Esses 30% – e eu agradeço ao Presidente Wlamir, que fez essa conta – são um impacto de R$480 milhões no esporte brasileiro para o próximo ano – a menos! –, e isso é o orçamento do Comitê Olímpico do Brasil, é o orçamento das loterias. Então, se começarmos a somar todos esses cortes que está havendo no esporte, com certeza a gente não vai conseguir ter uma perenidade de fazer um trabalho que é muito bem feito hoje.

No Comitê Olímpico do Brasil, particularmente – e eu citei isso semana passada, num fórum muito bem feito pelo CBC –, é um impacto de R$25 milhões só este ano, e R$25 milhões, Leila, é o orçamento do voleibol e do judô. Então, é menos um voleibol e menos um judô, as duas modalidades mais medalhistas do Brasil.

Então, a gente não pode... Aliás, gente, não faz sentido você ter um corte em prol da segurança pública, quando o esporte provê segurança pública. O Ministério do Esporte tem um projeto muito bem feito hoje, de areninhas feitas, algumas espalhadas pelo Brasil, no Maranhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente vê: essas areninhas tiram as crianças do caminho errado. Então, isso aí impacta. É um recurso que não vai chegar nas secretarias estaduais, municipais, a menos.

Então, não é só o Comitê Olímpico, não são só os clubes. E isso é segurança pública, isso é educação, isso é saúde, é cultura até, é tudo. O esporte entrega isso tudo, então a gente é totalmente a favor de que se aumentem os recursos da segurança pública, mas não dá para tirar de algo que provê a segurança pública. E, ao mesmo tempo, a gente é totalmente a favor de que o Estado brasileiro, o Governo, tenha uma responsabilidade fiscal, mas não vai ser cortando do esporte que vão ser resolvidos os problemas tributários do Brasil.

Então, a gente está aqui hoje para defender não um privilégio a mais do esporte, a gente está aqui para defender o que o esporte tem hoje e que entrega muito para a sociedade. Todos os resultados que vêm sendo obtidos são frutos do trabalho muito bem feito por todas as confederações, por todo o sistema, e eu não tenho dúvida de que o recurso que entra hoje dentro do esporte vai direto para a atividade-fim. As confederações, o Comitê Olímpico, clubes, muito pouco desse dinheiro de recurso vai para atividade de manutenção, é muito direcionado para a atividade-fim, chega na ponta da linha.

Nós temos aqui duas atletas icônicas, a Ketleyn e a Beatriz Futuro. A Beatriz Futuro é a nossa capitã da Seleção Feminina de Rugby, um grande destaque e que faz parte hoje, com um debate muito efetivo, da Comissão de Atletas do COB – as duas; a Ketleyn, duas medalhas olímpicas. Então elas sabem exatamente do trabalho que é feito dentro das instituições hoje, acompanham de perto e fiscalizam. E o mais importante: os atletas hoje sabem da transparência que tem e dão o seu aval para o trabalho que é feito nos clubes e organizações. Tenho certeza de que elas testemunham isso.

Então, é isso. Estamos aqui para defender e, todas as vezes que for necessário, a gente vai estar aqui para defender a pauta do esporte. O esporte nunca será o patinho feio do Congresso. Muito pelo contrário, o esporte unido conseguiu ano passado a aprovação por unanimidade da mudança na Lei de Incentivo ao Esporte, e é isto que a gente vai fazer sempre, a gente vai brigar pelas pautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a oportunidade de falar e estaremos aqui combatendo, conversando com cada um, explicando exatamente os nossos motivos de estarmos aqui defendendo a pauta do esporte.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Sr. Marco La Porta, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil.

Eu passo a palavra agora para o Sr. José Antônio Ferreira Freire, que é o Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero saudar a nossa Senadora Leila Barros por colocar uma pauta aqui, na Comissão de Esporte do Senado, de extrema importância, neste debate hoje rico, para que a gente possa de alguma forma salvar os esportes de algumas questões tributárias, porque eu acho que, enfim, como falou meu querido La Porta, não é tributando o esporte que a gente vai conseguir de alguma forma resolver os problemas aqui de tributo no Brasil.

Quero saudar o nosso Presidente La Porta e, saudando o La Porta, saúdo a todos os componentes aqui da mesa. Quero saudar os clubes, as nossas confederações paraolímpicas e olímpicas.

Eu vou dividir meu tempo – peço aqui licença à nossa Senadora – com um grande parceiro do CPB, que é o Praia Clube. O Praia Clube vem trabalhando aí no esporte paraolímpico há algumas décadas e tem feito um trabalho em Uberlândia muito grande.

É o nosso querido Presidente Paulo Henrique.

Enfim, quero dizer que o CPB está extremamente solidário a todos os clubes e aos comitês que ora podem ser impactados nessa questão da tributação. A gente vem sofrendo essa questão da PEC da segurança pública, que vai ser um problema para o esporte como um todo, porque hoje o CPB tem 105 centros de referência pelo Brasil, atendendo mais de 13 mil crianças e adolescentes em vários projetos. Uma diminuição de recurso vai impactar, sim, os nossos projetos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Festival Paralímpico. Hoje, no Festival Paralímpico, em setembro, a gente espera atender 60 mil crianças em 150 cidades do Brasil.

Então, isso é uma grande situação por que, muitas vezes, o esporte paralímpico e olímpico passa, porque, de repente, vêm mudanças na legislação, a gente não consegue, muitas vezes, organizar um calendário. A gente está a dois anos e alguns meses de uma Paralimpíada, em que o Brasil vai brigar muito para continuar no *top* 5, e, quando vem esse tipo de situação, isso de alguma forma atrapalha muito os nossos projetos, o nosso planejamento, que trata, trabalha em cima desses orçamentos que tanto fizeram bem para o esporte, a partir do recurso da Lei Piva e agora das *bets*.

Então, essa mobilização tem um motivo muito especial: é para que os nossos clubes não possam ser impactados, e nesses muitos clubes tem muitos atletas com deficiência, e a diminuição de recursos pode impactar, sim, os resultados e o sucesso do esporte paraolímpico brasileiro.

Mais uma vez, agradeço à nossa querida Leila, que é sempre muito empenhada nesses debates, nessas discussões, em que ela percebe que o esporte pode ter algum retrocesso, e traz aqui para a Casa do Povo, para que possa ser debatido e discutido, esse tipo de problema.

Então, deixo aqui um abraço para todos e todas. E o CPB está sempre à disposição, Senadora, para que possa... No tema do esporte paraolímpico ou qualquer tema da pessoa com deficiência, a gente está pronto para atender a um pedido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. José Antônio Freire, que é o Presidente do CPB.

Vou passar a palavra... Você dividiu o seu tempo, né?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (*Fora do microfone.*) – É, com o Paulo Henrique.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou passar a palavra agora. Eu vou passar para o Presidente do Praia Clube, mas já adianto que eu vou dar, para os presidentes que passarem aqui, três minutos, para a gente otimizar o nosso tempo aqui, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou passando a palavra para o... Desculpem, eu estou aqui...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA FREIRE (*Fora do microfone*.) – Paulo Henrique.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Paulo Henrique – obrigada –, Presidente do Praia Clube, por favor.

Paulo Henrique, com a palavra.

O SR. PAULO HENRIQUE NASCIMENTO SILVA (Para expor.) – Obrigado.

Eu queria agradecer, primeiramente, à Senadora Leila por estar aqui presidindo hoje esta audiência pública, também agradecer ao Sr. José Antônio Freire e, na pessoa dele, agradeço a todos que estão aqui, autoridades e presidentes de clubes; e queria falar rapidamente sobre o paraolímpico – e nós também trabalhamos com o olímpico.

Foi até engraçado aqui, na hora em que a Senadora Leila falou da Vitória Sena, da Duda e Ana Patrícia e do Gabrielzinho; eu me senti orgulhoso, porque todos são atletas do Praia Clube. Então, esse trabalho só foi possível porque, além do CBC, da Fenaclubes e do próprio COB... Neste ano estamos dando início a um projeto pioneiro também de juntar Clube, CBC e COB, para a gente ter um resultado ainda melhor nos esportes olímpicos. Bom, isso só foi possível por conta também da parte de renúncia fiscal.

Então, é uma coisa que preocupa não só o Praia, mas eu acho que todos os clubes do Brasil e todos os desportistas do Brasil, porque só é possível fazer esporte com ajuda financeira; não existe esporte sem investimento. E é como o La Porta falou aqui hoje: a gente já tem pouco, e, se a gente permitir que aconteça de se tirar o pouco que a gente tem, a gente vai dar uma ré gigantesca nas conquistas que nós conseguimos aí, clube a clube.

Então, assim, eu pediria aos Senadores e aos Deputados que tivessem um olhar especial sobre este assunto. Eu acho também – o La Porta falou, e é uma verdade – que não é esse dinheiro que vai fazer a mudança no Brasil, não é isso que vai mudar, pelo contrário, eu até escrevi aqui: esporte é, antes de tudo, segurança, tira as crianças da rua e leva para dentro de um centro esportivo; segundo, é a pura educação, tanto é que uma pessoa criada no esporte tem outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de ser humano; e, terceiro, o mais importante, nós gastamos bilhões com saúde, e esporte é saúde. Então, quer dizer, nós temos três investimentos em um só, que se chama esporte.

Então, com estas palavras, eu gostaria de terminar, agradecer mais uma vez a presença de todos aqui e falar que só com a força e a nossa união é que a gente vai mudar este país e, principalmente, o esporte.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela fala e a participação, Paulo Henrique, que é o Presidente do Praia Clube, que faz um belo trabalho pelo esporte brasileiro, esporte olímpico e paralímpico.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Sr. Roni de Brito, que é o Diretor do Programa para implementação da Reforma Tributária do Consumo, que participará por videoconferência.

Seja bem-vindo. Bom dia, Roni.

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Leila, e, na pessoa da Presidente, cumprimento a todos os demais.

Peço desculpas por não ter conseguido participar presencialmente, mas quero dizer que é uma honra participar aqui com vocês. A reforma tributária é uma das maiores, senão a maior alteração normativa que nós tivemos nos últimos anos, e, com certeza, neste início, agora, a gente passará por algumas adaptações, por interpretações e, principalmente, pela internalização do novo sistema, das novas regras.

Esse é o ambiente, sem dúvida, adequado para as discussões. Esse tema do esporte tem sido discutido desde a emenda constitucional e, com certeza, continuará sendo discutido e aprimorado ao longo do tempo.

O que eu quero, inicialmente, trazer é que a reforma tributária trouxe como regra geral para a tributação do IBS e da CBS a vedação a benefícios fiscais.

Então, se você verificar, na Emenda Constitucional 132, a regra essencial do IBS e da CBS é a vedação a benefícios fiscais, e há alguns itens que foram excepcionados desta regra. Eu queria começar pela exceção para as reduções de alíquota, que é o caso geral que alcança o esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou até projetar aqui para nós verificarmos.

A Lei Complementar 214 implementou a regra que a Constituição autorizou, que seria conceder redução de 60% para atividades desportivas e, se você verificar...

Eu estou com dificuldade de projetar.

Vou apenas ler aqui o art. 141 da Lei Complementar 214, de 2025, que reduz em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre atividades desportivas. E aí a gente tem dois incisos, um que lista um código da NBS e alcança a grande maioria, se não, a totalidade da educação desportiva, das atividades, inclusive paralelas, por exemplo, as atividades nas escolas, e as atividades das associações esportivas como um todo. Há ainda o inciso II que é para a gestão e exploração do desporto por associações em geral.

Portanto, esta é a regra. Ela alcança qualquer tipo de atividade desportiva.

Acho que precisa ficar bastante evidente para todos que essa redução de 60% permite, de um lado, que as associações esportivas tenham crédito de tudo aquilo que elas adquirirem para as suas atividades. Então, material esportivo, material publicitário, estrutura de treinamento, tudo aquilo que elas adquirirem para a sua atividade, seu funcionamento vai permitir crédito. E, por outro lado, somente há cobrança, somente há débito quando há uma exploração, quando há uma cobrança pelo serviço.

Então, o recebimento de doações, etc. não está sujeito à tributação, porque não é uma cobrança, não é uma atividade pela qual a associação estará cobrando para fazê-la.

Esse é o sistema geral.

O que a gente tem desde a emenda constitucional – e aí essa é uma regra que está na Constituição – é a permissão para uma cobrança diferenciada para as SAFs, para as sociedades anônimas de futebol. Isso está nominalmente citado assim, na Constituição, por decisão política, que está, obviamente, no crivo e na análise deste Parlamento. A emenda constitucional já trouxe esta autorização e a Lei Complementar 214, de 2025, materializou esta autorização através da inclusão das SAFs no que a gente já tinha, que era um regime de tributação específica, unificada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conglomerava já alguns tributos federais e passou, após a reforma tributária, a conglomerar também o IBS e a CBS nessa tributação unificada.

O que é importante também esclarecer é que, nessa tributação unificada, como regra, não há direito de creditamento em relação às aquisições, exceto em relação a direitos desportivos de atletas, e, em relação às receitas que as instituições recebem, há uma cobrança unificada de percentuais fixos: 4% para a maioria dos tributos federais mais 1% para a CBS, que é o novo tributo federal instituído na reforma tributária, e 1% para o IBS, que é o tributo de competência de estados e municípios que foi instituído na reforma tributária. Essas alíquotas até foram alteradas agora pela Lei Complementar 227, aprovada no fim do ano, e constituem a cobrança unificada que ocorre nesse regime que a gente chama de TEF, que é aplicável às SAFs.

Então, o que a gente tem basicamente na reforma – para tentar ficar aqui no meu tempo e não extrapolar – são esses dois ambientes diferentes: aquele que é regra geral, aplicável às atividades desportivas como um todo, inclusive educacionais, tanto quanto gestão de qualquer clube, gestão de qualquer atividade desportiva, com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS, mas com permissão total de creditamento em relação às entradas – lembro que só há tributação quando há uma prestação de serviço, quando há uma cobrança por um fornecimento –; e, de outro lado, as SAFs, com a cobrança unificada nesse regime chamado TEF.

Presidente, agradeço pela oportunidade e me mantenho aqui à disposição.

Vou ficar mais um tempo e peço desculpas, porque terei que sair em algum momento para participar de uma outra reunião.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Roni. (*Palmas.*)

É bem complexo o entendimento da fala do Roni. (*Risos.*)

Eu fiquei olhando para as pessoas aqui, e nós vamos ter que precisar de muito contador e consultor jurídico para ter um maior entendimento desse impacto tributário, realmente, nas contas das instituições do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Roni.

Bom, eu vou passar a palavra agora para o Sr. Paulo Germano Maciel, que é o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

O SR. PAULO GERMANO MACIEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senadora Leila, eu realmente fiquei impressionado com a sua exposição sobre o esporte brasileiro. Isso é muito bom para o segmento clubístico, principalmente, porque nós temos uma Senadora que entende tão bem das dificuldades que nós temos e das preocupações.

Nós temos aqui hoje a Senadora e o nosso Deputado Federal Bandeira de Mello, de que tive o prazer de ser amigo e vi a transformação que ele fez em um clube gigante, que não era gigante na época, mas que se transformou – era só em torcida. Então, eu vi o trabalho do Bandeira, a transformação que ele fez como gestor, e agora da nossa Leila do Vôlei, como é conhecida, nossa Senadora, fazendo uma exposição tão importante para o esporte brasileiro.

É muito preocupante, realmente, o momento, porque eu gostaria de estar aqui agradecendo, como estive várias vezes junto com o Bandeira, junto com a própria Leila, fazendo um trabalho, como foi com a Lei Geral do Esporte, com a Lei de Incentivo ao Esporte. Tivemos grandes êxitos. E, quando eu achei que 2026 ia ser um ano mais tranquilo, não ia ter tantos problemas, apareceram vários problemas aqui no Congresso, mas a gente está aqui para resolver. É matar um leão por dia.

Essa exposição do funcionário do ministério agora, para a qual a Leila chamou a atenção, complexa, realmente é muito complexa, para você ter uma ideia do quanto é difícil entender o que é isso. Nós estamos com várias preocupações e é evidente que a gente vai precisar de contadores e pessoas do departamento jurídico – viu, Leila? – para fazer essa interpretação.

Mas o mais preocupante mesmo, Bandeira, é a nossa preocupação com a taxação para clubes. Os clubes prestam um serviço social importantíssimo para o Brasil – importantíssimo! Você foi sócio do Tijuca Tênis Clube, de que eu fui Presidente por vários anos, e você viu ali o quanto se trabalha o esporte, o quanto se faz, o quanto se inspira o esporte. Se não formou grandes atletas como a Leila, como o Paulão, formou cidadãos. O esporte é isto: é saúde. É como o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo do Praia Clube falou: é saúde, é segurança, é educação. Então, esse trabalho a gente tem feito.

Evidentemente, quando se faz uma reforma tributária tão grande, é claro que às vezes – eu não digo nem que tenha sido por maldade – eles não viram essa parte dos clubes, os benefícios que trazem. E, evidentemente, você é dono de uma área em que o esporte é gigante... Então, o que acontece? Se você está fazendo aquilo para o Governo, você vai ter uma troca, normalmente tem. Nós temos aqui, no Brasil todo, várias, temos as *bets*, temos as loterias sempre nos ajudando. Se você tira alguma coisa disso, o dono do clube, o sócio diz: "Não. Se a gente está fazendo um trabalho aqui para o Governo, para o povo brasileiro, como é que eu ainda vou pagar mais imposto?". Então, a preocupação é essa.

Mas, para isso, Senadora, eu vou pedir ao Felipe, o meu Diretor Jurídico, que está aqui presente... Cadê o Felipe? Porque eu até combinei com o Flávio... Está aqui o Felipe? Eu pedi ao Felipe para fazer uma exposição da nossa preocupação com essa lei. Ele é o nosso Diretor Jurídico e tem um estudo mais profundo sobre isso. Eu gostaria que ele usasse essa parte do meu tempo também. Pode usar, por favor, Felipe.

Obrigado, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – De nada, Paulo.

Eu vou dar três minutos, Felipe. Nosso Consultor Felipe, Consultor Jurídico do CBC. Por favor, com a palavra.

O SR. LUÍS FELIPE VASCONCELOS DE MELO CAVALCANTI (Para expor.) – Senadora, muito obrigado.

Cumprimento a todos, na pessoa da Senadora Leila, Presidente desta sessão.

Vou aproveitar, Senadora – se me permite –, para tentar esclarecer ou trazer algum tipo de tradução do assunto que foi apresentado pelo servidor da Receita. Quando ele fala na redução de alíquota de 60%, em outras palavras, é dizer que a tributação de IBS e CBS juntas vai ser de 11,6%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, que a incidência só vai se dar sobre exploração de serviços, em outras palavras, é dizer que vai ser tributado tudo, exceto contribuição associativa. O regime especial, que foi apresentado por ele, das SAFs, que ele traduziu ali em 6%, evidencia, também como dito pelo participante, que o esporte sem fins lucrativos está na regra geral, mas o esporte com fins lucrativos goza de regime especial unificado. Enfim, em relação a vedação a benefícios fiscais, que ele também disse que a lei veda, é justamente isso que embasa a PEC que nós estamos propondo, que nós estamos defendendo hoje.

Sendo assim, eu volto a reforçar que nós estamos aqui brigando para manter uma situação tributária atual, porque foi incluída essa nova carga tributária de 11,6% a partir de 2027, que já está valendo – só estamos no período de *vacatio legis* – e vai ser aplicada às organizações sem fins lucrativos.

Primeiro, essa conversão financeira... Ou seja, nós, hoje, temos isenção dos tributos federais; para passar a ser uma imunidade tributária, financeiramente, das nossas contas, não haverá um grande impacto financeiro, já que nós temos, atualmente, a isenção dos tributos federais. Porém, representa uma correção política histórica, já que o esporte é o único direito social constitucional que não tem imunidade tributária. Não há justificativa para que o esporte sem fins lucrativos seja separado da educação e da assistência social, juntamente com a imunidade que já existe no art. 150 da Constituição.

O esporte deve ser política de Estado, com imunidade tributária, e não política de governo. Formar atleta não é do dia para a noite, e a senhora sabe muito melhor isso do que eu, que estou aqui falando. Precisa-se de uma previsibilidade de tempo. Portanto, o esporte precisa de uma política de imunidade de Estado.

Na prática, taxar o esporte sem fins lucrativos em 11,6% é taxar o resultado final; portanto, é tirar 11,6% do valor que vai para a ponta, do valor que chega no atleta, do valor que chega nas políticas sociais. Por quê? Porque, se o esporte é sem fins lucrativos, ele precisa reinvestir todo o recurso que é auferido ao ano nas suas atividades, que, basicamente, são esportivas. Portanto, tirar 11,6% é tirar dinheiro do esporte.

Enfim, eu acho que, para encerrar, eu queria esclarecer que ninguém aqui está pedindo imunidade para colocar mais dinheiro no bolso de nenhuma organização esportiva, mas, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para colocar todo o dinheiro na ponta, no atleta, na educação de jovens atletas e na retirada de crianças e jovens da vulnerabilidade social por meio do esporte.

Senadora, essa era a minha contribuição. Acredito que eu cumpri o tempo de V. Exa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Cumpriu, sim, muito obrigada.

Eu vou passar a palavra, agora, para a Sra. Cláudia Lúcia Pimentel da Silva, que é a Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil.

Seja muito bem-vinda, Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia a todos. Eu queria, inicialmente, saudar a Senadora Leila Barros e agradecer a oportunidade de participar desse debate tão importante para tratar do esporte. Eu acho que é uma unanimidade que o esporte tem particularidades que o diferenciam, o distinguem de atividades comerciais, e a gente reconhece esse papel transformador que o esporte pode ter na sociedade, na saúde e toda essa relevância do esporte.

Eu, inicialmente, estava aqui mais para esclarecer em relação à Lei Complementar 224, que foi um dos temas que foram trazidos também, que era dessa redução linear dos benefícios fiscais, porque o meu colega, o Roni Brito, tratou especificamente dos aspectos da alteração da Lei Complementar 214, da reforma da Lei Complementar 227, tratando mais do aspecto do IBS e da CBS, e a minha presença aqui era mais para dar um esclarecimento em relação à 224.

A Lei 224 trouxe uma norma geral de uma redução geral dos benefícios e elencou, no seu escopo, como sujeito a essa redução, todos aqueles benefícios que estavam constantes no demonstrativo de gastos tributários de 2026. Além disso também, a lei traz outros benefícios, lista alguns benefícios que acho que não vêm exatamente ao tema aqui.

Um aspecto que é relevante, talvez, para o esporte, é em relação às associações civis sem fins lucrativos, porque essas associações constam na lista do Demonstrativo dos Gastos Tributários 2026, mas a Receita Federal, mediante a instrução normativa e também com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicação do Perguntas e Respostas, justamente para agilizar o esclarecimento sobre a aplicação dessa lei, já que ela é uma lei que tem um escopo bastante geral, ela faz a redução dos benefícios sem fazer aquela lista taxativa dos benefícios alcançados.

Então, na instrução normativa, foi alterado o anexo único para deixar claro que as associações civis sem fins lucrativos não estão alcançadas nessa redução, por elas não se tratarem especificamente de benefício fiscal. Elas estão ali no demonstrativo dos gastos como um gasto tributário, como uma receita eventualmente que não entra, mas não são um benefício tributário, por isso que se entendeu que as associações civis sem fins lucrativos, e muitas delas também ligadas ao esporte, não estariam alcançadas, então, nada muda nessa questão.

Houve também bastantes questionamentos em relação àqueles benefícios em que eu destino uma parte do patrocínio ou de uma doação para a entidade do esporte. Então, nós temos benefícios no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que é o que está alcançado eventualmente pela Lei Complementar 224, que tratam de uma possibilidade de pessoas jurídicas destinarem uma parcela e poderem deduzir isso do imposto devido ao final da declaração.

Então, isto foi questionado: como é que se operacionalizava? Porque esse benefício, em si, está, sim, previsto no Demonstrativo dos Gastos Tributários de 2026 e é um benefício tributário, sem dúvida, porque é uma redução do imposto devido. E, no Perguntas e Respostas, constou um esclarecimento acerca de que essa redução se daria de forma a incidir no limite, porque, normalmente, essa dedução é do imposto devido, mas ela tem um percentual que limita essa redução, e você, então, teria essa aplicação. Então, o limite, assim, para ficar bem claro: se o limite hoje é de 4% do imposto devido, eu aplico 90%, então ele passa a ser um limite de 3,6%.

E o Perguntas e Respostas está sendo revisto agora pela Receita Federal, reconhecendo não aplicar também essa redução para a dedução em si, porque, depois, analisando questionamentos que nós recebemos, inclusive de várias entidades, de certa forma isso mudava um pouco a natureza do benefício, pois obrigava, eventualmente, aquele participante, aquela pessoa jurídica que estava doando, a ter que contribuir do bolso dela com 10%. Então nós estamos esclarecendo isso, vamos botar na instrução normativa para fazer uma alteração, reconhecendo que passa a se aplicar somente em cima do limite no imposto devido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esses foram os principais pontos aqui em relação à Lei Complementar 224. Eu só queria fazer um esclarecimento rápido em relação ao que foi colocado sobre a interpretação do colega Roni Brito, que fala que, realmente, quando se fala em 60%, há uma incidência de uma alíquota por volta de 10% da CBS. Mas a gente não pode esquecer que, como o Roni frisou, são dados os créditos de todas as aquisições que são feitas.

Eu não estou dizendo que não haja um aumento tributário, mas, sem dúvida, não é no total da alíquota, porque você vai ter os créditos, e deve ser verificado efetivamente qual é o impacto dessa tributação, porque quando você tem... e agora é um crédito... você tem, sobre todo o custo dessas entidades, aí verificar efetivamente se ainda há residualmente essas alíquotas incidentes em relação à CBS e ao IBS ao final do período. Só para ressaltar esse ponto.

Eu agradeço a participação e retorno a palavra. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Cláudia.

Eu vou abrir uma exceção, Arialdo, porque eu senti tua ansiedade, então faça rapidamente a pergunta para a Cláudia e aí a gente...

Tem que aproveitar a Cláudia aqui, porque ela está com agenda.

O SR. ARIALDO BOSCOLO – Sim, eu já gostaria de usar os meus dez minutos, o.k.? Você me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não.

O SR. ARIALDO BOSCOLO – Isso é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não.

O SR. ARIALDO BOSCOLO – É porque seria o próximo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então você vem para cá, você expõe a... A Cláudia, espera? Sim, para fazer... Você quer fazer uma pergunta específica para ela? Faça uma pergunta específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARIALDO BOSCOLO – Não, é que eu queria falar com duas mulheres: primeiro com a Sra. Cláudia Lúcia e, especialmente, com a minha Senadora Leila do Vôlei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, mas você pode fazer a ela, porque eu vou ficar aqui até o final.

O SR. ARIALDO BOSCOLO (Para expor.) – Com relação às duas falas: é extremamente importante o seu último esclarecimento em relação aos 10%, porque ela chamou atenção, em relação às Perguntas e Respostas, que se inclua também a Lei de Incentivo ao Esporte. Porque há interpretação, não só em relação à doação, mas que atingiria também, do jeito que está nas Perguntas e Respostas, a Lei de Incentivo ao Esporte. E se for isso, vai pegar todo mundo, vai arrebentar com o esporte brasileiro se as empresas tiverem que efetivamente contribuir com esses 10%, entendeu? É fundamental, não só nas doações, como também na Lei de Incentivo ao Esporte.

Ainda em relação ao Roni, quero esclarecer para a senhora o seguinte: quando a senhora fala que, em relação aos 60%, as compensações... Desculpa, as compensações não vão acontecer. Sabe por quê? Porque a grande maioria das entidades sem fins lucrativos, clubes... Imagina um clube paralímpico, para ele ter esse benefício de crédito, ele vai ter que fazer contabilidade sobre o lucro real. Para ele fazer sobre o lucro real, só essa transformação, de que hoje não... Para ele fazer a compensação, ele vai ter que demonstrar se há compensação. Para ele fazer essa demonstração, ele vai ter que demonstrar que vai atingir. Muda completamente a área administrativa dos clubes. Eu digo dos clubes – Senadora, eu vou usar depois a minha palavra –, nós estamos falando em clubes, nós estamos falando de atletas, nós estamos falando de benefício na ponta – na ponta final, entendeu? Então, nossa preocupação, quando a gente fala de esporte, tudo o que for retirado – seja dez, seja uma pequena fração –, nós estamos deixando de chegar esse benefício aos atletas, entendeu?

Então, é muito importante. Eu sei da sensibilidade de vocês, mas eu quero dizer o seguinte – como o Roni falou e a Senadora complementou –: uma coisa é você estar num gabinete tentando criar um mecanismo de justiça num momento de transformação. Mas precisa tomar muito cuidado, que é muito sensível, porque uma falta de interpretação correta pode levar realmente à fragmentação e à fragilidade do esporte, que tanto precisa do investimento. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quer complementar, Cláudia?

Eu vou passar a palavra para a Cláudia.

Por favor, Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA (Para expor.) – É só um esclarecimento rápido. Em relação aos créditos da CBS, ele não vai demandar essa escrituração, e nós podemos, talvez, com o tempo, lá na Receita Federal, procurarmos ter esse diálogo. Porque, na CBS, está se propondo um sistema em que eu já verifico o que é recolhido naquela transação e isso já é creditado automaticamente para a empresa. Ela vai ser um pouco diferente do que... É que isso acontece no PIS-Cofins hoje, porque o PIS-Cofins tem essa particularidade de você não ter o destaque ali exatamente na nota: não é imposto que foi recolhido antes, que ele é o crédito. Então, nós temos mais complexidade.

Por isso nos parece que a possibilidade de creditamento vai estar bastante simplificada agora na CBS e no IBS, e o Congresso trabalhou nesse sentido – e ali, claro, a Receita Federal tentando operacionalizar a lei –, e a gente está também trabalhando nesse sentido.

Então, como eu disse, eu não quis dizer que não vai haver nenhum aumento de tributação, mas, efetivamente, o crédito não vai trazer, digamos, essa obrigação de uma escrituração completa como é do lucro real, não. Essa é a nossa perspectiva, tá?

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, obrigada.

Eu gostaria de agradecer aos nossos expositores iniciais: o Sr. Marcos La Porta, a Sra. Cláudia Lúcia da Silva, o Sr. Roni Peterson de Brito, o Sr. José Antônio Freire e o Sr. Paulo Germano Maciel.

Agradeço a todos e vou agora passar para a segunda mesa. (*Pausa.*)

Eu agradeço a participação dos convidados que compuseram a primeira mesa e solicito que se acomodem na primeira fileira do plenário, a fim de permitir que a gente faça a composição da segunda mesa para esta audiência. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já agradecendo a compreensão de todos, eu vou convidar agora para tomar assento a nossa segunda mesa os seguintes convidados:

- a Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP);

- o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes);

- a Sra. Carolinne Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte; e

- o Sr. Diogo Ferreira Barros Medeiros de Souza, Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte do Ministério do Esporte.

Lembro aos expositores desta segunda mesa que será dado o uso da palavra por até dez minutos, já agradecendo a participação de todos aqui.

Eu gostaria de informar que ontem eu estive, com a minha equipe, com o Secretário Especial da Receita Federal, o Robinson Barreirinhas, para tratar de algumas demandas, especificamente do esporte; entre elas, um dos vetos da Lei Geral do Esporte, que é a questão dos equipamentos importados. Então, eu gostaria de reforçar aqui que foi firmado, ontem, novamente, com o Barreirinhas, e eu estou vindo aqui a público para dizer que o compromisso está firmado. Nós fomos até lá... (*Palmas.*)

É para noticiar isso a vocês. Então, foi uma reunião muito proveitosa. Eu quero agradecer ao Secretário Barreirinhas e a toda a sua equipe, que nos receberam lá.

Assim como a lei emergencial, que a gente teve a oportunidade de colocar... Não sei se vocês se lembram da época da pandemia, que eram aqueles 20% dos recursos da loteria. Algumas entidades puderam negociar suas dívidas, e esses 20% dos recursos da loteria poderiam ser para pagar as dívidas dessas entidades. Houve um entendimento do TCU de que era só no período emergencial. Fomos também ao Barreirinhas e ele nos deu um prazo de uma semana.

É só para reforçar a vocês que nós estamos de olho. A equipe toda está em cima, porque até a própria Receita, na figura do Secretário, não entendeu essa decisão, respaldada, porque já existiam entidades que já estavam pagando, cumprindo com as suas dívidas, pagando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religiosamente as suas dívidas. Ele entendeu e vai nos trazer a resposta da Receita. Eu o senti muito receptivo, entendendo a demanda. É claro, não tem muito sentido, depois de um acordo firmado com as entidades, simplesmente por um entendimento do tribunal de contas, a gente não deixar as entidades, aquelas que pelo menos fizeram o acordo, não pagarem. Então, ele foi sensível e a gente em breve vai trazer esse resultado da reunião, e acredito que será... Tenho muita expectativa, assim como todos, de que ela seja positiva.

Eu vou passar a palavra agora aos nossos convidados da segunda mesa.

Eu vou passar a palavra primeiramente à Senhora Roseane Estrela, que é a nossa Rosinha, que é Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

Seja muito bem-vinda, Roseane – Rosinha, né? –, nossa querida Rosinha.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento a todos aqui na pessoa da nossa querida Senadora, referência do esporte aqui neste Congresso – não é nem só na Câmara, é no Congresso –, um orgulho.

Bom, primeiro eu quero dizer que eu trago um abraço do João Batista a todos os presentes, a todos os Presidentes de comitês e confederações, à Senadora, aos Senadores. Ele não pôde estar presente, mas me incumbiu desta missão de aqui representar o CBCP.

Nós somos o comitê mais jovem dentro do Sistema Nacional do Desporto. Recebemos também menos recursos e temos a grata missão de formação de atletas. Hoje, a gente, graças a Deus, já tem o recurso bem garantido para o alto rendimento e um trabalho excepcionalmente executado através do CPB – e aí eu quero, inclusive, parabenizá-lo pelos mais de 30 anos de atuação, trazendo tantas conquistas e mudando tantas vidas.

A gente está com essa missão de transformar vidas, agora, através da formação de atletas, o que, com certeza, vai impactar o trabalho realizado pelo CBCP, como já está impactando.

A gente tem, como eu falei, o menor recurso e, graças a Deus, vamos também receber os recursos das *bets* – que ainda nem tivemos o privilégio de utilizar, porque, em virtude dessa indefinição de como devemos usá-los, a gente ainda não fez com que esse recurso chegasse aos atletas e aos clubes, o que nos deixa preocupados, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço aqui, com relação ao tema específico de hoje, o seguinte raciocínio: eu venho de uma instituição, a Adefal (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas), que, historicamente, é uma das maiores do Estado de Alagoas e até do Nordeste, que trabalha com reabilitação e com inclusão de todas as áreas, inclusive através do esporte. E, por conta dessa trajetória, eu reconheço o trabalho de todas as instituições do terceiro setor que, de fato, executam as políticas públicas. O Governo desenha as políticas públicas; o terceiro setor, as ONGs, as instituições filantrópicas, as instituições sem fins lucrativos se matam para acessar esses recursos, através de emendas, através de editais, e executam as políticas desenhadas – e nós, porque o Comitê também é uma instituição sem fim lucrativo. Os clubes que desenvolvem paradesportos executam as políticas desenhadas pelo Ministério do Esporte. Por que é que já temos tantas cargas, e aí vem mais essa aumentar a nossa carga tributária?

Então, eu queria reforçar toda a explanação feita pelo CBC, através do Felipe, que foi brilhante na sua explicação, que trouxe a importância do trabalho que nós fazemos. A segurança, a saúde, a cidadania, e muito mais ainda para as pessoas com deficiência: a transformação de vida, a inclusão na sociedade, o reconhecimento do valor enquanto cidadão, enquanto pessoa através do esporte. É inadmissível...

O raciocínio que a gente defende é que, assim como a saúde, assim como a educação, as instituições que desenvolvem o esporte e o paradesporto também sejam isentas no total, como é com a saúde e a educação.

Como a saúde e a educação executam políticas públicas desenhadas pelos ministérios, pelo Governo, assim também nós fazemos com o esporte.

E por que ter um tratamento diferenciado? E agora até mais ainda, ser aumentada numa tributação indevidamente.

Então são essas as minhas considerações, as nossas considerações enquanto CBCP, dizendo que realmente juntos somos mais fortes. Não quero carregar esta fotozinha aqui de luto no esporte. Nós desejamos que isso aqui acabe e urgentemente. Nós estamos com a arma que apontaram na cabeça, Arialdo, porque é a PEC da Segurança e essa tributação, e toda hora a gente fica na insegurança, Senadora. O que mais vão inventar para tirar dos recursos, que já são tão escassos no esporte? E tanto a gente entrega para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Rosinha. Grata pela sua participação, fala.

Eu gostaria de registrar a presença aqui do Erinaldo Chagas, que é o Presidente da Ande (Associação Nacional de Desportos para Deficientes); do José Higino, Presidente da Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas; do Yohansson Ferreira, Vice-Presidente do CPB, campeão paralímpico, aqui presente conosco.

Agora eu vou passar a palavra...

Sejam todos muito bem-vindos, amigos, tá?

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Arialdo Boscolo, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes). Seja bem-vindo, Arialdo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO (Para expor.) – Bom dia, Deputada Leila do Vôlei... Deputada... Senadora Leila do Vôlei, nossa Presidente desta Comissão. E também saúdo o nosso Parlamentar, Deputado Federal Bandeira de Mello.

E quero dizer que eu espero que Deus me ilumine agora, nestes próximos dez minutos, porque eu venho aqui com uma missão. Eu venho aqui com a missão de tentar transmitir, de uma maneira enfática, a esses dois representantes do nosso Congresso Nacional, duas pessoas que têm história no esporte nacional, que é a Leila do Vôlei e o Deputado Bandeira de Mello.

E eu vou começar pelo Deputado Bandeira de Mello, dizendo o seguinte: que vocês, você veio, digamos assim, de um momento *a posteriori* da nossa luta, que hoje...

Acaba de chegar ao recinto o Presidente Bap, que está para entrar nessa luta.

Mas a nossa luta pelo esporte paralímpico é marcada por algumas situações que envolvem o Clube de Regatas do Flamengo. Quando nós começamos essa luta da conquista dos recursos lotéricos para os clubes e consequentemente para os atletas, eu me lembro, Bandeira, de que pouco tempo atrás, antes de o Flamengo passar a receber recursos para esportes olímpicos, o Flamengo tinha sido acometido inclusive por algumas situações muito graves, inclusive com incêndio em relação às suas instalações. E graças à sua gestão, que foi uma gestão de cidadania,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que você recuperou todas as certidões, em que você adequou às situações do Flamengo, nós conseguimos realmente repassar, desde o primeiro momento até agora, nesses anos em que estamos, o efeito dos recursos das loterias desde 2014, nos primeiros editais, é o clube que mais foi beneficiado com recursos paralímpicos.

E consequentemente aí tem um símbolo, que se chama Rebeca Andrade, hoje a atleta mais medalhada do país. E eu pergunto: será que se nós tivéssemos esse recurso e não tivéssemos, por exemplo, adquirido o equipamento, que é o equipamento completo da atleta de ginástica artística, onde ela treinou tanto tempo, a gente conseguiria ter essas medalhas e essa marca? Eu tenho certeza absoluta de que não.

Então, nós estamos numa situação... Vejam como o esporte transforma. E a gente tem que tentar aproveitar este momento para fazer um diferencial. Muitas vezes, quando a gente tem um grande problema, a gente reflete, amanhece e acorda com uma solução. Nos desafios, às vezes nos é dada uma oportunidade.

Eu acho que a Senadora Leila do Vôlei, no Senado Federal, e você, na Câmara dos Deputados, têm uma oportunidade. Deus está nos dando uma oportunidade. Eu peço que vocês tentem entender o que eu vou passar aqui, para dizer claramente que o nosso movimento não é político, o nosso movimento é pelo esporte, nada mais.

Quando eu falo que é pelo esporte, os que me antecederam... Por isso eu fiz questão de citar a servidora da Fazenda. Quando a gente fala do esporte, quando a gente fala de clube, a gente fala do atleta, a gente fala dessa fileira maravilhosa de atletas que, consagradamente, trouxeram medalhas para o nosso país. Mas tem todo um processo. Você tem um atleta por quê? Não existe equipe, não existe clube se não tiver atleta. E o clube vai para uma federação se integrar, depois vai para uma confederação que o representa, indiretamente, pelas federações internacionais, através do Comitê Olímpico do Brasil e do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Então, efetivamente, essa é a realidade. Quem é beneficiado no esporte é o atleta e, logicamente, o cidadão. Porque a gente sabe que, realmente, para o sonho olímpico de ser realmente um Paulão, de ser uma Leila, são poucos. É a realidade. Mas você tem a base da pirâmide que é, justamente, o dia a dia da formação de atletas, que acontece onde? Nos clubes. Então, essa é a realidade do nosso país. Está comprovado que o nosso país é diferenciado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a outros modelos, como o modelo americano que é mais voltado à escola. Outros países, como a China, a Rússia, são voltados ao Estado, o nosso é ao clube. Por isso é que nós conseguimos introduzir um movimento clubístico, por intermédio da Senadora Leila Barros, em relação à Lei Geral do Esporte, quando foi Relatora, para criar, justamente, um sistema clubístico dentro da lei. Por isso é que, hoje, nós estamos igualados ao Comitê Olímpico do Brasil, ao Comitê Paralímpico Brasileiro e mais. Através também da Senadora Leila Barros, nós conseguimos fazer, depois de uma relatoria de muita discussão, de muito debate nesta Casa, nós conseguimos, efetivamente, dar também ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Então, nós temos um equilíbrio legislativo que já nos mobiliza para fazer o quê? Formar atletas.

Por isso é que o CBC leva, até hoje, no seu símbolo, em qualquer marca, a formação de atletas. Nós não saímos da lógica, nós não estamos falando de beneficiar clubes, nós estamos falando de beneficiar atletas, aqueles que realmente fazem o esporte brasileiro.

E eu quero relembrar que a luta não é política, quero dizer, claramente, o que eu disse à Senadora lá no fórum da semana que se passou. Nós tivemos uma semana inteira. Vários de vocês estiveram presentes, presidentes de confederações, de comitês, de clubes, no Fórum Nacional de Formação Esportiva, onde mobilizamos, em média, 2.500 pessoas por dia, debatendo o esporte nacional. De quem? Do atleta, do treinador, do gestor profissional, do dirigente ao presidente de um comitê, de uma Senadora que estiveram presentes, ao Deputado Julio Cesar, que esteve presente representando a Câmara. Discutindo o quê? Política esportiva, política de universalização. Nós lá demonstramos que nós conseguimos, felizmente, fazer o Fórum Nacional de Formação Esportiva nos 26 estados e no Distrito Federal, quando a gente fala em universalização.

Essa é a minha luta como idealista. Então, eu quero relembrar o fato de que nós conseguimos um Ministério do Esporte unificado, distinto, no Governo Lula, no primeiro mandato do Presidente Lula.

Então, as duas primeiras leis sancionadas pelo Presidente Lula foram o Estatuto do Torcedor e o Bolsa Atleta. Essas foram as duas primeiras leis aprovadas pelo Presidente Lula, efetivamente fazendo em prol do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, posteriormente, para ampliar o Bolsa Atleta, foi no mandato da Presidente Dilma Rousseff que nós conseguimos o Bolsa Pódio, legislações que trouxeram efetivamente... Falar hoje que o esporte viveria – será? – contando as glórias – como o Presidente La Porta citou o que nas duas últimas Olimpíadas foi a maior conquista do esporte brasileiro – se nós não tivéssemos o Programa Bolsa Atleta...

Então, quando você cria um programa, quando você cria raízes, você tem resultado. O La Porta citou também que hoje as confederações fazem um papel fundamental. O que eram antes manchetes, discussões de malversações de recursos ou coisa parecida, hoje não existe mais. É lógico que sempre vai existir um problema, mas hoje existe execução direta de recursos em prol do esporte brasileiro. Por quê, efetivamente? Porque nós conseguimos, lá atrás – inicialmente, em 2001, e, depois, o CBC, em 2011 –, os recursos da chamada Lei Agnelo/Piva, que a Lei Geral do Esporte, a Lei Pelé, e agora trouxe os recursos para a Lei Geral do Esporte, conquistas que estão fazendo um incentivo para que todo o processo esportivo se mobilize em prol disso.

A Lei de Incentivo fiscal ao Esporte, a primeira, também foi feita no Governo Lula. Foi no Governo Lula que nós conseguimos a Lei de Incentivo fiscal ao Esporte. E agora, no atual terceiro mandato do Governo Lula, nós conseguimos novamente a ampliação dos benefícios da Lei de Incentivo fiscal ao Esporte.

Falando mais, nós tivemos a Lei Pelé, fragmentada com várias leis, e depois de mais de 20 anos de luta aqui no Congresso Nacional. E eu falo porque tenho um pouquinho de estrada aqui no Congresso Nacional. Depois de mais de 20 anos, a gente consegue, definitivamente, ter a Lei Geral do Esporte. Mas, infelizmente, até hoje, em razão de o veto principal não ter sido derrubado, o da Lei Pelé, nós temos duas leis gerais. E o que acaba acontecendo com isso, como está acontecendo agora com a reforma tributária? Cria-se insegurança jurídica, cria-se interpretação.

Qual foi o posicionamento da Senadora logo após a explicação do gestor do Ministério da Fazenda? "Ah, vai precisar de bastante contador e bastante advogado para explicar". Esse é que é o problema. Quem fica no gabinete não sabe o que é esporte. O esporte não é feito de regras exatas. O esporte é feito com momentos, com emoção. É isso que as pessoas têm que entender.

Por isso que os recursos vêm até nós, através dos incentivos, porque nós sabemos fazer o esporte. Quando eu lutei para que houvesse a fundação do Comitê Brasileiro de Clubes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralímpicos, foi porque nós clubes sociais não tínhamos a estrutura, naquele momento, de acessibilidade e não tínhamos o *know-how*. Nós precisaríamos buscar, através das associações paralímpicas, quem tinha o *know-how* para fazer o esporte na ponta.

Então, você sabe, Senadora, que 75% dos nossos recursos da Fenaclubes nós repassamos para o CBCP para que eles tivessem os recursos necessários para iniciar. E, felizmente, ampliamos isso significativamente na Lei das *Bets*. E a Lei das *Bets* foi regulamentada quando? No Governo Lula.

Então, não estamos falando de posição. Foi aí que eu disse lá, e falei claramente: eu não estou defendendo posição partidária, porque eu estou tentando explicar que a nossa voz, a nossa luta agora não é para criar problemas para o Governo. É para trazer uma oportunidade para o Governo, porque o Presidente Bolsonaro fez coisas positivas também.

Eu falava lá que, às vezes, a gente não ter a regulação, a gente não ter uma legislação, às vezes, é pior do que não ter... é melhor que não tenha, porque muitas vezes ela vem justamente para isso, ela vem para criar dificuldades. E o esporte precisa de dinamismo, ele precisa realmente de praticidade, não de amarras, não de interpretações de que nós temos que gastar mais tempo com a gestão administrativa e com a preocupação da insegurança jurídica do que fazer o esporte na ponta.

Então, há necessidade, claramente – entendeu? –, de a gente entender que a nossa campanha Luto no Esporte é porque nós estamos em luto. Sabe por que nós estamos em luto? Porque nós não temos ainda um projeto de lei protocolado nesta Casa, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados, porque no dia em que nós tivermos um projeto, que é esse que nós estamos propondo, a PEC da imunidade...

Por que imunidade? Porque, desculpa, o esporte é o único direito social que está na Constituição e não tem um orçamento massificativo. Nós conseguimos, pela Senadora Leila Barros, inclusive derrubamos o veto, a criação do Fundo Nacional de Esportes. Quantos recursos nós temos no Fundo Nacional de Esportes hoje? Zero. Zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as próprias dívidas das *bets*, que foram assinadas ao Ministério do Esporte pela Lei das Bets – foram quase R$1,3 milhão, e foi assinada no último ano –, sabe quanto que o Ministério do Esporte usou? Zero, porque foi todo ele contingenciado.

É assim que se trata o esporte nessas Casas e é isso que a gente precisa mudar, definitivamente. Então, nós queremos uma PEC de imunidade tributária para não ter essa cobrança de IBS e CBS, porque vem a interpretação, justamente, depois do quê? Dos municípios. Vem toda essa ilógica.

Meu Deus do céu, é uma oportunidade. É mais importante? Eu sou o sindicato. A minha federação é uma federação sindical de segundo grau, nacional. Agora, veja bem – é rapidinho, para finalizar mesmo –, o que nós estamos tentando fazer é que, realmente, a imunidade tributária deixe de ter esse tipo de cobrança. Só isso. Vira uma política de governo.

Então, Senadora Leila Barros, para finalizar, eu quero dizer o seguinte: a minha intenção era, realmente, sensibilizá-la. Eu tenho certeza, Leila, eu tenho certeza absoluta de que, se você protocolar, hoje à tarde, rapidamente nós teremos as 27 assinaturas de Senadores, e aí a responsabilidade é nossa.

Aí, a responsabilidade é nossa, de fazer a tramitação, de buscar. Porque o que seria Luto no Esporte será: luto pelo esporte. E as cores não serão negras, serão verde e amarela.

Porque nós vamos tentar fazer, todos unidos, todos – de um atleta ao Presidente máximo do Comitê Olímpico do Brasil –, uma nação esportiva. Então, o que nós precisamos, Senadora, é que você se sensibilize com a causa. A causa é nobre. Você fez muitas coisas pelo esporte, mas não deixe de perder essa oportunidade, neste mandato ainda, porque nós estamos num momento eleitoral, que é importante.

É importante, neste momento, a gente criar uma expectativa e uma luz que vai durar para sempre, que é a imunidade tributária. Digo até mais: vamos mexer, se for o caso.

Se tem uma questão que está pegando, para que fique claro que nós não vamos tirar um centavo de orçamento da União – um centavo –, absolutamente nada. O meu compromisso é o de defender uma proposta de PEC que realmente venha a beneficiar os atletas; é uma construção pelo esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, se nós conseguimos isso, nós incentivaremos, sim, na escala: clube, federação, confederação, comitê, todo mundo. Porque, quando a gente consegue uma conquista, a gente não consegue pelo clube, a gente consegue pelo país.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Art. 14, só porque eu fui citada.

Deixe-me te falar, Arialdo: você foi bem até o momento da questão política.

Eu não estou no Senado, principalmente quando a pauta se reflete no esporte, pensando em política. Eu sei muito bem o que o esporte fez na minha vida. Talvez eu seja a Parlamentar, nesses últimos anos, que mais trabalhou por essa pauta aqui na Casa, tá? Então, eu tenho muita tranquilidade de olhar nos olhos de todos vocês aqui. Vocês sabem muito bem, inclusive você, que está direto no meu gabinete...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... do trabalho. Assim, não é questão de... Você não precisa me sensibilizar, porque eu não devo nada a você nem a ninguém aqui, eu devo ao esporte. Uma das minhas funções, dentro desta Casa, é entender o que o esporte fez na minha vida – o que ele fez na minha vida, na geração de mulheres que competiram comigo, nas gerações que vieram depois.

A gente sabe, com certeza – principalmente eu, você pode ter certeza, de todos os Parlamentares que estão aqui dentro –, do seu pleito, da sua preocupação, e é por isso que nós estamos aqui fazendo este debate, tá?

Então, fique tranquilo, que a sensibilidade não é da sua fala, a sensibilidade é de tudo que ele fez na minha vida e do trabalho que vocês exercem por estarem aqui lutando por uma pauta que vocês sabem – e eu, particularmente, também sei – o quanto é fundamental, não só para o sistema esportivo, mas para o Brasil, como uma pauta que, como todo mundo já sinalizou aqui, impacta a saúde, impacta a educação...

O SR. ARIALDO BOSCOLO (*Fora do microfone.*) – Segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... impacta a assistência social – que ninguém citou aqui –, impacta a segurança pública. A gente sabe de fato, por isso, dessa luta.

Concordo também – aqui, é uma luta diária, e eu sei disso porque eu estou diariamente com os meus pares –: há a incompreensão de quem não vive isso. Nós somos pouco representados aqui dentro, mas temos o Bandeira, temos o Julio, temos o Portinho, temos o Romário... Somos poucos!

Olhem que coincidência: o Portinho chegou.

O SR. ARIALDO BOSCOLO (*Fora do microfone*.) – Que coincidência!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente sabe – né, Portinho? –, inclusive o Portinho sabe, juntamente comigo... E olhem que o Portinho... Exatamente: vocês veem o tanto que o esporte é apartidário, porque o Portinho é PL e eu sou PDT! Isso é o maior exemplo do que é o esporte: o esporte não é pauta política, o esporte é uma pauta social, uma pauta necessária, e eu sempre vou defender isso aqui, amigo. Fique tranquilo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO – São dez segundinhos... (*Palmas.*)

Dez segundinhos...

Fala maravilhosa, mas, para ficar claro, mais uma vez, perante todos vocês: quando eu digo a você "sensibilizar", Leila, é porque eu estive com vários Parlamentares, com vários gestores do Ministério do Esporte, com o Ministro, inclusive, e eu tenho certeza absoluta de que não tem no Planalto ninguém que tenha a sua credibilidade, pelo que você acabou de falar. Quando eu falo em sensibilizar você, Leila... Eu poderia... Se eu sair daqui, eu tenho certeza absoluta de que nós teremos n Parlamentares, seja no Senado ou na Câmara, querendo assinar essa PEC. Nós precisamos de você, porque nós precisamos de credibilidade; ela tem que nascer com esse apoio. Entenda isso. É por isso que eu falei de você se sensibilizar, porque eu tenho certeza absoluta... Vários Senadores já se colocaram – com todo respeito –, e o Presidente da Comissão do Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Câmara também, dizendo: "Vamos soltar". Eu falei: "Não; não, nós temos que soltar com a Leila!". Por isso que eu tento a sensibilidade, porque você tem credibilidade, justamente pela sua história, desde as quadras, em toda a sua atitude, e você está neste mandato.

Então, eu falo que este momento político, nesse sentido, é um bom momento para a gente colocar essa matéria e deixar a gente se debruçar para tentar viabilizar a aprovação – porque a gente sabe que não é fácil aprovar uma PEC. Nós sabemos que é muito difícil; eu tenho plena consciência disso, mas eu tenho que lutar por uma coisa maior, eu tenho que lutar por uma coisa de Governo e não de partido, para que realmente seja para o bem do esporte.

Desculpa, mas eu tinha que dar esse depoimento de agradecimento a você. Por isso que se eu não conseguir sensibilizá-la, talvez a gente não consiga sensibilizar os demais.

Mas é isso.

Obrigado, viu, gente! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Imagina! Tranquilo!

É, você já encerrou todo o seu direito de fala. (*Risos.*)

Eu vou passar agora a palavra para o Senador Portinho.

Bom dia, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Bandeira, Presidente Leila, saúdo todos os presentes na pessoa do nosso Presidente Bap.

Eu, como rubro-negro e cria, como dizem no meu clube, vim aqui porque aprendi tudo em clube, né? Eu brinco e sempre digo que isso aqui é jardim de infância perto da política de clube. (*Risos.*)

Mas aqui a gente tem a oportunidade de trabalhar pelo que a gente acredita, como diz a Leila. Isso é um projeto de Estado, isso tem que ser visto, porque muda o Governo de quatro a quatro anos e, seja quem for, tem que se respeitar e estimular aqueles que fazem o esporte, aqueles que exercem o esporte, no caso do atleta – os clubes e os atletas, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei – vou ser bem breve –, com todos aqui, de uma audiência pública. Eu votei contra a reforma tributária, meu voto foi contra, perdemos por um voto, podíamos ter derrubado esse texto, esse monstrengo, porque não é só, e aí faço também... é também o esporte, mas é a cultura, é o comércio, é o setor de serviços, é a indústria, é o que vamos fazer com a perda dos incentivos em todos esses setores.

E não tendo sido possível derrubar a proposta da reforma, que, eu repito, não simplificou, reduziu de cinco para quatro e obrigou dois sistemas a conviverem durante muitos anos, trazendo custo Brasil... E o discurso inicial que era de reduzir impostos lá na Câmara, veio e quando chegou no Senado o discurso já era: "vamos neutralizar". E a gente está vendo que a alíquota só subiu porque as exceções eram absolutamente necessárias, inclusive as exceções que, com emendas, a gente pôde trabalhar, Leila, para o esporte, e não conseguimos trabalhar para os clubes.

Tem uma lacuna para ser resolvida – eu sei disso e têm meu compromisso –; tem uma lacuna com relação, Deputado Bandeira de Mello, às leis de incentivo estaduais. Nós somos do Rio de Janeiro, a lei de incentivo estadual para o esporte é fundamental, e eu estou trabalhando com a minha equipe já numa proposta para a gente reativar.

Como é que vai ficar depois da reforma tributária se o dinheiro vai todo para o conselho gestor? Como é que você vai poder descontar o teu Imposto de Renda – o teu ICMS, perdão –, o teu ISS? O Rio de Janeiro já teve uma Lei de Incentivo ao Esporte com base no ISS – não sei se foi retomada agora, mas há pouco tempo não tinha mais.

Então, como é que a gente vai trazer isso de volta? São muitas questões que a reforma tributária está trazendo e está nos obrigando a nos posicionar. A questão do recurso das loterias, também estamos lá discutindo a Lei Antifacção, que é uma tunga enorme nos recursos do esporte. Então, assim, são várias frentes que foram abertas, e a gente está se desdobrando, e temos que nos desdobrar, é nosso dever.

Agora, eu participei, voltando, junto com todos aqui, e eu vi o compromisso do Senador Randolfe, que foi ao Governo e parece não teve sucesso. Mas há um compromisso, e se o Governo não pôde atender o compromisso que foi feito pela sua Liderança do seu partido aqui no Senado Federal – do Governo e do partido aqui no Senado Federal –, a gente tem que colocar a PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vinha hoje conversando, mais cedo, com o Aleksander, Relações Institucionais do Flamengo. Eu não tenho problema nenhum em ser autor dessa PEC, como, tenho certeza, Leila, você – como foi dito –, que melhor representa o esporte, porque é atleta, é ídola nossa, do meu Flamengo, inclusive. Mas, vocês me desculpem – eu não quero empurrar para ninguém, não –, a pessoa que tem que fazer essa PEC é o Senador Randolfe, porque eu estava com ele, e ele se comprometeu. Por uma razão é melhor que seja o Senador Randolfe, que representa a liderança do Governo aqui e se comprometeu... Não, porque a gente vai precisar de um relator, e o relator pode ser a Leila, que vai empregar celeridade. O relator pode ser eu também. Não tem problema nenhum se assim for combinado. Mas tem que ser alguém que seja ligado ao esporte, que entenda e que dê celeridade, porque a gente está em um ano premido por um calendário eleitoral, com uma PEC que precisa de quórum qualificado, em que a gente vai precisar dessa capacidade de articulação de atletas, clubes, federações de clubes, CBC, Comitê Olímpico, todos aqui, que estão dispostos a isso. Mas a gente precisa de um relator. Não adianta nós três assinarmos e cair – desculpa – em um Senador que talvez esteja lá envolvido na sua campanha – todos estaremos –, que esteja mais envolvido, que vai deixar isso para depois das eleições. Não dá!

Eu tenho a expectativa de que, com o próximo Governo, essa reforma tributária vai ter que ser suspensa e que a gente vai ter que discutir. Isso já foi sinalizado pelo Senador Flávio, inclusive. Eu acho ótimo que seja assim, porque está todo mundo aqui agora, em várias frentes, desgastando-se e tendo que resolver o mais importante, que são os recursos do esporte, para quem forma, para quem promove esporte, para quem gere as competições, para os atletas.

Então, eu queria ser breve, mas o meu encaminhamento objetivo é que o Senador Randolfe... Eu tenho certeza de que, se ele se comprometeu, ele pode ser o autor da PEC. Podemos até fazer a várias mãos, mas que ele seja o autor e que todos nós ou um de nós possa relatar, para dar agilidade, porque, senão, cai num buraco negro aqui, fica parado, fica só na promessa e vira mais uma promessa de campanha. Aí todo mundo fala: "Não, agora, a gente tem que atender o fulano, porque se ele for, aí o negócio vai andar". Não, não, gente, não dá para ficar fazendo esse jogo com o esporte, não. Com toda sinceridade, politicagem com o esporte não dá, não. Não dá, não! Tem muita vida. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Portinho. Grata pela sua participação aqui. Depois conversamos todos.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Carolinne Gomes Neves de Carvalho, que é a Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte.

Seja bem-vinda, Carolinne. (*Pausa.*)

Eu vou passar para o Sr. Diogo Ferreira de Souza, que é o Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Ministério do Esporte, por causa do horário e da agenda dele.

O SR. DIOGO FERREIRA BARROS MEDEIROS DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos.

É uma grata satisfação estar aqui com vocês. Eu até falei no começo, na sua chegada, que é uma honra estar na sua presença, primeiro, como ídola, que você foi do nosso esporte e, segundo, por eu ter me tornado pai, há pouco tempo, de uma menina e, então, eu gostaria que, no futuro, ela pudesse jogar o esporte que quisesse, usasse a roupa que quisesse e tivesse lideranças femininas como você, com equilíbrio, com qualidade, com competência naquilo que você faz. Então, faço, desde já, esse elogio e parabenizo todos pela presença, na figura da Presidente da Comissão e desta mesa.

Agora, falando também de um outro sentimento de honradez de estar aqui, na Casa Alta, segundo o direito britânico, que era comparado à Câmara dos Lordes, a gente tem até uma visão, olhando pela arquitetura de Brasília, que a cúpula do Congresso, que fala do Senado, está voltada para baixo.

E por que isso? Para quem não sabe, é instituído, para a reflexão dos Parlamentares, o conservadorismo das instituições.

O nosso papel aqui, enquanto Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte, é buscar o desenvolvimento econômico do esporte. Até por isso, nós estamos na Secretaria de Apostas e Desenvolvimento Econômico. É um espectro que muito pouca gente lembra e às vezes fala só Secretaria de Apostas, mas lembrando que o espectro é muito maior. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso interesse, assim como o de vários atletas que estão aqui, é melhorar a cadeia produtiva do esporte.

Eu posso não ter chegado a disputar nenhuma Olimpíada, mas garanto para vocês que eu participei de todas, assistindo pela TV, com o coração na mão, e gritando pelos brasileiros que lá estiveram. O esporte faz parte da minha vida, faz parte da minha construção como pessoa, desde criança até hoje. Ainda pratico. Posso dizer que estou no desporto para a vida toda e vou continuar assim. E ter a visão do Governo aqui, participando com vocês no Senado, é manter um diálogo colaborativo e aproximar os *players* do mercado, para entender as necessidades e assim a gente evoluir.

O Ministério não tem um pensamento consolidado acerca do assunto. Até por isso, nós estamos aqui ouvindo todas as palestras e esclarecimentos.

Achei muito interessante, já trazendo um pouquinho da mesa anterior, o que o Presidente do COB, Dr. Marco La Porta, falou: que hoje já são mais de 20 medalhas na última Olimpíada, mais de dois recordes históricos. E o intuito do esporte, além da formação de base, de tirar a criança da rua e trazer valores do esporte para um cidadão melhor, também é manter o Brasil, naquela diretriz que foi feita lá no Plano Nacional do Esporte, como uma das potências olímpicas, entre as 15 maiores. E tudo que a gente está discutindo aqui é para pensar na formação de base e na continuidade do esporte em si, para chegar no atleta, para chegar no cidadão. Então acho que, de uma certa forma, todos estão aqui num pensamento comum. E quem tem o bem coletivo como vontade de exercício, acho que está num grande momento para fazer a união. É como a Roseane, nossa querida, falou: que juntos somos mais fortes. Então nossa fala aqui vai muito nesse sentido.

Desculpa se eu parecer um pouco repetitivo em relação ao que já foi dito, mas isso era uma necessidade de explanação, para ter o nosso olhar daqui também. Pela Diretoria de fomento, eu já garanto para vocês que estamos de portas abertas para ouvir todas as reivindicações e solicitações.

Também foi falado pelo Presidente Paulo Germano que o esporte é um direito social. Isso garante a nossa fala, tanto aqui no Senado como na Câmara, como a vontade de fazer o melhor para o povo. E o Presidente José Antônio Ferreira, do CPB, também disse uma outra coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante: que o esporte é uma potência paralímpica. Não é só uma potência paralímpica, mas é uma potência econômica também. E a gente pode ter esse olhar de potência econômica para estimular a atração de investidores também. Independente das formas que estão sendo debatidas aqui, é importante a gente trazer sempre à tona essa necessidade de atração de novos investidores.

Com relação agora às particularidades da lei complementar, a lei já está aí. Então, a Lei Complementar 224, de 2025, se insere no âmbito de política fiscal federal, com foco na racionalização de benefícios tributários, no fortalecimento de responsabilidade fiscal e na regulação das apostas de cota fixa. É uma matéria de competência da União e tem impactos indiretos no esporte.

Por isso, é muito importante ouvir quem está na ponta final, quem está na trincheira, diremos assim. Mas um ponto positivo que muito pouca gente falou aqui, a não ser o Presidente La Porta, foi a manutenção da destinação das apostas ao esporte: a preservação do percentual de 12% das receitas de apostas contribui para a continuidade do financiamento do setor e para a continuidade do esporte, como a gente falou agora no começo.

Embora apresente alguns avanços no campo da responsabilidade fiscal na regulação das apostas, tem efeitos que repercutem indiretamente no esporte, mas vou deixar até a minha colega diretora falar um pouco mais, porque atinge mais a lei de incentivo do que outros setores, então vou deixar para ela – assim como a Leila do Vôlei –, levantando aqui para ela fazer a cortada no final, mas deixando claro também o encaminhamento institucional da nossa parte, porque como é um tema sensível, a gente está vendo aqui pela sala cheia, pelos debates acalorados, tem uma natureza transversal, mas, ainda assim, sem posicionamento consolidado do Ministério do Esporte. Não à toa, viemos aqui como áreas técnicas para falar sobre isso e destacando que esta audiência possui um caráter não conclusivo, mas levanta questões e até irritações do sistema.

Se a gente pensar lá na academia do direito, na Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann, ele fala que a irritação do sistema é o que provoca melhoria, então é preciso você irritar um pouco. Não estamos querendo destruir nada, é só um comentário, uma ativação e um chamamento à reflexão e ao diálogo de ideias, porque quando duas pessoas que pensam diferente dialogam e conversam entre si, pode surgir uma terceira teoria. Acho que isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa interessante, e a gente pode manter esse pensamento vivo aqui. Além do que, se for um pouquinho mais longe – desculpa a questão acadêmica, Senadora –, John Hart Ely fala de "déficit democrático do direito", então a gente pode ter esse olhar para o próximo. Habermas morreu este ano e ele falava muito isso: se colocar no lugar do outro para pensar sobre o outro.

Então diante disso tudo, eu vou às manifestações das áreas do ministério, mais especificamente das secretarias: a Snaede (Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte) foi favorável na sua manifestação, diante do alinhamento com a lógica de responsabilidade fiscal e com o aprimoramento da regulação de apostas, destacando a preservação das destinações ao esporte com manutenção do percentual de 12% previsto na Lei 13.756, de 2018, assegurando uma estabilidade aos repasses.

Avalia também a secretaria como positiva a responsabilização solidária de instituições financeiras e agentes de publicidade, fortalecendo o mercado regulado e protegendo a arrecadação. Quanto à redução linear de 10% sobre os incentivos e benefícios de natureza tributária federais, a gente entende que os impactos vão mais sobre a Lei de Incentivo ao Esporte e devem ser analisados pela área competente, que a minha colega diretora vai falar a seguir.

Em relação à Secretaria Nacional de Paradesporto, ela foi favorável, mas manteve ressalvas, porque reconheceu a relevância da reforma tributária e do fortalecimento da transparência, mas aponta riscos decorrentes da redução de benefícios fiscais sobre entidades de paradesporto, destacando um possível impacto da capacidade de reinvestimento em organizações associativas com reflexos na sustentabilidade e de projetos de inclusão e formação de atletas, mas recomenda, da mesma forma, o acompanhamento técnico da área que a seguir vai falar.

A Secretaria Nacional de Excelência Esportiva, a Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social e a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor se declararam, de certa forma, incompetentes para julgar a matéria, até por ser uma questão de natureza predominantemente fiscal e tributária, mas, mesmo assim, elas fizeram algumas ressalvas – e a maior delas é em relação à redução dos incentivos tributários – e recomendam a avaliação das áreas responsáveis.

Diante dessas manifestações das áreas finalísticas, eu queria finalizar só deixando para a minha colega Carolinne, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte, a tranquilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de explanar sobre o assunto, já que o nosso interesse aqui é colaborativo, de ouvir as necessidades, que já foram algumas muito bem esclarecidas aqui, mas mantendo também as portas abertas para um diálogo futuro.

Desde já e dito isso, agradeço a minha possibilidade de exposição e de compor a mesa com tão grandes nomes do esporte.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Diogo Ferreira de Souza, Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Ministério do Esporte.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Carolinne de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte.

Seja bem-vinda, Carolinne!

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu queria, antes da sua fala, Carolinne, só registrar a presença do Bap, Luiz Eduardo Baptista, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo.

Seja bem-vindo, Bap!

Passo aqui. Desculpe-me, Carolinne. (*Palmas.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Não, tranquilo. Aqui é a mesa compartilhada, né?

Então, eu queria cumprimentar a mesa e a nossa Senadora querida. Eu entendo que ela vive hoje um propósito e está fazendo bem o seu propósito: além de representar as mulheres, mas bem como também o esporte brasileiro. Estou voltando a esta Casa após de, no ano passado, termos uma longa jornada aqui na aprovação da lei, e ela encabeçou, ela encaminhou, ela vestiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a camisa com todos nós juntos, tanto aqui como na Câmara. Tivemos essa aprovação unânime, sem veto, e hoje a nossa lei é permanente, graças ao trabalho de todos nós.

Para falar um pouco sobre esse assunto, há alguns meses, nós fomos procurados por uma entidade e por alguns clubes questionando essa questão desse PL. Aí eu até falei assim: "É *fake news*", porque eu não tinha entendido bem, e até questionei: "Após uma luta, uma conquista, aumento de percentual, que era a nossa meta, que é para 13%, a partir de 2028", e, então, começamos a analisar.

Então, o primeiro passo do ministério foi entrar em contato com a Receita. Nós entendemos que a Receita, primeiro, precisaria entender o que é a lei de incentivo, de fato. Então, conseguimos uma reunião *online*. Tivemos, aproximadamente, 200 técnicos de todo o Brasil da Receita Federal participando e ali falamos sobre os números, impactos, atuação, como a gente está chegando em todo o território brasileiro. Foi ótima a receptividade deles, e eu entendo que ali abriu um pouco a mente. A partir disso, já estamos trabalhando em conjunto um seminário técnico, em Niterói, em junho, provocado pela Receita – depois, a gente vai passar o convite para vocês –, e lá falaremos sobre a lei de incentivo, para que venha fortalecê-la e para que qualquer construção futura institucional venha a ser dialogada, venha a ser construída em conjunto. Esse é o objetivo do Ministério do Esporte.

Então, quando conversaram conosco sobre isso, nós fomos atrás para tentar entender um pouco mais, porque nós conseguimos visualizar que a lei tem algumas interpretações, e teve uma delas que causou tanta polêmica.

Estivemos agora no CBC em um evento gigantesco, maravilhoso – eu quero agradecer aqui aos presidentes e organizadores –, e lá a gente conseguiu ouvir realmente qual o entendimento do que estava surgindo aí. Então, eu vi que a preocupação maior, Sra. Senadora, era a questão desses 10%. Entendeu-se que a empresa teria que dar por fora em dinheiro limpo esses 10%. Então, realmente, nenhuma empresa gostaria de fazer isso porque já existe essa lei aprovada de isenção fiscal, por meio da qual nós podemos ali captar todo o valor a que tem direito, que seriam os 2%. Na nomenclatura de hoje, podem ser 2% – 1% para reciclagem ou 1% para a Lei de Incentivo ao Esporte. Na futura, de 2028, serão 3% sobre a lei do esporte. Então, isso já foi aprovado, e todos nós nos achamos cientes disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido a isso, houve todo esse debate e houve medos. Já tive notícia de que algumas empresas já ficaram um pouco inseguras, já ouvi dizer que projetos já foram prejudicados por causa disso. Por isso, eu fico feliz com esta audiência, esta provocação de todos unidos, para que a gente venha esclarecer.

E, anteriormente, a nossa representante da Receita, que já foi, deixou bem claro, porque esse era o nosso entendimento. Qual o nosso entendimento? Essa Lei Complementar 222 prevê o que hoje? Um corte linear de 10% em diversos incentivos fiscais, inclusive na lei de incentivo. Quer dizer, na leitura de hoje, se a empresa aporta 100% daquele valor devido, quando ela for declarar o seu Imposto de Renda, ela vai declarar os 100%. O.k. Com essa nova leitura, você vai poder declarar os 90%. E os 10%? Ela foi bem clara, e eu quero reforçar a fala dela de que esses 90% serão o que poderemos declarar. Então, de uma forma bem dinâmica, esses 10% vão ficar ali no Tesouro. Nós não podemos utilizar os 10%.

Então, as empresas vão estar... Do limite de 2%, é como se elas fossem agora usar só 1,8% – 1,8% de 2%, se elas forem usar os 2% na Lei de Incentivo ao Esporte. Daqui a 2028, dos 3% elas vão poder aportar só 2,8%.

Então, eu creio que não vai ter tanto prejuízo assim. Por quê? Porque aí vamos ter que nos adequar a divulgar, a conversar com os proponentes e a alinhar o proponente juntamente com aquela empresa. Agora, claro, vão ficar 10% na mesa, que seria um valor que poderíamos investir em outros projetos sociais.

E, hoje, nós estamos lá na diretoria e sabemos o quanto é difícil captar, o quanto é difícil a gente conseguir convencer. Apesar de que, com essa nossa nova lei, gerou-se uma grande segurança jurídica; hoje, as empresas estão mais confortáveis e mais seguras para aportar. E, ano passado – só um número, Senador, atualizado –, nós conseguimos captar mais de R$1,3 bilhão, só na lei de incentivo.

Durante todo o período da lei de incentivo, na história, nós conseguimos mais de R$7,3 bilhões. É um recurso que era para estar no Tesouro, nos cofres públicos, e que foi direcionado para projetos sociais, para trabalhar na base, na formação, na educação. E, hoje, todos os atores que estão aqui, que vivem isso na ponta, sabem da importância da lei de incentivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, como Ministério, estamos atentos a isso. Nós estamos conversando com a Receita para a gente conseguir alinhar e já cobrar da Receita Federal essa questão das perguntas e respostas, para deixar claro que esses 10% que vão ficar na mesa não sejam um recurso que a empresa vai ter que colocar do seu bolso como contrapartida, porque isso realmente gera muita dúvida, e ela se comprometeu a fazer isso. Nós vamos cobrar, o Ministério vai ficar atento a isso, para que, realmente, não venha a ter nenhum tipo de divergência ou entendimento errado. Então, é isso.

Impacto que eu posso ver diante desse PL é que as empresas vão ter que ter mais cuidado no diálogo com os proponentes, para, na hora do cálculo, não ter erro – vamos ter que fazer uma campanha sobre isso –, para não ter prejuízo na hora de calcular os seus 90%. Os proponentes vão ter que estar bem atentos a esses números nas suas planilhas orçamentárias, para não ultrapassá-los, e as empresas vão continuar aportando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma dúvida: ela vai ter que aportar os 10% na mesa?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Não, não...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa é a grande dúvida.

Quero até aproveitar, porque isso não é só a Leila, é até bem importante que são temas comuns a nós e também comuns às duas áreas, ao setor do entretenimento. Vamos olhar o esporte e a cultura como uma indústria do entretenimento. É o que move, é o que gera oportunidades de emprego. Não é só o atleta, é a fisioterapia, é o gerente do clube, é a profissionalização dos clubes; no caso da cultura, o promotor de eventos; no esporte, o promotor de eventos, o patrocinador. Então, a gente tem que olhar como indústria do entretenimento. Essa é a primeira visão que a gente tem que ter do esporte e da cultura.

E o que já está acontecendo, inclusive eu tenho um pedido, Leila, até se você quiser me acompanhar, ao Ministro, que receba a Orquestra Sinfônica Brasileira. Desculpe-me entrar com o tema da cultura, mas vou falar aqui de indústria do entretenimento, porque, se está acontecendo com a Orquestra Sinfônica Brasileira, que é um patrimônio nacional, imagina o que não vai acontecer no esporte e em outras instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Orquestra Sinfônica Brasileira acabou de perder o seu maior patrocinador, justamente por essa dúvida dos 10%. Pode ser por causa da dúvida e pode ser também com o medo dos impactos da reforma tributária, porque ele não sabe os outros impactos, e aí começa a tirar dinheiro do esporte e da cultura. Então, é muito bom a gente discutir, mas é melhor ainda se a gente puder avançar na prática e deixar uma segurança jurídica sobre essa questão, porque, se eu, que sou Senador, não estou entendendo...

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Inclusive, anteriormente, Senador, a Receita Federal estava presente e ela foi bem clara nisso. O que é essa questão dos 10%? É onde se gerou toda a polêmica desse debate...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – E estão perdendo patrocinador por esse motivo.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Isso, porque... Justamente por isso, porque essa nota, esse PL não está tão claro, deixa essas duas formas de raciocínio. Então, antes de discutir, já se polarizou, disseminou essa informação, e as empresas também, com o seu contador, entenderam isso.

Então, eu sempre falo... Eu estava falando com uns colegas sobre isso, eu digo que são os 10% do dízimo. A empresa dá ali, tem o poder de aportar 100%, só que, desses 100% que o Governo está liberando para aquele projeto, ele só vai poder levar 90%, vão ficar 10% na casa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas ele vai descontar no imposto os 100%?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Os 100%.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Então, tem que ficar claro isso.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Então, essa deliberação, que... A nossa amiga da Receita falou mais cedo que vai fazer, no perguntas e respostas, essa nota.

Então, nós estamos conversando com a Receita, nós estamos pedindo justamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Devia ser uma instrução normativa, né?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque perguntas e respostas é algo muito frágil, né?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Isso.

Então, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você pode concluir, Carolinne.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – Então, é isso, gente. Eu só quero me deixar aqui à disposição, que o Ministro está atento a tudo isso.

Nós estamos em trabalho com toda a equipe técnica, não só da lei de incentivo, mas de todas as secretarias do ministério. Estamos trabalhando em conjunto para que a gente continue desenvolvendo essa política social tão impactante que é a lei de incentivo, com toda a segurança jurídica que nós temos aí, levando realmente o nosso propósito, que é fomentar o esporte na base e mudar a realidade de muita gente, que pode ter acesso ao esporte no Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Carolinne.

Gente, só reforçando aqui que o Ministro Paulo Henrique não está aqui, mas ele está muito bem representado, e eu tenho conversado com ele. Ele está muito ciente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho boas esperanças, expectativas, com relação a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ele está muito consciente, está acompanhando todo o processo.

A gente está finalizando aqui essa segunda mesa, e eu gostaria de passar a palavra ao Presidente do Flamengo, o Bap, o Presidente do Clube de Regatas do Flamengo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas, Presidente, porque está avançado o horário, mas eu vou dar o uso da palavra ao senhor, três minutos.

Seja muito bem-vindo.

Bom dia.

O SR. LUIZ EDUARDO BAPTISTA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Leila. Bom dia a todos os presentes aqui.

Já foi muito colocado aqui, o Arialdo foi muito feliz nas colocações dele, o Portinho, nós já vínhamos discutido isso há algum tempo. Eu vou insistir com os senhores que o volume de dinheiro que está envolvido nisso aqui não vai resolver os problemas do Governo Federal, não vai mexer o ponteiro do que temos hoje, mas é absolutamente crítico e material para os esportes olímpicos. Essa explicação do dízimo que acabou de ser dita – desculpe-me – é absolutamente inaceitável. O esporte precisa de mais, e esses 10% não vão mudar absolutamente nada.

A situação do esporte é importante. Eu falo em nome do maior clube poliesportivo do mundo, nós colocamos R$80 milhões/ano nisso, R$36 milhões são de incentivo. O Flamengo não tem condições, com toda a situação que ele tem hoje, de expandir esse tipo de subsídio e vai haver, sim, afastamento de empresas.

Senador Portinho, também já tem gente que estava para fechar compromisso com a gente para esta semana e que já disse o seguinte: "Nós vamos aguardar e não vamos fechar", investimentos da ordem de R$3,4 milhões. Não é um dinheiro grande para a empresa, mas a percepção deles não é positiva. Então, o impacto psicológico nesse mercado é muito maior do que esses apenas 10% pressupõem.

Então, nós temos que nos unir. O Arialdo foi muito feliz quando falou que isso é uma causa nacional, ela não pode ser politizada, isso é absolutamente importante. O Flamengo tem mais de 1,5 mil atletas, 30 de elite que são de futebol profissional, todos os outros precisam desse dinheiro. E, como foi muito bem dito, o dinheiro no esporte investe em educação, formação, saúde, segurança, é mais ou menos como perder 10kg de peso, sabe, Senadora? Uma coisa que acontece melhora 30 indicadores, no esporte é a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria chamar a atenção dos senhores para isso, porque, se isso fosse algo material para o Brasil, do ponto de vista matemático, eu entenderia. Não é, não vai fazer uma grande diferença para o país, mas vai ser absolutamente material para os esportes nacionais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação e pela fala, Presidente Luiz Eduardo Baptista, o Bap, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo – eu posso falar: o meu "mengão". (*Risos.*)

Vou passar a palavra agora, para finalizarmos a nossa audiência pública, ao nosso Deputado Federal Bandeira de Mello.

Se você me permitir, Bandeira, todo mundo o conhece assim.

Então, por favor, faça o uso da palavra, Deputado Federal, que é muito atuante também aqui nas causas do esporte aqui no Congresso Nacional.

Seja bem-vindo. Com a palavra.

O SR. EDUARDO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

É um prazer enorme estar aqui. Eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a Senadora Leila pela realização desta audiência aqui, o que demonstra a intenção de dialogar, a intenção de reunir todos os pontos de vista, alguns divergentes, e demonstra que aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado e na Câmara também, existe diálogo, o esporte é tratado de maneira absolutamente imparcial, sem nenhum tipo de politicagem, sem nenhum tipo de agressividade.

Então, eu estou aqui no meu quarto ano de mandato e participei da Comissão de Esporte desde o primeiro momento. Eu acho que o Arialdo colocou, com muita propriedade, todos os atos do Governo do atual Presidente da República, desde o seu primeiro mandato, e tudo que ele já conseguiu e nós conseguimos, de benefício para o esporte, concordo com a Senadora Leila que ele foi bem até... Estava indo muito bem, estava quase tirando um dez, mas aí começou a entrar na parte política, e a gente começa a discordar.

Mas eu não gostaria de me cingir apenas à questão do Poder Executivo, mas o Poder Legislativo é amigo do esporte. Nos quatro anos, agora estou no quarto ano de Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte, a Comissão de Esporte já foi presidida pelo Deputado Luiz Lima, que era do PL e agora está no Novo, depois, pelo Deputado Antonio Carlos, que era do PL e agora trocou de partido, não sei exatamente para onde ele foi, depois, a Deputada Laura, que é do PSD, e agora, o Deputado Saulo, que é do PSD. E houve sempre uma harmonia perfeita entre os membros da Comissão de Esporte. Eu nunca vi uma discordância lá. Os assuntos lá sempre foram tratados de maneira suprapartidária, propositiva.

E exatamente por isso, eu não vejo motivo para que se brigue, para esse tipo de agressividade. Sinceramente, quando eu cheguei aqui, nós batemos um papo aqui, o Paulo Maciel, meu velho amigo, o Arialdo, estava o Presidente La Porta também, eu expressei a minha discordância em relação à campanha Luto no Esporte. Eu não acho que existe motivo para a gente estar de luto. O esporte sempre foi tratado aqui com toda a consideração. Tudo que o esporte precisou, sempre teve, tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo.

Tem muita coisa que a gente precisa discutir, e essa discussão tem que ser dada de maneira harmônica. Eu vou passar rapidamente aqui, por exemplo, nós começamos aqui a audiência com a fala do Presidente La Porta. Eu acho que o COB é um modelo de governança a ser seguido inclusive pelo futebol. O COB é um exemplo para todos nós. Amanhã inclusive, nós da Comissão de Esporte vamos visitar o COB. Mas o que vem do COB normalmente já tem minha simpatia aos cinco do primeiro tempo.

Então ele colocou aqui a questão dos recursos das loterias, da PEC da Segurança Pública. Eu concordo. Agora, essa PEC da Segurança Pública passou pela Câmara. Talvez a gente não tenha atentado para os pontos que o Presidente colocou aqui, mas está sendo discutida no Senado. Se eu não me engano a Relatora é... Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BANDEIRA DE MELLO – Bom, mas seja onde for, está no Senado, e nós podemos tratar desse assunto ainda. Não tem Relator ainda, não é? Mas acho que todos nós podemos tratar disso aqui de maneira estruturada, propositiva, sem nenhum tipo de agressividade, sem luto no esporte. Até, quando eu toquei no assunto, o Paulo Maciel falou: "Não, mas é luto do verbo lutar." Então está bom. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fingir que nós...

As falas do José Antônio, do Comitê Paralímpico, foram perfeitas, do Presidente do Praia Clube também. Eu agradeço muito as intervenções do Roni Peterson, que tratou da questão da reforma tributária, e da Cláudia Cristina, se não me engano, Cláudia Lúcia, não é? Esqueci agora... A Cláudia Lúcia... O que demonstra que existe diálogo da parte do Governo com relação a tudo isso.

O Paulo Maciel também colocou e aí chamou o Felipe, que é o Diretor jurídico. E aí quando começa a se falar nessa PEC, efetivamente, eu tenho uma visão crítica, por todas as razões de responsabilidade fiscal, de possibilidade de evasão, de renúncia de receita. Mas, sendo um instrumento legislativo, uma proposta legislativa, tem que ser discutida é aqui.

Eu conversei já com o Senador Randolfe sobre isso e eu achei até que ele estaria aqui hoje – eu provavelmente vou conversar com ele ainda. Mas eu acho que essa PEC deve ser discutida aqui. Eu tenho uma visão crítica em relação a ela, mas o fato dela estar sendo discutida aqui, de ter gente contra, de ter gente a favor, não é motivo para ninguém ficar de luto. Esse é o processo natural, é o processo legislativo do Congresso Nacional.

Deixe-me ver o que mais. Agradeço também a intervenção. Já falei do Arialdo. Nota 8, Arialdo, até ali. (*Risos.*)

Está bom, mas não vai levar o 10 enquanto não...

Então gente, eu gostaria de agradecer muito o convite para participar desta audiência pública. Eu vou continuar totalmente à disposição para discutir esse ou qualquer outro assunto.

Desculpem. Eu tinha me esquecido, talvez, do... Para vocês terem uma ideia de como é que esse assunto é tratado no Poder Legislativo, sem nenhum tipo de emoção, sem nenhum tipo de agressividade, quando nós, no finalzinho – nos 49 do segundo tempo – do ano legislativo anterior, em dezembro, discutimos aquela questão do descasamento das SAFs com os clubes de futebol... Na ocasião, o Congresso aprovou um dispositivo, uma emenda de Plenário, que buscava estender o regime favorecido das SAFs às demais entidades esportivas. Isso foi aprovado por unanimidade. Aí o que aconteceu? Veio o recesso Parlamentar e o Presidente da República vetou esse dispositivo. Foi um clamor: ´"É um absurdo, inimigo do esporte, vetou". Só que ele vetou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivos técnicos, não foi por motivos políticos. Eu já conversei, na Presidência da República, sobre isso.

Então, nós tentamos encontrar, ainda no recesso Parlamentar, antes de começar esse movimento, uma solução. Essa solução não poderia ser um projeto de lei nem uma medida provisória, porque seria tão inconstitucional quanto. Então, a solução que se encontrou foi uma PEC simples, com o objetivo de alterar aquele art. 156 da Constituição e substituir a previsão de regime específico para atividade desportiva desenvolvida por Sociedade Anônima de Futebol por atividade desportiva desenvolvida por entidades desportivas profissionais.

Dessa PEC que foi encaminhada à Presidência da República – provavelmente está sendo analisada – pode surgir a solução apresentada pela Presidência da República, ou pode também, se nós chegarmos à conclusão, ser apresentada por um de nós aqui. Eu acredito que não haverá problema nenhum, porque não tem nenhum componente ideológico: nós podemos apresentar essa PEC em conjunto os Deputados do Partido Verde – que é o meu agora –, os do PL, os do Partido Novo, porque acho que é uma PEC absolutamente inofensiva, que resolve o problema do descasamento de SAFs com clubes.

Isso é de janeiro, gente, é de antes, muito antes de começar esse movimento. Eu acredito que todo movimento – só para terminar agora – a gente pode resolver de maneira harmônica, com diálogo, sem brigar e, principalmente, sem nenhum tipo de ação que remeta às eleições. Como a Leila falou, com toda propriedade, ninguém aqui está preocupado com eleição; podemos até estar por outros motivos, mas não estamos usando o esporte para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Deputado Eduardo Bandeira de Mello.

Gente, nós temos uma lista aqui... Já passamos do meio-dia. O Flávio olhou para a minha cara aqui: "Senadora, Senadora...". É difícil para mim com essa lista aqui...

Eu vou passar para três oradores, três expositores, por dois minutos, porque a gente está com o horário avançado, e eu acho que vocês ainda têm agendas aqui pelo Congresso, com outros Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar primeiro a palavra... Vou dar dois minutos, já pedindo desculpas, porque parece uma coisa autoritária, mas é por causa do horário, mesmo. Eu vou passar a palavra agora para a Ketleyn Quadros, que é Presidente da Comissão de Atletas – representando os atletas – do COB.

Dois minutos, Ketleyn. Seja bem-vinda.

A SRA. KETLEYN LIMA QUADROS (Para expor.) – Perfeito, obrigada.

Eu sou a Ketleyn, judoca, bimedalhista olímpica. Eu me tornei a primeira mulher a conquistar uma medalha olímpica em esportes individuais na história do Brasil, sou membro da Comissão de Atletas, e agradeço desde já por ter a oportunidade de participar de um debate tão importante. Quero agradecer ao Presidente do COB, que nos trouxe aqui e sempre teve essa linha de também contribuir, colocando os atletas nessas decisões nacionais.

É um debate importante, porque traz essa responsabilidade e uma visão próspera de futuro. A gente está falando de uma proposta de redirecionar um recurso que acaba que manda em tudo, que movimenta todo o cenário esportivo nacional e é de extrema importância para o nosso Comitê Olímpico e para o CBC.

Aqui falando como atleta que passou por essa experiência do que é realmente viver do esporte, que vem desde ali da base: se a gente tirar esse recurso, redirecionar esse recurso, a gente impacta de forma direta toda a estrutura, desde a iniciação até o alto rendimento. Então, é muito importante, né? Nós atletas que vivemos realmente os nossos valores olímpicos: responsabilidade, disciplina, sabemos realmente as dificuldades de se fazer o que precisa ser feito para as coisas funcionarem.

É esse o exemplo que a gente gostaria de trazer. Quero agradecer essa oportunidade de saber que nós somos esse exemplo nato de que realmente o esporte é transformador, vai muito além das medalhas, das transformações, e de que nada seria possível se a gente não tivesse um clube que desse toda essa oportunidade.

Eu sou de Brasília, mas tive que sair de Brasília porque até hoje a gente não tem um clube realmente em alto rendimento voltado para o esporte, mas fui muito bem acolhida por outros clubes, o que acaba sendo esse fomento para nós atletas irmos sonhando – e, realmente, poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viver esse sonho vai muito mais além das medalhas, é extremamente transformador, transforma vidas após vidas e tem esse poder de união em que estamos. Então, é com esse exemplo que a gente gostaria que tivesse essa atenção voltada para esse tema.

Quero agradecer também, desde já, essa atenção que foi dada também pelos materiais esportivos. Isso é superimportante porque para a gente o equipamento não é luxo, é a nossa ferramenta de trabalho, que dá total condições para a gente continuar evoluindo, crescendo e sendo esse exemplo dentro e fora dos tatames como cidadão, o que acaba impactando cada vez mais na vida dos atletas.

E estar aqui, trazer, mesmo que seja por dois minutos, essa voz de transformação é uma oportunidade incrível porque a gente sabe o quanto é valioso e transformador.

Então, qualquer recurso, qualquer valor tirado do esporte é muito para a gente: é uma base comprometida, é um resultado comprometido e, consequentemente, todas aquelas conquistas que a gente teve agora, em Paris, equidade de gênero... é perder acessos.

Então, é incalculável o quanto perder qualquer valor impacta diretamente em toda a cadeia esportiva.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Ketleyn, pela participação, representando aqui a Comissão de Atletas do COB.

Foi passado que teve o pedido de apenas um Presidente de confederação, que foi o Radamés Lattari, que é da Confederação Brasileira de Voleibol.

Com a palavra Radamés Lattari.

Seja bem-vindo, Radamés.

O SR. RADAMÉS LATTARI FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Eu fui nascido e criado dentro do esporte. Meu pai me ensinou a ter duas paixões de clubes, que são o Flamengo e o Tijuca Tênis Clube. Eu estou no voleibol desde os 13 anos. Portanto, são 56 anos que eu estou no voleibol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passei por tudo no voleibol como atleta e hoje sou Presidente. Inclusive, fui supervisor da seleção em que a Leila foi medalhista olímpica, estávamos juntos naqueles Jogos Olímpicos.

No esporte eu estou dizendo que eu estou há 56 anos, porque eu quero demonstrar que eu sei que o esporte vem evoluindo ano a ano, principalmente depois da entrada da lei das loterias, que permitiu que os atletas e as confederações pudessem fazer uma preparação melhor para as disputas internacionais.

Apesar disso, ainda é muito pouco, mas a gente está contente. A lei das bets vem a favorecer. O dia que nós principalmente soubermos como podemos utilizar essas verbas, de que maneira vamos utilizá-las, como elas chegam até nós, eu acho que isso vai fazer com que a gente evolua bastante.

Toda verba que chega hoje numa confederação tem total transparência nas suas contas e é rigorosa a fiscalização de qualquer órgão, inclusive dos nossos conselhos fiscais, auditorias, enfim, uma série de coisas.

A Lei Complementar 224 iguala as confederações sem fins lucrativos com aquelas que têm fins lucrativos. Se era para igualar, não precisava nem ter essa diferença: fins lucrativos e sem fins lucrativos. Se existe essa diferenciação é porque não são iguais, mas hoje a taxação está igual. E o que é pior: vai ser colocado em prática no meio de um ciclo olímpico. Isso vai prejudicar bastante a preparação dos nossos atletas rumo às Olimpíadas de Los Angeles.

E quando se diz que existe uma lei complexa, que é de interpretação complexa, toda vez que falam a palavra "complexa" para mim significa que fizeram algo que era para eu não entender realmente, porque, quando querem, fazem a coisa direta, e aí a gente entende com clareza as coisas. Então, quando falam que é uma lei complexa, é porque não é para ser bem entendida; e, quando a gente acorda, quando a gente descobre, já passou, e a gente entrou pelo cano.

Quanto à PEC 18/2025... Em tudo na vida, escutamos sempre que a prevenção deve estar sempre na frente. Quando uma criança nasce, a gente diz: "Vamos colocar na natação, para aprender a nadar, para nunca se afogar", "vamos fazer isso para proteger", "vamos fazer aquilo para proteger". Sempre a prevenção vem. O esporte é a melhor prevenção que existe para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública! O esporte é o lugar onde a gente forma cidadãos! O esporte é o lugar onde a gente tira várias crianças da marginalidade! Ali é que a gente aprende tudo. (*Palmas.*)

Então, no dia em que colocarem que o esporte é o melhor caminho, será a propaganda mais simpática para a gente fazer a segurança pública. Cortar R$480 milhões do esporte, achando que a gente vai salvar a segurança pública do nosso país, é ridículo – é ridículo. Isso atinge todos os segmentos. Quando a gente fala em cortar R$480 milhões, nós estamos tirando de clubes, de confederações, de todas essas entidades, CBC, secretarias estaduais... Então, vai ser uma desgraça para todos – todos, todos, todos.

O nosso país é dividido, hoje, em direita e esquerda. Tudo que você... Se se fala em escola de samba – Eu gosto do Salgueiro; o outro, da Mangueira: "Ah, porque você é da direita"; o outro, "é da esquerda" –; tudo, tudo, tudo hoje no país é divisão, divisão, divisão! O único momento em que o nosso país fica unido é quando todos ficam na frente da televisão torcendo pelos atletas do Brasil. É o esporte que une o país, é o único momento de união no país.

Nós não estamos pedindo... O esporte vive de esmola, esmola, esmola. Nós não estamos nem pedindo esmola dessa vez; o que a gente está pedindo é que não tirem a pouca esmola que nós já temos. É só isso que o esporte está pedindo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Radamés, pela participação, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Washington Cerqueira, o Coração de Leão, não é?

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Coração Valente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Coração Valente! Coração de leão... (*Risos.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – De leão valente.

O SR. WASHINGTON STECANELA CERQUEIRA (*Fora do microfone.*) – De leão também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ai, ai... Mas tudo bem, gente, tudo bem.

O SR. WASHINGTON STECANELA CERQUEIRA – É de leão também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu sempre dou uma dessas, não tem problema, não.

Vai lá, Washington. Seja bem-vindo!

Dois minutos, hein, Washington.

O SR. WASHINGTON STECANELA CERQUEIRA (Para expor.) – Senadora, muito obrigado pela oportunidade. É de leão também.

Como estava muita gente falando do Flamengo, vou falar um pouquinho do Fluminense também, para dar uma quebrada também – não é? – que é tão importante. (*Palmas.*)

Senadora, obrigado pela oportunidade. Eu quero só complementar: eu acho que o Radamés pensou na minha fala. Quando a gente pensa na transformação social que o esporte tem, não só falando do *link* que o esporte tem com a educação, com a saúde, mas também com o social... E aí vou incluir a segurança.

Quando você dá oportunidade às crianças para se transformarem em cidadãos através do esporte, nós estamos tirando futuros bandidos das ruas – estamos tirando futuros bandidos das ruas – e as estamos incluindo no esporte. Já pensou se, um dia, em vez de se falar "o Washington, Coração Valente, criado no esporte", se falar "o bandido Washington", ou "a traficante Leila", ou outro bandido, Oscar Schmidt, ou outros nomes? Deus o livre disso! Mas o esporte transformou a todos, transformou a todos nós, porque poderíamos ser futuros bandidos. Então, mexe exclusivamente não só com a saúde, educação e social, mas também com a segurança.

E às vezes, a gente está discutindo o esporte, tirando os recursos do esporte, a gente teria que discutir hoje aqui tendo mais dinheiro, mais recursos para o esporte. Era para a gente discutir isso hoje. Aonde vão chegar todos esses dinheiros? Não tirar os recursos do esporte, porque você tirando recursos do esporte, daqui a pouco, nós torcedores, nas Olimpíadas, esse recurso é o um milésimo que acabou com que um atleta não chegasse, que não ganhasse uma medalha; é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bola, uma cortada de vôlei que chega um pouquinho depois da linha; é aquela bola da linha que não entra no gol; é um detalhezinho, e esse recurso pode fazer esse detalhe para todos nós.

Depois que estamos tirando recursos do esporte, vamos torcer, mas, quando chega um medalhista, um Caio Bonfim, todo mundo vai querer tirar foto depois. "Ah, deu agora sucesso, agora eu quero tirar foto com ele", mas eu fui um que tirou o recurso dele, para ele ter tirado mais medalhas para nós, ou outros atletas tirarem mais medalhas para nós.

Então, esporte, una-se cada vez mais. Todos nós, atletas, entidades, diretores, presidentes, unam-se cada vez mais. O esporte tem muita força, tem muita força. E eu peço para vocês, não dividam. Como o Radamés falou, não pode dividir. Independentemente de qual partido, se é direita ou esquerda, independentemente, não dividam. O esporte une, então o esporte tem que se unir cada vez mais e não pode perder a sua essência, a sua força, porque nós queremos muito mais Leilas, mais Oscares, mais Washingtons, mais Neymares na frente, pensando por esse detalhe da retirada do recurso. Jamais.

Se tirar o recurso, nós vamos perder cada vez mais, o esporte vai sofrer cada vez mais, e não podemos mais sofrer. O esporte nos traz sempre alegria, e dá muito orgulho você vestir a camisa de uma seleção brasileira e estar, no mundo lá fora, representando o seu país, mas que represente também com orgulho, com recursos, para que ele traga mais resultados para nós. Então viva o esporte.

E obrigado pela oportunidade, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Washington "Coração Valente". Ótima fala, obrigada.

Bom, eu vou passar a palavra agora para o Marcelo de Araújo, que é o Presidente do Yacht Clube da Bahia.

O SR. MARCELO SACRAMENTO DE ARAÚJO – Aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Marcelo Sacramento – não é? – Araújo.

O SR. MARCELO SACRAMENTO DE ARAÚJO – Isso, Marcelo Sacramento de Araújo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, tudo foi dito, e eu tenho muito pouco a complementar. Eu só quero fazer um depoimento, dar um depoimento de que, quando a gente faz a coisa certa, quando a gente está na direção certa, quando a gente está incentivando, os resultados aparecem.

E diferentemente do meu Flamengo, lá na Bahia, o Yacht Clube da Bahia era um clube que se dedicava à vela, mas os resultados não chegavam. E, em 2015, faz dez anos que com apenas R$10 milhões, nós conseguimos ganhar 23 campeonatos brasileiros de vela, dois sul-americanos, dois pan-americanos e dois mundiais. Nós conseguimos trazer para o Brasil o Campeonato Mundial de Vela Jovem, que seria disputado em 2020, na Base Naval de Aratu, com apoio da Marinha do Brasil e da Confederação Brasileira de Vela e do CBC. Portanto, quando a gente caminha para o lado certo, a gente atinge os objetivos.

Em 2018, eu fui eleito Presidente do Ano, sucedendo Bandeira de Mello, com um orçamento de apenas R$50 milhões. Em 2017, o Yacht Clube da Bahia foi eleito Clube Esportivo do Ano no Brasil. E eu tive o orgulho de, em 2015, chegar a Brasília como o primeiro clube do Norte e Nordeste do Brasil a romper essa barreira, a conquistar essas verbas.

Infelizmente, nós estamos aqui hoje discutindo o que vai ser cortado. Nós precisávamos estar aqui discutindo o que é que nós íamos agregar!

Portanto, no momento em que fizermos isso, eu tenho certeza de que nós continuaremos a dar *show*, como fizemos nessas duas últimas Olimpíadas, como disse o nosso Presidente do COB, e cada dia mais estaremos não só entre as quinze, mas talvez entre as cinco melhores potências olímpicas do mundo, garantindo segurança, bem-estar e uma vida muito mais digna para os jovens brasileiros.

Era só isso que eu queria dizer, Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação, Presidente Marcelo Sacramento, que é o representante aqui do Yacht Clube da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, nós vamos passar para o Sr. André Fiore, que é o Presidente do Esporte Clube Pinheiros.

Seja muito bem-vindo, André.

O SR. ANDRÉ PEREGO FIORE (Para expor.) – Senadora Leila, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes, obrigado pela franquia da palavra.

Senadora, eu queria começar dizendo que, estando Presidente, hoje, do maior clube olímpico do Brasil, eu me sinto... eu convivo, na realidade, com o real ensinamento do esporte, isto é: formação humana, segurança pública, saúde pública e, acima de tudo, ascensão social. A gente convive com 39 mil sócios e 5 mil atletas de alto rendimento. Eu sei exatamente como essas pessoas ascenderam socialmente, ascenderam na educação; enfim, são pessoas mais preparadas para a vida, e é isso que é a real importância do esporte.

Eu faço um pouco... Eu faço minhas, inclusive, as palavras do Senador Portinho, quando ele diz que a gente tem que trabalhar por uma política de Estado. De fato, precisamos trabalhar por uma política de Estado. Hoje, estando Presidente do Pinheiros, no meu microcosmo, eu tenho muita insegurança em trabalhar com políticas que foram feitas em gestões passadas e que tenho que, por uma razão temporal, modificar. Isso é muito difícil! Trabalhar com a insegurança jurídica e a insegurança de gestões, de prioridades de gestões, é muito difícil.

Então, eu venho aqui defender que a gente consiga colocar essa PEC, para que a gente tente pelo menos defendê-la, de alguma forma, junto ao Congresso Nacional, para que a gente consiga construir, Senadora Leila, o que tanto prega o Presidente La Porta: construir uma nação superesportiva.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, André Fiore, que é o Presidente do Esporte Clube Pinheiros. Joguei muito no Pinheiros; nossa, que clube incrível!

Gente, eu quero agradecer a presença de todos os Presidentes de entidade, Presidentes de confederações, todos os representantes aqui do ecossistema esportivo do Brasil. A gente sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente não chega a lugar nenhum sozinho, né? Acho que a maior prova é este momento que a gente está vivendo aqui.

Eu, particularmente, quando falo que sou grata ao esporte, sei que por detrás do meu período teve um Presidente de confederação, teve os meus técnicos, teve os dirigentes do clube, os quais me levaram daqui de Brasília para Minas, para me formar. Eu sou muito grata a esse sistema e eu entendo muito bem a minha responsabilidade estando aqui dentro desta Casa.

Esta Casa tem uma complexidade, que é algo natural. Ela reflete muito do pensamento fora. Mas ela tem uma complexidade que tem um ritmo dela. Ela tem muito ritmo dela. Eu aprendi muito, através do esporte, a observar o ritmo das coisas, a observar estrategicamente o comportamento das pessoas. Talvez seja por isso que eu sobreviva tão bem aqui, porque o esporte me ensinou que a gente não precisa amar – seria o ideal, não é, Ketleyn? –, mas o esporte nos ensinou, não é, Paulão?, que precisamos respeitar. Talvez esse seja o grande ensinamento que eu tenho do esporte, hoje estando na política. Pensamento divergente não é o pensamento de um inimigo, de uma pessoa que nada vale o que ela tem a acrescentar no meu dia a dia. Então eu acredito muito nisso

E o esporte tanto mostra isso, como o Deputado Bandeira falou: "olha, lá nós temos um pensamento suprapartidário, na nossa Comissão de Esporte.". E aqui a maior prova somos eu e Portinho. O quanto que a gente funciona, ele do PL, e eu do PDT, e, quando a gente tem que tratar da pauta esporte, não é uma pauta de direita, de esquerda, de progressista, de conservador. Não. É uma pauta do Brasil, uma pauta fundamental para o Brasil.

Então, assim, creiam, creiam. Nós vamos trabalhar internamente, nós vamos fazer o debate. Todas as exposições de vocês foram muito necessárias. Agradeço também, através do Governo Federal, aos representantes e ao Ministro Paulo Henrique, aos representantes do Ministério do Esporte. E quero dizer a vocês que nós vamos levar para dentro agora da Casa. Como eu falei para vocês, aqui nós temos um ritmo diferente. Isso eu já entendi, esse ritmo. Nós vamos conversar com os colegas do PL, com os colegas do PT, com os colegas do PDT, com os colegas do Podemos, enfim, com todos aqueles que defendem e entendem a importância e o significado do esporte, da pauta esporte para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de clubes, de formação de grandes atletas, as pessoas precisam entender que quando veem um Caio, um Caio Bonfim na TV, ganhando uma medalha, esse Caio Bonfim esteve lá na base, lá em Sobradinho, num programa social do terceiro setor, trabalhando. Então, desde o terceiro setor aos clubes, às entidades, aos projetos, às entidades, nós sabemos o caminho que esse atleta, que todos nós percorremos para chegarmos às medalhas, ao reconhecimento, seja dos políticos, seja da sociedade brasileira, tá?

Então eis aqui uma pessoa que tem essa voz, que essa voz, quando eu converso com os meus colegas aqui, é muito tranquilo, porque eles entendem que, para além dos meus interesses, que sejam políticos, o que é normal, eu sou um ser político, desde quando eu era atleta, somos seres políticos, existe a Parlamentar que é grata a tudo que esse setor fez na vida dela. Eu sou a maior defensora, o maior exemplo disso, fiquem tranquilos.

Eu quero agradecer a todos a palavra, a fala, o trabalho. Contem comigo, contem com todos que se manifestaram aqui e contem com o Congresso Nacional. Nós vamos a esse fronte fazer esse convencimento dentro da Casa.

Antes de encerrar, eu gostaria de submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

E nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Viva o esporte brasileiro! Viva! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Romário, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos Rogério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Girão e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3163, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para assegurar votação não presencial no sistema de recolhimento de votos imune à fraude garantido nos processos eleitorais das organizações esportivas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.163, de 2023. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6124, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem)." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 6.124, de 2025. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3742, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 3.742, de 2024. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/06

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de maio de 2026.

Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, meu Vice-Presidente, querido Senador Chico Rodrigues. Eu cumprimento a todos que estão presentes também aqui na sala da Comissão.

Como fazemos em nossas reuniões, eu quero iniciar registrando as conquistas recentes do esporte brasileiro, que mais uma vez mostrou sua força em diferentes modalidades, em diferentes arenas e com atletas que honram o nosso país.

Começo pelo voleibol feminino.

O Praia Clube, de Uberlândia, venceu o Minas Tênis Clube por 3 *sets* a 0 e conquistou o título da Superliga 2025/2026, em uma grande final no ginásio, no templo do voleibol e do esporte brasileiro, o Ibirapuera, com torcida, ginásio lotado. Foi uma grande festa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar as atletas e comissões técnicas do Minas Tênis Clube, assim como do campeão brasileiro, do campeão da Superliga, o Praia Clube, de Uberlândia.

Esse foi o terceiro título nacional da história do Praia, coroando uma campanha de muita força coletiva, superação e excelência técnica.

No vôlei de praia, nós tivemos outra grande alegria esse final de semana aqui em Brasília. A Carol Solberg e a Rebecca conquistaram o ouro no Elite 16 de Brasília, superando a dupla italiana – foi um jogaço –, etapa do Circuito Mundial, com campanha invicta, ganharam todos os jogos, uma vitória muito simbólica diante da nossa torcida brasiliense, mas, claro, torcida brasileira, reafirmando a tradição do Brasil nessa modalidade.

Quero aproveitar e cumprimentar também a técnica Letícia Pessoa, que particularmente é uma grande amiga, e também a comissão técnica da Letícia, assistentes técnicos, o Dudu, o pessoal da parte física, enfim, é um grande *staff* que está por trás desses atletas, Senador Chiquinho. Então, a todos eles, parabéns por essa conquista. Elas estão muito bem no *ranking* mundial, e é graças a esse trabalho, essa entrega dessa dupla incrível que representa o país.

No surfe, a Luana Silva foi vice-campeã do Gold Coast, na Austrália, superada na final pela Stephanie Gilmore, que é uma das maiores atletas da modalidade da história, mas saiu da etapa como número 1 do *ranking* mundial feminino. E, no masculino, o Gabriel Medina também aparece na liderança do *ranking* da WSL, colocando o Brasil no topo, entre mulheres e homens.

Também no surfe, no Pasa Games, o Brasil brilhou com o Luiz Diniz, que conquistou dois ouros, Silvana Lima, campeã do *shortboard* feminino, e com a Aline Adisaka, medalha de prata. Foi uma demonstração da profundidade, da qualidade e do momento que o surfe brasileiro está vivendo, nas mais diversas categorias da modalidade. Então, parabéns também às comissões, à confederação e também, em especial, aos atletas.

No hipismo, Rodrigo Pessoa, um dos grandes nomes da história do esporte brasileiro, venceu o Grand Prix de saltos do CSI5 de Monterrey, em prova, com desempate, a 1,60m. É sempre motivo de muito orgulho ver o Rodrigo, um atleta com a sua grandeza, uma trajetória muito vitoriosa, seguir competindo e, é claro, vencendo ainda em alto nível, no nível internacional. A gente conhece Rodrigo Pessoa de longa data, nem sei em quantas Olimpíadas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo competiu pelo Brasil, mas é bem interessante vê-lo. Depois dessa longa trajetória, ainda está se destacando no cenário internacional e ganhando medalhas. Parabéns ao Rodrigo Pessoa.

Na ginástica rítmica, a Jojô e a Babi comandaram as finais do Campeonato Brasileiro de GR, e conquistaram dois ouros cada, mostrando a força de uma modalidade que exige muita técnica, precisão, disciplina e muita sensibilidade artística. Realmente, é uma apresentação, um espetáculo à parte a ginástica rítmica.

No ciclismo, nós tivemos resultados importantes em várias frentes. Henrique Avancini, referência mundial no *mountain bike*, foi campeão do Tour de Gila 2026, agora no ciclismo de estrada. No BMX, o Zimmermann foi bronze na elite masculina da quarta etapa da Copa Latino-Americana, e o Luca Grigoletto também subiu ao pódio na categoria júnior. Já estamos deixando resultados, já estamos tendo resultados bons na categoria de base do nosso ciclismo.

No atletismo, o revezamento 4x400 masculino do Brasil, com Vinícius Moura, Lucas Vilar, Tiago Lemes da Silva e Matheus Lima, disputou o Mundial de Revezamentos em Gaborone, na Botsuana, e ficou em segundo lugar na repescagem, representando o país em uma das provas mais exigentes da modalidade.

Quero fazer também um registro muito especial ao esporte paraolímpico brasileiro. Na bocha, o Brasil conquistou três medalhas nas disputas individuais da Copa do Mundo de Montreal e encerrou a etapa em quarto lugar no geral. Maciel Santos foi um dos grandes destaques, confirmando a força brasileira em uma modalidade que exige muita estratégia, concentração e precisão.

No ciclismo paraolímpico de estrada, o Brasil encerrou a etapa da Copa do Mundo na Bélgica com sete medalhas, sendo uma de ouro, de Lauro Chaman, e seis de prata. Olha que resultado incrível! É mais uma prova da excelência do nosso paradesporto brasileiro e do trabalho sério desenvolvido pelos paratletas, treinadores, equipes técnicas e, é claro, pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Esses resultados mostram algo muito importante: o esporte brasileiro, tanto o esporte convencional como o paradesporto, vive um momento muito especial de competitividade, de força. Temos conquistas no vôlei, no surfe, no hipismo, na ginástica, no ciclismo, no atletismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na bocha paralímpica, entre tantas modalidades, e isso nas últimas semanas, da última semana para cá.

Todas as semanas eu venho aqui, mostrando a todos vocês, na nossa Comissão, os resultados dos atletas e paratletas nas mais diversas modalidades. E cada vitória, pessoal, cada pódio, cada final disputada carrega uma mensagem para esta Comissão: que o esporte precisa ser tratado como uma política pública permanente. Esporte é saúde, é educação, é inclusão, cidadania, segurança pública, desenvolvimento econômico e, é claro, projeção internacional do nosso país, por isso nosso compromisso nesta Comissão é seguir trabalhando para valorizar atletas e paratletas, fortalecer os clubes, ampliar o acesso à prática esportiva, apoiar o esporte de base, que são federações, confederações e, claro, o terceiro setor, garantir estrutura para o alto rendimento e dar ao esporte paraolímpico o reconhecimento que ele merece.

Nesse sentido, antes de encerrar, eu não poderia deixar de registrar uma excelente notícia para o esporte brasileiro, que merece ser celebrada por esta Comissão: o Programa Bolsa Atleta atingiu, em 2026, o maior número de beneficiários de toda a sua história, alcançando a marca de 11.214 atletas e paratletas contemplados em todo o país. Esse resultado, senhoras e senhores, representa um crescimento significativo em relação ao ano anterior e consolida o Bolsa Atleta como uma das mais importantes políticas públicas de incentivo ao nosso esporte nacional, e é uma grande referência para o mundo.

Nós estamos falando de milhares de atletas e paratletas, olímpicos e paraolímpicos, de base, estudantis e de alto rendimento, que passam a ter condições concretas de treinar, competir e representar o Brasil com dignidade. Esse recorde não é um número isolado. Ele se conecta diretamente com os resultados que estamos vendo nas quadras, nas pistas, nas águas, nas ondas e nas arenas internacionais. Quando vemos os atletas e paratletas brasileiros conquistando títulos, subindo ao pódio e disputando finais em alto nível, há por trás disso investimento, planejamento e políticas públicas que funcionam, e o Bolsa Atleta é uma delas. O Bolsa Atleta é, sem dúvida, um dos pilares desse ciclo virtuoso que vive o esporte brasileiro.

Parabéns ao Governo Federal, ao Ministério do Esporte, enfim, a todas as entidades que compõem o sistema esportivo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que os exemplos de sucesso esportivo desta semana e o recorde histórico do Bolsa Atleta nos inspirem a seguir trabalhando com responsabilidade, diálogo e compromisso com o futuro, o futuro do nosso esporte brasileiro.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 28 de abril de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu gostaria de agradecer aqui e registrar a presença das seguintes pessoas: Coronel Davi Augusto Antônio, que é Coordenador na Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), representando o Brigadeiro Alexandre de Carvalho, que é o Diretor do Departamento de Desporto Militar; Tenente-Coronel Marcos dos Santos, Coordenador na CDMB; Sr. José Carlos Salgueiro Pinheiro, Relações Institucionais do COB; Sr. Ricardo Vidal, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Atletismo; e Sr. David Backer, Relações Institucionais da Confederação de Vela. Sejam todos muito bem-vindos.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Tendo em vista que eu sou a Relatora do primeiro item da pauta, eu passo a Presidência dos trabalhos ao nosso querido Vice, muito atuante na Comissão de Esporte, Senador Chico Rodrigues, para que eu possa proceder à leitura do meu relatório.

Obrigada, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Assumo a Presidência enquanto a Senadora Leila Barros fará a apresentação do seu relatório.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3163, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para assegurar votação não presencial no sistema de recolhimento de votos imune à fraude garantido nos processos eleitorais das organizações esportivas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Obviamente, a Senadora irá proceder ao seu voto, que – e eu já me antecipo – sei que deverá ser aprovado.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, querido Senador Chico Rodrigues. Peço permissão ao senhor para ir à análise do projeto.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte e paraesporte. Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, o projeto não merece reparos.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa adequada.

No mérito, igualmente, somos favoráveis à proposição.

A iniciativa se alinha aos princípios democráticos que devem nortear as entidades desportivas, especialmente no que diz respeito à ampliação da participação e à garantia do direito de voto de seus associados. O projeto contribui para tornar os processos eleitorais mais inclusivos e compatíveis com as transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, é inegável que os avanços digitais têm proporcionado novas formas de interação e deliberação, permitindo que procedimentos tradicionalmente presenciais sejam realizados com segurança em ambiente virtual. A incorporação desses instrumentos aos processos eleitorais das organizações esportivas representa medida de modernização necessária, que favorece a eficiência, a transparência e a confiabilidade dos resultados.

Importante destacar que a previsão da votação não presencial não implica fragilização do sistema eleitoral. Ao contrário, o texto estimula a adoção de mecanismos de segurança adequados, capazes de assegurar a autenticidade dos votos e a integridade do processo.

Vale ressaltar também o caráter inclusivo e democratizante do projeto. Ao ampliar o acesso ao voto, o projeto estimula maior engajamento dos associados na vida institucional das agremiações, fortalecendo a governança e promovendo decisões mais representativas.

A proposição guarda ainda coerência com o cenário atual, no qual a utilização de ferramentas digitais já se encontra amplamente disseminada em diversos setores. Uma prova somos nós aqui, que estamos em regime semipresencial, né, Senador Chico Rodrigues? Então, assim, hoje é uma realidade a que todos devem se adequar.

Adaptar a legislação a essa realidade é colaborar para o aprimoramento dos processos eleitorais, com ganhos em acessibilidade, segurança e principalmente transparência.

Diante do exposto, entendemos que a proposição se revela oportuna, constitucional e socialmente relevante, pois amplia a participação democrática dos associados, fortalece a confiabilidade dos processos eleitorais e promove uma gestão mais transparente e inclusiva no âmbito das organizações esportivas.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.163, de 2023.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência da reunião à Senadora Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Agora vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6124, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem).

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A autoria é desta Presidência, Senadora Leila Barros, a Leila do Vôlei; e a relatoria é do nosso querido Senador Chico Rodrigues.

Eu concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do seu relatório. Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Esporte sobre o Projeto de Lei nº 6.124, de 2025, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa ao Subsistema Nacional do Esporte Militar (Snem).

Peço a V. Exa.: vou logo à análise, porque realmente é mais detalhada.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem, entre outros temas, sobre normas gerais relativas ao esporte, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Considerando que o projeto seguirá para a CAE, onde será apreciado em caráter terminativo, a presente manifestação restringe-se à análise do mérito no que se refere aos aspectos de natureza esportiva, cabendo à Comissão de destino a apreciação quanto à constitucionalidade, consoante determinação regimental.

No que concerne ao mérito, a proposição merece prosperar.

O art. 217 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas como um direito de todos, assegurando o acesso ao esporte e a promoção de seu desenvolvimento em diversas esferas.

A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, instituiu atribuições claras e estabeleceu que o desporto militar integra o Sistema Nacional do Esporte por meio do Snem, coordenado pela CDMB e pelas comissões das Forças Armadas e auxiliares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, a legislação em vigor foi omissa ao não contemplar a CDMB com uma parcela da receita desportiva, diferentemente do que ocorreu com outros subsistemas. O projeto corrige, assim, uma assimetria no financiamento desportivo, alinhando-se às diretrizes da política pública do setor e conferindo os meios necessários para a execução das atribuições legais impostas à Comissão.

Dessarte, ao assegurar o devido fomento ao esporte militar, a proposição viabiliza a manutenção e a expansão de iniciativas esportivas de excelência, tanto no âmbito do alto rendimento olímpico e paraolímpico quanto no tocante à inclusão social. Ao garantir a efetividade de programas já desenvolvidos pelas Forças Armadas, voltados à revelação de talentos e à integração de crianças, jovens e pessoas com deficiência, o projeto reforça o desporto como um vetor indispensável de cidadania e consolida os preceitos fundamentais estabelecidos em Lei Maior.

Do voto, Sra. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.124, de 2025.

É esse o relatório e o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bom, eu queria só fazer um reforço dessa iniciativa.

Eu acompanho muito o trabalho das Forças Armadas, que dão sua contribuição, digamos, em várias áreas do esporte brasileiro. Eles são parceiros do alto rendimento. Nós temos vários atletas em competições internacionais, Olimpíadas e mundiais que têm o apoio, seja em termos de infraestrutura, seja em termos até de logística, ou de apoio mesmo financeiro das Forças Armadas.

E tem um lado também das Forças Armadas que poucos conhecem que é o lado social. Tem um programa lá, o Profesp, de que eu particularmente sou uma das grandes apoiadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui em Brasília. Eles fazem um trabalho lindo – lindo – que envolve, óbvio, a prática esportiva, o reforço escolar e mais do que isso, aquele ambiente propicia um sentimento de proteção, de disciplina; é uma troca muito interessante. Eu até convido o próprio sistema esportivo para que possa acompanhar e ver esse programa das forças militares, das Forças Armadas, o Profesp, porque é um trabalho muito bonito.

E é meritória essa iniciativa de que nós estamos falando, porque, assim como todas as outras entidades que promovem e ajudam o esporte brasileiro, o militar também tem a sua contribuição. E a gente sabe, pelas questões orçamentárias, porque se fala: "As Forças Armadas têm orçamento". Têm, é um orçamento que é restrito, é um orçamento que envolve a proteção da nossa soberania, é algo bem particular. E, como eu falei, essa parceria é importante para o esporte, seja ele de base, seja ele de alto rendimento, e nós estamos fazendo justiça aqui.

Então, parabenizo todos os envolvidos, inclusive os representantes das Forças que estão aqui na Comissão e que estiveram no nosso gabinete fazendo esse trabalho – digamos, a gente sempre fala –, esse trabalho de formiguinha, de gabinete em gabinete, conversando com os Senadores, conversando com esta Presidente, para que a gente possa resolver.

Agora o projeto vai para CAE, para a análise econômica do impacto, mas eu tenho certeza de que nós teremos a adesão e o apoio dos demais membros da nossa Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado Federal.

Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Bom, já tendo havido a discussão... (*Risos.*) Falei pouco, né? Eu vou encerrar.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 6.124, de 2025.

A matéria agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, na condição terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3742, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 11/12/2024 e 12/03/2025.

Agora nós vamos finalizar esse processo.

Eu concedo a palavra, para a leitura do seu relatório, ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.742, de 2024, do Senador Jorge Kajuru, que altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas.

Presidente, eu irei à análise.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme disposto no inciso I do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte e paraesporte.

Além disso, por ser a última Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, o projeto não merece reparos.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir na espécie reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta também técnica legislativa adequada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, igualmente, somos favoráveis à proposição.

A iniciativa encontra sólido amparo no princípio da dignidade da pessoa humana, que constitui um dos fundamentos da República e deve orientar a interpretação de todo o ordenamento jurídico. Em ocorrências de lesão, sobretudo quando graves, o atleta deve ter sua dignidade, imagem e integridade plenamente resguardadas, evitando-se sua exposição pública indevida, a espetacularização midiática ou qualquer forma de exploração sensacionalista.

Ademais, a exibição reiterada de cenas de sofrimento, dor ou fragilidade física pode ocasionar danos que ultrapassam o instante do evento esportivo, com repercussões morais e psicológicas para o atleta.

Ao determinar a adoção de protocolos de privacidade, de contenção de imagens e de resguardo visual no atendimento, o projeto concretiza garantias fundamentais já reconhecidas pela Constituição, adaptando-as à realidade específica das competições esportivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante registrar que a proposição não afronta a autonomia das entidades desportivas, assegurada constitucionalmente. Ao contrário, preserva-se o espaço de organização próprio dessas instituições, uma vez que o texto não impõe modelo único e rígido de execução, limitando-se a exigir que os regulamentos prevejam mecanismos mínimos de proteção. Assim, respeita-se a capacidade normativa e operacional de cada organização esportiva, ao mesmo tempo em que se garante a proteção necessária ao atleta.

Outro aspecto favorável da iniciativa reside em seu caráter preventivo e civilizatório. Por meio de orientação às equipes de transmissão, à imprensa e aos demais agentes envolvidos na divulgação dos eventos, observaremos a construção de padrões mais éticos de cobertura esportiva. Trata-se de estabelecer parâmetros mínimos de responsabilidade no tratamento de imagens potencialmente degradantes ou invasivas, em consonância com o dever de proteção da pessoa humana.

Além disso, a previsão de isolamento ou proteção visual no local de atendimento representa providência simples, razoável e proporcional, capaz de reduzir exposições desnecessárias sem comprometer a dinâmica da competição.

Portanto, concluímos que a proposição é oportuna, constitucional e socialmente relevante, pois fortalece a proteção jurídica dos atletas e promove um ambiente esportivo mais respeitoso e digno.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.742, de 2024.

É esse o relatório e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Chico Rodrigues.

E quero parabenizar o Senador Jorge Kajuru pela iniciativa. Eu acho que é muito importante, a gente já viu cenas aí de lesões seríssimas de atleta e elas serem expostas de forma contínua nos meios de comunicação. E, dependendo da lesão, são lesões muito sérias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traumáticas. E resguardar a imagem do atleta e até mesmo o próprio público desse fato é muito importante.

Então, parabéns ao Senador Jorge Kajuru e a V. Exa. pelo excelente relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 3.742, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o relatório votam "sim".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço para abrirem o nosso painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E vamos à luta aqui atrás dos colegas.

Já pedi as assessorias aí: quem puder já entrar em contato com os Senadores, os membros da Comissão, eu agradeço. (*Pausa.*)

A votação está encerrada.

Eu consulto a Mesa da Comissão para abrir o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – São 5 votos SIM; nenhum, NÃO.

O projeto está aprovado. (*Pausa.*)

Bom, quero agradecer os colegas que votaram.

Então, está aprovado o Projeto de Lei nº 3.742, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer.

Mais uma vez, parabenizo a autoria do Senador Jorge Kajuru e a relatoria do Senador Chico Rodrigues.

Hoje foi, digamos, uma sessão bem profícua. Estou feliz com os projetos aprovados. Semana que vem teremos mais.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Quero agradecer a participação de todos os presentes, também dos que nos acompanharam pelos canais de comunicação do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta para todos, até a próxima semana.

(*Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AD82E4C50078FD23.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.